



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2972

Quarta-feira - 06 de Novembro de 2019

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abdon Batista	3	Corupá	485	Lontras	820
Agronômica	5	Curitibanos	490	Luiz Alves	831
Água Doce	8	Descanso	492	Luzerna	841
Águas de Chapecó	50	Dionísio Cerqueira	496	Macieira	855
Águas Frias	53	Dona Emma	504	Mafrá	858
Águas Mornas	56	Doutor Pedrinho	506	Maracajá	872
Alfredo Wagner	137	Entre Rios	558	Maravilha	874
Alto Bela Vista	138	Flor do Sertão	568	Marema	875
Anchieta	141	Forquilha	571	Matos Costa	878
Angelina	142	Fraiburgo	575	Meleiro	883
Anitápolis	149	Galvão	577	Modelo	886
Antônio Carlos	150	Garopaba	592	Mondaí	887
Apiuna	151	Garuva	593	Monte Carlo	963
Arroio Trinta	159	Gaspar	607	Morro da Fumaça	967
Ascurra	166	Governador Celso Ramos	610	Navegantes	969
Balneário Arroio do Silva	167	Grão Pará	617	Nova Erechim	978
Balneário Gaivota	168	Gravatal	623	Nova Trento	991
Balneário Piçarras	169	Guaraciaba	624	Nova Veneza	1005
Balneário Rincão	170	Guaramirim	625	Novo Horizonte	1008
Bandeirante	179	Guatambú	632	Orleans	1040
Barra Bonita	181	Herval d'Oeste	633	Otaclício Costa	1048
Barra Velha	186	Ibiam	638	Ouro	1052
Benedito Novo	189	Ibicare	639	Paial	1053
Biguaçu	200	Ibirama	640	Palhoça	1088
Blumenau	221	Ilhota	642	Palma Sola	1105
Bom Jesus do Oeste	237	Imarui	644	Papanduva	1343
Bom Retiro	240	Imbituba	645	Passo de Torres	1344
Botuvera	241	Indaial	662	Paulo Lopes	1345
Braço do Trombudo	250	Iomerê	673	Penha	1347
Brunópolis	271	Ipira	680	Peritiba	1371
Brusque	272	Iporã do Oeste	682	Pinhalzinho	1376
Caçador	281	Ipuacú	684	Pinheiro Preto	1377
Caibi	349	Ipumirim	694	Piratuba	1390
Camboriú	350	Irineópolis	696	Pomerode	1391
Campo Alegre	354	Itapema	716	Ponte Alta do Norte	1396
Campo Erê	391	Itapiranga	718	Porto Belo	1397
Campos Novos	392	Itapoá	723	Porto União	1401
Canoinhas	407	Ituporanga	735	Pouso Redondo	1404
Capinzal	413	Jaborá	740	Praia Grande	1413
Catanduvas	415	Jacinto Machado	752	Presidente Castello Branco	1414
Caxambu do Sul	421	Jaraguá do Sul	753	Presidente Getúlio	1415
Chapadão do Lageado	422	Jardinópolis	793	Princesa	1419
Chapecó	424	Joaçaba	794	Quilombo	1422
Cocal do Sul	438	José Boiteux	802	Rancho Queimado	1437
Concórdia	440	Lages	805	Rio do Campo	1441
Cordilheira Alta	461	Laguna	806	Rio do Oeste	1442
Coronel Freitas	468	Lauro Muller	808	Rio dos Cedros	1459
Coronel Martins	469	Leoberto Leal	809	Rio do Sul	1444
Correia Pinto	470	Lindóia do Sul	814	Rio Fortuna	1460

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br





Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2972

Quarta-feira - 06 de Novembro de 2019

Florianópolis/SC

Sumário

Rio Negrinho.....	1465	São José.....	1581	Três Barras	1731
Rodeio.....	1466	São José do Cedro.....	1615	Treviso	1733
Romelândia.....	1487	São Lourenço do Oeste.....	1620	Treze de Maio	1740
Salto Veloso	1493	São Miguel da Boa Vista	1648	Treze Tilias	1741
Santa Rosa do Sul	1495	São Miguel do Oeste.....	1649	Trombudo Central.....	1744
Santa Terezinha do Progresso	1508	Saudades.....	1657	Tunápolis	1748
Santiago do Sul.....	1520	Schroeder	1658	União do Oeste	1752
Santo Amaro da Imperatriz	1529	Seara	1674	Urubici	1754
São Bento do Sul.....	1530	Sombrio.....	1678	Urussanga	1755
São Bernardino	1537	Sul Brasil	1679	Vargem Bonita	1757
São Carlos	1541	Tangará	1681	Videira.....	1760
São Domingos.....	1545	Tigrinhos	1685	Vitor Meireles.....	1765
São Francisco do Sul.....	1548	Tijucas	1692	Witmarsum	1766
São João Batista.....	1573	Timbé do Sul	1726	Xanxerê.....	1767
São João do Oeste	1579	Timbó	1727	Xavantina	1771
São João do Sul	1580	Timbó Grande.....	1730	Zortéa	1776

Associações

AMPLASC.....	1777	AMURC.....	1788	GRANFPOLIS.....	1818
AMREC	1787	FECAM	1798	AMEOSC.....	1818

Consórcios

CIMVI.....	1820
CINCATARINA	1823
CIS/AMVI	1834
CISAM	1839
CVC.....	1840
CIS/AMERIOS	1844



Abdon Batista

PREFEITURA

DECRETO 099 DE 31 OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2217179

DECRETO No 99/2019, de 31 de outubro de 2019.

Declara Situação de Emergência nas áreas do Município afetadas por VENDAVAL – COBRADE: – 1.3.2.1.5, conforme IN/MI 02/2016.

O Senhor LUCIMAR ANTONIO SALMÓRIA Prefeito do município de ABDON BATISTA, localizado no estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 57, Inciso XVII da Lei Orgânica Municipal e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012,

CONSIDERANDO:

I – Que o Município foi fortemente atingido pelo fenômeno de VENDAVAL ocorrido a partir das 02:15 da Madrugada desta Quinta-Feira dia 31 de outubro de 2019.

II- Que em decorrência dos seguintes danos: destelhamento de 40 casas, sendo que destas 05 famílias foram desalojadas.

V – Que o parecer do COMPDEC – Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de Situação de Emergência.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada Situação de Emergência em todo o território do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como VENDAVAL – COBRADE, 1.3.2.1.5 conforme IN/MI nº 02/2016.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação do COMPDEC – Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação do (a) COMPDEC – Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, aos 31 dias do mês de OUTUBRO de 2019.

LUCIMAR ANTONIO SALMÓRIA

Prefeito Municipal

PORTARIA 342 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2217276

PORTARIA Nº 342/2019

NOMEIA MEMBROS PARA A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO PARA OS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS NO MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

LUCIMAR ANTÔNIO SALMÓRIA, PREFEITO MUNICIPAL DE ABDON BATISTA, Estado de Santa Catarina, , usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal do Município de Abdon Batista, em consonância com o art. 51, da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

RESOLVE :

Art. 1º Nomear os membros abaixo relacionados para a fazerem parte da Comissão Permanente de Licitação, para o Município de Abdon Batista, Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social para o exercício de 2019.

Art. 2º A Comissão de que trata o art. 1º será constituída por 04 (quatro) membros, com a seguinte descrição:

- a) Luciano Hermes, na condição de Presidente;
- b) Vanderlea de Fatima Rodrigues, na condição de Secretário;
- c) Iandro Henrique Zanchett, na condição de membro;
- d) Ilaine Vieira Branco, na condição de suplente.

Art. 3º É atribuição exclusiva da Comissão criada na forma da presente Portaria praticar todos os atos necessários à realização de licitações, em suas diversas modalidades, de interesse restrito do Município, Fundo Municipal de Saúde e Assistência Social relativos à contratação de obras, serviços, compras, alienações, permissões e locações.

Art. 4º As licitações realizadas pela Administração Municipal obedecerão às normas gerais da legislação federal, Lei nº 8.666/93 e suas alterações, com as necessárias adaptações à sistemática de organização e a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Abdon Batista.

Art. 5º Revogadas as disposições em contrário a esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 01 de Novembro de 2019.

LUCIMAR ANTÔNIO SALMÓRIA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado em Data Supra

PORTARIA 343 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2217259

PORTARIA Nº 343/2019

Designa Pregoeiro e Membro para atuarem em Pregões Presenciais no âmbito do Poder Executivo do Município de Abdon Batista, SC

LUCIMAR ANTÔNIO SALMÓRIA, PREFEITO MUNICIPAL DE ABDON BATISTA, Estado de Santa Catarina, , usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal do Município de Abdon Batista,

RESOLVE :

Art. 1º Resolve designar a Sra. Vanderlea de Fatima Rodrigues, inscrita no CPF nº 050.168.769-67 como pregoeira, para a aquisição de bens e serviços comuns, no âmbito do município de Abdon Batista.

Art. 2º Resolve designar o Sr. Iandro Henrique Zanchett, inscrito no CPF nº 088.448.659-12 como Membro da equipe de Apoio, para a aquisição de bens e serviços comuns, no âmbito do município de Abdon Batista – SC.

Art. 3º Revoga-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 01 de Novembro de 2019.

LUCIMAR ANTÔNIO SALMÓRIA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado em Data Supra

Agrônômica

PREFEITURA

EXTRATO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Publicação Nº 2217001

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA e o MUNICÍPIO DE AGRÔNOMICA celebram um Termo de Ajustamento de Conduta referente ao Inquérito Civil n. 06.2016.00008663-0 instaurado em 18/11/2016 que tem como objetivo corrigir ilegalidades nas contratações temporárias que suplantam o limite previsto na lei de regência. A partir de 03/09/2018 o Município não mais contratara servidores sem a realização de concurso público, ressalvados as nomeações para os cargos em comissão e as contratações por tempo determinado que deverá ser procedido de processo seletivo público. O Município adequará sua legislação municipal caso esteja em desacordo com a Lei Federal n. 8.745/93 e da Lei Complementar SC n. 260/04, bem como criar cargos efetivos para as funções exercidas por servidores em caráter precário, com exceção aos agentes comunitários de saúde e de combates às endemias. Até 30/06/2019 realizar exoneração de todos os servidores temporários que tenham sido admitidos sem a realização de processo seletivo, ressalvado as hipóteses legais e justificadas. Até 31/05/2019 deflagrar, concluir e homologado concurso público destinado para ocupação de servidores admitidos de forma precária, ressalvado eventuais entraves burocráticos. A não observância das cláusulas podem resultar em multa pecuniária que variam de R\$1.000,00 à R\$10.000,00 por mês. A integralidade do TAC poderá ser acessada no link <https://mpsc.mp.br/servicos/procedimentos-e-processos-digitalizando-o-numero-do-inquerito-civil-n-06-2016-00008663-0>.

Nº 1.156/2019

Publicação Nº 2216518

LEI Nº 1.156/2019 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO".

O Prefeito Municipal de Agrônômica, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de R\$ 750.000,00 (Setecentos e Cinquenta Mil Reais) no orçamento geral do município nas seguintes modalidades de aplicação:

Órgão	02	Gabinete do Prefeito	
Unidade....:	02.001	Gabinete do Prefeito	
Atividade:	04.122.0006.2.2	Manutenção do Gabinete do Prefeito e Assessoria	
Recursos	100	Recursos Ordinários	
Modalidade.:	3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas (2)	130.000,00
	 :	
Modalidade.:	3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas (3)	20.000,00
	 :	
Órgão	03	Departamento Municipal de Administração	
Unidade....:	03.001	Departamento Municipal de Administração	
Atividade:	04.123.0000.2.21	Pagamento de Inativos e Pensionistas	
Recursos	100	Recursos Ordinários	
Modalidade.:	3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas (11)	75.000,00
	 :	
Órgão	03	Departamento Municipal de Administração	
Unidade....:	03.001	Departamento Municipal de Administração	
Atividade:	04.122.0009.2.3	Manutenção Geral do Departamento de Administração	
Recursos	100	Recursos Ordinários	
Modalidade.:	3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas (15)	325.000,00
	 :	
Órgão	06	Departamento Municipal de Obras	
Unidade....:	06.001	Departamento Municipal de Obras	
Atividade:	26.782.0039.2.26	Manutenção Geral do Departamento de Obras	
Recursos	100	Recursos Ordinários	
Modalidade.:	3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas (70)	200.000,00
	 :	

TOTAL R\$750.000,00

Art. 2º - Fica suplementado o artigo 1º, por conta da anulação das seguintes modalidades de aplicação, conforme abaixo discriminado:

Órgão :	02	Gabinete do Prefeito
Unidade....:	02.001	Gabinete do Prefeito
Atividade:	06.182.0007.2.5	Coordenadoria Municipal de Defesa Civil
Recursos :	100	Recursos Ordinários
Modalidade..:	3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas (4) : 18.000,00
Órgão :	03	Departamento Municipal de Administração
Unidade....:	03.001	Departamento Municipal de Administração
Atividade:	04.122.0000.2.20	Amortização do Principal e Encargos da Dívida
Recursos :	100	Recursos Ordinários
Modalidade..:	3.2.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas (5) : 8.000,00
Modalidade..:	4.6.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas (6) : 28.000,00
Órgão :	03	Departamento Municipal de Administração
Unidade....:	03.001	Departamento Municipal de Administração
Atividade:	16.482.0082.2.82	Divisão de Habitação – Moradias Populares
Recursos :	100	Recursos Ordinários
Modalidade..:	3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas (20) : 10.000,00
Órgão :	04	Departamento Municipal de Educação
Unidade....:	04.001	Departamento Municipal de Educação
Atividade:	27.812.0021.2.18	Manutenção da Divisão de Esportes
Recursos :	100	Recursos Ordinários
Modalidade..:	3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas (48) : 15.000,00
Órgão :	06	Departamento Municipal de Obras
Unidade....:	06.001	Departamento Municipal de Obras
Atividade:	25.752.0031.2.25	Manutenção da Iluminação Pública - COSIP
Recursos :	100	Recursos Ordinários
Modalidade..:	3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas (65) : 70.000,00
Órgão :	07	Departamento Municipal de Agricultura
Unidade....:	07.001	Departamento Municipal de Agricultura
Atividade:	20.606.0046.2.29	Assistência ao Pequeno Produtor Rural
Recursos :	100	Recursos Ordinários
Modalidade..:	3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas (74) : 45.000,00
Modalidade..:	3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas (75) : 100.000,00
Órgão :	04	Departamento Municipal de Educação
Unidade....:	04.001	Departamento Municipal de Educação
Atividade:	12.361.0018.2.5	Manutenção do Departamento de Educação
Recursos :	101	Recursos da Educação
Modalidade..:	3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas (28) : 20.000,00
Órgão :	04	Departamento Municipal de Educação
Unidade....:	04.001	Departamento Municipal de Educação
Atividade:	12.361.0018.2.11	Transporte Escolar Rede Pública
Recursos :	101	Recursos da Educação
Modalidade..:	3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas (34) : 35.000,00
Modalidade..:	3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas (35) : 70.000,00
Órgão :	04	Departamento Municipal de Educação
Unidade....:	04.001	Departamento Municipal de Educação
Atividade:	12.365.0018.2.10	Educação Pré-escolar de 00 à 05 anos
Recursos :	101	Recursos da Educação

Modalidade.:	3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas (42)	20.000,00
	 :	
Modalidade.:	3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas (43)	30.000,00
	 :	
Modalidade.:	4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas (44)	7.000,00
	 :	
Órgão :	05	Departamento Municipal de Planejamento	
Unidade.....:	05.001	Departamento Municipal de Planejamento	
Atividade:	17.512.0036.2.40	Saneamento Básico	
Recursos :	100	Recursos Ordinários	
Modalidade.:	3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas (54)	80.000,00
	 :	
Modalidade.:	4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas (55)	20.000,00
	 :	
Órgão :	05	Departamento Municipal de Planejamento	
Unidade.....:	05.001	Departamento Municipal de Planejamento	
Atividade:	22.121.0083.2.83	Divisão de Indústria e Comércio	
Recursos :	100	Recursos Ordinários	
Modalidade.:	3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas (56)	10.000,00
	 :	
Órgão :	09	Fundo Municipal de Saúde	
Unidade.....:	09.001	Fundo Municipal de Saúde	
Atividade:	10.301.0025.2.37	Equipe de Saúde da Família - ESF	
Recursos :	102	Recursos da Saúde	
Modalidade.:	3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas (82)	84.000,00
	 :	
Órgão :	09	Fundo Municipal de Saúde	
Unidade.....:	09.001	Fundo Municipal de Saúde	
Atividade:	10.301.0025.2.43	Consórcio de Saúde – CIS AMAVI	
Recursos :	102	Recursos da Saúde	
Modalidade.:	3.3.93.00.00.00.00	Aplic. Diretas Decorrentes de Op. de Órgãos (89)..:	40.000,00
Órgão :	11	Fundo Ambiental Municipal	
Unidade.....:	11.0001	Fundo Ambiental Municipal	
Atividade:	18.541.0084.2.85	Manutenção do Fundo Municipal Ambiental	
Recursos :	100	Recursos Ordinários	
Modalidade.:	3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas (112)	25.000,00
Modalidade.:	4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas (114)	15.000,00

TOTAL _____ R\$750.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 06 de novembro de 2019.

CESAR LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na presente data.

FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO
Diretor de Administração e Finanças

Água Doce

PREFEITURA

DECRETO Nº 145/2019

Publicação Nº 2217320

DECRETO Nº 145/2019 - DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

VILSON ANTONIO VERONA, Prefeito Municipal em Exercício de Água Doce – SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 26 da Lei nº 2.623, de 11 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.623 de 11 de dezembro de 2018, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 3,41 (três reais e quarenta e um centavos).

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para manutenção do Departamento de Serviços Gerais.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa 3.3.90.00.00.0679/21 Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

01 DEPTO.DE SERVIÇOS GERAIS

24.722.0006.2.009 MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE TELECOMUNICAÇÕES

3.3.90.00.00.0679/21 Aplicações Diretas R\$ 3,41

TOTALR\$ 3,41

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o provável excesso de arrecadação verificado nas rubricas de Recursos Próprios.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 04 de novembro de 2019.

VILSON ANTONIO VERONA

Prefeito em Exercício

DECRETO Nº 146/2019

Publicação Nº 2217324

DECRETO Nº 146/2019 – DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019

"ANULA PARCIALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

VILSON ANTONIO VERONA, Prefeito Municipal em Exercício de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.723, de 05 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.000,00 (Hum mil reais), para o Fundo Municipal de Defesa Civil.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para manutenção do Fundo Municipal de Defesa Civil.

Art. 2º. Fica suplementado o elemento de despesa 3.1.91.00.00.0095/02 Aplicações Diretas- Oper.-Intra- Orçamentária com a seguinte classificação orçamentária:

16 COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL

01 COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL

06.182.0026.2.053 MANUTENÇÃO FUNDO MUN. DE DEFESA CIVIL

3.1.91.00.00.0095/02 Aplicações Diretas- Oper.Intra Orçamentária R\$ 1.000,00

TOTAL R\$ 1.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, fica anulado o seguinte elemento despesa:

16 COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL
01 COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL
06.182.0026.2.053 MANUTENÇÃO FUNDO MUN. DE DEFESA CIVIL
4.4.90.00.00.0684/06 Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
TOTAL R\$ 1.000,00

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 05 de novembro de 2019.
VILSON ANTONIO VERONA
Prefeito em Exercício

DECRETO Nº 147/2019

Publicação Nº 2217326

DECRETO Nº 147/2019 – DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019

“ANULA TOTALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

VILSON ANTONIO VERONA, Prefeito Municipal em Exercício de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.724, de 05 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 31.255,80 (trinta e um mil e duzentos e cinquenta e cinco reais e oitenta centavos), para Prefeitura Municipal de Água Doce.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para manutenção da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º. Ficam suplementados os elementos de despesas 3.1.91.00.00.0086/76 e 3.1.91.00.00.0086/101 Aplicações Diretas – Oper. Intra-Orçamentária 3.3.90.00.00.0086/84; 3.3.90.00.00.0086/102 e 3.3.90.00.00.0679/113 Aplicações Diretas com as seguintes classificações orçamentárias:

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
01 DEPTO.DE ENSINO
12.361.0010.2.017 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ENSINO
3.1.91.00.00.0679/76 Aplicações Diretas- Oper.Intra-Orçament R\$ 12.364,00

12.361.0010.2.019 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR
3.3.90.00.00.0679/84 Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

02 DEPTO.DE ENSINO INFANTIL
12.365.0013.2.028 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL
3.1.91.00.00.0679/101 Aplicações Diretas- Oper.Intra-Orçament R\$ 1.680,00
3.3.90.00.00.0086/102 Aplicações Diretas R\$ 11.211,80

04 DEPTO. DE ESPORTES
27.812.0016.2.034 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES
3.3.90.00.00.0679//113 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
TOTAL R\$ 31.255,80

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, ficam anulados os seguintes elementos de despesas:

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
01 DEPTO. DE ENSINO
12.361.0010.1.004 AQUISIÇÃO DE EQUIP. E MÓVEIS P/ SECRETARIA E SEGMENTOS
4.4.90.00.00.0086/68 Aplicações Diretas R\$ 5.342,00

12.361.0010.1.005 AQUISIÇÃO DE VEICULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR
4.4.90.00.00.0086/71 Aplicações Diretas R\$ 8.025,17

12.361.0010.1.006 CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE ABRIGOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR
4.4.90.00.00.0086/74 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

12.362.0011.1.007 CONSTRUÇÃO DE ESCOLA PARA SUPLETIVO
4.4.90.00.00.0679/87 Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

02 DEPTO. DE ENSINO INFANTIL

12.365.0013.1.008 CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ESPAÇO PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

4.4.90.00.00.0086/95 Aplicações Diretas R\$ 2.124,00

12.365.0013.1.009 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL

4.4.90.00.00.0086/97 Aplicações Diretas R\$ 4.764,63

04 DEPTO. DE ESPORTES

27.812.0016.1.010 CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO DEST. AO ESPORTE

4.4.90.00.00.0679/109 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

TOTAL R\$ 31.255,80

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 05 de novembro de 2019.

VILSON ANTONIO VERONA

Prefeito em Exercício

DECRETO Nº 148/2019

Publicação Nº 2217327

DECRETO Nº 148/2019 – DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019

“ANULA TOTALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

VILSON ANTONIO VERONA, Prefeito Municipal em Exercício de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.725, de 05 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais), para Prefeitura Municipal de Água Doce.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º. Fica suplementado o elemento de despesas 3.3.90.00.00.0679/55 Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

04 SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

01 DEPTO. DE AGRICULTURA

20.606.0007.2.011 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA

3.3.90.00.00.0679/55 Aplicações Diretas R\$ 12.500,00

TOTAL R\$ 12.500,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, fica anulado o seguinte elemento despesa:

04 SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

01 DEPTO. DE AGRICULTURA

20.606.0007.1.002 CONSTRUÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS

4.4.90.00.00.0679/52 Aplicações Diretas R\$ 12.500,00

TOTAL R\$ 12.500,00

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 05 de novembro de 2019.

VILSON ANTONIO VERONA

Prefeito em Exercício

DECRETO Nº 149/2019

Publicação Nº 2217329

DECRETO Nº 149/2019 – DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019

“ANULA PARCIALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

VILSON ANTONIO VERONA, Prefeito Municipal em Exercício de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.726, de 05 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 22.966,00 (vinte e dois mil e novecentos e sessenta e seis reais), para Prefeitura Municipal de Água Doce.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda.

Art. 2º. Fica suplementado o elemento de despesas 3.3.90.00.00.0679/13 Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

01 DEPTO. DE SERVIÇOS GERAIS

04.122.0003.2.005 MANUTENÇÃO SECRETARIA ADM. FAZENDA E DEPTOS.

3.3.90.00.00.0679/13 Aplicações Diretas R\$ 22.966,00

TOTAL R\$ 22.966,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, ficam anulados os seguintes elementos despesas:

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

01 DEPTO. DE SERVIÇOS GERAIS

24.722.0006.2.009 MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE TELECOMUNICAÇÕES

3.3.90.00.00.0679/21 Aplicações Diretas R\$ 750,00

4.4.90.00.00.0679/22 Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

02 DEPARTAMENTO DE COMPRAS LICITAÇÕES E CONVÊNIOS

04.122.0003.2.067 MANUT. DEPTO. COMPRAS LICITAÇÕES E CONVÊNIOS

3.3.90.00.00.0679/33 Aplicações Diretas R\$ 8.900,00

04 DEPTO. DE RECURSOS HUMANOS

04.122.0003.2.069 MANUT. DO DEPTO. DE RECURSOS HUMANOS

3.3.90.00.00.0679/39 Aplicações Diretas R\$ 1.220,00

05 DEPTO. DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

04.122.0003.2.070 MANUT. DO DEPTO. DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

3.3.90.00.00.0679/42 Aplicações Diretas R\$ 1.890,00

07 DEPTO. DE CONTABILIDADE

04.122.0003.2.003 MANUTENÇÃO DAS ASSESSORIAS E CONTADORIA

3.3.90.00.00.0679/48 Aplicações Diretas R\$ 9.206,00

TOTAL R\$ 22.966,00

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 05 de novembro de 2019.

VILSON ANTONIO VERONA

Prefeito em Exercício

DECRETO Nº 150/2019

Publicação Nº 2217331

DECRETO Nº 150/2019 – DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019

“ANULA PARCIALMENTE E TOTALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

VILSON ANTONIO VERONA, Prefeito Municipal em Exercício de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com

a Lei nº 2.727, de 05 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 181.650,00 (cento e oitenta e um mil e seiscentos e cinquenta reais), para o Fundo Municipal de Saúde de Água Doce.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para manutenção do Fundo Municipal de Saúde de Água Doce.

Art. 2º. Fica suplementado o elemento de despesa 3.1.90.00.00.0624/07 Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE

01 FUNDO MUN. DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE

10.301.0027.2.059 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.1.90.00.00.0624/07 Aplicações Diretas R\$ 181.650,00

TOTAL R\$ 181.650,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, ficam anulados os seguintes elementos despesas:

08 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

04 DEPTO. DE URBANISMO

15.452.0017.1.011 AQUISIÇÃO DE TERRENO PARA NOVO CEMITÉRIO

4.4.90.00.00.0679/143 Aplicações Diretas R\$ 31.650,00

13 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

01 FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

16.481.0024.1.019 CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES – RURAIS

4.4.90.00.00.0679/163 Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

16.482.0024.1.020 CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES – URBANO

4.4.90.00.00.0679/165 Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

TOTAL R\$ 181.650,00

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 05 de novembro de 2019.

VILSON ANTONIO VERONA

Prefeito em Exercício

DECRETO Nº 151/2019

Publicação Nº 2217333

DECRETO Nº 151/2019 – DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

VILSON ANTONIO VERONA, Prefeito Municipal em Exercício de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.728, de 05 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais).

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para aplicação de recursos do FUNDEB repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Art. 2º. Ficam suplementados no orçamento vigente os elementos de despesas 3.1.90.00.00.0092/180 e 3.1.90.00.00.0092/186 Aplicações Diretas, com as seguintes classificações orçamentárias:

18 FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

01 FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

12.361.0010.2.076 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL- FUNDEB

3.1.90.00.00.0092/180 Aplicações Diretas R\$ 5.500,00

12.365.0013.2.081 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL – FUNDEB

3.1.90.00.00.0092/186 Aplicações Diretas R\$ 214.500,00

TOTAL R\$ 220.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, fica utilizado o provável excesso de arrecadação verificado nas rubricas de Transferências do FUNDEB.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 05 de novembro de 2019.

VILSON ANTONIO VERONA

Prefeito em Exercício

DECRETO Nº 152/2019

Publicação Nº 2217334

DECRETO Nº 152/2019 – DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019

“ANULA PARCIALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

VILSON ANTONIO VERONA, Prefeito Municipal em Exercício de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.722, de 05 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 173.375,00 (cento e setenta e três mil e trezentos e setenta e cinco reais), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda e manutenção do Departamento de Promoção Social.

Art. 2º. Ficam suplementados os elementos de despesas 3.1.90.00.00.0679/23; 3.1.90.00.00.679/24; 3.2.90.00.00.0679/25; 3.1.90.00.00.0679/122 e 3.1.90.00.00.0679/168 Aplicações Diretas com as seguintes classificações orçamentárias:

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

01 DEPTO.DE SERVIÇOS GERAIS

28.271.0000.0.004 INATIVOS E PENSIONISTAS

3.1.90.00.00.0679/23 Aplicações Diretas R\$ 51.575,00

28.271.0000.0.005 INATIVOS E PENSIONISTAS – ENSINO

3.1.90.00.00.0679/24 Aplicações Diretas R\$ 6.550,00

28.843.0000.0.001 AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA

3.2.90.00.00.0679/25 Aplicações Diretas R\$ 28.500,00

07 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

02 DEPTO. DE TURISMO

23.695.0021.2.044 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TURISMO

3.1.90.00.00.0679/122 Aplicações Diretas R\$ 250,00

13 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

02 DEPTO. DE PROMOÇÃO SOCIAL

08.244.0024.2.049 MANUTENÇÃO DO DEPTO.DE PROMOÇÃO SOCIAL

3.1.90.00.00.0679/168 R\$ 86.500,00

TOTAL R\$ 173.375,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, ficam anulados os seguintes elementos de despesas:

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

01 DEPTO.DE SERVIÇOS GERAIS

04.122.0003.2.005 MANUTENÇÃO SECRETARIA ADM. FAZENDA E DEPTOS.

3.1.90.00.00.0679/10 Aplicações Diretas R\$ 84.625,00

28.843.0000.0.001 AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA

4.6.90.00.00.0679/26 Aplicações Diretas R\$ 28.500,00

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

03 DEPTO. DE CULTURA

13.392.0015.2.032 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA	
3.1.90.00.00.0679/106	R\$ 30.250,00
04 DEPTO. DE ESPORTES	
27.812.0016.2.034 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES	
3.1.90.00.00.0679/110 Aplicações Diretas	R\$ 30.000,00
TOTAL	R\$ 173.375,00

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 05 de novembro de 2019.

VILSON ANTONIO VERONA

Prefeito em Exercício

LEI Nº 2.722/2019

Publicação Nº 2217068

LEI Nº 2.722/2019 – DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ANULAR PARCIALMENTE E TRANSFERIR DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

VILSON ANTONIO VERONA, Prefeito Municipal em Exercício de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento vigente um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 173.375,00 (cento e setenta e três mil e trezentos e setenta e cinco reais), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda e manutenção do Departamento de Promoção Social.

Art. 2º. Ficam suplementados os elementos de despesas 3.1.90.00.00.0679/23; 3.1.90.00.00.679/24; 3.2.90.00.00.0679/25; 3.1.90.00.00.0679/122 e 3.1.90.00.00.0679/168 Aplicações Diretas com as seguintes classificações orçamentárias:

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	
01 DEPTO.DE SERVIÇOS GERAIS	
28.271.0000.0.004 INATIVOS E PENSIONISTAS	
3.1.90.00.00.0679/23 Aplicações Diretas	R\$ 51.575,00

28.271.0000.0.005 INATIVOS E PENSIONISTAS – ENSINO	
3.1.90.00.00.0679/24 Aplicações Diretas	R\$ 6.550,00

28.843.0000.0.001 AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA	
3.2.90.00.00.0679/25 Aplicações Diretas	R\$ 28.500,00

07 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
02 DEPTO. DE TURISMO	
23.695.0021.2.044 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TURISMO	
3.1.90.00.00.0679/122 Aplicações Diretas	R\$ 250,00

13 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	
02 DEPTO. DE PROMOÇÃO SOCIAL	
08.244.0024.2.049 MANUTENÇÃO DO DEPTO.DE PROMOÇÃO SOCIAL	
3.1.90.00.00.0679/168	R\$ 86.500,00
TOTAL	R\$ 173.375,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei, fica autorizado a anular os seguintes elementos de despesas:

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	
01 DEPTO.DE SERVIÇOS GERAIS	
04.122.0003.2.005 MANUTENÇÃO SECRETARIA ADM. FAZENDA E DEPTOS.	
3.1.90.00.00.0679/10 Aplicações Diretas	R\$ 84.625,00

28.843.0000.0.001 AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA

4.6.90.00.00.0679/26 Aplicações Diretas R\$ 28.500,00

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

03 DEPTO. DE CULTURA

13.392.0015.2.032 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA

3.1.90.00.00.0679/106 R\$ 30.250,00

04 DEPTO. DE ESPORTES

27.812.0016.2.034 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES

3.1.90.00.00.0679/110 Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

TOTAL R\$ 173.375,00

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 05 de novembro de 2019.

VILSON ANTONIO VERONA

Prefeito em Exercício

LEI Nº 2.723/2019

Publicação Nº 2217071

LEI Nº 2.723/2019 – DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ANULAR PARCIALMENTE E TRANSFERIR DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

VILSON ANTONIO VERONA, Prefeito Municipal em Exercício de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento vigente um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.000,00 (Hum mil reais), para o Fundo Municipal de Defesa Civil.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para manutenção do Fundo Municipal de Defesa Civil.

Art. 2º. Fica suplementado o elemento de despesa 3.1.91.00.00.0095/02 Aplicações Diretas- Oper-Intra- Orçamentária com a seguinte classificação orçamentária:

16 COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL

01 COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL

06.182.0026.2.053 MANUTENÇÃO FUNDO MUN. DE DEFESA CIVIL

3.1.91.00.00.0095/02 Aplicações Diretas- Oper.Intra Orçamentária R\$ 1.000,00

TOTAL R\$ 1.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei, fica autorizado a anular o seguinte elemento despesa:

16 COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL

01 COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL

06.182.0026.2.053 MANUTENÇÃO FUNDO MUN. DE DEFESA CIVIL

4.4.90.00.00.0684/06 Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

TOTAL R\$ 1.000,00

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 05 de novembro de 2019.

VILSON ANTONIO VERONA

Prefeito em Exercício

LEI Nº 2.724/2019

Publicação Nº 2217073

LEI Nº 2.724/2019 – DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ANULAR TOTALMENTE E TRANSFERIR DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

VILSON ANTONIO VERONA, Prefeito Municipal em Exercício de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento vigente um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 31.255,80 (trinta e um mil e duzentos e cinquenta e cinco reais e oitenta centavos), para Prefeitura Municipal de Água Doce.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para manutenção da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º. Ficam suplementados os elementos de despesas 3.1.91.00.00.0086/76 e 3.1.91.00.00.0086/101 Aplicações Diretas – Oper. Intra-Orçamentária 3.3.90.00.00.0086/84; 3.3.90.00.00.0086/102 e 3.3.90.00.00.0679/113 Aplicações Diretas com as seguintes classificações orçamentárias:

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

01 DEPTO.DE ENSINO

12.361.0010.2.017 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ENSINO

3.1.91.00.00.0679/76 Aplicações Diretas- Oper.Intra-Orçament R\$ 12.364,00

12.361.0010.2.019 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR

3.3.90.00.00.0679/84 Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

02 DEPTO.DE ENSINO INFANTIL

12.365.0013.2.028 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

3.1.91.00.00.0679/101 Aplicações Diretas- Oper.Intra-Orçament R\$ 1.680,00

3.3.90.00.00.0086/102 Aplicações Diretas R\$ 11.211,80

04 DEPTO. DE ESPORTES

27.812.0016.2.034 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES

3.3.90.00.00.0679//113 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

TOTAL R\$ 31.255,80

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei, fica autorizado a anular os seguintes elementos despesas:

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

01 DEPTO. DE ENSINO

12.361.0010.1.004 AQUISIÇÃO DE EQUIP. E MÓVEIS P/ SECRETARIA E SEGMENTOS

4.4.90.00.00.0086/68 Aplicações Diretas R\$ 5.342,00

12.361.0010.1.005 AQUISIÇÃO DE VEICULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR

4.4.90.00.00.0086/71 Aplicações Diretas R\$ 8.025,17

12.361.0010.1.006 CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE ABRIGOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR

4.4.90.00.00.0086/74 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

12.362.0011.1.007 CONSTRUÇÃO DE ESCOLA PARA SUPLETIVO

4.4.90.00.00.0679/87 Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

02 DEPTO. DE ENSINO INFANTIL

12.365.0013.1.008 CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ESPAÇO PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

4.4.90.00.00.0086/95 Aplicações Diretas R\$ 2.124,00

12.365.0013.1.009 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL

4.4.90.00.00.0086/97 Aplicações Diretas R\$ 4.764,63

04 DEPTO. DE ESPORTES

27.812.0016.1.010 CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO DEST. AO ESPORTE

4.4.90.00.00.0679/109 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

TOTAL R\$ 31.255,80

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 05 de novembro de 2019.
VILSON ANTONIO VERONA
Prefeito em Exercício

LEI Nº 2.725/2019

Publicação Nº 2217076

LEI Nº 2.725/2019 – DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ANULAR TOTALMENTE E TRANSFERIR DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

VILSON ANTONIO VERONA, Prefeito Municipal em Exercício de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento vigente um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais), para Prefeitura Municipal de Água Doce.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º. Fica suplementado o elemento de despesas 3.3.90.00.00.0679/55 Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

04 SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
01 DEPTO. DE AGRICULTURA	
20.606.0007.2.011 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA	
3.3.90.00.00.0679/55 Aplicações Diretas	R\$ 12.500,00
TOTAL	R\$ 12.500,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei, fica autorizado a anular o seguinte elemento despesa:

04 SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
01 DEPTO. DE AGRICULTURA	
20.606.0007.1.002 CONSTRUÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS	
4.4.90.00.00.0679/52 Aplicações Diretas	R\$ 12.500,00
TOTAL	R\$ 12.500,00

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 05 de novembro de 2019.
VILSON ANTONIO VERONA
Prefeito em Exercício

LEI Nº 2.726/2019

Publicação Nº 2217079

LEI Nº 2.726/2019 – DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ANULAR PARCIALMENTE E TRANSFERIR DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

VILSON ANTONIO VERONA, Prefeito Municipal em Exercício de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento vigente um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 22.966,00 (vinte e dois mil e novecentos e sessenta e seis reais), para Prefeitura Municipal de Água Doce.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda.

Art. 2º. Fica suplementado o elemento de despesas 3.3.90.00.00.0679/13 Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

01 DEPTO. DE SERVIÇOS GERAIS

04.122.0003.2.005 MANUTENÇÃO SECRETARIA ADM. FAZENDA E DEPTOS.

3.3.90.00.00.0679/13 Aplicações Diretas R\$ 22.966,00

TOTAL R\$ 22.966,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei, fica autorizado a anular os seguintes elementos despesas:

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

01 DEPTO. DE SERVIÇOS GERAIS

24.722.0006.2.009 MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE TELECOMUNICAÇÕES

3.3.90.00.00.0679/21 Aplicações Diretas R\$ 750,00

4.4.90.00.00.0679/22 Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

02 DEPARTAMENTO DE COMPRAS LICITAÇÕES E CONVÊNIOS

04.122.0003.2.067 MANUT. DEPTO. COMPRAS LICITAÇÕES E CONVÊNIOS

3.3.90.00.00.0679/33 Aplicações Diretas R\$ 8.900,00

04 DEPTO. DE RECURSOS HUMANOS

04.122.0003.2.069 MANUT. DO DEPTO. DE RECURSOS HUMANOS

3.3.90.00.00.0679/39 Aplicações Diretas R\$ 1.220,00

05 DEPTO. DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

04.122.0003.2.070 MANUT. DO DEPTO. DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

3.3.90.00.00.0679/42 Aplicações Diretas R\$ 1.890,00

07 DEPTO DE CONTABILIDADE

04.122.0003.2.003 MANUTENÇÃO DAS ASSESSORIAS E CONTADORIA

3.3.90.00.00.0679/48 Aplicações Diretas R\$ 9.206,00

TOTAL R\$ 22.966,00

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 05 de novembro de 2019.

VILSON ANTONIO VERONA

Prefeito em Exercício

LEI Nº 2.727/2019

Publicação Nº 2217082

LEI Nº 2.727/2019 – DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ANULAR PARCIALMENTE E TOTALMENTE E TRANSFERIR DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

VILSON ANTONIO VERONA, Prefeito Municipal em Exercício de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento vigente um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 181.650,00 (cento e oitenta e um mil e seiscentos e cinquenta reais), para o Fundo Municipal de Saúde de Água Doce.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para manutenção do Fundo Municipal de Saúde de Água Doce.

Art. 2º. Fica suplementado o elemento de despesa 3.1.90.00.00.0624/07 Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE

01 FUNDO MUN. DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE

10.301.0027.2.059 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.1.90.00.00.0624/07 Aplicações Diretas R\$ 181.650,00

TOTAL R\$ 181.650,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei, fica autorizado a anular os seguintes elementos despesas:

08 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

04 DEPTO. DE URBANISMO

15.452.0017.1.011 AQUISIÇÃO DE TERRENO PARA NOVO CEMITÉRIO	
4.4.90.00.00.0679/143 Aplicações Diretas	R\$ 31.650,00
13 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	
01 FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	
16.481.0024.1.019 CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES – RURAIS	
4.4.90.00.00.0679/163 Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00
16.482.0024.1.020 CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES – URBANO	
4.4.90.00.00.0679/165 Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00
TOTAL	R\$ 181.650,00

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 05 de novembro de 2019.
VILSON ANTONIO VERONA
Prefeito em Exercício

LEI Nº 2.728/2019

Publicação Nº 2217084

LEI Nº 2.728/2019 – DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

VILSON ANTONIO VERONA, Prefeito Municipal em Exercício de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento vigente um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais).

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para aplicação de recursos do FUNDEB repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Art. 2º. Ficam suplementados no orçamento vigente os elementos de despesas 3.1.90.00.00.0092/180 e 3.1.90.00.00.0092/186 Aplicações Diretas, com as seguintes classificações orçamentárias:

18 FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO	
01 FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO	
12.361.0010.2.076 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL- FUNDEB	
3.1.90.00.00.0092/180 Aplicações Diretas	R\$ 5.500,00
12.365.0013.2.081 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL – FUNDEB	
3.1.90.00.00.0092/186 Aplicações Diretas	R\$ 214.500,00
TOTAL	R\$ 220.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei, fica autorizado a utilizar o provável excesso de arrecadação verificado nas rubricas de Transferências do FUNDEB.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 05 de novembro de 2019.
VILSON ANTONIO VERONA
Prefeito em Exercício

LEI Nº 2.729/2019

Publicação Nº 2217085

LEI Nº 2.729/2019 – DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019

“AUTORIZA O MUNICÍPIO A UTILIZAR O ENQUADRAMENTO EMPRESARIAL SIMPLIFICADO (EES), AUTODECLARAÇÃO E SEUS PROCEDIMENTOS DECORRENTES, PREVISTOS NA LEI Nº 17.071, DE 12 DE JANEIRO DE 2017”

VILSON ANTONIO VERONA, Prefeito Municipal em Exercício de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizada a utilização do Enquadramento Empresarial Simplificado (EES) e da Autodeclaração, previstos na Lei nº 17.071, de 2017, a serem adotados pelos órgãos e pelas entidades envolvidas nos processos de concessão e renovação de alvarás, de abertura, alteração, licenciamento e fechamento de empresas, bem como de emissão de atestados.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 05 de novembro de 2019.

VILSON ANTONIO VERONA

Prefeito em Exercício

CÂMARA MUNICIPAL

BALANCETE MENSAL OUTUBRO 2019

Publicação Nº 2216981

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Outubro
Página: 1

Santa Catarina
CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
		ORÇAMENTÁRIAS	92.893,01
		DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	92.194,45
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	55.437,99
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	36.756,46
		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	698,56
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	698,56
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	129.875,00		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	129.875,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	197.266,12	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	203.769,43
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	11.480,10	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	17.983,41
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	92.893,01	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	92.893,01
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	92.893,01	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	92.893,01
SALDOS ANTERIORES	499.649,06	SALDOS ATUAIS	530.127,74
BANCO C/ MOVIMENTO	499.649,06	BANCO C/ MOVIMENTO	530.127,74
TOTAL	826.790,18	TOTAL	826.790,18

AGUA DOCE, 04/11/2019

EVANDRO CARLOS ZANATTO PRESIDENTE CPF N° 01662838948	NILZA APARECIDA MENDES CONTADORA CRC/SC N° 016635/O-7
---	--

Publicação Nº 2216889

PRREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de AGUA DOCE - SC
CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	1.545.000,00	1.545.000,00	168.792,93	762.105,46	782.894,54	168.792,93	762.105,46	782.894,54	762.105,46
DESPESAS DE CAPITAL	371.000,00	371.000,00	0,00	6.963,00	364.037,00	0,00	6.963,00	364.037,00	6.963,00
INVESTIMENTOS	371.000,00	371.000,00	0,00	6.963,00	364.037,00	0,00	6.963,00	364.037,00	6.963,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	13.500,00	13.500,00	1.397,12	6.516,80	6.983,20	1.397,12	6.516,80	6.983,20	6.516,80
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	1.558.500,00	1.558.500,00	170.190,05	768.622,26	789.877,74	170.190,05	768.622,26	789.877,74	768.622,26
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	1.558.500,00	1.558.500,00	170.190,05	768.622,26	789.877,74	170.190,05	768.622,26	789.877,74	768.622,26
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	1.558.500,00	1.558.500,00	170.190,05	768.622,26	—	170.190,05	768.622,26	—	768.622,26
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
Despesas Intra-Orçamentárias	13.500,00	13.500,00	1.397,12	6.516,80	6.983,20	1.397,12	6.516,80	6.983,20	6.516,80
DESPESAS CORRENTES	13.500,00	13.500,00	1.397,12	6.516,80	6.983,20	1.397,12	6.516,80	6.983,20	6.516,80
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.500,00	13.500,00	1.397,12	6.516,80	6.983,20	1.397,12	6.516,80	6.983,20	6.516,80
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de AGUA DOCE - SC
CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

1.000.000

AGUA DOCE, 05/11/2019

EVANDRO CARLOS ZANATTO
PRESIDENTE CPF Nº 01662838948

NILZA APARECIDA MENDES
CONTADORA CRC/SC Nº 016635/O-7

DEMOSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO SUBFUNÇÃO RREO 5ºBIMETRE 2019

Publicação Nº 2216894

Município de AGUA DOCE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

RRR – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")									
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	%		
								%(b/Total b)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) Legislativa	1.545.000,00	1.545.000,00	168.792,93	762.105,46	99,15	168.792,93	762.105,46	99,15	782.894,54
	1.545.000,00	1.545.000,00	168.792,93	762.105,46	99,15	168.792,93	762.105,46	99,15	782.894,54
	Ação Legislativa	1.545.000,00	1.545.000,00	168.792,93	762.105,46	99,15	168.792,93	762.105,46	99,15
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) Legislativa	13.500,00	13.500,00	1.397,12	6.516,80	0,85	1.397,12	6.516,80	0,85	6.983,20
	13.500,00	13.500,00	1.397,12	6.516,80	0,85	1.397,12	6.516,80	0,85	6.983,20
	Ação Legislativa	13.500,00	13.500,00	1.397,12	6.516,80	0,85	1.397,12	6.516,80	0,85
TOTAL (III) = (I + II)	1.558.500,00	1.558.500,00	170.190,05	768.622,26	100,00	170.190,05	768.622,26	100,00	789.877,74

FONTE:

AGUA DOCE, 05/11/2019

EVANDRO CARLOS ZANATTO
PRESIDENTE CPF Nº 01662838948

NILZA APARECIDA MENDES
CONTADORA CRC/SC Nº 016635/O-7

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

DEMOSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA RREO 5º BIMESTRE 2019

Publicação Nº 2216958

Município de AGUA DOCE - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
 2018 a 2093

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2018 a 2093

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00
2091	0,00	0,00	0,00	0,00
2092	0,00	0,00	0,00	0,00
2093	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 10/09/2019 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

AGUA DOCE, 05/11/2019

EVANDRO CARLOS ZANATTO
PRESIDENTE CPF Nº 01662838948

NILZA APARECIDA MENDES
CONTADORA CRC/SC Nº 016635/O-7

DEMOSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA 5º BIMESTRE 2019

Publicação Nº 2216897

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2018 A OUTUBRO/2019
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE															RS. 1,00
ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2019		
	Nov/2018	Dez/2018	Jan/2019	Fev/2019	Marr/2019	Abr/2019	Mai/2019	Jun/2019	Jul/2019	Ago/2019	Sep/2019	Out/2019	TOTAL (ULT. 12 MES.)		
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receta Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receta Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receta Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECETA CORRENTE LIQUIDA (III) = (I – II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

FONTE:

AGUA DOCE, 05/11/2019

EVANDRO CARLOS ZANATTO
PRESIDENTE CPF Nº 01662838948

NILZA APARECIDA MENDES
CONTADORIA CRC/SC Nº 0166350-7

DEMOSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSO RREO 5º BIMESTRE 2019

Publicação Nº 2216960

Município de AGUA DOCE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/MÊS OUTUBRO

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)		RECEITAS REALIZADAS					R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	Até o Mês (b)				SALDO (c) = (a-b)	
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)							
Receita de Alienação De Bens Móveis	0,00					0,00	
Receita de Alienação De Bens Imóveis	0,00					0,00	
						0,00	
DESPESAS							
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)							
Despesas de Capital							

AGUA DOCE, 05/11/2019

EVANDRO CARLOS ZANATTO
PRESIDENTE CPF Nº 01662838948

NILZA APARECIDA MENDES
CONTADORA CRC/SC Nº 016635/O-7

DEMONSTRATIVO DAS DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE RREO 5ºBIMESTRE 2019

Publicação Nº 2216965

Continua 1/4

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (II) = I + II	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00

Continuação 2/4

Município de AGUA DOCE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO						
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00		0,00	
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00		0,00	
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	0,00	0,00	0,00		0,00	
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00		0,00	
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00		0,00	
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00		0,00	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00		-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00		0,00	
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00		0,00	
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)						
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]⁶						0,00

Continua 2/4

Município de AGUA DOCE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
	0,00	0,00			0,00
TOTAL (VII)	0,00	0,00			0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
	-	-			-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m) % (m/Total m)*100
TOTAL	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00 100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "j" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "j" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+i) - (15 \times \text{IIIb})/100]$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

AGUA DOCE, 05/11/2019

EVANDRO CARLOS ZANATTO
PRESIDENTE CPF N° 01662838948

NILZA APARECIDA MENDES
CONTADORA CRC/SC N° 016635/O-7

Município de AGUA DOCE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)	ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2019		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
			No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028

NADA A DECLARAR

FONTE:

AGUA DOCE, 05/11/2019

EVANDRO CARLOS ZANATTO
PRESIDENTE CPF N° 01662838948

NILZA APARECIDA MENDES
CONTADORA CRC/SC N° 016635/O-7

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL RREO 5º BIMESTRE 2019

Publicação Nº 2216954

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO' (I)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	371.000,00	6.963,00	364.037,00
Investimentos	371.000,00	6.963,00	364.037,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	371.000,00	6.963,00	364.037,00
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	371.000,00	6.963,00	364.037,00

FONTE:

AGUA DOCE, 05/11/2019

EVANDRO CARLOS ZANATTO
PRESIDENTE CPF Nº 01662838948

NILZA APARECIDA MENDES
CONTADORA CRC/SC Nº 016635/O-7

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO-MDE RREO 5º BIMESTRE 2019

Publicação Nº 2216938

MUNICÍPIO DE AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS		0,00	0,00	0,00
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	—	0,00	0,00	0,00
1.1.1- IPTU	—	0,00	0,00	0,00
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	—	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.1- ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.3.1- ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	—	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	—	0,00	0,00	0,00
2.1- Cota-Parte FPM	—	0,00	0,00	0,00
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	—	0,00	0,00	0,00
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	—	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	—	0,00	0,00	0,00
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	—	0,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	—	0,00	0,00	0,00
2.5- Cota-Parte ITR	—	0,00	0,00	0,00
2.6- Cota-Parte IPVA	—	0,00	0,00	0,00
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	—	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	—	0,00	0,00	0,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	—	0,00	0,00	0,00
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	—	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	—	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	—	0,00	0,00	0,00

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB		0,00	0,00	0,00
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	—	0,00	0,00	0,00
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	—	0,00	0,00	0,00
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	—	0,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	—	0,00	0,00	0,00
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	—	0,00	0,00	0,00
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	—	0,00	0,00	0,00
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB		0,00	0,00	0,00
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	—	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						0,00
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %						0,00
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %						0,00
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						100,00
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2018 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2019 ²						0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						0,00
30 - DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
31- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
33- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴						-
34- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (44 j)						-
35- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34)						0,00
36- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (35))						0,00
37- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((36) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%						-
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
38- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (38 + 39 + 40 + 41)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 42)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2019 (j)		
44- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE			0,00		0,00	
44.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino			0,00		0,00	
44.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB			0,00		0,00	

Continuação 3/3

MUNICÍPIO DE AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
45- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	0,00	0,00
46- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
47- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
47.1 Orçamento do Exercício	0,00	0,00
47.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
48- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
49- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
50- (+) Ajustes	0,00	0,00
50.1.(+) Retenções	0,00	0,00
50.2.(-) Valores a recuperar	0,00	0,00
50.3.(+) Outros valores extraorçamentários	0,00	0,00
50.4.(+) Conciliação bancária	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	0,00	0,00

AGUA DOCE, 05/11/2019

EVANDRO CARLOS ZANATTO
PRESIDENTE CPF Nº 01662838948

NILZA APARECIDA MENDES
CONTADORA CRC/SC Nº 016635/O-7

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada.
No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

DEMOSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIA 5º BIMESTRE 2019

Publicação Nº 2216899

Município de AGUA DOCE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Consolidação Administração Direta

R\$ 1,00

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PLANO PREVIDENCIÁRIO			RECEITAS REALIZADAS	
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA		Até o Bimestre/2019	
				Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00		0,00	0,00
Receta de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00		0,00	0,00
Civil	0,00	0,00		0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00		0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00		0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00		0,00	0,00
Militar	0,00	0,00		0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00		0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00		0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00		0,00	0,00
Receta de Contribuições Patronais	0,00	0,00		0,00	0,00
Civil	0,00	0,00		0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00		0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00		0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00		0,00	0,00
Militar	0,00	0,00		0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00		0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00		0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00		0,00	0,00
Receta Patrimonial	0,00	0,00		0,00	0,00
Recetas Imobiliárias	0,00	0,00		0,00	0,00
Recetas de Valores Mobiliários	0,00	0,00		0,00	0,00
Outras Recetas Patrimoniais	0,00	0,00		0,00	0,00
Receta de Serviços	0,00	0,00		0,00	0,00
Outras Recetas Correntes	0,00	0,00		0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00		0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	0,00	0,00		0,00	0,00
Demais Recetas Correntes	0,00	0,00		0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00		0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00		0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00		0,00	0,00
Outras Recetas de Capital	0,00	0,00		0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)	0,00	0,00		0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Consolidação Administração Direta

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018	Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018
ADMINISTRAÇÃO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VII) = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV - VII)²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES						
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA						
Valor						0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS						
Valor						0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS						
APORTES REALIZADOS						
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar						0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS						
			PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			2019		2018	
Caixa e equivalentes de caixa			0,00			0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de AGUA DOCE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Consolidação Administração Direta

	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2019	2018
BENS E DIREITOS DO RPPS		
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00

FONTE:

AGUA DOCE, 05/11/2019

EVANDRO CARLOS ZANATTO NILZA APARECIDA MENDES

PRESIDENTE CPF Nº 0166283894 CONTADORA CRC/SC Nº 016638

DEMOSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL RREO 5º BIMESTRE 2019

Publicação Nº 2216908

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

RRREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)				R\$ 1,00
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO			
	Em 31 Dez 2018 (A)	Em 31 Ago 2019 (B)	Em 31 Out 2019 (C)	
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00		0,00
DEDUÇÕES (II)	0,00	447.153,08		530.127,74
Disponibilidade de Caixa	0,00	447.153,08		530.127,74
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	458.067,00		530.127,74
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	10.913,92		0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00		0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00		0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00		0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00		0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	0,00	0,00		0,00
<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA			
		No Bimestre (Vlc - Vlb)	Jan a Out 2019 (Vlc - Vla)	
VALOR		0,00		0,00
<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				0,00

FONTE:

AGUA DOCE, 05/11/2019

EVANDRO CARLOS ZANATTO
PRESIDENTE CPF Nº 01662838948

NILZA APARECIDA MENDES
CONTADORA CRC/SC Nº 016635/O-7

DEMOSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO RREO 5º BIMESTRE 2019

Publicação Nº 2216998

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	ACIMA DA LINHA	
	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019 RECEITAS REALIZADAS(a)
RECEITAS CORRENTES (I)		0,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
I.P.T.U.	0,00	0,00
I.S.S.	0,00	0,00
I.T.B.I.	0,00	0,00
I.R.R.F.	0,00	0,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
Contribuições	0,00	0,00
Recetta Patrimonial	0,00	0,00
Aplicações Financeiras(II)	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00
Cota-Parte do FPM	0,00	0,00
Cota-Parte do ICMS	0,00	0,00
Cota-Parte do IPVA	0,00	0,00
Cota-Parte do ITR	0,00	0,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I-II-III)	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (V)		0,00
Operação de Crédito(VI)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00

Continua 1/4

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/4

ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019
		RECEITAS REALIZADAS(a)
Outras Alienações de Bens		0,00
Transferências de Capital		0,00
Convênios		0,00
Outras Transferências de Capital		0,00
Outras Receitas de Capital		0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)		0,00
Outras Receitas de Capital Primárias		0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)		0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)		0,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	1.174.000,00	755.142,46	755.142,46	755.142,46	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	830.000,00	564.846,98	564.846,98	564.846,98	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	344.000,00	190.295,48	190.295,48	190.295,48	0,00	0,00	0,00
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	344.000,00	190.295,48	190.295,48	190.295,48	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	1.174.000,00	755.142,46	755.142,46	755.142,46	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	371.000,00	6.963,00	6.963,00	6.963,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	371.000,00	6.963,00	6.963,00	6.963,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	371.000,00	6.963,00	6.963,00	6.963,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/4

Município de AGUA DOCE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/4

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019				RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	1.545.000,00	762.105,46	762.105,46	762.105,46	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIa + XXIIb + XXIIc)]				-762.105,46			
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO				VALOR CORRENTE			
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência				0,00			
JUROS NOMINAIS				Até o Bimestre/2019			
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)				VALOR INCORRIDO			
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)				0,00			
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)				-762.105,46			
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL				VALOR CORRENTE			
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência				0,00			
ABAIXO DA LINHA							
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL		Em 31 Dez 2018(a)		SALDO			
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)						Até o Bimestre/2019(b)	
DEDUÇÕES (XXIX)							
Disponibilidade de Caixa		0,00				0,00	
Disponibilidade de Caixa Bruta		0,00				530.127,74	
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)		0,00				530.127,74	
Demais Haveres Financeiros		0,00				0,00	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXX)		0,00				0,00	
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		530.127,74				-530.127,74	

Continua 3/4

Município de AGUA DOCE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 4/4

AJUSTE METODOLÓGICO	Até o Bimestre/2019
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	0,00
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	0,00
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVII)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVIII) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII)	530.127,74
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXIX) = XXXVIII - (XXV - XXVI)	530.127,74
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

DEMOSTRATIVO DOS SETOR A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO RREO 5º BIMESTRE 2019

Publicação Nº 2216928

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)		RP NÃO PROCESSADOS												R\$ 1,00
PODER/ÓRGÃO		RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES						RP NÃO PROCESSADOS						
		Inscritos		Saldo e = (a+b) - (c+d)	Cancelados (d)	Pagos (c)	Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2018 (g)	Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g) - (i+j)	Saldo Total L=(e+k)	
		Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2018 (b)											
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)		- 0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00	- 0,00	
TOTAL (III) = (I + II):		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

FONTE:

AGUA DOCE, 05/11/2019

EVANDRO CARLOS ZANATTO
PRESIDENTE CPF Nº 01662338948

NILZA APARECIDA MENDES
CONTADORA CRC/SC Nº 0166350-7

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA RREO 5º BIMESTRE 2019

Publicação Nº 2216979

Município de AGUA DOCE - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre	
RECEITAS			
Previsão Inicial			0,00
Previsão Atualizada			0,00
Receitas Realizadas			0,00
Déficit Orçamentário			768.622,26
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)			0,00
DESPESAS			
Dotação Inicial			1.558.500,00
Créditos Adicionais			0,00
Dotação Atualizada			1.558.500,00
Despesas Empenhadas			768.622,26
Despesas Liquidadas			768.622,26
Despesas pagas			768.622,26
Superavit Orçamentário			0,00
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas			768.622,26
Despesas Liquidadas			768.622,26
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			0,00
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO			
Receitas Previdenciárias Realizadas			0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas			0,00
Resultado Previdenciário			0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO			
Receitas Previdenciárias Realizadas			0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas			0,00
Resultado Previdenciário			0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal	0,00	-762.105,46	0,00
Resultado Primário	0,00	-762.105,46	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
			% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	0,00	25%	0,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	0,00	60%	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	
Despesa de Capital Líquida		6.963,00	364.037,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de AGUA DOCE - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA				2019	2029	2039	2054
Plano Previdenciário							
Receitas Previdenciárias				0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias				0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário				0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro							
Receitas Previdenciárias				0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias				0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário				0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS					Valor apurado até o Bimestre		Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos					0,00		0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos					0,00		0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE					Valor apurado até o Bimestre		Limite Constitucional Anual
							% Mínimo a Aplicar no Exercício
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos					0,00		15,00
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP					Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)					0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

AGUA DOCE, 05/11/2019

EVANDRO CARLOS ZANATTO
PRESIDENTE CPF N° 01662838948

NILZA APARECIDA MENDES
CONTADORA CRC/SC N° 016635/O-7

Águas de Chapecó

PREFEITURA

AVISO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº79/2019- PREGÃO PRESENCIAL Nº43/2019-OUTORGA DE PERMISSÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO PARA REALIZAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E EXPLORAÇÃO DA ÁREA DO PARQUE DO CARNAVAL, DURANTE A REALIZAÇÃO DO CARNAVAL REGIONAL DE ÁGUAS DE CHAPECÓ EDIÇÃO 2020.

Publicação Nº 2217300

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº79 /2019
Pregão Presencial RP nº 43/2019

Tipo: maior oferta

Objeto: OUTORGA DE PERMISSÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO PARA REALIZAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E EXPLORAÇÃO DA ÁREA DO PARQUE DO CARNAVAL, DURANTE A REALIZAÇÃO DO CARNAVAL REGIONAL DE ÁGUAS DE CHAPECÓ EDIÇÃO 2020 A REALIZAR-SE NO PERÍODO DE 20 DE FEVEREIRO À 24 DE FEVEREIRO DE 2020.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: até às 14h00min do dia 20 de novembro de 2019
Abertura dos Envelopes: a partir das 14h15min – dia 20 de novembro de 2019.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Porto União, 968, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30h às 11:30h e das 13:00 as 17:00hrs. www.aguasdechapeco.sc.gov.br, e-mail compras@aguasdechapeco.sc.gov.br ou INFORMAÇÕES pelo fone (0**49) 3339.0855.

ÁGUAS DE CHAPECÓ/SC, 05 de novembro de 2019.
LEONIR ANTONIO HENTGES
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO M. Nº 119 - 2019, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2216649

DECRETO Nº 119/2019
De 05 de novembro de 2019

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE OUVIDOR GERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito do município de Águas de Chapecó, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, em especial o Art. 70, VII, da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Decreto nº 053, de 28 de maio de 2019, e demais disposições legais vigentes;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o servidor público municipal Leandro Luis Gusatto – matrícula nº 10.771, ocupante do cargo de Controlador Interno, para exercer as funções de Ouvidor Geral do Poder Executivo, em cumprimento ao disposto no art. 5º do Decreto Municipal nº 053, de 28 de maio de 2019.

Art. 2º As funções do Ouvidor Geral são consideradas, serviços de caráter público relevante ao município, não lhe atribuindo qualquer remuneração, bem como, não caracterizando nenhum tipo de vínculo empregatício.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do município de
Águas de Chapecó/SC, em 05 de novembro de 2019.
LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Prefeito Municipal

Registre e Publique-se.

DECRETO M. Nº 120 - 2019, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2216650

DECRETO Nº 120/2019 De 05 de novembro de 2019	DISPÕE SOBRE AVALIAÇÃO CONTINUADA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 13.460/2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito do município de Águas de Chapecó, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, em especial o Art. 70, VII, da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017, e demais disposições legais vigentes;
--	--

DECRETA:

Art. 1º A cada ano, sempre no mês de novembro, será realizada pesquisa de satisfação para avaliar os serviços prestados, nos seguintes aspectos:

I - Satisfação do usuário com o serviço prestado;

II - qualidade do atendimento prestado ao usuário;

III - cumprimento dos compromissos e prazos definidos para a prestação dos serviços;

IV - quantidade de manifestações de usuários;

V - medidas adotadas pela administração pública para melhoria e aperfeiçoamento da prestação do serviço.

Art. 2º O resultado da avaliação deverá ser integralmente publicado no sítio do órgão ou entidade no mês de dezembro de cada ano, e servirá de subsídio para reorientar e ajustar os serviços prestados, em especial quanto ao cumprimento dos compromissos e dos padrões de qualidade de atendimento divulgados na Carta de Serviços ao Usuário.

Art. 3º Fica a Secretaria Municipal de Administração, responsável pela organização, realização e divulgação da pesquisa de satisfação.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do município de
Águas de Chapecó/SC, em 05 de novembro de 2019.
LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Prefeito Municipal

Registre e Publique-se.

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº. 018/2019**

Publicação Nº 2217153

PORTARIA Nº 018/2019
De 05 de novembro de 2019

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE COMISSÃO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DO INVENTÁRIO PATRIMONIAL DOS BENS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Juraci Almeida da Silva, Presidente do Poder Legislativo Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, em especial as contidas no Regimento Interno da Câmara Municipal e na Lei Orgânica do Município de Águas de Chapecó.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designada a Comissão Especial encarregada de efetuar a realização do inventário patrimonial dos bens, de propriedade do Poder Legislativo Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina:

I — Presidente;

II — Membro;

III — Membro.

Art. 2º - O objetivo da Comissão será realizar o inventário patrimonial de todos os bens de propriedade do Poder Legislativo Municipal, compreendendo a finalidade de identificar, conferir, numerar, contabilizar e atualizar seu valor monetário, com poderes para avaliar aqueles que pelos registros contábeis forem inservíveis.

Art. 3º Caberá ao responsável pelo Controle Interno do Poder Executivo Municipal, o acompanhamento dos serviços da Comissão Especial.

Art. 4º - Esta designação não caracteriza nenhum vínculo empregatício, nem tão pouco será atribuído qualquer tipo de remuneração para os fins desta Portaria, por ser considerado serviço relevante ao Poder Legislativo Municipal.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Poder Legislativo de Águas de Chapecó,
Estado de Santa Catarina, em 05 de novembro de 2019.
JURACI ALMEIDA DA SILVA
Presidente

Publicado e registrado em local de costume.

Águas Frias

PREFEITURA

DECRETO Nº 277/2019

Publicação Nº 2217152

DECRETO Nº 277/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO ROLIM DE MOURA, Prefeito Municipal de Águas Frias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei, em especial a Lei Complementar Municipal nº 02/2001.

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido, nos termos do artigo 70, VI, 75-A e seguintes da Lei Complementar nº 02/2001 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Águas Frias, Licença-Prêmio de 30 (trinta) dias, a servidora pública Municipal Susane Agostineto Bassani, ocupante do cargo de Atendente de Saúde Pública, pelo período integral, a partir de 06/11/2019.

Art. 2º - A Licença-Prêmio concedida tem por base o período aquisitivo de 14/12/2018 a 14/12/2021.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Águas Frias – SC, em 05 de novembro de 2019

RICARDO ROLIM DE MOURA

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado e registrado em data supra.

CEZAR JOSE GOLLO

Sec. Adm. Finanças e Planejamento

DECRETO Nº278/2019

Publicação Nº 2217220

DECRETO Nº 278/2019

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº88/2019, ADJUDICA O OBJETO AO PROPONENTE VENCEDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO ROLIM DE MOURA, Prefeito de Águas Frias, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e com alterações posteriores.

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o Processo Licitatório nº 88/2019, na modalidade de "Inexigibilidade" nº 22/2019, Edital de Credenciamento nº 02/2019, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º - Fica adjudicado o objeto Aquisição de Sementes de Pastagens, Insumos Agrícolas e Ferramentas Agrícolas no valor global de R\$ 2.972,25 (dois mil, novecentos e setenta e dois reais e vinte e cinco centavos), proposta apresentada em favor do proponente: Cooperativa Agroindustrial Alfa – 83.305.235/0006-23 no valor de R\$ 605,85 (seiscentos e cinco reais e oitenta e cinco centavos), Comércio de Produtos Agropecuários Nossa Senhora da Saúde Eireli no valor R\$ 2.366,40 (dois mil, trezentos e sessenta e seis reais e quarenta centavos) para o cumprimento do objeto desta licitação.

Art. 3º - As despesas decorrentes do presente Decreto serão por conta do orçamento Municipal vigente.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Águas Frias – SC, em 05 de novembro de 2019.

RICARDO ROLIM DE MOURA

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

CEZAR JOSE GOLLO

Sec. Adm. Finanças e Planejamento

EXTRATO DE EDITAL DE INEXIGIBILIDADE Nº22/2019

Publicação Nº 2217218

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
Estado de Santa Catarina

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº.: 88/2019

Edital: INEXIGIBILIDADE Nº.: 22/2019

Objeto : AQUISIÇÃO DE SEMENTES DE PASTAGENS, INSUMOS AGRÍCOLAS E FERRAMENTAS AGRÍCOLAS, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº1.255/2019 E EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº2/2019

RICARDO ROLIM DE MOURA Prefeito de Águas Frias, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, torna público para o conhecimento dos interessados que foi realizado Processo Licitatório nº88 /2019 de DISPENSA DE LICITAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE Nº22 /2019, para Aquisição de Sementes de Pastagens, Insumos Agrícolas e Ferramentas Agrícolas,

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Sete de Setembro nº 512, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo fone (049) 3332-0019.

Águas Frias -SC, 05 de novembro de 2019

RICARDO ROLIM DE MOURA

PREFEITO

LEI Nº 1.270/2019

Publicação Nº 2217015

LEI Nº 1.270/2019

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ALIENAR E BAIXAR DO PATRIMÔNIO BENS MÓVEIS PÚBLICOS, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO ROLIM DE MOURA, Prefeito Municipal de Águas Frias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado nos termos desta Lei, a alienar os bens móveis e imóveis públicos listados no Anexo Único da presente Lei.

Parágrafo único - A alienação de que trata a presente Lei será procedida nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, através de Processo Licitatório.

Art. 2ª - O valor de alienação dos bens não poderá ser inferior ao valor mínimo definido por Comissão Municipal de Avaliação designada para este fim, conforme apontado no Anexo Único da presente lei.

Art. 3º - Os bens de que trata o artigo 1º serão alienados no estado de conservação e manutenção que se encontram, por serem considerados como inservíveis para o Município, e após alienados será procedida a devida baixa do patrimônio municipal.

Art. 4º - Os bens não alienados em primeiro leilão poderão ser encaminhados para novo com redução de 20% do valor mínimo para venda.

Art. 5º - Fica o Executivo Municipal autorizado nos termos desta Lei, a baixar do patrimônio público municipal, os bens descritos nos itens 06 a 13 do Anexo Único, considerados inservíveis para a administração pública municipal, caso não surtirem interessados na aquisição.

Art. 6º - Os bens a serem baixados serão descartados em locais apropriados, sendo vedada a doação a particulares.

Art. 7º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente as contidas na Lei 1.247/2019.

Águas Frias – SC, em 05 de novembro de 2019.

RICARDO ROLIM DE MOURA

Prefeito Municipal

A presente Lei foi registrada e publicada em data supra.

CEZAR JOSE GOLLO

Sec. Adm. Finanças e Planejamento

LEI Nº 1.271/2019

Publicação Nº 2217021

LEI Nº 1.271/2019

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR DESPESAS COM AS FESTIVIDADES EM COMEMORAÇÃO AO DIA DO MUNICÍPIO E DE FIM DE ANO.

RICARDO ROLIM DE MOURA, Prefeito Municipal de Águas Frias, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado nos termos desta Lei a efetuar despesas no valor de até R\$ 98.000,00 (noventa e oito mil reais), para realização das festividades em comemoração ao 27º (vigésimo sétimo) ano de Aniversário Político Administrativo e 28º (vigésimo oitavo) ano de emancipação do Município de Águas Frias-SC, bem como para as festividades de fim de ano, a serem realizadas no mês de dezembro de 2019, mais especificamente para despesas com shows artísticos, sonorização, produção audiovisual, material gráfico, ornamentação, iluminação, decoração, segurança, limpeza, serviços de terceiros, fogos de artifício, alimentação e materiais de copa e cozinha.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º - Fica a Secretaria Municipal da Administração, Finanças e Planejamento, responsável pela fiscalização da aplicação dos recursos autorizados pela presente Lei.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Águas Frias - SC, em 05 de novembro de 2019.

RICARDO ROLIM DE MOURA

Prefeito Municipal

A presente Lei foi registrada e publicada em data supra.

CEZAR JOSE GOLLO

Sec. Adm. Finanças e Planejamento

Águas Mornas

PREFEITURA

DECRETO N.º 063/2019 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE.

Publicação Nº 2217673

DECRETO N.º 063/2019
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE.

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32, I, da Lei n.º 931/2018 de 26/10/2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no corrente exercício financeiro, no total de R\$ 39.200,00 (trinta e nove mil e duzentos reais), por conta do provável excesso de arrecadação na fonte de recurso 0.1.06.000210 as seguintes dotações:

05. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0501.10.303.004.2054	Manutenção das Ações da Farmácia Básica	19.200,00
3.3.90.00./0.1.06.000210	Outras Despesas Correntes	19.200,00

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0501.10.301.0004.2053	Manutenção das Ações de Atenção Básica	20.000,00
3.3.90.00./0.1.06.000210	Outras Despesas Correntes	20.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Águas Mornas, 06 de novembro de 2019.

Omero Prim
Prefeito Municipal

Registrado e publicado aos seis dias no mês de novembro do ano de dois mil e dezenove.

Toni Vidal Jochem
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO N.º 064/2019 FAZ REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO DE QUE TRATA O ARTIGO 167, INCISO VI, DA CF/88.

Publicação Nº 2217679

DECRETO N.º 064/2019**FAZ REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO DE QUE TRATA O ARTIGO 167, INCISO VI, DA CF/88.**

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º da Lei n.º 935/2018 de 10/12/2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, VI, da CF/88, a dotação abaixo identificada:

02. GABINETE DO PREFEITO

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0202.04.123.0001.2003	Manutenção do Departamento de Contabilidade e Finanças	15.000,00
ANULA		
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	15.000,00
SUPLEMENTA		
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	15.000,00

05. SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

0503.08.244.0005.2035	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social	6.000,00
ANULA		
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	5.000,00
4.4.90.00/0.1.00.000000	Investimentos	1.000,00
SUPLEMENTA		
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	6.000,00

06. SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0601.26.782.0007.2052	Manutenção das Estradas Vicinais	40.000,00
ANULA		
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	40.000,00
SUPLEMENTA		
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	40.000,00

12. SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO

1201.23.695.0007.2051	Apoio a Ações Voltadas para Turismo	4.600,00
ANULA		
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	3.800,00
3.1.91.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	800,00
SUPLEMENTA		
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	4.600,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Águas Mornas, 06 de novembro de 2019.

Omero Prim
Prefeito Municipal

Registrado e publicado aos seis dias no mês de novembro do ano de dois mil e dezenove.

Toni Vidal Jochem
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº 955/2019 DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2217694

LEI Nº 955/2019

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A Lei Orçamentária do Município de Águas Mornas para o exercício de 2020 será elaborada e executada observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta Lei, compreendendo:

- I** – as metas fiscais de receita, despesa, resultado primário e nominal e montante da dívida;
- II** – as prioridades e metas da administração municipal extraídas do Plano Plurianual para 2018/2021;
- III** – a estrutura dos orçamentos das diversas unidades gestoras;
- IV** – as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- V** – as disposições sobre dívida pública municipal;
- VI** – as disposições sobre as despesas com pessoal e seus encargos;
- VII** – as disposições sobre as alterações na legislação tributária; e
- VIII** – as disposições gerais.

I – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2020, 2021 e 2022, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são aquelas identificadas no **ANEXO I** desta Lei, com os seguintes anexos complementares:

- I** – Anexo I.1 – Demonstrativo da Memória e Metodologia de Cálculo das Metas Fiscais de Receita;
- II** – Anexo I.2 – Demonstrativo das Prioridades e Metas Fiscais para 2020 e Metas Financeiras para 2020, 2021 e 2022;
- III** – Anexo I.2.1 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesas por Programa de Governo;
- IV** – Anexo I.2.2 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesas por Grupo de Natureza de Despesa;
- V** – Anexo I.2.3 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Primário;
- VI** – Anexo I.2.4 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Nominal;
- VII** – Anexo I.2.5 – Demonstrativo da Memória e Metodologia de Cálculo das Metas Fiscais do Montante da Dívida;
- VIII** – Anexo I.3 – Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício de 2020;
- IX** – Anexo I.4 – Demonstrativo das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas para os três Exercícios Anteriores;
- X** – Anexo I.5 – Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido;
- XI** – Anexo I.6 – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- XII** – Anexo I.7 – Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores;
- XIII** – Anexo I.8 – Demonstrativo da Projeção Atuarial do RPPS;
- XIV** – Anexo I.9 – Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- XV** – Anexo I.10 – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;
- XVI** – Anexo II – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;
- XVII** – Anexo III – Demonstrativo dos Projetos Previstos Para Execução em 2020;

XVIII – Anexo IV – Demonstrativo das obras que passarão para 2020 em andamento e que deverão estar incluídas como prioridade nesta Lei de Diretrizes Orçamentárias;
 XIX – Anexo V – Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas Priorizadas nesta Lei de Diretrizes Orçamentárias com aquelas estabelecidas no Plano Plurianual;
 XX – Anexo VI – Demonstrativo da Compatibilização entre a Origem e o Destino dos Recursos;
 XXI – Anexo VII – Demonstrativo da Origem e Destino dos Recursos Vinculados à Saúde; e
 XXII – Anexo VIII – Demonstrativo da Origem e Destino dos Recursos Vinculados ao Ensino.

II – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2020

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2020 são aquelas definidas e demonstradas nos **ANEXOS I, I.1, I.2, I.2.1 a I.2.5 e V**, de que trata o artigo 2º desta Lei.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2020, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei e identificadas nos **ANEXOS I.2 e V**, a fim de compatibilizar a despesa à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa durante a execução orçamentária.

III – DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º Para efeito desta Lei entende-se por:

I – programa - instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;
II – ação - instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa, denominado projeto, atividade ou operação especial;
III – atividade - instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;
IV – projeto - instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitado no tempo, do qual resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;
V – operação especial - despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, da qual não resulta um produto e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;
VI – unidade orçamentária - menor nível da classificação institucional da despesa, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional da despesa;
VII – receita ordinária - aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional ou legal;
VIII – execução física - realização da obra, fornecimento do bem ou serviço pelo contratado;
IX – execução orçamentária - arrecadação da receita, empenho e liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;
X – execução financeira - efetiva utilização dos recursos financeiros mediante pagamento das despesas, inclusive dos restos a pagar já inscritos;
XI – categoria de programação - de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal – nível de classificação da despesa por programa de governo, ou nível de classificação da despesa por projetos, atividades e operações especiais.

Parágrafo único. Cada programa identificará as ações de governo necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Grupo de Natureza de Despesa, Diagnóstico Situacional do Programa ou Ação, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e Financeiras e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria Conjunta STN/SOF nº 2/2012, e alterações posteriores.

Art. 6º O orçamento para o exercício financeiro de 2020 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias, Fundações e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração da Estrutura Organizacional vigente no Município.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2020 evidenciará as Receitas e Despesas de todas as Unidades Gestoras do Município e identificará os códigos das fontes e das destinações dos recursos, especificará os recursos dos Orçamentos Fiscais (OF) e da Seguridade Social (SS) e classificará as despesas por função, subfunção, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001, Portaria Conjunta nº 2/2012 (Manual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público) e alterações posteriores, na forma dos seguintes anexos:

- I** – Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo I da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);
- II** – Demonstrativo da Receita segundo as Categorias Econômicas (Anexo II da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);
- III** – Resumo Geral da Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo III da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);
- IV** – Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);
- V** – Programa de Trabalho de Governo (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);
- VI** – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);
- VII** – Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);
- VIII** – Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas, conforme o vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);
- IX** – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções de Governo (Anexo 9 da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);
- X** – Quadro Demonstrativo da Despesa – QDD – com identificação da Classificação Institucional, Funcional, Programática, Grupo de Natureza da Despesa, Modalidade de Aplicação, Diagnóstico Situacional do Programa ou Ação de Governo, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento;
- XI** – Demonstrativo da Evolução da Receita por Fonte de Recursos, conforme disposto no artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- XII** – Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no art. 14 da LRF (art. 5º, II da LRF);
- XIII** – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (art. 5º, II da LRF);
- XIV** – Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica, conforme disposto no artigo 22 da Lei 4.320/64;
- XV** – Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social (art. 165, § 5º da CF);
- XVI** – Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (art. 5º, I da LRF);
- XVII** – Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2020 (art. 5º, III da LRF);
- XVIII** – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público (art. 44 da LRF);
- XIX** – **Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previstos para o exercício de 2020 (art. 4º, §§ 1º e 9º da LRF);**
- XX** – **Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para 2020 (art. 8º, 50, I da LRF e Portaria STN nº 245/2007);**

§ 1º O orçamento de todas as Unidades Gestoras que acompanham o Orçamento Geral do Município evidenciará suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.

§ 2º Para efeito desta Lei entende-se por Unidade Gestora Central a Prefeitura e, por Unidade Gestora as entidades com orçamento e contabilidade própria.

§ 3º O Quadro Demonstrativo da Despesa – QDD – de que trata o item X deste artigo fixará a despesa para a respectiva Ação de Governo, classificada por Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2001 e alterações posteriores, admitido, dentro de cada Ação ou de cada

Programa de Governo, o remanejamento de dotação de um Grupo de Natureza de Despesa para outro ou de uma Ação de Governo para outra, quando integrante dos programas relacionados à saúde e educação, por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal, conforme previsto no artigo 167, inciso VI da Constituição Federal de 1988.

§ 4º Quando necessário, para atender aos objetivos e metas estabelecidas na Ação de Governo e por não caracterizar crédito adicional especial, é admitido à inclusão de novo Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 8º A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o art. 22, parágrafo único, inciso I da Lei 4.320/64, conterá, no mínimo:

I – Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total;

II – Quadro Demonstrativo dos Tributos e outros créditos lançados e não arrecadados até 2018, identificando o estoque da Dívida Ativa;

III – Quadro Demonstrativo da Evolução da Despesa ao Nível de Função e Grupo de Natureza da Despesa realizada nos exercícios de 2017 e 2018, e despesa fixada para 2019 e 2020;

IV – Quadro Demonstrativo da Despesa Fixada por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa;

V – Quadro Demonstrativo da Evolução das Receitas Correntes Líquidas, Despesas com Pessoal e seu Percentual de Comprometimento, de 2017 a 2020;

VI – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico;

VII – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para Ações e Serviços Públicos de Saúde;

VIII – Demonstrativo da Composição do Ativo e Passivo Financeiro, posição em 31/10/2019;

IX – Quadro Demonstrativo da evolução do Saldo da Dívida Fundada de 2016 a 31/10/2019.

Art. 9º A Reserva de Contingência para as diversas Unidades Gestoras será constituída de até 1,5% (um vírgula cinco por cento) da Receita Corrente Líquida prevista para 2020.

Art. 10 A Reserva de Contingência da Unidade Gestora IPAM será constituída dos recursos que corresponderão ao seu superávit orçamentário.

IV – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 11 A execução da Lei Orçamentária Anual de 2020 obedecerá, entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio de caixa em cada uma das fontes de recursos.

Art. 12 A Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual de 2020 poderão tratar os Fundos Municipais como Unidades Orçamentárias dos Órgãos de vinculação.

§ 1º Os Fundos Municipais tratados como Unidades Orçamentárias terão suas receitas especificadas no orçamento das Unidades Gestoras correspondentes e, estas receitas, por sua vez, deverão estar vinculadas as despesas relacionadas aos objetivos para o qual o Fundo foi instituído.

§ 2º Em cada caso, o titular do Órgão em que o Fundo estiver vinculado será o Gestor do Fundo.

§ 3º Não se inclui na autorização constante do caput deste artigo o Fundo Municipal de Saúde.

Art. 13 Os estudos para definição do Orçamento da Receita para 2020 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, o aparelhamento da máquina arrecadadora, os incentivos fiscais autorizados, a inflação prevista para o período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a evolução da receita arrecadada nos últimos três exercícios.

Parágrafo único. Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 14 Se a receita estimada para 2020, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Poder Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Poder Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do Orçamento da Despesa.

Art. 15 Na execução do orçamento, verificado ao final de cada bimestre que o comportamento da receita poderá comprometer o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional às suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenho e da movimentação financeira nos montantes necessários para preservar o equilíbrio de caixa em cada fonte de recursos e o cumprimento das metas de resultado primário, nominal e montante da dívida.

§ 1º Quando a meta de arrecadação não alcançada se referir as fontes 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários, 0.1.01.000000 – Recursos de Impostos para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico e 0.1.03.000000 – Recursos de Impostos para Ações e Serviços Públicos de Saúde, a limitação de empenho e movimentação financeira recairá sobre dotações financiadas por estas fontes e relacionadas a:

- I – contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidas;
- II – obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
- III – dotações destinadas à manutenção da frota rodoviária municipal e serviços em geral; e
- IV – dotações que não comprometam a execução de serviços considerados essenciais.

§ 2º A limitação de empenho e movimentação financeira será determinada por Decreto do Poder correspondente nos trinta dias subsequentes ao encerramento do respectivo bimestre, por indicação do Setor de Contabilidade.

Art. 16 A geração de despesas obrigatórias de caráter continuado em 2020, demonstrada no **ANEXO I.10** desta Lei será compensada, nos termos do artigo 17, § 2º da LC nº 101/2000, com os recursos do aumento permanente da receita também demonstrado no referido anexo.

Art. 17 Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do **ANEXO II** desta Lei.

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência a eles vinculados e também, se houver, com recursos do excesso de arrecadação e do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2019.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal promoverá a abertura de crédito adicional extraordinário ou encaminhará Projeto de Lei à Câmara propondo abertura de créditos adicionais parciais por conta da anulação parcial ou total de dotações alocadas para Projetos, Atividades ou Operações Especiais, desde que ainda não comprometidas.

§ 3º Não se efetivando até o dia 10/12/2020 os riscos fiscais constantes do Anexo II da Lei de Diretrizes Orçamentárias, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados para abertura de créditos adicionais especiais mediante autorização legislativa específica, ou ainda, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se apresentarem insuficientes, desde que atendidos os passivos contingentes confirmados e não houver resíduo a pagar a título de riscos ou eventos fiscais imprevistos, e o ato não implicar em encerrar o exercício de 2018 com insuficiência de caixa.

§ 4º O anexo de riscos fiscais poderá contemplar também recursos destinados exclusivamente à abertura de créditos adicionais suplementares ao longo do exercício, por ato do Chefe do Poder Executivo, para atender despesas orçadas a menor, ou ainda, para abertura de créditos adicionais por conta de rendimentos de aplicação de recursos de convênios, de forma que estes sejam aplicados no seu objeto.

Art. 18 O orçamento para o exercício de 2020 das Unidades Gestoras reservará recursos de até 1,5% (um vírgula cinco por cento) da Receita Corrente Líquida para passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos de que trata o artigo 4º, §§ 3º e 5º, III da LC 101/2000, conforme **ANEXO II** desta Lei, não considerados aqui os recursos destinados a atender despesas não orçadas ou orçadas a menor, de que trata o § 4º do artigo 17 desta Lei.

Art. 19 Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 20 O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual o desdobramento da receita prevista para 2020 em metas bimestrais de arrecadação por fonte de recursos, a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o equilíbrio de caixa.

Art. 21 Os projetos e atividades prioritizados na Lei Orçamentária para 2020 com dotações financiadas com recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros recursos extraordinários, só serão executados e utilizados a qualquer título se ocorrer ou estiver assegurado o ingresso desses recursos no fluxo de caixa através da assinatura do respectivo convênio, contrato de repasse, carta de intenção de contrato de financiamento ou qualquer outro documento de compromisso de liberação.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação e do superávit financeiro de que trata o artigo 43 da Lei 4.320/64, será realizada em cada fonte de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, conforme disposto nos artigos 8º, parágrafo único e 50, inciso I da Lei de Responsabilidade Fiscal, e orientação constante da Portaria Conjunta STN/SOF nº 2/2012 e alterações posteriores.

§ 2º Na Lei Orçamentária Anual a codificação das contas de Receita e de Despesa será acrescida do código indicado na Tabela de Destinação de Recursos que acompanha o Orçamento da Receita, construída a partir das orientações constantes da Portaria Conjunta STN/SOF nº 2/2012 e alterações posteriores, de forma que o resultado financeiro possa ser evidenciado em cada fonte de recursos.

§ 3º O controle da disponibilidade de caixa em cada fonte de recursos, de que trata o artigo 50, inciso I da Lei Complementar (Federal) nº 101/2000, será realizado no grupo – “Execução da Administração Financeira” – do novo Plano de Contas e será indicada pelo saldo da conta – “Disponibilidade por Destinação de Recursos a Utilizar” –, mediante o registro do ingresso da receita no caixa e registro da liquidação da despesa.

Art. 22 A renúncia e os descontos de receita estimados para o exercício financeiro de 2018, constantes do **ANEXO I.9**, integrará também o Orçamento da Receita em contas redutoras e apresentadas no **ANEXO I.1**, conforme orientação da Portaria Conjunta STN/SOF nº 2/2012 e alterações posteriores, dispensando assim a compensação exigida no artigo 14, II da LRF.

Art. 23 A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas sem fins lucrativos beneficiará somente aquelas de caráter educativo, promoção da saúde, assistência social, recreativo, cultural, esportivo, sindical, desenvolvimento econômico e de cooperação técnica voltada para o fortalecimento do associativismo municipal, e dependerá sempre de autorização em lei específica para cada entidade.

Parágrafo único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão requerer o benefício, acompanhado de plano de aplicação, atender as normas estabelecidas para habilitação à obtenção do recurso e prestar contas no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelas normas de controle interno.

Art. 24 O procedimento administrativo da estimativa do impacto orçamentário-financeiro de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar (Federal) nº 101/2000, deverá ser anexado no processo que abriga os autos da licitação, quando for o caso, antes da publicação do edital, ou ao processo do ato que implicar na geração de despesa.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante em cada exercício financeiro não exceda em duas vezes o valor limite para dispensa de licitação fixada no item I do art. 24 da Lei 8.666/93.

Art. 25 As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre os projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito.

Parágrafo único. As obras em andamento e os gastos programados para conservação do patrimônio público extraídas do Relatório sobre Projetos em Execução e a Executar - **ANEXO III**, de que trata o artigo 3º da IN TCE nº 02/2001, estão demonstrados no **ANEXO IV** desta Lei.

Art. 26 Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal de Águas Mornas quando firmadas por convênios, acordos ou ajustes e com a devida previsão de recursos na Lei Orçamentária.

Art. 27 A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2020 a preços projetados para 2020.

Art. 28 A execução do Orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação das despesas no mínimo por elemento de despesa de que trata a Portaria STN nº 163/2001, no momento do empenho da despesa.

Art. 29 Durante a execução orçamentária de 2020 o Executivo Municipal, autorizado por lei específica, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que estes se enquadrem nas prioridades para o exercício de 2020.

Art. 30 O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, será desenvolvido de forma a apurar os gastos, por exemplo: dos programas, das ações de governo, do m² da construção, do m² da pavimentação, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros.

Parágrafo único. Os gastos dos serviços e das obras realizadas serão apurados a partir das metas físicas e financeiras realizadas através das operações orçamentárias e relatórios de produção fornecidos pelos titulares das Secretarias, Autarquias, Fundações e Fundos.

Art. 31 As ações de governo priorizadas por esta Lei e extraídas do Plano Plurianual, conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas – **ANEXO IX** e contemplado na Lei Orçamentária para 2020, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara, até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas.

Art. 32 Na execução da Lei Orçamentária de 2020 o Executivo está autorizado, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares por ato próprio, até o limite de 30% (trinta por cento) da Receita Prevista, utilizando como fonte de recursos, desde que não comprometidos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação em cada fonte de recursos, observada a tendência do exercício;

II – o superávit financeiro do exercício anterior em cada fonte de recursos; e

III – o produto de operações de crédito autorizadas.

Art. 33 Na execução da Lei Orçamentária de 2020 fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares nos projetos, atividades e operações especiais integrantes do mesmo programa de governo, utilizando como fonte de recursos a anulação de até 20% de cada dotação fixada para estes mesmos projetos, atividades e operações especiais.

§ 1º Os créditos adicionais suplementares se caracterizam pela elevação da dotação fixada para o projeto, atividade ou operação especial, ainda que decorrente da inclusão de novo Grupo de Natureza de Despesa.

§ 2º Eventuais alterações das fontes de financiamentos de cada projeto, atividade ou operações especiais para adequação das disponibilidades de caixa, poderão ser efetuadas por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 34 Os gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino básico, gastos com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício e gastos com ações e serviços públicos de saúde serão apurados no mínimo bimestralmente para avaliação do cumprimento do percentual mínimo estabelecido na Constituição Federal, na forma dos demonstrativos indicados nos incisos VI e VII do artigo 8º desta Lei.

§ 1º Para efeito de apuração dos gastos mínimos com manutenção e desenvolvimento do ensino básico – MDEB – será considerado as contribuições ao FUNDEB e as despesas empenhadas e/ou liquidadas na fonte de recursos 0.1.01.000000 – Recursos de Impostos para MDEB, até o período de referência.

§ 2º Para efeito de apuração dos gastos mínimos com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício será considerado as despesas empenhadas e/ou liquidadas na fonte de recursos 0.1.12.000000 – Remuneração dos Profissionais do Magistério em efetivo Exercício, até o período de referência.

§ 3º Para efeito de apuração dos gastos mínimos com ações e serviços públicos de saúde – ASPS – será considerado as despesas empenhadas e/ou liquidadas na fonte de recursos 0.1.03.000000 – Recursos de Impostos para ASPS, até o período de referência.

V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 35 A Lei Orçamentária de 2020 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento de Despesas de Capital, observados os limites de endividamento fixado nas Resoluções do Senado nº 40/2001, 43/2002 e alterações posteriores.

Art. 36 Ultrapassando o limite global de endividamento definido no artigo 35 desta Lei, enquanto perdurar o excesso o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no artigo 15 desta Lei.

VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 37 O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei ou ato próprio quando cabível, poderão em 2020 criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou contratar pessoal para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma da lei municipal que regula a matéria, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na Lei Orçamentária para 2020 ou em créditos adicionais.

Art. 38 Nos casos de necessidade temporária de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores mesmo quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 39 O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal, caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal:

- I – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- II – eliminação de vantagens e gratificações concedidas a servidores;
- III – eliminação das despesas com horas extras;
- IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 40 Para efeito desta Lei e registros contábeis entende-se como terceirização de mão de obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão de obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Águas Mornas, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros ou não se refira a complementação de serviços da administração.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão de obra envolver também fornecimento de materiais, utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros e referir-se a serviços complementares, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em elementos de despesa diverso do “34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização”.

VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 41 O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do Orçamento da Receita e ser objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes.

Art. 42 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei específica, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Art. 43 O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária para 2020 à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2019.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no caput deste artigo.

§ 2º Se a Lei Orçamentária Anual não for devolvida para sanção até o primeiro dia útil do exercício financeiro de 2020, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 (um doze avos) das dotações fixadas para despesas operacionais e constantes na proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 44 Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência momentânea de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 45 Os créditos especiais e extraordinários abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos pelos seus saldos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 46 O Executivo Municipal está autorizado em 2020 a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não e, eventualmente, confessar e parcelar dívidas para com a Receita Federal do Brasil.

Art. 47 Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Águas Mornas, 06 de novembro de 2019.

OMERO PRIM
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente Lei aos seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove.

Toni Vidal Jochem
Secretário Municipal de Administração
e Finanças

ANEXO I

Art. 4º, § 1º da LRF

METAS FISCAIS ANUAIS

R\$ 1.000,00

Especificação	Metas para 2020			Metas para 2021			Metas para 2022		
	Valor Corrente	Valor Constant e 2020	% PIB	Valor Corrente	Valor Constant e 2020	% PIB	Valor Corrente	Valor Constant e 2020	% PIB
Receita Total	31.597,0	31.597,0	0,0101	29.095,0	27.976,0	0,0083	30.641,0	28.329,3	0,0078
Receitas Primárias (I)	23.768,0	23.768,0	0,0076	25.915,0	24.918,3	0,0074	27.272,0	25.214,5	0,0070
Despesa Total	31.597,0	31.597,0	0,0101	29.095,0	27.976,0	0,0083	30.641,0	28.329,3	0,0078
Despesas Primárias (II)	28.771,0	28.771,0	0,0092	26.324,0	25.311,5	0,0075	27.703,0	25.613,0	0,0071
Resultado Primário (I-II)	-5.003,0	-5.003,0	-	-409,0	-	-	-431,0	-	-
			0,0016		-393,3	0,0001		-398,5	0,0001
Resultado Nominal	4.857,8	4.857,8	0,0016	23,3	22,4	0,0000	3,1	2,9	0,0000
Dívida Públ. Consolidada	4.830,0	4.830,0	0,0015	4.830,0	4.644,2	0,0014	4.828,0	4.463,8	0,0012
Dívida Consol. Líquida	3.940,1	3.940,1	0,0013	3.963,4	3.811,0	0,0011	3.966,5	3.667,3	0,0010

Notas:

* A norma indica o uso do PIB Estadual.

1. Projeção do PIB do Estado de Santa Catarina com base em índices de inflação c/c o crescimento econômico:

Variáveis	Em milhões de R\$							
	2014	2015	2016*	2017	2018	2019	2020	2021
PIB	242.553	249.007	256.661	266.876	279.652	295.158	313.103	335.395
Δ Nominal	13,21%	2,67%	3,07%	3,98%	4,78%	5,54%	6,08%	7,12%
Δ Real	6,39%	7,23%	3,02%	1,00%	1,00%	1,00%	2,00%	3,00%
IPCA	6,41%	10,67%	6,29%	2,95%	3,75%	4,50%	4,00%	4,00%

*Último valor do PIB divulgado pelo IBGE.

ANEXO I.1

UNIDADE GESTORA – PREFEITURA

Art. 4º, §§ 1º e 2º, II da LRF

CÓDIGO DA RECEITA	Código da Destinação dos Recursos	ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	Exercício		
			2020	2021	2022
1.0.0.0.00.0.00.00		RECEITAS CORRENTES	24.734.200,00	26.280.400,00	27.804.200,00
1.1.0.0.00.0.00.00		Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.813.000,00	2.978.000,00	3.157.000,00
1.1.1.0.00.0.00.00		Impostos	2.320.000,00	2.458.000,00	2.599.000,00
1.1.1.3.03.0.00.00		Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	482.000,00	510.000,00	541.000,00
1.1.1.3.03.1.00.00		Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	482.000,00	510.000,00	541.000,00
1.1.1.3.03.1.1.00.00		Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	482.000,00	510.000,00	541.000,00
1.1.1.3.03.1.1.01.00	0.1.00.000000	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal			
1.1.1.3.03.1.1.02.00	0.1.01.000000	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal			
1.1.1.3.03.1.1.03.00	0.1.03.000000	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal			
1.1.1.8.00.0.00.00		Impostos Específicos de Estados/DF Municípios	1.838.000,00	1.948.000,00	2.058.000,00
1.1.1.8.01.0.00.00		Impostos sobre o Patrimônio para Estados/DF/Municípios	399.000,00	423.000,00	440.000,00
1.1.1.8.01.1.00.00		Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	196.000,00	208.000,00	212.000,00
1.1.1.8.01.1.1.00.00		Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	160.000,00	170.000,00	172.000,00
1.1.1.8.01.1.1.01.00		Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	160.000,00	170.000,00	172.000,00
1.1.1.8.01.1.1.01.01	0.1.00.000000	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal			
1.1.1.8.01.1.1.01.02	0.1.01.000000	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal			
1.1.1.8.01.1.1.01.03	0.1.03.000000	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal			
1.1.1.8.01.1.2.00.00		Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros	1.000,00	1.000,00	1.000,00
1.1.1.8.01.1.2.01.00		Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros	1.000,00	1.000,00	1.000,00
1.1.1.8.01.1.2.01.01	0.1.00.000000	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros			
1.1.1.8.01.1.2.01.02	0.1.01.000000	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros			
1.1.1.8.01.1.2.01.03	0.1.03.000000	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros			
1.1.1.8.01.1.3.00.00		Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa			
1.1.1.8.01.1.3.01.00		Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa	20.000,00	21.000,00	22.000,00
1.1.1.8.01.1.3.01.01	0.1.00.000000	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa			
1.1.1.8.01.1.3.01.02	0.1.01.000000	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa			
1.1.1.8.01.1.3.01.03	0.1.03.000000	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa			
1.1.1.8.01.1.4.00.00		Imposto s/ a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa - Multas e Juros	15.000,00	16.000,00	17.000,00

1.1.1.8.01.1.4.01.00		Imposto s/ a Propr. Predial e Ter. Urbana - Dívida Ativa - Multas e Juros	15.000,00	16.000,00	17.000,00
1.1.1.8.01.1.4.01.01	0.1.00.000000	Imposto s/ a Propr. Predial e Ter. Urbana - Dívida Ativa - Multas e Juros			
1.1.1.8.01.1.4.01.02	0.1.01.000000	Imposto s/ a Propr. Predial e Ter. Urbana - Dívida Ativa - Multas e Juros			
1.1.1.8.01.1.4.01.03	0.1.03.000000	Imposto s/ a Propr. Predial e Ter. Urbana - Dívida Ativa - Multas e Juros			
1.1.1.8.01.4.0.00.00		ITBI			
1.1.1.8.01.4.1.00.00		ITBI - Principal	203.000,00	215.000,00	228.000,00
1.1.1.8.01.4.1.01.00		ITBI - Principal	200.000,00	212.000,00	225.000,00
1.1.1.8.01.4.1.01.01	0.1.00.000000	ITBI - Principal			
1.1.1.8.01.4.1.01.02	0.1.01.000000	ITBI - Principal			
1.1.1.8.01.4.1.01.03	0.1.03.000000	ITBI - Principal			
1.1.1.8.01.4.2.00.00		ITBI - Multas e Juros	1.000,00	1.000,00	1.000,00
1.1.1.8.01.4.2.01.00		ITBI - Multas e Juros	1.000,00	1.000,00	1.000,00
1.1.1.8.01.4.2.01.01	0.1.00.000000	ITBI - Multas e Juros			
1.1.1.8.01.4.2.01.02	0.1.01.000000	ITBI - Multas e Juros			
1.1.1.8.01.4.2.01.03	0.1.03.000000	ITBI - Multas e Juros			
1.1.1.8.01.4.3.00.00		ITBI - Dívida Ativa	1.000,00	1.000,00	1.000,00
1.1.1.8.01.4.3.01.00		ITBI - Dívida Ativa	1.000,00	1.000,00	1.000,00
1.1.1.8.01.4.3.01.01	0.1.00.000000	ITBI - Dívida Ativa			
1.1.1.8.01.4.3.01.02	0.1.01.000000	ITBI - Dívida Ativa			
1.1.1.8.01.4.3.01.03	0.1.03.000000	ITBI - Dívida Ativa			
1.1.1.8.01.4.4.00.00		ITBI - Dívida Ativa - Multas e Juros	1.000,00	1.000,00	1.000,00
1.1.1.8.01.4.4.01.00		ITBI - Dívida Ativa - Multas e Juros	1.000,00	1.000,00	1.000,00
1.1.1.8.01.4.4.01.01	0.1.00.000000	ITBI - Dívida Ativa - Multas e Juros			
1.1.1.8.01.4.4.01.02	0.1.01.000000	ITBI - Dívida Ativa - Multas e Juros			
1.1.1.8.01.4.4.01.03	0.1.03.000000	ITBI - Dívida Ativa - Multas e Juros			
1.1.1.8.02.0.0.00.00		Impostos sobre a Produção, Circulação de Mercadorias e Serviços	1.439.000,00	1.525.000,00	1.618.000,00
1.1.1.8.02.3.0.00.00		Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	1.439.000,00	1.525.000,00	1.618.000,00
1.1.1.8.02.3.1.00.00		Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	986.000,00	1.045.000,00	1.108.000,00
1.1.1.8.02.3.1.01.00		Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	986.000,00	1.045.000,00	1.108.000,00
1.1.1.8.02.3.1.01.01	0.1.00.000000	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal			
1.1.1.8.02.3.1.01.02	0.1.01.000000	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal			
1.1.1.8.02.3.1.01.03	0.1.03.000000	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal			
1.1.1.8.02.3.2.00.00		Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e Juros	5.000,00	6.000,00	7.000,00
1.1.1.8.02.3.2.01.00		Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e Juros	5.000,00	6.000,00	7.000,00

1.1.1.8.02.3.2.01.01	0.1.00.000000	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e Juros				
1.1.1.8.02.3.2.01.02	0.1.01.000000	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e Juros				
1.1.1.8.02.3.2.01.03	0.1.03.000000	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e Juros				
1.1.1.8.02.3.3.00.00		Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa	352.000,00	373.000,00	395.000,00	
1.1.1.8.02.3.3.01.00		Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa	352.000,00	373.000,00	395.000,00	
1.1.1.8.02.3.3.01.01	0.1.00.000000	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa				
1.1.1.8.02.3.3.01.02	0.1.01.000000	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa				
1.1.1.8.02.3.3.01.03	0.1.03.000000	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa				
1.1.1.8.02.3.4.00.00		Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa - Multas e Juros	96.000,00	101.000,00	108.000,00	
1.1.1.8.02.3.4.01.00		Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa - Multas e Juros	96.000,00	101.000,00	108.000,00	
1.1.1.8.02.3.4.01.01	0.1.00.000000	Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa - Multas e Juros				
1.1.1.8.02.3.4.01.02	0.1.01.000000	Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa - Multas e Juros				
1.1.1.8.02.3.4.01.03	0.1.03.000000	Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa - Multas e Juros				
1.1.2.0.00.0.0.00.00		Taxas				
1.1.2.8.00.0.0.00.00		Taxas - Específicas de Estados, DF e Municípios	493.000,00	520.000,00	558.000,00	
1.1.2.8.01.0.0.00.00		Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	493.000,00	520.000,00	558.000,00	
1.1.2.8.01.9.0.00.00		Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização Outras	216.000,00	225.000,00	244.000,00	
1.1.2.8.01.9.1.00.00		Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	216.000,00	225.000,00	244.000,00	
1.1.2.8.01.9.1.01.00	0.1.00.000000	Taxa de Licença p/Functo. de Estab. Com., Ind. e Prest. de Serviços	193.000,00	202.000,00	221.000,00	
1.1.2.8.01.9.1.02.00	0.1.00.000000	Taxa de Fiscalização Sanitária	85.000,00	90.000,00	95.000,00	
1.1.2.8.01.9.1.03.00	0.1.00.000000	Taxa de Licença para Execução de Obras	70.000,00	73.000,00	86.000,00	
1.1.2.8.01.9.1.04.00	0.1.00.000000	Taxa de Fiscalização e Controle Ambiental	2.000,00	2.000,00	2.000,00	
1.1.2.8.01.9.1.05.00	0.1.45.000000	Taxa de Prestação de Serviços e Manutenção - FUNREBOM	1.000,00	1.000,00	1.000,00	
1.1.2.8.01.9.2.00.00		Taxa de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros	35.000,00	36.000,00	37.000,00	
1.1.2.8.01.9.2.01.00	0.1.00.000000	Taxa de Lic. p/Functo. de Estab. Com., Ind. e Prest. de Serviços - MJ	5.000,00	5.000,00	5.000,00	
1.1.2.8.01.9.2.02.00	0.1.00.000000	Taxa de Fiscalização Sanitária - MJ	1.000,00	1.000,00	1.000,00	
1.1.2.8.01.9.2.03.00	0.1.00.000000	Taxa de Licença para Execução de Obras - Multas e Juros	1.000,00	1.000,00	1.000,00	
1.1.2.8.01.9.2.04.00	0.1.00.000000	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Multas e Juros	1.000,00	1.000,00	1.000,00	
1.1.2.8.01.9.2.05.00	0.1.45.000000	Taxa de Prestação de Serviços e Manutenção - FUNREBOM	1.000,00	1.000,00	1.000,00	
1.1.2.8.01.9.3.00.00		Taxa de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa				
1.1.2.8.01.9.3.01.00	0.1.00.000000	Tx. Lic. p/Functo. Estab. Com., Ind. e Prest. de Serviços - Dívida Ativa	9.000,00	9.000,00	9.000,00	
1.1.2.8.01.9.3.02.00	0.1.00.000000	Taxa de Fiscalização Sanitária - DA	5.000,00	5.000,00	5.000,00	
1.1.2.8.01.9.3.03.00	0.1.00.000000	Taxa de Licença para Execução de Obras - Dívida Ativa	1.000,00	1.000,00	1.000,00	
1.1.2.8.01.9.3.04.00	0.1.00.000000	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Dívida Ativa	1.000,00	1.000,00	1.000,00	
1.1.2.8.01.9.3.05.00	0.1.45.000000	Taxa de Prestação de Serviços e Manutenção - FUNREBOM	1.000,00	1.000,00	1.000,00	

[illegible]

1.3.0.0.00.0.0.00.00	Receita Patrimonial		39.000,00	41.000,00	42.000,00
1.3.2.0.00.0.0.00.00	Valores Mobiliários		39.000,00	41.000,00	42.000,00
1.3.2.1.00.0.0.00.00	Juros e Correções Monetárias		39.000,00	41.000,00	42.000,00
1.3.2.1.00.1.0.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários		39.000,00	41.000,00	42.000,00
1.3.2.1.00.1.1.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal		39.000,00	41.000,00	42.000,00
1.3.2.1.00.1.1.01.00	RDB - Recursos Vinculados		24.000,00	21.000,00	21.000,00
1.3.2.1.00.1.1.01.01	RDB - FUNDEB	0.1.12.000000	2.000,00	2.000,00	2.000,00
1.3.2.1.00.1.1.01.02	RDB - Salário Educação	0.1.07.000000	1.000,00	1.000,00	1.000,00
1.3.2.1.00.1.1.01.03	RDB - CIDE	0.1.11.000000	1.000,00	1.000,00	1.000,00
1.3.2.1.00.1.1.01.04	RDB - PNAE	0.1.09.000000	1.000,00	1.000,00	1.000,00
1.3.2.1.00.1.1.01.05	RDB - PNATE	0.1.10.000000	1.000,00	1.000,00	1.000,00
1.3.2.1.00.1.1.01.06	RDB - Convênio Transporte Escolar	0.1.30.000000	1.000,00	1.000,00	1.000,00
1.3.2.1.00.1.1.01.07	Multas Previstas na Legislação de Trânsito - Parte da Polícia Civil/Militar	0.1.26.000000	1.000,00	1.000,00	1.000,00
1.3.2.1.00.1.1.01.08	Multas Previstas na Legislação de Trânsito - Parte do Município	0.1.27.000000	1.000,00	1.000,00	1.000,00
1.3.2.1.00.1.1.01.10	RDB - COSIP	0.1.44.000000	1.000,00	1.000,00	1.000,00
1.3.2.1.00.1.1.01.11	RDB - FUNREBOM	0.1.45.000000	1.000,00	1.000,00	1.000,00
1.3.2.1.00.1.1.01.12	RDB - Conv. MEC/FNDE - Ampliação da Rede Física de Ensino Fundamental	0.1.70.000029	1.000,00	0,00	0,00
1.3.2.1.00.1.1.01.13	RDB - Convênio MEC/FNDE - Aquisição de Ônibus	0.1.70.000011	1.000,00	0,00	0,00
1.3.2.1.00.1.1.01.14	RDB - Convênio MEC/FNDE - Ampliação da Rede Física de Ensino Infantil	0.1.70.000035	0,00	0,00	0,00
1.3.2.1.00.1.1.01.15	RDB - Convênio SES - Aquisição de Veículo	0.1.71.000016	1.000,00	0,00	0,00
1.3.2.1.00.1.1.01.16	RDB - Convênios Ministério das Cidades - Pavimentação de Ruas	0.1.70.000032	1.000,00	1.000,00	1.000,00
1.3.2.1.00.1.1.01.17	RDB - Convênio SDR - Pavimentação de Ruas	0.1.71.000015	1.000,00	1.000,00	1.000,00
1.3.2.1.00.1.1.01.29	RDB - Índice de Gestão Descentralizada - IGDBF	0.1.31.000000	1.000,00	1.000,00	1.000,00
1.3.2.1.00.1.1.01.30	RDB - PNAE	0.1.14.000000	1.000,00	1.000,00	1.000,00
1.3.2.1.00.1.1.01.31	RDB - Brasil Carinhoso - Apoio a Creches	0.1.35.000000	1.000,00	1.000,00	1.000,00
1.3.2.1.00.1.1.01.44	RDB - Bloco de Custeio de Ações de Serviço Público de Saúde	0.1.06.000208	1.000,00	1.000,00	1.000,00
1.3.2.1.00.1.1.01.45	RDB - Bloco de Investimento de Ações de Serviço Público de Saúde	0.1.06.000209	0,00	0,00	0,00
1.3.2.1.00.1.1.01.46	RDB - Bloco de Custeio de Ações de Serviço Público de Saúde - Estado	0.1.06.000210	1.000,00	1.000,00	1.000,00
1.3.2.1.00.1.1.01.47	RDB - APAE	0.1.29.000000	1.000,00	1.000,00	1.000,00
1.3.2.1.00.1.1.01.48	RDB - FIA	0.1.21.000000	1.000,00	1.000,00	1.000,00
1.3.2.1.00.1.1.01.50	RDB - Proteção Social Básica	0.1.50.000000	1.000,00	1.000,00	1.000,00
1.3.2.1.00.1.1.02.00	RDB de Recursos não Vinculados		15.000,00	20.000,00	21.000,00
1.3.2.1.00.1.1.02.99	RDB de Recursos Ordinários	0.1.00.000000	15.000,00	20.000,00	21.000,00
1.6.0.0.00.0.0.00.00	Receita de Serviços		66.000,00	70.000,00	74.000,00
1.6.1.0.00.0.0.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		10.000,00	11.000,00	12.000,00
1.6.1.0.02.0.0.00.00	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos		10.000,00	11.000,00	12.000,00
1.6.1.0.02.1.0.00.00	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos		10.000,00	11.000,00	12.000,00
1.6.1.0.02.1.1.00.00	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	0.1.00.000000	10.000,00	11.000,00	12.000,00

1.6.2.0.00.0.0.00.00	Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte		1.000,00	1.000,00	1.000,00
1.6.2.0.02.0.0.00.00	Serviços de Transporte		1.000,00	1.000,00	1.000,00
1.6.2.0.02.1.0.00.00	Serviços de Transporte		1.000,00	1.000,00	1.000,00
1.6.2.0.02.1.1.00.00	Serviços de Transporte - Principal	0.1.00.000000	1.000,00	1.000,00	1.000,00
1.6.9.0.00.0.0.00.00	Outros Serviços		55.000,00	58.000,00	61.000,00
1.6.9.0.99.0.0.00.00	Outros Serviços		55.000,00	58.000,00	61.000,00
1.6.9.0.99.1.0.00.00	Outros Serviços		55.000,00	58.000,00	61.000,00
1.6.9.0.99.1.1.00.00	Outros Serviços - Principal		55.000,00	58.000,00	61.000,00
1.6.9.0.99.1.1.01.00	Serviços de Preparação da Terra em Propriedades Particulares	0.1.00.000000	55.000,00	58.000,00	61.000,00
1.7.0.0.00.0.0.00.00	Transferências Correntes		21.241.000,00	22.512.000,00	23.859.000,00
1.7.1.0.00.0.0.00.00	Transferências da União e de suas Entidades		11.608.000,00	12.301.000,00	13.034.000,00
1.7.1.8.00.0.0.00.00	Transferências da União - Específicas de Estado, DF e Municípios		11.608.000,00	12.301.000,00	13.034.000,00
1.7.1.8.01.0.0.00.00	Participação na Receita da União		9.360.000,00	9.922.000,00	10.516.000,00
1.7.1.8.01.2.0.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal		8.410.000,00	8.915.000,00	9.449.000,00
1.7.1.8.01.2.1.00.00	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal		8.410.000,00	8.915.000,00	9.449.000,00
1.7.1.8.01.2.1.01.00	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal	0.1.00.000000			
1.7.1.8.01.2.1.02.00	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal	0.1.01.000000			
1.7.1.8.01.2.1.03.00	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal	0.1.03.000000			
1.7.1.8.01.3.0.00.00	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de dezembro		380.000,00	403.000,00	427.000,00
1.7.1.8.01.3.1.00.00	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal		380.000,00	403.000,00	427.000,00
1.7.1.8.01.3.1.01.00	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de dezembro	0.1.00.000000			
1.7.1.8.01.3.1.02.00	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de dezembro	0.1.01.000000			
1.7.1.8.01.4.0.00.00	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho		380.000,00	403.000,00	427.000,00
1.7.1.8.01.4.1.00.00	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal		380.000,00	403.000,00	427.000,00
1.7.1.8.01.4.1.01.00	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho	0.1.00.000000			
1.7.1.8.01.4.1.02.00	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho	0.1.01.000000			
1.7.1.8.01.5.0.00.00	Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade Rural		190.000,00	201.000,00	213.000,00
1.7.1.8.01.5.1.00.00	Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade Rural - Principal		190.000,00	201.000,00	213.000,00
1.7.1.8.01.5.1.01.00	Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade Rural	0.1.00.000000			
1.7.1.8.01.5.1.02.00	Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade Rural	0.1.01.000000			
1.7.1.8.01.5.1.03.00	Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade Rural	0.1.03.000000			
1.7.1.8.02.0.0.00.00	Transf. da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais		231.000,00	245.000,00	259.000,00
1.7.1.8.02.2.0.00.00	Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM		1.000,00	1.000,00	1.000,00
1.7.1.8.02.2.1.00.00	Cota-parte da Comp. Financeira Recursos Minerais - CFEM - Principal	0.1.00.000000	1.000,00	1.000,00	1.000,00
1.7.1.8.02.3.0.00.00	Cota-parte Royalties - Comp. Financ. p/ Prod. de Petr. - Lei nº 7.990/89		230.000,00	244.000,00	258.000,00
1.7.1.8.02.3.1.00.00	Cota-parte Royalties - Comp. Financeira p/ Prod. de Petr. - Lei nº 7.990/89 - Princ.	0.1.00.000000	230.000,00	244.000,00	258.000,00

1.7.1.8.03.0.0.00.00	Transf. Rec. Sistema Único de Saúde – SUS – Bloco Custeio das ASPS		1.440.000,00	1.523.000,00	1.613.000,00
1.7.1.8.03.1.0.00.00	Transferência de Recursos do SUS - Atenção Básica		1.010.000,00	1.068.000,00	1.132.000,00
1.7.1.8.03.1.1.00.00	Transferência de Recursos do SUS – Atenção Básica - Principal	0.1.06.000208	1.010.000,00	1.068.000,00	1.132.000,00
1.7.1.8.03.2.0.00.00	Transf. Recursos do SUS - Atenção de Média e Alta Complexidade Amb. Hosp.		350.000,00	371.000,00	393.000,00
1.7.1.8.03.2.1.00.00	Transf. Recursos do SUS - Atenção de Média e Alta Complexidade Amb. Hosp.	0.1.06.000208	350.000,00	371.000,00	393.000,00
1.7.1.8.03.3.0.00.00	Transferência de Recursos do SUS - Vigilância em Saúde		40.000,00	42.000,00	44.000,00
1.7.1.8.03.3.1.00.00	Transferência de Recursos do SUS - Vigilância em Saúde - Principal	0.1.06.000208	40.000,00	42.000,00	44.000,00
1.7.1.8.03.4.0.00.00	Transferência de Recursos do SUS - Assistência Farmacêutica		40.000,00	42.000,00	44.000,00
1.7.1.8.03.4.1.00.00	Transferência de Recursos do SUS - Assistência Farmacêutica - Principal	0.1.06.000208	40.000,00	42.000,00	44.000,00
1.7.1.8.05.0.0.00.00	Transferências de Recursos do FNDE		517.000,00	548.000,00	580.000,00
1.7.1.8.05.1.0.00.00	Transferências do Salário-Educação		296.000,00	314.000,00	333.000,00
1.7.1.8.05.1.1.00.00	Transferências do Salário-Educação - Principal	0.1.07.000000	296.000,00	314.000,00	333.000,00
1.7.1.8.05.3.0.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE		85.000,00	90.000,00	95.000,00
1.7.1.8.05.3.1.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE - Principal		85.000,00	90.000,00	95.000,00
1.7.1.8.05.3.1.01.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE - Principal	0.1.09.000000	25.000,00	26.000,00	27.000,00
1.7.1.8.05.3.1.02.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE - Principal	0.1.14.000000	60.000,00	64.000,00	68.000,00
1.7.1.8.05.4.0.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE		116.000,00	123.000,00	130.000,00
1.7.1.8.05.4.1.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE - Principal		116.000,00	123.000,00	130.000,00
1.7.1.8.05.4.1.01.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE - Principal	0.1.10.000000	116.000,00	123.000,00	130.000,00
1.7.1.8.05.9.0.00.00	Outras Transferências Diretas do FNDE		20.000,00	21.000,00	22.000,00
1.7.1.8.05.9.1.00.00	Outras Transferências Diretas do FNDE - Principal		20.000,00	21.000,00	22.000,00
1.7.1.8.05.9.1.01.00	Brasil Carmoso – Apoio a Creches	0.1.35.000000	20.000,00	21.000,00	22.000,00
1.7.1.8.06.0.0.00.00	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96		20.000,00	21.000,00	22.000,00
1.7.1.8.06.1.0.00.00	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96		20.000,00	21.000,00	22.000,00
1.7.1.8.06.1.1.00.00	Transf. Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96 – Principal		20.000,00	21.000,00	22.000,00
1.7.1.8.06.1.1.01.00	Transf. Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96	0.1.00.000000			
1.7.1.8.06.1.1.02.00	Transf. Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96	0.1.01.000000			
1.7.1.8.06.1.1.03.00	Transf. Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96	0.1.03.000000			
1.7.1.8.12.0.0.00.00	Transferências de Recursos do FNAS		20.000,00	21.000,00	22.000,00
1.7.1.8.12.1.0.00.00	Transferências de Recursos do FNAS		20.000,00	21.000,00	22.000,00
1.7.1.8.12.1.1.00.00	Transferências de Recursos do FNAS - Principal		20.000,00	21.000,00	22.000,00
1.7.1.8.12.1.1.01.00	Bloco da Gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único		20.000,00	21.000,00	22.000,00
1.7.1.8.12.1.1.01.01	Índice de Gestão Descentralizada – IGIDBF	0.1.31.000000	18.000,00	19.000,00	20.000,00
1.7.1.8.12.1.1.01.02	APAE	0.1.29.000000	2.000,00	2.000,00	2.000,00
1.7.1.8.99.0.0.00.00	Outras Transferências da União		20.000,00	21.000,00	22.000,00
1.7.1.8.99.1.0.00.00	Outras Transferências da União		20.000,00	21.000,00	22.000,00
1.7.1.8.99.1.1.00.00	Outras Transferências da União - Principal		20.000,00	21.000,00	22.000,00

1.7.1.8.99.1.1.01.00	0.1.00.000000	Auxílio Financeiro para Fomento às Exportações	20.000,00	21.000,00	22.000,00
1.7.2.0.00.0.0.00.00		Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	6.996.000,00	7.416.000,00	7.862.000,00
1.7.2.8.00.0.0.00.00		Transferências dos Estados - Específicas de Estados, DF e Municípios	6.996.000,00	7.416.000,00	7.862.000,00
1.7.2.8.01.0.0.00.00		Participação na Receita dos Estados	6.411.000,00	6.796.000,00	7.204.000,00
1.7.2.8.01.1.0.00.00		Cota-Parte do ICMS	5.405.000,00	5.729.000,00	6.073.000,00
1.7.2.8.01.1.1.00.00		Cota-Parte do ICMS - Principal	5.405.000,00	5.729.000,00	6.073.000,00
1.7.2.8.01.1.1.01.00	0.1.00.000000	Cota-Parte do ICMS			
1.7.2.8.01.1.1.02.00	0.1.01.000000	Cota-Parte do ICMS			
1.7.2.8.01.1.1.03.00	0.1.03.000000	Cota-Parte do ICMS			
1.7.2.8.01.2.0.00.00		Cota-Parte do IPVA	921.000,00	976.000,00	1.034.000,00
1.7.2.8.01.2.1.00.00		Cota-Parte do IPVA - Principal	921.000,00	976.000,00	1.034.000,00
1.7.2.8.01.2.1.01.00	0.1.00.000000	Cota-Parte do IPVA			
1.7.2.8.01.2.1.02.00	0.1.01.000000	Cota-Parte do IPVA			
1.7.2.8.01.2.1.03.00	0.1.03.000000	Cota-Parte do IPVA			
1.7.2.8.01.3.0.00.00		Cota-Parte do IPI - Municípios	65.000,00	70.000,00	75.000,00
1.7.2.8.01.3.1.00.00		Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	65.000,00	70.000,00	75.000,00
1.7.2.8.01.3.1.01.00	0.1.00.000000	Cota-Parte do IPI - Municípios			
1.7.2.8.01.3.1.02.00	0.1.01.000000	Cota-Parte do IPI - Municípios			
1.7.2.8.01.3.1.03.00	0.1.03.000000	Cota-Parte do IPI - Municípios			
1.7.2.8.01.4.0.00.00		Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	20.000,00	21.000,00	22.000,00
1.7.2.8.01.4.1.00.00	0.1.1.1.000000	Cota-Parte da Contrib. de Intervenção no Domínio Econômico - Principal	20.000,00	21.000,00	22.000,00
1.7.2.8.03.0.0.00.00		Transf. Rec. do Estado p/ Progr. de Saúde - Repasse Fundo a Fundo	100.000,00	107.000,00	114.000,00
1.7.2.8.03.1.0.00.00		Transf. Rec. do Estado p/ Progr. de Saúde - Repasse Fundo a Fundo	100.000,00	107.000,00	114.000,00
1.7.2.8.03.1.1.00.00		Transf. Rec. Estado p/ Progr. Saúde - Rep. Fundo a Fundo - Principal	100.000,00	107.000,00	114.000,00
1.7.2.8.03.1.1.01.00	0.1.06.000210	Bloco Atenção Básica	70.000,00	75.000,00	80.000,00
1.7.2.8.03.1.1.02.00	0.1.06.000210	Bloco de MAC Ambulatorial e Hospitalar	0,00	0,00	0,00
1.7.2.8.03.1.1.03.00	0.1.06.000210	Bloco Assistência Farmacêutica	30.000,00	32.000,00	34.000,00
1.7.2.8.10.0.0.00.00		Transf. de Conv. dos Estados e do Distrito Federal e de Suas Entidades	485.000,00	513.000,00	544.000,00
1.7.2.8.10.2.0.00.00		Transf. de Convênio dos Estados Destinadas a Programas de Educação	485.000,00	513.000,00	544.000,00
1.7.2.8.10.2.1.00.00		Transf. de Conv. Estados Destinadas a Programas de Educação - Principal	485.000,00	513.000,00	544.000,00
1.7.2.8.10.2.1.01.00	0.1.30.000000	Convênio SEE - Transporte Escolar	485.000,00	513.000,00	544.000,00
1.7.5.0.00.0.0.00.00		Transferências de Outras Instituições Públicas	2.637.000,00	2.795.000,00	2.963.000,00
1.7.5.8.00.0.0.00.00		Transferências de Outras Instituições Públicas - Específica E/M	2.637.000,00	2.795.000,00	2.963.000,00
1.7.5.8.01.0.0.00.00		Transferências de Recursos do FUNDEB	2.637.000,00	2.795.000,00	2.963.000,00
1.7.5.8.01.1.0.00.00		Transferências de Recursos do FUNDEB	2.637.000,00	2.795.000,00	2.963.000,00
1.7.5.8.01.1.1.00.00		Transferências de Recursos do FUNDEB - Principal	2.637.000,00	2.795.000,00	2.963.000,00
1.7.5.8.01.1.1.01.00	0.1.12.000000	Transferências de Recursos do FUNDEB - Mínimo de 60%	2.637.000,00	2.795.000,00	2.963.000,00

1.9.0.0.00.0.0.00.00	Outras Receitas Correntes		130.200,00	207.400,00	172.200,00
1.9.1.0.00.0.0.00.00	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais		18.000,00	20.000,00	22.000,00
1.9.1.0.01.0.0.00.00	Multas Previstas em Legislação Específica		18.000,00	20.000,00	22.000,00
1.9.1.0.01.1.0.00.00	Multas Previstas em Legislação Específica		18.000,00	20.000,00	22.000,00
1.9.1.0.01.1.1.00.00	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal		18.000,00	20.000,00	22.000,00
1.9.1.0.01.1.1.01.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito		18.000,00	20.000,00	22.000,00
1.9.1.0.01.1.1.01.01	Multas Previstas na Legislação de Trânsito - Parte da Polícia Civil/Militar	0.1.26.000000	12.000,00	13.000,00	14.000,00
1.9.1.0.01.1.1.01.02	Multas Previstas na Legislação de Trânsito - Parte do Município	0.1.27.000000	6.000,00	7.000,00	8.000,00
1.9.9.0.00.0.0.00.00	Outras Receitas		112.200,00	187.400,00	150.200,00
1.9.9.0.99.1.0.00.00	Outras Receitas - Primárias		112.200,00	187.400,00	150.200,00
1.9.9.0.99.1.1.00.00	Outras Receitas - Primárias - Principal		112.200,00	187.400,00	150.200,00
1.9.9.0.99.1.1.01.00	Outras Receitas	0.1.00.000000	112.200,00	187.400,00	150.200,00
2.0.0.0.00.0.0.00.00	RECEITA DE CAPITAL		6.572.000,00	2.500.000,00	2.500.000,00
2.1.0.0.00.0.0.00.00	Operações De Crédito		4.830.000,00	0,00	0,00
2.1.1.0.00.0.0.00.00	Operações De Crédito Mercado Interno		4.830.000,00	0,00	0,00
2.1.1.9.00.0.0.00.00	Operações De Crédito Mercado Interno		4.830.000,00	0,00	0,00
2.1.1.1.00.1.0.00.00	Operações De Crédito Mercado Interno		4.830.000,00	0,00	0,00
2.1.1.1.00.1.1.00.00	Operações De Crédito Mercado Interno Principal	0.1.85.000000	4.830.000,00	0,00	0,00
2.4.0.0.00.0.0.00.00	Transferências de Capital		1.742.000,00	2.500.000,00	2.500.000,00
2.4.1.8.00.0.0.00.00	Transferências da União - Específicas de Estados, DF e Municípios		1.543.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
2.4.1.8.10.0.0.00.00	Transferências de Convênios da União e de suas Entidades		1.543.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
2.4.1.8.10.2.0.00.00	Transferências de Convênio da União destinadas a Programas de Educação		1.543.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
2.4.1.8.10.2.1.00.00	Transf. de Conv. da União destinadas a Programas de Educação - Principal		122.000,00	0,00	0,00
2.4.1.8.10.2.1.01.00	Convênio MEC/FNDE - Aquisição de ônibus	0.1.70.000011	20.000,00	0,00	0,00
2.4.1.8.10.2.1.02.00	Convênio MEC/FNDE - Ampliação da Rede Física de Ensino Fundamental	0.1.70.000029	102.000,00	0,00	0,00
2.4.1.8.10.2.1.03.00	Convênio MEC/FNDE - Ampliação da Rede Física de Ensino Infantil	0.1.70.000035	0,00	0,00	0,00
2.4.1.8.10.9.0.00.00	Outras Transferências de Convênios da União		1.421.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
2.4.1.8.10.9.1.00.00	Outras Transferências de Convênios da União - Principal		1.421.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
2.4.1.8.10.9.1.01.00	Convênios Ministério das Cidades - Pavimentação de Ruas	0.1.70.000032	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
2.4.1.8.10.9.1.02.00	Convênios Ministério da Agricultura - Caminhões	0.1.70.0000207	421.000,00	0,00	0,00
2.4.2.0.00.0.0.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades		1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00
2.4.2.8.00.0.0.00.00	Transferências dos Estados, Distrito Federal, e de suas Entidades		1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00
2.4.2.8.10.0.0.00.00	Transferências dos Estados, Distrito Federal, e de suas Entidades		1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00
2.4.2.8.10.7.0.00.00	Transf. Conv. dos Estados dest. a Progr. de Infra-Estrutura em Transporte		1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00
2.4.2.8.10.7.1.00.00	Transf. Conv. Estados dest. a Progr. Infra-Estrutura em Transp. - Principal		1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00
2.4.2.8.10.7.1.01.00	Convênio SDR - Pavimentação de Ruas	0.1.71.000015	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00

2.4.2.8.10.7.1.02.00	0.1.71.000016	Convênio SES – Aquisição de Veículo	0,00	0,00	0,00
9.0.0.0.00.0.0.00.00		(R) RECEITAS CORRENTES			
9.1.0.0.00.0.0.00.00		(R) Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.090.200,00	3.272.400,00	3.465.200,00
9.1.1.0.00.0.0.00.00		(R) Impostos	3.090.200,00	3.272.400,00	3.465.200,00
			56.000,00	58.000,00	60.000,00
9.1.1.8.00.0.0.00.00		(R) Impostos Específicos de Estados/DF/Municípios			
9.1.1.8.01.0.0.00.00		(R) Impostos sobre o Patrimônio para Estados/DF/Municípios	43.000,00	45.000,00	47.000,00
9.1.1.8.01.1.0.00.00		(R) Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	39.000,00	41.000,00	43.000,00
9.1.1.8.01.1.1.00.00		(R) Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	20.000,00	21.000,00	22.000,00
9.1.1.8.01.1.1.01.00		(R) Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	20.000,00	21.000,00	22.000,00
9.1.1.8.01.1.1.01.01	0.1.00.000000	(R) Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	20.000,00	21.000,00	22.000,00
9.1.1.8.01.1.1.01.02	0.1.01.000000	(R) Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal			
9.1.1.8.01.1.1.01.03	0.1.03.000000	(R) Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal			
9.1.1.8.01.1.2.00.00		(R) Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros	1.000,00	1.000,00	1.000,00
9.1.1.8.01.1.2.01.00		(R) Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros	1.000,00	1.000,00	1.000,00
9.1.1.8.01.1.2.01.01	0.1.00.000000	(R) Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros			
9.1.1.8.01.1.2.01.02	0.1.01.000000	(R) Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros			
9.1.1.8.01.1.2.01.03	0.1.03.000000	(R) Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros			
9.1.1.8.01.1.3.00.00		(R) Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa	15.000,00	16.000,00	17.000,00
9.1.1.8.01.1.3.01.00		(R) Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa	15.000,00	16.000,00	17.000,00
9.1.1.8.01.1.3.01.01	0.1.00.000000	(R) Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa			
9.1.1.8.01.1.3.01.02	0.1.01.000000	(R) Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa			
9.1.1.8.01.1.3.01.03	0.1.03.000000	(R) Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa			
9.1.1.8.01.1.4.00.00		(R) Imposto s/ a Propr. Predial e Ter. Urbana - Dívida Ativa - Multas e Juros	3.000,00	3.000,00	3.000,00
9.1.1.8.01.1.4.01.00		(R) Imposto s/ a Propr. Predial e Ter. Urbana - Dívida Ativa - Multas e Juros	3.000,00	3.000,00	3.000,00
9.1.1.8.01.1.4.01.01	0.1.00.000000	(R) Imposto s/ a Propr. Predial e Ter. Urbana - Dívida Ativa - Multas e Juros			
9.1.1.8.01.1.4.01.02	0.1.01.000000	(R) Imposto s/ a Propr. Predial e Ter. Urbana - Dívida Ativa - Multas e Juros			
9.1.1.8.01.1.4.01.03	0.1.03.000000	(R) Imposto s/ a Propr. Predial e Ter. Urbana - Dívida Ativa - Multas e Juros			
9.1.1.8.01.4.0.00.00		(R) ITBI	4.000,00	4.000,00	4.000,00
9.1.1.8.01.4.1.00.00		(R) ITBI - Principal	1.000,00	1.000,00	1.000,00
9.1.1.8.01.4.1.01.00		(R) ITBI - Principal	1.000,00	1.000,00	1.000,00
9.1.1.8.01.4.1.01.01	0.1.00.000000	(R) ITBI - Principal			
9.1.1.8.01.4.1.01.02	0.1.01.000000	(R) ITBI - Principal			
9.1.1.8.01.4.1.01.03	0.1.03.000000	(R) ITBI - Principal			

9.1.1.8.01.4.2.00.00	(R) ITBI - Multas e Juros		1.000,00	1.000,00	1.000,00
9.1.1.8.01.4.2.01.00	(R) ITBI - Multas e Juros		1.000,00	1.000,00	1.000,00
9.1.1.8.01.4.2.01.01	0.1.00.000000	(R) ITBI - Multas e Juros			
9.1.1.8.01.4.2.01.02	0.1.01.000000	(R) ITBI - Multas e Juros			
9.1.1.8.01.4.2.01.03	0.1.03.000000	(R) ITBI - Multas e Juros			
9.1.1.8.01.4.3.00.00	(R) ITBI - Dívida Ativa		1.000,00	1.000,00	1.000,00
9.1.1.8.01.4.3.01.00	(R) ITBI - Dívida Ativa		1.000,00	1.000,00	1.000,00
9.1.1.8.01.4.3.01.01	0.1.00.000000	(R) ITBI - Dívida Ativa			
9.1.1.8.01.4.3.01.02	0.1.01.000000	(R) ITBI - Dívida Ativa			
9.1.1.8.01.4.3.01.03	0.1.03.000000	(R) ITBI - Dívida Ativa			
9.1.1.8.01.4.4.00.00	(R) ITBI - Dívida Ativa - Multas e Juros		1.000,00	1.000,00	1.000,00
9.1.1.8.01.4.4.01.00	(R) ITBI - Dívida Ativa - Multas e Juros		1.000,00	1.000,00	1.000,00
9.1.1.8.01.4.4.01.01	0.1.00.000000	(R) ITBI - Dívida Ativa - Multas e Juros			
9.1.1.8.01.4.4.01.02	0.1.01.000000	(R) ITBI - Dívida Ativa - Multas e Juros			
9.1.1.8.01.4.4.01.03	0.1.03.000000	(R) ITBI - Dívida Ativa - Multas e Juros			
9.1.1.8.02.0.0.00.00	(R) Impostos sobre a Produção, Circulação de Mercadorias e Serviços		13.000,00	13.000,00	13.000,00
9.1.1.8.02.3.0.00.00	(R) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza		13.000,00	13.000,00	13.000,00
9.1.1.8.02.3.1.00.00	(R) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal		1.000,00	1.000,00	1.000,00
9.1.1.8.02.3.1.01.00	(R) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal		1.000,00	1.000,00	1.000,00
9.1.1.8.02.3.1.01.01	0.1.00.000000	(R) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal			
9.1.1.8.02.3.1.01.02	0.1.01.000000	(R) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal			
9.1.1.8.02.3.1.01.03	0.1.03.000000	(R) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal			
9.1.1.8.02.3.2.00.00	(R) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e Juros		1.000,00	1.000,00	1.000,00
9.1.1.8.02.3.2.01.00	(R) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e Juros		1.000,00	1.000,00	1.000,00
9.1.1.8.02.3.2.01.01	0.1.00.000000	(R) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e Juros			
9.1.1.8.02.3.2.01.02	0.1.01.000000	(R) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e Juros			
9.1.1.8.02.3.2.01.03	0.1.03.000000	(R) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e Juros			
9.1.1.8.02.3.3.00.00	(R) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa		10.000,00	10.000,00	10.000,00
9.1.1.8.02.3.3.01.00	(R) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa		10.000,00	10.000,00	10.000,00
9.1.1.8.02.3.3.01.01	0.1.00.000000	(R) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa			
9.1.1.8.02.3.3.01.02	0.1.01.000000	(R) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa			
9.1.1.8.02.3.3.01.03	0.1.03.000000	(R) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa			
9.1.1.8.02.3.4.00.00	(R) Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa - Multas e Juros		1.000,00	1.000,00	1.000,00
9.1.1.8.02.3.4.01.00	(R) Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa - Multas e Juros		1.000,00	1.000,00	1.000,00

9.1.1.8.02.3.4.01.01	0.1.00.000000	(R) Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa - Multas e Juros				
9.1.1.8.02.3.4.01.02	0.1.01.000000	(R) Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa - Multas e Juros				
9.1.1.8.02.3.4.01.03	0.1.03.000000	(R) Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa - Multas e Juros				
9.1.2.0.00.0.0.00.00		(R) Taxas	32.000,00		32.000,00	32.000,00
9.1.2.8.00.0.0.00.00		(R) Taxas - Específicas de Estados, DF e Municípios	32.000,00		32.000,00	32.000,00
9.1.2.8.01.0.0.00.00		(R) Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	16.000,00		16.000,00	16.000,00
9.1.2.8.01.9.0.00.00		(R) Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização Outras	16.000,00		16.000,00	16.000,00
9.1.2.8.01.9.1.00.00		(R) Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	4.000,00		4.000,00	4.000,00
9.1.2.8.01.9.1.01.00	0.1.00.000000	(R) Taxa de Licença p/Functo. de Estab. Com., Ind. e Prest. de Serviços	1.000,00		1.000,00	1.000,00
9.1.2.8.01.9.1.02.00	0.1.00.000000	(R) Taxa de Fiscalização Sanitária	1.000,00		1.000,00	1.000,00
9.1.2.8.01.9.1.03.00	0.1.00.000000	(R) Taxa de Licença para Execução de Obras	1.000,00		1.000,00	1.000,00
9.1.2.8.01.9.1.04.00	0.1.00.000000	(R) Taxa de Fiscalização e Controle Ambiental	1.000,00		1.000,00	1.000,00
9.1.2.8.01.9.2.00.00		(R) Taxa de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros	4.000,00		4.000,00	4.000,00
9.1.2.8.01.9.2.01.00	0.1.00.000000	(R) Taxa de Lic. p/Functo. de Estab. Com., Ind. e Prest. de Serviços - MJ	1.000,00		1.000,00	1.000,00
9.1.2.8.01.9.2.02.00	0.1.00.000000	(R) Taxa de Fiscalização Sanitária - MJ	1.000,00		1.000,00	1.000,00
9.1.2.8.01.9.2.03.00	0.1.00.000000	(R) Taxa de Licença para Execução de Obras - Multas e Juros	1.000,00		1.000,00	1.000,00
9.1.2.8.01.9.2.04.00	0.1.00.000000	(R) Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Multas e Juros	1.000,00		1.000,00	1.000,00
9.1.2.8.01.9.3.00.00		(R) Taxa de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	4.000,00		4.000,00	4.000,00
9.1.2.8.01.9.3.01.00	0.1.00.000000	(R) Tx. Lic. p/Functo. Estab. Com., Ind. e Prest. de Serviços - Dívida Ativa	1.000,00		1.000,00	1.000,00
9.1.2.8.01.9.3.02.00	0.1.00.000000	(R) Taxa de Fiscalização Sanitária - DA	1.000,00		1.000,00	1.000,00
9.1.2.8.01.9.3.03.00	0.1.00.000000	(R) Taxa de Licença para Execução de Obras - Dívida Ativa	1.000,00		1.000,00	1.000,00
9.1.2.8.01.9.3.04.00	0.1.00.000000	(R) Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Dívida Ativa	1.000,00		1.000,00	1.000,00
9.1.2.8.01.9.5.00.00		(R) Taxa de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa - MJ	4.000,00		4.000,00	4.000,00
9.1.2.8.01.9.5.01.00	0.1.00.000000	(R) Tx. Lic. p/Functo. Estab. Com., Ind. e Prest. de Serviços - Div. Ativa MJ	1.000,00		1.000,00	1.000,00
9.1.2.8.01.9.5.02.00	0.1.00.000000	(R) Taxa de Fiscalização Sanitária - Multas e Juros - DA MJ	1.000,00		1.000,00	1.000,00
9.1.2.8.01.9.5.03.00	0.1.00.000000	(R) Taxa de Licença para Execução de Obras - Dívida Ativa - Multas e Juros	1.000,00		1.000,00	1.000,00
9.1.2.8.01.9.5.04.00	0.1.00.000000	(R) Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Dívida Ativa - Multas e Jrs.	1.000,00		1.000,00	1.000,00
9.1.2.8.02.0.0.00.00		(R) Taxas pela Prestação de Serviços	16.000,00		16.000,00	16.000,00
9.1.2.8.02.1.0.00.00		(R) Taxas pela Prestação de Serviços	16.000,00		16.000,00	16.000,00
9.1.2.8.02.1.1.00.00		(R) Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	4.000,00		4.000,00	4.000,00
9.1.2.8.02.1.1.01.00	0.1.00.000000	(R) Taxa de Limpeza Pública	1.000,00		1.000,00	1.000,00
9.1.2.8.02.1.1.02.00	0.1.00.000000	(R) Taxa de Pavimentação de Ruas	1.000,00		1.000,00	1.000,00
9.1.2.8.02.1.1.03.00	0.1.00.000000	(R) Taxa de Coleta de Lixo	1.000,00		1.000,00	1.000,00
9.1.2.8.02.1.1.99.00	0.1.00.000000	(R) Outras Taxas pela Prestação de Serviços	1.000,00		1.000,00	1.000,00

9.1.2.8.02.1.2.00.00		(R) Taxas pela Prestação de Serviços – Multas e Juros	4.000,00	4.000,00	4.000,00
9.1.2.8.02.1.2.01.00	0.1.00.000000	(R) Taxa de Limpeza Pública – Multas e Juros	1.000,00	1.000,00	1.000,00
9.1.2.8.02.1.2.02.00	0.1.00.000000	(R) Taxa de Pavimentação de Ruas – Multas e Juros	1.000,00	1.000,00	1.000,00
9.1.2.8.02.1.2.03.00	0.1.00.000000	(R) Taxa de Coleta de Lixo – Multas e Juros	1.000,00	1.000,00	1.000,00
9.1.2.8.02.1.2.99.00	0.1.00.000000	(R) Outras Taxas pela Prestação de Serviços – Multas e Juros	1.000,00	1.000,00	1.000,00
9.1.2.8.02.1.3.00.00		(R) Taxas pela Prestação de Serviços – Dívida Ativa	4.000,00	4.000,00	4.000,00
9.1.2.8.02.1.3.01.00	0.1.00.000000	(R) Taxa de Limpeza Pública – Dívida Ativa	1.000,00	1.000,00	1.000,00
9.1.2.8.02.1.3.02.00	0.1.00.000000	(R) Taxa de Pavimentação de Ruas – Dívida Ativa	1.000,00	1.000,00	1.000,00
9.1.2.8.02.1.3.03.00	0.1.00.000000	(R) Taxa de Coleta de Lixo – Dívida Ativa	1.000,00	1.000,00	1.000,00
9.1.2.8.02.1.3.99.00	0.1.00.000000	(R) Outras Taxas pela Prestação de Serviços – Dívida Ativa	1.000,00	1.000,00	1.000,00
9.1.2.8.02.1.4.00.00		(R) Taxas pela Prestação de Serviços – Dívida Ativa – Multas e Juros	4.000,00	4.000,00	4.000,00
9.1.2.8.02.1.4.01.00	0.1.00.000000	(R) Taxa de Limpeza Pública – Dívida Ativa – Multas e Juros	1.000,00	1.000,00	1.000,00
9.1.2.8.02.1.4.02.00	0.1.00.000000	(R) Taxa de Pavimentação de Ruas – Dívida Ativa – Multas e Juros	1.000,00	1.000,00	1.000,00
9.1.2.8.02.1.4.03.00	0.1.00.000000	(R) Taxa de Coleta de Lixo – Dívida Ativa – Multas e Juros	1.000,00	1.000,00	1.000,00
9.1.2.8.02.1.4.99.00	0.1.00.000000	(R) Outras Taxas pela Prestação de Serviços – Dívida Ativa – Multas e Juros	1.000,00	1.000,00	1.000,00
9.7.0.0.00.0.00.00		(R) das Transferências Correntes	3.002.200,00	3.182.400,00	3.373.200,00
9.7.1.0.00.0.00.00		(R) das Transferências da União e de suas Entidades	1.724.000,00	1.827.400,00	1.936.800,00
9.7.1.8.00.0.00.00		(R) das Transferências da União – Específica Estados e Municípios	1.724.000,00	1.827.400,00	1.936.800,00
9.7.1.8.01.0.00.00		(R) da Participação na Receita da União	1.720.000,00	1.823.200,00	1.932.400,00
9.7.1.8.01.2.0.00.00		(R) da Cota-Parte do FPM – Cota Mensal	1.682.000,00	1.783.000,00	1.889.800,00
9.7.1.8.01.2.1.00.00		(R) da Cota-Parte do FPM – Cota Mensal – Principal	1.682.000,00	1.783.000,00	1.889.800,00
9.7.1.8.01.2.1.02.00	0.1.01.000000	(R) da Cota-Parte do FPM para Formação do FUNDEB	1.682.000,00	1.783.000,00	1.889.800,00
9.7.1.8.01.5.0.00.00		(R) Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade Rural	38.000,00	40.200,00	42.600,00
9.7.1.8.01.5.1.00.00		(R) Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade Rural - Principal	38.000,00	40.200,00	42.600,00
9.7.1.8.01.5.1.02.00	0.1.01.000000	(R) Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade Rural	38.000,00	40.200,00	42.600,00
9.7.1.8.06.0.00.00		(R) da Transf. Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96	4.000,00	4.200,00	4.400,00
9.7.1.8.06.1.0.00.00		(R) da Transf. Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96	4.000,00	4.200,00	4.400,00
9.7.1.8.06.1.1.00.00		Ded. Transf. Finan. ICMS p/ FUNDEB – Deson. – L.C. Nº 87/96 – Principal	4.000,00	4.200,00	4.400,00
9.7.1.8.06.1.1.02.00	0.1.01.000000	(R) da Transf. Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96	4.000,00	4.200,00	4.400,00
9.7.2.0.00.0.00.00		(R) das Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	1.278.200,00	1.355.000,00	1.436.400,00
9.7.2.8.00.0.00.00		(R) das Transferências dos Estados - Específica E/M	1.278.200,00	1.355.000,00	1.436.400,00
9.7.2.8.01.0.00.00		(R) da Participação na Receita dos Estados	1.278.200,00	1.355.000,00	1.436.400,00
9.7.2.8.01.1.0.00.00		(R) da Cota-Parte do ICMS	1.081.000,00	1.145.800,00	1.214.600,00
9.7.2.8.01.1.1.00.00		(R) da Cota-Parte do ICMS - Principal	1.081.000,00	1.145.800,00	1.214.600,00
9.7.2.8.01.1.1.02.00	0.1.01.000000	(R) da Cota-Parte do ICMS para Formação do FUNDEB	1.081.000,00	1.145.800,00	1.214.600,00

9.7.2.8.01.2.0.00.00	(R) da Cota-Parte do IPVA	184.200,00	195.200,00	206.800,00
9.7.2.8.01.2.1.00.00	(R) da Cota-Parte do IPVA - Principal	184.200,00	195.200,00	206.800,00
9.7.2.8.01.2.1.02.00	(R) da Cota-Parte do IPVA para Formação do FUNDEB	184.200,00	195.200,00	206.800,00
9.7.2.8.01.3.0.00.00	(R) da Cota-Parte do IPI - Municípios	13.000,00	14.000,00	15.000,00
9.7.2.8.01.3.1.00.00	(R) da Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	13.000,00	14.000,00	15.000,00
9.7.2.8.01.3.1.02.00	(R) da Cota-Parte do IPI - Municípios para Formação do FUNDEB	13.000,00	14.000,00	15.000,00
0.1.01.000000				
	SOMA (I)	28.216.000,00	25.508.000,00	26.839.000,00

UNIDADE GESTORA IPAM

CÓDIGO DA RECEITA	Código da Destinação dos Recursos	Exercício		
		2020	2021	2022
1.0.0.0.00.0.0.00.00		2.021.000,00	2.144.000,00	2.273.000,00
1.2.0.0.00.0.0.00.00		421.000,00	448.000,00	475.000,00
1.2.1.8.00.0.0.00.00	Receitas Correntes	421.000,00	448.000,00	475.000,00
	Contribuições			
1.2.1.8.01.0.0.00.00	Contribuições Sociais Específicas de Estados, DF e Municípios	421.000,00	448.000,00	475.000,00
1.2.1.8.01.1.0.00.00	Contr. Serv. Civil p/ Plano de Seg. Social - CPSSS - Específico de EST/DF/MUN	421.000,00	448.000,00	475.000,00
1.2.1.8.01.1.1.00.00	CPSSS do Servidor Civil Ativo	414.000,00	440.000,00	466.000,00
1.2.1.8.01.1.1.01.00	CPSSS do Servidor Civil Ativo - Principal	414.000,00	440.000,00	466.000,00
1.2.1.8.01.1.1.01.00	CPSSS do Servidor Civil Inativo	414.000,00	440.000,00	466.000,00
1.2.1.8.01.2.0.00.00	CPSSS do Servidor Civil Inativo	7.000,00	8.000,00	9.000,00
1.2.1.8.01.2.1.00.00	CPSSS do Servidor Civil Inativo - Principal	7.000,00	8.000,00	9.000,00
1.2.1.8.01.2.1.01.00	CPSSS do Servidor Civil Inativo	7.000,00	8.000,00	9.000,00
1.3.0.0.00.0.0.00.00		1.600.000,00	1.696.000,00	1.798.000,00
1.3.2.0.00.0.0.00.00	Receita Patrimonial	1.600.000,00	1.696.000,00	1.798.000,00
1.3.2.1.00.0.0.00.00	Valores Mobiliários	1.600.000,00	1.696.000,00	1.798.000,00
1.3.2.1.00.4.0.00.00	Juros e Correções Monetárias	1.600.000,00	1.696.000,00	1.798.000,00
1.3.2.1.00.4.1.00.00	Valores Mobiliários do RPPS	1.600.000,00	1.696.000,00	1.798.000,00
0.2.45.000000	Remuneração dos Recursos - RPPS - Principal	1.600.000,00	1.696.000,00	1.798.000,00
7.0.0.0.00.0.0.00.00		1.360.000,00	1.443.000,00	1.529.000,00
7.2.0.0.00.0.0.00.00	Receitas Correntes Intra-Orçamentária	828.000,00	880.000,00	932.000,00
7.2.1.0.00.0.0.00.00	Contribuições Intra-Orçamentária	828.000,00	880.000,00	932.000,00
7.2.1.0.04.0.0.00.00	Contribuições Sociais Intra-Orçamentária	828.000,00	880.000,00	932.000,00
7.2.1.0.04.1.0.00.00	Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	828.000,00	880.000,00	932.000,00
7.2.1.0.04.1.1.00.00	Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil para o RPPS	828.000,00	880.000,00	932.000,00
7.2.1.0.04.1.1.02.00	Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil para o RPPS - Principal	828.000,00	880.000,00	932.000,00
7.2.1.0.04.1.1.02.00	Contrib. Patronal de Servidor Ativo Civil para o RPPS	748.000,00	796.000,00	844.000,00
7.2.1.0.04.1.1.03.00	Contrib. Patronal de Servidor Ativo Civil para o RPPS	80.000,00	84.000,00	88.000,00

7.9.0.0.0.0.0.00.00	Outras Receitas Correntes	532.000,00	563.000,00	597.000,00
7.9.0.0.1.0.0.00.00	Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS	532.000,00	563.000,00	597.000,00
7.9.0.0.1.1.0.00.00	Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS	532.000,00	563.000,00	597.000,00
7.9.0.0.1.1.1.00.00	Aportes Periód. p/ Amortização de Déficit Atuarial do RPPS - Principal	532.000,00	563.000,00	597.000,00
	SOMA (II)	3.381.000,00	3.587.000,00	3.802.000,00
	TOTAL (I+II)	31.597.000,00	29.095.000,00	30.641.000,00

ANEXO I.2

<p>PROGRAMA: 0001 – Gestão Administrativa Superior</p> <p>DIAGNOSTICO:</p> <ul style="list-style-type: none"> Este programa envolve o funcionamento do Poder Legislativo, Gabinete do Prefeito, do Vice-Prefeito, assessorias e Secretaria Municipal de Administração e Finanças, que compõem a Gestão Administrativa Superior. O Legislativo Municipal é composto de nove vereadores e a Câmara funciona em prédio cedido pela Prefeitura e tem autonomia financeira. Os trabalhos de secretaria é realizado por servidor efetivo do quadro de pessoal da Prefeitura mediante pagamento de gratificação de função. Desde 2010 o Legislativo conta com Assessoria Jurídica. A estrutura do Gabinete do Prefeito é composta do Prefeito, Vice-Prefeito, Controladoria Geral, Assessoria Jurídica e Secretaria do Prefeito. As Gerências de Recursos Humanos, Patrimônio e Serviços Gerais são conduzidas por seis (6) servidores. Todas as Gerências funcionam no prédio sede da Prefeitura. As Gerências de Tributação, Contábil, Compras e Tesouraria são conduzidas por dez (10) servidores efetivos e nove (9) comissionados. Todas as Gerências funcionam no prédio sede da Prefeitura. O Regime Próprio de Previdência possui hoje 124 servidores vinculados ao Instituto, 55 aposentados e 16 pensionistas. Foi constituído em abril de 2000. <p>DIRETRIZES:</p> <ul style="list-style-type: none"> Realização de sessões ordinárias e extraordinárias quando convocadas regimentalmente; realização de reuniões pelas diversas comissões; recebimento, discussão e votação das leis; apresentação de projetos de leis, de resoluções e de indicações; fiscalização dos atos da administração municipal; julgamento das contas de governo; e execução das demais atribuições do Poder Legislativo. Coordenar, controlar e dirigir a execução das ações programadas e constantes da Lei Orçamentária Anual com apoio dos Secretários, Assessores e servidores municipais; atualização permanente das normas de controle interno, programação e realização de auditoria interna e emissão de parecer sobre as contas anuais de governo. Manter o cadastro imobiliário e econômico atualizado; proceder o lançamento e baixa dos tributos municipais; exercer o controle e cobrança da dívida ativa; exercer a fiscalização tributária, de obras e posturas; exercer o controle da execução orçamentária e financeira, tudo em conformidade com as normas de controle interno. Gerenciamento da movimentação, frequência, remuneração e assentamentos funcionais dos servidores municipais; controle da lotação dos cargos, cálculo da folha mensal e das obrigações patronais; cadastro e lotação dos bens patrimoniais; realização de inventário periódico; controle da movimentação dos processos; controle de frota, do almoxarifado e conservação do patrimônio; elaboração dos processos licitatórios, tudo em conformidade com as normas de controle interno. Administrar os recursos financeiros do Instituto conforme disposto na legislação vigente, buscando os melhores rendimentos, sem abandonar o princípio da prudência. <p>OBJETIVOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> Dar condições para que o Poder Legislativo exerça suas funções básicas de legislar, fiscalizar os atos da administração e julgar as contas de Governo. Coordenar através do Gabinete do Prefeito, a execução das políticas públicas contempladas nos instrumentos de planejamento. Controlar o lançamento e a arrecadação dos tributos e outras receitas, controle da execução orçamentária e financeira e promoção dos registros contábeis dos fatos econômicos para geração de balancetes, balanços, prestação de contas e relatórios gerenciais. Controlar os atos de pessoal, patrimônio público e serviços gerais da administração. Constituir um fundo capaz de garantir a aposentadoria dos servidores municipais e pensão aos seus dependentes.
--

01.031.0001.2001

Manutenção do Poder Legislativo

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2020
		0.1.00.000000					
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	586.000,00					586.000,00
3.1.91.00	Pessoal e Encargos Sociais/Apl. Direta Intra	1.000,00					1.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	236.000,00					236.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	15.000,00					15.000,00
	TOTAIS	838.000,00					838.000,00

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	EXERCÍCIO	
		2021	2022
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	621.000,00	658.000,00
3.1.91.00	Pessoal e Encargos Sociais/Apl. Direta Intra	1.000,00	1.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	250.000,00	265.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	16.000,00	17.000,00
	TOTAIS	888.000,00	941.000,00

04.122.0001.2002

Manutenção do Gabinete do Prefeito

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2020
		0.1.00.000000					
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	436.000,00					436.000,00
3.1.91.00	Pessoal e Encargos Sociais/Apl. Direta Intra	5.000,00					5.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	32.000,00					32.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	3.000,00					3.000,00
	TOTAIS	476.000,00					476.000,00

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	EXERCÍCIO	
		2021	2022
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	462.000,00	490.000,00
3.1.91.00	Pessoal e Encargos Sociais/Apl. Direta Intra	5.000,00	5.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	34.000,00	36.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	3.000,00	3.000,00
	TOTAIS	504.000,00	534.000,00

04.123.0001.2003

Manutenção do Departamento de Contabilidade e Finanças

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2020
		0.1.00.000000					
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	571.000,00					571.000,00
3.1.91.00	Pessoal e Encargos Sociais/Apl. Direta Intra	46.000,00					46.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	330.000,00					330.000,00
3.3.93.00	Despesas Entre órgãos	5.000,00					5.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	10.000,00					10.000,00
	TOTAIS	962.000,00					962.000,00

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	EXERCÍCIO	
		2021	2022
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	605.000,00	641.000,00
3.1.91.00	Pessoal e Encargos Sociais/Apl. Direta Intra	48.000,00	50.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	350.000,00	371.000,00
3.3.93.00	Despesas Entre órgãos	5.000,00	5.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	11.000,00	12.000,00
	TOTAIS	1.019.000,00	1.079.000,00

04.122.0001.2004	Manutenção do Departamento de Pessoal, Patrimônio e Serviços Gerais
------------------	---

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2020
		0.1.00.000000					
3.1.71.00	Transferências a Consórcios Públicos	22.000,00					22.000,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	864.000,00					864.000,00
3.1.91.00	Pessoal e Encargos Sociais/Apl. Direta Intra	118.000,00					118.000,00
3.3.71.00	Transferências a Consórcios Públicos	11.000,00					11.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	200.000,00					200.000,00
3.3.93.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	1.000,00					1.000,00
4.4.71.00	Transferências a Consórcios Públicos	7.000,00					7.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	10.000,00					10.000,00
4.4.91.00	Investimentos/Aplicação Direta	1.000,00					1.000,00
	TOTAIS	1.234.000,00					1.234.000,00

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	EXERCÍCIO	
		2021	2022
3.1.71.00	Transferências a Consórcios Públicos	23.000,00	24.000,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	916.000,00	971.000,00

3.1.91.00	Pessoal e Encargos Sociais/Apl. Direta Intra	125.000,00	132.000,00
3.3.71.00	Transferências a Consórcios Públicos	12.000,00	13.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	212.000,00	225.000,00
3.3.93.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	1.000,00	1.000,00
4.4.71.00	Transferências a Consórcios Públicos	8.000,00	9.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	11.000,00	12.000,00
4.4.91.00	Investimentos/Aplicação Direta	1.000,00	1.000,00
TOTAIS		1.309.000,00	1.388.000,00

04.122.0001.2005	Amortização do Déficit Atuarial
------------------	---------------------------------

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2020
		0.1.00.000000					
3.3.91.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	532.000,00					532.000,00
TOTAIS		532.000,00					532.000,00

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	EXERCÍCIO	
		2021	2022
3.3.91.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	563.000,00	597.000,00
TOTAIS		563.000,00	597.000,00

04.122.0001.2006	Administração do IPAM
------------------	-----------------------

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2020
		0.2.46.000000					
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	20.000,00					20.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	55.000,00					55.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	5.000,00					5.000,00
TOTAIS		80.000,00					80.000,00

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	EXERCÍCIO	
		2021	2022
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	21.000,00	22.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	57.000,00	59.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	6.000,00	7.000,00
TOTAIS		84.000,00	88.000,00

06.182.0001.2156

Manutenção do FUNREBOM

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2020
		0.1.45.000000					
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	39.000,00					39.000,00
	TOTAIS	39.000,00					39.000,00

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	EXERCÍCIO	
		2021	2022
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	40.000,00	41.000,00
	TOTAIS	40.000,00	41.000,00

PROGRAMA:

0002 – Criança na Escola, Futuro Certo

DIAGNÓSTICO:

- O Município possui 4 escolas da rede de ensino fundamental, 250 alunos matriculados, 26 professores e 12 auxiliares de serviços gerais. O ensino infantil disponibiliza 03 unidades cujo atendimento abrange a 262 alunos, 23 professores e 05 auxiliares de serviços gerais. O transporte escolar diário de 990 alunos é realizado através de 03 micro-ônibus, 09 ônibus, 02 vans e fretamento de 17 veículos particulares para atender alunos de pequenas comunidades onde os ônibus não transitam. A merenda escolar é ofertada diariamente a cerca de 515 alunos. Há necessidade de construção de duas escolas para atender a municipalização do ensino fundamental, ampliação da rede física de ensino infantil, aquisição de 02 veículo para renovação da frota por veículos mais novos de forma a garantir segurança no transporte das crianças, equipar e melhorar a rede física escolar, oportunizar cursos de capacitação dos professores e ampliação do acervo bibliográfico nas escolas.

DIRETRIZES:

- Ampliar a municipalização do ensino fundamental.
- Ampliação do espaço físico mediante a contratação de empresas de construção civil através de processo licitatório.
- Aquisição de gêneros alimentícios para confecção diária da merenda escolar com orientação permanente de uma nutricionista.
- Envolvimento do Conselho Municipal de Educação, Professores, Associação de Pais e Professores e alunos na execução das ações que compõem o programa.
- Aquisição de veículos para renovação e ampliação da frota para o transporte escolar.
- Aquisição de novos livros para manter o acervo atualizado e atender a demanda para temas da atualidade.
- Elaboração do Plano de Cargos e Vencimentos para o magistério.
- Apoiar ações voltadas para a capacitação dos professores.

OBJETIVOS:

- Reduzir as perdas com o FUNDEB.
- Atender a demanda de alunos, valorizar os professores e melhorar sempre mais a qualidade de ensino.
- Ofertar o transporte escolar diário de forma a estimular a frequência nas escolas.
- Manter os alunos bem nutridos, melhorar o desempenho escolar e estimular a frequência na escola.
- Estimular o hábito da leitura e da pesquisa entre os alunos do ensino fundamental.

12.306.0002.2008

Oferta de Merenda Escolar – Ensino Fundamental

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2020
		0.1.00.000000	0.1.09.000000				

3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	80.000,00	26.000,00				106.000,00
	TOTAIS	80.000,00	26.000,00				106.000,00

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	EXERCÍCIO	
		2021	2022
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	112.000,00	120.000,00
	TOTAIS	112.000,00	120.000,00

12.361.0002.1009	Ampliação da Rede Física do Ensino Fundamental
------------------	--

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2020
		0.1.01.000000	0.1.70.000029	0.1.85.000000			
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	1.000,00	103.000,00	1.400.000,00			1.504.000,00
	TOTAIS	1.000,00	103.000,00	1.400.000,00			1.504.000,00

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	EXERCÍCIO	
		2021	2022
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	50.000,00	50.000,00
	TOTAIS	50.000,00	50.000,00

12.361.0002.1010	Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar
------------------	---

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2020
		0.1.01.000000	0.1.70.000011	0.1.85.000000			
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	10.000,00	21.000,00	430.000,00			461.000,00
	TOTAIS	10.000,00	21.000,00	430.000,00			461.000,00

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	EXERCÍCIO	
		2021	2022
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	50.000,00	50.000,00
	TOTAIS	50.000,00	50.000,00

12.361.0002.2011	Manutenção do Ensino Fundamental
------------------	----------------------------------

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2020
		0.1.01.000000	0.1.07.000000				
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	465.000,00					465.000,00
3.1.91.00	Pessoal e Encargos Sociais/Apl. Direta Intra	72.000,00					72.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	280.000,00	180.000,00				460.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	5.000,00	10.000,00				15.000,00
	TOTAIS	822.000,00	190.000,00				1.012.000,00

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	EXERCÍCIO	
		2021	2022
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	493.000,00	522.000,00
3.1.91.00	Pessoal e Encargos Sociais/Apl. Direta Intra	76.000,00	80.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	488.000,00	517.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	16.000,00	17.000,00
	TOTAIS	1.073.000,00	1.136.000,00

12.361.0002.2012	Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Fundamental
------------------	---

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2020
		0.1.01.000000	0.1.30.000000	0.1.10.000000			
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	462.000,00					462.000,00
3.1.91.00	Pessoal e Encargos Sociais/Apl. Direta Intra	70.000,00					70.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	200.000,00	486.000,00	117.000,00			803.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	1.000,00					1.000,00
	TOTAIS	733.000,00	486.000,00	117.000,00			1.336.000,00

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	EXERCÍCIO	
		2021	2022
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	490.000,00	519.000,00
3.1.91.00	Pessoal e Encargos Sociais/Apl. Direta Intra	74.000,00	79.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	851.000,00	902.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	1.000,00	1.000,00
	TOTAIS	1.416.000,00	1.501.000,00

12.361.0002.2013	Ampliação do Acervo Bibliográfico
------------------	-----------------------------------

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2020
		0.1.00.000000					
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	5.000,00					5.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	2.000,00					2.000,00
	TOTAIS	7.000,00					7.000,00

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	EXERCÍCIO	
		2021	2022
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	5.000,00	5.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	2.000,00	2.000,00
	TOTAIS	7.000,00	7.000,00

12.364.0002.2.014	Apoio a Estudantes de Ensino Superior
-------------------	---------------------------------------

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2020
		0.1.00.000000					
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	80.000,00					80.000,00
	TOTAIS	80.000,00					80.000,00

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	EXERCÍCIO	
		2021	2022
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	94.000,00	100.000,00
	TOTAIS	94.000,00	100.000,00

12.365.0002.2.015	Manutenção do Ensino Infantil
-------------------	-------------------------------

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2020
		0.1.01.000000	0.1.35.000000	0.1.07.000000			
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	870.000,00					870.000,00
3.1.91.00	Pessoal e Encargos Sociais/Apl. Direta Intra	10.000,00					10.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	238.000,00	21.000,00	102.000,00			361.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	5.000,00		5.000,00			10.000,00
	TOTAIS	1.123.000,00	21.000,00	107.000,00			1.251.000,00

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	EXERCÍCIO	
		2021	2022
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	922.000,00	977.000,00
3.1.91.00	Pessoal e Encargos Sociais/Apl. Direta Intra	11.000,00	12.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	383.000,00	406.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	11.000,00	12.000,00
	TOTAIS	1.327.000,00	1.407.000,00

12.306.0002.2.016	Oferta Merenda Escolar – Ensino Infantil
-------------------	--

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2020
		0.1.00.000000	0.1.14.000000				
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	60.000,00	61.000,00				121.000,00
	TOTAIS	60.000,00	61.000,00				121.000,00

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	EXERCÍCIO	
		2021	2022
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	128.000,00	136.000,00
	TOTAIS	128.000,00	136.000,00

12.365.0002.1017	Ampliação da Rede Física do Ensino Infantil
------------------	---

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2020
		0.1.01.000000	0.1.85.000000				
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	5.000,00	1.300.000,00				1.305.000,00
	TOTAIS	5.000,00	1.300.000,00				1.305.000,00

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	EXERCÍCIO	
		2021	2022
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	20.000,00	20.000,00
	TOTAIS	20.000,00	20.000,00

12.361.0002.2157	Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB
------------------	---

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2020
		0.1.12.000000	0.1.01.000000				
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	1.250.000,00	36.000,00				1.286.000,00
3.1.91.00	Pessoal e Encargos Sociais/Apl. Direta Intra	195.000,00					195.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	0,00	80.000,00				80.000,00
	TOTAIS	1.445.000,00	116.000,00				1.561.000,00

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	EXERCÍCIO	
		2021	2022
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	1.363.000,00	1.445.000,00
3.1.91.00	Pessoal e Encargos Sociais/Apl. Direta Intra	207.000,00	219.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	85.000,00	90.000,00
	TOTAIS	1.655.000,00	1.754.000,00

12.365.0002.2158

Manutenção do Ensino Infantil - FUNDEB

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2020
		0.1.12.000000	0.1.01.000000				
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	1.004.000,00	109.000,00				1.113.000,00
3.1.91.00	Pessoal e Encargos Sociais/Apl. Direta Intra	190.000,00					190.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta		80.000,00				80.000,00
	TOTAIS	1.194.000,00	189.000,00				1.383.000,00

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	EXERCÍCIO	
		2021	2022
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	1.180.000,00	1.250.000,00
3.1.91.00	Pessoal e Encargos Sociais/Apl. Direta Intra	201.000,00	213.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	84.000,00	88.000,00
	TOTAIS	1.465.000,00	1.551.000,00

ROGRAMA:

0003. Revelando Novos Talentos

DIAGNÓSTICO:

- O Município possui dois ginásios de esportes, duas quadras poliesportivas e dois campos de futebol. Há no Município 20 agremiações esportivas de futebol de campo e salão que participam todos os anos de campeonato local, mobilizando as torcidas das diversas comunidades, propiciando lazer e entretenimento à população. Há necessidade de construção de mais dois campos de futebol e conclusão do campo do Beira Rio, reforma do ginásio de esportes da sede e reforma do campo de futebol de Santa Cruz da Figueira.

DIRETRIZES:

- Construção de novos equipamentos esportivos, organização e promoção de eventos esportivos e manutenção dos equipamentos e serviços existentes.

OBJETIVOS:

- Estimular a prática esportiva como lazer, desenvolver o espírito competitivo e a integração entre as diversas comunidades, descobrir novos talentos, manter os jovens ocupados de forma a mantê-los afastados dos vícios e da criminalidade.

27.812.0003.1018

Reforma e Adaptação de Equipamentos Esportivos

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2020
		0.1.00.000000					
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	10.000,00					10.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	10.000,00					10.000,00
	TOTAIS	20.000,00					20.000,00

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	EXERCÍCIO	
		2021	2022
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	10.000,00	10.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	10.000,00	10.000,00
	TOTAIS	20.000,00	20.000,00

27.812.0003.2019

Incentivo ao Esporte Amador

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2020
		0.1.00.000000					
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	170.000,00					170.000,00
3.1.91.00	Pessoal e Encargos Sociais/Apl. Direta Intra	5.000,00					5.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	180.000,00					180.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	5.000,00					5.000,00
	TOTAIS	360.000,00					360.000,00

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	EXERCÍCIO	
		2021	2022
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	180.000,00	191.000,00
3.1.91.00	Pessoal e Encargos Sociais/Apl. Direta Intra	5.000,00	5.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	191.000,00	202.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	5.000,00	5.000,00
	TOTAIS	381.000,00	403.000,00

PROGRAMA:

0004. Saúde, vida longa para todos

DIAGNÓSTICO:

- Para execução às ações e serviços e públicos de saúde, o Município possui 2 postos de saúde, equipado com 03 equipes odontológicas, com uma equipe de 58 profissionais, dentre eles, dentistas, médicos, profissionais da saúde, psicólogo, 02 equipes do ESF, 08 veículos para realizar o transporte de pacientes. Há necessidade de ampliar e equipar as unidades existentes, inclusive ampliação e renovação da frota de veículos existente.
- Em decorrência do porte populacional a estrutura é pequena e tímida as ações de vigilância sanitária e epidemiológica.
- Nas áreas de maior densidade demográfica o serviço de abastecimento de água potável é realizado pela CASAN. No interior do Município há necessidade de instalação de pequenos sistemas, melhoria e ampliação dos existentes e instalação de sistemas individuais de captação de água nas propriedades rurais.
- Cerca de 1.600 residências localizadas tanto na área rural quanto urbana, por não possuir fossas e filtros anaeróbios, despejam os dejetos humanos nos córregos e rios contaminando-os e comprometendo a qualidade de vida.

DIRETRIZES:

- Estruturar e equipar melhor as unidades de saúde;
- Realizar ações preventivas através do Programa Saúde da Família, melhorando assim as condições de saúde da população.
- Execução das ações e serviços públicos de saúde, aprovadas pelo Conselho Municipal e em conformidade com as orientações do Ministério da Saúde e Secretaria de Estado da Saúde.
- Fiscalizar o cumprimento das leis e normas sobre vigilância sanitária e epidemiológica.
- Implantação, ampliação e manutenção de pequenas redes de abastecimento de água potável nas comunidades do interior.

OBJETIVOS:

- Desenvolver ações preventivas e curativas de forma a melhorar sempre mais as condições de saúde da população.

10.301.0004.2.053

Manutenção das Ações de Atenção Básica

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2020
		0.1.03.000000	0.1.06.000208	0.1.06.000210			
3.1.71.00	Transferências a Consórcio Público	1.000,00					1.000,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	1.581.000,00	811.000,00				2.392.000,00
3.1.91.00	Pessoal e Encargos Sociais/Apl. Direta Intra	110.000,00					110.000,00
3.3.50.00	Transf. à Instituições Priv. s/ Fins Lucrativos	48.000,00					48.000,00
3.3.71.00	Transferências a Consórcio Público	1.000,00					1.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	1.040.000,00	200.000,00	70.000,00			1.310.000,00
4.4.71.00	Transferências a Consórcio Público	1.000,00					1.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	35.000,00					35.000,00
	TOTAIS	2.817.000,00	1.011.000,00	70.000,00			3.898.000,00

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	EXERCÍCIO	
		2021	2022
3.1.71.00	Transferências a Consórcio Público	1.000,00	1.000,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	2.535.000,00	2.687.000,00
3.1.91.00	Pessoal e Encargos Sociais/Apl. Direta Intra	117.000,00	123.000,00
3.3.50.00	Transf. à Instituições Priv. s/ Fins Lucrativos	48.000,00	48.000,00
3.3.71.00	Transferências a Consórcio Público	1.000,00	1.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	1.388.000,00	1.471.000,00
4.4.71.00	Transferências a Consórcio Público	1.000,00	1.000,00

4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	37.000,00	39.000,00
TOTAIS		4.128.000,00	4.371.000,00

10.303.0004.2054	Manutenção das Ações de Farmácia Básica
------------------	---

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2020
		0.1.03.000000	0.1.06.000208	0.1.06.000210			
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	509.000,00	40.000,00	31.000,00			580.000,00
TOTAIS		509.000,00	40.000,00	31.000,00			580.000,00

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	EXERCÍCIO	
		2021	2022
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	614.000,00	652.000,00
TOTAIS		614.000,00	652.000,00

10.302.0004.2055	Manutenção das Ações de MAC
------------------	-----------------------------

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2020
		0.1.03.000000	0.1.06.000208				
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	55.000,00	315.000,00				370.000,00
3.1.91.00	Pessoal e Encargos Sociais/Apl. Direta Intra	14.000,00					14.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	30.000,00	35.000,00				65.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	3.000,00					3.000,00
TOTAIS		102.000,00	350.000,00				452.000,00

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	EXERCÍCIO	
		2021	2022
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	392.000,00	415.000,00
3.1.91.00	Pessoal e Encargos Sociais/Apl. Direta Intra	15.000,00	16.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	70.000,00	75.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	3.000,00	3.000,00
TOTAIS		480.000,00	509.000,00

10.301.0004.1027	Aquisição de Veículos
------------------	-----------------------

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2020
		0.1.03.000000	0.1.85.000000				
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	30.000,00	180.000,00				210.000,00
	TOTAIS	30.000,00	180.000,00				210.000,00

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	EXERCÍCIO	
		2021	2022
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	30.000,00	30.000,00
	TOTAIS	30.000,00	30.000,00

10.304.0004.2029	Manutenção Ações de Vigilância Sanitária
------------------	--

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2020
		0.1.03.000000	0.1.06.000208				
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	50.000,00	2.000,00				52.000,00
3.1.91.00	Pessoal e Encargos Sociais/Apl. Direta Intra	9.000,00					9.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	5.000,00	2.000,00				7.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	2.000,00					2.000,00
	TOTAIS	66.000,00	4.000,00				70.000,00

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	EXERCÍCIO	
		2021	2022
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	55.000,00	58.000,00
3.1.91.00	Pessoal e Encargos Sociais/Apl. Direta Intra	10.000,00	11.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	7.000,00	7.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	2.000,00	2.000,00
	TOTAIS	74.000,00	78.000,00

10.305.0004.2030	Manutenção de Ações de Vigilância Epidemiológica
------------------	--

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2020
		0.1.03.000000	0.1.06.000208				
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	51.000,00	26.000,00				77.000,00
3.1.91.00	Pessoal e Encargos Sociais/Apl. Direta Intra	10.000,00					10.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	15.000,00	10.000,00				25.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	2.000,00					2.000,00

	TOTAIS	78.000,00	36.000,00				114.000,00
--	---------------	------------------	------------------	--	--	--	-------------------

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	EXERCÍCIO	
		2021	2022
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	82.000,00	86.000,00
3.1.91.00	Pessoal e Encargos Sociais/Apl. Direta Intra	11.000,00	12.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	27.000,00	29.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	2.000,00	2.000,00
	TOTAIS	122.000,00	129.000,00

17.511.0004.1031	Implantação, Ampliação e Manutenção de Redes de Água
------------------	--

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2020
		0.1.00.000000					
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	1.000,00					1.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	1.000,00					1.000,00
	TOTAIS	2.000,00					2.000,00

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	EXERCÍCIO	
		2021	2022
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	1.000,00	1.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	1.000,00	1.000,00
	TOTAIS	2.000,00	2.000,00

PROGRAMA:

0005. Cidadania Pela Integração

DIAGNÓSTICO:

- Apesar da existência de poucos casos de crianças em situação de risco, o Município desenvolve ações para manter esta condição e até eliminar os casos existentes. Sua atuação se dá através da estrutura das Secretarias Municipais da Educação, Saúde e Assistência Social, Conselhos Municipais de: Assistência Social, Criança e Adolescente, e Tutelar, além do apoio com a execução das ações de ensino e esportes.
- No Município há cerca de 1.300 famílias carentes e que necessitam da atenção do Poder Público, 10 grupos de idosos constituídos e 01 clube de mães. Há necessidade de ações voltadas para elevação do nível de renda dessas famílias carentes e diversificação dos trabalhos de integração dos idosos e mães, realização de cursos profissionalizantes e ações voltadas para expansão do mercado de trabalho.
- Existência de jovens e adultos desempregados por falta de qualificação para o mercado de trabalho.
- No Município há uma entidade para atendimento de crianças que necessitam de orientações especiais e que sobrevive de doações da comunidade e do Poder Público.
- Estudos realizados pela área da Assistência Social do Município indicam um déficit habitacional de cerca de 50 casas.

DIRETRIZES:

- Execução do Plano de Assistência aos menores para mantê-los ocupados com ações de estudos, atividades esportivas, descobrimentos e exploração de suas potencialidades, envolvendo os recursos do Município, os Conselhos Municipais e as famílias.
- Execução do Plano Municipal da Assistência Social com envolvimento do Conselho Municipal, atendimento e orientação das famílias carentes, fortalecimento dos grupos de idosos e clubes de mães.

- Contratação de cursos profissionalizantes nas diversas áreas do mercado de trabalho.
- Apoio financeiro e material à APAE do Município.
- Elaboração de projeto para obtenção de recursos junto ao Ministério das Cidades.

OBJETIVOS:

- Manter os jovens ocupados para afastá-los das situações de risco, encaminhá-los para uma atividade profissional, integrando-os à sociedade.
- Criar alternativas de renda para as famílias carentes, integração dos idosos à sociedade e melhoria da sua qualidade de vida, oferecer oportunidade para que as donas de casa troquem experiências, descubram potencialidades e habilidades, participando na composição da renda familiar.
- Preparar os desempregados para o mercado de trabalho.
- Contribuir para um atendimento digno aos excepcionais de forma a integrá-los à sociedade.
- Atender a demanda das classes menos favorecidas e diminuir o déficit habitacional.

08.241.0005.2033

Atenção à População da 3ª Idade

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2020
		0.1.00.000000					
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	50.000,00					50.000,00
	TOTAIS	50.000,00					50.000,00

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	EXERCÍCIO	
		2021	2022
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	52.000,00	54.000,00
	TOTAIS	52.000,00	54.000,00

08.243.0005.2034

Manutenção do FIA

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2020
		0.1.00.000000	0.1.21.000000				
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	5.000,00	1.000,00				6.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	1.000,00					1.000,00
	TOTAIS	6.000,00	1.000,00				7.000,00

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	EXERCÍCIO	
		2021	2022
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	6.000,00	6.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	1.000,00	1.000,00
	TOTAIS	7.000,00	7.000,00

08.244.0005.2035

Manutenção do FMAS

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2020
		0.1.00.000000	0.1.31.000000	0.1.50.000000			
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	64.000,00					64.000,00
3.1.91.00	Pessoal e Encargos Sociais/Apl. Direta Intra	15.000,00					15.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	249.000,00	19.000,00	1.000,00			269.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	2.000,00					2.000,00
	TOTAIS	330.000,00	19.000,00	1.000,00			350.000,00

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	EXERCÍCIO	
		2021	2022
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	68.000,00	72.000,00
3.1.91.00	Pessoal e Encargos Sociais/Apl. Direta Intra	16.000,00	17.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	285.000,00	302.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	2.000,00	2.000,00
	TOTAIS	371.000,00	393.000,00

12.363.0005.2036	Cursos Profissionalizantes para Jovens e Adultos
------------------	--

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2020
		0.1.00.000000					
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	5.000,00					5.000,00
	TOTAIS	5.000,00					5.000,00

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	EXERCÍCIO	
		2021	2022
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	5.000,00	5.000,00
	TOTAIS	5.000,00	5.000,00

12.367.0005.2037	Apoio à APAE
------------------	--------------

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2020
		0.1.00.000000	0.1.29.000000				
3.3.50.00	Transf. à Instituições Priv. s/ Fins Lucrativos	36.000,00	3.000,00				39.000,00
	TOTAIS	36.000,00	3.000,00				39.000,00

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	EXERCÍCIO	
		2021	2022
3.3.50.00	Transf. à Instituições Priv. s/ Fins Lucrativos	39.000,00	39.000,00
	TOTAIS	39.000,00	39.000,00

08.243.0005.2139	Manutenção do Conselho Tutelar
------------------	--------------------------------

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2020
		0.1.00.00000 0					
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	126.000,00					126.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	10.000,00					10.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	1.000,00					1.000,00
	TOTAIS	137.000,00					137.000,00

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	EXERCÍCIO	
		2021	2022
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	133.000,00	141.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	11.000,00	12.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	1.000,00	1.000,00
	TOTAIS	145.000,00	154.000,00

PROGRAMA:

0006. Águas Mornas mais Bela

DIAGNÓSTICO:

- O Município tem uma área de 302 Km², população de 6.378 habitantes, sendo 70% na área urbana. Tem serviço de coleta seletiva e destinação final de 75 toneladas de resíduos sólidos/mês, realizado por um veículo caçamba adaptado. O lixo não reciclado é destinado ao aterro sanitário contratado e localizado no Município de Biguaçu.
- O sistema de iluminação pública é realizado através de 995 pontos de luz, atendendo, basicamente as áreas mais densamente povoadas.
- O Município possui apenas duas praças públicas. Há necessidade de remodelação e construção de novos espaços como áreas de lazer.
- O Município possui 25 Km de vias urbanas sob sua jurisdição e que necessitam de fiscalização de trânsito e trabalhos de adequação e manutenção do sistema de sinalização.
- O Município possui 17 comunidades e cerca de 60 vias de acesso a essas comunidades. O transporte coletivo público é realizado por 3 empresas. Há ainda muitos pontos de ônibus sem abrigo de passageiros, sujeitando-os ao sol e chuva enquanto aguardam o ônibus, necessitando assim de novos abrigos.
- O Município tem cerca de 25 Km de vias urbanas dos quais 09 Km ainda não pavimentados.
- As ruas pavimentadas, em geral, não possuem passeios pavimentados, expondo os pedestres a riscos de atropelamento.
- O Plano Diretor da Cidade foi aprovado pela Câmara Municipal e passou a ser implementado a partir de 2009 em atendimento ao estabelecido no Estatuto da Cidade.

DIRETRIZES:

- Realizar coleta de lixo pelo menos duas vezes por semana.
- Manter, melhorar e ampliar o sistema de iluminação pública na cidade.
- Construção e remodelação de praças.

- Parcerias com a Polícia Civil e Militar do Estado de Santa Catarina no trabalho de disciplinamento do trânsito.
- Identificação dos pontos mais movimentados e construção de novos abrigos de passageiros em arquitetura germânica.
- Eleger trechos mais densamente povoados para pavimentação de pelo menos 50.000 metros quadrados de vias públicas e passeios.
- Manutenção da equipe técnica para conduzir o processo de implantação/operação do Plano Diretor.

OBJETIVOS:

- Dar destinação adequada para os resíduos sólidos e assim preservar o meio ambiente e a qualidade de vida.
- Manter as áreas de maior concentração urbana iluminada para oferecer mais segurança à população.
- Melhorar o visual urbanístico da cidade.
- Preservar a ordem pública, a disciplina e a segurança no trânsito.
- Oferecer mais conforto aos usuários do transporte coletivo.
- Eliminar a poeira, lama e buracos nas principais vias urbanas do Município e assim melhorar a qualidade de vida dos residentes.
- Dar segurança aos pedestres, principalmente em suas caminhadas diárias como forma de atividade física.
- Preservação das nascentes e dos mananciais.

06.181.0006.2040

Manutenção dos Serviços de Trânsito

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2020
		0.1.00.000000	0.1.26.000000	0.1.27.000000			
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	3.000,00	10.000,00	6.000,00			19.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	1.000,00	3.000,00	1.000,00			5.000,00
	TOTAIS	4.000,00	13.000,00	7.000,00			24.000,00

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	EXERCÍCIO	
		2021	2022
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	21.000,00	23.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	5.000,00	5.000,00
	TOTAIS	26.000,00	28.000,00

15.451.0006.1041

Arborização de Ruas e Praças

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2020
		0.1.00.000000					
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	5.000,00					5.000,00
	TOTAIS	5.000,00					5.000,00

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	EXERCÍCIO	
		2021	2022
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	5.000,00	5.000,00

	TOTAIS	5.000,00	5.000,00
--	---------------	-----------------	-----------------

15.451.0006.1042	Construção e Remodelação de Praças
------------------	------------------------------------

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2020
		0.1.00.000000					
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	10.000,00					10.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	2.000,00					2.000,00
	TOTAIS	12.000,00					12.000,00

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	EXERCÍCIO	
		2021	2022
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	10.000,00	10.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	2.000,00	2.000,00
	TOTAIS	12.000,00	12.000,00

15.451.0006.1043	Pavimentação de Ruas e Passeios
------------------	---------------------------------

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.				TOTAL 2020
		0.1.00.000000	0.1.70.000032	0.1.71.000015	0.1.85.000000	
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	100.000,00	1.001.000,00	201.000,00	1.300.000,00	2.602.000,00
	TOTAIS	100.000,00	1.001.000,00	201.000,00	1.300.000,00	2.602.000,00

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	EXERCÍCIO	
		2021	2022
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	2.602.000,00	2.602.000,00
	TOTAIS	2.602.000,00	2.602.000,00

15.451.0006.2044	Acompanhamento do Plano Diretor da Cidade
------------------	---

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2020
		0.1.00.000000					
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	80.000,00					80.000,00
	TOTAIS	80.000,00					80.000,00

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	EXERCÍCIO	
		2021	2022
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	82.000,00	84.000,00
	TOTAIS	82.000,00	84.000,00

15.452.0006.2045	Serviços de Coleta e Destinação Final do Lixo
------------------	---

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2020
		0.1.00.000000					
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	205.000,00					205.000,00
3.1.91.00	Pessoal e Encargos Sociais/Apl. Direta Intra	27.000,00					27.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	200.000,00					200.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	1.000,00					1.000,00
	TOTAIS	433.000,00					433.000,00

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	EXERCÍCIO	
		2021	2022
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	217.000,00	230.000,00
3.1.91.00	Pessoal e Encargos Sociais/Apl. Direta Intra	29.000,00	31.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	212.000,00	225.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	1.000,00	1.000,00
	TOTAIS	459.000,00	487.000,00

15.452.0006.2046	Manutenção e Melhoria da Iluminação Pública
------------------	---

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2020
		0.1.00.000000	0.1.44.000000				
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	50.000,00	441.000,00				491.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta		5.000,00				5.000,00
	TOTAIS	50.000,00	446.000,00				496.000,00

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	EXERCÍCIO	
		2021	2022
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	520.000,00	551.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	5.000,00	5.000,00
	TOTAIS	525.000,00	556.000,00

15.453.0006.1047	Construção de Abrigos de Passageiro
------------------	-------------------------------------

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2020
		0.1.00.000000					
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	10.000,00					10.000,00
	TOTAIS	10.000,00					10.000,00

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	EXERCÍCIO	
		2021	2022
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	10.000,00	10.000,00
	TOTAIS	10.000,00	10.000,00

PROGRAMA:

0007. Águas Mornas com mais Emprego e Renda

DIAGNÓSTICO:

- O Município possui em seus 302 Km² cerca de 1.100 pequenas propriedades rurais que atuam basicamente na produção de hortigranjeiro, se constituindo em um dos principais produtor e fornecedor do CEASA e mercados da Grande Florianópolis. Para garantir o escoamento da produção, a Prefeitura precisa manter em bom estado de conservação, cerca de 350 Km de estradas vicinais com suas pontes e bueiros. Para desenvolver esses trabalhos e outros de apoio aos agricultores na abertura de estradas nas propriedades, construção de silos e açudes, destoca, aragem e aração, o Município possui 20 equipamentos, dentre eles, caçambas, máquinas e outros, contando com uma equipe de trabalho na secretaria de obras e agricultura de 23 servidores.
- O Município, em razão da sua cultura germânica, belezas naturais, fontes de águas termais e proximidade com o aglomerado urbano de Florianópolis possui um excelente potencial turístico.

DIRETRIZES:

- Atuar de forma permanente na conservação do sistema viário e aquisição de equipamentos rodoviários.
- Construção de pontes, pontilhões e bueiros com mão de obra própria.
- Apoio aos pequenos agricultores com equipamentos rodoviários e agrícolas mediante solicitação dos interessados.
- Apoio às iniciativas privadas de investimento para exploração do potencial turístico.

OBJETIVOS:

- Garantir o escoamento da produção agrícola e o fluxo de veículos a qualquer tempo.
- Manter, de forma regular, o escoamento da produção e o fluxo de veículos.
- Aumentar a produção e a produtividade, e capitalizar os pequenos produtores rurais.
- Geração de emprego e renda.

20.606.0007.2048	Assistência aos Pequenos Produtores Rurais
------------------	--

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2020
		0.1.00.000000					
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	155.000,00					155.000,00
3.1.91.00	Pessoal e Encargos Sociais/Apl. Direta Intra	10.000,00					10.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	150.000,00					150.000,00

4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	2.000,00					2.000,00
	TOTAIS	317.000,00					317.000,00

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	EXERCÍCIO	
		2021	2022
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	164.000,00	174.000,00
3.1.91.00	Pessoal e Encargos Sociais/Apl. Direta Intra	11.000,00	12.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	159.000,00	168.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	2.000,00	2.000,00
	TOTAIS	336.000,00	356.000,00

20.606.0007.1049	Aquisição de Equipamentos Agrícolas
------------------	-------------------------------------

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2020
		0.1.00.000000	0.1.70.000207				
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	40.000,00	421.000,00				461.000,00
	TOTAIS	40.000,00	421.000,00				461.000,00

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	EXERCÍCIO	
		2021	2022
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	40.000,00	40.000,00
	TOTAIS	40.000,00	40.000,00

20.606.0007.2050	Realização de Eventos Promocionais
------------------	------------------------------------

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2020
		0.1.00.000000					
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	20.000,00					20.000,00
	TOTAIS	20.000,00					20.000,00

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	EXERCÍCIO	
		2021	2022
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	20.000,00	20.000,00
	TOTAIS	20.000,00	20.000,00

23.695.0007.2051	Apoio a Ações Voltadas para Turismo
------------------	-------------------------------------

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2020
		0.1.00.000000					
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	32.000,00					32.000,00
3.1.91.00	Pessoal e Encargos Sociais/Apl. Direta Intra	8.000,00					8.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	25.000,00					25.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	1.000,00					1.000,00
	TOTAIS	66.000,00					66.000,00

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	EXERCÍCIO	
		2021	2022
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	33.000,00	34.000,00
3.1.91.00	Pessoal e Encargos Sociais/Apl. Direta Intra	9.000,00	10.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	26.000,00	27.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	1.000,00	1.000,00
	TOTAIS	69.000,00	72.000,00

26.782.0007.2052	Manutenção das Estradas Vicinais
------------------	----------------------------------

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2020
		0.1.00.000000	0.1.11.000000				
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	620.000,00					620.000,00
3.1.91.00	Pessoal e Encargos Sociais/Apl. Direta Intra	90.000,00					90.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	1.200.000,00	21.000,00				1.221.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	10.000,00					10.000,00
	TOTAIS	1.920.000,00	21.000,00				1.941.000,00

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	EXERCÍCIO	
		2021	2022
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	657.000,00	696.000,00
3.1.91.00	Pessoal e Encargos Sociais/Apl. Direta Intra	95.000,00	101.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	1.294.000,00	1.372.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	11.000,00	12.000,00
	TOTAIS	2.057.000,00	2.181.000,00

26.782.0007.1053	Construção de Pontes
------------------	----------------------

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2020
		0.1.00.000000					
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	50.000,00					50.000,00
	TOTAIS	50.000,00					50.000,00

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	EXERCÍCIO	
		2021	2022
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	50.000,00	50.000,00
	TOTAIS	50.000,00	50.000,00

26.782.0007.1054	Construção de Bueiros
------------------	-----------------------

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2020
		0.1.00.000000					
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	20.000,00					20.000,00
	TOTAIS	20.000,00					20.000,00

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	EXERCÍCIO	
		2021	2022
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	20.000,00	20.000,00
	TOTAIS	20.000,00	20.000,00

26.782.0007.1055	Aquisição de Equipamentos Rodoviários
------------------	---------------------------------------

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2020
		0.1.00.000000	0.1.85.000000				
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	150.000,00	220.000,00				370.000,00
	TOTAIS	150.000,00	220.000,00				370.000,00

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	EXERCÍCIO	
		2021	2022
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	150.000,00	150.000,00
	TOTAIS	150.000,00	150.000,00

PROGRAMA:

OOOO. Encargos Gerais

DIAGNÓSTICO:

- Neste programa estão globalizadas as despesas, que por sua natureza, não podem ser associadas a um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, contribuição ao PASEP e contribuição às entidades municipalistas.
- A contribuição ao PASEP tem como base as receitas correntes e as receitas de capital transferidas efetivamente arrecadadas pelo Município. O percentual de contribuição é de 1% e o recolhimento mensal.
- Para dispor de assessoria técnica nas áreas de engenharia, arquitetura, desenho, topografia, informática, direito administrativo e tributário, e contar com ações em defesa dos interesses dos Municípios, a Prefeitura contribui para manutenção das estruturas da Associação dos Municípios da Grande Florianópolis, Federação Catarinense de Municípios e Confederação Nacional de Municípios, na forma dos seus Estatutos.
- O Regime Próprio de Previdência possui hoje 124 servidores vinculados ao Instituto. Foi constituído em abril de 2000.

DIRETRIZES:

- Pagamento da contribuição ao PASEP e as entidades municipalistas – CNM, FECAM e GRANFPOLIS.
- Administrar os recursos financeiros do Instituto conforme disposto na legislação vigente, buscando os melhores rendimentos, sem abandonar o princípio da prudência.

OBJETIVOS:

- Manter em dia o pagamento dos compromissos de dívida com INSS, novos, contribuição ao PASEP e as entidades municipalistas.
- Contar com o apoio das entidades municipalistas na defesa dos interesses de Águas Mornas.
- Constituir um fundo capaz de garantir a aposentadoria dos servidores municipais e pensão aos seus dependentes.

09.272.0000.0056

Pagamento de Inativos e Pensionistas

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2020
		0.2.45.0000000					
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	1.700.000,00					1.700.000,00
	TOTAIS	1.700.000,00					1.700.000,00

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	EXERCÍCIO	
		2021	2022
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	1.802.000,00	1.910.000,00
	TOTAIS	1.802.000,00	1.910.000,00

09.272.0000.0057

Pagamento de Inativos e Pensionistas a Cargo do Tesouro

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2020
		0.1.00.0000000					
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	365.000,00					365.000,00
	TOTAIS	365.000,00					365.000,00

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	EXERCÍCIO	
		2021	2022

3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	386.000,00	410.000,00
TOTAIS		386.000,00	410.000,00

28.843.0000.0058 Amortização de Dívidas

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2020
		0.1.00.000000					
3.2.90.00	Juros e Encargos da Dívida	1.000,00					1.000,00
4.6.90.00	Amortização da Dívida	1.000,00					1.000,00
TOTAIS		2.000,00					2.000,00

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	EXERCÍCIO	
		2021	2022
3.2.90.00	Juros e Encargos da Dívida	1.000,00	1.000,00
4.6.90.00	Amortização da Dívida	1.000,00	1.000,00
TOTAIS		2.000,00	2.000,00

28.845.0000.0059 Contribuição ao PASEP

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2020
		0.1.00.000000					
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	260.000,00					260.000,00
TOTAIS		260.000,00					260.000,00

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	EXERCÍCIO	
		2021	2022
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	276.000,00	292.000,00
TOTAIS		276.000,00	292.000,00

28.845.0000.0060 Contribuições a Entidades Municipalistas

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2020
		0.1.00.000000					
3.3.50.00	Transf. à Instituições Priv. s/ Fins Lucrativos	150.000,00					150.000,00
TOTAIS		150.000,00					150.000,00

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	EXERCÍCIO	
		2021	2022
3.3.50.00	Transf. à Instituições Priv. s/ Fins Lucrativos	159.000,00	170.000,00
	TOTAIS	159.000,00	170.000,00

ROGRAMA:

9999. Reserva de Contingência

DIAGNÓSTICO:

- A Lei de Responsabilidade Fiscal em seus artigos 4º, § 3º e 5º, inciso III, estabelece a obrigatoriedade da reserva de recursos orçamentários para atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos de forma a preservar o equilíbrio de caixa caso esses riscos ocorram.
- Dentro do princípio da flexibilidade orçamentária, é importante também que uma parte dos recursos orçamentários seja reservado para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais para atendimento das despesas não orçadas ou orçadas a menor.

DIRETRIZES:

- Abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais por conta desses recursos caso os riscos ocorram ou caso haja necessidade de atender despesas não orçadas ou orçadas a menor.
- Se os riscos fiscais não ocorrerem até o dia 20 de dezembro, o Chefe do Poder Executivo poderá utilizar esses recursos para abertura de créditos adicionais mediante autorização na Lei de Diretrizes Orçamentárias e/ou na Lei Orçamentária anual, mas sem comprometer o equilíbrio de caixa.

OBJETIVOS:

- Preservar o equilíbrio de caixa e atender ao princípio da flexibilidade do planejamento orçamentário.
- Evidenciar o superávit orçamentário do Instituto de Previdência na sua função de acumular recursos para pagar os inativos e pensionistas.

99.999.9999.9089	Reserva de Contingência - Prefeitura
------------------	--------------------------------------

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2020
		0.1.00.000000					
9.9.99.00	Reserva de Contingência	30.000,00					30.000,00
	TOTAIS	30.000,00					30.000,00

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	EXERCÍCIO	
		2021	2022
9.9.99.00	Reserva de Contingência	32.000,00	34.000,00
	TOTAIS	32.000,00	34.000,00

99.999.9999.9962	Reserva de Contingência - IPAM
------------------	--------------------------------

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	FONTE DE RECURSOS – F.R.					TOTAL 2020
		0.2.45.000000					

9.9.99.00	Reserva de Contingência	1.601.000,00						1.601.000,00
	TOTAIS	1.601.000,00						1.601.000,00

CÓDIGO	GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA/MODALIDADE DE APLICAÇÃO	EXERCÍCIO	
		2021	2022
9.9.99.00	Reserva de Contingência	1.701.000,00	1.804.000,00
	TOTAIS	1.701.000,00	1.804.000,00

ANEXO I.2.1

Art. 4º, §§ 1º e 2º, II da LRF

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS POR PROGRAMA E AÇÕES DE GOVERNO

CÓDIGO	PROGRAMA/AÇÃO	2020	2021	2022
0001	Gestão Administrativa Superior	4.161.000,00	4.407.000,00	4.668.000,00
2001	Manutenção do Poder Legislativo	838.000,00	888.000,00	941.000,00
2002	Manutenção do Gabinete do Prefeito	476.000,00	504.000,00	534.000,00
2003	Manut. do Departamento de Cont. e Finanças	962.000,00	1.019.000,00	1.079.000,00
2004	Manut. do Depart. de Pessoal, Patr. e Serv. Gerais	1.234.000,00	1.309.000,00	1.388.000,00
2005	Amortização do Déficit Atuarial	532.000,00	563.000,00	597.000,00
2006	Administração do IPAM	80.000,00	84.000,00	88.000,00
2156	Manutenção do FUNREBOM	39.000,00	40.000,00	41.000,00
0002	Criança na Escola, Futuro Certo	10.127.000,00	7.397.000,00	7.832.000,00
2008	Oferta de Merenda Escolar – Ensino Fundamental	106.000,00	112.000,00	120.000,00
1009	Ampliação da Rede Física do Ensino Fundamental	1.504.000,00	50.000,00	50.000,00
1010	Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar	461.000,00	50.000,00	50.000,00
2011	Manutenção do Ensino Fundamental	1.012.000,00	1.073.000,00	1.136.000,00
2012	Manut. do Transp. Escolar - Ensino Fundamental	1.336.000,00	1.416.000,00	1.501.000,00
2013	Ampliação do Acervo Bibliográfico	7.000,00	7.000,00	7.000,00
2014	Apoio a Estudantes de Ensino Superior	80.000,00	94.000,00	100.000,00
2017	Manutenção do Ensino Infantil	1.251.000,00	1.327.000,00	1.407.000,00
2016	Oferta Merenda Escolar – Ensino Infantil	121.000,00	128.000,00	136.000,00
1017	Ampliação da Rede Física do Ensino Infantil	1.305.000,00	20.000,00	20.000,00
2157	Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB	1.561.000,00	1.655.000,00	1.754.000,00

2158	Manutenção do Ensino Infantil - FUNDEB	1.383.000,00	1.465.000,00	1.551.000,00
0003	Revelando Novos Talentos	380.000,00	401.000,00	423.000,00
1018	Reforma e Adaptação de Equipamentos Esportivos	20.000,00	20.000,00	20.000,00
2019	Incentivo ao Esporte Amador	360.000,00	381.000,00	403.000,00
0004	Saúde, Vida Longa para Todos	5.326.000,00	5.450.000,00	5.771.000,00
2053	Manutenção da Ação Atenção Básica	3.898.000,00	4.128.000,00	4.371.000,00
2054	Manutenção da Ação Farmácia Básica	580.000,00	614.000,00	652.000,00
2055	Manutenção das Ações de MAC	452.000,00	480.000,00	509.000,00
1027	Aquisição de Veículos	210.000,00	30.000,00	30.000,00
2029	Manutenção Ações Vigilância Sanitária	70.000,00	74.000,00	78.000,00
2030	Manutenção de Ações de Vigilância Epidemiológica	114.000,00	122.000,00	129.000,00
1031	Implantação, Ampl. e Manut. de Redes de Água	2.000,00	2.000,00	2.000,00
0005	Cidadania Pela Integração	588.000,00	619.000,00	652.000,00
2033	Atenção à População da 3ª Idade	50.000,00	52.000,00	54.000,00
2034	Manutenção do FIA	7.000,00	7.000,00	7.000,00
2035	Manutenção do FMAS	350.000,00	371.000,00	393.000,00
2036	Cursos Profissionalizantes para Jovens e Adultos	5.000,00	5.000,00	5.000,00
2037	Apoio à APAE	39.000,00	39.000,00	39.000,00
2139	Manutenção do Conselho Tutelar	137.000,00	145.000,00	154.000,00
0006	Águas Mornas, mais Bela	3.662.000,00	3.721.000,00	3.784.000,00
2040	Manutenção dos Serviços de Trânsito	24.000,00	26.000,00	28.000,00
1041	Arborização de Ruas e Praças	5.000,00	5.000,00	5.000,00
1042	Construção e Remodelação de Praças	12.000,00	12.000,00	12.000,00
1043	Pavimentação de Ruas e Passeios	2.602.000,00	2.602.000,00	2.602.000,00
2044	Acompanhamento do Plano Diretor da Cidade	80.000,00	82.000,00	84.000,00
2045	Serviços de Coleta e Destinação Final do Lixo	433.000,00	459.000,00	487.000,00
2046	Manutenção e Melhoria da Iluminação Pública	496.000,00	525.000,00	556.000,00
1047	Construção de Abrigos de Passageiro	10.000,00	10.000,00	10.000,00
0007	Águas Mornas com mais Emprego e Renda	3.245.000,00	2.742.000,00	2.889.000,00
2048	Assistência aos Pequenos Produtores Rurais	317.000,00	336.000,00	356.000,00
1049	Aquisição de Equipamentos Agrícolas	461.000,00	40.000,00	40.000,00
2050	Realização de Eventos Promocionais	20.000,00	20.000,00	20.000,00
2051	Apoio a Ações Voltadas para Turismo	66.000,00	69.000,00	72.000,00
2052	Manutenção das Estradas Vicinais	1.941.000,00	2.057.000,00	2.181.000,00
1053	Construção de Pontes	50.000,00	50.000,00	50.000,00
1054	Construção de Bueiros	20.000,00	20.000,00	20.000,00

1055	Aquisição de Equipamentos Rodoviários	370.000,00	150.000,00	150.000,00
0000	Encargos Gerais	2.477.000,00	2.625.000,00	2.784.000,00
0056	Pagamento de Inativos e Pensionistas	1.700.000,00	1.802.000,00	1.910.000,00
0057	Pagamento de Inativos e Pens. a Cargo do Tesouro	365.000,00	386.000,00	410.000,00
0058	Amortização de Dívidas	2.000,00	2.000,00	2.000,00
0059	Contribuição ao PASEP	260.000,00	276.000,00	292.000,00
0060	Contribuições a Entidades Municipalistas	150.000,00	159.000,00	170.000,00
9999	Reserva de Contingência	1.631.000,00	1.733.000,00	1.838.000,00
9961	Reserva de Contingência - Prefeitura	30.000,00	32.000,00	34.000,00
9962	Reserva de Contingência - IPAM	1.601.000,00	1.701.000,00	1.804.000,00
	TOTAL	31.597.000,00	29.095.000,00	30.641.000,00

ANEXO I.2.2

Art. 4º, §§ 1º e 2º, II da LRF

DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA DESPESA CONSOLIDADA POR GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA

CÓDIGO	NATUREZA DA DESPESA	REALIZADA EM 2018	PREVISTA	
			2020	2021
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	19.220.374,27	22.804.000,00	24.161.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos sociais	11.249.299,85	14.029.000,00	14.867.000,00
3.1.71.00	Aplicações Diretas	3.510,00	23.000,00	24.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	10.314.557,07	13.001.000,00	13.777.000,00
3.1.91.00	Aplicações Diretas	931.232,78	1.005.000,00	1.066.000,00
3.2.00.00	Juros e Encargos da Dívida	0,00	1.000,00	1.000,00
3.2.90.00	Aplicações Diretas	0,00	1.000,00	1.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	7.971.074,42	8.774.000,00	9.293.000,00
3.3.20.00	Transferências a União	11.909,54	0,00	0,00
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	194.144,00	237.000,00	246.000,00
3.3.71.00	Aplicações Diretas	1.092,00	12.000,00	13.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	7.337.031,43	7.987.000,00	8.465.000,00
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	989.032,38	7.162.000,00	3.201.000,00
4.4.00.00	Investimentos	989.032,38	7.161.000,00	3.200.000,00
4.4.71.00	Aplicações Diretas	156,00	8.000,00	9.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	988.876,38	7.152.000,00	3.190.000,00
4.6.00.00	Amortização da Dívida	0,00	1.000,00	1.000,00

4.6.90.00	Aplicações Diretas		0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
9.9.99.99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	1.631.000,00	1.733.000,00	1.838.000,00
	TOTAL GERAL (I)		20.209.406,65	31.597.000,00	29.095.000,00	30.641.000,00
	Transferências Intra-Orçamentárias (II)		931.232,78	1.005.000,00	1.066.000,00	1.130.000,00
	METAS FISCAIS DE DESPESA (III=I-II)		19.278.173,87	30.592.000,00	28.029.000,00	29.511.000,00

Demonstrativo da Evolução da Despesa:

1.1. Pessoal e Encargos Sociais:

Ano	Valor Nominal – R\$ milhares	Variação %
2016	9.522,7	
2017	10.563,4	10,9
2018	11.249,3	6,5
2019	12.059,0	7,2
2020	14.029,0	16,3
2021	14.867,0	6,0
2022	15.753,0	6,0

1.2. Juros e Encargos da Dívida:

Ano	Valor Nominal – R\$ milhares	Variação %
2016	0,0	
2017	0,0	0,0
2018	0,0	0,0
2019	1,0	0,0
2020	1,0	0,0
2021	1,0	0,0
2022	1,0	0,0

1.3. Outras Despesas Correntes:

Ano	Valor Nominal – R\$ milhares	Variação %
2016	5.893,4	
2017	7.201,5	22,2
2018	7.971,1	10,7
2019	8.636,0	8,3
2020	8.774,0	1,6
2021	9.293,0	5,9
2022	9.838,0	5,9

1.4. Amortização da Dívida:

Ano	Valor Nominal – R\$ milhares	Variação %
2016	0,0	
2017	0,0	0,0
2018	0,0	0,0
2019	1,0	0,0
2020	1,0	0,0
2021	1,0	0,0
2022	1,0	0,0

ANEXO I.2.3

Art. 4º, §§ 1º e 2º, II da LRF

MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS FISCAIS DE RESULTADO PRIMÁRIO

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA		PREVISTA			
	2017	2018	2019	2020	2021	2022
RECEITAS CORRENTES (I)	22.341.681,19	21.939.588,44	23.128.000,00	26.755.200,00	28.424.400,00	30.077.200,00
Impostos, Taxas e Contribuições e Melhorias	1.486.255,07	1.892.188,05	1.988.000,00	2.813.000,00	2.978.000,00	3.157.000,00
Receita de Contribuições	1.722.896,88	769.780,63	2.240.000,00	866.000,00	920.000,00	975.000,00
Receita Patrimonial	1.152.396,98	976.027,18	797.000,00	1.639.000,00	1.737.000,00	1.840.000,00
Aplicações Financeiras (II)	1.152.396,98	976.027,18	797.000,00	1.639.000,00	1.737.000,00	1.840.000,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	16.460,00	51.557,90	66.000,00	66.000,00	70.000,00	74.000,00
Transferências Correntes	16.716.251,23	18.082.967,63	19.376.000,00	21.241.000,00	22.512.000,00	23.859.000,00

Outras Receitas Correntes	488.624,54	167.067,05	145.000,00	130.200,00	207.400,00	172.200,00
DEDUÇÃO DA RECEITA CORRENTE (III)	2.420.392,33	2.668.531,34	1.989.000,00	3.090.200,00	3.272.400,00	3.465.200,00
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (IV = I - II - III)	18.768.891,88	18.295.029,92	20.342.000,00	22.026.000,00	23.415.000,00	24.772.000,00
RECEITAS DE CAPITAL (V)	758.796,49	1.133.201,25	6.150.000,00	6.572.000,00	2.500.000,00	2.500.000,00
Amortização de Empréstimos (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito (VII)	0,00	0,00	0,00	4.830.000,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	758.796,49	1.133.201,25	6.150.000,00	1.742.000,00	2.500.000,00	2.500.000,00
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (IX = V - VI-VII-VIII)	758.796,49	1.133.201,25	6.150.000,00	1.742.000,00	2.500.000,00	2.500.000,00
RECEITAS NÃO-FINANCEIRAS (X = IV + IX)	19.527.688,37	19.428.231,17	26.492.000,00	23.768.000,00	25.915.000,00	27.272.000,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA		PREVISTA			
	2017	2018	2019	2020	2021	2022
DESPESAS CORRENTES (X)	17.764.911,07	19.220.374,27	20.696.000,00	20.696.000,00	21.914.000,00	23.208.000,00
Pessoal e Encargos Sociais	10.563.395,85	11.249.299,85	12.059.000,00	12.059.000,00	12.779.000,00	13.547.000,00
Juros e Encargos da Dívida (XI)	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
Outras Despesas Correntes	7.201.515,22	7.971.074,42	8.636.000,00	8.636.000,00	9.134.000,00	9.660.000,00
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII = X - XI)	17.764.911,07	19.220.374,27	20.695.000,00	20.695.000,00	21.913.000,00	23.207.000,00
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	764.240,30	989.032,38	6.884.000,00	6.884.000,00	3.144.000,00	3.148.000,00
Investimentos	764.240,30	989.032,38	6.883.000,00	6.883.000,00	3.143.000,00	3.147.000,00
Amortização da Dívida (XIV)	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV = XIII - XIV)	764.240,30	989.032,38	6.883.000,00	6.883.000,00	3.143.000,00	3.147.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	0,00	0,00	1.193.000,00	1.193.000,00	1.268.000,00	1.349.000,00
DESPESAS NÃO-FINANCEIRAS (XVII = XII+XV+XVI)	18.529.151,37	20.209.406,65	28.771.000,00	28.771.000,00	26.324.000,00	27.703.000,00
RESULTADO PRIMÁRIO (X - XVII)	998.537,00	-781.175,48	-2.279.000,00	-5.003.000,00	-409.000,00	-431.000,00

ANEXO I.2.4

Art. 4º, §§ 1º e 2º, II da LRF

MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS FISCAIS DE RESULTADO NOMINAL									
ESPECIFICAÇÃO	2016 "a"	2017 "b"	2018 "c"	2019 "d"	2020 "e"	2021 "f"	2022 "g"	R\$ 1.000,00	
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,0	0,0	0,0	0,0	4.830,0	4.830,0	4.828,0		
DEDUÇÕES (II)	978,1	886,7	772,8	917,7	889,9	866,6	861,5		
Ativo Disponível	1.389,4	962,9	886,7	1.134,4	1.093,4	1.019,4	1.033,5		
Haveres Financeiros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		
(-) Restos a Pagar Processado	411,3	76,2	113,9	216,7	204,5	152,8	172,0		

DÍV. CONS. LÍQUIDA (III = I - II)	-978,1	-886,7	-772,8	-917,7	-889,9	-866,6	-861,5
Receitas de Privatizações (IV)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Passivos Reconhecidos (V)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
DÍV. FISCAL LÍQUIDA (VI = III + IV - V)	-978,1	-886,7	-772,8	-917,7	3.940,1	3.963,4	3.966,5
RESULTADO NOMINAL	(B-A)		(C-B)	(D-C)	(E-D)	(F-E)	(G-F)
	91,4		113,9	-144,9	4.857,8	23,3	3,1

Memória de Cálculo:

1. Os dados da dívida consolidada, Ativo Disponível, Haveres Financeiros, Restos a Pagar Processados e Passivos Reconhecidos dos exercícios de 2016 a 2018, foram extraídos dos Relatórios da LRF.
2. O Saldo da dívida consolidada de 2019 a 2022 foi calculado a partir do saldo da dívida consolidada de 2018, considerando ainda as operações de créditos previstas e as amortizações fixadas para o mesmo período.
3. O Ativo disponível do período de 2019 a 2022 foi estimado com base nos números dos exercícios anteriores.
4. Equação para cálculo do Saldo da Dívida Consolidada de 2018 = Saldo da Dívida Consolidada de 2018 + Operações de créditos previstas na LOA para 2018 – Amortização da Dívida fixada na LOA para 2018.
5. O resultado nominal é calculado pela equação: Dívida Fiscal Líquida (DFL) do exercício de referência – DFL do exercício anterior ao de referência.

ANEXO I.2.5

Art. 4º, §§ 1º e 2º, II da LRF.

MEMÓRIA DE CÁLCULO DA META FISCAL MONTANTE DA DÍVIDA							
R\$ 1.000,00							
ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA		PREVISTA				
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
Dívida Consolidada (I)	0,0	0,0	0,0	4.830,0	4.830,0	4.828,0	
Dívida Mobiliária							
Dívidas							
DUÇÕES (II)	886,7	772,8	917,7	889,9	866,6	861,5	
Ativo Disponível	962,9	886,7	1.134,4	1.093,4	1.019,4	1.033,5	
Haveres Financeiros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
R.P. Processados	76,2	113,9	216,7	204,5	152,8	172,0	
L (III) = (I - II)	-886,7	-772,8	-917,7	3.940,1	3.963,4	3.966,5	

Memória de Cálculo:

1. Os dados da dívida consolidada, Ativo Disponível, Haveres Financeiros, Restos a Pagar Processados e Passivos Reconhecidos dos exercícios de 2016 a 2018, foram extraídos dos Relatórios da LRF.

2. O Saldo da dívida consolidada de 2019 a 2022 foi calculado a partir do saldo da dívida consolidada de 2018, considerando ainda as operações de créditos previstas e as amortizações fixadas para o mesmo período.
3. O Ativo disponível do período de 2019 a 2022 foi estimado com base nos números dos exercícios anteriores.
4. Equação para cálculo do Saldo da Dívida Consolidada de 2018 = Saldo da Dívida Consolidada de 2018 + Operações de créditos previstas na LOA para 2018 – Amortização da Dívida fixada na LOA para 2018.
5. O resultado nominal é calculado pela equação: Dívida Fiscal Líquida (DFL) do exercício de referência – DFL do exercício anterior ao de referência.

ANEXO I.3

Art. 4º, § 2º, I da LRF R\$1.000,00

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR						
ESPECIFICAÇÃO	METAS PREVISTAS 2018	% PIB	METAS REALIZADAS 2018	% PIB	VALOR	VARIACÃO %
Receita Total	25.904,0	0,0093	22.050,1	0,0079	-3.853,9	-14,9
Receitas Primárias (I)	23.566,0	0,0084	19.524,1	0,0070	-4.041,9	-17,2
Despesa Total	25.904,0	0,0093	20.209,4	0,0072	-5.694,6	-22,0
Despesas Primárias (II)	25.897,0	0,0093	18.140,6	0,0065	-7.756,4	-30,0
Resultado Primário (I – II)	-2.331,0	-0,0008	1.383,5	0,0005	3.714,5	-159,4
Resultado Nominal	-1,3	0,0000	-113,9	0,0000	-112,6	8.661,5
Dívida Pública Consolidada	0,0	0,0000	0,0	0,0000	0,0	0,0
Dívida consolidada Líquida	-794,2	-0,0003	-772,8	-0,0003	21,4	-2,7

Notas:

*A norma indica o uso do PIB Estadual.

2. Projeção do PIB do Estado de Santa Catarina com base em índices de inflação c/c o crescimento econômico:

Variáveis	Em milhões de R\$							
	2014	2015	2016*	2017	2018	2019	2020	2021
PIB	242.553	249.007	256.661	266.876	279.652	295.158	313.103	335.395
Δ								
Nominal	13,21%	2,67%	3,07%	3,98%	4,78%	5,54%	6,08%	7,12%
Δ Real	6,39%	7,23%	3,02%	1,00%	1,00%	1,00%	2,00%	3,00%
IPCA	6,41%	10,67%	6,29%	2,95%	3,75%	4,50%	4,00%	4,00%

*Último valor do PIB divulgado pelo IBGE.

Art. 4º, § 2º, II da LRF

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES	R\$ 1.000,00
--	---------------------

Especificação	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2017	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%
Receita Total	25.525,0	25.904,0	1,5	28.773,0	11,1	31.597,0	9,8	29.095,0	-7,9	30.641,0	5,3
Receitas Primárias (I)	24.079,0	23.566,0	-2,1	26.492,0	12,4	23.768,0	-10,3	25.915,0	9,0	27.272,0	5,2
Despesa Total	25.525,0	25.904,0	1,5	28.773,0	11,1	31.597,0	9,8	29.095,0	-7,9	30.641,0	5,3
Despesas Primárias (II)	25.518,0	25.897,0	1,5	28.771,0	11,1	28.771,0	0,0	26.324,0	-8,5	27.703,0	5,2
Resultado Prim. (I-II)	-1.438,0	-2.331,0	62,1	-2.279,0	-2,2	-5.003,0	119,5	-409,0	-91,8	-431,0	5,4
Resultado Nominal	6,8	-1,3		-92,2	6.992,3	4.857,8	5.368,8	23,3		3,1	
			-119,1						-99,5		-86,7
Dívida Pública Cons.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4.830,0	0,0	4.830,0	0,0	4.828,0	0,0
Dívida Cons.Líquida	-600,6	-794,2	32,2	-917,7	15,6	3.940,1	-529,3	3.963,4	0,6	3.966,5	0,1

VALORES A PREÇOS CONSTANTES DE 2020

Especificação	VALORES A PREÇOS CONSTANTES DE 2020											
	2017	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	
Receita Total	28.782,0	28.152,5	-2,2	29.923,9	6,3	31.597,0	5,6	27.976,0	-11,5	28.329,3	1,3	
Receitas Primárias (I)	27.151,5	25.611,5	-5,7	27.551,7	7,6	23.768,0	-13,7	24.918,3	4,8	25.214,5	1,2	
Despesa Total	28.782,0	28.152,5	-2,2	29.923,9	6,3	31.597,0	5,6	27.976,0	-11,5	28.329,3	1,3	
Despesas Primárias (II)	28.774,1	28.144,9	-2,2	29.921,8	6,3	28.771,0	-3,8	25.311,5	-12,0	25.613,0	1,2	
Resultado Prim. (I-II)	-1.621,5	-2.533,3	56,2	-2.370,2	-6,4	-5.003,0	111,1	-393,3	-92,1	-398,5	1,3	
Resultado Nominal	7,7	-1,4	-118,2	-95,9	6.750,0	4.857,8	-	22,4	-99,5	2,9	-87,1	

Divida Publica Cons.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4.830,0	0,0	4.644,2	0,0	4.463,8	0,0
Divida Cons.Liquida	-677,2	-863,1	27,5	-954,4	10,6	3.940,1	-512,8	3.811,0	-3,3	3.667,3	-3,8	

Metodologia de Cálculo:

1. Para transformação dos valores a preços correntes em preços constantes de 2020, levou-se em conta o índice de inflação medido pelo IPCA nos exercícios de 2018, previsto para 2019 a 2022, conforme abaixo:

ÍNDICES DE INFLAÇÃO MEDIDA PELO IPCA					
2018	2019	2020	2021	2022	
3,75%	4,50%	4,00%	4,00%	4,00%	

- 1.1. Memória de cálculo da Receita total a preços correntes de 2017 para valores a preços de 2020: $25.525,0 \times (1.0375 \times 1,045 \times 1,04 = 1,1276) = 28.782,0$. Ou seja, o valor da receita de 2017 é corrigido pela inflação de 2018 (3,75%), pela inflação de 2019 (4,5%) e pela inflação de 2020 (4,0%). $(1,0375 \times 1,045 \times 1,04 = 1,1276 \times 25.525,0 = 28.782,0)$;
- 1.2. Memória de cálculo da Receita Total a preços correntes de 2022 para valores a preços de 2020: $30.641,0 / (1,04 \times 1,04) = 28.329,3$. Ou seja, o valor da receita total a preços correntes de 2022 é deflacionado pela inflação de 2022 (4,0%) e pela inflação de 2021 (4,0%);

ANEXO I.5

Art. 4º, §§ 1º e 2º, III da LRF.

DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – DADOS CONSOLIDADOS					
R\$ 1.000,00					
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2016	%	2017	%	2018
Patrimônio/Capital	18.199,9		16.467,2	-9,5	17.048,9
Reservas					3,5
Resultado Acumulado					
TOTAL	18.199,9		16.467,2	-9,5	17.048,9
					3,5

DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – REGIME PREVIDENCIÁRIO					
R\$ 1.000,00					
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2016	%	2017	%	2018
Patrimônio/Capital	3.931,8		1.311,9	-66,3	1.716,3
					30,8

Reservas						
Resultado Acumulado						
TOTAL	3.931,8	1.311,9	-66,3	1.716,3	30,8	

ANEXO L.6

Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos

	RECETAS REALIZADAS	2018 (a)	2017 (b)	2016 (c)
RECETAS DE CAPITAL (I)		0,00	0,00	93.161,93
Alienação de Ativos				
Alienação de Bens Móveis		0,00	0,00	93.161,93
Alienação de Bens Imóveis				
TOTAL		0,00	0,00	93.161,93

	DESPESAS EXECUTADAS	2018 (d)	2017 (e)	2016 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)				0,00
DESPESAS DE CAPITAL		0,00	93.161,93	
Investimentos				
Inversões Financeiras				
Amortização da Dívida				
DESPESAS CORRENTES				
Regime Geral da Previdência Social				
Regime próprio dos Servidores Públicos				
TOTAL		0,00	93.161,93	0,00
SALDO FINANCEIRO		(g = a-d+h)	(h=b-e+i)	(i=c-f)
		0,00	0,00	93.161,93

Despesas Executadas: Despesas liquidadas + Despesas não liquidadas inscritas em RP

ANEXO L.7

Art. 4º, §§ 1º e 2º, IV, "a" da LRF.

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA

R\$ 1,00

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	2016	2017	2018
RECEITAS CORRENTES			
Receita de Contribuições	1.573,3	1.415,0	1.341,6
Contribuições do Servidor – Ativo Civil	395,4	401,1	503,5
Contribuições do Servidor – Inativo Civil	391,0	393,4	498,2
Contribuições do Servidor – Pensionista Civil	4,4	7,7	5,3
Contribuição Patronal de Servidor Ativo			
Receita Patrimonial	1.177,9	1.013,9	838,1
Outras Receitas Correntes			
RECEITAS CORRENTES – INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.046,6	1.112,4	1.421,9
Contribuição Patronal do Exercício	781,5	787,4	997,1
Contribuição Patronal de Exercícios Anteriores			
REPASSE PREVID. COBERTURA DÉFICIT	265,1	325,0	424,8
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)	2.619,9	2.527,4	2.763,5

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	2016	2017	2018
ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Despesas Correntes	61,3	57,6	65,3
Despesas de Capital	61,3	57,6	62,3
PREVIDÊNCIA SOCIAL			
Pessoal Civil	1.023,8	1.383,9	1.489,2
Outras Despesas Correntes	1.023,8	1.383,9	1.489,2
Compensação Previdenciária de Aposentadorias entre RPPS e RGPS			
Compensação Previdenciária de Pensões entre RPPS e RGPS			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)	1.085,1	1.441,5	1.554,5
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (I – II)	1.534,8	1.085,9	1.209,0

ANEXO I.8

Art. 4º, §§ 1º e 2º, IV, “a” da LRF

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS

Exercício	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a – b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d exercício anterior) + (c)
2019	1.801.897,09	1.245.980,59	555.916,50	12.453.698,96
2020	1.628.040,91	1.369.156,99	258.883,92	12.712.582,88
2021	1.496.301,95	1.293.849,81	202.452,14	12.915.035,02

2022	1.443.745,25	1.222.929,73	220.815,52	13.135.850,54
2023	1.393.422,46	1.156.163,95	237.258,51	13.373.109,05
2024	1.345.227,08	1.093.328,97	251.898,11	13.625.007,16
2025	1.299.058,60	1.198.650,85	100.407,75	13.725.414,91
2026	1.204.666,03	1.365.001,64	-160.335,61	13.565.079,30
2027	1.093.864,91	1.380.776,21	-286.911,30	13.278.168,00
2028	1.030.922,66	1.422.545,69	-391.623,03	12.886.544,97
2029	962.412,46	1.408.078,29	-445.665,83	12.440.879,14
2030	913.296,17	1.400.221,52	-486.925,35	11.953.953,79
2031	864.487,45	1.414.761,94	-550.274,49	11.403.679,30
2032	810.966,59	1.394.223,45	-583.256,86	10.820.422,44
2033	770.238,07	1.335.324,30	-565.086,23	10.255.336,21
2034	743.425,94	1.261.874,44	-518.448,50	9.736.887,71
2035	723.290,84	1.186.824,90	-463.534,06	9.273.353,65
2036	705.818,93	1.182.506,96	-476.688,03	8.796.665,62
2037	668.513,36	1.149.970,44	-481.457,08	8.315.208,54
2038	641.661,83	1.073.947,31	-432.285,48	7.882.923,06
2039	630.098,66	1.005.829,27	-375.730,61	7.507.192,45
2040	617.968,42	965.746,43	-347.778,01	7.159.414,44
2041	598.836,91	918.425,20	-319.588,29	6.839.826,15
2042	583.556,32	864.900,16	-281.343,84	6.558.482,31
2043	571.891,29	794.096,58	-222.205,29	6.336.277,02
2044	567.229,33	752.211,55	-184.982,22	6.151.294,80
2045	554.983,09	740.511,75	-185.528,66	5.965.766,14
2046	534.596,99	699.450,28	-164.853,29	5.800.912,85
2047	524.754,95	674.846,94	-150.091,99	5.650.820,86
2048	428.923,28	617.735,03	-188.811,75	5.462.009,11
2049	16.486,11	577.492,92	-561.006,81	4.901.002,30
2050	10.262,59	536.500,81	-526.238,22	4.374.764,08
2051	5.499,53	488.398,47	-482.898,94	3.891.865,14
2052	4.221,93	443.567,60	-439.345,67	3.452.519,47
2053	3.069,28	402.483,20	-399.413,92	3.053.105,55
2054	1.795,19	361.587,88	-359.792,69	2.693.312,86
2055	1.677,65	326.242,87	-324.565,22	2.368.747,64
2056	790,92	291.009,89	-290.218,97	2.078.528,67
2057	736,86	260.229,39	-259.492,53	1.819.036,14
2058	0,00	231.043,60	-231.043,60	1.587.992,54
2059	0,00	204.071,67	-204.071,67	1.383.920,87
2060	0,00	179.915,53	-179.915,53	1.204.005,34
2061	0,00	158.069,17	-158.069,17	1.045.936,17
2062	0,00	138.283,28	-138.283,28	907.652,89

2063	0,00	120.413,04	-120.413,04	787.239,85
2064	0,00	103.873,64	-103.873,64	683.366,21
2065	0,00	90.029,42	-90.029,42	593.336,79
2066	0,00	77.222,00	-77.222,00	516.114,79
2067	0,00	65.684,64	-65.684,64	450.430,15
2068	0,00	56.345,26	-56.345,26	394.084,89
2069	0,00	48.235,45	-48.235,45	345.849,44
2070	0,00	41.272,32	-41.272,32	304.577,12
2071	0,00	35.267,02	-35.267,02	269.310,10
2072	0,00	29.931,75	-29.931,75	239.378,35
2073	0,00	25.426,44	-25.426,44	213.951,91
2074	0,00	21.505,16	-21.505,16	192.446,75
2075	0,00	18.039,46	-18.039,46	174.407,29
2076	0,00	15.121,69	-15.121,69	159.285,60
2077	0,00	12.300,22	-12.300,22	146.985,38
2078	0,00	10.095,99	-10.095,99	136.889,39
2079	0,00	8.261,50	-8.261,50	128.627,89
2080	0,00	6.695,94	-6.695,94	121.931,95
2081	0,00	5.363,61	-5.363,61	116.568,34
2082	0,00	4.228,29	-4.228,29	112.340,05
2083	0,00	3.324,19	-3.324,19	109.015,86
2084	0,00	2.503,85	-2.503,85	106.512,01
2085	0,00	1.905,14	-1.905,14	104.606,87
2086	0,00	1.386,23	-1.386,23	103.220,64
2087	0,00	1.008,88	-1.008,88	102.211,76
2088	0,00	749,66	-749,66	101.462,10
2089	0,00	571,60	-571,60	100.890,50
2090	0,00	417,08	-417,08	100.473,42
2091	0,00	329,15	-329,15	100.144,27
2092	0,00	265,27	-265,27	99.879,00
2093	0,00	199,59	-199,59	99.679,41

NOTA: Dados extraídos da Avaliação Atuarial de 2019.

ANEXO I.9

Art. 4º, §§ 1º e 2º, V da LRF.

DEMONSTRATIVO DA ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA					R\$ 1.000,00
Tributo	Modalidade	Setores/ Programas/ Beneficiários	Renúncia de Receita Prevista		Compensação
			2020	2021	

IPTU	Isenção	Pessoas carentes	20,0	21,0	22,0	Dispensada, cfe. Artigo 14, I, da LRF
Taxas	Incentivo	Empresas/Pessoas	6,0	6,0	6,0	Dispensada, cfe. Artigo 14, I, da LRF
		TOTAL	26,0	27,0	28,0	

ANEXO I.10

Art. 4º, §§ 1º e 2º, V da LRF.

DEMONSTRATIVO DA MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO - DOCC

R\$ 1,00

EVENTO	VALOR PREVISTO PARA 2020
Aumento Permanente da Receita – APR	2.824.000,00
(-) Transferências Constitucionais	
(-) Transferências ao FUNDEB	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	2.824.000,00
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta de Expansão (III = I + II)	2.869.000,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	
Novas DOCC	2.951.000,00
Novas DOCC Geradas por PPP	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III – IV)	-82.000,00

Memória de Cálculo:

Aumento Permanente da Receita de 2020 (APR) = Receita Ordinária Prevista para 2020 (–) Receita Ordinária Prevista para se Arrecadar em 2018
APR de 2020 = 31.597.000,00 - 28.773.000,00 = 2.824.000,00
APR de 2020 = 2.824.000,00

Novas Despesas Obrigatórias de Caráter Continuada – NDOCC = DOCC Prevista para 2020 – DOCC Prevista para 2019
NDOCC = 14.029.000,00 - 11.078.000,00 = 2.951.000,00

ANEXO II

Art. 4º, § 3º da LRF

DEMONSTRATIVO DOS RISCOS FISCAIS

PASSIVOS CONTINGENTES	PROVIDÊNCIAS
------------------------------	---------------------

Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais		Abertura de Créditos Adicionais	
Dívida em Processo de Reconhecimento		Abertura de Créditos Adicionais	
Avais e Garantias Concedidas		Abertura de Créditos Adicionais	
Assunção de Passivos		Abertura de Créditos Adicionais	
Assistências Diversas:			
Enchentes	15.000,00	Abertura de Créditos Adicionais	15.000,00
Catástrofes		Abertura de Créditos Adicionais	
Outros Passivos Contingentes		Abertura de Créditos Adicionais	
SUBTOTAL	15.000,00	SUBTOTAL	15.000,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS			
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação		Limitação de Empenho	
Restituição de Tributos a Maior		Limitação de Empenho	
Discrepâncias de Projeções		Abertura de Créditos Adicionais	
Outros Riscos Fiscais:		Abertura de Créditos Adicionais	
Dotações não Orçadas ou Orçadas a Menor	15.000,00	Abertura de Créditos Adicionais	15.000,00
SUBTOTAL	15.000,00	SUBTOTAL	15.000,00
TOTAL	30.000,00	TOTAL	30.000,00

ANEXO III

Art. 45 da LRF

DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS PREVISTOS PARA EXECUÇÃO EM 2019 IDENTIFICAÇÃO DOS QUE PASSARÃO PARA 2020 EM ANDAMENTO E DAS OBRAS COM NECESSIDADES DE TRABALHOS DE CONSERVAÇÃO. Artigo 45 da LRF						RS 1.000,00		
IDENTIFICAÇÃO DOS PROJETOS E OBRAS	PREVISÃO INÍCIO EXECUÇÃO	VALOR PROJETO	EXECUÇÃO EM %		A EXECUTAR EM 2020	RECURSOS PRIORIZADOS P/2020		
			ATÉ EXERCÍCIO ANTERIOR	PREVISÃO 2019		OBRAS EM ANDAMENTO	OBRAS A CONSERVAR	NOVOS PROJETOS
Ampliação da Rede Física do Ensino Fundamental	2019	2.601,0	zero	100,0%	zero			1.504,0
Ampliação da Rede Física do Ensino Infantil	2019	506,0	zero	100,0%	zero			1.305,0
Reforma e Adaptação de Equipamentos Esportivos	2019	25,0	zero	100,0%	zero		10,0	10,0

Implantação, Ampliação e Manut Redes de Água	2019	2,0	zero	100,0%	zero				2,0
Instalação de Sistema de Tratamento de Esgoto	2019	0,0	zero	100,0%	zero				0,0
Construção e Remodelação de Praças	2019	12,0	zero	100,0%	zero				12,0
Pavimentação de Ruas e Passeios	2019	2.655,0	zero	100,0%	zero				2.602,0
Construção de Abrigos de Passageiro	2019	10,0	zero	100,0%	zero				10,0
Construção de Pontes	2019	50,0	zero	100,0%	zero				50,0
Construção de Bueiros	2019	50,0	zero	100,0%	zero				20,0
Construção de Unidades de Saúde	2019	0,0	Zero	100,0%	Zero				0,0
TOTAL		5.911,0						10,0	5.515,0

ANEXO IV

Art. 45 da LRF
DEMONSTRATIVO DA PRIORIZAÇÃO DE RECURSOS PARA OBRAS EM ANDAMENTO E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

R\$ 1.000,00	
IDENTIFICAÇÃO	VALOR PREVISTO
OBRAS EM ANDAMENTO	
NADA A RELACIONAR	
CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	10,0
Reforma e Adaptação de Equipamentos Esportivos	10,0
TOTAL	10,0

ANEXO V

Art. 5º, I da LRF

DEMONSTRATIVO DA CONSOLIDAÇÃO DAS METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS POR PROGRAMAS E AÇÕES DE GOVERNO

Código Programa Ação	PROGRAMAS/AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS		
				PPA	LDO	LOA	PPA	LDO	LOA
0001	Gestão Administrativa Superior						13.553.000,00	3.825.000,00	
2001	Manutenção do Poder Legislativo	Sessão/mês	Unidade	36	36		3.214.000,00	775.000,00	
2002	Manutenção do Gabinete do Prefeito	Órgão	Unidade	01	01		1.834.000,00	435.000,00	
2003	Manut. do Departamento de Contabilidade e Finanças	Órgão	Unidade	01	01		3.910.000,00	1.110.000,00	
2004	Manut. do Depart. de Pessoal, Patr. e Serviços Gerais	Órgão	Unidade	01	01		2.925.000,00	895.000,00	
2005	Amortização do Déficit Atuarial	Órgão	Unidade	01	01		1.190.000,00	504.000,00	
2006	Administração do IPAM	servidores	Unidade	129	132		370.000,00	67.000,00	
2156	Manutenção do FUNREBOM	Órgão	Unidade	01	01		110.000,00	39.000,00	
0002	Criança na Escola, Futuro Certo						25.349.000,00	9.597.000,00	
2008	Oferta de Merenda Escolar – Ensino Fundamental	Refeição/dia	Unidade	2.000	1.103			129.000,00	
1009	Ampliação da Rede Física do Ensino Fundamental	Área	M2	125	1.300		365.000,00	2.602.000,00	
1010	Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar	Veículos	unidade	01	01		701.000,00	501.000,00	
2011	Manutenção do Ensino Fundamental	Aluno	Unidade	229	291		3.937.000,00	1.001.000,00	
2012	Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Fundamental	Aluno/dia	Unidade	800	990		5.094.000,00	1.439.000,00	
2013	Ampliação do Acervo Bibliográfico	Livros	Unidade	100	30		20.000,00	7.000,00	
2014	Apoio a Estudantes de Ensino Superior	Aluno/dia	Unidade	227	78		372.000,00	110.000,00	
2017	Manutenção do Ensino Infantil	Aluno	Unidade	263	271		1.984.000,00	415.000,00	
2016	Oferta Merenda Escolar – Ensino Infantil	Refeição/dia	Unidade	450	812			131.000,00	
1017	Ampliação da Rede Física do Ensino Infantil	Área	M2	30	250		312.000,00	511.000,00	
2157	Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB	Aluno	Unidade	229	253		5.912.000,00	1.500.000,00	
2158	Manutenção do Ensino Infantil - FUNDEB	Aluno	Unidade	263	271		3.365.000,00	1.251.000,00	



2033	Atenção à População da 3ª Idade	Pessoa	Unidade	220	222	172.000,00	50.000,00
2034	Manutenção do FIA	Órgão	Unidade	01	01	28.000,00	7.000,00
2035	Manutenção do FM/AS	Atendimento	Unidade	150	120	1.434.000,00	204.000,00
2036	Cursos Profissionalizantes para Jovens e Adultos	Pessoa	Unidade	50	50	20.000,00	5.000,00
2037	Apoio à APAE	Entidade	Unidade	01	01	96.000,00	24.000,00
2139	Manutenção do Conselho Tutelar	Atendimento	Unidade	20	15	447.000,00	131.000,00
0006	Águas Mornas, mais Bela					14.317.000,00	3.450.000,00
2040	Manutenção dos Serviços de Trânsito	Extensão	Km	25	25	92.000,00	21.000,00
1041	Arborização de Ruas e Praças	Mudas	Unidade	1.200	250	20.000,00	5.000,00
1042	Construção e Remodelação de Praças	Praça	Unidade	02	02	48.000,00	12.000,00
1043	Pavimentação de Ruas e Passeios	Área	M2	65.000	13.000	10.842.000,00	2.602.000,00
2044	Acompanhamento do Plano Diretor da Cidade	Plano	Unidade	01	01	297.000,00	72.000,00
2045	Serviços de Coleta e Destinação Final do Lixo	Resíduo	Tonelada/mês	70	75	1.484.000,00	386.000,00
2046	Manutenção e Melhoria da Iluminação Pública	Ponto	Unidade	650	995	1.494.000,00	342.000,00
1047	Construção de Abrigos de Passageiro	Abrigo	Unidade	5	2	40.000,00	10.000,00
0007	Águas Mornas com mais Emprego e Renda					9.780.000,00	2.618.000,00
2048	Assistência aos Pequenos Produtores Rurais	Produtor	Unidade	1.100	1.100	1.100.000,00	334.000,00
1049	Aquisição de Equipamentos Agrícolas	Equipamento	Unidade	01	1	120.000,00	30.000,00
2050	Realização de Eventos Promocionais	Evento	Unidade	03	3	80.000,00	20.000,00
2051	Apoio a Ações Voltadas para Turismo	Órgão	Unidade	01	01	252.000,00	67.000,00
2052	Manutenção das Estradas Vicinais	Estrada	Km	302	302	7.228.000,00	1.917.000,00
1053	Construção de Pontes	Ponte	M2	150	50	200.000,00	50.000,00
1054	Construção de Bueiros	Bueiro	M	1.500	350	200.000,00	50.000,00
1055	Aquisição de Equipamentos Rodoviários	Equipamentos	Unidade	3	1	600.000,00	150.000,00
0000	Encargos Gerais					7.064.000,00	2.047.000,00

0056	Pagamento de Inativos e Pensionistas	Beneficiário	Unidade	40	44		4.230.000,00	1.500.000,00
0057	Pagamento de Inativos e Pensionistas a Cargo do Tesouro	Beneficiário	Unidade	17	17		1.491.000,00	230.000,00
0058	Amortização de Dívidas	Contrato	Unidade	01	01		28.000,00	2.000,00
0059	Contribuição ao PASEP	Servidor	Unidade	180	180		765.000,00	180.000,00
0060	Contribuições a Entidades Municipalistas	Entidade	Unidade	3	3		550.000,00	135.000,00
9999	Reserva de Contingência						6.372.000,00	1.193.000,00
9961	Reserva de Contingência - Prefeitura	Órgão	Unidade	01	01		120.000,00	30.000,00
9962	Reserva de Contingência - IPAM	Órgão	Unidade	01	01		6.252.000,00	1.163.000,00
	TOTAL						99.223.000,0	28.773.000,0

ANEXO VIII

DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E DESTINAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE

1. BASE DE CALCULO DOS GASTOS MÍNIMOS EM SAÚDE	
ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO
1. Receita produto de Impostos.	17.275.000,00
1.1. Receita de Impostos	2.264.000,00
1.1.1. Receita de IPTU	160.000,00
1.2. Receita de ITBI	200.000,00
1.3. Receita de ISS	986.000,00
1.4. Receita de IRRF	482.000,00
1.5. Receita de Multas e Juros de Mora sobre os Impostos	7.000,00
1.6. Receita de Dívida Ativa de Impostos	373.000,00
1.7. Receita de Multas e Juros de Mora sobre a Dívida Ativa de Impostos	112.000,00
1.8. (-) Descontos e Renúncia de Receita	-56.000,00
1.2. Receita de Transferências Constitucionais e Legais	15.011.000,00
2.1. Cota-Parte do FPM – Parcela referente à CF, art. 159, alínea “b”.	8.410.000,00
2.2. Cota-Parte do ITR	190.000,00
2.3. Cota-Parte do ICMS	5.405.000,00
2.4. ICMS – Desoneração – LC nº 87/1996	20.000,00
2.5. Cota-Parte do IPI Exportação	65.000,00
2.6. Cota-Parte do IPVA	921.000,00
2.7. Cota-Parte IOF – Ouro	0,00

2. ORIGEM DAS FONTES DE RECURSOS VINCULADAS A SAÚDE	
CÓDIGO DA DESTINAÇÃO DE RECURSOS	ESPECIFICAÇÃO DAS FONTES DE RECURSOS
0.1.03.000000	Recursos de Impostos p/ASPS
0.1.06.000208	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde
0.1.06.000209	Bloco de Investimentos das Ações e Serviços Públicos de Saúde
0.1.06.000210	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Estado
0.1.85.000000	Operações de Crédito
	TOTAL
	5.324.000,00

3. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE					
CÓDIGO DAS FONTES DE RECURSOS	CÓDIGO SUB-FUNÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	EXIGÊNCIA LEGAL	ESTIMADA	DIFERENÇA
0.1.03.000000	301	Atenção Básica	2.847.000,00	2.847.000,00	0,00
0.1.03.000000	302	Assistência Hospitalar e Ambulat.	102.000,00	102.000,00	0,00
0.1.03.000000	303	Suporte Profilát. Terapeutico	509.000,00	509.000,00	0,00
0.1.03.000000	304	Vigilância Sanitária	66.000,00	66.000,00	0,00
0.1.03.000000	305	Vigilância Epidemiológica	78.000,00	78.000,00	0,00
SOMA			3.602.000,00	3.602.000,00	0,00
0.1.06.000208	301	Atenção Básica	980.000,00	980.000,00	0,00
0.1.06.000208	302	Assistência Hospitalar e Ambulat.	350.000,00	350.000,00	0,00
0.1.06.000208	303	Suporte Profilát. Terapeutico	71.000,00	71.000,00	0,00
0.1.06.000208	304	Vigilância Sanitária	4.000,00	4.000,00	0,00
0.1.06.000208	305	Vigilância Epidemiológica	36.000,00	36.000,00	0,00
0.1.06.000210	301	Atenção Básica	101.000,00	101.000,00	0,00
0.1.85.000000	301	Atenção Básica	180.000,00	180.000,00	0,00
SOMA			1.722.000,00	1.722.000,00	0,00
TOTAL			5.324.000,00	5.324.000,00	0,00

4. CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS	MÍNIMO	ESTIMADO	DIFERENÇA
4.1. Manutenção das ASPS	15% de 1.1	20,85%	5,85%

5. MEMÓRIA DE CALCULO DO % DE GASTOS MÍNIMOS REALIZADOS
5.1 3.602.000,00X100/17.275.000,00=20,85%

Anexo VII

DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E DESTINAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO BÁSICO

1. BASE DE CALCULO DOS GASTOS MÍNIMOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO BÁSICO
--

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO
2. Receita produto de Impostos.	18.035.000,00
1.1. Receita de Impostos	2.264.000,00
1.1. Receita de IPTU	160.000,00
1.2. Receita de ITBI	200.000,00
1.3. Receita de ISS	986.000,00
1.4. Receita de IRRF	482.000,00
1.5. Receita de Multas e Juros de Mora sobre os Impostos	7.000,00
1.6. Receita de Dívida Ativa de Impostos	373.000,00
1.7. Receita de Multas e Juros de Mora sobre a Dívida Ativa de Impostos	112.000,00
1.8. (-) Descontos e Renúncia de Receita	-56.000,00
1.2. Receita de Transferências Constitucionais e Legais	15.771.000,00
2.1. Cota-Parte do FPM – Parcela referente à CF, art. 159, alínea “b”.	8.410.000,00
2.2. Cota-Parte do FPM – Parcela referente à CF, art. 159, alínea “d”.	760.000,00
2.3. Cota-Parte do ITR	190.000,00
2.4. Cota-Parte do ICMS	5.405.000,00
2.5. ICMS – Desoneração – LC nº 87/1996	20.000,00
2.6. Cota-Parte do IPI Exportação	65.000,00
2.7. Cota-Parte do IPVA	921.000,00
2.8. Cota-Parte IOF – Ouro	0,00

2. ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO BÁSICO		
CÓDIGO DA DESTINAÇÃO DE RECURSOS	ESPECIFICAÇÃO DAS FONTES DE RECURSOS	VALOR ESTIMADO
0.1.01.000000	Recursos de Impostos p/MDEB	6.001.200,00
0.1.07.000000	Transferência do Salário Educação	297.000,00
0.1.10.000000	Transferências Diretas do FNDE - PNATE	117.000,00
0.1.12.000000	Transferências de Recursos do FUNDEB	2.639.000,00
0.1.30.000000	Convênio SEE – Transporte Escolar	486.000,00
0.1.35.000000	Apoio à Creches	20.000,00
0.1.70.000011	Convênio Ministério da Educação – Aquisição De Ônibus	21.000,00
0.1.70.000029	Convênio Ministério da Educação – Construção de Escolas	103.000,00
0.1.70.000035	Convênio Ministério da Educação - Construção Pré Escola	0,00

0.1.85.000000	Operações de Crédito	3.130.000,00
	TOTAL	12.814.200,00

3. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO BÁSICO					
CÓDIGO DAS FONTES DE RECURSOS	CÓDIGO SUB-FUNÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	EXIGÊNCIA LEGAL	VALOR ESTIMADO	DIFERENÇA
0.1.01.000000	361	Ensino Fundamental	1.871.000,00	1.871.000,00	0,00
0.1.01.000000	365	Educação Infantil	1.128.000,00	1.128.000,00	0,00
0.1.01.000000		Retenção ao FUNDEB	3.002.200,00	3.002.200,00	0,00
SOMA			6.001.200,00	6.001.200,00	0,00
0.1.07.000000	361	Ensino Fundamental	190.000,00	190.000,00	0,00
0.1.07.000000	365	Educação Infantil	107.000,00	107.000,00	0,00
0.1.10.000000	361	Ensino Fundamental	117.000,00	117.000,00	0,00
0.1.12.000000	361	Ensino Fundamental	1.445.000,00	1.445.000,00	0,00
0.1.12.000000	365	Educação Infantil	1.194.000,00	1.194.000,00	0,00
0.1.30.000000	361	Ensino Fundamental	486.000,00	486.000,00	0,00
0.1.35.000000	365	Educação Infantil	20.000,00	20.000,00	0,00
0.1.70.000011	361	Ensino Fundamental	21.000,00	21.000,00	0,00
0.1.70.000029	361	Ensino Fundamental	103.000,00	103.000,00	0,00
0.1.70.000035	365	Educação Infantil	0,00	0,00	0,00
0.1.85.000000	361	Ensino Fundamental	1.830.000,00	1.830.000,00	0,00
0.1.85.000000	365	Educação Infantil	1.300.000,00	1.300.000,00	0,00
SOMA			6.813.000,00	6.813.000,00	0,00
TOTAL			12.814.200,00	12.814.200,00	0,00

4. CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS	MÍNIMO	ESTIMADO	DIFERENÇA
4.1. Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	25,0%	33,27%	8,27%
4.2. Remuneração dos Profissionais do Magistério	60,0%	100,0%	40,0%

5. MEMÓRIA DE CÁLCULO DOS % DE GASTOS MÍNIMOS REALIZADOS

5.1 $6.001.200,00 \times 100 / 18.035.000,00 = 33,27\%$
5.2 $1.445.000,00 + 1.194.000,00 \times 100 / 1.445.000,00 + 1.194.000,00 = 100,0\%$

Alfredo Wagner

PREFEITURA

4380

Publicação Nº 2216635

DECRETO Nº. 4380/2019

AUTORIZA SERVIDOR A CONDUZIR VEÍCULO PÚBLICO MUNICIPAL.

Naudir Antonio Schmitz, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 93, Item VIII da Lei Orgânica do Município, nº 170/90 de 05 de abril de 1990,

DECRETA:

ART. 1º - Fica por este ato autorizado o Servidor Victor Hugo Amboni, matrícula nº 4058, ocupante do Cargo de professor de educação Física, à conduzir veículo Público Municipal.

ART. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, 04 de novembro de 2019.

Naudir Antonio Schmitz

Prefeito Municipal

PUBLICADO NESTA DATA

PREGÃO PRESENCIAL Nº23/2019

Publicação Nº 2217452

MUNICÍPIO DE ALFREDO WAGNER

AVISO DE LICITAÇÃO

Tipo de Licitação: Menor preço por Lote

Data de Abertura: 19 de Novembro de 2019.

Horário de Abertura: 10h00min

Local da Abertura: Prefeitura Municipal, Rua Anitápolis nº250, Centro- Alfredo Wagner.

Contratação de serviços especializados de eletricitista para manutenção da iluminação pública no município de Alfredo Wagner, Secretarias, Escolas e Unidades de Saúde de acordo com as normas e especificações para trabalhos desta natureza e com Termo de Referência, parte integrante do edital. Informa ainda que o edital e seus anexos encontram-se no site: www.alfredowagner.sc.gov.br, dúvidas pelo telefone (48)- 3276-1211 Setor de Compras e Licitações.

Alfredo Wagner, em 05 de Novembro de 2019.

Naudir Antônio Schmitz

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº24/2019

Publicação Nº 2217456

MUNICÍPIO DE ALFREDO WAGNER

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial nº24/2019

Tipo de Licitação: Menor preço Global

Data de Abertura: 19 de Novembro de 2019.

Horário de Abertura: 14h00min

Local da Abertura: Prefeitura Municipal, Rua Anitápolis nº250, Centro- Alfredo Wagner.

Contratação de pessoa física ou jurídica para fornecimento de metros cúbicos de cascalho folhelho, destinados a pavimentação primária de Estradas Vicinais do Município de Alfredo Wagner.

Informa ainda que o edital e seus anexos encontram-se no site: www.alfredowagner.sc.gov.br, dúvidas pelo telefone (48)- 3276 1211 Setor de Compras e Licitações.

Alfredo Wagner, em 05 de Novembro de 2019.

Naudir Antônio Schmitz

Prefeito Municipal

Alto Bela Vista

PREFEITURA

DECRETO 2900 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2216807

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente, nos termos do art. 5º, Letra "B", da Lei Municipal nº 773, de 11 de dezembro de 2018;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente do MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 16.810,17 (dezesesseis mil, oitocentos e dez reais, dezessete centavos), na seguinte ação orçamentária:

8000	GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES
8003	Ensino Fundamental
12	EDUCAÇÃO
361	Ensino Fundamental
44	Promoção e Desenvolvimento do Ensino fundamental
2.84	Serviços de Transporte Escolar
3	DESPESA CORRENTE
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0155	Aplicações Diretas
	R\$ 16.810,17

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito adicional suplementar aberto nos termos do artigo anterior serão utilizados recursos decorrentes do:

Excesso de Arrecadação, no vínculo abaixo:

a) "0.1.0155" - Rec. Vinculados – Trans. Escolar Estado

- R\$ 16.810,17 (dezesesseis mil, oitocentos e dez reais, dezessete centavos).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, 01 de novembro de 2019.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra

ADRIANA KOLLER

Responsável pelas publicações

DECRETO 2901 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2216806

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar nº 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

DECRETA:

Art. 1º fica concedido Licença para tratamento de saúde a Servidores Público Municipal em cargo de provimento em comissão, abaixo relacionados.

Matrícula	Servidor	Quantidade	Período de Afastamento
871	JESSICA TAIS FISCHER	13 dias	01/11/2019 a 13/11/2019

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 04 de novembro de 2019.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ADRIANA KOLLER
Responsável Pelas Publicações

DISPENSA DE LICITAÇÃO 08/2019

Publicação Nº 2216893

Processo Administrativo Licitatório nº 085/2019
Dispensa de Licitação nº 08/2019

D E C I S Ã O

Trata-se de Dispensa de Licitação para contratação de serviços e componentes necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, para o veículo Iveco Tector IVECO, modelo 260E30C, renavam 350686, placas QJY-3763/SC.

Em análise aos documentos e ao parecer jurídico que constam do referido PAL, denota-se que todos os requisitos exigidos pelo artigo 24, XVII, da Lei nº 8.666/93 para que fosse possível a DISPENSA foram atendidos.

Isto posto, ratifico o ato do Senhor Gustavo Elias Lohmann, que declara dispensável a licitação nos termos da lei supracitada.

Esta é a decisão.

Emita-se a Autorização para fornecimento do serviço bem como dos materiais necessários.

Alto Bela Vista - SC, 04 de novembro de 2019.
CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

PORTARIA 229 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2216811

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei complementar 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença para tratamento de saúde ao Servidor Público Municipal em cargo de provimento efetivo, abaixo relacionados.

Matrícula	Servidor	Quantidade	Período de Afastamento
588	SIDNEI CANCELLI	1/2 dia (manhã)	30/10/2019
736	MARCOS ROGERIO BURGET	01 dia	30/10/2019
890	FABIANE TAÍS PALLAS	1/2 dia (tarde)	31/10/2019
740	VANDERLEI EDMUNDO PALLAS	1/2 dia (manhã)	01/11/2019
279	DANIELA OHLWEILER TESSMANN	1/2 dia (tarde)	01/11/2019

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 04 de novembro de 2019.
CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ADRIANA KOLLER
Responsável Pelas Publicações

PREGÃO PRESENCIAL 64/2019

Publicação Nº 2216856

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Alto Bela Vista torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão PR64/2019, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

Objeto da licitação: Registro de Preços para possível aquisição de cargas de gás.

Data de entrega dos envelopes: 21/11/2019 às 08:40 horas no Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista. Rua do Comércio, 1015, Centro, CEP 89.730-000..

Data de abertura dos envelopes: 21/11/2019 às 09:00 horas na Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista. Rua do Comércio, 1015, Centro, CEP 89.730-000..

Edital na integra e demais informações, poderão ser consultadas no site <http://www.altobelavista.sc.gov.br> ou solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Alto Bela Vista, fone (49) 3455-9022 ou e-mail prefeitura@altobelavista.sc.gov.br.

Alto Bela Vista-SC, 05 de novembro de 2019
CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita

PREGÃO PRESENCIAL 66/2019

Publicação Nº 2216880

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Alto Bela Vista torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão PR66/2019, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

Objeto da licitação: Registro de preços para possível contratação de mão de obra especializada em manutenção de parte elétrica e de injeção de combustível de máquinas e equipamentos da frota municipal.

Data de entrega dos envelopes: 29/11/2019 às 08:40 horas no Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista. Rua do Comércio, 1015, Centro, CEP 89.730-000..

Data de abertura dos envelopes: 29/11/2019 às 09:00 horas na Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista. Rua do Comércio, 1015, Centro, CEP 89.730-000..

Edital na integra e demais informações, poderão ser consultadas no site <http://www.altobelavista.sc.gov.br> ou solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Alto Bela Vista, fone (49) 3455-9022 ou e-mail prefeitura@altobelavista.sc.gov.br.

Alto Bela Vista-SC, 05 de novembro de 2019
CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeito

Anchieta

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO - PM - PP 053/2019

Publicação Nº 2216433

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

HOMOLOGAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO

Processo Licitatório nº 081/2019 – Pregão Presencial nº 053/2019.

A Prefeitura Municipal de Anchieta, por meio de seu Prefeito, torna público que Homologou a Adjudicação do Processo Licitatório nº 081/2019, instaurado sob a modalidade Pregão Presencial, Menor Preço, para: Registro de Preço visando a contratação de empresa para prestação de serviços de perfuração e detonação de rochas, incluindo materiais, explosivos e demais equipamentos necessários, à serem utilizados parceladamente pela Administração Pública do município de Anchieta/SC, pelo período de até 12 meses após a data da Homologação do Processo Licitatório.

Empresa Vencedora:

KNAPP & CIA LTDA.

VALOR TOTAL ESTIMADO R\$: 28.700,00

(Vinte e Oito Mil e Setecentos Reais).

Anchieta, 05 de Novembro de 2019.

IVAN JOSÉ CANCI – Prefeito Municipal.

Angelina

PREFEITURA

DECRETO Nº 104/2019

Publicação Nº 2216721

Decreto Nº 104/2019

“Decreta Luto Oficial no Município de Angelina e dá Outras Providências”.

Gilberto Orlando Dorigon, Prefeito Municipal de Angelina, no uso das atribuições legais, que lhe são conferidas pela legislação vigente,

CONSIDERANDO o falecimento do Sr. Jairo Erhardt, ocorrido na data de 04/11/2019;

CONSIDERANDO sua relevante trajetória de homem público, cujo trabalho sempre foi direcionado ao bem público, ao se destacar os cargos que ocupou ao longo de sua vida, como Secretário de Transportes e Obras, Vereador Municipal e Membro de Entidades do Município de Angelina,

Decreta

Art. 1º Fica decretado luto oficial, por 03 (três) dias, no Município de Angelina, em homenagem póstuma ao Senhor Jairo Erhardt, devendo a bandeira do Município ser hasteada a meia verga, no Paço Municipal e nas repartições municipais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Angelina, 04 de novembro de 2019
Gilberto Orlando Dorigon
Prefeito Municipal

LEI Nº 1.264

Publicação Nº 2216728

LEI Nº 1264

Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para 2020 e dá outras providências.

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Orçamento do Município de Angelina, para o exercício de 2020, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I – as metas fiscais;
- II – as prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2018/2021;
- III – a estrutura dos orçamentos;
- IV – as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- V – as disposições sobre dívida pública municipal;
- VI – as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;
- VII – as disposições sobre alterações na legislação tributária; e
- VIII – as disposições gerais.

I – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2020, 2021 e 2022, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas nos ANEXOS desta lei, assim discriminados:

ANEXO DE METAS FISCAIS

- I - AMF- Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1) – Metas Anuais;
I-Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para a Receita;
- II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas;
- III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário;
- IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal;
- V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida Pública;
- II - AMF - Demonstrativo II (LRF, art. 4º, §2º, inciso I) – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior.
- III - AMF – Demonstrativo III (LRF, art.4º, §2º, inciso II) - Metas Fiscais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores.
- IV - AMF - Demonstrativo IV (LRF, art.4º, §2º, inciso III) – Evolução do Patrimônio Líquido.
- V - AMF - Demonstrativo V (LRF, art.4º, §2º, inciso III) - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos.
- VI - AMF - Demonstrativo VI (LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a") - Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores.
- VI - AMF – Demonstrativo VI (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea "a") - Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores.
- VII - AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V) - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita.
- VIII - AMF - Tabela 9 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V) - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

ARF (LRF, art 4º,§ 3º) – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.

ANEXOS COMPLEMENTARES

I - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;

II - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Poder Executivo e Legislativo);

II – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2020.

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2020 são aquelas definidas e demonstradas nos ANEXOS de que trata o artigo 2º desta lei.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2020, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei e identificadas nos Anexos desta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

III – DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II – ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III – atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV – projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V – operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI – unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII – receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII – execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX – execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X – execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e esta com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da legislação vigente.

§ 2º - A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º O orçamento para o exercício financeiro de 2020 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2020 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999 e demais normativas pertinentes, na forma dos seguintes Anexos:

I – Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);

II – Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

III – Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IV – Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

V – Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VI – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VIII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IX – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 08/85);

X – Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento;

XI – Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previstos para o exercício de 2014;

XII – Demonstrativos dos Riscos Fiscais considerados para 2020;

§ 1º O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde - FMS que acompanha o Orçamento Geral do Município evidenciará suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste Artigo.

§ 2º Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria (FMS).

§ 3º O Quadro Demonstrativo da Despesa – QDD, de que trata o item X deste artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 2/2009, admitido o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada programa, projeto, atividade ou operações especiais, definido por esta lei como categoria de

programação.

Art. 8º A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "00" - Ordinários do orçamento fiscal e corresponderá de 0 (zero) até 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida prevista, exceto a Reserva do RPPS.

Art. 9º Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo:

I – Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II – Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III – Dotação para combustíveis destinada a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e

IV – Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único – Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 10 Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes no Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências desta Lei.

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2019.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 11 Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 12 O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa.

Art. 13 Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2020 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

§ 2º Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo.

Art. 14 A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica.

Parágrafo Único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade.

Art. 15 Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2020, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixada no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 16 As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito.

Art. 17 Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária.

Art. 18 A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 2/2009.

Parágrafo 1º. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Programa, Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo 2º. O excesso de arrecadação por destinação de recurso também servirá como fonte de suplementação a ser efetuada por decreto.

Art. 19 Durante a execução orçamentária de 2020, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial.

V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 20 A Lei Orçamentária de 2020 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento às Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 21 A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica.

Art. 22 Ultrapassados o limite de endividamento definido no artigo 20 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 9º desta lei.

VI- DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 23 O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante Lei autorizativa, poderão em 2020, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2020 ou em créditos adicionais.

Art. 24 Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 25 O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal:

I – eliminação das despesas com horas extras;

II – demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

III – eliminação de vantagens concedidas a servidores;

IV – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão.

Art. 26 Para efeito desta lei e registros contábeis entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Angelina, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o “34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização”.

VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 27 O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e ser objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes.

Art. 28 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

Art. 29 O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Art. 30 O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2019.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no caput deste artigo.

§ 2º Se a Lei Orçamentária Anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2020, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 31 Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 32 O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2020.

Art. 33 Os valores das dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual poderão ser atualizados em 01 de janeiro de 2020, com base na variação do Índice Geral de Variação de Preços de Mercado IGP-M, apurado no período compreendido entre 1º de julho a 31 de dezembro de 2019.

Art. 34 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2020.

Angelina, 23 de outubro de 2019.

GILBERTO ORLANDO DORIGON

Prefeito Municipal

LEI Nº 1.265

Publicação Nº 2216723

LEI Nº. 1.265, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

RATIFICA O PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Angelina, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º. Fica ratificado na íntegra o Protocolo de Intenções do Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA (Segunda Alteração e Consolidação), em anexo, nos termos da Lei Federal n. 11.107/05 e Decreto Federal n. 6.017/07.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Angelina - SC, 04 de novembro de 2019.

GILBERTO ORLANDO DORIGON
Prefeito Municipal

MENSAGEM

PROJETO DE LEI Nº. _____, DE 30 DE SETEMBRO DE 2019.

Senhor Presidente, da Câmara de Vereadores,

Tenho a honra de encaminhar para deliberação desta Egrégia Corte de Leis, Projeto de Lei que ratifica a do Protocolo de Intenções do Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA.

A base legal dos consórcios públicos iniciou com a Emenda Constitucional 19/98 que deu nova redação ao artigo 241 da Constituição Federal de 1988, estabelecendo que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disciplinariam por meio de lei os consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os entes federados, autorizando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos.

Já a regulamentação deste instituto se deu pela Lei Federal 11.107/2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e pelo Decreto Federal 6.017/2007.

Tais dispositivos legais autorizaram que dois ou mais entes federados podem criar um consórcio público para prestar um serviço público de interesse comum. Assim, o consórcio nasce, quando dois ou mais entes, detentores de recursos escassos, se unem com o objetivo de atender a algum interesse que lhes seja comum. Quando fazem isso diz-se que estão fazendo a gestão associada daquele interesse comum. Dessa forma, com o reconhecimento pelos administradores públicos da necessidade de executar uma gestão associada, desde o ano de 2010 o CINCATARINA como entidade pública multifinalitária, vem atuando na união dos municípios de Santa Catarina para integração,

fortalecimento de ações compartilhadas, eficiência, inovação e modernização da gestão pública, no desenvolvimento de programas, projetos e ações de atuação governamental.

O CINCATARINA possui como principais ações, que beneficiam todos os municípios consorciados: licitações compartilhadas, compras conjuntas, manutenção da iluminação pública, projetos elétricos, telefonia móvel, planos diretores, planos de mobilidade, diagnósticos socio-ambientais, serviços e estudos ambientais, licenciamentos ambientais, regularização de cascalheiras, planos de saneamento básico, inserção dos objetivos de desenvolvimento sustentável e recentemente atuação no Projeto Recuperar do Governo do Estado de Santa Catarina, para manutenções e recuperações rotineiras das rodovias estaduais.

A evolução e expertise do CINCATARINA são latentes e residem no volume financeiro que cresce ano a ano. Em 2013, por exemplo, as compras compartilhadas (15 municípios) foram no montante R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais). Agora, apenas nos 6 primeiros meses do ano de 2019 (70 municípios), este volume aumentou quase 5 vezes, atingindo em junho/2019 o montante de R\$ 39.000.000,00 (trinta e nove milhões de reais). São mais de 3.400 itens registrados nos processos licitatórios e uma projeção para 2019 de 40 mil autorizações de compras e mais de R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais) em produtos contratados com uma média de 15% de economia. Isso significa mais de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) de economia para os cofres públicos. Cabe destacar que com o aumento dos municípios consorciados as vantagens se ampliam, promovendo uma maior racionalidade administrativa, otimizando a mão de obra dos órgãos e entidades dos municípios, podemos ainda citar que e a escala nas compras vem garantindo uma diminuição dos preços contratados, para se ter uma ideia a atual licitação para compra de medicamentos teve 47% dos itens registrados com valor menor que o Edital realizado em 2018, assim como na licitação de pneus onde foram 50% dos itens registrados com valor inferior ao que estávamos contratando, essas vantagens também são percebidas em outras licitações. Através do CINCATARINA as aquisições de bens e serviços estão sendo realizadas com mais qualidade e com preços menores.

O CINCATARINA é o consórcio público que mais cresce, e isso nos últimos anos vem ocorrendo de forma exponencial. Em 2016 eram 25 municípios consorciados, em 2017 eram 45, em 2018 eram 76, em julho de 2019 eram 86. Até o final de 2019 devemos ultrapassar o número de

100 municípios consorciados. Cabe aqui ressaltar que os 295 municípios catarinenses poderão no futuro fazer parte deste Consórcio, além destes, de forma estratégica e para facilitar as formas de repasses diretamente aos municípios o Estado de Santa Catarina e a União, havendo interesse poderão vir fazer parte deste consórcio a partir da ratificação da segunda alteração consolidação do protocolo de intenções. O consórcio público é denominado CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA – CINCATARINA, justamente pela possibilidade da UNIÃO e do ESTADO DE SANTA CATARINA ingressarem no consórcio público como consorciados, além de todos os Municípios do Estado de Santa Catarina.

O Consórcio é pertencente ao "SISTEMA FECAM", que congrega atualmente a "FECAM", a "EGEM", e os Consórcios públicos "CIGA", "ARIS" e "CINCATARINA", com objetivo de conjunção de esforços entre as partes para melhor atender as demandas dos municípios de Santa Catarina. Para atender tudo isso, o CINCATARINA se baseia nos princípios fundamentais da Administração Pública (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência) e ainda no respeito à autonomia dos entes da federação consorciados e na transparência, gerando ganho em escala, racionalização e otimização operacional da máquina pública. O CINCATARINA sempre primou pelo equilíbrio orçamentário e financeiro, atendendo todas as disposições legais e regulamentares, prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e aos municípios consorciados de maneira transparente, o que demonstra a atuação com responsabilidade, controle e ética dos agentes públicos do consórcio público.

Por todos esses motivos mostra-se imprescindível a participação dos municípios catarinenses no Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, a fim de garantir desenvolvimento estruturante dos municípios consorciados e capaz de satisfazer a necessidade da população envolvida, através de gestão pública eficiente e transparente.

Assim, pela exposição dos motivos estampados acima, encaminhamos este Projeto de Lei para apreciação e renovamos protestos de grande estima e consideração.

GILBERTO ORLANDO DORIGO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 102/2019

Publicação Nº 2216720

PORTARIA Nº 102/2019

"Determina o cancelamento da Portaria nº 094/2019".

GILBERTO ORLANDO DORIGON, Prefeito Municipal de Angelina, no uso das suas atribuições legais e nos termos da Lei Complementar Nº 28/2015,

RESOLVE:

Art. 1º	Cancelar a Portaria nº 094/2019, datada de 27 de setembro do corrente ano, devendo a Servidora Marciana Bratfisch, inscrita no CPF n. 033.321.049-26, permanecer exercendo suas atividades no Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI Chapeuzinho Vermelho.
Art. 2º	Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e Intime-se.

Angelina, 05 de novembro de 2019.

Gilberto Orlando Dorigon
Prefeito Municipal

SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO 001/2018-GAB

Publicação Nº 2216386

TERMO ADITIVO N.º 2/2019

SEGUNDO TERMO ADITIVO ao CONTRATO N.º 01/2018-GAB, firmado entre o CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA e o MUNICÍPIO DE ANGELINA, Estado de Santa Catarina, para a prestação continuada de serviços de tecnologia da informação e comunicação pela CONTRATADA.

O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Sala 102, Bairro Canto, CEP 88.070-800, nesta Capital e Estado, inscrito no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, neste ato representado pelo Diretor Executivo, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 912.833.619-49, como CONTRATADA, e o Município de ANGELINA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.951.195/0001-10, com sede Rua Manoel Lino Koerich, 80, CEP 88460-000, na cidade de ANGELINA, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito, Senhor GILBERTO ORLANDO DORIGON, brasileiro, viúvo, inscrito no CPF sob o n.º 455.555.089-72, doravante denominada CONTRATANTE, firmam o presente TERMO ADITIVO ao Contrato Administrativo n.º 01/2018-GAB, celebrado em 2018, o que fazem com fundamento nas Cláusulas Segunda (DA DURAÇÃO), Terceira (DO VALOR DO CONTRATO), Quarta (DA FORMA DE PAGAMENTO), Sexta (DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS), Décima Nona (DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO), Vigésima (DA PUBLICAÇÃO), e com fulcro na Lei n.º 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DURAÇÃO PRORROGADA

O presente termo aditivo estabelece a prorrogação do Contrato Administrativo n.º 01/2018-GAB, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, sendo sua vigência até 31 de dezembro de 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Conforme Resolução CIGA n.º 146, de 13 de agosto de 2018, expedida pelo Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, os valores dos serviços de tecnologia da informação e comunicação, prestados pelo CIGA, para o exercício 2020, são:

1. Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC - R\$ 4.200,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE PAGAMENTO

A CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA o valor total de R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais), em 01 (uma) parcela, no valor de R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais), sendo efetuada por meio de boleto de pagamento referente aos serviços prestados e diretamente pela CONTRATADA, com vencimento em 31/01/2020.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A CONTRATANTE compromete-se a empenhar os valores decorrentes deste Aditivo ao Contrato de prestação de serviços de acordo com a dotação orçamentária n.º 3.3.93.40 (Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação), prevista no orçamento do Município para o exercício de 2020.

Parágrafo único.

As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo passa a vigor em 1º de janeiro de 2020.

CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO

Com as alterações constantes das cláusulas anteriores, ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo n.º 01/2018-GAB.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato deste Termo Aditivo será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, conforme disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

E, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo nominadas.

Florianópolis – SC, 05 de novembro de 2019.

GILBERTO ORLANDO DORIGON
Prefeito de ANGELINA
CONTRATANTE

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

JOSÉ VALMIR SCHMITT
Diretor Administrativo Financeiro

FERNANDA ROSA SOCAL
Gestora de Contrato do CIGA

Anitápolis

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2019

Publicação Nº 2216390

PREGAO PRESENCIAL Nº 038/2019 – O Município de Anitápolis torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade pregão no dia 19/11/2019, às 09:00 horas, na Sala de reuniões de licitações. Objeto: Aquisição futura, eventual e parcelada de serviços de mão de obra de conserto de pneus e rodízio de pneus, câmaras de ar, válvulas de ar e tip tops, para os veículos e máquinas do Município de Anitápolis, com sede ou filial em um raio de no máximo 25 km da sede da Prefeitura. O Edital, completo, contendo as instruções, especificações e condições para participação, estará a disposição dos interessados, no dia 06/11/2019, no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Anitápolis, Rua Gonçalves Junior, nº 260 – CEP: 88475-000 - Centro – Anitápolis. Email: licita@anitapolis.sc.gov.br. Telefone (48) 3256-0188 ou no site: www.anitapolis.sc.gov.br. Anitápolis, 05/11/2019. Rogério Hasse – Prefeito Municipal em Exercício.

AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 039/2019

Publicação Nº 2216857

TOMADA DE PREÇOS Nº 039/2019 - A Prefeitura Municipal de Anitápolis torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade Tomada de Preços no dia 21/11/2019, às 09:00 horas, na Sala de reuniões de licitações. Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento e implantação de placas de sinalização de orientação turística no Município de Anitápolis, nos termos do Contrato de Repasse nº 869814/2018, celebrado com a União Federal, representado pela Caixa Econômica Federal, por intermédio do Ministério do Turismo e o Município de Anitápolis, visando à identificação dos atrativos turísticos e a respectiva sinalização dos percursos de acesso, conforme especificações técnicas, quantidades, prazos e demais itens constantes do "Projeto de Sinalização Turística de Anitápolis/SC" (Anexo I) e demais anexos do presente Edital. O Edital, impresso, contendo as instruções, especificações e condições para participação, estará a disposição dos interessados, no dia 06/11/2019, no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Anitápolis, Rua Gonçalves Junior, nº 260 – CEP: 88475-000 - Centro – Anitápolis. FONE: (48) 3256-0188. Email: licita@anitapolis.sc.gov.br. Anitápolis, 05/11/2019. Maria Aparecida de Pieri Coelho – Secretária Municipal de Agricultura, Turismo e Meio Ambiente.

Antônio Carlos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO N. 148/2019 - PREGÃO PRESENCIAL N. 91/2019

Publicação Nº 2216285

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 148/2019; Pregão Presencial nº 091/2019; Tipo: Menor Preço por Lote; Objeto: A presente licitação tem como objeto o registro de preços para a contratação de empresa especializada no fornecimento e instalação de câmeras de videomonitoramento com áudio e vídeo para colocação nos prédios da Unidades de Saúde do município de Antônio Carlos/SC, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Anexo I e nas condições previstas neste Edital. Entrega dos envelopes e abertura: Dia 20 de novembro de 2019, às 09h00min na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, localizado na Praça Anchieta, nº 10, Centro, Antônio Carlos/SC, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, pelo fone (48) 3272-8617, pelo e-mail licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos/SC, 05 de novembro de 2019.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

PORTARIA N 531/2019

Publicação Nº 2217234

PORTARIA Nº 531/2019
Concede licença prêmio a servidor.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei nº 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder licença prêmio por 10 dias ao servidor VILSON ANTÔNIO GELSLEICHTER, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, referente ao período aquisitivo de 01/07/2009 a 30/06/2014, no período de 18/11/2019 a 27/11/2019.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 05 de novembro de 2019.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria em 07 de novembro de 2019.

Apiuna

PREFEITURA

DECRETO Nº 3351/2019

Publicação Nº 2216656

DECRETO Nº 3351/2019
De 05/11/2019

APROVA O DESMEMBRAMENTO LOCALIZADO NA ZONA URBANA.

MARCELO DOUTEL DA SILVA, Prefeito Municipal de Apiúna em exercício, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e
Considerando a documentação apresentada e aprovada pelo Setor de Engenharia,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o Desmembramento de propriedade de GENÉSIO BERNARDI, inscrito no CPF sob nº 935.514.019-34, do imóvel localizado na Zona Urbana, situado à Rua Recife, devidamente registrado no Registro de Imóveis de Ascurra/SC, sob Matrícula nº 8736, com área total de 41.308,40 m² (quarenta e um mil, trezentos e oito metros e quarenta décimos quadrados), assim distribuídos:

I	–	Parcela 01 – com área de	32.267,80 m².
II	–	Parcela 02 – com área de	2.041,50 m².
III	–	Parcela 03 – com área de	851,10 m².
IV	–	Parcela 04 – com área de	6.148,00 m².

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Apiúna - SC, 05 de Novembro de 2019.
MARCELO DOUTEL DA SILVA
Prefeito Municipal em exercício

DECRETO Nº 3352/2019

Publicação Nº 2216657

DECRETO Nº 3352/2019
De 05/11/2019

APROVA O DESMEMBRAMENTO LOCALIZADO NA ZONA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL CONTROLADA E USO AGRÍCOLA.

MARCELO DOUTEL DA SILVA, Prefeito Municipal de Apiúna em exercício, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e
Considerando a documentação apresentada e aprovada pelo Setor de Engenharia,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o Desmembramento de propriedade de JOSE DOS SANTOS, inscrito no CPF sob nº 218.166.709-87, do imóvel localizado na Zona de Proteção Ambiental Controlada e Uso Agrícola, situado à Localidade de Ribeirão Marcela, devidamente registrado no Registro de Imóveis de Ascurra/SC, sob Matrícula nº 8730, com área total de 199.881,57 m² (cento e noventa e nove mil, oitocentos e oitenta e um metros e cinquenta e sete décimos quadrados), assim distribuídos:

I	–	Parcela 01 – com área de	33.011,26 m².
II	–	Parcela 02 – com área de	65.798,89 m².
III	–	Parcela 03 – com área de	101.071,42 m².

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Apiúna - SC, 05 de Novembro de 2019.
MARCELO DOUTEL DA SILVA
Prefeito Municipal em exercício

DECRETO Nº 3353/2019

Publicação Nº 2216658

DECRETO Nº 3353/2019
De 05/11/2019

APROVA O DESMEMBRAMENTO LOCALIZADO NA ZONA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL CONTROLADA E USO AGRÍCOLA.

MARCELO DOUTEL DA SILVA, Prefeito Municipal de Apiúna em exercício, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e
Considerando a documentação apresentada e aprovada pelo Setor de Engenharia,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o Desmembramento de propriedade de RODOLFO STUPP, inscrito no CPF sob nº 311.461.989-49, MARIA DAS GRAÇAS STUPP, inscrita no CPF sob nº 004.412.279-96, JOSE STUPP, inscrito no CPF sob nº 311.622.749-72 e ANALORES PEREIRA, inscrita no CPF sob nº 016.117.149-40, do imóvel localizado na Zona de Proteção Ambiental Controlada e Uso Agrícola, situado à Localidade de Rio Novo, devidamente registrado no Registro de Imóveis de Acurra/SC, sob Matrícula nº 8642, com área total de 143.350,04 m² (cento e quarenta e três mil, trezentos e cinquenta metros e quatro decímetros quadrados), assim distribuídos:

I	–	Parcela 01 – com área de	64.956,79 m².
II	–	Parcela 02 – com área de	78.393,25 m².

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Apiúna - SC, 05 de Novembro de 2019.
MARCELO DOUTEL DA SILVA
Prefeito Municipal em exercício

DECRETO Nº 3354/2019

Publicação Nº 2217457

DECRETO Nº 3354/2019
DE 05/11/2019.

DISPÕE SOBRE A AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL JUNTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA A FIM DE OBTENÇÃO DE PROMOÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE APIÚNA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 64, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o disposto nos artigos 13 e 14 da Lei Complementar nº 122/2012, de 23 de março de 2012,

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o Formulário para Avaliação de Desempenho Funcional dos Servidores da Secretaria Municipal de Educação e Cultura nos moldes da Legislação referida, especificamente para Promoção por Tempo de Serviço (Anexo I).

Parágrafo único A nota mínima para alcançar a Promoção por Tempo de Serviço é 7 (sete).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 05 de Novembro de 2019.
MARCELO DOUTEL DA SILVA
Prefeito Municipal em exercício

ANEXO I**AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Nome do servidor avaliado: _____
Avaliador: _____
Período que está sendo avaliado: _____
Data da avaliação: _____

Lei Complementar 122/2012, de 23/03/2012

Art. 13º - Na promoção por tempo de serviço, o funcionário será avaliado no cumprimento de suas atribuições, levando em consideração os seguintes critérios:

I - Qualidade e produtividade no trabalho;

II - Iniciativa, presteza e participação em todo o processo educativo (reuniões, festas escolares, aulas de campo, seções cívicas, participação em eventos que a escola se fará presente);

III - Assiduidade, pontualidade;



IV - Participação e aproveitamento em cursos de aperfeiçoamento.

Art. 14º - A promoção por tempo de serviço através de avaliação de desempenho ocorrerá de 02 (dois) em 02 (dois) anos, de forma horizontal, de uma referência para outra imediatamente superior, sendo que, em um ano o servidor progride por aperfeiçoamento ou capacitação e no outro por tempo de serviço.

Assinalar somente uma alternativa para cada item:

1- ASSIDUIDADE e PONTUALIDADE**1.1 - PRESENÇA AO TRABALHO****1.1.1 - Frequência ao local de trabalho:**

- a) ☐ não faltou ao trabalho até o presente momento;
- b) ☐ raramente falta ao trabalho, porém justifica;
- c) ☐ raramente falta ao trabalho, porém não justifica;
- d) ☐ falta com muita frequência ao trabalho, porém não justifica;

1.1.2- Permanência no local de trabalho:

- a) ☐ não se ausenta do local de trabalho;
- b) ☐ raramente ausenta-se; porém justifica;
- c) ☐ raramente ausenta-se, porém não justifica;
- d) ☐ ausenta-se com frequência do local de trabalho, sem justificativa.

1.1.3 - Observância de horário e comparecimentos:

- a) ☐ não se atrasa;
- b) ☐ raramente se atrasa na chegada ao trabalho ou algum compromisso;
- c) ☐ eventualmente se atrasa ao trabalho ou a compromisso, por motivo alheio a sua vontade.
- d) ☐ quase sempre chega atrasado ao trabalho ou compromisso;

2 – QUALIDADE DO TRABALHO**2.1. - Zelo e dedicação em suas atividades:**

- a) ☐ frequentemente;
- b) ☐ normalmente;
- c) ☐ ocasionalmente;
- d) ☐ raramente;

2.2 - Responsabilidade com o trabalho:

- a) ☐ realiza todas as suas tarefas, cumprindo sempre os prazos determinados, dispensando fiscalização;
- b) ☐ merece confiança e raramente necessita de fiscalização;
- c) ☐ necessita ser alertado quanto ao cumprimento de suas tarefas;
- d) ☐ é impossível depender de seus serviços, necessitando de constante vigilância.

3 – CAPACIDADE DE INICIATIVA**3.1 - Com relação à iniciativa no trabalho, o servidor:**

- a) ☐ Age com elevada iniciativa;
- b) ☐ Sua iniciativa está dentro do esperado;
- c) ☐ Possui pouca iniciativa, esperando as determinações. Ex. (não se organiza nas atividades, sobrecarregando os demais..)
- d) ☐ Sua iniciativa no trabalho está bem abaixo do esperado.

3.2 – Com relação à presteza (prontidão, agilidade) o servidor:

- a) ☐ Age com elevada presteza no trabalho;
- b) ☐ Sua presteza no trabalho está dentro do esperado;
- c) ☐ Cumpre as tarefas, porém as realiza prejudicando o andamento das atividades;
- d) ☐ Sua presteza no trabalho está bem abaixo do esperado.

3.3 – Com relação participação em eventos escolares

- a) ☐ frequentemente;
- b) ☐ normalmente;
- c) ☐ ocasionalmente;
- d) ☐ raramente;

4 – PARTICIPAÇÃO EM CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO**4.1 Com relação a participação em cursos de aperfeiçoamento oferecidos pela Secretaria de Educação**

- a) ☐ frequentemente;
- b) ☐ normalmente;
- c) ☐ ocasionalmente;
- d) ☐ raramente;

Critérios de Avaliação:

Considerando 10 como a nota máxima

- Alternativa (a) corresponde a 100% da nota máxima=1,1 no valor unitário
- Alternativa (b) corresponde a 80% da nota máxima=0,89 no valor unitário
- Alternativa (c) corresponde a 60% da nota máxima= 0,67 no valor unitário

· Alternativa (d) não tem pontuação;

Nota Final: _____

Assinatura do Servidor Avaliado: _____

Assinatura da Comissão Avaliadora: _____

LEI ORDINÁRIA Nº 917/2019

Publicação Nº 2216550

LEI ORDINÁRIA Nº 917/2019

DE 05/11/2019

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCELO DOUTEL DA SILVA, Prefeito Municipal de Apiúna em exercício, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Orçamento do Município de Apiúna, para o exercício de 2020, será elaborado e executado de acordo com as diretrizes estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I - as prioridades e metas da administração municipal, extraídas do Plano Plurianual 2018/2021;

II - a estrutura dos orçamentos;

III - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município, incluindo suas alterações;

IV - as disposições sobre dívida pública municipal;

V - as disposições sobre despesas com pessoal;

VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VII - as disposições gerais.

I – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 2º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2020 são aquelas definidas nos ANEXOS I, II e III desta lei, desdobradas nas seguintes tabelas:

ANEXO I – Anexo de Metas Fiscais

Tabela 1 – Metas Anuais.

Tabela 2 – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior.

Tabela 3 – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais nos Três Exercícios Anteriores.

Tabela 4 – Evolução do Patrimônio Líquido.

Tabela 5 – Origem e Aplicação dos Recursos obtidos com a Alienação de Ativos.

Tabela 6 – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita.

Tabela 7 – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

ANEXO II – Anexo de Metas Físicas priorizadas para 2020.

Tabela 10 – Metas Físicas Priorizadas para 2020

ANEXO III – Anexo de Riscos Fiscais

§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2020 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos ANEXOS I, II e III desta lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2020, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as prioridades e metas estabelecidas nesta lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada á receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

II – DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 3º - O orçamento para o exercício financeiro de 2020 abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo e seus Fundos, e será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional da Prefeitura.

Art. 4º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II – ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III – atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV – projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V – operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI – unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII – receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII – execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX – execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X – execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

Parágrafo Único - A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 5º - A Lei Orçamentária para 2020 evidenciará a Receita de cada uma das Unidades Gestoras em níveis gerencialmente importantes, especificando no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central - Prefeitura Municipal, aquelas vinculadas a Fundos, identificando cada

rubrica com o Código de Destinação de Recurso; e a Despesa de cada Unidade Gestora, por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, sendo também identificado o código de destinação de recurso, tudo conforme as Portarias MOG nº42/1999, a Interministerial nº 163/2001 a Portaria Conjunta 03/2008 e suas alterações, na forma dos seguintes Anexos:

I – Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Adendo II da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

II – Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

III – Resumo Geral da Despesa (Adendo IV da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IV – Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

V – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VI – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VII – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VIII – Demonstrativo da Despesa, classificada até o nível de Modalidade de Aplicação (Art. 6º Portaria Interministerial n. 163/01), segundo cada Unidade Orçamentária (Adendo IV da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IX – Sumário da Receita por Fontes e das Despesas por Funções (art. 2º, § 1º, da Lei 4320/64);

X – Demonstrativo da Receita por Fontes e respectiva legislação (art. 2º, § 1º, da Lei 4320/64);

XI – Demonstrativo da estimativa de renúncia de receita de natureza tributária, com premissas e metodologia de cálculo e comprovação de que ela foi considerada no orçamento da receita para 2019.

XII – Demonstrativo do volume de recursos destinados ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Parágrafo Único - Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura Municipal de Apíúna, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

III – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 6º - O Orçamento para o exercício de 2020 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio das contas públicas, abrangendo os Poderes, Legislativo, Executivo, e Fundos. (ART. 1º, § 1º e ART. 4º, I, "a" da LRF).

Art. 7º - Os Fundos Municipais terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita, da Unidade Gestora Central e vinculadas a despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas nos Anexos e Adendos da Unidade Gestora Central definidos no Artigo 5º desta lei.

Parágrafo Único – Os Fundos Municipais serão geridos pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal, serem delegados a servidores municipais denominados de Gestores.

Art.8º - As previsões de receita para o exercício de 2020 observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativos de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem.

§ 1º A reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

§ 2º A Receita Corrente Líquida será calculada de acordo com disposto no artigo 2º, IV da Lei Complementar 101/00.

Art. 9 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o equilíbrio orçamentário e financeiro o Poder Legislativo e Executivo de forma proporcional as suas dotações, adotarão mecanismo de limitação de empenhos no montante necessário, para as seguintes despesas abaixo: (ART. 9º da LRF)

I – redução dos investimentos programados, desde que não comprometidos;

II – eliminação de despesas com horas extras;

III – redução de despesas com manutenção; e

IV – eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores.

Art. 10 – O orçamento da Unidade Gestora Central para o exercício de 2020 contemplará recursos para a Reserva de Contingência, no valor de R\$100.000,00 (Cem mil Reais), destinados a atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme ANEXO II desta lei. (ART. 5º, III "d" da LRF).

§ 1º – Para efeito desta Lei, entende-se como eventos fiscais imprevistos, as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços da Administração Pública Municipal não orçada, ou orçada a menor, e neste caso, mesmo que investimentos.

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a intempéries, passivos contingentes, conforme disposto no ANEXO II desta lei, caso não se concretizem até o dia 10 de Dezembro de 2020, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para atender eventos fiscais imprevistos, desde que constantes da Lei de Diretrizes Orçamentárias e Proposta Orçamentária para o exercício de 2020.

Art. 11 – Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 12 – O Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira, cronograma mensal de desembolso para suas Unidades Gestoras, bem como o Desdobramento das Metas Bimestrais de Arrecadação. (ART. 8º e 13 da LRF);

Art. 13 – Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, só serão executados e utilizados se ocorrer o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado. (ART. 8º, § único da LRF)

§ 1º – Os recursos de Operações de Crédito, não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, a partir de seu ingresso.

§ 2º - Os recursos de convênios não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, a partir de seu efetivo ingresso.

Art. 14– A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica de saúde, voltada para o fortalecimento do associativismo municipal (ART. 4º, I, "f" da LRF).

Art. 15 – Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes de cada ação governamental nova, cujo impacto orçamentário-financeiro num exercício não exceda ao valor para dispensa de licitação, fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93 devidamente atualizado (ART. 16, § 3º da LRF).

Art. 16 – Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito. (ART. 45 da LRF)

Art. 17– Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária. (ART. 62 da LRF)

Art. 18 – A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2020 a preços correntes.

Art. 19 – A lei orçamentária para 2020 poderá autorizar o Executivo Municipal a remanejar por Decreto, dentro de cada categoria de programação, projeto, atividade ou operações especiais, o saldo das dotações dos grupos de natureza ou elementos de despesa que o compõem.

Art. 20 – A Lei Orçamentária para 2020 poderá autorizar o Executivo Municipal a remanejar por Decreto o saldo de mesmas Destinações de Recursos aprovadas na Lei Orçamentária vinculadas a despesas pertencentes a mesma categoria de programação (projeto, atividade ou operações especiais) definida pelo parágrafo único do art. 4º da presente Lei, afim de atender as necessidades de execução do Orçamento.

Art. 21 – Durante a execução orçamentária de 2020, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial.

Art. 22 - A lei orçamentária conterà autorização ao Poder Executivo para, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64:

I - designar órgãos centrais para movimentar dotações atribuídas às Unidades Orçamentárias e promover os ajustamentos orçamentários, financeiros e contábeis, decorrentes de reorganização administrativa;

II – suplementar, por conta do excesso de arrecadação, as Modalidades de Aplicação de despesa e as Transferências Financeiras destinadas a atender dispêndios de Convênios, apurados pela diferença entre o valor previsto e o valor recebido;

III - abrir créditos suplementares até o limite de 50% (cinquenta por cento) do total da despesa fixada em lei, à conta dos recursos de que trata o § 1º do art. 43 da Lei nº 4.320, de 17 de Março de 1964;

IV - apresentar déficit de execução orçamentária resultante da utilização do superávit financeiro do exercício anterior;

V - realizar operações de crédito, ainda que por antecipação da receita, limitado o valor das primeiras ao disposto no art. 167, III, da Constituição Federal.

IV – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 23 – Obedecidos os limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2020.

Art. 24 – As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária e autorizadas por lei específica.

Art. 25 – A verificação dos limites da dívida pública será feita na forma e nos prazos estabelecidos na Lei Complementar 101/00 e de conformidade com a Resolução do Senado Federal.

Parágrafo Único – O montante da dívida pública no exercício de 2020 não excederá o limite de 120% (cento e vinte por cento) da Receita Corrente Líquida apurada ao final de cada semestre.

V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 26 – O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante Lei autorizativa, poderão criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 169, parágrafo 1º, II da CF)

Parágrafo Único – Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na Lei Orçamentária para 2020.

Art. 27 – Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida (RCL), os montantes dos limites globais de 54% e 6% respectivamente (LRF art. 20, III, alínea “a” e “b”).

Parágrafo Único – Se à despesa total com pessoal, do Poder Executivo e ou Legislativo, ultrapassar 95% para cada um dos limites definidos no caput deste artigo, sem prejuízo das medidas previstas no art. 30 da presente Lei, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo que pelo menos 1/3 no primeiro.

Art. 28 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 22, § único, V da LRF).

Art. 29 – O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 19 e 20 da LRF).

I – eliminação das despesas com horas extras, salvo nos casos justificados em que prevalecer o excepcional interesse público disposto no art. 27 da presente Lei.

II – demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

III - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

IV – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

Art. 30 – Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente a substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal de Apiúna ou ainda atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 31 – O município opta pela faculdade do artigo 63 da LRF, e fará a verificação dos limites das despesas com pessoal ao final de cada semestre, salvo nos casos em que constatando que se ultrapassou o limite prudencial, onde se fará obrigatório a divulgação quadrimestral do Anexo I de Gestão Fiscal (Das Despesas de Pessoal) em cumprimento do art. 63, III, § 2º da LRF.

Art. 32 – Fica também autorizado o Executivo Municipal, a executar através de Decreto, o disposto no Parágrafo Único do Art. 66, da Lei Federal 4.320/64, desde que comprovado através de Ato Normativo, a movimentação de que trata o referido Parágrafo.

VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 33 – O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder benefício fiscal aos contribuintes que pagarem seus tributos em parcela única e/ou no prazo de vencimento, ou ainda em dia com suas obrigações tributárias, devendo, nestes casos, ser considerado nos cálculos do orçamento da receita, apresentando estudos do seu impacto e atender ao disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 14 da LRF).

Art. 34 – O Executivo Municipal autorizado por Lei poderá conceder benefício fiscal, através de programas de Refinanciamento de Débitos Fiscais (REFIS) a ser considerado nos cálculos do orçamento da receita anual de 2020 desde que atendido ao disposto no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 35 - A Dívida Ativa de valor inferior a 270 (duzentos e setenta) Unidades Fiscal Municipal (UFM's), por contribuinte, não será encaminhada à cobrança judicial, sendo que permanecerá como estoque de Dívida Ativa do município para possível cobrança até o exercício imediatamente anterior a sua prescrição, onde será procedido o seu cancelamento mediante autorização legislativa, não se constituindo em renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 14, §3º da Lei Complementar 101/00).

Art. 36 – O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, se for o caso.

VII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 37 – O Executivo Municipal enviará até o dia 31/10/2019, a proposta orçamentária à Câmara Municipal, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2019.

§ 1º – A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no “Caput” deste artigo.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2020, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

§ 3º - Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no Parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2019, o Excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 38 - As Destinações de recursos, aprovados na lei orçamentária e em seus créditos, poderão ser modificadas, justificadamente, para atender às necessidades de execução do orçamento, por decreto do Poder Executivo.

Art. 39 – Ficam autorizadas as despesas com juros e atualização monetária, por eventual atraso no pagamento de compromissos, decorrente de insuficiência financeira.

Art. 40 – Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 41 – O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 42 – O Município utilizará a faculdade contida no artigo 63 da Lei Complementar 101/00.

Art. 43 – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Apiúna, 05 de Novembro de 2019.

MARCELO DOUTEL DA SILVA

Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA Nº 0798/2019

Publicação Nº 2217599

PORTARIA Nº 0798/2019

De 05 de novembro de 2019

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

SONIA APARECIDA BATISTA RIBEIRO MARCONI

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito Municipal de Apiúna em exercício, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 169/2017 de 20/09/2017 e de acordo com o resultado do Processo Seletivo nº 006/2019 com homologação do resultado final em 24/10/2019,
RESOLVE

Contratar temporariamente SONIA APARECIDA BATISTA RIBEIRO MARCONI para o cargo de ASSISTENTE SOCIAL – 30H, inscrição nº 193348 do Processo Seletivo nº 006/2019, com Contribuição Geral de Previdência Social (RGPS), a partir de 12/11/2019 até o retorno da servidora Kelin Trevisan dos Santos, que está em licença maternidade.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 05 de novembro de 2019.

Marcelo Doutel da Silva

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0799/2019

Publicação Nº 2217607

PORTARIA Nº 0799/2019

De 05 de novembro de 2019

DESIGNA CELIA TEREZINHA SCHULZ COM

FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 66/2019

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito Municipal de Apiúna em exercício, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 67 da Lei nº 8.666/93 de 21/06/1993 e com o decreto municipal nº 2.994/18 de 23/07/2018 que aprova a Instrução Normativa nº 04/2018 que dispõe sobre as funções de gestor e de fiscal de contratos administrativos do Poder Executivo Municipal,
RESOLVE

Art. 1º - Designar a servidora comissionada Celia Terezinha Schulz, matrícula n. 17469, ocupante do cargo de Diretor de Departamento, para

desempenhar a função de fiscal do contrato abaixo relacionado, além de contribuir no que for necessário para o desempenho das funções de seus auxiliares:

ATA	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA
66/2019	AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA DECORAÇÃO E ILUMINAÇÃO NATALINA . - PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇO NO 127/2019	COMERCIAL VITORIA LTDA – ME MG LIGHT COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI LUZ E FORMA COMÉRCIO E

Art. 2º - Ficam também designados com a função de assessorar o fiscal titular na fiscalização do contrato acima mencionado os servidores a seguir:

Servidor: Jeniffer Bueno de Oliveira

Cargo: Auxiliar de Escritório

Matrícula: 119415

Art. 3º - Os auxiliares designados com a atribuição de assessorar o fiscal titular, devem desempenhar as seguintes funções:

- Ter conhecimento dos termos contratuais;
- Acompanhar a execução contratual;
- Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- Verificar a conformidade da prestação dos serviços e/ou da entrega do material objeto do contrato;
- Atestar o recebimento provisório das notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços e/ou entrega do material e encaminhá-las ao fiscal do contrato;
- Relatar ao fiscal do contrato a respeito da execução do objeto do contrato, de faltas, defeitos ou incoerências, para eventuais anulações nos pagamentos devidos à contratada.

Art. 4º - Na ausência do servidor designado no artigo 1º, ficará automaticamente designado a servidora Jeniffer Bueno de Oliveira, matrícula 119415, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 5º - Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogada a Portaria nº 430/2019.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 05 de novembro de 2019.

Marcelo Doutel da Silva

Prefeito Municipal

Arroio Trinta

PREFEITURA

CONTRATO Nº 0086/2019

Publicação Nº 2216310

CONTRATO Nº 0086/2019 INEXIGIBILIDADE Nº 0017/2019–PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0179/2019 –

CONTRATAÇÃO DO SHOW COM “DUPLA JOÃO GUSTAVO E LEONARDO” PARA APRESENTAÇÃO DURANTE A EXPOTRINTA, PARTE INTEGRANTE DA FESTIVITÁ ALL ITALIANA, NO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2019.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA (SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 82.826.462/0001-27, com sede na Rua XV de Novembro, nº 26, Centro, no Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Senhor CLAUDIO SPRÍCIGO, brasileiro, casado, portador do CPF nº 551.995.939-00 e CI nº 10/R-1.912.533, residente e domiciliado na Rua Orlando Zardo, 33 no município de Arroio Trinta – SC – doravante denominado CONTRATANTE e LEONARDO DE ALMEIDA NUNES (MEI), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 18.645.445/0001-94 estabelecido na Rua 148 Nº 60, Bairro Centro, Cidade de Itapema - SC, neste ato, representado por LEONARDO DE ALMEIDA NUNES, brasileiro, músico, inscrito no CPF nº 053.247.809-60 e doravante denominado CONTRATADA, tem entre si justo e contratado o presente contrato para a realização de SHOW COM A DUPLA JOÃO GUSTAVO E LEONARDO, a ser realizado no dia 13 de dezembro de 2019, durante A EXPOTRINTA, PARTE INTEGRANTE DA FESTIVITÁ ALL ITALIANA 2019, cuja celebração foi precedida de dispensa de licitação, através de inexigibilidade nº 0017/2019, atendidas as cláusulas e condições a seguir anunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA –DO FUNDAMENTO LEGAL

0.1 O presente Contrato decorre da autorização de Inexigibilidade de Licitação constante no Artigo 25 da Lei 8/666 de 21 de Junho de 1993: “É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial: III -para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública”.

CLÁUSULA SEGUNDA -OBJETO DO CONTRATO

2.1 Este contrato tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DO SHOW COMPLETO DA DUPLA JOÃO GUSTAVO E LEONARDO, NO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2019 NA EXPOTRINTA, PARTE INTEGRANTE DA FESTIVITÁ ALL ITALIANA 2019, NO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

–Horário previsto para início do show: 20h:00m, com duração prevista de 02h e 30 minutos, no dia 13 (treze) de dezembro de 2019 –sábado.

CLÁUSULA TERCEIRA -OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

A obrigação e responsabilidade para efeito de realização do espetáculo compete à CONTRATANTE, a quem reservam-se as seguintes providências mínimas abaixo discriminadas:

- a) Equipe de apoio que deverá estar à disposição durante o Show.
- b) Energia elétrica mínima de 180 KWA com distância máxima do palco de 20 metros.
- c) Segurança pública durante as apresentações, assim como antes e depois, conforme as normas e exigências locais (Brigada Militar, Corpo de Bombeiros e Ambulância).
- d) Responsabilidade por toda e qualquer ocorrência policial, criminal e, ou civil que venham a ser vítima qualquer dos artistas e equipe produtora e público, durante o espetáculo, em todas as decorrências e assistência administrativa e outras.
- e) Providenciar toda a estrutura necessária para a realização do show.

CLÁUSULA QUARTA -OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1 A obrigação e responsabilidade para efeito de realização do espetáculo compete à CONTRATADA, a quem reservam-se as seguintes providências mínimas abaixo discriminadas:

- a) Fazer apresentar-se no local hora e data previamente estabelecido neste contrato.
- b) Produção completa do espetáculo, incluindo equipamentos de sonorização e iluminação necessários.
- c) Pagamento do transporte, hospedagem, camarim, alimentação e demais despesas provenientes da contratação.

4.2 A CONTRATADA, reserva-se o direito das seguintes providências mínimas abaixo:

- É proibida qualquer manifestação política em cima do palco.
- É proibida propaganda publicitária em cima do palco e na sua área externa.

CLÁUSULA QUINTA –DA VIGÊNCIA

5.1 O prazo de duração do presente instrumento terá vigência até 31/12/2019.

CLÁUSULA SEXTA –DO VALOR



6.1 –O valor total do contrato é de R\$3.500,00(TRÊS MIL E QUINHENTOS REAIS).

6.2 – O pagamento será efetuado por transferência bancária em até 3 (três) dias, após a realização do Show, acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura, apresentadas na Tesouraria da Prefeitura.

CLÁUSULA SÉTIMA –DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 -As despesas decorrentes da execução dos serviços, objeto da presente licitação, ocorrerão à conta dos recursos da seguinte dotação orçamentária:

72-1.2005.13.392.13.2.33.1.339000 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA OITAVA -DA RESCISÃO

8.1 O presente contrato será rescindido de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, no descumprimento de suas cláusulas.

8.2 - Fica estipulado a multa no valor de 10% do valor do cachê artístico deste contrato para a parte que infringir a qualquer cláusula constante no mesmo, além de responder na forma de legislação em vigor, pelas perdas e danos que causar.

8.3 - Fica acordado que a partir do momento que o Show for realizado, a CONTRATANTE está ciente que todas as obrigações por partes da CONTRATADA foram cumpridas, inclusive se ocorrer atraso na apresentação.

CLÁUSULA NONA -DO FORO

9.1 Fica estipulado o Foro de Videira – SC, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões decorrentes deste contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam em duas vias de igual forma e teor para que produzam os mesmos efeitos, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e qualificadas.

Arroio Trinta, 1º de novembro de 2019

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA
CNPJ sob nº 82.826.462/0001-27
CLAUDIO SPRÍCIGO
CPF nº 551.995.939-00
CONTRATANTE

LEONARDO DE ALMEIDA NUNES (MEI)
CNPJ sob nº 18.645.445/0001-94
LEONARDO DE ALMEIDA NUNES
CPF nº 053.247.809-60
CONTRATADA,

Testemunhas:

CESAR LUIZ ALTENHOFEN
CPF: 818.571.019-87

RONIVAN BRANDALISE
CPF: 027.783.989-02

CONTRATO Nº: 0086/2019 - INEXIGIBILIDADE Nº: 0017/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 0179/2019

CONTRATADO: LEONARDO DE ALMEIDA NUNES - ME

FINALIDADE: CONTRATAÇÃO DO SHOW COM "A DUPLA JOÃO GUSTAVO E LEONARDO PARA APRESENTAÇÃO DURANTE A EXPOTRINTA
VALOR: R\$3.500,00

CONTRATO Nº 0088/2019

Publicação Nº 2216836

CONTRATO Nº 0088/2019 INEXIGIBILIDADE Nº 020/2019–PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0182/2019 –

CONTRATAÇÃO DO SHOW COM grupo TCHÊ BARBARIDADE" PARA APRESENTAÇÃO DURANTE A EXPOTRINTA, PARTE INTEGRANTE DA FESTIVITÁ ALL ITALIANA, NO DIA 15 DE DEZEMBRO DE 2019.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA (SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 82.826.462/0001-27, com sede na Rua XV de Novembro, nº 26, Centro, no Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Senhor CLAUDIO SPRÍCIGO, brasileiro, casado, portador do CPF nº 551.995.939-00 e CI nº 10/R-1.912.533, residente e domiciliado na Rua Orlando Zardo, 33 no município de Arroio Trinta – SC – doravante denominado CONTRATANTE e PRODUSHOW – PROPAGANDA,

PUBLICIDADE E EVENTOS LTDA pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.101.770/0001-19 estabelecida na Rua Martins de Lima 461, Bairro São José, Cidade de Porto Alegre - SC, neste ato, representado por PAULO CESAR BOMBASSARO, brasileiro, músico, inscrito no CPF nº 278.501.700-59 e CI sob nº 6009174092 e doravante denominado CONTRATADA, tem entre si justo e contratado o presente contrato para a realização de SHOW COM GRUPO TCHÊ BARBARIDADE, a ser realizado no dia 15 de dezembro de 2019, durante A EXPOTRINTA, PARTE INTEGRANTE DA FESTIVITÁ ALL ITALIANA 2019, cuja celebração foi precedida de dispensa de licitação, através de inexigibilidade nº 0020/2019, atendidas as cláusulas e condições a seguir anunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA –DO FUNDAMENTO LEGAL

0.1 O presente Contrato decorre da autorização de Inexigibilidade de Licitação constante no Artigo 25 da Lei 8/666 de 21 de Junho de 1993: "É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial: III -para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública".

CLÁUSULA SEGUNDA -OBJETO DO CONTRATO

2.1 Este contrato tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DO SHOW COM O GRUPO TCHÊ BARBARIDADE, NO DIA 15 DE DEZEMBRO DE 2019 NA EXPOTRINTA, PARTE INTEGRANTE DA FESTIVITÁ ALL ITALIANA 2019, NO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

–Horário previsto para início do show: 15h:00m, com duração prevista de 03(três) horas, no dia 15 (quinze) de dezembro de 2019 – domingo.

CLÁUSULA TERCEIRA -OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

A obrigação e responsabilidade para efeito de realização do espetáculo compete à CONTRATANTE, a quem reservam-se as seguintes providências mínimas abaixo discriminadas:

- a) Equipe de apoio que deverá estar à disposição durante o Show.
- b) Energia elétrica mínima de 180 KWA com distância máxima do palco de 20 metros.
- c) Segurança pública durante as apresentações, assim como antes e depois, conforme as normas e exigências locais (Brigada Militar, Corpo de Bombeiros e Ambulância).
- d) Responsabilidade por toda e qualquer ocorrência policial, criminal e, ou civil que venham a ser vítima qualquer dos artistas e equipe produtora e público, durante o espetáculo, em todas as decorrências e assistência administrativa e outras.
- e) Providenciar toda a estrutura necessária para a realização do show.

CLÁUSULA QUARTA -OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1 A obrigação e responsabilidade para efeito de realização do espetáculo compete à CONTRATADA, a quem reservam-se as seguintes providências mínimas abaixo discriminadas:

- a) Fazer apresentar-se no local hora e data previamente estabelecido neste contrato.
- b) Produção completa do espetáculo, incluindo equipamentos de apoio à sonorização e iluminação.
- c) Pagamento do transporte, hospedagem, camarim, alimentação e demais despesas provenientes da contratação.

4.2 A CONTRATADA, reserva-se o direito das seguintes providências mínimas abaixo:

- É proibida qualquer manifestação política em cima do palco.
- É proibida propaganda publicitária em cima do palco e na sua área externa.

CLÁUSULA QUINTA –DA VIGÊNCIA

5.1 O prazo de duração do presente instrumento terá vigência até 31/12/2019.

CLÁUSULA SEXTA –DO VALOR

6.1 –O valor total do contrato é de R\$10.00,00(DEZ MIL REAIS).

6.2 – O pagamento será efetuado por transferência bancária em até 3 (três) dias, após a realização do Show, acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura, apresentadas na Tesouraria da Prefeitura.

CLÁUSULA SÉTIMA –DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 -As despesas decorrentes da execução dos serviços, objeto da presente licitação, ocorrerão à conta dos recursos da seguinte dotação orçamentária:

72-1.2005.13.392.13.2.33.1.339000 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA OITAVA -DA RESCISÃO

8.1 O presente contrato será rescindido de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, no descumprimento de suas cláusulas.

8.2 - Fica estipulado a multa no valor de 10% do valor do cachê artístico deste contrato para a parte que infringir a qualquer cláusula constante no mesmo, além de responder na forma de legislação em vigor, pelas perdas e danos que causar.

8.3 - Fica acordado que a partir do momento que o Show for realizado, a CONTRATANTE está ciente que todas as obrigações por partes da CONTRATADA foram cumpridas, inclusive se ocorrer atraso na apresentação.

CLÁUSULA NONA -DO FORO

9.1 Fica estipulado o Foro de Videira – SC, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões decorrentes deste contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam em duas vias de igual forma e teor para que produzam os mesmos efeitos, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e qualificadas.

Arroio Trinta, 04 de novembro de 2019

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA
CNPJ sob nº 82.826.462/0001-27
CLAUDIO SPRÍCIGO
CPF nº 551.995.939-00
CONTRATANTE

PRODUSHOW – PROPAGANDA, PUBLICIDADE
E EVENTOS LTDA
CNPJ nº 03.101.770/0001-19
PAULO CESAR BOMBASSARO
CPF nº 278.501.700-59
CONTRATADA

Testemunhas:

CESAR LUIZ ALTENHOFEN
CPF: 818.571.019-87

RONIVAN BRANDALISE
CPF: 027.783.989-02

CONTRATO Nº 0089/2019

Publicação Nº 2217030

CONTRATO Nº 0089/2019 INEXIGIBILIDADE Nº 0016/2019–PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0178/2019 –

CONTRATAÇÃO DO SHOW COM A BANDA “BALANÇO LATINO” PARA APRESENTAÇÃO DURANTE A EXPOTRINTA, PARTE INTEGRANTE DA FESTIVITÁ ALL ITALIANA, NO DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2019.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA (SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 82.826.462/0001-27, com sede na Rua XV de Novembro, nº 26, Centro, no Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Senhor CLAUDIO SPRÍCIGO, brasileiro, casado, portador do CPF nº 551.995.939-00 e CI nº 10/R-1.912.533, residente e domiciliado na Rua Orlando Zardo, 33 no município de Arroio Trinta – SC – doravante denominado CONTRATANTE e BANDA BALANÇO LATINO pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 27.678.811/0001-00 estabelecida na Rua Presidente Vargas nº 159, Bairro Tacca, Município de Xanxerê- SC, neste ato, representado por VINICIUS PELISON, brasileiro, músico, inscrito no CPF nº 010.207.859-93 e doravante denominado CONTRATADA, tem entre si justo e contratado o presente contrato para a realização de SHOW COM A BANDA “BALANÇO LATINO, a ser realizado no dia 14 de dezembro de 2019, durante A EXPOTRINTA, PARTE INTEGRANTE DA FESTIVITÁ ALL ITALIANA 2019, cuja celebração foi precedida de dispensa de licitação, através de inexigibilidade nº 0016/2019, atendidas as cláusulas e condições a seguir anunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA –DO FUNDAMENTO LEGAL

0.1 O presente Contrato decorre da autorização de Inexigibilidade de Licitação constante no Artigo 25 da Lei 8/666 de 21 de Junho de 1993: “É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial: III -para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública”.

CLÁUSULA SEGUNDA -OBJETO DO CONTRATO

2.1 Este contrato tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DO SHOW COM A BANDA “BALANÇO LATINO, a ser realizado no dia 14 de dezembro de 2019, durante A EXPOTRINTA, PARTE INTEGRANTE DA FESTIVITÁ ALL ITALIANA 2019, NO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, conforme segue:

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtd.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	33638 - Show com a Banda Balanço Latino. Show com duração aproximada de 2 horas. Realização do Show: dia 14 de dezembro de 2019. É de responsabilidade da Contratada, todas as despesas referente a sonorização e iluminação, necessários para realização do Show, bem como as despesas de deslocamento, hospedagem e alimentação. A banda contratada também incluiu em sua proposta comercial as custas de locação dos equipamentos de sonorização e iluminação para realização do show do Bravana que se apresentará em seguida e também para as apresentações do domingo dia 15/12/2019.	Un	1	6.800,00	6.800,00
Total				6.800,00	

–Horário previsto para início do show: 20h:00m, com duração prevista de 02(duas) horas, no dia 14 (quatorze) de dezembro de 2019.

CLÁUSULA TERCEIRA -OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

A obrigação e responsabilidade para efeito de realização do espetáculo compete à CONTRATANTE, a quem reservam-se as seguintes providências mínimas abaixo discriminadas:

- Equipe de apoio que deverá estar à disposição durante o Show.
- Energia elétrica mínima de 180 KWA com distância máxima do palco de 20 metros.
- Segurança pública durante as apresentações, assim como antes e depois, conforme as normas e exigências locais (Brigada Militar, Corpo de Bombeiros e Ambulância).
- Responsabilidade por toda e qualquer ocorrência policial, criminal e, ou civil que venham a ser vítima qualquer dos artistas e equipe produtora e público, durante o espetáculo, em todas as decorrências e assistência administrativa e outras.
- Providenciar toda a estrutura necessária para a realização do show.

CLÁUSULA QUARTA -OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1 A obrigação e responsabilidade para efeito de realização do espetáculo compete à CONTRATADA, a quem reservam-se as seguintes providências mínimas abaixo discriminadas:

- Fazer apresentar-se no local hora e data previamente estabelecido neste contrato.
- São de responsabilidade da Contratada, todas as despesas referente a sonorização e iluminação, necessários para realização do Show, bem como as despesas de deslocamento, hospedagem, camarim e alimentação.
- Produção completa do espetáculo, incluindo equipamentos de sonorização e iluminação necessários.

Parágrafo único: A banda contratada responsabiliza-se pelas despesas de locação dos equipamentos de sonorização e iluminação para realização do show do Bravana que se apresentará em seguida e também para as apresentações do domingo dia 15/12/2019.

4.2 A CONTRATADA, reserva-se o direito das seguintes providências mínimas abaixo:

- É proibida qualquer manifestação política em cima do palco.
- É proibida propaganda publicitária em cima do palco e na sua área externa.

CLÁUSULA QUINTA –DA VIGÊNCIA

5.1 O prazo de duração do presente instrumento terá vigência até 31/12/2019.

CLÁUSULA SEXTA –DO VALOR

6.1 –O valor total do contrato é de R\$6.800,00(SEIS MIL E OITOCENTOS REAIS).

6.2 – O pagamento será efetuado por transferência bancária em até 3 (três) dias, após a realização do Show, acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura, apresentadas na Tesouraria da Prefeitura.

CLÁUSULA SÉTIMA –DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 -As despesas decorrentes da execução dos serviços, objeto da presente licitação, ocorrerão à conta dos recursos da seguinte dotação orçamentária:

72-1.2005.13.392.13.2.33.1.339000 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA OITAVA -DA RESCISÃO

8.1 O presente contrato será rescindido de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, no descumprimento de suas cláusulas.

8.2 - Fica estipulado a multa no valor de 10% do valor do cachê artístico deste contrato para a parte que infringir a qualquer cláusula constante no mesmo, além de responder na forma de legislação em vigor, pelas perdas e danos que causar.

8.3 - Fica acordado que a partir do momento que o Show for realizado, a CONTRATANTE está ciente que todas as obrigações por partes da CONTRATADA foram cumpridas, inclusive se ocorrer atraso na apresentação.

CLÁUSULA NONA -DO FORO

9.1 Fica estipulado o Foro de Videira – SC, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões decorrentes deste contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam em duas vias de igual forma e teor para que produzam os mesmos efeitos, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e qualificadas.

Arroio Trinta, 04 de novembro de 2019

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA
CNPJ sob nº 82.826.462/0001-27
CLAUDIO SPRÍCIGO
CPF nº 551.995.939-00
CONTRATANTE

BANDA BALANÇO LATINO
CNPJ nº 27.678.811/0001-00
VINICIUS PELISON
CPF Nº 010.207.859-93
CONTRATADA

Testemunhas:
CESAR LUIZ ALTENHOFEN
CPF: 818.571.019-87

RONIVAN BRANDALISE
CPF: 027.783.989-02

CONTRATO Nº: 0089/2019 - INEXIGIBILIDADE Nº: 0016/2019
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 0178/2019
CONTRATADO: BANDA BALANÇO LATINO
FINALIDADE: SHOW COM, NA EXPOTRINTA, NO DIA 14/12/2019
VALOR: R\$6.800,00

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 0016/2019

Publicação Nº 2216866

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

Processo Administrativo Nº 0178/2019 - IL
Inexigibilidade Nº 0016/2019 - IL

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Prefeito de Arroio Trinta, senhor Claudio Spricigo, considerando a decisão proferida pela Comissão designada através do Decreto nº 1893/2018, bem como o parecer favorável emitido pela assessoria jurídica, e tendo constatado que o procedimento atendeu à legislação pertinente em toda sua tramitação, com fundamento no Art. 43º, VI da Lei 8.666/93, resolve:

RATIFICAR a presente Inexigibilidade, do tipo Menor preço Por item, embasada no Art. 25, inc. III da Lei 8.666/93 e tendo como objeto Contratação de show com a Banda Balanço Latino, à ser realizado no dia 14 de dezembro de 2019, para animação da Expotrinta, como parte integrante da Festiitá All Italiana 2019, e locação de equipamentos de sonorização e iluminação para realização de outros eventos da programação., nestes termos:

Proponentes que apresentaram o menor preço e seus respectivos itens:

3869 - VINICIUS PELISON 01020785993 (27.678.811/0001-00)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtd.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	33638 - Show com a Banda Balanço Latino. Show com duração aproximada de 2 horas. Realização do Show: dia 14 de dezembro de 2019. É de responsabilidade da Contratada, todas as despesas referente a sonorização e iluminação, necessários para realização do Show, bem como as despesas de deslocamento, hospedagem e alimentação. A banda contratada também incluiu em sua proposta comercial as custas de locação dos equipamentos de sonorização e iluminação para realização do show do Bravana que se apresentará em seguida e também para as apresentações do domingo dia 15/12/2019.	Un	1	6.800,00	6.800,00
Total				6.800,00	

Emita-se a nota de empenho ou, sendo o caso, o respectivo contrato, publicando-se em seguida.

Arroio Trinta - SC, 01 de novembro de 2019.

Claudio Spricigo.

Prefeito de Arroio Trinta.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 0020/2019

Publicação Nº 2216757

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

Processo Administrativo Nº 0182/2019 - IL

Inexigibilidade Nº 0020/2019 - IL

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Prefeito de Arroio Trinta, senhor Claudio Spricigo, considerando a decisão proferida pela Comissão designada através do Decreto nº 1893/2018, bem como o parecer favorável emitido pela assessoria jurídica, e tendo constatado que o procedimento atendeu à legislação pertinente em toda sua tramitação, com fundamento no Art. 43º, VI da Lei 8.666/93, resolve:

RATIFICAR a presente Inexigibilidade, do tipo Menor preço Por item, embasada no Art. 25, inc. III da Lei 8.666/93 e tendo como objeto Contratação de show artístico tradicional gaúcho, com o grupo Tchê Barbaridade, à ser realizado no dia 15 de dezembro de 2019, para animação da Expotrinta, como parte integrante da Festiitá All Italiana 2019., nestes termos:

Proponentes que apresentaram o menor preço e seus respectivos itens:

3868 - PRODUSHOW PROPAGANDA PUBLICIDADE E EVENTOS LTDA (03.101.770/0001-19)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtd.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	33637 - Contratação de Show Artístico - Tchê Barbaridade. Show com duração aproximada de 3 horas. Realização do Show: dia 15 de dezembro de 2019. É de responsabilidade da Contratada, todas as despesas referente ao deslocamento, hospedagem e alimentação.	Un	1	10.000,00	10.000,00
Total				10.000,00	

Emita-se a nota de empenho ou, sendo o caso, o respectivo contrato, publicando-se em seguida.

Arroio Trinta - SC, 01 de novembro de 2019.

Claudio Spricigo.

Prefeito de Arroio Trinta.

Ascurra

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 7/2019 FMS

Publicação Nº 2216835

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N. 7/2019 FMS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
MUNICÍPIO DE ASCURRA

O Prefeito Municipal de Ascurra e o Secretário de Saúde e Assistência Social comunicam aos interessados que está aberto o edital de Credenciamento de entidades e profissionais prestadores de serviços de assistência à saúde, que consiste em serviço de consultas médicas com clínico geral, consultas com profissional psicólogo, bem como o credenciamento para prestação de serviço de exames laboratoriais previstos e reconhecidos na legislação da Saúde do Estado de Santa Catarina, para atendimento de pacientes do sistema único de saúde deste município, conforme as informações previstas no edital e seus anexos, onde as pessoas físicas e jurídicas interessadas poderão se habilitar a partir do dia 8/11/2019, em dias úteis em que haja expediente, tendo por validade o período de 12 (doze) meses a partir da publicação.

Maiores informações e cópia do edital poderão ser solicitadas no paço da Prefeitura Municipal de Ascurra, no horário de expediente.

Ascurra, 6 de novembro de 2019.
LAIRTON ANTONIO POSSAMAI
Prefeito Municipal

ENILSON ERLEY DE FREITAS
Secretário de Saúde e Assistência Social

Balneário Arroio do Silva

PREFEITURA

EDITAL DE CREDENCIAMENTO 02/2019

Publicação Nº 2216763

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA
SECRETARIA DE SAÚDE

AVISO
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2019

OBJETO: O presente Chamamento Público tem por objeto a Seleção de propostas de Organização da Sociedade Civil, sem fins econômicos, política partidária ou religiosa (Lei nº 13.019/2014), com no mínimo 1(um) ano de CADASTRO ATIVO, com no mínimo 01 (um) ano de CADASTRO ATIVO, comprovado por meio de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ e com comprovação de experiência prévia na realização do objeto da parceria ou de natureza semelhante, bem como capacidade técnica e operacional, qualificadas em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações posteriores, para a celebração de TERMO DE COLABORAÇÃO visando a execução Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade – Serviço de Acolhimento Institucional na modalidade de Abrigo Institucional para Pessoa Idosa de ambos os sexos, e define as diretrizes, objetivos, estratégias metodológicas e resultados esperados, no Município de Balneário Arroio do Silva, a partir do exercício de 2019.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei nº 13.019/2014.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 13:00 horas do dia 06 de dezembro de 2019, na sala de Licitações, na Sede da Prefeitura Municipal, situado na Avenida Santa Catarina, nº 1122, Centro, na Cidade de Balneário Arroio do Silva/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (48)3526-1445; Email: licitacao@arroiodosilva.sc.gov.br.

Balneário Arroio do Silva, 05 de novembro de 2019.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Balneário Gaivota

PREFEITURA

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 47/2019

Publicação Nº 2217337

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO GAIVOTA

AVISO DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 47/2019

A Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota torna público que no dia 06/12/2019, às 10h00m estará realizando CONCORRÊNCIA PÚBLICA, que tem por objeto a PERMISSÃO remunerada de uso de pontos comerciais para, trailers, food trucks, towners e congêneres, localizados à Avenida beira mar, no município de Balneário Gaivota, conforme condições estabelecidas no Edital e na legislação pertinente. O Edital e maiores informações estarão disponíveis na Prefeitura Municipal, sito a Av. Guanabara, 452, loteamento Turimar, Balneário Gaivota-SC., nos dias úteis, no horário de expediente na Prefeitura ou pelo tel. 48-35831408, ramal 242. Balneário Gaivota-SC., 05 de novembro de 2019. Marcus Vinicius da Cunha – Presidente CPL

DISPENSA Nº 17/2019 - FMS

Publicação Nº 2216202

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2019-FMS

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2019-FMS

CREDOR: Consórcio Intermunicipal de Saúde – AMESC

CNPJ: 01.356.308/0001-37 OBJETO: Prestação de serviços de saúde (exames), conforme tabela de procedimentos Cisamesc 2018/2019, em anexo ao presente termo. VALOR GLOBAL: R\$ 450.000,00 BASE LEGAL: Inciso VIII do artigo 24 da Lei nº 8.666/93. Balneário Gaivota, 25 de outubro de 2019.

Balneário Piçarras

PREFEITURA

EDITAL Nº. 002/2019 - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 001/2019 - FUNDEMA

Publicação Nº 2216475

EDITAL Nº. 002/2019 - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 001/2019 - FUNDEMA. A Fundação Municipal do Meio Ambiente de Balneário Piçarras, torna público o presente edital que tem como objeto a seleção de propostas para custeio de viabilidade ao Projeto Bandeira Azul no Município de Balneário Piçarras, junto da aplicação de Plano de Propaganda, de forma voluntária e sem ônus ao ente público. Inscrições: 06/11/2019 à 22/11/2019. Abertura de envelopes: 25/11/2019 às 10h. Em caso de não preenchimento de todos os lotes, o Chamamento permanecerá aberto até 31/12/2019, na forma prevista no instrumento convocatório. Edital: site <https://balneariopicarras.atende.net> - Marcors Zalesky de Matos, presidente da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Balneário Piçarras. Balneário Piçarras, 05 de novembro de 2018.

Balneário Rincão

PREFEITURA

DECRETO Nº 103/2019

Publicação Nº 2216980

Decreto nº 103 de 01 de novembro de 2019.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS A VERIFICAR NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso VI, do Artigo 84, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal nº Lei nº 374, de 21 de Novembro de 2018 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), para suplementar no Orçamento Geral do Município, conforme especificação abaixo:

ÓRGÃO	03	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	03.01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	10	Gestão do Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	5038	Transferências do Sistema Único de Saúde-SUS/ União
PROJETO/ATIVIDADE	2.039	Manutenção do Bloco Atenção Básica - Saúde da Família
ELEMENTO	3.1.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	28	

Valor: R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)

ÓRGÃO	03	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	03.01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	10	Gestão do Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	5038	Transferências do Sistema Único de Saúde-SUS/ União
PROJETO/ATIVIDADE	2.044	Manutenção do Programa Núcleo de Apoio a Saúde da Família – NASF
ELEMENTO	3.1.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	38	

Valor: R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º desse Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de Transferências do Sistema Único de Saúde-SUS/União no valor de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), conforme preceitua o Artigo 9º, da Lei nº 374, de 21 de Novembro de 2018 – Lei Orçamentária Anual (LOA) e de acordo com o Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Balneário Rincão, em 01 de novembro de 2019.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de novembro de 2019.

RAMIRES LINO

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 104/2019

Publicação Nº 2216982

Decreto nº 104 de 01 de novembro de 2019.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS ORDINÁRIOS (SAMAE) A VERIFICAR NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso VI, do Artigo 84, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal nº Lei nº 374, de 21 de Novembro de 2018 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), para suplementar no Orçamento Geral do Município, conforme especificação abaixo:

ÓRGÃO	04	Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto
UNIDADE	04.01	Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto
FUNÇÃO	17	Saneamento
PROGRAMA	08	Gestão da Água e Saneamento
SUBFUNÇÃO	512	Saneamento Básico Urbano
RECURSO	5006	Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos
PROJETO/ATIVIDADE	2.045	Manutenção do Serviço Municipal de Água e Esgoto
ELEMENTO	3.1.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	05	

Valor: R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º desse Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de Recursos Ordinários (SAMAE) no valor de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) conforme preceitua o Artigo 9º, da Lei nº 374, de 21 de Novembro de 2018 – Lei Orçamentária Anual (LOA) e de acordo com o Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Balneário Rincão, em 01 de novembro de 2019.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de novembro de 2019.

RAMIRES LINO

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 105/2019

Publicação Nº 2216984

Decreto nº 105 de 01 de novembro de 2019.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso VI, do Artigo 84, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal nº Lei nº 374, de 21 de Novembro de 2018 e nos termos do Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 47.000,00 (quarenta e sete mil reais), para suplementar no Orçamento Geral do Município, conforme especificação abaixo:

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	02.03	Secretaria de Administração e Finanças
FUNÇÃO	28	Encargos Sociais
PROGRAMA	00	Encargos Especiais e Dívida Pública
SUBFUNÇÃO	846	Outros Encargos Especiais
RECURSO	5000	Recursos Ordinários
PROJETO/ATIVIDADE	0.001	Amortização da Dívida e Débitos Consolidados
ELEMENTO	3.2.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	20	

Valor: R\$ 47.000,00 (quarenta e sete mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto, será utilizado a anulação parcial da dotação do Orçamento Geral do Município, conforme preceitua o Artigo 9º, da Lei nº 374, de 21 de Novembro de 2018 – Lei Orçamentária Anual (LOA) no valor de R\$ 47.000,00 (quarenta e sete mil reais), de acordo com o Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	02.03	Secretaria de Administração e Finanças
FUNÇÃO	28	Encargos Sociais
PROGRAMA	00	Encargos Especiais e Dívida Pública
SUBFUNÇÃO	846	Outros Encargos Especiais
RECURSO	5000	Recursos Ordinários
PROJETO/ATIVIDADE	0.001	Amortização da Dívida e Débitos Consolidados
ELEMENTO	4.6.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	21	

Valor: R\$ 47.000,00 (quarenta e sete mil reais)

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Balneário Rincão, em 01 de novembro de 2019.
JAIRO CELOY CUSTÓDIO
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de novembro de 2019.

RAMIRES LINO
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 106/2019

Publicação Nº 2216986

Decreto nº 106 de 01 de novembro de 2019.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso VI, do Artigo 84, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal nº Lei nº 374, de 21 de Novembro de 2018 e nos termos do Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 678.000,00 (seiscentos e setenta e oito mil reais), para suplementar no Orçamento Geral do Município, conforme especificação abaixo:

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	02.07	Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos
FUNÇÃO	15	Urbanismo

PROGRAMA	03	Gestão da Infraestrutura e Mobilidade Urbana
SUBFUNÇÃO	452	Serviços Urbanos
RECURSO	5008	COSIP
PROJETO/ATIVIDADE	2.027	Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	145	

Valor: R\$ 678.000,00 (seiscentos e setenta e oito mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto, será utilizado a anulação parcial da dotação do Orçamento Geral do Município, conforme preceitua o Artigo 9º, da Lei nº 374, de 21 de Novembro de 2018 – Lei Orçamentária Anual (LOA) no valor de R\$ 678.000,00 (seiscentos e setenta e oito mil reais), de acordo com o Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	02.07	Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos
FUNÇÃO	15	Urbanismo
PROGRAMA	03	Gestão da Infraestrutura e Mobilidade Urbana
SUBFUNÇÃO	452	Serviços Urbanos
RECURSO	5008	COSIP
PROJETO/ATIVIDADE	2.027	Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	144	

Valor: R\$ 678.000,00 (seiscentos e setenta e oito mil reais)

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Balneário Rincão, em 01 de novembro de 2019.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de novembro de 2019.

RAMIRES LINO

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 107/2019

Publicação Nº 2216987

Decreto nº 107 de 01 de novembro de 2019.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso VI, do Artigo 84, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal nº Lei nº 374, de 21 de Novembro de 2018 e nos termos do Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 129.000,00 (cento e vinte e nove mil reais), para suplementar no Orçamento Geral do Município, conforme especificação abaixo:

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	02.01	Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito
FUNÇÃO	04	Administração
PROGRAMA	02	Gestão Financeira e Administrativa
SUBFUNÇÃO	124	Controle Interno
RECURSO	5000	Recursos Ordinários
PROJETO/ATIVIDADE	2.003	Manutenção das Atividades do Controle Interno
ELEMENTO	3.1.90.00	Aplicações Diretas

CÓDIGO REDUZIDO	04	
-----------------	----	--

Valor: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	02.02	Procuradoria Geral do Município
FUNÇÃO	02	Judiciária
PROGRAMA	02	Gestão Financeira e Administrativa
SUBFUNÇÃO	62	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário
RECURSO	5000	Recursos Ordinários
PROJETO/ATIVIDADE	2.007	Manutenção das Atividades da Procuradoria Geral do Município
ELEMENTO	3.1.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	17	

Valor: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	02.08	Secretaria da Pesca, Meio Ambiente e Des. Rural.
FUNÇÃO	18	Gestão Ambiental
PROGRAMA	09	Gestão da Proteção Ambiental
SUBFUNÇÃO	541	Preservação e Conservação Ambiental
RECURSO	5000	Recursos Ordinários
PROJETO/ATIVIDADE	2.032	Manutenção das Atividades do Controle Interno
ELEMENTO	3.1.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	150	

Valor: R\$ 5.000,00 (quatro mil reais)

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	02.04	Secretaria de Educação e Cultura
FUNÇÃO	12	Educação
PROGRAMA	04	Gestão da Educação com Qualidade
SUBFUNÇÃO	361	Ensino Fundamental
RECURSO	5019	Transferências do FUNDEB - 40%
PROJETO/ATIVIDADE	2.009	Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
ELEMENTO	3.1.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	57	

Valor: R\$ 100.000,00 (quarenta e sete mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto, será utilizado a anulação parcial da dotação do Orçamento Geral do Município, conforme preceitua o Artigo 9º, da Lei nº 374, de 21 de Novembro de 2018 – Lei Orçamentária Anual (LOA) no valor de R\$ 129.000,00 (cento e vinte e nove mil reais), de acordo com o Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	02.01	Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito
FUNÇÃO	04	Administração
PROGRAMA	02	Gestão Financeira e Administrativa
SUBFUNÇÃO	124	Controle Interno
RECURSO	5000	Recursos Ordinários
PROJETO/ATIVIDADE	2.003	Manutenção das Atividades do Controle Interno
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	05	

Valor: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	02.02	Procuradoria Geral do Município
FUNÇÃO	02	Judiciária
PROGRAMA	02	Gestão Financeira e Administrativa
SUBFUNÇÃO	62	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário
RECURSO	5000	Recursos Ordinários

PROJETO/ATIVIDADE	2.007	Manutenção das Atividades da Procuradoria Geral do Município
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	18	

Valor: R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	02.02	Procuradoria Geral do Município
FUNÇÃO	02	Judiciária
PROGRAMA	02	Gestão Financeira e Administrativa
SUBFUNÇÃO	62	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário
RECURSO	5000	Recursos Ordinários
PROJETO/ATIVIDADE	2.007	Manutenção das Atividades da Procuradoria Geral do Município
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	19	

Valor: R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	02.08	Secretaria da Pesca, Meio Ambiente e Des. Rural.
FUNÇÃO	18	Gestão Ambiental
PROGRAMA	09	Gestão da Proteção Ambiental
SUBFUNÇÃO	541	Preservação e Conservação Ambiental
RECURSO	5000	Recursos Ordinários
PROJETO/ATIVIDADE	2.032	Manutenção das Atividades do Controle Interno
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	152	

Valor: R\$ 5.000,00 (quatro mil reais)

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	02.04	Secretaria de Educação e Cultura
FUNÇÃO	12	Educação
PROGRAMA	04	Gestão da Educação com Qualidade
SUBFUNÇÃO	361	Ensino Fundamental
RECURSO	5018	Transferências do FUNDEB - 60%
PROJETO/ATIVIDADE	2.009	Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
ELEMENTO	3.1.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	56	

Valor: R\$ 100.000,00 (quarenta e sete mil reais)

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Balneário Rincão, em 01 de novembro de 2019.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de novembro de 2019.

RAMIRES LINO

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 108/2019

Publicação Nº 2216988

Decreto nº 108 de 01 de novembro de 2019.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS ORDINÁRIOS A VERIFICAR NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso VI, do Artigo 84, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal nº Lei nº 374, de 21 de Novembro de 2018 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 760.000,00 (setecentos e sessenta mil reais), para suplementar no Orçamento Geral do Município, conforme especificação abaixo:

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	02.04	Secretaria de Educação e Cultura
FUNÇÃO	12	Educação
PROGRAMA	04	Gestão da Educação com Qualidade
SUBFUNÇÃO	361	Ensino Fundamental
RECURSO	5001	Receitas de Transferência de Impostos - Educação
PROJETO/ATIVIDADE	2.009	Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
ELEMENTO	3.1.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	55	

Valor: R\$ 300.000,00 (trezentos e sete mil reais)

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	02.04	Secretaria de Educação e Cultura
FUNÇÃO	13	Cultura
PROGRAMA	12	Gestão e Apoio a Cultura, Esporte e Lazer
SUBFUNÇÃO	392	Difusão Cultural
RECURSO	5000	Recursos Ordinários
PROJETO/ATIVIDADE	2.014	Manutenção do Departamento de Cultura
ELEMENTO	3.1.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	76	

Valor: R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	02.03	Secretaria de Administração e Finanças
FUNÇÃO	04	Administração
PROGRAMA	02	Gestão Financeira e Administrativa
SUBFUNÇÃO	123	Administração Financeira
RECURSO	5000	Recursos Ordinários
PROJETO/ATIVIDADE	2.008	Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração e Finanças
ELEMENTO	3.1.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	28	

Valor: R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	02.07	Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos
FUNÇÃO	15	Urbanismo
PROGRAMA	06	Gestão de Apoio ao Desenvolvimento Econômico
SUBFUNÇÃO	451	Infra Estrutura Urbana
RECURSO	5000	Recursos Ordinários

PROJETO/ATIVIDADE	2.025	Manutenção do Departamento de Planejamento e Desenvolvimento Econômico
ELEMENTO	3.1.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	136	

Valor: R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais)

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	02.07	Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos
FUNÇÃO	15	Urbanismo
PROGRAMA	03	Gestão da Infraestrutura e Mobilidade Urbana
SUBFUNÇÃO	452	Infra Estrutura Urbana
RECURSO	5000	Recursos Ordinários
PROJETO/ATIVIDADE	2.026	Manutenção do Departamento de Obras e Serviços Públicos
ELEMENTO	3.1.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	139	

Valor: R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º desse Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de Recursos Ordinários no valor de R\$ 760.000,00 (setecentos e sessenta mil reais), conforme preceitua o Artigo 9º, da Lei nº 374, de 21 de Novembro de 2018 – Lei Orçamentária Anual (LOA) e de acordo com o Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Balneário Rincão, em 01 de novembro de 2019.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de novembro de 2019.

RAMIRES LINO

Secretário de Administração e Finanças

SEGUNDO AVISO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 014/SAMAE/2019

Publicação Nº 2217191

SEGUNDO AVISO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 014/SAMAE/2019.

O Samae do Município de Balneário Rincão – SC, torna público para conhecimento dos interessados, que o Edital de Pregão Presencial Nº. 014/SAMAE/2019, que tem como objeto: a contratação de empresa do ramo pertinente, para a prestação de serviços de roçadas e limpeza urbana do município de Balneário Rincão através do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Balneário Rincão, por um período de 12 (doze) meses, ficam retificados os subitens, 8.4.1 – do item 8.4 da QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, do referido Edital.

Onde se lê:

8.4.1. Certidão de registro e quitação de Pessoa Física e Jurídica junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA do domicílio ou sede da licitante, válidos na data de abertura desta licitação, comprovando que a empresa possui em seu quadro técnico, no mínimo, um profissional com formação de nível superior em Administração de Empresas (responsável por administrar a mão de obra empregada na execução dos serviços), e um profissional de Engenharia de Agronomia (responsável por supervisionar podas, roçadas, varrições e capinações), legalmente habilitados junto aos respectivos Conselhos, que serão os Responsáveis Técnicos pela execução dos serviços. A comprovação de que integra o quadro permanente da licitante será feita mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

- sócio: contrato social e sua última alteração;
- diretor: estatuto social e ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;
- empregado permanente da empresa: contrato de trabalho por tempo indeterminado ou qualquer documento comprobatório de vínculo empregatício previsto na legislação de regência da matéria;
- responsável técnico: certidão de registro de pessoa jurídica no CREA.

Leia se:

8.4.1. Certidão de registro e quitação de Pessoa Física e Jurídica junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA do domicílio ou sede da licitante, válidos na data de abertura desta licitação, comprovando que a empresa possui em seu quadro técnico, no mínimo, um profissional de Engenharia de Agronomia (responsável por supervisionar podas, roçadas, varrições e capinações), legalmente habilitados junto ao respectivo Conselho, que será o Responsável Técnico pela execução dos serviços. A comprovação de que integra o quadro permanente da licitante será feita mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

- sócio: contrato social e sua última alteração;
- diretor: estatuto social e ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;
- empregado permanente da empresa: contrato de trabalho por tempo indeterminado ou qualquer documento comprobatório de vínculo empregatício previsto na legislação de regência da matéria;

d) responsável técnico: certidão de registro de pessoa jurídica no CREA.

Quantidades e valores permanecem os mesmos. Feita as retificações do Edital, fica prorrogado para o dia: 19/11/2019 às 17h00min, com o recebimento/protocolo dos envelopes (Habilitação e Proposta) até às 16h45min do destacado dia, por interesse público e conveniência administrativa, conforme previsto na Lei Nº. 8.666/93. Feita a retificação e a prorrogação acima, ficam todos interessados notificados para os fins legais e de direito.

Balneário Rincão, 05 de Novembro de 2019.

GISELE P. FERREIRA

PREGOEIRA

Bandeirante

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 10/2019 FMS

Publicação Nº 2216424

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BANDEIRANTE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2019

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE CLÍNICA GERAL OBJETIVANDO DAR CONTINUIDADE NOS ATENDIMENTOS REALIZADOS PELO MÉDICO DISPONIBILIZADO PELO GOVERNO FEDERAL POR MEIO DO PROGRAMA "MAIS MÉDICOS", AOS PACIENTES DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DE BANDEIRANTE, conforme informações contidas no Edital e em seus Anexos.

Recebimento dos envelopes de documentação e propostas até às 08h20min do dia 19/11/2019 no Dpto de Licitações da Prefeitura Municipal, a Av. Santo Antônio, iniciando a fase de lances às 08h30min do mesmo dia.

O Edital pode ser obtido no endereço www.bandeirante.sc.gov.br ou solicitado pelo e-mail licitacao@bandeirante.sc.gov.br.
Maiores informações pelo fone (049) 3626 0012.

Bandeirante/SC, 05 de novembro de 2019.
Neuri Biazzi- Gestor do FMS

DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DOS PEDIDOS DE ISENÇÃO PROCESSO SELETIVO 001 2019

Publicação Nº 2217313

EDITAL Nº 21 DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2019

DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DOS PEDIDOS DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO DE CANDIDATOS DOADORES DE SANGUE E/OU MEDULA

A Comissão Municipal Especial para auxiliar os trabalhos de desenvolvimento da organização, aplicação e fiscalização acerca do Processo Seletivo Nº 001/2019, torna público o DEFERIMENTO da isenção do pagamento da taxa de inscrição dos candidatos doadores de sangue e/ou medula, que requereram isenção de pagamento da taxa de inscrição, a decisão unânime proferida pela comprovação de requisitos do referido Edital, conforme abaixo:

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - HABILITADO		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	Isenção Taxa Inscrição
18	Fábio Alex Rost	DEFERIDA

PROFESSOR (SEGUNDO PROFESSOR) - HABILITADO		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	Isenção Taxa Inscrição
37	Juliana Basso Donadello	DEFERIDA

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - HABILITADO		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	Isenção Taxa Inscrição
38	Juliana Basso Donadello	DEFERIDA

Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção de pagamento da taxa de inscrição INDEFERIDOS terão os dias 07.11 e 08.11.2019 para interpor recurso pelo site da AMEOSC: <http://www.ameosc.org.br/>

Bandeirante - SC, 06 de Novembro de 2019.
DAIANE SEHNEM RUBIAN LUCION
Presidente Comissão Membro Comissão

VILZA APARECIDA DOS REIS
Membro Comissão

DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DOS PEDIDOS DE ISENÇÃO PROCESSO SELETIVO 002 2019

Publicação Nº 2217316

EDITAL Nº 22 DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2019

DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DOS PEDIDOS DE ISENÇÃO DA TAXA DE
INSCRIÇÃO DE CANDIDATOS DOADORES DE SANGUE E/OU MEDULA

A Comissão Municipal Especial para auxiliar os trabalhos de desenvolvimento da organização, aplicação e fiscalização acerca do Processo Seletivo Nº 002/2019, torna público que não houveram solicitações de isenção do pagamento da taxa de inscrição por parte de nenhum candidato participante do edital em comento.

Bandeirante - SC, 06 de Novembro de 2019.
DAIANE SEHNEM RUBIAN LUCION
Presidente Comissão Membro Comissão

VILZA APARECIDA DOS REIS
Membro Comissão

Barra Bonita

PREFEITURA

DECRETO Nº 1157/2019

Publicação Nº 2217154

DECRETO Nº 1157/2019

“Dispõe sobre a prorrogação do prazo de vencimento das faturas de Água do Sistema de Abastecimento de Água Pública Comunitária”.

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conferidas pelo artigo 73, alínea VI, da Lei Orgânica do Município, de 11 de dezembro de 1997, e pela lei Municipal nº 737/2015;

CONSIDERANDO que o prazo de pagamento das faturas, referentes ao consumo de mês de setembro, terminará em 05 de novembro de 2019;

CONSIDERANDO que a os problemas ocorrido com o convenio referente as fatura ocasionando que os usuários necessitam retirar segunda via da fatura;

CONSIDERANDO que o usuário não terá tempo hábil para efetuar o pagamento;

DECRETA:

Artigo. 1º. Fica Prorrogado o prazo de vencimento das faturas de água, alusivas ao mês de consumo de setembro de 2019, para o dia 20 de novembro de 2019.

Artigo. 2º. Prorrogado o prazo de vencimento das faturas de água, alusivas ao mês de consumo de outubro de 2019, para o dia 30 de novembro de 2019.

Artigo. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 05 novembro de 2019.

MOACIR PIROCA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1158/2019

Publicação Nº 2217155

DECRETO MUNICIPAL Nº 1158/2019

ALTERA O ART. 2º DO DECRETO 1154/2019, E DA OUTRA PROVIDENCIAS.

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade ao inciso VI do art. 73º da Lei Orgânica Municipal de 11 de dezembro de 1977 e, atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº737/2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o Art. 2 do Decreto Municipal 1154/2019, de 01 de novembro de 2019, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - O reajuste das tarifas, taxas e demais serviços do sistema de abastecimento de água público comunitária passara a vigora a partir do faturamento do mês 10/2019.”

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Barra Bonita – SC., 05 de novembro de 2019.

MOACIR PIROCA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº1159/2019

Publicação Nº 2217365

DECRETO Nº. 1.159/2019.

Autoriza a alteração da Lei Orçamentária através da abertura de Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$. 635.000,00 (Seiscientos e Trinta e Cinco Mil Reais) e contém outras providências.

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Nº. 861/2019:

DECRETA

Art. 1º - Fica autorizado a abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$. 635.000,00 (Seiscientos e Trinta e Cinco Mil Reais), nas dotações abaixo especificadas, e constantes do Orçamento da Prefeitura Municipal:

ÓRGÃO : 03.000 – SECRET.MUNIC.ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

UNID/ORÇ : 03.001 - ADMINISTRAÇÃO

PROJ/ATIV: 004.122.0002.2003 – Manut.das Ativid. da Secret. De Adm. e Fazenda

CAT.ECON: 319000000000 – Aplicações Diretas – Pessoal e Encargos

FONTE/REC: 010000 – Recursos Ordinários R\$. 250.000,00

UNID/ORÇ : 03.002 - FAZENDA

PROJ/ATIV/ : 04.123.0003.2004 – ADMINISTRACAO GERAL FAZENDARIA

CAT.ECON: 319000000000 – Aplicações Diretas – Pessoal e Encargos

FONTE/REC: 010000 – Recursos Ordinários R\$. 20.000,00

CAT.ECON: 339000000000 – Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

FONTE/REC: 010000 – Recursos Ordinário R\$. 50.000,00

ÓRGÃO: 05.000 – SECRETARIA MUNIC.DE EDUCAÇÃO CULT.ESP.TURISMO

UNID/ORÇ: 05.001 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO

PROJ/ATIV: 012.306.0017.2025 – Manutenção do Programa de Merenda Escolar

CAT.ECON: 339000000000 – Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

FONTE/REC: 010000 – Recursos Ordinário R\$. 10.000,00

UNID/ORÇ: 05.002 - CULTURA ESPORTE E TURISMO

PROJ/ATIV/ : 27.813.0033.1002 – CONSTR. AMPL. REFORMA CENTROS LAZER

CAT.ECON: 449000000000 – Aplicações Diretas - Investimentos

FONTE/REC: 010000 – Recursos Ordinários R\$. 40.000,00

ÓRGÃO: 06.000 – SECRET.MUNIC. DE AGRIC.IND.COM.E MEIO AMB.

UNID/ORÇ: 06.003 – DEPARTAMENTO DE ABASTECIMENTO RURAL DE AGUA

PROJ/ATIV:17.511.0022.2031– Manut. e Coord. Depart. Rural de Abastec. de Água

CAT.ECON: 339000000000 – Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

FONTE/REC: 010000 – Recursos Ordinários R\$. 20.000,00

ÓRGÃO: 07.000 – SECRET. MUNIC. DE VIAÇÃO, OBRAS E SERV.URBANOS

UNID/ORÇ: 07.001 - UNIDADE DE VIAÇÃO E OBRAS

PROJ/ATIV: 26.782.0031.2017 – Manutenção das Atividades da Unid.de Viação e Obras

CAT/ECON: 319000000000 – Aplicações Diretas

FONTE/REC: 010000 – Recursos Ordinário R\$. 130.000,00

UNID/ORÇ: 07.002 - UNIDADE DE SERVIÇOS URBANOS

PROJ/ATIV: 015.452.0019.2019 – Manutenção das Atividades e Serviços de Urbanismo

CAT/ECON: 319000000000 – Aplicações Diretas

FONTE/REC: 010000 – Recursos Ordinário R\$. 10.000,00

CAT.ECON: 339000000000 – Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

FONTE/REC: 010000 – Recursos Ordinários R\$. 20.000,00

ÓRGÃO: 09.000 – SECRETARIA MUNIC. DE ASSISTENCIA SOCIAL

UNID/ORÇ: 09.001 - UNIDADE DE ASSISTENCIA SOCIAL

PROJ/ATIV: 008.241.0006.2103 – Manut.Ativ.de Assistência ao Idoso

CAT.ECON: 339000000000 – Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
FONTE/REC: 010000 – Recursos Ordinário R\$. 5.000,00

ÓRGÃO: 12.000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNID/ORÇ: 12.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJ/ATIV: 010.301.0009.2302 – Manut.das Ativid. de Assist. Médica e Sanitária
CAT.ECON: 449000000000 – Aplicações Diretas – Despesas de Capital
FONTE/REC: 010200 – Recursos Ordinário R\$. 80.000,00
Total R\$. 635.000,00

Art. 2º - Para o atendimento dos Créditos autorizados no artigo anterior deste ato, fica igualmente o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar recursos provenientes de anulações de dotações conforme abaixo especificadas:

ÓRGÃO: 05.000 – SECRETARIA MUNIC.DE EDUCAÇÃO CULT.ESP.TURISMO
UNID/ORÇ: 05.001 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO

PROJETO: 012.361.0010.2008 – Adm. Geral dos Bens e Serv.da Sec.Mun. Educação
CAT.ECON: 319000000000 – Aplicações Diretas – Pessoal e Encargos
FONTE/REC: 010100 – Rec. de Import. e Transf. de Importos R\$. 150.000,00

PROJETO: 012.361.0010.2009 – Manut. Desenv. do Ensino Fundamental e Val. Magist.
CAT.ECON: 339000000000 – Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
FONTE/REC: 010100 – Rec. de Import. e Transf. de Importos R\$. 335.000,00

PROJ/ATIV: 012.361.0010.2010 – Manutenção dos serviços de Transporte Escolar
CAT.ECON: 449000000000 – Aplicações Diretas - Investimentos
FONTE/REC: 010100 – Rec. de Import. e Transf. de Importos R\$. 150.000,00
Total R\$. 635.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA BONITA, SC em 05 de novembro de 2019.
MOACIR PIROCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 431 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2217269

PORTARIA Nº 431 de 05 de novembro de 2019.

“Concede diária e das outras providências”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve.

Art.1º- Conceder 4,0 (quatro) diária no valor de R\$832,00 (oitocentos e trinta e dois reais), para viagem a cidade de Lages – SC, as servidoras abaixo relacionadas.

· Cristiane Alves de Oliveira, matrícula nº426802, ocupante do cargo de Secretária Municipal, conforme memorando nº193/2019 e roteiro de viagem nº122/2019 da Secretaria Municipal de Saúde.

· Fransiele Caneppele ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, em acompanhamento a Secretária Municipal, conforme memorando nº194/2019 e roteiro de viagem nº123/2019 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 05 de novembro de 2019.
Moacir Piroca
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA Nº 432, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2217299

PORTARIA Nº 431, de 05 de novembro de 2019

"Concede diária e da outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve.

Art.1º- Conceder 4,0 (quatro) diárias ao servidor Davi Zacaron, Matrícula nº 415601, ocupante do cargo de Motorista, no valor de R\$ 620,00 (seiscentos e vinte reais), para viagem a cidade de Lages/SC, conforme Memorando Nº195/2019 e Roteiro de Viagem nº124/2019 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º.Conceder ADIANTAMENTO ao servidor acima citado na importância de R\$ 300,00 (trezentos reais), conforme Memorando nº0196//2019, da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 05 de novembro de 2019.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

RELAÇÃO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO DE CANDIDATOS DOADORES DE SANGUE E/OU MEDULA (APÓS OS RECURSOS)

Publicação Nº 2216623

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2019

RELAÇÃO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO DE CANDIDATOS DOADORES DE SANGUE E/OU MEDULA (APÓS OS RECURSOS)

A comissão especial de auxílio à administração para organizar, coordenar e fiscalizar os atos realizados no Edital de Processo Seletivo nº 002/2019, torna público o DEFERIMENTO e INDEFERIMENTO da isenção do pagamento da taxa de inscrição dos candidatos doadores de sangue e/ou medula (após os recursos), que requereram isenção de pagamento da taxa de inscrição, conforme abaixo:

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - HABILITADO		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	Isenção Taxa Inscrição
10	Fábio Alex Rost	INDEFERIDA – Pedido Cancelado pelo candidato

AUXILIAR DE CRECHE		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	Isenção Taxa Inscrição
71	Estefani De Bona	INDEFERIDA – Não cumprimento do item 2.6.2 alínea "C" do Edital

Barra Bonita/SC, 05 de Novembro de 2019.

Leliandra Luciana Vilanova DelciraGubert

Presidente Membro

Maria InesGrittiCecchin

Membro

RELAÇÃO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO DE CANDIDATOS DOADORES DE SANGUE E/OU MEDULA (APÓS OS RECURSOS)

Publicação Nº 2216625

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2019

RELAÇÃO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO DE CANDIDATOS DOADORES DE SANGUE E/OU MEDULA (APÓS OS RECURSOS)

A comissão especial de auxílio à administração para organizar, coordenar e fiscalizar os atos realizados no Edital de Processo Seletivo nº 003/2019, torna público que não houveram solicitações de isenção (após os recursos) do pagamento da taxa de inscrição por parte de nenhum candidato participante do edital em comento.

Barra Bonita/SC, 05 de Novembro de 2019.
Leliandra Luciana Vilanova DelciraGubert
Presidente Membro

Maria InesGrittiCecchin
Membro

Barra Velha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 086/2019 PMBV

Publicação Nº 2216959

PREFEITURA DE BARRA VELHA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 095/2019 - PMBV

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2019 - PMBV

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 086/2019-PMBV

Contratada: ACESSE CONCURSOS LTDA Objeto: Contratação de empresa especializada para planejamento, organização e execução do processo seletivo a ser promovido pela Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto, conforme especificações no Anexo I – Termo de Referência.

Valor da Ata: R\$22.900,00 (vinte e dois mil e novecentos reais)

Data de Assinatura: 04/11/2019

Data de Vencimento: 04/11/2020

Barra Velha, 04 de novembro de 2019

LUIZA GERUZA FERREIRA

Pela Empresa Contratada

VALTER MARINO ZIMMERMANN

Prefeito

CREDENCIAMENTO 008/2019 FMS

Publicação Nº 2217161

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 023/2019 FMS

CHAMAMENTO PÚBLICO DE CREDENCIAMENTO Nº 008/2019 FMS

O Prefeito de Barra Velha/SC, torna público, o chamamento para Credenciamento de Comunidades Terapêuticas, especializadas no tratamento de pessoas com dependências químicas, em regime de internação de caráter voluntário, conforme especificações contidas no Anexo I - Termo de Referência. O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria da Administração, no endereço supra, no horário das 08:00 ao 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Data de abertura: a partir de 06/11/2019

Barra Velha 05 de novembro de 2019

VALTER MARINO ZIMMERMANN

Prefeito

DECRETO N. 1343, DE 26 DE SETEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2216534

DECRETO N. 1343, DE 26 DE SETEMBRO DE 2019

“Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terras situada no Bairro São Cristóvão”

O Prefeito do Município de Barra Velha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 91, inciso I, alínea “e”, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, amigável ou judicial, as áreas pertencente à Maria Vitoria Machado Espíndola, Brasileira, viuva, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Barra Velha-SC, portadora do CPF n. 439.283.909-53, devidamente registrada no Registro de Imóveis da Comarca de Barra Velha/SC, das seguintes matrículas:

I – Um terreno, sem benfeitorias, situado de frente para a Rua: Valdomiro Sinfrônio da Silva, Bairro São Cristóvão, nesta cidade de Barra Velha/SC; constituído pelo Lote n. 08 da Quadra C, do denominado Loteamento “Jardim Alvorada”, contendo a área total de 312,50 m². Objeto da Matrícula de n. 14.849, do Cartório de Registro de imóveis da Comarca de Barra Velha/SC. Inscrição municipal n. 01.08.006.0265.

II - Um terreno, sem benfeitorias, situado de frente para a Rua: Valdomiro Sinfrônio da Silva, Bairro São Cristóvão, nesta cidade de Barra Velha/SC; constituído pelo Lote n. 10 da Quadra C, do denominado Loteamento “Jardim Alvorada”, contendo a área total de 312,50 m². Objeto da Matrícula de n. 14.851, do Cartório de Registro de imóveis da Comarca de Barra Velha/SC. Inscrição municipal n. 01.08.006.0277.

Art. 2º. A área mencionada no artigo anterior destina-se a ampliação da sede do Centro de Educação Infantil Frei Libório Schmitt.

Art. 3º. As despesas decorrentes deste decreto correrão por conta de dotações próprias do município.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 26 de setembro de 2019.

VALTER MARINO ZIMMERMANN

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1351, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2216531

DECRETO Nº 1351, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

ALTERA O DECRETO 1291 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019 E O DECRETO 1305 DE 30 DE ABRIL DE 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 71, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto no art. 162 da Lei Complementar nº 160, de 04 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º O § 4º do art. 14 do Decreto 1291 de 2019 passa ter a seguinte redação:

...

§ 4º As sessões ordinárias serão realizadas semanalmente e as sessões extraordinárias serão realizadas em dia e hora fixadas pelo Presidente da COMAT ou por solicitação fundamentada de qualquer dos Membros, conforme a necessidade.

Art. 2º O § 3º do art. 13 do Decreto 1305 de 2019 passa a ter a seguinte redação:

...

§ 3º Compete à Comissão Municipal de Assuntos Tributários - COMAT a análise e julgamento dos processos administrativos de que trata o caput deste artigo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 05 de novembro de 2019.

VALTER MARINO ZIMMERNANN

Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO 015/2019 PMBV

Publicação Nº 2217245

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 105/2019 - Dispensa de

Licitação nº 015/2019 PMBV

Extrato de Homologação

Contratada: CELSO FRANCISCO SCHIMITT ME

Objeto: PAVIMENTAÇÃO COMUNITÁRIA NOS TERMOS

DA LEI MUNICIPAL Nº 1594, DE 10 DE JUNHO DE 2017 E LEI

Nº 1.762, DE 18 DE ABRIL DE 2019 - EM REGIME DE MUTIRÃO

COMUNITÁRIO, RUA GILDO CABRAL NO BAIRRO ITAJUBA.

CONFORME CREDENCIAMENTO 005/2018

Valor do Contrato: R\$ 68.852,00 (sessenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e dois reais)

Data da assinatura: 05/11/2019

Barra Velha, 05 de novembro de 2019.

CELSO FRANCISCO SCHIMITT

Pela Empresa Contratada

VALTER MARINO ZIMMERMANN -

Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 051/2019**

Publicação Nº 2217383

PORTARIA Nº 051/2019

Determina Jornada de Trabalho.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Barra Velha, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Resolução nº 41/2017, em seu artigo 48, inciso XXIII,

CONSIDERANDO a necessidade de eventuais disposições do prédio da Câmara de Vereadores de Barra Velha a eventos durante o período matutino;

CONSIDERANDO a permanência de servidor público responsável pelo patrimônio da Câmara de Vereadores de Barra Velha durante o período matutino;

RESOLVE:

Art. 1º Determinar que a servidora pública efetiva Eliane Maria Mello, ocupante do cargo de Zeladora, matrícula nº 250.813, cumpra sua jornada de trabalho preferencialmente no período de 07h00m às 13h00m, de segunda-feira a sexta-feira, na Câmara de Vereadores de Barra Velha.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 5 de novembro de 2019.

Eduardo Peres (PPS)

Presidente

Benedito Novo

PREFEITURA

2º PUBLICAÇÃO - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 37/2019

Publicação Nº 2216743

PUBLICAÇÕES LEGAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 37/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 99/2019

ÓRGÃO GESTOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO/SC

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES NOVOS PARA VEÍCULOS E MAQUINAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS

COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA			
Item	Produto	Marca	Valor Unit.
2	CÂMARA DE AR PARA PNEU 10-16.5	JFF	72,00
3	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12.4 - 24 AGRÍCOLA	JFF	84,00
5	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12-16.5 AGRÍCOLA	JFF	60,00
14	PNEU 10.16.5 10 LONAS PARA BOB CAT	ADDO INDIA	419,00
15	PNEU 1000R20 COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 15,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	SPEED MAX	1.175,00
17	PNEU 12.4-24 PARA TRATOR, 10 LONAS, GARRA BAIXA, ÍNDICE DE CARGA 1450KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	ADDO INDIA	915,00
19	PNEU 12-16.5 PARA RETRO, 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	ADDO INDIA	555,00
21	PNEU 14.9-24 PARA TRATOR, 10 LONAS, GARRA NORMAL, ÍNDICE DE CARGA 1600KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	ADDO INDIA	1.192,00
27	PNEU 18.4-30 PARA TRATOR, 12 LONAS, GARRA NORMAL, ÍNDICE DE CARGA 2900KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	ADDO INDIA	2.025,00
30	PNEU 19.5L-24 PARA RETRO, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3200KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	ADDO INDIA	1.725,00
32	PNEU 195/65R15 ÍNDICE DE CARGA 91 ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	DURABLE	190,00
34	PNEU 215/75R17.5 12 LONAS DIRECIONAL PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	LING LONG	481,00
45	PNEU 750-16 12 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 121, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 11 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	LING LONG	453,00
46	PNEU 750-16 12 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 114, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 15MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	LING LONG	483,00
47	PNEU 900-20 COM 14 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 140 ÍNDICE DE VELOCIDADE J, TIPO LISO, ESTRUTURA CONVENCIONAL APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	LING LONG	735,00
49	PROTETOR PARA PNEU 1000X20	IRBO	25,00

DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
10	CÂMARA DE AR PARA PNEU 215/75R17.5	JABUTI	75,00
42	PNEU 5.60-15 CONVENCIONAL	TECHNIC	180,00
43	PNEU 600-16, 06 LONAS, BORRACHUDO, DESENHO MILITAR, PARA VEICULO JEEP	SUPER GUIDER	340,00
44	PNEU 650-16, 08 LONAS, BORRACHUDO CONVENCIONAL	SUPER GUIDER	310,00

BBW DO BRASIL COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS EIRELI EPP

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
1	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1000-20	BBW V3	55,50
4	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12.5 /80-18	BBW TR218A	59,00
6	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1400 - 24 BICO CURTO	BBW KM24	134,00
7	CÂMARA DE AR PARA PNEU 17.5 - 25	BBW TR220A	200,00
8	CÂMARA DE AR PARA PNEU 18.4 - 30 AGRÍCOLA	BBW TR218A	166,00
9	CÂMARA DE AR PARA PNEU 19.5 - 24	BBW TR218A	150,00

13	CÂMARA DE AR PARA PNEU 900-20	BBW V3	50,90
16	PNEU 1000R20 COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 19,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	SPEED MAX MD1	1.235,00
18	PNEU 12.5/80-18 PARA RETRO, 14 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	SUPER GUIDER R4 16 LONAS	894,00
20	PNEU 1300-24 14 LONAS RETROESCAVADEIRA, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	SPEEDWAYS SWT POWER GRIP	1.600,00
22	PNEU 1400-24 PARA RETRO E MOTONIVELADORA 16 LONAS DESENHO V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	SPEEDWAYS SWT POWER GRIP	1.637,00
23	PNEU 165/70R13 ÍNDICE DE CARGA 79 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	TRITAR TS810	142,00
24	PNEU 17.5-25 PARA RETRO E CARREGADEIRA 16 LONAS, BANDA DE RODAGEM L3, INDICE DE CARGA 7300KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	PLUSWAY W1	2.200,00
25	PNEU 175/70R13 ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	APOLLO AMAZER	145,00
26	PNEU 175/70R14 PARA AUTOMOVEIL ÍNDICE DE CARGA 84 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	APOLLO AMAZER	167,00
28	PNEU 18.4-34 PARA TRATOR, 14 LONAS, GARRA NORMAL, INDICE DE CARGA 2900KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	SWT R1 12 LONAS	2.370,00
29	PNEU 185R14 ÍNDICE DE CARGA 102 ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	LINGLONG R666	225,00
31	PNEU 195/60R15 ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	GOODRIDE RP28	180,00
33	PNEU 215/75R16, ÍNDICE DE CARGA 113, ÍNDICE DE VELOCIDADE R APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	Ovation V-02	345,00
35	PNEU 215/75R17.5 12 LONAS, EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE, PROFUNDIDADE SULCO 13,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	GOODRIDE CM986	620,00
36	PNEU 225/70R15 ÍNDICE DE CARGA 112, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	LINGLONG R666	297,00
37	PNEU 225/75R16 ÍNDICE DE CARGA 105, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	Ovation V-02	370,00
38	PNEU 265/70R16 PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 107, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	ECOVISION VI-286 A/T	420,00
39	PNEU 265/75R16 ÍNDICE DE CARGA 110, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	ECOVISION VI-286 A/T	510,00
40	PNEU 275/80R22.5 COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	SPEED MAX M5	1.229,00
41	PNEU 275/80R22.5 COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 19,5MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	SPEED MAX MD5	1.210,00
48	PNEU 900-20 COM 14 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 140 ÍNDICE DE VELOCIDADE J, TIPO BORRACHUDO, ESTRUTURA CONVENCIONAL APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	Centella CL550	765,00
50	PROTETOR PARA PNEU 1400-24	SBN R24	44,00

XAP COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
11	CÂMARA DE AR PARA PNEU 600-16 BICO CURTO	BRANSALES	30,50
12	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16	BRANSALES	28,00

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 16 de julho de 2019 a 16 de julho de 2020.

Benedito Novo (SC), 16 de julho de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito Municipal

3º PUBLICAÇÃO - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2019

Publicação Nº 2216740

PUBLICAÇÕES LEGAIS**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO****EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2019****PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2019****ÓRGÃO GESTOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO/SC****OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE TROFÉUS E MEDALHAS PARA PREMIAÇÕES ESPORTIVAS****GREGO FABRICAÇÃO E COMÉRCIO DE ARTIGOS E ACESSÓRIOS ESPORTIVOS EIRELI****Lote 1: MEDALHAS DIVERSAS**

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
1	MEDALHA FUNDIDA EM ANTIMÔNIO (ZAMAQ) COM FORMATO REDONDO DIÂMETRO DE 80X80 MM, ESPESSURA DE 4,0MM, BANHO EM METAL NA COR DOURADA. NA PARTE CENTRAL DA MEDALHA ESTA FUNDIDO O BRASÃO DO MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO PINTADO NAS CORES AZUL, AMARELO NA BORDA EXTERNA ESTA FUNDIDO OS DIZERES: "PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO" COM O FUNDO PINTADO EM AZUL. NO VERSO DA MEDALHA ADESIVO COM IMPRESSÃO A LASER COLORIDO COM OS DIZERES DA COMPETIÇÃO. FITA COM 25 MM DE LARGURA E 80 CM DE COMPRIMENTO ESTAMPADO O BRASÃO DE BENEDITO NOVO E ESCRITO MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO.	GREGO	5,40
2	MEDALHA FUNDIDA EM ANTIMÔNIO (ZAMAQ) COM FORMATO REDONDO DIÂMETRO DE 80X80 MM, ESPESSURA DE 4,0MM, BANHO EM METAL NA COR PRATA. NA PARTE CENTRAL DA MEDALHA ESTA FUNDIDO O BRASÃO DO MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO PINTADO NAS CORES AZUL, AMARELO NA BORDA EXTERNA ESTA FUNDIDO OS DIZERES: "PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO" COM O FUNDO PINTADO EM AZUL. NO VERSO DA MEDALHA ADESIVO COM IMPRESSÃO A LASER COLORIDO COM OS DIZERES DA COMPETIÇÃO. FITA COM 25 MM DE LARGURA E 80 CM DE COMPRIMENTO ESTAMPADO O BRASÃO DE BENEDITO NOVO E ESCRITO MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO.	GREGO	5,40
3	MEDALHA FUNDIDA EM ANTIMÔNIO (ZAMAQ) COM FORMATO REDONDO DIÂMETRO DE 80X80 MM, ESPESSURA DE 4,0MM, BANHO EM METAL NA COR BRONZE. NA PARTE CENTRAL DA MEDALHA ESTA FUNDIDO O BRASÃO DO MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO PINTADO NAS CORES AZUL, AMARELO NA BORDA EXTERNA ESTA FUNDIDO OS DIZERES: "PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO" COM O FUNDO PINTADO EM AZUL. NO VERSO DA MEDALHA ADESIVO COM IMPRESSÃO A LASER COLORIDO COM OS DIZERES DA COMPETIÇÃO. FITA COM 25 MM DE LARGURA E 80 CM DE COMPRIMENTO ESTAMPADO O BRASÃO DE BENEDITO NOVO E ESCRITO MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO.	GREGO	5,40
4	MEDALHA FUNDIDA EM ANTIMÔNIO (ZAMAQ) COM FORMATO REDONDO DIÂMETRO DE 80X80 MM, ESPESSURA DE 4,0MM, BANHO EM METAL NA COR COBRE. NA PARTE CENTRAL DA MEDALHA ESTA FUNDIDO O BRASÃO DO MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO PINTADO NAS CORES AZUL, AMARELO NA BORDA EXTERNA ESTA FUNDIDO OS DIZERES: "PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO" COM O FUNDO PINTADO EM AZUL. NO VERSO DA MEDALHA ADESIVO COM IMPRESSÃO A LASER COLORIDO COM OS DIZERES DA COMPETIÇÃO. FITA COM 25 MM DE LARGURA E 80 CM DE COMPRIMENTO ESTAMPADO O BRASÃO DE BENEDITO NOVO E ESCRITO MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO.	GREGO	5,40
5	MEDALHA FUNDIDA EM ANTIMÔNIO (ZAMAQ) COM FORMATO REDONDO DIÂMETRO DE 55X55 MM, ESPESSURA DE 4,0MM, BANHO EM METAL NA COR DOURADA. NA PARTE CENTRAL DA MEDALHA ESTA FUNDIDO O BRASÃO DO MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO PINTADO NAS CORES AZUL, AMARELO NA BORDA EXTERNA ESTA FUNDIDO OS DIZERES: "PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO" COM O FUNDO PINTADO EM AZUL. NO VERSO DA MEDALHA ADESIVO COM IMPRESSÃO A LASER COLORIDO COM OS DIZERES DA COMPETIÇÃO. FITA COM 20 MM DE LARGURA E 80 CM DE COMPRIMENTO ESTAMPADO O BRASÃO DE BENEDITO NOVO E ESCRITO MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO.	GREGO	4,20
6	MEDALHA FUNDIDA EM ANTIMÔNIO (ZAMAQ) COM FORMATO REDONDO DIÂMETRO DE 55X55 MM, ESPESSURA DE 4,0MM, BANHO EM METAL NA COR PRATA. NA PARTE CENTRAL DA MEDALHA ESTA FUNDIDO O BRASÃO DO MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO PINTADO NAS CORES AZUL, AMARELO NA	GREGO	4,20

	BORDA EXTERNA ESTA FUNDIDO OS DIZERES: "PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO" COM O FUNDO PINTADO EM AZUL. NO VERSO DA MEDALHA ADESIVO COM IMPRESSÃO A LASER COLORIDO COM OS DIZERES DA COMPETIÇÃO. FITA COM 20 MM DE LARGURA E 80 CM DE COMPRIMENTO ESTAMPADO O BRASÃO DE BENEDITO NOVO E ESCRITO MUNICIPIO DE BENEDITO NOVO.		
7	MEDALHA FUNDIDA EM ANTIMÔNIO (ZAMAQ) COM FORMATO REDONDO DIÂMETRO DE 55X55 MM, ESPESSURA DE 4,0MM, BANHO EM METAL NA COR BRONZE. NA PARTE CENTRAL DA MEDALHA ESTA FUNDIDO O BRASÃO DO MUNICIPIO DE BENEDITO NOVO PINTADO NAS CORES AZUL, AMARELO NA BORDA EXTERNA ESTA FUNDIDO OS DIZERES: "PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO" COM O FUNDO PINTADO EM AZUL. NO VERSO DA MEDALHA ADESIVO COM IMPRESSÃO A LASER COLORIDO COM OS DIZERES DA COMPETIÇÃO. FITA COM 20 MM DE LARGURA E 80 CM DE COMPRIMENTO ESTAMPADO O BRASÃO DE BENEDITO NOVO E ESCRITO MUNICIPIO DE BENEDITO NOVO.	GREGO	4,20
8	MEDALHA FUNDIDA EM ANTIMÔNIO (ZAMAQ) COM FORMATO REDONDO DIÂMETRO DE 55X55 MM, ESPESSURA DE 4,0MM, BANHO EM METAL NA COR COBRE. NA PARTE CENTRAL DA MEDALHA ESTA FUNDIDO O BRASÃO DO MUNICIPIO DE BENEDITO NOVO PINTADO NAS CORES AZUL, AMARELO NA BORDA EXTERNA ESTA FUNDIDO OS DIZERES: "PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO" COM O FUNDO PINTADO EM AZUL. NO VERSO DA MEDALHA ADESIVO COM IMPRESSÃO A LASER COLORIDO COM OS DIZERES DA COMPETIÇÃO. FITA COM 20 MM DE LARGURA E 80 CM DE COMPRIMENTO ESTAMPADO O BRASÃO DE BENEDITO NOVO E ESCRITO MUNICIPIO DE BENEDITO NOVO.	GREGO	4,20

Lote 2: TROFÉUS DIVERSOS

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
1	TROFÉU COM 83 CM DE ALTURA, COM BASE OCTOGONAL COM 21,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. NA PARTE SUPERIOR DESTA BASE UM SUPORTE E UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, SOBRE ESTE ANEL UMA BOLA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR PRATA, COM EFEITO, TEXTURIZADO INTERCALADO POR UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADO. ACIMA UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADO E UM CONE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR PRATA, COM EFEITO, TEXTURIZADO COM 31 CM DE LARGURA ENTRE AS ALÇAS, ALÇAS E TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	VITORIA	175,00
2	TROFÉU COM 76 CM DE ALTURA, COM BASE OCTOGONAL COM 17,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. NA PARTE SUPERIOR DESTA BASE UM SUPORTE E UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, SOBRE ESTE ANEL UMA BOLA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR PRATA, COM EFEITO, TEXTURIZADO INTERCALADO POR UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADO. ACIMA UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADO E UM CONE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR PRATA, COM EFEITO, TEXTURIZADO COM 31 CM DE LARGURA ENTRE AS ALÇAS, ALÇAS E TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	VITORIA	146,00
3	TROFÉU COM 64 CM DE ALTURA, COM BASE OCTOGONAL COM 14,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. NA PARTE SUPERIOR DESTA BASE UM SUPORTE E UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, SOBRE ESTE ANEL UMA BOLA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR PRATA, COM EFEITO, TEXTURIZADO INTERCALADO POR UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADO. ACIMA UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADO E UM CONE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR PRATA, COM EFEITO, TEXTURIZADO COM 27 CM DE LARGURA ENTRE AS ALÇAS, ALÇAS E TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	VITORIA	122,00
4	TROFÉU COM ALTURA DE 40CM, BASE OITAVADA COM 14,50 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. SOBRE ESTA BASE UMA TAÇA EM POLÍMERO COM DETALHES COM 21,000 CM DE LARGURA EM AS ALÇAS METALIZADA NA COR DOURADA COM PINTURA INTERNA DOURADA METÁLICA. ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL PLAQUETA EM LATÃO PARA GRAVAÇÃO.	VITORIA	97,00
5	TROFÉU COM ALTURA DE 35CM, BASE OITAVADA COM 12,10 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. SOBRE ESTA BASE UMA TAÇA EM POLÍMERO COM DETALHES COM 18,50 CM DE LARGURA EM AS ALÇAS METALIZADA NA COR DOURADA COM PINTURA INTERNA DOURADA METÁLICA. ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL PLAQUETA EM LATÃO PARA GRAVAÇÃO.	VITORIA	79,00
6	TROFÉU COM ALTURA DE 28CM, BASE OITAVADA COM 10,10 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. SOBRE ESTA BASE UMA TAÇA EM POLÍMERO COM	VITORIA	57,00

	DETALHES COM 15,50 CM DE LARGURA EM AS ALÇAS METALIZADA NA COR DOURADA COM PINTURA INTERNA DOURADA METÁLICA. ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA EM LATÃO PARA GRAVAÇÃO.		
7	TROFÉU COM 45 CM DE ALTURA, BASE REDONDA COM 21 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. SOBRE ESTA BASE DOIS SUPORTES EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA INTERCALADA POR UM ANEL METALIZADO NA COR PRATA. TAÇA EM POLÍMERO METALIZADA NA PARTE EXTERNA NA COR DOURADA E NA PARTE INTERNA COM PINTURA DOURADA FOSCA COM 33 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS FOSCA NA PARTE INTERNA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	VITORIA	106,00
8	TROFÉU COM 41 CM DE ALTURA, BASE REDONDA COM 21 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. SOBRE ESTA BASE DOIS SUPORTES EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA INTERCALADA POR UM ANEL METALIZADO NA COR PRATA. TAÇA EM POLÍMERO METALIZADA NA PARTE EXTERNA NA COR DOURADA E NA PARTE INTERNA COM PINTURA DOURADA FOSCA COM 33 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS FOSCA NA PARTE INTERNA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO. PLAQUETA EM LATÃO PARA GRAVAÇÃO.	VITORIA	103,00
9	TROFÉU COM 36 CM DE ALTURA, BASE REDONDA COM 21 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. SOBRE ESTA BASE DOIS SUPORTES EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA INTERCALADA POR UM ANEL METALIZADO NA COR PRATA. TAÇA EM POLÍMERO METALIZADA NA PARTE EXTERNA NA COR DOURADA E NA PARTE INTERNA COM PINTURA DOURADA FOSCA COM 33 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS FOSCA NA PARTE INTERNA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	VITORIA	96,00
10	TROFÉU COM ALTURA DE 19 CM, BASE OVAL COM 22,50 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA COM FRISO NA TAMPA DA BASE METALIZADA NA COR DOURADA. DOIS SUPORTES EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA NAS LATERAIS. SOBRE ESTES SUPORTES UMA ESTATUETA FIXA DE BOLA DE FUTEBOL BRANCA COM GOMOS PINTADOS NA COR PRETA, COM 7,9 CM DE LARGURA DE UM LADO E DO OUTRO UMA ESTATUETA FIXA DE GOLEIRO DE FUTEBOL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	VITORIA	43,00
11	TROFÉU COM ALTURA DE 19 CM, BASE OVAL COM 22,50 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA COM FRISO NA TAMPA DA BASE METALIZADA NA COR DOURADA. DOIS SUPORTES EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA NAS LATERAIS. SOBRE ESTES SUPORTES UMA ESTATUETA FIXA DE BOLA DE FUTEBOL BRANCA COM GOMOS PINTADOS NA COR PRETA, COM 7,9 CM DE LARGURA DE UM LADO E DO OUTRO UMA ESTATUETA FIXA DE JOGADOR DE FUTEBOL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	VITORIA	43,00
12	TROFÉU COM ALTURA DE 19 CM, BASE OVAL COM 22,50 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA COM FRISO NA TAMPA DA BASE METALIZADA NA COR DOURADA. DOIS SUPORTES EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA NAS LATERAIS. SOBRE ESTES SUPORTES UMA ESTATUETA FIXA DE BOLA DE FUTEBOL BRANCA COM GOMOS PINTADOS NA COR PRETA, COM 7,9 CM DE LARGURA DE UM LADO E DO OUTRO UMA ESTATUETA FIXA DE CHUTEIRA DE FUTEBOL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	VITORIA	43,00
13	TROFÉU COM 79 CM DE ALTURA, BASE OCTOGONAL COM 26,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR VINHO. SOBRE ESTA BASE UM SUPORTE E DOIS ANÉIS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. TAÇA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA COM 46 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. TAMPA METALIZADA NA COR DOURADA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	VITORIA	262,00
14	TROFÉU COM 71 CM DE ALTURA, BASE OCTOGONAL COM 26,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR VINHO. SOBRE ESTA BASE UM SUPORTE E DOIS ANÉIS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. TAÇA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA COM 46 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. TAMPA METALIZADA NA COR DOURADA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	VITORIA	225,00
15	TROFÉU COM 67 CM DE ALTURA, BASE OCTOGONAL COM 26,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR VINHO. SOBRE ESTA BASE UM SUPORTE E DOIS ANÉIS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. TAÇA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA COM 46 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. TAMPA METALIZADA NA COR DOURADA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	VITORIA	207,00
16	TROFÉU COM 115 CM DE ALTURA, BASE REDONDA COM 32 CM DE LARGURA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADA, COM EFEITO, TEXTURIZADO. DOIS SUPORTES INTERCALADOS POR UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. TAÇA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, COM EFEITO, TEXTURIZADO NA PARTE INFERIOR E NA PARTE SUPERIOR EM DOURADO COM 58 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. TAMPA E ALÇAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA	VITORIA	426,00

	PARA GRAVAÇÃO.		
17	TROFÉU COM 115 CM DE ALTURA, BASE REDONDA COM 32 CM DE LARGURA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR PRATA, COM EFEITO, TEXTURIZADO. DOIS SUPORTES INTERCALADOS POR UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR PRATA. TAÇA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR PRATA, COM EFEITO, TEXTURIZADO NA PARTE INFERIOR E NA PARTE SUPERIOR EM PRATA COM 58 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. TAMPA E ALÇAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR PRATA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	VITORIA	428,00
18	TROFÉU COM 115 CM DE ALTURA, BASE REDONDA COM 32 CM DE LARGURA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR BRONZE, COM EFEITO, TEXTURIZADO. DOIS SUPORTES INTERCALADOS POR UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR BRONZE. TAÇA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR BRONZE, COM EFEITO, TEXTURIZADO NA PARTE INFERIOR E NA PARTE SUPERIOR EM BRONZE COM 58 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. TAMPA E ALÇAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR BRONZE. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	VITORIA	426,00
19	TROFÉU COM 67 CM DE ALTURA, COM BASE OITAVADA COM 13,10 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. NA PARTE SUPERIOR DESTA BASE UMA TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, UM CONE EM POLÍMERO COM DETALHES NA PARTE SUPERIOR METALIZADA NA COR DOURADA E UMA TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ACIMA DESTA TAMPA UMA COPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR VERMELHA ACETINADA COM 15,50 CM DE LARGURA ENTRE AS ALÇAS. TAMPA E ALÇAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	VITORIA	98,00
20	TROFÉU COM 56 CM DE ALTURA, COM BASE OITAVADA COM 12,1 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. NA PARTE SUPERIOR DESTA BASE UMA TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, UM CONE EM POLÍMERO COM DETALHES NA PARTE SUPERIOR METALIZADA NA COR DOURADA E UMA TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ACIMA DESTA TAMPA UMA COPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR VERMELHA ACETINADA COM 13,5 CM DE LARGURA ENTRE AS ALÇAS. TAMPA E ALÇAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	VITORIA	86,00
21	TROFÉU COM 48 CM DE ALTURA, COM BASE OITAVADA COM 10,1 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. NA PARTE SUPERIOR DESTA BASE UMA TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, UM CONE EM POLÍMERO COM DETALHES NA PARTE SUPERIOR METALIZADA NA COR DOURADA E UMA TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ACIMA DESTA TAMPA UMA COPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR VERMELHA ACETINADA COM 10,9 CM DE LARGURA ENTRE AS ALÇAS. TAMPA E ALÇAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	VITORIA	69,00
22	TROFÉU COM ALTURA DE 17 CM, COM BASE QUADRADA COM 7,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. CONE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, TAÇA EM POLÍMERO METALIZADA INTERNA E EXTERNA NA COR DOURADA COM DETALHES TEXTURIZADOS E 9,2 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	VITORIA	19,00

CASA DOS TROFEUS LTDA**Lote 3: TROFÉUS EM MDF DIVERSOS**

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
1	TROFÉU EM MDF COM ESPESSURA DE 10 MM E ALTURA DE 30CM PINTADO COM TINTA AUTOMOTIVA PARA COMPETIÇÃO DE MOTOCROSS	FUNDISC	34,60
2	TROFÉU EM MDF COM ESPESSURA DE 10 MM E ALTURA DE 30CM PINTADO COM TINTA AUTOMOTIVA PARA COMPETIÇÃO DE ENDURO FIM	FUNDISC	34,60
3	TROFÉU EM MDF COM ESPESSURA DE 10 MM E ALTURA DE 30CM PINTADO COM TINTA AUTOMOTIVA PARA COMPETIÇÃO DE CICLISMO	FUNDISC	34,60
4	TROFÉU EM MDF COM ESPESSURA DE 10 MM E ALTURA DE 30CM PINTADO COM TINTA AUTOMOTIVA PARA COMPETIÇÃO DE ENDURO REGULARIDADE	FUNDISC	34,60

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 18 de abril de 2019 a 18 de abril de 2020.

Benedito Novo (SC), 18 de abril de 2019

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito Municipal

3º PUBLICAÇÃO - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2019

Publicação Nº 2216741

PUBLICAÇÕES LEGAIS**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO****EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2019****PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2019****ÓRGÃO GESTOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO/SC****OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO PEÇAS DE DESGASTE PARA USO NA LINHA PESADA DAS MAQUINAS DAS SECRETARIAS DE OBRAS E AGRICULTURA**

G. MAIOCHI E CIA LTDA				
Item	Und	Produto	Marca	Valor Unit.
2	UND	LÂMINA 8 FUROS ESPESSURA ¾ E FURAÇÃO 5/8, FORMATO RETA, COM 1,25 MT DE COMPRIMENTO PARA TRATOR D-41 COM A SEGUINTE COMPOSIÇÃO: TIPO DE AÇO ATC (ALTO TEOR DE CARBONO), COM DUREZA MINIMA DE 270 A 300HB, RESISTÊNCIA A TRAÇÃO MÍNIMA DE 90 KGF/MM².	GM	481,00
4	JG	PARAFUSO E PORCA DE AÇO LAMINA 5/8 X 2	REX	2,49
5	JG	PARAFUSO E PORCA DE AÇO 3/4 X 2	REX	3,44
6	JG	DENTE CONCHA DIANTEIRA COM PARAFUSOS E PORCAS PARA RETROESCAVADEIRA RANDON RK460B JOGO COM 10 DENTES	ZN/REX	364,79
Lote 3: SUPORTE E UNHA ESCAVADEIRA HIDRAULICA				
Item	Und	Produto	Marca	Valor Unit.
1	UND	SUPORTE DE UNHA PARA ESCAVADEIRA REF. 20Y-70-14520	ZN	88,20
2	UND	UNHA PONTUDA PARA ESCAVADEIRA REF. 205-70-19570/PONTUDA	ZN	70,00
3	UND	UNHA LONGA PARA ESCAVADEIRA REF. 205-70-19570/LONGA	ZN	53,53
Lote 4: SUPORTE E UNHA RETROESCAVADEIRA				
Item	Und	Produto	Marca	Valor Unit.
1	UND	SUPORTE UNHA PARA RETROESCAVADEIRA REF. 2085245	ZN	40,30
2	UND	UNHA PARA RETROESCAVADEIRA REF. 2085235	ZN	22,00
Lote 6: CANTO DE LAMINA RETA DIREITA E ESQUERDA 5 FUROS ESPESSURA 1" PARA TRATOR DE ESTEIRAS D-41A				
Item	Und	Produto	Marca	Valor Unit.
1	UND	CANTO DE LAMINA RETO LADO DIREITO 5 FUROS ESPESSURA 1" PARA TRATOR DE ESTEIRAS D-41A	GM	158,00
2	UND	CANTO DE LAMINA RETO LADO ESQUERDO 5 FUROS ESPESSURA 1" PARA TRATOR DE ESTEIRAS D-41A	GM	158,00

JULIO SILVESTRI FILHO ME				
Item	Und	Produto	Qtde	Valor Unit.
1	UND	LAMINA 13 FUROS ESPESSURA E FURAÇÃO ¾, FORMATO RETA, COM 1,83 MT DE COMPRIMENTO COM A SEGUINTE COMPOSIÇÃO: TIPO DE AÇO ATC (ALTO TEOR DE CARBONO), COM DUREZA MINIMA DE 270 A 300HB, RESISTÊNCIA A TRAÇÃO MÍNIMA DE 90 KGF/MM².	60	407,90
3	UND	LAMINA 10 FUROS ESPESSURA ¾ E FURACAO 5/8, FORMATO RETA, COM 1,50 MT DE COMPRIMENTO COM A SEGUINTE COMPOSICAO: TIPO DE AÇO ATC (ALTO TEOR DE CARBONO), COM DUREZA MINIMA DE 270 A 300HB, RESISTENCIA A TRACAO MINIMA DE 90 KGF/MM².	10	435,00
Lote 2: FACA PARA ENXADA ROTATIVA, PARAFUSO, PORCA E ARRUELA				
Item	Und	Produto	Marca	Valor Unit.
1	JG	FACA PARA ENXADA ROTATIVA MEC-RUL TIPO C (01 LAMINA DIREIRA E 01 ESQUERDA)	METISA	25,00
2	JG	PARAFUSO, PORCA E ARRUELA DE AÇO ½ X 1.1/2	FEY	2,60
Lote 5: DENTE, PARAFUSO E PORCA PARA CARREGADEIRA				
Item	Und	Produto	Marca	Valor Unit.
1	UND	DENTE FURO 1 PARA CARREGADEIRA W20	DMX	142,70
2	UND	PARAFUSO E PORCA DE AÇO 1 X 3 ½	FEY	21,65

RECH IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA S/A				
Lote 1: JOGO DE LÂMINA DE 15 E 13 FUROS CONFORME ABAIXO				
Item	Und	Produto	Marca	Valor Unit.
1	UND	LAMINA 15 FUROS ESPESSURA E FURAÇÃO ¾, FORMATO RETA, COM 2,13	RTB	460,00

		MT DE COMPRIMENTO COM A SEGUINTE COMPOSIÇÃO: TIPO DE AÇO ATC (ALTO TEOR DE CARBONO), COM DUREZA MÍNIMA DE 270 A 300HB, RESISTÊNCIA A TRAÇÃO MÍNIMA DE 90 KGF/MM².		
2	UND	LAMINA 13 FUROS ESPESSURA E FURAÇÃO ¾, FORMATO RETA, COM 1,83 MT DE COMPRIMENTO COM A SEGUINTE COMPOSIÇÃO: TIPO DE AÇO ATC (ALTO TEOR DE CARBONO), COM DUREZA MÍNIMA DE 270 A 300HB, RESISTÊNCIA A TRAÇÃO MÍNIMA DE 90 KGF/MM².	RTB	381,00

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 23 de abril de 2019 a 23 de abril de 2020.

Benedito Novo (SC), 23 de abril de 2019

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito Municipal

DECRETO Nº 119/2019 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CREDITO SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO VIGENTE

Publicação Nº 2216507

DECRETO Nº 119 de 23 de outubro de 2019

Dispõe sobre a Abertura de Crédito Suplementar por Superávit Financeiro No Orçamento Vigente.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito do Município de Benedito Novo - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso I, aliena "c" da Lei Orgânica do município e pelo Art. 5º e 6º da Lei nº 1.917, de 21 de novembro de 2018.

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar no Orçamento Geral do corrente exercício no valor de R\$ 6.964,93 (seis mil, novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e três centavos), conforme dotação orçamentária abaixo:

04.002.0008.0244.0401.2411 Manutenção dos Serviços Assistenciais e Sociais 33190000000000000000 - Aplicações diretas	03350005	6.964,93
--	----------	----------

Art. 2º - A cobertura ao Crédito Suplementar do artigo anterior dar-se-á através do superávit financeiro do exercício anterior:

Superávit			03350005	6.964,93
-----------	--	--	----------	----------

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Benedito Novo, aos 23 de outubro de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

O Decreto nº 119/2019 foi publicado na forma da Lei.

Benedito Novo, aos 23 de outubro de 2019.

Joice Aparecida Costa
Auxiliar Administrativa I

DECRETO Nº 120/2019 - HOMOLOGA RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO 005/2019

Publicação Nº 2216510

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC
--	--

DECRETO Nº 120/2019, de 31 de outubro de 2019.

Homologa Resultado Final do

Processo Seletivo Simplificado 005/2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, no seu art. 70, inciso I, alínea "n", e Art. 17, III da Lei Complementar nº 004/1995;

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada, nesta data, a Classificação Final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Público Simplificado – Edital nº 005/2019, considerados os critérios de desempate e o julgamento dos recursos contra a Classificação Preliminar, para os cargos de: Assistente Social, Auxiliar Administrativo I, Auxiliar de Creche, Auxiliar de Sala, Auxiliar de Serviços Gerais I, Auxiliar de Serviços Gerais II, Estágio – Ensino Médio, Estágio – Técnico em Enfermagem, Médico I, Motorista, Motorista de ônibus Escolar, Operador de Máquina, Operário, Orientador Pedagógico I, Professor de Educação Física, Professor de Inglês, Professor I-20, Professor I-40, Psicólogo, Psicopedagogo, Servente, Técnico em Enfermagem e Vigia, conforme Anexo I, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Benedito Novo, aos 31 de outubro de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito de Benedito Novo

Decreto nº 120/2019 foi publicado e registrado na forma da Lei.
Benedito Novo, aos 31 de outubro de 2019.

Joice Aparecida Costa
Auxiliar Administrativo I

EXTRATO DE CONTRATO 140/2019

Publicação Nº 2216592

PUBLICAÇÕES LEGAIS EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

Processo Licitatório Nº 122/2019

EXTRATO DE CONTRATO Nº 140/2019

Contratada: CASA DA SOLIDARIEDADE

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SÓCIO ASSISTENCIAIS DE ACOlhIMENTO/ATENDIMENTO DE LONGA PERMANÊNCIA DE PESSOAS IDOSAS DE AMBOS OS SEXOS QUE POSSAM OU NÃO PORTAR DEFICIÊNCIA DE ORDEM PSICOLÓGICA OU FÍSICA QUE SE ENCONTRAM EM RISCO SOCIAL OU AMEAÇA À INTEGRIDADE FÍSICA, MORAL E SOCIAL, COM COMPROMETIDA OU NULA EXISTÊNCIA DE VÍNCULO FAMILIAR, COMUNITÁRIO E SOCIAL E NECESSITAM DE CUIDADOS E ACOlhIMENTO/ATENDIMENTO DE PESSOAS COM DEPENDÊNCIA QUÍMICA DE AMBOS OS SEXOS QUE SE ENCONTRAM EM RISCO SOCIAL OU AMEAÇA À INTEGRIDADE FÍSICA, MORAL E SOCIAL, COM COMPROMETIDA OU NULA EXISTÊNCIA DE VÍNCULO FAMILIAR, COMUNITÁRIO E SOCIAL E NECESSITAM DE TRATAMENTO

Valor de Referência: R\$ 1.200,00

Vigência: 30/10/2019 a 29/10/2020

Data Assinatura: 30/10/2019

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito Municipal

LEI 1.956/2019 - AUTORIZA RECEBER POR DOAÇÃO VEÍCULO CONFORME MENCIONA

Publicação Nº 2216846

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 E-mail: gabinete@beneditonovo.sc.gov.br Rua Celso Ramos, 5070 Centro 89.124-000 - BENEDITO NOVO – SC
--	---

Lei nº 1.956, de 30 de outubro de 2019.

Autoriza Receber por Doação Veículo
conforme menciona.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores votou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a receber por doação do Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado da

Administração – Diretoria de Gestão Patrimonial, de um Veículo GM/Corsa/sedan/2005, Cor vermelha, Ano 2005/2006, usado, Chassi 9BGXH19GO6B142024, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), para as ações da Defesa Civil do Município de Benedito Novo.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação própria consignada no orçamento vigente.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Benedito Novo, aos 30 de outubro de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

Esta Lei foi publicada pela forma regulamentar.

Benedito Novo, aos 30 de outubro de 2019.

Joice Aparecida Costa

Auxiliar Administrativo I

PORTARIA Nº 365/2019 - NOMEIA E RECONDUZ MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Publicação Nº 2216837

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO

CNPJ Nº 83.102.780/0001-08

FONE/FAX: (47) 3385-0487

Rua Celso Ramos, 5070

89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC

PORTARIA Nº 365/2019, DE 28 DE OUTUBRO DE 2019.

NOMEIA E RECONDUZ MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município; e Art. 14, V, da Lei nº 952 de 21 de julho de 1995,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear e reconduzir os membros do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, criado pela Lei nº 952, de 21-07-95, a partir desta data, assim constituído:

1 – Representantes de Entidades não Governamentais:

1.1 – Representantes dos Clubes de Serviços

Titular: Rudy Kuster

Suplente: Walmor Jorge Hamermaister

1.2 – Representantes das Associações de Pais e Professores

Titular: Kerli Cristina Peyerl Doege

Suplente: Clenir Stolf Peyerl

1.3 – Representantes dos Grupos da Terceira Idade

Titular: Tibério Campestrini

Suplente: Silio Bloedorn

1.4 – Representantes das Entidades de Atendimento

Titular: Irineu João Stollmeier

Suplente: Elisa Teske Hoffmann

2– Representantes de Entidades Governamentais:

2.1 – Representantes do Serviço Social

Titular: Joelma Crista Sandri Bonetti

Suplente: Darci Franke

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO

CNPJ Nº 83.102.780/0001-08

FONE/FAX: (47) 3385-0487

Rua Celso Ramos, 5070

89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC

2.2 – Representantes da Secretaria de Saúde

Titular: Serli Dutra

Suplente: Juliana Klug

2.3 – Representantes da Secretaria de Educação

Titular: Elen Venske Uller

Suplente: Marlize Konell Carlini

2.4 – Representantes do Conselho Tutelar

Titular: Marcides Victor Klitzke

Suplente: Jardel Persuhn

Art. 2º - Esta portaria revoga os efeitos da Portaria nº 115/2017, de 10 de abril de 2017.

Art. 3º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 28 de outubro de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

PORTARIA Nº 366/2019 - EXONERA AUXILIAR DE ENFERMAGEM

Publicação Nº 2216840

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO

CNPJ Nº 83.102.780/0001-08

FONE/FAX: (47) 3385-0487

Rua Celso Ramos, 5070

89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC

PORTARIA Nº 366/2019, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

EXONERA AUXILIAR DE ENFERMAGEM

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonera, nesta data, a pedido, a Servidora MARCIA HENNICH, que ocupava o cargo de Auxiliar de Enfermagem, AE, Anexo I, Subanexo V, do Quadro dos Servidores Públicos Municipal.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 31 de outubro de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

PORTARIA Nº 367/2019 - CONCEDE LICENÇA-PREMIO

Publicação Nº 2216842

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO

CNPJ Nº 83.102.780/0001-08

FONE/FAX: (47) 3385-0487

Rua Celso Ramos, 5070

89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC

PORTARIA Nº 367/2019, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município; e, art. 108 e seguintes da Lei Complementar nº4, de 22-12-95,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença-prêmio ao servidor CARLOS ANTONIO FOLTZ, ocupante do cargo de Médico Veterinário, símbolo MV, Anexo I, subanexo V, do Quadro dos Servidores Públicos Municipal de Benedito Novo, o quinquênio de 02-05-2011 a 01-05-2016, com recebimento em Pecúnia, nos meses de outubro/2019, novembro/2019 e dezembro/2019.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 31 de outubro de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

Biguaçu

PREFEITURA

DECRETO Nº 240/2019

Publicação Nº 2217609

DECRETO Nº 240/2019 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005, declara a vacância do cargo público do servidor DIVO PRAZERES, a partir de 01/11/2019 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art.1º Conceder Aposentadoria Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, ao servidor DIVO PRAZERES, detentor da matrícula funcional nº 572-01, portador do CPF nº 341.755.049-15, inscrito no PASEP nº 1063799909-3, ocupante do cargo de provimento efetivo de Escriturário - 30h, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% de sua última remuneração, perfazendo a importância de R\$ 5.588,83 (cinco mil quinhentos e oitenta e oito reais e oitenta e três centavos), que será pago mensalmente pelo PREVBIGUAÇU.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 86, IV da Lei Complementar Municipal nº 53/2012 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos aplicam-se a partir de 01/11/2019, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 01 de novembro de 2019.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Diretoria Executiva de Legislação
e Expediente

DECRETO Nº 244/2019

Publicação Nº 2217597

DECRETO Nº 244/2019 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Fixa em decorrência da conclusão do Processo Administrativo nº 12128/2019, o valor da parcela VPNI (Agregação) paga ao servidor RONALDO CIDRÃO VIRÍSSIMO, a partir de 04/11/2019, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e em face ao relatório final realizado pela Comissão de Avaliação de Vantagens Pessoais Nominalmente Identificáveis nos autos do Processo Administrativo nº 12128/2019, e observada a aplicação e o respeito aos princípios constitucionais da instalação do devido processo legal e da ampla defesa,

DECRETA:

Art.1º O valor da parcela VPNI (Agregação) paga ao servidor RONALDO CIDRÃO VIRÍSSIMO, detentor da matrícula funcional nº 111, portadora do CPF nº 438.260.839-20, inscrito no PASEP nº 120.527.563-97, ocupante do cargo de provimento efetivo de Escriturário, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, fica fixado a partir de 04/11/2019, em R\$ 552,71 (quinhentos e cinquenta e dois reais e setenta e um centavos).

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos aplicam-se a partir de 04/11/2019, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu (SC), 05 de novembro de 2019.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Diretoria Executiva de Legislação e Expediente

HOMOLOGAÇÃO TP140/2019-PMB

Publicação Nº 2216748

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS 140/2019-PMB

O Prefeito Municipal Senhor Ramon Wollinger, torna público dos interessados que homologa o processo Licitatório TP140/2019-PMB, "contratação de empresa com fornecimento de material e prestação de serviços para a construção de estrutura e cobertura para galpão em concreto pré-moldado Celeiro Rural, no Município de Biguaçu, de acordo com memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e projetos, parte integrante deste edital", bem como o julgamento efetuado pela Comissão de Licitação, adjudicando objeto licitado a empresa classificada e seu respectivo valor: EMPRESA: METAL BRASIL CONSTRUÇÕES LTDA. VALOR: R\$ 149.839,14.

Data da Homologação: 05/11/2019.

Biguaçu 05 de novembro de 2019.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

PE 46/2019 - FMS

Publicação Nº 2217250

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO 46/2019 – FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE FORMULAS INFANTIS E COMPLEMENTOS ALIMENTARES PARA ATENDIMENTO DE PROCESSOS JUDICIAIS, PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E DEMANDAS DO PROGRAMA DST/HIV/AIDS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Recebimento das Propostas: das 14h do dia 06/11/2019, às 13:45h do dia 22/11/2019.

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14:00h do dia 22/11/2019, no endereço eletrônico comprasbr.com.br, horário de Brasília - DF.

Local para obtenção do edital: o site da Prefeitura bigua.atende.net e site comprasbr.com.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 30944100.

Biguaçu, 05 de novembro de 2019.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 3320/2019

Publicação Nº 2217301

PORTARIA Nº 3320 de 29 de outubro de 2019

Instaura Processo Disciplinar, nos termos do art. 176, caput da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Instaura Processo Disciplinar para apurar responsabilidade do(a) servidor(a) R. P. S., ocupante do cargo efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, por possível infração praticada no exercício de suas atribuições, conforme Memorando Eletrônico n.º 19.787/2019, nos termos do art. 176, caput da Lei Complementar nº 53/2012.

Art. 2º Designar os(as) servidores(as) Maria Fernanda Caminha de Souza, ocupante do cargo efetivo de Escriturário, Gerson da Silva, ocupante do cargo efetivo de Motorista, e Cristiane Góes, ocupante do cargo efetivo de Recepcionista, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, membros da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, nomeados pela Portaria nº 1437/2019, para que, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Processo Disciplinar instaurada nesta Portaria.

Parágrafo único: O prazo para conclusão do processo é de 29/10/2019 a 27/12/2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 29 de outubro de 2019.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 3321/2019

Publicação Nº 2217303

PORTARIA Nº 3321 de 29 de outubro de 2019

Instaura Processo Disciplinar, nos termos do art. 207 da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município.

Considerando o memorando eletrônico nº 15.221/2019 da Corregedoria Geral do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Abertura de Sindicância Investigativa para apurar elementos indiciários quanto à autoria e/ou materialidade da irregularidade funcional, nos termos do art. 207 da Lei Complementar nº 53/2012 e art. 10 do Decreto nº 71/2019.

Art. 2º Designar os(as) servidores(as) Leandro de Sousa Cunha, ocupante do cargo efetivo de Escrivão, Marisete da Silva Rocha, ocupante do cargo efetivo de Procurador do Município e Giovani Rafael Gasparetto, ocupante do cargo efetivo de Escrivão, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, membros da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, nomeados pela Portaria nº 1437/2019, para que, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Processo Disciplinar instaurada nesta Portaria.

Parágrafo único: O prazo para conclusão do processo é de 29/10/2019 a 27/10/2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 29 de outubro de 2019.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 3322/2019

Publicação Nº 2217308

PORTARIA Nº 3322 de 29 de outubro de 2019

Instaura Processo Disciplinar, nos termos do art. 207 da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município.

Considerando o memorando eletrônico nº 15.079/2019 da Corregedoria Geral do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Abertura de Sindicância Investigativa para apurar elementos indiciários quanto à autoria e/ou materialidade da irregularidade funcional, nos termos do art. 207 da Lei Complementar nº 53/2012 e art. 10 do Decreto nº 71/2019.

Art. 2º Designar os(as) servidores(as) Leandro de Sousa Cunha, ocupante do cargo efetivo de Escrivão, Marisete da Silva Rocha, ocupante do cargo efetivo de Procurador do Município e Giovani Rafael Gasparetto, ocupante do cargo efetivo de Escrivão, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, membros da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, nomeados pela Portaria nº 1437/2019, para que, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Processo Disciplinar instaurada nesta Portaria.

Parágrafo único: O prazo para conclusão do processo é de 29/10/2019 a 27/10/2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 29 de outubro de 2019.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 3323/2019

Publicação Nº 2217311

PORTARIA nº 3323 de 29 de outubro de 2019.

Conceder a Promoção por Aquisição de Nova Escolaridade/Titulação, nos termos da Lei Complementar 47/2011 no art. 50 inciso I a IV e Lei Complementar 51/2012 art. 66 inciso I a IV e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a promoção por Aquisição de Nova Escolaridade/Titulação aos servidores nos termos da Lei Complementar 47/2011 no art. 50 inciso I a IV e Lei Complementar 51/2012 art. 66 inciso I a IV. O percentual fixado para escolaridade (Graduação) corresponde a 10%(dez por cento) sobre o nível e referência do cargo de provimento efetivo.

Nome do servidor	Matrícula	Cargo	Nível-referência
ADRIANO MEDEIROS FERREIRA	8359	ESCRITURÁRIO	C-002
ANDERSON OPUSKA SOARES	8839	ESCRITURÁRIO	C-002

PATRICIA MOREIRA HOFFMANN MARTINS	15847	TÉCNICO EM ENFERMAGEM (30HS)	A-02
--------------------------------------	-------	------------------------------	------

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/10/2019.

Biguaçu, 29 de outubro de 2019.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 3324/2019

Publicação Nº 2217315



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA nº 3324 de 29 de outubro de 2019.

Conceder a **Promoção por Aquisição de Nova Escolaridade/Titulação**, nos termos da Lei Complementar 47/2011 no art. 50 inciso I a IV e Lei Complementar 51/2012 art. 66 inciso I a IV e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a promoção por Aquisição de Nova Escolaridade/Titulação aos servidores nos termos da Lei Complementar 47/2011 no art. 50 inciso I a IV e Lei Complementar 51/2012 art. 66 inciso I a IV. O percentual fixado para escolaridade (Pós-Graduação) corresponde a 15%(quinze por cento) sobre o nível e referência do cargo de provimento efetivo.

Nome do servidor	Matrícula	Cargo	Nível-referência
ADESMA APARECIDA GUESSER DA CUNHA	15795	PROFESSOR I – 30HS – EDUCAÇÃO INFANTIL	A-03
ANA MARIA DA CUNHA MEURER	8889	TÉCNICO EM MAGISTÉRIO AUXILIAR DE SALA	C-003
CAROLINE SILVESTRI SOARES	8946	ARQUITETO	C-002
ELISA MARIA GUEDES ROSA	15218	PROFESSOR I – 30HS – EDUCAÇÃO INFANTIL	A-03
ELUINA JUSSARA FONSECA MULLER	15217	PROFESSOR I – 30HS – EDUCAÇÃO INFANTIL	A-03
FATIMA MARIA DA COSTA	15220	PROFESSOR I – 30HS – EDUCAÇÃO INFANTIL	A-03
FERNANDA DA SILVA CUNHA MEDEIROS	15660	ODONTÓLOGO	A-002
FERNANDA DOS PASSOS SOARES	10820	TÉCNICO EM SANEAMENTO	C-003
FRANK JOAO DEMETRIO	7097	TÉCNICO EM MAGISTÉRIO AUXILIAR DE SALA	C-003
GISELI MARIA NUERNBERG	7596	ESCRITURÁRIO	C-003
JOICE MULLER	15211	PROFESSOR I – 30HS – EDUCAÇÃO INFANTIL	A-03
JOSIANE VILMA DE ANDRADE DA ROSA	15215	PROFESSOR I – 30HS – EDUCAÇÃO INFANTIL	A-03





SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

JUVANI HELENA OLIVEIRA AMORIM	6725	PROFESSOR I – 30HS – EDUCAÇÃO INFANTIL	A-03
KARLA BEATRIZ KONS	7230	PROFESSOR II 30HS – EDUCAÇÃO INFANTIL	C-002
KATIA IZAURA MARCELINO FERNANDES	15730	PROFESSOR I – 30HS – EDUCAÇÃO INFANTIL	A-03
LEIA ROSELAINE RAUPP TRAJANO WESTPHAL	15448	ESCRITURÁRIO	A-003
LILIAN BARBOSA SANTOS ROCHA	10901	ENFERMEIRO II	A-002
LUANA ANDRADE DIAS	7616	TÉCNICO EM ENFERMAGEM PLANTONISTA	C-003
LUIZA ALVINA MARCELINO SCHMITZ	15213	PROFESSOR I – 30HS – EDUCAÇÃO INFANTIL	A-03
MARCIA MARINA VIDAL	15937	PROFESSOR I – 30HS – EDUCAÇÃO INFANTIL	A-03
MARIA DE LOURDES FERREIRA	15567	PROFESSOR I – 20HS – ENSINO FUNDAMENTAL (SI)	A-03
MARIA DE LOURDES LOHN COELHO	15210	PROFESSOR I – 30HS – EDUCAÇÃO INFANTIL	A-03
MARINGELA JURACI MATIAS	7181	TÉCNICO EM MAGISTÉRIO AUXILIAR DE SALA	C-003
MARISA DA CRUZ DA LIMA	15884	ESCRITURÁRIO	A-003
NADIA SALMA FELTZ	7652	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	C-003
ROSECLEIA MEURER SILVEIRA	7608	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	C-003
SALETE FRANZOI PEREIRA	15885	PROFESSOR II 10HS – GEOGRAFIA	A-02
SANDRA MARA DE ANDRADE	15216	PROFESSOR I – 30HS – EDUCAÇÃO INFANTIL	A-03
SUZANA PACHECO DOS REIS	7069	TÉCNICO EM MAGISTÉRIO AUXILIAR DE SALA	B-003
VANIA MARIA DE SOUZA DUTRA	15214	PROFESSOR I 30HS – EDUCAÇÃO INFANTIL	A-03
VANIA NEUZA MELO VIEIRA	15869	PROFESSOR I – 30HS – EDUCAÇÃO INFANTIL	A-03

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/10/2019.

Biguaçu, 29 de outubro de 2019.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal



PORTARIA Nº 3325/2019

Publicação Nº 2217317

PORTARIA nº 3325 de 29 de outubro de 2019.

Conceder a Promoção por Aquisição de Nova Escolaridade/Titulação, nos termos da Lei Complementar 47/2011 no art. 50 inciso I a IV e Lei Complementar 51/2012 art. 66 inciso I a IV e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a promoção por Aquisição de Nova Escolaridade/Titulação aos servidores nos termos da Lei Complementar 47/2011 no art. 50 inciso I a IV e Lei Complementar 51/2012 art. 66 inciso I a IV. O percentual fixado para escolaridade (Mestrado) corresponde a 20%(vinte por cento) sobre o nível e referência do cargo de provimento efetivo.

Nome do servidor	Matrícula	Cargo	Nível-referência
MARIZETE CAMPIONI	10821	TÉCNICO EM ENFERMAGEM PLAN- TONISTA	B-004

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/10/2019.

Biguaçu, 29 de outubro de 2019.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 3336/2019

Publicação Nº 2217344

PORTARIA nº 3336 de 04 de novembro de 2019

Exonera servidor efetivo de Função de Confiança, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) JORGE LUIZ COUTINHO, ocupante do cargo efetivo de FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA E AMBIENTAL, da função de Diretor Executivo de Administração e Gerenciamento da Vigilância Ambiental, Sanitária, Epidemiológica e Zoonoses, da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 23/10/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroativos a 23/10/2019.

Biguaçu, 04 de novembro de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3337/2019

Publicação Nº 2217345

PORTARIA nº 3337 de 04 de novembro de 2019

Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o(a) servidor(a) JOÃO JOSÉ MORFIM NETO, detentor do cargo de provimento efetivo de FISCAL DE OBRAS para exercer a Função e Confiança DIRETOR EXECUTIVO DE ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO DA VIGILÂNCIA AMBIENTAL, SANITÁRIA, EPIDEMIOLÓGICA E ZOONESES na Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 24/10/2019.

Biguaçu, 04 de novembro de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3338/2019

Publicação Nº 2217347

PORTARIA nº 3338 de 04 de novembro de 2019.

AUTORIZA SERVIDORES MUNICIPAIS A DIRIGIR VEÍCULOS DA MUNICIPALIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO que os motoristas do Município devem atender prioritariamente as atividades de maior urgência ou aquelas que envolvam alguma particularidade de transporte;

CONSIDERANDO os expedientes anexos, encaminhados acerca de autorização para conduzir veículos por servidor de cargo diverso;

CONSIDERANDO que a administração municipal dispõe em seu quadro de funcionários de motoristas de todas as categorias;

CONSIDERANDO o que dispõe o prejulgado do TCE/SC nº 0984: "Compete à legislação local fixar as regras para a condução dos veículos do Município, disciplinando as condições e responsabilidades pelos atos cometidos no exercício dessa atividade, podendo prever a condução por servidores habilitados não ocupantes de cargos específicos de motoristas, se assim entender o interesse público".

RESOLVE:

Art. 1º. Fica autorizado a dirigir veículos da municipalidade os servidores:

ADAILTON MARTINS, ocupante do Cargo Comissionado de Assistente Técnico,
ADENILSON LUIZ COELHO, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;
ADRIANO MEDEIROS FERREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;
AIRTON VENTURA DOS SANTOS, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;
AGUINEI VILMAR CARDOSO, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Lazer,
ALEXANDRE MARTINS DE SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;
ALEXANDRE SCHLINDWEIN LIMA, ocupante do Cargo Temporário de Fiscal do Meio Ambiente;
ALEXSANDRA BATISTA JOÃO PORTELA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais IV;
ALINE TELLES DE MORAES, ocupante do Cargo Comissionado de Assessor Técnico de Saúde;
AMAURY BORBA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente Gestão de Frotas;
ANDERSON DA SILVA FRANCISCO, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente Operacional;
ANDERSON KLEITON DA SILVA, , ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias da Secretaria de Saúde;
ANDERSON OPUSZKA SOARES, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário, da Secretaria Municipal da Fazenda;
ANDERSON RODRIGUES DE FARIA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente Administrativo;
ANDREA MARGARIDA COELHO, ocupante do Cargo Comissionado de Superintendente da Saúde;
ANTÔNIO CARLOS VIEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;
ARTHUR FABIANO DE OLIVEIRA FARIAS, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;
AURILIO DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Vigia;
CARLOS EDUARDO FUZZI, ocupante do Cargo Efetivo de Vigia;
CARLOS ENRIQUE FERREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Professor;
CELSO ROBERTO CARVALHO, ocupante do Cargo Comissionado de Superintendente da FAMABI;
CESAR AUGUSTO DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal do Meio Ambiente;
CESAR JOVELINO CORREA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;
CESAR MINA, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;
CESAR MURILO SOUTO DOS SANTOS, ocupante do Cargo Efetivo de Médico Plantonista;
CESAR VALMOR EIGI FUZINO, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal do Meio Ambiente;
CHRISTIAN GONÇALVES, ocupante do Cargo Comissionado de Assessor Técnico de Planejamento e Gestão Participativa;
CLAUDEMIR AIRES, ocupante do Cargo Comissionado de Superintendente de Transportes,
CLAUDIA BREHEM LUIZ, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Centro de Convivência dos Idosos;
CLAUDIA VALERIA DARIO, ocupante do Cargo Temporário de Profissional de Educação Física;
CLARISSE FRANÇA ALVES, ocupante de Cargo Comissionado de Assessor de Ensino Fundamental;
CRYSTHIANO DAVID DE SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Acompanhamento Externo;
DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI, ocupante do Cargo Comissionado de Secretária Municipal de Administração;
DAVI JONATTAS DA CUNHA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Roçadeira Costal;
DAVI JOVELINO CORREIA, ocupante do Cargo Efetivo de Vigia;
DÉCIO PELEGRINI, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos 2;
DEISE REGIS DE MIRANDA KONS, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral,
DIONEI AVANCINI DE FARIA, ocupante do Cargo Comissionado de Assistente Operacional,
DIVO PRAZERES, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;
DOUGLAS BATISTA DE ANDRADE, ocupante do Cargo Efetivo de Vigia,
DORIVAL MIGNONI, ocupante do Cargo Comissionado Assistente Técnico da FAMABI;
EDUARDO DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Mecânico;
EDUARDO DELLANGELO SILVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico Agrícola;
ELIANE BARCELOS PULCENA, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe de Divisão Operacional;
ELIANE ROCHA DE CARVALHO, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Apoio;
EMERSON EVERALDO SOARES, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Turismo;
ENIO BOLL, ocupante do Cargo Efetivo Operador De Maquinas E Equipamentos Pesados;
EURICO RILLO DE CAMPOS JÚNIOR, ocupante do Cargo Efetivo de Vigia;
EVELISE MARA SCHMITT, ocupante do Cargo Comissionado de Coordenador de Vigilância Social;
EVANILDO ANTENOR DE SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Eletricista;

FABIANO TIAGO JOSÉ, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais V Servente;
FABIO ARAUJO MARTINS, ocupante do Cargo Efetivo de Professor;
FABIO LEANDRO MAFIOLETE, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Topografia;
FABIO SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Mecânico;
FERNANDA APARECIDA DA CUNHA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;
FERNANDO FRANCISCO DE AMORIM, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Fisioterapia;
FERNANDO MACHADO, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais III - Jardineiro;
FELIPE FARIAS, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Topografia;
FILLIPE PEREIRA FAGUNDES, ocupante do cargo efetivo de Vigia;
FRANCIS BARP REIS, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Ambiental;
FRANCISCO DE SOUZA PEREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais III - Jardineiro;
FULVIO HENRIQUE, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil;
GABRIEL ANSELMO CARDOSO, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;
GABRIEL CITATIN DE MELO, ocupante do Cargo Comissionado de Assistente Técnico;
GABRIELA SCHMITZ DO AMARAL, ocupante do cargo temporário de Técnico em Enfermagem;
GEOVANY DUARTE MARIA, ocupante do Cargo Comissionado Chefe de Patrimônio;
GIOVANI RAFAEL GASPARETTO, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;
GUSTAVO FREDERICO MARDER, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil,
GUSTAVO PACHECO DOS REIS, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Integração das Unidades de Saúde;
GUILHERME ORLI DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico de Enfermagem;
HAMILTON REIS, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;
HERTO LUNARDELLI JUNIOR, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);
ISOLETE SCHLEMPER WALTER, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos II;
IRINEU DAVI KUHNEN, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Manutenção de Obras em Geral,
ISRAEL SOARES, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Trator Agrícola;
JEAN ANDRE DE MARIA, ocupante do Cargo Efetivo de Pintor;
JEAN CARLO SANTANA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;
JEDILSON CELSO FERNANDES, ocupante do Cargo Efetivo de Professor;
JOANA ALVES LINO DOS SANTOS, ocupante do Cargo temporário de Técnico em Enfermagem;
JOEL AROLDI PEREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Saneamento;
JOILSON ANTONIO DA CRUZ, ocupante do Cargo Efetivo de Calceteiro;
JOÃO JOSÉ MORFIM NETO, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Obras;
JORGE LUIZ DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;
JORGE LUIZ COUTINHO, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental;
JOSE LUIZ ALVES, ocupante do Cargo Efetivo de Especialista em Assuntos Educacionais;
JOSE VALDEMAR SILVEIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Obras, Desenvolvimento Urbano e Transporte;
JOSE RICARDO BIM GOMES, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico Em Enfermagem Plantonista;
KELLY DE AQUINO MULLER COUTINHO, ocupante do Cargo Temporário Professor III;
JOSUE BOUSON, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais V - servente;
LAURO LUIZ DE CAMPOS, ocupante do Cargo Comissionado de Assistente de Obras;
LEANDRO DE SOUZA CUNHA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário,
LÉO INACIO LOHN, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos Municipais II;
LEO RICARDO MARTINS, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;
LEONEL BRAZ BROCKVELD, ocupante do Cargo Temporário Técnico em Enfermagem;
LEONARDO SIMOES DA SILVEIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente Pedagógico;
LIAMARA SILVA DOS SANTOS, ocupante do Cargo Comissionado de Superintendente da FAMABI;
LOURENI BATISTA GERHARDT, ocupante do Cargo Comissionado de Superintendente De Planejamento Participativo;
LUAN DE SOUZA PEREIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Agricultura;
LUCAS AZAMBUJA, ocupante do Cargo Temporário de Psicólogo;
LUIS FERNANDO DOS SANTOS CHAVES, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe de Setor de Saúde Animal;
LUIZ ANDRE PIMENTEL MACEDO, ocupante do cargo efetivo de Vigia,
LUIZ FERNANDO CHALTEIN DE OLIVEIRA BELLO, ocupante do Cargo Efetivo de Médico Veterinário;
LUIZ JOSÉ MARTINS JUNIOR, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;
MANOEL AIRTON PEREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);
MANOEL CUSTÓDIO, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos Municipais II;
MANOELA LUCIANO DE AMORIM, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Veterinário;
MARCIA RODRIGUES DE AZEVEDO, ocupante do cargo comissionado de Secretaria de Desenvolvimento Econômico
MARCIO ROBERTO DIAS DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Saúde II;
MARIANA MARIA KONS HOFFMANN, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Obras e Posturas;
MAYARA VOLPINI TURRA, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheira Civil;
MAYCON DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;
MILTON JOÃO DOS SANTOS, ocupante do Cargo Efetivo de Almoxarife;
MOISES DE ANDRADE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;
MOISES FREITAS DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de Vigia;
NILSON DE FARIAS, ocupante do Cargo Comissionado de Assessor Técnico de Obras,
OSLI ROBERTO DA CUNHA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;
OSMAR ESPINDOLA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Retroescavadeira;
OSMAR JOSÉ MARTHENDAL, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;
OSNI GILBERTO FERREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;

OSEIAS MORAES INÁCIO, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Serviços Urbanos,
PAULO ROBERTO DA SILVA, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;
PATRICK MACHRY, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos II;
PETERSON SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação - Operário Braçal;
RAFAEL DE OLIVEIRA PRAZERES, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Cadastro Técnico e Índices Urbanísticos;
RAFAEL EMILIO POLLMANN, ocupante do Cargo Efetivo de Mecânico;
RAFAEL RUDIGER, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Cadastro Técnico e Controle de Índice Urbanístico;
RENAN DE SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Enfermeiro II;
RICARDO JOSE DE SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Assessor Técnico de Cultura, Esporte Turismo e Lazer;
RICARDO LUIZ DA ROSA, ocupante do cargo efetivo de Carpinteiro;
RICARDO ROBERTO VARGAS, ocupante do cargo efetivo de Operador de Patrola;
ROBERTO FABRICIO ROSA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal,
ROBERVAL REIS DE SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental;
ROBSON CLEITON DE SOUSA ocupante do Cargo temporário de Vigia;
ROBSON TRAGIBO DE CAMPOS, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;
RODRIGO LIMA DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe de gestão de Frotas;
ROGERIO FARIAS OLDANI, ocupante do Cargo Temporário de psicólogo NASF;
ROLD ANDRADE PEREIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Assessor de Educação Infantil;
RONALDO FERNANDES JUNQUEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Retroescavadeira;
RONEI JOSE DE ANDRADE, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Trator Agrícola;
RONNIE MARKS MACIEL, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer;
SADI PEIXOTO, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe de Divisão de administração de cemitérios,
SALMIR GONÇALVES, ocupante do Cargo Comissionado de Superintendente de Relações Institucionais;
SANDRO PERES MACHADO, ocupante do Cargo Comissionado de Assessor Técnico de Administração;
SAUL DE MELLO FERREIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Trânsito,
SILVIO SEVERINO, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Serviços Urbanos,
SINCLER BILCK, ocupante do Cargo Efetivo de Vigia;
SOFIA HARTMANN, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Florestal;
SUENY SELL, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental;
TATIANY BITTENCOURT JACINTO, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Análise de Recursos Humanos;
THIAGO FERREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;
THIAGO VINÍCIUS NAHAS, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos I;
THOMAS SCHROEDER, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Florestal,
VALDIR JOSE FERRARI, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Obras Públicas;
VALDIR VALDEMIRO BITTENCOURT, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Operacional;
VILMAR DE ASSUNÇÃO, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;
VITOR MANOEL GONÇALVES, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;
WILLYAN LUCIANO, ocupante do Cargo Efetivo de Vigia;

Art. 2º. A presente autorização restringe-se aos veículos da municipalidade e em situações consideradas especiais, tais como a urgência do serviço e a indisponibilidade de motoristas.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário e a Portaria nº 3319/2019.

Biguaçu, 04 de novembro de 2019.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 3339/2019

Publicação Nº 2217350

PORTARIA nº 3339 de 04 de novembro de 2019

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) CRISTINA CORREIA MUNIZ, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, com jornada de 40 horas semanais, para prestar serviços na Unidade Básica de Saúde Prado, da Secretaria Municipal de Saúde, conforme aprovação no Processo Seletivo Nº 003/2018 – Secretaria de Saúde, a partir de 22/10/2019, para a manutenção do convênio com a União.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são a partir de 22/10/2019.

Biguaçu, 04 de novembro de 2019.

DANIEL CÉSAR DA LUIZ
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 3340/2019

Publicação Nº 2217352

PORTARIA nº 3340 de 04 de novembro de 2019

Concede Gratificação de Vigia Patrimonial Pública Monitorada e Patrulha Noturna, nos termos do art. 35, caput da Lei Complementar nº 113/2017, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor David Jovelino Correia, brasileiro, detentor do cargo de provimento efetivo de Vigia, inscrito na matrícula funcional nº 216, a Gratificação de Vigia Patrimonial Pública Monitorada e Patrulha Noturna nos termos do art. 35, caput da Lei Complementar nº 113/2017 no período de 15/11/2019 a 31/03/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos são retroativos a 15/11/2019.

Biguaçu, 04 de novembro de 2019.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 3341/2019

Publicação Nº 2217354

PORTARIA nº 3341/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER, Licença Maternidade à servidora, KARLA DA SILVA VICENTE FORTUNATO, ocupante do cargo de provimento temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal desta Municipalidade, a partir de 04/11/2019 a 02/03/2020.

CONCEDER, Estabilidade Provisória conforme Art. 7º, XVIII, da CF art. 10, II, "B", do ADCT do STF a partir de 03/03/2020 a 01/04/2020.

Biguaçu, 04 de novembro de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALLIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 3342/2019

Publicação Nº 2217358

PORTARIA Nº 3342 de 04 de novembro de 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X, da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010 (promulgação de novo texto) e nos termos da Lei Municipal nº. 2791/2009,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, LUCIMAR FURLANETTO MARTINS, brasileiro (a), para exercer o cargo de provimento efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com jornada de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 04 de novembro de 2019.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 3343/2019

Publicação Nº 2217362

PORTARIA Nº 3343 de 04 de novembro de 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X, da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010 (promulgação de novo texto) e nos termos da Lei Municipal nº. 2791/2009.

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, NADJA REGINA SOUSA MAGALHÃES, brasileiro (a), para exercer o cargo de provimento efetivo de ESPECIALISTA EM

ASSUNTOS EDUCACIONAIS, com jornada de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 04 de novembro de 2019.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 3344/2019

Publicação Nº 2217363

PORTARIA Nº 3344 de 04 de novembro de 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X, da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010 (promulgação de novo texto) e nos termos da Lei Municipal nº. 2791/2009,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, KARLA KRISTINA MARTINS, brasileiro (a), para exercer o cargo de provimento efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com jornada de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 04 de novembro de 2019.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 01/2019

Publicação Nº 2217622

RESOLUÇÃO NORMATIVA DO CMDPI N.º 01/2019

Dispõe sobre a concessão e renovação de inscrição das Organizações da Sociedade Civil e Governamentais, com ou sem fins lucrativos, de atendimento ao direito do idoso no município de Biguaçu.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei municipal nº. 3636/2016, e CONSIDERANDO o advento da Lei Federal nº 10.741 de 1º de outubro de 2003 – ESTATUTO DO IDOSO, bem como seus artigos 47, 48, 49, 50, no título IV, capítulo II; e ainda, o disposto na referida lei quanto à fiscalização das organizações da sociedade civil e governamentais, com ou sem fins lucrativos, de atendimento ao direito do idoso.

Considerando a deliberação na Plenária da Reunião Ordinária de 18 de junho de 2018.

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar a Regulamentação dos Critérios para a concessão de Inscrição de programas e serviços das Organizações da Sociedade Civil e Governamentais com ou sem fins lucrativos, de atendimento ao direito do idoso, constante nos anexos desta resolução.

Art. 2º – Poderão obter inscrição no CMDPI as organizações da sociedade civil com ou sem fins lucrativos que promovam ações no campo da política de atendimento à Pessoa Idosa, conforme estabelecido no artigo 47 do Estatuto do idoso, que considera como linhas de atendimento:

- I. Políticas sociais básicas, previstas na lei federal nº 8.842 de 04 de janeiro de 1994;
- II. Políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que necessitarem;
- III. Serviços especiais de prevenção e atendimento às vítimas de negligência, maus tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;
- IV. Serviços de identificação e localização de parentes ou responsáveis por idosos abandonados em hospitais e instituições de longa permanência;
- V. Proteção jurídico social por instituição de defesa de direitos dos idosos;
- VI. Mobilização da opinião pública no sentido da participação dos diversos segmentos da sociedade no atendimento ao idoso.

Art. 3º – A concessão de Inscrição para organizações da sociedade civil e governamentais com ou sem fins lucrativos, e seus respectivos programas e serviços de atendimento de acordo com o que se preceitua a legislação supracitada, obedecerá ao disposto na presente Resolução Normativa.

Parágrafo Único – o Atestado de Funcionamento Regular da Inscrição de programas e serviços será concedido pelo CMDPI e terá prazo de validade de um ano, sendo obrigatória a atualização anual respeitando os documentos solicitados pelo CMDPI, até 30 abril.

Art. 4º – Somente deverão solicitar e obter Inscrição de programas e serviços no CMDPI, organizações da sociedade civil e governamentais, com ou sem fins lucrativos, que atuem no atendimento e defesa dos direitos do Idoso, apresentando seu respectivo programa de atuação de acordo com dispostos nos artigos 48, 49 e 50 do Estatuto do idoso – Lei Federal nº 10.741/03.

Art. 5º – Para Concessão da respectiva inscrição, as organizações de atendimento ao idoso, deve observar os requisitos, conforme disposto no artigo 48 do Estatuto do Idoso.

Art. 6º – As organizações que desenvolvam programas de institucionalização de longa permanência adotarão os princípios, conforme disposto no artigo 49 do Estatuto do Idoso.

Art. 7º – Constituem obrigações das organizações de atendimento, o disposto no artigo 50 do Estatuto do Idoso.

Art. 8º – Documentos necessários que deverão estar junto ao encaminhamento do pedido de inscrição de programas e serviços ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI:

a) Organizações da sociedade civil e governamentais:

- I. Requerimento fornecido pelo CMDPI, conforme modelo anexo I, devidamente preenchido, datado e assinado pelo representante legal da organização;
- II. Formulário de Cadastro fornecida pelo CMDPI, conforme modelo **anexo II**, devidamente preenchido, datado e assinado pelo representante legal da organização, que devesse rubricar todas as folhas;
- III. Cópia do documento de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ, devidamente atualizado;
- IV. Os alvarás da Prefeitura, Vigilância Sanitária e do Corpo de Bombeiros vigentes.
- V. Nos casos de instituição de longa permanência ou casa lar, apresentar cópia laudo da Vigilância Sanitária, expedido pela Secretaria Municipal de Saúde de Biguaçu, devidamente atualizado, conforme os parâmetros da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC Nº 283, de 26 de setembro de 2005;
- VI. Cópia do documento comprobatório de dedetização do estabelecimento;
- VII. Apresentação de projeto aprovado do imóvel para os fins a que se destina e cópia do respectivo habite-se.
- VIII. Cópia do Estatuto, onde seja comprovado que os objetivos estatutários estejam em conformidade com o Estatuto do Idoso, devendo estar registrado em cartório de Registro Civil das Pessoas jurídicas;
- IX. Nos casos de organizações de assistência social, apresentar cópia do certificado de inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS;
- X. Apresentação do modelo de contrato de prestação de serviço com o idoso, de acordo com que preceitua o Estatuto do Idoso, em seu artigo 50, inciso I - celebrar contrato escrito de prestação de serviço com o idoso, especificando o tipo de atendimento, as obrigações da instituição e prestações decorrentes do contrato, com os respectivos valores, se for o caso;

XI. Plano Anual de trabalho, com os respectivos programas de atendimento, conforme roteiro **anexo III**;

XII. Relação da quantidade e tipo de vínculo empregatício de funcionários, prestadores de serviços, voluntários, estagiários que exerçam qualquer atividade na instituição, conforme modelo **anexo IV**;

XIII. Nos casos de instituição de longa permanência ou casa lar, apresentar a declaração de compatibilidade com o Estatuto do Idoso, artigo 35 - as instituições de longa permanência, ou casa-lar, são obrigadas a firmar contrato de prestação de serviços com a pessoa idosa abrigada;

§ 1º No caso de instituição filantrópicas, ou casa-lar, é facultada a cobrança de participação do idoso no custeio da instituição;

§ 2º O Conselho Municipal do Idoso ou o Conselho Municipal da Assistência Social estabelecerá a forma de participação prevista no § 1º, que não poderá exceder a 70% (setenta por cento) de qualquer benefício previdenciário ou de assistência social percebido pelo idoso;

§ 3º Se a pessoa idosa for incapaz, caberá a seu representante legal firmar o contrato a que se refere o caput deste artigo; **anexo V**;

XIV. Cópia da Ata da eleição e posse da atual diretoria, devidamente averbadas em cartório de Registro Civil da Pessoas jurídicas;

XV. Cópia da ata da fundação registrada em cartório;

XVI. Cópia do RG e CPF do Presidente, Vice-Presidente e tesoureiro;

XVII. Atestado de Antecedentes criminais da Diretoria Executiva;

XVIII. Declaração de idoneidade de todos os integrantes da Diretoria Executiva, conforme modelo **anexo VI**, devidamente preenchida, datada e assinada pelo representante legal da organização;

XIX. Nos casos de projetos intersetoriais com outras políticas, o CMDPI solicitará aos órgãos pertinentes, parecer quanto ao seu funcionamento;

XX. É facultado ao CMDPI solicitar outros documentos que sejam necessários para análise da inscrição.

b) em caso de FUNDAÇÃO, a requerente deverá apresentar ainda:

I. cópia da escritura de sua instituição, devidamente registrada no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas;

II. Comprovante de aprovação dos estatutos, bem como suas respectivas alterações, se houverem, pelo Ministério Público;

III. Cópia do Regimento Interno, bem como cópia da ata da assembleia que o aprovou.

IV. É facultado ao CMDPI solicitar outros documentos que sejam necessários para análise da inscrição.

V. Em se caso de renovação, a instituição deverá apresentar a cópia do certificado da inscrição anterior.

VI. Em casos de instituição de longa permanência ou casa lar, apresentar cópia laudo da Vigilância Sanitária, expedido pela Secretaria Municipal de Saúde de Biguaçu, devidamente atualizado, conforme os parâmetros da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC Nº 283, de 26 de setembro de 2005;

Art. 11 – O pedido de inscrição e de renovação, deverá ser apresentado com documentação completa em envelope, na sede do CMDPI;

Art. 12 – O pedido de inscrição e os documentos encaminhados pela instituição serão apresentados aos membros do CMDPI, que providenciarão a sua autuação e farão uma conferência formal sobre o cumprimento do art. 8º desta resolução.

Parágrafo único – constatada ausência de qualquer documento, a instituição interessada será notificada, **por ofício**, para complementação.

Art. 13 – Após a avaliação da plenária, caso a decisão final seja favorável à inscrição e renovação, emitir o correspondente certificado, cujo prazo de vigência será de dois (02) anos.

Art. 14 – A inscrição junto ao CMDPI poderá ser cancelada a qualquer tempo, de forma motivada, se for comprovado, junto ao conselho, o descumprimento de exigências legais e / ou administrativas, assegurada a ampla defesa.

Art. 15 – O requerente poderá solicitar informações sobre o andamento de pedido de inscrição e renovação através de ofício, dirigindo à diretoria executiva do CMDPI, que enviará resposta à requerente por ofício.

Art. 16 – Para manutenção de certificado de inscrição e renovação, as organizações não governamentais, com ou sem fins lucrativos, e os programas e serviços governamentais deverão cumprir as seguintes formalidades:

I. Sempre que ocorrer qualquer alteração na programação, nas atividades, nos compromissos sociais da organização, bem como na razão social, endereço, telefones, composição da diretoria executiva, representante legal da organização, ou ainda, de proprietário, ou quaisquer outras alterações relevantes, esta deverá comunicar ao CMDPI, através de ofício, endereçado ao presidente, imediatamente após a alteração ocorrida;

II. Apresentar outras informações e / ou documentos, quando solicitados pelo CMDPI;

III. Atender criteriosamente, o estabelecido no art.4º, parágrafo único da presente resolução.

Art. 17 – O CMDPI efetuará visitas às organizações da sociedade civil e governamentais, e aos programas e serviços da área governamental, objetivando verificação de atendimento e atuação junto ao Idoso, conforme o que se preceitua o Estatuto do Idoso, em seu artigo 52.

Art. 18 – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, e a partir de então as organizações da sociedade civil, terão o prazo de sessenta (60) dias para regularizar a inscrição de cadastro no CMDPI, na forma ora estabelecida.

Biguaçu, 05 de novembro de 2019.

Anne Jerônimo da Silveira
Presidente do CMDPI/Biguaçu

TIMBRE DA INSTITUIÇÃO
ANEXO I
REQUERIMENTO

() INSCRIÇÃO NO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

() RENOVAÇÃO DA INSCRIÇÃO NO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

Senhor(a) Presidente do Conselho Municipal do Idoso – CMDPI de Biguaçu/SC

A organização, denominada _____

_____, representada
por _____ representante legal da
instituição, portador(a) do CPF nº _____, firma o presente requerimento, com
a anexação dos documentos solicitados no item 4 da Resolução nº 01/2019 do CMDPI,
estando ciente que a expedição do certificado de inscrição da instituição, bem como sua
renovação, ocorrerá após a análise dos documentos, visita e elaboração de parecer,
confirmando que a instituição atende aos princípios previsto pelo Estatuto do Idoso.

Biguaçu, ____ de _____ de ____

Nome do Representante Legal e Assinatura

TIMBRE DA INSTITUIÇÃO

ANEXO II

FORMULÁRIO CADASTRAL

I – IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO			
Nome da Instituição (de acordo com o estatuto):			
Nome Fantasia:			
Endereço:			
Número:	Bairro:	Distrito:	
Telefone:	Fax:	Município:	
E-mail:			
Telefone/outro:		CEP:	
CNPJ:			
Data da Fundação:			
II – DADOS DO DIRIGENTE DA INSTITUIÇÃO			
Nome:			
CPF:		RG:	
Formação Profissional:			
Vigência do Mandato:	Início: __/__/____	Término: __/__/____	
Endereço:		Número:	
Bairro:	CEP:	Município:	
Telefone:		E-mail:	
II- DADOS DO RESPONSÁVEL TÉCNICO			
Nome:			
CPF:		RG:	
Formação Profissional:			
Inscrição no Conselho de classe:			
Vigência do Mandato:	Início: __/__/____	Término: __/__/____	
Endereço:		Número:	
Bairro:	CEP:	Município:	
Telefone:			
III – DADOS QUANTITATIVOS			
IV – FINALIDADE ESTATUTÁRIA			
V- IDENTIFICAÇÃO DOS PROGRAMAS DESENVOLVIDOS:			
VI – RELAÇÃO DE ESTABELECIMENTO (S) MANTIDO (S)			
Nome:			
Endereço:		Número:	
Bairro:	CEP:	Município:	UF:

TIMBRE DA INSTITUIÇÃO
ANEXO III
ROTEIRO PARA O PLANO DE TRABALHO
PLANO ANUAL DE TRABALHO – Exercício _____

- O Plano de Trabalho é o planejamento global da instituição.
- Inclui: missão da instituição, objetivos gerais, estratégias, constituindo-se em um planejamento para o prazo de 02 anos, devendo conter: Identificação da Instituição ou Organização; Nome, localização, município, data da criação, público-alvo atendido, etc.
- Apresentação: Descrever o conteúdo do plano, ou seja, do que se trata o trabalho realizado pela instituição, para qual público e a área que abrange; sua relevância à sociedade; metodologia de trabalho; os parceiros para o desenvolvimento das atividades (como as redes de atendimento) e da elaboração do mesmo. Também são apresentados os princípios que norteiam as ações, de forma que expressem os valores morais, culturais, políticos, etc.; as diretrizes das ações; as leis que fundamentam toda a ação e o modelo de gestão adotado pela organização.
- Diagnóstico da área: Apresentar o diagnóstico da área que será implantado o plano de trabalho ou que já vem sendo desenvolvido, contendo a caracterização das pessoas que serão atendidas; análise da realidade social da comunidade (bairro, cidade, etc.); aspectos demográficos, fontes de recursos, histórico da região e/ou público.
- Objetivos: Definir de forma ampla o que se quer alcançar, ou seja, o objetivo geral, qual situação-problema que se quer superar. E os objetivos específicos, que são descritos de forma mais detalhada que o geral.
- Prioridades e estratégias: Listar as prioridades das ações da instituição, levando em conta a sua viabilidade e seu potencial humano e financeiro. Já, estratégias são os caminhos escolhidos pela instituição para se alcançar o objetivo proposto.
- Recursos humanos, materiais e financeiros: Explicar todos os recursos que a instituição possui para desenvolver as ações. O quadro de profissionais que compõem a atividade, suas especialidades e funções; quem são os responsáveis diretos por cada; os materiais que compõem a organização para o seu funcionamento; e os recursos financeiros da organização, se são recursos próprios ou não, sua fonte, etc.
- Metas: Mostrar quantitativamente o objetivo que se quer atingir e o prazo para

alcançá-lo ou se aproximar do desejado.

- **Monitoramento e Avaliação:** Descrever como será realizado o acompanhamento contínuo do desenvolvimento das atividades e apresentar a tipologia e a periodicidade da avaliação adotada pela instituição, para identificar os avanços e dificuldades visando um possível aprimoramento.
- **Alterações:** Caso a instituição altere o Plano de Trabalho, este deverá ser reencaminhado ao Conselho, com as devidas alterações.

TIMBRE DA INSTITUIÇÃO

ANEXO IV

RELAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Relação de funcionários, prestadores de serviços, voluntários e estagiários que desenvolvem atividades na Instituição:

(Nome): _____

Identificação do Profissional	Formação Educacional	Vínculo Empregatício	Carga Horária Mensal	Atividade Desenvolvida

Biguaçu, ____ de _____ de ____.

TIMBRE DA INSTITUIÇÃO

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE OBSERVÂNCIA E CUMPRIMENTO

Declaro, sob as penas da lei e para os devidos fins,

_____,
com sede na _____(endereço),
em Biguaçu/SC, inscrita no CNPJ sob o nº _____ observa e
cumpre com Art. 35 do Estatuto do Idoso (Lei nº10.741/2003), que estabelece:

“Todas as instituições de longa permanência, ou casa lar, são obrigadas a firmar contrato de prestação de serviços com a pessoa idosa abrigada.

Inciso 1º - No caso de instituição filantrópica, ou casa lar, é facultada a cobrança de participação do idoso no custeio da instituição.

Inciso 2º - O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa ou o Conselho Municipal da Assistência Social estabelecerá a forma de participação prevista no inciso 1º, que não poderá exceder a 70% (setenta por cento) de qualquer benefício previdenciário ou de assistência social percebido pelo idoso.

Inciso 3º - Se a pessoa idosa for incapaz, caberá a seu representante legal firmar o contrato a que se refere o caput desse artigo”. (g.n.)

Sem mais, coloco-me à disposição para esclarecimentos que se fizeram necessários.

Biguaçu, ____ de _____ de _____.

Nome do Representante Legal e Assinatura

TIMBRE DA INSTITUIÇÃO
ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

_____(nome),
brasileiro, (Estado Civil), _____ (profissão) _____, portador
do RG nº. _____ inscrito no CPF nº. _____
presidente da _____(instituição), residente e domiciliado
na Rua _____ Biguaçu/SC,
declaro sob as penas da Lei, que os diretores da Instituição, são pessoas idôneas, não tendo
nada que desabone suas condutas, atendendo desta forma o inciso “IV” do Parágrafo Único,
do artigo 48 da Lei Federal nº. 10741/2003.

Por ser verdade, firmo o presente.

Biguaçu, ____ de _____ de _____.

Blumenau

PREFEITURA

LEI Nº 8.789/2019

Publicação Nº 2217378

LEI Nº 8.789, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO À SOCIEDADE BENEFICENTE ARNOLDO HADLICH E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder auxílio financeiro à Sociedade Beneficente Arnaldo Hadlich, inscrito no CNPJ sob o nº 00.065.973/0001-09, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 4.378 de 14/09/1994, no valor de R\$ 1.530,28 (um mil, quinhentos e trinta reais e vinte e oito centavos), destinados a Cooperação Técnica/Financeira que visa o atendimento às crianças da Educação Infantil, qualificada como primeira etapa da Educação Básica, de zero a seis anos de idade, respeitando a data de ingresso no Ensino Fundamental de nove anos à Rede Pública Municipal, em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais - Recursos Fundeb – SEMED.

Art. 2º A despesa prevista no artigo 1º desta Lei, correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

0903 – Diretoria de Educação Básica

Atividade 09.03.12.365.0049.2340–Man.Des.Ens.Ed.Bás.Fundeb/Pré-Escola

Modalidade 3.3.50(221)Trans.Inst.Priv.s/Fins Luc. R\$ 1.530,28

Fonte de Recurso 0119.00000

Art. 3º A entidade beneficiada prestará contas da aplicação do recurso recebido, no prazo de 60 (sessenta dias), contados da data do repasse, sob pena de ficar impedida de receber novos recursos.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 04 de novembro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

LEI Nº 8.790/2019

Publicação Nº 2217379

LEI Nº 8.790, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

Ratifica o Novo Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI e dá outras providências.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica ratificado o Novo Protocolo de Intenções proposto na Assembleia Geral do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí - CISAMVI, realizada em 22 de junho de 2017, nos termos do §1º do art. 23 do Estatuto do CISAMVI, e aprovado na íntegra e sem alterações o texto final, na Assembleia Geral realizada em 10 de julho de 2018.

Art. 2º. O Novo Protocolo de Intenções a que se refere o art. 1º desta lei é o que segue em anexo, dela fazendo parte integrante.

Art. 3º. O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí - CISAMVI fica isento, independentemente de requerimento, de todos os tributos municipais no território dos municípios que o integram, sem prejuízo da imunidade tributária de que trata o art. 150, VI, "a", e § 2º, da Constituição Federal.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor após a ratificação por pelo menos oito (8) dos municípios que subscrevem o Novo Protocolo de Intenções, convertendo-se este no Contrato de Consórcio Público.

Art. 5º. Ao entrar em vigor esta Lei, com o cumprimento do estabelecido na cláusula anterior, suas disposições se aplicarão desde logo aos processos e/ou procedimentos pendentes, restando revogada a Lei nº 7.363, de 18 de dezembro de 2008.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 04 de novembro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

LEI Nº 8.791/2019

Publicação Nº 2217381

LEI Nº 8.791, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO À ABLUTEC – ASSOCIAÇÃO BLUMENAUENSE DE TURISMO, EVENTOS E CULTURA E A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder auxílio financeiro à ABLUTEC – Associação Blumenauense de Turismo, Eventos e Cultura, inscrita no CNPJ sob o nº 10.668.225/0001-74, com foro no município de Blumenau, no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), para atender o Processo ERP/GRP nº. 2019/035, que objetiva firmar Contrato de Gestão entre o Município de Blumenau e referida entidade, visando promover a “Decoração em Iluminação do Natal em Blumenau no ano de 2019”.

Art. 2º Para atender a despesa prevista no artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no orçamento vigente, no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), na dotação orçamentária abaixo discriminada:

16 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E LAZER

1602 – Diretoria de Planejamento e Promoção

Atividade 16.02.23.695.0080.2548 – Apoio Financeiro à ABLUTEC – Associação Blumenauense de Turismo, Eventos e Cultura

Modalidade 3.3.50 () Transf.a Entidades Priv.s/Fins Lucr R\$ 1.000.000,00

Fonte de Recurso 0100.00000

Art. 3º O crédito adicional especial aberto no artigo 2º desta Lei, correrá por conta da redução da seguinte dotação orçamentária:

18 – INTENDÊNCIA DISTRITAL DO GRANDE GARCIA

1801 – Administrativo Distrital do Grande Garcia

Atividade 18.01.04.122.0024.2124 – Manut. Ativ. Adm. Sedigg

Modalidade 4.4.90 (725) Aplicações Diretas R\$ 1.000.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 4º Fica incluída no Anexo I – Metas e Prioridades, da Lei n. 8.485, de 18 de outubro de 2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos para o Quadriênio 2018/2021, a seguinte ação:

Órgão: 16 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E LAZER

Unidade: 02 – Diretoria de Planejamento e Promoção

Código: 16.02.23.695

Programa: 0080 – Programa de Promoção do Turismo

Ação: 2548 – Apoio Financeiro à ABLUTEC – Associação Blumenauense de Turismo, Eventos e Cultura

Produto: Entidade Beneficiada

Unidade: Unidade

Valor Próprio (2019): R\$ 1.000.000,00

Art. 5º Para atender o disposto no artigo 4º desta Lei, fica reduzida no Anexo I – Metas e Prioridades, da Lei no 8.485, de 18 de outubro de 2017, a seguinte ação:

Órgão: 18 – INTENDÊNCIA DISTRITAL DO GRANDE GARCIA

Unidade: 01 – Administrativo Distrital do Grande Garcia

Código: 18.01.04.122

Programa: 0024 – Progr.de Gestão, Manut. e Serv.da Int.Distr.do Garcia

Ação: 2124 – Manut. Ativ. Adm. Sedigg

Produto: Atividade Executada

Unidade: Unidade

Valor Próprio (2019): R\$ 1.000.000,00

Art. 6º Fica incluída no Anexo II da Lei Municipal nº 8.596, de 13 de junho de 2018, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias Para o Exercício Financeiro de 2019, a seguinte ação:

Órgão: 16 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E LAZER

Unidade: 02 – Diretoria de Planejamento e Promoção

Código: 16.02.23.695

Programa: 0080 – Programa de Promoção do Turismo

Ação: 2548 – Apoio Financeiro à ABLUTEC – Associação Blumenauense de Turismo, Eventos e Cultura

Unidade: Unidade

Qde: 1,00

Art. 7º A entidade beneficiada prestará contas da aplicação do recurso recebido, no prazo de 30 (trinta dias), contados da data do repasse.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 04 de novembro de 2019.
MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

LEI Nº 8.792/2019

Publicação Nº 2217382

LEI Nº 8.792, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

DETERMINA A INCLUSÃO DO SÍMBOLO DO AUTISMO NAS AUTORIZAÇÕES DE ESTACIONAMENTO PREFERENCIAL EMITIDAS PELO PODER PÚBLICO MUNICIPAL.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau,
no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É obrigatória a inclusão do símbolo do Autismo nas autorizações de estacionamento preferencial emitidas pelo Poder Público Municipal em favor das pessoas com Transtorno do Espectro Autista – TEA e seus acompanhantes necessários.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 05 de novembro de 2019.
MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.262/2019

Publicação Nº 2217384

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.262, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 823, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011, QUE "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CEDER SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO PARA EXERCÍCIO NA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE BLUMENAU".

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O caput do artigo 1º da Lei Complementar nº 823, de 24 de novembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a ceder, em caráter excepcional, servidor público municipal ocupante do cargo de provimento efetivo dos grupos ocupacionais operacional e funcional, do seu quadro permanente de pessoal, para exercício na Vara da Fazenda Pública da Comarca de Blumenau.
[...]"

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 04 de novembro de 2019.
MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.263/2019

Publicação Nº 2217386

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.263, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

ACRESCENTA ARTIGO 15-A NA LEI COMPLEMENTAR
Nº 179, DE 20 DE AGOSTO DE 1998.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau,
no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Na Lei Complementar nº 179, de 20 de agosto de 1998, que "Dispõe sobre a concessão de incentivos econômicos e estímulos fiscais para empreendimentos econômicos estabelecidos ou que venham a se estabelecer no Município, cria o Fundo de Desenvolvimento

Econômico de Blumenau – FUNDEBLU, e dá outras providências”, após o art. 15, fica acrescentado o art.15-A, com a seguinte redação:

“Art. 15-A. O município de Blumenau fica proibido de conceder programas de estímulos fiscais a empresas envolvidas em corrupção de qualquer espécie ou ato de improbidade administrativa por agente público.

§1º Aplica-se o disposto neste artigo somente àquelas pessoas com decisão judicial transitada em julgado.

§2º O impedimento de acesso a benefícios fiscais não poderá ocorrer por período superior ao máximo da condenação criminal ou por improbidade administrativa, já descontadas as eventuais frações de tempo de pena já cumpridas antes do trânsito em julgado da decisão.”

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 05 de novembro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.396/2019

Publicação Nº 2217388

DECRETO Nº 12.396, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.663, de 17 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento vigente, no valor de R\$ 420,00 (quatrocentos e vinte reais), na seguinte dotação orçamentária:

18– INTENDENCIA DISTRITAL DO GRANDE GARCIA

1801 – Administrativo Distrital do Grande Garcia

Atividade 18.01.04.122.0024.2124 – Manut. Ativ. Adm. SEDIGG

Modalidade 3.3.91 (724) Aplicações Diretas R\$ 420,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo 1º deste Decreto correrá por conta da redução da seguinte dotação orçamentária:

18– INTENDENCIA DISTRITAL DO GRANDE GARCIA

1801 – Administrativo Distrital do Grande Garcia

Atividade 18.01.04.122.0024.2124 – Manut. Ativ. Adm. SEDIGG

Modalidade 3.3.90 (723) Aplicações Diretas R\$ 420,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 04 de novembro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 23.544/2019

Publicação Nº 2217391

PORTARIA Nº 23.544, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

EXONERA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS OCUPANTES DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, “a”, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, de conformidade com o art. 46, “II” da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, combinado com art. 49, da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/2019, resolve:

EXONERAR, no dia 04 de novembro de 2019, os seguintes servidores públicos municipais:

LUIZ CARLOS MOREIRA DA MAIA, do cargo de provimento em comissão de Diretor de Desenvolvimento Rural, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMMAS, nomeado pela Portaria nº 23.284, de 28/08/2019;

BIANCA LUCAS CAPELOTO, do cargo de provimento em comissão de Gerente Administrativo, símbolo CC-3, no Gabinete do Prefeito - GA-PREF, nomeada pela Portaria nº 23.092, de 04/07/2019;

OSCAR RAUTENBERG, do cargo de provimento em comissão de Assessor de Gabinete, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal de Promoção

da Saúde - SEMUS, nomeado pela Portaria nº 23.103, de 04/07/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 04 de novembro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 23.545/2019

Publicação Nº 2217393

PORTARIA Nº 23.545, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

NOMEIA PARA O EXERCÍCIO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 49, da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/2019, combinado com o §2º do art. 7º da Lei Complementar nº 706, de 29/01/2009, de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13/02/2015, resolve:

NOMEAR, no dia 05 de novembro de 2019:

OSCAR RAUTENBERG, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Diretor de Desenvolvimento Rural, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMMAS;

BIANCA LUCAS CAPELOTO, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Assessor de Gabinete, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS;

ANTÔNIO JOÃO VENEZA DE SOUZA, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Gerente de Eficientização Energética, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 04 de novembro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

EXTRATO 18º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 164/2014

Publicação Nº 2217396

EXTRATO – 18º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 164/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE BLUMENAU/HOSPITAL SANTO ANTÔNIO.

OBJETO: Credenciamento para prestação de serviços de assistência à saúde para atendimento ambulatorial (urgência/emergência, diagnóstico e tratamento), para internações hospitalares, e termos de pactuação das redes de atenção conforme o que estabelece a portaria nº 3410 de 30/12/2013/MS, a ser prestado pelo credenciado aos usuários do Sistema único de Saúde – SUS, de acordo com o Processo de Inexigibilidade nº 09-112/14.

PROCESSO: Processo de Inexigibilidade nº. 09-112/2014

PREÇO: Acrescenta a quantia de R\$ 1.496.000,00 (um milhão, quatrocentos e noventa e seis mil reais), sendo: I. R\$ 546.000,00 referente a Portaria nº 1.658, de 26 de junho de 2019; II. R\$ 500.000,00 referente a Portaria nº 1.630, de 26 de junho de 2019; III. R\$ 150.000,00 referente a Portaria nº 1.630, de 26 de junho de 2019; IV. R\$ 200.000,00 referente a Portaria nº 1.630, de 26 de junho de 2019; V. R\$ 100.000,00 referente a Portaria nº 1.630, de 26 de junho de 2019.

DATA DE ASSINATURA: 22 de outubro de 2019.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 180/2018

Publicação Nº 2217401

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 180/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A PRATICAS ASSESSORIA LTDA ME.

OBJETO: Prestação de serviços de capacitação e supervisão técnica, sobre a implantação e execução do Serviço de Família Acolhedora para atender aos profissionais da equipe técnica, rede socioassistencial, profissionais das políticas setoriais e atores do Sistema de Garantia de Direitos, de acordo com o que fora previsto no Edital do Pregão Presencial nº 080/2018 - FMAS/SEMUDES (Resolução CMDCA nº 36/2017) - SEMUDES.

PROCESSO: Pregão Presencial nº 080/2018

PRAZO: Prorroga-se o prazo de vigência por mais 90 (noventa) dias, ou seja, de 24 de agosto de 2019 até 21 de novembro de 2019

DATA DE ASSINATURA: 18 de setembro de 2019.

EXTRATO CONTRATO Nº 232/2019

Publicação Nº 2217402

EXTRATO – CONTRATO Nº. 232/2019

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.

OBJETO: Serviços de pavimentação asfáltica e lajotas sextavadas, drenagem e sinalização viária na Rua Alaska, Bairro Itoupavazinha, Blumenau/SC, conforme especificações constantes no edital e seus anexos – Programa Pavimenta Ação - FINISA - Contrato nº. 0498.699 - DVº: 69 (LOTE 05) – SEMOB.

PROCESSO: Concorrência nº 03-010/2019

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 22, I, da lei 8.666/93 e alterações.

PRAZO: 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da assinatura do instrumento contratual.

VALOR: R\$ 74.228,63 (setenta e quatro mil, duzentos e vinte e oito reais e sessenta e três centavos).

DATA DE ASSINATURA: 25 de setembro de 2019.

EXTRATO CONTRATO Nº 238/2019

Publicação Nº 2217406

EXTRATO – CONTRATO Nº. 238/2019

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A ABJ COMERCIAL DE FLORES LTDA.

OBJETO: Contratação de empresa e/ou entidade especializada para desenvolvimento dos trabalhos de organização dos desfiles da 36ª Oktoberfest a se realizar entre os dias 09 a 27 de outubro de 2019, compreendendo a confecção e ornamentação dos carros alegóricos e carroções, conforme especificações constantes no edital e seus anexos- PROEB.

PROCESSO: Pregão Presencial nº. 096/2019

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 22, I, da lei 8.666/93 e alterações.

PRAZO: a contar de sua assinatura até o dia 31/12/2019.

VALOR: R\$ 225.500,00 (duzentos e vinte e cinco mil e quinhentos reais)

DATA DE ASSINATURA: 30 de setembro de 2019.

EXTRATO CONTRATO Nº 249/2019

Publicação Nº 2217408

EXTRATO – CONTRATO Nº. 249/2019

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A BERMO EMPREENDIMENTOS LTDA.

OBJETO: Locação de imóvel registrado no 2º ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Blumenau sob a matrícula nº. 4.242, na Rua Carlos Jansen, nº. 205, Bairro Itoupava Seca, destinado ao funcionamento da Vigilância Epidemiológica de Blumenau - SEMUS.

PROCESSO: Dispensa nº 08-073/2019

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, X, da lei 8.666/93 e alterações.

PRAZO: 12 (doze) meses, com vigência a partir da data da homologação do processo, ou seja, do dia 07 de agosto de 2019 até 06 de agosto de 2020

VALOR: R\$ 57.600,00 (cinquenta e sete mil e seiscentos reais).

DATA DE ASSINATURA: 16 de outubro de 2019.

EXTRATO CONTRATO Nº 258/2019

Publicação Nº 2217411

EXTRATO – CONTRATO Nº. 258/2019

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

OBJETO: Serviços e venda de produtos que atendam as necessidades do CONTRATANTE, mediante adesão aos anexos do instrumento contratual.

PROCESSO: Inexigibilidade nº. 97/2019.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, caput, Lei 8.666/1993 e alterações.

PRAZO: 12 meses a contar de 31/10/2019.

VALOR: R\$ 8.000,04 (oito mil reais e quatro centavos).

DATA DE ASSINATURA: 31 de outubro de 2019.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 286/2018

Publicação Nº 2217414

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 286/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A ORBENK SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA.

OBJETO: Prestação de serviços de vigilância desarmada no terminal rodoviário "Prefeito Hercílio Deeke", pelo período de 12(doze) meses - SETERB.

PROCESSO: Pregão Presencial nº 144/2018

ALTERAÇÃO: Altera-se o CONTRATANTE do contrato em epígrafe, que deixará de ser o Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transporte (SETERB), inscrito no CNPJ de nº. 83.637.595/0001-18, e passará a ser, a partir de 01/09/2019, de inteira responsabilidade da Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT), novo órgão da administração direta do Município de Blumenau, atuando, a partir da data acima referenciada, sob o CNPJ de nº. 83.108.357/0001-15 (do Município de Blumenau).

DATA DE ASSINATURA: 30 de agosto de 2019.

EXTRATO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 326/2015

Publicação Nº 2217418

EXTRATO – 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 326/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A CASTROBLU MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - ME.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONserto DE EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE.

PROCESSO: Pregão Presencial nº. 159/2015

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 16 de dezembro de 2019 até 15 de dezembro de 2020.

VALOR: Renova-se também o valor pago à contratada que se mantém em R\$ 202.127,61 (duzentos e dois mil, cento e vinte e sete reais e sessenta e um centavos)

DATA DE ASSINATURA: 15 de outubro de 2019.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 120/2019

Publicação Nº 2217421

MUNICIPIO DE BLUMENAU - PREGÃO PRESENCIAL Nº 120/2019

Objeto: Registro de preços para serviços de manutenção (Conserto) de eletrodomésticos, eletros industriais e câmaras de refrigeração de vacinas, com fornecimento de peças, pelo período de 01 (um) ano, para atendimento de diversas Secretarias - FMAS - PROEB.

Entrega e protocolo dos envelopes: dia 19 de novembro de 2019, até às 09h00min. Início da sessão: dia 19 de novembro de 2019, às 09h30min. Edital completo: via e-mail: lene@blumenau.sc.gov.br e site oficial do município <http://www.blumenau.sc.gov.br/portal-transparencia>. Base Legal: Decretos Municipais nº 7106/02 e 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02 e, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alterações. Blumenau, 06/11/2019 – Anderson Rosa – Secretário Municipal de Administração.

CONCORRENCIA Nº 03-023/2019

Publicação Nº 2217425

MUNICÍPIO DE BLUMENAU

Concorrência nº 023/2019

OBJETO: Registro de Preços - Contratação empresa para aquisição de agregado artificial (Rocha Britada), a ser destinado como revestimento primário, com frete e pelo sistema de venda a peso, conforme especificações constantes neste edital, pelo período de 01 (um) ano - SEURB - IDIVI. ABERTURA DOS ENVELOPES: dia 06 de dezembro de 2019 às 09:00 horas. EDITAL COMPLETO: sem custas via e-mail: licitacoes@blumenau.sc.gov.br e/ou site oficial do Município <http://www.blumenau.sc.gov.br/transparencia>. BASE LEGAL: Lei nº 8.666/93 e alterações e legislação complementar. Informações (47) 3381-6862. Blumenau, 05/11/2019. ANDERSON ROSA - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 130/2019

Publicação Nº 2217427

MUNICIPIO DE BLUMENAU - PREGÃO PRESENCIAL Nº 130/2019

OBJETO: Registro de preços para equipamentos de informática e eletrônicos, pelo período de 01 (um) ano. Para atendimento a diversas Secretarias. - SETERB - PRÓ-FAMÍLIA - FMAS - FMDCA - FCB - FAEMA - PROEB - FMD. . Entrega e protocolo dos envelopes: dia 19 de novembro de 2019, até às 09h00min. Início da sessão: dia 19 de novembro de 2019, às 09h30min. Edital completo: via e-mail: taianamello@blumenau.sc.gov.br e/ou no site oficial do município <http://www.blumenau.sc.gov.br/portal/transparencia>. Base Legal: Decreto Municipal nº 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02 e, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alterações. Blumenau, 06/11/2019 – Anderson Rosa – Secretário Municipal de Administração.

PORTARIA SECTUR Nº 10/2019

Publicação Nº 2217443

PORTARIA SECTUR Nº 10 DE 1º DE NOVEMBRO DE 2019.

NOMEIA MEMBROS PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO CENTRO TURÍSTICO E CULTURAL DA VILA ITROUPAVA.

MARCELO GREUEL, Secretário Municipal de Turismo e Lazer, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 5º - VII, da Lei Complementar nº 1.188, de 26 de abril de 2018, resolve:

Nomear, sem ônus para o Município e com as atribuições constantes da Lei Complementar nº 1.188, de 26 de abril de 2018, os cidadãos abaixo, para constituírem o Conselho de Administração do Centro Turístico e Cultural da Vila Itoupava, para o biênio 2018/2020, conforme composição instituída pela Lei Complementar nº 1.211, de 8 de outubro de 2018:

Atilano Junk Laffin, como representante suplente da Intendência da Vila Itoupava – IDIVI, em substituição a Viviane Arnold, nomeado na Portaria Sectar Nº 04 de 12 de novembro de 2018.

Adriana Pagelkopf, como representante titular da Secretaria de Educação - Samed, em substituição a Cássia Heloíse Koehler nomeada na Portaria Sectar Nº 01 de 22 de maio de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 1º de novembro de 2019.

MARCELO GREUEL

Secretário Municipal de Turismo e Lazer

EXTRATO Nº 578/2019 - FURB

Publicação Nº 2217445

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 578/2019

Dispensa de Licitação nº. 419/2019

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, Dispensa de Licitação o procedimento em epígrafe com fundamento na Instrução Normativa nº. 003/2016/Reitoria, Artigo 24, XXI da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 534/2019/PROGEF e demais alterações, para a AQUISIÇÃO DE FILTRO COM INDUTOR MAGNÉTICO PARA UTILIZAÇÃO EM PROJETO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, DESENVOLVIDO NA UNIVERSIDADE. Setor solicitante: CENTRO DE CIÊNCIAS TECNOLÓGICAS. Pedido de Compra: 4010/2019. Contratada(s): POLUX INDUSTRIA ELETROMECANICA LTDA (CNPJ: 79.383.899/0001-29). Fundamento Legal: Instrução Normativa nº. 003/2016/ Reitoria, Artigo 24, XXI da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 534/2019/PROGEF. Forma de Pagamento: Em até 15 dias após a entrega dos materiais com NF. Prazo de Entrega: Em até 30 dias após recebimento da Ordem de Compra. Local de Entrega: Almoxarifado DAM, Sala K-004, Bloco K, Campus I da Universidade. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica: R\$ 660,00 (seiscientos e sessenta reais) / 01.30.12.123.0108.2010 (Manutenção de Atividades de Plano de Trabalho-Custeio)/ 3.3.90.00.00 (Outros Despesas

Correntes)/ 3.3.90.30.26 (Material Elétrico e Eletrônico).

Blumenau/SC, 05 de novembro de 2019.

Profª. Marcia Cristina Sardá Espindola
Reitora da FURB

EXTRATO Nº 579/2019 - FURB

Publicação Nº 2217448

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 579/2019
Dispensa de Licitação nº. 426/2019

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, Dispensa de Licitação o procedimento em epígrafe com fundamento na Instrução Normativa nº. 003/2016/Reitoria, Artigo 24, XXI da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 537/2019/PROGEF e demais alterações, para a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DO EQUIPAMENTO MICRÓTOMO UTILIZADO PARA PESQUISAS EXECUTADAS ATRAVÉS DO CONVÊNIO COM O FINEP. Setor solicitante: CENTRO DE CIÊNCIAS TECNOLÓGICAS. Pedido de Compra: 4498/2019. Contratada(s): MARCOS ROBERTO APARECIDO BARBOSA (CNPJ: 11.954.376/0001-51). Fundamento Legal: Instrução Normativa nº. 003/2016/ Reitoria, Artigo 24, XXI da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 537/2019/PROGEF. Forma de Pagamento: Em até 30 dias após finalização da manutenção com apresentação de NF. Prazo de Entrega: Em até 10 dias após recebimento da ordem de serviço. Local de Entrega: Almoxarifado DAM, Sala K-004, Bloco K, Campus I da Universidade. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/ Rubrica: R\$ 1.870,00 (um mil, oitocentos e setenta reais) / 01.30.12.123.0108.2010 (Manutenção de Atividades de Plano de Trabalho-Custeio)/ 3.3.90.00.00 (Outros Despesas Correntes)/ 3.3.90.39.17.03 (Manutenção de Máquinas e Equipamentos Gerais).

Blumenau/SC, 05 de novembro de 2019.

Profª. Marcia Cristina Sardá Espindola
Reitora da FURB

EXTRATO Nº 580/2019 - FURB

Publicação Nº 2217450

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 580/2019

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
e
FRANCIELE CRISTINE LAMIN ME

OBJETO: Registro de Preços para aquisições futuras de equipamentos para controle de acesso das dependências da Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial (SRP) nº 369/2019 e Contrato nº 247/2019, com validade a partir de 31 de outubro de 2019.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca/ Modelo	Garantia (se houver, em meses)	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	23368	50	pç	Fecho eletromagnético para porta com abertura à esquerda ou direita (intercambiável), tensão de alimentação 12Vcc.	AGL / Fecho Elétrico 12v	12 meses	75,50	3.775,00
2	23332	50	pç	Senha eletrônica para acionamento elétrico de fechaduras; equipamento com no mínimo 50 senhas de 4 dígitos; Qtde. de pulsos e duração programáveis; Bloqueio após 5 tentativas erradas; Saída por pulso ou retenção; (Ref. Coml. SA 202- Intelbrás).	Interbrás SA 202	12 meses	225,00	11.250,00
5	25346	40	pç	Controle remoto com tecnologia learning code com 04 botões para portão eletrônico e cancela, acabamento em aço escovado, frequência 433 MHz e com pilha/bateria alcalina de 12V tipo A27. Compatível com todos os alarmes, portões eletrônicos que utilizam o codificador HT6P20B como: PPA, RCG entre outros.	Controle 4 botões 433 Mhz	12 meses	33,50	1.340,00

PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até **30 (trinta) dias consecutivos** após a efetiva entrega (com descarga) dos materiais/produtos, desde que estes sejam aprovados pela Gestão Contratual e acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósito bancário (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da **CONTRATADA**) ou de boleto bancário (caso no qual tal documento deverá acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura.

DATA: 05/11/2019

EXTRATO Nº 581/2019 - FURB

Publicação Nº 2217451

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 581/2019

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e

REI DOS REIS COMÉRCIO ATACADISTA E VAREJISTA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA EPP**OBJETO:** Registro de Preços para aquisições futuras de equipamentos para controle de acesso das dependências da Universidade.**FUNDAMENTO LEGAL:** Pregão Presencial (SRP) nº 369/2019 e Contrato nº 246/2019, com validade a partir de 31 de outubro de 2019.**PREÇO:** O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca/ Modelo	Garantia (se houver, em meses)	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
3	35863	10	kit	Kit universal para fechamento de porta / kit composto de: fechadura eletroímã de 150kgf e três suportes em alumínio / tensão 12Vcc, potência máxima de 4,5W, força de tração 150kgf.	Intelbrás FE 20150	12 meses	215,00	2.150,00
4	39782	10	pç	Controle de acesso biométrico, com possibilidade de cadastro de no mínimo 1500 impressões digitais, 1500 senhas numéricas e 1500 cartões de RFID (13,56Mhz); compatível para acionamento de fechaduras e eletroímãs com suporte a corrente de até 1A; alimentação em 12Vcc; comunicação através de Ethernet; compatível com o software SoapAdmin 3.5. (Ref. Coml. SS 420 / SS 420 MF - Intelbrás). Obs.: Necessário apresentar catálogo ou ficha técnica, na licitação.	Intelbrás SS 420	12 meses	1330,00	13.300,00

PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até **30 (trinta) dias consecutivos** após a efetiva entrega (com descarga) dos materiais/produtos, desde que estes sejam aprovados pela Gestão Contratual e acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósito bancário (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da **CONTRATADA**) ou de boleto bancário (caso no qual tal documento deverá acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura.

DATA: 05/11/2019

EXTRATO Nº 582/2019 - FURB

Publicação Nº 2217453

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 582/2019

Inexigibilidade de Licitação nº. 432/2019

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, Dispensa de Licitação o procedimento em epígrafe com fundamento na Instrução Normativa nº. 003/2016/Reitoria, Artigo 25, caput da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 152/2016/PROGEF e demais alterações, para a AQUISIÇÃO DE ASSINATURAS DE JORNAIS DE GRANDE CIRCULAÇÃO REGIONAL PARA A UNIVERSIDADE. Setor solicitante: Coordenação dos Serviços de Seleção e Aquisição Biblioteca Universitária. Pedido de Compra: 4892/2019. Contratada(s): NC COMUNICAÇÕES S.A. (CNPJ Nº 79.227.963/0014-05) Valor R\$ 1.440,00, NC COMUNICAÇÕES S.A.-DIÁRIO (CNPJ Nº 79.227.963/0002-63) Valor R\$ 480,00, NC COMUNICAÇÕES S.A. – A NOTICIA (CNPJ Nº 79.227.963/0013-16) Valor R\$ 480,00). Fundamento Legal: Instrução Normativa nº. 003/2016/ Reitoria, Artigo 25, caput da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 152/2016/PROGEF. Forma de Pagamento: Depósito bancário. Prazo de Entrega: Mensal conforme orçamentos. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica: R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) / 01.05.12.392.0103.2005 (Manutenção e Ampliação dos Serviços Bibliotecários)/ 3.3.90 (Outras Despesas Correntes)/ 3.3.90.39.01 (Assinatura de Periódicos e Anuidades).

Blumenau/SC, 05 de novembro de 2019.

Profª. Marcia Cristina Sardá Espindola
Reitora da FURB

PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 396/2019 - FURB

Publicação Nº 2217455

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Pregão Presencial (SRP) nº. 396/2019

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÕES FUTURAS DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE ENTULHOS (RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL, AJARDINAMENTO E OUTROS), COM FORNECIMENTO DE RECIPIENTES (CAÇAMBAS ESTACIONÁRIAS OU CONTÊINERES) PARA OS DIVERSOS CAMPI DA UNIVERSIDADE.

Local, data e horário para entrega e abertura dos envelopes: Fundação Universidade Regional de Blumenau, Rua Antônio da Veiga, nº. 140, Sala K-205, dia 20 de novembro de 2019, às 09 horas e 30 minutos.

Edital completo à disposição dos interessados no website www.furb.br, através de acesso ao Portal de Licitações ou no horário comercial, em dias úteis, no endereço acima especificado.

Base Legal: Leis Federais nos. 10.520/2002 e 8.666/93 e Decreto Municipal nº. 7.732/2004 e Alterações.

Blumenau, 06 de novembro de 2019.

Marco Aurélio de Oliveira
Divisão de Administração de Materiais
Portaria nº. 043 de 1º de fevereiro de 2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 397/2019 - FURB

Publicação Nº 2217476

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Pregão Presencial nº. 397/2019

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de equipamentos e serviços de instalação de Sistema de Geração Fotovoltaico, em atendimento do Termo de Convênio nº. 013 PEE Celesc 2017, firmado entre a referida entidade e a Universidade, com garantia de energia gerada.

Local, data e horário para entrega e abertura dos envelopes: Fundação Universidade Regional de Blumenau, Rua Antônio da Veiga, nº. 140, Sala K-205, dia 25 de novembro de 2019, às 09 horas e 30 minutos.

Edital completo à disposição dos interessados no website www.furb.br, através de acesso ao Portal de Licitações ou no horário comercial, em dias úteis, no endereço acima especificado.

Base Legal: Leis Federais nos. 10.520/2002 e 8.666/93 e Decreto Municipal nº. 7.732/2004 e Alterações.

Blumenau, 06 de novembro de 2019.

Marco Aurélio de Oliveira
Divisão de Administração de Materiais
Portaria nº. 043 de 1º de fevereiro de 2019

PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 404/2019 - FURB

Publicação Nº 2217481

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Pregão Presencial (SRP) nº. 404/2019

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras de produtos químicos para manutenção da piscina e limpeza dos ambientes internos da Universidade.

Local, data e horário para entrega e abertura dos envelopes: Fundação Universidade Regional de Blumenau, Rua Antônio da Veiga, nº. 140, Sala K-205, dia 21 de novembro de 2019, às 09 horas e 30 minutos.

Edital completo à disposição dos interessados no website www.furb.br, através de acesso ao Portal de Licitações ou no horário comercial, em dias úteis, no endereço acima especificado.

Base Legal: Leis Federais nos. 10.520/2002 e 8.666/93 e Decreto Municipal nº. 7.732/2004 e Alterações.

Blumenau, 06 de novembro de 2019.

Marco Aurélio de Oliveira
Divisão de Administração de Materiais
Portaria nº. 043 de 1º de fevereiro de 2019

CÂMARA MUNICIPAL**MD 3301**

Publicação Nº 2216915

RESOLUÇÃO MD Nº 3301
EXONERA SERVIDORA PÚBLICA DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MARCELO BARASUOL LANZARIN, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É exonerada, em 23 de outubro de 2019, a servidora pública Silmara Ferreira da Silva Miguel, ocupante do cargo de Chefe de Gabinete de Vereador, de provimento em comissão, lotado no Gabinete do Vereador Marcos da Rosa - do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Blumenau, 23 de outubro de 2019.

MARCELO LANZARIN BRUNO CUNHA
Presidente Vice-Presidente

ALMIR VIEIRA GILSON DE SOUZA
1º Secretário 2º Secretário

MD 3302

Publicação Nº 2216918

RESOLUÇÃO MD Nº 3302
NOMEIA CARLOS ALBERTO RAULINO DOS SANTOS EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MARCELO BARASUOL LANZARIN, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É nomeado, em 24 de outubro de 2019, Carlos Alberto Raulino dos Santos, no cargo de Assessor Político, de provimento em comissão, lotado no Gabinete do Vereador Marcos da Rosa - do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau, nos termos da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Blumenau, 24 de outubro de 2019.

MARCELO LANZARIN BRUNO CUNHA
Presidente Vice-Presidente

ALMIR VIEIRA GILSON DE SOUZA
1º Secretário 2º Secretário

MD 3303

Publicação Nº 2216921

RESOLUÇÃO MD Nº 3303
NOMEIA FRANCIELE RAULINO EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MARCELO BARASUOL LANZARIN, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É nomeada, em 24 de outubro de 2019, Franciele Raulino, no cargo de Chefe de Gabinete de Vereador, de provimento em comissão, lotado no Gabinete do Vereador Marcos da Rosa - do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau, nos termos da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Blumenau, 24 de outubro de 2019.

MARCELO LANZARIN BRUNO CUNHA
Presidente Vice-Presidente

ALMIR VIEIRA GILSON DE SOUZA
1º Secretário 2º Secretário

MD 3304

Publicação Nº 2216923

RESOLUÇÃO MD Nº 3304

INDICA SERVIDORA PÚBLICA PARA EXERCER FUNÇÃO NA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO SERVIDOR EM ESTÁGIO PROBATÓRIO, EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDOR PÚBLICO LICENCIADO.

MARCELO BARASUOL LANZARIN, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É indicada a servidora pública Ana Carolina Forte, para exercer a função de Relatora na Comissão Permanente de Avaliação do Servidor em Estágio Probatório, no período de 18 de outubro a 6 de novembro de 2019, em substituição ao servidor público Tiago Dall Aqua Dias, licenciado em 18 de outubro de 2019, pelo período de 20 (vinte) dias.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 18 de outubro de 2019.

Câmara Municipal de Blumenau, 25 de outubro de 2019.

MARCELO LANZARIN BRUNO CUNHA
Presidente Vice-Presidente

ALMIR VIEIRA GILSON DE SOUZA
1º Secretário 2º Secretário

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2019

Publicação Nº 2217586

Itens 1 e 2:

Razão social: Momm Comércio de Produtos Alimentícios EIRELI EPP					
CNPJ/MF: 08.310.833/0001-60					
Rua: Noruega					
Nº: 533					
Complemento: sala 01					
Bairro: Bairro das Nações					
Município: Balneário Camboriú					
Estado: Santa Catarina					
Telefone: (47) 3366-1543/99198-7549					
E-mail: contato@distribuidoramomm.com.br					
Credenciado: Willian José Momm					
CPF/MF: 061.388.399-35					

ITEM	QTDE	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO
01	60	AÇÚCAR REFINADO Embalagem com 5 kg. Com prazo de validade não inferior a 06 (seis) meses quando da entrega.	Guarani	R\$11,39	R\$ 683,40

02	600	CHÁ Sabores diversos: camomila, capim cidreira, erva doce, hortelã, verde, preto, etc. Caixa com 10 sachês. A solicitação dos sabores será feita na Ordem de Fornecimento. Com prazo de validade não inferior a 04 (quatro) meses quando da entrega.	Gostozzo	R\$ 2,35	R\$ 1.410,00
Valor total estimado: R\$ 2.093,40					

Item 3:

Razão social: PR Comercio Atacadista EIRELI
CNPJ/MF: 33.488.848/0001-60
Rua: Edgar Linhares
Nº: 756
Complemento: -
Bairro: Nova Esperança
Município: Camboriú
Estado: SC
Telefone: (47) 3711-1715
E-mail: prcomercioatacadista@gmail.com
Credenciado: Hilton Delgado dos Santos
CPF/MF: 004.492.999-45

ITEM	QTDE	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO
03	4.350	LEITE UHT INTEGRAL Embalagem com 1 litro. Com prazo de validade não inferior a 03 (três) meses quando da entrega.	Languiru	R\$ 2,58	R\$ 11.223,00
Valor total estimado: R\$ 11.223,00					

Vigência: 05/11/2020.
Blumenau, 05/11/2019.

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10-03/2015

Publicação Nº 2217605

PARTES: Câmara Municipal de Blumenau e Associação dos Surdos de Blumenau (ASBLU).

OBJETO: Prorrogação e reajuste do contrato de prestação de serviços de tradução e interpretação simultânea da língua portuguesa oral para a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) durante as sessões ordinárias, sessões extraordinárias, sessões solenes, audiências públicas e demais programas da grade da TVL que divulguem as atividades da Câmara Municipal de Blumenau

VALOR ESTIMADO: O valor por hora para execução dos serviços, objeto do presente contrato é de R\$ 77,24 (setenta e sete reais e vinte e quatro centavos), com quantidade estimada de 40 (quarenta) horas mensais por tradutor e valor anual estimado de R\$ 74.150,000 (setenta e quatro mil cento e cinquenta reais).

FUNDAMENTO LEGAL: 5º termo Aditivo ao Contrato nº10-03/2015 e Dispensa N.º 10-03/2015, de 29/10/2015 e de acordo com as disposições previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações.

VENCIMENTO: 03/11/2020.

BLUMENAU, 1º/11/2019.

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

CONTRATO MUNICIPAL Nº. 107/2019

Publicação Nº 2217193

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 107/2019 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 17/19 DE 25 DE JANEIRO DE 2019.

O MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CGC sob nº. 01.594.009/0001-30, com sua sede na Av. Nossa Senhora de Fátima, 120, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Srº. Ronaldo Luiz Senger, residente e domiciliado na Av. Planalto neste Município de Bom Jesus do Oeste - SC, portador do CI sob nº. 3.437.386 e do CIC nº. 027.150.949-06, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado;

A empresa CARMEM CRISTIANE ZIMMERMANN GRUCHINSKI, Pessoa jurídica de direito Privado, inscrita no CGCMF sob nº. 15.663.087/0001-54, com sede à Linha Lageado das Flores, Município de Bom Jesus do Oeste/SC, neste ato representada por sua gerente, senhora Carmem Cristiane Zimmermann Gruchinski, residente e domiciliada na Linha Lageado das Flores, Município de Bom Jesus do Oeste/SC, portador do CIC sob nº. 874.970.459-46 e do Rg sob. Nº. 5.652.484, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**;

Tem de comum acordo e com amparo legal nas Leis Federais nº. 8.666/93 e 8.883/94 que entre si, certos e ajustados resolvem contratar o objeto do presente pelas seguintes cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ADITIVO E SUPREÇÃO

Fica aditado o valor de R\$ 2.157,13 (dois mil cento e cinquenta e sete reais e treze centavos) pela adição de itens conforme solicitação assinada pela Nutricionista Gabriela Pagliarini.

Passando o valor do novo contrato para R\$ 18.121,63 (dezoito mil cento e vinte e um reais e sessenta e três centavos), conforme itens descritos abaixo:

Item	Unid	Descrição	Quant	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
17	Kg	Biscoito caseiro, feito de forma artesanal e que se utiliza, de insumos naturais, sem conservantes, corantes e outros aditivos utilizados nos biscoitos industrializados. As embalagens devem ser de plástico transparente, lacrados, com garantia de higiene e consistência adequada, embalagens de 1 kg contendo rotulo do produto com todas as especificações obrigatórias, data de produção do dia anterior da entrega. Entregue conforme cronograma de alimentação escolar.	17	14,40	244,80
64	Unid	Mini Pizza A base de farinha de trigo e farinha, pré-assada e refrigerada. Ingredientes e sabores: frango/mussarela/calabresa/milho verde, molho à base de tomate e cebola, queijo, orégano. Ingredientes da massa: farinha de trigo, gordura hidrogenada, fermento, açúcar e sal. Embalagem acondicionado em saco plástico atóxico, transparente, resistente e fechado, cada unidade deverá ter aproximadamente 100g, com data de fabricação do dia anterior a entrega, também nutricional conforme legislação. Entregue conforme cronograma da alimentação escolar. Horário de entrega: matutino: até 8h30min – vespertino: até 14h.	250	1,99	497,50

71	Kg	Pão de forma fatiado, feito à base de farinha de trigo, sovado para sanduiche, caseiro com peso aproximado de 600 g, entregue fatiado. Acondicionado em embalagem plástica especial para alimentos, transparente resistente e íntegra. Com rotulagem específica do produto. Data de produção do dia anterior a entrega. Isento de mofos. Entregue conforme cronograma da alimentação escolar. Horário de entrega: matutino: 07h30min e vespertino: 13h00min	17	9,99	169,83
78	Unid	Salgado Assado - Salgado assado tipo pastel, sabor carne moída ou frango, com peso médio de 100 gramas. Sem adição de conservantes. Contendo data de fabricação, data de validade e rotulagem conforme legislação. Data de produção do dia anterior a entrega. Entregue conforme cronograma da alimentação escolar. Horário de entrega: matutino: até 8h30min -vespertino: até 14h	500	2,49	1.245,00

CLAUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº. 017/2019 de 25 de janeiro de 2019, ora aditado.

E por assim acordos estarem, assinam o presente termo aos representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, aos 04 de novembro de 2.019.

RONALDO LUIZ SENGER
PREFEITO MUNICIPAL

CARMEM CRISTIANE ZIMMERMANN GRUCHINSKI
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

JEFERSON PERSCH
CPF: 034.734.559-03

LEONIR LAMB
CPF: 036.471.959-10

CESAR LUIS MAJOLO
ASSESSOR JURÍDICO
OAB/SC 32.022

PORTARIA Nº 232/2019, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2216485

PORTARIA Nº 232/2019, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

ALTERA HORÁRIO DE TRABALHO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SINGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

Considerando a necessidade de reforma da Unidade de saúde, que será realizada pelo servidor público Vilmar Adriano Bortolozo, ocupante do cargo Mestre de Obras.

Considerando que a unidade de saúde, necessita manter as suas atividades de atendimento ao público nos turnos matutino e vespertino, para não prejudicar os serviços de saúde disponibilizados aos munícipes.

RESOLVE:

Art. 1º. ALTERAR O Horário de Trabalho do Servidor Público Municipal Sr. Vilmar Adriano Bortolozo, inscrito na matrícula sob nº 382-4, portador do CPF sob nº 964.761.840-91, ocupante do cargo de Mestre de Obras, lotado no Departamento de Obras e Serviços Urbanos, para a partir de 04 de novembro de 2019, desempenhar suas funções durante um período sem previsão de data fim, nos horários das 07:30 às 11:30, e das 18:00 hs às 22:00 hs.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 04 de novembro de 2019.

RONALDO LUIZ SINGER

Prefeito Municipal

Bom Retiro

CÂMARA MUNICIPAL

EMENDA LEI ORGÂNICA

Publicação Nº 2216654

PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

EMENDA À LEI ORGÂNICA N.º 02/2019

MODIFICA ART. 32, ART. 36, XIV, ART. 43, § 2º; ART. 71, § 3º; ART. 104, § 1º DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Retiro, nos termos do § 2º do art. 60 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro, promulga a seguinte Emenda à Lei Orgânica:

Art. 1º - O Art. 32 passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 32 As sessões da Câmara são públicas e o voto será aberto:

§ 1º As sessões públicas serão disciplinadas no Regimento Interno e realizadas em horários favoráveis à presença da comunidade.

§ 2º A Câmara poderá realizar sessões de caráter secreto, mediante requerimento fundamentado e aprovação do Plenário.”

Art. 2º - O inciso XIV do Art. 36, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 36.

XIV - decidir sobre perda do mandato de Vereador, por voto aberto e maioria absoluta nas hipóteses previstas nos incisos I, II, VI e VII do Art. 43;”

Art. 3º - O Parágrafo 2º do Art. 43, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 43.

§ 2º Nos casos dos incisos I, II, VI e VII, a perda do mandato será decidida pela Câmara Municipal, por voto aberto e maioria absoluta, mediante representação escrita formulada por qualquer eleitor, com a exposição dos fatos e a indicação das provas, assegurada ampla defesa ao representado.”

Art. 4º - O Parágrafo 3º do Art. 71, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 71.

§ 3º O veto somente poderá ser rejeitado pela maioria absoluta dos Vereadores, realizada a votação aberta.

Art. 5º - O Parágrafo 1º do Art. 104 passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 104.

§ 1º Ocorrendo a vacância nos dois últimos anos de mandato, a eleição para ambos os cargos será feita pela Câmara Municipal, trinta dias depois da última vaga, por voto aberto e maioria absoluta.”

VERGÍNIO MORETTI Presidente	ORLY DE SOUZA Vice-Presidente
LUCIA F. B. M. SCOTTI 1º Secretária	JOSÉ ALFEU FERREIRA 2º Secretário

Botuvera**PREFEITURA****DECRETO Nº 2393 2019**

Publicação Nº 2216493

DECRETO Nº 2393/2019**“Abre Crédito Suplementar Por
ANULAÇÃO NO
ORÇAMENTO DE 2019”**

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art. 8º inciso I, da Lei nº 1445/2018, de 05 de dezembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar no valor total de R\$ 11.673,26 (onze mil, seiscentos e setenta e três reais e vinte e seis centavos), conforme abaixo especificado:

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
001 - Fundo Municipal de Saúde	
0010 - Saúde	
0301 - Atenção Básica	
0007 - AÇÕES GERAIS DE SAÚDE	
30 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA	
Cód. 261 - 34490000000000000000 - Aplicacoes diretas	
Fonte de recurso - 02380386 - Prog.Melhoria Acesso Qualidade-PMAQ	11.673,26
União	

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste decreto, decorrerão da anulação parcial da seguinte dotação do orçamento vigente.

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
001 - Fundo Municipal de Saúde	
0010 - Saúde	
0301 - Atenção Básica	
0007 - AÇÕES GERAIS DE SAÚDE	
30 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA	
Cód. 251 - 33190000000000000000 - Aplicações diretas	
Fonte de recurso - 02380386 - Prog.Melhoria Acesso Qualidade-PMAQ	11.673,26
União	

Art. 3º - Fica aberto crédito suplementar no valor total de R\$ 10.681,94 (dez mil, seiscentos e oitenta e um reais e noventa e quatro centavos), conforme abaixo especificado:

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
001 - Fundo Municipal de Saúde	

0010 - Saúde	
0301 - Atenção Básica	
0007 - AÇÕES GERAIS DE SAÚDE	
30 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA	
Cód. 262 - 34490000000000000000 - Aplicacoes diretas	
Fonte de recurso - 01020102 - Receitas de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde	10.681,94

Art. 4º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 3º deste decreto, decorrerão da anulação parcial da seguinte dotação do orçamento vigente.

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
001 - Fundo Municipal de Saúde	
0010 - Saúde	
0301 - Atenção Básica	
0007 - AÇÕES GERAIS DE SAÚDE	
30 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA	
Cód. 245 - 33190000000000000000 - Aplicações diretas	
Fonte de recurso - 01020102 - Receitas de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde	10.681,94

Art. 5º - Fica aberto crédito suplementar no valor total de R\$ 2.250,00 (dois mil e duzentos e cinquenta reais), conforme abaixo especificado:

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
001 - Divisão de Obras e Serviços Urbanos	
0024 - Comunicações	
0452 - Serviços Urbanos	
0014 - AÇÕES DE URBANISMO	
42 - MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DAS REPETIDORAS DE TV	
Cód. 97 - 33390000000000000000 - Aplicações diretas	
Fonte de recurso - 01000100 - Recursos Ordinários	2.250,00

Art. 6º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 5º deste decreto, decorrerão da anulação parcial da seguinte dotação do orçamento vigente.

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
001 - Divisão de Obras e Serviços Urbanos	
0024 - Comunicações	
0452 - Serviços Urbanos	
0014 - AÇÕES DE URBANISMO	
42 - MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DAS REPETIDORAS DE TV	
Cód. 98 - 34490000000000000000 - Aplicacoes diretas	

Fonte de recurso - 01000100 - Recursos Ordinários	2.250,00
---	----------

Art. 7º - Fica aberto crédito suplementar no valor total de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), conforme abaixo especificado:

08 - SECRETARIA DE AGRICULTURA	
001 - Divisão de Agricultura	
0020 - Agricultura	
0606 - Extensão Rural	
0020 - FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA	
43 - ASSISTÊNCIA, APOIO E FOMENTO A AGRICULTURA FAMILIAR	
Cód. 134 - 3339000000000000000 - Aplicações diretas	
Fonte de recurso - 01000100 - Recursos Ordinários	5.000,00

Art. 8º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 7º deste decreto, decorrerão da anulação parcial da seguinte dotação do orçamento vigente.

08 - SECRETARIA DE AGRICULTURA	
001 - Divisão de Agricultura	
0020 - Agricultura	
0606 - Extensão Rural	
0020 - FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA	
43 - ASSISTÊNCIA, APOIO E FOMENTO A AGRICULTURA FAMILIAR	
Cód. 133 - 3319000000000000000 - Aplicações diretas	
Fonte de recurso - 01000100 - Recursos Ordinários	5.000,00

Art. 9º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 10º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 5 de novembro de 2019.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 5 de novembro de 2019.

JOSE LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

PORTARIA 163 2019 DEMITE SERVIDOR CONTRATO TEMPORARIO

Publicação Nº 2216831

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ****PORTARIA Nº 163/2019**

“Demite Empregado temporário do Quadro de Empregados Públicos do Município de Botuverá”.

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando:

1- TÉRMINO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE TRABALHO;

Resolve:

Art. 1º- Demitir o (a) empregado (a) temporário (a) **Sr.(a) SUZANE DE SOUZA**, ocupante do cargo temporário de **MEDICO**, a partir de 02/11/2019.

Art. 2º - A demissão do Artigo anterior decorre do término do contrato temporário.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Botuverá (SC), 04 de Novembro de 2019.

JOSE LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

Rua João Morelli, 66 – Fone/Fax (047) 3359-1170 - Centro – 88.295-000 – Botuverá - SC
Internet: www.botuvera.com.br

PORTARIA 164 2019

Publicação Nº 2216829

PORTARIA 164/2019***“Determina abertura de Sindicância e dá outras providências”***

JOSÉ LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 104, II, c da Lei Orgânica Municipal, **resolve**:

Art. 1 Determino a abertura de Sindicância para apurar os fatos descritos pelo Secretário de Transportes no mês de outubro de 2019, quais sejam:

1. Que foram encontrados gaze, esparadrapos e substância que aparenta ser açúcar no tanque do veículo ônibus placas MJD 2136.
2. A necessidade de se apurar como os fatos ocorreram.
3. A necessidade de apurar a responsabilidade e autoria dos fatos.
4. O dever de buscar o devido ressarcimento pelos prejuízos.
5. As providências civis, criminais e administrativas necessárias após a conclusão pretendida com esta Sindicância.

Art 2º O presente processo administrativo disciplinar será coordenado e julgado pela Comissão instituída por portaria municipal.

Art 3º Considerando as particularidades do caso, a Comissão terá autonomia para requisitar servidores, documentos e convidar pessoas externas para prestar depoimentos, bem como realizar todos os atos necessários para o bom deslinde do processo.

Art 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Botuverá 04 de novembro de 2019

José Luiz Colombi
Prefeito do Município de Botuverá

PORTARIA 165 2019 NOMEIA MEMBROS

Publicação Nº 2216830

PORTARIA 165/2019

*“Nomeia Membro da Comissão de
Sindicância para apurar fatos
relatados na portaria 164/2019”*

JOSÉ LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 73, VII, X e XV da Lei Orgânica Municipal, **resolve**:

Art 1º Nomear os empregados públicos abaixo relacionados para formar a Comissão de Sindicância para no prazo máximo de 90 (noventa) dias apurar os fatos narrados na Portaria 164/2019, resumidamente apurar como objetos como gaze, esparadrapos e substância que aparenta ser açúcar foram encontrados no tanque do veículo ônibus placas MJD 2136, que terá a seguinte composição:

Presidente: Ana Cláudia Victorino
Secretário: Jean Carlos Comandolli
Membro: Fábio Roberto Olinger Eltermann

Art 2º Revogam-se disposições em contrário.

Art 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Botuverá (SC), 04 de novembro de 2019

José Luiz Colombi
Prefeito do Município de Botuverá

PORTARIA 166 2019 CONTRATA TEMPORÁRIOS

Publicação Nº 2216832

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ****PORTARIA Nº 166/2019**

“Contrata Servidor Temporário
para Município de Botuverá e Dá
Outras Providências “

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá em exercício, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal n. 502/89 e na Lei n. 1948/2017 e suas alterações:

Considerando:

1- A classificação do processo seletivo 05/2019

Art. 1º- Contratar a (o) Sr(a). **LEOMAR DA SILVA**, brasileiro, para o cargo temporário de **Servente de Obras 40h**, pelo regime Celetista.

Art. 2º- Fica o servidor contratado através da presente portaria, lotado na Secretaria de Obras do Município de Botuverá.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Botuverá(SC), 04 de Novembro de 2019.

JOSE LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

Rua João Morelli, 66 – Fone/Fax (047) 3359-3200 - Centro – 88.295-000 – Botuverá - SC
Internet: www.botuvera.com.br

PORTARIA 167 2019 EXONERA CARGO DE CONFIANÇA

Publicação Nº 2216834

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ****PORTARIA Nº 167/2019**

“EXONERA SERVIDOR OCUPANTE
DE CARGO DE CONFIANÇA DO
MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º- Exonerar o(a) servidor(a) **MELISSA PAULINI** do cargo de confiança de AGENTE SOCIAL, a partir de 04/11/2019.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Botuverá (SC), 04 de Novembro de 2019.

JOSE LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

Rua João Morelli, 66 – Fone/Fax (047) 3359-3200 - Centro – 88.295-000 – Botuverá - SC

Internet: www.botuvera.sc.gov.br

PORTARIA 168 2019 CONTRATA TEMPORÁRIOS

Publicação Nº 2216838

PORTARIA Nº 168/2019

“Contrata Servidor Temporário para Município de Botuverá e Dá Outras Providências ”

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá em exercício, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal n. 502/89 e na Lei n. 1948/2017 e suas alterações:

Considerando:

1- A classificação do processo seletivo 02/2019

Art. 1º- Contratar a (o) Sr(a). SUZANE DE SOUZA, brasileiro, para o cargo temporário de Medico 40h, pelo regime Celetista.

Art. 2º- Fica o servidor contratado através da presente portaria, lotado na Secretaria de Saúde do Município de Botuverá.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Botuverá(SC), 04 de Novembro de 2019.

JOSE LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

ATA REGISTRO DE PREÇOS 6 2019

Publicação Nº 2193172

Página: 1/21

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2019

Número do Registro de Preços: 6/2019		Data do Registro: 06/02/2019		Válido até: 06/02/2020		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de filtros para caminhões, máquinas, tratores agrícolas e veículos da Secretaria de Obras Serviços Urbanos e Agropecuários do município de Braço do Trombudo, SC	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Filtro de ar ref: 46420988 (20603)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	10,8517	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	VOX	0	9,0717	2
			RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	TECFIL	0	14,3500	3
2	Filtro de óleo lubrificante ref: 0C600 (20604)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	10,8537	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	ORIGINAL FIL	0	9,0749	2
			RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	TECFIL	0	14,8400	3
3	Filtro de combustível ref: 5x201511 (20605)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	11,1524	1
			RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	TECFIL	0	14,4200	2
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	VOX	0	22,6871	3
4	Filtro lubrificante ref: PSI300 (20712)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	16,7286	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	ORIGINAL FIL	0	15,8810	2
			RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	DONALDSON	0	43,9900	3
5	Filtro de ar ref: 19347766 (20607)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	22,4044	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	XANFIL	0	26,4683	2

Página: 2/21

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2019

Número do Registro de Preços: 6/2019		Data do Registro: 06/02/2019		Válido até: 06/02/2020		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de filtros para caminhões, máquinas, tratores agrícolas e veículos da Secretaria de Obras Serviços Urbanos e Agropecuários do município de Braco do Trombudo, SC	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	Filtro de ar ref: 4676 1805 (20608)	UND	RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	TECFIL	0	31,8600	3
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	29,2751	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	XANFIL	0	24,9559	2
7	Filtro de combustível ref: 46796194 (20609)	UND	RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	TECFIL	0	40,9200	3
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	9,0613	1
			RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	TECFIL	0	11,7500	2
8	Filtro lubrificante ref: 650381 (20610)	UND	JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	VOX	0	16,6372	3
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	9,4596	1
			RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	TECFIL	0	12,0300	2
9	Filtro lubrificante ref: w7multi18 (20611)	UND	JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	VOX	0	18,9060	3
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	9,4596	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	VOX	0	11,3436	2
10	Filtro de ar ref: 6a5110 (20612)	UND	RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	TECFIL	0	13,0900	3
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	WEGA	0	43,8130	1

Página: 3/21

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2019

Número do Registro de Preços: 6/2019 Data do Registro: 06/02/2019 Válido até: 06/02/2020

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de filtros para caminhões, máquinas, tratores agrícolas e veículos da Secretaria de Obras
 Serviços Urbanos e Agropecuários do município de Braco do Trombudo, SC

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
11	Filtro de diesel ref. E066015 (20613)	UND	JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	ORIGINAL FIL	0	51,0461	2
			RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	DONALDSON	0	52,2600	3
			FILTROSUL COMERCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	4,8792	1
12	Filtro lubrificante ref. 150521 (20614)	UND	RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	DONALDSON	0	9,3000	2
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	ORIGINAL FIL	0	11,3436	3
			FILTROSUL COMERCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	20,4129	1
13	Filtro de ar ref. 10944204 (20615)	UND	JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	ORIGINAL FIL	0	19,6622	2
			RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	DONALDSON	0	36,6800	3
			FILTROSUL COMERCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	WEGA	0	39,3321	1
14	Filtro de ar ref. 20943204 (20616)	UND	JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	ORIGINAL FIL	0	54,4491	2
			RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	DONALDSON	0	70,5200	3
			FILTROSUL COMERCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	WEGA	0	21,9065	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	ORIGINAL FIL	0	22,6871	2
			RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	TECFIL	0	47,8200	3

Página: 4/21

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2019

Número do Registro de Preços: 6/2019 Data do Registro: 06/02/2019 Válido até: 06/02/2020

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de filtros para caminhões, máquinas, tratores agrícolas e veículos da Secretaria de Obras Serviços Urbanos e Agropecuários do município de Braco do Trombudo, SC

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
15	Filtro de ar lubrificante ref: 11844225 (20619)	UND	FILTROSUL COMERCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	11,8494	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	ORIGINAL FIL	0	37,8119	2
			RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	DONALDSON	0	56,3600	3
16	Filtro separador ref: 84993233 (20620)	UND	FILTROSUL COMERCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	25,8895	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	ORIGINAL FIL	0	27,2246	2
			RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	DONALDSON	0	49,7400	3
17	Filtro de ar ref: 250129620 (20621)	UND	FILTROSUL COMERCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	WEGA	0	65,7195	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	XANFIL	0	15,1248	2
			RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	DONALDSON	0	20,1400	3
18	Filtro de ar ref: 250129620 (20622)	UND	FILTROSUL COMERCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	WEGA	0	27,8810	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	XANFIL	0	80,1612	2
			RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	DONALDSON	0	86,2300	3
19	Filtro de combustível ref: 2RK127177A (20623)	UND	FILTROSUL COMERCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	WEGA	0	10,4554	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	ORIGINAL FIL	0	21,9309	2

Página: 5/21

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2019

Número do Registro de Preços: 6/2019		Data do Registro: 06/02/2019		Válido até: 06/02/2020		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de filtros para caminhões, máquinas, tratores agrícolas e veículos da Secretaria de Obras Serviços Urbanos e Agropecuários do município de Braco do Trombudo, SC	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	TECFIL	0	29,9800	3
20	Filtro de óleo lubrificante cummins ref. 3318853 (20624)	UND	FILTROSUL COMERCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	7,4681	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	ORIGINAL FIL	0	69,1958	2
			RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	DONALDSON	0	113,0200	3
21	Filtro separador de água ref. 2R0127177 (20625)	UND	FILTROSUL COMERCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TURBO	0	35,8470	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	ORIGINAL FIL	0	39,3244	2
			RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	RACOR	0	67,0600	3
22	Filtro de ar ref. 3740907104 (20626)	UND	FILTROSUL COMERCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	WEGA	0	60,7408	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	ORIGINAL FIL	0	64,2802	2
			RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	DONALDSON	0	72,3900	3
23	Filtro de ar ref. 3740947204 (20627)	UND	FILTROSUL COMERCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	41,8215	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	VOX	0	47,6430	2
			RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	DONALDSON	0	62,8000	3
24	Filtro de combustível ref. 901251 (20628)	UND	FILTROSUL COMERCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	WEGA	0	31,8640	1

Página: 6/21

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2019

Número do Registro de Preços: 6/2019 Data do Registro: 06/02/2019 Válido até: 06/02/2020

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de filtros para caminhões, máquinas, tratores agrícolas e veículos da Secretaria de Obras
 Serviços Urbanos e Agropecuários do município de Braco do Trombudo, SC

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	ORIGINAL FIL	0	33,2745	2
			RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	DONALDSON	0	63,1100	3
		UND	FILTROSUL COMERCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	WEGA	0	16,4299	1
25	Filtro lubrificante ref: 1801609 (20629)		JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	ORIGINAL FIL	0	29,4933	2
			RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	DONALDSON	0	33,8100	3
		UND	FILTROSUL COMERCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	WEGA	0	62,5331	1
26	Filtro separador ref: A9794770015KZ (20630)		JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	ORIGINAL FIL	0	40,0806	2
			RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	DONALDSON	0	79,6000	3
		UND	FILTROSUL COMERCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	WEGA	0	65,7195	1
27	Filtro de ar ref: A6345280306 (20631)		JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	XANFIL	0	60,4990	2
			RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	DONALDSON	0	86,2300	3
		UND	FILTROSUL COMERCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	WEGA	0	27,8810	1
28	Filtro de ar ref: 3760948004 (20632)		JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	XANFIL	0	25,7121	2
			RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	DONALDSON	0	51,9800	3

Página: 7/21

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2019

Número do Registro de Preços: 6/2019 Data do Registro: 06/02/2019 Válido até: 06/02/2020

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de filtros para caminhões, máquinas, tratores agrícolas e veículos da Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Agropecuários do município de Braco do Trombudo, SC

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
29	Filtro de combustível ref: 90609000051 (20633)	UND	FILTROSUL COMERCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	WEGA	0	31,8640	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	ORIGINAL FIL	0	36,2994	2
			RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	TECFIL	0	100,2100	3
30	Filtro lubrificante ref: 1801709 (20634)	UND	FILTROSUL COMERCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	20,9108	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	ORIGINAL FIL	0	28,7370	2
			RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	DONALDSON	0	33,8100	3
31	Filtro de ar ref: 6Y0129620 (20635)	UND	FILTROSUL COMERCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	WEGA	0	16,4299	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	VOX	0	22,6871	2
			RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	TECFIL	0	24,3900	3
32	Filtro de combustível ref: 60E201511C (20636)	UND	FILTROSUL COMERCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	9,6588	1
			RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	TECFIL	0	13,4100	2
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	VOX	0	26,4683	3
33	Filtro lubrificante ref: 30115561 (20637)	UND	FILTROSUL COMERCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	9,8579	1
			RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	DONALDSON	0	33,0100	2

Página: 8/21

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2019

Número do Registro de Preços: 6/2019		Data do Registro: 06/02/2019		Válido até: 06/02/2020				
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de filtros para caminhões, máquinas, tratores agrícolas e veículos da Secretaria de Obras Serviços Urbanos e Agropecuários do município de Braço do Trombudo, SC								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
34	Filtro de ar ref: 377129620 (20638)		JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	VOX	0	34,0307	3	
		UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	9,8579	1	
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	VOX	0	13,6123	2	
		RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	TECFIL	0	14,7000	3		
35	Filtro de combustível ref: 5Z0201511A (20639)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	MEGA	0	16,7286	1	
		RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	TECFIL	0	22,6000	2		
		JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	VOX	0	39,3244	3		
		UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	9,8579	1	
36	Filtro lubrificante ref: 56115611 (20640)	JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	ORIGINAL FIL	0	11,3436	2		
		RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	TECFIL	0	49,2200	3		
		UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	135,4221	1	
		JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	XANFIL	0	113,4357	2		
37	Filtro de ar ref: 2456375 (20641)	RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	DONALDSON	0	156,8000	3		
		UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	58,7493	1	
		JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	TECFIL	0				
		RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	TECFIL	0				
38	Filtro de ar ref: 2456376 (20642)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0			
		JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	TECFIL	0				
		RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	TECFIL	0				
		UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0			

Página: 9/21

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2019

Número do Registro de Preços: 6/2019 Data do Registro: 06/02/2019 Válido até: 06/02/2020

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de filtros para caminhões, máquinas, tratores agrícolas e veículos da Secretaria de Obras
 Serviços Urbanos e Agropecuários do município de Braco do Trombudo, SC

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	XANIFL	0	44,6180	2
			RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	DONALDSON	0	87,4900	3
		UND	FILTROSUL COMERCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	102,5623	1
39	Filtro ref: 1R0762 (20643)		JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	ORIGINAL FIL	0	44,6180	2
			RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	DONALDSON	0	101,9600	3
		UND	FILTROSUL COMERCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	31,8640	1
40	Filtro lubrificante ref: 1R1807 (20644)		JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	ORIGINAL FIL	0	43,1056	2
			RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	DONALDSON	0	56,5300	3
		UND	FILTROSUL COMERCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	278,8102	1
41	Filtro de transmissão ref: 3283655 (20645)		JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	MC FILTER	0	185,2783	2
			RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	DONALDSON	0	283,3300	3
		UND	FILTROSUL COMERCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TURBO	0	29,6734	1
42	Filtro hidráulico ref: 1R0719 (20646)		JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	TURBO	0	56,7179	2
			RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	DONALDSON	0	218,0800	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2019

Página: 10/21

Número do Registro de Preços: 6/2019 Data do Registro: 06/02/2019 Válido até: 06/02/2020

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de filtros para caminhões, máquinas, tratores agrícolas e veículos da Secretaria de Obras
Serviços Urbanos e Agropecuários do município de Braco do Trombudo, SC

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
43	Filtro de ar primário ref: 7140555 (20647)	UND	FILTROSUL COMERCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	68,7025	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	XANFIL	0	62,0115	2
			RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	TECFIL	0	138,0100	3
44	Filtro de ar ref: 5601963 (20648)	UND	FILTROSUL COMERCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	21,9065	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	XANFIL	0	27,2246	2
			RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	DONALDSON	0	63,8500	3
45	Filtro de combustível ref: 75325672 (20649)	UND	FILTROSUL COMERCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	78,6643	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	FIX	0	200,4031	2
			RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	TECFIL	0	286,5500	3
46	Filtro de transmissão ref: 0750131061 (20650)	UND	FILTROSUL COMERCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	219,0651	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	AUTOMOTIV	0	120,9981	2
			RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	DONALDSON	0	172,9300	3
47	Filtro hidráulico ref: PT8912 (20651)	UND	FILTROSUL COMERCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TURBO	0	63,7280	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	MC FILTER	0	56,7179	2

Página: 11/21

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2019

Número do Registro de Preços: 6/2019		Data do Registro: 06/02/2019		Válido até: 06/02/2020		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de filtros para caminhões, máquinas, tratores agrícolas e veículos da Secretaria de Obras Serviços Urbanos e Agropecuários do município de Braco do Trombudo, SC	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
48	Filtro lubrificante motor ref. 605411880009 (20652)		RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	BALDWIN	0	101,2200	3
		UND	FILTROSUL COMERCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	15,3346	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	ORIGINAL FIL	0	27,2246	2
			RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	DONALDSON	0	28,9900	3
49	Filtro de ar ref. 6131827011 (20698)						
		UND	FILTROSUL COMERCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	657,1954	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	XANFIL	0	64,2802	2
			RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	DONALDSON	0	116,1400	3
50	Filtro de combustível ref. 6003113221 (20656)						
		UND	FILTROSUL COMERCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	67,7110	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	FIX	0	50,6680	2
			RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	TECFIL	0	68,9100	3
51	Filtro lubrificante ref. 6002116242 (20657)						
		UND	FILTROSUL COMERCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	48,7918	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	FIX	0	177,7159	2
			RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	TECFIL	0	288,0800	3
52	Filtro de transmissão ref. 4241611140 (20658)						
		UND	FILTROSUL COMERCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	44,8088	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2019

Página: 12/21

Número do Registro de Preços: 6/2019 Data do Registro: 06/02/2019 Válido até: 06/02/2020

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de filtros para caminhões, máquinas, tratores agrícolas e veículos da Secretaria de Obras
Serviços Urbanos e Agropecuários do município de Braco do Trombudo, SC

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
53	Filtro hidráulico ref. 4176015380 (20659)	UND	RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	DONALDSON	0	94,7100	2
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	AUTOMOTIV	0	109,6545	3
			FILTROSUL COMERCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	199,1501	1
54	Filtro de ar ref. 87631823 (20660)	UND	RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	BALDWIN	0	140,5300	2
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	SAKURA	0	1.088,9828	3
			FILTROSUL COMERCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	44,8088	1
55	Filtro de ar ref. 87631625 (20661)	UND	JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	XANFIL	0	196,6219	2
			RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	TECFIL	0	267,3600	3
			FILTROSUL COMERCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	28,8768	1
56	Filtro separador de agua ref. 87801285 (20662)	UND	RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	DONALDSON	0	40,5200	2
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	XANFIL	0	75,6238	3
			FILTROSUL COMERCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	67,7110	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	ORIGINAL FIL	0	105,8733	2
			RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	DONALDSON	0	114,3100	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2019

Página: 13/21

Número do Registro de Preços: 6/2019 Data do Registro: 06/02/2019 Válido até: 06/02/2020

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de filtros para caminhões, máquinas, tratores agrícolas e veículos da Secretaria de Obras
Serviços Urbanos e Agropecuários do município de Braco do Trombudo, SC

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
57	Filtro de transmissão ref: 85817004 (20663)	UND	FILTROSUL COMERCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	60,7408	1
			RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	DONALDSON	0	47,2200	2
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	BALDWIN	0	107,3858	3
58	Filtro hidráulico ref: 86989733 (20664)	UND	FILTROSUL COMERCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TURBO	0	240,9716	1
			RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	DONALDSON	0	262,0600	2
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	AUTOMOTIV	0	340,3071	3
59	Filtro de ar ref: 2934053 (20665)	UND	FILTROSUL COMERCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	168,2818	1
			RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	DONALDSON	0	166,8400	2
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	ORIGINAL FIL	0	167,8849	3
60	Filtro de ar ref: 2112661 (20666)	UND	FILTROSUL COMERCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	94,5963	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	IDELMAX	0	83,1862	2
			RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	DONALDSON	0	113,3000	3
61	Filtro hidráulico ref: 69305202 (20667)	UND	FILTROSUL COMERCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	27,8810	1
			RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	TECFIL	0	63,3100	2

Página: 14/21

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2019

Número do Registro de Preços: 6/2019			Data do Registro: 06/02/2019		Válido até: 06/02/2020		
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de filtros para caminhões, máquinas, tratores agrícolas e veículos da Secretaria de Obras Serviços Urbanos e Agropecuários do município de Braço do Trombudo, SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
62	Filtro de ar motor ref. 215420 (20669)		JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	AUTOMOTIV	0	75,6238	3
		UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	25,2921	1
			RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	TECFIL	0	19,4900	2
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	ORIGINAL FIL	0	68,0614	3
63	Filtro de combustível ref. 1561200 (20669)		JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	ORIGINAL FIL	0	37,8119	2
		UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	64,7238	1
			RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	DONALDSON	0	96,9000	3
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	ORIGINAL FIL	0	68,0614	3
64	Filtro lubrificante ref. 7W2326 (20670)		JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	ORIGINAL FIL	0	37,8119	2
		UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	22,9023	1
			RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	DONALDSON	0	96,9000	3
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	ORIGINAL FIL	0	68,0614	3
65	Filtro separador ref. 2289130 (20671)		JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	ORIGINAL FIL	0	34,0307	2
		UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	109,5326	1
			RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	DONALDSON	0	43,2900	3
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	ORIGINAL FIL	0	46,8868	2
66	Filtro de transmissão ref. 1194740 (20672)		JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	ORIGINAL FIL	0	46,8868	2
		UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	109,5326	1
			RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	DONALDSON	0	113,6800	3
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	ORIGINAL FIL	0	46,8868	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2019

Página: 15/21

Número do Registro de Preços: 6/2019 Data do Registro: 06/02/2019 Válido até: 06/02/2020

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de filtros para caminhões, máquinas, tratores agrícolas e veículos da Secretaria de Obras
 Serviços Urbanos e Agropecuários do município de Braco do Trombudo, SC

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
67	Filtro hidráulico ref: 9968988 (20673)	UND	JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	DONALDSON	0	46,8868	2
			RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	DONALDSON	0	47,2200	3
			FILTROSUL COMERCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	237,9844	1
68	Filtro de ar ref: 87418364 (20674)	UND	RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	DONALDSON	0	213,7000	2
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	AUTOMOTIV	0	370,5567	3
			FILTROSUL COMERCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	44,8088	1
69	Filtro de ar ref: 87418365 (20675)	UND	JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	XANFIL	0	45,3743	2
			RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	DONALDSON	0	63,4900	3
			FILTROSUL COMERCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	28,8768	1
70	Filtro de combustível ref: BF1367 (20676)	UND	RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	DONALDSON	0	40,5200	2
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	XANFIL	0	45,3743	3
			FILTROSUL COMERCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TURBO	0	28,8768	1
			RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	DONALDSON	0	32,1700	2
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	FLEETGUARC	0	56,7179	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2019

Página: 16/21

Número do Registro de Preços: 6/2019 Data do Registro: 06/02/2019 Válido até: 06/02/2020

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de filtros para caminhões, máquinas, tratores agrícolas e veículos da Secretaria de Obras
Serviços Urbanos e Agropecuários do município de Braco do Trombudo, SC

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
71	Filtro lubrificante ref: 84228488 (20677)	UND	FILTROSUL COMERCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	58,5501	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	ORIGINAL FIL	0	40,8369	2
			RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	DONALDSON	0	80,4400	3
72	Filtro separador de água ref: 87803444 (20678)	UND	FILTROSUL COMERCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	64,7238	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	ORIGINAL FIL	0	46,8868	2
			RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	DONALDSON	0	101,6000	3
73	Filtro de transmissão ref: 85826020 (20679)	UND	FILTROSUL COMERCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	237,9844	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	FLEETGUARD	0	211,7467	2
			RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	DONALDSON	0	213,7000	3
74	Filtro hidráulico ref: 86989733 (20680)	UND	FILTROSUL COMERCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TURBO	0	240,9716	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	AUTOMOTIV	0	192,8407	2
			RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	DONALDSON	0	262,0700	3
75	Filtro de ar ref: 905412970012 (20681)	UND	FILTROSUL COMERCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TURBO	0	28,8768	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	XANFIL	0	26,4683	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2019

Página: 17/21

Número do Registro de Preços: 6/2019		Data do Registro: 06/02/2019		Válido até: 06/02/2020		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de filtros para caminhões, máquinas, tratores agrícolas e veículos da Secretaria de Obras Serviços Urbanos e Agropecuários do município de Braco do Trombudo, SC	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
76	Filtro de ar AGOO ref:2710805 (20682)		RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	DONALDSON	0	48,5700	3
		UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	17,9235	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	XANFIL	0	21,9309	2
			RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	TECFIL	0	94,5200	3
77	Filtro de combustível ref: 1879513 (20683)						
		UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	7,5279	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	ORIGINAL FIL	0	10,5873	2
			RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	DONALDSON	0	11,1900	3
78	Filtro de ar ref: 479981 (20684)						
		UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TURBO	0	42,8173	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	ORIGINAL FIL	0	51,4242	2
			RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	DONALDSON	0	52,2600	3
79	Filtro de ar ref: 479982 (20685)						
		UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	17,9235	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	ORIGINAL FIL	0	19,6622	2
			RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	DONALDSON	0	50,4700	3
80	Filtro de combustível ref: 87800220 (20686)						
		UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	WEGA	0	15,3346	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2019

Página: 18/21

Número do Registro de Preços: 6/2019 Data do Registro: 06/02/2019 Válido até: 06/02/2020

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de filtros para caminhões, máquinas, tratores agrícolas e veículos da Secretaria de Obras
 Serviços Urbanos e Agropecuários do município de Braco do Trombudo, SC

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
81	Filtro lubrificante ref: R9575317 (20687)	UND	JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	ORIGINAL FIL	0	18,9060	2
			RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	DONALDSON	0	32,1700	3
			FILTROSUL COMERCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	32,8598	1
82	Filtro hidráulico ref: 9821388 (20688)	UND	JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	TECFIL	0	56,7179	2
			RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	DONALDSON	0	105,9600	3
			FILTROSUL COMERCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TURBO	0	214,0864	1
83	Filtro de ar ref: 3901464M1 (20689)	UND	JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	AUTOMOTIV	0	58,2303	2
			RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	DONALDSON	0	77,3200	3
			FILTROSUL COMERCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	29,2751	1
84	Filtro de ar ref: 3901465M1 (20690)	UND	JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	XANFIL	0	34,0307	2
			RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	DONALDSON	0	43,9800	3
			FILTROSUL COMERCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	21,9065	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	XANFIL	0	34,0307	2
			RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	DONALDSON	0	65,0400	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2019

Página: 19/21

Número do Registro de Preços: 6/2019 Data do Registro: 06/02/2019 Válido até: 06/02/2020

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de filtros para caminhões, máquinas, tratores agrícolas e veículos da Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Agropecuários do município de Braco do Trombudo, SC

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
85	Filtro de diesel ref: 61248200 (20691)	UND	FILTROSUL COMERCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	11,8494	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	ORIGINAL FIL	0	13,6123	2
			RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	DONALDSON	0	17,7100	3
86	Filtro hidráulico ref: 034391T1 (20692)	UND	FILTROSUL COMERCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TURBO	0	70,6983	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	FIX	0	134,6104	2
			RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	DONALDSON	0	146,5200	3
87	Filtro de ar ref: 80061900 (20693)	UND	FILTROSUL COMERCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	WEGA	0	33,0390	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	XANFIL	0	34,0307	2
			RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	DONALDSON	0	49,1700	3
88	Filtro de ar ref: 80062000 (20694)	UND	FILTROSUL COMERCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	17,9235	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	XANFIL	0	25,7121	2
			RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	DONALDSON	0	53,0500	3
89	Filtro lubrificante ref: 1447048 (20606)	UND	FILTROSUL COMERCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	16,7286	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	ORIGINAL FIL	0	22,6871	2

Página: 20/21

RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA (8675)	DONALDSON	0	39,9700	3
--	-----------	---	---------	---

Página: 21/21

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2019

Número do Registro de Preços: 6/2019							Data do Registro: 06/02/2019		Válido até: 06/02/2020		
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de filtros para caminhões, máquinas, tratores agrícolas e veículos da Secretaria de Obras Serviços Urbanos e Agropecuários do município de Braço do Trombudo, SC											
Item	Especificação				Unid.	Fornecedor		Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 6/2019
PROCESSO Nº 4/2019

- (8675) - RT TRATORES COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA
- (9124) - FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA
- (9125) - JULIO SILVESTRI FILHO ME

Braço do Trombudo, 6 de Fevereiro de 2019.

Brunópolis

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMADA PUBLICA 03/2019

Publicação Nº 2216718

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS

Edital de Chamada Pública nº 03/2019

Objeto: Pré-Qualificação de bens para aquisição de gêneros alimentícios. Data e horário: A entrega das propostas e amostras com a indicação das especificações técnicas dos bens a serem submetidos à avaliação terá início em 06/11/2019 e serão recebidas até 22/11/2019 na sede do Município de Brunópolis, de segunda a sexta-feira das 07:00 às 13:00 horas. Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Brunópolis, Rua Selmo Heck, 2405, Centro, Brunópolis/SC, CEP 89634-000. A íntegra do edital está disponível no endereço eletrônico na Internet www.brunopolis.sc.gov.br. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3556-0019/3556-0020 ou no endereço citado.

Ademil Antonio da Rosa - Prefeito Municipal.

Brusque

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 004-2019-EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 001-2018

Publicação Nº 2217540

EDITAL DE CONVOCAÇÃO E DE POSSE 004/2019
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 001/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando a homologação do resultado do Concurso Público para Provimento de Cargo Pertencente ao quadro de Pessoal do Município de Brusque, CONVOCA o candidato habilitado relacionado no Anexo I deste Edital com vistas à nomeação para o cargo efetivo, observadas as seguintes condições:

DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS E ASSINATURA DO TERMO DE INTERESSE NA VAGA

1. O candidato relacionado no Anexo I do presente Edital, deverá comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Brusque, na Praça das Bandeiras, 77, centro, cidade de Brusque, a partir do dia 06 de NOVEMBRO de 2019, no horário das 12:00 h às 18:00 h para a entrega dos documentos relacionados no Anexo II deste Edital e para a assinatura do Termo de Interesse na Vaga.

1.1 O candidato será atendido conforme data e horário especificados no item 1 do presente Edital.

1.2 A falta de qualquer documento constante no anexo II acarretará o não cumprimento da exigência do item 1.

1.3 O não comparecimento nos termos do item 1 do presente edital, implicará a perda do direito à posse ao cargo para o qual o candidato foi aprovado.

1.4 É de única e exclusiva responsabilidade do candidato a abertura de conta-corrente para recebimento de seus vencimentos.

DA AVALIAÇÃO MÉDICA

2. A avaliação da junta médica oficial dar-se-á, em momento anterior à posse, da seguinte forma:

2.1 Quanto à avaliação médica, para atestar a aptidão física e mental para o exercício do cargo, o candidato deverá comparecer no local, data e horário a ser informado quando da entrega dos documentos, para apresentação dos exames constantes no Anexo III deste edital e submissão à referida avaliação;

2.2 A não realização da avaliação médica ou não apresentação dos exames exigidos impedirá o exercício do cargo.

DOS ATOS DE NOMEAÇÃO

3. A publicação dos atos de nomeação, será o termo inicial para a investidura do candidato, a posse ocorrerá no prazo de 30 (trinta dias), contado da publicação do ato de provimento na forma do artigo 16 § 1º da Lei Complementar de Brusque – SC nº 147 de 25/09/09;

DA POSSE

4. Cumpridas as exigências constantes neste Edital, será dada posse ao candidato, observado o prazo disposto no item 3 deste edital, nos termos do artigo 16 e seguintes da Lei Complementar de Brusque – SC nº 147 de 25/09/09;

5. Empossado, o candidato terá o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar-se no seu local de trabalho ou no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Brusque, na forma do art. 19 da Lei Complementar de Brusque – SC nº 147 de 25/09/09;

DA APRESENTAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DO CARGO

6. Cumpridas todas as exigências do presente edital, o convocado deverá se apresentar para início das atividades, às 13:00 horas, na Secretaria Municipal de Saúde, Rua Prof. Germano Schaeffer, 66 - Centro 1, Brusque – SC.

Brusque – SC, 05 de Novembro de 2019

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito Municipal

ANEXO I -

EDITAL DE CONVOCAÇÃO E DE POSSE 003/2019

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 001/2018

RELAÇÃO DE CANDIDATO

ÚMERO DA INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CARGO
1742217	ANDREA AUGSBURGER DE MOURA	MÉDICO REGULADOR

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 006-2019- EDITAL CONCURSO PÚBLICO 002-2019

Publicação Nº 2217539

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO E DE POSSE 006/2019**
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 002/2019

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando a homologação do resultado do Concurso Público para Provimento de Cargos pertencentes ao Quadro de Pessoal do Município de Brusque, **CONVOCA** os candidatos habilitados relacionados no Anexo I deste Edital com vistas à nomeação para os cargos efetivos, observadas as seguintes condições:

DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS E ASSINATURA DO TERMO DE INTERESSE NA VAGA

1. Os candidatos relacionados no Anexo I do presente Edital, deverão comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Brusque, na Praça das Bandeiras, 77, centro, cidade de Brusque, a partir do dia **06 de novembro de 2019**, no horário das 12:00 h às 17:00 h para a entrega dos documentos relacionados no Anexo II deste Edital e para a assinatura do Termo de Interesse na Vaga.

1.1 Os candidatos serão atendidos conforme data e horário combinado.

1.2 A falta de qualquer documento constante no anexo II acarretará o não cumprimento da exigência do item 1.

1.3 O não comparecimento nos termos do item 1 do presente edital, implicará a perda do direito à posse ao cargo para o qual o candidato foi aprovado.

1.4 É de única e exclusiva responsabilidade do candidato a abertura de conta corrente para recebimento de seus vencimentos preferencialmente pela Caixa Econômica Federal. O candidato, antes de proceder a entrega dos documentos relacionados no anexo II do presente Edital, na hora e data designados no item 1, deverá comparecer ao Correspondente Bancário da Caixa, situado na Prefeitura de Brusque, a fim de realizar a abertura de conta. Se o candidato preferir outra instituição Bancária deverá solicitar a portabilidade.

1.5. A verificação dos documentos apresentados conforme anexo II, será realizada pela Comissão de Concurso.

DA AVALIAÇÃO MÉDICA

2. A avaliação da junta médica oficial dar-se-á, em momento anterior à posse, da seguinte forma:

2.1 Quanto à avaliação médica, para atestar a aptidão física e mental para o exercício do cargo, o candidato deverá comparecer no local, data e horário a ser informado quando da entrega dos documentos, para apresentação dos exames constantes no Anexo III deste edital e submissão à referida avaliação;



2.2 A não realização da avaliação médica ou não apresentação dos exames exigidos impedirá o exercício do cargo.

DOS ATOS DE NOMEAÇÃO

3. A publicação dos atos de nomeação, será termo inicial para a posse do candidato, no **prazo de 30 (trinta dias)**, na forma do artigo 16 § 1º da Lei Complementar de Brusque – SC número 147 de 25/09/09;

DA POSSE

4. Cumpridas as exigências constantes neste Edital, será dada posse ao candidato, observado o prazo disposto no item “3” deste edital, nos termos do artigo 16 e seguintes da Lei Complementar de Brusque – SC número 147 de 25/09/09;

5. Empossado, o candidato terá o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar-se no seu local de trabalho ou no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Brusque, na forma do art. 19 da Lei Complementar de Brusque – SC número 147 de 25/09/09;

DA APRESENTAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DO CARGO

6. Cumpridas todas as exigências do presente edital, os convocados deverão se apresentar para início das atividades, no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Brusque, situada na Praça das Bandeiras, 77, centro, cidade de Brusque.

Brusque – SC, 05 de novembro de 2019.

JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito Municipal



**ANEXO I - EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 006/2019
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 002/2019**

RELAÇÃO DE CANDIDATOS

Professor de Educação Infantil

INSCRIÇÃO	NOME	CLASSIFICAÇÃO
0244	RENATA TAMAZIA	15
2372	VIVIANE SOARES DA SILVA	16
2119	ELAINE CRISTINA RICKEN	17
0979	ANA PAULA DE MORAIS	18
3348	ALINI IMHOF DANTAS	19
1826	ALESSANDRA PADILHA DE ALMEIDA FERREIRA	20
4282	ANGÉLICA XAVIER DE LIZ	21

Monitor Escolar I

INSCRIÇÃO	NOME	CLASSIFICAÇÃO
5630	TIAGO DENIZ VIEIRA	3
0885	PAULO MARCELO CURY BARROZO	4

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 014-2018

Publicação Nº 2217521

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 014-2018

Espécie: 1º Termo Aditivo, Contrato nº 014/2018 entre o Município de Brusque e IGGY MARKETING E INOVAÇÃO LTDA Objeto: termo aditivo de prazo 18/12/2019 a 17/12/2020.R\$ 15.694,00.Origem pregão nº 008/2018 Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Olavo Laranjeira Telles Da Silva e Higgor Melo De Oliveira

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 020-2018-FMAS

Publicação Nº 2217526

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 020-2018-FMAS

Espécie: 1º Termo Aditivo, Contrato nº 020/2018 entre o Município de Brusque e LAR DE IDOSOS VÓ ADELE Objeto: termo aditivo de prorrogação 23/11/2019 a 22/11/2020 .Origem inexigibilidade nº 005/2018 Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Deivis da Silva e Marcelo Debrassi

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 034-2018-FMS

Publicação Nº 2217524

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 034-2018-FMS

Espécie: 1º Termo Aditivo, Contrato nº 034/2018 entre o Município de Brusque e V J COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM EIRELI-EPP Objeto: termo aditivo de prazo 23/11/2019 a 22/11/2020.Origem tomada de preço nº 007/2018 Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Humberto Martins Fornari e Renan Santana.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 019-2018-FMAS

Publicação Nº 2217529

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 019-2018-FMAS

Espécie: 19º Termo Aditivo, Contrato nº 019/2018 entre o Município de Brusque e CASA DE ASSISTÊNCIA DILONY LTDA-EPP Objeto: termo aditivo de prorrogação 24/11/2019 a 25/11/2020 .Origem inexigibilidade nº 005/2018 Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Deivis da Silva e Nivaldo Alexandre

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 058-2016

Publicação Nº 2217531

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 058-2016

Espécie: 5º Termo Aditivo, Contrato nº 058/2016 entre o Município de Brusque e PONTOGOV ASSESSORIA E CONSULTORIA PÚBLICA LTDA Objeto: termo aditivo de prazo e reajuste 09/11/2019 a 08/11/2020 R\$ 41.068,44 .Origem pregão nº 101/2016 Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Edena Beatris Censi e Nilcelio Marcelino.

EXTRATO CONTRATO Nº 038-2019-FMS

Publicação Nº 2217534

EXTRATO CONTRATO Nº 038-2019-FMS

ESPÉCIE: Contrato nº 038/2019, entre o Município de Brusque e FLEXFORMA COMERCIAL DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA ME Objeto: Aquisição E Instalação De Móveis Sob Medida Para A Nova Área Do Ceo – Centro De Especialidades Odontológico/ Secretaria De Saúde Valor: R\$ 10.990,00 - ORIGEM: pregão nº 016/2019. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Conforme processo administrativo. VIGÊNCIA: 12 meses. Signatários: Humberto Martins Fornari e Ricardo Moraes

EXTRATO CONTRATO Nº 151-2019

Publicação Nº 2217535

EXTRATO CONTRATO Nº 151-2019

ESPÉCIE: Contrato nº 151/2019, entre o Município de Brusque e CONSTRUTORA WDD LTDA Objeto: contratação de empresa para execução de obra de conclusão de construção Valor: R\$ 696.088,44- ORIGEM: tomada de preço nº 003/2019. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Conforme processo administrativo. VIGÊNCIA: 12 meses. Signatários: Andrea Patricia Volkmann e Vagner Dallabrida

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 075-2019

Publicação Nº 2217513

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 075-2019

ESPÉCIE: Ata de Registro de Preços nº 075-2019 em 30/10/2019- OBJETO aquisição de postes de concreto Valor R\$323.000,00ORIGEM: Pregão nº 118/2019 SIGNATÁRIO: Ricardo José de Souza

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 076-2019

Publicação Nº 2217515

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 076-2019

ESPÉCIE: Ata de Registro de Preços nº 076-2019 em 04/11/2019- OBJETO aquisição de óleo diesel s-10 valor R\$2.130.000,00 ORIGEM: Pregão nº 118/2019 SIGNATÁRIO: Ricardo José de Souza

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO N. 067-2019- DESPACHO DE SUSPENSÃO

Publicação Nº 2217542

Extrato de Despacho de Suspensão. Processo Licitatório n. 067/2019. Pregão n. 047/2019. Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE GERADORES DE ENERGIA ELÉTRICA, PARA ATENDER AOS EVENTOS 6ª FESTIVAL DA CUCA E 34ª FESTA NACIONAL DO MARRECO. Diante do conteúdo do Memorando nº 740/2019, emitido pela Procuradoria do Município de Brusque, revoga-se o item 02 descrito no edital do pregão acima mencionado. Arquive-se. Brusque (SC), 20 de setembro de 2019. Signatário: Christiane dos Santos da Silva, Diretora Geral de Licitações e Contratos.

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 155-2019

Publicação Nº 2217543

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE/SC**

PROCESSO LICITATÓRIO nº 155/2019 PREGÃO nº 115/2019 OBJETO: Aquisição de bones. RESULTADO DA LICITAÇÃO: Aberta a sessão pública no horário definido no edital e, observada a publicação legal, não houve interessados na participação do certame licitatório. Isto posto e, considerando que não compareceu nenhum interessado à sessão pública, declarou-se deserta a presente licitação, recomendando a repetição do ato com uma nova data para a sua abertura. Brusque/SC, 05/11/2019. CHRISTIANE DOS SANTOS DA SILVA Pregoeira da Administração Pública Municipal

PORTARIA Nº 2280-2019

Publicação Nº 2217545

PORTARIA Nº 2280/2019, de 30 de outubro de 2019.

“Instaura Processo Administrativo Disciplinar, nomeia Comissão Processante e dá outras providências.”

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e da delegação prevista no art. 1º do Decreto 8.064/2017, no art. 212 da Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art.1º - Instaurar Processo Administrativo Disciplinar com base e na forma dos arts. 208 e 210, II, da Lei Complementar 147/2009, c/c Decreto 6.308/2010, c/c Decreto nº 8.064/2017, em desfavor do servidor C. M. S., (matrícula nº 4261089-01), lotado na Secretaria de Assistência Social e Habitação desta Municipalidade, para fins de apuração dos fatos relatados e constantes junto ao Memorando nº 094/2018/ SASH, de 22/02/2018; c/c Relato de Reunião, de 20/02/2018 – ocorrência de 14/02/2018; e anexos (Formulário de Aviso e Recomendações de data de 22/01/2018; Ata da Reunião de Equipe do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS AZAMBUJA, de 14/02/2018); envolvendo o(a) servidor(a) supra-mencionado(a), em virtude de necessidade de apuração dos fatos relatados em anexo, onde relata-se

as condutas, sendo: - “que não consegue respeitar hierarquia”, especificamente conforme segue: “em data de 14/02/2018, em reunião de equipe do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS AZAMBUJA, no período vespertino, presentes F. Q.; B. F. F.; S. A. R.; C. M. S.; K. A.; J. X. L. Z.; D. F.; G. C. B.; onde a servidora C. M. S. disse que não consegue respeitar D. F. como hierarquia; (...); questionou por diversas vezes a coordenadora D. F. em relação ao processo administrativo do psicólogo A. (...); a coordenadora D. F. disse que tal assunto não tinha porque estar sendo discutido em reunião de equipe no CRAS tendo em vista que o técnico não pertencia ao CRAS Azambuja; então C. M. S. continuou e insistiu em saber os motivos (...); novamente D. F. disse que não fazia sentido discutir tal assunto, pois não cabia à equipe técnica deliberar; C. M. S. solicitou que D. F. relatasse sua verdade, hora em que D. F. Disse que não cabia verbalizar nada naquele momento e local. Foi então que C. M. S. disse que naquele dia, no momento em que D. F. sentou na mesa do refeitório para almoçar, se levantou por não conseguir almoçar no mesmo lugar que ela, e que olhar para sua cara durante 5 dias na semana estava sendo insuportável para ela. Ao término da reunião de equipe, D. F. solicitou às técnicas que permanecessem na sala para afazer uma reunião técnica, e C. M. S. disse me recuso a ficar ou a ouvir mais qualquer coisa hoje”; objetivando apurar autoria e materialidade de tais condutas, bem como na verificação de que amoldam-se ou não, aos dispositivos da Lei Complementar 147/2009, e possam caracterizar, em tese, afronta, em especial, aos dispositivos: artigos: 188: VI (insubordinação grave em serviço); que estão previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Brusque, com os encaminhamentos pertinentes, devendo ser observados os princípios e garantias constitucionais do contraditório, ampla defesa e legalidade; c/c disposições do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal Brasileiro); para servidores que pratiquem infrações no exercício da função com os encaminhamentos pertinentes, devendo ser observados os princípios e garantias constitucionais do contraditório, ampla defesa e legalidade;

Art.2º - Designar os servidores públicos municipais abaixo relacionados para comporem a Comissão Processante, destinada a conduzir o referido processo administrativo, tendo como Presidente: Guilherme Boeing Ouriques (matrícula nº 1018140-00); Carlos Alberto Rodrigues de Almeida (matrícula 4243129-0); e Maria Matilde Cardoso (matrícula nº 409448-00) – representante sindical;

Art. 3º - A Comissão, ora constituída, terá acesso à toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e informações que julgar pertinentes;

Parágrafo Primeiro: O indiciado poderá ser representado por procurador constituído ao apresentar a defesa prévia e deverá indicar o endereço para receber intimações/notificações;

Parágrafo Segundo: Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado / intimado, não apresentar defesa no prazo legal;

Art. 4º - A Comissão ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentação do Relatório Final, podendo ser prorrogado a pedido da Comissão, quando as circunstâncias exigirem, devendo ser observados durante todo o trâmite, os princípios e garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa (art. 5º, LV, CRFB/88);

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 30 de outubro de 2019.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Responsável

PORTARIA Nº 2298-2019

Publicação Nº 2217546

PORTARIA nº 2.298, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento de Gestão, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea “a” da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, os candidatos habilitados em concurso público promovido por este município e realizado pela ACESSE CONCURSOS LTDA, mediante o Edital nº 002/2019, de 27 de maio de 2019, homologado em 02 de setembro de 2019, para provimento dos cargos efetivos de MONITOR ESCOLAR I e PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, conforme abaixo nominados:

Monitor escolar I
TIAGO DENIZ VIEIRA
PAULO MARCELO CURY BARROZO
Professor de Educação Infantil
RENATA TAMAZIA
VIVIANE SOARES DA SILVA
ELAINE CRISTINA RICKEN
ANA PAULA DE MORAIS

ALINI IMHOF DANTAS
ALESSANDRA PADILHA DE ALMEIDA FERREIRA
ANGÉLICA XAVIER DE LIZ

Art. 2º Fixar, nos termos do art. 16 e seguintes da Lei Complementar nº 147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse do cargo.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 05 de Novembro de 2019.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento e Gestão - Responsável

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUEMO

Secretária Municipal de Educação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora de Recursos Humanos

CONVÊNIO SSP 10-2019

Publicação Nº 2217536

OUTUBRO 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE CONVÊNIO: SECRETARIA DE TRÂNSITO E MOBILIDADE, POLÍCIA CIVIL E MILITAR BALANCETE DE VERIFICAÇÃO E CONTROLE COMPETÊNCIA: 10/2019				
MÊS DE REFERÊNCIA: OUTUBRO 2019				
ÓRGÃOS	SALDO INICIAL	RECEITAS	DESPESAS	SALDO FINAL
SECRETARIA DE TRÂNSITO E MOBILIDADE	702.265,82			
POLÍCIA MILITAR	86.362,55			
POLÍCIA CIVIL	41.670,69			
RECEITA DE ARRECADAÇÃO BRUTA - MULTAS		374.085,38		
RECEITA DE ARRECADAÇÃO BRUTA – R.A.		2.876,24		
ESTORNO DE TARIFAS BANCÁRIAS		,00		
DÉBITO CONTRATUAL (CIASC)			53.721,94	
DÉBITO FUNSET			18.697,02	
TARIFA DE COBRANÇA			12.073,10	
DESPESA – PAGAMENTO JARI			25.833,96	
DESPESA – PAGAMENTO CORREIO			17.253,78	
RESTITUIÇÃO DE MULTAS			,00	
RECEITA ARRECADADA LÍQUIDA		376.961,62	127.579,80	
DISPONIBILIDADE SSP		249.381,82		
SECRETARIA DE TRÂNSITO E MOBILIDADE		174.567,27		
POLÍCIA MILITAR		37.407,27		
POLÍCIA CIVIL		37.407,27		
DESPESAS			266.567,63	
DESPESAS – SETRAM			138.534,39	
POLÍCIA MILITAR (BANCO BRASIL C/C: 841.073-9)			86.362,55	
POLÍCIA CIVIL (BANCO BRASIL C/C: 307.851-5)			41.670,69	
SALDOS				
SECRETARIA DE TRÂNSITO E MOBILIDADE				738.298,73
POLÍCIA MILITAR				37.407,26
POLÍCIA CIVIL				37.407,26
TOTAIS	830.299,06	376.961,62	394.147,43	813.113,25

BRUSQUE, 05 DE OUTUBRO DE 2019.

JONAS OSCAR PAEGLE
PREFEITO MUNICIPAL

CRISTIANO BITTENCOURT
CONTADOR – CRC/SC 028895/O-9

Caçador

PREFEITURA

DECRETO Nº 8.454

Publicação Nº 2217433

DECRETO Nº 8.454, de 5 de novembro de 2019.

Suplementa e anula dotações orçamentárias do Orçamento Geral do Município de Caçador, exercício de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto, no art. 15, da Lei nº 3.484, de 13 de dezembro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2019,

DECRETA :

Art. 1º Fica suplementada a importância de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) na seguinte dotação do Orçamento Geral do Município de Caçador:

2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO

2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

06.181.4. 2.13 - Manutenção da Guarda Municipal de Caçador

4.4.90.00.00 - 0.3.12- Aplicação Direta (376) R\$ 80.000,00

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º, ficam anuladas parcialmente as dotações a seguir especificadas, do Orçamento vigente do Município de Caçador:

2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO

2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

06.181.4.2.14 - Manutenção da Segurança Pública

3.3.90.00.00 - 0.3.12- Aplicação Direta (304) R\$ 80.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 5 de novembro de 2019.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

Osório Elias Timmermann - SECRETÁRIO DA FAZENDA

DECRETO Nº 8.455

Publicação Nº 2217444

DECRETO Nº 8.455, de 5 de novembro de 2019.

Abre Crédito Adicional Suplementar nas dotações orçamentárias do Orçamento Geral do Município de Caçador, exercício de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto, no art. 15, da Lei nº 3.484, de 13 de dezembro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2019, na importância de R\$ 319.800,00 (trezentos e dezenove mil e oitocentos reais), conforme segue:

2000 – CHEFIA DO EXECUTIVO

2004 – DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

6.181.4.2.16 - Auxílio Financeiro à Assoc. de Serv. Sociais Vol. de Caçador

3.3.50.00.00–0.1.00-Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos(78)...R\$ 150.000,00

2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

15.451.17.2.51 - Ampliação e Manutenção da Iluminação Pública

3.3.90.00.00 – 01.08 – Aplicações Diretas (58) R\$ 137.000,00

3.3.93.00.00 – 01.08 - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Autarquias (60) R\$ 32.800,00

Total R\$ 319.800,00

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação no exercício corrente, na fonte de recurso TCE - 0.1.00 – Recursos Ordinários, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) e na fonte de recurso TCE - 0.1.08 – Contribuição para a COSIP, no valor de R\$ 169.800,00 (cento e sessenta e nove mil e oitocentos reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 5 de novembro de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Osório Elias Timmermann – SECRETÁRIO DA FAZENDA.

DECRETO Nº 8.457

Publicação Nº 2217616

DECRETO Nº 8.457, de 05 de novembro de 2019.

Abre Crédito Adicional Suplementar nas dotações orçamentárias do Orçamento Geral do Município de Caçador, exercício de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto, no art. 15, da Lei nº 3.484, de 13 de dezembro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2019, na importância de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), conforme segue:

2000 – CHEFIA DO EXECUTIVO

2004 – DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

6.181.4.2.14 - MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA

3.3.90.00.00 – 0.1.80 - Aplicações Diretas R\$ 11.000,00

4.4.90.00.00 – 0.1.80 - Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

Total R\$ 18.000,00

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação no exercício corrente, na fonte de recurso TCE - 0.1.80 – Outras Especificações de Fontes de Recursos, no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 5 de novembro de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL

Osório Elias Timmermann – SECRETÁRIO DA FAZENDA.

Publicação Nº 2216905

Prefeitura Municipal de Caçador			Usuário:Edmar Scambara	Página	
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.900-124 - Caçador/ SC			Chave de autenticação: 1563-1140-504	1 / 59	
CNPJ: 83.074.302/0001-31					
http://www.caçador.sc.gov.br					
Data	Nr Emp. Espécie	Unidade Orçamentária	Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão - Mensal/Diário - Completo	Credor/Fornecedor	Valor (R\$)
Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Caçador					
07/10/2019	6189	Estimativa 2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	32 - 4.4.90.52.42	100- Recursos Ordinários	1.153,91
Objeto: AQUISIÇÃO DE MOVEIS PARA A SEDE DA DEFESA CIVIL: 1.00 UNIDADE DE MESA TRABALHO 150,0CM, CONFORME DESENHO Nº CIM7101 E CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DESCRITAS NA FOLHA DE DADOS. (CIM7101); 1.00 UNIDADE DE MESA TRABALHO 100,0CM, CONFORME DESENHO Nº CIM7105 E CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DESCRITAS NA FOLHA DE DADOS. (CIM7105); 1.00 UNIDADE DE TAMPO CONEXÃO CONFORME DESENHO Nº CIM7105 E CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DESCRITAS NA FOLHA DE DADOS. (CIM7105); LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSORCIO INTERFERATIVO CATARINENSE - CINCATARINA, CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0007/2019 - CINCATARINA, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0005/2019 - CINCATARINA, REGISTRO DE PREÇOS. AT19CIN1229					
6190	Estimativa 2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	32 - 4.4.90.52.42	100- Recursos Ordinários	14728 - JAB PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA	1.410,00
Objeto: AQUISIÇÃO DE MOVEIS PARA A SEDE DA DEFESA CIVIL: 1.00 UNIDADE DE ARMÁRIO OFÍCIO COM DUAS PORTAS MONTADO, CONFORME DESENHO Nº CIM7099 E CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DESCRITAS NA FOLHA DE DADOS. (CIM7099); 1.00 UNIDADE DE GAVETEIRO AUXILIAR 03 GAVETAS COM RODÍZIOS MONTADO, CONFORME DESENHO Nº CIM7107 E CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DESCRITAS NA FOLHA DE DADOS. (CIM7107); LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSORCIO INTERFERATIVO CATARINENSE - CINCATARINA, CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0007/2019 - CINCATARINA, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0005/2019 - CINCATARINA, REGISTRO DE PREÇOS. AT19CIN2050					
6191	Estimativa 2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	32 - 4.4.90.52.34	100- Recursos Ordinários	14348 - VENTISOL DA AMAZONIA INDÚSTRIA DE APARELHOS	1.490,00
Objeto: AQUISIÇÃO DE 1 (UM) AR CONDICIONADOR PARA O CONTROLE E INTERNO CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRA Nº 044235.: 1.00 UNIDADE DE CONDICIONADOR DE AR SPLIT 12.000 BTU/H, CICLO QUENTE / FRIO, COM CONTROLE REMOTO, SAÍDA DE AR FRONTAL HORIZONTAL, ALIMENTAÇÃO MONOFÁSICA DE 220 VOLTS, COM TECNOLOGIA INVERTER, GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES. INSTALAÇÃO NÃO INCLUSA. (CIM6894); LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSORCIO INTERFERATIVO CATARINENSE - CINCATARINA, CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0036/2018 - CINCATARINA, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0034/2018 - CINCATARINA, REGISTRO DE PREÇOS. AT19CIN11891					
6192	Estimativa 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	40 - 3.3.90.39.77	100- Recursos Ordinários	247 - PATRIMONIAL SEGURANÇA LTDA - MATRIZ	12.000,00
Objeto: VIGILÂNCIA PRESENCIAL ARMAVADA 24 HORAS NO AEROPORTO MUNICIPAL CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRA NR 41937.					
6193	Estimativa 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	53 - 3.3.90.30.51	100- Recursos Ordinários	1769 - UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	979,26
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, COM BASE NA TABELA SINAPI, PARA ATENDER A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC, PARA UTILIZAÇÃO NA PRAÇA VILA NOVA, BAIRRO NOSSA SENHORA DA SALETE, LOTEAMENTO CONTESTADO, CONFORME ORÇAMENTO Nº194564.					
6194	Estimativa 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	46 - 3.3.90.39.24	112 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	56 - EVALDO MARTIN SCHULIZE & CIA LTDA	2.526,00
Objeto: Contratação de empresa habilitada para a confecção de placas de sinalização destinadas a Secretaria de Infraestrutura para utilização nas diversas obras.					
6195	Estimativa 2006 - SECRETARIA DE CULTURA ESPORTES E TURISMO	130 - 3.3.90.30.01	100- Recursos Ordinários	9824 - STANG E STANG LTDA	14.420,00
Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA, ETANOL, ÓLEO DIESEL COMUM E S10), PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC.					
6196	Estimativa 2006 - SECRETARIA DE CULTURA ESPORTES E TURISMO	130 - 3.3.90.30.63	100- Recursos Ordinários	191 - SC COMUNICACAO VISUAL LTDA - ME	303,81
Objeto: Registro de preços para eventual e futura contratação de empresa habilitada para a confecção de material de comunicação visual, banner, placas, faixas, plátigos, crachás, adesivos e outros, destinados as diversas secretarias municipais, fundos e autarquias (confecção de faixa para uso na abertura da PARADA3. 2019).					
6197	Estimativa 2006 - SECRETARIA DE CULTURA ESPORTES E TURISMO	130 - 3.3.90.39.17	100- Recursos Ordinários	7095 - REFRILAR REFRIGERAÇÃO LTDA ME	180,00
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE ELETRÔNICOS, COM APLICAÇÃO DE PEÇAS PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC (Conjunto de aspirador de pó do museu).					
6198	Ordinário 2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO A 149 - 3.3.90.39.17	100- Recursos Ordinários	3106 - ANDRIGHETTI PEÇAS E SERVIÇOS LTDA ME		4.000,00
Objeto: Prestação de empresa para prestação de serviços de torro, fresa e soida em geral designado a Secretaria de Agricultura					
6199	Ordinário 2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO A 149 - 3.3.90.39.19	100- Recursos Ordinários	1407 - BRESSAN AUTOPECAS LTDA		1.656,00
Objeto: Prestação de serviço de chapado no veículo MIN-96C4 VOLVO, DESTIMADO A SECRETARIA DE AGRICULTURA.					
6200	Estimativa 2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	327 - 3.3.90.30.39	100- Recursos Ordinários	14555 - DOUGLAS BASSANI EIRELI - ME	130,00
Objeto: AQUISIÇÃO DE 2 PLACAS PARA VEÍCULOS OFICIAIS DESTINADOS AOS VEÍCULOS AQUISIÇOS AO BOMBEIRO MILITAR					
6201	Estimativa 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	40 - 3.3.90.30.51	100- Recursos Ordinários	1769 - UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	554,02
Objeto: AQUISIÇÃO DE 3 BARRA DE FERRO DE CONSTRUÇÃO S10M, 6 TUBO ESGOTO 100MM, 10 JOELHO 100MM, 4 TEE 100MM E 4 CAP100MM PARA A PISTA DE SKATE CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRA NR 48659. ORÇAMENTO NR 265378.					
6202	Estimativa 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	40 - 3.3.90.30.51	100- Recursos Ordinários	1769 - UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	65,37
Objeto: AQUISIÇÃO DE 74 PARAFUSOS COM PORCAS E 2 TUBOS DE 300ML LUBRIFICANTE DESTINADOS AOS POSTES DA BEIRA RIO CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRA NR 48658. ORÇAMENTO NR 265389.					
6203	Estimativa 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	40 - 3.3.90.30.51	100- Recursos Ordinários	596 - ABCM ELETROTECNICA LTDA	348,77
Objeto: AQUISIÇÃO DE 22 METROS DE DUTO CORRUGADO 110MM x 4M DESTINADOS A RÓTULA DE CALÇOM CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRA NR 48657. ORÇAMENTO NR 9.719/2019.					
6204	Ordinário 2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	72 - 3.3.90.39.99	110 - Convênio de Trânsito - Militar	13627 - POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA	23.636,02
Objeto: REPASSE REFERENTE A TERMO DE CONVÊNIO FIRMADO ENTRE SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA - SSPSC, POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA - PMSC, POLÍCIA CIVIL - PC, DETRAN - SC E PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR CPM RATEIO REF. O MES DE SETEMBRO/2019.					
6205	Estimativa 2001 - GABINETE DO PREFEITO	7 - 4.490.52.33	100- Recursos Ordinários	15264 - R.S. VAREJO EIRELI	4.646,34
Objeto: AQUISIÇÃO DE 1 SMARTPHONE PARA O PREFEITO CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRA NR 44233.: 1.00 UNIDADE DE SMARTPHONE (OS ARMAZENAMENTO: 128GB; MEMÓRIA: 3GB; TELA ENTRE 6,0" A 6,5") (CIM1009); LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSORCIO INTERFERATIVO CATARINENSE - CINCATARINA, CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0018/2019 - CINCATARINA, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0014/2019 - CINCATARINA, REGISTRO DE PREÇOS. AT19CIN13472					
6206	Estimativa 2011 - SECRETARIA DA FAZENDA	172 - 4.4.90.52.33	100- Recursos Ordinários	13425 - MORGADO E MARTINEZ LTDA - EPP	5.420,00
Objeto: AQUISIÇÃO DE 10 SMARTPHONES DESTINADOS AO FORTENO DO IPTU.: 10.00 UNIDADE DE SMARTPHONE ANDROID (CHIP: DUAL-SIM, NANO-SIM, ARMAZENAMENTO: 16GB; MEMÓRIA: 2GB; TELA ENTRE 5,0" A 5,5") (CIM9978); LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSORCIO INTERFERATIVO CATARINENSE - CINCATARINA, CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0018/2019 - CINCATARINA, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0014/2019 - CINCATARINA, REGISTRO DE PREÇOS. AT19CIN13300					
6207	Ordinário 2001 - GABINETE DO PREFEITO	5 - 3.3.90.39.75	100- Recursos Ordinários	1921 - DETRAN TRANSITO	156,19
Objeto: PELA DESPESA EMPENHADA REF. PAGAMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO DO VEÍCULO PLACA: MHE 5246 NA CIDADE DE WAFRA SC NO DIA 23/07/18 PARA POSTERIOR DESCONTO EM FOLHA DO SERVIDOR: VILMAR GOES.					
6208	Ordinário 2001 - GABINETE DO PREFEITO	12 - 3.3.90.39.99	100- Recursos Ordinários	1921 - DETRAN TRANSITO	119,62
Objeto: PELA DESPESA EMPENHADA ANUAL 2019 DO VEÍCULO PLACA: MIY 7628 DO PROCON.					
6209	Ordinário 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	40 - 3.3.90.39.99	100- Recursos Ordinários	1921 - DETRAN TRANSITO	598,10
Objeto: PELA DESPESA EMPENHADA REF. LICENCIAMENTO ANUAL 2019 DOS VEÍCULOS PLACA:MCF 4708,MFN 9348,QHC 5428,QHA 2558,QHA 2518 DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.					
6210	Ordinário 2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO A 145 - 3.3.90.39.99	100- Recursos Ordinários	1921 - DETRAN TRANSITO		119,62

Prefeitura Municipal de Caçador				Usuário:Edimar Scambara	Página		
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC				Chave de autenticação:1563-1140-504	2 / 59		
CNPJ: 83.074.302/0001-31				administracao@cacador.sc.gov.br			
Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão - Mensal/ Diário - Completo							
Data	Nº Emp.	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Credor/Fornecedor	Valor (R\$)
Objeto: FIEL DESPESA EMPENHADA REF LICENCIAMENTO ANUAL 2019 DO VEICULO PLACA: MFB 7298 DA SECRETARIA DE AGRICULTURA.							
6211	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCACAO	121 - 3.3.90.30.07	137 - Outras Transferências do FNDE	14806 - PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI EPP		8.461,60
Objeto: Registro de preços para eventual e futura aquisição de gêneros alimentícios, para as Escolas Municipais, Centros de Educação Infantil e Entidades Filantrópicas para eventual aquisição, na ausência de serviço especializado para o fornecimento da alimentação escolar.							
6212	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCACAO	121 - 3.3.90.30.07	137 - Outras Transferências do FNDE	14823 - BARRA DO TURVO IND. COM. DE ALIMENTOS EIRELI -		7.155,00
Objeto: Registro de preços para eventual e futura aquisição de gêneros alimentícios, para as Escolas Municipais, Centros de Educação Infantil e Entidades Filantrópicas para eventual aquisição, na ausência de serviço especializado para o fornecimento da alimentação escolar.							
6213	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCACAO	121 - 3.3.90.30.07	137 - Outras Transferências do FNDE	11246 - NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME		660,00
Objeto: Registro de preços para eventual e futura aquisição de gêneros alimentícios, para as Escolas Municipais, Centros de Educação Infantil e Entidades Filantrópicas para eventual aquisição, na ausência de serviço especializado para o fornecimento da alimentação escolar.							
6214	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	367 - 3.3.90.39.99	111 - Convênio de Trânsito - Civil	13524 - LUCAS CASTILHO 0908645902		373,00
Objeto: Consórcio - troca de segredo - cópia chaves - abertura porta - para a Delegacia de Polícia Civil							
6215	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	367 - 3.3.90.39.19	111 - Convênio de Trânsito - Civil	7099 - MECÂNICA DE VEÍCULOS EXCLUSIVA LTDA - ME		9.379,23
Objeto: Serviço de mão de obra mecânica - Ordem de Serviço 125447 - da viatura Ford Fiesta, placas MIZ 7618 da Delegacia de Polícia Civil							
6216	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	367 - 3.3.90.30.39	111 - Convênio de Trânsito - Civil	7099 - MECÂNICA DE VEÍCULOS EXCLUSIVA LTDA - ME		176,70
Objeto: Ordem de Serviço 125447 para troca de jogo de pastilha freio dianteiro - viatura Ford Fiesta, placas MIZ 7618 da Delegacia de Polícia Civil							
6217	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	367 - 3.3.90.39.19	111 - Convênio de Trânsito - Civil	7099 - MECÂNICA DE VEÍCULOS EXCLUSIVA LTDA - ME		216,21
Objeto: Ordem de Serviço 125568, mão de obra da viatura Pálio, placas MJL 8987 DA DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL							
6218	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	367 - 3.3.90.30.39	111 - Convênio de Trânsito - Civil	7099 - MECÂNICA DE VEÍCULOS EXCLUSIVA LTDA - ME		423,15
Objeto: Ordem de Serviço 125568 para conserto do cilindro de freio traseiro e fluido de freio da viatura Pálio placas MJL 8987 DA delegacia de polícia civil							
6219	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	367 - 3.3.90.39.17	111 - Convênio de Trânsito - Civil	7095 - REFRILAR REFRIGERAÇÃO LTDA ME		1.800,00
Objeto: conserto, higienização, recarga gás e um display receptor de ar condicionados da Delegacia de Polícia Civil							
Total do Dia:							104.557,92
08/10/2019	Estimativa	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	30 - 3.3.90.30.07	100 - Recursos Ordinários	11246 - NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME		1.020,00
Objeto: AQUISIÇÃO DE 60KG DE CAFÉ PARA A PREFEITURA DE CAÇADOR.							
6221	Ordinário	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	40 - 3.3.90.39.81	100 - Recursos Ordinários	7656 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL		2.482,20
Objeto: FIEL DESPESA EMPENHADA REF. TARIFAS BANCÁRIAS CFME EXTRATO BANCÁRIO - RUAS DIVERSAS.							
6222	Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	5 - 3.3.90.30.07	100 - Recursos Ordinários	5227 - LANCHONETE E RESTAURANTE CACHOEIRA LTDA		396,80
Objeto: AQUISIÇÃO DE 32 REFEIÇÕES PRONTAS PRONTAS (TIPO "MARMITEIX" Nº 09), PARA ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRA NR 63289.							
6223	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCACAO	94 - 3.3.90.39.75	101 - Recursos Próprios - Educação	1921 - DETRAN TRANSITO		268,83
Objeto: FIEL DESPESA EMPENHADA REF PAGAMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO DO VEICULO PLACA: MKX 1716 PARA POSTERIOR DESCONTO EM FOLHA DO SERVIDOR: PARCIVAL ANTONIO PINZIGUER MEMORANDO Nº 114/2019.							
6224	Ordinário	2011 - SECRETARIA DA FAZENDA	171 - 3.3.90.39.81	100 - Recursos Ordinários	7656 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL		10.507,24
Objeto: CONTRATAÇÃO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL ARRECAÇÃO DE TRIBUTOS E ARRECAÇÃO DO IPTU							
6225	Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	5 - 3.3.90.39.63	100 - Recursos Ordinários	56 - EVALDO MARTIN SCHULZE & CIA LTDA		638,00
Objeto: CONFECCÃO DE 2 PLACAS 1,0 X 1,5M DESTINADA PARA O LOTEAMENTO TARUMÁ, CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRA Nº 046251.							
6226	Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	5 - 3.3.90.33.01	100 - Recursos Ordinários	14838 - NOAR TURISMO LTDA		899,70
Objeto: Aquisição de passagem aérea ao servidor Roberto Marton Moraes para deslocamento do Município. Ida: 10/09/19 trajeto Curitiba X Guarulhos, Retorno: 16/09/19 trajeto São Paulo X Curitiba no valor de R\$ 899,70 (oitocentos e noventa e nove reais e setenta centavos)							
6227	Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	5 - 3.3.90.33.01	100 - Recursos Ordinários	14838 - NOAR TURISMO LTDA		3.036,88
Objeto: Aquisição de passagem aérea ao servidor Roberto Marton Moraes para deslocamento do Município com destino a Brasília, trajeto Curitiba X Brasília Ida: 20/08/19 valor da passagem R\$ 1.408,46 (Hum mil, quatrocentos e oito reais e quarenta e seis centavos) e Retorno no dia 22/08/19: trajeto Brasília X São Paulo no valor de R\$ 1.216,48 (Hum mil, duzentos e dezesseis reais e quarenta e oito centavos) e Retorno São Paulo X Curitiba no dia 28/08/19 no valor de R\$ 411,94 (quatrocentos e onze reais e novecentos e quatro centavos). Totalizando esta viagem o valor de R\$ 3.036,88 (Três mil, e trinta e seis reais e setenta e três centavos)							
6228	Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	5 - 3.3.90.33.01	100 - Recursos Ordinários	14838 - NOAR TURISMO LTDA		1.567,73
Objeto: Aquisição de passagem aérea ao Prefeito de Caçador Saulo Sperotto para deslocamento do Município com destino a Brasília, trajeto Florianópolis X Brasília no dia 23/09/19 e retorno no dia 25/09/19 trajeto Brasília X Florianópolis, no valor de no valor de R\$ 1.567,73 (Hum mil, quinhentos e sessenta e sete reais e setenta e três centavos).							
6229	Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	5 - 3.3.90.30.24	100 - Recursos Ordinários	369 - VW COMERCIO ATACADISTA LTDA ME		107,73
Objeto: AQUISIÇÃO DE VIDROS PARA O TIRO DE GUERRA CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRA Nº 51477.							
6230	Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	5 - 3.3.90.33.01	100 - Recursos Ordinários	14838 - NOAR TURISMO LTDA		2.231,63
Objeto: Aquisição de passagem aérea ao servidor Rafael Renato Seidel para deslocamento do Município com destino a Brasília, trajeto Florianópolis X Brasília no dia 23/09/19 e retorno no dia 25/09/19 trajeto Brasília X Florianópolis, no valor de no valor de R\$ 2.231,63 (Dois mil, duzentos e trinta e um reais e sessenta e três centavos)							
6231	Estimativa	2006 - SECRETARIA DE CULTURA ESPORTES E TURISMO	130 - 3.3.90.39.63	100 - Recursos Ordinários	191 - SC COMUNICACAO VISUAL LTDA - ME		202,50
Objeto: Registro de preços para eventual e futura contratação de empresa habilitada para a confecção de material de comunicação visual, banner, placas, faixas, plátogens, crachás, adesivos e outros, destinados as diversas secretarias municipais, fundos e autarquias (Confecção de taxa para abertura PARANASCJ 2019)							
6232	Estimativa	2006 - SECRETARIA DE CULTURA ESPORTES E TURISMO	130 - 3.3.90.39.12	100 - Recursos Ordinários	13506 - N.Z. SERVIÇOS E LOCAÇÕES DE EQUIPAMENTOS LTDA -		2.200,00
Objeto: Locação de Grupos gerador de energia elétrica para realização da Abertura dos 15º Parajisc que acontecerá no dia 14/10/2019 no Ginásio da Escola Paulo Schieffler.							
6233	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	5 - 3.3.90.39.81	100 - Recursos Ordinários	7656 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL		2.475,58
Objeto: CONTRATAÇÃO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL ARRECAÇÃO DE TRIBUTOS E ARRECAÇÃO DO IPTU.							
6234	Ordinário	2006 - SECRETARIA DE CULTURA ESPORTES E TURISMO	130 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	14320 - MESSALA ROSSI CANALLI		5.970,00
Objeto: Contratação de serviço de decoração para Abertura dos 15º Parajisc que será realizada no dia 14/10/2019 no Ginásio da Escola Paulo Schieffler.							

Prefeitura Municipal de Caçador				Usuário:Edimar Scambara Chave de autenticação:1563-1140-504		Página 3 / 59
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31				administracao@cacador.sc.gov.br		
Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão - Mensal/ Diário - Completo						
Data	Nr Emp.	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Credor/Fornecedor
	6235	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	327 - 3.3.90.30.07	100 - Recursos Ordinários	14267 - SANTIELMO COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS
Objeto:	AQUISIÇÃO DE LANCHES DESTINADAS A POLÍCIA AMBIENTAL CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRA Nº97801					2.597,50
	6236	Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	7 - 4.4.90.52.42	100 - Recursos Ordinários	10632 - DUCA MOVEIS LTDA - EPP
Objeto:	AQUISIÇÃO DE 1 MESA DE TRABALHO COM 1,50 METROS PARA A SALA DE IMPRENSA CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRA Nº 46246; 1,00 UNIDADE DE MESA TRABALHO 150,0CM, CONFORME DESENHO Nº CIM7101 E CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DESCRITAS NA FOLHA DE DADOS, (CIM7101); LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSORCIO INTERFEDERATIVO CATARIENSE - CINCATARINA, CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0007/2019 - CINCATARINA, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0005/2019 - CINCATARINA, REGISTRO DE PREÇOS, AT19CIN21229					525,00
Objeto:	AQUISIÇÃO DE LANCHES DESTINADAS A POLÍCIA AMBIENTAL CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRA Nº97802					320,00
	6238	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	12 - 3.3.90.14.14	100 - Recursos Ordinários	6890 - CRISTIANO ZANCHI
Objeto:	Solicitação de duas diárias no valor de R\$ 300,00 para participar da Elaboração para o Código de Defesa do Consumidor e Visita na Associação dos Deficientes Visuais do Paraná, no dia 10 de outubro de 2019 na cidade de Curitiba- PR.					600,00
	6239	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	12 - 3.3.90.30.01	100 - Recursos Ordinários	6890 - CRISTIANO ZANCHI
Objeto:	Solicitação de adiantamento para combustível no valor de R\$ 180,00 para participar da Elaboração para o Código de Defesa do Consumidor e Visita na Associação dos Deficientes Visuais do Paraná, no dia 10 de outubro de 2019 na cidade de Curitiba- PR.					180,00
	6240	Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	26 - 4.4.90.52.42	100 - Recursos Ordinários	14728 - JAB PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA
Objeto:	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PARA A INTENDÊNCIA TAQUARA VERDE CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRA Nº 035621; 2,00 UNIDADE DE BALCÃO BAIXO DUAS PORTAS MONTADO, CONFORME DESENHO Nº CIM7108 E CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DESCRITAS NA FOLHA DE DADOS, (CIM7108); 1,00 UNIDADE DE ARMÁRIO ARQUIVO COM DUAS PORTAS PARA 30 CAIXAS MONTADO, CONFORME DESENHO Nº CIM7097 E CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DESCRITAS NA FOLHA DE DADOS, (CIM7097); LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSORCIO INTERFEDERATIVO CATARIENSE - CINCATARINA, CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0007/2019 - CINCATARINA, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0005/2019 - CINCATARINA, REGISTRO DE PREÇOS, AT19CIN20750					1.839,00
Objeto:	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PARA A INTENDÊNCIA TAQUARA VERDE CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRA Nº 035621; 2,00 UNIDADE DE MESA TRABALHO 150,0CM, CONFORME DESENHO Nº CIM7101 E CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DESCRITAS NA FOLHA DE DADOS, (CIM7101); LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSORCIO INTERFEDERATIVO CATARIENSE - CINCATARINA, CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0007/2019 - CINCATARINA, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0005/2019 - CINCATARINA, REGISTRO DE PREÇOS, AT19CIN21229					1.050,00
Objeto:	Solicitação de adiantamento para Taxi/Uber no valor de R\$ 100,00 para participar da Elaboração para o Código de Defesa do Consumidor e Visita na Associação dos Deficientes Visuais do Paraná, no dia 10 de outubro de 2019 na cidade de Curitiba- PR.					100,00
	6243	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	12 - 3.3.90.33.99	100 - Recursos Ordinários	6890 - CRISTIANO ZANCHI
Objeto:	Solicitação de adiantamento para estacionamento no valor de R\$ 100,00 para participar da Elaboração para o Código de Defesa do Consumidor e Visita na Associação dos Deficientes Visuais do Paraná, no dia 10 de outubro de 2019 na cidade de Curitiba- PR.					100,00
	6244	Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	30 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	1921 - DETRAN TRANSITO
Objeto:	PELA DESPESA EMPENHADA REF. LICENCIAMENTO ANUAL 2019 DOS VEÍCULOS PLACAS: MJO 8528 E MJO 3598 DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.					239,24
	6245	Ordinário	2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO A 145 - 3.3.90.30.02	100 - Recursos Ordinários	10787 - GUSTAVO KUCHER FURLIN	65,00
Objeto:	RESTITUIÇÃO DE DIÁRIA REFERENTE A SOLICITAÇÃO 00379 NA QUAL SOLICITAVA MEIA DIÁRIA PARA O FUNCIONÁRIO DA AGRICULTURA PARTICIPAR DO IX SIMPÓSIO DE ENGENHARIA AMBIENTAL DA UNIV EM UNIAO DA VITÓRIA.					
	6246	Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	5 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	190 - MÁRCIA APARECIDA DA SILVA MAITOS
Objeto:	Serviço de mudança de filiação externa e instalação de telefone para a Defesa Civil, conforme solicitação de compra nº 048387.					250,00
	6247	Estimativa	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	32 - 4.4.90.52.42	100 - Recursos Ordinários	10632 - DUCA MOVEIS LTDA - EPP
Objeto:	AQUISIÇÃO DE INÍMESA DE 1,00 METRO DESTINADA AO SETOR DE LICITAÇÕES.; 1,00 UNIDADE DE MESA TRABALHO 100,0CM, CONFORME DESENHO Nº CIM7100 E CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DESCRITAS NA FOLHA DE DADOS, (CIM7100); LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSORCIO INTERFEDERATIVO CATARIENSE - CINCATARINA, CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0007/2019 - CINCATARINA, REGISTRO DE PREÇOS, AT19CIN21229					479,90
	6248	Ordinário	2006 - SECRETARIA DE CULTURA ESPORTES E TURISMO	130 - 3.3.90.39.12	100 - Recursos Ordinários	9869 - INOVA LOCAÇÃO LTDA
Objeto:	LOCAÇÃO DE ACABADORA DE PISO CT 36, PARA ALISAMENTO DE PISO NA PISTA OLÍMPICA PARA ACESSIBILIDADE DE CADERANTES NO PARAUAS.					230,00
	6249	Estimativa	2011 - SECRETARIA DA FAZENDA	172 - 4.4.90.52.42	100 - Recursos Ordinários	14728 - JAB PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA
Objeto:	AQUISIÇÃO DE 1 ARMÁRIO 2 PORTAS DESTINADO A GESTÃO DO MOVIMENTO ECONÔMICO.; 1,00 UNIDADE DE ARMÁRIO ARQUIVO COM DUAS PORTAS PARA 30 CAIXAS MONTADO, CONFORME DESENHO Nº CIM7097 E CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DESCRITAS NA FOLHA DE DADOS, (CIM7097); LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSORCIO INTERFEDERATIVO CATARIENSE - CINCATARINA, CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0007/2019 - CINCATARINA, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0005/2019 - CINCATARINA, REGISTRO DE PREÇOS, AT19CIN20750					889,00
	6250	Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	357 - 3.3.90.30.39	10 - Recursos Vinculados ao PROCOM	5149 - AUTO MECANICA GERAL LTDA
Objeto:	AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA REVISÃO DO VEÍCULO SPIN 1.8 LTZ PLACA QJ 1629 DO PROCOM, CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRA Nº 005135.					442,63
	6251	Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	357 - 3.3.90.39.19	10 - Recursos Vinculados ao PROCOM	5149 - AUTO MECANICA GERAL LTDA
Objeto:	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA REVISÃO DO VEÍCULO SPIN 1.8 LTZ PLACA QJ 1629 DO PROCOM, CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRA Nº 005136.					319,70
	6252	Estimativa	2011 - SECRETARIA DA FAZENDA	171 - 3.3.90.39.63	100 - Recursos Ordinários	8863 - ALBGRAF FORMULÁRIOS CONTÍNUOS LTDA- EPP
Objeto:	AQUISIÇÃO DE 6.000 NOTAS FISCAIS DE PRODUTOR RURAL.					1.380,00
	Total do Dia:					45.611,79
09/10/2019	6253	Ordinário	2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO A 145 - 3.3.90.30.07	100 - Recursos Ordinários	5227 - LANCHONETE E RESTAURANTE CACHOEIRA LTDA	10.006,80
Objeto:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO PRONTA (TIPO "MARITEX" Nº 09), PARA A SECRETARIA DE AGRICULTURA.					
	6254	Ordinário	2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO A 149 - 3.3.90.30.31	100 - Recursos Ordinários	6057 - FLORICULTURA A JARDINEIRA LTDA- ME	240,00
Objeto:	AQUISIÇÃO DE FLOR PETÚNIA PARA PLANTAR EM VAZOS NA JOSÉ BOUTEX, CONFORME ORÇAMENTO					
	6255	Estimativa	2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO A 149 - 3.3.90.30.39	100 - Recursos Ordinários	7099 - MECÂNICA DE VEÍCULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	5.964,17
Objeto:	AQUISIÇÃO DE PEÇA PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS MHA-7996/QHR-9275/MLR-0469/MCW-9029, CONFORME ORÇAMENTO 124536-125475-125476-125287 DESTIMADO A SECRETARIA DE AGRICULTURA.					1.947,99
	6256	Estimativa	2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO A 149 - 3.3.90.39.19	100 - Recursos Ordinários	7099 - MECÂNICA DE VEÍCULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	1.947,99
Objeto:	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS MHA-7996/QHR-9275/MLR-0469/MCW-9029, CONFORME ORÇAMENTO 124536-125475-125476-123287 DESTIMADO A SECRETARIA DE AGRICULTURA.					
	6257	Ordinário	2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO A 145 - 3.3.90.39.50	100 - Recursos Ordinários	14811 - DE CESARO E KASCEIARI LTDA	1.650,00

Prefeitura Municipal de Cacador				Usuário:Edimar Scambara Chave de autenticação:1563-1140-504		Página 4 / 59	
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.590-124 - Cacador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31				administracao@cacador.sc.gov.br http://www.cacador.sc.gov.br			
Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão - Mensal/Diário - Completo							
Data	Nº Emp.	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Credor/Fornecedor	Valor (R\$)
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS VETERINÁRIOS DESTINADOS À DIVISÃO DE BEM ESTAR ANIMAL E DEFESA DOS ANIMAIS, PARA ATENDIMENTO DE CÃES E GATOS DE RUA EM SORFIMENTO E ANIMAIS VÍTIMAS DE MAUS TRATOS							
6258	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		94 - 3.3.90.30.24	101 - Recursos Próprios - Educação	3428 - PERFLASA COM. DE PRODUTOS METÁLICOS LTDA - ME	1.080,00
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONFECÇÃO DO CONTRIBUTO DA EMEB Castelhan - referente a requisição nº 792/2019							
6259	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		94 - 3.3.90.30.24	101 - Recursos Próprios - Educação	14583 - GABRIEL FARY- ME	8.530,70
Objeto: AQUISIÇÃO DE CILHAS PARA A EMEB Castelhan - Referente a requisição nº946/2019							
6260	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA					25,50
Objeto: 03 CÓPIAS DE CHAVE DESTINADO A GUARDA MUNICIPAL.							
6261	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA		365 - 3.3.90.39.99	112 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	13524 - LUCAS CASTILHO 090908645902	535,00
Objeto: CONVERSO DE AR CONDICIONADO, 01 VALVULA,01 CARGA DE GÁS,05 METROS DE CANALETA DESTINADO A GUARDA MUNICIPAL.							
6262	Estimativa	2011 - SECRETARIA DA FAZENDA		171 - 3.3.90.39.63	100 - Recursos Ordinários	7095 - REFRILAR REFRIGERAÇÃO LTDA ME	82,00
Objeto: CONFECÇÃO DE CARTAZES PARA NOTIFICAÇÃO DE PASSAGOS CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRA NR 46255.							
6263	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA		367 - 3.3.90.39.19	111 - Convênio de Trânsito - Civil	8618 - REINBOLD LTDA - ME (CRISTIAN CARTUCHOS)	72,07
Objeto: Mão de obra de vatureira FESTA peça MIZ-7618 da Delegacia de Polícia Civil.							
6264	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO		5 - 3.3.90.14.14	100 - Recursos Ordinários	7099 - MECÂNICA DE VEÍCULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	100,00
Objeto: Solicitamos 1/2(mea) diária no valor de R\$100,00(cem reais) para deslocamento do Município, no dia 08/10/2019 com destino a Xanxerê/SC para participar de Reunião com o Diretor-Presidente da Empresa Santa Fé para definição de data de início de operação no Aeroporto de Cacador.							
6265	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO		5 - 3.3.90.14.14	100 - Recursos Ordinários	13904 - ROBERTO MARTON MORAES	75,00
Objeto: Solicitamos 1/2(mea) diária no valor de R\$75,00(setenta e cinco reais) para deslocamento do Município, no dia 08/10/2019 com destino a Xanxerê/SC para participar de Reunião com o Diretor-Presidente da Empresa Santa Fé para definição de data de início de operação no Aeroporto de Cacador.							
6266	Ordinário	2011 - SECRETARIA DA FAZENDA		171 - 3.3.90.39.22	100 - Recursos Ordinários	3025 - ALAN ROCHA LIEGEL	1.161,44
Objeto: PELA DESPESA EMPENHADA REF. O CURSO: A DECLARAÇÃO DE DIREITOS DA LIBERDADE ECONÔMICA APLICADA AO MUNICÍPIO (LEI 13.874) PARA OS SERVIDORES: NEDIVAL RODRIGUES DA CRUZ E MAXSURE FRANÇA A SER REALIZADO NA CIDADE DE PORTO ALEGRE ENTRE OS DIAS 16/17 E 18 DE OUTUBRO DE 2019.MEMORANDO Nº 22.973/2019.							
6267	Ordinário	2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO A		145 - 3.3.90.39.40	100 - Recursos Ordinários	201 - IGAM CORPORATIVO CURSOS E ASSESSORIA S/S LTDA.	3.400,00
Objeto: PELA DESPESA EMPENHADA REF. BENEFÍCIO ALIMENTAÇÃO ATRAVÉS DE CARTÃO MAGNÉTICO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, CONF. LEI 2.639/2009 PARA O EXERCÍCIO DE 2019.							
6268	Ordinário	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA		40 - 3.3.90.39.40	100 - Recursos Ordinários	9579 - FACISC - FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS	5.536,17
Objeto: PELA DESPESA EMPENHADA REF. BENEFÍCIO ALIMENTAÇÃO ATRAVÉS DE CARTÃO MAGNÉTICO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, CONF. LEI 2.639/2009 PARA O EXERCÍCIO DE 2019.							
6270	Ordinário	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		178 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	9579 - FACISC - FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS	933,98
Objeto: PELA DESPESA EMPENHADA REF GUIAS DE CUSTAS INTERMEDIÁRIAS REFERENTES À DILIGÊNCIAS POR CITAÇÃO/INTIMAÇÃO DE OFICIAL DE JUSTIÇA.MEMORANDO Nº 23.429/2019.							
6271	Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO		7 - 4.4.90.51.99	100 - Recursos Ordinários	7812 - PODER JUDICIÁRIO DE CACADOR	2.028,00
Objeto: AQUISIÇÃO DE 20 CANTONEIRAS 1/8 X 1,3/4 E 20 BARRAS CHATO 1/8 X 6 600MM DESTINADOS AS PRACINHAS CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRA NR 48662.							
				Total do Dia:			
10/10/2019	6272	Estimativa	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	32 - 4.4.90.52.12	100 - Recursos Ordinários	369 - VW COMERCIO ATACADISTA LTDA ME	43.368,82
Objeto: AQUISIÇÃO DE 5 (CINCO) BEBEDOURO ELETRÔNICO PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRA Nº 091672 E 097803.							
6273	Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO		5 - 3.3.90.30.07	100 - Recursos Ordinários	5227 - LANCHONETE E RESTAURANTE CACHOEIRA LTDA	1.566,67
Objeto: AQUISIÇÃO DE 206 REFEIÇÕES PRONTAS (TIPO "WARMITEK" Nº 09), PARA O TIRO DE GUERRA CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRA NR 51476.							
6274	Ordinário	2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO A		145 - 3.3.90.39.17	100 - Recursos Ordinários	1157 - CACADOR COMÉRCIO DE MOTORES LTDA EPP	2.554,40
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE ROÇADEIRAS, PODADOR, SOPRADOR, MOTOSERRA E MÁQUINA DE CORTAR DE GRAMA COM FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE PEÇAS ORIGINAIS DA MARCA DOS EQUIPAMENTOS DESTINADO A SECRETARIA DE AGRICULTURA							
6275	Estimativa	2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO A		149 - 3.3.90.30.39	100 - Recursos Ordinários	806 - FRANÇA & CIA LTDA- EPP	3.750,00
Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇA PARA MANUTENÇÃO DE PNEUS DESTINADO A SECRETARIA DE AGRICULTURA.							
6276	Estimativa	2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO A		149 - 3.3.90.39.19	100 - Recursos Ordinários	806 - FRANÇA & CIA LTDA- EPP	3.012,00
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DE PNEUS DESTINADO A SECRETARIA DE AGRICULTURA.							
6277	Ordinário	2006 - SECRETARIA DE CULTURA ESPORTES E TURISMO		130 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	806 - FRANÇA & CIA LTDA- EPP	1.708,00
Objeto: PELA DESPESA EMPENHADA REF PAGAMENTO DE LICENCIAMENTO ANUAL 2019 DOS VEÍCULOS PLACAS: MID 3378 E MLE 4108 - SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO.							
6278	Ordinário	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		178 - 3.3.90.91.15	100 - Recursos Ordinários	1921 - DETRAN TRANSITO	239,24
Objeto: PELA DESPESA EMPENHADA REF RPV NOS AUTOS Nº 0003974-93.2005.8.24.0012/02 EXEQUENTE:BORINHAUSEN E ZIMMER ADVOGADOS MEMORANDO Nº 23.558/2019.							
6279	Ordinário	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA		40 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	7812 - PODER JUDICIÁRIO DE CACADOR	5.434,43
Objeto: PELA DESPESA EMPENHADA REF LICENCIAMENTO ANUAL 2019 DO VEÍCULO PLACA: MID 3708 DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.							
6280	Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA		40 - 3.3.90.30.24	100 - Recursos Ordinários	1921 - DETRAN TRANSITO	119,62
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DESTINADOS À SECRETARIA DE CACADOR/SC.							
6281	Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA		40 - 3.3.90.30.39	100 - Recursos Ordinários	5794 - AREIA COM. DE MAT. DE CONSTRUCAO LTDA- ME	4.275,00
Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DA MÁQUINA RETROSCAVADORA RD 406 M4Q-73 2014 DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA CONFORME ORÇAMENTOS DATADO EM 30/09/2019.							
6282	Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA		40 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	2504 - PAVIMÁQUINAS COM DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA	470,00
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CHAVEIRO, DESTINADOS A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE CACADOR-SC							
6283	Global	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA		48 - 3.3.90.52.99	139 - Fundo Especial do Petróleo e Compensação Financeira pela	1157 - CACADOR COMÉRCIO DE MOTORES LTDA EPP	685,50
Objeto: AQUISIÇÃO DE 01 MOTOR VANGUARD 23 HP PARA SER INSTALADO NO ASPESOR DE MATERIAS BETUMINOSOS (ASfalto) DO CAMINHÃO BURRO PRETO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DE CACADOR.							

							Total do Dia:	
11/10/2019	6303	Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	5 - 3.3.90.30.21	100 - Recursos Ordinários	14267 - SANTELMO COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS		454.830,50
	Objeto:	Aquisição de 24 baterias 9v alcalina para oficina de violão da secretaria de esporte , cultura e turismo conforme solicitação de compra nº 36629; 24.00 unidade de bateria alcalina 9 volts. (CIM8747); licitação compartilhada realizada pelo consórcio interadministrativo catarinense - cinctarina. CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATORIO 0012/2019 - CINCATARINA, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0010/2019 - COMPARTILHADA REALIZADO PELO CONSORCIO INTERADMINISTRATIVO CATARINENSE - CINCTARINA. CNPJ Nº 12.075.748/0001-32						145,68
	Objeto:	Ordinário	2006 - SECRETARIA DE CULTURA ESPORTES E TURISMO	130 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	189 - FEDERAÇÃO CATARINENSE DE FUTEBOL DE SALÃO		1.280,00
	Objeto:	Beneficiária a taxa de inscrição de atletas, técnicos e transferências na federação catarinense de Futsal. CONFORME MEMORANDO 23.546/2019.						
	Objeto:	Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	5 - 3.3.90.30.21	100 - Recursos Ordinários	14267 - SANTELMO COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS		20,00
	Objeto:	Aquisição de filtro de café destinados para a secretaria dos conselhos, conforme solicitação de compra nº 063292.						
	Objeto:	Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	5 - 3.3.90.30.07	100 - Recursos Ordinários	14267 - SANTELMO COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS		173,00
	Objeto:	Aquisição de Aquecedor e Café destinados para a secretaria dos conselhos, conforme solicitação de compra nº 063293.						
	Objeto:	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	327 - 3.3.90.30.39	100 - Recursos Ordinários	7099 - MECÂNICA DE VEÍCULOS EXCLUSIVA LTDA - ME		1.036,02

Prefeitura Municipal de Cacador

Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Cacador/ SC

CNPJ: 83.074.302/0001-31


administracao@cacador.sc.gov.br


6 / 59

1563-1140-504

Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão - Mensal/Diário - Completo

Data	Nº Emp.	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Credor/Fornecedor	Valor (R\$)
Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO MECÂNICA NA VIATURA QHE-0715 DO BOMBEIRO MILITAR CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRA NR 95359.							
6308	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	327 - 3.3.90.39.19	100- Recursos Ordinários		7099 - MECÂNICA DE VEÍCULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	286,28
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA MANUTENÇÃO MECÂNICA NA VIATURA QHE-0715 DO BOMBEIRO MILITAR CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRA NR 95359.							
6309	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	366 - 4.4.90.52.35	311- Supravit Convênio de Trânsito - Civil		10942 - CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA - EPP	2.937,99
Objeto: AQUISIÇÃO DE 1 (UM) MONITOR 21,5 POLEGADAS E 1 (UM) COMPUTADOR 08 GB, DELEGACIA DE POLICIA CIVIL CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRA Nº 039177 E 039178; 1,00 UNIDADE DE COMPUTADOR (06 NÚCLEOS INDEPENDENTES DE PROCESSAMENTO; 08GB DE MEMÓRIA RAM; ARMAZENAMENTO: 01TB (HD); PROCESSADOR: GRÁFICO INTEGRADO; PORTAS DE VÍDEO: HDMI + VGA; MICROSOFT WINDOWS) (CIMI0156); 1,00 UNIDADE DE MONITOR (21,5 POLEGADAS; RESOLUÇÃO: 1920X1080; CONEXÕES: HDMI + VGA) (CIMI0128); LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSORCIO INTERFERATIVO CATARINENSE - CINCATARINA, CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 002/2018 - CINCATARINA, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0015/2019 - CINCATARINA, REGISTRO DE PREÇOS - AT19CIN14242							
6310	Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	357 - 3.3.90.30.24	100- Recursos Vinculados ao PROCOM		1769 - UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	2.128,12
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PINTURA PARA O PROCON CONFORME SOLICITAÇÕES DE COMPRA NR 84204 E 87205; ORÇAMENTO NR 265889.							
6311	Ordinário	2001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	174 - 3.2.90.21.99	100- Recursos Ordinários		7656 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	22.250,1
Objeto: PELA DESPESA EMPENHADA REF JUROS DA DÍVIDA FINISA CONTRATO Nº 2623.504-442-11/2017.07CÍO Nº 026/2019 SEPJA.							
6312	Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	7 - 4.4.90.39.16	100- Recursos Ordinários		12978 - GATTICASAS MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA	40.300,00
6313	Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	40 - 3.3.90.39.77	100- Recursos Ordinários		247 - PATRIMONIAL SEGURANÇA LTDA - MATRIZ	30.800,00
Objeto: SISTEMA FTV PARA A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.							
6314	Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	5 - 3.3.90.39.16	100- Recursos Ordinários		13524 - LUCAS CASTILHO 0900845902	183,50
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ABERTURA DE PORTA, INSTALAÇÃO DE FECHADURA E COPIA DE CHAVE PARA AS SALAS DO CONSELHO TUTELAR CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRA NR 48389.							
6315	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	366 - 4.4.90.52.42	311- Supravit Convênio de Trânsito - Civil		14264 - VITRINE AMBIENTES PARA ESCRITÓRIO LTDA - ME	694,00
Objeto: AQUISIÇÃO DE UMA CADEIRA COM ESPALDAO ALTO (DIRETOR), DESTINADO PARA A DELEGACIA DE POLICIA CIVIL CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRA Nº 039173; 1,00 UNIDADE DE CADEIRA COM ESPALDAO ALTO (DIRETOR), COM TELA, GRADUATORA, COM APOIA-BRACOS REGULÁVEIS, COM REGULAGEM DE INCLINAÇÃO DO ENCOSTO ATRAVÉS DE MECANISMO, SINCRONIZADO E COM APOIO LOMBAR REGULÁVEL - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIMI680); LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSORCIO INTERFERATIVO CATARINENSE - CINCATARINA, CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 004/2018 - CINCATARINA, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0037/2018 - CINCATARINA, REGISTRO DE PREÇOS 0036/2018 - CINCATARINA, AT18CIN13455							
6316	Estimativa	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	32 - 4.4.90.52.42	100- Recursos Ordinários		10632 - DUCA MOVEIS LTDA - EPP	1.108,81
Objeto: AQUISIÇÃO DE 2 MESAS E 1 CANTO PARA O SETOR DE RH DA PREFEITURA - 2,00 UNIDADE DE MESA TRABALHO 100x100CM, CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DESCRITAS NA FOLHA DE DADOS. (CIV7100) E CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DESCRITAS NA FOLHA DE DADOS. (CIV7105); LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSORCIO INTERFERATIVO CATARINENSE - CINCATARINA, CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0007/2019 - CINCATARINA, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0005/2019 - CINCATARINA, AT19CIN1229							
6317	Estimativa	2006 - SECRETARIA DE CULTURA ESPORTES E TURISMO	372 - 3.3.90.30.99	164- Transferências de Convênios Estado - Outros		369 - VW COMERCIO ATACADISTA LTDA ME	5.001,39
Objeto: Aquisição de água mineral 20 litros para utilização durante o período de realização do 1ºº PARAJAS que será realizado em Cacador de 14 a 19 de outubro de 2019.							
6318	Estimativa	2008 - SECRETARIA DE CULTURA ESPORTES E TURISMO	372 - 3.3.90.39.12	164- Transferências de Convênios Estado - Outros		6637 - BANAP- BANHEIROS MÓVEIS LTDA - ME	13.770,00
Objeto: Contratação de empresa especializada em locação de banheiros químicos para portadores de necessidades especiais, os mesmos serão usados durante o período de jogos 15ºº Parajás, que acontecerá no município de Cacador entre 14 e 19 de outubro de 2019. Conforme Convênio nº 2019TR0857, que entre si celebraram a Fundação Catarinense de Esporte-FESPORTE e o Município de Cacador. Processo nº FESPORTE 1.199/2019.							
6319	Estimativa	2006 - SECRETARIA DE CULTURA ESPORTES E TURISMO	372 - 3.3.90.39.59	164- Transferências de Convênios Estado - Outros		4230 - PLANET DANCE SONORIZAÇÃO LTDA - ME	17.820,00
Objeto: Contratação de empresa especializada em som de pequeno porte para locais de competição para realização das competições dos 15ºº PARAJAS, que acontecerá em Cacador entre 14 e 19 de outubro. Conforme Convênio nº 2019TR0857, que entre si celebraram a Fundação Catarinense de Esporte-FESPORTE e o Município de Cacador. Processo nº FESPORTE 1.199/2019.							
6320	Estimativa	2006 - SECRETARIA DE CULTURA ESPORTES E TURISMO	372 - 3.3.90.39.59	164- Transferências de Convênios Estado - Outros		4230 - PLANET DANCE SONORIZAÇÃO LTDA - ME	2.360,00
Objeto: Contratação de empresa especializada em serviço de sonorização para realização de abertura do 1ººº Parajás a ser realizada no dia 14/10/2019 no ginásio da Escola Paulo Scheffler (contendo ensaios anteriores). Conforme Convênio nº 2019TR0857, que entre si celebraram a Fundação Catarinense de Esporte-FESPORTE e o Município de Cacador. Processo nº FESPORTE 1.199/2019.							
6321	Ordinário	2006 - SECRETARIA DE CULTURA ESPORTES E TURISMO	372 - 3.3.90.30.23	164- Transferências de Convênios Estado - Outros		14995 - KELLY PEREIRA DOS SANTOS 10197685927	4.750,00
Objeto: Aquisição de 190 camisas personalizadas em tecido dry fit sublimado para realização dos 15ºº PARAJAS, que acontecerá no dia 14/10/2019 no ginásio da Escola Paulo Scheffler (contendo ensaios anteriores). Conforme Convênio nº 2019TR0857, que entre si celebraram a Fundação Catarinense de Esporte-FESPORTE e o Município de Cacador. Processo nº FESPORTE 1.199/2019.							
6322	Ordinário	2006 - SECRETARIA DE CULTURA ESPORTES E TURISMO	372 - 3.3.90.39.99	164- Transferências de Convênios Estado - Outros		4230 - PLANET DANCE SONORIZAÇÃO LTDA - ME	3.500,00
Objeto: Contratação de empresa especializada em iluminação para abertura da 15ª edição do PARAJAS, que acontecerá no dia 14/10/2019 no Ginásio da Escola Paulo Scheffler no município de Cacador. Conforme Convênio nº 2019TR0857, que entre si celebraram a Fundação Catarinense de Esporte-FESPORTE e o Município de Cacador. Processo nº FESPORTE 1.199/2019.							
6323	Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	357 - 3.3.90.39.69	100- Recursos Vinculados ao PROCOM		1130 - GENTE SEGURADORA SA	2.276,20
Objeto: CONTRATACÃO DE SEGURO CONTRA TERCEIROS - DETER E SEGURO TOTAL PARA A FROTA DE VEÍCULOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DA MUNICIPALIDADE, FUNDOS E FUNDAÇÕES							
6324	Estimativa	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	30 - 3.3.90.39.69	100- Recursos Ordinários		1130 - GENTE SEGURADORA SA	240,00
Objeto: SEGURO CONTRA TERCEIROS - RCF PARA O VEÍCULO MFO-5892 CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRA NR 48371.							
6325	Estimativa	2006 - SECRETARIA DE CULTURA ESPORTES E TURISMO	372 - 3.3.90.39.10	164- Transferências de Convênios Estado - Outros		638 - SOCIEDADE ESPORTIVA E RECREATIVA 29 DE SETEMBRO	2.500,00
Objeto: Contratação por dispensa de licitação para a locação da Associação Esportiva e Recreativa 29 de Setembro, para realização das modalidades de Bocha Dv e Bocha DA entre os dias 14 e 16 de outubro de 2019. Realização 1ºª edição Parajás, que será realizada no município de Cacador. Conforme Convênio nº 2019TR0857, que entre si celebraram a Fundação Catarinense de Esporte-FESPORTE e o Município de Cacador. Processo nº FESPORTE 1.199/2019.							
6326	Ordinário	2011 - SECRETARIA DA FAZENDA	171 - 3.3.90.39.41	100- Recursos Ordinários		1354- IREDAVAL RODRIGUES DA CRUZ	200,00
Objeto: ADIANTAMENTO DE DESPESAS DE ALIMENTAÇÃO PARA O SERVIDOR IREDAVAL RODRIGUES DA CRUZ DA SECRETARIA DA FAZENDA IR NO CURSO A DECLARAÇÃO DE DIREITOS DA LIBERDADE ECONOMICA APLICADA AO MUNICIPIO (LEI 13.874), A SER REALIZADA NA CIDADE DE PORTO ALEGRE - RS NO DIA 16, 17 E 18 DE OUTUBRO DE 2019 PROMOVIDA PELO IGAM.							
6327	Ordinário	2006 - SECRETARIA DE CULTURA ESPORTES E TURISMO	130 - 3.3.90.14.14	100- Recursos Ordinários		10056 - ADELAR GERALDO PIRAN	60,00
Objeto: Meia Diária para deslocamento do servidor até o município de Chapecó, onde estará transportando os atletas de futsal, que estão participando de jogo válido pela Liga Catarinense de Futsal Série Bronze, que acontece no dia 12/10/2019.							
6328	Ordinário	2006 - SECRETARIA DE CULTURA ESPORTES E TURISMO	130 - 3.3.90.39.64	100- Recursos Ordinários		1126 - OI SA.	79,59
Objeto: DESPESA DE TELEFONE FIXO PARA A SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO MÊS 10.19							
6329	Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	53 - 3.3.90.39.16	100- Recursos Ordinários		12978 - GATTICASAS MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA	2.466,00
Objeto: AQUISIÇÃO DE CONCRETO USINADO DESIGNADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA PARA USO NA CONSTRUÇÃO DE CALÇADA DE ACESSO A ARQUIBANCA DA PISTA OLIMPICA.							
6330	Estimativa	2006 - SECRETARIA DE CULTURA ESPORTES E TURISMO	130 - 3.3.90.39.63	100- Recursos Ordinários		8618 - REINBOLD LTDA - ME (CRISTIAN CARTUCHOS)	123,00

<div> <div>  Prefeitura Municipal de Caçador Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 88.074.302/0001-31 </div> <div> http://www.caçador.sc.gov.br administracao@caçador.sc.gov.br </div> <div> Usuário: Edmar Scombara Chave de autenticação: 1563-1140-504 </div> <div> Página 7 / 59 </div> </div>			
Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão - Mensal/Diário - Completo			
Data	Nº Emp.	Espécie	Valor (R\$)
Objeto: Registro de preços para aquisição de impresso, destinados para as diversas Secretarias, Autarquias e Fundos do Município de Caçador/SC (conferência de carzetas para a Semana do Contestado e Fórum de Cultura)			
6331	Estimativa	2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO A. 145 - 3.3.90.30.31 - 100 - Recursos Ordinários	1.500,00
Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTO PARA TRATAMENTO DE PARREIRA DESTINADO AO HORTO CONFORME ORÇAMENTO SOLICITADO.			
6332	Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	1.500,00
6333	Estimativa	2011 - SECRETARIA DA FAZENDA	1.182,00
Objeto: VEICULAÇÃO DE 3 OUTDOOR PARA A PREFEITURA DE CAÇADOR CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRA NR 46258.			
6334	Estimativa	2011 - SECRETARIA DA FAZENDA	319,00
Objeto: CONFECÇÃO DE 1 PLACA 1,0 X 1,50 METROS PARA A PISTA DE SKATE CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRA NR 46259.			
6335	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	22.734,33
Objeto: DESPESA DE ENERGIA ELÉTRICA PARA AS ESCOLAS MUNICIPAIS REFERENTE O MÊS DE SETEMBRO DE 2019.			
6337	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	223,20
Objeto: Aquisição de bonache porta dianteira esquerda para a viatura Pálio placa MLJ-8987 da Delegacia de Polícia Civil.			
6338	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	7.266,39
Objeto: DESPESA DE ENERGIA ELÉTRICA PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL REFERENTE AO MÊS DE SETEMBRO DE 2019.			
6339	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	216,21
Objeto: Mão de obra mecânica na viatura Pálio placa MLJ-8987 da Delegacia de Polícia Civil.			
6340	Estimativa	2006 - SECRETARIA DE CULTURA ESPORTES E TURISMO	4.787,12
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS DESTINADOS AO PARAJASC. Conforme Convênio nº 2019TR0857, que entre si celebram a Fundação Catarinense de Esportes-FESPORTE e o Município de Caçador.			
6341	Estimativa	2006 - SECRETARIA DE CULTURA ESPORTES E TURISMO	7.897,65
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS DESTINADOS AO PARAJASC. Conforme Convênio nº 2019TR0857, que entre si celebram a Fundação Catarinense de Esportes-FESPORTE e o Município de Caçador.			
6342	Estimativa	2006 - SECRETARIA DE CULTURA ESPORTES E TURISMO	17.613,84
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DESTINADOS AO PARAJASC. Conforme Convênio nº 2019TR0857, que entre si celebram a Fundação Catarinense de Esportes-FESPORTE e o Município de Caçador.			
6343	Ordinário	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	919,54
Objeto: PELA DESPESA EMPENHADA REF GUIAS DE CUSTAS INTERMEDIÁRIAS REFERENTES À DILIGÊNCIAS POR CITAÇÃO/INTIMAÇÃO DE OFICIAL DE JUSTIÇA MEMORANDO Nº 23.672/2019.			
6344	Ordinário	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	32,08
Objeto: PELA DESPESA EMPENHADA REF GUIAS DE CUSTAS INTERMEDIÁRIAS REFERENTES À DILIGÊNCIAS POR CITAÇÃO/INTIMAÇÃO DE OFICIAL DE JUSTIÇA MEMORANDO Nº 23.494/2019.			
6345	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	224.683,05
Objeto: ORÇAMENTO Nº 9927/2019 - 02 Calças 75x65x35mm p/4 entradas ref 30050 Pezr - 02 Interruptor 2T5 com placa - 01 canaleta lrga 30x20x2000 branca com fita adesiva para a Delegacia de Polícia Civil			
6346	Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	41,09
Objeto: PELA DESPESA EMPENHADA REF PUBLICAÇÃO: AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE EDITAL- PROCESSO 110/2019 CC 01/2019 OBJETO: SELEÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO EM REGIME DE CONCESSÃO.			
6347	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	232,82
Objeto: ORÇAMENTO Nº 9927/2019 - Mão de obra em manutenção prédio da Delegacia de Polícia Civil			
6348	Ordinário	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	315,41
Objeto: PELA DESPESA EMPENHADA REF GUIAS DE CUSTAS INTERMEDIÁRIAS REFERENTES À DILIGÊNCIAS POR CITAÇÃO/INTIMAÇÃO DE OFICIAL DE JUSTIÇA MEMORANDO Nº 23.751/2019.			
6349	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	180,80
Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO CAMINHONETE CABINE DUPLA PARA A POLÍCIA CIVIL CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRA NR 39172 - 1,00 UNIDADE DE VEÍCULO AUTOMOTOR NOVO, ZERO KM, TIPO CAMINHONETE CABINE DUPLA, EQUIPADA COM COMPARTIMENTO PARA TRANSPORTE DE DETENTOS INSTALADO NA CACAMBA. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIM10913); LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSORCIO INTERFEDERATIVO CATARINENSE - CINCATARINA, CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0044/2019 - CINCATARINA, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0033/2019 - CINCATARINA, REGISTRO DE PREÇOS - ATI9CIN21855			
6350	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	150.186,21
Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO CAMINHONETE CABINE DUPLA PARA A POLÍCIA CIVIL CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRA NR 39172 - 1,00 UNIDADE DE VEÍCULO AUTOMOTOR NOVO, ZERO KM, TIPO CAMINHONETE CABINE DUPLA, EQUIPADA COM COMPARTIMENTO PARA TRANSPORTE DE DETENTOS INSTALADO NA CACAMBA. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIM10913); LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSORCIO INTERFEDERATIVO CATARINENSE - CINCATARINA, CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0044/2019 - CINCATARINA, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0033/2019 - CINCATARINA, REGISTRO DE PREÇOS - ATI9CIN21855			
6351	Estimativa	2011 - SECRETARIA DA FAZENDA	48.312,79
Objeto: VEICULAÇÃO DE OUTDOOR PARA VÁRIOS PONTOS DA CIDADE CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRA NR 46261.			
6352	Ordinário	2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO A. 145 - 3.3.90.14.14 - 100 - Recursos Ordinários	1.182,00
Objeto: Uma diário para o Colaborador Odinei Leite levará o caminhão placas MUN9464 para conserto na Madal MAC em Palhoça FLORIANÓPOLIS-SC			
6353	Ordinário	2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO A. 145 - 3.3.90.30.01 - 100 - Recursos Ordinários	300,00
Objeto: Adiantamento combustível para o Colaborador Odinei Leite levará o caminhão placas MUN 9464 para conserto na Madal Mac em Palhoça Florianópolis-SC.			
6354	Ordinário	2008 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	200,00
Objeto: FATURAMENTO ILUMINAÇÃO PÚBLICA CONF. DEMONSTRATIVO E COMPROVANTES DO SALDO DA COSIP REF. O MÊS DE SETEMBRO DE 2019.			
6355	Ordinário	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	68.840,09
Objeto: FATURAMENTO ILUMINAÇÃO PÚBLICA CONF. DEMONSTRATIVO E COMPROVANTES DO SALDO DA COSIP REF. O MÊS DE SETEMBRO DE 2019.			
6356	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	236.837,00
Objeto: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E VENDA DE PRODUTOS - CORREIOS			
6357	Estimativa	2009 - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - AC F	50.000,00

<div>  Prefeitura Municipal de Caçador Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 </div> <div> administração@caçador.sc.gov.br http://www.caçador.sc.gov.br </div> <div> Usuário: Edimar Scombara Chave de autenticação: 1563.1140-504 </div> <div> Página 87/59 </div>				
Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão - Mensal/Diário - Completo				
Data	Nº Emp.	Espécie	Unidade Orçamentária	Valor (R\$)
Objeto:	6357	Ordinário	2006 - SECRETARIA DE CULTURA ESPORTES E TURISMO	1126 - OI SA.
			SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO MÊS OUTUBRO DE 2019.	116,07
Objeto:	6358	Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA
			Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento	930,16
Objeto:	6359	Ordinário	2011 - SECRETARIA DA FAZENDA	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA
			Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento	290,28
Objeto:	6360	Ordinário	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA
			Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento	160,73
Objeto:	6361	Ordinário	2006 - SECRETARIA DE CULTURA ESPORTES E TURISMO	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA
			Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento	514,70
Objeto:	6362	Ordinário	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	2258 - BADESC - AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO SC
			AMORTIZAÇÃO DA PARCELA BADESC CONTRATO Nº 2015007801 - 34/36.	205.333,97
Objeto:	6363	Estimativa	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	14353 - SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME
			AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADO A PREFEITURA DE CAÇADOR - 96,00 UNIDADE DE CANETA MARCA TEXTO, TINTA DE COMPOSIÇÃO ESPECIAL FLUORESCENTE, PONTA DE POLIÉSTER CHANFRADA, DISPONÍVEL NAS CORES VERDE, AMARELA, LARANJA E ROSA. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO A COR QUE DEVERÁ SER FORNECIDA. (CIM8539); 10,00 UNIDADE DE PRANCHETA DE MADEIRA, TAMANHO OFÍCIO, COM PRENDIDOR DE PAPEL EM METAL. (CIM2400); 0010/2019 - CINCATARINA, REGISTRO DE PREÇOS, AT19CIN08342	103,62
Objeto:	6364	Estimativa	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	12320 - RSUL EIRELI - EPP
			AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADO A PREFEITURA DE CAÇADOR - 16,00 UNIDADE DE GRAMPEADOR DE MESA, COM ESTRUTURA METÁLICA, APOIO DA BASE EM POLIETILENO E COBERTO EM RESINA TERMOPLÁSTICA, CAPACIDADE PARA GRAMPEAR NO MÍNIMO 20 FOLHAS, CARREGA GRAMPOS 26/6, SUPORTE MÓVEL PARA DOIS TIPOS DE FIMAÇÃO: PERMANENTE E TEMPORÁRIO, DIMENSÕES MÍNIMAS DE 200MMX50MMX85MM. (CIM8217); 9,00 UNIDADE DE PERFURADOR DE PAPEL COM CAPACIDADE DE PERFURAÇÃO DE NO MÍNIMO 40 FOLHAS, BASE E CABO EM FERRO FUNDIDO, APOIO DA BASE EM POLIETILENO, PINOS PERFURADORES EM AÇO, DIÂMETRO DO FURO: 6MM, DISTÂNCIA DOS FUROS: 80MM, COR PRETA, COM RESERVATÓRIO. (CIM8724); 15,00 CAIXA DE FITA ADESIVA TRANSPARENTE, FABRICADA EM POLIPROPILENO E MATERIAL ADESIVO, DIMENSÕES MÍNIMAS: 45MM X 45MM, EMBALAGEM COM 4 ROLOS. (CIM8852); 10,00 UNIDADE DE TESOURA TAMANHO GRANDE, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 20CM, EM TINOX, CABO ANATÔMICO E EMBORRACHADO. (CIM8731); LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSORCIO INTERFEDERATIVO CATARINENSE - CINCATARINA, CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0012/2019 - CINCATARINA, REGISTRO DE PREÇOS, AT19CIN08256	538,16
Objeto:	6365	Estimativa	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	620 - L A CN INFORMÁTICA LTDA - ME
			AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADO A PREFEITURA DE CAÇADOR - 28,00 UNIDADE DE ESTILETE AUSTÁVEL 18MM (LÂMINA LARGA). (CIM2301); 20,00 UNIDADE DE ESTILETE AUSTÁVEL 9MM (LÂMINA ESTREITA). (CIM2302); LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSORCIO INTERFEDERATIVO CATARINENSE - CINCATARINA, CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0012/2019 - CINCATARINA, REGISTRO DE PREÇOS, AT19CIN08017	32,24
Objeto:	6366	Estimativa	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	9880 - INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP
			AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADO A PREFEITURA DE CAÇADOR - 10,00 UNIDADE DE CAIXA PARA CORRESPONDÊNCIA ARTIGUÁVEL (MÓVEL), TRIPLA, EM POLIESTIRENO, TAMANHO OFÍCIO, DISPONÍVEL NAS CORES FUNÊ E CRISTAL, NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO A COR QUE DEVERÁ SER FORNECIDA. (CIM8794); 10,00 CAIXA DE CANETA CRISTAL ESFEROGRÁFICA, PONTA MÉDIA 1MM, COR HEXAGONAL, PLUG DA MESMA COR DA TINTA, CAIXA COM 50 UNIDADES, DISPONÍVEL NAS CORES AZUL, PRETA E VERMELHA. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO A COR QUE DEVERÁ SER FORNECIDA. (CIM5138); 20,00 UNIDADE DE FITA FABRICADA EM PAPEL CREPE, COR BRANCA, DIMENSÕES MÍNIMAS: 48MMX50MM. (CIM8857); 2,00 UNIDADE DE GRAMPEADOR DE MESA GRANDE, EM AÇO, APOIO DA BASE EM RESINA TERMOPLÁSTICA, BASE DE FECHAMENTO DOS GRAMPOS EM CHAPA DE AÇO, MOLA RESISTENTE COM RETRAÇÃO AUTOMÁTICA, UTILIZA GRAMPOS 23/6, 23/8, 23/10 E 23/13, PARA GRAMPEAR ATÉ 100 FOLHAS DE PAPEL 75G/M2. (CIM8716); 17,00 UNIDADE DE COLA BRANCA, CONTENDO NO MÍNIMO 100G, FRASCO RETANGULAR FEITO 100% DE MATERIAL PET, COM ÓTIMA RESISTÊNCIA QUE SUPORTE PRESSÃO MÍNIMA DE 85KG SEM VAZAMENTO, O FRASCO TAMBÉM DEVERÁ PERMITIR A REPOSIÇÃO COM FACILIDADE ATRAVÉS DE ROSQUEAMENTO DO BICO, COM BICO APLICADOR E TAMPA ESPECIAL ANTI-ASFIXIANTE. COMPOSIÇÃO: RESINA DE PVA, PRODUTO ATÓXICO. NA EMBALAGEM DEVE CONTER INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, MARCA E VALIDADE. PRODUTO COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO. (CIM7878); E OUTROS. LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSORCIO INTERFEDERATIVO CATARINENSE - CINCATARINA, CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0012/2019 - CINCATARINA, REGISTRO DE PREÇOS, AT19CIN07931	760,95
Objeto:	6367	Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	15239 - RAFAEL AVILA SILVA
			LOCAÇÃO DE 1 (UM) VEÍCULO DESTINADO PARA O USO DA SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA, CONFORME LICITAÇÃO DE COMPRA Nº 097805.	3.200,00
Objeto:	6368	Estimativa	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	15239 - RAFAEL AVILA SILVA
			LOCAÇÃO DE 1 (UM) VEÍCULO DESTINADO PARA O USO DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CONFORME LICITAÇÃO DE COMPRA Nº 097806.	2.800,00
Objeto:	6369	Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	14267 - SANTELMO COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS
			AQUISIÇÃO DE LANCHES E PRODUTOS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS PARA O PARAJISC, CONFORME LICITAÇÃO DE COMPRA Nº 097807.	4.776,50
Objeto:	6370	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	1130 - GENTE SEGURADORA SA
			CONTRATAÇÃO DE SEGURO CONTRA TERCEIROS - RCF, SEGURO CONTRA TERCEIROS - DETER E SEGURO TOTAL PARA A FROTA DE VEÍCULOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DA MUNICIPALIDADE, FUNDOS E FUNDAÇÕES	244,08
Total do Dia:				777.429,67
15/10/2019	6371	Estimativa	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	1769 - UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
			AQUISIÇÃO DE 16 KIT ACOIONAMENTO COMPLETO 1 1/2" E 6 SIFÃO MULTUSO 66CM BRANCO DESTINADOS A MANUTENÇÃO DOS BANHEIROS DO PRÉDIO DA PREFEITURA CONFORME LICITAÇÃO DE COMPRA Nº 35532. ORÇAMENTO NR 195672.	733,22
Objeto:	6372	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	14756 - CONSTRUTORA WDO LTDA
			CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MÓDULOS PARA SALAS DE AULA, COM E SEM BANHEIRO, COZINHAS, SETOR ADMINISTRATIVO DE ESCOLAS, BANHEIROS COMUNS E FRALDÁRIOS PRONTOS PARA USO, COBERTURA METÁLICA E TELHA TERMOCLUSTICA PARA AMPLIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC - REFERENTE A AQUISIÇÃO Nº 814/2019	34.089,32
Objeto:	6373	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	14756 - CONSTRUTORA WDO LTDA
			CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MÓDULOS PARA SALAS DE AULA, COM E SEM BANHEIRO, COZINHAS, SETOR ADMINISTRATIVO DE ESCOLAS, BANHEIROS COMUNS E FRALDÁRIOS PRONTOS PARA USO, COBERTURA METÁLICA E TELHA TERMOCLUSTICA PARA AMPLIAÇÃO DE CRECHES E ESCOLAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC REFERENTE A AQUISIÇÃO Nº 814/2019	13.084,32
Objeto:	6374	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	14709 - HIPER BRINK COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA -
			Registro de preços para eventual e futura aquisição de brinquedos para Educação Infantil e Creches da rede pública de ensino do Município de Caçador-SC. Aquisição de brinquedos para creches e escolas - Referente a requisição nº855/2019	1.868,74

Prefeitura Municipal de Caçador				Usuário:Edimar Scambara		Página	
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC				Chave de autenticação:1563-1140-504		9 / 59	
CNPJ: 83.074.302/0001-31							
Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão - Mensal/Diário - Completo							
Data	Nº Emp.	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Credor/Fornecedor	Valor (R\$)
Objeto:	6375	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	329 - 3.3.90.30.14	137 - Outras Transferências do FNDE	13250 - ESPORTE CENTER COMÉRCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS	13.973,90
						Registro de preços para eventual e futura aquisição de brinquedos para Educação Infantil e Creches da rede pública de ensino do Município de Caçador-SC. Aquisição de brinquedos para creches e escolas - Referente a requisição nº855/2019	
Objeto:	6376	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	329 - 3.3.90.30.14	137 - Outras Transferências do FNDE	14652 - S. SCHNEIDER - EPP	25.564,00
						Registro de preços para eventual e futura aquisição de brinquedos para Educação Infantil e Creches da rede pública de ensino do Município de Caçador-SC. Aquisição de brinquedos para creches e escolas - Referente a requisição nº855/2019	
Objeto:	6377	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	329 - 3.3.90.39.78	137 - Outras Transferências do FNDE	1768 - WLPN - TRANSPORTES DE RESÍDUOS LTDA - ME	6.340,00
						Contratação de empresa especializada na limpeza de fossa séptica orçamento nº 0920/2019 - Referente a requisição nº853/2019	
Objeto:	6378	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	329 - 3.3.90.39.17	137 - Outras Transferências do FNDE	7095 - REFRILAR REFRIGERAÇÃO LTDA ME	2.560,00
						Contratação de empresa especializada em conserto de materiais eletrônicos para escolas e creches conforme orçamento - nº 446 Creche Elmar, 404 e 402 Creche Marlene e 421 Ened Abides Tonhni - Referente a requisição nº849/2019	
Objeto:	6379	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	329 - 3.3.90.30.14	137 - Outras Transferências do FNDE	6273 - JVC COM. DE LIVROS E JOGOS PEDAGÓGICOS LTDA - ME	880,00
						Aquisição de materiais pedagógicos para CMEI DILETA B. TESSER - Referente a requisição nº847/2019	
Objeto:	6380	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	329 - 3.3.90.30.14	137 - Outras Transferências do FNDE	6273 - JVC COM. DE LIVROS E JOGOS PEDAGÓGICOS LTDA - ME	560,00
						Aquisição de materiais pedagógicos para CEM FIGUEIROA- Referente a requisição nº845/2019	
Objeto:	6381	Estimativa	2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO A	145 - 3.3.90.30.18	100 - Recursos Ordinários	10159 - CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS	149,85
						WATERIAL A SER UTILIZADO NA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CENTRO DE BEM ESTAR ANIMAL: 5,00 FRASCO DE MORFINA, SULFATO, 10 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL, FRASCO COM 60 ML. (CIM9541); 50,00 COMPRIMIDO DE MORFINA, SULFATO, 30 MG. (CIM9486); LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSORCIO INTERFEDERATIVO CATARINENSE - CINCATARINA, CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0017/2019 - CINCATARINA, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0013/2019 - CINCATARINA, REGISTRO DE PREÇOS - AT19CIN11449	
Objeto:	6382	Estimativa	2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO A	145 - 3.3.90.30.18	100 - Recursos Ordinários	6378 - TRADE MEDICAL COM. MAT. HOSPITALARES LTDA	378,00
						WATERIAL A SER UTILIZADO NA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CENTRO DE BEM ESTAR ANIMAL: 600,00 UNIDADE DE CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO 24G, COM AGULHA EM BISEL TRIFACETADO. CÂNULA EM BIOMATERIAL TERLON OU POLIURETANO, ESTÉRIL, ATÓXICO E APIROGÊNICO. EMBALAGEM UNITÁRIA QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO CONTEÚDO DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E LOTE. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA. (CIM8502); LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSORCIO INTERFEDERATIVO CATARINENSE - CINCATARINA, CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0027/2019 - CINCATARINA, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0214/2019 - CINCATARINA, REGISTRO DE PREÇOS - AT19CIN19499	
Objeto:	6383	Estimativa	2008 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	40 - 3.3.90.30.51	100 - Recursos Ordinários	1769 - UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	132,30
						AQUISIÇÃO DE 5 TINTA SPRAY 400ML, 1 PULVERIZADOR 500ML, 1 ESPUMA PARA PEDREIRO, 0,3M² DE PAVER COLORIDO 60CM, 1 ESPATULA PLÁSTICA E 2PACOTE DE PREGO TELHEIRO PARA UTILIZAÇÃO NOS PONTOS DE ÔNIBUS CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRA Nº 48663. ORÇAMENTO Nº 265891.	
Objeto:	6384	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	304 - 3.3.90.39.17	312 - Superávit Convênio de Trânsito - Prefeitura	6939 - ELEC. IND. E COM DE EQUIPAMENTOS DE MEDIÇÃO LTDA	2.950,50
						MANTENÇÃO, CALIBRAÇÃO E VERIFICAÇÃO INMETRO DO ETILÔMETRO BAF-300 SÉRIE 03185 DA POLÍCIA MILITAR CONFORME REQUISIÇÃO Nº 8136.	
Objeto:	6385	Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	40 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	14810 - ENGENHARIA ENGENHARIA E OBRAS EIRELI	1.830,00
						Aquisição e prestação de serviços de execução de passeio público (meio-fio) na Rua Tomáz Padilha no Município de Caçador-SC em frente ao Cemitério Municipal, designado a Secretaria Municipal da Infraestrutura de Caçador-SC.	
Objeto:	6386	Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	40 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	14810 - ENGENHARIA ENGENHARIA E OBRAS EIRELI	5.340,00
						Aquisição e prestação de serviços de execução de passeio público (pavimento) na Rua Tomáz Padilha no Município de Caçador-SC em frente ao Cemitério Municipal, designado a Secretaria Municipal da Infraestrutura de Caçador-SC.	
Objeto:	6387	Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	40 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	14810 - ENGENHARIA ENGENHARIA E OBRAS EIRELI	22.680,00
						Aquisição e prestação de serviços de execução de passeio público (pavimento e meio-fio) na Rua Tomáz Padilha em frente ao Cemitério Municipal, Rótula de Calmon e Praça Vila Nova Bairro Nossa Senhora da Salette, designado a Secretaria Municipal da Infraestrutura de Caçador-SC.	
Objeto:	6388	Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	40 - 3.3.90.30.26	100 - Recursos Ordinários	596 - ABCH ELETROTECNICA LTDA	741,32
						AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA INSTALAÇÃO DA FEIRA RIO E O COMPUTADOR INTERRUPTOR PARA A FÁBRICA DE TURBOS, REFERENTE A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DE CAÇADOR CONFORME ORÇAMENTO Nº 9.955/2019.	
Objeto:	6389	Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	40 - 3.3.90.30.39	100 - Recursos Ordinários	1407 - BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	151,90
						AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA CONFORME ORÇAMENTOS: CAMINHÃO AXOR CARRETA MLF-5579 2014 (165861)	
Objeto:	6390	Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	40 - 3.3.90.30.39	100 - Recursos Ordinários	1407 - BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	181,87
						AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA CONFORME ORÇAMENTOS: CAMINHÃO AXOR CARRETA MLF-5579 2014 (43309)	
Objeto:	6391	Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	40 - 3.3.90.39.19	100 - Recursos Ordinários	1407 - BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	1.840,00
						MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA CONFORME ORÇAMENTOS: CAMINHÃO AXOR CARRETA MLF-5579 2014 (43309)	
Objeto:	6392	Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	40 - 3.3.90.30.39	100 - Recursos Ordinários	1407 - BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	984,15
						AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA CONFORME ORÇAMENTOS:CAMINHÃO CARGO CAÇAMBA MLU-4657 (43444)	
Objeto:	6393	Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	40 - 3.3.90.39.19	100 - Recursos Ordinários	1407 - BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	184,00
						MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA CONFORME ORÇAMENTOS:CAMINHÃO CARGO CAÇAMBA MLU-4657 (43444)	
Objeto:	6394	Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	40 - 3.3.90.39.69	100 - Recursos Ordinários	1130 - GENTE SEGURADORA SA	2.126,94
						CONTRATAÇÃO DE SEGURO CONTRA TERCEIROS - DETER E SEGURO TOTAL PARA A FROTA DE VEÍCULOS DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DE CAÇADOR.	
Objeto:	6395	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	94 - 3.3.90.30.39	101 - Recursos Próprios	7099 - MECÂNICA DE VEÍCULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	2.235,32
						Aquisição de peças para manutenção do microônibus - MKK- 1716 - orçamento 124994 e 120779 - Referente a requisição nº835/2019	
Objeto:	6396	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	94 - 3.3.90.30.39	101 - Recursos Próprios	7099 - MECÂNICA DE VEÍCULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	1.560,40
						Aquisição de peças para manutenção do ônibus QJP 7224 - transporte escolar - orçamento 122643 e 124522. Referente a requisição nº846/2019	
Objeto:	6397	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	94 - 3.3.90.39.19	101 - Recursos Próprios	7099 - MECÂNICA DE VEÍCULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	99,07
						Prestação de serviço para manutenção do micro ônibus - MKK- 1716 - orçamento 120779 Referente a requisição nº835/2019	
Objeto:	6398	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	94 - 3.3.90.39.17	101 - Recursos Próprios	7095 - REFRILAR REFRIGERAÇÃO LTDA ME	2.560,00
						Contratação de empresa especializada em instalação e conserto de ar condicionado para secretaria municipal de educação orçamento nº 401 e 403 - Referente a requisição nº850/2019	
Objeto:	6399	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	94 - 3.3.90.30.39	101 - Recursos Próprios	4046 - AUTO ELÉTRICA XAVENZ LTDA - ME	529,32
						Aquisição de peças para manutenção - Veículo BOXER Placa MHI 3386- ao transporte de alunos do perímetro rural da rede pública - referente a requisição nº 850 -/2019 - Orçamento - 038058	
Objeto:	6400	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	94 - 3.3.90.39.19	101 - Recursos Próprios	4046 - AUTO ELÉTRICA XAVENZ LTDA - ME	134,61

Prefeitura Municipal de Caçador				Usuário:Edimar Scambara	Página		
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC <th>Chave de autenticação:1563-1140-504</th> <th>10 / 59</th>				Chave de autenticação:1563-1140-504	10 / 59		
CNPJ: 83.074.302/0001-31							
administracao@cacador.sc.gov.br							
Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão - Mensal/Diário - Completo							
Data	Nr Emp.	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Credor/Fornecedor	Valor (R\$)
Objeto: Prestação de serviço de mão de obra - Veículo BOXER Placa MHI 3388- ao transporte de alunos do perímetro rural da rede pública - referente a requisição nº 850 -/2019 - Orçamento - 038058							
6401	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	94 - 3.3.90.52.42	101 - Recursos Próprios - Educação	15135 - COMPENSADOS SCHROEDER LTDA		4.822,00
Objeto: Aquisição de materiais de marcenaria para confecção de móveis para Escolas Municipais e Creches- referente a requisição nº 851 -/2019							
6402	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	94 - 3.3.90.52.42	101 - Recursos Próprios - Educação	369 - VW COMERCIO ATACADISTA LTDA ME		1.880,00
Objeto: Aquisição de materiais de marcenaria para confecção de móveis para Escolas Municipais e Creches- referente a requisição nº 851 -/2019							
6403	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	94 - 3.3.90.30.99	101 - Recursos Próprios - Educação	8274 - ROSEMERI DE FATIMA BARBOSA CAMPAGNARO ME		170,00
Objeto: Aquisição de filtro para o bebedouro da SME- referente a requisição nº 852 -/2019							
6404	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	94 - 3.3.90.39.19	101 - Recursos Próprios - Educação	7099 - MECÂNICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME		434,28
Objeto: Prestação de serviço para manutenção do ônibus -QIP-9844- transporte escolar - orçamento 122029- Referente a requisição nº 854/2019							
6405	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	94 - 3.3.90.30.39	101 - Recursos Próprios - Educação	7099 - MECÂNICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME		470,00
Objeto: Aquisição de peças para manutenção do ônibus -QIP-9844- transporte escolar - orçamento 122029- Referente a requisição nº8853/2019							
Total do Dia:							154.219,33
16/10/2019	Ordinário	2006 - SECRETARIA DE CULTURA ESPORTES E TURISMO	130 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	10036 - DETER DBPTO DE TRANSPORTES		264,29
Objeto: PELA DESPESA EMPENHADA REF. TAXA DE FISCALIZAÇÃO TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS TFF CONFORME GUIA 712702.							
6407	Ordinário	2006 - SECRETARIA DE CULTURA ESPORTES E TURISMO	130 - 3.3.90.39.90	100 - Recursos Ordinários	7409 - PR/ CASA CIVIL/IMPRESA NACIONAL - DIÁRIO OFICIAL		231,28
Objeto: PELA DESPESA EMPENHADA REF. PUBLICAÇÃO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 92/2019 - PROCESSO LICITATORIO Nº 126/2019 - TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2019 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA EM REGIME DE EXECUÇÃO POR EMPREITADA PARA EXECUÇÃO DE PROJETO DE REFORMA DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC.							
6408	Ordinário	2001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	178 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	7812 - PODER JUDICIÁRIO DE CAÇADOR		52,24
Objeto: PELA DESPESA EMPENHADA REF GUIAS DE CUSTAS INTERMEDIARIAS REFERENTES À DILIGÊNCIAS POR CITAÇÃO/INTIMAÇÃO DE OFICIAL DE JUSTIÇA, MEMORANDO Nº 23.927/2019.							
6409	Estimativa	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	30 - 3.3.90.30.22	100 - Recursos Ordinários	11246 - NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME		357,70
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA DESTINADOS A PREFEITURA DE CAÇADOR CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRA Nº045492.							
6410	Estimativa	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	30 - 3.3.90.30.22	100 - Recursos Ordinários	10686 - SITROLIMP-SIMONATO PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA-		2.290,20
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA DESTINADOS A PREFEITURA DE CAÇADOR CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRA Nº045493							
6411	Estimativa	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	30 - 3.3.90.30.07	100 - Recursos Ordinários	13704 - CATERINESE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME		202,50
Objeto: AQUISIÇÃO DE ACÚCAR DESTINADO A PREFEITURA DE CAÇADOR CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRA Nº045491.							
6412	Estimativa	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	30 - 3.3.90.30.22	100 - Recursos Ordinários	14806 - PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI EPP		768,00
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA DESTINADOS A PREFEITURA DE CAÇADOR CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRA Nº045489.							
6413	Estimativa	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	30 - 3.3.90.30.22	100 - Recursos Ordinários	14871 - JUNKES DISTRIBUIDORA		1.277,76
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA DESTINADOS A PREFEITURA DE CAÇADOR CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRA Nº045495.							
6414	Estimativa	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	30 - 3.3.90.30.22	100 - Recursos Ordinários	13948 - MEIO OESTE PAPEIS LTDA - ME		1.560,00
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA DESTINADOS A PREFEITURA DE CAÇADOR CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRA Nº045494.							
6415	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	367 - 3.3.90.39.99	111 - Convênio de Trânsito - Civil	7670 - SYSMATEC COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA.		164,00
Objeto: Mão de obra de passagem de cabos e conectonização para a Delegacia de Polícia Civil.							
6416	Estimativa	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	30 - 3.3.90.30.21	100 - Recursos Ordinários	369 - VW COMERCIO ATACADISTA LTDA ME		538,20
Objeto: AQUISIÇÃO DE 18 GARRAFAS TÉCNICAS PARA A PREFEITURA DE CAÇADOR.							
6417	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	367 - 3.3.90.30.39	111 - Convênio de Trânsito - Civil	7099 - MECÂNICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME		227,85
Objeto: Aquisição de filtro de óleo lubrificante e óleo lubrificante para a viatura S10 placa QIF-0996 da Delegacia de Polícia Civil.							
6418	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	367 - 3.3.90.39.19	111 - Convênio de Trânsito - Civil	7099 - MECÂNICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME		83,23
Objeto: Mão de obra na viatura S10 placa QIF-0696 da Delegacia de Polícia Civil.							
6419	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	367 - 3.3.90.30.39	111 - Convênio de Trânsito - Civil	7099 - MECÂNICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME		1.080,66
Objeto: Aquisição de carcaça de água, sensor de temperatura, filtro de ar motor, filtro de óleo lubrificante, óleo lubrificante para a viatura Fiesta placa MIZ-7618 da Delegacia de Polícia Civil.							
6420	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	367 - 3.3.90.39.19	111 - Convênio de Trânsito - Civil	7099 - MECÂNICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME		360,35
Objeto: Mão de obra na viatura Fiesta placa MIZ-7618 da Delegacia de Polícia Civil.							
6421	Estimativa	2006 - SECRETARIA DE CULTURA ESPORTES E TURISMO	126 - 3.3.90.39.63	100 - Recursos Ordinários	191 - SC COMUNICACAO VISUAL LTDA - ME		105,08
Objeto: Registro de preços para eventual e futura contratação de empresa habilitada para a confecção de material de comunicação visual, banner, placas, faixas, plátens, crachás, adesivos e outros, destinados as diversas secretarias municipais, fundos e autarquias. (Aquisição de faixas para os Jogos Regionais da Terceira Idade, Programa de Atenção ao Idoso).							
Total do Dia:							9.563,34
17/10/2019	Ordinário	2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO A	145 - 3.3.90.14.14	100 - Recursos Ordinários	4523 - ODINEI LEITE		65,00
Objeto: MEIA DIARIA PARA O COLABORADOR ODINEI LEITE PARA BUSCAR PAVER EM PORTO UNIAO.							
6423	Ordinário	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	40 - 3.3.90.39.69	100 - Recursos Ordinários	1921 - DETRAN TRANSITO		16,71
Objeto: PELA DESPESA EMPENHADA REF SEGURO OBRIGATORIO DPVAT DO VEICULO PLACA: MDV 6940 DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.							
6424	Ordinário	2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO A	145 - 3.3.90.39.69	100 - Recursos Ordinários	1921 - DETRAN TRANSITO		16,15
Objeto: PELA DESPESA EMPENHADA REF SEGURO OBRIGATORIO DPVAT DO VEICULO PLACA: MFD 1120 DA AGRICULTURA.							
6425	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	5 - 3.3.90.39.69	100 - Recursos Ordinários	1921 - DETRAN TRANSITO		16,15
Objeto: PELA DESPESA EMPENHADA REF SEGURO OBRIGATORIO DPVAT DO VEICULO PLACA: LXH 1720 DA DEFESA CIVIL.							
6426	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	94 - 3.3.90.14.14	101 - Recursos Próprios - Educação	6857 - JOSETE MARIA DE LEMOS ESTROWSKY		1.000,00

<div>  <div> Prefeitura Municipal de Caçador Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 </div> </div>				<div> <div>administracao@caçador.sc.gov.br</div> <div>Usuário: Edimar Scambara</div> <div>Chave de autenticação: 1563-1140-504</div> </div>		Página
Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão - Mensal/Diário - Completo				Credor/Fornecedor		Valor (R\$)
Data	Nº Emp.	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	
Objeto: "DILATIA" - Participar do 3º Seminário de Educação (UNIDIME/SC) - Inovação em Educação: do currículo às práticas pedagógicas, de 22 a 24 de outubro de 2019 em Blumenau - SC. - ""RECURSOS PRÓPRIOS""						
6427	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		94 - 3.3.90.14.14	101 - Recursos Próprios - Educação	750,00
Objeto: "DILATIA" - Participar do 3º Seminário de Educação (UNIDIME/SC) - Inovação em Educação: do currículo às práticas pedagógicas, de 22 a 24 de outubro de 2019 em Blumenau - SC. - ""RECURSOS PRÓPRIOS""						
6428	Ordinário	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		178 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	78,82
Objeto: PELA DESPESA EMPENHADA REF GUIAS DE CUSTAS INTERMEDIÁRIAS REFERENTES À DILIGÊNCIAS POR CITAÇÃO/INTIMAÇÃO DE OFICIAL DE JUSTIÇA MEMORANDO Nº 23.989/2019.						
6429	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		107 - 3.3.90.14.14	136 - Salário-Educação	750,00
Objeto: "DILATIA" - Participar do 3º Seminário de Educação (UNIDIME/SC) - Inovação em Educação: do currículo às práticas pedagógicas, de 22 a 24 de outubro de 2019 em Blumenau - SC. - ""SALÁRIO EDUCAÇÃO""						
6430	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		94 - 3.3.90.30.01	101 - Recursos Próprios - Educação	150,00
Objeto: "ADANTAMENTO" - Participar do 3º Seminário de Educação (UNIDIME/SC) - Inovação em Educação: do currículo às práticas pedagógicas, de 22 a 24 de outubro de 2019 em Blumenau - SC. - ""RECURSOS PRÓPRIOS"" - ""COMBUSTÍVEL""						
6431	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		94 - 3.3.90.33.99	101 - Recursos Próprios - Educação	100,00
Objeto: "ADANTAMENTO" - Participar do 3º Seminário de Educação (UNIDIME/SC) - Inovação em Educação: do currículo às práticas pedagógicas, de 22 a 24 de outubro de 2019 em Blumenau - SC. - ""RECURSOS PRÓPRIOS"" - ""ESTACIONAMENTO""						
6432	Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		30 - 3.3.90.39.63	100 - Recursos Ordinários	10,70
Objeto: DESPESA DE TELEFONE FIXO MÊS OUTUBRO DE 2019.						
6433	Estimativa	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		30 - 3.3.90.39.16	100 - Recursos Ordinários	186,50
Objeto: CÓPIAS DE CHAVES E INSTALAÇÃO DE FECHADURA PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRA Nº 48390.						
6434	Estimativa	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		30 - 3.3.90.30.99	100 - Recursos Ordinários	718,59
Objeto: AQUISIÇÃO DE 50 BOMBONAS DE ÁGUA DE 20 LITROS PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.						
6435	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO		27 - 3.3.50.41.99	100 - Recursos Ordinários	20.590,00
Objeto: PELA DESPESA EMPENHADA REF TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS AO CONSELHO COMUNITÁRIO DO BARRIO SORGATTO, A FIM DE CUSTEAR DESPESAS COM A MANUTENÇÃO DO TELHADO E FORRO DO CENTRO COMUNITÁRIO CFME LEI AUTORIZATIVA Nº 3.555 DE 12 DE SETEMBRO DE 2019.						
6436	Estimativa	2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO A		145 - 3.3.90.39.69	100 - Recursos Ordinários	1.493,57
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SEGURO CONTRA TERCEIROS - RCT, SEGURO CONTRA TERCEIROS - DEITER E SEGURO TOTAL PARA A FROTA DE VEÍCULOS DA SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE.						
6437	Estimativa	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		180 - 3.3.20.47.12	100 - Recursos Ordinários	143.262,53
Objeto: PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRIBUIÇÃO AO PASEP SOBRE A RECEITA DO MÊS DE SETEMBRO / 2019.						
Total do Dia:						169.204,72
18/10/2019	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		107 - 3.3.90.39.43	136 - Salário-Educação	8.897,32
Objeto: DESPESA DE ENERGIA ELÉTRICA PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL REFERENTE AO MÊS DE SETEMBRO DE 2019.						
6439	Estimativa	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		30 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	20.400,00
Objeto: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E VENDA DE PRODUTOS - CORREIOS						
6440	Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO		5 - 3.3.90.30.99	100 - Recursos Ordinários	1.100,69
Objeto: AQUISIÇÃO DE 33 BOMBONAS DE ÁGUA DE 20 LITROS, 3 VASILHAME DE 20 LITROS, 14 FARDOS DE ÁGUA COM GÁS E 8 FARDOS DE ÁGUA SEM GÁS PARA O GABINETE.						
6441	Estimativa	2011 - SECRETARIA DA FAZENDA		171 - 3.3.90.30.99	100 - Recursos Ordinários	172,46
Objeto: AQUISIÇÃO DE 12 BOMBONAS DE ÁGUA DE 20 LITROS PARA A SECRETARIA DA FAZENDA.						
6442	Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO		357 - 3.3.90.30.99	10 - Recursos Vinculados ao PROCOM	114,97
Objeto: AQUISIÇÃO DE 8 BOMBONAS DE ÁGUA DE 20 LITROS PARA O PROCOM.						
6443	Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO		5 - 3.3.90.39.16	100 - Recursos Ordinários	460,00
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CHAVEIRO PARA TROCA DE SEGREDO E CONSENTO DE FECHADURA NO AEROPORTO, CONSENTO DE FECHADURA NO GABINETE DO PREFEITO E INSTALAÇÃO DE FECHADURA NA DEFESA CIVIL CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRA Nº 48391.						
6444	Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO		357 - 3.3.90.30.01	10 - Recursos Vinculados ao PROCOM	182,57
Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA) PARA O PROCOM.						
6445	Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO		5 - 3.3.90.30.01	100 - Recursos Ordinários	5.257,97
Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA, ETANOL, ÓLEO DIESEL COMUM E S10), PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC						
6446	Estimativa	2006 - SECRETARIA DE CULTURA ESPORTES E TURISMO		130 - 3.3.90.39.59	100 - Recursos Ordinários	2.520,00
Objeto: SONORIZAÇÃO DE MÊDO PORTE PARA A SEMANA DO CONTESTADO 2019, CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRA Nº 087135.						
6447	Estimativa	2006 - SECRETARIA DE CULTURA ESPORTES E TURISMO		130 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	11.449,00
Objeto: Serviços de produção cultural, educacional e operacional para execução da programação da Semana do Contestado 2019, conforme solicitação de compra nº 087136.						
6448	Estimativa	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		179 - 3.3.90.93.02	100 - Recursos Ordinários	121.491,81
Objeto: PELA DESPESA EMPENHADA REF DEVOLUÇÃO DE SALDO DE CONVÊNIO 488/1999 SIAFI Nº 404851 PROCESSO Nº 03900.005047/1999-17 MEMORANDO Nº 24135/2019.						
6449	Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO		7 - 4.4.90.51.91	100 - Recursos Ordinários	604,00
Objeto: AQUISIÇÃO DE 40 M² DE GRAMA COM PLANTIO PARA PISTA DE SKATE CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRA Nº 48664.						
6450	Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO		7 - 4.4.90.52.99	100 - Recursos Ordinários	9.875,00
Objeto: AQUISIÇÃO DE 25 BANCOS DE JARDIM PARA REVITALIZAÇÃO DE PRACAS E BARRIOS, VILA PARAÍSO, SORGATTO, LOTEAMENTO CONTESTADO, MARIA LUIZA BARBOSA, ULISSES GUIMARÃES, VILA SANTA CATARINA, SANTA CLARA, CIDADE NOVA, SÃO CRISTÓVÃO, BARRIO DOS MUNICÍPIOS, 125 CASAS CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRA Nº 48665.						
6451	Ordinário	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		178 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	67,92
Objeto: PELA DESPESA EMPENHADA REF GUIAS DE CUSTAS INTERMEDIÁRIAS REFERENTES À DILIGÊNCIAS POR CITAÇÃO/INTIMAÇÃO DE OFICIAL DE JUSTIÇA.						
6452	Ordinário	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		175 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	1.287,76
Objeto: 7684 - TPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID						


Prefeitura Municipal de Caçador				Usuário: Edimar Scambara		Página
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC				Chave de autenticação: 1563-1140-504		12 / 59
CNPJ: 83.074.302/0001-31						
administracao@cacador.sc.gov.br						
http://www.cacador.sc.gov.br						
Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão - Mensal/ Diário - Completo						
Data	Nr Emp.	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Credor/Fornecedor
Objeto: PJ AMORTIZACAO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA JUNTO AO IPASC, CONF. PARCELA 121/240 - CFME LEI 2650/2009 DE 23/10/09 - ACORDO CADPREV 0071/2009.						
6453	Ordinário	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	175 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	
Objeto: PJ AMORTIZACAO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA JUNTO AO IPASC, CONF. PARCELA 052/060 - CFME LEI 3227/2015 DE 11/06/15 - ACORDO CADPREV 0446/2015.						
6454	Ordinário	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	175 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	
Objeto: PJ AMORTIZACAO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA JUNTO AO IPASC, CONF. PARCELA 046/060 - CFME LEI 3281/2015 DE 18/12/15 - ACORDO CADPREV 1019/2015.						
6455	Ordinário	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	175 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	
Objeto: PJ AMORTIZACAO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA JUNTO AO IPASC, CONF. PARCELA 013/060 - CFME LEI 3358/2017 DE 19/01/17 - ACORDO CADPREV 0074/2017.						
6456	Ordinário	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	173 - 3.1.91.21.99	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	
Objeto: JUROS DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA JUNTO AO IPASC, CONF. PARCELA 121/240 - CFME LEI 2650/2009 DE 23/10/09 - ACORDO CADPREV 0071/2009.						
6457	Ordinário	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	173 - 3.1.91.21.99	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	
Objeto: JUROS DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA JUNTO AO IPASC, CONF. PARCELA 052/060 - CFME LEI 3227/2015 DE 11/06/15 - ACORDO CADPREV 0446/2015.						
6458	Ordinário	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	173 - 3.1.91.21.99	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	
Objeto: JUROS DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA JUNTO AO IPASC, CONF. PARCELA 046/060 - CFME LEI 3281/2015 DE 18/12/15 - ACORDO CADPREV 1019/2015.						
6459	Ordinário	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	173 - 3.1.91.21.99	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	
Objeto: JUROS DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA JUNTO AO IPASC, CONF. PARCELA 013/060 - CFME LEI 3358/2017 DE 19/01/17 - ACORDO CADPREV 0074/2017.						
6460	Ordinário	2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO A 145 - 3.3.90.39.75	100 - Recursos Ordinários		7812 - PODER JUDICIARIO DE CAÇADOR	
Objeto: PELA DESPESA EMPENHADA REF INFRAÇÃO DE TRANSITO DO VEICULO PLACA: MHA 7996 DA SECRETARIA DE AGRICULTURA CONFORME OFÍCIO Nº 109/2019.						
6461	Ordinário	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	178 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	7812 - PODER JUDICIARIO DE CAÇADOR	
Objeto: PELA DESPESA EMPENHADA REF GUIAS DE CUSTAS INTERMEDIARIAS REFERENTES À DILIGÊNCIAS POR CITAÇÃO/INTIMAÇÃO DE OFICIAL DE JUSTIÇA.MEMORANDO Nº 24.095/2019.						
6462	Ordinário	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	178 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	7812 - PODER JUDICIARIO DE CAÇADOR	
Objeto: PELA DESPESA EMPENHADA REF GUIAS DE CUSTAS INTERMEDIARIAS REFERENTES À DILIGÊNCIAS POR CITAÇÃO/INTIMAÇÃO DE OFICIAL DE JUSTIÇA.MEMORANDO Nº 24.096/2019.						
Total do Dia: 480.082,06						
21/10/2019	6463	Estimativa	2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO A 145 - 3.3.90.39.88	100 - Recursos Ordinários	14832 - AGÊNCIA DE PUBLICIDADE TIG LTDA	
Objeto: CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE PROPAGANDA PARA O MUNICÍPIO DE CAÇADOR, CONFORME ESTABELECE A LEI Nº 12.232, DE 29 DE ABRIL DE 2010, PARA CAMPANHAS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRA Nº 46262.						
6464	Estimativa	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	30 - 3.3.90.39.88	100 - Recursos Ordinários	14832 - AGÊNCIA DE PUBLICIDADE TIG LTDA	
Objeto: CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE PROPAGANDA PARA O MUNICÍPIO DE CAÇADOR, CONFORME ESTABELECE A LEI Nº 12.232, DE 29 DE ABRIL DE 2010, PARA CAMPANHAS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRA Nº 46262.						
6465	Estimativa	2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO A 145 - 3.3.90.30.18	100 - Recursos Ordinários		10115 - MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	
Objeto: MATERIAL A SER UTILIZADO NA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CENTRO DE BEM ESTAR ANIMAL: 15.00 AMPOLA DE CEFTRIAXOMA SÓDICA 1 G, USO INTRAMUSCULAR, CONTEÚDO FRASCO-AMPOLA COM PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL + AMPOLA DE DILUENTE (3,5 ML DE LIDOCAÍNA 1%), (CIM4823); LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSORCIO INTERFEDERATIVO CATARINENSE - CINCATARINA, CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0017/2019 - CINCATARINA, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0013/2019 - CINCATARINA, REGISTRO DE PREÇOS, AT19CIN10825						
6466	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	94 - 3.3.90.39.43	101 - Recursos Próprios - Educação	468 - CELESC-CENTRAIS ELÉTRICAS DE STA CAT SA	
Objeto: DESPESA DE ENERGIA ELÉTRICA PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO REFERENTE AO MÊS DE SETEMBRO DE 2019.						
6467	Ordinário	2006 - SECRETARIA DE CULTURA ESPORTES E TURISMO	130 - 3.3.90.14.14	100 - Recursos Ordinários	15085 - DANIELE VEIS	
Objeto: Mens Diária para deslocamento da servidora, até o município de Tangará, onde estará acompanhando os idosos do Programa de Atenção ao Idoso, que estarão participando do Baile Regional da Terceira Idade, que acontece no dia 19/10/2019.						
6468	Ordinário	2006 - SECRETARIA DE CULTURA ESPORTES E TURISMO	130 - 3.3.90.14.14	100 - Recursos Ordinários	10056 - ADELAR GERALDO FRAN	
Objeto: Mens Diária para deslocamento do servidor, até o município de Tangará, onde estará transportando os idosos do Programa de Atenção ao Idoso, que estarão participando do Baile Regional da Terceira Idade, que acontece no dia 19/10/2019.						
6469	Ordinário	2006 - SECRETARIA DE CULTURA ESPORTES E TURISMO	130 - 3.3.90.39.41	100 - Recursos Ordinários	13837 - MARA CELIS IESBECK ANDRADE PAGNUSSATT	
Objeto: ADIANTAMENTO de alimentação para as servidoras Mara Celis e Laís Souza, que estarão participando do Congresso Técnico do JASC, que acontecerá em Pomerode no dia 22/10/2019. Servidora: Mara Celis Iesbeck Andrade Pagnussatt						
6470	Ordinário	2006 - SECRETARIA DE CULTURA ESPORTES E TURISMO	130 - 3.3.90.30.01	100 - Recursos Ordinários	13837 - MARA CELIS IESBECK ANDRADE PAGNUSSATT	
Objeto: ADIANTAMENTO de combustível para deslocamento das servidoras Mara Celis e Laís Souza, que estarão participando do Congresso Técnico do JASC, que acontecerá em Pomerode no dia 22/10/2019. Servidora: Mara Celis Iesbeck Andrade Pagnussatt						
6471	Ordinário	2006 - SECRETARIA DE CULTURA ESPORTES E TURISMO	130 - 3.3.90.14.14	100 - Recursos Ordinários	10056 - ADELAR GERALDO FRAN	
Objeto: Mens Diária para deslocamento do servidor até o município de Viderra, onde estará transportando os alunos da Emeb Hilda Granemim de Souza até o observatório no dia 23/10/2019.						
6472	Ordinário	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	176 - 4.6.90.71.99	100 - Recursos Ordinários	12972 - C O H A B	
Objeto: AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA JUNTO A COHAB CONTRATO 000175-9 PREST. 213/216						
6473	Ordinário	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	174 - 3.2.90.21.99	100 - Recursos Ordinários	12972 - C O H A B	
Objeto: PELA INSCRIÇÃO DO COMPROMISSO JUNTO A COHAB, CONF. CONTRATO 000175-9 PREST. 213/216.						
Total do Dia: 20.804,61						
23/10/2019	6474	Estimativa	2006 - SECRETARIA DE CULTURA ESPORTES E TURISMO	130 - 3.3.90.39.24	100 - Recursos Ordinários	191 - SC COMUNICACAO VISUAL LTDA - ME
Objeto: AQUISIÇÃO DE ADESIVO VINIL IMPRESSÃO DIGITAL DESTINADOS AOS JOGOS REGIONAIS DA TERCEIRA IDADE CONFORME SOLICITAÇÃO COMPRA NR 36633.						
6475	Estimativa	2006 - SECRETARIA DE CULTURA ESPORTES E TURISMO	130 - 3.3.90.30.14	100 - Recursos Ordinários	13250 - ESPORTE CENTER COMÉRCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS	
Objeto: AQUISIÇÃO DE 10 BARALHOS ESPANHOL E 24 BARALHOS 139 PARA CANASTA PARA OS JOGOS REGIONAIS DA TERCEIRA IDADE CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRA Nº 56435.						
6476	Estimativa	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	30 - 3.3.90.30.99	100 - Recursos Ordinários	1769 - UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	
Objeto: AQUISIÇÃO DE 6 CONECTORES PARA MANGUEIRA ENGATE RÁPIDO COM STOP 1/2" PARA A PREFEITURA DE CAÇADOR CONFORME ORÇAMENTO Nº 313131.						
6477	Estimativa	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	30 - 3.3.90.39.56	100 - Recursos Ordinários	121 - CLINICA DR. BRIDI EIRELI - EPP	
Total do Dia: 328,00						

Prefeitura Municipal de Caçador				Usuário:Edimar Scambara		Página	
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC				Chave de autenticação: 1563-1140-504		13 / 59	
CNPJ: 83.074.302/0001-31				administracao@caçador.sc.gov.br			
Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão - Mensal/Diário - Completo							
Data	Nr Emp.	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Credor/Fornecedor	Valor (R\$)
Objeto: REALIZAÇÃO DE 1 PERÍCIA MÉDICA PARA O SERVIDOR DARCI PIRES DE CAMARGO CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRA NR 42781.							
6478	Estimativa	2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO A	145 - 3.3.90.39.56	100 - Recursos Ordinários		121 - CLINICA DR. BRIDI EIRELI - EPP	328,00
Objeto: REALIZAÇÃO DE E 1 PERÍCIA MÉDICA PARA O SERVIDORA CARLA ALESSANDRA DEMANTOVA CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRA NR 42780.							
6479	Ordinário	2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO A	145 - 3.3.90.30.24	100 - Recursos Ordinários		1769 - UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	4.379,65
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E SANITÁRIOS, ESQUADRIAS, VIDROS E ACESSÓRIOS, E MADEIRAS, COM BASE NA TABELA SINAPI, PARA ATENDER A SECRETARIA DE AGRICULTURA.							
6480	Estimativa	2006 - SECRETARIA DE CULTURA ESPORTES E TURISMO	130 - 3.3.90.39.48	100 - Recursos Ordinários		15193 - EDUARDO GASPARETTO	1.224,00
Objeto: CHAMAMENTO PARA CREDENCIAMENTO DE INTERESSADOS NA REALIZAÇÃO DE OFICINAS E CURSOS LIVRES EM EQUIPAMENTOS E ESPAÇOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR E NOS QUINTAIS SOCIAIS (CONTRATADO EDUARDO GASPARETTO, CPF 040.779.079-93)							
6481	Estimativa	2006 - SECRETARIA DE CULTURA ESPORTES E TURISMO	130 - 3.3.90.39.48	100 - Recursos Ordinários		15192 - PATRICIA ALVES WIEBER	1.224,00
Objeto: CHAMAMENTO PARA CREDENCIAMENTO DE INTERESSADOS NA REALIZAÇÃO DE OFICINAS E CURSOS LIVRES EM EQUIPAMENTOS E ESPAÇOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR E NOS QUINTAIS SOCIAIS							
6482	Estimativa	2006 - SECRETARIA DA CULTURA ESPORTES E TURISMO	130 - 3.3.90.39.48	100 - Recursos Ordinários		15190 - FERNANDA DA SILVA CARNEIRO	2.040,00
Objeto: CHAMAMENTO PARA CREDENCIAMENTO DE INTERESSADOS NA REALIZAÇÃO DE OFICINAS E CURSOS LIVRES EM EQUIPAMENTOS E ESPAÇOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR E NOS QUINTAIS SOCIAIS							
6483	Estimativa	2006 - SECRETARIA DE CULTURA ESPORTES E TURISMO	130 - 3.3.90.39.48	100 - Recursos Ordinários		15186 - LUCAS RODRIGUES ANTUNES CARNEIRO	1.394,00
Objeto: CHAMAMENTO PARA CREDENCIAMENTO DE INTERESSADOS NA REALIZAÇÃO DE OFICINAS E CURSOS LIVRES EM EQUIPAMENTOS E ESPAÇOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR E NOS QUINTAIS SOCIAIS							
6484	Estimativa	2006 - SECRETARIA DA CULTURA ESPORTES E TURISMO	130 - 3.3.90.39.48	100 - Recursos Ordinários		11219 - ALDILINO ZANELLA	2.852,00
Objeto: CHAMAMENTO PARA CREDENCIAMENTO DE INTERESSADOS NA REALIZAÇÃO DE OFICINAS E CURSOS LIVRES EM EQUIPAMENTOS E ESPAÇOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR E NOS QUINTAIS SOCIAIS							
6485	Estimativa	2006 - SECRETARIA DE CULTURA ESPORTES E TURISMO	130 - 3.3.90.39.48	100 - Recursos Ordinários		14126 - CLEUNICE GILLOLI BECKER	3.672,00
Objeto: CHAMAMENTO PARA CREDENCIAMENTO DE INTERESSADOS NA REALIZAÇÃO DE OFICINAS E CURSOS LIVRES EM EQUIPAMENTOS E ESPAÇOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR E NOS QUINTAIS SOCIAIS							
6486	Ordinário	2006 - SECRETARIA DE CULTURA ESPORTES E TURISMO	130 - 3.3.90.39.64	100 - Recursos Ordinários		1126 - OI S.A.	327,52
Objeto: DESPESA DE TELEFONE FIXO PARA A SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO REFERENTE AO MÊS DE OUTUBRO DE 2019.							
6487	Estimativa	2011 - SECRETARIA DA FAZENDA	171 - 3.3.90.30.24	100 - Recursos Ordinários		1769 - UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	5.274,88
Objeto: AQUISIÇÃO DE TINTAS DESTINADAS AO AEROPORTO DE CAÇADOR CONFORME REQUISIÇÃO Nº41946							
6488	Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	44 - 4.4.90.30.24	183 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas		1769 - UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	3.500,00
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA REFORMA DO MURO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE ACORDO COM CONTRATO DE FINANCIAMENTO Nº 2623.0504.442-11/2017 - FINISA. CONTRATO FIRMADO ENTRE CAUSA ECONOMICA FEDERAL E O MUNICÍPIO DE CAÇADOR. SOLICITAÇÃO DE COMPRA NR 03394.							
6489	Estimativa	2011 - SECRETARIA DA FAZENDA	171 - 3.3.90.30.24	100 - Recursos Ordinários		369 - VW COMERCIO ATACADISTA LTDA ME	2.766,00
Objeto: PORTA DE VIDRO 10MM TEMPERADO, SUBSTITUIÇÃO DE VIDRO, COLOCAÇÃO DE OUTRA PORTA, CANELETAS E PERFIL, PINTURA DE ACABAMENTO DE VIDROS EXISTENTES DESTINADAS AO AEROPORTO DE CAÇADOR CONFORME REQUISIÇÃO Nº41946							
6490	Estimativa	2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO A	145 - 3.3.90.30.24	100 - Recursos Ordinários		4883 - VIVEIRO E FLORICULTURA FREISLEBEM LTDA - ME	384,00
Objeto: AQUISIÇÃO DE 2 VASOS GRAFIATTO CÔNICO FERRUGEM PARA O CEMITÉRIO MUNICIPAL CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRA NR 097825.							
6491	Estimativa	2009 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO	162 - 3.3.90.30.99	100 - Recursos Ordinários		15291 - AMANDA CAROLINA ZUCCO CRUZ EIRELI	528,63
Objeto: AQUISIÇÃO DE ENFEITES DE NATAL PARA O HALL DE ENTRADA DA PREFEITURA CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRA NR 87144.							
6492	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	94 - 3.3.90.39.56	101 - Recursos Próprios - Educação		121 - CLINICA DR. BRIDI EIRELI - EPP	984,00
Objeto: REALIZAÇÃO DE E 3 PERÍCIAS MÉDICAS PARA OS SERVIDORES ATILIO SILVEIRA DE OLIVEIRA, ADRIANA ANTUNES DE OLIVEIRA E ELIANE MACEDO CASTILHO CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRA NR 42784.							
Total do Dia:							31.791,65
24/10/2019	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	368 - 4.4.90.52.33	111 - Convênio de Trânsito - Civil		10942 - CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA - EPP	550,00
Objeto: AQUISIÇÃO DE 1 MONITOR 21,5 POLEGADAS PARA A POLÍCIA CIVIL CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRA NR 39180; 1.00 UNIDADE DE MONITOR (21,5 POLEGADAS; RESOLUÇÃO: 1920X1080; CONEXÕES: HDMI E VGA) (CIM10128); LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSORCIO INTERFEDERATIVO CATARINENSE - CINCATARINA, CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0021/2019 - CINCATARINA, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0015/2019 - CINCATARINA, REGISTRO DE PREÇOS - AT19CIN14242.							
6494	Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	357 - 3.3.90.30.24	10 - Recursos Vinculados ao PROCOM		1769 - UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	52,81
Objeto: AQUISIÇÃO DE 2 LATAS DE 3,6 LITROS DE MASSA CORRIDA PARA O PROCON CONFORME ORÇAMENTO NR 267257. REQUISIÇÃO INTERNA NR 5142.							
6495	Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	48 - 3.3.90.30.01	139 - Fundo Especial do Petróleo e Compensação Financeira pela		9824 - STANG E STANG LTDA	64.966,65
Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA, ÓLEO DIESEL S10), PARA A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DE CAÇADOR.							
6496	Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	371 - 3.3.90.30.01	339 - Superávit Fundo Especial do Petróleo - FEP		9824 - STANG E STANG LTDA	48.797,43
Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (ÓLEO DIESEL COMUM), PARA A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DE CAÇADOR/SC							
6497	Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	41 - 3.3.90.30.01	107 - Contribuição para a CIDE		9824 - STANG E STANG LTDA	1.815,11
Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (ÓLEO DIESEL COMUM), PARA A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DE CAÇADOR/SC							
6498	Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	41 - 3.3.90.30.01	107 - Contribuição para a CIDE		9824 - STANG E STANG LTDA	18.645,27
Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (ÓLEO DIESEL COMUM), PARA A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DE CAÇADOR/SC							
6499	Estimativa	2009 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO	162 - 3.3.90.30.99	100 - Recursos Ordinários		14323 - ADALBERTO RAMOS DA ROSA NETO CIRELL-ME	10.125,50
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE DECORAÇÃO NATALINA CONFORME SOLICITADO PELA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. SOLICITAÇÃO DE COMPRA NR 87142.							
6500	Estimativa	2009 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO	162 - 3.3.90.30.99	100 - Recursos Ordinários		14323 - ADALBERTO RAMOS DA ROSA NETO CIRELL-ME	145.667,00
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE DECORAÇÃO NATALINA CONFORME SOLICITADO PELA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. SOLICITAÇÃO DE COMPRA NR 87137.							
6501	Estimativa	2009 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO	162 - 3.3.90.30.99	100 - Recursos Ordinários		15363 - AG CALDAS COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	34.065,00
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE DECORAÇÃO NATALINA CONFORME SOLICITADO PELA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. SOLICITAÇÃO DE COMPRA NR 87143.							
6502	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	329 - 3.3.90.39.16	137 - Outras Transferências do FNDE		14756 - CONSTRUTORA WDD LTDA	4.678,60
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA PAVIMENTAÇÃO DO PISO NO PÁTIO DA EMEB PADRE JOSÉ CHAMOT (SALAS MODULARES) CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRA NR 67402- SALÁRIO EDUCAÇÃO.							

Prefeitura Municipal de Caçador				Usuário:Edimar Scambara Chave de autenticação: 1563-1140-504		Página 14 / 59
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31						
administracao@cacador.sc.gov.br						
Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão - Mensal/Diário - Completo						
Data	Nº Emp.	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Credor/Fornecedor
Objeto:	6503	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	357 - 3.3.90.14.14	10 - Recursos Vinculados ao PROCOM	6890 - CRISTIANO ZANCHI
	Solicitamos 2 1/2 (duas diárias e meia) no valor de 750,00 (setecentos e cinquenta reais), com recursos do Fundo Municipal de Diretos Difusos -FMDO PROCONI, para deslocamento do Município nos dias de 28 a 30 de outubro, para participar da 2ª reunião de PROCONS a realizar-se em Florianópolis-SC.					750,00
Objeto:	6504	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	357 - 3.3.90.30.01	10 - Recursos Vinculados ao PROCOM	6890 - CRISTIANO ZANCHI
	Solicitamos Adiantamento de Combustível no valor de 200,00 (duzentos reais), com recursos do Fundo Municipal de Diretos Difusos -FMDO PROCONI, para deslocamento do Município nos dias de 28 a 30 de outubro, para participar da 2ª reunião de PROCONS a realizar-se em Florianópolis-SC.					200,00
Objeto:	6505	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	357 - 3.3.90.33.99	10 - Recursos Vinculados ao PROCOM	6890 - CRISTIANO ZANCHI
	Solicitamos Adiantamento para Estacionamento no valor de 80,00 (oitenta reais), com recursos do Fundo Municipal de Diretos Difusos -FMDO PROCONI, para deslocamento do Município nos dias de 28 a 30 de outubro, para participar da 2ª reunião de PROCONS a realizar-se em Florianópolis-SC.					80,00
Objeto:	6506	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	331 - 3.3.90.14.14	206 - Recursos Arrecadados por Fundos	13840 - CLAUDIO FAVERO JUNIOR
	Solicitamos 02 (duas) diárias no valor de 400,00 (quatrocentos reais) cada. Totalizando R\$ 800,00 (oitocentos reais) cada, para deslocamento do Município nos dias de 29 a 30 de outubro, com destino a Florianópolis/SC para participar de reuniões junto ao Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas e ALESC.					800,00
Objeto:	6507	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	331 - 3.3.90.30.01	206 - Recursos Arrecadados por Fundos	13840 - CLAUDIO FAVERO JUNIOR
	Solicitamos Adiantamento de Combustível no valor de 200,00 (duzentos reais), com recursos da Procuradoria Geral, para deslocamento do Município nos dias de 29 a 30 de outubro, para participar de reuniões junto ao Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas e ALESC, em Florianópolis-SC.					200,00
Objeto:	6508	Estimativa	2011 - SECRETARIA DA FAZENDA	172 - 4.4.90.52.48	100 - Recursos Ordinários	15171 - VIDEACROSS COMERCIO DE MOTOS LTDA
	AQUISIÇÃO DE MOTOCICLETA NOVA (ZERO-KILOMETRO) PARA PREMIAÇÃO DO PROGRAMA DE ESTÍMULO AO PAGAMENTO DO IPTU, LEI Nº 3.425 DE 19 DE ABRIL DE 2018, CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRA Nº 097832.					10.850,00
Objeto:	6509	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	331 - 3.3.90.28.01	206 - Recursos Arrecadados por Fundos	13840 - CLAUDIO FAVERO JUNIOR
	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A LEI COMPLEMENTAR Nº 333/2017, QUE FIXOU CRITÉRIOS PARA O RATEIO DE HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS AOS PROCURADORES MUNICIPAIS, CFME SOLICITADO VIA MEMORANDO 24.661/2019 DE 23 DE OUTUBRO DE 2019.					854,27
Objeto:	6510	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	331 - 3.3.90.28.01	206 - Recursos Arrecadados por Fundos	2127 - EDIANEZ BORTOT FAORO
	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A LEI COMPLEMENTAR Nº 333/2017, QUE FIXOU CRITÉRIOS PARA O RATEIO DE HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS AOS PROCURADORES MUNICIPAIS, CFME SOLICITADO VIA MEMORANDO 24.661/2019 DE 23 DE OUTUBRO DE 2019.					854,27
Objeto:	6511	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	331 - 3.3.90.28.01	206 - Recursos Arrecadados por Fundos	4776 - MARIA APARECIDA BOSCATTO
	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A LEI COMPLEMENTAR Nº 333/2017, QUE FIXOU CRITÉRIOS PARA O RATEIO DE HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS AOS PROCURADORES MUNICIPAIS, CFME SOLICITADO VIA MEMORANDO 24.661/2019 DE 23 DE OUTUBRO DE 2019.					854,27
Objeto:	6512	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	331 - 3.3.90.28.01	206 - Recursos Arrecadados por Fundos	6202 - EVANDRO CARLOS FRITSCH
	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A LEI COMPLEMENTAR Nº 333/2017, QUE FIXOU CRITÉRIOS PARA O RATEIO DE HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS AOS PROCURADORES MUNICIPAIS, CFME SOLICITADO VIA MEMORANDO 24.661/2019 DE 23 DE OUTUBRO DE 2019.					854,27
Objeto:	6513	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	331 - 3.3.90.28.01	206 - Recursos Arrecadados por Fundos	133 - JOICE LUIZA FLORES DE MATTIAS WAGNER
	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A LEI COMPLEMENTAR Nº 333/2017, QUE FIXOU CRITÉRIOS PARA O RATEIO DE HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS AOS PROCURADORES MUNICIPAIS, CFME SOLICITADO VIA MEMORANDO 24.661/2019 DE 23 DE OUTUBRO DE 2019.					854,27
Objeto:	6514	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	331 - 3.3.90.28.01	206 - Recursos Arrecadados por Fundos	6973 - GIANNI LUCIO PARIZOTTO
	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A LEI COMPLEMENTAR Nº 333/2017, QUE FIXOU CRITÉRIOS PARA O RATEIO DE HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS AOS PROCURADORES MUNICIPAIS, CFME SOLICITADO VIA MEMORANDO 24.661/2019 DE 23 DE OUTUBRO DE 2019.					854,27
Objeto:	6515	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	331 - 3.3.90.28.01	206 - Recursos Arrecadados por Fundos	3092 - ROSELAINE DE ALMEIDA
	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A LEI COMPLEMENTAR Nº 333/2017, QUE FIXOU CRITÉRIOS PARA O RATEIO DE HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS AOS PROCURADORES MUNICIPAIS, CFME SOLICITADO VIA MEMORANDO 24.661/2019 DE 23 DE OUTUBRO DE 2019.					854,27
Objeto:	6516	Estimativa	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	30 - 3.3.90.39.11	100 - Recursos Ordinários	15433 - CPL DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO, IMPLANTAÇÃO, CUSTOMIZAÇÃO, TREINAMENTO E MANUTENÇÃO DE SOFTWARE DE GESTÃO DOS TERMOS DE PARCERIA ENTRE A PREFEITURA E AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, CAPTAÇÃO DE RECURSOS DE LEIS DE INCENTIVO FISCAL (CHANCELAS) COM ÊNFASE AO FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA E LEI DE INCENTIVO AO FUNDO DO IDOSO.					8.770,00
Objeto:	6517	Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	44 - 4.4.90.51.91	183 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas	14306 - SAULO MARCEL DOS SANTOS - EPP
	AQUISIÇÃO DE 250 UNIDADES DE PAVER DIRECIONAL PARA APLICAÇÃO NA RUA JOSÉ BOITEUX DE ACORDO COM CONTRATO DE FINANCIAMENTO Nº 2623.0504.442-11/2017- FINISA. CONTRATO FIRMADO ENTRE CAIXA ECONOMICA FEDERAL E O MUNICIPIO DE CAÇADOR. SOLICITAÇÃO DE COMPRA Nº 097831.					565,00
Objeto:	6518	Ordinário	2006 - SECRETARIA DE CULTURA ESPORTES E TURISMO	130 - 3.3.90.14.14	100 - Recursos Ordinários	10056 - ADELAR GERALDO PIRAN
	Uma diária para deslocamento do servidor até o município de Pinhalzinho, onde estará transportando os atletas de Taekwondo participantes do 3º Campeonato Regional de Taekwondo, nos dias 26 e 27 de Outubro de 2019.					160,00
Objeto:	6519	Ordinário	2006 - SECRETARIA DE CULTURA ESPORTES E TURISMO	130 - 3.3.90.14.14	100 - Recursos Ordinários	10056 - ADELAR GERALDO PIRAN
	Uma diária para deslocamento do servidor, que estará transportando os atletas de Handebol Cadetê, que acontece em Fraiburgo so dia 26/10/2019.					80,00
Objeto:	6520	Ordinário	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	178 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	7812 - PODER JUDICIARIO DE CAÇADOR
	PELA DESPESA EMPENHADA REF HONORÁRIOS NOS AUTOS Nº 0320537420158240012.					2.200,48
Total do Dia:						359.998,74
25/10/2019	6521	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	72 - 3.3.90.30.39	110 - Convênio de Trânsito - Militar	869 - WEGNER AUTO MECANICA LTDA - EIRELI ME
Objeto:	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA VTR PM FORD RANGER PLACA MDK3625 CONFORME ORÇAMENTO Nº867 DA EMPRESA WEGNER AUTO MECANICA LTDA ATRAVES DE CONVENIO DE CAVALARIA ENTRE O MUNICIPIO DE CAÇADOR E A POLICIA MILITAR					1.130,88
	6522	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	72 - 3.3.90.39.19	110 - Convênio de Trânsito - Militar	869 - WEGNER AUTO MECANICA LTDA - EIRELI ME
Objeto:	REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, PARA VTR PM FORD RANGER PLACA MDK3625 CONFORME ORÇAMENTO Nº867 DA EMPRESA WEGNER AUTO MECANICA ATRAVES DE CONVENIO DE CAVALARIA ENTRE O MUNICIPIO DE CAÇADOR E A POLICIA MILITAR					168,26
	6523	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	72 - 3.3.90.39.19	110 - Convênio de Trânsito - Militar	869 - WEGNER AUTO MECANICA LTDA - EIRELI ME
Objeto:	REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, PARA VTR PM FIAT PALIO PLACA QJG9697, PARA VTR PM RENAULT LOGON PLACA MLQ3595 CONFORME ORÇAMENTOS Nº868 - 869 DA EMPRESA WEGNER AUTO MECANICA ATRAVES DE CONVENIO DE CAVALARIA ENTRE O MUNICIPIO DE CAÇADOR E A POLICIA MILITAR.					400,68
	6524	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	72 - 3.3.90.30.39	110 - Convênio de Trânsito - Militar	869 - WEGNER AUTO MECANICA LTDA - EIRELI ME
Objeto:	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS, PARA VTR PM FIAT PALIO PLACA QJG9697, PARA VTR PM RENAULT LOGON PLACA MLQ3595 CONFORME ORÇAMENTOS Nº868 - 869 DA EMPRESA WEGNER AUTO MECANICA ATRAVES DE CONVENIO DE CAVALARIA ENTRE O MUNICIPIO DE CAÇADOR E A POLICIA MILITAR.					1.357,06


Prefeitura Municipal de Cacador				Usuário:Edmar Scambara	Página		
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Cacador/ SC				Chave de autenticação:1563-1140-504	15 / 59		
CNPJ: 83.074.302/0001-31							
administracao@cacador.sc.gov.br							
Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão - Mensal/ Diário - Completo							
Data	Nr Emp.	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Credor/Forneecedor	Valor (R\$)
Objeto:	6525	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	72 - 3.3.90.39.17	110 - Convênio de Trânsito - Militar	7095 - REFRILAR REFRIGERAÇÃO LTDA ME	1.600,00
	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CORRETIVA DE ELETRÔNICOS, PARA O 15º BPM - CAÇADOR ATRAVÉS DE CONVÊNIO DE RÁDIO PATRULHA ENTRE O MUNICÍPIO DE CAÇADOR E A POLÍCIA MILITAR.						
	6526	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	72 - 3.3.90.39.99	110 - Convênio de Trânsito - Militar	13524 - LUCAS CASTILHO 09008645902	76,50
Objeto:	6527	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	72 - 3.3.90.30.47	110 - Convênio de Trânsito - Militar	CAÇADOR ATRAVÉS DE CONVÊNIO DE RÁDIO PATRULHA.	920,00
	REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CHAVEIRO, PARA O 1589PM - CAÇADOR ATRAVÉS DE CONVÊNIO DE RÁDIO PATRULHA.						
	6528	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	72 - 3.3.90.30.18	110 - Convênio de Trânsito - Militar	13417 - CATIANA REISORFER 0830504964	1.126,90
Objeto:	6529	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	72 - 3.3.90.30.39	110 - Convênio de Trânsito - Militar	02 UNO DE BUSCOFIN; 02 UNO DE DESVERM; 02 UNO DE FLUNIDINA; 02 UNO DE BUTOX; 02 UNO CALMINEX POMADA; 02 UNO DE DECTOMAX, 03 DE PENCIVET PLUS; 01 UNO DE BANAMINE; 02 UNO DE BURGAL; 02 UNO DE SILVERBAC, PARA A POLÍCIA MILITAR DE CAÇADOR, ATRAVÉS DO CONVÊNIO DE CAVARIA.	427,00
	MANUTENÇÃO DA VIATURA 0984 (CAPTUR), 01 UNO DE FILTRO DE COMBUSTÍVEL; 01 UNO DE FILTRO DE ÓLEO; 01 UNO DE FILTRO DE HÁBITACULO; 04 UNO DE ÓLEO 10W40; 01 UNO DE KIT REVISÃO; 01 UNO DE ANEL DE VEDAÇÃO, PARA A POLÍCIA MILITAR DE CAÇADOR, ATRAVÉS DO CONVÊNIO DE RUIDOS.						
	6530	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	72 - 3.3.90.39.19	110 - Convênio de Trânsito - Militar	11096 - DE MARCO LTDA	100,00
Objeto:	6531	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	72 - 3.3.90.39.70	110 - Convênio de Trânsito - Militar	15120 - RUBENS RUAS FERREIRA JUNIOR	23.556,00
	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO ESPECIALIZADA PARA CONFECÇÃO DE FARDAMENTO DESTINADOS AO 15º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DE CONVÊNIO DE RÁDIO PATRULHA ENTRE O MUNICÍPIO DE CAÇADOR E A POLÍCIA MILITAR						
	6532	Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	44 - 4.4.90.30.31	183 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas	7603 - ARDINAGEM JARDIM BELO LTDA - ME	1.552,38
Objeto:	6533	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	107 - 3.3.90.39.43	136 - Salário-Educação	468 - CELESC-CENTRAIS ELÉTRICAS DE STA CAT SA	180.588,10
	Aquisição e prestação de serviços de grama designado a Secretaria de Infraestrutura de Cacador-SC sendo \$3,98 Ton para o Estacionamento da Secretaria de Infraestrutura, 156,10 Ton para a Rua José Boiteux, 191,14 Ton Trevo da Lampião, 16,26 Ton para a Rua Leonardo Wiesniewski e 51,58 para a Rua José Gluszcak, CONFORME SOLICITADO PELA GERENCIA MUNICIPAL DE CONVENIÇOS/SEPLA DE ACORDO COM CONTRATO DE FINANCIAMENTO Nº 2623.0504.442-11/2017 - FINISA, CONTRATO FIRMADO ENTRE CAUA ECONOMICA FEDERAL E O MUNICIPIO DE CAÇADOR.						
	6534	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	107 - 3.3.90.39.43	136 - Salário-Educação	468 - CELESC-CENTRAIS ELÉTRICAS DE STA CAT SA	1.350,00
Objeto:	6535	Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	63 - 3.3.90.30.01	100 - Recursos Ordinários	1157 - CAÇADOR COMÉRCIO DE MOTORES LTDA EPP	7.511,09
	AQUISIÇÃO DE ÓLEO LUBRIFICANTE 2 TEMPOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA						
	6536	Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	63 - 3.3.90.39.17	100 - Recursos Ordinários	1157 - CAÇADOR COMÉRCIO DE MOTORES LTDA EPP	6.882,00
Objeto:	6537	Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	44 - 4.4.90.30.51	183 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas	1769 - UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	1.600,00
	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PINTURA DESTINADOS AO QUINTAL SOCIAL NO LOTEAMENTO SANTA TEREZINHA DO BAIRRO MARTELLO DE ACORDO COM CONTRATO DE FINANCIAMENTO Nº 2623.0504.442-11/2017 - FINISA, CONTRATO FIRMADO ENTRE CAUA ECONOMICA FEDERAL E O MUNICIPIO DE CAÇADOR.						
	6538	Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	2 - 4.490.39.16	100 - Recursos Ordinários	15182 - ELOI HILARIO BRANDT CONSTRUTORA	1.400,00
Objeto:	6539	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	5 - 3.3.90.14.14	100 - Recursos Ordinários	180 - SAULO SFEROTTO	150,00
	VENHO por meio deste solicitar 2 dúzias no valor de R\$800,00 (oitocentos reais) cada, totalizando o valor de R\$1.600,00 (mil e seiscentos reais), para viagem à Curitiba/PR e Brasília/DF nos dias 28/10/2019 (segunda-feira) à 30/10/2019 (quarta-feira) para participar de audiências em diversos Ministérios.						
	6540	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	5 - 3.3.90.14.14	100 - Recursos Ordinários	13904 - ROBERTO MARTON MORAES	1.400,00
Objeto:	6541	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	5 - 3.3.90.14.14	100 - Recursos Ordinários	180 - SAULO SFEROTTO	150,00
	VENHO por meio deste solicitar adiantamento (combustível) no valor de R\$1.500,00 (cento e cinquenta reais), para viagem à Curitiba/PR e Brasília/DF nos dias 28/10/2019 (segunda-feira) à 30/10/2019 (quarta-feira) para participar de audiências em diversos Ministérios.						
	6542	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	94 - 3.3.90.14.14	101 - Recursos Próprios - Educação	6857 - DOSETE MARIA DE LEMOS ESTROWISPY	75,00
Objeto:	6543	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	107 - 3.3.90.14.14	136 - Salário-Educação	11152 - ANDRÉA CARLA COMEL	65,00
	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PINTURA PARA O QUINTAL SOCIAL NO LOTEAMENTO SANTA TEREZINHA DO BAIRRO MARTELLO						
	6544	Global	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	48 - 3.3.90.52.99	139 - Fundo Especial do Petróleo e Compensação Financeira pela	1157 - CAÇADOR COMÉRCIO DE MOTORES LTDA EPP	8.980,00
Objeto:	6545	Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	53 - 3.3.90.30.51	100 - Recursos Ordinários	1769 - UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	1.415,16
	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, COM BASE NA TABELA SINAPI, PARA ATENDER A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DE CAÇADOR/SC, DESTINADOS A MANUTENÇÃO DE PRAÇAS.						
	6546	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	94 - 3.3.90.30.01	101 - Recursos Próprios - Educação	9824 - STANG E STANG LTDA	9.975,50
Objeto:	6547	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	94 - 3.3.90.39.72	101 - Recursos Próprios - Educação	1414 - AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA	14.625,00
	REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA, ETANOL, ÓLEO DIESEL COMUM E S10), PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC. Aquisição de combustível para a veículos da Secretaria de Educação.						
	6548	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	68 - 3.3.90.39.72	100 - Recursos Ordinários	1414 - AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA	2.925,00


Prefeitura Municipal de Caçador				Usuário:Edimar Scambara	Página		
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC				Chave de autenticação:1563-1140-504	16 / 59		
CNPJ: 83.074.302/0001-31							
administracao@caçador.sc.gov.br							
Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão - Mensal/ Diário - Completo							
Data	Nr Emp.	Espécie	Unidade Orcamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Credor/Fornecedor	Valor (R\$)
Objeto: AQUISIÇÃO DE CRÉDITOS PARA VALES TRANSPORTES DESTINADO AOS SERVIDORES MUNICIPAIS DA GUARDA MUNICIPAL, CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRA NR 42789.							
6549	Estimativa	2006 - SECRETARIA DE CULTURA ESPORTES E TURISMO	130 - 3.3.90.39.72	100 - Recursos Ordinários	1414 - AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA		3.250,00
Objeto: AQUISIÇÃO DE CRÉDITOS PARA VALES TRANSPORTES DESTINADO AOS SERVIDORES MUNICIPAIS DA SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO, CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRA NR 42788.							
6550	Estimativa	2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO A	145 - 3.3.90.39.72	100 - Recursos Ordinários	1414 - AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA		3.900,00
Objeto: AQUISIÇÃO DE CRÉDITOS PARA VALES TRANSPORTES DESTINADO AOS SERVIDORES MUNICIPAIS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRA NR 42787.							
6551	Estimativa	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	30 - 3.3.90.39.72	100 - Recursos Ordinários	1414 - AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA		8.125,00
Objeto: AQUISIÇÃO DE CRÉDITOS PARA VALES TRANSPORTES DESTINADO AOS SERVIDORES MUNICIPAIS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRA NR 42786.							
6552	Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	5 - 3.3.90.39.24	100 - Recursos Ordinários	191 - SC COMUNICAÇAO VISUAL LTDA - ME		2.525,25
Objeto: AQUISIÇÃO DE 80 METROS DE FAIXA EM LONA E 15 METROS DE PLOTHER EM VINIL DESTINADOS AO FESTIVAL GASTRONÔMICO CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRA NR 87146.							
6553	Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	40 - 3.3.90.39.72	100 - Recursos Ordinários	1414 - AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA		9.100,00
Objeto: AQUISIÇÃO DE CRÉDITOS PARA VALES TRANSPORTES DESTINADO AOS SERVIDORES MUNICIPAIS DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRA NR 42791.							
6554	Ordinário	2006 - SECRETARIA DE CULTURA ESPORTES E TURISMO	130 - 3.3.90.30.51	100 - Recursos Ordinários	6688 - FÁBRICA DE ARTEF. DE CIMENTO ALLIANÇA LTDA - ME		410,00
Objeto: AQUISIÇÃO de anel 150x50x07 para fossa e filtro tipo GG, para manutenção de fossa existente em frente Gniásio de Esportes Estadual.							
Total do Dia:							299.740,86
29/10/2019							
Objeto: 247 - PATRIMONIAL SEGURANÇA LTDA - MATRIZ							
6555	Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	40 - 3.3.90.39.77	100 - Recursos Ordinários			24.000,00
Objeto: VIGILÂNCIA PRESENCIAL ARMADA 24 HORAS NO AEROPORTO MUNICIPAL CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRA NR 41937.							
6556	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	368 - 4.4.90.52.33	111 - Convênio de Trânsito - Civil			550,00
Objeto: AQUISIÇÃO DE 1 MONITOR 21,5 POLEGADAS PARA A POLÍCIA CIVIL CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRA NR 39180; 1.00 UNIDADE DE MONITOR (21,5 POLEGADAS; RESOLUÇÃO: 1920X1080; CONEXÕES: HDMI E VGA (CIN10128); LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSORCIO INTERFEDERATIVO CATARINENSE - CINCATARINA, CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0021/2019 - CINCATARINA, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0015/2019 - CINCATARINA, REGISTRO DE PREÇOS - AT19CIN14242.							
6557	Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	40 - 3.3.90.30.39	100 - Recursos Ordinários	2504 - PAVIMQUINAS COM DE PECAS E SERVICOS LTDA		1.752,75
Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DA MÁQUINA MOTONIVELADORA MÁQ-58 2001 DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA CONFORME ORÇAMENTOS DATADO EM 07/10/2019.							
6558	Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	40 - 3.3.90.30.01	100 - Recursos Ordinários	9824 - STANG E STANG LTDA		85.002,10
Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (ÓLEO DIESEL COMUM), PARA A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DE CAÇADOR/SC							
6559	Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	40 - 3.3.90.30.39	100 - Recursos Ordinários	2504 - PAVIMQUINAS COM DE PECAS E SERVICOS LTDA		3.400,00
Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DA MÁQUINA ROLLO COMPACTADOR CA-250 MÁQ-68 2010 DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA CONFORME ORÇAMENTOS DATADO EM 22/10/2019.							
6560	Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	40 - 3.3.90.30.39	100 - Recursos Ordinários	14051 - AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA		3.235,88
Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA CONFORME ORÇAMENTOS: CAMINHÃO VM 330 QHR-9165 2015 (290)							
6561	Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	40 - 3.3.90.39.19	100 - Recursos Ordinários	14051 - AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA		725,40
Objeto: MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA CONFORME ORÇAMENTOS: CAMINHÃO VM 330 QHR-9165 2015 (290)							
6562	Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	40 - 3.3.90.30.39	100 - Recursos Ordinários	14051 - AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA		3.192,24
Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA CONFORME ORÇAMENTOS: CAMINHÃO MBS-5085 2002 (288)							
6563	Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	40 - 3.3.90.39.19	100 - Recursos Ordinários	14051 - AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA		725,40
Objeto: MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA CONFORME ORÇAMENTOS: CAMINHÃO MBS-5085 2002 (288)							
6564	Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	53 - 3.3.90.51.99	100 - Recursos Ordinários	12978 - GATTICASAS MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA		7.371,00
Objeto: AQUISIÇÃO DE CONCRETO USINADO DESIGNADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DESTINADOS A RUA TAMOIO ATRÁS DO POSTO DE SAÚDE BAIRRO BOM SUCESSO, RUA AVA-CANCEIRO EM FRENTE AO QUARTEL DA POLÍCIA, PARSEDO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL E AEROPORTO.							
6565	Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	40 - 3.3.90.39.19	100 - Recursos Ordinários	14309 - RENI SOARES DOS SANTOS		3.208,00
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de balanceamento, cambagem, alinhamento de rodas, conserto de pneus, geometria, montagem, de pneus, vulcanização, prestação de socorro destinadas a Secretaria de Infraestrutura de Caçador.							
6566	Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	40 - 3.3.90.30.39	100 - Recursos Ordinários	14309 - RENI SOARES DOS SANTOS		1.690,00
Objeto: AQUISIÇÃO de blocos de ar e câmeras para pneus destinados a Secretaria de Infraestrutura de Caçador.							
6567	Ordinário	2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO A	145 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	6772 - OTTIMIZZARE ENGENHARIA INDUSTRIA COMERCIO		3.525,00
Objeto: PRESTAÇÃO SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO DO MURO DESTINADO AO CEMITÉRIO.							
6568	Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	44 - 4.4.90.51.99	183 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas	11041 - MR CONCRETOS, ARGAMASSAS E PAVIMEN. LTDA		85.342,95
Objeto: AQUISIÇÃO DE MASSA ASFÁLTICA DESIGNADA A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA PARA PAVIMENTAÇÃO DA RUA GUARABARA (137,23 TON), RUA MARIA TRISTÃO (63,49 TON) E RÓTULA DE CALMON (20,95 TON) CONFORME SOLICITADO PELA GERENCIA MUNICIPAL DE CONDEMOSE/SELA DE ACORDO COM CONTRATO DE FINANCIAMENTO Nº 2683.0504.442-11/2017- FINISA. CONTRATO FIRMADO ENTRE CADA ECONOMICA FEDERAL E O MUNICIPIO DE CAÇADOR.							
6569	Ordinário	2006 - SECRETARIA DE CULTURA ESPORTES E TURISMO	130 - 3.3.90.39.19	100 - Recursos Ordinários	5149 - AUTO MECANICA GERAL LTDA		472,60
Objeto: Revisão do veículo Spin 1.8 LTZ placa QID 6613, ANO FABRICAÇÃO 2018, km atual 29.922, mão de obra.							
6570	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	107 - 3.3.90.14.14	136 - Salário-Educação	15465 - ELIANE BORTOLINI		65,00
Objeto: "DIÁRIA" - Participar reunião ordinária Colegiado Secretários Municipais de Educação da região AMARP, dia 29 de outubro de 2019 em Videira - SC. - "SALÁRIO EDUCAÇÃO"							
6571	Ordinário	2006 - SECRETARIA DE CULTURA ESPORTES E TURISMO	130 - 3.3.90.39.19	100 - Recursos Ordinários	5149 - AUTO MECANICA GERAL LTDA		843,56
Objeto: Revisão do veículo Spin 1.8 LTZ placa QID 6613, ANO FABRICAÇÃO 2018, km atual 29.922, Pegas.							
6572	Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	5 - 3.3.90.30.26	100 - Recursos Ordinários	596 - ABCM ELETROTECNICA LTDA		2.719,12
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS DESTINADOS A REPAROS NA ILUMINAÇÃO DO AEROPORTO CONFORME ORÇAMENTO 10.158/2019. SOLICITAÇÃO DE COMPRA NR 41948.							
6573	Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	5 - 3.3.90.39.16	100 - Recursos Ordinários	596 - ABCM ELETROTECNICA LTDA		980,14
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO ELÉTRICA NO AEROPORTO CONFORME ORÇAMENTO 10.158/2019. SOLICITAÇÃO DE COMPRA NR 41948.							

<div> <div>  Prefeitura Municipal de Caçador Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 </div> <div> http://www.cacador.sc.gov.br administracao@cacador.sc.gov.br </div> </div>				<div> <div> <div>Usuário: Edimar Scombara</div> <div>Chave de autenticação: 1563-1140-504</div> </div> <div>Página 17 / 59</div> </div>
Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão - Mensal/Diário - Completo				
Data	Nr. Emp.	Espécie	Unidade Orçamentária	<div> <div>Despesa</div> <div>Fonte de Recursos</div> <div>Credor/Fornecedor</div> <div>Valor (R\$)</div> </div>
	6574	Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	<div> <div>5 - 3.3.90.39.59</div> <div>100 - Recursos Ordinários</div> <div>4230 - PLANET DANCE SONORIZAÇÃO LTDA - ME</div> <div>3.520,00</div> </div>
	6575	Ordinário	2009 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO	<div> <div>162 - 3.3.90.14.14</div> <div>100 - Recursos Ordinários</div> <div>11191 - JEAN CARLO RIBEIRO</div> <div>300,00</div> </div>
30/10/2019	6576	Ordinário	Solicitamos 01 (uma) diária no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) para deslocamento do município com destino a Florianópolis, nos dias 29 a 30 de outubro para audiência junto ao Cobalchini e a Secretária de Agricultura.	
	6576	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	<div> <div>304 - 3.3.90.39.99</div> <div>312 - Superfútil Convênio de Trânsito - Prefeitura</div> <div>11050 - SINACOM IND. E COM. DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA LTDA-</div> <div>54.594,55</div> </div>
	6577	Ordinário	INSTALAÇÃO DE SEMÁFOROS PARA PEDESTRE NA NEREU RAMOS X VINTE E CINCO DE MARÇO E AV. BARÃO DO RIO BRANCO X VICTOR BATISTA ADAMI. 16 GRUPO FOCAL DE PEDESTRE, 8 BOTOEIRA SONORA, 4 COLUMA SIMPLES, 10 SUPORTE SIMPLES, 6 SUPORTE SIMPLES ALUMÍNIO, 200 METROS DE CABO 3 X 1,5, 200 METROS 2 X 1,5, 03 CONJUNTO ISOLADOR.	
	6577	Ordinário	2011 - SECRETARIA DA FAZENDA	<div> <div>171 - 3.3.90.39.99</div> <div>100 - Recursos Ordinários</div> <div>1921 - DETRAN TRANSITO</div> <div>146,65</div> </div>
	6578	Ordinário	PELA DESPESA EMPENHADA REF REGISTRO DE VEICULO HONDA 2019 PLACA: QJZ 5978 QUE SERÁ SORTEADO NO PROGRAMA IPTU PREMIADO MEMORANDO Nº 25.045/2019.	
	6578	Ordinário	2011 - SECRETARIA DA FAZENDA	<div> <div>171 - 3.3.90.39.69</div> <div>100 - Recursos Ordinários</div> <div>1921 - DETRAN TRANSITO</div> <div>24,18</div> </div>
	6579	Estimativa	PELA DESPESA EMPENHADA REF SEGURO OBRIGATORIO DPVAT DO VEICULO HONDA PLACA: QJZ 5978 QUE SERÁ SORTEADA NO PROGRAMA IPTU PREMIADO MEMORANDO Nº 25.045/2019.	
	6579	Estimativa	2006 - SECRETARIA DE CULTURA ESPORTES E TURISMO	<div> <div>130 - 3.3.90.30.39</div> <div>100 - Recursos Ordinários</div> <div>7099 - MECÂNICA DE VEÍCULOS EXCLUSIVA LTDA - ME</div> <div>1.304,72</div> </div>
	6580	Estimativa	REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, REPAROS E ASSISTÊNCIA MECÂNICA, ELÉTRICA, SISTEMA DE AR CONDICIONADO, BOMBAS E BICOS, ESTOFARIA, TAPECARIA, SUSPENSÃO, LATOARIA E LANTEIRAGEM EM GERAL, ENTRE OUTROS SERVIÇOS ESSENCIAIS PARA CONSERVAÇÃO DOS VEÍCULOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS E FUNDOS (AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DO VEÍCULO MICRO ÔNIBUS PLACA MLE 4108).	
	6580	Estimativa	2006 - SECRETARIA DE CULTURA ESPORTES E TURISMO	<div> <div>130 - 3.3.90.30.39</div> <div>100 - Recursos Ordinários</div> <div>7099 - MECÂNICA DE VEÍCULOS EXCLUSIVA LTDA - ME</div> <div>3.016,92</div> </div>
	6581	Estimativa	REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, REPAROS E ASSISTÊNCIA MECÂNICA, ELÉTRICA, SISTEMA DE AR CONDICIONADO, BOMBAS E BICOS, ESTOFARIA, TAPECARIA, SUSPENSÃO, LATOARIA E LANTEIRAGEM EM GERAL, ENTRE OUTROS SERVIÇOS ESSENCIAIS PARA CONSERVAÇÃO DOS VEÍCULOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS E FUNDOS (AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA O VEÍCULO FORD TRANSITTI PLACA MKB 9784).	
	6581	Estimativa	2006 - SECRETARIA DE CULTURA ESPORTES E TURISMO	<div> <div>130 - 3.3.90.39.19</div> <div>100 - Recursos Ordinários</div> <div>7099 - MECÂNICA DE VEÍCULOS EXCLUSIVA LTDA - ME</div> <div>2.055,30</div> </div>
	6582	Estimativa	REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, REPAROS E ASSISTÊNCIA MECÂNICA, ELÉTRICA, SISTEMA DE AR CONDICIONADO, BOMBAS E BICOS, ESTOFARIA, TAPECARIA, SUSPENSÃO, LATOARIA E LANTEIRAGEM EM GERAL, ENTRE OUTROS SERVIÇOS ESSENCIAIS PARA CONSERVAÇÃO DOS VEÍCULOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS E FUNDOS (MÃO DE OBRA MANUTENÇÃO DO VEÍCULO MICRO ÔNIBUS PLACA MLE 4108).	
	6582	Estimativa	2006 - SECRETARIA DE CULTURA ESPORTES E TURISMO	<div> <div>130 - 3.3.90.39.19</div> <div>100 - Recursos Ordinários</div> <div>7099 - MECÂNICA DE VEÍCULOS EXCLUSIVA LTDA - ME</div> <div>651,42</div> </div>
	6583	Ordinário	PELA DESPESA EMPENHADA REF GUIA DE CUSTAS INTERMEDIÁRIAS REFERENTES À DILIGÊNCIAS POR CITAÇÃO/INTIMAÇÃO DE OFICIAL DE JUSTIÇA DO PROCESSO Nº 0300624-33.2019.8.24.0012.	
	6584	Ordinário	2006 - SECRETARIA DE CULTURA ESPORTES E TURISMO	<div> <div>178 - 3.3.90.39.99</div> <div>100 - Recursos Ordinários</div> <div>7812 - PODER JUDICIÁRIO DE CAÇADOR</div> <div>33,70</div> </div>
	6585	Estimativa	Aquisição de encordamento para vólio, material nylon, número de cordas 06; cor branca, tensão alta e encordamento para vólio material aço numero de cordas 06 tensão folk.011.	
	6585	Estimativa	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	<div> <div>30 - 3.3.90.39.24</div> <div>100 - Recursos Ordinários</div> <div>15466 - OTICA CALLIARI LTDA</div> <div>259,08</div> </div>
	6586	Estimativa	Contratação de empresa habilitada para veiculação de outdoor - Festival Gastronômico. Conforme solicitação de compra n.º 087148.	
	6586	Estimativa	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	<div> <div>30 - 3.3.90.39.56</div> <div>100 - Recursos Ordinários</div> <div>56 - EVALDO MARTIN SCHULZE & CIA LTDA</div> <div>1.576,00</div> </div>
	6587	Estimativa	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA EM REALIZAÇÃO DE 5 AUDIOMETRIAS, LUCIANO COITO, MARCELO RIBEIRO PRESTES, LEANDRO BOMBASSARO RAMOS, ANDERSON VALETO GOES, RESERVA. CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRA Nº 984042.	
	6587	Estimativa	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	<div> <div>30 - 3.3.90.30.16</div> <div>100 - Recursos Ordinários</div> <div>121 - CLINICA DR. BRIDI EIRELI - EPP</div> <div>772,50</div> </div>
	6588	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	<div> <div>367 - 3.3.90.30.26</div> <div>111 - Convênio de Trânsito - Civil</div> <div>13099 - MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA - ME</div> <div>197,31</div> </div>
	6589	Estimativa	Orçamento nº 10035/2019 - Troca de lâmpadas, colocação de tomadas para a Delegacia de Polícia Civil	
	6589	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	<div> <div>367 - 3.3.90.39.16</div> <div>111 - Convênio de Trânsito - Civil</div> <div>596 - ABCM ELETROTÉCNICA LTDA</div> <div>491,74</div> </div>
	6590	Estimativa	ORÇAMENTO 10035/2019 - Mão de obra serviços na Delegacia Regional de Polícia	
	6590	Estimativa	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	<div> <div>95 - 4.4.90.51.91</div> <div>101 - Recursos Próprios - Educação</div> <div>596 - ABCM ELETROTÉCNICA LTDA</div> <div>3.074,31</div> </div>
	6591	Ordinário	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MÓDULOS PARA SALAS DE AULA, COM E SEM BANHEIRO, COZINHAS, SETOR ADMINISTRATIVO DE ESCOLAS, BANHEIROS COMUNS E FRALDÁRIOS PRONTOS PARA USO, COBERTURA METÁLICA E TELHA TERMOACÚSTICA PARA AMPLIAÇÃO DE CRECHES E ESCOLAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC - complementação da requisição 814 /2019 creche Elmar Pereira Rosa.	
	6591	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	<div> <div>94 - 3.3.90.14.14</div> <div>101 - Recursos Próprios - Educação</div> <div>6857 - JOSETE MARIA DE LEMOS ESTROWISPY</div> <div>75,00</div> </div>
	6592	Ordinário	"DIÁRIA" - Participar Seminário Regional "Monitoramento e Avaliação dos Planos de Educação em SC", dia 4 de novembro de 2019 em Jaraguá - SC. - ""RECURSOS PRÓPRIOS"	
	6592	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	<div> <div>94 - 3.3.90.14.14</div> <div>101 - Recursos Próprios - Educação</div> <div>240 - ADALBERTO GOMES RIBEIRO</div> <div>65,00</div> </div>
	6593	Ordinário	"DIÁRIA" - Participar Seminário Regional "Monitoramento e Avaliação dos Planos de Educação em SC", dia 4 de novembro de 2019 em Jaraguá - SC. - ""RECURSOS PRÓPRIOS"	
	6593	Ordinário	2006 - SECRETARIA DE CULTURA ESPORTES E TURISMO	<div> <div>130 - 3.3.90.39.41</div> <div>100 - Recursos Ordinários</div> <div>13052 - SECRETARIA MUN. DE CULTURA ESPORTES E TURISMO</div> <div>8.000,00</div> </div>
	6594	Ordinário	ADANTAMENTO de alimentação para os atletas que estarão participando da Etapa Estadual dos Jogos Abertos de Santa Catarina, que acontecem nos municípios de Indaial, Pomerode e Timbó no período de 31/10 a 10/11 de 2019, a modalidade de Atletismo acontece em Jaraguá do Sul de 07 a 09/11/2019. Servidor: Leandro José Mantido	
	6594	Ordinário	2006 - SECRETARIA DE CULTURA ESPORTES E TURISMO	<div> <div>130 - 3.3.90.30.01</div> <div>100 - Recursos Ordinários</div> <div>10056 - ADELAR GERALDO PIRAN</div> <div>1.000,00</div> </div>
	6595	Ordinário	ADANTAMENTO de alimentação para os atletas que estarão participando da Etapa Estadual dos Jogos Abertos de Santa Catarina, que acontecem nos municípios de Indaial, Pomerode e Timbó no período de 31/10 a 10/11 de 2019, a modalidade de Atletismo acontece em Jaraguá do Sul de 07 a 09/11/2019. Servidor: Adelar Gerdino Piran	
	6595	Ordinário	2006 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	<div> <div>94 - 3.3.90.14.14</div> <div>101 - Recursos Próprios - Educação</div> <div>6857 - JOSETE MARIA DE LEMOS ESTROWISPY</div> <div>75,00</div> </div>
	6596	Ordinário	"DIÁRIA" - Realizar visita técnica à Escola Municipal São Francisco e ITI. (Incubadora Tecnológica Luzerna). SES/SENAT, dia 6 de novembro de 2019 em Luzerna - SC. - ""RECURSOS PRÓPRIOS""	
	6596	Ordinário	2006 - SECRETARIA DE CULTURA ESPORTES E TURISMO	<div> <div>130 - 3.3.90.36.99</div> <div>100 - Recursos Ordinários</div> <div>3860 - DANIEL RODRIGO DE FREITAS</div> <div>750,00</div> </div>
	6596	Ordinário	ADANTAMENTO de fisioterapia para os atletas que estarão participando da Etapa Estadual dos Jogos Abertos de Santa Catarina, que acontecem nos municípios de Indaial, Pomerode e Timbó no período de 31/10 a 10/11 de 2019, a modalidade de Atletismo acontece em Jaraguá do Sul de 07 a 09/11/2019. Servidora: Laís Souza de Moraes	

Prefeitura Municipal de Caçador				Usuário:Edimar Scambara	Página		
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC				Chave de autenticação:1563-1140-504	18 / 59		
CNPJ: 83.074.302/0001-31							
http://www.caçador.sc.gov.br							
Relatório de Empenhos Emitidos por Data de Emissão - Mensal/Diário - Completo							
Data	Nº Emp.	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Credor/Fornecedor	Valor (R\$)
Objeto:	6597	Ordinário	2006 - SECRETARIA DE CULTURA ESPORTES E TURISMO	130 - 3.3.90.36.99	100 - Recursos Ordinários	3860 - DANIEL RODRIGO DE FREITAS	3.300,00
	Objeto: ADIANTAMENTO para pagamento de secretarias que estarão atuando durante a realização da Etapa Estadual dos Jogos Abertos de Santa Catarina, que acontecem nos municípios de Indaial, Pomerode e Timbó no período de 31/10 à 10/11 de 2019, a modalidade de Atletismo acontece em Jaraguá do Sul de 07 à 09/11/2019. Servidor: Daniel Rodrigo de Freitas						
	6598	Ordinário	2006 - SECRETARIA DE CULTURA ESPORTES E TURISMO	130 - 3.3.90.36.99	100 - Recursos Ordinários	3860 - DANIEL RODRIGO DE FREITAS	1.100,00
Objeto:	Objeto: ADIANTAMENTO para pagamento de auxílio de limpeza, que estará atuando durante a Etapa Estadual dos Jogos Abertos de Santa Catarina, que acontecem nos municípios de Indaial, Pomerode e Timbó no período de 31/10 à 10/11 de 2019, a modalidade de Atletismo acontece em Jaraguá do Sul de 07 à 09/11/2019. Servidor: Daniel Rodrigo de Freitas						
	6599	Ordinário	2006 - SECRETARIA DE CULTURA ESPORTES E TURISMO	130 - 3.3.90.39.45	100 - Recursos Ordinários	13052 - SECRETARIA MUN. DE CULTURA ESPORTES E TURISMO	600,00
	Objeto: ADIANTAMENTO para compra de materiais que será utilizado durante a Etapa Estadual dos Jogos Abertos de Santa Catarina, que acontecem nos municípios de Indaial, Pomerode e Timbó no período de 31/10 à 10/11 de 2019, a modalidade de Atletismo acontece em Jaraguá do Sul de 07 à 09/11/2019. Servidor: Sandro José Martello						
Objeto:	6600	Ordinário	2006 - SECRETARIA DE CULTURA ESPORTES E TURISMO	130 - 3.3.90.30.22	100 - Recursos Ordinários	3860 - DANIEL RODRIGO DE FREITAS	500,00
	Objeto: ADIANTAMENTO para compra de produtos de limpeza, que serão utilizados durante a Etapa Estadual dos Jogos Abertos de Santa Catarina, que acontecem nos municípios de Indaial, Pomerode e Timbó no período de 31/10 à 10/11 de 2019, a modalidade de Atletismo acontece em Jaraguá do Sul de 07 à 09/11/2019. Servidor: Leandro José Martello						
	6601	Ordinário	2006 - SECRETARIA DE CULTURA ESPORTES E TURISMO	130 - 3.3.90.32.02	100 - Recursos Ordinários	13052 - SECRETARIA MUN. DE CULTURA ESPORTES E TURISMO	1.000,00
Objeto:	Objeto: ADIANTAMENTO de fiances para as atletas que estarão participando da Etapa Estadual dos Jogos Abertos de Santa Catarina, que acontecem nos municípios de Indaial, Pomerode e Timbó no período de 31/10 à 10/11/2019. Servidor: Leandro José Martello						
	6602	Ordinário	2006 - SECRETARIA DE CULTURA ESPORTES E TURISMO	130 - 3.3.90.14.14	100 - Recursos Ordinários	10056 - ADELAR GERALDO FIRAN	1.280,00
	Objeto: Oito diários para deslocamento do servidor até o município de Indaial, onde estará transportando os atletas de delegação de Caçador participantes da Etapa Estadual dos Jogos Abertos de Santa Catarina, que acontece nos municípios de Indaial, Pomerode e Timbó no período de 31/10 à 10/11 de 2019.						
Objeto:	6603	Ordinário	2006 - SECRETARIA DE CULTURA ESPORTES E TURISMO	130 - 3.3.90.14.14	100 - Recursos Ordinários	3336 - SANDRO JOSE NERES DA ROCHA	1.280,00
	Objeto: Oito diários para deslocamento do servidor até o município de Indaial, onde estará transportando os atletas da delegação de Caçador participantes da Etapa Estadual dos Jogos Abertos de Santa Catarina, que acontece nos municípios de Indaial, Pomerode e Timbó no período de 31/10 à 10/11 de 2019.						
	6604	Ordinário	2006 - SECRETARIA DE CULTURA ESPORTES E TURISMO	130 - 3.3.90.14.14	100 - Recursos Ordinários	3860 - DANIEL RODRIGO DE FREITAS	1.280,00
Objeto:	Objeto: Oito diários para deslocamento do servidor até o município de Indaial, onde estará fazendo a manutenção do alojamento da delegação de Caçador participante da Etapa Estadual dos Jogos Abertos de Santa Catarina, que acontece nos municípios de Indaial, Pomerode e Timbó no período de 31/10 à 10/11 de 2019.						
	6605	Ordinário	2006 - SECRETARIA DE CULTURA ESPORTES E TURISMO	130 - 3.3.90.14.14	100 - Recursos Ordinários	11193 - LEANDRO JOSÉ MARTELO	1.500,00
	Objeto: Oito diários para deslocamento do servidor até o município de Indaial, onde estará auxiliando na organização da delegação de Caçador participante da Etapa Estadual dos Jogos Abertos de Santa Catarina, que acontece nos municípios de Indaial, Pomerode e Timbó no período de 31/10 à 10/11 de 2019.						
Objeto:	6606	Ordinário	2006 - SECRETARIA DE CULTURA ESPORTES E TURISMO	130 - 3.3.90.14.14	100 - Recursos Ordinários	13837 - MARA CELIS IERBECK ANDRADE PAGNUSSATT	1.500,00
	Objeto: Oito diários para deslocamento da servidora até o município de Indaial, onde estará na Direção Técnica da delegação de Caçador durante a Etapa Estadual dos Jogos Abertos de Santa Catarina, que acontece nos municípios de Indaial, Pomerode e Timbó no período de 31/10 à 10/11 de 2019.						
	6607	Ordinário	2006 - SECRETARIA DE CULTURA ESPORTES E TURISMO	130 - 3.3.90.14.14	100 - Recursos Ordinários	8030 - LAIS SOLIZA DE MORAES	1.250,00
Objeto:	Objeto: Oito diários para deslocamento da servidora até o município de Indaial, onde estará na Coordenação de delegação de Caçador durante a Etapa Estadual dos Jogos Abertos de Santa Catarina, que acontece nos municípios de Indaial, Pomerode e Timbó no período de 31/10 à 10/11 de 2019.						
	6608	Ordinário	2006 - SECRETARIA DE CULTURA ESPORTES E TURISMO	130 - 3.3.90.14.14	100 - Recursos Ordinários	5509 - ENEMIR COROZOLA	1.200,00
	Objeto: 3 diários para deslocamento do servidor até o município de Indaial, onde estará acompanhando a delegação de Caçador durante a Etapa Estadual dos Jogos Abertos de Santa Catarina, que acontece nos municípios de Indaial, Pomerode e Timbó no período de 31/10 à 10/11 de 2019.						
Objeto:	6609	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	369 - 3.3.90.30.39	80 - Outras Especificações de Fontes de Recursos	13526 - PNEUBRAS COMÉRCIO DE PNEUS LTDA - ME	580,00
	Objeto: AQUISIÇÃO de 02 PNEUS 195/65 R15 VTR PM 5710-GM SPIN-QJW7589, CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRA INTERNA Nº 008141; 2.00 UNIDADE DE PNEU 195/65R15 COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 91, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFETOS DE FABRICAÇÃO. (CIM98086); LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSORCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATORIO 0022/2019 - CINCATARINA, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0016/2019 - CINCATARINA, ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº .AT19JUN16004						
	6610	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	369 - 3.3.90.30.39	80 - Outras Especificações de Fontes de Recursos	15198 - SETIM & TITON LTDA	1.632,00
Objeto:	Objeto: AQUISIÇÃO de 04 PNEUS 235/75 R15 VTR PM344-FORD RANGER-MK325, CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRA INTERNA Nº 008140; 4.00 UNIDADE DE PNEU 235/75R15 PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 108, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFETOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9827); LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSORCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATORIO 0022/2019 - CINCATARINA, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0016/2019 - CINCATARINA, ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº .AT19JUN16009						
	6611	Estimativa	2006 - SECRETARIA DE CULTURA ESPORTES E TURISMO	133 - 3.3.50.41.99	100 - Recursos Ordinários	2805 - ASSOCIACAO ESPORTIVA KINDERMANN	20.000,00
	Objeto: RELA DESPESA EMPENHADA REF TRANSFERENCIA DE RECURSOS FINANCEIROS A ASSOCIACAO ESPORTIVA KINDERMANN, A FIM DE CUSTEAR DESPESAS DE TRANSPORTE E MATERIAL ESPORTIVO PARA PARTICIPAÇÃO EM DIVERSAS COMPETIÇÕES A NIVEL MUNICIPAL E ESTADUAL, CHEIE AUTORIZATIVA Nº 3.546 DE 22 DE AGOSTO DE 2019.						
Objeto:	6612	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	369 - 3.3.90.30.39	80 - Outras Especificações de Fontes de Recursos	7591 - JOAQUINA PNEUS LTDA 2	2.128,00
	Objeto: AQUISIÇÃO de 08 PNEUS 185/65 R15 VTR PM 4635 - RENALT LOGAN-MI1963 E VTR PM 3027-RENAULT LOGAN-QJ9115, CONFORME SOLICITAÇÕES DE COMPRA Nº8139 E 8138; 8.000 UNIDADE DE PNEU 185/65R15 COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 88, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFETOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9805); LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSORCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATORIO 0022/2019 - CINCATARINA, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0016/2019 - CINCATARINA, ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº .AT19JUN14075						
	6613	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	72 - 3.3.90.30.24	110 - Convênio de Trânsito - Militar	5794 - AREIA COM. DE MAT. DE CONSTRUCAO LTDA- ME	5.728,16
Objeto:	Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE MANUTENÇÃO, PARA O 1998PM - CAÇADOR ATRAVES DE CONVENIO DE RADIO PATRULHA ENTRE O MUNICIPIO DE CAÇADOR E A POLICIA MILITAR.						
	6614	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	354 - 3.3.90.30.24	310 - Superávit Convênio de Trânsito - Militar	5794 - AREIA COM. DE MAT. DE CONSTRUCAO LTDA- ME	1.520,00
	Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE MANUTENÇÃO, PARA O 1998PM - CAÇADOR ATRAVES DE CONVENIO DE RADIO PATRULHA ENTRE O MUNICIPIO DE CAÇADOR E A POLICIA MILITAR.						
Objeto:	6615	Estimativa	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	30 - 3.3.90.30.16	100 - Recursos Ordinários	15366 - NM TECH COMERCIO E SERVICOS DE SUPRIMENTOS	3.520,00
	Objeto: AQUISIÇÃO de TONER 2264 PARA APLICAÇÃO NAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO E DA FAZENDA, CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRA Nº 064655 E 062666						
	6616	Estimativa	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	30 - 3.3.90.30.16	100 - Recursos Ordinários	141117 - WP DO BRASIL LTDA - EPP	568,50
Objeto:	Objeto: RECARGA DE TONER 285, REPOSIÇÃO DE SUPRIMENTOS IMPRESSORAS, CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRA Nº 06259.						
	6617	Estimativa	2009 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO	162 - 3.3.90.31.01	100 - Recursos Ordinários	14179 - PRÍMADE COMÉRCIO DE MATERIAS ESPORTIVOS LTDA	339,12
	Objeto: AQUISIÇÃO de TROFÉUS DESTINADOS PARA O FESTIVAL GASTRONOMICO, CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRA Nº 087150.						
Objeto:	6618	Global	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	40 - 3.3.90.39.50	100 - Recursos Ordinários	160 - ASSOCIAÇÃO FRANCO BRASILEIRA - HOSPITAL MAICE	113,86


Prefeitura Municipal de Cacador				Usuário:Edimar Scambara		Página
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Cacador/ SC				Chave de autenticação: 1563-1140-504		19 / 59
CNPJ: 83.074.302/0001-31				http://www.cacador.sc.gov.br		
Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão - Mensal/Diário - Completo						
Data	Nº Emp.	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Credor/Fornecedor
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA REALIZAÇÃO DE 01 (UM) EXAME MÉDICO, ULTRASSOM DO OMBRO, ULTRASSOM DO OMBRO, CONFORME SOLICITAÇÃO DO MÉDICO, PARA O SERVIDOR DIEGO ALVES DE MOURA, QUE SOFROU UM ACIDENTE DE TRABALHO CONFORME MEMORANDO 23.880/2019						Valor (R\$)
						Total do Dia:
6619	Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	47 - 3.3.90.93.02	134 - Transferências de Convênios União - Outros	10962 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	130.483,02
Objeto: PELA DESPESA EMPENHADA REF DEVOLUÇÃO DE SAUDOS DE CONVENIO Nº 830.529 - Infraestrutura Viana I - Pavimentação de Vias Urbanas.						4.849,799
6620	Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	47 - 3.3.90.93.02	134 - Transferências de Convênios União - Outros	10962 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	2.751,24
Objeto: PELA DESPESA EMPENHADA REF DEVOLUÇÃO DE SAUDOS DE CONVENIO Nº 828.648 - Infraestrutura Viana III - Pavimentação de Vias Urbanas.						2.404,01
6621	Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	47 - 3.3.90.93.02	134 - Transferências de Convênios União - Outros	10962 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	2.008,93
Objeto: PELA DESPESA EMPENHADA REF DEVOLUÇÃO DE SAUDOS DE CONVENIO Nº 828.655 - Infraestrutura Viana IV - Pavimentação de Vias Urbanas.						7.700,00
6622	Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	47 - 3.3.90.93.02	134 - Transferências de Convênios União - Outros	10962 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	65,00
Objeto: PELA DESPESA EMPENHADA REF DEVOLUÇÃO DE SAUDOS DE CONVENIO Nº 834.463 - Infraestrutura Viana V - Pavimentação de Vias Urbanas.						65,00
6623	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	75 - 4.4.90.52.33	110 - Convênio de Trânsito - Militar	6935 - BONASSA & CIA LTDA - ME (MUSIC CENTER)	7.700,00
Objeto: AQUISIÇÃO DE 01 UNID. CAD. DBR VAZZIO; 01 UNID. MICROFONE S/ FIO SHURE SIMPLIS; 01 UNID. MESA SOUND 4 CANAL, PARA A POLICIA MILITAR DE CACADOR, ATRAVÉS DO CONVENIO DE RADIO PATRULHA.						65,00
6624	Ordinário	2006 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	107 - 3.3.90.14.14	136 - Salário-Educação	4068 - BEATRIZ APARECIDA PEREIRA	65,00
Objeto: "Diária" - Realizar visita técnica à Escola Municipal São Francisco e ITI. (Includadora Tecnológica Luzerna) - SESI/SENAT, dia 6 de novembro de 2019 em Luzerna - SC. - "SALÁRIO EDUCAÇÃO"						11152 - ANDRÉA CARLA COMEL
6625	Ordinário	2006 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	107 - 3.3.90.14.14	136 - Salário-Educação		240 - ADALBERTO GOMES RIBEIRO
Objeto: "Diária" - Participar Seminário Regional "Monitoramento e Avaliação dos Planos de Educação em SC", dia 4 de novembro de 2019 em Joazeira - SC. - "SALÁRIO EDUCAÇÃO"						7725 - CIA ULTRAGAZ S/A
6626	Ordinário	2006 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	94 - 3.3.90.14.14	101 - Recursos Próprios - Educação		11246 - NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME
Objeto: "Diária" - Realizar visita técnica à Escola Municipal São Francisco e ITI. (Includadora Tecnológica Luzerna) - SESI/SENAT, dia 6 de novembro de 2019 em Luzerna - SC. - "RECURSOS PRÓPRIOS"						14806 - PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI EPP
6627	Estimativa	2006 - SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTES E TURISMO	130 - 3.3.90.30.04	100 - Recursos Ordinários		369 - VW COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE GÁS DE COZINHA, CASCOS, MANGOTE, VALVULA/MANGUEIRA, ÁGUA MINERAL E BEBIDOURO DESTINADOS PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE CACADOR/SC (aquisição de gás para cozinha da Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo).						518,70
6628	Estimativa	2006 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	107 - 3.3.90.30.22	136 - Salário-Educação		14806 - PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI EPP
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE, GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E UTENSÍLIOS DE COZINHA DESTINADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESCOLAS MUNICIPAIS E CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL.						5492 - ALAINE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA- ME
6629	Estimativa	2006 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	107 - 3.3.90.30.22	136 - Salário-Educação		2073 - FATMA - FUNDACAO DO MEIO AMBIENTE
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE, GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E UTENSÍLIOS DE COZINHA DESTINADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESCOLAS MUNICIPAIS E CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL.						7489 - PR/CASA CIVIL/IMPRESSA NACIONAL - DIÁRIO OFICIAL
6630	Estimativa	2006 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	94 - 3.3.90.30.21	101 - Recursos Próprios - Educação		7812 - PODER JUDICIARIO DE CACADOR
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE, GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E UTENSÍLIOS DE COZINHA DESTINADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESCOLAS MUNICIPAIS E CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL.						14806 - PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI EPP
6631	Estimativa	2006 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	307 - 3.3.90.30.22	336 - Superávit Salário-Educação		5492 - ALAINE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA- ME
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE, GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E UTENSÍLIOS DE COZINHA DESTINADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESCOLAS MUNICIPAIS E CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL.						2073 - FATMA - FUNDACAO DO MEIO AMBIENTE
6632	Estimativa	2006 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	109 - 3.3.90.39.26	62 - Transferências de Convênios - Estado/Educação		7489 - PR/CASA CIVIL/IMPRESSA NACIONAL - DIÁRIO OFICIAL
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS POR FRETAMENTO, PARA REALIZAR O TRANSPORTE ESCOLAR DOS ALUNOS DA ZONA RURAL QUE FREQUENTAM AS ESCOLAS NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE CACADOR - SC. - COMPLEMENTO DA AUTORIZAÇÃO Nº 2315						7812 - PODER JUDICIARIO DE CACADOR
6633	Ordinário	2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO A	145 - 3.3.90.47.10	100 - Recursos Ordinários		14806 - PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI EPP
Objeto: PELA DESPESA EMPENHADA RETAXA DE EXPLORAÇÃO VEGETAL DA FATMA - SUPRESSÃO NA VILA SANTA TEREZINHA - QUINTAL SOCIAL						5492 - ALAINE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA- ME
6634	Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	30 - 3.3.90.39.90	100 - Recursos Ordinários		2073 - FATMA - FUNDACAO DO MEIO AMBIENTE
Objeto: PELA DESPESA EMPENHADA REF PUBLICAÇÃO DE EXTRATOS DOS CONTRATOS Nº 101 E 102 2019 PROCESSO Nº 128 2019 TOMADA DE PREÇOS Nº 10 2019.						7489 - PR/CASA CIVIL/IMPRESSA NACIONAL - DIÁRIO OFICIAL
6635	Ordinário	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	178 - 3.3.90.91.15	100 - Recursos Ordinários		7812 - PODER JUDICIARIO DE CACADOR
Objeto: PELA DESPESA EMPENHADA REF RPV NOS AUTOS 0301305-03 2019 8.24.0012 AÇÃO: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA/PROC.MEMORANDO Nº 25.142/2019.						14806 - PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI EPP
6636	Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	5 - 3.3.90.39.27	100 - Recursos Ordinários		5492 - ALAINE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA- ME
Objeto: TRANSPORTE DE 40 ATRADORES PARA WAKING NO PERIODO DE 04 a 08 NOVEMBRO COM TRANSPORTE INTERNO NA CIDADE DURANTE O PERÍODO PARA PARTICIPAÇÃO DO TITO DE GUERRA NAS OLIMPIADAS DE TG, COMPLEMENTO DA AUTORIZAÇÃO 2673 CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRA Nº 051476.						7489 - PR/CASA CIVIL/IMPRESSA NACIONAL - DIÁRIO OFICIAL
6637	Estimativa	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	30 - 3.3.90.30.16	100 - Recursos Ordinários		7812 - PODER JUDICIARIO DE CACADOR
Objeto: AQUISIÇÃO DE 12 UNIDADES DE BOBINAS TÉRMICAS 57/360 MT, CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRA Nº 042794.						14806 - PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI EPP
6638	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	367 - 3.3.90.30.39	111 - Convênio de Trânsito - Civil		13069 - MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA - ME
Objeto: AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA A POLICIA CIVIL CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRA NR 39181; 2.00 UNIDADE DE PNEU 185/60R15 COM AS SEQUENTES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 94, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFECTOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9804). LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSORCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATORIO 0022/2019 - CINCATARINA, PREÇA						13526 - PNEUBRAS COMERCIO DE PNEUS LTDA - ME
6639	Estimativa	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	71 - 4.4.90.52.33	112 - Convênio de Trânsito - Prefeitura		15477 - 3D PROJETOS E ACESSORIA EM INFORMATICA LTDA
Objeto: AQUISIÇÃO DE 2 TELEVISORES 43 POLEGADAS PARA A GUARDA MUNICIPAL; 2.00 UNIDADE DE SMART TV FHD (TELA 43"; RESOLUÇÃO: 1920X1080) (CJM10086); LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSORCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATORIO 0018/2019 - CINCATARINA, PREÇO DE REGISTRO Nº 00.140/2019 - CINCATARINA, ATA DE REGISTRO Nº. AT19CINI3536						596 - ABCM ELETROTECNICA LTDA
6640	Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	40 - 3.3.90.30.51	100 - Recursos Ordinários		14811 - DE CESARO E KASECTARI LTDA
Objeto: AQUISIÇÃO DE DUTO CORRUGADO NORMATIZADO NBR 15715 2 - 9 METROS PARA RUA JOSÉ BOITEUX, CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRA Nº 048672.						14811 - DE CESARO E KASECTARI LTDA
6641	Ordinário	2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO A	145 - 3.3.90.39.50	100 - Recursos Ordinários		14811 - DE CESARO E KASECTARI LTDA
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS VETERINÁRIOS DESTINADOS À DIVISÃO DE BEM ESTAR ANIMAL E DEFESA DOS ANIMAIS, PARA ATENDIMENTO DE CÃES E GATOS DE RUA EM SORRIMENTO E ANIMAIS VÍTIMAS DE MAUS TRATOS						3.630,00

<div> <div>  Prefeitura Municipal de Caçador Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 </div> <div> Caçador/ SC http://www.cacador.sc.gov.br </div> <div> Usuário: Edimar Scambara Chave de autenticação: 1563-1140-504 </div> <div> Página 20 / 59 </div> </div>				
Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão - Mensal/Diário - Completo				
Data	Nº Emp.	Espécie	Unidade Orçamentária	Valor (R\$)
Objeto: 6642 - Estimativa 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO				
REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE MANUTENÇÃO, CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICA E FERRAMENTAS DESTINADOS ÀS SECRETARIAS, AUTARQUIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC. Aquisição de madeira para obras na EMEB Padre José Chamô, quadra da EMEB Castelhano.				
6643	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	100 - Recursos Ordinários	12.271,07
Objeto: 6644 - Ordinário 2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO				
FOLHA DE PAGAMENTO ESTAGIÁRIOS 10/2019.				
6644	Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	100 - Recursos Ordinários	25.468,11
Objeto: 6645 - Ordinário 2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA				
FOLHA DE PAGAMENTO ESTAGIÁRIOS 10/2019.				
6645	Ordinário	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	100 - Recursos Ordinários	3.962,20
Objeto: 6647 - Ordinário 2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO A 145 - 3.3.90.36.07				
FOLHA DE PAGAMENTO ESTAGIÁRIOS 10/2019.				
6647	Ordinário	2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO A 145 - 3.3.90.36.07	100 - Recursos Ordinários	3.676,01
Objeto: 6648 - Ordinário 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA				
FOLHA DE PAGAMENTO ESTAGIÁRIOS 10/2019.				
6648	Ordinário	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	100 - Recursos Ordinários	6.933,85
Objeto: 6649 - Ordinário 2006 - SECRETARIA DE CULTURA ESPORTES E TURISMO				
FOLHA DE PAGAMENTO ESTAGIÁRIOS 10/2019.				
6649	Ordinário	2006 - SECRETARIA DE CULTURA ESPORTES E TURISMO	100 - Recursos Ordinários	13.999,68
Objeto: 6650 - Ordinário 2011 - SECRETARIA DA FAZENDA				
FOLHA DE PAGAMENTO ESTAGIÁRIOS 10/2019.				
6650	Ordinário	2011 - SECRETARIA DA FAZENDA	100 - Recursos Ordinários	3.676,01
Objeto: 6651 - Ordinário 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO				
FOLHA DE PAGAMENTO ESTAGIÁRIOS 10/2019.				
6651	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	100 - Recursos Ordinários	59,79
Objeto: 6652 - Ordinário 2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO A 145 - 3.3.90.39.99				
FOLHA DE PAGAMENTO ESTAGIÁRIOS 10/2019.				
6652	Ordinário	2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO A 145 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	400,00
Objeto: 6653 - Estimativa 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA				
AQUISIÇÃO DE PEÇA GRADUADA DESTINADA À SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC PARA IMPLANTAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO NAS RUAS LUIZ MARIANS (200.00 TON), RÔTULA DE CALÇÃO (592.40 TON), RÔTULA DE CALÇÃO (592.40 TON), RUA GUANABARA (208.24 TON) CONFORME SOLICITADO PELA GERÊNCIA MUNICIPAL DE CONVENIÇOS/SEPLA DE ACORDO COM CONTRATO DE FINANCIAMENTO Nº 2623.0504.442-11/2017 - FINISA. CONTRATO FIRMADO ENTRE CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E O MUNICÍPIO DE CAÇADOR.				
6653	Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	183 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas	43.691,86
Objeto: 6654 - Estimativa 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA				
AQUISIÇÃO DE PEÇA BICORRIDA DESTINADA À SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC PARA IMPLANTAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO NAS RUAS LUIZ MARIANS (200.00 TON), RÔTULA DE CALÇÃO (592.40 TON), RUA GUANABARA (208.24 TON) CONFORME SOLICITADO PELA GERÊNCIA MUNICIPAL DE CONVENIÇOS/SEPLA DE ACORDO COM CONTRATO DE FINANCIAMENTO Nº 2623.0504.442-11/2017 - FINISA. CONTRATO FIRMADO ENTRE CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E O MUNICÍPIO DE CAÇADOR.				
6654	Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	183 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas	20.034,53
Objeto: 6655 - Estimativa 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA				
AQUISIÇÃO DE PEÇA BICORRIDA DESTINADA À SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC PARA IMPLANTAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO NAS RUAS LUIZ MARIANS (200.00 TON), RÔTULA DE CALÇÃO (592.40 TON), RUA GUANABARA (208.24 TON) CONFORME SOLICITADO PELA GERÊNCIA MUNICIPAL DE CONVENIÇOS/SEPLA DE ACORDO COM CONTRATO DE FINANCIAMENTO Nº 2623.0504.442-11/2017 - FINISA. CONTRATO FIRMADO ENTRE CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E O MUNICÍPIO DE CAÇADOR.				
6655	Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	183 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas	4.694,80
Objeto: 6656 - Estimativa 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA				
AQUISIÇÃO DE PEÇA BICORRIDA DESTINADA À SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC PARA IMPLANTAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO NAS RUAS LUIZ MARIANS (200.00 TON), RÔTULA DE CALÇÃO (592.40 TON), RUA GUANABARA (208.24 TON) CONFORME SOLICITADO PELA GERÊNCIA MUNICIPAL DE CONVENIÇOS/SEPLA DE ACORDO COM CONTRATO DE FINANCIAMENTO Nº 2623.0504.442-11/2017 - FINISA. CONTRATO FIRMADO ENTRE CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E O MUNICÍPIO DE CAÇADOR.				
6656	Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	183 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas	7.395,62
Objeto: 6657 - Estimativa 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA				
AQUISIÇÃO DE PEÇA BICORRIDA DESTINADA À SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC PARA IMPLANTAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO NAS RUAS LUIZ MARIANS (200.00 TON), RÔTULA DE CALÇÃO (592.40 TON), RUA GUANABARA (208.24 TON) CONFORME SOLICITADO PELA GERÊNCIA MUNICIPAL DE CONVENIÇOS/SEPLA DE ACORDO COM CONTRATO DE FINANCIAMENTO Nº 2623.0504.442-11/2017 - FINISA. CONTRATO FIRMADO ENTRE CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E O MUNICÍPIO DE CAÇADOR.				
6657	Estimativa	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	183 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas	2.566,98
Objeto: 6658 - Ordinário 3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO				
PELA DESPESA EMPENHADA REF GUIA DE CUSTAS INTERMEDIÁRIAS REFERENTES À DILIGÊNCIAS POR CITAÇÃO/INTIMAÇÃO DE OFICIAL DE JUSTIÇA MEMORANDO Nº 25.451/2019.				
6658	Ordinário	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	100 - Recursos Ordinários	155,28
Objeto: 6659 - Ordinário 2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO				
DESPESA DE ENERGIA ELÉTRICA PARA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ALTO BONITO MÊS SETEMBRO DE 2019.				
6659	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	136 - Salário-Educação	1.324,15
Objeto: 6660 - Ordinário 2001 - GABINETE DO PREFEITO				
FOLHA LÍQUIDA 10/2019.				
6660	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	100 - Recursos Ordinários	104.074,82
Objeto: 6661 - Ordinário 2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO				
FOLHA LÍQUIDA 10/2019.				
6661	Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	100 - Recursos Ordinários	197.858,55
Objeto: 6662 - Ordinário 2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA				
FOLHA LÍQUIDA 10/2019.				
6662	Ordinário	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	100 - Recursos Ordinários	312.038,88
Objeto: 6663 - Ordinário 2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO A 143 - 3.1.90.11.01				
FOLHA LÍQUIDA 10/2019.				
6663	Ordinário	2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO A 143 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Ordinários	150.824,23
Objeto: 6664 - Ordinário 2009 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO				
FOLHA LÍQUIDA 10/2019.				
6664	Ordinário	2009 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO	160 - 3.1.90.11.01	27.978,21

<div>  <div> Prefeitura Municipal de Caçador Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 </div> <div> http://www.cacador.sc.gov.br administracao@cacador.sc.gov.br </div> </div>					Usuário: Edimar Scambara Chave de autenticação: 1563-1140-504	Página 21 / 59
Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão - Mensal/ Diário - Completo						
Data	Nr Emp.	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Credor/Fornecedor
Objeto:	6665	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	14 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Ordinários	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento						
Objeto:	6666	Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	28 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Ordinários	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento						
Objeto:	6667	Ordinário	2011 - SECRETARIA DA FAZENDA	169 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Ordinários	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento						
Objeto:	6668	Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	28 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Ordinários	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento						
Objeto:	6669	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	21 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Ordinários	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento						
Objeto:	6670	Ordinário	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	66 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Ordinários	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento						
Objeto:	6671	Ordinário	2008 - GABINETE DO VICE-PREFEITO	154 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Ordinários	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento						
Objeto:	6672	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	100 - 3.1.90.11.01	119 - Transferências do FUNDEB - 40%	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento						
Objeto:	6673	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	96 - 3.1.90.11.01	118 - Transferências do FUNDEB - 60%	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento						
Objeto:	6674	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	90 - 3.1.90.11.01	101 - Recursos Próprios - Educação	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento						
Objeto:	6675	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	100 - 3.1.90.11.01	119 - Transferências do FUNDEB - 40%	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento						
Objeto:	6676	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	97 - 3.1.90.11.01	118 - Transferências do FUNDEB - 60%	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento						
Objeto:	6677	Ordinário	2006 - SECRETARIA DE CULTURA ESPORTES E TURISMO	127 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Ordinários	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento						
Objeto:	6678	Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	28 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Ordinários	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento						
Objeto:	6679	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	3 - 3.1.90.94.07	100 - Recursos Ordinários	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento						
Objeto:	6680	Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	28 - 3.1.90.94.07	100 - Recursos Ordinários	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento						
Objeto:	6681	Ordinário	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	38 - 3.1.90.94.07	100 - Recursos Ordinários	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento						
Objeto:	6682	Ordinário	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	66 - 3.1.90.94.07	100 - Recursos Ordinários	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento						
Objeto:	6683	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	96 - 3.1.90.94.07	118 - Transferências do FUNDEB - 60%	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento						
Objeto:	6683	FOLHA LIQUIDA 10/2019				32.463,33

Prefeitura Municipal de Caçador				Usuário: Edimar Scambara		Página	
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC				Chave de autenticação: 1563-1140-504		22 / 59	
CNPJ: 83.074.302/0001-31				http://www.cacador.sc.gov.br			
Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão - Mensal/ Diário - Completo							
Data	Nr Emp.	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Credor/Fornecedor	Valor (R\$)
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento							
Objeto:	6684	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	97 - 3.1.90.94.07	118 - Transferências do FUNDEB - 60%	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA	20.942,30
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento							
Objeto:	6685	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	3 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Ordinários	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA	43.672,03
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento							
Objeto:	6686	Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	28 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Ordinários	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA	89.583,88
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento							
Objeto:	6687	Ordinário	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	38 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Ordinários	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA	120.116,73
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento							
Objeto:	6688	Ordinário	2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO A 143 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Ordinários		13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA	57.158,35
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento							
Objeto:	6689	Ordinário	2009 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO	160 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Ordinários	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA	9.392,58
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento							
Objeto:	6690	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	14 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Ordinários	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA	25.706,17
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento							
Objeto:	6691	Ordinário	2011 - SECRETARIA DA FAZENDA	169 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Ordinários	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA	61.410,73
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento							
Objeto:	6692	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	21 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Ordinários	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA	1.092,34
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento							
Objeto:	6693	Ordinário	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	66 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Ordinários	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA	41.559,82
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento							
Objeto:	6694	Ordinário	2008 - GABINETE DO VICE-PREFEITO	154 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Ordinários	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA	6.918,60
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento							
Objeto:	6695	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	100 - 3.1.90.11.01	119 - Transferências do FUNDEB - 40%	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA	104.753,38
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento							
Objeto:	6696	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	96 - 3.1.90.11.01	118 - Transferências do FUNDEB - 60%	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA	352.313,91
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento							
Objeto:	6697	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	100 - 3.1.90.11.01	119 - Transferências do FUNDEB - 40%	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA	22.608,38
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento							
Objeto:	6698	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	97 - 3.1.90.11.01	118 - Transferências do FUNDEB - 60%	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA	170.971,09
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento							
Objeto:	6699	Ordinário	2006 - SECRETARIA DE CULTURA ESPORTES E TURISMO	127 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Ordinários	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA	32.606,14
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento							
Objeto:	6700	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	3 - 3.1.90.94.07	100 - Recursos Ordinários	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA	6.134,22
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento							
Objeto:	6701	Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	28 - 3.1.90.94.07	100 - Recursos Ordinários	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA	1.460,32
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento							
Objeto:	6702	Ordinário	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	38 - 3.1.90.94.07	100 - Recursos Ordinários	13049 - FOLHA DE PAGAMENTO - PREFEITURA	3.297,45

Prefeitura Municipal de Caçador Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 http://www.cacador.sc.gov.br			Usuário: Edimar Scambara Chave de autenticação: 1563-1140-504	Página 23 / 59
Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão - Mensal/Diário - Completo				
Data	Nr Emp.	Espécie	Unidade Orçamentária	Valor (R\$)
Objeto: FOLHA RETIDO 10/2019.				
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento				
6703	Ordinário	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	66 - 3.1.90.94.07	1.301,16
Objeto: FOLHA RETIDO 10/2019.				
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento				
6704	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	96 - 3.1.90.94.07	3.794,42
Objeto: FOLHA RETIDO 10/2019.				
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento				
6705	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	97 - 3.1.90.94.07	1.541,39
Objeto: FOLHA RETIDO 10/2019.				
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento				
6706	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	4 - 3.1.91.13.03	9.611,11
Objeto: ENCARGOS 10/2019.				
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento				
6707	Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	29 - 3.1.91.13.03	50.594,50
Objeto: ENCARGOS 10/2019.				
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento				
6708	Ordinário	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	39 - 3.1.91.13.03	64.616,81
Objeto: ENCARGOS 10/2019.				
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento				
6709	Ordinário	2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO A 144 - 3.1.91.13.03	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	31.934,95
Objeto: ENCARGOS 10/2019.				
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento				
6710	Ordinário	2009 - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO 161 - 3.1.91.13.03	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	1.514,39
Objeto: ENCARGOS 10/2019.				
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento				
6711	Ordinário	2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO A 144 - 3.1.91.13.03	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	204,62
Objeto: ENCARGOS 10/2019.				
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento				
6712	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	15 - 3.1.91.13.03	13.065,81
Objeto: ENCARGOS 10/2019.				
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento				
6713	Ordinário	2011 - SECRETARIA DA FAZENDA	170 - 3.1.91.13.03	30.169,94
Objeto: ENCARGOS 10/2019.				
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento				
6714	Ordinário	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	67 - 3.1.91.13.03	17.561,99
Objeto: ENCARGOS 10/2019.				
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento				
6715	Ordinário	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	39 - 3.1.91.13.03	2.728,03
Objeto: ENCARGOS 10/2019.				
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento				
6716	Ordinário	2006 - SECRETARIA DE CULTURA ESPORTES E TURISMO	128 - 3.1.91.13.03	19.154,32
Objeto: ENCARGOS 10/2019.				
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento				
6717	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	102 - 3.1.91.13.03	46.825,81
Objeto: ENCARGOS 10/2019.				
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento				
6718	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	98 - 3.1.91.13.03	16.161,23
Objeto: ENCARGOS 10/2019.				
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento				
6719	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	99 - 3.1.91.13.03	98.914,66
Objeto: ENCARGOS 10/2019.				
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento				
6720	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	91 - 3.1.91.13.03	8.179,20
Objeto: ENCARGOS 10/2019.				
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento				

 Prefeitura Municipal de Caçador Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31				Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão - Mensal/ Diário - Completo		Usuário: Edimar Scambara Chave de autenticação: 1563-1140-504		Página 24 / 59
Prefeitura Municipal de Caçador Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31				Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão - Mensal/ Diário - Completo		Usuário: Edimar Scambara Chave de autenticação: 1563-1140-504		Página 24 / 59
Data	Nr Emp.	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Credor/Fornecedor	Valor (R\$)	
Objeto:	6721	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	4 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	1.856,69	
	Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento							
Objeto:	6722	Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	29 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	9.773,94	
	Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento							
Objeto:	6723	Ordinário	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	39 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	12.482,79	
	Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento							
Objeto:	6724	Ordinário	2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO A 144 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	6.169,25		
	Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento							
Objeto:	6725	Ordinário	2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO A 144 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	332,08		
	Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento							
Objeto:	6726	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	15 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	2.524,08	
	Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento							
Objeto:	6727	Ordinário	2011 - SECRETARIA DA FAZENDA	170 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	5.828,28	
	Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento							
Objeto:	6728	Ordinário	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	67 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	3.919,66	
	Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento							
Objeto:	6729	Ordinário	2006 - SECRETARIA DE CULTURA ESPORTES E TURISMO	128 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	3.700,27	
	Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento							
Objeto:	6730	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	102 - 3.1.91.13.03	119 - Transferências do FUNDEB - 40%	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	9.045,90	
	Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento							
Objeto:	6731	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	98 - 3.1.91.13.03	118 - Transferências do FUNDEB - 60%	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	31.221,90	
	Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento							
Objeto:	6732	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	99 - 3.1.91.13.03	118 - Transferências do FUNDEB - 60%	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	19.108,51	
	Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento							
Objeto:	6733	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	91 - 3.1.91.13.03	101 - Recursos Próprios - Educação	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	1.580,07	
	Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento							
Objeto:	6734	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	4 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	3.996,27	
	Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento							
Objeto:	6735	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	15 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	2.272,01	
	Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento							
Objeto:	6736	Ordinário	2002 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	29 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	20.905,10	
	Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento							
Objeto:	6737	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	15 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	12.092,18	
	Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento							
Objeto:	6738	Ordinário	2003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	39 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	42.142,54	
	Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento							
Objeto:	6739	Ordinário	2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO A 144 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	20.827,69		
	Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento							

Prefeitura Municipal de Caçador				Usuário: Edimar Scambara		Página	
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC				Chave de autenticação: 1563-1140-504		25 / 59	
CNPJ: 83.074.302/0001-31				administracao@cacador.sc.gov.br			
Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão - Mensal/ Diário - Completo							
Data	Nr Emp.	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Credor/Fornecedor	
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento							
Objeto:	6740	Ordinário	2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO A	144 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	
	ALÍQUOTA FIXA	10/2019.				1.121,12	
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento							
Objeto:	6741	Ordinário	2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO A	144 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	
	ALÍQUOTA FIXA	10/2019.				8.521,40	
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento							
Objeto:	6742	Ordinário	2011 - SECRETARIA DA FAZENDA	170 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	
	ALÍQUOTA FIXA	10/2019.				11.555,28	
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento							
Objeto:	6743	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	15 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	
	ALÍQUOTA FIXA	10/2019.				8.087,01	
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento							
Objeto:	6744	Ordinário	2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO A	144 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	
	ALÍQUOTA FIXA	10/2019.				34,27	
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento							
Objeto:	6745	Ordinário	2004 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA	67 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	
	ALÍQUOTA FIXA	10/2019.				13.232,97	
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento							
Objeto:	6746	Ordinário	2006 - SECRETARIA DE CULTURA ESPORTES E TURISMO	128 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	
	ALÍQUOTA FIXA	10/2019.				7.721,18	
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento							
Objeto:	6747	Ordinário	2001 - GABINETE DO PREFEITO	15 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	
	ALÍQUOTA FIXA	10/2019.				4.771,10	
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento							
Objeto:	6748	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	102 - 3.1.91.13.03	119 - Transferências do FUNDEB - 40%	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	
	ALÍQUOTA FIXA	10/2019.				30.539,37	
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento							
Objeto:	6749	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	98 - 3.1.91.13.03	118 - Transferências do FUNDEB - 60%	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	
	ALÍQUOTA FIXA	10/2019.				105.406,62	
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento							
Objeto:	6750	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	99 - 3.1.91.13.03	118 - Transferências do FUNDEB - 60%	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	
	ALÍQUOTA FIXA	10/2019.				64.511,25	
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento							
Objeto:	6751	Ordinário	2005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	91 - 3.1.91.13.03	101 - Recursos Próprios - Educação	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	
	ALÍQUOTA FIXA	10/2019.				5.334,40	
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento							
Objeto:	6752	Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	5 - 3.3.90.39.16	100 - Recursos Ordinários	13524 - LUCAS CASTILHO 00908645902	
	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA ABERTURA DE PORTA INTERNA NO CONSELHO TUTELAR CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRA NR 48393.					65,00	
Objeto:	6753	Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	5 - 3.3.90.30.39	100 - Recursos Ordinários	4046 - AUTO ELÉTRICA XAVENZ LTDA - ME	
	AQUISIÇÃO DE PEÇAS (BUCHA DE BANDEJA E BILETA DIANTEIRA) PARA MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO AIRCROSS PLACAS QID-0793 DO CONSELHO TUTELAR CONFORME ORÇAMENTO NR 38378.					550,84	
Objeto:	6754	Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	5 - 3.3.90.39.19	100 - Recursos Ordinários	4046 - AUTO ELÉTRICA XAVENZ LTDA - ME	
	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO MECANICA NO VEICULO AIRCROSS PLACAS QID-0793 DO CONSELHO TUTELAR CONFORME ORÇAMENTO NR 38378.					294,45	
Objeto:	6755	Estimativa	2001 - GABINETE DO PREFEITO	5 - 3.3.90.30.99	100 - Recursos Ordinários	3775 - ELETTRON PORTAS AUTOMÁTICAS LTDA - ME	
	AQUISIÇÃO DE 2 CONTROLES PARA O PORTÃO ELETRÔNICO DA PREFEITURA, SENDO 1 PARA O VEÍCULO DO PREFEITO E 1 PARA O SETOR DOS MOTORISTAS CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRA NR 48392.					80,00	
Objeto:	6756	Ordinário	3001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	333 - 3.1.91.13.03	195 - Antecipação de Depósitos Judiciais	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	
	ENCARGOS DA DIVIDA FUNDADA INTERNA JUNTO AO IPASC, REFERENTE AOS ACORDOS CADPREV 00500/2014; 00439/2014; 00446/2015; E 01019/2015.					16.563,44	
Objeto:						Total do Dia:	5.867.098,43
						Total do Mês:	9.405.789,65
						Total da Unidade Gestora:	9.405.789,65
Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde							
Objeto:	04/10/2019	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	203 - 3.1.90.11.44	138 - Transferências do SUS - União	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	856,38
	FOLHA DE PAGAMENTO COMPLEMENTAR - FERIAS - ACS.						
Objeto:	6097	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	200 - 3.1.90.11.44	138 - Transferências do SUS - União	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	2.999,27
	FOLHA DE PAGAMENTO COMPLEMENTAR - FERIAS - ESF.						

Prefeitura Municipal de Cacador				Usuário:Edimar Scambara		Página	
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Cacador/ SC				Chave de autenticação:1563-1140-504		26 / 59	
CNPJ: 83.074.302/0001-31				administracao@cacador.sc.gov.br			
Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão - Mensal/ Diário - Completo							
Data	Nr Emp.	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Credor/Fornecedor	Valor (R\$)
	6098	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	189 - 3.1.90.94.07	102 - Recursos Próprios - Saúde	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	3.958,94
	6099	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	208 - 3.3.90.30.39	138 - Transferências dos SUS - União	4046 - AUTO ELÉTRICA XAVENZ LTDA - ME	272,60
	6100	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	208 - 3.3.90.39.19	138 - Transferências dos SUS - União	4046 - AUTO ELÉTRICA XAVENZ LTDA - ME	168,26
	6101	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	208 - 3.3.90.30.39	138 - Transferências dos SUS - União	7099 - MECÂNICA DE VEÍCULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	130,00
	6102	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	208 - 3.3.90.39.19	138 - Transferências dos SUS - União	7099 - MECÂNICA DE VEÍCULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	72,07
	6103	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	208 - 3.3.90.30.39	138 - Transferências dos SUS - União	7099 - MECÂNICA DE VEÍCULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	390,60
	6104	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	208 - 3.3.90.30.39	138 - Transferências dos SUS - União	7099 - MECÂNICA DE VEÍCULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	7.403,75
	6105	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	208 - 3.3.90.39.19	138 - Transferências dos SUS - União	7099 - MECÂNICA DE VEÍCULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	474,30
	6106	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	208 - 3.3.90.39.19	138 - Transferências dos SUS - União	7099 - MECÂNICA DE VEÍCULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	720,70
	6107	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	208 - 3.3.90.30.39	138 - Transferências dos SUS - União	7099 - MECÂNICA DE VEÍCULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	1.748,40
	6108	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	208 - 3.3.90.30.39	138 - Transferências dos SUS - União	7099 - MECÂNICA DE VEÍCULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	1.935,00
	6109	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	208 - 3.3.90.39.19	138 - Transferências dos SUS - União	7099 - MECÂNICA DE VEÍCULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	680,16
	6110	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	208 - 3.3.90.30.39	138 - Transferências dos SUS - União	4046 - AUTO ELÉTRICA XAVENZ LTDA - ME	84,60
	6111	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	208 - 3.3.90.39.19	138 - Transferências dos SUS - União	4046 - AUTO ELÉTRICA XAVENZ LTDA - ME	191,81
	07/10/2019	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.93.02	102 - Recursos Próprios - Saúde	14355 - DIOGLÉCIO ALVES DE MOURA	22.046,84
	6112	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	2484 - ELTES FRANCISCO SINHORIN	60,00
	6113	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.93.02	102 - Recursos Próprios - Saúde	14243 - DIEGO ANTONIO VIEIRA	198,79
	6114	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	5456 - ADRIANO RECH	60,00
	6115	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	9905 - VALDECI VIEIRA DE ALVARENGA	120,00
	6116	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	9905 - VALDECI VIEIRA DE ALVARENGA	130,00
	6117	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	14593 - JEFFERSON ARIATTI	120,00
	6118	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	208 - 3.3.90.39.99	138 - Transferências dos SUS - União	1895 - SERVIÇO FUNERARIO SAO PEDRO LTDA	440,00
	6119	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	14593 - JEFFERSON ARIATTI	180,00
	6120	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	14355 - DIOGLÉCIO ALVES DE MOURA	120,00
	6121	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	14355 - DIOGLÉCIO ALVES DE MOURA	150,00
	6122	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	6234 - MARCOS ROBERTO OZAGOSKI	85,00
	6123	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	729 - ALDECIR BARP	85,00
	6124	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde		

Prefeitura Municipal de Caçador			Usuário:Edimar Scambara		Página	
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC			Chave de autenticação:1563-1140-504		27 / 59	
CNPJ: 83.074.302/0001-31			administracao@caçador.sc.gov.br			
Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão - Mensal/Diário - Completo						
Data	Nº Emp.	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Credor/Fornecedor	Valor (R\$)
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
6125	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	13483 - LIRIANE MARQUES DE LIMA	85,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA ACOMPANHAR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
6126	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	5458 - MARCIO BASSANI	85,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
6127	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	13020 - WILLIAN GUALBERTO WERLE	85,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
6128	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	3814 - CICERO BRASIL MOREIRA	85,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
6129	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	194 - 3.3.90.30.16	138 - Transferências do SUS - União	6710 - DICAPEL PAPEIS E EMBALAGENS LTDA	5.085,00
Objeto: PARA USO NAS UBS: 30,00 CAIXA DE PAPEL A4, ALCALINO, PARA APLICAÇÃO EM IMPRESSORA LASER, COM ELEVADO GRAU DE BRANQUEAMENTO, SUPERFÍCIE RESISTENTE, CORTE PERFEITO E EQUILIBRADA ABSORÇÃO, FOLHA TAMANHO 210X297MM, 75G/M², RESMA EM EMBALAGEM IMPERMEÁVEL E RESISTENTE A UMIDADE COM 500 FOLHAS E COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PRODUTO COM CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL FSC OU CERFLOC, COM SELO E CÓDIGO DE LICENÇA IMPRESSOS NA EMBALAGEM, CAIXA COM 10 RESMAS, (CIM4041); LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSORCIO INTERFEDERATIVO CATARINENSE - CINCATARINA, CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0012/2019 - CINCATARINA, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0010/2019 - CINCATARINA, REGISTRO DE PREÇOS - AT19CIN08094						
6130	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	15290 - LUIZ ALBERTO TOGNI	85,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
6131	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	6234 - MARCOS ROBERTO OZAGOSKI	85,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
6132	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	6047 - VILMAR MIGUEL DOBERNER	120,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA TRANSPORTAR EXAMES BIOLÓGICOS E DOCUMENTOS DAS VIGILÂNCIAS SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA PARA CHAPECÓ, CONFORME DECRETO Nº 5778, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2013.						
6133	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	14243 - DIEGO ANTONIO VIEIRA	60,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
6134	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	14121 - SAULO SOARES CARLIN	60,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
6135	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	312 - 3.3.90.32.02	338 - Superávits Transferências do SUS - União	5358 - SOWA SC MATERIAIS HOSPITALARES LTDA	295,80
Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS: 2040,00 COMPRIDO DE TOPIRAMATO, 25 MG, (CIM688); LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSORCIO INTERFEDERATIVO CATARINENSE - CINCATARINA, CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0012/2019 - CINCATARINA, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0013/2019 - CINCATARINA, REGISTRO DE PREÇOS - AT19CIN0480						
6136	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.39.17	102 - Recursos Próprios - Saúde	915 - TELECAL TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA (COMPI)	280,45
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA DE BANCO DE DADOS, RECONSTRUÇÃO TABELAS DE MARCAÇÃO E ACESSO A CÓPIA DO BANCO DE DADOS, DO RELÓGIO PONTO DA SECRETARIA DA SAÚDE. SOLICITANTE BRUNO PASINI. solicitação 61341. RECURSOS PRÓPRIOS						
6137	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.33.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	5130 - PLANALTO TRANSPORTES LTDA	874,30
Objeto: AQUISIÇÃO DE PASSAGENS PARA CAÇADOR X SÃO PAULO IDA E VOLTA PARA PACIENTE PEDRO HENRIQUE BALANTA E ACOMPANHANTE. SOLICITAÇÃO 65376. RECURSOS PRÓPRIOS.						
6138	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	208 - 3.3.90.39.99	138 - Transferências do SUS - União	13524 - LUCAS CASTILHO 00908645902	755,00
Objeto: AQUISIÇÃO DE SERVIÇO GERAL DE CHAVEIRO PARA TFD E O LABORATÓRIO MUNICIPAL. SOLICITAÇÃO 61356. RECURSO MAC.						
6139	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	197 - 3.3.90.30.39	206 - Recursos Arrecadados por Fundos	7099 - MECÂNICA DE VEÍCULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	651,00
Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DO VEÍCULO FIESTA * PLACA: MJL-5285. **ORDEN DE SERVIÇO: 122006** SOLICITAÇÃO 61312. RECURSO VIGILÂNCIA SANITÁRIA.						
6140	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	197 - 3.3.90.39.19	206 - Recursos Arrecadados por Fundos	7099 - MECÂNICA DE VEÍCULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	144,15
Objeto: AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO-DE-OBRA, PARA MANUTENÇÃO DO VEÍCULO FIESTA * PLACA: MJL-5285. **ORDEN DE SERVIÇO: 122006** SOLICITAÇÃO 61312. RECURSO VIGILÂNCIA SANITÁRIA.						
6141	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	197 - 3.3.90.39.19	206 - Recursos Arrecadados por Fundos	14552 - DARCI DOS SANTOS PONTES 03418299946	150,00
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM DE VEÍCULOS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA. SOLICITAÇÃO 65730. RECURSO VIG. SANITÁRIA.						
Total do Dia:						10.774,49
08/10/2019	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	14243 - DIEGO ANTONIO VIEIRA	85,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
6143	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	13483 - LIRIANE MARQUES DE LIMA	85,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA ACOMPANHAR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
6144	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	2240 - VALDECIR J.P. DA SILVA	120,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
6145	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.30.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	2240 - VALDECIR J.P. DA SILVA	130,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE ADIANTAMENTO/COMBUSTÍVEL PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 5764, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.						
6146	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	14061 - EDUARDO ALISSON SPORR00114503982	120,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
6147	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.30.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	14061 - EDUARDO ALISSON SPORR00114503982	130,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE ADIANTAMENTO/COMBUSTÍVEL PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 5764, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.						
6148	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	13020 - WILLIAN GUALBERTO WERLE	120,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
6149	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.30.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	13020 - WILLIAN GUALBERTO WERLE	250,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE ADIANTAMENTO/COMBUSTÍVEL PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 5764, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.						

Prefeitura Municipal de Caçador				Usuário:Edimar Scambara Chave de autenticação:1563-1140-504		Página 28 / 59	
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC http://www.caçador.sc.gov.br CNPJ: 83.074.302/0001-31							
Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão - Mensal/Diário - Completo							
Data	Nr Emp.	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Credor/Fornecedor	Valor (R\$)
Objeto:	6150	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	14243 - DIEGO ANTONIO VIEIRA	120,00
	VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
Objeto:	6151	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.30.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	14243 - DIEGO ANTONIO VIEIRA	130,00
	VALOR PAGAMENTO DE ADIANTAMENTO/COMBUSTÍVEL PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 5764, DE 23 DE OUTUBRO DE 2013.						
Objeto:	6152	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	14121 - SAULO SOARES CARLIN	120,00
	VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
Objeto:	6153	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.30.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	14121 - SAULO SOARES CARLIN	130,00
	VALOR PAGAMENTO DE ADIANTAMENTO/COMBUSTÍVEL PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 5764, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.						
Objeto:	6154	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	2240 - VALDECIR J.P. DA SILVA	85,00
	VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
Objeto:	6155	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	5458 - MARCIO BASSANI	85,00
	VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
Objeto:	6156	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	2484 - ELTES FRANCISCO SINHORIN	85,00
	VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
Objeto:	6157	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	14355 - DIOCLÉCIO ALVES DE MOURA	60,00
	VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
Objeto:	6158	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	14054 - RUDINEI CITADIN	85,00
	VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
Objeto:	6159	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	3814 - CICERO BRASIL MOREIRA	85,00
	VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
Objeto:	6160	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	9905 - VALDECIR VIEIRA DE ALVARENGA	85,00
	VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
Objeto:	6161	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	6234 - MARCOS ROBERTO OZAGOSKI	60,00
	VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
Objeto:	6162	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	13019 - FABIANO MIDGINSKI	40,00
	VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA TRANSPORTAR MEDICAMENTOS PARA A SOR EM VIDEIRA. CONFORME DECRETO Nº 5778, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2013.						
Objeto:	6163	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	15406 - JULIANE APARECIDA GUTMARQUES LINHARES	60,00
	VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA PARTICIPAR DE TREINAMENTO PARA CAPACITAR A SERVIDORA A OPERAR O SISREG, A REALIZAR-SE NO DIA 09 DE OUTUBRO DE 2019 EM CHAPECÓ. CONFORME DECRETO MUNICIPAL Nº 5778 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2013.						
Objeto:	6164	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.30.02	102 - Recursos Próprios - Saúde	15216 - CÉSAR AUGUSTO MORAIS JÚNIOR	32,02
	VALOR REFERENTE A RESTITUIÇÃO DE VALORES GASTOS COM ALIMENTAÇÃO, NÃO HOUVE REQUISIÇÃO DE DIÁRIA. SERVIDOR PARTICIPOU DE REUNIÃO DA CÂMARA DE INTERGESTORES REGIONAL, REALIZADA NO DIA 01 DE OUTUBRO DE 2019 EM VIDEIRA.						
Objeto:	6165	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	199 - 3.3.90.39.19	138 - Transferências do SUS - União	14552 - DARCI DOS SANTOS PONTES 03418299946	150,00
	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM DE VEÍCULOS DA FROTA DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA. SOLICITAÇÃO 61371. RECURSO VIG. EPIDEMIOLÓGICA.						
Objeto:	6166	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	208 - 3.3.90.39.19	138 - Transferências do SUS - União	14552 - DARCI DOS SANTOS PONTES 03418299946	150,00
	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM DE VEÍCULOS DA FROTA DO CAPS II. SOLICITAÇÃO 61370. RECURSO MAC.						
Objeto:	6167	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	208 - 3.3.90.39.19	138 - Transferências do SUS - União	14552 - DARCI DOS SANTOS PONTES 03418299946	975,00
	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM DE VEÍCULOS DA FROTA DA SECRETARIA DA SAÚDE. SOLICITAÇÃO 61368. RECURSO MAC.						
Objeto:	6168	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.30.24	102 - Recursos Próprios - Saúde	1769 - UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	4.552,76
	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, PARA FUTURAS INSTALAÇÕES DOS BANHEIROS DO LABORATÓRIO MUNICIPAL. **DESCONTO DE 5,6%** DO VALOR TOTAL DO ORÇAMENTO. SOLICITAÇÃO 65627. RECURSOS PRÓPRIOS.						
Objeto:	6169	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	342 - 3.3.90.30.07	138 - Transferências do SUS - União	5227 - LANCHONETE E RESTAURANTE CACHOEIRA LTDA	9.920,00
	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO PRONTA (TIPO "MARMITE" Nº 09), PARA A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA. SOLICITAÇÃO 61365. RECURSO MAC/UPA.						
Objeto:	6170	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	205 - 3.3.90.30.36	138 - Transferências do SUS - União	15400 - FISIOLABT COMERCIAL LTDA	2.900,10
	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA PRÁTICAS INTEGRATIVAS NAS UNIDADES E SAÚDE DO TRABALHADOR. SOLICITAÇÃO 43064/ 43065. SOLICITANTE: ADRIANA GROBE. RECURSO PAB.						
Objeto:	6171	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	205 - 3.3.90.30.07	138 - Transferências do SUS - União	5227 - LANCHONETE E RESTAURANTE CACHOEIRA LTDA	4.340,00
	FORNECIMENTO DE MARMITAS PARA OS SERVIDORES DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE- UBS. SOLICITAÇÃO 61363. RECURSO PAB.						
Objeto:	6172	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	342 - 3.3.90.39.77	138 - Transferências do SUS - União	247 - PATRIMONIAL SEGURANÇA LTDA - MATRIZ	27.000,00
	Contratação de empresa especializada em serviços de vigilância presencial na unidade de pronto atendimento - UPA. SOLICITAÇÃO 61366. RECURSO MAC/UPA.						
Objeto:	6173	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	205 - 3.3.90.30.99	138 - Transferências do SUS - União	816 - MARCOS BULLE DA COSTA	672,00
	AQUISIÇÃO DE "TUPPERWARE" DE 15 E 10 LITROS COM TAMPAS PARA USO NAS UBS, POR EXIGÊNCIA DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA. SOLICITAÇÃO 43063. RECURSO PAB.						
Objeto:	6174	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	208 - 3.3.90.39.50	138 - Transferências do SUS - União	14761 - MAIS TELEMEDICINA E SISTEMAS PARA SAÚDE LTDA	1.005,50
	AQUISIÇÃO DE SERVIÇO PARA LAUDO DE ESPIRIMETRIA E LAUDO DE ELETROENCEFALOGRAMA, CONFORME SOLICITAÇÃO 9/202. RECURSO MAC.						
Objeto:	6175	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	199 - 3.3.90.39.19	138 - Transferências do SUS - União	4046 - AUTO ELÉTRICA XAVENZ LTDA - ME	582,80
	AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO-DE-OBRA, PARA MANUTENÇÃO DO VEÍCULO CITROEN C3, PLACA: QH-0184.. * ORDEM DE SERVIÇO: 37895*. SOLICITAÇÃO 65725. RECURSO VIG. EPIDEMIOLÓGICA.						
Objeto:	6176	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	199 - 3.3.90.30.39	138 - Transferências do SUS - União	4046 - AUTO ELÉTRICA XAVENZ LTDA - ME	1.527,50
	AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DO VEÍCULO CITROEN C3, PLACA: QH-0184.. * ORDEM DE SERVIÇO: 37895*. RECURSO VIG. EPIDEMIOLÓGICA.						

Prefeitura Municipal de Caçador				Usuário:Edimar Scambara		Página
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC				Chave de autenticação:1563-1140-504		29 / 59
CNPJ: 83.074.302/0001-31				administracao@caçador.sc.gov.br		
Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão - Mensal/ Diário - Completo						
Data	Nº Emp.	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Credor/Fornecedor
	6177	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	199 - 3.3.90.30.39	138 - Transferências dos SUS - União	7099 - MECÂNICA DE VEÍCULOS EXCLUSIVA LTDA - ME
	Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DO VEÍCULO. PLACA: MHE-4856.*ORDEN DE SERVIÇO: 125126* SOLICITAÇÃO 65717. RECURSO VIG. EPIDEMIOLÓGICA.					
	6178	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	199 - 3.3.90.39.19	138 - Transferências dos SUS - União	7099 - MECÂNICA DE VEÍCULOS EXCLUSIVA LTDA - ME
	Objeto: AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO-DE-OBRA PARA MANUTENÇÃO DO VEÍCULO. PLACA: MHE-4856.*ORDEN DE SERVIÇO: 125126* SOLICITAÇÃO 65717. RECURSO VIG. EPIDEMIOLÓGICA.					
				Total do Dia:		
09/10/2019	6179	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	3814 - CICERO BRASIL MOREIRA
	Objeto: VALOR PAGAMENTO DE COMPLEMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015. DESTINO: ALTERADO PARA CURITIBA.					
	6180	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.30.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	3814 - CICERO BRASIL MOREIRA
	Objeto: VALOR PAGAMENTO DE ADIANTAMENTO/COMBUSTÍVEL PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 5764, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.					
	6181	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	14054 - RUDINEI CITADIN
	Objeto: VALOR PAGAMENTO DE COMPLEMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015. DATA DE SAÍDA: 06/10/2019 ÀS 23:00, DATA DE RETORNO 08/09/2019 ÀS 14:00.					
	6182	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	14593 - JEFFERSON ARIATTI
	Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.					
	6183	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	14061 - EDUARDO ALISSON SPORR0014503982
	Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.					
	6184	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	205 - 3.3.90.30.08	138 - Transferências dos SUS - União	14267 - SANTELMO COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS
	Objeto: AQUISIÇÃO DE LANCHES E PRODUTOS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS AS UNIDADES DE SAÚDE. SOLICITAÇÃO 61361. RECURSO PAB					
	6185	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	6234 - MARCOS ROBERTO OZAGOSKI
	Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.					
	6186	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	2240 - VALDECIR J.P. DA SILVA
	Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.					
	6187	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	205 - 3.3.90.39.99	138 - Transferências dos SUS - União	13524 - LUCAS CASTILHO 09008645802
	Objeto: AQUISIÇÃO DE SERVIÇO GERAL DE CHAVEIRO PARA AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE-UBS. SOLICITAÇÃO 61355. RECURSO PAB.					
	6188	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	14054 - RUDINEI CITADIN
	Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.					
	6189	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.30.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	14054 - RUDINEI CITADIN
	Objeto: VALOR PAGAMENTO DE ADIANTAMENTO/COMBUSTÍVEL PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 5764, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.					
	6190	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	3814 - CICERO BRASIL MOREIRA
	Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.					
	6191	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.30.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	3814 - CICERO BRASIL MOREIRA
	Objeto: VALOR PAGAMENTO DE ADIANTAMENTO/COMBUSTÍVEL PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 5764, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.					
	6192	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	194 - 3.3.90.30.23	138 - Transferências dos SUS - União	4791 - SUPERA UNIFORMES IND. E COM. TEXTIL LTDA - EPP
	Objeto: AQUISIÇÃO DE CAMISETAS PARA USO DAS EQUIPES DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, NAS CAMPANHAS OUTUBRO ROSA, NOVEMBRO AZUL, BRANCA, ARTE CONFORME AXEXP, TECIDO 50% POLIESTER/50% ALGODÃO. SOLICITANTE: ADRIANA GROBER. SOLICITAÇÃO 52085. RECURSO PAB.					
	6193	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	208 - 3.3.90.39.43	138 - Transferências dos SUS - União	468 - CELESC-CENTRAIS ELÉTRICAS DE STA CAT SA
				Total do Dia:		
10/10/2019	6194	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.93.02	102 - Recursos Próprios - Saúde	8689 - ADEMAR SCHMITZ
	Objeto: VALOR REFERENTE A RESTITUIÇÃO DE VALORES GASTOS COM ALIMENTAÇÃO, NÃO HOUVE REQUISITAÇÃO DE DIÁRIA. SERVIDOR PARTICIPOU DE REUNIÃO DA CÂMARA DE INTERGESTORES REGIONAL, REALIZADA NO DIA 01 DE OUTUBRO DE 2019 EM VIDEIRA.					
	6195	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.93.02	102 - Recursos Próprios - Saúde	5458 - MARCIO BASSANI
	Objeto: VALOR REFERENTE A RESTITUIÇÃO DE VALORES GASTOS COM COMBUSTÍVEL PARA O VEÍCULO MASTER QQQ4126 EM FLORIANÓPOLIS NO DIA 02/10/2019.					
	6196	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	13483 - LIRIANE MARQUES DE LIMA
	Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA ACOMPANHAR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.					
	6197	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	202 - 3.3.90.39.99	138 - Transferências dos SUS - União	1921 - DETRAN TRANSITO
	Objeto: PELA DESPESA EMPENHADA REF LICENCIAMENTO ANUAL DO VEÍCULO PLACA: M05 7896.					
	6198	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	14726 - MARLI NAZARIO
	Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA ACOMPANHAR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.					
	6199	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	10142 - VILMA DE SOUZA MELLO JARCHEL
	Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA ACOMPANHAR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015. HEMODIÁLISE.					
	6200	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	14355 - DIOCLÉCIO ALVES DE MOURA
	Objeto: VALOR PAGAMENTO DE COMPLEMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015. DESTINO: ALTERADO PARA CHAPECO.					
	6201	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	197 - 3.3.90.39.99	206 - Recursos Arrecados por Fundos	1921 - DETRAN TRANSITO
	Objeto: PELA DESPESA EMPENHADA REF LICENCIAMENTO ANUAL DO VEÍCULO PLACA: QII 0498					


[illegible]

Prefeitura Municipal de Caçador				Usuário:Edimar Scambara		Página
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC				Chave de autenticação:1563-1140-504		31 / 59
CNPJ: 83.074.302/0001-31				administracao@caçador.sc.gov.br		
Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão - Mensal/Diário - Completo						
Data	Nº Emp.	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Credor/Fornecedor
Objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS EM OBSTETRÍCIA. SOLICITAÇÃO 52088. RECURSO PAB.						
6225	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	342 - 3.3.90.39.12	138 - Transferências do SUS - União	7754 - HORA H HOSPITALAR LTDA - EPP	13.586,00
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE DOIS VENTILADORES MECÂNICOS E DOIS MONITORES DE MÚLTIPLOS PARÂMETROS. SOLICITAÇÃO 65666. RECURSO MAC/UPA.						
6226	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	212 - 3.3.90.32.02	102 - Recursos Próprios - Saúde	526 - FARMÁCIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA - EPP	73,38
Objeto: FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS A PACIENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE, GRAVE OU DE URGÊNCIA, E AINDA POR ORDEM JUDICIAL, DOS QUAIS A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE NÃO POSSUI EM ESTOQUE SOLICITAÇÃO DE COMPRA 48474 -						
6227	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	194 - 3.3.90.32.02	138 - Transferências do SUS - União	526 - FARMÁCIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA - EPP	1.172,40
Objeto: ORDEM JUDICIAL: AQUISIÇÃO DE 60 FRASCOS DE ALVIO ICE, PARA USO NO SETOR DE FISIOTERAPIA. SOLICITANTE YJANE SCHNEIDER. REQUISIÇÃO INTERNA 18538. RECURSO PAB.						
6228	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	194 - 3.3.90.39.77	138 - Transferências do SUS - União	247 - PATRIMONIAL SEGURANÇA LTDA - MATRIZ	15.400,00
Objeto: CONTRATAÇÃO DE VÍDEO MONITORAMENTO - SETOR : UBS- UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE. ITEM :35 CÂMERAS DE VÍDEO MONITORAMENTO. SOLICITAÇÃO 97301. RECURSO PAB.						
6229	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	194 - 3.3.90.39.19	138 - Transferências do SUS - União	14552 - DARCI DOS SANTOS PONTES 03418299946	1.125,00
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM DE VEÍCULOS DA FROTA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE- UBS. SOLICITAÇÃO 61369. RECURSO PAB.						
6230	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	312 - 3.3.90.30.39	338 - Superávit Transferências do SUS - União	4046 - AUTO ELÉTRICA XAVENZ LTDA - ME	3.358,57
Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DO VEÍCULO DUCATO PLACA MLC-7439. **ORD.SERV:37636** SOLICITAÇÃO 61364. RECURSO MAC.						
6231	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	312 - 3.3.90.39.19	338 - Superávit Transferências do SUS - União	4046 - AUTO ELÉTRICA XAVENZ LTDA - ME	504,78
Objeto: AQUISIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA, PARA MANUTENÇÃO DO VEÍCULO DUCATO PLACA MLC-7439. **ORD.SERV:37636** SOLICITAÇÃO 61364. RECURSO MAC.						
6232	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	312 - 3.3.90.30.39	338 - Superávit Transferências do SUS - União	4046 - AUTO ELÉTRICA XAVENZ LTDA - ME	3.463,34
Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DO VEÍCULO MASTER, PLACA: MLH-9169. * ORDEM DE SERVIÇO:37906*. SOLICITAÇÃO 65732. RECURSO MAC.						
6233	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	312 - 3.3.90.30.39	338 - Superávit Transferências do SUS - União	4046 - AUTO ELÉTRICA XAVENZ LTDA - ME	786,21
Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DO VEÍCULO DUCATO, PLACA: MHE-5136.*ORDEM DE SERVIÇO: 37737*. SOLICITAÇÃO 65733. RECURSO MAC.						
6234	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	312 - 3.3.90.39.19	338 - Superávit Transferências do SUS - União	4046 - AUTO ELÉTRICA XAVENZ LTDA - ME	504,78
Objeto: AQUISIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA PARA MANUTENÇÃO DO VEÍCULO DUCATO, PLACA: MHE-5136.*ORDEM DE SERVIÇO: 37737*. SOLICITAÇÃO 65733. RECURSO MAC.						
6235	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	194 - 3.3.90.30.39	138 - Transferências do SUS - União	7099 - MECÂNICA DE VEÍCULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	1.395,00
Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DO VEÍCULO CORSA, PLACA: MIO-3598. * ORDEM DE SERVIÇO:125128*. SOLICITAÇÃO 65719. RECURSO PAB						
6236	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	194 - 3.3.90.39.19	138 - Transferências do SUS - União	7099 - MECÂNICA DE VEÍCULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	288,28
Objeto: AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO-DE-OBRA PARA MANUTENÇÃO DO VEÍCULO CORSA, PLACA: MIO-3598. * ORDEM DE SERVIÇO:125128*. SOLICITAÇÃO 65719. RECURSO PAB						
6237	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	342 - 3.3.90.39.50	138 - Transferências do SUS - União	14170 - PRESTADORA DE SERVIÇOS RADIOLÓGICOS CAÇADOR	54.600,00
Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de diagnóstico por imagem radiológica digital, para atender a demanda do PA (Pronto Atendimento), com técnico 24 horas por dia, 7 dias por semana, das 8:00 às 20:00 horas e sobreaviso a noite das 20:00 às 8:00 horas e coordenador responsável técnico, pelo período de 12 meses. SOLICITAÇÃO 97304. RECURSO MAC/UPA.						
6238	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	312 - 3.3.90.39.19	338 - Superávit Transferências do SUS - União	7099 - MECÂNICA DE VEÍCULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	216,21
Objeto: AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO-DE-OBRA PARA MANUTENÇÃO DO VEÍCULO SPIN, PLACA: QJA-3453.*ORDEM DE SERVIÇO: 125129*. SOLICITAÇÃO 65718. RECURSO MAC.						
6239	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.39.81	102 - Recursos Próprios - Saúde	704 - BANCO DO BRASIL	3.009,60
Objeto: PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE TARIFAS BANCÁRIAS C/C 354369-2.						
6240	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.39.99	102 - Recursos Próprios - Saúde	949 - INSTITUTO FENACON	188,10
Objeto: Certificação Digital A1 para Fundo Municipal de Saúde CNPJ 11.583.495.0001-46.						
Total do Dia:						130.300,18
11/10/2019	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	15290 - LUIZ ALBERTO TOGNI	60,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
6242	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	729 - ALDECIR BARP	85,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
6243	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	5458 - MARCIO BASSANI	85,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
6244	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	5456 - ADRIANO RECH	60,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
6245	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	312 - 3.3.90.39.50	338 - Superávit Transferências do SUS - União	14929 - FT SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	9.000,00
Objeto: Credenciamento para consultas com mastologistas. SOLICITAÇÃO 65508. RECURSO MAC.						
6246	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	14355 - DIODÉCIO ALVES DE MOURA	85,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
6247	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	13019 - FABIANO MIDGINSKI	120,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
6248	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.30.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	13019 - FABIANO MIDGINSKI	130,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE ADIANTAMENTO/COMBUSTÍVEL PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 5764, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.						
6249	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	14121 - SAULO SOARES CARLIN	120,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
6250	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.30.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	14121 - SAULO SOARES CARLIN	130,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE ADIANTAMENTO/COMBUSTÍVEL PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 5764, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.						


Prefeitura Municipal de Caçador				Usuário:Edimar Scambara		Página	
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC <td colspan="2">Chave de autenticação: 1563-1140-504</td> <td>32 / 59</td>				Chave de autenticação: 1563-1140-504		32 / 59	
CNPJ: 83.074.302/0001-31				adminstracao@cacador.sc.gov.br			
http://www.cacador.sc.gov.br							
Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão - Mensal/ Diário - Completo							
Data	Nº Emp.	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Credor/Fornecedor	
						Valor (R\$)	
	6251	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	14054 - RUDINEI CITADIN	120,00
	Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
	6252	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	14054 - RUDINEI CITADIN	250,00
	Objeto: VALOR PAGAMENTO DE ADIANTAMENTO/COMBUSTÍVEL PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 5764, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.						
	6253	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	14355 - DIOCLECIO ALVES DE MOURA	120,00
	Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
	6254	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	13020 - WILLIAN GUALBERTO WERLE	120,00
	Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
	6255	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	13020 - WILLIAN GUALBERTO WERLE	150,00
	Objeto: VALOR PAGAMENTO DE ADIANTAMENTO/COMBUSTÍVEL PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 5764, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.						
	6256	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	14243 - DIEGO ANTONIO VIEIRA	120,00
	Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
	6257	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	14243 - DIEGO ANTONIO VIEIRA	130,00
	Objeto: VALOR PAGAMENTO DE ADIANTAMENTO/COMBUSTÍVEL PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 5764, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.						
	6258	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	14726 - MARLI NAZARIO	120,00
	Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA ACOMPANHAR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
	6259	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	5458 - MARCIO BASSANI	120,00
	Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
	6260	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	5458 - MARCIO BASSANI	150,00
	Objeto: VALOR PAGAMENTO DE ADIANTAMENTO/COMBUSTÍVEL PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 5764, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.						
	6261	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	197 - 3.3.90.39.22	206 - Recursos Arrecadados por Fundos	201 - IGAM CORPORATIVO CURSOS E ASSESSORIA S/S LTDA.	1.161,44
	Objeto: PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE PAGAMENTO DUAS INSCRIÇÕES CURSO SOBRE A DECLARAÇÃO DE DIREITOS DA LIBERDADE ECONÔMICA APLICADA AO MUNICÍPIO (LEI 13.874). SERVIDORAS: ANA CLAUDIA SERRA CARPES BIELA E GISELE DE CAMARGO SCHMIGEL.						
	6262	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	9905 - VALDECI VIEIRA DE ALVARENGA	60,00
	Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
	6263	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	3814 - CECERO BRASIL MOREIRA	85,00
	Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
	6264	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	14593 - JEFFERSON ARIATTI	85,00
	Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
	6265	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	14061 - EDUARDO ALISSON SPORR0014503982	85,00
	Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
	6266	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	13483 - LIRIANE MARQUES DE LIMA	85,00
	Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA ACOMPANHAR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
	6267	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	2484 - ELITES FRANCISCO SINHORIN	25,00
	Objeto: VALOR PAGAMENTO DE COMPLEMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA ACOMPANHAR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015. TRÊS IDAS E TRÊS VOLTAS, TOTALIZANDO 240 QUILOMETROS APROXIMADAMENTE.						
	6268	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	199 - 3.3.90.30.99	138 - Transferências do SUS - União	13809 - HARTE INSTRUMENTOS CIRURGICOS LTDA	200,00
	Objeto: AQUISIÇÃO DE 2 PUNCHES DERMATOLÓGICO 3MM E 2 PUNCHIS DERMATOLÓGICOS DE 4 MM. SOLICITANTE: CELSO BECKER. SOLICITAÇÃO 61373. RECURSO VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA						
	6269	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	342 - 3.3.90.30.36	138 - Transferências do SUS - União	3864 - PRODUAL PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	370,00
	Objeto: INSUMOS PARA USO NA UPA 24 HORAS: 20,00 UNIDADE DE PAPEL PARA ELETROCARDIOGRAMA 216MMX30MMETROS, COMPATÍVEL COM O APARELHO CARDIOCARRE 2000 E 3000. (CIM3900); LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSORCIO INTERFEDERATIVO CATARINENSE - CINCATARINA, CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATORIO 0027/2019 - CINCATARINA, REGISTRO DE PREÇOS , AT19CINI15561.						
	6270	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	342 - 3.3.90.30.08	138 - Transferências do SUS - União	369 - VW COMERCIO ATACADISTA LTDA ME	1.509,04
	Objeto: AQUISIÇÃO DE GALÃO DE ÁGUA DE 20 LITROS PARA A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO- UPA. SOLICITAÇÃO 97309. RECURSO MAC/UPA.						
Total do Dia:							14.940,48
14/10/2019	6271	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	15290 - LUIZ ALBERTO TOGNI	60,00
	Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA ACOMPANHAR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
	6272	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	2484 - ELITES FRANCISCO SINHORIN	60,00
	Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA ACOMPANHAR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015. TRÊS IDAS E TRÊS VOLTAS, TOTALIZANDO 240 QUILOMETROS APROXIMADAMENTE.						
	6273	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	14121 - SAULO SOARES CARLIN	85,00
	Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA ACOMPANHAR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
	6274	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	729 - ALDECIR BARP	85,00
	Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA ACOMPANHAR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
	6275	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	5458 - MARCIO BASSANI	85,00
	Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA ACOMPANHAR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
	6276	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	14054 - RUDINEI CITADIN	60,00

Prefeitura Municipal de Cacador				Usuário:Edimar Scambara Chave de autenticação:1563-1140-504		Página 33 / 59	
Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão - Mensal/Diário - Completo							
Data	Nr Emp.	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Credor/Fornecedor	Valor (R\$)
	Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA ACOMPANHAR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
6277	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde		2240 - VALDECIR J.P. DA SILVA	120,00
	Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA ACOMPANHAR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
6278	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.30.01	102 - Recursos Próprios - Saúde		2240 - VALDECIR J.P. DA SILVA	130,00
	Objeto: VALOR PAGAMENTO DE ADIANTAMENTO/COMBUSTÍVEL PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 5764, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.						
6279	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde		14061 - EDUARDO ALISSON SPORR0014503982	120,00
	Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA ACOMPANHAR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
6280	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.30.01	102 - Recursos Próprios - Saúde		14061 - EDUARDO ALISSON SPORR0014503982	150,00
	Objeto: VALOR PAGAMENTO DE ADIANTAMENTO/COMBUSTÍVEL PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 5764, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.						
6281	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde		14593 - JEFFERSON ARIATTI	120,00
	Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA ACOMPANHAR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
6282	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.30.01	102 - Recursos Próprios - Saúde		14593 - JEFFERSON ARIATTI	150,00
	Objeto: VALOR PAGAMENTO DE ADIANTAMENTO/COMBUSTÍVEL PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 5764, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.						
6283	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde		6234 - MARCOS ROBERTO OZAGOSKI	120,00
	Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA ACOMPANHAR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
6284	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.30.01	102 - Recursos Próprios - Saúde		6234 - MARCOS ROBERTO OZAGOSKI	100,00
	Objeto: VALOR PAGAMENTO DE ADIANTAMENTO/COMBUSTÍVEL PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 5764, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.						
6285	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde		9905 - VALDECI VIEIRA DE ALVARENGA	120,00
	Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA ACOMPANHAR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
6286	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.30.01	102 - Recursos Próprios - Saúde		9905 - VALDECI VIEIRA DE ALVARENGA	130,00
	Objeto: VALOR PAGAMENTO DE ADIANTAMENTO/COMBUSTÍVEL PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 5764, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.						
6287	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.93.02	102 - Recursos Próprios - Saúde		5458 - MARCIO BASSANI	38,07
	Objeto: VALOR REFERENTE A RESTITUIÇÃO DE VALORES GASTOS COM COMBUSTÍVEL PARA O VEÍCULO MASTER QO4126, NO DIA 11/10/2019, DESTINO A JOAÇABA.						
6288	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	197 - 3.3.90.14.14	206 - Recursos Arrecados por Fundos		10308 - ANA CLAUDIA SERRA CARPES	560,00
	Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA COMPARECER AO CURSO DE CAPACITAÇÃO A DECLARAÇÃO DE DIREITOS DA LIBERDADE ECONÔMICA APLICADA AO MUNICÍPIO, A REALIZAR-SE NOS DIAS 16, 17 E 18 DE OUTUBRO DE 2019, EM PORTO ALEGRE-RS.						
6289	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	197 - 3.3.90.14.14	206 - Recursos Arrecados por Fundos		14573 - GISELE DE CAMARGO SCHMIGEL	875,00
	Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA COMPARECER AO CURSO DE CAPACITAÇÃO A DECLARAÇÃO DE DIREITOS DA LIBERDADE ECONÔMICA APLICADA AO MUNICÍPIO, A REALIZAR-SE NOS DIAS 16, 17 E 18 DE OUTUBRO DE 2019, EM PORTO ALEGRE-RS.						
6290	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	189 - 3.1.90.11.01	102 - Recursos Próprios - Saúde		13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2.813,67
	Objeto: FOLHA COMPLEMENTAR 09/2019.						
	Criado automaticamente pela contabilidade da Folha de Pagamento						
6291	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	200 - 3.1.90.11.01	138 - Transferências do SUS - União		13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	660,38
	Objeto: FOLHA COMPLEMENTAR 09/2019.						
	Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento						
6292	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	203 - 3.1.90.11.01	138 - Transferências do SUS - União		13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	500,00
	Objeto: FOLHA COMPLEMENTAR 09/2019.						
	Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento						
6293	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	203 - 3.1.90.94.07	138 - Transferências do SUS - União		13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2.761,66
	Objeto: FOLHA DE PAGAMENTO COMPLEMENTAR- RESCISÃO.						
6294	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	199 - 3.3.90.39.69	138 - Transferências do SUS - União		1130 - GENTE SEGURADORA SA	307,20
	Objeto: Contratação de Seguro Total, Total e RC- Contra Terceiros, através de processo licitatório, para a frota de veículos do Fundo Municipal de Saúde, com coberturas mínimas conforme abaixo, com vigência prevista para 12 meses a partir da emissão da apólice - FOTO PLACA QIR 8063 EQR 8245 VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA						
6295	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	210 - 3.3.93.39.50	102 - Recursos Próprios - Saúde		10417 - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DE CAÇADOR -	80.000,00
	Objeto: ENTREGA DE RECURSOS PELO CONSÓRCIO/CONTRATANTE AO CONSÓRCIO/CONTRATADO PARA ATENDIMENTO DO OBJETO DISCIPLINADO NO CONTRATO DE PROGRAMA Nº 02/2010. REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E DE RATEIO.						
6296	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde		14243 - DIEGO ANTONIO VIEIRA	85,00
	Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
Total do Dia:							90.325,98
15/10/2019	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde		5456 - ADRIANO RECH	85,00
	Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
6298	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde		2240 - VALDECIR J.P. DA SILVA	85,00
	Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
6299	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde		3814 - CICERO BRASIL MOREIRA	35,00
	Objeto: VALOR PAGAMENTO DE COMPLEMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015. DESTINO ALTERADO PARA JOINVILLE. COMPLEMENTO DA REQUISIÇÃO Nº 11187.						
6300	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.30.01	102 - Recursos Próprios - Saúde		3814 - CICERO BRASIL MOREIRA	130,00

Prefeitura Municipal de Caçador			Usuário:Edimar Scambara		Página		
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC			Chave de autenticação:1563-1140-504				
CNPJ: 83.074.302/0001-31			administracao@caçador.sc.gov.br				
Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão - Mensal/Diário - Completo							
Data	Nº Emp.	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Credor/Fornecedor	Valor (R\$)
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE ADIANTAMENTO/COMBUSTÍVEL PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 5764, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.							
6301	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	6047 - VILMAR MIGUEL DORNIER	40,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA TRANSPORTAR MEDICAMENTOS E VACINAS, DA REGIONAL DE VIDEIRA PARA CAÇADOR, A PEDIDO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, CONFORME DECRETO Nº 5778, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2013.							
6302	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	15290 - LUIZ ALBERTO TOGNI	85,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.							
6303	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	14726 - MARLI NAZARIO	120,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.							
6304	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	13020 - WILLIAN GUALBERTO WERLE	85,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.							
6305	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	9905 - VALDECI VIEIRA DE ALVARENGA	85,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.							
6306	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	14061 - EDUARDO ALISSON SPORR0014503982	85,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.							
6307	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	14355 - DIOCLECIO ALVES DE MOURA	85,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.							
6308	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	14054 - RUDINEI CITADIN	85,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.							
6309	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	14726 - MARLI NAZARIO	85,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA ACOMPANHAR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.							
6310	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	2240 - VALDECIR J.P. DA SILVA	85,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.							
6311	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	13483 - LIRIANE MARQUES DE LIMA	85,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA ACOMPANHAR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015. HEMODIALISE.							
6312	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	729 - ALDECIR BARP	60,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.							
6313	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	3814 - CICERO BRASIL MOREIRA	120,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.							
6314	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		193 - 3.3.90.30.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	3814 - CICERO BRASIL MOREIRA	250,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE ADIANTAMENTO/COMBUSTÍVEL PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 5764, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.							
6315	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	5458 - MARCIO BASSANI	120,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.							
6316	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	14121 - SAULO SOARES CARLIN	120,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.							
6317	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		193 - 3.3.90.30.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	14121 - SAULO SOARES CARLIN	130,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE ADIANTAMENTO/COMBUSTÍVEL PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 5764, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.							
6318	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	14243 - DIEGO ANTONIO VIEIRA	120,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.							
6319	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		193 - 3.3.90.30.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	14243 - DIEGO ANTONIO VIEIRA	130,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE ADIANTAMENTO/COMBUSTÍVEL PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 5764, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.							
Total do Dia:							2.310,00
16/10/2019	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		193 - 3.3.90.93.02	102 - Recursos Próprios - Saúde	14054 - RUDINEI CITADIN	99,99
Objeto: VALOR REFERENTE A RESTITUIÇÃO DE VALORES GASTOS COM COMBUSTÍVEL NO DIA 15/10/2019, VIAGEM A FLORIANÓPOLIS, MICRO ONIBUS RAR0436.							
6321	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		193 - 3.3.90.93.02	102 - Recursos Próprios - Saúde	5458 - MARCIO BASSANI	88,80
Objeto: VALOR REFERENTE A RESTITUIÇÃO DE VALORES GASTOS COM COMBUSTÍVEL NO DIA 15/10/2019, VIAGEM A XANERÊ/CHAPÉCO, MICRO ONIBUS RAR0436.							
6322	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	2484 - ELTES FRANCISCO SINHORIN	85,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.							
6323	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	13020 - WILLIAN GUALBERTO WERLE	60,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.							
6324	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	14121 - SAULO SOARES CARLIN	85,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.							
6325	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	14593 - JEFFERSON ARAUJO	85,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.							
6326	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		338 - 4.4.90.52.08	367 - Superavt Transferências do SUS - Estado	15396 - DENTEM EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS LTDA	5.990,00
Objeto: UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - 1,00 UNIDADE DE CADEIRA ODONTOLÓGICA COMPLETA, ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIM10384); LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSORCIO INTERFEDERATIVO CATARINENSE - CINCATARINA, CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0033/2019 - CINCATARINA, REGISTRO DE PREÇOS - AT19CIN19440							

<div> <div>  Prefeitura Municipal de Caçador Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 </div> <div> http://www.caçador.sc.gov.br administracao@caçador.sc.gov.br </div> </div>					Usuário: Edimar Scambara	Chave de autenticação: 1563-1140-504	Página 35 / 59
Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão - Mensal/Diário - Completo							
Data	Nº Emp.	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Credor/Fornecedor	Valor (R\$)
6327	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	14061 - EDUARDO ALISSON SPORR0014503982	14061 - EDUARDO ALISSON SPORR0014503982	85,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.							
6328	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	13020 - WILLIAN GUALBERTO WERLE	13020 - WILLIAN GUALBERTO WERLE	85,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.							
6329	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	14054 - RUDINEI CITTADIN	14054 - RUDINEI CITTADIN	85,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.							
6330	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	729 - ALDECIR BARP	729 - ALDECIR BARP	60,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.							
6331	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	14243 - DIEGO ANTONIO VIEIRA	14243 - DIEGO ANTONIO VIEIRA	120,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.							
6332	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.30.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	14243 - DIEGO ANTONIO VIEIRA	14243 - DIEGO ANTONIO VIEIRA	150,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE ADIANTAMENTO/COMBUSTÍVEL PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 5764, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.							
6333	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	6234 - MARCOS ROBERTO OZAGOSKI	6234 - MARCOS ROBERTO OZAGOSKI	120,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.							
6334	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.30.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	6234 - MARCOS ROBERTO OZAGOSKI	6234 - MARCOS ROBERTO OZAGOSKI	100,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE ADIANTAMENTO/COMBUSTÍVEL PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 5764, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.							
6335	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	14355 - DIOCLECIO ALVES DE MOURA	14355 - DIOCLECIO ALVES DE MOURA	120,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.							
6336	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.30.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	14355 - DIOCLECIO ALVES DE MOURA	14355 - DIOCLECIO ALVES DE MOURA	180,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE ADIANTAMENTO/COMBUSTÍVEL PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 5764, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.							
6337	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	9905 - VALDECI VIEIRA DE ALVARENGA	9905 - VALDECI VIEIRA DE ALVARENGA	120,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.							
6338	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.30.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	9905 - VALDECI VIEIRA DE ALVARENGA	9905 - VALDECI VIEIRA DE ALVARENGA	130,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE ADIANTAMENTO/COMBUSTÍVEL PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 5764, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.							
6339	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	205 - 3.3.90.30.07	138 - Transferências do SUS - União	369 - VW COMERCIO ATACADISTA LTDA ME	369 - VW COMERCIO ATACADISTA LTDA ME	2.155,77
Objeto: AQUISIÇÃO DE GALÕES DE ÁGUA MINERAL 20 LITROS PARA USO EM TODAS AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - UBS. SOLICITAÇÃO 97307. RECURSO PAB.							
6340	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	199 - 3.3.90.30.07	138 - Transferências do SUS - União	369 - VW COMERCIO ATACADISTA LTDA ME	369 - VW COMERCIO ATACADISTA LTDA ME	583,59
Objeto: AQUISIÇÃO DE GALÕES DE ÁGUA DE 20 LITROS E FARDOS COM 12 GARRAFAS DE 500ML, DE ÁGUA COM GÁS E NATURAL. SOLICITAÇÃO 97311. RECURSO VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA.							
6341	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	342 - 3.3.90.30.04	138 - Transferências do SUS - União	12665 - ALTO URUGUAI GASES INDUSTRIAIS LTDA - ME	12665 - ALTO URUGUAI GASES INDUSTRIAIS LTDA - ME	3.379,26
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE GASES MEDICINAIS E SEUS COMPONENTES DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE PACIENTES DA UNIDADE DE FRONTO ATENDIMENTO - UPA. SOLICITAÇÃO 97318. RECURSO MAC/UPA.							
6342	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	212 - 3.3.90.32.02	102 - Recursos Próprios - Saúde	526 - FARMACIA SAGRADO CORACAO LTDA - EPP	526 - FARMACIA SAGRADO CORACAO LTDA - EPP	231,40
Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO PARA PACIENTE ALAÉRCIO CAMARGO. 01 CAIXA DE XARELTO 20 MG. REQUISITIÇÃO INTERNA 18546. RECURSOS PRÓPRIOS.							
Total do Dia: 14.198,81							
17/10/2019	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	729 - ALDECIR BARP	729 - ALDECIR BARP	25,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE COMPLEMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015. DESTINO ALTERADO PARA XANXERE. COMPLEMENTO DA REQUISIÇÃO Nº 11229.							
6344	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	5456 - ADRIANO RECH	5456 - ADRIANO RECH	60,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.							
6345	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	6234 - MARCOS ROBERTO OZAGOSKI	6234 - MARCOS ROBERTO OZAGOSKI	85,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.							
6346	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	13020 - WILLIAN GUALBERTO WERLE	13020 - WILLIAN GUALBERTO WERLE	35,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE COMPLEMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015. DESTINO ALTERADO PARA JOINVILLE. COMPLEMENTO DA REQUISIÇÃO Nº 11223.							
6347	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.30.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	13020 - WILLIAN GUALBERTO WERLE	13020 - WILLIAN GUALBERTO WERLE	130,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE ADIANTAMENTO/COMBUSTÍVEL PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 5764, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.							
6348	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	729 - ALDECIR BARP	729 - ALDECIR BARP	60,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.							
6349	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	14061 - EDUARDO ALISSON SPORR0014503982	14061 - EDUARDO ALISSON SPORR0014503982	85,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.							
6350	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	14993 - JEFFERSON ARIATTI	14993 - JEFFERSON ARIATTI	85,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.							
6351	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	13483 - LIRIANE MARQUES DE LIMA	13483 - LIRIANE MARQUES DE LIMA	85,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA ACOMPANHAR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015. HEMODIÁLISE.							
6352	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	14054 - RUDINEI CITTADIN	14054 - RUDINEI CITTADIN	120,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.							
6353	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.30.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	14054 - RUDINEI CITTADIN	14054 - RUDINEI CITTADIN	250,00

Prefeitura Municipal de Caçador				Usuário:Edimar Scambara	Página		
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC <th>Chave de autenticação:1563-1140-504</th> <td>36 / 59</td>				Chave de autenticação:1563-1140-504	36 / 59		
CNPJ: 83.074.302/0001-31				administraçao@caçador.sc.gov.br			
Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão - Mensal/Diário - Completo							
Data	Nº Emp.	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Credor/Fornecedor	Valor (R\$)
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE ADIANTAMENTO/COMBUSTÍVEL PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 5764, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.							
6354	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	14121 - SAULO SOARES CARLIN		120,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.							
6355	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.30.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	14121 - SAULO SOARES CARLIN		130,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE ADIANTAMENTO/COMBUSTÍVEL PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 5764, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.							
6356	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	13020 - WILLIAN GUALBERTO WERLE		120,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.							
6357	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.30.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	13020 - WILLIAN GUALBERTO WERLE		150,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE ADIANTAMENTO/COMBUSTÍVEL PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 5764, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.							
6358	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	5458 - MARCIO BASSANI		120,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.							
6359	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.30.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	5458 - MARCIO BASSANI		130,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE ADIANTAMENTO/COMBUSTÍVEL PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 5764, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.							
6360	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	3814 - CICERO BRASIL MOREIRA		120,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.							
6361	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.30.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	3814 - CICERO BRASIL MOREIRA		130,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE ADIANTAMENTO/COMBUSTÍVEL PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 5764, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.							
6362	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	9905 - VALDECI VIEIRA DE ALVARENGA		120,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.							
6363	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.39.75	102 - Recursos Próprios - Saúde	1921 - DETRAN TRANSITO		6,88
Objeto: PELA DESPESA EMPENHADA REF. COMPLEMENTO EMPENHO 6024 - PAGAMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO DOS VEÍCULOS PLACAS: QIO 2357 E QIW 1947 CONFORME AUTORIZAÇÃO DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE PARA POSTERIOR DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO DOS MOTORISTAS.: RUA: TENENTE SILVEIRA,162 FLORIANÓPOLIS-SC E ROD. SC 350 KM 151 SENTIDO CAÇADOR BR 153.							
6364	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.30.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	9905 - VALDECI VIEIRA DE ALVARENGA		130,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE ADIANTAMENTO/COMBUSTÍVEL PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 5764, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.							
6365	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.39.40	102 - Recursos Próprios - Saúde	9579 - FACISC - FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS		20.340,00
Objeto: PELA DESPESA EMPENHADA REF. BENEFÍCIO ALIMENTAÇÃO ATRAVÉS DE CARTÃO MAGNÉTICO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, CONF. LEI 2.639/2009.							
6366	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	346 - 3.3.90.32.02	338 - Superávit Transferências do SUS - União	10115 - MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA		26.698,46
Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS: 3000,00 COMPRIMIDO DE ONDANSETRONA CLORIDRATO, 4 MG. (CIM9116); 600,00 FRASCO DE BUDESONIDA, AEROSOL, NASAL, 32 MCG/DOSE, FRASCO COM VALVULA DOSIFICADORA, 120 DOSES. (CIM9241); 3900,00 COMPRIMIDO DE CARVEDILOL, 12,5 MG. (CIM301); 600,00 FRASCO DE HIPOXIDO DE ALUMÍNIO, 61,5 MG/ML. SUSPENSÃO ORAL, FRASCO COM 240 ML. (CIM9270); 42000,00 COMPRIMIDO DE CARVEDILOL, 3,125 MG. (CIM299); E OUTROS. LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSORCIO INTERFEDERATIVO CATARIENSE - CINCATARINA, CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0017/2019 - CINCATARINA, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0013/2019 - CINCATARINA, REGISTRO DE PREÇOS, AT19CIN10825							
6367	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	346 - 3.3.90.32.02	338 - Superávit Transferências do SUS - União	5348 - CENTERMEI COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA		10.673,40
Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS: 4600,00 COMPRIMIDO DE DIPRONA SÓDICA, 500 MG. (CIM9041); 23760,00 COMPRIMIDO DE CARBONATO DE CÁLCIO, ASSOCIADO COM VITAMINA D3, 500 MG DE CÁLCIO + 200 UI. (CIM9040); 14000,00 COMPRIMIDO DE 1505SORBIDA, SAL MONONITRATO, 20 MG. (CIM9017); 5040,00 CÁPSULA DE NITROFURANTOINA, 100 MG. (CIM606); E OUTROS. LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSORCIO INTERFEDERATIVO CATARIENSE - CINCATARINA, CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0017/2019 - CINCATARINA, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0013/2019 - CINCATARINA, REGISTRO DE PREÇOS, AT19CIN10340							
6368	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	346 - 3.3.90.32.02	338 - Superávit Transferências do SUS - União	5358 - SOMA SC MATERIAIS HOSPITALARES LTDA		31.309,97
Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS: 114030,00 CÁPSULA DE FLUOXETINA, 20 MG. (CIM9023); 85000,00 COMPRIMIDO DE PARACETAMOL, 500 MG. (CIM618); 500,00 FRASCO DE SALBUTAMOL, 100MCG/DOSE, AEROSOL, ORAL, FRASCO COM 200 DOSES+ APLICADOR. (CIM9228); 15000,00 COMPRIMIDO DE CLOPRIDOGREL, 75 MG. (CIM330); 78000,00 COMPRIMIDO DE ENALAPRIL, NALATO, 10 MG. (CIM909); E OUTROS. LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSORCIO INTERFEDERATIVO CATARIENSE - CINCATARINA, CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0017/2019 - CINCATARINA, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0013/2019 - CINCATARINA, REGISTRO DE PREÇOS, AT19CIN10480							
6369	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	346 - 3.3.90.32.02	338 - Superávit Transferências do SUS - União	5358 - SOMA SC MATERIAIS HOSPITALARES LTDA		147,00
Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS: 100,00 AMPOLA DE DOPAMINA, 5 MG/ML. SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA COM 10 ML. (CIM9494); LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSORCIO INTERFEDERATIVO CATARIENSE - CINCATARINA, CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0017/2019 - CINCATARINA, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0013/2019 - CINCATARINA, REGISTRO DE PREÇOS, AT19CIN10480							
6370	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	213 - 3.3.90.32.02	138 - Transferências do SUS - União	10159 - CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS		1.065,00
Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS: 250,00 AMPOLA DE HEPARINA SÓDICA, 5.000 UI/0,25 ML. INJETÁVEL, AMPOLA COM 0,25 ML. (CIM9297); LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSORCIO INTERFEDERATIVO CATARIENSE - CINCATARINA, CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0017/2019 - CINCATARINA, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0013/2019 - CINCATARINA, REGISTRO DE PREÇOS, AT19CIN11449							
6371	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	213 - 3.3.90.32.02	138 - Transferências do SUS - União	8243 - DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP		1.041,04
Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS: 4004,00 COMPRIMIDO DE CLOPIDOGREL, 75 MG. (CIM330); LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSORCIO INTERFEDERATIVO CATARIENSE - CINCATARINA, CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0017/2019 - CINCATARINA, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0013/2019 - CINCATARINA, REGISTRO DE PREÇOS, AT19CIN18594							
6372	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	208 - 3.3.90.39.69	138 - Transferências do SUS - União	1130 - GENTE SEGURADORA SA		4.460,00
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL PARA OS VEÍCULOS FORD KA, PLACA QIF-9508 E FORD KA, PLACA QIF-9558, SOLICITAÇÃO 97317, RECURSO MAC.							
6373	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	194 - 3.3.90.30.36	138 - Transferências do SUS - União	15218 - BASCEL SOLUÇÕES LTDA - EPP		5.421,50
Objeto: PARA USO NAS UBS: 350,00 CAIXA DE LULA DE PROCEDIMENTO DESCARTÁVEL, CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL, INTEGRADA COM O MATERIAL DE CONSUMO PARA ANÁLISE DE URINA, COM 100 UNIDADES, DISPONÍVEL NOS TAMANHOS PP, P, M E G. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O TAMANHO QUE DEVERÁ SER FORNECIDO. (CIM6363); LICITAÇÃO DE APROVAÇÃO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO - CAIXA COM 100 UNIDADES, DISPONÍVEL NOS TAMANHOS PP, P, M E G. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O TAMANHO QUE DEVERÁ SER FORNECIDO. (CIM6363); LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSORCIO INTERFEDERATIVO CATARIENSE - CINCATARINA, CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0017/2019 - CINCATARINA, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021A/2019 - CINCATARINA, REGISTRO DE PREÇOS, AT19CIN21543							
6374	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	312 - 3.3.90.30.07	338 - Superávit Transferências do SUS - União	369 - VW COMERCIO ATACADISTA LTDA ME		862,31
Objeto: AQUISIÇÃO DE 20 GALÕES DE ÁGUA MINERAL DE 20 LITROS PARA USO NO CAPS AD E CAPS II. SOLICITAÇÃO 97312. RECURSO MAC.							
6375	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	199 - 3.3.90.39.99	138 - Transferências do SUS - União	13524 - LUCAS CASTILHO 0908645902		65,00

<div> <div>  Prefeitura Municipal de Caçador Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 CNPJ: 83.074.302/0001-31 </div> <div> http://www.caçador.sc.gov.br admin@caçador.sc.gov.br </div> <div> Usuário: Edimar Scombara Chave de autenticação: 1563-1140-504 </div> <div> Página 37 / 59 </div> </div>			
Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão - Mensal/Diário - Completo			
Data	Nº Emp.	Espécie	Valor (R\$)
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CHAVEIRO, DESTINADO À VIG. EPIDEMIOLÓGICA. SOLICITAÇÃO 97316. RECURSO VIG. EPIDEMIOLÓGICA.			
6376	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	50.118,62
Objeto: DESPESA DE ENERGIA ELÉTRICA PARA OS POSTOS DE SAÚDE PARA O ANO DE 2019.			
6377	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	2.000,00
Objeto: DESPESA DE ENERGIA ELÉTRICA PARA A VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA ANO 2019.			
6378	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	60,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.			
Total do Dia: 156.559,18			
18/10/2019	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	32,00
Objeto: VALOR REFERENTE À RESTITUIÇÃO DE VALORES GASTOS COM ÓLEO PARA MOTOR, PARA O VEÍCULO GOL MHE4656, NO DIA 15/10/2019, VIAGEM A LUZERNA.			
6380	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	60,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.			
6381	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	85,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.			
6382	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	85,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.			
6383	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	85,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.			
6384	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	40,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA TRANSPORTAR MEDICAMENTOS E VACINAS, DA REGIONAL DE VIDEIRA PARA CAÇADOR, A PEDIDO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, CONFORME DECRETO Nº 5778, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2013.			
6385	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	35,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE COMPLEMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015. DESTINO: ALTERADO PARA FLORIANÓPOLIS, REQUISIÇÃO Nº 11247.			
6386	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	150,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE ADIANTAMENTO/COMBUSTÍVEL PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 5764, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.			
6387	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	85,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.			
6388	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	85,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.			
6389	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	85,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.			
6390	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	60,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.			
6391	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	85,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA ACOMPANHAR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.			
6392	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	120,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.			
6393	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	130,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE ADIANTAMENTO/COMBUSTÍVEL PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 5764, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.			
6394	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	120,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.			
6395	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	250,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE ADIANTAMENTO/COMBUSTÍVEL PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 5764, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.			
6396	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	120,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.			
6397	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	120,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.			
6398	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	130,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE ADIANTAMENTO/COMBUSTÍVEL PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 5764, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.			
6399	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	60,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.			
6400	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	6.292,00
Objeto: UNIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DE CAÇADOR - 2,00 UNIDADE DE IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL LASER MONOCROMÁTICA (CICLO MENSAL - 80.000 PÁGINAS) (CIMI10239); 6,00 UNIDADE DE MONITOR (19,5 POLEGADAS; RESOLUÇÃO: 1366X768); CONEXÃO: VGA) (CIMI10115); LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSORCIO INTERFEDERATIVO CATARINENSE - CINCATARINA, CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATORIO 0021/2019 - CINCATARINA, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0015/2019 - CINCATARINA, REGISTRO DE PREÇOS - AT15CN14757			
6401	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	14.327,94

Total do Dia: 34.866,19

120,00

Prefeitura Municipal de Cacador				Usuário:Edimar Scambara	Página		
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Cacador/ SC				Chave de autenticação:1563-1140-504	40 / 59		
CNPJ: 83.074.302/0001-31				administracao@cacador.sc.gov.br			
Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão - Mensal/Diário - Completo							
Data	Nº Emp.	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Credor/Fornecedor	Valor (R\$)
Objeto:	6441	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.93.02	102 - Recursos Próprios - Saúde	14054 - RUDINEI CITADIN	23,91
	VALOR REFERENTE A RESTITUIÇÃO DE VALORES GASTOS COM ARLA 32 PARA O VEICULO MICRO ONIBUS RAF0436 VIAGEM A 18/10/2019 A FLORIANOPOLIS.						
Objeto:	6442	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	14593 - JEFFERSON ARIATTI	25,00
	VALOR PAGAMENTO DE COMPLEMENTO DE DIARIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICIPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015. COMPLEMENTO DA REQUISITACAO 11296, QUILÔMETRAGEM 240 QUILÔMETROS.						
Objeto:	6443	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	14121 - SAULO SOARES CARLIN	85,00
	VALOR PAGAMENTO DE DIARIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICIPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
Objeto:	6444	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	14355 - DIOCLECIO ALVES DE MOURA	120,00
	VALOR PAGAMENTO DE DIARIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICIPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
Objeto:	6445	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	14355 - DIOCLECIO ALVES DE MOURA	130,00
	VALOR PAGAMENTO DE ADIANTAMENTO/COMBUSTIVEL PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICIPIOS, CONFORME DECRETO Nº 5764, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.						
Objeto:	6446	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	13020 - WILIAN GUALBERTO WERLE	120,00
	VALOR PAGAMENTO DE DIARIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICIPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
Objeto:	6447	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	13020 - WILIAN GUALBERTO WERLE	150,00
	VALOR PAGAMENTO DE ADIANTAMENTO/COMBUSTIVEL PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICIPIOS, CONFORME DECRETO Nº 5764, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.						
Objeto:	6448	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	194 - 3.3.90.30.10	138 - Transferências do SUS - União	3114 - PHRODENT COM REPR PROD HOSP E DENT LTDA	4.193,27
	UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - 15,00 UNIDADE DE BROCA DE FUNGISTÊNIO MAXICUT, BROCA PARA PEÇA DE MÃO (PM), COM CORTE L, 08 AZUL, AUTOCALIVÁVEL, DISPONÍVEL NA NUMERAÇÃO: Nº1251, Nº1506, Nº1507, Nº1508, Nº1509 E Nº1510, NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADA A NUMERAÇÃO QUE DEVERÁ SER FORNECIDA. (CIMI596); 23,00 CAIXA DE ANESTÉSICO, CLORIDRATO DE LIDOCAINA COM EPINEFRINA 2% 1:100.000, CAIXA COM 50 TUBETES DE 1,8ML, ACIONADO EM BUSTERS LACRADOS COM 10 TUBETES DE CRISTAL CADA. (CIMI1431); 5,00 KIT DE ESPALHAÇÃO DIGITAL 25MM SORTIDO, INDICADO PARA CONDENSACÃO LATERAL DE CANAIS RADICULARES, ESTERILIZÁVEL, KIT COM NO MÁXIMO 4 UNIDADES, EMBALAGEM DEVE CONTER DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E LOTE. (CIMI8093); 5,00 FRASCO DE ANESTÉSICO TÓPICO COM 20% DE BENZOCAINA, COM SABOR TUTTI-FRUTTI, FRASCO COM 12G. (CIMI1851); LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSORCIO INTERFEDERATIVO CATARINENSE - CINCATARINA, CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0026/2019 - CINCATARINA, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0020/2019 - CINCATARINA, REGISTRO DE PREÇOS - AT19CIN15242.						
Objeto:	6449	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	14355 - DIOCLECIO ALVES DE MOURA	120,00
	VALOR PAGAMENTO DE DIARIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICIPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
Objeto:	6450	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	14355 - DIOCLECIO ALVES DE MOURA	250,00
	VALOR PAGAMENTO DE ADIANTAMENTO/COMBUSTIVEL PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICIPIOS, CONFORME DECRETO Nº 5764, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.						
Objeto:	6451	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	14054 - RUDINEI CITADIN	120,00
	VALOR PAGAMENTO DE DIARIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICIPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
Objeto:	6452	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	3814 - CICERO BRASIL MOREIRA	120,00
	VALOR PAGAMENTO DE DIARIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICIPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
Objeto:	6453	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	3814 - CICERO BRASIL MOREIRA	130,00
	VALOR PAGAMENTO DE ADIANTAMENTO/COMBUSTIVEL PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICIPIOS, CONFORME DECRETO Nº 5764, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.						
Objeto:	6454	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	5458 - MARCIO BASSANI	85,00
	VALOR PAGAMENTO DE DIARIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICIPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
Objeto:	6455	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	729 - ALDECIR BARP	85,00
	VALOR PAGAMENTO DE DIARIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICIPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
Objeto:	6456	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	9905 - VALDECI VIEIRA DE ALVARENGA	85,00
	VALOR PAGAMENTO DE DIARIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICIPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
Objeto:	6457	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	14726 - MARLI NAZARIO	85,00
	VALOR PAGAMENTO DE DIARIA A SERVIDOR PARA ACOMPANHAR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICIPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
Objeto:	6458	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	14243 - DIEGO ANTONIO VIEIRA	85,00
	VALOR PAGAMENTO DE DIARIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICIPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
Objeto:	6459	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	6234 - MARCOS ROBERTO OZAGOSKI	85,00
	VALOR PAGAMENTO DE DIARIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICIPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
Objeto:	6460	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	14121 - SAULO SOARES CARLIN	60,00
	VALOR PAGAMENTO DE DIARIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICIPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
Objeto:	6461	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	15447 - ANTONIEL METSALIEN BRANCO	60,00
	VALOR PAGAMENTO DE DIARIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICIPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
Objeto:	6462	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	10142 - VILMA DE SOUZA MELLO JARCHEL	85,00
	VALOR PAGAMENTO DE DIARIA A SERVIDOR PARA ACOMPANHAR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICIPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015. HEMODIÁLISE.						
Objeto:	6463	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	194 - 3.3.90.30.10	138 - Transferências do SUS - União	10623 - OQONTOMEDI - PRODUTOS OQONTO, E HOSP. LTDA -	334,66
	UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - 12,00 KIT DE TONÓMERO DE VIDRO DE PRESA QUÍMICA PARA RESTAURACÃO DENTAL, KIT CONTENDO: UM FRASCO DE CIMENTO EM PÓ COM 10G, UM FRASCO DE LÍQUIDO COM 8G, UM DODSOR DE PÓ E UM BLOCO DE ESPALHAÇÃO, COR AZ. (CIMI3578); 50,00 UNIDADE DE BROCA DIAMANTADA, 1ª SÉRIE, PARA ALTA ROTAÇÃO, PRODUZIDA EM AÇÚCAR DE ALTA RESISTÊNCIA, GRÃOS DE DIAMANTES AGLUTINADOS SOBRE A HASTE POR NÍQUEL ELETROALIVADO, APRESENTADA EM EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL, DEVERÁ CONTER O EMBALAGEM: CÓDIGO DE BARRA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, LOTE E ISO, DISPONÍVEL NOS MODELOS: 1011, 1012 (HASTE CURTA), 1014 (HASTE LONGA), 1015, 1016 (HASTE LONGA), 1022, 1024, 1031, 1032, 1033, 1034, 1035, 1036, 1045, 1046, 1047, 1062, 1063, 1066, 1090, 1092, 1190 (FINA), 1190 (EXTRA-FINA), 1302, 1332, 1342, 1343, ENTRE OUTROS; NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADO O MODELO QUE DEVERÁ SER FORNECIDO. (CIMI5547); LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSORCIO INTERFEDERATIVO CATARINENSE - CINCATARINA, CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0026/2019 - CINCATARINA, REGISTRO DE PREÇOS - AT19CIN15180						
Objeto:	6464	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	194 - 3.3.90.30.10	138 - Transferências do SUS - União	6378 - TRADE MEDICAL COM. INT. HOSPITALARES LTDA	48,16

[illegible]


Prefeitura Municipal de Caçador				Usuário:Edimar Scambara	Página		
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC				Chave de autenticação: 1563-1140-504	43 / 59		
CNPJ: 83.074.302/0001-31				administracao@cacador.sc.gov.br			
Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão - Mensal/Diário - Completo							
Data	Nº Emp.	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Credor/Fornecedor	Valor (R\$)
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.							
6500	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	15290 - LUIZ ALBERTO TOGNI		85,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.							
6501	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	15447 - ANTONIEL METSALEN BRANCO		60,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.							
6502	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	2484 - ELITES FRANCISCO SINHORIN		85,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.							
6503	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	729 - ALDECIR BARP		85,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.							
6504	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	13200 - WILLIAN GUALBERTO WERLE		85,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.							
6505	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	3814 - CICERO BRASIL MOREIRA		85,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.							
6506	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	10142 - VILMA DE SOUZA JARCHEL		85,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA ACOMPANHAR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015. HEMODIÁLISE.							
6507	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	14355 - DIOCLECIO ALVES DE MOURA		120,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.							
6508	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.30.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	14355 - DIOCLECIO ALVES DE MOURA		180,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE ADIANTAMENTO/COMBUSTÍVEL PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 5764, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.							
6509	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	14054 - RUDINEI CITADIN		120,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.							
6510	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.30.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	14054 - RUDINEI CITADIN		150,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE ADIANTAMENTO/COMBUSTÍVEL PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 5764, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.							
6511	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	5458 - MARCIO BASSANI		120,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.							
6512	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.30.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	5458 - MARCIO BASSANI		130,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE ADIANTAMENTO/COMBUSTÍVEL PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 5764, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.							
6513	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.39.56	102 - Recursos Próprios - Saúde	121 - CLINICA DR. BRIDI ERELI - EPP		1.312,00
Objeto: REALIZAÇÃO DE E 4 PERÍCIAS MÉDICAS PARA OS SERVIDORES MARIA ESTELA CAVICHOLI, MARA RUBIA CORDEIRO, ANDRÉIA MARCIA REATO O STEFANES E MARIA LOURDES KHUM AMANCIO CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRA Nº 42785.							
6514	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	205 - 3.3.90.39.99	138 - Transferências do SUS - União	915 - TELECAL TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA (COMPI)		265,83
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS, PARA MANUTENÇÃO DO RELÓGIO PONTO DA UBS NOSSA SENHORA SALETE.							
6515	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	194 - 3.3.90.30.04	138 - Transferências do SUS - União	12665 - ALTO URUGUAI GASES INDUSTRIAIS LTDA - ME		4.997,89
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE GASES MEDICINAIS E SEUS COMPONENTES DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. SOLICITAÇÃO 97319. RECURSO PAB.							
6516	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	194 - 3.3.90.39.63	138 - Transferências do SUS - União	191 - SC COMUNICACAO VISUAL LTDA - ME		200,74
Objeto: CONFECCÃO DE FAIXA EM LONA VINÍLICA PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE. SOLICITAÇÃO 52091. RECURSO PAB.							
6517	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	194 - 3.3.90.30.99	138 - Transferências do SUS - União	14363 - NACIONAL ESQUADRIAS ALUMINIO LTDA - ME		5.652,90
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SERRALHERIA PARA CONFECCÃO E INSTALAÇÃO DE PORTÕES DE CORRER PARA A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE SANTA CATARINA.SOLICITAÇÃO DE COMPRA							
6518	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	212 - 3.3.90.32.02	102 - Recursos Próprios - Saúde	526 - FARMACIA SAGRADO CORACAO LTDA - EPP		918,61
Objeto: DETERMINAÇÃO JUDICIAL: AQUISIÇÃO DOS MEDICAMENTOS: SOMALGIN CARDIO 81MG, MERITOR 4/1000, ALGICOD TRATURAL, PARLODEL 205 MG, ROSUVASTATINA 10MG. PACIENTES: AMADEU FURTADO, CLEUSANA FERNANDES, FERNANDO CHEIZA, SILVANA PEREIRA. SOLICITANTE: CESAR VELASQUES. SOLICITAÇÃO 63035. RECURSOS PRÓPRIOS.							
6519	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	194 - 3.3.90.30.99	138 - Transferências do SUS - União	13524 - LUCAS CASTILHO 00908645902		735,00
Objeto: AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CHAVEIRO PARA AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE.							
6520	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	312 - 3.3.90.39.78	338 - Superávits Transferências do SUS - União	14756 - CONSTRUTORA WDD LTDA		980,00
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FAZER LIMPEZA NO JARDIM DO LABORATÓRIO MUNICIPAL. SOLICITAÇÃO 43038. RECURSO MAC.							
6521	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	197 - 3.3.90.30.07	206 - Recursos Arrecados por Fundos	369 - VW COMERCIO ATACADISTA LTDA ME		700,30
Objeto: AQUISIÇÃO DE GALÕES DE ÁGUA MINERAL E FARDOS COM 12 GARRAFAS DE 900ML DE ÁGUA COM GÁS E NATURAL PARA USO NA VIGILÂNCIA SANITÁRIA. SOLICITAÇÃO 97310. RECURSO VIGILÂNCIA SANITÁRIA.							
6522	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	312 - 3.3.90.39.99	338 - Superávits Transferências do SUS - União	191 - SC COMUNICACAO VISUAL LTDA - ME		105,26
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA PLOTAR VEÍCULO SPIN QJY 4744. SOLICITAÇÃO 65752. RECURSO MAC.							
6523	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	312 - 3.3.90.39.17	338 - Superávits Transferências do SUS - União	7095 - REFRILAR REFRIGERAÇÃO LTDA ME		2.710,00
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSORCIO E MANUTENÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO. SOLICITAÇÃO 45081. RECURSO MAC.							
6524	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	197 - 3.3.90.39.17	206 - Recursos Arrecados por Fundos	7095 - REFRILAR REFRIGERAÇÃO LTDA ME		250,00
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSORCIO E MANUTENÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO. SOLICITAÇÃO 97329. RECURSO VIG. SANITÁRIA.							
6525	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	199 - 3.3.90.39.17	138 - Transferências do SUS - União	7095 - REFRILAR REFRIGERAÇÃO LTDA ME		2.600,00
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSORCIO E MANUTENÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO. SOLICITAÇÃO 45088. RECURSO VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA.							
6526	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.39.17	102 - Recursos Próprios - Saúde	7095 - REFRILAR REFRIGERAÇÃO LTDA ME		1.100,00

Prefeitura Municipal de Caçador				Usuário:Edimar Scambara Chave de autenticação:1563-1140-504		Página 44 / 59	
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31				adminstracao@cacador.sc.gov.br			
Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão - Mensal/ Diário - Completo							
Data	Nº Emp.	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Credor/Fornecedor	Valor (R\$)
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSERVO E MANUTENÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO. SOLICITAÇÃO 97328. RECURSOS PRÓPRIOS.							
6527	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	312 - 3.3.90.30.39	338 - Superávit Transferências do SUS - União	7099 - MECÂNICA DE VEÍCULOS EXCLUSIVA LTDA - ME		234,36
Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DO VEÍCULO SPIN, PLACA: QJA-3453, *ORDEN DE SERVIÇO: 125129* SOLICITAÇÃO 65718. RECURSO MAC.							
6528	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	194 - 3.3.90.39.99	138 - Transferências do SUS - União	14363 - NACIONAL ESQUADRIAS ALUMINIO LTDA - ME		3.465,00
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SERRALHERIA PARA CONFEÇÃO DE PORTÕES, GRADES, PARA INSTALAÇÃO. SOLICITAÇÃO 48033. RECURSO PAB.							
6529	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	197 - 3.3.90.30.39	206 - Recursos Arrecadados por Fundos	7099 - MECÂNICA DE VEÍCULOS EXCLUSIVA LTDA - ME		1.599,60
Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DO VEÍCULO FIESTA PLACA: ML-5285. **ORDEN DE SERVIÇO: 125462-12584** SOLICITAÇÃO 65748-65745. RECURSO VIG. SANITÁRIA							
6530	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	197 - 3.3.90.39.19	206 - Recursos Arrecadados por Fundos	7099 - MECÂNICA DE VEÍCULOS EXCLUSIVA LTDA - ME		432,45
Objeto: AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO-DE-OBRA PARA MANUTENÇÃO DO VEÍCULO FIESTA PLACA: ML-5285. **ORDEN DE SERVIÇO: 125462-12584** SOLICITAÇÃO 65748-65745. RECURSO VIG. SANITÁRIA							
6531	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	200 - 3.1.90.11.44	138 - Transferências do SUS - União	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		11.223,47
Objeto: FOLHA DE PAGAMENTO COMPLEMENTAR - FÉRIAS - ESF.							
6532	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	203 - 3.1.90.11.44	138 - Transferências do SUS - União	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		1.712,76
Objeto: FOLHA DE PAGAMENTO COMPLEMENTAR - FÉRIAS - ACS.							
6533	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	5456 - ADRIANO RECH		85,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.							
6534	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	13019 - FABIANO MIDGINSKI		120,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.							
6535	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.30.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	13019 - FABIANO MIDGINSKI		130,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE ADIANTAMENTO/COMBUSTÍVEL PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 5764, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.							
6536	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	729 - ALDECIR BARP		60,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.							
6537	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	15447 - ANTONIEL METSALEN BRANCO		60,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.							
6538	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	13019 - FABIANO MIDGINSKI		120,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.							
6539	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.30.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	13019 - FABIANO MIDGINSKI		150,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE ADIANTAMENTO/COMBUSTÍVEL PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 5764, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.							
6540	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	14121 - SAULO SOARES CARLIN		120,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.							
6541	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.30.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	14121 - SAULO SOARES CARLIN		130,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE ADIANTAMENTO/COMBUSTÍVEL PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 5764, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.							
6542	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	14355 - DIOLÉCIO ALVES DE MOURA		120,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.							
6543	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.30.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	14355 - DIOLÉCIO ALVES DE MOURA		150,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE ADIANTAMENTO/COMBUSTÍVEL PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 5764, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.							
6544	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	10142 - VILMA DE SOUZA MELLO JARCHEL		85,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA ACOMPANHAR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.							
6545	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	6234 - MARCOS ROBERTO OZAGOSKI		60,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.							
6546	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	14054 - RUDINEI CITADIN		85,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO TO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.							
6547	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	14993 - JEFFERSON ARIATTI		85,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.							
6548	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	14061 - EDUARDO ALISSON SPORR00114503882		60,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.							
6549	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	6047 - VILMAR MIGUEL DOBNER		85,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.							
6550	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	5456 - ADRIANO RECH		85,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO TO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.							
6551	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	729 - ALDECIR BARP		85,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO TO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.							
6552	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.30.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	9905 - VALDECI VIEIRA DE ALVARENGA		130,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO TO DE ADIANTAMENTO/COMBUSTIVEL PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 5764, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.							
6553	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	2484 - ELITES FRANCISCO SINHORIN		85,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO TO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.							

Prefeitura Municipal de Caçador				Usuário:Edimar Scambara		Página
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC				Chave de autenticação: 1563-1140-504		45 / 59
CNPJ: 83.074.302/0001-31				administracao@cacador.sc.gov.br		
Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão - Mensal/Diário - Completo						
Data	Nº Emp.	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Credor/Fornecedor
25/10/2019	6554	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	14054 - RUDINEI CITADIN
	Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.					
	6555	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	5458 - MARCIO BASSANI
25/10/2019	6556	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	13020 - WILLIAN GUALBERTO WERLE
	Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.					
	6557	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.30.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	13020 - WILLIAN GUALBERTO WERLE
25/10/2019	6558	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	3814 - CICERO BRASIL MOREIRA
	Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.					
	6559	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.30.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	3814 - CICERO BRASIL MOREIRA
25/10/2019	6560	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	200 - 3.1.90.11.44	138 - Transferências do SUS - União	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
	Objeto: FOLHA DE PAGAMENTO COMPLEMENTAR - FÉRIAS - ESF.					
	6561	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	312 - 3.3.90.30.39	338 - Superávit Transferências do SUS - União	15459 - DAS COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA
29/10/2019	Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO E REVISÃO OBRIGATÓRIO DO VEÍCULO MICRO-ÔNIBUS, NA GARANTIA, PLACA RAF-0436. SOLICITAÇÃO 65755. RECURSO MAC.					
	6562	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.39.72	102 - Recursos Próprios - Saúde	1414 - AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA
	Objeto: AQUISIÇÃO DE CRÉDITOS PARA VALES TRANSPORTES DESTINADO AOS SERVIDORES MUNICIPAIS DA SECRETARIA DE SAÚDE, CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRA NR 42792.					
29/10/2019	6563	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	194 - 3.3.90.30.22	138 - Transferências do SUS - União	369 - VW COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
	Objeto: AQUISIÇÃO DE ÁGUA SANITÁRIA PARA USO NAS UN=BS. SOLICITAÇÃO 58918. RECURSO PAB.					
	6564	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	14355 - DIOCLECIO ALVES DE MOURA
29/10/2019	6565	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	14355 - DIOCLECIO ALVES DE MOURA
	Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.					
	6566	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.93.02	102 - Recursos Próprios - Saúde	5458 - MARCIO BASSANI
29/10/2019	6567	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	194 - 3.3.90.30.22	138 - Transferências do SUS - União	14806 - PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI EPP
	Objeto: VALOR REFERENTE A RESTITUIÇÃO DE VALORES GASTOS COM COMBUSTÍVEL PARA O VEÍCULO MICRO ÔNIBUS RAFA-36 NO DIA 21/10/2019, VIAJEM A FLORIANÓPOLIS.					
	6568	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	194 - 3.3.90.30.22	138 - Transferências do SUS - União	14871 - JUNCKES DISTRIBUIDORA
29/10/2019	6569	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	194 - 3.3.90.30.22	138 - Transferências do SUS - União	14870 - PERFORMANCE COMÉRCIO E SERVIÇOS
	Objeto: AQUISIÇÃO DE COPOS DESCARTÁVEIS E GUARDANAPOS PARTA USO NAS UBS. SOLICITAÇÃO 58922. RECURSO PAB.					
	6570	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	197 - 3.3.90.30.22	206 - Recursos Arrecadados por Fundos	13948 - MEIO OESTE PAPEIS LTDA - ME
29/10/2019	6571	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	6234 - MARCOS ROBERTO OZAGOSKI
	Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.					
	6572	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	194 - 3.3.90.30.22	138 - Transferências do SUS - União	13326 - MÁRCIO JULIANO FUKASE SIMÃO
29/10/2019	6573	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.30.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	6234 - MARCOS ROBERTO OZAGOSKI
	Objeto: VALOR PAGAMENTO DE ADIANTAMENTO/COMBUSTÍVEL PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 5764, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.					
	6574	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	15290 - LUIZ ALBERTO TOGNI
29/10/2019	6575	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	194 - 3.3.90.39.78	138 - Transferências do SUS - União	14756 - CONSTRUTORA WDD LTDA
	Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LIMPEZA DOS JARDINS DAS UBS. SOLICITAÇÃO 43037. RECURSO PAB.					
	6576	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	15290 - LUIZ ALBERTO TOGNI
29/10/2019	6577	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	10486 - CLAIRTON MARIO CORREA
	Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA ACOMPANHAR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.					
	6578	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	6234 - MARCOS ROBERTO OZAGOSKI
29/10/2019	6579	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	2240 - VALDECIR J.P. DA SILVA
	Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.					
	6580	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	342 - 3.3.90.30.22	138 - Transferências do SUS - União	10686 - STIRROLIMP-SIMONATO PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA-
Total do Dia: 10.085,00						

Prefeitura Municipal de Caçador				Usuário:Edimar Scambara	Página		
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC				Chave de autenticação:1563-1140-504	46 / 59		
CNPJ: 83.074.302/0001-31				http://www.cacador.sc.gov.br			
Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão - Mensal/Diário - Completo							
Data	Nº Emp.	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Credor/Fornecedor	Valor (R\$)
Objeto: AQUISIÇÃO DE AMACIANTE ROUPAS PARA USO NA UPA. SOLICITAÇÃO 89920. RECURSO MAC-UPA.							
	6581	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	13018 - PETRAS DOS SANTOS	120,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.							
	6582	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.30.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	13018 - PETRAS DOS SANTOS	150,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE ADIANTAMENTO/COMBUSTÍVEL PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 5764, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.							
	6583	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	14243 - DIEGO ANTONIO VIEIRA	85,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.							
	6584	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	729 - ALDECIR BARP	60,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.							
	6585	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	14061 - EDUARDO ALISSON SPORR0014503982	85,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.							
	6586	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	13020 - WILLIAN GUALBERTO WERLE	60,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.							
	6587	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	5458 - MARCIO BASSANI	85,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.							
	6588	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	14121 - SAULO SOARES CARLIN	85,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.							
	6589	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	14726 - MARLI NAZARIO	85,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA ACOMPANHAR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.							
	6590	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	10142 - VILMA DE SOUZA MELLO JARCHEL	85,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA ACOMPANHAR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015. HEMODIÁLISE.							
	6591	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	2240 - VALDECIR J.P. DA SILVA	85,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.							
	6592	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	14085 - GRASELE RODRIGUES PADILHA	90,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDORA PARA PARTICIPAR DE REUNIÃO NO HENOSC EM JOAÇABA NO DIA 30 DE OUTUBRO DE 2019. CONFORME DECRETO MUNICIPAL Nº 5778/2013.							
	6593	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	15406 - JULIANE APARECIDA GUIMARÃES LINHARES	60,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDORA PARA PARTICIPAR DE REUNIÃO NO HENOSC EM JOAÇABA NO DIA 30 DE OUTUBRO DE 2019. CONFORME DECRETO MUNICIPAL Nº 5778/2013.							
	6594	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	187 - 4.4.90.52.42	206 - Recursos Arrecados por Fundos	10632 - DUCA MOVES LTDA - EPP	1.439,70
Objeto: PARA USO NA VIGILÂNCIA SANITÁRIA: 300 UNIDADE DE MESA TRABALHO 100,0CM, CONFORME DESENHO Nº CIM7100 E CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DESCRITAS NA FOLHA DE DADOS. (CIM7100); LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSORCIO INTERFEDERATIVO CATARINENSE - CINCATARINA, CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0007/2019 - CINCATARINA, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0005/2019 - CINCATARINA, REGISTRO DE PREÇOS. AT19CIN1229							
	6595	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	312 - 3.3.90.30.39	338 - Superávit Transferências do SUS - União	4046 - AUTO ELÉTRICA XAVENZ LTDA - ME	272,60
Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DA AMBULÂNCIA, PLACA:QHW-5291. **ORDEN DE SERV. 37877**.							
	6596	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	312 - 3.3.90.30.39	338 - Superávit Transferências do SUS - União	4046 - AUTO ELÉTRICA XAVENZ LTDA - ME	168,26
Objeto: AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO-DE-OBRA PARA MANUTENÇÃO DA AMBULÂNCIA, PLACA:QHW-5291. **ORDEN DE SERV. 37877**.							
	6597	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	312 - 3.3.90.30.39	338 - Superávit Transferências do SUS - União	11096 - DE MARCO LTDA	180,00
Objeto: AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO-DE-OBRA PARA REVISÃO OBRIGATÓRIA DE 10.000KM DO VEÍCULO LOGAN, PLACA:QJK-7174. SOLICITAÇÃO 65772. RECURSO MAC.							
	6598	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	312 - 3.3.90.30.39	338 - Superávit Transferências do SUS - União	11096 - DE MARCO LTDA	429,00
Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA REVISÃO OBRIGATORIA DE 10.000KM DO VEÍCULO LOGAN, PLACA:QJK-7174. SOLICITAÇÃO 65772. RECURSO MAC.							
	6599	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	194 - 3.3.90.39.17	138 - Transferências do SUS - União	7095 - REFRILAR REFRIGERAÇÃO LTDA ME	16.750,00
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSERVO E MANUTENÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO. SOLICITAÇÃO 45080. RECURSOS PAB.							
	6600	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.32.03	102 - Recursos Próprios - Saúde	10936 - NUTRIREPORT COMERCIAL LTDA	1.329,96
Objeto: SEC. MUN. SAÚDE - NUTRIÇÃO : 12,00 LATA DE FORMULA INFANTIL. NUTRICIONALMENTE COMPLETA, HIPERCALÓRICA, INDICADA PARA ALIMENTAÇÃO ORAL E ENTERAL DE CRIANÇAS DE 0 A 12 MESES. DESTINADA A NECESSIDADE DIETOTERÁPIA ESPECÍFICA, COM DHA, ARA E PREBIÓTICOS. LATA COM 400G. (CIM6608); LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSORCIO INTERFEDERATIVO CATARINENSE - CINCATARINA, CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0041/2019 - CINCATARINA, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0032/2019 - CINCATARINA, REGISTRO DE PREÇOS. AT19CIN19842							
	6601	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	208 - 3.3.90.30.36	138 - Transferências do SUS - União	8374 - SANTA VITTA INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS	840,00
Objeto: AQUISIÇÃO DE 3 ANDADORES PARA UTILIZAÇÃO NO SETOR DE FISIOTERAPIA, PARA REABILITAÇÃO DOS PACIENTES ENCAMINHADOS PELO SERVIÇO SOCIAL. SOLICITANTE: JANE SCHNEIDER-ASS. SOCIAL. RECURSO MAC.							
Total do Dia:							39.466,42
30/10/2019							
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.							
	6602	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	5458 - MARCIO BASSANI	120,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE ADIANTAMENTO/COMBUSTÍVEL PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 5764, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.							
	6603	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.30.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	5458 - MARCIO BASSANI	130,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.							
	6604	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	14121 - SAUL O SOARES CARLIN	120,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.							
	6605	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.30.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	14121 - SAULO SOARES CARLIN	130,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE ADIANTAMENTO/COMBUSTÍVEL PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 5764, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.							


Prefeitura Municipal de Cacador				Usuário:Edimar Scambara Chave de autenticação:1563-1140-504		Página 47 / 59
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Cacador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31				administracao@cacador.sc.gov.br		
Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão - Mensal/Diário - Completo						
Data	Nr Emp.	Espécie	Unidade Orcamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Credor/Fornecedor
Objeto:	6606	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	14054 - RUDINEI CITADIN
	VALOR PAGAMENTO DE COMPLEMENTO DE DIÁRIA DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICIPIOS, CONFORME DECRETO Nº 5764, DE 20 DE MAIO DE 2015.					
	REQUISIÇÃO Nº 11419.					
Objeto:	6607	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	14054 - RUDINEI CITADIN
	VALOR PAGAMENTO DE ADIANTAMENTO/COMBUSTIVEL PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICIPIOS, CONFORME DECRETO Nº 5764, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.					
	Objeto:	6608	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde
VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICIPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
Objeto:		6609	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde
	VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICIPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.					
	Objeto:	6610	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde
VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICIPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
Objeto:		6611	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde
	VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICIPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.					
	Objeto:	6612	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde
VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICIPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
Objeto:		6613	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde
	VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICIPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.					
	Objeto:	6614	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde
VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICIPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
Objeto:		6615	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.01	102 - Recursos Próprios - Saúde
	VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICIPIOS, CONFORME DECRETO Nº 5764, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.					
	Objeto:	6616	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde
VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICIPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
Objeto:		6617	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde
	VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICIPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.					
	Objeto:	6618	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde
VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICIPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
Objeto:		6619	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde
	VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA ACOMPANHAR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICIPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.					
	Objeto:	6620	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde
VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICIPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
Objeto:		6621	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde
	VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICIPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.					
	Objeto:	6622	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde
VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICIPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
Objeto:		6623	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde
	VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA ACOMPANHAR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICIPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.					
	Objeto:	6624	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.01	102 - Recursos Próprios - Saúde
VALOR PAGAMENTO DE ADIANTAMENTO/COMBUSTIVEL PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICIPIOS, CONFORME DECRETO Nº 5764, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.						
Objeto:		6625	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	206 - 3.3.90.30.10	138 - Transferências do SUS - União
	AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MANUTENÇÃO PREVENTIVA NOS EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CACADOR. SOLICITAÇÃO 43025. RECURSO PAB SAÚDE BUCAL.					
	Objeto:	6626	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde
VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICIPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
Objeto:		6627	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.01	102 - Recursos Próprios - Saúde
	VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICIPIOS, CONFORME DECRETO Nº 5764, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.					
	Total do Dia:					
11/10/2019	6628	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	13019 - FABIANO MIDGINSKI
	VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICIPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.					
	Objeto:	6629	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.30.01	102 - Recursos Próprios - Saúde
VALOR PAGAMENTO DE ADIANTAMENTO/COMBUSTIVEL PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICIPIOS, CONFORME DECRETO Nº 5764, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.						
Objeto:		6630	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde
	VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICIPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.					
	Objeto:	6631	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde
VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICIPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
Objeto:		6632	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde
	VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICIPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.					

<div> <div>  <div> Prefeitura Municipal de Caçador Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 </div> </div> <div> http://www.cacador.sc.gov.br </div> <div> <div>usuário:Edimar Scambara</div> <div>Chave de autenticação:1563-1140-504</div> </div> <div> <div>Página</div> <div>48 / 59</div> </div> </div>				
Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão - Mensal/ Diário - Completo				
Data	Nº Emp.	Espécie	Unidade Orçamentária	Valor (R\$)
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA ACOMPANHAR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.				
6633	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14 - 102 - Recursos Próprios - Saúde	120,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.				
6634	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	14993 - JEFFERSON ARIATTI	130,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE ADIANTAMENTO/COMBUSTÍVEL PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 5764, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.				
6635	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	14993 - JEFFERSON ARIATTI	120,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.				
6636	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	13020 - WILLIAN GUALBERTO WERLE	9.620,00
Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS: 26000,00 COMPRIMIDO DE TRAMADOL, CLORIDRATO, 50 MG. (CIM9031); LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0013/2019 - CINCATARINA, ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. AT19CIN20631				
6637	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	1654 - GENESIO A. MENDES & CIA LTDA	130,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE ADIANTAMENTO/COMBUSTÍVEL PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 5764, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.				
6638	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	13020 - WILLIAN GUALBERTO WERLE	120,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.				
6639	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	14243 - DIEGO ANTONIO VIEIRA	150,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE ADIANTAMENTO/COMBUSTÍVEL PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 5764, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.				
6640	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	14243 - DIEGO ANTONIO VIEIRA	120,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.				
6641	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	3814 - CICERO BRASIL MOREIRA	130,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE ADIANTAMENTO/COMBUSTÍVEL PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 5764, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.				
6642	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	14355 - DIOCLECIO ALVES DE MOURA	120,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.				
6643	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	14355 - DIOCLECIO ALVES DE MOURA	150,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE ADIANTAMENTO/COMBUSTÍVEL PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 5764, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.				
6644	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	14358 - RFF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	534,95
Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS: 500,00 FRASCO DE BROMOPRIDA, 4 MG/ML, GOTAS, FRASCO COM 20 ML. (CIM9893); LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0013/2019 - CINCATARINA, ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. AT19CIN1925				
6645	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	9905 - VALDECI VIEIRA DE ALVARENGA	60,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.				
6646	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	14121 - SAULO SOARES CARLIN	85,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.				
6647	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	729 - ALDECI BARP	85,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.				
6648	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	13018 - PETRAS DOS SANTOS	85,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.				
6649	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	5358 - SOWA SC MATERIAIS HOSPITALARES LTDA	590,00
Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS: 1000,00 AMPOLA DE DICLOFENACO, SAL SÓDICO, 25 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA COM 3 ML. (CIM9102); LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0013/2019 - CINCATARINA, ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. AT19CIN0480				
6650	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	15447 - ANTONIEL METSALEN BRANCO	85,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.				
6651	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	9905 - VALDECI VIEIRA DE ALVARENGA	120,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.				
6652	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	6047 - VILMAR MIGUEL DORNER	40,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA TRANSPORTAR MEDICAMENTOS E VACINAS, DA REGIONAL DE VIDEIRA PARA CAÇADOR, A PEDIDO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, CONFORME DECRETO Nº 5778, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2013.				
6653	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	6047 - VILMAR MIGUEL DORNER	40,00
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA TRANSPORTAR MEDICAMENTOS E VACINAS, DA REGIONAL DE VIDEIRA PARA CAÇADOR, A PEDIDO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, CONFORME DECRETO Nº 5778, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2013.				
6654	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10115 - MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	3.989,20
Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS: 7980,00 COMPRIMIDO DE METILENEDIOLO CLORIDRATO, 10 MG. (CIM9086); LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0013/2019 - CINCATARINA, ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. AT19CIN0825				
6655	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10159 - CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS	2.080,00
Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS: 8000,00 COMPRIMIDO DE IMPRAMINA, CLORIDRATO, 25 MG. (CIM9095); LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0013/2019 - CINCATARINA, ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. AT19CIN1449				
6656	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10159 - CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS	7.800,00
Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS: 12000,00 COMPRIMIDO DE LEVOMEPROMAZINA, 100 MG. (CIM9084); LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0013/2019 - CINCATARINA, ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. AT19CIN0886				
6657	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	6378 - TRADE MEDICAL COM. INT. HOSPITALARES LTDA	2.236,00
Objeto: PARA USO NAS UBS: 3200,00 UNIDADE DE CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO 24G, COM AGULHA EM BISEL, TRIFACETADO, CÂNULA EM BIOMATERIAL, TEFLON OU POLIURETANO, ESTÉRIL, ATÓXICO E APROPRIADO. EMBALAGEM UNITÁRIA				

<div><div><div><div><div><div></div></div></div><div><div><div></div><div></div></div></div><div><div><div></div></div></div><div><div><div></div><div></div></div></div></div></div><div><div>Prefeitura Municipal de Caçador</div><div>Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC</div><div>CNPJ: 83.074.302/0001-31</div></div></div>		<div>Usuário:Edimar Scambara</div> <div>Chave de autenticação:1563-1140-504</div>		<div>Página</div> <div>49 / 59</div>		
Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão - Mensal/Diário - Completo						
Data		Nr Emp. Espécie Unidade Orçamentária		Despesa	Credor/Fornecedor	Valor (R\$)
QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E LOTE. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA. (C1M8502); 300,00 UNIDADE DE CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO 20G, COM AGULHA EM BISEL, TRIFACETADO, CÂNULA EM BIOMATERIAL, TEFLON OU POLIURETANO, ESTÉRIL, ATÓXICO E APROPRIADO. EMBALAGEM UNITÁRIA QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E LOTE. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA. (C1M8500); 100,00 UNIDADE DE CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO 18G, COM AGULHA EM BISEL, TRIFACETADO, CÂNULA EM BIOMATERIAL, TEFLON OU POLIURETANO, ESTÉRIL, ATÓXICO E APROPRIADO. EMBALAGEM UNITÁRIA QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E LOTE. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA. (C1M8499); LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSORCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0027/2019 - CINCATARINA, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021A/2019 - CINCATARINA, ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº . AT19C1N19499						
6658	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	194 - 3.3.90.30.36	138 - Transferências do SUS - União	6303 - FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA	4.336,00
PARA USO NAS USBS: 25,00 TUBO DE CURATIVO DE HIDROCOLÓIDE E ALGINATO DE CÁLCIO E SÓDIO, CONTEÚDO DE 30,36 PIRENEFENOLICA, PROFENOLICA, CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA, CARBOMER 940, TRIETANOLAMINA, ALGINATO DE CÁLCIO E SÓDIO, SORBATO DE POTÁSSIO, ÁCIDO BÓRICO, HIDANTOÍNA, - CONSERVANTES IMPORTANTES PARA A MANUTENÇÃO DA ESTABILIDADE DO PRODUTO POR ATÉ 28 DIAS APÓS ABERTO - NUM AMBIENTE AQUOSO, HIGIENIZANTE E ABSORVENTE, TRANSPARENTE NA FORMA DE GEL, QUE APRESENTA A CAPACIDADE DE HIDRATAR FERIDAS SECAS E ABSORVER O EXSUDATO, INTERAGINDO COM DIVERSOS NÍVEIS DE UNIDADE DA FERIDA, PARA CAVIDADES PROFUNDAS, ÚLCERA DE PERNIA - VENOSA E ARTERIAL - PE DIABÉTICO, CORTES, ABRASÕES E LACERAÇÕES, QUEIMADURAS DE 1º E 2º GRAUS E ÚLCERAS DE PRESSÃO, COM RH NEUTRO, COM TAMPA FLIP TOP, TUBO COM 85 GR (CM778); 20,00 UNIDADE DE CURATIVO ESTÉRIL, NÃO ADERENTE, COM DUPLA CAMADA DE FIBRAS DE CARBOXIMETILCELULOSE E PRATA IÔNICA NUMA CONCENTRAÇÃO DE 1 A 2%, COMPOSTA DE CLORETO DE BENZOTÔNIO E EDTA, DEVE-SE ADAPTAR A SUPERFÍCIE E COM OU SEM A PRESENÇA DE BIOLÍME, TAMANHO 10 CM X 10 CM, EMBALAGEM UNITÁRIA QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO, CONTEÚDO IDENTIFICADO DO PRODUTO, MARCA, LOTE DE FABRICAÇÃO E PROCEDÊNCIA. O FABRICANTE DEVERÁ FORNECER AS ORIENTAÇÕES POR ESCRITO EM PORTUGUÊS. REGISTRO NO MS CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. (C1M6224); 20,00 UNIDADE DE CURATIVO EXTRA DE FIBRAS DE CARBOXIMETILCELULOSE E PRATA IÔNICA, CURATIVO RESISTENTE A UVA, PROPORCIONA UM MEIO QUE AGULHA NA REMOÇÃO DE TISSUS NECRÓTICAS E FAVORECE A CURESCENÇA ABSORVE E RETÉM GRANDES QUANTIDADES DE EXSUDATO E BACTÉRIAS, INDICADO PARA O TRATAMENTO DE FERIDAS: PLANAS, AGULHAS OU CRÔNICAS, CAVITÁRIAS, INFECTADAS, ÚLCERATIVAS, TRAUMÁTICAS, COM OU SEM INFECÇÃO E EM QUEIMADURAS DE 1º, 2º GRAUS SUPERFICIAIS. TAMANHO 10CM X 10CM, APRESENTAR REGISTRO NO MS CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE E BULA DO PRODUTO JUNTO COM A PROPOSTA. EMBALAGEM UNITÁRIA (C1M4595); 10,00 CAIXA DE COMPRESSA DE GAZE CONFECCIONADA EM RAYON, NÃO ESTÉRIL, EMBEBIDA EM ÓLEO COMPOSTO DE AGE, ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS E TRIGLICÉRIDES DE CADEIA MÉDIA, ÓLEO DE MELALEUCA E CORIÁRIA, LECTINA DE SOJA, VITAMINAS A E (7,5CM X 7,5CM) COM TRÊS ML DE ÓLEO, CAIXA CONTENDO 24 SACHÊS EMBALADOS INDIVIDUALMENTE. (C1M1366); 2,00 FRASCO DE LUBRIFICANTE DE ADESIVO, UTILIZADO PARA A REMOÇÃO DE ADESIVOS, DEVE APRESENTAR FÓRMULA ANTIALÉRGICA, LIVRE DE CONSERVANTES E LIVRE DE ALCOOL. FRASCO SPRAY COM NO MÍNIMO 50ML. (C1M5933); LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSORCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0023/2019 - CINCATARINA, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0017/2019 - CINCATARINA, ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº . AT19C1N12931						
6659	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	194 - 3.3.90.30.36	138 - Transferências do SUS - União	5358 - SOWA SC MATERIAIS HOSPITALARES LTDA	6.129,30
PARA USO NAS USBS: 60,00 PACOTE DE GAZE HIDRÓFILA EM COMPRESSA, CONFECCIONADA COM 13 FIOS/CM2, EM TAMANHO 10X10CM FECHADA E 20X40CM ABERTA, COM 5 DOBRAS VOLTADAS PARA DENTRO E 8 CAMADAS, DEVE POSSUIR PESO MÍNIMO DE 900G POR EMBALAGEM E 1,8G POR UNIDADE, EMBALADA EM PACOTE QUE MANTENHA SUA INTEGRIDADE, COM 500 PEÇAS, CONTEÚDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, NÚMERO DE DOBRAS, NÚMERO DE CAMADAS E DEMAIS INFORMAÇÕES ADICIONAIS CONFORME NBR 13843:2009. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA. (C1M8418); 30,00 ROLO DE ROLO DE PAPEL GRAU CIRÚRGICO, COM TAMANHO DE 15CM X 100M, COMPOSTO DE PAPEL CELULOSE E FILME LAMINADO COM INDICADOR QUÍMICO PARA ESTERILIZAÇÃO A ÓXIDO DE ETILENO E VAPOR, COM GRAMATURA MÍNIMA DE 60G/M2 E DEMAIS REQUISITOS CONFORME NBR 14990-2:2010. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA. (C1M8583); 80,00 ROLO DE ROLO DE FITA MICROPOROSA HIPOALÉRGICA, COR BRANCA, CONFECCIONADA EM NÃO TECIDO COM FIBRAS DE VISCOSE, DEVE PERMITIR A RESPIRAÇÃO DA PELE. A FITA DEVE POSSUIR ÓTIMA ADESIÃO, NÃO DESCOLANDO DA PELE FACILMENTE. EMBALAGEM UNITÁRIA COM CAPA PROTETORA CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, VALIDADE E TAMANHO, COM 5CM X 10M. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA. (C1M8424); 1000,00 UNIDADE DE SONDAS URETRAIS Nº10, DESCARTÁVEL, TUBO DE PVC, ATÓXICO E TRANSLÚCIDO, COM 1 FURO LATERAL E CONECTOR PADRÃO COM TAMPA, TUBO LISO SEM REBARBAS, COMPRIMENTO DE 40 A 45 CM. ESTERILIZADA POR RADIAÇÃO IONIZANTE. EMBALAGEM UNITÁRIA CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E LOTE. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA. (C1M8669); 80,00 ROLO DE ROLO DE FITA MICROPOROSA HIPOALÉRGICA, COR BRANCA, CONFECCIONADA EM NÃO TECIDO COM FIBRAS DE VISCOSE, DEVE PERMITIR A RESPIRAÇÃO DA PELE. A FITA DEVE POSSUIR ÓTIMA ADESIÃO, NÃO DESCOLANDO DA PELE FACILMENTE. EMBALAGEM UNITÁRIA COM CAPA PROTETORA CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, VALIDADE E TAMANHO, COM 2,5CM X 10M. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA. (C1M8422); E OUTROS. LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSORCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0027/2019 - CINCATARINA, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021A/2019 - CINCATARINA, ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº . AT19C1N16374						
6660	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	194 - 3.3.90.30.36	138 - Transferências do SUS - União	3864 - PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	1.887,50
PARA USO NAS USBS: 700,00 UNIDADE DE ESPÉCULOS LUBRIFICADO ESTERILIZADO MÉDIO PRODUZIDO EM POLIESTIRENO CRISTAL, PERMITE EXCELENTE TRANSPARÊNCIA E TRANSMISSÃO LUMINO. VALVAS ANATÔMICAS DE CONTOURNOS LISOS E REGULARES, SEMELHANTES AO FORMATO DOS FÓRNICES VAGINAIS, DISPOSITIVO DE ABERTURA (PARAFUSO BORBOLETA) FABRICADO EM POLIESTIRENO DE ALTO IMPACTO (PSAI), PIGMENTADO E INDEFORMÁVEL. (C1M791); 300,00 UNIDADE DE ESPÉCULOS LUBRIFICADO ESTERILIZADO GRANDE PRODUZIDO EM POLIESTIRENO CRISTAL, PERMITE EXCELENTE TRANSPARÊNCIA E TRANSMISSÃO LUMINO. VALVAS ANATÔMICAS DE CONTOURNOS LISOS E REGULARES, SEMELHANTES AO FORMATO DOS FÓRNICES VAGINAIS, DISPOSITIVO DE ABERTURA (PARAFUSO BORBOLETA) FABRICADO EM POLIESTIRENO DE ALTO IMPACTO (PSAI), PIGMENTADO E INDEFORMÁVEL. (C1M791); 15,00 CAIXA DE AGULHA HIPODÉRMICA, CALIBRE 40X12, HASTE DE AÇO INOXIDÁVEL, COM PONTA EM BISEL, TRIFACETADO, SILICONIZADA, CANHÃO PLÁSTICO EM COR UNIVERSAL, CONECTOR PADRÃO ADAPTÁVEL A SERINGAS E OUTROS DISPOSITIVOS, PROTETOR PLÁSTICO, ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO, COM ABERTURA ASSEPTICA, EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA E CERTIFICAÇÃO DO INMETRO, CAIXA COM 100 UNIDADES. (C1M8392); E OUTROS. LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSORCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0027/2019 - CINCATARINA, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021A/2019 - CINCATARINA, ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº . AT19C1N16561						
6661	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	194 - 3.3.90.30.36	138 - Transferências do SUS - União	14923 - NUTRIMEDICAL COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS	3.040,00
PARA USO NAS USBS: 20,00 UNIDADE DE COBERTURA DE ESPUMA DE POLIURETANO COM LIMA ESTRUTURA 3D, IMPREGNADA COM PARTÍCULAS DE TIBUPROFENO QUE PROMOVE ABSORÇÃO SUPERIOR DE EXSUDATO, FLEXÍVEL QUE PROPORCIONA MUITO CONFORTO AO PACIENTE. BORDAS BISELADAS, TAMANHO 15CM X 15CM. REGISTRO NO MS CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. EMBALAGEM UNITÁRIA (C1M4598); 20,00 UNIDADE DE CURATIVO IMPREGNADO COM PRATA COM AÇÃO ANTIMICROBIANA COMBATENDO VÁRIOS TIPOS DE BACTÉRIAS, POSSUINDO COBERTURA DE ESPUMA FLEXÍVEL, COM BORDAS BISELADAS, PERMITINDO ACOMPANHAR A ELASTICIDADE DA PELE E A MOVIMENTAÇÃO DO PACIENTE, DIMINUINDO O IMPACTO, PROPORCIONANDO MAIOR CONFORTO E REDUÇÃO DA PRESSÃO SOBRE A LESÃO. POSSUI MELHOR ABSORÇÃO DE SECREÇÕES, BEM COMO MELHOR ADERÊNCIA ATRAVÉS DAS BORDAS DIFERENCIADAS, AUMENTANDO A PERMANÊNCIA DO CURATIVO JUNTO AO LEITO DA FERIDA, EVITANDO TROCAS SUCESSIVAS, MANUTENÇÃO FREQUENTE, SOBRETUDO COBERTURA SECUNDÁRIA. TAMANHO: 10CM X 10CM PODENDO TER VARIAÇÃO DE +/- 2 CM. EMBALAGEM UNITÁRIA (C1M4596); LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSORCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0023/2019 - CINCATARINA, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0017/2019 - CINCATARINA, ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº . AT19C1N13184						
6662	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	14593 - JEFFERSON ARIATTI	85,00
VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
6663	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.93.02	102 - Recursos Próprios - Saúde	14054 - RUDINEI CITADIN	30,00
VALOR REFERENTE À RESTITUIÇÃO DE VALORES GASTOS COM LUBRIFICAÇÃO DO MICROONIBUS RAP0436 NO DIA 22/10/2019 VIAGEM A FLORIANÓPOLIS.						
6664	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.93.02	102 - Recursos Próprios - Saúde	14243 - DIEGO ANTONIO VIEIRA	85,00
VALOR REFERENTE À RESTITUIÇÃO DE VALORES GASTOS COM COMBUSTÍVEL PARA O VEÍCULO MASTER Q04126 NO DIA 29/10/2019 VIAGEM A FLORIANÓPOLIS.						
6665	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	5456 - ADRIANO RECH	85,00
VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
6666	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	13018 - PETRAS DOS SANTOS	35,00
VALOR PAGAMENTO DE COMPLEMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015. DESTINIO						

Prefeitura Municipal de Caçador				Usuário:Edimar Scambara	Página		
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC				Chave de autenticação:1563-1140-504	50 / 59		
CNPJ: 83.074.302/0001-31							
administracao@caçador.sc.gov.br							
Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão - Mensal/Diário - Completo							
Data	Nº Emp.	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Credor/Fornecedor	Valor (R\$)
ALTERADO PARA FLORIANÓPOLIS: COMPLEMENTO DA SOLICITAÇÃO Nº 11529/2019.							
	6667	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.30.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	13018 - PETRAS DOS SANTOS	130,00
Objeto:	VALOR PAGAMENTO DE ADIANTAMENTO/COMBUSTÍVEL PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 5764, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.						
	6668	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	14355 - DIOLÉCIO ALVES DE MOURA	60,00
Objeto:	VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
	6669	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	14593 - JEFFERSON ARIATTI	120,00
Objeto:	VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
	6670	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.30.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	14593 - JEFFERSON ARIATTI	130,00
Objeto:	VALOR PAGAMENTO DE ADIANTAMENTO/COMBUSTÍVEL PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 5764, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.						
	6671	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	5458 - MARCIO BASSANI	120,00
Objeto:	VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
	6672	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.30.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	5458 - MARCIO BASSANI	150,00
Objeto:	VALOR PAGAMENTO DE ADIANTAMENTO/COMBUSTÍVEL PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 5764, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.						
	6673	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	2240 - VALDECIR J.P. DA SILVA	120,00
Objeto:	VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
	6674	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.30.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	2240 - VALDECIR J.P. DA SILVA	130,00
Objeto:	VALOR PAGAMENTO DE ADIANTAMENTO/COMBUSTÍVEL PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 5764, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.						
	6675	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	14054 - RUDINEI CITADIN	85,00
Objeto:	VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
	6676	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	14243 - DIEGO ANTONIO VIEIRA	85,00
Objeto:	VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
	6677	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	5862 - DELMA LETICIA DRI FICAGNA	85,00
Objeto:	VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA ACOMPANHAR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
	6678	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	14061 - EDUARDO ALISSON SPOR00014503982	60,00
Objeto:	VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
	6679	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	194 - 3.3.90.30.36	138 - Transferências do SUS - União	5358 - SOMA SC MATERIAIS HOSPITALARES LTDA	3.180,00
Objeto:	PARA USO NAS UBS: 20,00 CAIXA DE INDICADOR BIOLÓGICO PARA VAPOR, DO TIPO AUTO-CONTIDO, COM TEMPO DE RESPOSTA FINAL NEGATIVA EM 48 HORAS, PARA O MONITORAMENTO BIOLÓGICO DE CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO A VAPOR SATURADO SOB PRESSÃO, COMPOSTO POR UMA TIRA DE PAPEL CONTENDO UMA POPULAÇÃO MICROBIANA MÍNIMA DE 100.000 (CEM MIL) ESPÓRULOS SECOS E PADRONIZADOS DE GEOPACILLUS STEAROTERMOPHILLUS (ATCC 7953 COM CERTIFICADO DE QUALIDADE ASSEGURADA), A TIRA CONTENDO ESPÓRULOS ESTÁ ACONDICIONADA EM UMA AMPOLA PLÁSTICA TERMORESISTENTE, CONTENDO EM SEU INTERIOR UMA AMPOLA DE VIDRO LACRADA, COM UM CALDO NUTRIENTE PRÓPRIO PARA CRESCIMENTO DOS MICROORGANISMOS. A AMPOLA PLÁSTICA É FECHADA POR UMA TAMPÃO PERFORADA E PROTEGIDA POR PAPEL DE FILTRO HIERÓFÓRICO. CADA AMPOLA POSSUI UM RÓTULO EXTERNO QUE INFORMA O NOME DO PRODUTO, LOTE, PRAZO DE VALIDADE, CONTEÚDO CAMPOS PARA IDENTIFICAÇÃO DA AMPOLA E UM INDICADOR QUÍMICO DE EXPOSIÇÃO, QUE DIFERENCIA AS AMPOLAS PROCESSADAS DAS NÃO-PROCESSADAS. CAIXA COM 10 AMPOLAS. (CIM5499); LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSORCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0027/2019 - CINCATARINA, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021A/2019 - CINCATARINA, ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. AT19CIN16374						
	6680	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	14355 - DIOLÉCIO ALVES DE MOURA	85,00
Objeto:	VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
	6681	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	14121 - SAULO SOARES CARLIN	85,00
Objeto:	VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
	6682	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	9905 - VALDECI VIEIRA DE ALVARENGA	85,00
Objeto:	VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.						
	6683	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.30.36	138 - Transferências do SUS - União	14830 - BMH PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA - EPP	200,00
Objeto:	PARA USO NAS UBS: 1000,00 UNIDADE DE ELETRODO DESCARTÁVEL ADULTO COMPOSTO DE DORSO DE ESPUMA, COM ADESIVO ACRÍLICO HIPOALERGÊNICO, GEL SÓLIDO, PINO DE AÇO INOXIDÁVEL, CONTRA-PINO DE PRATA/CLORETO DE PRATA (AG/AGL), CAPA-CÁPSULA TRANSPARENTE SELANTE. (CIM1803); LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSORCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0027/2019 - CINCATARINA, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021A/2019 - CINCATARINA, ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. AT19CIN17268						
	6684	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	194 - 3.3.90.30.36	138 - Transferências do SUS - União	13923 - BASCEL SOLUÇÕES LTDA - EPP	5.674,88
Objeto:	PARA USO NAS UBS: 1680,00 FRASCO DE SOLUÇÃO FISIOLÓGICA DE CLORETO DE SÓDIO A 0,9% 100ML. SISTEMA FECHADO DE ACORDO COM A RDC Nº 29 DE 17/04/2007. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA. (CIM8639); 816,00 FRASCO DE SOLUÇÃO FISIOLÓGICA DE CLORETO DE SÓDIO A 0,9% 250ML. SISTEMA FECHADO DE ACORDO COM A RDC Nº 29 DE 17/04/2007. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA. (CIM8640); 210,00 FRASCO DE SOLUÇÃO FISIOLÓGICA DE CLORETO DE SÓDIO A 0,9% 500ML. SISTEMA FECHADO DE ACORDO COM A RDC Nº 29 DE 17/04/2007. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA. (CIM8641); 60,00 FRASCO DE SOLUÇÃO DE GLICOSE A 5% 500ML. SISTEMA FECHADO DE ACORDO COM A RDC Nº 29 DE 17/04/2007. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA. (CIM8634); 32,00 FRASCO DE SOLUÇÃO FISIOLÓGICA DE CLORETO DE SÓDIO A 0,9% 1000ML. SISTEMA FECHADO DE ACORDO COM A RDC Nº 29 DE 17/04/2007. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA. (CIM8638); E OUTROS. LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSORCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0027/2019 - CINCATARINA, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021A/2019 - CINCATARINA, ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. AT19CIN16993						
	6685	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	194 - 3.3.90.30.36	138 - Transferências do SUS - União	4711 - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	150,91
Objeto:	PARA USO NAS UBS: 100,00 UNIDADE DE LENÇOL DESCARTÁVEL COM ELÁSTICO, EM TNT GRAMATURA DE 30, 220CM X 90CM, COR BRANCA. (CIM820); 7,00 FRASCO DE FIXADOR CITOLÓGICO EM SPRAY OU AEROSOL, COM 100ML. SOLUÇÃO INDICADA PARA FIXAÇÃO E SUSTENTAÇÃO DA INTEGRIDADE CELULAR E DO ESPREGAÇO NA LÂMINA DE VIDRO. FABRICADO EM FRASCO QUE MANTENHA SUA INTEGRIDADE, CONTEÚDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, LOTE E VALIDADE. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA. (CIM8544); LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSORCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0027/2019 - CINCATARINA, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021A/2019 - CINCATARINA, ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. AT19CIN16702						
	6686	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	194 - 3.3.90.30.36	138 - Transferências do SUS - União	5348 - CENTERMED COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	945,00
Objeto:	PARA USO NAS UBS: 4500,00 UNIDADE DE SERINGA HIPODÉRMICA DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, CAPACIDADE DE 10CC, COM BICO ROSCA LUER LOCK. FABRICADA EM POLIPROPILENO, SEM AGULHA, SILICONIZADA, COM GRADUAÇÃO EXATA, NÍTIDA E PERMANENTE. ÊMBOLO DESLIZÁVEL COM PERFEITA VEDAÇÃO E CORPO TRANSLÚCIDO. EMBALAGEM UNITÁRIA EM PAPEL GRAU CÍRURGICO QUE PERMITA ABERTURA ASSEPTICA, CONTEÚDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE E LOTE. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA. (CIM8427); LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSORCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0027/2019 - CINCATARINA, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021A/2019 - CINCATARINA, ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. AT19CIN16232						

Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão - Mensal/Diário - Completo					Credor/Fornecedor		Valor (R\$)
Data	Nº Emp.	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos		
Prefeitura Municipal de Caçador Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 http://www.caçador.sc.gov.br							
					administração@caçador.sc.gov.br	Usuário: Edmar Scambara Chave de autenticação: 1563-1140-504	Página 51 / 59
Objeto: FOLHA DE PAGAMENTO ESTAGIÁRIOS 10/2019.					Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Objeto: Estimativa 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					189 - 3.1.90.36.07	102 - Recursos Próprios - Saúde	55.045,99
Objeto: PARA USO NAS UNES: 100,00 UNIDADE DE AVENTAL DE PROCEDIMENTO, DESCARTÁVEL, SEM MANGAS, FABRICADO EM NÃO TECIDO COM, NO MÍNIMO, 1M DE COMPRIMENTO E 1,30M DE LARGURA, USO ÚNICO E INDIVIDUAL, COM GRANULATURA MÍNIMA DE 30G, EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E LOTE, TAMANHO UNICO. (CIM6472): 3000 UNIDADE DE CATETER NASAL PARA OXIGÊNIO TIPO OCULOS, PARA USO PEDIÁTRICO, CONFECCIONADO EM PVC SILICONADO ATÓXICO E FLEXÍVEL, DESCARTÁVEL, EMBALADO INDIVIDUALMENTE E ESTERILIZADO, DEVE APRESENTAR REGISTRO NA ANVISA. (CIM7205): LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSORCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA. CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0027/2019 - CINCATARINA, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021A/2019 - CINCATARINA, ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. AT19CIN16503					194 - 3.3.90.30.36	138 - Transferências do SUS - União	118,50
Objeto: PARA USO NAS UNES: 10,00 UNIDADE DE SONDAS FOLEY COM DUAS VIAS E BALÃO VOLUMÉTRICO, FABRICADA 100% EM SILICONE ANTISTÁTICO E TRANSPARENTE, COM INFORMAÇÕES TÉCNICAS GRAVADAS DE FORMA NÍTIDA E PERMANENTE, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, COM ABERTURA ASSEPTICA, CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO E DATA DA ESTERILIZAÇÃO, VALIDADE, NÚMERO DO LOTE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. DISPONÍVEIS NOS TAMANHOS 12, 14, 16, 20, 22 E 24-NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADA O TAMANHO QUE DEVERÁ SER FORNECIDA. (CIM10755): LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSORCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA. CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0027/2019 - CINCATARINA, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021A/2019 - CINCATARINA, ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. AT19CIN16653					194 - 3.3.90.30.36	138 - Transferências do SUS - União	176,50
Objeto: PARA USO NAS UNES: 12,00 FRASCO DE IODOPIODONA 10% (1% 1000 ATIVO), SOLUÇÃO AQUOSA, FRASCO COM 100ML, LÍQUIDO CASTANHO-AMARELHO, A BASE DE POLYVINILPIRROLIDONA 1000 EM SOLUÇÃO AQUOSA, INDICADO COMO ANTI-SEPTICO DE USO TÓPICO, PARA CURATIVOS EM GERAL, DEVERÁ APRESENTAR DECLARAÇÃO DE NOTIFICAÇÃO DE FARMACIA, RDC Nº199/06; ANVISA, LAUDO DE TESTE MICROBIOLÓGICO, QUÍMICO E TOXICOLÓGICO DE CONFORME NBR 14108:2002. PESO MÍNIMO DE 200G POR POLO. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA. (CIM8551): 12,00 FRASCO DE GEL CONDUTOR PARA EXAMES DE ELECTROCARDIOGRAMA, EMBALADO EM FRASCO COM 30ML CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA. (CIM8552): LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSORCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA. CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0027/2019 - CINCATARINA, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021A/2019 - CINCATARINA, ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. AT19CIN16921					194 - 3.3.90.30.36	138 - Transferências do SUS - União	181,20
Objeto: PARA USO NAS UNES: 3,00 CAIXA DE FIO CIRÚRGICO PARA SUTURA 3,0, COM AGULHA 3/8 20MM, FABRICADO EM POLIAMIDA (NYLON) MONOFILAMENTAR, COR PRETA, ESTÉRIL EM NAO GAMA, COM 45CM DE COMPRIMENTO, CAIXA COM NO MÍNIMO 100 UNIDADES DE FIO E AGULHAS, EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E LOTE, TAMANHO UNICO. (CIM8471): 12,00 FRASCO DE GEL CONDUTOR PARA EXAMES DE ELECTROCARDIOGRAMA, EMBALADO EM FRASCO COM 30ML CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA. (CIM8551): 12,00 FRASCO DE GEL CONDUTOR PARA EXAMES DE ELECTROCARDIOGRAMA, EMBALADO EM FRASCO COM 30ML CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE E VALIDADE. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA. (CIM8552): LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSORCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA. CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0027/2019 - CINCATARINA, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021A/2019 - CINCATARINA, ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. AT19CIN17172					194 - 3.3.90.30.36	138 - Transferências do SUS - União	149,43
Objeto: PARA USO NAS UNES: 08 UNIDADES DE SOLUÇÃO GLOFOTOLÓGICA, FRASCO COM 250ML, SISTEMA FECHADO, APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA. (CIM8545): LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSORCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA. CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0027/2019 - CINCATARINA, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021A/2019 - CINCATARINA, ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. AT19CIN17103					194 - 3.3.90.30.36	138 - Transferências do SUS - União	1.199,00
Objeto: PARA USO NAS UNES: 06 UNIDADES DE SOLUÇÃO GLOFOTOLÓGICA, FRASCO COM 250ML, SISTEMA FECHADO, APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA. (CIM8545): LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSORCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA. CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0027/2019 - CINCATARINA, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021A/2019 - CINCATARINA, ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. AT19CIN17103					194 - 3.3.90.30.36	138 - Transferências do SUS - União	245,76
Objeto: PARA USO NAS UNES: 300,00 UNIDADE DE AVENTAL DE PROCEDIMENTO, DESCARTÁVEL, COM MANGA LONGA E ELÁSTICO NOS PUNHOS, FABRICADO EM NÃO TECIDO COM, NO MÍNIMO, 1M DE COMPRIMENTO E 1,30M DE LARGURA, USO ÚNICO E INDIVIDUAL, COM GRANULATURA MÍNIMA DE 30G, EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E LOTE, TAMANHO UNICO. (CIM8471): LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSORCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA. CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0027/2019 - CINCATARINA, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021A/2019 - CINCATARINA, ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. AT19CIN17333					194 - 3.3.90.30.36	138 - Transferências do SUS - União	501,00
Objeto: PARA USO NAS UNES: 2,00 UNIDADE DE CORTIÇO EM ROLO, COMPOSTO DE FILME DE POLIURETANO TRANSPARENTE E AUTOQUESDIO, NÃO ESTÉRIL, MACIO E ELÁSTICO E QUE SE ADAPTA PERFEITAMENTE A PELE, TAMANHO JOG X JOG, EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E LOTE, TAMANHO UNICO. (CIM8471): LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSORCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA. CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0027/2019 - CINCATARINA, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021A/2019 - CINCATARINA, ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. AT19CIN13061					194 - 3.3.90.30.36	138 - Transferências do SUS - União	104,60
Objeto: AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DO VEÍCULO SIEM, PLACA MFU-3909, **ORDEN DE SERVIÇO 375611**, SOLICITAÇÃO 65760, RECURSO MAC.					312 - 3.3.90.39.19	338 - Superáv. Transferências do SUS - União	210,32
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EXAMES RADIOGRÁFICOS PERIAPICAIS E PANORÂMICOS ODONTOLÓGICOS DIGITAIS COM LAUDO, PARA PACIENTES ATENDIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAÇADOR					208 - 3.3.90.39.50	138 - Transferências do SUS - União	9.666,66
Objeto: AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO-DE-OBRA PARA MANUTENÇÃO DO VEÍCULO MASTER EURO, PLACA QDI-5338, **ORDEN DE SERVIÇO 37558-38124**, SOLICITAÇÃO 65762-65754, RECURSO MAC.					312 - 3.3.90.39.19	338 - Superáv. Transferências do SUS - União	294,50
Objeto: AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO-DE-OBRA PARA MANUTENÇÃO DO VEÍCULO DUSTER, PLACA QHW-1065, **ORDEN DE SERVIÇO 38240**, SOLICITAÇÃO 65757, RECURSO MAC.					312 - 3.3.90.39.19	338 - Superáv. Transferências do SUS - União	84,13
Objeto: PARA UTILIZAÇÃO NAS IMPRESSORAS DAS UNIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DE CAÇADOR: 10,00 UNIDADE DE SUPRIMENTO DE IMPRESSÃO DO TIPO CARTUCHO DE TONER DE QUALIDADE ORIGINAL, PRODUZIDO PELO FABRICANTE DA IMPRESSORA, OU POR OUTRO FABRICANTE, COM RENDIMENTO MÍNIMO DE 5400 PÁGINAS, COR DE IMPRESSÃO: "PRETO", MODELO DE REFERÊNCIA: "Q5949X", DEVERÁ SER PERFEITAMENTE COMPATÍVEL COM OS SEGUINTES EQUIPAMENTOS DE IMPRESSÃO DA MARCA "HP": "LASERJET 1320, LASERJET 1320T, LASERJET 3390 PRINTER, LASERJET 3392 PRINTER, MARCA DE REFERÊNCIA: "HP Q5949X OU SIMILAR OU EQUIVALENTE OLTE IGUAL, QUILHOR QUALIDADE. (CIM7659): LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSORCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0035/2019 - CINCATARINA, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0027/2019 - CINCATARINA, ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. AT19CIN20978					194 - 3.3.90.30.16	138 - Transferências do SUS - União	350,00
Objeto: UNIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DE CAÇADOR: 2,00 UNIDADE DE MÓDULO DE MEMÓRIA RAM PARA COMPUTADOR DESKTOP (CAPACIDADE: 16 GB; DDR4-2400) (CIM10290): LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSORCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0027/2019 - CINCATARINA, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0015/2019 - CINCATARINA, ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. AT19CIN14296					194 - 3.3.90.30.16	138 - Transferências do SUS - União	1.070,00
Objeto: UNIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DE CAÇADOR: 5,00 UNIDADE DE MÓDULO DE MEMÓRIA RAM PARA COMPUTADOR DESKTOP (CAPACIDADE: 16 GB; DDR4-2400) (CIM10290): LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSORCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0027/2019 - CINCATARINA, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0015/2019 - CINCATARINA, ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. AT19CIN14318					194 - 3.3.90.30.16	138 - Transferências do SUS - União	899,95
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - IPTD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.					193 - 3.3.90.14.14	102 - Recursos Próprios - Saúde	85,00
Objeto: Ordinário 4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					193 - 3.3.90.93.02	102 - Recursos Próprios - Saúde	50,00


<div> <div>  <div> Prefeitura Municipal de Caçador Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 </div> </div> <div> http://www.cacador.sc.gov.br administracao@cacador.sc.gov.br </div> <div> Usuário: Edimar Scambara Chave de autenticação: 1563-1140-504 </div> <div> Página 52 / 59 </div> </div>			
Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão - Mensal/Diário - Completo			
Data	Nº Emp.	Espécie	Unidade Orçamentária
Objeto: VALOR REFERENTE A RESTITUIÇÃO DE VALORES GASTOS COM COMBUSTÍVEL PARA O VEÍCULO SPIN QJ3453 NO DIA 25/10/2019 VIAGEM A FLORIANÓPOLIS.			
6705	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.93.02 - 102 - Recursos Próprios - Saúde
Objeto: VALOR REFERENTE A RESTITUIÇÃO DE VALORES GASTOS COM COMBUSTÍVEL PARA O VEÍCULO MASTER QO4126 NO DIA 30/10/2019 VIAGEM A XANERÊ/CHARECÓ.			
6706	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14 - 102 - Recursos Próprios - Saúde
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA ACOMPANHAR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.			
6707	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14 - 102 - Recursos Próprios - Saúde
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.			
6708	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14 - 102 - Recursos Próprios - Saúde
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA ACOMPANHAR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015, HEMODIÁLISE.			
6709	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14 - 102 - Recursos Próprios - Saúde
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.			
6710	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14 - 102 - Recursos Próprios - Saúde
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.			
6711	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14 - 102 - Recursos Próprios - Saúde
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.			
6712	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14 - 102 - Recursos Próprios - Saúde
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.			
6713	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14 - 102 - Recursos Próprios - Saúde
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.			
6714	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14 - 102 - Recursos Próprios - Saúde
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.			
6715	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.30.01 - 102 - Recursos Próprios - Saúde
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE ADIANTAMENTO/COMBUSTÍVEL PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 5764, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.			
6716	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	194 - 3.3.90.30.01 - 138 - Transferências do SUS - União
Objeto: UNIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DE CAÇADOR: 2,00 UNIDADE DE DISCO DE ESTADO SÓLIDO (SSD); FATOR DE FORMA: 2,57; ARMAZENAMENTO: 500GB (CM101089); 30,00 UNIDADE DE TELA (COM FIO; CONEXÃO USB) (CM10200); 30,00 UNIDADE DE MOUSE ÓPTICO (COM FIO; 1600 DPI) (CM10219); LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SANTA CATARINA - CINCATARINA, CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 082/2019 - CINCATARINA, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2019 - CINCATARINA, DATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº -, AT-PCN-14699			
6717	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14 - 102 - Recursos Próprios - Saúde
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE COMPLEMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015. VIAGEM TRANSFERIDA PARA O DIA 09/11/2019 DESTINO ALTERADO PARA FLORIANÓPOLIS.			
6718	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.30.01 - 102 - Recursos Próprios - Saúde
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE ADIANTAMENTO/COMBUSTÍVEL PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 5764, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.			
6719	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14 - 102 - Recursos Próprios - Saúde
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.			
6720	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.30.01 - 102 - Recursos Próprios - Saúde
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE ADIANTAMENTO/COMBUSTÍVEL PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 5764, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.			
6721	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14 - 102 - Recursos Próprios - Saúde
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.			
6722	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14 - 102 - Recursos Próprios - Saúde
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.			
6723	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14 - 102 - Recursos Próprios - Saúde
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.			
6724	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14 - 102 - Recursos Próprios - Saúde
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.			
6725	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14 - 102 - Recursos Próprios - Saúde
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA TRANSPORTAR EXAMES BIOLÓGICOS E DOCUMENTOS DAS VIGILÂNCIAS SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA PARA CHAPECÓ, CONFORME DECRETO Nº 5778, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2013.			
6726	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14 - 102 - Recursos Próprios - Saúde
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.			
6727	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14 - 102 - Recursos Próprios - Saúde
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.			
6728	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14 - 102 - Recursos Próprios - Saúde
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.			
6729	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14 - 102 - Recursos Próprios - Saúde
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA ACOMPANHAR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.			
6730	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.14.14 - 102 - Recursos Próprios - Saúde
Objeto: VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD. EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 6408, DE 20 DE MAIO DE 2015.			

Prefeitura Municipal de Cacador				Usuário:Edimar Scambara	Página		
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Cacador/ SC				Chave de autenticação:1563-1140-504	53 / 59		
CNPJ: 83.074.302/0001-31							
Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão - Mensal/Diário - Completo							
Data	Nº Emp.	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Credor/Fornecedor	Valor (R\$)
Objeto:	6731	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	194 - 3.3.90.30.17	138 - Transferências do SUS - União	15238 - VALE COMERCIAL DE MATERIAL PARA ESCRITÓRIO E	2.710,00
	UNIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DE CACADOR; 10,00 UNIDADE DE DISCO RÍGIDO (FATOR DE FORMA: 3,5"; ARMAZENAMENTO: 01TB) (CIM10193); LICIT. AÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSORCIO INTERFEREDATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0021/2019 - CINCATARINA, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0015/2019 - CINCATARINA, ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº . AT19CINI4757						875,00
	6732	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	199 - 3.3.90.14.14	138 - Transferências do SUS - União	10221 - NARA, TESCOE	875,00
	VALOR PAGAMENTO DE DIÁRIA A SERVIDOR PARA PARTICIPAR DA OFICINA PARA FORMAÇÃO DE GRUPOS DE AUTOCUIDADO EM HANSENÍASE, A REALIZAR-SE NOS DIAS 04, 05 E 06 DE NOVEMBRO DE 2019 EM FLORIANÓPOLIS, CONFORME DECRETO MUNICIPAL Nº 578, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2013.						4.565,00
	6733	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	194 - 3.3.90.30.10	138 - Transferências do SUS - União	15396 - DENTEMED EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS LTDA	4.565,00
Objeto:	UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE - 11,00 UNIDADE DE CÂMERA ODONTOLÓGICA DE ALTA ROTAÇÃO, ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIM10380); 11,00 UNIDADE DE MICROTORNO ODONTOLÓGICO, ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIM10495); LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSORCIO INTERFEREDATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0033/2019 - CINCATARINA, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0025/2019 - CINCATARINA, ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº . AT19CINI9440						608,88
	6734	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	194 - 3.3.90.30.09	138 - Transferências do SUS - União	15478 - METALIC MEDICAL PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	608,88
	PARA USO NAS USBS - 4,00 UNIDADE DE BANQUETEIAI BANCIO / PICOVO GINATÓRIO, ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIM10748); LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSORCIO INTERFEREDATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0023/2019 - CINCATARINA, ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº . AT19CINI8936						130,00
	6735	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.30.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	13447 - ANTONIEL METSALIN BRANCO	130,00
	VALOR PAGAMENTO DE ADIANTAMENTO/COMBUSTIVEL PARA CONDUZIR PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS, CONFORME DECRETO Nº 5764, DE 25 DE OUTUBRO DE 2013.						100,20
Objeto:	6736	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	194 - 3.3.90.30.36	138 - Transferências do SUS - União	15285 - ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	100,20
	PARA USO NAS USBS; 30,00 UNIDADE DE SONDA POLEY, COM DUAS VIAS, FEITA EM LÁTEX, COM SUPERFÍCIE SILICONIZADA, BALÃO VOLUMÉTRICO DE 30CC, INFORMAÇÕES TÉCNICAS GRAVADAS NO FUNIL DE DRENAGEM DE FORMA NÍTIDA E PERMANENTE, VALVULA DE FÁCIL MANIPULAÇÃO, PERFEITA QUALIDADE, ESTÉRIL, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, COM ABERTURA ASSÉPTICA, CONTEUDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO E DATA DA ESTERILIZAÇÃO, VALIDADE, NÚMERO DO LOTE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. DISPONÍVEIS NOS TAMANHOS 12, 14, 18, 20, 22 E 24. NA CONTRATAÇÃO SERÁ INFORMADA O TAMANHO QUE DEVERÁ SER FORNECIDA. (CIM7358); 15,00 CAIXA DE HASTES FLEXÍVEIS COM PONTAS DE ALGODÃO, CAIXA COM 150 UNIDADES. (CIM808); LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSORCIO INTERFEREDATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0027/2019 - CINCATARINA, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0214/2019 - CINCATARINA, ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº . AT19CINI7651						4.050,00
	6737	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	346 - 3.3.90.32.02	338 - Superávits Transferências do SUS - União	1402 - DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	4.050,00
	AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS: 1500,00 COMPRIMENTO DE CARBONATO DE LÍTRIO, 300 MG, (CIM5349); LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSORCIO INTERFEREDATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0017/2019 - CINCATARINA, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0013/2019 - CINCATARINA, ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº . AT19CINI0410						102,00
	6738	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	346 - 3.3.90.32.02	338 - Superávits Transferências do SUS - União	10435 - MEDILAR IMP. DISTR. DE PRODUTOS MED. HOSP.LTDA	102,00
Objeto:	AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS: 30,00 FRASCO DE BANTIDITINA CLORIDRATO, 15 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL, FRASCO COM 120 ML. (CIM9392); LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSORCIO INTERFEREDATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0017/2019 - CINCATARINA, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0013/2019 - CINCATARINA, ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº . AT19CINI1034						120,00
	6739	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	193 - 3.3.90.39.22	102 - Recursos Próprios - Saúde	2083 - COSEHS - CONSELHO SECRET. MUNIC DE SAÚDE	120,00
	PAGAMENTO DE INSCRIÇÃO PARA O 7.º CONGRESSO DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE NO CENTRO SERRA EM LAGES SC NOS DIAS 06 A 08 DE NOVEMBRO/2019. SERVIDORA: YANA KUTCHER.						751,12
	6740	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	346 - 3.3.90.32.02	338 - Superávits Transferências do SUS - União	1745 - PRONEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	751,12
	AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS: 800,00 FRASCO DE IBUPROFENO, 50 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL, FRASCO COM 30 ML. (CIM9134); LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSORCIO INTERFEREDATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0017/2019 - CINCATARINA, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0013/2019 - CINCATARINA, ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº . AT19CINI1104						1.381,80
Objeto:	6741	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	346 - 3.3.90.32.02	338 - Superávits Transferências do SUS - União	1402 - DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA	1.381,80
	AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS: 4200,00 COMPRIMENTO DE FURUSEMIDA, 40 MG, (CIM502); LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSORCIO INTERFEREDATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0007/2019 - CINCATARINA, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0013/2019 - CINCATARINA, ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº . AT19CINI21750						470,00
	6742	Estimativa	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	346 - 3.3.90.32.02	338 - Superávits Transferências do SUS - União	1151 - CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS	470,00
	AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS: 5000,00 COMPRIMENTO DE METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 10 MG, (CIM9056); LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CONSORCIO INTERFEREDATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, CNPJ Nº 12.075.748/0001-32 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0017/2019 - CINCATARINA, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0013/2019 - CINCATARINA, ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº . AT19CINI1367						54.210,48
	6743	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	189 - 3.1.90.11.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	54.210,48
Objeto:	FOLHA LIQUIDA 10/2019.						90.206,04
	Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento						90.206,04
	6744	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	200 - 3.1.90.11.01	138 - Transferências do SUS - União	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	90.206,04
	FOLHA LIQUIDA 10/2019.						325,75
	Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento						325,75
Objeto:	6745	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	345 - 3.1.90.11.01	338 - Superávits Transferências do SUS - União	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	43.483,49
	FOLHA LIQUIDA 10/2019.						43.483,49
	6746	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	363 - 3.1.90.11.01	167 - Transferências do SUS - Estado	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	76.924,93
	FOLHA LIQUIDA 10/2019.						76.924,93
	Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento						76.924,93
Objeto:	6747	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	203 - 3.1.90.11.01	138 - Transferências do SUS - União	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	737.515,29
	FOLHA LIQUIDA 10/2019.						737.515,29
	Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento						737.515,29
	6748	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	189 - 3.1.90.11.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	191.324,82
	FOLHA LIQUIDA 10/2019.						191.324,82
Objeto:	6749	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	200 - 3.1.90.11.01	138 - Transferências do SUS - União	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	43.489,75
	FOLHA LIQUIDA 10/2019.						43.489,75
	Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento						43.489,75
	6750	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	200 - 3.1.90.11.01	138 - Transferências do SUS - União	13050 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	43.489,75
	FOLHA LIQUIDA 10/2019.						43.489,75


Prefeitura Municipal de Cacador					Usuário: Edimar Scambara	Página
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Cacador/ SC					Chave de autenticação: 1563-1140-504	54 / 59
CNPJ: 83.074.302/0001-31					http://www.cacador.sc.gov.br	
Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão - Mensal/ Diário - Completo						
Data	Nr Emp.	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Valor (R\$)
Objeto: FOLHA LIQUIDA 10/2019.						
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento						
6751	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		343 - 3.1.90.11.01	138 - Transferências do SUS - União	200.000,00
Objeto: FOLHA LIQUIDA 10/2019.						
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento						
6752	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		189 - 3.1.90.11.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	17.219,14
Objeto: FOLHA LIQUIDA 10/2019.						
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento						
6753	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		189 - 3.1.90.94.07	102 - Recursos Próprios - Saúde	250.213,07
Objeto: FOLHA LIQUIDA 10/2019.						
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento						
6754	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		200 - 3.1.90.94.07	138 - Transferências do SUS - União	27.880,73
Objeto: FOLHA LIQUIDA 10/2019.						
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento						
6755	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		189 - 3.1.90.11.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	12.103,01
Objeto: FOLHA LIQUIDA 10/2019.						
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento						
6756	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		200 - 3.1.90.11.01	138 - Transferências do SUS - União	50.505,12
Objeto: FOLHA LIQUIDA 10/2019.						
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento						
6757	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		203 - 3.1.90.11.01	138 - Transferências do SUS - União	25.480,88
Objeto: FOLHA LIQUIDA 10/2019.						
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento						
6758	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		189 - 3.1.90.11.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	377.031,44
Objeto: FOLHA LIQUIDA 10/2019.						
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento						
6759	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		200 - 3.1.90.11.01	138 - Transferências do SUS - União	13.746,95
Objeto: FOLHA LIQUIDA 10/2019.						
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento						
6760	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		189 - 3.1.90.11.01	102 - Recursos Próprios - Saúde	82.238,34
Objeto: FOLHA LIQUIDA 10/2019.						
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento						
6761	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		189 - 3.1.90.94.07	102 - Recursos Próprios - Saúde	26.943,80
Objeto: FOLHA LIQUIDA 10/2019.						
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento						
6762	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		200 - 3.1.90.94.07	138 - Transferências do SUS - União	1.569,00
Objeto: FOLHA LIQUIDA 10/2019.						
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento						
6763	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		203 - 3.1.90.94.07	138 - Transferências do SUS - União	83,77
Objeto: FOLHA LIQUIDA 10/2019.						
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento						
6764	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		201 - 3.1.91.13.03	138 - Transferências do SUS - União	9.159,14
Objeto: ENCARGOS 10/2019.						
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento						
6765	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		190 - 3.1.91.13.03	102 - Recursos Próprios - Saúde	212.443,72
Objeto: ENCARGOS 10/2019.						
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento						
6766	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		201 - 3.1.91.13.03	138 - Transferências do SUS - União	1.769,38
Objeto: ALÍQUOTA 4,25% 10/2019						
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento						
6767	Ordinário	4001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		190 - 3.1.91.13.03	102 - Recursos Próprios - Saúde	1.769,38
Objeto: ALÍQUOTA 4,25% 10/2019						
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento						
						41.040,26
Total do Dia:						2.734.108,10
Total do Mês:						3.475.519,18

Prefeitura Municipal de Caçador				Usuário:Edimar Scambara		Página	
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC				Chave de autenticação:1563-1140-504		55 / 59	
CNPJ: 83.074.302/0001-31							
Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão - Mensal/ Diário - Completo							
Data	Nr Emp.	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Credor/Fornecedor	Valor (R\$)
Unidade Gestora: Fundo Municipal de Assistência Social							3.475.519,18
14552 - DARCI DOS SANTOS PONTES 03418299946							
14552 - DARCI DOS SANTOS PONTES 03418299946							
14552 - DARCI DOS SANTOS PONTES 03418299946							
14552 - DARCI DOS SANTOS PONTES 03418299946							
14552 - DARCI DOS SANTOS PONTES 03418299946							
14552 - DARCI DOS SANTOS PONTES 03418299946							
1769 - UNIDAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA							
887 - PAULO EDUARDO ESTANISLOVSKI							
UTILIZADAS NAS ELEIÇÕES DOS CONSELHEIROS							
8373 - HERMES HUÇULAK CARNEIRO							
UTILIZADAS NAS ELEIÇÕES DOS CONSELHEIROS							
8373 - HERMES HUÇULAK CARNEIRO							
UTILIZADA EM VIAGEM PARA REALIZAR A							
9579 - FACISC - FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS							
1126 - OI S.A.							
1921 - DETRAN TRANSITO							
1921 - DETRAN TRANSITO							
1921 - DETRAN TRANSITO							
15446 - LORECI DOS SANTOS(AUXILIO FUNERAL)							
806 - FRANÇA & CIA LTDA- EPP							
4046 - AUTO ELÉTRICA XAVENZ LTDA - ME							
4046 - AUTO ELÉTRICA XAVENZ LTDA - ME							
14267 - SANTELMO COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS							
5227 - LANCHONETE E RESTAURANTE CACHEIRA LTDA							
Total do Dia:							29.355,61
10886 - SIROLMIMP-SIMIONATO PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA-							
9824 - STANG E STANG LTDA							
15458 - SALETE APARECIDA LOPES (AUXILIO FUNERAL)							
7414 - RAFAEL NUNES							

Prefeitura Municipal de Caçador				Usuário:Edimar Sombara Chave de autenticação:1563-1140-504		Página 56 / 59
Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 administraçao@caçador.sc.gov.br http://www.caçador.sc.gov.br						
Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão - Mensal/Diário - Completo						
Data	Nr Emp.	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Credor/Fornecedor
Objeto: Pela despesa empenhada ref. 1 diário no valor de R\$ 160,00 (cento e sessenta reais) para o funcionário Rafael Nunes, pois o mesmo estará realizando o transporte de outros colaboradores da prefeitura ate o município de Florianópolis - SC para participarem de Capacitação do CadÚnico.						
692	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		255 - 3.3.90.30.01	135 - Transferências SUAS/União	7414 - RAFAEL NUNES
Objeto: Pela despesa empenhada ref. 1 adiantamento para combustível no valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) para o funcionário Rafael Nunes, pois o mesmo estará realizando o transporte de outros colaboradores da prefeitura ate o município de Florianópolis - SC para participarem de Capacitação do CadÚnico.						
693	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		255 - 3.3.90.14.14	135 - Transferências SUAS/União	15460 - DANIELE DE PAULA ZALUSKI
Objeto: Pela despesa empenhada ref. 2 diárias no valor de R\$320,00 (trezentos e vinte reais) para funcionária Daniele de Paula Zalusk visto que a mesma estará em capacitação do Cadastro Único no município de Florianópolis - SC.						
694	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		255 - 3.3.90.14.14	135 - Transferências SUAS/União	15461 - MARISOL DE SANTANA NEVES
Objeto: Pela despesa empenhada ref. 2 diárias no valor de R\$320,00 (trezentos e vinte reais) para funcionária Daniele de Paula Zalusk visto que a mesma estará em capacitação do Cadastro Único no município de Florianópolis - SC.						
25/10/2019				250 - 3.3.90.39.72	100 - Recursos Ordinários	Total do Dia:
Objeto: AQUISIÇÃO DE CRÉDITOS PARA VALES TRANSPORTES DESTINADO AOS SERVIDORES MUNICIPAIS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRA NR. 42793.						
696	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		318 - 3.3.90.14.14	335 - Superávit Transferências SUAS/União	5152 - LUCIANA MARQUES
Objeto: Pela despesa empenhada ref. 1 diário no valor de R\$180,00 (cento e oitenta reais) para funcionária Luciana Marques visto que a mesma estará em capacitação no município de Chapeco - SC.						
697	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		318 - 3.3.90.14.14	335 - Superávit Transferências SUAS/União	13985 - GRAZIELA WAGNER DA COSTA BENDER
Objeto: Pela despesa empenhada ref. 1 diário no valor de R\$180,00 (cento e oitenta reais) para funcionária Graziela Wagner da Costa Bender visto que a mesma estará em capacitação no município de Chapeco - SC.						
698	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		318 - 3.3.90.14.14	335 - Superávit Transferências SUAS/União	8373 - HERMES HUQUAK CARNEIRO
Objeto: Pela despesa empenhada ref. 1 diário no valor de R\$120,00 (cento e vinte reais) para o funcionário Hermes Huquak Carneiro, pois o mesmo estará realizando o transporte de outros colaboradores da prefeitura que participaram de Capacitação no município de Chapeco - SC.						
699	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		318 - 3.3.90.30.01	335 - Superávit Transferências SUAS/União	8373 - HERMES HUQUAK CARNEIRO
Objeto: Pela despesa empenhada ref. adiantamento no valor de R\$200,00 (duzentos reais) para o funcionário Hermes Huquak Carneiro, pois o mesmo estará realizando o transporte de outros colaboradores da prefeitura que participaram de Capacitação no município de Chapeco - SC.						
700	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		255 - 3.3.90.14.14	135 - Transferências SUAS/União	7414 - RAFAEL NUNES
Objeto: Pela despesa empenhada ref. 1 diário no valor de R\$ 160,00 (cento e sessenta reais) para o funcionário Rafael Nunes, pois o mesmo estará realizando o transporte de outros colaboradores da prefeitura que participaram de Capacitação do CadÚnico. Realizado no município de Florianópolis-SC.						
701	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		255 - 3.3.90.30.01	135 - Transferências SUAS/União	7414 - RAFAEL NUNES
Objeto: Pela despesa empenhada ref. adiantamento para combustível no valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) para o funcionário Rafael Nunes, pois o mesmo estará realizando o transporte de outros colaboradores da prefeitura que participaram de Capacitação do CadÚnico. Realizado no município de Florianópolis-SC.						
702	Estimativa	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		223 - 3.3.90.39.99	135 - Transferências SUAS/União	13524 - LUCAS CASTILHO 00908645902
Objeto: Aquisição de copias de chaves e concertos de fechaduras para o CRAS						
703	Estimativa	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		223 - 3.3.90.39.99	135 - Transferências SUAS/União	7670 - SYSMATEC COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA.
Objeto: Teste de disco, reparo de sistema operacional e limpeza conforme Solicitação de Compra Nº 67012						
704	Estimativa	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		223 - 3.3.90.30.07	135 - Transferências SUAS/União	14267 - SATELMO COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS
Objeto: AQUISIÇÃO DE LANCHES DESTINADOS AOS USUÁRIOS ATENDIDOS PELOS CRAS (MARTELLO E NORTE), CONFORME SOLICITAÇÕES DE COMPRAS Nº 67008 E 67009						
31/10/2019				250 - 3.3.90.08.03	100 - Recursos Ordinários	Total do Dia:
Objeto: PELA DESPESA EMPENHADA REF. AUXÍLIO NATALIDADE - JOAQUIM DOS SANTOS CFME RESOLUÇÕES CMAS nºs 08/2017 E LEI 3331/2016 (SEÇÕES III E IV) DO SUAS(CAÇADOR).						
705	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		223 - 3.3.90.39.72	135 - Transferências SUAS/União	1414 - AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA
Objeto: AQUISIÇÃO DE VALES TRANSPORTES DESTINADO AOS USUÁRIOS DO PROGRAMA CRAS, CONFORME REQUISIÇÃO Nº 67013						
707	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		223 - 3.3.90.39.19	135 - Transferências SUAS/União	806 - FRANÇA & CIA LTDA- EPP
Objeto: Consentimento de pneu do Veículo Uno placa QIE-7510 (otado na CRAS						
708	Estimativa	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		223 - 3.3.90.39.19	135 - Transferências SUAS/União	806 - FRANÇA & CIA LTDA- EPP
Objeto: Conserto de pneu do Veículo Uno placa QID-5170 (otado na CRAS						
709	Estimativa	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		243 - 3.3.90.30.99	135 - Transferências SUAS/União	369 - VW COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
Objeto: Aquisição de material de limpeza para a Casa de Passagem conforme Solicitação de Compras Nº 67014						
710	Estimativa	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		243 - 3.3.90.30.07	135 - Transferências SUAS/União	13704 - CATARINENSE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME
Objeto: Aquisição de material de limpeza para a Casa de Passagem conforme Solicitação de Compras Nº 67015						
711	Estimativa	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		243 - 3.3.90.30.07	135 - Transferências SUAS/União	14267 - SATELMO COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS
Objeto: AQUISIÇÃO DE LANCHES DESTINADOS AOS USUÁRIOS ATENDIDOS PELO CRAS, CONFORME REQUISIÇÃO Nº 67007						
712	Estimativa	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		255 - 3.3.90.30.07	135 - Transferências SUAS/União	14267 - SATELMO COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS
Objeto: AQUISIÇÃO DE LANCHES DESTINADOS A XII CONFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME SOLICITAÇÃO DE Compras Nº 67006						
713	Estimativa	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		255 - 3.3.90.30.16	135 - Transferências SUAS/União	15366 - NM TECH COMERCIO E SERVIÇOS DE SUPRIMENTOS
Objeto: AQUISIÇÃO DE TONER PARA O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA CONFORME REQUISIÇÃO Nº 67020						
714	Estimativa	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		253 - 3.3.90.30.07	135 - Transferências SUAS/União	14267 - SATELMO COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS
Objeto: AQUISIÇÃO DE LANCHE PARA REUNIÃO DO COGEMA A SER REALIZADA NO DIA 05/11/2019, RECURSO FEDERAL DESPESA 253						
715	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		250 - 3.3.90.08.03	100 - Recursos Ordinários	15476 - JESSICA DE BARROS TIBES (AUXÍLIO NATALIDADE)
Objeto: AQUISIÇÃO DE LANCHE PARA REUNIÃO DO COGEMA A SER REALIZADA NO DIA 05/11/2019, RECURSO FEDERAL DESPESA 253						
716	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		250 - 3.3.90.36.07	100 - Recursos Ordinários	13051 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE
Objeto: AQUISIÇÃO DE LANCHE PARA REUNIÃO DO COGEMA A SER REALIZADA NO DIA 05/11/2019, RECURSO FEDERAL DESPESA 253						
716	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		250 - 3.3.90.36.07	100 - Recursos Ordinários	13051 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE


<div>  <div> Prefeitura Municipal de Caçador Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31 http://www.cacador.sc.gov.br </div> </div>					Usuário: Edimar Scambara Chave de autenticação: 1563-1140-504	Página 57 / 59
Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão - Mensal/Diário - Completo						
Data	Nr Emp.	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Credor/Fornecedor
Objeto: FOLHA DE PAGAMENTO ESTAGIÁRIOS 10/2019.						
7/7	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		247 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Ordinários	13051 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE
Objeto: FOLHA LIQUIDA 10/2019.						
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento						
7/8	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		247 - 3.1.90.94.07	100 - Recursos Ordinários	13051 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE
Objeto: FOLHA LIQUIDA 10/2019.						
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento						
7/9	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		247 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Ordinários	13051 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE
Objeto: FOLHA RETIDA 10/2019.						
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento						
7/0	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		247 - 3.1.90.94.07	100 - Recursos Ordinários	13051 - FOLHA DE PAGAMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE
Objeto: FOLHA RETIDA 10/2019.						
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento						
7/21	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		248 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID
Objeto: ENCARGOS 10/2019.						
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento						
7/22	Ordinário	5001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		248 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID
Objeto: ALÍQUOTA 4,25% 10/2019						
Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento						
Unidade Gestora: Fundo Municipal de Habitação						
09/10/2019	17	Ordinário	6001 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	264 - 3.3.90.14.14	100 - Recursos Ordinários	14149 - ADMAR NHOATTO
Objeto: MEIA DIÁRIA PARA O DIRETOR DE HABITAÇÃO ADMAR NHOATTO PARA PARTICIPAR DE EVENTO SEJADO NA CAIXA ECONOMICA FEDERAL DE CHAPECO-SC						
29/10/2019						
20	Estimativa	6001 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO		264 - 3.3.90.39.99	100 - Recursos Ordinários	6772 - OTTIMIZZARE ENGENHARIA INDUSTRIA COMERCIO
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE, CARPINTERIA, DESTINADOS A HABITAÇÃO, CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRAS Nº 67011						
Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saneamento Ambiental de Caçador						
18/10/2019	1	Estimativa	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL	373 - 3.3.90.39.81	206 - Recursos Arrecadados por Fundos	7656 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Objeto: DESPESA REFERENTE A TARIFAS DE MOVIMENTAÇÕES BANCÁRIAS, REFERENTE AOS MESES DE AGOSTO E SETEMBRO DE 2019.						
21/10/2019						
2	Estimativa	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL		373 - 3.3.90.39.17	206 - Recursos Arrecadados por Fundos	5294 - LEAO POCOS ARTESIANOS LTDA
Objeto: CONSORCIO DE BOMBA SUBMERSA EM POÇO ARTESIANO NA LOCALIDADE DE ADOLFO KONDER CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRA NR 33993.						
31/10/2019						
3	Ordinário	11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL		373 - 3.3.90.39.81	206 - Recursos Arrecadados por Fundos	7656 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Objeto: PELA DESPESA EMPENHADA REF. TARIFAS BANCÁRIAS CFME EXTRATO C/C 69-8 REFERENTE O MÊS DE OUTUBRO.						
Unidade Gestora: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano						
11/10/2019	120	Estimativa	16001 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR	282 - 3.3.90.39.69	100 - Recursos Ordinários	1130 - GENTE SEGURADORA SA
Objeto: SEGURO CONTRA TERCEIROS - RCF PARA O VEICULO HHO-7936 CONFORME SOLICITAÇÃO DE COMPRA NR 48372.						
18/10/2019						
121	Estimativa	16001 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR		282 - 3.3.90.30.99	100 - Recursos Ordinários	369 - VW COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
Objeto: AQUISIÇÃO DE 13 BOMBAS DE ÁGUA DE 20 LITROS PARA O IPPUC.						
31/10/2019						
122	Ordinário	16001 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR		282 - 3.3.90.36.07	100 - Recursos Ordinários	13055 - FOLHA DE PAGAMENTO - IPPUC - INST. DE PESQUISA E
Objeto: FOLHA DE PAGAMENTO ESTAGIÁRIOS 10/2019						

Prefeitura Municipal de Caçador					Usuário:Edimar Scambara Chave de autenticação:1563-1140-504		Página 58 / 59
Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão - Mensal/Diário - Completo							
Data	Nº Emp.	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Credor/Fornecedor	Valor (R\$)
Objeto:	123	Ordinário	16001 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR	279 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Ordinários	13055 - FOLHA DE PAGAMENTO - IPPUC - INST. DE PESQUISA E	76.328,61
	Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento						
Objeto:	124	Ordinário	16001 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR	279 - 3.1.90.11.01	100 - Recursos Ordinários	13055 - FOLHA DE PAGAMENTO - IPPUC - INST. DE PESQUISA E	22.426,17
	Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento						
Objeto:	125	Ordinário	16001 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR	280 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	14.029,13
	Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento						
Objeto:	126	Ordinário	16001 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CAÇADOR	280 - 3.1.91.13.03	100 - Recursos Ordinários	7684 - IPASC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVID	2.710,17
	Criado automaticamente pela contabilização da Folha de Pagamento						
Total do Dia: 118.563,52							
Total do Mês: 118.985,35							
Total da Unidade Gestora: 118.985,35							
Unidade Gestora: Fundo de Assistência Médica e Hospitalar dos Servidores Públicos de Caçador							
Objeto:	23	Ordinário	8001 - FAMPEC - CAÇADOR	284 - 3.3.90.39.99	20 - Recursos do Fmpec	14095 - AGENED SAÚDE S/A	35.539,08
	Pela despesa empenhada ref. atos não cooperativos incorridos através do Plano de Assistência à Saúde, na modalidade pré-pagamento registrado na ANS, de abrangência no mínimo estadual, regime ambulatorial, hospitalar, cirurgia e obstetrícia, exames simples e complementares e de alta complexidade, serviços auxiliares de diagnóstico em geral, atendimento de urgência e emergência e terapêuticas em geral e internações, em acomodação coletiva, com participação nas consultas médicas e internações, para os servidores, atos e inativos do Município de Caçador e seus dependentes						
Objeto:	24	Ordinário	8001 - FAMPEC - CAÇADOR	284 - 3.3.90.93.02	20 - Recursos do Fmpec	15405 - GILVANA APARECIDA GONÇALVES	205,42
	PELA DESPESA EMPENHADA REF. RESTITUIÇÃO DE VALORES DESCONTADOS EM FOLHA INDEVIDAMENTE EM FAVOR DO FAMPEC - MÊS DE AGOSTO/2019. PROTOCOLO Nº 24.191/2019						
Total do Dia: 35.744,50							
Total do Mês: 35.744,50							
Total da Unidade Gestora: 35.744,50							
Unidade Gestora: IPASC - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador							
Objeto:	342	Global	9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR	294 - 3.3.90.39.77	75 - Taxa de Administração RPPS	247 - PATRIMONIAL SEGURANÇA LTDA - MATRIZ	5.266,80
	PROCESSO 12/2019: EMPENHO DE DESPESA REFERENTE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO 24 HORAS.						
Objeto:	343	Ordinário	9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR	294 - 3.3.90.39.48	75 - Taxa de Administração RPPS	15455 - ASSOCIAÇÃO PARAIBANA DE REGIMES PRÓPRIOS DE	5.266,80
	EMPENHO DE DESPESA REFERENTE 01 INSCRIÇÃO DA CONTADORA NO CURSO DE CONTABILIDADE APLICADA PARA CONTADORES DE RPPS, A SER REALIZADO NOS DIAS 07 E 08 DE NOVEMBRO NA CIDADE JOÃO PESSOA/PB.						
Objeto:	344	Ordinário	9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR	294 - 3.3.90.39.56	75 - Taxa de Administração RPPS	15150 - MUNIR CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA	300,00
	EMPENHO DE DESPESA REFERENTE SERVIÇO DE PERÍCIA MÉDICA						
Objeto:	345	Ordinário	9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR	294 - 3.3.90.30.16	75 - Taxa de Administração RPPS	14341 - COMERCIAL ATACADISTA SOL MIO LTDA-ME	1.503,24
	EMPENHO DE DESPESA REFERENTE AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE						
Objeto:	346	Ordinário	9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR	294 - 3.3.90.30.99	75 - Taxa de Administração RPPS	14341 - COMERCIAL ATACADISTA SOL MIO LTDA-ME	151,85
	EMPENHO DE DESPESA REFERENTE AQUISIÇÃO OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO						
Objeto:	347	Ordinário	9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR	295 - 4.4.90.52.32	75 - Taxa de Administração RPPS	14341 - COMERCIAL ATACADISTA SOL MIO LTDA-ME	598,00
	EMPENHO DE DESPESA REFERENTE COMPRA DE ENCAMINHADORA MANUAL						
Objeto:	348	Ordinário	9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR	294 - 3.3.90.30.16	75 - Taxa de Administração RPPS	7796 - NELSON TOMASI EPP	214,80
	EMPENHO DE DESPESA REFERENTE AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE						
Objeto:	349	Ordinário	9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR	294 - 3.3.90.30.16	75 - Taxa de Administração RPPS	15445 - FABELSUL COMERCIO DE SUPRIMENTOS LTDA	316,97
	EMPENHO DE DESPESA REFERENTE AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE						
Objeto:	350	Ordinário	9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR	294 - 3.3.90.39.74	75 - Taxa de Administração RPPS	15445 - FABELSUL COMERCIO DE SUPRIMENTOS LTDA	35,00
	EMPENHO DE DESPESA REFERENTE ENTREGA DE MERCADORIAS						
Total do Dia: 3.619,86							
Objeto:	351	Ordinário	9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR	294 - 3.3.90.40.08	75 - Taxa de Administração RPPS	319 - LUIZ CANDIDO CEOLLA - ME	470,00
	EMPENHO DE DESPESA REFERENTE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA PARA COMPUTADORES E NOTEBOOK DO IPASC						
Objeto:	352	Ordinário	9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR	295 - 4.4.90.52.35	75 - Taxa de Administração RPPS	319 - LUIZ CANDIDO CEOLLA - ME	320,00
	EMPENHO DE DESPESA REFERENTE AQUISIÇÃO MATERIAL DE INFORMÁTICA PARA COMPUTADOR						
Objeto:	353	Ordinário	9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR	294 - 3.3.90.30.15	75 - Taxa de Administração RPPS	1428 - COMERCIO DE EMBALAGENS CAÇADOR LTDA - EPP	38,60
	EMPENHO DE DESPESA REFERENTE AQUISIÇÃO DE COMPRA DE MATERIAIS PARA FESTIVIDADES E HOMEMAGENS						

 Prefeitura Municipal de Caçador Avenida Santa Catarina, 195 - Centro - 89.500-124 - Caçador/ SC CNPJ: 83.074.302/0001-31				administracao@cacador.sc.gov.br http://www.cacador.sc.gov.br				Usuário: Edimar Scambara Chave de autenticação: 1563-1140-504	Página 59 / 59
Relação de Empenhos Emitidos por Data de Emissão - Mensal/ Diário - Completo									
Data		Nr Emp.	Espécie	Unidade Orçamentária	Despesa	Fonte de Recursos	Credor/Fornecedor	Valor (R\$)	
24/10/2019		354	Ordinário	9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR	294 - 3.3.90.30.07	75 - Taxa de Administração RPPS	147 - IVONICE TERESINHA PIERDONA	828,60 168,00	
Objeto:				EMPENHO DE DESPESA REFERENTE AQUISIÇÃO GALÕES DE ÁGUA DE 20 LITROS PARA SEDE DO IPASC.					
355		Ordinário	9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR	294 - 3.3.90.40.08	75 - Taxa de Administração RPPS	65 - EVELIZE MARIA BARZOTTO AGUIAR ME		300,00	
Objeto:				EMPENHO DE DESPESA REFERENTE SERVIÇOS DE CONSERTO DE IMPRESSORA DA SALA DE BENEFÍCIOS					
25/10/2019		356	Global	9001 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR	294 - 3.3.90.39.56	75 - Taxa de Administração RPPS	15150 - MUNIR CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA	468,00 138.999,00	
Objeto:				PROCESSO 11/2019: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA ELABORAÇÃO DE PERÍCIAS MÉDICAS A SEREM REALIZADAS EM BENEFICIÁRIOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICO MUNICIPAIS DE CAÇADOR (SEGURADOS ATIVOS, INATIVOS E DEPENDENTES MAIORES INVALIDOS), SOB A GESTÃO DO IPASC.					
Total do Dia:								138.999,00	
Total do Mês:								149.482,26	
Total da Unidade Gestora:								149.482,26	
Total Geral:								13.578.591,07	

TERMO ACORDO PARCELAMENTO IPASC 2019

Publicação Nº 2216886



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

1. IDENTIFICAÇÃO DO PLANO	
CNPJ: 83.074.302/0001-31	Número do acordo: 01368/2018
Ente: Prefeitura Municipal de Caçador / SC	Data de consolidação do Termo: 01/11/2019
Título: Parcelamento Contrib. Previd. Patronal, suplementar e aportes financeiros de 10/2017 a 09/2018	Data de assinatura do Termo: 04/11/2019
Lei autorizativa do parcelamento: Lei nº 3.485 de 13 de dezembro 2018	Data de vencimento da 1ª 10/12/2019
2. RESULTADO DA RUBRICA	
Rubrica: Contribuição Patronal	
Competência: Inicial: 10/2017 Final: 09/2018	Quantidade de Parcelas: 60
Diferença apurada: 8.885.026,76	Diferença apurada atualizada: 10.220.586,86
Valor da parcela na data de consolidação: 170.343,11	
Critérios de atualização para consolidação do débito:	
Índice: IPCA	Taxa de juros: 0,50 am
	Tipo de juros: Simples
Critérios de atualização das parcelas vincendas:	
Índice: IPCA	Taxa de juros: 0,50 am
	Tipo de juros: Simples
Critérios de atualização das parcelas vencidas:	
Índice: IPCA	Taxa de juros: 1,00 am
	Tipo de juros: Simples
	Multa: 1,00 %

01/11/19 12:04 v1.1



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

3. LANÇAMENTOS DA RUBRICA (VALORES INFORMADOS MANUALMENTE)

COMPETÊNCIA	DIFERENÇA APURADA	ÍNDICE(%)	VARIAÇÃO(%)	ATUALIZAÇÃO	JUROS PERC.(%)	JUROS	MULTA	DIFERENÇA ATUALIZADA
10/2017	434.011,54	0,42	7,10	30.814,82	12,00	55.779,16	4.340,12	524.945,64
11/2017	1.039.918,12	0,28	6,80	70.714,43	11,50	127.722,74	10.399,18	1.248.754,47
12/2017	230.374,90	0,44	6,33	14.582,73	11,00	26.945,34	2.303,75	274.206,72
13/2017	1.007.588,97		6,33	63.780,38	11,00	117.850,63	10.075,89	1.199.295,87
01/2018	0,00	0,29	6,03	0,00	10,50	0,00	0,00	0,00
02/2018	415.823,77	0,32	5,69	23.660,37	10,00	43.948,41	4.158,24	487.590,79
03/2018	415.615,92	0,09	5,59	23.232,93	9,50	41.690,64	4.156,16	484.695,65
04/2018	419.087,41	0,22	5,36	22.463,09	9,00	39.739,55	4.190,87	485.480,92
05/2018	419.004,97	0,40	4,94	20.698,85	8,50	37.374,82	4.190,05	481.268,69
06/2018	1.209.216,71	1,26	3,64	44.015,49	8,00	100.258,58	12.092,17	1.365.582,95
07/2018	924.060,02	0,33	3,29	30.401,57	7,50	71.584,62	9.240,60	1.035.286,81
08/2018	1.183.911,58	-0,09	3,39	40.134,60	7,00	85.683,23	11.839,12	1.321.568,53
09/2018	1.186.412,85	0,48	2,89	34.287,33	6,50	79.345,51	11.864,13	1.311.909,82
TOTAL:	8.885.026,76			418.786,59		827.923,23	88.850,28	10.220.586,86

01/11/19 12:04 v1.1

Página 2 de 3



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

4. ASSINATURAS

ENTE: Prefeitura Municipal de Caçador / SC - 83.074.302/0001-31

Representante Legal: 561.293.009-72 - Saulo Sperotto

Data: __/__/____ **Assinatura:** _____

UNIDADE GESTORA: IPASC - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - 04.272.905/0001-71

Representante Legal: 434.390.719-87 - Elizabeth Olsen

Data: __/__/____ **Assinatura:** _____

TESTEMUNHAS:

Nome: Karen Fernanda Ribeiro

Cargo: Contadora

CPF: 031.763.409-74

Nome: Michelle Eschenbach

Cargo: estagiária

CPF: 107.077.409-08

01/11/19 12:04 v1.1

Página 3 de 3

TERMO ACORDO PARCELAMENTO IPASC 2019

Publicação Nº 2216885

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 01368/2018)****DEVEDOR**

Ente Federativo/UF: Caçador/SC
Endereço: Avenida Santa Catarina
Bairro: Centro
Telefone: (049) 3666-2400
E-mail: prefeito@cacador.sc.gov.br
Representante legal: Saulo Sperotto
CPF: 561.293.009-72
Cargo: Prefeito
E-mail: prefeito@cacador.sc.gov.br

CNPJ: 83.074.302/0001-31
CEP: 89500-000
Fax: (049) 3563-0322
Complemento: Prefeito Municipal
Data início da gestão: 02/01/2017

CREDOR

Unidade Gestora: IPASC- Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos
Endereço: Travessa General Osório,52
Bairro: Centro
Telefone: (049) 3563-0216
E-mail: ipasccontabil@cacador.sc.gov.br
Representante legal: Elizabeth Olsen
CPF: 434.390.719-87
Cargo: Diretor
E-mail: ipasc@cacador.sc.gov.br

CNPJ: 04.272.905/0001-71
CEP: 89500-000
Fax: (049) 3563-0216
Complemento: Diretor Presidente
Data início da gestão: 14/06/2019

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei nº 3.485 de 13 de dezembro 2018 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo :

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O IPASC- Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipal de Caçador é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de Caçador da quantia de R\$ 10.220.586,86 (dez milhões e duzentos e vinte mil e quinhentos e oitenta e seis reais e oitenta e seis centavos), correspondentes aos valores de Contribuição Patronal devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 10/2017 a 09/2018, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de Caçador confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 10.220.586,86 (dez milhões e duzentos e vinte mil e quinhentos e oitenta e seis reais e oitenta e seis centavos), será pago em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 170.343,11 (cento e setenta mil e trezentos e quarenta e três reais e onze centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 170.343,11 (cento e setenta mil e trezentos e quarenta e três reais e onze centavos), vencerá em 10/12/2019 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irrevogável, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimos de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, e multa de 1,00% (um por cento), conforme Lei nº 3.485 de 13 de dezembro 2018.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acréscimo de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 01368/2018)**

desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 1,00% (um por cento).

Cláusula Quarta: DA VINCULAÇÃO DO FPM

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento dos valores:

- a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira;
- b) das contribuições previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas, na forma da legislação do ente.

A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer das seguintes situações: a) a infração de qualquer das cláusulas do termo; b) a falta de pagamento de 3 (três) prestações consecutivas ou alternadas; c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de abril de 2017, por 3 (três) meses consecutivos ou alternados.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irrevogável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Caçador - SC / 04/11/2019

Prefeitura Municipal de Caçador

Saulo Sperotto

IPASC- Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipal de Caçador

Elizabeth Olsen

Testemunhas:

Karen Fernanda Ribeiro
Contadora
CPF: 031.763.409-74
RG: 4288094

Michelle Eschembach
estagiária
CPF: 107.077.409-08
RG: 55469574

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 01368/2018)**

DECLARAÇÃO

Saulo Sperotto, Prefeito, DECLARA para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Parcelamento e Confissões de Débitos Previdenciários nº 01368/2018, firmado entre o/a Caçador e o IPASC- Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipal de Caçador em 04/11/2019, foi publicado em ____/____/____ no

() mural

() jornal _____ - Edição nº _____, de ____/____/____

() Diário Oficial do _____ - Edição nº _____, de ____/____/____

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Caçador, ____/____/____

Saulo Sperotto
Prefeito

AUTORIZAÇÃO PARA DÉBITO NA CONTA DE REPASSE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM

Anexo ao Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários

Acordo CADPREV nº	01368/2018	Data	01/11/2019
Valor consolidado	10.220.586,86	Valor da prestação inicial	170.343,11
Número prestações	60	Vencimento 1ª prestação	10/12/2019

DEVEDOR

Ente Federativo	Caçador/SC	CNPJ	83.074.302/0001-31
Representante Legal	Saulo Sperotto	CPF	561.293.009-72
Conta para débito	Banco do Brasil	Agência nº	0375-1
		Conta nº	3896-2

CREDOR

Unidade Gestora	IPASC- Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipal de Caçador	CNPJ	04.272.905/0001-71
Representante Legal	Elizabeth Olsen	CPF	434.390.719-87
Conta para crédito	Banco do Brasil	Agência nº	0375-1
		Conta nº	25124-0

1. O ente federativo acima qualificado, por intermédio de seu representante legal, na condição de devedor da Unidade Gestora de seu RPPS, na forma do Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários acima identificado, cientifica o Banco do Brasil de que, segundo o estabelecido na cláusula quarta do referido termo de acordo, ocorreu a vinculação dos valores do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento:

1.1 – das prestações acordadas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento;

1.2 – das contribuições previdenciárias não incluídas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento.

2. Desse modo, o ente federativo autoriza o Banco do Brasil a debitar na conta destinada às liberações do FPM e transferir para a conta da Unidade Gestora os valores não pagos no seu vencimento, enquanto estiver vigente e o termo de acordo, observado o seguinte procedimento:

2.1 – Decorridos 5 (cinco) dias do vencimento da prestação do acordo de parcelamento (item 1.1) ou 30 (trinta) dias do vencimento das contribuições não parceladas (item 1.2), sem que o ente federativo tenha efetivado o pagamento, a Unidade Gestora encaminhará ao Banco do Brasil demonstrativo atualizado do valor devido, com cópia ao ente.

2.2 – Recebida a comunicação, o Banco do Brasil debitará o valor devido na conta do ente federativo, na data de liberação da primeira parcela subsequente do FPM, transferindo-o de imediato para a conta da Unidade Gestora.

2.3 – Se o valor disponível na conta do FPM não for suficiente para liquidação do valor devido, este será amortizado pelo saldo existente na conta, dando-se preferência aos valores de que tratam o item 1.1 e em seguida aos do item 1.2, e o resíduo será debitado na parcela subsequente de crédito do FPM.

2.4 – O valor devido, indicado para débito na conta do ente federativo, conforme item 2.1, é de inteira responsabilidade da Unidade Gestora, eximindo-se o Banco do Brasil de qualquer responsabilidade quanto ao seu cálculo.

3. O ente federativo declara-se ciente de que a revogação desta autorização antes da quitação integral do acordo de parcelamento constituirá causa para a rescisão antecipada do termo de acordo, com as consequências estabelecidas em sua cláusula quinta.

4. Esta autorização constitui para integrante do termo de acordo e será, após assinada pelos envolvidos, digitalizada e enviada ao Ministério da Previdência Social, por meio do CADPREV.

Caçador/SC - 04/11/2019

ASSINATURAS

ENTE FEDERATIVO	
UNIDADE GESTORA	
BANCO DO BRASIL (*)	

(*) Identificar o responsável (nome, cargo e matrícula).

Caibi**PREFEITURA****170/2019**

Publicação Nº 2217415

DECRETO Nº 170/2019, de 31 de Outubro de 2019.

Concede Incentivos Econômicos a empresa do Município e dá outras providências.

ELOI JOSÉ LÍBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que determina o art. 46, VI, da Lei Orgânica do município,

CONSIDERANDO, o Requerimento da Empresa Jaezinski Industria e Comércio Ltda, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o Nº 10.569.9944/0001-38 - nome fantasia "Lero Fibras".

CONSIDERANDO o que determina do art. 5º, o inciso "V" da Lei Municipal nº 2.078/2007, de 22 de Março de 2007, e suas alterações posteriores,

CONSIDERANDO, as deliberações do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico - CMDE de Caibi/SC, em reunião realizada no dia 11 de Outubro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º - Fica pelo presente Decreto, concedido à empresa Jaezinski Industria e Comércio Ltda, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o Nº 10.569.9944/0001-38 - nome fantasia "Lero Fibras", incentivo econômico com pagamento de aluguel no valor mensal de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), pelo período de 02 (dois) anos.

Parágrafo Único - o pagamento do aluguel será feito diretamente à empresa beneficiada, mediante a apresentação do respectivo comprovante do pagamento.

Art. 2º - As despesas decorrentes do presente Decreto, ficarão a cargo das dotações do orçamento Municipal vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi SC,
em 31 de Outubro de 2019.

Elói José Líbano
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Dirlei Lemes de Almeida
Secretário de Administração e Planejamento

Camboriú

PREFEITURA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIARIA URBANA CMRF – Nº 003/2019

Publicação Nº 2216962

Município de Camboriú/SC, vem por meio deste edital notificar a todos e a quem possa interessar, que a localidade denominada de João da Costa é objeto de Regularização Fundiária, por meio do processo administrativo nº CMRF 003/2018, tendo sido realizado o levantamento planialtimétrico e cadastral, com georreferenciamento, subscrito por profissional competente, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), afim de emissão de Matrículas Individualizadas aos detentores da Posse dos lotes.

Artigo 01. Descrição Sucinta da área: O Loteamento João da Costa envolvendo as Matrículas nº Matrícula nº 1.529, Lº 2 e Matrículas nº 45.034, Lº 2 e nº 58.086, Registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Balneário Camboriú/SC:

Inicia-se a descrição do imóvel no ponto OPP, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS2000, MC-51°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E 731.832,473 m e N 7.009.154,896 m); situado na interseção da frente com o lado esquerdo do imóvel, deste segue pela frente, à SUDOESTE, em linha reta com o azimute de 150°28'26", confrontando com o lado ímpar da Rua João Dalmacio de Melo em 3,06 metros até o ponto 1 (E 731.833,981 m e N 7.009.152,233 m); deste segue em 266°55'26" à direita à Noroeste em linha reta com o azimute de 237°23'52", confrontando com o lado ímpar da Rua João Dalmacio de Melo em 6,37 metros até o ponto 2 (E 731.828,617 m e N 7.009.148,802 m); deste segue em 152°40'36" à esquerda em linha reta com o azimute de 210°04'27", confrontando com o lado ímpar da Rua João Dalmacio de Melo em 5,14 metros até o ponto 3 (E 731.826,041 m e N 7.009.144,354 m); deste segue em 194°49'55" à direita em linha reta com o azimute de 224°54'22", confrontando com o lado ímpar da Rua João Dalmacio de Melo em 6,50 metros até o ponto 4 (E 731.821,452 m e N 7.009.139,750 m); deste segue em 205°55'54" à direita em linha reta com o azimute de 250°50'17", confrontando com o lado ímpar da Rua João Dalmacio de Melo em 4,63 metros até o ponto 5 (E 731.817,081 m e N 7.009.138,231 m); deste segue em 179°51'32" à esquerda em linha reta com o azimute de 250°41'48", confrontando com o lado ímpar da Rua João Dalmacio de Melo em 9,99 metros até o ponto 6 (E 731.807,649 m e N 7.009.134,927 m); deste segue em 89°49'02" à esquerda à SUDOESTE em linha reta com o azimute de 160°30'50", confrontando com o lado par da Rua Joaquim da Silva Santos em 5,76 metros até o ponto 7 (E 731.809,571 m e N 7.009.129,494 m); deste segue em 249°19'57" à direita à NOROESTE em linha reta com o azimute de 229°50'48", confrontando com o lado par da Rua Joaquim da Silva Santos em 28,60 metros até o ponto 8 (E 731.787,714 m e N 7.009.111,054 m); deste segue em 221°27'01" à direita ao NORTE em linha reta com o azimute de 271°17'48", confrontando com o lado par da Rua Joaquim da Silva Santos em 14,27 metros até o ponto 9 (E 731.773,448 m e N 7.009.111,377 m); deste segue em 186°16'46" à direita em linha reta com o azimute de 277°34'34", confrontando com o lado par da Rua Joaquim da Silva Santos em 10,84 metros até o ponto 10 (E 731.762,702 m e N 7.009.112,806 m); deste segue em 296°07'11" à direita pelo lado esquerdo à LESTE em linha reta com o azimute de 33°41'45", cruzando a Rua Joaquim da Silva Santos em 8,36 metros até o ponto 11 (E 731.767,340 m e N 7.009.119,762 m); deste segue em 182°02'26" à direita em linha reta com o azimute de 35°44'11", confrontando com a propriedade de Prefeitura de Camboriú em 4,36 metros até o ponto 12 (E 731.769,889 m e N 7.009.123,304 m); deste segue em 160°24'22" à esquerda em linha reta com o azimute de 16°08'33", confrontando com a propriedade de Prefeitura de Camboriú em 10,48 metros até o ponto 13 (E 731.772,802 m e N 7.009.133,371 m); deste segue em 137°20'10" à esquerda à NORDESTE em linha reta com o azimute de 333°28'43", e a distância de 8,34 metros, sendo que confronta com a propriedade de Prefeitura de Camboriú em 1,72 metros e confronta com a propriedade de Valter Jesuino em 6,62 metros até o ponto 14 (E 731.769,076 m e N 7.009.140,837 m); deste segue em 164°51'23" à esquerda em linha reta com o azimute de 318°20'05", e a distância de 12,05 metros, sendo que confronta com a propriedade de Valter Jesuino em 11,56 metros e confronta com a propriedade de Marcia Viesy em 0,49 metros até o ponto 15 (E 731.761,065 m e N 7.009.149,839 m); deste segue em 85°19'18" à esquerda à NOROESTE em linha reta com o azimute de 223°39'23", confrontando com a propriedade de Marcia Viesy em 12,04 metros até o ponto 16 (E 731.752,754 m e N 7.009.141,130 m); deste segue em 274°40'42" à direita à NORDESTE em linha reta com o azimute de 318°20'05", confrontando com a propriedade de Marcia Viesy em 5,57 metros até o ponto 17 (E 731.749,051 m e N 7.009.145,291 m); deste segue em 88°55'09" à esquerda à NOROESTE em linha reta com o azimute de 227°15'14", confrontando com a propriedade de Osdir Bernardes em 11,45 metros até o ponto 18 (E 731.740,646 m e N 7.009.137,523 m); deste segue em 169°46'18" à esquerda em linha reta com o azimute de 217°01'32", confrontando com a propriedade de Selma Amandio Mafra em 4,52 metros até o ponto 19 (E 731.737,924 m e N 7.009.133,914 m); deste segue em 258°52'24" à direita em linha reta com o azimute de 295°53'56", confrontando com a propriedade de Selma Amandio Mafra em 1,93 metros até o ponto 20 (E 731.736,187 m e N 7.009.134,757 m); deste segue em 88°36'36" à esquerda à NOROESTE em linha reta com o azimute de 204°30'32", confrontando com a propriedade de Selma Amandio Mafra em 1,58 metros até o ponto 21 (E 731.735,533 m e N 7.009.133,322 m); deste segue em 269°00'05" à direita à NORDESTE em linha reta com o azimute de 293°30'37", confrontando com a propriedade de Selma Amandio Mafra em 1,49 metros até o ponto 22 (E 731.734,169 m e N 7.009.133,916 m); deste segue em 91°29'46" à esquerda à OESTE em linha reta com o azimute de 205°00'23", confrontando com a propriedade de Sirlei Amandio Pereira em 14,92 metros até o ponto 23 (E 731.727,863 m e N 7.009.120,397 m); deste segue em 175°15'28" à esquerda em linha reta com o azimute de 200°15'52", cruzando a Rua Joaquim da Silva Santos em 6,26 metros até o ponto 24 (E 731.725,696 m e N 7.009.114,527 m); deste segue em 168°12'58" à esquerda em linha reta com o azimute de 188°28'49", confrontando com a propriedade Sem Denominação em 15,48 metros até o ponto 25 (E 731.723,413 m e N 7.009.099,216 m); deste segue em 89°06'48" à esquerda pelos fundos à SUL em linha reta com o azimute de 97°35'38", confrontando com a propriedade de Prefeitura de Camboriú em 26,53 metros até o ponto 26 (E 731.749,710 m e N 7.009.095,710 m); deste segue em 173°32'55" à esquerda em linha reta com o azimute de 91°08'33", confrontando com a propriedade de Prefeitura de Camboriú em 34,48 metros até o ponto 27 (E 731.784,181 m e N 7.009.095,022 m); deste segue em 173°18'30" à esquerda em linha reta com o azimute de 84°27'03", confrontando com a propriedade de Prefeitura de Camboriú em 26,65 metros até o ponto 28 (E 731.810,706 m e N 7.009.097,599 m); deste segue em 158°39'19" à esquerda à SUDESTE em linha reta com o azimute de 63°06'21", confrontando com a propriedade de Prefeitura de Camboriú em 47,66 metros até o ponto 29 (E 731.853,212 m e N 7.009.119,158 m); deste segue em 165°24'41" à esquerda em linha reta com o azimute de 48°31'02", confrontando com a propriedade de Prefeitura de Camboriú em 6,61 metros até o ponto 30 (E 731.858,166 m e N 7.009.123,538 m); deste segue em 179°52'59" à esquerda

em linha reta com o azimute de 48°24'01", confrontando com a propriedade de Prefeitura de Camboriú em 20,53 metros até o ponto 31 (E 731.873,515 m e N 7.009.137,166 m); deste segue em 98°32'26" à esquerda pelo lado direito à NORDESTE em linha reta com o azimute de 326°56'27", confrontando com a propriedade Sem Denominação em 37,71 metros até o ponto 32 (E 731.852,944 m e N 7.009.168,771 m); deste segue em 82°56'24" à esquerda ao Noroeste em linha reta com o azimute de 229°52'51" confrontando com Joel Rogério Pires – Matrícula nº 45.304 – Lote nº 44, em 21,27 metros até o ponto 33 (E 731.836,679 m e N 7.009.155,066 m); deste segue em 217°48'07" à direita à NORTE em linha reta com o azimute de 267°40'58" confrontando com Joel Rogério Pires – Matrícula nº 45.304 – Lote nº 44 em 4,21 metros até o ponto OPP (E 731.832,473 m e N 7.009.154,896 m); deste segue em 62°47'28" à esquerda com o início da descrição do perímetro de 439,64 metros.

QUADRO DE ÁREAS DO LOTEAMENTO		
DESCRIÇÃO	ÁREA (m²)	PORCENTAGEM (%)
Área Remanescente Matrícula nº 1.529	2.985,00	
Área Remanescente sem denominação	489,52	9,71
Área Matrícula Nº 45.034, Lº2	957,21	
Área Matrícula Nº 58.086, Lº2	848,27	
Área Total do Imóvel	5.280,00	
Área a ser regularizada	5.038,58	100,00
Área de Lotes	4.300,96	85,36
Área Verde	-	-
Área Rua Joaquim Da Silva Santos	248,10	4,93
QUADRO DE ÁREAS DAS RUAS		
DESCRIÇÃO	ÁREA (m²)	
Área Rua Joaquim Da Silva Santos	248,10	
Área Pública que Passará ao domínio do Município	248,10	

Com a totalidade de Área dos Lotes a regularizar 4.300,96m².

Artigo 02. Dos equipamentos Urbanos Comunitários presentes na Referida Área: A área de intervenção, e atendida possui os seguintes equipamentos comunitários presentes e constituídas na área tais quais:

- Energia Elétrica atendidas pela CELESC;
- Água potável Fornecida pela Aguas de Camboriú
- Coleta seletiva de resíduos sólidos através da prefeitura Municipal de Camboriú,
- Telefonia fixa pela concessionária OI/Brasil Telecom;
- Sinal de telefonia móvel OI e VIVO,TIM;
- Transporte escolar cedido pelo município;
- Atendimentos de transporte público;
- Anexo I - Mapa da área.

Artigo 03: As impugnações cabíveis ou contrárias ou Adversas ao objeto deste ato deverão ser apresentadas no prazo de (30) trinta dias, a contar da data da ultima publicação, do presente edital, em jornal da região, ou por meio eletrônico no DOM (Diário Oficial Municipal) sendo que as impugnações poderão ser protocoladas no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Camboriú endereçada à Comissão Municipal de Regularização Fundiária, localizada na Rua Getúlio Vargas, nº 77, centro de Camboriú/SC, CEP.: 88340-347, com as devidas justificativas plausíveis, observando o disposto no Decretos Municipais 3366/2018, que serão analisadas pela Comissão Municipal de Regularização Fundiária, ficando a seu critério, acatar ou não as devidas impugnações de acordo com as suas razões.

Decorrido o prazo legal, será efetivado o ato, na forma do art. 31, § 5º e §6º da Lei 13.465/2017.

Camboriú/SC, 04 de novembro de 2019.

Rafael Severo Carvalho

Diretor Departamento de Habitação Município de Camboriú/SC

Portaria 248/2018

PORTARIA N.º 1.671/2019

Publicação Nº 2217420

PORTARIA N.º 1.671/2019

Determina o arquivamento de Processo Administrativo Disciplinar.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que foram conferidas pelo art. 79, VII da Lei Orgânica do Município e posteriores alterações e tendo em vista o disposto nos artigos 232, 233 e 234 da Lei Complementar 39/2019:

CONSIDERANDO as conclusões da Comissão Processante dos autos do Processo Administrativo disciplinar nº 003/2017 instaurado por meio da Portaria nº 1.394/2017, e de acordo com a Ata de Reunião constante às fls. 43 e 44 dos mesmos autos,

RESOLVE:

Art. 1º. DETERMINAR o ARQUIVAMENTO DEFINITIVO do Processo Administrativo Disciplinar nº 003/2017, instaurado para apuração de

possível infração, prevista no artigo 197, inciso XXIV, da Lei Complementar Municipal n. 39/2012, em face do servidor MAURO ANTÔNIO FIDÊNCIO, tendo em vista que o servidor veio a óbito.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
Em, 24 de outubro de 2019.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicado no Mural Público Municipal e
Registrado no Livro de Publicações
Na data supra

Eduardo Pugatsch
Secretário Municipal de Administração

CAMBORIÚ PREV

PORTARIA N 40/2019 - CENSO FUNCIONAL 2019

Publicação Nº 2217288

PORTARIA Nº 41/2019

Fica aberto o prazo do dia 07/11/2019 à 10/12/2019, para a realização do Censo cadastral dos servidores efetivos lotados na Secretaria de Educação deste Município, devendo os mesmos estar munidos dos documentos abaixo especificados, para apresentação no dia e local indicados nesta portaria:

CONSIDERANDO a busca da preservação do equilíbrio financeiro e atuarial, conforme previsto no art. 40 da Constituição Federal vigente, se faz necessária a atualização dos dados cadastrais dos segurados e dependentes do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município Camboriú, a Presidente do CAMBORIÚPREV, Srta. Luana Rodrigues Luciano, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art.78, alínea "j" da Lei Complementar Municipal n. 07/2006,

RESOLVE: convocar todos os servidores públicos efetivos lotados na Secretaria de Educação deste Município para que apresentem os documentos previstos no art.3º desta portaria no dia e local abaixo discriminados, para a realização de sua atualização cadastral, que tem por finalidade embasar o Cálculo atuarial efetuado anualmente.

- A Secretaria de Educação, NAES, CERTA, CEMJA ARTUR, CEMJA ANITA e APAE - atendimento presencial na sede do Instituto de Previdência, dia 07/11/2019 e 08/11/2019 das 13h às 19h;

- Os servidores das demais unidades escolares, deverão verificar junto a sua secretaria escolar/C.E.I, o dia para a entrega do formulário e documentos, que serão recolhidos no seu local de trabalho pelo representante deste Instituto de Previdência.

- A regra estabelecida no parágrafo anterior, deverá ser atendida pelas seguintes unidades escolares:

- C.E.I. Eurípedes de Paula da Silva
- C.E.I. João de Souza Arruda
- C.E.I. Judite Da Rocha Dalago
- C.E.I. Julita Pereira
- C.E.I. Maria Bittencourt Saut
- C.E.I. Neide Merísio Moller
- C.E.I. Odete Ramos Poltronieri
- C.E.I. Profª Alcimar de Souza Vieira
- C.E.I. Profª Otília Santos da Silva
- C.E.I. Professor Orlando Souza Filho
- C.E.I. Rio do Meio
- C.E.M. Abelardo Torquato Rosa
- C.E.M. Tânia Regina Garcia
- CAIC - Jovem Ailor Lotério
- CEI Maria Russi
- E.B.M. Abalor Américo Madeira
- E.B.M. Anita Bernardes Ganancini
- E.B.M. Clotilde Ramos Chaves
- E.B.M. Lucinira Melo Rebelo
- E.B.M. Profº Artur Sichmann
- E.B.M. Professora Ivone Teresinha Garcia
- Escola de Campo Adolfo Ovidio Coppi
- Escola de Campo Hercilio Zimmermann

- Escola de Campo Lageado
- G.E.M Domingos Fonseca
- G.E.M. Andrônico Pereira
- G.E.M. Marlene Pereira Zuchi
- G.E.M. Profº Joaquim Magalhães
- Jardim de Infância Padre Sérgio Maykot
- Pré Mariza Galdine

É necessário destacar, que o Censo Cadastral Previdenciário é de caráter obrigatório para todos os servidores efetivos lotados na Secretaria de Educação, compreendendo os servidores de todas as funções.

DO PRAZO:

Art. 1º Os segurados do RPPS do Município de Camboriú - CamboriúPREV, cuja lotação seja nos locais acima descritos, terão como prazo para realizar a atualização cadastral, o dia, horário e local definidos anteriormente.

DO LOCAL:

Art. 2º A atualização cadastral ocorrerá nos Centros de Educação Infantil, Escolas e Secretaria de Educação do Município de Camboriú, no dia e horário definidos junto ao seu local de trabalho conforme anteriormente esclarecido, de segunda-feira a sexta-feira.

Parágrafo único No período estipulado, havendo impossibilidade de comparecimento, os segurados poderão realizar o reagendamento pelo e-mail administrativo.camboriuprev@camboriu.sc.gov.br ou pelo telefone (47*3050-3227).

DA DOCUMENTAÇÃO

Art. 3º No ato da atualização cadastral deverão ser apresentados os seguintes documentos (cópias e originais para conferência):

I - carteira de identidade;

II – CPF;

III - comprovante de residência atualizado (água ou luz, caso o titular da fatura não seja o servidor, deverá vir acompanhado da declaração de residência ou contrato de aluguel);

IV - CTPS (carteira de trabalho com cópia de todos os registros, na ausência desta deverá ser apresentado o CNIS);

V - declaração do RPPS (caso possua algum tempo de serviço com outro regime próprio de previdência deverá apresentar declaração do mesmo);

VI - folha de pagamento atualizada;

VII - carteira de identidade e CPF dos filhos (na ausência destes deverá apresentar certidão de nascimento dos mesmos);

VIII - carteira de identidade e CPF do cônjuge.

§1º As cópias dos documentos serão entregues juntamente com o formulário preenchido (disponível no site da Prefeitura, categoria "editais > CamboriúPREV") ao servidor deste Instituto de Previdência, que estará disponível no local e dia já mencionados, para conferência e recolhimento dos mesmos.

§2º Após a entrega da documentação do servidor ao agente recadastrador, este último realizará as conferências e estando tudo de acordo, emitirá comprovante de entrega/recepção dos documentos apresentados.

§3º Não serão recadastrados os Servidores ativos, que não apresentarem a totalidade da documentação especificada neste artigo.

§4º O Servidor ativo, a ser recenseado, que se encontrar incapacitado (acamado ou internado) para comparecer ou se locomover até ao local do Censo poderá se fazer representar junto ao CamboriúPREV para agendamento de visita in loco, informando o endereço completo com ponto de referência.

§5º Aqueles que não estiverem presentes no dia do recolhimento do formulário e dos documentos, bem como aqueles que estão de licença sem vencimento ou para tratamento de saúde, terão do dia 11/12/2019 a 17/12/2019 para comparecer na sede do Instituto de Previdência, das 13h às 19h.

Art.4º O Servidor recenseado é responsável pela veracidade das informações prestadas, ficando sujeito às sanções administrativas e penais por qualquer informação incorreta.

Art.5º O não comparecimento do servidor na data determinada poderá acarretar a aplicação de advertência, conforme prevê o art. 211 da Lei complementar Municipal 39/2012.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Camboriú (SC), 05 de novembro de 2019.
Luana Rodrigues Luciano
Presidente
Matrícula 21.211

Campo Alegre

PREFEITURA

ATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 91/2019

Publicação Nº 2216584

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 91/2019)

Aos cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, na cidade de Campo Alegre, às dez horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se em sessão pública, Maria Cristina Marciniak Munhoz Pregoeira Municipal, Daniela Saldanha e Josiane dos Santos membros da equipe de apoio, abaixo assinados, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 91/2019, modalidade Pregão (presencial), para procederem à abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de botijões de gás de cozinha com 13 quilos e 45 quilos, a base de troca, para utilização em escolas e outros setores da Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC. Passou-se ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) da única empresa proponente: Central Gás Ltda – CNPJ 15.091.445/0001-00. A licitante credenciou como representante o Sr. Jairo Luiz Bucci. A licitante apresentou a declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação e comprovou enquadramento como Microempresa. Após, procedeu-se à abertura dos envelopes da proposta comercial. O critério de julgamento é pelo requisito MENOR PREÇO GLOBAL. Passou-se a fase de lances ficando definido conforme tabela.

EMPRESA	VALOR DA PROPOSTA INICIAL (R\$)	VALOR PROPOSTA APÓS LANCES (R\$)	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
Central Gás Ltda	115.875,00	115.875,00	1ª	HABILITADA

Após, abriu-se o envelope de documentos da licitante Central Gás Ltda, estando de acordo com o exigido no Edital, a empresa Central Gás Ltda foi declarada vencedora da presente licitação com o VALOR GLOBAL de R\$ 115.875,00. Não houve manifestação de intenção de recurso. Sem mais, encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

DECRETO Nº 11.350 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2216717

GABINETE DO PREFEITO**DECRETO Nº 11.350 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019****HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO
FINAL DOS APROVADOS NO
PROCESSO SELETIVO MUNICIPAL
Nº 01/2019.**

CONSIDERANDO que o Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, realizou as provas do Processo Seletivo nº 01/2019, sob o Regime Administrativo Especial (CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO), destinado a Contratação Temporária para substituição de Servidor Público Concursado do Quadro de Pessoal deste Município;

CONSIDERANDO que foram respeitados e praticados todos os princípios e normas aplicáveis aos certames públicos, garantindo a legalidade, impessoalidade e o bom andamento do Processo Seletivo nº 01/2019.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art. 1º Homologar o Resultado Final dos Aprovados no Processo Seletivo Municipal nº 01/2019, seguindo a ordem de classificação descrita no Anexo I, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Os Candidatos aprovados serão requisitados quando da necessidade da Administração Pública Municipal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Município de Campo Alegre/SC., 05 de novembro de 2019.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos:
www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: **06/11/2019**

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

GABINETE DO PREFEITO**ANEXO I****HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2019****AGENTE ADMINISTRATIVO II**

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação e Informática	Prova teórica	Média final
1	1702953	26/06/1995	Lucas Alexsandro Garcia	1,16	1,16	1,16	3,20	1,75	8,43	8,43
2	1686465	11/08/1987	Paulo Adriano Prussak	1,16	1,45	1,16	2,00	1,75	7,52	7,52
3	1693940	19/09/1996	Isabela Da Cunha Bronaut	0,87	1,45	0,87	2,40	1,40	6,99	6,99
4	1709688	21/12/1998	Vitoria Hanna Dos Santos	1,16	0,87	1,45	1,60	1,75	6,83	6,83
5	1692555	17/10/1980	Danielle De Araujo Almeida	1,45	1,45	1,16	1,60	1,05	6,71	6,71
6	1693445	13/12/1991	Rodrigo Beraldo	0,58	1,45	1,45	1,60	1,40	6,48	6,48
7	1703604	18/10/1990	Patricia Corcuruto	0,58	0,58	1,16	2,40	1,75	6,47	6,47
8	1697877	17/02/1991	Andressa Oliveira	1,45	0,87	0,58	1,60	1,75	6,25	6,25
9	1686400	27/04/1981	Beivi Daiana Vilvert Mendes	1,16	0,87	0,87	1,60	1,75	6,25	6,25
10	1709440	27/09/1999	Gabriele Ribeiro	1,16	1,16	1,16	0,80	1,75	6,03	6,03
11	1707885	09/09/1999	Adriele Cristine Stahelin	1,16	0,87	0,87	1,20	1,75	5,85	5,85
12	1707829	23/06/1993	Suelen Ludwinsky	1,16	0,58	1,16	2,00	0,70	5,60	5,60
13	1708611	21/08/1967	Ivorli Weronica May Cagnini	0,87	0,87	1,16	2,00	0,70	5,60	5,60
14	1695623	20/08/1998	Gabriela Furst Fuhrmann	1,16	0,29	0,87	1,60	1,40	5,32	5,32
15	1701405	20/01/1998	Hayane Hable	0,87	1,16	0,58	0,80	1,75	5,16	5,16
16	1705103	11/11/1983	Priscilla Rossler	1,45	0,87	0,87	1,20	0,70	5,09	5,09

AGENTE ADMINISTRATIVO III

GABINETE DO PREFEITO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação e Informática	Prova teórica	Média final
1	1703589	17/10/1989	Cleyton Fagundes Da Cruz	0,58	1,45	1,16	2,80	2,10	8,09	8,09
2	1706681	20/02/1966	Edson Luiz Wedderhoff	0,87	0,58	1,45	2,00	1,75	6,65	6,65
3	1702954	30/04/1995	Gabrieli Leal Dos Santos	0,58	0,58	1,16	2,40	1,75	6,47	6,47
4	1703633	23/07/1994	Stefanie Agnes Maciel	0,58	0,87	0,58	2,00	2,10	6,13	6,13
5	1709555	17/12/1983	Valmir Gonçalves Ribeiro	0,29	0,87	1,16	2,40	1,40	6,12	6,12
6	1699272	29/09/1993	Isabel Cristina Vicenzi Dziedzic	0,58	0,00	1,16	2,00	2,10	5,84	5,84
7	1709694	05/01/1985	Virginia Amanda Nascimento	0,87	0,58	0,87	2,00	1,40	5,72	5,72
8	1699983	29/03/1983	Elisane Dreveck Telma	0,87	0,58	0,87	1,60	1,75	5,67	5,67
9	1708848	09/03/1995	Bruna Lorencio	0,58	1,16	0,87	1,60	1,40	5,61	5,61
10	1702372	10/03/1995	Fabio Ploszai	0,87	0,87	0,87	1,20	1,75	5,56	5,56
11	1707636	20/11/1980	Andre Juriate Mazzola	0,87	0,29	1,16	2,00	1,05	5,37	5,37
12	1707056	14/01/1993	Cristielle Gesser	1,16	0,29	0,87	1,60	1,40	5,32	5,32
13	1700727	09/11/1987	Karine Correa Rocha	0,58	0,29	1,16	2,00	1,05	5,08	5,08
14	1709355	31/07/1964	Reinaldo Jose Hasselmann	0,29	0,58	1,16	1,60	1,40	5,03	5,03

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - DISTRITO DE FRAGOSOS

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação e Informática	Prova teórica	Média final
1	1706531	12/08/1996	Douglas Mallon Filho	0,87	0,29	1,16	2,40	1,75	6,47	6,47
2	1698362	27/08/1997	Gabriel Witt Da Silva Coelho	0,87	0,58	0,58	2,80	1,05	5,88	5,88

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - LOCALIDADE BELO HORIZONTE

Não há candidatos aprovados neste cargo

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - LOCALIDADE CASCATAS (CONJUNTO HABITACIONAL BELA VISTA)

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação e Informática	Prova teórica	Média final
---------	---------	-----------	-----------	-----------	------------	----------------------	------------------------	--------------------------	---------------	-------------

GABINETE DO PREFEITO

1	1694678	13/09/1981	Sueli Angela Michalski	1,16	0,58	0,87	1,60	1,40	5,61	5,61
2	1699205	31/08/2001	Camila Teixeira	0,87	0,00	1,16	2,00	1,40	5,43	5,43

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - LOCALIDADE DE AVENCA DO RIO NEGRO / CAPINZAL

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação e Informática	Prova teórica	Média final
1	1691708	22/02/1999	Viviane Telma	0,87	1,16	0,58	2,00	1,75	6,36	6,36

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - LOCALIDADE DE RIO REPRESO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação e Informática	Prova teórica	Média final
1	1698160	16/05/1986	Sheila Deniz Katchan	1,16	0,87	0,58	1,60	1,75	5,96	5,96
2	1692282	14/11/1981	Viviane Wielivick	0,87	0,58	1,16	2,40	0,70	5,71	5,71
3	1691764	31/10/1993	Evandro Dos Santos De Paula	1,16	0,29	0,58	2,40	1,05	5,48	5,48

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - LOCALIDADE DE SÃO MIGUEL

Não há candidatos aprovados neste cargo

AGENTE OPERACIONAL I - AUXILIAR OPERACIONAL

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação e Informática	Prova teórica	Média final
1	1707291	29/12/1982	Maristela Cristina Piske	0,87	0,58	0,58	3,20	1,40	6,63	6,63
2	1704742	06/05/1985	Maria Josieli Borges Da Costa	1,16	0,58	0,87	2,40	1,40	6,41	6,41

AGENTE OPERACIONAL II - VIGIA

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação e Informática	Prova teórica	Média final
1	1704600	03/04/1983	Darlei Selke	1,16	1,16	1,16	2,00	2,10	7,58	7,58

4

GABINETE DO PREFEITO

2	1686259	04/07/1983	Adao Arquimedes De Goes Fernandes	0,87	0,87	1,16	2,80	1,40	7,10	7,10
3	1707777	24/12/1977	Lauro Starowski	0,58	0,87	1,16	2,40	1,40	6,41	6,41
4	1697176	15/04/1984	Cirlene Bonfim De Lima	0,29	0,29	0,58	2,80	1,40	5,36	5,36

AGENTE OPERACIONAL III - OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação e Informática	Prova teórica	Prática	Média final
1	1694975	06/02/1970	Silverio Joao Schloegl	0,87	1,16	0,58	2,00	1,05	5,66	9,75	7,30

AGENTE OPERACIONAL IV

Não há candidatos aprovados neste cargo

ARQUITETO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação e Informática	Prova teórica	Média final
1	1709149	18/04/1991	Raquel Lautert Kataoka	1,16	1,16	1,45	2,40	1,75	7,92	7,92
2	1698368	14/10/1993	Felipe Zipperer Trevisan	0,87	1,16	1,16	2,00	2,10	7,29	7,29
3	1695260	27/08/1991	Tabata Soares	1,16	0,87	1,16	2,00	1,40	6,59	6,59
4	1708700	03/05/1981	Leilane Tascheck	0,87	1,16	1,16	1,60	1,75	6,54	6,54
5	1708283	01/04/1990	Cleidiane Pereira	0,87	0,87	1,45	1,60	1,75	6,54	6,54
6	1709337	08/12/1991	Willian Marques Gomes Da Silva	0,29	0,58	1,16	2,40	2,10	6,53	6,53
7	1707015	26/09/1991	Samuel Henrique Wipprich	1,16	1,16	1,16	1,20	1,75	6,43	6,43
8	1701269	06/03/1989	Marcia Eloisa Morelli Hense	0,29	1,16	1,45	2,00	1,40	6,30	6,30
9	1697596	04/06/1997	Isadora Bernardo Cisz	1,16	1,16	0,87	1,20	1,40	5,79	5,79
10	1692279	09/08/1996	Caroline Goncalves	0,87	0,58	0,58	1,60	1,75	5,38	5,38
11	1705887	17/12/1997	Carine Katia Campestrini	0,58	0,58	0,87	1,60	1,75	5,38	5,38
12	1709465	16/01/1993	Daniela Wiese	0,00	0,87	0,87	1,60	1,75	5,09	5,09
13	1703062	29/05/1991	Leticia De Oliveira May Faust	0,58	0,29	1,16	2,00	1,05	5,08	5,08

GABINETE DO PREFEITO
ASSISTENTE SOCIAL

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação e Informática	Prova teórica	Média final
1	1700831	10/11/1983	Lourdes Da Silva Souza Pires	0,58	0,58	0,87	2,80	1,40	6,23	6,23
2	1705909	05/02/1976	Rosmari Mendes De Oliveira	0,29	1,16	1,16	2,40	1,05	6,06	6,06
3	1685568	30/07/1989	Rosivane Sousa dos Passo	1,16	0,58	0,87	2,00	1,40	6,01	6,01
4	1703239	06/11/1976	Mariza Bicheski	0,29	0,29	1,16	3,20	1,05	5,99	5,99
5	1709107	26/01/1974	Gilmara David De Lima Silva	0,58	0,00	1,16	2,80	1,05	5,59	5,59
6	1696322	20/06/1968	Angela Santos Dias	0,58	0,58	1,16	2,00	1,05	5,37	5,37
7	1709227	04/03/1980	Ricardo Wolnei Gruber	0,29	0,29	1,16	2,40	1,05	5,19	5,19

CONTADOR

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação e Informática	Prova teórica	Média final
1	1709708	14/11/1980	Denis Rafael Korb	1,16	1,16	1,45	2,80	1,05	7,62	7,62
2	1686305	02/02/1993	Jessica Regiane May	0,29	0,87	1,45	2,00	1,40	6,01	6,01

ENFERMEIRO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação e Informática	Prova teórica	Média final
1	1687336	20/11/1983	Elizabeth Do Socorro Pereira Tavares Persike	0,87	0,58	0,87	3,20	1,05	6,57	6,57
2	1694138	13/01/1997	Bruna Caroline Pereira Dos Santos De Moura	0,87	0,87	0,87	2,00	1,75	6,36	6,36
3	1704622	01/04/1992	Kamari Ana Reffatti	0,87	0,58	0,87	2,40	1,40	6,12	6,12
4	1706802	20/01/1990	Carolina Goncalves Sbroggio Pereira	0,87	0,58	1,45	2,00	1,05	5,95	5,95
5	1701423	29/12/1997	Maria Eduarda De Farias Telma	0,29	0,00	1,45	2,00	1,75	5,49	5,49
6	1706379	19/12/1997	Gabrieli Stiegler	0,29	0,58	1,16	2,00	1,05	5,08	5,08
7	1695604	25/09/1998	Josue Andrei Guerreiro	0,29	0,87	0,87	1,60	1,40	5,03	5,03

ENGENHEIRO AGRÔNOMO

6

GABINETE DO PREFEITO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação e Informática	Prova teórica	Média final
1	1701052	29/04/1973	Valeria Nogueira De Souza	1,16	1,45	1,45	3,20	1,40	8,66	8,66
2	1705395	16/06/1991	Edson Blattmann	0,87	0,87	1,45	2,80	1,75	7,74	7,74
3	1693929	27/11/1986	Henrique Garcia Mendes	0,58	1,45	1,45	2,80	1,40	7,68	7,68
4	1698809	12/11/1996	Flaviane Baumgartner Taborda	0,58	1,45	1,16	2,40	1,75	7,34	7,34
5	1704171	12/08/1979	Vanderleisom Seixas	0,87	1,16	1,16	2,40	1,40	6,99	6,99
6	1684974	17/06/1971	Ivo Eugenio Meyer	0,87	0,87	1,45	2,00	1,75	6,94	6,94
7	1705229	29/07/1990	Fabiano Cesar Ossoski	0,87	0,87	0,87	3,20	1,05	6,86	6,86
8	1686086	16/02/1965	Bernardo Stutz	1,16	0,29	1,16	2,80	1,40	6,81	6,81
9	1706651	16/03/1980	Fabio Joao Zoreck	0,58	0,58	1,16	3,20	0,70	6,22	6,22
10	1706377	24/08/1981	Cristiane Sudol	0,58	0,58	1,16	2,00	1,75	6,07	6,07
11	1709051	01/09/1971	Soraya Patricia Martins	0,87	0,87	0,87	2,00	1,40	6,01	6,01
12	1691071	17/03/1995	Cassiano Ricardo Umlauf	0,29	0,58	1,16	2,80	1,05	5,88	5,88
13	1693303	21/08/1988	Newton Gama Netto	0,58	1,45	1,16	1,60	1,05	5,84	5,84
14	1697042	13/06/1994	Alison Duarte Cavalheiro	0,00	1,45	0,87	2,40	1,05	5,77	5,77
15	1697664	09/09/1981	Debora Gomes Martins	0,29	0,29	1,16	3,20	0,70	5,64	5,64

ENGENHEIRO CIVIL

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação e Informática	Prova teórica	Média final
1	1705183	05/01/1995	Matheus Rossetto	0,87	1,45	1,45	2,80	1,75	8,32	8,32
2	1702503	21/09/1987	Rudinei Malinowski	1,16	1,45	0,87	2,40	2,10	7,98	7,98
3	1685531	30/06/1990	Aline Greffin	0,87	1,45	1,45	2,00	2,10	7,87	7,87
4	1705558	24/08/1990	Alessandra Carpes Hulse	0,29	1,45	1,16	2,80	1,75	7,45	7,45
5	1705323	06/12/1995	Fernanda Da Rosa Da Silva	0,58	1,16	1,45	2,40	1,75	7,34	7,34
6	1709626	13/07/1992	Gustavo Henrique Kayser Vargas	0,87	1,45	1,45	1,60	1,75	7,12	7,12
7	1707040	25/05/1992	Ana Claudia Amorim	0,87	1,45	0,58	2,80	1,40	7,10	7,10

GABINETE DO PREFEITO

8	1699291	05/01/1994	Luiz Felipe De Oliveira	0,58	1,45	1,16	2,40	1,40	6,99	6,99
9	1699003	25/03/1996	Matheus Pscheidt	0,29	0,87	1,16	2,40	1,75	6,47	6,47
10	1693235	09/03/1996	Bruna Galli Korn	0,58	1,16	0,87	1,60	2,10	6,31	6,31
11	1700880	05/01/1987	Jonas Pykocz	0,58	0,58	1,45	1,60	2,10	6,31	6,31
12	1691005	25/05/1994	Gabriel Alves	0,87	0,87	1,16	2,00	1,40	6,30	6,30
13	1702782	19/01/1995	Juliano Manasses Cardoso	0,29	1,16	1,16	2,00	1,40	6,01	6,01
14	1707591	14/04/1994	Maicon Hugo Block	0,58	1,16	0,87	1,20	2,10	5,91	5,91
15	1687999	02/08/1996	Ayran Kaue Antonowicz	0,29	0,58	1,16	2,40	1,40	5,83	5,83

ENGENHEIRO SANITARISTA

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação e Informática	Prova teórica	Média final
1	1690814	21/06/1984	Magnun Maciel Vieira	0,87	1,45	1,45	1,60	1,05	6,42	6,42
2	1709346	28/12/1993	Natalia Agostini	0,87	1,45	1,45	1,20	1,40	6,37	6,37
3	1708309	03/01/1994	Andressa Kossmann Ferla	1,16	1,45	1,16	0,80	1,75	6,32	6,32
4	1688383	22/10/1993	Jaqueline Cremonini	0,87	1,45	1,45	0,40	1,40	5,57	5,57
5	1709684	13/09/1995	Anderson Rudnick	0,29	0,87	1,45	1,60	1,05	5,26	5,26
6	1706114	11/12/1995	Camila Luzia Rufino	0,87	1,45	1,45	0,40	1,05	5,22	5,22

FARMACÊUTICO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação e Informática	Prova teórica	Média final
1	1707180	14/11/1984	Monique Fröhlich	0,29	0,87	0,87	2,40	1,05	5,48	5,48
2	1690900	05/07/1994	Tatiane Maidanchen	0,58	0,58	1,16	2,40	0,70	5,42	5,42

FISCAL DE OBRAS, POSTURAS E MEIO AMBIENTE

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação e Informática	Prova teórica	Média final
1	1689968	26/07/1995	Thomas Werner	1,16	1,45	1,16	1,60	1,05	6,42	6,42

GABINETE DO PREFEITO

2	1691373	30/05/1956	Francisco Nivaldo Hack	0,87	0,29	1,45	2,40	1,40	6,41	6,41
3	1708372	19/06/1972	Joao Carlos Ribeiro	1,16	1,45	1,16	0,80	1,05	5,62	5,62

FISCAL DE TRIBUTOS

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação e Informática	Prova teórica	Média final
1	1706926	09/05/1981	Clifford Jelinsky	1,16	1,45	1,16	2,80	1,05	7,62	7,62
2	1708061	10/01/1981	Adilso Telma	1,16	0,87	1,16	2,40	1,75	7,34	7,34
3	1708799	27/10/1965	Inacio Deunio	1,16	1,45	1,16	2,40	0,70	6,87	6,87

FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação e Informática	Prova teórica	Média final
1	1706029	19/01/1969	Maria Hercilia De Souza Meira	0,87	1,16	0,87	2,80	1,75	7,45	7,45
2	1685848	10/03/1988	Camila Hostin Samy	1,45	0,87	1,16	1,60	1,75	6,83	6,83
3	1708310	27/07/1982	Roberto Schoenherr Junior	1,45	0,87	1,16	1,20	1,75	6,43	6,43
4	1709501	09/08/1986	Tania Pannetiz De Barros	0,87	0,87	1,16	1,60	1,40	5,90	5,90

FISIOTERAPEUTA

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação e Informática	Prova teórica	Média final
1	1702219	06/05/1993	Nicolas Michell Furtado	0,87	0,87	1,45	3,20	1,40	7,79	7,79
2	1707923	20/09/1981	Marcelo Ruiz Galdona	1,16	0,58	1,45	3,20	1,05	7,44	7,44
3	1708106	17/02/1993	Flavia Piva Vatanabe	1,16	0,87	1,16	2,80	0,70	6,69	6,69
4	1686303	09/01/1991	Arnaldo Calvin Klein	0,87	1,16	1,16	2,40	1,05	6,64	6,64
5	1707694	01/02/1996	Stephany Brandt	0,87	0,58	0,87	2,80	1,40	6,52	6,52
6	1690107	05/02/1994	Michele Matias Dos Santos	0,58	0,58	0,87	2,80	1,40	6,23	6,23
7	1708354	11/10/1994	Henrique Schwarz	0,58	0,87	0,87	2,80	1,05	6,17	6,17
8	1698032	28/08/1997	Carla Santos Grosskopf	1,16	1,16	0,58	2,40	0,70	6,00	6,00

GABINETE DO PREFEITO

9	1704046	26/08/1997	Denise Hüttl	0,87	0,58	1,45	2,40	0,70	6,00	6,00
10	1704910	28/03/1981	Andressa Correa Peres	0,58	0,58	0,58	2,80	1,40	5,94	5,94
11	1703549	12/09/1997	Mariana Stafin Schultz	0,58	0,58	0,87	2,80	0,70	5,53	5,53
12	1704521	05/07/1997	Ana Carolina Barbosa	0,29	0,00	0,87	2,80	1,40	5,36	5,36
13	1703350	14/12/1994	Ana Paula Senn	0,58	0,00	0,87	2,80	1,05	5,30	5,30
14	1687827	25/02/1992	Tailine Schinemann	0,29	0,58	0,58	2,80	1,05	5,30	5,30
15	1709100	14/12/1989	Priscila Cadena	0,87	0,29	0,87	2,00	1,05	5,08	5,08

FONOAUDIÓLOGO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação e Informática	Prova teórica	Média final
1	1704548	11/05/1997	Camila Cunha	0,87	0,87	0,87	2,40	0,70	5,71	5,71
2	1699891	21/11/1986	Gabriela Pinheiro Borges	0,58	0,87	0,87	2,00	1,05	5,37	5,37
3	1701162	10/09/1996	Thais Cubas Grybos	0,58	0,58	1,16	2,00	1,05	5,37	5,37

INSTRUTOR DE EDUCAÇÃO FÍSICANão há candidatos aprovados neste cargo**INSTRUTOR DE INFORMÁTICA**Não há candidatos aprovados neste cargo**INSTRUTOR DE MÚSICA - BATERIA**

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação e Informática	Prova teórica	Média final
1	1708443	05/11/1990	Juarez Pincegher De Oliveira Junior	0,87	0,87	1,45	2,80	1,05	7,04	7,04

INSTRUTOR DE MÚSICA - TECLADO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação e Informática	Prova teórica	Média final
---------	---------	-----------	-----------	-----------	------------	----------------------	------------------------	--------------------------	---------------	-------------

10

GABINETE DO PREFEITO

1	1707516	30/06/2002	Eduardo Hein	1,45	1,45	0,87	2,00	1,40	7,17	7,17
2	1709211	05/08/1977	Paulo Roberto Gregorio	0,58	0,58	0,58	2,80	1,05	5,59	5,59

INSTRUTOR DE MÚSICA - VIOLÃO

Não há candidatos aprovados neste cargo

MÉDICO I (20 HORAS)

Não há candidatos aprovados neste cargo

MÉDICO II (40 HORAS)

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação e Informática	Prova teórica	Média final
1	1706673	11/08/1982	Yumi Hoshi	0,29	0,87	1,45	2,40	1,75	6,76	6,76
2	1686478	07/06/1981	Ricardo Pedrini Kemer	1,45	0,87	1,45	1,20	1,05	6,02	6,02

MOTORISTA - MOTORISTA DA SAÚDE

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação e Informática	Prova teórica	Média final
1	1707979	07/03/1976	Ademir Molmelstet	1,16	1,16	1,16	2,40	1,75	7,63	10,00
2	1691142	26/11/1973	Claudinei Antonio Dos Santos	0,87	1,45	1,16	2,80	1,75	8,03	9,25
3	1691757	11/02/1974	Heveraldo Barbosa Dos Santos Junior	0,87	0,29	0,87	2,80	1,05	5,88	10,00

MOTORISTA - MOTORISTA DE VEÍCULOS LEVES

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação e Informática	Prova teórica	Média final
1	1684920	06/06/1991	Araldo Dos Santos De Lima	1,16	1,16	1,16	3,20	1,40	8,08	9,50
2	1706776	05/01/1991	Frank Henry Grossl	1,45	1,16	1,16	2,40	1,40	7,57	9,50
3	1709413	23/01/1970	Cleison Adinan Linzmeyer	0,58	1,16	1,45	2,40	1,40	6,99	9,25
4	1700796	10/02/1977	Nadir Nikhold Nagel	0,87	0,87	0,87	2,40	0,70	5,71	9,50

GABINETE DO PREFEITO

5	1707521	03/09/1972	Edson Mauri Soares	0,29	1,16	1,16	1,16	2,00	1,05	5,66	9,50	7,20
---	---------	------------	--------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NUTRICIONISTA

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação e Informática	Prova teórica	Média final
1	1684830	26/04/1995	Dayane Kelli Raymundo Brandes	0,87	1,16	1,16	1,60	2,10	6,89	6,89
2	1701801	05/06/1996	Julia Beatriz Zocatelli	0,58	0,58	1,16	2,00	1,75	6,07	6,07
3	1709508	13/12/1992	Heloisa Holtz	0,87	0,58	0,87	1,60	2,10	6,02	6,02
4	1708734	07/01/1988	Silvia Letícia Marcarini	0,29	0,58	0,87	2,40	1,40	5,54	5,54
5	1693623	17/09/1997	Camila Lucht Batista	0,87	0,58	0,87	2,40	0,70	5,42	5,42
6	1709046	06/05/1995	Lyandra Franco Carneiro	0,58	0,87	0,87	1,60	1,40	5,32	5,32

ODONTÓLOGO I (20 HORAS)

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação e Informática	Prova teórica	Média final
1	1692336	23/05/1970	Danielle Schreiner Lucht	0,87	0,87	0,87	2,00	1,05	5,66	5,66
2	1686419	06/08/1987	Alexandre Bion Zattar	0,87	0,87	0,87	2,00	1,05	5,66	5,66
3	1706537	07/12/1990	Nadya Batista	0,87	0,58	0,87	1,20	1,75	5,27	5,27
4	1709605	17/03/1995	Manuely Cristiny Linzmeyer	0,29	0,87	0,87	2,00	1,05	5,08	5,08

ODONTÓLOGO II (40 HORAS)

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação e Informática	Prova teórica	Média final
1	1699901	19/12/1995	Isabelli Carolini Farias Warmling	0,87	0,87	1,16	1,60	1,75	6,25	6,25
2	1704226	21/01/1996	Lucas Del Vigna Pinheiro Peixoto	0,87	1,16	1,45	2,00	0,70	6,18	6,18
3	1706784	23/03/1997	Fabiele Baumann	0,87	0,87	0,87	2,00	1,05	5,66	5,66
4	1704034	15/07/1971	Candida Estela Reinert	0,58	0,87	1,16	1,20	1,75	5,56	5,56
5	1695474	15/12/1997	Gabriella Regina Duarte	0,87	0,29	1,16	2,40	0,70	5,42	5,42

GABINETE DO PREFEITO**PSICÓLOGO**

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação e Informática	Prova teórica	Média final
1	1703346	30/08/1982	Monica Monteiro Kotzias	0,87	1,45	1,45	3,20	1,40	8,37	8,37
2	1700974	06/02/1994	Sandí Maiara Lange	1,16	1,16	1,16	3,20	1,40	8,08	8,08
3	1692754	10/11/1988	Aliery Camila Alves	0,87	0,58	0,87	3,20	1,75	7,27	7,27
4	1709205	15/04/1997	Tais Da Silva E Souza	0,87	0,58	0,87	3,20	1,40	6,92	6,92
5	1700840	05/09/1993	Susana De Souza	0,87	0,58	1,16	2,40	1,75	6,76	6,76
6	1697186	04/01/1974	Micheline Evelin Jablonski	0,87	0,87	1,16	2,80	1,05	6,75	6,75
7	1695305	28/03/1996	Jeanne Cristina Woitschowski	1,16	0,58	0,87	2,40	1,05	6,06	6,06
8	1708001	07/05/1961	Jose Augusto Guerreiro Pereira	0,87	0,58	1,16	2,00	1,40	6,01	6,01
9	1703839	10/01/1994	Valeria Pereira Martins	0,87	0,29	0,87	2,40	1,40	5,83	5,83
10	1705480	22/07/1992	Emilly Cristina Pscheidt	0,58	0,87	1,16	2,40	0,70	5,71	5,71
11	1684111	31/01/1996	Magda Linzmeyer	0,87	0,29	0,58	2,80	1,05	5,59	5,59
12	1685608	04/05/1979	Fernanda Francoise Hacke E Senra	0,29	0,58	1,16	2,40	1,05	5,48	5,48
13	1708837	10/04/1995	Mateus Dos Santos	0,58	0,87	0,87	2,40	0,70	5,42	5,42
14	1709400	13/10/1996	Michele Fabiane Felipe Maia	0,29	0,29	0,87	2,80	1,05	5,30	5,30
15	1709436	16/01/1990	Taina Hack Medeiros Alves	0,29	0,58	0,87	2,40	1,05	5,19	5,19

TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO - TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação e Informática	Prova teórica	Média final
1	1685164	12/01/1973	Fabio Luis E Souza	0,87	1,16	0,29	2,40	1,40	6,12	6,12
2	1699637	04/09/1981	Samanta Margaret Da Costa	0,87	0,58	1,16	2,00	1,05	5,66	5,66
3	1685337	14/07/1985	Marcela Fontanella vieira	0,87	0,58	1,16	2,00	0,70	5,31	5,31
4	1698461	10/05/1987	Aurea Wohl	0,29	0,29	0,87	2,40	1,40	5,25	5,25

13

GABINETE DO PREFEITO**TERAPEUTA OCUPACIONAL**

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação e Informática	Prova teórica	Média final
1	1703785	29/03/1985	Stela Malko	0,58	0,87	1,45	2,40	1,75	7,05	7,05
2	1705374	14/04/1993	Tatiane Ponick	0,58	0,58	0,87	2,40	1,40	5,83	5,83
3	1699468	12/01/1996	Emanuelle Ramos Moscaleki	0,58	0,87	0,58	2,40	1,05	5,48	5,48

Campo Alegre/SC., 05 de novembro de 2019.

RUBENS BLASZKOSWSKI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.351 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2217170

DECRETO Nº 12.351 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o inciso I do art. 11 da Lei Municipal nº 4.767 de 11 de dezembro de 2018; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), a fim de suplementar o seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente.

04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças.	
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário	
04.12.0007.2.011 -	Contribuição para formação do PASEP	
300000.00.0896 -	Despesas Correntes	
330000.00.0896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.0896 -	Aplicações Diretas	
339047.00.0896 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 30.000,00

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 05 de novembro de 2019.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 06/11/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 12.352 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2217173

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 12.352 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO A PEDIDO.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, conforme previsto no inciso II do art. 309 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art. 1º Rescindir a pedido o Contrato de Trabalho Temporário firmado com a Srª. VANESSA STAL BATISTA, do Cargo Público de Professor I, na Função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, registro no sistema sob nº 955893, com carga horária de 40 (quarenta) horas aula/semanais, a partir de 04 de novembro de 2019.

Parágrafo único. A Rescisão de que trata o caput deste artigo em atenção ao Requerimento do pedido devidamente assinado pela Servidora Pública Municipal Contratada, protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 05 de novembro de 2019 sob nº 009489.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de novembro de 2019.

Art. 3º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 05 de novembro de 2019.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 06/11/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 12.353 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2217618

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 12.353 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019

HOMOLOGA RESOLUÇÃO DA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELO PROCESSO ELEITORAL DA ESCOLHA DOS NOVOS CONSELHEIROS TUTELARES, DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o inciso VII do art. 71 da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art. 1º Homologar a Resolução nº 12 da COMISSÃO RESPONSÁVEL PELO PROCESSO ELEITORAL DA ESCOLHA DOS NOVOS CONSELHEIROS TUTELARES, DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., Resolução anexa, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 05 de novembro de 2019.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 06/11/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

COMISSÃO RESPONSÁVEL PELO PROCESSO ELEITORAL DA ESCOLHA DOS NOVOS CONSELHEIROS TUTELARES.

RESOLUÇÃO Nº 12 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DA VOTAÇÃO NO PLEITO ELEITORAL PARA A ESCOLHA DO CARGO DE CONSELHEIRO TUTELAR NO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

A Presidente da Comissão Responsável pelo Processo Eleitoral da Escolha dos Novos Conselheiros Tutelares, do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, fundamentada na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal nº 3.425/2008 e suas alterações, Edital de Convocação nº 002/2019;

RESOLVE:

Art.1º – Fica homologado o resultado final do Processo de Escolha Unificado dos Membros do Conselho Tutelar do Município de Campo Alegre/SC., com mandato a partir de 10 de janeiro de 2020 a 09 de janeiro de 2024, definido no Edital CMDCA nº 002/2019, assim distribuídos:

I – Ficam os seguintes candidatos eleitos como Titulares, por ordem de votação:

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	TOTAL DE VOTOS
1	ARLETE SCHADECK	202
2	FLÁVIA RAQUEL STAHELIN CCHALOUPECK	183
3	ELENICE KROLL	162
4	PRÍCILA GREFFIN	137
5	BIANCA ROSA	127

II – Ficam os seguintes candidatos a compor o cadastro na qualidade de Suplentes, por ordem de votação, podendo ser convocados na ausência dos Titulares Suplentes descritos no Inciso I deste Artigo:

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	TOTAL DE VOTOS
1	LENITA APARECIDA ROZÁRIO ROCHA	88
2	JANICE AMORIM CUNHA	87

3	JUÇAMARA FRANCISCO SOETHE	78
4	GEOVANA FUCKNER	54
5	TAYLA DE OLIVEIRA SCHROEDER	48

COMISSÃO RESPONSÁVEL PELO PROCESSO ELEITORAL DA ESCOLHA DOS NOVOS CONSELHEIROS TUTELARES.

III – Ficam os seguintes candidatos a compor o cadastro de reserva, por ordem de votação, podendo ser convocados na ausência dos suplentes descritos no Inciso II deste Artigo:

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	TOTAL DE VOTOS
1	EVILIANE OSNILDA CUBAS MUNHOZ	43
2	MARIA JULIANE DOMINGUES CRISTOFOLINI	26
3	BEATRIS FERNANDA BORGES	19
4	DANIEL ALBERTO CORREA	01

Art.2º – A Diplomação e Posse dos membros do Conselho Tutelar Titulares, dar-se-á em data de 10 de janeiro de 2020.

§1º – O horário da Diplomação e Posse será as 14:30 horas, na Sala de Reuniões do Prédio sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Município de Campo Alegre/SC.

§2º – Os membros do Conselho Tutelar Suplentes, serão Diplomados no horário e local mencionados no parágrafo anterior deste Artigo.

Art.3º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 05 de novembro de 2019.

MARCIA REGINA SCHADECK FRIEDRICH

Presidente da Comissão Responsável pelo

Processo Eleitoral da escolha dos novos Conselheiros Tutelares

Registrada e Publicada a presente Resolução aos seis do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, nos seguintes locais: Mural do Prédio Sede da Prefeitura Municipal; Mural do Prédio Sede da Câmara de Vereadores; Mural do Prédio Sede do Fórum Municipal "Casa da Cidadania" no Mural da Sala sede do CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Campo Alegre/SC.; Mural do Prédio Sede da Casa da Cultura; no Mural do Prédio Sede da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC., e no Mural do Prédio sede da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre/SC., Diário Oficial dos Municípios – DOM, inclusive na página eletrônica oficial "site" do Município de Campo Alegre/SC.

WILLIAM COTHOVISKY

Secretário da Comissão Responsável pelo

Processo Eleitoral da escolha dos novos Conselheiros Tutelares

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2019

Publicação Nº 2216702

GABINETE DO PREFEITO**EDITAL DE PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL
DO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2019**

**DIVULGA A HOMOLOGAÇÃO DO
RESULTADO FINAL DO PROCESSO
SELETIVO Nº 01/2019 E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Rubens Blaszkowski, Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público o **EDITAL DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2019.**

I - A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL encontra-se no **Anexo I deste Edital.**

II - Mais informações poderão ser obtidas nos sites www.sconcursos.com.br e www.campoalegre.sc.gov.br, em caráter meramente informativo.

Campo Alegre/SC., 05 de novembro de 2019.

RUBENS BLASZKOSWSKI
Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO**ANEXO I****HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2019****AGENTE ADMINISTRATIVO II**

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação e Informática	Prova teórica	Média final
1	1702953	26/06/1995	Lucas Alexsandro Garcia	1,16	1,16	1,16	3,20	1,75	8,43	8,43
2	1686465	11/08/1987	Paulo Adriano Prussak	1,16	1,45	1,16	2,00	1,75	7,52	7,52
3	1693940	19/09/1996	Isabela Da Cunha Bronaut	0,87	1,45	0,87	2,40	1,40	6,99	6,99
4	1709688	21/12/1998	Vitoria Hanna Dos Santos	1,16	0,87	1,45	1,60	1,75	6,83	6,83
5	1692555	17/10/1980	Danielle De Araujo Almeida	1,45	1,45	1,16	1,60	1,05	6,71	6,71
6	1693445	13/12/1991	Rodrigo Beraldo	0,58	1,45	1,45	1,60	1,40	6,48	6,48
7	1703604	18/10/1990	Patricia Corcuruto	0,58	0,58	1,16	2,40	1,75	6,47	6,47
8	1697877	17/02/1991	Andressa Oliveira	1,45	0,87	0,58	1,60	1,75	6,25	6,25
9	1686400	27/04/1981	Bevi Daiana Vilvert Mendes	1,16	0,87	0,87	1,60	1,75	6,25	6,25
10	1709440	27/09/1999	Gabriele Ribeiro	1,16	1,16	1,16	0,80	1,75	6,03	6,03
11	1707885	09/09/1999	Adrielle Cristine Stahelin	1,16	0,87	0,87	1,20	1,75	5,85	5,85
12	1707829	23/06/1993	Suelen Ludwinsky	1,16	0,58	1,16	2,00	0,70	5,60	5,60
13	1708611	21/08/1967	Ivorli Weronica May Cagnini	0,87	0,87	1,16	2,00	0,70	5,60	5,60
14	1695623	20/08/1998	Gabriela Furst Fuhrmann	1,16	0,29	0,87	1,60	1,40	5,32	5,32
15	1701405	20/01/1998	Hayane Hable	0,87	1,16	0,58	0,80	1,75	5,16	5,16
16	1705103	11/11/1983	Priscilla Rossler	1,45	0,87	0,87	1,20	0,70	5,09	5,09

AGENTE ADMINISTRATIVO III

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação e Informática	Prova	Média final
---------	---------	-----------	-----------	-----------	------------	----------------------	------------------------	--------------------------	-------	-------------

[illegible]

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação e Informática	Prova teórica	Média final
1	1706531	12/08/1996	Douglas Mallon Filho	0,87	0,29	1,16	2,40	1,75	6,47	6,47
2	1698362	27/08/1997	Gabriel Witt Da Silva Coelho	0,87	0,58	0,58	2,80	1,05	5,88	5,88

Não há candidatos aprovados neste cargo

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO				Prova teórica	Média final
			Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação e Informática	

GABINETE DO PREFEITO

1	1694678	13/09/1981	Sueli Angela Michalski	1,16	0,58	0,87	1,60	1,40	5,61	5,61
2	1699205	31/08/2001	Camila Teixeira	0,87	0,00	1,16	2,00	1,40	5,43	5,43

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - LOCALIDADE DE AVENCA DO RIO NEGRO / CAPINZAL

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação e Informática	Prova teórica	Média final
1	1691708	22/02/1999	Viviane Telma	0,87	1,16	0,58	2,00	1,75	6,36	6,36

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - LOCALIDADE DE RIO REPRESO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação e Informática	Prova teórica	Média final
1	1698160	16/05/1986	Sheila Deniz Katchan	1,16	0,87	0,58	1,60	1,75	5,96	5,96
2	1692282	14/11/1981	Viviane Wielivick	0,87	0,58	1,16	2,40	0,70	5,71	5,71
3	1691764	31/10/1993	Evandro Dos Santos De Paula	1,16	0,29	0,58	2,40	1,05	5,48	5,48

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - LOCALIDADE DE SÃO MIGUEL

Não há candidatos aprovados neste cargo

AGENTE OPERACIONAL I - AUXILIAR OPERACIONAL

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação e Informática	Prova teórica	Média final
1	1707291	29/12/1982	Maristela Cristina Piske	0,87	0,58	0,58	3,20	1,40	6,63	6,63
2	1704742	06/05/1985	Maria Josieli Borges Da Costa	1,16	0,58	0,87	2,40	1,40	6,41	6,41

AGENTE OPERACIONAL II - VIGIA

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação e Informática	Prova teórica	Média final
1	1704600	03/04/1983	Darlei Selke	1,16	1,16	1,16	2,00	2,10	7,58	7,58
2	1686259	04/07/1983	Adao Arquimedes De Goes Fernandes	0,87	0,87	1,16	2,80	1,40	7,10	7,10

4

GABINETE DO PREFEITO

3	1707777	24/12/1977	Lauro Starowski		0,58	0,87	1,16	2,40	1,40	6,41	6,41
4	1697176	15/04/1984	Cirlene Bonfim De Lima		0,29	0,29	0,58	2,80	1,40	5,36	5,36

AGENTE OPERACIONAL III - OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação e Informática	Prova teórica	Prática	Média final
1	1694975	06/02/1970	Silverio Joao Schloegl	0,87	1,16	0,58	2,00	1,05	5,66	9,75	7,30

AGENTE OPERACIONAL IV

Não há candidatos aprovados neste cargo

ARQUITETO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação e Informática	Prova teórica	Média final
1	1709149	18/04/1991	Raquel Lautert Kataoka	1,16	1,16	1,45	2,40	1,75	7,92	7,92
2	1698368	14/10/1993	Felipe Zipperer Trevisan	0,87	1,16	1,16	2,00	2,10	7,29	7,29
3	1695260	27/08/1991	Tabata Soares	1,16	0,87	1,16	2,00	1,40	6,59	6,59
4	1708700	03/05/1981	Leilane Tascheck	0,87	1,16	1,16	1,60	1,75	6,54	6,54
5	1708283	01/04/1990	Cleidiane Pereira	0,87	0,87	1,45	1,60	1,75	6,54	6,54
6	1709337	08/12/1991	Willian Marques Gomes Da Silva	0,29	0,58	1,16	2,40	2,10	6,53	6,53
7	1707015	26/09/1991	Samuel Henrique Wipprich	1,16	1,16	1,16	1,20	1,75	6,43	6,43
8	1701269	06/03/1989	Marcia Eloisa Morelli Hense	0,29	1,16	1,45	2,00	1,40	6,30	6,30
9	1697596	04/06/1997	Isadora Bernardo Cisz	1,16	1,16	0,87	1,20	1,40	5,79	5,79
10	1692279	09/08/1996	Caroline Goncalves	0,87	0,58	0,58	1,60	1,75	5,38	5,38
11	1705887	17/12/1997	Carine Katia Campestrini	0,58	0,58	0,87	1,60	1,75	5,38	5,38
12	1709465	16/01/1993	Daniela Wiese	0,00	0,87	0,87	1,60	1,75	5,09	5,09
13	1703062	29/05/1991	Leticia De Oliveira May Faust	0,58	0,29	1,16	2,00	1,05	5,08	5,08

ASSISTENTE SOCIAL

GABINETE DO PREFEITO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação e Informática	Prova teórica	Média final
1	1700831	10/11/1983	Lourdes Da Silva Souza Pires	0,58	0,58	0,87	2,80	1,40	6,23	6,23
2	1705909	05/02/1976	Rosmari Mendes De Oliveira	0,29	1,16	1,16	2,40	1,05	6,06	6,06
3	1685568	30/07/1989	Rosivane Sousa dos Passos	1,16	0,58	0,87	2,00	1,40	6,01	6,01
4	1703239	06/11/1976	Mariza Bicheski	0,29	0,29	1,16	3,20	1,05	5,99	5,99
5	1709107	26/01/1974	Gilmara David De Lima Silva	0,58	0,00	1,16	2,80	1,05	5,59	5,59
6	1696322	20/06/1968	Angela Santos Dias	0,58	0,58	1,16	2,00	1,05	5,37	5,37
7	1709227	04/03/1980	Ricardo Wolnei Gruber	0,29	0,29	1,16	2,40	1,05	5,19	5,19

CONTADOR

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação e Informática	Prova teórica	Média final
1	1709708	14/11/1980	Denis Rafael Korb	1,16	1,16	1,45	2,80	1,05	7,62	7,62
2	1686305	02/02/1993	Jessica Regiane May	0,29	0,87	1,45	2,00	1,40	6,01	6,01

ENFERMEIRO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação e Informática	Prova teórica	Média final
1	1687336	20/11/1983	Elizabeth Do Socorro Pereira Tavares Persike	0,87	0,58	0,87	3,20	1,05	6,57	6,57
2	1694138	13/01/1997	Bruna Caroline Pereira Dos Santos De Moura	0,87	0,87	0,87	2,00	1,75	6,36	6,36
3	1704622	01/04/1992	Kamari Ana Reffatti	0,87	0,58	0,87	2,40	1,40	6,12	6,12
4	1706802	20/01/1990	Carolina Goncalves Sbroggio Pereira	0,87	0,58	1,45	2,00	1,05	5,95	5,95
5	1701423	29/12/1997	Maria Eduarda De Farias Telma	0,29	0,00	1,45	2,00	1,75	5,49	5,49
6	1706379	19/12/1997	Gabrieli Stiegler	0,29	0,58	1,16	2,00	1,05	5,08	5,08
7	1695604	25/09/1998	Josue Andrei Guerreiro	0,29	0,87	0,87	1,60	1,40	5,03	5,03

ENGENHEIRO AGRÔNOMO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação e Informática	Prova teórica	Média final
---------	---------	-----------	-----------	-----------	------------	----------------------	------------------------	--------------------------	---------------	-------------

6

GABINETE DO PREFEITO

1	1701052	29/04/1973	Valeria Nogueira De Souza	1,16	1,45	1,45	1,45	3,20	1,40	8,66	8,66
2	1705395	16/06/1991	Edson Blattmann	0,87	0,87	1,45	1,45	2,80	1,75	7,74	7,74
3	1693929	27/11/1986	Henrique Garcia Mendes	0,58	1,45	1,45	1,45	2,80	1,40	7,68	7,68
4	1698809	12/11/1996	Flaviane Baumgartner Tabora	0,58	1,45	1,16	1,16	2,40	1,75	7,34	7,34
5	1704171	12/08/1979	Vanderleisom Seixas	0,87	1,16	1,16	1,16	2,40	1,40	6,99	6,99
6	1684974	17/06/1971	Ivo Eugenio Meyer	0,87	0,87	1,45	1,45	2,00	1,75	6,94	6,94
7	1705229	29/07/1990	Fabiano Cesar Ossoski	0,87	0,87	0,87	0,87	3,20	1,05	6,86	6,86
8	1686086	16/02/1965	Bernardo Stutz	1,16	0,29	1,16	1,16	2,80	1,40	6,81	6,81
9	1706651	16/03/1980	Fabio Joao Zoreck	0,58	0,58	1,16	1,16	3,20	0,70	6,22	6,22
10	1706377	24/08/1981	Cristiane Sudol	0,58	0,58	1,16	1,16	2,00	1,75	6,07	6,07
11	1709051	01/09/1971	Soraya Patricia Martins	0,87	0,87	0,87	0,87	2,00	1,40	6,01	6,01
12	1691071	17/03/1995	Cassiano Ricardo Umlauf	0,29	0,58	1,16	1,16	2,80	1,05	5,88	5,88
13	1693303	21/08/1988	Newton Gama Netto	0,58	1,45	1,16	1,16	1,60	1,05	5,84	5,84
14	1697042	13/06/1994	Alison Duarte Cavalheiro	0,00	1,45	0,87	0,87	2,40	1,05	5,77	5,77
15	1697664	09/09/1981	Debora Gomes Martins	0,29	0,29	1,16	1,16	3,20	0,70	5,64	5,64

ENGENHEIRO CIVIL

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação e Informática	Prova teórica	Média final
1	1705183	05/01/1995	Matheus Rossetto	0,87	1,45	1,45	2,80	1,75	8,32	8,32
2	1702503	21/09/1987	Rudinei Malinowski	1,16	1,45	0,87	2,40	2,10	7,98	7,98
3	1685531	30/06/1990	Aline Greffin	0,87	1,45	1,45	2,00	2,10	7,87	7,87
4	1705558	24/08/1990	Alessandra Carpes Hulse	0,29	1,45	1,16	2,80	1,75	7,45	7,45
5	1705323	06/12/1995	Fernanda Da Rosa Da Silva	0,58	1,16	1,45	2,40	1,75	7,34	7,34
6	1709626	13/07/1992	Gustavo Henrique Kayser Vargas	0,87	1,45	1,45	1,60	1,75	7,12	7,12
7	1707040	25/05/1992	Ana Claudia Amorim	0,87	1,45	0,58	2,80	1,40	7,10	7,10
8	1699291	05/01/1994	Luiz Felipe De Oliveira	0,58	1,45	1,16	2,40	1,40	6,99	6,99
9	1699003	25/03/1996	Matheus Pscheidt	0,29	0,87	1,16	2,40	1,75	6,47	6,47
10	1693235	09/03/1996	Bruna Galli Korn	0,58	1,16	0,87	1,60	2,10	6,31	6,31
11	1700880	05/01/1987	Jonas Pykocz	0,58	0,58	1,45	1,60	2,10	6,31	6,31

7

GABINETE DO PREFEITO

12	1691005	25/05/1994	Gabriel Alves	0,87	0,87	1,16	2,00	1,40	6,30	6,30
13	1702782	19/01/1995	Juliano Manasses Cardoso	0,29	1,16	1,16	2,00	1,40	6,01	6,01
14	1707591	14/04/1994	Maicon Hugo Block	0,58	1,16	0,87	1,20	2,10	5,91	5,91
15	1687999	02/08/1996	Ayran Kaue Antonowicz	0,29	0,58	1,16	2,40	1,40	5,83	5,83

ENGENHEIRO SANITARISTA

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação e Informática	Prova teórica	Média final
1	1690814	21/06/1984	Magnun Maciel Vieira	0,87	1,45	1,45	1,60	1,05	6,42	6,42
2	1709346	28/12/1993	Natalia Agostini	0,87	1,45	1,45	1,20	1,40	6,37	6,37
3	1708309	03/01/1994	Andressa Kossmann Ferla	1,16	1,45	1,16	0,80	1,75	6,32	6,32
4	1688383	22/10/1993	Jaqueline Cremonini	0,87	1,45	1,45	0,40	1,40	5,57	5,57
5	1709684	13/09/1995	Anderson Rudnick	0,29	0,87	1,45	1,60	1,05	5,26	5,26
6	1706114	11/12/1995	Camila Luzia Rufino	0,87	1,45	1,45	0,40	1,05	5,22	5,22

FARMACÊUTICO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação e Informática	Prova teórica	Média final
1	1707180	14/11/1984	Monique Fröhlich	0,29	0,87	0,87	2,40	1,05	5,48	5,48
2	1690900	05/07/1994	Tatiane Maidanchen	0,58	0,58	1,16	2,40	0,70	5,42	5,42

FISCAL DE OBRAS, POSTURAS E MEIO AMBIENTE

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação e Informática	Prova teórica	Média final
1	1689968	26/07/1995	Thomas Werner	1,16	1,45	1,16	1,60	1,05	6,42	6,42
2	1691373	30/05/1956	Francisco Nivaldo Hack	0,87	0,29	1,45	2,40	1,40	6,41	6,41

8

GABINETE DO PREFEITO

3	1708372	19/06/1972	Joao Carlos Ribeiro	1,16	1,45	1,16	0,80	1,05	5,62	5,62
---	---------	------------	---------------------	------	------	------	------	------	------	------

FISCAL DE TRIBUTOS

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação e Informática	Prova teórica	Média final
1	1706926	09/05/1981	Clifford Jelinsky	1,16	1,45	1,16	2,80	1,05	7,62	7,62
2	1708061	10/01/1981	Adilso Telma	1,16	0,87	1,16	2,40	1,75	7,34	7,34
3	1708799	27/10/1965	Inacio Deunio	1,16	1,45	1,16	2,40	0,70	6,87	6,87

FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação e Informática	Prova teórica	Média final
1	1706029	19/01/1969	Maria Hercilia De Souza Meira	0,87	1,16	0,87	2,80	1,75	7,45	7,45
2	1685848	10/03/1988	Camila Hostin Samy	1,45	0,87	1,16	1,60	1,75	6,83	6,83
3	1708310	27/07/1982	Roberto Schoenherr Junior	1,45	0,87	1,16	1,20	1,75	6,43	6,43
4	1709501	09/08/1986	Tania Pannetiz De Barros	0,87	0,87	1,16	1,60	1,40	5,90	5,90

FISIOTERAPEUTA

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação e Informática	Prova teórica	Média final
1	1702219	06/05/1993	Nicolas Michell Furtado	0,87	0,87	1,45	3,20	1,40	7,79	7,79
2	1707923	20/09/1981	Marcelo Ruiz Galdona	1,16	0,58	1,45	3,20	1,05	7,44	7,44
3	1708106	17/02/1993	Flavia Piva Vatanabe	1,16	0,87	1,16	2,80	0,70	6,69	6,69
4	1686303	09/01/1991	Arnaldo Calvin Klein	0,87	1,16	1,16	2,40	1,05	6,64	6,64
5	1707694	01/02/1996	Stephany Brandt	0,87	0,58	0,87	2,80	1,40	6,52	6,52
6	1690107	05/02/1994	Michele Matias Dos Santos	0,58	0,58	0,87	2,80	1,40	6,23	6,23
7	1708354	11/10/1994	Henrique Schwarz	0,58	0,87	0,87	2,80	1,05	6,17	6,17
8	1698032	28/08/1997	Carla Santos Grosskopf	1,16	1,16	0,58	2,40	0,70	6,00	6,00
9	1704046	26/08/1997	Denise Hüttl	0,87	0,58	1,45	2,40	0,70	6,00	6,00

9

GABINETE DO PREFEITO

10	1704910	28/03/1981	Andressa Correa Peres	0,58	0,58	0,58	2,80	1,40	5,94	5,94
11	1703549	12/09/1997	Mariana Stafin Schultz	0,58	0,58	0,87	2,80	0,70	5,53	5,53
12	1704521	05/07/1997	Ana Carolina Barbosa	0,29	0,00	0,87	2,80	1,40	5,36	5,36
13	1703350	14/12/1994	Ana Paula Senn	0,58	0,00	0,87	2,80	1,05	5,30	5,30
14	1687827	25/02/1992	Talline Schlinemann	0,29	0,58	0,58	2,80	1,05	5,30	5,30
15	1709100	14/12/1989	Priscila Cadena	0,87	0,29	0,87	2,00	1,05	5,08	5,08

FONOAUDIÓLOGO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação e Informática	Prova teórica	Média final
1	1704548	11/05/1997	Camila Cunha	0,87	0,87	0,87	2,40	0,70	5,71	5,71
2	1699891	21/11/1986	Gabriela Pinheiro Borges	0,58	0,87	0,87	2,00	1,05	5,37	5,37
3	1701162	10/09/1996	Thais Cubas Grybos	0,58	0,58	1,16	2,00	1,05	5,37	5,37

INSTRUTOR DE EDUCAÇÃO FÍSICANão há candidatos aprovados neste cargo.**INSTRUTOR DE INFORMÁTICA**Não há candidatos aprovados neste cargo.**INSTRUTOR DE MÚSICA - BATERIA**

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação e Informática	Prova teórica	Média final
1	1708443	05/11/1990	Juarez Pinçegher De Oliveira Junior	0,87	0,87	1,45	2,80	1,05	7,04	7,04

INSTRUTOR DE MÚSICA - TECLADO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos	Conhecimentos	Legislação e	Prova	Média final
---------	---------	-----------	-----------	-----------	------------	---------------	---------------	--------------	-------	-------------

10

GABINETE DO PREFEITO

				Gerais	Técnicos	Informática	teórica	
1	1707516	30/06/2002	Eduardo Hein	1,45	2,00	1,40	7,17	7,17
2	1709211	05/08/1977	Paulo Roberto Gregório	0,58	2,80	1,05	5,59	5,59

INSTRUTOR DE MÚSICA - VIOLÃO

Não há candidatos aprovados neste cargo

MÉDICO I (20 HORAS)

Não há candidatos aprovados neste cargo

MÉDICO II (40 HORAS)

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação e Informática	Prova teórica	Média final
1	1706673	11/08/1982	Yumi Hoshi	0,29	0,87	1,45	2,40	1,75	6,76	6,76
2	1686478	07/06/1981	Ricardo Pedrini Kemer	1,45	0,87	1,45	1,20	1,05	6,02	6,02

MOTORISTA - MOTORISTA DA SAÚDE

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação e Informática	Prova teórica	Prática	Média final
1	1707979	07/03/1976	Ademir Molmelstet	1,16	1,16	1,16	2,40	1,75	7,63	10,00	8,58
2	1691142	26/11/1973	Claudinei Antonio Dos Santos	0,87	1,45	1,16	2,80	1,75	8,03	9,25	8,52
3	1691757	11/02/1974	Heveraldo Barbosa Dos Santos Junior	0,87	0,29	0,87	2,80	1,05	5,88	10,00	7,53

MOTORISTA - MOTORISTA DE VEÍCULOS LEVES

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação e Informática	Prova teórica	Prática	Média final
1	1684920	06/06/1991	Araildo Dos Santos De Lima	1,16	1,16	1,16	3,20	1,40	8,08	9,50	8,65
2	1706776	05/01/1991	Frank Henry Grossl	1,45	1,16	1,16	2,40	1,40	7,57	9,50	8,34
3	1709413	23/01/1970	Cleison Adinan Linzmeyer	0,58	1,16	1,45	2,40	1,40	6,99	9,25	7,89

11

GABINETE DO PREFEITO

4	1700796	10/02/1977	Nadir Nikhold Nagel	0,87	0,87	0,87	0,87	2,40	0,70	5,71	9,50	7,23
5	1707521	03/09/1972	Edson Mauri Soares	0,29	1,16	1,16	1,16	2,00	1,05	5,66	9,50	7,20

NUTRICIONISTA

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação e Informática	Prova teórica	Média final
1	1684830	26/04/1995	Dayane Kelli Raymundo Brandes	0,87	1,16	1,16	1,60	2,10	6,89	6,89
2	1701801	05/06/1996	Julia Beatriz Zocatelli	0,58	0,58	1,16	2,00	1,75	6,07	6,07
3	1709508	13/12/1992	Heloisa Holtz	0,87	0,58	0,87	1,60	2,10	6,02	6,02
4	1708734	07/01/1988	Silvia Leticia Marcarini	0,29	0,58	0,87	2,40	1,40	5,54	5,54
5	1693623	17/09/1997	Camila Lucht Batista	0,87	0,58	0,87	2,40	0,70	5,42	5,42
6	1709046	06/05/1995	Lyandra Franco Carneiro	0,58	0,87	0,87	1,60	1,40	5,32	5,32

ODONTÓLOGO I (20 HORAS)

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação e Informática	Prova teórica	Média final
1	1692336	23/05/1970	Danielle Schreiner Lucht	0,87	0,87	0,87	2,00	1,05	5,66	5,66
2	1686419	06/08/1987	Alexandre Bion Zattar	0,87	0,87	0,87	2,00	1,05	5,66	5,66
3	1706537	07/12/1990	Nadya Batista	0,87	0,58	0,87	1,20	1,75	5,27	5,27
4	1709605	17/03/1995	Manuely Cristiny Linzmeyer	0,29	0,87	0,87	2,00	1,05	5,08	5,08

ODONTÓLOGO II (40 HORAS)

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação e Informática	Prova teórica	Média final
1	1699901	19/12/1995	Isabelli Carolini Farias Warmling	0,87	0,87	1,16	1,60	1,75	6,25	6,25
2	1704226	21/01/1996	Lucas Del Vigna Pinheiro Peixoto	0,87	1,16	1,45	2,00	0,70	6,18	6,18
3	1706784	23/03/1997	Fabiele Baumann	0,87	0,87	0,87	2,00	1,05	5,66	5,66
4	1704034	15/07/1971	Candida Estela Reinert	0,58	0,87	1,16	1,20	1,75	5,56	5,56
5	1695474	15/12/1997	Gabriella Regina Duarte	0,87	0,29	1,16	2,40	0,70	5,42	5,42

12

GABINETE DO PREFEITO**PSICÓLOGO**

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação e Informática	Prova teórica	Média final
1	1703346	30/08/1982	Monica Monteiro Kotzias	0,87	1,45	1,45	3,20	1,40	8,37	8,37
2	1700974	06/02/1994	Sandi Maiara Lange	1,16	1,16	1,16	3,20	1,40	8,08	8,08
3	1692754	10/11/1988	Aliery Camila Alves	0,87	0,58	0,87	3,20	1,75	7,27	7,27
4	1709205	15/04/1997	Tais Da Silva E Souza	0,87	0,58	0,87	3,20	1,40	6,92	6,92
5	1700840	05/09/1993	Susana De Souza	0,87	0,58	1,16	2,40	1,75	6,76	6,76
6	1697186	04/01/1974	Micheline Evelin Jablonski	0,87	0,87	1,16	2,80	1,05	6,75	6,75
7	1695305	28/03/1996	Jeane Cristina Woitschowski	1,16	0,58	0,87	2,40	1,05	6,06	6,06
8	1708001	07/05/1961	Jose Augusto Guerreiro Pereira	0,87	0,58	1,16	2,00	1,40	6,01	6,01
9	1703839	10/01/1994	Valeria Pereira Martins	0,87	0,29	0,87	2,40	1,40	5,83	5,83
10	1705480	22/07/1992	Emily Cristina Pscheidt	0,58	0,87	1,16	2,40	0,70	5,71	5,71
11	1684111	31/01/1996	Magda Linzmeyer	0,87	0,29	0,58	2,80	1,05	5,59	5,59
12	1685608	04/05/1979	Fernanda Francoise Hacke E Senra	0,29	0,58	1,16	2,40	1,05	5,48	5,48
13	1708837	10/04/1995	Mateus Dos Santos	0,58	0,87	0,87	2,40	0,70	5,42	5,42
14	1709400	13/10/1996	Michele Fabiane Felipe Maia	0,29	0,29	0,87	2,80	1,05	5,30	5,30
15	1709436	16/01/1990	Taina Hack Medeiros Alves	0,29	0,58	0,87	2,40	1,05	5,19	5,19

TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO - TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação e Informática	Prova teórica	Média final
1	1685164	12/01/1973	Fabio Luis E Souza	0,87	1,16	0,29	2,40	1,40	6,12	6,12
2	1699637	04/09/1981	Samanta Margaret Da Costa	0,87	0,58	1,16	2,00	1,05	5,66	5,66
3	1685337	14/07/1985	Marcela Fontanella vieira	0,87	0,58	1,16	2,00	0,70	5,31	5,31
4	1698461	10/05/1987	Aurea Wohl	0,29	0,29	0,87	2,40	1,40	5,25	5,25

TERAPEUTA OCUPACIONAL

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação e Informática	Prova	Média final
---------	---------	-----------	-----------	-----------	------------	----------------------	------------------------	--------------------------	-------	-------------

13

[illegible]

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

EDITAL DO JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA NOTAS E CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA DO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2019

Publicação Nº 2216700

EDITAL DO JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA NOTAS E CLASSIFICAÇÃO
PROVISÓRIA DO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2019

DIVULGA O JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA NOTAS E CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA DO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2019 E ESTABELECE PROVIDÊNCIAS.

Rubens Blaszkowski, Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público o JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA NOTAS E CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA DO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2019.

I - O Julgamento dos Recursos Contra Notas e Classificação Provisória encontra-se no Anexo I deste Edital.

II - Mais informações poderão ser obtidas nos sites www.sconcursos.com.br e www.campoalegre.sc.gov.br, em caráter meramente informativo.

Campo Alegre/SC., 05 de novembro de 2019.

RUBENS BLASZKOSWSKI

Prefeito Municipal

**ANEXO I DO EDITAL DE JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA NOTAS
E CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA DO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2019**

Recurso nº 01. Candidato(a) de inscrição nº 1691764.

Despacho/Justificativa: INDEFERIDO. Candidato(a) requer recontagem da nota da prova objetiva. Recurso não assiste razão ao(a) candidato(a), pois a pontuação da nota da Prova Objetiva condiz com as marcações do cartão-resposta efetuadas pelo(a) candidato(a), ou seja, está correta. Cópia do cartão-resposta poderá ser enviada ao e-mail do(a) candidato(a) em caso de solicitação.

Recurso nº 02. Candidato(a) de inscrição nº 1708772.

Despacho/Justificativa: INDEFERIDO. Candidato(a) requer recontagem da nota da prova objetiva. Recurso não assiste razão ao(a) candidato(a), pois a pontuação da nota da Prova Objetiva condiz com as marcações do cartão-resposta efetuadas pelo(a) candidato(a), ou seja, está correta. Cópia do cartão-resposta poderá ser enviada ao e-mail do(a) candidato(a) em caso de solicitação.

Recurso nº 03. Candidato(a) de inscrição nº 1686400.

Despacho/Justificativa: INDEFERIDO. Candidato(a) requer recontagem da nota da prova objetiva. Recurso não assiste razão ao(a) candidato(a), pois a pontuação da nota da Prova Objetiva condiz com as marcações do cartão-resposta efetuadas pelo(a) candidato(a), ou seja, está correta. Cópia do cartão-resposta poderá ser enviada ao e-mail do(a) candidato(a) em caso de solicitação.

Recurso nº 04. Candidato(a) de inscrição nº 1695925.

Despacho/Justificativa: INDEFERIDO. Candidato(a) requer recontagem da nota da prova objetiva. Recurso não assiste razão ao(a) candidato(a), pois a pontuação da nota da Prova Objetiva condiz com as marcações do cartão-resposta efetuadas pelo(a) candidato(a), ou seja, está correta. Cópia do cartão-resposta poderá ser enviada ao e-mail do(a) candidato(a) em caso de solicitação. Vale ressaltar que de acordo com o item 7.1.1. do edital, serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem nota final igual ou superior a 5,0 (cinco) pontos na Prova Objetiva.

Recurso nº 05. Candidato(a) de inscrição nº 1708171.

Despacho/Justificativa: INDEFERIDO. Candidato(a) requer recontagem da nota da prova objetiva. Recurso não assiste razão ao(a) candidato(a), tendo em vista que de acordo com os itens 7.13.3 e 7.13.4 do edital, a correção será realizada por meio eletrônico e o preenchimento do cartão-resposta deverá ser realizado conforme às orientações da capa da prova, bem como do cartão-reposta. Vale ressaltar que o(a) candidato(a) fez o preenchimento do cartão-resposta de forma diversa às orientações, impossibilitando assim a leitura das respostas pelo sistema. Cópia do cartão-resposta poderá ser enviada ao e-mail do(a) candidato(a) em caso de solicitação.

Campo Alegre/SC., 05 de novembro de 2019.

RUBENS BLASZKOSWSKI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 17.221 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2216630

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 17.221 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019
CONCEDE FÉRIAS A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao § 6º do art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias a Secretária Municipal de Saúde, CAROLINA DA COSTA TELMA, registro no sistema sob nº 955161, referente aos seguintes períodos aquisitivos: 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018 = 07 (zero sete) dias; 01 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019 = 03 (zero três) dias.

Art. 2º A Secretária gozará férias no período de 05 de novembro de 2019 á 14 novembro de 2019, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal, requerimento devidamente assinado e protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 30 de outubro de 2019, sob nº 009322.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05 de novembro de 2019.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário em especial a Portaria nº 17.209 de 1º novembro de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
05 de novembro de 2019.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 06/11/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 17.224 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2217087

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 17.224 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público GERSON PIRES DE LIMA, matrícula funcional nº 000902, registro no sistema sob nº 955708, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional II, exercendo a Função de Vigia, lotado na Secretaria Municipal de Administração, referente ao período aquisitivo: 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018.

Art. 2º O Servidor Público Municipal gozará as férias no período de 11 de novembro de 2019 á 30 de novembro de 2019, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolizada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data 15 de outubro de 2019 sob nº 008671.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de novembro de 2019.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 05 de novembro de 2019.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 06/11/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 17.225 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2217132

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 17.225 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019
DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE LICENÇA MATERNIDADE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao § 1º do art. 9º da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Prorrogar a Licença Maternidade da Servidora Pública Municipal Contratada ELIDIANE FRANCIELE FERREIRA, matrícula funcional nº 000878, registro no sistema sob nº 955598, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Especialista em Assuntos Educacionais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por um período de 60 (sessenta) dias, a partir de 16 de novembro de 2019 a 14 de janeiro de 2019.

Parágrafo único. A prorrogação da Licença de que trata o caput deste artigo, em atenção ao requerimento devidamente assinado pela Servidora Pública Municipal, e protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 09 de março de 2019, sob nº 006231.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16 de novembro de 2019.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC., 05 de novembro de 2019.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 06/11/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe do Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 17.722 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2217057

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 17.722 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019
DISPÕE SOBRE SUBSTITUIÇÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao inciso VII do art. 71 da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990; Resolve:

Art. 1º Designar a Diretora de Saúde DEISI ESTELA AMORIM, registro no sistema sob nº 955169, para substituir a Secretária Municipal de Saúde, CAROLINA DA COSTA TELMA, registro no sistema sob nº 955161, pelo período de 05 de novembro de 2019 a 14 de novembro de 2019, por motivo da Secretária de Saúde Titular encontrar-se em férias.

Art. 2º São atribuições do Cargo Público em substituição as descritas na Subseção II da Lei Municipal nº 2.683 de 10 de dezembro de 2002, e serão desenvolvidas concomitantemente às atribuições do Cargo Público de Diretora de Saúde.

Art. 3º A Diretora de Saúde, não fará jus a qualquer valor pecuniário atinente ao Cargo Público de Secretária Municipal de Saúde ora em substituição.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 05 de novembro de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
05 de novembro de 2019.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 06/11/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 17.723 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2217060

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 17.223 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019
DISPÕE SOBRE LOTAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Considerando Ofício SMS nº 212/2019, expedido em data de 1º de novembro de 2019, devidamente protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 04 de novembro de 2019, sob nº 009422, o qual informa que Servidora Pública Municipal ANDRESSA FÁTIMA ZAK DE MELO, matrícula funcional nº 000931, registro no sistema sob nº 955740, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Farmacêutico, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, passará a desempenhar suas funções na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental, conforme razões expostas no Processo Administrativo nº 1242/2019, informa ainda o referido ofício que o horário de trabalho da Servidora Pública Municipal permanece inalterado: das 08:00hs às 12:00hs e das 13:00hs às 17:00hs;

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das suas atribuições legais, e o disposto no inciso IX do artigo 71, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º A lotação da Servidora Pública Municipal ANDRESSA FÁTIMA ZAK DE MELO, matrícula funcional nº 000931, registro no sistema sob nº 955740, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Farmacêutico, nomeada pelo Decreto Municipal nº 10.761 de 18 de setembro de 2017, sua lotação passa a ser na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental a partir de 04 de novembro de 2019.

Parágrafo único: O horário de trabalho da Servidora Pública Municipal permanece inalterado: das 08:00hs às 12:00hs e das 13:00hs às 17:00hs.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de novembro de 2019.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 17.219 de 04 de novembro de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
05 de novembro de 2019.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 06/11/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

RESOLUÇÃO Nº 12 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2217603

COMISSÃO RESPONSÁVEL PELO PROCESSO ELEITORAL DA ESCOLHA DOS NOVOS CONSELHEIROS TUTELARES.

RESOLUÇÃO Nº 12 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019
DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DA VOTAÇÃO NO PLEITO ELEITORAL PARA A ESCOLHA DO CARGO DE CONSELHEIRO TUTELAR NO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

A Presidente da Comissão Responsável pelo Processo Eleitoral da Escolha dos Novos Conselheiros Tutelares, do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, fundamentada na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal nº 3.425/2008 e suas alterações, Edital de Convocação nº 002/2019;

RESOLVE:

Art.1º – Fica homologado o resultado final do Processo de Escolha Unificado dos Membros do Conselho Tutelar do Município de Campo Alegre/SC., com mandato a partir de 10 de janeiro de 2020 a 09 de janeiro de 2024, definido no Edital CMDCA nº 002/2019, assim distribuídos:

I – Ficam os seguintes candidatos eleitos como Titulares, por ordem de votação:

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	TOTAL DE VOTOS
1	ARLETE SCHADECK	202
2	FLÁVIA RAQUEL STAHELIN CCHALOUPECK	183
3	ELENICE KROLL	162
4	PRICILA GREFFIN	137
5	BIANCA ROSA	127

II – Ficam os seguintes candidatos a compor o cadastro na qualidade de Suplentes, por ordem de votação, podendo ser convocados na ausência dos Titulares Suplentes descritos no Inciso I deste Artigo:

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	TOTAL DE VOTOS
1	LENITA APARECIDA ROZÁRIO ROCHA	88
2	JANICE AMORIM CUNHA	87
3	JUÇAMARA FRANCISCO SOETHE	78
4	GEOVANA FUCKNER	54
5	TAYLA DE OLIVEIRA SCHROEDER	48

COMISSÃO RESPONSÁVEL PELO PROCESSO ELEITORAL DA ESCOLHA DOS NOVOS CONSELHEIROS TUTELARES.

III – Ficam os seguintes candidatos a compor o cadastro de reserva, por ordem de votação, podendo ser convocados na ausência dos suplentes descritos no Inciso II deste Artigo:

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	TOTAL DE VOTOS
1	EVILIANE OSNILDA CUBAS MUNHOZ	43
2	MARIA JULIANE DOMINGUES CRISTOFOLINI	26
3	BEATRIS FERNANDA BORGES	19
4	DANIEL ALBERTO CORREA	01

Art.2º – A Diplomação e Posse dos membros do Conselho Tutelar Titulares, dar-se-á em data de 10 de janeiro de 2020.

§1º – O horário da Diplomação e Posse será as 14:30 horas, na Sala de Reuniões do Prédio sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Município de Campo Alegre/SC.

§2º – Os membros do Conselho Tutelar Suplentes, serão Diplomados no horário e local mencionados no parágrafo anterior deste Artigo.

Art.3º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 05 de novembro de 2019.

MARCIA REGINA SCHADECK FRIEDRICH

Presidente da Comissão Responsável pelo

Processo Eleitoral da escolha dos novos Conselheiros Tutelares

Registrada e Publicada a presente Resolução aos seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, nos seguintes locais: Mural do Prédio Sede da Prefeitura Municipal; Mural do Prédio Sede da Câmara de Vereadores; Mural do Prédio Sede do Fórum Municipal "Casa da Cidadania" no Mural da Sala sede do CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Campo Alegre/SC.; Mural do Prédio Sede da Casa da Cultura; no Mural do Prédio Sede da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC., e no Mural do Prédio sede da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre/SC., Diário Oficial dos Municípios – DOM, inclusive na página eletrônica oficial "site" do Município de Campo Alegre/SC.

WILLIAM COTHOVISKY

Secretário da Comissão Responsável pelo

Processo Eleitoral da escolha dos novos Conselheiros Tutelares

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE INSCRIÇÃO CREDENCIAMENTO 01/2017 FMS - LABSER

Publicação Nº 2217342

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE INSCRIÇÃO
Nº 01/2017

Considerando o DEFERIMENTO de inscrição pela Comissão de Aprovação, Análise e Deferimento do Requerimento do Processo de Credenciamento nº 01/2017;

A Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre/SC, no uso de suas atribuições,

RESOLVE,

HOMOLOGAR a inscrição do LABORATÓRIO DE ANALISES CLINICA KARINA MAGNO DOS SANTOS SS LTDA, Situado na Rua Padre Luiz Gilg, nº 250, Centro, Município de Campo Alegre/SC, CNPJ nº 07.839.411/0001-14, para a prestação de serviços, conforme segue:

TABELA 1: EXAMES

CÓDIGO	EXAMES	VALOR SUS
0202120023	DETERMINAÇÃO DIRETA E REVERSA DE GRUPO ABO	R\$ 1,37
0202010767	DOSAGEM DE 25 HIDROXIVITAMINA D	R\$ 15,24

Campo Alegre, 5 de novembro de 2019.

CAROLINA DA COSTA TELMA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre

Campo Erê

PREFEITURA

CONCORRÊNCIA PÚBLICA 02/2019

Publicação Nº 2216601

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1327/2019
EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2019
EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, SC, representado pelo seu Prefeito Sr. ODILSON VICENTE DE LIMA, TORNA PÚBLICO que até às 08:30 horas do dia 10 de dezembro de 2019, o Presidente da Comissão de Licitação do Município, estará recebendo as propostas dos interessados no objeto do Processo Licitatório nº 1327/2019 na modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2019, objeto: OUTORGA DE PERMISSÃO PARA SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS AO TRANSPORTE, GUARDA E DEPÓSITO DE VEÍCULOS APREENDIDOS E RETIRADOS DE CIRCULAÇÃO PELAS POLÍCIAS MILITAR E CIVIL NO MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ – SC. Conforme especificado neste Edital. Fundamentado na Lei 8.666/93, suas alterações e demais normas pertinentes. Demais informações, serão fornecidas pelo Departamento de Licitações, localizado no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua 1º de Maio, 736, em Campo Erê, Estado de Santa Catarina, de segunda a sexta-feira no horário das 7h30 às 11h30 e das 13h15 às 17h15 e no e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br - Campo Erê - SC, 05 de Novembro de 2019. Clezio Comonelo– Presidente da Comissão de licitação// ODILSON VICENTE DE LIMA - Prefeito Municipal.

Campos Novos

PREFEITURA

APROVAÇÃO DE PROJETOS CHANCELADOS

Publicação Nº 2216983

APROVAÇÃO DE PROJETOS CHANCELADOS - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA

Objetivando atender o disposto no item 6.1 do Edital de Chamamento Público Permanente Nº 01/2019 do Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA torna público a habilitação dos seguintes projetos cancelados para captação de recursos:

Número do Projeto: 35/2019
Data da Aprovação: 30/10/2019
Número da Ata: 82
Proponente: APP EEB Professora Antônia Correa Mendes
CNPJ: 83.516.542/0001-49
Título: Família na Escola EEB Profª Antônia Correa Mendes
Valor Autorizado para Captação: R\$ 42.000,00
Prazo de Captação: 31/12/2019
Dados Bancários: Banco do Brasil / Ag. 0685-8 / C.C. 24099-0 – FIA Campos Novos

Número do Projeto: 36/2019
Data da Aprovação: 30/10/2019
Número da Ata: 82
Proponente: Fundação Cultural Camponovense
CNPJ: 74.097.114/0001-38
Título: A Arte da Música Transformando Vidas
Valor Autorizado para Captação: R\$ 37.200,00
Prazo de Captação: 31/12/2019
Dados Bancários: Banco do Brasil / Ag. 0685-8 / C.C. 24099-0 – FIA Campos Novos

DECRETO Nº 8.426/19 DE 01/11/2019 REGULAMENTA FORMA E PRAZOS PARA PAGAMENTO DO IPTU DO EXERCÍCIO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2216770

DECRETO Nº 8.426/19 DE 01/11/2019

REGULAMENTA FORMA E PRAZOS PARA PAGAMENTO DO IPTU DO EXERCÍCIO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e;

Considerando a necessidade de estabelecer normas alusivas ao IPTU – Imposto Sobre a Propriedade Territorial Urbana;

Com amparo no artigo 100, incisos II, VIII, XI e §2º do art. 138 da Lei Orgânica, c/c artigo 265 da Lei Complementar nº 001/2002 de 27 de dezembro de 2002 – Código Tributário Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. O Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana do exercício de 2020, deverá ser pago na forma e prazos fixados neste decreto.

Art. 2º. O imposto previsto no artigo 1º poderá ser pago da seguinte forma:

I – Para o imóvel que teve o pagamento de IPTU em cota única nos últimos 5 anos, o percentual de desconto será de 18%, até 13/03/2020;
II - Para o imóvel que teve o pagamento de IPTU em cota única nos últimos 4 anos, o percentual de desconto será de 16%, até 13/03/2020;
III – Para o imóvel que teve o pagamento de IPTU em cota única nos últimos 3 anos, o percentual de desconto será de 14%, até 13/03/2020;
IV - Para o imóvel que teve o pagamento de IPTU em cota única nos últimos 2 anos, o percentual de desconto será de 12%, até 13/03/2020;
V- Para o imóvel que teve o pagamento de IPTU em cota única no último ano, o percentual de desconto será de 10%, até 13/03/2020;
VI – Para imóveis que forem cadastrados recentemente, ou seja, no exercício de 2019 e não se enquadrem no cenário supracitado, o percentual de desconto será de 10%.

O direito ao desconto aplica-se ao imóvel, desta forma, mesmo que o contribuinte possua dividas de outros imóveis, o desconto deverá ser concedido obedecendo o cenário em questão.

Parágrafo único. Em 06 (seis) parcelas com vencimento da 1ª em 13/03/2020 e as demais em 13/04, 13/05, 13/06, 13/07 e 13/08. A falta de pagamento das parcelas, implicará no vencimento antecipado das parcelas vincendas.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições contrárias.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,
01 de novembro de 2019.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 8.427/19 DE 01/11/2019 CORRIGE VALOR DA UNIDADE FISCAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2216783

DECRETO N° 8.427/19 DE 01/11/2019

CORRIGE VALOR DA UNIDADE FISCAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o INPC/ IBGE, acumulado no período de novembro de 2018 a outubro de 2019 de 2,92% (dois virgula noventa e dois por cento);

Com amparo no artigo 100, incisos II, VIII, XI da Lei Orgânica, c/c artigo 426 – parágrafo único da Lei Complementar nº 001/2002 de 27 de dezembro de 2002 – Código Tributário Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. É fixado em R\$ 3,70 (Três reais e setenta centavos) o valor da unidade fiscal do município.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2020.

Art. 3º. Revoça-se o Decreto nº 8.156/2018 de 12/11/2018.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,
01 de novembro de 2019.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 8.428/19 DE 04/11/2019. ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2216970

DECRETO Nº 8.428/19 DE 04/11/2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 4.371 de 21/09/17 (Plano Plurianual), Lei nº 4.432 de 07/06/2018 (Lei de Diretrizes Orcamentárias) e Lei nº 4.516/18 de 31/12/2018 (Lei Orcamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementado no orçamento do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal no valor de R\$ 420.000,00 (Quatrocentos e vinte mil reais) nos projetos/ atividades abaixo discriminados:

17.512.0018.2.060 – Manutenção do Sistema de Operação e Manutenção do Sistema de Esgoto	
24- 3.3.90.00.00.00.00.00.0600–Aplicações Diretas	R\$ 420.000,00

Art.2º - Para dar cobertura ao crédito a ser aberto no artigo anterior indicamos como fonte de recursos na forma do disposto no Art. 43, Parágrafo 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64, o SUPERAVIT FINANCEIRO apurado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2018.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 04 de outubro de 2019.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA 2523/19

Publicação Nº 2217438

PORTARIA N2523/19 DE 30/10/2019

PRORROGA PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO NOMEADA PELA PORTARIA Nº 2322/19 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando o requerimento da Comissão de processo administrativo,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o prazo para a apresentação de relatório conclusivo dos trabalhos da Comissão de processo administrativo nomeada pela Portaria nº2322/19 de 30/08/19, por mais 30 (trinta) dias, retroagindo seus efeitos a 29 de outubro de 2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
30 de outubro de 2019.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

BALANCETE MÊS OUTUBRO/2019

Publicação Nº 2217624

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Outubro
Página: 1/12

SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2019

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1			ATIVO	1.095.080,20D	308.040,69	268.052,87	1.135.068,02D
1.1			ATIVO CIRCULANTE	666.480,29D	308.040,69	263.454,40	711.065,88D
1.1.1			CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	577.229,65D	304.240,09	259.653,80	621.815,94D
1.1.1.1			CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	577.229,65D	304.240,09	259.653,80	621.815,94D
1.1.1.1.1			CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇ	577.229,65D	304.240,09	259.653,80	621.815,94D
1.1.1.1.1.1			BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	577.229,65D	304.240,09	259.653,80	621.815,94D
1.1.1.1.1.1.1			BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	577.229,65D	304.240,09	259.653,80	621.815,94D
1.1.1.1.1.1.1.1			CAIXA ECONOMICA FEDERAL - MOVIMENTO	577.229,65D	304.240,09	259.653,80	621.815,94D
1.1.1.1.1.1.1.1.1	P	F	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	577.229,65D	304.240,09	259.653,80	621.815,94D
1.1.3			DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	36.473,77D	3.800,60	3.800,60	36.473,77D
1.1.3.1			ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	36.473,77D	3.735,00	3.735,00	36.473,77D
1.1.3.1.1			ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS - CONSOLIDAÇÃO	36.473,77D	3.735,00	3.735,00	36.473,77D
1.1.3.1.1.01			ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL	36.473,77D	0,00	0,00	36.473,77D
1.1.3.1.1.01.02 (42145)	P	P	13 SALÁRIO - ADIANTAMENTO	36.473,77D	0,00	0,00	36.473,77D
1.1.3.1.1.02 (42150)	P	P	SUPRIMENTO DE FUNDOS	0,00	3.735,00	3.735,00	0,00
1.1.3.8			OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	0,00	65,60	65,60	0,00
1.1.3.8.1			OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO - CONSOL	0,00	65,60	65,60	0,00
1.1.3.8.1.08			CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO	0,00	65,60	65,60	0,00
1.1.3.8.1.08.00.01			CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO	0,00	65,60	65,60	0,00
1.1.3.8.1.08.00.01.00.000001 (47940)	P	F	SALÁRIO-FAMÍLIA	0,00	65,60	65,60	0,00
1.1.5			ESTOQUES	2.045,08D	0,00	0,00	2.045,08D
1.1.5.6			ALMOXARIFADO	2.045,08D	0,00	0,00	2.045,08D
1.1.5.6.1			ALMOXARIFADO - CONSOLIDAÇÃO	2.045,08D	0,00	0,00	2.045,08D
1.1.5.6.1.03			MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	2.045,08D	0,00	0,00	2.045,08D
1.1.5.6.1.03.00.01 (42388)	P	P	MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	2.045,08D	0,00	0,00	2.045,08D
1.1.9			VARIÁVEIS PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	50.731,79D	0,00	0,00	50.731,79D
1.1.9.1			PRÊMIOS DE SEGUROS A PROPRIAR	11.157,09D	0,00	0,00	11.157,09D
1.1.9.1.1 (42411)	P	P	PRÊMIOS DE SEGUROS A PROPRIAR - CONSOLIDAÇÃO	11.157,09D	0,00	0,00	11.157,09D
1.1.9.3			ASSINATURAS E ANUIDADES A PROPRIAR	39.574,70D	0,00	0,00	39.574,70D
1.1.9.3.1 (42415)	P	P	ASSINATURAS E ANUIDADES A PROPRIAR - CONSOLIDAÇÃO	39.574,70D	0,00	0,00	39.574,70D
1.2			ATIVO NÃO CIRCULANTE	428.599,91D	0,00	4.598,47	424.001,44D
1.2.3			IMOBILIZADO	428.599,91D	0,00	4.598,47	424.001,44D
1.2.3.1			BENS MÓVEIS	361.436,87D	0,00	0,00	361.436,87D
1.2.3.1.1			BENS MÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO	361.436,87D	0,00	0,00	361.436,87D
1.2.3.1.1.01			MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	44.530,63D	0,00	0,00	44.530,63D
1.2.3.1.1.01.02 (42865)	P	P	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	2.050,00D	0,00	0,00	2.050,00D
1.2.3.1.1.01.99			OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	42.480,63D	0,00	0,00	42.480,63D
1.2.3.1.1.01.99.01 (42865)	P	P	OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	42.480,63D	0,00	0,00	42.480,63D
1.2.3.1.1.02			BENS DE INFORMÁTICA	108.057,10D	0,00	0,00	108.057,10D
1.2.3.1.1.02.01			EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	108.057,10D	0,00	0,00	108.057,10D
1.2.3.1.1.02.01.01 (42888)	P	P	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	108.057,10D	0,00	0,00	108.057,10D
1.2.3.1.1.03			MÓVEIS E UTENSÍLIOS	89.097,59D	0,00	0,00	89.097,59D
1.2.3.1.1.03.01 (42892)	P	P	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	5.405,69D	0,00	0,00	5.405,69D
1.2.3.1.1.03.02 (42893)	P	P	MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	6.089,90D	0,00	0,00	6.089,90D
1.2.3.1.1.03.03 (42894)	P	P	MOBILIÁRIO EM GERAL	77.602,00D	0,00	0,00	77.602,00D
1.2.3.1.1.04			MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	21.941,55D	0,00	0,00	21.941,55D

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Outubro
Página: 2/12

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2019

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1.2.3.1.1.04.05 (42901)	P	P	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	21.941,55D	0,00	0,00	21.941,55D
1.2.3.1.1.05			VEÍCULOS	83.000,00D	0,00	0,00	83.000,00D
1.2.3.1.1.05.03 (42907)	P	P	VEÍCULOS DE TRACÇÃO MECÂNICA	83.000,00D	0,00	0,00	83.000,00D
1.2.3.1.1.99			DEMAIS BENS MÓVEIS	14.810,00D	0,00	0,00	14.810,00D
1.2.3.1.1.99.99			OUTROS BENS MÓVEIS	14.810,00D	0,00	0,00	14.810,00D
1.2.3.1.1.99.99.01 (42928)	P	P	OUTROS BENS MÓVEIS	14.810,00D	0,00	0,00	14.810,00D
1.2.3.2			BENS IMÓVEIS	209.172,60D	0,00	0,00	209.172,60D
1.2.3.2.1			BENS IMÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO	209.172,60D	0,00	0,00	209.172,60D
1.2.3.2.1.07 (42997)			INSTALAÇÕES	209.172,60D	0,00	0,00	209.172,60D
1.2.3.8	P	P	(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	142.009,56C	0,00	4.598,47	146.608,03C
1.2.3.8.1			(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS - CONSOL	142.009,56C	0,00	4.598,47	146.608,03C
1.2.3.8.1.01			(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	142.009,56C	0,00	4.598,47	146.608,03C
1.2.3.8.1.01.05 (43013)	P	P	(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA DE VEÍCULOS	36.278,96C	0,00	1.383,33	37.662,28C
1.2.3.8.1.01.99 (43019)	P	P	(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA DE DEMAIS BENS MÓVEIS	105.730,61C	0,00	3.215,14	108.945,75C

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Outubro
Página: 3/12

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2019

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	633.171,51C	300.530,99	340.949,53	673.590,05C
2.1			PASSIVO CIRCULANTE	235.491,37C	300.530,99	340.949,53	275.909,91C
2.1.1			OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAC	235.014,74C	195.153,77	235.476,80	275.337,77C
2.1.1.1			PESSOAL A PAGAR	235.014,74C	133.158,93	173.481,96	275.337,77C
2.1.1.1.1			PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	235.014,74C	133.158,93	173.481,96	275.337,77C
2.1.1.1.1.01			SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS DO EXERCÍCIO	235.014,74C	133.158,93	173.481,96	275.337,77C
2.1.1.1.1.01.01			DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO	0,00	133.158,84	133.158,84	0,00
2.1.1.1.1.01.02	P	P	DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO	133.846,14C	0,05	27.281,08	161.127,17C
2.1.1.1.1.01.03			FÉRIAS	101.168,60C	0,04	27.281,08	161.127,17C
2.1.1.1.1.01.03.00000001 (43094)			FÉRIAS	101.168,60C	0,04	13.042,04	114.210,60C
2.1.1.1.1.01.03.00000001 (43096)	P	P	FÉRIAS	101.168,60C	0,04	13.042,04	114.210,60C
2.1.1.2			BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	0,00	34.454,26	34.454,26	0,00
2.1.1.2.1			BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	0,00	34.454,26	34.454,26	0,00
2.1.1.2.1.01			BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO EXERCÍCIO	0,00	34.454,26	34.454,26	0,00
2.1.1.4			ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	0,00	27.540,58	27.540,58	0,00
2.1.1.4.3			ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR - INTER OFSS - UNIÃO	0,00	27.540,58	27.540,58	0,00
2.1.1.4.3.01			INSS A PAGAR	0,00	27.540,58	27.540,58	0,00
2.1.1.4.3.01.01			INSS - CONTRIBUIÇÃO SOBRE SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES	0,00	27.540,58	27.540,58	0,00
2.1.3			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00	65.787,10	65.787,10	0,00
2.1.3.1			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	0,00	65.787,10	65.787,10	0,00
2.1.3.1.1			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - CO	0,00	65.787,10	65.787,10	0,00
2.1.3.1.1.01			FORNECEDORES NACIONAIS	0,00	65.787,10	65.787,10	0,00
2.1.8			FORNECEDORES NÃO FINANCIADOS A PAGAR	0,00	65.787,10	65.787,10	0,00
2.1.8.1			DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	476,63C	39.590,12	39.685,63	572,14C
2.1.8.1.01			VALORES RESTITUIVEIS	476,63C	39.590,12	39.685,63	572,14C
2.1.8.1.01.04			VALORES RESTITUIVEIS - CONSOLIDAÇÃO	476,63C	39.165,75	39.261,26	572,14C
2.1.8.1.01.04.00000003 (47959)	P	F	CONSIGNAÇÕES	0,00	10.695,53	10.695,53	0,00
2.1.8.1.01.04.00000003 (47959)	P	F	INSS	0,00	17.351,86	17.351,86	0,00
2.1.8.1.01.04.00000003 (47959)	P	F	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	0,00	17.351,86	17.351,86	0,00
2.1.8.1.01.08 (43544)	P	F	IMPOSTOS A REPASSAR - IRRF	476,63C	0,00	95,51	572,14C
2.1.8.1.01.99			OUTROS CONSIGNATÁRIOS	0,00	11.118,36	11.118,36	0,00
2.1.8.1.01.99.01 (47963)	P	F	EMPRESTIMO CAIXA ECONOMICA FEDERAL	0,00	5.424,98	5.424,98	0,00
2.1.8.1.01.99.02 (47964)	P	F	TIM - CELULARES	0,00	57,02	57,02	0,00
2.1.8.1.01.99.05 (47967)	P	F	SICOB CREDICAMPOS CONVENIO EMPRESTIMO	0,00	4.251,51	4.251,51	0,00
2.1.8.1.01.99.07 (48092)	P	F	AGEMED	0,00	472,03	472,03	0,00
2.1.8.1.01.99.08 (50738)	P	F	SINDCAMPOS	0,00	912,82	912,82	0,00
2.1.8.1.04			DEPÓSITOS NÃO JUDICIAIS	0,00	424,37	424,37	0,00
2.1.8.1.04.03 (43566)	P	F	DEPÓSITOS DE TERCEIROS	0,00	424,37	424,37	0,00
2.3			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	397.680,14C	0,00	0,00	397.680,14C
2.3.1			PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	376.379,50C	0,00	0,00	376.379,50C
2.3.1.1			PATRIMÔNIO SOCIAL	376.379,50C	0,00	0,00	376.379,50C
2.3.1.1.1 (43992)	P	P	PATRIMÔNIO SOCIAL - CONSOLIDAÇÃO	376.379,50C	0,00	0,00	376.379,50C
2.3.7			RESULTADOS ACUMULADOS	21.300,64C	0,00	0,00	21.300,64C
2.3.7.1			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	21.300,64C	0,00	0,00	21.300,64C
2.3.7.1.1			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO	9.313.196,56D	0,00	0,00	9.313.196,56D

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Outubro

Página: 4/12

SANTA CATARINA

CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Balancete de Verificação - 2019

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2.3.7.1.1.02 (44121)	P	P	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	9.313,196,56D	0,00	0,00	9.313,196,56D
2.3.7.1.2			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTRA OFSS	10.567,885,56C	0,00	0,00	10.567,885,56C
2.3.7.1.2.02 (44126)	P	P	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	10.567,885,56C	0,00	0,00	10.567,885,56C
2.3.7.1.3			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - UNIÃO	1.233,388,36D	0,00	0,00	1.233,388,36D
2.3.7.1.3.02 (44131)	P	P	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.233,388,36D	0,00	0,00	1.233,388,36D

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
 Balanete de Verificação - 2019

Betha Sistemas
 Exercício de 2019
 Outubro
 Página: 5/12

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3			VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	2.259.282,42D	302.630,69	0,00	2.561.913,11D
3.1			PESSOAL E ENCARGOS	1.591.670,94D	201.022,54	0,00	1.792.693,48D
3.1.1			REMUNERAÇÃO A PESSOAL	1.349.574,72D	173.481,96	0,00	1.523.056,68D
3.1.1.1			REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS	1.163.097,89D	133.158,84	0,00	1.296.256,73D
3.1.1.1.1			REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS - C	1.163.097,89D	133.158,84	0,00	1.296.256,73D
3.1.1.1.1.01			VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RPPS	1.163.097,89D	133.158,84	0,00	1.296.256,73D
3.1.1.1.1.01.01 (44199)	P		VENCIMENTOS E SALÁRIOS	1.163.097,89D	133.158,84	0,00	1.296.256,73D
3.1.1.2			REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS	186.476,83D	40.323,12	0,00	226.799,95D
3.1.1.2.1			REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS - C	186.476,83D	40.323,12	0,00	226.799,95D
3.1.1.2.1.01			VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RPPS	186.476,83D	40.323,12	0,00	226.799,95D
3.1.1.2.1.01.21 (44268)	P		FERIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS	73.323,70D	13.042,04	0,00	86.365,74D
3.1.1.2.1.01.22 (44269)	P		13. SALÁRIO	113.153,13D	27.281,08	0,00	140.434,21D
3.1.2			ENCARGOS PATRONAIS	242.096,22D	27.540,58	0,00	269.636,80D
3.1.2.2			ENCARGOS PATRONAIS - RPPS	242.096,22D	27.540,58	0,00	269.636,80D
3.1.2.2.3			ENCARGOS PATRONAIS - RPPS - INTER OFSS - UNIÃO	242.096,22D	27.540,58	0,00	269.636,80D
3.1.2.2.3.01 (44352)	P		CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS	242.096,22D	27.540,58	0,00	269.636,80D
3.2			BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	304.237,62D	34.454,26	0,00	338.691,88D
3.2.1			APOSENTADORIAS E REFORMAS	304.237,62D	34.454,26	0,00	338.691,88D
3.2.1.1			APOSENTADORIAS - RPPS	304.237,62D	34.454,26	0,00	338.691,88D
3.2.1.1.1			APOSENTADORIAS - RPPS - CONSOLIDAÇÃO	304.237,62D	34.454,26	0,00	338.691,88D
3.2.1.1.1.01			PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	304.237,62D	34.454,26	0,00	338.691,88D
3.2.1.1.1.01.99 (48290)	P		OUTRAS APOSENTADORIAS ESPECIAIS	363.373,86D	67.153,89	0,00	430.527,75D
3.3			USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	71.422,00D	12.770,38	0,00	84.192,38D
3.3.1			USO DE MATERIAL DE CONSUMO	71.422,00D	12.770,38	0,00	84.192,38D
3.3.1.1			CONSUMO DE MATERIAL	71.422,00D	12.770,38	0,00	84.192,38D
3.3.1.1.1			CONSUMO DE MATERIAL - CONSOLIDAÇÃO	3.615,29D	0,00	0,00	3.615,29D
3.3.1.1.1.01 (44500)	P		COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	28,70D	0,00	0,00	28,70D
3.3.1.1.1.08 (44506)	P		MATERIAL FARMACOLÓGICO	3.910,00D	230,00	0,00	4.140,00D
3.3.1.1.1.15 (44512)	P		MATERIAL PARA FESTIVIDADES E HOMENAGENS	4.321,70D	183,40	0,00	4.505,10D
3.3.1.1.1.16 (44513)	P		MATERIAL DE EXPEDIENTE	1.529,00D	0,00	0,00	1.529,00D
3.3.1.1.1.17 (44514)	P		MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	10.862,80D	2.487,16	0,00	13.349,96D
3.3.1.1.1.21 (44518)	P		MATERIAL DE COXA E COZINHA	7.340,96D	586,37	0,00	7.927,32D
3.3.1.1.1.22 (44519)	P		MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO	8.661,00D	0,00	0,00	8.661,00D
3.3.1.1.1.23 (44520)	P		UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS	1.206,53D	4.418,00	0,00	5.624,53D
3.3.1.1.1.24 (44521)	P		MATERIAL P/ MANUT. E BENS IMOVEIS/INSTALAÇÕES	4.238,58D	359,96	0,00	4.598,54D
3.3.1.1.1.26 (44523)	P		MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	660,00D	0,00	0,00	660,00D
3.3.1.1.1.39 (44534)	P		MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	637,58D	0,00	0,00	637,58D
3.3.1.1.1.49 (44543)	P		BILHETES DE PASSAGEM	24.410,07D	4.505,49	0,00	28.915,56D
3.3.1.1.1.99 (44556)	P		OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	252.770,31D	49.785,04	0,00	302.555,35D
3.3.2			SERVIÇOS	35.205,00D	7.766,25	0,00	42.971,25D
3.3.2.1			DIÁRIAS	35.205,00D	7.766,25	0,00	42.971,25D
3.3.2.1.1			DIÁRIAS - CONSOLIDAÇÃO	35.205,00D	7.766,25	0,00	42.971,25D
3.3.2.1.1.01			DIÁRIAS PESSOAL CIVIL	35.205,00D	7.766,25	0,00	42.971,25D
3.3.2.1.1.01.01 (44572)	P		DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL - NO PAIS	35.205,00D	7.766,25	0,00	42.971,25D
3.3.2.2			SERVIÇOS TERCEIROS - PF	6.050,67D	2.119,16	0,00	8.169,83D
3.3.2.2.1			SERVIÇOS TERCEIROS - PF - CONSOLIDAÇÃO	6.050,67D	2.119,16	0,00	8.169,83D
3.3.2.2.1.99 (44632)	P		OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS POR PESSOA FÍSICA	6.050,67D	2.119,16	0,00	8.169,83D

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Outubro
Página: 6/12

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2019

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3.3.2.3			SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	211.514,64D	39.899,63	0,00	251.414,27D
3.3.2.3.1			SERVIÇOS TERCEIROS - PJ - CONSOLIDAÇÃO	211.514,64D	39.899,63	0,00	251.414,27D
3.3.2.3.1.05 (44639)	P		PUBLICIDADE	21.800,00D	5.200,00	0,00	27.000,00D
3.3.2.3.1.06 (44640)	P		MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	1.230,00D	4.900,00	0,00	6.130,00D
3.3.2.3.1.08 (44642)	P		SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO, ENERGIA ELÉTRICA, GÁS E OUTROS.	17.643,65D	1.774,59	0,00	19.418,24D
3.3.2.3.1.10 (44644)	P		LOCAÇÕES	25.234,00D	3.442,69	0,00	28.676,69D
3.3.2.3.1.11 (44645)	P		SERVIÇOS RELACIONADOS A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	16.056,59D	1.955,25	0,00	18.011,84D
3.3.2.3.1.30 (44664)	P		SELEÇÃO E TREINAMENTO	15.200,31D	2.057,00	0,00	17.257,31D
3.3.2.3.1.31 (44665)	P		SERV.MÉDICO - HOSPITALAR, ODONTOL E LABORATORIAIS	107,45D	0,00	0,00	107,45D
3.3.2.3.1.99 (44687)	P		OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	114.242,64D	20.570,10	0,00	134.812,74D
3.3.3			DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	39.181,55D	4.598,47	0,00	43.780,02D
3.3.3.1			DEPRECIACÃO	39.181,55D	4.598,47	0,00	43.780,02D
3.3.3.1.1			DEPRECIACÃO - CONSOLIDAÇÃO	39.181,55D	4.598,47	0,00	43.780,02D
3.3.3.1.1.01			DEPRECIACÃO DE IMOBILIZADO	39.181,55D	4.598,47	0,00	43.780,02D
3.3.3.1.1.01.01 (44910)	P		DEPRECIACÃO DE BENS MÓVEIS	39.181,55D	4.598,47	0,00	43.780,02D

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Outubro
Página: 7/12

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2019

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
4			VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	2.721.191,11C	0,00	302.199,97	3.023.391,08C
4.5			TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	2.719.798,93C	0,00	302.199,98	3.021.998,81C
4.5.1			TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	2.719.798,93C	0,00	302.199,98	3.021.998,81C
4.5.1.1			TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	2.719.798,93C	0,00	302.199,98	3.021.998,81C
4.5.1.1.2 (45882)	P		TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - IN	2.719.798,93C	0,00	302.199,98	3.021.998,81C
4.9			OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.392,18C	0,00	0,09	1.392,27C
4.9.7			REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS	1.392,18C	0,00	0,09	1.392,27C
4.9.7.1			REVERSÃO DE PROVISÕES	1.392,18C	0,00	0,09	1.392,27C
4.9.7.1.1			REVERSÃO DE PROVISÕES - CONSOLIDAÇÃO	1.392,18C	0,00	0,09	1.392,27C
4.9.7.1.1.99 (46133)	P		REVERSÃO DE OUTRAS PROVISÕES	1.392,18C	0,00	0,09	1.392,27C

SANTA CATARINA

CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Balancete de Verificação - 2019

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Outubro

Página: 8/12

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
5			CONTROLES DA APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	3.626.398,66D	0,00	0,00	3.626.398,66D
5.2			ORÇAMENTO APROVADO	3.626.398,66D	0,00	0,00	3.626.398,66D
5.2.2			FIXAÇÃO DA DESPESA	3.626.398,66D	0,00	0,00	3.626.398,66D
5.2.2.1			DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	3.626.398,66D	0,00	0,00	3.626.398,66D
5.2.2.1.1			DOTAÇÃO INICIAL	3.626.398,66D	0,00	0,00	3.626.398,66D
5.2.2.1.1.01 (46205)	0		CRÉDITO INICIAL	3.626.398,66D	0,00	0,00	3.626.398,66D

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Outubro
Página: 9/12

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2019

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
6			CONTROLES DA EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	3.626.398,66C	795.422,34	795.422,34	3.626.398,66C
6.2			EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	3.626.398,66C	795.422,34	795.422,34	3.626.398,66C
6.2.2			EXECUÇÃO DA DESPESA	3.626.398,66C	795.422,34	795.422,34	3.626.398,66C
6.2.2.1			DISPONIBILIDADES DE CRÉDITO	3.626.398,66C	795.422,34	795.422,34	3.626.398,66C
6.2.2.1.1 (46261)		0	CRÉDITO DISPONÍVEL	1.468.352,75C	271.924,94	1.615,84	1.198.043,65C
6.2.2.1.3			CRÉDITO UTILIZADO	2.158.045,91C	523.497,40	793.806,50	2.428.355,01C
6.2.2.1.3.01 (46267)		0	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	15.000,00C	260.940,78	273.540,78	27.600,00C
6.2.2.1.3.03 (46269)		0	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	0,00	260.940,78	260.940,78	0,00
6.2.2.1.3.04 (46270)		0	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAGO	2.143.045,91C	1.615,84	259.324,94	2.400.755,01C

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Outubro
Página: 10/12

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2019

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
7			CONTROLES DEVEDORES	2.838.586,32D	306.359,25	1.615,84	3.143.329,73D
7.1			ATOS POTENCIAIS	110.074,84D	0,00	0,00	110.074,84D
7.1.2			ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	110.074,84D	0,00	0,00	110.074,84D
7.1.2.3			OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	110.074,84D	0,00	0,00	110.074,84D
7.1.2.3.1			OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS - CONSOLIDAÇÃO	110.074,84D	0,00	0,00	110.074,84D
7.1.2.3.1.02			CONTRATOS DE SERVIÇOS	68.831,00D	0,00	0,00	68.831,00D
7.1.2.3.1.02.00.00.00.00.000001 (62842)	C		MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME	32.031,00D	0,00	0,00	32.031,00D
7.1.2.3.1.02.00.00.00.000002 (62845)	C		RADIO CULTURA DE CAMPOS NOVOS LTDA	14.400,00D	0,00	0,00	14.400,00D
7.1.2.3.1.02.00.00.00.000003 (62848)	C		SIMPATIA FM LTDA.	14.400,00D	0,00	0,00	14.400,00D
7.1.2.3.1.02.00.00.00.000004 (62851)	C		EMPRESA JORNALISTICA PLANALTO SUL LTDA - ME	8.000,00D	0,00	0,00	8.000,00D
7.1.2.3.1.04			CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE BENS	41.243,84D	0,00	0,00	41.243,84D
7.1.2.3.1.04.00.00.00.000005 (60720)	C		BETHA SISTEMAS LTDA	11.943,84D	0,00	0,00	11.943,84D
7.1.2.3.1.04.00.00.00.000007 (60789)	C		SIMPATIA FM LTDA.	14.400,00D	0,00	0,00	14.400,00D
7.1.2.3.1.04.00.00.00.000008 (60792)	C		RADIO CULTURA DE CAMPOS NOVOS LTDA	14.400,00D	0,00	0,00	14.400,00D
7.1.2.3.1.04.00.00.00.000009 (60797)	C		EMPRESA JORNALISTICA PLANALTO SUL LTDA - ME	500,00D	0,00	0,00	500,00D
7.2			ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	2.722.460,81D	302.624,25	0,00	3.025.085,06D
7.2.1			DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO	2.722.460,81D	302.624,25	0,00	3.025.085,06D
7.2.1.1 (46412)	C		CONTROLE DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	2.722.460,81D	302.624,25	0,00	3.025.085,06D
7.9			OUTROS CONTROLES	6.050,67D	3.735,00	1.615,84	8.169,83D
7.9.1			RESPONSABILIDADE POR VALORES, TÍTULOS E BENS	6.050,67D	3.735,00	1.615,84	8.169,83D
7.9.1.2			RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS POR VALORES, TÍTULOS E BENS	6.050,67D	3.735,00	1.615,84	8.169,83D
7.9.1.2.1 (46453)	C		CONTROLE DE ADIANTAMENTOS/SUPRIMENTOS DE FUNDOS CONCEDIDOS	6.050,67D	3.735,00	1.615,84	8.169,83D

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Outubro
Página: 11/12

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2019

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
8			CONTROLES CREDORES	2.838.586,32C	846.046,56	1.150.789,97	3.143.329,73C
8.1			EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	110.074,84C	4.200,00	4.200,00	110.074,84C
8.1.2			EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	110.074,84C	4.200,00	4.200,00	110.074,84C
8.1.2.3			EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	110.074,84C	4.200,00	4.200,00	110.074,84C
8.1.2.3.1			EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES - CONSOLIDAÇÃO	110.074,84C	4.200,00	4.200,00	110.074,84C
8.1.2.3.1.02			CONTRATOS DE SERVIÇOS	68.831,00C	4.200,00	4.200,00	68.831,00C
8.1.2.3.1.02.01			A EXECUTAR	47.831,00C	4.200,00	0,00	43.631,00C
8.1.2.3.1.02.01.00.00.000001 (52843)	C		MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME	32.031,00C	0,00	0,00	32.031,00C
8.1.2.3.1.02.01.00.00.000002 (52846)	C		RADIO CULTURA DE CAMPOS NOVOS LTDA	6.400,00C	1.600,00	0,00	4.800,00C
8.1.2.3.1.02.01.00.00.000003 (52849)	C		SIMPATIA FM LTDA.	6.400,00C	1.600,00	0,00	4.800,00C
8.1.2.3.1.02.01.00.00.000004 (52852)	C		EMPRESA JORNALISTICA PLANALTO SUL LTDA - ME	3.000,00C	1.000,00	0,00	2.000,00C
8.1.2.3.1.02.02			EXECUTADOS	21.000,00C	0,00	4.200,00	25.200,00C
8.1.2.3.1.02.02.00.00.000002 (52847)	C		RADIO CULTURA DE CAMPOS NOVOS LTDA	8.000,00C	0,00	1.600,00	9.600,00C
8.1.2.3.1.02.02.00.00.000003 (52850)	C		SIMPATIA FM LTDA.	8.000,00C	0,00	1.600,00	9.600,00C
8.1.2.3.1.02.02.00.00.000004 (52853)	C		EMPRESA JORNALISTICA PLANALTO SUL LTDA - ME	5.000,00C	0,00	1.000,00	6.000,00C
8.1.2.3.1.04			CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE BENS	41.243,84C	0,00	0,00	41.243,84C
8.1.2.3.1.04.01			A EXECUTAR	41.243,84C	0,00	0,00	41.243,84C
8.1.2.3.1.04.01.00.00.000005 (50721)	C		BETHA SISTEMAS LTDA	11.943,84C	0,00	0,00	11.943,84C
8.1.2.3.1.04.01.00.00.000007 (50790)	C		SIMPATIA FM LTDA.	14.400,00C	0,00	0,00	14.400,00C
8.1.2.3.1.04.01.00.00.000008 (50793)	C		RADIO CULTURA DE CAMPOS NOVOS LTDA	14.400,00C	0,00	0,00	14.400,00C
8.1.2.3.1.04.01.00.00.000009 (50798)	C		EMPRESA JORNALISTICA PLANALTO SUL LTDA - ME	500,00C	0,00	0,00	500,00C
8.2			EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	2.722.460,81C	835.992,40	1.138.616,65	3.025.085,06C
8.2.1			EXECUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO	2.722.460,81C	835.992,40	1.138.616,65	3.025.085,06C
8.2.1.1			EXECUÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	2.722.460,81C	835.992,40	1.138.616,65	3.025.085,06C
8.2.1.1.1			DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS	561.753,02C	272.904,88	304.795,66	593.643,80C
8.2.1.1.1.01 (46731)	C		DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS - DISPONÍVEL	561.753,02C	272.839,28	304.730,06	593.643,80C
8.2.1.1.1.02 (46732)	C		DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS - CRÉDITOS	0,00	65,60	65,60	0,00
8.2.1.1.1.02 (46732)	C		DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA P	15.000,00C	260.940,78	273.540,78	27.600,00C
8.2.1.1.2 (46733)	C		DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA P	476,83C	300.530,90	300.626,41	572,14C
8.2.1.1.3			COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO	0,00	260.940,78	260.940,78	0,00
8.2.1.1.3.01 (46735)	C		COMPROMETIDA POR CONSIGNAÇÕES/RETEÇÕES	476,83C	39.590,12	39.685,63	572,14C
8.2.1.1.3.02 (46736)	C		DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS UTILIZADA	2.145.231,16C	1.615,84	259.653,80	2.403.269,12C
8.2.1.1.4 (46738)	C		OUTROS CONTROLES	6.050,67C	5.854,16	7.973,32	8.169,83C
8.9			EXECUÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR VALORES, TÍTULOS E BENS	6.050,67C	5.854,16	7.973,32	8.169,83C
8.9.1			EXECUÇÃO DE RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS POR VALORES, TÍTULOS E BENS	6.050,67C	5.854,16	7.973,32	8.169,83C
8.9.1.2			EXECUÇÃO DE ADIANTAMENTOS/SUPRIMENTOS DE FUNDOS CONCEDID	6.050,67C	5.854,16	7.973,32	8.169,83C
8.9.1.2.1			ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A COMPROVAR	0,00	3.735,00	3.735,00	0,00
8.9.1.2.1.01			ADIANTAMENTOS A APROVAR	0,00	2.119,16	2.119,16	0,00
8.9.1.2.1.02 (46828)	C			0,00	2.119,16	2.119,16	0,00

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Outubro

Página: 12/12

SANTA CATARINA

CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Balancete de Verificação - 2019

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
8.9.1.2.1.03 (46829)	C		ADIANTAMENTOS APROVADOS	6.050,67C	0,00	2.119,16	8.169,83C
TOTAL:				0,00	2.859.030,52	2.859.030,52	0,00D

CAMPOS NOVOS, 05/11/2019

DARCY RODRIGO PEDROSO
PRESIDENTE

JOELMA F. FAE
CONTADORA CRC/SC 26419/O-6

Canoinhas

PREFEITURA

DECRETO Nº 254/2019

Publicação Nº 2216528

DECRETO Nº. 254/2019

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com o Artigo 16 da Lei 6.328 de 19/12/2018 – LOA, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2019, o valor de R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
 Unidade gestora 03: Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas
 Unidade orçamentária 17001: Fundo Municipal de Saúde
 Função 10: Saúde
 Subfunção 301: Atenção Básica
 Programa 8: Saúde de Qualidade aos Canoinhenses
 Ação. 2.57 – Ações de Atenção Básica
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 2.200,00
 Recursos 26706 – Transf. Estado - ESB

Art. 2º - Para suporte do que trata o artigo 1º deste decreto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a acrescentar no Plano Plurianual 2018-2021 (Lei 6.147/2017) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2019 (Lei nº. 6.327/2018) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2019 (Lei nº. 6.328/2018) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais), observando a arrecadação prevista e o valor arrecadado do exercício de 2019, como é demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 1 - Demonstrativo do excesso de arrecadação

Recurso	A Valor previsto	B Valor arrecadado	C Excesso arrecadado	D Valor a ser utilizado para fins deste decreto (D<=C)
26706	0,00	2.200,00	2.200,00	2.200,00
TOTAL				2.200,00

Fonte: SMAFO 2019

Art. 3º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2019, no valor de R\$ 19.297,06 (dezenove mil, duzentos e noventa e sete reais e seis centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)
 Unidade gestora 03: Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas
 Unidade orçamentária 17001: Fundo Municipal de Saúde
 Função 10: Saúde
 Subfunção 304: Vigilância Sanitária
 Programa 8: Saúde de Qualidade aos Canoinhenses
 Ação. 2.59 – Ações de Vigilância em Saúde - VISA
 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 7.400,00
 Recursos 10600 – Rec. Ordinários FMS - TxS

II)
 Unidade gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas
 Unidade orçamentária 8001: Secretaria Munic. Desenv. Econômico
 Função 23: Comércio e Serviços
 Subfunção 691: Promoção Comercial
 Programa 4: Desenvolvimento Sustentável
 Ação 2.13 – Manutenção da Sec. Mun. De Desenvolvimento Econômico
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 11.897,06

Recursos 10000 – Recursos Ordinários

Art. 4º - Para suporte do que trata o artigo 3º deste decreto, fica anulado no Plano Plurianual 2018-2021 (Lei 6.147/2017) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2019 (Lei nº. 6.327/2018) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2019 (Lei nº. 6.328/2018) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de R\$ 19.297,06 (dezenove mil, duzentos e noventa e sete reais e seis centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)

Unidade gestora 03: Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas

Unidade orçamentária 17001: Fundo Municipal de Saúde

Função 10: Saúde

Subfunção 304: Vigilância Sanitária

Programa 8: Saúde de Qualidade aos Canoinhenses

Ação. 2.59 – Ações de Vigilância em Saúde - VISA

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 7.400,00

Recursos 10600 – Rec. Ordinários FMS - TxS

II)

Unidade gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas

Unidade orçamentária 8001: Secretaria Munic. Desenv. Econômico

Função 23: Comércio e Serviços

Subfunção 691: Promoção Comercial

Programa 4: Desenvolvimento Sustentável

Ação 2.13 – Manutenção da Sec. Mun. De Desenvolvimento Econômico

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 11.897,06

Recursos 10000 – Recursos Ordinários

Art. 5º - Fica aberto CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2019, o valor de R\$ 5.008,17 (cinco mil e oito reais e dezessete centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)

Unidade Gestora 03: Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas

Unidade Orçamentária 17001: Fundo Municipal de Saúde

Função 10: Saúde

Subfunção 301: Atenção Básica

Programa 8: Saúde de Qualidade aos Canoinhenses

Ação 1.21 – Construções, reformas e equipamentos para Saúde

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 5.008,17

Recursos 63300 – Transf. Conv. União – SUS - Superávit

Art. 6º - Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 5º deste decreto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor de R\$ 5.008,17 (cinco mil e oito reais e dezessete centavos) por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2018, conforme tabela a seguir:

Tabela 2 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

63300	Transf. Conv. União – SUS - Superávit	5.008,17
TOTAL		5.008,17

Fonte: SMAFO/2019

Art. 7º – As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 8º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º – Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 01 de novembro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 01/11/2019.

DECRETO Nº 255/2019

Publicação Nº 2217410

DECRETO Nº. 255/2019

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com o Artigo 16 da Lei 6.328 de 19/12/2018 – LOA, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2019, o valor de R\$ 65.732,00 (sessenta e cinco mil e setecentos e trinta e dois reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Unidade gestora 03: Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas

Unidade orçamentária 17001: Fundo Municipal de Saúde

Função 10: Saúde

Subfunção 302: Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa 8: Saúde de Qualidade aos Canoinhenses

Ação. 2.60 – Ações de Média e Alta Complexidade

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 45.000,00

Recursos 23855 – Bl. MAC SUS UNIÃO – Saúde Mental

II)

Unidade gestora 03: Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas

Unidade orçamentária 17001: Fundo Municipal de Saúde

Função 10: Saúde

Subfunção 302: Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa 8: Saúde de Qualidade aos Canoinhenses

Ação. 2.60 – Ações de Média e Alta Complexidade

3.3.93.00.00.00.00 – Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe20.732,00

Recursos 23857 – Bl. MAC SUS União – Rede Cegonha

Art. 2º - Para suporte do que trata o artigo 1º deste decreto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a acrescentar no Plano Plurianual 2018-2021 (Lei 6.147/2017) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2019 (Lei nº. 6.327/2018) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2019 (Lei nº. 6.328/2018) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de R\$ 65.732,00 (sessenta e cinco mil e setecentos e trinta e dois reais), observando a arrecadação prevista e o excesso e provável excesso de arrecadação do exercício de 2019, como é demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 1 - Demonstrativo do provável excesso de arrecadação

Recurso	A Valor previsto no exercício + Valores abertos	B Estimativa de arrecadação no exercício	C Estimativa do provável excesso de arrecadação no exercício (C=B-A)	D Valor a ser utilizado para fins deste decreto (D<=C)
23855	174.000,00	219.000,00	45.000,00	45.000,00
TOTAL				45.000,00

Fonte: SMAFO 2019

Tabela 2 - Demonstrativo do excesso de arrecadação

Recurso	A Valor previsto no exercício + Valores abertos	B Valor Arrecadado no exercício	C Valor do excesso de arrecadação no exercício (C=B-A)	D Valor a ser utilizado para fins deste decreto (D<=C)
23857	0,00	20.732,00	20.732,00	20.732,00
TOTAL				20.732,00

Fonte: SMAFO 2019

Art. 3º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2019, no valor de R\$

155.731,39 (cento e cinquenta e cinco mil, setecentos e trinta e um reais e trinta e nove centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)

Unidade gestora 03: Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas

Unidade orçamentária 17001: Fundo Municipal de Saúde

Função 10: Saúde

Subfunção 302: Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa 8: Saúde de Qualidade aos Canoinhenses

Ação. 2.60 – Ações de Média e Alta Complexidade

3.3.71.00.00.00.00 – Transferência a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio 20.901,07

Recursos 10200 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. - Saúde

II)

Unidade gestora 03: Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas

Unidade orçamentária 17001: Fundo Municipal de Saúde

Função 10: Saúde

Subfunção 302: Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa 8: Saúde de Qualidade aos Canoinhenses

Ação. 2.60 – Ações de Média e Alta Complexidade

3.3.93.00.00.00.00 – Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe115.862,98

Recursos 23850 – Rec. Produção MAC – SUS União

III)

Unidade gestora 03: Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas

Unidade orçamentária 17001: Fundo Municipal de Saúde

Função 10: Saúde

Subfunção 302: Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa 8: Saúde de Qualidade aos Canoinhenses

Ação. 2.60 – Ações de Média e Alta Complexidade

3.3.93.00.00.00.00 – Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe18.967,34

Recursos 63857 – Bl. MAC SUS União – Rede Cegonha - Superávit

Art. 4º - Para suporte do que trata o artigo 3º deste decreto, fica anulado no Plano Plurianual 2018-2021 (Lei 6.147/2017) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2019 (Lei nº. 6.327/2018) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2019 (Lei nº. 6.328/2018) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de R\$ 155.731,39 (cento e cinquenta e cinco mil, setecentos e trinta e um reais e trinta e nove centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)

Unidade gestora 03: Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas

Unidade orçamentária 17001: Fundo Municipal de Saúde

Função 10: Saúde

Subfunção 302: Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa 8: Saúde de Qualidade aos Canoinhenses

Ação. 2.60 – Ações de Média e Alta Complexidade

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 8.769,74

Recursos 10200 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Saúde

II)

Unidade gestora 03: Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas

Unidade orçamentária 17001: Fundo Municipal de Saúde

Função 10: Saúde

Subfunção 302: Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa 8: Saúde de Qualidade aos Canoinhenses

Ação. 2.60 – Ações de Média e Alta Complexidade

4.6.71.00.00.00.00 – Transferência a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio 12.131,33

Recursos 10200 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Saúde

III)

Unidade gestora 03: Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas

Unidade orçamentária 17001: Fundo Municipal de Saúde

Função 10: Saúde

Subfunção 302: Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa 8: Saúde de Qualidade aos Canoinhenses

Ação. 2.60 – Ações de Média e Alta Complexidade

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 115.862,98

Recursos 23850 – Rec. Produção MAC – SUS União

IV)
Unidade gestora 03: Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas
Unidade orçamentária 17001: Fundo Municipal de Saúde
Função 10: Saúde
Subfunção 302: Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa 8: Saúde de Qualidade aos Canoinhenses
Ação. 2.60 – Ações de Média e Alta Complexidade
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 18.967.34
Recursos 63857 – Bl. MAC SUS União – Rede Cegonha - Superávit

Art. 5º – As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 6º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º – Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 05 de novembro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 05/11/2019.

PUBLICAÇÃO DA ATA DE ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº PMC 27/2019

Publicação Nº 2216648

ATA DA REUNIÃO RELATIVA AO PROCESSO LICITATÓRIO, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº PMC 27/2019, QUE TEM POR OBJETO CONCLUSÃO DAS OBRAS DO MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL, COM ÁREA DE 541,92 M², NA RUA PAUL HARRIS, CENTRO, NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS—CONTRATO DE REPASSE 818049/2015 – OPERAÇÃO 1.025.521-08/2015.

Aos 05 (cinco) dias do mês de novembro do ano de 2019, às 08h45min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Adilson Fernando Ribeiro, Sr. Maurício Afonso Sobczak, Sr. José Carlos Herbst e a Sra. Andreia Fontana Kauva, nomeados pela Portaria nº 120/2019, sob a Presidência do primeiro, a fim de receber os invólucros de documentação e das propostas relativas ao certame conforme previsto no Edital correspondente. Abertos os trabalhos verificou-se a participação da empresa Giovanni Rodrigo Luiz - Eireli, representada pelo Sr. Gabriel Aaron Luiz, empresa, empresa WR Construtora e Distribuidora de Materiais, representada pelo Sr. Abel Schoroeder, empresa Suprema Construção Civil Eireli, representada pelo Sr. João Guilherme Pereira Bastos, empresa Celso Kudla Empreiteiro, representada pelo Sr. Wanderlei Lemos da Silveira e empresa Compact Construtora, sem representante presente. Primeiramente foi verificado todo o protocolo a fim de ser verificado o cumprimento do horário limite. Dando continuidade aos trabalhos, foi aberto os envelopes contendo a documentação das empresas participantes, as quais foram analisadas e rubricadas pela Comissão de Licitação e representantes presentes. O CNPJ das empresas participantes foram consultados no Portal da Transparência, onde foi constatado que as empresas participantes não constam como inidônea no referido Portal. As empresas Giovanni Rodrigo Luiz – Eireli, Compact Construtora, WR Construtora e Distribuidora de Materiais e Suprema Construção Civil Eireli apresentaram documentação comprovando enquadramento de ME/EPP e, por este motivo, participam com os benefícios garantidos pela Lei Complementar 123/2006. Em razão da documentação apresentada atender as exigências do Edital, a Comissão de Licitação declarou as empresas Giovanni Rodrigo Luiz – Eireli, WR Construtora e Distribuidora de Materiais, Suprema Construção Civil Eireli e Celso Kudla Empreiteiro, HABILITADAS no certame e a empresa Compact Construtora, INABILITADA, por descumprir o item 6.2.2.4.1 do edital. Aberta a palavra aos participantes, os mesmos declinaram de usá-la. Desta forma a comissão de licitação abre o prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da publicação desta ata para interposição de possíveis recursos quanto ao julgamento dos documentos de habilitação. Caso não haja interposição de recursos no prazo estipulado nesta ata, as propostas das empresas habilitadas serão abertas pela Comissão de Licitação, na sala de licitações desta Prefeitura, às 10h30min do dia 14/11/2019. Caso haja interposição de recursos no prazo estipulado nesta ata, as propostas somente serão abertas após o julgamento dos recursos interpostos. O envelope maior contendo os envelopes das propostas de preço das empresas participantes ficará acondicionado no cofre da Prefeitura. A comissão de licitação encerrou os trabalhos, nada mais havendo a tratar, a presente ata vai assinada pela Comissão de Licitação e representantes presentes.


Adilson Fernando Ribeiro Mauricio Afonso Sobczak José Carlos Herbst Andreia Fontana Kauva
Presidente Secretário Membro Membro

Giovanni Rodrigo Luiz – Eireli WR Const. e Distr. de Materiais

Suprema Construção Civil Eireli Celso Kudla Empreiteiro

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº FMS 42/2019 (ELETRÔNICO)

Publicação Nº 2216801

 Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas Rua Felipe Schmidt, 10 - Centro - 89.460-000 - Canoinhas/ SC CNPJ: 11.206.680/0001-10 Fone: (47) 3621-7700 saude@pmc.sc.gov.br https://www.pmc.sc.gov.br		Usuário: Adilson Fernando	Chave de Autenticação Digital 1244-5223-081	Página 1 / 1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Licitação: PE42/2019

Modalidade: Pregão

Julgamento: Lote

Registro de preço: Sim

Controla quantidade: Sim

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA A COMPRA PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO GRATUITA E CONSUMO, NA FARMÁCIA MUNICIPAL, UNIDADES DE SAÚDE, PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL, CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, AMBULATÓRIO DE EPIDEMIOLOGIA, NOS PROGRAMAS EXISTENTES PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Fornecedor: 31 - A G KIENEN & CIA LTDA

Data	Item	Material/Serviço/Denominação	Un. Medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
04/11/2019	5	62387 - DIMENIDRINATO 30 MG + PIROXIDINA 50 MG Marca: TAKEDA	AMPOLA	800,00000	2,74800	2.198,40
04/11/2019	6	20446 - DOXICICLINA 100 MG Marca: PHARLAB	COMPRIMIDOS	6.000,00000	0,13800	828,00

Fornecedor: 509 - ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

Data	Item	Material/Serviço/Denominação	Un. Medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
04/11/2019	2	63260 - AZITROMICINA 200 MG - SUSPENSÃO ORAL FRASCO 600 MG	FRASCOS	1.000,00000	6,31990	6.319,90
04/11/2019	9	62420 - SULFATO DE MAGNÉSIO 50 % Marca: NEOQUÍMICA	AMPOLA	200,00000	4,94000	988,00

Fornecedor: 2686 - CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTICOS LTDA

Data	Item	Material/Serviço/Denominação	Un. Medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
04/11/2019	7	26051 - FLUFENAZINA ENANTATO 25 MG Marca: CRISTÁLIA	AMPOLA	200,00000	4,32000	864,00
04/11/2019	10	63554 - TENOXICAM 20MG INJETÁVEL Marca: CRISTÁLIA	AMPOLA	3.000,00000	6,17000	18.510,00

Fornecedor: 5133 - INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

Data	Item	Material/Serviço/Denominação	Un. Medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
04/11/2019	3	63261 - AZITROMICINA 200 MG - SUSPENSÃO ORAL FRASCO 900 MG Marca: PRATI DONADUZZI	FRASCOS	800,00000	7,74000	6.192,00
04/11/2019	12	33185 - LEVONORGESTREL + ETINILESTRADIOL Marca: BAYER	CARTELA	2.500,00000	7,27360	18.184,00

Fornecedor: 8785 - PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Data	Item	Material/Serviço/Denominação	Un. Medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
04/11/2019	1	63259 - ALTEPLASE 50 MG Marca: ACTILYSE	FRASCOS	60,00000	2.022,99000	121.379,40

Fornecedor: 10043 - SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Data	Item	Material/Serviço/Denominação	Un. Medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
04/11/2019	4	8059 - BROMOPRIDA INJETÁVEL Marca: UNIÃO QUÍMICA	AMPOLA	1.000,00000	1,19000	1.190,00
04/11/2019	8	29562 - ISOSSORBIDA 5 MG SUBL. Marca: E.M.S.	COMPRIMIDOS	8.000,00000	0,23500	1.880,00

Total Adjudicado (R\$): 178.533,70

Total de licitações adjudicadas: 1

Total Geral Adjudicado (R\$):

178.533,70

Gilberto dos Passos

Prefeito

Winston Beyersdorff Lucchiari

Assessor Jurídico

Capinzal

PREFEITURA

DECRETO Nº 105/2019

Publicação Nº 2216653

DECRETO Nº 105, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2019.

Declara de utilidade pública entidade, na forma que especifica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, incisos V da Lei Orgânica Municipal e com fundamento na Lei Municipal nº 2.777, de 4 de outubro de 2007 e demais legislações pertinentes e;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 316/2019;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública a Associação de Bombeiros Comunitários de Capinzal, Ouro e Zortéa – ASSBC, entidade civil, privada e sem fins lucrativos, apartidária, com objetivos cívicos, culturais e educacionais, inscrita no CNPJ sob o nº 02.982.313/0001-18.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 5 de novembro de 2019.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário da Administração e Finanças

FMS PROCESSO LICITATÓRIO 0047/2019 PREGÃO PRESENCIAL 0013/2019

Publicação Nº 2216438

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0047/2019

Pregão Presencial Nº 0013/2019

OBJETO: Registro de Preço para possível aquisição de oxigênio medicinal para recarga de cilindros das Unidades de Saúde e Ambulâncias e para uso de pacientes do Município que realizam Oxigenoterapia Domiciliar. Com Recursos Próprios.

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: Os Envelopes de DOCUMENTAÇÃO e PROPOSTA DE PREÇO dos interessados protocolo até às 08h25min do dia 19/11/2019.

ABERTURA DA SESSÃO: Dia 19/11/2019 às 08h30min.

FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Item

INFORMAÇÕES DO EDITAL: No site do Município de Capinzal: www.capinzal.sc.gov.br ou no Setor de Compras e Licitações do Município de Capinzal, situado junto ao Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, na Rua Carmello Zócolli, n. 155, centro, neste Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina.

Horário de expediente, de segunda a sexta-feira, das 7h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min.

Contato: pelo telefone 49 3555-8739 e 3555-8716 ou pelo e-mail licitacoes@capinzal.sc.gov.br.

Capinzal, 07 de Novembro de 2019.

KAMILLE SARTORI BEAL

Secretária de Saúde

Fundo Municipal de Saúde de Capinzal

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0180/2019 TOMADA DE PREÇO 0020/2019

Publicação Nº 2216492

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0180/2019

Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia Nº 0020/2019

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução da Pintura da Creche Pinguinho de gente - Sede, pintura interna e externa. Com Recursos Próprios e Salário Educação.

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES:

1. Os Envelopes de DOCUMENTAÇÃO dos interessados CADASTRADOS protocolo até às 08h25min do dia 21/11/2019;
2. Os Envelopes de DOCUMENTAÇÃO dos interessados NÃO CADASTRADOS protocolo até dia 14/11/2019;
3. Os Envelopes de PROPOSTA DE PREÇO de TODOS os interessados protocolo até às 08h25min do dia 21/11/2019.

ABERTURA DA SESSÃO: Dia 21/11/2019 às 08h30min.**FORMA DE JULGAMENTO:** Menor Preço Global

INFORMAÇÕES DO EDITAL: No site do Município de Capinzal: www.capinzal.sc.gov.br ou no Setor de Compras e Licitações do Município de Capinzal, situado junto ao Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, na Rua Carmello Zócolli, n. 155, centro, neste Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina.

Horário de expediente, de segunda a sexta-feira, das 7h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min.

Contato: pelo telefone 49 3555-8711 e 3555-8769 ou pelo e-mail licitacoes@capinzal.sc.gov.br.

Capinzal, 06 de Novembro de 2019.

VERANICE MARIA LOVATEL

Secretária de Educação, Cultura e Esportes

Município de Capinzal

PORTARIA 1263/2019

Publicação Nº 2216758

PORTARIA Nº 1263 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

Dispõe sobre Comissão Especial de Avaliação

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições legais que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Dispor sobre a Comissão Especial de Avaliação, formada por:

- I - Sergio Luiz Riquetti, inscrito no CPF nº 598.459.539-72 e CRECI nº 6614;
- II - Luiz Gustavo Deuner, inscrito no CPF nº 294.898.499-87 e CRECI nº 12041;
- III - Carolina Baretta, inscrita no CPF nº 077.602.849-93 e CRECI nº 141.419-2.

Art. 2º À Comissão compete, sob a presidência do primeiro, formalizar termo de avaliação de 06 (seis) lotes urbanos edificadas, e do lote 12 (doze), não edificado, localizados no Loteamento Esperança, no Município de Capinzal (SC):

I - QUADRA 391:

1. LOTE 02- Área – 356,40 m².
2. LOTE 03 - Área – 356,40 m².
3. LOTE 04 - Área – 356,40 m².
4. LOTE 11 - Área – 385,32 m².
5. LOTE 12 - Área – 506,32 m².
6. LOTE 22 - Área – 385,32 m².

II - QUADRA 392:

1. LOTE 11 - Área – 444,60m².

Art. 3º A Comissão terá um prazo de vinte (20) dias, a contar da presente data, para emitir termo conclusivo de avaliação dos imóveis descritos nesta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor em 31 de outubro de 2019.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário da Administração e Finanças

Catanduvás

PREFEITURA

ANEXO - DECRETO 2.551/2019

Publicação Nº 2216827

ANEXO DO DECRETO Nº 2.551/2019

MEMORIAL DE CARACTERIZAÇÃO DO LOTEAMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL – CATANDUVAS III

DESCRIÇÃO DO LOTEAMENTO

I. O Loteamento será implantado em uma área de 52.096,35 m², perfeitamente descrito na matrícula nº 4.342, destinado para fins industrial, esta localizado na ZMD 2 – Zona Mista Diversificada 2, seu uso esta descrito na tabela do zoneamento na Lei de Uso do Solo Lei Complementar 125/2016 - Lei de Uso e Ocupação do Solo, em anexo.

II. Condições Urbanísticas do Loteamento

Área total do terreno	52.096,35 m ²
Área do terreno Urbanizável	47.173,60 m ²
Área Non Aedificandi	4.922,75 m ²
Área de construção máxima permitida (Índice de 55,44%)	28.879,43 m ²
Área destinada para Espaços Verdes	10.419,27 m ²
Área destinada para as Ruas	6.430,05 m ²
Área destinada para Equipamentos urbanos	1.444,85 m ²
Nº de Lotes Comercializal	09
Nº de Lote para equipamentos urbanos	01
Nº de Lote para Área Verde	02

MEMORIAL DESCRITIVO QUADRA 306

PROPRIETÁRIO: ARAMIS HEBERLE JUNIOR EIRELE - ME
MUNICÍPIO: CATANDUVAS/SC

IMÓVEL: LOTE Nº01 - QUADRA 306

LOCAL: RUA PROJETADA "A"
ÁREA: 4.156,82 m²
PERÍMETRO: 262,97 m

DESCRIÇÃO

Frente: Com a Rua projetada "A" na extensão de 46.26 m.

Fundo: Com Lote n.º 11 Área Verde da QUADRA 306 na extensão de 68.63 m.

Lado Esquerdo: Com Lote n.º 02 da QUADRA 306 na extensão de 67.54m e com a Rua Projetada A na extensão de 15.00 m totalizando 82,54 m.

Lado Direito: Com Irmãos Comassetto Ltda., matr. 2.693 na extensão de 65.54 m.

IMÓVEL: LOTE Nº02 - QUADRA 306

LOCAL: RUA PROJETADA "A"
ÁREA: 4.292,57 m²
PERÍMETRO: 267,53 m

DESCRIÇÃO

Frente: Com a Rua projetada "A" na extensão de 56.42 m.

Fundo: Com Lote n.º 11 Área Verde da QUADRA 306 na extensão de 58.95 m.

Lado Esquerdo: Com Lote n.º 03 da QUADRA 306 na extensão de 84.62 m.

Lado Direito: Com Lote n.º 01 da QUADRA 306 na extensão de 67.54 m.

IMÓVEL: LOTE Nº03 - QUADRA 306

LOCAL: RUA PROJETADA "A"
ÁREA: 4.052,37 m²

PERÍMETRO: 265,02 m

DESCRIÇÃO

Frente: Com a Rua projetada "A" na extensão de 47.89 m.

Fundo: Com Lote n.º 11 Área Verde da QUADRA 306 na extensão de 47.89 m.

Lado Esquerdo: Com Lote n.º 04 e 05 e Lote n.º 11 Área Verde da QUADRA 306 na extensão de 84.62 m.

Lado Direito: Com Lote n.º 02 da QUADRA 306 na extensão de 84.62 m.

IMÓVEL: LOTE Nº04 - QUADRA 306

LOCAL: RUA PROJETADA "A"

ÁREA: 1.400,00 m²

PERÍMETRO: 149.74 m

DESCRIÇÃO

Frente: Com a Rua projetada "A" na extensão de 38.72 m.

Fundo: Com Lote n.º 05 Área Institucional da QUADRA 306 na extensão de 38.72 m.

Lado Esquerdo: Com a Rua projetada "B" na extensão de 36.15 m.

Lado Direito: Com Lote n.º 03 da QUADRA 306 na extensão de 36.15 m.

IMÓVEL: LOTE Nº05 - QUADRA 306

LOCAL: RUA PROJETADA "B"

ÁREA: 1.444,85 m²

PERÍMETRO: 153,54 m

DESCRIÇÃO

Frente: Com a Rua projetada "B" na extensão de 41.17 m.

Fundo: Com Lote n.º 03 da QUADRA 306 na extensão de 39.02 m.

Lado Esquerdo: Com Lote n.º 11 Área Verde da QUADRA 306 na extensão de 34.63 m.

Lado Direito: Com Lote n.º 04 da QUADRA 306 na extensão de 38.72 m.

IMÓVEL: LOTE Nº06 - QUADRA 306

LOCAL: RUA PROJETADA "A"

ÁREA: 1.577,17 m²

PERÍMETRO: 165,14 m

DESCRIÇÃO

Frente: Com a Rua projetada "A" na extensão de 30.00 m.

Fundo: Com Lote n.º 10 da QUADRA 306 na extensão de 30.00 m.

Lado Esquerdo: Com Lote n.º 07 da QUADRA 306 na extensão de 52.57 m.

Lado Direito: Com a Rua projetada "B" na extensão de 52.57 m.

IMÓVEL: LOTE Nº07 - QUADRA 306

LOCAL: RUA PROJETADA "A"

ÁREA: 2.997,19 m²

PERÍMETRO: 219,16 m

DESCRIÇÃO

Frente: Com a Rua projetada "A" na extensão de 57.01 m.

Fundo: Com Lote n.º 10 e 11 Área Verde da QUADRA 306 na extensão de 57.01 m.

Lado Esquerdo: Com Lote n.º 08 da QUADRA 306 na extensão de 52.57 m.

Lado Direito: Com Lote n.º 06 da QUADRA 306 na extensão de 52.57 m.

IMÓVEL: LOTE Nº08 - QUADRA 306

LOCAL: RUA PROJETADA "A"

ÁREA: 4.934,09 m²

PERÍMETRO: 297,38 m

DESCRIÇÃO

Frente: Com a Rua projetada "A" na extensão de 50.00 m.

Fundo: Com Faixa "non eadificandi" da Linha de Transmissão da QUADRA 306 na extensão de 50.02 m.

Lado Esquerdo: Com Lote n.º 09 da QUADRA 306 na extensão de 97.97 m.

Lado Direito: Com Lote n.º 07 da QUADRA 306 na extensão de 52.57 m e com Lote n.º 11 Área Verde da QUADRA 306 na extensão de 46.82 m, totalizando 99.39 m.

IMÓVEL: LOTE Nº09 - QUADRA 306

LOCAL: RUA PROJETADA "A"

ÁREA: 4.331,72 m²

PERÍMETRO: 289,36 m

DESCRIÇÃO

Frente: Com a Rua projetada "A" na extensão de 60.70 m.

Fundo: Com Faixa "non eadificandi" da Linha de Transmissão da QUADRA 306 na extensão de 28.23 m.

Lado Esquerdo: Com Rotazza Industria Metalúrgica Ltda., matr. 29.852 na extensão de 102.46 m.

Lado Direito: Com Lote n.º 08 da QUADRA 306 na extensão de 97.97 m.

IMÓVEL: LOTE Nº10 - QUADRA 306

LOCAL: RUA PROJETADA "B"

ÁREA: 1.137,50 m²

PERÍMETRO: 152,56 m

DESCRIÇÃO

Frente: Com a Rua projetada "B" na extensão de 23.21 m.

Fundo: Com Lote n.º 11 Área Verde da QUADRA 306 na extensão de 21.22 m.

Lado Esquerdo: Com Lote n.º 06 e 07 da QUADRA 306 na extensão de 56.43 m.

Lado Direito: Com Lote n.º 11 Área Verde da QUADRA 306 na extensão de 51.70 m

IMÓVEL: LOTE Nº11 ÁREA VERDE - QUADRA 306

LOCAL: RUA PROJETADA "B"

ÁREA: 6.675,53 m²

PERÍMETRO: 725,92 m

DESCRIÇÃO

Partindo do ponto 0=PP com coordenadas geográficas, latitude 27°06'02.17696" S e longitude 51°38'49.17741" W, situado na confrontação com Irmãos Comassetto Ltda, matr. 2.693; deste, segue, confrontando com Irmãos Comassetto Ltda, matr. 2.693 com o azimute de 121°20'01" e a distância de 154.85 m até o ponto 1; deste, segue, confrontando com Faixa "non eadificandi" da Linha de Transmissão da QUADRA 306 com o azimute de 139°48'02" e a distância de 163.08 m até o ponto 2; deste, segue, confrontando com Lote n.º 08 da QUADRA 306 com o azimute de 228°10'45" e a distância de 46.82 m até o ponto 3; deste, segue, confrontando com Lote n.º 07 da QUADRA 306 com o azimute de 318°10'45" e a distância de 30.58 m até o ponto 4; deste, segue, confrontando com Lote n.º 10 da QUADRA 306 com o azimute de 48°10'45" e a distância de 21.22 m até o ponto 5; deste, segue, confrontando com Lote n.º 10 da QUADRA 306 com o azimute de 318°10'45" e a distância de 51.70 m até o ponto 6; deste, segue, confrontando com a Rua projetada "B" com a distância de 26.92 m até o ponto 7; deste, segue, confrontando com Lote n.º 05 Área Institucional da QUADRA 306 com o azimute de 318°10'45" e a distância de 34.63 m até o ponto 8; deste, segue, confrontando com Lote n.º 03 da QUADRA 306 com o azimute de 48°10'45" e a distância de 9.45 m até o ponto 09; deste, segue, confrontando com Lote n.º 03 da QUADRA 306 com o azimute de 318°10'45" e a distância de 47.89 m até o ponto 10; deste, segue, confrontando com Lote n.º 02 da QUADRA 306 com o azimute de 301°20'01" e a distância de 58.95 m até o ponto 11; deste, segue, confrontando com Lote n.º 01 da QUADRA 306 com o azimute de 301°20'01" e a distância de 68.63 m até o ponto 12; deste, segue, confrontando com Irmãos Comassetto Ltda, matr. 2.693 com o azimute de 30°59'40" e a distância de 12.00 m até o ponto 0=PP; ponto inicial da descrição deste perímetro.

=====

Estação Vante Coord. Norte Coord. Este Azimute Distância Fator Escala Latitude Longitude

=====

0=PP 1 7002256.814 435864.816 121°20'01" 154.85 0.99965051 27°06'02.17696" S 51°38'49.17741" W
 1 2 7002176.289 435997.082 139°48'02" 163.08 0.99965030 27°06'04.81615" S 51°38'44.38921" W
 2 3 7002051.729 436102.341 228°10'45" 46.82 0.99965013 27°06'08.88194" S 51°38'40.58991" W
 3 4 7002020.511 436067.452 318°10'45" 30.58 0.99965019 27°06'09.89073" S 51°38'41.86273" W
 4 5 7002043.299 436047.061 48°10'45" 21.22 0.99965022 27°06'09.14671" S 51°38'42.59899" W
 5 6 7002057.447 436062.873 318°10'45" 51.70 0.99965020 27°06'08.68953" S 51°38'42.02214" W
 6 7 7002095.973 436028.401 318°10'45" 26.17 0.99965025 27°06'07.43167" S 51°38'43.26682" W
 7 8 7002112.417 436015.536 318°10'45" 34.63 0.99965027 27°06'06.89509" S 51°38'43.73095" W

8 9 7002138.221 435992.448 48°10'45" 9.45 0.99965030 27°06'06.03563" S 51°38'44.54321" W
 9 10 7002144.525 435999.493 318°10'45" 47.89 0.99965029 27°06'05.84889" S 51°38'44.30757" W
 10 11 7002180.213 435967.560 301°20'01" 58.95 0.99965034 27°06'04.68369" S 51°38'45.46057" W
 11 12 7002210.870 435917.205 301°20'01" 68.63 0.99965042 27°06'03.67891" S 51°38'47.28349" W
 12 0=PP 7002246.527 435858.637 30°59'40" 12.00 0.99965052 27°06'02.51026" S 51°38'49.40376" W

IMÓVEL: LOTE Nº12 ÁREA VERDE - QUADRA 306

LOCAL: RUA PROJETADA "B"

ÁREA: 3.743,74 m²

PERÍMETRO: 354,98 m

DESCRIÇÃO

Partindo do ponto 12 com coordenadas geográficas, latitude 27°06'06.16127" S e longitude 51°38'41.94871" W, situado na confrontação com Irmãos Comassetto Ltda, matr. 2.693; deste, segue, confrontando com Irmãos Comassetto Ltda, matr. 2.693 com o azimute de 121°20'01" e a distância de 147.81 m até o ponto 13; deste, segue, confrontando com Rotazza Industria Metalúrgica Ltda., matr. 29.852 com o azimute de 209°42'07" e a distância de 49.85 m até o ponto 14; deste, segue, confrontando com o Faixa "non eadificandi" da Linha de Transmissão da QUADRA 306 com o azimute de 319°48'00" e a distância de 157.33 m até o ponto 12; ponto inicial da descrição deste perímetro.

Estação	Vante	Coord. Norte	Coord. Este	Azimute	Distância	Fator	Escala	Latitude	Longitude
12	13	7002135.247	436064.496	121°20'01"	147.81	0.99965019	27°06'06.16127"	S	51°38'41.94871" W
13	14	7002058.385	436190.744	209°42'07"	49.85	0.99964999	27°06'08.68034"	S	51°38'37.37827" W
14	12	7002015.082	436166.043	319°48'00"	157.33	0.99965003	27°06'10.08359"	S	51°38'38.28335" W

DESCRIÇÃO DA FAIXA DE SERVIDÃO DA LINHA DE TRANSMISSÃO

Inicia-se se no marco denominado 'ponto 12', georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM – SIRGAS 2000, MC-51°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 436064.496 m e N= 7002135.247 m dividindo-o com o Aramis Heberle Junior & Cia Ltda, matrícula 4.342; Daí segue confrontando com Aramis Heberle Junior & Cia Ltda, matrícula 4.342 com o azimute de 139°48'00" e a distância de 157.33 m até o marco 'ponto 14' (E=436166.043 m e N=7002015.082 m); Daí segue confrontando com Linha de Transmissão com o azimute de 209°42'07" e a distância de 26.62 m até o marco 'ponto 15' (E=436152.854 m e N=7001991.961 m); Daí segue confrontando com Aramis Heberle Junior & Cia Ltda, matrícula 4.342 com o azimute de 319°47'58" e a distância de 241.33 m até o marco 'ponto 1' (E=435997.082 m e N=7002176.289 m); Daí segue confrontando com Linha de Transmissão com o azimute de 121°20'01" e a distância de 78.92 m até o marco 'ponto 12' (E=436064.496 m e N=7002135.247 m); início de descrição.

MEMORIAL DESCRITIVO

PROPRIETÁRIO: ARAMIS HEBERLE JUNIOR

IMÓVEL: RUA PROJETADA "A"

LOCAL: RUA PROJETADA "A"

MUNICÍPIO: CATANDUVAS/SC

ÁREA: 5.328,75 m²

PERÍMETRO: 741,27 m

DESCRIÇÃO

Inicia-se se no marco denominado 'ponto 0=PP', georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM – SIRGAS2000, MC-51°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 435855.734 m e N= 7002155.871 m dividindo-o com o Lote n 01 da QUADRA 306; Daí segue confrontando com Lote n 01 da QUADRA 306 com o azimute de 48°11'15" e a distância de 15,00 m até o marco 'ponto 1' (E=435866.875 m e N=7002165.836 m); Daí segue confrontando com Lote n 02, 03 e 04 da QUADRA 306 com o azimute de 138°10'45" e a distância de 143.03 m até o marco 'ponto 2' (E=435962.252 m e N=7002059.242 m); Daí segue confrontando com Rua Projetada B com o azimute de 139°03'18" e a distância de 12.00 m até o marco 'ponto 3' (E=435969.922 m e N=7002050.401 m); Daí segue confrontando com Lote n 06, 07, 08 e 09 da QUADRA 306 com o azimute de 138°07'38" e a distância de 197.71 m até o marco 'ponto 4' (E=436102.085 m e N=7001902.962 m); Daí segue confrontando com Estrada Municipal com o azimute de 209°42'07" e a distância de 15.81 m até o marco 'ponto 5' (E=436094.249 m e N=7001889.224 m); Daí segue confrontando com Faixa de Domínio da BR 282 com o azimute de 318°11'15" e a distância de 357.75 m até o marco 'ponto 0=PP' (E=435855.734 m e N=7002155.871 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 5.328,75 m².

Cálculo Analítico de Área, Azimutes, lados e Coordenadas Geográficas

Datum: SIRGAS 2000 Meridiano Central: 51° WGr

Estação Vante Coord. Norte Coord. Este Azimute Distância Fator Escala Latitude Longitude

```

=====
0=PP 1 7002155.871 435855.734 48°11'15" 15.00 0.99965052 27°06'05.45613" S 51°38'49.52608" W
1 2 7002165.836 435866.875 138°10'45" 143.03 0.99965050 27°06'05.13412" S 51°38'49.11963" W
2 3 7002059.242 435962.252 139°03'18" 12.00 0.99965035 27°06'08.61444" S 51°38'45.67590" W
3 4 7002050.401 435969.922 138°07'38" 197.71 0.99965034 27°06'08.90302" S 51°38'45.39901" W
4 5 7001902.962 436102.085 209°42'07" 15.82 0.99965013 27°06'13.71689" S 51°38'40.62690" W
5 0=PP 7001889.224 436094.249 318°11'15" 357.75 0.99965015 27°06'14.16207" S 51°38'40.91402" W
=====
=====

```

MEMORIAL DESCRITIVO

PROPRIETÁRIO: ARAMIS HEBERLE JUNIOR

IMÓVEL: RUA PROJETADA "B"

LOCAL: RUA PROJETADA "B"

MUNICÍPIO: CATANDUVAS/SC

ÁREA: 1.101,30 m²

PERÍMETRO: 191,27 m

DESCRIÇÃO

Inicia-se se no marco denominado 'ponto 2', georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM – SIRGAS 2000, MC-51°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 435962.252 m e N= 7002059.242 m ; Daí segue dividindo-o com o Lotes nº 04 da QUADRA 306 com o azimute de 48°10'45" e a distância de 36.15 m até o marco 'ponto 19' (E=435989.195 m e N=7002083.349 m); Daí segue confrontando com Lotes 05 Área Institucional da QUADRA 306 com o azimute de 48°10'45" e a distância de 23.70 m até o marco 'ponto 16' (E=436006.857 m e N=7002099.152 m); Daí segue confrontando com Lotes 05 Área Institucional da QUADRA 306 com a distância de 17.47 m até o marco 'ponto 7' (E=436015.536 m e N=7002112.417 m); Daí segue confrontando com Lote nº 11 Área Verde da QUADRA 306 com a distância de 26.17 m até o marco 'ponto 6' (E=436028.401 m e N=7002095.973 m); Daí segue confrontando com Lote nº 10 da QUADRA 306 com a distância de 15.97 m até o marco 'ponto 17' (E=436014.859 m e N=7002090.209 m); Daí segue confrontando com Lote nº 10 da QUADRA 306 com o azimute de 228°10'45" e a distância de 7.28 m até o marco 'ponto 18' (E=436009.432 m e N=7002085.354 m); Daí segue confrontando com Lote nº 06 da QUADRA 306 com o azimute de 228°10'45" e a distância de 52.57 m até o marco 'ponto 3' (E=435970.254 m e N=7002050.299 m); Daí segue confrontando com Rua Projetada A com o azimute de 318°10'45" e a distância de 12.00 m até o marco 'ponto 2' (E=435962.252 m e N=7002059.242 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 1.101,30 m².

Cálculo Analítico de Área, Azimutes, lados e Coordenadas Geográficas

Datum: SIRGAS 2000 Meridiano Central: 51° WGr

Estação Vante Coord. Norte Coord. Este Azimute Distância Fator Escala Latitude Longitude

```

=====
2 19 7002059.242 435962.252 48°10'45" 36.15 0.99965035 27°06'08.61444" S 51°38'45.67590" W
19 16 7002083.349 435989.195 48°10'45" 23.70 0.99965031 27°06'07.83542" S 51°38'44.69295" W
16 7 7002099.152 436006.857 R:11.50 17.47 0.99965028 27°06'07.32476" S 51°38'44.04861" W
7 6 7002112.417 436015.536 R:11.50 26.17 0.99965027 27°06'06.89509" S 51°38'43.73095" W
6 17 7002095.973 436028.401 R:11.50 15.97 0.99965025 27°06'07.43167" S 51°38'43.26682" W
17 18 7002090.209 436014.859 228°10'45" 7.28 0.99965027 27°06'07.61675" S 51°38'43.75968" W
18 3 7002085.354 436009.432 228°10'45" 52.57 0.99965028 27°06'07.77363" S 51°38'43.95767" W
3 2 7002050.299 435970.254 318°10'45" 12.00 0.99965034 27°06'08.90639" S 51°38'45.38697" W
=====
=====

```

DECRETO 2.551/2019

Publicação Nº 2216825

DECRETO Nº 2.551/2019, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

ALTERA O DECRETO Nº 2.472/2019, DE 25 DE JANEIRO DE 2019, QUE APROVOU O LOTEAMENTO INDUSTRIAL DENOMINADO "LOTEAMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL – CATANDUVAS III"

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II, VIII e XXVI do artigo 103 da Lei Orgânica Municipal, bem como o disposto no art. 82 da Lei Complementar Municipal nº 125/2016, de 28/04/2016, CONSIDERANDO o Ofício-Parecer nº 001-A/2018, atestando que o Projeto de Loteamento apresentado por Aramis Heberle Junior Eireli - ME está tecnicamente de acordo;

CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 6.766/1979, de 19 de dezembro de 1979;

CONSIDERANDO equívoco no Decreto nº 2.472/2019, de 25 de janeiro de 2019;

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado art. 3º do Decreto nº 2.472/2019, de 25 de janeiro de 2019, que passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 3º.

I. 09 (nove) lotes (lotes nº 01, 02, 03, 04, 06, 07, 08, 09 e 10 – quadra 306) destinados à comercialização, com área total de 28.879,43 m² (vinte e oito mil oitocentos e setenta e nove metros e quarenta e três decímetros quadrados);

II. 01 (um) lote (lote nº 05 – quadra 306) a ser incorporado ao patrimônio público e destinado à instalação de equipamentos urbanos e comunitários, com área total de 1.444,85m² (mil quatrocentos e quarenta e quatro metros e oitenta e cinco decímetros quadrados);

III. 02 (dois) lotes (lotes nº 11 e 12 – quadra 306) a serem incorporados ao patrimônio público e destinados à área verde, com área total de 10.419,27m² (dez mil quatrocentos e dezenove metros e vinte e sete decímetros quadrados);

.....

Art. 2º. O anexo único do Decreto nº 2.472/2019, de 25 de janeiro de 2019, passa a vigorar com a redação do anexo único do presente Decreto.

Art. 3º. Nos termos do §2º do art. 87 da Lei Complementar Municipal nº 125/2016, é fixado o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação deste Decreto, para que o loteador promova o registro do loteamento aprovado pelo Decreto nº 2.472/2019, de 25 de janeiro de 2019, junto ao Registro de Imóveis de Catanduvas – SC, sob pena de caducidade.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas, 04 de novembro de 2019.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Caxambu do Sul

PREFEITURA

TP Nº 016/2019 PCS

Publicação Nº 2216295

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRA DE ENGENHARIA Nº 016/2019 PCS

Objeto: Execução de reforma da Creche Municipal, conforme especificações constantes no Anexo "A" deste Edital.

Forma da Tomada de Preços: Presencial.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 21/11/2019.

Abertura: dia 21/11/2019, às 09:00 horas.

O Edital e Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul, localizada na Avenida Presidente Getúlio Vargas, 615, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo telefone (0**49) 3326-0127.

Caxambu do Sul - SC, em 06 de novembro de 2019.

GLAUBER BURTET,

Prefeito Municipal.

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 108/2019

Publicação Nº 2216686

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 108/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 70/2019 – PM

O Município de Chapadão do Lageado torna público aos interessados, que estará reunida no dia 21 de novembro de 2019, às 08h30min, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório que tem por objeto formação de registro de preços com vistas a eventual aquisição de bens/produtos para a concretização das comemorações alusivas ao Natal, a ser realizada no dia 08 de dezembro de 2019, na Praça da Fé, localizado na Avenida 29 de novembro, Centro, Município de Chapadão do Lageado-SC, de conformidade com o Termo de Referência – Anexo II. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 07h30min às 13h30min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 06 de novembro de 2019.
MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 323/2019

Publicação Nº 2216459

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIANº 323/2019

- CONSIDERANDO que o servidor designado, é lotado na Administração Central, ocupante do cargo efetivo de Operador de Equipamentos - 40 horas;

- CONSIDERANDO o que dispõe o art. 9º da Lei Complementar nº. 007/99 e o art.131 da Lei Complementar nº. 008/99.

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, VII e pelo art. 70, II, da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o local de trabalho do Servidor Público, JAIR CORREIA, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Operador de Equipamentos - 40 horas, passando a exercer suas funções junto a Secretaria Municipal da Agricultura, Indústria e Comércio, a partir desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 05 de novembro de 2019.
MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 324/2019

Publicação Nº 2216520

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIANº 324/2019

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78, caput, da Lei Complementar nº 008/99;

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 11.01.2018 à 10.01.2019, para a servidora MARILEIA MICHELS KEMPNER, matriculada sob o nº 2411/02, ocupante da Função Pública de Conselheira Tutelar.

Art. 2º Autorizar a conselheira a gozar férias de 30 (trinta) dias, no período de 04/11/2019 à 03/12/2019, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art. 27, II da Lei Municipal 0568 de 01.03.2013.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04.11.2019.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 05 de novembro de 2019.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 325/2019

Publicação Nº 2216574

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 325/2019

CONSIDERANDO os efeitos da Portaria nº 324/2019, que concede férias a membro do Conselho Tutelar.

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 70, II, alínea c, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com as Leis Municipais nº 0013 de 23.01.97 e nº 0568 de 01.03.2013.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear EDELVIRA DE FREITAS ANACLETO, para exercer a Função Pública de Conselheira Tutelar do Município de Chapadão do Lageado - SC, pelo período de 04.11.2019 a 03.12.2019, em substituição a Conselheira Tutelar Mariléia Michels Kempner.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 04.11.19.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 05 de novembro de 2019.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

Chapecó

PREFEITURA

EDITAL Nº 003/2019 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE CULTURA

Publicação Nº 2216854

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DA SECRETARIA DE CULTURA DE CHAPECÓ

Abre inscrições e define normas para o Processo Seletivo, destinado a provimento de vagas temporárias para Secretaria de Cultura de Chapecó, Santa Catarina e dá outras providências.

O Senhor Luciano José Buligon, Prefeito Municipal de Chapecó/SC, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art.37 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal e emendas, TORNA PÚBLICO a realização de Processo Seletivo, sob regime da Lei Complementar 433, de 28 de fevereiro de 2011, Leis Complementares Municipais nº 130/2001 e 132/2001 e suas alterações, visando à contratação temporária de instrutores para preenchimento de vagas do quadro de servidores da Secretaria de Cultura de Chapecó, que será regido pela legislação em vigor e pelas normas estabelecidas no presente edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

O Processo Seletivo será executado sob responsabilidade da Empresa VDS Consultoria sob a fiscalização da Comissão de Processo Seletivo, instituída pela Portaria n.8.491, de 17 de outubro de 2019, em conformidade com as demais disposições legais vigentes.

A realização do certame obedecerá às datas e prazos previstos no seguinte cronograma:

EVENTO	DATA PREVISTA
Inscrições no endereço eletrônico www.chapeco.sc.gov.br .	06 a 29/11/2019
Período para solicitar isenção de pagamento da taxa de inscrição.	Até 14/11/2019
Divulgação da lista de isentos de pagamento da taxa de inscrição.	18/11/2019
Prazo de pagamento da taxa de inscrição para todos os candidatos.	29/11/2019
Publicação da homologação das inscrições deferidas e indeferidas.	03/12/2019
Prazo para interposição de recursos quanto a não homologação de inscrição.	04 e 05/12/2019
Requerimento de vaga para pessoa com deficiência e condição especial para realizar a prova (prazo final para entrega de requerimento).	14/11/2019
Resultado dos pedidos de condições especiais para a realização da prova e resultado da interposição de recurso quanto a não homologação de inscrição.	06/12/2019
Divulgação de local, horário e ensalamento da prova.	06/12/2019
Prova escrita objetiva.	08/12/2019
Divulgação do gabarito preliminar no site www.chapeco.sc.gov.br .	09/12/2019
Prazo para interposição de recursos contra questões e gabarito preliminar.	10 e 11/12/2019
Divulgação do gabarito definitivo e julgamento dos recursos da prova objetiva no site www.chapeco.sc.gov.br .	17/12/2019
Classificação preliminar.	17/12/2019
Prazo de interposição de recursos quanto a classificação preliminar.	18 e 19/12/2019
Divulgação do resultado dos recursos, Classificação final e homologação do resultado final.	23/12/2019
Escolha de vagas.	31/01/2020

As publicações serão realizadas após as 17 horas da data prevista, cabendo ao candidato a responsabilidade de acompanhar as publicações. O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos, do número de recursos, de intempéries e por decisão da Comissão Municipal de Processo Seletivo, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame.

A divulgação oficial do inteiro teor deste edital e os demais editais, comunicados e/ou documentos relativos às etapas deste Processo Seletivo Público dar-se-ão com a afixação no Painel de Publicações da Secretaria de Cultura de Chapecó e/ou seus extratos serão publicados no Órgão Oficial de Publicação do Município, via Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e em caráter meramente informativo também na internet, pelo site www.chapeco.sc.gov.br.

É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar as publicações, comunicados, mensagens eletrônicas (e-mails) e demais documentos divulgados e/ou enviados referentes ao presente Processo Seletivo.

O Processo Seletivo terá validade para o ano de 2020.

A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação irrestrita das instruções e das condições do Processo Seletivo, contidas neste edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações, relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e acerca dos quais não poderá o candidato alegar desconhecimento. Os documentos e requerimentos exigidos deverão ser encaminhados somente através do endereço eletrônico inscricao@svdconsultoria.com.br.

Não serão admitidas, após o término das inscrições, a complementação, a inclusão ou a substituição dos documentos entregues.

A documentação apresentada terá validade somente para este edital de Processo Seletivo e não será devolvida, assim como não serão fornecidas cópias desta documentação.

2. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA ESCOLHA DAS VAGAS

São requisitos básicos para contratação e escolha de vagas nos cargos a que se refere o presente Processo Seletivo:

- a) Estar devidamente aprovado no processo seletivo e classificado dentro das vagas estabelecidas neste Edital, bem como comprovar a habilitação exigida no ANEXO II;
- b) A nacionalidade brasileira ou equiparada;
- c) O gozo dos direitos políticos;
- d) Estar quite com as obrigações militares e eleitorais;
- e) O nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
- f) A idade mínima de dezoito anos;
- g) Condições de saúde física e mental compatíveis com o exercício do cargo, de acordo com prévia inspeção médica oficial;
- h) Idoneidade moral a ser comprovada mediante a apresentação de atestado de antecedentes emitido por órgão competente;
- i) Inexistência da incompatibilidade para o exercício do cargo público no município;
- j) Os candidatos com deficiência devem verificar as disposições do capítulo próprio neste Edital;
- k) Outros requisitos justificados pelas atribuições do cargo ou estabelecidos em lei.

A comprovação da escolaridade e o preenchimento dos demais requisitos legais indispensáveis à escolha da vaga serão exigidos quando da chamada para escolha da vaga em processo. A não apresentação, naquela ocasião, de todos os documentos exigidos implicará na desclassificação do Processo Seletivo e imediata convocação do candidato seguinte na ordem de classificação.

A aprovação e classificação no presente Processo Seletivo não assegura ao candidato a contratação imediata, apenas a expectativa de ser chamado, de acordo com as necessidades do Município de Chapecó.

3. DAS VAGAS, ESCOLARIDADE EXIGIDA, CARGA HORÁRIA, VENCIMENTO E VALOR DAS INSCRIÇÕES

O Processo Seletivo destina-se ao preenchimento de vagas e carga horária existentes, descritos nos Anexos I e II deste edital.

A escolaridade e requisitos exigidos conforme anexo I e legislação em vigor deverão ser comprovados no ato da admissão, mediante certificados e/ou declarações de cursos técnicos na respectiva área na qual irá atuar.

4. DAS INSCRIÇÕES

Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos. No momento da inscrição, o candidato deverá optar pelo cargo a que deseja concorrer. Uma vez efetuada a inscrição, não será permitida, em hipótese alguma, a sua alteração.

A inscrição no Processo Seletivo implica, desde logo, o conhecimento e a tácita aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste Edital.

A participação no Processo Seletivo iniciar-se-á pela inscrição, que deverá ser efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste edital. A inscrição somente será efetuada via internet no endereço eletrônico www.chapeco.sc.gov.br no período estabelecido no cronograma de atividades do presente Edital.

Os candidatos deverão inscrever-se somente em uma, dentre as seguintes funções:

- Instrutor com Nível Superior AC – Artes Cênicas - Dança: Ballet, Jazz/Dança Contemporânea, Danças urbanas.
- Instrutor com Nível Superior AC - Artes Cênicas - Teatro
- Instrutor com Nível Superior AC – Música - (Dentre as opções: Acordeon, Contrabaixo Acústico, Musicalização Infantil, Piano, Piano Correpetidor, Sopros Madeiras (com habilidade específica em um ou mais dos instrumentos: flauta transversal, clarinete, oboé, fagote), Sopros Metais (com habilidade específica em um ou mais dos instrumentos: trompete, trombone, trompa, tuba, fluegelhorn), Teclado, Técnica Vocal/Canto Coral, Percussão Sinfônica, Violão, Violino, Violoncelo).
- Instrutor com 2º Grau AC - Música – (Dentre as opções: Piano Correpetidor, Sopros Madeiras (com habilidade específica em um ou mais dos instrumentos: flauta transversal, clarinete, oboé, fagote), Sopros Metais (com habilidade específica em um ou mais dos instrumentos: trompete, trombone, trompa, tuba, fluegelhorn), Violão, Violino, Violoncelo).

Para efetivar a sua inscrição, o candidato deverá seguir os seguintes passos:

- a) Ler atentamente o Edital completo, certificando-se de que preenche todas as condições exigidas;
- b) Acessar o endereço eletrônico www.chapeco.sc.gov.br Processos Seletivos/Concursos, Ficha de Inscrição Cultura – Edital 003/2019, informando os dados solicitados.
- c) O PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO SÓ PODERÁ SER REALIZADO MEDIANTE DEPÓSITO IDENTIFICADO ATRAVÉS DO CPF DO CANDIDATO, DIRETAMENTE AO CAIXA NO BANCO DO BRASIL – AGÊNCIA 0321-2 - CONTA CORRENTE 92.365-6, até a data limite de 29/11/2019;
- d) Não serão aceitos comprovantes de depósitos efetuados em caixas eletrônicos.
- e) Para o candidato, isento ou não, que efetivar mais de uma inscrição, será considerada válida somente a última inscrição efetivada, sendo entendida como efetivada a inscrição paga ou isenta. Caso haja mais de uma inscrição paga, não haverá devolução da taxa de inscrição.

É de responsabilidade do candidato manter atualizados os endereços, e-mails e números de telefones informados. Eventual mudança de endereço durante a vigência do Processo Seletivo deverá ser comunicada diretamente à empresa VSD Consultoria, através do correio eletrônico inscricao@vsdconsultoria.com.br.

O valor da taxa de inscrição é de: R\$65,00 (sessenta e cinco reais).

Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias, o candidato deverá efetuar o depósito antecipadamente. As informações prestadas no preenchimento da Ficha de Inscrição ou ausência de qualquer documento comprobatório exigido neste edital são de inteira responsabilidade do candidato, podendo ser indeferida ou anulada a inscrição por seu preenchimento incompleto ou de forma indevida.

Será nula a inscrição de candidato que, por qualquer meio, faça uso de informação ou documento falso ou oculte informação ou fato a ela relevante, sem prejuízo das sanções judiciais cabíveis.

No caso de cancelamento da inscrição, serão anulados todos os atos dela decorrentes, a qualquer tempo, mesmo que o candidato tenha sido classificado e que o fato seja constatado posteriormente.

O candidato, após efetuar sua inscrição, não poderá, sob qualquer pretexto, pleitear a troca de cargo e/ou a devolução da importância

recolhida, uma vez que, o valor da inscrição somente será restituído em caso de anulação plena do Processo Seletivo.

As inscrições poderão ser prorrogadas por necessidade de ordem técnica e/ou operacional, o que poderá ser feito sem prévio aviso, bastando, para todos os efeitos legais, a comunicação de prorrogação feita no site www.chapeco.sc.gov.br.

As inscrições que preencherem todas as condições deste edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente. O ato de homologação será divulgado no site da Prefeitura www.chapeco.sc.gov.br, na data constante neste edital.

5. DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

São isentos da taxa de inscrição no Processo Seletivo:

a) Os candidatos doadores de Sangue (Lei Municipal nº4. 428, de 11 de junho de 2002);

b) Os candidatos Eleitores convocados e nomeados para servirem à Justiça

Eleitoral (Lei Municipal nº 6.440, de 22 de julho de 2013);

Para requererem a isenção da taxa de inscrição, os candidatos deverão enviar o Anexo V até o dia 14/11/2019.

Para os que pedirem isenção da taxa de inscrição por serem doadores de sangue

(Lei Municipal nº 4.428, de 11 de junho de 2002), exige-se:

a) Requerimento de isenção da taxa de inscrição (Anexo V);

b) Documento oficial expedido pela entidade coletora, que deverá ser juntado no ato do requerimento. O documento deverá discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferior a 03 (três) vezes anuais, considerando-se os 12 (doze) meses que antecederam a abertura do presente edital.

5.2.1. Considera-se, para enquadramento no benefício previsto na referida Lei, somente a doação de sangue, promovida a órgão oficial, ou a entidade credenciada pela União, pelo Estado ou pelo Município.

5.2.2. Para os que pedirem isenção por se enquadrarem na condição de Eleitor Convocado e Nomeado:

a) Requerimento de isenção da taxa de inscrição (Anexo V);

b) Declaração ou diploma expedido pela Justiça Eleitoral autenticada em cartório, nos termos da respectiva legislação, comprovando o serviço prestado à Justiça eleitoral, por, no mínimo duas eleições, consecutivas ou não (sendo considerado cada turno uma eleição).

Considera-se, para enquadramento no benefício previsto na Lei Municipal nº 6.440/2013, o Eleitor convocado e nomeado que prestou serviço à Junta Eleitoral como componente de mesa receptora de voto ou de justificativa, na condição de presidente de mesa, primeiro ou segundo mesário ou secretário, membro escrutinador de Junta Eleitoral, supervisor de local de votação, também denominado de administrador de prédio, e os designados para auxiliar os seus trabalhos, inclusive aqueles destinados à preparação e montagem de votação.

Após a comprovação de participação em duas eleições, o eleitor nomeado terá o benefício concedido a contar da data em que fez jus ao prêmio, por um período de validade de 04 (quatro) anos.

Só serão examinados os pedidos de isenção enviados por correio eletrônico ao endereço inscricao@vsdconsultoria.com.br, na forma de arquivo de imagem (scaneados), até a data determinada no Edital para recebimento dos Pedidos de Isenção da Taxa de Inscrição.

O candidato que tiver seu pedido de isenção de pagamento deferido deverá efetuar sua inscrição de acordo com o item 4.

Sendo indeferido o pedido de isenção, restará ao candidato efetuar depósito bancário referente à taxa de inscrição, bem como realizar a mesma, dentro do prazo estipulado neste Edital.

Não haverá recurso contra o indeferimento do requerimento de isenção da taxa de inscrição.

As decisões referentes aos pedidos de isenção da taxa de inscrição serão publicadas na data constante do cronograma deste Edital.

Não será concedida isenção de pagamento da taxa de inscrição ao candidato que:

Edital;

a) Omitir informações e (ou) torná-las inverídicas;

b) Fraudar e (ou) falsificar documentação;

c) Pleitear a isenção sem apresentar cópia dos documentos previstos neste

d) Não observar o prazo e o local previsto neste Edital;

Não será permitida a complementação da documentação, após o recebimento do

Requerimento de isenção.

Não será aceita solicitação de isenção de pagamento de valor de inscrição via fax, ou ainda, fora do prazo.

6. DAS DISPOSIÇÕES PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Ao candidato com deficiência, é assegurado o direito de inscrever-se neste Processo Seletivo, para os cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores, sendo a elas reservadas até 5% (cinco por cento) do total das vagas oferecidas para cada cargo, de acordo com o art.37, Inciso VIII da Constituição Federal e Art. 5º § 2º da Lei Complementar nº 130, de 05 de dezembro de 2001 e alterações.

6.1. A 1ª vaga a ser destinada à PCD será a 20ª (vigésima) vaga existente ou a que vier a surgir em cada cargo, após cada 19 (dezenove) candidatos nomeados pela classificação geral, será nomeado 01 (um) candidato PCD, nos termos do limite de vagas reservadas em lei, obedecida a ordem de classificação na listagem especial e o prazo de validade do processo seletivo

O candidato com deficiência concorrerá as vagas oferecidas no cargo escolhido, utilizando-se da vaga reservada somente quando, tendo sido aprovado, não puder ser nomeado através de sua classificação na lista geral.

Serão consideradas deficiências somente aquelas conceituadas na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos, e que se enquadrem nas categorias descritas no art.4º da Lei nº 12.870/2004 e no art. 1º do Decreto Federal n. 2.874/2009 e suas alterações.

Não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples, do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres.

Para concorrer a uma das vagas reservadas, o candidato deverá:

a) No ato da inscrição declarar-se com deficiência;

b) Encaminhar cópia simples do Cadastro de Pessoa Física (CPF), bem como original ou cópia autenticada em cartório do laudo médico contendo o número de inscrição no Conselho Regional de Medicina (CRM), emitido em prazo não superior a 90 dias da publicação do presente edital, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID), bem como a provável causa da deficiência.

c) Obrigatoriamente entregar/postar requerimento (Anexo IV) solicitando a vaga para deficiente e descrevendo, detalhadamente, o tipo de atendimento especial que necessita no dia da prova.

O fornecimento do laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) e da cópia simples do CPF é de responsabilidade exclusiva do candidato.

A documentação entregue terá validade somente para esse edital de processo seletivo, para outros editais do município deverá ser enviada novamente a documentação e não será devolvida, assim como não serão fornecidas cópias desta documentação.

Os documentos devem ser enviados para o endereço eletrônico: inscricao@vsdconsultoria.com.br, na forma de arquivo de imagem (digitalizados), até a data determinada no Edital.

Caso o candidato não entregue o laudo médico e o respectivo requerimento até o prazo determinado, não será considerado como pessoa com deficiência para concorrer às vagas reservadas, não tendo direito à vaga especial, seja qual for o motivo alegado, mesmo que tenha assinalado tal opção na ficha de inscrição.

As solicitações de condições especiais/recursos especiais/tempo adicional serão atendidas obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade, devendo-se observar o trâmite previsto nesse Edital. A não solicitação ou a solicitação em desacordo com as instruções editalícias acarretam a perda do direito ao preparo da respectiva condição especial, ficando o Município isento de qualquer responsabilidade.

Os candidatos que se declararam no ato de inscrição como portadores de deficiência e que não atenderem plenamente a todas as exigências dispostas no presente edital, terão suas inscrições para as vagas reservadas indeferidas, passando a figurar unicamente na classificação geral dos candidatos.

O candidato com deficiência que necessitar de condição especial (local de fácil acessibilidade, tempo adicional, uso de aparelhos de audição, prova em braile, fiscal leitor, prova com fonte ampliada e etc.), para a realização das provas deverá protocolar requerimento (anexo IV) desta solicitação, até data constante no cronograma, no endereço já informado, anexando ao requerimento laudo médico por especialista da área de sua deficiência, comprovando essa necessidade.

Aos deficientes visuais (cegos) serão oferecidas provas no sistema braile e suas respostas deverão ser transcritas também em braile. Os referidos candidatos deverão levar para esse fim, no dia da aplicação da prova, reglete e punção, podendo ainda, utilizar-se de soroban. Aos deficientes visuais (amblíopes) serão oferecidas provas ampliadas, com tamanho e letra correspondente a corpo 24. No caso de uso de equipamentos especiais, estes deverão ser obtidos pelo candidato e apresentados antecipadamente ao fiscal de sala e/ou coordenador local. Os candidatos inscritos nessa condição participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere às provas aplicadas, ao conteúdo, à avaliação, aos critérios de aprovação, no horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos, resguardadas as condições especiais previstas na legislação própria.

Após a investidura do candidato, a deficiência não poderá ser arguida para justificar a concessão de aposentadoria.

Será excluído das vagas reservadas para portadores de necessidades especiais, passando a figurar unicamente na classificação geral, o candidato aprovado que:

a) Não apresentar a documentação e/ou exames solicitados para a avaliação médica oficial;

b) Cuja deficiência informada no requerimento de inscrição não seja constatada pela avaliação médica oficial.

Não será admitido recurso relativo à condição de deficiente de candidato que, no ato da inscrição, não declarar essa condição.

As vagas definidas neste edital que não forem providas por falta de candidatos com deficiência aprovados serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem geral de classificação por cargo.

Respeitada a ordem classificatória, os candidatos com deficiência aprovados no Processo Seletivo, por ocasião da admissão, serão submetidos à Perícia Médica Oficial do Município de Chapecó, a qual avaliará, a exemplo dos demais candidatos, a sua condição física e mental, bem como a compatibilidade entre as atribuições do cargo e a deficiência de que são portadores.

7. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão

homologadas. O ato de homologação será publicado no diário oficial dos municípios e no endereço eletrônico www.chapeco.sc.gov.br, na data constante no cronograma deste edital.

A relação das inscrições não homologadas, devido ao indeferimento, será divulgada no endereço www.chapeco.sc.gov.br.

Caso a inscrição do candidato não seja homologada, ou haja inexatidão relativa à grafia do seu nome, caberá recurso nos termos do presente Edital.

Em casos de erro de grafia, no nome, data de nascimento ou outro dado pessoal, o próprio candidato deve se dirigir até a Secretaria de Cultura, com seus documentos pessoais e fazer as devidas alterações, até a data da prova.

Após prazo recursal, as inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas DEFINITIVAMENTE pela autoridade competente na data constante no cronograma deste edital.

Se mantido o indeferimento ou não processamento da inscrição, o candidato será eliminado do Processo Seletivo.

8. OUTROS REQUERIMENTOS

Candidata lactante

A candidata que desejar amamentar durante a aplicação da prova deverá:

a) Indicar esta condição especial para realizar a prova no Requerimento de Inscrição;

b) Encaminhar o requerimento Anexo IV, deste edital, informando nome do acompanhante, bem como cópia da certidão de nascimento do filho, no prazo definido no presente Edital.

c) Chegar ao local da prova com a antecedência mínima de trinta minutos, acompanhada de pessoa maior que ficará responsável pela guarda da criança.

O menor e o responsável ficarão em sala especial reservada. Nos momentos de amamentação, a candidata solicitará ao fiscal de sala que a conduza à sala reservada. O tempo destinado à amamentação não será descontado do tempo de duração da prova.

A Prefeitura Municipal de Chapecó não disponibilizará acompanhante para guarda da criança.

Benefícios da Lei 11.689/2008

Os candidatos que pretenderem, em caso de empate na classificação final, o Benefício da Lei 11.689/2008, deverão enviar, por correio eletrônico ao endereço inscricao@vsdconsultoria.com.br, na forma de arquivo de imagem (digitalizados), até a data determinada no Edital, cópia autenticada da certidão e/ou declaração e ou atestado ou outros documentos públicos (original ou cópia autenticada em cartório) emitidos pelos Tribunais de Justiça Estaduais e Regionais Federais do País, relativos ao exercício do cargo de jurado, os termos do art.440 do CPP, a partir de 10 de agosto de 2008.

A relação dos candidatos que tiveram o seu atendimento especial deferido será divulgada no endereço www.chapeco.sc.gov.br, conforme data prevista no cronograma.

A solicitação de atendimento especial, em qualquer caso, será atendida segundo os critérios de viabilidade e de razoabilidade.

9. DAS PROVAS

Para todos os cargos deste Processo Seletivo, será aplicada PROVA ESCRITA OBJETIVA, de caráter eliminatório/classificatório, com questões objetivas, de múltipla escolha, com 4 (quatro) alternativas, das quais uma única sendo correta.

Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 40,00(quarenta) na nota final da prova objetiva

O tempo de duração da prova da Prova Objetiva será de até 03 (três) horas, incluindo o tempo para preenchimento do Cartão de Respostas.

9.1 CONTEÚDOS E PONTUAÇÃO PARA TODOS OS CARGOS

Tipo de Prova	Disciplinas	Número de Questões	Valor das Questões	Total
Conhecimentos Básicos	Língua Portuguesa	5	2,0	10,0
	Legislação	5	2,0	10,0
Conhecimentos Específicos	Conhecimentos inerentes ao cargo	20	3,0	60,0
TOTAL		30		80,0

Os pontos das disciplinas correspondem ao número de acertos multiplicado pelo peso de cada uma de suas questões. A nota da prova objetiva será o somatório dos pontos obtidos em cada disciplina.

Os programas das provas encontram-se publicados no anexo III do presente e edital.

No dia da Prova o candidato receberá um caderno de questões e um cartão-resposta, sendo responsável pela conferência dos dados impressos no seu cartão-resposta, pela verificação da correspondência do seu caderno de prova com o cartão-resposta e com o cargo escolhido e pela transcrição correta das letras correspondentes às respostas que julgar corretas.

A existência de qualquer irregularidade no caderno de questões e/ou no cartão- resposta deve ser comunicada imediatamente ao Fiscal de Sala. A Coordenação do Processo Seletivo envidará todos os esforços para a rápida substituição dos materiais com defeito. O tempo gasto para a substituição dos materiais será acrescido ao tempo de duração da prova.

O candidato deverá marcar suas respostas no cartão-resposta utilizando caneta esferográfica feita de material transparente, de tinta preta ou azul, seguindo as instruções contidas na capa do caderno de questões. As provas serão corrigidas unicamente pela marcação no cartão resposta, não sendo válidas as marcações feitas no caderno de questões em hipótese alguma.

O candidato deverá transcrever as respostas das provas objetivas para o cartão- resposta, que será o único documento válido para a correção das provas. O preenchimento do cartão-respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste edital e nas instruções do caderno de provas. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão- resposta por motivo de erro do candidato.

Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos do preenchimento indevido do cartão-resposta, tais como marcação rasurada ou emendada ou campo de marcação não preenchido integralmente.

O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar o seu cartão-resposta, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de correção deste.

O candidato é responsável pela conferência de seus dados pessoais, em especial seu nome, seu número de inscrição e o número de seu documento de identidade.

Não será permitido que as marcações na folha de respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de candidato a quem tenha sido deferido atendimento especial específico para auxílio no preenchimento. Nesse caso, o candidato será acompanhado por fiscal devidamente treinado.

Ao terminar a prova ou no horário determinado para o seu encerramento, o candidato entregará o cartão-resposta devidamente assinado e o caderno de questões.

Será atribuída nota 0,00 (zero) às respostas de questões objetivas:

- a) Cujas respostas não coincida com o gabarito oficial;
- b) Que contenha emenda (s) e/ou rasura (s), ainda que legível (eis);
- c) Contendo mais de uma opção de resposta assinalada;
- d) Que não estiver assinalada no cartão-resposta;
- e) Preenchida fora das especificações contidas no mesmo ou nas instruções da prova.

O correto preenchimento do cartão-resposta é de total responsabilidade do candidato, não sendo responsabilidade do fiscal de sala alertá-lo das incorreções.

10. DO LOCAL E HORÁRIO DAS PROVAS ESCRITAS

A prova escrita objetiva será aplicada na cidade de Chapecó-SC, em locais e horários que serão divulgados conforme data constante no cronograma, no endereço eletrônico www.chapeco.sc.gov.br.

Ao Município, reserva-se o direito de indicar nova data ou novos locais adequados para a realização das provas, mediante publicação de convocação, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da realização das provas.

A identificação correta do período, horário e local da prova e o comparecimento no horário determinado, serão de inteira responsabilidade

do candidato, devendo o mesmo manter-se informado, acompanhando as publicações no site www.chapeco.sc.gov.br. considerando que o portão de acesso à sala de provas fechará 10 (dez) minutos antes do horário marcado para início da prova.

Para a realização das provas, os candidatos devem estar no local com a antecedência mínima de 30 minutos antes do horário marcado para o início das provas.

Será vedada a entrada nos locais de prova os candidatos que chegarem após o horário de fechamento dos portões, seja qual for o motivo alegado para o atraso, estando o candidato que deixar de fazer ou chegar com atraso à prova escrita eliminado do Processo Seletivo.

Os casos de alterações psicológicas ou fisiológicas (períodos menstruais, gravidez, contusões, luxações, etc.) que impossibilitem o candidato de submeter-se aos testes, ou neles prosseguir, ou que lhes diminuam a capacidade física-orgânica não serão considerados para fins de tratamento diferenciado ou nova prova.

O município de Chapecó, por motivos técnicos ou de força maior, poderá retardar o início da prova escrita, transferir suas datas e/ou horários, sendo garantido o tempo de duração da prova definido neste edital. Eventuais alterações serão comunicadas no site www.chapeco.sc.gov.br, caso o evento determinante da alteração seja de natureza imprevisível.

A entrada nos locais de prova só será admitida mediante a apresentação de documento de identificação oficial com foto.

São considerados documentos de identificação: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública e pelo corpo de Bombeiros Militar, pelos Conselhos e Ordens fiscalizadores de exercício profissional, passaporte, certificado de reservista, carteiras funcionais expedidas por órgão público, que, por lei federal, valham como identidade, carteira de trabalho e carteira nacional de habilitação, com foto.

Não serão aceitos como documento de identificação: passes de ônibus, carteiras de estudante, crachás e ou documentos sem fotos, nem mesmo cópias coloridas ou autenticadas.

Em caso de perda, furto ou roubo do documento de identidade original, o candidato deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, (30) trinta dias.

Só serão aceitos documentos no prazo de validade e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

A não apresentação do documento de identidade, nos termos desse edital, impedirá o acesso do candidato ao local de prova e sua eliminação do certame.

A identificação especial também poderá ser exigida do candidato cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do portador.

Durante a realização das provas, é permitida a posse e uso unicamente dos seguintes materiais:

- a) Canetas esferográficas feitas com material transparente de tinta preta ou azul (Não serão fornecidas canetas no local);
- b) Documento de Identificação com foto;
- c) Caso assim deseje, água acondicionada em embalagem plástica TRANSPARENTE SEM QUALQUER ETIQUETA OU RÓTULO.

É vedada, durante a realização da prova, a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular, RELÓGIOS e aparelhos celulares, transmissores, receptores, equipamento elétrico, eletrônico. Também é proibido o fumo, uso de medicamentos e ÓCULOS ESCUROS (salvo por prescrição médica apresentada a um fiscal de sala antes do início da prova), chapéus ou BONÉS ou qualquer outro tipo de cobertura.

Só serão permitidos alimentos como barra de cereais, chocolates e biscoitos, DESDE QUE ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM TRANSPARENTE PROVIDENCIADA PELO CANDIDATO. Os alimentos que não estiverem nestas condições serão recolhidos pelo fiscal de prova e devolvidos no término da prova. Os alimentos que, ao serem ingeridos, causarem ruídos que atrapalhem a execução da prova, serão recolhidos. É terminantemente proibida a entrada de candidato armado, sob qualquer alegação, nos locais de provas. O Município de Chapecó não se responsabilizará pela guarda de qualquer armamento.

É terminantemente proibido ao candidato, durante a realização das provas, podendo resultar na eliminação do certame:

- a) Portar aparelhos eletrônicos, tais como: máquinas calculadoras, agendas eletrônicas ou similares, telefones celulares, smartphones, tablets, iPod, gravadores, pendrive, mp3 player ou similar, qualquer receptor ou transmissor de dados e mensagens, bipe, notebook, palmtop, walkman, máquina fotográfica, controle de alarme de carro/casa, chaves de carro, etc.;
- b) Portar relógio de qualquer espécie, óculos escuros, protetor auricular, lápis, lapiseira; grafite, marca-texto e (ou) borracha;
- c) Portar quaisquer acessórios de chapelaria, tais como: chapéu, boné, gorro, etc.;
- d) Portar qualquer recipiente ou embalagem, tais como: garrafa de água, suco, refrigerante e embalagem de alimentos (biscoitos, barra de cereais, chocolates, balas, etc., que não seja fabricado de material transparente;
- e) Faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos;
- f) Fazer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio que não os permitidos;
- g) Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, comportando-se indevidamente;
- h) Utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros em qualquer etapa do processo seletivo;
- i) Comunicar-se com outros candidatos durante a prova.

Os telefones celulares e demais equipamentos e materiais trazidos para o local da prova devem ser entregues sem qualquer outro aviso, desligados e sem bateria, aos fiscais da sala antes do início da prova.

A simples posse, mesmo que desligado, ou uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, no local da prova, corredor ou banheiros, configura tentativa de fraude e poderá implicar na exclusão do candidato do certame, sendo atribuída nota zero às provas já realizadas.

É vedado ao candidato, durante a realização das provas, ausentar-se da sala sem a companhia de um fiscal, ausentar-se da sala de prova levando o cartão-resposta personalizado e/ou o Caderno de Questões ou outros materiais não permitidos.

O Município de Chapecó não assume qualquer responsabilidade por acidentes pessoais e /ou avarias, perda ou desaparecimento dos materiais, objetos, equipamentos, mesmo que tenham sido entregues aos fiscais de sala, veículos ou qualquer outro bem trazidos pelos candidatos para o local de prova ou qualquer tipo de dano que vierem a sofrer.

Todas as despesas decorrentes da obtenção ou entrega de documentos, bem como as de transporte e ou alimentação são de inteira

responsabilidade dos candidatos, mesmo que a prova venha a ser transferida por qualquer motivo.

Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para as provas nem a realização de qualquer prova e ou exame fora dos horários e locais marcados para todos os candidatos.

Somente depois de decorrido o prazo mínimo de permanência em sala de provas, que será de 30 (trinta) minutos, o candidato poderá entregar seu caderno de questões e seu cartão- resposta, devidamente assinado, e retirar-se da sala de prova, sendo que o não cumprimento do corrente item incorre na desclassificação do candidato.

Os três (3) últimos candidatos de cada sala de provas só poderão entregar a prova e o cartão-resposta ao mesmo tempo, quando assinarão a ata de sala e acompanharão termo de fechamento do envelope de provas. O candidato que negar-se a aguardar os companheiros, assinará ata de prova como desistente, sendo eliminado do certame.

O gabarito provisório será divulgado no endereço eletrônico www.chapeco.sc.gov.br, conforme cronograma deste edital.

Por medida de segurança, NÃO serão fornecidos os exemplares dos cadernos de provas no dia da prova. Um caderno de questões de cada cargo estará disponível no dia seguinte ao da realização da prova, no site www.chapeco.sc.gov.br que os candidatos possam interpor recursos contra as questões da prova.

Durante a realização da prova escrita objetiva, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da mesma e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo da prova e/ou critérios de avaliação/classificação e/ou informações sobre demais etapas do certame.

Ao concluir a sua prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local de aplicação da prova sem comunicar-se com os demais candidatos, ficando proibido inclusive de permanecer no pátio da entidade, ou ligar o celular antes de se retirar da instituição.

Os candidatos que terminarem a prova NÃO poderão utilizar os banheiros que são destinados ao uso dos candidatos em prova, aconselha-se que antes de entregar a prova solicitem ao fiscal de sala o acompanhamento até os sanitários.

11. DA APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

A nota final do candidato será obtida mediante multiplicação do número de acertos pelo respectivo valor de cada questão, de acordo com o item 9 deste edital.

São considerados aprovados neste Processo Seletivo os candidatos que atingirem nota igual ou superior a 40,00 (quarenta) pontos.

A classificação final do Processo Seletivo será publicada por edital, apresentará apenas os candidatos aprovados por cargo em ordem decrescente de pontos e será composta de duas listas, contendo na primeira, a pontuação de todos os candidatos, inclusive a das pessoas com deficiência e na segunda somente a pontuação destes últimos, se houver aprovados.

Ocorrendo empate na nota final, aplicar-se-ão para o desempate, os seguintes critérios:

Para todas as funções, em conformidade com o artigo 27 da Lei Federal 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do Artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

Para os casos previstos na Lei 11.689/2008, será assegurada a preferência em igualdade de condições em Processo Seletivo, desde que jurados, devidamente comprovado.

11.1. Para os candidatos que não se enquadrarem nas condições acima, na hipótese de igualdade de notas, o desempate será feito através dos seguintes critérios:

a) Maior nota nas questões de Conhecimentos Específicos;

b) Maior nota nas questões de Conhecimentos Básicos;

c) Maior idade, contada com base na idade em dia, meses e anos no dia da realização da prova escrita;

d) Sorteio público.

12. DOS RECURSOS

Caberão recursos contra o indeferimento da inscrição, o conteúdo das provas, gabarito preliminar e classificação preliminar do Processo Seletivo.

Os recursos deverão ser interpostos, conforme cronograma, através da Internet, pelo endereço eletrônico inscricao@vsdconsultoria.com.br, do ato em desfavor do qual o candidato deseja recorrer, conforme Anexo VI.

No caso de recursos contra questões da prova objetiva, identificar o cargo/habilitação da prova e o número da questão (fundamentando sua argumentação e indicando referência bibliográfica). Para cada questão deverá ser enviado um único formulário de recurso.

O Município e a empresa organizadora do certame não se responsabilizam pelo não recebimento dos recursos por motivo de ordem técnica, congestionamento, caixa de e-mail lotada, antivírus, spam, arquivo muito grande (aconselha-se enviar compactado).

Só serão analisados os requerimentos interpostos que preencherem todas as exigências do Edital e que forem entregues rigorosamente no prazo.

Os recursos deverão conter o nome do candidato recorrente, nome da cargo, número da questão e da disciplina quando for o caso.

Não serão recebidos recursos interpostos por qualquer outro meio a não ser o descrito neste Edital.

Os recursos intempestivos não serão conhecidos e os inconsistentes ou fora do padrão e sem fundamentação ou referência bibliográfica não serão providos.

Recursos cujo teor desrespeite a banca serão preliminarmente indeferidos.

No caso de anulação de qualquer questão, os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos que a responderam.

No caso de troca de gabarito, por erro ou falha de digitação na indicação da resposta correta no gabarito preliminar, será corrigido no gabarito final.

As decisões dos recursos serão dadas a conhecer coletivamente através de ato publicado no site www.chapeco.sc.gov.br, não sendo enviadas respostas individuais aos candidatos.

Após análise dos recursos interpostos ou por constatação e ou correção de erro material, poderá haver alteração da nota, pontuação e ou classificação inicialmente obtida pelo candidato, para uma nota, pontuação e ou classificação superior ou inferior ou, ainda desclassificação do candidato que não obtiver, feitas as correções exigidas, a nota mínima na prova escrita objetiva.

A decisão exarada nos recursos, pela Comissão Organizadora, é irrecorrível na esfera administrativa.

Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos ou recurso contra o gabarito oficial definitivo.

13. DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

A homologação do resultado final deste Processo Seletivo se dará através de Edital devidamente publicado no endereço eletrônico www.chapeco.sc.gov.br.

chapeco.sc.gov.br no diário oficial dos municípios de Santa Catarina: www.diariomunicipal.sc.gov.br, com a classificação dos aprovados em ordem decrescente de notas.

14. DA CONTRATAÇÃO

A contratação obedecerá, rigorosamente, a ordem de classificação dos candidatos aprovados.

O candidato aprovado obriga-se a manter atualizado seu telefone e endereço junto a Secretaria de Cultura do Município de Chapecó/SC.

O chamamento/convocação dos candidatos para a escolha de vagas será mediante edital de convocação publicado no site da Prefeitura de Chapecó www.chapeco.sc.gov.br.

15. DA ESCOLHA DAS VAGAS

Os candidatos classificados de acordo com este Edital serão chamados pela ordem de classificação, na sua área de atuação, para escolha de vagas e admissão em caráter temporário, de acordo com as necessidades do Município, respeitando as vagas existentes.

A escolha de vagas, processada pela Secretaria de Cultura do Município, poderá ser efetuada pelo próprio candidato ou mediante procuração (instrumento público ou particular contendo poder específico para o ato, sendo necessário o reconhecimento de firma em cartório, pelo outorgante) com a devida apresentação de documento de identidade original daquele que efetuar a escolha (candidato ou procurador).

A chamada para escolha de vagas será realizada observando-se as áreas e horários, tendo como local o Centro de Cultura e Eventos Plínio Arlindo De Mês, situado na Rua Assis Brasil, 20 D, Centro, CHAPECÓ/SC, no dia 31 de Janeiro de 2020, a partir das 14h.

Considerando-se todas as chamadas, o candidato que não estiver presente, e aquele que presente não escolher vaga, deverá aguardar término e retorno da lista de sua área de atuação/disciplina a sua ordem classificatória.

Após a realização da 1ª chamada, para as vagas que surgirem, os candidatos serão contatados via e-mail e telefone, na sequência do último chamado na 1ª escolha, nos termos editalíssimos, cabendo a estes aceitar ou não a vaga até o primeiro dia útil subsequente à convocação eletrônica e/ou telefônica de que se trata.

Excetuada a primeira chamada, se candidato que não se apresentar na Secretaria de Cultura até o primeiro dia útil subsequente à aceitação da vaga para assumir as aulas, fica a Secretaria de Cultura autorizada a dar continuidade à chamada dos demais candidatos, respeitada a ordem de classificação.

O andamento da chamada em todas as áreas de atuação (último candidato convocado) será informado exclusivamente de forma presencial na Secretaria de Cultura do Município, situada na Rua Assis Brasil, 20 D, Centro, CHAPECÓ/SC.

A alteração do local de trabalho poderá ocorrer conforme necessidade da Secretaria, observadas as disposições legais.

Os candidatos deverão escolher a carga horária conforme quadro apresentado, não sendo permitida fragmentação.

O candidato chamado para assumir vaga deverá entregar a documentação de que trata o Edital na Secretaria de Cultura, no momento em que se apresentar ao trabalho, ou seja, no primeiro dia útil subsequente à aceitação da vaga, sendo permitido prazo maior para entrega do Laudo Médico, o qual dependerá do Cronograma de atendimento do SASSM.

O candidato terá direito à remuneração a partir do primeiro dia em que entrar em exercício, desde que devidamente habilitado para o cargo e efetivada a sua contratação, respeitadas as disposições editalíssimas.

Nos termos deste Edital, a contratação se dará conforme a respectiva habilitação do candidato, observado o disposto no anexo I.

O candidato que possuir penalidade de demissão no Serviço Público Municipal de Chapecó nos últimos 05 (cinco) anos será impedido de realizar escolha de vagas no Processo Seletivo de que trata este Edital, nos termos da legislação em vigor.

O candidato deverá comprovar sua habilitação ao ser chamado a assumir a vaga, conforme quadro de funções disponíveis no anexo I.

Para admissão, o candidato deverá entregar na Secretaria de Cultura, fotocópia dos seguintes documentos, juntamente com o formulário de dados fornecido pela Secretaria:

- a) Carteira de Identidade;
- b) Cadastro de Pessoa Física(CPF);
- c) Título de Eleitor;
- d) Quitação Militar;
- e) Certidão da Justiça Eleitoral;
- f) Certidão de Casamento ou escritura pública de convivência (para união estável) ou certidão de nascimento para os solteiros;
- g) Uma foto 3x4recente;
- h) Certidão de Nascimento dos filhos menores de 18anos;
- i) Comprovante de Conta Salário na Caixa Econômica Federal (cópia do cartão);
- j) Folha Corrida expedida pelo Poder Judiciário de seu Município(original);
- k) Carteira de Vacinação dos filhos de zero a sete anos de idade, com as vacinas devidamente em dia;
- l) Inscrição do PIS e/ou PASEP;
- m) Diploma/Certificado da respectiva habilitação exigida para o cargo pública (cópia autenticada em cartório), observado o disposto no Anexo I;
- n) Laudo Médico expedido pela Medicina de Trabalho do Município, confirmando a capacidade física e mental para o exercício do cargo;
- o) Declaração de bens, se for o caso;
- p) Declaração de dependentes, se for o caso, para fins de abatimento no Imposto de Renda na Fonte;
- q) Declaração de que não ocupa outro cargo, emprego ou função pública, exceto os acumuláveis, de acordo com o disposto no artigo 37, inciso XVI, alíneas "a", "b" e "c" da Constituição Federal;
- r) Declaração de não participação em empresa;
- s) Declaração de não penalização em exercício de cargo público;
- t) Cópia da Carteira de Trabalho onde conste a foto e o verso onde contém dados do trabalhador;
- u) Comprovante de endereço.
- v) comprovante de qualificação cadastral. Este documento deverá ser impresso no site: <https://portal.esocial.gov.br/institucional/consulta-qualificacao-cadastral>, no link: Consulta Qualificação Cadastral Online.

15.1. Os formulários a que se referem às alíneas "o", "p", "q", "r" e "s" serão fornecidos pelo Setor de Recursos Humanos da Secretaria de Cultura no momento da Escolha de Vagas, devendo ser preenchidos pelo candidato e entregues na Secretaria.

Parágrafo 1º: O candidato, por ocasião da CONTRATAÇÃO, nos termos deste Edital, deverá comprovar todos os requisitos acima elencados. A não apresentação dos comprovantes exigidos, nos prazos assinalados, tornará sem efeito a aprovação obtida pelo candidato, anulando-se

todos os atos ou efeitos decorrentes da inscrição no Processo Seletivo.

Parágrafo 2º Nos termos da letra "n", análise da aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo pretendido será realizada mediante exame médico admissional a ser realizado pelo Serviço de Atendimento à Saúde do Servidor Municipal –SASSM, devendo serem apresentados os exames complementares (laboratoriais e imagens), quando solicitados, os quais deverão ser realizados à expensas do candidato, nos termos do Decreto n. 36.883/2019, e ainda, apresentando o Cartão Nacional de Vacinação. Quando do exame médico admissional também poderão ser solicitados outros exames a fim de assegurar que o candidato realmente apresente aptidão necessária para o exercício das atribuições do cargo, bem como, se for o caso, confirmar a condição de pessoa com deficiência e, ainda, a compatibilidade da deficiência com o exercício das atribuições do cargo pretendido.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

O acompanhamento das publicações, editais, avisos e comunicados referentes ao Processo Seletivo é de responsabilidade exclusiva do candidato.

A fiscalização e supervisão do certame estão a cargo da Comissão Municipal de Processo Seletivo, devidamente nomeada por ato oficial. Não serão prestadas informações por telefone relativas ao número de inscritos por cargo, do resultado do Processo Seletivo e das respostas de recursos.

Não serão dadas por telefone informações a respeito de datas, locais e horários de realização das provas. O candidato deverá observar rigorosamente os editais e os comunicados a serem divulgados na forma descrita nesta edital.

A qualquer tempo, poder-se-á anular a inscrição, prova e/ou tornar sem efeito a classificação do candidato, em todos os atos relacionados ao Processo Seletivo, quando constatada a omissão, declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com a finalidade de prejudicar direito ou criar obrigação.

Comprovada a inexistência ou irregularidades descritas no item retro, o candidato estará sujeito a responder criminalmente por seu ato.

O Município de CHAPECÓ não se responsabiliza por quaisquer cursos, textos, apostilas, divulgações e outras publicações referentes a este Processo Seletivo, sejam na imprensa ou em outros sítios eletrônicos, que não sejam aquelas divulgadas no site oficial www.chapeco.sc.gov.br.

Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado, sendo responsabilidade do candidato manter-se informado, acompanhando as publicações no site www.chapeco.sc.gov.br.

As despesas relativas à participação do candidato no Processo Seletivo e a apresentação para escolha de vagas e posse correrão a cargo do próprio candidato.

É vedada a inscrição neste Processo Seletivo de quaisquer membros da Comissão de Processo Seletivo do Município de CHAPECÓ.

Os cadernos de prova escrita serão mantidos sob a responsabilidade da Comissão de Processo Seletivo do Município de CHAPECÓ, por um período de 3 (três) meses, após a homologação do resultado final, quando serão incinerados. Os demais apontamentos, após 6 (seis) meses da homologação do resultado, serão arquivados.

A Comissão do Processo Seletivo do Município de Chapecó poderá, justificadamente, alterar as normas previstas nos itens deste edital e seus desdobramentos, desde que com a finalidade de preservar o bom andamento do certame.

Os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos, em caráter irrecorrível, pela Comissão do Processo Seletivo do Município de CHAPECÓ.

Fica eleito, para dirimir qualquer questão relacionada com o Processo Seletivo previsto neste Edital o Foro da Comarca de Chapecó/SC.

São partes integrantes deste edital os seguintes anexos:

Anexo I – Funções, Vagas, Vencimentos, Habilitação, Valor De Inscrição;

Anexo II – Atribuições Dos Contratados;

Anexo III – Conteúdo Programático;

Anexo IV – Requerimento de Vaga de Deficiente e Condição Especial para Realizar a Prova;

Anexo V – Requerimento de Isenção de Taxa de Inscrição;

Anexo VI – Requerimento para Interposição de Recursos;

Chapecó-SC, 06 de novembro de 2019.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

ANEXO I

CARGO, VAGAS, HABILITAÇÃO E VALOR DA INSCRIÇÃO

CARGO: INSTRUTOR COM 2º GRAU AC

CARGO	VAGA	HABILITAÇÃO	VALOR DA INSCRIÇÃO
INSTRUTOR COM 2º GRAU AC - MUSICA			
Piano Correpetidor	01	2º Grau	R\$ 65,00
Sopros Madeiras*	01	2º Grau	R\$ 65,00
Sopros Metais**	01	2º Grau	R\$ 65,00
Violão Popular	01	2º Grau	R\$ 65,00
Violino	01	2º Grau	R\$ 65,00
Violoncelo	01	2º Grau	R\$ 65,00

* Habilidade específica em um ou mais dos instrumentos: flauta transversal, clarinete, oboé, fagote.

** Habilidade específica em um ou mais dos instrumentos: trompete, trombone, trompa, tuba, fluegelhorn.

*** VENCIMENTO CARGO DE INSTRUTOR COM 2º GRAU AC

Carga Horária 10 horas semanais: R\$ 609,48

Carga Horária 20 horas semanais: R\$ 1.218,97

Carga Horária 30 horas semanais: R\$ 1.828,45

Carga horária 40 horas semanais: R\$ 2.437,94

CARGO: INSTRUTOR COM ENSINO SUPERIOR AC

CARGO	VAGA	HABILITAÇÃO	VALOR DA INSCRIÇÃO
Artes Cênicas: DANÇA – Jazz/Dança Contemporânea	01	Ensino Superior	R\$ 65,00
Artes Cênicas: DANÇA – Danças Urbanas	01	Ensino Superior	R\$ 65,00
Artes Cênicas: DANÇA – Ballet Clássico	01	Ensino Superior	R\$ 65,00
Artes Cênicas: TEATRO	01	Ensino Superior	R\$ 65,00
MÚSICA: Acordeon	01	Ensino Superior	R\$ 65,00
MÚSICA: Contrabaixo Acústico	01	Ensino Superior	R\$ 65,00
MÚSICA: Musicalização Infantil	01	Ensino Superior	R\$ 65,00
MÚSICA: Percussão Sinfônica	01	Ensino Superior	R\$ 65,00
MÚSICA: Piano	01	Ensino Superior	R\$ 65,00
MÚSICA: Piano Correpetidor	01	Ensino Superior	R\$ 65,00
MÚSICA: Sopros Madeiras*	01	Ensino Superior	R\$ 65,00
MÚSICA: Sopros Metais**	01	Ensino Superior	R\$ 65,00
MÚSICA: Teclado	01	Ensino Superior	R\$ 65,00
MÚSICA: Técnica Vocal/Canto Coral	01	Ensino Superior	R\$ 65,00
MÚSICA: Violão	01	Ensino Superior	R\$ 65,00
MÚSICA: Violino	01	Ensino Superior	R\$ 65,00
MÚSICA: Violoncelo	01	Ensino Superior	R\$ 65,00

* Habilidade específica em um ou mais dos instrumentos: flauta transversal, clarinete, oboé, fagote.

** Habilidade específica em um ou mais dos instrumentos: trompete, trombone, trompa, tuba, fluegelhorn.

*** VENCIMENTO CARGO DE INSTRUTOR COM ENSINO SUPERIOR AC

Carga Horária 10 horas semanais: R\$ 889,86

Carga Horária 20 horas semanais: R\$ 1.779,71

Carga Horária 30 horas semanais: R\$ 2.669,57

Carga horária 40 horas semanais: R\$ 3.559,43

ANEXO II

ATRIBUIÇÕES e HABILITAÇÃO

Instrutor Com Nível Superior AC (todos)

Atribuições: Participar da elaboração, aplicação e avaliação do Planejamento Pedagógico de cursos livres e oficinas artísticas e culturais; Conhecer, cumprir e fazer cumprir as normas estabelecidas para cursos e oficinas programados; Orientar as turmas, dirigir estudos e atividades dos alunos; Manter atualizados os diários de classe no que tange a frequência, conteúdos, resultados de avaliação, entregando-os à coordenação/direção nos termos dos prazos fixados; Elaborar projetos e relatórios de atividades sempre que solicitados; Cooperar e promover atividades que visem a melhoria do processo educativo e integração escola-família- comunidade; Ser assíduo, pontual e manter conduta moral exemplar de modo a estimular positivamente seus alunos; Ocupar integralmente o tempo destinado às aulas no desenvolvimento das tarefas inerentes ao processo de ensino-aprendizagem; Elaborar Plano de ensino a partir do plano de cursos e de oficinas que serão desenvolvidos no ano letivo; Registrar qualquer alteração ocorrida em relação ao aluno matriculado (desistência, transferência e inclusão do mesmo); Cumprir o calendário de projetos/programa/escola, observando o total de aulas previstas e dadas, para verificação do conteúdo programático e da carga horária indicada no programa de curso e/ou oficina; A reposição de aula deverá ser acertada em conjunto com a direção/coordenação do programa/projeto/escola.

Habilitação: Ensino Superior Completo, Licenciatura Plena ou Bacharelado em Música, em Artes Cênicas, sendo Teatro ou Dança, ou Ensino Superior Completo, Licenciatura Plena ou Bacharelado em qualquer área e cursos técnicos em alguma das respectivas áreas.

Instrutor Com 2ºGrau AC (todos)

Atribuições: Participar da elaboração, aplicação e avaliação do Planejamento Pedagógico de cursos livres e oficinas artísticas e culturais; Conhecer, cumprir e fazer cumprir as normas estabelecidas para cursos e oficinas programados; Orientar as turmas, dirigir estudos e atividades dos alunos; Manter atualizados os diários de classe no que tange a frequência, conteúdos, resultados de avaliação, entregando-os à coordenação/direção nos termos dos prazos fixados; Elaborar projetos e relatórios de atividades sempre que solicitados; Cooperar e promover atividades que visem a melhoria do processo educativo e integração escola-família- comunidade; Ser assíduo, pontual e manter conduta moral exemplar de modo a estimular positivamente seus alunos; Ocupar integralmente o tempo destinado às aulas no desenvolvimento das tarefas inerentes ao processo de ensino-aprendizagem; Elaborar Plano

de ensino a partir do plano de cursos e de oficinas que serão desenvolvidos no ano letivo; Registrar qualquer alteração ocorrida em relação ao aluno matriculado (desistência, transferência e inclusão do mesmo); Cumprir o calendário de projetos/programa/escola, observando o total de aulas previstas e dadas, para verificação do conteúdo programático e da carga horária indicada no programa de curso e/ou oficina; A reposição de aula deverá ser acertada em conjunto com a direção/coordenação do programa/projeto/escola.

Habilitação: Ensino Médio, com cursos específicos em Música.

ANEXO III

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA TODOS OS CARGOS

ATENÇÃO: Poderão ser objeto de questões quaisquer alterações na legislação constante dos programas das provas, havidas e publicadas até o dia da publicação do presente edital. As bibliografias são meramente sugestões, ficando a cargo do candidato pesquisar e adquirir o material para estudo. Será cobrado o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, que entrou definitivamente em vigor em 01/02/2016.

CONHECIMENTOS BÁSICOS – COMUM A TODOS OS CARGOS

LÍNGUA PORTUGUESA

Fonologia e Fonética (1) Classificação de Fonemas; (2) Encontros vocálicos; (3)

Encontros consonantais; (4) Dígrafos; (5) Ortografia e acentuação conforme o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa; (6) Emprego do hífen. Morfologia (1) Estrutura das palavras; (2) Formação das palavras; (3) Classificação e flexão dos substantivos; artigos; adjetivos, numerais e pronomes; (4) Conjugação verbal; (5) Uso adequado de advérbios, preposições, conjunções e interjeições. Sintaxe (1) sujeito e predicado; (2) Objeto direto e objeto indireto; (3) Orações coordenadas; (4) Orações subordinadas; (5) Sinais de pontuação; (6) Concordeância nominal; (7) Concordeância verbal. Semântica (1) sinônimos e antônimos; (2) Homônimos e parônimos; (3) Denotação e conotação. Estilística (1) Figuras de linguagem; (2) Vícios de linguagem. Leitura e interpretação de textos. Estrutura de poemas (rimas, estrofes, versos, etc.). Sugestões bibliográficas:

1. CEGALLA (2008). Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. Companhia Editora Nacional.

2. PASQUAL E EULISSES (2010). Gramática da Língua Portuguesa. Editora Scipione.

3. BECHARA, E. (2009) Moderna Gramática Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira e Lucerna.

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

LEGISLAÇÃO

Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Chapecó; Constituição Federal; Lei Orgânica do Município e Emendas, Lei Complementar nº 498/2012. (Considerar a legislação na sua totalidade, exceto quando os artigos estiverem especificados)

*Sugestões Bibliográficas:

1. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais. (Dos Princípios Fundamentais - Art.1º ao 4º. Dos Direitos e Garantias

Fundamentais – Art.5º a 17. da Organização do Estado - Art.18 e 19; Art.29 a 31; Art.34 a 41. da Organização dos Poderes - Art.44 a 69).

2. CHAPECÓ/SC. Lei Orgânica do Município e emendas.

3. CHAPECÓ/SC. Lei complementar nº130, de 05 de dezembro de 2001 e alterações. Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Chapecó, Autarquias e Fundações Públicas Municipais e dá outras providências.

4. CHAPECÓ/SC. Lei complementar nº498, de 17 de dezembro de 2012 e alterações. Dispõe sobre a organização administrativa do Poder Executivo Municipal e dá outras providências.

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- Ensino Médio (2º Grau AC) - Instrutor de Música - dentre as opções: Piano Correpetidor, Sopros Madeiras (com habilidade específica em um ou mais dos instrumentos: flauta transversal, clarinete, oboé, fagote), Sopros Metais (com habilidade específica em um ou mais dos instrumentos: trompete, trombone, trompa, tuba, fluegelhorn), Violão, Violino, Violoncelo).

- Ensino Superior - Instrutor de Música (dentre as opções: Acordeon, Contrabaixo Acústico, Musicalização Infantil, Piano, Piano Correpetidor, Sopros Madeiras (com habilidade específica em um ou mais dos instrumentos: flauta transversal, clarinete, oboé, fagote), Sopros Metais (com habilidade específica em um ou mais dos instrumentos: trompete, trombone, trompa, tuba, fluegelhorn), Teclado, Técnica Vocal/Canto Coral, Percussão Sinfônica, Violão, Violino, Violoncelo).

Claves; armadura de clave; valores rítmicos e pausas; sinais de articulações; sinais de agógica; semitom, tom e alterações; classificação dos intervalos melódicos e harmônicos; enarmonia; graus da escala diatônica; escalas diatônicas nos modos maior e menor; modos litúrgicos; métricas de compasso, naturezas de compasso, sinais de compasso, unidades de tempo e de compasso; quíalteras, acento métrico, síncope, contratempo; classificação de inícios e terminações de frases musicais; tons vizinhos, tons homônimos e tons relativos; sinais de dinâmica; série harmônica; cifra cordal (literal e alfanumérica); acordes primários e secundários; modulação harmônica; transposição; andamentos e metrônomo; sinais de abreviatura; classificações vocais (extensão e tessitura); formas binária, ternária e rondó; instrumentos de orquestra (classificação organológica). Cifragem de acordes (análise gradual, funcional e cordal); modulação harmônica; progressões harmônicas; substituição de acordes (empréstimo modal, mediantes cromáticas, dominantes alteradas); técnicas de encadeamento de acordes; cadências musicais; fraseologia musical; formas binária, ternária, lied e rondó; formas de variação (contínuas e seccionais); tema e variações; história da música erudita ocidental; gêneros da música erudita ocidental (vocais e instrumentais); ritmos musicais brasileiros; tipos de acompanhamento de canção; análise de texto de canção (rima, versificação, estrofação, prosódia musical); classificações vocais

(extensão e tessitura); texturas musicais (homofonia, polifonia, heterofonia, etc); movimento melódico de vozes (princípios de contraponto); contracanto; acústica musical; paisagem sonora (soundscape). História da Música; principais gêneros, estilos e compositores; principais instrumentistas e compositores; Métodos e didática de iniciação musical; A educação musical no contexto atual; Contribuições da música na formação do indivíduo; A intencionalidade da avaliação no processo de apropriação e produção do conhecimento.

Sugestões Bibliográficas:

ALMADA, Carlos. Harmonia Funcional. Campinas: Ed.Unicamp, 2009.

BENNETT, Roy. Elementos básicos da música. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. BENNETT, Roy. Instrumentos da orquestra. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

BENNETT, Roy. Forma e estrutura na música. Rio de Janeiro: Zahar, 1986. CHEDIAK, Almir. Dicionário de acordes cifrados. São Paulo: Irmãos Vitale, 1984. CHEDIAK, Almir. Harmonia e Improvisação. Vol.1 e 2. Rio de Janeiro: Lumiar Editora, 1986. GUEST, Ian. Arranjo: método prático. 3 vols. Rio de Janeiro: Lumiar, 1996.

GUEST, Ian. Harmonia: método prático. 2 vols. Rio de Janeiro: Lumiar, 2006.

GRANJA, Carlos Eduardo de Souza Campos. Musicalizando a escola: música, conhecimento e educação. 2ª Ed. São Paulo: Escrituras Editora, 2010.

GROUT, Donald, PALISCA, Claude. História da Música Ocidental. Lisboa: Gradiva, 2007.

JENKINS, Lucien. Manual Ilustrado dos Instrumentos Musicais. São Paulo: Irmãos Vitale, 2009.

KIEFER, Bruno. Elementos da Linguagem musical. Porto Alegre: Movimento, 1984.

LIMA, Marisa Ramires Rosa de. FIGUEIREDO, Sérgio Luiz Ferreira de. Exercício de Teoria Musical, uma abordagem prática. São Paulo: Embraform, 6a Edição, 2006. MED, Bohumil. Teoria da música. Brasília: Musimed, 1996.

PIOLLI, Maria Luisa de Mattos. Princípios Básicos da Música para a Juventude. Vols1 e 2. Rio de Janeiro: Casa Oliveira de Músicas Ltda, 1983.

(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

Instrutor de Artes Cênicas com Ensino Superior: Ballet, Jazz/Dança Contemporânea, Danças Urbanas

Conhecimento de História da Dança Universal e Brasileira, estilos, escolas e tendências;

composição coreográfica e produção cultural; anatomia, fisiologia e primeiros socorros na dança; cinesilogia e estudo do movimento; didática do ensino da dança.

Sugestões Bibliográficas

ALEXANDER, Gerda. Eutonia: Um caminho para a percepção corporal. 2ªed.- Martins Fontes, 1991.

ANDERSON, Bob. Alongue-se. Ilustrações de Jean Anderson. São Paulo: Summus, 1983.

ARTAXO, Inês e Gisele de Assis Monteiro. Ritmo e Movimento – Teoria e Prática. São Paulo: Phorte, 2008.

BERTAZZO, Ivaldo. Cidadão Corpo: identidade e autonomia do movimento. 3ªed. –São Paulo: Summus, 1998.

BOURCIER, Paul. História da Dança no Ocidente. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

CALAZANS, Julieta; CASTILHO, Jacyan & GOMES, Simone. Dança e Educação em Movimento. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

FARO, Antonio José. Pequena História da Dança. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

FELDENKRAIS, Moshe. Consciência pelo Movimento – São Paulo: Summus, 1977.

FREITAS, Giovanina Gomes de. O esquema corporal, a imagem corporal, a consciência corporal e a corporeidade - Ed. UNIJIÚ, 1999.

GARAUDY, Roger. Dançar a vida. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

IMBASSAI, Maria Helena. Sensibilidade no Cotidiano – Consciência Corporal – Rio de Janeiro: UAPÊ, 2006.

LABAN, Rudolf. Domínio do Movimento – São Paulo: Summus, 1978. NANNI, Dionísia. Ensino da Dança. Rio de Janeiro: Shape, 2003.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais – Arte. Brasília, DF: MEC, 1997. V.6

SARAIVA, Mara do Carmo & KLEINUBING, Neusa Dendena. Dança diversidade, caminhos e encontros. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

VIANNA, Klauss. A dança. 3ªed. São Paulo: Summus, 2005.

WALKER, Brad. Alongamento Uma abordagem anatômica. São Paulo: Manole, 2009. (*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

Instrutor de Artes Cênicas com Ensino Superior: Teatro

Escola de Tempo Integral: concepção e prática. O Teatro Educativo. Noções de teoria

de Teatro. Ritmo. Jogo cênico. Concepção, utilização e articulação dos elementos cenográficos. Construção corporal do personagem. Expressão corporal, expressão vocal, improvisação. Noção de dramaturgia e interpretação. Criação de figurinos, cenários e adereços. Sonoplastia, iluminação. Histórico da origem do teatro e o teatro na história. Dramatização de poesias. Formação de elenco. Maquiagem. Motricidade. Leitura, escolha e análise de textos. Divisão dos personagens, construção dos personagens, marcação de cenas e apresentações públicas. Jogos de Improvisações Teatrais. Elementos de Linguagem. Procedimentos pedagógicos em Teatro: conteúdos, métodos e avaliação. O Teatro na educação: Fundamentos e tendências pedagógicas do ensino de Teatro no Brasil. Parâmetros Curriculares Nacionais e o Ensino de teatro. História do Teatro e do Espetáculo no Brasil e no mundo. Jogos teatrais. Brecht e Augusto Boal: o diálogo entre eles. Teatro contemporâneo e a corporeidade na cena. Produção e montagem do espetáculo teatral: Elementos Visuais na cena teatral (maquiagem, figurino, cenografia, iluminação). Literatura Dramática: Interpretação teatral: Escolas e Estilos; Técnicas de palco e de expressão corporal. As perspectivas práticas e teóricas do trabalho do ator segundo os fundadores de tradição no Teatro do Século XX. As diversas tendências do teatro contemporâneo: A encenação contemporânea como prática pedagógica. Jogo dramático e jogo teatral: A Pedagogia do Espectador. Teatro/Educação e inclusão artístico-cultural. A formação do artista cênico; A formação do professor de artes cênicas (diretor e ator).

Sugestões Bibliográficas:

ARTAUD, Antonin. O Teatro e seu Duplo. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
BERTHOLD, Margot. História Mundial do Teatro. São Paulo, Ed. Perspectiva, 2000.
BOAL, Augusto. Jogos para Atores e Não-Atores. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
BONFITTO, Matteo. O ator-compositor: as ações físicas como eixo: de Stanislávski a Barba. São Paulo: Perspectiva, 2002.
FO, Dario. Manual Mínimo do Ator. São Paulo: Editora Senac: São Paulo, 2004. NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. A Origem da Tragédia. 5ªed.- São Paulo: Centauro, 2004.
OIDA, Yoshi. O Ator Invisível. São Paulo: Via Lettera, 2007.
STANISLAVSKI, Constantin. A preparação do Ator. 22ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
(*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas

ANEXO IV REQUERIMENTO
Vaga para Deficiente Físico e/ou Condição Especial para REALIZAÇÃO de provas

Eu, , portador do documento
de identidade Nº ,inscrito no CPF Nº , residente e domiciliado a Rua
Nº , Bairro
Cidade
, Estado
,CEP: ,inscrito no Processo Seletivo Nº
003/2019 do Município de Chapecó-SC (Secretaria de Cultura de Chapecó), para o cargo de , requer a Vossa Senhoria:
1- () Vaga para portadores de Deficiência
Deficiência:

CID nº:
Nome do Médico:

2 – () Condição Especial para realização da prova:
a) () Prova com ampliação do tamanho da fonte /letra

b) () Sala Especial
Especificar:

c) () Leitura de Prova
d) () Amamentação. Nome do Acompanhante:
Nome da Criança
Data de nascimento
Outra Necessidade:

Especificar:

Nestes Termos, peço deferimento.

,de _____ de 2019

Assinatura do Requerente

ANEXO V

REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

Eu ,portador do documento de identidade Nº ,inscrito no CPF Nº _____ ,
residente e domiciliado a Rua
, Bairro
Nº
,Cidade
,Estado , CEP:
,inscrito no Processo Seletivo Nº 003/2019 do Município de
Chapecó-SC (Secretaria de Cultura de Chapecó), inscrição Nº ,
Para o cargo de
requer a
Vossa Senhoria isenção da taxa de inscrição, visto que, comprovadamente, me enquadro nas condições de:

- () Doador de Sangue (apresentar comprovante das doações)
() Eleitor convocado e nomeado para servir à Justiça Eleitoral (Lei Municipal nº6.440, de 22 de julho de 2013)

Declaro, sob as penas da lei, que sou doador de sangue, ou ainda que atendo aos requisitos da Lei Municipal nº 6.440, juntando à presente todos os documentos descritos no edital.

Nestes Termos, peço deferimento.

Chapecó, de de 20 .

Assinatura do Requerente

ANEXO VI

REQUERIMENTO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS Tipo de Recurso:

[] 1 –Contra indeferimento de inscrição

[] 2 –Contra questão da prova ou gabarito preliminar

[] 3–Contra a classificação preliminar

Nome do Candidato:

N.º de Inscrição:

Cargo:

Habilitação:

Identidade: CPF: N.º da Questão: Data:

OBS.: Nos recursos contra o teor das questões ou gabarito preliminar, preencher, obrigatoriamente, um formulário para cada questão.

Fundamentação e Sugestões Bibliográficas:

Assinatura do Requerente

EXTRATO DO EDITAL Nº 003/2019 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE CULTURA

Publicação Nº 2216853

Estado de Santa Catarina

Município de CHAPECÓ

EXTRATO DO EDITAL Nº 003/2019 DE PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE CULTURA

O Senhor Luciano José Buligon, Prefeito Municipal de Chapecó/SC, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 37 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal e emendas, TORNA PÚBLICO a realização de Processo Seletivo, para preenchimento de vagas do quadro dos servidores da Secretaria de Cultura do Município, que será regido pela legislação em vigor e pelas normas estabelecidas no presente edital. As inscrições via internet estão abertas no período de 06/11/2019 a 29/11/2019, no site <http://www.chapeco.sc.gov.br>. As provas escritas objetivas estão previstas para o dia 08/12/2019. As informações detalhadas sobre os cargos, número de vagas, requisitos, remunerações e demais regras do certame, constam do inteiro teor do edital que se encontra publicado no site <http://www.chapeco.sc.gov.br>, e bem como nos murais da sede da Prefeitura Municipal de Chapecó e Secretaria de Cultura.

CHAPECÓ (SC), 06 de novembro de 2019.

Luciano José Buligon

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 80 DE 2019

Publicação Nº 2217080

Portaria Nº 80/19

Dispõe sobre o encerramento financeiro do Legislativo.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Ficam suspensas, após dia 10 de dezembro de 2019, as solicitações de requisição de compras, bem como a realização de despesas com diárias, passagens aéreas, exoneração e contratação de servidores.

Parágrafo único. Em caso de necessidade, a Secretaria Geral ou a Presidência, poderão autorizar expedição de ordem de compra após esta data.

Art. 2º Fica suspensa a retirada de material do almoxarifado, após dia 13 de dezembro de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente, em 04 de novembro de 2019.

ILDO ADÃO ANTONINI

Presidente

Cocal do Sul

PREFEITURA

AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 96/PMCS/2019 (REGISTRO DE PREÇOS)

Publicação Nº 2217139

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 154/PMCS/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 96/PMCS/2019 (REGISTRO DE PREÇOS)

Objeto: Registro de preços para contratação de pessoa física ou jurídica para prestação de serviços de elaboração de PROJETOS DE ENGENHARIA, no atendimento ao Município de Cocal do Sul/SC.

Tipo: Menor Preço por Lote.

Recebimento dos envelopes: Até às 08h15min do dia 19/11/2019.

Abertura: Dia 19/11/2019, às 08h30min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cocaldosul.sc.gov.br, link "Licitação", na pasta do referido processo. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min, pelo telefone (48) 3444-6006 ou pelo e-mail licitacao@cocaldosul.sc.gov.br.

Cocal do Sul, 05 de novembro de 2019.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 77/PMCS/2019

Publicação Nº 2216895

CONTRATO Nº: 77/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.
CONTRATADA: CONLIM CONSTRUÇÃO E REFORMAS LTDA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 132/PMCS/2019
TOMADA DE PREÇO Nº: 06/PMCS/2019

Objeto: Prestação de serviço de mão-de-obra para Execução de Cabeceiras de Pontes para Receber Vigas de Concreto Armado Pré-Moldada na Localidade de Brida e na Localidade Pian no Município de Cocal do Sul.

Assinatura: 21/10/2019

Vigência: Início: 22/10/2019 Término: 31/03/2020

Valor: R\$ 14.874,58 (quatorze mil e oitocentos e setenta e quatro reais com cinquenta e oito centavos)

Dotação Orçamentária: 09.003.15.451.17800.1015.4.4.90.00.00

EXTRATO CONTRATO 81/PMCS/2019

Publicação Nº 2216888

CONTRATO Nº: 81/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.
CONTRATADA: PLÁSTICOS SANTA LUZIA LTDA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 108/PMCS/2019
CONCORRÊNCIA Nº: 05/PMCS/2019

Objeto: Concessão de Direito Real de Uso, de 01 (um) terreno Área de terra de 3.000,00m² (três mil metros quadrados) correspondente ao Lote 10 da Quadra "D", localizado na Área Industrial II neste município, conforme matrícula nº 23.621 do Registro de Imóveis da Comarca de Urussanga.

Assinatura: 31/10/2019

Vigência: Início: 01/11/2019 Término: 31/10/2029

EXTRATO CONTRATO 82/PMCS/2019

Publicação Nº 2216891

CONTRATO Nº: 82/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.
CONTRATADA: JOTA SILVA MÓVEIS E SERVIÇOS LTDA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 108/PMCS/2019
CONCORRÊNCIA Nº: 05/PMCS/2019

Objeto: Concessão de Direito Real de Uso, de 01 (um) terreno Área de terra de 3.000,00m² (três mil metros quadrados) correspondente ao Lote 12 da Quadra "D", localizado na Área Industrial II neste município, conforme matrícula nº 23.623 do Registro de Imóveis da Comarca de Urussanga.

Assinatura: 31/10/2019

Vigência: Início: 01/11/2019 Término: 31/10/2029

EXTRATO CONTRATO 83/PMCS/2019

Publicação Nº 2216892

CONTRATO Nº: 83/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.
CONTRATADA: RM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 129/PMCS/2019
CONCORRÊNCIA Nº: 06/PMCS/2019

Objeto: Concessão de Direito Real de Uso de 01 (um) terreno Área de terra de 20.920,00m² (vinte mil e novecentos e vinte metros quadrados) correspondente ao Lote 01 da Quadra "A", localizado na Área Industrial II, conforme matrícula nº 23.587 do Registro de Imóveis da Comarca de Urussanga.

Assinatura: 01/11/2019

Vigência: Início: 02/11/2019 Término: 01/11/2029

RETIFICAÇÃO DE AVISO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/PMCS/2019 (CREDENCIAMENTO Nº 05/PMCS/2019)

Publicação Nº 2217018

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
AVISO DE CREDENCIAMENTO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 156/PMCS/2019
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/PMCS/2019 (CREDENCIAMENTO Nº 05/PMCS/2019)

Objeto: Credenciamento de leiloeiros públicos para realizarem, mediante contratos específicos, leilões de bens patrimoniais móveis em desuso (veículos e outros), do Município de Cocal do Sul/SC.

Recebimento dos documentos de credenciamento: Os documentos serão recebidos em envelope lacrado até às 09h30min do dia 04/12/2019.

Abertura dos envelopes: Dia 04/12/2019, às 09h30min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cocaldosul.sc.gov.br, link "Licitação", na pasta do referido processo. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min, pelo telefone (48) 3444-6006 ou pelo e-mail licitacao@cocaldosul.sc.gov.br.

Cocal do Sul, 04 de novembro de 2019.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE CONCORRÊNCIA Nº 11/2019 – PMC

Publicação Nº 2217041

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
CONCORRÊNCIA Nº 11/2019 - PMC
Obras e Serviços de Engenharia

Objeto: Contratação de empresa em regime de empreitada por preços unitários (material e mão de obra), para complementação da pavimentação asfáltica em CAUQ e alteração da drenagem pluvial de parte da Rua Catarina Mafessoni, no Bairro da Gruta, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

Recebimento das propostas: até as 08h30min do dia 09/12/2019.

Abertura: dia 09/12/2019 as 09h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link Licitações-. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2198.

Concórdia, SC, 01 de novembro de 2019.

ELTON POLINA
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE CONCORRÊNCIA Nº 9/2019 – PMC

Publicação Nº 2217039

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
Concorrência Nº 9/2019 - PMC
Obras e Serviços de Engenharia

Objeto: contratação de empresa em regime de empreitada por preços máximo unitários (material e mão de obra), para execução de pavimentação asfáltica das seguintes ruas: Rua Alagoas e Travessa Sergipe - Bairro dos Estados, Rua Antônio Dolzan - Bairro Industriários, Rua Victório Massiero - Bairro Sintrial, Rua Zeferina Lorini Kufner - Bairro Poente do Sol, Rua José Fioravante Albiero e Rua Alberto Biavatti - Bairro Parque de Exposições, neste município, por meio da Cédula de Crédito Bancário nº 45.387/CEF/Pró - Transportes - Setor Público e de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 06/12/2019.

Abertura: dia 06/12/2019 as 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link ☐ Licitações-. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 31 de outubro de 2019.

ELTON POLINA
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2019 – PMC

Publicação Nº 2217034

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2019 - PMC
Aquisição de Bens

Objeto: aquisição de retroescavadeira nova, através de recursos advindos do Contrato de Crédito nº 20/90210-7, firmado com o Banco do Brasil, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 08h15min do dia 19/11/2019.

Início da Sessão: dia 19/11/2019 as 08h30min, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília - DF. Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link Licitações-. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 31 de outubro de 2019.

ELTON POLINA

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2019 – PMC

Publicação Nº 2217055

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2019 - PMC

Aquisição de Bens

Objeto: Aquisição de veículos novos, no mínimo ano e modelo de fabricação 2019, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras e Secretaria Municipal de Educação, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital..

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço

Recebimento das propostas: até as 08 h e 15 min do dia 18/11/2019.

Início da Sessão: dia 18/11/2019 as 08 h e 30 min.

, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília - DF. Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link ☐ Licitações-. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2113.

Concórdia, SC, 4 de novembro de 2019.

NEURI COMIN

Secretário Municipal de Educação

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 151/2019 – PMC

Publicação Nº 2217037

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 151/2019 - PMC

Aquisição de Bens

Objeto: aquisição de solução de geoprocessamento para continuidade e evolução da construção e do compartilhamento multiplataforma de mapas e análises espaciais, incluindo sistema(s) de informação geográfica (SIG) que permita a edição, visualização, compartilhamento, localização e análises espaciais de forma autônoma (em ambiente Web ou Windows Desktop), conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Preço Global

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 19/11/2019.

Abertura: dia 19/11/2019 as 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link ☐ Licitações-. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 01 de novembro de 2019.

ELTON POLINA

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 154/2019 – PMC

Publicação Nº 2217061

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 154/2019 - PMC
Aquisição de Bens

Objeto: Contratação de empresa para a fornecimento de mobiliário sob medida, conforme memorial descritivo, para a nova sede da Secretaria Municipal de Educação, localizada à Rua 29 de julho, nº 1786 - Bairro Itaíba, Município de Concórdia.

Tipo: Menor Preço Preço Global

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 21/11/2019.

Abertura: dia 21/11/2019 as 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link ☐ Licitações-. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 5 de novembro de 2019.

NEURI COMIN
Secretário Municipal de Educação

DECRETO Nº 6.426, DE 23 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2217117

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.426, DE 23 DE OUTUBRO DE 2019.
Abre crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 5.272, de 23 de outubro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º Ficam anuladas partes das dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão	06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçamentária	06.02	Ensino Fundamental
Projeto/Atividade	12.0361.0019.2013	Ações da Administração Escolar – SEMED
Elemento	3.1.90.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.010000	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos da Educação R\$ 80.000,00
Elemento	3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações Entre Órgãos
Fonte de Recursos	01.010000	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos da Educação R\$ 120.000,00
Unidade Orçamentária	06.04	Educação Infantil
Projeto/Atividade	12.0365.0021.2018	Ações de Educação Infantil para os CMEIs – SEMED
Elemento	3.1.90.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.180000	Transferências do FUNDEB 60% R\$ 100.000,00
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.370004	Outros Recursos do FNDE R\$ 400.000,00
TOTAL ANULADO		R\$ 700.000,00

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º deste Decreto, ficam suplementadas as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão	06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçamentária	06.01	Secretaria Municipal de Educação – SEMED
Projeto/Atividade	12.0122.0018.2012	Manutenção das Atividades-Meio da SEMED
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.010000	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos da Educação R\$ 50.000,00
Unidade Orçamentária	06.02	Ensino Fundamental

Projeto/Atividade	12.0361.0019.2013	Ações da Administração Escolar – SEMED
Elemento	4.4.90.00.00.00.00.00	Investimentos – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.010000	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos da Educação R\$ 50.000,00
Projeto/Atividade	12.0361.0019.2017	Ações de Ensino Fundamental – SEMED
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.010000	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos da Educação R\$ 100.000,00
Unidade Orçamentária	06.04	Educação Infantil
Projeto/Atividade	12.0365.0021.2018	Ações de Educação Infantil para os CMEIs – SEMED
Elemento	3.1.90.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.370004	Outros Recursos do FNDE R\$ 345.000,00
Elemento	3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos
Fonte de Recursos	01.370004	Outros Recursos do FNDE R\$ 55.000,00
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.190000	Transferências do FUNDEB 40% R\$ 100.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO		R\$ 700.000,00

Art. 3º Fica suplementada, com recurso do excesso de arrecadação e do provável excesso de arrecadação verificado no exercício de 2019, a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão	06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçamentária	06.02	Ensino Fundamental
Projeto/Atividade	12.0361.0019.2015	Ações do Ensino Fundamental – FUNDEB
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.190000	Transferências do FUNDEB 40% R\$ 100.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO		R\$ 100.000,00

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	ENORI ANTONIO BOLSI Secretário Municipal de Finanças
--	---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 23 de outubro de 2019.
MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 6.427, DE 23 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2217119

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.427, DE 23 DE OUTUBRO DE 2019.
Abre crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 5.273, de 23 de outubro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada, com recursos do excesso de arrecadação verificado no exercício de 2019, a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão	13	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária	13.01	Fundo Municipal de Saúde
Projeto/Atividade	10.0301.0061.2102	Ações de Atenção Básica – FMS
Elemento	4.4.90.00.00.00.00.00	Investimentos – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.380002	Atenção Básica R\$ 274.040,00
TOTAL SUPLEMENTADO		R\$ 274.040,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

ENORI ANTONIO BOLSI
Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 23 de outubro de 2019.

MAYARA AMPESE MASCARELLO

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 6.428, DE 24 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2217133

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.428, DE 24 DE OUTUBRO DE 2019.

Abre crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 5.274, de 24 de outubro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º Ficam anuladas parte das dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividade do orçamento vigente:

Órgão	06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçamentária	06.02	Ensino Fundamental
Projeto/Atividade	12.0361.0019.2013	Ações da Administração Escolar – SEMED
Elemento	3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos
Fonte de Recursos	01.010000	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos da Educação R\$ 180.000,00
Unidade Orçamentária	06.04	Educação Infantil
Projeto/Atividade	12.0365.0021.2608	Ações de Educação Infantil para a Pré-escola – SEMED
Elemento	3.1.90.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.010000	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos da Educação R\$ 140.000,00
TOTAL ANULADO		R\$ 320.000,00

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º deste Decreto, ficam suplementas as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividade do orçamento vigente:

Órgão	06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçamentária	06.02	Ensino Fundamental
Projeto/Atividade	12.0361.0019.2013	Ações da Administração Escolar – SEMED
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.010000	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos da Educação R\$ 115.000,00
Unidade Orçamentária	06.04	Educação Infantil
Projeto/Atividade	12.0365.0021.2018	Ações de Educação Infantil para os CMEIs – SEMED
Elemento	3.1.90.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.010000	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos da Educação R\$ 100.000,00
Elemento	3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos
Fonte de Recursos	01.010000	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos da Educação R\$ 40.000,00
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.010000	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos da Educação R\$ 65.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO		R\$ 320.000,00

Art. 3º Fica suplementada, com recursos do excesso e do provável excesso de arrecadação verificado no exercício de 2019, as dotações constantes nos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão	06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçamentária	06.02	Ensino Fundamental
Projeto/Atividade	12.0361.0019.2013	Ações da Administração Escolar – SEMED
Elemento	3.1.90.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.190000	Transferências do FUNDEB 40% R\$ 850.000,00

Elemento	3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos
Fonte de Recursos	01.190000	Transferências do FUNDEB 40% R\$ 220.000,00
Projeto/Atividade	12.0361.0019.2015	Ações do Ensino Fundamental – FUNDEB
Elemento	3.1.90.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.180000	Transferências do FUNDEB 60% R\$ 250.000,00
Unidade Orçamentária	06.04	Educação Infantil
Projeto/Atividade	12.0365.0021.2608	Ações de Educação Infantil para a Pré-escola – SEMED
Elemento	3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos
Fonte de Recursos	01.180000	Transferências do FUNDEB 60% R\$ 15.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO		R\$ 1.335.000,00

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
 ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
 Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	ENORI ANTONIO BOLSI Secretário Municipal de Finanças
--	---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 24 de outubro de 2019.
 MAYARA AMPESE MASCARELLO
 Diretora Administrativa

DECRETO Nº 6.429, DE 24 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2217135

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.429, DE 24 DE OUTUBRO DE 2019.
 Abre crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 5.275, de 24 de outubro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas, com recurso do excesso de arrecadação verificado no exercício de 2019, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividade do orçamento vigente:

Órgão	13	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Unidade Orçamentária	13.01	Fundo Municipal de Saúde
Projeto/Atividade	10.0122.0060.2101	Manutenção das Atividades-Meio do FMS
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.020000	Receitas de Impostos de Saúde R\$ 176.000,00
Projeto/Atividade	10.0301.0061.2102	Ações de Atenção Básica – FMS
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.020000	Receitas de Impostos de SaúdeR\$ 160.000,00
Projeto/Atividade	10.0303.0062.2103	Ações de Média e Alta Complexidade – FMS
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.020000	Receitas de Impostos de SaúdeR\$ 440.000,00
Projeto/Atividade	10.0303.0064.2105	Assistência Farmacêutica – FMS
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.020000	Receitas de Impostos de Saúde R\$ 500.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO		R\$ 1.276.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
 ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
 Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	ENORI ANTONIO BOLSI Secretário Municipal de Finanças
--	---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 24 de outubro de 2019.
 MAYARA AMPESE MASCARELLO
 Diretora Administrativa

DECRETO Nº 833/2019, DE 22 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2217140

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 833/2019, DE 22 DE OUTUBRO DE 2019.

Altera dispositivos do inciso II do art. 1º do Decreto nº 176/2018, de 9 de março de 2018 e alterações, que nomeiam membros para compor o Conselho Municipal de Turismo de Concórdia – COMTUR.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 3.014, de 5 de novembro de 1997 e alterações e no Decreto nº 3.960, de 28 de abril de 1998 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º O inciso II do art. 1º do Decreto nº 176/2018, de 9 de março de 2018 e alterações, que nomeiam membros para compor o Conselho Municipal de Turismo de Concórdia – COMTUR, terá os seguintes dispositivos alterados:

I – o item 17 da alínea “a” passa a vigorar com a seguinte redação:

“17. GUSTAVO FORCHESATTO, Águas do Oeste Catarinense Convention & Visitors Bureau;” (NR)

II – o item 17 da alínea “b” passa a vigorar com a seguinte redação:

“17. GISELE NESI, Águas do Oeste Catarinense Convention & Visitors Bureau;” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO Prefeito Municipal	NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração
---	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 22 de outubro de 2019.

MAYARA AMPESE MASCARELLO

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 834/2019, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2217142

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 834/2019, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019.

Dispõe sobre a posse de JOEL PAGLIOSA, no cargo de Agente de Alimentação e Nutrição.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 16, § 2º e 19, § 1º da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando a nomeação publicada no Diário Oficial dos Municípios, edição nº 2949, de 8 de outubro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica empossado JOEL PAGLIOSA, aprovado em concurso público, como servidor público municipal, regime estatutário, no cargo de Agente de Alimentação e Nutrição, Grupo Ocupacional Operacional – GO, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 4 de novembro de 2019.

Art. 2º O servidor empossado por meio deste Decreto, entrará em efetivo exercício em 4 de novembro de 2019.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	NEURI COMIN Secretário Municipal de Educação
--	---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 29 de outubro de 2019.

MAYARA AMPESE MASCARELLO

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 835/2019, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2217148

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 835/2019, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019.

Dispõe sobre a posse de FABIANO ROSA DAS NEVES, no cargo de Agente de Serviços Gerais.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 16, § 2º e 19, § 1º da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando a nomeação publicada no Diário Oficial dos Municípios, edição nº 2949, de 8 de outubro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica empossado FABIANO ROSA DAS NEVES, aprovado em concurso público, como servidor público municipal, regime estatutário, no cargo de Agente de Serviços Gerais, Grupo Ocupacional Operacional – GO, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 4 de novembro de 2019.

Art. 2º O servidor empossado por meio deste Decreto, entrará em efetivo exercício em 4 de novembro de 2019.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	NEURI COMIN Secretário Municipal de Educação
--	---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 29 de outubro de 2019.

MAYARA AMPESE MASCARELLO

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 836/2019, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2217150

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 836/2019, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019.

Designa leiloeiro e equipe de apoio.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no Edital de Leilão nº 1/2019 – PMC, de 10 de outubro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados leiloeiro e equipe de apoio para realização do leilão, objeto do Edital de Leilão nº 1/2019 – PMC, de 10 de outubro de 2019, na forma abaixo:

I – leiloeiro: JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO;

II – equipe de apoio:

a) ADEMIR RAMOS CUCHI;

b) ARI JUSTINO TIBOLLA;

c) ENORI ANTONIO BOLSI;

d) GUILHERME ARTHUR FASOLO MARXREITER;

e) GRACIELA SANDRIN;

f) MARCIANO CORADI;

g) TABARA PASQUALOTTO.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO Prefeito Municipal	NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 29 de outubro de 2019.

MAYARA AMPESE MASCARELLO

Diretora Administrativa

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 23/2019 – PMC

Publicação Nº 2217059

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA – SC

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 23/2019

Objeto: O Município de Concórdia – Assessoria de Comunicação Social, estabelecida neste Município de Concórdia, SC, Rua Leonel Mosele, nº 62, Centro – Concórdia – CEP: 89700-176, através da Assessora de Comunicação senhora Édila Gracieli de Souza, comunica que estão abertas, a partir de 11 de novembro a 11 de dezembro de 2019, as inscrições para Credenciamento de interessados em participar da FEIRINHA DE NATAL – 2ª Edição 2019, que será realizada no Município de Concórdia entre os dias 14 a 20 de dezembro de 2019, na “Rua Coberta”, Rua Leonel Mosele, 62, Centro, Concórdia, SC - das 19h00 às 22h30 nos dias 16, 17, 18, 19 e 20 e das 17h às 22h30 nos dias 14 e 15 de dezembro.

Credenciamento: a partir de 11 de novembro até 11 de dezembro de 2019.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link “Credenciamentos Públicos”. Quaisquer outros esclarecimentos necessários, poderão ser obtidos junto à Diretoria de Compras e Assessoria de Comunicação Social, no horário das: 8h:00min às 11h:30min e das 13h:30min às 16h:00min, de Segunda a Sexta-feira ou através do telefone nº (0**49) 3441-2107 ou e-mail edila@concordia.sc.gov.br.

Concórdia, SC, 05 de novembro de 2019.

ÉDILA GRACIELI DE SOUZA

Assessora de Comunicação

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 12/2019 – PMC

Publicação Nº 2217043

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 12/2019 □ PMC

Obras e Serviços de Engenharia

Objeto: Contratação de empresa no ramo de instalação e manutenção elétrica, em regime de empreitada global (material e mão de obra) para execução de readequação de trecho da rede elétrica nas localidades de Tamanduá, Linha Sede Brum e Linha São Paulo, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

O recebimento dos Envelopes 01 □ DOCUMENTAÇÃO será efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA OU JUNTO AO SICAF: ATÉ 26/11/2019 AS 10h00min.

INTERESSADOS NÃO CADASTRADOS: ATÉ 22/11/2019 AS 16h00min.

O recebimento do Envelope 02 □ PROPOSTA deverá ser efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS E NÃO CADASTRADOS: ATÉ 26/11/2019 AS 10h00min.

Abertura: dia 26/11/2019 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link □ Licitações □. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2187.

Concórdia, SC, 29 de outubro de 2019.

ELTON POLINA

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 13/2019 – PMC

Publicação Nº 2217053

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 13/2019 □ PMC
Obras e Serviços de Engenharia

Objeto: Contratação em regime de empreitada por preços unitários (material e mão de obra) para execução de 1.410,00 m² de recuperação asfáltica com CBUQ, em partes das Ruas Nelson Arendt, Erwin Johann Laier e Ricardo João Angoneze, no Bairro da Gruta, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

O recebimento dos Envelopes 01 □ DOCUMENTAÇÃO será efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS NÃO CADASTRADOS: ATÉ 22/11/2019 AS 16h00min.

INTERESSADOS CADASTRADOS JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA OU JUNTO AO SICAF: ATÉ 27/11/2019 AS 08h30min.

O recebimento do Envelope 02 □ PROPOSTA deverá ser efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS E NÃO CADASTRADOS: ATÉ 27/11/2019 AS 08h30min.

Abertura: dia 27/11/2019 às 09h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link

□ Licitações □. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2198.

Concórdia, SC, 01 de novembro de 2019.

ELTON POLINA
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

ERRATA – EXTRATO 60º APOSTILAMENTO CONTRATO Nº 363/2014 - PMC

Publicação Nº 2216394

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA – SC
ERRATA DO EXTRATO DO 60º APOSTILAMENTO
CONTRATO Nº 363/2014-PMC

Na publicação do Extrato do 60º APOSTILAMENTO CONTRATO nº 363/2014 - PMC, veiculado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, Edição nº 2967, pág. 795, na data de 31 de outubro de 2019, onde, Lê-se: "Valor: R\$136.259,53 (...)" ; Leia-se: "Valor: R\$166.259,54 (cento e sessenta e seis mil, duzentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e quatro centavos)".

Concórdia, SC, 05 de novembro de 2019.

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 44/2019 – PMC

Publicação Nº 2217366

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE
LICITAÇÃO Nº 44/2019 □ PMC

A Secretária Municipal de Assistência Social, Cidadania e Habitação, torna público que ratificou o ato do Senhor Jaime Estevão Bernardi, Diretor de Ação Social, que declarou inexigível a licitação, nos termos da Lei 8.666/93 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 25/10/2019, para a concessão de direito real de uso, de forma gratuita, da área de terras de 3.341,29m², parte integrante do imóvel caracterizado como: partes dos lotes rurais nº 468, 469 e 470, do 8º Bloco da Colônia Concórdia, propriedade Rio do Engano, individuado como área de utilização pública, denominada área remanescente, com área total de 13.839,41m², situado na Rua Pinheirais, Loteamento Floresta, Bairro Petrópolis, nesta cidade, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis, sob nº 17.074, livro nº 2 - AAT.; a favor de ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO PETRÓPOLIS.

DENISE JUSTI LOPES
Secretário Municipal de Assistência Social, Cidadania e Habitação

LEI COMPLEMENTAR Nº 10, DE 12 DE DEZEMBRO DE 1990.

Publicação Nº 2217012

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

REPUBLICAÇÃO

Lei Complementar nº 10, de 12 de dezembro de 1990.

"Declarada inconstitucional pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 2011.071581-3"

Estabelece medidas de segurança contra sinistros em edificações; cria conta vinculada para reequipamento da SOCIEDADE CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CONCÓRDIA E dá outras providências.

O Senhor ODACIR ZONTA Prefeito do Município de CONCÓRDIA SC, faz saber a todos os habitantes deste Município que o Legislativo Municipal aprova e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º Fica estabelecido que as edificações existentes e a serem construídas no Município, excluídas as residenciais unifamiliares, deverão ser dotadas de sistemas de segurança contra incêndios, baseados nas Normas de Segurança Contra Incêndios do Corpo de Bombeiros de Estado de Santa Catarina, aprovado pelo Decreto nº 1.929, de 03.12.87.

§ 1º O serviço de que trata a presente Lei, fica delegado à Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Concórdia, de acordo com o art. 178 da Lei Orgânica do Município, enquanto não existir serviço público de corpo de bombeiros.

§ 2º O requerimento que solicite aprovação de uma obra ou alteração e posterior "habite-se", que dependa da instalação de sistema de segurança, deverá ser instruído com a prova de aceitação pela Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Concórdia.

Art. 2º Fica criada a Conta Especial Vinculada, sob denominação PREFEITURA/SOCIEDADE CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS, com a finalidade de prover recursos para reequipamento, aquisição de material permanente, realização de estudos e vistorias em projetos e sistemas técnicos de prevenção e combate a incêndios, aquisição de imóveis, construção e ampliação de instalações e despesas de manutenção e conservação da Estação de Bombeiros, sediada na cidade de Concórdia-SC.

Art. 3º Fica criada a taxa de EXAME DE PROJETOS DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS, que será de 0,10% (dez centésimos por cento) da UFRM (Unidade Fiscal de Referência Municipal), por metro quadrado de área construída, cobrada sobre os projetos de construção aprovados pela sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Concórdia.

Art. 4º Fica criada a TAXA DE VISTORIA DE SISTEMAS DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS, que será de 0,20% (vinte centésimos por cento) da UFRM, por metro quadrado de área construída, cobrada por ocasião da concessão do habite-se das construções, conforme dispõe o artigo anterior e por ocasião da alteração ou renovação do alvará de funcionamento ou localização.

Parágrafo único. A infringência das normas de segurança contra incêndio, implicará em sanções administrativas estabelecidas em decreto que regulamentará esta Lei.

Art. 5º O valor oriundo da arrecadação das taxas criadas por esta Lei, será repassada à Sociedade Corpo de Bombeiro Voluntários de Concórdia, até o quinto dia útil do mês subsequente ao da sua arrecadação.

Parágrafo único. O Município de Concórdia liberará os recursos de que trata este artigo, mediante a prestação de contas dos recursos recebidos no mês anterior, sendo que a Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Concórdia obedecerá as exigências do Tribunal de Contas do Estado e demais normas estabelecidas pelo Município.

Art. 6º Para os fins mencionados no art. 4º desta Lei, será considerada área com limite mínimo de 50,00m² e com limite máximo as de 12.000m², que será tomada como base para a cobrança da taxa de vistoria.

Art. 7º Os valores previstos nesta Lei, recebidos pela Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Concórdia serão aplicados exclusivamente para os fins previstos nesta Lei.

Parágrafo único. Em caso de extinção da Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Concórdia ou revogação desta Lei, os equipamentos adquiridos com os valores arrecadados, em decorrência das receitas criadas por esta Lei, retornarão ao Patrimônio do Município.

Art. 8º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 30 dias desta data.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ODACIR ZONTA

Prefeito Municipal

IVAN RAMOS
Assessor de Planejamento

OSCAR TOMAZONI
Secretário Municipal de Administração

RUI ASCVHNEIDER DA SILVA
Secretário Municipal de Finanças

ENIO BERTA
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 12 de dezembro de 1990.

ELENA ZUCCHI GORLIN
Diretora Administrativa

LEI COMPLEMENTAR Nº 591, DE 9 DE AGOSTO DE 2011.

Publicação Nº 2217020

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

REPUBLICAÇÃO

LEI COMPLEMENTAR Nº 591, DE 9 DE AGOSTO DE 2011.

"Arts. 3º e 4º Declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 2011.071581-3"

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 10, de 12 de dezembro de 1990; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º A Lei Complementar nº 10, de 12 de dezembro de 1990, terá dispositivos alterados na forma desta Lei.

Art. 2º Fica alterada a expressão "Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Concórdia", para: "Associação de Serviços Sociais Voluntários de Concórdia – Bombeiros Voluntários", em todos os dispositivos que se faça expressa referência.

Art. 3º O art. 3º passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º Fica criada a taxa de EXAME DE PROJETOS DE SEGURANÇA E CONTRA INCÊNDIOS, que será de 10% (dez por cento) da Unidade Fiscal de Referência – UFIR Municipal, por metro quadrado de área construída, cobrada sobre os projetos de construção aprovados pela Associação de Serviços Sociais Voluntários de Concórdia – Bombeiros Voluntários." (NR)

Art. 4º O art. 4º passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º Fica criada a TAXA DE VISTORIA DE SISTEMAS DE SEGURANÇA E CONTRA INCÊNDIOS, que será de 20% (vinte por cento) da UFIR Municipal, por metro quadrado de área construída, cobrada por ocasião da concessão do habite-se, conforme dispõe o art. 3º desta Lei e por ocasião da alteração ou renovação do alvará de licença para localização e funcionamento.

§ 1º As associações, as fundações e as organizações religiosas, sem fins lucrativos, assim definidas no Código Civil Brasileiro, pagarão uma taxa fixa de 10 (dez) UFIRs Municipal, para Exame de Projetos de Segurança e Contra Incêndios e de Taxa para Vistoria de Sistema de Segurança e Contra Incêndios.

§ 2º A infringência das normas de segurança contra incêndio implicará em sanções administrativas estabelecidas em decreto, que regulamentará esta Lei." (NR)

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Fica revogada a Lei Complementar nº 43, de 26 de março de 1992.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 9 de agosto de 2011.
MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

LEI COMPLEMENTAR Nº 782, DE 23 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2217157

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 782, DE 23 DE OUTUBRO DE 2019.

Dispõe sobre a isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU e de taxas de serviços urbanos, referentes ao exercício de 2020, incidentes sobre os imóveis afetados pelo desastre ocorrido no Município de Concórdia.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Município de Concórdia autorizado a conceder a isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU e de taxas de serviços urbanos, referentes ao exercício de 2020, incidentes sobre os imóveis afetados pelo desastre ocorrido no Município de Concórdia no ano de 2017, que foram interditados pelo órgão de Defesa Civil Municipal e desocupados pelos moradores, em decorrência da declaração de situação de emergência no Município de Concórdia, pelo Decreto nº 6.195, de 1º de junho de 2017 e alteração.

Art. 2º A isenção prevista nesta Lei deverá ser requerida pelo proprietário do imóvel, por escrito, à Secretaria Municipal de Finanças, até o dia 20 de dezembro de 2019, instruída com documento que ateste a interdição do imóvel, emitido por órgão de Defesa Civil Municipal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	ENORI ANTONIO BOLSI Secretário Municipal de Finanças
--	---

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 23 de outubro de 2019.

MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

LEI COMPLEMENTAR Nº 783, DE 23 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2217163

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 783, DE 23 DE OUTUBRO DE 2019.

Autoriza o Município celebrar Termo de Concessão de Direito Real de Uso com a Associação de Moradores do Bairro das Nações.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Município autorizado a celebrar Termo de Concessão de Direito Real de Uso, com prazo a ser fixado no respectivo Termo, da área de terras abaixo descritas, com a Associação de Moradores do Bairro das Nações, inscrita no CNPJ sob nº 80.626.989/0001-82, destinadas para construção de churrasqueira:

I – área de terras de 418,74m², caracterizada como: lote urbano nº 1, da quadra “A”, do Loteamento Renostro, sem benfeitorias, registrado no 2º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 9.784, Livro nº 2 – “AP”;

II – área de terras de 413,37m², caracterizada como: lote urbano nº 2, da quadra “A”, do Loteamento Renostro, sem benfeitorias, registrado

no 2º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 9.785, Livro nº 2 – “AP”.

Art. 2º Nos termos do art. 88, § 1º, da Lei Orgânica do Município e caput do art. 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, fica dispensada/inexigida a realização de licitação para a referida concessão.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 23 de outubro de 2019.
MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

LEI Nº 5.271, DE 16 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2217186

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 5.271, DE 16 DE OUTUBRO DE 2019.

Cria o Centro de Inovação Tecnológica, a Incubadora de Base Tecnológica, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

CAPÍTULO I

DO CENTRO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Art. 1º Fica criado o Centro de Inovação Tecnológica – CIT, Programa que congrega organizações empresariais, científicas e tecnológicas estruturadas de maneira planejada, concentrada e cooperativa para promover a cultura e a prática da inovação, a competitividade empresarial e a geração de riquezas por meio da criação e fortalecimento de empresas inovadoras, coordenado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo – SEDET.

Art. 2º O CIT incubará empresas, startups e outros ambientes de inovação, como parte de sua estratégia para incentivar os investimentos em inovação, pesquisa científica e tecnológica, na geração de novos negócios, trabalho e renda e que ampliem a competitividade da economia do Município.

Art. 3º O CIT tem por finalidade:

I – planejar, coordenar, executar, promover a execução ou acompanhar os resultados das atividades de pesquisa e desenvolvimento e de serviços afins aos seus objetivos tecnológicos e estratégicos;

II – oportunizar e incentivar a criação de novas empresas;

III – apoiar o desenvolvimento de empresas, independente de categoria, empreendedores e pessoas físicas que tenham base em inovação;

IV – propiciar áreas e locais inspiradores e adequados para o desenvolvimento dos projetos que aderirem ao Programa;

V – auxiliar na captação de investidores para acelerar o processo de colocação dos produtos desenvolvidos pelas incubadas no CIT, no mercado;

VI – proporcionar, por meio de mentorias e programas de educação empreendedoras, auxílio para os projetos a serem desenvolvidos, em conjunto com entidades do setor.

Art. 4º As empresas participantes do Programa poderão se utilizar de infraestrutura física completa, espaço físico, mesas de trabalho, telefone, internet adequada às necessidades, de serviços de limpeza, manutenção e segurança das áreas de uso comum, serviços especializados, gestão do espaço, assessoria gerencial e acompanhamento, disponibilizados pelo Município.

Art. 5º As empresas poderão permanecer no Programa pelo prazo de até 2 (dois) anos, contados da data da assinatura do contrato de início das atividades no CIT, podendo ser prorrogado por até 1 (um) ano, desde que justificada tecnicamente e refletida em ajuste do Plano de Trabalho, o qual deverá demonstrar que a necessidade da prorrogação se deve à plena realização do objeto.

Art. 6º O Poder Executivo apoiará e coordenará iniciativas de criação e implementação do CIT, com o objetivo de consolidar cadeias produtivas ativas no Município, bem como para atrair novos setores produtivos de alto valor agregado, podendo, para tanto, adquirir ou desapropriar áreas de terras no Município, destinadas a tal finalidade.

Art. 7º O Poder Executivo alocará, anualmente, em seu orçamento, recursos para a constituição, operação e manutenção do CIT.

Art. 8º Para a consecução dos objetivos de que trata este Capítulo, o Município poderá celebrar instrumentos jurídicos apropriados, convênios com órgãos da administração direta ou indireta, federal, estadual ou municipal, bem como com organismos internacionais, instituições de pesquisa, universidades, instituições de fomento, investimento ou financiamento, buscando promover a cooperação entre os agentes envolvidos e destes com empresas, cujas atividades estejam baseadas no conhecimento e no desenvolvimento da inovação tecnológica.

Art. 9º O Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação – COMCITI, por meio de Comissão Especial, será responsável pela análise e acompanhamento dos Projetos que terão seu desenvolvimento tecnológico efetivados no CIT.

Art. 10. O Fundo Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação – FUMCTI poderá receber recursos, conforme dispõe a Lei nº 5.029, de 13 de dezembro de 2017, para prover as necessidades de manutenção e desenvolvimento do CIT.

CAPÍTULO II

DA INCUBADORA TECNOLÓGICA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

Art. 11. O Município disponibilizará para empreendedores, acadêmicos, Microempresários Individuais – MEIs, micro e pequenas empresas com base tecnológica e inovadora, startups que possuírem novos projetos na área tecnológica, espaços físicos adequados, denominado Incubadora Tecnológica Municipal de Concórdia – ITC permitindo o desenvolvimento do Município, por meio da criação de novas empresas, geração de emprego e renda e desenvolvimento sustentável.

Parágrafo único. A ITC contará com acesso à internet de alta velocidade, telefone, estações com mesas e cadeiras, espaços para reuniões e palestras, atendendo às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e poderá:

I – proporcionar aos integrantes dos projetos incubados, palestras e cursos, nas mais diversas áreas, visando garantir aos participantes evolução em áreas afins, metodologias que apoiem processos de inovação nas áreas administrativa, financeira e de gerenciamento e evolução dos processos tecnológicos;

II – possibilitar o acompanhamento de um profissional da área, para suporte e orientação relativos a problemas técnicos de manutenção dos equipamentos utilizados pelos incubados;

III – disponibilizar aos participantes acompanhamento profissional, que possibilitará a aceleração no desenvolvimento dos produtos;

IV – disponibilizar profissionais da área de desenvolvimento de parcerias, possibilitando a busca de possíveis investidores para os produtos desenvolvidos.

Art. 12. Sempre que houver espaços livres no imóvel onde estiver implantada a ITC, será realizado chamamento público para seleção de interessados.

Art. 13. Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar projetos diferenciados, objetivando promover as atividades da Incubadora, por investimento próprio ou parcerias com entidades ou empresas privadas que contemplem as necessidades dos projetos incubados, nas áreas de espaço físico e disponibilidade de benefícios na área de tecnologia.

Seção I

Dos Projetos

Art. 14. Os Projetos serão analisados e avaliados por Comissão de Seleção, nomeada por ato do Chefe do Executivo Municipal, formada por cinco integrantes, que escolherão os projetos a serem implantados.

Parágrafo único. A Comissão de Seleção será composta por:

I – um representante da SEDET;

II – quatro integrantes do COMCITI.

Art. 15. Os Projetos poderão ser apresentados por empresas, independente de categoria, empreendedores e pessoas físicas que tenham base em inovação.

Art. 16. O Processo de seleção estará inserido e detalhado no edital.

Art. 17. O candidato cuja proposta for aprovada estará apto a participar do Programa, mediante assinatura de Contrato de Incubação e deverá instalar-se no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da divulgação do resultado, podendo ser prorrogado somente em casos especiais e a critério exclusivo da SEDET, sob pena de exclusão da relação de selecionados.

Art. 18. Os atos realizados e os contratos firmados pela SEDET, ficam convalidados a partir da publicação desta Lei.

Parágrafo único. A SEDET será o órgão fiscalizador e gestor dos contratos a serem firmados nos termos desta Lei.

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19. As empresas, independente de categoria, empreendedores, pessoas físicas que tenham base em inovação, que não cumprirem as exigências desta Lei, ficam impedidos de se habilitar a novos incentivos de que trata esta Lei, pelo prazo de 10 (dez) anos.

Art. 20. Poderá o Município destinar recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades do Programa de que trata esta Lei, por meio do FUMCIT, desde que atendidas as condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar previsto no orçamento ou em seus créditos adicionais.

Art. 21. Fica autorizada a realização de Termo de Cooperação Técnica e aporte de recursos de instituições públicas ou privadas, empresas da área de inovação e interessados em financiar o programa de que trata esta Lei, bem como com instituições para prestar serviços especializados e assessoria gerencial às empresas incubadas.

Art. 22. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações próprias do orçamento geral do Município.

Art. 23. Esta Lei poderá ser regulamentada, no que couber.

Art. 24. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 25. Fica revogada a Lei nº 3.419, de 12 de novembro de 2002.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	WAGNER ISIDORO SIMIONI Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo
--	---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 16 de outubro de 2019.
MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

LEI Nº 5.272, DE 23 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2217196

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
LEI Nº 5.272, DE 23 DE OUTUBRO DE 2019.
Autoriza abertura de crédito suplementar e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a anular parte das dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão	06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçamentária	06.02	Ensino Fundamental
Projeto/Atividade	12.0361.0019.2013	Ações da Administração Escolar – SEMED
Elemento	3.1.90.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.010000	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos da Educação R\$ 80.000,00
Elemento	3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações Entre Órgãos
Fonte de Recursos	01.010000	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos da Educação R\$ 120.000,00
Unidade Orçamentária	06.04	Educação Infantil
Projeto/Atividade	12.0365.0021.2018	Ações de Educação Infantil para os CMEIs – SEMED
Elemento	3.1.90.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.180000	Transferências do FUNDEB 60% R\$ 100.000,00
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.370004	Outros Recursos do FNDE R\$ 400.000,00
TOTAL ANULADO		R\$ 700.000,00

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º desta Lei, fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão	06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçamentária	06.01	Secretaria Municipal de Educação – SEMED

Projeto/Atividade	12.0122.0018.2012	Manutenção das Atividades-Meio da SEMED
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.010000	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos da Educação R\$ 50.000,00
Unidade Orçamentária	06.02	Ensino Fundamental
Projeto/Atividade	12.0361.0019.2013	Ações da Administração Escolar – SEMED
Elemento	4.4.90.00.00.00.00.00	Investimentos – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.010000	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos da Educação R\$ 50.000,00
Projeto/Atividade	12.0361.0019.2017	Ações de Ensino Fundamental – SEMED
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.010000	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos da Educação R\$ 100.000,00
Unidade Orçamentária	06.04	Educação Infantil
Projeto/Atividade	12.0365.0021.2018	Ações de Educação Infantil para os CMEIs – SEMED
Elemento	3.1.90.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.370004	Outros Recursos do FNDE R\$ 345.000,00
Elemento	3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos
Fonte de Recursos	01.370004	Outros Recursos do FNDE R\$ 55.000,00
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.190000	Transferências do FUNDEB 40% R\$ 100.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO		R\$ 700.000,00

Art. 3º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar, com recurso do excesso de arrecadação e do provável excesso de arrecadação verificado no exercício de 2019, a dotação constante do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão	06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçamentária	06.02	Ensino Fundamental
Projeto/Atividade	12.0361.0019.2015	Ações do Ensino Fundamental – FUNDEB
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.190000	Transferências do FUNDEB 40% R\$ 100.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO		R\$ 100.000,00

Art. 4º Ficam alteradas nas Leis nºs. 4.987, de 20 de setembro de 2017; 5.084, de 8 de junho de 2018 e 5.166, de 21 de dezembro de 2018, as ações mencionadas nesta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	ENORI ANTONIO BOLSI Secretário Municipal de Finanças
--	---

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 23 de outubro de 2019.

MAYARA AMPESE MASCARELLO

Diretora Administrativa

LEI Nº 5.273, DE 23 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2217203

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 5.273, DE 23 DE OUTUBRO DE 2019.

Autoriza abertura de crédito suplementar, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar, com recursos do excesso de arrecadação verificado no exercício de 2019, a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão	13	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária	13.01	Fundo Municipal de Saúde
Projeto/Atividade	10.0301.0061.2102	Ações de Atenção Básica – FMS
Elemento	4.4.90.00.00.00.00.00	Investimentos – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos	01.380002	Atenção Básica	R\$ 274.040,00
TOTAL SUPLEMENTADO		R\$ 274.040,00	

Art. 2º Ficam alteradas nas Leis nºs. 4.987, de 20 de setembro de 2017; 5.084, de 8 de junho de 2018 e 5.166, de 21 de dezembro de 2018, as ações mencionadas nesta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	ENORI ANTONIO BOLSI Secretário Municipal de Finanças
--	---

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 23 de outubro de 2019.
MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

LEI Nº 5.274, DE 24 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2217210

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 5.274, DE 24 DE OUTUBRO DE 2019.
Autoriza abertura de crédito suplementar, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Município, autorizado a anular parte das dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividade do orçamento vigente:

Órgão	06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçamentária	06.02	Ensino Fundamental
Projeto/Atividade	12.0361.0019.2013	Ações da Administração Escolar – SEMED
Elemento	3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos
Fonte de Recursos	01.010000	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos da Educação R\$ 180.000,00
Unidade Orçamentária	06.04	Educação Infantil
Projeto/Atividade	12.0365.0021.2608	Ações de Educação Infantil para a Pré-escola – SEMED
Elemento	3.1.90.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.010000	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos da Educação R\$ 140.000,00
TOTAL ANULADO		R\$ 320.000,00

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º desta Lei, fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividade do orçamento vigente:

Órgão	06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçamentária	06.02	Ensino Fundamental
Projeto/Atividade	12.0361.0019.2013	Ações da Administração Escolar – SEMED
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.010000	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos da Educação R\$ 115.000,00
Unidade Orçamentária	06.04	Educação Infantil
Projeto/Atividade	12.0365.0021.2018	Ações de Educação Infantil para os CMEIs – SEMED
Elemento	3.1.90.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.010000	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos da Educação R\$ 100.000,00
Elemento	3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos
Fonte de Recursos	01.010000	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos da Educação R\$ 40.000,00

Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.010000	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos da Educação R\$ 65.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO		R\$ 320.000,00

Art. 3º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar, com recursos do excesso e do provável excesso de arrecadação verificado no exercício de 2019, as dotações constantes nos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão	06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçamentária	06.02	Ensino Fundamental
Projeto/Atividade	12.0361.0019.2013	Ações da Administração Escolar – SEMED
Elemento	3.1.90.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.190000	Transferências do FUNDEB 40% R\$ 850.000,00
Elemento	3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos
Fonte de Recursos	01.190000	Transferências do FUNDEB 40% R\$ 220.000,00
Projeto/Atividade	12.0361.0019.2015	Ações do Ensino Fundamental – FUNDEB
Elemento	3.1.90.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.180000	Transferências do FUNDEB 60% R\$ 250.000,00
Unidade Orçamentária	06.04	Educação Infantil
Projeto/Atividade	12.0365.0021.2608	Ações de Educação Infantil para a Pré-escola – SEMED
Elemento	3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos
Fonte de Recursos	01.180000	Transferências do FUNDEB 60% R\$ 15.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO		R\$ 1.335.000,00

Art. 4º Ficam alteradas nas Leis nºs. 4.987, de 20 de setembro de 2017; 5.084, de 8 de junho de 2018 e 5.166, de 21 de dezembro de 2018, as ações mencionadas nesta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
 ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
 Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	ENORI ANTONIO BOLSI Secretário Municipal de Finanças
--	---

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 24 de outubro de 2019.
 MAYARA AMPESE MASCARELLO
 Diretora Administrativa

LEI Nº 5.275, DE 24 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2217272

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 5.275, DE 24 DE OUTUBRO DE 2019.

Autoriza abertura de crédito suplementar e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar, com recurso do excesso de arrecadação verificado no exercício de 2019, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividade do orçamento vigente:

Órgão	13	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária	13.01	Fundo Municipal de Saúde
Projeto/Atividade	10.0122.0060.2101	Manutenção das Atividades-Meio do FMS
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.020000	Receitas de Impostos de Saúde R\$ 176.000,00
Projeto/Atividade	10.0301.0061.2102	Ações de Atenção Básica – FMS
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.020000	Receitas de Impostos de SaúdeR\$ 160.000,00
Projeto/Atividade	10.0303.0062.2103	Ações de Média e Alta Complexidade – FMS
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.020000	Receitas de Impostos de SaúdeR\$ 440.000,00
Projeto/Atividade	10.0303.0064.2105	Assistência Farmacêutica – FMS
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos	01.020000	Receitas de Impostos de Saúde R\$ 500.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO		R\$ 1.276.000,00

Art. 2º Ficam alteradas nas Leis nºs. 4.987, de 20 de setembro de 2017; 5.084, de 8 de junho de 2018 e 5.166, de 21 de dezembro de 2018, as ações mencionadas nesta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	ENORI ANTONIO BOLSI Secretário Municipal de Finanças
--	---

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 24 de outubro de 2019.
MAYARA AMPESE MASCARELLO
Diretora Administrativa

PORTARIA Nº 194/2019, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2217275

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 194/2019, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017 e alteração, c/c o disposto nas Leis Complementares nºs. 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e 257, de 9 de dezembro de 2002, e considerando:

- o Adendo nº 31/2019, ao Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT da Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras – SEMURB;
- a CI DSMT 286/2019, emitida pelo Departamento de Segurança e Medicina do Trabalho.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor ANIBAL FONTANELLA DE SOUZA, ocupante do cargo de Engenheiro Sanitarista, Adicional de Insalubridade, grau médio, correspondente a 20% (vinte por cento) sobre o salário mínimo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 11 de outubro de 2019.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 195/2019, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2217277

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 195/2019, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017 e alteração, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando as justificativas apresentadas na CI SEMUF 281/2019, da Secretaria Municipal de Finanças e CI DRH 503/2019, da Diretoria de Recursos Humanos.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar os servidores abaixo relacionados, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço:

I – GILVAN PAZZINI, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, no período de 1º a 14 de novembro de 2019;

II – MARIANA ZOLET RIGO, ocupante do cargo de Agente Administrativo, no período de 1º a 10 e a partir de 25 de novembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

IPRECON - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 55/2019 - IPRECON

Publicação Nº 2216208

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – IPRECON

PORTARIA Nº 55/2019, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2019.

Altera expressões constantes no art. 1º da Portaria nº 45/2019, de 2 de setembro de 2019, que concede Aposentadoria Especial por Tempo de Contribuição ao servidor WILSON DOMINGOS RUBINI.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, no art. 2º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005 e no art. 31-A da Lei Complementar nº 164/1999, acrescido pela Lei Complementar nº 432, de 30 de setembro de 2005.

RESOLVE:

Art. 1º Alterar expressões constantes no art. 1º da Portaria nº 45/2019, de 2 de setembro de 2019, que concede Aposentadoria Especial por Tempo de Contribuição ao servidor WILSON DOMINGOS RUBINI, na forma abaixo:

I – “20 (vinte) horas semanais”, para: “40 (quarenta) horas semanais”;

II – “Quadro Suplementar de Cargos do Magistério Público Municipal”, para: “Quadro de Cargos do Magistério Público Municipal”.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 2 de setembro de 2019.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

LENIR GENILSE MOLOSSI COMIN

Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON, em 5 de novembro de 2019.

ANA CAROLINA COLOMBO

Agente Administrativo

Cordilheira Alta

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 33/2019

Publicação Nº 2216413

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 33/2019

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 048/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 116/2019

O MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, pessoa jurídica de direito público interno, situado na Rua Celso Tozzo, 27, Centro, Cordilheira Alta, SC, por seu Prefeito, senhor Carlos Alberto Tozzo, e a(s) empresa(s) SANTA LUCIA PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº 21.536.580/0001-06, com sede na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 841 E, Jardim Italia, Chapecó, SC, representada neste ato, pelo seu(ua) Administrador, Senhor(a) Gabrielli Mohr Dutra, inscrito(a) no CPF sob nº 098.292.329-56, empresa(s) JP EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 13.772.057/0001-50, com sede na Rua Rui Barbosa, 219, centro, Cunha Porã, SC, representada neste ato, pelo seu(ua) Administrador, Senhor(a) Jackson Neimar Pedrassani, inscrito(a) no CPF sob nº 041.562.419-39, em face da classificação das propostas apresentadas, da homologação pela autoridade competente, RESOLVE Registrar os Preços para possível compra do objeto do Edital em referência, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de julho de 1993 e Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e das demais normas legais aplicáveis, na seguinte forma:

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS (LAVADORA DE ALTA PRESSÃO, ROÇADEIRA, SOPRADOR, BOMBA DOSADORA, TURBIDÍMETRO E VÁLVULA BORBOLETA), conforme especificações constantes no anexo "A" do edital e proposta comercial da empresa Detentora desta Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de doze meses, a contar da data de sua assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Cordilheira Alta não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d", inciso II, artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/1993 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ITENS E DOS PREÇOS

3.1. O(s) preço(s) ofertado(s) pela empresa DETENTORA da presente Ata de Registro de Preços e que será pago na possível aquisição dos produtos é o especificado no anexo deste termo.

3.1.1. Os preços descritos no anexo serão pagos na possível aquisição dos produtos.

3.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente à mesma.

3.3. Os materiais deverão estar de acordo com a descrição constante no anexo "A" do edital e da proposta comercial da DETENTORA.

CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

4.1. A entrega deverá ocorrer em até 10 (dez) dias do envio da Autorização de Fornecimento, em conformidade com o edital, anexos, proposta de preços e ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1. O Município de Cordilheira Alta efetuará o pagamento do objeto desta ata, conforme solicitação, no prazo de 30 dias após a execução do objeto, mediante apresentação das notas fiscais, devidamente atestadas pelos servidores responsáveis pelo recebimento.

5.2. O pagamento será efetuado mediante depósito bancário em conta corrente de titularidade da licitante vencedora.

5.3. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto desta ata correrão à dotação: (Projeto Atividade 2.084, 2.024, 1.007 e 2.031—Elemento 4.4.90 e 3.3.90), previstas na Lei Orçamentária Anual prevista para o Exercício de 2019.

CLÁUSULA SEXTA - DOS REAJUSTES

6.1. Os preços expressos nesse contrato serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/1993 ou de redução dos preços praticados no mercado.

6.1.2. A CONTRATADA deverá apresentar planilhas de custos que demonstrem os seus gastos, comprovando a quebra do equilíbrio econômico-financeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA GARANTIA

7.1. Não haverá prestação de garantia.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1. A recusa imotivada do adjudicatário em assinar o Instrumento Contratual no prazo assinalado neste edital sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar o contrato, nos termos do item 15.1 do edital.

8.2. Entende-se por valor total do contrato o montante dos preços totais finais oferecidos pela licitante após a etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados. 8.3. A penalidade de multa, prevista no item 8.1, poderá ser aplicada, cumulativamente, com as penalidades dispostas na Lei nº 10.520/2002, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.

8.4. A Administração Municipal de Cordilheira Alta poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitida às justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 60 c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/1993.

8.5. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a empresa contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

8.6. Pelo atraso injustificado na execução do contrato, sujeita-se a CONTRATADA à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

8.7. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE poderá garantir a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no artigo 70 da Lei Federal no 10.520/2002 e Lei Federal 8.666/1999, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida.

8.8. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

8.9. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 8.6 e 8.7 será o valor inicial do Contrato.

8.10. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a empresa contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta.

8.11. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a contratada que não cumprir as cláusulas contratuais, sujeitas ainda:

8.11.1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

8.11.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES

9.1. São obrigações da CONTRATADA:

9.1.1. Responsabilizar-se pela saúde dos funcionários, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e fiscais, quer municipais, estaduais ou federais, bem como pelo seguro para garantia de pessoas e equipamentos sob sua responsabilidade, devendo apresentar, de imediato, quando solicitados, todos e quaisquer comprovantes de pagamento e quitação.

9.1.1.1. Responder integralmente pelas obrigações contratuais, nos termos do art. 70 do Código de Processo Civil, no caso de, em qualquer hipótese, empregados da CONTRATADA intentarem reclamações trabalhistas contra a CONTRATANTE.

9.1.1.2. Cumprir com as determinações estabelecidas pelo Mini tório do Trabalho, relativas à segurança e medicina do trabalho.

9.1.2. Obrigar-se pela seleção, treinamento, habilitação, contratação, registro profissional de pessoal necessário, bem como pelo cumprimento das formalidades exigidas pelas Leis Trabalhistas, Sociais e Previdenciárias.

9.1.3. Responsabilizar-se pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à CONTRATANTE, ao meio ambiente e a terceiros em decorrência da execução do objeto deste termo, respondendo por si e por seus sucessores.

9.1.4. Responsabilizar-se por qualquer acidente do qual possam ser vítimas seus empregados, no desempenho dos serviços objeto do presente Contrato.

9.1.5. Manter, na direção dos serviços, representante ou preposto capacitado e idóneo que a represente, integralmente, em todos os seus atos.

9.1.6. Responsabilizar-se pela apuração e recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas. 9.1.7. Recolher os impostos devidos, no que diz respeito ao objeto da presente Ata, em seu órgão competente.

9.1.8. Realizar a execução do objeto conforme o edital que originou a contratação, sendo vedada a subcontratação.

9.2. São obrigações da CONTRATANTE:

9.2.1. Efetuar os pagamentos no prazo estabelecido no item 5.1 da Cláusula Quinta deste Termo.

9.2.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

9.2.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo; 9.2.4. Comunicar à Contratada, por escrito ou verbalmente, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

10.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial para Registro de Preço no 48/2019 e a proposta da empresa acima relacionada.

10.2. Os casos omissos serão resolvidos à luz das disposições contidas na Lei Federal no 10.520, de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente a Lei Federal no 8.666, de 21 de julho de 1993, e, se for o caso, conforme disposições da Lei Federal no 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria. 10.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Chapecó - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Cordilheira Alta, SC, 07 de Outubro de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO

SANTA LUCIA PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI

JP EQUIPAMENTOS LTDA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/2019

Publicação Nº 2216418

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 34/2019

PREGÃO PRESENCIAL para Registro de Preço nº 54/2019
PROCESSO LICITATÓRIO Nº123/2019

O MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, pessoa jurídica de direito público interno, situado na Rua Celso Tozzo, 27, Centro, Cordilheira Alta, SC, por seu Prefeito, senhor Carlos Alberto Tozzo, e o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE inscrito no CNPJ n. 11.427.163/0001-71, situado na Rua Maria Ranzan, n. 619, Bairro Rosa Linda, Cordilheira Alta/SC, representado por seu gestor Sr. Almir Valandro, e a(s) empresa(s) ATENA COMERCIO DE MOVEIS EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº 12.510.074/0001-57, com sede na Rua São Pedro, 1437-E, Sala Terrea,

Jardim América, Chapecó - SC, representada neste ato, pelo seu(ua) Administrador, Senhor(a) Lurivan Bortoli, inscrito(a) no CPF sob nº 563.275.609-20, empresa(s) CLAUDIMIR BRUNETTO, inscrita no CNPJ sob nº 11.667.954/0001-79, com sede na Rua Rio Grande, nº329, Bairro Primavera, Xaxim- SC, representada neste ato, pelo seu(ua) Administrador, Senhor(a) Claudimir Brunetto, inscrito(a) no CPF sob nº 024.110.039-94, empresa(s) LANCI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MOVEIS PLÁSTICOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº 11.549.124/0001-47, com sede na Rua Canelinha, 40- Galpão 03, Balneário Camboriú- SC, representada neste ato, pelo seu(ua) Procurador, Senhor(a) Daniel Gaitkoski Neto, inscrito(a) no CPF sob nº 015.795.049-22, empresa(s) DISTRIBUIDORA LIMA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº32.241.030/0001-86, com sede na Rua Pará, 246 - Fundos, Centro, Xanxerê, SC, representada neste ato, pelo seu(ua) Procurador, Senhor(a) Volmir Antonio Lanzarin de Lima, inscrito(a) no CPF sob nº 669.444.659-49, empresa UNICLASSE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº 10.909.960/0001-22, com sede na Rua Frederico Bertholdo Schneider 971, Bairro Universitario, Lajeado - RS, representada neste ato, pelo seu(ua) Procurador, Senhor(a) Clerio Ari Behling, inscrito(a) no CPF sob nº 268.584.870-34, empresa(s) JANDIRA CAPPELLARO RODRIGUES E CIA LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº85.230.852/0001-28 com sede na Av. São João, 466, centro, Faxinal dos Guedes/SC representada neste ato, pelo seu Administrador, Senhor(a) Jandira Cappellaro Rodrigues, inscrita no CPF sob nº552.249.709-20, empresa(s) LUIS CESAR REIS, inscrita no CNPJ sob nº 93.920.361/0001-37, com sede na Rua Planalto, 2046, Bairro Industrial, Tres de Maio, RS, representada neste ato, pelo seu(ua) Procurador, Senhor(a) Róges Renan M-ller, inscrito(a) no CPF sob nº 030.451.260-57, empresa(s) EM INFORMATICA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 00.710.029/000167, com sede na AV. Brasília, 2910, centro, Pinhalzinho, SC, representada neste ato, pelo seu(ua) Administrador, Senhor(a) Darci Antonio Schneider, inscrito(a) no CPF sob nº 586.054.529-00, empresa(s) CELI PRODUTOS DE AÇO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 81.340.960/0001-00, com sede na Rua Gonçalves, 806, Monte Castelo, Xanxere, SC, representada neste ato, pelo seu(ua) Administrador, Senhor(a) Loacir Angelo Celi, inscrito(a) no CPF sob nº 052.107.559-91, empresa(s) JACKSON NEIMAR PEDRASSANI, inscrita no CNPJ sob nº09.552.508/0001-77 com sede na Rua do Bosque, 191, Jardim, Cunha Porã, SC, representada neste ato, pelo seu Administrador, Senhor Jackson Neimar Pedrassani, inscrito no CPF sob nº 041.562.419-39, empresa GESUL COMERCIAL EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº 14.711.959/0001-40, com sede na Av. 7 de Setembro, 662- Apto 501, centro, Maravilha, SC, representada neste ato, pelo seu(ua) procurador, Senhor(a) Andre Luiz Lansig Schnorrenberger, inscrito(a) no CPF sob nº 029.962.159-66, empresa SUPERAR EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº 13.482.516/0001-61, com sede na Rua Joaquim Nabuco, 40, Velha, Blumenau, SC, representada neste ato, pelo seu(ua) Procurador, Senhor(a) Tiago Bergamaschi, inscrito(a) no CPF sob nº 080.736.089-95, empresa KALINOVSKI & KALINOVSKI LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 02.150.800/0001-14, com sede na Rua João Bertani, 39, Bairro Espirito Santo, Erechim - RS, representada neste ato, pelo seu(ua) administrador, Senhor(a) Volnei Pedro Kalinowski, inscrito(a) no CPF sob nº 706.489.050-04, em face da classificação das propostas apresentadas, da homologação pela autoridade competente, RESOLVE Registrar os Preços para possível compra do objeto do Edital em referência, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de julho de 1993 e Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e das demais normas legais aplicáveis, na seguinte forma:

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE, MOBILIÁRIOS E ELETRODOMÉSTICOS, conforme especificações constantes no anexo "A" do edital e proposta comercial da empresa Detentora desta Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de doze meses, a contar da data de sua assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Cordilheira Alta não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d", inciso II, artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/1993 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS ITENS E DOS PREÇOS

3.1. O(s) preço(s) ofertado(s) pela empresa DETENTORA da presente Ata de Registro de Preços e que será pago na possível aquisição dos produtos é o especificado no anexo deste termo.

3.1.1. Os preços descritos no anexo serão pagos na possível aquisição dos produtos.

3.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente à mesma.

3.3. Os materiais deverão estar de acordo com a descrição constante no anexo "A" do edital e da proposta comercial da DETENTORA.

CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

3.1. A entrega deverá ocorrer em até 15 (quinze) dias do envio da Autorização de Fornecimento, em conformidade com o edital, anexos, proposta de preços e ata de Registro de Preços.

3.2. Os itens 05, 06, 16 e 17 deverão ser entregues e instalados no local informado na Autorização de fornecimento.

3.3. Todos os mobiliários deverão ser entregues e montados no local informado na Autorização de Fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O Município de Cordilheira Alta efetuará o pagamento do objeto desta ata, conforme solicitação, no prazo de 30 dias após a execução do objeto, mediante apresentação das notas fiscais, devidamente atestadas pelos servidores responsáveis pelo recebimento.

5.2. O pagamento será efetuado mediante depósito bancário em conta corrente de titularidade da licitante vencedora.

5.3. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto desta ata correrão à dotação: (Projeto Atividade 2.024, 1.036, 1.015,1.030,2.084,1.040,1.001– Elemento 4.4.90), previstas na Lei Orçamentária Anual prevista para o Exercício de 2019.

CLÁUSULA SEXTA - DOS REAJUSTES

6.1. Os preços expressos nesse contrato serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8666/1993 ou de redução dos preços praticados no mercado.

6.1.2. A CONTRATADA deverá apresentar planilhas de custos que demonstrem os seus gastos, comprovando a quebra do equilíbrio econômico-financeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA

7.1. Todos os itens licitados deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, a contar do recebimento definitivo.

7.2. No decorrer do período de garantia, eventuais defeitos nos itens fornecidos deverão ser prontamente corrigidos pela Contratada. Nesses casos, os componentes ou peças deverão ser substituídos por novos e originais, sem ônus para a Contratante.

7.3 Sempre que realizado o Suporte de garantia técnica, deverão ser apresentados relatórios com informações sobre os serviços executados, sobre anormalidades e falhas eventualmente observadas nos itens.

7.4. No decorrer da garantia, será de responsabilidade da Contratada o custeio com transporte e guarda do material/equipamento, quando retirado para conserto em oficina especializada

7.5 O prazo máximo para a substituição dos materiais/equipamentos ou conserto, que não atenderem ao Edital e seus Anexos, será de 10 (dez) dias, contados da data de recebimento pela Contratada de ofício solicitando reparação de irregularidades enviado pela Contratante. Decorrido esse prazo e não havendo a devida reparação, serão aplicadas as penalidades legais cabíveis

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1. A recusa imotivada do adjudicatário em assinar o Instrumento Contratual no prazo assinalado neste edital sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar o contrato, nos termos do item 15.1 do edital.

8.2. Entende-se por valor total do contrato o montante dos preços totais finais oferecidos pela licitante após a etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

8.3. A penalidade de multa, prevista no item 8.1, poderá ser aplicada, cumulativamente, com as penalidades dispostas na Lei nº 10.520/2002, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.

8.4. A Administração Municipal de Cordilheira Alta poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitida às justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/1993.

8.5. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a empresa contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

8.6. Pelo atraso injustificado na execução do contrato, sujeita-se a CONTRATADA à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

8.7. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE poderá garantir a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal 8.666/1999, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida.

8.8. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

8.9. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 8.6 e 8.7 será o valor inicial do Contrato.

8.10. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a empresa contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta.

8.11. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a contratada que não cumprir as cláusulas contratuais, sujeitas ainda:

8.11.1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

8.11.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES

9.1. São obrigações da CONTRATADA:

9.1.1. Responsabilizar-se pela saúde dos funcionários, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e fiscais, quer municipais, estaduais ou federais, bem como pelo seguro para garantia de pessoas e equipamentos sob sua responsabilidade, devendo apresentar, de imediato, quando solicitados, todos e quaisquer comprovantes de pagamento e quitação.

9.1.1.1. Responder integralmente pelas obrigações contratuais, nos termos do art. 70 do Código de Processo Civil, no caso de, em qualquer hipótese, empregados da CONTRATADA intentarem reclamações trabalhistas contra a CONTRATANTE.

9.1.1.2. Cumprir com as determinações estabelecidas pelo Ministério do Trabalho, relativas à segurança e medicina do trabalho.

9.1.2. Obrigar-se pela seleção, treinamento, habilitação, contratação, registro profissional de pessoal necessário, bem como pelo cumprimento das formalidades exigidas pelas Leis Trabalhistas, Sociais e Previdenciárias.

9.1.3. Responsabilizar-se pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à CONTRATANTE, ao meio ambiente e/ou a terceiros em decorrência da execução do objeto deste termo, respondendo por si e por seus sucessores.

9.1.4. Responsabilizar-se por qualquer acidente do qual possam ser vítimas seus empregados, no desempenho dos serviços objeto do presente Contrato.

9.1.5. Manter, na direção dos serviços, representante ou preposto capacitado e idôneo que a represente, integralmente, em todos os seus atos.

9.1.6. Responsabilizar-se pela apuração e recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas.

9.1.7. Recolher os impostos devidos, no que diz respeito ao objeto da presente Ata, em seu órgão competente.

9.1.8 Realizar a execução do objeto conforme o edital que originou a contratação, sendo vedada a subcontratação.

9.2. São obrigações da CONTRATANTE:

9.2.1. Efetuar os pagamentos no prazo estabelecido no item 5.1 da Cláusula Quinta deste Termo.

9.2.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

9.2.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do

Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.2.4. Comunicar à Contratada, por escrito ou verbalmente, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

10.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial para Registro de Preço nº 54/2019 e a proposta da empresa acima relacionada.

10.2. Os casos omissos serão resolvidos à luz das disposições contidas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de julho de 1993, e, se for o caso, conforme disposições da Lei Federal nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

10.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Chapecó - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Cordilheira Alta, SC, 30 de Outubro de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito

ALMIR VALANDRO

Gestor do Fundo Municipal de Saúde e Ass. Social

Detentores da Ata:

ATENA COMERCIO DE MOVEIS EIRELI

CLAUDIMIR BRUNETTO

LANCI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MOVEIS PLÁSTICOS EIRELI

DISTRIBUIDORA LIMA LTDA,

UNICLASSE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA ME,

JANDIRA CAPPELLARO RODRIGUES E CIA LTDA ME

LUIS CESAR REIS

EM INFORMATICA LTDA,

CELI PRODUTOS DE AÇO LTDA,

JACKSON NEIMAR PEDRASSANI,

GESUL COMERCIAL EIRELI,

SUPERAR EIRELI,

KALINOVSKI & KALINOVSKI LTDA

Testemunhas:

1)Adriana D.C. Moresco 2)Patricia Strada Machado
CPF004.723.779-14 CPF083.745.419-03

FISCAL DE CONTRATO

Gustavo André Foppa

Secretaria M. de Adm. Fazenda e Planejamento

Nilvete AP. Sartor Atuatti

Secretaria de Agricultura

Marcia Dallagasperina Boff

Fundo Municipal de Assistência Social

Maike E. Tecchio

Secretaria de Educação

Bruno de Cesaro

Diretor da Secretaria Da Agua e Saneamento Básico

Socrates Perin

Fundo Municipal de Saúde

Mauro Altair Berta

Secretaria de Infraestrutura

EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PROC. 134/2019

Publicação Nº 2216524

EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, e o Fundo Municipal de Saúde torna público o resultado da licitação conforme a baixo especifica:

MODALIDADE: Pregão Presencial nº60/2019

JULGAMENTO: Menor preço por Item.

PROCESSO: 134/2019

SOLICITANTES: SECRETARIA DA AGUA E SANEAMENTO BASICO;

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL FILTRANTE PARA A SECRETARIA DE ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO.

VALOR TOTAL DO PROCESSO: R\$11.754,00 (Onze mil setecentos e cinquenta e quatro reais).

ADJUDICAÇÃO: Decaído o direito de recorrer e considerada aceitável a melhor proposta, a Pregoeira declara vencedora a empresa: FERREIRA E LIMA COMERCIO DE MATERIAIS FILTRANTES EPP no valor de R\$11.754,00, adjudicado em favor da empresa mencionada, o objeto da licitação em epígrafe. Após publicado este resultado no órgão oficial de publicação do Município, os autos serão encaminhados para o Ordenador de Despesas para análise e homologação se assim o decidir; Cordilheira Alta, SC, em 05 de Novembro de 2019.

Adriana De Cezaro Moresco

Pregoeiro Oficial

PORTARIA Nº 568/2019

Publicação Nº 2216833

PORTARIA Nº568/2019

“DISPÕE SOBRE A AMPLIAÇÃO DA CARGA HORÁRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município e artigo 1º da Lei Complementar Municipal nº 182/2019,

RESOLVE:

Art. 1º Fica ampliada, a partir de 06/11/2019, a carga horária da Médica Clínica Geral RAHIANE GOMES DE SÁ ACOSTA, matrícula n. 1366901, para 40 horas semanais, lotada da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Parágrafo Único. A carga horária de que trata o caput será cumprida de segunda a sexta-feira, das 07h30 às 11h30 e das 13h00 às 17h00.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta/SC, 05 De Novembro de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Mauro Arlindo Moresco

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

RAHIANE GOMES DE SÁ ACOSTA

De acordo em ____/____/2019

PORTARIA Nº 569/2019

Publicação Nº 2217340

PORTARIA Nº 569/2019

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Concede 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde, a servidora municipal SAIONARA TARZO, matrícula nº 1346603, ocupante do cargo de Professor, 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos na data de 04/11/2019.

Cordilheira Alta/SC, 05 de Outubro de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

Coronel Freitas

PREFEITURA

CONCORRÊNCIA Nº 10/2019

Publicação Nº 2217248

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Concorrência para obras Nº 10/2019

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA POR EMPREITADA GLOBAL PARA CONSTRUÇÃO DE PRÉDIO PÚBLICO PLANEJADO PARA ABRIGAR QUARTEL DE BOMBEIRO MILITAR DE CORONEL FREITAS, CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMA E ORÇAMENTO.

Tipo: Menor Preço Global.

Entrega dos envelopes: até as 08h30min horas do dia 09/12/2019

Abertura dos envelopes: na sequência às 08h30min horas do dia 09/12/2019

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:00 às 11:30 e das 13:00 até às 17:00 ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC) 04 de novembro de 2019

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 64/2019

Publicação Nº 2216751

PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 64/2019

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 64/2019

Contratado: NATIVA PROJETOS E CONTRUCAO EIRELI - EPP

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA POR EMPREITADA GLOBAL PARA CONSTRUÇÃO RUA COBERTURA COM PALCO, CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO ORÇAMENTO.

Valor: R\$ 378.494,51 (trezentos e setenta e oito mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e cinquenta e um centavos).

Vigência: 31/12/2019.

Coronel Martins

PREFEITURA

DECRETO Nº 196/2019

Publicação Nº 2217017

DECRETO Nº. 196 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019

AUTORIZA SERVIDORA PUBLICA A CONDUZIR VEÍCULOS DA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade e economicidade resolve;

AUTORIZAR:

Art. 1º A Servidora Pública Municipal e prestador de serviços, abaixo nominada, a conduzir os veículos da frota Municipal, quando a serviço do Poder Executivo a partir do dia 05 de Novembro de 2019.

NOME CARGO

Talita Scheffer Gitrone	Enfermeiro
-------------------------	------------

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 05 de Novembro de 2019

ADEMIR MADELLA

Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER

Sec. Munic. De Adm. Planej. E Finanças

Correia Pinto**PREFEITURA****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2019 PMCP – PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2019 PMCP**

Publicação Nº 2217177

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2019 – PMCP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2019 – PMCP

No dia 22 do mês de outubro de 2019, compareceram, de um lado O MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob Nº 75.438.655/0001-45, com sede administrativa localizada na rua Duque de Caxias, n. 3601, Centro, CEP nº. 88535-000, nesta cidade de Correia Pinto/SC, representado pelo prefeito municipal, Sr. CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, inscrito no CPF sob o nº. 217.068.839-00, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominada DETENTORA DA ATA, que firmou a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 40/2019 PMCP, Processo Licitatório nº 40/2019 PMCP, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS E PARA POLICIA MILITAR DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC, em conformidade com as especificações constantes no Edital. Abaixo segue o licitante que teve itens vencedores:

Nome da Empresa CNPJ

AUTOSHOW GM COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA 10.582.050/0005-01

A empresa DETENTORA DA ATA dos itens, resolveu firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pela Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007 e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto e sua Execução

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS E PARA POLICIA MILITAR DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC, tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de menor preço por lote, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 30 (trinta) dias, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço por lote e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.
- 2.4. Quando o preço registrado se torna inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:
- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
- b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
- b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor preço por item.
- 2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços ficará vinculada à validade dos créditos orçamentários do ano de 2019, limitado a 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.
- 3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecido ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.
- 3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, II e excepcionalmente nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos desta Lei.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- 5.1. Compete ao Órgão Gestor:
- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação serão do Setor de Licitações e Contratos, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de após tilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuários:
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos/serviços entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.
- 5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:
- 5.3.1. Entregar os produtos/serviços nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independentemente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo

Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial cumprir as obrigações trabalhistas e previdenciárias de seus colaboradores, bem como fornecer e fiscalizar a correta utilização dos equipamentos de segurança e de proteção individual;

5.3.4. Substituir os produtos/refazer os serviços recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos/serviços já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de esta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos/serviços solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. De Fornecimento do(s) produto(s) cotado(s)/serviço(s), que será de acordo com as necessidades da contratante, em no máximo 60 (sessenta) dias, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), conforme solicitação, mediante autorização emitida e assinada pelo responsável do setor de compras do Município de Correia Pinto/SC.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. Todas as despesas relativas ao serviço, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes da presente Ata, correrão

por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços estará obrigada, em função de solicitação dos usuários (participantes ou apostilados), a fornecer os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativo nas demais situações.

9.2. Na hipótese acima, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados em ata.

9.3. A supressão dos produtos/serviços registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. Pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.1.2. Por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) advertência, por escrito, nas faltas leves;

b) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do contrato, ao dia, sobre o valor inadimplente, que não excederá a 20% (vinte por cento) do montante;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.2.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.2. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.2.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.2.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.2.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.2, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Correia Pinto para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo.

Correia Pinto, 22 de outubro de 2019.

[Assinado Digitalmente]

Celso Rogério Alves Ribeiro

Prefeito

DETENTORA DA ATA:

[Assinado Digitalmente]

AUTOSHOW GM COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2019 PMCP – PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2019 PMCP

Publicação Nº 2217184

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2019 – PMCP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2019 – PMCP

No dia 21 do mês de outubro de 2019, compareceram, de um lado O MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob Nº 75.438.655/0001-45, com sede administrativa localizada na rua Duque de Caxias, n. 3601, Centro, CEP nº. 88535-000, nesta cidade de Correia Pinto/SC, representado pelo prefeito municipal, Sr. CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, inscrito no CPF sob o nº. 217.068.839-00, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 38/2019 PMCP, Processo Licitatório nº. 38/2019 PMCP, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CARGAS DE GÁS (GLP) PARA O USO DA PREFEITURA MUNICIPAL, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES. PARA O EXERCÍCIO DE 2019/2020, em conformidade com as especificações constantes no Edital. Abaixo segue os licitantes que tiveram itens vencedores:

Nome da Empresa CNPJ

L.F.A COMÉRCIO DE GÁS LTDA -ME 18.326.204/0001-82

A empresa DETENTORA DA ATA dos itens, resolveu firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pela Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007 e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto e sua Execução

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CARGAS DE GÁS (GLP) PARA O USO DA PREFEITURA MUNICIPAL, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES. PARA O EXERCÍCIO DE 2019/2020, tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de menor preço por lote, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena “d” do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 30 (trinta) dias, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço por lote e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado se torna inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor preço por item.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços ficará vinculada à validade dos créditos orçamentários do ano de 2019, limitado a 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecido ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, II e excepcionalmente nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos desta Lei.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação serão do Setor de Licitações e Contratos, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por

outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuários:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos/serviços entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos/serviços nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independentemente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial cumprir as obrigações trabalhistas e previdenciárias de seus colaboradores, bem como fornecer e fiscalizar a correta utilização dos equipamentos de segurança e de proteção individual;

5.3.4. Substituir os produtos/refazer os serviços recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos/serviços já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de esta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos/serviços solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. De Fornecimento do(s) produto(s) cotado(s)/serviço(s), que será de acordo com as necessidades da contratante, em no máximo 1 (uma) hora, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), conforme solicitação, mediante autorização emitida e assinada pelo responsável do setor de compras do Município de Correia Pinto/SC.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. Todas as despesas relativas ao serviço, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços estará obrigada, em função de solicitação dos usuários (participantes ou apostilados), a fornecer os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativo nas demais situações.

9.2. Na hipótese acima, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados em ata.

9.3. A supressão dos produtos/serviços registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. Pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.1.2. Por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) advertência, por escrito, nas faltas leves;

b) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do contrato, ao dia, sobre o valor inadimplente, que não excederá a 20% (vinte por cento) do montante;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.2.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.2. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.2.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.2.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.2.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.2, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante

ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Correia Pinto para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo.

Correia Pinto, 22 de outubro de 2019.

[Assinado Digitalmente]

Celso Rogério Alves Ribeiro

Prefeito

DETENTORA DA ATA:

[Assinado Digitalmente]

L.F.A COMÉRCIO DE GÁS LTDA -ME _____

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0385/2019 PMCP - CONTRATAÇÃO DIRETA

Publicação Nº 2217141

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato nº 0385/2019 PMCP

Partes: Município de Correia Pinto/SC e STTÓRICO SISTEMAS LTDA, CNPJ Nº 14.129.074/0001-37.

Objeto: O presente contrato tem por objeto DE FORNECER AO COMODATÁRIO E SEUS SERVIDORES PÚBLICOS, ATIVOS E INATIVOS, ACESSO AO USO DO PROGRAMA DE COMPUTADOR INFOCONSIG, COM A FINALIDADE DE INFORMATIZAR OS PROCESSOS DE CONSIGNAÇÕES NA FOLHA DE PAGAMENTO, NA REALIZAÇÃO DA AVERBAÇÃO DIGITAL DAS CONSIGNAÇÕES, VIA INTERNET, E NA INTEGRAÇÃO ELETRÔNICA DOS DADOS REFERENTES AOS DESCONTOS DAS CONSIGNATÁRIAS HABILITADAS PELO COMODATÁRIO, DIRETAMENTE NO SISTEMA DA FOLHA DE PAGAMENTO.

Vigência: 25/10/2019 à 25/10/2020.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0386/2019 PMCP - 0387/2019 FMS - PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 40/2019 PMCP

Publicação Nº 2217165

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/2019 PMCP

EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contratos nº 0386/2019 PMCP
0387/2019 FMS

Partes: Município de Correia Pinto/SC e AUTOSHOW GM COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, CNPJ sob nº 10.582.050/0005-01.

Objeto: O presente contrato tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS E PARA POLICIA MILITAR DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC

Vigência: 25/10/2019 à 25/10/2020.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0388/2019 PMCP - PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2019 PMCP

Publicação Nº 2217149

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/2019 PMCP
EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato nº 388/2019 PMCP

Partes: Município de Correia Pinto/SC e L.F.A. COMERCIO DE GAS LTDA, CNPJ sob nº 18.326.204/0001-82

Objeto: O presente contrato tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CARGAS DE GÁS (GLP) PARA O USO DA PREFEITURA MUNICIPAL, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES. PARA O EXECÍCIO DE 2019/2020.

Vigência: 25/10/2019 à 25/10/2020.

CELRO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO
Prefeito

PREGÃO PRESENCIAL PMCP Nº 45/2019

Publicação Nº 2216864

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2019 – PMCP

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ITENS PARA CESTAS NATALINAS PARA OS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS, DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC: Menor Preço Por Item. Abertura dos envelopes: 19/11/2019 às 09:00 horas. Base Legal: Lei n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente à matéria. O edital poderá ser obtido no setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal, sito na Rua Duque de Caxias, 3601, Centro, Correia Pinto/SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:30h às 17:30h, ou em www.correiapinto.sc.gov.br.

Correia Pinto/SC, 05 de novembro de 2019.
CELRO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO
Prefeito

RESULTADO FINAL LEILÃO Nº 001/2019 PROCESSO Nº 39/2019 PMCP

Publicação Nº 2217137

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 001/2019
PROCESSO Nº 39/2019 PMCP

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Objeto: LEILÃO PÚBLICO PRESENCIAL E ON LINE de bens móveis inservíveis, que serão arrematados pelo maior lance oferecido, igual ou acima da avaliação. Para venda à vista de bens móveis inservíveis. Edital completo com as descrições poderá ser obtido na Prefeitura ou através do site WWW.CATARINALEILOES.COM.BR ou WWW.CORREIAPINTO.SC.GOV.BR.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a Heliane Neitzke
CPF: 066.304.459-61

LOTE 01: 01 camionete cabine dupla Ford Ranger, XLS, 13P, ano/modelo 2006, placas MDF 3193, RENAVAL 885112091, cor branca, diesel. ARREIMATE R\$ 10.300,00

LOTE 018: lote de máquina de preencher cheque, cofre, handheld computer CN50 GPS, monitores e fax móveis, contendo armários, balcão, fogão, entre outros. ARREIMATE: R\$ 300,00

Partes: Município de Correia Pinto/SC e Eduardo de Souza
CPF: 091.229.899-51

LOTE 02: 01 MICROONIBUS FORD TRANSIT TCA MIC, ANO E MODELO 2013, PLACA MFL 3208, RENAVAL 590354795, COR BRANCA, DIESEL, 16 LUGARES. ARREIMATE R\$ 24.600,00.

LOTE 019: Microonibus mercedes benz CDI Sprinter M, ano e modelo 2005, placas AMR 4576, RENAVAL 853134480, cor branca, Diesel, 16 lugares.

ARREIMATE: R\$ 11.400,00.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a Enzo Calbo Pinto

CPF: 852.865.590-34

LOTE 03: 01 VW GOL 1.0, ano 2011, modelo 2012, placas MIO 4944, RENAVAM 331638975, cor branca, álcool/gasolina.

ARREIMATE R\$ 11.200,00

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a Antonio Eduardo Branco Matos

CPF: 820.993.759-68

LOTE 04: Fiat Doblo Essence, 1.8, ano 2012, modelo 2013, placas MJH 4685, RENAVAM 474685217, cor branca, álcool/gasolina.

ARRAMATE R\$ 18.200,00.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a Renato Schroeder

CPF: 854.295.899-34

LOTE 05: lote de Eletrocardio e ultrassom FS.

ARRAMATE R\$ 100,00

LOTE 06: lote de materiais da saúde e outros

ARREIMATE: R\$ 100,00

LOTE 08: lote de microondas marca Midea

ARREIMATE: R\$ 20,00

LOTE 09: lote de informática contendo vários itens e forno elétrico

ARREIMATE: R\$ 100,00

LOTE 010: lote de materiais diversos contendo TV, mimeógrafo, bebedouro, cadeiras, entre outros

ARREIMATE: R\$ 200,00

LOTE 011: lote de eletrodomésticos, materiais escolares e outros, contendo TVs, liquidificadores, aquecedores, fogões, cadeiras e carteiras escolares, ventiladores entre outros;

ARREIMATE: R\$ 100,00

LOTE 014: lote de informática e outros, contendo impressora, cadeira giratória, estabilizador, DVD, forno elétrico, entre outros.

ARREIMATE: R\$ 100,00

LOTE 020: equipamentos de marcenaria

ARREIMATE: R\$ 2.000,00

LOTE 023: lote com 900m² de tacos usados, divisórias, portas, estruturas de madeira, lâmpadas, luminárias usadas e outros equipamentos elétricos e eletrônicos.

ARREIMATE: R\$ 100,00

LOTE 024: lote de equipamentos hospitalares e outros

ARREIMATE: R\$ 100,00

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a Adriano Mansueto Bertelli

CPF: 442.983.580-20

LOTE 07: Carroceria para manutenção de iluminação pública

ARREIMATE R\$ 900,00

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a Neri Ventura

CPF: 295.518.899-91

LOTE 12: lote de móveis e outros

ARREIMATE R\$ 100,00.

LOTE 15: lote de informática e outros, contendo impressoras, mimeógrafos, copiadora, telefone FAX, ventilador, aquecedor, entre outros.

R\$ 150,00

LOTE 025: lote de equipamentos hospitalares e outros

R\$ 300,00

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a Valdevino Vicente Almeida

CPF: 461.985.399-20

LOTE 13: lote de materiais diversos contendo microondas, máquina de lavar, impressora, CPU, ventiladores, armários, cadeiras e carteiras entre outros.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e Rodrigo Ramos Martins

CPF: 094.237.769-90

LOTE 16: lote de cadeiras giratórias, longarinas e outros

ARREIMATE R\$ 100,00

LOTE 021: lote de materiais diversos, contendo máquina de fazer fralda, arquivo de aço, bebedouro, balcão, mesas, escrivaninha, entre outros.

ARREIMATE R\$ 200,00

Partes: Município de Correia Pinto/SC e Alcir da Silva Francisco

CPF: 753.579.849-72

LOTE 022: forno para análise de solo.

ARREIMATE R\$ 100,00

LOTE 017: lote de móveis, contendo armários, balcão, fogão, entre outros.
RETIRADO

Total do Leilão: 80.920,00
Correia Pinto/SC 24 de outubro de 2019
Celso Rogério Alves Ribeiro
Prefeito

ANEXO - EXTRATO DE ITENS VENCEDORES - PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2019 PMCP

Publicação Nº 2217185

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 38/2019 Licitação: 38/2019 - PR									
Fornecedor: 13031 - L.F.A. COMERCIO DE GAS LTDA									
1	40457	Carga de gás P13 (GLP)		UN	2,000	0,0000	61,0000	122,00	Venceu
2	40458	Carga de gás P45 (GLP)		UN	2,000	0,0000	265,0000	530,00	Venceu
3	40457	Carga de gás P13 (GLP)		UN	1.498,000	0,0000	61,0000	91.378,00	Venceu
4	40458	Carga de gás P45 (GLP)		UN	248,000	0,0000	260,0000	64.480,00	Venceu
Total do Fornecedor ----->								156.510,00	

Correia Pinto, 31 de Outubro de 2019.

ANEXO - EXTRATO DE ITENS VENCEDORES - PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2019 PMCP

Publicação Nº 2217181

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 40/2019 Licitação: 40/2019 - PR Data da Homologação: 22/10/2019									
Fornecedor: 13277 - AUTOSHOW GM COMERCIO DE VEICULOS LTDA									
2	40521	1 (um) Veículo 0 (zero) KM, ano 2020, com capacidade mínima	CHEVROLET	UN	1,000	0,0000	87.800,0000	87.800,00	Venceu
3	40522	1 (um) Veículo tipo Sedan, 0 (zero) KM, ano 2020, com capaci	CHEVROLET	UN	1,000	0,0000	64.200,0000	64.200,00	Venceu
Total do Fornecedor ----->								152.000,00	

Correia Pinto, 31 de Outubro de 2019.

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO CONTRATO 08/2019**

Publicação Nº 2217063

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato 08/2019

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa ELIZEA DA SILVA 98606158968, CNPJ nº 25.141.950/0001-67.

OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, por parte do CONTRATADO, com as características constantes no presente instrumento, para atender as necessidades da CONTRATANTE. Sendo que estas estão descritas a seguir:

- § 1º – Manipulação especial de dados;
- § 2º – Desintoxicação de Bases de Dados;
- § 3º – Determinação de links entre bases de dados;
- § 4º – União seletiva de registros entre Bases de Dados distintas;
- § 5º – Importação/Exportação de dados;
- § 6º – Manutenção remota e local;
- § 7º – Backup;
- § 8º – Instalação e/ou configuração de sistema operacional.
- § 9º – Implantação de roteadores.
- § 10º – Instalação e/ou configuração de aplicativos.
- § 11º – Demais serviços técnicos em equipamentos de informática não elencados anteriormente.
- § 12º – Fornecimento de peças para os equipamentos, fios e demais materiais ficará a cargo da contratante, que seguirá os processos elencados em lei para a aquisição.

Valor mensal: R\$200,00 (duzentos reais e zero centavos).

Vigência: 90 (noventa) dias, tendo início na data de assinatura do contrato.

Correia Pinto, 01/10/2019.

Vilso Rostirolla – Presidente da Câmara
PRESIDENTE

Corupá

PREFEITURA

ATA DE RECEBIMENTO DE REQUERIMENTO CONTRATO Nº. 160/2016

Publicação Nº 2216715

Ata de RECEBIMENTO DE REQUERIMENTO

Aos cinco dias do mês de novembro de dois mil e dezenove, às 12 horas, na sala da divisão de compras e licitações da Prefeitura Municipal de Corupá, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº 5362/19, de 11 de setembro de 2019, sendo designado como Pregoeiro Sr. Josimar Caldeira, juntamente com o grupo de apoio formado por, Jéssica Tamara Pezzatto Paterno, Cíntia Mokwa, Noemi Aparecida Fossille, Silvana Wille e Silvana Griten Ribeiro, para a sessão pública de recebimento de Requerimento da Empresa ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA.

Dos Fatos:

No dia 30 de outubro de 2019, A empresa Eletro Comercial Energiluz Ltda foi notificada conforme segue:
NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

NOTIFICANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ – sc, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ n.º 83.102.467/0001-70, com sede à Av. Getúlio Vargas, 443 – CORUPÁ - Santa Catarina.

NOTIFICADA: ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 09.008.659/0001-69 e inscrição Estadual nº. 255.464.754, estabelecida na Rua Abelardo Manoel Peixer, 70 Bairro Barreiros, Município de São José, Estado de Santa Catarina.

MOTIVAÇÃO: VERIFICAÇÃO DE ADIMPLEMENTO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS.

A Notificada obrigou-se por meio do Contrato nº. 160/2016 a prestar serviços e ainda a cumprir obrigações de natureza complementares, todavia, indispensáveis a execução do contrato. Foi Protocolado Ofício nº 58/EE/2019 a Administração pedindo rescisão do referido Contrato. Destarte, considerando a necessidade de tutelar o interesse público, esclarecer o ocorrido, garantir ao contratado a ampla defesa e o contraditório, o Município de Corupá-SC NOTIFICA a contratada, para que, no prazo de 05 (CINCO) dias ÚTEIS, apresente a seguinte documentação:

- 1) Apresentação de Defesa com Relação ao pedido de ACRÉSCIMO ao valor total do presente contrato em R\$ 211.285,98 (duzentos e onze mil duzentos e oitenta e cinco reais e noventa e oito centavos), correspondente a 24.994187225002207%, datado de 30/04/2019, onde foi concedido pela Administração e Gerou o Quarto Termo Aditivo, e, porque na data de 27/09/2019 (5) cinco meses após entrou com pedido de Rescisão Contratual, alegando dificuldades de logísticas e operacionais.
- 2) Apresentação de Documentação e Defesa quanto aos serviços pendentes demonstrado no Referido Ofício.

A não apresentação da documentação pela requerida, a apresentação incompleta ou apresentação em desconformidade acarretará ao que está descrito na CLÁUSULA SÉTIMA do Contrato Original 160/2016.

Os documentos deverão se protocolados na sede desta prefeitura no horário de expediente ou enviados via correios.

Cópia desta Notificação será encaminhada para a empresa por meio de por AR, email, publicado no Diário Oficial dos Municípios, e, ainda no site Oficial do Município corupa.atende.netr, para a devida publicidade.

Diante o Exposto acima, o Representante Legal da empresa Sr. Fernando Sattis Trentin apresentou requerimento datado de 05/11/2019 protocolado às 11:59h, pedindo dilação de prazo em igual período 05 (Cinco) dias úteis, justificando não conseguir em tempo hábil reunir na totalidade a documentação pedida.

Após ser analisado entre os presentes, fica concedido a Dilação de Prazo ao Requerente, conforme REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO EM ANEXO à presente.

Cópia desta ata será publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM-SC, e, ainda será entregue ao Representante Legal da Empresa Eletro comercial Energiluz Ltda na pessoa do Sr. Fernando Sattis Trentin CPF 999.645.030-91, para a devida publicidade.

E, em nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, da qual foi lavrada a presente ata que após lida foi assinada pelos presentes. Corupá, 05 de novembro de 2019.

JOSIMAR CALDEIRA PREGOEIRO	JÉSSICA TAMARA PEZZATTO PATERNO PREGOEIRA	CÍNTIA MOKWA EQUIPE DE APOIO
SILVANA WILLE EQUIPE DE APOIO	SILVANA GRITEN RIBEIRO EQUIPE DE APOIO	NOEMI APARECIDA FOSSILLE EQUIPE DE APOIO

Eletro comercial Energiluz Ltda
Fernando Sattis Trentin
CPF 999.645.030-91
REPRESENTANTE LEGAL

CONTRATO 061/19

Publicação Nº 2217702

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
PROCESSO LICITATÓRIO 107/19
INEXIGIBILIDADE nº 013/19
CREDENCIAMENTO 008/19
CONTRATO Nº 061/19

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADO: CPR COMUNICAÇÃO LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 04.469.298/0001-34, estabelecida na Rua Paulo Cardoso, nº 276 - Sala 10, bairro Centro, município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, CEP 89108-000.

OBJETO: Credenciamento de entidades prestadoras de serviços especializados de emissoras de radiofusão e ondas médias FM, as mesmas deverão ser empresas permissionárias a prestar serviços nos Municípios de Jaraguá do Sul, Guaramirim, Corupá e Schroeder, com captação pela população da zona urbana e rural do Município de Corupá/SC, para veiculação de publicidade dos atos oficiais, avisos, eventos, e campanhas de municipalidade de Corupá, com inserções de 30 segundos cada em horário rotativo entre 7h e 22h30min, distribuídos nas rádios credenciadas, com abrangência Municipal e Regional para suprir as necessidades Secretárias Municipais, conforme edital de Credenciamento que faz parte integrante deste instrumento como se transcrito.

VALOR R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

Data da Assinatura: 23/10/2019

Data da Vigência: 31/12/2019

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 101/2019 PROCESSO SELETIVO 014/2019

Publicação Nº 2216580

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 101/2019

PROCESSO SELETIVO 014/2019

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições legais, com fundamento no que lhe faculta a Lei complementar nº 014/09, de 15 de novembro de 2009, resolve tornar público:

Ficam convocados os candidatos aprovados do Processo Seletivo Edital Nº 014/2019 para que se dirijam a Prefeitura Municipal de Corupá no setor de Recursos Humanos, conforme tabela abaixo, para tratarem de assunto(s) referente(s) à(s) Contratação(es) Temporária(s) do ano de 2019.

Informamos que o(s) candidato(s) convocado(s) por este Edital que não comparecerem serão considerados desistentes e eliminados, sendo substituídos pelo próximo aprovado, obedecendo a ordem de classificação.

Conforme o EDITAL Nº 014/2019 DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO, nos itens:

5.4. O candidato, após receber a convocação terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para manifestar seu interesse na vaga e/ou requerer prazo de até 05 (cinco) dias para apresentar a documentação exigida para a contratação ou apresentar sua carta de desistência.

O candidato aprovado no seletivo, que não quiser ser nomeado, quando convocado, poderá requerer sua reclassificação para o último lugar dos classificados.

5.5. O candidato que não se manifestar junto a setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Corupá, até a data estabelecida, conforme item 5.4 será excluído da vaga deste Processo Seletivo.

5.6. A inobservância do subitem 5.4 implicará na desclassificação da vaga do Processo Seletivo.

Serão contratados apenas os candidatos habilitados conforme as vagas disponibilizadas na tabela abaixo. Os demais classificados continuarão no aguardo de nova publicação de edital de chamamento.

A apresentação dos candidatos para cada área obedecerá rigorosamente à classificação e será de acordo com a data e horário abaixo:

CARGO	VAGAS DISPONÍVEIS	DIA	HORÁRIO	CONVOCADOS
Médico ESF 40 Horas	1	07/11/2019	08:30	Classificado nº 01

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, Santa Catarina,
aos 06 dias do mês de novembro de 2019.

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2019

Publicação Nº 2216610

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2019

CONVOCAÇÃO PARA QUALIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL NA ÁREA DA SAÚDE NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ/SC

O MUNICÍPIO DE CORUPÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ n.º 83.102.467/0001-70, com sede na Avenida Getúlio Vargas nº443- Centro, Corupá - SC, em conformidade com a Lei Municipal nº 2.281/17 e o art. 1º do Decreto n. 1437/2018, CONVOCA as entidades, pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, que estiverem interessadas em obter a qualificação como Organização Social do Município de Corupá/SC, na área da saúde, mediante as condições a seguir:

I – DA QUALIFICAÇÃO

1.1 Para fins de obtenção da qualificação como Organização Social, as entidades na área da saúde, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, deverão atender os requisitos do artigo 2º da Lei Municipal n.º 2.281/17 e encaminhar requerimento conforme o modelo do Anexo I, dirigido a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda acompanhado da cópia autenticada ou cópia simples e o original para autenticação por servidor público do Estatuto registrado em cartório, dispondo sobre:

- a) Natureza social de seus objetivos relativos à respectiva área de atuação;
- b) Finalidade não-econômica, no caso de associações civis, ou não-lucrativas, no caso de fundações privadas, com obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades;
- c) Aceitação de novos membros ou associados, na forma do estatuto, no caso das associações civis;
- d) Previsão de incorporação integral do patrimônio, legados ou doações que lhe foram destinados por força do Contrato de Gestão e a ele afetados, bem como dos excedentes financeiros vinculados ao referido instrumento, em caso de extinção ou desqualificação, ao patrimônio de outra Organização Social congênere qualificada no âmbito do Município na mesma área de atuação, ou ao patrimônio do Município, na proporção dos recursos e bens por este alocados;
- e) Previsão de adoção de práticas de planejamento sistemático de suas ações, mediante instrumentos de programação, orçamentação, acompanhamento e avaliação de suas atividades;
- f) Obrigatoriedade de publicação anual, no jornal de circulação local, de relatórios financeiros, elaborados em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade, e o relatório de execução do Contrato de Gestão;
- g) Proibição de distribuição de bens ou de parcelas do patrimônio líquido em qualquer hipótese, inclusive, no caso de associações civis, em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro da entidade;

1.2 Para fins de obtenção da qualificação e credenciamento como Organização Social a entidade deverá estar estruturada conforme determina o inciso II do artigo 2º da Lei Municipal nº 2.281/17, dispondo:

- a) Assembleia Geral, como órgão de deliberação superior, para as associações civis;
- b) Conselho Curador, Deliberativo ou Superior, como órgão de deliberação superior, para as fundações privadas;
- c) Diretoria Executiva, ou instância equivalente, como órgão de gestão;
- d) Conselho Fiscal, ou instância equivalente, como órgão de fiscalização da administração contábil-financeira.

1.3 Será vedada a qualificação de pessoas jurídicas quando:

- 1.3.1 Forem declaradas inidôneas por órgãos ou entidade da Administração Pública (Direta ou Indireta), nas esferas Federal, Estadual, Distrito Federal ou Municipal;
- 1.3.2 Estiverem sob o processo de falência, recuperação de crédito ou insolvência civil;
- 1.3.3 Impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública deste Município, ou quaisquer de seus órgãos ou entidades descentralizadas;

II – DA FORMA DE ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO

2.1 O requerimento e as cópias autenticadas dos demais documentos, constante no Anexo I deste Edital, deverão ser protocolados em envelope lacrado, identificado externamente da seguinte forma:

2.2 Todos os documentos apresentados deverão ter as folhas enumeradas e rubricadas pelo representante legal da Organização Social.

2.3 No requerimento a Organização Social deverá declarar o número total de folhas enumeradas e rubricadas que constam no envelope lacrado.

III – DO PRAZO E LOCAL PARA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO

3.1 O prazo para apresentação do requerimento devidamente acompanhado dos demais documentos dar-se-á no período de 05 de novembro a 22 de novembro de 2019, no horário de 07:00 as 13 horas, no setor de Protocolo, na recepção da Prefeitura Municipal, situada na Av. Getúlio Vargas, 443, Centro, Corupá – SC.

3.2 Na hipótese de envio de documentação por outro meio que o não previsto no item 3.1, a Organização Social ficará responsável pela eventual perda de prazo ou extravio do envelope.

3.3 Somente serão aceito requerimento comprovadamente recebido no período estabelecido nesse Edital.

IV– DA ANÁLISE DO REQUERIMENTO DE QUALIFICAÇÃO

4.1. A documentação recebida da Organização Social será analisada pela Comissão Especial de Qualificação de Organização Social nomeada pela Portaria n. 5441/2019.

V- DO RESULTADO E RECURSOS

5.1 Da análise realizada pela Comissão Especial de Qualificação de Organização Social será lavrado parecer opinando pelo deferimento ou indeferimento ao pedido de qualificação, devendo este ser encaminhado para homologação e aprovação do Secretário Municipal de Saúde e do Secretário de Administração e Fazenda, nos termos do artigo 2º, inciso III, da Lei Municipal nº 2.281/17.

5.2 Havendo o DEFERIMENTO do requerimento de qualificação como Organização Social no âmbito do Município de Corupá, será expedido ato do Chefe do Poder Executivo reconhecendo a entidade como Organização Social, na forma do artigo 3º, da Lei Municipal nº 2.281/17.

5.3 Havendo o INDEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização Social no âmbito do Município de Corupá, as razões serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios e no site oficial do Município www.corupa.atende.net e, também, encaminhadas para o e-mail da Organização Social.

5.3.1 O pedido de qualificação será INDEFERIDO se:

5.3.1.1 A Organização Social não preencher os requisitos dispostos na legislação em vigor;

5.3.1.2 A documentação apresentada estiver incompleta.

5.4 O prazo para apresentação de recurso que verse sobre o INDEFERIMENTO será de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da publicação estipulada no item 5.3 deste Edital.

5.4.1 Os recursos deverão ser protocolados na recepção da Prefeitura, situada na Av. Getúlio Vargas, 443, Centro, Corupá – SC no horário 07horas as 13horas e endereçados ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal.

5.5. A decisão proferida em recurso interposto em face do indeferimento de qualificação como Organização Social será publicada no Diário Oficial dos Municípios e no site oficial do Município www.corupa.atende.net, também, encaminhada para o e-mail da Organização Social.

VI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 É de total responsabilidade da requerente a autenticidade dos documentos apresentados e a veracidade das declarações por eles prestadas;

6.2 As Organizações Sociais que já tenham a qualificação no âmbito deste Município, mas que tiveram alterações na documentação, deverão apresentar para atualização cadastral.

6.3 As Organizações Sociais deverão manter seus dados cadastrais sempre atualizados;

6.4 A responsabilidade pelo controle e guarda da documentação pertinente à qualificação das Organização Social será confiada à Comissão Especial de Qualificação de Organização Social;

6.5 Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Edital de Chamada Pública, não resolvida na esfera administrativa, será competente o Foro da Comarca de Jaraguá do Sul/SC;

6.6 Todos os atos de publicação ocorrerão no Diário Oficial dos Municípios e no site oficial do Município www.corupa.sc.gov.br.

6.7 Quaisquer esclarecimentos referente ao procedimento de qualificação poderão ser obtidos através do e-mail: gabinete@corupa.sc.gov.br
Corupá, 05 de novembro de 2019.

KELLY CRISTINA ALVES DE SOUZA
Secretária de Administração e Fazenda

ANEXO I**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 005/2019****MODELO DE REQUERIMENTO**

(Deverá ser emitido em papel timbrado da entidade)

A Secretaria Municipal de Administração e Fazenda do Município de Corupá-SC

A (nome da entidade), pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede na----- (descrever o endereço com todos os detalhes), inscrita no CNPJ/MF n.º, e-mail -----, telefone neste ato representada pelo seu representante legal, Sr. (a) (nome), (descrever toda a qualificação do representante legal), vem à presença de Vossa Excelência REQUERER sua qualificação como Organização Social na área da Saúde, de acordo com a Lei Municipal nº 2.281/17.

Número de folhas enumeradas e rubricadas constante no envelope lacrado:
/folhas.

Termos em que, Pede Deferimento.

(local e data)

Representante legal

Assinatura, nome legível e cargo

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 009/2019 - PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO Nº 003/2017

Publicação Nº 2216347

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 009/2019

Corupá, 05 de Novembro de 2019.

A Gerente Administrativo, Vigilância e Planejamento da Prefeitura Municipal de Corupá, no uso de suas atribuições legais, NOTIFICA a pessoa de GERSON JUDACEFSKI inscrito no CPF nº 690.406.489-72, atualmente em lugar incerto e não conhecido, que foi proferida DECISÃO no Processo Administrativo Sanitário nº 003/2017, sendo acolhido e julgado procedente o Auto de Infração nº 00058 – Série A, decidindo pela aplicação da penalidade de MULTA de 200 UFRMs, correspondente a R\$ 558,00 (quinhentos e cinquenta e oito reais).

A presente notificação será considerada efetivada 5 (cinco) dias após a publicação. Querendo o infrator, poderá oferecer recurso no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetivação da notificação via ofício junto esta Gerência.

GIOVANA PORNER ODVAZNY
Gerente Administrativo, Vigilância e Planejamento

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 164/17

Publicação Nº 2216595

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Pregão Presencial nº. 03/2016 – CISNORDESTE/SC

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 164/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADO: OLOS TECNOLOGIA LTDA EPP, com sede à Rua Tufie Mahfud, nº. 210, sala 304, Bairro Centro, CEP 89.251-080, Jaraguá do Sul/SC, inscrita no CNPJ sob o nº. 85.260.354/0001-28.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1 – O presente termo aditivo tem por objeto:

a) prorrogar o prazo de vigência do contrato;

b) reajustar o valor do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1 - Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato pelo período de 04 de novembro de 2019 até 03 de novembro de 2020, de acordo com o artigo 57, IV da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE 4.1 – Aos valores das mensalidades pagas, incidirá o reajuste, no valor percentual correspondente a 2,92% com base no índice nacional de preços ao consumidor - INPC, de acordo com a Cláusula Quinta do Contrato Original e ANEXO 01 ao aditivo. 4.2 – Os valores das mensalidades pagas passam a ter o seguinte valor mensal: R\$ 1.618,46 (um mil, seiscentos e dezoito reais e quarenta e seis centavos) perfazendo o valor anual de R\$ 19.421,52 (dezenove mil, quatrocentos e vinte e um reais e cinquenta e dois centavos).

Item	Unid. medida Material/Serviço	Qtd julgada	Vi. unit. julgado	Vi. total julgado
6	SERVIÇO DE INFORMÁTICA – Disponibilização do sistema de gestão de saúde pública, na forma de processamento de dados, incluindo suporte técnico.	12	R\$ 1.618,46	R\$ 19.421,52
Total				R\$ 19.421,52

CLÁUSULA QUINTA – DA DESPESA 5.1 – A despesa com este termo aditivo, no corrente exercício correrá à conta da dotação orçamentária:

0600 Secretaria Municipal de Saúde

06.01 Fundo Municipal de Saúde 1010 Bloco de Atenção Básica

33903911 Locação de Softwares

59 Cód. Despesa 5.2 – A despesa para o exercício subsequente será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade na Lei Orçamentária Anual.

Data da Assinatura: 31/10/2019

Data da Vigência: 03/11/2020

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 50/2019

Publicação Nº 2216734

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 50/2019

O Fundo de Saúde de Curitibanos, SC neste ato representado por seu Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e na forma prevista na Lei No. 8.666/93, faz saber que se acha aberta licitação na modalidade de tomada de preços, para obras e serviços de engenharia do tipo Menor Preço Global, regida pela Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações introduzidas pelas Leis nº 8.883 de 8 de junho de 1994 e 9.648 de 27 de maio de 1998, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA DE 08 (OITO) UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

A Comissão de Licitação, receberá os envelopes documentação de habilitação e envelopes propostas de preços dos interessados, devidamente protocolados no Protocolo Central da Prefeitura Municipal até as 13:30 horas do dia 25/11/2019, no protocolo da sede da Prefeitura, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

Os envelopes contendo a documentação de habilitação e proposta de preços dos interessados, serão abertos respectivamente pela Comissão de Licitação, a partir das 14:00 horas do dia 25/11/2019, sito a Cel. Vidal Ramos, 860.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 04 de Novembro de 2019.

Yara Aparecida Vilani Padilha

Presidente do Fundo

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 219/2019

Publicação Nº 2217075

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 219/2019

REFERENTE: Contrato de compra e venda firmado entre a Prefeitura Municipal de Curitibanos e as empresas AUTOPLUS VEÍCULOS LTDA com o valor de R\$ 599,00 (quinhentos e noventa e nove reais).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA REALIZAÇÃO DA REVISÃO PROGRAMADA DE 10.000KM, PARA A VIATURA FORD/ECOSPORT PLACA QJS-8097, PREFIXO 12-5269 DA POLÍCIA MILITAR, EM ACORDO COM O ART. 24, INCISO XVII DA LEI 8.666/93 E DOCUMENTOS EM ANEXO.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 – É dispensável a licitação de:

- XVII – “para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira, necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia; ”

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso XVII da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitibanos, 04 de novembro de 2019.

Diego Sebem Wordell Paulo A. Costa Granemann Cristina Melo Menegotto

Presidente da Comissão Membro Membro

Cristiano França Pereira Roberto Carlos da Silva Cristiane P. Sandri

Membro Membro Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24, o inciso XVII dou como aprovada.

Curitibanos, 04 de novembro de 2019.

Hérion Adalberto Rech

Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a contratação mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 04 de novembro de 2019.

Curitibanos, 04 de novembro de 2019.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

REPUBLICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 214/2019

Publicação Nº 2217078

REPUBLICAÇÃO**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 214/2019**

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração para a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL COM SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o credenciamento, o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 20/11/2019, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. Após o aprazado para protocolo, será realizada a classificação das propostas apresentadas.

A partir das 14:00 horas do dia 21/11/2019, será realizada sessão pública para a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na pagina da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 04 de Novembro de 2019.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

Descanso

PREFEITURA

DECRETO 2074/2019, DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL E/OU JUDICIAL, AJUSTE E CORREÇÃO DE MATRÍCULA, À ÁREA DE TERRA COM 1.169,27 M², DO IMÓVEL PARTE DO LOTE RURAL Nº 16, DE PROPRIEDADE DE IDEMARIO SANTOS LIMA E ORLANDO MAIER, DESTINADA AO ALARGAMENTO DA RUA PEDRO ERLO

Publicação Nº 2217704

DECRETO Nº 2074/2019, de 05 de Novembro de 2019.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL E/OU JUDICIAL, AJUSTE E CORREÇÃO DE MATRÍCULA, À ÁREA DE TERRA COM 1.169,27 M², DO IMÓVEL PARTE DO LOTE RURAL Nº 16, DE PROPRIEDADE DE IDEMARIO SANTOS LIMA E ORLANDO MAIER, DESTINADA AO ALARGAMENTO DA RUA PEDRO ERLO, MUNICÍPIO DE DESCANSO – SC, COM DESAPROPRIAÇÃO NÃO ONEROSA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 3º, inciso II, VIII, alínea “b” c/c Art.4º, inciso I, alínea “a”, Art. 82, da Lei nº 12.651, de 25.05.2012 e Art. 86, inciso IX da Lei Orgânica do Município de Descanso,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública para fins de desapropriação amigável e/ou judicial, ajuste e correção de matrícula, a área de terra com 1.169,27 m², do imóvel Parte do Lote Rural nº 16, com a área total de 6.823,62 m², com construções, constante de um pavilhão pré-moldado em concreto e casa de alvenaria, situada à SC-163, Linha Cruzinhas, no município de Descanso - SC, com desapropriação não onerosa do imóvel de propriedade de IDEMARIO SANTOS LIMA, portador do CPF nº 227.607.068-42, brasileiro, solteiro, maior, gerente administrativo, residente a domiciliado na Avenida Antonio Pereira Floris, nº 88, Parque das Alamedas, Guaratinguetá/SP, e ORLANDO MAIER, portador do CPF nº 296.026.299-91 e Cédula de Identidade sob nº 899.889 SSP/SC, brasileiro, separado judicialmente, agropecuarista, residente a domicílio em Linha Cruzinhas, s/n, no município de Descanso/SC, registrado sob matrícula nº 7.029, de 08.03.2017, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Descanso – SC, com as seguintes confrontações:

- Ao NORTE, com parte do lote rural nº. 18, por linha seca, medindo 69,01 metros;
- Ao LESTE, pelo eixo da Rodovia Estadual SC-163 (antiga SC-386), medindo 156,93 metros;
- Ao SUL, com parte do mesmo lote rural nº. 16, por linha seca, medindo 47,47 metros;
- Ao OESTE, com a Rua Pedro Erlo (antiga estrada geral de Descanso – São Miguel do Oeste);
- Novamente ao NORTE, com parte do mesmo lote rural nº. 16, de Descanso Frutas LTDA ME, por linha seca, medindo 26,85 metros;
- Novamente ao OESTE, com parte do mesmo lote rural nº. 16, de Descanso Frutas LTDA ME, por linha seca, medindo 38,00 metros;
- Novamente ao SUL, com parte do mesmo lote rural nº. 16, de Descanso Frutas LTDA ME, por linha seca, medindo 26,62 metros;
- Novamente ao OESTE, com parte do mesmo lote rural nº. 16, de Descanso Frutas LTDA ME, por linha seca, medindo 10,74 metros;
- Novamente ao SUL, com parte do mesmo lote rural nº. 16, de Descanso Frutas LTDA ME, por linha seca, medindo 10,02 metros;
- Novamente ao OESTE, com a Rua Pedro Erlo (antiga estrada geral Descanso – São Miguel do Oeste);
- OSERVAÇÃO: Dentro deste perímetro há uma área encravada de 522,76 m², de propriedade de TESSARO E CIA. LTDA ME, conforme R-1/6.697, com as seguintes confrontações:
 - o Ao NORTE, com parte do mesmo lote rural nº. 16, por linha seca, medindo 24,79 metros;
 - o Ao LESTE, com parte do mesmo lote rural nº. 16, por linha seca, medindo 21,10 metros;
 - o Ao SUL, com parte do mesmo lote rural nº. 16, por linha seca, medindo 24,72 metros;
 - o Ao OESTE, com parte do mesmo lote rural nº. 16, por linha seca, medindo 21,19 metros.

Art. 2º Fica desapropriada a área de terra com 1.169,27 m², do imóvel Parte do Lote Rural nº 16, com a área total de 6.823,62 m², com construções, constante de um pavilhão pré-moldado em concreto e casa de alvenaria, situada à SC-163, Linha Cruzinhas, no município de Descanso - SC, com desapropriação não onerosa do imóvel de propriedade de IDEMARIO SANTOS LIMA, portador do CPF nº 227.607.068-42, brasileiro, solteiro, maior, gerente administrativo, residente a domiciliado na Avenida Antonio Pereira Floris, nº 88, Parque das Alamedas, Guaratinguetá/SP, e ORLANDO MAIER, portador do CPF nº 296.026.299-91 e Cédula de Identidade sob nº 899.889 SSP/SC, brasileiro, separado judicialmente, agropecuarista, residente a domicílio em Linha Cruzinhas, s/n, no município de Descanso/SC, registrado sob matrícula nº 7.029, de 08.03.2017, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Descanso – SC, de forma amigável.

Parágrafo único: Os termos de concordância e anuência dos proprietários e detentores de direito, respectivamente, deverão constar nos registros administrativos do processo de desapropriação.

Art. 3º A área remanescente de 5.663,06 m², do Imóvel Parte do Lote Rural nº 16, com a área total de 6.823,62 m², com construções, constante de um pavilhão pré-moldado em concreto e casa de alvenaria, situada à SC-163, Linha Cruzinhas, no município de Descanso - SC, imóvel de propriedade de IDEMARIO SANTOS LIMA, portador do CPF nº 227.607.068-42, brasileiro, solteiro, maior, gerente administrativo, residente a domiciliado na Avenida Antonio Pereira Floris, nº 88, Parque das Alamedas, Guaratinguetá/SP, e ORLANDO MAIER, portador do CPF nº 296.026.299-91 e Cédula de Identidade sob nº 899.889 SSP/SC, brasileiro, separado judicialmente, agropecuarista, residente a domicílio em Linha Cruzinhas, s/n, no município de Descanso/SC, registrado sob matrícula nº 7.029, de 08.03.2017, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Descanso – SC, com as seguintes confrontações:

- Ao NORTE, com parte do lote rural nº. 18, por linha seca, medindo 62,98 metros;
- Ao LESTE, pelo eixo da Rodovia Estadual SC-163 (antiga SC-386), medindo 156,93 metros;
- Ao SUL, com parte do mesmo lote rural nº. 16, por linha seca, medindo 47,47 metros;
- Ao OESTE, com a Rua Pedro Erlo (antiga estrada geral de Descanso – São Miguel do Oeste), medindo 10,34 metros;

- Novamente ao NORTE, com a Rua Pedro Erlo, por linha seca, medindo 23,05 metros;
 - Novamente ao OESTE, com a Rua Pedro Erlo, no alinhamento da faixa de domínio da SC-163, por linha seca, medindo 10,00 metros;
 - Novamente ao SUDOESTE, com a Rua Pedro Erlo, por linha seca, em curva, medindo 13,97 metros;
 - Novamente ao OESTE, com a Rua Pedro Erlo, por linha seca, medindo 16,02 metros;
 - Novamente ao NORTE, com parte do mesmo lote rural nº. 16, de Descanso Frutas LTDA ME, por linha seca, medindo 25,64 metros;
 - Novamente ao OESTE, com parte do mesmo lote rural nº. 16, de Descanso Frutas LTDA ME, por linha seca, medindo 38,00 metros;
 - Novamente ao SUL, com parte do mesmo lote rural nº. 16, de Descanso Frutas LTDA ME, por linha seca, medindo 26,85 metros;
 - Novamente ao OESTE, com parte do mesmo lote rural nº. 16, de Descanso Frutas LTDA ME, por linha seca, medindo 10,74 metros;
 - Novamente ao SUL, com parte do mesmo lote rural nº. 16, de Descanso Frutas LTDA ME, por linha seca, medindo 8,27 metros;
 - Novamente ao OESTE, com a Rua Pedro Erlo, por linha seca, medindo 67,76 metros.
 - OSERVAÇÃO: Dentro deste perímetro há uma área encravada de 522,76 m², de propriedade de TESSARO E CIA. LTDA ME, conforme R-1/6.697, com as seguintes confrontações:
 - o Ao NORTE, com parte do mesmo lote rural nº. 16, por linha seca, medindo 24,79 metros;
 - o Ao LESTE, com parte do mesmo lote rural nº. 16, por linha seca, medindo 21,10 metros;
 - o Ao SUL, com parte do mesmo lote rural nº. 16, por linha seca, medindo 24,72 metros;
 - o Ao OESTE, com parte do mesmo lote rural nº. 16, por linha seca, medindo 21,19 metros.
- Art. 4º A área ora declarada de utilidade pública destina-se à regularização de trecho da Rua Pedro Erlo, nesta cidade de Descanso - SC.
- Art. 5º As despesas decorrentes do presente Decreto, serão à conta de dotação própria constante da Lei de Meios vigente à época.
- Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
- Art. 7º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Descanso – SC, 05 de Novembro de 2019.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito de Descanso

Élcio Jeziur

Engenheiro Civil Assessor de Projetos - CREA-SC 136.710-6

Certifico que publiquei o presente Decreto na data supra.

DECRETO 2075/2019, DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL E/OU JUDICIAL, AJUSTE E CORREÇÃO DE MATRÍCULA, À ÁREA DE TERRA COM 72,23 M², DO IMÓVEL PARTE DO LOTE RURAL Nº 16, DE PROPRIEDADE DE DESCANSO FRUTAS LTDA ME, DESTINADA AO ALARGAMENTO DA RUA PEDRO ERLO, MUNICÍPIO DE D

Publicação Nº 2217708

DECRETO Nº 2075/2019, de 05 de Novembro de 2019.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL E/OU JUDICIAL, AJUSTE E CORREÇÃO DE MATRÍCULA, À ÁREA DE TERRA COM 72,23 M², DO IMÓVEL PARTE DO LOTE RURAL Nº 16, DE PROPRIEDADE DE DESCANSO FRUTAS LTDA ME, DESTINADA AO ALARGAMENTO DA RUA PEDRO ERLO, MUNICÍPIO DE DESCANSO - SC, COM DESAPROPRIAÇÃO NÃO ONEROSA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 3º, inciso II, VIII, alínea "b" c/c Art.4º, inciso I, alínea "a", Art. 82, da Lei nº 12.651, de 25.05.2012 e Art. 86, inciso IX da Lei Orgânica do Município de Descanso,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública para fins de desapropriação amigável e/ou judicial, ajuste e correção de matrícula, a área de terra com 72,23 m², do imóvel Parte do Lote Rural nº 16, com a área total de 1.232,00 m², com construções, constante de uma Edificação Comercial em alvenaria, situada à SC-163, Linha Cruzinhas, no município de Descanso - SC, imóvel de propriedade de DESCANSO FRUTAS LTDA ME, inscrito no CNPJ nº 11.314.239/0001-52, com sede na SC 163, Linha Cruzinhas, CEP 89.910-000, Descanso SC, representada pelo sócio PEDRO FERRI, CPF 605.132.849-15, RG 13/R – 1.946.718 SSP/SC, brasileiro, divorciado, maior, gerente administrativo, residente a domiciliado na Rua Sete de Setembro, nº 2323 Apto 201, Centro, na cidade de São Miguel do Oeste SC, registrado sob matrícula nº 5.847, de 13.03.2014, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Descanso – SC, com as seguintes confrontações:

- Ao NORTE, com a área remanescente do mesmo lote rural nº. 16, de Idemario Santos Lima e Orlando Maier, por linha seca, medindo 10,02 metros;
- Ao LESTE, com a área remanescente do mesmo lote rural nº. 16, de Idemario Santos Lima e Orlando Maier, por linha seca, medindo 10,74 metros;
- Novamente ao NORTE, com a área remanescente do mesmo lote rural nº. 16, de Idemario Santos Lima e Orlando Maier, por linha seca, medindo 26,62 metros;
- Novamente ao LESTE, com a área remanescente do mesmo lote rural nº. 16, de Idemario Santos Lima e Orlando Maier, por linha seca, medindo 38,00 metros;
- Ao Sul, com a área remanescente do mesmo lote rural nº. 16, de Idemario Santos Lima e Orlando Maier, por linha seca, medindo 26,85 metros;
- Ao Oeste, com a Rua Pedro Erlo (antiga Estrada Geral Descanso – São Miguel do Oeste), por linha seca, medindo 49,71 metros.

Art. 2º Fica desapropriada a área de terra com 72,23 m², do imóvel Parte do Lote Rural nº 16, com a área total de 1.232,00 m², com

construções, constante de uma Edificação Comercial em alvenaria, situada à SC-163, Linha Cruzinhas, no município de Descanso - SC, imóvel de propriedade de DESCANSO FRUTAS LTDA ME, inscrito no CNPJ nº 11.314.239/0001-52, com sede na SC 163, Linha Cruzinhas, CEP 89.910-000, Descanso SC, representada pelo sócio PEDRO FERRI, CPF 605.132.849-15, RG 13/R – 1.946.718 SSP/SC, brasileiro, divorciado, maior, gerente administrativo, residente e domiciliado na Rua Sete de Setembro, nº 2323 Apto 201, Centro, na cidade de São Miguel do Oeste SC, registrado sob matrícula nº 5.847, de 13.03.2014, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Descanso – SC, de forma amigável.

Parágrafo único: Os termos de concordância e anuência dos proprietários e detentores de direito, respectivamente, deverão constar nos registros administrativos do processo de desapropriação.

Art. 3º A área remanescente de 1.159,77 m², do imóvel Parte do Lote Rural nº 16, com a área total de 1.232,00 m², com construções, constante de uma Edificação Comercial em alvenaria, situada à SC-163, Linha Cruzinhas, no município de Descanso - SC, imóvel de propriedade de DESCANSO FRUTAS LTDA ME, inscrito no CNPJ nº 11.314.239/0001-52, com sede na SC 163, Linha Cruzinhas, CEP 89.910-000, Descanso SC, representada pelo sócio PEDRO FERRI, CPF 605.132.849-15, RG 13/R – 1.946.718 SSP/SC, brasileiro, divorciado, maior, gerente administrativo, residente e domiciliado na Rua Sete de Setembro, nº 2323 Apto 201, Centro, na cidade de São Miguel do Oeste SC, registrado sob matrícula nº 5.847, de 13.03.2014, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Descanso – SC, com as seguintes confrontações.

- Ao NORTE, com a área remanescente do mesmo lote rural nº. 16, de Idemario Santos Lima e Orlando Maier, por linha seca, medindo 8,27 metros;
- Ao LESTE, com a área remanescente do mesmo lote rural nº. 16, de Idemario Santos Lima e Orlando Maier, por linha seca, medindo 10,74 metros;
- Novamente ao NORTE, com a área remanescente do mesmo lote rural nº. 16, de Idemario Santos Lima e Orlando Maier, por linha seca, medindo 26,62 metros;
- Novamente ao LESTE, com a área remanescente do mesmo lote rural nº. 16, de Idemario Santos Lima e Orlando Maier, por linha seca, medindo 38,00 metros;
- Ao Sul, com a área remanescente do mesmo lote rural nº. 16, de Idemario Santos Lima e Orlando Maier, por linha seca, medindo 25,64 metros;
- Ao Oeste, com a Rua Pedro Erlo (antiga Estrada Geral Descanso – São Miguel do Oeste), por linha seca, medindo 49,61 metros.

Art. 4º A área ora declarada de utilidade pública destina-se à regularização de trecho da Rua Pedro Erlo, nesta cidade de Descanso - SC.

Art. 5º As despesas decorrentes do presente Decreto, serão à conta de dotação própria constante da Lei de Meios vigente à época.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 7º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Descanso – SC, 05 de Novembro de 2019.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito de Descanso

Élcio Jeziur

Engenheiro Civil Assessor de Projetos - CREA-SC 136.710-6

Certifico que publiquei o presente Decreto na data supra.

DECRETO 2076/2019, DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL E/OU JUDICIAL, AJUSTE E CORREÇÃO DE MATRÍCULA, À ÁREA DE TERRA COM 1.027,05 M², DO IMÓVEL PARTE DO LOTE RURAL Nº 18, DE PROPRIEDADE DE CLEUSA FATIMA TOMAZELLI ZEPE, CLAUDETE LURDES TOMAZELLI ALMEIDA E SOLANGE ASSUNT

Publicação Nº 2217710

DECRETO Nº 2076/2019, de 05 de Novembro de 2019.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL E/OU JUDICIAL, AJUSTE E CORREÇÃO DE MATRÍCULA, À ÁREA DE TERRA COM 1.027,05 M², DO IMÓVEL PARTE DO LOTE RURAL Nº 18, DE PROPRIEDADE DE CLEUSA FATIMA TOMAZELLI ZEPE, CLAUDETE LURDES TOMAZELLI ALMEIDA E SOLANGE ASSUNTA TOMAZELLI, DESTINADA AO ALARGAMENTO DA RUA PEDRO ERLO, MUNICÍPIO DE DESCANSO - SC, COM DESAPROPRIAÇÃO NÃO ONEROSA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 3º, inciso II, VIII, alínea "b" c/c Art.4º, inciso I, alínea "a", Art. 82, da Lei nº 12.651, de 25.05.2012 e Art. 86, inciso IX da Lei Orgânica do Município de Descanso,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública para fins de desapropriação amigável e/ou judicial, ajuste e correção de matrícula, a área de terra com 1.027,05 m², do imóvel Parte do Lote Rural nº 18, com a área total de 20.00,00 m², situada à SC-163, Linha Cruzinhas, no município de Descanso - SC, imóvel de propriedade de CLEUSA FATIMA TOMAZELLI ZEPE, CPF 422.669.989-00, brasileira, casada com DANIEL ZEPPE, funcionária pública federal, residente e domicílio na SC-163, Linha Cruzinhas, Descanso SC; CLAUDETE LURDES TOMAZELLI ALMEIDA, CPF 221.148.749-15, brasileira, viúva, aposentada, residente e domiciliada na Rua Aloisio Arcenico Klein, 234, São Luiz, na cidade de São Miguel do Oeste SC, e SOLANGE ASSUNTA TOMAZELLI, CPF 347.604.079-87, brasileira, solteira, administradora e contadora, residente e domiciliada na Rua Lauro Muller, Edifício Porto Atlantico, 478, na cidade de Itajaí; registrado sob matrícula nº 6.671, de 19.02.2016, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Descanso – SC, com as seguintes confrontações:

- Ao NORTE, com parte do mesmo lote rural nº. 18, de Valdemar Toldo e outros, por linha seca, medindo 129,77 metros;
- Ao LESTE, com a área remanescente do mesmo lote rural nº. 16, de Jaime Luiz Tomazelli, na faixa de domínio da SC-163, por linha seca,

medindo 167,50 metros;

- Ao Sul, com parte do lote rural nº. 16, de Orlando Maier, por linha seca, medindo 32,94 metros; e de Idemario Santos Lima e Orlando Maier, por linha seca, medindo 69,00 metros, totalizando 101,94 metros;

- Ao Oeste, com a Rua Pedro Erlo (antiga Estrada Geral Descanso – São Miguel do Oeste), por linha seca, em curva, medindo 171,23 metros.

Art. 2º Fica desapropriada a área de terra com 1.027,05 m², do imóvel Parte do Lote Rural nº 18, com a área total de 20.00,00 m², situada à SC-163, Linha Cruzinhas, no município de Descanso - SC, imóvel de propriedade de CLEUSA FATIMA TOMAZELLI ZEPE, CPF 422.669.989-00, brasileira, casada com DANIEL ZEPPE, funcionária pública federal, residente a domicílio na SC-163, Linha Cruzinhas, Descanso SC; CLAUDETE LURDES TOMAZELLI ALMEIDA, CPF 221.148.749-15, brasileira, viúva, aposentada, residente e domiciliada na Rua Aloisio Arcenico Klein, 234, na cidade de São Miguel do Oeste SC, e SOLANGE ASSUNTA TOMAZELLI, CPF 347.604.079-87, brasileira, solteira, administradora e contadora, residente e domiciliada na Rua Lauro Muller, Edifício Porto Atlantico, 478, na cidade de Itajaí; registrado sob matrícula nº 6.671, de 19.02.2016, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Descanso – SC, de forma amigável.

Parágrafo único: Os termos de concordância e anuência dos proprietários e detentores de direito, respectivamente, deverão constar nos registros administrativos do processo de desapropriação.

Art. 3º A área remanescente de 1.159,77 m², do imóvel Parte do Lote Rural nº 18, com a área total de 20.00,00 m², situada à SC-163, Linha Cruzinhas, no município de Descanso - SC, imóvel de propriedade de CLEUSA FATIMA TOMAZELLI ZEPE, CPF 422.669.989-00, brasileira, casada com DANIEL ZEPPE, funcionária pública federal, residente a domicílio na SC-163, Linha Cruzinhas, Descanso SC; CLAUDETE LURDES TOMAZELLI ALMEIDA, CPF 221.148.749-15, brasileira, viúva, aposentada, residente e domiciliada na Rua Aloisio Arcenico Klein, 234, na cidade de São Miguel do Oeste SC, e SOLANGE ASSUNTA TOMAZELLI, CPF 347.604.079-87, brasileira, solteira, administradora e contadora, residente e domiciliada na cidade de Chapecó; registrado sob matrícula nº 6.671, de 19.02.2016, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Descanso – SC, com as seguintes confrontações:

- Ao NORTE, com parte do mesmo lote rural nº. 18, de Valdemar Toldo e outros, por linha seca, medindo 123,62 metros;

- Ao LESTE, com a área remanescente do mesmo lote rural nº. 16, de Jaime Luiz Tomazelli, na faixa de domínio da SC-163, por linha seca, medindo 167,50 metros;

- Ao Sul, com parte do lote rural nº. 16, de Orlando Maier, por linha seca, medindo 32,94 metros; e de Idemario Santos Lima e Orlando Maier, por linha seca, medindo 62,93 metros, totalizando 95,91 metros;

- Ao Oeste, com a Rua Pedro Erlo (antiga Estrada Geral Descanso – São Miguel do Oeste), por linha seca, em curva, medindo 171,12 metros.

Art. 4º A área ora declarada de utilidade pública destina-se à regularização de trecho da Rua Pedro Erlo, nesta cidade de Descanso - SC.

Art. 5º As despesas decorrentes do presente Decreto, serão à conta de dotação própria constante da Lei de Meios vigente à época.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 7º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Descanso – SC, 05 de Novembro de 2019.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito de Descanso

Élcio Jeziur

Engenheiro Civil Assessor de Projetos - CREA-SC 136.710-6

Certifico que publiquei o presente Decreto na data supra.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 73/2019 - PMD

Publicação Nº 2216563

MUNICÍPIO DE DESCANSO-PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 73/2019

Objeto: Aquisição de auxílio alimentação para distribuição gratuita a pessoas carentes do Município de Descanso/SC, com base na Lei Municipal nº 1556 de 06 de outubro de 2017, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos. Recebimento dos envelopes de documentação e propostas até às 08h30min do dia 20/11/2019, no Departamento de Licitações e Contratos do Município de Descanso - Prefeitura, sito a Avenida Marechal Deodoro, nº 146, iniciando a fase de lances às 08h30min do mesmo dia. A integral do Edital encontra-se no endereço eletrônico www.descanso.sc.gov.br Informações pelo fone (049) 3623 0161.

Descanso/SC, 05 de Novembro de 2019.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito Municipal

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO PREGAO PRESENCIAL 96-2019 - PMDC

Publicação Nº 2216651

PREGÃO PRESENCIAL Nº 96/19

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 96/19

HOMOLOGAÇÃO: 04/11/19

CONTRATADO: COMERCIO DE COMBUSTIVEIS STANG LTDA

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S500 E ÓLEO DIESEL S10, PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA - SC.

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.527.320,00 (um milhão quinhentos e vinte e sete mil trezentos e vinte reais)

DATA: 05/11/19 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO

GONÇALVES - Prefeito Municipal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 45/2019 - PREGÃO 96-2019 - PMDC

Publicação Nº 2216639

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 1/7

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA**Processo Nº.: 96/2019****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 96/2019****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 45/2019**

No dia 4 do mês de Novembro do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.026.773/0001-74, com sede administrativa localizada na RUA SANTOS DUMONT 413, bairro CENTRO, CEP nº. 89950-000, nesta cidade de Dionísio Cerqueira/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES, inscrito no CPF sob o nº. 796.689.179-87, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 96/2019, Processo Licitatório nº. 96/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S500 E ÓLEO DIESEL S10, PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA - SC. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
12551	COMERCIO DE COMBUSTIVEIS STANG LTDA	1, 2
8418	G B VALDUGA & CIA LTDA	
12351	RONNIE IVA VALDUGA E CIA LTDA	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
COMERCIO DE COMBUSTIVEIS STANG LTDA	14.169.763/0004-18	CHARLES ZYGOSKI	091.107.669-79
G B VALDUGA & CIA LTDA	03.303.719/0001-90	LEOMAR LUIZ VALDUGA	448.878.920-04
RONNIE IVA VALDUGA E CIA LTDA	02.380.281/0001-80	RONNIE IVA VALDUGA	605.156.609-06

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S500 E ÓLEO DIESEL S10, PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA - SC.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 12551 - COMERCIO DE COMBUSTIVEIS STANG LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	OLEO DIESEL S 500	LTS	STANG	240.000,000	3,3300	799.200,00
2	ÓLEO DIESEL S-10.	LTS	STANG	218.000,000	3,3400	728.120,00

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA**

Página: 2/7

Processo Nº.: 96/2019**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 96/2019**

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

Página: 3/7
Processo Nº.: 96/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 96/2019

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA**

Página: 4/7

Processo Nº.: 96/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 96/2019**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

Página: 5/7
Processo Nº.: 96/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 96/2019

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

Página: 6/7
Processo Nº.: 96/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 96/2019

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

Página: 7/7
Processo Nº.: 96/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 96/2019

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Dionísio Cerqueira para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Dionísio Cerqueira, 4 de Novembro de 2019.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

COMERCIO DE COMBUSTIVEIS STANG LTDA

CNPJ: 14.169.763/0004-18

G B VALDUGA & CIA LTDA

CNPJ: 03.303.719/0001-90

RONNIE IVA VALDUGA E CIA LTDA

CNPJ: 02.380.281/0001-80

Dona Emma

PREFEITURA

EXTRATO DA RESCISAO DO CONTRATO Nº 38/2019

Publicação Nº 2216974

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 38/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE DONA EMMA E A ENTIDADE LAR BENEFICENTE JOÃO 3:16.

Ao primeiro dia do mês de novembro de dois mil e dezenove, o Município de Dona Emma, entidade jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob nº 83.102.426/0001-83, estabelecido à Rua Alberto Koglin nº 3493, Centro, Município de Dona Emma, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor Nerci Barp, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Dona Emma – SC, inscrito no CPF sob nº. 310.372.169-20 e portador da Carteira de Identidade com RG nº. 868.705, expedida pela SESP/SC, como CONTRATANTE e, do outro lado como CONTRATADA, a entidade Lar Beneficente João 3:16, pessoa jurídica de direito privado inscrita no cnpj sob nº 00.663.923/0001-23, estabelecida à Estrada Ribeirão Concórdia, s/nº – Bairro Ribeirão Concórdia, Município de Braço do Trombudo, Estado do Santa Catarina, neste ato representada legalmente pelo diretor geral, senhor Moisés da Silva, brasileiro, residente e domiciliado na Estrada Ribeirão Concórdia, s/nº – Bairro Ribeirão Concórdia, Município de Braço do Trombudo, Estado do Santa Catarina, inscrito no CPF sob nº 656.342.769-34 e portador da Carteira de Identidade com RG nº 2.177.434, expedida pela SSP/SC, resolve RESCINDIR, AMIGAVELMENTE O CONTRATO Nº 38/2019, conforme art. 79, inciso II, da Lei 8.666/93, na forma descrita no contrato inicial, nos termos do art. 78, inciso, XII da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Este Termo tem como objeto a RESCISÃO do Contrato nº 38/2019, firmado entre as partes em 01 de outubro de 2019, tendo por objeto a prestação de serviço no acolhimento institucional provisório de criança recém-nascida em situação de risco e vulnerabilidade social, conforme mandado judicial nº 141.2019/003630-0 – Vara da Infância e Juventude da Comarca de Presidente Getúlio – SC.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RESCISÃO

Fica rescindido de pleno direito, amigavelmente, com efeitos a partir de 01/11/2019, o Contrato nº 38/2019, visto que não há mais a necessidade da contratação, visto que foi finalizado a demanda para os serviços objeto do Contrato, de acordo com o Ofício nº 033ADM/2019 enviado pela entidade Lar Beneficente João 3:16, no dia 01 de novembro de 2019, informando que a criança Carlos Daniel Dutra foi descolhido do Lar e 25 de outubro de 2019, por determinação judicial. Sendo que em nosso Município dificilmente ocorrem casos de abandono ou maus tratos de incapaz, por este motivo não seria necessária a continuidade da contratação

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

Este Termo de Rescisão decorre de autorização da autoridade legal competente e tem respaldo na Cláusula Décima Quinta do Contrato nº 38/2019, e ainda, no artigo 79, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DA QUITAÇÃO

As partes dão plena e total quitação das obrigações pactuadas, inclusive quanto aos créditos já realizados, proporcionais ao período de 30/09/2019 a 25/10/2019, período em que a criança permaneceu na entidade, no valor de R\$ 4.203,33 (quatro mil duzentos e três reais trinta e três centavos), em favor da DISTRATADA, não sendo cabível, por parte da DISTRATADA, qualquer contestação judicial ou extrajudicial que diga respeito a pagamentos, faturas, indenizações ou compensações referentes ao Contrato extinto por este Instrumento. Assim, pela assinatura deste Termo, concede-se plena quitação de todas as obrigações pactuadas ao DISTRATANTE, renunciando expressa e irrevogavelmente a qualquer forma de representação judicial ou administrativa.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato deste Termo de Rescisão Amigável no Diário Oficial dos Municípios, nos termos art. 61, Parágrafo Único, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO

O foro competente é o da Comarca de Presidente Getúlio/SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, no qual serão dirimidas todas as questões não resolvidas na esfera administrativa.

E, por estarem as partes de comum acordo com as cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que possa surtir efeitos jurídicos e legais.

Dona Emma (SC), 1º de novembro de 2019.

NERCI BARP Prefeito Municipal Município de Dona Emma Contratante	Moisés da Silva Diretor Geral Lar Beneficente João 3:16 Contratada
TESTEMUNHAS: 1) _____ Nome: Nicole Tereza Weber CPF nº 085.691.379-07	2) _____ Nome: Anna Paula Guesser Ax CPF nº 035.917.469-83

PABLO IDEKER DA SILVA
Assessor Jurídico
OAB/SC nº 16.044
CPF nº 003.434.869-70

LEI Nº 1595/2019, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2216579

LEI Nº 1595/2019, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Altera dispositivo da Lei Municipal nº 1.548/2017 de 11 de dezembro de 2017, que autoriza a concessão de brindes natalinos aos servidores públicos municipais e dá outras providências.

NERCIBARP, Prefeito Municipal de Dona Emma, Estado de Santa Catarina,

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A concessão de brindes natalinos aos servidores públicos municipais do Município de Dona Emma definida no artigo 1º da Lei Municipal nº 1.548/2017 de 11 de dezembro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica o Poder Executivo e Poder Legislativo do Município de Dona Emma autorizado a conceder aos servidores públicos municipais ativos e inativos, brinde natalino no valor máximo de 30 (trinta) Unidades Fiscais Municipais. ”

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Dona Emma (SC), 05 de novembro de 2019.
NERCI BARP
Prefeito Municipal

Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 1540/2017, de 19 de setembro de 2017.

RUBENS STANKE
Contabilista, respondendo pelo expediente da Secretaria de
Administração, Finanças e Planejamento

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2019

Publicação Nº 2217209

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2019

VALIDADE: 12 (doze) meses

Ao quarto dia do mês de novembro do ano de 2019, na Sede da Prefeitura Municipal de Doutor Pedrinho/SC, a Central de Licitações, por seus representantes nomeados nos termos do art. 15 da Lei Federal n.º 8.666/1993 e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços n.º 54/2019, conforme Ata de julgamento de preços homologada pela Prefeitura Municipal Sra. SIMONI MÉRCIA MESCH NONES, RESOLVE registrar os preços para a aquisição dos itens conforme consta no Anexo I, que passa a fazer parte desta, tendo sido os referidos preços oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame acima numerado.

Presentes as empresas e seus representantes:

Nº	EMPRESA	CNPJ	REPRESENTANTE	CPF
1	COMERCIAL AGRO-PECUARIA DOUTOR PEDRINHO EIRELI EPP	79.393.633/0001-67		
2	CEDRO ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA-ME	00.649.903/0001-06	OSNI TAMANINI	350.939.869-68
3	JOCIMAR FIGUEIREDO	29.793.736/0001-46	JOCIMAR FIGUEIREDO	027.049.139-27
4	ELTON LUIZ MADEIRA	27.666.061/0001-49		
5	PORTO UNIÃO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI	33.159.931/0001-96	ARILDO PACOALINO CARDOSO	420.340.009-00
6	WR CONSTRUTORA E DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS EIRELI	30.150.827/0001-42	ANTONIO CLAUDIO TASCHECK	816.819.179-04
7	3A MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI EPP	95.822.136/0001-93	DÉBORA LUIZA PANINI	091.692.149-21
8	BILLIG COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME	11.472.411/0001-04	DIANA MARTINS DOS SANTOS	107.693.579-62
9	HILEON CESAR SUCATELLI ME	17.778.957/0001-66	LUIZ EUGENIO BENDOTTI	043.923.819-60

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1.1 – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS INERENTES A CONSTRUÇÃO CIVIL, DESTINADOS À MANUTENÇÃO E EXECUÇÃO DE OBRAS PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE DOUTOR PEDRINHO**, de acordo com as especificações e quantitativos constantes no Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 54/2019.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - Esta Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura.

2.2 - Durante o prazo de validade desta Ata o Município de Doutor Pedrinho/SC não será obrigado a adquirir o material referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo da forma que julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA III – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - A presente ata de registro de preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital.

3.2 - O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Fornecedor: 3A MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI EPP					Valor Proposto	
Item	Unid.	Quant.	Descrição	Marca	Unitário	Total
1	UNID	6.000	TIJOLO CERÂMICO (ALVENARIA DE VEDAÇÃO), 06 FUROS, DE 11,5 X 19 X 24 CM	CERÂMICA SILVA	R\$ 0,79	R\$ 4.740,00
12	M²	500	LAJE PRÉ-MOLDADA CONVENCIONAL (LAJOTAS + VIGOTAS) PARA PISO, UNIDIRECIONAL, SOBRECARGA 350 KG/M2, VÃO ATÉ 4,50 M (SEM COLOCAÇÃO)	MILAJES	R\$ 36,50	R\$ 18.250,00
13	M²	500	LAJE PRÉ-MOLDADA CONVENCIONAL (LAJOTAS + VIGOTAS) PARA FORRO, UNIDIRECIONAL, SOBRECARGA DE 100 KG/M2, VÃO ATÉ 4,50 M (SEM COLOCAÇÃO)	MILAJES	R\$ 30,20	R\$ 15.100,00
15	UNID	300	TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA ESP = 6 MM, DE 2,44 X 1,10 M (SEM AMIANTO)	ISDRALIT	R\$ 40,74	R\$ 12.222,00
16	UNID	200	TELHA ECOLÓGICA EM FIBRA VEGETAL ONDULADA, 95 x 200 CM, ESPESSURA 3 MM, COR: VERDE	ONDULINE	R\$ 50,10	R\$ 10.020,00
17	UNID	200	CUMEEIRA PARA TELHA CERÂMICA, COMPRIMENTO DE *41* CM, RENDIMENTO DE *3* TELHAS/M	CERÂMICA MONTEIRO	R\$ 3,03	R\$ 606,00
24	UNID	600	CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32 (SACO DE 50 KG)	VOTORAN	R\$ 22,74	R\$ 13.644,00
25	UNID	120	CAL HIDRATADA PARA ARGAMASSAS (SACO DE 20 KG)	OURO BRANCO	R\$ 8,09	R\$ 970,80
27	UNID	30	CAL HIDRATADA BRANCA PARA PINTURA, COM FIXADOR (SACO DE 8 KG)	OURO BRANCO	R\$ 7,49	R\$ 224,70
28	UNID	50	ARGAMASSA COLANTE TIPO ACI (SACO DE 20 KG)	CERAMFIX	R\$ 6,83	R\$ 341,50
29	UNID	50	ARGAMASSA COLANTE TIPO ACII (SACO DE 20 KG)	CERAMFIX	R\$ 14,70	R\$ 735,00
30	UNID	50	ARGAMASSA COLANTE TIPO ACIII (SACO DE 20 KG)	CERAMFIX	R\$ 24,70	R\$ 1.235,00
31	M³	60	PEDRA BRITADA N. 2 (19 A 38 MM)	OURO PRETO	R\$ 77,90	R\$ 4.674,00
32	M³	50	PEDRA BRITADA N. 3 (38 A 50 MM)	OURO PRETO	R\$ 77,90	R\$ 3.895,00
33	M³	90	AREIA FINA	EXT. AREIA DESCHAMPS	R\$ 89,90	R\$ 8.091,00
35	M³	50	AREIA GROSSA	EXT. AREIA BECKAUSER	R\$ 77,90	R\$ 3.895,00

37	KG	30	ARAME RECOZIDO 18 BWG, 1,25 MM (0,01 KG/M)	FERRAGENS HLS	R\$ 10,69	R\$ 320,70
38	BARRA	60	AÇO CA-60, 4,2 MM, VERGALHÃO, 12 M	FERRAGENS HLS	R\$ 7,59	R\$ 455,40
39	BARRA	60	AÇO CA-50, 5,0 MM (3/16"), VERGALHÃO, 12 M	FERRAGENS HLS	R\$ 10,50	R\$ 630,00
40	BARRA	45	AÇO CA-50, 6,3 MM (1/4"), VERGALHÃO, 12 M	FERRAGENS HLS	R\$ 15,89	R\$ 715,05
41	BARRA	80	AÇO CA-50, 8,0 MM (5/16"), VERGALHÃO, 12 M	FERRAGENS HLS	R\$ 23,74	R\$ 1.899,20
42	BARRA	60	AÇO CA-50, 10,0 MM (3/8"), VERGALHÃO, 12 M	FERRAGENS HLS	R\$ 35,74	R\$ 2.144,40
43	BARRA	60	AÇO CA-50, 12,5 MM (1/2"), VERGALHÃO, 12 M	FERRAGENS HLS	R\$ 56,00	R\$ 3.360,00
44	BARRA	40	AÇO CA-50, 16,0 MM (5/8"), VERGALHÃO, 12 M	FERRAGENS HLS	R\$ 85,49	R\$ 3.419,60
45	BARRA	40	AÇO CA-50, 20,0 MM (3/4"), VERGALHÃO, 12 M	FERRAGENS HLS	R\$ 153,30	R\$ 6.132,00
46	BARRA	40	AÇO CA-50, 25,0 MM (1"), VERGALHÃO, 12 M	FERRAGENS HLS	R\$ 184,00	R\$ 7.360,00
47	M²	2.000	TELA DE ARAME GALV QUADRANGULAR / LOSANGULAR, FIO 2,11 MM (14 BWG), MALHA 8 X 8 CM, H = 2 M	TELAS FRANZ	R\$ 10,59	R\$ 21.180,00
49	M	2.000	ARAME GALVANIZADO 14 BWG, 2,10MM (0,0272 KG/M)	TELAS FRANZ	R\$ 0,36	R\$ 720,00
58	KG	300	PREGO DE AÇO POLIDO COM CABEÇA 25 X 72	GERDAU	R\$ 11,74	R\$ 3.522,00
59	KG	30	PREGO DE AÇO POLIDO COM CABEÇA 26 X 84	GERDAU	R\$ 14,85	R\$ 445,50
60	BARRA	20	TUBO PVC, SÉRIE NORMAL, DN 40 MM, PARA ESGOTO PREDIAL, BARRA DE 6 M, (NBR 5688)	PLASTUBOS	R\$ 17,50	R\$ 350,00
61	BARRA	20	TUBO PVC, SÉRIE NORMAL, DN 50 MM, PARA ESGOTO PREDIAL, BARRA DE 6 M, (NBR 5688)	PLASTUBOS	R\$ 29,80	R\$ 596,00
62	BARRA	20	TUBO PVC, SÉRIE NORMAL, DN 75 MM, PARA ESGOTO PREDIAL, BARRA DE 6 M, (NBR 5688)	PLASTUBOS	R\$ 39,00	R\$ 780,00
63	BARRA	50	TUBO PVC, SÉRIE NORMAL, DN 100 MM, PARA ESGOTO PREDIAL, BARRA DE 6 M, (NBR 5688)	PLASTUBOS	R\$ 45,20	R\$ 2.260,00
64	BARRA	30	TUBO PVC, SÉRIE NORMAL, DN 150 MM, PARA ESGOTO PREDIAL, BARRA DE 6 M, (NBR 5688)	PLASTUBOS	R\$ 124,00	R\$ 3.720,00
65	UNID	20	JOELHO PVC, SOLDÁVEL, PB, 45 GRAUS, DN 40 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	PLASTUBOS	R\$ 1,17	R\$ 23,40

66	UNID	20	JOELHO PVC, SOLDÁVEL, PB, 45 GRAUS, DN 50 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	PLASTUBOS	R\$ 1,72	R\$ 34,40
67	UNID	20	JOELHO PVC, SOLDÁVEL, PB, 45 GRAUS, DN 75 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	PLASTUBOS	R\$ 4,05	R\$ 81,00
68	UNID	20	JOELHO PVC, SOLDÁVEL, PB, 45 GRAUS, DN 100 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	PLASTUBOS	R\$ 4,50	R\$ 90,00
69	UNID	10	JOELHO PVC, SOLDÁVEL, PB, 45 GRAUS, DN 150 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	CHIVA	R\$ 26,39	R\$ 263,90
70	UNID	20	JOELHO PVC, SOLDÁVEL, PB, 90 GRAUS, DN 40 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	PLASTUBOS	R\$ 0,84	R\$ 16,80
71	UNID	20	JOELHO PVC, SOLDÁVEL, PB, 90 GRAUS, DN 50 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	PLASTUBOS	R\$ 1,38	R\$ 27,60
72	UNID	20	JOELHO PVC, SOLDÁVEL, PB, 90 GRAUS, DN 75 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	PLASTUBOS	R\$ 3,22	R\$ 64,40
73	UNID	20	JOELHO PVC, SOLDÁVEL, PB, 90 GRAUS, DN 100 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	PLASTUBOS	R\$ 3,69	R\$ 73,80
74	UNID	10	JOELHO PVC, SOLDÁVEL, PB, 90 GRAUS, DN 150 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	CHIVA	R\$ 24,09	R\$ 240,90
75	UNID	20	CAP PVC PARA ESGOTO, DN 40 MM	PLASTUBOS	R\$ 1,94	R\$ 38,80
76	UNID	20	CAP PVC, SOLDÁVEL, DN 50 MM, SERIE NORMAL, PARA ESGOTO PREDIAL	PLASTUBOS	R\$ 2,26	R\$ 45,20
77	UNID	20	CAP PVC, SOLDÁVEL, DN 75 MM, SERIE NORMAL, PARA ESGOTO PREDIAL	PLASTUBOS	R\$ 3,26	R\$ 65,20
78	UNID	40	CAP PVC, SOLDÁVEL, DN 100 MM, SERIE NORMAL, PARA ESGOTO PREDIAL	PLASTUBOS	R\$ 4,41	R\$ 176,40
79	UNID	20	CAP PVC PARA ESGOTO, DN 150MM	CHIVA	R\$ 17,79	R\$ 355,80
80	UNID	20	JUNÇÃO SIMPLES, PVC, DN 50 X 50 MM, SERIE NORMAL PARA ESGOTO PREDIAL	PLASTUBOS	R\$ 4,89	R\$ 97,80
81	UNID	20	JUNÇÃO SIMPLES, PVC, DN 100 X 50 MM, SERIE NORMAL PARA ESGOTO PREDIAL	PLASTUBOS	R\$ 7,82	R\$ 156,40
82	UNID	20	JUNÇÃO SIMPLES, PVC, DN 100 X 75 MM, SERIE NORMAL PARA ESGOTO PREDIAL	PLASTUBOS	R\$ 11,40	R\$ 228,00
83	UNID	20	TE SANITÁRIO, PVC, DN 50 X 50 MM, SERIE NORMAL, PARA ESGOTO PREDIAL	PLASTUBOS	R\$ 3,52	R\$ 70,40
84	UNID	20	TE SANITÁRIO, PVC, DN 100 X 50 MM, SERIE NORMAL, PARA ESGOTO PREDIAL	PLASTUBOS	R\$ 7,57	R\$ 151,40
85	UNID	20	TE SANITÁRIO, PVC, DN 75 X 50 MM, SERIE NORMAL PARA ESGOTO PREDIAL	PLASTUBOS	R\$ 5,41	R\$ 108,20
86	UNID	20	CAIXA SIFONADA PVC, 150 X 150 X 50 MM, COM GRELHA QUADRADA BRANCA (NBR 5688)	AMANCO	R\$ 19,59	R\$ 391,80

87	UNID	50	CAIXA SIFONADA PVC, 100 X 100 X 50 MM, COM GRELHA REDONDA BRANCA	PLASTUBOS	R\$ 8,89	R\$ 444,50
88	UNID	20	CORPO CAIXA SECA, DN 100 X 100 X 40 MM	AMANCO	R\$ 11,49	R\$ 229,80
90	UNID	20	GRELHA REDONDA BRANCA, PVC, DN 100 MM	ASTRA	R\$ 4,47	R\$ 89,40
91	BARRA	10	TUBO PVC, SOLDÁVEL, DN 20 MM, ÁGUA FRIA, BARRA DE 6 M, (NBR-5648)	PLASTUBOS	R\$ 10,25	R\$ 102,50
92	BARRA	30	TUBO PVC, SOLDÁVEL, DN 25 MM, ÁGUA FRIA, BARRA DE 6 M, (NBR-5648)	PLASTUBOS	R\$ 13,66	R\$ 409,80
93	BARRA	10	TUBO PVC, SOLDÁVEL, DN 32 MM, ÁGUA FRIA, BARRA DE 6 M, (NBR-5648)	PLASTUBOS	R\$ 26,69	R\$ 266,90
94	BARRA	10	TUBO PVC, SOLDÁVEL, DN 40 MM, ÁGUA FRIA, BARRA DE 6 M, (NBR-5648)	PLASTUBOS	R\$ 32,69	R\$ 326,90
95	BARRA	20	TUBO PVC, SOLDÁVEL, DN 50 MM, ÁGUA FRIA, BARRA DE 6 M, (NBR-5648)	PLASTUBOS	R\$ 51,10	R\$ 1.022,00
97	UNID	40	ABRACADEIRA EM AÇO PARA AMARRAÇÃO DE ELETRODUTOS, TIPO U SIMPLES, COM 1/2"	INCA	R\$ 0,20	R\$ 8,00
98	UNID	40	ABRACADEIRA EM AÇO PARA AMARRAÇÃO DE ELETRODUTOS, TIPO U SIMPLES, COM 3/4"	INCA	R\$ 0,23	R\$ 9,20
99	UNID	30	ADESIVO PLASTICO PARA PVC, FRASCO COM NO MÍNIMO 850 GR	AMANCO	R\$ 48,70	R\$ 1.461,00
100	UNID	30	ADESIVO EPÓXI, EM BISNAGAS DUPLAS, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 23 GRAMAS	ARALDITE	R\$ 24,99	R\$ 749,70
101	UNID	30	ADESIVO/SOLDA EPÓXI, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 250 GRAMAS	DUREPOXI	R\$ 19,55	R\$ 586,50
103	UNID	20	BUCHA DE REDUÇÃO DE PVC, SOLDÁVEL, CURTA, COM 32 X 25 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL	PLASTUBOS	R\$ 0,46	R\$ 9,20
104	UNID	20	BUCHA DE REDUÇÃO DE PVC, SOLDÁVEL, CURTA, COM 40 X 32 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL	PLASTUBOS	R\$ 1,14	R\$ 22,80
105	UNID	20	BUCHA DE REDUÇÃO DE PVC, SOLDÁVEL, LONGA, COM 50 X 32 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL	PLASTUBOS	R\$ 2,74	R\$ 54,80
106	UNID	20	BUCHA DE REDUÇÃO DE PVC, SOLDÁVEL, CURTA, COM 50 X 40 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL	PLASTUBOS	R\$ 1,94	R\$ 38,80
108	UNID	20	FITA VEDA ROSCA EM ROLOS DE 18 MM X 50 M (L X C)	PLASTUBOS	R\$ 8,89	R\$ 177,80
109	UNID	100	JOELHO, PVC SOLDÁVEL, 45 GRAUS, 20 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL	PLASTUBOS	R\$ 0,53	R\$ 53,00

110	UNID	100	JOELHO, PVC SOLDÁVEL, 45 GRAUS, 25 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL	PLASTUBOS	R\$ 0,91	R\$ 91,00
111	UNID	100	JOELHO, PVC SOLDÁVEL, 45 GRAUS, 32 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL	PLASTUBOS	R\$ 2,65	R\$ 265,00
112	UNID	20	JOELHO, PVC SOLDÁVEL, 45 GRAUS, 40 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL	PLASTUBOS	R\$ 3,74	R\$ 74,80
113	UNID	10	JOELHO, PVC SOLDÁVEL, 45 GRAUS, 50 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL	PLASTUBOS	R\$ 4,32	R\$ 43,20
114	UNID	200	JOELHO PVC, SOLDÁVEL, 90 GRAUS, 20 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL	PLASTUBOS	R\$ 0,31	R\$ 62,00
115	UNID	200	JOELHO PVC, SOLDÁVEL, 90 GRAUS, 25 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL	PLASTUBOS	R\$ 0,39	R\$ 78,00
116	UNID	100	JOELHO PVC, SOLDÁVEL, 90 GRAUS, 32 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL	PLASTUBOS	R\$ 1,32	R\$ 132,00
117	UNID	20	JOELHO PVC, SOLDÁVEL, 90 GRAUS, 40 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL	PLASTUBOS	R\$ 3,06	R\$ 61,20
118	UNID	20	JOELHO PVC, SOLDÁVEL, 90 GRAUS, 50 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL	PLASTUBOS	R\$ 2,74	R\$ 54,80
119	UNID	100	LUVA PVC SOLDÁVEL, 20 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL	PLASTUBOS	R\$ 0,38	R\$ 38,00
120	UNID	100	LUVA PVC SOLDÁVEL, 25 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL	PLASTUBOS	R\$ 0,47	R\$ 47,00
121	UNID	50	LUVA PVC SOLDÁVEL, 32 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL	PLASTUBOS	R\$ 1,11	R\$ 55,50
122	UNID	20	LUVA PVC SOLDÁVEL, 40 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL	PLASTUBOS	R\$ 2,08	R\$ 41,60
123	UNID	20	LUVA PVC SOLDÁVEL, 50 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL	PLASTUBOS	R\$ 2,69	R\$ 53,80
124	UNID	200	LUVA SOLDÁVEL COM BUCHA DE LATÃO, PVC, 20 MM X 1/2"	PLASTUBOS	R\$ 3,09	R\$ 618,00
125	UNID	200	LUVA SOLDÁVEL COM BUCHA DE LATÃO, PVC, 25 MM X 1/2"	PLASTUBOS	R\$ 3,27	R\$ 654,00
126	UNID	200	LUVA SOLDÁVEL COM BUCHA DE LATÃO, PVC, 25 MM X 3/4"	PLASTUBOS	R\$ 3,60	R\$ 720,00
127	UNID	25	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, SOLDÁVEL, DN 25 MM, COM CORPO DIVIDIDO	AMANCO	R\$ 17,17	R\$ 429,25
128	UNID	25	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, SOLDÁVEL, DN 32 MM, COM CORPO DIVIDIDO	AMANCO	R\$ 27,25	R\$ 681,25
129	UNID	25	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, SOLDÁVEL, DN 40 MM, COM CORPO DIVIDIDO	AMANCO	R\$ 36,45	R\$ 911,25

130	UNID	25	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, SOLDÁVEL, DN 50 MM, COM CORPO DIVIDIDO	AMANCO	R\$ 37,66	R\$ 941,50
131	UNID	50	REGISTRO GAVETA COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADOS, SIMPLES, BITOLA 3/4 " (REF 1509)	RAINHA	R\$ 49,24	R\$ 2.462,00
132	UNID	50	REGISTRO PRESSÃO COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADA, SIMPLES, BITOLA 3/4 " (REF 1416)	RAINHA	R\$ 46,40	R\$ 2.320,00
133	UNID	100	SIFÃO FLEXÍVEL MULTIUSO	CENSI	R\$ 5,99	R\$ 599,00
134	UNID	20	MADEIRA ROLIÇA TRATADA EM AUTOCLAVE, EUCALIPTO - DIÂMETRO DE 12 À 15 CM - 2,20 M DE COMPRIMENTO	TRATAVALE MADEIRAS	R\$ 31,99	R\$ 639,80
135	UNID	150	TÁBUA DE PINUS - 2,5CM ESP. 20CM LARG. 3M COMP.	MADEIRAS RIO ADA	R\$ 8,99	R\$ 1.348,50
136	UNID	300	TÁBUA DE PINUS - 2,5CM ESP. 25CM LARG. 3M COMP.	MADEIRAS RIO ADA	R\$ 11,99	R\$ 3.597,00
138	UNID	100	MADEIRA APLAINADA DE ITAÚBA - 10CM LARG. 20CM ALT. 3M COMP.	MADEIREIRA VOSS	R\$ 476,00	R\$ 47.600,00
139	UNID	100	MADEIRA APLAINADA DE ITAÚBA - 10CM LARG. 20CM ALT. 6M COMP.	MADEIREIRA VOSS	R\$ 952,00	R\$ 95.200,00
140	UNID	100	MADEIRA APLAINADA DE CAMBARÁ - 10CM LARG. 20CM ALT. 3M COMP.	MADEIREIRA VOSS	R\$ 198,50	R\$ 19.850,00
141	UNID	100	MADEIRA APLAINADA DE CAMBARÁ - 10CM LARG. 20CM ALT. 6M COMP.	MADEIREIRA VOSS	R\$ 398,00	R\$ 39.800,00
142	UNID	100	MADEIRA APLAINADA DE PINUS TRATADO EM AUTOCLAVE - 5CM LARG. 10CM ALT. 3M COMP.	MADEIREIRA VOSS	R\$ 48,30	R\$ 4.830,00
143	UNID	100	MADEIRA APLAINADA DE PINUS TRATADO EM AUTOCLAVE - 5CM LARG. 10CM ALT. 6M COMP.	MADEIREIRA VOSS	R\$ 96,50	R\$ 9.650,00
144	UNID	100	MADEIRA APLAINADA DE PINUS TRATADO EM AUTOCLAVE - 8CM LARG. 16CM ALT. 3M COMP.	MADEIREIRA VOSS	R\$ 85,90	R\$ 8.590,00
145	UNID	100	MADEIRA APLAINADA DE PINUS TRATADO EM AUTOCLAVE - 8CM LARG. 16CM ALT. 6M COMP.	MADEIREIRA VOSS	R\$ 171,00	R\$ 17.100,00
146	UNID	20	MADEIRA APLAINADA DE PINUS TRATADO EM AUTOCLAVE - 15CM LARG. 15CM ALT. 3M COMP. (PÉ DIREITO)	MADEIREIRA VOSS	R\$ 151,00	R\$ 3.020,00
147	UNID	350	MADEIRA APLAINADA DE DECK DE PINUS TRATADO EM AUTOCLAVE - 9CM LARG. 2CM ESP. 3M COMP.	MADEIREIRA VOSS	R\$ 19,35	R\$ 6.772,50
150	UNID	350	MADEIRA APLAINADA DE DECK DE CAMBARÁ - 9CM LARG. 3CM ESP. 3,50M COMP.	MADEIREIRA VOSS	R\$ 55,40	R\$ 19.390,00

151	UNID	350	MADEIRA APLAINADA DE DECK DE ITAÚBA - 9CM LARG. 3CM ESP. 3,50M COMP.	MADEIREIRA VOSS	R\$ 131,00	R\$ 45.850,00
152	UNID	300	MADEIRITE DE PINUS, ESPESSURA 9 MM, 110 x 220 CM	COMPENSADOS NS	R\$ 43,06	R\$ 12.918,00
181	UNID	100	TAMPA CEGA EM PVC PARA CONDULETE 4 X 2"	MAXIDUTOS	R\$ 3,55	R\$ 355,00
182	UNID	100	TAMPA PARA CONDULETE, EM PVC, 4x2, PARA 1 POSTO NA VERTICAL	MAXIDUTOS	R\$ 1,98	R\$ 198,00
183	UNID	100	TAMPA PARA CONDULETE, EM PVC, 4x2, PARA 2 POSTOS NA HORIZONTAL	MAXIDUTOS	R\$ 1,98	R\$ 198,00
184	UNID	300	CAIXA PARA CONDULETE 3/4", EM PVC, 4x2, SEM ROSCA	MAXIDUTOS	R\$ 7,64	R\$ 2.292,00
227	UNID	20	TORNEIRA CROMADA DE MESA PARA LAVATÓRIO, PADRÃO POPULAR, 1/2 " OU 3/4 " (REF 1193)	IMPERATRIZ	R\$ 34,40	R\$ 688,00
228	UNID	20	TORNEIRA CROMADA DE PAREDE PARA COZINHA COM AREJADOR, PADRÃO POPULAR, 1/2 " OU 3/4 " (REF 1159)	IMPERATRIZ	R\$ 42,00	R\$ 840,00
229	UNID	10	VÁLVULA PRA CAIXA ACOPLADA	CENSI	R\$ 98,40	R\$ 984,00
232	UNID	5	ESPATULA DE AÇO INOX COM CABO DE MADEIRA, LARGURA 4 CM	CASTOR	R\$ 4,71	R\$ 23,55
233	UNID	8	ESPATULA DE AÇO INOX COM CABO DE MADEIRA, LARGURA 8 CM	CASTOR	R\$ 6,89	R\$ 55,12
234	UNID	10	ESPATULA DE AÇO INOX COM CABO DE MADEIRA, LARGURA 10 CM	CASTOR	R\$ 6,04	R\$ 60,40
237	UNID	100	LIXA DE FERRO Nº 320, FOLHAS DE 27 x 22 CM	CARBORUNDUM	R\$ 2,22	R\$ 222,00
254	UNID	10	ROLO PARA PINTURA PREDIAL, EM LÃ DE CARNEIRO, 23 CM x 25 MM (h)	CONDOR	R\$ 32,00	R\$ 320,00
278	UNID	15	BANDEJA PLÁSTICA PARA PINTURA, 23 CM	CONDOR	R\$ 5,31	R\$ 79,65
279	UNID	15	BANDEJA PLÁSTICA PARA PINTURA, 15 CM	ROMA	R\$ 3,31	R\$ 49,65
280	UNID	10	EXTENSOR PARA ROLO DE PINTURA, EM ALUMÍNIO, COM ROSCA DE PLÁSTICO, AJUSTÁVEL ATÉ 3 M	CONDOR	R\$ 80,00	R\$ 800,00
TOTAL DO FORNECEDOR:					R\$ 522.273,37	

3.3 - Em cada fornecimento de material decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes no Edital supracitado e seus anexos, que a precederam e integram o presente instrumento.

3.4 - O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pelas empresas que assinarem a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização/pedido da municipalidade.

3.5 - No caso da impossibilidade da entrega do material licitado pelo primeiro classificado a municipalidade poderá chamar o segundo pelo preço do primeiro e assim sucessivamente.

CLÁUSULA IV – DO PAGAMENTO

4.1 - Em relação ao objeto da presente licitação, o pagamento dar-se-á da seguinte forma: ATÉ O 15º DIA DO MÊS SUBSEQUENTE AO DA ENTREGA DOS OBJETOS, mediante apresentação do respectivo documento fiscal (emitido de acordo com as orientações do TCE/SC), acompanhado do comprovante de entrega assinado pelos responsáveis pelo recebimento.

4.2 - Considerando que a vigência da Ata de Registro de Preços não ultrapassará 12 (doze) meses, não será concedido reajuste de preços.

4.3 - Os pagamentos serão realizados através de depósito bancário, conforme dados informados na Proposta Comercial.

4.4 - Os recursos financeiros para pagamento do objeto da presente Ata de Registro de Preços, correrão a conta das seguintes dotações orçamentárias do MUNICÍPIO, como segue:

DOTAÇÃO UTILIZADA		
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
02	GABINETE DO PREFEITO	
001	GABINETE DO PREFEITO	
2002	MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA E GABINETE DO PREFEITO	
3339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
3339030260000	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	
10000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	101
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
03	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
001	ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
2003	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
3339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
3339030260000	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	
10000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	5
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
03	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
001	ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
2005	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	
3339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
3339030260000	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	
10000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	102
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
03	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
001	ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
2020	IMPLANTAÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	
3339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
3339030260000	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	
10000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	139
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
04	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
001	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
2013	MANUTENÇÃO DA COLETA DE LIXO	

3339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
3339030260000	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	73
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
04	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
001	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
2006	MANUTENÇÃO DO SETOR RODOVIÁRIO MUNICIPAL	
3339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
3339030260000	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	
3339030510000	MANUTENÇÃO DE CONSERV. E MANUT. BENS USO COMUM POVO	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	53
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
04	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
001	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
2006	MANUTENÇÃO DO SETOR RODOVIÁRIO MUNICIPAL	
3449051920000	INSTALAÇÕES INCORPORÁVEIS OU INERENTES AO IMÓVEL	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	70
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
05	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	
001	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO	
2008	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
3339030260000	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	
0101000	RECEITAS DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO	133
0136000	SALÁRIO EDUCAÇÃO	77
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
05	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	
001	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO	
2030	MANUTENÇÃO DE CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
3339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
3339030260000	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	
0101000	RECEITAS DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO	146
0136000	SALÁRIO EDUCAÇÃO	40
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
001	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	
2024	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
3339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
3339030260000	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	
0102000	RECEITAS DE IMPOSTOS - SAÚDE	168
0138010	PISO DE ATENÇÃO BÁSICA FIXO - PAB	188
0138040	PISO DE ATENÇÃO BÁSICA – PAB INCREMENTO INDIVIDUAL	264
0138050	PROG. MELH. ATEND. QUAL. - PMAQ	169
0138110	VIGILÂNCIA SANITÁRIA - FEDERAL	173
0338010	PISO DE ATENÇÃO BÁSICA FIXO - PAB	203
0338040	PISO DE ATENÇÃO BÁSICA – PAB INCREMENTO INDIVIDUAL	204
0338050	PROG. MELH. ATEND. QUAL. - PMAQ	206
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	

002	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
2022	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
3339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
3339030260000	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	28
0135010	BOLSA FAMÍLIA	2
0335010	BOLSA FAMÍLIA	236
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
002	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
2033	MANUTENÇÃO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	
3339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
3339030260000	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	38
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
07	SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO	
001	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
2026	MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA AO PRODUTOR RURAL	
3339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
3339030260000	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	
3339030510000	MANUTENÇÃO DE CONSERV. E MANUT. BENS USO COMUM POVO	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	24
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
07	SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO	
001	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
2034	MANUTENÇÃO DE AÇÕES DE CONTROLE DO MEIO AMBIENTE	
3339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
3339030260000	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	45
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
07	SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO	
001	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
2032	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS	
3339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
3339030260000	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	
3339030510000	MANUTENÇÃO DE CONSERV. E MANUT. BENS USO COMUM POVO	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	136
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
08	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO E CULTURA	
001	CULTURA	
2004	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS CULTURAIS	
3339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
3339030260000	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	37
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
08	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO E CULTURA	
002	DESPORTO	
2018	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DESPORTO AMADOR	
3339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
3339030260000	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	74

CLÁUSULA V – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1 - A licitante vencedora disporá do prazo de **05 (cinco) dias úteis** para entrega do produto licitado, contados da data da respectiva solicitação, sendo que, a entrega deverá ser agendada com servidor público municipal da Secretaria requisitante, para que, assim, possa ser definido o local e horário de entrega do objeto licitado, conforme necessidade do município.

5.2 - Fica aqui estabelecido que os produtos serão recebidos:

- a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da quantidade e conformidade dos mesmos com a especificação;
- b) Definitivamente, após a verificação da quantidade, qualidade e conformidade dos mesmos e a consequente aceitação.

5.3 - O contratado ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

5.4 - O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

5.5 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da Ordem de Compra, deverá realizar a entrega conforme estipulado nesta última.

5.6 - Todo e qualquer fornecimento fora do estabelecido neste Edital obriga a licitante vencedora a substituir o produto imediatamente após a notificação/comunicação, arcando única e exclusivamente com todos os custos e ônus (independentemente de sua natureza sem prejuízo da aplicação das medidas legais/contratuais aplicáveis à espécie).

CLÁUSULA VI – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 – Sem prejuízo das demais obrigações previstas no Edital da Licitação nº 54/2019, a CONTRATADA obriga-se a:

- a) Cumprir todas as disposições constantes do Edital de Pregão Presencial – Registro de Preços, e anexos;
- b) Fornecer o objeto desta licitação nas especificações contidas neste edital;
- c) Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos;
- d) Manter durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços as mesmas condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação, (inclusive o preço);
- e) Fornecer o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;
- f) Fornecer o objeto com boa qualidade e durabilidade, dentro dos padrões exigidos;
- g) Aceitar que sejam entregues os produtos de forma parcial, conforme necessidade do município;
- h) Ressarcir a Administração do equivalente a todos os danos decorrente de paralisação ou interrupção do fornecimento do objeto, exceto quando isso ocorrer por exigência do MUNICÍPIO ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias estas devidamente comunicadas ao MUNICÍPIO no prazo de 48 (quarenta e oito horas), após a sua ocorrência;
- i) Substituir o produto defeituoso ou que esteja em desacordo com o descrito neste Edital, imediatamente após a notificação/comunicação, arcando única e exclusivamente com todos os custos e ônus (independente de sua natureza sem prejuízo da aplicação das medidas legais/contratuais aplicáveis à espécie);
- j) **Manter seus dados para contato (endereço físico, e-mail e telefones) atualizados perante o MUNICÍPIO;**
- k) **Firmar a Ata de Registro de Preços resultante desta licitação em até 03 (três) dias úteis após o recebimento da convocação para fazê-lo, sob pena de decair do direito de contratar com o Município.**

CLÁUSULA VII – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**7.1 – Compete a Contratante:**

- a) Controlar a afetiva entrega do objeto desta licitação, bem como sua qualidade e conformidade;
- b) Atestar nas notas fiscais/faturas a afetiva entrega do objeto desta licitação, bem como a compatibilidade dos produtos, para fins de liquidação da despesa;
- c) Efetuar o pagamento à licitante contratada no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente, e sua regular liquidação;
- d) Notificar, por escrito, à licitante contratada das irregularidades constatadas, dando prazo para correção e/ou defesa, incluindo-se o alerta sobre a possibilidade de aplicação de sanções;
- e) Aplicar à empresa vencedora as penalidades previstas, quando for o caso.

CLÁUSULA VIII – DAS PENALIDADES

8.1 - O descumprimento, parcial ou total, de qualquer das cláusulas contidas na Ata de Registro de Preços sujeitará à CONTRATADA às sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

8.1.1 - A inexecução parcial ou total desta Ata poderá ensejar a suspensão do cadastro da CONTRATADA e/ou a imposição da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o MUNICÍPIO, cumuladas em ambas as hipóteses, com multa de 0,5% (meio por cento) do valor total da Ata por dia de atraso na entrega do objeto ou cumprimento de obrigação contratual, até o limite de 15% (quinze por cento) do valor total da Ata.

8.1.2 - O valor das multas será, obrigatoriamente, deduzido do pagamento do objeto entregue com atraso, ou de outros créditos, relativo ao mesmo Contrato, eventualmente existentes.

8.1.3 - As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

8.1.4 - Os pagamentos referentes a serviços que estejam sendo objeto de discussão em Processo Administrativo ficarão suspensos até a conclusão do mesmo.

CLÁUSULA IX – DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

9.1 - Os preços informados pelo licitante vencedor em sua proposta serão fixos e irrevogáveis durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

9.2 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de fatos e de normas aplicáveis à espécie, nos termos do Art. 65, inciso II, alínea “d” da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, mas caso a Administração julgar conveniente, poderá optar por cancelar esta Ata de Registro de Preços e iniciar outro processo licitatório.

9.2.1 - No caso de iniciativa da empresa contratada, o requerimento de manutenção do equilíbrio econômico financeiro deverá ser protocolado junto ao Gabinete da Prefeita, devidamente fundamentado, acompanhado dos documentos fiscais ou equivalentes (da época da proposta e da data do pedido) e planilha de custos que comprovem o efetivo aumento no preço, condicionada à análise pela Administração.

9.3 - Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, os fornecedores registrados serão convocados pelo Setor de Licitações para alteração, por aditamento, do preço da Ata. Caso seja frustrada a negociação para redução do preço, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

CLÁUSULA X – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

10.1 - O fornecedor terá seu registro na Ata cancelado por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

10.1.1 - A pedido, quando:

- a) Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- b) O preço registrado se tornar comprovadamente inexecutável em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do produto.

10.1.2 - Por iniciativa da Administração, quando:

- a) Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- b) Perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- c) Por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado;
- d) O fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preço;
- e) Não comparecer para assinar o contrato ou se recusar a retirar no prazo estabelecido as Ordens de Serviço/Compra/Notas de Empenho decorrentes da Ata de Registro de Preço;
- f) Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preço ou nos pedidos de serviços/obras dela decorrentes.

10.1.3 - Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

CLÁUSULA XI – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 - A Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação poderá ser cancelada de pleno direito pela Administração Municipal quando:

- a) Automaticamente por decurso do prazo de vigência e/ou quando não restarem fornecedores registrados;
- b) A detentora não cumprir as obrigações desta Ata, Edital e anexos;
- c) A detentora, injustificadamente, não retirar a Ordem de Compra no prazo estabelecido e/ou a Administração não aceitar sua justificativa;
- d) A detentora der causa ao cancelamento da Ata decorrente de Registro de Preços;
- e) Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata, no Edital e seus anexos;
- f) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- g) Por razões de interesse público, demonstradas e justificadas pela Administração.

11.2 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos acima será feita por mensagem eletrônica ou correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

11.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

11.4 - A ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pelas detentoras quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

11.5 - A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a

antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VIII, caso não aceitas as razões do pedido.

11.6 - Aplica-se à Ata de Registro de Preço no que couberem as disposições dos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/1993.

11.7 - Os casos de cancelamento da Ata de Registro de Preço serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA XII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 - Integram esta Ata o Edital de Pregão Presencial - Registro de Preços n.º 54/2019, seus anexos e as propostas das empresas classificadas no certame supranumerado, sendo que as obrigações, responsabilidades, prazos e demais condições contidas em uma e omitidas em outras são consideradas existentes e válidas para todos os fins.

12.2 - Fica eleito o foro da Comarca de Timbó/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

12.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal n.º 8.666/93, alterações e demais normas aplicáveis.

Doutor Pedrinho - SC, 04 de novembro de 2019.

CONTRATANTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR PEDRINHO
SIMONI MÉRCIA MESCH NONES
PREFEITA MUNICIPAL

RONI ANDREAS MAEDA HASSLER
Assessor Jurídico
OAB/SC 52.912

EMPRESA CONTRATADA

Razão social: 3A MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI EPP
CNPJ: 95.822.136/0001-93
Responsável legal: DÉBORA LUIZA PANINI
CPF: 091.692.149-21

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2019

Publicação Nº 2216754

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2019

VALIDADE: 12 (doze) meses

Ao quarto dia do mês de novembro do ano de 2019, na Sede da Prefeitura Municipal de Doutor Pedrinho/SC, a Central de Licitações, por seus representantes nomeados nos termos do art. 15 da Lei Federal n.º 8.666/1993 e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços n.º 54/2019, conforme Ata de julgamento de preços homologada pela Prefeitura Municipal Sra. SIMONI MÉRCIA MESCH NONES, RESOLVE registrar os preços para a aquisição dos itens conforme consta no Anexo I, que passa a fazer parte desta, tendo sido os referidos preços oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame acima numerado.

Presentes as empresas e seus representantes:

Nº	EMPRESA	CNPJ	REPRESENTANTE	CPF
1	COMERCIAL AGRO-PECUARIA DOUTOR PEDRINHO EIRELI EPP	79.393.633/0001-67		
2	CEDRO ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA-ME	00.649.903/0001-06	OSNI TAMANINI	350.939.869-68
3	JOCIMAR FIGUEIREDO	29.793.736/0001-46	JOCIMAR FIGUEIREDO	027.049.139-27
4	ELTON LUIZ MADEIRA	27.666.061/0001-49		
5	PORTO UNIÃO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI	33.159.931/0001-96	ARILDO PACOALINO CARDOSO	420.340.009-00
6	WR CONSTRUTORA E DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS EIRELI	30.150.827/0001-42	ANTONIO CLAUDIO TASCHECK	816.819.179-04
7	3A MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI EPP	95.822.136/0001-93	DÉBORA LUIZA PANINI	091.692.149-21
8	BILLIG COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME	11.472.411/0001-04	DIANA MARTINS DOS SANTOS	107.693.579-62
9	HILEON CESAR SUCATELLI ME	17.778.957/0001-66	LUIZ EUGENIO BENDOTTI	043.923.819-60

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1.1 – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS INERENTES A CONSTRUÇÃO CIVIL, DESTINADOS À MANUTENÇÃO E EXECUÇÃO DE OBRAS PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE DOUTOR PEDRINHO**, de acordo com as especificações e quantitativos constantes no Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 54/2019.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - Esta Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura.

2.2 - Durante o prazo de validade desta Ata o Município de Doutor Pedrinho/SC não será obrigado a adquirir o material referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo da forma que julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA III – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1

3.1 - A presente ata de registro de preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital.

3.2 - O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Fornecedor: HILEON CESAR SUCATELLI ME					Valor Proposto	
Item	Unid.	Quant.	Descrição	Marca	Unitário	Total
153	METRO	1.000	CABO FLEXÍVEL 1,5 MM, AZUL CLARO, 750V	FLEXSUL	R\$ 0,48	R\$ 480,00
154	METRO	1.000	CABO FLEXÍVEL 1,5 MM, PRETO, 750V	FLEXSUL	R\$ 0,48	R\$ 480,00
155	METRO	1.000	CABO FLEXÍVEL 1,5 MM, VERDE, 750V	FLEXSUL	R\$ 0,48	R\$ 480,00
156	METRO	1.000	CABO FLEXÍVEL 2,5 MM, AZUL CLARO, 750V	FLEXSUL	R\$ 0,78	R\$ 780,00
157	METRO	1.000	CABO FLEXÍVEL 2,5 MM, PRETO, 750V	FLEXSUL	R\$ 0,78	R\$ 780,00
158	METRO	1.000	CABO FLEXÍVEL 2,5 MM, VERDE, 750V	FLEXSUL	R\$ 0,77	R\$ 770,00
159	METRO	500	CABO FLEXÍVEL 4,0 MM, AZUL CLARO, 750V	FLEXSUL	R\$ 1,30	R\$ 650,00
160	METRO	500	CABO FLEXÍVEL 4,0 MM, PRETO, 750V	FLEXSUL	R\$ 1,30	R\$ 650,00
161	METRO	500	CABO FLEXÍVEL 4,0 MM, VERDE, 750V	FLEXSUL	R\$ 1,30	R\$ 650,00
162	METRO	500	CABO FLEXÍVEL 6,0 MM, AZUL CLARO, 750V	FLEXSUL	R\$ 1,85	R\$ 925,00
163	METRO	500	CABO FLEXÍVEL 6,0 MM, PRETO, 750V	FLEXSUL	R\$ 1,85	R\$ 925,00
164	METRO	500	CABO FLEXÍVEL 6,0 MM, VERDE, 750V	FLEXSUL	R\$ 1,85	R\$ 925,00
165	METRO	1.000	CABO FLEXÍVEL 10,0 MM, AZUL CLARO, 750V	FCONDUTORES	R\$ 3,17	R\$ 3.170,00
166	METRO	1.000	CABO FLEXÍVEL 10,0 MM, PRETO, 750V	FCONDUTORES	R\$ 3,17	R\$ 3.170,00
167	METRO	1.000	CABO FLEXÍVEL 10,0 MM, VERDE, 750V	FCONDUTORES	R\$ 3,17	R\$ 3.170,00
168	METRO	1.000	CABO PP 2 x 2,5 MM	FLEXSUL	R\$ 2,35	R\$ 2.350,00
169	METRO	1.000	CABO PP 2 x 4,0 MM	FLEXSUL	R\$ 4,20	R\$ 4.200,00
170	METRO	1.000	CABO PP 2 x 6,0 MM	SIL	R\$ 6,00	R\$ 6.000,00
208	UNID	50	LÂMPADA DE LED, LUZ BRANCA/FRIA, 9 W	KIAN	R\$ 4,89	R\$ 244,50
209	UNID	50	LÂMPADA DE LED, LUZ BRANCA/FRIA, 12 W	G-LIGHT	R\$ 9,24	R\$ 462,00
211	UNID	50	LÂMPADA DE LED, LUZ BRANCA/FRIA, 25 W	KIAN	R\$ 32,25	R\$ 1.612,50
213	UNID	30	LÂMPADA DE LED, LUZ BRANCA/FRIA, 40 W	KIAN	R\$ 45,40	R\$ 1.362,00
216	UNID	50	LÂMPADA LED TUBULAR, LUZ BRANCA/FRIA, 18 W, 120 CM	G-LIGHT	R\$ 14,86	R\$ 743,00
218	UNID	30	LUMINÁRIA LED LINEAR COMPLETA, SOBREPOR, LUZ BRANCA/FRIA, 18 W, 60 CM	G-LIGHT	R\$ 19,00	R\$ 570,00
219	UNID	30	LUMINÁRIA LED LINEAR COMPLETA, SOBREPOR, LUZ BRANCA/FRIA, 36 W, 120 CM	G-LIGHT	R\$ 32,00	R\$ 960,00

222	UNID	30	FECHADURA COMPLETA, MAÇANETA ALAVANCA E ESPELHO EM METAL CROMADO, TIPO EXTERNA, MAQUINA DE 40 MM	ALIANÇA	R\$ 28,50	R\$ 855,00
TOTAL DO FORNECEDOR:					R\$ 37.364,00	

3.3 - Em cada fornecimento de material decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes no Edital supracitado e seus anexos, que a precederam e integram o presente instrumento.

3.4 - O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pelas empresas que assinarem a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização/pedido da municipalidade.

3.5 - No caso da impossibilidade da entrega do material licitado pelo primeiro classificado a municipalidade poderá chamar o segundo pelo preço do primeiro e assim sucessivamente.

CLÁUSULA IV – DO PAGAMENTO

4.1 - Em relação ao objeto da presente licitação, o pagamento dar-se-á da seguinte forma: ATÉ O 15º DIA DO MÊS SUBSEQUENTE AO DA ENTREGA DOS OBJETOS, mediante apresentação do respectivo documento fiscal (emitido de acordo com as orientações do TCE/SC), acompanhado do comprovante de entrega assinado pelos responsáveis pelo recebimento.

4.2 - Considerando que a vigência da Ata de Registro de Preços não ultrapassará 12 (doze) meses, não será concedido reajuste de preços.

4.3 - Os pagamentos serão realizados através de depósito bancário, conforme dados informados na Proposta Comercial.

4.4 - Os recursos financeiros para pagamento do objeto da presente Ata de Registro de Preços, correrão a conta das seguintes dotações orçamentárias do MUNICÍPIO, como segue:

DOTAÇÃO UTILIZADA		
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
02	GABINETE DO PREFEITO	
001	GABINETE DO PREFEITO	
2002	MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA E GABINETE DO PREFEITO	
3339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
3339030260000	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	
10000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	101
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
03	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
001	ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
2003	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
3339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
3339030260000	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	
10000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	5
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
03	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
001	ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
2005	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	
3339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
3339030260000	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	

3

1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	102
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
03	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
001	ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
2020	IMPLANTAÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	
3339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
3339030260000	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	139
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
04	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
001	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
2013	MANUTENÇÃO DA COLETA DE LIXO	
3339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
3339030260000	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	73
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
04	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
001	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
2006	MANUTENÇÃO DO SETOR RODOVIÁRIO MUNICIPAL	
3339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
3339030260000	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	
3339030510000	MANUTENÇÃO DE CONSERV. E MANUT. BENS USO COMUM POVO	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	53
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
04	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
001	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
2006	MANUTENÇÃO DO SETOR RODOVIÁRIO MUNICIPAL	
3449051920000	INSTALAÇÕES INCORPORÁVEIS OU INERENTES AO IMÓVEL	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	70
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
05	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	
001	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO	
2008	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
3339030260000	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	
0101000	RECEITAS DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO	133
0136000	SALÁRIO EDUCAÇÃO	77
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
05	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	
001	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO	
2030	MANUTENÇÃO DE CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
3339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
3339030260000	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	
0101000	RECEITAS DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO	146
0136000	SALÁRIO EDUCAÇÃO	40
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA

06	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
001	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	
2024	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
3339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
3339030260000	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	
0102000	RECEITAS DE IMPOSTOS - SAÚDE	168
0138010	PISO DE ATENÇÃO BÁSICA FIXO - PAB	188
0138040	PISO DE ATENÇÃO BÁSICA – PAB INCREMENTO INDIVIDUAL	264
0138050	PROG. MELH. ATEND. QUAL. - PMAQ	169
0138110	VIGILÂNCIA SANITÁRIA - FEDERAL	173
0338010	PISO DE ATENÇÃO BÁSICA FIXO - PAB	203
0338040	PISO DE ATENÇÃO BÁSICA – PAB INCREMENTO INDIVIDUAL	204
0338050	PROG. MELH. ATEND. QUAL. - PMAQ	206
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
002	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
2022	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
3339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
3339030260000	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	28
0135010	BOLSA FAMÍLIA	2
0335010	BOLSA FAMÍLIA	236
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
002	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
2033	MANUTENÇÃO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	
3339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
3339030260000	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	38
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
07	SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO	
001	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
2026	MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA AO PRODUTOR RURAL	
3339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
3339030260000	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	
3339030510000	MANUTENÇÃO DE CONSERV. E MANUT. BENS USO COMUM POVO	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	24
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
07	SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO	
001	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
2034	MANUTENÇÃO DE AÇÕES DE CONTROLE DO MEIO AMBIENTE	
3339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
3339030260000	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	45
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
07	SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO	
001	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
2032	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS	
3339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
3339030260000	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	
3339030510000	MANUTENÇÃO DE CONSERV. E MANUT. BENS USO COMUM POVO	

1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	136
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
08	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO E CULTURA	
001	CULTURA	
2004	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS CULTURAIS	
3339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
3339030260000	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	37
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
08	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO E CULTURA	
002	DESPORTO	
2018	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DESPORTO AMADOR	
3339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
3339030260000	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	74

CLÁUSULA V – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1 - A licitante vencedora disporá do prazo de **05 (cinco) dias úteis** para entrega do produto licitado, contados da data da respectiva solicitação, sendo que, a entrega deverá ser agendada com servidor público municipal da Secretaria requisitante, para que, assim, possa ser definido o local e horário de entrega do objeto licitado, conforme necessidade do município.

5.2 - Fica aqui estabelecido que os produtos serão recebidos:

- Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da quantidade e conformidade dos mesmos com a especificação;
- Definitivamente, após a verificação da quantidade, qualidade e conformidade dos mesmos e a consequente aceitação.

5.3 - O contratado ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

5.4 - O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

5.5 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da Ordem de Compra, deverá realizar a entrega conforme estipulado nesta última.

5.6 - Todo e qualquer fornecimento fora do estabelecido neste Edital obriga a licitante vencedora a substituir o produto imediatamente após a notificação/comunicação, arcando única e exclusivamente com todos os custos e ônus (independentemente de sua natureza sem prejuízo da aplicação das medidas legais/contratuais aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA VI – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 – Sem prejuízo das demais obrigações previstas no Edital da Licitação nº 54/2019, a CONTRATADA obriga-se a:

- Cumprir todas as disposições constantes do Edital de Pregão Presencial – Registro de Preços, e anexos;
- Fornecer o objeto desta licitação nas especificações contidas neste edital;
- Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos;

- d) Manter durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços as mesmas condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação, (inclusive o preço);
- e) Fornecer o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;
- f) Fornecer o objeto com boa qualidade e durabilidade, dentro dos padrões exigidos;
- g) Aceitar que sejam entregues os produtos de forma parcial, conforme necessidade do município;
- h) Ressarcir a Administração do equivalente a todos os danos decorrente de paralisação ou interrupção do fornecimento do objeto, exceto quando isso ocorrer por exigência do MUNICÍPIO ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias estas devidamente comunicadas ao MUNICÍPIO no prazo de 48 (quarenta e oito horas), após a sua ocorrência;
- i) Substituir o produto defeituoso ou que esteja em desacordo com o descrito neste Edital, imediatamente após a notificação/comunicação, arcando única e exclusivamente com todos os custos e ônus (independente de sua natureza sem prejuízo da aplicação das medidas legais/contratuais aplicáveis à espécie);
- j) Manter seus dados para contato (endereço físico, e-mail e telefones) atualizados perante o MUNICÍPIO;**
- k) Firmar a Ata de Registro de Preços resultante desta licitação em até 03 (três) dias úteis após o recebimento da convocação para fazê-lo, sob pena de decair do direito de contratar com o Município.**

CLÁUSULA VII – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 – Compete a Contratante:

- a) Controlar a afetiva entrega do objeto desta licitação, bem como sua qualidade e conformidade;
- b) Atestar nas notas fiscais/faturas a afetiva entrega do objeto desta licitação, bem como a compatibilidade dos produtos, para fins de liquidação da despesa;
- c) Efetuar o pagamento à licitante contratada no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente, e sua regular liquidação;
- d) Notificar, por escrito, à licitante contratada das irregularidades constatadas, dando prazo para correção e/ou defesa, incluindo-se o alerta sobre a possibilidade de aplicação de sanções;
- e) Aplicar à empresa vencedora as penalidades previstas, quando for o caso.

CLÁUSULA VIII – DAS PENALIDADES

8.1 - O descumprimento, parcial ou total, de qualquer das cláusulas contidas na Ata de Registro de Preços sujeitará à CONTRATADA às sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

8.1.1 - A inexecução parcial ou total desta Ata poderá ensejar a suspensão do cadastro da CONTRATADA e/ou a imposição da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o MUNICÍPIO, cumuladas em ambas as hipóteses, com multa de 0,5% (meio por cento) do valor total da Ata por dia de atraso na entrega do objeto ou cumprimento de obrigação contratual, até o limite de 15% (quinze por cento) do valor total da Ata.

8.1.2 - O valor das multas será, obrigatoriamente, deduzido do pagamento do objeto entregue com atraso, ou de outros créditos, relativo ao mesmo Contrato, eventualmente existentes.

8.1.3 - As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

8.1.4 - Os pagamentos referentes a serviços que estejam sendo objeto de discussão em Processo Administrativo ficarão suspensos até a conclusão do mesmo.

CLÁUSULA IX – DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

9.1 - Os preços informados pelo licitante vencedor em sua proposta serão fixos e irrevogáveis durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

9.2 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de fatos e de normas aplicáveis à espécie, nos termos do Art. 65, inciso II, alínea "d" da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações, mas caso a Administração julgar conveniente, poderá optar por cancelar esta Ata de Registro de Preços e iniciar outro processo licitatório.

9.2.1 - No caso de iniciativa da empresa contratada, o requerimento de manutenção do equilíbrio econômico financeiro deverá ser protocolado junto ao Gabinete da Prefeita, devidamente fundamentado, acompanhado dos documentos fiscais ou equivalentes (da época da proposta e da data do pedido) e planilha de custos que comprovem o efetivo aumento no preço, condicionada à análise pela Administração.

9.3 - Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, os fornecedores registrados serão convocados pelo Setor de Licitações para alteração, por aditamento, do preço da Ata. Caso seja frustrada a negociação para redução do preço, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

CLÁUSULA X – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

10.1 - O fornecedor terá seu registro na Ata cancelado por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

10.1.1 - A pedido, quando:

- a) Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- b) O preço registrado se tornar comprovadamente inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do produto.

10.1.2 - Por iniciativa da Administração, quando:

- a) Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- b) Perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- c) Por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado;
- d) O fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preço;
- e) Não comparecer para assinar o contrato ou se recusar a retirar no prazo estabelecido as Ordens de Serviço/Compra/Notas de Empenho decorrentes da Ata de Registro de Preço;
- f) Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preço ou nos pedidos de serviços/obras dela decorrentes.

10.1.3 - Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

CLÁUSULA XI – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 - A Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação poderá ser cancelada de pleno direito pela Administração Municipal quando:

- a) Automaticamente por decurso do prazo de vigência e/ou quando não restarem fornecedores registrados;
- b) A detentora não cumprir as obrigações desta Ata, Edital e anexos;
- c) A detentora, injustificadamente, não retirar a Ordem de Compra no prazo estabelecido e/ou a Administração não aceitar sua justificativa;
- d) A detentora der causa ao cancelamento da Ata decorrente de Registro de Preços;

- e) Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata, no Edital e seus anexos;
- f) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- g) Por razões de interesse público, demonstradas e justificadas pela Administração.

11.2 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos acima será feita por mensagem eletrônica ou correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

11.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

11.4 - A ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pelas detentoras quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

11.5 - A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VIII, caso não aceitas as razões do pedido.

11.6 - Aplica-se à Ata de Registro de Preço no que couberem as disposições dos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/1993.

11.7 - Os casos de cancelamento da Ata de Registro de Preço serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA XII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 - Integram esta Ata o Edital de Pregão Presencial - Registro de Preços n.º 54/2019, seus anexos e as propostas das empresas classificadas no certame supranumerado, sendo que as obrigações, responsabilidades, prazos e demais condições contidas em uma e omitidas em outras são consideradas existentes e válidas para todos os fins.

12.2 - Fica eleito o foro da Comarca de Timbó/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

12.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal n.º 8.666/93, alterações e demais normas aplicáveis.

Doutor Pedrinho - SC, 04 de novembro de 2019.

CONTRATANTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR PEDRINHO
SIMONI MÉRCIA MESCH NONES
PREFEITA MUNICIPAL

RONI ANDREAS MAEDA HASSLER
Assessor Jurídico
OAB/SC 52.912

EMPRESA CONTRATADA
Razão social: HILEON CESAR SUCATELLI ME
CNPJ: 17.778.957/0001-66
Responsável legal: HILEON CESAR SUCATELLI
CPF: 057.017.749-96

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2019

Publicação Nº 2217099

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2019

VALIDADE: 12 (doze) meses

Ao quarto dia do mês de novembro do ano de 2019, na Sede da Prefeitura Municipal de Doutor Pedrinho/SC, a Central de Licitações, por seus representantes nomeados nos termos do art. 15 da Lei Federal n.º 8.666/1993 e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços n.º 54/2019, conforme Ata de julgamento de preços homologada pela Prefeita Municipal Sra. SIMONI MÉRCIA MESCH NONES, RESOLVE registrar os preços para a aquisição dos itens conforme consta no Anexo I, que passa a fazer parte desta, tendo sido os referidos preços oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame acima numerado.

Presentes as empresas e seus representantes:

Nº	EMPRESA	CNPJ	REPRESENTANTE	CPF
1	COMERCIAL AGRO-PECUARIA DOUTOR PEDRINHO EIRELI EPP	79.393.633/0001-67		
2	CEDRO ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA-ME	00.649.903/0001-06	OSNI TAMANINI	350.939.869-68
3	JOCIMAR FIGUEIREDO	29.793.736/0001-46	JOCIMAR FIGUEIREDO	027.049.139-27
4	ELTON LUIZ MADEIRA	27.666.061/0001-49		
5	PORTO UNIÃO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI	33.159.931/0001-96	ARILDO PACOALINO CARDOSO	420.340.009-00
6	WR CONSTRUTORA E DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS EIRELI	30.150.827/0001-42	ANTONIO CLAUDIO TASCHECK	816.819.179-04
7	3A MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI EPP	95.822.136/0001-93	DÉBORA LUIZA PANINI	091.692.149-21
8	BILLIG COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME	11.472.411/0001-04	DIANA MARTINS DOS SANTOS	107.693.579-62
9	HILEON CESAR SUCATELLI ME	17.778.957/0001-66	LUIZ EUGENIO BENDOTTI	043.923.819-60

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1.1 – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS INERENTES A CONSTRUÇÃO CIVIL, DESTINADOS À MANUTENÇÃO E EXECUÇÃO DE OBRAS PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE DOUTOR PEDRINHO**, de acordo com as especificações e quantitativos constantes no Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 54/2019.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - Esta Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura.

2.2 - Durante o prazo de validade desta Ata o Município de Doutor Pedrinho/SC não será obrigado a adquirir o material referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo da forma que julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA III – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1

3.1 - A presente ata de registro de preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital.

3.2 - O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Fornecedor: BILLIG COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME					Valor Proposto	
Item	Unid.	Quant.	Descrição	Marca	Unitário	Total
236	UNID	10	IMPERMEABILIZANTE FLEXÍVEL BRANCO DE BASE ACRÍLICA PARA COBERTURAS, BALDE DE 18 KG	EUCATEX	R\$ 225,00	R\$ 2.250,00
261	UNID	10	TINTA ACRÍLICA, COR: BRANCO NEVE FOSCO, 18 LITROS	EUCATEX	R\$ 87,50	R\$ 875,00
272	UNID	10	TINTA PVA, COR: BRANCO NEVE FOSCO, 18 LITROS	EUCATEX	R\$ 80,00	R\$ 800,00
277	UNID	20	ANTIFERRUGEM, LUBRIFICANTE SPRAY, 300 ML	EUCATEX	R\$ 9,95	R\$ 199,00
TOTAL DO FORNECEDOR:					R\$ 4.124,00	

3.3 - Em cada fornecimento de material decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes no Edital supracitado e seus anexos, que a precederam e integram o presente instrumento.

3.4 - O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pelas empresas que assinarem a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização/pedido da municipalidade.

3.5 - No caso da impossibilidade da entrega do material licitado pelo primeiro classificado a municipalidade poderá chamar o segundo pelo preço do primeiro e assim sucessivamente.

CLÁUSULA IV – DO PAGAMENTO

4.1 - Em relação ao objeto da presente licitação, o pagamento dar-se-á da seguinte forma: ATÉ O 15º DIA DO MÊS SUBSEQUENTE AO DA ENTREGA DOS OBJETOS, mediante apresentação do respectivo documento fiscal (emitido de acordo com as orientações do TCE/SC), acompanhado do comprovante de entrega assinado pelos responsáveis pelo recebimento.

4.2 - Considerando que a vigência da Ata de Registro de Preços não ultrapassará 12 (doze) meses, não será concedido reajuste de preços.

4.3 - Os pagamentos serão realizados através de depósito bancário, conforme dados informados na Proposta Comercial.

4.4 - Os recursos financeiros para pagamento do objeto da presente Ata de Registro de Preços, correrão a conta das seguintes dotações orçamentárias do MUNICÍPIO, como segue:

DOTAÇÃO UTILIZADA		
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
02	GABINETE DO PREFEITO	
001	GABINETE DO PREFEITO	
2002	MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA E GABINETE DO PREFEITO	
3339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	

3339030260000	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	
10000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	101
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
03	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
001	ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
2003	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
3339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
3339030260000	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	
10000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	5
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
03	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
001	ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
2005	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	
3339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
3339030260000	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	
10000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	102
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
03	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
001	ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
2020	IMPLANTAÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	
3339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
3339030260000	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	
10000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	139
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
04	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
001	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
2013	MANUTENÇÃO DA COLETA DE LIXO	
3339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
3339030260000	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	
10000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	73
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
04	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
001	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
2006	MANUTENÇÃO DO SETOR RODOVIÁRIO MUNICIPAL	
3339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
3339030260000	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	
3339030510000	MANUTENÇÃO DE CONSERV. E MANUT. BENS USO COMUM POVO	
10000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	53
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
04	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
001	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
2006	MANUTENÇÃO DO SETOR RODOVIÁRIO MUNICIPAL	
3449051920000	INSTALAÇÕES INCORPORÁVEIS OU INERENTES AO IMÓVEL	
10000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	70
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA

05	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	
001	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO	
2008	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
3339030260000	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	
0101000	RECEITAS DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO	133
0136000	SALÁRIO EDUCAÇÃO	77
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
05	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	
001	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO	
2030	MANUTENÇÃO DE CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
3339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
3339030260000	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	
0101000	RECEITAS DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO	146
0136000	SALÁRIO EDUCAÇÃO	40
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
001	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	
2024	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
3339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
3339030260000	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	
0102000	RECEITAS DE IMPOSTOS - SAÚDE	168
0138010	PISO DE ATENÇÃO BÁSICA FIXO - PAB	188
0138040	PISO DE ATENÇÃO BÁSICA – PAB INCREMENTO INDIVIDUAL	264
0138050	PROG. MELH. ATEND. QUAL. - PMAQ	169
0138110	VIGILÂNCIA SANITÁRIA - FEDERAL	173
0338010	PISO DE ATENÇÃO BÁSICA FIXO - PAB	203
0338040	PISO DE ATENÇÃO BÁSICA – PAB INCREMENTO INDIVIDUAL	204
0338050	PROG. MELH. ATEND. QUAL. - PMAQ	206
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
002	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
2022	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
3339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
3339030260000	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	28
0135010	BOLSA FAMÍLIA	2
0335010	BOLSA FAMÍLIA	236
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
002	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
2033	MANUTENÇÃO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	
3339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
3339030260000	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	38
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
07	SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO	
001	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
2026	MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA AO PRODUTOR RURAL	
3339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
3339030260000	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	
3339030510000	MANUTENÇÃO DE CONSERV. E MANUT. BENS USO COMUM POVO	

1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	24
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
07	SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO	
001	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
2034	MANUTENÇÃO DE AÇÕES DE CONTROLE DO MEIO AMBIENTE	
3339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
3339030260000	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	45
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
07	SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO	
001	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
2032	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS	
3339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
3339030260000	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	
3339030510000	MANUTENÇÃO DE CONSERV. E MANUT. BENS USO COMUM POVO	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	136
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
08	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO E CULTURA	
001	CULTURA	
2004	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS CULTURAIS	
3339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
3339030260000	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	37
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
08	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO E CULTURA	
002	DESPORTO	
2018	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DESPORTO AMADOR	
3339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
3339030260000	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	74

CLÁUSULA V – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1 - A licitante vencedora disporá do prazo de **05 (cinco) dias úteis** para entrega do produto licitado, contados da data da respectiva solicitação, sendo que, a entrega deverá ser agendada com servidor público municipal da Secretaria requisitante, para que, assim, possa ser definido o local e horário de entrega do objeto licitado, conforme necessidade do município.

5.2 - Fica aqui estabelecido que os produtos serão recebidos:

- Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da quantidade e conformidade dos mesmos com a especificação;
- Definitivamente, após a verificação da quantidade, qualidade e conformidade dos mesmos e a consequente aceitação.

5.3 - O contratado ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

5.4 - O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

5.5 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da Ordem de Compra, deverá realizar a entrega conforme estipulado nesta última.

5.6 - Todo e qualquer fornecimento fora do estabelecido neste Edital obriga a licitante vencedora a substituir o produto imediatamente após a notificação/comunicação, arcando única e exclusivamente com todos os custos e ônus (independentemente de sua natureza sem prejuízo da aplicação das medidas legais/contratuais aplicáveis à espécie).

CLÁUSULA VI – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 – Sem prejuízo das demais obrigações previstas no Edital da Licitação nº 54/2019, a CONTRATADA obriga-se a:

- a) Cumprir todas as disposições constantes do Edital de Pregão Presencial – Registro de Preços, e anexos;
- b) Fornecer o objeto desta licitação nas especificações contidas neste edital;
- c) Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos;
- d) Manter durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços as mesmas condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação, (inclusive o preço);
- e) Fornecer o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;
- f) Fornecer o objeto com boa qualidade e durabilidade, dentro dos padrões exigidos;
- g) Aceitar que sejam entregues os produtos de forma parcial, conforme necessidade do município;
- h) Ressarcir a Administração do equivalente a todos os danos decorrente de paralisação ou interrupção do fornecimento do objeto, exceto quando isso ocorrer por exigência do MUNICÍPIO ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias estas devidamente comunicadas ao MUNICÍPIO no prazo de 48 (quarenta e oito horas), após a sua ocorrência;
- i) Substituir o produto defeituoso ou que esteja em desacordo com o descrito neste Edital, imediatamente após a notificação/comunicação, arcando única e exclusivamente com todos os custos e ônus (independente de sua natureza sem prejuízo da aplicação das medidas legais/contratuais aplicáveis à espécie);
- j) Manter seus dados para contato (endereço físico, e-mail e telefones) atualizados perante o MUNICÍPIO;**
- k) Firmar a Ata de Registro de Preços resultante desta licitação em até 03 (três) dias úteis após o recebimento da convocação para fazê-lo, sob pena de decair do direito de contratar com o Município.**

CLÁUSULA VII – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 – Compete a Contratante:

- a) Controlar a afetiva entrega do objeto desta licitação, bem como sua qualidade e conformidade;
- b) Atestar nas notas fiscais/faturas a afetiva entrega do objeto desta licitação, bem como a compatibilidade dos produtos, para fins de liquidação da despesa;
- c) Efetuar o pagamento à licitante contratada no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente, e sua regular liquidação;
- d) Notificar, por escrito, à licitante contratada das irregularidades constatadas, dando prazo para correção e/ou defesa, incluindo-se o alerta sobre a possibilidade de aplicação de sanções;
- e) Aplicar à empresa vencedora as penalidades previstas, quando for o caso.

CLÁUSULA VIII – DAS PENALIDADES

8.1 - O descumprimento, parcial ou total, de qualquer das cláusulas contidas na Ata de Registro de Preços sujeitará à CONTRATADA às sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

8.1.1 - A inexecução parcial ou total desta Ata poderá ensejar a suspensão do cadastro da CONTRATADA e/ou a imposição da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o MUNICÍPIO, cumuladas em ambas as hipóteses, com multa de 0,5% (meio por cento) do valor total da Ata por dia de atraso na entrega do objeto ou cumprimento de obrigação contratual, até o limite de 15% (quinze por cento) do valor total da Ata.

8.1.2 - O valor das multas será, obrigatoriamente, deduzido do pagamento do objeto entregue com atraso, ou de outros créditos, relativo ao mesmo Contrato, eventualmente existentes.

8.1.3 - As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

8.1.4 - Os pagamentos referentes a serviços que estejam sendo objeto de discussão em Processo Administrativo ficarão suspensos até a conclusão do mesmo.

CLÁUSULA IX – DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

9.1 - Os preços informados pelo licitante vencedor em sua proposta serão fixos e irrevogáveis durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

9.2 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de fatos e de normas aplicáveis à espécie, nos termos do Art. 65, inciso II, alínea “d” da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações, mas caso a Administração julgar conveniente, poderá optar por cancelar esta Ata de Registro de Preços e iniciar outro processo licitatório.

9.2.1 - No caso de iniciativa da empresa contratada, o requerimento de manutenção do equilíbrio econômico financeiro deverá ser protocolado junto ao Gabinete da Prefeita, devidamente fundamentado, acompanhado dos documentos fiscais ou equivalentes (da época da proposta e da data do pedido) e planilha de custos que comprovem o efetivo aumento no preço, condicionada à análise pela Administração.

9.3 - Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, os fornecedores registrados serão convocados pelo Setor de Licitações para alteração, por aditamento, do preço da Ata. Caso seja frustrada a negociação para redução do preço, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

CLÁUSULA X – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

10.1 - O fornecedor terá seu registro na Ata cancelado por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

10.1.1 - A pedido, quando:

- a) Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- b) O preço registrado se tornar comprovadamente inexecutável em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do produto.

10.1.2 - Por iniciativa da Administração, quando:

- a) Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- b) Perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- c) Por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado;
- d) O fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preço;
- e) Não comparecer para assinar o contrato ou se recusar a retirar no prazo estabelecido as Ordens de Serviço/Compra/Notas de Empenho decorrentes da Ata de Registro de Preço;

- f) Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preço ou nos pedidos de serviços/obras dela decorrentes.

10.1.3 - Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

CLÁUSULA XI – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 - A Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação poderá ser cancelada de pleno direito pela Administração Municipal quando:

- a) Automaticamente por decurso do prazo de vigência e/ou quando não restarem fornecedores registrados;
- b) A detentora não cumprir as obrigações desta Ata, Edital e anexos;
- c) A detentora, injustificadamente, não retirar a Ordem de Compra no prazo estabelecido e/ou a Administração não aceitar sua justificativa;
- d) A detentora der causa ao cancelamento da Ata decorrente de Registro de Preços;
- e) Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata, no Edital e seus anexos;
- f) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- g) Por razões de interesse público, demonstradas e justificadas pela Administração.

11.2 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos acima será feita por mensagem eletrônica ou correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

11.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

11.4 - A ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pelas detentoras quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

11.5 - A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VIII, caso não aceitas as razões do pedido.

11.6 - Aplica-se à Ata de Registro de Preço no que couberem as disposições dos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/1993.

11.7 - Os casos de cancelamento da Ata de Registro de Preço serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA XII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 - Integram esta Ata o Edital de Pregão Presencial - Registro de Preços n.º 54/2019, seus anexos e as propostas das empresas classificadas no certame supranumerado, sendo que as obrigações, responsabilidades, prazos e demais condições contidas em uma e omitidas em outras são consideradas existentes e válidas para todos os fins.

12.2 - Fica eleito o foro da Comarca de Timbó/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

12.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal n.º 8.666/93, alterações e demais normas aplicáveis.

Doutor Pedrinho - SC, 04 de novembro de 2019.

CONTRATANTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR PEDRINHO
SIMONI MÉRCIA MESCH NONES
PREFEITA MUNICIPAL

RONI ANDREAS MAEDA HASSLER
Assessor Jurídico
OAB/SC 52.912

EMPRESA CONTRATADA

Razão social: BILLIG COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME
CNPJ: 11.472.411/0001-04
Responsável legal: EMERSON BILLIG
CPF: 048.153.289-78

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2019

Publicação Nº 2216745

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2019

VALIDADE: 12 (doze) meses

Ao quarto dia do mês de novembro do ano de 2019, na Sede da Prefeitura Municipal de Doutor Pedrinho/SC, a Central de Licitações, por seus representantes nomeados nos termos do art. 15 da Lei Federal n.º 8.666/1993 e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços n.º 54/2019, conforme Ata de julgamento de preços homologada pela Prefeitura Municipal Sra. SIMONI MÉRCIA MESCH NONES, RESOLVE registrar os preços para a aquisição dos itens conforme consta no Anexo I, que passa a fazer parte desta, tendo sido os referidos preços oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame acima numerado.

Presentes as empresas e seus representantes:

Nº	EMPRESA	CNPJ	REPRESENTANTE	CPF
1	COMERCIAL AGRO-PECUARIA DOUTOR PEDRINHO EIRELI EPP	79.393.633/0001-67		
2	CEDRO ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA-ME	00.649.903/0001-06	OSNI TAMANINI	350.939.869-68
3	JOCIMAR FIGUEIREDO	29.793.736/0001-46	JOCIMAR FIGUEIREDO	027.049.139-27
4	ELTON LUIZ MADEIRA	27.666.061/0001-49		
5	PORTO UNIÃO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI	33.159.931/0001-96	ARILDO PACOALINO CARDOSO	420.340.009-00
6	WR CONSTRUTORA E DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS EIRELI	30.150.827/0001-42	ANTONIO CLAUDIO TASCHECK	816.819.179-04
7	3A MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI EPP	95.822.136/0001-93	DÉBORA LUIZA PANINI	091.692.149-21
8	BILLIG COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME	11.472.411/0001-04	DIANA MARTINS DOS SANTOS	107.693.579-62
9	HILEON CESAR SUCATELLI ME	17.778.957/0001-66	LUIZ EUGENIO BENDOTTI	043.923.819-60

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1.1 – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS INERENTES A CONSTRUÇÃO CIVIL, DESTINADOS À MANUTENÇÃO E EXECUÇÃO DE OBRAS PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE DOUTOR PEDRINHO**, de acordo com as especificações e quantitativos constantes no Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 54/2019.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - Esta Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura.

2.2 - Durante o prazo de validade desta Ata o Município de Doutor Pedrinho/SC não será obrigado a adquirir o material referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo da forma que julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA III – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1

3.1 - A presente ata de registro de preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital.

3.2 - O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Fornecedor: PORTO UNIÃO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI					Valor Proposto	
Item	Unid.	Quant.	Descrição	Marca	Unitário	Total
256	UNID	15	SELADOR ACRÍLICO PAREDES INTERNAS E EXTERNAS, BALDE DE 18 L	MADEQUÍMICA	R\$ 64,90	R\$ 973,50
257	UNID	20	SOLVENTE, 5 LITROS	MADEQUÍMICA	R\$ 44,50	R\$ 890,00
258	UNID	20	THINNER, 5 LITROS	MADEQUÍMICA	R\$ 48,80	R\$ 976,00
259	UNID	15	MASSA CORRIDA ACRÍLICA - 3,6 L	SHOW	R\$ 34,72	R\$ 520,80
260	UNID	15	MASSA CORRIDA PVA - 3,6 L	SHOW	R\$ 24,00	R\$ 360,00
262	UNID	10	TINTA ACRÍLICA PARA EXTERIORES, COR: BRANCO NEVE, 18 LITROS	SHOW	R\$ 146,25	R\$ 1.462,50
263	UNID	10	TINTA ACRÍLICA PARA PISO, COR: CONCRETO, 18 LITROS	SHOW	R\$ 143,95	R\$ 1.439,50
264	UNID	5	TINTA ACRÍLICA SEMI BRILHO, COR: VERDE (TONALIDADE À ESCOLHA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR PEDRINHO), 18 LITROS	SHOW	R\$ 214,40	R\$ 1.072,00
265	UNID	10	TINTA ACRÍLICA SEMI BRILHO, COR: BRANCO NEVE, 18 LITROS	SHOW	R\$ 214,40	R\$ 2.144,00
266	UNID	20	TINTA A BASE DE RESINA ACRÍLICA, PARA SINALIZAÇÃO HORIZONTAL VIÁRIA (COR: AMARELA E/OU BRANCA), BALDE DE 18L	MADEVIA	R\$ 189,00	R\$ 3.780,00
267	UNID	10	TINTA ESMALTE SINTÉTICO, ALTO BRILHO, COR: BRANCO GELO, 3,6 LITROS	MADEQUÍMICA	R\$ 49,90	R\$ 499,00
268	UNID	10	TINTA ESMALTE SINTÉTICO, ALTO BRILHO, COR: PRETO, 3,6 LITROS	MADEQUÍMICA	R\$ 49,90	R\$ 499,00
269	UNID	10	TINTA ESMALTE SINTÉTICO, ACABAMENTO ACETINADO, COR: BRANCO GELO, 3,6 LITROS	MADEQUÍMICA	R\$ 59,00	R\$ 590,00
270	UNID	10	TINTA ESMALTE SINTÉTICO, ACABAMENTO ACETINADO, COR: BRANCO NEVE, 3,6 LITROS	MADEQUÍMICA	R\$ 59,00	R\$ 590,00
271	UNID	10	TINTA ESMALTE SINTÉTICO, COR: PRETO FOSCO, 3,6 LITROS	MADEQUÍMICA	R\$ 39,45	R\$ 394,50
273	UNID	10	STAIN, COR: IMBUIA, ACABAMENTO ACETINADO, QUALIDADE PREMIUM, 3,6 LITROS	MADEQUÍMICA	R\$ 75,90	R\$ 759,00
274	UNID	10	VERNIZ, COR: IMBUIA, ACABAMENTO BRILHANTE, QUALIDADE PREMIUM, 3,6 LITROS	MADEQUÍMICA	R\$ 55,90	R\$ 559,00

275	UNID	5	VERNIZ, COR: IMBUIA, QUALIDADE SUPER PREMIUM, EXTERIOR COM ALTO DESEMPENHO, 3,6 LITROS	MADEQUÍMICA	R\$ 55,90	R\$ 279,50
276	UNID	10	AGUARRÁS MINERAL, USO COMO DILUENTE DE CERAS, TINTAS E VERNIZES E DESENGRAXANTE, 900 ML	MADEQUÍMICA	R\$ 9,50	R\$ 95,00
281	UNID	10	FUNDO PREPARADOR DE PAREDES À BASE D'ÁGUA, 3,6 LITROS	MADEQUÍMICA	R\$ 30,95	R\$ 309,50
TOTAL DO FORNECEDOR:					R\$ 18.192,80	

3.3 - Em cada fornecimento de material decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes no Edital supracitado e seus anexos, que a precederam e integram o presente instrumento.

3.4 - O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pelas empresas que assinarem a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização/pedido da municipalidade.

3.5 - No caso da impossibilidade da entrega do material licitado pelo primeiro classificado a municipalidade poderá chamar o segundo pelo preço do primeiro e assim sucessivamente.

CLÁUSULA IV – DO PAGAMENTO

4.1 - Em relação ao objeto da presente licitação, o pagamento dar-se-á da seguinte forma: ATÉ O 15º DIA DO MÊS SUBSEQUENTE AO DA ENTREGA DOS OBJETOS, mediante apresentação do respectivo documento fiscal (emitido de acordo com as orientações do TCE/SC), acompanhado do comprovante de entrega assinado pelos responsáveis pelo recebimento.

4.2 - Considerando que a vigência da Ata de Registro de Preços não ultrapassará 12 (doze) meses, não será concedido reajuste de preços.

4.3 - Os pagamentos serão realizados através de depósito bancário, conforme dados informados na Proposta Comercial.

4.4 - Os recursos financeiros para pagamento do objeto da presente Ata de Registro de Preços, correrão a conta das seguintes dotações orçamentárias do MUNICÍPIO, como segue:

DOTAÇÃO UTILIZADA		
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
02	GABINETE DO PREFEITO	
001	GABINETE DO PREFEITO	
2002	MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA E GABINETE DO PREFEITO	
3339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
3339030260000	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	
10000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	101
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
03	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
001	ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
2003	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
3339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
3339030260000	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	
10000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	5

CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
03	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
001	ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
2005	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	
3339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
3339030260000	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	102
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
03	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
001	ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
2020	IMPLANTAÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	
3339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
3339030260000	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	139
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
04	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
001	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
2013	MANUTENÇÃO DA COLETA DE LIXO	
3339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
3339030260000	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	73
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
04	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
001	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
2006	MANUTENÇÃO DO SETOR RODOVIÁRIO MUNICIPAL	
3339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
3339030260000	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	
3339030510000	MANUTENÇÃO DE CONSERV. E MANUT. BENS USO COMUM POVO	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	53
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
04	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
001	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
2006	MANUTENÇÃO DO SETOR RODOVIÁRIO MUNICIPAL	
3449051920000	INSTALAÇÕES INCORPORÁVEIS OU INERENTES AO IMÓVEL	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	70
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
05	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	
001	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO	
2008	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
3339030260000	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	
0101000	RECEITAS DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO	133
0136000	SALÁRIO EDUCAÇÃO	77
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
05	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	
001	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO	
2030	MANUTENÇÃO DE CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	

3339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
3339030260000	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	
0101000	RECEITAS DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO	146
0136000	SALÁRIO EDUCAÇÃO	40
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
001	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	
2024	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
3339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
3339030260000	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	
0102000	RECEITAS DE IMPOSTOS - SAÚDE	168
0138010	PISO DE ATENÇÃO BÁSICA FIXO - PAB	188
0138040	PISO DE ATENÇÃO BÁSICA – PAB INCREMENTO INDIVIDUAL	264
0138050	PROG. MELH. ATEND. QUAL. - PMAQ	169
0138110	VIGILÂNCIA SANITÁRIA - FEDERAL	173
0338010	PISO DE ATENÇÃO BÁSICA FIXO - PAB	203
0338040	PISO DE ATENÇÃO BÁSICA – PAB INCREMENTO INDIVIDUAL	204
0338050	PROG. MELH. ATEND. QUAL. - PMAQ	206
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
002	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
2022	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
3339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
3339030260000	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	28
0135010	BOLSA FAMÍLIA	2
0335010	BOLSA FAMÍLIA	236
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
002	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
2033	MANUTENÇÃO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	
3339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
3339030260000	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	38
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
07	SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO	
001	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
2026	MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA AO PRODUTOR RURAL	
3339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
3339030260000	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	
3339030510000	MANUTENÇÃO DE CONSERV. E MANUT. BENS USO COMUM POVO	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	24
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
07	SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO	
001	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
2034	MANUTENÇÃO DE AÇÕES DE CONTROLE DO MEIO AMBIENTE	
3339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
3339030260000	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	45
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
07	SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO	
001	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	

2032	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS	
3339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
3339030260000	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	
3339030510000	MANUTENÇÃO DE CONSERV. E MANUT. BENS USO COMUM POVO	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	136
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
08	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO E CULTURA	
001	CULTURA	
2004	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS CULTURAIS	
3339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
3339030260000	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	37
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
08	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO E CULTURA	
002	DESPORTO	
2018	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DESPORTO AMADOR	
3339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
3339030260000	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	74

CLÁUSULA V – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1 - A licitante vencedora disporá do prazo de **05 (cinco) dias úteis** para entrega do produto licitado, contados da data da respectiva solicitação, sendo que, a entrega deverá ser agendada com servidor público municipal da Secretaria requisitante, para que, assim, possa ser definido o local e horário de entrega do objeto licitado, conforme necessidade do município.

5.2 - Fica aqui estabelecido que os produtos serão recebidos:

- a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da quantidade e conformidade dos mesmos com a especificação;
- b) Definitivamente, após a verificação da quantidade, qualidade e conformidade dos mesmos e a consequente aceitação.

5.3 - O contratado ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

5.4 - O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

5.5 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da Ordem de Compra, deverá realizar a entrega conforme estipulado nesta última.

5.6 - Todo e qualquer fornecimento fora do estabelecido neste Edital obriga a licitante vencedora a substituir o produto imediatamente após a notificação/comunicação, arcando única e exclusivamente com todos os custos e ônus (independentemente de sua natureza sem prejuízo da aplicação das medidas legais/contratuais aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA VI – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 – Sem prejuízo das demais obrigações previstas no Edital da Licitação nº 54/2019, a CONTRATADA obriga-se a:

- a) Cumprir todas as disposições constantes do Edital de Pregão Presencial – Registro de Preços, e anexos;
- b) Fornecer o objeto desta licitação nas especificações contidas neste edital;
- c) Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos;
- d) Manter durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços as mesmas condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação, (inclusive o preço);
- e) Fornecer o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;
- f) Fornecer o objeto com boa qualidade e durabilidade, dentro dos padrões exigidos;
- g) Aceitar que sejam entregues os produtos de forma parcial, conforme necessidade do município;
- h) Ressarcir a Administração do equivalente a todos os danos decorrente de paralisação ou interrupção do fornecimento do objeto, exceto quando isso ocorrer por exigência do MUNICÍPIO ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias estas devidamente comunicadas ao MUNICÍPIO no prazo de 48 (quarenta e oito horas), após a sua ocorrência;
- i) Substituir o produto defeituoso ou que esteja em desacordo com o descrito neste Edital, imediatamente após a notificação/comunicação, arcando única e exclusivamente com todos os custos e ônus (independente de sua natureza sem prejuízo da aplicação das medidas legais/contratuais aplicáveis à espécie);
- j) **Manter seus dados para contato (endereço físico, e-mail e telefones) atualizados perante o MUNICÍPIO;**
- k) **Firmar a Ata de Registro de Preços resultante desta licitação em até 03 (três) dias úteis após o recebimento da convocação para fazê-lo, sob pena de decair do direito de contratar com o Município.**

CLÁUSULA VII – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 – Compete a Contratante:

- a) Controlar a afetiva entrega do objeto desta licitação, bem como sua qualidade e conformidade;
- b) Atestar nas notas fiscais/faturas a afetiva entrega do objeto desta licitação, bem como a compatibilidade dos produtos, para fins de liquidação da despesa;
- c) Efetuar o pagamento à licitante contratada no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente, e sua regular liquidação;
- d) Notificar, por escrito, à licitante contratada das irregularidades constatadas, dando prazo para correção e/ou defesa, incluindo-se o alerta sobre a possibilidade de aplicação de sanções;
- e) Aplicar à empresa vencedora as penalidades previstas, quando for o caso.

CLÁUSULA VIII – DAS PENALIDADES

8.1 - O descumprimento, parcial ou total, de qualquer das cláusulas contidas na Ata de Registro de Preços sujeitará à CONTRATADA às sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

8.1.1 - A inexecução parcial ou total desta Ata poderá ensejar a suspensão do cadastro da CONTRATADA e/ou a imposição da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o MUNICÍPIO, cumuladas em ambas as hipóteses, com multa de 0,5% (meio por cento) do valor total da Ata por dia de atraso na entrega do objeto ou cumprimento de obrigação contratual, até o limite de 15% (quinze por cento) do valor total da Ata.

8.1.2 - O valor das multas será, obrigatoriamente, deduzido do pagamento do objeto entregue com atraso, ou de outros créditos, relativo ao mesmo Contrato, eventualmente existentes.

8.1.3 - As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

8.1.4 - Os pagamentos referentes a serviços que estejam sendo objeto de discussão em Processo Administrativo ficarão suspensos até a conclusão do mesmo.

CLÁUSULA IX – DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

9.1 - Os preços informados pelo licitante vencedor em sua proposta serão fixos e irrevogáveis durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

9.2 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de fatos e de normas aplicáveis à espécie, nos termos do Art. 65, inciso II, alínea "d" da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, mas caso a Administração julgar conveniente, poderá optar por cancelar esta Ata de Registro de Preços e iniciar outro processo licitatório.

9.2.1 - No caso de iniciativa da empresa contratada, o requerimento de manutenção do equilíbrio econômico financeiro deverá ser protocolado junto ao Gabinete da Prefeita, devidamente fundamentado, acompanhado dos documentos fiscais ou equivalentes (da época da proposta e da data do pedido) e planilha de custos que comprovem o efetivo aumento no preço, condicionada à análise pela Administração.

9.3 - Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, os fornecedores registrados serão convocados pelo Setor de Licitações para alteração, por aditamento, do preço da Ata. Caso seja frustrada a negociação para redução do preço, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

CLÁUSULA X – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

10.1 - O fornecedor terá seu registro na Ata cancelado por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

10.1.1 - A pedido, quando:

- a) Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- b) O preço registrado se tornar comprovadamente inexecutável em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do produto.

10.1.2 - Por iniciativa da Administração, quando:

- a) Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- b) Perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- c) Por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado;
- d) O fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preço;
- e) Não comparecer para assinar o contrato ou se recusar a retirar no prazo estabelecido as Ordens de Serviço/Compra/Notas de Empenho decorrentes da Ata de Registro de Preço;
- f) Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preço ou nos pedidos de serviços/obras dela decorrentes.

10.1.3 - Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

CLÁUSULA XI – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 - A Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação poderá ser cancelada de pleno direito pela Administração Municipal quando:

- a) Automaticamente por decurso do prazo de vigência e/ou quando não restarem fornecedores registrados;

- b) A detentora não cumprir as obrigações desta Ata, Edital e anexos;
- c) A detentora, injustificadamente, não retirar a Ordem de Compra no prazo estabelecido e/ou a Administração não aceitar sua justificativa;
- d) A detentora der causa ao cancelamento da Ata decorrente de Registro de Preços;
- e) Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata, no Edital e seus anexos;
- f) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- g) Por razões de interesse público, demonstradas e justificadas pela Administração.

11.2 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos acima será feita por mensagem eletrônica ou correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

11.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

11.4 - A ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pelas detentoras quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

11.5 - A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VIII, caso não aceitas as razões do pedido.

11.6 - Aplica-se à Ata de Registro de Preço no que couberem as disposições dos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/1993.

11.7 - Os casos de cancelamento da Ata de Registro de Preço serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA XII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 - Integram esta Ata o Edital de Pregão Presencial - Registro de Preços n.º 54/2019, seus anexos e as propostas das empresas classificadas no certame supranumerado, sendo que as obrigações, responsabilidades, prazos e demais condições contidas em uma e omitidas em outras são consideradas existentes e válidas para todos os fins.

12.2 - Fica eleito o foro da Comarca de Timbó/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

12.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal n.º 8.666/93, alterações e demais normas aplicáveis.

Doutor Pedrinho - SC, 04 de novembro de 2019.

CONTRATANTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR PEDRINHO
SIMONI MÉRCIA MESCH NONES
PREFEITA MUNICIPAL

RONI ANDREAS MAEDA HASSLER
Assessor Jurídico
OAB/SC 52.912

EMPRESA CONTRATADA
Razão social: PORTO UNIÃO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI
CNPJ: 33.159.931/0001-96
Responsável legal: ARILDO PASCOALINO CARDOSO
CPF: 420.340.009-00

ATO DE REVOGAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 83/2019

Publicação Nº 2216260

**ATO DE REVOGAÇÃO
CONTRATO Nº 83/2019**

O Município de Doutor Pedrinho, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, Simoni Mércia Mesch Nones, no uso de suas atribuições legais, e com base nas disposições contidas na Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal, a qual aduz: "a Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial".

CONSIDERANDO que o ato administrativo revogatório é resultante do poder discricionário no qual permite a Administração rever suas atividades para que se destinem ao seu fim específico;

CONSIDERANDO que o interesse público nada mais é do que o interesse da coletividade e que cada ato da Administração Pública deve ter por escopo a satisfação e o interesse de todos os cidadãos;

CONSIDERANDO que houve erro na qualificação da Pessoa Jurídica no corpo do Contrato Administrativo, gerando vício na contratação, pois acabou por se qualificar Pessoa Jurídica diversa da pretendida, tendo sido qualificada a Pessoa Jurídica INSTITUTO IMENSA VIDA DESENVOLVIMENTO HUMANO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 32.627.930/0001-66, quando na verdade deveria ter sido qualificada a Pessoa Jurídica IMENSA VIDA APRENDIZADO E TREINAMENTO LTDA, inscrita no CNPJ 26.189.812/0001-10;

DECIDE:
REVOGAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 83/2019.

Doutor Pedrinho, 04 de novembro de 2019.
SIMONI MÉRCIA MESCH NONES
Prefeita Municipal

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 85/2019

Publicação Nº 2217127

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 85/2019**AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO NOVO, ZERO KM, ANO/MODELO 2019 OU SUPERIOR, PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

O MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, SC, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, situado à Rua Brasília, nº 02, Centro, nesta cidade de Doutor Pedrinho - SC, através do Fundo Municipal de Saúde – CNPJ nº 11.257.200/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal em exercício ARTINO DALPIAZ, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e a Empresa LR COMERCIO DE VEICULOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 10.459.491/0001-97, situado à Avenida Presidente Kennedy, nº 112, terreo, Bairro Campinas, cidade de São José - SC, CEP: 88.101-000, neste ato representado pelo(a) representante legal, senhor(a) NEY BOTTO GUIMARÃES FILHO, CPF sob nº 003.455.899-39 aqui denominada simplesmente CONTRATADA, com base no Edital de Pregão Presencial nº 55/2019, e disposições da Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, do Decreto Municipal nº 56/2015, da Lei Complementar nº 123/2006 e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Contrato de Fornecimento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1 - Constitui objeto do presente Contrato a **AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO NOVO, ZERO KM, ANO/MODELO 2019 OU SUPERIOR, PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DE DOUTOR PEDRINHO – SC**, conforme segue:

Item	Unid.	Quant.	Descrição do Produto	Marca / Modelo	VALOR PROPOSTO	
					UNITÁRIO	TOTAL
1	UNID	01	VEÍCULO DE PASSEIO, NOVO, ANO/MODELO 2019 OU SUPERIOR, 0 KM, CAPACIDADE PARA 5 (CINCO) PASSAGEIROS, BICOMBUSTÍVEL, 4 (QUATRO) PORTAS, COM AR CONDICIONADO, FREIOS ABS E AIRBAG DUPLO, CÂMBIO MANUAL, MOTORIZAÇÃO DE 1.0 À 1.3, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA, COM DISTÂNCIA MÍNIMA ENTRE EIXOS DE 2.370 MM E TRIO ELÉTRICO (TRAVA, VIDRO E ALARME).	HYUNDAI HB20 1.0	R\$ 49.250,00	R\$ 49.250,00
TOTAL DO FORNECEDOR:					R\$ 49.250,00	

1.2 – Este instrumento se complementa pelo Edital da Licitação nº 55/2019 e anexos, e guarda conformidade com a Proposta de Preços vencedora.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.1 - Os recursos financeiros para pagamento do objeto desta Licitação correrão a conta de dotações consignadas no Orçamento-Programa 2019 do MUNICÍPIO, como segue:

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
 001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 1028 – AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS
 344905252 – VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNICA
 01382010 – ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

3.1 - O preço unitário e o valor total deste contrato é aquele previsto no quadro de preços por item da Cláusula Primeira (1.1).

3.1.1 - Os preços propostos não serão reajustados durante o prazo contratual em obediência a Lei nº 9.069/95.

3.1.2 - Nos preços ofertados na proposta da CONTRATADA já estão inclusos todos os custos e despesas decorrentes de impostos, taxas de qualquer natureza, fretes e outros quaisquer que, direta ou indiretamente, impliquem ou venham a implicar no fiel cumprimento deste instrumento.

3.2– Os pagamentos se darão da seguinte forma:

3.2.1 – Em relação ao objeto da presente licitação, o pagamento dar-se-á da seguinte forma: ATÉ O 15º DIA DO MÊS SUBSEQUENTE AO DA ENTREGA DOS OBJETOS, mediante apresentação do respectivo documento fiscal (emitido de acordo com as orientações do TCE/SC), acompanhado do comprovante de entrega assinado pelos responsáveis pelo recebimento.

3.2.1.1 - Os pagamentos serão realizados através de depósito bancário, conforme dados informados na Proposta Comercial.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO:

4.1 – A licitante vencedora disporá do prazo de **30 (trinta) dias corridos** para entrega do produto licitado, contados da data da respectiva solicitação, sendo que, a entrega deverá ser efetuada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, situada no endereço, Rua Santa Catarina, nº 93, Centro, na cidade de Doutor Pedrinho/SC, conforme necessidade do município.

4.2 - Fica aqui estabelecido que os produtos serão recebidos:

- a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da quantidade e conformidade dos mesmos com a especificação;
- b) Definitivamente, após a verificação da quantidade, qualidade e conformidade dos mesmos e a consequente aceitação.

4.3 - Caso o produto não seja entregue no prazo estabelecido acima, o gestor do Contrato poderá iniciar procedimento administrativo para aplicação de penalidades ao licitante vencedor, excetuado os casos em que o motivo do descumprimento seja justificado e aceito pelo município.

4.4 - O produto será recusado quando entregue com especificações técnicas diferentes das contidas no Edital e da proposta feita no procedimento licitatório.

4.5 – O item recusado deverá ser substituído no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o município.

4.6 - Se a entrega e/ou a substituição dos materiais não for realizada no prazo estipulado, o fornecedor estará sujeito às sanções previstas no Edital e no Contrato.

4.7 - O recebimento dos materiais, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade do fornecedor pela qualidade e características dos materiais entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência de garantia do produto.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA:

5.1 - O prazo de execução e vigência do presente contrato se inicia na data de sua assinatura, e se estende até 31/12/2019.

5.2 - O início dos fornecimentos deve se dar a partir da assinatura deste instrumento, através da emissão da respectiva ordem.

5.3 - Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento. Os prazos serão em dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto de forma diferente. Os prazos se iniciam e vencem em dia de expediente normal.

5.4 - No caso da execução do objeto serem divididos em parcelas mensais, o respectivo fornecimento se dará após a emissão de cada ordem de fornecimento.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

6.1 – Sem prejuízo das demais obrigações previstas no Edital da Licitação nº 55/2019, a CONTRATADA obriga-se a:

- a) Fornecer o objeto desta licitação nas especificações contidas neste edital;
- b) Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos;
- c) Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;
- d) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;
- e) Fornecer o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;
- f) Fornecer o objeto com boa qualidade e durabilidade, dentro dos padrões exigidos;
- g) Aceitar que sejam entregues os produtos de forma parcial, conforme necessidade do município;
- h) Ressarcir a Administração do equivalente a todos os danos decorrente de paralisação ou interrupção do fornecimento do objeto, exceto quando isso ocorrer por exigência do MUNICÍPIO ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias estas devidamente comunicadas ao MUNICÍPIO no prazo de 48 (quarenta e oito horas), após a sua ocorrência;
- i) Pagar todas as despesas decorrentes do deslocamento do objeto da presente licitação, para a substituição de todo e qualquer elemento que apresentar defeito de fabricação durante todo o prazo de vigência da garantia contratual;
- j) **Efetuar os eventuais reparos ou consertos durante a garantia contratual no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, podendo ser prorrogado mediante justificativa da contratada;**
- k) **Manter seus dados para contato (endereço físico, e-mail e telefones) atualizados perante o MUNICÍPIO;**
- l) **Firmar o contrato resultante desta licitação em até 02 (dois) dias úteis após o recebimento da convocação para fazê-lo, sob pena de decair do direito de contratar com o Município.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

7.1 - Além das obrigações já previstas no presente contrato, como o pagamento dos objetos fornecidos no prazo e preço previsto neste instrumento, o MUNICÍPIO obriga-se a publicar o resumo do Contrato e dos Aditamentos que houver, na imprensa local, na forma da Lei.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES:

8.1 - O descumprimento, parcial ou total, de qualquer das cláusulas contidas no contrato sujeitará à CONTRATADA às sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

8.1.1 - A inexecução parcial ou total do Contrato poderá ensejar a suspensão do cadastro da CONTRATADA e/ou a imposição da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o MUNICÍPIO, cumuladas em ambas as hipóteses, com multa de 0,5% (meio por cento) do valor total do Contrato por dia de atraso na entrega do objeto ou cumprimento de obrigação contratual, até o limite de 15% (quinze por cento) do valor total do Contrato.

8.1.2 - O valor das multas será, obrigatoriamente, deduzido do pagamento do objeto entregue com atraso, ou de outros créditos, relativo ao mesmo Contrato, eventualmente existentes.

8.1.3 - As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

8.1.4 - Os pagamentos referentes a serviços que estejam sendo objeto de discussão em Processo Administrativo ficarão suspensos até a conclusão do mesmo.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO:

9.1 - A inexecução, total ou parcial, do Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências estabelecidas neste instrumento e/ou na Lei nº 8.666/93.

9.1.1 - O MUNICÍPIO poderá rescindir administrativamente o Contrato nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.1.2 - Nas hipóteses de rescisão com base nos incisos I a XI do art. 78 da Lei nº 8.666/93, não cabe a CONTRATADA direito a qualquer indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA COBRANÇA JUDICIAL:

10.1 - As importâncias devidas pela CONTRATADA em razão de multas impostas pela inexecução deste instrumento serão cobradas através de processo de execução, constituindo este Contrato em título executivo extrajudicial, ressalvando-se a possibilidade de cobrança direta, mediante retenção ou compensação de créditos, sempre que possível.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:

11.1 - Para efetuar a gestão e fiscalização deste Contrato, fica designada a Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social, Ticiane Eugênia Lenzi.

11.2 - Fica nomeado(a) como preposto da CONTRATADA para o presente contrato o(a) Sr.(a) Ney Botto Guimarães Filho, o(a) qual poderá ser contatado(a) através dos telefones (48) 3298-0000 ou (48) 9 9852-0836 e e-mail licitacao@geracao-motor.com.br, e-mail este que será utilizado para todos os atos referentes a execução deste Contrato, inclusive para citações e intimações em caso de instauração de Processo Administrativo.

11.2.1 - Qualquer mensagem encaminhada ao e-mail fornecido pela CONTRATADA será considerada como recebida para todos os fins e efeitos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO:

12.1 - As partes elegem o Foro da Cidade de Timbó – Santa Catarina, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas, para os efeitos legais.

Doutor Pedrinho (SC), 31 de outubro de 2019.

MUNICÍPIO

ARTINO DALPIAZ
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

CONTRATADA

LR COMERCIO DE VEICULOS LTDA
NEY BOTTO GUIMARÃES FILHO, CPF: 003.455.899-39

RONI ANDREAS MAEDA HASSLER
Assessor Jurídico
OAB/SC 52.912

GESTORA/FISCAL DO CONTRATO
TICIANE EUGÊNIA LENZI

Testemunhas:

ELAINE REGINA DE ESPÍNDOLA WOLLERT

ARNALDO VICENTE

PORTARIA 170 - EXONERAÇÃO ALAN DE SOUZA DEMÉTRIO

Publicação Nº 2217283

PORTARIA no 170, de 01 de Novembro de 2019.
Concede exoneração ao Servidor Alan de Souza Demétrio.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52 c/c art. 72 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990, fundamentado no art. 37, IX, da CF e na LC nº 47/2006, e Considerando o requerimento formulado pelo servidor; RESOLVE;

CONCEDER EXONERAÇÃO

Ao servidor ALAN DE SOUZA DEMÉTRIO, exercendo as funções do emprego público de Servente de Obras, lotado na Secretaria de Obras, Estradas e Serviços Urbanos, para o qual foi contratado pela Portaria nº 020, de 06/02/2019, a contar desta data.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 01 de novembro de 2019; 31o ano de Fundação; 30o ano de Emancipação Política.

ARTINO DALPIAZ
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

PORTARIA 171 - CONTRATAÇÃO MÉDICA EVA STHEFANE BANDEIRA MARINHO KAHWAGE

Publicação Nº 2217295

PORTARIA no 171, de 04 de Novembro de 2019.
Autoriza a contratação de servidora em caráter temporário para Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, no emprego público de Médico.

A Prefeita de Doutor Pedrinho/SC, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04/04/1990, fundamentado no art. 37, IX, da CF e na LC nº 47/2006; e
Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no Inciso V do art. 2 da Lei Complementar nº 47, de 14/06/2006, ou seja, substituição de pessoal nas unidades médico-hospitalares (Unidades de Saúde), ambulatórios e unidades sanitárias, por vacância nos casos de falecimento, aposentadoria, exoneração e demissão, aumento da demanda e/ou número de pacientes, ou nos casos de licença e/ou afastamento do exercício do cargo;
Considerando-se a aprovação deste candidato na Chamada Pública nº 09/2019, e a urgência da contratação para manutenção dos serviços públicos da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, resolve:

CONTRATAR TEMPORARIAMENTE

A servidora abaixo identificada, para exercer as funções do emprego público de Médico, com carga horária de 20 horas semanais e vencimento de R\$ 8.377,30 (oito mil, trezentos e setenta e sete reais e trinta centavos) mensais, a contar desta data:

Nome / Data Nasc.	CPF e RG	Motivação	Período
Eva Sthefane Bandeira Marinho Kahwage (DN. 22/10/1990)	027.227.833-55 0195694220020	Manutenção dos serviços da Secretaria de Saúde e Assistência Social.	04/11/2019 a 31/01/2020

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 04 de novembro de 2019; 31o ano de Fundação; 30o ano de Emancipação Política.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES
Prefeita de Doutor Pedrinho/SC.

RESULTADO FINAL CHAMADA PÚBLICA 10/2019

Publicação Nº 2217297

CLASSIFICAÇÃO FINAL CHAMADA PÚBLICA Nº 10/2019**Emprego Público de Operador de Máquina**

RESULTADO	CLASS.	CANDIDATO E TEMPO SERVIÇO
Classificado	1º	ALEXANDRE KOWALSKI – 1 ano, 5 meses e 16 dias
Classificado	2º	GILMAR PIRES DOS SANTOS – 8 meses e 6 dias
Classificado	3º	LEONIR CRISTIANO NEUMANN* – 2 meses e 10 dias
Classificado	4º	GELÁSIO VALCANAIA – Nascido em 11/03/1967
Classificado	5º	EDISON PETICA* – Nascido em 29/10/1977
Classificado	6º	PAULO CALISTO SUTIL RAMIRES – Nascido em 14/12/1981
Classificado	7º	FERNANDO STREY – 25/03/1990

Classificado	8º	SANDRO VONS – 26/05/1995
Classificado	9º	CÉSAR MACEDO – 27/02/1997
Desclassificado	-	MAYCON PABLO DA CRUZ – Não possui CNH categoria “C”
*Deixou-se de se considerar o tempo indicado pelo candidato na declaração de tempo de serviço no cargo pleiteado em razão de descumprimento às exigências do Edital.		

Sem mais para o momento dou por encerrada esta ata que vai assinada por mim, Roni Andreas Maeda Hassler e demais membros da comissão.

ELIZEU RODRIGUES TAVARES
Membro da Comissão

ANDRÉ LUIZ MAZZI
Membro da Comissão

RONI ANDREAS MAEDA HASSLER
Membro da Comissão

Entre Rios

PREFEITURA

PARECER JURÍDICO

Publicação Nº 2216824

PARECER JURÍDICO À Secretária Municipal de Saúde e Chefe do Poder Executivo Municipal

Interessado: Município de Entre Rios/SC

Interessado: Maxi Distribuidora de Produtos Hospitalares LTDA

Processo Licitatório nº. 21/2018

Pregão Presencial nº. 16/2018

Assunto: Falha na prestação de serviço/inexecução contratual

I- DO RELATÓRIO:

Trata-se de parecer jurídico, em relação a aparente falha de prestação de serviço/inexecução contratual, por parte da empresa Maxi Distribuidora de Produtos Hospitalares LTDA, a qual após lograr êxito em certame na municipalidade, ficou na obrigação de entregar junto a Secretaria de Saúde, 02 (dois) Auto Clave Horizontal de Mesa, os produtos que deveriam ter garantia mínima e assistência técnica in-loco de 12 (doze) meses da data da entrega.

É de ser relevado, de que a aquisição dos referidos produtos, se deu por meio de processo licitatório, sendo que município de Entre Rios/SC lançou na data de 13 de agosto de 2018 o Processo Licitatório nº. 21/2108, Pregão Presencial nº. 16/2018, tendo por finalidade a aquisição de equipamento médico hospitalar, onde tinha como um dos itens: 3- Auto Clave Horizontal de Mesa de no mínimo 21 litros máximo 25 Litros - Especificações mínimas: Modo de Operação Digital, com câmara de aço inoxidável ou Alumínio Anodizado, com Manômetro Digital Com Barra De Leds Indicativos De Pressão, Sistema Com Microcontrolador, Programa Único De Esterilização, Tempo Total Do Ciclo (Incluindo Aquecimento, Esterilização E Secagem): 55 Min. Pressão De Trabalho (Ciclo De Esterilização): 1,7 A 1,8 Kgf/Cm2, Temperatura De Trabalho (Ciclo De Esterilização): 126 A 129 °C, Desaeração E Despressurização: Automáticas, Secagem: Semiautomática (Com Porta Entreaberta), Secagem Extra: Sim, Potência: 1.600 Watts, Voltagem: 220 V ou bivolt. Consumo Elétrico: 500 Watts/Hora (estimado). Garantia mínima e assistência técnica in-loco de 12 meses da data da entrega.

A empresa acima citada logrou êxito no certame, e pela Secretaria de Saúde Municipal foi solicitada a aquisição de duas autoclaves na forma acima descrita, tendo sido emitido a Autorização de Fornecimento nº. 361/2018, tendo a empresa entregue duas autoclaves, representadas pela Nota Fiscal Eletrônica de nº. 106.

Pela Secretária Municipal de Saúde foi informado de que as autoclaves não foram entregues conforme licitadas e descritas na compra, que várias foram as tentativas com a empresa para a troca e instalação de outras autoclaves, e após algum tempo, foram enviadas duas, mas não funcionam conforme deveria, que foi solicitado a empresa a regularização da situação ou troca das autoclaves, mas nada correu.

O Setor Jurídico notificou a empresa, prestando informações acerca do processo licitatório, bem como das informações prestadas pela Secretária de Saúde, e ainda, solicitou a empresa, o cumprimento de forma integral dos termos do processo licitatório, para que efetuassem a troca dos produtos no prazo de 10 (dez) dias.

Cumprir destacar, de que a notificação foi entregue a empresa por meio do Correio, na data de 06/06/2019, houve a publicação junto ao site do Município na pasta da Procuradoria do Município, e ainda, houve publicação da notificação junto ao Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Passado um tempo, pela Assessoria Jurídica do Município, foi oficiado a Secretária de Saúde, para verificar o cumprimento da notificação pela empresa, em resposta, restou informado de que não houve apresentação de resposta, e que a Secretaria estava no aguardo da troca do equipamento.

O que se constata, é que mesmo com a notificação, a empresa se manteve inerte, sendo que não apresentou contra notificação a Assessoria Jurídica, e até o momento, não realizou a troca dos equipamentos.

Em consulta junto ao Setor de Contabilidade, restou verificado de que houve pagamento dos equipamentos adquiridos, no valor de R\$ 6.390,00 (seis mil e trezentos e noventa reais), isso na data de 24/10/2018.

Esse era o relatório, dispensei demais fatos de relatório, passo apreciação ao mérito, isso de forma explicativa em consonância a fundamentos jurídicos.

II- DO FUNDAMENTO:

Diante do acima descrito, se constata de que ocorreu a inexecução contratual pela empresa Maxi Distribuidora de Produtos Hospitalares - LTDA, uma vez que entregou a municipalidade equipamentos com defeitos, efetuou a troca, mas os equipamentos ainda demonstram defeitos, os quais inviabilizam seu uso, e ainda, a empresa não prestou assistência técnica como deveria.

Não se pode perder de vista, de que na ata da reunião de julgamento de proposta, restou consignado que as proponentes eram responsáveis pela montagem e assistência técnica dos produtos licitados.

No item 2.1.1., do Edital do Processo Licitatório em epígrafe, restou enfatizado acerca das consequências do descumprimento de obrigações por parte dos proponentes, que o produto do certame deveria ter no mínimo de um ano de garantia, da responsabilidade dos proponentes, com assistência técnica in loco.

Também se verifica, que diante de o Município de Entre Rios/SC, possuir interesse na aquisição das autoclaves, acabou adotando meios/procedimentos adequados para solução dos problemas, mas nada teve de resposta/solução pela empresa.

Dispõe o caput do artigo 3º, da Lei Federal nº. 8.666/93:

"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao

instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”.

A mesma legislação, no caput do artigo 41, prescreve:

“Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.”;

Em que pese às obrigações da empresa vencedora tenha ficado descrita na ata da reunião de julgamento de proposta, tal ata, é considerado um contrato pela Lei Federal nº. 8.666/93, isso no paragrafo único do artigo 2º:

“Parágrafo único. Para os fins desta Lei, considera-se contrato todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada.”. (Grifei).

Indubitável de que as contratadas devem executar os contratos de forma fiel, nos termos das cláusulas estipuladas, ou até mesmo na forma da nossa legislação, devendo responder pelas consequências da inexecução, seja essa total ou parcial, tanto é, que lei de licitações possui dispositivo específico com este teor, pois veja:

“Art. 66. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, respondendo cada uma pelas conseq- ências de sua inexecução total ou parcial.”.

Se no objeto do contrato chegar a se verificar defeitos, o contratado é obrigado reparar, corrigir, remover, substituir a suas próprias expensas, essas são as lições que se extrai do artigo 69, da Lei Federal nº. 8.66/93:

“Art. 69. O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.”. (Grifo nosso).

Diante de a Administração Pública ter efetuado a compra e o pagamento dos equipamentos licitados, e não poder fazer o uso para o fim que se destinam, caracterizou um dano a Administração, e o responsável pelo dano, devem reparar-lo.

Sobre a responsabilidade de o contratado reparar o dano que causou a Administração, cumpre destacar, o disposto no artigo 70, da lei de licitações:

“Art. 70. O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.”. (Grifei).

Veja que não houve omissão da Administração na fiscalização e no acompanhamento nos serviços a serem prestados pela empresa, e dos equipamentos a serem entregues, pois desde quando verificado os defeitos nos equipamentos, a Secretária de Saúde buscou solucionar os problemas, diante da omissão da empresa, buscou a Procuradoria do Município, a qual notificou a empresa, com objetivo de buscar uma solução, e para que a empresa execute-se o contrato nos seus termos.

Assim, não há dúvidas de que se caracterizou a inexecução do contrato, e a Administração Pública deve ser reparada pelos danos suportados, e ainda, há possibilidade de aplicação de sanções administrativas a empresa.

Para que isso aconteça, devem ser observados/realizados procedimentos específicos, sendo que a lei da licitação além de determinar que os processos licitatórios devam ser processados e julgados em conformidade com o princípio da legalidade, também determina que na aplicação de sanções, deve ser garantida a defesa prévia, isso por meio de regular processo, essa é a lição que se extrai dos artigos 86, § 2º, e 87, §2º, da Lei Federal nº. 8.666/93:

“Art. 86. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.

§ 2º A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contratado.”. (Grifei).

“Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

§ 2º As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.”.

Sobre a possibilidade de as empresas contratadas por meio de processo licitatório figurar em processo administrativo disciplinar, cumpre destacar, a disposição do caput do artigo 88, lei Federal nº. 8.666/93:

“Art. 88. As sanções previstas nos incisos III e IV do artigo anterior poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:

Sobre a aplicabilidade de sanções administrativas a licitantes, cumpre destacar, o posicionamento jurisprudencial:

“MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO. PREGÃO ELETRÔNICO. DESCUMPRIMENTO DAS REGRAS EDITÁCIAS. SANÇÕES MANTIDAS. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e de contratar por seis meses e de multa decorrem da reiterada violação aos deveres expressamente impostos na legislação e nos editais, os quais deveriam ter sido fielmente observados pela empresa licitante, inexistindo qualquer espécie de ofensa a direito líquido e certo. A fixação da pena de suspensão de licitar pelo prazo de seis meses não ofende os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, visto que os editais sub judice, bem como as legislações citadas, estabelecem que o impedimento de licitar e de contratar com o Poder Público poderá ocorrer pelo prazo de até cinco anos. DENEGADA

SEGURANÇA.(Mandado de Segurança, Nº 70077898211, Primeiro Grupo de Câmaras Cíveis, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Newton Luís Medeiros Fabrício, Julgado em: 31-08-2018)”. (Grifei).

“APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA. MUNICÍPIO DE TRAMANDAÍ. PREGÃO Nº 208/2011. CONTRATO Nº 366/2011. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA DE EVENTOS PARA A REALIZAÇÃO DA 22ª FESTA NACIONAL DO PEIXE. INEXECUÇÃO PARCIAL DO CONTRATO. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS. PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE, E VINCULAÇÃO AO CONTRATO. PROCEDÊNCIA DA AÇÃO DE COBRANÇA E IMPROCEDÊNCIA DA RECONVENÇÃO. 1. Trata-se de ação de cobrança ajuizada pelo Município de Tramandaí, em razão do alegado descumprimento parcial do Contrato 366/2011, cujo objeto era a prestação de serviços de segurança para a 22ª Festa Nacional do Peixe, decorrente do processo licitatório – modalidade Pregão nº 208/2011. In casu, restou suficientemente comprovado pelo Município de Tramandaí, que a empresa demandada descumpriu o contrato entabulado, já que, nos dias 19, 20 e 21 de Julho de 2011, disponibilizou seguranças a menos do que estava previsto no contrato. 2. Conforme o art. 3º da Lei nº 8.666/93, entre os princípios básicos que regem a Administração, está o da vinculação ao edital. O edital, como é sabido, é a lei interna da licitação, e as condições nele estabelecidas devem permanecer inalteradas até seu final. A regra dirige-se tanto à Administração, quanto aos licitantes. 3. No âmbito administrativo, a pena a ser aplicada ao contratado que descumpriu, no todo ou em parte, as regras do contrato, deve ser proporcional à gravidade e reprovabilidade de sua conduta. No caso dos autos, a aplicação das penalidades de multa e suspensão do direito de licitar é decorrência lógica da inexecução parcial do contrato administrativo e encontra previsão expressa no Edital de Pregão nº 208/2011, assim como no art. 87, da Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93). 4. Julgada procedente a ação de cobrança, corolário lógico é a improcedência da reconvenção, já que, diante da execução parcial do contrato pela demandada, em razão da disponibilização de seguranças a menos que o previsto no contrato, não se mostra ilegal a retenção de valores pelo Município, tampouco a aplicação da pena de suspensão do direito de licitar, inexistindo dano moral a ser indenizado. APELO DO MUNICÍPIO PROVIDO. APELO DA EMPRESA DEMANDADA JULGADO PREJUDICADO. (Apelação Cível, Nº 70076169366, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Lúcia de Fátima Cerveira, Julgado em: 25-07-2018)”. (Grifei).

Assim, pelas razões expostas, se verifica de que para apurar a ocorrência da inexecução total ou parcial do contrato licitatório pela empresa Maxi Distribuidora de Produtos Hospitalares LTDA, aplicação de sanções administrativas, e ressarcimento de prejuízos causados a Administração, deve ser instaurado Processo Administrativo Disciplinar, garantido a empresa o contraditório e ampla defesa.

III- DA CONCLUSÃO:

Pelo exposto, sugere: que seja instaurado Processo Administrativo Disciplinar em face da empresa Maxi Distribuidora de Produtos Hospitalares LTDA, garantido o contraditório e ampla defesa. É o parecer, salvo entendimento diverso da Secretária Municipal de Saúde e do Chefe do Poder Executivo.

Entre Rios/SC, 05 de novembro de 2019.

ELTON JOHN MARTINS DO PRADO
(Assessor Jurídico II)

OBSERVAÇÃO: O presente parecer não tem caráter decisório, tendo em vista que se trata de parecer jurídico sobre assunto submetido à consideração do Setor Jurídico, tem caráter meramente opinativo, e não vincula a decisão do administrador.

PORTARIA Nº 360/2019

Publicação Nº 2216771

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº 360 de 01 de novembro de 2019
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VANDERLEI LUIZ CARBONARI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 018/2007; e

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder férias ao servidor Vanderlei Luiz Carbonari, pelo prazo de 20 (vinte dias) dias, a iniciar em 01 de novembro de 2019 e terminar em 20 de novembro de 2019.

Parágrafo único. As férias de que trata o artigo 1º foi acrescidas de 1/3 a mais da remuneração no mês de outubro de 2019 além do abono pecuniário pela necessidade de seu trabalho a Administração Municipal comprou 10 dias de férias.

Artigo 2º. O período aquisitivo de férias compreende em 18 de dezembro de 2017 a 17 de dezembro de 2018.

Artigo 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Entre Rios, em 01 de novembro de 2019.
JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 361/2019

Publicação Nº 2216774

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº 361 de 01 de novembro de 2019.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EDINARA DA ROCHA BERNIERI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação; e

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder férias a servidora Edinara da Rocha Bernieri, pelo prazo de 30 (trinta dias) dias, a iniciar em 01 de novembro de 2019 e terminar em 30 de novembro de 2019.

Parágrafo único. As férias de que trata o artigo 1º foi acrescidas de 1/3 a mais da remuneração no mês de outubro de 2019.

Artigo 2º. O período aquisitivo de férias compreende em 11 de abril de 2018 a 10 de abril de 2019.

Artigo 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Entre Rios/SC, em 01 de novembro de 2019.

JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 362/2019

Publicação Nº 2216776

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº 362 de 01 de novembro de 2019.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JEDISON LUIZ ARNO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação; e

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder férias ao servidor Jedison Luiz Arno, pelo prazo de 30 (trinta dias) dias, a iniciar em 01 de novembro de 2019 e terminar em 30 de novembro de 2019.

Parágrafo único. As férias de que trata o artigo 1º foi acrescidas de 1/3 a mais da remuneração no mês de outubro de 2019.

Artigo 2º. O período aquisitivo de férias compreende em 17 de maio de 2018 a 16 de maio de 2019.

Artigo 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Entre Rios/SC, em 01 de novembro de 2019.

JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 363/2019

Publicação Nº 2216780

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº 363 de 01 de novembro de 2019.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DERLEI NORBERTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a

Legislação; e

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder férias ao servidor Derlei Norberto, pelo prazo de 30 (trinta dias) dias, a iniciar em 01 de novembro de 2019 e terminar em 30 de novembro de 2019.

Parágrafo único. As férias de que trata o artigo 1º foi acrescidas de 1/3 a mais da remuneração no mês de outubro de 2019.

Artigo 2º. O período aquisitivo de férias compreende em 02 de julho de 2018 a 01 de julho de 2019.

Artigo 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Entre Rios/SC, em 01 de novembro de 2019.

JURANDI DELL OSBEL

PORTARIA Nº 364/2019

Publicação Nº 2216816

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº 364 de 01 de novembro de 2019.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARISE INÊS LUETKMEYER, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação; e

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder férias a servidora Marise Inês Luetkmeyer, pelo prazo de 30 (trinta dias) dias, a iniciar em 01 de novembro de 2019 e terminar em 30 de novembro de 2019.

Parágrafo único. As férias de que trata o artigo 1º foi acrescidas de 1/3 a mais da remuneração no mês de outubro de 2019.

Artigo 2º. O período aquisitivo de férias compreende em 03 de fevereiro de 2018 a 02 de fevereiro de 2019.

Artigo 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Entre Rios/SC, em 01 de novembro de 2019.

JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 365/2019

Publicação Nº 2216817

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº365 de 01 de novembro de 2019.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ENIO LUIZ BERNIERI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal vigente; e

RESOLVE

Artigo 1º. Conceder Licença Prêmio conforme a 018/2007 art. 103, para o servidor Enio Luiz bernieri pelo prazo de 30 (trinta) dias, a iniciar em 01 de novembro de 2019 a 30 de novembro de 2019.

Paragrafo Único: Período de Licença Prêmio fevereiro de 2016 a fevereiro de 2019.

Art. 2º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre e Publique-se.

Entre Rios/SC, 01 de novembro de 2019.

JURANDI DELL OSBEL

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 366/2019

Publicação Nº 2216819

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº366 de 01 de novembro de 2019.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL SANDRO MAGISTRALLI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal vigente; e

RESOLVE

Artigo 1º. Conceder Licença Prêmio conforme a 018/2007 art. 103, para o servidor Sandro Magistralli pelo prazo de 30 (trinta) dias, a iniciar em 01 de novembro de 2019 a 30 de novembro de 2019.

Paragrafo Único: Período de Licença Prêmio fevereiro de 2016 a fevereiro de 2019.

Art. 2º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre e Publique-se.

Entre Rios/SC, 01 de novembro de 2019.

JURANDI DELL OSBEL

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 367/2019

Publicação Nº 2216820

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº367 de 01 de novembro de 2019.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PAULINHO BENIN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal vigente; e

RESOLVE

Artigo 1º. Conceder Licença Prêmio conforme a 018/2007 art. 103, para o servidor Paulinho Benin pelo prazo de 30 (trinta) dias, a iniciar em 01 de novembro de 2019 a 30 de novembro de 2019.

Paragrafo Único: Período de Licença Prêmio fevereiro de 2016 a fevereiro de 2019.

Art. 2º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre e Publique-se.

Entre Rios/SC, 01 de novembro de 2019.

JURANDI DELL OSBEL

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 368/2019

Publicação Nº 2216822

Portaria nº. 368/2019, de 04 de novembro de 2019.

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM FACE DA SERVIDORA M. P. A. D. S. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito Municipal de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação vigente e;

CONSIDERANDO o contido na ata Relato dos Pais nº 53, datada de 28 de outubro de 2019, onde informam que a professora M. P. A. pratica condutas, dentro de sala de aula, incompatíveis com a pedagogia aplicada aos alunos da 5ª série, relatando casos de relação sexual entre seres humanos e animais; faz distinção entre os alunos ao distribuir os materiais didáticos; atribui termos pejorativos aos trabalhos realizados pelos alunos; fica conversando com sua irmã durante o horário de expediente dentro da sala de aula;

CONSIDERANDO o conteúdo da ata Relatos dos Pais nº 54, datada de 31 de outubro de 2019, onde vários pais de alunos informam que a professora M. P. A. fala palavras de baixo calão em sala de aula, cita casos com contexto sexual para os alunos do 5º ano, e ainda atendo o telefone celular no horário do expediente para tratar de assuntos particulares;

CONSIDERANDO que os fatos relatados nas atas Relatos de Pais nºs 53 e 54, podem em tese, configurar as infrações descritas nos artigos 123, incisos XXI e XXII, da Lei Complementar nº. 018/2007;

CONSIDERANDO que os fatos relatados nas atas Relatos de Pais nºs 53 e 54, podem em tese, configurar as infrações aos deveres descritos nos artigos 122, incisos IX e XI, da Lei Complementar nº. 018/2007;

CONSIDERANDO a relevância do interesse público, e pelo que dispõe o Estatuto dos Servidores do Município de Entre Rios/SC, a Lei Complementar Municipal nº. 018/2007, deve instaurar Processo Administrativo Disciplinar para apurar os fatos.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica instaurado Processo Administrativo Disciplinar para apurar os fatos relacionados às atas Relatos dos Pais nºs 53 e 54, datadas de 28 e 31 de outubro de 2019, protocoladas e recebidas na data de 1º de novembro de 2019, onde relatam indícios de que a Servidora M. P. A. de S. teria praticado condutas inapropriadas dentro da sala de aula da turma da 5ª série, ao relatar casos de relações sexuais, utilizar meios de entretenimento no local de trabalho em atividade estranha ao serviço, utilizar-se de meio de telecomunicação para fins particulares, não manter conduta compatível com a moralidade de probidade administrativa, e ainda, não tratar com urbanidade, educação e cortesia os alunos.

Art. 2º. Para apurar os fatos descritos no artigo 1º, desde já fica nomeada uma comissão formada nos moldes do artigo 157, da Lei Complementar Municipal nº. 018/2007, composta pelos seguintes membros, presidida pela primeira:

I – Presidente: Ivaldina Ribeiro Brunetto – Secretária Municipal de Educação;

II – Secretária: Angela Maria Zambiasi Bold – Auxiliar Administrativa;

III – Membro: Euwilson Biasi – Orientador Educacional;

IV – Membro: Airton Milioranza – Vereador; e

V – Membro: Gilso Borges – Vereador.

Parágrafo Único: A comissão, sempre que necessário, dedicará todo o tempo do expediente aos trabalhos do Processo Administrativo Disciplinar, bem como, ouvirá, as pessoas que tenham conhecimento, ou que possam prestar esclarecimento a respeito dos fatos imputados, promovendo todas as diligências necessárias, podendo recorrer, inclusive, aos Assessores Jurídicos do Município de Entre Rios/SC, Técnicos e Peritos, além do que, poderá ter acesso livre e irrestrito a toda e qualquer documentação necessária, em todas as repartições municipais, devendo exercer suas atividades com independência e imparcialidade, asseguradas o sigilo necessário a elucidação dos fatos ou exigidos ao interesse da Administração.

Art. 3º. Fica assegurada a Servidora investigada, o direito ao contraditório e ampla defesa, nos termos do artigo 5º, LV da Constituição Federal de 1988 e art. 150, caput, da Lei Complementar nº 018/2007.

Art. 4º. Como medida cautelar, observando à gravidade das condutas atribuídas a servidora investigada e com base no artigo 155, caput, da Lei Complementar nº 018/2007, determino o seu afastamento, imediato, do exercício do cargo, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a partir desta data, sem prejuízo de sua remuneração, até a apuração das irregularidades narradas.

Art. 5º. O rito do processo administrativo reger-se-á, pelo disposto nos artigos 156 a 190, da Lei Complementar Municipal nº. 018/2007.

Art. 6º. A Comissão devere promover a citação da Servidora Investigada, nos moldes do parágrafo primeiro do artigo 163, da Lei Complementar Municipal nº. 018/2007.

Art. 7º. O Processo Administrativo Disciplinar será concluído no prazo máximo de 60 dias, a contar da data da publicação da presente Portaria.

Art. 8º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Entre Rios/SC, 04 de novembro de 2019.
JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 369/2019

Publicação Nº 2216913

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº369 de 04 de novembro de 2019.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL TEREZINHA BRUNETTO RIBEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal vigente; e

RESOLVE

Artigo 1º. Conceder Licença Prêmio conforme a 018/2007 art. 103, para a servidora Terezinha Brunetto Ribeiro, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a iniciar em 04 de novembro de 2019 a 03 de dezembro de 2019.

Paragrafo Único: Período de Licença Prêmio outubro de 2016 a outubro de 2019.

Art. 2º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre e Publique-se.

Entre Rios/SC, 04 de novembro de 2019.
JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 370/2019

Publicação Nº 2216920

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº 370 de 04 de novembro de 2019.
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VALMIR PEREIRA DA SILVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação; e

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder férias ao servidor Valmir Pereira da Silva, pelo prazo de 30 (trinta dias) dias, a iniciar em 04 de novembro de 2019 e terminar em 03 de dezembro de 2019. Retorno em 04 de dezembro de 2019.

Parágrafo único. As férias de que trata o artigo 1º foi acrescidas de 1/3 a mais da remuneração no mês de outubro de 2019.

Artigo 2º. O período aquisitivo de férias compreende em 26 de janeiro de 2018 a 25 de janeiro de 2019.

Artigo 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Entre Rios/SC, em 04 de novembro de 2019.
JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 371/2019

Publicação Nº 2216924

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº 371 de 04 de novembro de 2019
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL LUIZ ERÁCLIO PAZ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 018/2007; e

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder férias ao servidor Luiz Eraclio Paz, pelo prazo de 20 (vinte dias) dias, a iniciar em 04 de novembro de 2019 e terminar em 25 de novembro de 2019.

Parágrafo único. As férias de que trata o artigo 1º foi acrescidas de 1/3 a mais da remuneração no mês de outubro de 2019 além do abono pecuniário pela necessidade de seu trabalho a Administração Municipal comprou 10 dias de férias.

Artigo 2º. O período aquisitivo de férias compreende em 01 de fevereiro de 2018 a 31 de janeiro de 2019.

Artigo 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Entre Rios, em 04 de novembro de 2019.

JURANDI DELL OSBEL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 372/2019

Publicação Nº 2216926

Portaria nº. 372, de 05 de novembro de 2019.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM FACE DA EMPRESA MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, DESIGNA OS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito Municipal de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO que o município de Entre Rios/SC, laçou na data de 13 de agosto de 2018 o Processo Licitatório nº. 21/2108, Pregão Presencial nº. 16/2018, tendo por finalidade a aquisição de equipamento médico hospitalar, onde tinha como um dos itens: 3- Auto Clave Horizontal de Mesa de no mínimo 21 litros máximo 25 Litros - Especificações mínimas: Modo de Operação Digital, com câmara de aço inoxidável ou Alumínio Anodizado, com Manômetro Digital Com Barra De Leds Indicativos De Pressão, Sistema Com Microcontrolador, Programa Único De Esterilização, Tempo Total Do Ciclo (Incluindo Aquecimento, Esterilização E Secagem): 55 Min. Pressão De Trabalho (Ciclo De Esterilização): 1,7 A 1,8 Kgf/Cm2, Temperatura De Trabalho (Ciclo De Esterilização): 126 A 129 °C, Desaeração E Despressurização: Automáticas, Secagem: Semiautomática (Com Porta Entreaberta), Secagem Extra: Sim, Potência: 1.600 Watts, Voltagem: 220 V ou bivolt. Consumo Elétrico: 500 Watts/Hora (estimado). Garantia mínima e assistência técnica in-loco de 12 meses da data da entrega;
CONSIDERANDO que a empresa Maxi Distribuidora de Produtos Hospitalares LTDA, foi vencedora do Processo Licitatório nº. 21/2108, Pregão Presencial nº. 16/2018, e foram adquiridos os produtos licitados pela Administração;

CONSIDERANDO o contido no ofício enviado pela Secretária de Saúde onde relata que houve falha na prestação de serviço e/ou inexecução contratual, e de que os equipamentos adquiridos não funcionam;

CONSIDERANDO o contido no ofício enviado pela Secretária de Saúde onde relata que buscou meios junto à empresa Maxi Distribuidora de Produtos Hospitalares LTDA, para efetuar a troca dos equipamentos danificados;

CONSIDERANDO que o Setor Jurídico notificou a empresa com o objetivo de esta efetuar a troca dos equipamentos danificados;

CONSIDERANDO que a empresa Maxi Distribuidora de Produtos Hospitalares LTDA, não efetuou a troca dos produtos danificados, nem mesmo apresentou repostas as reclamações e a notificação;

CONSIDERANDO que o Município de Entre Rios, SC, efetuou o pagamento dos equipamentos, sendo o valor total de R\$ 6.390,00 (seis mil e trezentos e noventa reais);

CONSIDERANDO a orientação emanada no parecer jurídico emitido pelo Assessor Jurídico II;

CONSIDERANDO que para a Administração Pública possa aplicar sanções por falha/vícios na prestação de serviços e por inexecução

contratual, se faz necessário a instauração de processo administrativo disciplinar, garantindo o contraditório e ampla defesa;

CONSIDERANDO que a Administração Pública está atrelada ao princípio do interesse público, e aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

RESOLVE:

Art. 1º. Determina a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em face da empresa Maxi Distribuidora de Produtos Hospitalares LTDA, para apurar responsabilidade referente a eventual inexecução contratual, e para apurar eventuais danos ao erário, e dá outras providências.

Art. 2º. Fica nomeada Comissão Processante, composta por 05 (cinco) membros, sendo:

I - Presidente: Iomar Cezar Biais;

II - Secretário: Admir Hammerich;

III - Membro: Rubia Paula de Moura Dell Osbel;

IV - Membro: Gilso Borges; e

V – Membro: Orides de Almeida Umbelino.

Parágrafo Único: A Comissão Processante, sempre que necessário, dedicará todo o tempo do expediente aos trabalhos do Processo Administrativo, bem como, ouvirá, as pessoas que tenham conhecimento, ou que possam prestar esclarecimento a respeito do pedido apresentado, promovendo todas as diligências necessárias, podendo recorrer, inclusive, aos Assessores Jurídicos do Município de Entre Rios/SC, Técnicos e Peritos, além do que, poderá ter acesso livre e irrestrito a toda e qualquer documentação necessária, em todas as repartições municipais, devendo exercer suas atividades com independência e imparcialidade, asseguradas o sigilo necessário à elucidação dos fatos ou exigidos ao interesse da Administração.

Art. 3º. Fica assegurado a empresa Maxi Distribuidora de Produtos Hospitalares LTDA, o direito ao contraditório e ampla defesa, nos termos do artigo 5º., LV, da Constituição Federal, e demais legislações;

Art. 4º. Determino à publicação da presente Portaria, e, ato contínuo, oficie os membros da comissão acima nomeada para que, no prazo de 30 (trinta) dias, procedam à avaliação e decisão acerca do pedido apresentado.

Art. 5º. O rito do processo administrativo reger-se-á, pelo disposto na Lei Complementar Municipal nº. 018/2007, e demais leis pertinentes ao caso.

Art. 6º. A Comissão deverá promover a intimação/citação da empresa Maxi Distribuidora de Produtos Hospitalares LTDA, para conhecimentos dos atos praticados no Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 7º. O Processo Administrativo Disciplinar deverá ser concluído no prazo máximo de 60 dias, a contar da data da publicação da presente Portaria.

Art. 8º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Entre Rios/SC, 05 de novembro de 2019.

JURANDI DELL OSBEL

Prefeito Municipal de Entre Rios/SC

Flor do Sertão

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 1905/2019

Publicação Nº 2216940

AVISO DE LICITAÇÃO – Pregão Presencial
PROCESSO LICITATÓRIO nº. 1905/2019
MODALIDADE: Pregão Presencial nº. 24/2019
CRITÉRIOS DE JULGAMENTO: Menor preço – Global

OBJETO. A presente licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA EDUCACIONAL, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PEDAGÓGICO, NOS TERMOS DA LEI NACIONAL DE DIRETRIZES E BASES, VISANDO O ATENDIMENTO DA CLIENTELA ESCOLAR NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL, NAS ÁREAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE 4 E 5 ANOS, E DO ENSINO FUNDAMENTAL 1º AO 5º ANO PARA O ANO DE 2020.

A íntegra do edital estará à disposição dos interessados a partir do dia 06 de novembro de 2019, em horário comercial, junto ao departamento de compras no Centro Administrativo Municipal sito a Avenida Flor do Sertão nº. 696, centro, Flor do Sertão – SC ou no site do Município – www.flordosertao.sc.gov.br.

DATA: Os interessados poderão entregar a declaração de que cumprem com os requisitos de habilitação e os envelopes com os documentos e as propostas de preços na sala de licitações junto ao prédio da Prefeitura Municipal no endereço acima mencionado, até às 09:30 horas do dia 19 de novembro de 2019. A abertura da sessão para a realização do certame será às 09:31 horas do mesmo dia. Não havendo expediente na data marcada para realização da sessão será a mesma adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo local e horário.

LEGISLAÇÃO: A presente licitação está legalmente vinculada à Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

Flor do Sertão – SC, aos 04 dias do mês de novembro de 2019.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER		DIOGO DE BEM
CPF: 503.319.819-04		CPF: 010.389.549-32
PREFEITO MUNICIPAL		PREGOEIRO

PORTARIA Nº 214/2019

Publicação Nº 2216511

	PORTARIA Nº 214/2019
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,	

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar a Servidora Municipal SILVIA CRISTINA DA SILVA, ocupante do Cargo de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 05/11/2019 a 04/12/2019, relativo ao período aquisitivo 12/16 a 12/17.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 05 dias do mês de Novembro de 2019.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

TERMO ADITIVO Nº. 04 - DO CONTRATO Nº. 44/2019

Publicação Nº 2217051

TERMO ADITIVO Nº. 004

AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº. 44/2019

O MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Sidnei José Willinghöfer, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 503.319.819-04 e portador da Cédula de Identidade nº 1.711.118 SSP/SC de ora em diante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado DEIVYS KUNRATH – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 23.351.128/0001-03, com sede na Avenida Porto Alegre, nº. 2323, Bairro Pioneiro na cidade de Pinhalzinho - SC, neste ato representada pelo Sr. Deivys Kunrath, inscrito no CPF sob o nº 087.989.269-26 e Cédula de Identidade nº. 4.910.296, doravante denominada CONTRATADA, resolvem Aditar o contrato supra mencionado pelas cláusulas que seguem:

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Termo tem o objetivo Aditar o valor de R\$ 55.307,35 (Cinquenta e cinco mil e trezentos e sete reais e trinta e cinco centavos) do item 1 do referido contrato conforme planilhas em anexo, referente ao processo Licitatório nº. 779/2019 na modalidade de Tomada de Preço nº. 03/2019 que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA SOB REGIME DE EMPREITADA GLOBAL COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA REFORMA DO PRÉDIO DO CENTRO MUNICIPAL DOS IDOSOS DO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO.

CLÁUSULA SEGUNDA:

As demais cláusulas do presente contrato permaneçam inalteradas.

E por estarem assim justos e de acordo, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Flor do Sertão – SC, aos 05 dias do mês de novembro de 2019.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER	DEIVYS KUNRATH
CPF: 503.319.819-04	CPF: 087.989.269-26
CONTRATANTE	CONTRATADA
DIOGO DE BEM	LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32	CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA	TESTEMUNHA

TERMO DE SUPRESSÃO Nº. 03/2019 - CONTRATO Nº. 44/2019

Publicação Nº 2217047

TERMO DE SUPRESSÃO Nº. 003

AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº. 44/2019

O MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Sidnei José Willinghöfer, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 503.319.819-04 e portador da Cédula de Identidade nº 1.711.118 SSP/SC de ora em diante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado DEIVYS KUNRATH – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 23.351.128/0001-03, com sede na Avenida Porto Alegre, nº. 2323, Bairro Pioneiro na cidade de Pinhalzinho - SC, neste ato representada pelo Sr. Deivys Kunrath, inscrito no CPF sob o nº 087.989.269-26 e Cédula de Identidade nº. 4.910.296, doravante denominada CONTRATADA, resolvem Suprimir o contrato supra mencionado pelas cláusulas que seguem:

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Termo tem o objetivo de Suprimir o valor de R\$ 15.808,11 (Quinze mil e oitocentos e oito reais e onze centavos) do item 1 do referido contrato conforme planilhas em anexo, referente ao processo Licitatório nº. 779/2019 na modalidade de Tomada de Preço nº. 03/2019 que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA SOB REGIME DE EMPREITADA GLOBAL COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA REFORMA DO PRÉDIO DO CENTRO MUNICIPAL DOS IDOSOS DO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO.

CLÁUSULA SEGUNDA:

As demais cláusulas do presente contrato permaneçam inalteradas.

E por estarem assim justos e de acordo, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Flor do Sertão – SC, aos 05 dias do mês de novembro de 2019.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER	DEIVYS KUNRATH
CPF: 503.319.819-04	CPF: 087.989.269-26
CONTRATANTE	CONTRATADA

DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

Forquilha

PREFEITURA

DECRETO Nº. 156 DE 18 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2217639

DECRETO Nº. 156 DE 18 DE OUTUBRO DE 2019.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

DIMAS KAMMER, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 9º e Alíneas "A" e "C" do Artigo 11, da Lei Municipal nº 2.343 de 20 de novembro de 2018;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da entidade Prefeitura Municipal de Forquilha, para o exercício de 2019, no valor de R\$ 92.300,00 (noventa e dois mil, trezentos reais) distribuídos na seguinte conta:

Órgão 04 – Secretaria de Administração e Finanças

2.010 – Manutenção e Assistência Financeira de Convênios e Entidades

027 – 3330.00.01.54 – Aplicações DiretasR\$ 20.000,00

030 – 3390.00.01.54 – Aplicações DiretasR\$ 15.000,00

032 – 3390.00.01.56 – Aplicações DiretasR\$ 30.000,00

Órgão 07 – Secretaria de Infraestrutura

1.011 – Aquisição de Veículos, Máquinas e Equipamentos p/ a Frota Municipal

241 – 4490.00.06.89 – Aplicações DiretasR\$ 15.000,00

Órgão 08 – Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo

2.041 – Manutenção do Fundo Municipal de Cultura

156 – 3350.00.01.00 – Aplicações DiretasR\$ 2.300,00

Órgão 09 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico

2.038 – Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

170 – 3390.00.01.00 – Aplicações DiretasR\$ 10.000,00

TOTALR\$ 92.300,00

Art. 2º - Para atender aos créditos de que trata o art. 1º, será utilizada como fonte de recursos, na dotação 241, parte do superávit financeiro apurado no exercício de 2018, já deduzidos os Restos a Pagar, conforme saldo da conta bancária nº 98.767-0, Agência do Banco do Brasil S/A; nas dotações 27, 30 e 32 será utilizado o provável excesso de arrecadação das receitas lançadas nas respectivas fontes e, nas demais dotações será realizada a anulação de dotação das dotações abaixo:

Órgão 08 – Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo

2.041 – Manutenção do Fundo Municipal de Cultura

160 – 4490.00.01.00 – Aplicações DiretasR\$ 2.000,00

157 – 3390.00.01.00 – Aplicações DiretasR\$ 300,00

Órgão 09 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico

2.038 – Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

169 – 3190.00.01.00 – Aplicações DiretasR\$ 10.000,00

TOTALR\$ 92.300,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 18 de outubro de 2019.

DIMAS KAMMER

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 18 de outubro de 2019.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 161/PMF/2019

Publicação Nº 2217643

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 161/PMF/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADA: FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL – FAEPESUL

VALOR ESTIMADO: R\$ 139.660,63 (cento e trinta e nove mil seiscentos e sessenta reais e sessenta e três centavos), considerando a estimativa de até 2.500 (duas mil e quinhentas) inscrições homologadas.

OBJETO: A presente Dispensa de Licitação tem como objetivo a contratação de instituição brasileira para prestação de serviços de planejamento, operacionalização e execução de Concurso Público para provimento de cargos efetivos do quadro de servidores do Município de Forquilha/SC.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso XIII da Lei 8666/93

JUSTIFICATIVA:

As repetidas notícias, inclusive com reportagens vinculadas em rede nacional, de problemas na realização de muitos processos seletivos/concursos públicos envolvendo inúmeras empresas prestadoras destes serviços, por baixa qualidade, falta de transparência e ineficiência na execução e aplicação das provas.

Esses “problemas” estão intimamente ligados às dificuldades enfrentadas pela Administração Pública, de forma geral, em controlar a qualidade dos serviços contratados, tendo em vista que os processos licitatórios visam, prioritariamente, à obtenção da proposta mais vantajosa financeiramente, perdendo em excelência na maioria das vezes.

Isto ocorre pela dificuldade imposta pela Lei nº 8.666/93 que limita os documentos que podem ser requeridos para comprovação da qualificação técnica da licitante, conforme assevera o art. 30, que basicamente limitam (1) a comprovação de inscrição na entidade profissional competente; (2) a apresentação de atestado de capacidade técnica; e (3) prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

Ou seja, é impossível à Administração Pública se cingir de segurança em um processo licitatório para um assunto tão sensível.

Assim, com o intuito de minimizar contratações que carecem de qualidade na execução dos serviços prestados, a Administração Pública, vem adotando meios de seguir os ditames da Lei nº 8.666/93, em estrita observância da legalidade (art. 37, caput da CF/88), mas para que também não se denegue a eficiência (art. 37, caput da CF/88).

Para tanto, tem sido de grande valia a contratação de entidades de direito privado sem fins lucrativos, incumbidas do desenvolvimento institucional científico e tecnológico, por intermédio de dispensa de licitação, na consecução de serviços de planejamento, operacionalização e execução de processo seletivo/concurso público, tanto para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva, quanto para cargos do quadro de servidores, com base no art. 24 da Lei nº 8.666/93.

Esse direcionamento, vem sendo adotado inclusive pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina, conforme se depreende do Processo de Dispensa de Licitação nº 26/2014/MP, Contrato nº 006/2014/MP, celebrado com a Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicos - FEPESE, visando à contratação de instituição especializada para operacionalizar o processo seletivo/concurso público para provimento de cargos efetivos de servidores do MP/SC.

Desta forma, o Município de Forquilha com o fito de contratar instituição de caráter ilibado e de notório conhecimento na realização do processo seletivo/concurso público, contactou inúmeras instituições indagando sobre a possibilidade de realização do processo seletivo/concurso público em vaga.

Quanto aos requisitos previstos no inciso XIII do art. 24 da Lei nº 8.666/93, a Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e Extensão da UNISUL – FAEPESUL, de acordo com os documentos analisados, (a) é uma instituição brasileira; (b) não possui fins lucrativos; (c) é incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso; e (d) quanto a reputação ético-profissional, demonstrou ter realizado uma série de processos seletivos/concursos públicos, inclusive no Município de Forquilha, evidenciando ter aptidão técnica para a realização deste serviço.

Assim, não há dúvida acerca da sua idoneidade e boa reputação, bem como sua finalidade.

Desta forma, conforme pesquisa de preços, vislumbra-se que a proposta da Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e Extensão da UNISUL – FAEPESUL é a mais vantajosa para o Município.

Além do preenchimento dos requisitos exigidos na legislação, o interesse público norteou a escolha da Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e Extensão da UNISUL – FAEPESUL como sendo a melhor opção para prestação do serviço (qualidade, custo e segurança jurídica), haja vista a confiança, o sigilo, a credibilidade e a qualidade demonstradas na condução de suas seleções. Somado a isso, restaram demonstradas as justificativas: (i) para a dispensa de licitação; (ii) para a escolha da instituição; e (iii) para o preço, restando, pois, atendido

o art. 26 da Lei nº 8.666/93.

RAZAO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR: A empresa supracitada foi escolhida para a execução dos serviços, pois dentre os orçamentos fornecidos pelos concorrentes o desta foi o de menor preço.

DESPACHO FINAL: de acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e levando em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Procuradoria-Geral do Município, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com Art. 24, inciso XIII da Lei 8666/93.

RATIFICAÇÃO em 06 de novembro 2019.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 162/PMF/2019

Publicação Nº 2217644

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 162/PMF/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADA: FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL – FAEPESUL

VALOR ESTIMADO: R\$ 95.188,90 (noventa e cinco mil cento e oitenta e oito reais e noventa centavos), considerando a estimativa de até 1.500 (hum mil e quinhentas) inscrições homologadas.

OBJETO: A presente Dispensa de Licitação tem como objetivo a contratação de instituição brasileira para prestação de serviços de planejamento, operacionalização e execução de Processo Seletivo para provimento de cargos temporários do quadro de servidores do Município de Forquilha/SC.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso XIII da Lei 8666/93

JUSTIFICATIVA:

As repetidas notícias, inclusive com reportagens vinculadas em rede nacional, de problemas na realização de muitos processos seletivos/concursos públicos envolvendo inúmeras empresas prestadoras destes serviços, por baixa qualidade, falta de transparência e ineficiência na execução e aplicação das provas.

Esses “problemas” estão intimamente ligados às dificuldades enfrentadas pela Administração Pública, de forma geral, em controlar a qualidade dos serviços contratados, tendo em vista que os processos licitatórios visam, prioritariamente, à obtenção da proposta mais vantajosa financeiramente, perdendo em excelência na maioria das vezes.

Isto ocorre pela dificuldade imposta pela Lei nº 8.666/93 que limita os documentos que podem ser requeridos para comprovação da qualificação técnica da licitante, conforme assevera o art. 30, que basicamente limitam (1) a comprovação de inscrição na entidade profissional competente; (2) a apresentação de atestado de capacidade técnica; e (3) prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

Ou seja, é impossível à Administração Pública se cingir de segurança em um processo licitatório para um assunto tão sensível.

Assim, com o intuito de minimizar contratações que carecem de qualidade na execução dos serviços prestados, a Administração Pública, vem adotando meios de seguir os ditames da Lei nº 8.666/93, em estrita observância da legalidade (art. 37, caput da CF/88), mas para que também não se denegue a eficiência (art. 37, caput da CF/88).

Para tanto, tem sido de grande valia a contratação de entidades de direito privado sem fins lucrativos, incumbidas do desenvolvimento institucional científico e tecnológico, por intermédio de dispensa de licitação, na consecução de serviços de planejamento, operacionalização e execução de processo seletivo/concurso público, tanto para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva, quanto para cargos do quadro de servidores, com base no art. 24 da Lei nº 8.666/93.

Esse direcionamento, vem sendo adotado inclusive pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina, conforme se depreende do Processo de Dispensa de Licitação nº 26/2014/MP, Contrato nº 006/2014/MP, celebrado com a Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicas - FEPESE, visando à contratação de instituição especializada para operacionalizar o processo seletivo/concurso público para provimento de cargos efetivos de servidores do MP/SC.

Desta forma, o Município de Forquilha com o fito de contratar instituição de caráter ilibado e de notório conhecimento na realização do processo seletivo/concurso público, contactou inúmeras instituições indagando sobre a possibilidade de realização do processo seletivo/concurso público em voga.

Quanto aos requisitos previstos no inciso XIII do art. 24 da Lei nº 8.666/93, a Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e Extensão da

UNISUL – FAEPESUL, de acordo com os documentos analisados, (a) é uma instituição brasileira; (b) não possui fins lucrativos; (c) é incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso; e (d) quanto a reputação ético-profissional, demonstrou ter realizado uma série de processos seletivos/concursos públicos, inclusive no Município de Forquilha, evidenciando ter aptidão técnica para a realização deste serviço.

Assim, não há dúvida acerca da sua idoneidade e boa reputação, bem como sua finalidade.

Desta forma, conforme pesquisa de preços, vislumbra-se que a proposta da Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e Extensão da UNISUL – FAEPESUL é a mais vantajosa para o Município.

Além do preenchimento dos requisitos exigidos na legislação, o interesse público norteou a escolha da Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e Extensão da UNISUL – FAEPESUL como sendo a melhor opção para prestação do serviço (qualidade, custo e segurança jurídica), haja vista a confiança, o sigilo, a credibilidade e a qualidade demonstradas na condução de suas seleções. Somado a isso, restaram demonstradas as justificativas: (i) para a dispensa de licitação; (ii) para a escolha da instituição; e (iii) para o preço, restando, pois, atendido o art. 26 da Lei nº 8.666/93.

RAZAO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR: A empresa supracitada foi escolhida para a execução dos serviços, pois dentre os orçamentos fornecidos pelos concorrentes o desta foi o de menor preço.

DESPACHO FINAL: de acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e levando em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Procuradoria-Geral do Município, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com Art. 24, inciso XIII da Lei 8666/93.

RATIFICAÇÃO em 06 de novembro 2019.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

DECRETO Nº 272 - 2019

Publicação Nº 2217581

DECRETO Nº 272, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com os Artigos 14 e 16 da Lei 2428 de 05 de Dezembro de 2018;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2019 no valor de R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais), nas seguintes dotações:

07.00 – Secretaria de Educação		
07.01 – Secretaria de Educação		
12.361.0004.1.010 – Construção e Reformas de Espaços Esportivos do Ensino Fundamental		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0300 (46)	R\$	750.000,00
TOTAL	R\$	750.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício de acordo com cada fonte de recurso.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA.

FRAIBURGO, 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

O presente instrumento foi publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº 2972 e 06/11/2019, disponibilizada no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, com fundamento no artigo 81, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal 2034/2009 e Decreto 303/2009. Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

PORTARIA 21282019

Publicação Nº 2217589

PORTARIA Nº 2128, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0005 de 01 de março de 2019, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01923/2019 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará substituindo a professora Elaine Almeida de Oliveira, que está em Licença Maternidade;
Considerando a necessidade dos serviços de Professor, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de DANIELLA WALTRICK DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 059.388.019-66, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 06 de novembro de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de novembro de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA 21292019

Publicação Nº 2217590

PORTARIA Nº 2129, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.
Exonera Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a comunicação interna nº 150/2019, da Secretaria de Ação Social;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a servidora ADRIANE MISTURINI SERAFINI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 005.744.099-98, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 08 de novembro de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 05 de novembro de 2019.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração e Planejamento

Galvão

PREFEITURA

DECRETOS 2019 - 219 A 243

Publicação Nº 2216964

DECRETO Nº 219/2019

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NÃO ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL PROGRAMA DE 2019 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 900/2018 de 07/11/2018, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento do exercício de 2019 do Município de Galvão-SC, crédito no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), na seguinte programação:

04.01 – Secretaria Municipal de Educação.

10.306.1002 – 2.005– 33.90.00.00.00- Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

Fonte de Recursos 03.00000

Art. 2º. Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de superávit financeiro, no valor de R\$ 35.000,00.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 22 de outubro de 2019.

Admir Edi Dalla Cort

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 220/2019

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, DESEMPENHO E EFICIÊNCIA, PROPORCIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Artigo nº 103, da Lei Municipal nº 520/2005 de 22/11/2005, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida licença prêmio por assiduidade, desempenho e eficiência, para a servidora Terezinha de Oliveira Motta, ocupante do cargo de agente de copa e limpeza, atualmente lotada na Secretaria Municipal de Saúde, proporcional ao período de 15 (quinze) dias, com início no dia 01 de novembro de 2019 e término previsto para o dia 15 de novembro de 2019, referente o período aquisitivo compreendido entre 20/03/2006 a 19/03/2011.

Art. 2º. Fica ainda, informado que a servidora ficará com 45 (quarenta e cinco) dias para serem usufruídas posteriormente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 24 de outubro de 2019.

Admir Edi Dalla Cort

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 221/2019

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NÃO ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL PROGRAMA DE 2019 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 900/2018 de 07/11/2018, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento do exercício de 2019 do Município de Galvão-SC, crédito no valor de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), na seguinte programação:

04.01 – Secretaria Municipal de Educação.
12.361.1201 – 2.006– 31.90.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 160.000,00
Fonte de Recursos 01.0018 e Fonte 01.0019

Art. 2º. Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação, no valor de R\$ 160.000,00.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 24 de outubro de 2019.
Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 222/2019
DISPÕE SOBRE O CANCELAMENTO DE PROCESSO LICITATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93;

Considerando a necessidade de alterar os itens previstos no processo de licitação em questão, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica cancelado na sua integridade o Processo de Licitação nº 092/2019, Edital de Preços Presencial – Sistema de Registro de Preço nº 040/2019, em razão da necessidade de descrever melhor os itens.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 25 de outubro de 2019.
Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 223/2019
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE EXONERAÇÃO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais 519/2005 e 520/2005;

Considerando o requerimento formulado pela servidora, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida exoneração a servidora Adriana Aparecida Lara Cuchi, atualmente ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Copa e Limpeza, nomeada através do Decreto Municipal nº 090/2006, atualmente lotada na Secretaria Municipal de Educação, com efeitos a partir do dia 28 de outubro de 2019.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 28 de outubro de 2019.
Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 224/2019
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NÃO ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL PROGRAMA DE 2019 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 900/2018 de 07/11/2018, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento do exercício de 2019 do Município de Galvão-SC, crédito no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na seguinte programação:

07.01 – Secretaria Municipal de Infraestrutura
26.782.2601 – 2.018– 33.90.00.00.00- Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
Fonte de Recursos 01.0039

Art. 2º. Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação, no valor de R\$ 10.000,00.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 28 de outubro de 2019.
Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 225/2019
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NÃO ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL PROGRAMA DE 2019 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 900/2018 de 07/11/2018, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento do exercício de 2019 do Município de Galvão-SC, crédito no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), na seguinte programação:

07.01 – Secretaria Municipal de Infraestrutura
15.452.1502 – 2.021– 33.90.00.00.00- Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
Fonte de Recursos 03.0000

Art. 2º. Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de superávit financeiro, no valor de R\$ 20.000,00.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 28 de outubro de 2019.
Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 226/2019
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NÃO ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL PROGRAMA DE 2019 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 900/2018 de 07/11/2018, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento do exercício de 2019 do Município de Galvão-SC, crédito no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na seguinte programação:

05.01 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cultura e Esportes
27.812.2701 – 2.013– 33.90.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
Fonte de Recursos 03.0000

Art. 2º. Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de superávit financeiro, no valor de R\$ 10.000,00.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 28 de outubro de 2019.
Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 227/2019
CONCEDE ADICIONAL POR CONCLUSÃO DE GRADUAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 519/2005, Artigo 17, Inciso III, a;

Considerando o requerimento formulado pelo servidor, juntamente com a apresentação do diploma de graduação, resolve e,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder adicional de 10% (dez por cento), para o servidor Alan Paulo Dierings, ocupante do cargo de provimento efetivo de fiscal de tributos, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Gestão, por conclusão de graduação, incidente sobre o vencimento mensal, com efeitos a partir do mês de novembro de 2019.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 29 de outubro de 2019.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 228/2019
EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 518/2005 de 03/11/2005 e nº 520/2005 de 22/11/2005, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o senhor Sidnei Bertuzzi, ocupante do Cargo em Comissão de Diretor Geral, nomeado através do Decreto Municipal nº 010/2017 de 03/01/2017, exonerado de seu cargo junto ao Município de Galvão-SC, com efeitos a partir do dia 04 de novembro de 2019.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 31 de outubro de 2019.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 229/2019
DISPÕE SOBRE O ENCERRAMENTO ANTECIPADO DA LICENÇA AUXÍLIO DOENÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 520/2005,

Considerando a solicitação de alta antecipada, referente o requerimento nº 199480105, resolve e;

DECRETA:

Art. 1º. Fica encerrada a licença auxílio doença concedida para o servidor Marciano Amarildo Carlos André Moreira, ocupante do cargo de motorista de ônibus, lotado na Secretaria Municipal de Educação, a partir do dia 01 de novembro de 2019.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 31 de outubro de 2019.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 230/2019
DISPÕE SOBRE O DESMEMBRAMENTO DE LOTE URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Artigo 5º da Lei Municipal nº 284/83 e Artigo 1º da Lei Municipal nº 730/2012, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica desmembrado o Lote Urbano nº 08 e 09, da quadra nº 03 sem benfeitorias, com área total de 1.600,00m², situado no loteamento Galvão, na cidade de Galvão-SC, descrito e matriculado no CRI de São Domingos-SC sob o número 9.799, de propriedade da pessoa física Renato Danielli, portador do CPF nº 006.488.219-51, com as seguintes confrontações:

- AO NORTE: com o lote urbano nº 10, de propriedade de Ana Paula de Oliveira Gomes e Volmir de Brito Gomes, na extensão de 40,00 metros;
- AO SUL: com Rua Anita Garibaldi, na extensão de 40,00 metros;
- AO LESTE: com o Lote Urbano nº 07-A, de propriedade de Adelar Assis Dionisio de Mello e Neuza Carmen Bonora Dionisio de Mello na extensão de 40,00 metros;
- AO OESTE: com a Rua Nereu Ramos, na extensão de 40,00 metros.

Art. 2º. Fica determinado que o respectivo imóvel, objeto do presente desmembramento passará a denominar-se: LOTE URBANO nº 08 - A da Quadra nº 03 com área de 360,08 m² e LOTE URBANO nº 08 - B da Quadra nº 03 com área de 384,85 m², LOTE URBANO nº 09 - A da Quadra nº 03 com área de 375,07 m² e LOTE URBANO nº 09 - B da Quadra nº 03 com área de 480,00 m² com as seguintes metragens e descrições:

I - LOTE nº 08 - A da Quadra nº 03, com área de 360,08m²:

- AO NORTE: com o lote urbano nº 09-B, de propriedade de Renato Danielli, na extensão de 12,86 metros;
- AO SUL: com Rua Anita Garibaldi, na extensão de 12,86 metros;
- AO LESTE: com o Lote Urbano nº 07-A, de propriedade de Adelar Assis Dionisio de Mello e Neuza Carmen Bonora Dionisio de Mello na extensão de 28,00 metros;
- AO OESTE: com o lote urbano nº 09-A, de propriedade de Renato Danielli, na extensão de 13,82 metros e com o Lote Urbano nº 08-B, de propriedade de Renato Danielli, na extensão de 14,18 m².

II - LOTE nº 08 - B da Quadra nº 03, com área de 384,85m²:

- AO NORTE: com o lote urbano nº 09-A, de propriedade de Renato Danielli, na extensão de 27,14 metros;
- AO SUL: com Rua Anita Garibaldi, na extensão de 27,14 metros;
- AO LESTE: com o Lote Urbano nº 08-A, de propriedade de Renato Danielli na extensão de 14,18 metros;
- AO OESTE: com a Rua Nereu Ramos, na extensão de 14,18 m².

III - LOTE nº 09 - A da Quadra nº 03, com área de 375,07m²:

- AO NORTE: com o lote urbano nº 09-B, de propriedade de Renato Danielli, na extensão de 27,14 metros;
- AO SUL: com o Lote Urbano nº 08-B, de propriedade de Renato Danielli na extensão de 27,14 metros;
- AO LESTE: com o Lote Urbano nº 08-A, de propriedade de Renato Danielli na extensão de 13,82 metros;
- AO OESTE: com a Rua Nereu Ramos, na extensão de 13,82 m².

IV - LOTE nº 09 - B da Quadra nº 03, com área de 480,00m²:

- AO NORTE: com o lote urbano nº 10, de propriedade Ana Paula de Oliveira Gomes e Volmir de Brito Gomes, na extensão de 40,00 metros;
- AO SUL: com o Lote Urbano nº 08-A, de propriedade de Renato Danielli na extensão de 12,86 metros e com o lote urbano nº 09-A, de propriedade de Renato Danielli, na extensão de 27,14 metros;
- AO LESTE: com o Lote Urbano nº 07-A, de propriedade de Adelar Assis Dionisio de Mello e Neuza Carmen Bonora Dionisio de Mello na extensão de 12,00 metros;
- AO OESTE: com a Rua Nereu Ramos, na extensão de 12,00 m².

Art. 3º. Declara-se que o presente imóvel não se enquadra no artigo 45 da Lei Estadual nº 9.831/95 e suas alterações;

Art. 4º. Fica ainda, declarado que o desmembramento atendeu o disposto no artigo 3º, parágrafo único da Lei 6.766/79;

Art. 5º. Fazem parte deste Decreto todo o memorial descritivo, mapas e ARTs, os quais devem ficar arquivados junto ao setor de tributos do município.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 31 de outubro de 2019.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal
Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort
DECRETO Nº 231/2019

INCLUI FAMÍLIA NO PROGRAMA "CESTA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 813/2015 de 24/03/2015, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica incluída no programa "Cesta Materiais de Construção para Famílias em Vulnerabilidade Social", a família da senhora Maria

Patinho dos Santos, portadora do CPF nº 027.606.989-71, RG nº 2.723.932, com vistas à reforma de sua residência localizada na Rua Manuel Lustosa Martins, nº 455, bairro Centro, neste Município de Galvão, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 31 de outubro de 2019.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 232/2019

INCLUI FAMÍLIA NO PROGRAMA "CESTA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 813/2015 de 24/03/2015, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica incluída no programa "Cesta Materiais de Construção para Famílias em Vulnerabilidade Social", a família do senhor Saul Alves, portador do CPF nº 055.075.239-08, RG nº 4.748.114, com vistas à reforma de sua residência localizada na Rua Olímpio Marconssoni, bairro Esperança, neste Município de Galvão, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 31 de outubro de 2019.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 233/2019

INCLUI FAMÍLIA NO PROGRAMA "CESTA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 813/2015 de 24/03/2015, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica incluída no programa "Cesta Materiais de Construção para Famílias em Vulnerabilidade Social", a família da senhora Marilene Maciel, portadora do CPF nº 103.327.919-63, RG nº 5.679.632, com vistas à reforma de sua residência localizada na Rua Olímpio Marconssoni, bairro Esperança, neste Município de Galvão, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 31 de outubro de 2019.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 234/2019

INCLUI FAMÍLIA NO PROGRAMA "CESTA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 813/2015 de 24/03/2015, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica incluída no programa "Cesta Materiais de Construção para Famílias em Vulnerabilidade Social", a família do senhor Valdemar de Arruda, portador do CPF nº 065.410.919-27, RG nº 5.422.734, com vistas à reforma de sua residência localizada na Linha Santa Terezinha, Interior, neste Município de Galvão, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 31 de outubro de 2019.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 235/2019

INCLUI FAMÍLIA NO PROGRAMA "CESTA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 813/2015 de 24/03/2015, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica incluída no programa "Cesta Materiais de Construção para Famílias em Vulnerabilidade Social", a família da senhora Adriana da Cruz, portadora do CPF nº 092.787.139-45, RG nº 5.732.100, com vistas à reforma de sua residência localizada na Rua Alberto Minozzo, nº 586, bairro Cohab, neste Município de Galvão, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 31 de outubro de 2019.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 236/2019

INCLUI FAMÍLIA NO PROGRAMA "CESTA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 813/2015 de 24/03/2015, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica incluída no programa "Cesta Materiais de Construção para Famílias em Vulnerabilidade Social", a família do senhor Sergio Veronez, portador do CPF nº 660.786.799-53, RG nº 2.871.864, com vistas à reforma de sua residência localizada na Rua Arlindo Mateus de Oliveira, nº 39, bairro Fioravante Dalla Cort, neste Município de Galvão, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 31 de outubro de 2019.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 237/2019

INCLUI FAMÍLIA NO PROGRAMA "CESTA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 813/2015 de 24/03/2015, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica incluída no programa "Cesta Materiais de Construção para Famílias em Vulnerabilidade Social", a família da senhora Terezinha Cenci, portadora do CPF nº 894.252.949-68, RG nº 1.788.913, com vistas à reforma de sua residência localizada na Rua Frei Barnabé, nº 633, bairro Esperança, neste Município de Galvão, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 31 de outubro de 2019.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 238/2019

INCLUI FAMÍLIA NO PROGRAMA "CESTA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 813/2015 de 24/03/2015, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica incluída no programa "Cesta Materiais de Construção para Famílias em Vulnerabilidade Social", a família da senhora Luciane de Oliveira, portadora do CPF nº 055.355.269-40, RG nº 5.422.456, com vistas à reforma de sua residência localizada na Rua Josué Emilio Campos, nº 727, bairro Esperança, neste Município de Galvão, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 31 de outubro de 2019.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 239/2019

INCLUI FAMÍLIA NO PROGRAMA "CESTA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 813/2015 de 24/03/2015, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica incluída no programa "Cesta Materiais de Construção para Famílias em Vulnerabilidade Social", a família do senhor Luiz Carlos Alves, portador do CPF nº 039.139.919-56, RG nº 3.406,882, com vistas à reforma de sua residência localizada na Rua Francisco Rosa de Lima, nº 553, bairro Esperança, neste Município de Galvão, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 31 de outubro de 2019.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 240/2019

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE SERVIDORA EM RAZÃO DE GRAVIDEZ E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Artigo nº 103, da Lei Municipal nº 520/2005 de 22/11/2005;

Considerando o requerimento formulado pela servidora, em razão de gravidez da mesma, conforme exames apresentados, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogada a contratação da servidora Fernanda da Rocha, contratada inicialmente através do Decreto Municipal nº 218/2019, com efeitos a partir do dia 05 de novembro de 2019 e término previsto quando do encerramento da futura licença maternidade que será concedida para a referida servidora.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 01 de novembro de 2019.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 241/2019

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 900/2018 de 07/11/2018, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento do exercício de 2019 da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Galvão-SC, crédito no valor de R\$ 21.600,00 (vinte e um mil e seiscentos reais), na seguinte programação:

Órgão/Unidade: CÂMARA DE VEREADORES DE GALVÃO

Funcional/Prog

Projeto/Atividade

Descrição

01.01

2.001

Manutenção das Atividades Legislativas

Classificação

Descrição

Fonte

Valor (R\$)

3390000000

Aplicações Diretas

01.01

18.100,00

4490000000

Aplicações Diretas

01.01

3.500,00

TOTAL

21.600,00

Art. 2º. Para atendimento do crédito que trata o artigo anterior serão utilizados recursos na seguinte programação:

Órgão/Unidade: CÂMARA DE VEREADORES DE GALVÃO

Funcional/Prog

Projeto/Atividade

Descrição

01.01

2.001

Manutenção das Atividades Legislativas

Classificação

Descrição

Fonte

Valor (R\$)

3190000000

Aplicações Diretas

01.01

18.000,00

3350000000

Aplicações Diretas

01.01

2.600,00

3393000000

Aplicações Diretas

01.01

1.000,00

TOTAL

21.600,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 04 de novembro de 2019.

Admir Edi Dalla Cort

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 242/2019
NOMEIA SERVIDOR EM CARGO COMISSIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 518/2005 de 03/11/2005 e nº 520/2005 de 22/11/2005, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o senhor Sidnei Bertuzzi, nomeado para exercer o Cargo em Comissão de Diretor, junto a Diretoria Geral na Secretaria Municipal de Administração e Gestão, regime jurídico estatutário, com efeitos a partir do dia 05 de novembro de 2019.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 04 de novembro de 2019.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 243/2019
NOMEIA COMISSÃO MUNICIPAL PARA ACOMPANHAMENTO DE PROCESSO SELETIVO E CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada uma comissão municipal de servidores públicos do Município de Galvão-SC, responsável pelo fornecimento dos dados, legislação e informações necessárias, bem como por todos os contatos/tratativas junto à empresa Objetiva Concursos, para elaboração dos editais de Processo Seletivo e Concurso Público, decorrentes do Processo de Licitação 88/2019, Tomada de Preços 06/2019, composta conforme segue:

NOME
FUNÇÃO/CARGO
Zoleide Fátima Marconssoni
Secretária Municipal de Educação
Evandro Fernandes André
Procurador Jurídico
Roberval Dalla Cort
Agente de Recursos Humanos
Nadir Lucia Toso
Orientadora Educacional
Andréia Maria Spricigo Levinski
Secretária Educacional

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 04 de novembro de 2019.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

LEIS 2019 - 921

Publicação Nº 2217215

LEI COMPLEMENTAR Nº 921/2019

DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DE DISPOSITIVOS LEGAIS NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 525/2005 DE 19/12/2005, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam incluídos os Incisos "X" e "XI", juntamente com as Alíneas "a" e "b", no Artigo nº 40, Seção "X", da Lei Complementar Municipal nº 525/2005 de 19/12/2005, constando nos referidos Incisos e Alíneas as seguintes redações:

X - ao contribuinte que for ou tenha por sua dependência direta, o qual seja comprovadamente portador de neoplasia maligna (câncer), com renda familiar de até 03 (três) salários mínimos vigentes no país.

a) Para efeitos do disposto do caput, a família é composta pelo requerente, o cônjuge ou companheiro, os pais e, na ausência de um deles, a madrasta ou o padrasto, os irmãos solteiros, os filhos e enteados solteiros e os menores tutelados, desde que vivam sob o mesmo teto.

b) A isenção somente será concedida a um único imóvel que esteja sendo utilizado como residência do portador da neoplasia maligna (câncer), independente de seu tamanho.

XI - ao contribuinte, que for ou tenha por sua dependência direta, comprovadamente portador de deficiência física ou mental, com renda familiar de até 03 (três) salários mínimos vigentes no país.

a) Para efeitos do disposto do caput, a família é composta pelo requerente, o cônjuge ou companheiro, os pais e, na ausência de um deles, a madrasta ou o padrasto, os irmãos solteiros, os filhos e enteados solteiros e os menores tutelados, desde que vivam sob o mesmo teto.

b) A isenção somente será concedida a um único imóvel que esteja sendo utilizado como residência do portador de deficiência física ou mental, independente de seu tamanho.

Art. 2º. Fica ainda, incluído o "§ 3º", no Artigo nº 40, Seção "X", da Lei Complementar Municipal nº 525/2005 de 19/12/2005, constando no referido parágrafo a seguinte redação:

§ 3º Considera-se pessoa com deficiência, devidamente comprovada por laudo médico, àquela que por sua dependência está impossibilitada de desenvolver qualquer atividade profissional dentro dos padrões convencionais.

Art. 3º. Permanecem inalterados os demais dispositivos legais constantes na Lei Complementar Municipal nº 525/2005 de 19/12/2005.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 05 de novembro de 2019.

Admir Edi Dalla Cort

Prefeito Municipal

Roberval Dalla Cort

Registrado e Publicado

LEIS 2019 - 922

Publicação Nº 2217222

LEI Nº 922/2019

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 918, DE 23 DE SETEMBRO DE 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Galvão, Estado de Santa Catarina, nos termos da legislação em vigor, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. A ementa da Lei Municipal nº 918, de 23 de setembro de 2019, passará a vigorar com a seguinte redação:

"DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA APRESENTAÇÃO DA CADERNETA DE VACINAÇÃO NO ATO DA MATRÍCULA ESCOLAR NAS REDES DE ENSINO PÚBLICA MUNICIPAL E PARTICULAR E PARA ATLETAS QUE PARTICIPAM DAS ESCOLINHAS DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE".

Art. 2º. O art. 1º da Lei Municipal nº 918, de 23 de setembro de 2019, passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. A apresentação da caderneta de vacinação será obrigatória no ato da matrícula escolar de alunos com até dezoito anos de idade, bem como para renovação nos anos subsequentes, nas redes de ensino pública municipal e particular deste Município, que ofereçam educação infantil, ensino fundamental e ensino médio e para atletas que participam das escolinhas do departamento de esporte".

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Galvão-SC, 05 de novembro de 2019.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Roberval Dalla Cort
Registrado e Publicado

LEIS 2019 - 923

Publicação Nº 2217223

LEI Nº 923/2019

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA, PARA CONCESSÃO DE USO DE IMÓVEL PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais; faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a realizar Licitação de Concessão de Uso, na modalidade de Concorrência, do Barracão Industrial nº 02, edificado em alvenaria, com área total de 200m2, localizado no lote urbano nº 09-B, da quadra nº 25, esquina entre as ruas Anita Garibaldi e José Gibrail Rebelatto.

Art. 2º. A Concessão de Uso será precedida de Processo Licitatório, Modalidade Concorrência Pública, aberto a todos os interessados nos moldes da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

Parágrafo único. O processo, mencionado no caput, usará como principal critério de concessão de uso, o número efetivo de postos de serviço oferecidos pelas empresas interessadas, as quais deverão se submeter a controle por parte da administração.

Art. 3º. A concessão do bem descrito no artigo anterior tem por finalidade a instalação de empresas já legalmente constituídas.

Art. 4º. O prazo da concessão de que trata esta lei é de até 10 (dez) anos, renovados por iguais e sucessivos períodos, com vigência a partir da assinatura do Termo de Concessão de Uso, devendo a empresa vencedora do certame, ao encerrar suas atividades, entregar o imóvel no mesmo estado e condições que recebeu, excetuando-se as alterações devidamente solicitadas e autorizadas pelo Município, as quais passam a integrar o patrimônio público municipal, e só nos casos devidamente registrados e previstos por lei serão indenizados.

Art. 5º. A concessão de que trata esta lei poderá ser rescindida ou alterada a qualquer tempo, por qualquer uma das partes envolvidas, mediante comunicação escrita com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, porém o imóvel não poderá ser repassado a terceiros sem novo processo licitatório.

Art. 6º. A empresa a que se outorga Concessão de Uso de que trata esta Lei, deverá dar início às suas atividades, no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias, contados da lavratura do Instrumento Público de Concessão de Uso, podendo este prazo ser prorrogado mediante requerimento devidamente fundamentado, sob pena de ser revogada a citada concessão e o imóvel ser imediatamente devolvido ao Município.

Art. 7º. Reverte-se a concessão de que trata esta Lei, antes de seu término, desde que o concessionário dê ao imóvel destinação diversa da estabelecida no contrato ou descumpra cláusula resolutória do ajuste, perdendo neste caso, em favor do Município, as benfeitorias de qualquer natureza, com a imediata devolução do imóvel objeto da concessão de uso.

Art. 8º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 05 de novembro de 2019

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Roberval Dalla Cort
Registrado e Publicado

PROCESSO LICITATÓRIO 101/2019

Publicação Nº 2216655

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório nº 101/2019, Edital de credenciamento 003/2019, TORNA PÚBLICO para o CREDENCIAMENTO DE ENTIDADES PRIVADAS, FILANTRÓPICAS E OU SEM FINS LUCRATIVOS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE, INTERESSADAS EM PARTICIPAR DE FORMA COMPLEMENTAR AO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GALVÃO – SC, PARA FORNECIMENTO DE EXAMES LABORATORIAIS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA, O fundamento legal é a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável.

Data e Local para a entrega dos envelopes: Deverão ser entregues e protocolados junto ao Setor de Licitações do Município de Galvão - SC,

sita à Avenida Sete de Setembro nº 548, Galvão, Estado de Santa Catarina, até o dia 04 de dezembro de 2019 as 09h:00min.

Abertura dos envelopes: 04 de dezembro de 2019, às 09h:15 horas. na sala de licitações do Município de Galvão, localizada na Avenida Sete de Setembro nº 548, Centro, na cidade de Galvão – SC.

A integral do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito á Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão – SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: www.galvao.sc.gov.br Galvão - SC, 05 de novembro de 2019.

Admir Edi Dalla Cort

Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO PL 088/2019

Publicação Nº 2216890

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GALVÃO CNPJ: 83.009.902/0001-16 AV. SETE DE SETEMBRO, 548 C.E.P.: 89838-000 - Galvão - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 6/2019 - TP Processo Administrativo: 88/2019 Processo de Licitação: 88/2019 Data do Processo: 18/09/2019
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, ADMIR EDI DALLA CORT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 88/2019
b) Licitação Nr.: 6/2019-TP
c) Modalidade: Tomada de Preço p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 04/11/2019
e) Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU ENTIDADE ESPECIALIZADA PARA A ELABORAÇÃO DE EDITAL E REALIZAÇÃO / EXECUÇÃO DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO (ITEM 01) PARA OS QUADROS TEMPORARIOS E DE CONCURSO PÚBLICO (ITEM 02) PARA OS QUADROS PERMANENTE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE GALVÃO - SC

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

OBJETIVA CONCURSOS LTDA - EPP (26180)

1	Elaboração de Edital e Realização de Processo Seletivo (Temporário), para contratação de pessoal ao Quadro Geral do Magistério Público do Município - Marca: OBJETIVA	UND	1,00	0,0000	8.720,00	8.720,00
2	Elaboração de Edital e Realização de Concurso Público para suprir vagas permanentes pertencentes ao Quadro Geral dos Servidores Públicos do Município de Galvão. - Marca: OBJETIVA	UND	1,00	0,0000	6.560,00	6.560,00

Total do Fornecedor: 15.280,00

Total Geral: 15.280,00

Galvão, 4 de Novembro de 2019.

ADMIR EDI DALLA CORT
PREFEITO MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO PL 090/2019

Publicação Nº 2217081

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE GALVAO CNPJ: 83.009.902/0001-16 AV. SETE DE SETEMBRO, 548 C.E.P.: 89838-000 - Galvão - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 39/2019 - PR Processo Administrativo: 90/2019 Processo de Licitação: 90/2019 Data do Processo: 07/10/2019
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, ADMIR EDI DALLA CORT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 90/2019
b) Licitação Nr.: 39/2019-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 28/10/2019
e) Objeto da Licitação CONTRAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA E READEQUAÇÃO DA COBERTURA DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE GALVÃO - SC

(em Reais R\$)
f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

LOTE: 1**BORSATTI E RONCONI LTDA - ME (25937)**

1	Confecção e prestação de serviços para instalação de calhas e algerozas em chapa galvanizada com espessura de 0,50 mm e corte de 1 m. Conforme Memorial Descritivo. - Marca: FUNILARIA PARANA	M2	400,00	0,0000	55,49	22.196,00
2	Fornecimento e instalação de abertura de 3 (três) saídas d'água (diâmetro) 100 mm e 21 metros de cano pvc de (diâmetro) 100. Conforme Memorial Descritivo. - Marca: FUNILARIA PARANA	UND	1,00	0,0000	700,00	700,00
3	Prestação de serviços para revisão da cobertura, substituição de telhas e revisão de ripamentos. Conforme Memorial Descritivo. - Marca: FUNILARIA PARANA	M2	530,00	0,0000	1,33	704,90

Total do Fornecedor: 23.600,90
Total Geral: 23.600,90

Galvão, 28 de Outubro de 2019.

ADMIR EDI DALLA CORT
PREFEITO MUNICIPAL

Garopaba

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PE076/2019

Publicação Nº 2216933

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 076/2019
PROCESSO Nº 107/2019

LICITAÇÃO COM ITENS PARA AMPLA CONCORRÊNCIA E ITENS EXCLUSIVOS PARA PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP – Atendimento ao inciso I do Artigo 48 da LC147/2014

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, através de sistema de registro de preços, pretendendo a locação de equipamentos de sonorização, iluminação, estruturas de palco e prestação de serviço de som volante, para atender as necessidades da Prefeitura e do Fundo Municipal de Saúde de Garopaba. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no sítio <http://bllcompras.org.br> até as 14h00min do dia 19/11/2019. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 19/11/2019, no endereço eletrônico <http://bllcompras.org.br>.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba - SC, 05 de novembro de 2019.
Paulo Sérgio de Araujo
Prefeito Municipal

ERRATA Nº 1: DECRETO Nº 275, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2217482

ERRATA N.º 1: Decreto nº 275, de 31 de outubro de 2019

A Prefeitura Municipal de Garopaba por sua Secretaria de Administração, no uso de suas atribuições, torna público a seguinte alteração na publicação do Decreto nº 275/2019, publicado no DOM/SC, Edição 2968, pagina 360 em 01/11/2019.

Onde se Lê:

02.01 -GABINETE DO PREFEITO	7.683,03
04.122.00062.003 - Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito	7.683,03
3.1.91.0.1.00.000000 Aplicações Diretas	7.683,03
4.4.90.0.1.00.000000 Aplicações Diretas	1.017,06

Leiam – se:

02.01 -GABINETE DO PREFEITO	7.683,03
04.122.00062.003 - Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito	7.683,03
3.1.91.0.1.00.000000 Aplicações Diretas	7.683,03

Os demais itens do decreto permanecem inalterados.

Garopaba, 05 de novembro de 2019.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

Publicado a presente Errata no DOM/SC em 06/11/2019, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Garuva

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO FMS Nº 020/2019

Publicação Nº 2216509

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório FMS nº 020/2019
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo de julgamento: Menor Preço por item

Objeto: Aquisição de equipamentos/materiais permanente e mobiliários para atender as necessidades das Unidades Básica Saúde da Família e demais Equipes de Saúde, conforme proposta 1170-01/1180-05/1180-06 do Ministério da Saúde, através de recurso de Emenda Parlamentar

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 19/11/2019 às 09:00 horas.
A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site garuva.atende.net.

GARUVA, 05 de novembro de 2019.
Rodrigo Adrian David
Prefeito Municipal

CERTIDÃO - NUMERAÇÃO DE CONTRATOS - PROC. 042/2019 PMG

Publicação Nº 2216704

Setor de Licitações e Compras
Processo Licitatório nº 042/2019 - PMG

CERTIDÃO

Certifico que os contratos referentes ao presente processo licitatório possuem as seguintes numerações:

CONTRATO 019/2019 – PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA E SAAY'S SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA - Lote 01 - Contratação de empresa especializada na gestão de manejo e serviços de engenharia sanitária, para a execução da coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos compactáveis, domiciliares e comerciais, em aterro sanitário devidamente licenciado, gerados no município de Garuva conforme termo de referência anexo.

CONTRATO 020/2019 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA E SAAY'S SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA - Lote 02 - Contratação de empresa especializada na gestão de manejo e serviços de engenharia sanitária, para a execução da coleta e transporte de resíduos/materiais recicláveis (coleta seletiva), gerados no município de Garuva conforme termo de referência anexo.

CONTRATO 021/2019 - PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA E CLEAN FAST CWB SERVIÇOS EIRELI – ME - Lote 03 - Contratação de empresa para a operação manual de varrição diária e limpeza de logradouros e espaços públicos urbanos, do município de Garuva conforme termo de referência anexo.

Garuva, 05 de novembro de 2019.

Barbara Romanzini Aguilera
Licitações e Compras

CONTRATO Nº 126/2019

Publicação Nº 2216365

**CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 018/2002****CONTRATO Nº 126/2019**

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. MARCIO RICARDO HERPICH, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 6640709, inscrito no CPF sob o nº 009.724.779-00, residente e domiciliado à Avenida Celso Ramos, 693, Centro, Garuva/SC, doravante denominados Contratante, e do outro, a Sra RAYRA ZIMMERMANN, brasileira, solteira, professora, RG nº 4870950 CPF: 063.938.449-81, residente e domiciliada na Servidão Olimpio Batistel Simmermann, 50, Garuva -SC, doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui fundamento de validade para o presente contrato a necessidade contratação de profissional para exercer as funções específicas de PROFESSOR NÍVEL II do Município de Garuva, junto à Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os serviços prestados pelo contratado têm local previamente determinado pelo contratante e deve ser realizado pelo período de 52 (cinquenta e dois) dias, com carga horária de 20 horas semanais.

CLÁUSULA TERCEIRA

O prazo do presente contrato é de 23 de outubro de 2019, terminando no dia 13 de dezembro de 2019, observando o excepcional interesse público e presentes os requisitos estabelecidos na Lei Complementar Municipal 18/2002.

CLÁUSULA QUARTA

A remuneração mensal é de R\$ 1298,62 (Hum mil duzentos e noventa e oito reais e sessenta e dois centavos), acrescidas de vantagens pecuniárias previstas em Leis Municipais.

CLÁUSULA QUINTA

O contratado obriga-se a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares. Os direitos, obrigações e deveres do contratado encontram-se expressos nas Leis Complementares Municipais 001/1998 e 018/2002, bem como em suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA

As despesas dos serviços objeto deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Educação, Ensino Fundamental, Manutenção do Ensino Fundamental, Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental– 07.001.12.361.1028.2028.

CLÁUSULA SÉTIMA

O presente Contrato Administrativo poderá ser rescindido por interesse e conveniência da Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, quando cessada a necessidade temporária de excepcional interesse público e/ou na hipótese de posse de candidato aprovado em concurso público. A rescisão por iniciativa do contratado deverá ser comunicada por ele com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena do valor correspondente ao vencimento base ser descontado de sua remuneração por ocasião da rescisão.

CLÁUSULA OITAVA

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO. E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 23 de outubro de 2019.	
Município de Garuva Rodrigo Adriany David - Prefeito	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Marcio Ricardo Herpich
Contratado	
Monise Nagel Moreira da Silva Cpf: 025.518.569-30	Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04

CONTRATO Nº 127/2019

Publicação Nº 2216873

**CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 018/2002****CONTRATO Nº 127/2019**

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. MARCIO RICARDO HERPICH, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 6640709, inscrito no CPF sob o nº 009.724.779-00, residente e domiciliado à Avenida Celso Ramos, 693, Centro, Garuva/SC, doravante denominados Contratante, e do outro, a Sra MARINILDA DA SILVA MARIAN, casada, RG nº 4088444 CPF: 79631134920, residente e domiciliada na Rua Reni de Lima Meireles, 69, Garuva/SC doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui fundamento de validade para o presente contrato a necessidade contratação de profissional para exercer as funções específicas de PROFESSOR NÍVEL I do Município de Garuva, junto à Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os serviços prestados pelo contratado têm local previamente determinado pelo contratante e deve ser realizado pelo período de 43 (quarenta e três) dias, com carga horária de 20 horas semanais.

CLÁUSULA TERCEIRA

O prazo do presente contrato é de 01 de novembro de 2019, terminando no dia 13 de dezembro de 2019, observando o excepcional interesse público e presentes os requisitos estabelecidos na Lei Complementar Municipal 18/2002.

CLÁUSULA QUARTA

A remuneração mensal é de R\$ 1298,62 (Hum mil duzentos e noventa e oito reais e sessenta e dois centavos), acrescidas de vantagens pecuniárias previstas em Leis Municipais.

CLÁUSULA QUINTA

O contratado obriga-se a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares. Os direitos, obrigações e deveres do contratado encontram-se expressos nas Leis Complementares Municipais 001/1998 e 018/2002, bem como em suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA

As despesas dos serviços objeto deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Educação, Ensino Fundamental, Manutenção do Ensino Fundamental, Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental– 07.001.12.361.1028.2028.

CLÁUSULA SÉTIMA

O presente Contrato Administrativo poderá ser rescindido por interesse e conveniência da Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, quando cessada a necessidade temporária de excepcional interesse público e/ou na hipótese de posse de candidato aprovado em concurso público. A rescisão por iniciativa do contratado deverá ser comunicada por ele com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena do valor correspondente ao vencimento base ser descontado de sua remuneração por ocasião da rescisão.

CLÁUSULA OITAVA

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO. E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 29 de outubro de 2019.	
Município de Garuva Rodrigo Adriany David - Prefeito	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Marcio Ricardo Herpich
Contratado	
Monise Nagel Moreira da Silva Cpf: 025.518.569-30	Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04

CONTRATO Nº 129/2019

Publicação Nº 2216876

**CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 018/2002****CONTRATO Nº 129/2019**

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. MARCIO RICARDO HERPICH, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 6640709, inscrito no CPF sob o nº 009.724.779-00, residente e domiciliado à Avenida Celso Ramos, 693, Centro, Garuva/SC, doravante denominados Contratante, e do outro, a Sra JULIANA BATISTA DA SILVA RODRIGUES, casada, RG nº 5993428 CPF: 04929123941, residente e domiciliada na Rua Marechal Floriano, sn, Garuva/SC, doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui fundamento de validade para o presente contrato a necessidade contratação de profissional para exercer as funções específicas de MERENDEIRA do Município de Garuva, junto à Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os serviços prestados pelo contratado têm local previamente determinado pelo contratante e deve ser realizado pelo período de 40 (quarenta dias) dias, com carga horária de 40 horas semanais.

CLÁUSULA TERCEIRA

O prazo do presente contrato é de 04 de novembro de 2019, terminando no dia 13 de dezembro de 2019, observando o excepcional interesse público e presentes os requisitos estabelecidos na Lei Complementar Municipal 18/2002.

CLÁUSULA QUARTA

A remuneração mensal é de R\$ 1353,18 (Hum mil trezentos e cinquenta e três reais e dezoito centavos), acrescidas de vantagens pecuniárias previstas em Leis Municipais.

CLÁUSULA QUINTA

O contratado obriga-se a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares. Os direitos, obrigações e deveres do contratado encontram-se expressos nas Leis Complementares Municipais 001/1998 e 018/2002, bem como em suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA

As despesas dos serviços objeto deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Educação, Ensino Fundamental, Manutenção do Ensino Fundamental, Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental– 07.001.12.361.1028.2028.

CLÁUSULA SÉTIMA

O presente Contrato Administrativo poderá ser rescindido por interesse e conveniência da Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, quando cessada a necessidade temporária de excepcional interesse público e/ou na hipótese de posse de candidato aprovado em concurso público. A rescisão por iniciativa do contratado deverá ser comunicada por ele com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena do valor correspondente ao vencimento base ser descontado de sua remuneração por ocasião da rescisão.

CLÁUSULA OITAVA

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO. E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 01 de novembro de 2019.	
Município de Garuva Rodrigo Adriany David - Prefeito	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Marcio Ricardo Herpich
Contratado	
Monise Nagel Moreira da Silva Cpf: 025.518.569-30	Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04

DECRETO Nº 190/2019

Publicação Nº 2216355

DECRETO Nº. 190 de 29 de outubro de 2019

"Institui Comissão do 1º Festival de Música de Garuva e dá outras providências."

RODRIGO ADRIANY DAVID, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1o. – Fica instituída Comissão do 1º Festival de Música de Garuva, composta pelos seguintes servidores:

Carla Lizete Ramos;

Christine Zwettler Teixeira;

Richard Lourenço Hericks.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

DISTRATO Nº 44/2019

Publicação Nº 2216360

DISTRATO Nº 44/2019

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 99/2018, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. MARCIO RICARDO HERPICH, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 6640709, inscrito no CPF sob o nº 009.724.779-00, residente e domiciliado à Avenida Celso Ramos, 693, Centro, Garuva/SC, doravante denominados Distratante, e do outro a Sra. PAULA VIEIRA DE CAMARGO, brasileira, solteira, merendeira, RG nº 65890712 CPF: 017.827.27957, residente e domiciliada na Rua Reni de Lima Meirelles, 687, Garuva/SC, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica distratado o contrato nº 99/2018, cujo objeto era a prestação de serviços como MERENDEIRA, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 18/10/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 99/2018.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 22 de outubro de 2019.

Município de Garuva Rodrigo Adriany David - Prefeito	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Marcio Ricardo Herpich
Distratado Monise Nagel Moreira da Silva Cpf: 025.518.569-30	Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04

DISTRATO Nº 45/2019

Publicação Nº 2216358

DISTRATO Nº 45/2019

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 102/2019, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. MARCIO RICARDO HERPICH, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 6640709, inscrito no CPF sob o nº 009.724.779-00, residente e domiciliado à Avenida Celso Ramos, 693, Centro, Garuva/SC, doravante denominados Distratante, e do outro a Sra. JULIANA PEREIRA, solteira, RG nº 5693226 CPF: 06769796961, residente e domiciliada na Rua Enio Sonego, 622, Garuva/SC, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica distratado o contrato nº 102/2019, cujo objeto era a prestação de serviços como PROFESSOR NIVEL I, nos termos da Cláusula Sétima

do contrato celebrado entre as partes, datado em 10/07/2019.

CLÁUSULA SEGUNDA

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 102/2019. E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 27 de outubro de 2019.

Município de Garuva Rodrigo Adriany David - Prefeito	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Marcio Ricardo Herpich
Distratado	
Monise Nagel Moreira da Silva Cpf: 025.518.569-30	Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04

DISTRATO Nº 46/2019

Publicação Nº 2216361

DISTRATO Nº 46/2019

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 11/2019, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. MARCIO RICARDO HERPICH, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 6640709, inscrito no CPF sob o nº 009.724.779-00, residente e domiciliado à Avenida Celso Ramos, 693, Centro, Garuva/SC, doravante denominados Distratante, e do outro a Sra. MARILIA LUCIA MENDES, solteira, RG nº 4353586 CPF: 05975025958, residente e domiciliada na Rua 01 de maio, 222, Garuva/SC, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica distratado o contrato nº 11/2019, cujo objeto era a prestação de serviços como PROFESSOR NIVEL II, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 01/02/2019.

CLÁUSULA SEGUNDA

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 11/2019. E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 31 de outubro de 2019.

Município de Garuva Rodrigo Adriany David - Prefeito	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Marcio Ricardo Herpich
Distratado	
Monise Nagel Moreira da Silva Cpf: 025.518.569-30	Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04

DISTRATO Nº 47/2019

Publicação Nº 2216356

DISTRATO Nº 47/2019

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 08/2019, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. MARCIO RICARDO HERPICH, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 6640709, inscrito no CPF sob o nº 009.724.779-00, residente e domiciliado à Avenida Celso Ramos, 693, Centro, Garuva/SC, doravante denominados Distratante, e do outro a Sra. SANDRA CRISTINA ROTHBARTH, solteira, RG nº 2849619 CPF: 81818181991, residente e domiciliada na Rua Carlos Borgenhausen, 621, Garuva/SC, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica distratado o contrato nº 08/2019, cujo objeto era a prestação de serviços como PROFESSOR NIVEL II, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 31/01/2019.

CLÁUSULA SEGUNDA

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 08/2019. E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 31 de outubro de 2019.

Município de Garuva Rodrigo Adriany David - Prefeito	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Marcio Ricardo Herpich
Distratado	
Monise Nagel Moreira da Silva Cpf: 025.518.569-30	Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04

DISTRATO Nº 48/2019

Publicação Nº 2216364

DISTRATO Nº 48/2019

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 52/2019, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. MARCIO RICARDO HERPICH, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 6640709, inscrito no CPF sob o nº 009.724.779-00, residente e domiciliado à Avenida Celso Ramos, 693, Centro, Garuva/SC, doravante denominados Distratante, e do outro a Sra. NADIA DIAS JARDIM CORREA, casada, RG nº 7882322 CPF: 85669154172, residente e domiciliada na Rua Esther Girardi, 125, Garuva/SC, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica distratado o contrato nº 52/2019, cujo objeto era a prestação de serviços como MERENDEIRA, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 11/02/2019.

CLÁUSULA SEGUNDA

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 52/2019. E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 31 de outubro de 2019.

Município de Garuva Rodrigo Adriany David - Prefeito	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Marcio Ricardo Herpich
Distratado	
Monise Nagel Moreira da Silva Cpf: 025.518.569-30	Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04

EDITAL CHAMAMENTO - FESTIVAL DE MÚSICA

Publicação Nº 2216395

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CAPTAÇÃO DE PATROCÍNIO**1ª Festival de Música de Garuva – 2019**

A Prefeitura Municipal de Garuva, Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, representado neste ato pelo Prefeito, RODRIGO ADRIANY DAVID, no uso de suas prerrogativas legais, através da Secretaria de Educação e Cultura e Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Esporte e Turismo, vem realizar Chamada Pública para CAPTAÇÃO DE PATROCÍNIO PARA PREMIAÇÃO E BANDA DA "MAIS BELA VOZ DE GARUVA – 2019", durante o evento 1ª FESTIVAL DE MÚSICA DE GARUVA - 2019. Os Grupos Formais/Informais deverão apresentar a documentação para habilitação até o dia 14 de novembro às 16 horas, na Prefeitura Municipal de Garuva, Secretaria de Educação e Cultura.

1. OBJETO

1.1. O presente chamamento público tem por objeto a captação de recursos financeiros, por meio de patrocínio de empresas públicas e/

ou privadas, para premiação dos 03 (três) primeiros lugares, e banda para a realização da 1ª Edição do Festival de Música de Garuva, que acontecerá no dia 15 e 20 de dezembro de 2019. As vagas para participação no festival são destinadas a moradores do município que estão cientes e concordam com o edital do evento. O valor da premiação será revertido para os classificados pela banca composta também por profissionais da música do município.

1.2. O patrocínio se dará em troca de exploração publicitária da logomarca do patrocinador em conformidade com as contrapartidas previstas no item 3 deste Regulamento, e atendimento das demais exigências abaixo previstas.

2. DO PROJETO

2.1. O Projeto a ser patrocinado visa à promoção artística, cultural e turística, com a participação da comunidade, sendo assim considerado um projeto musical integrador.

2.2. O Município de Garuva promove a 1ª edição deste evento, notadamente cultural de comoção municipal e regional.

2.3. O evento é composto por 02 etapas: inscrição do artista nos pontos de inscrição descritos no edital; e participação ao vivo para o público e banca examinadora. O evento é aberto ao público.

2.4. A respeito do público-alvo, trata-se de um evento cultural, festivo e gratuito, atingindo todas as faixas etárias, envolvendo a comunidade do município.

3. DAS COTAS DE PATROCÍNIO E DAS CONTRAPARTIDAS OFERECIDAS PELO MUNICÍPIO DE GARUVA

3.1. Os interessados em patrocinar o Projeto podem optar pela concessão de patrocínio, em conformidade com as cotas e seus respectivos valores e contrapartidas, previstas a seguir:

3.1.1. COTA "OURO": LIMITE 01 (UMA)

PATROCÍNIO	R\$ 1.000,00 (mil reais) premiação para o 1º lugar
CONTRAPARTIDA E PUBLICIDADE	1. Veiculação da logomarca da empresa nas publicações oficiais do evento no site oficial da Prefeitura Municipal de Garuva, bem como, em todas as mídias sociais, oficiais utilizadas para divulgação do evento. 2. Veiculação da logomarca da empresa no banner principal do 1o Festival de Música de Garuva 2019. 3. Fala de 30 segundos no dia do 1o evento.

3.1.2 – COTAS "PRATA": LIMITE 01 (UMA)

PATROCÍNIO	R\$ 500,00 (quinhentos reais) premiação para o 2º lugar
CONTRAPARTIDA E PUBLICIDADE	1. Veiculação da logomarca da empresa nas publicações oficiais do evento no site oficial da Prefeitura Municipal de Garuva, bem como, em todas as mídias sociais, oficiais utilizadas para divulgação do evento. 2. Veiculação da logomarca da empresa no banner principal do 1o Festival de Música de Garuva 2019.

3.1.3 – COTAS "BRONZE": LIMITE: 01 (UMA)

PATROCÍNIO	R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) premiação para o 3º lugar
CONTRAPARTIDA E PUBLICIDADE	1. Veiculação da logomarca da empresa nas publicações oficiais do evento no site oficial da Prefeitura Municipal de Garuva, bem como, em todas as mídias sociais oficiais utilizadas para divulgação do evento. 2. Veiculação da logomarca da empresa no banner principal do 1o Festival de Música de Garuva 2019.

3.1.4 – COTAS "BANDA": LIMITE 01 (UMA)

PATROCÍNIO	R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) para banda acompanhar os cantores
CONTRAPARTIDA E PUBLICIDADE	1. Veiculação da logomarca da empresa nas publicações oficiais do evento no site oficial da Prefeitura Municipal de Garuva, bem como, em todas as mídias sociais, oficiais utilizadas para divulgação do evento. 2. Veiculação da logomarca da empresa no banner principal do 1o Festival de Música de Garuva 2019. 3. Fala de 30 segundos no dia do 1o evento.

*Caso o número de patrocinadores com doação acima de 1.000,00 (mil reais) exceda a 2 (dois), a fala de 30 segundos no dia do primeiro evento, será aos patrocinadores com o maior valor de doação. Em caso de empate, será decidido por sorteio na presença dos interessados.

3.2. O pagamento do valor das cotas referidas nos itens 3.1.1, 3.1.2, 3.1.3 e 3.1.4 deverá ser realizado em espécie diretamente ao candidato vencedor e a banda contratada, no dia 20 de dezembro, dia do evento do aniversário de Garuva.

3.2.2. Os contratos firmados dos patrocínios e a logomarca em corel draw da empresa, deverá ser apresentado até 01 de novembro de 2019 na Secretaria de Educação e Cultura.

3.4. Os locais de publicidade a serem explorados pelos patrocinadores limitam-se àqueles previstos no item 3.1.1, 3.1.2, 3.1.3, 3.1.4, que são vinculados ao Município de Garuva, não sendo contemplados locais privados e nem eventuais publicações e matérias efetuadas por jornais e rádios não locais, exceto se promovidas pelo próprio patrocinador às suas expensas.

4. DOS CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DOS PATROCINADORES

4.1. Poderão participar da seleção feita pelo Município dos patrocinadores do Projeto, as empresas públicas e privadas, inclusive representadas por agências de publicidade, interessadas em associar sua imagem ao Projeto.

4.2. Encontram-se impedidos de participar:

I. Os interessados que comercializem e exponham qualquer tipo de material pornográfico ou pratiquem manifestações político-ideológicas;

II. Os interessados que exerçam atividades ilícitas;

III. Os interessados que produzam, comercializem e exponham qualquer tipo de material relacionado a tabaco, em razão das disposições da Convenção Quadro para o Controle do Uso do Tabaco, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 1012/2005 e promulgada pelo Decreto nº 5658/2006;

IV. Empresas que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação.

5. DO REQUERIMENTO E DA DOCUMENTAÇÃO

5.1. Os interessados deverão preencher e encaminhar o Formulário de Requerimento, conforme modelo (ANEXO I), impresso em papel timbrado da empresa, sem emendas ou rasuras, que prejudiquem sua autenticidade, devidamente datado e assinado pelo representante da empresa, com identificação legível do(s) signatário(s).

5.1.1. Quando o patrocinador for representado por agência de publicidade, esta deverá fazer constar expressamente no requerimento as empresas que representam, bem como, o ramo de atividade explorada, para fins de julgamento da proposta de patrocínio.

5.2. Os seguintes documentos devem ser apresentados com o Formulário de Requerimento:

5.2.1. Documentos relativos à habilitação jurídica:

I. Certificado de registro empresarial, no caso de firma individual, acompanhado de CPF e RG;

II. Ato constitutivo (estatuto ou contrato social), acompanhado das alterações posteriores, no caso de inexistência de contrato consolidado, devidamente arquivado no Registro de Empresas, em se tratando de sociedades empresariais, no caso de Sociedade por Ações, acompanhado da ata arquivada da assembleia da última eleição da diretoria e no caso de Sociedades Simples, acompanhado de alterações;

III. CPF e RG do(s) representante(s) legal(is), com poderes de representação devidamente comprovados seja pelo documento previsto no item II acima ou por meio de procuração.

5.2.2. Documentos relativos à regularidade fiscal:

a) Registro Comercial, no caso de empresário individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

d) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

e) Declaração emitida pela empresa de que não possui em seu quadro de pessoal, empregados menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo constante no Anexo II deste edital.

f) Certificado de Regularidade do FGTS.

g) Certidão Negativa de Débito do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS;

h) Certidão Negativa de Tributos Federais;

i) Certidão Negativa de Tributos Estaduais;

j) Certidão Negativa de Tributos Municipais da Sede do Licitante;

l) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme Artigo 29, Inciso V, da Lei 8.666/93;5.3.

5.3. Caso as certidões apresentadas não registrem prazo de validade previamente estipulado pelo órgão emissor, serão consideradas válidas por 06 (seis) meses, contados da data de sua emissão.

5.4. A documentação deverá ser apresentada no original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, por publicação em órgão de imprensa oficial ou autenticado mediante a apresentação do respectivo original.

5.5. O formulário de requerimento e os documentos (itens 5.2) deverão ser entregues no dia 01 de novembro de 2019, entre as 15h00min e 16h00min, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Garuva, situada à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro - Garuva (Sede da Prefeitura Municipal de Garuva).

6. DO PROCEDIMENTO DE SELEÇÃO DOS(AS) PATROCINADORES(AS)

6.1. Os formulários de requerimento e a documentação apresentada serão analisados por servidores municipais da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ESPORTE E TURISMO, especialmente para este fim, que concluirá pelo deferimento ou indeferimento dos requerimentos dos interessados em patrocinar o Projeto.

6.2. O protocolo, o recebimento e/ou aceite do requerimento e documentos não implicam o reconhecimento da condição de patrocinadora em favor dos interessados, o qual se dará somente após a celebração do Contrato de Patrocínio com o Município de Garuva.

6.3. Os requerimentos que não atendam as disposições constantes neste Regulamento e/ou que não apresentem os documentos exigidos serão indeferidos.

6.3.1. Não serão considerados motivos para indeferimento da participação, simples omissões ou irregularidades materiais (erros datilográficos, concordância verbal etc.) nos requerimentos ou na documentação, desde que sejam irrelevantes e não firam os direitos dos demais interessados.

6.3.2. A decisão que indeferir o requerimento de interessado em patrocinar o projeto dar-se-á por intermédio de comunicação por escrito por parte do Município de Garuva.

6.3.3. Em havendo indeferimento do requerimento de interessados, o prazo para apresentação de manifestação será de 01 (um) dia útil a contar da data da comunicação formal por parte do Município de Garuva. Neste caso, o Município terá 24 horas para analisar a manifestação da interessada.

6.4. Em caso de eventual competição entre Interessadas, o critério de seleção será o sorteio, a ser realizado em data previamente agendada na sala de licitações e reclassificada para as cotas subsequentes, não havendo outros inscritos. O não comparecimento ao sorteio implicará a reclassificação do mesmo para outra cota.

6.5. Concluída a análise dos requerimentos e documentos, a Comissão Organizadora elaborará relatório contendo a lista dos interessados, bem como classificação, se necessário conforme o critério de desempate estabelecido nos itens 6.4 do presente Regulamento, após o qual não caberá desistência por parte dos interessados, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente comprovado.

6.7. A formalização do Contrato de Patrocínio será efetuada com quantos interessados atenderem aos critérios do presente Regulamento, os quais passam, após a celebração do referido contrato a se valer de todos os direitos de patrocinador em conformidade com a cota de patrocínio indicada em seu requerimento.

6.8. Os interessados que tiverem seu requerimento aprovado serão convocados através de comunicação eletrônica, postal, telefônica ou ainda, via fax, para a assinatura do Contrato de Patrocínio, dentro do prazo de 48h (quarenta e oito horas), a contar da data de sua convocação, sob pena de decair do direito ao patrocínio.

6.9. A falta de assinatura do Contrato de Patrocínio por parte da interessada, por qualquer motivo, dentro do prazo estabelecido, implicará sua eliminação. Nesse caso, o Município de Garuva realizará o chamamento por ordem de classificação, quando houver, das demais empresas para a assinatura do Contrato de Patrocínio, em igual prazo e nas mesmas condições do primeiro classificado, não eximindo o interessado inadimplente das penalidades previstas na legislação.

6.10. Farão parte integrante do Contrato de Patrocínio, independentemente de transcrição, as instruções contidas neste Regulamento, e os documentos nele referenciados.

7. DA PROPRIEDADE INTELECTUAL, EM ESPECIAL DAS MARCAS

7.1. O Município de Garuva poderá utilizar a marca e outros sinais distintivos dos interessados, inclusive em conjunto com as marcas e outros sinais distintivos do Município.

7.2. Os interessados garantem que os direitos de propriedade intelectual, em especial os marcários, necessários para a execução do patrocínio não violam quaisquer direitos de propriedade intelectual de terceiros, isentando o Município de Garuva de quaisquer reclamações de terceiros e ônus decorrentes, de qualquer natureza, inclusive financeiros.

7.3. Os interessados garantem que são legítimos detentores dos direitos de propriedade intelectual, em especial os marcários, a serem utilizados no patrocínio, bem como que obterão, se necessário, a cessão dos direitos patrimoniais dos profissionais e pessoal envolvidos na execução de ações relacionadas ao objeto do patrocínio, podendo ser utilizados pelo Município de Garuva para fins institucionais livres de quaisquer ônus.

7.4. Os interessados devem assegurar a obtenção de autorização e/ou cessão ao Município de Garuva dos direitos de uso de imagem, voz e outros correlatos de quaisquer pessoas envolvidas no patrocínio, se for o caso, para veiculação nos canais institucionais e em ações de divulgação do evento.

8. DO EVENTO

8.1. Antes de efetuar o requerimento e analisar a viabilidade de ofertar proposta de patrocínio, os interessados deverão conhecer o edital, certificar-se de que preenche os requisitos exigidos, e analisar a viabilidade de ofertar proposta de patrocínio, indicando a cota.

8.2. Quaisquer solicitações de informações adicionais ou pedidos de esclarecimentos que se façam necessários deverão ser realizados na Sede da Secretaria Municipal de Educação e Cultura ou Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Esporte e Turismo, localizada na Avenida Celso Ramos, 1614, Centro – Garuva.

8.3. É obrigação única e exclusiva das interessadas, o acompanhamento dos comunicados e boletins de esclarecimentos emitidos pelo Município de Garuva. Não serão aceitas reclamações posteriores sob a alegação de não recebimento de informações.

8.4. A Comissão Organizadora poderá, durante a análise do requerimento e da documentação, convocar o(s) interessado(s) para dirimir quaisquer dúvidas que possam surgir.

8.5. Ao final da ação patrocinada será apresentado relatório final ao patrocinador, comprovando as contrapartidas correspondentes à cota efetivamente realizada.

8.6. Os casos omissos deste Regulamento serão resolvidos pela Secretaria de Educação e Cultura, Setor de Cultura e Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Esporte e Turismo.

8.7. Fazem parte deste documento os anexos I (Modelo de Requerimento), II (Modelo de Cumprimento das obrigações relativas ao Trabalho do menor), III (Minuta de Contrato – Cota de Patrocínio).

Rodrigo Adrian David
Prefeito de Garuva

ANEXO I (MODELO DE REQUERIMENTO) PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA

FORMULÁRIO DE REQUERIMENTO PARA PARTICIPAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CAPTAÇÃO DE PATROCÍNIO - PROJETO 1o Festival de Música de Garuva - 2019.

1. DADOS DO INTERESSADO

RAZÃO SOCIAL:
CNPJ:
ENDEREÇO:
UF: CIDADE:
CEP:
TELEFONE: E-MAIL:

1.1. RESPONSÁVEL(IS) LEGAL(IS):

Nome:
Cargo: CPF:
Nome:
Cargo: CPF:

1.2. O Interessado reconhece que o(s) representante(s) legal(is) acima referido(s) possui(em) plenos poderes de representação, assumindo, para todos os fins legais, quaisquer responsabilidades decorrentes da assinatura deste Requerimento.

2. COTAS DE PATROCÍNIO

2.1. O Interessado declara, para todos os fins, que opta por patrocinar o Projeto, adquirindo uma Cota, da modalidade a seguir assinalada [assinale com X somente 1 (uma) modalidade escolhida]:

- ☐ Cota "OURO" - Cota Única
☐ Cota "PRATA" – Cota Única
☐ Cota "BRONZE" – Cota Única

(____) Cota "BANDA" - Cota Única

(____) Valor R\$ _____

2.2. O Interessado declara que está ciente das contrapartidas correspondentes a cada uma das modalidades de cota, conforme previsão no item 3 do Regulamento.

3. DOCUMENTOS

3.1. O Interessado declara que os documentos a seguir assinalados encontram-se anexos a este Formulário:

3.1.1. Documentos relativos à habilitação jurídica:

- Certificado de registro empresarial, no caso de firma individual, acompanhado de CPF e RG;
- Ato constitutivo (estatuto ou contrato social), acompanhado das alterações posteriores, no caso de inexistência de contrato consolidado, devidamente arquivado no Registro de Empresas, em se tratando de sociedades empresariais, no caso de sociedade por Ações, acompanhado da ata arquivada da assembleia da última eleição da diretoria e no caso de Sociedades Simples, acompanhado de alterações.
- CPF e RG do(s) representante(s) legal(is), com poderes de representação devidamente comprovados seja pelo documento previsto no item acima ou por meio de procuração.

3.1.2. Documentos relativos à regularidade fiscal:

- Prova de inscrição no CNPJ;
- Certidão Conjunta Negativa ou Positiva com efeitos de negativa de débitos de Tributos Federais, Estaduais e Municipais da Sede da interessada, Certidão Negativa de Débito ou Positiva com efeitos de negativa do INSS; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas,
- Certificado de Regularidade Fiscal (CRF) perante o FGTS.
- Declaração emitida pela empresa de que não possui em seu quadro de pessoal, empregados menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal.

4. O Interessado declara que conhece e cumprirá integralmente o Regulamento.

Local, _____ de _____ de 2019.

Assinatura devidamente identificada do(s)

Representante(s) legal(is) (apontado no contrato social ou procuração com poderes específicos).

Assinatura devidamente identificada do(s)

Representante(s) legal(is) (apontado no contrato social ou procuração com poderes específicos).

ANEXO II

MODELO DE CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES RELATIVAS AO TRABALHO DO MENOR

..... (nome da empresa), com sede na
(endereço), inscrita no CNPJ sob o n., vem através de seu representante legal infra-assinado, em atenção ao inciso V do art. 27 da Lei n. 8.666/1993, acrescido pela Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999, declarar expressamente, sob as penas da lei, que cumpre integralmente a norma contida na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, artigo 7º, inciso XXXIII, e regulamentada, e que não será utilizada mão de obra de menores de dezoito (18) anos de idade em trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não será utilizada mão de obra de menores de dezesesseis (16) anos em qualquer tipo de trabalho, salvo na condição de aprendizes.

Local e data

(assinatura do responsável pela proposta)

ANEXO III

CONTRATO – COTA DE PATROCÍNIO ***/2019

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE GARUVA E A EMPRESA PATROCINADORA DO 1o FESTIVAL DE MÚSICA DE GARUVA – 2019.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede nesta Cidade, na Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Rodrigo Adriany David, brasileiro, casado, médico, portador do RG nº 3207013-6, inscrito no CPF sob nº 033.007.279-01, doravante denominados MUNICÍPIO, e a Empresa _____, com sede a _____, nº _____, Cep _____, na cidade de _____/SC, inscrita no CNPJ sob nº _____ neste ato representada por seu _____, portador do RG _____, inscrito do CPF _____, doravante denominada PATROCINADORA, em decorrência do Edital de Chamada Pública para Captação de Recursos para Premiação e infraestrutura no 1o Festival de Música de Garuva - 2019, tem entre si ajustado o presente Contrato que se regerá pelas cláusulas e condições nos itens que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Patrocínio para Premiação e infraestrutura 1o Festival de Música de Garuva 2019 - "A Mais bela voz de Garuva – 2019", realizada no período de novembro e dezembro de 2019, no município de Garuva.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES E FORMA DE EXECUÇÃO

2.1 - Pelo presente contrato, o Patrocinador disponibilizará aos candidatos o valor do patrocínio selecionado para custear a premiação e infraestrutura do projeto.

2.1.2 – O patrocínio se dará conforme previsto no Edital de Chamada Pública.

2.1.3 – O repasse do valor a que se destina o patrocínio deverá seguir o ordenamento estipulado no Edital de Chamada Pública para Captação de Recursos.

2.2 - A PATROCINADORA declara que tomou pleno conhecimento da natureza e condições do repasse do valor a ser patrocinado, objeto do presente Contrato, não sendo considerada pelo MUNICÍPIO qualquer reclamação ou reivindicação posterior fundamentada na falta de conhecimento dessas condições.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR, PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

3.1 – Pela opção selecionada, dentre os valores estipulados para patrocínio, objeto deste Contrato, a PATROCINADORA reverterá aos candidatos e para fins de infraestrutura, adquirida a Cota _____ no valor de R\$. _____ (_____).

3.2 - O pagamento devido às cotas 3.1.1, 3.1.2 e 3.1.3 do 1o Festival de Música de Garuva – 2019, será efetuado no dia da divulgação dos resultados, em espécie. Para os valores da infraestrutura mediante depósito ou transferência em conta bancária, cujos dados serão informados pelo Município, após divulgação do resultado do Concurso.

3.3. A PATROCINADORA deverá apresentar junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Setor de Cultura, ou Desenvolvimento Econômico, Esporte e Turismo comprovante de depósito ou transferência dos valores, no prazo de até 05 dias após a operação financeira.

CLAUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1 - O prazo de vigência deste Contrato é de 30 (trinta) dias, com início em 21/11/2019 e término em 21/12/2019.

CLAUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA PATROCINADORA

5.1 - Cumprir fielmente este Contrato;

5.2 - Prestar os esclarecimentos de que forem solicitados pelo Município;

5.3 – Comprovar depósito ou transferência bancária do valor patrocinado em até 05 dias após divulgação do resultado do Concurso.

5.4 - Efetuar o pagamento devido no prazo avençado.

CLAUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

6.1 - Cumprir fielmente este Contrato;

6.2 - Indicar um funcionário para exercer a fiscalização dos processos a serem executados;

6.3 - Efetuar os pagamentos devidos no prazo avençado.

6.4 – Realizar os atos necessários ao cumprimento das contrapartidas descritas no Edital de Chamada Pública, de acordo com a opção de cota de patrocínio.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7.1 - O presente contrato considerar-se-á rescindido de pleno direito, independentemente de qualquer formalidade judicial ou extrajudicial nos seguintes casos:

7.1.1 - qualquer das partes venha a descumprir qualquer cláusula do presente Contrato;

7.1.2 - inadimplemento do MUNICÍPIO das contrapartidas pactuadas na cláusula oitava deste Contrato, ou inadimplemento de pagamento assumido pela PATROCINADORA ;

7.1.3 – não realização do evento, por qualquer que seja sua razão;

7.1.4 - por mútuo acordo entre as partes;

7.1.5 - por força maior ou caso fortuito, que impeça o cumprimento do presente Contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES

8.1 - Pela inexecução total ou parcial do contrato, caberá, conforme a gravidade da falta e prévia defesa, a aplicação das seguintes sanções:

8.1.1 - Advertência por escrito;

8.1.2. Declaração de inidoneidade, de lavra do Prefeito Municipal, para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurar os motivos da punição.

8.1.3 - Ocorrendo a rescisão por culpa da PATROCINADORA, por conta do inadimplemento, esta será responsabilizada pelos danos ocasionados, acrescidas de multa contratual de 10% (dez por cento) sobre o valor do patrocínio.

CLÁUSULA NONA – DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

9.1 - Faz parte deste contrato, independentemente da transcrição, a Tabela de Patrocínio descritiva, cujo teor, é de conhecimento das partes (Anexo 1 da Minuta do Contrato).

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E FISCAIS

10.1 - Todos e quaisquer impostos, taxas e contribuições fiscais e para-fiscais, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza, decorrentes da celebração deste Contrato, ou de sua execução, correrão única e exclusivamente por conta da PATROCINADORA.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1 - Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Garuva/SC, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acordadas, assinam as partes o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 25 de setembro de 2019.

Empresa Patrocinadora	Prefeitura Municipal de Garuva

Testemunhas:

NOME:
CPF:

NOME:
CPF:

ANEXO I
Tabela de Patrocínio descritiva

COTA "OURO": LIMITE 01 (UMA)

PATROCÍNIO	R\$ 1.000,00 (mil reais) premiação para o 1º lugar
CONTRAPARTIDA E PUBLICIDADE	1. Veiculação da logomarca da empresa nas publicações oficiais do evento no site oficial da Prefeitura Municipal de Garuva, bem como, em todas as mídias sociais, oficiais utilizadas para divulgação do evento. 2. Veiculação da logomarca da empresa no banner principal do 1o Festival de Música de Garuva 2019. 3. Fala de 30 segundos no dia do 1o evento.

COTA "PRATA": LIMITE 01 (UMA)

PATROCÍNIO	R\$ 500,00 (quinhentos reais) premiação para o 2º lugar
CONTRAPARTIDA E PUBLICIDADE	1. Veiculação da logomarca da empresa nas publicações oficiais do evento no site oficial da Prefeitura Municipal de Garuva, bem como, em todas as mídias sociais, oficiais utilizadas para divulgação do evento. 2. Veiculação da logomarca da empresa no banner principal do 1o Festival de Música de Garuva 2019.

COTA "BRONZE": LIMITE: 01 (UMA)

PATROCÍNIO	R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) premiação para o 3º lugar
CONTRAPARTIDA E PUBLICIDADE	1. Veiculação da logomarca da empresa nas publicações oficiais do evento no site oficial da Prefeitura Municipal de Garuva, bem como, em todas as mídias sociais oficiais utilizadas para divulgação do evento. 2. Veiculação da logomarca da empresa no banner principal do 1o Festival de Música de Garuva 2019.

COTAS "BANDA": LIMITE 01 (UMA)

PATROCÍNIO	R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) para banda acompanhar os cantores
CONTRAPARTIDA E PUBLICIDADE	1. Veiculação da logomarca da empresa nas publicações oficiais do evento no site oficial da Prefeitura Municipal de Garuva, bem como, em todas as mídias sociais, oficiais utilizadas para divulgação do evento. 2. Veiculação da logomarca da empresa no banner principal do 1o Festival de Música de Garuva 2019. 3. Fala de 30 segundos no dia do 1o evento.

*Caso o número de patrocinadores com doação acima de 1.000,00 (mil reais) exceda a 2 (dois), a fala de 30 segundos no dia do primeiro evento, será aos patrocinadores com o maior valor de doação. Em caso de empate, será decidido por sorteio na presença dos interessados.

EXTRATO DOS CONTRATOS 019/2019 E 020/2019 - PMG 042/2019

Publicação Nº 2216716

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 019/2019 - Processo PMG nº 042/2019

Modalidade: PREGÃO

Contratado: SAAY'S SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA

CNPJ: 07.336.801/0001-71

Contratante: LOTE 01 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA GESTÃO DE MANEJO E SERVIÇOS DE ENGENHARIA SANITÁRIA, PARA A EXECUÇÃO DA COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS COMPACTÁVEIS, DOMICILIARES E COMERCIAIS, EM ATERRO SANITÁRIO DEVIDAMENTE LICENCIADO, GERADOS NO MUNICÍPIO DE GARUVA CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO.

Valor Total Estimado: R\$ 1.755.950,76 (um milhão, setecentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e cinquenta reais e setenta e seis centavos).

Dotação:

Manejo de Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana – 12.02.2066.3090.10000

Data de Assinatura: 04/11/2019.

Prazo: 12 (doze) meses.



Contrato nº 020/2019 - Processo PMG nº 042/2019

Modalidade: PREGÃO

Contratado: SAAY'S SOLUCÕES AMBIENTAIS LTDA

CNPJ: 07.336.801/0001-71

Contratante: LOTE 02 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA GESTÃO DE MANEJO E SERVIÇOS DE ENGENHARIA SANITÁRIA, PARA A EXECUÇÃO DA COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS/MATERIAIS RECICLÁVEIS (COLETA SELETIVA), GERADOS NO MUNICÍPIO DE GARUVA CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO.

Valor Total: R\$ 266.346,72 (duzentos e sessenta e seis mil, trezentos e quarenta e seis reais e setenta e dois centavos).

Dotação: Manejo de Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana – 12.02.2066.3090.10000

Data de Assinatura: 05/11/2019.

Prazo: 12 (doze) meses.

Rodrigo Adriany David

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 206/2019

Publicação Nº 2216352

PORTARIA Nº. 206, de 30 de outubro de 2019.

DISPÕE SOBRE A POSSE DE SERVIDOR NOMEADO PELA PORTARIA 180/2019, EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a, DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL;

RESOLVE:

Art. 1o. Dar posse, no cargo de Professora Nível II, à Senhora SANDRA CRISTINA ROTHBARTH, CPF nº 818.181.819-91, RG nº 2.849.619, SSP/SC, com lotação destinada a Escola Municipal Maria Martins Budal, por 110 (cento e dez) horas mensais.

Parágrafo Único – A servidora acima empossada terá como base salarial o início da carreira Professor, Classe II, Referência “A”.

Art. 2o. A servidora ora empossada, passa a ser regida em sua carreira funcional pelos preceitos da LC 001/98, LC 45/09 e LC 113/19, bem como demais regulamentos vigentes, que tratem dos servidores públicos municipais.

Art. 3o. Esta Portaria entrará em vigor a contar de 01 de novembro de 2019.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

Avenida Celso Ramos, nº 1614, Centro – Garuva/SC

CEP 89248-000 – Fone: 3445-8200

REPUBLICAÇÃO DECRETO Nº 167/2019

Publicação Nº 2216353

DECRETO Nº 167 de 04 de novembro de 2019.

“Dá publicidade a composição da Presidência do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CONSELHO DO FUNDEB”.

RODRIGO ADRIANY DAVID, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, especialmente o art. 6º, inciso II e III da Lei nº 1960, de 15/12/2016.

DECRETA:

ART 1º - A Presidência do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CONSELHO DO FUNDEB, nomeada através de eleição interna no dia 11 de setembro de 2019, ficou assim constituída:

· Presidente: SUZANA KRUGER HATTENHAUER

· Vice-Presidente: JAQUELINE PABST

ART 2º - Esta Comissão exercerá seu mandato até setembro de 2021.

ART 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 143/2019

Publicação Nº 2216874

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 255/2019

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 143/2019

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de rastreamento e monitoramento de veículos via satélite por GPS/GSM/GPRS de 197 (cento e noventa e sete) equipamentos da frota Municipal. ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 09h00min do dia 19/11/2019, no Departamento de Compras, Rua São Pedro, nº 128, 2º Piso – Edifício Edson Elias Wieser, ao lado da sede da Prefeitura. ABERTURA a partir das 09h30min, do mesmo dia e local. Íntegra do Edital no site: www.gaspar.sc.gov.br.

Gaspar (SC), 05/11/2019.

CARLOS ROBERTO PEREIRA

Secretário Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa

DECRETO Nº 9.086, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2216752

DECRETO Nº 9.086, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

NOMEIA MEMBROS PARA INTEGRAR A COMISSÃO DE LICITAÇÕES NA MODALIDADE PREGÃO.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados, os servidores abaixo especificados, como membros da equipe de apoio da Comissão de Licitações na Modalidade Pregão:

- I. JENNIFER SUZANA WITT;
- II. MAICO GAVINHO MONTORIL;
- III. ROBSON FERNANDES DE PAULA;
- IV. RODRIGO ZANLUCA.

Art. 2º Com as nomeações mencionadas no artigo 1º ficam acrescentadas alíneas no inciso II do artigo 1º do Decreto nº 8.125, de 21 de maio de 2018, com a seguinte redação:

"II - EQUIPE DE APOIO:

[...]

- g) JENNIFER SUZANA WITT – Engenheira Civil, matrícula 15252;
- h) MAICO GAVINHO MONTORIL – Assistente Administrativo, matrícula 16081;
- i) ROBSON FERNANDES DE PAULA – Coordenador de Serviços, matrícula 16168;
- j) RODRIGO ZANLUCA – Diretor Administrativo, matrícula 15254."

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 05 de novembro de 2019.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

LEI Nº 4.012, DE 07 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2216294

LEI Nº 4.012, DE 07 DE OUTUBRO DE 2019.

ACRESCENTA O ART. 3º-A NA LEI Nº 3.669, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica acrescentado o Art. 3º-A na Lei nº 3.669, de 30 de setembro de 2015, com a seguinte redação:

Art. 3º-A O Alvará para ligação de energia elétrica, água potável e esgoto para fins de atividades ou equipamentos rurais ou atividades

relacionadas à piscicultura, trato de animais ou similares deverá ser precedida de certidão emitida pela Secretaria de Agricultura e Aquicultura.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 07 de outubro de 2019.

Kleber Edson Wan-Dall

Prefeito

PORTARIA SMS 03/2019

Publicação Nº 2216742

PORTARIA SMS 03/2019

DISPÕE SOBRE A DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS DE USO CONTÍNUO NO PERÍODO DE FÉRIAS COLETIVAS DOS SERVIDORES MUNICIPAIS.

O Secretário de Saúde do Município de Gaspar e a Diretora-Geral de Assistência Farmacêutica de Gaspar/SC, no uso das atribuições constantes no anexo III da Lei Complementar Municipal nº 80/2017, com fundamento no artigo 17, incisos II e III do mesmo diploma, e em decorrência das férias coletivas dos servidores públicos municipais, conforme Decreto nº 9.064, de 15 de outubro de 2019, período no qual as Unidades de Saúde do município estarão fechadas, a fim de que os pacientes que possuam receituário válido de medicamentos contínuos não comprometam seu tratamento.

RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR a dispensação de medicamentos de uso contínuo para dois meses a partir de 19 de novembro de 2019, desta forma os pacientes ficarão com medicamento até o retorno das atividades normais das Unidades de Saúde do município de Gaspar.

Parágrafo único. Somente será realizada a dispensação para pacientes que possuam receituário válido de medicamentos contínuos. Caso contrário, o paciente deverá realizar uma nova consulta antes das férias coletivas para confirmar a necessidade de continuidade do tratamento.

Art. 2º As Unidades de Saúde (ESF) devem solicitar os medicamentos a partir do dia 04 de novembro, via sistema informatizado SIGSS, no qual deverão ser registrados os pedidos de acordo com o Consumo Médio Mensal (CMM), quantidade de medicamentos dispensados num período de 60 dias, informação extraída via relatório do próprio sistema SIGSS.

Parágrafo único. Nos casos em que as Unidades de Saúde não tenham espaço físico para o armazenamento de estoque para dois meses, realizar-se-á complementos dentro do mês de novembro para atender a demanda de dois meses, sem qualquer comprometimento no tratamento dos pacientes.

Art. 3º No caso dos medicamentos que estiverem em falta ou em quantitativo indisponível para dois meses, as unidades de saúde devem entregar este item apenas para o mês vigente e acompanhar o recebimento do mesmo na Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF) pelo sistema SIGSS, sendo que até o último dia de trabalho, 18 de dezembro, a responsabilidade de dispensação destes itens é da unidade de origem do paciente. Nos casos em que o medicamento ainda estiver em falta os pacientes devem ser orientados a retirar na unidade de saúde do centro que estará aberta no período de férias coletivas.

Art. 4º Demais informações sobre os procedimentos relacionados à Solicitação, ao Armazenamento e à Dispensação de Medicamentos, estão disponíveis na INSTRUÇÃO NORMATIVA/SMS Nº 02/2018, DE 03 DE AGOSTO DE 2018, publicada 06/08/2018 no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 31/10/2019.

JEANNE ALESSANDRA SANTANA

Diretora-Geral de Assistência Farmacêutica

JOSÉ CARLOS DE CARVALHO JUNIOR

Secretário Municipal de Saúde

CÂMARA MUNICIPAL

A V I S O = PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO RELATIVA AO EXERCÍCIO DE 2018

Publicação Nº 2215534

CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR

A V I S O

O Presidente da Câmara Municipal de Gaspar, no uso de suas atribuições (artigo 171, incisos II e III, do Regimento Interno), comunica que está à disposição de qualquer do povo, pelo prazo de 60 (sessenta dias), junto à Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, o Parecer Prévio nº 31/2019, no Processo nº PCP-19/00238486, emitido pelo egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina em face da Prestação de Contas do Prefeito relativa ao exercício de 2018, podendo ser questionada a sua legitimidade. Informa-se, ainda, que o parecer

prévio e todo o processo também estão à disposição no sítio eletrônico da Câmara Municipal de Gaspar (www.camaragaspar.sc.gov.br), na seção "Acesso à Informação" à "Prestação de Contas do Prefeito", ou no sítio eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (<http://www.tce.sc.gov.br>), na seção "Processos", endereço (<http://servicos.tce.sc.gov.br/processo/>).

Câmara Municipal de Gaspar, em 06 de novembro de 2019.

Ciro André Quintino

Presidente da Câmara Municipal de Gaspar

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

EDITAL 023 2019 - SIMPLIFICADO - SAUDE

Publicação Nº 2217437

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 023/2019

Juliano Duarte Campos, Prefeito do Município de Governador Celso Ramos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, considerando o pedido formulado pela Secretaria de Saúde objetivando a contratação emergencial e excepcional de preenchimento dos cargos vacantes, em função da necessidade do interesse público voltado para o atendimento à população carente, bem como, considerando a necessidade de completar as equipes do ESF - Estratégia de Saúde da Família e o quadro de Funcionários da Clínica Municipal de Fisioterapia, que desenvolvem ações preventivas e de promoção da qualidade de vida da população. Diante da emergência, esse Processo Seletivo Simplificado se faz necessário pelo motivo de uma profissional efetiva ocupante do cargo de Odontóloga e uma profissional efetiva ocupante do cargo de Fisioterapeuta estarem se afastando para licença Maternidade. Desta forma os candidatos aprovados neste processo seletivo simplificado terão seus contratos firmados até o retorno destas.

Portanto, venho tornar público pelo presente edital às normas para realização do processo seletivo simplificado objetivando admissão imediata de profissionais em caráter temporário, para atender as necessidades excepcionais e de caráter de urgência da mencionada secretaria.

1. DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

1.1. O processo seletivo simplificado será realizado sob a responsabilidade e a coordenação da Secretaria de Saúde, sob a orientação da Secretaria de Administração, através da Diretoria de Recursos Humanos, da Procuradoria-Geral e do Controle Interno.

1.2. Objetivando a lisura do processo seletivo simplificado, visando à manutenção dos princípios constitucionais voltados para a administração pública, em especial da impessoalidade, moralidade e transparência, deverão ser convidadas para participar de todos os atos do processo, inclusive supervisão e fiscalização, membros da entidade representativa dos servidores públicos municipais, ou seja, Sindicato dos Trabalhadores e Servidores dos Serviços Públicos de Governador Celso Ramos.

2. DAS VAGAS, HABILITAÇÕES, CARGA HORÁRIA E REMUNERAÇÃO.

VAGAS	CARGO	HABILITAÇÃO	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO	Tipo de Prova
01	Odontólogo	Curso superior completo em Odontologia, com registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.	40 Hrs	R\$ 2.862,71	Títulos
01	Fisioterapeuta	Curso superior completo em Fisioterapia, com registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.	20 Hrs	R\$ 2.719,99	Títulos

2.1. Além do valor da remuneração específica do quadro os ocupantes de ambos os cargos terão direito ao adicional de insalubridade em grau médio, equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do salário mínimo vigente.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições serão realizadas nos dias 12/11/2019, 13/11/2019 e 14/11/2019, das 09:30 às 11:00 e das 14:00 às 16:00 horas na sede da Secretaria Municipal de Saúde, situada a Rodovia Francisco Wollinger, KM 14, S/N, Calheiros, na Cidade de Governador Celso Ramos, Estado de Santa Catarina.

3.2. Ao preencher e assinar a respectiva ficha de inscrição, o candidato receberá, no ato, o cartão de identificação com a indicação de seu número.

3.3. Os documentos de identidade e pessoais do candidato serão devolvidos no ato de apresentação, após as devidas anotações na ficha de inscrição.

3.4. Julgados os pedidos de inscrição com o exame da documentação apresentada e satisfeitas as exigências, a Organização homologará as inscrições, ocorrendo, após, a publicação no site <http://www.governadorcelso Ramos.sc.gov.br> e afixação na Secretaria de Saúde.

3.5. Após a data e horário fixado como termo final do prazo para recebimento de inscrição, não serão mais admitidas quaisquer outras inscrições, sob qualquer condição ou pretexto.

3.6. No ato da inscrição o candidato deverá apresentar fotocópia e original dos seguintes documentos:

3.6.1. Identidade (Carteira de Identidade Civil ou Profissional);

3.6.2. Cadastro Pessoa Física – CPF;

3.6.3. Apresentação dos diplomas ou certificados para habilitação do cargo e o registro no respectivo Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão;

3.6.4. Apresentação dos títulos, dos certificados de curso de aperfeiçoamento, comprovante de tempo de serviço, através do original e cópia simples para autenticação pelo servidor designado ou cópia autenticada, para efeito de pontuação e desempate.

4. DAS CONDIÇÕES PARA O PROVIMENTO DO CARGO (POSSE).

No ato da posse o candidato deverá apresentar:

4.1. Prova de aptidão física e mental para o exercício do cargo, mediante atestado fornecido por médico oficial;

4.2. Declaração que a posse do cargo não implica em acumulação proibida de cargo, emprego ou função pública;

4.3. Declaração de não vínculo parentesco com Prefeito Municipal, do Vice-Prefeito Municipal, dos Secretários Municipais ou dos titulares de cargos equiparados, e dos dirigentes dos órgãos no âmbito da administração direta e indireta do Poder Executivo e dos Vereadores e dos titulares de cargos de direção e assessoramento, no âmbito do Poder Legislativo;

4.4. Certidão de tempo de serviço (caso tenha);

4.5. Cópia da Carteira de Identidade;

4.6. Cópia da Carteira Nacional de Habilitação (caso tenha);

4.7. Cópia da Certidão de nascimento ou Casamento (ou equivalente);

4.8. Cópia de Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (caso tenha);

4.9. Cópia dos Títulos (caso tenha);

4.10. Cópia do Certificado de Reservista ou Dispensa de Incorporação (para candidatos do sexo masculino);

4.11. Cópia do Comprovante de Escolaridade;

4.12. Cópia do Comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF;

4.13. Cópias do Documento de Inscrição no PIS ou PASEP;

4.14. Cópia do Registro no Órgão de Classe (caso seja pré-requisito para investidura no cargo);

4.15. Cópia do Título Eleitoral (com certidão de quitação eleitoral da última eleição);

4.16. Conta Corrente Banco Bradesco;

4.17. Declaração de acumulação ou não de cargos, empregos e funções com horário especificado;

4.18. Cópia de comprovante de endereço residencial e telefone para contato;

4.19. Carteira de Trabalho e Previdência Social;

4.20. Declaração ou relação de bens, podendo ser substituída pela última declaração de imposto de renda;

4.21. Os convocados que não se apresentarem no prazo da convocação munidos da documentação correspondente, perderá a oportunidade, sendo aberta a condição à chamada da classificação subsequente.

5. DO REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO E PREVIDENCIÁRIO

5.1. Os habilitados e classificados no Processo Seletivo Simplificado serão admitidos pelo regime estatutário (jurídico-administrativo), respeitados os termos do contrato, as disposições referentes à gratificação natalina, ao pagamento de hora extra e adicional noturno, as férias, insalubridade nos termos da lei.

5.2. Os habilitados e classificados no Processo Seletivo Simplificado serão submetidos ao Regime Geral de Previdência Social, conforme determina o § 13, do art. 40, da Constituição Federal.

6. DO PRAZO DO CONTRATO

6.1. Os habilitados e classificados no Processo Seletivo Simplificado serão admitidos através de contrato por prazo determinado pelo período de 120 (cento e vinte) dias, ou até o retorno da profissional afastada.

6.2. Dentro da validade do processo seletivo e mediante justificativa da autoridade competente, poderá ser reconduzida a lista de aprovados, respeitada a ordem de classificação.

7. DAS AVALIAÇÕES

7.1. Prova de títulos

7.1.1. Para Avaliação da prova de títulos e dos critérios de desempate, o candidato deverá na hora de sua inscrição, apresentar os títulos, os certificados de curso de aperfeiçoamento, comprovante de tempo de serviço e certidões de nascimento dos filhos menores que possui, através do original e cópia simples para autenticação pelo servidor designado ou cópia autenticada. Não será aceito entrega de documentos após a efetivação da inscrição do candidato.

7.1.2. Sob responsabilidade e coordenação da Secretaria Municipal de Saúde o recrutamento do pessoal de Processo Seletivo Público, observará a qualificação e a competência técnica para a realização das funções, mediante análise de Currículo obedecendo a critérios de pontuação, assim estabelecidos:

7.1.2.1. Cursos de Aperfeiçoamento: 1,0 ponto;

7.1.2.2. Graduação na área afim: 1,5 pontos (para todos os cargos de avaliação por titulação);

7.1.2.3. Pós Graduação – Especialização na área afim: 2,0 pontos (para todos os cargos de avaliação por titulação);

7.1.2.4. Pós Graduação – Mestrado na área afim: 2,5 pontos (para todos os cargos de avaliação por titulação);

7.1.2.5. Pós Graduação – Doutorado na área afim: 3,0 pontos (para todos os cargos de avaliação por titulação).

7.1.3. Os critérios para desempate seguem a seguinte ordem (para todos os cargos):

7.1.3.1. Cursos de Aperfeiçoamento na área afim, maior quantidade de horas;

7.1.3.2. Maior tempo de Serviço na área;

7.1.3.3. Mais idoso;

7.1.3.4. Maior número de filhos.

7.1.4. Somente será aceito um (01) certificado de cada tipo de titulação do mesmo nível, não podendo haver soma para se chegar a uma graduação maior.

7.1.5. Serão considerados como Títulos, certificados de cursos na área para o qual o candidato se inscrever.

7.1.6. Serão considerados os Cursos de Aperfeiçoamento, para todos os cargos, somente os cursos concluídos na área da saúde, concluídos no prazo máximo 5 (cinco) anos antes da data de inscrição.

7.1.7. Somente serão aceitos certificados de cursos devidamente registrados ou declaração de órgão oficial que o promoveu, dos quais constem os conteúdos programáticos, a carga horária e o período da realização.

8. DA ENTREGA DOS TÍTULOS, CERTIFICADOS DE APERFEIÇOAMENTO, COMPROVANTE DE TEMPO DE SERVIÇO E CERTIDÕES DE NASCIMENTO DE FILHOS MENORES

O candidato no momento da inscrição deverá apresentar os títulos, os certificados de curso de aperfeiçoamento, comprovante de tempo de serviço e certidões de nascimento dos filhos menores que possui, através do original e cópia simples para autenticação pelo servidor designado ou cópia autenticada, para efeito de pontuação e desempate.

9. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. A validade do Processo Seletivo será de 01 (ano) contados da data da homologação, podendo ser prorrogado por igual período.

10.2. Dentro da validade do processo seletivo e mediante justificativa da autoridade competente, poderá ser reconduzida a lista de aprovados, respeitada a ordem de classificação.

10.3. A aprovação no Processo Seletivo não gera o direito à admissão, mas está se houver, de acordo com a necessidade do município, obedecida à ordem de classificação, durante o prazo de sua validade ou eventual prorrogação, computadas as vagas existentes na data do edital, as que decorrerem de vacância do cargo e as que vierem a ser criadas, mesmo sendo para outra divisão dentro da Secretaria de Saúde ou até mesmo para outra Secretaria, desde que a habilitação e as funções sejam compatíveis.

10.4. Em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

10.5. A inscrição do candidato implicará no conhecimento destas instruções e compromisso já expresso na ficha de inscrição, de aceitar as condições do Processo Seletivo, nos termos em que se acharem estabelecidas, inclusive nos regulamentos e leis em vigor.

10.6. A guarda dos documentos para análise e classificação deste Processo Seletivo ficará sob responsabilidade da respectiva Secretaria de

Saúde por um período de 06 (seis) meses, após a homologação do resultado, quando serão incineradas.

10.7. Os casos omissos serão resolvidos pela Organização do Processo Seletivo em conjunto com a Procuradoria Geral do Município.

Governador Celso Ramos, em 05 de Novembro de 2019.

Juliano Duarte Campos

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 191/2019 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES, CONFORME PROPOSTA DE AQUISIÇÃO Nº 08857.731000/1180-03 - EMENDA PARLAMENTAR 29060003 – PAULO BAUER

Publicação Nº 2216791

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 191/2019

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES, CONFORME PROPOSTA DE AQUISIÇÃO Nº 08857.731000/1180-03 - EMENDA PARLAMENTAR 29060003 – PAULO BAUER

Aos 31 dias do mês de outubro do ano de 2019, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, através da Secretaria Municipal de Saúde, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.857.731/0001-60, representada por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da (s) empresa (s) JHONATAN BAGATOLI, estabelecida à AV, JUSCELINO K. DE OLIVEIRA, Nº 117 – SALA 02, SEMINARIO, TÁIO/SC inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o n.º 22.992.632/0001-11, neste ato representado pelo(a) JHONATAN BAGATOLI, brasileiro(a), inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 078.670.219-22, portador(a) do RG n.º 5.012.322, para AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES, CONFORME PROPOSTA DE AQUISIÇÃO Nº 08857.731000/1180-03 - EMENDA PARLAMENTAR 29060003 – PAULO BAUER, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 91/2019, objeto do Processo 91/2019. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM/ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE/ UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
02 - MESA PARA COMPUTADOR EM CONFORMIDADE COM OS DESCRITIVOS REFERENTES AO ITEM EM ANEXO.	02 - UND	489,00	978,00

Governador Celso Ramos/SC, 31 de outubro de 2019.

JHONATAN BAGATOLI
Contratada

JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 192/2019 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES, CONFORME PROPOSTA DE AQUISIÇÃO Nº 08857.731000/1180-03 - EMENDA PARLAMENTAR 29060003 – PAULO BAUER

Publicação Nº 2216796

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 192/2019

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES, CONFORME PROPOSTA DE AQUISIÇÃO Nº 08857.731000/1180-03 - EMENDA PARLAMENTAR 29060003 – PAULO BAUER

Aos 31 dias do mês de outubro do ano de 2019, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, através da Secretaria Municipal de Saúde, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.857.731/0001-60, representada por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da (s) empresa (s) LR COMERCIO DE VEICULOS LTDA, estabelecida à AV, PRESIDENTE KENNEDY, Nº 112 – CAMPINAS, SÃO JOSÉ/SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o n.º 10.459.491/0001-97, neste ato representado pelo(a) NEY BOTTO GUIMARAES FILHO, brasileiro(a), inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 003.455.899-39, portador(a) do RG n.º 2906282, para AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES, CONFORME PROPOSTA DE AQUISIÇÃO Nº 08857.731000/1180-03 - EMENDA PARLAMENTAR 29060003 – PAULO BAUER, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 91/2019, objeto do Processo 91/2019. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM/ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE/ UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01 - VEÍCULO DE PASSEIO – TRANSPORTE DE EQUIPE (5 PESSOAS), NOVO, 0 KM, EM CONFORMIDADE COM OS DESCRITIVOS REFERENTES AO ITEM EM ANEXO.	02 - UND	48.000,00	96.000,00

Governador Celso Ramos/SC, 31 de outubro de 2019.

LR COMERCIO DE VEICULOS LTDA

Contratada

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 193/2019 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES, CONFORME PROPOSTA DE AQUISIÇÃO Nº 08857.731000/1180-03 - EMENDA PARLAMENTAR 29060003 – PAULO BAUER

Publicação Nº 2216799

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 193/2019

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES, CONFORME PROPOSTA DE AQUISIÇÃO Nº 08857.731000/1180-03 - EMENDA PARLAMENTAR 29060003 – PAULO BAUER

Aos 31 dias do mês de outubro do ano de 2019, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, através da Secretaria Municipal de Saúde, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.857.731/0001-60, representada por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da (s) empresa (s) QUICKBUM E-COMMERCE - EIRELI, estabelecida à Rua, GARRINCHA DO MATO GROSSO, Nº 440, SETOR – 3-JD. VALE DAS PEROBAS, ARAPONGAS/PR, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 30.323.616/0001-64, neste ato representado pelo(a) JOSÉ ALVES DE OLIVEIRA, brasileiro(a), inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 634.396.039-20, portador(a) do RG n.º 8.227.781, para AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES, CONFORME PROPOSTA DE AQUISIÇÃO Nº 08857.731000/1180-03 - EMENDA PARLAMENTAR 29060003 – PAULO BAUER, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 91/2019, objeto do Processo 91/2019. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM/ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE/ UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
04 - EQUIPAMENTO TENS E FES PARA AMBIENTE MULTIDISCIPLINAR DA ATENÇÃO BÁSICA – FISIOTERAPIA EM CONFORMIDADE COM OS DESCRITIVOS REFERENTES AO ITEM EM ANEXO.	04 - UND	1.410,00	5.640,00
05 - ULTRASSOM PARA FISIOTERAPIA EM CONFORMIDADE COM OS DESCRITIVOS REFERENTES AO ITEM EM ANEXO.	02 - UND	1.200,00	2.400,00
06 - LASER PARA FISIOTERAPIA EM CONFORMIDADE COM OS DESCRITIVOS REFERENTES AO ITEM EM ANEXO.	01 - UND	4.700,00	4.700,00
07 - ESFIGMOMANÔMETRO ADULTO EM CONFORMIDADE COM OS DESCRITIVOS REFERENTES AO ITEM EM ANEXO.	09 – UND	170,00	1.530,00

Governador Celso Ramos/SC, 31 de outubro de 2019.

QUICKBUM E-COMMERCE - EIRELI

Contratada

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 194/2019 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES, CONFORME PROPOSTA DE AQUISIÇÃO Nº 08857.731000/1180-03 - EMENDA PARLAMENTAR 29060003 – PAULO BAUER

Publicação Nº 2216804

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 194/2019

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES, CONFORME PROPOSTA DE AQUISIÇÃO Nº 08857.731000/1180-03 - EMENDA PARLAMENTAR 29060003 – PAULO BAUER

Aos 31 dias do mês de outubro do ano de 2019, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, através da Secretaria Municipal de Saúde, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos

do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.857.731/0001-60, representada por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da (s) empresa (s) VIPH IT COMERCIO E SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS DE INF EIRELI, estabelecida à Rua, BERTOLINO JOÃO SAGAS, Nº 405, SERRARIA, SÃO JOSÉ/SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o n.º 33.419.290/0001-61, neste ato representado pelo(a) HENRIQUE MATTOS DO AMARAL, brasileiro(a), inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 040.224.799-06, portador(a) do RG n.º 4.564.662, para AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES, CONFORME PROPOSTA DE AQUISIÇÃO Nº 08857.731000/1180-03 - EMENDA PARLAMENTAR 29060003 – PAULO BAUER, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 91/2019, objeto do Processo 91/2019. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM/ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE/UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
03 - COMPUTADOR (DESKTOP BÁSICO) EM CONFORMIDADE COM OS DESCRITIVOS REFERENTES AO ITEM EM ANEXO.	04 - UND	3.416,00	13.664,00

Governador Celso Ramos/SC, 31 de outubro de 2019.

VIPH IT COMERCIO E SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS DE INF EIRELI

Contratada

JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

SAMAE - Gov. CELSO RAMOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 21/2019

Publicação Nº 2217532

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2019

Pregão Presencial nº 13/2019

Processo 19/2019

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE BOMBAS DOSADORAS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES FINIS DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Aos 20 dias do mês de outubro do ano de 2019, no Município de Governador Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina, através da SAMAE de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Av. Bela Vista s/nº, Calheiros, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 74.047.341.0001-59, representado por seu Diretor Geral, Sr. DANILO VALDENIR MARTINS, são registrados os preços da empresa PROMINENT BRASIL LTDA, estabelecida à Rua Alfredo Dumont Villares, 115, Taboão, São Bernardo Do Campo/SP, CEP -09.672-070, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o CNPJ nº 38.875.381/0001-25, neste ato representado pelo Sr. ROGÉRIO PRADELLI, gerente administrativo, portador do Rg nº 29.987.350-XSSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 269.325.138-97, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE BOMBAS DOSADORAS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES FINIS DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 13/2019, objeto do Processo 19/2019. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

***Itens constantes da Ata:

Orçamento Bombas Dosadoras				
Item	Objeto	Quantidade	Valor Médio por Unidade	Valor Médio Total
1	Bomba dosadora eletromagnética de diafragma com regulagem dupla; líquido a bombear, capacidade de vazão de 0 a 1,0l/h-5bar (+/-10%) e pressão 5bar;	6	R\$ 780,00	R\$ 4.680,00
2	Bomba dosadora eletromagnética de diafragma com regulagem dupla; capacidade de vazão de 0 a 1,5 l/h bar(+/-10%) e pressão 12 bar	4	R\$ 780,00	R\$ 3.120,00

TOTAL GERAL ATA = R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais)

Governador Celso Ramos/SC, 30 de setembro de 2019.

PROMINENT BRASIL LTDA
ROGÉRIO PRADELLI

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
DANILO VALDENIR MARTINS

AVISO DE LICITAÇÃO RP 17/2019 PROCESSO 23/2019

Publicação Nº 2217563

AVISO DE LICITAÇÃO

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL RP17/2019

PROCESSO 23/2019

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ÁCIDO TRICLOROISOCIANÚRICO, HIPOCLORITO DE SÓDIO E HIPOCLORITO DE CÁLCIO PARA O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 19/11/2019 até às 15h30min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 19/11/2019 às 16h00min.

Os interessados deverão retirar o edital no site do SAMAE de Governador Celso Ramos – www.samaegcr.com.br, presencialmente na sede do SAMAE de segunda a sexta feira, das 13:30 às 18:30hs no Setor de Licitações ou ainda requisitando o mesmo pelo e-mail: compraslicitacoes@samaegcr.com.br.

Governador Celso Ramos, 05 de novembro de 2019.

DANILO VALDENIR MARTINS

Diretor Geral

PORTARIA 101/2019 - CONCEDER FERIAS SERVIDOR ESAU SILVA

Publicação Nº 2217178

PORTARIA Nº 101/2019

O DIRETOR DO SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Governador Celso Ramos Autorizado pela Lei 369/91 / Lei 1.085/2016 e lei 1242/2018.

RESOLVE:

Conceder férias de direito adquirido de 30 (trinta) dias, para a funcionário do SAMAE do Cargo Comissionado de Subdiretor de Operações, Sr.: ESAU SILVA, matrícula funcional nº 174, referente ao período aquisitivo de 02/01/2017 à 01/01/2018. Gozo de Férias dia: 01/11/2019 a 30/11/2019

Registra-se. Publica-se. Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 01 de Novembro de 2019.

DANILO VALDENIR MARTINS

Diretor Geral do Samae

PORTARIA 102/2019 - NOMEAÇÃO SERVIDOR EFETIVO CARGO MOTORISTA MARCELO DA SILVA

Publicação Nº 2216971

Portaria nº 102/2019

DANILO VALDENIR MARTIS, Diretor Geral do SAMAE de Governador Celso Ramos-SC, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Artigo 25 da Lei 1085 de 01 de Abril de 2016, e a lei 369/1991 de 05 de setembro de 1991, e lei 1242/2018 de 19 de janeiro de 2018, e o resultado final do Concurso Público SAMAE - Edital nº 001/2018,

Resolve:

Nomear O Sr. MARCELO DA SILVA, filho de LUZIA DA SILVA, portador da Carteira de Identidade nº 2955613, para o cargo de provimento efetivo de MOTORISTA do Quadro de Pessoal desta Autarquia.

Registra-se. Publica-se. Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 01 de novembro de 2019.

DANILO VALDENIR MARTINS

Diretor Geral do SAMAE

Grão Pará

PREFEITURA

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Publicação Nº 2217361

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa POSTO GRÃO-PARÁ LTDA possui valores em haver do Município de Grão-Pará; considerando que o Município está em mora com os referidos pagamentos e que isso pode acarretar prejuízos financeiros futuros para o Município; considerando que o fornecimento de combustível é atividade/serviço público essencial, nos termos da Lei nº 7.783/1989; em atendimento ao interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento da obrigação no valor de R\$ 105.870,81 fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Ordens de pagamento nº 5948, 5337, 5599, 5855, 5865, 5873, 5876, 5877, 5879, 5880, 5883, 5884, 5959, 5870, 5951 e 5952/2019

Desta forma, tendo em vista o acima justificado efetua-se o pagamento do credor e PUBLIQUE-SE esta justificativa, para que a mesma surta os efeitos jurídicos legais.

Grão-Pará/SC, 05 de novembro de 2019.
MARCIO BORBA BLASIU
Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Publicação Nº 2217359

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa PLINIO JOSÉ LOPES GUIMARÃES RAMOS EIRELI - ME possui valores em haver do Município de Grão-Pará; considerando que o Município está em mora com os referidos pagamentos e que isso pode acarretar prejuízos financeiros futuros para o Município; ,justifica-se o pagamento da obrigação no valor de R\$ 21.384,00 fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Ordens de pagamento nº 1892, 2604, 2614, 1893, 2605, 2615, 1894, 2606, 4750, 2616, 1895, 2607 e 2617/2019.

Desta forma, tendo em vista o acima justificado efetua-se o pagamento do credor e PUBLIQUE-SE esta justificativa, para que a mesma surta os efeitos jurídicos legais.

Grão-Pará/SC, 05 de novembro de 2019.
MARCIO BORBA BLASIU
Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Publicação Nº 2217617

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ
Despesas em Aberto por Data de Vencimento - Período de 01/06/2019 até 05/11/2019

Doc.	Tipo	Emissão	Processo	Nº AF/Ano	Recurso	Valor	Dt. Venc.	Dt. Pagto	Anulações	Descontos	Credor
4546	O.P.	09/08/19		2216/2019	0000 - Recursos Ordinários	240,20	01/09/19		0,00	0,00	JEF SUPERMERCADO LTDA-ME
4547	O.P.	09/08/19		2214/2019	0000 - Recursos Ordinários	649,80	01/09/19		0,00	0,00	JEF SUPERMERCADO LTDA-ME
4548	O.P.	09/08/19		2192/2019	0000 - Recursos Ordinários	4.118,25	01/09/19		0,00	0,00	JEF SUPERMERCADO LTDA-ME
4615	O.P.	14/08/19		2285/2019	0000 - Recursos Ordinários	338,34	08/09/19		0,00	0,00	JEF SUPERMERCADO LTDA-ME
4617	O.P.	14/08/19		2289/2019	0000 - Recursos Ordinários	506,10	08/09/19		0,00	0,00	JEF SUPERMERCADO LTDA-ME
4618	O.P.	14/08/19		2291/2019	0000 - Recursos Ordinários	388,55	08/09/19		0,00	0,00	JEF SUPERMERCADO LTDA-ME
4619	O.P.	14/08/19		2288/2019	0000 - Recursos Ordinários	132,78	08/09/19		0,00	0,00	JEF SUPERMERCADO LTDA-ME
4620	O.P.	14/08/19		2336/2019	0000 - Recursos Ordinários	53,92	08/09/19		0,00	0,00	JEF SUPERMERCADO LTDA-ME
4779	O.P.	21/08/19		2377/2019	0000 - Recursos Ordinários	506,10	16/09/19		0,00	0,00	JEF SUPERMERCADO LTDA-ME
4840	O.P.	26/08/19		2473/2019	0000 - Recursos Ordinários	244,90	23/09/19		0,00	0,00	JEF SUPERMERCADO LTDA-ME
4841	O.P.	26/08/19		2464/2019	0000 - Recursos Ordinários	105,22	23/09/19		0,00	0,00	JEF SUPERMERCADO LTDA-ME
5037	O.P.	30/08/19		2493/2019	0000 - Recursos Ordinários	28,00	26/09/19		0,00	0,00	JEF SUPERMERCADO LTDA-ME
5348	O.P.	16/09/19		2531/2019	0000 - Recursos Ordinários	166,18	06/10/19		0,00	0,00	JEF SUPERMERCADO LTDA-ME
5371	O.P.	16/09/19		2602/2019	0000 - Recursos Ordinários	40,00	11/10/19		0,00	0,00	JEF SUPERMERCADO LTDA-ME
5446	O.P.	25/09/19		2731/2019	0000 - Recursos Ordinários	704,20	17/10/19		0,00	0,00	JEF SUPERMERCADO LTDA-ME
5447	O.P.	25/09/19		2580/2019	0000 - Recursos Ordinários	404,40	17/10/19		0,00	0,00	JEF SUPERMERCADO LTDA-ME
5448	O.P.	25/09/19		2718/2019	0000 - Recursos Ordinários	1.251,10	17/10/19		0,00	0,00	JEF SUPERMERCADO LTDA-ME
5449	O.P.	25/09/19		2668/2019	0000 - Recursos Ordinários	891,17	17/10/19		0,00	0,00	JEF SUPERMERCADO LTDA-ME
5450	O.P.	25/09/19		2625/2019	0000 - Recursos Ordinários	808,40	17/10/19		0,00	0,00	JEF SUPERMERCADO LTDA-ME
5443	O.P.	25/09/19		2742/2019	0000 - Recursos Ordinários	4.398,15	19/10/19		0,00	0,00	JEF SUPERMERCADO LTDA-ME
5444	O.P.	25/09/19		2741/2019	0000 - Recursos Ordinários	869,65	19/10/19		0,00	0,00	JEF SUPERMERCADO LTDA-ME
5445	O.P.	25/09/19		2740/2019	0000 - Recursos Ordinários	812,10	19/10/19		0,00	0,00	JEF SUPERMERCADO LTDA-ME
5582	O.P.	30/09/19		2771/2019	0000 - Recursos Ordinários	32,00	23/10/19		0,00	0,00	JEF SUPERMERCADO LTDA-ME
Total do Período:						17.689,51			0,00		

GRÃO PARÁ, 05/11/2019

MARCIO BORBA BLASIUS
Prefeito Municipal

DIONE HEINZEN
Técnico Contábil - CRC/SC-018981/O



Prefeitura Municipal de Grão-Pará

ESTADO DE SANTA CATARINA

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA

Nos termos do artigo 5º, da Lei Federal nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, considerando que **JEF SUPERMERCADO LTDA ME** possui valores em haver do Município de Grão-Pará, estando o Município em mora com suas obrigações; considerando que o fornecimento de gêneros alimentícios revela-se de suma importância para o preparo da merenda nas Escolas da Rede Municipal de Ensino; considerando que o fornecimento ficará sobrestado até efetivo pagamento dos valores em atraso; levando em conta que o pagamento desses débitos vai ao encontro do interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento da obrigação no valor de **R\$ 17.689,51** fora da ordem cronológica, conforme relatório de despesa.

Segue em anexo o relatório com as informações de despesas, valores que serão preteridos em virtude da quebra da ordem cronológica

Desta forma, tendo em vista o acima justificado efetua-se o pagamento do credor E PUBLIQUE-SE esta justificativa, para que a mesma surta os efeitos jurídicos legais.

Grão-Pará/SC, 05 de novembro de 2019.

MARCIO BORBA BLASIU
Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Publicação Nº 2217604

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

Despesas em Aberto por Data de Vencimento - Período de 01/06/2017 até 05/11/2019

Doc.	Tipo	Emissão	Processo	Nº AF/Ano	Recurso	Valor	Dt. Venc.	Dt. Pagto	Anulações	Descritos	Credor
4723	O.P.	20/08/19		1972/2019	0000 - Recursos Ordinários	131,05	20/08/19		0,00	0,00	GILMAR COSTA KOCH
6016	O.P.	17/10/19		2812/2019	0000 - Recursos Ordinários	30,80	30/10/19		0,00	0,00	GILMAR COSTA KOCH
6017	O.P.	17/10/19		2806/2019	0000 - Recursos Ordinários	647,60	30/10/19		0,00	0,00	GILMAR COSTA KOCH
6018	O.P.	17/10/19		2811/2019	0000 - Recursos Ordinários	166,75	30/10/19		0,00	0,00	GILMAR COSTA KOCH
6019	O.P.	17/10/19		2809/2019	0000 - Recursos Ordinários	86,75	30/10/19		0,00	0,00	GILMAR COSTA KOCH
6020	O.P.	17/10/19		2808/2019	0000 - Recursos Ordinários	96,50	30/10/19		0,00	0,00	GILMAR COSTA KOCH
6021	O.P.	17/10/19		2807/2019	0000 - Recursos Ordinários	374,10	30/10/19		0,00	0,00	GILMAR COSTA KOCH
6022	O.P.	17/10/19		2796/2019	0000 - Recursos Ordinários	283,00	30/10/19		0,00	0,00	GILMAR COSTA KOCH
6023	O.P.	17/10/19		2798/2019	0000 - Recursos Ordinários	154,00	30/10/19		0,00	0,00	GILMAR COSTA KOCH
6024	O.P.	17/10/19		2799/2019	0000 - Recursos Ordinários	67,10	30/10/19		0,00	0,00	GILMAR COSTA KOCH
6025	O.P.	17/10/19		2802/2019	0000 - Recursos Ordinários	134,00	30/10/19		0,00	0,00	GILMAR COSTA KOCH
6026	O.P.	17/10/19		2803/2019	0000 - Recursos Ordinários	103,80	01/11/19		0,00	0,00	GILMAR COSTA KOCH
6027	O.P.	17/10/19		2851/2019	0000 - Recursos Ordinários	82,20	01/11/19		0,00	0,00	GILMAR COSTA KOCH
6028	O.P.	17/10/19		2857/2019	0000 - Recursos Ordinários	177,80	01/11/19		0,00	0,00	GILMAR COSTA KOCH
6029	O.P.	17/10/19		2849/2019	0000 - Recursos Ordinários	68,40	01/11/19		0,00	0,00	GILMAR COSTA KOCH
6030	O.P.	17/10/19		2855/2019	0000 - Recursos Ordinários	99,05	01/11/19		0,00	0,00	GILMAR COSTA KOCH
6031	O.P.	17/10/19		2850/2019	0000 - Recursos Ordinários	94,50	01/11/19		0,00	0,00	GILMAR COSTA KOCH
6032	O.P.	17/10/19		2856/2019	0000 - Recursos Ordinários	369,90	01/11/19		0,00	0,00	GILMAR COSTA KOCH
6033	O.P.	17/10/19		2848/2019	0000 - Recursos Ordinários	308,00	01/11/19		0,00	0,00	GILMAR COSTA KOCH
6034	O.P.	17/10/19		2845/2019	0000 - Recursos Ordinários	117,00	01/11/19		0,00	0,00	GILMAR COSTA KOCH
6035	O.P.	17/10/19		2854/2019	0000 - Recursos Ordinários	593,85	01/11/19		0,00	0,00	GILMAR COSTA KOCH
6036	O.P.	17/10/19		2853/2019	0000 - Recursos Ordinários	116,75	01/11/19		0,00	0,00	GILMAR COSTA KOCH
6037	O.P.	17/10/19		2858/2019	0000 - Recursos Ordinários	37,00	01/11/19		0,00	0,00	GILMAR COSTA KOCH
6038	O.P.	17/10/19		2859/2019	0000 - Recursos Ordinários	43,75	01/11/19		0,00	0,00	GILMAR COSTA KOCH
6039	O.P.	17/10/19		2775/2019	0000 - Recursos Ordinários	213,00	01/11/19		0,00	0,00	GILMAR COSTA KOCH
6040	O.P.	17/10/19		2789/2019	0000 - Recursos Ordinários	772,80	01/11/19		0,00	0,00	GILMAR COSTA KOCH
6041	O.P.	17/10/19		2791/2019	0000 - Recursos Ordinários	1.371,20	01/11/19		0,00	0,00	GILMAR COSTA KOCH
6042	O.P.	17/10/19		2774/2019	0000 - Recursos Ordinários	53,30	01/11/19		0,00	0,00	GILMAR COSTA KOCH
6043	O.P.	17/10/19		2788/2019	0000 - Recursos Ordinários	76,80	01/11/19		0,00	0,00	GILMAR COSTA KOCH
6044	O.P.	17/10/19		2777/2019	0000 - Recursos Ordinários	55,00	01/11/19		0,00	0,00	GILMAR COSTA KOCH
6045	O.P.	17/10/19		2778/2019	0000 - Recursos Ordinários	81,25	01/11/19		0,00	0,00	GILMAR COSTA KOCH
6046	O.P.	17/10/19		2773/2019	0000 - Recursos Ordinários	234,50	01/11/19		0,00	0,00	GILMAR COSTA KOCH
6050	O.P.	17/10/19		2776/2019	0000 - Recursos Ordinários	472,00	01/11/19		0,00	0,00	GILMAR COSTA KOCH
6047	O.P.	17/10/19		2787/2019	0000 - Recursos Ordinários	149,75	02/11/19		0,00	0,00	GILMAR COSTA KOCH
6048	O.P.	17/10/19		2772/2019	0000 - Recursos Ordinários	182,80	02/11/19		0,00	0,00	GILMAR COSTA KOCH

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Página: 2/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ
Despesas em Aberto por Data de Vencimento - Período de 01/06/2017 até 05/11/2019

Doc.	Tipo	Emissão	Processo	Nº AF/Ano	Recurso	Valor	Dt. Venc.	Dt. Pagto	Anulações	Descontos	Credor
6049	O.P.	17/10/19		2779/2019	0000 - Recursos Ordinários	370,40	02/11/19		0,00	0,00	GILMAR COSTA KOCH
Total do Período:						8.416,45			0,00	0,00	

GRÃO PARÁ, 05/11/2019

MARCIO BORBA BLASIUS
Prefeito Municipal

DIONE HEINZEN
Técnico Contábil - CRC/SC-018981/O



Prefeitura Municipal de Grão-Pará
ESTADO DE SANTA CATARINA

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA

Nos termos do artigo 5º, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, considerando que **GILMAR COSTA KOCH** possui valores em haver do Município de Grão-Pará; considerando que os produtos fornecidos vão ao encontro do interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento da obrigação no valor de **R\$ 8.416,45** fora da ordem cronológica, conforme relatório de despesas.

Segue em anexo o relatório com as informações de despesas, valores que serão preteridos em virtude da quebra da ordem cronológica

Desta forma, tendo em vista o acima justificado efetua-se o pagamento do credor E PUBLIQUE-SE esta justificativa, para que a mesma surta os efeitos jurídicos legais.

Grão-Pará/SC, 05 de novembro de 2019.

MARCIO BORBA BLASIUS
Prefeito Municipal

Gravatal

PREFEITURA

EXTRATO 4º ADT AO CTR Nº 09/2017 INOVARE SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA - FMS

Publicação Nº 2216345

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 09/2017
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2017

OBJETO: "IV TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO AO CONTRATO Nº 09/2017 QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRAVATAL E A EMPRESA INOVARE SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA - ME, PARA AQUISIÇÃO DO PGM – PROGRAMA DE GERENCIAMENTO MUSCULOESQUELÉTICO."

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CNPJ: 11.347.518/0001-12.

CONTRATADO: INOVARE SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA - ME.

CNPJ: 24.191.171/0001-03.

Cláusula I – Fica acrescido o valor de R\$ 862,50 (oitocentos e sessenta e dois Reais e cinquenta centavos) na parcela mensal, considerando o acréscimo já realizado e respeitando o limite de 25% nos serviços contratados com a empresa/Contratada, passando o valor da parcela de R\$ 7.762,50 (sete mil, setecentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos) para R\$ 8.625,00 (oito mil, seiscentos e vinte e cinco reais) a partir de 01 de novembro de 2019;

Cláusula II – A despesa do presente Termo Aditivo correrá por conta da seguinte dotação contida no orçamento relativo ao exercício de 2019, a saber:

Órgão – 03 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Unidade 03.01 – Fundo Municipal de Saúde

Código Reduzido (27) – 3.3.90.00.00.00.00.0065- R\$ 1.725,00

Cláusula III – As demais cláusulas permanecem inalteradas. Fundamento Legal, a previsão contida no Inciso II da Lei 8.666/93.

Gravatal (SC), 17 de outubro de 2019.

FRANCISMARI ROSSI LESSA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Guaraciaba

PREFEITURA

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 130.19 REGISTRO DE PREÇOS MATERIAIS ELÉTRICOS E MÃO-DE-OBRA ILUMINAÇÃO NATALINA .DOC

Publicação Nº 2217645

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº130/2019.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 156/19, Edital de Pregão Presencial Nº 130/19, Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para Aquisição de Materiais elétricos e mão-de-obra para instalação da iluminação natalina; recebimento de propostas até às 08:00 horas do dia 19/11/19; a abertura do Edital será às 08:00 horas do dia 19/11/19, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademir de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 06 de novembro de 2019.

Roque Luiz Meneghini,
Prefeito Municipal

Guaramirim

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 240/2019 - PMG

Publicação Nº 2216744

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SETOR DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial nº 240/2019 – PMG
Processo Licitatório: 240/2019 – PMG
Tipo: Menor preço por item

Objeto: Registro de preços para aquisição de carga de gás GLP P45 e P13 e vasilhames para a administração direta e indireta do município de Guaramirim (SC).

Entrega dos Envelopes: até 20/11/2019 às 09h
Abertura dos Envelopes: 20/11/2019 às 09h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, CEP 89.270-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 06 de novembro de 2019.
LUIS ANTONIO CHIODINI
Prefeito Municipal de Guaramirim

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 47/2019 - FMS

Publicação Nº 2216494

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 47/2019 – FMS

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE SORO FISIOLÓGICO DE CARÁTER EMERGENCIAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DE SAÚDE DE GUARAMIRIM.

Modalidade de Licitação: Dispensa de Licitação.

Fundamento Legal: Artigo 24, incisos IV, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, através do Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60.

Contratada: METROMED COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, sob o CNPJ nº 83.157.032/0001-22, estabelecida na Estrada Boa Esperança, nº 1918, bairro Fundo Canoas, município de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, CEP: 89.160-001.

Valor Total: R\$ 1.735,20 (mil setecentos e trinta e cinco reais e vinte centavos).

Guaramirim (SC), 05 de novembro de 2019.
LUIS ANTONIO CHIODINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO 58/2019 - PMG

Publicação Nº 2216435

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO 058/2019 - PMG
Processo de Licitação: 204/2019 – PMG

Modalidade: Tomada de Preços para obras e serviços de engenharia.

Tipo: Menor preço global.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE DRENAGEM, REQUALIFICAÇÃO DE PASSEIOS, SINALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO DA RUA 28 DE AGOSTO, COM RECURSOS PROVENIENTES DO CONTRATO DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO FIRMADO ENTRE BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO (BRDE) E O MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Contratada: RENATO TOMELIN EIRELI EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 81.866.980/0001-01, estabelecida na rua Gustavo Rubin, nº 289, bairro Avaí, município de Guaramirim (SC)

Valor do Contrato: R\$ R\$ 1.153.950,89 (um milhão, cento e cinquenta e três mil, novecentos e cinquenta reais e oitenta e nove centavos)

SIGNATÁRIOS: Luis Antonio Chiodini – Prefeito Municipal. Renato Tomelin – Representante Legal da Contratada.

Data da Assinatura: 29/10/2019 Vigência: 20/05/2020.

GUARAMIRIM (SC), 05/11/2019

LUIS ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº. 4661/2019

Publicação Nº 2216473

LEI Nº. 4661/2019

Dispõe sobre a delimitação da área urbana consolidada do Município de Guaramirim e estabelece medidas para a regularização ambiental e/ou fundiária de imóveis situados às margens de cursos d'água naturais em tais locais.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Esta Lei delimita a Área Urbana Consolidada (AUC) do Município de Guaramirim e estabelece medidas para a regularização ambiental e/ou fundiária de imóveis situados às margens de cursos d'água naturais em tais locais, nos termos do artigo 30, inciso I, da Constituição Federal, do artigo 64 e 65, da Lei Federal nº. 12.651/2012, e do artigo 122-A, da Lei Estadual nº. 14.675/2009.

§ 1º As medidas de que trata esta Lei abrangem edificações já existentes, com ou sem a emissão de Habite-se ou Alvará de Construção, e a construção de novas edificações.

§ 2º Esta lei não dispensa a aplicação da Lei Complementar nº. 109/2017, que dispõe sobre a regularização de obras no Município de Guaramirim, sem prejuízo algum de suas disposições.

§ 3º Esta lei não altera nem traz prejuízo às disposições da Lei Municipal Nº 4512/2018, que proíbe, em caráter temporário, terraplanagem em áreas suscetíveis a inundações, alagamento ou deslizamentos de terra.

Art. 2º. Para os fins desta Lei, considera-se:

I - Área Urbana Consolidada Previamente Identificada (AUC-PI): aquela representada pelo mapa constante do Anexo I, parte integrante desta Lei;

II - Área Urbana Consolidada Mediante Análise (AUC-MA): aquela representada pelo mapa constante do Anexo II, parte integrante desta Lei;

III - Área Urbana Não Consolidada: aquela integrante do perímetro urbano municipal, mas não inserida nos incisos I ou II deste artigo;

IV - Linha da Média Calculada (LMC), aquela que representa o distanciamento que as edificações localizadas em imóveis lindeiros mantêm em relação ao curso d'água natural, sendo calculada individualmente para cada lote, na forma do Anexo III, observando-se o mínimo de 15,00 (quinze) metros.

V - equipamentos de uso temporário, quiosques, choupanas, piscinas, equipamentos de lazer, vagas de estacionamento não obrigatórias, entre outras situações consideradas como tal, em análise individual, pela Comissão de Análise Prévia da Área Urbana Consolidada - CAP-AUC.

VI - Medida de compensação: Consiste em uma medida que busca a reparação socioambiental de natureza pecuniária e equivalente aos danos causados por ações diretas ou indiretas do empreendimento sem prejuízo de outras medidas que possam ser adotadas pelos órgãos competentes.

§ 1º As disposições desta Lei, na forma prevista nos artigos seguintes, aplicam-se automaticamente aos imóveis localizados na AUC-PI, indicada no inciso I deste artigo.

§ 2º No que se refere a imóvel localizado na AUC-MA, indicada no inciso II deste artigo, as disposições desta Lei, na forma prevista nos

artigos seguintes, somente serão aplicáveis mediante manifestação favorável do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA), ouvida a Comissão de Análise Prévia da Área Urbana Consolidada (CAP-AUC), a partir de requerimento fundamentado apresentado pelo interessado, observado o previsto no art. 10.

§ 3º As disposições desta Lei não se aplicam aos imóveis localizados na área descrita no inciso IIII deste artigo.

Art. 3º. Não se enquadram na Área Urbana Consolidada (AUC), nos termos desta Lei, os imóveis localizados no perímetro urbano e utilizados para fins rurais, sobre os quais recaia a cobrança de Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) em detrimento de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

CAPÍTULO II

DAS MEDIDAS DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL E/OU FUNDIÁRIA DE IMÓVEIS EM ÁREA URBANA CONSOLIDADA

Art. 4º. A regularização ambiental e/ou fundiária de imóveis inseridos em AUC, definida nos termos do artigo 2º, observará o seguinte procedimento:

I - interessado na regularização ambiental e/ou fundiária de determinado imóvel encaminhará requerimento ao Poder Executivo Municipal, solicitando a emissão de Certidão de Área Urbana Consolidada - AUC;

II - o Poder Executivo Municipal realizará a análise do requerimento indicado no inciso I, para constatar se o imóvel:

a) está inserido em AUC-PI (inciso I do artigo 2º) ou, em se tratando de AUC-MA (inciso II do artigo 2º), tenha ocorrido prévia manifestação favorável do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA) (§ 2º do artigo 2º);

b) não está localizado em área de risco ou em área de interesse ecológico relevante, cuja ocupação não seja admitida pela legislação municipal;

c) possui edificação que observa o afastamento mínimo de 15,00 (quinze) metros entre a construção e o curso d'água natural;

d) se enquadra, total ou parcialmente, em alguma das seguintes modalidades:

1. edificação existente, munida de Alvará de Construção ou Habite-se;

2. edificação existente, sem Alvará de Construção ou Habite-se;

3. para construção de nova edificação;

4. para outros procedimentos cabíveis, na forma do artigo 10.

III - atendidos os requisitos contidos no inciso II, o Poder Executivo Municipal irá deferir o requerimento formulado, expedindo Certidão de AUC, cujo conteúdo será:

a) o atestado de regularidade ambiental e/ou fundiária quanto à localização da edificação em relação a curso d'água natural, nos casos em que o requerimento for destinado à edificação já existente no imóvel e que esteja munida de Habite-se ou Alvará de Construção;

b) o atestado da viabilidade de regularização ambiental e/ou fundiária quanto à localização da edificação em relação a curso d'água natural, sem prejuízo da aplicação dos demais requisitos contidos na legislação municipal, nos casos em que o requerimento for destinado à edificação já existente no imóvel e que não esteja munida de Habite-se ou Alvará de Construção;

c) o afastamento que as futuras edificações no imóvel devem observar em relação a curso d'água natural, observado o previsto nos § 1º e § 2º deste artigo;

d) que a Certidão de AUC possui natureza declaratória, não substituindo atos administrativos destinados à construção ou regularização de edificações (Alvará de Construção, de Reforma, de habite-se etc.), cuja emissão pode estar condicionada ao pagamento de medida de compensação, na forma do art. 5º.

§ 1º Para construção de novas edificações em AUC, quando construídas sobre imóveis localizados nas margens do Rio Itapocu e Rio Itapocuzinho, para fins de definição da faixa não edificável em cada imóvel, será adotada a Linha Média Calculada (LMC), observando-se o seguinte:

I - não será admitida a ampliação de edificações já existentes na faixa compreendida entre a LMC e o curso d'água natural;

II - a instalação de estruturas e/ou equipamentos de uso temporário será permitida na faixa compreendida entre o mínimo de 15,00 (quinze) metros e a LMC, desde que não implique em impermeabilização superior a 10% (dez por cento) da área desta faixa e desde que respeitados os índices urbanísticos vigentes e demais disposições na legislação pertinente;

III - no caso de demolição de edificação já existente, para a construção de nova edificação:

a) na faixa compreendida entre o mínimo de 15,00 (quinze) metros e a LMC, a nova edificação não poderá ocupar área de solo superior àquela da edificação anteriormente existente;

b) a nova edificação não poderá estar situada em distância inferior do curso d'água natural, em comparação com a edificação anteriormente existente;

c) a nova edificação não poderá estar situada em distância inferior a 15,00 (quinze) metros a partir da margem do curso d'água natural.

§ 2º Nas margens dos demais cursos d'água naturais, não inseridos no § 1º deste artigo, será adotado o afastamento mínimo de 15,00 (quinze) metros, dispensando a aplicação da LMC.

§ 3º Não será admitida a construção de novas edificações na faixa de 15,00 (quinze) metros a partir da margem do curso d'água natural, em nenhuma hipótese.

§ 4º O disposto no § 3º se aplica a todos os imóveis, inclusive àqueles em que tenha ocorrido a demolição de edificações anteriormente existentes.

Art. 5º. A medida de compensação (inciso III, alínea "d", do art. 4º) consistirá na destinação de recursos monetários pelo requerente, para financiar a adoção de providências do Poder Público Municipal que visem à redução dos efeitos de impactos ambientais negativos do processo de ocupação urbana e será calculada da seguinte forma:

I - quando se tratar de edificação já existente e que não esteja munida de Alvará de Construção ou Habite-se, a medida de compensação será o resultado da seguinte equação: $V = (Ae \cdot VT)30\%$;

II - quando se tratar de nova edificação, a medida de compensação será o resultado da seguinte equação: $V = (Fae \cdot VT)20\%$;

III - quando se tratar de aterro, terraplenagem ou uso da APP com ou sem impermeabilização, desde que não caracterize área edificada e sem prejuízo da legislação pertinente, a medida de compensação será o resultado da seguinte equação: $V = (At \cdot VT)5\%$;

IV - quando se tratar de edificação já existente e que esteja munida de Alvará de Construção ou Habite-se, não se aplica a previsão de medida de compensação;

V - Quando se tratar de edificação com área de até 100,00m² (cem metros quadrados) e o(s) proprietário(s) comprovar condição de baixa renda, inclusive com cadastro social junto à Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação, poderá obter a redução de 50% (cinquenta por cento) da alíquota presente na equação dos incisos I e II deste artigo.

§ 1º Considera-se para efeitos deste artigo:

I - V = valor da medida de compensação, expresso em reais (R\$);

II - Ae = área da edificação já existente no imóvel, que esteja localizada entre o afastamento mínimo de 15,00 (quinze) metros do curso d'água natural e a distância fixada como regra geral para Área de Preservação Permanente (artigo 4º, I, da Lei Federal Nº 12.651/2012), expressa em metros quadrados (m²);

III - Fae = área da edificação a ser construída no imóvel, que estará localizada entre o afastamento mínimo de 15,00 (quinze) metros do curso d'água natural e a distância fixada como regra geral para Área de Preservação Permanente (artigo 4º, I, da Lei Federal nº. 12.651/2012), expressa em metros quadrados (m²);

IV - VT = valor médio do metro quadrado do terreno, expresso em reais (R\$);

V - At = área de aterro, terraplenagem ou uso da Área de Preservação Permanente com ou sem impermeabilização.

§ 2º Para o cálculo da medida de compensação, a definição do VT será realizada pela Comissão de Avaliação Imobiliária, do Poder Executivo Municipal.

§ 3º Nos casos em que houver no mesmo imóvel, edificações parcialmente munidas de Alvará de Construção ou Habite-se, a medida de compensação incidirá somente em relação à área edificada que não estiver contemplada nos referidos atos administrativos.

§ 4º Os recursos oriundos das medidas de compensação de que trata este artigo serão mantidos em conta específica e aplicados, exclusivamente, para a aquisição de áreas de preservação permanente, de risco ou relevante interesse ecológico ou para a realização de medidas de recuperação ou melhoria da qualidade ambiental de tais locais, estando sujeito à aprovação do COMDEMA os locais onde estes recursos serão aplicados.

§ 5º Nos imóveis munidos de Certidão de AUC e para os quais se aplique o previsto neste artigo, incisos I e II, a emissão de atos administrativos destinados à construção ou regularização de edificações (Alvará de Construção, de Reforma, de Habite-se etc.), bem como a emissão ou renovação de Licença Ambiental relativa às atividades desenvolvidas no imóvel, está condicionada ao pagamento integral da medida de compensação, calculada na forma deste artigo.

CAPÍTULO III

DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO DO PROCEDIMENTO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE AUC

Art. 6º. As edificações já existentes, cujas obras tenham respeitado a legislação mais restritiva vigente à época em que foram construídas, serão consideradas ambiental e fundiariamente regularizadas quanto ao afastamento de curso d'água natural, independentemente da

adoção do procedimento previsto nesta Lei.

§ 1º Para a comprovação do previsto no caput deste artigo, será admitida a apresentação de imagens de satélite, plantas ou qualquer outro meio de prova em direito admitido.

§ 2º Será admitida a reforma das edificações previstas no caput, desde que não implique ampliação da área construída.

§ 3º As edificações construídas após a realização do Levantamento Aerofotogramétrico de Santa Catarina (2010) serão passíveis de regularização por meio da presente Lei somente se respeitarem a LMC.

Art. 7º. Ainda que se trate de imóvel inserido em AUC (incisos I e II do art. 2º), o procedimento de regularização previsto nesta Lei não se aplica:

I - às edificações construídas sem observância do afastamento mínimo de 15,00 (quinze) metros do curso d'água natural, ressalvado o previsto no art. 6º;

II - à aprovação e registro de novos parcelamentos do solo urbano na modalidade de loteamento, bem como aos lotes individualizados deles decorrentes;

III - aos lotes e áreas remanescentes decorrentes de loteamentos nos quais, por ocasião da aprovação e registro do referido parcelamento do solo, tenha sido expressamente realizada a aplicação dos distanciamentos constantes no artigo 2º, "a", da Lei Federal Nº. 4.771/1965.

§ 1º Na hipótese do inciso I deste artigo, a regularização da edificação poderá ser pleiteada mediante a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta específico, desde que verificada a ausência de situação de risco ou interesse ecológico relevante, e mediante a aplicação de medidas compensatórias ou mitigatórias, observado o seguinte:

I - manifestação favorável do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA), ouvida a Comissão de Análise Prévia da Área Urbana Consolidada (CAP-AUC);

II - a providência de que trata o art. 10 desta Lei.

§ 2º Aplicam-se as disposições desta Lei aos lotes decorrentes de desdobro ou desmembramento de imóveis inseridos na AUC (incisos I e II, do art. 2º).

Art. 8º. A Certidão de AUC destina-se exclusivamente à definição do distanciamento a ser observado por edificações em relação a cursos d'água naturais, não dispensando o cumprimento dos demais requisitos contidos na legislação urbanística, ambiental e de defesa civil.

Art. 9º. Ainda que em Área Urbana Consolidada, nos termos desta lei, e munido de Certidão de AUC, não é passível de autorização a supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente, obras de aterro ou terraplanagem em áreas inundáveis, de acordo com as disposições da legislação pertinente.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. Antes de formalizar as providências previstas no § 2º, do art. 2º, e no § 1º, do art. 7º, o Poder Executivo Municipal comunicará o Ministério Público Estadual, com, no mínimo, 20 (vinte) dias de antecedência, encaminhando a integralidade do respectivo processo.

Art. 11. Fica criada a Comissão de Análise Prévia da Área Urbana Consolidada (CAP-AUC), que será formada por, no mínimo 03 (três) representantes, nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo, sendo:

I - 01 (um) servidor efetivo da Fundação de Meio Ambiente de Guaramirim (FAMAG);

II - 02 (dois) servidores da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano (SPDU), sendo necessariamente 01 (um) representante do Setor de Cadastro Técnico Imobiliário e 01 (um) servidor efetivo do Corpo Técnico da SPDU.

Parágrafo único. A CAP-AUC auxiliará os demais órgãos internos do Executivo Municipal envolvidos na aplicação da presente Lei.

Art. 12. Nos imóveis inseridos na AUC e que estejam localizados nas margens de cursos d'água naturais, a emissão de Certidão de AUC será documento obrigatório para a tramitação de procedimentos administrativos relativos:

I - à novas edificações;

II - à regularização de edificações já existentes;

III - ao desmembramento e desdobro de imóveis;

IV - à retificação, à atualização e inserção de confrontações e medidas, à redefinição de medidas e à unificação de imóveis;

V - à emissão ou renovação de licenças ambientais relativas às atividades desenvolvidas no imóvel, quando cabível;

VI - em outros procedimentos administrativos, definidos por meio de regulamento do Poder Executivo.

Parágrafo único. Nas situações previstas no caput, para análise do procedimento administrativo, deverá ser considerado o afastamento constante na Certidão de AUC.

Art. 13. O preenchimento dos requisitos previstos nesta Lei substitui a exigência de apresentação dos estudos técnicos individuais em cada imóvel, referidos no artigo 64 e 65 da Lei Federal nº. 12.651/2012.

Art. 14. Ficam mantidas as disposições da Lei Municipal nº. 4512/2018.

Art. 15. O artigo 10, inciso X, da Lei Complementar nº. 109/2017, não exclui a aplicação do regime jurídico aplicado às áreas urbanas consolidadas objeto desta lei.

Art. 16. Fazem parte desta Lei:

I - Anexo I: mapa da Área Urbana Consolidada Previamente Identificada;

II - Anexo II: mapa da Área Urbana Consolidada Mediante Análise;

III - Anexo III: metodologia para definição da AUC e da LMC.

Art. 17. O Poder Executivo Municipal terá o prazo de 1 (um) ano para regulamentar a aplicação desta lei e os procedimentos necessários.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 30 de outubro de 2019.

Luis Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

NOTA DE RETIFICAÇÃO DECRETO Nº. 1146/2019

Publicação Nº 2217151

NOTA DE RETIFICAÇÃO DECRETO Nº. 1146/2019

Publicação realizada no dia 05/11/2019 (terça-feira), DOM/SC - Edição nº. 2971, página 447.

Onde se lê: "Art. 3º. Este Decreto entra em vigor a partir de 14 de novembro de 2019."

Leia-se: "Art. 3º. Este Decreto entra em vigor com efeitos a partir de 14 de outubro de 2019."

Assim, a referida publicação passa a ter a seguinte redação:

DECRETO Nº. 1146/2019

Determina o horário de expediente do Departamento Municipal de Trânsito de Guaramirim - DEMUTRAN.

Luis Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica determinado o horário de expediente dos servidores efetivos vinculados ao Departamento Municipal de Trânsito de Guaramirim - DEMUTRAN, que exercem suas funções na manutenção das vias públicas, sendo de segunda a sexta-feira, das 06h00min às 12h00min, ininterruptamente.

Art. 2º. O Órgão Público deverá organizar a rotina dos serviços para que seja obedecido o período de 15 (quinze) minutos de intervalo de cada servidor.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor com efeitos a partir de 14 de outubro de 2019.

Guaramirim/SC, 04 de novembro de 2019.

Luis Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

Jiuvani Assis Assing
Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Urbano

PORTARIA Nº. 490/2019

Publicação Nº 2216790

PORTARIA Nº. 490/2019

Contrata Anastácio Sadzinski Junior por meio do Concurso Público nº. 001/2018.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Anastácio Sadzinski Junior, por meio do Concurso Público nº. 001/2018, no cargo de Psicólogo, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação, a partir de 01 de novembro de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 04 de novembro de 2019.

Luís Antônio Chiodini
PrefeitoJair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças**PORTARIA Nº. 491/2019**

Publicação Nº 2216792

PORTARIA Nº. 491/2019

Prorroga o Processo Administrativo Disciplinar nº. 07/2019, instaurado pela Portaria nº. 426/2019.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e art. 58, da Lei Complementar nº. 07/2001;

Considerando a não conclusão do processo administrativo disciplinar nº. 07/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o Processo Administrativo Disciplinar nº. 07/2019, instaurado pela Portaria nº. 426/2019, por mais 60 (sessenta) dias.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 05 de novembro de 2019.

Luís Antônio Chiodini
PrefeitoJair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças**REVOGAÇÃO TOTAL - DISPENSA DE LICITAÇÃO 235/2019 PMG**

Publicação Nº 2216430

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 235/2019- PMG

OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE LIVRO DE DIREITO.

REVOGAÇÃO

Considerando a solicitação do órgão requisitante quanto à revogação total da presente dispensa de licitação, devido ao fato da empresa contratada não possuir o produto em estoque e não haver previsão de reposição. E assim sendo, a aquisição foi realizada pelo particular.

E considerando ainda o disposto na Súmula 473 do STF, in verbis:

A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

REVOGO a presente dispensa de licitação.

Guaramirim (SC), 31 de outubro de 2019.

PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
LUÍS ANTÔNIO CHIODINI

Guatambú

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 35/2019

Publicação Nº 2217089

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO GUATAMBU	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	35/2019
Contratante.:	MUNICÍPIO DE GUATAMBU
Contratado.:	GENTE SEGURADORA S.A.
Objeto :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO NOVO PARA VEÍCULOS DA FROTA E IMÓVEL DO MUNICÍPIO DE GUATAMBU SC.
Valor:	R\$ 27.620,00 (vinte e sete mil seiscentos e vinte reais)
Vigência....:	Início: 31/10/2019 Término: 30/10/2020.
Licitação....:	PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2019
Guatambu/SC, 06/11/2019.	
SILVESTRE FAVARO	
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO	

EXTRATO DE CONTRATO 36/2019

Publicação Nº 2217093

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO GUATAMBU	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	36/2019
Contratante.:	MUNICÍPIO DE GUATAMBU
Contratado.:	PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
Objeto :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO NOVO PARA VEÍCULOS DA FROTA DO MUNICÍPIO DE GUATAMBU SC.
Valor:	R\$ 17.822,00 (dezesete mil oitocentos e vinte e dois reais)
Vigência....:	Início: 31/10/2019 Término: 30/10/2020.
Licitação....:	PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2019
Guatambu/SC, 06/11/2019.	
SILVESTRE FAVARO	
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO	

EXTRATO DE CONTRATO 37/2019

Publicação Nº 2217102

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO GUATAMBU	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	37/2019
Contratante.:	MUNICÍPIO DE GUATAMBU
Contratado.:	WAGNER SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO LTDA
Objeto :	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SHOW ARTÍSTICO TEMÁTICO PARA ATENDER AO PÚBLICO INFANTIL DAS ATIVIDADES EM COMEMORAÇÃO A SEMANA DO MUNICÍPIO.
Valor:	R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais).
Vigência....:	Início: 01/11/2019 Término: 30/12/2020.
Licitação....:	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2019
Guatambu/SC, 06/11/2019.	
SILVESTRE FAVARO	
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO	

Herval d'Oeste

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO ANA LAURA DA ROSA ZANINI

Publicação Nº 2216198

CONVOCAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D´OESTE/SC, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Convocar ANA LAURA DA ROSA ZANINI, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº 085.368.789-75, aprovada em 9º (nono) lugar no Processo Seletivo nº 001/2019/SMS/HO, homologado 20 de março de 2019, na função de ENFERMEIRO, 40 horas semanais, para atuar junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Art 2º - O convocado terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da ciência do ato, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito à rua Nereu Ramos, nº 389, Centro - Herval d´Oeste a fim de manifestar-se sobre a vaga e, para apresentar a relação de documentos necessários a contratação.

Art. 3º - A contratação dos aprovados, ora convocadas, realizar-se-á medida que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos.

Herval d´Oeste/SC, 04 de Novembro de 2019.

Américo Lorini
Prefeito

Ciente em /...../
ANA LAURA DA ROSA ZANINI

LEI Nº 3374/2019

Publicação Nº 2217159

LEI Nº 3374/2019.

“RECONHECE E APROVA A CELEBRAÇÃO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO ENTRE O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE HERVAL D´OESTE-SC-PREVI E A PESSOA QUE NOMINA.”

AMÉRICO LORINI, Prefeito de Herval d´Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica reconhecido e aprovado o Compromisso de Estágio não Remunerado, firmado entre a senhorita Tânia de Oliveira, brasileira, solteira, advogada, residente e domiciliada na Rua Roberto Trampowsky, nº 553, apartamento 601, na cidade de Joaçaba-SC e o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Herval d´Oeste-SC- IPREVI, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 07.733.382/0001-01, com sede na Rua Nereu Ramos nº 389, centro, na cidade de Herval d´Oeste-SC.

Art. 2º O estágio a ser prestado pela senhorita Tânia de Oliveira é de forma gratuita, sem qualquer vínculo empregatício e civil com o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Herval d´Oeste-SC- IPREVI, sendo que referida profissional prestará o estágio na área específica de assistência jurídica na área previdenciária, sendo o estágio não remunerado.

Art. 3º As obrigações entre as partes, estão elencadas no Compromisso de Estágio Curricular Obrigatório, que fica fazendo parte integrante da presente lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 05 de novembro de 2019.

AMÉRICO LORINI
Prefeito

LEI Nº 3376/2019

“Abre Crédito Adicional Suplementar”

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste,
Faço saber a todos habitantes do Município de Herval
d'Oeste, Estado de Santa Catarina, que a Câmara de
Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

Lei

Art. 1º - Fica o chefe do poder executivo autorizado a anular parcialmente no valor R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais), as contas do Orçamento Vigente com a seguinte classificação:

1400	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				
1401	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				
1401.082440042-2097	Prover a Concessao dos benefícios eventuais, conforme definição do Conselho Municipal de Assisitencia				
33900000	024	153	Outras Despesas Correntes	R\$	15.0000,00
Total do Crédito Adicional Suplementar					15.000,00

Art. 2º - Com os recursos advindos das anulações de que trata o art. 1º ficam suplementadas no valor R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais) as contas do Orçamento Vigente com as seguintes classificações:

1400	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				
1401	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				
1401.082440052-2102	Manutenção, encargos e atividades Serviços de Proteção Social Especial de Média e Complexidade				
33900000	041	153	Outras Despesas Correntes	R\$	15.0000,00
Total do Crédito Adicional Suplementar					15.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste.SC, 05 de novembro de 2019.

AMÉRICO LORINI
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 3377/2019

Publicação Nº 2217182

LEI Nº 3377 /2019

"Abre Crédito Adicional Suplementar"

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste,

Faço saber a todos habitantes do Município de Herval d' Oeste, Estado de Santa Catarina, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

Lei

Art. 1º - Fica o chefe do poder executivo autorizado a anular parcialmente no valor R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais), as contas do Orçamento Vigente com a seguinte classificação:

1400	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				
1401	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				
1401.082440043-1067				Aquisição, construção e/ou reforma de espaço físico destinados aos serviços de Proteção Social Básica	
44900000	031	153	Investimentos	R\$	20.000,00
1401.082440052-1068				Atendimento especializado a famílias e indivíduos em situação e/ou violação de direitos	
44900000	037	153	Investimentos	R\$	10.000,00
1401.082440042-2094				Qualificação e aperfeiçoamento dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social	
33900000	019	153	Outras Despesas Correntes	R\$	10.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar	40.000,00
--	-----------

Art. 2º - Com os recursos advindos das anulações de que trata o art. 1º ficam suplementadas no valor R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais) as contas do Orçamento Vigente com as seguintes classificações:

1400	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				
1401	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				
1401.082440043-1066				Aquisição de equipamentos e material permanente para os serviços de Proteção Social Básica	
44900000	029	153	Investimentos	R\$	30.000,00
1401.082440052-1068				Atendimento especializado a famílias e indivíduos em situação e/ou violação de direitos	
44900000	037	153	Investimentos	R\$	10.000,00
1401.082440043-2100				Manutenção, encargos e atividades dos Serviços de Proteção Social Básica	
33900000	033	153	Outras Despesas Correntes	R\$	10.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar	40.000,00
--	-----------

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d' Oeste.SC, 05 de novembro de 2019.

AMÉRICO LORINI

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 1552/2019

Publicação Nº 2217022

PORTARIA Nº 1552/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO, conforme requerimento, e DECLARAR a vacância do cargo ocupado pela servidora FRANCIELI CAROLINE DRI TOSATTI (MATRÍCULA 3070), a qual exercia as funções inerentes ao cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS DE SAÚDE, Nível - 8, Referência - B, 40 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, a partir de 05 de novembro de 2019, de conformidade com o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 281/2011. Sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 05 de novembro de 2019.

Américo Lorini

Prefeito

PORTARIA Nº 1553/2019

Publicação Nº 2217024

PORTARIA Nº 1553/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO, conforme requerimento, e DECLARAR a vacância do cargo ocupado pela servidora VANUZA DE OLIVEIRA (MATRÍCULA 2568), a qual exercia as funções inerentes ao cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, Nível - 6, Referência - D, 40 horas semanais, anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, a partir de 05 de novembro de 2019, de conformidade com o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 281/2011. Sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 05 de novembro de 2019.

Américo Lorini

Prefeito

PORTARIA Nº 1554/2019

Publicação Nº 2217029

PORTARIA Nº 1554/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

RETIFICAR o percentual de Incorporação de Adicional de Insalubridade, do percentual de 10,17%, para o percentual de 14,00% sobre o menor vencimento pago pelo Município para cargo de provimento efetivo, referente ao período aquisitivo compreendido entre Abril de 2002 a Março de 2009, concedido à Servidora REMECILDA TERESINHA DOS SANTOS (MATRÍCULA 50), ocupante do cargo de provimento efetivo de SERVENTE (cargo em extinção), 40 horas semanais, conforme dispõe as Leis Complementares nº 006/1994, nº 191/2005 e nº 197/2006, através da Portaria nº 304/2010, que ora fica alterada.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 05 de Novembro de 2019.

Américo Lorini

Prefeito

PORTARIA Nº 1555/2019

Publicação Nº 2217031

PORTARIA Nº 1555/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

INCORPORAR o Adicional por Tempo de Serviço, à servidora REMECILDA TERESINHA DOS SANTOS (MATRÍCULA 50), ocupante do cargo de provimento efetivo de SERVENTE (cargo em extinção), 40 horas semanais, nos termos do artigo 90, e seus parágrafos e conforme o previsto no anexo II da Lei Complementar nº 281/2011; referente ao período aquisitivo compreendido entre outubro de 2015 e outubro de 2019, num percentual acumulado de 20% (vinte por cento) sobre o salário base.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 05 de novembro de 2019.

Américo Lorini

Prefeito

PORTARIA Nº 1556/2019

Publicação Nº 2217228

PORTARIA Nº 1556/2019

AMÉRICO LORINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE,

AVERBAR O TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO, da servidora REMECILDA TEREZINHA DOS SANTOS (MATRÍCULA 50), ocupante do cargo de provimento efetivo de SERVENTE (CARGO EM EXTINÇÃO), do quadro geral de pessoal do poder executivo municipal, conforme Certidão nº 20022040.1.00043/16-0 de 09 de junho de 2016, expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS que certificou o tempo de contribuição de 11 meses; ao tempo de contribuição de 29 anos, 1 mês e 06 dias conforme Certidão nº 235 de 06 de novembro 2019, expedida pela Prefeitura de Herval d'Oeste e homologada pelo Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Herval d'Oeste – IPREVI-HO; perfazendo para fins de Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição – Comum, um cômputo geral de 30 anos e 01 dia de tempo de contribuição.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 06 de novembro de 2019.

AMÉRICO LORINI
Prefeito

PORTARIA Nº 1557/2019

Publicação Nº 2217229

PORTARIA Nº 1557/2019

AMÉRICO LORINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – COMUM, à servidora pública municipal REMECILDA TEREZINHA DOS SANTOS (MATRÍCULA 50) e DECLARAR a vacância do cargo ocupado, a qual exercia as funções inerentes ao cargo de provimento efetivo de SERVENTE (CARGO EM EXTINÇÃO), 40 horas semanais, com fundamento nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e nos termos da Lei Complementar nº 179/2005, a partir de 06 de novembro de 2019.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 06 de novembro de 2019.

AMÉRICO LORINI
Prefeito

TERMO DE DESISTÊNCIA ANA LAURA DA ROSA ZANINI

Publicação Nº 2216227

PEDIDO DE DESISTÊNCIA

Eu, ANA LAURA DA ROSA ZANINI, brasileira, inscrita no CPF nº 085.368.789-75 aprovada em 1º (nono) lugar no Processo Seletivo nº 001/2019/SMS-HO, com homologação final publicada em 20 de março de 2019, para a função de ENFERMEIRO, 40 horas semanais, vem mui respeitosamente perante a Vossa Excelência, requerer a DESISTÊNCIA da vaga, por motivos particulares e em caráter irrevogável.

Herval d'Oeste, 04 de Novembro de 2019.

ANA LAURA DA ROSA ZANINI

Ibiam

PREFEITURA

DECRETO Nº 3339 2019

Publicação Nº 2216737

DECRETO Nº 3339, DE 25 DE OUTUBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE O RECEBIMENTO DE BEM MÓVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiam/SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.88, inciso II e art. 27 Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o disposto no Prejulgado nº 1566 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina: "Desde que a legislação municipal não vede, é admissível ao Município o recebimento de bens através de doação, todavia, deve o mesmo proceder à análise da conveniência, considerando-se a relação custo/benefício do bem doado. Caso não haja disciplina na lei orgânica ou em legislação municipal, nada impede que a aceitação da doação, ainda que com encargo, seja efetivada através de ato do Chefe do Poder Executivo",

CONSIDERANDO que a Administração Pública, para receber bens imóveis por doação, não necessita de lei autorizadora, salvo se com encargo. (Diógenes Gasparini, Direito Administrativo, 9 ed., São Paulo, Saraiva, 2004),

CONSIDERANDO que no presente caso, trata-se de doação pura e simples sem encargos de bem móvel pela Secretaria de Estado da Administração - Diretoria de Gestão Patrimonial – Gerência de Bens Móveis ao Município de Ibiam.

DECRETA:

Art. 1º - Receber em doação, pura e simples e sem encargo, bem móvel caracterizado por um veículo de placa MKW6236 Marca/Ano/Modelo Iveco/Cityclass/70C172012/2013, 29p/170CV , Renavan 492496854, Chassi 93ZL68CO1D8442795 – ÔNIBUS ESCOLAR.

Art. 2º - O bem foi avaliado por comissão especialmente designada pelo valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

Art. 3º - A partir da publicação do presente Decreto fica o Poder Executivo autorizado, em nome do Município de Ibiam/SC, a efetuar o registro do bem no Patrimônio do Município.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibiam/SC, em 25 de Outubro de 2019.

IVANIR ZANIN

PREFEITO MUNICIPAL

Publicação e registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia

___/___/___, Edição nº _____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal , Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

SECRETÁRIO MUNICIPAL ADM. E FAZENDA

Ibicaré

PREFEITURA

CREDENCIAMENTO 04-2019 SERVIÇO DE FISIOTERAPIA

Publicação Nº 2217489

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IBICARÉ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EDITAL DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6/2019FMS
EDITAL CREDENCIAMENTO Nº 4/2019 FMS

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBICARÉ (SC), representada neste ato pela Secretária, MARLENE ALBERGUINI, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ nº 11.408.074/0001-88 torna público para conhecimento dos interessados que, de acordo com o disposto no art. 25 da Lei 8.666/93, bem como, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, se encontra aberto o CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS PARA A REALIZAÇÃO DE SESSÃO DE FISIOTERAPIA.

Os interessados devem solicitar o seu credenciamento no Setor de Compras e Licitações, na Rua Dom Pedro II, 133, centro, Ibicaré, SC, em dias úteis, no horário das 7h30min às 11h30min e das 13:30 às 17:30 horas, observando as condições e exigências mínimas para a prestação do serviço, as condições de pagamento e a tabela de preços que remunerará os serviços prestados, e demais requisitos fixados no presente regulamento.

A Secretaria Municipal de Saúde de Ibicaré credenciará todos os interessados que preencherem as condições e exigências mínimas do presente regulamento, sendo que inexistirá possibilidade de discussão entre as partes acerca das cláusulas contratuais.

Objeto: CREDENCIAMENTO de profissionais especializados para a realização de sessão de Fisioterapia, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Ibicaré, SC.

OBTENÇÃO DO EDITAL: Edital completo no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal através do E-mail: licitacao@ibicare.sc.gov.br, site: www.ibicare.sc.gov.br, FONE : 049-3538-0222.

Ibicaré – SC, 05 de outubro de 2019
Marlene Alberguini
Gestor

Ibirama

PREFEITURA

LEI Nº 3.402, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019. - AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A APLICAR INCENTIVO FINANCEIRO CONCEDIDO PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE ATRAVÉS DO PROGRAMA NACIONAL DE MELHORIA DO ACESSO E DA QUALIDADE DA ATENÇÃO BÁSICA – PMAQ-AB, DESTINADO ÀS EQUIPES DA ATENÇÃO BÁSICA, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE IBI

Publicação Nº 2217627

LEI Nº 3.402, de 05 de novembro de 2019.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A APLICAR INCENTIVO FINANCEIRO CONCEDIDO PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE ATRAVÉS DO PROGRAMA NACIONAL DE MELHORIA DO ACESSO E DA QUALIDADE DA ATENÇÃO BÁSICA – PMAQ-AB, DESTINADO ÀS EQUIPES DA ATENÇÃO BÁSICA, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE IBIRAMA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a aplicar os recursos do incentivo Financeiro do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica – PMAQ-AB, instituído pelo Ministério da Saúde através da Portaria nº 1.654 de 19 de julho de 2011, destinado para as Equipes da Atenção Básica do Município de Ibirama (SC), na forma de incentivo, de acordo com a classificação de desempenho certificada nos termos da Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

Art. 2º O incentivo será pago semestralmente aos servidores com recursos do Incentivo Financeiro do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica - PMAQ-AB, efetivamente creditado fundo a fundo pelo Ministério da Saúde, denominado Componente de Qualidade do Piso de Atenção Básica Variável, instituído pela Portaria nº 1.654, de 19 de julho de 2011, definido através da Portaria nº 1.089, de 28 de maio de 2012, ambas do Ministério da Saúde.

§ Único. Os pagamentos ocorrerão nos meses de janeiro e julho de cada exercício.

Art. 3º O incentivo objeto desta Lei será repassado na seguinte forma:

I – 40 (quarenta) por cento do valor do repasse financeiro será aplicado a título de Incentivo PMAQ-AB para os servidores lotados nas Equipes Básicas de Saúde – EBS, que fazem parte da Estratégia Saúde da Família – ESF/ESB/NASF/Serviços Especializados de Apoio, na forma de incentivo do SUS, que se dará nos termos desta Lei, sempre que se atingirem as metas previstas no § 2º do art. 8º da Portaria nº 1.654/2011 e Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017 e;

II - 60 (sessenta) por cento do valor do repasse, deverá ser utilizado de acordo com a Legislação vigente para a atenção básica.

Art. 4º O valor correspondente a 40 (quarenta) por cento do incentivo mensal, será dividido em partes proporcionais entre os servidores lotados nas Equipes da Atenção Básica/Equipes Saúde da Família/Equipes de Saúde Bucal/NASF/Serviços Especializados de Apoio, de acordo com o Anexo Único desta Lei.

§ 1º O servidor fará jus ao incentivo do PMAQ-AB no ato da nomeação ou designação para trabalhar nas Equipes da Atenção Básica/Equipes Saúde da Família/Equipes de Saúde Bucal/NASF/Serviços Especializados de Apoio.

§ 2º Em caso de exoneração, rescisão ou afastamento do serviço em qualquer circunstância, o servidor não fará jus ao incentivo PMAQ-AB.

Art. 5º O incentivo PMAQ-AB fica distribuído aos servidores em partes percentuais, na proporção caracterizadas pelos níveis I, II, III, IV e V, conforme tabela do Anexo Único:

I- 39 (trinta e nove) por cento do valor apurado será distribuído de forma igualitária entre os servidores das categorias/cargos constantes no Nível I do Anexo Único;

II- 32 (trinta e dois) por cento do valor apurado será distribuído de forma igualitária entre os servidores das categorias/cargos constantes no Nível II do Anexo Único;

III- 20 (vinte) por cento do valor apurado será distribuído de forma igualitária entre os servidores das categorias/cargos constantes no Nível III do Anexo Único;

IV- 05 (cinco) por cento do valor apurado serão distribuídos de forma igualitária entre os servidores das categorias/cargos constantes no Nível IV do Anexo Único;

V- 04 (quatro) por cento do valor apurado será distribuído de forma igualitária entre os servidores das categorias/cargos constantes no Nível V do Anexo Único.

§ Único. Em caso de implantação e contratação de nova Equipe Saúde da Família ou do aumento do número de servidores na Equipe conforme autorização do Governo Federal, os valores percentuais para repasse aos servidores municipais permanecem inalterados, conforme tabela do Anexo Único, sendo os novos integrantes participantes do incentivo até a nova fase de contratualização e avaliação de equipes junto ao Ministério da Saúde.

Art. 6º O incentivo – PMAQ-AB não será concedido aos servidores em efetivo exercício nas Equipes de Saúde/Saúde da Família/Saúde Bucal/NASF/ Serviços Especializados de Apoio, quando se encontrar em:

I – licença para tratamento de saúde, superior a 15 (quinze) dias úteis;
 II – licença por acidente de trabalho, superior a 15 (quinze) dias no mês;
 III – licença por motivo de doença em pessoa da família acima de 15 (quinze) dias no mês;
 IV – faltas injustificadas;
 V – afastamento com ou sem ônus, para outro órgão ou entidade da administração direta, autarquias e fundações a nível municipal, estadual ou federal;
 VI – licença-prêmio;
 VII – afastamento para atividade política.

§ Único. No que se refere ao caput desse artigo, fica suspenso o incentivo referente ao período do afastamento.

Art. 7º O incentivo PMAQ-AB constitui-se em uma parcela autônoma, não incorporável ao patrimônio remuneratório do servidor para quaisquer efeitos legais, inclusive férias e gratificação natalina, calculado de acordo com a carga horária prevista no contrato de trabalho.

Art. 8º A Comissão de acompanhamento das equipes do PMAQ-AB, será nomeada através de decreto, e será composta por 08 (oito) servidores, sendo 04 (quatro) indicados pelo Poder Executivo e 04 (quatro) representantes das equipes, sendo 01 (um) de cada ESF.

§ Único. Os membros da Comissão previstos neste caput, terão as seguintes atribuições:

I - atuar com contribuição, fomento e acolhimento junto às equipes das Unidades Básicas de Saúde e NASF no processo de gestão do PMAQ-AB, para a qualificação dos indicadores PMAQ-AB;
 II - representar as equipes das Unidades Básicas de Saúde e NASF, na gestão e elaboração de ações do PMAQ-AB no município de Ibirama;
 III - realizar reuniões com os coordenadores, profissionais das equipes, e gestores da Secretaria Municipal de Saúde para divulgação e avaliação do processo de trabalho e divulgação dos resultados;
 IV - acompanhar e monitorar o cumprimento das metas firmados pelas equipes de Atenção Básica e pelo Município de Ibirama junto ao PMAQ-AB;
 V - acompanhar e monitorar a aplicação dos recursos financeiros advindos do Programa em ações que promovam a qualificação da Atenção Básica, inclusive na infraestrutura das Unidades;
 VI - apresentar nas reuniões da Comissão ao grupo gestor as indicações que forem surgindo das equipes das unidades básicas de saúde, referentes ao desempenho do PMAQ-AB;
 VII - estimular o compartilhamento de experiências entre as equipes, para divulgar tecnologias e conhecimentos voltados ao PMAQ-AB.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Ibirama, 05 de novembro de 2019.

ADRIANO POFFO
 Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO
 Secretário de Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO

Nível/Percentual	Categorias/Cargos
Nível I 39 (trinta e nove) por cento	Enfermeiro, Médico ESF - Estratégia Saúde da Família e Odontólogo - Saúde Bucal
Nível II 32(trinta e dois) por cento	Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem, Agente de Combate as Endemias e Auxiliar Odontológico.
Nível III 20 (vinte) por cento	Agente Administrativo, Auxiliar Administrativo, Agente Comunitário de Saúde, Auxiliar de Serviços Gerais, Servente/Merendeira, Telefonista, Operador de Veículos, Operador de Maquinas, Motoristas e Vigia.
Nível IV 05 (cinco) por cento	Assistente Social, Psicólogo, Farmacêutico, Nutricionista, Fonoaudiólogo e Fisioterapeuta, que atuam no NASF.
Nível V 04 (quatro) por cento	Assistente Social, Psicólogo, Farmacêutico, Nutricionista, Médico Pediatra, Médico Ginecologista, Fonoaudiólogo e Fisioterapeuta que atuam como Serviços Especializados de Apoio.

*Memória de Cálculo: $[(VRMS \times 40\% \times PPN) / HTPN \times HMPS + SS] = VTS$

- VRMS: Valor repasse do PMAQ-AB pelo Ministério da Saúde;
 - 40%: Percentual previsto no Art. 3º;
 - PPN: Percentual previsto no Nível do Anexo Único;
 - HTPN: Hora total pertencente ao Nível do Anexo Único;
 - MHPS: Hora mensal por servidor;
 - SS: Soma semestral
 - V T S: Valor total semestral

Ilhota

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO TP 014-2019 - AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL VOVÔ JUCA - CORRIGIDO

Publicação Nº 2217281

PROCESSO Nº 509/2019 TOMADA DE PREÇOS Nº 014/2019 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TIPO	MENOR PREÇO - GLOBAL
OBJETO	REFERENTE A AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL VOVÔ JUCA, LOCALIZADA NA RUA LEOBERTO LEAL, Nº 272, CENTRO DO MUNICÍPIO DE ILHOTA/SC, conforme projetos básicos e anexos do edital.
ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 21/11/2019 às 09h00min, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.	
ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 21/11/2019 às 09h30min, após o credenciamento dos representantes.	
REGIMENTO: Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006.	
MAIORES INFORMAÇÕES: O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site www.ilhota.sc.gov.br e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: licitacao3@ilhota.sc.gov.br - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 826. Horário de Expediente da Prefeitura: Das 08 às 12:00 das 13:00 às 17:00	

ERICO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL
Ilhota, 04 de novembro de 2019.

DECRETO 486

Publicação Nº 2216724

DECRETO Nº 486 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

“Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizado pelo artigo 17º, inciso I, da Lei Municipal 1.931 de 05/12/2018 (LOA) e dá outras providências”.

O Prefeito do Município de Ilhota, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 72, IV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 99.940,00 (Noventa e nove mil, novecentos e quarenta reais) destinados a suplementar a dotação abaixo descrita, pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 12 – Fundo Municipal de Saúde de Ilhota
Unidade Orçamentária: 003- Departamento de Vigilância Epidemiológica
Funcional-programática: 10.305.0047
Atividade: 2.060 – Manutenção do Programa de Vigilância Epidemiológica
Modalidade de Aplicação/Dotação: 4.4.90.00.00/26300
Fonte de Recurso: 38 – Transferências do Sistema Único de Saúde
Valor: R\$ 99.940,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com recurso proveniente do excesso de arrecadação verificado no corrente exercício, na mesma importância, observada a destinação por fonte de recurso - DFR.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ilhota (SC), 05 de Novembro de 2019.
Erico de Oliveira
Prefeito Municipal de Ilhota

DECRETO 487

Publicação Nº 2217400

DECRETO Nº 487 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

“Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizado pelo artigo 17º, inciso I, da Lei Municipal 1.931 de 05/12/2018 (LOA) e dá outras providências”.

O Prefeito do Município de Ilhota, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 72, IV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 199.800,00 (Cento e noventa e nove mil e oitocentos reais) destinados a suplementar a dotação abaixo descrita, pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 12 – Fundo Municipal de Saúde de Ilhota

Unidade Orçamentária: 001- Departamento Municipal de Saúde de Ilhota

Funcional-programática: 10.301.0047

Atividade: 2.050 – Manutenção da Atenção Básica - PAB

Modalidade de Aplicação/Dotação: 4.4.90.00.00/254

Fonte de Recurso: 1074 – Atenção Básica - PAB

Valor: R\$ 199.800,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com recurso proveniente do excesso de arrecadação verificado no corrente exercício, na mesma importância, observada a destinação por fonte de recurso - DFR.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ilhota (SC), 05 de Novembro de 2019.

Erico de Oliveira

Prefeito Municipal de Ilhota

EXTRATO DE CONTRATO 063 IX 26 - 2019 - FME - CREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA - ROMA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA

Publicação Nº 2217380

Extrato de Contrato nº 063/2019

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Prefeitura Municipal de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Credenciamento: 011/2019 - CIMVI

Processo: 511/2019-FME

Inexigibilidade nº 026/2019-FME

Objeto: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE PRESTADORES DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, AGRIMENSURA, ARQUITETURA, GEOLOGIA e SON-DAGEM.

Fornecedor: ROMA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA

Assinatura do Contrato: 04/11/2019

Valor Global: R\$ 23.232,00 (vinte e três mil e duzentos e trinta e dois reais).

Vigência: 12 Meses.

ERICO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Imarui

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 005/2019

Publicação Nº 2216714

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 005/2019

O Município de Imaruí/SC torna público aos interessados que se encontra aberto o Pregão Presencial – Registro de Preço, para eventual aquisição de material ambulatorial para as necessidades dos ESF e CSA do município de Imaruí. Entrega dos envelopes: até às 08h45min do dia 20/11/2019 no Setor de Protocolo. Sessão Pública para abertura dos envelopes: às 09h do dia 20/11/2019 no Setor de Licitação. Local: Rua José Inácio da Rocha, 109 – Centro – Imaruí/SC. O edital ficará à disposição de 2ª a 6ª feira das 07h às 13h no setor de licitação, no e-mail licitacao@imarui.sc.gov.br e no site www.imarui.sc.gov.br. Informações no fone 48 3643-0213.

Imaruí, 05 de novembro de 2019.

André Poluceno Viana

Secretário Municipal de Saúde

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº 019/2019

Publicação Nº 2216711

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº 019/2019

O Município de Imaruí/SC torna público aos interessados que se encontra aberto o Pregão Presencial – Registro de Preço, para eventual prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nas máquinas, tratores, implementos agrícolas, veículos leves, médios e pesados, que compõem a frota municipal, incluindo o fornecimento de peças genuínas, acessórios e mão de obra, para atender as necessidades das secretarias do município de Imaruí. Entrega dos envelopes: até às 08h45min do dia 21/11/2019 no Setor de Protocolo. Sessão Pública para abertura dos envelopes: às 09h do dia 21/11/2019 no Setor de Licitação. Local: Rua José Inácio da Rocha, 109 – Centro – Imaruí/SC. O edital ficará à disposição de 2ª a 6ª feira das 07h às 13h no setor de licitação, no e-mail licitacao@imarui.sc.gov.br e no site www.imarui.sc.gov.br. Informações no fone 48 3643-0213.

Imaruí, 05 de novembro de 2019.

Rui José Candemil Júnior

Prefeito de Imaruí

Imbituba

PREFEITURA

DECRETO PMI Nº 194, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2217613

DECRETO PMI Nº 194, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria-Executiva do Gabinete do Prefeito – SEGAB e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 39, da Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria – Executiva do Gabinete do Prefeito – SEGAB, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria-Executiva do Gabinete do Prefeito – SEGAB compete prestar assistência e assessoramento ao Chefe do Poder Executivo no desempenho das atividades relacionadas com:

I – administração geral do Gabinete do Prefeito;

II – assistência direta e imediata nos serviços de secretaria particular e institucional do Prefeito;

III – articulação política com a população e com outras esferas de poder;

IV – executar as atividades de assessoramento legislativo, acompanhando a tramitação, na Câmara, de projetos de interesse do Executivo, e manter contato com lideranças políticas, comunitárias e parlamentares do Município;

V – assessorar a Administração Municipal na interlocução com a União, o Estado e outros Municípios;

VI – transmissão e controle das orientações e instruções emanadas do Prefeito;

VII – expedição e publicação dos atos editados pelo Prefeito;

VIII – comunicação com as Secretarias, órgãos e entidades municipais;

IX – organização de cerimonial de eventos;

X – organização da agenda do Prefeito;

XI – representação, atendimento e articulação política e social;

XII – serviços de publicidade, comunicação social, de relações públicas e de campanhas institucionais;

XIII – coordenação de assuntos afins ou interdependentes que interessem a mais de um órgão da Administração Municipal;

XIV – contratação e interlocução com o órgão oficial do Município, responsável pela divulgação e publicação dos atos oficiais;

XV – edição e controle de atos normativos de cunho geral, com a respectiva publicidade legal.

Parágrafo único. Cabe a(o) titular da Secretaria-Executiva do Gabinete do Prefeito exercer as atribuições atinentes à competência estabelecida no caput, pelas disposições normativas atinentes às atividades do órgão, bem como aquelas estabelecidas direta ou indiretamente pela legislação vigente ou determinadas por delegação ou subdelegação de competência.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria- Executiva do Gabinete do Prefeito, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário(a)-Executivo(a):

a) Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

1. Departamento de Relações Institucionais

2. Diretoria de Coordenação-Geral do Orçamento Participativo

3. Superintendência de Comunicação Social

4. Gerência de Projetos e Fiscalização

III – órgão colegiado:

a) Conselho Municipal da Medalha Henrique Lage.

Art. 4º O(a) titular da Secretaria-Executiva do Gabinete do Prefeito deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria-Executiva do Gabinete do Prefeito para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria-Executiva, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores, assistentes e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III

DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria-Executiva do Gabinete do Prefeito ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

NOMINATA E REMUNERAÇÃO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a)-Executivo(a)	Secretaria Executiva	1	Remuneração	2.500,00
Superintendente	Superintendência	2	Remuneração	3.700,00
Diretor(a)	Diretoria	1	Remuneração	1.900,00
Assessor(a) Especial	Assessoria	1	Remuneração	1.900,00
Assessor(a) de Comunicação	Assessoria	1	Remuneração	1.600,00
Chefe de Departamento	Departamento	1	Remuneração	1.300,00

II – Funções de Representação:

NOMINATA E VALOR DA FUNÇÃO DE REPRESENTAÇÃO – FR

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Assessor(a) de Gabinete	Gratificação	2.200,00
Secretário(a) Executivo(a)	Gratificação	1.250,00
Diretor(a)	Gratificação	950,00
Assessor(a) Especial	Gratificação	950,00
Assessor(a) de Comunicação	Gratificação	800,00
Chefe de Departamento	Gratificação	650,00

III – Funções Gratificadas:

NOMINATA E VALOR DA FUNÇÃO GRATIFICADA – FG

DENOMINAÇÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
		FORMA	VALOR (R\$)
Gerente	1	Gratificação	800,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constantes deste Decreto, estão definidas na Lei Complementar nº 4.800/2017 e seus Anexos, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno da Secretaria-Executiva do Gabinete do Prefeito.

Art. 6º Revoga-se o Decreto PMI nº 152, de 16 de setembro de 2019, ressaltando-se, todavia, os atos de nomeação/designação para órgãos cujas denominações se conservarem neste ato, os quais ficam convalidados.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 05 de novembro de 2019.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini

Administrador

DECRETO PMI Nº 195, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2217614

DECRETO PMI Nº 195, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento – SEINFRA e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 39, da Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento – SEINFRA, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento – SEINFRA compete:

I – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de infraestrutura urbana, especialmente:

- a) execução e manutenção da infraestrutura urbana, das praças, parques, jardins e canteiros;
- b) conservação e recuperação dos prédios, vias e logradouros públicos municipais;
- c) controle, manutenção e recuperação da frota de veículos municipais;
- d) gestão, controle e fiscalização dos serviços de transporte público, funerários e de iluminação pública;
- e) gerir o consumo de energia elétrica nos prédios municipais e da iluminação pública das vias e logradouros públicos;
- f) planejar, operacionalizar e executar a política de obras públicas no Município;
- g) elaborar os orçamentos de obras públicas;
- h) executar e fiscalizar a execução de obras públicas no Município, por administração direta ou indireta, abrangendo a manutenção e pavimentação de vias públicas, construção civil e obras de artes especiais;
- i) elaborar e gerenciar os cronogramas de projetos de obras públicas;
- j) buscar parcerias com o governo do Estado ou Federal, para execução, fiscalização e gerenciamento de obras de interesse municipal;
- k) promover constantemente a modernização técnica por meio de estudos para a melhoria dos serviços oferecidos pela Secretaria;
- l) realizar serviços de topografia para a execução de obras públicas;
- m) desenvolver ações integradas com outras Secretarias Municipais;

II – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de mobilidade urbana, especialmente:

- a) planejar, executar e avaliar a política de mobilidade urbana, bem como promover a regulamentação dos serviços de transporte urbano;
- b) prestar, direta, indiretamente ou por gestão associada, os serviços de transporte público coletivo urbano, que têm caráter essencial;
- c) capacitar pessoas e desenvolver as instituições vinculadas à política de mobilidade urbana do Município;
- d) planejar e coordenar os diferentes modos e serviços, observados os princípios e diretrizes da legislação vigente;
- e) avaliar e fiscalizar os serviços e monitorar desempenhos, garantindo a consecução das metas de universalização e de qualidade;
- f) implantar a política tarifária;
- g) dispor sobre itinerários, frequências e padrão de qualidade dos serviços;
- h) estimular a eficácia e a eficiência dos serviços de transporte público coletivo;
- i) garantir os direitos e observar as responsabilidades dos usuários;
- j) fiscalizar os serviços públicos relacionados à mobilidade urbana;
- k) combater o transporte ilegal de passageiros;
- l) editar os atos de outorga dos serviços autorizados ou permitidos, bem como conceder Licenças para Trafegar, na forma da legislação vigente;
- m) desenvolver as atividades relacionadas ao trânsito, na forma da legislação vigente;

III – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de saneamento, especialmente:

- a) coordenação da execução da política municipal de saneamento;
 - b) elaboração de projetos e prospecção de projetos, programas, convênios e ações junto a organismos públicos ou privados voltados ao saneamento;
 - c) gestão dos serviços de saneamento: resíduos sólidos e líquidos, abastecimento d'água, drenagem e limpeza urbana;
 - d) zelar pela aplicação do plano municipal de saneamento.
 - e) coordenar e executar os serviços de limpeza pública, coleta e destinação de resíduos sólidos;
 - f) requisitar aos órgãos competentes a fiscalização relativa à manutenção e limpeza de terrenos baldios ou ocupados;
 - g) gerenciar a usina de triagem de resíduos sólidos;
 - h) gerir os serviços de água e esgoto nos prédios municipais;
- IV – exercer o controle orçamentário no âmbito da Secretaria;
- V – executar atividades administrativas no âmbito da Secretaria;
- VI – efetuar o planejamento das atividades anuais e plurianuais, no âmbito da Secretaria;
- VII – zelar pelo patrimônio alocado na Secretaria, comunicando o órgão responsável sobre eventuais alterações;
- VIII – decidir sobre processos administrativos e solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência, na forma dos artigos 48 e 49 da Lei nº 3.442, de 22 de janeiro de 2009;
- IX – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário(a):

a) Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

a) Superintendência de Infraestrutura e Serviços Públicos:

1. Diretoria de Serviços Públicos

1.1. Gerência de Execução de Obras Públicas

1.1.1. Coordenadoria de Execução de Vias

1.2. Coordenadoria de Iluminação Pública e Eficiência Energética

1.3. Gerência de Manutenção Viária

1.3.1. Coordenadoria de Operações Viárias

1.3.2. Coordenadoria de Transporte de Materiais

1.4. Departamento do Serviço Funerário Municipal

2. Diretoria de Manutenção Predial

3. Diretoria de Controle da Frota

- 3.1. Gerência de Operações de Máquinas Pesadas
- 3.2. Gerência de Controle Operacional de Frota
- 3.3. Unidade Gestora Organizacional de Serviços e Manutenção de Veículos
 - 3.3.1. Coordenadoria de Abastecimento da Frota
- b) Diretoria de Transporte e Mobilidade Urbana
 - 1. Coordenação de Transporte Público
 - 1.1. Supervisão de Fiscalização do Transporte Público
 - 1.2. Gerência da Balsa do Sambaqui
- c). Superintendência de Trânsito
 - 1. Departamento Administrativo
 - 1.2. Gerência de Análise de Trânsito
 - 1.3. Coordenadoria de Fiscalização de Trânsito
 - 1.3.1. Supervisão de Fiscalização de Trânsito
- d) Superintendência de Saneamento
 - 1. Coordenadoria de Água e Esgoto
 - 2. Coordenadoria de Drenagem Urbana
 - 3. Supervisão de Campo
- e) Superintendência de Resíduos Sólidos
- f) Gerência de Infraestrutura e Serviços Públicos – Norte
- g) Departamento de Gestão Administrativa e Operacional - Sul
- h) Superintendência de Desenvolvimento Regional – Oeste
 - 1. Departamento de Gestão Administrativa e Operacional Regional – Oeste
 - 1.1. Coordenadoria de Limpeza de Praças, Parques e Jardins.
- i) Superintendência de Limpeza Urbana e Serviços Públicos

III – órgão colegiado:

- a) Conselho Municipal de Trânsito e Transporte.

Art. 4º O titular da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria-Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores, assistentes e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III

DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

NOMINATA E REMUNERAÇÃO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Superintendente	Superintendência	6	Remuneração	3.700,00
Assessor(a) de Secretário(a)	Assessoria	2	Remuneração	2.200,00
Diretor(a)	Diretoria	4	Remuneração	1.900,00
Chefe de Departamento	Departamento	4	Remuneração	1.300,00
Assistente de Diretor	Assessoria	3	Remuneração	1.200,00
Assistente de Chefe de Departamento	Assessoria	4	Remuneração	1.000,00

II – Funções de Representação:

NOMINATA E VALOR DA FUNÇÃO DE REPRESENTAÇÃO – FR

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Superintendente	Gratificação	2.200,00
Assessor(a) de Secretário(a)	Gratificação	1.100,00
Diretor(a)	Gratificação	950,00
Assessor(a) Especial	Gratificação	950,00
Assistente de Diretor	Gratificação	600,00
Assistente de Chefe de Departamento	Gratificação	500,00

III – Funções Gratificadas:

NOMINATA E VALOR DA FUNÇÃO GRATIFICADA – FG

DENOMINAÇÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
		FORMA	VALOR (R\$)

Gestor(a) Organizacional	01		Gratificação	1.600,00
Gerente	08		Gratificação	800,00
Coordenador(a)	10		Gratificação	550,00
Supervisor(a)	3		Gratificação	250,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constantes deste Decreto, estão definidas na Lei Complementar nº 4.800/2017 e seus Anexos, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento.

Art. 6º Revoga-se o Decreto PMI Nº 177, de 16 de outubro de 2019, ressalvando-se, todavia, os atos de nomeação/designação para órgãos cujas denominações se conservarem neste ato, os quais ficam convalidados.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 05 de novembro de 2019.
Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito

Registre-se e Publique-se.
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini
Administrador

DECRETO PMI Nº 196, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2217615

DECRETO PMI Nº 196, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Administração – SEAD e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 39, da Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Administração – SEAD, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria Municipal de Administração compete desenvolver as atividades relacionadas com:

I – o planejamento operacional e a execução da política administrativa no que compreende prover os órgãos da administração direta de suporte administrativo nas áreas de recursos humanos, serviços gerais, organização e métodos, informática, tecnologia da informação, manutenção e suprimentos para o desenvolvimento das atividades;

II – manter as atividades da Secretaria objetivando o apoio e a orientação às demais áreas;

III – realizar ações de inspeção e orientações nos locais de trabalho sobre medidas preventivas e uso de equipamentos de proteção individual visando à prevenção de acidentes de trabalho;

IV – implantar a medicina preventiva com vistas à prevenção de doenças ocupacionais;

V – realizar concurso público, processo seletivo público e processo seletivo simplificado de acordo com as necessidades administrativas e condições legais;

VI – operacionalizar as atividades relativas à folha de pagamento, registro e cadastro dos servidores;

VII – proporcionar condições de desenvolvimento do corpo funcional com vistas à melhoria da qualidade do serviço público;

VIII – planejar e executar programas de treinamento, evolução funcional, produtividade e gerenciamento do quadro de vagas;

IX – gerir os planos de cargos, carreiras e salários dos servidores;

X – administrar e controlar o patrimônio mobiliário e imobiliário pertencentes ao Município;

XI – administrar e controlar os processos de compras, em conformidade com a legislação vigente;

XII – manter os serviços de recepção e informações ao público em geral no Paço Municipal;

XIII – administrar os serviços de telefonia, monitorando as ligações telefônicas, visando o aperfeiçoamento do serviço e a redução de custos;

XIV – efetuar estudos e análises técnicas para redesenhos de processos, com normatização de procedimentos e elaboração dos regimentos internos dos órgãos municipais, em colaboração com os mesmos;

XV – desenvolver estudos e análises técnicas voltadas à racionalização e celeridade das atividades, visando obter eficiência e eficácia na prestação dos serviços públicos;

XVI – efetuar o desenvolvimento e a manutenção de sistemas de informação;

XVII – licenciar e manter contratos de softwares e de sistemas de informação no âmbito da administração municipal;

XVIII – manter os equipamentos de informática e solicitar a aquisição de suprimentos no âmbito da administração municipal;

XIX – coordenar as atividades da Defesa Civil;

- XX – apoiar a Polícia Militar e a Polícia Civil nas ações de segurança, desenvolvidas no Município;
- XXI – decidir sobre processos administrativos e solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência, na forma dos artigos 48 e 49 da Lei nº 3.442, de 22 de janeiro de 2009.
- XXII – avaliar as contas de energia das unidades consumidoras municipais, cadastrar as unidades e encaminhar faturas para pagamento, a partir do controle realizado pela SEINFRA;
- XXIII – avaliar as faturas de água e esgoto das unidades consumidoras municipais, a partir do controle do órgão de saneamento;
- XXIV – gerenciar e manter os serviços de zeladoria, de reprografia, de protocolo, de vigilância, bem como a guarda e conservação de processos e documentos encaminhados ao Arquivo Público Municipal;
- XXV – gerir os serviços de segurança patrimonial da municipalidade, em cooperação com os demais órgãos municipais;
- XXVI – realizar a manutenção preventiva e de conservação das instalações do Paço Municipal Prefeito Nelson Souza, bem como adequar às instalações de acordo com as normas de acessibilidade, segurança e de medicina do trabalho;
- XXVII – dar suporte à Junta de Serviço Militar;
- XXVIII – desenvolver ações integradas com outros órgãos municipais;
- XXIX – exercer o controle orçamentário no âmbito da Secretaria;
- XXX – executar atividades administrativas no âmbito da Secretaria;
- XXXI – efetuar o planejamento das atividades anuais e plurianuais, no âmbito da Secretaria;
- XXXII – zelar pelo patrimônio alocado na unidade, comunicando o órgão responsável sobre eventuais alterações;
- XXXIII – integração do Plano de Governo aos Planos, Projetos, Ações da Administração Municipal e demais instrumentos de planejamento estratégico do governo;
- XXXIV – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Administração, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário(a):

a) Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

1. Gerência de Pessoal

1.1. Departamento de Controle de Estágio

1.1.1. Coordenadoria de Segurança e Saúde Ocupacional

1.2. Gerência de Atos de Pessoal

2. Departamento de Apoio Administrativo ao Gabinete

2.1 . Coordenadoria do Sistema de Telefonia

3. Departamento de Apoio Administrativo.

3.1. Gerência de Defesa Civil

3.2. Coordenadoria de Identificação Civil

3.3. Coordenadoria Executiva do Sistema de Protocolo-Central

4. Diretoria de Licitação e Atos Contratuais

4.1. Unidade Gestora Organizacional de Análise Procedimental

4.2. Departamento de Editais e Publicações

4.3. Departamento de Cadastro e Documentação

5. Gerência de Patrimônio e Arquivo Público Municipal

5.1. Coordenadoria de Controle e Fiscalização de Frota

5.2. Coordenadoria de Manutenção Predial

5.3. Coordenadoria de Organização e Manutenção do Arquivo Público Municipal

6. Diretoria de Suprimentos

6.1. Departamento de Expedição de Materiais

6.2. Departamento de Cotações

6.2.1. Gerência de Controle de Materiais

7. Departamento de Tecnologia da Informação

7.1. Gerência de Tecnologia da Informação

III – órgãos colegiados:

a) Conselho Municipal de Segurança Pública de Imbituba;

b) Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de Pessoal;

c) Comissão de Avaliação Especial de Desempenho; e

d) Comissão de Avaliação Periódica de Desempenho.

e) Conselho Diretor do FUNREBOM;

f) Coordenadoria Municipal de Defesa Civil.

Art. 4º O(a) titular da Secretaria Municipal de Administração deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria-Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Administração para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores, assistentes e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III
DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal de Administração ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Assessor(a) de Secretário(a)	Assessoria	1	Remuneração	2.200,00
Diretor(a)	Diretoria	2	Remuneração	1.900,00
Coordenador(a) Executivo(a)	Coordenação Executiva	1	Remuneração	1.600,00
Chefe de Departamento	Departamento	8	Remuneração	1.300,00
Assistente de Diretor	Assessoria	4	Remuneração	1.200,00
Assistente de Chefe de Departamento	Assessoria	6	Remuneração	1.000,00

II – Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Assessor(a) de Secretário(a)	Gratificação	1.100,00
Diretor(a)	Gratificação	950,00
Coordenador(a) Executivo(a)	Gratificação	800,00
Chefe de Departamento	Gratificação	650,00
Assistente de Diretor	Gratificação	600,00
Assistente de Chefe de Departamento	Gratificação	500,00

III – Funções Gratificadas:

DENOMINAÇÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
		FORMA	VALOR (R\$)
Gestor(a) Organizacional	1	Gratificação	1.600,00
Gerente	7	Gratificação	800,00
Coordenador(a)	6	Gratificação	550,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constantes deste Decreto, estão definidas na Lei Complementar nº 4.800/2017 e seus anexos, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno da Secretaria Municipal da Administração.

Art. 6º Revoga-se o Decreto PMI nº 127, de 26 de agosto de 2019, ressaltando-se, todavia, os atos de nomeação/designação para órgãos cujas denominações se conservarem neste ato, os quais ficam convalidados.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 05 de novembro de 2019.
 Rosivaldo da Silva Júnior
 Prefeito

Registre-se e Publique-se.
 Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini
 Administrador

DECRETO PMI Nº 197, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2217619

DECRETO PMI Nº 197, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 39, da Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Saúde, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria Municipal de Saúde compete desenvolver as atividades relacionadas com:

- I – elaborar o planejamento operacional e executar a política municipal de saúde, por meio da implementação do sistema municipal da saúde e do desenvolvimento de ações de prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde da população com a realização integrada de atividades assistenciais e preventivas;
- II – coordenar, controlar e fiscalizar o Sistema Único de Saúde – SUS no âmbito do Município;
- III – formular a política de saúde ambiental e ações de prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde individual e coletiva;
- IV – definir a política de regulação da Secretaria em relação ao Sistema Municipal de Saúde;
- V – elaborar boletins sobre informações da saúde;
- VI – as vigilâncias epidemiológicas, sanitárias, de orientação alimentar e de saúde do trabalhador;
- VII – realizar ações preventivas em geral, de vigilância e controle sanitário;
- VIII – a vigilância de saúde, especialmente quanto às drogas, medicamentos e alimentos;
- IX – estabelecer diretrizes para desenvolvimento do programa de controle de infecção nas áreas de abrangência da Secretaria;
- X – elaborar e realizar pesquisa científica e tecnológica na área de saúde;
- XI – elaborar, discutir, pactuar e recomendar as diretrizes básicas e as guias operacionais do atendimento integral às urgências no seu âmbito de responsabilidade, em consonância com as diretrizes estaduais e nacionais;
- XII – promover, coordenar e normatizar a organização e o desenvolvimento da política de média e alta complexidade, ambulatorial e hospitalar do SUS;
- XIII – promover campanhas de esclarecimento, visando a preservação da saúde da população;
- XIV – elaborar, discutir, pactuar e recomendar as diretrizes básicas e as guias operacionais do atendimento integral em saúde bucal no seu âmbito de responsabilidade, em consonância com as diretrizes estaduais e federais;
- XV – implantar e fiscalizar posturas municipais relativas a higiene e a saúde pública;
- XVI – promover, coordenar e normatizar a organização e o desenvolvimento da política de assistência farmacêutica em consonância com a Política Nacional de Medicamentos, observando os princípios do Plano Municipal de Saúde;
- XVII – articular com outros órgãos e secretarias municipais, estaduais e federais, entidades da iniciativa privada para o desenvolvimento de programas conjuntos;
- XVIII – elaborar, discutir, pactuar e recomendar as diretrizes básicas e as guias operacionais do atendimento integral em saúde mental no seu âmbito de responsabilidade, em consonância com as diretrizes estaduais e nacionais;
- XIX – estimular e apoiar o bom funcionamento do Conselho Municipal de Saúde, criando mecanismos para sua avaliação de forma permanente;
- XX – subsidiar os processos de elaboração, implantação e implementação de normas, instrumentos e métodos necessários ao fortalecimento do modelo de gestão do SUS;
- XXI – intermediar convênios, consórcios, acordos, ajustes, termos de cooperação técnica e/ou financeira ou instrumentos congêneres, com entidades privadas sem fins lucrativos e órgãos da administração direta e indireta da União, Estados e outros Municípios;
- XXII – desenvolver ações integradas com outras Secretarias Municipais;
- XXIII – exercer o controle orçamentário no âmbito da Secretaria;
- XXIV – executar atividades administrativas no âmbito da Secretaria;
- XXV – efetuar o planejamento das atividades anuais e plurianuais, no âmbito da Secretaria;
- XXVI – zelar pelo patrimônio alocado na unidade, comunicando o órgão responsável sobre eventuais alterações;
- XXVII – decidir sobre processos administrativos e solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência, na forma dos artigos 48 e 49 da Lei nº 3.442, de 22 de janeiro de 2009;
- XXVIII – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

CAPÍTULO II DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Saúde, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário(a):

a) Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

a) Unidade Gestora Organizacional de Saúde Pública

1. Diretoria Financeira

1.1. Tesouraria

2. Diretoria de Recursos Humanos

3. Diretoria de Suprimentos da Saúde

3.1. Departamento de Controle de Suprimentos

3.2. Departamento de Almoxarifado

4. Diretoria de Atenção Básica

4.1. Gerência de Programas – NASF/ ESF

4.1.1. Supervisão de Autorização de Internação Hospitalar

4.2. Diretoria de Logística

4.3. Gerência do Centro de Referência de Saúde da Mulher

4.4. Gerência da Policlínica

4.4.1. Gerência do Laboratório de Análises Clínicas

4.4.1.1. Coordenadoria do Laboratório de Análises Clínicas

- 4.4.2. Coordenadoria Técnica do Laboratório de Análises Clínicas
- 4.5. Unidade Gestora Institucional do Programa PMAQ
5. Gerência do Centro de Especialidades Odontológicas
6. Gerência de Vigilância em Saúde e Assistência Farmacêutica
- 6.1. Gerência de Imunização
- 6.1.1. Coordenadoria de Vigilância Epidemiológica
7. Sistema Municipal de Auditoria do SUS
8. Coordenação de Farmácia Pública
9. Gerência do Centro de Atenção Psicossocial
10. Diretoria de Tratamento Fora de Domicílio - TFD
- 10.1. Coordenação de Tratamento Fora Domicílio
11. Coordenadoria Executiva de Autorização de Exames
12. Unidade Gestora Organizacional de Transporte de Urgência.

III – órgão colegiado:

- a) Conselho Municipal da Saúde
- b) Conselho Municipal Antidrogas.

Art. 4º O titular da Secretaria Municipal de Saúde deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria-Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Saúde para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores, assistentes e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III

DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal de Saúde ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

NOMINATA E REMUNERAÇÃO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Diretor(a) Financeiro da SEMUSA	Diretoria	1	Remuneração	1.900,00
Diretor(a)	Diretoria	6	Remuneração	1.900,00
Assessor(a) Especial	Assessoria	2	Remuneração	1.900,00
Coordenador(a) Executivo(a)	Coordenação Executiva	1	Remuneração	1.600,00
Assessor(a) Técnico	Assessoria	1	Remuneração	1.600,00
Gestor(a) Institucional	Programa – PMAQ	1	Remuneração	1.800,00
Chefe de Departamento	Departamento	2	Remuneração	1.300,00
Assistente de Diretor	Assessoria	4	Remuneração	1.200,00
Assistente de Chefe de Departamento	Assessoria	1	Remuneração	1.000,00

II – Funções de Representação:

NOMINATA E VALOR DA FUNÇÃO DE REPRESENTAÇÃO – FR

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Diretor(a) Financeiro(a) da SEMUSA	Gratificação	950,00
Diretor(a)	Gratificação	950,00
Coordenador(a) Executivo(a)	Gratificação	800,00
Assessor(a) Especial	Gratificação	950,00
Assessor(a) Técnico	Gratificação	800,00
Gestor(a) Institucional	Gratificação	800,00
Chefe de Departamento	Gratificação	650,00
Assistente de Diretor	Gratificação	600,00
Assistente de Chefe de Departamento	Gratificação	500,00

III – Funções Gratificadas:

NOMINATA E VALOR DA FUNÇÃO GRATIFICADA – FG

DENOMINAÇÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
		FORMA	VALOR (R\$)
Gestor(a) Organizacional	2	Gratificação	1.600,00
Tesoureiro(a)	1	Gratificação	800,00
Gerente	8	Gratificação	800,00

Coordenador(a)	5	Gratificação	550,00
Supervisor(a)	1	Gratificação	250,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constantes deste Decreto, estão definidas na Lei Complementar nº 4.800/2017 e seus Anexos, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 6º Revoga-se o Decreto PMI nº Decreto PMI Nº 151, de 16 de setembro de 2019, ressalvando-se, todavia, os atos de nomeação/designação para órgãos cujas denominações se conservarem neste ato, os quais ficam convalidados.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 05 de novembro de 2019.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini

Administrador

DECRETO PMI Nº 198, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2217623

DECRETO PMI Nº 198, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.963, de 04 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais), para reforço da dotação orçamentária, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO – SEINFRA			
Manutenção de Seinfra			
15.451.0011-2.029			
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0121)	Aplicações Diretas	100.000,00	
Total		100.000,00	

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação parcial da dotação orçamentária abaixo, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO – SEINFRA			
Manutenção de Seinfra			
15.451.0011-2.029			
3.3.30.00.00.00.00.0.1.0000 (0120)	Aplicações Diretas	100.000,00	
Total		100.000,00	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 05 de novembro de 2019.

Rosivaldo da Silva Junior

Prefeito

(Assinado Digitalmente)

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini

Administrador

(Assinado Digitalmente)

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE REABERTURA PROCESSO Nº 108/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 77/2019 (MULTIENTIDADE)

Publicação Nº 2217424

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 108/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 77/2019

O Pregoeiro Oficial do Município de Imbituba, torna público, o fim da suspensão do processo licitatório nº 108/2019, que tem como objeto a "CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE MONITORAMENTO E RASTREAMENTO DE VEÍCULOS INCLUINDO IDENTIFICAÇÃO DE MOTORISTA (MÍNIMO DE 2 CARTÕES RFID POR VEÍCULO) COM TRANSMISSÃO DE DADOS NA TECNOLOGIA GSM/GPRS/GPS DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA INCLUINDO O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS A TÍTULO DE COMODATO, COMPONENTES, LICENÇAS DE USO DE SOFTWARE, SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, CAPACITAÇÃO E SUPORTE TÉCNICO".

A sessão pública para recebimento dos envelopes, referente ao objeto supracitado realizar-se-á em 19 de NOVEMBRO de 2019, às 16:00 horas, na Diretoria de Licitações.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 06 de novembro de 2019.

Fernando Melo da Silva

Pregoeiro Oficial

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO Nº 123/2019 DISPENSA Nº 22/2019 (PMI-SEAD)

Publicação Nº 2216896

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PMI - SEAD

Processo Nº 123/2019 Dispensa Nº 22/2019

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM AQUISIÇÃO DE CAMISETAS PARA O PROJETO DEFESA CIVIL NA ESCOLA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES.

Empresa: RM PAPELARIA LTDA - ME.

CNPJ: 22.371.624/0001-58

Valor Total: 3.825,00 (Três mil, oitocentos e vinte e cinco reais).

Fundamento: Artigo 24, Inciso V da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 06 de novembro de 2019.

Bruno Pacheco da Costa

Secretário Municipal de Administração.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO Nº 16/2019 DISPENSA Nº 05/2019 (SEASTH)

Publicação Nº 2217338

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SEASTH

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2019

DISPENSA Nº 05/2019

Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL VISANDO ATENDER A CASA LAR DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA.

Contratado: Adelir Pereira dos Santos

CPF: 290.249.009-72

Valor Mensal: R\$ 3.500,00 (Três mil e quinhentos reais).

Fundamentação Legal: Artigo 24, inciso X da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 06 de novembro de 2019.

Rosiane da Silva Costa

Secretária Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação

LEI N.º 5.085, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2217620

LEI N.º 5.085, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Institui a "Semana de Prevenção e Combate à Obesidade, Hipertensão Arterial e Diabetes" e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída, no município de Imbituba, a "Semana Municipal de Prevenção e Combate à Obesidade, Hipertensão Arterial e Diabetes", a ser realizada anualmente.

Art. 2º São objetivos fundamentais da Semana:

I – Apoiar, informar e conscientizar as pessoas a respeito dos temas;

II – Conscientizar e sensibilizar todos os setores da sociedade para que compreendam e apoiem a prevenção à Diabetes, Obesidade, Hipertensão Arterial;

III – Ajudar no controle da Obesidade, Hipertensão Arterial, Diabetes e demais doenças correlatas, visando à melhoria da qualidade de vida dos pacientes.

Art. 3º A Semana Municipal de Prevenção e Combate à Obesidade, Hipertensão Arterial e Diabetes destina-se à reunião de representantes do Poder Público e da Sociedade Civil, visando à realização de palestras, fóruns, e informativos relacionados à prevenção e ao tratamento das doenças crônicas mencionadas.

§1º Cabe às entidades associativas sediadas em nosso município adotar a mencionada data ou, conforme lhes aprouver, adicioná-la em seu calendário de comemorações e festividades, a fim de promover a divulgação e apoiar as manifestações respectivas.

§2º A prefeitura, diretamente ou por seus órgãos, poderá compor as atividades e fornecer apoio à realização da Semana, envolvendo todas as Secretarias que promoverão ações para fortalecimento da presente lei.

Art. 4º Durante a Semana Municipal de Prevenção e Combate à Obesidade, Hipertensão Arterial e Diabetes serão promovidas palestras de conscientização dos perigos que as doenças trazem à saúde dos munícipes, bem como os meios que podem ser usados na respectiva prevenção.

Parágrafo único. As palestras serão realizadas por profissionais devidamente habilitados da Secretaria Municipal de Saúde, podendo inclusive haver a participação de profissionais voluntários, desde que comprovada a devida qualificação.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 05 de novembro de 2019.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito

(Assinado digitalmente)

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini

Administrador

(Assinado digitalmente)

LEI N.º 5.086, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2217621

LEI N.º 5.086, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre a divulgação dos valores pagos em publicidade pela Prefeitura Municipal e Câmara Municipal de Vereadores de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O valor da produção e veiculação pago em publicidade ou propaganda pela Prefeitura Municipal de Imbituba e pela Câmara Municipal de Vereadores de Imbituba deverá constar no anúncio ou campanha veiculada nos meios de comunicação.

Art. 2º Quando a divulgação for oriunda do Poder Executivo:

I - na imprensa escrita, deverá constar os seguintes termos: A Prefeitura Municipal de Imbituba pagou os seguintes valores na produção e na veiculação deste anúncio, ou campanha, ou edital.

II - na internet deverá constar os seguintes termos: A Prefeitura Municipal de Imbituba pagou os seguintes valores na produção deste anúncio ou campanha.

III - nos meios de divulgação próprio da Prefeitura deverá constar os seguintes termos: A Prefeitura Municipal de Imbituba pagou os seguintes valores na produção deste anúncio ou campanha.

IV - nas emissoras de televisão deverá constar de forma legível os seguintes termos: A Prefeitura Municipal de Imbituba pagou os seguintes valores na produção deste anúncio ou campanha.

V - nas emissoras de rádio deverá ser informado logo após a veiculação do anúncio ou campanha o valor de produção e veiculação.

Art. 3º Quando a divulgação for oriunda do Poder Legislativo:

I - na imprensa escrita, deverá constar os seguintes termos: A Câmara Municipal de Vereadores de Imbituba pagou os seguintes valores na produção e na veiculação deste anúncio, ou campanha, ou edital.

II - na internet deverá constar os seguintes termos: A Câmara Municipal de Vereadores de Imbituba pagou os seguintes valores na produção deste anúncio ou campanha.

III - nos meios de divulgação próprio da Câmara de Vereadores deverá constar os seguintes termos: A Câmara Municipal de Vereadores de Imbituba pagou os seguintes valores na produção deste anúncio ou campanha.

IV - nas emissoras de televisão deverá constar de forma legível os seguintes termos: A Câmara Municipal de Vereadores de Imbituba pagou os seguintes valores na produção deste anúncio ou campanha.

V - nas emissoras de rádio deverá ser informado logo após a veiculação do anúncio ou campanha o valor de produção e veiculação.

Art. 4º A inobservância desta Lei importa em multa no valor de 500 (quinhentas) UFM's(Unidade Fiscal Municipal) ao meio de comunicação que veiculou o anúncio.

Parágrafo único. Em caso de reincidência a multa será de 1.500 (mil e quinhentas) UFM's (Unidade Fiscal Municipal).

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 05 de novembro de 2019.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito

(Assinado digitalmente)

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini

Administrador

(Assinado digitalmente)

LEI N.º 5.087, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2217625

LEI N.º 5.087, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a firmar Termo de Convênio com o Município de Garopaba, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar Termo de Convênio com o Município de Garopaba/SC, tendo como objeto o custeio com a manutenção e operação da iluminação pública do trevo da BR-101, localizado na localidade da Araçatuba, Imbituba-SC, tendo como contrapartida a implantação, por parte do Município de Garopaba, da infraestrutura necessária para que ocorra a referida iluminação no local.

Art. 2º As despesas decorrentes do Termo de Convênio correrão por conta da dotação orçamentária específica do Município de Imbituba, disposta no termo.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 05 de novembro de 2019.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito

(Assinado digitalmente)

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini

Administrador

(Assinado digitalmente)

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO - PMI/SEAD Nº 333/2019

Publicação Nº 2217346

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO

PMI/SEAD Nº 333/2019

O Secretário Municipal de Administração, Sr. BRUNO PACHECO DA COSTA, em conformidade com o disposto na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991 e o artigo 37, II, da CR/88, e no uso da competência que lhe foi delegada pela Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA nesta data, a servidora nomeada pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 998, de 15 de outubro de 2019, para exercer o cargo de SERVENTE MERENDEIRA, habilitada (a) pelo Concurso Público Edital nº 01/2016.

Art. 1º A servidora abaixo descrita, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições da função, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Função	CPF
MARCIA REGINA ESPINDULA	Servente Merendeira – 40h	045.388.529-29

Art. 2º Em conformidade com o disposto no Edital em que prestou o certame público, bem como, com a legislação vigente, a servidora entra em exercício em 06/11/2019.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 05 de novembro de 2019.

Bruno Pacheco da Costa

Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 1047/2019

Publicação Nº 2216767

PORTARIA PMI/SEAD Nº 1047, de 04 de novembro de 2019.

Dispõe sobre a designação de Membro da Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de Pessoal - CERSP e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais, com base no Decreto 65, de 30 de abril de 2008 e Decreto 21, de 13 de fevereiro de 2009, considerando todo o exposto junto ao Memorando nº 18.640/2019, ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor público municipal de carreira, Sr. NATHAN CABRAL COSTA, Agente Administrativo, matrícula n.º 10630, inscrito no CPF sob o nº 097.915.799-46, para constituir a Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de Pessoal – CERSP, no exercício das atividades atribuídas a esta mesma comissão através da Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 04 de novembro de 2019.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito Municipal

Bruno Pacheco da Costa

Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 1048/2019

Publicação Nº 2216898

PORTARIA PMI/SEAD Nº 1048, de 05 de novembro de 2019.

Dispõe sobre a alteração a pedido, do período de fruição de licença-prêmio, concedida através da PORTARIA PMI/SEAD nº 356, de 29 de abril de 2019, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando ainda o disposto no Memorando nº 20.232/2019 e na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a pedido, o período de fruição de licença-prêmio, concedido através da PORTARIA PMI/SEAD nº 356, de 29 de abril de 2019, da servidora, Sra. VANESSA GOMES RAFAEL, Enfermeira, inscrita no CPF sob o n.º 029.836.929-06, admitida em 17 de maio de 2011, contrato nº 5822, referente ao quinquênio devido, e nova fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2011 a 2016	19.11.2019 a 17.01.2020

Art. 2º Foi concedido a conversão de 1/3 em abono pecuniário, no mês de maio de 2019, conforme PORTARIA PMI/SEAD nº 356, de 29 de abril de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 05 de novembro de 2019.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Bruno Pacheco da Costa
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 1049/2019

Publicação Nº 2216949

PORTARIA PMI/SEAD Nº 1049, de 05 de novembro de 2019.

Dispõe sobre a alteração da nomeação de Diretora de Suprimentos – SEAD para Diretora de Recursos Humanos - SEMUSA, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, considerando o Memorando nº 20.213/2019, ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar, a nomeação da Sra. VERONICE LÚCIA MILHORETO NIEHUES, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 809.050.139-72, do cargo de Diretora de Suprimentos da Secretaria Municipal de Administração – SEAD para Diretora de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 05 de novembro de 2019.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Bruno Pacheco da Costa
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 1050/2019

Publicação Nº 2217033

PORTARIA PMI/SEAD Nº 1050, de 05 de novembro de 2019.

Dispõe sobre a Exoneração de servidores nomeados em cargos de provimento em comissão dos órgãos superiores correspondentes, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, considerando o Memorando nº 20.213/2019 e ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, os servidores abaixo descritos, nomeados para cargos de provimento em comissão nos respectivos órgãos superiores.

LC nº 4.800/2017				
Nome	Órgão Superior	Cargo	CPF	Exoneração
Alex Sandro Carpes	SEGAB	Superintendente de Articulação Institucional	022.905.399-88	05/11/2019
Maurina Borges Silvano	SEGAB	Secretária Executiva	507.251.579-68	05/11/2019
Jaqueline Costa Calônico	SEGAB	Assessora Especial	064.681.409-51	05/11/2019
Débora Borges Catarina	SEAD	Diretora de Relações Institucionais	055.942.969-05	05/11/2019
Olivar Francisco Filho	SEINFRA	Diretor de Resíduos Sólidos	344.440.419-00	05/11/2019
Dayane Teixeira de Espíndola	SEMUSA	Chefe de Departamento de Tratamento Fora de Domicílio	096.438.399-31	05/11/2019

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 05 de novembro de 2019.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Bruno Pacheco da Costa
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 1051/2019

Publicação Nº 2217156

PORTARIA PMI/SEAD Nº 1051, de 06 de novembro de 2019.

Dispõe sobre a Nomeação de servidores municipais em cargos de provimento em comissão, junto aos órgãos superiores correspondentes, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, considerando o Memorando nº 20.213/2019 e ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, os servidores abaixo descritos, para exercerem os cargos de provimento em comissão nos respectivos órgãos superiores, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

LC nº 4.800/2017				
Nome	Órgão Superior	Cargo	CPF	Nomeação
Olivar Francisco Filho	SEINFRA	Superintendente de Resíduos Sólidos	344.440.419-00	06/11/2019
Maurina Borges Silvano	SEAD	Diretora de Suprimentos	507.251.579-68	06/11/2019
Jaqueline Costa Calônico	SEGAB	Secretária Executiva	064.681.409-51	06/11/2019
Débora Borges Catarina	SEAD	Assessora de Secretário	055.942.969-05	06/11/2019
Dayane Teixeira de Espíndola	SEMUSA	Diretora de Tratamento Fora de Domicílio	096.438.399-31	06/11/2019
Jaciara Alves da Silva	SEMUSA	Assessora Especial	079.268.139-82	06/11/2019

Art. 2º Os(As) nomeados(as) para os referidos cargos tem o prazo de até 30 dias, a contar da publicação deste ato, para entregarem toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação e, com isso, tomarem posse.

Art. 3º Após assinatura do termo de posse caso constatada a sua aptidão de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 002/2019, os(as) nomeados(as) terão o prazo de até 15 (quinze) dias para se apresentarem para o labor e entrarem em exercício.

Art. 4º Será tornado sem efeito os atos de nomeações se a posse não ocorrer no prazo apontado no art. 2º.

Art. 5º Os(As) servidores empossados que não entrarem em exercício no prazo estabelecido no art. 3º serão exonerados, de ofício, dos cargos ao qual foram nomeados.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 06 de novembro de 2019.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Bruno Pacheco da Costa
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 1052/2019

Publicação Nº 2217498

PORTARIA PMI/SEAD Nº 1052, de 06 de novembro de 2019.

Dispõe sobre a Retificação da PORTARIA PMI/SEAD nº 944, de 30 de setembro de 2019. Que nomeou servidora municipal (Programa Federal) em função gratificada, junto ao órgão superior correspondente, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, Lei Complementar nº 5.035, de 24 de junho de 2019, considerando o Memorando nº 15.020/2019, ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Retificar, a PORTARIA PMI/SEAD nº 944, de 30 de setembro de 2019, que nomeou a servidora municipal (Programa Federal) abaixo descrita, em função gratificada, para a atuação junto ao órgão superior correspondente, conforme quadro abaixo:

Onde se lê:

GERENTE – LC nº 4.800/2017				
Função	Órgão Superior	Nome	CPF	Nomeação
Gerente de Farmácia Pública	SEMUSA	Heloísa Helena Sell	067.114.529-09	01/10/2019

Leia-se:

COORDENADORA – LC nº 4.800/2017				
Função	Órgão Superior	Nome	CPF	Nomeação
Coordenadora de Farmácia Pública	SEMUSA	Heloísa Helena Sell	067.114.529-09	01/10/2019

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 06 de novembro de 2019.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Bruno Pacheco da Costa
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEDUCE N. 03/2019

Publicação Nº 2217596

PORTARIA PMI/SEDUCE N.03, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre a instauração de processo administrativo disciplinar, designação dos membros da comissão e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA e ESPORTE no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, em conformidade com a Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, que institui o Regime Disciplinar dos Servidores Públicos do Município, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas municipais,

RESOLVE:

Art. 1º INSTAURAR, processo administrativo disciplinar destinado a apurar conduta de professora, relacionada a apresentação de comportamento incoerente com suas responsabilidades pedagógicas.

Art. 2º DESIGNAR, nos termos da LC nº 4.422, de 03 de julho de 2014, os seguintes servidores para compor a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar:

- I – Caroline Gomes Domingos Hipólito, matrícula nº 4474, Psicóloga, lotada na Secretaria da Saúde; presidente da Comissão;
- II – Vera Lúcia Vieira Silveira, matrícula nº 573, Professora de anos iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação;
- III – Vera Lúcia de Carvalho Barjona, matrícula nº 5192, Agente Administrativa, lotado na Procuradoria Geral do Município.
- IV – Iara Pittigliani Carvalho Mendes, matrícula n. 8619, Agente Administrativa, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 05 de novembro de 2019.

CRISTIANE TOKARSKI ESPEZIM
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Indaial

PREFEITURA

DECRETO Nº 1731/19

Publicação Nº 2217130

. DECRETO Nº 1731/19
. De 05 de novembro de 2019
Contratação Agente Comunitários de Saúde/Tiele Silva Alexandrino

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 3.579/07 e demais dispositivos legais em vigor, e, considerando o resultado do Processo Seletivo nº 001/2019, homologado pelo Decreto 1364/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada pelo Regime do Emprego Público, em 05 de novembro de 2019, para o cargo Agente Comunitário de Saúde, TIELE SILVA ALEXANDRINO.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 05 de novembro de 2019.
André Luiz Moser
Prefeito
Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1732/19

Publicação Nº 2217270

. DECRETO Nº 1732/19
. De 05 de novembro de 2019
Altera Decreto nº 923/2019
Institui a Comissão de Análise de Projetos com EAS e RAP

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor, e, considerando a Lei Complementar 143/13

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o Decreto nº 845/19 que Institui Comissão de Análise de Projetos com EAS – Estudo Ambiental Simplificado e RAP – Relatório Ambiental Prévio, passando a comissão a ter a seguinte composição:

I. Procuradoria Geral do Município
Jocasta Maria Rocha

II. Departamento de Defesa Civil
Guilherme Tell Bogo Agostini

III. Secretaria de Urbanização e Meio Ambiente
Paulo Roberto Ledra
Sérgio Feuser

IV. Secretaria de Planejamento
Fabiano dos Santos
Carmelita Vicenzi

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 923/2019.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019.

Município de Indaial, em 05 de novembro de 2019.
André Luiz Moser
Prefeito
Publique-se na forma da Lei

DECRETO Nº 1733/19

Publicação Nº 2217294

. DECRETO Nº 1733/19
. De 05 de novembro de 2019

Prorroga Prazo Processo Administrativo Disciplinar / Decreto nº 1359/2019.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, previstas no artigo 92, inciso VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor, e considerando Ofício da Comissão Processo Administrativo Disciplinar e o artigo 118 da Lei Complementar 105/10,

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogado o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pelo Decreto Nº 1359/19, para apurar condutas e responsabilidades do Servidor Wilson Pereira Mota, por mais 30(trinta) dias.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 05 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1734/19

Publicação Nº 2217321

. DECRETO Nº 1734/19
. De 05 de novembro de 2019

Autoriza alteração orçamentária por Anulação e Suplementação no Orçamento Anual do MUNICIPIO DE INDIAIAL.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando o art. 11, III, § 2º e § 3º da Lei 5.620/18,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Executivo autorizado a anular o valor de R\$ 275.000,000 (duzentos e setenta e cinco mil reais) da dotação orçamentária em conformidade do quadro abaixo discriminado:

Dotação	Valor de anulação do crédito orçamentário
05.002 – Secretaria de Educação – Educação Infantil	
0012.0365.0005.2221 – Manutenção do RH – Folha de Pagamento – Educação Infantil	
33190000000000000000 – Aplicações Diretas	
01000000 – Recursos Ordinários	275.000,00

Art. 2º - Por conta da anulação prevista no artigo 1º, fica suplementada, no Orçamento Anual do MUNICIPIO DE INDIAIAL a dotação orçamentária em conformidade do quadro abaixo discriminado:

Dotação	Valor a suplementar em crédito orçamentário
05.002 – Secretaria de Educação – Educação Infantil	
0012.0365.0005.2221 – Manutenção do RH – Folha de Pagamento – Educação Infantil	
33390000000000000000 – Aplicações Diretas	
01010000 – Educação	275.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 05 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1735/19

Publicação Nº 2217336

. DECRETO Nº 1735/19

. De 05 de novembro de 2019

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2019 no FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE INDAIAL, provenientes de Excesso de Arrecadação.

Andre Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5620/18,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 330.000,00(Trezentos e trinta mil reais) destinado a atender as despesas abaixo discriminadas:

Crédito Adicional		
Dotação	Vínculo	Valor
30.003.0010.0301.0030.2460.33390000000000000000 MANUTENÇÃO DO RH – FOLHA DE PAGAMENTO – ATENÇÃO BÁSICA	01671002	10.000,00
30.003.0010.0301.0030.2460.33191000000000000000 MANUTENÇÃO DO RH – FOLHA DE PAGAMENTO – ATENÇÃO BÁSICA	01671002	4.000,00
30.003.0010.0301.0030.2460.33190000000000000000 MANUTENÇÃO DO RH – FOLHA DE PAGAMENTO – ATENÇÃO BÁSICA	01381003	160.000,00
30.003.0010.0301.0030.2460.33190000000000000000 MANUTENÇÃO DO RH – FOLHA DE PAGAMENTO – ATENÇÃO BÁSICA	01380910	156.000,00
Total do Lote		330.000,00

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Excesso de Arrecadação apurado no Exercício Financeiro de 2019.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 05 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1736/19

Publicação Nº 2217369

. DECRETO Nº 1736/19

. De 05 de novembro de 2019

HOMOLOGA CLASSIFICAÇÃO FINAL DE REMOÇÃO SERVIDORES EFETIVOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 105/10 e Lei Complementar 113/11 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA,

Art. 1º - Fica homologado a classificação final de Remoção SED 001/2019, dos servidores efetivos lotados na Secretaria de Educação do Município de Indaial, conforme Anexo I, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 05 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

CLASSIFICAÇÃO FINAL DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INSCRITOS PARA REMOÇÃO

EDITAL SED 001/2019

PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO

ORDEM	PROFISSIONAIS INSCRITOS	Pontuação
1.	SHEILA TEREZINHA GIOVANELLA (1ª EFETIVAÇÃO)	139

2.	MIZUEL BERNARDO DE ASSIS	68
3.	SHEILA TEREZINHA GIOVANELLA (2ª EFETIVAÇÃO)	32

PROFESSOR DE INFORMÁTICA

ORDEM	PROFISSIONAIS INSCRITOS	Pontuação
1.	SIMONE BLUNCK	116
2.	SILVIA TRENTINI MACHADO	116
3.	MARCIANO SCHEITZ	97
4.	RAFAEL VICENTE	31
5.	CASSIANO KUMMER	19

PROFESSOR DE ARTE

ORDEM	PROFISSIONAIS INSCRITOS	Pontuação
1.	LIDIANE APARECIDA SABINO	139
2.	DEBORA CARLINI REINECKE	44
3.	GABRIELA BENTO PORTO	20
4.	LIRIA BEWIAN MAAS	20
5.	MARCIA DE AMORIM DRAEGER	03
6.	VANESSA DE OLIVEIRA DA SILVA	02
7.	SABRINA TRIDAPALLI	Inscrição obrigatória

PROFESSOR DE INGLÊS

ORDEM	PROFISSIONAIS INSCRITOS	Pontuação
1.	AURORA ANTUNES COELHO	284
2.	MARCIA ANDREIA LEITE GONZAGA (1ª EFETIVAÇÃO)	140
3.	MAYTE MELISSA KLOCH (1ª EFETIVAÇÃO)	140
4.	QUESIA SILVA DOS SANTOS	56
5.	CLAUDIA LEYTCHELE IMME ATANAZIO	20
6.	ISABEL CRISTINA DA SILVA	20
7.	MANOEL TAVARES FILHO	18
8.	MAYTE MELISSA KLOCH (2ª EFETIVAÇÃO)	08
9.	DEBORA CRISTOFOLINI	03
10.	MARCIA ANDREIA LEITE GONZAGA (2ª EFETIVAÇÃO)	02

PROFESSOR DE HISTÓRIA

ORDEM	PROFISSIONAIS INSCRITOS	Pontuação
1.	Suely Vehmuth	140
2.	GLAUCIA FRANCO SCHRAMM	68
3.	SILMARA LOZEIKO BALAK	25
4.	FELIPE NUNES NOBRE	20

PROFESSOR DE CIÊNCIAS

ORDEM	PROFISSIONAIS INSCRITOS	Pontuação
1.	DUANE DE FATIMA GUESSER	20
2.	ALEXANDRE TAKIO KITAGAWA	08

PROFESSOR DE GEOGRAFIA

ORDEM	PROFISSIONAIS INSCRITOS	Pontuação
-------	-------------------------	-----------

1.	DEBORA ORZECOWSKI (1ª EFETIVAÇÃO)	138
2.	DEBORA ORZECOWSKI (2ª EFETIVAÇÃO)	20

PROFESSOR DE PORTUGUÊS

ORDEM	PROFISSIONAIS INSCRITOS	Pontuação
1.	DENISE ALVES	68
2.	ELENICE HERMES (1ª EFETIVAÇÃO)	56
3.	LILIAN KELI DE OLIVEIRA	44
4.	TATIANA APARECIDA ALEGRE	20
5.	ELENICE HERMES (2ª EFETIVAÇÃO)	08
6.	bianca suliee korc correa	Inscrição obrigatória

PROFESSOR DE MATEMÁTICA

ORDEM	PROFISSIONAIS INSCRITOS	Pontuação
1.	PHILIPPE PFUETZREITER MIYAZAKI	140
2.	VILSON REBLIN	56
3.	AMANDA PACHER	20

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

ORDEM	PROFISSIONAIS INSCRITOS	Pontuação
1.	claudio rubino krutzmann	318
2.	ANA PAULA FONSECA ALKIMIN ASSIS	173
3.	DULCE PARNO	169
4.	LAERTE FLORIANI NETO	123
5.	MARIA ANGELICA BLOCK	68
6.	MARIA APARECIDA MACHADO KRAUSS	66
7.	DANIELA SOARES GIOVANELLA	65
8.	FABIO ELISIO	60
9.	ADALBERTO SALVIANO CASTELLAIN FILHO	56
10.	JOACIR TASCHNER	56
11.	ELIZANDRA COLPANI DE OLIVEIRA	56
12.	DANIELA CRISTINA FINK	45
13.	MARCELO LABES (1ª EFETIVAÇÃO)	44
14.	KELLY TICIANA SCHUMANN	32
15.	TAIS FABIANE SCHROEDER EVALD (1ª EFETIVAÇÃO)	32
16.	MARCELO LABES (2ª EFETIVAÇÃO)	20
17.	ANA PAULA DEMETRIO	20
18.	RODRIGO CORREA DE LIMA	20
19.	TAIS FABIANE SCHROEDER EVALD (2ª EFETIVAÇÃO)	20
20.	ISABELLE DOS SANTOS	20
21.	CLAYCE ALVES RIBEIRO	20
22.	MIRNA SEIDE	20
23.	gabriel krueger	08
24.	elton jhon carvalho da silva	08
25.	pricila carolina doege	08
26.	daniela leopoldo da silva oliveira	02

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

ORDEM	PROFISSIONAIS INSCRITOS	Pontuação
1.	DEIZE ALEXANDRA BASTOS	282

2.	ANDREA DE SOUZA	141
3.	SILVIA REGINA DA SILVA	141
4.	CAROLINA MARTINS RODRIGUES	140
5.	VANESSA CECILIA AGOSTINI	131
6.	MARLISE SLOMP CISNEIROS	119
7.	JERUSA HILDA DAROLT	115
8.	FRANCINI KATYUCIA ESPINDULA	115
9.	ELIANI SCHMITZ TOMIO	115
10.	GISELLE DAIANE VARGAS SEIBT	115
11.	PATRICIA CORREIA MENGARDA	113
12.	ROSELI CASTILHO PRIEBE	111
13.	ANGELA MARIA KLEMANN	101
14.	EDINEIA MARIA FIAMONCINI TAMBOSI	100
15.	JANICE KLEMANN	99
16.	DEUSA RAQUEL BRANDL DOS PASSOS	99
17.	ALMELINDA SCHOVINDEN	92
18.	JANE MARY MACEDO	69
19.	SIMONE BELINO	69
20.	RAFAELA POGRIVIESKI SCHAFER	69
21.	SANDRA REGINA DA SILVA SCHULZ	68
22.	ANDREIA GARBARI TESSMANN	68
23.	MARINA KREUTZFELD PAVANELLO	68
24.	PATRICIA VALERIA BRANCHER	57
25.	vanessa regina de oliveira	57
26.	SIMONE PARASKI STOLF	56
27.	FABIANA RAQUEL GAULKE	56
28.	CRISTIANA MARCELINO BRANGER	56
29.	JOICE FRANCIELE KLITZKE	56
30.	REGIANE HEUSSER BREY	56
31.	FERNANDA DO NASCIMENTO DE OLIVEIRA	56
32.	MARIA DE LOURDES DE BAARROS OSS EMER	44
33.	LISIANE MARTINS	44
34.	PRISCILA JERUSA FAES DETOFFOL	44
35.	CHARLENE NOVAES KIENEN	44
36.	vivian medeiros da silva	44
37.	CINTIA SCHMITT KREUTZFELDT	44
38.	CRISTIANE QUINTINO DE FARIAS	44
39.	FRANCIELE DA ROSA FAEDO SCHMITT	33
40.	DAIANA OLIANI FELIPPE	32
41.	CLEOMILDA FRANKE DA SILVA	20
42.	IDETE DA ROCHA PAES	20
43.	PATRICIA FELIZARI	20
44.	ANDREIA CORREA DE OLIVEIRA	20
45.	ROSEMERI SANDRI	20
46.	KARIN DAIANE BARTH	20
47.	LENIZE TEREZINHA DA SILVA	20
48.	DAIANI MARIA HERMES	20
49.	YASMIN OTTONI SIRONI	20
50.	TATIANE KOCH	20
51.	KERLY BIA MAYER	20
52.	TEREZINHA MANDEL ZIMLICH	17
53.	MARLENE SCHRÖR LEBER	08
54.	GILMARA CRISTINA DA SILVA	08

55.	ELIANE RIBEIRO MACIEL RIBEIRO	08
56.	LUCINEIA DOS SANTOS	08
57.	TANIA APARECIDA DE OLIVEIRA	08
58.	LETICIA GEISLER	08
59.	MARIELI TAISE VOSS	08
60.	JESSICA RITA BERNAARDO	08
61.	ALESSANDRA NATALINA GRANDO	03
62.	ROSELI VANELLI	03
63.	CATIUCIA ALVES LORENZI	03
64.	GISELI DA CRUZ ROSA DALAQUA	02

PROFESSOR ANOS INICIAIS

ORDEM	PROFISSIONAIS INSCRITOS	Pontuação
1.	IZABEL MENGARDA	283
2.	ANDREA LOPES SCHULZE	282
3.	THICIANA POLTRONIERI NOCETTI	271
4.	REJANE BUBLITZ	56
5.	ELIENE LAGO MARTINS	32
6.	NILVA MARIA MIGUEL CAETANO	32
7.	SABRINA ISAURA CARLINI	32
8.	HELENA LERNER	26
9.	NOELI KORC AGOSTINI	20
10.	SANDRA MARIA NICHELATTI	20
11.	SUSANE BUGMANN SCHIRMER	20
12.	DAMIELLY GRAZZIELLY APARECIDA DA ROCHA	20
13.	NAIR ARNOLD DOS SANTOS	19
14.	RAQUEL ZIMMERMANN DE FAVERI	18
15.	ANNA CHRISTINA DE CASTRO LANGE GOLLNICK	18
16.	SIMONE CATAFESTA	08
17.	ROSELI FRANÇA	08
18.	SUELENE AVI KNOP	08
19.	FERNANDA SOUZA DIAS CAGNETI	08
20.	HELOISE DE OLIVEIRA	08
21.	VANUSA MARTINS	08
22.	VITOR ARTHUR DIETRICH	05
23.	ANDREA MARINA BREHMER PETERS	03
24.	CHEILA DE OLIVEIRA FREITAS TESKE	02

ORIENTADOR E PEDAGOGO

ORDEM	PROFISSIONAIS INSCRITOS	Pontuação
1.	ANELISE FEUSER	140
2.	PRISCILA ELAINE EHRAT CARDOZO	66
3.	JOELMA SALVADOR DE SOUZA	65
4.	SIMONE LADWIG VALCANAIA	56
5.	FABIANA BARTZEN	56
6.	MARIZE GRIBNER	56
7.	LARISSA TATIANA DA VEIGA SILVA	56
8.	ANGELITA FELICIANO	32
9.	ODAIR JOSE ZAGER	32
10.	ROSANI HACKBARTH	20

11.	MICHEL LENZI	20
12.	MARCIA PRISCILA HAUT	18
13.	LUCIANA DOS SANTOS	06

SECRETÁRIO ESCOLAR

ORDEM	PROFISSIONAIS INSCRITOS	Pontuação
1.	ELAINE CRISTINE THEILACKER HOMEM	140
2.	RAFAEL SILVIO MAFRA	08
3.	MARIE JO CANTUARIA	07

AGENTE EDUCACIONAL

ORDEM	PROFISSIONAIS INSCRITOS	PONTUAÇÃO
1.	LEDA GUARDA	176
2.	GENOVEVA LUCIANO	176
3.	NILVA TOTTE	176
4.	CLEONICE LUNELLI FUSINATO	176
5.	LUCIANE LEIRIA DE OLIVEIRA	134
6.	MARIA VALTENICE MOURA SILVA	125
7.	IVONETE DEMARCHI WANZUITA	125
3.	ELZA DA SILVA	121

AUXILIARES DE CRECHE

ORDEM	PROFISSIONAIS INSCRITOS	Pontuação
1.	CLAIR RENKEL	173
2.	JUREMA PEREIRA FERREIRA	172
3.	DORALINA DE FATIMA SIQUEIRA LEAL	131
4.	CLEISIMARA GUILANDE	116
5.	TUANNI LEIRIA DE OLIVEIRA	116
6.	VALCI SCHNEIDER	115
7.	MARCIA TONETT LOPES DE OLIVEIRA	113
8.	ROSILEI KOCH TOMIO	96
9.	marisa leal kammer	93
10.	IARA ALEXANDRA DOS SANTOS BRESSANINI	91
11.	ROSANE LEDIR AGUIRRE GODOI	90
12.	JESUANE SCHMIDT DAMASO	90
13.	CLARICE SCHMIDT	90
14.	ANELISE KOCH DE JESUS	89
15.	SILVIA CILENE PEREIRA SILVA	88
16.	KARINE GUARDA	87
17.	NOELI LAURENTINO PETRY	79
18.	JILMARA SILVA GOMES JANUARIO ANTUNES	78
19.	HELUZIA APARECIDA ANACLETO BUTTNER	78
20.	SIMONI SARDAGNA SANTOS	78
21.	MICHELE ADRIANO KECKERT	77
22.	RAQUEL HOLNIK TRINDADE	76
23.	IRACI MAZZI	56
24.	ROBERTA REGINA COELHO	56
25.	CLEITON NESPOLO	56
26.	PHATRICIA CORREA DE SOUZA SANTOS	56
27.	JESSICA GABRIELE EVANGELISTA SASAKI	56
28.	TATIANE TONIAL STAROSKY	56
29.	ANDRESSA APARECIDA NUNES	56
30.	KELLI CRISTINA KLOSTER MARCZEWSKI	52
31.	CAROLINE TATIANE HAELSNER BATISTA	52
32.	IRIS LEU	51
33.	LIGIA CRISTINA MICHELS MORBACH	51

34.	FRANCIELE CRISTINA CAETANO	43
35.	KELLY JOSIANE IMME EBERT	43
36.	LAILA ANDRESSA KRAISCH DA CRUZ	43
37.	SABRINA FREITAS	43
38.	LUCIMARA BERTOTTI ANDRES	42
39.	TATIANE SILVEIRA MACHADO	42
40.	ELIZABETH DANKER	42
41.	LUANA NAISA DA SILVA	41
42.	JODECIA LUIZ	40
43.	SILVINA PEREIRA	20
44.	FABIANA DANIEL BOYEN	20
45.	ROSANGELA DE SOUZA SAUCEDO MARQUES	20
46.	ANA PAULA GEBHARDT SCHLINDWEIN	20
47.	ANA PAULA KRAUSE FLORENCIO	20
48.	glauclie mara da silva	20
49.	SHEILA ESTEVÃO	20
50.	fabiane bertela dos santos	20
51.	RAFAELA GOMES KISNER	20
52.	raffaella aparecida da silva ribeiro rezende	20
53.	ALEXIA TRIDAPALLI	20
54.	DIELLI LARISSE ALMEIDA SANTOS	20
55.	MAGDIANE DE SOUZA CHAVES	20
56.	LARISSA loch	20
57.	priscilla antunes gomes	20
58.	debora thalia januario antunes	20
59.	gabriele aparecida raddatz	20
60.	joseane cunha vieira	20
61.	suéli ferreira pinto	20
62.	bianca coelho modesto	20
63.	thais medeiros	20
64.	marta cesario da costa	08
65.	leticia aparecida sampaio santi	08
66.	amanda caroline felippe	08
67.	kelli aparecida cordeiro	08
68.	tuany thiara de oliveira pereira	08
69.	jucelia pereira	08
70.	rafaeli da silva soares	08
71.	janaina de souza	08
72.	edna nespolo	08
73.	jaqueline ruprest da silva	08
74.	sirlei aparecida de andrade	03
75.	talita santos girardi	03
76.	carina imme	03
77.	elias andre reis dos santos	02

Indaial, 05 de novembro de 2019.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 225/2019

Publicação Nº 2216325

PUBLICAÇÃO DE EDITAL
MUNICÍPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 225/2019
Edital de Pregão Presencial nº 001/2019-18201

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto: Contratação de serviços de acolhimento.

Entrega dos envelopes: 19/11/2019 - 08h45min – Horário de Brasília

Abertura das propostas: 19/11/2019 - 09h00min – Horário de Brasília

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic3@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.

André Luiz Moser – Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 226/2019

Publicação Nº 2217091

PUBLICAÇÃO DE EDITAL
MUNICÍPIO DE INDAIALProcesso Licitatório nº 226/2019
Edital de Inexigibilidade nº 008/2019-18201

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto: Realização de curso pela profissional, Adriana Zanqueta Wilbert para a capacitação técnica dos membros do conselho Municipal da Assistência Social.

Entrega dos envelopes: 06/11/2019

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic3@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.

André Luiz Moser – Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**ERRATA DA ATA CIRCUNSTANCIADA DA SESSÃO PÚBLICA - DIA 04/11/2019 - PROCESSO LICITATÓRIO 028/2019 – PREGÃO PRESENCIAL 008/2019**

Publicação Nº 2217180

ERRATA DA ATA CIRCUNSTANCIADA DA SESSÃO PÚBLICA DO PROCESSO LICITATÓRIO 028/2019 – PREGÃO PRESENCIAL 008/2019

A Comissão de Licitações, por meio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 62/2018, torna público para conhecimento dos interessados, que foi realizada correção na Ata Circunstanciada da Sessão Pública da Licitação na Modalidade Pregão Presencial nº 008/2019, ocorrida no dia 04/11/2019, publicado no DOM/SC no dia 05/11/2019, edição 2971, páginas 509 e 510, publicação 2215870.

CORREÇÃO 01: Título

Onde se lê:

ATA CIRCUNSTANCIADA DA SESSÃO PÚBLICA DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS

Leia-se:

ATA CIRCUNSTANCIADA DA SESSÃO PÚBLICA DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

CORREÇÃO 02: Nome da licitante classificada (CNPJ: 14.576.552/0001-57)

Onde se lê:

ORBENK PARTICIPAÇÕES EIRELLI

Leia-se:

ORBENK SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA

Indaial, 05 de novembro de 2019.

Jefferson José Carlini

Pregoeiro

Fabiane de Oliveira Borges
Membro da Equipe de Apoio_____
Lucas Nathaniel da Silva
Membro da Equipe de Apoio_____
Luiz Fernando Surdi
Membro da Equipe de Apoio_____
Maria Helena Theiss
Membro da Equipe de Apoio_____
Andreia Cristina Nunes
Membro da Equipe de Apoio

EXTRATO CONTRATO 24/2019 - PROCESSO LICITATÓRIO 29/19 - TERMO DE DISPENSA 18/19

Publicação Nº 2217426

EXTRATO DE CONTRATO

A Câmara Municipal de Indaial torna público:

Contrato: 024/2019

Termo de Dispensa: 018/2019

Contratada: GENTE SEGURADORA S.A.

Objeto: Constitui objeto deste instrumento a contratação de empresa para a prestação de serviço de seguro total do veículo oficial da Câmara Municipal de Indaial.

Valor total do Contrato: R\$ 1.990,00 (um mil, novecentos e noventa reais).

Data: 21/10/2019.

Vigência: O prazo de vigência do seguro será de 12 (doze) meses a partir das 24 horas do dia 22/10/2019 até às 24 horas do dia 22/10/2020, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, com fundamento no art. 57, Inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993, caso haja interesse das partes.

Flávio Augusto Ferri Molinari

Presidente da Mesa Diretora

Câmara Municipal de Indaial

O documento original encontra-se disponível para consulta na unidade demandante desta publicação.

EXTRATO CONTRATO 25/2019 - PROCESSO LICITATÓRIO 30/19 - TERMO DE DISPENSA 19/19

Publicação Nº 2217430

EXTRATO DE CONTRATO

A Câmara Municipal de Indaial torna público:

Contrato: 025/2019

Termo de Dispensa: 019/2019

Contratada: GENTE SEGURADORA S.A.

Objeto: Constitui objeto deste instrumento a contratação de empresa para a prestação de serviço de seguro predial para o imóvel que abriga a Câmara de Vereadores de Indaial.

Valor total do Contrato: R\$990,00 (novecentos e noventa reais).

Data: 21/10/2019.

Vigência: O prazo de vigência do seguro será de 12 (doze) meses a partir das 24 horas do dia 23/10/2019 até às 24 horas do dia 23/10/2020, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, com fundamento no art. 57, Inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993, caso haja interesse das partes.

Flávio Augusto Ferri Molinari

Presidente da Mesa Diretora

Câmara Municipal de Indaial

O documento original encontra-se disponível para consulta na unidade demandante desta publicação.

Iomerê

PREFEITURA

CONTRATO Nº 27/2019 - FMS

Publicação Nº 2216374

CONTRATO PARA PAVIMENTAÇÃO DE PASSEIOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA GUMBOWSKI ARMAÇÕES E DOBRA DE FERRO LTDA.

CT19FMS/027

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, através do Fundo Municipal da Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Pedro Penso, nº 530 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 10.423.190/0001-03, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Luciano Paganini, doravante denominado de CONTRATANTE e de outro lado a empresa GUMBOWSKI ARMAÇÕES E DOBRA DE FERRO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 21.285.605/0001-46, com endereço na Rua Santa Catarina, Bairro Rural Tangará na cidade de Tangará-SC, neste ato representado pelo Sr. Adenilso Engel Gumbowski, doravante denominada CONTRATADA, ajustam e contratam a execução do obra de engenharia, objeto abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, no Processo Administrativo Licitatório nº 0014/2019, TOMADA DE PREÇOS nº 0002/2019, na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito comum pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - Contratação de empresa especializada para execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para PAVIMENTAÇÃO DE PASSEIOS EM FRENTE AO PRÉDIO DO POSTO DE SAÚDE na cidade de Iomerê.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E DO PAGAMENTO

2.1 – O valor total do presente contrato é de R\$ 16.367,84 (dezesesseis mil trezentos e sessenta e sete reais e oitenta e quatro reais).

2.2 – O pagamento será efetuado através de medições, devendo a mesma ser comprovada através de laudo apresentado por engenheiro designado pelo Município.

2.2.2 – O pagamento será efetuado mediante emissão e apresentação de nota fiscal, boletim diário da obra, boletim de medição, negativas de débitos FEDERAL e FGTS atualizadas, tendo o Município um prazo de até 15 (quinze) dias após a liquidação da nota fiscal para efetivar o pagamento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

3.1 – O presente contrato terá vigência com início a partir de sua assinatura e término no final do prazo de execução. O prazo de execução será de até 02 (dois) meses, iniciando com a emissão e entrega da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado havendo concordância de ambas as partes e, por necessidade, em caso de retardo na liberação das verbas financeiras para pagamento da obra à empresa contratada.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 – As despesas para a execução do objeto do presente contrato correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2019:

Órgão	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Projeto/Atividade	AMPLIAÇÃO DA REDE FÍSICA DE SAÚDE
Complem. Elemento	4.4.90.51.98 – APLICAÇÕES DIRETAS
Fonte de Recursos	089 - RECURSOS DE ALIENAÇÃO
Código Reduzido	01, 15, 26 e 34

CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES

5.1 – A inexecução contratual, parcial ou total, submeterá o responsável às penalidades previstas no artigo 87 da Lei 8666/93, na suspensão temporária da participação em Licitações e impedimento de contratar com o Município pelo prazo de 2 (dois) anos e multa de 20% (vinte por cento) do valor contratado;

5.2 – Expirado o prazo de execução do contrato e não concluída a obra, será cobrada multa diária de R\$ 1.000,00 (um mil reais), enquanto perdurar o atraso, salvo quando o atraso se der por culpa do Município contratante, ou situações excepcionais, cuja ocorrência não pode ser atribuída à empresa contratada.

5.3 – As penalidades acima poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666 de 21/6/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

6.1 – O presente contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

7.1 – O CONTRATANTE fiscalizará a execução do contrato, sempre que julgar necessário.

§ 1º - A fiscalização exercida não reduz nem exclui a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade.

§ 2º - O CONTRATANTE anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das incidências observadas, podendo ainda fazer relatórios sobre o andamento do contrato, sendo permitido multas por infrações cometidas pela CONTRATADA.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 – São obrigações da CONTRATADA:

- a) manter as condições de habilitação e qualificação apresentadas na licitação, durante toda a execução do Contrato;
- b) dar fiel execução ao objeto do Contrato, bem como, providenciar às suas expensas e a contento do Município, todas as substituições e correções que se fizerem necessárias;
- c) executar o objeto não sendo admitida a subcontratação;
- d) executar a obra observando rigorosamente os prazos, projetos, detalhes, normas vigentes, especificações e técnicas citadas bem como as normas da ABNT, Código de Obra, Uso do Solo e demais normas e regulamentos oficiais atinentes a cada um dos projetos, efetuando os respectivos controles tecnológicos. Para todos os serviços a ausência de legislação específica enseja a observação das normas internacionais, citadas no Edital ou não;
- e) observar e fazer cumprir as normas regulamentadoras e legislações Federais, Estaduais e Municipais de Segurança, Higiene e Medicina no Trabalho e elaborar e apresentar para o Município o PCMAT – Programa de Condições e Meio Ambiente do Trabalho da obra de acordo com a NR-9 e NR-18 e devidamente registrado no MTE - Ministério do Trabalho e Emprego;
- f) assumir inteira responsabilidade pela execução do objeto, fornecendo materiais e serviços de qualidade;
- g) oferecer, quando solicitado pelo CONTRATANTE, o endereço e contato dos fornecedores de materiais, equipamentos e serviços, para eventuais averiguações;
- h) adotar providências imediatas após a assinatura do contrato, para a emissão das ART's de execução, arcando com todos os custos;
- i) iniciar os serviços, após o recebimento da ordem de serviço;
- j) outras obrigações mencionadas no edital.

CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE

9.1 – São de responsabilidade do CONTRATANTE:

- a) tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório;
- b) manter pessoa ou constituir uma Comissão Especial designada pelo Prefeito Municipal, visando a fiscalização dos serviços;
- c) encaminhar a publicação resumida do instrumento de contrato e seus aditamentos, se ocorrerem, em mural e/ou jornal de circulação regional;
- d) arcar com as despesas concernentes à publicação do extrato do contrato e seus aditivos se ocorrerem.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS RECURSOS

10.1 – Os recursos interpostos às decisões proferidas pela fiscalização somente serão acolhidos nos termos do Capítulo V da Lei nº 8.666/93, se dirigidos diretamente ao Prefeito, e protocolado na Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos não dirigidos conforme determinação desta cláusula não serão conhecidos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS ENCARGOS

11.1 – As despesas dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais correrão por conta da CONTRATADA, ficando esta, ainda, responsável pelo correto cumprimento da legislação de segurança do trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA FISCALIZAÇÃO

12.1 - A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Saúde, conforme o item 1.2 do edital. Será responsável também para atestar as notas fiscais, com o recebimento da obra.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 – Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste contrato, fica eleito o Foro de Videira, SC, Comarca deste Município, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, 29 de outubro de 2019.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

GUMBOWSKI ARMAÇÕES E DOBRA DE FERRO LTDA
CONTRATADO

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

Rafael Deon
OAB.SC 35259

CONTRATO Nº 88/2019 - PMI

Publicação Nº 2216384

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROJETO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E MARCELO LINDNER PIASKOWY.

CT19/088

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, no município de Iomerê - SC, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. LUCIANO PAGANINI, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a MARCELO LINDNER PIASKOWY, pessoa física, situada na Rua Doutor Celso Leon Salles, nº 181 Bairro Vorstadt na cidade de Blumenau-SC, inscrita no CPF sob o nº 091.269.639-73, doravante denominada CONTRATADA, ajustam e contratam a prestação de serviços, que se regerá pelo disposto neste contrato, na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, na Lei nº 10.520/02 aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito comum pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a elaboração de Projeto Arquitetônico e Projetos Complementares para Construção de Ginásio Escolar e Garagem de máquinas pesadas, conforme descritivo e relação a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO
01	<ul style="list-style-type: none"> - Projeto preventivo de incêndio com documento de aprovação junto ao corpo de bombeiros – Ginásio escolar a ser construído. - Projeto preventivo de incêndio com documento de aprovação junto ao corpo de bombeiros – Garagem de máquinas a ser construído. - Consulta de viabilidade ou aprovação dos projetos elétricos e hidros sanitários, junto aos órgãos competentes – Ginásio escolar a ser construído. - Consulta de viabilidade ou aprovação dos projetos elétricos e hidros sanitários, junto aos órgãos competentes – Garagem de máquinas a ser construído. - Revisão dos orçamentos e projetos da construção de Ginásio escolar e Garagem de máquinas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO E VALOR

O presente contrato está diretamente vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0067/2019, na modalidade Pregão Presencial nº 0039/2019, independente de sua transcrição.

Paragrafo Primeiro. Pela prestação do serviço a CONTRATADA receberá do CONTRATANTE o valor de R\$ 10.495,00 (dez mil quatrocentos e noventa e cinco reais).

Paragrafo Segundo. Os valores são fixos e irredutíveis decorrentes da proposta financeira da contratada e incluem, além dos honorários, despesas com deslocamento, material, salários, encargos sociais e trabalhistas, taxas, impostos, indenizações e transportes diversos e outras despesas de qualquer natureza que se fizerem necessárias ao perfeito cumprimento do objeto especificado na cláusula primeira deste Contrato, não gerando também qualquer vínculo empregatício com os sócios, empregados e/ou prepostos da Contratada.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência contratual será de 30(trinta) dias, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado mediante justificativa comprovada.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado após conclusão e apresentação das aprovações do item 2.1 do edital diretamente na conta corrente da contratada, mediante emissão e apresentação de Nota Fiscal, tendo o Município um prazo de até 10 (dez) dias para efetivar o pagamento.

Paragrafo Primeiro. O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica constante da Nota Fiscal deverá ser aquele fornecido na Proposta da Contratada, deverá conter todas as especificações dos itens, devidamente atestada pela Secretaria responsável, através do secretário de Administração e Finanças.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	Secretaria de Administração e Finanças
Unidade Orçamentária	Secretaria de Administração e Finanças
Projeto/Atividade	Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças
Complem. Elemento	33.90.00.00 – Aplicações Diretas
Reduzido	09

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A aprovação dos projetos perante as autoridades competentes ficará a encargo da licitante vencedora, inclusive do Projeto Preventivo de Incêndio, do Projeto Arquitetônico, Elétrico e Hidrossanitário, será de responsabilidade também a entrega de arquivos digitais, em DWG (AutoCAD) os projetos e XLSX (Excel) das planilhas orçamentárias.

O prazo para execução do trabalho será de 30 (trinta) dias contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado mediante justificativa.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE

a) Será de obrigatoriedade da empresa vencedora:

Prestar os serviços objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

Entregar os serviços conforme declarado na proposta vencedora com presteza pontualidade, qualidade, ética profissional, em conformidade com os termos e prazos estabelecidos neste Edital e no Contrato;

Manter o sigilo profissional de toda documentação e informações que terão conhecimento para realização dos serviços;
Solicitar toda a documentação e informações para a correta realização dos serviços;
Prestar os serviços com profissionais qualificados;

b) Será de obrigatoriedade da contratante:

Efetuar o pagamento conforme especificado neste Edital;

Entregar toda a documentação e informações necessárias para a realização dos serviços objeto do presente certame;

Permitir o acesso dos profissionais que realizarão os serviços, desde que devidamente identificados.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pela inexecução total ou parcial o Município poderá aplicar a CONTRATADA as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica a CONTRATADA sujeito a multa de 1% (um por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total da proposta;

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Quando houver algum imprevisto que impossibilite à Contratada o cumprimento das obrigações ora contraídas, a mesma deverá comunicar a contratante imediatamente para que se tomem as providências no sentido de não prejudicar o andamento das atividades relacionadas ao objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Administração, através de seu secretário. Serão responsáveis também para atestar as notas fiscais, com o recebimento do serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

Para dirimir toda e qualquer questão oriunda deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Videira, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 02 (duas) vias, juntamente com as testemunhas.

Iomerê, 04 de novembro de 2019.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

MARCELO LINDNER PIASKOWY
CONTRATADO

Testemunhas:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

Rafael Deon
OAB.SC 35259

ERRATA EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2019 DE 14 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2216955

ERRATA EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2019 DE 14 DE OUTUBRO DE 2019

O Município de Iomerê faz saber a todos os interessados que houve alteração no Edital do processo seletivo nº 001/2019, que visa a contratação de servidores em caráter temporário, em especial quanto ao local em que as inscrições serão realizadas em razão da mudança temporária com base na autorização legislativa através da Lei n. 921/2019, sendo mantido todos os demais detalhes já expostos no referido edital.

Fica alterado o local de inscrições para o processo seletivo, onde se lê:

2.1 As inscrições serão realizadas na sede da Prefeitura de IOMERÊ - SC, Rua João Rech, 500, Centro, no Município de IOMERÊ-SC, CEP 89.558-000, no período de 16/10/2019 a 14/11/2019, das 07h30min às 11h e das 13h00min às 16h30min. A ficha de inscrição, Anexo V, deve ser devidamente preenchida pelo candidato, bem como preencher e entregar o termo de concordância devidamente assinado.

Leia-se:

2.1 As inscrições serão realizadas na sede provisória da Prefeitura de IOMERÊ - SC, Avenida Pedro Penso, 530, Centro, no Município de

IOMERÊ-SC, CEP 89.558-000, no período de 16/10/2019 a 14/11/2019, das 07h30min às 11h e das 13h00min às 16h30min. A ficha de inscrição, Anexo V, deve ser devidamente preenchida pelo candidato, bem como preencher e entregar o termo de concordância devidamente assinado.

Iomerê, 01 de novembro de 2019.

Luciano Paganini

Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO PAVER POSTO SAUDE

Publicação Nº 2216336

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL SAUDE IOMERE	TOMADA DE PREÇO Nr.: 2/2019 - TP
CNPJ: 10.423.190/0001-03 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	Processo Administrativo: 14/2019 Processo de Licitação: 14/2019 Data do Processo: 26/09/2019
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, LUCIANO PAGANINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 14/2019
b) Licitação Nr.: 2/2019-TP
c) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
d) Data Homologação: 29/10/2019
e) Data da Adjudicação: 29/10/2019 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação PAVIMENTAÇÃO DE PASSEIOS

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

GUMBOWSKY ARMACOES E DOBRA DE FERRO LTDA (5580)

1 PAVIMENTAÇÃO DE PASSEIOS	UN	1,00	0,0000	16.367,84	16.367,84
				Total do Fornecedor:	16.367,84
				Total Geral:	16.367,84

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.064.4.4.90.00.00.00.00.00 (1), 2.025.4.4.90.00.00.00.00.00 (15), 2.029.4.4.90.00.00.00.00.00 (26),
1.064.4.4.90.00.00.00.00.00 (34)

Iomerê, 29 de Outubro de 2019.

LUCIANO PAGANINI
PREFEITO

HOMOLOGAÇÃO PROJETOS

Publicação Nº 2216338

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE CNPJ: 01.612.744/0001-20 Rua João Rech C.E.P.: 89558-000 - Iomerê - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 39/2019 - PR Processo Administrativo: 65/2019 Processo de Licitação: 67/2019 Data do Processo: 16/10/2019
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, LUCIANO PAGANINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 67/2019
b) Licitação Nr.: 39/2019-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 04/11/2019
e) Data da Adjudicação: 04/11/2019 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação ELABORAÇÃO DE PROJETOS

g) Fornecedores e Itens Vencedores: (em Reais R\$)

	<u>Unid.</u>	<u>Qtdade</u>	<u>Descdo (%)</u>	<u>Preço Unitário</u>	<u>Total do Item</u>
--	--------------	---------------	-------------------	-----------------------	----------------------

LOTE: 1**MARCELO LINDNER PIASKOWY (5592)**

1	ELABORAÇÃO DE PROJETOS - CONFORME EDITAL.	SRV	1,00	0,0000	10.495,00	10.495,00
					Total do Fornecedor:	10.495,00
					Total Geral:	10.495,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.004.3.3.90.00.00.00.00 (9) Saldo: 7.997,24

Iomerê, 4 de Novembro de 2019.

LUCIANO PAGANINI

Ipira

PREFEITURA

PROCESSO DE LICITAÇÃO 068/2019-PMI

Publicação Nº 2217048

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPIRA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 068/2019
Pregão Presencial nº 041/2019

O Município de Ipira torna público para o conhecimento dos interessados que estará realizando Processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial – Registro de Preços, para aquisição de climatizador de ar, eletrodoméstico e equipamentos de informática conforme a necessidade, para utilização no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e na Delegacia de Polícia Civil de Ipira. Entrega dos envelopes até às 08:45 horas do dia 19 de novembro de 2019. Informações e íntegra do Edital, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, na Prefeitura Municipal, ou pelo Telefone (0**49) 3558-0451 – E-mail: neocir@ipira.sc.gov.br.

Ipira (SC), 05 de novembro de 2019.
Emerson Ari Reichert
Prefeito Municipal

CONTRATO 071/2019-FMS

Publicação Nº 2217183

05/11/2019 05/11/2020 05/11/2019 886 71/2019 0 1 "REF: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE ENGENHARIA DE REVITALIZAÇÃO DA ACADEMIA DA SAÚDE, COM DESENVOLVIMENTO DE UMA PROPOSTA PARA O PÓRTICO DE ENTRADA, REFORMA DOS MUROS DE PROTEÇÃO EXISTENTES, REVITALIZAÇÃO ÁREA DE ATIVIDADES, ASSIM COMO A QUADRA EXISTENTE E DESENVOLVIMENTO DE PROJETO PAISAGÍSTICO PARA TODA A ÁREA EXTERNA.

CONFORME CONTRATO Nº 071/2019-FMS" 3400,00 102947 ANGELICA MALTAURO J 1 68 2019 384 32 C 24 8 8 DL 0 0 0 Não FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPIRA

CONTRATOS 063-064-067-068-069-070/2019-FMS

Publicação Nº 2216861

05/11/2019 05/11/2020 05/11/2019 2019 7 880 63/2019 0 1 O objeto da presente licitação consiste na realização de REGISTRO DE PREÇOS para a possível aquisição de materiais e equipamentos odontológicos e de enfermagem em atenção básica e programas das Unidades do Fundo Municipal de Saúde e equipamentos de informática para as Secretarias Municipais de Educação e CRAS, Policia Civil, climatizador e cadeiras para a Casa Mortuária, conforme especificações constantes do ANEXO "A" deste Edital. 412,60 102891 DENTAL HIGIX PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSPIT J 1 0 0 0 36 C 0 0 14 PE 3 2019 1 Não FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPIRA

05/11/2019 05/11/2020 05/11/2019 2019 7 881 64/2019 0 1 O objeto da presente licitação consiste na realização de REGISTRO DE PREÇOS para a possível aquisição de materiais e equipamentos odontológicos e de enfermagem em atenção básica e programas das Unidades do Fundo Municipal de Saúde e equipamentos de informática para as Secretarias Municipais de Educação e CRAS, Policia Civil, climatizador e cadeiras para a Casa Mortuária, conforme especificações constantes do ANEXO "A" deste Edital. 1805,34 10343 DENTAL MED EQUIPAMENTOS E MATERIAIS ODONTOLOGICOS J 1 0 0 0 36 C 0 0 14 PE 3 2019 1 Não FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPIRA

05/11/2019 05/11/2020 05/11/2019 2019 7 882 67/2019 0 1 O objeto da presente licitação consiste na realização de REGISTRO DE PREÇOS para a possível aquisição de materiais e equipamentos odontológicos e de enfermagem em atenção básica e programas das Unidades do Fundo Municipal de Saúde e equipamentos de informática para as Secretarias Municipais de Educação e CRAS, Policia Civil, climatizador e cadeiras para a Casa Mortuária, conforme especificações constantes do ANEXO "A" deste Edital. 1573,20 8512 Metromed - Comércio de Mat. Med. Hospitalares J 1 0 0 0 36 C 0 0 14 PE 3 2019 1 Não FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPIRA

05/11/2019 05/11/2020 05/11/2019 2019 7 883 68/2019 0 1 O objeto da presente licitação consiste na realização de REGISTRO DE PREÇOS para a possível aquisição de materiais e equipamentos odontológicos e de enfermagem em atenção básica e programas das Unidades do Fundo Municipal de Saúde e equipamentos de informática para as Secretarias Municipais de Educação e CRAS, Policia Civil, climatizador e cadeiras para a Casa Mortuária, conforme especificações constantes do ANEXO "A" deste Edital. 1965,62 9077 Prhodent - Com. e Repres. Prod.Hosp.Dent. Ltda. J 1 0 0 0 36 C 0 0 14 PE 3 2019 1 Não FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPIRA

05/11/2019 05/11/2020 05/11/2019 2019 7 884 69/2019 0 1 O objeto da presente licitação consiste na realização de REGISTRO DE PREÇOS para a possível aquisição de materiais e equipamentos odontológicos e de enfermagem em atenção básica e programas das Unidades do Fundo Municipal de Saúde e equipamentos de informática para as Secretarias Municipais de Educação e CRAS, Policia Civil, climatizador e cadeiras para a Casa Mortuária, conforme especificações constantes do ANEXO "A" deste Edital. 1231,80 10406 Tata Com. de Equip. p/ Saúde Odonto Médico Ltda. J 1 0 0 0 36 C 0 0 14 PE 3 2019 1 Não FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPIRA

05/11/2019 05/11/2020 05/11/2019 2019 7 885 70/2019 0 1 O objeto da presente licitação consiste na realização de REGISTRO DE PREÇOS para a possível aquisição de materiais e equipamentos odontológicos e de enfermagem em atenção básica e programas das Unidades do Fundo Municipal de Saúde e equipamentos de informática para as Secretarias Municipais de Educação e CRAS, Policia Civil, climatizador e

cadeiras para a Casa Mortuária, conforme especificações constantes do ANEXO "A" deste Edital. 17261,87 102945 UIATA RIBEIRO MOMENTE J 1 0 0 0 36 C 0 0 14 PE 3 2019 1 Não FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPIRA

CONTRATOS 065-066/2019-FMS

Publicação Nº 2216863

05/11/2019 05/11/2020 05/11/2019 2019 7 2595 65/2019-FMS 0 1 O objeto da presente licitação consiste na realização de REGISTRO DE PREÇOS para a possível aquisição de materiais e equipamentos odontológicos e de enfermagem em atenção básica e programas das Unidades do Fundo Municipal de Saúde e equipamentos de informática para as Secretarias Municipais de Educação e CRAS, Policia Civil, climatizador e cadeiras para a Casa Mortuária, conforme especificações constantes do ANEXO "A" deste Edital. 2694,00 102946 ESCOLARES INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA J 1 0 0 0 36 C 0 0 14 PE 3 2019 2 Sim FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPIRA

05/11/2019 05/11/2020 05/11/2019 2019 7 2596 66/2019-FMS 0 1 O objeto da presente licitação consiste na realização de REGISTRO DE PREÇOS para a possível aquisição de materiais e equipamentos odontológicos e de enfermagem em atenção básica e programas das Unidades do Fundo Municipal de Saúde e equipamentos de informática para as Secretarias Municipais de Educação e CRAS, Policia Civil, climatizador e cadeiras para a Casa Mortuária, conforme especificações constantes do ANEXO "A" deste Edital. 3454,00 102552 MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA J 1 0 0 0 36 C 0 0 14 PE 3 2019 2 Sim FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPIRA

Iporã do Oeste

PREFEITURA

6º TA AO CT. 017/2018

Publicação Nº 2217254

MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE
EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 017/2018
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA EFETUAR O TRANSPORTE DE ESCOLARES DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO.
DO VALOR: R\$ 7.040,00 (Sete mil e quarenta reais).
CONTRATANTE: Município de Iporã do Oeste/SC.
CONTRATADO: IRMAOS CASAGRANDE TRANSPORTES LTDA.
DO FUNDAMENTO: Lei 8.666/93 e suas alterações.
DO FORO: Foro da Comarca de Mondai/SC

Iporã do Oeste/SC, 31 de Outubro de 2019.
LUCIO MALLMANN
Prefeito Municipal.

7º TA AO CT 014/2018

Publicação Nº 2217216

MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE
EXTRATO DO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 014/2018
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA EFETUAR O TRANSPORTE DE ESCOLARES DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO.
DO VALOR: R\$ 22.082,50 (Vinte e dois mil e oitenta e dois reais e cinquenta centavos).
CONTRATANTE: Município de Iporã do Oeste/SC.
CONTRATADO: CLEO HALMENSCHLAGER ME. DO FUNDAMENTO: Lei 8.666/93 e suas alterações.
DO FORO: Foro da Comarca de Mondai/SC

Iporã do Oeste/SC, 31 de Outubro de 2019.
LUCIO MALLMANN
Prefeito Municipal.

8º TA AO CT. 013/2018

Publicação Nº 2217224

MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE
EXTRATO DO 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 013/2018
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA EFETUAR O TRANSPORTE DE ESCOLARES DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO.
DO VALOR: R\$ 1.284,80 (Um mil, duzentos e oitenta e quatro reais e oitenta centavos).
CONTRATANTE: Município de Iporã do Oeste/SC.
CONTRATADO: TRANSPORTES PAVOENSE LTDA ME.
DO FUNDAMENTO: Lei 8.666/93 e suas alterações.
DO FORO: Foro da Comarca de Mondai/SC

Iporã do Oeste/SC, 31 de Outubro de 2019.
LUCIO MALLMANN
Prefeito Municipal.

8º TA AO CT. 015/2018

Publicação Nº 2217230

MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE
EXTRATO DO 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 015/2018
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA EFETUAR O TRANSPORTE DE ESCOLARES DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO.
DO VALOR: R\$ 17.729,20 (Dezessete mil, setecentos e vinte e nove reais e vinte centavos).
CONTRATANTE: Município de Iporã do Oeste/SC.
CONTRATADO: TRANSPORTES COLETIVOS DMP LTDA ME.
DO FUNDAMENTO: Lei 8.666/93 e suas alterações.
DO FORO: Foro da Comarca de Mondaí/SC

Iporã do Oeste/SC, 31 de Outubro de 2019.
LUCIO MALLMANN
Prefeito Municipal.

8º TA AO CT. 016/2018

Publicação Nº 2217211

MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE
EXTRATO DO 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 016/2018
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA EFETUAR O TRANSPORTE DE ESCOLARES DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO.
DO VALOR: R\$ 30.528,00 (Trinta mil, quinhentos e vinte e oito reais).
CONTRATANTE: Município de Iporã do Oeste/SC.
CONTRATADO: TRANSPORTES FABAN EIRELI.
DO FUNDAMENTO: Lei 8.666/93 e suas alterações.
DO FORO: Foro da Comarca de Mondaí/SC

Iporã do Oeste/SC, 31 de Outubro de 2019.
LUCIO MALLMANN
Prefeito Municipal.

8º TA AO CT. 018/2018

Publicação Nº 2217241

MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE
EXTRATO DO 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 018/2018
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA EFETUAR O TRANSPORTE DE ESCOLARES DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO.
DO VALOR: R\$ 9.481,75 (Nove mil, quatrocentos e oitenta e um reais e setenta e cinco centavos).
CONTRATANTE: Município de Iporã do Oeste/SC.
CONTRATADO: PRESTADORA DE SERVIÇOS JGJ LTDA ME.
DO FUNDAMENTO: Lei 8.666/93 e suas alterações.
DO FORO: Foro da Comarca de Mondaí/SC

Iporã do Oeste/SC, 31 de Outubro de 2019.
LUCIO MALLMANN
Prefeito Municipal.

Ipuacú

PREFEITURA

ADTO CT PREF 169.2019

Publicação Nº 2217049

DATA: 01 DE novembro DE 2019

ADITIVO CONTRATO PREF N.º 169 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2018.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREF 169/2018 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE IPUAÇU – SC E A EMPRESA “CB COMÉRCIO DE LIVROS E BRINQUEDOS BOFF LTDA –ME” OS FINS QUE ESPECÍFICA – AMPLIAÇÃO DE PRAZO.

CONTRATADA: CB COMÉRCIO DE LIVROS E BRINQUEDOS BOFF LTDA –ME, inscrita no CNPJ N 01.699.984/0001-60.

Considerando os princípios administrativos da legalidade, da eficiência e interesse público;

Considerando que a vigência do contrato original perdura até a data de 01 de novembro de 2019.

Considerando, manifestação formal da empresa contratada da possibilidade da prorrogação até a data de 28/02/2020.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações e também Processo Licitatório Pref. n.º 49/2018, Pregão Presencial Pref n.º 34/2018 e Ata de Registro de Preços PREF n.º 31-A datada de 01/11/2018.

DO OBJETO: O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da cláusula sexta- prazo de vigência do Contrato PREF 169 de 01 de setembro de 2018.

Considerando este termo aditivo. A cláusula sexta do contrato passa a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – PRAZO

O presente contrato tem sua vigência da data da assinatura do contrato que é 01 de novembro de 2019 e perdurará até a data de 28 de fevereiro de 2020, com a entrega imediata dos produtos solicitados observados os prazos prescritos no edital.

Parágrafo único: O presente contrato poderá ser prorrogado conforme previsto na Ata de Registro de Preços (condições gerais) e Edital do Processo item (10.1.1) abaixo descrito:

... 10.1.1 – O contrato decorrente do presente certame poderá sofrer aditivos de: supressão o adição de quantitativos até o máximo de 25% da quantidade inicial licitada; reajuste de valores em caso de desequilíbrio financeiro devidamente comprovado por notas fiscais de compra e se requerido pelo futuro contratado; aditivo de prazo em caso de haver saldo remanescentes após os 12 (doze) meses iniciais de contrato....

ADTO CT PREF 171.2019

Publicação Nº 2217052

DATA: 01 DE novembro DE 2019

ADITIVO AO CONTRATO PREF N.º 171 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2018.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREF 171/2018 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE IPUAÇU – SC E A EMPRESA “JP EQUIPAMENTOS LTDA ME” OS FINS QUE ESPECÍFICA – AMPLIAÇÃO DE PRAZO.

CONTRATADA: JP EQUIPAMENTOS LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 13.772.057/0001-50.

Considerando os princípios administrativos da legalidade, da eficiência e interesse público;

Considerando que a vigência do contrato original perdura até a data de 01 de novembro de 2019.

Considerando, manifestação formal da empresa contratada da possibilidade da prorrogação até a data de 28/02/2020.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações e também Processo Licitatório Pref. n.º 49/2018, Pregão Presencial Pref n.º 34/2018 e Ata de Registro de Preços PREF n.º 31-C datada de 01/11/2018.

DO OBJETO: O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da cláusula sexta- prazo de vigência do Contrato PREF 171 de 01 de setembro de 2018.

Considerando este termo aditivo. A cláusula sexta do contrato passa a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – PRAZO

O presente contrato tem sua vigência da data da assinatura do contrato que é 01 de novembro de 2019 e perdurará até a data de 28 de fevereiro de 2020, com a entrega imediata dos produtos solicitados observados os prazos prescritos no edital.

Parágrafo único: O presente contrato poderá ser prorrogado conforme previsto na Ata de Registro de Preços (condições gerais) e Edital do Processo item (10.1.1) abaixo descrito:

... 10.1.1 – O contrato decorrente do presente certame poderá sofrer aditivos de: supressão o adição de quantitativos até o máximo de 25% da quantidade inicial licitada; reajuste de valores em caso de desequilíbrio financeiro devidamente comprovado por notas fiscais de compra e se requerido pelo futuro contratado; aditivo de prazo em caso de haver saldo remanescentes após os 12 (doze) meses iniciais de contrato....

ADTO CT PREF 172.2019

Publicação Nº 2217054

DATA: 01 DE NOVEMBRO DE 2019

ADITIVO AO CONTRATO PREF N.º 172 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2018.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREF 172/2018 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE IPUAÇU – SC E A EMPRESA “MAQUIMALHAS COM. E REPRESENTAÇÕES LTDA” OS FINS QUE ESPECÍFICA – AMPLIAÇÃO DE PRAZO.

CONTRATADA: MAQUIMALHAS COM. E REPRESENTAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 81.784.654/0001-55.

Considerando os princípios administrativos da legalidade, da eficiência e interesse público;

Considerando que a vigência do contrato original perdura até a data de 01 de novembro de 2019.

Considerando, manifestação formal da empresa contratada da possibilidade da prorrogação até a data de 28/02/2020.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações e também Processo Licitatório Pref. n.º 49/2018, Pregão Presencial Pref n.º 34/2018 e Ata de Registro de Preços PREF n.º 31-D datada de 01/11/2018.

DO OBJETO: O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da cláusula sexta- prazo de vigência do Contrato PREF 172 de 01 de setembro de 2018.

Considerando este termo aditivo. A cláusula sexta do contrato passa a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – PRAZO

O presente contrato tem sua vigência da data da assinatura do contrato que é 01 de novembro de 2019 e perdurará até a data de 28 de fevereiro de 2020, com a entrega imediata dos produtos solicitados observados os prazos prescritos no edital.

Parágrafo único: O presente contrato poderá ser prorrogado conforme previsto na Ata de Registro de Preços (condições gerais) e Edital do Processo item (10.1.1) abaixo descrito:

... 10.1.1 – O contrato decorrente do presente certame poderá sofrer aditivos de: supressão o adição de quantitativos até o máximo de 25% da quantidade inicial licitada; reajuste de valores em caso de desequilíbrio financeiro devidamente comprovado por notas fiscais de compra e se requerido pelo futuro contratado; aditivo de prazo em caso de haver saldo remanescentes após os 12 (doze) meses iniciais de contrato....

ADTO CT PREF 173.2019

Publicação Nº 2217351

DATA: 01 DE NOVEMBRO DE 2019

ADITIVO AO CONTRATO PREF N.º 173 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2018.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREF 173/2018 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE IPUAÇU – SC E A EMPRESA “MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA-ME” OS FINS QUE ESPECÍFICA – AMPLIAÇÃO DE PRAZO.

CONTRATADA: MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ N. 23.518.341/0001-59.

Considerando os princípios administrativos da legalidade, da eficiência e interesse público;

Considerando que a vigência do contrato original perdura até a data de 01 de novembro de 2019.

Considerando, manifestação formal da empresa contratada da possibilidade da prorrogação até a data de 28/02/2020.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações e também Processo Licitatório Pref. n.º 49/2018, Pregão Presencial Pref n.º 34/2018 e Ata de Registro de Preços PREF n.º 31-E datada de 01/11/2018.

DO OBJETO: O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da cláusula sexta- prazo de vigência do Contrato PREF 173 de 01 de setembro de 2018.

Considerando este termo aditivo. A cláusula sexta do contrato passa a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – PRAZO

O presente contrato tem sua vigência da data da assinatura do contrato que é 01 de novembro de 2019 e perdurará até a data de 28 de fevereiro de 2020, com a entrega imediata dos produtos solicitados observados os prazos prescritos no edital.

Parágrafo único: O presente contrato poderá ser prorrogado conforme previsto na Ata de Registro de Preços (condições gerais) e Edital do Processo item (10.1.1) abaixo descrito:

... 10.1.1 – O contrato decorrente do presente certame poderá sofrer aditivos de: supressão o adição de quantitativos até o máximo de 25% da quantidade inicial licitada; reajuste de valores em caso de desequilíbrio financeiro devidamente comprovado por notas fiscais de compra e se requerido pelo futuro contratado; aditivo de prazo em caso de haver saldo remanescentes após os 12 (doze) meses iniciais de contrato....

ADTO CT PREF 175.2019

Publicação Nº 2217058

DATA: 01 DE NOVEMBRO DE 2019

ADITIVO AO CONTRATO PREF N.º 175 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2018.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREF 175/2018 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE IPUAÇU – SC E A EMPRESA “TECIMAIS COMÉRCIO DE TECIDOS E AVIAMENTOS LTDA –ME” OS FINS QUE ESPECÍFICA – AMPLIAÇÃO DE PRAZO.

CONTRATADA: TECIMAIS COMÉRCIO DE TECIDOS E AVIAMENTOS LTDA –ME, inscrita no CNPJ N. 01.816.922/0001-34.

Considerando os princípios administrativos da legalidade, da eficiência e interesse público;

Considerando que a vigência do contrato original perdura até a data de 01 de novembro de 2019.

Considerando, manifestação formal da empresa contratada da possibilidade da prorrogação até a data de 28/02/2020.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações e também Processo Licitatório Pref. n.º 49/2018, Pregão Presencial Pref n.º 34/2018 e Ata de Registro de Preços PREF n.º 31-G datada de 01/11/2018.

DO OBJETO: O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da cláusula sexta- prazo de vigência do Contrato PREF 175 de 01 de setembro de 2018.

Considerando este termo aditivo. A cláusula sexta do contrato passa a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – PRAZO

O presente contrato tem sua vigência da data da assinatura do contrato que é 01 de novembro de 2019 e perdurará até a data de 28 de fevereiro de 2020, com a entrega imediata dos produtos solicitados observados os prazos prescritos no edital.

Parágrafo único: O presente contrato poderá ser prorrogado conforme previsto na Ata de Registro de Preços (condições gerais) e Edital do Processo item (10.1.1) abaixo descrito:

... 10.1.1 – O contrato decorrente do presente certame poderá sofrer aditivos de: supressão o adição de quantitativos até o máximo de 25% da quantidade inicial licitada; reajuste de valores em caso de desequilíbrio financeiro devidamente comprovado por notas fiscais de compra e se requerido pelo futuro contratado; aditivo de prazo em caso de haver saldo remanescentes após os 12 (doze) meses iniciais de contrato....

ADTO CT PREF 176.2019

Publicação Nº 2217064

DATA: 01 DE NOVEMBRO DE 2019

ADITIVO AO CONTRATO PREF N.º 176 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2018.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREF 176/2018 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE IPUAÇU – SC E A EMPRESA “TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA EPP” OS FINS QUE ESPECÍFICA – AMPLIAÇÃO DE PRAZO.

CONTRATADA: TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA EPP, inscrita no CNPJ nº 04.303.600/0001-80.

Considerando os princípios administrativos da legalidade, da eficiência e interesse público;

Considerando que a vigência do contrato original perdura até a data de 01 de novembro de 2019.

Considerando, manifestação formal da empresa contratada da possibilidade da prorrogação até a data de 28/02/2020.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações e também Processo Licitatório Pref. n.º 49/2018, Pregão Presencial Pref n.º 34/2018 e Ata de Registro de Preços PREF n.º 31-H datada de 01/11/2018.

DO OBJETO: O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da cláusula sexta- prazo de vigência do Contrato PREF 176 de 01 de setembro de 2018.

Considerando este termo aditivo. A cláusula sexta do contrato passa a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA – PRAZO

O presente contrato tem sua vigência da data da assinatura do contrato que é 01 de novembro de 2019 e perdurará até a data de 28 de fevereiro de 2020, com a entrega imediata dos produtos solicitados observados os prazos prescritos no edital.

Parágrafo único: O presente contrato poderá ser prorrogado conforme previsto na Ata de Registro de Preços (condições gerais) e Edital do Processo item (10.1.1) abaixo descrito:

... 10.1.1 – O contrato decorrente do presente certame poderá sofrer aditivos de: supressão o adição de quantitativos até o máximo de 25% da quantidade inicial licitada; reajuste de valores em caso de desequilíbrio financeiro devidamente comprovado por notas fiscais de compra e se requerido pelo futuro contratado; aditivo de prazo em caso de haver saldo remanescentes após os 12 (doze) meses iniciais de contrato....

DECRETO Nº 198 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019. AMPLIA EM CARÁTER PERMANENTE A CARGA HORÁRIA DE OCUPANTE DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL.

Publicação Nº 2216449

DECRETO Nº 198

DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

AMPLIA EM CARÁTER PERMANENTE A CARGA HORÁRIA DE OCUPANTE DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL.

A Prefeita do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente Lei Complementar Municipal nº 015, de 14 de junho de 2005 e Edital de Processo Seletivo Interno nº 002, de 19 de setembro de 2019;

Considerando classificação final do Processo Seletivo Interno nº 002/2019, constante no anexo único do Decreto do Executivo Municipal nº 184, de 22 de outubro de 2019;

Considerando que a servidora atende todos os requisitos de habilitação para a ampliação da carga horária;

Considerando a necessidade de ampliação da carga horária, para melhor atendimento a coletividade e resguardando o interesse público;

DECRETA:

Art. 1º Fica ampliada em caráter permanente a carga horária da servidora abaixo relacionada, conforme especifica:

Servidora:	Cargo:	C H Anterior:	C H ampliada/ atual:
MARILI JÚLIO RIBEIRO	Professor II	20h	40h

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em exercício de Ipuacu-SC, em 01 de novembro de 2019.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuacu

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br

DECRETO Nº 196 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019. NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Publicação Nº 2216443

DECRETO Nº 196

DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

A Prefeita do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 91, incisos IX e XII da Lei Orgânica; Lei Complementar Municipal nº 013, de 14 de junho de 2005; e Lei Complementar Municipal nº 011, de 14 de junho de 2005, especialmente artigo 9º, inciso II;

DECRETA:

Art. 1º Fica a Servidora abaixo relacionada, NOMEADA para o respectivo cargo pelo provimento de Cargo em Comissão:

Servidora:	Cargo:	Data:
ANDIARA AGNOLETTI CASANOVA	Coordenadora de Programas de Esportes	01/11/2019

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu-SC, em 01 de novembro de 2019.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuacu

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br

DECRETO Nº 197 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019. DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE SERVIDORA APROVADA NO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017.

Publicação Nº 2216447

DECRETO Nº 197

DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE SERVIDORA APROVADA NO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017.

A Prefeita do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais constantes no inciso IX do artigo 91 da Lei Orgânica; Lei Complementar Municipal nº 012, de 14 de junho de 2005; e

Considerando o Processo Seletivo para o preenchimento de vagas temporárias no Município de Ipuacu, conforme Edital nº 001/2017;

Considerando a previsão da Lei Federal nº 8.745 de 1993, aplicada supletivamente ao caso de contratações temporárias, precedida de Processo Seletivo;

Considerando interesse público municipal;

Considerando quinquagésimo oitavo edital de chamamento de candidatos classificados no Processo Seletivo nº 01/2017;

DECRETA:

Art. 1º Fica contratada temporariamente, através de edital de teste seletivo nº 001/2017, a servidora abaixo relacionada, iniciando em 04/11/2019 e estendendo-se até a posse de servidores para os mesmos cargos nomeados por concurso público, podendo ocorrer rescisão antecipada a critério da Administração, por conveniência administrativa ou interesse público, conforme especificado no quadro a seguir:

Servidora:	Cargo:	C/h:	Início:
JAQUELINE RAMOS	Agente de Copa e Limpeza	40hs	04/11/2019

Art. 2º Este Decreto é publicado na presente data, produzindo efeitos a contar do dia 04 de novembro de 2019.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu- SC, em 01 de novembro de 2019.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuacu

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br

DECRETO Nº 199 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019. DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE SERVIDORES APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017.

Publicação Nº 2216450

DECRETO Nº 199

DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE SERVIDORES APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017.

A Prefeita do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, constantes no inciso IX do artigo 91 da Lei Orgânica; Lei Complementar Municipal nº 012, de 14 de junho de 2005; e

Considerando o Processo Seletivo para o preenchimento de vagas temporárias no Município de Ipuacu, conforme Edital nº 001/2017;

Considerando a previsão da Lei Federal nº 8.745 de 1993, aplicada supletivamente ao caso de contratações temporárias, precedida de Processo Seletivo;

Considerando interesse público municipal;

Considerando Licença Prêmio concedida a Servidora Fátima Beatriz Serena Fagundes, do período de 04/11/2019 à 03/12/2019, conforme Portaria do Executivo Municipal nº 189, de 01 de novembro de 2019;

Considerando Trigésima Quarta chamada para escolhas de aulas realizada no dia 04/11/2019, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;

DECRETA:

Art. 1º Ficam contratados temporariamente, através de edital de teste seletivo nº 001/2017, os servidores abaixo relacionados, iniciando em 05/11/2019 e estendendo-se até o retorno da servidora que encontra-se em gozo de licença prêmio, podendo ocorrer rescisão antecipada a critério da Administração, por conveniência administrativa ou interesse público, conforme especificado no quadro a seguir:

Servidora:	Cargo:	C/h:	Início:
SIDIANE GAIO	Professor II	20hs	05/11/2019
VANESSA POSSA SCHUSTER	Professor II	20hs	05/11/2019

Art. 2º Este Decreto é publicado na presente data, produzindo efeitos a contar do dia 05 de novembro de 2019.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu- SC, em 04 de novembro de 2019.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuacu

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br

DECRETO Nº 200 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2019 PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2216901

DECRETO Nº 200

DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2019 PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais constantes nos incisos VI e XXVII do Art. 91 da Lei Orgânica do Município, Art. 9º da Lei 888, de 30 de novembro de 2018 – Lei Orçamentária para o exercício de 2019;

DECRETA:

Art. 1º Abre crédito adicional suplementar pelo provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), na seguinte programação de despesa:

05.00 – Secretaria de Infraestrutura e Obras

Projeto/Atividade n. 26.782.2601.2.047 – Manutenção da Secretaria de Infraestrutura e Obras

Modalidade de Aplicação: 33900000
Fonte de Recurso: 0.1139 –Recursos FEP
Despesa: 76 – R\$ 20.000,00

Art. 2º Como Fonte de Recurso para abertura do crédito adicional de que trata o art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), da fonte de recursos ordinários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuauçu - SC, em 05 de novembro de 2019
CLORI PEROZA
Prefeita de Ipuauçu

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br

PL FMS 14.2019 PP FMS 11.2019

Publicação Nº 2216749

EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE IPUAÇU, Estado de Santa Catarina juntamente com o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório FMS n.14/2019, Tipo Pregão Presencial FMS n. 11/2019, (menor preço por item) às 09h00min de 20 de novembro de 2019.

Data de abertura: A partir das 09h30min de 20 de novembro de 2019.

Objeto: Seleção de propostas para contratação de empresa para prestação de serviços médicos: clínico geral 40 horas semanais para atendimento no programa ESF II (Estratégia Saúde da Família) sendo que o atendimento deverá ser realizado na unidade da Sede da Reserva Indígena. Conforme descrito no Anexo I deste edital e na solicitação de compras anexa a este Processo de Licitação, na qual se retratam também os valores unitários e máximos para este processo licitatório. Fundamento legal é a Lei Federal 10520/2002 e Lei 8.666 1993, consolidada e legislação aplicável. A íntegra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito à Rua Zanella n. 818, na cidade de Ipuauçu –SC, telefone (49) 34490045.

Ipuauçu - SC, em 05 de novembro de 2019.
CLORI PEROZA
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 183 DE 30 DE OUTUBRO DE 2019. AMPLIA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR, CONFORME ESPECIFICA.

Publicação Nº 2216608

PORTARIA Nº 183
DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.
AMPLIA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR, CONFORME ESPECIFICA.

A Prefeita do Município de Ipuauçu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor; e Considerando o encerramento do prazo de vigência do Contrato Administrativo n. 67/2017, então firmado entre o Município e a Empresa Baggio Advogados, cujo objeto consistia na prestação de serviços de assessoria e consultoria jurídica nas esferas administrativa e judicial; Considerando o elevado volume de trabalho no Setor Jurídico para atendimento das demandas judiciais, acompanhamento de licitações e contratos administrativos, elaboração legislativa, acompanhamento de atos de pessoal, requisições do Ministério Público e Tribunal de Contas, entre outras incumbências; Considerando que o Poder Executivo Municipal dispõe de um único Servidor/Advogado ocupante de cargo de provimento efetivo com carga horária semanal de 16 hs (dezesesseis horas), verificando-se serem insuficientes para o atendimento de toda a demanda;

RESOLVE:

Art. 1º AMPLIAR temporariamente a carga horária do Servidor abaixo relacionado, conforme especifica:

Servidor:	Cargo:	CH Anterior:	CH Ampliada/atual:
JULCEMAR COMACHIO	Advogado	16hs	22hs

Art. 2º Esta Portaria é publicada na presente data, produzindo efeitos a contar do dia 01 de novembro de 2019.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu/SC, em 30 de outubro de 2019.

CLORI PEROZA
Prefeita Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 184 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019. ENCERRA EFEITOS DE PORTARIA.

Publicação Nº 2216456

PORTARIA Nº 184
DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.
ENCERRA EFEITOS DE PORTARIA.

A Prefeita do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 013, de 14 de julho de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º Encerrar os efeitos da Portaria do Executivo Municipal nº 052, de 07 de março de 2017, que concede Função Gratificada a Servidora abaixo relacionada, conforme especifica:

Servidora:	Cargo:	Nº Ato:	Data de Encerramento:
OLGA FÁTIMA P. VARGAS	Agente Comunitária de Saúde	Portaria nº 052/2017	01/11/2019

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu/SC, em 01 de novembro de 2019.
CLORI PEROZA
Prefeita de Ipuacu

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 185 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019. ENCERRA EFEITOS DE PORTARIA.

Publicação Nº 2216460

PORTARIA Nº 185
DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.
ENCERRA EFEITOS DE PORTARIA.

A Prefeita do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 013, de 14 de julho de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º Encerrar os efeitos da Portaria do Executivo Municipal nº 086, de 08 de maio de 2018, que concede Função Gratificada ao Servidor abaixo relacionado, conforme especifica:

Servidor:	Cargo:	Nº Ato:	Data de Encerramento:
RENAN TOALDO	Mecânico	Portaria nº 086/2018	01/11/2019

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu/SC, em 01 de novembro de 2019.
CLORI PEROZA
Prefeita de Ipuacu

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 186 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019. ENCERRA EFEITOS DE PORTARIA.

Publicação Nº 2216462

PORTARIA Nº 186
DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

ENCERRA EFEITOS DE PORTARIA.

A Prefeita do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 013, de 14 de julho de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º Encerrar os efeitos da Portaria do Executivo Municipal nº 166, de 01 de outubro de 2019, que concede Função Gratificada a Servidora abaixo relacionada, conforme especifica:

Servidora:	Cargo:	Nº Ato:	Data de Encerramento:
VIVIANE AUGUSTA GIOTTO	Auxiliar de Odontologia	Portaria nº 166/2019	01/11/2019

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu/SC, em 01 de novembro de 2019.
CLORI PEROZA
Prefeita de Ipuacu

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 187 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019. CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

Publicação Nº 2216464

PORTARIA Nº 187
DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.
CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

A Prefeita Municipal de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, em especial as disposições do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 013, de 14 de junho de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Função Gratificada aos Servidores abaixo relacionados, em conformidade com legislação supra mencionada:

Servidor:	Cargo:	Função Gratificada:
ALEXANDRA MEZZALIRA XAVIER DOS SANTOS	Agente Comunitária de Saúde	Direção de Programas ou de Execução de Projetos do Governo
NERI BALASTRELLI	Auxiliar de Mecânico	Chefia de Setores Administrativos

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu-SC, em 01 de novembro de 2019.
CLORI PEROZA
Prefeita de Ipuacu

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 188 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019. CONCEDE LICENÇA PRÊMIO Á SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Publicação Nº 2216467

PORTARIA Nº 188
DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO Á SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

A Prefeita do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, principalmente as contidas na Lei Complementar Municipal nº 028, de 18 de abril de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio a Servidora abaixo relacionada, no período e referência que especifica:

Servidora:	Cargo:	Período Aquisitivo:	Gozo:
FRANCIELE RABAIOLI PIANA	Assistente de Educação	04/02/2014 à 19/04/2016	01/11/2019 à 30/11/2019

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu-SC, em 01 de novembro de 2019.
CLORI PEROZA
Prefeita de Ipuacu

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 189 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019. CONCEDE LICENÇA PRÊMIO Á SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Publicação Nº 2216469

PORTARIA Nº 189
DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO Á SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

A Prefeita do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, principalmente as contidas na Lei Complementar Municipal nº 028, de 18 de abril de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio a Servidora abaixo relacionada, no período e referência que especifica:

Servidora:	Cargo:	Período Aquisitivo:	Gozo:
FÁTIMA BEATRIZ SERENA FAGUNDES	Professor II	05/08/2013 à 04/08/2016	04/11/2019 à 03/12/2019

Art. 2º Esta Portaria é publicada na presente data, produzindo efeitos a contar do dia 04 de novembro de 2019.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu-SC, em 01 de novembro de 2019.
CLORI PEROZA
Prefeita de Ipuacu

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 190 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019. DETERMINA O GOZO DE FÉRIAS ANOTADAS EM FICHA FUNCIONAL DE SERVIDOR.

Publicação Nº 2216470

PORTARIA Nº 190
DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

DETERMINA O GOZO DE FÉRIAS ANOTADAS EM FICHA FUNCIONAL DE SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente art. 76 e seguintes da Lei Complementar Municipal nº 11, de 14 de junho de 2005 - Estatuto dos Servidores Públicos; e Considerando Portaria nº 152, de 02 de setembro de 2019, concedendo férias ao Servidor Vital Peruzzo; e Portaria nº 159, de 09 de setembro de 2019, requisitando o retorno do servidor ao serviço público;

RESOLVE:

Art. 1º DETERMINAR o gozo das férias anotadas em ficha funcional, sem o pagamento do respectivo adicional, ao servidor VITAL PERUZZO, ocupante do cargo de provimento temporário de OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA, do período de 04/11/2019 à 26/11/2019 - 23 (vinte e três) dias -, tendo em vista a Portaria de requisição acima mencionada.

Art. 2º Esta Portaria é publicada na presente data, produzindo efeitos a contar do dia 04 de novembro de 2019.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu- SC, em 01 de novembro de 2019.

CLORI PEROZA
Prefeita Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 191 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019. CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDORES PÚBLICOS.

Publicação Nº 2216477

PORTARIA Nº 191
DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.
CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDORES PÚBLICOS.

A Prefeita do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente Lei Complementar Municipal nº 011, de 14 de junho de 2005, artigo 76 e seguintes – Estatuto dos Servidores Públicos do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder FÉRIAS, de 30 (trinta) dias para os Servidores abaixo relacionados, no período e referência que especifica, conforme recibo de férias:

Servidor:	Cargo:	Período Aquisitivo:	Gozo:
LOUISE GRISS	Odontóloga	14/10/2017 à 13/10/2018	04/11/2019 à 03/12/2019
ROSALVO LOURENÇO PALUDO	Técnico em Enfermagem	03/07/2018 à 02/07/2019	04/11/2019 à 03/12/2019
SAIMON RENHKA CAMARGO	Agente Comunitário de Saúde	22/06/2018 à 21/06/2019	04/11/2019 à 03/12/2019
VALDECIR GIACHINI	Vigia	06/05/2018 à 05/05/2019	04/11/2019 à 03/12/2019

Art. 2º Esta Portaria é publicada na presente data, produzindo efeitos a contar do dia 04 de novembro de 2019.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu-SC, em 01 de novembro de 2019.

CLORI PEROZA
Prefeita de Ipuacu

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Ipumirim

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2019 PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 91/2019/PM

Publicação Nº 2216410

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2019

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 91/2019

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, REGISTRO DE PREÇOS através de Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 08:45:00 horas do dia 20/11/2019, e abertura prevista para às 09:00:00 do dia 20/11/2019. Objeto da licitação: aquisição de marmitas, destinado a Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Urbanismo. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico www.ipumirim.sc.gov.br, (link: Transparência -> Licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 05/11/2019

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT

PREFEITO MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 13/2019

Publicação Nº 2216500

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS DE IPUMIRIM

RESOLUÇÃO Nº 13/2019

Dispõe, sobre a Prestação de Contas do Cofinanciamento Federal, realizada através do instrumento denominado Demonstrativo Sintético relativo ao exercício de 2018 referente o Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social – IGD SUAS, o qual está contido no sistema informatizado SUAS Web.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, em Reunião Extraordinária, realizada na data de vinte e nove de outubro de 2019, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº. 1824, de 18 de julho de 2018, que dispõe sobre a Política Municipal de Assistência Social, estabelece readequações do Conselho Municipal de Assistência Social e do Fundo Municipal de Assistência Social de Ipumirim e confere outras providências.

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar a prestação de contas correspondente ao exercício de 2018 referente os recursos do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social – IGD SUAS, oriundo do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS.

Art. 2º- Aprovar a inclusão no sistema eletrônico SUAS WEB do parecer do conselho e da deliberação denominada aprovação total.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Ipumirim/SC, 05 de novembro de 2019

Claudia Andreia Kammers Costa

Presidente CMAS

RESOLUÇÃO Nº 14/2019

Publicação Nº 2216503

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS DE IPUMIRIM

RESOLUÇÃO Nº 14/2019

Dispõe, sobre a Prestação de Contas do Cofinanciamento Federal, realizada através do instrumento denominado Demonstrativo Sintético relativo ao exercício de 2018 referente o Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família – IGD PBF, o qual está contido no sistema informatizado SUAS Web.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, em Reunião Extraordinária, realizada na data de 29 de outubro de 2019, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei

Municipal nº. 1824, de 18 de julho de 2018, que dispõe sobre a Política Municipal de Assistência Social, estabelece readequações do Conselho Municipal de Assistência Social e do Fundo Municipal de Assistência Social de Ipumirim e confere outras providências.

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar a prestação de contas correspondente ao exercício de 2018 referente os recursos do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família – IGD PBF, oriundo do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS.

Art. 2º- Aprovar a inclusão no sistema eletrônico SUAS Web do parecer e da deliberação denominada aprovação total.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Ipumirim/SC, 05 de novembro de 2019

Claudia Andreia Kammers Costa

Presidente CMAS

RESOLUÇÃO Nº 15/2019

Publicação Nº 2216504

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS DE IPUMIRIM

RESOLUÇÃO Nº 15/2019

Dispõe, sobre a Prestação de Contas do Cofinanciamento Federal, realizada através do instrumento denominado Demonstrativo Sintético relativo ao exercício de 2018 referente os serviços e programas o qual está contido no sistema informatizado SUAS Web.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, em Reunião Extraordinária, realizada na data de 29 de outubro de 2019, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº. 1824, de 18 de julho de 2018, que dispõe sobre a Política Municipal de Assistência Social, estabelece readequações do Conselho Municipal de Assistência Social e do Fundo Municipal de Assistência Social de Ipumirim e confere outras providências.

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar a prestação de contas correspondente ao exercício de 2018 referente os recursos correspondente aos serviços/programas, oriundo do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS.

Art. 2º- Aprovar a inclusão no sistema eletrônico Suas Web do parecer e da deliberação denominada favorável.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Ipumirim/SC, 05 de novembro de 2019

Claudia Andreia Kammers Costa

Presidente CMAS

Irineópolis

PREFEITURA

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2019 - EDITAL Nº 04

Publicação Nº 2217010

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019
Edital Nº 04/2019

Em cumprimento às determinações do Senhor JULIANO POZZI PEREIRA – Prefeito do Município de IRINEÓPOLIS – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal, a Comissão Especial de Concurso nomeada pela Portaria nº 386/2019, RESOLVE:

TORNAR PÚBLICO

1º - A homologação das inscrições dos candidatos ao Concurso Público de Provas Escritas, Provas Práticas e Provas de Títulos para provimento de cargos vagos OU que vierem a vagar ou a serem criados durante o prazo de validade do concurso, no quadro de servidores do Município de Irineópolis - SC, nos termos da legislação pertinente e das normas estabelecidas no Edital nº 01/2019.

2º - A convocação dos candidatos inscritos e homologados neste Concurso Público, aos cargos a seguir relacionados, para a realização da prova escrita, a ser realizada no dia 24 de novembro de 2019 – DOMINGO, no período da MANHÃ, devendo os candidatos comparecer ao local da prova às 08 horas, pois os portões permanecerão abertos somente até às 08h30min (horário oficial de Brasília), horário após o qual não será permitido em hipótese alguma, o acesso de candidatos a sala de provas, munido de caneta esferográfica azul ou preta, sendo imprescindível a apresentação de documento oficial de identificação com fotografia para ingresso na sala de provas.

3º - O local de realização das provas, distribuídos por cargo, conforme segue:

24/11/2019 - DOMINGO - PERÍODO DA MANHÃ

GRUPO ESCOLAR DALMO EDSON SFAIR

Rua Pernambuco, nº 797, Bairro Nossa Senhora Aparecida, Irineópolis - SC.

CARGO	CARGO
ASSISTENTE TÉCNICO PEDAGÓGICO	MONITOR DE CRECHE
AUXILIAR DE MANUTENÇÃO	OPERADOR DE EQUIPAMENTOS
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II	PEDREIRO
CONDUTOR DE Balsa	SECRETÁRIO ESCOLAR
FONOAUDIÓLOGO	TÉCNICO DE ENFERMAGEM

4º - A convocação dos candidatos inscritos e homologados neste Concurso Público, aos cargos a seguir relacionados, para a realização da prova escrita, a ser realizada no dia 24 de novembro de 2019 – DOMINGO, no período da TARDE, devendo os candidatos comparecer ao local da prova às 13h30min, pois os portões permanecerão abertos somente até às 14 horas (horário oficial de Brasília), horário após o qual não será permitido em hipótese alguma, o acesso de candidatos a sala de provas, munido de caneta esferográfica azul ou preta, sendo imprescindível a apresentação de documento oficial de identificação com fotografia para ingresso na sala de provas.

5º - O local de realização das provas, distribuídos por cargo, conforme segue:

24/11/2019 - DOMINGO - PERÍODO DA TARDE

GRUPO ESCOLAR DALMO EDSON SFAIR

Rua Pernambuco, nº 797, Bairro Nossa Senhora Aparecida, Irineópolis – SC.

CARGO	CARGO
PROFESSOR DE ARTES	PROFESSOR DE HISTÓRIA
PROFESSOR DE CIÊNCIAS	PROFESSOR DE INGLÊS
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	PROFESSOR DE MATEMÁTICA
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	PROFESSOR DE MÚSICA
PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL	PROFESSOR DE PORTUGUÊS
PROFESSOR DE GEOGRAFIA	PROFESSOR Especialista Educ. Inclusiva

6º - Relação nominal dos candidatos homologados, distribuídos por cargo, conforme segue:

ASSISTENTE TÉCNICO PEDAGÓGICO		
INSC	NOME	DT. NASC.
221918	ADRIANA APARECIDA KLODZINSKI	19/06/1980
224391	ALCENI DE FATIMA BRAZ	02/09/1980
223601	ANDREIA GUSMAO NOGUEIRA	29/07/1976
225065	ANDRÉIA KAUTZ ESTAWAS	15/11/1994
225249	BRUNA FERNANDA GONCHORK	11/10/1994
224160	CARLA FIGURA	18/12/1989

224342	EDICLEIA GURALH	11/05/1988
224476	ELIANE APARECIDA ANTONOVICZ	01/05/1979
225122	ELISABETH CRISTINA FAGUNDES DOS PASSOS	26/03/1985
222168	ELOINA MARIA MASSANEIRO	20/02/1987
225182	EMANOELI DOS SANTOS AGOSTINHAK	20/07/1988
222024	GABRIELLE GAN	20/04/1995
223996	GISELLE ANDRE	26/08/1993
225174	JUCELIANE MELEK	06/06/1980
222711	LETICIA BRAGA SCHULKA	23/03/1984
224441	LIDIANE ROBERTA PARTICA	10/12/1989
221756	MICHELLE SEGÓBRIA FERREIRA	10/03/1981
221826	MIRIAM ELIANE OLBERTZ	16/08/1994
224254	PATRÍCIA GONÇALVES PADILHA CUBAS MIILLER	23/08/1977
225309	PRICILA BISOGNIN LIMBERGER	21/07/1991
223005	PRISCILA FOROSTECKY DA ROCHA	18/09/1987
225149	RAQUEL RUTENSKI CASTRO	20/06/1983
225228	SONIA DE JESUS BRAGA SAUER	07/11/1974
222232	TANIA DA SILVA	26/12/1985

AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

INSC	NOME	DT. NASC.
225152	ALEX SENFF MIRANDA	28/07/2000
222988	CARLOS ALBERTO GOMES	08/01/1980
225262	CLAUDINEI TEODORO	19/06/1974
225165	JACKSON SENFF MIRANDA	28/07/2000
223829	JUSSARA HARTMANN OSTWALD	08/05/1975
221844	LEONARDO BRAND	22/08/1998
222314	LUAN VINICIUS RODRIGUES DOS SANTOS	20/07/2001
224249	LUIZ ALBERTO MALAGOLI	04/09/1982
222640	LUIZ HENRIQUE DAMS RINCÃO	25/06/1995
225143	MAURÍCIO JUARES MACHADO	07/02/1975
223235	ORANI ELIAS NALON	17/01/1998
222814	OSIRES DA ROCHA	07/09/1967
224944	TIAGO IVANIR DOS SANTOS	29/11/1993

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II

INSC	NOME	DT. NASC.
225255	ALCIONE POHLENZ KLODZINSKI	02/12/1980
222415	ALDRIELI LUZ	13/11/1993
225256	ALINE BARBOSA DE LIMA	06/03/1999
225257	AMANDA BARBOSA DE LIMA	06/03/1999
225244	ANA CLÁUDIA DA SILVEIRA	01/08/1990
221467	ANA CLAUDIA VIEIRA	30/12/1989
222199	ANA DA SILVA JUZAK	24/01/1985
222303	ANDRESSA CARLA DA CRUZ	06/06/1994
221699	CAMILA MARTINS DOS SANTOS	24/06/1998
223724	CHRISTOPHER NIGRIN	26/02/1988
222041	CLAUDECIRMACHADOSAMOGEDEN	21/10/1996
225194	CRISTIAN WESLEI BINDER	02/11/1998
224364	CRISTIANE REICHARDT	02/09/1986
224947	DANIELI PASQUALI	19/10/2000
225138	DIRLENE TEIXEIRA	03/12/1990
224923	EDUARDO BENDLIN	14/03/1997
225142	EDUARDO COSME LECHINHESKY	20/12/1996
222319	ELENICE DOMINGOS	08/10/1988
224351	ELENITA MIKAOWSKI MANGUE	09/04/1984
222968	ELIANE MARIA DE OLIVEIRA	31/10/1968
223810	EMERSON MARTINS DE OLIVEIRA	19/05/2000
221834	FRANCIELI OSSOWSKI	12/07/1999
223047	GABRIEL GONÇALVES	25/02/2000
222088	GEOVANA ALVES PEREIRA	21/10/1998
222324	GEVERSON FERREIRA	10/01/1989
224662	GILBERTO DE OLIVEIRA	17/02/1970
225126	GUILHERME KRACHINSKI	03/05/1996
222081	ILISANDRA MARTINS	27/10/1992

224146	ISRAEL SIMÕES MENDES	19/12/1982
221849	JAINE OLIVEIRA DE PAULA CHUL	06/09/1997
222309	JOÃO MARIA DOMINGOS	06/09/1962
222702	JOÃO ORLANDO BONETES	04/07/1973
223816	JOSÉ ADINEI PAVARIN	17/06/1974
224434	JOSÉ ALEXANDRE LECHINHESKY	24/11/1992
222414	JOSIANE APARECIDA DA SILVA	08/01/1983
221754	JULIANA CAROLINA CARNEIRO	11/01/1989
222257	JULIANO RIBEIRO	07/07/1996
222123	KARINA SENN	06/12/2000
223137	KETLIN GUEDES LIMA	10/01/2002
223698	LUCIANO GONÇALVES	18/11/1992
225118	LUCILENE DEMBINSKI	04/03/1984
223189	LUCILENE TOMAZETTO	25/10/1981
225233	LUIZ FERNANDO CORRÊA DO AMARAL	03/07/1991
223073	LUZIA SENN COLACO	13/05/1979
222454	MÁRCIO FRANCISCO LOHSE	24/09/1987
223072	MARIA DO CARMO REZENDE	16/07/1987
221703	MARIZILDA COLAÇO FERREIRA	21/04/1979
222941	MARLI TERESINHA DOS SANTOS FARIA	30/11/1968
225218	MATEUS LOURENCO DE ANDRADE	29/08/1985
223343	MATILDE COLACO DA SILVA	22/11/1974
222423	PAOLA DE ALMEIDA DO VALE	23/11/2000
223435	PAOLA KARVAT	24/05/2000
221641	PATRICIA DE LURDES RODRIGUES MARINO	07/01/1988
225277	PAULA CRISTINA NASCIMENTO	02/11/1990
223229	PAULO RICARDO VIEIRA	18/07/2001
224350	ROSANA APARECIDA DA SILVA	13/05/1986
222312	ROSEMARA MOREIRA	14/10/1971
222256	SAMARA LEMES	10/02/1999
223653	SCHEILA PERDUN	17/03/1989
222403	SIMONE APARECIDA DE BAIROS	05/01/1981
221681	SOLANGE CIESLAK	06/10/1988
223339	SOLANGE DE FÁTIMA PADILHA MELNISKI	18/06/1986
225241	STEFANY LUIZE RODRIGUES CHAGAS	24/06/2000
225012	TACIANE APARECIDA FERREIRA	02/11/2000
221975	TATIANE HACBARTH	04/06/1980
222981	THAIS APARECIDA DE LIMA	09/05/1999
221712	THAIZ MAIARA SAMPAIO	17/03/1997
222313	TIAGO SAMPAIO	11/11/1988
221938	VALDINÉIA KONOPKA	16/11/1990
224166	VALDIRENE TRINDADE DOS SANTOS MYKYTIUK	08/03/1971
224308	VANDERLEI DE ANHAIA	25/06/1965
223710	VIRLEI CALISTRO	07/08/1995
225242	VIVIANE PECHARKI	31/01/1977

CONDUTOR DE BALSA

INSC	NOME	DT. NASC.
222729	AILTON MADELA	23/09/1971
225247	EUSÉBIO KUHLER	16/03/1968
222073	JONA FERNANDO DE OLIVEIRA	14/10/1992
222580	JOSE NETTO	23/09/1966
225275	LAURO SEVERINO DREYER	17/09/1997
225185	SERGIO LEINDECKER	24/12/1988

FONOAUDIÓLOGO

INSC	NOME	DT. NASC.
222578	MICHELLE MARQUES	07/08/1989

MONITOR DE CRECHE

INSC	NOME	DT. NASC.
223498	ALINE ALESSANDRA SWIDZINSKI MACHADO	06/05/1994
225289	ALINE DE SOUZA RUCHINSKI	20/05/1990
223133	ANDRESSA REICHARDT	24/01/1999
224938	CAROLINE FERNANDA DE LIMA ARBIGAUS	29/09/1995
224353	CASSIANE CONSULO	09/04/1998

224806	DAYANE DE OLIVEIRA MEIRELES	22/12/1994
222576	EDUARDA GEVIESKI	25/10/1999
223093	ELOIZA HALABURA	28/04/1997
223044	FABIANE ALVES MASSANEIRO	09/05/1999
224996	FATIMA IVANILDA DE OLIVEIRA	29/12/1973
223216	GISELI PATRICIA SENFF ARBIGAUS	27/02/1985
222431	JAQUELINE SENFF	20/08/1998
224782	JESSICA APARECIDA PORN	16/05/1996
221783	JESSICA CAROLINE DE OLIVEIRA	28/08/1995
225281	KAROLAYNE STOKOLOSA	10/09/2000
225131	LETÍCIA GENI NETO PREISLER	21/03/2000
225179	LILIANE ELIANE DREYER	12/06/1991
223742	LOICI FABIANE OLTMAN	17/03/1995
223291	MAIARAKUHN	10/08/1996
222664	MARCIELI COSTA	27/09/1998
222409	MARIA TATIANE KÓGE	28/10/1990
225117	MARIA VIRLEI LIMA	12/08/1976
224392	MARIAZINHA SENN RAIMUNDO	23/10/1972
223830	MARLA NATIELY GROSSKLAUS	04/03/1995
224370	MERI TEREZINHA DOS SANTOS	11/08/1987
223434	PÂMELA SABRINA KARVAT	16/01/1996
225203	ROSANGELA PATRÍCIA MUSSAK	19/09/1985
221674	SANDRA MICHELI HERBST	10/06/1989
223820	SUZANA MANGUE	28/09/1998
224886	TAIS DA CRUZ SOARES	07/01/1994
223472	VANDA DE FATIMA DE CARVALHO FOROSTECKY	04/08/1967
225158	VANESSA VERBANEK LOPES	09/02/1991

OPERADOR DE EQUIPAMENTOS

INSC	NOME	DT. NASC.
223195	ADIEL GOMES DOS SANTOS	02/09/1999
221782	ALCEMIR VOZNIACK	16/10/1994
225116	CESAR LUIZ STREMLow	28/06/1985
222709	CLAUDENIR MOISÉS MARTINS	02/10/1984
221738	DELICIO WILLIAM ZASTANY	11/05/1999
222347	DIEGO RODRIGO AMAZONAS	29/11/1990
222772	EDEGAR MIELKE	17/11/1979
222304	EGEZIEL DE CARVALHO	26/07/1981
224014	EVERSON DA SILVA	30/10/1989
222177	GEORGE JOSEMAR BINDER	11/04/1984
223699	IRINEU BUENO FERREIRA	27/09/1980
222596	ISAC LINO	01/10/1977
225229	JAKSON RODRIGO WLADEKA	24/06/1996
223608	JOÃO ANTONIO DA SILVA	26/08/1984
222430	JOÃO MILTON SILLVEIRA	02/05/1972
224914	JOSÉ EVALDO BUJARKA	20/08/1965
222868	JOSNI CARDOSO	02/01/1991
223499	JULIANO LEANDRO	11/04/1990
224541	LEOMAR PAPPIS	08/04/1981
223507	MARCELO GREGÓRIO PASTERNAK	29/04/1981
222682	PAULO REINALDO KLUCZKOVSKI	21/12/1987
222800	RODRIGO GUILHERME FERREIRA DA COSTA	19/12/1995
223116	RONALDO DE QUADROS	09/04/1984
223423	VANDERLEI HALABURA	15/09/1983

PEDREIRO

INSC	NOME	DT. NASC.
223805	CRISTIANO ALVES LOURENÇO	17/05/1992
222940	IGNACIO ZIELINSKI	04/12/1989
224781	JANDIR JOSE HERMANN	01/08/1980
225279	JEFFERSON ALESSANDRO KUROSKI	31/07/1993
225123	JOÃO MARCOS FERNANDES	12/03/1994
221708	JOSIAS GOMES FERREIRA	10/04/1970
222897	JOSNEI FERNANDES	04/02/2009
225254	LUCAS LEANDRO MENEGUEL	20/07/1999

PROFESSOR DE ARTES

INSC	NOME	DT. NASC.
221811	DANIELE APARECIDA JURASZEK	12/10/1981
223534	JAINÉ APARECIDA VIEIRA	04/06/1995
222815	JONATHAN WERF WEISS	04/03/1984
224304	LUIS HENRIQUE KEPPE	30/12/1992
224174	NAIARA BARBOSA	30/01/1990
221535	SABRINA DE CASSIA SENEN	22/12/1991
222152	TAINARA DA SILVA	01/07/1998

PROFESSOR DE CIÊNCIAS

INSC	NOME	DT. NASC.
221750	DANIELE PAVARIN	20/05/1997
222274	FRANCIÉLI LANDO CLEVER	09/05/1985
222938	VANESSA POLIANA WEIWANKO	13/03/1987
222456	VILCINÉIA LESZAK	19/04/1995

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

INSC	NOME	DT. NASC.
222932	ADRIANO SKRZYPA	20/02/1997
225147	ALERSON JOSÉ VAUDAN	23/10/1979
224704	ALITON DANIEL DAUBERMANN	13/06/1994
225272	CESAR ALEXANDRE MANDRYK	03/01/1994
225176	DANIEL DEKI DA SILVA	02/05/1998
223645	ELENICE BATISTA SANCHES	25/12/1984
225198	EMERSON KEITTO	03/03/1980
223016	ERILDE KREUZBERG	14/03/1971
225145	EVERTON OROSKI PORTES	25/04/1998
225258	FABIÉLE MACHADO DA LUZ	19/09/1985
222278	FELIPE JOSÉ MANDRYK	26/01/1995
225191	GERALDO BLASKOWSKI	10/11/1974
222063	GILBERTO RANIELLI SATSALA	15/05/1995
223057	GIOVANE DIOGO PADILHA TURRA	06/07/1997
222298	JOACIR TIEDTKE	09/07/1991
221941	JOÃO GUILHERME BUCH FILHO	31/03/1970
222944	JOAO PIOTROWSKI	13/11/1966
225170	JONATHAN MOREIRA DA SILVA	28/11/1997
225216	JOSE CLAUDIO WALKIU	05/12/1971
225190	KELLIN CRISTIANE MICHAHOUSKI BOESING	04/08/1983
225196	KELLY SAMPAIO	09/08/1996
224628	LEANDRO PRUCHAKI	26/10/1996
224678	LEONARDO WAGNER	12/01/1999
222116	LUCAS GIOVANE DE SOUZA	08/08/1994
223794	MARLA NATIELY GROSSKLAUS	04/03/1995
225119	MAURÍCIO NEPOMUCENO MACUCO	09/04/1998
224431	MILENA RODRIGUES	20/12/1998
222452	RAFAELA SARNOWSKI	28/07/1996
222483	RODRIGO DALBELLO BRAND	18/01/1984
223565	TAILINE JASKIU DA SILVA	15/04/1998
225248	TANI KLODZINSKI	07/03/1992
225264	WELLERSON FRANCISCO HOINACKI	07/09/1999
225206	WILSON OPALCZAK	07/11/1997

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

INSC	NOME	DT. NASC.
222543	ALINE OCHOVE	30/09/1994
224703	AMANDA MARIA CHAGAS	31/01/1998
225156	ANDRÉIA GELINSKI RODRIGUES	28/06/1988
223775	ANDREIA MICHELI PECHEBELA VICENTE	17/09/1993
223772	ANDRÉIA SZNICER	20/08/1996
225296	ANDRESSA LUANA SCHAFASCHEK	09/05/1994
225301	ANGELITTA FERREIRA DE PAULA	02/04/1994
222850	ANNA MARIA CUNHA	12/07/1959
223352	CHISLAINE VOREL	26/01/1995
225171	DIRELI APARECIDA BONFIM MANRICH	06/02/1969

225208	ELIANE DE FATIMA SANTANA ZIENTARA	26/04/1977
225286	ELOINA FERNANDES DOS SANTOS MEDEIROS DA ROSA	24/02/1987
221847	ELVIRA FERREIRA	10/04/1972
225293	FABIANA CARDOSO DA SILVA SAMISTRARO	02/11/1979
225260	FRANCIELI KUMINCK	24/05/1991
222025	GABRIELLE GAN	20/04/1995
224001	GIOVANA FERNANDA CHANDOCHA	27/12/1996
223351	JAMILLE BATISTA	12/08/1975
222432	JAQUELINE SENFF	20/08/1998
224251	JOCASTA APARECIDA PETERS	28/10/1988
225160	JULIA RENATA KOSMALA POGOGELSKI	02/01/1997
225199	JULIANA APARECIDA SOARES	15/10/1988
223272	JULIANA DO CARMO BATISTA	02/08/1992
225287	KELYN CAROLINE BUENO	27/04/1998
223106	LETÍCIA FATIMA REICHARDT	27/08/1994
223412	LETICIA HALABURA FERREIRA MIGUEL	09/07/1992
223246	LILIAN CIBELI DZIEDZIC	03/09/1989
225178	LILIANE ELIANE DREYER	12/06/1991
222164	LUANA BRAGA	16/10/1990
224670	LUCICLÉIA KALAMAR	21/06/1990
224741	MARA FLÁVIA OLBERTZ FREISLEBEN	17/07/1987
222408	MARIA TATIANE KÓGE	28/10/1990
225166	MARINES MIRANDA PETRIS	23/04/1965
221790	MARLA KALINE SCHORR JUNG	12/11/1994
223394	PATRÍCIA CRISTIANE BINDER	08/08/1991
224700	ROSANE APARECIDA DA SILVA CHAGAS	13/07/1974
225205	ROSANGELA PATRÍCIA MUSSAK	19/09/1985
224490	ROZELI TEREZINHA CORNELSEN DE OLIVEIRA	10/11/1970
225213	TAMIRES LOURENÇO ANTONIO FRANCO	18/11/1991
223473	VANDA DE FATIMA DE CARVALHO FOROSTECKY	04/08/1967
223028	VANESSA GUESSER	10/09/1993
225175	VIVIANE SELENKA	26/12/1979
224443	WAGNER FERREIRA MIGUEL	10/03/1977
PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL (1º AO 5º ANO)		
INSC	NOME	DT. NASC.
225210	ALINE DE SOUZA RUCHINSKI	20/05/1990
221541	ANA PAULA APARECIDA PASQUALLI FRANCO	15/09/1984
224534	ANDRÉIA KAUTZ ESTAWAS	15/11/1994
225250	BRUNA FERNANDA GONCHORK	11/10/1994
225290	BRUNA LETICIA COLITA	07/01/1989
223084	ELISABETH CRISTINA FAGUNDES DOS PASSOS	26/03/1985
222169	ELOINA MARIA MASSANEIRO	20/02/1987
225181	EMANOELI DOS SANTOS AGOSTINHAK	20/07/1988
222470	FERNANDA DOS SANTOS HOIÇA	10/04/1995
223264	FRANCIELI SNICER	11/11/1994
225078	GIOVANA FERNANDA CHANDOCHA	27/12/1996
223217	GISELI PATRICIA SENFF ARBIGAUS	27/02/1985
224172	HELTON DOUDERA ZAVASKI	01/06/1993
221794	IVONETE DE FATIMA JAVORSKI RUCKL	25/09/1970
221774	JESSICA CAROLINE DE OLIVEIRA	28/08/1995
224442	LIDIANE ROBERTA PARTICA	10/12/1989
223741	LOICI FABIANE OLTMAN	17/03/1995
223636	MARZANE GARVAO	20/09/1989
224002	MICHELIN SCHIESSL	01/09/1992
225267	MICHELLE MARIA FERRAZ GUIMARÃES JUNG	08/12/1983
221746	MICHELLE SEGÓBRIA FERREIRA	10/03/1981
221828	MIRIAM ELIANE OLBERTZ	16/08/1994
225133	OSVALDO CARVALHO DO PRADO	28/07/1973
223568	PATRÍCIA DE FÁTIMA KOZAKIEWSKI	23/09/1994
224256	PATRÍCIA GONÇALVES PADILHA CUBAS MIILLER	23/08/1977
223006	PRISCILA FOROSTECKY DA ROCHA	18/09/1987
225150	RAQUEL RUTENSKI CASTRO	20/06/1983
225266	REGIANE SOARES	20/02/1979

223067	ROSICLEIA MICHALSKI DA SILVA	11/11/1991
225278	SAYONARA SENFF MIRANDA	10/06/1993
224417	THAIS WEBER BODECKE MENDES	19/03/1994
225157	VANESSA VERBANEK LOPES	09/02/1991

PROFESSOR DE GEOGRAFIA

INSC	NOME	DT. NASC.
224611	ACACIO CESAR DE OLIVEIRA	19/09/1997
222393	ALAN WUNDERLICH	09/09/1994
225187	AMANDA CRISTINA TERNOSKI	07/09/1993
225082	ANA MARIA BRACIAK SCZIBOR	09/09/1997
225211	ANDERSON LUIS FERREIRA	27/03/1999
222978	BEATRIZ TEREZINHA JAROSZ	25/09/1991
223885	CRISTIANE GRUDRSZ	09/01/1992
222817	FABIANE SNICER	11/01/1991
225110	HELDER BUCK	16/11/1998
224037	JOILSON STAWAS ZVARES	30/10/1995
222034	JUCILENE GELINSKI	31/07/1995
222684	MARCIO CESAR LITWINSKI	20/05/1981
225121	MAURÍCIO HENRIQUE MACHADO TOSTA	15/01/1997
221557	MAYQUEL CAMARGO	23/08/1988
225083	RICARDO SCZIBOR	22/03/1993

PROFESSOR DE HISTÓRIA

INSC	NOME	DT. NASC.
223899	ANGRENNI SIMONE DA SILVEIRA ASSUNÇÃO	05/08/1985
225219	CLEITON CRIS DE SOUZA	04/02/1998
222008	CLEVERSON RAFAEL DO PRADO	23/01/1984
222571	CRISTIANE BRAND DE PAULA GOUVEIA	04/04/1991
224187	ELIANE COLAÇO	02/04/1974
223134	EZEQUIEL BUENO FERREIRA	01/06/1994
225227	JAQUELINE MARIA CARDOSO	21/07/1989
222658	JOSMAR KASCHUK	10/08/1974
223403	LIGIA DANIELE PARRA	07/08/1998
223242	MAURO ZADORESKI JÚNIOR	03/09/1996
223180	SAMUEL DA CRUZ CARDOSO	06/12/1988
224017	VINÍCIUS ALVES DA SILVA	15/07/1983

PROFESSOR DE INGLÊS

INSC	NOME	DT. NASC.
222004	CARLOS ALFREDO ROTENSKI	06/02/1981
224389	GUSTAVO ADOLFO PASOLD	24/01/1950
222094	KARLA ADRIANE DOS SANTOS	18/01/1982
221804	LEONARDO DE AMORIM CORDEIRO	24/09/1992
223955	LUARA LETÍCIA LINO	26/04/1996
225217	REGINA JAREMKO	02/09/1991
221903	VILMA PAOLYCK	31/08/1995
221775	WESLEY THEODOROVICZ	04/11/1996

PROFESSOR DE MATEMÁTICA

INSC	NOME	DT. NASC.
223736	ELIANDRA APARECIDA PORTELA KMITA	06/08/2000
222703	EVERTON LUIS CHAGAS	30/05/1989
222438	FELIPE ALVES MACHADO	04/08/1995
225307	ITY KMIECIK	19/11/1983
225280	JAQUELINE PANNEITZ PASCOSKI	18/10/1999
223546	JULIO CESAR CARNEIRO	29/09/1979
225238	PATRICIA MARIA ENGEL	21/06/1984

PROFESSOR DE MÚSICA

INSC	NOME	DT. NASC.
223449	GUSTAVO KNOL	26/07/1997
222434	MARCOS ANTONIO PASINI	06/08/1981
222720	VITOR EDUARDO ABUDA WENDT	22/02/1995

PROFESSOR DE PORTUGUÊS

INSC	NOME	DT. NASC.
------	------	-----------

223519	EDSON ESTRIZER	19/06/1983
224478	ELLEN TIBES ALVES MARTINS	22/08/1989
221908	FERNANDA DAMASO DA SILVEIRA	14/06/1999
224388	GUSTAVO ADOLFO PASOLD	24/01/1950
225124	JOANITA CACIA MORO	24/07/1983
221423	LETIERI DE SOUZA	30/06/1979
225226	MIRIAM BERTOLETTI	18/10/1982
225006	PATRICIA ROSANA DA SILVA	08/07/1988
222305	ROSANA MARIA SANT'ANNA	10/08/1981
222623	WILLIAN RODRIGUES DE CARVALHO	16/10/1988

PROFESSOR ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA

INSC	NOME	DT. NASC.
224163	CARLA FIGURA	18/12/1989
223997	GISELLE ANDRE	26/08/1993
222890	ISABEL APARECIDA OTTO	03/11/1984
221800	IVONETE DE FATIMA JAVORSKI RUCKL	25/09/1970
225304	JUCIMARIA CASTANHO	11/12/1984
221819	MELISSA MANDEL	23/07/1975
225308	PRICILA BISOGNIN LIMBERGER	21/07/1991
225234	REINA CELIA FRANCO	04/01/1967
225237	ROSANA SOARES MARGARIDA KOERNER	08/11/1965
225246	TEREZINHA DE JESUS NOGATZ DALPRA	30/10/1987
223078	VILZA FRANCISCA DENKE	20/01/1997

SECRETÁRIO ESCOLAR

INSC	NOME	DT. NASC.
222550	ALAN WUNDERLICH	09/09/1994
224321	ANDREIA MICHELI PECHEBELA VICENTE	17/09/1993
225297	ANDRESSA LUANA SCHAFASCHEK	09/05/1994
223768	CARINE MILENA DE SOUZA	01/01/2000
224738	ELENIR BERBEKI	15/10/1976
222469	FERNANDA DOS SANTOS HOIÇA	10/04/1995
224522	FRANCIELI APARECIDA BURJARKA	02/08/1990
225310	ITY KMIETIK	19/11/1983
224371	JAQUELINE BIANCA KONKEL	21/04/1998
225154	JAQUELINE MILENA SANTOS	07/11/1998
225061	MARA FLÁVIA OLBERTZ FREISLEBEN	17/07/1987
222387	MONICA LINE KADANAS KONOPKA	21/08/1989
225271	PAMELA RENATA FELIPPI MANDRYK	05/05/1994
225276	SAYONARA SENFF MIRANDA	10/06/1993
221770	SIMONE DE FÁTIMA LEVANDOSKI	20/11/1985
223695	SUZANA ZIELINSKI BUENO FERREIRA	23/03/1992
225231	TAMIRIS IASMIM GIBINSKI	16/02/2001
224418	THAIS WEBER BODECKE MENDES	19/03/1994
222939	VANESSA POLIANA WEIWANKO	13/03/1987

TÉCNICO DE ENFERMAGEM

INSC	NOME	DT. NASC.
222921	ALANA KARINA BRAZ	11/06/1995
223422	ANA CAROLINA EGGERS	29/09/2000
221465	ANA CLAUDIA HERMAN	29/05/1988
224620	ANGELA CORDEIRO DA SILVA	08/05/1990
225136	ANGELITA APARECIDA DA SILVA	14/04/1972
225026	BRUNO GUARACY PINTO	12/09/1983
222880	CLAUDIO PERDUN	23/01/1983
223410	DAIANE STACHUCK HORTES	01/12/1991
223221	ELDER TOPOLNYAK PADILHA	27/01/1999
221661	ELIANE CHAVES	01/03/1982
224430	FERNANDA LUSTOSA	03/05/1981
223600	GIOVANI DE SOUZA DOS SANTOS	02/08/1991
222773	JÉSSICA SENN IARROCHESKI	10/04/1994
224096	KELI SOSTAK COLLAÇO	24/12/1983
221464	LIZIANE JOSINO	10/08/1982
224049	MARIA SARITA SILVEIRA PISETTA	17/10/1984

222917	MARISTELA KOCHAN	20/03/1985
224361	MILENA PAVARIN	01/10/1998
224034	MILENE DE FATIMA BIALESKI	11/11/2002
224214	NILDA NOGATH BIALESKI	30/03/1967
223095	OLINDA DE FATIMA CALENHUK	13/05/1986
222236	PAULA DE AGUIAR LOVERA	25/08/1990
223769	ROSEMARI TATIANE ESTACIO DOS SANTOS	30/10/1991
223087	SANDRA MARA KARVAT	11/06/1975
223166	SIANA APARECIDA ALVES	01/01/1986
223048	SOLANGE RODRIGUES DA SILVA	12/01/1970
222461	TATIANE BARBOZA	18/09/1988
224022	THAIS MORAIS	07/12/1999
222120	VALDETE TEREZINHA VOIGT	02/12/1998
222871	WANDERLEIA COCHINSKI VIEIRA	11/06/1978

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, em 05 de novembro de 2019.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal de Irineópolis - SC

MARCELA ADELEVA CIARINI

Presidente da Comissão Organizadora de Concursos do Município de Irineópolis – SC.

CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2019 - EDITAL Nº 04

Publicação Nº 2217003

Concurso Público Nº 002/2019 - Emprego Público
EDITAL Nº 04/2019.

Em cumprimento às determinações do Senhor Juliano Pozzi Pereira– Prefeito do Município de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal e suas alterações posteriores e Lei Municipal Complementar nº 03/2007, em conjunto com a Comissão Coordenadora de Concurso Público Nº 02/2019, nomeada pela Portaria nº 387/2019, RESOLVE:

TORNAR PÚBLICO:

1º - A homologação das inscrições dos candidatos ao Concurso Público - Emprego Público de provas escritas, para a contratação por tempo indeterminado, sob o regime da CLT.

2º – A convocação dos candidatos inscritos e homologados neste Concurso Público - Emprego Público, para a realização da prova escrita, a ser realizada no dia 23 de novembro de 2019 – SÁBADO, no período da TARDE, devendo os candidatos comparecer ao local da prova às 15 horas, pois os portões permanecerão abertos somente até às 15h30min (horário oficial de Brasília), horário após o qual não será permitido em hipótese alguma, o acesso de candidatos a sala de provas, munido de caneta esferográfica azul ou preta, sendo imprescindível a apresentação de documento oficial de identificação com fotografia para ingresso na sala de provas.

2.1- Os candidatos Adventistas do Sétimo Dia inscritos para os cargos abaixo descritos, que realizarão a prova escrita no dia 23/11/2019 (sábado) à tarde, poderão solicitar a alteração de horário de aplicação da Prova Escrita.

2.2- Os candidatos Adventistas do Sétimo Dia, deverão enviar no e-mail contato@institutobrasil.net.br o Requerimento de Recurso dirigido à Comissão Organizadora de Concursos, devidamente preenchido e assinado, conforme Anexo IV do Edital nº 01/2019, até o dia 14/11/2019, juntamente com uma declaração da autoridade responsável pela crença religiosa, destacando que o candidato faz parte da relação de membros da instituição religiosa.

2.3 - Os candidatos Adventistas do Sétimo Dia que cumprirem os itens 2.1 e 2.2 deste Edital, deverão comparecer no local de realização da prova escrita, no dia 23 de novembro de 2019, às 15 horas, portando caneta esferográfica de tinta cor preta, documento de identidade e lanche, quando serão encaminhados para sala especial, onde no qual ficarão isolados e incomunicáveis até as 18:30h, quando serão autorizados a fazer à prova escrita deste concurso, destacando que não será fornecida alimentação.

2.4 - Os candidatos Adventistas do Sétimo Dia que descumprirem com os itens 2.1 a 2.3 não poderão realizar prova escrita em outro horário.

3º - O local de realização das provas, distribuídos por cargo, conforme segue:

23/11/2019 - SÁBADO - PERÍODO DA TARDE

GRUPO ESCOLAR DALMO EDSON SFAIR

Rua Pernambuco, nº 797, Bairro Nossa Senhora Aparecida, Irineópolis – SC.

CARGO	CARGO
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	TECNICO DE ENFERMAGEM ESF
AGENTE DE COMBATE A DENGUE	

4º – Relação nominal dos candidatos homologados, distribuídos por cargo, conforme segue:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (CENTRO)		
INSC	NOME	DT. NASC.
221638	ALESSANDRA GRACIA DE ALMEIDA	29/10/1990
221490	ALINE FERREIRA	10/05/1990
225225	DANIELI DEMETRIO KONOPKA	06/08/1993
224339	DIONÉIA CHAVES	11/04/1984
222608	EDUARDA DE LOURDES LIMA FELLER	22/02/2001
222318	ELENICE DOMINGOS	08/10/1988
223046	FABIANE ALVES MASSANEIRO	09/05/1999
224098	FERNANDO RUCKL	09/06/1998
222804	FRANCINI JAQUELINE LEVANDOSKI	18/06/1990
225212	GERALDO BLASKOWSKI	10/11/1974
224009	JÉSSICA CAROLINE TEODORO	06/03/1994
222412	JOSIANE APARECIDA DA SILVA	08/01/1983
225222	JUCIANA SENN SILVEIRA	09/09/1982
225274	KAROLAYNE STOKOLOS	10/09/2000
224194	KEITTY SUZELEN IVAS	19/04/1983
223811	KELLY SUELEN PREISLER STEIN	26/04/1982
225215	LAÍS COLAÇO	19/06/2001
222089	LEILA AUGUSTA FIDELES MOURA	15/02/1990
221711	LIANA FÁTIMA BRAZ DE OLIVEIRA RÜCKL WOYTECHEN	01/10/1990
222126	MARIA JOELMA SENN NIEJESKI	17/08/1981
222128	MARIA TANIA FERREIRA	08/12/1996
223538	NATALIA BUENO FERREIRA	25/12/1958
225201	NAYANE DE SOUZA LIMA	26/03/1996
222276	NEUSA KONIG	22/10/1974
222402	ODETE APARECIDA SENN	04/02/1978
222371	OSVALDO DENCK JUNIOR	29/12/1992
222422	PAOLA DE ALMEIDA DO VALE	23/11/2000
224859	SANDI FRANCIELE FERNANDES	01/07/1991
221880	SILVIA APARECIDA KOMAN	20/10/1983
225139	SONIAFROGUEL	29/06/1992
221974	TATIANE HACBARTH	04/06/1980
225259	VILMA APARECIDA ALVES	10/05/1999
222130	WELINGTON SIDNEI FERREIRA	23/03/1999

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (SÃO PASCOAL)		
INSC	NOME	DT. NASC.
225169	ALICE APARECIDA ESTRIZER	07/11/2000
221675	CLEITON GRESCHEN	01/12/1986
223655	FREDERICO WAWRZENCZAK	19/12/1984
225183	GEOVANE PEREIRA	16/11/1990
225195	INEIMARA APARECIDA MAREIRA DA SILVA DE SOUZA	31/03/1990
222031	LINDOMAR SENN	09/12/1984
224617	MAIKOL DOUGLAS FERNANDES	24/11/1997
221785	MARILÚ KRACHINSKI	19/02/1997
224360	MILENA PAVARIN	01/10/1998
222453	RAFAELA SARNOWSKI	28/07/1996
223295	SILVANA RODRIGUES DA SILVA	18/11/1986
225146	SIRLENE GRACIANO WAWRZENCZAK	21/12/1983
221678	TAILAN ALVES	25/05/1997

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (SERRINHA)		
INSC	NOME	DT. NASC.
222224	ALICE APARECIDA ESTRIZER	07/11/2000
224362	CRISTIANE REICHARDT	02/09/1986
221740	ELIVELTON MAZUR	27/08/1995
221776	GUÍLHERME ALEXANDRE DO PRADO	28/01/1998
223118	MARIANE DE FÁTIMA MAIER	12/04/2000
222122	MONICA LINE KADANAS KONOPKA	21/08/1989
224997	ROSMARI MERTINS ESTRISER	28/10/1974
222058	SOLANGE CIESLAK	06/10/1988
224903	VALDERI BRAGA	17/02/1980

225132	VALÉRIA DE CASTRO	08/05/2000
224129	VIVIANE KOMAN FERREIRA	14/07/1987

AGENTE DE COMBATE A DENGUE

INSC	NOME	DT. NASC.
224589	ALINE ANTÔNIA VOZNIACK	21/06/1999
223900	ANGRENNI SIMONE DA SILVEIRA ASSUNÇÃO	05/08/1985
222075	AOLIBAMA BORGES SIQUEIRA LUZ	28/07/1993
222201	CAMILA AZAMBUJA GOSLAR	19/10/1988
225037	CINTIA EMANUELI CHAGAS	03/03/2002
225239	CLAUDIO VINICIO BENDLIN	09/06/1969
222433	CLEITON KRIGINSKI	26/07/2001
224803	DAYANE DE OLIVEIRA MEIRELES	22/12/1994
221815	EVELIN DE FATIMA MALLMANN	19/05/1998
223064	FERNANDO ALVES DE LIMA	05/09/2001
222547	JANAINE ESTRISER	01/02/1995
223745	JÉSSICA FURHMANN	31/07/1998
221723	KAROLAYNE BODEKE	26/12/2000
225253	LUCAS LEANDRO MENEGUEL	20/07/1999
225155	MATHEUS MORAES CORDEIRO	08/05/1998
224334	NATALY CAMILA MALLMANN	30/03/2000
225282	NILTON RICARDO DONDA	19/10/1983
224101	OSIRES DA ROCHA	07/09/1967
224941	OZILO SAMPAIO	25/11/1988
222802	PAOLA NIGRIN	07/11/1994
222794	PATRÍCIA GARCIA OLIVEIRA	25/11/1993
223591	ROSANGELA DE FATIMA CARDOSO MATTOS	22/10/1978
225180	RUAN VINICIUS DOS ANJOS MOLINARI	10/05/2000
222811	VIVIANE APARECIDA LUDKA	06/01/1998

TECNICO DE ENFERMAGEM ESF

INSC	NOME	DT. NASC.
222301	ALANA KARINA BRAZ	11/06/1995
224499	ALINE ZAKALIAK BUENO	14/12/1986
225128	AUÉLITA MORAES DAMS	10/10/1989
222881	CLAUDIO PERDUN	23/01/1983
221660	ELIANE CHAVES	01/03/1982
223686	ELIZETE MARIA RONHAKI	27/09/1978
224727	EMERSON WILSON WACHTEL	18/12/1998
222096	GISLAINE LEITE SIEMS	23/04/1986
225125	JOSIANE MACHADO MACIEL	21/09/1982
224565	LIRIAN APARECIDA PAVARIN SANTOS	14/06/1985
221463	LIZIANE JOSINO	10/08/1982
223688	MARIA ELZA DA SILVA ANTUNES	07/06/1995
222919	MARISTELA KOCHAN	20/03/1985
225034	MARIZA SENN	30/06/1979
225292	NEUMAR CORDEIRO	02/01/1986
222660	PATRICIA APARECIDA PRESTES	12/07/1983
223814	SOLANGE DE FÁTIMA RUTCHENSKI	25/05/1981
225285	VITÓRIA KUKUL	24/10/1995
222869	WANDERLEIA COCHINSKI VIEIRA	11/06/1978

** candidato portador de deficiência.

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, em 05 de novembro de 2019.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal de Irineópolis - SC

MARCELA ADELEVA CIARINI

Presidente da Comissão Organizadora de Concursos

Município de Irineópolis – SC.

PORTARIA Nº 447/2019

Publicação Nº 2217016

PORTARIA N.º 447/2019.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDORA ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e no disposto no Título II – Capítulo III seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR até a data de 04/11/2019, os efeitos da Portaria 148/2019 de 16/04/2019, com redação dada pelas Portarias nº 286/2019, 312/2019, 349/2019 e 383/2019, que dispõem sobre a contratação em caráter Temporário da servidora MARA FLÁVIA OLBERTZ FREISLEBEN, para exercer as atividades de Professora de Séries Iniciais (40h/sem), visando o atendimento em caráter temporário e excepcional na área da Educação, atuando em substituição a professora efetiva Regiane Konkel, em licença para tratamento de saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 30 de Outubro de 2019.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 448/2019

Publicação Nº 2217023

PORTARIA Nº 448/2019.

"CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1st - CONCEDER Licença Maternidade a servidora CAROLINE HOLUB, no período de 01/11/2019 a 28/02/2020.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 01 de Novembro de 2019.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 449/2019

Publicação Nº 2217027

PORTARIA N.º 449/2019.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDORA ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e no disposto no Título II – Capítulo III seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR até a data de 04/12/2019, os efeitos da Portaria 285/2019 de 13/06/2019, com redação dada pela Portaria nº 390/2019, que dispõem sobre a contratação em caráter Temporário da servidora ANA CLAUDIA VIEIRA, para exercer as atividades de Auxiliar de Serviços Gerais II (44h/sem), visando o atendimento em caráter temporário e excepcional na área da educação, atuando em substituição a servidora efetiva Célia Holzapfel Pavarin, em Licença para tratamento de saúde.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 01 de Novembro de 2019.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 450/2019

Publicação Nº 2217032

PORTARIA N.º 450/2019.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDORA ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e no disposto no Título II – Capítulo III seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR até a data de 30/11/2019, os efeitos da Portaria 003/2019 de 02/01/2019, com redação dada pelas Portarias nº 128/2019, 290/2019 e 423/2019, que dispõem sobre a contratação em caráter Temporário da servidora ANA CLAUDIA HERMAN, para exercer as atividades de Técnica de Enfermagem (44h/sem), visando o atendimento em caráter temporário e excepcional na área da saúde, atuando em substituição a servidora efetiva Maria Luciane Cardozo, em gozo de Licença à Título de Prêmio por Assiduidade.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 01 de Novembro de 2019.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 451/2019

Publicação Nº 2217035

PORTARIA N.º 451/2019.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDORA ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e no disposto no Título II – Capítulo III seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR até a data de 31/12/2019, os efeitos da Portaria 379/2019 de 02/09/2019, que dispõe sobre a contratação em caráter Temporário da servidora PAOLA NIGRIN, para exercer as atividades de Agente de Combate a Dengue (40h/sem), vinculada a Secretaria Municipal da Saúde, visando o atendimento temporário e excepcional na área de combate a endemias, em virtude de não mais existirem aprovados em Concurso Público vigente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 01 de Novembro de 2019.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 452/2019

Publicação Nº 2217038

PORTARIA N.º 452/2019.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDORA ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e no disposto no Título II – Capítulo III seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR até a data de 28/02/2020, os efeitos da Portaria 275/2019 de 03/06/2019, com redação dada pelas Portarias nº 345/2019 e 421/2019, que dispõem sobre a contratação em caráter Temporário da servidora SOLANGE DOS SANTOS, para exercer as atividades de Enfermeira (44h/sem), visando o atendimento em caráter temporário e excepcional na área da saúde, atuando em substituição a servidora CAROLINE HOLUB, em Licença Maternidade no período.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 31/10/2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 01 de Novembro de 2019.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 453/2019

Publicação Nº 2217042

PORTARIA Nº 453/2019.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDORA ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e no disposto no Título II – Capítulo III seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR até a data de 25/11/2019, os efeitos da Portaria 426/2019 de 01/10/2019, que dispõe sobre a contratação em caráter Temporário da servidora NICÓLI BRAZ ANDRZEIVSKI KOVALCZUK, para exercer as atividades de Auxiliar de Serviços Gerais II (44h/sem), visando o atendimento temporário e excepcional na área da Educação, atuando em substituição a servidora efetiva Ceni Schmidt Niejelski, em licença para tratamento de saúde.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 01 de Novembro de 2019.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 454/2019

Publicação Nº 2217044

PORTARIA Nº 454/2019.

CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Complementar nº 01/97, de 30/12/1997 e demais legislação pertinente,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder o gozo de férias regulamentares aos servidores abaixo relacionados:

NOME	PERÍODO
ADRIANA CHAVARSKI	18/11/2019 À 02/12/2019
ARIADNE BARBOSA RODRIGUES	04/11/2019 À 03/12/2019
ALCIONE DIAS MACHADO	01/11/2019 À 30/11/2019
EVERLI BAGGENSTOSS	18/11/2019 À 02/12/2019
JOÃO PAULO HACKER	01/11/2019 À 30/11/2019
MARCELO GIOTTO DE CARVALHO	01/11/2019 À 15/11/2019
MARCIA MARIA KERSCHER	11/11/2019 À 25/11/2019
ROSANA DONDA RUCKL	14/11/2019 À 28/11/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 01 de Novembro de 2019.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 455/2019

Publicação Nº 2217348

PORTARIA N º 455/2019.

"CONCEDE LICENÇA A TÍTULO DE PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º. 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1st - Conceder Licença à Título de Prêmio por Assiduidade, no período de 01/11/2019 a 30/11/2019, a servidora efetiva LUCILÉIA MOISSA AMBRÓZIO.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/11/2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 04 de Novembro de 2019.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 456/2019

Publicação Nº 2217355

PORTARIA N.º 456/2019.

PRORROGA PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DE COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1st - PRORROGAR por 30 (trinta) dias, a contar de 29/10/2019, o prazo para a apresentação do Relatório Final dos trabalhos relativos ao Processo Administrativo instaurado através da Portaria nº 372/2019 de 28/08/2019, tendo como indiciado o servidor Sandro Borges.

Art 2nd - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 29/10/2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), em 04 de Novembro de 2019.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 458/2019

Publicação Nº 2217360

PORTARIA Nº 458/2019 de 05 de Novembro de 2019.

DISPÕE SOBRE JULGAMENTO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito do Município de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o processo instaurado pela Portaria nº 278/2019, de 03 de junho de 2019;

CONSIDERANDO que no processo administrativo disciplinar, instaurado pela Portaria nº. 278/2019, percebe-se que fora garantida a ampla defesa e o contraditório ao servidor indiciado;

CONSIDERANDO o constatado pela comissão processante nomeada pela referida Portaria;

CONSIDERANDO o parecer jurídico constante do referido processo;

CONSIDERANDO o exercício das atribuições e funções que são inerentes ao cargo de Prefeito Municipal de Irineópolis;

CONSIDERANDO a necessidade, isto é, a obrigação que esta Autoridade Municipal tem no sentido de apresentar uma conclusão para o Procedimento Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº. 278/2019;

CONSIDERANDO o julgamento final datado de 30 de outubro de 2019, no qual restaram demonstrados, detalhadamente, todos os motivos e fundamentos que levaram o Chefe do Executivo a tomar tal decisão;

CONSIDERANDO os princípios constitucionalmente estipulados, que norteiam a Administração Pública em todas as suas esferas de atuação;

CONSIDERANDO o que mais dos autos consta;

RESOLVE:

Art. 1º - DECLARAR a falta de caracterização do enquadramento da servidora nas disposições previstas no art. 482 da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho - imputáveis a ELIANE CHAVES, tendo em vista que a indiciada recebeu por duas vezes conceito REGULAR na sua avaliação de desempenho funcional, tendo como justificativa os mesmos fatos. Assim após análise da Comissão Processante, recomendou-se ao avaliador a reavaliação dos itens, o que irá modificar os conceitos atribuídos à servidora, elevando o conceito geral para BOM, afastando assim a condição de insuficiência de desempenho funcional.

Art. 2º - Determinar o arquivamento do presente Processo Administrativo Disciplinar, pelas razões supramencionadas.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 05 de Novembro de 2019.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

CONTRATO BANCO DO BRASIL Nº 1118715

Publicação Nº 2216652

**TERMO DE ADESÃO ÀS CLÁUSULAS GERAIS DO
CONTRATO ÚNICO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS****INTRODUÇÃO:****Proposta número 1118715****BANCO:****Banco do Brasil S/A****Endereço:** Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Torre Norte**CNPJ:** 00.000.000/0001-91**Cidade:** Brasília**UF:** DF**CEP:** 70040-912**Agência:** SETOR PUBLICO SC**Prefixo-dv:** 2143-1**CONVENIENTE:****FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE IRINEOPOLIS - FMEI****CPF ou CNPJ:** 30.617.779/0001-50**Endereço:** AV 22 DE JULHO, 1454**Cidade:** IRINEOPOLIS**UF:** SC**CEP:** 89440-000

O Banco do Brasil S.A., por sua agência supra doravante denominado apenas BANCO, neste ato representado pelos senhores no final assinados, pactua com o CONVENIENTE acima identificado, representado pelos senhores no final assinados, as condições adiante estabelecidas neste TERMO DE ADESÃO e nas CLÁUSULAS GERAIS DO CONTRATO ÚNICO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, registradas no cartório do Primeiro Ofício de Registro de Títulos e Documentos da cidade de Brasília-DF, às quais o CONVENIENTE adere e declara, ao assinar este Termo, dele ter pleno conhecimento, estar de acordo com seu teor, ter recebido cópia das referidas CLÁUSULAS GERAIS, bem como das informações técnicas referentes à sistemática de transmissão e recepção de dados.

Data início de vigência: 06/11/2019**Data fim de vigência: 06/11/2020**

A data de início de vigência das condições deste Termo condiciona-se à formalização do presente documento. Quando negociadas em conjunto com outra(s) empresa(s), condiciona-se à assinatura por todas as empresas integrantes da negociação e somente será efetivada quando todos os representantes legais necessários assinarem este Termo. Neste caso, se a última assinatura necessária ocorrer após a data de vigência prevista neste Termo, a mesma passará ao dia útil posterior à referida assinatura.

PARÂMETROS PARA PAGAMENTO DE SALÁRIOS, A FORNECEDORES E DIVERSOS (via arquivo):

Identificação do Cliente/Convênio (*1)		
517143913		
Conta para débito do pagamento e crédito por devolução de pagamento recusado		
Agência	Conta Corrente	
2143-1	14474-6	
2143-1	14553-X	
Conta para débito da tarifa		
Agência	Conta Corrente	
2143-1	14474-6	
2143-1	14553-X	
Conta para débito de ressarcimento de prejuízo e multa		
Agência	Conta Corrente	
2143-1	14474-6	
2143-1	14553-X	
Tarifa inicial por evento		
Tarifa (Descrição da tarifa)		Valor (R\$)
Pag salário - crédito conta sem aviso		0,00
Periodicidade do débito da tarifa: Diário		
Valor máximo para o arquivo-remessa: R\$ 500.000,00		
Valor máximo individual de cada pagamento:		

**TERMO DE ADESÃO ÀS CLÁUSULAS GERAIS DO
CONTRATO ÚNICO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

Descrição	Valor (R\$)	Float	Percentual de Retenção
PAG. SALARIOS - CONTA CORRENTE	88.000,00	1 dia	100,00 %
Prazo para devolução à CONVENIENTE dos recursos relativos a pagamento não efetivado na modalidade contra-recibo online serviço em desativação: 0 dia			
Responsabilidade pela liberação e confirmação de arquivos é da Empresa			
* Tarifa não descrita: consultar Tabela de Tarifas vigente.			

**TERMO DE ADESÃO ÀS CLÁUSULAS GERAIS DO
CONTRATO ÚNICO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

FLORIANOPOLIS, 31 de Outubro de 2019.

BANCO**BANCO DO BRASIL**

DIOGO PRIM
BANCARIO E ECONOMIARIO
CASADO(A)-COMUNHAO PARCIAL
residente em FLORIANOPOLIS-SC
portador da cédula de identidade 02604888955 DETRAN SC
inscrito no CPF/MF sob o nº 049.279.809-52

CONVENENTE**FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE IRINEOPOLIS - FMEI**

LILLIAN ELIANE BATSCHAUER FERREIRA
PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL E MEDIO
CASADO(A)-COMUNHAO PARCIAL
residente em IRINEOPOLIS-SC
portador da cédula de identidade 2811829 SESPDC SC
inscrito no CPF/MF sob o nº 866.872.639-00

BERNADETE SCHUSTER LONGO
SECRETARIA MUNICIPAL
CASADO(A)-COMUNHAO UNIVERSAL
residente em IRINEOPOLIS-SC
portador da cédula de identidade 962557 SSP SC
inscrito no CPF/MF sob o nº 382.349.129-68

TESTEMUNHAS

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

**TERMO DE ADESÃO ÀS CLÁUSULAS GERAIS DO
CONTRATO ÚNICO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

Observações quando contratado o serviço:

(*1) Definir os parâmetros de cada convênio cadastrado para o cliente.

(*2) Centralização de Saldo - Inserir tantas contas centralizadas quantas necessárias.

(*3) Cobrança - O conveniente indica no arquivo remessa os beneficiários (até 20 diferentes).

(*4) Cobrança - O conveniente indica no máximo três beneficiários.

(*5) Pagamentos - Exclusivo para Pagamento a Fornecedores e Pagamentos Diversos. Não permitido para Pagamento de Salários.

"Para realizar suas transações bancárias o BANCO coloca à sua disposição os telefones de sua Central de Atendimento - CABB 4004 0001 (capitais e regiões metropolitanas) ou 0800 729 0001 (demais localidades). Para eventual elogio, sugestão, dúvida, informação, reclamação, denúncia, cancelamento, o BANCO coloca à disposição do CONVENIENTE o Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722. Para situações não solucionadas no atendimento normal, mediante protocolo do atendimento anterior, ligue para a Ouvidoria BB 0800 729 5678. Para deficientes auditivos ligue 0800 729 0088. O SAC funciona 24 horas, 7 dias por semana, ou acesse o portal www.bb.com.br."

Itapema

PREFEITURA

ERRATA Nº1 DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04.131.2019 - CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO, ASSOCIAÇÃO OU EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA REALIZAÇÃO DOS JOGOS ESCOLARES DE ITAPEMA 2019.

Publicação Nº 2217598

Estado de Santa Catarina
Município de Itapema
Processo nº 195 / 2019
Pregão Presencial nº. 04.131.2019

Objeto: Contratação de instituição, associação ou empresa para prestação de serviço com fornecimento de material para realização dos jogos escolares de Itapema 2019, incluindo arbitragem de modalidades esportivas, coordenação e realização de congressos técnicos, coordenação geral e técnica do evento, elaboração e distribuição de fichas de inscrição, súmulas, boletins diários, organizar a comissão disciplinar e regulamento geral dos jogos, conforme termo de referência constante no Anexo I do Edital 04.131.2019.

ERRATA Nº1

Em virtude de Impugnação encaminhada pela empresa APITO DE OURO EVENTOS ESPORTIVOS EIRELI ME, devidamente remetida à Secretaria Municipal de Educação de Itapema, cuja qual analisou e constatou a necessidade de ser feita a seguinte alteração no Edital, conforme seguem:

Onde se lê:

5.4 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

...

5.4.3 - A empresa deverá apresentar registro de entidade desportiva junto ao CREF/SC - Conselho Regional de Educação Física/SC no ano vigente e declaração expedida pelo CREF-SC que a mesma tenha no mínimo dois anos de registro junto ao Conselho Regional de Educação Física – CREF-SC

Leia-se:

5.4 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

...

5.4.3 - A empresa deverá apresentar registro de entidade desportiva junto ao CREF/SC - Conselho Regional de Educação Física/SC no ano vigente.

A data de entrega e abertura dos invólucros permanece INALTERADA, ou seja, para às 16:00(dezesseis) horas do dia 06(seis) de novembro de 2019.

Itapema, 05 de novembro de 2019.
RONALDO PAULINO
Secretário Municipal de Administração

PUBLICAÇÃO 421 - PROCESSO 177.2019 – HOMOLOGAÇÃO

Publicação Nº 2216868

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ITAPEMA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Prefeitura Municipal de Itapema/SC, através da Prefeita Municipal, Nilza Nilda Simas, torna público que foi homologado o Processo licitatório nº 177/2019, Credenciamento nº 004/2019.

DO OBJETO: O presente edital objetiva o Credenciamento de instituição de longa permanência especializadas no acolhimento institucional para idosos com 60 anos ou mais ou pessoas com idade inferior a 60 (sessenta) anos mediante avaliação de profissional técnico (assistente social e/ou psicólogo ou médico) atestando a real necessidade do acolhimento, de ambos os sexos, com diversos graus de dependências, serviços que devem ser assegurados pela Política de Assistência Social em sua rede de proteção especial de alta complexidade. Será celebrado o CREDENCIAMENTO com fundamento na Lei nº. 8666/93

DO VALOR: R\$ 2.890,00 (Dois mil oitocentos e noventa reais) por mês por internação nos casos de Grau de Dependência I

R\$ 3.475,00 (Três mil quatrocentos e setenta e cinco reais) por mês por internação nos casos de Grau de Dependência II;

R\$ 3.700,00 (Três mil e setecentos reais) por mês por internação nos casos de Grau de Dependência III;

CREDENCIADA: WALTER DO AMARAL E SILVA JUNIOR ME (Residêncial Bella Vita)

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 30/10/2019

Itapema, 30 de outubro de 2019.

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita Municipal

PUBLICAÇÃO 422 - PROCESSO 181.2019 – HOMOLOGAÇÃO

Publicação Nº 2216869

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE ITAPEMA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Prefeitura Municipal de Itapema/SC, através da Prefeita Municipal, Nilza Nilda Simas, torna público que foi homologado o Processo licitatório nº 181/2019, Pregão Presencial nº 04.124.2019.

DO OBJETO: Contratação de empresa especializada para a expansão da Infovia existente, com fornecimento e instalação de fibra optica, para atender as necessidades do Município de Itapema, conforme especificações constantes do Anexo I do Edital Nº. 04.124.2019.

DO VALOR: R\$ 30.500,00 (TRINTA MIL E QUINHENTOS REAIS)

CONTRATADA: FREENETWORKS SOLUÇÕES LTDA EPP

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 30/10/2019

Itapema, 30 de outubro de 2019.

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita Municipal

PUBLICAÇÃO 423 - PROCESSO 133.2019 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 04.087.2019 - LIMPEZA

Publicação Nº 2216870

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE ITAPEMA

HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO 133/2019 – PREGÃO – 04.087.2019

ATA REGISTRO DE PREÇOS 87/2019

OBJETO: Registro de Preços - Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza, manutenção e conservação de áreas e patrimônio público, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.087.2019

VALOR TOTAL: R\$ 2.770.000,00 (dois milhões setecentos e setenta mil reais)

EMPRESA: CELSO RICARDO DE OLIVEIRA EPP

PRAZO: 12 (doze) meses.

Itapema, 30 de outubro de 2019.

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita de Itapema

Itapiranga

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 164/2019

Publicação Nº 2217138

MUNICIPIO DE ITAPIRANGA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 164/2019

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TROFÉUS PARA O JAIT E DEMAIS COMPETIÇÕES PROMOVIDAS PELO MUNICÍPIO
Modalidade: Pregão Presencial.

Tipo: Menor Preço por item

Recebimento das Propostas: até 08h30min do dia 19/11/2019.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município itapiranga.atende.net ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00. Informações através do e-mail compras@itapiranga.sc.gov.br ou fones (49) 3678-7714, (49) 3678-7700.

Itapiranga, SC, 05 de novembro de 2019.

NELSON KLEIN

Secretário de Educação, Cultura e Desporto

DECRETO Nº 203, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2217647

DECRETO Nº 203, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.206, de 28 de dezembro de 2018:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, na seguinte dotação orçamentária:

09.001 – Fundo Municipal de Saúde

0010.0302.0101.2124 – Manutenção das Atividades de Média e Alta Complexidade

33.90.00.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo, 1º, a anulação parcial da seguinte dotação:

09.001 – Fundo Municipal de Saúde

0010.0302.0101.2124 – Manutenção das Atividades de Média e Alta Complexidade

31.90.00.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor com efeitos a partir do dia 1º de novembro de 2019.

Itapiranga, 1º de novembro de 2019.

JORGE WELTER

Prefeito

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

José Gilvane Lauer

Secretaria Municipal de Administração.

DECRETO Nº 204, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2217695

DECRETO Nº 204, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019

REGULAMENTA A LEI MUNICIPAL Nº 3.192, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2018 E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 59 da Lei Municipal Orgânica de 2004, e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.192, de 06 de dezembro de 2018;

Decreta:

Art. 1º. Fica regulamentado, nos termos deste Decreto, o Programa "Adote uma Praça", instituído pela Lei Municipal nº 3.192, de 06 de

dezembro de 2018 que tem por finalidade executar, ao custo da iniciativa privada, melhorias urbanísticas, paisagísticas e a manutenção de áreas públicas no Município de Itapiranga.

Capítulo I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º. A realização da parceria se dará por meio de Termo de Adoção a ser celebrado entre o interessado, podendo mais de uma pessoa apresentar um projeto e, de outro lado o Poder Público Municipal, representado pela Secretaria Municipal de Administração, Obras e Serviços Urbanos, do Município de Itapiranga e nos termos da Lei Municipal.

Art. 3º. O interessado deverá apresentar projeto conforme disposições da Lei Municipal nº 3.192, de 2018, deste decreto e orientações da Comissão criada para este fim.

Capítulo II DO PROCEDIMENTO PARA FORMALIZAÇÃO DOS TERMOS DE ADOÇÃO

Art. 4º. Os interessados (empresas privadas, instituições e entidade associativa) descritos no art. 3º, da Lei Municipal nº 3.192, de 2018, interessados em celebrar termos de adoção deverão apresentar a Secretaria Municipal de Administração, Obras e Serviços Urbanos requerimento contendo as seguintes informações:

I – proposta de manutenção e das obras e serviços que pretenda realizar e seus respectivos valores;

II – descrição das melhorias urbanas, paisagísticas e ambientais, devidamente instruída, se for o caso, com projetos, plantas e croquis, cronogramas e outros documentos pertinentes;

III – período de vigência de adoção.

Parágrafo Único: Tratando-se de pessoa jurídica, o requerimento deverá ser instruído com:

I – cópia do registro comercial, certidão simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado, ato constitutivo e alterações subsequentes ou decreto de autorização de funcionamento, conforme o caso;

II – cópia da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.

Art. 5º. Recebido o requerimento, a Secretaria Municipal de Administração, Obras e Serviços Urbanos de imediato convocará a Comissão para avaliar a conveniência da proposta e verificar o cumprimento dos requisitos previsto neste Decreto e na legislação aplicável.

Art. 6º. No prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento do requerimento, a Comissão expedirá comunicado destinado a dar conhecimento público da proposta apresentada, contendo nome do proponente e o objeto do projeto.

§ 1º. O extrato do comunicado deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM e divulgado no Portal do Município na Internet.

§ 2º. O comunicado de que trata o caput deste artigo deverá conter a indicação das áreas a serem adotadas, o detalhamento das ações desejadas em cada uma delas e os critérios para análise e escolha dos adotantes.

§ 3º. Será aberto prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da referida publicação, para que outros eventuais proponentes possam manifestar seu interesse quanto ao mesmo objeto.

§ 4º. Havendo impugnações ou manifestação de eventuais proponentes diversos a Comissão analisará entre as propostas a que melhor atender aos interesses da coletividade.

§ 5º. Não havendo impugnações ou manifestações contrárias no prazo estabelecido a Comissão prosseguirá com os demais procedimentos destinados a formalização da parceria.

Art. 7º. A Comissão poderá, a seu critério, deliberar pela proposição de atuação conjunta de áreas, bem como facultar ao proponente a possibilidade do estabelecimento de parcerias adicionais para a consecução dos objetivos estipulados no Termo de Adoção.

Art. 8º. O vencedor terá prazo de 30 (trinta) dias para dar início ao projeto de revitalização e outros que julgar necessário, contados a partir da data de aprovação pela Comissão.

Parágrafo Único. Caso o adotante não inicie o(s) projeto(s) no prazo estipulado, o mesmo deverá apresentar justificativa à Comissão, sob pena de rescisão do termo de cooperação.

Capítulo III DOS BENEFÍCIOS PELA ADOÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E AFINS

Art. 9º A partir do projeto autorizado e do início das obras de melhorias será permitido à colocação de placas indicativas da adoção, observadas as seguintes condições:

I – em se tratando de praças públicas e áreas verdes:

a) para áreas de até 200 m² (duzentos metros quadrados), uma placa, com dimensões máximas de 0,30m de altura x 0,50 m de largura, afixadas a uma altura máxima de 0,40m do solo.

b) para áreas a partir de 200 m² (duzentos metros quadrados) e até 500 m² (quinhentos metros quadrados), uma placa com o máximo de 0,50m de altura x 0,70m de largura, fixada a uma altura máxima de 0,60m do solo;

c) para áreas maiores que 500 m² (quinhentos metros quadrados) poderá ser permitida a colocação de uma placa afixada a uma distancia

máxima de 0,70m do solo, com dimensões máximas de 0,70m de altura x 0,90m de largura;

II – Em se tratando de canteiros centrais de vias ou rotatórias a placa elevada verticalmente deverá ter as seguintes dimensões:

a) para canteiros conservados com largura de até 3,0 (três) metros, uma placa de dimensões máximas de 0,50m de altura por 0,70m de largura do solo, na proporção máxima de uma placa a cada 200 (duzentos) metros lineares ou fração de canteiro conservado, devendo ser observada a distância mínima de 5,0 (cinco) metros do início do canteiro;

§ 1º. Em qualquer hipótese, a placa deverá fazer menção à cooperação (por exemplo: “praça adotada”, “canteiro adotado”) e conter a logomarca do Município de Itapiranga de no mínimo 10% do tamanho da placa indicativa.

§ 2º. A placa deverá fazer referência ao projeto “Adote uma Praça”, com os seguintes dizeres: “Esta praça/canteiro/rotatória/área verde foi adotada por (empresa, instituição ou entidade adotante) em parceria com o Município de Itapiranga por meio do Programa Adote uma Praça”, podendo conter a razão social ou o nome fantasia, a logomarca, o endereço e o telefone do adotante, desde que não ultrapasse 80% (oitenta por cento) da dimensão da placa;

§ 3º. Os equipamentos publicitários poderão ser iluminados, de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, vedada a colocação de placas sobre os passeios de pedestres;

§ 4º. Os gastos com a instalação dos equipamentos publicitários e com o fornecimento de energia elétrica serão de responsabilidade do adotante.

§ 5º. A divulgação para a imprensa de informes publicitários envolvendo a área objeto de Termo de Adoção observará os critérios estabelecidos nos parágrafos anteriores quanto a inserção de logomarcas e referências ao projeto.

Capítulo IV

DAS RESPONSABILIDADES E DO ENCERRAMENTO DA ADOÇÃO

Art. 10. No caso de descumprimento do Termo de Adoção, o adotante será notificado para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, comprovar a regularização dos serviços, sob pena de rescisão do Termo de Adoção.

Art. 11. O Termo de Adoção poderá ser rescindido por ato unilateral e escrito, devidamente justificado pela Secretaria Municipal de Administração, Obras e Serviços Urbanos, em razão do interesse público ou por solicitação do adotante.

Art. 12. Encerrada a adoção, as melhorias dela decorrente passarão a integrar o patrimônio público municipal, sem qualquer direito a retenção ou indenização, devendo as placas ser retiradas pelo adotante no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 1º. Findo o prazo previsto no caput deste artigo ou havendo rescisão do Termo de doação, as placas não retiradas serão consideradas anúncios irregularmente instalados, ficando sujeitas às penalidades previstas no Código de Posturas do Município.

§ 2º. O abandono, a desistência ou o descumprimento do Termo de Adoção não dispensa a obrigação de remover as respectivas placas indicativas.

Art. 13. As áreas que já se encontram em regime de parceria serão mantidas e passarão a ser fiscalizadas com base nesse Decreto.

Art. 14. O título de que trata o art. 15, da Lei Municipal nº 3.192 de 2018, será concedido ao adotante (entidade ou empresa) que cumpra o Termo de Adoção pelo período de um ano.

§ 1º. A outorga do título será precedida de deliberação da Comissão que opinará conclusivamente sobre o cumprimento dos requisitos legais em até 10 (dez) dias úteis após o término do prazo da adoção convencionada.

§ 2º. Deliberada a concessão do título a mesma será efetivada em até 10 (dez) dias úteis em cerimonial presidido pelo Prefeito.

Capítulo V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. Casos omissos nesse Decreto serão resolvidos com base na Lei Municipal nº 3.192 de 2018, Lei Orgânica do Município e deliberados pela Comissão.

Art. 16. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga, 06 de novembro de 2019.

JORGE WELTER
Prefeito

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios
José Gilvane Lauer
Secretário de Administração

DECRETO Nº 205, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2217696

DECRETO Nº 205, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019

INSTITUI COMISSÃO PARA APRECIACÃO DE PROPOSTAS DOS INTERESSADOS EM PARTICIPAR DO PROJETO "ADOTE UMA PRAÇA", NA FORMA DA LEI MUNICIPAL 3.192 DE 2018.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições legais conferidas por Lei e considerando a necessidade de instituir uma comissão para apreciação de propostas de interessados em participar do projeto "Adote uma Praça" determinadas pelo artigo 5º da Lei Municipal nº 3.192 de 2018,

Decreta:

Art. 1º. Fica criada Comissão para apreciar, avaliar e deliberar sobre as propostas apresentadas à Secretaria Municipal de Administração, Obras e Serviços Urbanos com a seguinte composição:

I - Um representante do Conselho Municipal de Trânsito.

Titular: Fábio Júnior da Silva

Suplente: Camila Fassbinder

II - Um representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo;

Titular: Carlise Welter Werlang

Suplente: Carine Babick

III - Um representante da Assessoria Jurídica municipal;

Titular : Nodivar Carati

Suplente: Fabrícia Kroetz

IV - Um representante do Setor de Urbanismo;

Titular: João Schmitz

Suplente: Pablo Guareschi

V - Um representante da Associação Empresarial de Itapiranga - ASSEMIT;

Titular: Lucir Pedrinho Guareschi

Suplente: Rodrigo Ramos

Art. 2º. Os serviços prestados pelos membros da comissão são considerados de relevante interesse público, não cabendo nenhum ônus ao Município.

Art. 3º. As deliberações e as decisões da Comissão exigirão quórum de maioria simples de seus membros para que tenham validade.

Art. 4º. As reuniões da Comissão serão presididas por um de seus membros, nomeado por portaria pela Secretaria Municipal de Administração, Obras e Serviços Urbanos, com a função de conduzir os trabalhos e comunicar as decisões na forma estabelecida em lei.

Art. 5º. O presidente da Comissão nomeará um membro para secretariar as reuniões e reduzir a termo às deliberações adotadas.

Art. 6º. A Comissão, considerando necessário, poderá convidar pessoas cujo elevado conhecimento e experiência profissional possam contribuir para a discussão da matéria em exame, visando adotar a melhor deliberação em relação ao tema proposto.

Art. 7º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga, 06 de novembro de 2019.

JORGE WELTER

Prefeito

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

José Gilvane Lauer

Secretário de Administração

EXTRATO DO CONTRATO Nº 011/2019 - FMS

Publicação Nº 2217098

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº : 011/2019

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA

Contratada : BEE-PROJETOS LTDA- ME

Licitação : Dispensa de Licitação 25/2019

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE MÓVEIS DA ÁREA AMPLIADA DO SUBSOLO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE ESF FRONTEIRA.

Vigência : Início: 01/11/2019 Término: 31/12/2019

Assinatura : 01/11/2019

Valor R\$: 7.991,00 (Sete Mil e Novecentos e Noventa e Um Reais)

Dotação : 286 - 90.001.2122.3339039050000000000.01021002

Itapiranga, 05 de outubro de 2019

CÂMARA MUNICIPAL**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Publicação Nº 2217106

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Itapiranga – SC convida todos os munícipes para Audiência Pública para apresentação do projeto técnico das obras da avenida Uruguai com explanação dos seguintes itens:

- Apresentação técnica do projeto;
- Valor desembolsado pelo projeto;
- Orçamento total do projeto;
- Percentual da obra a ser realizada com o financiamento;
- Contrapartida do município;
- Fontes de recurso para conclusão da obra;
- Relatório constando um cronograma das atividades;
- Recebimento dos recursos da caixa;
- Juros a serem pagos;
- Valor mensal das parcelas até a amortização total do financiamento;
- Prazo da conclusão da obra.

Data: 11 de novembro de 2019

Horário: 20 horas

Local: sala de sessões da Câmara Municipal.

Itapiranga – SC, 05 de novembro de 2019.

Afonso Niehues

PRESIDENTE CÂMARA VEREADORES

Itapoá

PREFEITURA

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA - DISPENSA 04/2019

Publicação Nº 2216665

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

Data	25/10/2019	Horário início: 08h00min
Licitação /Modalidade	CHAMADA PÚBLICA DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO	Nº 02/2019 Nº 04/2019 Nº 18/2019

OBJETO:

CREDENCIAMENTO de Produtor Rural, Agricultor Familiar, Associações ou Cooperativas da Agricultura Familiar visando a aquisição de Gêneros e Produtos Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural destinados a preparação da Merenda Escolar para atender os alunos da Rede Municipal de Ensino, em conformidade com o Programa Nacional de Alimentação escolar - PNAE. No dia e hora supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 4064/2019. Observando que a Licitação foi publicada em Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, Site Municipal e Mural Público Municipal, em jornal diário de grande circulação no estado e Diário Oficial da União no dia 05/03/2018 a fim de ampla divulgação. Protocolaram envelopes os seguintes produtores rurais:

Data	Prot.	Credenciante	CNPJ/MF	DAP
24/10/2019	244	ANGELA DA SILVA	093.648.599-01	SDW093648599011510190217

Iniciada a sessão os membros da CPL rubricaram os envelopes de habilitação e proposta, os quais encontravam-se devidamente lacrados. Em seguida foi aberto o envelope de habilitação da produtora rural acima relacionada, analisados todos os documentos e rubricados por todos os membros da CPL, foi constatado que a mesma cumpriu as exigências estipuladas no edital de Chamada Pública e, portanto, foi considerada HABILITADA. Passando à fase seguinte, foi aberto o envelope de Proposta de Preço da produtora rural habilitada, chegando ao seguinte resultado:

Item	Produtos	Un.	Quant	Valor Unitário	Valor Total	Produtor Rural Credenciado
23	Polpa de fruta natural integral congelada. Sabor maracujá. Produto sem conservantes, corantes e outros aditivos dispostos em embalagens de 1kg.	KG	269	R\$ 18,00	R\$ 4.842,00	ANGELA DA SILVA
24	Polpa de fruta natural integral congelada. Sabor uva. Produto sem conservantes, corantes e outros aditivos dispostos em embalagens de 1kg.	KG	270	R\$ 18,00	R\$ 4.860,00	
Total					R\$ 9.702,00	

Verificada a produtora credenciada, resta ainda como objeto de credenciamento apenas os seguintes produtos e quantidades:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTDE	VALOR MÁX. UNITÁRIO	VALOR MÁX. TOTAL
1	Abóbora tipo " menina" ou "pescoço". Fruto de características limpa lustroso, sem machucaduras e pontos moles, com partes do caule.	KG	500	R\$ 2,90	R\$ 1.450,00
5	Batata doce in natura, apresentando grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação, em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitos e larvas. Já deve vir separada das folhas.	KG	900	R\$ 3,10	R\$ 2.790,00
10	Chuchu Verde, tenro, firme, casca intacta e sem pontos amarelos ou apodrecidos.	KG	1000	R\$ 3,20	R\$ 3.200,00
20	Pão francês. Produto fresco em embalagem própria para consumo. Deverá conter data de fabricação e de validade na embalagem.	KG	1600	R\$ 12,58	R\$ 20.128,00
21	Polpa de fruta natural integral congelada. Sabor abacaxi com hortelã. Produto sem conservantes, corantes e outros aditivos dispostos em embalagens de 1kg.	KG	269	R\$ 18,23	R\$ 4.903,87
22	Polpa de fruta natural integral congelada. Sabor acerola. Produto sem conservantes, corantes e outros aditivos dispostos em embalagens de 1kg.	KG	270	R\$ 18,23	R\$ 4.922,10

28	Tomate. Maduro, mas não amolecido, sem amassamento, mancha amarelas ou brancas, deterioração ou marcas de doenças. Tamanho médio entre 6 e 9 cm de diâmetro.	KG	150	R\$ 5,18	R\$ 777,00
VALOR MÁXIMO TOTAL				38.170,97	

Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta ata assinada por todos os presentes.

KARINA JUSSARA DOS SANTOS
VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

DAIANE BATISTA
MEMBRO

MARIZA APARECIDA FILLA
MEMBRO

ATA SESSÃO PÚBLICA - PREGÃO Nº 62/2019

Publicação Nº 2216512

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2019, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 111/2019 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO.

Ao quinto dia do mês de novembro de 2019, a partir das 09:00 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município, o(a) Sr(A) FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros, RICARDO LASTRA e FERNANDO VITOR PERES, nomeados pelo (a) Decreto nº 4065/2019, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 62/2019, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EVENTOS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO E LOCAÇÃO, MONTAGEM E MANUTENÇÃO DE ESTRUTURAS PARA O PROJETO UM TOQUE DE NATAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. No horário definido no Edital, o(a) Pregoeiro(a) iniciou a sessão informando aos representantes presente os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após rubricado os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Participante	
Empresa	Representante
JOSE CLAUDINEI A. DE ARAUJO & CIA LTDA	MARIA FERNANDA VILAS BOAS DE ARAUJO
BOSSO ALUGUEL DE PALCOS E COBERTURAS LTDA ME	CARLOS EDUARDO ONOFRE

Analisados os documentos foram achados conforme. Em seguida foram abertos os envelopes de Propostas de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisada as propostas foram achadas conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, fica a licitante vencedora responsável pela prestação de serviços que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores em anexo aos autos. Encerrados os lances verbais, foi aberto o envelope de habilitação da empresa ofertante dos menores preços, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constatado que a empresa JOSE CLAUDINEI A. DE ARAUJO & CIA LTDA não apresentou registro no CAU/CREA através da Certidão de Pessoa Jurídica, conforme item 6.4.3.1. do Edital, não comprovou o vínculo efetivo do Técnico Profissional, conforme item 6.4.3.4 do Edital, não apresentou licença ambiental de operação referente aos banheiros químicos, conforme item 6.4.3.5. do Edital, referente ao item 6.4.4.1. do Edital, não é possível identificar o vínculo. A empresa apresentou Certidão negativa de falência e concordata, porém condiciona a apresentação do EPROC, o qual não foi apresentado, conforme item 6.4.8. do Edital, desta forma a empresa foi considerada INABILITADA. A empresa BOSSO ALUGUEL DE PALCOS E COBERTURAS LTDA ME demonstrou atender as exigências editalícias, sendo habilitada para este certame. Verificando vencedora, portanto, a empresa citada abaixo:

Empresa Vencedora	Itens/Lotes	Valor Total
BOSSO ALUGUEL DE PALCOS E COBERTURAS LTDA ME	1	R\$ 100.000,00

Finalizada a etapa competitiva e habilitada a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(o) cumprir os prazos de prestação de serviço conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata, encerrando às 10h00.

Itapoá, 05 de novembro de 2019.

FERNANDA CRISTINA ROSA Pregoeira	
RICARDO LASTRA Membro	FERNANDO VITOR PERES Membro

Licitantes:

JOSE CLAUDINEI A. DE ARAUJO & CIA LTDA MARIA FERNANDA VILAS BOAS DE ARAUJO	BOSSO ALUGUEL DE PALCOS E COBERTURAS LTDA ME CARLOS EDUARDO ONOFRE
---	---

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 92/2019

Publicação Nº 2216680

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 92/2019

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: Sra ANGELA DA SILVA, inscrita no CNPF sob o nº 093.648.599-01, CI.RG sob o nº 6.591.469 SESP/SC e DAP sob o nº SDW093648599011510190217, residente e domiciliado à Estrada do Quiriri, P103 L12, Joinville/SC, CEP 89.239-490.

Licitação: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2019 - CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2019 - PROCESSO Nº18/2019.

Objeto: Credenciamento de Produtor Rural, Agricultor Familiar, Associações ou Cooperativas da Agricultura Familiar visando a aquisição de Gêneros e Produtos Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural destinados a preparação da Merenda Escolar para atender os alunos da Rede Municipal de Ensino, em conformidade com o Programa Nacional de Alimentação escolar - PNAE.

VALOR R\$: R\$ 9.702,00

DATA DA ASSINATURA: 25/10/2019

PRAZO DE VIGÊNCIA: 31/12/2019

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 25 de OUTUBRO de 2019.

LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA BONGALHARDO
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 95/2019

Publicação Nº 2216495

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 95/2019

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratado: ADALBERTO RAMOS DA ROSA NETO EIRELI com sede á Rua Laura Nunes Fernandes, nº 41, Bairro: Parque da Fonte, na cidade de São José dos Pinhais/SC, CEP: 83050610, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 26.356.437/0001-56 e Inscrição Estadual nº 90827867-48, representada neste ato pelo representante legal Sr. ADALBERTO RAMOS DA ROSA NETO, portador do CNPF/MF nº 079.910..559-73 e do CI.RG nº 9.793.315-4 SESP/PR.

Licitação: PREGÃO Nº 55/2019 - PROCESSO Nº 97/2019

Objeto: Constitui o objeto deste a Contratação de empresa para "Aquisição de enfeites natalinos", visando a decoração natalina de ruas e avenidas do Município de Itapoá, conforme Termo de referência para integrante do edital e seus anexos.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 39.949,89

DATA DA ASSINATURA: 04/11/2019

PRAZO DE VIGÊNCIA: 31/12/2019

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 04 de novembro 2019.

JADIEL MIOTTI DO NASCIMENTO
SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA
DIRETOR DE TURISMO

PORTARIA Nº 5288/2019

Publicação Nº 2216768

PORTARIA Nº 5.288/2019

De: 01 de outubro de 2019.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão de Progressão Automática, do (a) servidor (a) RENATA MARIA MILDEMBERGER MARAFIGO, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR II, passando do nível II - B para o nível II - C.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 01 de outubro de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 5289/2019

Publicação Nº 2216773

PORTARIA Nº 5.289/2019.

De: 01 de outubro de 2019.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º – Tornar público a concessão de Licença Prêmio por assiduidade, a partir de 01 de outubro de 2019 à 30 de outubro de 2019, ao(a) servidor(a) ANDREIA BALTAZAR RODRIGUES, investido(a) no cargo efetivo de ORIENTADOR EDUCACIONAL II, no nível salarial II– B.

ARTIGO 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 01 de outubro de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 5290/2019

Publicação Nº 2216777

PORTARIA Nº 5.290/2019.

De: 01 de outubro de 2019.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º – Tornar público a concessão de Licença Prêmio por assiduidade, a partir de 01 de outubro de 2019 à 30 de outubro de 2019, ao(a) servidor(a) APARECIDA DONIZETE DA SILVA, investido(a) no cargo efetivo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, no nível salarial IV– L.

ARTIGO 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 01 de outubro de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 5291/2019

Publicação Nº 2216779

PORTARIA Nº 5.291/2019.

De: 01 de outubro de 2019.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º – Tornar público a concessão de Licença Prêmio por assiduidade em Pecúnia (30 dias), do(a) servidor(a) HELLEN TATIANE DOS SANTOS, investido(a) no cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM I, no nível salarial V – C.

ARTIGO 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 01 de outubro de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 5292/2019

Publicação Nº 2216784

PORTARIA Nº 5.292/2019.

De: 01 de outubro de 2019.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º – Tornar público a concessão de Licença Prêmio por assiduidade em Pecúnia (30 dias), do(a) servidor(a) IVONE ZAGONEL VIDA ALMEIDA, investido(a) no cargo efetivo de TÉCNICO DE RADIOLOGIA II, no nível salarial VI – E.

ARTIGO 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 01 de outubro de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 5293/2019

Publicação Nº 2216786

PORTARIA Nº 5.293/2019.

De: 01 de outubro de 2019.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º – Tornar público a concessão de Licença Prêmio por assiduidade, a partir de 01 de outubro de 2019 à 30 de outubro de 2019, ao(a) servidor(a) JOÃO TETAR, investido(a) no cargo efetivo de TÉCNICO DE CONTABILIDADE I, no nível salarial V– D.

ARTIGO 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 01 de outubro de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

_____/_____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 5294/2019

Publicação Nº 2216788

PORTARIA Nº 5.294/2019.

De: 01 de outubro de 2019.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º – Tornar público a concessão de Licença Prêmio por assiduidade, a partir de 01 de outubro de 2019 à 30 de outubro de 2019, ao(a) servidor(a) MARCELO HENRIQUE GRANDINI JOSÉ, investido(a) no cargo efetivo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, no nível salarial IV – H.

ARTIGO 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 01 de outubro de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

_____/_____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 5295/2019

Publicação Nº 2216793

PORTARIA Nº 5.295/2019

De: 01 de outubro de 2019.

ADITIVA CONTRATO DE SERVIDOR
EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007;

· Considerando a Contratação Temporária pelo Edital nº 40/2018 e a solicitação da Secretaria de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público o Aditivo de Contrato Temporário do(a) Sr. (a). ADRIANA TERESINHA STANCHAK, na função temporária de PROF. N. SUP. ACT 40HS, prorrogando o prazo do seu Contrato até o final da Licença Médica da Professora Marcela Cristina Soares.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá – SC, 01 de outubro de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 5296/2019

Publicação Nº 2216795

PORTARIA Nº 5.296/2019

De: 01 de outubro de 2019.

ADITIVA CONTRATO DE SERVIDOR
EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007;

· Considerando a Contratação Temporária pelo Edital nº 40/2018 e a solicitação da Secretaria de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público o Aditivo de Contrato Temporário do(a) Sr. (a). SELMA CRISTINA GEREMIAS LOURES, na função temporária de SUPERVISOR ESCOLAR ACT 40HS, prorrogando o prazo do seu Contrato até o final da Licença Médica da Professora Rosana Amaral de Lima.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá – SC, 01 de outubro de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 5297/2019

Publicação Nº 2216802

PORTARIA Nº 5.297/2019

De: 01 de outubro de 2019.

CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007, considerando:

· Edital de Contratação temporária nº 38/2019 da Secretaria Municipal de Assistência Social;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Contratação Temporária do(a) Sr.(a) ELZA MACHADO RODRIGUES, na função temporária de EDUCADOR SOCIAL 40H, em vaga excedente de Concurso Público.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá – SC, 01 de outubro de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 5298/2019

Publicação Nº 2216805

PORTARIA Nº 5.298/2019

De: 01 de outubro de 2019.

Dispõe sobre concessão de licença ao servidor (a), por motivo de doença em pessoa da família, conforme Lei Municipal 44/2014, Art. 130 e 131.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão de Licença por motivo de Doença em Pessoa da Família, a partir de 01 de outubro de 2019 à 14 de outubro de 2019 (14 dias), ao (a) servidor (a) PRISCILA MACIEL DA SILVA, investido (a) na função temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 01 de outubro de 2019.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE ITAPOÁ TERMO CONVOCAÇÃO Nº 152/2019 EDITAL 040/2018

Publicação Nº 2216701

TERMO CONVOCAÇÃO Nº 152/2019

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 40/2018 – Luíza Montalvão de Oliveira Bongalhardo, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo os candidatos convocados à comparecerem na Secretária de Educação no dia 07/11/2019, CONFORME O HORÁRIO ESTIPULADO, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

09H00 MIN

Class.	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
87	40h	Educação Infantil	Roseli Fatima da Silva	12/11/2019	20/12/2019

De acordo com o item 8.1 do edital 040/2018:

Perderão todos os direitos sobre a vaga os candidatos classificados que:

- Não responderem à convocação publicada no site da Prefeitura Municipal de Itapoá, no prazo de 02 dias úteis;
- Não se apresentarem no dia e horário determinado pela Secretaria Municipal de Educação;
- Não aceitarem a vaga oferecida;
- Desistirem da vaga;
- Assumir a vaga e não se apresentarem no trabalho na data estabelecida.

Itapoá, 05 de novembro de 2019.

Luíza Montalvão de Oliveira Bongalhardo

Secretária de Educação

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE ITAPOÁ TERMO- CONVOCAÇÃO Nº 151/-2019 EDITAL 040/2018

Publicação Nº 2216378

TERMO CONVOCAÇÃO Nº 151/2019

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 40/2018 – Luíza Montalvão de Oliveira Bongalhardo, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo os candidatos convocados à comparecerem na Secretária de Educação no dia 07/11/2019, CONFORME O HORÁRIO ESTIPULADO, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

09H00 MIN

Class.	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
86	40h	Educação Infantil	Marilza Glinski	10/11/2019	20/12/2019

De acordo com o item 8.1 do edital 040/2018:

Perderão todos os direitos sobre a vaga os candidatos classificados que:

- Não responderem à convocação publicada no site da Prefeitura Municipal de Itapoá, no prazo de 02 dias úteis;
- Não se apresentarem no dia e horário determinado pela Secretaria Municipal de Educação;
- Não aceitarem a vaga oferecida;
- Desistirem da vaga;
- Assumir a vaga e não se apresentarem no trabalho na data estabelecida.

Itapoá, 05 de novembro de 2019.

Luíza Montalvão de Oliveira Bongalhardo
Secretária de Educação

TERMO ADITIVO Nº 107/2019 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 75/2017 (4º ADITIVO).

Publicação Nº 2216800

TERMO ADITIVO Nº 107/2019 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 75/2017 (4º Aditivo).

Pelo presente instrumento contratual que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges, nº 206, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Secretário de Turismo e Cultura, o Sr. CLÁUDIO ROBERSON LEMONIE, brasileiro, casado, portador do CNPF/MF nº 020.940.689-51 e CI.RG nº 7.344.714-3-SSP/PR, residente e domiciliado à Rua Ana Maria Rodrigues de Freitas, nº 866, Bairro Itapema do Norte, neste Município, e do outro lado o Sr. MÁRIO LAMIM, brasileiro, divorciado, portador do CI.RG n.373.890 SSP/SC, inscrito no CNPF/MF sob nº 304.167.529-34, residente e domiciliado à Rua do Peixe, nº 429, Samambaial, em Itapoá/SC, doravante denominado CONTRATADO (LOCADOR), ajustam o presente Termo Aditivo em caráter consensual, em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 19/2017 - PROCESSO Nº 139/2017, Art. 24 inciso X da Lei 8.666/93 e com as especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA VIGÊNCIA

O presente termo prorroga a vigência do Contrato Administrativo nº 75/2017, em 6 (seis) meses contados a partir do dia 10/11/2019, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PREÇO

Altera cláusula quarta "Do Preço", acrescentando 6 (seis) parcelas mensais no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), resultando em um valor total de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) para o período.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de nº 75/2017, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo nº 75/2017, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscreita.

Itapoá/SC, 05 de novembro de 2019.

LOCATÁRIO JADIEL MIOTTI DO NASCIMENTO DIRETOR DE TURISMO FISCAL DO CONTRATO	LOCADOR MÁRIO LAMIM
Testemunhas: NOME: CNPJ/MF:	NOME: CPF/MF:

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2019 PROCESSO SELETIVO Nº 065/2019 ALUNOS ESTAGIÁRIOS

Publicação Nº 2216682

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2019
PROCESSO SELETIVO Nº 065/2019
ALUNOS ESTAGIÁRIOS

Joselene Gonçalves do Nascimento Cunha, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais CONVOCA os candidatos relacionados abaixo, para comparecerem ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 03 (três) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela contratação mediante a apresentação dos seguintes documentos, originais e cópias:

- Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
- Uma foto recente 3x4;
- Comprovante de residência;
- Declaração de matrícula ou frequência regular, na área pretendida;
- Inscrição no CIEE;
- Conta corrente no Banco do Brasil.

CANDIDATO	NÍVEL
Paloma Dambiski Graminho	Superior – Pedagogia
Camila Santin Balena	Superior – Pedagogia
Milena de Almeida	Superior – Pedagogia

OBSERVAÇÃO: O HORÁRIO DE TRABALHO SERÁ CONFORME A NECESSIDADE DA SECRETARIA CORRESPONDENTE.

Itapoá, 05 de novembro de 2019.

Joselene Gonçalves do Nascimento Cunha
Secretária de Administração

TERMO DE SUSPENSÃO PREGÃO Nº50-19-MONITORAMENTOS ESCOLAS

Publicação Nº 2217537

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

TERMO DE SUSPENSÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA

DE ABERTURA DE ENVELOPES DE DOCUMENTOS E PROPOSTAS -

DATA: 06 de novembro de 2019 – Horário de entrega de envelopes até: 08h: 30min e abertura de sessão pública às 09h:00min.

LICITAÇÃO/MODALIDADE: Pregão Presencial nº50/2019- Processo nº88/2019 – Objeto: Contratação de empresa de segurança para prestação de serviços de monitoramento de sistemas de alarmes eletrônicos e de imagens CFTV, com fornecimento de equipamentos e acessórios, para atender as necessidades da secretaria de educação, unidades escolares e centro de preparo da alimentação escolar do município de Itapoá/SC, em suas áreas internas e externas, conforme termo de referência constantes no edital e seus anexos.

AVISO DE SUSPENSÃO

O Município de Itapoá torna público que a licitação que se faria realizar na data e horário acima citado, fica no presente ato suspensa, para conhecimento dos licitantes e de quem mais interessar por razões administrativas, e de interesse público.

Ficam ratificadas todas as demais condições estabelecidas no Edital.

Itapoá, 05 de novembro de 2019.

ANGELA MARIA PUERARI DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 3479/2018

FERNANDA CRISTINA ROSA
PREGOEIRA OFICIAL DO MUNICÍPIO

TOMADA Nº22/2019- ALBERTO SPECK

Publicação Nº 2216603

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

Preâmbulo (Art. 40, caput)

O Município de Itapoá-SC torna público que fará realizar licitação no dia 21/11/2019 às 09h:00min, a Sessão Pública de abertura de envelopes de habilitação e propostas, e até as 08h:30min receberá envelopes dos possíveis interessados em participar do certame, o que ocorrerá em sua sede administrativa, sita à Rua Mariana Michels Borges (960), nº 201, Licitação na modalidade Tomada de Preço nº22/2019 – Processo nº115/2019, para a Contratação de empresa de construção civil com mão de obra especializada e fornecimento de materiais para construção Centro Educacional (Projeto FNDE- com 04 salas de aula e outros), na EMEF Alberto Speck, localizada a Rua Estrada Geral, s/nº, localidade de Saí Mirim, neste Município, com metragem de 740,88 m2, conforme projetos, memorial descritivo e planilha orçamentária, partes integrantes do edital. O Edital e seus Anexos poderão ser retirados no site www.itapoa.sc.gov.br, extrato consultado no site www.itapoa.sc.gov.br.

diariomunicipal.sc.gov.br, e para retirada na sede da Prefeitura na Secretaria de Administração/Setor de Licitações e Contratos, será cobrada uma taxa de R\$ 14,36 (quatorze reais e trinta e seis centavos). O horário disponível para retirada é das 07h30min às 13h:30min.

Itapoá, 05 de novembro de 2019.
ANGELA MARIA PUERARI
DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 3479/2018

LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA BONGALHARDO
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL Nº 937/2019 - ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 143, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1998, E DELIMITA NOVOS BAIRROS NO ÂMBITO MUNICIPAL DE ITAPOÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2216722

LEI MUNICIPAL Nº. 937, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Origem: Poder Legislativo.

Altera a Lei Municipal nº 143, de 23 de dezembro de 1998, e delimita novos Bairros no âmbito municipal de Itapoá, e dá outras providências.

GERALDO RENE B. WEBER, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 44, inciso V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele promulga a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º da Lei Municipal nº. 143/1998, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Ficam estabelecidas as delimitações entre os bairros do Município de Itapoá (SC), como segue:

- o Barra do Saí – Desembocadura do Rio Saí Mirim até a divisa do Balneário Rainha do Mar e o Balneário Cambijú.
- o Itapema do Norte – do Balneário Cambijú até a divisa entre o Balneário jardim da barra e o Balneário Paese.
- o Itapoá - do Balneário Paese até a divisa do balneário Uirapurú com o Balneário Itamar.
- o Itapema do Norte – do balneário Cambijú até a rua Nº 990, divisa com balneário Jardim da Barra;(Alterado pela LM 254/2004)
- o Itapoá – da rua Nº 1.100, divisa com balneário Paese, até a divisa do balneário Uirapuru com o Itamar;(Alterado pela LM 254/2004)
- o Pontal do Norte – do Balneário Itamar até a divisa com o Balneário Santa Terezinha.
- o Figueira do Pontal – da divisa do balneário Santa Terezinha até o balneário Figueira do Itapoá.
- o Bom Retiro – da rua Nº 990, divisa com Balneário Jardim da Barra até a rua Nº 1.100, divisa com o Balneário Paese e fundos, no final do perímetro urbano. (Acrescido pela LM 254/2004)

Art. 1º Ficam estabelecidas as delimitações entre os bairros do Município de Itapoá (SC), como segue:

- 1 - Barra do Saí – Desembocadura do Rio Saí Mirim até a divisa do Balneário Rainha do Mar e o Balneário Cambijú.
- 2 - Itapema do Norte – do Balneário Cambijú até o Balneário Brasília, fundos para Rua do Príncipe e frente para o mar, até a Rua 990, divisa com o balneário Jardim da Barra.
- 3 - Samambaial - fazendo frente para Rua do Príncipe e fundos com as margens do Rio Sai Mirim, e entre a Rua Francisco Quintino Correia(Rua 760), Bairro São José e a Av. Brasília(Rua 650), Balneário Brasília.
- 4 - São José - fazendo frente para Rua do Príncipe e fundos com as margens do Rio Sai Mirim, entre a Rua Rua Francisco Quintino Correia(Rua 760), Bairro Samambaial e a Av. Pérola do Atlântico(Rua 860) Residencial Príncipe.
- 5 - Itapoá – da Rua Nº 1.100, divisa com balneário Paese, até a divisa do balneário Uirapuru com o Itamar;
- 6 - Pontal do Norte – do Balneário Itamar até a divisa com o Balneário Santa Terezinha.
- 7 - Figueira do Pontal – da divisa do balneário Santa Terezinha até o balneário Figueira do Itapoá.
- 8 - Bom Retiro – da Rua Nº 990, divisa com Balneário Jardim da Barra até a Rua Nº 1.100, divisa com o Balneário Paese e fundos, no final do perímetro urbano.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e Revoga a Lei Municipal nº 254/2004.

Câmara Municipal de Itapoá, 05 de novembro de 2019.

GERALDO RENE B. WEBER
PRESIDENTE
[assinado digitalmente]

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 45, §3o e §4o, da Lei Orgânica de Itapoá, Resolução nº 14/2016, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

Para consultar a autenticidade e integridade do documento, pode-se consultar o site <http://camaraitapoa.sc.gov.br/verificador>

LEI MUNICIPAL Nº 938/2019 - ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 409/2012, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012, QUE DÁ DENOMINAÇÃO À VIA PÚBLICA.

Publicação Nº 2216726

LEI MUNICIPAL Nº. 938, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Origem: Poder Legislativo.

Altera a Lei Municipal nº 409/2012, de 13 de novembro de 2012, que dá denominação à via pública.

GERALDO RENE B. WEBER, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 44, inciso V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele promulga a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica alterado o item 1 do artigo 1º da Lei Municipal nº 409/2012, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1 Ficam denominadas as seguintes vias públicas:

1. Rua das Bromélias: começa na Rua Francisco Quintino Correia e termina na Rua Walter Crisanto, entre a Q-22 e Q-23 até a Q-67 e Q-66;

Art. 1º Ficam denominadas as seguintes vias públicas:

1. Rua das Bromélias iniciando na Rua Walter Crisanto entre as Quadras 87/88 e terminando na Rua Francisco Quintino Correa entre as quadras 22/23;

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Itapoá, 05 de novembro de 2019.

GERALDO RENE B. WEBER

PRESIDENTE

[assinado digitalmente]

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 45, §3º e §4º, da Lei Orgânica de Itapoá, Resolução nº 14/2016, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

Para consultar a autenticidade e integridade do documento, pode-se consultar o site <http://camaraitapoa.sc.gov.br/verificador>

Ituporanga

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2019/PMI : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO, APLICAÇÃO E CORREÇÃO DO PROCESSO SELETIVO DESTINADO AO PROVIMENTO DE CARGOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC, CONFORME QUADRO DE VAGAS QUE CONSTA D

Publicação Nº 2217067

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº52/2019

Processo: 71/2019/PMI

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO, APLICAÇÃO E CORREÇÃO DO PROCESSO SELETIVO DESTINADO AO PROVIMENTO DE CARGOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC, CONFORME QUADRO DE VAGAS QUE CONSTA DO TERMO DE REFERÊNCIA. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Global. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 19 de novembro de 2019 até as 09h00min. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 19 de novembro de 2019 às 09h30min no setor de licitações. INÍCIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10h00min do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min e pelo fone (**47) 3533-1211. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: www.ituporanga.sc.gov.br, no link Prefeitura/Editais/Licitações.

Ituporanga, 06 de novembro de 2019 – Adriano Jose Coelho – Prefeito em Exercício

EXTRATO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 32/2019/PMI

Publicação Nº 2216671

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

EXTRATO DE ADITIVO DO CONTRATO PROCESSO 32/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITUPORANGA

CONTRATADA: BRITAGEM SANTA TEREZA EIRELI - ME, CNPJ 05.909.258/0001-29 , VALOR: R\$ 68.750,00 (Sessenta e oito mil setecentos e cinquenta reais). OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL PRIMÁRIO PARA USO DAS SECRETARIAS DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO NA MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA. Data da assinatura: 05 de novembro de 2019 – Adriano José Coelho – Prefeito em Exercício.

HOMOLOGAÇÃO CHAMADA PÚBLICA 10/2019/EDUCAÇÃO

Publicação Nº 2216371

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE ITUPORANGA****CNPJ: 83.102.640/0001-30****RUA VEREADOR JOAQUIM BOEING - 40 Prédio****CEP: 88400000 - Ituporanga - SC****INEXIGIBILIDADE NULL****Nr.: 5/2019****Processo Administrativo: 61 / 2019****Processo de Licitação: 5 / 2019****Data do Processo: 02/10/2019****TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

valorAdjudicado 0

valorTotalComprado 0

valorTotalHomologado 0

cotacaoMaxima 37756,5

O Prefeito em exercício, ADRIANO JOSE COELHO, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 61/2019
 b) Licitação Nr.: 5/2019
 c) Modalidade: Inexigibilidade
 d) Data Homologação: 04/11/2019
 e) Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO ATENDIDOS PELA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, ATRAVÉS DE CHAMADA PÚBLICA, EM CUMPRIMENTO À LEI Nº 11.947, REVISADO NA RESOLUÇÃO Nº 04 DE 02/04/2015, PELO PERÍODO DE 8 MESES.

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores:

963941 - COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR VALE DO ITAJAI						
Sem lote						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	BISCOITO CASEIRO: DE PRIMEIRA QUALIDADE, PRODUZIDO A PARTIR DE MATÉRIA-PRIMA DE QUALIDADE E EM CONDIÇÕES ADEQUADAS DE HIGIENE, SEM ADIÇÃO EXCESSIVA DE GORDURAS E AÇÚCARES, SEM CONFEITO, EMBALADO EM PLÁSTICO ATÓXICO DE 1KG, INCOLOR, ISENTA DE MOFO OU BOLORES, ODORES ESTRANHOS E SUBSTÂNCIAS NOCIVAS (EMBALAGEM DEVERÁ CONTER INFORMAÇÕES COMO: NOME DO PRODUTOR, ENDEREÇO, DATA DE FABRICAÇÃO DO PRODUTO, PRAZO DE VALIDADE E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS).	QUILOGRAMA		500	R\$ 15,2000	R\$ 7.600,0000
2	BISCOITO DE MILHO CASEIRO: DE PRIMEIRA QUALIDADE, PRODUZIDO A PARTIR DE MATÉRIA-PRIMA DE QUALIDADE E EM CONDIÇÕES ADEQUADAS DE HIGIENE, SEM ADIÇÃO EXCESSIVA DE GORDURAS E AÇÚCARES, SEM CONFEITO, EMBALADO EM PLÁSTICO ATÓXICO DE 1KG, INCOLOR, ISENTA DE MOFO OU BOLORES, ODORES ESTRANHOS E SUBSTÂNCIAS NOCIVAS (EMBALAGEM DEVERÁ CONTER INFORMAÇÕES COMO: NOME DO PRODUTOR, ENDEREÇO, DATA DE FABRICAÇÃO DO PRODUTO, PRAZO DE VALIDADE E INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS).	QUILOGRAMA		500	R\$ 15,2600	R\$ 7.630,0000
3	Biscoito de aveia e mel: de primeira qualidade, produzido a partir de matéria-prima de qualidade (milho) e em condições adequadas de higiene, sem adição excessiva de gorduras e açúcares, sem confeito, embalado em plástico atóxico de 1kg, incolor, isenta de mofo ou bolores, odores estranhos e substâncias nocivas (embalagem deverá conter informações como: nome do produtor, endereço, data de fabricação do produto, prazo de validade e informações nutricionais).	QUILOGRAMA		500	R\$ 16,5200	R\$ 8.260,0000
4	Biscoito de polvilho: de primeira qualidade, produzido a partir de matéria-prima de qualidade (milho) e em condições adequadas de higiene, sem adição excessiva de gorduras e açúcares, sem confeito, embalado em plástico atóxico de 1kg, incolor, isenta de mofo ou bolores, odores estranhos e substâncias nocivas (embalagem deverá conter informações como: nome do produtor, endereço, data de fabricação do produto, prazo de validade e	QUILOGRAMA		500	R\$ 15,5000	R\$ 7.750,0000

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE ITUPORANGA****CNPJ: 83.102.640/0001-30****RUA VEREADOR JOAQUIM BOEING - 40 Prédio****CEP: 88400000 - Ituporanga - SC****INEXIGIBILIDADE NULL****Nr.: 5/2019****Processo Administrativo: 61 / 2019****Processo de Licitação: 5 / 2019****Data do Processo: 02/10/2019**

	informações nutricionais).					
5	Chá diversos sabores (ervas e frutas): produtos desidratados e embalados hermeticamente, em pacotes de 500g, conforme tipo de produto, com data de validade. Deverá apresentar odor característico, consistência firme, não deverá apresentar perfurações, machucados, coloração não característica e fungos. Estar devidamente etiquetado. Constar a data de fabricação.	QUILOGRAMA		25	R\$ 260,6600	R\$ 6.516,5000

Total da Homologação:**Total do Fornecedor: R\$ 37.756,5000****R\$ 37.756,5000**

Ituporanga, 4 de novembro de 2019.

ADRIANO JOSE COELHO
PREFEITO EM EXERCÍCIO
CPF: 005.965.759-63

PORTARIA Nº 1.290, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2216224

PORTARIA Nº 1.290, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019.

GERVÁSIO MACIEL Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o inciso VII do artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Ituporanga-SC,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora ZENILDA KAMMERS MARIAN, ocupante do cargo de SERVENTE na Secretaria da Administração com a jornada de trabalho de 40 horas semanais, para desempenhar suas funções no CEI. Luciane Haverroth, na Secretaria da Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 09 de agosto de 2019.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 29 de outubro de 2019.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL

Secretária da Administração

SANDRA REGINA BERNES CLASEN

Secretária Interina de Educação

PORTARIA Nº 1.291, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2216231

PORTARIA Nº 1.291, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 157 da Lei Complementar Nº 020, de 17 de dezembro de 2008, de acordo com Requerimento nº 2652/2019 e considerando a certidão exarada do Departamento de Recursos Humanos,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR a Portaria nº 1.135 de 09 de setembro de 2019, que Autorizar o gozo da Licença Prêmio à servidora ROBERTA DA SILVA DE MATTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSORA na Secretaria da Educação,

- onde se lê no período de 15/10/2019 a 13/02/2020, referente o período aquisitivo de 01/02/2007 a 01/02/2012.

- Leia-se no período de 17/10/2019 a 14/01/2020, referente o período aquisitivo de 01/02/2007 a 01/02/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 09 de setembro de 2019.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL

Secretária Interina da Administração

SANDRA REGINA BERNES CLASEN

Secretária Interina de Educação

PORTARIA Nº 1.292, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2216233

PORTARIA Nº 1.292, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso VII do artigo 65 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora JUCELI FRANCENER, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, para desempenhar suas funções na Secretaria da Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de agosto de 2019.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 29 de outubro de 2019.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

SANDRA REGINA BERNES CLASEN
Secretária Interina de Educação

PORTARIA Nº 1.293, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2216235

PORTARIA Nº 1.293, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019.

GERVÁSIO MACIEL Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei Complementar Nº 020, de 17 de dezembro de 2008, e inciso VI, do artigo 3º,

RESOLVE:

Art. 1º FAZ CESSAR os efeitos da Portaria nº 575 de 09 de maio de 2019 que cedeu a servidora ADELIA RODRIGUES, ocupante do cargo de SERVENTE, com desempenho da função na sede do Corpo de Bombeiros.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 09 de outubro de 2019.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 29 de outubro de 2019.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL
Secretária da Administração

Jaborá

PREFEITURA

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 85/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2019

Publicação Nº 2217286

AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO 85/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2019

O Pregoeiro do Município de Jaborá/SC, designado pelo Decreto nº 1.823/2019, publicada no Diário Oficial Municípios, tendo em vista o que consta do Processo nº 85/2019, e nos termos das Leis Federais nº 10.520/02 e nº 8.666/93, bem como as alterações posteriores, torna público aos interessados que o Pregão Presencial nº 46/2019, que tem por objetivo A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA HIDRÁULICA, NOVA, ANO/MODELO 2019/2019, DESTINADO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E GESTÃO AMBIENTAL, DO MUNICÍPIO DE JABORÁ-SC, CONFORME DESCRIÇÃO DO ANEXO I, com abertura da sessão pública prevista para o dia 13 de novembro de 2019, às 09:00 horas, FICA ADIADO PARA O DIA 19 DE NOVEMBRO DE 2019 ÀS 14:30h, motivado por alteração editalícia, em razão de alteração do item 1.2.3. e item 5.1.1.9. do Edital.

Jaborá, 05 de novembro de 2019.
Robert Edward Savaris
Pregoeiro

CONVOCAÇÃO ENTIDADES 2019

Publicação Nº 2217028

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JABORÁ
GRUPO DE IDOSOS BOM CAMINHO – LINHA ÁGUAS BELAS - JABORÁ

CONVOCAÇÃO PARA ELEIÇÃO

Dando atendimento ao Estatuto Regimental de 20 de outubro de 2009, fica os membros desta Entidade, pelo presente documento, convocados para participar do processo de escolha e posse da nova diretoria para o mandato 2020/2021

A eleição acontecerá no dia 27 de novembro de 2019, com início as 14:00 horas, no pavilhão de festas da comunidade de Linha Águas Belas/Jaborá.

No caso de alteração da data da eleição, uma nova convocação será publicada, dando amplo conhecimento a todos os membros.

Jaborá, 29 de outubro de 2019.

Atenciosamente,

RUI LUEDHE
Presidente
Grupo de Idosos
Bom Caminho - Linha Águas Belas - Jaborá/SC

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JABORÁ
GRUPO DE IDOSOS SEMPRE UNIDOS – LINHA VISTA ALEGRE - JABORÁ

CONVOCAÇÃO PARA ELEIÇÃO

Dando atendimento ao Estatuto Regimental de 20 de outubro de 2009, fica os membros desta Entidade, pelo presente documento, convocados para participar do processo de escolha e posse da nova diretoria para o mandato 2020/2021

A eleição acontecerá no dia 23 de novembro de 2019, com início as 14:00 horas, no pavilhão de festas da comunidade de Linha Vista Alegre/Jaborá.

No caso de alteração da data da eleição, uma nova convocação será publicada, dando amplo conhecimento a todos os membros.

Jaborá, 29 de outubro de 2019.

Atenciosamente,

ADÉLIA LAZAROTTO SALVADEGO
Presidente
Grupo de Idosos

Sempre Unidos - Linha Vista - Jaborá/SC

CLUBE DE MÃES SANTA BÁRBARA
ALTO ANDRADE – JABORÁ – SC

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DAS ELEIÇÕES

A Presidente do Clube de Mães Santa Bárbara, senhora Ediana Rigo de Paula, no uso de suas atribuições estatutárias, CONVOCA ELEIÇÕES para a escolha dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal da Entidade para exercício de 2020/2021, que acontecerá na antiga escola da comunidade de Alto Andrade, no dia 30 de novembro de 2019, às 14:30 horas com a presença mínima de metade mais uma das associadas, em pleno gozo dos seus direitos ou, em segunda chamada, trinta minutos depois com qualquer número de sócias presentes.

Jaborá - SC, 27 de outubro de 2019.
Ediana Rigo de Paula
Presidente

DECRETO 1.848/2019

Publicação Nº 2217014

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES QUE ESPECIFICA"

KLEBER MÉRCIO NORA, Prefeito de Jaborá (SC), no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, especialmente a Lei Municipal 1.650, de 05 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente na importância de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), nas seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Jaborá:

07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

07.03 – COORDENADORIA DE ESPORTE E LAZER

27.812.0006.2.019 – MANUTENÇÃO DA COORDENADORIA DE ESPORTE E LAZER

3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 (0000) (131) – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

05.00 - SECRETARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

05.01 - SECRETARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

26.782.0008.2.009 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES

3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 (0000) (46) – Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Recursos Ordinários – 0.1.0000.00000 – R\$ 200.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO: R\$ 200.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Abertura de Crédito Adicional Suplementar que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial ou total na(s) seguinte(s) dotação(ões):

04.00 - SECRETARIA DE FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

04.01 - SECRETARIA DE FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

04.129.0002.1.041 – REVISÃO DA PLANTA GENÉRICA DE VALORES MOBILIÁRIOS

3.3.90.00.00.00.00.00 - 0.1.0000.000000 (31) – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

05.00 - SECRETARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

05.01 - SECRETARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

15.451.0008.1.028 – AQUISIÇÃO DE TERRENO PARA GARAGEM

4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 (0000) (35) – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

4.5.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 (0000) (36) – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Recursos Ordinários – 0.1.0000.00000 - R\$ 200.000,00

TOTAL ANULADO: R\$ 200.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jaborá/SC, em 05/novembro/2019.

KLEBER MÉRCIO NORA
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 06/11/2019.

CLAUDIA CORRADI TONIELLO
Secretária De Administração

INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º IN CI 002 2019

Publicação Nº 2215054



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE JABORÁ
Secretaria de Controle Interno
Controladoria

INSTRUÇÃO NORMATIVA N. CGM-02/2019.

Normatiza a concessão de numerário a servidores para a realização de despesas através da modalidade de adiantamento, reembolsos e a organização da respectiva Prestação de Contas no Município de Jaborá.

O CONTROLADOR INTERNO, no uso de suas atribuições e considerando o disposto na Lei Municipal n.º 1.521/2014, de 18 de dezembro de 2014 e no que for cabível o contido na Instrução Normativa N. TC-14/2012 do TCE/SC e ainda no Decreto Nº 1.812, de 24 de abril de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º A concessão de adiantamento aos servidores em geral e a respectiva prestação de contas obedecerá ao disposto na legislação específica e nesta instrução normativa.

Art. 2º Os servidores previamente designados por ato formal do chefe do poder executivo apresentarão junto à Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico o formulário de **Requisição e Autorização de Adiantamento**, conforme o modelo constante do **Anexo I** desta instrução normativa.

§ 1º A Requisição e Autorização de Adiantamento será elaborada em 02(duas) vias de igual teor.

§ 2º Após autorização do responsável a primeira via deverá ser encaminhada ao Setor de Contabilidade que providenciará o prévio empenho do adiantamento na dotação orçamentária indicada na requisição e a segunda via deverá ser mantida com o servidor para a futura prestação de contas do adiantamento.

§ 3º Todos os campos da requisição deverão ser preenchidos sem emendas ou rasuras.

Art. 3º O montante do adiantamento solicitado não poderá ultrapassar o valor definido no Art. 3º da Lei N.º 1.521/2014, de 18 de dezembro de 2014 e deverá depositado numa conta corrente específica e vinculada, conforme definido no Art. 10º da Instrução Normativa N. TC-14/2012.

§ 1º Não serão concedidos recursos financeiros a título de adiantamento, caso verificado a ocorrência de qualquer uma das situações previstas no Art. 7º da Lei Nº 1.521/2014 e/ou no Art. 8º da Instrução Normativa N. TC-14/2012.

§ 2º A aplicação dos recursos deverá ser realizada diretamente pelo servidor responsável pelo adiantamento conforme previsto no Art. 6º da Instrução Normativa N. TC-14/2012 e dentro do prazo máximo de 60(sessenta) dias.

§ 3º Conforme orientação do Tribunal de Contas de Santa Catarina - TCE/SC utilizando o Prejulgado n.º 0067 no XV Ciclo de Estudos de Controle Público da Administração Pública em 2013 é facultado ao servidor responsável por uma única conta bancária, exclusiva e vinculada, eventualmente, efetuar repasses a outros servidores para reembolsar despesas realizadas pelos mesmos, salientando que os atos necessários à verificação da efetiva regularidade da despesa, sua liquidação e pagamento, serão de total responsabilidade do titular da conta recebedora dos recursos antecipados, devendo nesse caso ser apresentada uma justificativa na prestação de contas para cada reembolso efetuado.

I – Está prevista a realização de despesa com “lanche”, conforme previsto no Art. 1º da Lei N.º 1.521/2014, desde que, o servidor observe o princípio da razoabilidade, abrindo mão dessa forma de uma das outras refeições que possuem seus valores limitados pelo Decreto 1.812 de 24 de abril de 2019.

§ 4º Para reembolsar despesas realizadas por outros servidores, o responsável pelo adiantamento deverá exigir a apresentação do formulário **Solicitação de Reembolso de Despesas Eventuais**, o qual consta do **Anexo VI** desta Instrução Normativa, sendo vedado o reembolso sem a apresentação do mesmo.

§ 5º A conta corrente que deixar de ser movimentada deverá ser encerrada, sendo proibida a sua utilização por outro servidor.

Art. 4º Todas as **justificativas** deverão ser apresentadas utilizando-se para isso o formulário específico que consta do **Anexo II** desta instrução normativa que deverá ser preenchido sem emendas ou rasuras.

Art. 5º Para comprovar a aplicação dos recursos deverão ser apresentados documentos fiscais válidos e devidamente preenchidos, contendo, no mínimo as informações indicadas nos artigos 11 a 15 da Instrução Normativa N. TC-14/2012 e no Art. 9º da Lei Nº 1.521/2014.

§ 1º Para despesas de veículos deverão também constar nos documentos fiscais a placa e a quilometragem registrada pelo veículo.

§ 2º Os documentos fiscais deverão conter com clareza no mínimo as informações de data de emissão, nome, endereço, CNPJ, descrição precisa do objeto como quantidade, marca, tipo, modelo, valor unitário e totais, tudo conforme previsão no Art. 11 da Instrução Normativa N. TC-14/2012.

§ 3º Será admitido recibo apenas quando se tratar de prestação de serviços por contribuinte que não esteja obrigado a emitir documento fiscal, na forma da legislação tributária, situação que deverá ser relatada no formulário de justificativas.

§ 4º Em hipótese alguma serão aceitos documentos fiscais com preenchimento incompleto, com dados incorretos, com rasuras ou com informações que causem dúvidas quanto a sua legitimidade.

§ 5º Todos os comprovantes de despesas deverão ser apresentados com atestado de recebimento e/ou liquidação com carimbo e assinatura, conforme disposto no Art. 15º da Instrução Normativa N. TC-14/2012.



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE JABORÁ
Secretaria de Controle Interno
Controladoria

§ 6º Os gastos com refeições diárias deverão obrigatoriamente respeitar os valores máximos definidos no Decreto Nº 1.812, de 24 de abril de 2019 ou outro que vier a substituí-lo, bem como as demais normas e regras previstas no decreto.

Art. 6º Poderão ser realizadas viagens a serviço com a utilização de veículos particulares, desde que devidamente autorizadas pela autoridade competente, utilizando-se para isso o formulário constante do **Anexo V** desta Instrução Normativa.

§ 1º Todos os campos do Anexo V deverão ser preenchidos com clareza e sem emendas ou rasuras até o campo de Assinatura do Motorista e apresentado à autoridade competente para análise e autorização.

§ 2º Após a realização da viagem o mesmo formulário deverá ser apresentado juntamente com os documentos fiscais de abastecimento de combustível e apresentados para autorização de reembolso dos gastos com combustível realizados com o veículo particular.

§ 3º O veículo particular deverá iniciar a viagem com o tanque de combustível sempre cheio e quando do retorno o tanque deverá ser completado evidenciando a quantidade de combustível utilizado em viagem. Poderão ser apresentados mais de um documento fiscal de abastecimento, desde que a quantidade de quilômetros rodados guarde correspondência com a quantidade de combustível abastecido.

§ 4º O reembolso de outras despesas com o veículo realizadas durante o deslocamento não possuem previsão legal, estando previsto apenas o custeio de combustível.

Art. 7º Esgotados os recursos financeiros ou encerrado o prazo de aplicação deverá ser apresentada a respectiva prestação de contas através da constituição de um **Processo Administrativo**, que se inicia com a capa, conforme modelo constante no **Anexo III** desta instrução normativa, com folhas devidamente numeradas e em ordem cronológica, conforme previsto no Art. 38º da Instrução Normativa N. TC-14/2012.

§ 1º A prestação de contas deverá ser individualizada por parcela e/ou empenho e com valor integral do recurso recebido.

§ 2º A prestação de contas será instruída com os documentos constantes no **Anexo V da Instrução Normativa N. TC-14/2012**, quais sejam: balancete de prestação de contas, nota de empenho e ordem de pagamento, extrato bancário com a movimentação completa da conta corrente, documentos originais comprobatórios das despesas, depósito do saldo não utilizado, se houver, formulário de justificativas detalhadas dos pagamentos realizados em espécie.

§ 3º O balancete de prestação de contas previsto no item II do Anexo V da Instrução Normativa N. TC-14/2012 a ser utilizado e apresentado deverá ser elaborado com base no modelo constante do **Anexo IV** desta instrução normativa.

§ 4º Os comprovantes de despesas apresentados com irregularidades ou que não estejam em conformidade com as finalidades específicas serão glosados e os respectivos valores deverão ser ressarcidos ao erário.

Art. 8º No caso de exoneração de servidor responsável por conta de adiantamento, antes da rescisão deverá ser providenciada a prestação de contas dos recursos utilizados e o consequente encerramento da conta bancária vinculada.

Art. 9º A prestação de contas deverá ser protocolada e posteriormente encaminhada ao setor de contabilidade para análise e emissão de Parecer Técnico Fundamentado, na forma do Art. 47º da Instrução Normativa N. TC-14/2012 e Art. 9º da Lei Nº 1.521/2014.

Art. 10º O setor de contabilidade encaminhará o Processo Administrativo para a unidade de controle interno para análise e emissão do Parecer do Controle Interno e esta, posteriormente, encaminhará o Processo Administrativo para pronunciamento da Autoridade Administrativa na forma do Art. 10º da Lei Nº 1.521/2014 e do Art. 48º da Instrução Normativa N. TC-14/2012.

Art. 11º Caberá ao Órgão de Controle Interno (OCI) orientar o preenchimento dos formulários, auditar, fiscalizar e controlar a observância do disposto nesta normativa, orientando, promovendo e sugerindo ajustes quando necessários.

Parágrafo Único - Os pareceres mencionados no Art. 10º, além de terem uma cópia anexada à respectiva prestação de contas, serão publicados no sítio eletrônico do Município para efeito de comprovação da respectiva prestação de contas dos recursos recebidos pelos servidores e para estimular o controle social.

Art. 12º O conteúdo dos anexos desta Instrução Normativa somente poderá ser alterado por ato da Controladoria do Município, sendo que alterações e/ou melhorias podem ser sugeridas.

Art. 13º Esta norma e seus anexos estão disponibilizados no site do Município.

Art. 14º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 15º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Jaborá, 04 de novembro de 2019.

PAULO RICARDO PESAVENTO
Controlador Interno
Matrícula: 1006.

Publicada no DOM em 06/11/2019



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE JABORÁ
 Secretaria de Controle Interno
Controladoria

REQUISIÇÃO E AUTORIZAÇÃO DE ADIANTAMENTO

Art. 5º da Instrução Normativa N. TC-14/2012 do TCE/SC.
 Anexo I da Instrução Normativa CGM-02/2019

Em cumprimento ao disposto no Art. 5º da Instrução Normativa N. TC-14/2012 do TCE/SC, eu apresento Requerimento e Autorização de Adiantamento de numerário.

I - Identificação do(a) Servidor(a)

NÚMERO DA MATRÍCULA:	
NOME COMPLETO:	
NÚMERO DO CPF:	
CARGO, EMPREGO/FUNÇÃO:	

II – Finalidade do Adiantamento

Realização de despesas que não podem ser subordinadas ao processo normal de aplicação.
 Despesas de pronto pagamento, realizadas durante viagens a trabalho para fora do Município.

III – Valor do Adiantamento

R\$	
-----	--

IV – Fundamentação legal

Lei N.º 1.521/2014, de 18 de dezembro de 2014.

V – Dotação Orçamentária

Cód.Red.	Unid.Orçam.	Projeto Atividade	Elemento	Complemento do Elemento

Jaborá, ____ de ____ de ____.	Assinatura do Requerente _____
-------------------------------	---------------------------------------

AUTORIZAÇÃO DE ADIANTAMENTO

Em cumprimento ao disposto no Art. 5º da Instrução Normativa N. TC-14/2012 do TCE/SC, **AUTORIZO**, a concessão de adiantamento de numerário conforme especificado acima.

Jaborá, ____ de ____ de ____.	Assinatura e Carimbo do Ordenador _____
-------------------------------	--



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE JABORÁ
Secretaria de Controle Interno
Controladoria

FORMULÁRIO DE JUSTIFICATIVAS

§ 2º do Art. 10º da Instrução Normativa N. TC-14/2012 do TCE/SC.
Anexo II da Instrução Normativa CGM-02/2019

Em cumprimento ao disposto no §2º do Art. 10º da Instrução Normativa N. TC-14/2012 do TCE/SC, eu apresento abaixo as seguintes justificativas:

Identificação do(a) Servidor(a)

NÚMERO DA MATRÍCULA:	
NOME COMPLETO:	
NÚMERO DO CPF:	
CARGO, EMPREGO/FUNÇÃO:	

Identificação do Adiantamento

Empenho	Data	Ordem de Pagto	Data do Depósito	Valor do Adiantamento

Justificativa:

Jaborá, ____ de _____ de ____.	Assinatura do Servidor _____
--------------------------------	-------------------------------------



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE JABORÁ
Secretaria de Controle Interno
Controladoria

PROCESSO ADMINISTRATIVO

Anexo III da Instrução Normativa CGM-02/2019

PRESTAÇÃO DE CONTAS

DE

ADIANTAMENTO

Art. 38 da IN TCE-14/2012

Servidor:	
Empenho:	
Ordem de Pagamento:	



BALANCETE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS ANTECIPADOS

Anexo IV da Instrução Normativa CGM-02/2019

UNIDADE CONCEDENTE:
ORDENADOR DA DESPESA:
SERVIDOR EM ALCANCE:
ENDEREÇO:

CPF/MF:

VALOR:

DATA:

PROJETO/ATIVIDADE:
ÍTEM/FONTE:

[illegible]



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE JABORÁ
Secretaria de Controle Interno
Controladoria

[illegible]



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE JABORÁ
 Secretaria de Controle Interno
Controladoria

AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE VIAGEM E REEMBOLSO DE DESPESAS DE COMBUSTÍVEL

Art. 2º da Lei Municipal N. 1.521/2014, de 18 de dezembro de 2014.
Anexo V da Instrução Normativa CGM-02/2019

Em cumprimento ao disposto no Art. 2º da Lei Municipal N. 1.521/2014, de 18 de dezembro de 2014, SOLICITO autorização para realização de viagem a serviço por força das atribuições do meu cargo com a utilização de veículo próprio conforme identificação abaixo.

I - Identificação do(a) Servidor(a)

NÚMERO DA MATRÍCULA:	
NOME COMPLETO:	
NÚMERO DO CPF:	
CARGO, EMPREGO/FUNÇÃO:	

II – Identificação do Veículo*

NOME/MARCA/TIPO:	
PLACA/RENAVAN:	
CHASSI:	
LICENCIADO ATÉ:	
SEGURADORA:	
APÓLICE DE SEGURO TOTAL:	
VIGÊNCIA DO SEGURO:	
COMBUSTÍVEL UTILIZADO:	

*Anexar cópia do Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo e da Apólice de Seguro Total.

III – Dados da viagem

Cidades de Origem / Destino:						
KM:	Saída:		Chegada:		KM's Rodados:	
DATAS:	Saída:		Chegada:		Dias:	
HORAS:	Saída:		Chegada:		Tempo:	
MOTIVO DA VIAGEM:						
Assinatura do Motorista						

AUTORIZAÇÃO PARA VIAGEM

AUTORIZO, o servidor acima identificado, a realizar viagem utilizando o veículo particular de sua propriedade, conforme cópia dos documentos apresentados.

Jaborá, ____ de ____ de ____.	Assinatura e Carimbo da autoridade competente. _____
-------------------------------	---

AUTORIZAÇÃO PARA REEMBOLSO DE DESPESAS DE COMBUSTÍVEL

Conforme o disposto no art. 59 da Lei Complementar N.º 058/01, de 13 de dezembro de 2001, **AUTORIZO** o reembolso de combustível utilizado na viagem acima identificada, conforme valores constantes no(s) documento(s) fiscal(ais) anexo(s) a esta autorização.

Jaborá, ____ de ____ de ____.	Assinatura e Carimbo da autoridade competente. _____
-------------------------------	---



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE JABORÁ
 Secretaria de Controle Interno
Controladoria

SOLICITAÇÃO DE REEMBOLSO DE DESPESAS EVENTUAIS

Anexo VI da Instrução Normativa CGM-02/2019.

Identificação do(a) Solicitante

NÚMERO DA MATRÍCULA:	
NOME DO(a) SERVIDOR(a):	
NÚMERO DO CPF:	
CARGO, EMPREGO/FUNÇÃO:	

Identificação da(s) Despesa(s)

--

Documentos(s) Fiscais(s)

Tipo	N.º	Data	Razão Social	Valor
Valor TOTAL das Despesas				

Tipo: CF=Cupom Fiscal; NF=Nota Fiscal; REC=Recibo.

Solicito o reembolso da(s) despesa(s) acima identificada(s) e comprovada(s) pelo(s) documento(s) fiscais anexos, no total de **R\$ 0,00()**, atestando que os materiais/produtos e/ou serviços descritos nos comprovantes acima relacionados estão em conformidade com o solicitado.

Jaborá, ____ de _____ de ____.	Assinatura do servidor solicitante _____
--------------------------------	---

OBS: No caso de comprovantes impressos em papel térmico, os originais deverão ser acompanhados de fotocópia.

LEI 1.650/2019

Publicação Nº 2217009

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES QUE ESPECIFICA"

KLEBER MERCIO NORA, Prefeito Municipal de Jaborá, Estado de Santa Catarina:

FAÇO saber, em cumprimento as atribuições legais conferidas pela legislação em vigor, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica o chefe do poder executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente na importância de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), nas seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Jaborá:

07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

07.03 – COORDENADORIA DE ESPORTE E LAZER

27.812.0006.2.019 – MANUTENÇÃO DA COORDENADORIA DE ESPORTE E LAZER

3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 (0000) (131) – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

05.00 - SECRETARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

05.01 - SECRETARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

26.782.0008.2.009 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES

3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 (0000) (46) – Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Recursos Ordinários – 0.1.0000.00000 – R\$ 200.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO: R\$ 200.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Abertura de Crédito Adicional Suplementar que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial ou total na(s) seguinte(s) dotação(ões):

04.00 - SECRETARIA DE FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

04.01 - SECRETARIA DE FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

04.129.0002.1.041 – REVISÃO DA PLANTA GENÉRICA DE VALORES MOBILIÁRIOS

3.3.90.00.00.00.00 - 0.1.0000.000000 (31) – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

05.00 - SECRETARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

05.01 - SECRETARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

15.451.0008.1.028 – AQUISIÇÃO DE TERRENO PARA GARAGEM

4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 (0000) (35) – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

4.5.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 (0000) (36) – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Recursos Ordinários – 0.1.0000.00000 - R\$ 200.000,00

TOTAL ANULADO: R\$ 200.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Jaborá (SC)

Gabinete do Prefeito Municipal de Jaborá/SC, em 05/Novembro/2019.

KLEBER MÉRCIO NORA

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 06/11/2019

CLAUDIA CORRADI TONIELLO

Secretária De Administração

Jacinto Machado

PREFEITURA

EDITAL Nº 01/2019

Publicação Nº 2216463

EDITAL Nº 01/2019

Procede à chamada para Matrículas e Rematrículas, ao provimento de vagas em Ensino de Educação Infantil e Ensino Fundamental.

O Prefeito Municipal de Jacinto Machado, em cumprimento ao Art. 208, da Constituição Federal/88 e LDB nº 9394/96, Torna público para conhecimento dos pais ou responsáveis por crianças e adolescentes que estão cursando ou que vão iniciar sua escolarização no ano de 2020 que os Centros de Educação Infantil e Escolas da Rede Municipal de Educação de Jacinto Machado, estão autorizados a realizar matrículas para o Ensino de Educação Infantil e Ensino Fundamental, bem como rematrículas, para fins de atualização de cadastro, no período de 06 de novembro a 29 de novembro de 2019 no horário escolar regular.

Idades recorrentes para matrículas:

- Educação Infantil (creche): 00 (zero) a 03 anos e 11 (onze) meses.
- Pré-Escolar: 04 anos completados até 31 de março de 2020.
- Ensino Fundamental: 06 anos completados até 31 de março de 2020.

Prefeitura Municipal de Jacinto Machado - (SC), 04 de Novembro de 2019.

JOÃO BATISTA MEZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2019-FMS

Publicação Nº 2217628

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2019-FMS

Aos cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, com início às nove horas, realizou-se, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos, do prédio-sede da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, situado na Rua Walter Marquardt, 1111 – Bairro Rio Molha, em Jaraguá do Sul, Santa Catarina, sessão pública, relativa à licitação modalidade Pregão Presencial nº 40/2019-FMS, que tem por objeto a aquisição de MATERIAL LABORATORIAL ao longo de 12(doze) meses, destinados para uso no Laboratório Municipal de Saúde Pública, com a presença da servidora Rosinei A.G. Dias, Pregoeira e dos servidores Sidnei Correa de Almeida e Elian Gustavo Hermes Vareiro da equipe de apoio, designados pelo Decreto nº 13.125/2019. Compareceram ao certame, devidamente credenciados e entregando os necessários envelopes, as seguintes empresas:

Proponentes	Credenciado	Identificação
ACL ASSISTÊNCIA E COMÉRCIO DE PROD. PARA LABORATÓRIOS LTDA EPP	Sem representante	.x.x.x.x.
ASTRA CIENTÍFICA EIRELI EPP	Sem representante	.x.x.x.x.
DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP	Waldir Jacobi	442.222.899-49
GREINER BIO-ONE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA	Sem representante	.x.x.x.x.
INGALAB EQUIPAMENTOS PARA LABORATÓRIO EPP	Gerson Luis Nunes Pereira	016.866.599-97
J.R. EHLKE & CIA LTDA	Anderson da Silva Batista	017.963.289-28
MUNDIAL SOLUÇÕES LABORATORIAIS LTDA EPP	Maycon Jair de Souza	068.791.039-01

Presente a sessão as Sras. Lucimara Gabardo Taraschucky e Alessandra Bollmann Bueno representantes do Fundo Municipal de Saúde, para analisar e auxiliar no julgamento da documentação técnica exigida juntamente com as propostas, visto a Pregoeira não ter conhecimento técnico para análise destes documentos. Dando início a sessão foi realizado o credenciamento dos representantes presentes e logo após passou-se à abertura das propostas comerciais. Após a análise, relativamente às imposições do edital foi desclassificado o item 16 da empresa Disquemed Dist. de Prod. Hosp. Ltda, no edital solicita Pote para Coleta de Fezes com Pá, ofertou sem pá; desclassificados os itens 03 e 04 da empresa Ingalab Equip para Laboratório EPP, por não apresentar o registro dos produtos exigidos em edital; desclassificados os itens 01,02, 13 e 17 da empresa Greiner Bio-One, por ser empresa G.E. (grande porte) e haver número mínimo de ME/EPP para disputa destes itens. E foram classificadas as demais propostas apresentadas, visto terem atendido as exigências do Edital. Ato contínuo passou-se à próxima fase (lances), conforme registros no Anexo I desta Ata – Mapa de Preços. Não houve necessidade de aderir a LC 123/2006. Restaram vencedoras as seguintes empresas, com os seguintes valores unitários para cada item:

Item	Empresa vencedora	Quant.	Unid.	Especificação dos objetos	Valor unitário do item R\$
01	MUNDIAL LTDA EPP	500	Caixas	TUBOS PARA COLETA Á VÁCUO COM GEL SEPARADOR (TAMPA MARELA) – CÓDIGO 17057 Vacutainer:- tubo de plástico para coleta de sangue à vácuo. Com gel separador. Sem trava. Volume:- 5ml - Medidas do tubo:- 13 x 100mm - Validade de 02 anos - Caixas com 100 unidades	61,50
02	MUNDIAL LTDA EPP	50	Caixas	TUBOS PARA COLETA Á VÁCUO COM EDTA 4ML (TAMPA ROXA C/ 100 UNIDADES) – CÓDIGO 32427 Vacutainer:- tubo de plástico com reagente para coleta de sangue à vácuo. Modelo K2EDTA: 7,2 mg – Rolha siliconizada. Sem trava. Volume:- 4ml - Medidas do tubo:- 13 x 75mm - Validade de 02 anos - Caixa com 100 unidades	47,00
03	MUNDIAL LTDA EPP	20	Unidades	GARROTE INTANTIL – CÓDIGO 20515 Garrote (INFANTIL) em tecido elástico, evita o desconforto do procedimento. Processo de auto-trava e regulação de tensão. "Free Hand" permite ser utilizado com apenas uma das mãos.	6,70
04	MUNDIAL LTDA EPP	3.000	Unid	POTE COLETOR ESTÉRIL COM TAMPA – CÓDIGO 23659 Pote coletor estéril capacidade 80ml Pote para coleta de escarro para exame de Tuberculose.	0,24
05	MUNDIAL LTDA EPP	50	Kit	ANTÍGENO RPR-BRÁS P/ VDRL – CÓDIGO 13208 Antígeno RPR (suspensão de VDRL pronta para uso). Kit com 3 x 5ml. - Validade mínima de 01 ano - Reagentes para exame de triagem para sífilis.	80,25

06	MUNDIAL LTDA EPP	10	Unidades	KIT OGAWA SWAB DESCONTAMINANTE – CÓDIGO 25057 Kit para cultura de Micobacterium tuberculosis, contendo: 1 – Meio de cultura Ogawa Kudoh, embalados em tubo plástico transparente, de boca larga, contendo 9ml de meio, para realização da prova em duplicata; 2 – Descontaminante embalados em tubos plásticos contendo 5ml de NaOH1N; 3 – Swab com haste plástica e cabeça de algodão com 5cm de extensão. - Kit para 10 testes. Todos os componentes devem estar contidos no kit (devem ser fornecidos de fábrica no mesmo kit). Não serão aceitos componentes separados. Kit para cultura de Micobacterium tuberculosis	158,00
07	INGALAB LTDA EPP	10	Unidades	CONJUNTO DE COLORAÇÃO DE ZIEHL NEELSEN– CÓDIGO 25861 Conjunto de corantes para pesquisa de bacilos álcool-ácido resistentes. Apresentação: • 1 frasco com 500 mL de Fucsina Fenicada segundo Ziehl-Neelsen; • 1 frasco com 500 mL de Azul de Metileno concentrado; • 1 frasco com 500 mL de Álcool Ácido 3%.	41,30
08	INGALAB LTDA EPP	2	Unidades	CONJUNTO DE COLORAÇÃO DE ZIEHL GABBET– CÓDIGO 25862 Kit para coloração de Ziehl Gabbet azul de Gabbet 1 frasco com 500 ml e fucsina de Gabbet, 1 frasco com 500 ml. Kit para coloração de Lâmina de linfa (exame de hanseníase)	66,45
09	INGALAB LTDA EPP	15	Unidades	DESCORANTE PARA BAAR 3% - CÓDIGO 20520 • 1 frasco com 1 L de Álcool Ácido 3%. Descorante utilizado na confecção de lâminas de escarro (tuberculose).	24,50
10	MUNDIAL LTDA EPP	50	Caixas	CURATIVO REDONDO C/500 unidades – CÓDIGO 20518 Curativo redondo bege para punção de sangue em embalagem contínua com 500 unidades. Caixas c/ 500 unidades	10,40
11	INGALAB LTDA EPP	10	Pacotes	SACO PARA AUTOCLAVAÇÃO – CÓDIGO 25957 Sacos plásticos para autoclavagem capacidade 20 litros. Quantidade:- 15 pacotes com 10 unidades cada. Sacos plásticos para autoclavagem de tubos com amostras biológicas usados na preparação do descarte das amostras.	11,30
12	MUNDIAL LTDA EPP	8.000	Unidades	PONTEIRAS PARA MICROPIPETA – CÓDIGO 20519 Ponteira Amarela tipo Universal – volume 1 – 200ul, sem filtro. Ponteiras adaptáveis à micropipetas, descartáveis para pipetar alíquotas de amostras de soro de pacientes. Quantidade: 8000 ponteiras	0,01
13	MUNDIAL LTDA EPP	500	Caixas	AGULHA MÚLTIPLA PARA COLETA DE SANGUE À VÁCUO 25X8 – CÓDIGO 17058 Agulha 08 x 25mm (21G1) para coleta múltipla de sangue à vácuo para análises clínicas, canhão cor verde, siliconizada. Caixa com 100 unidades. Agulha utilizada para punção de sangue a vácuo.	25,90
14	INGALAB LTDA EPP	40	Pacotes	PIPETA PASTEUR 3 ML – CÓDIGO 17058 Pacote com 500 unidades. Utilizadas no exame parasitológico de fezes.	32,80
15	INGALAB LTDA EPP	200	Caixas	LAMÍNULAS 20X20 MM – CÓDIGO 97539 Caixa com 100 unidades. Utilizadas no exame parasitológico de fezes.	2,02
16	INGALAB LTDA EPP	22.000	Unidades	POTE COLETOR NÃO ESTÉRIL COM PÁ – CÓDIGO 97540 Pote para coleta de fezes para exame parasitológico.	0,21
17	MUNDIAL LTDA EPP	4	Caixas	TUBOS PARA COLETA Á VÁCUO PEDIÁTRICA COM EDTA 2ML (TAMPA ROXA C/ 100 UNIDADES) – CÓDIGO 97314 Vacutainer:- tubo de plástico com reagente para coleta de sangue à vácuo. Modelo K2EDTA – Rolha siliconizada. Sem trava. Validade de 02 anos Caixa com 100 unidades Tubos para coleta de carga viral em crianças.	38,00

O valor inicial da proposta encontra-se no Anexo I da Ata de abertura – Mapa comparativo de preços. A seguir procedeu-se a abertura do envelope 02 - Documentação das licitantes vencedoras, concluindo-se pela HABILITAÇÃO das mesmas, visto terem atendido as exigências do Edital. Não houve Manifestação de Intenção de Recurso. As documentações das empresas vencedoras foram disponibilizadas aos credenciados para análise do seu conteúdo em atendimento ao Edital, onde todos concordaram com o julgamento, rubricando em todas as folhas. Não houve Manifestação de Intenção de Recurso. Os itens foram adjudicados as empresas vencedoras. A decisão do certame será publicada no Diário Oficial dos Municípios para a devida publicidade e será submetida à apreciação do Senhor Prefeito Municipal para a devida Homologação. Jaraguá do Sul, SC, 05 de novembro de 2019.

Rosinei Aparecida Gretter Dias

Sidnei Correa de Almeida

Elian Gustavo Hermes Vareiro	
Lucimara Gabardo Taraschucky	
Alessandra Bollmann Bueno	
Gerson Luis Nunes Pereira	
Anderson da Silva Batista	
Maycon Jair de Souza	
Waldir Jacobi	Retirou-se antes do término da sessão

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO N.º 05/2019 ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

Publicação Nº 2217070

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇO N.º 05/2019
ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

Processo Licitatório n.º 05/2019
Modalidade: Tomada de Preço
Tipo de Licitação: Técnica e Preço
Forma de Julgamento: Técnica e Preço

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA PARA ELABORAÇÃO DE PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E VENCIMENTOS PARA O ISSEM, e demais condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

REGIMENTO: Lei Federal n.º 8.666/1993 e suas alterações.

PRAZO E LOCAL DA ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 13h30min do dia 12/12/2019, no Setor de Licitações e Contratos do Issem, localizado na Rua Max Wilhelm, n.º 255, Vila Baependi, Jaraguá do Sul/SC.

ABERTURA DOS ENVELOPES: às 14 horas do mesmo dia e local, na sala de reuniões do Issem, conforme data e endereço acima.

RETIRADA DO EDITAL E INFORMAÇÕES: O edital estará disponível na Internet no endereço: www.issem.com.br, sem qualquer custo. Informações, dúvidas e esclarecimentos poderão ser solicitados pelo e-mail caroline@issem.com.br, ou por escrito na sede do Issem, na Rua Max Wilhelm, n.º 255, Vila Baependi, Jaraguá do Sul/SC.

Jaraguá do Sul, 24 de outubro de 2019.
Márcio Erdmann
Presidente
Issem

CONVOCAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO 002/2019

Publicação Nº 2216515

Convocação de Processo Seletivo 002/2019.

Pelo presente, fica Vossa(s) Senhoria(s), Maria Luisa Moreira, convocados(as) para comparecer junto a Divisão de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no prazo de 48 (Quarenta e oito) horas, a partir da ciência desta, a fim de tratar da vossa admissão no serviço público conforme Processo Seletivo 002/2019 no cargo de Auxiliar em Saúde Bucal – 40h.

CONVOCAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO 002/2019

Publicação Nº 2216517

Convocação de Processo Seletivo 002/2019.

Pelo presente, fica Vossa(s) Senhoria(s), Romy Hesse, Jeniffer Boos Simão e Tamires Adriane dos Reis, convocados(as) para comparecer junto a Divisão de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no prazo de 48 (Quarenta e oito) horas, a partir da ciência desta, a fim de tratar da vossa admissão no serviço público conforme Processo Seletivo 002/2019 no Cargo de Técnico de Enfermagem – 40h.

CONVOCAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO 002/2019

Publicação Nº 2216516

Convocação de Processo Seletivo 002/2019.

Pelo presente, fica Vossa(s) Senhoria(s), Maria Julia Neves Cavalcanti Bezerra, convocados(as) para comparecer junto a Divisão de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no prazo de 48 (Quarenta e oito) horas, a partir da ciência desta, a fim de tratar da vossa admissão no serviço público conforme Processo Seletivo 002/2019 no Cargo de Médico Clínico Geral – 20h.

CONVOCAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO 004/2019

Publicação Nº 2216519

Convocação de Processo Seletivo 004/2018.

Pelo presente, fica Vossa(s) Senhoria(s), Davi Marcellani Montani, convocados(as) para comparecer junto a Divisão de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no prazo de 48 (Quarenta e oito) horas, a partir da ciência desta, a fim de tratar da vossa admissão no serviço público conforme Processo Seletivo 004/2018 no Cargo de Médico Clínico Geral – 40h.

DECRETO Nº 13.316/2019

Publicação Nº 2216440

D E C R E T O Nº 13.316/2019

Abre Crédito Especial no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.784/2018, de 30/10/2018, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base na Lei Municipal Nº 8.144/2019, de 1º de novembro de 2019,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito especial, no valor de R\$ 2.277.736,99 (Dois milhões, duzentos e setenta e sete mil, setecentos e trinta e seis reais e noventa e nove centavos), para inclusão de dotação orçamentária no Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (Semop), a saber:

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.001.15.452.450.1418 - Pavimentação Rua JGS 481 - Gerhard Gumz

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.688 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 2.277.736,99

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta do "Excesso de Arrecadação" do Município de Jaraguá do Sul, proveniente de recursos ordinários, no valor de R\$ 2.277.736,99 (Dois milhões, duzentos e setenta e sete mil, setecentos e trinta e seis reais e noventa e nove centavos).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 1º de novembro de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

DECRETO Nº 13.317/2019

Publicação Nº 2216442

D E C R E T O Nº 13.317/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no inciso I, do §1º, do artigo 1º, da Lei Complementar Municipal Nº 148/2014, de 23/04/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 191/2017, de 29/03/2017; e

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal Nº 8.093/2019, de 11/10/2019, que autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar Termo de Cooperação Técnica e ceder servidores públicos municipais efetivos para a COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA (CIDASC), para dar suporte na prestação de serviço de inspeção estadual de produtos de origem animal, no âmbito municipal, e dá outras providências;

CONSIDERANDO a celebração de Convênio entre o Município de Jaraguá do Sul e a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC), para fins de dar suporte à execução das ações de inspeção de produtos de origem animal no âmbito do Município de Jaraguá do Sul;

DECRETA :

Art.1º FICA CEDIDA à COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA (CIDASC), nos termos do inciso I, do §1º, do artigo 1º, da Lei Complementar Municipal Nº 148/2014, de 23/04/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 191/2017, de 29/03/2017, por 60 (sessenta) horas mensais, de segunda a sexta-feira, CLAUDIA SCHWARZBOLD FELDENS, servidora pública municipal efetiva e estável, matrícula 10806, Médica Veterinária, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento, no período de 15 de novembro de 2019 a 31 de dezembro de 2020, com ônus para o Município.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15/11/2019.

Jaraguá do Sul, 04 de novembro de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

DECRETO Nº 13.318/2019

Publicação Nº 2216444

D E C R E T O Nº 13.318/2019

Altera Dispositivos do Decreto Municipal Nº 12.698/2019, de 20 de Março de 2019, que Designa Comissão Municipal de Tubulações.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do artigo 71, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA :

Art.1º O artigo 2º, do Decreto Municipal Nº 12.698/2019, de 20/03/2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.2º A COMISSÃO MUNICIPAL DE TUBULAÇÕES será composta por 04 (quatro) servidores públicos municipais, conforme nominata abaixo:

- Gustavo Forster Rocha, matrícula 11259 - Presidente;
- Cristiana de Souza, matrícula 11035;
- Fernanda Miranda da Silva, matrícula 81964;
- Wiliam Hodecker, matrícula 10945.”

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/11/2019.

Jaraguá do Sul, 04 de novembro de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

DECRETO Nº 13.319/2019

Publicação Nº 2216445

D E C R E T O Nº 13.319/2019

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.784/2018, de 30/10/2018, e Alterações Posteriores, Mediante Anulação de Despesa da Mesma Categoria de Programação, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no inciso IX, do artigo 6º, da Lei Municipal Nº 7.784/2018, de 30 de outubro de 2018, e no inciso VI, do artigo 167, da Constituição Federal,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 140.000,00 (Cento e quarenta mil reais), para readequação orçamentária das ações abaixo discriminadas, constantes do Orçamento vigente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul (Samae), a saber:

25 - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
25.001 - SAMAE - DIVISÃO ADMINISTRATIVA
25.001.17.122.301.4400 - Pagamento dos Servidores - Samae
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
25.001.16 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00
25.002 - SAMAE - DIVISÃO ÁGUA
25.002.17.122.301.4400 - Pagamento dos Servidores - Samae
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
25.002.27 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00
TOTAL R\$ 140.000,00

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta da anulação parcial das dotações orçamentárias das ações abaixo discriminadas, constantes do Orçamento vigente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul (Samae), a saber:

25 - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
25.001 - SAMAE - DIVISÃO ADMINISTRATIVA
25.001.17.122.301.4400 - Pagamento dos Servidores - Samae

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
25.001.14 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00
25.002 - SAMAE - DIVISÃO ÁGUA
25.002.17.122.301.4400 - Pagamento dos Servidores - Samae
3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
25.002.25 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00
TOTAL R\$ 140.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 04 de novembro de 2019.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 13.320/2019

Publicação Nº 2216446

D E C R E T O Nº 13.320/2019

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.784/2018, de 30/10/2018, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.784/2018, de 30 de outubro de 2018,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 144.000,00 (Cento e quarenta e quatro mil reais), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul (Samae), a saber:

25 - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
25.004 - SAMAE - DIVISÃO RESÍDUOS SÓLIDOS
25.004.17.512.1401.4405 - Manutenção das Atividades Técnicas e Operacionais - Resíduos Sólidos
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
25.004.74 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 144.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta do "Excesso de Arrecadação" do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul (Samae), proveniente dos recursos vinculados da Tarifa de Manejo de Resíduos (TMR), no valor de R\$ 144.000,00 (Cento e quarenta e quatro mil reais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 04 de novembro de 2019.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

EDITAL CONCORRÊNCIA N.º 193/2019 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

Publicação Nº 2217629

EDITAL
CONCORRÊNCIA N.º 193/2019
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL
COMUNICADO DE ALTERAÇÃO

O Município de Jaraguá do Sul, através do Secretário de Administração, torna público para conhecimento dos interessados na licitação acima, que está promovendo alteração no item 5.8 da planilha orçamentária e quantitativa - Anexo VII e consequentemente o valor máximo informado no Edital. Sendo assim, e por força do § 4º do art. 21 da Lei Federal n.º 8.666/93, tendo em vista a alteração modificar a formulação das propostas, esta Administração Pública comunica aos interessados que está alterando a data para o recebimento e abertura dos envelopes, conforme segue:

PRAZO e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: até as 08:30 horas do dia 09 de dezembro de 2019, no Setor de Protocolo desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Walter Marquardt nº 1.111 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC.

ABERTURA dos ENVELOPES: 09:00 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos. O edital Versão II contendo as alterações estará disponível no site do município no dia 07/11/2019. As demais informações permanecem inalteradas

Jaraguá do Sul (SC), 04 de novembro de 2019.
ARGOS JOSE BURGARDT
Secretário de Administração

EDITAL CONCORRÊNCIA N.º 304/2019 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

Publicação Nº 2217638

EDITAL
CONCORRÊNCIA N.º 304/2019
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada para modernização, ampliação e manutenção preventiva e corretiva da sinalização semafórica e dos sistemas de controle e sinalização de passagem em nível, no Município de Jaraguá do Sul, com fornecimento de materiais e mão-de-obra, em conformidade com o Projeto Básico/Termo de Referência (especificações técnicas), Planilha Orçamentária/Quantitativa, Minuta de Contrato e demais Anexos que são partes integrantes deste edital.

REGIMENTO: Lei Federal 8.666/93 e demais alterações posteriores.

DATA, HORA E LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: até as 08:30 horas do dia 10 de dezembro de 2019, no Setor de Protocolo desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Walter Marquardt nº 1.111 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC.

ABERTURA dos ENVELOPES: 09:00 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

OBTENÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS: O edital e seus anexos estarão disponíveis na Internet no endereço www.jaraguadosul.sc.gov.br sem qualquer custo.

VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO (PARA 60 MESES): R\$ 8.349.042,08 (oito milhões trezentos e quarenta e nove mil quarenta e dois reais e oito centavos).

Jaraguá do Sul (SC), 04 de novembro de 2019.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração

EXTRATO DO CONTRATO Nº 520/2019

Publicação Nº 2217634

EXTRATO DO CONTRATO Nº 520/2019

DO PROCESSO – origem: Inexigibilidade nº 295/2019

DO FUNDAMENTO LEGAL: Inciso III, Artigo 25, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

DA CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

DA CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DE BANDAS DE JARAGUÁ DO SUL E REGIÃO – ABAJAS, estabelecida na Rua Geraldinho Júlio Vieira, 151 □ Bairro São Luiz, CEP 89253-682 □ Jaraguá do Sul □ Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.023.026/0001-79.

DO OBJETO: O objeto do presente contrato visa a Contratação de apresentações musicais de grupos e bandas para a 31ª Schützenfest – Edição 2019, cujo representante exclusivo é a ASSOCIAÇÃO DE BANDAS DE JARAGUÁ DO SUL E REGIÃO – ABAJAS. As apresentações serão realizadas no Pavilhão “A”, nos dias 09 e 16 de novembro de 2019, no Parque Municipal de Eventos, localizado na Rua Walter Marquardt, nº 910, Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC, conforme cronograma de apresentações abaixo:

Banda/Grupo	Data da apresentação	Início da Apresentação	Palco do Pavilhão	Duração	Valor R\$		
Vox 3	09/11/19	2h	A	2h	11.500,00	23.000,00	
	16/11/19	2h	A	2h	11.500,00		
Magali & Wanderli	09/11/19 (Restaurante)	11h	A	4h	800,00	1.600,00	
	16/11/19 (Restaurante)	11h	A	4h	800,00		

VALOR E PAGAMENTO: A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor de R\$ 24.600,00 (Vinte e quatro mil e seiscentos reais) pelas apresentações. No valor estão incluídas despesas com alimentação, hospedagem, deslocamento e materiais, se houverem. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a realização da apresentação, mediante apresentação da nota fiscal na SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E LAZER.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: As despesas provenientes da execução do objeto desta Inexigibilidade correrão por conta do orçamento do exercício de 2019, a saber:

Classificação Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição Natureza Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador □ Schützenfest	3.3.90	517	02.06.0536 Arrecadados da Schutzenfest

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução da presente inexigibilidade ocorrerá nos dias 09 e 16 de novembro de 2019, no Pavilhão “A” do Parque Municipal de Eventos, localizado na Rua Walter Marquardt, nº 910, Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC, conforme cronograma de apresentações.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DA DATA DA ASSINATURA: 01 de novembro de 2019.
DO FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

Natalia Lucia Petry
Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer
DOS SIGNATÁRIOS: Natália Lúcia Petry e Enéias Raasch

EXTRATO DO CONTRATO Nº 538/2019

Publicação Nº 2217635

EXTRATO DO CONTRATO Nº 538/2019

DO PROCESSO – origem: Inexigibilidade nº296/2019
DO FUNDAMENTO LEGAL: Inciso III, Artigo 25, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.
DA CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
DA CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DOS MÚSICOS PROFISSIONAIS DE POMERODE □ AMUSPE, estabelecida à Rua 15 de novembro, 2219, bairro Centro, na cidade de Pomerode, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.453.253/0001-60.
DO OBJETO: Contratação de apresentações musicais de grupos e bandas para a 31ª Schützenfest – Edição 2019, cujo representante exclusivo é a ASSOCIAÇÃO DOS MÚSICOS PROFISSIONAIS DE POMERODE – AMUSPE. As apresentações serão realizadas nos Pavilhões A ou B, no período de 07 a 17 de novembro 2019 no Parque Municipal de Eventos, localizado na Rua Walter Marquardt, nº 910, Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC, conforme cronograma de apresentações descritos na cláusula primeira deste contrato.
VALOR E PAGAMENTO: O MUNICÍPIO pagará ao CONTRATADO o valor total de R\$ 207.300,00 (Duzentos e sete mil e trezentos reais) pelas apresentações. No valor estão incluídas despesas com alimentação, hospedagem, deslocamento e materiais, se houverem. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a realização da apresentação, mediante apresentação da nota fiscal na SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E LAZER.
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: As despesas provenientes da execução do objeto desta Inexigibilidade correrão por conta do orçamento do exercício de 2019, a saber:

Classificação Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição Natureza Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador □ Schützenfest	3.3.90	517	02.06.0536 Arrecadados da Schutzenfest

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução da presente inexigibilidade ocorrerá no período de 07 a 17 de novembro de 2019, nos Pavilhões A ou B, do Parque Municipal de Eventos, localizado na Rua Walter Marquardt, nº 910, Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC, conforme cronograma de apresentações.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.
DA DATA DA ASSINATURA: 04 de novembro de 2019
DO FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC
DOS SIGNATÁRIOS: Natália Lúcia Petry e Vendelino Konell

Natália Lúcia Petry
Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

EXTRATO DO CONTRATO Nº539/2019

Publicação Nº 2217636

EXTRATO DO CONTRATO Nº539/2019

DO PROCESSO – origem: Inexigibilidade nº 297/2019
DO FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 25, III da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.
DO CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
DA CONTRATADA: LIGA DE GRUPOS FOLCLÓRICOS GERMÂNICOS DE JARAGUÁ DO SUL
CNPJ: 00.284.651/0001-50
DO OBJETO: O objeto do presente contrato visa a contratação de apresentações musicais de grupos e bandas para a 31ª Schützenfest – Edição 2019, por meio do seu representante exclusivo, a LIGA DE GRUPOS FOLCLÓRICOS GERMÂNICOS DE JARAGUÁ DO SUL, conforme cronograma abaixo:

Dia	Horário	Pavilhão	Quantidade	Nome do Grupo	Categoria	Valor R\$
08/11	20h	B	01	Sünnros Volkstanzgruppe	Infanto juvenil	2.000,00
08/11	23h30	B	01	Sünnros Volkstanzgruppe	Adulto	2.000,00
09/11	21h	B	01	Regenwalde Tanzgruppe	Adulto	2.000,00
09/11	23h	B	01	Neue Heimat Trachtengruppe	Master	2.000,00
10/11	11h	B	01	Neue Heimat Trachtengruppe	Mirim e Infantil	2.000,00
10/11	11h	B	01	Grünes Tal	Mirim	2.000,00
13/11	21h	B	01	Grünes Tal	Juvenil	2.000,00
14/11	21h	B	01	Grünes Tal	Infantojuvenil	2.000,00

14/11	23h	B	01	Grünes Tal	Adulto	2.000,00
15/11	15h	B	01	Neue Heimat Trachtengruppe	Infantojuvenil	2.000,00
15/11	15h	B	01	Regenwalde Tanzgruppe	Infantojuvenil	2.000,00
16/11	21h	B	01	Neue Heimat Trachtengruppe	Master	2.000,00
17/11	11h	B	01	Regenwalde Tanzgruppe	Mirim	2.000,00
17/11	11h	B	01	Grünes Tal	Infantil	2.000,00
17/11	16h	B	01	Sünnros Volkstanzgruppe	Mirim e Infantil	2.000,00
Total						30.000,00

DO VALOR: O MUNICÍPIO pagará a CONTRATADA o valor total de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais) pelas apresentações.

PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até 30(trinta) dias após a realização das apresentações artísticas e mediante apresentação da nota fiscal na Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer.

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador <input type="checkbox"/> Schützenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	517	0.1.00.0080 Recursos Próprios

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do objeto deste processo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2019, como segue:

PRAZO DE EXECUÇÃO: prazo de execução da presente inexigibilidade será de acordo com a programação da 31ª Schützenfest, de 07 a 17 de novembro de 2019 – Festa dos Atiradores. O prazo de vigência será igual ao de execução, acrescido de 60 (sessenta) dias.

DA DATA DA ASSINATURA: 04/11/2019

DO FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

DOS SIGNATÁRIOS: Natália Lúcia Petry e Rúbia Friedemann Torres

Natália Lúcia Petry

Secretária de Cultura, Esporte e Lazer

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 503/2019-SECEL

Publicação Nº 2216299

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 503/2019-SECEL

DO PROCESSO: Origem: inexigibilidade nº 278/2019 e o Credenciamento nº 176/2019-SECEL

DO CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

DA CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA E RECREATIVA AMIZADE

CNPJ nº 84.435.775/0001-80

Rua Roberto Ziemann, 3174, bairro: Amizade, Jaraguá do Sul – SC.

DO OBJETO: Prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo, bem como das ritualísticas de Busca e Festas de Rei e Rainha, em conformidade com o número de estandes a serem instalados para a prática do tiro ao alvo no Parque Municipal de Eventos e em atendimento às necessidades das atividades relacionadas a realização da “31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019”, a realizar-se de 7 a 17 de novembro de 2019, no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

DO VALOR: Pela prestação dos serviços culturais e esportivos descritos na Cláusula Segunda deste Termo, a(o) CONTRATADA fará jus a remuneração de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), em parcela única.

DA FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento correspondente aos serviços culturais e esportivos, conforme estabelecido na cláusula segunda deste termo, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer em até 30 (trinta) dias após o término da 31ª Schützenfest – Edição 2019, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, CONDICIONADO ao atendimento de todas as exigências constantes deste edital de Chamamento Público para Credenciamento nº 176/2019-SECEL.

DO PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019, bem como as atividades executadas no período de 7 a 17 de novembro de 2019 no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC. A CONTRATADA deverá executar, obrigatoriamente, todos os serviços descritos na Cláusula Segunda deste Termo. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes das contratações do presente Edital, correrão por conta das Dotações Orçamentárias, constantes do exercício de 2019, abaixo referidas:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	517	0.2.06.0536 Recursos Arrecadados Schützenfest

DATA DA ASSINATURA: 01 de novembro de 2019

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Natália Lúcia Petry e Rafael Gonçalves

Natália Lúcia Petry
Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 504/2019-SECEL

Publicação Nº 2216301

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 504/2019-SECEL

DO PROCESSO: Origem: inexigibilidade nº 279/2019 e o Credenciamento nº 176/2019-SECEL

DO CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

DA CONTRATADA:

SOCIEDADE ESPORTIVA RECREATIVA HANSA HUMBOLDT

CNPJ: 84.533.637/0001-33

Rua Roberto Seidel, 1551 – Bairro Seminário – Corupá/SC

DO OBJETO: para a prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo, bem como das ritualísticas de Busca e Festas de Rei e Rainha, em conformidade com o número de estandes a serem instalados para a prática do tiro ao alvo no Parque Municipal de Eventos e em atendimento às necessidades das atividades relacionadas a realização da "31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019", a realizar-se de 7 a 17 de novembro de 2019, no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

DO VALOR: Pela prestação dos serviços culturais e esportivos descritos na Cláusula Segunda deste Termo, a(o) CONTRATADA fará jus a remuneração de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), em parcela única.

DA FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento correspondente aos serviços culturais e esportivos, conforme estabelecido na cláusula segunda deste termo, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer em até 30 (trinta) dias após o término da 31ª Schützenfest – Edição 2019, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, CONDICIONADO ao atendimento de todas as exigências constantes deste edital de Chamamento Público para Credenciamento nº 176/2019-SECEL.

DO PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019, bem como as atividades executadas no período de 7 a 17 de novembro de 2019 no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC. A CONTRATADA deverá executar, obrigatoriamente, todos os serviços descritos na Cláusula Segunda deste Termo. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes das contratações do presente Edital, correrão por conta das Dotações Orçamentárias, constantes do exercício de 2019, abaixo referidas:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	517	0.2.06.0536 Recursos Arrecadados Schützenfest

DATA DA ASSINATURA: 01 de novembro de 2019

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Natália Lúcia Petry e Luiz Carlos Bierende

Natália Lúcia Petry
Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 505/2019-SECEL

Publicação Nº 2216302

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 505/2019-SECEL

DO PROCESSO: Origem: inexigibilidade nº 280/2019 e o Credenciamento nº 176/2019-SECEL

DO CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

DA CONTRATADA:

SOCIEDADE ATIRADORES INDEPENDÊNCIA

CNPJ nº 83.442.012/0001-01

Rodovia Municipal JG 483, 445, bairro: Garibaldi, Jaraguá do Sul – SC.

DO OBJETO: para a prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo, bem como das ritualísticas de Busca e Festas de Rei e Rainha, em conformidade com o número de estandes a serem instalados para a prática do tiro ao alvo no Parque Municipal de Eventos e em atendimento às necessidades das atividades relacionadas a realização da "31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019", a realizar-se de 7 a 17 de novembro de 2019, no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

DO VALOR: Pela prestação dos serviços culturais e esportivos descritos na Cláusula Segunda deste Termo, a(o) CONTRATADA fará jus a remuneração de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), em parcela única.

DA FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento correspondente aos serviços culturais e esportivos, conforme estabelecido na cláusula segunda deste termo, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer em até 30 (trinta) dias após o término da 31ª Schützenfest – Edição 2019, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, CONDICIONADO ao atendimento de todas as exigências constantes deste edital de

Chamamento Público para Credenciamento nº 176/2019-SECEL.

DO PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019, bem como as atividades executadas no período de 7 a 17 de novembro de 2019 no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC. A CONTRATADA deverá executar, obrigatoriamente, todos os serviços descritos na Cláusula Segunda deste Termo. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes das contratações do presente Edital, correrão por conta das Dotações Orçamentárias, constantes do exercício de 2019, abaixo referidas:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	517	0.2.06.0536 Recursos Arrecadados Schützenfest

DATA DA ASSINATURA: 01 de novembro de 2019

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Natália Lúcia Petry e Osmar Schmidt

Natália Lúcia Petry

Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 506/2019-SECEL

Publicação Nº 2216304

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 506/2019-SECEL

DO PROCESSO: Origem: inexigibilidade nº 2812019 e o Credenciamento nº 176/2019-SECEL

DO CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

DA CONTRATADA:

ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL RIO DA LUZ – Salão BARG

CNPJ: 83.784.488/0001-12

Rua Eurico Duwe, 2600, Rio da Luz, Jaraguá do Sul/SC

DO OBJETO: para a prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo, bem como das ritualísticas de Busca e Festas de Rei e Rainha, em conformidade com o número de estandes a serem instalados para a prática do tiro ao alvo no Parque Municipal de Eventos e em atendimento às necessidades das atividades relacionadas a realização da “31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019”, a realizar-se de 7 a 17 de novembro de 2019, no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

DO VALOR: Pela prestação dos serviços culturais e esportivos descritos na Cláusula Segunda deste Termo, a(o) CONTRATADA fará jus a remuneração de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), em parcela única.

DA FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento correspondente aos serviços culturais e esportivos, conforme estabelecido na cláusula segunda deste termo, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer em até 30 (trinta) dias após o término da 31ª Schützenfest – Edição 2019, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, CONDICIONADO ao atendimento de todas as exigências constantes deste edital de Chamamento Público para Credenciamento nº 176/2019-SECEL.

DO PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019, bem como as atividades executadas no período de 7 a 17 de novembro de 2019 no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC. A CONTRATADA deverá executar, obrigatoriamente, todos os serviços descritos na Cláusula Segunda deste Termo. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes das contratações do presente Edital, correrão por conta das Dotações Orçamentárias, constantes do exercício de 2019, abaixo referidas:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	517	0.2.06.0536 Recursos Arrecadados Schützenfest

DATA DA ASSINATURA: 01 de novembro de 2019

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Natália Lúcia Petry e Anderson Michel Hornburg

Natália Lúcia Petry

Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 507/2019-SECEL

Publicação Nº 2216291

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 507/2019-SECEL

DO PROCESSO: Origem: inexigibilidade nº 282/2019 e o Credenciamento nº 176/2019-SECEL

DO CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

DA CONTRATADA:

SOCIEDADE DESPORTIVA E RECREATIVA RIO DA LUZ II – SALÃO CENTENÁRIO

CNPJ: 84.435.445/0001-94

Rua: Eurico Duwe, 6755, Bairro Rio da Luz, Jaraguá do Sul/SC

DO OBJETO: para a prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo, bem como das ritualísticas de Busca e Festas de Rei e Rainha, em conformidade com o número de estandes a serem instalados para a prática do tiro ao alvo no Parque Municipal de Eventos e em atendimento às necessidades das atividades relacionadas a realização da "31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019", a realizar-se de 7 a 17 de novembro de 2019, no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

DO VALOR: Pela prestação dos serviços culturais e esportivos descritos na Cláusula Segunda deste Termo, a(o) CONTRATADA fará jus a remuneração de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), em parcela única.

DA FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento correspondente aos serviços culturais e esportivos, conforme estabelecido na cláusula segunda deste termo, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer em até 30 (trinta) dias após o término da 31ª Schützenfest – Edição 2019, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, CONDICIONADO ao atendimento de todas as exigências constantes deste edital de Chamamento Público para Credenciamento nº 176/2019-SECEL.

DO PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019, bem como as atividades executadas no período de 7 a 17 de novembro de 2019 no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC. A CONTRATADA deverá executar, obrigatoriamente, todos os serviços descritos na Cláusula Segunda deste Termo. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes das contratações do presente Edital, correrão por conta das Dotações Orçamentárias, constantes do exercício de 2019, abaixo referidas:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	517	0.2.06.0536 Recursos Arrecadados Schützenfest

DATA DA ASSINATURA: 01 de novembro de 2019

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Natália Lúcia Petry e Johny Arnoldo Hass

Natália Lúcia Petry

Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 508/2019-SECEL

Publicação Nº 2216293

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 508/2019-SECEL

DO PROCESSO: Origem: inexigibilidade nº 283/2019 e o Credenciamento nº 176/2019-SECEL

DO CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

DA CONTRATADA:

SOCIEDADE RECREATIVA VITÓRIA

CNPJ: 83.785.162/0001-00

Rodovia Municipal JGS 489, Bairro Rio da Luz – Jaraguá do Sul – SC

DO OBJETO: para a prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo, bem como das ritualísticas de Busca e Festas de Rei e Rainha, em conformidade com o número de estandes a serem instalados para a prática do tiro ao alvo no Parque Municipal de Eventos e em atendimento às necessidades das atividades relacionadas a realização da "31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019", a realizar-se de 7 a 17 de novembro de 2019, no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

DO VALOR: Pela prestação dos serviços culturais e esportivos descritos na Cláusula Segunda deste Termo, a(o) CONTRATADA fará jus a remuneração de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), em parcela única.

DA FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento correspondente aos serviços culturais e esportivos, conforme estabelecido na cláusula segunda deste termo, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer em até 30 (trinta) dias após o término da 31ª Schützenfest – Edição 2019, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, CONDICIONADO ao atendimento de todas as exigências constantes deste edital de Chamamento Público para Credenciamento nº 176/2019-SECEL.

DO PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019, bem como as atividades executadas no período de 7 a 17 de novembro de 2019 no Parque

Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC. A CONTRATADA deverá executar, obrigatoriamente, todos os serviços descritos na Cláusula Segunda deste Termo. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes das contratações do presente Edital, correrão por conta das Dotações Orçamentárias, constantes do exercício de 2019, abaixo referidas:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	517	0.2.06.0536 Recursos Arrecadados Schützenfest

DATA DA ASSINATURA: 01 de novembro de 2019

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Natália Lúcia Petry e Sido Hornburg

Natália Lúcia Petry

Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 509/2019-SECEL

Publicação Nº 2216297

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 509/2019-SECEL

DO PROCESSO: Origem: inexigibilidade nº 284/2019 e o Credenciamento nº 176/2019-SECEL

DO CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

DO CONTRATADO:

CLUBE CAÇA E TIRO BRACINHO

Rua Marechal Castelo Branco, 7503 – Centro – Schroeder – SC

CNPJ: 79.377.545/0001-71

DO OBJETO: para a prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo, bem como das ritualísticas de Busca e Festas de Rei e Rainha, em conformidade com o número de estandes a serem instalados para a prática do tiro ao alvo no Parque Municipal de Eventos e em atendimento às necessidades das atividades relacionadas a realização da “31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019”, a realizar-se de 7 a 17 de novembro de 2019, no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

DO VALOR: Pela prestação dos serviços culturais e esportivos descritos na Cláusula Segunda deste Termo, a(o) CONTRATADA fará jus a remuneração de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), em parcela única.

DA FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento correspondente aos serviços culturais e esportivos, conforme estabelecido na cláusula segunda deste termo, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer em até 30 (trinta) dias após o término da 31ª Schützenfest – Edição 2019, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, CONDICIONADO ao atendimento de todas as exigências constantes deste edital de Chamamento Público para Credenciamento nº 176/2019-SECEL.

DO PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019, bem como as atividades executadas no período de 7 a 17 de novembro de 2019 no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC. O CONTRATADO deverá executar, obrigatoriamente, todos os serviços descritos na Cláusula Segunda deste Termo. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes das contratações do presente Edital, correrão por conta das Dotações Orçamentárias, constantes do exercício de 2019, abaixo referidas:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	517	0.2.06.0536 Recursos Arrecadados Schützenfest

DATA DA ASSINATURA: 01 de novembro de 2019.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Natália Lúcia Petry e Eli Krogel

Natália Lúcia Petry

Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 510/2019-SECEL

Publicação Nº 2216305

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 510/2019-SECEL

DO PROCESSO: Origem: inexigibilidade nº 285/2019 e o Credenciamento nº 176/2019-SECEL

DO CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

DA CONTRATADA:

SOCIEDADE RECREATIVA E DESPORTIVA 25 DE JULHO

CNPJ: 84.438.118/0001-96

Rua: Bertha Weege, 3280, Jaraguá 99, Jaraguá do Sul/SC

DO OBJETO: para a prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo, bem como das ritualísticas de Busca e Festas de Rei e Rainha, em conformidade com o número de estandes a serem instalados para a prática do tiro ao alvo no Parque Municipal de Eventos e em atendimento às necessidades das atividades relacionadas a realização da "31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019", a realizar-se de 7 a 17 de novembro de 2019, no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

DO VALOR: Pela prestação dos serviços culturais e esportivos descritos na Cláusula Segunda deste Termo, a(o) CONTRATADA fará jus a remuneração de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), em parcela única.

DA FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento correspondente aos serviços culturais e esportivos, conforme estabelecido na cláusula segunda deste termo, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer em até 30 (trinta) dias após o término da 31ª Schützenfest – Edição 2019, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, CONDICIONADO ao atendimento de todas as exigências constantes deste edital de Chamamento Público para Credenciamento nº 176/2019-SECEL.

DO PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019, bem como as atividades executadas no período de 7 a 17 de novembro de 2019 no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC. A CONTRATADA deverá executar, obrigatoriamente, todos os serviços descritos na Cláusula Segunda deste Termo. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes das contratações do presente Edital, correrão por conta das Dotações Orçamentárias, constantes do exercício de 2019, abaixo referidas:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	517	0.2.06.0536 Recursos Arrecadados Schützenfest

DATA DA ASSINATURA: 01 de novembro de 2019.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Natália Lúcia Petry e Gilmar Bier

Natália Lúcia Petry

Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 511/2019-SECEL

Publicação Nº 2216290

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 511/2019-SECEL

DO PROCESSO: Origem: inexigibilidade nº 286/2019 e o Credenciamento nº 176/2019-SECEL

DO CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

DA CONTRATADA:

SOCIEDADE ESPORTIVA E RECREATIVA GUARANY

CNPJ: 83.129.783/0001-35

Rodovia Municipal JGS 489, 5875, Bairro Rio da Luz, Jaraguá do Sul/SC

DO OBJETO: para a prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo, bem como das ritualísticas de Busca e Festas de Rei e Rainha, em conformidade com o número de estandes a serem instalados para a prática do tiro ao alvo no Parque Municipal de Eventos e em atendimento às necessidades das atividades relacionadas a realização da "31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019", a realizar-se de 7 a 17 de novembro de 2019, no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

DO VALOR: Pela prestação dos serviços culturais e esportivos descritos na Cláusula Segunda deste Termo, a(o) CONTRATADA fará jus a remuneração de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), em parcela única.

DA FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento correspondente aos serviços culturais e esportivos, conforme estabelecido na cláusula segunda deste termo, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer em até 30 (trinta) dias após o término da 31ª Schützenfest – Edição 2019, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, CONDICIONADO ao atendimento de todas as exigências constantes deste edital de Chamamento Público para Credenciamento nº 176/2019-SECEL.

DO PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019, bem como as atividades executadas no período de 7 a 17 de novembro de 2019 no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC. A CONTRATADA deverá executar,

obrigatoriamente, todos os serviços descritos na Cláusula Segunda deste Termo. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes das contratações do presente Edital, correrão por conta das Dotações Orçamentárias, constantes do exercício de 2019, abaixo referidas:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	517	0.2.06.0536 Recursos Arrecadados Schützenfest

DATA DA ASSINATURA: 01 de novembro de 2019

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Natália Lúcia Petry e Nilson Schweder

Natália Lúcia Petry

Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 512/2019-SECEL

Publicação Nº 2216306

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 512/2019-SECEL

DO PROCESSO: Origem: inexigibilidade nº 287/2019 e o Credenciamento nº 176/2019-SECEL

DO CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

DA CONTRATADA:

SOCIEDADE CULTURAL ESPORTIVA E RECREATIVA ALIANÇA

CNPJ: 83.488.627/0001-60

Rodovia SC 110, KM18, 9355, Bairro Rio Cerro II – Jaraguá do Sul/SC

DO OBJETO: para a prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo, bem como das ritualísticas de Busca e Festas de Rei e Rainha, em conformidade com o número de estandes a serem instalados para a prática do tiro ao alvo no Parque Municipal de Eventos e em atendimento às necessidades das atividades relacionadas a realização da “31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019”, a realizar-se de 7 a 17 de novembro de 2019, no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

DO VALOR: Pela prestação dos serviços culturais e esportivos descritos na Cláusula Segunda deste Termo, a(o) CONTRATADA fará jus a remuneração de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), em parcela única.

DA FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento correspondente aos serviços culturais e esportivos, conforme estabelecido na cláusula segunda deste termo, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer em até 30 (trinta) dias após o término da 31ª Schützenfest – Edição 2019, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, CONDICIONADO ao atendimento de todas as exigências constantes deste edital de Chamamento Público para Credenciamento nº 176/2019-SECEL.

DO PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019, bem como as atividades executadas no período de 7 a 17 de novembro de 2019 no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC. A CONTRATADA deverá executar, obrigatoriamente, todos os serviços descritos na Cláusula Segunda deste Termo. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes das contratações do presente Edital, correrão por conta das Dotações Orçamentárias, constantes do exercício de 2019, abaixo referidas:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	517	0.2.06.0536 Recursos Arrecadados Schützenfest

DATA DA ASSINATURA: 01 novembro de 2019

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Natália Lúcia Petry e Waldino Hornburg

Natália Lúcia Petry

Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 513/2019-SECEL

Publicação Nº 2216307

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 513/2019-SECEL

DO PROCESSO: Origem: inexigibilidade nº 288/2019 e o Credenciamento nº 176/2019-SECEL

DO CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

DA CONTRATADA:

SOCIEDADE ATIRADORES RIBEIRÃO GRANDE DA LUZ

CNPJ: 04.230.898/0001-45

Ribeirão Grande da Luz, s/nº, Rio da Luz, Jaraguá do Sul/SC

DO OBJETO: para a prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo, bem como das ritualísticas de Busca e Festas de Rei e Rainha, em conformidade com o número de estandes a serem instalados para a prática do tiro ao alvo no Parque Municipal de Eventos e em atendimento às necessidades das atividades relacionadas a realização da "31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019", a realizar-se de 7 a 17 de novembro de 2019, no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

DO VALOR: Pela prestação dos serviços culturais e esportivos descritos na Cláusula Segunda deste Termo, a(o) CONTRATADA fará jus a remuneração de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), em parcela única.

DA FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento correspondente aos serviços culturais e esportivos, conforme estabelecido na cláusula segunda deste termo, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer em até 30 (trinta) dias após o término da 31ª Schützenfest – Edição 2019, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, CONDICIONADO ao atendimento de todas as exigências constantes deste edital de Chamamento Público para Credenciamento nº 176/2019-SECEL.

DO PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019, bem como as atividades executadas no período de 7 a 17 de novembro de 2019 no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC. A CONTRATADA deverá executar, obrigatoriamente, todos os serviços descritos na Cláusula Segunda deste Termo. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes das contratações do presente Edital, correrão por conta das Dotações Orçamentárias, constantes do exercício de 2019, abaixo referidas:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	517	0.2.06.0536 Recursos Arrecadados Schützenfest

DATA DA ASSINATURA: 01 de novembro de 2019

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Natália Lúcia Petry e Fino Raasch

Natália Lúcia Petry

Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 515/2019-SECEL

Publicação Nº 2216308

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 515/2019-SECEL

DO PROCESSO: Origem: inexigibilidade nº 290/2019 e o Credenciamento nº 176/2019-SECEL

DO CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

DA CONTRATADA:

ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E TIRO AO ALVO RIO CAMARADA

CNPJ: 79.362.836/0001-96

Estrada Duas Mamas, s/nº, Schroeder/SC

DO OBJETO: para a prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo, bem como das ritualísticas de Busca e Festas de Rei e Rainha, em conformidade com o número de estandes a serem instalados para a prática do tiro ao alvo no Parque Municipal de Eventos e em atendimento às necessidades das atividades relacionadas a realização da "31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019", a realizar-se de 7 a 17 de novembro de 2019, no Parque Municipal de Eventos, situado à rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

DO VALOR: Pela prestação dos serviços culturais e esportivos descritos na Cláusula Segunda deste Termo, a(o) CONTRATADA fará jus a remuneração de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), em parcela única.

DA FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento correspondente aos serviços culturais e esportivos, conforme estabelecido na cláusula segunda deste termo, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer em até 30 (trinta) dias após o término da 31ª Schützenfest – Edição 2019, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, CONDICIONADO ao atendimento de todas as exigências constantes deste edital de Chamamento Público para Credenciamento nº 176/2019-SECEL.

DO PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019, bem como as atividades executadas no período de 7 a 17 de novembro de 2019 no Parque

Municipal de Eventos, situado à rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC. A CONTRATADA deverá executar, obrigatoriamente, todos os serviços descritos na Cláusula Segunda deste Termo. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes das contratações do presente Edital, correrão por conta das Dotações Orçamentárias, constantes do exercício de 2019, abaixo referidas:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	517	0.2.06.0536 Recursos Arrecadados Schützenfest

DATA DA ASSINATURA: 01 de novembro de 2019.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Natália Lúcia Petry e Jacques Beck

Natália Lúcia Petry

Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 516/2019-SECEL

Publicação Nº 2216312

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 516/2019-SECEL

DO PROCESSO: Origem: inexigibilidade nº 2912019 e o Credenciamento nº 176/2019-SECEL

DO CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

DA CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA ATIRADORES DE GUARAMIRIM

CNPJ: 24.605.604/0001-20

Rua 28 de Agosto, nº 887, sala 001, Bairro Nova Esperança, Guaramirim/SC

DO OBJETO: Prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo, bem como das ritualísticas de Busca e Festas de Rei e Rainha, em conformidade com o número de estandes a serem instalados para a prática do tiro ao alvo no Parque Municipal de Eventos e em atendimento às necessidades das atividades relacionadas a realização da “31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019”, a realizar-se de 7 a 17 de novembro de 2019, no Parque Municipal de Eventos, situado à rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

DO VALOR: Pela prestação dos serviços culturais e esportivos descritos na Cláusula Segunda deste Termo, a(o) CONTRATADA fará jus a remuneração de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), em parcela única.

DA FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento correspondente aos serviços culturais e esportivos, conforme estabelecido na cláusula segunda deste termo, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer em até 30 (trinta) dias após o término da 31ª Schützenfest – Edição 2019, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, CONDICIONADO ao atendimento de todas as exigências constantes deste edital de Chamamento Público para Credenciamento nº 176/2019-SECEL.

DO PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019, bem como as atividades executadas no período de 7 a 17 de novembro de 2019 no Parque Municipal de Eventos, situado à rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC. A CONTRATADA deverá executar, obrigatoriamente, todos os serviços descritos na Cláusula Segunda deste Termo. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes das contratações do presente Edital, correrão por conta das Dotações Orçamentárias, constantes do exercício de 2019, abaixo referidas:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	517	0.2.06.0536 Recursos Arrecadados Schützenfest

DATA DA ASSINATURA: 01 de novembro de 2019.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Natália Lúcia Petry e Celso Alexandre Kuriwa

Natália Lúcia Petry

Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 517/2019-SECEL

Publicação Nº 2216314

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 517/2019-SECEL

DO PROCESSO: Origem: inexigibilidade nº 292/2019 e o Credenciamento nº 176/2019-SECEL

DO CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

DA CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E RECREATIVA VIEIRENSE

CNPJ: 83.784.389/0001-30

Rua Dona Matilde, 201, Vila Lalau, Jaraguá do Sul/SC

DO OBJETO: para a prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo, bem como das ritualísticas de Busca e Festas de Rei e Rainha, em conformidade com o número de estandes a serem instalados para a prática do tiro ao alvo no Parque Municipal de Eventos e em atendimento às necessidades das atividades relacionadas a realização da "31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019", a realizar-se de 7 a 17 de novembro de 2019, no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

DO VALOR: Pela prestação dos serviços culturais e esportivos descritos na Cláusula Segunda deste Termo, a(o) CONTRATADA fará jus a remuneração de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), em parcela única.

DA FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento correspondente aos serviços culturais e esportivos, conforme estabelecido na cláusula segunda deste termo, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer em até 30 (trinta) dias após o término da 31ª Schützenfest – Edição 2019, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, CONDICIONADO ao atendimento de todas as exigências constantes deste edital de Chamamento Público para Credenciamento nº 176/2019-SECEL.

DO PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019, bem como as atividades executadas no período de 7 a 17 de novembro de 2019 no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC. A CONTRATADA deverá executar, obrigatoriamente, todos os serviços descritos na Cláusula Segunda deste Termo. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes das contratações do presente Edital, correrão por conta das Dotações Orçamentárias, constantes do exercício de 2019, abaixo referidas:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	517	0.2.06.0536 Recursos Arrecadados Schützenfest

DATA DA ASSINATURA: 01 novembro de 2019

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Natália Lúcia Petry e Valdir Hornburg

Natália Lúcia Petry

Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 518/2019-SECEL

Publicação Nº 2216315

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 518/2019-SECEL

DO PROCESSO: Origem: inexigibilidade nº 293/2019 e o Credenciamento nº 176/2019-SECEL

DO CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

DA CONTRATADA:

SOCIEDADE RECREATIVA ALVORADA

CNPJ: 83.784.546/0001-08

Rua: Gustavo Gumz, 289, Rio Cerro I, Jaraguá do Sul/SC

DO OBJETO: para a prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo, bem como das ritualísticas de Busca e Festas de Rei e Rainha, em conformidade com o número de estandes a serem instalados para a prática do tiro ao alvo no Parque Municipal de Eventos e em atendimento às necessidades das atividades relacionadas a realização da "31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019", a realizar-se de 7 a 17 de novembro de 2019, no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

DO VALOR: Pela prestação dos serviços culturais e esportivos descritos na Cláusula Segunda deste Termo, a(o) CONTRATADA fará jus a remuneração de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), em parcela única.

DA FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento correspondente aos serviços culturais e esportivos, conforme estabelecido na cláusula segunda deste termo, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer em até 30 (trinta) dias após o término da 31ª Schützenfest – Edição 2019, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, CONDICIONADO ao atendimento de todas as exigências constantes deste edital de Chamamento Público para Credenciamento nº 176/2019-SECEL.

DO PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019, bem como as atividades executadas no período de 7 a 17 de novembro de 2019 no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC. A CONTRATADA deverá executar,

obrigatoriamente, todos os serviços descritos na Cláusula Segunda deste Termo. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes das contratações do presente Edital, correrão por conta das Dotações Orçamentárias, constantes do exercício de 2019, abaixo referidas:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	517	0.2.06.0536 Recursos Arrecadados Schützenfest

DATA DA ASSINATURA: 01 de novembro de 2019

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Natália Lúcia Petry e Alceu Konrath

Natália Lúcia Petry

Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 519/2019-SECEL

Publicação Nº 2216317

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 519/2019-SECEL

DO PROCESSO: Origem: inexigibilidade nº 294/2019 e o Credenciamento nº 176/2019-SECEL

DO CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

DO CONTRATADO:

CLUBE ATLÉTICO BAEPENDI

CNPJ nº 84.435.874/0001-61

Rua Augusto Mielke, 466, bairro Baependi, Jaraguá do Sul-SC

DO OBJETO: para a prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo, bem como das ritualísticas de Busca e Festas de Rei e Rainha, em conformidade com o número de estandes a serem instalados para a prática do tiro ao alvo no Parque Municipal de Eventos e em atendimento às necessidades das atividades relacionadas a realização da “31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019”, a realizar-se de 7 a 17 de novembro de 2019, no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

DO VALOR: Pela prestação dos serviços culturais e esportivos descritos na Cláusula Segunda deste Termo, a(o) CONTRATADA fará jus a remuneração de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), em parcela única.

DA FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento correspondente aos serviços culturais e esportivos, conforme estabelecido na cláusula segunda deste termo, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer em até 30 (trinta) dias após o término da 31ª Schützenfest – Edição 2019, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, CONDICIONADO ao atendimento de todas as exigências constantes deste edital de Chamamento Público para Credenciamento nº 176/2019-SECEL.

DO PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019, bem como as atividades executadas no período de 7 a 17 de novembro de 2019 no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC. O CONTRATADO deverá executar, obrigatoriamente, todos os serviços descritos na Cláusula Segunda deste Termo. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes das contratações do presente Edital, correrão por conta das Dotações Orçamentárias, constantes do exercício de 2019, abaixo referidas:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	517	0.2.06.0536 Recursos Arrecadados Schützenfest

DATA DA ASSINATURA: 01 novembro de 2019

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Natália Lúcia Petry e Marcos Roberto Hasse

Natália Lúcia Petry

Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 548/2019-SECEL

Publicação Nº 2217637

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 548/2019-SECEL

DO PROCESSO: Origem: inexigibilidade nº 300/2019 e o Credenciamento nº 176/2019-SECEL

DO CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

DA CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E RECREATIVA BANDEIRANTES

CNPJ: 84.094.440/0001-45

Rua: Marechal Castelo Branco, nº10955, Bracinho, Schroeder/SC

DO OBJETO: para a prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo, bem como das ritualísticas de Busca e Festas de Rei e Rainha, em conformidade com o número de estandes a serem instalados para a prática do tiro ao alvo no Parque Municipal de Eventos e em atendimento às necessidades das atividades relacionadas a realização da "31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019", a realizar-se de 7 a 17 de novembro de 2019, no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

DO VALOR: Pela prestação dos serviços culturais e esportivos descritos na Cláusula Segunda deste Termo, a(o) CONTRATADA fará jus a remuneração de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), em parcela única.

DA FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento correspondente aos serviços culturais e esportivos, conforme estabelecido na cláusula segunda deste termo, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer em até 30 (trinta) dias após o término da 31ª Schützenfest – Edição 2019, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, CONDICIONADO ao atendimento de todas as exigências constantes deste edital de Chamamento Público para Credenciamento nº 176/2019-SECEL.

DO PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019, bem como as atividades executadas no período de 7 a 17 de novembro de 2019 no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC. A CONTRATADA deverá executar, obrigatoriamente, todos os serviços descritos na Cláusula Segunda deste Termo. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes das contratações do presente Edital, correrão por conta das Dotações Orçamentárias, constantes do exercício de 2019, abaixo referidas:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	517	0.2.06.0536 Recursos Arrecadados Schützenfest

DATA DA ASSINATURA: 04 de novembro de 2019

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Natália Lúcia Petry e Marleni Lindner

Natália Lúcia Petry

Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

LEI Nº 8.144/2019

Publicação Nº 2216415

LEI Nº 8.144/2019

Autoriza a Abertura e Reforço de Crédito Especial no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.784/2018, de 30/10/2018, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,
FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial, mediante Decreto, no valor de R\$ 2.277.736,99 (Dois milhões, duzentos e setenta e sete mil, setecentos e trinta e seis reais e noventa e nove centavos), para inclusão de dotação orçamentária no Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (Semop), a saber:

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.001.15.452.450.1418 - Pavimentação Rua JGS 481 - Gerhard Gumz

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.688 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 2.277.736,99

Art.2º A despesa decorrente da execução da presente Lei corre por conta do "Excesso de Arrecadação" do Município de Jaraguá do Sul, proveniente de recursos ordinários, no valor de R\$ 2.277.736,99 (Dois milhões, duzentos e setenta e sete mil, setecentos e trinta e seis reais e noventa e nove centavos).

Art.3º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, mediante Decreto, crédito adicional destinado ao reforço do crédito especial de que trata a presente Lei, com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.784/2018, de 30/10/2018.

Art.4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 1º de novembro de 2019.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

LEI Nº 8.145/2019

Publicação Nº 2216416

LEI Nº 8.145/2019

Institui e Autoriza a Cobrança de Contribuição de Melhoria da Rua 908 - Edmundo Koch (Trecho 2) e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art.1º Autoriza o Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à realização da obra de pavimentação da Rua 908 - Edmundo Koch (Trecho 2), no bairro Nereu Ramos, com extensão de 341,55m, no trecho compreendido entre o início com a BR-280 até o encontro com a Rua Alwin Koch, e consequente cobrança da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária, tendo como limite total as despesas realizadas das obras e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel beneficiado.

Parágrafo único. O custo total/orçamento estimado no que se refere a consecução das obras públicas do referido projeto corresponde à quantia de R\$ 833.550,19 (Oitocentos e trinta e três mil, quinhentos e cinquenta reais e dezenove centavos), tendo como fonte os Recursos Próprios consignados no Orçamento Municipal.

Art.2º A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador o acréscimo do valor do imóvel localizado nas áreas beneficiadas direta ou indiretamente por obras públicas.

Art.3º O sujeito passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário ou o titular do domínio útil de imóvel por natureza ou acessão física, valorizado em razão da obra pública, ao tempo do lançamento.

§1º A responsabilidade pelo pagamento do tributo transmite-se aos adquirentes do imóvel, aos sucessores a qualquer título ou àqueles que sejam responsáveis pelo imóvel, nos termos do Código Tributário Municipal.

§2º Tratando-se de imóvel de condomínio, o lançamento será procedido:

I - quando "pro indiviso", em nome de qualquer dos coproprietários e aquele que for lançado terá direito de exigir dos condôminos as parcelas que lhes couberem; e

II - quando "pro diviso", em nome do proprietário, do titular do domínio útil da unidade autônoma.

§3º A critério da Administração Tributária, o lançamento poderá ser efetuado em nome das pessoas físicas ou jurídicas sujeitas à Contribuição de Melhoria, conforme cadastro imobiliário existente na data do lançamento.

Art.4º A base de cálculo da Contribuição de Melhoria de cada contribuinte será determinada por coeficiente resultante da diferença entre o valor do imóvel antes da obra e seu valor posterior, observado o custo total.

CAPÍTULO II DOS ATOS PRÉVIOS

Art.5º As Secretarias Municipais competentes relacionarão em lista própria e elaborarão respectiva planta contendo os imóveis beneficiados pelas obras, que comporão a zona de influência e memorial descritivo, acompanhada do orçamento detalhado de seu custo, devendo fazer parte do edital prévio.

Art.6º A Comissão Especial com a incumbência de realizar o estudo, elaboração, análise e avaliação de todos os processos referentes à Contribuição de Melhoria, desde a elaboração de Pré-editais e Editais até a Avaliação Imobiliária dos lotes que serão beneficiados pela execução das obras públicas, constituída pelo Decreto Municipal Nº 12.625/2019, de 22/02/2019, fixará o valor imobiliário dos imóveis que se encontram dentro da zona de influência da obra pública.

Parágrafo único. As avaliações dos imóveis, prévia e posterior à realização das obras, serão efetivadas independentemente dos valores que constarem no cadastro municipal.

Art.7º O cálculo para avaliação inicial deverá ser realizado considerando os seguintes critérios:

I - comparativo direto: define o valor do imóvel através da comparação com dados de mercado de imóveis semelhantes;

II - localização: analisa a localização dos imóveis dentro do Município, os usos predominantes e potenciais no entorno (residencial familiar, comercial e industrial), bem como os serviços públicos e comunitários (pavimentação, transporte coletivo, comércio, rede bancária, educação, saúde, segurança e lazer);

III - características físicas: analisa a área e dimensões dos lados do terreno (frente, fundos e laterais), sua forma geométrica, sua situação em relação a quadra (meio de quadra, esquina, quadra inteira e encravado), sua posição em relação ao nível do logradouro (no nível, acima

ou abaixo), sua inclinação/relevo (plano, semiplano, aplaneado, declive, acidentado, etc.), e a superfície do imóvel (seco, brejoso, alagável e outros).

Parágrafo único. Os trabalhos avaliatórios devem se basear nas normas da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, a seguir relacionadas: NBR 14653-1 - Avaliação de Bens: Procedimentos Gerais; e NBR 14653-2 - Avaliação de Bens: Imóveis Urbanos; e também no Manual do Sistema de Avaliação Imobiliária (Decreto Municipal Nº 3.225/1995, de 27/07/1995).

Art.8º O Edital prévio será publicado contendo, entre outros, os seguintes elementos:

I - objeto do edital e fundamentação legal envolvida;

II - memorial descritivo do projeto;

III - orçamento total ou parcial do custo da obra;

IV - subsídio envolvido se for o caso;

V - parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição de 60% (sessenta por cento), com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados, limitado-se o pagamento máximo a R\$ 300,00 (Trezentos reais) o metro linear para cada unidade, cabendo ao Município arcar com o custo restante de 40% (quarenta por cento), bem como aquele que extrapolar o limite aqui referido;

VI - delimitação das áreas direta ou indiretamente beneficiadas e a relação dos imóveis nelas compreendidos;

VII - determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas, nelas contidas;

VIII - fixação de prazo não inferior a 30 (trinta) dias, contados da data da última publicação do edital, para impugnação, pelos interessados, de qualquer dos elementos referidos nos incisos anteriores, cabendo ao impugnante o ônus da prova;

IX - regulamentação do processo administrativo de instrução e julgamento da impugnação a que se refere o inciso anterior, sem prejuízo da sua apreciação judicial;

X - itens previstos nos artigos 5º e 6º desta Lei.

§1º Os proprietários de imóveis situados nas zonas beneficiadas pelas obras públicas têm o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da última publicação do Edital, para impugnação de qualquer dos elementos constantes, cabendo a estes o ônus da prova.

§2º A impugnação deverá ser dirigida à Secretaria Municipal da Fazenda, através de petição protocolada, nos termos da legislação municipal tributária vigente, em especial a Lei Complementar Municipal Nº 71/2007, de 03/10/2007, e suas alterações.

§3º As reclamações, impugnações e recursos administrativos não suspendem o início ou prosseguimento das obras.

CAPÍTULO III

DOS ATOS POSTERIORES À EXECUÇÃO DA OBRA

Art.9º Após a conclusão da obra, o Município de Jaraguá do Sul realizará nova avaliação dos imóveis inseridos na zona de influência da obra pública, apurando o valor de cada imóvel após a execução desta, a fim de estabelecer o diferencial de valorização, entendido este como sendo a diferença entre o valor anterior a esta e o posterior.

Parágrafo único. Os valores obtidos nas avaliações referidas neste artigo e no Capítulo anterior balizarão a observância dos limites individuais da cobrança da Contribuição de Melhoria, que não poderá ser superior ao limite de valorização individual de cada imóvel.

Art.10. O cálculo para efetivo lançamento da Contribuição de Melhoria tem como limite total a despesa realizada com a execução da obra pública, e como limite individual o acréscimo do valor que a obra resultar para cada imóvel, que deverá ser rateada entre os por ela beneficiados, proporcionalmente ao custo da obra e em função de fatores individuais de valorização.

§1º A Valorização do Imóvel Individualizado (VI) será dividida pelo valor da soma de todas as valorizações dos imóveis individualizados na zona de Influência (VI total), resultando no Percentual Individual de Valorização (PVI):

Fórmula: $PVI = VI \div VI \text{ total}$

§2º O Valor de Rateio (VR) será o custo total da obra multiplicado pelo percentual individual de valorização, descontado eventual fator de absorção do Município:

Fórmula: $VR = \text{custo total da obra} \times PVI - \text{fator de absorção}$

Art.11. O Edital de Lançamento da Contribuição de Melhoria será publicado, após a execução das obras, contendo, entre outros, os seguintes elementos:

I - demonstrativos de custos da obra e valorização de cada imóvel;

II - valor da Contribuição de Melhoria lançada;

III - prazo para o seu pagamento, suas prestações e vencimentos;

IV - prazo para impugnação;

V - local e forma de pagamento.

§1º Os proprietários de imóveis situados nas zonas beneficiadas pelas obras públicas têm o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação do Edital, para impugnação de qualquer dos elementos constantes, cabendo a estes o ônus da prova.

§2º A impugnação deverá ser dirigida à Secretaria Municipal da Fazenda, através de petição protocolada, nos termos da legislação municipal tributária vigente, em especial a Lei Complementar Municipal Nº 71/2007, de 03/10/2007, e suas alterações.

§3º As reclamações, impugnações e recursos administrativos não terão efeito de obstar a administração na prática dos atos necessários ao lançamento e cobrança da Contribuição de Melhoria.

CAPÍTULO IV

DA NÃO INCIDÊNCIA E DA COBRANÇA

Art.12. Não incidirá Contribuição de Melhoria sobre os imóveis de propriedade da Administração Direta, Indireta ou Fundacional do Município, do Estado ou da União, sendo o ônus decorrente suportado pelo erário municipal.

Parágrafo único. Exclui-se do disposto deste artigo as sociedades de economia mista.

Art.13. A arrecadação da contribuição far-se-á mediante requerimento do contribuinte junto à repartição competente, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento da notificação, da seguinte forma:

I - em parcela única, com prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito, com 10% (dez por cento) de abatimento sobre o valor total;

II - em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, cuja primeira parcela será exigida no ato de lavratura do Termo de Parcelamento, o qual assinado, terá o efeito de confissão de dívida e reconhecimento da certeza e liquidez do débito fiscal, desde que o valor da parcela não seja inferior a 35% (trinta e cinco por cento) da Unidade Padrão Municipal (UPM) vigente, com interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas.

Parágrafo único. A falta de pagamento de 03 (três) parcelas, consecutivas ou não, nos prazos fixados, importará na caducidade do parcelamento, implicando, independentemente de aviso, na imediata inscrição em Dívida Ativa do débito remanescente, somando-se os acréscimos legais, e posterior execução judicial.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.14. Aplicam-se aos procedimentos de lançamento e cobrança da Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei, no que couber, as disposições contidas nos artigos 244 a 256, da Lei Complementar Municipal Nº 001/1993, de 18/11/1993 - Código Tributário do Município de Jaraguá do Sul, que passaram a vigorar com as alterações introduzidas pela Lei Complementar Municipal Nº 179/2016, de 02/12/2016, e suas alterações.

Art.15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, respeitados os princípios constitucionais e tributários.

Jaraguá do Sul, 1º de novembro de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

LEI Nº 8.146/2019

Publicação Nº 2216417

LEI Nº 8.146/2019

Dispõe Sobre o Serviço de Transporte de Pequenas Cargas, Denominado Motofrete.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,
FAZ SABER que a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou, e ele sancionou a seguinte Lei:

Art.1º O motofrete é o serviço remunerado de transporte de mercadorias com entrega e coleta mediante utilização de motocicletas e motonetas, conforme estabelecidos nos artigos 139-A e 139-B, da Lei Federal Nº 9.503/1997, com as alterações impostas pela Lei Federal Nº 12.009/2009, e das Resoluções pertinentes do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) e por normas complementares e regulamentos operacionais expedidos pelo Poder Executivo.

Art.2º O serviço de motofrete somente poderá ser realizado mediante a obtenção de Alvará de Licença de Atividade ou Alvará de Localização, observado o disposto em leis específicas.

Parágrafo único. O responsável legal assinará um Termo de Ciência e Responsabilidade onde consta que está ciente das exigências do serviço e que irá atender os requisitos previstos nas Leis.

Art.3º Após obtenção do Alvará, a pessoa física ou pessoa jurídica deverá comparecer ao Órgão Gerencial para efetuar o cadastro da motocicleta e do condutor, munido de cópias dos seguintes documentos:

a) Alvará de Licença de Atividade ou Alvará de Localização;

b) Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV);

c) Carteira Nacional de Habilitação do condutor (CNH).

Parágrafo único. Órgão Gerencial é o Órgão ou Entidade do Poder Executivo responsável pelo controle e fiscalização do Serviço de Transporte de Pequenas Cargas denominado Motofrete no Município.

Art.4º Para executar o transporte remunerado de mercadorias mediante motofrete, o veículo somente poderá circular nas vias com:

I - registro como veículo da categoria de aluguel;

II - instalação de protetor de motor mata-cachorro, fixado no chassi do veículo, destinado a proteger o motor e a perna do condutor em caso de tombamento, nos termos de regulamentação do Conselho Nacional de Trânsito (Contran);

III - instalação de aparador de linha antena corta pipas, nos termos de regulamentação do Conselho Nacional de Trânsito (Contran);

IV - inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança.

§1º A instalação ou incorporação de dispositivos para transporte de cargas deve estar de acordo com a regulamentação do Conselho Nacional de Trânsito (Contran).

§2º É proibido o transporte de combustíveis, produtos inflamáveis ou tóxicos e de galões nos veículos de que trata este artigo, com exceção do gás de cozinha e de galões contendo água mineral, desde que com o auxílio de sidecar, nos termos de regulamentação do Conselho Nacional de Trânsito (Contran).

Art.5º Tratando-se de serviço de entrega de mercadorias em que o fornecedor do produto seja o proprietário do veículo, este deverá ser registrado na categoria particular e estará dispensado da obtenção de Alvará para o fim específico do transporte, porém o veículo deverá possuir os equipamentos de segurança previstos no artigo 139-A, do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), e o condutor deverá ter sido aprovado em curso especializado, conforme regulamentação do Conselho Nacional de Trânsito (Contran).

Art.6º Para o exercício das atividades previstas no artigo 1º, é necessário o condutor:

I - ter completado 21 (vinte e um) anos;

II - possuir habilitação, por pelo menos 02 (dois) anos, na categoria A;

III - ser aprovado em curso especializado, nos termos da regulamentação do Conselho Nacional de Trânsito (Contran);

IV - estar vestido com colete de segurança dotado de dispositivos retrorrefletivos, nos termos da regulamentação do Conselho Nacional de Trânsito (Contran).

Art.7º O transportador que não atender os requisitos estabelecidos nesta Lei e no Código de Trânsito Brasileiro (CTB) fica sujeito as seguintes penalidades:

I - advertência escrita:

a) circular com a motocicleta em desacordo com o artigo 4º, desta Lei;

b) conduzir a motocicleta em desacordo com o artigo 6º, desta Lei.

II - multa de 01 (uma) UPM (Unidade Padrão Municipal):

a) não possuir Alvará;

b) deixar de atender a convocação expedida pela Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, ou outra que a suceder;

c) recusar-se a exibir à fiscalização os documentos que forem exigidos ou evadir-se quando por ela abordado;

d) transportar produtos perigosos, salvo as exceções previstas no §2º, do artigo 139-A, do Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

Parágrafo único. Ocorrendo infração da alínea "a" e "b", do inciso I, a mesma será punida com advertência escrita. Caso o infrator volte a cometer a mesma irregularidade, no prazo de reincidência de 01 (um) ano, a partir da última notificação, ser-lhe-á aplicada multa de 01 (uma) UPM (Unidade Padrão Municipal).

Art.8º Poderão ser firmados convênios com órgãos de trânsito da União e Estado, visando o aprimoramento da fiscalização do serviço de que trata esta Lei.

Art.9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Lei Municipal Nº 5.158/2008, de 18 de dezembro de 2008.

Jaraguá do Sul, 1º de novembro de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 278/2019

Publicação Nº 2216267

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 278/2019

Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 da Lei n.º 8.666 e suas alterações posteriores, de 21 de junho de 1993

ORIGEM: EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 176/2019-SECEL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA E RECREATIVA AMIZADE

CNPJ nº 84.435.775/0001-80

Rua Roberto Ziemann, 3174, bairro: Amizade, Jaraguá do Sul – SC.

OBJETO: prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo, bem como das ritualísticas de Busca e Festas de Rei e Rainha, em conformidade com o número de estandes a serem instalados para a prática do tiro ao alvo no Parque Municipal de Eventos e em atendimento às necessidades das atividades relacionadas a realização da "31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019", a realizar-se de 7 a 17 de novembro de 2019, no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

VALOR: O MUNICÍPIO pagará a CONTRATADA o valor total de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) pela realização dos serviços.

PAGAMENTO: O pagamento correspondente aos serviços culturais e esportivos, conforme estabelecido no item 13 deste edital, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer em até 30 (trinta) dias após o término da 31ª Schützenfest – Edição 2019, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, CONDICIONADO ao atendimento de todas as exigências constantes deste edital.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes das contratações do presente Edital, correrão por conta das Dotações Orçamentárias, constantes do exercício de 2019, abaixo referidas:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	517	0.2.06.0536 Recursos Arrecadados Schützenfest

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019, bem como as atividades executadas no período de 7 a 17 de novembro de 2019 no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC. As sociedades/clubes deverão executar, obrigatoriamente, todos os serviços referidos no item 5, do Edital de Credenciamento Nº 176/2019-SECEL.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao de execução, acrescido de 60 (sessenta) dias.

Jaraguá do Sul (SC), 01 de novembro de 2019.

Vera de Tofol

Presidente da Comissão Especial de Licitações

Decreto 12.750/2019

Antônio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 279/2019

Publicação Nº 2216270

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 279/2019

Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 da Lei n.º 8.666 e suas alterações posteriores, de 21 de junho de 1993

ORIGEM: EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 176/2019-SECEL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

SOCIEDADE ESPORTIVA RECREATIVA HANSA HUMBOLDT

CNPJ: 84.533.637/0001-33

Rua Roberto Seidel, 1551 – Bairro Seminário – Corupá/SC

OBJETO: prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo, bem como das ritualísticas de Busca e Festas de Rei e Rainha, em conformidade com o número de estandes a serem instalados para a prática do tiro ao alvo no Parque Municipal de Eventos e em atendimento às necessidades das atividades relacionadas a realização da "31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019", a realizar-se de 7 a 17 de novembro de 2019, no Parque Municipal de Eventos, situado à rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

VALOR: O MUNICÍPIO pagará a CONTRATADA o valor total de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) pela realização dos serviços.

PAGAMENTO: O pagamento correspondente aos serviços culturais e esportivos, conforme estabelecido no item 13 deste edital, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer em até 30 (trinta) dias após o término da 31ª Schützenfest – Edição 2019, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, CONDICIONADO ao atendimento de todas as exigências constantes deste edital.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes das contratações do presente Edital, correrão por conta das Dotações Orçamentárias, constantes do exercício de 2019, abaixo referidas:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	517	0.2.06.0536 Recursos Arrecadados Schützenfest

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019, bem como as atividades executadas no período de 7 a 17 de novembro de 2019 no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC. As sociedades/clubes deverão executar, obrigatoriamente, todos os serviços referidos no item 5, do Edital de Credenciamento Nº 176/2019-SECEL.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao de execução, acrescido de 60 (sessenta) dias.

Jaraguá do Sul (SC), 01 de novembro de 2019.

Vera de Tofol

Presidente da Comissão Especial de Licitações

Decreto 12.750/2019

Antônio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 280/2019

Publicação Nº 2216271

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 280/2019

Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 da Lei n.º 8.666 e suas alterações posteriores, de 21 de junho de 1993

ORIGEM: EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 176/2019-SECEL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

SOCIEDADE ATIRADORES INDEPENDÊNCIA

CNPJ nº 83.442.012/0001-01

Rodovia Municipal JG 483, 445, bairro: Garibaldi, Jaraguá do Sul – SC.

OBJETO: prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo, bem como das ritualísticas de Busca e Festas de Rei e Rainha, em conformidade com o número de estandes a serem instalados para a prática do tiro ao alvo no Parque Municipal de Eventos e em atendimento às necessidades das atividades relacionadas a realização da “31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019”, a realizar-se de 7 a 17 de novembro de 2019, no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

VALOR: O MUNICÍPIO pagará a CONTRATADA o valor total de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) pela realização dos serviços.

PAGAMENTO: O pagamento correspondente aos serviços culturais e esportivos, conforme estabelecido no item 13 deste edital, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer em até 30 (trinta) dias após o término da 31ª Schützenfest – Edição 2019, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, CONDICIONADO ao atendimento de todas as exigências constantes deste edital.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes das contratações do presente Edital, correrão por conta das Dotações Orçamentárias, constantes do exercício de 2019, abaixo referidas:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	517	0.2.06.0536 Recursos Arrecadados Schützenfest

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019, bem como as atividades executadas no período de 7 a 17 de novembro de 2019 no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC. As sociedades/clubes deverão executar, obrigatoriamente, todos os serviços referidos no item 5, do Edital de Credenciamento Nº 176/2019-Secel.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao de execução, acrescido de 60 (sessenta) dias.

Jaraguá do Sul (SC), 01 de novembro de 2019.

Vera de Tofol

Presidente da Comissão Especial de Licitações

Decreto 12.750/2019

Antônio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 281/2019

Publicação Nº 2216273

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 281/2019

Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 da Lei n.º 8.666 e suas alterações posteriores, de 21 de junho de 1993

ORIGEM: EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 176/2019-SECEL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL RIO DA LUZ – Salão BARG

CNPJ: 83.784.488/0001-12

Rua Eurico Duwe, 2600, Rio da Luz, Jaraguá do Sul/SC

OBJETO: prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo, bem como das ritualísticas de Busca e Festas de Rei e Rainha, em conformidade com o número de estandes a serem instalados para a prática do tiro ao alvo no Parque Municipal de Eventos e em atendimento às necessidades das atividades relacionadas a realização da "31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019", a realizar-se de 7 a 17 de novembro de 2019, no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

VALOR: O MUNICÍPIO pagará a CONTRATADA o valor total de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) pela realização dos serviços.

PAGAMENTO: O pagamento correspondente aos serviços culturais e esportivos, conforme estabelecido no item 13 deste edital, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer em até 30 (trinta) dias após o término da 31ª Schützenfest – Edição 2019, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, CONDICIONADO ao atendimento de todas as exigências constantes deste edital.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes das contratações do presente Edital, correrão por conta das Dotações Orçamentárias, constantes do exercício de 2019, abaixo referidas:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	517	0.2.06.0536 Recursos Arrecadados Schützenfest

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019, bem como as atividades executadas no período de 7 a 17 de novembro de 2019 no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC. As sociedades/clubes deverão executar, obrigatoriamente, todos os serviços referidos no item 5, do Edital de Credenciamento Nº 176/2019-Secel.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao de execução, acrescido de 60(sessenta) dias.

Jaraguá do Sul (SC), 01 de novembro de 2019.

Vera de Tofol

Presidente da Comissão Especial de Licitações

Decreto 12.750/2019

Antônio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 282/2019

Publicação Nº 2216279

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 282/2019

Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 da Lei n.º 8.666 e suas alterações posteriores, de 21 de junho de 1993

ORIGEM: EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 176/2019-SECEL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

SOCIEDADE DESPORTIVA E RECREATIVA RIO DA LUZ II – SALÃO CENTENÁRIO

CNPJ: 84.435.445/0001-94

Rua: Eurico Duwe, 6755, Bairro Rio da Luz, Jaraguá do Sul/SC

OBJETO: prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo, bem como das ritualísticas de Busca e Festas de Rei e Rainha, em conformidade com o número de estandes a serem instalados para a prática do tiro ao alvo no Parque Municipal de Eventos e em atendimento às necessidades das atividades relacionadas a realização da "31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019", a realizar-se de 7 a 17 de novembro de 2019, no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

VALOR: O MUNICÍPIO pagará a CONTRATADA o valor total de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) pela realização dos serviços.

PAGAMENTO: O pagamento correspondente aos serviços culturais e esportivos, conforme estabelecido no item 13 deste edital, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer em até 30 (trinta) dias após o término da 31ª Schützenfest – Edição 2019, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, CONDICIONADO ao atendimento de todas as exigências constantes deste edital.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes das contratações do presente Edital, correrão por conta das Dotações Orçamentárias, constantes do exercício de 2019, abaixo referidas:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	517	0.2.06.0536 Recursos Arrecadados Schützenfest

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019, bem como as atividades executadas no período de 7 a 17 de novembro de 2019 no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC. As sociedades/clubes deverão executar, obrigatoriamente, todos os serviços referidos no item 5, do Edital de Credenciamento Nº 176/2019-SECEL.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao de execução, acrescido de 60 (sessenta) dias.

Jaraguá do Sul (SC), 01 de novembro de 2019.

Vera de Tofol

Presidente da Comissão Especial de Licitações

Decreto 12.750/2019

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 283/2019

Publicação Nº 2216275

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 283/2019

Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 da Lei n.º 8.666 e suas alterações posteriores, de 21 de junho de 1993

ORIGEM: EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 176/2019-SECEL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADA: SOCIEDADE RECREATIVA VITÓRIA

CNPJ: 83.785.162/0001-00

Rodovia Municipal JGS 489, Bairro Rio da Luz – Jaraguá do Sul – SC

OBJETO: prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo, bem como das ritualísticas de Busca e Festas de Rei e Rainha, em conformidade com o número de estandes a serem instalados para a prática do tiro ao alvo no Parque Municipal de Eventos e em atendimento às necessidades das atividades relacionadas a realização da “31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019”, a realizar-se de 7 a 17 de novembro de 2019, no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

VALOR: O MUNICÍPIO pagará a CONTRATADA o valor total de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) pela realização dos serviços.

PAGAMENTO: O pagamento correspondente aos serviços culturais e esportivos, conforme estabelecido no item 13 deste edital, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer em até 30 (trinta) dias após o término da 31ª Schützenfest – Edição 2019, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, **CONDICIONADO** ao atendimento de todas as exigências constantes deste edital.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes das contratações do presente Edital, correrão por conta das Dotações Orçamentárias, constantes do exercício de 2019, abaixo referidas:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	517	0.2.06.0536 Recursos Arrecadados Schützenfest

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019, bem como as atividades executadas no período de 7 a 17 de novembro de 2019 no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC. As sociedades/clubes deverão executar, obrigatoriamente, todos os serviços referidos no item 5, do Edital de Credenciamento Nº 176/2019-SECEL.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao de execução, acrescido de 60 (sessenta) dias.

Jaraguá do Sul (SC), 01 de novembro de 2019.

Vera de Tofol

Presidente da Comissão Especial de Licitações

Decreto 12.750/2019

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 284/2019

Publicação Nº 2216276

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 284/2019

Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 da Lei n.º 8.666 e suas alterações posteriores, de 21 de junho de 1993

ORIGEM: EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 176/2019-SECEL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

CLUBE CAÇA E TIRO BRACINHO

Rua Marechal Castelo Branco, 7503 – Centro – Schroeder – SC

CNPJ: 79.377.545/0001-71

OBJETO: prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo, bem como das ritualísticas de Busca e Festas de Rei e Rainha, em conformidade com o número de estandes a serem instalados para a prática do tiro ao alvo no Parque Municipal de Eventos e em atendimento às necessidades das atividades relacionadas a realização da "31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019", a realizar-se de 7 a 17 de novembro de 2019, no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

VALOR: O MUNICÍPIO pagará a CONTRATADA o valor total de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) pela realização dos serviços.

PAGAMENTO: O pagamento correspondente aos serviços culturais e esportivos, conforme estabelecido no item 13 deste edital, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer em até 30 (trinta) dias após o término da 31ª Schützenfest – Edição 2019, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, CONDICIONADO ao atendimento de todas as exigências constantes deste edital.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes das contratações do presente Edital, correrão por conta das Dotações Orçamentárias, constantes do exercício de 2019, abaixo referidas:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	517	0.2.06.0536 Recursos Arrecadados Schützenfest

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019, bem como as atividades executadas no período de 7 a 17 de novembro de 2019 no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC. As sociedades/clubes deverão executar, obrigatoriamente, todos os serviços referidos no item 5, do Edital de Credenciamento Nº 176/2019-SECEL

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao de execução, acrescido de 60 (sessenta) dias.

Jaraguá do Sul (SC), 01 de novembro de 2019.

Vera de Tofol

Presidente da Comissão Especial de Licitações

Decreto 12.750/2019

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 285/2019

Publicação Nº 2216281

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 285/2019

Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 da Lei n.º 8.666 e suas alterações posteriores, de 21 de junho de 1993

ORIGEM: EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 176/2019-SECEL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADA: SOCIEDADE RECREATIVA E DESPORTIVA 25 DE JULHO

CNPJ: 84.438.118/0001-96

Rua: Bertha Weege, 3280, Jaraguá 99, Jaraguá do Sul/SC

OBJETO: prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo, bem como das ritualísticas de Busca e Festas de Rei e Rainha, em conformidade com o número de estandes a serem instalados para a prática do tiro ao alvo no Parque Municipal de Eventos e em atendimento às necessidades das atividades relacionadas a realização da "31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019", a realizar-se de 7 a 17 de novembro de 2019, no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

VALOR: O MUNICÍPIO pagará a CONTRATADA o valor total de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) pela realização dos serviços.

PAGAMENTO: O pagamento correspondente aos serviços culturais e esportivos, conforme estabelecido no item 13 deste edital, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer em até 30 (trinta) dias após o término da 31ª Schützenfest – Edição 2019, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, CONDICIONADO ao atendimento de todas as exigências constantes deste edital.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes das contratações do presente Edital, correrão por conta das Dotações Orçamentárias, constantes do exercício de 2019, abaixo referidas:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	517	0.2.06.0536 Recursos Arrecadados Schützenfest

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019, bem como as atividades executadas no período de 7 a 17 de novembro de 2019 no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC. As sociedades/clubes deverão executar, obrigatoriamente, todos os serviços referidos no item 5, do Edital de Credenciamento Nº 176/2019-SECEL.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao de execução, acrescido de 60 (sessenta) dias.

Jaraguá do Sul (SC), 01 de novembro de 2019.

Vera de Tofol

Presidente da Comissão Especial de Licitações

Decreto 12.750/2019

Antônio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 286/2019

Publicação Nº 2216278

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 286/2019

Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 da Lei n.º 8.666 e suas alterações posteriores, de 21 de junho de 1993

ORIGEM: EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 176/2019-SECEL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

SOCIEDADE ESPORTIVA E RECREATIVA GUARANY

CNPJ: 83.129.783/0001-35

Rodovia Municipal JGS 489, 5875, Bairro Rio da Luz, Jaraguá do Sul/SC

OBJETO: prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo, bem como das ritualísticas de Busca e Festas de Rei e Rainha, em conformidade com o número de estandes a serem instalados para a prática do tiro ao alvo no Parque Municipal de Eventos e em atendimento às necessidades das atividades relacionadas a realização da “31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019”, a realizar-se de 7 a 17 de novembro de 2019, no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

VALOR: O MUNICÍPIO pagará a CONTRATADA o valor total de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) pela realização dos serviços.

PAGAMENTO: O pagamento correspondente aos serviços culturais e esportivos, conforme estabelecido no item 13 deste edital, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer em até 30 (trinta) dias após o término da 31ª Schützenfest – Edição 2019, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, CONDICIONADO ao atendimento de todas as exigências constantes deste edital.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes das contratações do presente Edital, correrão por conta das Dotações Orçamentárias, constantes do exercício de 2019, abaixo referidas:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	517	0.2.06.0536 Recursos Arrecadados Schützenfest

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019, bem como as atividades executadas no período de 7 a 17 de novembro de 2019 no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC. As sociedades/clubes deverão executar, obrigatoriamente, todos os serviços referidos no item 5, do Edital de Credenciamento Nº 176/2019-SECEL.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao de execução, acrescido de 60 (sessenta) dias.

Jaraguá do Sul (SC), 01 de novembro de 2019.

Vera de Tofol

Presidente da Comissão Especial de Licitações

Decreto 12.750/2019

Antônio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 287/2019

Publicação Nº 2216282

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 287/2019

Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 da Lei n.º 8.666 e suas alterações posteriores, de 21 de junho de 1993

ORIGEM: EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 176/2019-SECEL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

SOCIEDADE CULTURAL ESPORTIVA E RECREATIVA ALIANÇA

CNPJ: 83.488.627/0001-60

Rodovia SC 110, KM18, 9355, Bairro Rio Cerro II – Jaraguá do Sul/SC

OBJETO: prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo, bem como das ritualísticas de Busca e Festas de Rei e Rainha, em conformidade com o número de estandes a serem instalados para a prática do tiro ao alvo no Parque Municipal de Eventos e em atendimento às necessidades das atividades relacionadas a realização da "31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019", a realizar-se de 7 a 17 de novembro de 2019, no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

VALOR: O MUNICÍPIO pagará a CONTRATADA o valor total de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) pela realização dos serviços.

PAGAMENTO: O pagamento correspondente aos serviços culturais e esportivos, conforme estabelecido no item 13 deste edital, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer em até 30 (trinta) dias após o término da 31ª Schützenfest – Edição 2019, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, CONDICIONADO ao atendimento de todas as exigências constantes deste edital.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes das contratações do presente Edital, correrão por conta das Dotações Orçamentárias, constantes do exercício de 2019, abaixo referidas:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	517	0.2.06.0536 Recursos Arrecadados Schützenfest

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019, bem como as atividades executadas no período de 7 a 17 de novembro de 2019 no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC. As sociedades/clubes deverão executar, obrigatoriamente, todos os serviços referidos no item 5, do Edital de Credenciamento Nº 176/2019-SECEL.

1 PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao de execução, acrescido de 60 (sessenta) dias.

Jaraguá do Sul (SC), 01 de novembro de 2019.

Vera de Tofol

Presidente da Comissão Especial de Licitações

Decreto 12.750/2019

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 288/2019

Publicação Nº 2216283

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 288/2019

Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 da Lei n.º 8.666 e suas alterações posteriores, de 21 de junho de 1993

ORIGEM: EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 176/2019-SECEL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADA: SOCIEDADE ATIRADORES RIBEIRÃO GRANDE DA LUZ

CNPJ: 04.230.898/0001-45

Ribeirão Grande da Luz, s/nº, Rio da Luz, Jaraguá do Sul/SC

OBJETO: prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo, bem como das ritualísticas de Busca e Festas de Rei e Rainha, em conformidade com o número de estandes a serem instalados para a prática do tiro ao alvo no Parque Municipal de Eventos e em atendimento às necessidades das atividades relacionadas a realização da "31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019", a realizar-se de 7 a 17 de novembro de 2019, no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

VALOR: O MUNICÍPIO pagará a CONTRATADA o valor total de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) pela realização dos serviços.

PAGAMENTO: O pagamento correspondente aos serviços culturais e esportivos, conforme estabelecido no item 13 deste edital, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer em até 30 (trinta) dias após o término da 31ª Schützenfest – Edição 2019, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, CONDICIONADO ao atendimento de todas as exigências constantes deste edital.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes das contratações do presente Edital, correrão por conta das Dotações Orçamentárias, constantes do exercício de 2019, abaixo referidas:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	517	0.2.06.0536 Recursos Arrecadados Schützenfest

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019, bem como as atividades executadas no período de 7 a 17 de novembro de 2019 no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC. As sociedades/clubes deverão executar, obrigatoriamente, todos os serviços referidos no item 5, do Edital de Credenciamento Nº 176/2019-Secel.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao de execução, acrescido de 60 (sessenta) dias.

Jaraguá do Sul (SC), 01 de novembro de 2019.

Vera de Tofol

Presidente da Comissão Especial de Licitações

Decreto 12.750/2019

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 290/2019

Publicação Nº 2216284

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 290/2019

Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 da Lei n.º 8.666 e suas alterações posteriores, de 21 de junho de 1993

ORIGEM: EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 176/2019-SECEL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E TIRO AO ALVO RIO CAMARADA

CNPJ: 79.362.836/0001-96

Estrada Duas Mamas, s/nº, Schroeder/SC

OBJETO: prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo, bem como das ritualísticas de Busca e Festas de Rei e Rainha, em conformidade com o número de estandes a serem instalados para a prática do tiro ao alvo no Parque Municipal de Eventos e em atendimento às necessidades das atividades relacionadas a realização da "31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019", a realizar-se de 7 a 17 de novembro de 2019, no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

VALOR: O MUNICÍPIO pagará a CONTRATADA o valor total de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) pela realização dos serviços.

PAGAMENTO: O pagamento correspondente aos serviços culturais e esportivos, conforme estabelecido no item 13 deste edital, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer em até 30 (trinta) dias após o término da 31ª Schützenfest – Edição 2019, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, CONDICIONADO ao atendimento de todas as exigências constantes deste edital.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes das contratações do presente Edital, correrão por conta das Dotações Orçamentárias, constantes do exercício de 2019, abaixo referidas:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	517	0.2.06.0536 Recursos Arrecadados Schützenfest

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019, bem como as atividades executadas no período de 7 a 17 de novembro de 2019 no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC. As sociedades/clubes deverão executar, obrigatoriamente, todos os serviços referidos no item 5, do Edital de Credenciamento Nº 176/2019-Secel.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao de execução, acrescido de 60 (sessenta) dias.

Jaraguá do Sul (SC), 01 de novembro de 2019.

Vera de Tofol

Presidente da Comissão Especial de Licitações

Decreto 12.750/2019

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 291/2019

Publicação Nº 2216286

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 291/2019

SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E LAZER - SECEL

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 da Lei n.º 8.666 e suas alterações posteriores, de 21 de junho de 1993

ORIGEM: EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 176/2019-SECEL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA ATIRADORES DE GUARAMIRIM

CNPJ: 24.605.604/0001-20

Rua 28 de Agosto, nº 887, sala 001, Bairro Nova Esperança, Guaramirim/SC

OBJETO: prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo, bem como das ritualísticas de Busca e Festas de Rei e Rainha, em conformidade com o número de estandes a serem instalados para a prática do tiro ao alvo no Parque Municipal de Eventos e em atendimento às necessidades das atividades relacionadas a realização da "31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019", a realizar-se de 7 a 17 de novembro de 2019, no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

VALOR: O MUNICÍPIO pagará a CONTRATADA o valor total de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) pela realização dos serviços.

PAGAMENTO: O pagamento correspondente aos serviços culturais e esportivos, conforme estabelecido no item 13 deste edital, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer em até 30 (trinta) dias após o término da 31ª Schützenfest – Edição 2019, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, CONDICIONADO ao atendimento de todas as exigências constantes deste edital.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes das contratações do presente Edital, correrão por conta das Dotações Orçamentárias, constantes do exercício de 2019, abaixo referidas:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	517	0.2.06.0536 Recursos Arrecadados Schützenfest

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019, bem como as atividades executadas no período de 7 a 17 de novembro de 2019 no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC. As sociedades/clubes deverão executar, obrigatoriamente, todos os serviços referidos no item 5, do Edital de Credenciamento Nº 176/2019-SECEL

1 PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao de execução, acrescido de 60 (sessenta) dias.

Jaraguá do Sul (SC), 01 de novembro de 2019.

Vera de Tofol

Presidente da Comissão Especial de Licitações

Decreto 12.750/2019

Antônio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 292/2019

Publicação Nº 2216287

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 292/2019

Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 da Lei n.º 8.666 e suas alterações posteriores, de 21 de junho de 1993

ORIGEM: EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 176/2019-SECEL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E RECREATIVA VIEIRENSE

CNPJ: 83.784.389/0001-30

Rua Dona Matilde, 201, Vila Lalau, Jaraguá do Sul/SC

OBJETO: prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo, bem como das ritualísticas de Busca e Festas de Rei e Rainha, em conformidade com o número de estandes a serem instalados para a prática do tiro ao alvo no Parque Municipal de Eventos e em atendimento às necessidades das atividades relacionadas a realização da "31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019", a realizar-se de 7 a 17 de novembro de 2019, no Parque Municipal de Eventos, situado à rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

VALOR: O MUNICÍPIO pagará a CONTRATADA o valor total de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) pela realização dos serviços.

PAGAMENTO: O pagamento correspondente aos serviços culturais e esportivos, conforme estabelecido no item 13 deste edital, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer em até 30 (trinta) dias após o término da 31ª Schützenfest – Edição 2019, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, CONDICIONADO ao atendimento de todas as exigências constantes deste edital.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes das contratações do presente Edital, correrão por conta das Dotações Orçamentárias, constantes do exercício de 2019, abaixo referidas:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	517	0.2.06.0536 Recursos Arrecadados Schützenfest

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019, bem como as atividades executadas no período de 7 a 17 de novembro de 2019 no Parque Municipal de Eventos, situado à rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC. As sociedades/clubes deverão executar, obrigatoriamente, todos os serviços referidos no item 5, do Edital de Credenciamento Nº 176/2019-Secel.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao de execução, acrescido de 60 (sessenta) dias. Jaraguá do Sul (SC), 01 de novembro de 2019.

Vera de Tofol
Presidente da Comissão Especial de Licitações
Decreto 12.750/2019

Antídio Aleixo Lunelli
Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 293/2019

Publicação Nº 2216288

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 293/2019
Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 da Lei n.º 8.666 e suas alterações posteriores, de 21 de junho de 1993

ORIGEM: EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 176/2019-SECEL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

SOCIEDADE RECREATIVA ALVORADA

CNPJ: 83.784.546/0001-08

Rua: Gustavo Gumz, 289, Rio Cerro I, Jaraguá do Sul/SC

OBJETO: prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo, bem como das ritualísticas de Busca e Festas de Rei e Rainha, em conformidade com o número de estandes a serem instalados para a prática do tiro ao alvo no Parque Municipal de Eventos e em atendimento às necessidades das atividades relacionadas a realização da "31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019", a realizar-se de 7 a 17 de novembro de 2019, no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

VALOR: O MUNICÍPIO pagará a CONTRATADA o valor total de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) pela realização dos serviços.

PAGAMENTO: O pagamento correspondente aos serviços culturais e esportivos, conforme estabelecido no item 13 deste edital, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer em até 30 (trinta) dias após o término da 31ª Schützenfest – Edição 2019, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, **CONDICIONADO** ao atendimento de todas as exigências constantes deste edital.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes das contratações do presente Edital, correrão por conta das Dotações Orçamentárias, constantes do exercício de 2019, abaixo referidas:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	517	0.2.06.0536 Recursos Arrecadados Schützenfest

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019, bem como as atividades executadas no período de 7 a 17 de novembro de 2019 no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC. As sociedades/clubes deverão executar, obrigatoriamente, todos os serviços referidos no item 5, do Edital de Credenciamento Nº 176/2019-SECEL.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao de execução, acrescido de 60 (sessenta) dias. Jaraguá do Sul (SC), 01 de novembro de 2019.

Vera de Tofol
Presidente da Comissão Especial de Licitações
Decreto 12.750/2019

Antídio Aleixo Lunelli
Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 294/2019

Publicação Nº 2216289

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 294/2019
Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 da Lei n.º 8.666 e suas alterações posteriores, de 21 de junho de 1993

ORIGEM: EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 176/2019-SECEL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

CLUBE ATLÉTICO BAEPENDI

CNPJ nº 84.435.874/0001-61

Rua Augusto Mielke, 466, bairro Baependi, Jaraguá do Sul-SC

OBJETO: prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo, bem como das ritualísticas de Busca e Festas de Rei e Rainha, em conformidade com o número de estandes a serem instalados para a prática do tiro ao alvo no Parque Municipal de Eventos e em atendimento às necessidades

das atividades relacionadas a realização da "31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019", a realizar-se de 7 a 17 de novembro de 2019, no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

VALOR: O MUNICÍPIO pagará a CONTRATADA o valor total de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) pela realização dos serviços.

PAGAMENTO: O pagamento correspondente aos serviços culturais e esportivos, conforme estabelecido no item 13 deste edital, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer em até 30 (trinta) dias após o término da 31ª Schützenfest – Edição 2019, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, CONDICIONADO ao atendimento de todas as exigências constantes deste edital.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes das contratações do presente Edital, correrão por conta das Dotações Orçamentárias, constantes do exercício de 2019, abaixo referidas:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	517	0.2.06.0536 Recursos Arrecadados Schützenfest

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019, bem como as atividades executadas no período de 7 a 17 de novembro de 2019 no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC. As sociedades/clubes deverão executar, obrigatoriamente, todos os serviços referidos no item 5, do Edital de Credenciamento Nº 176/2019-SECEL

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao de execução, acrescido de 60 (sessenta) dias.

Jaraguá do Sul (SC), 01 de novembro de 2019.

Vera de Tofol

Presidente da Comissão Especial de Licitações

Decreto 12.750/2019

Antônio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 295/2019 SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

Publicação Nº 2217630

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 295/2019

Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer

FUNDAMENTO LEGAL: Inciso III, Art. 25 da Lei n.º 8.666 e suas alterações anteriores, de 21 de junho de 1993

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DE BANDAS DE JARAGUÁ DO SUL E REGIÃO – ABAJAS - CNPJ 05.023.026/0001-79

OBJETO: Contratação de apresentações musicais de grupos e bandas para a 31ª Schützenfest – Edição 2019, cujo representante exclusivo é a ASSOCIAÇÃO DE BANDAS DE JARAGUÁ DO SUL E REGIÃO – ABAJAS. As apresentações das bandas serão realizadas no Pavilhão "A", nos dias 09 e 16 de novembro de 2019, no Parque Municipal de Eventos, localizado na Rua Walter Marquardt, nº 910, Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC, conforme cronograma de apresentações:

Banda/Grupo	Data da apresentação	Início da Apresentação	Palco do Pavilhão	Duração	Valor R\$		
Vox 3	09/11/19	2h	A	2h	11.500,00	23.000,00	
	16/11/19	2h	A	2h	11.500,00		
Magali & Wanderli	09/11/19 (Restaurante)	11h	A	4h	800,00	1.600,00	
	16/11/19 (Restaurante)	11h	A	4h	800,00		

VALOR: o MUNICÍPIO pagará a CONTRATADA o valor total de R\$ 24.600,00 (Vinte e quatro mil e seiscentos reais) pelas apresentações.

PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a realização da apresentação musical e mediante apresentação da nota fiscal na Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do objeto deste processo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2019, como segue:

Classificação Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição Natureza Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90	517	02.06.0536 Arrecadados da Schutzenfest

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução da presente inexigibilidade ocorrerá nos dias 09 e 16 de novembro de 2019.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao de execução, acrescido de 60 (sessenta) dias.

Jaraguá do Sul (SC), 01 de novembro de 2019.

Vera de Tofol

Comissão Especial de Licitações

Decreto 12.750/2019, de 08/04/2019
Antídio Aleixo Lunelli
Prefeito

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 297/2019 SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

Publicação Nº 2217632

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 297/2019

Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 inciso III da Lei n.º 8.666 e suas alterações posteriores, de 21/06/1993.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADA: LIGA DE GRUPOS FOLCLÓRICOS GERMÂNICOS DE JARAGUÁ DO SUL-

CNPJ 00.284.651/0001-50

OBJETO: Contratação de apresentações artísticas de grupos folclóricos para a 31ª Schützenfest, Edição 2019, por intermédio do seu representante exclusivo LIGA DE GRUPOS FOLCLÓRICOS GERMÂNICOS DE JARAGUÁ DO SUL. As apresentações dos Grupos Folclóricos ocorrerão durante a Schützenfest, no Parque Municipal de Eventos, localizado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC, conforme cronograma das apresentações elencadas abaixo:

Dia	Horário	Pavilhão	Quantidade	Nome do Grupo	Categoria	Valor R\$
08/11	20h	B	01	Sünnros Volkstanzgruppe	Infanto juvenil	2.000,00
08/11	23h30	B	01	Sünnros Volkstanzgruppe	Adulto	2.000,00
09/11	21h	B	01	Regenwalde Tanzgruppe	Adulto	2.000,00
09/11	23h	B	01	Neue Heimat Trachtengruppe	Master	2.000,00
10/11	11h	B	01	Neue Heimat Trachtengruppe	Mirim e Infantil	2.000,00
10/11	11h	B	01	Grünes Tal	Mirim	2.000,00
13/11	21h	B	01	Grünes Tal	Juvenil	2.000,00
14/11	21h	B	01	Grünes Tal	Infantojuvenil	2.000,00
14/11	23h	B	01	Grünes Tal	Adulto	2.000,00
15/11	15h	B	01	Neue Heimat Trachtengruppe	Infantojuvenil	2.000,00
15/11	15h	B	01	Regenwalde Tanzgruppe	Infantojuvenil	2.000,00
16/11	21h	B	01	Neue Heimat Trachtengruppe	Master	2.000,00
17/11	11h	B	01	Regenwalde Tanzgruppe	Mirim	2.000,00
17/11	11h	B	01	Grünes Tal	Infantil	2.000,00
17/11	16h	B	01	Sünnros Volkstanzgruppe	Mirim e Infantil	2.000,00
			Total			30.000,00

VALOR MÁXIMO

R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais) pelas apresentações

PAGAMENTO

O pagamento será realizado em até 30(trinta) dias após a realização das apresentações artísticas e mediante apresentação da nota fiscal na Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do objeto deste processo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2019, como segue:

Classificação Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição Natureza Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.0.1.00.0080.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	517	0.1.00.0080 Recursos Próprios

PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo de execução da presente inexigibilidade será de acordo com a programação da 31ª Schützenfest, – Festa dos Atiradores. O prazo de vigência será igual ao de execução, acrescido de 60 (sessenta) dias.

Jaraguá do Sul (SC), 04 de novembro de 2019.

Nirton Hanemann

Presidente da Comissão Especial de Licitações

Decreto 12.008/2018, de 26/04/2018

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 300/2019 SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

Publicação Nº 2217633

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 300/2019

Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 da Lei n.º 8.666 e suas alterações posteriores, de 21 de junho de 1993

ORIGEM: EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 176/2019-SECEL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E RECREATIVA BANDEIRANTES

CNPJ: 84.094.440/0001-45

Rua: Marechal Castelo Branco, nº10955, Bracinho, Schroeder/SC

OBJETO: prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo, bem como das ritualísticas de Busca e Festas de Rei e Rainha, em conformidade com o número de estandes a serem instalados para a prática do tiro ao alvo no Parque Municipal de Eventos e em atendimento às necessidades das atividades relacionadas a realização da "31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019", a realizar-se de 7 a 17 de novembro de 2019, no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

VALOR: O MUNICÍPIO pagará a CONTRATADA o valor total de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) pela realização dos serviços.

PAGAMENTO: O pagamento correspondente aos serviços culturais e esportivos, conforme estabelecido no item 13 deste edital, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer em até 30 (trinta) dias após o término da 31ª Schützenfest – Edição 2019, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, CONDICIONADO ao atendimento de todas as exigências constantes deste edital.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes das contratações do presente Edital, correrão por conta das Dotações Orçamentárias, constantes do exercício de 2019, abaixo referidas:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	517	0.2.06.0536 Recursos Arrecadados Schützenfest

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019, bem como as atividades executadas no período de 7 a 17 de novembro de 2019 no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC. As sociedades/clubes deverão executar, obrigatoriamente, todos os serviços referidos no item 5, do Edital de Credenciamento Nº 176/2019-SECEL.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao de execução, acrescido de 60 (sessenta) dias.

Jaraguá do Sul (SC), 04 de novembro de 2019.

Vera de Tofol

Presidente da Comissão Especial de Licitações

Decreto 12.750/2019

Antônio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº296/2019 SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

Publicação Nº 2217631

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº296/2019

Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer

FUNDAMENTO LEGAL: Inciso III, Art. 25 da Lei n.º 8.666 e suas alterações anteriores, de 21 de junho de 1993

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DOS MÚSICOS PROFISSIONAIS DE POMERODE – AMUSPE.-CNPJ nº 07.453.253/0001-60

OBJETO: Contratação de apresentações musicais de grupos e bandas para a 31ª Schützenfest – Edição 2019, cujo representante exclusivo é a ASSOCIAÇÃO DOS MÚSICOS PROFISSIONAIS DE POMERODE – AMUSPE. As apresentações serão realizadas nos Pavilhões A ou B, no período de 07 a 17 de novembro de 2019, no Parque Municipal de Eventos, localizado na Rua Walter Marquardt, nº 910, Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC, conforme cronograma de apresentações abaixo:

Banda/Grupo	Data da apresentação	Início da Apresentação	Palco do Pavilhão	Duração	Valor R\$	Total Banda
Banda Die Tal Buben	10/11/2019	11h	A	3h	3.500,00	10.500,00
	13/11/2019	17h	B	3h	3.500,00	
	17/11/2019	11h	A	3h	3.500,00	

Banda Musical FruedMusik	11/11/2019	18h	B	2h	750,00	3.000,00
	12/11/2019	18h	B	2h	750,00	
	13/11/2019 (Res- taurante)	19h	A	3h	750,00	
	15/11/2019 (Res- taurante)	11h	A	3h	750,00	
Banda Irmãos Radoll	08/11/2019	19h	A	3h	1.700,00	3.400,00
	15/11/2019	13h	B	3h	1.700,00	
Banda Diversom	16/11/2019	16h	B	4h	4.000,00	4.000,00
Banda Die Brandt's und Jeferson	09/11/2019	19h	A	4h	4.000,00	8.000,00
	10/11/2019	14h	A	4h	4.000,00	
Banda Musical JS	07/11/2019	18h	B	2h	2.000,00	8.000,00
	10/11/2019	11h	B	4h	2.000,00	
	13/11/2019	13h	A	4h	2.000,00	
	14/11/2019	18h	B	2h	2.000,00	
Banda Musical Trio Edelweis	08/11/2019	18h	B	3h	1.700,00	5.100,00
	14/11/2019	19h30min.	A	3h	1.700,00	
	16/11/2019	13h	B	3h	1.700,00	
Banda Verde Vale	09/11/2019	23h59	B	4h	4.000,00	12.000,00
	15/11/2019	23h59	B	4h	4.000,00	
	16/11/2019	19h	A	4h	4.000,00	
Banda D'Fibes	16/11/2019	23h59min.	B	4h	4.000,00	8.000,00
	17/11/2019	14h	A	4h	4.000,00	
Banda Estrela de Ouro	07/11/2019	21h	A	4h	4.500,00	18.000,00
	12/11/2019	20h	B	4h	4.500,00	
	14/11/2019	23h59	B	4h	4.500,00	
	15/11/2019	20h	B	4h	4.500,00	
Banda Os Montanari	08/11/2019	23h	A	3h	8.000,00	8.000,00
Banda Champagne	09/11/2019	23h	A	3h	5.500,00	5.500,00
Banda Lino e Orquestra	14/11/2019	22h	A	3h	6.500,00	6.500,00
Orquestra La Montanara	14/11/2019	20h	B	4h	6.000,00	12.000,00
	15/11/2019	22h	A	4h	6.000,00	
Banda Bavária	10/11/2019	17h	B	3h	5.500,00	16.500,00
	16/11/2019	23h	A	3h	5.500,00	
	17/11/2019	18h	A	3h	5.500,00	
Banda Herr Schmitt	08/11/2019	2h	A	2h	6.500,00	6.500,00
Banda Pedra no Rim	15/11/2019	2h	A	2h	3.500,00	7.000,00
	17/11/2019	16h	B	2h	3.500,00	
Banda Recordando Passado	09/11/2019	13h	B	4h	2.500,00	5.000,00
	13/11/2019	13h	B	4h	2.500,00	
Banda Fantásticos	15/11/2019	16h	B	4h	3.200,00	6.400,00
	17/11/2019	11h	B	4h	3.200,00	

Banda Musical Mensagem	09/11/2019	20h	B	4h	3.700,00	7.400,00
	11/11/2019	20h	B	4h	3.700,00	
Banda K'necus	07/11/2019	21h	B	4h	6.000,00	12.000,00
	08/11/2019	20h	B	4h	6.000,00	
Banda Melodia Show	10/11/2019	14h	B	4h	3.500,00	7.000,00
	15/11/2019	16h	A	4h	3.500,00	
Banda Musical XV Show	10/11/2019	20h	B	4h	4.000,00	8.000,00
	13/11/2019	20h	B	4h	4.000,00	
Banda Adler's Band	08/11/2019	23h59	B	4h	4.500,00	13.500,00
	16/11/2019	20h	B	4h	4.500,00	
	17/11/2019	18h	B	4h	4.500,00	
Trio Melody	11/11/2019	19h	A	3h	1.500,00	3.000,00
	12/11/2019	19h	A	3h	1.500,00	
Banda Vila Musikanten	09/11/2019	16h	B	4h	3.000,00	3.000,00
TOTAL						207.300,00

VALOR: O MUNICÍPIO pagará ao CONTRATADO o valor total R\$ 207.300,00 (Duzentos e sete mil e trezentos reais) pelas apresentações.
 PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a realização das apresentações musicais e mediante apresentação da nota fiscal na Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer.
 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do objeto deste processo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2019, como segue:

Classificação Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição Natureza Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90	517	02.06.0536 Arrecadados da Schützenfest

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução da presente inexigibilidade ocorrerá no período de 07 a 17 de novembro de 2019, nos Pavilhões A ou B, do Parque Municipal de Eventos, localizado na Rua Walter Marquardt, nº 910, Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC, conforme cronograma de apresentações.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao de execução, acrescido de 30 dias.

Jaraguá do Sul (SC), 04 de novembro de 2019.
 Vera de Tofol
 Comissão Especial de Licitações
 Decreto 12.750/2019, de 08/04/2019
 Antídio Aleixo Lunelli
 Prefeito

SEMED - PORTARIA Nº 2806/2019

Publicação Nº 2216264

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
--

PORTARIA Nº 2806/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 005/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1820/2018, de 03.09.2018, que prorrogou a portaria de, TAIS WELK CIDRAL DE SIQUEIRA, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos ANOS FINAIS, na disciplina de MATEMÁTICA, no período de 21.12.2018 até 16.07.2019.

Jaraguá do Sul, 29 de outubro de 2019
IVANA ATANÁSIO DIAS
Secretária Municipal da Educação

CÂMARA MUNICIPAL**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/2019 - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

Publicação Nº 2216439

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/2019 - PREGÃO PRESENCIAL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Tendo analisado o julgamento do Pregão nº 27/2019 e examinado todos os documentos integrantes das propostas apresentadas, constatei total regularidade no procedimento como nas decisões apresentadas. Isto posto, HOMOLOGO a Ata de Abertura e Julgamento, determinando que seja dado ciência aos participantes do Certame do Resultado da Licitação.

VENCEDOR: GOTA D'ÁGUA COMÉRCIO DE ÁGUA MINERAL LTDA ME.
CNPJ- 73.781.361/0001-96
VALOR TOTAL HOMOLOGADO: R\$ 9.940 (Nove mil novecentos e quarenta reais) Estimado.

RESUMO DA LICITAÇÃO:

ITEM	QTDE	UNIDADE	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	900	FARDO	Água Mineral potável sem gás, envasada garrafa pet de 500 ml (deverá ser cotado o valor do Fardo com 12 garrafas)	R\$ 9,50	R\$ 8.550,00
2	100	FARDO	Água Mineral potável com gás, envasada garrafa pet de 500 ml (deverá ser cotado o valor do Fardo com 12 garrafas)	R\$ 11,00	R\$ 1.100,00
3	40	UNIDADE	Água Mineral potável sem gás, envasada em garrafão PET de 20 litros	R\$ 7,25	R\$ 290
TOTAL GERAL				R\$ 9.940,00	

Jaraguá do Sul, 04 de novembro de 2019.
Marcelindo Carlos Gruner
Presidente

Jardinópolis

PREFEITURA

EXTRATO CT Nº 76-2019

Publicação Nº 2216828

ESTADO DE SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de Jardinópolis

Endereço: Av. Getúlio Vargas, 815
CEP: 89848000 - JARDINÓPOLIS
Modalidade: Dispensa por Limite/2019
Processo: 87/2019
Data de Expedição do Processo: 24/10/2019 EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 76/2019, de 31/10/19

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Jardinópolis

CONTRATADO: FUNDAÇÃO DE APOIO A EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL

OBJETO: Prestação de serviços desenvolvimento institucional com ensino, capacitação e treinamento do corpo técnico de profissionais da administração, análise de contingências passíveis de redução e diagnóstico de contribuições tributárias e gestão de despesas em pessoal, pelo prazo de 12 (doze) meses, em conformidade com a proposta apresentada e demais elementos do processo de Dispensa de Licitação.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 269.003,72(duzentos e sessenta e nove mil e três reais e setenta e dois centavos)

AMPARO LEGAL Dispensa por Limite processo nº 87/2019, Lei nº 10.520/02 e Lei nº 8666/93 e suas alterações posteriores.

DORILDO PEGORINI
Prefeito Municipal

Joaçaba

PREFEITURA

ORDEM DE REINÍCIO Nº 17/2019 - ADEQUAÇÕES ESF SANTA TEREZINHA

Publicação Nº 2217588

ORDEM DE REINICIO Nº 17/2019

DETERMINO à empresa AZ CONSTRUÇÕES LTDA a execução dos serviços das obras de adequações em imóvel para instalação do ESF Santa Terezinha, com fornecimento de material, em conformidade com os Projetos, Memoriais Descritivos, no município de Joaçaba, objeto do Contrato nº 73/2019/FMS, oriundo do Processo de Licitação nº 12/2019/FMS - Edital TP nº 02/2019/FMS, cuja ordem de serviço inicial nº 344/2019 foi recebida em 30/07/2019.

A retomada dos trabalhos acontecerá a contar de 05/11/2019.

Joaçaba (SC), 05 de Novembro de 2019.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Valmor Reisdorfer
Secretário

AZ CONSTRUÇÕES LTDA
Marvin Bett

PORTARIA Nº 5.296

Publicação Nº 2217492

PORTARIA Nº 5.296 DE 30 DE OUTUBRO DE 2019

“CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE,

Art. 1º INSTAURAR “Sindicância”, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim apurar possíveis irregularidades cometidas pela servidora R.L.S., garantindo contraditório e ampla-defesa, conforme memorando nº 646/2019 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º VISANDO a imparcialidade total do processo, DESIGNAR os servidores, ANDRE LUIZ DRI, HELLEN CHRISTIAN WIEST DABROWSKI E LUCI TEREZINHA HEBERLE, para conduzirem a Comissão, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através da Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013, Decreto n.º 4.259 de 04 de março de 2013 e Decreto n.º 4.917/2016.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 30 de outubro de 2019.

DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.297

Publicação Nº 2217493

PORTARIA Nº 5.297 DE 30 DE OUTUBRO DE 2019

“ALTERA CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º. ALTERAR A CARGA HORÁRIA do(a) Servidor(a) Sr.(a) ANDRE PEREIRA MECKING, Professor Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, e por ter sido classificado no edital de Chamada Pública nº 05/2019 da Prefeitura Municipal de Joaçaba, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas

semanais a partir de 24 de outubro de 2019, conforme memorando nº 458/2019 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 24 de outubro de 2019, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 30 de outubro de 2019.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.298

Publicação Nº 2217497

PORTARIA Nº 5.298 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

“RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, a partir de 31 de outubro de 2019, o contrato de trabalho do(a) Senhor(a) CRISTÓVÃO DE SOUZA JUNIOR, Motorista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º, § 1º I da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005 e 343 de 08 de junho de 2017 e em virtude de sua aprovação em 05º lugar no edital de Teste Seletivo nº 004/2017 da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 31 de outubro de 2019

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.299

Publicação Nº 2217501

PORTARIA Nº 5.299 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

“ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, a partir de 31 de outubro de 2019, do(a) Sr.(a) ROSINEIA SANTOS STEGER, Auxiliar de Serviços Internos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º, § 1º I da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005, Lei n.º 343/2017 e em virtude de sua aprovação em 29º lugar no edital de Teste Seletivo nº 003/2018 da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 31 de outubro de 2019.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.300

Publicação Nº 2217503

PORTARIA Nº 5.300 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019
"EXONERA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 31 de outubro de 2019, o(a) Sr.(a) VALMOR JOÃO REISDORFER, Superintendente de Saúde, nível CC-2, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 31 de outubro de 2019.

DIOCLELIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.301

Publicação Nº 2217504

PORTARIA Nº 5.301 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019
"EXONERA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso I da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 31 de outubro de 2019, o(a) Sr.(a) CELSO VILMAR BRANCHER, Secretário Municipal de Saúde, nível CC-1, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 31 de outubro de 2019.

DIOCLELIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.302

Publicação Nº 2217506

PORTARIA Nº 5.302 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019
"CONCEDE PROGRESSÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 68 da Lei Complementar nº 76/2003 e pelo art. 52 da Lei Complementar nº 210/2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO VERTICAL a(o) Servidor(a) Sr(a). CAROLINE BRUNONI, Professor Nível I (Licenciatura), em função da titulação de Pós Graduação e Mestrado, conforme pedido protocolado através do processo n.º 5389/2019 de 09 de setembro de 2019, ficando enquadrado em função da nova titulação como Professor Nível III (Mestrado) A – I.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 09 de setembro de 2019, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 31 de outubro de 2019.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.303

Publicação Nº 2217507

PORTARIA Nº 5.303 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019
"DESIGNA COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, incisos V e VIII, da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR, os servidores abaixo discriminados, para compor a Comissão Especial para julgamento da Chamada Pública – Edital nº 02/2019, cujo objeto é a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para o ano de 2020, conforme memorando nº 455/2019 da Secretaria Municipal de Educação:

- Adilson Luiz Bulla – Diretor Administrativo;
- Maria Eliza Proner – Nutricionista;
- Thayssa Pogorzelski da Cunha – Técnico de Administração.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 31 de outubro de 2019.
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.304

Publicação Nº 2217508

PORTARIA Nº 5.304 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019
"AUTORIZA A CONVERSÃO EM PECUNIA DE LICENÇA PRÊMIO DE SERVIDOR QUE ESPECÍFICA."

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR A CONVERSÃO EM PECUNIA DE LICENÇA-PREMIO NÃO GOZADA do(a) Servidor(a) JESSICA DIAS DE AMARAL RINALDI, Engenheiro Civil, lotado(a) na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação, referente ao período de 14 de outubro de 2015 a 13 de outubro de 2016 (12 dias), conforme Art. 80 A da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e memorando nº 120/2019 do Setor de Obras Privadas.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 31 de outubro de 2019
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.305

Publicação Nº 2217511

PORTARIA Nº 5.305 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019
"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 26 e 27 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO ao Servidor(a) ADEMAR JOSÉ MARCUS, Operador de Máquinas, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura, Classe "A-VIII", para a Classe " B-I" de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, bem como decisão de Apelação Civil nº 0500003-55.2011.8.24.0037 da Comarca de Joaçaba.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, 31 de outubro de 2019.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.306

Publicação Nº 2217520

PORTARIA Nº 5.306 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019
"PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO, até 25 de dezembro de 2019, do(a) Servidor(a) LAURA CRISTINA HECHT, Médico(a), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares n.º 97 de 18 de março de 2005 e nº 119 de 26 de maio de 2006, em virtude de sua aprovação em 09º lugar no edital de Teste Seletivo nº 05/2018, conforme memorando nº 633/2019 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 31 de outubro de 2019

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.307

Publicação Nº 2217523

PORTARIA Nº 5.307 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso I da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, a partir de 01 de novembro de 2019, o(a) Sr.(a) VALMOR JOAO REISDORFER, Secretário Municipal de Saúde, nível CC-1, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019, conforme memorando do Gabinete do Prefeito Municipal.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 01 de novembro de 2019.
DIOCLELIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

RESCISÃO 137/2019/PMJ

Publicação Nº 2216977

TERMO DE RESCISÃO
CONTRATO Nº 138/2019/PMJ

1. PERMITENTE

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.939.380/0001-99, com sede administrativa na Avenida XV de Novembro, 378, centro, Joaçaba, SC, doravante denominado simplesmente de PERMITENTE, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. DIOCLÉSIO RAGNINI, resolve celebrar o presente TERMO DE RESCISÃO relativo ao contrato nº 138/2019/PMJ, firmado com MORGANA TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.991.497/0001-33, com sede administrativa na Avenida XV de Novembro, 1349, centro, na cidade de Joaçaba – SC, representada neste ato pelo Sr. Sérgio Moresco, residente e domiciliado a Rua Alfredo Ítalo Remor, nº 227, Bairro Cruzeiro do Sul, na cidade de Joaçaba – SC, inscrito no CPF/MF sob o nº 476.040.699-91 e portador do documento identidade nº 11/R 744.166, a seguir denominada simplesmente PERMISSONÁRIA, conforme cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica rescindido, em conformidade com o disposto na cláusula sexta, alínea “e” do subitem 6.1, o contrato nº 138/2019/PMJ, celebrado com a PERMISSONÁRIA em 31 de julho de 2019, decorrente do Processo de Licitação nº 57/2019/PMJ – Edital de Concorrência nº 03/2019/PMJ, cujo objeto era a Permissão de Uso da Sala Comercial correspondente ao item 01 do Guichê nº 01, localizada no Prédio do Terminal Rodoviário, às margens da BR 282, Km 388, Bairro Nossa Senhora de Lourdes, Joaçaba, SC, visando a exploração de Venda de Passagens, de acordo com o estabelecido no referido Edital e seus Anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os efeitos deste Termo de Rescisão contarão a partir de 07 de novembro de 2019.

CLÁUSULA TERCEIRA

Para dirimir dúvidas provenientes do presente instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba (SC), com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

JOAÇABA (SC), 04 de novembro de 2019.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
PERMITENTE
DIOCLÉSIO RAGNINI - Prefeito

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

PLASS

EXTRATO TERMO DE ADESÃO Nº 22/2019/PLASS

Publicação Nº 2217261

EXTRATO TERMO DE ADESÃO Nº 22/2019/PLASS
PROVENIENTE DO PL Nº 12/2019/PLASS – INEXIGIBILIDADE Nº 10/2019/PLASS
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2017/PLASS

Contratante: Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município do Joaçaba - PLASS

Contratada: CLINIPSI – TREINAMENTO, ESTUDOS E PSICOLOGIA LTDA.

Data: 05/11/2019

Objeto: Prestação de serviços na área de Psicologia.

Período: O prazo de execução do objeto do presente contrato é até 31/12/2019 prorrogáveis até o período máximo de 60 (sessenta) meses, através de Termos Aditivos, contados a partir da assinatura do Termo de Adesão.

JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo

EXTRATO TERMO DE ADESÃO Nº 23/2019/PLASS

Publicação Nº 2217264

EXTRATO TERMO DE ADESÃO Nº 23/2019/PLASS
PROVENIENTE DO PL Nº 12/2019/PLASS – INEXIGIBILIDADE Nº 10/2019/PLASS
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2017/PLASS

Contratante: Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município do Joaçaba - PLASS

Contratada: EGGER & MACEDO CONSULTÓRIO MÉDICO LTDA.

Data: 05/11/2019

Objeto: Prestação de serviços na área de Mastologia.

Período: O prazo de execução do objeto do presente contrato é até 31/12/2019 prorrogáveis até o período máximo de 60 (sessenta) meses, através de Termos Aditivos, contados a partir da assinatura do Termo de Adesão.

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo

EXTRATO TERMO DE ADESÃO Nº 24/2019/PLASS

Publicação Nº 2217266

EXTRATO TERMO DE ADESÃO Nº 24/2019/PLASS
PROVENIENTE DO PL Nº 12/2019/PLASS – INEXIGIBILIDADE Nº 10/2019/PLASS
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2017/PLASS

Contratante: Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município do Joaçaba - PLASS

Contratada: COPPIMED SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.

Data: 05/11/2019

Objeto: Prestação de serviços na área de Ortopedia.

Período: O prazo de execução do objeto do presente contrato é até 31/12/2019 prorrogáveis até o período máximo de 60 (sessenta) meses, através de Termos Aditivos, contados a partir da assinatura do Termo de Adesão.

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**PORTARIA JHL 490/2019**

Publicação Nº 2217244

PORTARIA SIMAE JHL Nº - 490/2019 DE 01.11.2019

Patrícia Callegari Warken, Diretora Adjunta do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC- Simae, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO, previsto no artigo 66 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003, ao Servidor(a) Sr.(a) Cássio Antônio de Sordi ocupante do cargo de Agente Administrativo, conforme pedido protocolado por meio do requerimento nº 2887/2019 de 04 de outubro de 2019.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 08 de outubro de 2019, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 01 de novembro de 2019.

Patrícia Callegari Warken

Diretora Adjunta

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0062/2019 - SIMAE

Publicação Nº 2214349

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA
LICITAÇÃO Nº 0073/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0062/2019

PROTOCOLO JHL 2869/2019

Encontra-se aberto no Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, Pregão Presencial 0062/2019

– Licitação 0073/2019, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: AQUISIÇÃO DE CONJUNTO MOTOBOMBA SUBMERSÍVEL PARA AS ELEVATÓRIAS DE ESGOTO DE PROPRIEDADE DO SIMAE.

Da Entrega dos Envelopes: até as 8h 50min do dia 20/11/2019 na sede do Simae, Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC.

Da Abertura: dia 20/11/2019 às 9h, na sede do Simae, Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço: Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC, no horário das 08h às 11h e das 14h às 17h ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 06/11/2019 a 20/11/2019.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima, pelo telefone (49) 3551-8200 ou pelo e-mail: licitacao@simae.sc.gov.br.
Joaçaba - SC, 06 de novembro de 2019.

Paulo Cesar Lamin – Diretor Presidente do Simae.

José Boiteux

PREFEITURA

PORTARIA 242/2019

Publicação Nº 2216568

PORTARIA Nº 242, de 08 de outubro de 2019.
"CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, c/c com a seção I, capítulo II do título III da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.
RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) DONZILA GONCALVES relativas ao período aquisitivo de 02/09/2017 a 01/09/2018, que serão usufruídas no período de 08/10/2019 a 06/11/2019 (30 dias).

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 08 de outubro de 2019.
JONAS PUDEWELL
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 244/2019

Publicação Nº 2216586

PORTARIA Nº 244, de 08 de outubro de 2019.
"CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, c/c com a seção I, capítulo II do título III da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.
RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) MARILU NILSA TAVARES BOAVENTURA relativas ao período aquisitivo de 02/09/2017 a 01/09/2018, que serão usufruídas no período de 08/10/2019 a 06/11/2019 (30 dias).

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 08 de outubro de 2019.
JONAS PUDEWELL
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 245/2019

Publicação Nº 2216594

PORTARIA Nº 245, de 08 de outubro de 2019.
"CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, c/c com a seção I, capítulo II do título III da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.
RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) SILVIA JENNRICH relativas ao período aquisitivo de 02/08/2017 a 01/08/2018, que serão usufruídas no período de 08/10/2019 a 06/11/2019 (30 dias).

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA como condição

indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 08 de outubro de 2019.
JONAS PUDEWELL
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 246/2019

Publicação Nº 2216602

PORTARIA Nº 246, de 09 de outubro de 2019.
"CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, c/c com a seção I, capítulo II do título III da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.
RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) FABIANA FUSINATO relativas ao período aquisitivo de 02/11/2015 a 01/11/2016, que serão usufruídas no período de 09/10/2019 a 28/10/2019 (20 dias).

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 09 de outubro de 2019.
JONAS PUDEWELL
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 247/2019

Publicação Nº 2216613

PORTARIA Nº 247, de 09 de outubro de 2019.
"CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA."

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e Lei Complementar nº 034, de 24 de abril de 2013,

Considerando que:

- a-) A servidora é responsável pela logística e elaborações dos roteiros de viagem da frota da Secretaria de Saúde;
- b-) A servidora é responsável pelo agendamento de exames e consultas no sistema CIS-AMAVI;
- c-) A servidora auxilia a Secretária Municipal de Saúde no controle e tratamento do ponto eletrônico da respectiva secretaria;

RESOLVE,

Art. 1º Fica concedido a ADRIANA DE ANDRADE, servidora pública efetiva deste município, a função gratificada FG 4.

Parágrafo Único. A FG 4 concedida no caput do art. 1º, se dá em razão da servidora, além das funções inerentes ao cargo, desempenhar cumulativamente as funções acima relacionadas.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 227/2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de setembro de 2019, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 09 de outubro de 2019.
JONAS PUDEWELL
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 248/2019

Publicação Nº 2216616

PORTARIA Nº 248, de 14 de outubro de 2019.
"CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, c/c com a seção I, capítulo II do título III da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.
RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) TATIANA ESKELSEN DE ANDRADE relativas ao período aquisitivo de 14/02/2018 a 13/02/2019, que serão usufruídas no período de 14/10/2019 a 28/10/2019 (15 dias).

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 14 de outubro de 2019.
JONAS PUDEWELL
PREFEITO MUNICIPAL

POTARIA 243/2019

Publicação Nº 2216581

PORTARIA Nº 243, de 08 de outubro de 2019.
"CONCESSÃO DE FÉRIAS REGULARES"

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos incisos VI e IX do artigo 79 da Lei Orgânica do município, c/c com a seção I, capítulo II do título III da Lei 170 de 28 de fevereiro de 1992.
RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias regulares ao(a) servidor(a) MARCIA NITSCHKE DA FONSECA relativas ao período aquisitivo de 02/08/2017 a 01/08/2018, que serão usufruídas no período de 08/10/2019 a 06/11/2019 (30 dias).

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 08 de outubro de 2019.
JONAS PUDEWELL
PREFEITO MUNICIPAL

Lages

PREFEITURA

PP 52/2019 PML

Publicação Nº 2216855

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Presencial 52/2019 PML

Objeto: Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Locação, Instalação, Montagem, Desmontagem e Manutenção de Decorações e Iluminação Natalina, com equipe técnica à disposição, durante a realização do NATAL FELICIDADE, que acontecerá no Município de Lages, no período de 07 a 22 de dezembro.

Abertura: 21/11/2019 às 09h00min.

Valor Estimado: R\$ 184.111,02

Da retirada dos Editais: www.lages.sc.gov.br

Lages, 06 de novembro de 2019.

Antonio César Alves de Arruda

Secretário da Administração e Fazenda

CÂMARA MUNICIPAL

024/2019

Publicação Nº 2217374

EDITAL Nº 024/2019

JOSÉ VOLNIR SCHEUERMANN, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Lages/SC, no uso de suas atribuições legais e regimentais e de conformidade com a Lei nº. 2545/1999 fará realizar Audiência Pública, conforme segue:

Data: 20/11/2019

Hora: 14h00min

Local: Plenário da Câmara de Vereadores de Lages.

ASSUNTO: DEBATER O PROJETO DE LEI Nº. 122/2019, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE LAGES PARA O EXERCÍCIO DE 2020.

Inscrições: até o início dos trabalhos.

Sala das Sessões, 04 de novembro de 2019.

JOSÉ VOLNIR SCHEUERMANN

PRESIDENTE

Laguna

PREFEITURA

PORTARIA Nº 1111/2019

Publicação Nº 2217602

PORTARIA RH Nº 1111/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, ao Servidor SILVÂNIA CAPPUA BARBOSA Secretária Municipal, do dia 31.10.2019 a 14.11.2019, referente ao período aquisitivo 2017/2018.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 31 de Outubro de 2019.

MAURO VARGAS CANDEMIL

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1112/2019

Publicação Nº 2217606

PORTARIA RH Nº 1112/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, ao Servidor JONATAN DO NASCIMENTO OVIDIO Assessor Especial de Gabinete para Assuntos Estratégicos de Planejamento e Projetos, do dia 31.10.2019 a 14.11.2019, referente ao período aquisitivo 2018/2019.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 31 de Outubro de 2019.

MAURO VARGAS CANDEMIL

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1113/2019

Publicação Nº 2217608

PORTARIA RH Nº 1113/2019

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores abaixo relacionados, do dia 01.11.2019 a 30.11.2019.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
Daniel Aguiar	2018/2019
Marcela Silveira Abreu	2018/2019

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Novembro de 2019.

VALÉRIA OLIVIER ALVES

Secretário Municipal

PORTARIA Nº 1114/2019

Publicação Nº 2217610

PORTARIA RH Nº 1114/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, THAYNA DE OLIVEIRA BONIFÁCIO para exercer o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível ANB, 40 horas, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 22/07/2019, em conformidade com a Lei nº 217/2010 e Edital 02/2018.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Novembro de 2019.

MAURO VARGAS CANDEMIL

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1115/2019

Publicação Nº 2217611

PORTARIA RH Nº 1115/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DESIGNAR LUCIANA FERNANDES PEREIRA, Secretária da Fazenda, Administração e Serviços Públicos, para responder interinamente pela Secretaria de Planejamento e Desenv. Econômico e Social durante o período de 31.10.2019 a 14.11.2019.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Novembro de 2019.

MAURO VARGAS CANDEMIL

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1116/2019

Publicação Nº 2217612

PORTARIA RH Nº 1116/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

EXONERAR, GABRIEL LEAL MONTEIRO, do cargo em comissão de Supervisor de Eventos Culturais, SUP, com lotação na Fundação Lagunense de Cultura, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Novembro de 2019.

MAURO VARGAS CANDEMIL

Prefeito Municipal

Lauro Muller

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 172/PMLM/2019

Publicação Nº 2217086

RETIFICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 172/PMLM/2019

Comunicamos que houveram alterações no termo de referência do referido certame.

Tendo em vista que as informações INTERFEREM na elaboração da proposta modifica-se a data de abertura para 19/11/2019 às 09h:00m.

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Veterlly, 239, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: O presente Edital tem por objeto a contratação de empresas do ramo pertinente para a elaboração e execução do processo seletivo para provimento de diversos cargos pertencentes a Secretaria de Obras, Secretaria de Assistência Social, Fundação do Meio Ambiente e Fundo Municipal de Saúde conforme condições fixadas no termo de referencia em anexo.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelo telefone (48) 3464.3122, através do endereço eletrônico compraslicitacaopmlm@gmail.com e disponível em www.lauromuller.sc.gov.br.

Lauro Muller/SC, 05 de Novembro de 2019.

Genivaldo da Silva

Pregoeiro

Leoberto Leal

PREFEITURA

CONTRATO Nº 056/2019 - PMLL

Publicação Nº 2217478

CONTRATO Nº 056/2019

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM E AGENTE REDUTOR LÍQUIDO ARLA 32, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC E A EMPRESA AUTO POSTO LAURINDO LTDA.

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC, pessoa jurídica de direito público, sito a Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Bairro Centro, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor VITOR NORBERTO ALVES, a seguir denominada CONTRATANTE, e a Empresa AUTO POSTO LAURINDO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, sita a Rua Jorge Lacerda, nº 11, Município de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 80.658.107/0001-60, neste ato representada pelo Senhor PEDRO JOSÉ LAURINDO, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinente, assim como pelas condições no Edital de Pregão Presencial nº 028/2019, pelos termos da proposta da Contratada datada de 14/10/2019 e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.

1.1 - Aquisições de gasolina comum e agente redutor líquido arla 32, para o abastecimento da frota de veículos da Prefeitura Municipal, sendo a entrega realizada no Município de Leoberto Leal, conforme especificações constantes no Anexo I, que faz parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 028/2019.

1.2 - A Gasolina Comum deverá ser fornecida diretamente da bomba registradora do posto revendedor.

1.3 - A Contratada declara possuir condições de executar e concluir o objeto deste Contrato dentro das normas técnicas, com qualidade e segurança.

Parágrafo Único: Integra e completa o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Edital de Pregão Presencial nº 028/2019, juntamente com seus anexos e a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR CONTRATUAL.

Pela execução do objeto ora contratado, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 304.950,00 (trezentos e quatro mil novecentos e cinquenta reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após recebimento do produto, mediante a apresentação da Nota Fiscal do período, devidamente certificada pelo Setor de Licitações e Compras.

CLÁUSULA QUARTA – RECURSO FINANCEIRO.

As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas à conta do seguinte recurso financeiro:

Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito – 02.01.04.122.0002.2.002.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000

Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Administração, Contabilidade e Finanças – 03.01.04.122.0005.2.005.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000

Funcionamento e Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental – 04.01.12.361.0006.2.012.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0019

Funcionamento e Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental – 04.01.12.361.0006.2.012.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0022

Funcionamento e Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental – 04.01.12.361.0006.2.012.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0058

Funcionamento e Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental – 04.01.12.361.0006.2.012.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0061

Funcionamento e Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental – 04.01.12.361.0006.2.012.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001

Funcionamento e Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Infantil – 04.01.12.365.0006.2.013.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0061

Funcionamento e Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Infantil – 04.01.12.365.0006.2.013.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001

Funcionamento e Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Médio – 04.01.12.362.0006.2.014.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0061

Funcionamento e Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Médio – 04.01.12.362.0006.2.014.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0022

Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social - 05.03.08.244.0009.2.022.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000

Bloco – Índice de Gestão Descentralizada – SUAS (IGD SUAS) 05.03.08.244.0009.2.027.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0035

Apoio ao Transporte de Alunos Universitários -04.01.12.364.0006.2.018.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000

Funcionamento e Manutenção da Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos – 06.01.26.782.0012.2.033.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000

Funcionamento e Manutenção da Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos – 06.01.26.782.0012.2.033.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0044

Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Agropecuária e Meio Ambiente – 07.01.20.606.0013.2.034.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000

CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contratado procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços do combustível determinado pela Petrobrás ou órgão regulador, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

§ 1º A contratada, quando for o caso, deverá formular à Administração requerimento para revisão do contratado, comprovando a ocorrência

de aumento de preços;

I- A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato;

II- Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

III- A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão do Contrato, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

§ 2º Independente da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços do combustível no mercado.

§ 3º As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos ao Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – PRAZO.

O prazo para a execução do contrato será até o dia 22 de outubro de 2020.

CLÁUSULA SÉTIMA – DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES.

Constituem direitos do CONTRATANTE, receber o objeto desse Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

Parágrafo Primeiro – constituem obrigações do CONTRATANTE:

- a) efetuar o pagamento ajustado e,
- b) dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato.

Parágrafo Segundo – Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) executar o objeto do contrato na forma ajustada;
- b) atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato;
- c) manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- d) apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- e) responsabilizar-se por danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente Contrato;
- f) A fornecedora do item óleo diesel deverá manter apólice de seguros dando cobertura a eventuais danos ao Meio Ambiente por derrame de Óleo Diesel no transporte e no armazenamento. O seguro deve cobrir, entre outros danos: limpeza, remoção e reconstrução da área contaminada, destinação final do resíduo e contratação de empresas especializadas na recuperação dos danos ambientais.

CLÁUSULA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL.

Em caso de atraso injustificado no cumprimento do objeto do contrato, será aplicada à CONTRATADA multa moratória de valor equivalente a 0,33% sobre o valor total em atraso, por dia útil excedente ao respectivo prazo, limitada a 20% do valor total da etapa em atraso.

Parágrafo Primeiro – Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 20% sobre o valor total do Contrato.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO.

O presente Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e seguintes da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.

O presente Instrumento Contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – CASOS OMISSOS.

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – FORO.

Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO - Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 22 de outubro de 2019.

VITOR NORBERTO ALVES Prefeito Municipal Contratante	PEDRO JOSÉ LAURINDO AUTO POSTO LAURINDO LTDA Contratada
---	---

Testemunhas:

MAYARA CARLA GUCHERT	ALINE KRAUS
----------------------	-------------

GABARITO OFICIAL 2019

Publicação Nº 2217392

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Estado de Santa Catarina
Município de Leoberto Leal
Edital de Processo Seletivo Nº 001/2019

GABARITO OFICIAL

**001 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL
NÍVEL II - LICENCIATURA PLENA NA ÁREA**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
D	D	A	C	A	A	C	B	A	C	A	D	C	B	A
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25					
A	D	B	C	B	D	C	A	D	D					

**004 - PROFESSOR DE ANOS INICIAIS –
NÍVEL II - LICENCIATURA PLENA NA ÁREA**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
D	D	A	C	A	A	C	B	A	C	A	B	A	D	B
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25					
C	A	A	C	C	D	D	C	D	D					

**005 - PROFESSOR DE ANOS INICIAIS
CURSANDO LICENCIATURA PLENA NA ÁREA**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
D	D	A	C	A	A	C	B	A	C	A	B	A	D	B
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25					
C	C	D	C	A	B	D	C	D	B					

**007 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA
NÍVEL II - LICENCIATURA PLENA NA ÁREA**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
D	D	A	C	A	A	C	B	A	C	A	B	A	D	B
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25					
A	C	ANULA- DA	B	ANULA- DA	D	C	B	A	B					

**008 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA
CURSANDO LICENCIATURA PLENA NA ÁREA**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
D	D	A	C	A	A	C	B	A	C	A	B	A	D	B
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25					
ANULA- DA	C	D	B	A	C	B	ANULA- DA	B	A					

**009 - PROFESSOR DE MATEMÁTICA
NÍVEL II - LICENCIATURA PLENA NA ÁREA**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
D	D	A	C	A	A	C	B	A	C	A	B	A	D	B
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25					
C	D	B	B	A	B	B	D	C	D					

**012 - PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA
NÍVEL II - LICENCIATURA PLENA NA ÁREA**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
D	D	A	C	A	A	C	B	A	C	A	B	A	D	B
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25					
D	C	D	B	D	A	B	D	D	A					

**018 - PROFESSOR DE HISTÓRIA
NÍVEL II - LICENCIATURA PLENA NA ÁREA**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
D	D	A	C	A	A	C	B	A	C	A	B	A	D	B
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25					
D	C	D	D	A	B	B	A	B	B					

**019 - PROFESSOR DE HISTÓRIA
CURSANDO LICENCIATURA PLENA NA ÁREA**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
D	D	A	C	A	A	C	B	A	C	A	B	A	D	B
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25					
D	A	C	B	D	D	A	B	B	A					

**024 - PROFESSOR DE ARTES/ENSINO RELIGIOSO
NÍVEL II - LICENCIATURA PLENA NA ÁREA**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
D	D	A	C	A	A	C	B	A	C	A	B	A	D	B
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25					
A	B	C	B	A	A	B	D	A	C					

**025 - PROFESSOR DE ARTES/ENSINO RELIGIOSO
CURSANDO LICENCIATURA PLENA ÁREA**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
D	D	A	C	A	A	C	B	A	C	A	B	A	D	B
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25					
B	A	A	A	B	C	C	B	A	D					

**026 - PROFESSOR DE ARTES/ENSINO RELIGIOSO
PROFESSOR LEIGO - ENSINO MÉDIO**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
D	D	A	C	A	A	C	B	A	C	A	B	A	D	B
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25					
B	A	C	A	A	D	B	B	A	C					

**028 - PROFESSOR DE INGLÊS
CURSANDO LICENCIATURA PLENA NA ÁREA**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
D	D	A	C	A	A	C	B	A	C	A	B	A	D	B
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25					
D	A	B	A	C	D	B	C	B	A					

**030 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
NÍVEL II - LICENCIATURA PLENA NA ÁREA**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
D	D	A	C	A	A	C	B	A	C	A	B	A	D	B
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25					
B	D	C	A	A	B	C	C	B	D					

**031 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
CURSANDO LICENCIATURA PLENA NA ÁREA**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
D	D	A	C	A	A	C	B	A	C	A	B	A	D	B
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25					
C	B	B	A	D	C	D	A	C	B					

032 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
PROFESSOR LEIGO - ENSINO MÉDIO

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
D	D	A	C	A	A	C	B	A	C	A	B	A	D	B
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25					
C	D	C	C	B	D	B	A	B	A					

034 - PROFESSOR SUBSTITUTO
CURSANDO LICENCIATURA PLENA NA ÁREA

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
D	D	A	C	A	A	C	B	A	C	A	B	A	D	B
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25					
D	C	C	A	D	A	C	D	C	D					

035 - PROFESSOR SUBSTITUTO
PROFESSOR LEIGO - ENSINO MÉDIO

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
D	D	A	C	A	A	C	B	A	C	A	B	A	D	B
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25					
C	D	D	C	A	D	A	C	C	D					

036 - PROFESSOR DE INFORMÁTICA –
NÍVEL II - LICENCIATURA PLENA NA ÁREA

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
D	D	A	C	A	A	C	B	A	C	A	B	A	D	B
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25					
D	C	A	B	A	A	C	A	C	D					

038 - PROFESSOR DE INFORMÁTICA
PROFESSOR LEIGO - ENSINO MÉDIO

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
D	D	A	C	A	A	C	B	A	C	A	B	A	D	B
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25					
A	D	C	D	C	C	A	A	A	B					

039 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10					
B	C	B	A	B	C	B	A	A	C					

040 - MERENDEIRA

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10					
B	C	B	A	B	B	D	B	B	C					

041 A 047 – MOTORISTA TRANSPORTE ESCOLAR

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10					
B	C	B	B	D	A	B	C	A	D					

Leoberto Leal, 06 de novembro de 2019.
VITOR NORBERTO ALVES
 Prefeito Municipal

Lindóia do Sul

PREFEITURA

EXTRATOS DOS CONTRATOS ASSINADOS NO MÊS DE OUTUBRO 2019 NA ENTIDADE FUNDO MUNICIPAL

Publicação Nº 2217298

Nº	CONTRATO ORIGEM	PROCESSO	MODALIDADE	DATA ASS	CONTRATADO	OBJETO	VALOR	VIGÊNCIA
09/19	48/18 2º TA	16/18	06/18	8/10/2019	HOSPITAL LINDÓIA LTDA	Prestação de serviços de exames laboratoriais.	8.735,79	31/12/19
10/19	NA	04/19	03/19	16/10/2019	FARMÁCIA LINDÓIA LTDA	Aquisição de medicamentos em farmácia conforme normas da Anvisa, mediante necessidade do fundo municipal de saúde, para distribuição à população	10.000,00	31/12/19

EXTRATOS DOS CONTRATOS ASSINADOS NO MÊS DE OUTUBRO 2019 NA ENTIDADE PREFEITURA MUNICIPAL

Publicação Nº 2217000

Nº	CONTRATO ORIGEM	PROCESSO	MODALIDADE	DATA ASS	CONTRATADO	OBJETO	VALOR	VIGÊNCIA
113/19	NA	58/19	37/19	1/10/19	FISUL CONFECÇÕES	Confecção de camisetas para alunos que frequentam o CRAS do município	3.384,50	31/12/19
114/19	NA	58/19	37/19	1/10/19	GREIZIANE CONFECÇÕES	Confecção de camisetas para campanhas da secretaria de saúde do município	4.356,00	31/12/19
115/19	117/18 4ª TA	60/18	05/18	4/10/19	BRITAX – BRITAGEM E CONSTRUÇÕES	Prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 60 (sessenta) dias, para a liberação de recursos para pagamento dos serviços da realização de pavimentação asfáltica	NA	4/12/19
116/19	NA	NA	NA	7/10/19	JOAO WILLI-BALDO HIRT	Contratação de empresa especializada para locação de brinquedos infantis em comemoração ao dia da criança.	2.560,00	31/10/19
117/19	NA	59/19	IN 02/19	7/10/19	CHIQUITO & BORDNONEIO	Prestação de serviços artísticos de show/baile com o grupo Chiquito e Bordoneio	18.000,00	31/12/19
118/19	NA	NA	NA	8/10/19	SINALTEC TECNOLOGIA EM SINALIZAÇÃO	Prestação de serviços de pintura de sinalização de trânsito horizontal.	11.520,00	31/12/19
119/19	109/17 8º TA	56/17	42/17	10/10/19	BETHA SISTEMAS	Licenciamento de uso dos sistemas Minha Folha e Monitor DF-e	827,3	31/12/19
120/19	NA	NA	NA	11/10/19	VITORIA TRANSPORTES	Objetivando a prestação de serviço de transporte coletivo, em regime de fretamento, para o grupo filó de Lindóia do Sul em companhia da associação italiana, para apresentação em feira FESTURIS – feira internacional de turismo, até a cidade de gramado/rs.	4.648,00	30/11/19
121/19	NA	51/19	TM04/19	14/10/19	ACTU ASSESSORIA CONSULTORIA E SERVIÇOS	Objetivando contratação de empresa para prestação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos e logísticos.	10.212,50	31/12/19
122/19	109/19 1º TA	NA	NA	15/10/19	CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL	Objetivando a prestação de serviços na legalização de processos de licenciamento ambiental de cemitérios existentes na área rural do município de Lindóia do Sul.	6.542,85	31/12/19

123/19	132/17 2ªTA	51/17	39/17	15/10/19	ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA FM DE LINDÓ- IA DO SUL	Recomposição com supressão de preços ao objeto do termo de concessão admi- nistrativa de uso.	171,48	31/12/19
124/19	NA	60/19	PR38/19	18/10/19	BI SONO- RIZAÇÃO E EVENTOS	Contratação de empresas para sonori- zação e iluminação, gerador de energia para prestarem serviços em comemora- ção a festa da polenta e do queijo	11.310,00	31/12/19
125/19	NA	60/19	PR38/19	18/10/19	JHON RR SEGURANÇA	Contratação de empresas para seguran- ça desarmada para prestarem serviços em comemoração a festa da polenta e do queijo.	2.390,00	31/12/19
126/19	NA	60/19	PR38/19	18/10/19	CINARA FRAN- CELI CAREZIA	Contratação de empresas para banhei- ros químicos para prestarem serviços em comemoração a festa da polenta e do queijo.	1.885,00	31/12/19
127/19	193/17 2º TA	80/17	58/17	21/10/19	DIGIMAQ MULTIMARCAS COMÉRCIO DE MÁQUINAS E SUPRIMENTOS	Prestação de serviço de locação, manu- tenção e assistência técnica de máquina impressora e copiadora	0	31/12/19
128/19	219/09 1º TA	46/09	CC 01/09	24/10/19	DELIS EUCAPI- NOS LTDA	Objetivando a prorrogação do prazo de vigência contratual de concessão de incentivos econômicos.	0	5/11/29
129/19	98/19 5º TA	45/17	35/17	31/10/19	GENTE SEGU- RADORA	Prestação de serviço de seguro de veículos da frota da prefeitura	2.291,72	31/12/19
130/19	99/19 4º TA	45/17	35/17	31/10/19	MAPFRE SEGU- ROS	Prestação de serviço de seguro de veículos da frota da prefeitura	487,00	31/12/19
131/19	NA	64/19	DL 11/19	31/10/19	J. BRESOLIN LOCAÇÕES ME	A contratação de locação de lonas	7.900,00	31/12/19

LEI COMPLEMENTAR Nº 315, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2216348

LEI COMPLEMENTAR Nº 315, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2019.

Altera a Lei Complementar nº 178, de 24 de outubro de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos e Remuneração para os Servidores Efetivos do Poder Executivo do Município de Lindóia do Sul e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

Faço saber que a Câmara de Vereadores de Lindóia do Sul decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica ampliada em 01 (uma) vaga, o cargo de Assistente Administrativo, Nível 5, Grupo Operacional GF, Carga Horária 35 horas semanais, de que trata o Anexo IV da Lei Complementar nº 178, de 24 de outubro de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos e Remuneração para os Servidores Efetivos do Poder Executivo do Município de Lindóia do Sul, passando de 09 (nove) para 10 (dez).

Art. 2º. Para fins do disposto no artigo anterior, fica alterada a tabela constante do Anexo IV da Lei Complementar nº 178/2011, conforme Anexo único desta Lei.

Art. 3º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 4 de novembro de 2019.

GENIR LOLI
Prefeito Municipal



ANEXO ÚNICO

ALTERA O ANEXO IV DA LEI COMPLEMENTAR Nº 178 DE 24 DE OUTUBRO DE 2011

NÍVEL	NOMENCLATURAS	GOC	QTDE	C/H	INTERSTÍCIOS E PERCENTUAIS	VALORES DAS REFERÊNCIAS - TRIÊNIOS = (TRI)											
						3 anos			3 anos			3 anos			3 anos		
						I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII
5	35				CLASSES	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
					VALORES CLASSES												
					INICIAL	CAP	32,08	64,17	96,25	128,34	160,42	192,51	224,59	256,67	288,76	320,84	352,93
						TRI	48,13	96,25	144,38	19,25	240,63	288,76	336,88	385,01	433,14	481,26	529,39
					A	CAP	32,73	65,45	98,18	130,90	163,63	196,36	229,08	261,81	294,53	327,26	359,98
						TRI	49,09	98,18	147,27	196,36	245,44	294,53	343,62	392,71	441,80	490,89	539,98
					B	CAP	33,37	66,74	100,10	133,47	166,84	200,21	233,57	266,94	300,31	333,68	367,04
						TRI	50,05	100,10	150,15	200,21	250,26	300,31	350,36	400,41	450,46	500,51	550,56
					C	CAP	34,01	68,02	102,03	136,04	170,05	204,06	238,06	272,07	306,08	340,09	374,10
						TRI	51,01	102,03	153,04	204,06	255,07	306,08	357,10	408,11	459,12	510,14	561,15
					D	CAP	34,65	69,30	103,95	138,60	173,25	207,91	242,56	277,21	311,86	346,51	381,16
						TRI	51,98	103,95	155,93	207,91	259,88	311,86	363,83	415,81	467,79	519,76	571,74
					E	CAP	35,29	70,59	105,88	141,17	176,46	211,76	247,05	282,34	317,63	352,93	388,22
						TRI	52,94	105,88	158,82	211,76	264,69	317,63	370,57	423,51	476,45	529,39	582,33
					F	CAP	35,93	71,87	107,80	143,74	179,67	215,61	251,54	287,47	323,41	359,34	395,28
						TRI	53,90	107,80	161,70	215,61	269,51	323,41	377,31	431,21	485,11	539,01	592,92
					G	CAP	36,58	73,15	109,73	146,30	182,88	219,46	256,03	292,61	329,18	365,76	402,34
						TRI	54,86	109,73	164,59	219,46	274,32	329,18	384,05	438,91	493,78	548,64	603,50
					H	CAP	37,22	74,44	111,65	148,87	186,09	223,31	260,52	297,74	334,96	372,18	409,39



Legenda:

GOC	Grupos Ocupacionais	GB	Grupo Base
QTDE	Quantidade de vagas	GO	Grupo Operacional
C/H	Carga Horária/Jornada Semanal	GF	Grupo Funcional
		GT	Grupo Técnico
		GE	Grupo Especialista

LEI Nº 1450, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2216346

LEI Nº 1.450, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2019.

Autoriza o Município a custear despesas com a participação de delegação no evento “Feira Internacional de Turismo – FESTURIS”, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

Faço saber que a Câmara de Vereadores de Lindóia do Sul decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a custear despesas, até o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), com a participação de delegação que representará o Município no evento “Feira Internacional de Turismo – FESTURIS”, a se realizar no período de 7 a 10 de novembro de 2019 na cidade de Gramado/RS.

Art. 2º. Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento do Município para o exercício de 2019.

Parágrafo único. (VETADO)

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 4 de novembro de 2019.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

Lontras

PREFEITURA

DECRETO Nº 160/2019

Publicação Nº 2216626

DECRETO Nº 160, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS, NO FUNDO DE SAÚDE E NO FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL.

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e demais disposições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica anulada a importância de R\$ 645.153,00 (seiscentos e quarenta e cinco mil, cento e cinquenta e três reais) da seguinte modalidade de aplicação do orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Lontras:

Órgão	03	Secretaria da Administração
Unidade....	03.001	Secretaria da Administração
Atividade..	004.0122.0003.2004	Manutenção da Secretaria de Administração
Modalidade:	4.4.90.00.00.00.00	Transferência a Instituições Privadas s/ fins lucrativos
Recursos....	3.00.00	Recursos Ordinários
		16.970,00
Órgão	03	Secretaria da Administração
Unidade....	03.001	Secretaria da Administração
Atividade..	004.0122.0003.2005	Contribuição a Entidades Municipalistas
Modalidade:	3.3.50.00.00.00.00	Transferência a Instituições Privadas s/ fins lucrativos
Recursos....	1.00.00	Recursos Ordinários
		20.000,00
Órgão	03	Secretaria da Administração
Unidade....	03.001	Secretaria da Administração
Atividade..	008.0241.0003.2064	Manutenção das Atividades da Melhor Idade
Modalidade:	4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas
Recursos....	1.00.00	Recursos Ordinários
		1.000,00
Órgão	03	Secretaria da Administração
Unidade....	03.001	Secretaria da Administração
Atividade..	008.0243.0003.2063	Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar
Modalidade:	3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas
Recursos....	1.00.00	Recursos Ordinários
		6.500,00
Modalidade:	4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas
Recursos....	1.00.00	Recursos Ordinários
		2.000,00
Órgão	03	Secretaria da Administração
Unidade....	03.001	Secretaria da Administração
Atividade..	028.0843.0017.0002	Amortização e Encargos da Dívida Fundada Interna
Modalidade:	3.2.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas
Recursos....	1.00.00	Recursos Ordinários
		5.000,00
Órgão	03	Secretaria da Administração
Unidade....	03.001	Secretaria da Administração
Atividade..	028.0843.0017.0003	Pagamentos de Precatórios
Modalidade:	3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas
Recursos....	1.00.00	Recursos Ordinários
		23.150,00
Órgão	04	Secretaria Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente
Unidade....	04.001	Secretaria Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente
Atividade..	018.0541.0013.2012	Manutenção do Consorcio Serra São Miguel e Coleta Seletiva
Modalidade:	3.3.71.00.00.00.00	Transferência a Consórcios Públicos
Recursos....	1.00.00	Recursos Ordinários
		10.000,00
Órgão	04	Secretaria Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente
Unidade....	04.001	Secretaria Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente
Atividade..	020.0606.0004.1003	Aquisição de Equipamentos Agrícolas
Modalidade:	4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas
Recursos....	1.00.00	Recursos Ordinários
		10.000,00
Recursos....	3.00.00	Recursos Ordinários
		2.100,00
Órgão	04	Secretaria Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

Unidade.....:		04.001		Secretaria Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente	
Atividade...:		020.0606.0004.2006		Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente	
Modalidade:		3.3.71.00.00.00.00		Transferências a Consórcios Públicos	
Recursos.....:	1.00.00	Recursos Ordinários		3.160,00	
Modalidade:		3.3.93.00.00.00.00		Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFFS com consórcio público do qual o ente participe	
Recursos.....:	1.00.00	Recursos Ordinários		2.000,00	
Modalidade:		4.4.90.00.00.00.00		Aplicações Diretas	
Recursos.....:	1.00.00	Recursos Ordinários		1.330,00	
Órgão :		04		Secretaria Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente	
Unidade.....:		04.001		Secretaria Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente	
Atividade...:		020.0606.0004.2010		Assistência ao Produtor Rural	
Modalidade:		4.4.90.00.00.00.00		Aplicações Diretas	
Recursos.....:	1.00.00	Recursos Ordinários		2.430,00	
Órgão :		04		Secretaria Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente	
Unidade.....:		04.001		Secretaria Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente	
Atividade...:		020.0608.0004.2008		Melhoria da Produtividade do Rebanho Municipal	
Modalidade:		3.3.90.00.00.00.00		Aplicações Diretas	
Recursos.....:	1.00.00	Recursos Ordinários		4.023,00	
Órgão :		05		Secretaria de Educação, Cultura e Desporto	
Unidade.....:		05.001		Secretaria de Educação, Cultura e Desporto	
Atividade...:		011.0244.0014.2013		Manutenção do Programa de Formação Profissional	
Modalidade:		3.3.90.00.00.00.00		Aplicações Diretas	
Recursos.....:	1.00.00	Recursos Ordinários		30.000,00	
Modalidade:		4.4.90.00.00.00.00		Aplicações Diretas	
Recursos.....:	1.00.00	Recursos Ordinários		2.000,00	
Órgão :		05		Secretaria de Educação, Cultura e Desporto	
Unidade.....:		05.001		Secretaria de Educação, Cultura e Desporto	
Atividade...:		012.0306.0005.2014		Merenda Escolar para os CEIs	
Modalidade:		3.3.90.00.00.00.00		Aplicações Diretas	
Recursos.....:	1.00.00	Recursos Ordinários		80.000,00	
Órgão :		05		Secretaria de Educação, Cultura e Desporto	
Unidade.....:		05.001		Secretaria de Educação, Cultura e Desporto	
Atividade...:		012.0361.0005.2017		Manutenção da Secretaria de Educação	
Modalidade:		3.1.90.00.00.00.00		Aplicações Diretas	
Recursos.....:	1.01.00	Rec. de Imposto e de Transf. de Imp. Educ.		80.000,00	
Órgão :		05		Secretaria de Educação, Cultura e Desporto	
Unidade.....:		05.001		Secretaria de Educação, Cultura e Desporto	
Atividade...:		012.0361.0005.2019		Manutenção do Programa de Transporte Escolar	
Modalidade:		3.1.90.00.00.00.00		Aplicações Diretas	
Recursos.....:	1.01.00	Rec. de Imposto e de Transf. de Imp. Educ.		184.000,00	
Órgão :		05		Secretaria de Educação, Cultura e Desporto	
Unidade.....:		05.001		Secretaria de Educação, Cultura e Desporto	
Atividade...:		012.0366.0005.2023		Apoio a Educação de Jovens e Adultos	
Modalidade:		3.3.90.00.00.00.00		Aplicações Diretas	
Recursos.....:	1.00.00	Recursos Ordinários		2.000,00	
Órgão :		05		Secretaria de Educação, Cultura e Desporto	
Unidade.....:		05.001		Secretaria de Educação, Cultura e Desporto	
Atividade...:		013.0392.0015.2024		Apoio ao Resgate Cultural e Artístico de Lontras	
Modalidade:		3.3.90.00.00.00.00		Aplicações Diretas	
Recursos.....:	1.00.00	Recursos Ordinários		30.000,00	
Órgão :		05		Secretaria de Educação, Cultura e Desporto	
Unidade.....:		05.001		Secretaria de Educação, Cultura e Desporto	
Atividade...:		024.0722.0010.2025		Manutenção e Modernização das Repetidoras de Sinais de TV	
Modalidade:		4.4.90.00.00.00.00		Aplicações Diretas	
Recursos.....:	1.00.00	Recursos Ordinários		5.000,00	
Órgão :		05		Secretaria de Educação, Cultura e Desporto	
Unidade.....:		05.001		Secretaria de Educação, Cultura e Desporto	
Atividade...:		027.0812.0006.1031		Construção do Estádio de Futebol com Praça Esportiva	

Modalidade:	4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas
Recursos.....	1.00.00	Recursos Ordinários 30.000,00
Órgão	07	Secretaria de Infraestrutura e Obras
Unidade.....	07.001	Secretaria de Infraestrutura e Obras
Atividade...	006.0181.0009.2036	Apoio ao Policiamento Militar
Modalidade:	3.3.30.00.00.00.00	Transferências a Estados e ao distrito Federal
Recursos.....	1.00.00	Recursos Ordinários 1.300,00
Modalidade:	4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas
Recursos.....	1.00.00	Recursos Ordinários 2.000,00
Órgão	07	Secretaria de Infraestrutura e Obras
Unidade.....	07.001	Secretaria de Infraestrutura e Obras
Atividade...	006.0181.0009.2037	Manutenção dos Serviços de Fiscalização de Trânsito
Modalidade:	3.3.50.00.00.00.00	Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos
Recursos.....	1.00.00	Recursos Ordinários 1.000,00
Órgão	07	Secretaria de Infraestrutura e Obras
Unidade.....	07.001	Secretaria de Infraestrutura e Obras
Atividade...	006.0182.0010.2045	Manutenção da Defesa Civil
Modalidade:	3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas
Recursos.....	1.00.00	Recursos Ordinários 4.190,00
Órgão	07	Secretaria de Infraestrutura e Obras
Unidade.....	07.001	Secretaria de Infraestrutura e Obras
Atividade...	015.0452.0010.2040	Manutenção das Praças, Vias Urbanas e Limpeza Pública
Modalidade:	3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas
Recursos.....	1.00.00	Recursos Ordinários 20.000,00
Órgão	07	Secretaria de Infraestrutura e Obras
Unidade.....	07.001	Secretaria de Infraestrutura e Obras
Atividade...	015.0452.0010.2038	Manutenção da Rede de Iluminação Pública
Modalidade:	4.4.90.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos
Recursos.....	1.08.00	Contrib. Custeio Serv. Ilum. Publ. - COSIP 50.000,00
Órgão	08	Secretaria de Planejamento
Unidade.....	08.001	Secretaria de Planejamento
Atividade...	004.0121.0003.2046	Manutenção da Secretaria de Planejamento
Modalidade:	3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas
Recursos.....	1.00.00	Recursos Ordinários 4.000,00
Órgão	10	Secretaria da Fazenda
Unidade.....	10.001	Secretaria da Fazenda
Atividade...	004.0123.0003.2051	Manutenção da Secretaria da Fazenda
Modalidade:	3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas
Recursos.....	1.00.00	Recursos Ordinários 10.000,00

Art. 2º – Por conta da anulação do artigo anterior, fica suplementada a modalidade de aplicação a seguir especificada, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Lontras:

Órgão	03	Secretaria da Administração
Unidade.....	03.001	Secretaria da Administração
Atividade...	004.0122.0003.2004	Manutenção da Secretaria de Administração
Modalidade:	3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas
Recursos.....	1.00.00	Recursos Ordinários 100.000,00
Órgão	04	Secretaria Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente
Unidade.....	04.001	Secretaria Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente
Atividade...	020.0606.0004.2010	Assistência ao Produtor Rural
Modalidade:	3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas
Recursos.....	1.00.00	Recursos Ordinários 930,00
Recursos.....	3.00.00	Recursos Ordinários 19.070,00
Órgão	04	Secretaria Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente
Unidade.....	04.001	Secretaria Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente
Atividade...	018.0541.0013.2012	Manutenção do Consórcio Serra São Miguel e Coleta Seletiva
Modalidade:	3.3.93.00.00.00.00	Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFFS com consórcio público do qual o ente participe
Recursos.....	1.00.00	Recursos Ordinários 10.000,00
Órgão	05	Secretaria de Educação, Cultura e Desporto
Unidade.....	05.001	Secretaria de Educação, Cultura e Desporto

Atividade...:	012.0361.0005.2017	Manutenção da Secretaria de Educação
Modalidade:	3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas
Recursos....:	1.01.00	Rec.de Impostos e de Transf. De Imp. Educ.
Órgão :	05	Secretaria da Educação, Cultura e Desporto
Unidade....:	05.001	Secretaria da Educação, Cultura e Desporto
Atividade...:	012.0361.0005.2018	Manutenção das Escolas de Ensino Fundamental
Modalidade:	3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas
Recursos....:	1.01.00	Rec.de Impostos e de Transf. De Imp. Educ.
Órgão :	05	Secretaria da Educação, Cultura e Desporto
Unidade....:	05.001	Secretaria da Educação, Cultura e Desporto
Atividade...:	012.0365.0005.2020	Manutenção dos CEIs
Modalidade:	3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas
Recursos....:	1.01.00	Rec.de Impostos e de Transf. De Imp. Educ.
Órgão :	07	Secretaria de Infraestrutura e Obras
Unidade....:	07.001	Secretaria de Infraestrutura e Obras
Atividade...:	015.0452.0010.2038	Manutenção da Rede de Iluminação Pública
Modalidade:	3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas
Recursos....:	1.08.00	Contrib. Custeio Serv. Ilum.. Publ. COSIP
Órgão :	07	Secretaria de Infraestrutura e Obras
Unidade....:	07.001	Secretaria de Infraestrutura e Obras
Atividade...:	004.0122.0011.2034	Manutenção da Secretaria de Infraestrutura e Obras
Modalidade:	3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas
Recursos....:	1.00.00	Recursos Ordinários

Art. 3º - Fica anulada a importância de R\$ 54.600,00 (cinquenta e quatro mil e seiscentos reais) da seguinte modalidade de aplicação do orçamento vigente do Fundo de Assistência Social de Lontras:

Órgão :	11	Secretaria Desenvolvimento Humano e Assist. Social
Unidade....:	11.001	Fundo de Assistência Social de Lontras
Atividade...:	008.0243.0007.2053	Manutenção das Atividades do CREAS
Modalidade:	4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas
Recursos....:	1.00.00	Recursos Ordinários
Órgão :	11	Secretaria Desenvolvimento Humano e Assist. Social
Unidade....:	11.001	Fundo de Assistência Social de Lontras
Atividade...:	008.0244.0007.2054	Assistência a Comunidade Carente
Modalidade:	3.3.50.00.00.00.00	Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos
Recursos....:	1.00.00	Recursos Ordinários
Modalidade:	4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas
Recursos....:	1.00.00	Recursos Ordinários
Órgão :	11	Secretaria Desenvolvimento Humano e Assist. Social
Unidade....:	11.001	Fundo de Assistência Social de Lontras
Atividade...:	008.0244.0007.2055	Manutenção dos Serviços da Assistência Social
Modalidade:	3.3.50.00.00.00.00	Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos
Recursos....:	1.00.00	Recursos Ordinários
Modalidade:	4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas
Recursos....:	1.00.00	Recursos Ordinários

Art. 4º – Por conta da anulação do artigo anterior, fica suplementada a modalidade de aplicação a seguir especificada, no orçamento vigente do Fundo de Assistência Social de Lontras:

Órgão :	11	Secretaria Desenvolvimento Humano e Assist. Social
Unidade....:	11.001	Fundo de Assistência Social de Lontras
Atividade...:	008.0243.0007.2053	Manutenção das Atividades do CREAS
Modalidade:	3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas
Recursos....:	1.00.00	Recursos Ordinários
Órgão :	11	Secretaria Desenvolvimento Humano e Assist. Social
Unidade....:	11.001	Fundo de Assistência Social de Lontras
Atividade...:	008.0244.0007.2056	Manutenção do CRAS
Modalidade:	3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas
Recursos....:	1.00.00	Recursos Ordinários

Órgão	11	Secretaria Desenvolvimento Humano e Assist. Social
Unidade....:	11.001	Fundo de Assistência Social de Lontras
Atividade...:	008.0243.0007.2055	Manutenção dos Serviços de Assistência Social
Modalidade:	3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas
Recursos.....	1.00.00	Recursos Ordinários
		21.600,00

Art. 5º - Fica anulada a importância de R\$ 116.400,00 (cento e dezesseis mil e quatrocentos reais) da seguinte modalidade de aplicação do orçamento vigente do Fundo de Saúde:

Órgão	06	Secretaria de Saúde
Unidade....:	06.001	Fundo Munic. de Saúde de Lontras
Atividade...:	010.0301.0008.1013	Construção de Unidades Sanitárias
Modalidade:	4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas
Recursos.....	1.02.00	Rec. de Impostos e de Transf. Imp - Saúde
		1.000,00
Órgão	06	Secretaria de Saúde
Unidade....:	06.001	Fundo Munic. de Saúde de Lontras
Atividade...:	010.0301.0008.1036	Aquisição de Equipamentos Médico Hospitalares
Modalidade:	3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas
Recursos.....	1.02.00	Rec. de Impostos e de Transf. Imp - Saúde
		500,00
Modalidade:	4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas
Recursos.....	1.02.00	Rec. de Impostos e de Transf. Imp - Saúde
		500,00
Órgão	06	Secretaria de Saúde
Unidade....:	06.001	Fundo Munic. de Saúde de Lontras
Atividade...:	010.0301.0008.2027	Manutenção da Atenção Básica em Saúde
Modalidade:	3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas
Recursos.....	1.38.01	Piso de Atenção Básica – PAB Fixo
		100.000,00
Modalidade:	4.4.71.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos
Recursos.....	1.02.00	Rec. de Impostos e de Transf. Imp - Saúde
		5.000,00
Modalidade:	4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas
Recursos.....	1.02.00	Rec. de Impostos e de Transf. Imp - Saúde
		6.200,00
Modalidade:	4.4.93.00.00.00.00	Aplicação Direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe
Recursos.....	1.02.00	Rec. de Impostos e de Transf. Imp - Saúde
		1.000,00
Órgão	06	Secretaria de Saúde
Unidade....:	06.001	Fundo Munic. de Saúde de Lontras
Atividade...:	010.0301.0008.2029	Manutenção do Programa Agentes Comunitários de Saúde
Modalidade:	3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas
Recursos.....	1.02.00	Rec. de Impostos e de Transf. Imp - Saúde
		1.200,00
Órgão	06	Secretaria de Saúde
Unidade....:	06.001	Fundo Munic. de Saúde de Lontras
Atividade...:	010.0304.0008.2032	Manutenção dos Serviços de Vigilância em Saúde
Modalidade:	3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas
Recursos.....	1.02.00	Rec. de Impostos e de Transf. Imp - Saúde
		1.000,00

Art. 6º – Por conta da anulação do artigo anterior e do artigo 1º fica suplementada a modalidade de aplicação a seguir especificada, no orçamento vigente do Fundo de Saúde de Lontras:

Órgão	06	Secretaria de Saúde
Unidade....:	06.001	Fundo Munic. de Saúde de Lontras
Atividade...:	010.0301.0008.2027	Manutenção da Atenção Básica em Saúde
Modalidade:	3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas
Recursos.....	1.02.00	Rec. de Impostos e de Transf. Imp - Saúde
		127.553,00
Modalidade:	3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas
Recursos.....	1.02.00	Rec. de Impostos e de Transf. Imp - Saúde
		50.000,00
Modalidade:	3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas
Recursos.....	1.38.01	Piso de Atenção Básica – PAB Fixo
		100.000,00

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lontras (SC), 05 de novembro de 2019.

MARCIONEI HILLESHEIM

Prefeito Municipal de Lontras

EDITAL 102/2019

Publicação Nº 2217007

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LONTRAS
PREGÃO PRESENCIAL N.º 102/2019
REGISTRO DE PREÇO

OBJETO: FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO, CORTINA DE AR E SERVIÇO DE INSTALAÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA DE LONTRAS. Entrega dos Envelopes: até às 08:30 horas do dia 19/11/2019; Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 19/11/2019. Maiores Informações junto ao Departamento de Licitações sito a Praça Henrique Schroeder, n.º 01, Centro ou pelo site www.lontras.sc.gov.br – Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor. Lontras, 05 de novembro de 2019. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

EXTRATO DE CONTRATO 1087/2019

Publicação Nº 2216661

PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS
DISPENSA DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO N.º 1087/2019

REFERENTE A SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE REPETIDORA PRESTADO PARA A PREFEITURA MUNICIPAL. GERHARDT HERBERT RODOLFO PASSULD - CNPJ: 13.416.361/0001-65. Valor do repasse: R\$ 1.600,00 (MIL E SEISCENTOS REAIS). Lontras, 06 DE NOVEMBRO de 2019. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

EXTRATO DE CONTRATO 1088/2019

Publicação Nº 2217096

PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS
DISPENSA DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO N.º 1088/2019

REFERENTE A AQUISIÇÃO DE PNEUS E SERVIÇO DE GEOMETRIA PARA A VTR DE LONTRAS. SCA COMERCIO DE ACESSORIOS AUTOMOTIVOS LTDA - CNPJ: 08.779.705/0001-60. Valor do repasse: R\$ 1.123,00 (MIL CENTO E VINTE E TRES REAIS). Lontras, 06 DE NOVEMBRO de 2019. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

LEI Nº 2493/2019

Publicação Nº 2216621

LEI Nº 2493, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS, NO FUNDO DE SAÚDE E NO FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL.

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal de Lontras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAÇO saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica anulada a importância de R\$ 645.153,00 (seiscentos e quarenta e cinco mil, cento e cinquenta e três reais) da seguinte modalidade de aplicação do orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Lontras:

Órgão	03	Secretaria da Administração
Unidade....:	03.001	Secretaria da Administração
Atividade...:	004.0122.0003.2004	Manutenção da Secretaria de Administração
Modalidade:	4.4.90.00.00.00.00	Transferência a Instituições Privadas s/ fins lucrativos
Recursos....:	3.00.00	Recursos Ordinários
		16.970,00

Órgão	03	Secretaria da Administração
Unidade....:	03.001	Secretaria da Administração
Atividade...:	004.0122.0003.2005	Contribuição a Entidades Municipalistas
Modalidade:	3.3.50.00.00.00.00	Transferência a Instituições Privadas s/ fins lucrativos
Recursos....:	1.00.00	Recursos Ordinários
		20.000,00

Órgão	03	Secretaria da Administração
Unidade....:	03.001	Secretaria da Administração
Atividade...:	008.0241.0003.2064	Manutenção das Atividades da Melhor Idade
Modalidade:	4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas
Recursos....:	1.00.00	Recursos Ordinários
		1.000,00

Órgão	03	Secretaria da Administração
Unidade....:	03.001	Secretaria da Administração
Atividade...:	008.0243.0003.2063	Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar
Modalidade:	3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas

Recursos.....:	1.00.00	Recursos Ordinários	6.500,00	
Modalidade:	4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas		
Recursos.....:	1.00.00	Recursos Ordinários	2.000,00	
Órgão :	03	Secretaria da Administração		
Unidade.....:	03.001	Secretaria da Administração		
Atividade...:	028.0843.0017.0002	Amortização e Encargos da Dívida Fundada Interna		
Modalidade:	3.2.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas		
Recursos.....:	1.00.00	Recursos Ordinários	5.000,00	
Órgão :	03	Secretaria da Administração		
Unidade.....:	03.001	Secretaria da Administração		
Atividade...:	028.0843.0017.0003	Pagamentos de Precatórios		
Modalidade:	3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas		
Recursos.....:	1.00.00	Recursos Ordinários	23.150,00	
Órgão :	04	Secretaria Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente		
Unidade.....:	04.001	Secretaria Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente		
Atividade...:	018.0541.0013.2012	Manutenção do Consorcio Serra São Miguel e Coleta Seletiva		
Modalidade:	3.3.71.00.00.00.00	Transferência a Consórcios Públicos		
Recursos.....:	1.00.00	Recursos Ordinários	10.000,00	
Órgão :	04	Secretaria Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente		
Unidade.....:	04.001	Secretaria Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente		
Atividade...:	020.0606.0004.1003	Aquisição de Equipamentos Agrícolas		
Modalidade:	4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas		
Recursos.....:	1.00.00	Recursos Ordinários	10.000,00	
Recursos.....:	3.00.00	Recursos Ordinários	2.100,00	
Órgão :	04	Secretaria Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente		
Unidade.....:	04.001	Secretaria Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente		
Atividade...:	020.0606.0004.2006	Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente		
Modalidade:	3.3.71.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		
Recursos.....:	1.00.00	Recursos Ordinários	3.160,00	
Modalidade:	3.3.93.00.00.00.00	Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFFS com consórcio público do qual o ente participe		
Recursos.....:	1.00.00	Recursos Ordinários	2.000,00	
Modalidade:	4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas		
Recursos.....:	1.00.00	Recursos Ordinários	1.330,00	
Órgão :	04	Secretaria Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente		
Unidade.....:	04.001	Secretaria Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente		
Atividade...:	020.0606.0004.2010	Assistência ao Produtor Rural		
Modalidade:	4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas		
Recursos.....:	1.00.00	Recursos Ordinários	2.430,00	
Órgão :	04	Secretaria Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente		
Unidade.....:	04.001	Secretaria Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente		
Atividade...:	020.0608.0004.2008	Melhoria da Produtividade do Rebanho Municipal		
Modalidade:	3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas		
Recursos.....:	1.00.00	Recursos Ordinários	4.023,00	
Órgão :	05	Secretaria de Educação, Cultura e Desporto		
Unidade.....:	05.001	Secretaria de Educação, Cultura e Desporto		
Atividade...:	011.0244.0014.2013	Manutenção do Programa de Formação Profissional		
Modalidade:	3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas		
Recursos.....:	1.00.00	Recursos Ordinários	30.000,00	
Modalidade:	4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas		
Recursos.....:	1.00.00	Recursos Ordinários	2.000,00	
Órgão :	05	Secretaria de Educação, Cultura e Desporto		
Unidade.....:	05.001	Secretaria de Educação, Cultura e Desporto		
Atividade...:	012.0306.0005.2014	Merenda Escolar para os CEIs		
Modalidade:	3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas		
Recursos.....:	1.00.00	Recursos Ordinários	80.000,00	
Órgão :	05	Secretaria de Educação, Cultura e Desporto		
Unidade.....:	05.001	Secretaria de Educação, Cultura e Desporto		
Atividade...:	012.0361.0005.2017	Manutenção da Secretaria de Educação		
Modalidade:	3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas		

Recursos.....	1.01.00	Rec. de Imposto e de Transf. de Imp. Educ.	80.000,00	
Órgão	05	Secretaria de Educação, Cultura e Desporto		
Unidade.....	05.001	Secretaria de Educação, Cultura e Desporto		
Atividade...	012.0361.0005.2019	Manutenção do Programa de Transporte Escolar		
Modalidade:	3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas		
Recursos.....	1.01.00	Rec. de Imposto e de Transf. de Imp. Educ.	184.000,00	
Órgão	05	Secretaria de Educação, Cultura e Desporto		
Unidade.....	05.001	Secretaria de Educação, Cultura e Desporto		
Atividade...	012.0366.0005.2023	Apoio a Educação de Jovens e Adultos		
Modalidade:	3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas		
Recursos.....	1.00.00	Recursos Ordinários	2.000,00	
Órgão	05	Secretaria de Educação, Cultura e Desporto		
Unidade.....	05.001	Secretaria de Educação, Cultura e Desporto		
Atividade...	013.0392.0015.2024	Apoio ao Resgate Cultural e Artístico de Lontras		
Modalidade:	3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas		
Recursos.....	1.00.00	Recursos Ordinários	30.000,00	
Órgão	05	Secretaria de Educação, Cultura e Desporto		
Unidade.....	05.001	Secretaria de Educação, Cultura e Desporto		
Atividade...	024.0722.0010.2025	Manutenção e Modernização das Repetidoras de Sinais de TV		
Modalidade:	4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas		
Recursos.....	1.00.00	Recursos Ordinários	5.000,00	
Órgão	05	Secretaria de Educação, Cultura e Desporto		
Unidade.....	05.001	Secretaria de Educação, Cultura e Desporto		
Atividade...	027.0812.0006.1031	Construção do Estádio de Futebol com Praça Esportiva		
Modalidade:	4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas		
Recursos.....	1.00.00	Recursos Ordinários	30.000,00	
Órgão	07	Secretaria de Infraestrutura e Obras		
Unidade.....	07.001	Secretaria de Infraestrutura e Obras		
Atividade...	006.0181.0009.2036	Apoio ao Policiamento Militar		
Modalidade:	3.3.30.00.00.00.00	Transferências a Estados e ao distrito Federal		
Recursos.....	1.00.00	Recursos Ordinários	1.300,00	
Modalidade:	4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas		
Recursos.....	1.00.00	Recursos Ordinários	2.000,00	
Órgão	07	Secretaria de Infraestrutura e Obras		
Unidade.....	07.001	Secretaria de Infraestrutura e Obras		
Atividade...	006.0181.0009.2037	Manutenção dos Serviços de Fiscalização de Transito		
Modalidade:	3.3.50.00.00.00.00	Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos		
Recursos.....	1.00.00	Recursos Ordinários	1.000,00	
Órgão	07	Secretaria de Infraestrutura e Obras		
Unidade.....	07.001	Secretaria de Infraestrutura e Obras		
Atividade...	006.0182.0010.2045	Manutenção da Defesa Civil		
Modalidade:	3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas		
Recursos.....	1.00.00	Recursos Ordinários	4.190,00	
Órgão	07	Secretaria de Infraestrutura e Obras		
Unidade.....	07.001	Secretaria de Infraestrutura e Obras		
Atividade...	015.0452.0010.2040	Manutenção das Praças, Vias Urbanas e Limpeza Publica		
Modalidade:	3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas		
Recursos.....	1.00.00	Recursos Ordinários	20.000,00	
Órgão	07	Secretaria de Infraestrutura e Obras		
Unidade.....	07.001	Secretaria de Infraestrutura e Obras		
Atividade...	015.0452.0010.2038	Manutenção da Rede de Iluminação Publica		
Modalidade:	4.4.90.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		
Recursos.....	1.08.00	Contrib. Custeio Serv. Ilum. Publ. - COSIP	50.000,00	
Órgão	08	Secretaria de Planejamento		
Unidade.....	08.001	Secretaria de Planejamento		
Atividade...	004.0121.0003.2046	Manutenção da Secretaria de Planejamento		
Modalidade:	3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas		
Recursos.....	1.00.00	Recursos Ordinários	4.000,00	
Órgão	10	Secretaria da Fazenda		
Unidade.....	10.001	Secretaria da Fazenda		
Atividade...	004.0123.0003.2051	Manutenção da Secretaria da Fazenda		

Modalidade:	3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas
Recursos.....:	1.00.00	Recursos Ordinários 10.000,00

Art. 2º – Por conta da anulação do artigo anterior, fica suplementada a modalidade de aplicação a seguir especificada, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Lontras:

Órgão	03	Secretaria da Administração
Unidade.....:	03.001	Secretaria da Administração
Atividade...:	004.0122.0003.2004	Manutenção da Secretaria de Administração
Modalidade:	3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas
Recursos.....:	1.00.00	Recursos Ordinários 100.000,00
Órgão	04	Secretaria Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente
Unidade.....:	04.001	Secretaria Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente
Atividade...:	020.0606.0004.2010	Assistência ao Produtor Rural
Modalidade:	3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas
Recursos.....:	1.00.00	Recursos Ordinários 930,00
Recursos.....:	3.00.00	Recursos Ordinários 19.070,00
Órgão	04	Secretaria Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente
Unidade.....:	04.001	Secretaria Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente
Atividade...:	018.0541.0013.2012	Manutenção do Consórcio Serra São Miguel e Coleta Seletiva
Modalidade:	3.3.93.00.00.00.00	Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFFS com consórcio público do qual o ente participe
Recursos.....:	1.00.00	Recursos Ordinários 10.000,00
Órgão	05	Secretaria de Educação, Cultura e Desporto
Unidade.....:	05.001	Secretaria de Educação, Cultura e Desporto
Atividade...:	012.0361.0005.2017	Manutenção da Secretaria de Educação
Modalidade:	3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas
Recursos.....:	1.01.00	Rec.de Impostos e de Transf. De Imp. Educ. 80.000,00
Órgão	05	Secretaria da Educação, Cultura e Desporto
Unidade.....:	05.001	Secretaria da Educação, Cultura e Desporto
Atividade...:	012.0361.0005.2018	Manutenção das Escolas de Ensino Fundamental
Modalidade:	3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas
Recursos.....:	1.01.00	Rec.de Impostos e de Transf. De Imp. Educ. 64.000,00
Órgão	05	Secretaria da Educação, Cultura e Desporto
Unidade.....:	05.001	Secretaria da Educação, Cultura e Desporto
Atividade...:	012.0365.0005.2020	Manutenção dos CEIs
Modalidade:	3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas
Recursos.....:	1.01.00	Rec.de Impostos e de Transf. De Imp. Educ. 120.000,00
Órgão	07	Secretaria de Infraestrutura e Obras
Unidade.....:	07.001	Secretaria de Infraestrutura e Obras
Atividade...:	015.0452.0010.2038	Manutenção da Rede de Iluminação Pública
Modalidade:	3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas
Recursos.....:	1.08.00	Contrib. Custeio Serv. Ilum.. Publ. COSIP 50.000,00
Órgão	07	Secretaria de Infraestrutura e Obras
Unidade.....:	07.001	Secretaria de Infraestrutura e Obras
Atividade...:	004.0122.0011.2034	Manutenção da Secretaria de Infraestrutura e Obras
Modalidade:	3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas
Recursos.....:	1.00.00	Recursos Ordinários 40.000,00

Art. 3º - Fica anulada a importância de R\$ 54.600,00 (cinquenta e quatro mil e seiscentos reais) da seguinte modalidade de aplicação do orçamento vigente do Fundo de Assistência Social de Lontras:

Órgão	11	Secretaria Desenvolvimento Humano e Assist. Social
Unidade.....:	11.001	Fundo de Assistência Social de Lontras
Atividade...:	008.0243.0007.2053	Manutenção das Atividades do CREAS
Modalidade:	4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas
Recursos.....:	1.00.00	Recursos Ordinários 14.600,00
Órgão	11	Secretaria Desenvolvimento Humano e Assist. Social
Unidade.....:	11.001	Fundo de Assistência Social de Lontras
Atividade...:	008.0244.0007.2054	Assistência a Comunidade Carente
Modalidade:	3.3.50.00.00.00.00	Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos
Recursos.....:	1.00.00	Recursos Ordinários 20.000,00
Modalidade:	4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas
Recursos.....:	1.00.00	Recursos Ordinários 5.000,00

Órgão	11	Secretaria Desenvolvimento Humano e Assist. Social
Unidade....	11.001	Fundo de Assistência Social de Lontras
Atividade..	008.0244.0007.2055	Manutenção dos Serviços da Assistência Social
Modalidade:	3.3.50.00.00.00.00	Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos
Recursos....	1.00.00	Recursos Ordinários
Modalidade:	4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas
Recursos....	1.00.00	Recursos Ordinários
		5.000,00

Art. 4º – Por conta da anulação do artigo anterior, fica suplementada a modalidade de aplicação a seguir especificada, no orçamento vigente do Fundo de Assistência Social de Lontras:

Órgão	11	Secretaria Desenvolvimento Humano e Assist. Social
Unidade....	11.001	Fundo de Assistência Social de Lontras
Atividade..	008.0243.0007.2053	Manutenção das Atividades do CREAS
Modalidade:	3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas
Recursos....	1.00.00	Recursos Ordinários
		18.000,00
Órgão	11	Secretaria Desenvolvimento Humano e Assist. Social
Unidade....	11.001	Fundo de Assistência Social de Lontras
Atividade..	008.0244.0007.2056	Manutenção do CRAS
Modalidade:	3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas
Recursos....	1.00.00	Recursos Ordinários
		15.000,00
Órgão	11	Secretaria Desenvolvimento Humano e Assist. Social
Unidade....	11.001	Fundo de Assistência Social de Lontras
Atividade..	008.0243.0007.2055	Manutenção dos Serviços de Assistência Social
Modalidade:	3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas
Recursos....	1.00.00	Recursos Ordinários
		21.600,00

Art. 5º - Fica anulada a importância de R\$ 116.400,00 (cento e dezesseis mil e quatrocentos reais) da seguinte modalidade de aplicação do orçamento vigente do Fundo de Saúde:

Órgão	06	Secretaria de Saúde
Unidade....	06.001	Fundo Munic. de Saúde de Lontras
Atividade..	010.0301.0008.1013	Construção de Unidades Sanitárias
Modalidade:	4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas
Recursos....	1.02.00	Rec. de Impostos e de Transf. Imp - Saúde
		1.000,00
Órgão	06	Secretaria de Saúde
Unidade....	06.001	Fundo Munic. de Saúde de Lontras
Atividade..	010.0301.0008.1036	Aquisição de Equipamentos Médico Hospitalares
Modalidade:	3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas
Recursos....	1.02.00	Rec. de Impostos e de Transf. Imp - Saúde
		500,00
Modalidade:	4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas
Recursos....	1.02.00	Rec. de Impostos e de Transf. Imp - Saúde
		500,00
Órgão	06	Secretaria de Saúde
Unidade....	06.001	Fundo Munic. de Saúde de Lontras
Atividade..	010.0301.0008.2027	Manutenção da Atenção Básica em Saúde
Modalidade:	3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas
Recursos....	1.38.01	Piso de Atenção Básica – PAB Fixo
		100.000,00
Modalidade:	4.4.71.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos
Recursos....	1.02.00	Rec. de Impostos e de Transf. Imp - Saúde
		5.000,00
Modalidade:	4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas
Recursos....	1.02.00	Rec. de Impostos e de Transf. Imp - Saúde
		6.200,00
Modalidade:	4.4.93.00.00.00.00	Aplicação Direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe
Recursos....	1.02.00	Rec. de Impostos e de Transf. Imp - Saúde
		1.000,00
Órgão	06	Secretaria de Saúde
Unidade....	06.001	Fundo Munic. de Saúde de Lontras
Atividade..	010.0301.0008.2029	Manutenção do Programa Agentes Comunitários de Saúde
Modalidade:	3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas
Recursos....	1.02.00	Rec. de Impostos e de Transf. Imp - Saúde
		1.200,00
Órgão	06	Secretaria de Saúde
Unidade....	06.001	Fundo Munic. de Saúde de Lontras
Atividade..	010.0304.0008.2032	Manutenção dos Serviços de Vigilância em Saúde

Modalidade:	3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas
Recursos....:	1.02.00	Rec. de Impostos e de Transf. Imp - Saúde
		1.000,00

Art. 6º – Por conta da anulação do artigo anterior e do artigo 1º fica suplementada a modalidade de aplicação a seguir especificada, no orçamento vigente do Fundo de Saúde de Lontras:

Órgão	06	Secretaria de Saúde
Unidade....:	06.001	Fundo Munic. de Saúde de Lontras
Atividade...:	010.0301.0008.2027	Manutenção da Atenção Básica em Saúde
Modalidade:	3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas
Recursos....:	1.02.00	Rec. de Impostos e de Transf. Imp - Saúde
		127.553,00
Modalidade:	3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas
Recursos....:	1.02.00	Rec. de Impostos e de Transf. Imp - Saúde
		50.000,00
Modalidade:	3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas
Recursos....:	1.38.01	Piso de Atenção Básica – PAB Fixo
		100.000,00

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Lontras (SC), 05 de novembro de 2019.

MARCIONEI HILLESHEIM

Prefeito Municipal de Lontras

Autor: Prefeito Municipal Marcionei Hillesheim

Projeto de Lei nº 82, de 21 de outubro de 2019.

TERMO DE ADJUDICAÇÃO PL101/2019

Publicação Nº 2216632

Termo de Adjudicação

Processo nº: 101/2019

Licitação nº: 101/2019

Modalidade: 6 - Pregão

Objeto: FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE E MATERIAIS DE COPA E COZINHA PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

Ultrapassada a fase de habilitação deste pregão, e considerando o fato de que o representante legal presente à sessão pública não manifestou interesse em recorrer do resultado deste pregão, adjudico o seu objeto à(s) seguinte(s) licitante(s):

Vencedores	
Nome	Itens
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP	5, 6, 7, 12, 28, 41, 49, 53
R\$7.180,00 (sete mil e cento e oitenta reais)	
ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA. ME	2, 4, 9, 38, 39, 42, 60
R\$14.241,35 (quatorze mil, duzentos e quarenta e um reais e trinta e cinco centavos)	
CLEITON DE SOUZA COMERCIAL ME	1, 10, 13, 14, 16, 20, 23, 24, 26, 29, 36, 45, 46, 47, 48, 51, 52, 55, 57
R\$34.059,45 (trinta e quatro mil, cinquenta e nove reais e quarenta e cinco centavos)	
JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA	15, 17, 18, 19, 22, 30, 43, 44, 61
R\$12.088,30 (doze mil, oitenta e oito reais e trinta centavos)	
BILLIG COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	8, 25, 34, 50, 58
R\$2.659,60 (dois mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e sessenta centavos)	
Máxima Atacadista Eireli	21, 27, 31, 32, 35, 37, 40, 54, 56, 62, 63, 64, 65, 66
R\$15.312,35 (quinze mil, trezentos e doze reais e trinta e cinco centavos)	

Destarte, com fulcro no art. 38, inc. VII, da Lei nº. 8.666/93, submetemos os presentes autos, nele incluídos estas informações à apreciação da Autoridade Competente para que decida a respeito da homologação deste procedimento licitatório.

É o parecer, s.m.j.Lontras, SC, 4 de novembro de 2019.

	THAYSA NAYARA DA ROSA Pregoeira Portaria nº 370/2019	
--	--	--

Luiz Alves**PREFEITURA****DECRETO N.º 229/2019**

Publicação Nº 2217413

DECRETO N.º 229/2019

Aprova desmembramento da área de terra.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelos incisos IV e VI do artigo 47 da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado, por este ato, o desmembramento da área de terra situada no Município de Luiz Alves/SC, com o total de 22.031,20 m², registrada sob a matrícula n.º 22.246 perante o Registro de Imóveis de Navegantes/SC, de propriedade de Valdir Reinert, Antônio Luçolli, Edegar Bressanini, Lenair Kohns Reinert, Maria Eunice Luçolli, Rosimary Reinert Bressanini e Adelina Reinert.

Art. 2º Fica autorizado o desmembramento do imóvel disposto no artigo 1º deste Decreto, nas três áreas abaixo descritas, de acordo com a Lei Federal n.º 6.766/79 e com a Lei Complementar Municipal n.º 001/2007:

I - área 3-A a desmembrar: 2.945,93m²;

II - área 3-B a desmembrar: 9.542,64m²;

III - área 3-C a desmembrar: 9.542,64 m².

Art. 3º Fica revogado o Decreto n.º 204/2018 e o Decreto n.º 13/2019.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 1 de novembro de 2019.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Paço Municipal, no site da Prefeitura de Luiz Alves -

www.luizalves.sc.gov.br e

Registrado no Livro de Publicações

Gilmar da Silva

Secretário Municipal de Administração

DECRETO N.º 230/2019

Publicação Nº 2217407

DECRETO N.º 230/2019

Aprova desmembramento da área de terra.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelos incisos IV e VI do artigo 47 da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado, por este ato, o desmembramento da área de terra situada no Município de Luiz Alves/SC, com o total de 24.559,15 m², registrada sob a matrícula n.º 22.245 perante o Registro de Imóveis de Navegantes/SC, de propriedade de Valdir Reinert, Antônio Luçolli, Edegar Bressanini, Lenair Kohns Reinert, Maria Eunice Luçolli, Rosimary Reinert Bressanini e Adelina Reinert.

Art. 2º Fica autorizado o desmembramento do imóvel disposto no artigo 1º deste Decreto, nas três áreas abaixo descritas, de acordo com a Lei Federal n.º 6.766/79 e com a Lei Complementar Municipal n.º 001/2007:

I - área 1-A a desmembrar: 9.542,64 m²;

II - área 1-B a desmembrar: 6.596,71 m²;

III - área 1-C a desmembrar: 8.419,80 m².

Art. 3º Fica revogado o Decreto n.º 209/2018.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 1 de novembro de 2019.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Paço Municipal, no site da Prefeitura de Luiz Alves -

www.luizalves.sc.gov.br e

Registrado no Livro de Publicações

Gilmar da Silva
Secretário Municipal de Administração

DECRETO N.º 231/2019

Publicação Nº 2217403

DECRETO N.º 231/2019

Aprova desmembramento de área de terra.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelos incisos IV e VI do artigo 47 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado, por este ato, o desmembramento de área de terra situada no Município de Luiz Alves/SC, com área total de 103.505,90 m², registrada sob a matrícula n.º 22.470 perante o Registro de Imóveis de Navegantes/SC, de propriedade de Edenalte Junkes e Elena Müller Junkes.

Art. 2º Fica autorizado o desmembramento do imóvel disposto no artigo 1º deste Decreto, nas dez áreas abaixo descritas, de acordo com a Lei Federal n.º 6.766/79 e com o Plano Diretor do Município de Luiz Alves - Lei Complementar n.º 001/2007:

- a) área 1 a desmembrar: 6.905,21 m²;
- b) área 2 a desmembrar: 2.571,19 m²;
- c) área 3 a desmembrar: 2.473,36 m²;
- d) área 4 a desmembrar: 5.890,76 m².
- e) área 5 a desmembrar: 49.358,71 m²;
- f) área 6 a desmembrar: 8.200,92 m²;
- g) área 7 a desmembrar: 552,44 m²;
- h) área 8 a desmembrar: 418,15 m²;
- i) área 9 a desmembrar: 21.554,47 m²;
- j) área 10 a desmembrar: 5.580,69 m².

Art. 3º Fica revogado o Decreto n.º 45/2019.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 1 de novembro de 2019.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de
Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -
www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva
Secretário Municipal de Administração

DECRETO N.º 232/2019

Publicação Nº 2217397

DECRETO N.º 232/2019

Aprova desmembramento da área de terra.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelos incisos IV e VI do artigo 47 da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado, por este ato, o desmembramento da área de terra situada no Município de Luiz Alves/SC, com o total de 2.143,92 m², registrada sob a matrícula n.º 23.266 perante o Registro de Imóveis de Navegantes/SC, de propriedade de Alceu Meurer e Renilde Reichelt Meurer.

Art. 2º Fica autorizado o desmembramento do imóvel disposto no artigo 1º deste Decreto, nas três áreas abaixo descritas, de acordo com a Lei Federal n.º 6.766/79 e com a Lei Complementar Municipal n.º 001/2007:

- I - Lote 1 a desmembrar: 441,32 m²;
- II - Lote 2 a desmembrar: 441,88 m²;
- III - Lote 3 a desmembrar: 442,10 m²;
- IV - Lote 4 a desmembrar: 410,11 m²;
- V - Lote 5 a desmembrar: 408, 51 m².

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 1 de novembro de 2019.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Paço Municipal, no site da Prefeitura de Luiz Alves -
www.luizalves.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Gilmar da Silva
Secretário Municipal de Administração

DECRETO N.º 235/2019

Publicação Nº 2217282

DECRETO N.º 235/2019

Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 167, inciso VI da Constituição Federal e artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária para o exercício de 2019 - Lei Municipal n.º 1.748, de 30 de novembro de 2018;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar de importância de R\$ 200,00 (duzentos reais) ao orçamento municipal vigente:

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Educação

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Educação

12.361.0020.1.019 – Ampliação e Reforma das Unidades do Ensino Fundamental

(103) 4.4.90.00.00.00.00.00.06.0920.00 (0.6.0036) – Aplicações Diretas R\$ 200,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do superávit financeiro apurado no exercício de 2018, por conta de recursos de salário - Educação, na importância de R\$ 200,00 (duzentos reais).

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 05 de novembro de 2019.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de
Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -
www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva
Secretário Municipal de Administração

LEI N.º 1.793/2019

Publicação Nº 2217278

LEI N.º 1.793/2019

Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar até o limite de R\$ 804.000,00 (oitocentos e quatro mil reais) ao orçamento municipal vigente, conforme segue:

Órgão: 26 – Secretaria Municipal de Esportes e Cultura

Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Esportes e Cultura

Funcional Programática: 13.392.0005

Atividade: 2.013 – Apoio e Realização de Eventos Culturais

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 97

Fonte de Recursos: 500 - 0.1.0000 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 37.000,00

Órgão: 24 – Secretaria Municipal de Obras e Planejamento

Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Obras e Planejamento

Funcional Programática: 04.122.0097

Atividade: 2.010 – Conservação do Patrimônio Público

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 57

Fonte de Recursos: 500 - 0.1.0000 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 10.000,00

Órgão: 15 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Funcional Programática: 10.301.0013

Projeto: 1.010 – Construção de Unidade de Saúde

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 1

Fonte de Recursos: 502 - 0.1.0002 – Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde

Valor: R\$ 747.000,00

Funcional Programática: 10.301.0013

Atividade: 2.024 – Manutenção das atividades da Atenção Básica na Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 20

Fonte de Recursos: 502 - 0.1.0002 – Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde

Valor: R\$ 10.000,00

Art. 2º O crédito autorizado no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes das anulações das dotações abaixo descritas na importância de R\$ 804.000,00 (oitocentos e quatro mil reais):

Órgão: 26 – Secretaria Municipal de Esportes e Cultura

Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Esportes e Cultura

Funcional Programática: 27.812.0010

Atividade: 2.074 – Manutenção das atividades Esportivas e de Lazer

Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.00 – Transferências a Instituições Privadas e sem Fins Lucrativos

Código Reduzido: 107

Fonte de Recursos: 500 - 0.1.0000 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 37.000,00

Funcional Programática: 13.392.0005

Atividade: 2.014 – Manutenção das Promoções Culturais

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 98

Fonte de Recursos: 500 - 0.1.0000 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 130.000,00

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 100

Fonte de Recursos: 500 - 0.1.0000 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 15.518,34

Funcional Programática: 27.812.0010

Atividade: 1.008 – Ampliação e Reforma de Unidades Esportivas

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 104

Fonte de Recursos: 500 - 0.1.0000 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 1.000,00

Órgão: 04 – Secretaria Administração

Unidade: 01 – Secretaria Administração

Funcional Programática: 04.122.0003

Atividade: 2.005 – Transferências de Recursos a Associação de Municípios

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 04

Fonte de Recursos: 500 - 0.1.0000 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 2.016,00

Funcional Programática: 04.122.0003

Atividade: 2.008 – Capacitação dos Servidores Públicos

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 10

Fonte de Recursos: 500 - 0.1.0000 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 5.000,00

Órgão: 12 – Fundo Municipal de Desenvolvimento do Turismo

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Desenvolvimento do Turismo

Funcional Programática: 23.695.0008

Atividade: 2.026 – Manutenção do Fundo de Desenvolvimento do Turismo

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 33

Fonte de Recursos: 500 - 0.1.0000 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 2.665,66

Órgão: 22 – Controladoria Geral do Município

Unidade: 01 – Controladoria Geral do Município

Funcional Programática: 04.125.0003

Atividade: 2.026 – Manutenção das atividades da Controladoria Geral do Município

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 112

Fonte de Recursos: 500 - 0.1.0000 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 7.000,00

Código Reduzido: 113

Fonte de Recursos: 500 - 0.1.0000 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 1.000,00

Órgão: 23 – Secretaria Municipal de Finanças

Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Finanças

Funcional Programática: 04.123.0003

Projeto: 1.001 – Programa de Modernização da Administração Tributária

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 48

Fonte de Recursos: 500 - 0.1.0000 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 2.000,00

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 49

Fonte de Recursos: 500 - 0.1.0000 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 2.000,00

Órgão: 24 – Secretaria Municipal de Obras e Planejamento

Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Obras e Planejamento

Funcional Programática: 15.451.0004

Projeto: 1.006 – Construção da Casa Mortuária Municipal

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 79

Fonte de Recursos: 500 - 0.1.0000 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 60.000,00

Funcional Programática: 15.451.0004

Projeto: 1.005 – Instalação de Pontos de Ônibus

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 78

Fonte de Recursos: 500 - 0.1.0000 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 800,00

Funcional Programática: 15.452.0004

Projeto: 1.004 – Aquisição e Desapropriação de Imóveis

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 80

Fonte de Recursos: 500 - 0.1.0000 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 8.000,00

Órgão: 25 – Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico

Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico

Funcional Programática: 23.695.0008

Projeto: 1.007 – Obras de Infraestrutura Turística

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 88

Fonte de Recursos: 500 - 0.1.0000 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 9.000,00

Órgão: 15 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Funcional Programática: 10.301.0013

Projeto: 1.011 – Ampliação e Reforma de Unidade de Saúde

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 2

Fonte de Recursos: 502 - 0.1.0002 – Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde

Valor: R\$ 10.000,00

Funcional Programática: 10.301.0013

Projeto: 1.012 – Aquisição de Imóvel para Construção de Unidade de Saúde

Modalidade de Aplicação: 4.4.50.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 3

Fonte de Recursos: 502 - 0.1.0002 – Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde

Valor: R\$ 1.000,00

Funcional Programática: 10.301.0013

Atividade: 2.032 – Capacitação dos Servidores Públicos da Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 13

Fonte de Recursos: 502 - 0.1.0002 – Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde

Valor: R\$ 10.000,00

Funcional Programática: 10.301.0013

Atividade: 2.024 – Manutenção das atividades da Atenção Básica na Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 16

Fonte de Recursos: 502 - 0.1.0002 – Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde

Valor: R\$ 500.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,
Em, 05 de novembro de 2019.
MARCOS PEDRO VEBER
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de
Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -
www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva
Secretário Municipal de Administração

LEI N.º 1.794/2019

Publicação Nº 2217279

LEI N.º 1.794/2019

Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar até o limite de R\$ 128.000,00 (cento e vinte oito mil reais) ao orçamento municipal vigente:

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Educação

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Educação

Funcional Programática: 13.392.0005

Projeto: 1.020 – Ampliação e Reforma das Unidades da Educação Infantil

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 20

Fonte de Recursos: 501 - 0.1.0001 – Recursos de Impostos e Transferências de Impostos - Educação

Valor: R\$ 26.757,03

Código Reduzido: 104

Fonte de Recursos: 920 - 0.2.0036 – Recursos de Salário Educação

Valor: R\$ 70.467,97

Código Reduzido: 105

Fonte de Recursos: 920 - 0.6.0036 – Superávit de Recursos de Salário Educação

Valor: R\$ 24.775,00

Código Reduzido: 106

Fonte de Recursos: 501 - 0.3.0001 – Superávit Recursos de Impostos e Transferências de Impostos - Educação

Valor: R\$ 6.000,00

Art. 2º O crédito autorizado no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes das anulações das dotações abaixo descritas na importância de R\$ 128.000,00 (cento e vinte oito mil reais):

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Educação

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Educação

Funcional Programática: 12.361.0020

Atividade: 2.056 – Capacitação dos Servidores Públicos do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 14

Fonte de Recursos: 920 - 0.2.0036 – Recursos de Salário Educação

Valor: R\$ 4.885,10

Funcional Programática: 12.361.0020

Atividade: 2.086 – Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 56

Fonte de Recursos: 920 - 0.2.0036 – Recursos de Salário Educação

Valor: R\$ 9.618,68

Funcional Programática: 12.365.0020

Atividade: 2.087 – Manutenção do Transporte Escolar Da Educação Infantil para as Creches

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 44

Fonte de Recursos: 501 - 0.1.0001 – Recursos de Impostos e Transferências de Impostos - Educação

Valor: R\$ 7.000,00

Código Reduzido: 45

Fonte de Recursos: 920 - 0.2.0036 – Recursos de Salário Educação

Valor: R\$ 12.102,49

Funcional Programática: 12.365.0024

Atividade: 2.064 – Capacitação dos Servidores Públicos da educação Infantil

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 22

Fonte de Recursos: 920 - 0.2.0036 – Recursos de Salário Educação

Valor: R\$ 7.636,70

Funcional Programática: 12.365.0024

Atividade: 2.092 – Manutenção das atividades da Educação Infantil para as Pré-Escolas

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 66

Fonte de Recursos: 920 - 0.2.0036 – Recursos de Salário Educação

Valor: R\$ 22.000,00

Código Reduzido: 63

Fonte de Recursos: 501 - 0.1.0001 – Recursos de Impostos e Transferências de Impostos - Educação

Valor: R\$ 19.757,03

Funcional Programática: 12.365.0020

Atividade: 2.088 – Manutenção do Transporte Escolar da Educação Infantil para as Pré-Escolas

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 75

Fonte de Recursos: 920 - 0.6.0036 – Superávit de Recursos de Salário Educação

Valor: R\$ 24.000,00

Funcional Programática: 12.366.0025

Atividade: 2.066 – Manutenção das atividades da Educação de Jovens e Adultos

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 30

Fonte de Recursos: 920 - 0.2.0036 – Recursos de Salário Educação

Valor: R\$ 3.000,00

Funcional Programática: 12.361.0020

Atividade: 1.017 – Construção de Unidades do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 96

Fonte de Recursos: 920 - 0.6.0036 – Superávit de Recursos de Salário Educação

Valor: R\$ 775,00

Funcional Programática: 12.365.0024

Atividade: 1.018 – Construção de Unidades do Ensino Infantil

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 72

Fonte de Recursos: 501 - 0.3.0001 – Superávit de Recursos de Impostos e Transferências de Impostos - Educação

Valor: R\$ 6.000,00

Funcional Programática: 12.365.0024

Atividade: 2.091 – Manutenção das atividades da Educação Infantil para as Creches

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 53

Fonte de Recursos: 920 - 0.2.0036 – Recursos de Salário Educação

Valor: R\$ 6.225,00

Funcional Programática: 12.361.0020

Atividade: 2.054 – Manutenção das atividades do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 12

Fonte de Recursos: 920 - 0.2.0036 – Recursos de Salário Educação

Valor: R\$ 5.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 05 de novembro de 2019.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de

Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal

e no site da Prefeitura de Luiz Alves -

www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA 392/2019

Publicação Nº 2217289

PORTARIA N.º 392/2019

Concede férias à servidora pública municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias à servidora Sr.ª MARILENE KONS WINTER, Diretora de Ensino junto à Secretaria Municipal de Educação, com início no dia 05 de novembro de 2019 e término no dia 14 de novembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 04 de novembro de 2019.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA 393/2019

Publicação Nº 2217304

PORTARIA N.º 393/2019

Concede férias a Secretário de Administração.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias ao Secretário de Administração, Sr. GILMAR DA SILVA, com início no dia 11 de novembro de 2019 e término no dia 15 de novembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 05 de novembro de 2019.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA 394/2019

Publicação Nº 2217309

PORTARIA N.º 394/2019

Concede férias à servidora pública municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias à servidora Sr.ª GIANDRA MANES ZIMMERMANN, atendente de educação infantil junto à Secretaria Municipal de Educação, com início no dia 11 de novembro de 2019 e término no dia 20 de novembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 05 de novembro de 2019.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA 395/2019

Publicação Nº 2217312

PORTARIA N.º 395/2019

Concede férias à servidora pública municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias à servidora Sr.^a TABATA PILAR ROSA, atendente de educação infantil junto à Secretaria Municipal de Educação, com início no dia 11 de novembro de 2019 e término no dia 15 de novembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,
Em, 05 de novembro de 2019.
MARCOS PEDRO VEBER
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA 396/2019

Publicação Nº 2217314

PORTARIA N.º 396/2019

Contrata servidor em caráter temporário.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal n.º 1.025, de 09 de setembro de 2002, alterada pela Lei Municipal n.º 1.676, de 21 de junho de 2017, que autoriza a Administração Pública Municipal a contratar servidor por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO as justificativas apresentadas para fins de justificar a necessidade de excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, o servidor Sr. TEOLIDES PIRES DE LIMA GOEIS, para desempenhar a função de agente comunitário de saúde junto à Secretaria Municipal de Saúde, pelo prazo de até 03 (três) meses, nos termos do parágrafo único do artigo 1º da Lei Municipal n.º 1.025/2002.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor no dia 11 de novembro de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,
Em, 05 de novembro de 2019.
MARCOS PEDRO VEBER
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA 397/2019

Publicação Nº 2217318

PORTARIA N.º 397/2019

Contrata servidor em caráter temporário.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal n.º 1.025, de 09 de setembro de 2002, alterada pela Lei Municipal n.º 1.676, de 21 de junho de 2017, que autoriza a Administração Pública Municipal a contratar servidor por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO as justificativas apresentadas para fins de justificar a necessidade de excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, a servidora Sr.ª MARILUCIA NASCIMENTO E SILVA, para desempenhar a função de médica junto à Secretaria Municipal de Saúde, pelo prazo de até 03 (três) meses, nos termos do parágrafo único do artigo 1º da Lei Municipal n.º 1.025/2002.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 05 de novembro de 2019.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal

e no site da Prefeitura de Luiz Alves -

www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA 399/2019

Publicação Nº 2217339

PORTARIA N.º 399/2019

Atribui função a servidor público municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o inciso I do artigo 21 da Lei Complementar Municipal n.º 06, de 15 de dezembro de 2017, que instituiu a Unidade de Ouvidoria, subordinada à Controladoria-Geral do Município;

CONSIDERANDO as disposições contidas no Decreto n.º 68, de 08 de agosto de 2017, que regulamenta a Ouvidoria do Poder Executivo do Município de Luiz Alves;

CONSIDERANDO a necessidade da comunicação entre o cidadão e a Administração Pública por meio dos serviços disponibilizados via e-mail, portal, telefone e atendimento junto ao Paço Municipal, a fim de garantir a transparência na gestão e o acesso à informação;

RESOLVE:

Art. 1º Atribuir ao servidor Sr. PAULO DE OLIVEIRA SILVA, além das atribuições inerentes ao seu cargo de auxiliar administrativo, a atuar junto à Unidade de Ouvidoria Pública Municipal.

Art. 2º Conforme o disposto no artigo 6º do Decreto Municipal n.º 68/2017, compete ao Ouvidor do Poder Executivo Municipal:

I – exercer a função de representante do cidadão junto ao Poder Executivo Municipal;

II – agilizar a remessa de informação de interesse do cidadão ao seu destinatário;

III – facilitar ao máximo o acesso do usuário do serviço à Ouvidoria, simplificando seus procedimentos;

IV – encaminhar as questões ou sugestões apresentadas à área competente, acompanhando a sua apreciação;

V – identificar problemas no atendimento ao usuário;

VI – sugerir soluções de problemas identificados ao dirigente do órgão em que atue;

VII – propor a correção de erros, omissões ou abusos cometidos no atendimento ao usuário/cidadão;

VIII – atuar na prevenção e solução de conflitos.

Art. 3º Fica revogada a Portaria n.º 364/2019.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 05 de novembro de 2019.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal

e no site da Prefeitura de Luiz Alves -

www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva

Secretário Municipal de Administração

Luzerna

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 146.19

Publicação Nº 2216615

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 146/2019
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 087/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 061/2019

Aos 04 (quatro) dias do mês de novembro do ano de 2019, presentes de um lado, o MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro, por intermédio da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, representada neste ato por seu Secretário, Sr. JULIANO SCHNEIDER, Órgão Gerenciador, no uso de suas atribuições, resolve registrar os preços ofertados pela empresa:

01 – FIBRA TOP UNIFORMES INDÚSTRIA E COMÉRCIO TEXTIL EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Nicolau Cavon, 160, sala 02, centro, no Município de Videira/SC, CEP: 89.560-136, inscrita no CNPJ SOB Nº 01.194.890/0001-82, neste ato representado por seu sócio administrador PAULO JUNIOR ALVES, brasileiro, maior, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade nº 2.110.534 e inscrito no CPF/MF sob o nº 387.157.719-20, doravante denominado FORNECEDOR 1;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 087/2019, Pregão Presencial nº 061/2019, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preços, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

0.1. A presente Ata tem como objeto o Registro de Preço destinado à aquisição de camisetas para os alunos da Escola Municipal São Francisco que realizarão apresentações em evento pedagógico, conforme especificações contidas neste Edital e em seus Anexos, constituindo-se em:

Lote 1:					
Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
1	120,00	UN	Camiseta manga curta em malha helanca light 130/gm2, 100% poliéster, na cor VERME-LHA. Tamanhos PP, P, M, G, GG, EG, EGG, conforme verificação da demanda.	12,37	1.484,40
2	380,00	UN	Camiseta manga curta em malha helanca light 130/gm2, 100% poliéster, na cor VERME-LHA. Tamanhos 02, 04, 06, 08, 10, 12, 14, conforme verificação da demanda.	11,54	4.385,20
Preço Total do Lote:					R\$ 5.869,60

0.2. O FORNECEDOR 01, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima, receberá o valor global total de R\$ 5.869,60 (cinco mil oitocentos e sessenta e nove reais e sessenta centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA DA FORMA DE EXECUÇÃO

2.1. As camisetas deverão ser cotadas e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

2.1.1. As camisetas deverão apresentar as características originais do fabricante – não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

2.2. As camisetas deverão ser de 1ª qualidade e estar de acordo com as normas e legislações pertinentes para cada um.

2.2.1. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

2.3. O tamanho dos uniformes e camisetas a serem entregues pelo FORNECEDOR será informado no ato da compra.

CLÁUSULA TERCEIRA DA ENTREGA

3.1. O FORNECEDOR deverá efetuar o fornecimento dentro das especificações e/ou condições constantes da Proposta Vencedora, bem como nesta Ata e do Edital e seus Anexos.

3.2. As camisetas deverão ser fornecidas de acordo com as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, devendo o FORNECEDOR, proceder à entrega em até 10 (dez) dias contados da data da solicitação, sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

CLÁUSULA QUARTA DO RECEBIMENTO

4.1. O recebimento do objeto seguirá o disposto nos artigos 73 a 76 da Lei 8.666/93, e será realizado da seguinte forma:

4.1.1. Provisoriamente: Assim que efetuada a entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações;

4.1.2. Definitivamente: até 10 (dez) dias úteis da entrega, após verificação de qualidade e do atendimento às especificações do Edital, bem como a consequente aceitação.

4.1.3. No caso de considerada insatisfatória as condições do objeto recebido provisoriamente, será lavrado termo de recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o fardamento ser recolhido e substituído.

4.2. Por ocasião do recebimento do objeto, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de exercer ampla fiscalização de sua entrega, verificando se estão sendo cumpridos os termos contratuais, não se excluindo a empresa contratada da responsabilidade por qualquer irregularidade. Constatado o fornecimento de uniformes e camisetas de má qualidade, o Município poderá utilizar-se do disposto na Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

4.3. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela substituição e/ou retirada do objeto, quando na ocasião do recebimento, for constatado que encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

4.3.1. O FORNECEDOR deverá arcar com as despesas de carga, descarga e frete referentes às entregas do objeto, inclusive os oriundos da devolução e reposição de mercadorias recusadas por não atenderem ao Edital.

4.4. O aceite do objeto não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

4.5. Caso o objeto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

4.6. As quantidades a serem fornecidas constantes dos Anexos I e II que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA QUINTA

DO RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO E PELA FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

5.1. A fiscalização do presente Pregão Presencial ficará a cargo da servidora abaixo mencionada:

Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

Regina Carin Jacoby Cureau

Fone: (49) 35514700

E-mail: sec.educacao@luzerna.sc.gov.br

5.2. Caberá ao fiscal da contratação, verificar se os itens, objeto do presente Edital, atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como legitimar a liquidação dos pagamentos devidos ao contratado e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado, orientando as autoridades da necessidade de serem aplicadas sanções ou a rescisão contratual.

5.3. A omissão, total ou parcial, da fiscalização, não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos ou serviços que são de sua competência.

CLÁUSULA SEXTA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

6.1. Os preços não serão reajustados, salvo se:

6.1.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor devidamente comprovada, podendo ocorrer somente se de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

6.1.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

6.1.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

6.1.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

6.1.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

6.1.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

6.1.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA SÉTIMA

DOS PAGAMENTOS

8.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

8.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados pelo fornecedor por ocasião da habilitação.

8.2.1. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para:

➤ MUNICÍPIO DE LUZERNA - Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro, Luzerna, SC, CNPJ nº 01.613.428/0001-72.

8.3. O FORNECEDOR deverá enviar e-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br).

8.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

8.4.1. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

CLÁUSULA OITAVA DAS OBRIGAÇÕES

9.1. Cabe ao MUNICÍPIO:

9.1.1. A definição do objeto desta Licitação;

9.1.2. Tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório;

9.1.3. Manter pessoas ou constituir Comissão Especial designada pelo Prefeito, visando à fiscalização da execução do contrato;

9.1.4. Efetuar o pagamento do FORNECEDOR de acordo com o estipulado neste Edital;

9.1.5. Conceder revisões contratuais toda vez que se verificar alterações no equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido, mediante requerimento formal protocolado pelo FORNECEDOR, devidamente instruído, com a comprovação do aumento dos custos;

9.1.6. Providenciar a publicação da Ata de Registro de Preços proveniente do presente processo, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;

9.1.7. Emitir, quando da necessidade da aquisição dos materiais, através do setor municipal competente, autorização para o fornecimento dos mesmos.

9.2. Cabe ao FORNECEDOR:

9.2.1. Executar o objeto da presente Ata; do edital e de acordo com o estipulado no Termo de Referência.

9.2.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas neste Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

9.2.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

9.2.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;

9.2.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLAUSULA DÉCIMA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

10.1.1. Advertência;

10.1.2. Multa;

10.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

10.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

10.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

10.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

10.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

10.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

10.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

10.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

10.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

10.6. No caso de necessidade troca e/ou retirada dos produtos entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

10.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

10.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias

corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

10.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

10.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

10.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

10.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DAS ALTERAÇÕES

11.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

11.2. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

12.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

12.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

12.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

12.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

12.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

12.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

12.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

12.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

12.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

12.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

12.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

12.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

13.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central – Prefeitura de Luzerna/SC ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Ação (s):

07.001.12.361.0701.2711 – Manutenção da Educação – Fundamental

07.001.12.365.0701.2709 – Manutenção da Educação – Creche

07.001.12.365.0701.2710 – Manutenção da Educação – Pré escola

07.003.13.392.0706.2740 – Apoio para a Difusão Cultural e Resgate da Memória

Modalidade de Aplicação (s):

3.3.90. Outras despesas correntes – Aplicações diretas

Fonte (s):

001 – Receitas e Transferências de Impostos - Educação CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA
DA VIGÊNCIA

14.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma, podendo ser prorrogada nos termos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços. E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 04 de novembro de 2019.

REGINA CARIN JACOBY CUREAU

Secretária de Educação, Cultura e Esportes

CONTRATANTE

PAULO JUNIOR ALVES

FIBRA TOP UNIFORMES INDÚSTRIA E COMÉRCIO TEXTIL EIRELI

FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

1. -----

Nome:

CPF:

2. -----

Nome:

CPF:

CONTRATO PML Nº 147.19

Publicação Nº 2216729

CONTRATO n. 147/2019 - PML

PROCESSO LICITATÓRIO n. 072/2019 - PML

EDITAL DE CONCORRÊNCIA n. 003/2019 - PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Avenida 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna/SC e a SECRETARIA DE COORDENAÇÃO DE GOVERNO E GESTÃO, neste ato representado por seu Secretário Sr. JULIANO SCHNEIDER, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF nº 005.113.009-21 e portador da cédula de identidade RG nº 3.620.6130, denominado CONTRATANTE e a empresa FOCO PROPAGANDA LTDA EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.191.137/0001-33, com sede a Rua 29 de Julho, nº 313, Edifício Milenium, 1º andar, no município de Concórdia/SC, representada neste ato pelo Sr. OSMAR WILHNER, portador da Cédula de Identidade nº 14/R 2.130.385 e inscrito no CPF-MF sob o nº 629.830.249-20, doravante denominado CONTRATADO.

Este Contrato, regido pela Lei n.º 8.666/93 e Lei Federal n. 12.232/10, origina-se do Processo Licitatório nº 072/2019 - Concorrência nº 003/2019, parte integrante deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõe.

CLÁUSULA PRIMEIRA

OBJETO

1.1 Constitui o objeto do presente contrato a prestação de serviços de Agência Publicitária, para a Prefeitura Municipal de Luzerna na atividade Institucional, nos termos da Lei 12.232/10, tudo mediante verba estabelecida no limite de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais) para o período de 12 (doze) meses.

1.2 As publicações de Editais, balanços, contratos, atas, erratas, bem como todas as demais publicações com características de atos oficiais, legais e afins, exigíveis por força da lei específica, poderão ter sua veiculação contratada pela Prefeitura Municipal de Luzerna, isoladamente, junto a veículos de comunicação, sem a intermediação da agência Contratada, não sendo devidos à Contratada quaisquer honorários ou créditos pertinentes a estas publicações.

1.3. Fica ainda facultado à própria Prefeitura realizar ou contratar diretamente quaisquer dos serviços mencionados no item 1.1 utilizando-se para isso da sua própria estrutura e pessoal ou terceiros, para os quais não será devida qualquer remuneração à Agência contratada, nem mesmo qualquer percentual pela divulgação destes, observada a legalidade e vantajosidade do procedimento.

CLÁUSULA SEGUNDA

DOS DOCUMENTOS APLICÁVEIS/FORMA E REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 Integra o presente Contrato e assim aplicáveis, os documentos abaixo relacionados, os quais as partes declaram ter pleno conhecimento de seus inteiros teores:

2.1.1 Instrumento Convocatório (Edital) – Processo Licitatório nº 072/2019 – Concorrência nº 003/2019;

2.1.2 Proposta da CONTRATADA apresentada e o Briefing.

CLÁUSULA TERCEIRA

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 Constituem obrigações da CONTRATADA, dentre outras inerentes ou decorrentes deste Contrato:

3.1.1 Executar todos os serviços constantes do objeto deste Instrumento Convocatório, na forma do Projeto Básico (Briefing), em anexo;

3.1.2 Fornecer, caso solicitado pela CONTRATANTE, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do seu pedido, a Certidão Negativa de Débito - CND, emitida pelo INSS, ou Certificado Regularização de Situação - CRS, junto ao FGTS, ou provas de quitação com as Fazendas Públicas, Federal, Estadual ou Municipal, sob a pena de sustação de quaisquer créditos, até a efetiva comprovação da inexistência de débitos, e rescisão;

3.1.3 Envidar no sentido de obter, para a Prefeitura Municipal de Luzerna, as melhores condições de negócios junto aos veículos de divulgação e meios de comunicação com a comunidade, através de desconto de frequência, tabela, pacote, posicionamento, etc.;

3.1.4 Assessorar a CONTRATANTE, no sentido de obter o melhor rendimento possível do plano de propaganda e promoção;

3.1.5 Distribuir e fiscalizar a divulgação dos anúncios de que for incumbida;

3.1.6 Submeter previamente a CONTRATANTE, para aprovação, todo o preço de veiculação de publicidade que demandar criação e produção;

3.1.7 Submeter à aprovação prévia da CONTRATANTE, todo e qualquer custo que ultrapasse a uma margem de tolerância de 20% (vinte por cento) das campanhas aprovadas;

3.1.8 Apresentar, até o dia 15 (quinze) de cada mês, uma relação das despesas previamente aprovadas, correspondentes ao mês anterior, na qual serão incluídas as dos meses anteriores, até então não liquidadas;

3.1.9. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração do orçamento e listagem dos serviços executados por terceiros, e que venham a implicar em aumento das despesas ou perda dos descontos;

3.1.10 Guardar sigilo sobre todos os assuntos que, em decorrência dos serviços que deve executar, lhe forem confiados;

3.1.11 Efetuar, sempre, a cotação de preços para os serviços de terceiros, apresentando, no mínimo, 03 (três) propostas alternativas, indicando aquela mais adequada para a execução dos serviços a serem contratados ou justificando a impossibilidade de assim proceder.

3.1.11.1 A critério da CONTRATANTE, a mesmo poderá apresentar outras cotações a serem inclusas juntas às realizadas pela CONTRATADA, visando ampliar o número de propostas alternativas;

3.1.12 Responder por qualquer ação judicial movida por terceiros com base na legislação de proteção à propriedade intelectual, direitos de propriedade e/ou direitos autorais, relacionados com os serviços objeto do presente Contrato;

3.1.13 Operar como uma organização completa e independente, fornecendo serviços de comprovada qualidade e mão-de-obra necessária especializada;

3.1.14 Cumprir durante a execução dos serviços contratados, todas as Leis e posturas Federais, Estaduais e Municipais, pertinentes e vigentes, sendo a única responsável por prejuízos decorrentes a que houver dado causa;

3.1.15 Responsabilizar-se por recolhimentos indevidos ou pela omissão total ou parcial nos recolhimentos de tributos que incidam ou venham a incidir sobre os serviços contratados;

3.1.16 Manter, por escrito, todos os entendimentos sobre os serviços com a CONTRATANTE, ressalvados os verbais determinados pela urgência que deverão, todavia, ser confirmados por escrito, dentro de 24 (vinte e quatro) horas úteis;

3.1.17 Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados, direta ou indiretamente, à CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da prestação dos serviços, objeto deste Contrato;

3.1.18 Utilizar as ideias concedidas em função deste compromisso e executá-las somente em propaganda autorizada pela CONTRATANTE;

3.1.19 Elaborar as mídias dos veículos de comunicação de acordo com as tabelas de preços vigentes, submetendo-se à devida aprovação;

3.1.20 Responsabilizar-se pelo pagamento dos serviços prestados por terceiros, não cabendo à CONTRATANTE qualquer obrigação sobre os pagamentos devidos pela CONTRATADA a terceiros;

3.1.21 Entregar os serviços solicitados, indicados na autorização de fornecimento (enviadas via email ou expressa), ao Gabinete do Prefeito da Prefeitura Municipal de Luzerna;

3.1.22 Fornecer os materiais ou serviços, à medida da necessidade da CONTRATANTE, nos prazos estabelecidos, de acordo com autorização de fornecimento, enviada via e-mail ou protocolar, pelo Gabinete do Prefeito;

3.1.23 Responsabilizar-se pelo cumprimento das normas, códigos de conduta e legislações em vigor;

3.1.24 Arcar todas as despesas referentes a custos com materiais, mão-de-obra e equipamentos necessários aos serviços;

3.1.25 Comunicar por escrito à CONTRATANTE, toda e qualquer anormalidade relacionada com os serviços, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da ocorrência.

CLÁUSULA QUARTA OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1 Constituem obrigações da CONTRATANTE, dentre outras inerentes ou decorrentes deste Contrato:

4.1.1 Liquidar os documentos de cobrança, conforme disposto na Cláusula Sétima deste instrumento;

4.1.2 Publicar o extrato deste Contrato, na forma da Lei;

4.1.3 Dar o recebimento dos serviços e materiais, mediante pessoa capacitada;

4.1.4 Prestar todos os esclarecimentos que se fizerem necessários, para a perfeita execução dos serviços;

4.1.5 Enviar via e-mail ou via-expressa, através do Gabinete do Prefeito a Autorização de Fornecimento ou de Execução de serviços; e

4.1.6 Apresentar junto às cotações da CONTRATADA, conforme o subitem 3.11.1, outras cotações de sua livre escolha, visando ampliar o número de propostas alternativas, e obter preços mais baixos.

CLÁUSULA QUINTA DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS E ENCARGOS

5.1 - À CONTRATADA caberá, ainda:

5.1.1 Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria;

5.1.2 Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorrido em dependência da CONTRATANTE;

5.1.3 Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionadas ao processo licitatório e/ou respectivo contrato; e

5.1.4 Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação da licitação origem ou contratação.

CLÁUSULA SEXTA DOTAÇÃO/VERBA

6.1 A verba total destinada aos programas e às campanhas publicitárias, objeto deste Contrato, fica limitada em R\$ 130.000,00 (cento e trinta reais), por ano.

6.2 O valor contratado é meramente estimativo, não cabendo à CONTRATADA qualquer direito a integralização, pois, a CONTRATANTE, se reserva o direito de, a seu exclusivo critério, utilizar ou não a totalidade da verba prevista.

6.3. Os recursos orçamentários necessários à contratação dos serviços estão alocados na rubrica orçamentária:

Ação: 03.001.04.131.0200.2305-Publicidade Institucional e de Marketing

GND Modalidade de Aplicação: 3.3.90. Outras despesas correntes - Aplicações diretas

Fonte: 000-Recursos Ordinários

6.3.1 - Nos exercícios seguintes (se for o caso), durante a vigência do contrato, as despesas respectivas serão empenhadas, em relação a parte a ser executada, indicando-se os créditos e empenhos para sua cobertura em termos aditivos a serem então lavrados pelo Município de Luzerna.

CLÁUSULA SÉTIMA DAS CONDIÇÕES DA REMUNERAÇÃO E PRAZOS DE PAGAMENTO

7.1 A remuneração da agência contratada far-se-á de acordo com o que dispõe a Lei nº. 4.680, de junho de 1965, e demais diplomas legais em vigor, inclusive o disposto no edital de Concorrência nº 003/2019, observando-se os parâmetros seguintes:

7.1.1. Custos Internos (criação): calculado com base e no limite dos preços dos serviços previstos na Tabela Referencial de Preços do SA-PESC, considerando o desconto de 80 % (oitenta por cento) ofertado pela CONTRATADA.

7.1.2 Produção: Honorários correspondentes a 15% (quinze por cento) sobre os preços, previamente autorizados, dos fornecedores dos trabalhos de produção. A porcentagem, acima referida, incidirá sobre o valor da fatura do fornecedor.

7.1.3 Veiculação: Honorários de 20% (vinte por cento) sobre os preços de tabela de veículo de comunicação, ou sobre os preços acertados para a veiculação, e previamente autorizados pela CONTRATANTE.

7.2. Os "layouts" reprovados não serão cobrados pela CONTRATADA. Serão pagos, ainda, "layouts" solicitados e aprovados e que venham a ser cancelados durante o processo de produção e/ou veiculação.

7.3. Quaisquer descontos especiais resultantes de negociações, além dos descontos normais previstos em tabela que venham a ser concedidos pelos veículos ou fornecedores, serão integralmente transferidos para a CONTRATANTE.

7.4. Os pagamentos serão realizados até 30 (trinta) dias após a entrega da Nota Fiscal, mediante aceite do Gabinete do Prefeito, acompanhado da apresentação da prestação de serviços na Prefeitura de Luzerna.

7.5. A Comissão sobre veiculação conforme subitem 7.1.3, acima, será de exclusiva obrigação dos veículos de comunicação, que deverá ser paga mediante a apresentação do faturamento correspondente, que deverão acompanhar os seguintes documentos:

- a) Fatura dos veículos de comunicação em nome da Prefeitura Municipal de Luzerna, constando o valor líquido, ou seja, deduzido da comissão da agência;
- b) Tabelas de preços dos veículos de comunicação;
- c) Comprovante de exibição de emissora;
- d) Páginas inteiras, originais dos jornais, exemplares das revistas com a devida publicação e data.

7.6. Os custos próprios de criação, outros serviços, bem como a comissão de produção de agência, serão pagos, mediante apresentação do faturamento correspondente, em nome da licitante vencedora, acompanhado dos respectivos comprovantes (NF, faturas recibos, etc.).

7.7. Os documentos de cobrança (NF, faturas), deverão conter:

- a) Número do contrato;
- b) Local dos serviços;
- c) Item contratual das condições de pagamento a que se refere o documento de cobrança;
- d) Data do vencimento;
- e) Descrição detalhada dos serviços executados;
- f) Classificação do tipo de pagamento (básico, reajuste eventual ou imposto);
- g) Forma de pagamento: carteira/documento de crédito/depósito bancário/cobrança bancária/outros.

7.8. As compensações financeiras contratuais, por eventuais atrasos nos pagamentos, poderão ser aplicadas, desde que a lei federal permita.

7.9. No caso de documentos de cobrança emitidos com valor a maior, admite-se a correção destes mediante retificação formal em 02 (duas) vias, a/c do Gabinete do Prefeito da Prefeitura Municipal de Luzerna, condicionando a liberação do pagamento dos documentos de cobrança ao cumprimento desta exigência.

7.10. No caso de protesto indevido, decorrente do não cumprimento das cláusulas contratuais, de título de cobrança bancária ou negociado com terceiros, sujeitará o fornecedor a arcar com as respectivas custas cartorárias e honorários advocatícios, mesmo que o protesto tenha sido involuntário.

7.11. As eventuais despesas bancárias, processuais e outras decorrentes da não observância do prazo de pagamento pactuado em contrato, serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

7.12. A CONTRATANTE, a fim de compensar obrigações não cumpridas pela CONTRATADA, se reserva o direito de reter na devida proporção da obrigação vencida e pendente de cumprimento, os créditos porventura existentes em favor da CONTRATADA, inclusive para atender ao disposto no item anterior, bem como aos danos diretos causados pela CONTRATADA à CONTRATANTE.

7.13. Os documentos de cobrança somente poderão ser apresentados após a data prevista para o cumprimento do evento, vinculado às condições de pagamento do contrato e efetiva conclusão da etapa a que corresponder o pagamento.

7.14. Eventual antecipação do cumprimento dos eventos previstos no Contrato poderá ensejar antecipação de pagamento, a critério exclusivo da CONTRATANTE.

7.15. A não antecipação do pagamento por parte da CONTRATANTE, não ensejará pagamento de quaisquer multas.

7.16. Não serão pagos juros ou outros acréscimos sobre os créditos retidos.

7.17. Caso ocorra atraso na apresentação dos documentos de cobrança, o prazo de pagamento será ampliado em igual número de dias de atraso, sem que caiba qualquer reajuste adicional.

7.18. Havendo erro no documento de cobrança ou recusa na aceitação dos serviços, pela CONTRATANTE, o mesmo será devolvido e o pagamento será susado para que a CONTRATADA tome as providências necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado da data de protocolo da reapresentação.

7.18.1 Em caso de devolução do documento de cobrança, esta deverá ser realizada dentro do prazo de até 20 (vinte) dias, contados da data de sua entrega à CONTRATANTE.

7.18.2 Ultrapassando o prazo estabelecido no item anterior, o prazo para processamento e o pagamento do documento de cobrança reapresentado, será deduzido de igual número de dias do período que exceder 20 (vinte) dias.

7.18.3 Ocorrendo devolução do documento de cobrança, a CONTRATADA será oficiada sobre as razões da devolução.

7.19. Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das responsabilidades do Contrato, nem implicará em aprovação definitiva dos serviços executados, total ou parcialmente.

7.20. O não atendimento de qualquer cláusula destas condições gerais, facultará à CONTRATANTE suspender o pagamento do documento de cobrança correspondente, até que seja cumprida pela CONTRATADA a cláusula infringida, não se responsabilizando a CONTRATANTE, pelo atraso decorrente.

7.21. Entre a data efetiva de cumprimento do evento e seu pagamento, deverão decorrer 20 (vinte) dias para produção interna, e 10 (dez) dias úteis para veiculação e produção de terceiros, contados da entrega dos documentos de cobrança, estes que deverão ser protocolados na Prefeitura Municipal de Luzerna em até 5 (cinco) dias após a conclusão do evento.

7.22. O reajustamento de preço será feito após 12 (doze) meses contados da data da apresentação proposta, de acordo com a variação pro rata tempore do INPC/IBGE, ou de outro índice que venha a substituí-lo oficialmente.

CLÁUSULA OITAVA DA ACEITAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

8.1 A fiscalização dos serviços será feita pelo Gabinete do Prefeito, que apontarão as deficiências verificadas, as quais deverão ser sanadas pela CONTRATADA, devendo esta proceder às correções e substituições do produto/serviços.

8.2 A CONTRATANTE fiscalizará e inspecionará os serviços e verificará o cumprimento das especificações técnicas, podendo rejeitá-los, no todo ou em parte, quando estes não obedecerem ou não atenderem ao desejado ou especificado.

8.3 A não aceitação de algum serviço, no todo ou parte, não implicará na dilatação do prazo de execução, salvo expressa concordância da CONTRATANTE neste sentido.

8.4 A fiscalização terá poderes, entre outros, para notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontrados no decorrer da execução de qualquer serviço, podendo exigir a correção que julgar necessária, sem aumento de despesas para a CONTRATANTE.

8.4.1 A ausência de comunicação por parte da CONTRATANTE, referente a irregularidade ou falhas, não exime a CONTRATADA das responsabilidades determinadas no Contrato e seus anexos.

8.5 Correrão por conta da CONTRATADA, todas as despesas e custos decorrentes da não aceitação de quaisquer serviços, no todo ou em parte.

8.6 A fiscalização dos trabalhos, por parte da CONTRATANTE, não desobriga a CONTRATADA de sua responsabilidade quanto à perfeita execução dos serviços contratados.

CLÁUSULA NONA DOS PRAZOS

9.1 O presente Contrato vigorará pelo período de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura, podendo ser renovado nos limites do art. 57 da Lei 8.666/93 e do Prejulgado n. 1359 do Tribunal de Contas de Santa Catarina.

9.2 Contados da data do recebimento da Autorização de Fornecimento, enviada via e-mail ou forma expressa, os prazos para as entrega dos serviços solicitados pelo Gabinete do Prefeito, ficarão assim distribuídos:

- a) 10 (dez) dias para entrega da Criação;
- b) 5 (cinco) dias para entrega da Produção;
- c) 2 (dois) dias para entrega da Veiculação;
- d) 15 (quinze) dias para planejamento;
- e) 15 (quinze) para outros serviços.

9.3 Após conferidos os serviços pelo Gabinete do Prefeito, os prazos e condições de pagamento serão:

9.3.1. Até 30 (trinta) dias, após a apresentação da Nota Fiscal e relatório de prestação de contas, mediante aceite do Gabinete do Prefeito.

9.4 No ato do recebimento da remuneração, referente aos serviços que tenham sido prestados neste Município, a CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, recolher a parcela relativa ao ISS – Imposto Sobre Serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA DOS CASOS DE RESCISÃO, PENALIDADES E SANÇÕES

10.1 O presente contrato ficará rescindido de pleno direito, independentemente de qualquer aviso de interpelação judicial ou extrajudicial, ocorrendo quaisquer das infrações de suas cláusulas ou condições, e, em especial, se a CONTRATADA:

- 10.1.1 Atrasar em mais de 10 (dez) dias, no atendimento a qualquer dos prazos previstos no subitem 9.2, deste contrato;
- 10.1.2 Contrair falência, insolvência, dissolução judicial ou extrajudicial, homologadas ou decretadas;
- 10.1.3 Não respeitar os dispositivos legais;
- 10.1.4 Promover alteração social ou modificar a finalidade ou estrutura da empresa, que a juízo da CONTRATANTE prejudique a execução do Contrato;
- 10.1.5 Descumprir quaisquer das obrigações contratuais, inclusive, deixar de prestar os serviços, objeto do contrato, com a qualidade e exigência técnica a que se obriga;
- 10.1.6 Deixar de apresentar previamente à CONTRATANTE para aprovação, em mais de duas ocasiões, qualquer orçamento e análise, de criação, produção, exibição, nos termos deste contrato, sem prejuízo nas demais penalidades;
- 10.1.7 Estiver exercendo os serviços com deficiência, ou não estiver cumprindo com as exigibilidades e especificações previstas no Briefing, no instrumento de convocação e contrato;
- 10.1.8 Efetuar subcontratação ou transferência, total ou parcial, dos serviços, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;
- 10.1.9 Que infringir quaisquer das hipóteses do art. 78 da Lei 8.666/93.

10.2 Com base no artigo 79, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, a rescisão do contrato poderá ser amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE que, a exemplo da rescisão administrativa, deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente;

10.3 Rescindido o Contrato, a CONTRATANTE poderá transferir o fornecimento, objeto deste Contrato, ao próximo relacionado na ordem de classificação do pleito licitatório, originário deste contrato, independente de qualquer consulta ou autorização da ex-CONTRATADA.

10.4 Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, previstas no artigo 87 e seus incisos da Lei nº 8.666/93, garantida a prévia defesa, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- 10.4.1 Advertência, por falta leve ou não reincidente, a critério da CONTRATANTE.
- 10.4.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor dos serviços encomendados e não providenciados, podendo ser penalizada em dobro, na reincidência dentro do mesmo período mensal;
- 10.4.3 Multa de 10% (dez) por cento do valor do contrato, no caso de rescisão sem justo motivo, ou pela transferência total ou parcial do contrato a terceiros, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.

10.5 A incidência de multa e/ou rescisão de Contrato, poderão ser acumuladas a outras penalidades e a sua aplicação não impedirá que a CONTRATANTE adote as medidas judiciais cabíveis.

10.6 A cobrança de multas será feita mediante desconto do pagamento de fatura, se forem apresentadas após a sua aplicação, ou ainda, cobradas diretamente da CONTRATADA, se a fatura for insuficiente.

10.6.1 No caso de cobrança de multa diretamente da CONTRATADA, essa deverá ser recolhida dentro do prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da correspondente notificação, garantida a prévia defesa.

10.7 Pela inexecução total ou parcial deste contrato, com base no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, além de advertência, a CONTRATANTE poderá, ainda, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- 10.7.1 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com esta Administração, por prazo de até 2 (dois) anos;
- 10.7.2 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública municipal enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após, decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.
- 10.7.3 A aplicação desta sanção será publicada no Jornal Oficial do Município.

10.8 Poderá, ainda, a CONTRATADA, sujeitar-se às sanções previstas nos subitens 10.7.1 e 10.7.2, deste Contrato, caso:

- 10.8.1 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer dos tributos;
- 10.8.2 Tenha praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- 10.8.3 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Prefeitura Municipal de Luzerna, em virtude de atos ilícitos praticados.

10.9 Poderá, ainda, a CONTRATADA, a juízo da CONTRATANTE, responder por perdas e danos, independentemente das multas previstas no presente Contrato.

10.10 No caso de rescisão contratual pelos motivos acima, cessarão automaticamente todas as atividades, objeto deste Contrato.

10.11 Caso a CONTRATANTE não utilize a prerrogativa de rescindir o Contrato, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a CONTRATADA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.12 A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE nos casos de rescisão administrativa, previstas nos artigos 77 a 79, da Lei nº 8.666/93 e demais alterações, sem prejuízo nas prerrogativas e consequências previstas nos artigos 80 a 85 da mesma lei.

10.13 As penalidades da CONTRATANTE constituirão em atualização financeira pelo atraso nos pagamentos, em relação aos prazos previstos neste Contrato, atualização esta que passará a ser aplicada através do INPC/IBGE, desde que a lei assim o permitir.

10.14 A CONTRATANTE se reserva o direito de aplicar multa moratória, sem prejuízo da rescisão deste Contrato, caso a CONTRATADA viole ou infrinja qualquer disposição estatuída neste instrumento, ressalvado os casos fortuitos ou força maior, desde que devidamente comunicados por escrito e aceito pela CONTRATANTE.

10.15 Caso a CONTRATANTE exerça o direito de aplicar a pena de multa, esta se obriga a notificar a CONTRATADA, justificando a medida.

10.15.1 Da notificação constarão as seguintes informações:

- a) Número do Contrato;
- b) Motivo a que se refere;
- c) Valor da multa e demonstrativo de cálculo.

10.16 A referida multa será deduzida do valor a ser pago da respectiva fatura por ocasião de sua quitação, garantida prévia defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 No relacionamento entre as partes serão observadas, ainda, as seguintes condições:

11.1.1 Os entendimentos efetuados serão documentados através de relatórios de visita, que relacionará as solicitações da CONTRATANTE, as indicações da CONTRATADA, os serviços apresentados, alterações, modificações eventuais, aprovação de trabalhos apresentados, bem como citação dos respectivos orçamentos, os quais deverão ser, no mínimo em número de 03 (três).

11.1.2 Toda veiculação aprovada pela CONTRATANTE e autorizada pela CONTRATADA, somente poderá ser cancelada de comum acordo com o veículo e atendidas as normas deste.

11.1.3 Os descontos especiais de negociação, além dos descontos normais previstos em tabela, que venham a ser concedidos por terceiros, ou pelo veículo de divulgação, serão integralmente transferidos à CONTRATANTE.

11.2 As peças criadas pela CONTRATADA poderão ser, a critério da CONTRATANTE, reutilizadas, não cabendo, no caso, nenhum acréscimo ou pagamento adicional, à CONTRATADA, exceto no que tange a direitos de terceiros relativos a essas peças, cujas obrigações a CONTRATANTE assumirá total responsabilidade.

11.3 O material e as ideias utilizadas na publicidade da Prefeitura Municipal de Luzerna, bem como os direitos autorais patrimoniais relativos, aqui compreendidos o de usar e dispor desses, pertencerão exclusivamente à Prefeitura Municipal de Luzerna, independentemente de qualquer remuneração especial ou adicional, valendo a presente cláusula como cessão definitiva desses direitos, vedada sua reprodução ou imitação, pela CONTRATADA, quer durante a vigência deste contrato, quer após o seu término.

11.4 Não valerá como precedente, novação ou renúncia dos direitos assegurados à CONTRATANTE pela Lei ou pelo presente Contrato, a tolerância quanto a eventuais descumprimentos ou infrações da CONTRATADA relativa às condições ora estabelecidas.

11.5 Os casos e situações omissos serão resolvidos de comum acordo, respeitadas as disposições da Lei n. 8.666/93 e demais alterações posteriores.

11.6 As partes contratantes sujeitam-se às normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Concorrência Pública n. 003/2019, da Prefeitura Municipal de Luzerna e às cláusulas deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DO FORO

12.1 Fica eleito o foro de Joaçaba (SC), para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes da execução do presente contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos.

Luzerna/SC, 05 de novembro de 2019.

JULIANO SCHNEIDER

Secretário de Coordenação de Governo e Gestão

CONTRATANTE

OSMAR WILHNER

FOCO PROPAGANDA LTDA EPP

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1. -----

Nome:

CPF:

2. -----

Nome:

CPF:

DECRETO 2833

Publicação Nº 2216199

DECRETO Nº 2833 de 04 de novembro de 2019.

"SUPLEMENTA DOTAÇÕES PELO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 5º da Lei nº 1.619 de 13 de novembro de 2018, e,

CONSIDERANDO que o Município já arrecadou 77,47% (setenta e sete vírgula quarenta e sete por cento) dos recursos ordinários previstos para o exercício até o mês de setembro;

CONSIDERANDO que se a arrecadação de novembro e dezembro for igual a média mensal de arrecadação nos 9 (nove) primeiros meses, de recursos ordinários, haverá um excesso de arrecadação superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);

CONSIDERANDO que a meta estabelecida pelo Decreto 2706 de 18 de dezembro de 2018 que "ESTABELECE O DESDOBRAMENTO DAS RECEITAS EM METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO, A PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E O CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019" para o 4º bimestre foi superada em mais de R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais), considerando todos os recursos;

CONSIDERANDO que a meta estabelecida pelo Decreto 2706 de 18 de dezembro de 2018, para recursos ordinários, já foi superada em mais de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais);

CONSIDERANDO que o historicamente o mês de dezembro é o mês com maior arrecadação do ano;

CONSIDERANDO que entre 01 e 24 de outubro já foram arrecadados aproximadamente R\$ 950.661,71 (novecentos e cinquenta mil, seiscentos e sessenta e um real e setenta e um centavos) de recursos ordinários;

CONSIDERANDO que se a arrecadação de novembro a dezembro for igual a média mensal de arrecadação nos 9 (nove) primeiros meses, de recursos do FUNDEB, haverá um excesso de arrecadação superior a R\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais);

CONSIDERANDO que se a arrecadação do exercício de 2019 comparada com o exercício de 2018, até o mês de outubro em recursos ordinários, está superior a 7,50% (sete vírgula cinquenta por cento);

CONSIDERANDO o valor já suplementado pelo DECRETO Nº 2828 de 25 de outubro de 2019, no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

CONSIDERANDO a Sumula 473 do Supremo Tribunal Federal, no que diz respeito ao Decreto nº 2830 de 29 de outubro de 2019.

DECRETA:

Art.1º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, no montante de R\$ 352.000,00 (trezentos e cinquenta e dois mil reais), à conta dos recursos do PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, proveniente de recursos ordinários:

I - Recursos Ordinários (000, 001 e 002)

Movimento	Órgão.Uni	Ação	Fonte	G.N.D.	Mod.	Valor (R\$)
Suplementação	02.006	2.260	000	3	90	7.000,00
Suplementação	02.008	2.280	000	3	90	2.000,00
Suplementação	04.007	2.405	000	3	90	10.000,00
Suplementação	06.002	2.610	000	3	90	5.000,00
Suplementação	07.002	2.730	000	3	90	15.000,00
Suplementação	02.001	2.202	000	1	90	10.000,00
Suplementação	02.002	2.210	000	1	90	20.000,00
Suplementação	02.003	2.230	000	1	90	5.000,00
Suplementação	02.004	2.240	000	1	90	10.000,00
Suplementação	02.008	2.280	000	1	90	5.000,00
Suplementação	03.002	2.302	000	1	90	20.000,00
Suplementação	04.007	2.407	000	1	90	46.000,00
Suplementação	04.002	2.421	000	1	90	25.000,00
Suplementação	06.001	2.603	000	1	90	20.000,00
Suplementação	06.003	2.606	000	1	90	10.000,00
Suplementação	06.003	2.620	000	1	90	5.000,00
Suplementação	07.001	2.704	001	1	90	3.000,00
Suplementação	07.001	2.706	001	1	90	10.000,00
Suplementação	07.001	2.708	001	1	90	15.000,00
Suplementação	07.003	2.730	001	1	90	15.000,00
Suplementação	05.001	2.502	002	1	90	60.000,00
Suplementação	05.001	2.504	002	1	90	13.000,00

Suplementação	05.001	2.506	002	1	90	11.000,00
Suplementação	04.007	2.407	000	3	90	10.000,00

Parágrafo Único - Para fins de reestimativa de receita orçamentária, o valor dessa suplementação deverá ser inserido na rubrica de arrecadação da quota parte do ICMS.

Art. 2º - Fica revogado o Decreto nº 2830 de 29 de outubro de 2019.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 29 de outubro de 2019.

Luzerna(SC), 04 de novembro de 2019.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

PORTARIA 154 (RETIFICAÇÃO)

Publicação Nº 2216383

PORTARIA Nº 154/19 de 24 de outubro de 2019. (retificação)

“ENQUADRA SERVIDORES QUE ESPECIFICA”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO, a edição da Lei Complementar nº 221 de 24 de setembro de 2019 que “ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 202 de 12 de março de 2019 QUE “DISPÕE SOBRE O MODELO DE GESTÃO E A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE LUZERNA(SC)” E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.” publicada em 24/09/2019 e com efeitos a partir em 24/09/2019. RESOLVE:

Art.1º- ENQUADRAR em razão da promulgação da Lei Complementar nº 221 de 24 de setembro de 2019, a partir de 1º de OUTUBRO de 2019, os servidores ocupantes de cargo de provimento em comissão a seguir nominados:

CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO				
Servidor	Cargo Anterior	Cargo Atual	Nível Anterior	Nível Atual
Dejair Tedesco	Diretor de Paisagismo	Diretor de Serviços Integrados de Infraestrutura e Paisagismo	CC-3	CC-3
Tiago Fagonde de Moraes	Diretor Administrativo da ITL	Diretor de Desenvolvimento Econômico e Inovação e Administrativo da ITL	CC-3	CC-3

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de outubro de 2019.

Luzerna(SC), 24 de outubro de 2019.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

PORTARIA 158/19

Publicação Nº 2216421

PORTARIA Nº 158/19 de 05 de novembro de 2019.

“CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o art.90 e §§ da Lei Complementar nº 164 de 25 de abril de 2017 e art. 20 e §§ do Decreto nº 2396 de 29 de junho de 2017,

RESOLVE:

Art.1º- CONCEDER a servidora LUCIANA PRONER CANALE, Professora, Classe “I - G”, LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA para acompanhamento de sua mãe para tratamento de saúde por 03 (três) dias, de 06 de novembro de 2019 a 08 de novembro de 2019.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 05 de novembro de 2019.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

PORTARIA 159/19

Publicação Nº 2216422

PORTARIA Nº 159/19 de 05 de novembro de 2019.

"CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o art.90 e §§ da Lei Complementar nº 164 de 25 de abril de 2017 e art. 20 e §§ do Decreto nº 2396 de 29 de junho de 2017,

RESOLVE:

Art.1º- CONCEDER a servidora SOELI APARECIDA DA COSTA DE OLIVEIRA, Professora, Classe "I - C", LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA para acompanhamento de sua filha para tratamento de saúde por 14 (quatorze) dias, de 05 de novembro de 2019 a 18 de novembro de 2019.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 05 de novembro de 2019.

Luzerna(SC), 05 de novembro de 2019.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

Macieira

PREFEITURA

CONTRATO DE LOCAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL Nº117/2019

Publicação Nº 2217697

Contrato de Locação do Espaço Público do Cemitério Municipal nº 117/2018.

Termo de Locação de Espaço Público, que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua José Augusto Royer, 133, Macieira/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 95.992.020/0001-00, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Zelir Citadin, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e de outro lado a Sr.^a Maristela Tasca, inscrita no CPF sob nº 052.352.429-39 RG nº 4.288.299 endereçado na Rua Severino Constantini nº S/N Macieira – SC, doravante denominado de CONTRATADO (A), pactuam o presente contrato de locação de espaço público do cemitério municipal de Macieira, condições que se enunciam a seguir e que mutuamente outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

0.1. O objeto do presente instrumento contratual é a Locação de Espaço Público do cemitério municipal, localizado no Bloco 02, denominado atualmente LOTE 104A, com as seguintes medidas: 1,50x280 (Espaço para Tumulo Simples)

Medidas aproximadas do Simples: 1,50x2,80.

0.2. Fica autorizado o sepultamento de pessoas autorizadas pelo Sr.^a Maristela Tasca sob sua responsabilidade.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1. O presente contrato terá vigência de 05 (cinco) anos, contados a partir da data de sua assinatura, ou seja, 06 de novembro de 2024, podendo ser prorrogado por iguais períodos, enquanto houver interesse por parte do CONTRATADO.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DA LOCAÇÃO

3.1. A locação de uso do espaço previsto na cláusula primeira terá o valor de R\$ 210,00 (Duzentos e dez reais), pelo período locado de 05 (cinco) anos, e deverá ser pago na vigência do próximo contrato, sendo este valor através de boleto bancário, expedido pelo setor de Tributos da Prefeitura, com vencimento para 10 (dez) dias.

3.2. Para a licença da construção do Tumulo no local citado na cláusula primeira, será cobrado o valor único de R\$ 40,00 (quarenta reais), sendo este valor através de boleto Bancário estando incluso neste valor a placa com número da quadra e do lote.

CLÁUSULA QUARTA - DOS DIREITOS

DO CONTRATANTE:

É assegurada à CONTRATANTE o exercício, na defesa de seus interesses e em nome da vontade pública, dos atos e ações previstos na legislação e regulamento específico e aquelas que se fundamentam no interesse público;

- a) Efetuar, através das áreas pertinentes ou Comissões Especiais, a fiscalização do uso do terreno, objeto deste instrumento, bem como o cumprimento de todas as condições impostas para a execução do objeto deste instrumento contratual;
- b) Observar e fazer cumprir as condições regulamentares e em toda legislação cabível e aplicável.

DO (A) CONTRATADO (A):

- a) É assegurado ao CONTRATADO o exercício, na defesa de seus interesses, dos atos e ações previstos no regulamento específico e legislação cabível e aplicável;
- b) Nenhuma sanção ou penalização será aplicada sem garantia de prazo prévio para o exercício de ampla defesa;
- c) Explorar o espaço de terreno, de forma racional e organizada, pelo prazo e condições aqui avançadas, sendo total responsável pela área locada e bens nela edificados/situados, pelo período de vigência deste termo.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES

DO CONTRATANTE:

- a) O CONTRATANTE fiscalizará o uso do espaço público locado e, quando necessário, expedirá advertência e em caso de reincidências, notificará e aplicará penalidades de multas e outras, visando desta forma a melhor e mais organizada ocupação do cemitério público municipal;
- b) O CONTRATANTE não poderá efetuar alterações unilaterais deste contrato, exceto em comum acordo entre as partes ou em situações de relevante interesse público comprovado.

DO (A) CONTRATADO (A):

- d) O CONTRATADO deverá utilizar o espaço locado em conformidade com as determinações e/ou autorizações formais dadas pelo CONTRATANTE;
- e) Não realizar obras estranhas à normalidade, devendo em casos excepcionais de necessidade ou interesses da família, obter autorização da CONTRATANTE;
- f) Efetuar o pagamento dos valores estampados na cláusula terceira, especialmente nas renovações contratuais à cada interstício temporal de 5 (cinco) anos;
- g) Não sublocar nem autorizar o sepultamento de cadáveres no espaço, sem a devida autorização e licença do CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA – CONDIÇÕES GERAIS

5.1. Em caso de falecimento da pessoa CONTRATADA, a sucessão dos direitos e obrigações passará ao herdeiro mais próximo, considerando-se para tanto, a árvore genealógica e o grau mais próximo em linha reta (descendente/ascendente).

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

O Foro eleito para dirimir qualquer controvérsia relacionada ao presente contrato e não resolvida entre as partes, será o da Comarca de Caçador, Estado de Santa Catarina, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por acharem assim justas e contratadas, de pleno acordo, depois de lido e achado conforme, assinam as partes contratantes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Macieira (SC), 06 de novembro de 2019.

Zelir Citadin

Maristela Tasca

Prefeito Municipal

CONTRATADO

Contato:

PORTARIA 4272

Publicação Nº 2216489

PORTARIA Nº 4272/2019

Concede Licença para Tratamento de Saúde aos Servidores que Especifica.

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Complementar nº 68/2014, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, conforme segue:

NOME	CARGO	A PARTIR DE:	DIAS	
Adelir Bertotto	Motorista II	22/10/2019	1/2	
Adelir Bertotto	Motorista II	23/10/2019	1/2	
Alessandra A. Arconti	Assessora	01/10/2019	1/2	
Alessandra A. Arconti	Assessora	09/10/2019	01	
Alessandra A. Arconti	Assessora	22/10/2019	01	
Alexa di Domenico	Professora	24/10/2019	01	
Anadir Rampinelli	Técnica de Enfermagem	24/10/2019	02	
Anderson M. Arconti	Operador de Máquinas	01/10/2019	04	
Angela Castilho da Silva	Conselheira Tutelar	25/10/2019	07	
Angela Castilho da Silva	Conselheira Tutelar	25/10/2019	01	
Angela Castilho da Silva	Conselheira Tutelar	14/10/2019	1/2	
Carla M. Cerry	Fisioterapeuta	16/10/2019	01	
Carla M. Cerry	Fisioterapeuta	23/10/2019	1/2	
Claudia P. Aiolfi Tonello	Professora	14/10/2019	01	
Cleide Serighelli	Serviços Gerais II	23/10/2019	01	
Clodoaldo de Bortoli	Operador de máquinas leves	02/10/2019	01	
Cristiana Turmina	Professora	17/10/2019	01	
Cristina Lazzarotti	Professora	14/10/2019	1/2	
Cristina Lazzarotti	Professora	31/10/2019	01	
Dizanira C. O. Santos	Serviços Gerais II	29/10/2019	1/2	
Donato Bonassa	Motorista II	29/11/2019	08	
Edenilde P. Felix	Conselheira Tutelar	30/10/2019	1/2	
Edilene M. P. Biava	Auxiliar Administrativo	22/10/2019	01	
Edilene M. P. Biava	Auxiliar Administrativo	31/10/2019	1/2	
Edson L. Maurina	Motorista II	02/10/2019	1/2	
Eliane Bertotto	Diretora de Programas	16/10/2019	1/2	
Eliane Bertotto	Diretora de Programas	25/10/2019	1/2	
Elizangela de Liz Leite	Enfermeira	18/10/2019	1/2	
Fernanda Zílio	Serviços Gerais II	03/10/2019	1/2	
Ivete Ribeiro de Freitas	Odontóloga	10/10/2019	01	
Jaderson Canalle	Veterinário	16/10/2019	1/2	
Janete B. Pereira	Professora	01/10/2019	1/2	
Josimari do Prado	Gari	16/10/2019	02	
Laressa Grahl S.	Recepcionista	15/10/2019	01	
Laressa Grahl S.	Recepcionista	09/10/2019	02	
Laressa Grahl S.	Recepcionista	30/10/2019	1/2	
Larini Grahl	Recepcionista	07/10/2019	1/2	

Larini Grah	Recepcionista	07/10/2019	1/2	
Letícia Verona	Professora	03/10/2019	1/2	
Letícia Verona	Professora	14/10/2019	1/2	
Leudanires L. C. Cerry	Auxiliar de Odontologa	01/10/2019	01	
Leudanires L. C. Cerry	Auxiliar de Odontologa	31/10/2019	1/2	
Lorena Recalcatti	Serviços Gerais II	17/10/2019	1/2	
Luciana T de Souza	Professora	21/10/2019	1/2	
Luciane A. de Oliveira	Serviços Gerais I	09/10/2019	1/2	
Luciane A. de Oliveira	Serviços Gerais I	29/10/2019	1/2	
Lucilene Perego	Técnica de Enfermagem	10/10/2019	1/2	
Lucimar Moraes	Aux. Serviços Gerais	25/10/2019	1/2	
Lucimar Moraes	Aux. Serviços Gerais	24/10/2019	1/2	
Maristela Tasca	Tec. em saúde bucal	22/10/2019	01	
Nadir Zimmer Telegen	Professora	31/10/2019	1/2	
Natani Zamboni	Enfermeira	02/10/2019	02	
Natani Zamboni	Enfermeira	23/10/2019	1/2	
Natani Zamboni	Enfermeira	24/10/2019	01	
Neiva T. B. Maffessani	Professora	07/10/2019	01	
Neiva T. B. Maffessani	Professora	28/10/2019	01	
Patrick do Nascimento	Fiscal Tributos	25/10/2019	01	
Pedrinho Renato Bernardino	Motorista II	25/10/2019	1/2	
Rafaela dos Santos	Professora	30/10/2019	1/2	
Romaiane A. Dal Ponte	Contadora	31/10/2019	1/2	
Rosane Bertotto	Controle Interno	11/10/2019	1/2	
Roselene Ana Arcontti	Serviços Gerais II	11/10/2019	1/2	
Simone Lazzarotti Gomes	Ag combate a endemias	14/10/2019	01	
Solange dos Santos de Oliveira	Auxiliar Educacional	16/10/2019	03	
Talia Tomazi	Vigilância Sanitária	31/10/2019	1/2	
Thaísa Bueno N.	Aux. Serviços Gerais	25/10/2019	01	
Veronica A. Krulikowski	Farmacêutica	11/10/2019	01	
Vivian Locatelli	Professora	03/10/2019	1/2	
Vivian Locatelli	Professora	18/10/2019	1/2	
Willian Cardoso	Advogado	08/10/2019	1/2	

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira, 31 de outubro de 2019.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

PORTARIA 4273

Publicação Nº 2216490

PORTARIA Nº 4273/2019

Concede Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor que Especifica

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Complementar nº 68/2014 que prevê o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, ao Servidor Público Municipal, abaixo relacionado, conforme segue:

NOME	CARGO	A PARTIR DE:	DÍAS
Rosilene Ana Arconti	Serviços Gerais II	03/11/2019	90

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira, 04 de novembro de 2019.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

Mafra

PREFEITURA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2019

Publicação Nº 2217394

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA, faz saber a quem possa interessar que realizará PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO para provimento de empregos públicos e formação de cadastro de reserva do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Assistência Social, através do Fundo Municipal de Assistência Social. Este edital reger-se-á pelas instruções especiais contidas neste Edital e demais disposições legais vigentes.

1. DO CRONOGRAMA DESTA CERTAME

DATA	ATO
05/11/2019	Publicação do Edital
05/11/2019 a 08/11/2019	Prazo para impugnação do edital
09/11/2019 até às 23h59min do dia 17/11/2019	PERÍODO DE INSCRIÇÕES
09/11/2019 a 14/11/2019	Período para solicitar isenção do pagamento da taxa de inscrição
15/11/2019	Divulgação da lista de isentos do pagamento da taxa de inscrição
Até 18/11/2019	Prazo para envio de laudo médico para candidatos com deficiência e para pedido de condições especiais para a realização das provas objetivas, conforme itens 3.9 e 4.2 deste edital.
09/11/2019 a 18/11/2019	Prazo para impressão do boleto e para pagamento da taxa de inscrição
25/11/2019	Publicação da relação de inscritos e divulgação do local de provas
26/11/2019 a 27/11/2019	Prazo para recurso contra o indeferimento de inscrição
28/11/2019	Julgamento dos recursos contra o indeferimento de inscrição
28/11/2019	Homologação das Inscrições (listagem oficial)
01/12/2019	Data provável para realização das Provas Objetivas
01/12/2019	Publicação do gabarito provisório (após às 20 horas)
02/12/2019 a 03/12/2019	Prazo para recurso contra questões e gabarito
11/12/2019	Julgamento dos Recursos contra questões e gabarito
11/12/2019	Publicação do Gabarito Oficial e Publicação das Notas da Prova Objetiva e da Classificação Provisória
12/12/2019 a 13/12/2019	Prazo para recurso contra Notas da Prova Objetiva e da Classificação Provisória
17/12/2019	Julgamento dos Recursos contra Notas da Prova Objetiva e da Classificação Provisória
A partir de 17/12/2019	Homologação do Resultado Final

1.1. O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos e de recursos, intempéries e por decisão da Comissão de Coordenação e Fiscalização do Processo Seletivo e/ou da Comissão Executiva, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame.

1.2. Este Processo Seletivo será executado sob a responsabilidade da Empresa SC Treinamentos.

1.3. A fiscalização e a supervisão deste Processo Seletivo estarão a cargo da Prefeitura Municipal de Mafra e da Comissão de Coordenação e Fiscalização do Processo Seletivo.

1.4. As publicações serão realizadas geralmente após às 17 horas da data prevista, cabendo ao candidato a responsabilidade de acompanhar as publicações.

1.5. O Edital do Processo Seletivo, os demais comunicados e avisos aos candidatos, a relação de inscritos, os gabaritos e provas, os julgamentos realizados, convocações para provas e todos os demais atos do Processo Seletivo, serão publicados no site oficial do Processo Seletivo na Internet: www.sconcursos.com.br e na página oficial do Município de Mafra www.mafra.sc.gov.br.

1.6. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar, pela internet, através dos sites www.sconcursos.com.br e www.mafra.sc.gov.

br, as publicações de todos os atos e editais relativos ao Processo Seletivo, inclusive alterações que porventura ocorram durante a realização do mesmo e até sua homologação final.

1.7. A escolaridade e requisitos exigidos, conforme item 2.1 e legislação em vigor, deverão ser comprovados no ato da posse após a convocação.

1.8. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação irrestrita das instruções e das condições do Processo Seletivo, tais como se acham estabelecidas neste edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações, relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivesse transcrito e acerca dos quais não poderá o candidato alegar desconhecimento.

2. DOS CARGOS E DAS VAGAS

2.1. Quadros de cargos/regime de contratação, vagas, carga horária semanal, regime de contratação, habilitação mínima, vencimento, valor das inscrições e tipo de prova:

Cargo	Vagas	Carga Horária Semanal	Vencimento Inicial (R\$)	Habilitação/Escolaridade Exigida	Tipo de Prova	Valor da Taxa de Inscrição
Assistente Social	2+CR	30 h	R\$3.266,60	Ser portador de diploma de conclusão de curso superior em Serviço Social, com registro no órgão fiscalizador do exercício profissional.	Objetiva	R\$ 100,00
Psicólogo	1+CR	30 h	R\$3.266,60	Ser portador de diploma de conclusão de curso superior em Psicologia, com registro no órgão fiscalizador do exercício profissional	Objetiva	R\$ 100,00

CR = Cadastro de Reserva

PCD = Vagas reservadas às pessoas com deficiência.

2.2. As vagas serão preenchidas de acordo com a ordem de classificação conforme item 7 deste edital.

2.3. Para a investidura no cargo, o candidato aprovado deverá, obrigatoriamente, preencher os requisitos a seguir e apresentar os seguintes documentos:

- 2.3.1 - Ter nacionalidade brasileira;
- 2.3.2 - Ter idade mínima de 18 anos;
- 2.3.3 - Ter aptidão física e mental, adequada ao exercício do cargo, mediante atestado fornecido por médico oficial, que serão custeados pelo candidato classificado;
- 2.3.4 - Comprovar habilitação legal para o cargo exigida pelo Edital;
- 2.3.5 - Carteira de Identidade;
- 2.3.6 - Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- 2.3.7 - Título de Eleitor e comprovante de quitação eleitoral atualizado;
- 2.3.8 - Comprovante de quitação militar (somente para os candidatos do sexo masculino);
- 2.3.9 - Comprovante de nível de escolaridade e da formação exigida para o cargo;
- 2.3.10 - Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos e carteira de vacinação dos filhos menores de idade;
- 2.3.11 - Certidão de nascimento, casamento ou união estável;
- 2.3.12 - Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e cópia da declaração do Imposto de Renda do último ano de referência;
- 2.3.13 - Declaração de não possuir acúmulo de cargo, função, emprego público ou aposentadoria exceto os previstos em Lei;
- 2.3.14 - Comprovante de endereço atualizado;
- 2.3.15 - Cópia autenticada do Registro no Conselho de Classe Profissional válido, quando for o caso;
- 2.3.16 - Demais documento que a Prefeitura Municipal de Mafra vier a exigir.
- 2.3.17 - Carteira de Trabalho CTPS e PIS/PASEP.
- 2.3.18 - 1 (uma) foto 3x4.
- 2.3.19 - Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, processo disciplinar/penalidades disciplinares;
- 2.3.20 - Carteira de vacinação em dia do aprovado;
- 2.3.21 - Certidão de antecedentes criminais.

2.4. A admissão dos candidatos aprovados no Processo Seletivo dar-se-á conforme a legislação vigente do Município de Mafra na data da admissão.

2.5. A comprovação da escolaridade e o preenchimento dos demais requisitos legais indispensáveis à nomeação no cargo público será exigida unicamente quando da posse no cargo público. A não apresentação, naquela ocasião, de todos os documentos exigidos implicará na desclassificação do Processo Seletivo e imediata convocação do candidato seguinte na ordem de classificação.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1 A participação neste Processo Seletivo iniciar-se-á pela inscrição, que deverá ser efetuada no prazo e condições estabelecidas neste edital.

3.2. A inscrição será efetuada exclusivamente via internet, sendo que o candidato deverá acessar o site www.sconcursos.com.br, onde terá acesso ao Edital e seus anexos, à ficha de inscrição e aos procedimentos necessários à efetivação da inscrição.

3.2.1. Para efetivar a sua inscrição o candidato deverá acessar o endereço eletrônico www.sconcursos.com.br em "Concursos e seletivos", "inscrições abertas", selecionar a Prefeitura Municipal de Mafra Edital de Processo Seletivo 01/2019;

3.2.2. Baixar e Ler atentamente o edital completo e suas alterações quando houver, inteirando-se das condições do certame e certificando-se de que preenche todas as condições exigidas.

3.2.3. Cadastrar-se, criando uma senha de acesso para a área do candidato (guardar bem essa senha pois será útil em todos os acessos futuros do candidato).

3.2.4. Preencher o Requerimento de Inscrição, conferindo os dados informados e enviá-lo pela internet, imprimindo uma cópia que deve ficar em seu poder;

3.2.5. Imprimir e efetivar o pagamento do boleto bancário, referente à taxa de inscrição, até o dia do vencimento estabelecido no boleto.

3.2.6. Manter o boleto que comprova o pagamento da taxa de inscrição em seu poder.

3.2.7. É de responsabilidade do candidato manter atualizados os endereços, e-mails e números de telefones informados na inscrição. Eventual mudança de endereço, até a data de publicação do resultado final do Processo Seletivo, deverá ser atualizada no cadastro online do candidato, através da sua área restrita, e deverá ser comunicado a empresa SC Treinamentos por correspondência eletrônica (e-mail) enviada para: contato@scconcursos.com.br. Após a data de publicação do resultado do Processo Seletivo, deverão ser comunicadas diretamente à Prefeitura de Mafra, junto ao Setor de Recursos Humanos - RH.

3.2.8. Não será aceita inscrição via postal, por telex ou via fax, e-mail, extemporânea e/ou condicional ou, ainda, fora do prazo estabelecido.

3.3. O candidato deverá imprimir e pagar o boleto no valor determinado até a data limite, constante no respectivo documento.

3.3.1. O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não se constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

3.3.2. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o boleto deverá ser pago antecipadamente.

3.3.3. Para evitar ônus desnecessário, o candidato deverá orientar-se no sentido de recolher o valor de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidos para assumir o cargo, bem como das regras constantes neste edital, acompanhando as publicações e suas possíveis alterações.

3.3.4. A inscrição só será aceita quando o banco onde foi paga a taxa de inscrição confirmar o respectivo pagamento.

3.3.5. Não serão aceitas as inscrições pagas fora do prazo de vencimento ou com cheques sem provisão de fundos.

3.3.6. O candidato, após efetuar o pagamento da inscrição, não poderá, sob qualquer pretexto, pleitear a troca de cargo e/ou a devolução da importância recolhida, uma vez que o valor da inscrição somente será restituído em caso de anulação do Processo Seletivo.

3.3.7. A empresa SC Treinamentos e a Prefeitura Municipal de Mafra não se responsabilizam por boletos clonados por estelionatários, através de vírus no computador utilizado pelo candidato.

3.3.8. No caso de extravio do boleto original, uma segunda via poderá ser obtida no mesmo endereço, na área restrita do candidato.

3.4. O candidato deverá acompanhar a publicação da relação de candidatos inscritos para confirmar o processamento de sua inscrição. Caso sua inscrição não tenha sido processada, o mesmo não poderá prestar provas, podendo impetrar recurso, conforme prazo determinado neste edital.

3.5. A inscrição do candidato implicará a tácita aceitação das condições estabelecidas neste edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e das quais não poderá alegar desconhecimento.

3.5.1. Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, de seus dados de identificação, títulos apresentados, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente Processo Seletivo.

3.6. A Prefeitura Municipal de Mafra e a Empresa SC TREINAMENTOS não se responsabilizarão por solicitações de inscrição, via internet, não efetivadas por motivos de ordem técnica, falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores que impossibilitem a transferência dos dados ou a impressão do documento relacionado neste edital.

3.7. As informações prestadas no requerimento de inscrição são de total responsabilidade do candidato e, se falsas, incompletas ou inexatas, determinarão o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes, mesmo que o candidato tenha sido aprovado e/ou que o fato seja constatado posteriormente.

3.7.1. Será nula a inscrição de candidato que, por qualquer meio, faça uso de informação ou documento falso ou oculte informação ou fato a ela relevante, sem prejuízo das sanções judiciais cabíveis.

3.7.2. No caso de cancelamento da inscrição serão anulados todos os atos dela decorrentes, a qualquer tempo, mesmo que o candidato tenha sido classificado e que o fato seja constatado posteriormente.

3.7.3. Caso a inscrição do candidato não seja homologada, ou haja inexatidão relativas a grafia do seu nome, condição de pessoa com deficiência ou qualquer outra, caberá recurso nos termos do presente Edital.

3.7.4. Os casos de erro de grafia, data de nascimento ou outro dado pessoal, o próprio candidato deve entrar na área restrita do site, com seu CPF e senha cadastrados e fazer as devidas alterações até a data de homologação presente no cronograma deste edital.

3.8. Os candidatos poderão inscrever-se somente em um cargo.

3.8.1. Para o candidato que efetivar mais de uma inscrição, será considerada válida somente a última inscrição efetivada, desde que devidamente paga.

3.8.2. No caso de dupla inscrição não será admitida a utilização do pagamento da primeira para a segunda, devendo o candidato realizar a inscrição completa (inscrição + pagamento) para o cargo que pretende concorrer.

3.9. O candidato que necessitar de condição especial (local de fácil acessibilidade, uso de aparelhos de audição, leitor (não haverá prova em braile), prova com fonte ampliada e etc.) para a realização das provas objetivas deverá solicitá-lo encaminhando o especificado

requerimento preenchido (Anexo II), via postal por SEDEX com AR ao endereço abaixo especificado, até o último dia de inscrição, indicando claramente quais os recursos especiais necessários (materiais, equipamentos, e outras aplicadas à deficiência).

3.9.1. No exterior do envelope deverão constar as seguintes informações:

Destinatário: SC Treinamentos
Rua Benjamin Constant 823, Loja 2 Sala 2, Bairro Imigrantes. Timbó – SC
CEP 89120-000

Requerimento de condições especiais para realização de prova

Remetente/Nome: _____

Município e nº do Edital: _____

Cargo: _____

Nº de Inscrição: _____

3.9.2. As solicitações de condições especiais, bem como de recursos especiais, serão atendidas obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade e de acordo com o laudo médico específico ao candidato a ser apresentado. No caso de uso de equipamentos especiais, estes deverão ser obtidos pelo candidato e apresentados antecipadamente ao fiscal de sala e ou coordenador local da empresa SC Treinamentos para que verifique e autorize seu uso.

3.9.2.1. Caso o candidato não envie o pedido exigido no item anterior acompanhado de laudo medido específico que ateste a necessidade de condição especial para realização da prova objetiva, o candidato não terá preparado o tratamento diferenciado para realização de provas.

3.9.2.2. O candidato que necessitar de cadeira adaptada para canhoto deverá apenas encaminhar o Anexo II preenchido e assinado, conforme item 3.9, não sendo necessário encaminhar laudo médico para tal condição.

3.9.3. A candidata lactante que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá solicitar por escrito conforme o item 3.9, durante o período da inscrição, e levar acompanhante que permanecerá em sala reservada para essa finalidade.

3.9.3.1. O acompanhante e a criança devem permanecer na sala reservada para amamentação desde o horário de início das provas.

3.9.3.2. Não haverá compensação de tempo em favor de amamentação, portanto deve-se chegar ao local da prova com a antecedência mínima de trinta minutos

4. DAS VAGAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

4.1. Às pessoas com deficiência é assegurado o direito de inscrição no presente Processo Seletivo, para os cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a sua deficiência, num percentual de 5% (cinco por cento) das vagas, por cargo, então existentes e das futuras, até a validade do Processo Seletivo, de acordo com o art. 37, inciso VIII da Constituição da República Federativa do Brasil.

4.1.1. Para os cargos deste edital, cuja aplicação do percentual de 5% não resulta a oferta imediata de vagas, nos termos do Decreto Federal nº 9.508/2018, neste caso, o primeiro candidato com deficiência classificado no cargo será convocado para ocupar a 10ª (décima) vaga que vier a surgir para o cargo que concorreu, enquanto os demais serão convocados a cada intervalo de 20 (vinte) vagas providas.

4.1.2. Será considerada pessoa portadora de necessidades especiais a que se enquadra nas seguintes categorias, segundo o artigo 4º da Lei Estadual nº 12.870, de 12 de janeiro de 2004:

I. Deficiência Física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

II. Deficiência Auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz;

III. Deficiência Visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

IV. Deficiência Mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

a) Comunicação;

b) Cuidado pessoal;

c) Habilidades sociais;

d) Utilização dos recursos da comunidade;

e) Saúde e segurança;

f) Habilidades acadêmicas;

g) Lazer; e

h) Trabalho;

i) Deficiência múltipla - associação de duas ou mais deficiências.

4.2. Ao inscrever-se nessa condição, o candidato deverá escolher o cargo a que concorre e marcar a opção "Pessoas com Deficiência", bem como deverá encaminhar, via postal por SEDEX com AR, no endereço abaixo indicado, até o dia designado no cronograma deste edital, o original ou cópia autenticada em cartório do laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da necessidade especial e a caracterização das anomalias impeditivas ao exercício regular dos cargos, o qual deverá ter sido emitido nos últimos 06 (seis) meses e deverá constar a data de emissão.

4.2.1. No exterior do envelope deverão constar as seguintes informações:

Destinatário: SC Treinamentos
Rua Benjamin Constant 823, Loja 2 Sala2, Bairro Imigrantes. Timbó – SC
CEP 89120-000

Documentação para concorrer às vagas reservadas para Pessoas com Deficiência

Remetente/Nome: _____

Município e nº do Edital: _____

Cargo: _____

Nº de Inscrição: _____

4.3. Caso o candidato não encaminhe o laudo médico até o prazo determinado, não será considerado como pessoa com deficiência para concorrer às vagas reservadas, não tendo direito à vaga especial, seja qual for o motivo alegado, mesmo que tenha assinalado tal opção na ficha de inscrição.

4.4. Os candidatos inscritos nessa condição participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere às provas aplicadas, ao conteúdo das mesmas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos, resguardadas as condições especiais previstas na legislação própria.

4.5. Os candidatos aprovados no Processo Seletivo serão submetidos a exames médicos e complementares que irão avaliar a sua condição física e mental, a qual terá a decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente ou não e o grau de deficiência, capacitante (aptidão) ou incapacitante (inaptidão), para o exercício do cargo.

4.6. Os candidatos inscritos para as vagas reservadas aos candidatos com deficiência que forem aprovados serão convocados por edital próprio, através do site Oficial do Município de Mafra www.mafra.sc.gov.br, na aba de concurso, para avaliação da sua condição de deficiente pela Perícia Médica Oficial do Município de Mafra e se a deficiência é capacitante ou não para o exercício do cargo.

4.7. Na falta de candidatos aprovados para as vagas reservadas, estas serão preenchidas pelos demais candidatos com estrita observância da ordem classificatória.

4.8. Caso a aplicação do percentual de 5% resultar em número fracionado, igual ou superior a 0,5% (meio ponto percentual), este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

4.9. Após a investidura do candidato, a deficiência não poderá ser arguida para justificar a concessão de aposentadoria.

4.10. Será excluído do Processo Seletivo o candidato aprovado para uma das vagas aos candidatos com deficiência que:

4.10.1. Não comparecer, chegar atrasado ou não apresentar a documentação e ou exames solicitados para a avaliação da Perícia Médica Oficial do Município.

4.10.2. Cuja deficiência informada no requerimento de Inscrição não seja constatada pela Perícia Médica Oficial do Município ou não seja compatível com o exercício do cargo.

4.10.3. Não será admitido recurso relativo à condição de deficiente de candidato que, no ato da inscrição, não declarar essa condição.

5. DAS ETAPAS DESTE PROCESSO SELETIVO

5.1. Este Processo Seletivo constará de apenas uma etapa de caráter eliminatório e classificatório, sendo: Prova Objetiva para todos os cargos.

5.2. São isentos da taxa de inscrição neste Processo Seletivo:

a) Os candidatos doadores de Sangue fidelizado, doador de Medula Óssea e pessoa que integre a Associação de doadores e que contribua, comprovadamente para estimular de forma direta e indireta, a doação;

b) Os candidatos que estiverem inscritos no Cadastro único para Programas Sociais do Governo Federal – CADÚnico por serem membros de família de baixa renda (com renda mensal per capita de até meio salário mínimo ou renda familiar mensal de até três salários mínimos).

5.2.1. Para os candidatos que solicitarem isenção da taxa de inscrição por serem doadores de sangue, doador de medula óssea ou pessoa que integre a Associação de doadores e que contribua, comprovadamente para estimular de forma direta e indireta, a doação:

5.2.1.1. Considera-se para enquadramento ao benefício previsto por esta Lei somente a doação de sangue promovida a órgão oficial, ou a entidade credenciada pela União, pelo Estado ou por Município.

5.2.1.2. A comprovação da qualidade de doador de sangue será efetuada através da apresentação de documento expedido pela entidade coletora. O documento previsto por este item deverá discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferior a 03 (três) vezes anuais, considerando-se os 12 (doze) meses que antecederam a abertura do presente edital.

5.2.1.3. A comprovação da pessoa doador de Medula Óssea se dará através da apresentação de sua inscrição no REDOME – Registro Brasileiro de Doadores de Medula

Óssea ou ainda declaração expedida por órgão oficial ou entidade credenciada pela União, pelo Estado ou por Município, hemocentros e nos bancos de sangue dos hospitais, devidamente atualizado.

5.2.1.4. A comprovação da pessoa que integre a Associação de doadores e que contribua, comprovadamente para estimular de forma direta e indireta, a doação, será efetuada mediante documento específico firmado por entidade coletora oficial ou credenciada, que deverá relacionar minuciosamente as atividades desenvolvidas pelo interessado.

5.2.1.5. Os candidatos deverão no momento da inscrição on-line, encaminhar eletronicamente a documentação acima através da “Área do Candidato” em campo específico para tal.

5.2.1.6. A constatação de falsidade dos documentos exigidos, além das sanções penais cabíveis importará na exclusão da inscrição do candidato neste Processo Seletivo.

5.2.2. Para os candidatos que solicitarem isenção da taxa de inscrição por estarem inscritos no CADÚnico:

5.2.2.1. Os candidatos deverão no momento da inscrição on-line, solicitar a isenção (CADÚnico) e preencher o nº do NIS.

5.2.2.2. No caso de pedido de isenção por estar inscrito no CADÚnico, será consultado o Ministério da Cidadania – Secretaria Especial do Desenvolvimento Social - para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato.

5.2.2.3. Para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato” e para tanto é necessário que as informações solicitadas (nome completo, data de nascimento, nome da mãe e município) sejam idênticas àquelas informadas no momento do cadastramento, ou o candidato deve estar cadastrado a mais de 45 dias para ser possível acessar as informações.

5.2.2.4. A constatação de falsidade nas declarações apresentadas, além das sanções penais cabíveis importará na exclusão da inscrição do candidato neste Processo Seletivo.

5.2.3. Sendo indeferido o pedido de isenção da taxa de inscrição, restará ao candidato pagamento da respectiva taxa de inscrição até a data limite constante no boleto.

5.2.4. O candidato que efetivar mais de uma inscrição com pedido de isenção de pagamento, para o mesmo cargo, terá analisada e confirmada apenas a última inscrição, sendo as demais canceladas.

5.2.5. Não será permitida, após a entrega do requerimento de isenção, acompanhado dos documentos comprobatórios, a complementação da documentação.

5.2.6. Não será aceita solicitação de isenção de pagamento de valor de inscrição via fax, via requerimento administrativo, via correio eletrônico ou, ainda fora do prazo.

6. DA PRIMEIRA ETAPA DO PROCESSO SELETIVO: PROVA OBJETIVA

6.1. PROVA OBJETIVA (PO) será de múltipla escolha, com 4 (quatro) alternativas e 01 (uma) única alternativa correta, de caráter eliminatório e classificatório, a qual visa avaliar os conhecimentos indispensáveis ao exercício das atribuições dos cargos oferecidos pelo presente edital e versará sobre os conteúdos programáticos indicados no Anexo I, a ser aplicada igualmente para todos os candidatos.

6.1.1. Serão considerados aprovados neste Processo Seletivo os candidatos que atingirem nota igual ou superior a 50% da nota na prova objetiva.

6.1.2. A prova objetiva terá pontuação de 0,00 (zero) a 10,0 (dez), utilizando-se 02 (duas) casas decimais após a vírgula, cuja nota será obtida mediante ao cômputo de acertos, tendo em vista que cada questão valerá o disposto no item 6.3.

6.2. A prova objetiva para todos os cargos será na data provável de 01 de dezembro de 2019 considerando os seguintes horários:

EVENTO	HORÁRIO
Abertura dos portões dos locais de prova: entrada dos candidatos.	8h e 00min
Fechamento dos portões dos locais de prova: proibido o ingresso sob qualquer alegação a partir deste horário	8h e 30min
Início da prova	8h e 45min
Período mínimo de permanência no local de provas.	8h e 45min até 9h e 45min
Final da prova. Entrega obrigatória do cartão resposta.	11h e 45min

6.2.1. Será vedado o acesso ao local de prova objetiva para todos os candidatos que se apresentarem após às 8h e 30 minutos, sob qualquer alegação.

6.2.2. O tempo total de realização das provas já compreende o tempo necessário para preenchimento do cartão-resposta.

6.2.3. A empresa SC Treinamentos, por motivos técnicos ou de força maior, poderá retardar o início da prova escrita ou transferir suas datas e ou horários. Eventuais alterações serão comunicadas no site do Processo Seletivo na Internet, por mensagens enviadas para o e-mail informado, ou por aviso fixado na entrada principal ou mural do local anteriormente determinado, caso o evento determinante da alteração seja de natureza imprevisível.

6.3. A Prova Objetiva será composta do seguinte programa de provas:

DISCIPLINAS	NÚMERO DE QUESTÕES	VALOR DE CADA QUESTÃO	TOTAL POR TIPO DE PROVA
Língua Portuguesa	5	0,27	1,35
Matemática	5	0,27	1,35
Conhecimentos Gerais e Atualidades	5	0,26	1,30
Conhecimentos Técnicos do cargo e Legislação	15	0,40	6,00
TOTAL	30	10,00	

6.3.1. O tempo total de realização das provas será de 3 (três) horas já compreendido o tempo necessário para preenchimento do cartão-resposta.

6.4. Normas para ingresso no local de provas e prestação da prova objetiva:

6.4.1. O candidato deverá comparecer no local da prova portando, obrigatoriamente, documento de identidade oficial e com foto e caneta esferográfica de tinta azul ou preta indelével e de material transparente.

6.4.1.1. Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos, etc.); passaporte brasileiro, certificado de reservista, carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por Lei Federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo aprovado pelo artigo 159 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997);

6.4.1.2. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais, CPF, ou qualquer outro documento sem valor de identidade, bem como documentos ilegíveis ou não identificáveis.

6.4.1.3. Em caso de perda, furto ou roubo do documento de identidade original, o candidato deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias da data de realização da prova objetiva. Neste caso será realizada a identificação especial através da coleta de impressão digital para posterior averiguação.

6.4.1.4. A não apresentação do documento de identidade, nos termos desse edital impedirá o acesso do candidato ao local de prova.

6.4.1.5. Em face de eventual divergência a empresa SC Treinamentos poderá exigir a apresentação do original do Comprovante de pagamento da taxa de inscrição, com a devida autenticação bancária, não sendo válida cópia mesmo que autenticada.

6.5. Durante a realização da prova não será permitido ao candidato, sob pena de ser excluído do Processo Seletivo:

6.5.1. Comunicar-se com os demais candidatos ou pessoas estranhas ao Processo Seletivo, bem como consultar livros ou apontamentos.

6.5.2. É vedado ao candidato, durante a realização das provas, ausentar-se da sala sem a companhia de um fiscal, ausentar-se da sala de prova levando o cartão-resposta personalizado e/ou o Caderno de Questões ou outros materiais não permitidos, sem autorização, comunicação com outro candidato, bem como se utilizando de quaisquer dos recursos não permitidos, tratar incorretamente ou agir com descortesia a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas, bem como os Coordenadores e seus Auxiliares ou Autoridades presentes.

6.5.3. Não será permitido ao candidato realizar as provas portando arma(s) de qualquer espécie; óculos escuros e artigos de chapelaria, tais como boné, chapéu, viseira, gorro ou similares; aparelhos eletrônicos (máquinas calculadoras, agendas eletrônicas ou similares, telefone celular, relógio com calculadora, smartphones, tablets, ipods, pen drives, câmera fotográfica, aparelho para surdez (exceto quando encaminhado laudo médico na forma do item 3.9 deste edital), tocadores MP3 ou similares, gravadores, alarmes de qualquer espécie, fones de ouvido ou qualquer transmissor, gravador ou receptor de dados, imagens, vídeos e mensagens, dentre outros); dicionário; apostila; material didático; livros; manuais; impressos; anotações; bebidas com rótulos, dentre outros. Todos estes materiais e/ou equipamentos deverão ser entregues voluntariamente, no momento do ingresso na sala de prova, ao fiscal de sala, que os orientará sobre o correto acondicionamento de seus pertences na sala de provas.

6.5.4. A simples posse, mesmo que desligado de aparelhos eletrônicos, ou de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, no local da prova, corredor ou banheiros, configura tentativa de fraude e implicará na exclusão do candidato do Processo Seletivo, sendo atribuída nota zero às provas já realizadas.

6.5.5. O candidato que tumultuar, interromper ou prejudicar de alguma forma a aplicação da prova, será desclassificado do Processo Seletivo.

6.6. A empresa SC Treinamentos, objetivando garantir a lisura, a autenticidade e a idoneidade do Processo Seletivo poderá solicitar a impressão digital do candidato no cartão resposta (a qual não substituirá a obrigatoriedade do candidato assinar o cartão), submeter os candidatos à revista pessoal e ou de seus pertences, inclusive com varredura eletrônica, bem como proceder a qualquer momento a sua identificação datiloscópica ou dele fazer imagem fotográfica ou vídeo.

6.7. A empresa SC Treinamentos e a Prefeitura Municipal de Mafra não assumem qualquer responsabilidade por acidentes pessoais e ou avaria, perda ou desaparecimento dos materiais, objetos, equipamentos, mesmo que tenham sido entregues aos fiscais de sala, veículos ou qualquer outro bem trazido pelos candidatos para local de prova ou qualquer tipo de dano que vierem a sofrer.

6.8. Todas as despesas decorrentes da obtenção ou entrega de documentos, bem como as de transporte e ou alimentação são de inteira responsabilidade dos candidatos, mesmo que a prova venha a ser transferida por qualquer motivo.

6.9. Durante a realização da prova escrita objetiva, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da mesma e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo da prova e/ou critérios de avaliação/classificação.

6.10. No dia da realização das provas, na hipótese de o nome do candidato com inscrição homologada não constar nas listagens oficiais relativas ao local de provas estabelecido no Edital de Convocação, a empresa SC Treinamentos poderá proceder à inclusão do candidato, desde que o candidato apresente comprovante original de pagamento da taxa de inscrição.

6.10.1. A inclusão de que trata o item anterior será realizada de forma condicional e será analisada pela empresa SC Treinamentos e a Comissão de Coordenação e Fiscalização do Processo Seletivo na fase do Julgamento das Provas Objetivas, com o intuito de verificar a pertinência da referida inscrição.

6.10.2. Constatada a improcedência da inscrição, a mesma será automaticamente cancelada sem direito a reclamação, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.

6.11. Em hipótese alguma haverá segunda chamada, após o horário de início da prova nem a realização de prova fora do horário e local marcado para todos os candidatos.

6.12. Os envelopes contendo as provas serão abertos por 3 (três) candidatos, que comprovarão os respectivos lacres e assinarão, juntamente com o fiscal, o termo de abertura dos mesmos.

6.13. O candidato receberá, para realizar a prova, um caderno de questões e um cartão-resposta para o cargo inscrito, sendo responsável pela conferência dos dados e pela verificação se o caderno de questões está completo, sem falhas de impressão e se corresponde ao cargo para o qual se inscreveu.

6.13.1. O caderno de questões é o espaço no qual o candidato poderá desenvolver todas as técnicas para chegar à resposta adequada, permitindo-se o rabisco e a rasura em qualquer folha, EXCETO no CARTÃO-RESPOSTA.

6.13.2. A ocorrência de qualquer divergência deve ser comunicada imediatamente ao fiscal de sala;

6.13.3. Não serão substituídos os cartões por erro do candidato, tendo em vista sua codificação, nem atribuídos pontos às questões não assinaladas ou marcadas com mais de uma alternativa, emendadas ou rasuradas, a lápis ou com caneta esferográfica de tinta com cor diversa das estabelecidas ou em desacordo com as instruções contidas no caderno de provas e ou cartão resposta;

6.13.4. A correção das provas será feita por meio eletrônico - leitura ótica, sendo o CARTÃO-RESPOSTA o único documento válido e utilizado para esta correção. Este deve ser preenchido com bastante atenção. O candidato é o único responsável pela entrega do mesmo devidamente preenchido e assinado. A não entrega do cartão de respostas implicará na automática eliminação do candidato do certame.

6.13.5. Serão considerados sem efeito, os cartões-resposta entregues sem a assinatura do candidato.

6.14. Ao terminar a prova, o candidato entregará ao fiscal de sala o cartão-resposta devidamente preenchido e assinado.

6.14.1. Após a realização da prova, o candidato deverá afastar-se imediatamente do local sob pena de desclassificação. O candidato que concluiu a prova não poderá comunicar-se com os candidatos que ainda não a efetuaram, ficando proibido inclusive de permanecer no pátio da entidade e/ou do local de prova, ou ligar o celular antes de se retirar do local de realização da prova.

6.14.2. Os candidatos que terminarem a prova não poderão utilizar os banheiros que são destinados ao uso dos candidatos em prova, o candidato que precisar utilizar o banheiro deve, antes de entregar o cartão resposta e sair de sala com seus pertences, solicita ao fiscal o acompanhamento até os sanitários disponibilizados.

6.15. No local da prova, os 03 (três) últimos candidatos deverão permanecer até o último candidato concluir sua prova, os quais assinarão o termo de encerramento, juntamente com os fiscais presentes, e efetuarão a conferência dos cartões-resposta, cujas irregularidades serão apontadas no referido termo.

6.15.2. Os envelopes contendo os cartões-resposta serão entregues, pelos fiscais, ao representante da comissão executora da SC TREINAMENTOS do Processo Seletivo.

6.16. Na hipótese de ocorrer anulação de questões, as mesmas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos.

6.17. No caso de troca de gabarito, resultante da análise dos recursos interpostos, a resposta será corrigida no gabarito final.

6.18. Será atribuída nota 0,00 (zero) à resposta de questões objetivas:

6.18.1. Cuja resposta não coincida com o gabarito oficial;

6.18.2. Que contenha emenda (s) e/ou rasura (s), ainda que legível (eis);

6.18.3. Contendo mais de uma opção de resposta assinalada;

6.18.4. Que não estiver assinalada no cartão de respostas;

6.18.5. Preenchida fora das especificações contidas neste Edital ou nas instruções da prova.

6.19. O correto preenchimento do cartão resposta é de total responsabilidade do candidato, não sendo responsabilidade do fiscal de sala alertá-lo das incorreções.

7. DAS NOTAS, DO CRITÉRIO DE DESEMPATE E DA CLASSIFICAÇÃO

7.1. Para todos os cargos a nota final será a Nota da Prova Objetiva.

7.2. São critérios para a Classificação neste Processo Seletivo:

a) Ter sido aprovado na Prova Objetiva, conforme especificado neste edital.

7.3. Ocorrendo empate na classificação final, dar-se-á preferência, pela ordem, ao candidato:

7.3.1. Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, completados até o último dia da inscrição neste Processo Seletivo, de acordo com o previsto no parágrafo único do art. 27 da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 e alterações – Estatuto do Idoso;

Para os demais casos, será:

7.3.2. Que obtiver melhor nota na prova de Conhecimentos Específicos do cargo;

7.3.3. Que obtiver melhor nota na prova de Português;

7.3.4. Que obtiver melhor nota na prova de Matemática;

7.3.5. Que tiver maior idade;

7.3.6. Os candidatos que pretenderem, em caso de empate na classificação final, o benefício da Lei 11.689/2008, deverão entregar ou enviar no endereço da empresa SC Treinamentos, até o dia útil subsequente ao último dia de inscrições, original ou cópia autenticada em cartório da certidão e ou declaração e ou atestado ou outros documentos públicos emitidos pelos Tribunais de Justiça Estaduais e Regionais Federais do País, relativos ao exercício da função de jurado, nos termos do art. 440 do CPP, emitidos a partir de 10 de agosto de 2008.

7.3.6.1. Os documentos enviados pelo correio, só serão examinados se forem entregues até a data determinada no edital, valendo para fins de direito o carimbo ou registro postal da correspondência.

7.3.6.2. No exterior do envelope deverão constar as seguintes informações:

Destinatário: SC Treinamentos

Rua Benjamin Constant 823, Loja 2 Sala2, Bairro Imigrantes. Timbó – SC

CEP 89120-000

Benefício da Lei 11.689/2008 - Desempate

Remetente/Nome: _____

Município e nº do Edital: _____

Cargo: _____

Nº de Inscrição: _____

7.3.7. Sorteio Público.

7.3.7.1. O sorteio público, a ser divulgado em data, horário e local em edital próprio, será realizado com a presença de representantes da comissão do Processo Seletivo e da presença dos candidatos em questão que serão comunicados da sessão. Se os candidatos não se fizerem

presentes no local, dia e horário marcado para a realização do sorteio público, o mesmo acontecerá sem maiores prejuízos, sendo que ao final será lavrada ata pela comissão com os resultados do sorteio público.

8. DOS RECURSOS

8.1. Serão admitidos os seguintes recursos:

- 8.1.1. Impugnação do presente edital;
- 8.1.2. Do indeferimento do pedido de inscrição;
- 8.1.3. Da formulação das questões e da discordância com o gabarito da prova;
- 8.1.4. Da nota da prova objetiva;
- 8.1.5. Da classificação provisória.

8.2. A impugnação a este edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão, no prazo descrito no cronograma deste edital mediante requerimento junto ao Setor de Protocolos da Prefeitura Municipal de Mafra.

8.3. Os demais recursos deverão ser feitos exclusivamente através do sítio da empresa SC TREINAMENTOS – www.sconconcursos.com.br da seguinte maneira:

- 8.3.1. Acessar a área do candidato no site www.sconconcursos.com.br, e realizar login identificando-se.
- 8.3.2. Na área do candidato em "minhas inscrições" localizar o Processo Seletivo Edital 01/2019 de Mafra;
- 8.3.3. Na coluna "opções" (à direita) deslize o mouse sobre o botão e clique em "Solicitar Recurso".
- 8.3.4. Digitar o seu recurso ou motivo que gerou o recurso com a devida fundamentação.
- 8.3.5. No caso de recursos contra questões da prova objetiva, identificar o número da prova e o número da questão (fundamentando sua argumentação e indicando referência bibliográfica).
- 8.3.6. Para cada questão deverá ser enviado um único formulário de recurso.
- 8.3.7. Caso necessite anexar arquivos anexe apenas um por recurso. Caso haja mais de um arquivo para um único recurso deve-se compactá-los (ZIP) em um único arquivo. Serão aceitos arquivos do tipo: jpg,png,gif,jpeg,bmp,doc,docx,xls,xlsx,pdf,txt,zip e rar.
- 8.3.8 Clicar em "enviar".

8.4. Somente serão aceitos, analisados e julgados recursos fundamentados, com argumentação lógica e consistente.

8.4.1. No caso de recursos contra questões ou gabarito(s), deverá ser elaborado um recurso para cada questão, sob pena de sua desconsideração, e os mesmos deverão conter indicação do número da questão e conter cópia da bibliografia mencionada para ser analisada pelos membros da banca examinadora da SC TREINAMENTOS. Simples pedidos de revisão de questões não serão analisados.

8.5. A banca examinadora da entidade executora do presente Processo Seletivo constitui-se em última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

8.6. A empresa SC Treinamentos não se responsabiliza pelo não recebimento dos recursos, por motivo de ordem técnica como congestionamento, caixa de e-mail lotada, antivírus, spam, arquivo muito grande (aconselha-se enviar compactado).

8.7. Recursos com teor ofensivo que desrespeite a banca examinadora serão imediatamente indeferidos.

8.8. As decisões dos recursos serão dadas a conhecer coletivamente através de ato publicado no site www.sconconcursos.com.br, não serão enviadas respostas individuais aos candidatos.

8.9. Após análise dos recursos interpostos ou por constatação e ou correção de erro material, poderá haver alteração da nota, pontuação e ou classificação inicialmente obtida pelo candidato, para uma nota, pontuação e ou classificação superior ou inferior ou, ainda desclassificação do candidato que não obtiver, feitas as correções exigidas, a nota mínima na prova objetiva ou segundo os demais critérios previstos neste Edital.

9. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Este Processo Seletivo terá validade de 2 (dois) anos, a contar de sua homologação final, podendo ser prorrogado uma vez por igual período à critério da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

9.2. Os candidatos aprovados serão admitidos obedecendo-se rigorosamente a ordem de classificação obtida e as vagas existentes.

9.3. A aprovação e classificação neste Processo Seletivo não asseguram ao candidato o direito de ingresso imediato e automático no quadro de servidores, sendo que a admissão é de competência da Prefeitura Municipal de Mafra, dentro da validade do Processo Seletivo ou de sua prorrogação, observada a ordem de classificação dos candidatos e das demais condições estabelecidas neste edital.

9.4. É de responsabilidade do candidato acompanhar a publicação dos atos de convocação e manter atualizado seus dados, endereço e telefones de contato.

9.5. As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade do Município de Mafra, através do Departamento de Recursos Humanos.

9.6. Caso o candidato convocado possua outro cargo/emprego, cargo ou função pública, acumulável na forma do artigo 37, inciso XVI, alíneas "a", "b" e "c", da Constituição Federal, deverá apresentar declaração firmada pelo órgão ou entidade pública contratante contemplando o horário em que exerce suas funções, para fins de averiguação de compatibilidade de horários.

9.7. Por ocasião da convocação que antecede a contratação, os candidatos classificados deverão apresentar documentos originais, acompanhados de uma cópia que comprovem os requisitos para provimento e que deram condições de inscrição, estabelecidas neste Edital e nas demais Leis Municipais pertinentes.

9.8. Caso haja necessidade, o Departamento de Recursos Humanos do Município de Mafra poderá solicitar documentos complementares aos candidatos.

9.8.1 A inexistência das afirmativas e/ou irregularidades de documentos, mesmo que verificadas posteriormente, acarretarão a nulidade da inscrição, desqualificação e desclassificação do candidato, com todas as decorrências, sem prejuízo das medidas de ordem administrativa, civil e criminal.

9.9. Por ocasião da admissão, o candidato aprovado no Processo Seletivo fica sujeito ao regime empregatício adotado pela Prefeitura Municipal de Mafra e às normas regulamentadoras atinentes aos servidores municipais, condicionando-se a investidura à aprovação em exame médico admissional a ser realizado por médico do trabalho e às custas do candidato, o qual servirá de avaliação de aptidão para o desempenho do cargo/emprego, nos termos deste documento.

9.10. O candidato cuja deficiência for considerada incompatível com o desempenho das funções será desclassificado no âmbito dos termos deste Edital e das Legislações Municipais pertinentes.

9.11. Caso o candidato admitido para assumir o cargo não preencha os requisitos para a posse, ou por qualquer motivo, venha a desistir do mesmo, ou ainda não compareça para a escolha de vaga, será convocado o próximo candidato classificado, seguindo a ordem final de classificação para o respectivo cargo e o candidato será automaticamente desclassificado do certame.

9.12. O candidato classificado se obriga a manter atualizado seu endereço para correspondência perante o Departamento de Recursos Humanos – RH da Prefeitura Municipal de Mafra, após a homologação do resultado final.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. A lista de inscritos, o gabarito da prova objetiva, a lista de classificados e decisões resultantes de recursos e demais atos provenientes deste edital de Processo Seletivo serão publicados no site Oficial do Município de Mafra, através da aba Concursos www.mafra.sc.gov.br e no sítio www.sconcursos.com.br.

10.2. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado, sendo responsabilidade do candidato manter-se informado, acompanhando as publicações no site www.sconcursos.com.br.

10.3. Não serão prestadas informações por telefone relativas a número de inscritos por cargo ao resultado do Processo Seletivo e respostas de recursos. Informações que constam no edital não serão dadas via telefone, o candidato antes de inscrever-se deve ler atentamente o edital.

10.4. Não serão dadas por telefone informações a respeito de datas, locais e horários de realização das provas. O candidato deverá observar rigorosamente os editais e os comunicados a serem divulgados na forma descrita neste edital.

10.5. A Prefeitura Municipal de Mafra e a empresa SC Treinamentos não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas, divulgações e outras publicações referentes a este Processo Seletivo sejam na imprensa ou em outros sítios eletrônicos.

10.6. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Coordenação e Fiscalização do Processo Seletivo, sendo a Comissão Executiva da SC TREINAMENTOS competente também para julgar, em decisão irrecurável e soberana, quaisquer que sejam os recursos interpostos pelos candidatos.

10.7. Todas as despesas referentes aos deslocamentos, hospedagem e alimentação dos candidatos correrão por sua própria conta, eximindo-se a empresa SCHEILA APARECIDA WEISS – ME (SC TREINAMENTOS) e a Prefeitura Municipal de Mafra da responsabilidade por essas despesas e outras decorrentes, inclusive no caso de eventual reaplicação de provas.

Mafra (SC), 05 de novembro de 2019.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ANEXO I

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA OBJETIVA

OBSERVAÇÃO: As questões de legislação serão formuladas observando suas respectivas alterações (quando houver) realizadas até o dia da publicação do presente edital. As questões de informática poderão estar relacionadas a qualquer versão dos softwares indicados do ano de 2007 em diante. O programa de provas menciona apenas os temas/assuntos que podem ser abordados ficando a cargo do candidato pesquisar e adquirir material para estudo.

CONTEÚDO DE CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA:

Compreensão de textos – Textos não literários de diversos tipos, textos literários de autores brasileiros: crônica, conto, novela, romance, poema, teatro. Literatura – A literatura brasileira: das origens aos nossos dias. Conhecimento linguístico – Morfossintaxe: o nome e seus determinantes. O verbo. As palavras de relação – Estrutura do período, da oração e da frase – Concordância nominal e verbal – Regência nominal e verbal – Colocação pronominal – Estrutura do parágrafo – Ortografia, acentuação e pontuação. Estilística: Denotação e conotação. Figuras de linguagem: figuras de palavras, figuras de sintaxe e figuras de pensamento.

MATEMÁTICA:

Conjuntos numéricos (números naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais, complexos) e suas operações; Sistemas de Medidas: comprimento, área, volume, capacidade volumétrica, massa, ângulo e tempo; Regra de Três (simples, composta, diretamente proporcional e inversamente proporcional), razões e proporções; Estatística: termos de uma pesquisa estatística, Representação e Interpretação Gráfica, medidas de tendência central, medidas de dispersão, testes de significância; Cálculos algébricos, produtos notáveis, fatoração de expressões algébricas, simplificação de expressões algébricas; Equações, Inequações, sistemas polinomiais de 1º e 2º grau; Sequências e Progressões; Matrizes, Determinantes e Sistemas Lineares; Análise Combinatória; - Probabilidade; Matemática Financeira: Juros simples e compostos; Estudo de funções: 1º grau, 2º grau, exponencial, logarítmica e trigonométrica; Geometria Plana e Espacial, trigonometria: no triângulo retângulo e triângulos quaisquer; Geometria Analítica: ponto, reta, circunferência e cônicas; Polinômios e equações polinomiais.

CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES:

História e geografia do Mundo, do Brasil e de Santa Catarina. Aspectos econômicos, políticos e sociais do mundo, do Brasil e de Santa Catarina. Atualidades do Brasil e do mundo. Esportes, turismo e lazer. Economia mundial, nacional, estadual e municipal. Aspectos de Ciências, Cultura, Cinema, Artes e Tecnologia.

CONTEÚDOS DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS POR CARGO:

ASSISTENTE SOCIAL

Políticas Sociais Públicas no Brasil. Construção do conhecimento na trajetória histórica da profissão. As questões teórico-metodológicas do Serviço Social: métodos, instrumentais técnicos-operativos. A pesquisa social e sua relação com a prática do Serviço Social. Serviço Social e Assistência Social: trajetória, história e debate contemporâneo. Planejamento e administração no Serviço Social: tendências, os aspectos da prática profissional e a prática institucional. O processo de trabalho no Serviço Social. Interdisciplinaridade. Movimentos sociais. Terceiro Setor. Lei Orgânica da Assistência Social. Código de Ética do Assistente Social. Seguridade Social. Sistema Único de Saúde. Sistema Único de Assistência Social. Política Nacional do Idoso; Sistema único de Assistência Social - SUAS, Programas, serviços e metodologia do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Programas, serviços e metodologia do centro de referência especializado de Assistência Social - CREAS. Proteção Social Especial de Alta Complexidade. Serviço Social e Ética; Aportes teóricos e metodológicos do Serviço Social; Serviço Social e a questão social; Trajetória, histórica e debate contemporâneo da profissão; Instrumentalidade do serviço social: Dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa; Trabalho do assistente social no SUAS. Lei Federal Nº 8.662/93 (regulamenta a profissão do Assistente Social). Constituição da República Federativa do Brasil. Com as Emendas Constitucionais. (Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º a 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Da Organização do Estado - Art. 18 e 19; Art. 29 a 31; Art. 34 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 44 a 75. Lei do SUAS a qual altera a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS); Sistema Único de Assistência Social (SUAS); Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004); Norma Operacional Básica de Assistência Social (NOB/SUAS/2005); Estratégias e Metas para Implementação da Política de Assistência Social no Brasil; Normas e orientações do CRAS e do CREAS; Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais do SUAS (2009); Direitos socioassistenciais do Suas; Leis Orgânicas de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente; Política Nacional de Atendimento da Criança e do Adolescente; Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase); Estatuto do Idoso; Lei Maria da Penha - Lei nº 11340 de 07/08/2006 e Lei nº 12010/09 - nova lei da adoção; Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil; Seguridade Social; Direitos Sociais; Movimentos Sociais; Gestão de Políticas Públicas; Estatuto da pessoa com deficiência e Lei da Acessibilidade nº 10.098/2000. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. (Estatuto da Igualdade Racial). Lei Orgânica do Município.

PSICÓLOGO

Vulnerabilidade e risco social de famílias e indivíduos; desenvolvimento da autonomia dos usuários do CRAS e CREAS. Psicologia tradicional e Comunitária, grupos sociais, trabalho e transformação social, Socialização; Psicologia Institucional, Atuação do Psicólogo em Centro de Convivência Infanto-juvenil, Processo educativo e prevenção de patologias, Saúde Mental, orientação familiar, Estudo de Caso; Atuação do Psicólogo no Trabalho com famílias no CRAS/Centro de Referência da Assistência Social e no CREAS/ Centro de Referência Especializado da Assistência Social. Desenvolvimento psicólogo da Criança (infância e Adolescência), considerando os pressupostos básicos dados pelas diferenças abordagens psicoterápicas utilizadas na atualidade – Psicanálise, Ludoterapia, Lacania e outros; Direitos fundamentais da criança e do adolescente; O Psicólogo inserido no serviço Público – Atendimento Ambulatorial, Terapias ambulatoriais em saúde mental. Doenças e deficiências mentais. Diagnostico Psicológico: conceito e objetivo, teoria psicodinâmica, processo diagnóstico, testes e laudos. Abordagens terapêuticas. Psicopatológica: natureza e causa dos distúrbios mentais. Neurose, psicose e perversão: diagnóstico. Função e adequação às necessidades da Comunidade Assistida; O Psicólogo na atuação Clínica; psicologia clínica – O normal e o Patológico; Norma e Média, Doença, Cura e Saúde. Determinantes sócio-culturais; Psicopatologia Clínica: conceito de neurose; Conceito básico em psicologia clínica; dinâmica do funcionamento psíquico, história individual, motivo inconscientes, o papel do desejo, o papel do outro; transferência, repressão, resistência; mecanismo de defesa; Psicoterapia com Grupos; conflitos intragrupo, sua dinâmica e importância; a Psicologia Humanística: diretividade e não – diretividade; coordenadores e facilitadores: vantagens e desvantagens; grupos operativos e suas aplicações; Estudos sobre a família: cenário familiar, regras e metaregras. Psicologia social e organizacional – Comportamento social: atitudes, estereótipos, preconceitos, conformismo. Levantamento de Dados sobre suas Relações com Objetos e suas Representações, Conflitos, Formas de Vivenciar suas dificuldades, perdas e outros; O desenvolvimento humano – Determinantes bio-psico-sócio-culturais de comportamento: síndromes genéticas, gestação, parto, puerpério, interação mãe-bebê; Características comportamentais esperadas ao longo do desenvolvimento: constituição do EU. Conceito de sujeito. Desenvolvimento cognitivo. Adolescência normal e patológica: identidade, sexualidade, socialização intrafamiliar, o trabalho, passado e futuro. Vida adulta: as relações afetivas e produtivas (criatividade). Aposentadoria, Velhice: perdas e ganhos, sua inserção social. Motivação humana: valores e ação humana. Os grupos: processos grupais, papéis, liderança, leis da dinâmica grupal. O indivíduo e a organização: análise e intervenção, mudança e resistência à mudança. Neuroses profissionais. Gestão de

conflitos. Psicologia jurídica. Relações Humanas e Recursos Humanos; Noções de Recrutamentos e seleção e desenvolvimento de Pessoal. Constituição da República Federativa do Brasil. Com as Emendas Constitucionais. (Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º a 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Da Organização do Estado - Art. 18 e 19; Art. 29 a 31; Art. 34 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 44 a 75. Lei do SUAS a qual altera a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS); Sistema Único de Assistência Social (SUAS); Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004); Norma Operacional Básica de Assistência Social (NOB/SUAS/2005); Estratégias e Metas para Implementação da Política de Assistência Social no Brasil; Normas e orientações do CRAS e do CREAS; Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais do SUAS (2009); Direitos socioassistenciais do Suas; Leis Orgânicas de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente; Política Nacional de Atendimento da Criança e do Adolescente; Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase); Estatuto do Idoso; Lei Maria da Penha - Lei nº 11.340 de 07/08/2006 e Lei nº 12.010/09 - nova lei da adoção; Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil; Seguridade Social; Direitos Sociais; Movimentos Sociais; Gestão de Políticas Públicas; e Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase); Estatuto da pessoa com deficiência e Lei da Acessibilidade nº 10.098/2000. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2.010. (Estatuto da Igualdade Racial). Lei Orgânica do Município.

ANEXO II

REQUERIMENTO PARA SOLICITAÇÃO DE CONDIÇÕES ESPECIAIS

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no CPF n.º _____ residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, inscrito no Processo Seletivo nº _____ da Prefeitura Municipal de Mafra _____, inscrição número _____, para o cargo de _____ requer a Vossa Senhoria:

I – () Prova com ampliação do tamanho da fonte:

Fonte _____ Nº da Fonte _____

II – () Sala de Amamentação:

Nome do acompanhante: _____

III – () Intérprete de Libras.

IV – () Outra necessidade:

Especificar: _____

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

Data: ____/____/____.

(assinatura do candidato)

ANEXO III

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

ASSISTENTE SOCIAL

QUALIFICAÇÃO: Ser portador de diploma de conclusão de curso superior em Serviço Social, com registro no órgão fiscalizador do exercício profissional.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Presta serviços no âmbito social a indivíduos e grupos, identificando seus problemas e necessidades. Orienta e sugere formas de tratamento dos problemas decorrentes de carências e necessidades.

PSICÓLOGO

QUALIFICAÇÃO: Ser portador de diploma de conclusão de curso superior em Psicologia, com registro no órgão fiscalizador do exercício profissional.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Procede ao estudo e avaliação dos mecanismos de comportamento humano, elaborando e aplicando técnicas psicológicas, como testes para determinação de características afetivas, intelectuais, sensoriais ou motoras e outros métodos de verificação, para possibilitar a orientação, seleção e treinamento no campo profissional e o diagnóstico e terapia clínicos.

CÂMARA MUNICIPAL**EDITAL DE ELEIÇÃO PARA MESA DIRETORA PARA O 4º EXERCÍCIO DA 18ª LEGISLATURA**

Publicação Nº 2216585

EDITAL DE ELEIÇÃO PARA MESA DIRETORA
PARA O 4º EXERCÍCIO DA 18ª LEGISLATURA

EDITAL DE ELEIÇÃO PARA A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA PARA O EXERCÍCIO DE 2020 (4º EXERCÍCIO DA 18ª LEGISLATURA), A REALIZAR-SE NA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2019, ÀS 21 HORAS.

TÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Vereador Valdir Sokolski, faz saber a todos os Vereadores e a todos os munícipes que, segundo os artigos 15, 22 e 33 da Lei Orgânica do Município de Mafra e os artigos 7º, 8º, 9º, 13, 14, 16, 139 e 175, todos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Mafra, ainda que alguns de forma subsidiária, CONVOCA Eleições para a Mesa Diretora da Câmara Municipal de Mafra para o exercício de 2020.

TÍTULO II
DA ELEIÇÃO

CAPÍTULO I
DATA E LOCAL DA ELEIÇÃO

Art. 2º. A eleição da Mesa Diretora será realizada no dia 26 de novembro de 2019, às 21 horas, em Sessão Extraordinária, na sede da Câmara Municipal situado na Av. Coronel José Severiano Maia, nº 441, Centro, neste Município.

CAPÍTULO II
PRAZO E CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO DA CHAPA

Art. 3º. As inscrições das chapas que desejarem concorrer à eleição deverão ocorrer no horário compreendido entre 8h e 12h e das 13h30min. e 17h nos dias 07 e 08 de novembro de 2019, por meio de requerimento protocolado na sede da Câmara Municipal, pelo candidato a presidente da chapa.

§ 1º - Não serão aceitas inscrições por meio de procuração.

§ 2º - Não será aceito pedido de inscrição de chapa que contiver nome de candidato em chapa já inscrita.

§ 3º - No caso de apoio expresso com assinatura no requerimento da inscrição da chapa por qualquer vereador, o mesmo não poderá participar como candidato a outra chapa, sendo vedado figurar como apoiador em duas chapas, prevalecendo o primeiro requerimento de inscrição protocolado.

§ 4º - Protocolada a inscrição de chapa, ainda que antes de escoado o prazo final para as inscrições, não será permitida a retirada de nomes, exceto em caso de morte e renúncia de Vereador.

§ 5º - Após o prazo estipulado no caput deste artigo, serão divulgadas as chapas devidamente inscritas no dia 11 de novembro de 2019.

CAPÍTULO III
DA IMPUGNAÇÃO DE CHAPAS

Art. 4º. A impugnação de chapas poderá ocorrer desde que protocolado na sede da Câmara Municipal, com o devido protocolo, no prazo legal, através de documento escrito, firmado por todos os membros da chapa impugnante, que deverão expor os motivos de fato e de direito sobre as razões da impugnação.

Parágrafo Único. Fica estabelecido o prazo para impugnação das chapas os dias 12 e 13 de novembro de 2019, no horário compreendido entre 8h às 12h e das 13h30min. às 17h.

Art. 5º. Protocolada a impugnação, caberá ao Presidente da Câmara abrir prazo para defesa nos dias 18 e 19 de novembro de 2019.

Art. 6º. Encerrado o prazo de defesa caberá ao Presidente analisar e julgar a impugnação até o dia 22 de novembro de 2019.

§ 1º. Na decisão sobre a impugnação caberá ao Presidente da Câmara Municipal decidir pelo:

I – Arquivamento da impugnação, quando entender que a impugnação não tem fundamentação legal, sendo considerada apta a concorrer na eleição à chapa ora contestada;

II – Aceite da Impugnação, quando entender que a impugnação possui fundamentação legal que resulte em ilegalidade da chapa.

§ 2º. Em caso de aceite da Impugnação pelo Presidente, a chapa impugnada ficará impedida de participar desta eleição.

CAPÍTULO IV DA HOMOLOGAÇÃO

Art. 7º. Caberá ao Presidente homologar as chapas devidamente aptas a concorrer às eleições, nos seguintes prazos:

I – Em caso de pedido de impugnação das chapas, o prazo para homologação será até o dia 25 de novembro de 2019;

II – Não havendo impugnação de chapa, o prazo para homologação será até o dia 18 de novembro de 2019.

CAPÍTULO V DA SESSÃO E VOTAÇÃO

Art. 8º. A eleição far-se-á em primeiro escrutínio pelo voto da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal de Mafra.

§ 1º - Se qualquer dos candidatos não alcançar a maioria absoluta, proceder-se-á o segundo escrutínio, no qual só concorrerão os dois candidatos mais votados no primeiro escrutínio para o cargo em votação, considerando-se eleito o que obtiver a maioria simples.

§ 2º - A eleição por chapas ocorrerá quando for para todos os cargos da Mesa Diretora, ocorrendo empate, considerar-se-á eleita aquela que tiver o candidato a Presidente mais idoso.

Art. 9º. A votação para a eleição da Mesa far-se-á através de voto nominal, indicando a chapa de preferência de cada Vereador votante.

§ 1º - O Presidente em exercício terá direito a voto na eleição da Mesa Diretora.

§ 2º - A ordem de votação deverá ser definida por sorteio momentos antes da votação.

§ 3º - Não sendo possível, por qualquer motivo, efetivar-se ou completar-se a eleição da Mesa no dia previsto neste edital, o Presidente convocará sessões diárias até plena consecução desse objetivo.

Art. 10. Encerrada a votação o Presidente da Câmara Municipal declarará eleita a chapa vencedora, devendo os Vereadores desta, depois de oficialmente nomeados na mesma sessão, assumir o cargo em 1º de janeiro de 2020, independente de qualquer outra formalidade.

TÍTULO III DA OMISSÃO

Art. 11. Os casos omissos não previstos na Lei Orgânica, no Regimento Interno e neste edital ficarão ao encargo do Presidente da Câmara Municipal normatizar-los.

TÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. Este Edital deve ser lido na sessão ordinária do dia 05 de novembro de 2019, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e no mural físico localizado na sede da Câmara Municipal.

Mafra, 05 de novembro de 2019.

Ver. Valdir Sokolski

Presidente da Câmara Municipal de Mafra

Maracajá

PREFEITURA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 041/2019

Publicação Nº 2217464

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MARACAJÁ

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE Nº 041/2019

OBJETO: Realocação de postes das redes de energia elétrica da Cooperativa Pioneira de Eletrificação – COOPERA, na Rodovia Angelino Acordi, na localidade de Espigão da Toca, somando um total de 25 (vinte e cinco) postes.

CONTRATADO: COOPERATIVA PIONEIRA DE ELETRIFICAÇÃO – CNPJ nº. 83.646.653/0001-70,

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARACAJÁ

VALOR GLOBAL: R\$ 48.901,55 (quarenta e oito mil, novecentos e um reais e cinquenta e cinco centavos).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, caput, da Lei Federal nº 8.666/93.

RECONHECIMENTO: 05/11/2019 Marluci Freitas Bitencourt Vitali – Secretária de Administração.

RATIFICAÇÃO: 05/11/2019, por Arlindo Rocha – Prefeito Municipal.

LEI COMPLEMENTAR Nº 070/2019

Publicação Nº 2216577

LEI COMPLEMENTAR Nº 70 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

REVOGA A LEI COMPLEMENTAR Nº 67, PROMULGADA PELO LEGISLATIVO EM 24 DE JUNHO DE 2019, QUE ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 117, INCISOS I e II DA LEI COMPLEMENTAR Nº 42 DE 5 DE AGOSTO DE 2015 DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Arlindo Rocha, Prefeito Municipal de Maracajá, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica sancionada a revogação da seguinte Lei Complementar, proposta pelo Legislativo,

Art. 1º Fica revogada a Lei Complementar nº 67/2019, que alterou os parágrafos 1º e 2º, do artigo 117, da Lei Complementar nº 42/2015.

Art. 2º Restaura-se os dispositivos alterados pela Lei Complementar nº 67/2019, no seguinte sentido:

§1º - Para atividade residenciais, comerciais ou de serviço, em qualquer hierarquia de via será exigido o recuo padrão de 5,00 mts (cinco metros), contados a partir do alinhamento existente, nunca menor do que o alinhamento do gabarito mínimo ou de projeto instituído para a mesma.

§2º - "Em esquinas em que uma das testadas for menor do que 15,0 (quinze) metros, o recuo perpendicular à esta poderá ser a metade do recuo instituído.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 04 de Novembro de 2019.

ARLINDO ROCHA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a Presente Lei Complementar na Secretaria Municipal de Administração, em 04 de Novembro de 2019.

Marluci Freitas Bitencourt VITALI

Secretária de Administração

PORTARIA 242/2019

Publicação Nº 2216565

Portaria Nº 242, de 4 de novembro de 2019.

EXONERA A SERVIDORA PÚBLICA.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei 914 de 13 de dezembro de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a partir do dia 1º de novembro de 2019 a servidora pública nomeada para exercer o cargo de Professor - ACT, BRUNA MARTINS MARCHESINI, CPF 086.732.539-93, matrícula Nº 2573, nascida em 2 de setembro de 1994, em razão do retorno da Professora - ACT Natalia Waterkemper.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 1º de novembro de 2019.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário, em especial o Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 104/2019.



Prefeitura Municipal de Maracajá, em 4 de novembro de 2019.

ARLINDO ROCHA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 4 de novembro de 2019.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT VITALI

Secretária de Administração

Maravilha

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 150/2019

Publicação Nº 2217258

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Processo Licitatório n. 150/2019 – Modalidade de Pregão Presencial n. 075/2019

O Senhor Secretário de Transportes, Obras e Urbanismo de Maravilha, SC, AIRTO GONÇALVES, juntamente com o pregoeiro e equipe de apoio, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, Sistema de Registro de Preço – SRP, a execução de pintura da sinalização horizontal nas ruas do município, para posterior aquisição, conforme a necessidade do Município de Maravilha - SC, tipo menor preço por item, cujo processo licitatório é regido pela Lei 10.520/02, 8.666/93 e LC 123/2006, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até as 14h do dia 19 de novembro de 2019, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderá ser obtida no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 07h30 às 11h30 e das 13h às 17 horas. Maravilha - SC, 05 de novembro de 2019. AIRTO GONÇALVES – Secretário de Transportes, Obras e Urbanismo.

PROCESSO LICITATÓRIO N.151/2019

Publicação Nº 2217357

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

Processo Licitatório n. 151/2019 – Modalidade de Tomada de Preços n. 020/2019.

O Senhor Secretário de Transportes, Obras e Urbanismo do Município de Maravilha – SC, Airto Gonçalves, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Tomada de Preços, a contratação de empresa especializada para execução rotatórias de 05 e 07 mt de diâmetro nas ruas do município de Maravilha – SC, tipo menor preço global, em regime de empreitada global, cujo processo licitatório é regido pela Lei n. 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até às 17 horas do dia 21 de novembro de 2019. A abertura e julgamento dos documentos de habilitação e, eventualmente, propostas, ocorrerá no dia 22 de novembro de 2019, com início às 14 horas. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderá ser obtida no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 7h30 às 11h30 e das 13h às 17 horas. Maravilha - SC, 05 de novembro de 2019. AIRTO GONÇALVES – Secretário de Transportes, Obras e Urbanismo.

Marema

PREFEITURA

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 052/2019

Publicação Nº 2216454

MINUTA

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 052/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Marema

Contratado: Renan Cesar Ribas - MEI

Finalidade: CREDENCIAMENTO de veículos de comunicação para divulgação de atos oficiais e publicidade institucional e legal matérias institucionais, eventos, campanhas educativas/informativas e programa de governo de interesse público, realizados pelo Município de Marema SC e divulgados através da Assessoria de Comunicação de interesse público.

Vinculação: Processo Licitatório n. 030/2019, Inexigibilidade n. 03/2019, Edital Credenciamento nº 04/2019.

Valor: R\$ 200,00 (reais) Mensal.

Prazo: 31 de dezembro de 2019

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema 26 de Setembro de 2019

Adilson Barella

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 054/2019

Publicação Nº 2216461

MINUTA

Contrato nº 054/2019

Contratante: MUNICÍPIO DE MAREMA – SC.

Contratado: J.G.S EVENTOS LTDA - ME

Objeto: Acompanhamento e show artístico/musical, durante 1º FESTIVAL DE INTERPRETAÇÃO DA MÚSICA DE MAREMA/SC - FESTIMAR 2019.

Vinculação: Processo de Licitação n. 069/2019 – Inexigibilidade de Licitação n. 07/2019.

Valor Total: R\$ 11.000,00 (reais)

Prazo: 30 de dezembro de 2019

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema, 22 de outubro 2019

CONTRATANTE

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 056/2019

Publicação Nº 2216482

MINUTA

Contrato nº 056/2019

Contratante: MUNICÍPIO DE MAREMA – SC.

Contratado: DEIVID ALEX BORGES VIEIRA

Objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de técnicos de publicidade institucional do município.

Valor Total: R\$ 2.400,00 (reais)

Prazo : 31 de dezembro de 2019

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema 29 de outubro de 2019

Adilson Barella

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº: 053/2019

Publicação Nº 2216457

MINUTA

Contrato nº: 053/2019

Contratante: MUNICÍPIO DE MAREMA

Contratado: ENGEOBRA Engenharia e Infraestrutura Eireli

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PROJETO

Vinculação: Processo de Licitação nº 66/2019 Pregão Presencial nº 51/2019

Valor Total: R\$ 12.998,00 (reais).

Prazo: 07 de dezembro de 2019

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema, 07 de outubro de 2019

ADILSON BARELLA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

CONTRATO Nº: 055/2019

Publicação Nº 2216480

MINUTA

Contrato nº: 055/2019

Contratante: Município de Marema

Contratada: GRETHI APARECIDA DA SILVA

Finalidade: Prestação de serviços de decoração e ornamentação natalina (natal 2019)..

Valor Total: R\$ 17.500,00 (reais)

Prazo: 30 de janeiro de 2020

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema/ SC, 23 de outubro de 2019

ADILSON BARELLA

Contratante /Prefeito Municipal

CONTRATO Nº: 051/2019

Publicação Nº 2216451

MINUTA

Contrato nº: 051/2019

Contratante: Município de Marema

Contratado: MATHEUS FAVARETTO - MEI

Objeto: Prestação de serviços hora maquina trator de pneus para plantio de milho.

Vinculação: Processo de Licitação n. 065/2019 – Dispensa de Licitação n. 007/2019.

Valor Total: R\$ 14.000,00 (Quatorze mil reais)

Vigência: 22 de outubro de 2019

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema 23 de setembro de 2019

Adilson Barella

Prefeito Municipal

II TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 102-2017

Publicação Nº 2216483

MINUTA

II Termo Aditivo – Prorrogação de Prazo

Contrato nº: 102/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Marema

Contratado: SUPERBID WEBSERVICES LTDA

Finalidade: Contratação de empresa para prestação de serviços na estruturação de leilões públicos eletrônicos e presenciais, para venda de bens do Município de Marema - SC, com utilização de recursos de tecnologia da informação, por meio de plataforma de transação via WEB, em conformidade com o Anexo I – Termo de Referência do Edital.

Vínculo: Processo nº. 50/2017 – Tomada de Preço para Compras e Serviços nº. 04/2017

Valor total: 10 % (dez por cento) do preço de arrematação dos bens.

Prazo: 18 de outubro 2020
Foro: Comarca de Xaxim do Estado Santa Catarina

Marema, SC 17 de outubro 2019
Adilson Barella
Contratante /Prefeito

II TERMO DE ADITIVO CONTRATO Nº 012-2018

Publicação Nº 2216484

MINUTA

Contrato/ nº: 012/2018
II TERMO ADITIVO – Reequilíbrio Financeiro e Aditivo de Horas
Contratante: Município de Marema
Contratado: BIG ARTES LTDA - ME

Objeto: Contratação de empresa especializada com Profissional capacitado e com experiência comprovada para ministrar aulas de violão, música, cantigas infantil, atividades de recreação como jogos e brincadeiras.

Vinculação: Processo de Licitação n. 014/2018 – Pregão Presencial n. 012/2018.

Foro: Comarca de Xaxim

Marema 07 de outubro de 2019
Adilson Barella
Prefeito Municipal

Matos Costa**PREFEITURA****DECRETO 110/2019**

Publicação Nº 2216536

DECRETO N.º 110/2019 – de 31 de outubro de 2019.

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar.

RAUL RIBAS NETO, Prefeito do município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal 002219/18 de 07 de novembro de 2018:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 9.880,00 (nove mil, oitocentos oitenta reais), no orçamento fiscal do corrente exercício financeiro, do Município de Matos Costa, que especifica:

ORGÃO	07.00	SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO	
UNIDADE	07.01	SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO	
PROJETO	2.015	Manutenção da Sec. de Viação, Obras e Urbanismo	
DOTAÇÃO	4.4.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas	9.880,00

Art. 2º - Para o suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, fica autorizado à redução parcial, no valor de R\$ 9.880,00 (nove mil, oitocentos oitenta reais), de dotações orçamentárias, consignadas no orçamento fiscal do corrente exercício financeiro, que especifica:

ORGÃO	07.00	SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO	
UNIDADE	07.01	SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO	
PROJETO	2.015	Manutenção da Sec. de Viação, Obras e Urbanismo	
DOTAÇÃO	3.1.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas	9.880,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço do Contestado, 31 de outubro de 2019.

RAUL RIBAS NETO

Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM. Dirceu Joanim de Freitas Assistente Administrativo I	O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM Oderlaine N S Moraes Assistente Administrativo II
---	---

DECRETO 111/2019

Publicação Nº 2216538

DECRETO N.º 111/2019 – de 4 de novembro de 2019.

Autoriza a transferência de lotação de veículo de propriedade do município de Matos Costa, e dá outras providências.

RAUL RIBAS NETO, Prefeito do município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e:

Considerando que o veículo pode ser utilizado em outra secretaria no trabalho a serviços do município, e por estar em boas condições de uso e de segurança:

DECRETA

Art. 1º. Fica autorizada a transferência de lotação do veículo abaixo descrito para a Secretaria, que abaixo especifica:

Secretaria de Origem: Gabinete do Prefeito

Secretaria de Destino: Secretaria Municipal de Saúde - Vigilância Sanitária

Tipo	Marca	Placa	Combustível	Ano/modelo	Nº Patrimônio
Logan	Renault	MLV 6827	Álcool/gasolina	2014/2015	3353

Art. 2º. Fica o Secretário Municipal de Saúde responsável em promover a troca de lotação do veículo acima descrito nos Registros Constantes do Patrimônio Municipal.

Art. 3º. As despesas decorrentes com a manutenção dos veículos ora transferidos passará a correr por conta das dotações constantes no orçamento da secretaria beneficiada.

Art.4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário do Decreto 045/2019

Paço do Contestado, 4 de novembro de 2019.

RAUL RIBAS NETO

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.	O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Dirceu Joanim de Freitas Assistente Administrativo I	Oderlaine N S Moraes Assistente Administrativo II

DECRETO 112/2019

Publicação Nº 2216540

DECRETO N.º 112/2019 – de 4 de novembro de 2019.

Autoriza a transferência de lotação de veículo de propriedade do município de Matos Costa, e dá outras providências.

RAUL RIBAS NETO, Prefeito do município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e:

Considerando que o veículo pode ser utilizado em outra secretaria no trabalho a serviços do município, e por estar em boas condições de uso e de segurança:

DECRETA

Art. 1º. Fica autorizada a transferência de lotação do veículo abaixo descrito para a Secretaria, que abaixo especifica:

Secretaria de Origem: Secretaria Municipal de Saúde - Vigilância Sanitária

Secretaria de Destino: Gabinete do Prefeito

Tipo	Marca	Placa	Combustível	Ano/modelo	Nº Patrimônio
Civic LXL	Honda	EPN 1647	Álcool/gasolina	2010/2010	3328

Art. 2º. Fica a Secretaria de Governo responsável em promover a troca de lotação do veículo acima descrito nos Registros Constantes do Patrimônio Municipal.

Art. 3º. As despesas decorrentes com a manutenção dos veículos ora transferidos passará a correr por conta das dotações constantes no orçamento da secretaria beneficiada.

Art.4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário do Decreto 043/2019.

Paço do Contestado, 4 de novembro de 2019.

RAUL RIBAS NETO

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.	O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Dirceu Joanim de Freitas Assistente Administrativo I	Oderlaine N S Moraes Assistente Administrativo II

CÂMARA MUNICIPAL**06/2019**

Publicação Nº 2216486

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
PODER LEGISLATIVO**

Rua: Tereza Cristina, 110 - Centro - CEP: 89420-000
MATOS COSTA - SANTA CATARINA
CNPJ: 83.529.941/0001-44 - FONE/FAX: (49) 3572 1144
e-mail: legislativo@camaramatoscosta.sc.gov.br

**TERMO ADITIVO Nº 06/2019*****TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N.º 02/2016
QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL
DE MATOS COSTA E A EMPRESA BETHA
SISTEMAS LTDA.***

Pelo presente Termo, de um lado a **CÂMARA MUNICIPAL DE MATOS COSTA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 83.529.941/0001-44, neste ato representada por seu Presidente Sr. JOÃO MORAES JUNIOR, e de outro lado a empresa **BETHA SISTEMAS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º. 00.456.865/0001-67 representada pela Sr.ª **DANIELA RAMOS SILVA GUOLLO**, considerando o disposto no inciso I do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993, que traz a possibilidade de alteração contratual “quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos”, **considerando** entendimento do Tribunal de Contas da União - TCU no sentido de que “É permitido à Administração ultrapassar os aludidos limites [art. 65, I, ‘b’ da Lei 8.666/1993], na hipótese de alterações contratuais consensuais, qualitativas e excepcionabilíssimas, no sentido de que só seriam aceitáveis quando, no caso específico, a outra alternativa - a rescisão do contrato por interesse público, seguida de nova licitação e contratação - significar sacrifício insuportável ao interesse coletivo primário a ser atendido, pela obra ou serviço; ou seja, a revisão contratual qualitativa e consensual, que ultrapasse os limites preestabelecidos no art. 65, § 1.º, da Lei 8.666/93, somente seria justificável, no caso concreto, quando as consequências da outra alternativa - a rescisão contratual, seguida de nova licitação e contratação - forem gravíssimas ao interesse público primário” (Decisão TCU nº 215/1999 – Processo nº 930.039/1998-0), **considerando** que seria anti-econômico, diante do custo de novas conversões, implantações e treinamentos, realizar-se licitação neste momento para readequação do objeto do contrato às supervenientes necessidades de interesse público derivadas de novas imposições legais, caracterizando sacrifício insuportável ao erário nas circunstâncias, **considerando** que seria contrário ao princípio constitucional da eficiência administrativa promover novo certame licitatório com a readequação parcial do objeto contratado, uma vez que ocorreria paralisação parcial de serviços essenciais e também a inevitável retirada de servidores da frente de serviço visando novas e custosas capacitações individuais, **considerando** que se demonstra imperiosa a contratação de serviços para disponibilização de rotinas para atendimento das exigências legais do Decreto Federal nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014, que Institui o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial e dá outras providências, **considerando que** a Resolução do Comitê Diretor do E-Social nº 03, de 29 de novembro de 2017, alterou a redação do artigo 2º da Resolução do Comitê Diretivo do E-Social nº 2, de 30 de agosto de 2016, cujo inciso II passou a estabelecer prazo até janeiro de 2019 para o 3º grupo de entidades da Resolução (que compreende os entes públicos, integrantes do “Grupo 1 - Administração Pública” do anexo V da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 2016) aderirem ao E-Social, e **considerando** que a implantação do E-Social demanda uma série de ajustes, parametrizações, modificações de procedimentos, treinamentos e reestruturação de workflows, **RESOLVEM** entre si e na melhor forma de direito ADITAR o contrato nº 02/2016, para dele constar a seguinte alteração:

*MATOS COSTA-SC CIDADE DO MEL ECOLÓGICO*

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
PODER LEGISLATIVO**

Rua: Tereza Cristina, 110 - Centro - CEP: 89420-000
MATOS COSTA - SANTA CATARINA
CNPJ: 83.529.941/0001-44 - FONE/FAX: (49) 3572 1144
e-mail: legislativo@camaramatoscosta.sc.gov.br

**Cláusula Primeira - DO OBJETO**

Fica acrescido ao objeto originário do contrato o licenciamento de uso sistema de Gestão do e-Social não customizável, no valor mensal de R\$ 280,00 (duzentos e oitenta reais). O faturamento do licenciamento terá início em **JANEIRO/2020**.

Cláusula Segunda - DAS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

O módulo e-Social deverá atender aos seguintes requisitos técnicos:

- 1 - Atender às exigências do Decreto nº 8373/2014 instituiu o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial).
- 2 - O sistema deverá atender às especificações do Decreto possuir as rotinas necessárias ao gerenciamento e eventual substituição de GFIP - Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social, CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados para controlar as admissões e demissões de empregados sob o regime da CLT, RAIS - Relação Anual de Informações Sociais, CAT - Comunicação de Acidente de Trabalho, CD - Comunicação de Dispensa, PPP - Perfil Profissiográfico Previdenciário, DIRF - Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte, DCTF - Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais, QHT - Quadro de Horário de Trabalho, MANAD - Manual Normativo de Arquivos Digitais, GRF - Guia de Recolhimento do FGTS e GPS - Guia da Previdência Social.
- 3 - Permitir o cadastro e manutenção de Schemas, que representam os layouts de cada projeto.
- 4 - Permitir o cadastro e manutenção de scripts de validação, vinculando ao layout, que por sua vez estará vinculado a um projeto.
- 5 - Permitir a definição da URL que faz a comunicação da estrutura de dados com o serviço disponibilizado em outros sistemas da contratada, para importar os dados para WEB.
- 6 - Permitir a consulta de dependências entre layouts, apresentando a hierarquia de geração dos arquivos.
- 7 - Permitir a vinculação da API (Interface de Programação de Aplicativos) com um layout do projeto.
- Permitir a configuração de dependência entre layouts para geração de informações.
- 9 - Permitir a configuração de dependência entre layouts para geração de informações.
- 10 - Permitir a consulta dos dados integrados entre o sistema proprietário e o sistema eSocial para ajustes posteriores.
- 11 - Permitir a edição de registros integrados do sistema proprietário a partir da consulta das integrações.
- 12 - Permitir a inserção de registros manualmente não integrados do sistema proprietário.

Cláusula Terceira - DO REAJUSTE:

O valor do novo sistema contratado através deste instrumento será reajustado depois de decorrido o interregno mínimo de 12 meses, com base no índice IGP-M, apurado no período de referência, a contar da data de assinatura.

Cláusula Quarta - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas resultantes deste correrão a conta de Dotações Orçamentárias consignadas na seguinte classificação:

0101- CÂMARA DE VEREADORES

2001 - Manutenção da Câmara de Vereadores / Manutenção Atividades Legislativas

33900000 - Aplicações Diretas



MATOS COSTA-SC CIDADE DO MEL ECOLÓGICO

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
PODER LEGISLATIVO**

Rua: Tereza Cristina, 110 - Centro - CEP: 89420-000
MATOS COSTA - SANTA CATARINA
CNPJ: 83.529.941/0001-44 - FONE/FAX: (49) 3572 1144
e-mail: legislativo@camaramatoscosta.sc.gov.br

**Cláusula Quinta - DAS DEMAIS CLÁUSULAS**

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.
E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Matos Costa, 04 de NOVEMBRO de 2019.

CÂMARA MUNICIPAL DE MATOS COSTA
JOÃO MORAES JÚNIOR
CONTRATANTE

BETHA SISTEMAS LTDA.
DANIELA RAMOS SILVA GUOLLO
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Monica Vogel
CPF: 018.101.419-07

Nome:
CPF:



MATOS COSTA-SC CIDADE DO MEL ECOLÓGICO

Meleiro

PREFEITURA

EXTRATO ADITIVO Nº 001-2019 AO CONTRATO Nº 004-2019

Publicação Nº 2216214

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Extrato Aditivo de Contrato

Aditivo n.º 001/2019 (Acréscimo de valor - Quantitativo)

Contrato n.º. 004/2019

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: TRANSPORTE MELEIRO LTDA ME

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ENSINO SUPERIOR, TRANSPORTE ESCOLAR PARA EVENTUAIS VIAGENS DE ESTUDO, DE CUNHO ESPORTIVO E DE GRUPOS DA TERCEIRA IDADE DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2019, CONFORME TRAJETOS E CONDIÇÕES ESPECIFICADAS NO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I DO EDITAL.

Valor Acrescido: R\$ 2.812,50 (dois mil oitocentos e doze reais e cinquenta centavos)

Data da assinatura: 04 de novembro de 2019.

EXTRATO DISPENSA Nº 052-2019

Publicação Nº 2217368

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MELEIRO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 052/2019

EDER MATTOS, Prefeito Municipal, torna público para conhecimento de todos, que contratou através de dispensa de licitação a ELABORAÇÃO DE PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NA RUA ALBERTO BÚRIGO, BAIRRO JARDIM ITÁLIA, TRECHO ENTRE O FIM DO CALÇAMENTO DA RUA ALBERTO BÚRIGO ATÉ A ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE AGUÁ DO SAMAE.

Fundamento Legal: Art. 24, inciso I, da Lei Federal 8.666/93.

Contratada: FH TREINAMENTOS E PREPAROS DE DOCUMENTOS EIRELI

Valor Total: R\$ 10.900,00 (dez mil e novecentos reais)

Meleiro/SC, 06 de novembro de 2019.

EDER MATTOS – Prefeito Municipal.

EXTRATO DISPENSA Nº 053-2019

Publicação Nº 2217371

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MELEIRO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 053/2019

EDER MATTOS, Prefeito Municipal, torna público para conhecimento de todos, que contratou através de dispensa de licitação a ELABORAÇÃO DE PROJETO TÉCNICOS EXECUTIVOS DE ENGENHARIA RODOVIÁRIA VISANDO A TERRAPLANAGEM, PAVIMENTAÇÃO E SINALIZAÇÃO DA ESTRADA MUNICIPAL MEL 460, BOCA DO PIQUE – MELEIRO/SC (Ponte Boca do Pique até a faixa de domínio Rodovia SC 447), COM EXTENSÃO APROXIMADA DE 1.600 METROS LINEARES.

Fundamento Legal: Art. 24, inciso I, da Lei Federal 8.666/93.

Contratada: FH TREINAMENTOS E PREPAROS DE DOCUMENTOS EIRELI

Valor Total: R\$ 12.600,00 (doze mil e seiscentos reais)

Meleiro/SC, 06 de novembro de 2019.

EDER MATTOS – Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 406-2019

Publicação Nº 2216909

PORTARIA nº 406/2019
TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR POR TEMPO DETERMINADO.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 de 28 de Dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009 de 28 de Dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital de Processo Seletivo nº 001/2018, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora MARIA CRISTINA CARARO LOCK, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lecionando na Educação Infantil, até o término das aulas, no C.M.E.I. Escadinha do Tempo.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 05 de Novembro de 2019.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 407-2019

Publicação Nº 2217231

PORTARIA n.º 407/2019
TRATA DA NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA O CARGO DE PSICÓLOGA.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações e Lei Complementar n.º 034/2011, de 26 de Dezembro de 2011 e suas alterações, resolve:

NOMEAR

Art. 1.º A Senhora ELOÁ KALLINE TALHAMENTO, para ocupar o cargo de Psicóloga, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, aprovada em Concurso Público – Edital n.º 001/2019, homologado em 20 de Agosto de 2019.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revoga-se as disposições em contrário.

Meleiro, 05 de Novembro de 2019.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

RESOLUÇÃO Nº 003-2019

Publicação Nº 2216496

Resolução Nº 03/2019

Altera a resolução nº 01/2015 que fixa normas para funcionamento do Ensino Fundamental de 09 (nove) anos da Rede Municipal de Ensino.

O Presidente do Conselho Municipal de Educação, em conformidade com a Lei, Lei do Sistema Municipal de Educação nº 1.665/2014, Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996, Resolução CNE/CEB 01 de 14 de Janeiro de 2010, Resolução CNE/CEB 04 de 2 de outubro de 2009, Parecer CNE/CEB 15 de 9 de maio de 2007, Parecer CNE/CEB 02 de 19 de fevereiro de 2003, Parecer CNE/CEB 16 de 6 de agosto de 2008, Parecer 18 de 2 de outubro de 2012 e com fundamento no Parecer nº 01, após deliberação Da seção plenária do dia 04 de novembro de 2019:

RESOLVE:

Art. 1 - Altera a redação do inciso II, do Artigo19, que passa a vigorar a seguinte redação:

Áreas do conhecimento										
Ano	Linguagens				MAT	Ciências Humanas		ER	Ciências da Natureza	C.H. SEMANAL
	L. P.	E.F.	ART.	L.I.		HIS	GEO		CIE	
6º	3	2	2	2	3	3	2	1	2	20
7º	4	2	2	2	3	2	2	1	2	20
8º	3	2	2	2	4	2	2	1	2	20
9º	3	2	1	2	3	2	3	1	3	20

L.P. – Língua Portuguesa, MAT – Matemática, E.F. – Educação Física, ART – Arte, L.I. – Língua Inglesa, HIS – História, GEO – Geografia, CIE – Ciências e ER – Ensino Religioso.

Aprovada em seção plenária realizada no dia 04 de novembro de 2019, homologada em 04 de agosto de 2019.

Meleiro, 05 de novembro de 2019.

ROSANE BRISTOT PIAZZA

Presidente do CME

RESOLUÇÃO Nº 004-2019

Publicação Nº 2216497

Resolução Nº 04/2019

Altera a Resolução 02/2015 que fixa normas para o funcionamento da Educação Infantil no âmbito do Sistema Municipal de Ensino.

O Conselho Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, e conforme estabelece o disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, Lei de Sistema Municipal de Ensino do Município 1665/2014, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, resolução do CNE/CEB 05 de 17 de dezembro de 2009, Resolução CNE/CEB 06 de 20 de outubro de 2010 e Resolução 04 de 13 de julho de 2010, tendo em vista a deliberação da sessão plenária do dia 04 de novembro de 2019:

RESOLVE:

Art. 1: Altera a redação do Art. 10, onde passa a vigorar a seguinte redação:

FAIXA ETÁRIA	TURMA	NÚMEROS DE ALUNOS	PROFISSIONAIS
01 ANO INCOMPLETO ATÉ 31 DE MARÇO	BERÇÁRIO	05 CRIANÇAS	1
01 ANO COMPLETO ATÉ 31 DE MARÇO	MATERNAL	08 CRIANÇAS	1
02 ANOS COMPLETOS ATÉ 31 DE MARÇO	JARDIM I	13 CRIANÇAS	1
03 ANOS COMPLETOS ATÉ 31 DE MARÇO	JARDIM II	15 CRIANÇAS	1
04 ANOS COMPLETOS ATÉ 31 DE MARÇO	PRÉ-ESCOLAR I	25 CRIANÇAS	1
05 ANOS COMPLETOS ATÉ 31 DE MARÇO	PRÉ-ESCOLAR II	25 CRIANÇAS	1

Reitera-se que todas as turmas de creche (0 a 3 anos) terão pelo menos dois profissionais por turma, portanto, o número de alunos será proporcional ao número de profissionais em cada turma.

Art. 2 – Altera a redação do parágrafo 2º e 4º do Art. 10, passando a vigorar a seguinte redação:

§ 2º - Em caso da existência de crianças com deficiências matriculadas no pré-escolar o número acima será reduzido em 10% ou incluirá auxiliar de sala e/ou estagiário quando diagnosticada a efetiva necessidade;

§ 4º - A Secretaria Municipal de Educação deverá possuir um assistente técnico pedagógico para a educação infantil, que realizará a coordenação das atividades das turmas de alunos.

Aprovada em seção plenária realizada no dia 04 de novembro de 2019, homologada em 04 de novembro de 2019.

Meleiro, 05 de novembro de 2019.

ROSANE BRISTOT PIAZZA

Presidente do CME

Modelo

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 145-2019 ALIENAÇÃO IMÓVEL - GABRIEL EDUARDO RECH

Publicação Nº 2216858

Extrato de Contrato nº 145/2019

Processo Licitatório nº 1832/2019

Concorrência Pública nº 002/2019

Vendedor: MUNICIPIO DE MODELO. CNPJ: 83.021.832/0001-11

Comprador: GABRIEL EDUARDO RECH CPF sob nº. 097.035.999-31

Valor: 30.000,00

Assinado em: 05/11/2019

Vigente até: 31/12/2019

Objeto: ALIENAÇÃO DE IMÓVEL DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE MODELO/SC, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 2426/19

Modelo/SC, 05 de novembro de 2019.

Ricardo Luis Maldaner

Prefeito

Mondaí

PREFEITURA

DECRETO 5268/2019

Publicação Nº 2216425

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO nº. 5.268 DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.

"Homologação do resultado final do Processo de seleção para concessão de bolsas de estudos de acordo com Edital nº. 006/2019."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições, de acordo com a Lei Orgânica do Município e em atendimento ao que estabelece a Lei Municipal nº. 3.339, de 02 de outubro de 2009, atualizada, DIVULGA através do presente instrumento de homologação, o resultado final das inscrições do Processo Seletivo nº. 006/2019.

CONSIDERANDO o disposto do art. 52 da Lei Municipal nº. 3.676 de 30 de outubro de 2018, que "Estabelece as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária do Município de Mondaí para o exercício de 2019, e dá outras providências".

CONSIDERANDO o cumprimento dos dispositivos legais advindos da Lei Municipal nº. 3.339, de 02 de outubro de 2009, que "Institui o Programa Municipal de Concessão de Bolsas de Estudos para Estudantes de Nível Superior do Município de Mondaí e dá outras providências".

CONSIDERANDO as disposições contidas no Processo de Seleção nº. 006/2019 de 10 de setembro de 2019.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal 3.571 de 23 de dezembro de 2014, que "Reestrutura o Programa Municipal de Concessão de Bolsas de Estudos para Estudantes de Nível Superior do Município de Mondaí, e dá outras providências".

CONSIDERANDO os trabalhos realizados pela Coordenação do Programa Municipal de Concessão de Bolsas de Estudo.

CONSIDERANDO o decurso do prazo recursal previsto nos termos da Portaria nº. 295 de 22 de outubro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o resultado final das inscrições dos candidatos constantes no Anexo Único deste Decreto, aptos a receber os recursos do Programa Municipal de Concessão de Bolsas de Estudos para Estudantes de Nível Superior do Município de Mondaí, com o objetivo incentivar a continuidade dos estudos e a formação acadêmica dos munícipes, auxiliando no custeio das despesas com transporte e/ou mensalidades escolares para alunos que cursarem cursos de nível superior, autorizados ou reconhecidos pelo MEC, quando estes cursos não forem oferecidos/freqüentados no Município.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Mondaí, SC, 30 de outubro de 2019.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal de Mondaí.

DECRETO 5269/2019

Publicação Nº 2216428

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO nº. 5.269 DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.

"Homologação do resultado final do Processo de seleção para concessão de bolsas de estudos de acordo com Edital nº. 007/2019."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições, de acordo com a Lei Orgânica do Município e em atendimento ao que estabelece a Lei Municipal nº. 3.523, de 08 de outubro de 2013, DIVULGA através do presente instrumento de homologação, o resultado final das inscrições do Processo Seletivo nº. 007/2019.

CONSIDERANDO o disposto do art. 52 da Lei Municipal nº. 3.676 de 30 de outubro de 2018, que "Estabelece as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária do Município de Mondaí para o exercício de 2019, e dá outras providências".

CONSIDERANDO o cumprimento dos dispositivos legais advindos da Lei Municipal nº. 3.523, de 08 de outubro de 2013, que "Institui o Programa Municipal de Concessão de Bolsas de Estudos para Estudantes de ensino técnico de nível médio/profissionalizante do Município de Mondaí e dá outras providências".

CONSIDERANDO as disposições contidas no Processo de Seleção nº. 007/2019 de 10 de setembro de 2019.

CONSIDERANDO o decurso do prazo recursal previsto nos termos da Portaria nº. 296 de 22 de outubro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o resultado final das inscrições dos candidatos constantes no Anexo Único deste Decreto, aptos a receber os recursos do Programa Municipal de Concessão de Bolsas de Estudos para Estudantes de ensino técnico de nível médio/profissionalizante do Município de Mondaí, com o objetivo de incentivar a continuidade dos estudos, auxiliando no custeio das despesas com transporte para alunos que cursarem o ensino técnico de nível médio/profissionalizante, autorizados ou reconhecidos pelo MEC, quando estes cursos não forem oferecidos/frequentados no Município.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Mondaí, SC, 30 de outubro de 2019.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal de Mondaí.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO Nº 059.2019 PMM

Publicação Nº 2216368

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 053/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ/SC. EMPRESA REGISTRADA: S. J. CONSTRUTORA LTDA, valor total registrado R\$ 308.520,00 (trezentos e oito mil e quinhentos e vinte reais). OBJETO: Registro de preços para eventual e futura contratação de empresa especializada em prestar serviços de impermeabilização de telhado com fornecimento da manta asfáltica aluminizada, para 12 (doze) meses, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I, do Edital. ORIGEM: Processo Licitatório nº 092/2019, Pregão Presencial nº. 059/2019. VIGÊNCIA: A vigência da presente ATA é a partir de sua homologação até 04 de novembro de 2020. Mondaí – SC, 05 de novembro de 2019. VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal

EXTRATO PREGÃO Nº 007.2019 FMAS

Publicação Nº 2216781

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 011/2019 - MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2019 - O MUNICÍPIO DE MONDAÍ – SC, através do FMAS, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS, conforme descrito a seguir: MODALIDADE: Pregão Presencial nº 007/2019. TIPO: Menor Preço Por Lote. OBJETO: Registro de preços para eventual e futura aquisição de gêneros alimentícios e materiais de higiene e limpeza, destinados para manutenção do Programa Frentes de Trabalho, nos termos da Lei Municipal nº 3.096 de 14 de março de 2005, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Mondaí, recursos do Município/FMAS, conforme disposições constantes no presente edital de licitação e seus anexos, com entrega parcelada, conforme solicitação, de acordo com especificações e quantidades descritas no Anexo I deste Edital, para período de 06 (seis) meses após a data da homologação. ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: Até as 08h00min do dia 20 de novembro de 2019. SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: às 08h15min do dia 20 de novembro de 2019. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico www.mondai.sc.gov.br. Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3100 ou pelo e-mail: compras@mondai.sc.gov.br. Mondaí-SC, 30 de outubro de 2019. VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal

LEI Nº 3.713, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2217319

LEI Nº. 3.713, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre a atualização do Plano Plurianual 2018/2021, instituído pela Lei Municipal nº 3.643/2017, do Município de Mondaí, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MONDAÍ faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o PPA – Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 3643 de 22 de setembro de 2017, por meio da inclusão de novas Órgãos, Unidades Administrativas, Programas e Ações de Governo, pela alteração ou fixação de novas metas físicas e financeiras, na adequação das rubricas orçamentárias de receitas e fontes de custeio das despesas para o exercício financeiro de 2020 e seguintes, nos termos dos Anexos da presente Lei.

Art. 2º Os valores constantes em cada ação foram atualizados de acordo com as previsões de arrecadação de receitas, mediante a indicação das respectivas fontes e detalhamento das destinações de recursos.

Art. 3º Foram atualizados os valores para o exercício de 2020 e seguintes, de maneira a adequar os programas e fontes de recursos, e manter o equilíbrio entre as receitas e despesas que sofrem constantes modificações no cenário econômico de cada ente.

Art. 4º Em consonância com o art. 165, § 2º da Constituição, as prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2020 e seguintes, são aquelas definidas nos anexos desta Lei, representando as reivindicações da sociedade e confirmadas pelos órgãos da Prefeitura.

Art. 5ª Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mondaí, 5 de novembro de 2019.

Valdir Rubert,
Prefeito Municipal de Mondaí.

Eliseu Bohn,
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

LEI Nº 3.714, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2217328

LEI Nº. 3.714/2019 - Página 1 de 28

LEI Nº. 3.714, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2019.

Estabelece as Diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária do Município de Mondaí para o exercício de 2020, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MONDAÍ faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei estabelece às diretrizes orçamentárias do Município de Mondaí, para o exercício de 2020, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, às normas estabelecidas pela Lei 4.320, de 17 de março de 1964, e suas alterações, na Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, combinado, com o inciso VI do artigo 56 da Lei Orgânica do Município, com o inciso parágrafo 2º do Artigo 5º da Lei Complementar Municipal nº. 018 de 28 de novembro de 2006, e, com a Lei Municipal nº. 3.643 de 22 de setembro de 2017 (Plano Plurianual), e suas atualizações, sendo elaboradas e executadas de acordo com as diretrizes estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I – As prioridades e metas da administração pública municipal, extraídas do Plano Plurianual 2018/2021;

II – A estrutura e organização dos orçamentos;

III – As diretrizes gerais;

IV – As diretrizes específicas para o Poder Legislativo

V – As disposições sobre a receita;

VI – As disposições sobre a despesa;

VII – As disposições sobre os créditos adicionais;

VIII – Das despesas com educação e saúde;

IX – As disposições sobre despesas com pessoal;

X – As disposições sobre alterações na legislação tributária; e

XI – Das disposições gerais.

§ 1º As diretrizes, metas e prioridades constantes do Plano Plurianual e desta Lei considerar-se-ão modificadas por leis posteriores e pelos créditos adicionais abertos.

LEI Nº. 3.714/2019 - Página 2 de 28

§ 2º Esta Lei dispõe, dentre outras matérias, também sobre o equilíbrio das finanças públicas, critérios e formas de limitação de empenho, sobre o controle de custos e avaliação dos resultando dos programas, sobre condições e exigências para transferências de recursos para entidades públicas e privadas, sobre a despesa de pessoal para os fins do art. 169, § 1º da Constituição, e compreende os anexos de que trata os §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 e suas alterações.

CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º Em consonância com o art. 165, § 2º da Constituição, as prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2020 são aquelas definidas nos Anexos desta Lei, as quais foram extraídas do Plano Plurianual, para o período de 2018 a 2021, aprovado pela Lei Municipal nº. 3.643, de 22 de setembro de 2017, e suas atualizações. outras prioridades apresentadas pelas reivindicações da sociedade e confirmadas pelos órgãos da Prefeitura, as metas e prioridades da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2020, são os especificados no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei.

§ 1º O detalhamento das metas e prioridades consta no Anexo I a esta Lei, em conformidade com os objetivos estabelecidos nos programas temáticos constantes do Plano Plurianual 2018-2021

§ 2º As metas e prioridades de que trata o caput deste artigo, atendidas às despesas que configurem obrigação constitucional, legal ou obrigatórias de caráter continuado do Município, as com funcionamento dos órgãos e entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, e as de conservação do patrimônio público, têm precedência na alocação dos recursos no Projeto e na Lei Orçamentária de 2020 e na sua execução, não se configurando, todavia, em limite à programação da despesa

§ 3º A Lei Orçamentária Anual de 2020 conterá dotações necessárias ao cumprimento do cronograma de execução de obras e demais contratos em andamento, em atendimento ao princípio da continuidade das ações públicas, observando e cumprindo o disposto no art. 45, da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

§ 4º O anexo de metas e prioridades conterá no que couber, o disposto no § 2º, do art. 4º, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

§ 5º A Lei Orçamentária não consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no Plano Plurianual ou em Lei que autorize a sua inclusão, conforme disposto no § 1º do art. 167 da Constituição da República Federativa do Brasil.

§ 6º Na elaboração e durante a execução do Orçamento do exercício de 2020, o Poder Executivo Municipal, poderá, se verificados alterações da conjuntura nacional, estadual e municipal e dos parâmetros macroeconômicos utilizados, adequar as metas definidas nesta Lei, aumentando e/ou diminuindo, incluindo e/ou excluindo suas ações e seus quantitativos a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas e o atendimento às necessidades da sociedade.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 3º A elaboração e a aprovação dos Projetos da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2020 abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo e seus Fundos e será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional da Prefeitura e deverá ser elaborada de conformidade com os diversos princípios, além dos contábeis geralmente aceitos, o da publicidade, igualdade, justiça social e o da transparência social:

I – O princípio da publicidade visa promover a transparência da gestão fiscal, permitindo o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas ao ente público;

II – O princípio de justiça social implica em assegurar que os Programas dispostos na Proposta Orçamentária contribuam para a redução das desigualdades sociais entre os indivíduos e suas regiões, bem como no combate a qualquer tipo de exclusão social, principalmente aos munícipes mais necessitados;

III – O princípio da transparência social requer a observância da utilização dos diversos meios de comunicações disponíveis, a fim de garantir o livre acesso e participação dos cidadãos às informações relativas ao orçamento, inclusive na discussão em audiências públicas; e

IV – O princípio da economicidade implica na relação custo-benefício, ou seja, na eficiência dos atos de despesa, que conduz à própria eficiência da atividade administrativa.

Art. 4º As ações do Governo Municipal visando à viabilização financeira do município deverão orientar-se pelas seguintes diretrizes gerais:

I – busca da elevação imediata, substancial e permanente das receitas públicas, sobretudo das receitas próprias, bem como da ampliação e da diversificação das fontes alternativas de receita, sobretudo as de menor custo para a sociedade;

II – promoção de amplo esforço de redução de custos, otimização de gastos e reordenamento de despesas do setor público municipal, sobretudo pelo aumento da produtividade na prestação de serviços públicos e sociais;

III – aprimoramento da capacidade de gestão de despesas do setor público, bem como de gestão orçamentária, de administração financeira e de controle interno, por intermédio da modernização dos instrumentos e dos mecanismos de exercício de despesas e determinação de gastos, de controle de custos, de administração financeira e de controle interno.

IV – promoção da melhoria permanente da administração pública municipal, por meio de um modelo de gestão por resultados e da capacitação e valorização dos servidores públicos do município;

V – manutenção do compromisso com o equilíbrio das contas públicas, aprimorando a prevenção e a mitigação de riscos fiscais por meio de uma gestão moderna e eficiente para subsidiar a elevação da capacidade de investimentos. Aprimorar os mecanismos de cobrança e os instrumentos de arrecadação fiscal.

Art. 5º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: o menor nível da classificação institucional;

II – ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO: o maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias;

III – FUNÇÃO: maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público;

IV – SUB-FUNÇÃO: uma partição da função, que visa agregar determinado subconjunto de despesa do setor público;

V – PROGRAMA: o instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado pelas metas físicas estabelecidas no Plano Plurianual;

VI – ATIVIDADE: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, destinados para manutenção das unidades orçamentárias de acordo com a estrutura da Prefeitura Municipal e os programas específicos de manutenção continuada, devendo as mesmas serem realizadas de forma contínua e permanente cujo produto final será a manutenção das ações governamental as quais foram extraídas do Plano Plurianual atualizado;

VII – PROJETO: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, previamente aprovados no Plano Plurianual em vigor e serão um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação do governo municipal;

VIII – OPERAÇÕES ESPECIAIS: as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços; e

IX – FONTE DE RECURSOS: vinculação de recursos públicos a uma despesa específica ou a qualquer que seja a aplicação, desde a previsão até o efetivo pagamento da despesa, constantes dos programas e ações governamentais, dividindo-se essa destinação em ordinária e vinculada.

§ 1º Cada Programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como os órgãos orçamentários responsáveis pela realização da ação e em seus créditos adicionais.

§ 2º Cada ação orçamentária, entendida como sendo a atividade, o projeto ou a operação especial, deve identificar a função e subfunção às quais se vincula.

LEI Nº. 3.714/2019 - Página 5 de 28

§ 3º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária de 2020, bem como nos créditos adicionais, por função, subfunção, programa, projeto/atividade, operação especial e categoria econômica.

Art. 6º A receita orçamentária será discriminada pelos seguintes níveis:

I – Categoria Econômica;

II – Origem;

III – Espécie;

IV – Rubrica;

V – Alínea; e

VI – Subalínea.

§ 1º A Categoria Econômica da receita, primeiro nível de classificação, está assim detalhada:

I – Receitas Correntes - 1; e

II – Receitas de Capital - 2.

§ 2º A Origem, segundo nível da classificação das receitas, identifica a procedência dos recursos públicos em relação ao fato gerador no momento em que os mesmos ingressam no patrimônio público.

§ 3º O terceiro nível, denominado Espécie, possibilita uma qualificação mais detalhada dos fatos geradores dos ingressos de tais recursos.

§ 4º O quarto nível, a Rubrica, agrega, dentro de cada espécie de receita, determinadas receitas com características próprias e semelhantes entre si.

§ 5º A Alínea, quinto nível, funciona como uma qualificação da Rubrica, apresentando o nome da receita propriamente dita e recebendo o registro pela entrada dos recursos financeiros.

§ 6º O sexto nível, a Subalínea, representa o detalhamento mais analítico das receitas públicas.

Art. 7º A despesa orçamentária será discriminada por:

I – Órgão Orçamentário;

II – Unidade Orçamentária;

III – Função;

LEI Nº. 3.714/2019 - Página 6 de 28

IV – Subfunção;

V – Programa;

VI – Projeto, Atividade ou Operação Especial;

VII – Categoria Econômica;

VIII – Grupo de Natureza da Despesa;

IX – Modalidade de Aplicação;

X – Elemento de Despesa; e

XI – Fonte de Recursos.

§ 1º A Categoria Econômica da despesa está assim detalhada:

I – Despesas Correntes - 3; e

II – Despesas de Capital - 4.

§ 2º Os Grupos de Natureza da Despesa constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:

I – pessoal e encargos sociais - 1;

II – juros e encargos da dívida - 2;

III – outras despesas correntes - 3;

IV – investimentos - 4;

V – inversões financeiras, incluídas quaisquer despesas referentes à constituição ou ao aumento de capital de empresas - 5; e

VI – amortização da dívida - 6.

§ 3º A Modalidade de Aplicação destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

I – diretamente, pela unidade detentora do crédito orçamentário ou, mediante descentralização de crédito orçamentário, por outro órgão ou entidade integrante do Orçamento Fiscal ou da Seguridade Social; e

II – indiretamente, mediante transferência financeira, por outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades ou por entidades privadas sem fins lucrativos.

LEI Nº. 3.714/2019 - Página 7 de 28

§ 4º Na especificação da modalidade de aplicação de que trata o parágrafo anterior será observado, no mínimo, o seguinte detalhamento:

I – transferências à União - 20;

II – transferências a Estados e ao Distrito Federal - 30;

III – transferências a Estados e ao Distrito Federal - Fundo a Fundo - 31

IV – transferências a Municípios - 40

V – transferências a Municípios - Fundo a Fundo - 41

VI – transferências a instituições privadas sem fins lucrativos - 50;

VII – transferências a instituições privadas com fins lucrativos - 60;

VIII – transferências a consórcios públicos mediante contrato de rateio - 71;

IX – execução orçamentária delegada a Consórcios Públicos - 72;

X – transferências a consórcios públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da lei complementar nº 141, de 2012 - 73;

XI – aplicações diretas - 90; e

XII – aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - 91.

§ 5º Fica o Poder Executivo autorizado a criar, alterar ou extinguir os códigos da modalidade de aplicação incluídos na Lei Orçamentária Anual para 2020 e em seus Créditos Adicionais.

§ 6º A especificação da despesa será apresentada por unidade orçamentária até o nível de modalidade de aplicação.

§ 7º A Lei Orçamentária Anual para 2020 conterà a destinação de recursos, classificados por Fontes, regulamentados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, do Ministério da Fazenda, e pelo Tribunal de Contas do Estado do Santa Catarina – TCE / SC.

§ 8º O Município poderá incluir, na Lei Orçamentária, outras Fontes de Recursos para atender suas peculiaridades, além das determinadas no § 7º deste artigo;

§ 9º Os recursos legalmente vinculados a finalidades específicas serão utilizados apenas para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

LEI Nº. 3.714/2019 - Página 8 de 28

§ 10. As receitas oriundas de aplicações financeiras terão as mesmas fontes dos recursos originais.

§ 11. A Reserva de Contingência, prevista no inciso I, parágrafo único do artigo 46 desta Lei, será identificada pelo dígito 9 (nove) no que se refere ao grupo de natureza da despesa.

§ 12. Não poderão ser fixadas no orçamento despesas sem que estejam definidas as correspondentes fontes de recursos.

§ 13. Cada Projeto constará somente de uma esfera orçamentária e sob um único Programa.

Art. 8º As atividades com a mesma finalidade de outras já existentes deverão observar o mesmo código, independentemente da unidade executora.

Art. 9º O projeto de Lei Orçamentária de 2020 que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal e a respectiva Lei, além dos quadros exigidos, serão constituídas de:

I – Texto da Lei;

II – Demonstrativo da receita e despesa segundo as categorias econômicas, Econômicas (Anexo 1, da Lei 4.320/1964);

III – Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo 2, da Lei 4.320/1964);

IV – Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo 3, da Lei 4.320/1964);

V – Demonstrativo da aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino, para efeito de cumprimento do disposto no artigo 212 da Constituição da República e no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com a redação dada pela Emenda à Constituição nº. 14, de 12 de setembro de 1996, pela Emenda nº. 53, aprovada em 19 de dezembro de 2.006;

VI – Demonstrativo dos gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino;

VII – Demonstrativo da aplicação nas ações e serviços públicos de saúde, para efeito de cumprimento do disposto no artigo 198 da Constituição da República e no art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com a redação dada pela Emenda à Constituição nº. 29 de 13 de setembro de 2000;

VIII – Demonstrativo da receita segundo as categorias econômicas;

IX – Detalhamento da despesa por unidade orçamentária;

X – Detalhamento da despesa por órgão;

XI – Detalhamento da despesa – consolidado;

LEI Nº. 3.714/2019 - Página 9 de 28

XII – Demonstrativo de programa de trabalho;

XIII – Demonstrativo de programa de trabalho por órgão;

XIV – Demonstrativo de programa de trabalho – demonstrativo da despesa por funções, subfunções e programas por projetos, atividades e operações especiais; (Anexo 6, da Lei 4.320/1964);

XV – Demonstrativo de programa de trabalho – demonstrativo da despesa por funções, subfunções e programas por projetos, atividades e operações especiais; (Anexo 7, da Lei 4.320/1964);

XVI – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/1964);

XVII – Demonstrativo da despesa por órgãos e funções, (Anexo 9, da Lei 4.320/1964);

XVIII – Demonstrativo da natureza de despesa segundo as categorias econômicas.

XIX – Demonstrativo da Evolução da Receita realizada por fontes dos últimos três exercícios, da estimada para o exercício corrente e da projeção para dois exercícios seguintes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XX – Demonstrativo das receitas e despesas dos orçamentos fiscais e da seguridade social;

XXI – Demonstrativo das Renúncias de Receitas e Estimativa do seu Impacto Orçamentário-Financeiro, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF;

XXII – Demonstrativo das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado que serão geradas em 2020 com indicação das medidas de compensação;

XXIII – Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2020;

XXIV – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público;

XXV – Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previsto para o exercício de 2020;

§ 1º Os fundos municipais integrarão o orçamento geral do Município, apresentando em destaque as receitas e despesas a eles vinculadas, sendo efetuadas as transferências do Município ao fundo de forma financeira, ou seja, os registros contábeis da Prefeitura dar-se-ão somente nos sistemas financeiros e compensação, fechando os balanços em sua consolidação.

§ 2º Os relatórios previstos neste artigo poderão ser atualizados para atender as Portarias nº. 42/1999 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e, Portaria Interministerial nº. 163 de 04 de maio de 2001, bem como alterações posteriores.

LEI Nº. 3.714/2019 - Página 10 de 28

Art. 10. As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual ou aos projetos que o modifiquem somente poderão ser aprovadas se atendido o disposto no § 3º do art. 166 da Constituição da República e no art. 33 da Lei nº. 4.320/64, não podendo, ainda, incidirem sobre:

I – dotações financiadas com recursos vinculados;

II – dotações referentes à contrapartida obrigatória do Tesouro Municipal sobre recursos transferidos ao Município;

III – recursos destinados ao serviço e encargos da dívida, precatórios, despesas com pessoal e encargos sociais;

IV – dotações referente a obras em execução.

Parágrafo único. Ao Projeto de Lei Orçamentária Anual não poderão ser apresentadas emendas com recursos insuficientes para a conclusão de etapas de obras ou cumprimento de parcela de contratos de entrega de bem ou serviço.

CAPÍTULO III DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 11. O orçamento para o exercício de 2020 obedecerá ao princípio da transparência e do equilíbrio das contas públicas, abrangendo os Poderes Legislativo, Executivo, e seus fundos.

Art. 12. Os estudos para definição do Orçamento da Receita para 2020, excluídas as previsões de convênios e operações de crédito, deverá observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios.

Art. 13. Se a receita estimada para 2020, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá reestimá-la ou solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 14. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário, para as seguintes despesas abaixo:

I – racionalização dos gastos com diárias, viagens e equipamentos;

II – racionalização de despesas com horas extras;

III – redução de até 30% dos gastos com combustíveis para a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;

IV – redução dos investimentos programados, desde que ainda não iniciados;

LEI Nº. 3.714/2019 - Página 11 de 28

V – redução das despesas com material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades;

VI – redução do número de funcionários admitidos em cargos comissionados;

VII – redução do número de funcionários admitidos em caráter temporário.

§ 1º Caso ocorra o disposto no caput deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho, e movimentação financeira.

§ 2º O Chefe do Poder Legislativo, com base na comunicação recebida, publicará ato estabelecendo os montantes que estão disponíveis para movimentação e empenho.

§ 3º Despesas que não serão objeto de limitação de empenho nos termos do artigo 9º, § 2º da Lei Complementar nº. 101 de 04 de maio de 2000 são as constantes no ANEXO II desta Lei.

Art. 15. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes no ANEXO III desta Lei.

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do Excesso de Arrecadação e do Superávit Financeiro do exercício de 2018, exceto os itens de recursos vinculados ou de convênios.

§ 2º Sendo ainda, estes recursos insuficientes, o Poder Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei específico ou autorização na própria Lei Orçamentária Anual, propondo a anulação de recursos alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 16. A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica, voltadas para as ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, consórcios intermunicipais de saúde, de inspeção sanitária animal constituídos exclusivamente por entes públicos e ainda as voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal, mediante prévia autorização legislativa.

§ 1º Não se aplica o disposto neste artigo, as contribuições estatutárias devidas às entidades municipalistas, em que o Município for associado.

§ 2º Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais e contribuições, as entidades privadas sem fins lucrativos deverão apresentar declaração de funcionamento regular e comprovantes de regularidade do mandato de sua diretoria, bem como o previsto no art. 116 da lei 8.666/93, especialmente com relação a regularidade fiscal exigida pela Constituição da República, em seu art. 195, § 1º e a lei 8.666/93, art. 116 c/c art. 29.

§ 3º As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos, atendendo o exigido no art. 16 e seu parágrafo, da lei 4.320/64.

Art. 17. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que venha a ser acrescida à execução orçamentária de 2020, a qualquer tempo, deverá atender ao disposto nos incisos I e II do artigo 16 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 18. Para efeito do disposto no artigo 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes de ação governamental nova, cujo impacto orçamentário-financeiro num exercício não exceda a 1,00% da receita corrente líquida prevista (orçada) para o exercício.

Art. 19. Em conformidade com o Art. 26 da Lei de Responsabilidade Fiscal, a administração publica por meio de lei específica poderá destinar recursos para cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas, por meio de contribuições, subvenções sociais e auxílios, observando a legislação em vigor.

Art. 20. Despesas de custeio de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos na lei orçamentária.

Art. 21. Será garantida a destinação de recursos orçamentários para a oferta de programas públicos de atendimento à infância e à adolescência no Município, conforme disposto no art. 227 da Constituição Federal e no art. 4º da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e suas alterações - Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 22. O Executivo Municipal está autorizado a firmar acordos e ajustes judiciais ou extrajudiciais.

Art. 23. A Lei Orçamentária de 2020 somente incluirá dotações para o pagamento de precatórios cujos processos contenham pelo menos um dos seguintes documentos:

I – certidão de trânsito em julgado dos embargos à execução no todo ou da parte não embargada; e

II – certidão de que não tenham sido opostos embargos ou qualquer impugnação aos respectivos cálculos.

Art. 24. A Procuradoria-Geral do Município encaminhará à Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, até 30 de setembro do corrente exercício, a relação dos débitos decorrentes de precatórios judiciais inscritos até 1º de julho de 2019 a serem incluídos na proposta orçamentária de 2020, especificando:

I – número e data do ajuizamento da ação originária;

II – número do precatório;

III – tipo da causa julgada (de acordo com a origem da despesa);

LEI Nº. 3.714/2019 - Página 13 de 28

IV – enquadramento (alimentar ou não alimentar);

V – data da autuação do precatório;

VI – nome do beneficiário;

VII – valor do precatório a ser pago (atualizados, conforme determinado pelo art. 100, § 5º, da Constituição Federal, pela Emenda Constitucional nº 62/2009);

VIII – data do trânsito em julgado;

IX – número da vara ou comarca de origem; e

X – cópia do ofício requisitório no caso de precatórios trabalhistas e cópia da requisição de pagamento no caso de ação cível.

Parágrafo único. A forma de pagamento e a atualização monetária dos precatórios e das parcelas resultantes observarão, no exercício de 2020, os índices adotados pelo Poder Judiciário respectivo, conforme disposto no art. 100, § 1º, da Constituição Federal, na Emenda Constitucional nº 62/2009 e no Decreto nº 213/2010.

Art. 25. O pagamento das obrigações de pequeno valor de que trata o art. 100, § 3º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, pela Emenda Constitucional nº 30, de 13 de setembro de 2000 e pela Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, sujeitar-se-á ao disposto na Lei nº 11.467/2011.

Art. 26. No decorrer do exercício de 2020 os débitos judiciais transitados em julgado de pequeno valor e as despesas decorrentes das condenações judiciais a que o Município for condenado após a elaboração do orçamento anual, serão encaminhadas aos respectivos órgãos para pagamento mediante suplementação, caso necessário, priorizando aqueles de caráter alimentar nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 100 da Constituição Federal.

Art. 27. A Secretaria de Administração e Fazenda fica obrigada a evidenciar os beneficiários de pagamentos de sentenças judiciais, com a observação da ordem cronológica específica ao objeto.

CAPÍTULO IV DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS PARA O PODER LEGISLATIVO

Art. 28. Atendido o disposto no art. 29-A da Constituição da República, o repasse ao Poder Legislativo Municipal, no exercício de 2020, será de até 5% (cinco por cento) do somatório da receita tributária e das transferências previstas no §5º do art. 153 e nos artigos 158 e 159 daquela Constituição, excluídos os valores para formação do FUNDEB, efetivamente realizado no exercício anterior, cujo montante deverá ser consignado por estimativa na Lei Orçamentária de 2020.

§ 1º O duodécimo devido ao Poder Legislativo será repassado até o dia 20 de cada mês, sob a pena de crime de responsabilidade do Prefeito, conforme disposto no art. 29-A, § 2º, inciso II, da Constituição Federal.

LEI Nº. 3.714/2019 - Página 14 de 28

§ 2º A despesa total com folha de pagamento do Poder Legislativo, incluídos os gastos com subsídios dos Vereadores, não poderá ultrapassar a setenta por cento de sua receita, de acordo com o estabelecido no art. 29-A, § 1º, da Constituição Federal.

§ 3º A despesa com subsídio de vereadores e salário dos funcionários administrativos do Poder Legislativo não poderá ser maior do que 6% (seis por cento) da receita Corrente Líquida, conforme previsto no artigo 20, inciso III, alínea “a”, combinado com o limite prudencial estabelecido no parágrafo único do artigo 22, ambos da Lei complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, desde que tal percentual seja igual ou menor que o resultante da aplicação do cálculo previsto nas Emendas Constitucionais nº 25/2000 e nº 58/2009.

§ 4º Ao final do exercício financeiro as disponibilidades do Legislativo serão devolvidas ao Poder Executivo, deduzidos os valores correspondentes ao saldo do passivo financeiro, considerando-se somente as contas do Poder Legislativo.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A RECEITA

Art. 29. A natureza da receita orçamentária a ser estimada na lei do orçamento para o exercício de 2020, será de acordo com a Portaria Interministerial nº. 163, de 04 de maio de 2001 e suas alterações, e terá seus cálculos com base nos três últimos exercícios financeiros, havendo incrementos de receita deverá ser apresentado justificativa, de acordo com o § 3º do art. 12 da LRF.

Art. 30. O Município poderá realizar Operações de Crédito na medida em que demonstre capacidade de endividamento e se configurar eminente falta de recursos, como dispõe a legislação em vigor.

§ 1º As Operações de Crédito a serem realizadas pelo Município, no exercício de 2020, não poderão exceder o montante das despesas de capital fixadas na lei orçamentária anual, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovada pelo Poder Legislativo, observado o que dispõe a Resolução nº. 43/2001 do Senado Federal ou outro ato que a venha substituir e legislação correlata.

§ 2º De acordo com o que determina o art. 35 da LRF, fica expressamente proibida a realização de operações de crédito com entes da federação.

Art. 31. A Operação de Crédito por Antecipação de Receita destinar-se-á para atendimento de insuficiência de caixa durante o exercício de 2020 e constará na lei orçamentária.

Parágrafo único. A Operação de Crédito por Antecipação de Receita será efetuada mediante abertura de crédito junto à instituição financeira vencedora em processo competitivo eletrônico promovido pelo Banco Central.

Art. 32. A concessão, incentivos e benefícios de natureza tributária, por meio de renúncia de receita, serão concedidos de conformidade com o art. 14 da Lei de responsabilidade fiscal.

LEI Nº. 3.714/2019 - Página 15 de 28

Art. 33. O Poder Legislativo poderá proceder a reestimativa da receita na proposta orçamentária apresentada, desde que comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

Art. 34. A Receita de Alienação de Bens e Direitos, deverá ser movimentada em conta corrente específica, vinculada a sua aplicação em despesas de capital, formalizando-se um processo de controle em separado para atender a informações posteriores.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DESPESA

Art. 35. A despesa será fixada pela lei orçamentária, de conformidade com a receita estimada e a sua classificação orçamentária será por natureza da despesa, conforme Portaria Interministerial nº. 163 de 04 de maio de 2001 e alterações posteriores.

Art. 36. Na execução orçamentária do exercício de 2020, deverá ser adotado sistema de limitação de empenho por Unidade Orçamentária, sempre que a gestão fiscal se evidenciar deficitária, respeitando-se sempre os limites mínimos constitucionais de gastos com saúde e educação.

Art. 37. As despesas obrigatórias de caráter continuado deverão ter dotações orçamentárias suficientes, e sua expansão será de acordo com os respectivos contratos.

Art. 38. O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da LRF, serão desenvolvidos de forma a apurar os custos dos serviços, tais como: custo dos programas, das ações, do m2 das construções, do m2 das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros, além de permitir a alocação dos custos administrativos/operacionais da Secretaria de Administração nas mais diversas áreas, setores, secretarias e ou departamentos beneficiados pelos serviços da mesma.

Parágrafo único. Os custos das ações serão apurados no mínimo por meio das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas e financeiras realizadas e apuradas ao final do exercício.

Art. 39. Os programas priorizados por esta lei e contemplados na Lei Orçamentária de 2020 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas.

Art. 40. O Poder Executivo deverá elaborar e publicar, em até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2020, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso para o ano, por Secretaria e unidades da administração indireta, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a limitação necessária à obtenção da meta de resultado primário.

§ 1º A programação financeira e o cronograma de desembolso deverão ser elaborados com base na previsão da efetiva arrecadação mensal, devendo ser incentivada a participação das diversas Secretarias na definição dos gastos mensais a serem realizados, tomando-se por base as ações

LEI Nº. 3.714/2019 - Página 16 de 28

constantes dos programas do PPA e as prioridades e metas constantes desta Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 2º O desembolso dos recursos financeiros, correspondentes aos créditos orçamentários e adicionais consignados ao Poder Legislativo, será efetuado até o dia 20 de cada mês, sob a forma de duodécimos, sendo o valor calculado de acordo com os critérios estabelecido no art. 29-A, da Constituição Federal.

Art. 41. A destinação de recursos para equalização de encargos financeiros ou de preços, o pagamento de bonificações a produtores e vendedores e a ajuda financeira, a qualquer título, a entidades privadas com fins lucrativos ou a pessoas físicas, poderá ocorrer desde que atendido o disposto nos arts. 25, 27 e 28 da Lei Complementar nº 101/2000, e somente sob a forma de subvenções, conforme art. 19 da Lei 4.320/64.

CAPÍTULO VII DOS CRÉDITOS ADICIONAIS

Art. 42. Os recursos oriundos de convênios não previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, ou subestimados no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais ou suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 43. A inclusão, exclusão ou alteração de ações orçamentárias na Lei de Diretrizes Orçamentárias poderão ocorrer por intermédio da lei orçamentária anual ou de seus créditos adicionais, apropriando-se ao respectivo programa, as modificações conseqüentes.

Art. 44. O Poder Executivo, por decreto do Prefeito Municipal, no âmbito do Poder Executivo, poderá aumentar ou diminuir as metas financeiras estabelecidas a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício de forma a assegurar o permanente equilíbrio das contas públicas.

Art. 45. Está o Poder Executivo Municipal devidamente autorizado a realizar abertura de créditos adicionais na Lei de Diretrizes Orçamentárias, por decreto, dependendo da existência de recursos disponíveis, nos termos e limites da Lei Federal nº. 4.320/64 e alterações posteriores.

Parágrafo único. Os recursos disponíveis de que trata o artigo, são aqueles referidos no artigo 43, da Lei nº. 4.320 de 17 de março de 1964:

I – Está o Poder Executivo municipal devidamente autorizado a movimentar o excesso de arrecadação, desde que comprovada a existência do excesso no período da abertura do crédito adicional, a ser apurado em cada fonte de recurso, conforme prevê o inciso II do § 1º do artigo 43 da Lei 4.320/64, combinado com o § 3º deste mesmo artigo.

II – Está o Poder Executivo municipal devidamente autorizado a movimentar, as dotações orçamentárias de elementos de despesa dentro da mesma atividade ou projeto de programação, por decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Decreto-Legislativo no âmbito do Poder Legislativo, desde que não comprometa as dotações de pessoal, encargos e outras consideradas

LEI Nº. 3.714/2019 - Página 17 de 28

prioritárias ao atendimento, principalmente as que dependem de limites mínimos legais, conforme previsto no artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei 4.320/64.

III – Está o Poder Executivo municipal devidamente autorizado a utilizar o superávit financeiro, verificado no balanço patrimonial do exercício financeiro imediatamente anterior, para suplementação de dotações orçamentárias, conforme prevê o § 1º, inciso I, do artigo 43 da Lei 4.320/64, combinado com o § 2º deste mesmo artigo.

IV – Está o Poder Executivo municipal devidamente autorizado a suplementar, utilizando-se do Excesso de Arrecadação, verificado nas rubricas específicas dos convênios, utilizando para isto o repasse do respectivo convênio, cujo valor não fará parte do demonstrativo do quadro de excesso de arrecadação para efeitos de outras suplementações.

Art. 46. A abertura de créditos adicionais ao orçamento, dependerá da existência de recursos disponíveis e de prévia autorização legislativa, podendo esta fazer parte da Lei Orçamentária Anual, até determinado limite, em valor percentual único sobre o total do orçamento aprovado, nos termos e limites da Lei Federal nº. 4.320/64 e alterações posteriores.

Parágrafo único. Os recursos disponíveis de que trata o artigo, são aqueles referidos no artigo 43, da Lei nº. 4.320 de 17 de março de 1964:

I – Poderá o Poder Executivo incluir na lei da proposta orçamentária para o exercício de 2020, como Reserva de Contingência o percentual de até 5% (cinco por cento), do valor da receita corrente líquida estimada, tanto para a Prefeitura, quanto para os Fundos, de conformidade com o art. 7º da Portaria Interministerial nº. 163 de 04 de maio de 2001 e alterações posteriores.

II – Poderá o Poder Executivo incluir na lei da proposta orçamentária para o exercício de 2020, autorização para movimentação do excesso de arrecadação, desde que comprovada a existência do excesso no período da abertura do crédito adicional, a ser apurado em cada fonte de recurso, conforme prevê o inciso II do § 1º do artigo 43 da Lei 4.320/64, combinado com o § 3º deste mesmo artigo.

III – Poderá o Poder Executivo incluir na lei da proposta orçamentária para o exercício de 2020, autorização para movimentar, as dotações orçamentárias de elementos de despesa dentro da mesma atividade ou projeto de programação, por decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Decreto-Legislativo no âmbito do Poder Legislativo, desde que não comprometa as dotações de pessoal, encargos e outras consideradas prioritárias ao atendimento, principalmente as que dependem de limites mínimos legais, conforme previsto no artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei 4.320/64.

IV – Poderá o Poder Executivo incluir na lei orçamentária anual para o exercício de 2020, autorização para utilização do superávit financeiro, verificado no balanço patrimonial do exercício financeiro imediatamente anterior, para suplementação de dotações orçamentárias, conforme prevê o § 1º, inciso I, do artigo 43 da Lei 4.320/64, combinado com o § 2º deste mesmo artigo.

V – Poderá o Poder Executivo incluir na lei orçamentária anual, autorização para suplementar, utilizando-se do Excesso de Arrecadação, verificado nas rubricas específicas dos convênios, utilizando para isto o repasse do respectivo convênio, cujo valor não fará parte do demonstrativo do quadro de excesso de arrecadação para efeitos de outras suplementações.

LEI Nº. 3.714/2019 - Página 18 de 28

VI – Poderá o Poder Executivo incluir na lei orçamentária anual, autorização para anulação de dotações vinculadas para suplementação de outras dotações não vinculadas de elementos de despesa dentro da mesma atividade ou projeto de programação, por decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo, quando não houver a efetiva arrecadação das receitas vinculadas àquela finalidade.

Art. 47. Durante a execução orçamentária de 2020, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício.

Art. 48. Ao longo da execução orçamentária, o Executivo Municipal, autorizado por esta Lei, poderá incluir novas fontes de recursos nos projetos, atividades ou operações especiais previstos no PPA, LDO e no orçamento das unidades gestoras na forma de créditos suplementares, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2020.

Art. 49. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2o, da Constituição, será efetivada mediante decreto do Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo único. Na reabertura a que se refere o *caput* deste artigo, a fonte de recurso deverá ser identificada como saldos de exercícios anteriores, independentemente da receita à conta da qual os créditos foram abertos.

CAPÍTULO VIII DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO E SAÚDE

Art. 50. O Poder Executivo Municipal por meio da Secretaria de Educação, tomará as medidas necessárias para atendimento da Lei nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB e Lei nº 11.494 de 20 de junho de 2007, que dispõe sobre Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, ou outra norma jurídica que vier a substituí-la.

Art. 51. Quando a Rede Oficial da Educação Básica for insuficiente para atender a demanda, ou para a realização de cursos técnicos, poderão ser concedidos auxílios financeiros à rede particular local ou regional por meio de convênio aprovado em lei específica.

Art. 52. Aos alunos residentes no Município de Mondaí, que freqüentam o ensino superior das Universidades da região, o ensino profissionalizante e ensino técnico de nível médio, em instituições de ensino fora do Município, poderão ser concedido auxílio para o transporte, ou bolsas de estudo, devidamente regulamentado e autorizado em Lei específica, ficando os mesmos fora do cálculo dos 25% mínimos obrigatórios, previstos no artigo 212 da Constituição Federal de 1988.

Art. 53. O Poder Executivo consignará na proposta orçamentária para o exercício de 2020, dotações orçamentárias próprias para contabilização das despesas com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, do Salário Educação, do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE, e da complementação financeira obtida com o Programa Estadual de Transporte Escolar.

LEI Nº. 3.714/2019 - Página 19 de 28

Art. 54. Para o atendimento de todos os alunos do ensino fundamental, independentemente da instituição de ensino que estejam matriculados e a que esfera de governo que pertençam, esta o Poder Executivo autorizado a suportar as despesas inerentes ao transporte escolar, propiciando o acesso de todos os alunos à rede escolar.

§ 1º Os recursos que porventura forem ressarcidos ao Município pela prestação de serviços de transporte escolar serão deduzidos da efetiva aplicação em educação.

§ 2º Para atendimento do Programa de Transporte Escolar serão de forma impreterível avaliado o custo com sua manutenção, os trajetos necessários, a nucleação de escolas, a alocação de turmas nos mesmos períodos evitando assim deslocamentos de todo aparato destinado à execução deste serviço em vários períodos diários.

§ 3º Fica a critério da Secretaria de Educação do Município, ouvidos todos os colégios municipais e elaboração do roteiro do transporte escolar para cada ano letivo.

Art. 55. Para atendimento das disposições da Lei nº. 11.494 de 20 de junho de 2007, que dispõe sobre Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, ou outro ordenamento jurídico que vier a substituí-lo, o Poder Executivo Municipal poderá conceder abono salarial em caráter excepcional e não permanente, aos professores e profissionais do ensino básico, desde que seja para completar o percentual mínimo de aplicação dos recursos do FUNDEB, que pode ser instituído de forma proporcional à carga horária de cada profissional ou de outra forma que privilegie o tratamento isonômico, mediante prévia autorização legislativa.

Art. 56. O Poder Executivo Municipal por meio da Secretaria da Saúde, tomará as medidas necessárias para atendimento à legislação vigente e em especial à Emenda Constitucional nº. 29/2000.

Art. 57. O Município aplicará no mínimo 15% de sua receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências constitucionais, em ações e serviços públicos de saúde, conforme disposto no inciso III, do artigo 7º da Emenda Constitucional no 29/2000 e no artigo 77, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

CAPÍTULO IX DAS DESPESAS COM PESSOAL

Art. 58. Consideram-se despesas de Pessoal os gastos com os ativos, os inativos e os pensionistas, os relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, e de membros de poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos de aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras, funções de confiança, licenças-prêmio por assiduidade, e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

Art. 59. Para o cumprimento do que determina o Art. 169 da Constituição Federal, no decorrer do ano 2020, o poder executivo municipal poderá proceder à concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos e funções ou alteração de estruturas de carreiras, bem como admitir pessoal aprovado em concurso público ou contratação de pessoal em caráter temporário

LEI Nº. 3.714/2019 - Página 20 de 28

na forma da lei, realizar processos seletivos para admissão de pessoal em caráter temporário, bem como realizar concursos públicos para provimento de cargos efetivos, observados a legislação pertinente e os limites e regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 1º A criação ou o aumento do número de cargos, além dos mencionados no caput, atenderá também os seguintes requisitos:

I – existência prévia de dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesas com pessoal e os acréscimos dela decorrentes;

II – inexistência de cargos, funções ou empregos públicos similares, vagos e sem previsão de uso na administração, ressalvada sua extinção ou transformação decorrente das medidas propostas; e

III – resultar de ampliação de ação governamental decorrente de investimentos ou de expansão de serviços devidamente previstos na Lei Orçamentária Anual.

§ 2º Os projetos de lei de criação ou ampliação de cargos deverão demonstrar em sua exposição de motivos o atendimento aos requisitos de que trata este artigo e aqueles da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, especialmente:

I – estimativa de impacto orçamentário-financeiro no exercício em que devam entrar em vigor e nos dois subsequentes, especificando-se os valores a serem acrescidos e seu acréscimo percentual em relação a Receita Corrente Líquida estimada; e

II – declaração do ordenador da despesa de que há adequação orçamentária e financeira e compatibilidade com esta Lei e com o Plano Plurianual 2018-2021, devendo ser indicadas as naturezas das despesas e os programas de trabalho da Lei Orçamentária Anual que contenhas as dotações orçamentárias, detalhando os valores já utilizados, seus saldos e perspectivas de utilização;

§ 3º No caso de aumento das despesas com pessoal do Poder Legislativo, deverão ser obedecidos, adicionalmente, os limites fixados nos arts. 29 e 29-A da Constituição da República;

§ 4º Ficam dispensados da estimativa de impacto orçamentário e financeiro os atos de concessão e vantagens já previstas na legislação pertinente, de caráter meramente declaratório.

Art. 60. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no artigo 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 61. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal:

I – suspensão da contratação de pessoal, exceto, devidamente justificadas, nas áreas de Saúde, Educação e Segurança;

II – eliminação das despesas com serviços extraordinários;

LEI Nº. 3.714/2019 - Página 21 de 28

III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

V – destituição de servidores das funções gratificadas; e

VI – proibição de concessão de novas vantagens a servidores.

Art. 62. Os contratos de terceirização de mão-de-obra que se referirem à substituição de servidores e empregados públicos, serão contabilizados como “outras despesas de pessoal decorrentes de terceirização”, sub-elemento de despesa: 3.1.90.34.00.

Parágrafo único. Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Mondaí, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 63. A revisão da remuneração dos servidores e o subsídio, de que trata a Constituição Federal (Artigo 37, inciso X), com a redação dada pela Emenda Constitucional nº. 19/98, para o exercício de 2020, será autorizada por lei específica, respeitados os limites constantes da Lei Federal Complementar nº. 101/2000.

CAPÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 64. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular a arrecadação ou o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou ainda beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios, na medida do possível ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes.

Art. 65. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 66. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação.

Art. 67. A modernização da administração tributária e fiscal será desenvolvida para ajustes do código tributário e na Lei Orgânica do Município.

LEI Nº. 3.714/2019 - Página 22 de 28

Parágrafo único. Deverão ser tomadas as seguintes medidas:

- I – cobrança de taxas com base nos custos das operações a atuações do Município;
- II – aplicação da correção monetária de acordo com os índices oficiais; e
- III – ampliação permanente do cadastro técnico fiscal e dados demográficos atualizados.

Art. 68. O Poder Executivo Municipal poderá encaminhar ao legislativo, até 30 dias antes do encerramento do atual exercício, o projeto de lei dispondo sobre mudanças no Código Tributário.

Parágrafo único. Não se inclui neste caso, alterações sobre a Planta de Valores Imobiliários, base do IPTU e ITBI.

CAPÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 69. O Orçamento terá sua execução centrada nos Órgãos e Unidades Orçamentárias, de acordo com a estrutura orçamentária da Prefeitura Municipal, assim constituída:

I – ÓRGÃOS DA ESTRUTURA ORÇAMENTÁRIA:

a) PODER LEGISLATIVO:

- 1. Câmara de Vereadores; e

b) PODER EXECUTIVO:

- 1. Gabinete do Prefeito;
- 2. Secretaria de Planejamento, Economia e Gestão;
- 3. Secretaria de Administração e Fazenda;
- 4. Secretaria de Promoção Social e Habitação;
- 5. Secretaria da Educação e Cultura;
- 6. Secretaria de Saúde;
- 7. Secretaria de Esportes, Juventude, Turismo e Lazer;
- 8. Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente;
- 9. Secretaria de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos; e
- 10. Reserva de Contingência;

LEI Nº. 3.714/2019 - Página 23 de 28

II – UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS:

- a) Câmara de Vereadores;
- b) Gabinete do Prefeito;
- c) Coordenação de Controle Interno;
- d) Assessoria Especial de Gabinete;
- e) Assessoria de Imprensa e Divulgação Oficial;
- f) Procuradoria Geral do Município;
- g) Gabinete do Vice-Prefeito;
- h) Assessoria de Planejamento e Orçamento;
- i) Departamento do Comércio, Indústria e Serviços;
- j) Departamento de Recursos Humanos;
- k) Departamento de Arrecadação de Tributos e Fiscalização;
- l) Departamento de Contabilidade;
- m) Departamento Financeiro;
- n) Departamento de Material e Patrimônio;
- o) Departamento de Compras, Licitações e Contratos;
- p) Departamento de Gestão e Desenvolvimento Social;
- q) Departamento de Operações de Assistência Social;
- r) Departamento de Geração de Empregos e Renda;
- s) Departamento de Habitação;
- t) Departamento de Ensino Fundamental;
- u) Departamento de Ensino Infantil;
- v) Departamento da Cultura;

LEI Nº. 3.714/2019 - Página 24 de 28

- w) Departamento de Ensino Médio e Educação Superior;
- x) Departamento de Merenda Escolar;
- y) Departamento de Ações de Saúde;
- z) Departamento Administrativo e Financeiro;
- aa) Departamento de Esportes;
- bb) Departamento da Juventude;
- cc) Departamento de Turismo e Lazer;
- dd) Departamento de Agricultura;
- ee) Departamento do Meio Ambiente;
- ff) Departamento de Urbanismo;
- gg) Departamento de Obras e Serviços Viários;
- hh) Departamento de Serviços Públicos; e
- ii) Departamento de Água e Esgoto.

III – FUNDOS:

- a) Fundo Municipal da Saúde – FMS;
- b) Fundo Municipal da Assistência Social – FMAS;
- c) Fundo Municipal da Educação – FME; e
- d) Fundo Municipal para Infância e Adolescência – FIA.

Art. 70. As compras e contratações de obras e serviços somente poderão ser realizadas havendo disponibilidade orçamentária e precedidas do respectivo processo licitatório e contrato, nos termos da Lei 8.666/93, consolidada.

Art. 71. As despesas com a desapropriação de imóveis urbanos, serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

Art. 72. Para atendimento do § 3º do artigo 165 da Constituição Federal, deverá o Chefe do Poder Executivo publicar relatório resumido da execução orçamentária, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre.

LEI Nº. 3.714/2019 - Página 25 de 28

Art. 73. O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 20/12/2019.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no “caput” deste artigo.

§ 2º Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2020 fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

Art. 74. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria.

Art. 75. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo, nos termos do Parágrafo 2º, do Artigo 167, da Constituição Federal.

Art. 76. O Poder Executivo Municipal está autorizado a contratar estágios de estudantes de estabelecimentos de ensino superior, de ensino profissionalizante do 2º Grau, ensino médio e Supletivo, nos termos das Leis federais nº 6.494 de 07 de dezembro de 1977; nº. 8.859, de 23 de março de 1994 e outras normas que regulam a matéria.

Art. 77. O Executivo Municipal está autorizado assinar convênios com o Governo Federal e Estadual por meio de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, devendo ser encaminhada cópia de todos os convênios firmados à Câmara Municipal de Vereadores, para comprovação da transparência administrativa.

Art. 78. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a auxiliar custeio de despesas de outros Entes da Federação, as quais somente poderão ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, na medida de suas disponibilidades orçamentárias e financeiras, e desde que haja convênio, acordo, ajuste ou outro instrumento congênere, de acordo com o disposto no artigo 62 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo único. A cessão de servidores para outras esferas de Governo independente do cumprimento das exigências dispostas no *caput* deste artigo, desde que não sejam admitidos para esse fim específico, salvo se para realizar atividades em que o Município tenha responsabilidade solidária com outros entes da Federação, em especial nas áreas de educação, saúde e assistência Social.

Art. 79. Para fins do disposto no art. 16, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 101 de 2000 e suas alterações, consideram-se irrelevantes as despesas realizadas até o valor de R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais), no caso de aquisição de bens ou prestação de serviços, e de R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais) no caso de realização de obras públicas ou serviços de engenharia.

Art. 80. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

LEI Nº. 3.714/2019 - Página 26 de 28

Parágrafo único. A contabilidade registra todos os atos e fatos relativos à gestão orçamentária, financeira e patrimonial, independentemente de sua legalidade.

Art. 81. O Poder Executivo poderá extinguir obrigação tributária de sujeito passivo pela dação em pagamento de bens imóveis.

Art. 82. O Poder Executivo poderá realizar alienação de bens móveis e imóveis, nos termos da legislação vigente.

Art. 83. O Poder Executivo poderá criar empresa estatal, nos termos da legislação vigente.

Art. 84. Para efeito do art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal, considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere.

Parágrafo único. No caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados à manutenção da Administração Pública, consideram-se compromissadas apenas as prestações cujos pagamentos devem ser realizados no exercício financeiro, atendido o cronograma pactuado.

Art. 85. São vedados quaisquer procedimentos que motivem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária e previsibilidade de recursos financeiros para o seu pagamento.

Art. 86. A destinação de recursos para as ações de alimentação escolar obedecerá ao princípio da descentralização e a distribuição será proporcional ao número de alunos matriculados nas redes públicas de ensino, localizadas no Município, no ano anterior.

Art. 87. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mondaí, 5 de novembro de 2019.

Valdir Rubert,
Prefeito Municipal de Mondaí.

Eliseu Bohn,
Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

ANEXO II

Despesas que não serão objeto de limitação de empenho nos termos do artigo 9º, § 2º da Lei Complementar nº. 101 de 04 de maio de 2000.

1. – Não serão objeto de limitação de empenho as dotações orçamentárias com recursos financeiros, vinculados a convênios;
2. – Alimentação Escolar;
3. – Auxílio a Família na condição de pobreza extrema, com crianças de idade entre 0 a 6 anos, para melhoria das condições de saúde e combate às carências nutricionais;
4. – Atendimento a Saúde da população com recursos vinculados a outras esferas de governo;
5. – Atendimento a Saúde da população com recursos próprios, limitada aos percentuais definidos pela legislação pertinente;
6. – Benefícios a pensionistas suportados pelo erário;
7. – Os programas atendidos com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB (art. 60 do ADCT), ou outro Fundo que vier a substituí-lo, até o limite das suas disponibilidades financeiras.
8. – As ações de governo atendidas com recursos do Salário Educação, até o limite das suas disponibilidades financeiras.
9. – As ações de governos atendidos com recursos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE, até o limite das suas disponibilidades financeiras.
10. – As ações de governos atendidos com recursos do Programa Estadual de Transporte Escolar, até o limite das suas disponibilidades financeiras, firmado mediante convênio, ajuste ou outro instrumento.
11. – Atendimento da Assistência Social Geral à população com recursos vinculados a outras esferas de governo;
12. – Atendimento da Assistência Social Geral à população com recursos próprios, limitada aos percentuais definidos pela legislação pertinente;
13. – Pessoal e Encargos Sociais;
14. – Sentenças judiciais transitadas em julgado, inclusive as consideradas de pequeno valor;
15. – Serviços da dívida;
16. – PASEP; e
17. – Despesas com energia elétrica, telefonia e consumo de água.

LEI Nº. 3.714/2019 - Página 28 de 28

ANEXO III

Riscos Fiscais

A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que **previnem riscos** e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas (...) (Art. 1º § 1º da LRF).

A LDO conterá anexo de **riscos fiscais para passivos contingentes e outros riscos** capazes de afetar as contas públicas (Art. 4º § 3º da LRF).

A LOA conterá reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base da RCL, serão estabelecidos na LDO destinada ao atendimento de **passivos contingentes e outros riscos fiscais imprevistos** (Art. 5º III da LRF).

Passivos Contingentes: Possíveis obrigações em processo, ações trabalhistas, indenizatórias, contratuais, de desapropriação; expectativa de despesa por alteração de legislação em curso, etc.

Riscos Fiscais: Situação de emergência; calamidade pública, possibilidade de frustração de arrecadação de uma receita prevista; contestação judicial de tributo; crises financeiras e cambial com impacto nos preços, falhas de planejamento e na quantificação de necessidade, etc.

Eventos Fiscais Imprevistos: Fato gerador de desequilíbrio financeiro não previsto; extinção de tributo; ocorrência de fatos não previstos na execução de obra ou serviço; campanhas de s

LEI Nº 3.713 - ANEXO DESPESAS

Publicação Nº 2217325

Página: 1/13
Data: 05/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI
PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA período 2018 à 2021
Relação de Despesas - Planejadas

Planej.	Ação / Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020	Ano 2021	Total
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE MONDAI											
Órgão: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO											
Unidade: 02.01 - Gabinete do Prefeito											
8	1.002 - Aquisição de Veículo para o Gabinete do Prefeito	P	3	04.122.1020	4.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0000	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
Veículo(4)											
10	2.020 - Atividades Gabinete Prefeito	A	3	04.122.1020	3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0000	445.000,00	505.000,00	535.000,00	560.000,00	2.045.000,00
Manutenção(ano)											
Unidade: 02.02 - Procuradoria Geral do Município											
20	2.030 - Procuradoria Geral do Município	A	3	04.122.1020	3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0000	210.000,00	200.000,00	200.000,00	210.000,00	820.000,00
Manutenção(ano)											
Unidade: 02.03 - Coordenação de Controle Interno											
30	2.050 - Coordenação do Sistema de Controle Interno	A	3	04.124.1020	3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0000	100.000,00	110.000,00	110.000,00	120.000,00	440.000,00
Manutenção(ano)											
Unidade: 02.04 - Assessoria de Imprensa e Divulgação Oficial											
40	2.060 - Assessoria de Imprensa e Comunicação Oficial	A	3	04.131.1020	3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0000	190.000,00	220.000,00	240.000,00	250.000,00	900.000,00
Manutenção(ano)											
Unidade: 02.05 - Assessoria de Gestão Administrativa											
25	2.040 - Assessoria de Gestão Administrativa	A	3	04.122.1020	3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0000	180.000,00	200.000,00	220.000,00	230.000,00	830.000,00
Manutenção(ano)											
Unidade: 02.06 - Fundo Municipal da Defesa Civil											
22	2.090 - Defesa Civil - Resposta aos Desastres	A	3	06.182.1020	3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0000	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	120.000,00
Manutenção(ano)											
Órgão: 03.00 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ECONOMIA E GESTÃO											
Unidade: 03.01 - Assessoria de Planejamento e Orçamento											
510	2.370 - Planejamento e Desenvolvimento Econômico	A	9	22.661.1130	3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0000	215.000,00	235.000,00	245.000,00	255.000,00	950.000,00
Manutenção(ano)											
Unidade: 03.02 - Implantação Centro Desenvolvimento Industrial											
515	2.375 - Implantação Centro Desenvolvimento Industrial	A	9	22.661.1130	3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0000	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
Manutenção(UN)											
Unidade: 03.02 - Depto do Comércio, Indústria e Serviços											
520	1.180 - Incentivos a Expansão Comercial e Industrial	P	9	22.661.1130	3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0000	310.000,00	170.000,00	70.000,00	170.000,00	720.000,00
Empreendimento Beneficiado(Emb)											
Unidade: 03.02 - Depto do Comércio, Indústria e Serviços											
520	1.180 - Incentivos a Expansão Comercial e Industrial	P	9	22.661.1130	3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0000	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
Empreendimento Beneficiado(Emb)											
Unidade: 03.02 - Depto do Comércio, Indústria e Serviços											
520	1.180 - Incentivos a Expansão Comercial e Industrial	P	9	22.661.1130	3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0000	150.000,00	150.000,00	50.000,00	150.000,00	500.000,00
Empreendimento Beneficiado(Emb)											

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Página: 2/13
Data: 05/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI
PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA período 2018 à 2021
Relação de Despesas - Planejadas

Planej	Ação / Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Corta Despesa	Recurso	Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020	Ano 2021	Total
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE MONDAI											
Órgão: 03.00 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ECONOMIA E GESTÃO											
Unidade: 03.02 - Depto do Comércio, Indústria e Serviços											
530	2.380 - Atividades de Desenvolvimento Industrial	A	9	22.661.1130	3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0000	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
Manutenção(ano)											
880	0.060 - Amortização e Encargos da Dívida Fundada - BADESC	O	9	22.661.1130	4.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0000	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
Manutenção(ano)											
Órgão: 04.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA											
Unidade: 04.05 - Departamento de Material e Patrimônio											
50	2.070 - Gerência de Administração Geral	A	4	04.122.1030	3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0000	978.340,00	1.113.150,00	2.021.398,00	2.153.398,00	7.681.286,00
Manutenção(ano)											
70	2.080 - Gerência de Administração Financeira	A	4	04.123.1040	3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0000	550.000,00	610.000,00	660.000,00	700.000,00	2.520.000,00
Manutenção(ano)											
80	2.100 - Contribuições a Entidades Municipalistas	A	4	04.123.1040	3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0000	90.000,00	100.000,00	110.000,00	120.000,00	420.000,00
Entidade(Ent)											
Órgão: 05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL											
Unidade: 05.01 - Departamento de Gestão e Desenvolvimento Social											
171	2.165 - Proteção Social a Criança e Adolescente - CT	A	1	08.243.1060	3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0000	155.000,00	165.000,00	175.000,00	180.000,00	675.000,00
Manutenção(ano)											
172	2.110 - Proteção Social Básica ao Idoso	A	1	08.241.1050	3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0000	140.000,00	150.000,00	190.000,00	195.000,00	675.000,00
Idoso Assistido(I-D)											
173	2.113 - Promoção da Política Municipal de Apoio a Pessoa Idosa	A	1	08.241.1050	3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0000	0,00	0,00	155.000,00	160.000,00	315.000,00
Manutenção(ano)											
175	2.115 - Proteção Social Básica ao Idoso / FMI	A	1	08.241.1050	3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0038	0,00	0,00	30.000,00	30.000,00	60.000,00
Idoso Assistido(I-D)											
Unidade: 05.03 - Fundo Munic. para Infância e Adolescência											
174	2.182 - Proteção a Criança em Situação de Risco	A	1	08.243.1060	3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0000	40.000,00	40.000,00	60.000,00	60.000,00	200.000,00
Manutenção(ano)											
					3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0039	20.000,00	20.000,00	40.000,00	40.000,00	120.000,00

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Página: 3/13
Data: 05/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI
PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA período 2018 à 2021
Relação de Despesas - Planejadas

Planej	Ação / Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020	Ano 2021	Total
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE MONDAI											
Órgão: 05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL											
Unidade: 05.04 - Fundo Municipal de Habitação											
176	2.176 - Coordenação de Habitação de Interesse Social	A	5	16.482.1200	3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0000	20.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	110.000,00
Manutenção(ano)											
550	1.190 - Promoção da Política Municipal de Habitação	P	10	16.482.1200	3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0000	10.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	70.000,00
Habitações edificadas(Hab)											
560	1.200 - Promoção da Política Habitacional Rural	P	10	16.481.1200	3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0000	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Habitações edificadas(Hab)											
Órgão: 06.00 - FUNDO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO											
Unidade: 06.03 - Departamento de Educação Especial											
370	2.300 - Manutenção Atividades Culturais	A	6	13.392.1140	3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0000	295.000,00	0,00	0,00	0,00	295.000,00
Manutenção(ano)											
375	1.105 - Obras de Implantação/Adaptação de Prédios Históricos	P	6	13.392.1140	4.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0000	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
Obra(Obr)											
Órgão: 07.00 - SECRETARIA DE ESPORTES, JUVENTUDE, TURISMO E LAZER											
Unidade: 07.01 - Departamento de Esportes											
390	2.310 - Atividades Desportivas	A	7	27.812.1150	3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0000	425.000,00	515.000,00	565.000,00	595.000,00	2.100.000,00
Manutenção(ano)											
410	1.130 - Construção/Adaptação de Praças/Centros Esportivos e Recreativos	P	7	27.812.1150	3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0000	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	200.000,00
Obra(Obr)											
Unidade: 07.03 - Departamento de Turismo e Lazer											
415	1.150 - Implantação de Sinalização Turística/Pórticos	P	7	23.695.1160	4.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0000	200.000,00	630.000,00	230.000,00	230.000,00	1.290.000,00
Obra(Obr)											
420	1.140 - Revitalização área de Lazer	P	7	23.695.1160	3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0000	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
Obra(Obr)											
425	1.110 - Construção/Adaptação Centros de Eventos/Pavilhões Multi Uso	P	7	23.695.1160	3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0000	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
Obra(Obr)											

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Página: 4/13
Data: 05/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI
PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA período 2018 à 2021
Relação de Despesas - Planejadas

Planej	Ação / Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020	Ano 2021	Total
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE MONDAI											
Órgão: 07.00 - SECRETARIA DE ESPORTES, JUVENTUDE, TURISMO E LAZER											
Unidade: 07.03 - Departamento de Turismo e Lazer											
							13.253.340,00	14.459.850,00	18.381.098,00	16.705.098,00	62.799.386,00
							780.000,00	1.300.000,00	900.000,00	980.000,00	3.960.000,00
							200.000,00	630.000,00	230.000,00	230.000,00	1.290.000,00
							50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	200.000,00
							4.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0000			
430	2.320 - Promoção do Turismo	A	7	23.695.1160	3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0000	60.000,00	90.000,00	90.000,00	90.000,00	330.000,00
	Manutenção(ano)										
							10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
							0.00				
435	2.325 - Promoção Festa da Fruta	A	7	23.695.1160	3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0000		400.000,00	0,00	0,00	400.000,00
	Manutenção(ano)										
Órgão: 08.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE											
Unidade: 08.01 - Departamento de Agricultura											
590	1.220 - Aquisição de Veículo para Secretaria da Agricultura	P	12	20.608.1210	4.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0000	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	200.000,00
	Veículo(Veí)										
610	1.240 - Implantação Patrulha Agrícola	P	12	20.608.1210	4.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0000	30.000,00	30.000,00	25.000,00	30.000,00	115.000,00
	Máquinas(Maq)										
640	2.420 - Manutenção Atividades de Promoção Rural	A	12	20.608.1210	3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0000	1.100.000,00	1.050.000,00	1.090.000,00	1.140.000,00	4.380.000,00
	Manutenção(ano)						10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
650	2.430 - Manutenção Política de Incentivos à Produção Agrícola	A	12	20.608.1210	3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0000	990.000,00	1.220.000,00	1.270.000,00	1.320.000,00	4.800.000,00
	Manutenção(ano)						10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
670	2.450 - Sistema de Inspeção Animal	A	12	20.609.1210	3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0000	135.000,00	135.000,00	145.000,00	145.000,00	560.000,00
	Manutenção(ano)						5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	20.000,00
680	2.460 - Atividades de Extensão Rural	A	12	20.608.1210	3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0000	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
	Manutenção(ano)										
Unidade: 08.02 - Departamento do Meio Ambiente											
685	2.455 - Atividades do Programa de Gestão Ambiental	A	12	18.541.1210	3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0000	0,00	0,00	55.000,00	60.000,00	115.000,00
	Convênios Firmados(CV)						0,00	0,00	44.000,00	49.000,00	93.000,00
							0,00	0,00	11.000,00	11.000,00	22.000,00
Órgão: 09.00 - SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E SERVIÇOS PÚBLICOS											
Unidade: 09.01 - Departamento de Urbanismo											
700	1.270 - Obras de Pavimentação Asfáltica e Calçamento de Vias Públicas	P	14	15.451.1230	4.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0000	79.000,00	54.000,00	3.919.700,00	1.564.700,00	8.139.100,00
	Metros Quadrados(M2)								159.000,00	204.000,00	496.000,00
							0,00	0,00	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Página: 5/13
Data: 05/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI
PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA período 2018 à 2021
Relação de Despesas - Planejadas

Planej. Ação / Produto (UN)	Tipo	Local.	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020	Ano 2021	Total
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE MONDAI										
Órgão: 09.00 - SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E SERVIÇOS PÚBLICOS										
Unidade: 09.01 - Departamento de Urbanismo										
705 1.280 - Construção e adaptação de praças públicas Obra(UN)	P	14	15.451.1230	4.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0000	200.000,00	200.000,00	10.000,00	0,00	410.000,00
710 1.275 - Implantação Infraestrutura para Rua Coberta Obra(UN)	P	14	15.451.1230	4.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0080	0,00	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00
720 1.290 - Saneamento Básico Urbano Obra(Obr)	P	14	17.512.1240	4.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0000	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	40.000,00
730 1.300 - Calçamento Vias Públicas em Vilas do Interior do Município Metros Quadrados(M2)	P	14	17.511.1230	4.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0000	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
735 1.420 - Implantação de Passeio Público Obra(Obr)	P	14	15.451.1230	4.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0000	20.000,00	100.000,00	100.000,00	150.000,00	370.000,00
740 1.430 - Obras de Infra-estrutura Urbana Obra(Obr)	P	14	15.451.1230	4.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0000	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
780 2.490 - Manutenção dos Serviços Urbanos Manutenção(ano)	A	15	15.452.1250	3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0000	720.000,00	850.000,00	940.000,00	990.000,00	3.500.000,00
Unidade: 09.02 - Departamento de Obras e Serviços Vários						2.570.000,00	2.570.000,00	3.070.000,00	3.370.000,00	11.880.000,00
805 1.335 - Aquisição de Máquinas e Veículos para o Setor de Transportes Máquinas(Maq)	P	16	26.782.1260	4.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0000	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	200.000,00
815 1.440 - Construção de Pontes e Pontilhões Obra(Obr)	P	16	26.782.1260	4.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0000	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	200.000,00
830 2.510 - Manutenção dos Serviços Vários Manutenção(ano)	A	16	26.782.1260	3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0079	150.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	300.000,00
840 1.360 - Construção de Abrigos de Passageiros Obra(Obr)	P	16	26.782.1260	4.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0000	2.290.000,00	2.490.000,00	2.890.000,00	3.190.000,00	10.860.000,00
Unidade: 09.03 - Departamento de Serviços Públicos						1.130.000,00	1.297.000,00	2.000.000,00	1.697.000,00	6.124.000,00
745 2.465 - Atividades de Segurança Pública Manutenção(ano)	A	15	06.181.1250	3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0000	96.000,00	103.000,00	110.000,00	117.000,00	426.000,00

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Página: 6/13
Data: 05/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI
PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA período 2018 à 2021
Relação de Despesas - Planejadas

Planej	Ação / Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Corta Despesa	Recurso	Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020	Ano 2021	Total
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE MONDAI											
Órgão: 09.00 - SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E SERVIÇOS PÚBLICOS											
Unidade: 09.03 - Departamento de Serviços Públicos											
							13.253.340,00	14.459.850,00	18.381.098,00	16.705.098,00	62.799.386,00
							5.140.000,00	5.611.700,00	9.219.700,00	6.871.700,00	26.843.100,00
							1.130.000,00	1.297.000,00	2.000.000,00	1.697.000,00	6.124.000,00
							16.000,00	20.000,00	25.000,00	25.000,00	86.000,00
							17.000,00	24.000,00	30.000,00	30.000,00	101.000,00
							16.000,00	20.000,00	25.000,00	25.000,00	86.000,00
							5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	20.000,00
	750 1.320 - Expansão do Sistema de Iluminação Pública Obra(Obr)	P	15	15.452.1250	4.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0017	100.000,00	100.000,00	120.000,00	130.000,00	450.000,00
	760 2.470 - Manutenção da Iluminação Pública Manutenção(ano)	A	15	15.452.1250	3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0017	410.000,00	455.000,00	535.000,00	575.000,00	1.975.000,00
	770 2.480 - Serviços de Recolha de Lixo Manutenção(ano)	A	15	15.452.1250	3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0000	440.000,00	450.000,00	620.000,00	650.000,00	2.160.000,00
	775 1.330 - Implantação Corpo de Bombeiros Obra(Obr)	P	15	06.181.1250	4.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0000	0,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	150.000,00
							0,00	0,00	400.000,00	0,00	400.000,00
	785 2.475 - Manutenção Corpo de Bombeiros Manutenção(ano)	A	15	06.181.1250	3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0000	0,00	50.000,00	60.000,00	70.000,00	180.000,00
	800 2.500 - Manutenção Atividades de Telecomunicações Manutenção(ano)	A	15	24.722.1250	3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0000	25.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	70.000,00
							5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	20.000,00
	Unidade: 09.04 - Departamento de Água e Esgoto										
	615 2.440 - Manutenção Sistemas de Abastecimento de Água Manutenção(ano)	A	13	17.511.1220	3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0000	210.000,00	220.000,00	230.000,00	240.000,00	900.000,00
							60.000,00	70.000,00	80.000,00	90.000,00	300.000,00
	620 1.250 - Ampliação Abastecimento de Água Potável para Comunidades Rurais	P	13	17.511.1220	4.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0000	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	400.000,00
	630 1.260 - Implantação/Adaptações de Estações de Captação e Tratamento de Água	P	13	17.511.1220	4.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0000	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	200.000,00
	Órgão: 11.00 - SECRETARIA DE CULTURA										
	Unidade: 11.01 - Secretaria de Cultura										
	372 2.305 - Manutenção Atividades Culturais Manutenção(ano)	A	6	13.392.1145	3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0000	0,00	315.000,00	345.000,00	355.000,00	1.015.000,00
							0,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	15.000,00

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Página: 7/13
Data: 05/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI
PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA período 2018 à 2021
Relação de Despesas - Planejadas

Planej	Ação / Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020	Ano 2021	Total
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE MONDAI											
Órgão: 15.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO							13.253.340,00	14.459.850,00	18.381.098,00	16.705.098,00	62.799.386,00
Unidade: 15.01 - Encargos Gerais do Município							625.000,00	610.000,00	900.000,00	1.060.000,00	3.195.000,00
850 0.005 - Pagamento de Inativos, Pensionistas e Complementos de Proventos de Aposentadoria							200.000,00	610.000,00	900.000,00	1.060.000,00	3.195.000,00
Unidade(ano)							0.1.0000	225.000,00	230.000,00	240.000,00	895.000,00
Unidade(ano)											
860 0.010 - Contribuições ao PASEP	O	17	28.846.0000		3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0000	320.000,00	335.000,00	350.000,00	370.000,00	1.375.000,00
Manutenção(ano)											
870 0.020 - Amortização e Encargos da Dívida Fundada	O	17	28.843.0000		3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0000	1.000,00	0,00	270.000,00	280.000,00	551.000,00
Manutenção(ano)											
875 0.070 - Pagamento de Sentenças/Precatórios Judiciais	O	17	28.846.0000		4.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0000	14.000,00	0,00	0,00	120.000,00	134.000,00
Manutenção(ano)											
Órgão: 99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA							30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	120.000,00
Unidade: 99.99 - Reserva de Contingência							30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	120.000,00
950 9.999 - Reserva de Contingência							30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	120.000,00
Manutenção(ano)							0.1.0000				
Entidade: 2 - FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE MONDAI							1.250.000,00	1.350.000,00	1.440.000,00	1.520.000,00	5.560.000,00
Órgão: 10.00 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL							1.250.000,00	1.350.000,00	1.440.000,00	1.520.000,00	5.560.000,00
Unidade: 10.03 - Serviços de Proteção Social Básica							430.000,00	460.000,00	480.000,00	500.000,00	1.870.000,00
105 1.450 - Construção Centro de Referência da Assistência Social							10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
Obra(Obr)							0.1.0000				
Unidade: 10.04 - Gestão Descentralizada do SUAS							510.000,00	590.000,00	625.000,00	655.000,00	2.380.000,00
146 2.145 - Gestão Descentralizada do Bolsa Família							18.600,00	28.900,00	28.900,00	28.900,00	105.300,00
Manutenção(ano)							0.1.0045				
161 2.160 - Assistência Social Geral							3.400,00	2.100,00	2.100,00	2.100,00	9.700,00
Manutenção(ano)							0.1.0000				
161 2.160 - Assistência Social Geral							8.000,00	9.000,00	9.000,00	9.000,00	35.000,00
Manutenção(ano)							0.1.0045				
161 2.160 - Assistência Social Geral							470.000,00	538.400,00	573.400,00	603.400,00	2.185.200,00
Manutenção(ano)							0.1.0000				
161 2.160 - Assistência Social Geral							5.000,00	6.600,00	6.600,00	6.600,00	24.800,00
Manutenção(ano)							0.1.0047				
161 2.160 - Assistência Social Geral							5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	20.000,00
Manutenção(ano)							0.1.0000				

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Página: 8/13
Data: 05/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI
PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA período 2018 à 2021
Relação de Despesas - Planejadas

Planej	Ação / Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020	Ano 2021	Total
Entidade: 2 - FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE MONDAI											
Órgão: 10.00 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL											
Unidade: 10.05 - Serviços de Proteção Social Especial de Média Comp											
142	2.140 - Proteção Social Especial - Ação Continuada PDF Portadores de Deficiência(P-D)	A	5	08.242.1050	3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0049	5.100,00	5.100,00	5.100,00	5.100,00	20.400,00
					3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0000	4.900,00	4.900,00	4.900,00	4.900,00	19.600,00
158	2.180 - Política de Concessão de Benefícios Eventuais Manutenção(ano)	A	5	08.244.1050	3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0047	10.400,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	25.400,00
					3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0000	29.600,00	25.000,00	30.000,00	30.000,00	114.600,00
Unidade: 10.06 - Serviços de Proteção Social Especial de Alta Comp											
125	2.120 - Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes Manutenção(ano)	A	5	08.243.1060	3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0000	260.000,00	260.000,00	290.000,00	320.000,00	1.130.000,00
							190.000,00	200.000,00	200.000,00	220.000,00	810.000,00
135	2.130 - Proteção Social Especial - Ação Continuada Abrigo Criança Assistida(C-A)	A	5	08.243.1050	3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0065	5.100,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	17.100,00
					3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0000	2.300,00	4.800,00	4.800,00	4.800,00	16.700,00
					3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0052	21.600,00	10.200,00	10.200,00	10.200,00	52.200,00
					4.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0000	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
162	2.181 - Acolhimento Institucional de longa permanência para Idosos Manutenção(ano)	A	5	08.244.1050	3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0000	40.000,00	40.000,00	70.000,00	80.000,00	230.000,00
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE MONDAI											
Órgão: 06.00 - FUNDO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO											
Unidade: 06.01 - Departamento de Ensino Fundamental											
200	2.190 - Magistério do Ensino Fundamental Manutenção(ano)	A	6	12.361.1080	3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0018	0,00	0,00	3.100.000,00	3.200.000,00	6.300.000,00
					3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0662	2.650.000,00	2.830.000,00	0,00	0,00	5.480.000,00
					3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0062	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
210	2.200 - Manutenção Ensino Fundamental Manutenção(ano)	A	6	12.361.1080	3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0001	597.390,00	783.046,00	794.354,00	841.854,00	3.016.644,00
					3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0663	550.000,00	600.000,00	0,00	0,00	1.150.000,00
					3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0019	0,00	0,00	540.000,00	580.000,00	1.120.000,00
					3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0075	1.000,00	5.000,00	4.000,00	4.000,00	14.000,00
					3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0010	140.000,00	160.000,00	180.000,00	200.000,00	680.000,00
					4.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0001	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
					4.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0663	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	20.000,00

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Página: 9/13
Data: 05/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI
PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA período 2018 à 2021
Relação de Despesas - Planejadas

Planej. Ação / Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Corta Despesa	Recurso	Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020	Ano 2021	Total
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE MONDAI										
Órgão: 06.00 - FUNDO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO										
Unidade: 06.01 - Departamento de Ensino Fundamental										
212 2.205 - Qualificação profissional dos docentes do ensino fundamental da rede municipal de educação	A	6	12.361.1080	3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0001	0,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	30.000,00
Manutenção(ano)										
215 1.011 - Equipamentos e Mobiliários para a Educação Básica	P	6	12.361.1080	4.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0001	50.000,00	50.000,00	30.000,00	50.000,00	180.000,00
Equipamentos, Mobiliários, Máquinas(EMM)										
220 2.210 - Transporte Escolar do Ensino Fundamental	A	6	12.361.1090	3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0019	0,00	0,00	190.000,00	200.000,00	390.000,00
Manutenção(ano)										
				3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0011	57.000,00	66.000,00	64.500,00	64.500,00	252.000,00
				3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0663	170.000,00	180.000,00	0,00	0,00	350.000,00
				3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0001	350.000,00	375.000,00	380.000,00	425.000,00	1.530.000,00
				3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0010	215.000,00	215.000,00	215.000,00	215.000,00	860.000,00
				3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0005	121.000,00	91.000,00	75.500,00	75.500,00	363.000,00
				4.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0001	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	20.000,00
260 1.050 - Aquisição Veículo para Atividades do Ensino Fundamental	P	6	12.361.1080	4.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0001	70.000,00	0,00	0,00	100.000,00	170.000,00
Veículo(vei)										
270 1.060 - Ampliação Rede Física Escolar do Ensino Fundamental	P	6	12.361.1080	4.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0001	150.000,00	200.000,00	180.000,00	150.000,00	680.000,00
Obra(Obr)										
				4.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0663	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	100.000,00
Unidade: 06.02 - Departamento de Ensino Infantil										
230 2.220 - Transporte Escolar do Ensino Infantil	A	6	12.365.1090	3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0019	0,00	0,00	170.000,00	180.000,00	350.000,00
Manutenção(ano)										
				3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0010	80.000,00	90.000,00	100.000,00	110.000,00	380.000,00
				3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0663	180.000,00	190.000,00	0,00	0,00	370.000,00
				3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0001	250.000,00	263.000,00	258.000,00	283.000,00	1.054.000,00
				3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0011	10.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	46.000,00
				4.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0001	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	20.000,00
235 2.225 - Magistério do Ensino Infantil - Pré-Escolar	A	6	12.365.1100	3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0662	880.000,00	950.000,00	0,00	0,00	1.830.000,00
Manutenção(ano)										
				3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0018	0,00	0,00	1.700.000,00	1.840.000,00	3.540.000,00
240 2.230 - Manutenção Educação Infantil	A	6	12.365.1100	3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0010	50.000,00	60.000,00	70.000,00	80.000,00	260.000,00
Manutenção(ano)										
				3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0019	0,00	0,00	240.000,00	250.000,00	490.000,00
				3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0663	250.000,00	260.000,00	0,00	0,00	510.000,00
				3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0001	270.000,00	380.000,00	400.000,00	450.000,00	1.500.000,00

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Página: 10/13
Data: 05/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI
PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA período 2018 à 2021
Relação de Despesas - Planejadas

Planej. Ação / Produto (UN)	Tipo	Local.	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020	Ano 2021	Total
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE MONDAI										
Órgão: 06.00 - FUNDO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO										
Unidade: 06.02 - Departamento de Ensino Infantil										
242 2.233 - Qualificação profissional dos docentes do ensino Infantil da rede municipal de educação	A	6	12.365.1100	3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0001	0,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	30.000,00
Manutenção(ano)										
245 2.235 - Magistério do Ensino Infantil - Creches	A	6	12.365.1100	3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0662	670.000,00	720.000,00	0,00	0,00	1.390.000,00
Manutenção(ano)										
250 2.240 - Manutenção Creches Municipais	A	6	12.365.1100	3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0663	170.000,00	190.000,00	0,00	0,00	360.000,00
Manutenção(ano)										
300 1.100 - Ampliação, Readequação ou Reforma da Creche Municipal	P	6	12.365.1100	4.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0001	20.000,00	20.000,00	20.000,00	40.000,00	100.000,00
310 1.080 - Ampliação Rede Física Escolar do Ensino Infantil	P	6	12.365.1100	4.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0001	70.000,00	50.000,00	0,00	50.000,00	170.000,00
Obra(Obr)										
Unidade: 06.03 - Departamento de Educação Especial										
315 2.255 - Manutenção das Atividades de Educação Especial	A	6	12.367.1080	3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0001	0,00	0,00	50.000,00	50.000,00	100.000,00
Manutenção(ano)										
Unidade: 06.04 - Departamento de Ensino Médio e Educação Superior										
225 2.265 - Transporte Escolar do Ensino Médio	A	6	12.362.1090	3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0011	13.000,00	12.500,00	13.500,00	13.500,00	52.500,00
Manutenção(ano)										
330 2.260 - Auxílio a Estudantes do Ensino Médio	A	6	12.362.1120	3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0000	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	60.000,00
Manutenção(ano)										
340 2.270 - Auxílio a Estudantes Universitários	A	6	12.364.1120	3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0000	160.000,00	170.000,00	180.000,00	190.000,00	700.000,00
Manutenção(ano)										

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Página: 11/13
Data: 05/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI
PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA período 2018 à 2021
Relação de Despesas - Planejadas

Planej	Ação / Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020	Ano 2021	Total
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE MONDAI											
Órgão: 06.00 - FUNDO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO											
Unidade: 06.05 - Departamento de Merenda Escolar											
320	2.250 - Alimentação Escolar do Ensino Fundamental	A	6	12.306.1110	3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0000	22.000,00	26.500,00	209.000,00	209.000,00	838.500,00
	Manutenção(ano)										94.500,00
322	2.252 - Alimentação Escolar do Ensino Pré-Escolar	A	6	12.306.1110	3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0012	45.000,00	44.500,00	47.000,00	47.000,00	183.500,00
	Manutenção(ano)										
324	2.254 - Alimentação Escolar do Ensino - Creche	A	6	12.306.1110	3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0012	32.000,00	33.500,00	30.000,00	30.000,00	125.500,00
	Manutenção(ano)										
					3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0000	18.000,00	16.500,00	15.000,00	15.000,00	64.500,00
Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MONDAI											
Órgão: 12.00 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE											
Unidade: 12.01 - Atividades de Atenção Básica em Saúde											
447	1.157 - Construção/Ampliação Unidades de Saúde	P	8	10.301.1170	4.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0002	100.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	250.000,00
	Obra(Obr)										
448	1.158 - Construção Unidade do CAPS	P	8	10.301.1170	4.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0002	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
	Obra(UN)										
450	1.160 - Aquisição de veículos para o Fundo da Saúde	P	8	10.301.1170	4.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0002	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
	Veículo(Vei)										
460	2.330 - Atividades Programas SF - ACS e SB	A	8	10.301.1170	3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0059	0,00	0,00	200.000,00	200.000,00	400.000,00
	Manutenção(ano)										
					3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0084	400.500,00	0,00	140.000,00	390.000,00	930.500,00
					3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0068	0,00	80.000,00	140.000,00	150.000,00	370.000,00
					3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0064	857.000,00	1.443.000,00	883.000,00	915.000,00	4.098.000,00
					3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0002	1.162.500,00	1.217.000,00	1.275.000,00	1.300.000,00	4.954.500,00
					4.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0002	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
461	2.331 - Atividades do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS	A	8	10.301.1170	3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0078	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
	Manutenção(ano)										
					3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0065	0,00	340.000,00	0,00	0,00	340.000,00
					3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0086	18.000,00	24.000,00	0,00	0,00	42.000,00
					3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0002	43.000,00	51.000,00	0,00	0,00	94.000,00
					3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0070	334.000,00	0,00	0,00	0,00	334.000,00
					3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0076	0,00	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Página: 12/13
Data: 05/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI
PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA período 2018 à 2021
Relação de Despesas - Planejadas

Planej. Ação / Produto (UN)	Tipo	Local.	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020	Ano 2021	Total
Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONDAI										
Órgão: 12.00 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE										
Unidade: 12.01 - Atividades de Atenção Básica em Saúde										
462 2.332 - Atividades do Núcleo de Atenção à Saúde da Família Manutenção(ano)	A	8	10.301.1170			7.660.270,00	8.190.104,00	8.473.548,00	9.252.048,00	33.575.970,00
						7.660.270,00	8.190.104,00	8.473.548,00	9.252.048,00	33.575.970,00
						6.815.270,00	7.230.104,00	7.325.548,00	7.920.048,00	29.290.970,00
				4.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0070	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
465 2.335 - Serviços de Assistência à Saúde da População p/ Procedimentos no MAC	A	8	10.302.1170			5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	10.000,00
						5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	10.000,00
						0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
				3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0068	0,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00
466 2.331 - Atividades do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS Manutenção(ano)	A	8	10.302.1170			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
						0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
						190.000,00	20.000,00	0,00	0,00	210.000,00
				3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0073	0,00	0,00	190.000,00	200.000,00	390.000,00
470 2.340 - Atividades de Atenção Básica em Saúde Manutenção(ano)	A	8	10.301.1170			20.500,00	20.000,00	0,00	0,00	40.500,00
						122.000,00	365.500,00	225.500,00	230.500,00	943.500,00
						10.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	25.000,00
				3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0076	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
471 2.341 - Atividades de Atenção Básica em Saúde Manutenção(ano)	A	8	10.302.1170			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
						0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
						61.000,00	0,00	61.000,00	71.000,00	132.000,00
				3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0070	0,00	0,00	340.000,00	350.000,00	690.000,00
472 2.342 - Atividades de Atenção Básica em Saúde Manutenção(ano)	A	8	10.301.1170			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
						0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
						76.000,00	0,00	76.000,00	80.000,00	156.000,00
				3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0078	0,00	0,00	24.000,00	24.000,00	48.000,00
473 2.343 - Atividades de Atenção Básica em Saúde Manutenção(ano)	A	8	10.302.1170			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
						0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
						5.000,00	0,00	5.000,00	5.000,00	10.000,00
				4.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0086	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
474 2.344 - Atividades de Atenção Básica em Saúde Manutenção(ano)	A	8	10.301.1170			1.325.270,00	1.539.804,00	1.565.204,00	1.570.404,00	6.000.682,00
						277.000,00	0,00	95.000,00	120.000,00	492.000,00
						5.000,00	4.800,00	6.800,00	2.800,00	19.400,00
				3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0088	121.500,00	81.000,00	81.000,00	81.000,00	364.500,00
475 2.345 - Atividades de Atenção Básica em Saúde Manutenção(ano)	A	8	10.302.1170			40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	160.000,00
						91.000,00	0,00	90.000,00	90.000,00	271.000,00
						0,00	145.000,00	0,00	0,00	145.000,00
				3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0081	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
476 2.346 - Atividades de Atenção Básica em Saúde Manutenção(ano)	A	8	10.301.1170			150.500,00	0,00	0,00	0,00	150.500,00
						0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
						0,00	0,00	25.000,00	25.000,00	50.000,00
				3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0087	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
477 2.347 - Atividades de Atenção Básica em Saúde Manutenção(ano)	A	8	10.302.1170			10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
						10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
						0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
				4.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0076	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
478 2.348 - Atividades de Atenção Básica em Saúde Manutenção(ano)	A	8	10.301.1170			10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
						10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
						0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
				4.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0087	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
479 2.349 - Atividades de Atenção Básica em Saúde Manutenção(ano)	A	8	10.302.1170			10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
						10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
						0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
				4.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0087	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Página: 13/13
Data: 05/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI
PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA período 2018 à 2021
Relação de Despesas - Planejadas

Planej	Ação / Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020	Ano 2021	Total
Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MONDAI											
Órgão: 12.00 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE											
Unidade: 12.02 - Atividades da Assistência Farmacêutica Básica											
463	2.333 - Atividades de Assistência Farmacêutica Básica Manutenção(ano)	A	8	10.301.1180	3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0069	7.660.270,00	8.190.104,00	8.473.548,00	9.252.048,00	33.575.970,00
					3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0002	7.660.270,00	8.190.104,00	8.473.548,00	9.252.048,00	33.575.970,00
					3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0067	625.000,00	700.000,00	867.000,00	1.030.000,00	3.222.000,00
							50.500,00	47.000,00	58.000,00	60.000,00	215.500,00
					3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0002	221.000,00	239.000,00	295.000,00	305.000,00	1.060.000,00
					3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0067	53.500,00	64.000,00	64.000,00	65.000,00	246.500,00
464	2.334 - Distribuição Suplementar de Medicamentos Manutenção(ano)	A	8	10.301.1180	3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0002	300.000,00	350.000,00	450.000,00	600.000,00	1.700.000,00
Unidade: 12.03 - Atividades da Vigilância em Saúde											
480	2.350 - Atividades de Vigilância Sanitária Manutenção(ano)	A	8	10.304.1190	3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0066	220.000,00	260.000,00	281.000,00	302.000,00	1.063.000,00
					3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0002	10.000,00	107.800,00	111.800,00	115.800,00	416.400,00
					3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0057	27.000,00	30.200,00	33.200,00	34.200,00	124.600,00
					4.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0066	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00
500	2.360 - Atividades de Vigilância Epidemiológica Manutenção(ano)	A	8	10.305.1190	3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0066	34.000,00	56.500,00	61.500,00	68.500,00	220.500,00
					3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0002	61.000,00	51.500,00	60.500,00	69.500,00	242.500,00
					4.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0066	5.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	11.000,00
Entidade: 5 - CAMARA MUNICIPAL DE MONDAI											
Órgão: 01.00 - CÂMARA DE VEREADORES											
Unidade: 01.01 - Câmara de Vereadores											
3	1.007 - Construção de sede para Câmara de Vereadores Obra(Obr)	P	2	01.031.1010	4.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0000	900.000,00	950.000,00	1.000.000,00	1.050.000,00	3.900.000,00
							900.000,00	950.000,00	1.000.000,00	1.050.000,00	3.900.000,00
							900.000,00	950.000,00	1.000.000,00	1.050.000,00	3.900.000,00
					4.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0000	150.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	600.000,00
5	2.010 - Atividades Câmara de Vereadores Manutenção(ano)	A	2	01.031.1010	3.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0000	740.000,00	770.000,00	820.000,00	870.000,00	3.200.000,00
					4.0.00.00.00.00.00.00	0.1.0000	10.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	100.000,00
Total gerat:							31.990.000,00	34.600.500,00	39.600.000,00	39.670.000,00	145.860.500,00

Mondai, 5 de novembro de 2019

VALDIR RUBERT
Prefeito Municipal

ELISEU BOHN
Secretário de Adm. e Fazenda

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

LEI Nº 3.713 - ANEXO RECEITAS

Publicação Nº 2217323

Página: 1/12
Data: 05/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI
PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA período 2018 à 2021
Relação Detalhada das Receitas Planejadas
Seleção: Alteração em 01/01/2020 (A)

Receita	Código Especificação	Recurso	Aplicação	%	Não detalhado	2018	2019	2020	2021	Valor
Entidade: 1 - MUNICIPIO DE MONDAI										
1	4.1.1.1.3.03.1.1.00.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	0.1.0000	00.00.00	56,000	420.000,00	685.000,00	700.000,00	750.000,00	103.400.000,00
			0.1.0001	01.01.01	26,000	235.200,00	383.600,00	392.000,00	420.000,00	2.555.000,00
			0.1.0001	01.01.01	26,000	109.200,00	178.100,00	182.000,00	195.000,00	1.430.800,00
			0.1.0002	02.01.00	18,000	75.600,00	123.300,00	126.000,00	135.000,00	684.300,00
2	4.1.1.1.3.03.4.1.00.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	0.1.0000	00.00.00	56,000	25.000,00	15.000,00	30.000,00	30.000,00	459.900,00
			0.1.0001	01.01.01	26,000	14.000,00	8.400,00	16.800,00	16.800,00	100.000,00
			0.1.0001	01.01.01	26,000	6.500,00	3.900,00	7.800,00	7.800,00	56.000,00
			0.1.0002	02.01.00	18,000	4.500,00	2.700,00	5.400,00	5.400,00	26.000,00
3	4.1.1.1.8.01.1.1.01.00.00	IPTU - Principal	0.1.0000	00.00.00	56,000	1.250.000,00	1.420.000,00	1.500.000,00	1.600.000,00	18.000,00
			0.1.0001	01.01.01	26,000	700.000,00	795.200,00	840.000,00	896.000,00	5.770.000,00
			0.1.0001	01.01.01	26,000	325.000,00	369.200,00	390.000,00	416.000,00	3.231.200,00
			0.1.0002	02.01.00	18,000	225.000,00	255.600,00	270.000,00	288.000,00	1.500.200,00
4	9.1.1.1.8.01.1.1.01.00.00	(R)Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Isentos	0.1.0000	00.00.00	56,000	-370.000,00	-400.000,00	-410.000,00	-420.000,00	1.038.600,00
			0.1.0001	01.01.01	26,000	-207.200,00	-224.000,00	-229.600,00	-235.200,00	-1.600.000,00
			0.1.0001	01.01.01	26,000	-96.200,00	-104.000,00	-106.600,00	-109.200,00	-896.000,00
			0.1.0002	02.01.00	18,000	-66.600,00	-72.000,00	-73.800,00	-75.600,00	-416.000,00
5	9.1.1.1.8.01.1.1.02.00.00	(R)Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Imunes	0.1.0000	00.00.00	56,000	-210.000,00	-220.000,00	-230.000,00	-240.000,00	-288.000,00
			0.1.0001	01.01.01	26,000	-117.600,00	-123.200,00	-128.800,00	-134.400,00	-900.000,00
			0.1.0001	01.01.01	26,000	-54.600,00	-57.200,00	-59.800,00	-62.400,00	-504.000,00
			0.1.0002	02.01.00	18,000	-37.800,00	-39.600,00	-41.400,00	-43.200,00	-234.000,00
6	9.1.1.1.8.01.1.1.03.00.00	(R)Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dedução coa	0.1.0000	00.00.00	56,000	0,00	-30.000,00	-35.000,00	-40.000,00	-162.000,00
			0.1.0001	01.01.01	26,000	0,00	-16.800,00	-19.600,00	-22.400,00	-105.000,00
			0.1.0001	01.01.01	26,000	0,00	-7.800,00	-9.100,00	-10.400,00	-58.800,00
			0.1.0002	02.01.00	18,000	0,00	-5.400,00	-6.300,00	-7.200,00	-27.300,00
7	4.1.1.1.8.01.1.2.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros	0.1.0000	00.00.00	56,000	500,00	500,00	500,00	500,00	-18.900,00
			0.1.0001	01.01.01	26,000	280,00	280,00	280,00	280,00	2.000,00
			0.1.0002	02.01.00	18,000	130,00	130,00	130,00	130,00	1.120,00
8	4.1.1.1.8.01.1.3.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa	0.1.0000	00.00.00	56,000	40.000,00	40.000,00	30.000,00	20.000,00	520,00
			0.1.0001	01.01.01	26,000	22.400,00	22.400,00	16.800,00	11.200,00	360,00
			0.1.0001	01.01.01	26,000	10.400,00	10.400,00	7.800,00	5.200,00	130.000,00
			0.1.0002	02.01.00	18,000	7.200,00	7.200,00	5.400,00	3.600,00	72.800,00
9	4.1.1.1.8.01.1.4.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa - Mult	0.1.0000	00.00.00	56,000	15.000,00	20.000,00	10.000,00	10.000,00	33.800,00
			0.1.0001	01.01.01	26,000	8.400,00	11.200,00	5.600,00	5.600,00	23.400,00
			0.1.0001	01.01.01	26,000	3.900,00	5.200,00	2.600,00	2.600,00	55.000,00
			0.1.0002	02.01.00	18,000	2.700,00	3.600,00	1.800,00	1.800,00	30.800,00
10	9.1.1.1.8.01.1.4.00.00.00	(R)Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa - Im	0.1.0000	00.00.00	56,000	-10.000,00	-15.000,00	0,00	0,00	14.300,00
			0.1.0001	01.01.01	26,000	-5.600,00	-8.400,00	0,00	0,00	9.900,00
			0.1.0001	01.01.01	26,000	-2.600,00	-3.900,00	0,00	0,00	-2.500,00
			0.1.0002	02.01.00	18,000	-1.800,00	-2.700,00	0,00	0,00	-14.000,00
11	4.1.1.1.8.01.4.1.00.00.00	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reai	0.1.0000	00.00.00	56,000	150.000,00	175.000,00	250.000,00	300.000,00	-6.500,00
			0.1.0001	01.01.01	26,000	84.000,00	98.000,00	140.000,00	168.000,00	-4.500,00
			0.1.0002	02.01.00	18,000	0,00	0,00	0,00	0,00	875.000,00
			0.1.0002	02.01.00	18,000	0,00	0,00	0,00	0,00	490.000,00

Página: 2/12
Data: 05/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI
PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA período 2018 à 2021
Relação Detalhada das Receitas Planejadas
Seleção: Alteração em 01/01/2020 (A)

Receita	Código Especificação	Recurso	Aplicação	%	Não detalhado	2018	2019	2020	2021	Valor
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE MONDAI						22.338.000,00	24.362.000,00	28.720.000,00	27.980.000,00	103.400.000,00
						150.000,00	175.000,00	250.000,00	300.000,00	875.000,00
		0.1.0001	01.01.01	26,000		39.000,00	45.500,00	65.000,00	78.000,00	227.500,00
		0.1.0002	02.01.00	18,000		27.000,00	31.500,00	45.000,00	54.000,00	157.500,00
155	4.1.1.1.8.01.4.2.00.00.00	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais				0,00	0,00	100,00	100,00	200,00
		0.1.0000	00.00.00	56,000		0,00	0,00	56,00	56,00	112,00
		0.1.0001	01.01.01	26,000		0,00	0,00	26,00	26,00	52,00
		0.1.0002	02.01.00	18,000		0,00	0,00	18,00	18,00	36,00
156	4.1.1.1.8.01.4.3.00.00.00	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais				0,00	0,00	700,00	700,00	1.400,00
		0.1.0000	00.00.00	56,000		0,00	0,00	392,00	392,00	784,00
		0.1.0001	01.01.01	26,000		0,00	0,00	182,00	182,00	364,00
		0.1.0002	02.01.00	18,000		0,00	0,00	126,00	126,00	252,00
140	4.1.1.1.8.01.4.4.00.00.00	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais				0,00	200,00	200,00	200,00	600,00
		0.1.0000	00.00.00	55,000		0,00	110,00	110,00	110,00	330,00
		0.1.0001	01.01.01	28,000		0,00	56,00	56,00	56,00	168,00
		0.1.0002	02.01.00	17,000		0,00	34,00	34,00	34,00	102,00
12	4.1.1.1.8.02.3.1.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal				550.000,00	680.000,00	850.000,00	950.000,00	3.030.000,00
		0.1.0000	00.00.00	56,000		308.000,00	380.800,00	476.000,00	532.000,00	1.696.800,00
		0.1.0001	01.01.01	26,000		143.000,00	176.800,00	221.000,00	247.000,00	787.800,00
		0.1.0002	02.01.00	18,000		99.000,00	122.400,00	153.000,00	171.000,00	545.400,00
13	4.1.1.1.8.02.3.2.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e Juros				1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
		0.1.0000	00.00.00	56,000		560,00	560,00	560,00	560,00	2.240,00
		0.1.0001	01.01.01	26,000		260,00	260,00	260,00	260,00	1.040,00
		0.1.0002	02.01.00	18,000		180,00	180,00	180,00	180,00	720,00
14	4.1.1.1.8.02.3.3.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa				15.000,00	15.000,00	10.000,00	5.000,00	45.000,00
		0.1.0000	00.00.00	56,000		8.400,00	8.400,00	5.600,00	2.800,00	25.200,00
		0.1.0001	01.01.01	26,000		3.900,00	3.900,00	2.600,00	1.300,00	11.700,00
		0.1.0002	02.01.00	18,000		2.700,00	2.700,00	1.800,00	900,00	8.100,00
15	4.1.1.1.8.02.3.4.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa - Multas e Juros				8.000,00	8.000,00	5.000,00	5.000,00	26.000,00
		0.1.0000	00.00.00	56,000		4.480,00	4.480,00	2.800,00	2.800,00	14.560,00
		0.1.0001	01.01.01	26,000		2.080,00	2.080,00	1.300,00	1.300,00	6.760,00
		0.1.0002	02.01.00	18,000		1.440,00	1.440,00	900,00	900,00	4.680,00
16	9.1.1.1.8.02.3.4.00.00.00	(R)Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa - Multas e Juros				-3.000,00	-3.000,00	0,00	0,00	-6.000,00
		0.1.0000	00.00.00	56,000		-1.680,00	-1.680,00	0,00	0,00	-3.360,00
		0.1.0001	01.01.01	26,000		-780,00	-780,00	0,00	0,00	-1.560,00
		0.1.0002	02.01.00	18,000		-540,00	-540,00	0,00	0,00	-1.080,00
17	4.1.1.2.1.01.1.1.01.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comerc/Indus/Prest Serv				110.000,00	120.000,00	125.000,00	130.000,00	485.000,00
		0.1.0000	00.00.00	100,000		110.000,00	120.000,00	125.000,00	130.000,00	485.000,00
18	4.1.1.2.1.01.1.1.02.00.00	Tx de Licença para Execução de Obras				8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	32.000,00
		0.1.0000	00.00.00	100,000		8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	32.000,00
19	4.1.1.2.1.01.1.2.01.00.00	Tx de Funcionamento - Multas e Juros				100,00	100,00	100,00	100,00	400,00
		0.1.0000	00.00.00	100,000		100,00	100,00	100,00	100,00	400,00

Página: 3/12
Data: 05/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI
PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA período 2018 à 2021
Relação Detalhada das Receitas Planejadas
Seleção: Alteração em 01/01/2020 (A)

Receita	Código Especificação	Recurso	Aplicação	%	Não detalhado	2018	2019	2020	2021	Valor
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE MONDAI						22.338.000,00	24.362.000,00	28.720.000,00	27.980.000,00	103.400.000,00
141	4.1.1.2.1.01.1.2.02.00.00 Tx de Licença Exec. de Obras - Multas e Juros	0.1.0000	00.00.00	100,000		0,00	500,00	500,00	500,00	1.500,00
20	4.1.1.2.1.01.1.3.01.00.00 Tx de Funcionamento - Dívida Ativa					0,00	500,00	500,00	500,00	1.500,00
142	4.1.1.2.1.01.1.3.02.00.00 Tx de Licença Exec. de Obras - Dívida Ativa	0.1.0000	00.00.00	100,000		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
21	4.1.1.2.1.01.1.4.01.00.00 Tx de Funcionamento - Dívida Ativa - Multas e Juros	0.1.0000	00.00.00	100,000		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
144	9.1.1.2.1.01.1.4.01.00.00 (R) Tx de Funcionamento - Dívida Ativa - Multas e Juros	0.1.0000	00.00.00	100,000		0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	3.000,00
143	4.1.1.2.1.01.1.4.02.00.00 Tx de Licença Exec. de Obras - Dívida Ativa - Multas e Juros	0.1.0000	00.00.00	100,000		100,00	800,00	800,00	800,00	2.500,00
145	9.1.1.2.1.01.1.4.02.00.00 (R) Tx de Licença Exec. de Obras - Dívida Ativa - Multas e Juros	0.1.0000	00.00.00	100,000		100,00	800,00	800,00	800,00	2.500,00
162	4.1.1.2.1.04.1.1.00.00.00 Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Principal	0.1.0000	00.00.00	100,000		0,00	-400,00	0,00	0,00	-400,00
163	4.1.1.2.1.04.1.2.00.00.00 Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Multas e Juros	0.1.0000	00.00.00	100,000		0,00	-400,00	0,00	0,00	-400,00
164	4.1.1.2.1.04.1.3.00.00.00 Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Dívida Ativa	0.1.0000	00.00.00	100,000		0,00	200,00	200,00	200,00	600,00
165	4.1.1.2.1.04.1.4.00.00.00 Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Multas e Juros	0.1.0000	00.00.00	100,000		0,00	-100,00	0,00	0,00	-100,00
22	4.1.1.2.2.01.1.1.01.00.00 Taxa de Limpeza Pública	0.1.0000	00.00.00	100,000		0,00	0,00	500,00	500,00	1.000,00
23	4.1.1.2.2.01.1.1.02.00.00 Taxa de Serviços de Máquinas	0.1.0000	00.00.00	100,000		0,00	0,00	500,00	500,00	1.000,00
24	4.1.1.2.2.01.1.1.03.00.00 Taxa de Prevenção Contra Sinistros - TPSCS	0.1.0000	00.00.00	100,000		0,00	0,00	500,00	500,00	1.000,00
161	4.1.1.2.2.01.1.1.04.00.00 Taxa de Licenciamento Ambiental	0.1.0000	00.00.00	100,000		0,00	0,00	500,00	500,00	1.000,00
27	4.1.1.2.2.01.1.2.01.00.00 Taxa de Limpeza Pública - Multas e Juros	0.1.0000	00.00.00	100,000		400.000,00	480.000,00	500.000,00	550.000,00	1.930.000,00
150	4.1.1.2.2.01.1.2.02.00.00 Taxa de Serv. de Máquinas - Multas e Juros	0.1.0000	00.00.00	100,000		400.000,00	480.000,00	500.000,00	550.000,00	1.930.000,00
166	4.1.1.2.2.01.1.2.03.00.00 Taxa de Prevenção Contra Sinistros - Multas e Juros	0.1.0000	00.00.00	100,000		5.000,00	5.000,00	3.700,00	3.700,00	17.400,00
167	4.1.1.2.2.01.1.2.04.00.00 Taxa de Licenciamentos Ambientais - Multas e Juros	0.1.0000	00.00.00	100,000		5.000,00	5.000,00	3.700,00	3.700,00	17.400,00
28	4.1.1.2.2.01.1.3.01.00.00 Taxa de Limpeza Pública - Dívida Ativa	0.1.0000	00.00.00	100,000		55.000,00	75.000,00	80.000,00	85.000,00	295.000,00
						55.000,00	75.000,00	80.000,00	85.000,00	295.000,00
						0,00	0,00	5.000,00	5.000,00	10.000,00
						0,00	0,00	5.000,00	5.000,00	10.000,00
						2.000,00	2.000,00	1.000,00	1.000,00	6.000,00
						2.000,00	2.000,00	1.000,00	1.000,00	6.000,00
						0,00	500,00	500,00	500,00	1.500,00
						0,00	500,00	500,00	500,00	1.500,00
						0,00	0,00	1.000,00	1.000,00	2.000,00
						0,00	0,00	1.000,00	1.000,00	2.000,00
						0,00	0,00	500,00	500,00	1.000,00
						10.000,00	22.000,00	25.000,00	30.000,00	87.000,00
						10.000,00	22.000,00	25.000,00	30.000,00	87.000,00

Página: 4/12
Data: 05/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI
PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA período 2018 à 2021
Relação Detalhada das Receitas Planejadas
Seleção: Alteração em 01/01/2020 (A)

Receita	Código Especificação	Recurso	Aplicação	%	Não detalhado	2018	2019	2020	2021	Valor
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE MONDAI										
151	4.1.1.2.2.01.1.3.02.00.00	Taxa de Serv. de Máquinas - Dívida Ativa				0,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	103.400.000,00
168	4.1.1.2.2.01.1.3.03.00.00	Taxa de Prevenção Contra Sinistros - Dívida Ativa	0.1.0000	00.00.00	100.000	0,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	30.000,00
169	4.1.1.2.2.01.1.3.04.00.00	Taxa de Licenciamento Ambiental - Dívida Ativa	0.1.0000	00.00.00	100.000	0,00	500,00	500,00	500,00	1.500,00
29	4.1.1.2.2.01.1.4.01.00.00	Taxa de Limpeza Pública - Dívida Ativa - Multas e Juros	0.1.0000	00.00.00	100.000	0,00	0,00	500,00	500,00	1.500,00
146	9.1.1.2.2.01.1.4.01.00.00	(R) Taxa de Limpeza Pública - Dívida Ativa - Multas e Juros	0.1.0000	00.00.00	100.000	3.000,00	10.000,00	4.000,00	4.000,00	21.000,00
152	4.1.1.2.2.01.1.4.02.00.00	Taxa de Serv. de Máquinas - Dívida Ativa - Multas e Juros	0.1.0000	00.00.00	100.000	0,00	-5.000,00	0,00	0,00	-5.000,00
170	4.1.1.2.2.01.1.4.03.00.00	Taxa de Prevenção Contra Sinistros - Dívida Ativa - Multas e Juros	0.1.0000	00.00.00	100.000	0,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	4.500,00
171	4.1.1.2.2.01.1.4.04.00.00	Taxa de Licenciamento Ambiental - Dívida Ativa - Multas e Juros	0.1.0000	00.00.00	100.000	0,00	0,00	500,00	500,00	1.000,00
30	4.1.1.3.8.04.1.1.00.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares - Pri	0.1.0000	00.00.00	100.000	0,00	0,00	500,00	500,00	1.000,00
31	4.1.2.4.0.00.1.1.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Principal	0.1.0017	00.00.00	100.000	500.000,00	550.000,00	650.000,00	700.000,00	2.400.000,00
32	4.1.3.1.0.01.1.1.00.00.00	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	0.1.0000	00.00.00	100.000	500.000,00	550.000,00	650.000,00	700.000,00	2.400.000,00
36	4.1.3.1.0.99.1.0.00.00.00	Outras Receitas Imobiliárias	0.1.0000	00.00.00	100.000	500.000,00	550.000,00	650.000,00	700.000,00	2.400.000,00
50	4.1.3.2.1.00.1.1.10.01.00	Rec de Remun. Dep. Banc Rec. Vinc. - CIDE	0.1.0000	00.00.00	100.000	500,00	200,00	500,00	500,00	2.000,00
51	4.1.3.2.1.00.1.1.10.02.00	Rec. Rem. Dep. Banc. Outras Rec. Vinc. - COSIP	0.1.0016	00.00.00	100.000	500,00	200,00	500,00	500,00	2.000,00
52	4.1.3.2.1.00.1.1.10.03.00	Rec. Remun. Dep. Banc. Outras Rec. Vinc. - FEP	0.1.0017	00.00.00	100.000	10.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	25.000,00
54	4.1.3.2.1.00.1.1.10.05.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - FIA - IR	0.1.0044	00.00.00	100.000	500,00	500,00	500,00	500,00	2.000,00
55	4.1.3.2.1.00.1.1.10.06.00	Rem. Dep. Banc. Outras Rec. Vinc. - C.M.T. PM/SC	0.1.0039	00.00.00	100.000	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00
56	4.1.3.2.1.00.1.1.10.07.00	Rem. Dep. Banc. Outras Rec. Vinc. - C.M.T. PC/SC	0.1.0054	00.00.00	100.000	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00
57	4.1.3.2.1.00.1.1.10.08.00	Rem. Dep. Banc. Outras Rec. Vinc. - C.M.T. Prefeitura	0.1.0055	00.00.00	100.000	200,00	200,00	200,00	200,00	800,00
65	4.1.3.2.1.00.1.1.20.01.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	0.1.0056	00.00.00	100.000	150.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	300.000,00
						150.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	300.000,00

Página: 5/12
Data: 05/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI
PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA período 2018 à 2021
Relação Detalhada das Receitas Planejadas
Seleção: Alteração em 01/01/2020 (A)

Receita	Código Especificação	Recurso	Aplicação	%	Não detalhado	2018	2019	2020	2021	Valor
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE MONDAI										
66	4.1.6.1.0.02.1.1.00.00	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal				22.338.000,00	24.362.000,00	28.720.000,00	27.980.000,00	103.400.000,00
		0.1.0000	00.00.00	100,00		15.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	75.000,00
67	4.1.6.4.0.01.1.1.00.00	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal				15.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	75.000,00
		0.1.0000	00.00.00	100,00		1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
68	4.1.6.9.0.99.1.1.01.00.00	Outros Serviços				1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
		0.1.0000	00.00.00	100,00		7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
70	4.1.7.1.8.01.2.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Princip				9.400.000,00	9.800.000,00	10.250.000,00	10.700.000,00	40.150.000,00
		0.1.0000	00.00.00	52,00		4.888.000,00	5.096.000,00	5.330.000,00	5.564.000,00	20.878.000,00
		0.1.0001	01.00.00	26,00		2.444.000,00	2.548.000,00	2.665.000,00	2.782.000,00	10.439.000,00
		0.1.0002	02.01.00	22,00		2.068.000,00	2.156.000,00	2.255.000,00	2.354.000,00	8.833.000,00
130	9.1.7.1.8.01.2.1.00.00.00	(R)Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Prin				-1.880.000,00	-1.960.000,00	-2.050.000,00	-2.140.000,00	-8.030.000,00
		0.1.0001	01.01.00	100,00		-1.880.000,00	-1.960.000,00	-2.050.000,00	-2.140.000,00	-8.030.000,00
71	4.1.7.1.8.01.3.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no				380.000,00	400.000,00	420.000,00	440.000,00	1.640.000,00
		0.1.0000	00.00.00	70,00		266.000,00	280.000,00	294.000,00	308.000,00	1.148.000,00
		0.1.0001	01.01.00	30,00		114.000,00	120.000,00	126.000,00	132.000,00	492.000,00
72	4.1.7.1.8.01.4.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no				380.000,00	400.000,00	420.000,00	440.000,00	1.640.000,00
		0.1.0000	00.00.00	70,00		266.000,00	280.000,00	294.000,00	308.000,00	1.148.000,00
		0.1.0001	01.01.00	30,00		114.000,00	120.000,00	126.000,00	132.000,00	492.000,00
73	4.1.7.1.8.01.5.1.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal				5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	20.000,00
		0.1.0000	00.00.00	56,00		2.800,00	2.800,00	2.800,00	2.800,00	11.200,00
		0.1.0001	01.01.00	26,00		1.300,00	1.300,00	1.300,00	1.300,00	5.200,00
		0.1.0002	02.01.00	18,00		900,00	900,00	900,00	900,00	3.600,00
131	9.1.7.1.8.01.5.1.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal				-1.000,00	-1.000,00	-1.000,00	-1.000,00	-4.000,00
		0.1.0001	01.01.00	100,00		-1.000,00	-1.000,00	-1.000,00	-1.000,00	-4.000,00
132	9.1.7.1.8.01.6.1.00.00.00	(R) Transf. Fin. ICMS Desoneração - LC 87/96 - Principal				-9.000,00	-9.000,00	0,00	0,00	-18.000,00
		0.1.0001	01.01.00	100,00		-9.000,00	-9.000,00	0,00	0,00	-18.000,00
74	4.1.7.1.8.02.6.1.01.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP				80.000,00	140.000,00	150.000,00	160.000,00	530.000,00
		0.1.0044	00.00.00	100,00		80.000,00	140.000,00	150.000,00	160.000,00	530.000,00
85	4.1.7.1.8.06.1.1.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96 - Principal				45.000,00	45.000,00	50.000,00	55.000,00	195.000,00
		0.1.0000	00.00.00	56,00		25.200,00	25.200,00	28.000,00	30.800,00	109.200,00
		0.1.0001	01.01.00	26,00		11.700,00	11.700,00	13.000,00	14.300,00	50.700,00
		0.1.0002	02.01.00	18,00		8.100,00	8.100,00	9.000,00	9.900,00	35.100,00
157	9.1.7.1.8.06.1.1.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96 - Principal				0,00	0,00	-10.000,00	-11.000,00	-21.000,00
		0.1.0001	01.01.00	100,00		0,00	0,00	-10.000,00	-11.000,00	-21.000,00
86	4.1.7.1.8.99.1.1.01.00.00	Demais Transferências da União				45.000,00	50.000,00	55.000,00	60.000,00	210.000,00
		0.1.0000	00.00.00	100,00		45.000,00	50.000,00	55.000,00	60.000,00	210.000,00
87	4.1.7.2.8.01.1.1.00.00.00	Cota-Parte do ICMS - Principal				12.200.000,00	13.400.000,00	15.500.000,00	15.500.000,00	56.100.000,00
		0.1.0000	00.00.00	56,00		6.832.000,00	7.504.000,00	8.400.000,00	8.680.000,00	31.416.000,00
		0.1.0001	01.01.00	26,00		3.172.000,00	3.484.000,00	3.900.000,00	4.030.000,00	14.586.000,00
		0.1.0002	02.01.00	18,00		2.196.000,00	2.412.000,00	2.700.000,00	2.790.000,00	10.098.000,00

Página: 6/12
Data: 05/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI
PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA período 2018 à 2021
Relação Detalhada das Receitas Planejadas
Seleção: Alteração em 01/01/2020 (A)

Receita	Código Especificação	Recurso	Aplicação	%	Não detalhado	2018	2019	2020	2021	Valor
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE MONDAI										
133	9.1.7.2.8.01.1.1.00.00.00 (R)Cota-Parte do ICMS - Principal					22.338.000,00	24.362.000,00	28.720.000,00	27.980.000,00	103.400.000,00
						-2.440.000,00	-2.680.000,00	-3.000.000,00	-3.100.000,00	-11.220.000,00
						-2.440.000,00	-2.680.000,00	-3.000.000,00	-3.100.000,00	-11.220.000,00
88	4.1.7.2.8.01.2.1.00.00.00 Cota-Parte do IPVA - Principal					850.000,00	900.000,00	100.000,00	1.100.000,00	2.950.000,00
						476.000,00	504.000,00	56.000,00	616.000,00	1.652.000,00
						221.000,00	234.000,00	26.000,00	286.000,00	767.000,00
						153.000,00	162.000,00	18.000,00	198.000,00	531.000,00
134	9.1.7.2.8.01.2.1.00.00.00 (R)Cota-Parte do IPVA - Principal					-170.000,00	-180.000,00	-200.000,00	-220.000,00	-770.000,00
						-170.000,00	-180.000,00	-200.000,00	-220.000,00	-770.000,00
89	4.1.7.2.8.01.3.1.00.00.00 Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal					170.000,00	170.000,00	180.000,00	190.000,00	710.000,00
						95.200,00	95.200,00	100.800,00	106.400,00	397.600,00
						44.200,00	44.200,00	46.800,00	49.400,00	184.600,00
						30.600,00	30.600,00	32.400,00	34.200,00	127.800,00
135	9.1.7.2.8.01.3.1.00.00.00 (R)Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal					-34.000,00	-34.000,00	-36.000,00	-38.000,00	-142.000,00
90	4.1.7.2.8.01.4.1.00.00.00 Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Príncipe					30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	120.000,00
172	4.1.7.4.1.01.1.0.00.00.00 Transferências de Pessoa Jurídica para o FIA					30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	120.000,00
						0,00	0,00	30.000,00	30.000,00	60.000,00
159	4.1.7.4.1.01.2.0.00.00.00 Transferências de Pessoa Jurídica para o FMI					0,00	0,00	30.000,00	30.000,00	60.000,00
						0,00	0,00	25.000,00	25.000,00	50.000,00
103	4.1.7.7.0.00.1.1.01.00.00 Transferências de Pessoa Física para o FIA					0,00	0,00	8.000,00	8.000,00	32.000,00
						8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	32.000,00
104	4.1.7.7.0.00.1.1.02.00.00 Transferências de Pessoa Jurídica para o FIA					10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	20.000,00
						10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	20.000,00
158	4.1.7.7.0.00.1.1.03.00.00 Transferências de Pessoa Física para o Fundo Municipal do Idoso					0,00	0,00	5.000,00	5.000,00	10.000,00
						0,00	0,00	5.000,00	5.000,00	10.000,00
107	4.1.9.1.0.01.1.1.01.00.00 Multas por Auto de Infração - Conv. Trânsito - Militar					15.800,00	19.800,00	24.800,00	24.800,00	85.200,00
						15.800,00	19.800,00	24.800,00	24.800,00	85.200,00
108	4.1.9.1.0.01.1.1.02.00.00 Multas por Auto de Infração - Conv. Trânsito - Civil					15.800,00	19.800,00	24.800,00	24.800,00	85.200,00
						15.800,00	19.800,00	24.800,00	24.800,00	85.200,00
109	4.1.9.1.0.01.1.1.03.00.00 Multas por Auto de Infração - Conv. Trânsito - Prefeitura					16.800,00	23.800,00	29.800,00	29.800,00	100.200,00
						16.800,00	23.800,00	29.800,00	29.800,00	100.200,00
112	4.1.9.2.2.99.1.1.01.00.00 Outras Restituições					5.300,00	6.000,00	12.000,00	0,00	23.300,00
						5.300,00	6.000,00	12.000,00	0,00	23.300,00
153	4.1.9.9.0.99.1.1.01.00.00 Outras Receitas - Primárias - Principal					0,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	9.000,00
						0,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	9.000,00
154	4.1.9.9.0.99.1.2.01.00.00 Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros					0,00	500,00	500,00	500,00	1.500,00
						0,00	500,00	500,00	500,00	1.500,00
115	4.1.9.9.0.99.1.3.01.00.00 Outras Receitas - D.A. Não-Tributária - Principal					7.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	10.000,00
						7.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	10.000,00

Página: 7/12
Data: 05/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI
PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA período 2018 à 2021
Relação Detalhada das Receitas Planejadas
Seleção: Alteração em 01/01/2020 (A)

Receita	Código Especificação	Recurso	Aplicação	%	Não detalhado	2018	2019	2020	2021	Valor
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE MONDAI										
116	4.1.9.0.99.1.4.01.00.00	Outras Receitas - D.A. Não-Tributária - Multas e Juros	0.1.0000	00.00.00	100.000	1.000.00	500.00	500.00	500.00	2.500.00
160	4.2.1.1.9.00.1.1.00.00.00	Outras Operações de Crédito - Mercado Interno - Principal	0.1.0080	04.03.00	100.000	0.00	0.00	2.900.000.00	0.00	2.900.000.00
120	4.2.3.0.0.07.1.1.01.00.00	Amortização de Empréstimos Casa Própria	0.1.0000	00.00.00	100.000	30.000.00	24.000.00	19.000.00	9.000.00	82.000.00
147	4.2.3.0.0.07.1.2.01.00.00	Amortiz. de Emp. Casa Própria - Multas e Juros	0.1.0000	00.00.00	100.000	30.000.00	24.000.00	19.000.00	9.000.00	82.000.00
148	4.2.3.0.0.07.1.3.01.00.00	Amortiz. de Emp. Casa Própria - Dívida Ativa	0.1.0000	00.00.00	100.000	0.00	100.00	100.00	100.00	300.00
149	4.2.3.0.0.07.1.4.01.00.00	Amortiz. de Emp. Casa Própria - Dívida Ativa - Multas e Juros	0.1.0000	00.00.00	100.000	0.00	700.00	700.00	700.00	2.100.00
						0.00	200.00	200.00	200.00	600.00
						0.00	200.00	200.00	200.00	600.00
						22.338.000.00	24.362.000.00	28.720.000.00	27.980.000.00	103.400.000.00
Entidade: 2 - FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE MONDAI										
300	4.1.3.2.1.00.1.1.04.01.00	Rec de Rem Dep Banc Rec Vinc - FMAS	0.1.0000	00.00.00	100.000	200.00	200.00	200.00	200.00	800.00
301	4.1.3.2.1.00.1.1.04.02.00	Rec. de Rem. Dep Banc Rec Vinc - PAIF	0.1.0040	00.00.00	100.000	1.000.00	1.000.00	1.000.00	1.000.00	4.000.00
302	4.1.3.2.1.00.1.1.04.03.00	Rec de Rem Dep Banc Rec Vinc - Bolsa Família	0.1.0045	00.00.00	100.000	600.00	900.00	900.00	900.00	3.300.00
303	4.1.3.2.1.00.1.1.04.04.00	Rec de Rem Dep Banc Rec Vinc - AC Abrigo	0.1.0052	00.00.00	100.000	600.00	200.00	200.00	200.00	1.200.00
304	4.1.3.2.1.00.1.1.04.05.00	Rec de Rem Dep Banc Rec Vinc - FF Estadual	0.1.0047	00.00.00	100.000	400.00	600.00	600.00	600.00	2.200.00
305	4.1.3.2.1.00.1.1.04.06.00	Rec de Rem. Dep Banc Rec Vinc - PDF	0.1.0049	00.00.00	100.000	100.00	100.00	100.00	100.00	400.00
306	4.1.3.2.1.00.1.1.04.07.00	Rec de Rem Dep Banc Rec Vinc - Conv. Assist. Estadual	0.1.0065	00.00.00	100.000	100.00	0.00	0.00	0.00	100.00
307	4.1.7.1.8.04.1.1.01.00.00	Programa de Atenção Integral a Família - PAIF	0.1.0040	00.00.00	100.000	72.000.00	72.000.00	72.000.00	72.000.00	288.000.00
308	4.1.7.1.8.04.1.1.02.00.00	Serviço de Convivência/Fortalecimento de Vínculos	0.1.0042	00.00.00	100.000	78.000.00	78.000.00	78.000.00	78.000.00	312.000.00
309	4.1.7.1.8.04.1.1.03.00.00	Proteção Social Especial - Ação Continuada Abrigo	0.1.0052	00.00.00	100.000	21.000.00	10.000.00	10.000.00	10.000.00	51.000.00
310	4.1.7.1.8.04.1.1.04.00.00	Índice de Gestão Desc. do Bolsa Família - IGDBF	0.1.0045	00.00.00	100.000	18.000.00	22.000.00	22.000.00	22.000.00	84.000.00
311	4.1.7.1.8.04.1.1.05.00.00	Índice Gestão Desc. do Bolsa Família - IGDBF- Equip	0.1.0045	00.00.00	100.000	8.000.00	15.000.00	15.000.00	15.000.00	53.000.00
312	4.1.7.1.8.04.1.1.06.00.00	Proteção Social Especial - Ação Continuada DEF	0.1.0049	00.00.00	100.000	5.000.00	5.000.00	5.000.00	5.000.00	20.000.00

Página: 8/12
Data: 05/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI
PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA período 2018 à 2021
Relação Detalhada das Receitas Planejadas
Seleção: Alteração em 01/01/2020 (A)

Receita	Código Especificação	Recurso	Aplicação	%	Não detalhado	2018	2019	2020	2021	Valor
Entidade: 2 - FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE MONDAI										
320	4.1.7.2.8.99.1.1.10.00.00	Proteção Social Especial - Ação Cont. Abrigo Estadual				225.000,00	220.000,00	220.000,00	220.000,00	885.000,00
		0.1.0065	00.00.00	100,000		5.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	17.000,00
321	4.1.7.2.8.99.1.1.11.00.00	Proteção Social Especial - Ação Cont. Benefícios Eventuais				5.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	17.000,00
		0.1.0047	00.00.00	100,000		10.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	25.000,00
322	4.1.7.2.8.99.1.1.12.00.00	Proteção Social Básica - Custeio				10.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	25.000,00
		0.1.0047	00.00.00	100,000		5.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	23.000,00
						5.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	23.000,00
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE MONDAI										
40	4.1.3.2.1.00.1.1.01.01.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Vinc. - FUNDEB				6.602.000,00	7.069.500,00	7.730.000,00	8.180.000,00	29.580.500,00
		0.1.0062	00.00.00	100,000		10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
41	4.1.3.2.1.00.1.1.02.01.00	Rec. Remun. Dep. Banc. Vinc. - Salário Educação				10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
		0.1.0010	01.00.00	100,000		5.000,00	5.000,00	2.000,00	2.000,00	14.000,00
42	4.1.3.2.1.00.1.1.02.02.00	Rec. Rem. Dep. Banc. Vinc. - PNATE				5.000,00	500,00	2.000,00	2.000,00	14.000,00
		0.1.0011	01.01.00	100,000		500,00	500,00	200,00	200,00	1.400,00
43	4.1.3.2.1.00.1.1.02.03.00	Rec. Remun. Dep. Banc. Vinc. - Conv. Transporte				1.000,00	1.000,00	500,00	500,00	3.000,00
		0.1.0005	01.01.01	100,000		1.000,00	1.000,00	500,00	500,00	3.000,00
44	4.1.3.2.1.00.1.1.02.04.00	Rec. Remun. Dep. Banc. Vinc. de Outros - MDE				1.000,00	5.000,00	4.000,00	4.000,00	14.000,00
		0.1.0075	01.01.01	100,000		1.000,00	5.000,00	4.000,00	4.000,00	14.000,00
53	4.1.3.2.1.00.1.1.10.00.00	Rec. Remun. Dep. Banc. Vinc. - Outros				400,00	500,00	500,00	500,00	1.900,00
		0.1.0012	00.00.00	100,000		400,00	500,00	500,00	500,00	1.900,00
58	4.1.3.2.1.00.1.1.20.01.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados				0,00	0,00	500,00	500,00	1.000,00
		0.1.0000	00.00.00	100,000		0,00	0,00	500,00	500,00	1.000,00
75	4.1.7.1.8.05.1.1.01.00.00	Transferências do Salário-Educação				550.000,00	600.000,00	650.000,00	700.000,00	2.500.000,00
76	4.1.7.1.8.05.3.1.01.00.00	Transf. Diretas do FNDE ref. ao PNAE - Fundamental				550.000,00	600.000,00	650.000,00	700.000,00	2.500.000,00
		0.1.0010	01.01.00	100,000		62.600,00	58.500,00	65.500,00	65.500,00	252.100,00
77	4.1.7.1.8.05.3.1.02.00.00	Transf. Diretas do FNDE ref. ao PNAE - Pré-Escolar				62.600,00	58.500,00	65.500,00	65.500,00	252.100,00
		0.1.0012	00.00.00	100,000		45.000,00	44.500,00	47.000,00	47.000,00	183.500,00
78	4.1.7.1.8.05.3.1.03.00.00	Transf. Diretas do FNDE ref. ao PNAE - Creche				45.000,00	44.500,00	47.000,00	47.000,00	183.500,00
		0.1.0012	00.00.00	100,000		32.000,00	33.500,00	30.000,00	30.000,00	125.500,00
80	4.1.7.1.8.05.4.1.01.00.00	Transf. Diretas do FNDE referentes ao PNATE - Fundamental				56.500,00	65.500,00	64.300,00	64.300,00	250.600,00
		0.1.0011	01.01.01	100,000		56.500,00	65.500,00	64.300,00	64.300,00	250.600,00
81	4.1.7.1.8.05.4.1.02.00.00	Transf. Diretas do FNDE referentes ao PNATE - Médio				13.000,00	12.500,00	13.500,00	13.500,00	52.500,00
		0.1.0011	01.01.03	100,000		13.000,00	12.500,00	13.500,00	13.500,00	52.500,00
82	4.1.7.1.8.05.4.1.03.00.00	Transf. Diretas do FNDE referentes ao PNATE - Infantil				10.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	46.000,00
		0.1.0011	01.01.02	100,000		10.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	46.000,00
93	4.1.7.2.8.99.1.1.01.00.00	Transf. Estado Programa Educação - Fundamental				120.000,00	90.000,00	75.000,00	75.000,00	360.000,00
		0.1.0005	01.01.01	100,000		120.000,00	90.000,00	75.000,00	75.000,00	360.000,00
94	4.1.7.2.8.99.1.1.02.00.00	Transf. Estado Programa Educação - Medio				95.000,00	130.000,00	105.000,00	105.000,00	435.000,00
		0.1.0006	01.01.03	100,000		95.000,00	130.000,00	105.000,00	105.000,00	435.000,00

Página: 9/12
Data: 05/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI
PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA período 2018 à 2021
Relação Detalhada das Receitas Planejadas
Seleção: Alteração em 01/01/2020 (A)

Receita	Código Especificação	Recurso	Aplicação	%	Não detalhado	2018	2019	2020	2021	Valor
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE MONDAI										
100	4.1.7.5.8.01.1.1.01.00.00	Transferências de Recursos do FUNDEB				6.602.000,00	7.068.500,00	7.730.000,00	8.180.000,00	29.580.500,00
		0.1.0662	01.01.00	75,000		5.600.000,00	6.000.000,00	0,00	0,00	11.600.000,00
		0.1.0663	01.01.00	25,000		4.200.000,00	4.500.000,00	0,00	0,00	8.700.000,00
						1.400.000,00	1.500.000,00	0,00	0,00	2.900.000,00
101	4.1.7.5.8.01.1.1.01.00.00	Transferências de Recursos do FUNDEB				0,00	0,00	6.650.000,00	7.050.000,00	13.700.000,00
		0.1.0018	01.02.01	80,000		0,00	0,00	5.320.000,00	5.640.000,00	10.960.000,00
		0.1.0019	01.02.03	20,000		0,00	0,00	1.330.000,00	1.410.000,00	2.740.000,00
Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MONDAI										
200	4.1.1.2.1.01.1.1.04.00.00	Tx de Fiscalização de Vigilância Sanitária				25.800,00	28.000,00	31.000,00	32.000,00	116.800,00
201	4.1.1.2.1.01.1.2.04.00.00	Tx de Fisc. de Vig. Sanitária - Multas e Juros				25.800,00	28.000,00	31.000,00	32.000,00	116.800,00
		0.1.0057	02.01.00	100,000		200,00	300,00	300,00	300,00	1.100,00
202	4.1.1.2.1.01.1.3.04.00.00	Tx de Fisc. de Vig. Sanitária - Dívida Ativa				200,00	300,00	300,00	300,00	1.100,00
		0.1.0057	02.00.00	100,000		200,00	300,00	300,00	300,00	1.100,00
203	4.1.1.2.1.01.1.4.04.00.00	Tx de Fisc. de Vig. Sanitária - Dívida Ativa - Multas e Juros				700,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	5.200,00
		0.1.0057	02.04.00	100,000		700,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	5.200,00
204	4.1.3.2.1.00.1.1.03.01.00	Rec. Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Atenção Básica Federal				100,00	200,00	200,00	200,00	700,00
		0.1.0057	02.01.00	100,000		100,00	200,00	200,00	200,00	700,00
205	4.1.3.2.1.00.1.1.03.02.00	Rec. Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Assist. Farmacêutica				2.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	17.000,00
		0.1.0064	02.04.00	100,000		2.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	17.000,00
206	4.1.3.2.1.00.1.1.03.03.00	Rec. Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - F.M.S. - Município				500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
		0.1.0067	02.04.00	100,000		500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
207	4.1.3.2.1.00.1.1.03.04.00	Rec. Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Vigilância Federal				5.000,00	4.800,00	6.800,00	2.800,00	19.400,00
		0.1.0088	02.01.00	100,000		5.000,00	4.800,00	6.800,00	2.800,00	19.400,00
208	4.1.3.2.1.00.1.1.03.05.00	Rec. Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - MAC				1.000,00	500,00	500,00	500,00	2.500,00
		0.1.0066	02.04.00	100,000		1.000,00	500,00	500,00	500,00	2.500,00
209	4.1.3.2.1.00.1.1.03.06.00	Rec. Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - CAPS				2.000,00	500,00	500,00	500,00	3.500,00
		0.1.0065	02.04.00	100,000		2.000,00	500,00	500,00	500,00	3.500,00
210	4.1.3.2.1.00.1.1.03.07.00	Rem. Dep. Banc. R. Vinc. - At. Básica - SUS - Estadual				4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
		0.1.0070	02.04.00	100,000		4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
211	4.1.3.2.1.00.1.1.03.08.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Farm. Bás. Estado				1.500,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.500,00
		0.1.0068	02.04.00	100,000		1.500,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.500,00
212	4.1.3.2.1.00.1.1.03.09.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PAB Fixo				500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
		0.1.0069	02.04.00	100,000		500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
213	4.1.3.2.1.00.1.1.03.10.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - PMAQ				500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
		0.1.0059	02.04.00	100,000		500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
214	4.1.3.2.1.00.1.1.03.11.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Estado - Contratação				2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
		0.1.0084	02.04.00	100,000		2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
215	4.1.3.2.1.00.1.1.03.12.00	Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Taxa Alvara Sanitário				500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
		0.1.0087	02.04.00	100,000		500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
						200,00	200,00	200,00	200,00	800,00
		0.1.0057	02.01.00	100,000		200,00	200,00	200,00	200,00	800,00

Página: 10/12
Data: 05/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI
PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA período 2018 à 2021
Relação Detalhada das Receitas Planejadas
Seleção: Alteração em 01/01/2020 (A)

Receita	Código Especificação	Recurso	Aplicação	%	Não detalhado	2018	2019	2020	2021	Valor
Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONDAI										
216	4.1.3.2.1.00.1.1.03.13.00 Remun. Dep. Banc. Vinc. - NASF Federal	0.1.0072	02.04.00	100,000		500,00	0,00	0,00	0,00	11.995.000,00
217	4.1.3.2.1.00.1.1.03.14.00 Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Próteses Dentárias	0.1.0081	02.04.00	100,000		500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
218	4.1.3.2.1.00.1.1.03.15.00 Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - MAC- Estadual	0.1.0076	02.04.00	100,000		1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
219	4.1.3.2.1.00.1.1.03.16.00 Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - NASF - Estadual	0.1.0085	02.04.00	100,000		1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
230	4.1.7.1.8.03.1.1.01.00.00 Piso de Atenção Básico Fixo - PAB Fixo	0.1.0064	02.04.00	100,000		500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
231	4.1.7.1.8.03.1.1.02.00.00 Saúde da Família - SF	0.1.0059	02.04.00	100,000		500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
232	4.1.7.1.8.03.1.1.03.00.00 Agentes Comunitários de Saúde - ACS	0.1.0064	02.04.00	100,000		275.000,00	0,00	295.000,00	320.000,00	890.000,00
233	4.1.7.1.8.03.1.1.04.00.00 Saúde Bucal - SB	0.1.0064	02.04.00	100,000		275.000,00	0,00	295.000,00	320.000,00	890.000,00
234	4.1.7.1.8.03.1.1.05.00.00 Programa de Melhoria de Acesso a da Qualidade - PMAQ	0.1.0064	02.04.00	100,000		350.000,00	0,00	345.000,00	350.000,00	1.045.000,00
235	4.1.7.1.8.03.1.1.06.00.00 Incentivo Financeiro Federal aos Centros de Atenção Psico Social	0.1.0070	02.04.00	100,000		360.000,00	0,00	425.000,00	450.000,00	1.235.000,00
236	4.1.7.1.8.03.1.1.07.00.00 Programa de Assistência Farmacêutica Básica	0.1.0067	02.04.00	100,000		145.000,00	0,00	108.000,00	110.000,00	363.000,00
237	4.1.7.1.8.03.1.1.08.00.00 Ações de Vigilância Sanitária - Federal	0.1.0066	02.04.00	100,000		400.000,00	0,00	140.000,00	390.000,00	930.000,00
238	4.1.7.1.8.03.1.1.09.00.00 Piso Fixo de Vigilância e Promoção da Saúde - PFVP	0.1.0066	02.04.00	100,000		340.000,00	0,00	0,00	0,00	340.000,00
239	4.1.7.1.8.03.1.1.10.00.00 Programa Agentes de Combate a Endemias - PFVP	0.1.0066	02.04.00	100,000		53.000,00	0,00	0,00	0,00	53.000,00
240	4.1.7.1.8.03.1.1.11.00.00 Média e Alta Complexidade - Próteses Dentárias	0.1.0081	02.04.00	100,000		12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
241	4.1.7.1.8.03.1.1.12.00.00 Incentivo Federal à Saúde da Família - NASF	0.1.0072	02.04.00	100,000		12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
242	4.1.7.1.8.03.1.1.13.00.00 Média e Alta Complexidade (MAC-Gestão Plena)	0.1.0065	02.04.00	100,000		24.000,00	0,00	0,00	0,00	24.000,00
243	4.1.7.1.8.03.1.1.20.00.00 Piso de Atenção Básica Fixo - PAB Fixo	0.1.0064	02.04.00	100,000		14.000,00	0,00	0,00	0,00	14.000,00
244	4.1.7.1.8.03.1.1.21.00.00 Piso de Atenção Básica Variável - PAB	0.1.0064	02.04.00	100,000		90.000,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00
245	4.1.7.1.8.03.1.1.22.00.00 Custeio de Atenção à Saúde Bucal - Próteses Dentárias	0.1.0064	02.04.00	100,000		145.000,00	0,00	145.000,00	150.000,00	440.000,00
						120.000,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00
						120.000,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00
						295.000,00	295.000,00	0,00	0,00	295.000,00
						0,00	987.000,00	0,00	0,00	987.000,00
						0,00	987.000,00	0,00	0,00	987.000,00
						0,00	90.000,00	0,00	0,00	90.000,00
						0,00	90.000,00	0,00	0,00	90.000,00

Página: 11/12
Data: 05/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI
PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA período 2018 à 2021
Relação Detalhada das Receitas Planejadas
Seleção: Alteração em 01/01/2020 (A)

Receita	Código Especificação	Recurso	Aplicação	%	Não detalhado	2018	2019	2020	2021	Valor
Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MONDAI										
246	4.1.7.1.8.03.1.1.23.00.00	Agentes Comunitários de Saúde				2.825.000,00	2.950.000,00	2.930.000,00	3.290.000,00	11.995.000,00
		0.1.0064	02.04.00	100,000		0,00	356.000,00	0,00	0,00	356.000,00
249	4.1.7.1.8.03.1.1.24.00.00	Custeio de Atenção a Saúde Bucal - Proteses Dentárias - Federal				0,00	356.000,00	0,00	0,00	356.000,00
		0.1.0081	02.04.00	100,000		0,00	0,00	90.000,00	90.000,00	180.000,00
247	4.1.7.1.8.03.1.1.30.00.00	Atenção à Saúde da População para Procedimentos no MAC				0,00	705.000,00	90.000,00	90.000,00	180.000,00
		0.1.0065	02.04.00	100,000		0,00	0,00	0,00	0,00	705.000,00
248	4.1.7.1.8.03.1.1.35.00.00	Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção				0,00	705.000,00	0,00	0,00	705.000,00
		0.1.0067	02.04.00	100,000		0,00	64.000,00	0,00	0,00	64.000,00
256	4.1.7.1.8.03.1.1.40.00.00	Incentivo Financeiro aos Municípios para a Vigilância em Saúde - Despesas				0,00	21.000,00	0,00	0,00	21.000,00
		0.1.0066	02.04.00	100,000		0,00	36.000,00	0,00	0,00	36.000,00
257	4.1.7.1.8.03.1.1.41.00.00	Assistência Financeira Complementar aos Municípios para Agentes de Comi				0,00	36.000,00	0,00	0,00	36.000,00
		0.1.0066	02.04.00	100,000		0,00	13.000,00	0,00	0,00	13.000,00
258	4.1.7.1.8.03.1.1.42.00.00	Incentivo Financeiro aos Municípios para Execução de Ações de Vigilância e				0,00	13.000,00	0,00	0,00	13.000,00
		0.1.0066	02.04.00	100,000		0,00	0,00	340.000,00	350.000,00	690.000,00
259	4.1.7.1.8.03.2.1.01.00.00	Incentivo Financeiro Federal aos Centros de Atenção Psicossocial				0,00	0,00	340.000,00	350.000,00	690.000,00
		0.1.0070	02.04.00	100,000		0,00	0,00	225.000,00	230.000,00	455.000,00
260	4.1.7.1.8.03.2.1.02.00.00	Procedimentos de Média e Alta Complexidade MAC				0,00	0,00	225.000,00	230.000,00	455.000,00
		0.1.0065	02.04.00	100,000		0,00	0,00	190.000,00	200.000,00	390.000,00
261	4.1.7.1.8.03.2.1.03.00.00	Procedimentos de Média e Alta Complexidade (Contratualização APAE)				0,00	0,00	190.000,00	200.000,00	390.000,00
		0.1.0073	02.04.00	100,000		0,00	0,00	18.000,00	20.000,00	38.000,00
265	4.1.7.1.8.03.3.1.01.00.00	Incentivo Financeiro aos Municípios para a Vigilância em Saúde - Despesas				0,00	0,00	18.000,00	20.000,00	38.000,00
		0.1.0066	02.04.00	100,000		0,00	0,00	45.000,00	50.000,00	95.000,00
266	4.1.7.1.8.03.3.1.02.00.00	Assistência Financeira Complementar aos Municípios para Agentes de Comi				0,00	0,00	45.000,00	50.000,00	95.000,00
		0.1.0066	02.04.00	100,000		0,00	0,00	12.000,00	12.000,00	24.000,00
267	4.1.7.1.8.03.3.1.03.00.00	Incentivo Financeiro aos Municípios para Execução de Ações de Vigilância e				0,00	0,00	12.000,00	12.000,00	24.000,00
		0.1.0066	02.04.00	100,000		0,00	0,00	64.000,00	65.000,00	129.000,00
269	4.1.7.1.8.03.4.1.01.00.00	Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção				0,00	0,00	64.000,00	65.000,00	129.000,00
		0.1.0067	02.04.00	100,000		0,00	190.000,00	220.000,00	230.000,00	760.000,00
250	4.1.7.2.8.03.1.1.01.00.00	Atenção Básica - RV - Estado				120.000,00	190.000,00	220.000,00	230.000,00	760.000,00
		0.1.0068	02.04.00	100,000		120.000,00	190.000,00	220.000,00	230.000,00	760.000,00
251	4.1.7.2.8.03.1.1.02.00.00	Farmácia Básica Municipal - RV - Estado				50.000,00	47.000,00	58.000,00	60.000,00	215.000,00
		0.1.0069	02.04.00	100,000		50.000,00	47.000,00	58.000,00	60.000,00	215.000,00
252	4.1.7.2.8.03.1.1.03.00.00	Incentivo Estadual à Atenção Básica - NASF				30.000,00	0,00	38.000,00	40.000,00	108.000,00
		0.1.0085	02.04.00	100,000		30.000,00	0,00	38.000,00	40.000,00	108.000,00
253	4.1.7.2.8.03.1.1.04.00.00	Incentivo Financeiro Estadual aos Centros de Atenção Psicossocial				60.000,00	0,00	76.000,00	80.000,00	216.000,00
		0.1.0078	02.04.00	100,000		60.000,00	0,00	76.000,00	80.000,00	216.000,00
254	4.1.7.2.8.03.1.1.05.00.00	Média e Alta Complexidade - Estado - Contratualização				150.000,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
		0.1.0087	02.04.00	100,000		150.000,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
255	4.1.7.2.8.03.1.1.06.00.00	Incentivo estadual para ações e serviços de Atenção a Saúde Bucal - Protes				20.000,00	80.000,00	25.000,00	25.000,00	150.000,00
		0.1.0076	02.04.00	100,000		20.000,00	80.000,00	25.000,00	25.000,00	150.000,00

Página: 12/12
Data: 05/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI
PLANO PLURIANUAL 2018 a 2021 - PPA período 2018 à 2021
Relação Detalhada das Receitas Planejadas
Seleção: Alteração em 01/01/2020 (A)

Receita	Código Especificação	Recurso	Aplicação	%	Não detalhado	2018	2019	2020	2021	Valor
Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MONDAI										
270	4.1.7.3.8.01.1.1.01.00.00	Outras Transferências dos Municípios - SUS				2.825.000,00	2.950.000,00	2.930.000,00	3.290.000,00	11.995.000,00
	0.1.0086		02.06.00	100,000		18.000,00	24.000,00	24.000,00	24.000,00	90.000,00
						18.000,00	24.000,00	24.000,00	24.000,00	90.000,00
Total geral:						31.990.000,00	34.600.500,00	39.600.000,00	39.670.000,00	145.860.500,00

Mondai, 5 de novembro de 2019

VALDIR RUBERT
Prefeito Municipal em Exercício

ELISEU BOHN
Secretário de Adm. e Fazenda

LEI Nº 3.714 - ANEXO DESPESAS

Publicação Nº 2217332

Página: 1/12
Data: 05/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2020
Relação de Despesas - Planejadas
Seleção: Alteração em 01/01/2020 (C)

Priori.	Ação	Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Aplicação	LDO 2020	Projeção 2021	Projeção 2022
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE MONDAI											
Órgão: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO											
Unidade: 02.01 - Gabinete do Prefeito											
10	2.020 - Atividades Gabinete Prefeito		A	3	04.122.1020	3.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	535.000,00	560.000,00	0,00
	Manutenção(ano)					4.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	5.000,00	10.000,00	0,00
Unidade: 02.02 - Procuradoria Geral do Município											
20	2.030 - Procuradoria Geral do Município		A	3	04.122.1020	3.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	200.000,00	210.000,00	0,00
	Manutenção(ano)								200.000,00	210.000,00	0,00
Unidade: 02.03 - Coordenação de Controle Interno											
30	2.050 - Coordenação do Sistema de Controle Interno		A	3	04.124.1020	3.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	110.000,00	120.000,00	0,00
	Manutenção(ano)								105.000,00	115.000,00	0,00
						4.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	5.000,00	5.000,00	0,00
Unidade: 02.04 - Assessoria de Imprensa e Divulgação Oficial											
40	2.060 - Assessoria de Imprensa e Comunicação Oficial		A	3	04.131.1020	3.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	240.000,00	250.000,00	0,00
	Manutenção(ano)								240.000,00	250.000,00	0,00
Unidade: 02.05 - Assessoria de Gestão Administrativa											
25	2.040 - Assessoria de Gestão Administrativa		A	3	04.122.1020	3.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	220.000,00	230.000,00	0,00
	Manutenção(ano)								220.000,00	230.000,00	0,00
Unidade: 02.06 - Fundo Municipal da Defesa Civil											
22	2.090 - Defesa Civil - Resposta aos Desastres		A	3	06.182.1020	3.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	30.000,00	30.000,00	0,00
	Manutenção(ano)								30.000,00	30.000,00	0,00
Órgão: 03.00 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ECONOMIA E GESTÃO											
Unidade: 03.01 - Assessoria de Planejamento e Orçamento											
510	2.370 - Planejamento e Desenvolvimento Econômico		A	9	22.661.1130	3.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	400.000,00	500.000,00	0,00
	Manutenção(ano)								330.000,00	330.000,00	0,00
						4.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	245.000,00	255.000,00	0,00
									5.000,00	5.000,00	0,00
515	2.375 - Implantação Centro Desenvolvimento Industrial		A	9	22.661.1130	3.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	10.000,00	10.000,00	0,00
	Manutenção(UN)								70.000,00	60.000,00	0,00
						4.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	70.000,00	170.000,00	0,00
Unidade: 03.02 - Depto do Comércio, Indústria e Serviços											
520	1.180 - Incentivos a Expansão Comercial e Industrial		P	9	22.661.1130	3.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	20.000,00	20.000,00	0,00
	Empreendimento Beneficiado(Emb)								50.000,00	150.000,00	0,00
						4.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00			0,00

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Página: 2/12
Data: 05/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2020
Relação de Despesas - Planejadas
Seleção: Alteração em 01/01/2020 (C)

Priori.	Ação /	Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Aplicação	LDO 2020	Projeção 2021	Projeção 2022
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE MONDAI											
Órgão: 04.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA											
Unidade: 04.05 - Departamento de Material e Patrimônio											
50	2.070 - Gerência de Administração Geral	Manutenção(ano)	A	4	04.122.1030	3.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	1.216.398,00	1.298.398,00	0,00
						4.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	20.000,00	20.000,00	0,00
70	2.080 - Gerência de Administração Financeira	Manutenção(ano)	A	4	04.123.1040	3.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	660.000,00	700.000,00	0,00
						4.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	15.000,00	15.000,00	0,00
80	2.100 - Contribuições a Entidades Municipalistas	Entidade(Ent)	A	4	04.123.1040	3.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	110.000,00	120.000,00	0,00
Órgão: 05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL											
Unidade: 05.01 - Departamento de Gestão e Desenvolvimento Social											
171	2.165 - Proteção Social a Criança e Adolescente - CT	Manutenção(ano)	A	1	08.243.1060	3.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	175.000,00	180.000,00	0,00
						4.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	5.000,00	5.000,00	0,00
Unidade: 05.02 - Fundo Municipal de Assistência ao Idoso											
173	2.113 - Promoção da Política Municipal de Apoio a Pessoa Idosa	Manutenção(ano)	A	1	08.241.1050	3.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	155.000,00	160.000,00	0,00
						4.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	5.000,00	5.000,00	0,00
175	2.115 - Proteção Social Básica ao Idoso / FMI	Idoso Assistido(L-D)	A	1	08.241.1050	3.0.00.00.00.00.00.00	010038	00.00.00	30.000,00	30.000,00	0,00
Unidade: 05.03 - Fundo Munic. para Infância e Adolescência											
174	2.182 - Proteção a Criança em Situação de Risco	Manutenção(ano)	A	1	08.243.1060	3.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	60.000,00	60.000,00	0,00
						3.0.00.00.00.00.00.00	010039	00.00.00	40.000,00	40.000,00	0,00
Unidade: 05.04 - Fundo Municipal de Habitação											
176	2.176 - Coordenação de Habitação de Interesse Social	Manutenção(ano)	A	5	16.482.1200	3.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	140.000,00	140.000,00	0,00
						4.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	30.000,00	30.000,00	0,00
550	1.190 - Promoção da Política Municipal de Habitação	Habitacões edificadas(Hab)	P	10	16.482.1200	3.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	20.000,00	20.000,00	0,00
						4.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	90.000,00	90.000,00	0,00
Órgão: 07.00 - SECRETARIA DE ESPORTES, JUVENTUDE, TURISMO E LAZER											
Unidade: 07.01 - Departamento de Esportes											
390	2.310 - Atividades Desportivas	Manutenção(ano)	A	7	27.812.1150	3.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	900.000,00	980.000,00	0,00
						3.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	670.000,00	750.000,00	0,00
						3.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	565.000,00	595.000,00	0,00

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2020

Relação de Despesas - Planejadas

Selção: Alteração em 01/01/2020 (C)

Página: 3/12
 Data: 05/11/2019

Priori.	Ação /	Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Aplicação	LDO 2020	Projeção 2021	Projeção 2022
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE MONDAI											
Órgão: 07.00 - SECRETARIA DE ESPORTES, JUVENTUDE, TURISMO E LAZER											
Unidade: 07.01 - Departamento de Esportes											
	410 1.130 - Construção/Adaptação de Praças/Centros Esportivos e Recreativos	P		7	27.812.1150	3.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	50.000,00	50.000,00	0,00
	Obra(Obr)					4.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	50.000,00	100.000,00	0,00
Unidade: 07.03 - Departamento de Turismo e Lazer											
	415 1.150 - Implantação de Sinalização Turística/Pórticos	P		7	23.695.1160	4.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	230.000,00	230.000,00	0,00
	Obra(Obr)					3.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	30.000,00	30.000,00	0,00
	420 1.140 - Revitalização área de Lazer	P		7	23.695.1160	3.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	10.000,00	10.000,00	0,00
	Obra(Obr)					4.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	30.000,00	30.000,00	0,00
	425 1.110 - Construção/Adaptação Centros de Eventos/Pavilhões Multi Uso	P		7	23.695.1160	3.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	10.000,00	10.000,00	0,00
	Obra(Obr)					4.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	50.000,00	50.000,00	0,00
	430 2.320 - Promoção do Turismo	A		7	23.695.1160	3.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	90.000,00	90.000,00	0,00
	Manutenção(ano)					4.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	10.000,00	10.000,00	0,00
Órgão: 08.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE											
Unidade: 08.01 - Departamento de Agricultura											
	590 1.220 - Aquisição de Veículo para Secretaria da Agricultura	P		12	20.608.1210	4.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	2.650.000,00	2.760.000,00	0,00
	Veículo(Vel)					2.595.000,00	010000	00.00.00	50.000,00	2.700.000,00	0,00
	610 1.240 - Implantação Patrulha Agrícola	P		12	20.608.1210	4.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	25.000,00	30.000,00	0,00
	Máquinas(Maq)										
	640 2.420 - Manutenção Atividades de Promoção Rural	A		12	20.608.1210	3.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	1.090.000,00	1.140.000,00	0,00
	Manutenção(ano)					4.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	10.000,00	10.000,00	0,00
	650 2.430 - Manutenção Política de Incentivos à Produção Agrícola	A		12	20.608.1210	3.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	1.270.000,00	1.320.000,00	0,00
	Manutenção(ano)										
	670 2.450 - Sistema de Inspeção Animal	A		12	20.609.1210	3.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	145.000,00	145.000,00	0,00
	Manutenção(ano)					4.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	5.000,00	5.000,00	0,00

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Página: 4/12
Data: 05/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2020

Relação de Despesas - Planejadas

Seleção: Alteração em 01/01/2020 (C)

Priori.	Ação /	Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Aplicação	LDO 2020	Projeção 2021	Projeção 2022
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE MONDAI											
Órgão: 08.00 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE											
Unidade: 08.02 - Departamento do Meio Ambiente											
685	2.455 - Atividades do Programa de Gestão Ambiental		A	12	18.541.1210	3.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	44.000,00	49.000,00	0,00
	Convênios Firmados(CV)					4.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	11.000,00	11.000,00	0,00
Órgão: 09.00 - SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E SERVIÇOS PÚBLICOS											
Unidade: 09.01 - Departamento de Urbanismo											
700	1.270 - Obras de Pavimentação Asfáltica e Calçamento de Vias Públicas		P	14	15.451.1230	4.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	159.000,00	204.000,00	0,00
	Metros Quadrados(M2)					4.0.00.00.00.00.00.00	010016	00.00.00	30.200,00	30.200,00	0,00
						4.0.00.00.00.00.00.00	010044	00.00.00	150.500,00	160.500,00	0,00
						4.0.00.00.00.00.00.00	010080	04.02.00	2.000.000,00	0,00	0,00
705	1.280 - Construção e adaptação de praças públicas		P	14	15.451.1230	4.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	10.000,00	0,00	0,00
	Obra(UN)										
710	1.275 - Implantação Infraestrutura para Rua Coberta		P	14	15.451.1230	4.0.00.00.00.00.00.00	010080	04.02.00	500.000,00	0,00	0,00
	Obra(UN)										
735	1.420 - Implantação de Passeio Público		P	14	15.451.1230	4.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	100.000,00	150.000,00	0,00
	Obra(Obr)										
740	1.430 - Obras de Infra-estrutura Urbana		P	14	15.451.1230	4.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	20.000,00	20.000,00	0,00
	Obra(Obr)										
780	2.490 - Manutenção dos Serviços Urbanos		A	15	15.452.1250	3.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	940.000,00	990.000,00	0,00
	Manutenção(ano)					4.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	10.000,00	10.000,00	0,00
Unidade: 09.02 - Departamento de Obras e Serviços Viários											
805	1.335 - Aquisição de Máquinas e Veículos para o Setor de Transportes		P	16	26.782.1260	4.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	3.070.000,00	3.370.000,00	0,00
	Máquinas(Maq)								50.000,00	50.000,00	0,00
815	1.440 - Construção de Pontes e Pontilhões		P	16	26.782.1260	4.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	50.000,00	50.000,00	0,00
	Obra(Obr)										
830	2.510 - Manutenção dos Serviços Viários		A	16	26.782.1260	3.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	2.890.000,00	3.190.000,00	0,00
	Manutenção(ano)					3.0.00.00.00.00.00.00	010079	00.00.00	50.000,00	50.000,00	0,00
						4.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	10.000,00	10.000,00	0,00

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Priori.	Ação / Produto (UN)	Tipo	Local	Func. Progr.	Conta Despesa	Recurso	Aplicação	LDO 2020	Projeção 2021	Projeção 2022
Entidade: 1 - MUNICIPIO DE MONDAI										
Órgão: 09.00 - SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E SERVIÇOS PÚBLICOS										
Unidade: 09.02 - Departamento de Obras e Serviços Viários										
840	1.360 - Construção de Abrigos de Passageiros	P	16	26.782.1260	4.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	20.000,00	20.000,00	0,00
Obra(Obr)										
Unidade: 09.03 - Departamento de Serviços Públicos										
745	2.465 - Atividades de Segurança Pública	A	15	06.181.1250	3.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	2.000.000,00	1.697.000,00	0,00
Manutenção(ano)										
					3.0.00.00.00.00.00.00	010054	00.00.00	25.000,00	25.000,00	
					3.0.00.00.00.00.00.00	010055	00.00.00	25.000,00	25.000,00	
					3.0.00.00.00.00.00.00	010056	00.00.00	30.000,00	30.000,00	
					4.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	5.000,00	5.000,00	
750	1.320 - Expansão do Sistema de Iluminação Pública	P	15	15.452.1250	4.0.00.00.00.00.00.00	010017	02.06.00	120.000,00	130.000,00	
Obra(Obr)										
760	2.470 - Manutenção da Iluminação Pública	A	15	15.452.1250	3.0.00.00.00.00.00.00	010017	02.06.00	535.000,00	575.000,00	
Manutenção(ano)										
770	2.480 - Serviços de Recolha de Lixo	A	15	15.452.1250	3.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	620.000,00	650.000,00	
Manutenção(ano)										
775	1.330 - Implantação Corpo de Bombeiros	P	15	06.181.1250	4.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	50.000,00	50.000,00	
Obra(Obr)										
785	2.475 - Manutenção Corpo de Bombeiros	A	15	06.181.1250	3.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	60.000,00	70.000,00	
Manutenção(ano)										
800	2.500 - Manutenção Atividades de Telecomunicações	A	15	24.722.1250	3.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	15.000,00	15.000,00	
Manutenção(ano)										
					4.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	5.000,00	5.000,00	
Unidade: 09.04 - Departamento de Água e Esgoto										
615	2.440 - Manutenção Sistemas de Abastecimento de Água	A	13	17.511.1220	3.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	230.000,00	240.000,00	0,00
Manutenção(ano)										
620	1.250 - Ampliação Abastecimento de Água Potável para Comunidades Rurais	P	13	17.511.1220	4.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	100.000,00	100.000,00	
Famílias Beneficiadas(FaB)										
630	1.260 - Implantação/Adaptações de Estações de Captação e Tratamento de Água	P	13	17.511.1220	4.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	50.000,00	50.000,00	
Obra(Obr)										

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Página: 6/12
Data: 05/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2020

Relação de Despesas - Planejadas

Seleção: Alteração em 01/01/2020 (C)

Priori.	Ação / Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Aplicação	LDO 2020	Projeção 2021	Projeção 2022
Entidade: 1 - MUNICÍPIO DE MONDAI										
Órgão: 11.00 - SECRETARIA DE CULTURA										
Unidade: 11.01 - Secretaria de Cultura										
372	2.305 - Manutenção Atividades Culturais Manutenção(ano)	A	6	13.392.1145	3.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	345.000,00	355.000,00	0,00
					4.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	5.000,00	5.000,00	0,00
Órgão: 15.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO										
Unidade: 15.01 - Encargos Gerais do Município										
850	0.005 - Pagamento de Inativos, Pensionistas e Complementos de Proventos de Aposentadoria	O	17	09.271.0000	3.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	900.000,00	1.060.000,00	0,00
	Unidade(ano)							900.000,00	1.060.000,00	0,00
860	0.010 - Contribuições ao PASEP Manutenção(ano)	O	17	28.846.0000	3.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	350.000,00	370.000,00	0,00
870	0.020 - Amortização e Encargos da Dívida Fundada Manutenção(ano)	O	17	28.843.0000	3.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	270.000,00	280.000,00	0,00
					4.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	0,00	120.000,00	0,00
875	0.070 - Pagamento de Sentenças/Precatórios Judiciais Manutenção(ano)	O	17	28.846.0000	3.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	50.000,00	50.000,00	0,00
Órgão: 99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA										
Unidade: 99.99 - Reserva de Contingência										
950	9.999 - Reserva de Contingência Manutenção(ano)	R	17	99.999.9999	9.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	30.000,00	30.000,00	0,00
Entidade: 2 - FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE MONDAI										
Órgão: 10.00 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL										
Unidade: 10.03 - Serviços de Proteção Social Básica										
105	1.450 - Construção Centro de Referência de Assistência Social Obra(Obr)	P	5	08.244.1050	4.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	10.000,00	10.000,00	0,00
								1.440.000,00	1.520.000,00	0,00
								1.440.000,00	1.520.000,00	0,00
								480.000,00	500.000,00	0,00
								10.000,00	10.000,00	0,00
156	2.155 - Programa de Atenção Integral à Família - PAIF Manutenção(ano)	A	5	08.244.1050	3.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	314.000,00	334.000,00	0,00
								73.000,00	73.000,00	0,00
								78.000,00	78.000,00	0,00
								5.000,00	5.000,00	0,00
Unidade: 10.04 - Gestão Descentralizada do SUAS										
146	2.145 - Gestão Descentralizada do Bolsa Família Manutenção(ano)	A	5	08.244.1050	3.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	625.000,00	655.000,00	0,00
								2.100,00	2.100,00	0,00
								28.900,00	28.900,00	0,00

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2020

Relação de Despesas - Planejadas

Selção: Alteração em 01/01/2020 (C)

Página: 7/12
 Data: 05/11/2019

Priori.	Ação /	Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Aplicação	LDO 2020	Projeção 2021	Projeção 2022
Entidade: 2 - FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE MONDAI											
Órgão: 10.00 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL											
Unidade: 10.04 - Gestão Descentralizada do SUAS											
161	2.160 - Assistência Social Geral		A	5	08.244.1050	3.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	1.440.000,00	1.520.000,00	0,00
	Manutenção(ano)								1.440.000,00	1.520.000,00	0,00
						3.0.00.00.00.00.00.00	010047	00.00.00	625.000,00	655.000,00	0,00
						4.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	9.000,00	9.000,00	
									573.400,00	603.400,00	
									6.600,00	6.600,00	
									5.000,00	5.000,00	
Unidade: 10.05 - Serviços de Proteção Social Especial de Média Comp											
142	2.140 - Proteção Social Especial - Ação Continuada PDF		A	5	08.242.1050	3.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	45.000,00	45.000,00	0,00
	Portadores de Deficiência(P-D)								4.900,00	4.900,00	
						3.0.00.00.00.00.00.00	010049	00.00.00	5.100,00	5.100,00	
									30.000,00	30.000,00	
									5.000,00	5.000,00	
Unidade: 10.06 - Serviços de Proteção Social Especial de Alta Comp											
125	2.120 - Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes		A	5	08.243.1060	3.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	290.000,00	320.000,00	0,00
	Manutenção(ano)								200.000,00	220.000,00	
135	2.130 - Proteção Social Especial - Ação Continuada Abrigo		A	5	08.243.1050	3.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	4.800,00	4.800,00	
	Criança Assistida(C-A)								10.200,00	10.200,00	
						3.0.00.00.00.00.00.00	010052	00.00.00	4.000,00	4.000,00	
						4.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	1.000,00	1.000,00	
									70.000,00	80.000,00	
162	2.181 - Acolhimento institucional de longa permanência para idosos		A	5	08.244.1050	3.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00			
	Manutenção(ano)								10.305.354,00	11.142.854,00	0,00
									10.305.354,00	11.142.854,00	0,00
						3.0.00.00.00.00.00.00	010018	01.02.01	5.788.354,00	6.140.854,00	0,00
									3.100.000,00	3.200.000,00	
									10.000,00	10.000,00	
210	2.200 - Manutenção Ensino Fundamental		A	6	12.361.1080	3.0.00.00.00.00.00.00	010001	01.01.01	794.354,00	841.854,00	
	Manutenção(ano)								180.000,00	200.000,00	
						3.0.00.00.00.00.00.00	010010	01.03.01	540.000,00	580.000,00	

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Página: 8/12
Data: 05/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2020
Relação de Despesas - Planejadas
Seleção: Alteração em 01/01/2020 (C)

Priori.	Ação / Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Aplicação	LDO 2020	Projção 2021	Projção 2022
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE MONDAI										
Órgão: 06.00 - FUNDO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO										
Unidade: 06.01 - Departamento de Ensino Fundamental										
212	2.205 - Qualificação profissional dos docentes do ensino fundamental da rede municipal de educação	A	6	12.361.1080	3.0.00.00.00.00.00.00	010001	01.01.01	10.000,00	10.000,00	0,00
Manutenção(ano)										
215	1.011 - Equipamentos e Mobiliários para a Educação Básica	P	6	12.361.1080	4.0.00.00.00.00.00.00	010001	01.01.01	30.000,00	50.000,00	0,00
Equipamentos, Mobiliários, Máquinas(EMM)										
220	2.210 - Transporte Escolar do Ensino Fundamental	A	6	12.361.1090	3.0.00.00.00.00.00.00	010001	01.01.01	380.000,00	425.000,00	0,00
Manutenção(ano)										
260 1.050 - Aquisição Veículo para Atividades do Ensino Fundamental										
260	1.050 - Aquisição Veículo para Atividades do Ensino Fundamental	P	6	12.361.1080	4.0.00.00.00.00.00.00	010001	01.01.01	0,00	100.000,00	0,00
Veículo(Vei)										
270	1.060 - Ampliação Rede Física Escolar do Ensino Fundamental	P	6	12.361.1080	4.0.00.00.00.00.00.00	010001	01.01.01	180.000,00	150.000,00	0,00
Obra(Obr)										
Unidade: 06.02 - Departamento de Ensino Infantil										
230	2.220 - Transporte Escolar do Ensino Infantil	A	6	12.365.1090	3.0.00.00.00.00.00.00	010001	01.01.02	3.942.000,00	4.417.000,00	0,00
Manutenção(ano)										
235 2.225 - Magistério do Ensino Infantil - Pré-Escolar										
235	2.225 - Magistério do Ensino Infantil - Pré-Escolar	A	6	12.365.1100	3.0.00.00.00.00.00.00	010018	01.02.02	1.700.000,00	1.840.000,00	0,00
Manutenção(ano)										
240	2.230 - Manutenção Educação Infantil	A	6	12.365.1100	3.0.00.00.00.00.00.00	010001	01.01.02	400.000,00	450.000,00	0,00
Manutenção(ano)										
240 2.230 - Manutenção Educação Infantil										
240	2.230 - Manutenção Educação Infantil	A	6	12.365.1100	3.0.00.00.00.00.00.00	010010	01.03.01	70.000,00	80.000,00	0,00
Manutenção(ano)										
240 2.230 - Manutenção Educação Infantil										
240	2.230 - Manutenção Educação Infantil	A	6	12.365.1100	3.0.00.00.00.00.00.00	010019	01.02.04	240.000,00	250.000,00	0,00
Manutenção(ano)										
240 2.230 - Manutenção Educação Infantil										
240	2.230 - Manutenção Educação Infantil	A	6	12.365.1100	4.0.00.00.00.00.00.00	010001	01.01.02	5.000,00	5.000,00	0,00
Manutenção(ano)										

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Página: 9/12
Data: 05/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2020

Relação de Despesas - Planejadas

Selção: Alteração em 01/01/2020 (C)

Priori.	Ação /	Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Aplicação	LDO 2020	Projeção 2021	Projeção 2022
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE MONDAI											
Órgão: 06.00 - FUNDO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO											
Unidade: 06.02 - Departamento de Ensino Infantil											
242	2.233 - Qualificação profissional dos docentes do ensino Infantil da rede municipal de educação		A	6	12.365.1100	3.0.00.00.00.00.00.00	010001	01.01.02	10.000,00	10.000,00	0,00
Manutenção(ano)											
245	2.235 - Magistério do Ensino Infantil - Creches		A	6	12.365.1100	3.0.00.00.00.00.00.00	010018	01.02.02	520.000,00	600.000,00	0,00
Manutenção(ano)											
250	2.240 - Manutenção Creches Municipais		A	6	12.365.1100	3.0.00.00.00.00.00.00	010001	01.01.02	150.000,00	200.000,00	0,00
Manutenção(ano)											
						3.0.00.00.00.00.00.00	010010	01.03.01	87.000,00	97.000,00	0,00
						3.0.00.00.00.00.00.00	010019	01.02.04	190.000,00	200.000,00	0,00
						4.0.00.00.00.00.00.00	010001	01.01.02	5.000,00	5.000,00	0,00
300	1.100 - Ampliação, Readequação ou Reforma da Creche Municipal		P	6	12.365.1100	4.0.00.00.00.00.00.00	010001	01.01.02	20.000,00	40.000,00	0,00
Obra(Obr)											
310	1.080 - Ampliação Rede Física Escolar do Ensino Infantil		P	6	12.365.1100	4.0.00.00.00.00.00.00	010001	01.01.02	0,00	50.000,00	0,00
Obra(Obr)											
Unidade: 06.03 - Departamento de Educação Especial											
315	2.255 - Manutenção das Atividades de Educação Especial		A	6	12.367.1080	3.0.00.00.00.00.00.00	010001	01.01.99	50.000,00	50.000,00	0,00
Manutenção(ano)											
Unidade: 06.04 - Departamento de Ensino Médio e Educação Superior											
225	2.265 - Transporte Escolar do Ensino Médio		A	6	12.362.1090	3.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	316.000,00	326.000,00	0,00
Manutenção(ano)											
						3.0.00.00.00.00.00.00	010006	01.06.02	105.000,00	105.000,00	0,00
						3.0.00.00.00.00.00.00	010011	01.03.96	13.500,00	13.500,00	0,00
330	2.260 - Auxílio a Estudantes do Ensino Médio		A	6	12.362.1120	3.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	15.000,00	15.000,00	0,00
Manutenção(ano)											
340	2.270 - Auxílio a Estudantes Universitários		A	6	12.364.1120	3.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	180.000,00	190.000,00	0,00
Manutenção(ano)											
Unidade: 06.05 - Departamento de Merenda Escolar											
320	2.250 - Alimentação Escolar do Ensino Fundamental		A	6	12.306.1110	3.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	209.000,00	209.000,00	0,00
Manutenção(ano)											
						3.0.00.00.00.00.00.00	010012	01.03.95	66.000,00	66.000,00	0,00
						4.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	5.000,00	5.000,00	0,00

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Página: 10/12
Data: 05/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2020
Relação de Despesas - Planejadas
Seleção: Alteração em 01/01/2020 (C)

Priori.	Ação /	Produto (UN)	Tipo	Local.	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Aplicação	LDO 2020	Projeção 2021	Projeção 2022
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE MONDAI											
Órgão: 06.00 - FUNDO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO											
Unidade: 06.05 - Departamento de Merenda Escolar											
322	2.252 - Alimentação Escolar do Ensino Pré-Escolar	Manutenção(ano)	A	6	12.306.1110	3.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	209.000,00	209.000,00	0,00
									23.000,00	23.000,00	0,00
									47.000,00	47.000,00	0,00
324	2.254 - Alimentação Escolar do Ensino - Creche	Manutenção(ano)	A	6	12.306.1110	3.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	15.000,00	15.000,00	0,00
									30.000,00	30.000,00	0,00
Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MONDAI											
Órgão: 12.00 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE											
Unidade: 12.01 - Atividades de Atenção Básica em Saúde											
447	1.157 - Construção/Ampliação Unidades de Saúde	Obra(Obr)	P	8	10.301.1170	4.0.00.00.00.00.00.00	010002	02.01.00	50.000,00	50.000,00	0,00
448	1.158 - Construção Unidade do CAPS	Obra(UN)	P	8	10.301.1170	4.0.00.00.00.00.00.00	010002	02.01.00	10.000,00	10.000,00	0,00
450	1.160 - Aquisição de veículos para o Fundo da Saúde	Veículo(Vel)	P	8	10.301.1170	4.0.00.00.00.00.00.00	010002	02.01.00	20.000,00	20.000,00	0,00
460	2.330 - Atividades Programas SF - ACS e SB	Manutenção(ano)	A	8	10.301.1170	3.0.00.00.00.00.00.00	010002	02.01.00	1.275.000,00	1.300.000,00	0,00
									200.000,00	200.000,00	0,00
									883.000,00	915.000,00	0,00
									140.000,00	150.000,00	0,00
									140.000,00	390.000,00	0,00
									10.000,00	10.000,00	0,00
462	2.332 - Atividades do Núcleo de Atenção à Saúde da Família	Manutenção(ano)	A	8	10.301.1170	3.0.00.00.00.00.00.00	010002	02.01.00	30.000,00	35.000,00	0,00
									145.000,00	150.000,00	0,00
									38.000,00	40.000,00	0,00
465	2.335 - Serviços de Assistência à Saúde da População p/ Procedimentos no MAC	Manutenção(ano)	A	8	10.302.1170	3.0.00.00.00.00.00.00	010002	02.01.00	1.545.044,00	1.745.344,00	0,00
									225.500,00	230.500,00	0,00
									190.000,00	200.000,00	0,00
									5.000,00	5.000,00	0,00

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Página: 11/12
Data: 05/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2020
Relação de Despesas - Planejadas
Seleção: Alteração em 01/01/2020 (C)

Priori.	Ação / Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Aplicação	LDO 2020	Projeção 2021	Projeção 2022
Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONDAI										
Órgão: 12.00 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE										
Unidade: 12.01 - Atividades de Atenção Básica em Saúde										
466	2.331 - Atividades do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS	A	8	10.302.1170	3.0.00.00.00.00.00.00	010002	02.01.00	61.000,00	71.000,00	0,00
	Manutenção(ano)									
					3.0.00.00.00.00.00.00	010070	02.04.00	340.000,00	350.000,00	0,00
					3.0.00.00.00.00.00.00	010078	02.04.00	76.000,00	80.000,00	0,00
					3.0.00.00.00.00.00.00	010086	02.04.00	24.000,00	24.000,00	0,00
					4.0.00.00.00.00.00.00	010002	02.01.00	5.000,00	5.000,00	0,00
470	2.340 - Atividades de Atenção Básica em Saúde	A	8	10.301.1170	3.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	40.000,00	40.000,00	0,00
	Manutenção(ano)									
					3.0.00.00.00.00.00.00	010002	02.01.00	1.565.204,00	1.570.404,00	0,00
					3.0.00.00.00.00.00.00	010059	02.04.00	95.000,00	120.000,00	0,00
					3.0.00.00.00.00.00.00	010068	02.04.00	81.000,00	81.000,00	0,00
					3.0.00.00.00.00.00.00	010076	02.04.00	25.000,00	25.000,00	0,00
					3.0.00.00.00.00.00.00	010081	02.04.00	90.000,00	90.000,00	0,00
					3.0.00.00.00.00.00.00	010088	02.01.00	6.800,00	2.800,00	0,00
					4.0.00.00.00.00.00.00	010002	02.01.00	10.000,00	10.000,00	0,00
Unidade: 12.02 - Atividades da Assistência Farmacêutica Básica										
463	2.333 - Atividades de Assistência Farmacêutica Básica	A	8	10.301.1180	3.0.00.00.00.00.00.00	010002	02.01.00	867.000,00	1.030.000,00	0,00
	Manutenção(ano)									
								295.000,00	305.000,00	0,00
					3.0.00.00.00.00.00.00	010067	02.04.00	64.000,00	65.000,00	0,00
					3.0.00.00.00.00.00.00	010069	02.04.00	58.000,00	60.000,00	0,00
464	2.334 - Distribuição Suplementar de Medicamentos	A	8	10.301.1180	3.0.00.00.00.00.00.00	010002	02.01.00	450.000,00	600.000,00	0,00
	Manutenção(ano)									
Unidade: 12.03 - Atividades da Vigilância em Saúde										
480	2.350 - Atividades de Vigilância Sanitária	A	8	10.304.1190	3.0.00.00.00.00.00.00	010002	02.01.00	281.000,00	302.000,00	0,00
	Manutenção(ano)									
					3.0.00.00.00.00.00.00	010057	02.06.00	33.200,00	34.200,00	0,00
					3.0.00.00.00.00.00.00	010066	02.04.00	10.000,00	10.000,00	0,00
					4.0.00.00.00.00.00.00	010066	02.04.00	2.000,00	2.000,00	0,00
500	2.360 - Atividades de Vigilância Epidemiológica	A	8	10.305.1190	3.0.00.00.00.00.00.00	010002	02.01.00	60.500,00	69.500,00	0,00
	Manutenção(ano)									
					3.0.00.00.00.00.00.00	010066	02.04.00	61.500,00	68.500,00	0,00
					4.0.00.00.00.00.00.00	010066	02.04.00	2.000,00	2.000,00	0,00

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2020

Relação de Despesas - Planejadas

Seleção: Alteração em 01/01/2020 (C)

Página: 12/12
 Data: 05/11/2019

Priori.	Ação /	Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Aplicação	LDO 2020	Projeção 2021	Projeção 2022
Entidade: 5 - CAMARA MUNICIPAL DE MONDAI											
Órgão: 01.00 - CÂMARA DE VEREADORES											
Unidade: 01.01 - Câmara de Vereadores											
3	1.007 - Construção de sede para Câmara de Vereadores		P	2	01.031.1010	4.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	150.000,00	150.000,00	0,00
Obra(Obr)											
5	2.010 - Atividades Câmara de Vereadores		A	2	01.031.1010	3.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	820.000,00	870.000,00	0,00
Manutenção(ano)											
						4.0.00.00.00.00.00.00	010000	00.00.00	30.000,00	30.000,00	0,00
Total geral:									39.600.000,00	39.670.000,00	0,00

Mondai, 5 de novembro de 2019

 VALDIR RUBERT
 Prefeito Municipal

 ELISEU BOHN
 Secretário de Adm. e Fazenda

Tipo: P = Projeto, A = Atividade, O = Operações Especiais e R = Reserva de Contingência

Página: 2/8
Data: 05/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2020

Discriminação das Receitas

Seleção: Emitir somente as contas com valor; Alteração em 01/01/2020 (C)

Conta	Descrição	LDO 2020	Projeção 2021	Projeção 2022
4.1.1.2.1.01.1.2.01.00.00	Tx de Funcionamento - Multas e Juros	100,00	100,00	0,00
4.1.1.2.1.01.1.2.02.00.00	Tx de Licença Exec. de Obras - Multas e Juros	500,00	500,00	0,00
4.1.1.2.1.01.1.2.04.00.00	Tx de Fisc. de Vig. Sanitária - Multas e Juros	300,00	300,00	0,00
4.1.1.2.1.01.1.3.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	3.500,00	3.500,00	0,00
4.1.1.2.1.01.1.3.01.00.00	Tx de Funcionamento - Dívida Ativa	1.000,00	1.000,00	0,00
4.1.1.2.1.01.1.3.02.00.00	Tx de Licença Exec. de Obras - Dívida Ativa	1.000,00	1.000,00	0,00
4.1.1.2.1.01.1.3.04.00.00	Tx de Fisc. de Vig. Sanitária - Dívida Ativa	1.500,00	1.500,00	0,00
4.1.1.2.1.01.1.4.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa - Multas e Juros	1.200,00	1.200,00	0,00
4.1.1.2.1.01.1.4.01.00.00	Tx de Funcionamento - Dívida Ativa - Multas e Juros	800,00	800,00	0,00
4.1.1.2.1.01.1.4.02.00.00	Tx de Licença Exec. de Obras - Dívida Ativa - Multas e Juros	200,00	200,00	0,00
4.1.1.2.1.01.1.4.04.00.00	Tx de Fisc. de Vig. Sanitária - Dívida Ativa - Multas e Juros	200,00	200,00	0,00
4.1.1.2.1.04.0.0.00.00.00	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	45.000,00	45.000,00	0,00
4.1.1.2.1.04.1.0.00.00.00	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	45.000,00	45.000,00	0,00
4.1.1.2.1.04.1.1.00.00.00	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Principal	43.000,00	43.000,00	0,00
4.1.1.2.1.04.1.2.00.00.00	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Multas e Juros	500,00	500,00	0,00
4.1.1.2.1.04.1.3.00.00.00	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Dívida Ativa	1.000,00	1.000,00	0,00
4.1.1.2.1.04.1.4.00.00.00	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Dívida Ativa - Multas e Juros	500,00	500,00	0,00
4.1.1.2.2.0.0.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	634.200,00	694.200,00	0,00
4.1.1.2.2.0.1.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	634.200,00	694.200,00	0,00
4.1.1.2.2.0.1.1.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	634.200,00	694.200,00	0,00
4.1.1.2.2.0.1.1.01.00.00	Taxa de Limpeza Pública	588.700,00	643.700,00	0,00
4.1.1.2.2.0.1.1.02.00.00	Taxa de Serviços de Máquinas	500.000,00	550.000,00	0,00
4.1.1.2.2.0.1.1.03.00.00	Taxa de Prevenção Contra Sinistros - TPCS	3.700,00	3.700,00	0,00
4.1.1.2.2.0.1.1.04.00.00	Taxa de Licenciamento Ambiental	80.000,00	85.000,00	0,00
4.1.1.2.2.0.1.1.2.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços - Multas e Juros	5.000,00	5.000,00	0,00
4.1.1.2.2.0.1.1.2.01.00.00	Taxa de Limpeza Pública - Multas e Juros	3.000,00	3.000,00	0,00
4.1.1.2.2.0.1.1.2.02.00.00	Taxa de Serv. de Máquinas - Multas e Juros	1.000,00	1.000,00	0,00
4.1.1.2.2.0.1.1.2.03.00.00	Taxa de Prevenção Contra Sinistros - Multas e Juros	500,00	500,00	0,00
4.1.1.2.2.0.1.1.2.04.00.00	Taxa de Licenciamentos Ambientais - Multas e Juros	500,00	500,00	0,00
4.1.1.2.2.0.1.1.3.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços - Dívida Ativa	36.000,00	41.000,00	0,00
4.1.1.2.2.0.1.1.3.01.00.00	Taxa de Limpeza Pública - Dívida Ativa	25.000,00	30.000,00	0,00
4.1.1.2.2.0.1.1.3.02.00.00	Taxa de Serv. de Máquinas - Dívida Ativa	10.000,00	10.000,00	0,00
4.1.1.2.2.0.1.1.3.03.00.00	Taxa de Prevenção Contra Sinistros - Dívida Ativa	500,00	500,00	0,00
4.1.1.2.2.0.1.1.3.04.00.00	Taxa de Licenciamento Ambiental - Dívida Ativa	500,00	500,00	0,00
4.1.1.2.2.0.1.1.4.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços - Dívida Ativa - Multas e Juros	6.500,00	6.500,00	0,00
4.1.1.2.2.0.1.1.4.01.00.00	Taxa de Limpeza Pública - Dívida Ativa - Multas e Juros	4.000,00	4.000,00	0,00
4.1.1.2.2.0.1.1.4.02.00.00	Taxa de Serv. de Máquinas - Dívida Ativa - Multas e Juros	1.500,00	1.500,00	0,00
4.1.1.2.2.0.1.1.4.03.00.00	Taxa de Prevenção Contra Sinistros - Dívida Ativa - Multas e Juros	500,00	500,00	0,00
4.1.1.2.2.0.1.1.4.04.00.00	Taxa de Licenciamento Ambiental - Dívida Ativa - Multas e Juros	500,00	500,00	0,00
4.1.1.3.0.0.0.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria	5.000,00	5.000,00	0,00

Página: 4/8
Data: 05/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2020

Discriminação das Receitas

Seleção: Emitir somente as contas com valor; Alteração em 01/01/2020 (C)

Conta	Descrição	LDO 2020	Projeção 2021	Projeção 2022
4.1.3.2.1.00.1.1.10.01.00	Rec de Remun.Dep. Banc Rec. Vinc. - CIDE	200,00	200,00	0,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.02.00	Rec. Rem. Dep. Banc. Outras Rec. Vinc. - COSIP	5.000,00	5.000,00	0,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.03.00	Rec. Remun. Dep. Banc. Outras Rec. Vinc. - FEP	500,00	500,00	0,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.05.00	Rec de Remun Dep Banc Rec Vinc - FIA - IR	2.000,00	2.000,00	0,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.06.00	Rem. Dep. Banc. Outras Rec. Vinc. - C.M.T. PM/SC	200,00	200,00	0,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.07.00	Rem. Dep. Banc. Outras Rec. Vinc. - C.M.T. PC/SC	200,00	200,00	0,00
4.1.3.2.1.00.1.1.10.08.00	Rem. Dep. Banc. Outras Rec. Vinc. - C.M.T. Prefeitura	200,00	200,00	0,00
4.1.3.2.1.00.1.1.20.00.00	Rec. Remun. Dep. Banc. Livres	50.500,00	50.500,00	0,00
4.1.3.2.1.00.1.1.20.01.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	50.500,00	50.500,00	0,00
4.1.6.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Receita de Serviços	21.000,00	21.000,00	0,00
4.1.6.1.0.0.0.0.0.0.0.0	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	20.000,00	20.000,00	0,00
4.1.6.1.0.02.0.0.0.0.0.0	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	20.000,00	20.000,00	0,00
4.1.6.1.0.02.1.0.0.0.0.0	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	20.000,00	20.000,00	0,00
4.1.6.1.0.02.1.1.0.0.0.0	Serviços e Atividades Financeiras	20.000,00	20.000,00	0,00
4.1.6.4.0.0.0.0.0.0.0.0	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros	1.000,00	1.000,00	0,00
4.1.6.4.0.01.0.0.0.0.0.0	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros	1.000,00	1.000,00	0,00
4.1.6.4.0.01.1.0.0.0.0.0	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	1.000,00	1.000,00	0,00
4.1.7.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Transferências Correntes	32.243.300,00	34.863.300,00	0,00
4.1.7.1.0.0.0.0.0.0.0.0	Transferências da União e de suas Entidades	12.815.300,00	13.629.300,00	0,00
4.1.7.1.8.0.0.0.0.0.0.0	Transferências da União - Específica E/M	12.815.300,00	13.629.300,00	0,00
4.1.7.1.8.01.0.0.0.0.0.0	Participação na Receita da União	9.044.000,00	9.444.000,00	0,00
4.1.7.1.8.01.2.0.0.0.0.0	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	8.200.000,00	8.560.000,00	0,00
4.1.7.1.8.01.2.1.0.0.0.0	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	10.250.000,00	10.700.000,00	0,00
9.1.7.1.8.01.2.1.0.0.0.0	(R)Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	-2.050.000,00	-2.140.000,00	0,00
4.1.7.1.8.01.3.0.0.0.0.0	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de dezembro	420.000,00	440.000,00	0,00
4.1.7.1.8.01.3.1.0.0.0.0	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho	420.000,00	440.000,00	0,00
4.1.7.1.8.01.4.0.0.0.0.0	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho	420.000,00	440.000,00	0,00
4.1.7.1.8.01.4.1.0.0.0.0	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho	420.000,00	440.000,00	0,00
4.1.7.1.8.01.5.0.0.0.0.0	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	4.000,00	4.000,00	0,00
4.1.7.1.8.01.5.1.0.0.0.0	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	5.000,00	5.000,00	0,00
9.1.7.1.8.01.5.1.0.0.0.0	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	-1.000,00	-1.000,00	0,00
4.1.7.1.8.02.0.0.0.0.0.0	Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	150.000,00	160.000,00	0,00
4.1.7.1.8.02.6.0.0.0.0.0	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	150.000,00	160.000,00	0,00
4.1.7.1.8.02.6.1.0.0.0.0	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - Principal	150.000,00	160.000,00	0,00
4.1.7.1.8.02.6.1.01.0.0.0	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	150.000,00	160.000,00	0,00
4.1.7.1.8.03.0.0.0.0.0.0	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo Bk	2.442.000,00	2.787.000,00	0,00
4.1.7.1.8.03.1.0.0.0.0.0	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo E	1.548.000,00	1.860.000,00	0,00
4.1.7.1.8.03.1.1.0.0.0.0	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo	1.548.000,00	1.860.000,00	0,00
4.1.7.1.8.03.1.1.01.0.0.0	Piso de Atenção Básica Fixo - PAB Fixo	295.000,00	320.000,00	0,00
4.1.7.1.8.03.1.1.02.0.0.0	Saúde da Família - SF	345.000,00	350.000,00	0,00

Página: 5/8
Data: 05/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2020

Discriminação das Receitas

Seleção: Emitir somente as contas com valor; Alteração em 01/01/2020 (C)

Conta	Descrição	LDO 2020	Projeção 2021	Projeção 2022
4.1.7.1.8.03.1.1.03.00.00	Agentes Comunitários de Saúde - ACS	425.000,00	450.000,00	0,00
4.1.7.1.8.03.1.1.04.00.00	Saúde Bucal - SB	108.000,00	110.000,00	0,00
4.1.7.1.8.03.1.1.05.00.00	Programa de Melhoria de Acesso a da Qualidade - PMAQ	140.000,00	390.000,00	0,00
4.1.7.1.8.03.1.1.12.00.00	Incentivo Federal à Saúde da Família - NASF	145.000,00	150.000,00	0,00
4.1.7.1.8.03.1.1.24.00.00	Custeio de Atenção à Saúde Bucal - Protesses Dentárias - Federal	90.000,00	90.000,00	0,00
4.1.7.1.8.03.2.0.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e	755.000,00	780.000,00	0,00
4.1.7.1.8.03.2.1.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	755.000,00	780.000,00	0,00
4.1.7.1.8.03.2.1.01.00.00	Incentivo Financeiro Federal aos Centros de Atenção Psicossocial	340.000,00	350.000,00	0,00
4.1.7.1.8.03.2.1.02.00.00	Procedimentos de Média e Alta Complexidade MAC	225.000,00	230.000,00	0,00
4.1.7.1.8.03.2.1.03.00.00	Procedimentos de Média e Alta Complexidade (Contratualização APAE)	190.000,00	200.000,00	0,00
4.1.7.1.8.03.3.0.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS - Vigilância em Saúde	75.000,00	82.000,00	0,00
4.1.7.1.8.03.3.1.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS - Vigilância em Saúde - Principal	75.000,00	82.000,00	0,00
4.1.7.1.8.03.3.1.01.00.00	Incentivo Financeiro aos Municípios para a Vigilância em Saúde - Despesas Diversas	18.000,00	20.000,00	0,00
4.1.7.1.8.03.3.1.02.00.00	Assistência Financeira Complementar aos Municípios para Agentes de Combate às Ende	45.000,00	50.000,00	0,00
4.1.7.1.8.03.3.1.03.00.00	Incentivo Financeiro aos Municípios para Execução de Ações de Vigilância Sanitária	12.000,00	12.000,00	0,00
4.1.7.1.8.03.4.0.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS - Assistência Farmacêutica	64.000,00	65.000,00	0,00
4.1.7.1.8.03.4.1.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS - Assistência Farmacêutica - Principal	64.000,00	65.000,00	0,00
4.1.7.1.8.03.4.1.01.00.00	Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em S	64.000,00	65.000,00	0,00
4.1.7.1.8.04.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Bloco Investimentos na Rei	202.000,00	202.000,00	0,00
4.1.7.1.8.04.1.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS destinados à Atenção Básic	202.000,00	202.000,00	0,00
4.1.7.1.8.04.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS - Principal	202.000,00	202.000,00	0,00
4.1.7.1.8.04.1.1.01.00.00	Programa de Atenção Integral à Família - PAIF	72.000,00	72.000,00	0,00
4.1.7.1.8.04.1.1.02.00.00	Serviço de Convivência/Fortalecimento de Vínculos	78.000,00	78.000,00	0,00
4.1.7.1.8.04.1.1.03.00.00	Proteção Social Especial - Ação Continuada Abrigo	10.000,00	10.000,00	0,00
4.1.7.1.8.04.1.1.04.00.00	Índice de Gestão Desc. do Bolsa Família - IGDBF	22.000,00	22.000,00	0,00
4.1.7.1.8.04.1.1.05.00.00	Índice Gestão Desc. do Bolsa Família - IGDBF- Equip	15.000,00	15.000,00	0,00
4.1.7.1.8.04.1.1.06.00.00	Proteção Social Especial - Ação Continuada DEF	5.000,00	5.000,00	0,00
4.1.7.1.8.05.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	882.300,00	932.300,00	0,00
4.1.7.1.8.05.1.0.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	650.000,00	700.000,00	0,00
4.1.7.1.8.05.1.1.00.00.00	Transferências do Salário-Educação - Principal	650.000,00	700.000,00	0,00
4.1.7.1.8.05.1.1.01.00.00	Transferências do Salário-Educação	650.000,00	700.000,00	0,00
4.1.7.1.8.05.3.0.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar -	142.500,00	142.500,00	0,00
4.1.7.1.8.05.3.1.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar	142.500,00	142.500,00	0,00
4.1.7.1.8.05.3.1.01.00.00	Transf. Diretas do FNDE ref. ao PNAE - Fundamental	65.500,00	65.500,00	0,00
4.1.7.1.8.05.3.1.02.00.00	Transf. Diretas do FNDE ref. ao PNAE - Pré-Escolar	47.000,00	47.000,00	0,00
4.1.7.1.8.05.3.1.03.00.00	Transf. Diretas do FNDE ref. ao PNAE - Creche	30.000,00	30.000,00	0,00
4.1.7.1.8.05.4.0.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte d	89.800,00	89.800,00	0,00
4.1.7.1.8.05.4.1.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte	89.800,00	89.800,00	0,00
4.1.7.1.8.05.4.1.01.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE - Fundamental	64.300,00	64.300,00	0,00
4.1.7.1.8.05.4.1.02.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE - Médio	13.500,00	13.500,00	0,00
4.1.7.1.8.05.4.1.03.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE - Infantil	12.000,00	12.000,00	0,00

Página: 6/8
Data: 05/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2020

Discriminação das Receitas

Seleção: Emitir somente as contas com valor; Alteração em 01/01/2020 (C)

Conta	Descrição	LDO 2020	Projeção 2021	Projeção 2022
4.1.7.1.8.06.0.0.0.0.0.0.00	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96	40.000,00	44.000,00	0,00
4.1.7.1.8.06.1.0.0.0.0.0.00	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96	40.000,00	44.000,00	0,00
4.1.7.1.8.06.1.1.0.0.0.0.00	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96 - Principal	50.000,00	55.000,00	0,00
9.1.7.1.8.06.1.1.0.0.0.0.00	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96 - Principal	-10.000,00	-11.000,00	0,00
4.1.7.1.8.99.0.0.0.0.0.0.00	Outras Transferências da União	55.000,00	60.000,00	0,00
4.1.7.1.8.99.1.0.0.0.0.0.00	Outras Transferências da União	55.000,00	60.000,00	0,00
4.1.7.1.8.99.1.1.0.0.0.0.00	Outras Transferências da União - Principal	55.000,00	60.000,00	0,00
4.1.7.1.8.99.1.1.01.0.0.0.00	Demais Transferências da União	55.000,00	60.000,00	0,00
4.1.7.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	12.686.000,00	14.092.000,00	0,00
4.1.7.2.8.0.0.0.0.0.0.0.0.00	Transferências dos Estados - Específica E/M	12.686.000,00	14.092.000,00	0,00
4.1.7.2.8.01.0.0.0.0.0.0.00	Participação na Receita dos Estados	12.074.000,00	13.462.000,00	0,00
4.1.7.2.8.01.1.0.0.0.0.0.00	Cota-Parte do ICMS	12.000.000,00	12.400.000,00	0,00
4.1.7.2.8.01.1.1.0.0.0.0.00	Cota-Parte do ICMS - Principal	15.000.000,00	15.500.000,00	0,00
9.1.7.2.8.01.1.1.0.0.0.0.00	(R)Cota-Parte do ICMS - Principal	-3.000.000,00	-3.100.000,00	0,00
4.1.7.2.8.01.2.0.0.0.0.0.00	Cota-Parte do IPVA	-100.000,00	880.000,00	0,00
4.1.7.2.8.01.2.1.0.0.0.0.00	Cota-Parte do IPVA - Principal	100.000,00	1.100.000,00	0,00
9.1.7.2.8.01.2.1.0.0.0.0.00	(R)Cota-Parte do IPVA - Principal	-220.000,00	-220.000,00	0,00
4.1.7.2.8.01.3.0.0.0.0.0.00	Cota-Parte do IPI - Municípios	144.000,00	152.000,00	0,00
4.1.7.2.8.01.3.1.0.0.0.0.00	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	180.000,00	190.000,00	0,00
9.1.7.2.8.01.3.1.0.0.0.0.00	(R)Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	-36.000,00	-38.000,00	0,00
4.1.7.2.8.01.4.0.0.0.0.0.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	30.000,00	30.000,00	0,00
4.1.7.2.8.01.4.1.0.0.0.0.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal	30.000,00	30.000,00	0,00
4.1.7.2.8.03.0.0.0.0.0.0.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde – Repasse Fundo a Fundo	417.000,00	435.000,00	0,00
4.1.7.2.8.03.1.0.0.0.0.0.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde – Repasse Fundo a Fundo	417.000,00	435.000,00	0,00
4.1.7.2.8.03.1.1.0.0.0.0.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde – Repasse Fundo a Fundo	417.000,00	435.000,00	0,00
4.1.7.2.8.03.1.1.01.0.0.0.00	Atenção Básica - RV - Estado	220.000,00	230.000,00	0,00
4.1.7.2.8.03.1.1.02.0.0.0.00	Farmácia Básica Municipal - RV - Estado	58.000,00	60.000,00	0,00
4.1.7.2.8.03.1.1.03.0.0.0.00	Incentivo Estadual à Atenção Básica - NASF	38.000,00	40.000,00	0,00
4.1.7.2.8.03.1.1.04.0.0.0.00	Incentivo Financeiro Estadual aos Centros de Atenção Psicossocial	76.000,00	80.000,00	0,00
4.1.7.2.8.03.1.1.06.0.0.0.00	Incentivo estadual para ações e serviços de Atenção a Saúde Bucal - Proteses Dentárias	25.000,00	25.000,00	0,00
4.1.7.2.8.99.0.0.0.0.0.0.00	Outras Transferências dos Estados	195.000,00	195.000,00	0,00
4.1.7.2.8.99.1.0.0.0.0.0.00	Outras Transferências dos Estados	195.000,00	195.000,00	0,00
4.1.7.2.8.99.1.1.0.0.0.0.00	Outras Transferências dos Estados - Principal	195.000,00	195.000,00	0,00
4.1.7.2.8.99.1.1.01.0.0.0.00	Transf. Estado Programa Educação - Fundamental	75.000,00	75.000,00	0,00
4.1.7.2.8.99.1.1.02.0.0.0.00	Transf. Estado Programa Educação - Médio	105.000,00	105.000,00	0,00
4.1.7.2.8.99.1.1.10.0.0.0.00	Proteção Social Especial - Ação Cont. Abrigo Estadual	4.000,00	4.000,00	0,00
4.1.7.2.8.99.1.1.11.0.0.0.00	Proteção Social Especial - Ação Cont. Benefícios Eventuais	5.000,00	5.000,00	0,00
4.1.7.2.8.99.1.1.12.0.0.0.00	Proteção Social Básica - Custeio	6.000,00	6.000,00	0,00
4.1.7.3.0.0.0.0.0.0.0.0.0.00	Transferências dos Municípios e de suas Entidades	24.000,00	24.000,00	0,00
4.1.7.3.8.0.0.0.0.0.0.0.0.00	Transferências dos Municípios - Específica E/M	24.000,00	24.000,00	0,00
4.1.7.3.8.01.0.0.0.0.0.0.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS	24.000,00	24.000,00	0,00

Página: 7/8
Data: 05/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2020

Discriminação das Receitas

Seleção: Emitir somente as contas com valor ; Alteração em 01/01/2020 (C)

Conta	Descrição	LDO 2020	Projeção 2021	Projeção 2022
4.1.7.3.8.01.1.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS	24.000,00	24.000,00	0,00
4.1.7.3.8.01.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS - Principal	24.000,00	24.000,00	0,00
4.1.7.3.8.01.1.1.01.00.00	Outras Transferências dos Municípios - SUS	24.000,00	24.000,00	0,00
4.1.7.4.0.0.0.0.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas	55.000,00	55.000,00	0,00
4.1.7.4.1.00.0.0.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas	55.000,00	55.000,00	0,00
4.1.7.4.1.01.0.0.00.00.00	Outras Transferências de Instituições Privadas	55.000,00	55.000,00	0,00
4.1.7.4.1.01.1.0.00.00.00	Transferências de Pessoa Jurídica para o FIA	30.000,00	30.000,00	0,00
4.1.7.4.1.01.2.0.00.00.00	Transferências de Pessoa Jurídica para o FMI	25.000,00	25.000,00	0,00
4.1.7.5.0.0.0.0.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas	6.650.000,00	7.050.000,00	0,00
4.1.7.5.8.0.0.0.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas - Específica E/M	6.650.000,00	7.050.000,00	0,00
4.1.7.5.8.01.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica	6.650.000,00	7.050.000,00	0,00
4.1.7.5.8.01.1.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica	6.650.000,00	7.050.000,00	0,00
4.1.7.5.8.01.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica	6.650.000,00	7.050.000,00	0,00
4.1.7.5.8.01.1.1.01.00.00	Transferências de Recursos do FUNDEB	6.650.000,00	7.050.000,00	0,00
4.1.7.7.0.0.0.0.00.00.00	Transferências de Pessoas Físicas	13.000,00	13.000,00	0,00
4.1.7.7.0.0.1.0.00.00.00	Transferências de Pessoas Físicas	13.000,00	13.000,00	0,00
4.1.7.7.0.0.1.1.00.00.00	Transferências de Pessoas Físicas - Principal	13.000,00	13.000,00	0,00
4.1.7.7.0.0.1.1.01.00.00	Transferências de Pessoa Física para o FIA	8.000,00	8.000,00	0,00
4.1.7.7.0.0.1.1.03.00.00	Transferências de Pessoa Física para o FMI	5.000,00	5.000,00	0,00
4.1.9.0.0.0.0.00.00.00	Transferências de Pessoa Física para o Fundo Municipal do Idoso	96.400,00	84.400,00	0,00
4.1.9.1.0.0.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes	79.400,00	79.400,00	0,00
4.1.9.1.0.0.0.0.00.00.00	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	79.400,00	79.400,00	0,00
4.1.9.1.0.0.0.0.00.00.00	Multas Previstas em Legislação Específica	79.400,00	79.400,00	0,00
4.1.9.1.0.0.1.0.00.00.00	Multas Previstas em Legislação Específica	79.400,00	79.400,00	0,00
4.1.9.1.0.0.1.1.00.00.00	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	79.400,00	79.400,00	0,00
4.1.9.1.0.0.1.1.01.00.00	Multas por Auto de Infração - Conv. Transito - Militar	24.800,00	24.800,00	0,00
4.1.9.1.0.0.1.1.02.00.00	Multas por Auto de Infração - Conv. Transito - Civil	24.800,00	24.800,00	0,00
4.1.9.1.0.0.1.1.03.00.00	Multas por Auto de Infração - Conv. Transito - Prefeitura	29.800,00	29.800,00	0,00
4.1.9.2.0.0.0.0.00.00.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	12.000,00	0,00	0,00
4.1.9.2.0.0.0.0.00.00.00	Restituições	12.000,00	0,00	0,00
4.1.9.2.2.99.0.0.00.00.00	Outras Restituições	12.000,00	0,00	0,00
4.1.9.2.2.99.1.0.00.00.00	Outras Restituições - Principal	12.000,00	0,00	0,00
4.1.9.2.2.99.1.1.00.00.00	Outras Restituições	12.000,00	0,00	0,00
4.1.9.2.2.99.1.1.01.00.00	Outras Restituições	12.000,00	0,00	0,00
4.1.9.9.0.0.0.0.00.00.00	Demais Receitas Correntes	5.000,00	5.000,00	0,00
4.1.9.9.0.99.0.0.00.00.00	Outras Receitas	5.000,00	5.000,00	0,00
4.1.9.9.0.99.1.0.00.00.00	Outras Receitas - Primárias	5.000,00	5.000,00	0,00
4.1.9.9.0.99.1.1.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Principal	3.000,00	3.000,00	0,00
4.1.9.9.0.99.1.1.01.00.00	Outras Receitas - Primárias - Principal	3.000,00	3.000,00	0,00
4.1.9.9.0.99.1.2.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros	500,00	500,00	0,00
4.1.9.9.0.99.1.2.01.00.00	Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros	500,00	500,00	0,00
4.1.9.9.0.99.1.3.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa	1.000,00	1.000,00	0,00

Página: 8/8
Data: 05/11/2019

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2020
Discriminação das Receitas
Seleção: Emitir somente as contas com valor; Alteração em 01/01/2020 (C)

Conta	Descrição	LDO 2020	Projeção 2021	Projeção 2022
4.1.9.0.99.1.3.01.00.00	Outras Receitas - D.A. Não-Tributária - Principal	1.000,00	1.000,00	0,00
4.1.9.0.99.1.4.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros	500,00	500,00	0,00
4.1.9.0.99.1.4.01.00.00	Outras Receitas - D.A. Não-Tributária - Multas e Juros	500,00	500,00	0,00
4.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas de Capital	2.920.000,00	10.000,00	0,00
4.2.1.0.00.0.0.00.00.00	Operações de Crédito	2.900.000,00	0,00	0,00
4.2.1.1.00.0.0.00.00.00	Operações de Crédito - Mercado Interno	2.900.000,00	0,00	0,00
4.2.1.1.9.00.0.0.00.00.00	Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	2.900.000,00	0,00	0,00
4.2.1.1.9.00.1.0.00.00.00	Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	2.900.000,00	0,00	0,00
4.2.1.1.9.00.1.1.00.00.00	Outras Operações de Crédito - Mercado Interno - Principal	2.900.000,00	0,00	0,00
4.2.3.0.00.0.0.00.00.00	Amortização de Empréstimos	20.000,00	10.000,00	0,00
4.2.3.0.07.0.0.00.00.00	Amortização de Financiamentos	20.000,00	10.000,00	0,00
4.2.3.0.07.1.0.00.00.00	Amortização de Financiamentos - Principal	20.000,00	10.000,00	0,00
4.2.3.0.07.1.1.00.00.00	Amortização de Empréstimos Casa Própria	19.000,00	9.000,00	0,00
4.2.3.0.07.1.2.00.00.00	Amortização de Financiamentos - Multas e Juros	19.000,00	9.000,00	0,00
4.2.3.0.07.1.3.01.00.00	Amortiz. de Emp. Casa Própria - Multas e Juros	100,00	100,00	0,00
4.2.3.0.07.1.4.00.00.00	Amortização de Financiamentos - Dívida Ativa	100,00	100,00	0,00
4.2.3.0.07.1.4.01.00.00	Amortiz. de Emp. Casa Própria - Dívida Ativa	700,00	700,00	0,00
4.2.3.0.07.1.4.01.00.00	Amortização de Financiamentos - Dívida Ativa - Multas e Juros	700,00	700,00	0,00
4.2.3.0.07.1.4.01.00.00	Amortiz. de Emp. Casa Própria - Dívida Ativa - Multas e Juros	200,00	200,00	0,00
4.2.3.0.07.1.4.01.00.00	Amortiz. de Emp. Casa Própria - Dívida Ativa - Multas e Juros	200,00	200,00	0,00
Total geral:		39.600.000,00	39.670.000,00	0,00

Mondai, 5 de novembro de 2019

VALDIR RUBERT
Prefeito Municipal

ELISEU BOHN
Secretário de Adm. e Fazenda

Monte Carlo

PREFEITURA

PORTARIA 530/2019

Publicação Nº 2217409

PORTARIA 530/2019

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º- RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 30 (trinta) dias, no período de gozo durante o mês de NOVEMBRO/2019, para o (s) servidor (ES) relacionado(s) abaixo, lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
IVONETE APARECIDA DA SILVA SANTOS	15/01/2018	01/11/2019
	A	A
	14/01/2019	30/11/2019

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros na data de 01 de novembro de 2019, revogadas as disposições em contrario.

Monte Carlo, 01 de novembro de 2019.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal.

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

PORTARIA 532/2019

Publicação Nº 2217422

PORTARIA Nº 532/2019

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, a servidora THAÍS CAMILE FROZZA, RG 4948984/SESP SC, SECRETÁRIA MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL com provimento COMISSÃO E CONFIANÇA nos termos da Lei Complementar 049/2011 de 07 de Outubro de 2011, com nível salarial "425 SECRETÁRIO MUNICIPAL" e jornada de trabalho de 40 (Quarenta) horas semanais.

Art. 2º. A presente nomeação encontra respaldo legal no art. 95, da Lei já supracitada, haja vista ser de livre nomeação e exoneração pela prefeita os cargos de provimento em comissão e confiança, como é o caso em tela, onde a referida servidora nomeada executará atividade de Secretária Municipal junto a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 3º. Esta Portaria Gera efeitos a partir da data de 04 de novembro de 2019, revogadas as disposições em contrario.

Registre-se, Publique-se em 04 de novembro de 2019.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

PORTARIA 536/2019

Publicação Nº 2217412

PORTARIA 536/2019

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º- RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 30 (trinta) dias, no período de gozo durante o mês de NOVEMBRO/2019, para

o (s) servidor (ES) relacionado(s) abaixo, lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
ROSE DE CAMARGO DOS SANTOS	20/01/2017 A 19/01/2018	04/11/2019 A 03/12/2019

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros na data de 04 de novembro de 2019, revogadas as disposições em contrario.

Monte Carlo, 04 de novembro de 2019.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal.

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

PORTARIA 538/2019

Publicação Nº 2217399

PORTARIA Nº 06/201

PORTARIA 538/2019

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art.1º- RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 30 (Trinta) dias, no período de gozo durante o mês de NOVEMBRO/2019, para o (s) servidor (ES) relacionado(s) abaixo, lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
NELSON SIDNEY DOS SANTOS	04/04/2018 A 03/04/2019	04/11/2019 A 03/12/2019

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros na data de 04 de novembro de 2019, revogadas as disposições em contrario.

Monte Carlo, 04 de novembro de 2019.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal.

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

PORTARIA 539/2019

Publicação Nº 2217417

PORTARIA Nº 539/2019

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º. ALTERAR A CARGA HORÁRIA PROVISORIAMENTE, do (s) servidor (ES,) do quadro de Pessoal TEMPORÁRIO, EMERGENCIAL E EXCEPCIONAL, criado e aprovado pela Lei Complementar Lei 17/2006 de 06 de março de 2006, pela Lei Complementar 27/2007 de 11 de dezembro de 2007 e suas alterações; lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, com reflexos inclusive financeiros a partir da data 04 de Novembro de 2019.

NOME	CARGO	ALTERAR DE:
ALINE TAVARES	ODONTÓLOGA	20 HS PARA 40 HS

Art.2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive financeiros na data a partir de 04 de Novembro de 2019, revogadas as disposições em contrario.

Registre-se, Publique-se em 04 de novembro de 2019.

SONIA SALETE VEDOVATTO
Prefeita Municipal.

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

PORTARIA 540/2019

Publicação Nº 2217405

PORTARIA 540/2019

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

.RESOLVE:

Art. 1º- RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 20 (Vinte) dias, no período de gozo durante o mês de NOVEMBRO de 2019, para o (s) servidor (ES) relacionado(s) abaixo, lotado(s) na SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
LUCIANA CORREA BECKER	10/02/2018 A 09/02/2019	05/11/2019 A 24/11/2019

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros na data de 05 de Novembro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 05 de Novembro de 2019.
SONIA SALETE VEDOVATTO
Prefeita Municipal

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria.

PORTARIA 541/2019

Publicação Nº 2217395

PORTARIA 541/2019

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art.1º- RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 20 (Vinte) dias, no período de gozo durante o mês de NOVEMBRO de 2019, para o (s) servidor (ES) relacionado(s) abaixo, lotado(s) na SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
GUILHERME CESAR ALBERTI	23/08/2017 A 22/08/2018	05/11/2019 A 24/11/2019

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros na data de 05 de novembro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 05 de novembro de 2019.
SONIA SALETE VEDOVATTO
Prefeita Municipal

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria.

EDITAL DE RETIFICAÇÃO Nº 03/2019

Publicação Nº 2216736

1

Editais de Retificação Nº 03/2019**EDITAL PS Nº 001, DE 12 DE JUNHO DE 2019.**

SONIA SALETE VEDOVATTO, Prefeito Municipal de Monte Carlo/SC, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estabelecidas no Edital do Processo Seletivo Nº 001/2019, e demais disposições legais aplicáveis, TORNA PÚBLICO:

Considerando que foi revogado a recomendação nº 002-2019-03-PJ-FRA expedida pelo Ministério Público da Comarca de Fraiburgo, a nova data de prova fica marcada para a data de **17 de Novembro de 2019**, passando-se a alterar os seguintes dispositivos do edital abaixo, lendo-se como nova redação em vigor:

ITEM	ATOS	DATAS
8.	Homologação Final das Inscrições e Divulgação do local da prova	05/11/2019
9.	Ensalamento dos Candidatos	05/11/2019
10.	Realização das Provas OBJETIVAS de conhecimentos para todos – 09:00h – Observar atentamente o item 6.3 item 6.4	17/11/2019
10.	Realização das Provas PRÁTICAS – 13:00 hrs	17/11/2019
11.	Divulgação do Gabarito Provisório	18/11/2019
12.	Recursos quanto Gabarito Provisório (horário limite de recebimento até 17h	18/11 à 19/11/2019
13.	Divulgação do Gabarito Oficial	25/11/2019
14.	Divulgação dos Aprovados	25/11/2019
15.	Recursos quanto à Classificação (horário limite de recebimento até 17h	25/11/2019
16.	Homologação do Resultado Final do Processo	26/11/2019

Este Edital de Retificação entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Todos os demais dispositivos do presente Edital em tela não citados na presente retificação, permanecem em vigor.

Joaçaba, 05 de Novembro de 2019.

APRENDER.COM

1

Morro da Fumaça

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO REFERENTE AO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019 5

Publicação Nº 2216953

Edital de Convocação Referente ao Concurso Público nº 001/2019

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece a Lei Orgânica do Município: Convoca os aprovados no Concurso Público, referente ao edital 001/2019, conforme lista abaixo, para no prazo de 30 dias a contar da data desta publicação a comparecerem a sede desta Prefeitura, situada a Rua 20 de Maio, nº 100 – Centro, no horário das 08:00h às 12:00 e das 13:00 às 17:00 para início dos procedimentos relativos à contratação.

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

COLOCAÇÃO	NOME CANDIDATO
03º	JONAS MACHADO ALVES

Morro da Fumaça, 06 de Novembro de 2019.

AGENOR CORAL
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

ROBERTO JOSÉ SAVIO CAETANO
Secretário Municipal do Sistema Econômico

Publicado no site <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/>

PORTARIA 619-640/2019

Publicação Nº 2216956

Portaria	Data	Ementa
619	10/10/2019	CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À ANGELICA DOS SANTOS PACIFICO OCUPANTE DO CARGO DE ZELADOR.
620	16/10/2019	RESCINDE A PEDIDO A CONTRATAÇÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO DE THAIZE ESPINDOLA DE SOUZA, OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE.
621	16/10/2019	RESCINDE A PEDIDO A CONTRATAÇÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO DE CAMILA PACHECO SANTOS, OCUPANTE DO CARGO DE OFICIAL ADMINISTRATIVO CAPS.
622	18/10/2019	RESCINDE A PEDIDO A CONTRATAÇÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO DE ANTONIO SERGIO FALEIRO, OCUPANTE DO CARGO DE OFICIAL DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS ESCOLARES.
623	18/10/2019	PRORROGA O PRAZO DO CONTRATO DE TRABALHO DE GISCARD PORTO, OCUPANTE DO CARGO DE MÉDICO CLÍNICO GERAL.
624	18/10/2019	PRORROGA O PRAZO DO CONTRATO DE TRABALHO DE IVONETE FERNANDES MADEIRA DE JESUS, OCUPANTE DO CARGO DE ZELADORA.
625	22/10/2019	EXONERA ADAIR DE BIASI OCUPANTE DO CARGO DE ASSESSOR DE FISCALIZAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
626	23/10/2019	PRORROGA O PRAZO DO CONTRATO DE TRABALHO DE ADENIR TEIXEIRA, OCUPANTE DO CARGO PROFESSORA.
627	23/10/2019	PRORROGA O PRAZO DO CONTRATO DE TRABALHO DE MICHELI GOLOMBISKI BERTAN, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.

628	23/10/2019	PRORROGA O PRAZO DO CONTRATO DE TRABALHO DE SONIA REGINA PIROLA CASAGRANDE, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
629	23/10/2019	PRORROGA O PRAZO DO CONTRATO DE TRABALHO DE LUCIANE BURIGO MATHIOLA, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
630	23/10/2019	PRORROGA O PRAZO DO CONTRATO DE TRABALHO DE MARIA LIBERALINA ARAÚJO DE SOUZA, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
631	31/10/2019	EXONERA A SERVIDORA MARIA APARECIDA SARTOR OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA EM VITURDE DE SUA APOSENTADORIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
632	01/11/2019	CONCEDE EXONERAÇÃO A PEDIDO DA SERVIDORA MARIA LETICIA CECHINEL PADOIN, OCUPANTE DO CARGO DE SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO INFRAESTRUTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
633	01/11/2019	CONCEDE EXONERAÇÃO A PEDIDO DO SERVIDOR PAULO VICTOR GABRIEL, OCUPANTE DO CARGO DE FISCAL DO MEIO AMBIENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
634	01/11/2019	CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 113/2019 DE 18/02/2019 QUE NOMEOU CHEILA PACIFICO PARA A FUNÇÃO GRATIFICADA DE DIRETORA DA EEBM MAURINA DE SOUZA PATRICIO.
635	01/11/2019	NOMEIA CHEILA PACIFICO PARA A FUNÇÃO GRATIFICADA DE AUXILIAR DE DIREÇÃO NA EEBM MAURINA DE SOUZA PATRICIO.
636	01/11/2019	ALTERA A PORTARIA Nº 467/2019 DE 25/07/2019 QUE NOMEOU ERIKA REGINA SORATTO PARA OCUPAR O CARGO COMISSIONADO DE DIRETOR DE AGENDAMENTO I, PASSANDO A OCUPAR O CARGO DE COORDENADOR DA CASA DA CIDADANIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
637	01/11/2019	ALTERA A PORTARIA Nº 499/2019 QUE NOMEOU PATRICIA DA ROCHA PARA OCUPAR O CARGO COMISSIONADO DE SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO NA SECRETARIA DO SISTEMA DE ECONÔMICO PASSANDO A OCUPAR O CARGO DE DIRETOR DE AGENDAMENTO I NA SECRETARIA DO SISTEMA DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
638	01/11/2019	RESCINDE A PEDIDO A CONTRATAÇÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO DE LETICIA MAGE DA ROCHA, OCUPANTE DO CARGO DE TÉCNICA EM ENFERMAGEM.
639	01/11/2019	CONCEDE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA À SERVIDORA MARIA APARECIDA SARTOR
640	01/11/2019	PRORROGA POR MAIS 60 DIAS O PRAZO ESTIPULADO PELA PORTARIA Nº 518/2019 DE 22/08/2019 QUE INSTAUROU PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.

Navegantes

PREFEITURA

ATA DA SESSÃO 116/2019 PMN

Publicação Nº 2217571

ATA 116/2019 PMN

AS NOVE HORAS DO DIA QUATRO DE NOVEMBRO DO ANO DOIS MIL DE DEZENOVE, A PREGOEIRA CARLA CLAUDINO E EQUIPE DE APOIO, NOMEADOS PELA PORTARIA Nº 476 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2019, REUNIRAM-SE PARA ABERTURA E RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, DO EDITAL A LICITAÇÃO PROCESSO NÚMERO CENTO E DEZESSEIS DO ANO DE DOIS MIL E DEZENOVE, TIPO MENOS PREÇO POR ITEM, CUJO OBJETO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA UTILIZAÇÃO NOS REPAROS, MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E VIAS PÚBLICAS, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS DE NAVEGANTES/SC. EMPRESAS PARTICIPANTES: KARLA VAQUES LARANJO 12910380947, REPRESENTADA POR FABIO MACHADO; PJ SERVIÇOS E COMERCIO LTDA -ME, REPRESENTADA POR IZABEL CRISTINA MEURER DE SOUZA; NEUZA SILVEIRA DOS SANTOS EIRELI, REPRESENTADA POR VALDELI CECILIO DOS SANTOS; SANTA REGINA MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, REPRESENTADA POR LEANDRO NUNES; BARKI INDÚSTRIA E DISTRIBUIDORA EIRELI, REPRESENTADA POR MARIA EDINABEL RODRIGUES DE ARAUJO VERLINDO; KRAUS MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA - EPP, REPRESENTADA POR TOMAS CONTESINI ANDRADE; CCME COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA-ME, REPRESENTADA POR OSVALDO MARTIN BOGGIANO MURA; NA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO VERIFICOU-SE QUE TODAS AS EMPRESAS ESTAVAM DE ACORDO COM O EDITAL. FORAM DISPONIBILIZADOS AOS PRESENTES OS DOCUMENTOS DO CREDENCIAMENTO PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES, ONDE NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO. FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DE PROPOSTA DAS EMPRESAS, ONDE TODAS AS EMPRESAS ESTAVAM COM OS DOCUMENTOS DE ACORDO COM O EDITAL. FORAM DISPONIBILIZADOS AOS PRESENTES OS DOCUMENTOS DAS PROPOSTAS PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES, ONDE NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO. DAMOS INÍCIO A ETAPA DE LANCE, ONDE NO ITEM 28 A EMPRESA SANTA REGINA MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, PEDIU DESCLASSIFICAÇÃO POR ERRO DE COTAÇÃO, ONDE FOI DEFERIDO PELA PREGOEIRA, RETORNAMOS A ETAPA DE LANCE ONDE REALIZAMOS ATÉ O ITEM 100. SUSPENDAMOS ESTA SESSÃO AS 12H E RETORNAREMOS AS 13H E 50MIN PARA DARMOS CONTINUIDADE AO CERTAME. CONFORME AGENDADO RETORNAMOS AS 13H E 50MIN PARA DAR CONTINUIDADE A ETAPA DE LANCE, ONDE A EMPRESA CCME COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA-ME, SAGROU-SE VENCEDORA DOS ITENS: 9, 10, 34, 35, 42, 43,44, 45, 48, 51, 52, 57, 58, 59, 70, 84, 85, 86, 8, 88, 89, 92, 98, 104, 105, 106, 107, 118 E 123; A EMPRESA BARKI INDÚSTRIA E DISTRIBUIDORA EIRELI, SAGROU-SE VENCEDORA DOS ITENS: 19, 25, 27,28, 32, 40, 41, 46, 47, 53, 54, 60, 66, 93, 110 E 112; A EMPRESA PJ SERVIÇOS E COMERCIO LTDA -ME, SAGROU-SE VENCEDORA DOS ITENS: 4, 11, 13, 14, 31, 33, 50, 56, 63, 67, 73, 77, 78, 83, 90, 91 E 119; A EMPRESA KRAUS MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA - EPP, SAGROU-SE VENCEDORA DOS ITENS: 16, 17, 29, 61, 64, 99, 101, 113, 114 E 115; A EMPRESA SANTA REGINA MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, SAGROU-SE VENCEDORA DOS ITENS: 1, 3, 5, 6, 7, 8, 21, 22, 23, 49, 55, 62, 69, 71, 82, 95, 97, 100, 102, 108, 109, 117 E 121; A EMPRESA NEUZA SILVEIRA DOS SANTOS EIRELI, SAGROU-SE VENCEDORA DOS ITENS: 2, 12, 15, 18, 20, 30, 36, 37, 38, 39, 65, 68, 72, 75, 76, 80, 94, 96, 103, 111, 116, 120 E 122; A EMPRESA KARLA VAQUES LARANJO 12910380947, SAGROU-SE VENCEDORA DOS ITENS: 74, 79 E 81. ABERTOS OS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS, ONDE A EMPRESA KARLA VAQUES LARANJO 12910380947, FOI DESABILITADA POR NÃO APRESENTAR O ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO OU TAMBÉM O SINTEGRA, PASSANDO SEUS ITENS 74, 79 E 81 PARA A SEGUNDA COLOCADA NESTES ITENS A EMPRESA NEUZA SILVEIRA DOS SANTOS EIRELI. NA ANÁLISE DOS FOLDERS /PROSPECTOS DAS EMPRESAS REALIZADA PELOS SERVIDORES ROSELI FATIMA GOLÇALVES E JAISON GILLEADY DOS SANTOS, ONDE AS EMPRESAS: A EMPRESA SANTA REGINA MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, FOI DESCLASSIFICADA NOS ITENS: ITEM 69 PASSANDO PARA SEGUNDA COLOCADA A EMPRESA CCME COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA-ME, ITEM 71 PASSANDO PARA A EMPRESA NEUZA SILVEIRA DOS SANTOS EIRELI, ITEM 95 PASSANDO PARA A EMPRESA BARKI INDÚSTRIA E DISTRIBUIDORA EIRELI, ITEM 100 PASSANDO PARA A EMPRESA KRAUS MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA - EPP; CCME COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA-ME, FOI DESCLASSIFICADA NOS ITENS: 43 E 44 PASSANDO PARA A EMPRESA BARKI INDÚSTRIA E DISTRIBUIDORA EIRELI, E O ITEM 70 QUE RESTOU FRACASSADO POR AUSÊNCIA DE INFORMAÇÕES PARA ANÁLISE JUNTO AO EDITAL. O RESTANTE DAS EMPRESAS ESTAVA DE ACORDO COM O EDITAL, FORAM DISPONIBILIZADOS AOS PRESENTES O DOCUMENTO DE HABILITAÇÃO PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES, ONDE NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO. NÃO HOUVE MENÇÃO DE INTENÇÃO DE RECURSO ESTA ATA SERÁ DISPONIBILIZADA NO SITE WWW.NAVEGANTES.SC.GOV.BR, NADA MAIS HAVENDO A RELATAR DEU-SE POR ENCERRADO OS TRABALHOS AS 16H E 20MIN EU VERA LUCIA LUÇOLLI DA COSTA LAVREI O PRESENTE REGISTRO DE ACONTECIMENTOS QUE APÓS LIDO E ACHADO CONFORME SEGUE ASSINADO PELOS PARTICIPANTES PRESENTES NESTA ABERTURA QUE PERMANECERÃO ATÉ A LAVRATURA DA MESMA.

AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO PRESENCIAL 49/2019 FMS

Publicação Nº 2217446

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 49/2019 FMS

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Pregão presencial para registro de preços, visando a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de consultas com médicos(as) especialistas, para atendimento aos pacientes da Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 20/11/2019 até às 8h50. Abertura/envelopes: 20/11/2019 às 9h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº 100, Navegantes/SC e no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO PRESENCIAL 51/2019 FMS

Publicação Nº 2217473

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 51/2019 FMS

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Pregão presencial visando a aquisição de grades para canil, gatil e grades de segurança (devidamente instaladas), para atender as necessidades do Departamento de Assistência e Bem Estar Animal - DABA, através do Fundo Municipal de Saúde de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 19/11/2019 até às 13h50. Abertura/envelopes: 19/11/2019 às 14h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº 100, Navegantes/SC e no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

CERTIDÃO DE INCORPORAÇÃO DE VANTAGEM PECUNIÁRIA NOMINALMENTE IDENTIFICÁVEL PARA FINS DE APOSENTADORIA

Publicação Nº 2216660

CERTIDÃO

CERTIFICO para fins de incorporação de Vantagem Pecuniária constante do Anexo Único da Lei Complementar n.º 106/2011, disciplinado pelo art. 5º, exclusivamente para reflexos na pensão por morte, que o instituidor servidor efetivo LUIZ ARINO DE SOUZA, inscrito no C.P.F n.º 416.708.769-34, adquiriu direito à incorporação do adicional de Insalubridade na fração de 5/5, conforme relatório de contribuições constante ao processo de pensão nº 2019.07.07593P, que demonstra contribuições nos anos 2012 (12 meses), 2013 (12 meses), 2014 (12 meses), 2015 (12 meses), 2016 (12 meses), 2017(10 meses), e 2018 (01 mês).

Esta certidão entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 29 de setembro de 2019.

Navegantes, 31 de outubro de 2019.

EMÍLIO VIEIRA

Prefeito

GISELE DE OLIVEIRA FERNANDES

Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes

CERTIDÃO DE INCORPORAÇÃO DE VANTAGEM PECUNIÁRIA NOMINALMENTE IDENTIFICÁVEL PARA FINS DE APOSENTADORIA

Publicação Nº 2216663

CERTIDÃO

CERTIFICO para fins de incorporação de Vantagem Pecuniária constante do Anexo Único da Lei Complementar n.º 106/2011, disciplinado pelo art. 5º, exclusivamente para reflexos na pensão por morte, que a instituidora servidora efetiva IRACEMA BARBOZA, inscrita no C.P.F n.º 623.020.199-20, instituidora do processo de pensão por morte, adquiriu direito à incorporação do adicional de Estimulo Assiduidade na fração de 5/5, conforme relatório de contribuições constante ao processo de pensão nº 2019.07.06546P, que demonstra contribuições nos anos, 2013 (12 meses), 2014 (12 meses), 2015 (12 meses), 2016 (12 meses) e 2017 (12 meses) e 2018 (7 meses).

Esta certidão entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 28 de dezembro de 2018.

Navegantes, 31 de outubro de 2019.

EMÍLIO VIEIRA

Prefeito

GISELE DE OLIVEIRA FERNANDES

Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes

CERTIDÃO DE INCORPORAÇÃO DE VANTAGEM PECUNIÁRIA NOMINALMENTE IDENTIFICÁVEL PARA FINS DE APOSENTADORIA

Publicação Nº 2216662

CERTIDÃO

CERTIFICO para fins de incorporação de Vantagem Pecuniária constante do Anexo Único da Lei Complementar n.º 106/2011, disciplinado pelo art. 5º, exclusivamente para reflexos na pensão por morte, que o instituidor servidor efetivo LUIZ ARINO DE SOUZA, inscrito no C.P.F n.º 416.708.769-34, instituidor do processo de pensão por morte, adquiriu direito à incorporação do adicional de Estimulo Assiduidade na fração de 4/5, conforme relatório de contribuições constante ao processo de pensão nº 2019.07.07593P, que demonstra contribuições nos anos, 2012 (12 meses), 2013 (12 meses), 2014 (12 meses), 2015 (12 meses), 2016 (11 meses) e 2017 (10 meses).

Esta certidão entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 29 de setembro de 2019.

Navegantes, 31 de outubro de 2019.

EMÍLIO VIEIRA

Prefeito

GISELE DE OLIVEIRA FERNANDES

Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes

CERTIDÃO DE INCORPORAÇÃO DE VANTAGEM PECUNIÁRIA NOMINALMENTE IDENTIFICÁVEL PARA FINS DE APOSENTADORIA

Publicação Nº 2216664

CERTIDÃO

CERTIFICO para fins de incorporação de Vantagem Pecuniária constante do Anexo Único da Lei Complementar n.º 106/2011, disciplinado pelo art. 5º, exclusivamente para reflexos na pensão por morte, que a instituidora servidora efetiva IRACEMA BARBOZA, inscrita no C.P.F n.º 623.020.199-20, adquiriu direito à incorporação do adicional de Insalubridade na fração de 5/5, conforme relatório de contribuições constante ao processo de pensão nº 2019.07.06546P, que demonstra contribuições nos anos 2013 (12 meses), 2014 (12 meses), 2015 (12 meses), 2016 (12 meses), 2017(12 meses), e 2018 (12 meses).

Esta certidão entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 28 de dezembro de 2018.

Navegantes, 31 de outubro de 2019.

EMILIO VIEIRA

Prefeito

GISELE DE OLIVEIRA FERNANDES

Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes

CONVOCAÇÃO PARA ABERTURA DE PROPOSTA -- CONCORRÊNCIA 105/2019 PMN

Publicação Nº 2217593

CONVOCAÇÃO

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC CONVOCA AS EMPRESAS PARTICIPANTES DA CONCORRÊNCIA 105/2019 PMN CUJO OBJETO: CONCORRÊNCIA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A RECONSTRUÇÃO DO DECK E CICLOVIA DA ORLA DA PRAIA DO GRAVATÁ (COM FORNECIMENTO DE MATERIAL), PRÓXIMO À RUA FRANCISCO SCHMIDT, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DE NAVEGANTES/SC. PARA A SESSÃO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS QUE ACONTECERÁ NO DIA 11 DE AGOSTO DE 2019 AS 14H.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO.

EXTRATO CONTRATUAL 265/2019 PMN

Publicação Nº 2217578

Prefeitura Municipal de Navegantes

Contrato Nº : 265/2019 PMN

Contratante : Prefeitura Municipal de Navegantes

Contratada : CAGERE CASA ASSISTENCIAL LTDA

CNPJ : 19.354.317/0001-54

Proprietária...: Maria de Lourdes Dalago

Vigência : Início: 25/10/2019 Término: 25/10/2020.

Licitação : Dispensa Licitação nº 132/2019 PMN.

Valor Total : R\$ 68.263,80

Recursos.... : Dotações: 2.039.3390.00.00.00.00

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA NO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL EM RESIDENCIA INCLUSIVA, PARA ADULTO M.Z. COM DEFICIÊNCIA, A FIM DE DAR CUMPRIMENTO À DETERMINAÇÃO JUDICIAL OU MEDIDAS ADMINISTRATIVAS DA 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE NAVEGANTES, ATRAVÉS DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INSTAURADO NÚMERO SIG 09.2019.00005528-1

Navegantes, 25 de outubro de 2019.

EXTRATO CONTRATUAL 266/2019 PP 08/2019 FMC

Publicação Nº 2216437

Prefeitura Municipal de Navegantes

Contrato Nº : 266/2019 FMC

Contratante....: Prefeitura Municipal de Navegantes

Contratada : HORIZONTE TECNOLOGIA DE INFORMATICA LTDA

CNPJ : 73.343.220/0001-91

Proprietários.: Fabio Henrique Medeiros Bogo

Ayton Bogo

Vigência : Início: 05/11/2019 Término: 31/12/2019.

Licitação : Pregão Presencial nº 08/2019 FMC

Valor Total : R\$ 29.400,00

Recursos.....: Dotações: 2.054.3390.00.00.00

Objeto : PREGÃO PRESENCIAL VISANDO A AQUISIÇÃO DE LICENCIAMENTO DEFINITIVO, PERPÉTUO DE SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DE BIBLIOTECA, INCLUINDO INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, MIGRAÇÃO DE DADOS, TREINAMENTO DE TÉCNICOS E

INTEGRAÇÃO AO AMBIENTE COMPUTACIONAL DA PREFEITURA DE NAVEGANTES, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E CENTRO DE ARTES E ESPORTES UNIFICADOS, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE NAVEGANTES/SC.

Navegantes, 05 de novembro de 2019.

EXTRATO DA DISPENSA 132/2019 PMN

Publicação Nº 2217579

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 132/2019 PMN

Processo: DL 132/2019 PMN

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA NO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL EM RESIDENCIA INCLUSIVA, PARA ADULTO M.Z. COM DEFICIÊNCIA, A FIM DE DAR CUMPRIMENTO À DETERMINAÇÃO JUDICIAL OU MEDIDAS ADMINISTRATIVAS DA 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE NAVEGANTES, ATRAVÉS DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INSTAURADO NÚMERO SIG 09.2019.00005528-1.

Contratada : CAGERE CASA ASSISTENCIAL LTDA

CNPJ : 19.354.317/0001-54

Proprietária...: Maria de Lourdes Dalago

Valor: R\$ 68.263,80

Recursos: Dotações: 2.039.3390.00.00.00.00

Fundamento: Art. 24, inciso IV, Lei 8.666/93.

Navegantes, 25 de outubro de 2019

EXTRATO DE DISPENSA 15/2019 FMC

Publicação Nº 2217518

DISPENSA DE LICITAÇÃO FMC 15/2019

Processo: Dispensa nº 15/2019

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES / Fundação Municipal de Cultura

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CURADORIA DO II SALÃO DE ARTES VISUAIS DE NAVEGANTES, REALIZADO PELA FUNDAÇÃO CULTURAL DE NAVEGANTES/SC.

Contratado: KAMILLA NUNES

CPF: 062.696.869-03

Valor: R\$ 5.000,00

Recursos: 2.057 3.3.90.00.00.00

Fundamento: Art. 24, inciso IV, Lei 8.666/93.

Emílio Vieira

Prefeito do Município.

Navegantes, 05 de novembro de 2019.

EXTRATTO DE INEXIGIBILIDADE 07/2019 FUMSCI

Publicação Nº 2217555

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 07/2019 FUMSCI

Processo: Inexigibilidade nº 07/2019 FUMSCI

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES / Fundação Municipal de Segurança contra Incêndio e Pânico – FUMSCI

Objeto: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO VISANDO A AQUISIÇÃO DE BATERIAS E CARREGADOR DE BATERIAS PARA UTILIZAÇÃO NOS DESFIBRILADORES EXTERNOS AUTOMÁTICOS QUE COMPÕEM OS EQUIPAMENTOS DAS AMBULÂNCIAS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE NAVEGANTES, ATRAVÉS DO FUNDO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO DE NAVEGANTES - FUMSCI.

Contratado: SERMEDICALL ARP EQUIPAMENTOS DE RESGATE E SEGURANÇA

CNPJ:93.726.446/0001-89

Proprietário: Ricardo Pedroso

Valor: R\$ 517.400,00

Recursos: 2.144.3.3.90.00.00.00

Fundamento: Art. 25, III, Lei 8.666/93.

Emílio Vieira

Prefeito do Município.

Navegantes, 05 de novembro de 2019.

PORTARIA 2982/2019 DESIGNA FISCAL DE CONTRATO 265/2019 FMS

Publicação Nº 2216689

PORTARIA Nº 2982 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar o contrato 265/2019 FMS do processo licitatório, Dispensa de Licitação 132/2019 cujo objeto: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA NO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL EM RESIDENCIA INCLUSIVA, PARA ADULTO M.Z. COM DEFICIÊNCIA, A FIM DE DAR CUMPRIMENTO À DETERMINAÇÃO JUDICIAL OU MEDIDAS ADMINISTRATIVAS DA 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE NAVEGANTES, ATRAVÉS DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INSTAURADO NÚMERO SIG 09.2019.00005528-1. Conforme Dispensa de Licitação nº 132/2019 FMS.

Fiscal: LUIZ FERNANDO GOMES -- (titular)
IULI DA CUNHA CESCHIN BUBLITZ -- (suplente)

II - Esta Portaria entra em vigor a partir de 25 de setembro de 2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 31 DE OUTUBRO DE 2019.

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 3129/2019 DESIGNA FISCAL DE CONTRATO 266/2019 FMC

Publicação Nº 2216513

PORTARIA Nº 3129 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar o contrato 266/2019 FMC do processo licitatório, Pregão Presencial nº 08/2019 FMC, cujo objeto: PREGÃO PRESENCIAL VISANDO A AQUISIÇÃO DE LICENCIAMENTO DEFINITIVO, PERPÉTUO DE SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DE BIBLIOTECA, INCLUINDO INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, MIGRAÇÃO DE DADOS, TREINAMENTO DE TÉCNICOS E INTEGRAÇÃO AO AMBIENTE COMPUTACIONAL DA PREFEITURA DE NAVEGANTES, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E CENTRO DE ARTES E ESPORTES UNIFICADOS, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE NAVEGANTES/SC. Conforme Pregão Presencial nº 08/2019 FMC.

Fiscal: MARCELI PEREIRA DE ANDRADE -- (titular)
RAFAELA SILVESTRE DAL MAGRO -- (suplente)

II - Esta Portaria entra em vigor a partir da publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

RESPOSTA CONCORRÊNCIA 105/2019 PMN -- M.A.V DOS PRAZERES E CIA LTDA

Publicação Nº 2217585

ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO REFERENTE
CONCORRÊNCIA Nº105/2019 PMN

Aos 04 dias de novembro de 2019, às 14h, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação, designados pela Portaria número 474 de 08 de

fevereiro de 2019, com intuito de analisar e julgar recurso administrativo da CONCORRÊNCIA nº 105/2019, cujo OBJETO: CONCORRÊNCIA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A RECONSTRUÇÃO DO DECK E CICLOVIA DA ORLA DA PRAIA DO GRAVATÁ (COM FORNECIMENTO DE MATERIAL), PRÓXIMO À RUA FRANCISCO SCHMIDT, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DE NAVEGANTES/SC. Protocolado pela empresa M.A.V DOS PRAZERES E CIA LTDA – CNPJ 07.897.997/0001-73.

PRELIMINARMENTE

O Presidente e a Comissão, ao receberem o recurso, verificaram que o mesmo foi protocolado tempestivamente em 23/10/2019. Em síntese, manifesta-se a empresa M.A.V através de recurso arguindo que a mesma não deveria ser inabilitada PELO FATO DE TER APRESENTADO SUA CERTIDÃO DE PESSOA JURÍDICA DESATUALIZADA, cita que a empresa teve alteração contratual e que já foi encaminhado o pedido de alteração junto ao CREA, porém, a certidão apresentada está dentro do prazo de validade, o que a torna válida para o presente certame.

Conforme a empresa, inabilitá-la pelos argumentos apresentados, configura-se excesso de formalidade.

DECISÃO

Em suma, o recurso apresentado NÃO merece provimento, pois a Licitante não atendeu as exigências do edital.

Ao participar do processo licitatório, sem ter feito anterior impugnação para alterar cláusula que supostamente o prejudicaria ou no seu entendimento estivesse irregular, o licitante concorda com seus termos devendo por sua vez apresentar os documentos no edital solicitado. É um dos princípios básicos da licitação, a vinculação ao instrumento convocatório, art 3º da lei 8666/93, o que não foi respeitado pelo licitante, o edital em seu item 5.4.1 exigia a apresentação de certidão de pessoa jurídica ATUALIZADA:

5.4.1 Certificado de Registro da Pessoa Jurídica junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, compatível com o objeto da licitação.

Entretanto a própria certidão apresentada pelo licitante se invalida ao mencionar:

A certidão perderá a validade caso ocorra qualquer modificação posterior dos elementos cadastrais nela contidos, ou seja, se houve a alteração no contrato social a certidão também deveria ser atualizada sob a pena de sua invalidação.

Desta forma não há possibilidade da aceitabilidade de um documento inválido por esta comissão, ressalta-se que em licitações passadas houve licitantes que também apresentaram certidões/certificados inválidos e que esta comissão teve o mesmo entendimento, em inabilitar tais licitantes, este é o entendimento desta comissão, mantendo o Princípio da Isonomia.

Por este motivo, não há excesso algum por parte da comissão, mas sim o respeito ao edital e ao art. 3º da Lei 8666/93.

Lei 8666/93 , Art. 3o A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Para o caso em tela é válido citar o entendimento do TJ do Distrito Federal:

TJ-DF - Apelacao Civel APC 20100111526633 DF 0049474-19.2010.8.07.0001 (TJ-DF)

Data de publicação: 18/12/2013

Ementa: MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. EMPRESA CONCORRENTE. MUDANÇA DE ENDEREÇO SOCIAL. CERTIDÃO DO CREA. DADOS CADASTRAIS. FALTA DE ATUALIZAÇÃO. INVALIDADE DA CERTIDÃO. INABILITAÇÃO. DIREITO LIQUIDO E CERTO. AUSÊNCIA. SENTENÇA MANTIDA. PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO DEMONSTRAM QUE A EMPRESA APELANTE ALTEROU O SEU ENDEREÇO SOCIAL SEM, NO ENTANTO, COMUNICAR AO CREA A MUDANÇA. O EDITAL DE LICITAÇÃO EXIGIA CERTIDÃO ATUALIZADA DE TODOS OS DADOS CADASTRAIS JUNTO AO CONSELHO REGIONAL, SENDO, PORTANTO, REGULAR A INABILITAÇÃO OPERADA COM BASE EM CERTIDÃO EMITIDA COM REGISTRO DE ANTIGO ENDEREÇO SOCIAL. APELAÇÃO CÍVEL DESPROVIDA.

Importante, também, citar a decisão do Agravo de Instrumento AG 63654020134050000 do TRF - 5

ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. LICITAÇÃO. LEI Nº.8.666/93. FASE DE HABILITAÇÃO. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. CERTIDÃO DE REGISTRO NO CREA. DADO CADASTRAL DESATUALIZADO. INABILITAÇÃO NO CERTAME.

1. Agravo de instrumento interposto em face de decisão proferida pelo MM. Juiz Federal da 2ª Vara da Seção Judiciária de Pernambuco, que negou o pedido liminar que consistia em decretar anulados todos os atos posteriores à inabilitação da impetrante no procedimento licitatório e considerá-la habilitada, prosseguindo a licitação com a abertura de sua proposta de preços, ou, sucessivamente, que fosse decretada a suspensão da licitação até o julgamento final do mandado de segurança.

2. É fato incontroverso nos autos que no momento indicado pelo Edital para apresentação da Certidão do CREA, a empresa agravante apresentou certidão emitida em 15/08/2012, que traz como capital social da empresa o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

3. A Comissão Especial de Licitação, na sessão de análise de documentos apresentados pelas empresas concorrentes expôs a seguinte conclusão quanto à empresa impetrante: "2. A concorrente Divan Construção e Reforma Ltda. ME apresentou a Certidão do CREA BA, com o valor do seu Capital Social, como sendo no valor de R\$ 10.000,00 divergente do informado no seu Balanço Patrimonial, que é de R\$ 998.000,00, porém a certidão do CREA BA declara no seu conteúdo o seguinte:"CERTIFICO, mais, ainda que esta certidão não concede à firma o direito de executar quaisquer serviços técnicos sem a participação real, efetiva e insofismável dos responsáveis técnicos citados e perderá a sua validade se ocorrer qualquer modificação nos dados cadastrais nela contidos, após a data de sua expedição", tornando sua certidão inválida e assim, deixou de atender o item 1.1.13, do Anexo 03, do Edital, que exige"Certidão de Registro no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA)", sendo INABILITADA, com fundamento no art. 27, inciso II e art. 30, inciso I, ambos da Lei nº 8.666/93".

4. A Certidão juntada pela empresa agravante no momento da habilitação encontrava-se com os dados cadastrais desatualizados, tendo em vista que a atualização do capital social ocorreu, segundo a própria empresa impetrante, em 2011, enquanto a certidão foi emitida em 15

de agosto de 2012. Tal fato torna inválida a certidão acarretando o descumprimento da qualificação técnica prevista no edital.

5. Ressalte-se que cabe às empresas participantes apresentar no momento previsto no edital da licitação os documentos devidamente atualizados, para comprovar as condições que lhe são exigidas, tendo agido de forma correta a Comissão Especial de Licitação ao considerar inabilitada a empresa ora agravante.

6. Agravamento de instrumento improvido.

É clara a importância de a administração pública buscar as propostas mais vantajosas, desde que, estas respeitem as exigências do edital, garantindo assim o Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório.

Portanto, as exigências que inabilitaram a empresa estão de acordo com a Lei n.º 8.666/93 e a jurisprudência, sendo indene de qualquer vício de legalidade, razão pela qual a decisão de inabilitação não merece ser alterada.

Diante do que foi exposto, mantém-se a inabilitação da licitante M.A.V DOS PRAZERES E CIA LTDA ME. Encaminha-se o presente para a autoridade superior competente que ratifica a decisão.

Publique-se;

É a decisão. Navegantes, 04 de novembro de 2019.

Comissão

Presidente: Ellinton Pedro de Souza

Membros: Leila Mengarda

Tatiana de Alencar Carlini

Josezite dos Santos

Fernanda Hassmann Constâncio

Ratificando:

MÁRCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIAS Nº 039-2019 - RECEBIMENTO DE DENÚNCIA CONTRA VEREADOR

Publicação Nº 2216465

NAVEGANTES CÂMARA DE VEREADORES

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315 – Centro - Navegantes

CNPJ. 83.551.531/0001- 08 CEP. 88.375-000

Fone/fax (47)3342.1818 – E-mail: camara.munip@terra.com.br

PORTARIA LEGISLATIVA NÚMERO 039/2019

Ementa: “Dispõe sobre o recebimento de denúncia de infração a Lei Orgânica do Município e ao Regimento Interno da Câmara, por parte do Vereador Paulo Ney Laurentino, apresentada pela Senhora NORMA ESPINDOLA, sobre a constituição de Comissão Processante referente ao Processo de Cassação do Mandato do Vereador nº 02/2019 e dá outras providências.”

Considerando que foi recebida por maioria simples dos Vereadores a denúncia de infração a Lei Orgânica do Município e ao Regimento Interno da Câmara, por parte do Vereador Paulo Ney Laurentino, apresentada pela Senhora Norma Espindola, por notícia fato previsto no Decreto-lei nº 201/67.

Considerando que foi constituída Comissão Processante formada por três Vereadores, nos termos do artigo 5º, II, do Decreto-Lei nº 201/67 para o prosseguimento do Processo de Cassação do Mandato do Vereador nº 02/2019;

Considerando que os Vereadores integrantes da Comissão Processante elegeram Presidente o Vereador José dos Santos(PSD); o Relator o Vereador Cirino Adolfo Cabral Neto (MDB), e o Membro o Vereador Samuel Viane Paganelli (PSDB);

Considerando que o Processo de Cassação do Mandato do Vereador nº 02/2019 deverá prosseguir sob a responsabilidade da Comissão Processante, nos termos do que dispõe o artigo 5º, incisos III a VII, do Decreto-Lei nº 201/67;

O Presidente da Câmara de Vereadores de Navegantes, JEFFERSON MACHADO MACARINI no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 38 e seus inciso do Regimento Interno C/C Decreto Lei 201/67, RESOLVE:

Art. 1º. Fica instaurado Processo de Cassação do Mandato do Vereador Paulo Ney Laurentino nº 02/2019.

Art. 2º. A condução do processo ficará sob a responsabilidade da Comissão Processante, composta pelo Presidente Vereador José dos Santos(PSD); o Relator o Vereador Cirino Adolfo Cabral Neto (MDB), e o Membro o Vereador Samuel Viane Paganelli (PSDB), que deverão observar todos os trâmites previstos no artigo 5º, inciso III a VII, do Decreto-Lei nº 201/67.

Art. 3º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Navegantes, em 05 de novembro de 2019.

JEFFERSON MACHADO MACARINI

Presidente da Câmara Municipal de Navegantes/SC

PORTARIAS Nº 040-2019 - RECEBIMENTO DE DENÚNCIA CONTRA PREFEITO

Publicação Nº 2216552

NAVEGANTES CÂMARA DE VEREADORES

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315 – Centro - Navegantes

CNPJ. 83.551.531/0001- 08 CEP. 88.375-000

Fone/fax (47)3342.1818 – E-mail: camara.munip@terra.com.br

PORTARIA LEGISLATIVA NÚMERO 040/2019

Ementa: “Dispõe sobre o recebimento de denúncia de infração ao Decreto Lei 201/67, por parte do Senhor Prefeito Municipal Emílio Vieira e Vice-Prefeito Donizete José da Silva, apresentada pelo Senhor Evandro Nevio Argenton, sobre a constituição de Comissão Processante referente ao Processo de Cassação do Mandato de Prefeito e Vice-Prefeito nº 03/2019 e dá outras providências.”

Considerando que foi recebida por maioria simples dos Vereadores a denúncia de infração ao Decreto Lei 201/67, por parte do Senhor Prefeito Municipal Emílio Vieira e Vice-Prefeito Donizete José da Silva, apresentada pelo Senhor Evandro Nevio Argenton, por notícia fato previsto no Decreto-lei nº 201/67.

Considerando que foi constituída Comissão Processante formada por três Vereadores, nos termos do artigo 5º, II, do Decreto-Lei nº 201/67 para o prosseguimento do Processo de Cassação do Mandato do Senhor Prefeito Municipal Emílio Vieira e Vice-Prefeito Donizete José da Silva;

Considerando que os Vereadores integrantes da Comissão Processante elegeram Presidente o Vereador Cirino Adolfo Cabral Neto (MDB), Relator o Vereador Samuel Viane Paganelli(PSDB) e o Membro o Vereador Paulo Rodrigo Melzi(PSD);

Considerando que o Processo de Cassação do Mandato do Vereador nº 03/2019 deverá prosseguir sob a responsabilidade da Comissão Processante, nos termos do que dispõe o artigo 5º, incisos III a VII, do Decreto-Lei nº 201/67;

O Presidente da Câmara de Vereadores de Navegantes, JEFFERSON MACHADO MACARINI no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 38 e seus inciso do Regimento Interno C/C Decreto Lei 201/67, RESOLVE:

Art. 1º. Fica instaurado Processo de Cassação do Mandato do Prefeito Municipal Emílio Vieira e Vice-Prefeito Donizete José da Silva nº 03/2019.

Art. 2º. A condução do processo ficará sob a responsabilidade da Comissão Processante, composta pelo Presidente Vereador José dos Santos(PSD); o Relator o Vereador Cirino Adolfo Cabral Neto (MDB), e o Membro o Vereador Samuel Viane Paganelli (PSDB), que deverão observar todos os trâmites previstos no artigo 5º, inciso III a VII, do Decreto-Lei nº 201/67.

Art. 3º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Navegantes, em 05 de novembro de 2019.

JEFFERSON MACHADO MACARINI

Presidente da Câmara Municipal de Navegantes/SC

PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL - Nº 03-2019

Publicação Nº 2216481

ATO DE PROMULGAÇÃO Nº 09/2019

“Promulga proposição Legislativa, de Emenda à Lei Orgânica nos termos do artigo 29 da Constituição Federal C/C o inciso V do artigo 37 da Lei Orgânica Municipal”

A MESA DIRETORA DA CÂMARA DE VEREADORES DE NAVEGANTES, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, definidas pelo Artigo 29 da Constituição Federal C/C o inciso V do artigo 37 da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO que o Projeto de Emenda à Lei Orgânica foi aprovado em conformidade a Constituição Federal e a Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO que a prerrogativa da promulgação da Emenda Lei Orgânica é do Presidente do Legislativo e demais membros da Mesa;

Art. 1º. PROMULGAR O Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 003/2019 de autoria do Poder Legislativo Municipal através do presente ato de Promulgação.

Art. 2º. Publique-se e registre-se.

Câmara de Vereadores de Navegantes-SC, 05 de novembro de 2019.

JEFFERSON MACHADO MACARINI CIRINO A. CABRAL NETO

Presidente da Câmara Vice-Presidente

SAMUEL VIANEI PAGANELLI WALDELIR GUAREZI

1º Secretário 2º Secretário

PROJETO DE EMENDA A LEI ORGÂNICA Nº 003/2019 DO LEGISLATIVO

DÁ NOVA REDAÇÃO AO PARÁGRAFO 1º DO ARTIGO 105-A DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

A Mesa Diretora faz saber a todos os habitantes deste município, de acordo com a art. 40 e seu inciso I da Lei Orgânica de Navegantes, que a Câmara de Vereadores aprovou e ela promulga a seguinte Emenda à Lei Orgânica Municipal de Navegantes/SC:

Art. 1º O parágrafo 1º do artigo 105-A da Lei Orgânica municipal passará a ter a seguinte redação:

“§ 1º As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida encerrada, no último balanço no prazo de elaboração da LDO, sendo que a metade deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde”.

Art. 2º Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Navegantes, 05 de novembro de 2019.

JEFFERSON MACHADO MACARINI

PRESIDENTE DA CÂMARA

CIRINO ADOLFO CABRAL NETO

VICE-PRESIDENTE

SAMUEL VIANEI PAGANELLI

1º SECRETÁRIO

WALDELIR GUAREZI

2º SECRETÁRIO

Nova Erechim

PREFEITURA

DECRETO 302/2019 DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA LEI 1.902/2019 - ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2217674

DECRETO Nº 302 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre a regulamentação da Lei 1.902/2019 - abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

RAMIREZ TAPIA, Prefeito em Exercício de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a movimentação de dotações orçamentárias, no Orçamento do Município de Nova Erechim, no valor de R\$ 326.000,00 (Trezentos e vinte e seis mil reais), destinado a suplementar o seguinte Projeto/Atividade:

Órgão	03	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
Unidade	01	Administração	
Função	04	Administração	
Subfunção	846	Outros Encargos Especiais	
Programa	0003	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
Op. Especial	0005	PRECATÓRIOS E AÇÕES DE PEQUE- NO VALOR	
Elemento	3.3.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$ 14.000,00

Órgão	03	ADMINISTRAÇÃO	
Unidade	02	Finanças	
Função	04	Administração	
Sub-função	123	Administração Financeira	
Programa	0004	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	
Atividade	2005	MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	
Elemento	3.3.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$ 2.000,00

Órgão	04	SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
Unidade	01	Educação	
Função	12	Educação	
Subfunção	361	Ensino Fundamental	
Programa	0006	EDUCAÇÃO PARA TODOS	
Atividade	2007	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	
Elemento	3.1.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.19	R\$10.000,00
Elemento	3.3.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.01	R\$15.000,00

Órgão	04	SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
Unidade	01	Educação	
Função	12	Educação	
Subfunção	361	Ensino Fundamental	
Programa	0006	EDUCAÇÃO PARA TODOS	
Atividade	2010	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	
Elemento	3.1.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.01	R\$25.000,00

Órgão	04	SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
Unidade	01	Educação	
Função	12	Educação	
Subfunção	365	Educação Infantil	
Programa	0006	EDUCAÇÃO PARA TODOS	
Atividade	2036	MANUTENÇÃO DA CRECHE MUNI- CIPAL	
Elemento	3.1.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.18	R\$50.000,00

Órgão	04	SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
Unidade	01	Educação	
Função	12	Educação	
Subfunção	361	Ensino Fundamental	
Programa	0006	EDUCAÇÃO PARA TODOS	
Projeto	1033	AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS - ENSINO FUNDAMENTAL	
Elemento	4.4.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.01	R\$30.000,00

Órgão	04	SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
Unidade	01	Educação	
Função	12	Educação	
Subfunção	365	Educação Infantil	
Programa	0006	EDUCAÇÃO PARA TODOS	
Projeto	1034	AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS – EDUCAÇÃO INFANTIL	
Elemento	4.4.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.01	R\$60.000,00

Órgão	08	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade	01	Fundo Municipal de Assistência Social	
Função	08	Assistência Social	
Sub-função	244	Assistência Comunitária	
Programa	0018	ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO	
Atividade	2043	MANUTENÇÃO DO BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
Elemento	3.3.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$20.000,00

Órgão	08	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade	01	Fundo Municipal de Assistência Social	
Função	16	Habitação	
Subfunção	244	Assistência Comunitária	
Programa	0014	HABITAÇÃO POPULAR	
Projeto	1035	PROGRAMA HABITAÇÕES POPULARES	
Elemento	4.5.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.01	R\$100.000,00

Art. 2º Os recursos destinados a atender a abertura do Crédito Adicional Suplementar, referido no artigo anterior, decorrerão da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	04	SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
Unidade	01	Educação	
Função	12	Educação	
Sub-função	361	Ensino Fundamental	
Programa	0006	EDUCAÇÃO PARA TODOS	
Atividade	2006	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Elemento	3.3.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.19	R\$10.000,00

Órgão	04	SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
Unidade	01	Educação	
Função	12	Educação	
Sub-função	365	Educação Infantil	
Programa	0006	EDUCAÇÃO PARA TODOS	
Atividade	2009	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Elemento	3.1.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.18	R\$50.000,00

Órgão	04	SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
-------	----	--	--

Unidade	01	Educação	
Função	12	Educação	
Sub-função	365	Educação Infantil	
Programa	0006	EDUCAÇÃO PARA TODOS	
Projeto	1010	AMPLIAÇÃO E REFORMA DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL RAO DE SOL	
Elemento	4.4.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.01	R\$80.000,00

Órgão	04	SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
Unidade	01	Educação	
Função	12	Educação	
Subfunção	361	Ensino Fundamental	
Programa	0006	EDUCAÇÃO PARA TODOS	
Projeto	1044	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL	
Elemento	4.4.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.01	R\$10.000,00

Órgão	04	SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
Unidade	01	Educação	
Função	12	Educação	
Subfunção	361	Ensino Fundamental	
Programa	0006	EDUCAÇÃO PARA TODOS	
Projeto	1011	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS P/ TRANSP. ESCOLAR	
Elemento	4.4.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.01	R\$10.000,00

Órgão	06	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Unidade	01	Obras e Serviços Públicos	
Função	26	Transporte	
Subfunção	782	Transporte Rodoviário	
Programa	0015	ESTRADAS VICINAIS	
Projeto	1022	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, CAMINHÕES E EQUIPAMENTOS P/ SECRET. DE OBRAS	
Elemento	4.4.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$50.000,00

Órgão	06	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Unidade	01	Obras e Serviços Públicos	
Função	15	Urbanismo	
Subfunção	452	Serviços Urbanos	
Programa	0011	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	
Projeto	1036	AMPLIAÇÃO DA REDE DE ENERGIA ELÉTRICA NO MUNICÍPIO	
Elemento	4.4.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$26.000,00

Órgão	08	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade	01	Fundo Municipal de Assistência Social	
Função	08	Assistência Social	
Sub-função	244	Assistência Comunitária	
Programa	0018	ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO	
Projeto	1031	CONSTRUÇÃO DO CRAS	
Elemento	4.4.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$50.000,00

Órgão	09	SECRET. MUNIC. DE TURISMO E DESENV. ECON.	
Unidade	02	INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	
Função	22	Indústria	
Sub-função	661	Promoção Industrial	
Programa	0005	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	

Projeto	1007	INCENTIVO AÀ IMPLANTAÇÃO DE INDÚSTRIAS	
Elemento	4.4.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$20.000,00
Órgão	09	SECRET. MUNIC. DE TURISMO E DESENV. ECON.	
Unidade	02	INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	
Função	22	Indústria	
Sub-função	661	Promoção Industrial	
Programa	0005	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
Projeto	1045	CONSTRUÇÃO DE PAVILHÃO PARA INCUBATÓRIO INDUSTRIAL	
Elemento	4.4.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$10.000,00
Órgão	09	SECRET. MUNIC. DE TURISMO E DESENV. ECON.	
Unidade	02	INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	
Função	23	Comércio e Serviços	
Sub-função	692	Comercialização	
Programa	0005	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
Projeto	1047	CONSTRUÇÃO DO CENTRO COMERCIAL INDUSTRIAL	
Elemento	4.4.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$10.000,00

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em Exercício de Nova Erechim (SC), em 05 de novembro de 2019.

RAMIREZ TAPIA

Prefeito em Exercício

DECRETO Nº 289/2019 DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

Publicação Nº 2217682

DECRETO Nº 289, de 25 de Outubro de 2019

Dispõe sobre a regulamentação da abertura de crédito adicional suplementar.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei Municipal nº 1875, de 27 de Novembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentada a abertura de Crédito adicional suplementar, na Prefeitura Municipal de Nova Erechim, no valor de R\$40.000,00 (Quarenta mil reais) destinado a Suplementar o seguinte Projeto/Atividade:

Órgão	04	SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
Unidade	01	Educação	
Função	12	Educação	
Sub-função	365	Ensino Infantil	
Programa	0006	EDUCAÇÃO PARA TODOS	
Atividade	2009	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Elemento	3.3.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.01	R\$40.000,00

Art. 2º Os recursos destinados a atender a abertura do Crédito Adicional Suplementar, referido no artigo anterior, decorrerão da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	04	SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
Unidade	01	Educação	
Função	12	Educação	
Sub-função	365	Ensino Infantil	
Programa	0006	EDUCAÇÃO PARA TODOS	

Atividade	2009	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Elemento	3.3.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$40.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC),
em 25 de Outubro de 2019.

RAMIREZ TAPIA

Prefeito Municipal em exercício

LEANDRO DA SILVA

Secretário de Administração, Finanças e Planejamento

DECRETO Nº 296/2019 DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

Publicação Nº 2217689

	Estado de Santa Catarina Município de Nova Erechim Av. Francisco Ferdinando Losina 139 – Centro – CNPJ: 83.021.840/0001-68 Fone: 49 3333 3100 - E-mail: prefeitura@novaerechim.sc.gov.br
--	---

DECRETO Nº 296, de 31 de Outubro de 2019.

Dispõe sobre a regulamentação da abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei Municipal nº 1875, de 27 de Novembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentada a abertura de Crédito adicional suplementar, no Fundo Municipal de Saúde de Nova Erechim, no valor de R\$53.851,27 (Cinquenta e três mil, oitocentos e cinquenta e um reais e vinte e sete centavos) destinado a Suplementar o seguinte Projeto/Atividade:

Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE	
Unidade	01	Fundo Municipal de Saúde	
Função	10	Saúde	
Sub-função	304	Vigilância Sanitária	
Programa	0009	SAÚDE PARA TODOS	
Atividade	2024	MANUT. DAS ATIV. DE SAÚDE-VIGILÂNCIA EM SAÚDE	
Elemento	3.3.90.00	Aplicações Diretas D.R. 3.738	R\$53.851,27

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar mencionado nos Art. 1º utilizamos os recursos do superávit do exercício de 2018, conforme art. 5º § 1º inciso II da Lei Orçamentária nº1875/2018 e art. 7º da Lei Federal nº4.320/64.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC),
em 31 de Outubro de 2019.

RAMIREZ TAPIA

Prefeito Municipal em exercício

LEANDRO DA SILVA

Secretário da Administração, Finanças e Planejamento

DECRETO Nº 299/2019 DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

Publicação Nº 2217685

	Estado de Santa Catarina Município de Nova Erechim Av. Francisco Ferdinando Losina 139 – Centro – CNPJ: 83.021.840/0001-68 Fone: 49 3333 3100 - E-mail: prefeitura@novaerechim.sc.gov.br
--	---

DECRETO Nº 299, de 31 de Outubro de 2019.

Dispõe sobre a regulamentação da abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei Municipal nº 1875, de 27 de Novembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentada a abertura de Crédito adicional suplementar, no Fundo Municipal de Saúde de Nova Erechim, no valor de R\$169.000,00 (Cento e sessenta e nove mil reais) destinado a Suplementar o seguinte Projeto/Atividade:

Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE	
Unidade	01	Fundo Municipal de Saúde	
Função	10	Saúde	
Sub-função	301	Atenção Básica	
Programa	0009	SAÚDE PARA TODOS	
Atividade	2021	MANUT. DAS ATIV. DE SAÚDE NO MUNICÍPIO	
Elemento	3.3.93.00	Aplicações Diretas Dec. De Operações entre Órgãos D.R. 0.102	R\$169.000,00

Art. 2º Os recursos destinados a atender a abertura do Crédito Adicional Suplementar, referido no artigo anterior, decorrerão da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE	
Unidade	01	Fundo Municipal de Saúde	
Função	10	Saúde	
Sub-função	301	Atenção Básica	
Programa	0009	SAÚDE PARA TODOS	
Atividade	2021	MANUT. DAS ATIV. DE SAÚDE NO MUNICÍPIO	
Elemento	3.3.50.00	Transf. A Inst. Privadas sem Fins Lucrativos D.R. 0.102	R\$ 69.000,00
Elemento	3.3.90.00	Aplicações Diretas D.R. 0.102	R\$100.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC),
em 31 de Outubro de 2019.

RAMIREZ TAPIA

Prefeito Municipal em exercício

LEANDRO DA SILVA

Secretário da Administração, Finanças e Planejamento

DECRETO Nº 301/2019 DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

Publicação Nº 2217691

	Estado de Santa Catarina Município de Nova Erechim Av. Francisco Ferdinando Losina 139 – Centro – CNPJ: 83.021.840/0001-68 Fone: 49 3333 3100 - E-mail: prefeitura@novaerechim.sc.gov.br
--	---

DECRETO Nº 301, de 31 de Outubro de 2019.

Dispõe sobre a regulamentação da abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei Municipal nº 1875, de 27 de Novembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentada a abertura de Crédito adicional suplementar, no Fundo Municipal de Saúde de Nova Erechim, no valor de R\$55.000,00 (Cinquenta e cinco mil reais) destinado a Suplementar o seguinte Projeto/Atividade:

Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE	
Unidade	01	Fundo Municipal de Saúde	
Função	10	Saúde	
Sub-função	301	Atenção Básica	
Programa	0009	SAÚDE PARA TODOS	
Atividade	2022	MANUT. DAS ATIV. DE SAÚDE-ATENÇÃO BÁSICA.	
Elemento	3.1.90.00	Aplicações Diretas D.R. 1.238	R\$55.000,00

Art. 2º Os recursos destinados a atender a abertura do Crédito Adicional Suplementar, referido no artigo anterior, decorrerão da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE	
Unidade	01	Fundo Municipal de Saúde	
Função	10	Saúde	
Sub-função	301	Atenção Básica	
Programa	0009	SAÚDE PARA TODOS	
Atividade	2022	MANUT. DAS ATIV. DE SAÚDE-ATENÇÃO BÁSICA.	
Elemento	3.3.90.00	Aplicações Diretas D.R. 1.038	R\$55.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC),
em 31 de Outubro de 2019.

RAMIREZ TAPIA

Prefeito Municipal em exercício

LEANDRO DA SILVA

Secretário da Administração, Finanças e Planejamento

LEI MUNICIPAL Nº 1.902/2019 DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2217670

LEI MUNICIPAL Nº 1.902 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

RAMIREZ TAPIA, Prefeito em Exercício de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a movimentação de dotações orçamentárias, no Orçamento do Município de Nova Erechim, no valor de R\$ 326.000,00 (Trezentos e vinte e seis mil reais), destinado a suplementar o seguinte Projeto/Atividade:

Órgão	03	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
Unidade	01	Administração	
Função	04	Administração	
Subfunção	846	Outros Encargos Especiais	
Programa	0003	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
Op. Especial	0005	PRECATÓRIOS E AÇÕES DE PEQUENO VALOR	
Elemento	3.3.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$ 14.000,00

Órgão	03	ADMINISTRAÇÃO	
Unidade	02	Finanças	
Função	04	Administração	
Sub-função	123	Administração Financeira	
Programa	0004	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	
Atividade	2005	MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	
Elemento	3.3.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$ 2.000,00

Órgão	04	SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
Unidade	01	Educação	
Função	12	Educação	
Subfunção	361	Ensino Fundamental	
Programa	0006	EDUCAÇÃO PARA TODOS	
Atividade	2007	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	
Elemento	3.1.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.19	R\$10.000,00
Elemento	3.3.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.01	R\$15.000,00
Órgão	04	SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
Unidade	01	Educação	
Função	12	Educação	
Subfunção	361	Ensino Fundamental	
Programa	0006	EDUCAÇÃO PARA TODOS	
Atividade	2010	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	
Elemento	3.1.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.01	R\$25.000,00
Órgão	04	SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
Unidade	01	Educação	
Função	12	Educação	
Subfunção	365	Educação Infantil	
Programa	0006	EDUCAÇÃO PARA TODOS	
Atividade	2036	MANUTENÇÃO DA CRECHE MUNICIPAL	
Elemento	3.1.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.18	R\$50.000,00
Órgão	04	SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
Unidade	01	Educação	
Função	12	Educação	
Subfunção	361	Ensino Fundamental	
Programa	0006	EDUCAÇÃO PARA TODOS	
Projeto	1033	AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS - ENSINO FUNDAMENTAL	
Elemento	4.4.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.01	R\$30.000,00
Órgão	04	SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
Unidade	01	Educação	
Função	12	Educação	
Subfunção	365	Educação Infantil	
Programa	0006	EDUCAÇÃO PARA TODOS	
Projeto	1034	AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS – EDUCAÇÃO INFANTIL	
Elemento	4.4.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.01	R\$60.000,00
Órgão	08	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade	01	Fundo Municipal de Assistência Social	
Função	08	Assistência Social	
Sub-função	244	Assistência Comunitária	
Programa	0018	ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO	
Atividade	2043	MANUTENÇÃO DO BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
Elemento	3.3.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$20.000,00
Órgão	08	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade	01	Fundo Municipal de Assistência Social	
Função	16	Habitação	

Subfunção	244	Assistência Comunitária	
Programa	0014	HABITAÇÃO POPULAR	
Projeto	1035	PROGRAMA HABITAÇÕES POPULARES	
Elemento	4.5.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.01	R\$100.000,00

Art. 2º Os recursos destinados a atender a abertura do Crédito Adicional Suplementar, referido no artigo anterior, decorrerão da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	04	SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
Unidade	01	Educação	
Função	12	Educação	
Sub-função	361	Ensino Fundamental	
Programa	0006	EDUCAÇÃO PARA TODOS	
Atividade	2006	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Elemento	3.3.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.19	R\$10.000,00

Órgão	04	SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
Unidade	01	Educação	
Função	12	Educação	
Sub-função	365	Educação Infantil	
Programa	0006	EDUCAÇÃO PARA TODOS	
Atividade	2009	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Elemento	3.1.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.18	R\$50.000,00

Órgão	04	SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
Unidade	01	Educação	
Função	12	Educação	
Sub-função	365	Educação Infantil	
Programa	0006	EDUCAÇÃO PARA TODOS	
Projeto	1010	AMPLIAÇÃO E REFORMA DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL RAO DE SOL	
Elemento	4.4.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.01	R\$80.000,00

Órgão	04	SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
Unidade	01	Educação	
Função	12	Educação	
Subfunção	361	Ensino Fundamental	
Programa	0006	EDUCAÇÃO PARA TODOS	
Projeto	1044	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL	
Elemento	4.4.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.01	R\$10.000,00

Órgão	04	SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
Unidade	01	Educação	
Função	12	Educação	
Subfunção	361	Ensino Fundamental	
Programa	0006	EDUCAÇÃO PARA TODOS	
Projeto	1011	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS P/ TRANSP. ESCOLAR	
Elemento	4.4.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.01	R\$10.000,00

Órgão	06	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Unidade	01	Obras e Serviços Públicos	
Função	26	Transporte	
Subfunção	782	Transporte Rodoviário	
Programa	0015	ESTRADAS VICINAIS	

Projeto	1022	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, CAMINHÕES E EQUIPAMENTOS P/ SECRET. DE OBRAS	
Elemento	4.4.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$50.000,00
Órgão	06	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Unidade	01	Obras e Serviços Públicos	
Função	15	Urbanismo	
Subfunção	452	Serviços Urbanos	
Programa	0011	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	
Projeto	1036	AMPLIAÇÃO DA REDE DE ENERGIA ELÉTRICA NO MUNICÍPIO	
Elemento	4.4.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$26.000,00
Órgão	08	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade	01	Fundo Municipal de Assistência Social	
Função	08	Assistência Social	
Sub-função	244	Assistência Comunitária	
Programa	0018	ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO	
Projeto	1031	CONSTRUÇÃO DO CRAS	
Elemento	4.4.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$50.000,00
Órgão	09	SECRET. MUNIC. DE TURISMO E DESENV. ECON.	
Unidade	02	INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	
Função	22	Indústria	
Sub-função	661	Promoção Industrial	
Programa	0005	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
Projeto	1007	INCENTIVO À IMPLANTAÇÃO DE INDÚSTRIAS	
Elemento	4.4.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$20.000,00
Órgão	09	SECRET. MUNIC. DE TURISMO E DESENV. ECON.	
Unidade	02	INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	
Função	22	Indústria	
Sub-função	661	Promoção Industrial	
Programa	0005	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
Projeto	1045	CONSTRUÇÃO DE PAVILHÃO PARA INCUBATÓRIO INDUSTRIAL	
Elemento	4.4.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$10.000,00
Órgão	09	SECRET. MUNIC. DE TURISMO E DESENV. ECON.	
Unidade	02	INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	
Função	23	Comércio e Serviços	
Sub-função	692	Comercialização	
Programa	0005	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
Projeto	1047	CONSTRUÇÃO DO CENTRO COMERCIALEINDUSTRIAL	
Elemento	4.4.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$10.000,00

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em Exercício de Nova Erechim (SC), em 05 de novembro de 2019.

RAMIREZ TAPIA

Prefeito em Exercício

LEI MUNICIPAL Nº 1.903/2019 INSTITUI O PROJETO HABITACIONAL BEM VIVER E DISCIPLINA A ALIENAÇÃO E O FINANCIAMENTO DE IMÓVEIS PERTENCENTES AO PODER PÚBLICO DESTINADOS AO PROGRAMA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL.

Publicação Nº 2217676

LEI MUNICIPAL Nº 1.903 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019

Institui o Projeto Habitacional Bem Viver e disciplina a alienação e o financiamento de imóveis pertencentes ao Poder Público destinados ao Programa de Habitação de Interesse Social.

RAMIREZ TAPIA, Prefeito em Exercício de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a implantar, de acordo com o Sistema Municipal de Habitação de Interesse Social, o Projeto Habitacional Bem Viver, sobre o imóvel de matrícula n. 395 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Pinhalzinho-SC, onde se situa o Loteamento Municipal Bem Viver, incluído em Zona Especial de Interesse Social pela Lei Complementar n. 125, de 14 de dezembro de 2018, para atendimento a famílias cadastradas junto ao setor habitacional do município.

Art. 2º Para execução do Projeto Habitacional referido no art. 1º desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a:

I - Despender recursos financeiros para edificação de até 65 unidades habitacionais sobre os lotes que compõe o Loteamento Bem Viver, seguindo o Projeto Arquitetônico e Memorial Descritivo do Anexo I desta Lei;

II - Proceder à alienação onerosa dos 65 lotes urbanos do Loteamento Bem Viver, devidamente edificados, identificados no Projeto Geométrico que compõe o Anexo II desta Lei, mediante contrato de financiamento habitacional que será firmado com os beneficiários, cadastrados junto à Secretaria de Assistência Social e devidamente selecionados nos termos desta Lei.

§ 1º. O Lote n. 01 da Quadra n. 102 e o Lote n. 01 da Quadra n. 100 não serão neste momento edificados e alienados, devido à metragem dos mesmos, ficando disponíveis para posterior utilização pelo poder público.

§ 2º. Para atendimento aos fins sociais do Programa, cada lote será alienado pelo preço de R\$ 10,00 (dez reais) ao metro quadrado e a edificação pelo valor de até R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).

Art. 3º Os beneficiários serão selecionados mediante processo específico baixado por Edital do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, cujos pretendentes deverão obedecer às seguintes condições a serem verificadas no ato da inscrição e conferidas por ocasião da entrega do imóvel:

I - não possuir outros bens imóveis no Município de Nova Erechim;

II - não ter sido atendido por alguma política habitacional através de financiamento público;

III - não possuir renda mensal familiar superior a 3 (três) salários mínimos;

IV- ser casado(a), manter união estável, solteiro(a), viúvo(a), separado(a) com guarda de filhos, ainda que compartilhada, termo de guarda de menores, aposentado ou titular de benefícios de prestação continuada de caráter assistencial;

V- Residir no Município de Nova Erechim há mais de 04 (quatro) anos consecutivos em período imediatamente anterior à inscrição;

VI – Ser maior de dezoito anos ou emancipado;

VII – estar inscrito no CadÚnico;

VIII – estar adimplente com o município.

§ 1º As Inscrições somente serão efetivadas após a entrega das cópias de todos os documentos em um único tempo.

§ 2º Será alienado apenas um lote edificado por família, afastada a possibilidade de nova aquisição.

§ 3º A família inscrita que se afastar do Município terá sua inscrição cancelada.

§ 4º Em caso de separação, para casal com filhos, permanecerá com direito à inscrição o cônjuge que ficar com a guarda dos filhos.

§ 5º A apresentação ou declaração incorreta dos dados fornecidos dolosamente para a inscrição e obtenção do imóvel implicará, no momento em que for constatada, no afastamento do mutuário da lista classificatória ou a anulação do contrato.

§ 6º Se ocorrer à vacância do imóvel, durante o tempo em que perdurar o contrato, o Executivo Municipal poderá aliená-lo à outra família devidamente inscrita no Programa de Habitação Popular do Município.

§ 7º A Secretaria Municipal de Assistência Social efetuará, previamente, o cadastro das famílias residentes no Município e que possam se enquadrar nos requisitos para aquisição imóvel.

§ 8º Ficam reservados, em caso de fração por inteiro, de acordo com a Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2013, 3% (três por cento) das unidades habitacionais para idosos.

§ 9º Ficam reservados, em caso de fração por inteiro, de acordo com a Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, 3% (três por centos) das unidades habitacionais, para pessoas com deficiência.

Art. 4º Os critérios de pontuação para seleção dos candidatos inscritos serão definidos por Resolução do Conselho Municipal de Habitação, seguindo os requisitos do artigo 3º desta Lei.

Art. 5º O valor total do imóvel, compreendendo o terreno e a casa, poderá ser pago em até 15 (quinze) anos, em parcelas mensais e sucessivas corrigidas pelo Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM.

§ 1º Para o fim do disposto neste artigo, será firmado com o adquirente, um Contrato de Compromisso de Compra e Venda, no qual constará que a Escritura Pública de transferência somente será outorgada após a liquidação integral do débito.

§ 2º O adquirente será responsável por todos os custos e encargos decorrentes da outorga de Escritura Pública e seu registro, correspondente à aquisição, bem como sobre o registro do Contrato de Compromisso de Compra e Venda junto ao Registro de Imóveis da Comarca.

§ 3º Fica estabelecido que o pagamento das prestações terá início um mês após a entrega da unidade habitacional ao respectivo adquirente.

Art. 6º O atraso no pagamento de 06 (seis) parcelas mensais, consecutivas ou alternadas, ensejará a rescisão do contrato, retornando o imóvel ao patrimônio do Município, com todas as benfeitorias nele existentes, restando ao comprador apenas o direito por eventual

acréscimo na área construída, o que será verificado em procedimento específico.

Art. 7º Os interessados deverão formalizar sua inscrição junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, cujo processo respeitará as condições estabelecidas na presente Lei e na Resolução correspondente.

Art. 8º A casa não poderá ser alugada e nem ser objeto de instalação exclusivamente comercial pelo período de 15 (quinze) anos ou até que seja quitado o financiamento habitacional.

Art. 9º Após a entrega do imóvel edificado a família tem prazo de até 30 (trinta) dias para habitá-lo.

Art. 10. O processo de escolha do lote dentre o total disponível será realizado por sorteio dos lotes, não sendo permitida a troca entre os beneficiários.

Art. 11. Os recursos advindos com a alienação dos imóveis serão depositados em conta específica do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social para sua aplicação em novos investimentos desta natureza.

Art. 12. O Poder Executivo Municipal poderá baixar normas regulamentares para dar melhor entendimento e adequação desta Lei aos fins sociais nela previstos.

Art. 13. As despesas decorrentes deste Programa correrão por conta do orçamento do Fundo Municipal de Habitação.

Art. 14. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício de Nova Erechim (SC), em 05 de Novembro de 2019.

RAMIREZ TAPIA

Prefeito em Exercício

ANEXO I

Projeto Arquitetônico e Memorial Descritivo (da unidade habitacional)

ANEXO II

Projeto Geométrico do Loteamento Bem Viver

PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2019 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE ESTRUTURA E ORNAMENTAÇÕES NATALINAS COM APRESENTAÇÃO DAS LUZES DANÇANTES PARA O MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC

Publicação Nº 2216619

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 93/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2019

Ramirez Tapia, Prefeito Municipal de Nova Erechim/SC, no uso das atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE ESTRUTURA E ORNAMENTAÇÕES NATALINAS COM APRESENTAÇÃO DAS LUZES DANÇANTES PARA O MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC. A abertura dos envelopes acontecerá às 09h15min do dia 18 de novembro de 2019, junto a Secretaria Municipal da Administração, sito à Avenida Francisco F. Losina n.º 139, Fone (49) 3333-3109, no Município de Nova Erechim/SC. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal ou e-mail licitacoes.ne@gmail.com

Nova Erechim (SC), em 05 de novembro de 2019.

RAMIREZ TAPIA

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 004/2019, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019 "INSTITUI O PROJETO "COMUNIDADE COM VOZ" NA CÂMARA DE VEREADORES DE NOVA ERECHIM/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Publicação Nº 2216738

RESOLUÇÃO Nº 004/2019, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

"INSTITUI O PROJETO "COMUNIDADE COM VOZ" NA CÂMARA DE VEREADORES DE NOVA ERECHIM/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA ERECHIM, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário

aprovou e fica promulgada a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica instituído pela Câmara de Vereadores de Nova Erechim/SC, nos termos que seguem, o Projeto "Comunidade com Voz".

Art. 2º O Projeto tem por objetivo estabelecer diálogo com as comunidades, colhendo propostas, sugestões, críticas, levando informações relativas a realidade do município e do trabalho legislativo, e dando encaminhamentos em forma de proposição, conforme o estabelecido no Regimento interno da Câmara.

Parágrafo único. As reuniões serão dirigidas pela Mesa Diretora da Câmara, dentro das atribuições previstas no Regimento Interno da Câmara.

Art. 3º As reuniões ocorrerão obedecendo a seguinte sistemática:

I- abertura pelo Presidente ou seu substituto legal que fará a exposição do rito em que se desenvolverá a reunião.

II- concessão do uso da palavra a todos os Presidentes de Associações de Bairro ou Comunidades do Interior, da região em que ocorrer a reunião, sendo concedido a cada orador o tempo de 5 minutos.

III- em seguida será concedida a palavra a todos os participantes previamente inscritos, pelo período de 3 minutos, para cada manifestação.

IV- por fim, os Vereadores terão cada um 3 minutos para se manifestar.

§ 1º O Presidente da Associação, da Comunidade do Interior poderá ser substituído por um representante designado pelo mesmo, na etapa prevista no inciso II.

§ 2º Terão prioridade de manifestação na etapa prevista no inciso III os moradores da região em que ocorrer a reunião e que especificarem o tema a ser abordado.

§ 3º O número de manifestações será definida previamente pela Mesa Diretora da Câmara, após serem ouvidas as associações comunitárias participantes da reunião.

§ 4º A ordem das manifestações se dará de acordo com o livro de inscrição a ser disponibilizado pela Mesa Diretora.

§ 5º O Presidente da Câmara poderá cassar a palavra do participante que faltar com respeito quando da sua manifestação.

Art. 4º Todas as propostas apresentadas na reunião serão relatadas em ata pela assessoria da Casa, e transformadas posteriormente, em proposições a serem apresentadas nas sessões ordinárias nos termos regimentais.

Art. 5º As propostas verbais serão apresentadas em forma de proposição pela Mesa Diretora, salvo, quando o manifestante requerer que a proposta seja encaminhada especificamente por um vereador.

Art. 6º As propostas poderão ser apresentadas por escrito, direcionadas à Casa ou especificamente a vereador.

Art. 7º A Câmara propiciará aos participantes, a utilização de formulários próprios adequados à apresentação das propostas, e distribuirá "folders" explicativos, contendo os tipos de proposições previstas no Regimento Interno da Câmara e seu conceito.

Art. 8º As datas, locais, horários e a região de abrangência das reuniões serão definidas pela Mesa Diretora após serem ouvidos os representantes das comunidades rurais e urbanas, admitindo o agendamento por motivação das comunidades.

Art. 9º A participação dos vereadores nas reuniões não será obrigatória.

Art. 10 As reuniões não poderão ocorrer em dias de realização de Sessões Ordinárias ou Extraordinárias.

Art. 11 Em cada período legislativo poderá ocorrer, por decisão da Mesa, reuniões prévias as reuniões previstas nos termos dessa Resolução, direcionadas exclusivamente a participação dos representantes de Associações, a fim de discutir a implementação do Projeto "Comunidade com Voz" e as questões de interesse do município.

Art. 12 Os casos omissos desta Resolução serão resolvidos de acordo com os preceitos do Regimento Interno da Câmara.

Art. 13 As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 14 Essa Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Câmara Municipal de Nova Erechim, 04 de Novembro de 2019.

ELENI REMUS DAL VESCO
PRESIDENTE DA MESA DIRETORA

LUIZ CARLOS SILVANO
VICE- PRESIDENTE

RAFAEL KNAKIEWICZ
1º SECRETÁRIO

DIRLEI JOSÉ PIROVANO
2º SECRETÁRIO

Nova Trento

PREFEITURA

DECRETO Nº 163/2019

Publicação Nº 2217680

Decreto nº 163, de 11 de setembro de 2019

Abre Crédito Adicional Suplementar, dentro da Lei Orçamentária Anual de 2019 e dá outras Providências.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32, inciso I da Lei nº 2.691/2018 – Lei de Diretrizes Orçamentárias;

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em até R\$ 165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais), por conta do provável excesso de arrecadação apurado na fonte "00" – Recursos Próprios, a(s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante na Lei Orçamentária Anual de 2019, (Lei Municipal nº 2.694/2018):

0801 – Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	SUPLEMENTAÇÃO	165.000,00
0801.1.026	Aquisição de um Terreno para construção da Praça	
4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0 0.000000	Aplicação Diretas	165.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 11 de setembro de 2019.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Jucelino Marino Chini

Secretário M. Administração e Finanças

Registrado o presente decreto nesta Prefeitura, e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

DECRETO Nº 164/2019

Publicação Nº 2217683

Decreto nº 164, de 11 de setembro de 2019

Faz remanejamento de dotação na Lei Orçamentária para o exercício de 2019 e dá outras providências.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, §§ 3º e 4º e art. 17, §4º da Lei Municipal nº 2.691/2018 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019,

Considerando, a necessidade de recursos das fontes 0.3.06.000000, Aplicações Diretas; 0.1.12.000000, Aplicações Diretas; 0.1.01.000000 – Aplicações Diretas;

Considerando, que essa necessidade de recursos pode ser atendida com o remanejamento de recursos dos seguintes projetos: (Projeto/Atividade-1.001): Ampliação e Reforma Rede Física do Ensino Fundamental; (Projeto/Atividade-1.003): Ampliação e Reforma Rede Física do Ensino Infantil; (Projeto/Atividade – 2.013): Manutenção do Ensino Fundamental; (Projeto/Atividade – 2.017): Remuneração de profissionais do Magistério Efetivo Exercício – Ensino Infantil;

Considerando, que esses remanejamentos de dotações se darão dentro da própria Secretaria Municipal de Educação, sem prejuízo das ações programadas para esta Secretaria; DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária para 2018, Lei Municipal nº 2.662/2017:

02 – Gabinete do Prefeito

03 – Diretoria de Controle Interno

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	REDUÇÃO	1.820,00
0203.2.004	Manutenção da Diretoria de Controle Interno	
4.4.90.00.00.00.00.00 1.00.000000	Aplicações Diretas	1.820,00

	SUPLEMENTAÇÃO	1.820,00
0203.2.004	Manutenção da Diretoria de Controle Interno	
3.3.90.00.00.00.00.00.0 1.00.000000	Aplicações Diretas	1.820,00

04 – Secretaria Municipal de Educação

02 – Fundo Municipal de Desenvolvimento da Educação Básica

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	REDUÇÃO	169.544,47
0402.1.001	Ampliação da Rede Física do Ensino Fundamental	28.283,56
4.4.90.00.00.00.00.00.0 3.06.00000	Aplicações Diretas	28.283,56
0402.1.003	Ampliação e Reforma Rede Física do Ensino Infantil	15.680,91
4.4.90.00.00.00.00.00.0 3.06.00000	Aplicações Diretas	15.680,91
0402.2.013	Manutenção do Ensino Fundamental	5.580,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0 1.01.00000	Aplicações Diretas	5.580,00
0402.2.017	Remuneração de Profissionais do Magistério Efetivo Exercício – Ensino Infantil	120.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.0 1.12.00000	Aplicações Diretas	120.000,00
	SUPLEMENTAÇÃO	169.544,47
0402.2.013	Manutenção do Ensino Fundamental	44.761,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0 1.01.00000	Aplicações Diretas	5.580,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0 3.06.00000	Aplicações Diretas	39.181,00
0402.2.015	Manutenção das Creches	4.783,47
3.3.90.00.00.00.00.00.0 3.06.00000	Aplicações Diretas	4.783,47
0402.2.017	Remuneração de Profissionais do Magistério Efetivo Exercício – Ensino Infantil	120.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00.0 1.12.00000	Aplicações Diretas-Oper. Intra Orçamentárias	120.000,00

08 – Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento

01 – Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	REDUÇÃO	10.787,99
0801.2.057	Manutenção dos Serviços de Educação de Trânsito	
3.3.90.00.00.00.00.00.0 0.3.16.000101	Aplicações Diretas	10.787,99
	SUPLEMENTAÇÃO	10.787,99
0801.2.057	Manutenção dos Serviços de Educação de Trânsito	
4.4.90.00.00.00.00.00.0 0.3.16.000101	Aplicações Diretas	10.787,99

02 – Fundo Municipal de Defesa Civil

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	REDUÇÃO	1.000,00
02.2.054	Manutenção do Fundo Municipal de Defesa Civil	
4.4.90.00.00.00.00.00.0 1.00.000000	Aplicações Diretas	1.000,00
	SUPLEMENTAÇÃO	
02.2.054	Manutenção do Fundo Municipal de Defesa Civil	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0 1.00.000000	Aplicações Diretas	1.000,00

Decreto nº 164/2019

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Trento, 11 de setembro de 2019.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Jucelino Marino Chini

Secretário M. Administração e Finanças

Registrado o presente Decreto nesta Prefeitura e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

DECRETO Nº 171/2019

Publicação Nº 2217684

Decreto nº 171, de 30 de setembro de 2019

Abre Crédito Adicional Suplementar, dentro da Lei Orçamentária Anual de 2018 e dá outras Providências.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32, inciso I da Lei nº 2.691/2018 – Lei de Diretrizes Orçamentárias;

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em até R\$ 143.094,03 (cento e quarenta e três mil, noventa e quatro reais e três centavos), por conta do provável excesso de arrecadação apurado nas fontes “00” – Recursos Próprios, a(s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante na Lei Orçamentária Anual de 2019, (Lei Municipal nº 2.694/2018):

0301 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	SUPLEMENTAÇÃO	106.000,00
0301.2.006	Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.00.000000	Aplicação Diretas	20.000,00
0301.2.008	Amortização do Déficit Atuarial	86.000,00
3.3.91.00.00.00.00.00 0.1.00.000000	Aplicação Diretas decorrente de Op. entre Órgãos	86.000,00

0801 – Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	SUPLEMENTAÇÃO	30.000,00
0801.2.055	Manutenção do STOSU e Planejamento	
3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.00.000000	Aplicação Diretas	30.000,00

02 – Fundo Municipal de Defesa Civil

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	SUPLEMENTAÇÃO	2.500,00
02.2.054	Manutenção do Fundo Municipal de Defesa Civil	
3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.00.000000	Aplicação Diretas	2.500,00

Decreto nº 171/2019

1001 – Secretaria Municipal de Esportes

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	SUPLEMENTAÇÃO	4.594,03
1001.1.017	Construção de um Centro de Eventos	
4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.00.000000	Aplicação Diretas	4.594,03

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 30 de setembro de 2019.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Jucelino Marino Chini

Secretário M. Administração e Finanças

Registrado o presente decreto nesta Prefeitura, e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

DECRETO Nº 172/2019

Publicação Nº 2217686

Decreto nº 172, de 30 de setembro de 2019

Abre Crédito Adicional Suplementar, dentro da Lei Orçamentária Anual de 2019 – Fundo Municipal de Saúde e dá outras Providências.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32, inciso I da Lei nº 2.691/2018 – Lei de Diretrizes Orçamentárias/2019; DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em até R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), por conta do provável excesso de arrecadação apurado na fonte

“746”, Transferência de Recursos SUS/União, Detalhamento: “99” Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, a(s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante na Lei Orçamentária Anual de 2019, (Lei Municipal nº 2.694/2018):

0501 – Fundo Municipal de Saúde

01 – Fundo Municipal de Saúde

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	SUPLEMENTAÇÃO	400.000,00
0501.2.028	Manutenção do Hospital	
3.3.90.00.00.00.00.00 0.2.28.000099	Aplicações Diretas	400.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 30 de setembro de 2019.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Jucelino Marino Chini

Secretário M. Administração e Finanças

Registrado o presente decreto nesta Prefeitura, e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

DECRETO Nº 178/2019

Publicação Nº 2217688

Decreto nº 178, de 09 de outubro de 2019

Faz remanejamento de dotação na Lei Orçamentária para o exercício de 2019 e dá outras providências.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, §§ 3º e 4º e art. 17, §4º da Lei Municipal nº 2.691/2018 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019,

Considerando, a necessidade de recursos das fontes 0.3.06.000000, Aplicações Diretas; 0.1.06.000000, Aplicações Diretas; 0.1.01.000000 – Aplicações Diretas;

Considerando, que essa necessidade de recursos pode ser atendida com o remanejamento de recursos dos seguintes projetos: (Projeto/Atividade-1.003): Ampliação e Reforma Rede Física do Ensino Infantil; (Projeto/Atividade – 1.004): Ampliação e Reforma da Secretaria de Educação; (Projeto/Atividade – 2.013): Manutenção do Ensino Fundamental; (Projeto/Atividade – 2.019): Manutenção do Transporte Escolar; ;

Considerando, que esses remanejamentos de dotações se darão dentro da próprias Secretaria Municipal de Educação, sem prejuízo das ações programadas para esta Secretaria; DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária para 2018, Lei Municipal nº 2.662/2017:

04 – Secretaria Municipal de Educação

02 – Fundo Municipal de Desenvolvimento da Educação Básica

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	REDUÇÃO	261.185,93
0402.1.003	Ampliação e Reforma Rede Física do Ensino Infantil	
4.4.90.00.00.00.00.00 3.06.00000	Aplicações Diretas	41.473,73
0402.1.004	Ampliação e Reforma da Secretaria da Educação	
4.4.90.00.00.00.00.00 1.06.00000	Aplicações Diretas	181.246,20
0402.2.013	Manutenção do Ensino Fundamental	
3.3.90.00.00.00.00.00 3.06.00000	Aplicações Diretas	156,00
4.4.90.00.00.00.00.00 3.06.00000	Aplicações Diretas	8.310,00
0402.2.019	Manutenção do Transporte Escolar	
3.3.90.00.00.00.00.00 1.01.00000	Aplicações Diretas	30.000,00
	SUPLEMENTAÇÃO	261.185,93
0402.1.003	Ampliação e Reforma Rede Física do Ensino Infantil	147.322,30
4.4.90.00.00.00.00.00 1.06.00000	Aplicações Diretas	147.322,30
0402.2.013	Manutenção do Ensino Fundamental	

3.3.90.00.00.00.00.00.0 1.01.00000	Aplicações Diretas	20.000,00
0402.2015	Manutenção das Creches	
3.3.90.00.00.00.00.00.0 1.01.00000	Aplicações Diretas	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0 1.06.00000	Aplicações Diretas	33.923,90
4.4.90.00.00.00.00.00.0 3.06.00000	Aplicações Diretas	49.939,73

06 – Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação

03 – Fundo Municipal da Infância e Adolescência

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	REDUÇÃO	16.284,80
0603.2.041	Funcionamento e Manutenção do FIA	
3.3.90.00.00.00.00.00.0 3.18.00000	Aplicações Diretas	16.284,80
	SUPLEMENTAÇÃO	16.284,80
0603.2.041	Funcionamento e Manutenção do FIA	
3.3.90.00.00.00.00.00.0 3.18.00000	Aplicações Diretas	16.284,80

08 – Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento

01 – Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	REDUÇÃO	2.000,00
0801.2.056	Melhoria e Ampliação do Cemitério Público	
4.4.90.00.00.00.00.00.0 0.1.00.000000	Aplicações Diretas	1.000,00
0801.2.057	Manutenção dos Serviços de Educação de Trânsito	
3.3.90.00.00.00.00.00.0 0.3.16.000101	Aplicações Diretas	1.000,00
	SUPLEMENTAÇÃO	2.000,00
0801.2.056	Melhoria e Ampliação do Cemitério Público	
3.3.90.00.00.00.00.00.0 0.1.00.000000	Aplicações Diretas	1.000,00
0801.2.057	Manutenção dos Serviços de Educação de Trânsito	
4.4.90.00.00.00.00.00.0 0.3.16.000101	Aplicações Diretas	1.000,00

11 – Encargos Gerais do Município

01 – Encargos Gerais do Município

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	REDUÇÃO	50.000,00
1101.1.001	Amortização de Dívidas	
4.6.90.00.00.00.00.00.0 1.00.000000	Aplicações Diretas	50.000,00
	SUPLEMENTAÇÃO	50.000,00
1101.1.001	Amortização de Dívidas	
3.2.90.00.00.00.00.00.0 1.00.000000	Aplicações Diretas	50.000,00

Decreto nº 178/2019

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Trento, 09 de outubro de 2019.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Jucelino Marino Chini

Secretário M. Administração e Finanças

Registrado o presente Decreto nesta Prefeitura e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

DECRETO Nº 179/2019

Publicação Nº 2217690

Decreto nº 179, de 09 de outubro de 2019

Abre Crédito Adicional Suplementar, dentro da Lei Orçamentária Anual de 2018 e dá outras Providências.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32, inciso I da Lei nº 2.691/2018 – Lei de Diretrizes Orçamentárias;

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em até R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), por conta do provável excesso de arrecadação apurado na fonte "00" – Recursos Próprios, R\$ 25.000,00 e na Fonte 04 – Iluminação Pública, R\$ 50.000,00, a(s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante na Lei Orçamentária Anual de 2019, (Lei Municipal nº 2.694/2018):

0801 – Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	SUPLEMENTAÇÃO	55.000,00
0801.2.056	Melhoria e Ampliação do Cemitério Público	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.00.000000	Aplicação Diretas	5.000,00
0801.2.058	Manutenção e Melhoria da Iluminação Pública	50.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.04.000000	Aplicação Diretas	50.000,00

1001 – Secretaria Municipal de Esportes

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	SUPLEMENTAÇÃO	20.000,00
1001.2.038	Apoio ao Esporte Amador	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.00.000000	Aplicações Diretas	20.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Decreto nº 179/2019

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 09 de outubro de 2019.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Jucelino Marino Chini

Secretário M. Administração e Finanças

Registrado o presente decreto nesta Prefeitura, e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

DECRETO Nº 182/2019

Publicação Nº 2217692

Decreto nº 182, de 17 de outubro de 2019

Faz Remanejamento de dotação Orçamentária – Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde e dá outras Providências.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, § 3º e 4º e art. 17, § 4º da Lei Municipal nº 2.691/2018 – Lei de Diretrizes Orçamentárias.

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação (s) abaixo identificada (s) e constante da Lei Orçamentária para 2019, Lei Municipal nº 2.694/2018:

05 - Secretaria Municipal de Saúde

01 - Fundo Municipal de Saúde

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	REDUÇÃO	50.000,00
0501.2.022	Ações de Atenção Básica	
3.3.90.00.00.00.00.00 0.2.28.000099	Aplicações Diretas	50.000,00
	SUPLEMENTAÇÃO	50.000,00
0501.2.022	Ações de Atenção Básica	
3.1.91.00.00.00.00.00 0.2.28.000099	Aplicações Diretas- Oper.Intra orçamentárias	50.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 17 de outubro de 2019.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Jucelino Marino Chini

Secretário M. Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente decreto nesta Prefeitura, e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

DECRETO Nº162/2019

Publicação Nº 2217678

Decreto nº 162, de 11 de setembro de 2019

Abre Crédito Adicional Suplementar, dentro da Lei Orçamentária Anual de 2019 e dá outras Providências.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32, inciso I da Lei nº 2.691/2018 – Lei de Diretrizes Orçamentárias;

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em até R\$ 80.260,00 (oitenta mil duzentos e sessenta reais), por conta do provável excesso de arrecadação apurado na fonte "00" – Recursos Próprios, a(s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante na Lei Orçamentária Anual de 2019, (Lei Municipal nº 2.694/2018):

0801 – Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	SUPLEMENTAÇÃO	80.260,00
0801.1.021	Aquisição de veículos e equipamentos rodoviários.	
4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0 0.000000	Aplicação Diretas	80.260,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 11 de setembro de 2019.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Jucelino Marino Chini

Secretário M. Administração e Finanças

Registrado o presente decreto nesta Prefeitura, e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 085/2019

Publicação Nº 2217212

Resultado Final – Processo Licitatório nº 123/2019 – Pregão Presencial nº 085/2019 - MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO

O Prefeito de Nova Trento torna público que na licitação em epígrafe, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada em assessoria em Medicina e Segurança do Trabalho, conforme quantidades e especificações constantes do anexo I que integra o presente edital. Houve a participação das seguintes empresas licitantes: CLINIMED SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA - ME (10642), PREVEN MED SAÚDE OCUPACIONAL LTDA (11371), CBM CENTRO BIOMÉDICO LTDA (11372), e IMPACTO ENGENHARIA DE SEGURANÇA E MEIO AMBIENTE LT (11374). DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO, CONSTATOU-SE A REGULARIDADE QUANTO AO SOLICITADO NO EDITAL. CONCEDIDA A PALAVRA AOS REPRESENTANTES, HOUVE MANIFESTAÇÃO QUANTO A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO. O REPRESENTANTE DA EMPRESA IMPACTO, QUESTIONOU SOBRE A VERACIDADE DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA, EMITIDO PELA INCASA, APRESENTADO PELA EMPRESA CLINIMED, ALEGA A EMPRESA IMPACTO QUE A DATA DO ATESTADO É POSTERIOR A DATA DE ACERVO TÉCNICO. O PREGOEIRO DECIDIU, ANTES DE ADJUDICAR O OBJETO AO VENCEDOR, CONSULTAR CREA/SC PARA SE CERTIFICAR DA VERACIDADE. O REPRESENTANTE DA EMPRESA PREVEN MED SAÚDE OCUPACIONAL LTDA (11371), DECIDIU INTERPOR RECURSO, ALEGANDO QUE: ATESTADO APRESENTADO PELA EMPRESA CLINIMED NÃO DEVERIA SER CONSIDERADO POR NÃO COINCIDIR COM ACERVO TÉCNICO APRESENTADO. TAMBÉM CITA QUE ALGUNS DOCUMENTOS NÃO FORAM APRESENTADOS EM VIA ORIGINAL E NEM AUTENTICADOS. Transcorrido o prazo legal para apresentação de recurso, constatou-se que as empresas que manifestaram interesse na sessão de 07/10/2019, em interpor recurso, não o fizeram. Não havendo recurso, declarasse vencedor do certame a empresa CLINIMED SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA - ME (10642) que apresentou melhor oferta e atendeu o solicitado no edital.

Nova Trento (SC), 16 de outubro de 2019.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 047/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 095/2019

Publicação Nº 2217675

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Página: 1/7
Processo Nº.: 135/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 95/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 47/2019

No dia 5 do mês de Novembro do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.925.025/0001-60, com sede administrativa localizada na RUA SANTO INACIO 126, bairro CENTRO, CEP nº. 88270-000, nesta cidade de Nova Trento/SC, representado pelo(a) PREFEITO, o Sr(a). GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, inscrito no CPF sob o nº. 032.953.809-88, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 95/2019, Processo Licitatório nº. 135/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS OPERACIONAIS PARA USO DO 3º/3º/13º BBM, PARA FORNECIMENTO AO LONGO DE 12 (DOZE) MESES, SEGUNDO A CONVENIÊNCIA DO FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
11392	BLACK COTTON COMERCIO VAREJISTA LTDA	15, 16
11391	HASIC DISTRIBUIDORA EIRELI	2, 6, 7, 9, 14, 17, 19, 21, 25, 28
6828	SERMEDICALL ARP EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA.	8, 11, 12, 13, 18, 20, 22, 26

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
BLACK COTTON COMERCIO VAREJISTA LTDA	04.845.540/0001-27	RODRIGO S DA SILVEIRA 4899992653	004.646.169-80
HASIC DISTRIBUIDORA EIRELI	24.586.113/0001-89	ROBERTO LUIS MARTINS 473330213	666.657.019-72
SERMEDICALL ARP EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA.	93.726.446/0001-89	JOAO PAULO VIERA 4832570799	959.369.470-68

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS PARA SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS OPERACIONAIS PARA USO DO 3º/3º/13º BBM, PARA FORNECIMENTO AO LONGO DE 12 (DOZE) MESES, SEGUNDO A CONVENIÊNCIA DO FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6828 - SERMEDICALL ARP EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA.						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
8	CHAVE PARA MANGUEIRA DUPLA TIPO STORZ DE 1 ½" X 2 1/2"	UND	METALCAST	10,000	9,9000	99,00
11	ADAPTADOR 2 ½ POLEGADAS	UND	METALCAST	3,000	48,0000	144,00
12	REDUÇÃO FIXA STORZ DE 63MM X 38MM	UND	METALCAST	3,000	75,0000	225,00
13	LUVA PARA RESGATE VEICULAR	UND	EMERTECH	15,000	190,0000	2.850,00
18	FREIO OITO - TIPO MORCEGO EM ALUMÍNIO	UND	ALPEN PASS	4,000	170,0000	680,00
20	CINTO DE SEGURANÇA E RESGATE 5 (CINCO) PONTOS PARA TRABALHO EM PLANOS VERTICAIS	UND	MG CINTO	2,000	600,0000	1.200,00
22	LÍQUIDO GERADOR DE ESPUMA (LGE) 3% - 6%	UND	LIOVAC	10,000	363,2200	3.632,20
26	SOPRADOR A COMBUSTÃO PARA COMBATE A INCÊNDIO FLORESTAL	UND	MAKITA	1,000	3.480,0000	3.480,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Página: 2/7
 Processo Nº.: 135/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 95/2019

Fornecedor: 11391 - HASIC DISTRIBUIDORA EIRELI

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	LUVA DE COMBATE A INCÊNDIO	UND	JOBE LUVE	13,000	580,0000	7.540,00
6	MANGUEIRA DE COMBATE A INCÊNDIO 1 1/2"	UND	IMASP T. 4	10,000	625,0000	6.250,00
7	MANGUEIRA DE COMBATE A INCÊNDIO 2 1/2"	UND	IMASP T. 4	5,000	760,0000	3.800,00
9	CHAVE DE HIDRANTE TIPO "T"	UND	MEC REUNID	1,000	700,0000	700,00
14	RESPIRADOR PARA INCÊNDIO FLORESTAL (TIPO "BANDIT")	UND	JOBE LUV M.	15,000	265,0000	3.975,00
17	CABO PARA SALVAMENTO EM ALTURA - 100 METROS	UND	POLARIS	1,000	900,0000	900,00
19	CAPACETE PARA SALVAMENTO EM ALTURA	UND	MONTANA FC	10,000	155,0000	1.550,00
21	TRIÂNGULO/FRALDÃO DE RESGATE	UND	ALTO ESTILO	2,000	360,0000	720,00
25	CONJUNTO DE APROXIMAÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO FLORESTAL	UND	JOB LUV CJ F	4,000	1.600,0000	6.400,00
28	EQUIPAMENTO PORTÁTIL PARA FORMAÇÃO DE ESPUMA	UND	TFT - PROPAL	1,000	7.300,0000	7.300,00

Fornecedor: 11392 - BLACK COTTON COMERCIO VAREJISTA LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
15	ROUPA NEOPRENE PARA ÁGUAS RÁPIDAS	UND	AGUA RARA	6,000	625,0000	3.750,00
16	BOTA PARA ÁGUAS RÁPIDAS	UND	AGUA RARA	10,000	122,0000	1.220,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Página: 3/7
Processo Nº.: 135/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 95/2019

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Página: 4/7
Processo Nº.: 135/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 95/2019

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Página: 5/7
Processo Nº.: 135/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 95/2019

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Página: 6/7
Processo Nº.: 135/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 95/2019

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO**

Página: 7/7
Processo Nº.: 135/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 95/2019

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Trento para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Nova Trento, 5 de Novembro de 2019.

**GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
PREFEITO**

Empresas Participantes:

BLACK COTTON COMERCIO VAREJISTA LTDA

CNPJ: 04.845.540/0001-27

HASIC DISTRIBUIDORA EIRELI

CNPJ: 24.586.113/0001-89

SERMEDICALL ARP EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA.

CNPJ: 93.726.446/0001-89

Nova Veneza

PREFEITURA

DECRETO N.º 488, DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2216372

DECRETO N.º 488, DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.

"HOMOLOGA RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - CMS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1.030, de 10 de setembro de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a Resolução n.º 020/CMS/2019, n.º 021/CMS/2019 e n.º 022/CMS/2019 do Conselho Municipal de Saúde – CMS, datada de 27 de setembro de 2019, anexa a este Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 01 de outubro de 2019.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado em 01 de outubro de 2019.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO N.º 514, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2216369

DECRETO N.º 514, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019.

"ABRE, AO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA, EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 800.000,00 POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o art. 9º, inciso IV, da Lei Municipal n.º 2.656, de 14 de novembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, ao Orçamento Fiscal do Município de Nova Veneza (Lei Municipal n.º 2.656, de 14 de novembro de 2018), em favor da Secretaria Municipal de Saúde, crédito suplementar no valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), por conta de superávit financeiro do exercício anterior, para atender a programação abaixo discriminada:

Órgão 13: SECRETARIA DE SAÚDE.

Unidade 01: Secretaria de Saúde

Proj./Ativ.: 2.026 Programas de Saúde da Família – ESF/PACS

Modalidade: 3.1.90.00.00.00.00 0737 (045) Aplicações Diretas R\$ 800.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o caput do art. 1º decorrem do superávit financeiro verificado no exercício anterior.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 29 de outubro de 2019.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 29 de outubro de 2019.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO N.º 522, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2217217

DECRETO N.º 522, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

"HOMOLOGA RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o art. 6º, parágrafo único, da Lei Municipal n.º 2.308, de 29 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a Resolução n.º 011/CMDCA/2019, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, que dispõe sobre a decisão do Processo Administrativo da conselheira tutelar Fabiane Pereira da Costa.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 05 de novembro de 2019.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado em 05 de novembro de 2019.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE
Secretário Municipal de Administração e Finanças

EXTRATO DE 5º TERMO ADITIVO N.º 10/2017 - FMAS

Publicação Nº 2216847

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA DE NOVA VENEZA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº.: 5-20/2017

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA DE NOVA VENEZA

Contratada...: GABITUR TRANSPORTES LTDA ME

Valor : R\$ 26.880,00 (vinte seis mil, oitocentos e oitenta reais)

Vigência : Início: 06/11/2019 Término: 31/12/2019

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 10/2017

Recursos : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00 (15);

Objeto : Contratação de empresa especializada em transporte, para deslocamento daqueles que participam dos programas relacionados ao SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos até o CRAS– Centro de Referência de Assistência Social, bem como em viagens municipais e intermunicipais para realização das diversas atividades socioeducativa.

Nova Veneza/SC, 06 de novembro de 2019.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal de Nova Veneza

JANAINA BORDIGNON POLICARPI
Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

PREGÃO PRESENCIAL N.º 25/2019 - FMAS

Publicação Nº 2216839

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Presencial N.º 25/2019 - FMAS

OBJETO: Aquisição de mobiliários para uso da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Abertura: às 08:30 horas do dia 18/11/2019

Local: Trav. Oswaldo Búrigo, nº 44 – Centro - Nova Veneza/SC.

EDITAL COMPLETO NO SITE WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR.

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas de segunda a sexta-feira pelo fone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza, SC, 05 de novembro de 2019.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal de Nova Veneza

PREGÃO PRESENCIAL N.º 39/2019 - FMS

Publicação Nº 2216841

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Presencial N.º 39/2019 - FMS

OBJETO: Contratação de empresa especializada em manutenção de equipamentos odontológicos e de fisioterapia; incluindo deslocamentos e peças de reposição; instalados nas unidades básicas de saúde e clínica de fisioterapia municipal.

Abertura: às 10:00 horas do dia 18/11/2019

Local: Trav. Oswaldo Búrigo, n.º 44 – Centro - Nova Veneza/SC.

EDITAL COMPLETO NO SITE WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR.

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas de segunda a sexta-feira pelo fone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza, SC, 05 de novembro 2019.

RÓGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal de Nova Veneza

Novo Horizonte

PREFEITURA

RREO 5ºBIM19-NOVO HORIZONTE

Publicação Nº 2216468

Município de NOVO HORIZONTE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)				R\$ 1,00			
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)			SALDO (c) = (a-b)		
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)	22.003,00	0,00			22.003,00		
Receita de Alienação De Bens Móveis	22.003,00	0,00			22.003,00		
Receita de Alienação De Bens Imóveis	0,00	0,00			0,00		
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO (h)=(d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)	69.153,00	69.150,00	26.085,07	26.085,07	0,00	0,00	3,00
Despesas de Capital	69.153,00	69.150,00	26.085,07	26.085,07	0,00	0,00	3,00
Investimentos	69.153,00	69.150,00	26.085,07	26.085,07	0,00	0,00	3,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2018 (i)	Em 2019 (j) = (Ib - (II f + II g))				SALDO ATUAL (k) = (III i + III j)	
Valor(III)	69.150,00	-26.085,07				43.064,93	
FONTE:							

NOVO HORIZONTE, 05/11/2019

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPAL

AIMAR F. PAVELEGINI
SECRETARIO SAF

JUAREZ ZILLI
CONTROLADOR INTERNO

VALDEMAR P. GOBI

TÉC.EM CONTABILIDADE CRC 17691-0

Continuação 1/33

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	558.800,00	558.800,00	493.610,19	88,33		
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	66.000,00	66.000,00	44.882,29	67,97		
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	110.000,00	110.000,00	115.088,85	104,63		
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	110.000,00	110.000,00	74.549,35	67,77		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	242.000,00	242.000,00	257.191,11	106,28		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	12.100,00	12.100,00	477,79	3,95		
Dívida Ativa dos Impostos	6.600,00	6.600,00	1.143,22	17,32		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	12.100,00	12.100,00	297,58	2,46		
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	14.487.000,00	14.487.000,00	10.853.987,57	74,92		
Cota-Parte FPM	9.020.000,00	9.020.000,00	6.005.844,50	66,58		
Cota-Parte ITR	11.000,00	11.000,00	5.392,83	49,03		
Cota-Parte IPVA	236.500,00	236.500,00	204.721,55	86,56		
Cota-Parte ICMS	5.115.000,00	5.115.000,00	4.579.163,09	89,52		
Cota-Parte IPI-Exportação	77.000,00	77.000,00	58.865,60	76,45		
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	27.500,00	27.500,00	0,00	0,00		
Desoneração ICMS (LC 87/96)	27.500,00	27.500,00	0,00	0,00		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	15.045.800,00	15.045.800,00	11.347.597,76	75,42		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00		
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)		DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		DOTAÇÃO INICIAL	Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES		3.402.828,00	4.120.606,81	77,95	2.819.686,90	68,43
Pessoal e Encargos Sociais		1.576.388,00	1.683.680,34	76,23	1.283.421,64	76,23
Outras Despesas Correntes		1.826.440,00	2.436.926,47	79,14	1.536.265,26	63,04
DESPESAS DE CAPITAL		104.502,00	54.502,00	31,15	16.974,70	31,15
Investimentos		104.502,00	54.502,00	31,15	16.974,70	31,15

Continua 1/4

Continuação 2/33

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	104.502,00	54.502,00	16.974,70	31,15	16.974,70	31,15
Investimentos	104.502,00	54.502,00	16.974,70	31,15	16.974,70	31,15
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	3.507.330,00	4.175.108,81	3.229.014,11	77,34	2.836.661,60	67,94
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/v)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/v)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	858.002,00	1.413.042,37	860.417,96	26,65	730.591,67	25,76
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	769.781,00	1.259.928,27	772.343,50	23,92	642.819,89	22,66
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	88.221,00	153.114,10	88.074,46	2,73	87.771,78	3,09
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	858.002,00	1.413.042,37	860.417,96	26,65	730.591,67	25,76
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	2.649.328,00	2.762.066,44	2.368.596,15	73,35	2.106.069,93	74,24
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]⁶						
			403.930,27			

Continua 2/4

Continuação 3/33

Município de NOVO HORIZONTE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
	0,00		0,00		0,00
TOTAL (VIII)	0,00		0,00		0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
	-	-			-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m) (m/Total m)*100
Atenção Básica	3.265.330,00	3.930.709,69	3.100.169,32	96,01	2.727.470,26
Alimentação e Nutrição	242.000,00	244.399,12	128.844,79	3,99	109.191,34
TOTAL	3.507.330,00	4.175.108,81	3.229.014,11	100,00	2.836.661,60

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na interseção com a coluna "r" ou com a coluna "h+r" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na interseção com a coluna "r" ou com a coluna "h+r" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+r) - (15 \times lllb)/100]$

Continuação 4/33

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

NOVO HORIZONTE, 05/11/2019

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPALAIMAR F. PAVELECINI
SECRETARIO SAFJUAREZ ZILLI
CONTROLADOR INTERNOVALDEMAR P. GOBI
TÉC. EM CONTABILIDADE CRC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

ESPECIFICAÇÃO	RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)		R\$ 1,00	
	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2019		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
-----------------	--------------------	--------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 05/11/2019

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPAL

AIMAR F. PAVELECINI
SECRETARIO SAF

JUAREZ ZILLI
CONTROLADOR INTERNO

VALDEMAR P. GOBI
TÉC.EM CONTABILIDADE CRC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC

Continuação 1/33

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		19.581.674,00		
Previsão Atualizada		19.581.674,00		
Receitas Realizadas		16.090.936,37		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		2.318.071,72		
DESPESAS				
Dotação Inicial		19.581.674,00		
Créditos Adicionais		3.533.036,12		
Dotação Atualizada		23.114.710,12		
Despesas Empenhadas		15.295.729,99		
Despesas Liquidadas		13.338.115,04		
Despesas pagas		13.143.943,45		
Superavit Orçamentário		2.752.821,33		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		15.295.729,99		
Despesas Liquidadas		13.338.115,04		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		18.112.380,79		
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO				
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas		530.534,22		
Resultado Previdenciário		(530.534,22)		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO				
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas		0,00		
Resultado Previdenciário		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	1.396.864,21	0,00
Resultado Primário		291.498,00	-1.285.485,78	-440,99
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.165.663,86	2.224,80	802.380,53	361.058,53
EXECUTIVO	1.092.213,86	2.224,80	728.930,53	361.058,53
LEGISLATIVO	73.450,00	0,00	73.450,00	0,00
TOTAL:	1.165.663,86	2.224,80	802.380,53	361.058,53
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		3.249.368,17	25%	27,87
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		615.876,98	60%	72,37
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		760.560,22	-760.558,22	
Despesa de Capital Líquida		1.207.713,36	1.145.174,34	

Continua 1/2

Município de NOVO HORIZONTE - SC

Continuação 2/33

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2019	2029	2039	2054
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias	1.872.180,94	2.771.997,40	3.695.372,23	5.375.619,54
Despesas Previdenciárias	515.692,88	1.294.873,32	2.171.845,33	2.947.929,66
Resultado Previdenciário	1.356.488,06	1.477.124,08	1.523.526,90	2.427.689,88
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	22.003,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			69.150,00	3,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	2.106.069,93	15,00	18,56	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

NOVO HORIZONTE, 05/11/2019

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPAL

AIMAR F. PAVELECINI
SECRETARIO SAF

JUAREZ ZILLI
CONTROLADOR INTERNO

VALDEMAR P. GOBI
TÉC. EM CONTABILIDADE CRC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	19.053.674,00	19.053.674,00	4.009.451,46	21,04	15.731.394,51	82,56	3.322.279,49
RECEITAS CORRENTES	19.031.651,00	19.031.651,00	3.248.891,24	17,07	14.770.834,29	77,61	4.260.816,71
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	661.100,00	661.100,00	114.271,32	17,29	552.223,92	83,53	108.876,08
IMPOSTOS	547.800,00	547.800,00	109.879,84	20,06	489.674,66	89,39	58.125,34
TAXAS	113.300,00	113.300,00	4.391,48	3,88	62.549,26	55,21	50.750,74
CONTRIBUIÇÕES	456.500,00	456.500,00	65.962,79	14,45	311.720,69	68,28	144.779,31
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	412.500,00	412.500,00	57.834,87	14,02	268.953,61	65,20	143.546,39
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	44.000,00	44.000,00	8.127,92	18,47	42.767,08	97,20	1.232,92
RECEITA PATRIMONIAL	2.447.500,00	2.447.500,00	830.909,68	33,95	2.696.999,44	110,19	-249.499,44
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO	5.500,00	5.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.500,00
VALORES MOBILIÁRIOS	2.387.000,00	2.387.000,00	830.909,68	34,81	2.696.899,44	112,98	-309.899,44
DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MEDIANTE CONCESSÃO, PERMISÃO E OUTROS	55.000,00	55.000,00	0,00	0,00	100,00	0,18	54.900,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	11.000,00	11.000,00	390,00	3,55	1.259,73	11,45	9.740,27
RECEITA INDUSTRIAL	2.200,00	2.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.200,00
RECEITA DE SERVIÇOS	181.500,00	181.500,00	90.097,54	49,64	206.038,86	113,52	-24.538,86
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	16.500,00	16.500,00	40.564,77	245,85	74.791,17	453,28	-58.291,17
OUTROS SERVIÇOS	165.000,00	165.000,00	49.532,77	30,02	131.247,69	79,54	33.752,31
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	15.254.251,00	15.254.251,00	2.142.473,72	14,05	10.951.488,33	71,79	4.302.762,67
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	9.208.100,00	9.208.100,00	1.102.039,25	11,97	5.952.017,40	64,64	3.256.082,60
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	4.418.151,00	4.418.151,00	828.519,05	18,75	3.983.148,74	90,15	435.002,26
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	198.000,00	198.000,00	41.720,26	21,07	166.881,04	84,28	31.118,96
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	1.430.000,00	1.430.000,00	170.195,16	11,90	849.441,15	59,40	580.558,85
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	17.600,00	17.600,00	4.786,19	27,19	51.103,32	290,36	-33.503,32
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATAIS E JUDICIAIS	5.500,00	5.500,00	1.875,96	34,11	8.815,10	160,27	-3.315,10
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	1.100,00	1.100,00	100,00	9,09	14.180,00	1.289,09	-13.080,00
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	11.000,00	11.000,00	2.810,23	25,55	28.108,22	255,53	-17.108,22
RECEITAS DE CAPITAL	22.023,00	22.023,00	760.560,22	3.453,48	960.560,22	4.361,62	-938.537,22
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2,00	2,00	760.560,22	38.028,011,00	760.560,22	38.028,011,00	-760.558,22
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	2,00	2,00	760.560,22	38.028,011,00	760.560,22	38.028,011,00	-760.558,22
ALIEIRAÇÃO DE BENS	22.003,00	22.003,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.003,00
ALIEIRAÇÃO DE BENS MÓVEIS	22.003,00	22.003,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.003,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	18,00	18,00	0,00	0,00	200.000,00	1.111,111,11	-199.982,00
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	6,00	6,00	0,00	0,00	200.000,00	3.333,333,33	-199.994,00
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	12,00	12,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12,00

Continua 1/4

Continuação 2/33

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	19.053.674,00	19.053.674,00	4.009.451,46	21,04	15.731.394,51	82,56	3.322.279,49
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	528.000,00	528.000,00	76.043,52	14,40	359.541,86	68,10	168.458,14
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	19.581.674,00	19.581.674,00	4.085.494,98	20,86	16.090.936,37	82,17	3.490.737,63
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	19.581.674,00	19.581.674,00	4.085.494,98	20,86	16.090.936,37	82,17	3.490.737,63
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	19.581.674,00	19.581.674,00	4.085.494,98	20,86	16.090.936,37	82,17	3.490.737,63
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	2.318.071,72	—	—	2.318.071,72	—	—
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	—	—	—	—	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	—	2.318.071,72	—	—	2.318.071,72	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	16.577.046,00	20.071.082,12	1.973.330,22	14.938.127,92	5.134.954,20	3.658.392,67	12.978.512,97	7.092.569,15	12.785.129,86
DESPESAS CORRENTES	15.369.223,00	17.712.694,42	1.821.688,16	13.308.978,97	4.403.715,45	2.659.049,07	11.770.799,61	5.941.894,81	11.596.582,76
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.347.561,00	7.574.388,24	1.124.428,33	5.305.520,00	2.268.868,24	1.127.089,67	5.304.189,32	2.270.198,92	5.269.014,55
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	55.000,00	55.000,00	3.869,60	5.005,58	49.994,42	3.869,60	5.005,58	49.994,42	5.005,58
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.966.662,00	10.083.306,18	693.390,23	7.998.453,39	2.084.852,79	1.528.089,80	6.461.604,71	3.621.701,47	6.322.562,63
DESPESAS DE CAPITAL	1.202.323,00	2.352.887,70	151.642,06	1.627.148,95	725.738,75	999.343,60	1.207.713,36	1.145.174,34	1.188.547,10

Continua 2/4

Continuação 3/33

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	16.577.046,00	20.071.082,12	1.973.330,22	14.936.127,92	5.134.954,20	3.658.392,67	12.978.512,97	7.092.569,15	12.785.129,86
INVESTIMENTOS	927.323,00	2.242.887,70	151.642,06	1.604.064,77	638.822,93	999.343,60	1.184.629,18	1.058.258,52	1.165.462,92
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	275.000,00	110.000,00	0,00	23.084,18	86.915,82	0,00	23.084,18	86.915,82	23.084,18
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.500,00	5.500,00	0,00	0,00	5.500,00	0,00	0,00	5.500,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.500,00	5.500,00	0,00	0,00	5.500,00	0,00	0,00	5.500,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	524.128,00	563.128,00	76.043,52	359.602,07	203.525,93	76.043,52	359.602,07	203.525,93	358.813,59
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	17.101.174,00	20.634.210,12	2.049.373,74	15.295.729,99	5.338.480,13	3.734.436,19	13.338.115,04	7.296.095,08	13.143.943,45
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	17.101.174,00	20.634.210,12	2.049.373,74	15.295.729,99	5.338.480,13	3.734.436,19	13.338.115,04	7.296.095,08	13.143.943,45
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	795.206,38	—	—	2.752.821,33	—	2.946.992,92
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	17.101.174,00	20.634.210,12	2.049.373,74	16.090.936,37	—	3.734.436,19	16.090.936,37	—	16.090.936,37
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Recitas (Intra-Orçamentárias)	528.000,00	528.000,00	76.043,52	14,40	359.541,86	68,10	168.458,14
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	528.000,00	528.000,00	76.043,52	14,40	359.541,86	68,10	168.458,14
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	528.000,00	528.000,00	76.043,52	14,40	359.541,86	68,10	168.458,14
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA - ORÇAMENTÁRIAS	528.000,00	528.000,00	76.043,52	14,40	359.541,86	68,10	168.458,14

Continua 3/4

Continuação 4/33

Município de NOVO HORIZONTE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
Despesas Intra-Orçamentárias	524.128,00	563.128,00	76.043,52	359.602,07	203.525,93	76.043,52	359.602,07	203.525,93	358.813,59
DESPESAS CORRENTES	524.128,00	563.128,00	76.043,52	359.602,07	203.525,93	76.043,52	359.602,07	203.525,93	358.813,59
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	524.128,00	563.128,00	76.043,52	359.602,07	203.525,93	76.043,52	359.602,07	203.525,93	358.813,59
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 05/11/2019

VANDERLEI SANAGIOTTO PREFEITO MUNICIPAL	AIMAR F. PAVELECINI SECRETARIO SAF	JUAREZ ZILLI CONTROLADOR INTERNO
VALDEMAR P. GOBI TÉC. EM CONTABILIDADE CRC 17691-0		

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Contín

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SAI (e) = (d) =
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
								% (d/Total d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	19.057.546,00	22.551.582,12	1.973.330,22	14.936.127,92	97,65	3.658.392,67	12.978.512,97	97,30
Legislativa	800.470,00	800.470,00	109.612,98	625.628,72	4,09	134.938,60	607.705,91	4,56
Ação Legislativa	800.470,00	800.470,00	109.612,98	625.628,72	4,09	134.938,60	607.705,91	4,56
Administração	2.436.500,00	2.576.500,00	224.962,83	1.897.757,37	12,41	345.009,28	1.708.422,20	12,81
Administração Geral	2.436.500,00	2.576.500,00	224.962,83	1.897.757,37	12,41	345.009,28	1.708.422,20	12,81
Segurança Pública	38.500,00	53.480,08	3.346,42	14.171,78	0,09	3.358,22	13.617,47	0,10
Policimento	25.300,00	40.280,08	3.346,42	13.071,78	0,09	3.146,42	12.871,78	0,10
Defesa Civil	13.200,00	13.200,00	0,00	1.100,00	0,01	211,80	745,69	0,01
Assistência Social	806.850,00	1.090.490,92	119.930,37	520.703,02	3,40	115.493,28	478.467,45	3,59
Assistência à Criança e ao Adolescente	132.000,00	132.000,00	6.434,00	23.208,27	0,15	7.284,80	22.338,07	0,17
Assistência Comunitária	674.850,00	958.490,92	113.496,37	497.494,75	3,25	108.208,48	456.129,38	3,42
Previdência Social	3.140.500,00	3.214.659,63	117.186,43	530.622,28	3,47	117.274,25	530.534,22	3,98
Previdência do Regime Estatutário	3.140.500,00	3.214.659,63	117.186,43	530.622,28	3,47	117.274,25	530.534,22	3,98
Saúde	3.382.502,00	4.050.280,81	305.343,60	3.125.487,63	20,43	582.735,74	2.733.135,12	20,49
Atenção Básica	3.140.502,00	3.805.881,69	305.343,60	2.996.642,84	19,59	550.576,75	2.623.943,78	19,67
Alimentação e Nutrição	242.000,00	244.399,12	0,00	128.844,79	0,84	32.158,99	109.191,34	0,82
Educação	3.808.771,00	3.879.238,90	279.349,99	2.630.867,28	17,20	531.287,39	2.292.014,32	17,18
Ensino Fundamental	3.205.203,00	3.059.670,90	154.084,81	1.982.945,66	12,96	390.088,64	1.767.246,40	13,25
Ensino Médio	228.998,00	228.998,00	65.000,00	198.568,85	1,30	49.661,66	120.149,49	0,90
Ensino Superior	22.000,00	92.000,00	0,00	92.000,00	0,60	13.200,00	73.700,00	0,55
Educação Infantil	253.570,00	399.570,00	39.065,18	263.207,10	1,72	42.208,18	261.768,22	1,96
Educação Especial	99.000,00	99.000,00	21.200,00	94.141,67	0,62	36.128,91	69.150,21	0,52
Cultura	67.104,00	127.104,00	13.098,64	113.247,21	0,74	36.588,64	87.757,21	0,66
Difusão Cultural	67.104,00	127.104,00	13.098,64	113.247,21	0,74	36.588,64	87.757,21	0,66
Urbanismo	451.004,00	1.760.320,64	209.914,88	1.613.515,78	10,55	988.863,61	1.153.585,33	8,65
Infra-Estrutura Urbana	110.002,00	1.419.152,00	141.044,40	1.390.023,79	9,09	959.055,50	978.244,76	7,33
Serviços Urbanos	341.002,00	341.168,64	68.870,48	223.491,99	1,46	29.808,11	175.340,57	1,31
Habituação	199.432,00	201.178,00	0,00	1.746,00	0,01	0,00	1.746,00	0,01
Habituação Rural	199.432,00	201.178,00	0,00	1.746,00	0,01	0,00	1.746,00	0,01
Gestão Ambiental	38.500,00	38.500,00	-1.365,34	30.653,10	0,20	30.653,10	30.653,10	0,23
Recursos Hídricos	38.500,00	38.500,00	-1.365,34	30.653,10	0,20	30.653,10	30.653,10	0,23

C

nuação 1/33

R\$ 1,00

DO
: (a-d)

73.069,15

92.764,09

92.764,09

68.077,80

68.077,80

39.862,61

27.408,30

12.454,31

12.023,47

09.661,93

02.361,54

84.125,41

84.125,41

17.145,69

81.937,91

35.207,78

87.224,58

92.424,50

08.848,51

18.300,00

37.801,78

29.849,79

39.346,79

39.346,79

06.735,31

40.907,24

65.828,07

99.432,00

99.432,00

7.846,90

7.846,90

ontinua 1/3

Contín

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SAI (e) =
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Agricultura	19.057.546,00	22.551.582,12	1.973.330,22	14.936.127,92	7.615.454,20	3.658.392,67	12.978.512,97	97,30
Extensão Rural	1.887.605,00	2.840.605,00	303.900,99	2.171.288,21	469.316,79	371.339,60	1.840.248,38	13,80
Promoção da Produção Agropecuária	1.761.105,00	2.514.105,00	281.761,49	2.092.151,81	421.953,19	355.030,20	1.781.761,98	13,36
Indústria	126.500,00	126.500,00	22.139,50	79.136,40	47.363,60	16.309,40	58.486,40	0,44
Promoção Industrial	44.001,00	44.001,00	0,00	0,00	44.001,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações	44.001,00	44.001,00	0,00	0,00	44.001,00	0,00	0,00	0,00
Telecomunicações	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00
Energia	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00
Energia Elétrica	16.501,00	16.501,00	0,00	0,00	16.501,00	0,00	0,00	0,00
Energia Elétrica	16.501,00	16.501,00	0,00	0,00	16.501,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	1.636.804,00	1.755.750,14	255.109,39	1.455.615,55	300.134,59	357.108,82	1.311.905,28	9,84
Transporte Rodoviário	1.636.804,00	1.755.750,14	255.109,39	1.455.615,55	300.134,59	357.108,82	1.311.905,28	9,84
Desporto e Lazer	286.002,00	286.002,00	32.939,04	204.823,99	81.178,01	43.742,14	188.720,98	1,41
Desporto Comunitário	286.002,00	286.002,00	32.939,04	204.823,99	81.178,01	43.742,14	188.720,98	1,41
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.500,00	5.500,00	0,00	0,00	5.500,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)								
Legislativa	524.128,00	563.128,00	76.043,52	359.602,07	203.525,93	76.043,52	359.602,07	2,70
Ação Legislativa	12.100,00	12.100,00	1.576,96	7.643,92	4.456,08	1.576,96	7.643,92	0,06
Administração	12.100,00	12.100,00	1.576,96	7.643,92	4.456,08	1.576,96	7.643,92	0,06
Administração Geral	82.500,00	92.500,00	11.027,56	51.814,59	40.685,41	11.027,56	51.814,59	0,39
Assistência Social	82.500,00	92.500,00	11.027,56	51.814,59	40.685,41	11.027,56	51.814,59	0,39
Assistência Comunitária	22.000,00	22.000,00	2.308,88	14.011,01	7.988,99	2.308,88	14.011,01	0,11
Saúde	22.000,00	22.000,00	2.308,88	14.011,01	7.988,99	2.308,88	14.011,01	0,11
Atenção Básica	124.828,00	124.828,00	21.941,62	103.526,48	21.301,52	21.941,62	103.526,48	0,78
Educação	124.828,00	124.828,00	21.941,62	103.526,48	21.301,52	21.941,62	103.526,48	0,78
Ensino Fundamental	150.700,00	189.700,00	21.438,19	99.857,63	89.842,37	21.438,19	99.857,63	0,75
Educação Infantil	143.000,00	173.000,00	17.797,87	89.506,83	83.493,17	17.797,87	89.506,83	0,67
Agricultura	7.700,00	16.700,00	3.640,32	10.350,80	6.349,20	3.640,32	10.350,80	0,08
Extensão Rural	82.500,00	82.500,00	12.553,91	58.176,50	24.323,50	12.553,91	58.176,50	0,44
Transporte	82.500,00	82.500,00	12.553,91	58.176,50	24.323,50	12.553,91	58.176,50	0,44
Transporte Rodoviário	38.500,00	28.500,00	3.819,78	17.927,42	10.572,58	3.819,78	17.927,42	0,13
	38.500,00	28.500,00	3.819,78	17.927,42	10.572,58	3.819,78	17.927,42	0,13

C

nuação 2/33

DO
: (a-d)

573.069,15
800.356,62
732.343,02
68.013,60
44.001,00
44.001,00
11.000,00
11.000,00
16.501,00
16.501,00
143.844,86
143.844,86
97.281,02
97.281,02
5.500,00

203.525,93
4.456,08
4.456,08
40.685,41
40.685,41
7.988,99
7.988,99
21.301,52
21.301,52
89.842,37
83.493,17
6.349,20
24.323,50
24.323,50
10.572,58
10.572,58

continua 2/3

Contín

Município de NOVO HORIZONTE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SAI (e) =
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) Desporto e Lazer	524.128,00	563.128,00	76.043,52	359.602,07	203.525,93	76.043,52	359.602,07	2,70
	11.000,00	11.000,00	1.376,62	6.644,52	4.355,48	1.376,62	6.644,52	0,05
Desporto Comunitário	11.000,00	11.000,00	1.376,62	6.644,52	4.355,48	1.376,62	6.644,52	0,05
TOTAL (III) = (I + II)	19.581.674,00	23.114.710,12	2.049.373,74	15.295.729,99	7.818.980,13	3.734.436,19	13.338.115,04	100,00

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 05/11/2019

VANDERLEI SANAGIOTTO PREFEITO MUNICIPAL	AIMAR F. PAVELECINI SECRETARIO SAF	JUAREZ ZILLI CONTROLADOR INTERNO
VALDEMAR P. GOBI TÉC. EM CONTABILIDADE CRC 17691-0		

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

nuação 3/33

DO
: (a-d)
203.525,93
4.355,48
4.355,48
176.595,08

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2018 A OUTUBRO/2019

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2019
	Nov/2018	Dez/2018	Jan/2019	Fev/2019	Mar/2019	Abr/2019	Mai/2019	Jun/2019	Jul/2019	Ago/2019	Sep/2019	Out/2019	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	1.574.294,33	2.254.052,29	1.817.675,49	1.564.706,72	1.485.808,99	1.565.969,51	1.516.696,01	1.844.045,10	1.761.602,95	1.345.027,27	1.880.023,53	1.764.209,78	20.773.901,97
Impostos, taxas e Contribuições de Melhoria	57.639,26	54.791,62	40.558,59	34.193,94	32.835,65	87.271,60	74.677,87	52.522,37	53.611,97	46.016,14	61.800,30	52.471,02	686.590,53
IPTU	1.079,72	1.802,11	261,56	143,42	329,50	17.117,62	16.297,06	5.216,50	2.157,51	1.486,03	1.120,87	2.294,99	49.309,89
I.S.S.	5.639,62	6.609,35	3.396,98	2.596,76	5.491,92	30.265,47	12.679,89	9.130,00	10.124,00	7.423,94	10.739,64	14.782,18	87.351,14
I.T.B.I.	27.071,11	23.537,01	17.251,26	4.472,00	8.010,79	22.940,56	27.536,74	28.459,59	27.837,79	27.927,61	28.529,68	4.991,86	144.996,97
I.R.R.F.	22.408,35	43.109,43	18.699,33	24.236,20	23.295,31	15.708,13	12.830,65	44.300,50	50.285,59	2.355,10	1.604,79	2.786,69	322.709,89
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.241,46	433,92	790,46	2.695,56	15.708,13	14.319,79	12.830,65	44.300,50	50.285,59	2.355,10	1.604,79	2.786,69	64.221,64
Contribuições	28.414,96	51.295,36	25.211,47	28.348,40	30.290,78	29.715,18	32.165,76	33.457,65	33.259,44	32.978,62	32.978,62	32.893,97	391.591,61
Recita Patrimonial	59.359,50	292.076,96	345.590,63	49.915,86	146.393,86	200.059,15	372.500,72	526.946,76	210.345,51	12.397,27	374.379,83	456.529,85	3.017.439,89
Rendimentos de Aplicação Financeira	59.359,50	292.076,96	345.590,63	49.915,86	146.393,86	200.059,15	372.500,72	526.946,76	210.345,51	12.397,27	374.379,83	456.529,85	3.017.439,89
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
Recita Agropecuária	300,00	480,00	209,73	120,00	90,00	60,00	60,00	90,00	180,00	120,00	270,00	120,00	2.039,73
Recita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita de Serviços	23.131,49	79.671,56	39.276,40	1.794,13	3.465,00	18.133,32	15.022,33	8.545,88	9.029,38	20.685,88	62.370,04	27.727,50	308.841,91
Transferências Correntes	1.404.193,18	1.785.166,73	1.357.476,40	1.447.893,75	1.247.747,25	1.227.099,71	1.403.262,43	1.220.688,26	1.451.664,96	1.226.525,31	1.246.783,77	1.191.032,02	16.311.663,77
Cota-Parte do FPM	576.972,19	1.093.105,64	712.854,55	789.039,06	598.298,84	571.987,33	734.046,07	576.206,50	790.956,22	571.153,58	515.751,82	472.975,26	7.907.663,06
Cota-Parte do ICMS	451.209,08	496.996,31	467.934,25	473.730,73	445.209,71	436.653,19	449.491,71	436.930,40	444.253,05	447.399,64	465.895,76	489.894,45	5.317.357,46
Cota-Parte do ITR	9.677,32	4.204,63	17.764,01	19.248,76	21.127,99	21.276,42	22,90	95,25	27,70	19.303,28	16.341,74	18.727,73	218.903,50
Outras Transferências Correntes	255.116,93	161.577,29	43.815,67	75.094,39	106.831,01	87.096,44	104.267,57	97.029,72	102.962,27	96.309,93	253.576,79	137.331,62	1.574.851,00
Transferências de LC 61/1996	6.188,20	7.456,65	5.630,61	5.990,53	5.756,58	5.636,11	5.714,61	5.993,03	6.066,88	5.429,94	6.619,19	5.857,92	72.510,45
Transferências de LC 87/1996	1.340,47	1.340,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.681,00
Transferências do FUNDEB	103.300,12	113.909,21	89.424,51	90.794,38	82.522,45	84.113,30	88.226,56	80.585,05	80.900,97	82.708,77	86.257,97	83.937,19	1.066.650,48
Outras Receitas Correntes	2.266,34	19.988,87	9.362,27	2.450,64	2.896,45	3.780,55	18.806,90	1.794,18	3.312,69	3.343,45	1.490,77	3.346,42	73.339,53
DEDUÇÕES (II)	246.424,76	241.300,89	244.847,08	295.406,77	214.678,59	211.159,79	242.153,48	208.614,48	190.691,96	209.901,32	201.389,62	193.562,45	2.897.400,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	246.424,76	241.300,89	244.847,08	295.406,77	214.678,59	211.159,79	242.153,48	208.614,48	190.691,96	209.901,32	201.389,62	193.562,45	2.897.400,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.324.859,57	2.012.751,40	1.572.828,41	1.306.299,95	1.273.930,41	1.354.809,72	1.274.542,53	1.635.430,62	1.570.910,99	1.135.125,95	1.678.633,91	1.570.647,33	19.042.651,00

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 05/11/2019

VANDERLEI SANAGOTTO
PREFEITO MUNICIPAL

AIMAR F. PAVELEONI
SECRETÁRIO SAF

JUAREZ ZILLI
CONTROLADOR INTERNO

VALDEMAR P. GOBI
TEC. EM CONTABILIDADE CRC 176914-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 1/33

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018
RECEITAS CORRENTES (I)				1.921.556,92
Recarga de Contribuições dos Segurados				210.407,50
Civil	0,00	0,00	0,00	210.407,50
Ativo	0,00	0,00	0,00	210.407,50
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	310.122,98
Civil	0,00	0,00	0,00	310.122,98
Ativo	0,00	0,00	0,00	310.122,98
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)				
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)	0,00	0,00	0,00	1.921.556,92

Continua 1/3

Município de NOVO HORIZONTE - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/33

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018	Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018
ADMINISTRAÇÃO (V)	660.000,00	734.159,63	48.927,72	59.155,16	48.839,66	56.966,46
Despesas Correntes	660.000,00	734.159,63	48.927,72	59.155,16	48.839,66	56.966,46
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (VI)	0,00	0,00	481.694,56	343.460,47	481.694,56	343.460,47
Benefícios - Civil	0,00	0,00	481.694,56	343.460,47	481.694,56	343.460,47
Aposentadorias	0,00	0,00	312.588,85	210.403,98	312.588,85	210.403,98
Pensões	0,00	0,00	58.910,80	50.424,97	58.910,80	50.424,97
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	110.194,91	82.631,52	110.194,91	82.631,52
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VII) = (V + VI)	660.000,00	734.159,63	530.622,28	402.615,63	530.534,22	400.426,93
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV - VII)²	(660.000,00)	(734.159,63)	(530.622,28)	1.518.941,29	(530.534,22)	1.521.129,99
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA			
Valor			0,00			
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA			
Valor			2.480.500,00			
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS			APORTES REALIZADOS			
Outros Aportes para o RPPS			0,00			
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar			0,00			
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos			0,00			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			0,00			
BENS E DIREITOS DO RPPS			PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			2019		2018	
Caixa e equivalentes de caixa			21.298.503,94		18.133.283,64	

Continuação 2/3

Município de NOVO HORIZONTE - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Continuação 3/33

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

	BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2019	2018
Investimentos e Aplicações		0,00	0,00
Outros Bens e Direitos		0,00	0,00

FONTE:
NOVO HORIZONTE, 05/11/2019

VANDERLEI SANAGIOTTO PREFEITO MUNICIPAL	AIMAR F. PAVELECINI SECRETARIO SAF	JUAREZ ZILLI CONTROLADOR INTERNO	VALDEMAR P. GOBI TÉC. EM CONTABILIDADE CRC
--	---------------------------------------	-------------------------------------	---

Município de NOVO HORIZONTE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III) R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2018 (A)	Em 31 Ago 2019 (B)	Em 31 Out 2019 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	23.084,18	1.000.000,00	760.560,22
DEDUÇÕES (II)	3.099.077,38	2.764.269,19	2.236.585,25
Disponibilidade de Caixa	3.099.077,38	2.764.269,19	2.236.585,25
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.099.077,38	2.867.490,00	2.430.756,84
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	103.220,81	194.171,59
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	23.084,18	0,00	760.560,22
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-23.084,18	0,00	-760.560,22

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (VIIc - VIIb)	Jan a Out 2019 (VIIc - VIIa)
VALOR	-760.560,22	-737.476,04

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	200.000,00

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 05/11/2019

VANDERLEI SANAGIOTTO PREFEITO MUNICIPAL	AIMAR F. PAVELECINI SECRETARIO SAF	JUAREZ ZILLI CONTROLADOR INTERNO
--	---------------------------------------	-------------------------------------

VALDEMAR P. GOBI
TÉC.EM CONTABILIDADE CRC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 1/33

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R\$ 1,00

ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019
		RECEITAS REALIZADAS(a)
RECEITAS CORRENTES (I)	19.029.451,00	14.770.834,29
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	661.100,00	552.223,92
I.P.T.U.	82.500,00	42.491,53
I.S.S.	113.300,00	74.903,17
I.T.B.I.	110.000,00	115.088,85
I.R.R.F.	242.000,00	257.191,11
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	113.300,00	62.549,26
Contribuições	456.500,00	311.720,69
Receita Patrimonial	2.447.500,00	2.696.999,44
Aplicações Financeiras(II)	2.387.000,00	2.696.899,44
Outras Receitas Patrimoniais	60.500,00	100,00
Transferências Correntes	15.254.251,00	10.951.488,33
Cota-Parte do FPM	7.876.000,00	5.119.816,61
Cota-Parte do ICMS	4.092.000,00	3.663.331,39
Cota-Parte do IPVA	189.200,00	163.777,93
Cota-Parte do ITR	8.800,00	4.314,33
Transferências da LC 87/1996	22.000,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	61.600,00	47.092,51
Transferências do FUNDEB	1.430.000,00	849.441,15
Outras Transferências Correntes	1.574.651,00	1.103.714,41
Demais Receitas Correntes	210.100,00	258.401,91
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	210.100,00	258.401,91
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I-II-III)	16.642.451,00	12.073.934,85
RECEITAS DE CAPITAL (V)	22.023,00	960.560,22
Operação de Crédito(VI)	2,00	760.560,22
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	22.003,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00

Continua 1/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/33

ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019
		RECEITAS REALIZADAS(a)
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	22.003,00	0,00
Transferências de Capital	18,00	200.000,00
Convênios	18,00	200.000,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	22.021,00	200.000,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	16.664.472,00	12.273.934,85

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOSA PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	LIQUIDADOS	PAGOS (c)	
DESPESAS CORRENTES (XIII)	17.712.694,42	13.308.978,97	11.770.799,61	11.596.582,76	0,00	95.986,02	95.986,02	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	7.574.388,24	5.305.520,00	5.304.189,32	5.269.014,55	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	55.000,00	5.005,58	5.005,58	5.005,58	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	10.083.306,18	7.998.453,39	6.461.604,71	6.322.562,63	0,00	95.986,02	95.986,02	0,00
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	10.083.306,18	7.998.453,39	6.461.604,71	6.322.562,63	0,00	95.986,02	95.986,02	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	17.657.694,42	13.303.973,39	11.765.794,03	11.591.577,18	0,00	95.986,02	95.986,02	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	2.352.887,70	1.627.148,95	1.207.713,36	1.188.547,10	0,00	706.394,51	706.394,51	0,00
Investimentos	2.242.887,70	1.604.064,77	1.184.629,18	1.165.462,92	0,00	706.394,51	706.394,51	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	110.000,00	23.084,18	23.084,18	23.084,18	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/33

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019				RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	2.242.887,70	1.604.064,77	1.184.629,18	1.165.462,92	0,00	706.394,51	706.394,51
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	2.486.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	22.386.582,12	14.908.038,16	12.950.423,21	12.757.040,10	0,00	802.380,53	802.380,53
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)]		-1.285.485,78					
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO		VALOR CORRENTE					
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		291.498,00					
JUROS NOMINAIS		Até o Bimestre/2019					
		VALOR INCORRIDO					
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)		2.687.355,57					
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)		5.005,58					
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)							
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)		1.396.864,21					
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL		VALOR CORRENTE					
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		0,00					
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL		ABAIXO DA LINHA					
		SALDO					
		Em 31 Dez 2018(a)				Até o Bimestre/2019(b)	
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)		0,00				0,00	
DEDUÇÕES (XXIX)		23.084,18				760.560,22	
Disponibilidade de Caixa		3.099.077,38				2.236.585,25	
Disponibilidade de Caixa Bruta		3.099.077,38				2.236.585,25	
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)		3.099.077,38				2.430.756,84	
		0,00				194.171,59	

Continua 3/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 4/33

ABAIXO DALINHA			
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL		SALDO	
		Em 31 Dez 2018(a)	Até o Bimestre/2019(b)
Demais Haveres Financeiros		0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)		-3.075.993,20	-1.476.025,03
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		-1.599.968,17	
AJUSTE METODOLÓGICO			Até o Bimestre/2019
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)			-194.171,59
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)			0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)			0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)			0,00
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)			0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVII)			0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVIII) = (XXXII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII)			-1.405.796,58
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXIX) = XXXVIII - (XXV - XXVI)			-4.088.146,57
INFORMAÇÕES ADICIONAIS		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		2.318.071,72	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS		0,00	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais:		2.318.071,72	
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS		0,00	

NOVO HORIZONTE, 05/11/2019

VANDERLEI SANAGIOTTO PREFEITO MUNICIPAL	AIMAR F. PAVELECINI SECRETARIO SAF	JUAREZ ZILLI CONTROLADOR INTERNO
VALDEMAR P. GOBI TÉC. EM CONTABILIDADE CRC 17691-0		

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES										RP NÃO PROCESSADOS				RS 1,00
PODER/ÓRGÃO	Inscritos			Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+b) - (c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (h+g) - (i+j)	Saldo Total L=(e+k)	
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2016 (b)	Em Exercícios Anteriores (f)				Em 31 de Dezembro de 2016 (g)							
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	EXECUTIVO	-	-	-	-	-	3.800,00	1.161.863,86	802.380,53	802.380,53	2.224,80	361.058,53	361.058,53	
	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.092.213,86	728.930,53	728.930,53	2.224,80	361.058,53	361.058,53	
	SECRETARIA DE AGRICULTURA, TRANSPORTES, OBRAS E MEIO AM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.092.213,86	728.930,53	728.930,53	2.224,80	361.058,53	361.058,53	
	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	489.095,80	466.871,00	466.871,00	2.224,80	0,00	0,00	
	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	161.830,17	161.830,17	161.830,17	0,00	0,00	0,00	
	SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.085,52	26.410,52	26.410,52	0,00	675,00	675,00	
	SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	425.752,37	65.368,84	65.368,84	0,00	360.383,53	360.383,53	
	LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.450,00	8.450,00	8.450,00	0,00	0,00	0,00	
	CÂMARA DE VEREADORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.800,00	69.650,00	73.450,00	73.450,00	0,00	0,00	0,00	
	RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.800,00	69.650,00	73.450,00	73.450,00	0,00	0,00	0,00	
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	-	-	-	-	
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	TOTAL (III) = (I + II):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.800,00	1.161.863,86	802.380,53	802.380,53	2.224,80	361.058,53	361.058,53

ONTE:

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 05/11/2019

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPALJUAZEL ZILLI
CONTROADOR INTERNOANMAR F. PAVECINI
SECRETARIO SAFVALDEMAR P. GOBI
TÉC. EM CONTABILIDADE CRC 17691-0

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 1/33

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	547.800,00	547.800,00	489.674,66	89,39
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	82.500,00	82.500,00	42.491,53	51,50
1.1.1- IPTU	55.000,00	55.000,00	40.926,76	74,41
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	27.500,00	27.500,00	1.564,77	5,69
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	110.000,00	110.000,00	115.088,85	104,63
1.2.1- ITBI	110.000,00	110.000,00	115.088,85	104,63
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	113.300,00	113.300,00	74.903,17	66,11
1.3.1- ISS	110.000,00	110.000,00	74.549,35	67,77
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	3.300,00	3.300,00	353,82	10,72
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	242.000,00	242.000,00	257.191,11	106,28
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	15.147.000,00	15.147.000,00	11.169.128,30	73,74
2.1- Cota-Parte FPM	9.680.000,00	9.680.000,00	6.320.985,23	65,30
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	9.020.000,00	9.020.000,00	6.005.844,50	66,58
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	660.000,00	660.000,00	315.140,73	47,75
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	5.115.000,00	5.115.000,00	4.579.163,09	89,52
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	27.500,00	27.500,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	77.000,00	77.000,00	58.865,60	76,45
2.5- Cota-Parte ITR	11.000,00	11.000,00	5.392,83	49,03
2.6- Cota-Parte IPVA	236.500,00	236.500,00	204.721,55	86,56
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	15.694.800,00	15.694.800,00	11.658.802,96	74,28
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	278.300,00	278.300,00	155.794,28	55,98
5.1- Transferências do Salário-Educação	165.000,00	165.000,00	88.866,22	53,86
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	30.800,00	30.800,00	18.639,00	60,52
5.4- Transferências Diretas - PNATE	82.500,00	82.500,00	41.250,16	50,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	7.038,90	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	278.300,00	278.300,00	155.794,28	55,98
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.897.400,00	2.897.400,00	2.170.795,53	74,92
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.804.000,00	1.804.000,00	1.201.168,62	66,58
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.023.000,00	1.023.000,00	915.831,70	89,52
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	5.500,00	5.500,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	15.400,00	15.400,00	11.773,09	76,45
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	2.200,00	2.200,00	1.078,50	49,02
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	47.300,00	47.300,00	40.943,62	86,56
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.435.500,00	1.435.500,00	850.963,68	59,28
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.430.000,00	1.430.000,00	849.441,15	59,40
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	5.500,00	5.500,00	1.522,53	27,68
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.467.400,00	-1.467.400,00	-1.321.354,38	90,05
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/33

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.144.000,00	1.162.256,12	615.876,98	52,99	615.876,98	52,99
13.1- Com Educação Infantil	0,00	155.000,00	73.557,43	47,46	73.557,43	47,46
13.2- Com Ensino Fundamental	1.144.000,00	1.007.256,12	542.319,55	53,84	542.319,55	53,84
14- OUTRAS DESPESAS	291.500,00	297.119,15	200.124,56	67,35	200.124,56	67,35
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	291.500,00	297.119,15	200.124,56	67,35	200.124,56	67,35
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.435.500,00	1.459.375,27	816.001,54	55,91	816.001,54	55,91
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						816.001,54
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério' (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %						72,37
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %						23,52
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						4,11
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2018 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						23.875,27
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2019²						23.875,27
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	261.270,00	416.270,00	273.557,90	65,72	272.119,02	65,37
22.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2- Pré-escola	261.270,00	261.270,00	200.000,47	76,55	198.561,59	76,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	261.270,00	261.270,00	200.000,47	76,55	198.561,59	76,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	3.019.500,00	2.888.375,27	1.817.262,61	62,92	1.655.894,77	57,33
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.435.500,00	1.304.375,27	742.444,11	56,92	742.444,11	56,92
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.584.000,00	1.584.000,00	1.074.818,50	67,85	913.450,66	57,67
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	3.280.770,00	3.304.645,27	2.090.820,51	63,27	1.928.013,79	58,34
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						-1.321.354,38
30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
31- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
33- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO - 4						-
34- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (44.1)						-
35- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34)						-1.321.354,38
36- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (35))						3.249.368,17
37- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((36) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%						27,87
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
38- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	165.000,00	167.602,76	124.999,10	74,58	84.879,40	50,64
40- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	117.701,00	133.089,99	79.059,43	59,40	61.198,62	45,98
42 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (38 + 39 + 40 + 41)	282.701,00	300.692,75	204.058,53	67,86	146.078,02	48,58
43- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 42)	3.563.471,00	3.605.338,02	2.294.879,04	63,65	2.074.091,81	57,53
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO			SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2019 (i)	
44- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE			0,00		0,00	
44.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino			0,00		0,00	
44.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB			0,00		0,00	

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/33

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
45- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	0,00	0,00
46- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	849.441,15	88.866,22
47- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
47.1 Orçamento do Exercício	0,00	0,00
47.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
48- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.522,53	0,00
49- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	850.963,68	88.866,22
50- (+) Ajustes	0,00	0,00
50.1. (+) Retenções	0,00	0,00
50.2. (-) Valores a recuperar	0,00	0,00
50.3. (+) Outros valores extraorçamentários	0,00	0,00
50.4. (+) Conciliação bancária	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	850.963,68	88.866,22

NOVO HORIZONTE, 05/11/2019

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPAL

AIMAR F. PAVELECINI
SECRETARIO SAF

JUAREZ ZILLI
CONTROLADOR INTERNO

VALDEMAR P. GOBI
TÉC.EM CONTABILIDADE CRC 17691-0

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	2,00	760.560,22	-760.558,22
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	2.352.887,70	1.627.148,95	725.738,75
Investimentos	2.242.887,70	1.604.064,77	638.822,93
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	110.000,00	23.084,18	86.915,82
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	2.352.887,70	1.627.148,95	725.738,75
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	2.352.885,70	866.588,73	725.738,75

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 05/11/2019

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPAL

AIMAR F. PAVELECINI
SECRETARIO SAF

JUAREZ ZILLI
CONTROLADOR INTERNO

VALDEMAR P. GOBI
TÉC.EM CONTABILIDADE CRC 17691-0

Orleans

PREFEITURA

CHAMAMENTO

Publicação Nº 2216676

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA EFETIVAÇÃO DE ACORDO COM CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019 mediante o qual fica CONVOCADO, para nomeação, o candidato aprovado no Concurso Público nº 001/2019, para comparecerem na Prefeitura Municipal de Orleans, sito a rua XV de Novembro, 282, centro, Orleans, SC, no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, no prazo de 30 dias, munido de todos os documentos constantes do Edital do Concurso Público nº 001/2019 (disponível no sitio eletrônico: www.orleans.sc.gov.br, ciente de que a não apresentação dos documentos necessários dentro do prazo estipulado resultará na perda da vaga. Informamos ainda, que o exame médico de saúde ocupacional de que trata o Concurso Público nº 001/2019, será realizado pelo Médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Orleans, o qual poderá exigir todos os exames pertinentes a aferir a capacidade admissional para o respectivo cargo; as consultas poderão ser previamente agendadas junto ao Departamento de Gestão de Pessoas.

NOME	CARGO	CH
SIMONE LESPINASSE ARAUJO	MEDICO PSIQUIATRA DA ESF	40h

Orleans, 05 de novembro de 2019.
JORGE LUIZ KOCH
Prefeito de Orleans

PROCESSO Nº 213/2019 PREFEITURA

Publicação Nº 2217343

PROCESSO Nº 213/2019
TOMADA DE PREÇO P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGª Nº 26/2019

Tipo: Menor Preço Global.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA REVITALIZAÇÃO DAS PRAÇAS EUGÊNIO TROMPOWSK E CELSO RAMOS CONFORME ANEXOS.

Recebimento dos Envelopes de Propostas e Habilitação até o dia: 22/11/2019 às 17h00min.

Abertura dos Envelopes dia: 25/11/2019, às 13h45min.

Fundamento legal: Lei Federal 8.666/93 consolidada. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000 Fone (48) 3886-0100, site www.orleans.sc.gov.br e-mail licitacao@orleans.sc.gov.br

Orleans - SC, 05 de Novembro de 2019.

Jorge Luiz Koch
Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2019 FMS

Publicação Nº 2216441

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 1/7

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS**Processo Nº.: 52/2019****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 29/2019****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 24/2019**

No dia 5 do mês de Novembro do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.230.443/0001-67, com sede administrativa localizada na RUA MIGUEL COUTO - 800, bairro CENTRO, CEP nº. 88870-000, nesta cidade de Orleans/SC, representado pelo(a) SECRETARIO MUNICIPAL DA SAUDE INTERINO, o Sr(a). FERNANDO DE FAVERI MARCELINO, inscrito no CPF sob o nº. 799.584.869-20, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 29/2019, Processo Licitatório nº. 52/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) AQUISIÇÃO, TELAS MILIMÉTRICAS PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SUAS DEPENDÊNCIAS.

Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
11186	POTENCIAL INDUSTRIA E COMERCIO DE ESQUADRIAS LTDA	1

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
POTENCIAL INDUSTRIA E COMERCIO DE ESQUADRIAS LTD/	15.644.220/0001-25	ISAAC ZANINI LOLI	728.355.089-53

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
AQUISIÇÃO, TELAS MILIMÉTRICAS PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SUAS DEPENDÊNCIAS.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 11186 - POTENCIAL INDUSTRIA E COMERCIO DE ESQUADRIAS LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	TELA MILIMÉTRICA EM FIBRA DE VIDRO, COM ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DE: FIO 0, 40MM, 18 FIOS POR POLEGADA, NA COR CINZA, LAVÁVEL, ANTICHAMAS, ANTIMOFO; MONTADA EM PERFIL DE ALUMÍNIO 25X12MM, PINTURA NA COR BRANCA, DEVIDAMENTE MONTADA E FIXADA NOS ENDEREÇOS CONFORME EDITAL.	m2	CHECKER	300,000	216,0000	64.800,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 2/7

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS**Processo Nº.: 52/2019****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 29/2019**

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Página: 3/7

Processo Nº.: 52/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 29/2019

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais/serviços registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais/prestação do serviço, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais/prestação de serviço, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais/prestação dos serviços dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues/prestação dos serviços em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 4/7

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Processo Nº.: 52/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 29/2019**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos/executar os serviços nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos/refazer os serviços recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 5(cinco) dias, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues/serviços prestados, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Página: 5/7
Processo Nº.: 52/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 29/2019

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados/prestar o serviço, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais/prestação dos serviços ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais/prestação do serviço será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega/prestação de serviço será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 15 (quinze) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais/prestação dos serviços correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais/prestar os serviços, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais/prestação dos serviços imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais/prestação do serviço, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais/prestação do serviço, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Página: 6/7
Processo Nº.: 52/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 29/2019

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos/serviços registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Página: 7/7

Processo Nº.: 52/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 29/2019

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Orleans para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Orleans, 5 de Novembro de 2019.

FERNANDO DE FAVERI MARCELINO
SECRETARIO MUNICIPAL DA SAUDE INTERINO

Empresas Participantes:

POTENCIAL INDUSTRIA E COMERCIO DE ESQUADRIAS LTDA CNPJ: 15.644.220/0001-25 _____

Otacílio Costa**PREFEITURA****NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO N. 231/2019/DMT**

Publicação Nº 2217108

MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA
Secretaria Municipal de Planejamento
Diretoria Municipal de Trânsito

NOTIFICAÇÃO DE INTRAÇÃO N. 231/2019
Notificado: Rodolfo de Oliveira Souza
Auto n. 54176561G

O Diretor de Trânsito do Município de Otacílio Costa, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar n. 41/2003, faz saber ao SR. RODOLFO DE OLIVEIRA SOUZA, inscrito no CPF/MF sob o n.048.447.339-58, que lhe foi imposta a penalidade de multa em decorrência de infração de trânsito de estacionamento em desacordo c/ regulamentação – ponto ou vaga de taxi, cometida na R Bahia farmácia SESI Art 181 INC XVII CTB/Res 532-15 Contran, Otacílio Costa, no dia 06/06/2017 às 12:05, na condução do RENAULT/LOGAN EXP 1016V, placa MLM3154, com fundamento no Art. 181 do CTB. Poderá o notificado efetuar o pagamento a multa ou interpor recurso administrativo ao JARI no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do dia útil imediatamente posterior à data de publicação do presente, na forma do Art. 281, § 4º do CTB, devendo ser protocolado no CITRAN Municipal localizado na Rodovia SC 114, Poço Rico em Otacílio Costa/SC.

Otacílio Costa/SC, 05 de Novembro de 2019
Anderson Amarante de Liz
Diretor de Trânsito

NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO N. 232/2019/DMT

Publicação Nº 2217112

MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA
Secretaria Municipal de Planejamento
Diretoria Municipal de Trânsito

NOTIFICAÇÃO DE INTRAÇÃO 232/2019
Notificado: Odilon de Arruda Cordova
Auto n.54176357G

O Diretor de Trânsito do Município de Otacílio Costa, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar n. 41/2003, faz saber ao SR. ODILON DE ARRUDA CORDOVA, inscrito no CPF/MF sob o n.195.082.479-91, que lhe foi imposta a penalidade de multa em decorrência de infração de trânsito de estacionamento em desacordo c/ regulamentação – vaga de carga/descarga, cometida na Av Olinkraft ft supermercado ofertao, Otacílio Costa, no dia 24/04/2017 às 10:05, na condução do veículo CHEVROLET/S10 LD DS4, placa QHY7518, com fundamento no Art. 181 do CTB. Poderá o notificado efetuar o pagamento a multa ou interpor recurso administrativo ao JARI no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do dia útil imediatamente posterior à data de publicação do presente, na forma do Art. 281, § 4º do CTB, devendo ser protocolado no CITRAN Municipal localizado na Rodovia SC 114, Poço Rico em Otacílio Costa/SC.

Otacílio Costa/SC, 05 de Novembro de 2019
Anderson Amarante de Liz
Diretor de Trânsito

NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO N. 233/2019/DMT

Publicação Nº 2217113

MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA
Secretaria Municipal de Planejamento
Diretoria Municipal de Trânsito

NOTIFICAÇÃO DE INTRAÇÃO N. 233/2019
Notificado: Vilmar Soso Filho
Auto n.54599043E

O Diretor de Trânsito do Município de Otacílio Costa, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar n. 41/2003, faz saber ao SR. VILMAR SOSO FILHO, inscrito no CPF/MF sob o n.088.035.379-10, que lhe foi imposta a penalidade de multa em decorrência de infração de trânsito de deixar o passageiro de usar cinto de segurança, cometida na Av. Olinkraft, n2938, Otacílio Costa, no dia 19/09/2014 às 17:20, na condução do veículo I/TOYOTA HILUX CD4x4, placa LWK2787, com fundamento no Art. 167 do CTB. Poderá o

notificado efetuar o pagamento a multa ou interpor recurso administrativo ao JARI no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do dia útil imediatamente posterior à data de publicação do presente, na forma do Art. 281, § 4º do CTB, devendo ser protocolado no CITRAN Municipal localizado na Rodovia SC 114, Poço Rico em Otacílio Costa/SC.

Otacílio Costa/SC, 05 de Novembro de 2019
Anderson Amarante de Liz
Diretor de Trânsito

NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO N. 234/2019/DMT

Publicação Nº 2217114

MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA
Secretaria Municipal de Planejamento
Diretoria Municipal de Trânsito

NOTIFICAÇÃO DE INTRAÇÃO N. 234/2019

Notificado: Clarice Serafim do Nascimento
Auto n. P0393000FW

O Diretor de Trânsito do Município de Otacílio Costa, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar n. 41/2003, faz saber ao SR. CLARICE SERAFIM DO NASCIMENTO, inscrito no CPF/MF sob o n.388.540.749-34, que lhe foi imposta a penalidade de multa em decorrência de infração de trânsito de tranp.criança sem obs. Das normas de segur. Estabel CTB, cometida na Av do Trabalhador, Otacílio Costa, no dia 04/11/2018 às 17:34, na condução do CITROEN/XSARA PICASSOGXS, placa KMN3790, com fundamento no Art. 168 do CTB. Poderá o notificado efetuar o pagamento a multa ou interpor recurso administrativo ao JARI no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do dia útil imediatamente posterior à data de publicação do presente, na forma do Art. 281, § 4º do CTB, devendo ser protocolado no CITRAN Municipal localizado na Rodovia SC 114, Poço Rico em Otacílio Costa/SC.

Otacílio Costa/SC, 05 de Novembro de 2019
Anderson Amarante de Liz
Diretor de Trânsito

NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO N. 235/2019/DMT

Publicação Nº 2217118

MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA
Secretaria Municipal de Planejamento
Diretoria Municipal de Trânsito

NOTIFICAÇÃO DE INTRAÇÃO N. 235/2019

Notificado: Lucio Mauro Souza
Auto n.: 54176352G

O Diretor de Trânsito do Município de Otacílio Costa, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar n. 41/2003, faz saber ao Sr.LUCIO MAURO SOUZA, inscrito no CPF/MF sob o n.893.514.289-15, que lhe foi imposta a penalidade de multa em decorrência de infração de trânsito de condu veicc/ defeito no sist. De ilum../sinaliz./lamp. Queimada, cometida R. Nazaré, n 27 Art 230* XXII CTB/ farol/lâmpada queimada/ conforme OC 2694770, Bairro Joao Rodrigues, Otacílio Costa, no dia 10/04/2017 às 00:03 na condução do veículo GM/KADETT GL, placa AEO7967 com fundamento no Art. 230 do CTB. Poderá o notificado efetuar o pagamento a multa ou interpor recurso administrativo ao JARI no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do dia útil imediatamente posterior à data de publicação do presente, na forma do Art. 281, § 4º do CTB, devendo ser protocolado no CITRAN Municipal localizado na Rodovia SC 114, Poço Rico em Otacílio Costa/SC.

Otacílio Costa/SC, 05 de Novembro de 2019
Anderson Amarante de Liz
Diretor de Trânsito

NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO N. 236/2019/DMT

Publicação Nº 2217120

MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA
Secretaria Municipal de Planejamento
Diretoria Municipal de Trânsito

NOTIFICAÇÃO DE INTRAÇÃO N.236/2019

Notificado: Samuel Carlos Padilha

Auto n.: P03CP0000D

O Diretor de Trânsito do Município de Otacílio Costa, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar n. 41/2003, faz saber ao Sr. SAMUEL CARLOS PADILHA, inscrito no CPF/MF sob o n.086.804.969-79, que lhe foi imposta a penalidade de multa em decorrência de infração de trânsito de cond veículo registrado que não esteja devidamente licenciado, cometida na Rua. Vidal Ramos Junior, Otacílio Costa – SC, 8854-000, Brasil em frente ao 35, Bairro João Rodrigues, Otacílio Costa, no dia 23/07/2017 às 13:41 na condução do veículo HONDA/CG 125 TITAN KS, placa MBB8084, com fundamento no Art. 230 do CTB. Poderá o notificado efetuar o pagamento a multa ou interpor recurso administrativo ao JARI no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do dia útil imediatamente posterior à data de publicação do presente, na forma do Art. 281, § 4º do CTB, devendo ser protocolado no CITRAN Municipal localizado na Rodovia SC 114, Poço Rico em Otacílio Costa/SC.

Otacílio Costa/SC, 05 de Novembro de 2019
Anderson Amarante de Liz
Diretor de Trânsito

NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO N. 237/2019/DMT

Publicação Nº 2217121

MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA
Secretaria Municipal de Planejamento
Diretoria Municipal de Trânsito

NOTIFICAÇÃO DE INTRAÇÃO N. 237/2019
Notificado: Silvana Fatima Carrard Lang
Auto n. 55965158E

O Diretor de Trânsito do Município de Otacílio Costa, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar n. 41/2003, faz saber ao SR.SILVANA FATIMA CARRARD LANG, inscrito no CPF/MF sob o n.657.748.840-15, que lhe foi imposta a penalidade de multa em decorrência de infração de trânsito de deixar o condutor de usar o cinto de segurança, cometida na Av. Olinkraft, frente ao posto canoas, Otacílio Costa, no dia 25/08/2015 às 10:17, na condução do veículo FORD/FIESTA 1.6 FLEX, placa IQF0167, com fundamento no Art. 167 do CTB. Poderá o notificado efetuar o pagamento a multa ou interpor recurso administrativo ao JARI no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do dia útil imediatamente posterior à data de publicação do presente, na forma do Art. 281, § 4º do CTB, devendo ser protocolado no CITRAN Municipal localizado na Rodovia SC 114, Poço Rico em Otacílio Costa/SC.

Otacílio Costa/SC, 05 de Novembro de 2019
Anderson Amarante de Liz
Diretor de Trânsito

NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO N. 238/2019/DMT

Publicação Nº 2217122

MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA
Secretaria Municipal de Planejamento
Diretoria Municipal de Trânsito

NOTIFICAÇÃO DE INTRAÇÃO N. 238/2019
Notificado: Alvaci Lemos da Cruz
Auto n. P03CK000HB

O Diretor de Trânsito do Município de Otacílio Costa, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar n. 41/2003, faz saber ao SR.ALVACI LEMOS DA CRUZ, inscrito no CPF/MF sob o n.015.824.929-13, que lhe foi imposta a penalidade de multa em decorrência de infração de trânsito de em movimento dia, deixar de manter acesa luz baixa nas rod, cometida na SC 114 KM 190 frente Casa Folchini, Otacílio Costa, no dia 24/05/2019 às 11:1720, na condução do veículo CHEVROLET/CELTA 1.0L LS, placa MLG0959, com fundamento no Art. 250 do CTB. Poderá o notificado efetuar o pagamento a multa ou interpor recurso administrativo ao JARI no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do dia útil imediatamente posterior à data de publicação do presente, na forma do Art. 281, § 4º do CTB, devendo ser protocolado no CITRAN Municipal localizado na Rodovia SC 114, Poço Rico em Otacílio Costa/SC.

Otacílio Costa/SC, 05 de Novembro de 2019
Anderson Amarante de Liz
Diretor de Trânsito

NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO N. 239/2019/DMT

Publicação Nº 2217125

MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA
Secretaria Municipal de Planejamento
Diretoria Municipal de Trânsito

NOTIFICAÇÃO DE INTRAÇÃO N. 239/2019

Notificado: Neusa Rigon
Auto n. P03CP001CW

O Diretor de Trânsito do Município de Otacílio Costa, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar n. 41/2003, faz saber ao SR.NEUSA RIGON, inscrito no CPF/MF sob o n.582.827.009-59, que lhe foi imposta a penalidade de multa em decorrência de infração de trânsito de em movimento dia, deixar de manter acesa luz baixa nas rod, cometida na Rodovia SC 114, próximo a passarela, Otacílio Costa, no dia 28/05/2019 às 15:33, na condução do FIAT/PALIO FIRE, placa DGI4019, com fundamento no Art. 250 do CTB. Poderá o notificado efetuar o pagamento a multa ou interpor recurso administrativo ao JARI no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do dia útil imediatamente posterior à data de publicação do presente, na forma do Art. 281, § 4º do CTB, devendo ser protocolado no CITRAN Municipal localizado na Rodovia SC 114, Poço Rico em Otacílio Costa/SC.

Otacílio Costa/SC, 05 de Novembro de 2019
Anderson Amarante de Liz
Diretor de Trânsito

NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO N. 240/2019/DMT

Publicação Nº 2217126

MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA
Secretaria Municipal de Planejamento
Diretoria Municipal de Trânsito

NOTIFICAÇÃO DE INTRAÇÃO N. 240/2019

Notificado: Daiane Aparecida Alves
Auto n. P03CK000G5

O Diretor de Trânsito do Município de Otacílio Costa, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar n. 41/2003, faz saber ao SR.DAIANE APARECIDA ALVES, inscrito no CPF/MF sob o n.024.530.680-32, que lhe foi imposta a penalidade de multa em decorrência de infração de trânsito de em movimento de dia, deixar de manter acesa luz baixa nas Rod , cometida na Rodovia SC 114, Otacílio Costa, no dia 06/05/2019 às 11:40, na condução do veículo GM/CORSA WIND, placa CRD6210, com fundamento no Art. 250 do CTB. Poderá o notificado efetuar o pagamento a multa ou interpor recurso administrativo ao JARI no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do dia útil imediatamente posterior à data de publicação do presente, na forma do Art. 281, § 4º do CTB, devendo ser protocolado no CITRAN Municipal localizado na Rodovia SC 114, Poço Rico em Otacílio Costa/SC.

Otacílio Costa/SC, 05 de Novembro de 2019
Anderson Amarante de Liz
Diretor de Trânsito

TOMADA DE PREÇOS 009/2019

Publicação Nº 2217432

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACÍLIO COSTA
EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº 009/2019

Luiz Carlos Xavier – Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que lhe confere a legislação, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará licitação na modalidade de Tomada de Preço para contratação de empresa especializada na reforma e ampliação da passarela sobre a SC-114 O credenciamento e o recebimento dos envelopes será feito até às 14:00 h. do dia 21/11/2019 e abertura da sessão será às 14:15 h. do mesmo dia. A íntegra do Edital pode ser obtido no horário de expediente da Prefeitura, Setor de Licitações ou pelo site www.otaciliocosta.sc.gov.br. Informações pelo fone: 0xx49- 3221-8014. Otacílio Costa, 05/11/2019.

Luiz Carlos Xavier – Prefeito Municipal

Ouro

PREFEITURA

IN Nº 004/19 CONTRATO Nº 063

Publicação Nº 2216334

MUNICÍPIO DE OURO - SC

PROCESSO LICITATÓRIO N 0051/2019

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N 0004/2019

Contratante: MUNICÍPIO DE OURO

Contratado: LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS SANTA FÉ LTDA - EPP

Objeto: Credenciamento de empresas especializadas na prestação de serviços de exames laboratoriais (coleta e análise) com materiais necessários para a realização de qualquer tipo de coleta (materiais descartáveis) e fornecimento de resultados, de forma complementar ao Sistema Único de Saúde (SUS), para atender os pacientes do Município de Ouro.

Fundamento legal: Lei Federal 8.666/93. Vigência: 04/11/2019 até 31/12/2019. Ouro, 04/11/2019, Maria Inês Nora, Secretária Municipal de Saúde.

Processo Licitatório n. 0051/2019

Modalidade de Inexigibilidade de Licitação n. 0004/2019

CONTRATO N. 063/2019

Contratante: MUNICÍPIO DE OURO.

Contratado: LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS SANTA FÉ LTDA - EPP

Objeto: Credenciamento de empresas especializadas na prestação de serviços de exames laboratoriais (coleta e análise) com materiais necessários para a realização de qualquer tipo de coleta (materiais descartáveis) e fornecimento de resultados, de forma complementar ao Sistema Único de Saúde (SUS), para atender os pacientes do Município de Ouro.

Vigência: A partir de 04/11/2019 até 31/12/2019.

Data de assinatura: 04/11/2019.

Paial**PREFEITURA****AVISO DE LICITACAO FMS 004-2019 PP 001-2019**

Publicação Nº 2217162

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 004/2019
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2019
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2019

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICIPIO DE PAIAL, Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, nos termos da Lei Legislação vigente, TORNA PÚBLICO que realizará o certame licitatório acima mencionado, conforme o objeto e demais indicações a seguir, na forma consubstanciada nas cláusulas deste Edital.

	PROCESSO N.º	
	004/2019	
MODALIDADE:		N.º:
PREGÃO PRESENCIAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CNPJ: 11.399.310/0001-47	01/2019
REGISTRO DE PREÇOS		

OBJETO:

Pregão Presencial Registro de Preços do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA AREA DE ENGENHARIA, PARA PINTURA GERAL NA UNIDADE DE SAUDE de acordo com as disposições contidas neste Edital.

O recebimento dos Envelopes Nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL e Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados, dar-se-á até às 13H30MIN do dia 18/11/2019 no Setor de Protocolo deste Município, sito a Rua Goiás, 400, centro – Paial – SC.

JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS E HABILITAÇÃO

A abertura dos Envelopes n. 01 – PROPOSTA DE PREÇOS dar-se-á a partir das 14H00MIN do dia 18/11/2019 em sessão pública, realizada na Sala de Licitações do Município de Paial, e da PROPOSTA DE PREÇOS no mesmo local e horário.

LOCAL DE RETIRADA DO EDITAL E OBTENÇÃO DE INFORMAÇÕES

Edital completo e informações adicionais poderão ser obtidas no horário normal de

expediente, das 08:00 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo fone (49) 3451-0045, ou diretamente no Setor Administrativo do Município de Paial,, Rua Goiás , 400, Centro e ainda no site: www.paial.sc.gov.br

Paial, 05 de novembro de 2019

VOLNEI DIOGO DE PELEGRIN

Prefeito Municipal

Declaro que a presente Licitação foi		Declaro que a presente Licitação foi
disponibilizada no Site: www.paial.sc.gov.br		Publicada no Mural Publico Municipal
		em ____/____/2019
em ____/____/2019.		Protocolo N.º ____/2019.
RENAN VIZZOTO/ MIRIAN DARGAS		AMAURI JOSE AUZILIERO
Responsável		Responsável p/ publicação

AVISO DE LICITACAO PROCESSO 083/2019- FMS 050-2019

Publicação Nº 2217168



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAIAL
Departamento de Compras e Licitações

SENHOR LICITANTE

Antes de iniciar

a formulação de sua proposta,

leia com atenção

os Anexos II e III



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAIAL
Departamento de Compras e Licitações

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 083/2019
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 083/2019
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 050/2019

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE PAIAL, Estado de Santa Catarina, nos termos da Lei Legislação vigente, **TORNA PÚBLICO** que realizará o certame licitatório acima mencionado, conforme o objeto e demais indicações a seguir, na forma consubstanciada nas cláusulas deste Edital.

PROCESSO N.º 083/2019		
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS		N.º: 050/2019
<p>OBJETO:</p> <p>Pregão Presencial Registro de Preços do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para o fornecimento PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SOLDA/HORAS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO PARA USO PELA AS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, JUNTO AO MUNICÍPIO DE PAIAL/SC, de acordo com as disposições contidas neste Edital.</p> <p>O recebimento dos Envelopes Nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL e Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados, dar-se-á até às 08H30MIN do dia 18/11/2019 no Setor de Protocolo deste Município, sito a Rua Goiás, 400, centro – Paial – SC.</p> <p>JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS E HABILITAÇÃO</p> <p>A abertura dos Envelopes n. 01 – PROPOSTA DE PREÇOS dar-se-á a partir das 09H00MIN do dia 18/11/2019 em sessão pública, realizada na Sala de Licitações do Município de Paial, e da PROPOSTA DE PREÇOS no mesmo local e horário.</p> <p>LOCAL DE RETIRADA DO EDITAL E OBTENÇÃO DE INFORMAÇÕES</p> <p>Edital completo e informações adicionais poderão ser obtidas no horário normal de expediente, das 08:00 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo fone (49) 3451-0045, ou diretamente no Setor Administrativo do Município de Paial,, Rua Goiás , 400, Centro e ainda no site: www.paial.sc.gov.br</p> <p>Paial, 05 de novembro de 2019</p>		



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAIAL
Departamento de Compras e Licitações

NEVIO ANTONIO MORTARI
Prefeito Municipal

Declaro que a presente Licitação foi disponibilizada no Site: www.paial.sc.gov.br

em ____/____/2019.

RENAN VIZZOTO/ MIRIAN DARGAS
Responsável

Declaro que a presente Licitação foi Publicada no Mural Publico Municipal

em ____/____/2019
Protocolo N.º ____/2019.

AMAURI JOSE AUZILIERO
Responsável p/ publicação



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAIAL
Departamento de Compras e Licitações

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL VIA Internet

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 083/2019
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 083/2019
Pregão Presencial Nº 050/2019

Razão Social: _____
CNPJ/MF Nº: _____
Endereço: _____
E-mail: _____
Cidade: _____ Estado: _____ Telefone: _____ Fax: _____
Pessoa para Contato: _____

Recebemos, através do acesso à página do MUNICÍPIO DE PAIAL:
www.paial.sc.gov.br no ícone Licitações, nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada, que tem como objetivo o PREGÃO PRESENCIAL para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SOLDA/HORAS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO PARA USO PELA AS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, JUNTO AO MUNICÍPIO DE PAIAL/SC.
em conformidade com o Anexo II I Termo de Referência, que integra o Edital, independentemente de Sua transcrição.

Local e Data: _____, _____ de _____ de 2019

(nome e assinatura)

Obs: A não remessa deste recibo, exime a Comissão Permanente de Licitação da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAIAL
Departamento de Compras e Licitações

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 083/2019
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 083/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2019

Objeto: Pregão Presencial Registro de Preços do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, para **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SOLDA/HORAS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO PARA USO PELA AS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, JUNTO AO MUNICÍPIO DE PAIAL/SC.**

Acordo com as disposições contidas neste Edital.

JUSTIFICATIVA

O Município de Paial, por intermédio da Secretaria de Transportes, obras e serviços públicos, em conjunto com a Secretaria de Agricultura, realiza serviços de máquinas no interior do Município, visando o atendimento aos agricultores, bem como diversas atividades inerentes ao Município. Em virtude disso, é constante a necessidade de manutenção das máquinas que realizam os serviços.

- 1) Os produtos/serviços constantes desta Licitação, deverão ser entregues no Município, no prazo e local indicado na Nota de Compra, até no máximo de 06:00 horas após a solicitação formal de compra (Autorização de Fornecimento) emitida pelo Departamento de Compras.
- 2) Caso o serviço seja realizado fora da Sede do Município a responsabilidade pelo transporte das máquinas/peças e sua entrega, será do licitante vencedor, além da responsabilidade pelo seguro do mesmo, enquanto o prazo de substituição/conserto das peças ocorrer, cessando logo após a entrega das Máquinas ao Município, após devidamente conferidos os trabalhos realizados.

DATA, HORÁRIO E LOCAL DE RECEBIMENTO:

RECEBIMENTO DAS CREDENCIAIS, PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO:
impreterivelmente às 18/11/2019 LOCAL: Sec. Administração, sítio à Rua GOIAS N 400 CENTRO
-PAIAL SC **FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS:** (informar o nº da Licitação) E-mail:

pregao@paial.sc.gov.br

Fax.: (49) 33451-0045

Horário de expediente: das 08h00 às 11h30, ou e 13h00 às 17h00

Pregoeiro: RENAN VIZZOTO E OU MIRIAN DARGAS

Fone: (49) 33451-0045

Município de Paial, SC.

Rua Goiás 400 - Centro - Paial, SC

CEP - 89765-000

Integram este Edital, como se nele estivessem transcritos, os anexos abaixo relacionados, dispostos na seguinte ordem:

I - Modelo de Proposta;

II - Aspectos gerais da licitação (Termo de Referência);



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAIAL
Departamento de Compras e Licitações

III - Relação dos documentos de habilitação;

IV - Modelo de Declaração "Inexistência de Fato Superveniente e Impeditivo da Habilitação em Licitação Pública";

V - Modelo de Declaração "cumpre plenamente os requisitos de habilitação"; VI - Modelo de Procuração;

VII - Modelo de Declaração que "não emprega menor";

O MUNICÍPIO DE PAIAL,, através do jornal de circulação estadual (DOM), Quadro de Avisos do Município (Mural Público) e da Página Oficial na INTERNET (www.paial.sc.gov.br) torna público que, de acordo com a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e o Decreto Municipal nº 057/2007 e os termos deste Edital, realizará Processo Licitatório na modalidade Pregão Presencial do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, para o fornecimento de **MENOR PREÇO POR ITEM**, para o **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SOLDA/HORAS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO PARA USO PELA AS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, JUNTO AO MUNICÍPIO DE PAIAL/SC**, conforme objeto descrito no Anexo II.

1. DAS DISPOSIÇÕES E RECOMENDAÇÕES PRELIMINARES

1.1. Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto licitado que preencherem as condições de credenciamento exigidas neste Edital.

1.2. Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do presente pregão, protocolizando pedido em até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, no endereço discriminado no Preâmbulo deste Edital, cabendo ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação até o prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

1.2.1. Caso seja acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando resultar alteração no Edital e esta, inquestionavelmente, não afetar a formulação das propostas.

2. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Estarão impedidos de participar de quaisquer fases do processo, os licitantes que se enquadrem em uma ou mais das seguintes situações a seguir:

I Licitante declarado inidôneo para licitar junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta no âmbito Federal, Estadual e Municipal, sob pena de incidir no previsto do parágrafo único do art. 97, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;

II Empresa que tenha como sócio(s) servidor(es) ou dirigentes de qualquer esfera governamental da Administração Municipal;

III Empresa em consórcio.

3. DO CREDENCIAMENTO E APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAIAL
Departamento de Compras e Licitações

3.1. Para o credenciamento, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

*I Tratando-se de **representante legal**, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;*

*II Tratando-se de **procurador**, a procuração por instrumento público ou particular, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos, desistir de sua interposição e praticar todos os atos pertinentes ao certame, acompanhada do correspondente documento dentre os indicados no inciso anterior, que comprove os poderes do mandante para a outorga. O modelo da presente encontra-se no Anexo VI do Edital.*

3.1.1. O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

3.1.2. Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciado, sendo que cada um deles poderá representar apenas um único licitante.

3.2. Os documentos de credenciamento serão retidos pela Equipe de Pregão e juntados ao processo administrativo.

3.3. Somente poderão participar da fase de lances verbais os representantes devidamente credenciados. A empresa que tenha apresentado proposta, mas não esteja devidamente representada, terá sua proposta acolhida, porém não poderá participar das rodadas de lances verbais.

3.4. Os envelopes contendo as propostas comerciais e os envelopes contendo a documentação de habilitação deverão ser entregues fechados (e indevassáveis) na data e horário previsto no preâmbulo deste Edital e, na seguinte forma:

3.4.1. ENVELOPE PROPOSTA:

RAZÃO SOCIAL E CNPJ DO LICITANTE

PROCESSO ADMINISTRATIVO 083/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2019

ENVELOPE Nº 1 – PROPOSTA COMERCIAL

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SOLDA/HORAS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO PARA USO PELA AS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, JUNTO AO MUNICÍPIO DE PAIAL/SC

3.4.2. ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO:

RAZÃO SOCIAL E CNPJ DO LICITANTE

PROCESSO ADMINISTRATIVO 083/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2019

ENVELOPE Nº 2 – DOCUMENTAÇÃO

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SOLDA/HORAS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO PARA USO PELA AS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, JUNTO AO MUNICÍPIO DE PAIAL/SC



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAIAL
Departamento de Compras e Licitações

3.5. O envelope nº 1 (proposta) deverá conter todos os requisitos exigidos no **item 09** deste Edital, enquanto que o envelope nº 2 (documentação) deverá conter a documentação exigida no Anexo III.

3.6. No ato da entrega dos envelopes ao Pregoeiro, o licitante deverá entregar, também e separadamente, **Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação (art. 4º, inciso VII, Lei 10.520/2002), podendo utilizar-se do modelo constante do Anexo V do presente Edital.**

4. OBJETO DA LICITAÇÃO

4.1. A descrição detalhada do objeto e demais informações consta no Anexo I deste Edital.

5. DA CONDIÇÃO DO CERTAME PELO PREGOEIRO

5.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

I - Credenciamento dos interessados;

II - Recebimento dos envelopes das propostas de preços e da documentação de habilitação;

III - A abertura dos envelopes das propostas de preços, o seu exame e a classificação dos licitantes;

IV - A condução dos procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta ou lance de menor preço;

V - Adjudicação da proposta de menor preço;

VI - A elaboração de Ata;

VII - A condução dos trabalhos da equipe de apoio;

VIII - Recebimento, exame e encaminhamento dos recursos, caso existam, ao Prefeito Municipal para decisão com prévio relatório;

IX - Encaminhamento do processo devidamente instruído, após a adjudicação, à autoridade superior, visando à homologação e a contratação.

6. DOS PROCEDIMENTOS DO PREGÃO – ANÁLISE E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. A análise das propostas pelo Pregoeiro visará o atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo **desclassificadas** as propostas:

I - Cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAIAL
Departamento de Compras e Licitações

II - Que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes; e

6.2. No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.

6.3. As propostas classificadas serão selecionadas para etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

I - Seleção da proposta de menor preço e das demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, observado o disposto no inciso III, do item 6.1; e

II - Não havendo pelo menos 03 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 03 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes. Neste caso, também, será observado o disposto no inciso III, do item 6.1.

7. DOS PROCEDIMENTOS DO PREGÃO – SESSÃO PÚBLICA/LANCES

7.1. Após a fase de “Classificação das Propostas”, a Pregoeiro dará sequência ao processo de Pregão, passando para a fase da “Sessão Pública”, da qual só poderão participar os licitantes que tiverem suas propostas classificadas na fase anterior.

7.1.1. Na fase da “Sessão Pública”, os representantes dos licitantes deverão estar presentes na sala de reuniões da sede do Município de Paial, para a etapa de lances. A ausência do representante do licitante no horário previsto no preâmbulo deste Edital indicará que não há interesse deste na apresentação de lances.

7.1.2. Após as devidas orientações e recomendações, ao Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formularem lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

7.1.3. O licitante sorteado em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

7.1.4. A desistência do licitante em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na sua exclusão da etapa de lances, mantendo-se o último preço apresentado pelo licitante para efeito de ordenação das propostas.

7.1.5. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, a partir da autora da proposta de maior preço.

7.1.6. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes declinarem da formulação de lances.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAIAL
Departamento de Compras e Licitações

7.2. No caso de não existirem lances verbais, serão considerados os valores obtidos na etapa de "Abertura das Propostas", desde que verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo, ainda, o Pregoeiro negociar diretamente com o licitante, visando obter reduções adicionais de preços.

8. DOS PROCEDIMENTOS DO PREGÃO – ANÁLISE DOS DOCUMENTOS

8.1. Ao final da etapa de lances, o Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação do licitante vencedor.

8.2. Se o licitante desatender às exigências habilitatórias, a Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do(a) participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa a Pregoeiro poderá negociar com o(a) participante para que seja obtido preço melhor.

8.2.1. O Pregoeiro, observando o motivo do desatendimento das exigências habilitatórias, aplicará as penalidades previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002

8.3. Constatando-se o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o objeto será adjudicado ao (à) autor (a) da proposta ou lance de menor preço.

8.3.1. O Pregoeiro poderá, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou a completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

9. DAS PROPOSTAS

9.1. São requisitos da proposta de preços:

I - Ser preenchida, **preferencialmente**, através do Anexo I do presente, sem emendas, entrelinhas, ressalvas ou borrões que possam prejudicar a sua inteligência e autenticidade, por meio mecânico ou em papel com timbre do licitante.

II - Conter preço unitário e total para todos os itens, já inclusas as despesas com mão-de-obra, seguros, impostos e todos os demais encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e outros tributos pertinentes;

III - Conter identificação do licitante; IV - Conter assinatura do representante

da pessoa jurídica licitante;

V - Validade da proposta: 60 dias, contados a partir da data prevista para abertura dos envelopes.

9.2. A omissão da indicação na proposta dos incisos "IV" e "VI" do item anterior, implicará na aceitação das condições estabelecidas neste Edital.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAIAL
Departamento de Compras e Licitações

9.3. *Em circunstâncias excepcionais, antes do término do período original de validade das propostas, a Pregoeiro poderá solicitar que os licitantes estendam o período de validade das propostas para um período específico adicional. Essa solicitação, bem como as respostas dos proponentes, serão feitas por escrito via fax-símile ou e-mail. O proponente poderá recusar a solicitação, resultando na desistência da participação do processo licitatório, sem que a ele sejam imputadas penalidades por tal ato.*

10. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

10.1. ***A Administração designa o fiscal de contratos indicado no Decreto Municipal nº 043/2019 sendo o servidor efetivo ALEXANDRE AUGUSTO MESQUITA e no caso de seu impedimento, o servidor municipal JAIME LUTEREK, para acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do fornecimento dos produtos, o qual manifestar-se-á, antes da realização do pagamento ao respectivo beneficiário, para o fiel cumprimento de suas obrigações.***

10.2. O recebimento dar-se-á de duas formas:

I - Provisoriamente, no ato da entrega do produto, com aceite na Nota Fiscal / Fatura;

II - Definitivamente, em até 10 (dez) dias após o recebimento provisório, mediante termo de aceite a ser apostado na própria Nota Fiscal / Fatura, após a constatação da adequação do material fornecido, às especificações constantes do processo que deu origem à Nota de Empenho, inclusive quanto à qualidade.

10.3. Após o recebimento definitivo, a Nota Fiscal / Fatura será encaminhada para os procedimentos que culminam no pagamento à empresa contratada.

10.4. Constatando que o produto oferecido não atende as especificações estipuladas neste Edital, ou ainda que não atende a finalidade que dele naturalmente se espera, o órgão responsável pelo recebimento expedirá ofício à empresa contratada, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a para que efetue a troca dentro do menor prazo possível.

10.5. Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha havido a troca do objeto recusado, o órgão solicitante dará ciência ao Departamento Jurídico, a fim de que se proceda a abertura de processo de penalidade contra a empresa, de acordo com as normas contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, para aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1. A Tesouraria efetuará o pagamento à empresa **CONTRATADA** em até **30 (trinta) dias após o recebimento definitivo da Nota Fiscal / Fatura**, com assinatura do responsável pelo recebimento, conforme os termos constantes no **item 10** deste Edital.

11.2. Havendo erro na Nota Fiscal / Fatura ou outra circunstância de responsabilidade da licitante vencedora que desaprove a liquidação da despesa pela Gerência de Tesouraria, a mesma ficará pendente e o pagamento susinado até que a licitante vencedora providencie as medidas saneadoras necessárias.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAIAL
Departamento de Compras e Licitações

11.3. O pagamento somente se dará após o recebimento definitivo, atestado na Nota Fiscal / Fatura pelo fiscal do contrato, e após consulta online quanto a Regularidade junto ao FGTS e INSS na data do pagamento, para os procedimentos que culminam no pagamento à empresa contratada.

11.4. O preço a ser pago será o constante da proposta da licitante vencedora, o reajuste de preços somente poderá ser tentado após o cômputo do período de 12 meses (Lei 10.192, de 14/02/2001). Caso haja desequilíbrio econômico financeiro, poderá haver revisão contratual desde que, ocorram fatos inéditos que reflitam diretamente nas condições pactuadas, ou seja, a revisão contratual deverá ser baseada em acontecimento imprevisível e inevitável, ou se previsível, de consequências incalculáveis. A álea ordinária, que implica um encargo previsível ou suportável, por si só, não autoriza a revisão contratual. A revisão contratual deverá ser comprovada pela licitante vencedora através de documentos e fundamentação legal formal, podendo a mesma ser deferida após anuência da Administração Municipal.

12. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

12.1. Para o julgamento será adotado o critério de **MENOR PREÇO POR ITEM, na data da abertura do processo licitatório**, observadas as especificações técnicas definidas no Anexo II deste, bem como as condições exigidas no **item 9** do presente Edital.

12.2. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste Edital, bem como aquelas que apresentarem preços excessivos.

12.3. Para fins de julgamento, serão considerados preços com **ATÉ 2 (DUAS) CASAS DECIMAIS**, após a vírgula.

12.4. A Pregoeiro poderá relevar omissões meramente formais quando dispuser de outros meios imediatos para auferir as especificações e informações referentes ao produto oferecido em consonância com o Edital.

12.5. Para efeito de lances, será observado o disposto no Art. 11 do Decreto Federal nº 3.555/2000.

13. DOS RECURSOS

13.1. Não serão conhecidos as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado (a) legalmente ou não identificado (a) no processo para responder pelo (a) licitante.

13.2. A falta de manifestação imediata e motivada, no final de cada Sessão, importará na preclusão do direito de recurso.

13.2.1. Após a manifestação imediata, o licitante terá prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões de recurso, ficando desde logo intimados os demais licitantes para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término de prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAIAL
Departamento de Compras e Licitações

13.2.2. A manifestação do recurso deverá ser, obrigatoriamente, registrada em ata, bem como conter a síntese das razões do recorrente.

13.3. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor recurso pelo (a) licitante.

13.4. Os recursos contra decisões do pregoeiro não terão efeito suspensivo. Estes serão encaminhados ao Prefeito Municipal a quem caberá, após deliberação, a adjudicação do objeto.

13.5. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14. DAS SANÇÕES

14.1. O atraso injustificado na execução do objeto contratado implica no pagamento de multa de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, limitada a 10% (dez por cento), calculada **sobre o valor da parcela em atraso ou da Nota de Empenho**, isentando em consequência a Administração de quaisquer acréscimos, sob qualquer título, relativos ao período em atraso.

14.2. A inexecução parcial do ajuste ou a execução parcial em desacordo com o presente Edital implica no pagamento de multa de 20% (vinte por cento) calculada **sobre o valor da parcela inexecutada ou executada em desacordo**.

14.3. A inexecução total do ajuste implica no pagamento de multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total do contrato e/ou da nota de empenho.

14.4. A recusa injustificada da empresa vencedora em assinar o Contrato, aceitar ou retirar a Nota de Empenho, equivale à inexecução total da sua obrigação.

14.5. A aplicação de multa, a ser determinado pela Administração Municipal, após regular procedimento que garanta a prévia defesa da empresa inadimplente, não exclui a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 7º da Lei 10.520/2002 e alterações.

15. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

15.1. A presente Licitação fica dispensada da celebração de Contrato, sendo o mesmo substituído pela Ata de Registro de Preços, nos termos da Lei 8.666/93.

16 – DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

16.1 - Os licitantes não enquadrados no estatuto da Micro Empresa podem ofertar propostas para tais itens, as quais serão consideradas apenas em caso de inexistir o número mínimo de três licitantes na condição de pequenas empresas.

16.2 - Se a participante do certame for empresa de pequeno porte ou microempresa, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de regularidade fiscal,



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAIAL
Departamento de Compras e Licitações

mesmo que esta apresente alguma restrição, conforme estabelece a Lei Complementar nº123/2006.

16.3 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 02(dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

16.4 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no §1º do Art. 44, da LC 123/2006, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 81 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

16.5 - Na licitação será assegurada como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

16.6 - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10%(dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

16.7 - Para efeito do disposto no Art. 44 da LC 123/06, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa e empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

b) Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput do Art. 44, da LC 123/2006, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do Art. 44 da LC 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do Art. 44 da LC 123/2006, será realizado sorteio entre elas para que identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

d) Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput do Art. 44 da LC 123/2006, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

e) O disposto no Art. 44 da LC 123/2006, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAIAL
Departamento de Compras e Licitações

17. DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. O Município de Paial, poderá revogar a presente licitação, no todo ou em parte, por razões de interesse público derivadas de fato superveniente comprovado ou anula-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros mediante ato escrito e fundamentado. O Município de Paial, poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

17.2. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação do licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, na rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

17.3. É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

17.4. Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação ou inabilitação.

Nota 1. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, assegurada a defesa prévia do interesse e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhes franqueada vista ao processo.

Nota 2 “Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º, da Lei 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.”

17.5. O desatendimento de exigências formais, não essenciais, não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

17.6. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse da Administração Municipal, a finalidade e a segurança da contratação.

17.7. As decisões referentes a este processo poderão ser comunicadas aos licitantes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou ainda, mediante publicação no Quadro de Avisos ou no Site Oficial do Município: www.paial.sc.gov.br.

17.8. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAIAL
Departamento de Compras e Licitações

17.9. A participação do (a) proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital.

17.10. Quaisquer informações, esclarecimentos ou dados fornecidos verbalmente por servidores do Município de Paial, inclusive membros da Equipe de Apoio, não serão considerados nem aceitos como argumentos para impugnações, reclamações, reivindicações, etc., por parte dos licitantes. Qualquer informação ou esclarecimento deverá ser solicitado por escrito através do endereço constante no preâmbulo deste Edital.

17.11. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca de Ita- SC.

Paial, 05 de novembro de 2019

NEVIO ANTONIO MORTARI
Prefeito Municipal



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAIAL
 Departamento de Compras e Licitações

ANEXO I
EDITAL DE PREGÃO Nº 050/2019
CARTA PROPOSTA COMERCIAL

OBSERVAÇÃO: Nos valores acima deverão estar inclusos, além do lucro, todas e quaisquer despesas de responsabilidade do Proponente que, direta ou indiretamente, decorram do fornecimento do objeto licitado. A marca das peças ofertadas deverá obrigatoriamente constar na proposta. As peças propostas deverão ser de procedência original.

ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO PREVISTO (R\$)	UNIT	PREÇO TOTAL PREVISTO (R\$)
01	500	Horas	Prestação de serviços de Solda mig em máquinas pesadas	147,67		
02	500	Horas	Prestação de serviços de Solda mig em máquinas agrícolas e trator de pneus	147,00		
03	500	Horas	Prestação de serviços de Solda mig em geral	135,83		
04	500	Horas	Prestação de serviços de Solda mig em caminhões	148.50		
TOTAL	***** **	***** *	***** *****	***** ****		

DADOS DO PROPONENTE:

Razão Social:

Endereço completo:

Fax

Telefone:

:

e-mail:

Validade da Proposta (não inferior a 60 dias corridos)

Condição de Pagamento (conforme Item 11 do Edital):

Declaramos total concordância com os termos da Minuta de Contrato, parte Integrante do processo.

Endereço completo:

CPF: _____ **Identidade**

..... de de 201__

ASSINATURA E IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAIAL
Departamento de Compras e Licitações

ANEXO II

ASPECTOS GERAIS DA LICITAÇÃO (Termo de Referência)

1. DO OBJETO

1.1. Constitui Objeto da presente licitação o PREGÃO PRESENCIAL para fornecimento de **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SOLDA/HORAS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO PARA USO PELA AS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, JUNTO AO MUNICÍPIO DE PAIAL/SC.**

1.2. Os materiais e serviços adquiridos deverão ser fornecidos imediatamente após a homologação do certame licitatório e em até 06:00 horas após a emissão da autorização do servidor encarregado pela Administração através da Autorização de Fornecimento (A.F.) e entregue no local solicitado.

1.3. *A marca das peças ofertadas deverá constar na proposta. As peças propostas deverão ser de procedência original.*

1.4. A Empresa deverá apresentar comprovação de garantia de no mínimo 180 dias dos serviços pelo item licitado.

1.5. O Prazo de entrega das peças e dos serviços não deverá ser superior a 10 (dez) dias, devendo a Empresa participante apresentar declaração de compromisso.

1.6. **Caso o serviço seja realizado fora da Sede do Município a responsabilidade pelo transporte das máquinas e sua entrega, será do licitante vencedor, além da responsabilidade pelo seguro do mesmo, enquanto o prazo de substituição das peças ocorrer, cessando logo após a entrega das Máquinas ao Município, após devidamente conferidos os trabalhos realizados.**

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas decorrentes do fornecimento dos produtos correrão à conta das dotações expressamente consignadas no orçamento financeiro de 2019/2020 sendo:



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAIAL
Departamento de Compras e Licitações

OBS: A dotação supra epigrafada faz parte do Orçamento – Programa do Município de Paial.

3. DOS LANCES

3.1. A critério do Pregoeiro e com a concordância de todas as licitantes presentes e credenciadas, através de seus representantes legais, poderá haver um intervalo mínimo entre um lance e outro, registrando-se tal procedência em Ata.

4. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.1. 15.1. O prazo de vigência do Contrato é de 12 (doze) meses, a partir da assinatura, substituído pela Ata de Registro de Preços.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Efetuar a entrega dos produtos dentro das especificações constantes na Proposta e Edital nos prazos e condições estabelecidas.

5.2. Executar os serviços ou efetuar as entregas em caráter prioritário, depois de solicitados e somente após autorizados pelo Município de Paial, - SC.

5.4. Fornecer todos os dados necessários à fiscalização e controle do cumprimento do objeto da licitação, sempre que solicitado pelo Município de Paial.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAIAL
Departamento de Compras e Licitações

ANEXO III

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS

DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO E HABILITAÇÃO.

8.1 – CREDENCIAMENTO (FORA DOS ENVELOPES)

- 1) **INSTRUMENTO PÚBLICO DE PROCURAÇÃO OU INSTRUMENTO PARTICULAR** (com firma reconhecida), prevendo poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame;
- 2) Cópia do **CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS – CPF**, do Procurador ou representante da empresa; _____
- 3) Cópia da **CARTEIRA DE IDENTIDADE** do Procurador ou representante da empresa; _____
- 4) **REGISTRO COMERCIAL**, para empresa individual; _____
- 5) **ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL EM VIGOR**, devidamente registrado, para as sociedades empresariais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos comprobatórios de eleição de seus administradores; _____
- 6) **INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO, NO CASO DE SOCIEDADES SIMPLES**, acompanhada de prova do registro da ata da eleição da diretoria em exercício (Registro Civil de Pessoas Jurídicas); _____
- 7) **DECRETO DE AUTORIZAÇÃO**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir; _____
- 8) Prova de inscrição no **CADASTRO NACIONAL DE PESSOA JURÍDICA (CNPJ)**; _____

8.2 – HABILITAÇÃO (DENTRO DO ENVELOPE 02)

- 1) **PROVA DE REGULARIDADE COM O FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO**, através do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) ou do documento denominado "Situação de Regularidade do Empregador", com prazo de validade em vigor na data marcada para o processamento do Pregão;



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAIAL
Departamento de Compras e Licitações

- 2) **PROVA DE REGULARIDADE PARA COM A FAZENDA FEDERAL** (neste caso através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União);
- 3) **CERTIDÃO NEGATIVA ESTADUAL** do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente na forma da Lei com prazo de validade em vigor;
- 4) **CERTIDÃO NEGATIVA MUNICIPAL** do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente na forma da Lei com prazo de validade em vigor;
- 5) **PROVA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS INADIMPLIDOS PERANTE A JUSTIÇA DO TRABALHO**, mediante a apresentação de certidão negativa; VIII.
- 6) Declaração que **NÃO EMPREGA MENOR** (modelo Anexo VII);
- 7) Declaração da licitante de que **TOMOU CONHECIMENTO DE TODAS AS INFORMAÇÕES E DAS CONDIÇÕES LEGAIS (ANEXO IV)**, para o cumprimento das obrigações objeto da licitação. A não apresentação dessa declaração será entendida pelo Pregoeiro como concordância com o teor do Edital
- A) Não constando do documento seu prazo de validade, será aceito documento emitido até **180 (CENTO E OITENTA) DIAS** imediatamente anteriores à data marcada para o processamento do Pregão;
- B) Caso a licitante seja matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz. Caso seja filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial exceto, aqueles que pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou seja, validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.
- C) **A falsa declaração do licitante implicará na sua desclassificação no procedimento administrativo competente, além das implicações da legislação penal.**
- 8) **Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;** Considerando a implantação do sistema eproc no Poder Judiciário de Santa Catarina, a partir de 1º/4/2019, a certidão de "Falência, Concordata e Recuperação Judicial" deverá ser solicitada tanto no sistema eproc quando no SAJ. As duas certidões deverão ser apresentadas conjuntamente, caso contrário não terão validade.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAIAL
Departamento de Compras e Licitações

ANEXO IV

MODELO DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE E IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

REF: PROCESSO Nº 083/2019, PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2019,

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que, até a presente data, *inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores. Por ser verdade, firma a presente.*

....., de de

(Representante legal da licitante)



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAIAL
Departamento de Compras e Licitações

ANEXO V

DECLARAÇÃO

REF: PROCESSO Nº 083/2019, PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2019,

O (A) licitante _____, com domicílio (ou sede) na cidade de _____, Estado _____, endereço _____ através de seu (a) representante legal (no caso de pessoa jurídica) _____, **DECLARA**, sob as penas da Lei e para fins do processo acima identificado, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e, entrega, juntamente, o envelope contendo a indicação do objeto e preços oferecidos, além do envelope contendo a documentação habilitatória do referido Edital.

Por ser verdade, firmo (amos) a presente.

Local e data.

Assinatura

Nome do Representante Legal



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAIAL
Departamento de Compras e Licitações

ANEXO VI

MODELO

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de Procuração e pela melhor forma de direito, a EMPRESA _____, com sede na Rua _____, nº _____, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº _____, representada, nesse ato, por seu sócio-gerente Sr. _____, brasileiro, estado civil, profissão, residente e domiciliado nesta cidade, nomeia e constitui seu representante, o Sr. _____, estado civil, profissão, portador da cédula de identidade RG nº _____, e do CPF nº _____,

a quem são conferidos poderes para representar a empresa outorgante no **REF: PROCESSO Nº 083/2019, PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2019**, instaurado pelo Município de Paial,, em especial para firmar declarações e atas, apresentar ou desistir da apresentação de lances verbais, negociar os valores propostos, interpor ou desistir da interposição de recursos e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame acima indicado.

Local e data.

Assinatura do responsável pela outorga



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAIAL
Departamento de Compras e Licitações

ANEXO VII

MODELO “A” – EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

DECLARAÇÃO

REF: PROCESSO Nº 083/2019, PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2019,

....., inscrito no CNPJ sob o nº, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a)....., portador (a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz () Local e data.

Assinatura
Representante legal da empresa



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAIAL
 Departamento de Compras e Licitações

ANEXO IX

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº/2019

No dia do mês de.....ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) MUNICIPIO DE PAIAL, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.614.376/0001-59, com sede administrativa localizada na RUA GOIAS ,400 bairro CENTRO, CEP nº. 89765-000, nesta cidade de Paial/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). NEVIO ANTONIO MORTARI, inscrito no CPF sob o nº....., doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. Processo Licitatório nº. que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) SERVIÇOS DE Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
--------	-----------------	-------

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
----------	------------	-----------------------	-----

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SOLDA/HORAS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO PARA USO PELA AS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, JUNTO AO MUNICÍPIO DE PAIAL/SC Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAIAL
 Departamento de Compras e Licitações

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR LOTE, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor:							
Item	Especificação		Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total

Fornecedor:							
Item	Especificação		Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAIAL
Departamento de Compras e Licitações

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAIAL
Departamento de Compras e Licitações

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAIAL
Departamento de Compras e Licitações

- 5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;
- 5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;
- 5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;
- 5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;
- 5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.
- 5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.
- 5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:
- 6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:
- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
 - b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
 - c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
 - d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
 - e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
 - f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.
- 6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.
- 6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAIAL
Departamento de Compras e Licitações

- 6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.
- 6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.
- 6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAIAL
Departamento de Compras e Licitações

inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente,



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAIAL
Departamento de Compras e Licitações

observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAIAL
Departamento de Compras e Licitações

do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Ita para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Paial,

NEVIO ANTONIO MORTARI
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

Palhoça

PREFEITURA

DECISÃO PROCESSO Nº 24460 / 2019

Publicação Nº 2217206

DECISÃO

Processo Nº 24460 / 2019

Trata-se de Processo Administrativo formulado pela Associação dos Pescadores Artesanais da Baixada do Maciambu que atuam na prestação de serviços de turismo náutico com o intuito de obter a impugnação das cláusulas 3.1 e 5.2 do Edital 05/2019.

Em suas razões, a Associação Impugnante aduz que a Cláusula 3.1 do edital limita a participação apenas de pessoas jurídicas, o que deveria ser objeto de alteração para incluir também as pessoas físicas.

Afirma, ainda, que a Cláusula 5.2, parágrafo único, ao tratar dos critérios de classificação, permite a presença de contribuintes que também não estejam domiciliadas no Município de Palhoça.

Remetido os autos a Procuradoria Geral do Município, através do Parecer n. 2972/2019-PGM, esta se manifestou pelo não conhecimento da impugnação da cláusula 3.1, em razão da perda do objeto e no tocante a cláusula 5.2, opinou pela não conhecimento e desprovemento, mantendo-se inalterada a cláusula 5.2, nos termos do art. 3º da Lei 8.666/93 e do art. 37, XXI da Constituição Federal.

Esse é o relato.

Inicialmente, importante esclarecer que a Administração Pública é gerida pelos cinco princípios básicos que estão presentes no artigo 37 da Constituição Federal de 1988 e condicionam o padrão que as organizações administrativas devem seguir, sendo eles a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Ainda sobre os princípios norteadores da administração, importante destacar que o princípio da legalidade trata-se da valorização da lei acima dos interesses privados, ou seja, dos interesses pessoais. Nesse sentido, a administração pública só pode ser exercida se estiver de acordo com as leis, fazendo com que a atuação do Executivo concretize somente a vontade geral dos cidadãos, em suma, o princípio da legalidade vai contra o comportamento personalista ou favoritismos. A sua essência visa a valorização da cidadania e o interesse coletivo.

No tocante ao princípio da impessoalidade, podemos afirmar que este busca traduzir a noção de que a administração pública deve tratar todos os cidadãos sem discriminações. Nesse sentido, o próprio texto do Edital 05/2019 assegura o ingresso ao certame de pessoas físicas ou jurídicas, residentes ou não no Município de Palhoça, a fim de assegurar não só a impessoalidade mas também a igualdade por parte dos concorrentes, respeitando assim o que preconiza o artigo 5º da Constituição Federal (1988) que determina que "todos são iguais perante a lei" sendo que o princípio da impessoalidade vem para reforçar essa ideia no âmbito da administração pública.

Em sede de análise do mérito, se faz necessário destacar que a impugnação pertinente ao item 3.1, NÃO SERÁ CONHECIDA, eis que o Processo Administrativo fora aberto em 30/10/2019 e na mesma data já havia sido publicada a Errata do citado Edital 05/2019, trazendo a inclusão da participação de pessoas físicas no certame, inclusive listando a documentação obrigatória necessária quando se tratar de pessoa física.

Por fim, em análise a impugnação relativa ao item 5.2, está será CONHECIDA e DESPROVIDA, eis que a impugnação apresentada viola de forma flagrante o tratamento isonômico que deve se dar a todos os interessados em participar de um certame público, infringindo o princípio constitucional da impessoalidade.

Desta forma, com fulcro no art. 3º da Lei 8.666/93 e no art. 37, XXI da Constituição Federal, MANTENHO INALTERADA A CLÁUSULA 5.2 DO EDITAL 05/2019, mantendo-se o andamento do certame.

Remeta-se a Gerência de Correspondência e Protocolo para que notifique o Requerente da Decisão.

Após, archive-se.

TARSYANE ZENILDA DA SILVA STANGE
Secretária Municipal da Fazenda

ERRATA 01 EDITAL 02/2019

Publicação Nº 2217175

ERRATA 01
EDITAL 02/2019

A Secretaria Municipal de Fazenda, situada na Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC, de acordo com a Legislação Tributária vigente, torna público, a quem interessar possa, que o presente edital, para a temporada de verão 2019/2020, para a exploração da modalidade, PONTO FIXO (PF) sofreu as seguintes alterações:

Inclui-se ao:

ANEXO I DO EDITAL 02/2019

O presente anexo define a quantidade de pontos e locais que serão explorados, objetos do Edital 03/2019 – SMF nas praias do município de Palhoça para a temporada de verão 2019/2020.

PRAIA	PONTO	LOCAL
Praia da Barra do Aririú	PF 35	Ponto 01 - Croqui
Praia da Barra do Aririú	PF 36	Ponto 02 - Croqui

Praia da Barra do Aririú	PF 37	Ponto 03 - Croqui
Praia da Barra do Aririú	PF 38	Ponto 04 - Croqui
Praia da Barra do Aririú	PF 39	Ponto 05 - Croqui
Praia da Barra do Aririú	PF 40	Ponto 06 - Croqui
Praia da Barra do Aririú	PF 41	Ponto 07 - Croqui
Praia da Barra do Aririú	PF 42	Ponto 08 - Croqui
Praia da Barra do Aririú	PF 43	Ponto 09 - Croqui
Praia da Barra do Aririú	PF 44	Ponto 10 - Croqui
Praia da Barra do Aririú	PF 45	Ponto 11 - Croqui
Praia da Barra do Aririú	PF 46	Ponto 12 - Croqui
Praia da Barra do Aririú	PF 47	Ponto 13 - Croqui

TARSYANE ZENILDA DA SILVA STANGE
Secretária Municipal de Fazenda

PEDRO PAULO FREITAS DOS PASSOS
Secretário Adjunto da Fazenda

ERRATA 01 EDITAL 03/2019

Publicação Nº 2217172

ERRATA 01
EDITAL 03/2019

A Secretaria Municipal de Fazenda, situada na Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC, de acordo com a Legislação Tributária vigente, torna público, a quem interessar possa, que o presente edital, para a temporada de verão 2019/2020, para a exploração da modalidade, LICENÇA PARA AMBULANTES (LA) sofreu as seguintes alterações:

Onde se lê:
ANEXO I
DO EDITAL 03/2019

O presente anexo define o local dos 118 (cento e dezoito) pontos que serão explorados, objetos do Edital 03/2019 – SMF nas praias do município de Palhoça para a temporada de verão 2019/2020.

PRAIAS	QUANTIDADE DE LICENÇAS
Pinheira – Praia de Cima	20 (vinte)
Pinheira – Praia de Baixo – Até o Riozinho	35 (trinta e cinco)
Ponta do Papagaio – Até Riozinho	25 (vinte e cinco)
Praia do Sonho	25 (vinte e cinco)
Marivone	08 (oito)

Leia-se:
ANEXO I
DO EDITAL 03/2019

O presente anexo define o local dos 128 (cento e vinte e oito) pontos que serão explorados, objetos do Edital 03/2019 – SMF nas praias do município de Palhoça para a temporada de verão 2019/2020.

PRAIAS	QUANTIDADE DE LICENÇAS
Pinheira – Praia de Cima	20 (vinte)
Pinheira – Praia de Baixo – Até o Riozinho	35 (trinta e cinco)
Ponta do Papagaio – Até Riozinho	25 (vinte e cinco)
Praia do Sonho	25 (vinte e cinco)
Marivone	08 (oito)
Barra do Aririú	10 (dez)

Palhoça, 05 de novembro de 2019.

TARSYANE ZENILDA DA SILVA STANGE
Secretária Municipal de Fazenda

PEDRO PAULO FREITAS DOS PASSOS
Secretário Adjunto da Fazenda

EXTRATO DE CONTRATO N.º 267/2019 - CC 135/2019

Publicação Nº 2216871

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO Nº 267/2019. Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa

VANDER INCORPORADORA E ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA. OBJETO: Revitalização da Praça Sete de Setembro, Centro, no Município de Palhoça/SC. VALOR: R\$ 959.599,69 (novecentos e cinq-enta e nove mil quinhentos e noventa e nove reais e sessenta e nove centavos).

Data: 04/11/19.

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 264/2019

Publicação Nº 2217595

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 264/2019

Termo de Aditamento – Prorrogação

Espécie: 2º Termo de Aditamento ao Contrato de Prestação de Serviços nº 215/2018, firmado em 01/11/2018, com a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CAIXA.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do Contrato original por mais 6 (seis) meses, o prazo contratual anunciado na Cláusula VI do Contrato de Prestação de Serviços nº 215/2018. O presente termo aditivo passa a vigorar a partir de 01/11/2019.

FUNDAMENTO LEGAL: art.57, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 150/2018

DATA: 31/10/2019.

Signatários: pelo Contratante,

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT

Secretária Municipal de Administração

Pela Contratada,

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA

EDINEI LUIS CELESTINO

PORTARIA Nº. 4291/2019

Publicação Nº 2217246

PORTARIA Nº. 4291/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para CATARINA MARIA GOULART, matrícula nº. 123744-2, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao quinquênio de 29/07/2012 a 29/07/2017, por 02 (dois) meses, com efeitos a contar 29/10/2019 a 29/12/2019.

Palhoça, SC, em 30 de setembro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4292/2019

Publicação Nº 2217247

PORTARIA Nº. 4292/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO CLEIDE MOREIRA ELISIO, titular do cargo de Merendeira, Matrícula nº. 250137-6, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 03/10/2019.

Palhoça, SC, em 30 de setembro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4293/2019

Publicação Nº 2217251

PORTARIA Nº. 4293/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, MABEL SCHUTZ MACIEL, Matrícula nº. 3763070-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/10/2019.

Palhoça, SC, em 30 de setembro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4294/2019

Publicação Nº 2217252

PORTARIA Nº. 4294/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para CATARINA MARIA GOULART, matrícula nº. 123744-2, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao quinquênio de 29/07/2012 a 29/07/2017, por 01 (um) mês, com efeitos a contar 29/01/2020 a 29/02/2020.

Palhoça, SC, em 30 de setembro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4295/2019

Publicação Nº 2217253

PORTARIA Nº. 4295/2019.

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 03 de julho de 2019.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	DE
3762444-2	Caroline Menezes Krebs	60%

Palhoça, SC, em 30 de setembro de 2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4296/2019

Publicação Nº 2217255

PORTARIA Nº. 4296/2019.

ANTONIO VIDAL PAGANI, Secretário de Habitação e Regularização Fundiária, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para ELIANE FATIMA FRANCESCHETTI SANTOS, titular do cargo de Assistente Social, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de dezembro de 2017.

Palhoça, SC, em 30 de setembro de 2019.

ANTONIO VIDAL PAGANI
Secretário de Habitação e Regularização Fundiária

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4297/2019

Publicação Nº 2217256

PORTARIA Nº. 4297/2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAR ATENDER O EXCEPCIONAL para a servidora DAYANE DA SILVA, matrícula nº. 401746-1, titular do cargo de Auxiliar de Consultório de Dentista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 174 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010 e Processo nº. 22291/2019, pelo período de 12 (doze) meses, com efeitos a contar de 08/10/2019.

Palhoça, SC, em 30 de setembro de 2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4298/2019

Publicação Nº 2217257

PORTARIA Nº. 4298/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora NINON ROSE APARECIDA VANINI BOKER matrícula nº. 802256-2, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 120 (cento e vinte) dias a contar de 08/10/2019, de acordo com às folhas 34.

Palhoça, SC, em 30 de setembro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4299/2019

Publicação Nº 2217260

PORTARIA Nº. 4299/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JOSIANE DE SOUZA VIEIRA SCHUTZ, matrícula nº. 802105-1, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 16/11/2011 a 16/11/2016, por 01 (um) mês, a contar de 15/10/2019 a 15/11/2019.

Palhoça, SC, em 30 de setembro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4300/2019

Publicação Nº 2217262

PORTARIA Nº. 4300/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ANA PAULA SCHLEMPER DA SILVA, matrícula nº. 802289-4, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 16/04/2012 a 16/04/2017, por 01 (um) mês, a contar de 04/11/2019 a 04/12/2019.

Palhoça, SC, em 30 de setembro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4301/2019

Publicação Nº 2217268

PORTARIA Nº. 4301/2019.

JOSE VIRGILIO DA SILVA JUNIOR, Presidente da Fundação Municipal de Esporte e Cultura, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para RITA DE CASSIA DA SILVA, matrícula nº. 300097-2, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Fundação Municipal de Esporte e Cultura, da Administração Indireta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 02/03/2013 a 26/05/2019, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 09/10/2019 a 09/11/2019.

Palhoça, SC, em 30 de setembro de 2019.
JOSE VIRGILIO DA SILVA JUNIOR
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4302/2019

Publicação Nº 2217273

PORTARIA Nº. 4302/2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO SONIA MARIA FERNANDES, titular do cargo de ACS, Matrícula nº. 401009-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 07/10/2019.

Palhoça, SC, em 30 de setembro de 2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4303/2019

Publicação Nº 2217554

PORTARIA Nº. 4303/2019.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR COMO FISCAIS DE CONTRATO, o servidor CÁCIO ABRAMO GASPERIM, Arquiteto e Urbanista – Prefeitura Municipal de Palhoça, CAU/SC A29329-6 e Senhor CARLOS MACCARI, Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça, CREA/SC 158597-3, para atuar no contrato oriundo do Processo Licitatório – Tomada de Preços nº 150/2019. Objeto: “contratação de empresa para o fornecimento de material e mão de obra para Construção de Arena Esportiva, Rua das Natálias Dantas - Bela Vista (Lote 1) e execução da Praça Belmar - Rua Artur Osório de Araujo esquin. Alberto Zluhan - Ponte de Imaruim (Lote 2), no município de Palhoça/SC”.

Esta Portaria entre em vigor em 09 de outubro de 2019.

Palhoça, SC, em 30 de setembro de 2019.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4304/2019

Publicação Nº 2217556

PORTARIA Nº. 4304/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria 0533 de 11 de fevereiro de 2019, que Concedeu Licença para Atender Excepcional à servidora EDIRLANDA MARIA DA ROSA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 09/10/2019.

Palhoça, SC, em 30 de setembro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4305/2019

Publicação Nº 2217557

PORTARIA Nº. 4305/2019.

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de outubro de 2019.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	DE
3761851-2	Aaron Scheidmandel Muller	80%
3763419-1	Aline Galgiazzi	30%
3763452-1	Ellisandra Bolfoni Vargas	80%
401360-4	Giancarlo de Antoni	80%

Palhoça, SC, em 30 de setembro de 2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4306/2019

Publicação Nº 2217558

PORTARIA Nº. 4306/2019.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por: Conceder licença para tratamento de Saúde aos servidores abaixo relacionados:

Nome do Funcionário	Cargo	Dias	Contar de
ADELIA SILVA DE SOUZA SANTANA	MERENDEIRA	15	08/10/2019
ADILEISA DA CRUZ LOPES	PROFESSOR	14	09/10/2019
ADRIANA ANTONIA DA SILVA	ENFERMEIRO	15	01/10/2019
ADRIANA ANTONIA DA SILVA	ENFERMEIRO	15	01/10/2019
AGATA SHUTZ PEREIRA	ASO	60	04/10/2019
ALESSANDRO MATTOS PEREIRA	PROFESSOR	30	02/10/2019
ANA CRISTINA DA SILVA MARTINS	TECNICO EM ENFERMAGEM	05	01/10/2019
ANA PAULA DA ROSA ZACCHI	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS	15	03/10/2019
ANA PAULA SIMIANO DE OLIVEIRA	ASO	03	07/10/2019
ANA PAULA SIMIANO DE OLIVEIRA	ASO	02	30/09/2019
ANA PAULA SIMIANO DE OLIVEIRA	ASO	03	02/10/2019
ANALUCIA LUZIA VIEIRA	PROFESSOR	30	01/10/2019
ANDRE JOAO ALVES	ARTIFICE	03	02/10/2019
ANDREIA BROERING TURNES	PROFESSOR	15	07/10/2019
ANDREIA BROERING TURNES	PROFESSOR	05	03/10/2019
ANDREIA SUZANA SGROTT	ENFERMEIRO	04	01/10/2019
ANTONIO CARLOS PEREIRA JUNIOR	PROFESSOR	07	07/10/2019
ANTONIO CARLOS PEREIRA JUNIOR	PROFESSOR	03	14/10/2019
AURORA IRINESIA LAMIM FARIAS	ASO	15	07/10/2019
CELIA NASCIMENTO MARTINS DE SALES	PROFESSOR	180	04/10/2019
CLARICE OLIVEIRA RITT	TECNICO DE ENFERMAGEM	01	07/10/2019
CLARICE OLIVEIRA RITT	TECNICO DE ENFERMAGEM	14	08/10/2019
CLAUDIA CRISTINA FELISBINO CLASEN	ASO	45	04/10/2019
CLAUDIA IVONETE DE AMORIM FERREIRA	PROFESSOR	30	03/10/2019
CLAUDIO CESAR CABRAL	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS	03	01/10/2019
CLAUDIO CESAR CABRAL	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS	15	07/10/2019
DANIELA GOMES AGUIAR	ENFERMEIRO	04	01/10/2019
DINEIA ODETE DE SOUZA	PROFESSOR	10	01/10/2019
ELISANGELA METZ	PROFESSOR	20	30/09/2019
ELISIERE DALIANE CIRINO NUNES	ASO	07	04/10/2019
ERIC FELIPE FAVERO	SOCORRISTA	05	02/10/2019
FABIANA DAVILA DA CUNHA	ODONTOLOGO	15	01/10/2019
GABRIELA ABREU DE SOUZA	ENGENHEIRO AMBIENTAL	08	07/10/2019
GABRIELA CAMPOS DE SOUSA	ORIENTADOR EDUCACIONAL	180	08/10/2019
ILDEFONSO CESAR MARTINS	ENFERMEIRO	15	03/10/2019
IVONE IZABEL GONCALVES	PROFESSOR	01	04/10/2019
IVONE IZABEL GONCALVES	PROFESSOR	03	08/10/2019
JAIRO JOSÉ COELHO	MOTORISTA	10	08/10/2019
JANAINA APARECIDA DA SILVA	ASO	20	04/10/2019
JANAINA DAMIANI RICARDO ROGERIO	PROFESSOR	11	03/10/2019

JANE CAMPOS DE SOUZA	ASSISTENTE SOCIAL	04	08/10/2019
JOSIANE TEREZINHA PEREIRA	ASO	07	02/10/2019
JUCENIA JUDITE DE SOUZA	ASSISTENTE SOCIAL	10	08/10/2019
JUCILENE EDITE TOMAZ	ASG	11	03/10/2019
JULIANA MARIA AMARAL GOMES LESSA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	05	28/09/2019
JULIANA MARIA AMARAL GOMES LESSA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	02	03/10/2019
JULIANA MATOS	MERENDEIRA	15	03/10/2019
JULIANA MENEGARO DE VARGAS	MERENDEIRA	15	01/10/2019
JULIANO AUGUSTO LEOPOLDO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	10	24/09/2019
JUSSARA FATIMA DE QUADROS BOTELHO	PROFESSOR	08	07/10/2019
KARLA DE SOUZA	ASG	05	07/10/2019
KAROLINE WESSLER BORBA	AUXILIAR DE CONSULTORIO DE DENTISTA	04	08/10/2019
KATIA LUCIANE BORGES PINTO	TECNICO DE ENFERMAGEM	15	03/10/2019
KEITH STEINMETZ	ACS	14	03/10/2019
LUCIANA BALLMANN LISBOA	ORIENTADOR EDUCACIONAL	60	04/10/2019
LUCIANA MARIA DA SILVA	ASSISTENTE SOCIAL	20	08/10/2019
LUCIMAR PRIM	ASSISTENTE DE EDUCACAO	02	03/10/2019
LUCIMAR PRIM	ASSISTENTE DE EDUCACAO	04	08/10/2019
MARCELLA MARCELINO DE CAMPOS RODRIGUES	PROFESSOR	14	04/10/2019
MARCIA OSCARINA DE LIMA FERNANDES	PROFESSOR	15	07/10/2019
MARIA EMILIA DE AZEVEDO DUARTE	ASSISTENTE SOCIAL	15	08/10/2019
MARIANA AMARAL DE QUEIROZ	PSICOLOGO	15	03/10/2019
MARIELLI CECCHIN	ASO	180	04/10/2019
MARILUCIA BATISTA CRISPIM CARDOSO	PROFESSOR ARTESAO	180	09/10/2019
MARISOL DE AZEVEDO DUARTE	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	04	08/10/2019
MAURO CESAR MACHADO	ASO	01	16/09/2019
MAURO CESAR MACHADO	ASO	30	30/09/2019
MONIQUE JEREMIAS	PROFESSOR	05	07/10/2019
MONIQUE JEREMIAS	PROFESSOR	01	02/10/2019
NANCI CECILIA DE OLIVEIRA VERAS	PSICOLOGO	10	04/10/2019
NEDINA TEREZINHA FERNANDES	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	05	07/10/2019
NEIVA RIBEIRO ROSA DE FREITAS	PROFESSOR	14	07/10/2019
PRISCILLA SILVEIRA DE AZEVEDO	PROFESSOR	01	23/09/2019
PRISCILLA SILVEIRA DE AZEVEDO	PROFESSOR	04	24/09/2019
ROSANA MARIA SCHWINDEN	ASSISTENTE DE EDUCACAO	19	02/10/2019
ROSANE MARTINS	ACS	01	19/09/2019
ROSANE MARTINS	ACS	01	10/09/2019
ROSANE MARTINS	ACS	21	30/09/2019
SAMARA VALDEIA WAGNER	ASO	10	08/10/2019
SANDRA CRUZ DA SILVA	ASG	14	02/10/2019
SANDRA REGINA FOLSTER	PROFESSOR	15	03/10/2019
SEBASTIANA PIRES DA SILVA	ASO	01	02/10/2019
SEBASTIANA PIRES DA SILVA	ASO	03	07/10/2019
SEVASTY NAIR ROSA SILVA	MERENDEIRA	10	07/10/2019
THOMAZ DA SILVA NETO	ENFERMEIRO	15	07/10/2019
VALDIRENE MARIA DA SILVA RIGHO	PROFESSOR	05	07/10/2019
VERONI COSTA	ASO	30	02/10/2019
VILMAR SILVEIRA FILHO	ARTIFICE	15	01/10/2019
WALQUIRIA ALVES	AGENTE DE SAUDE PUBLICA	10	03/10/2019
WISER PINA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	90	07/10/2019

Palhoça, SC, em 30 de setembro de 2019.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4307/2019

Publicação Nº 2217559

PORTARIA Nº. 4307/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO JOSIANE TEREZINHA PEREIRA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 016/SME/2018, para ocupar o cargo de ASO com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da FMP – Faculdade Municipal de Palhoça da Secretaria de Educação da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 09/09/2019 a 13/12/2019. Vaga Transitória.

Palhoça, SC, em 30 de setembro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4308/2019

Publicação Nº 2217560

PORTARIA Nº. 4308/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO JOELMA PAMELA COSTA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 016/SME/2018, para ocupar o cargo de Merendeira com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI São Tomé, da Secretaria de Educação da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 14/08/2019 a 13/12/2019. Vaga Transitória.

Palhoça, SC, em 30 de setembro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4309/2019

Publicação Nº 2217561

PORTARIA Nº. 4309/2019.

EDUARDO FRECCIA, Secretário de Infraestrutura e Saneamento, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MAURO SERGIO DE MELLO JUNIOR, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 208/2015, Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 001/SMA/2019, para ocupar o cargo de Artífice, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 07/10/2019 a 07/10/2020.

Palhoça, SC, em 30 de setembro de 2019.

EDUARDO FRECCIA

Secretário de Infraestrutura e Saneamento

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4310/2019

Publicação Nº 2217562

PORTARIA Nº. 4310/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA de conformidade com o Artigo 90, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	Pelo período de
Eliziany Perla Ferreira	20	40	10/10/2019 a 13/12/2019
Martha Gislaine Ozorio da Luz	10	30	08/10/2019 a 29/10/2019
Natany Schmitz Amaral	30	20	01/10/2019 a 13/12/2019

Palhoça, SC, em 30 de setembro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4311/2019

Publicação Nº 2217565

PORTARIA Nº. 4311/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR JULIA MELO DA SILVA DA COSTA, de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 016/SME/2018, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Português, no (a) EB Nossa Senhora de Fátima, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 16/09/2019 a 13/12/2019, face ao impedimento da titular Norma Regina Becker, que se encontra em PA.

Palhoça, SC, em 30 de setembro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

9

PORTARIA Nº. 4312/2019

Publicação Nº 2217566

PORTARIA Nº. 4312/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR LIEGE GONÇALVES DALMASO, de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 016/SME/2018, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Português, no (a) EB Nossa Senhora de Fátima, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 23/09/2019 a 13/12/2019. Vaga Transitória.

Palhoça, SC, em 30 de setembro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4313/2019

Publicação Nº 2217567

PORTARIA Nº. 4313/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para KARINA ZOLIA JACOMELLI ALVES, matrícula nº. 124017-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao quinquênio de 30/11/2009 a 30/11/2014, por 01 (um) mês, com efeitos a contar 13/11/2019 a 13/12/2019.

Palhoça, SC, em 30 de setembro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4314/2019

Publicação Nº 2217568

PORTARIA Nº. 4314/2019.

ADELINO SEVERIANO MACHADO, Secretário de Maricultura, Pesca e Agricultura, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LUIZ CARLOS VAZ, matrícula nº. 150007-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria

Municipal Maricultura, Pesca e Agricultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 05/02/2013 a 05/02/2018, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 04/11/2019 a 04/12/2019.

Palhoça, SC, em 30 de setembro de 2019.

ADELINO SEVERIANO MACHADO
Secretário de Maricultura, Pesca e Agricultura

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4315/2019

Publicação Nº 2217569

PORTARIA Nº. 4315/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR SAMIA REGINA SOARES, de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 003/SME/2019, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Paulo Bráulio Goulart, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 30/09/2019 a 13/12/2019, face ao impedimento da titular Roselia Aparecida Quadros de Souza, que se encontra se encontra em PA.

Palhoça, SC, em 30 de setembro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4316/2019

Publicação Nº 2217570

PORTARIA Nº. 4316/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR KELLY DOS REIS MACIEL DA SILVA, de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 003/SME/2019, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Romeu e Julieta, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 17/09/2019 a 13/12/2019, face ao impedimento da titular Josiane Rosa, que se encontra em LM.

Palhoça, SC, em 30 de setembro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4317/2019

Publicação Nº 2217572

PORTARIA Nº. 4317/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR ELENIR SANTOS, de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 003/SME/2019, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Nova Esperança, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 18/09/2019 a 27/09/2019, face ao impedimento da titular Adileisa da Cruz Lopes, que se encontra se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 30 de setembro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4318/2019

Publicação Nº 2217573

PORTARIA Nº. 4318/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR LAISE DOS SANTOS DE JESUS CARDOSO, de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 003/SME/2019, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Anjinho da Guarda, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 06/09/2019 a 06/12/2019, face ao impedimento da titular Rosimeri Werlich, que se encontra se encontra em LP.

Palhoça, SC, em 30 de setembro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4319/2019

Publicação Nº 2217574

PORTARIA Nº. 4319/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR SUSIMARI TEREZINHA VIEIRA, de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 003/SME/2019, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Aquarela, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais,

com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 05/09/2019 a 13/12/2019, face ao impedimento da titular Mariza Souza, que se encontra em Direção Escolar.

Palhoça, SC, em 30 de setembro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4320/2019

Publicação Nº 2217575

PORTARIA Nº. 4320/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR LETICIA DA ROSA, de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 003/SME/2019, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Ulisses Guimarães, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 18/09/2019 a 13/12/2019, face ao impedimento da titular Hellen Maria, que se encontra exercendo suas funções junto ao CEI Voo Livre.

Palhoça, SC, em 30 de setembro de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4421/2019

Publicação Nº 2216761

PORTARIA Nº. 4421/2019.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR COMISSÃO PERMANENTE ESPECIAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E OU AVALIAÇÕES (Estagio Probatório e Avaliação de Desempenho) E SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA nos termos da Lei nº. 096/2010 e Decreto nº 1.442/2012, para atuarem os servidores do quadro de pessoal efetivo, ROSI MARIA VARELA, EDINALDA SILVEIRA DE SOUZA, RAQUEL COELHO, MAIKON ABENI RAULINO, GUILHERME AGUIAR LOPES E DEBORA LETICIA HERMANN.

Esta Portaria entra em vigor retroagindo seus efeitos a contar de 15/10/2019.

Palhoça, SC, em 10 de outubro de 2019.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

RESULTADO PREGÃO 179/2019

Publicação Nº 2217474

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL nº 179/2019

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 179/2019, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de toner para impressora ultrassom da Marca/Modelo Kiocera Ecosys P5021, localizada na Unidade de Saúde Central, através do Sistema de Registro de Preços, conforme especificação contida nos anexos, partes integrantes do Edital.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

EONIX SUPRIMENTOS E INFORMÁTICA LTDA ME ficou classificada em 1º lugar nos itens 2, 3 e 4 totalizando R\$13.545,00 (treze mil e quinhentos e quarenta e cinco reais);

TECTONER RECARGA DE TONER LTDA EPP ficou classificada em 1º lugar no item 1 totalizando R\$17.750,00 (dezessete mil e setecentos e cinquenta reais).

Palhoça, 05 de novembro de 2019.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA**EXTRATO DE CONTRATO Nº 47/2019**

Publicação Nº 2217547

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 47/2019 – PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a pessoa física MARIA APARECIDA DE ABREO. OBJETO: – O objeto do presente Contrato é a locação de um imóvel destinado ao funcionamento do CEAP. Prédio de alvenaria de 02 pavimentos, localizado na Rua 24 de Abril, 3057, Edifício Martins, Centro, Palhoça/SC. Área total para locação é composta por 03 salas térreas com banheiro com área respectivamente de 61,80m², 57,78m² e 37,73m². O segundo pavimento é composto por uma sala com 153,54m². Valor do contrato: O valor da locação será de R\$ 7.925,96 (sete mil novecentos e vinte e cinco reais e noventa e seis centavos) mensais.

Vigência: O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a iniciar-se no dia 06/11/2019, e findar-se no dia 05/11/2020, podendo ser prorrogado por iguais períodos iguais e sucessivos até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme facultado pelo Art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93, com emissão de autorização de fornecimento a cada exercício financeiro para o empenhamento da despesa.

DATA: 05/11/2019.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PALHOÇA - IPPA**PORTARIA Nº 124/2019**

Publicação Nº 2217549

Portaria nº 124/2019

Retifica o art. 2º da Portaria nº 049/2017 e dá outras providências.

Milton Luiz Espindola, Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça, no uso de suas atribuições, estabelecidas pelo art. 72 da Lei Complementar nº 235/2016,

Resolve,

Art. 1º Retificar o artigo 2º da Portaria nº 049/2017, ou seja, onde se lê “Maria de Lourdes de Souza”, leia-se “Maria de Lourdes Souza”.

Art. 2º As demais disposições contidas na Portaria nº 049/2017 permanecem inalteradas.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 01/07/2017, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 05 de novembro de 2019.

Milton Luiz Espindola
Presidente do IPPA

Palma Sola

PREFEITURA

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 31/219 - SANESA

Publicação Nº 2216705

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 121/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 31/2019
CONTRATO Nº. 143/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMA SOLA – SC

CONTRATADO: SANESA – SANEAMENTO, ENGENHARIA E SOLUÇÕES AMBIENTAIS

OBJETO: contratação de serviços técnicos de consultoria na tomada de decisão e definição da concepção de projeto da ETA na Linha Brasil e processo até a execução, Cadastro na Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, Licenciamento Ambiental para o Empreendimento – Estação de Tratamento de Água na Linha Brasil, em Palma Sola/SC, Outorga de uso da água e Acompanhamento e auxílio técnico para atualização do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB.

VALOR TOTAL: R\$: 11.850,00

DATA DE EMISSÃO: 05/11/2019

FUNDAMENTADO: LEI FEDERAL 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

CLEOMAR JOSÉ MANTELLI
PREFEITO MUNICIPAL

MULTAS DE TRANSITO

Publicação Nº 2216687



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 552/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
KRJ3646	55876314D	5614/4	01/11/2015	182 * V
KRJ3646	55876315D	5207/0	01/11/2015	169
MCA0964	55876252D	5045/0	05/10/2015	162 * V
MCA0964	55876253D	5142/0	05/10/2015	164 c/c 162 * V
MCK9936	55876308D	5185/1	16/09/2015	167
OKF0725	55876193D	5452/1	29/08/2015	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 378 551/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IDX7400	55876220D	5185/1	08/09/2015	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 549/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAT8879	55876251D	6858/0	24/09/2015	231 * VII
MBR3034	55876271D	5185/1	12/09/2015	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 547/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AHM9708	55876118D	5452/1	28/08/2015	181 * VIII
AMO2141	55876309D	5185/1	16/09/2015	167
AMO2141	55876310D	7366/2	16/09/2015	252 * VI
AUB4038	55876212D	5185/1	07/09/2015	167
IFP0501	55876219D	5185/1	08/09/2015	167
IKG9660	55876234D	5185/1	28/08/2015	167
IOI9094	55876307D	5185/1	16/09/2015	167
LOE1320	55876197D	5185/1	31/08/2015	167
LZN8608	55876248D	5207/0	08/09/2015	169
MAA0894	55876200D	5550/0	31/08/2015	181 * XVIII
MAA0894	55876229D	5185/1	28/08/2015	167
MAT8879	55876330D	6653/1	17/09/2015	230 * XI
MAU6951	55876261D	5207/0	01/09/2015	169
MDX5084	55876274D	5185/1	12/09/2015	167
MF5177	55876326D	5185/1	16/09/2015	167
MIW3516	55876322D	5185/1	16/09/2015	167
MLZ3961	55876264D	5185/1	09/09/2015	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 546/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AIM6451	55876192D	5452/1	29/08/2015	181 * VIII
AMP5956	55876191D	6912/0	29/08/2015	232
BAW0087	55876287D	5185/1	02/09/2015	167
IIE8961	55876221D	5185/1	28/08/2015	167
LXD9364	55876230D	6947/1	28/08/2015	235
MIP2275	55876181D	5185/1	29/08/2015	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 378 545/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ILA2727	55876096D	7366/2	19/07/2015	R\$ 85,12	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
 DE TRÂNSITO Nº 378 544/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADM6188	55876283D	5185/1	02/09/2015	167
AFN9956	55876203D	5185/1	27/08/2015	167
AIC2801	55876114D	5185/1	29/07/2015	167
AJI0621	55876302D	6599/2	10/09/2015	230 * V
AJL6136	55876100D	7366/2	15/08/2015	252 * VI
AKK6908	55862750D	5185/1	27/08/2015	167
AOU6281	55876236D	5720/0	28/08/2015	186 * I
AST6290	55876208D	5185/1	04/09/2015	167
AUJ3093	55862752D	5185/1	27/08/2015	167
AUJ3093	55862753D	7366/2	27/08/2015	252 * VI
BMH8675	55876217D	5185/1	08/09/2015	167
CEM6849	55876266D	7366/2	09/09/2015	252 * VI
CZL6046	55876188D	5380/0	29/08/2015	181 * I
CZL6046	55876209D	5185/1	27/08/2015	167
DOC3023	55876137D	5185/1	29/08/2015	167
IJD8471	55876185D	5185/1	29/08/2015	167
ISL7520	55862745D	5185/1	27/08/2015	167
ITA9760	55876233D	7366/2	28/08/2015	252 * VI
JGE9383	55862743D	5185/1	27/08/2015	167
JGE9383	55862748D	7366/2	27/08/2015	252 * VI
JPD6034	55863013D	6599/2	20/08/2015	230 * V
JPD6034	55863014D	6408/0	20/08/2015	221
JRK9691	55876284D	5185/1	02/09/2015	167
JTF9223	55876182D	7366/2	29/08/2015	252 * VI
JYD5208	55876246D	6408/0	28/08/2015	221
JYD5208	55876249D	6912/0	28/08/2015	232

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
KAK0006	55876244D	5185/1	28/08/2015	167
LXH3357	55876163D	5185/1	21/08/2015	167
LXH3357	55876164D	5207/0	21/08/2015	169
LYE7013	55876115D	5720/0	25/08/2015	186 * I
LYK3651	55876250D	5541/1	08/09/2015	181 * XVII
LYU6778	55862747D	5185/1	27/08/2015	167
LZI6491	55876285D	5207/0	02/09/2015	169
MBF8721	55876140D	5185/1	29/08/2015	167
MBM0311	55876119D	5827/0	28/08/2015	194
MBM0747	55862746D	5185/1	27/08/2015	167
MBM0747	55876226D	5185/1	28/08/2015	167
MCS2412	55876134D	7340/0	29/08/2015	252 * IV
MEP4911	55876139D	5185/1	29/08/2015	167
MEP4911	55876166D	7366/2	21/08/2015	252 * VI
MGW2604	55862974D	5185/1	28/08/2015	167
MGZ2589	55876190D	7366/2	29/08/2015	252 * VI
MIR3818	55876161D	5185/1	18/08/2015	167
MIX5703	55876135D	6858/0	29/08/2015	231 * VII
MJU2522	55876232D	5207/0	28/08/2015	169
MKD0969	55862749D	5185/1	27/08/2015	167
MKZ7900	55876218D	5185/1	08/09/2015	167
MLC7477	55876189D	5185/1	29/08/2015	167
MLJ2955	55876269D	5185/1	12/09/2015	167
MLQ2686	55876199D	5525/0	31/08/2015	181 * XV
NGR7209	55876167D	7366/2	21/08/2015	252 * VI
OKG0166	55876247D	7366/2	08/09/2015	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 378 543/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DKX0393	55876125D	5185/1	08/06/2015	R\$ 127,69	167
HSE6466	55876127D	5169/1	11/06/2015	R\$ 1.915,38	165
HSE6466	55876128D	5827/0	11/06/2015	R\$ 127,69	194
HSE6466	55876129D	5215/1	11/06/2015	R\$ 191,53	170
HSE6466	55876130D	5185/1	11/06/2015	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 542/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABU0952	55863010D	5010/0	22/07/2015	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 541/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ICU0932	55876091D	5010/0	08/07/2015	162 * I
ICU0932	55876094D	6599/2	08/07/2015	230 * V
ICU0932	55876095D	5118/0	08/07/2015	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 540/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ICX8766	55876093D	6408/0	01/07/2015	221

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 378 539/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AHS0154	55862967D	5185/1	18/05/2015	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 538/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
JZB5745	55862983D	5525/0	05/07/2015	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 378 537/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
HRH5298	55863045D	6408/0	05/05/2015	R\$ 85,12	221
HRH5298	55863046D	6610/2	05/05/2015	R\$ 127,69	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 536/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CRC6989	55876141D	5290/0	28/06/2015	176 * II
CRC6989	55876142D	5320/0	28/06/2015	176 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 535/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDT6122	55876126D	6912/0	08/06/2015	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 378 534/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
HSE6466	55862981D	5207/0	16/04/2015	R\$ 53,20	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 533/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DHP1610	55876122D	5185/1	05/06/2015	167
IFL6698	55876104D	5207/0	06/06/2015	169
IFL6698	55876106D	5835/0	06/06/2015	195
MCY1350	55863006D	5720/0	01/06/2015	186 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 532/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACL2758	55862965D	5193/0	18/05/2015	168
ANI5164	55876092D	5452/1	08/06/2015	181 * VIII
MAT8879	55876112D	5525/0	19/06/2015	181 * XV
MKL7644	55862969D	6912/0	21/05/2015	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 378 531/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IVP1166	55862903D	5193/0	08/04/2015	R\$ 191,53	168

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 530/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
GMD7619	55863008D	5010/0	07/06/2015	162 * I
GMD7619	55863009D	5118/0	07/06/2015	164 c/c 162 * I
MGL9770	55863050D	5193/0	17/05/2015	168
MHI0306	55876090D	5720/0	07/06/2015	186 * I
MLK8846	55863051D	5193/0	17/05/2015	168

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 529/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AKB1769	55862953D	5525/0	12/05/2015	181 * XV
IIL8632	55862966D	5185/1	18/05/2015	167
LXD9364	55862950D	6599/2	06/05/2015	230 * V
MCY1350	55862968D	5720/0	18/05/2015	186 * I
MMF7927	55862963D	7366/2	18/05/2015	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 378 528/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MJI3104	55862864D	7366/2	16/03/2015	R\$ 85,12	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 527/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAX2174	55863044D	6769/1	02/05/2015	230 * XXII
AMP5956	55862949D	5207/0	06/05/2015	169
AVS3044	55862948D	5010/0	03/05/2015	162 * I
BNV4634	55862962D	5193/0	15/05/2015	168
DIZ7184	55862960D	5452/1	09/05/2015	181 * VIII
DNG4667	55876087D	5010/0	25/05/2015	162 * I
DNG4667	55876088D	5118/0	25/05/2015	164 c/c 162 * I
HQI5440	55862738D	5118/0	22/05/2015	164 c/c 162 * I
HQI5440	55862741D	5010/0	22/05/2015	162 * I
IFK8870	55876086D	5010/0	25/05/2015	162 * I
IFK8870	55876089D	5118/0	25/05/2015	164 c/c 162 * I
LXQ7954	55863018D	5010/0	23/04/2015	162 * I
LXQ7954	55863019D	7030/1	23/04/2015	244 * I
MAT8879	55876082D	6637/1	06/05/2015	230 * IX
MAT8879	55876083D	6637/2	06/05/2015	230 * IX
MBL8892	55863048D	6599/2	05/05/2015	230 * V
MBL8892	55863049D	6912/0	05/05/2015	232
MDE2628	55862875D	5010/0	25/04/2015	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 526/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
HDF2716	55863041D	5720/0	23/04/2015	186 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 378 525/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AQQ7636	55862845D	5185/1	05/03/2015	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 524/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACO1362	55863027D	6599/2	02/05/2015	230 * V
ACO1362	55863028D	7234/0	02/05/2015	250 * I * a
ACO1362	55863029D	5010/0	02/05/2015	162 * I
ACO1362	55863030D	6912/0	02/05/2015	232
HRH5298	55863043D	6769/1	20/04/2015	230 * XXII
LZC8400	55862977D	5010/0	12/04/2015	162 * I
LZC8400	55862978D	5118/0	12/04/2015	164 c/c 162 * I
LZC8400	55862980D	6769/1	12/04/2015	230 * XXII
MDT9993	55862961D	6912/0	12/05/2015	232
MGU6363	55862997D	5010/0	02/05/2015	162 * I
MGU6363	55862998D	6408/0	02/05/2015	221
MII5157	55863023D	5185/1	23/04/2015	167
OKH5824	55862958D	5720/0	14/04/2015	186 * I
QBJ8729	55863021D	5185/1	23/04/2015	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 523/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ALX6276	55862907D	6610/2	17/04/2015	230 * VII
ALX6276	55862909D	6408/0	17/04/2015	221
ALX6276	55862910D	6670/0	17/04/2015	230 * XIII
HCG9359	55862865D	5525/0	19/03/2015	181 * XV
IBC3634	55862891D	6637/2	10/04/2015	230 * IX
LXH3357	55862889D	6637/2	10/04/2015	230 * IX
MAU6951	55862976D	5010/0	12/04/2015	162 * I
MFG5330	55862938D	5010/0	09/04/2015	162 * I
MFG5330	55862939D	6599/2	09/04/2015	230 * V
MKL7644	55862946D	5169/1	18/04/2015	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 378 522/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MMC1042	55862842D	7366/2	06/02/2015	R\$ 85,12	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 521/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
APB9697	55862714D	6610/2	08/04/2015	230 * VII
APB9697	55862715D	5207/0	08/04/2015	169
BNV4634	55862959D	5193/0	27/04/2015	168
DHF6648	55862854D	6670/0	02/04/2015	230 * XIII
HZE8784	55862812D	5010/0	28/03/2015	162 * I
IIG0877	55862897D	5010/0	04/04/2015	162 * I
IIG0877	55862898D	6599/2	04/04/2015	230 * V
IIG0877	55862899D	6580/0	04/04/2015	230 * IV
IIG0877	55862900D	6637/1	04/04/2015	230 * IX
MBP4907	55862928D	5720/0	06/04/2015	186 * I
MBP4907	55862929D	5010/0	06/04/2015	162 * I
MBP4907	55862930D	5118/0	06/04/2015	164 c/c 162 * I
MDD5001	55862896D	6599/2	01/04/2015	230 * V
MEA0092	55862920D	5118/0	27/03/2015	164 c/c 162 * I
MEA0092	55862921D	6599/2	27/03/2015	230 * V
MEA0092	55862922D	5010/0	27/03/2015	162 * I
MKL7644	55862904D	6947/1	08/04/2015	235

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 520/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADS1658	55862912D	5185/1	17/04/2015	167
AWT0218	55862940D	5185/1	09/04/2015	167
BED0108	55862911D	5010/0	17/04/2015	162 * I
IEE2201	55862805D	5738/0	18/03/2015	186 * II
JNQ0434	55862848D	5010/0	21/03/2015	162 * I
JNQ0434	55862849D	5118/0	21/03/2015	164 c/c 162 * I
LOT4957	55862866D	5185/1	19/03/2015	167
MAV6506	55862713D	6912/0	03/04/2015	232
MBM0311	55862895D	6637/2	16/04/2015	230 * IX
MBY1957	55862957D	6769/1	11/04/2015	230 * XXII
MDZ1495	55863016D	5193/0	16/04/2015	168
MEO2868	55863020D	5010/0	23/04/2015	162 * I
MHX3708	55863022D	5185/1	23/04/2015	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 512/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ICH1012	55862826D	6912/0	15/02/2015	232
LYT2797	55862705D	6564/0	10/02/2015	230 * II
LYT2797	55862706D	6637/1	10/02/2015	230 * IX
MHS4068	55862768D	5410/0	02/03/2015	181 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 378 511/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CZD4203	55862574D	5185/1	17/11/2014	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 519/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABL3553	55862894D	7366/2	13/04/2015	252 * VI
ADH2913	55862872D	6181/0	10/04/2015	215 * II
ADH2913	55862941D	5207/0	10/04/2015	169
ADH2913	55862942D	5843/3	10/04/2015	196
HNE3840	55862712D	6670/0	02/04/2015	230 * XIII
JYK5190	55862933D	5010/0	06/04/2015	162 * I
JYK5190	55862934D	6769/2	06/04/2015	230 * XXII
JYK5190	55862936D	5118/0	06/04/2015	164 c/c 162 * I
JYK5190	55862937D	6912/0	06/04/2015	232
MBY1957	55862855D	7366/2	11/04/2015	252 * VI
MDZ0165	55862890D	6912/0	10/04/2015	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 518/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFD6275	55862924D	6912/0	02/04/2015	232
DIZ5011	55862815D	6599/2	03/04/2015	230 * V
EVN5159	55862868D	6912/0	03/04/2015	232
EZC0485	55862885D	5185/1	07/04/2015	167
IDC0729	55862932D	5185/1	06/04/2015	167
ING6131	55862925D	6912/0	02/04/2015	232
ING6131	55862926D	6670/0	02/04/2015	230 * XIII
LYY2684	55862869D	5010/0	07/04/2015	162 * I
LYY2684	55862870D	5118/0	07/04/2015	164 c/c 162 * I
LYY2684	55862871D	5835/0	07/04/2015	195
MHP7577	55862883D	6122/0	04/04/2015	214 * I
MLF6181	55862881D	5185/1	04/04/2015	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 517/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADM6188	55862917D	6637/1	24/03/2015	230 * IX
ADM6188	55862918D	6670/0	24/03/2015	230 * XIII
ADM6188	55862919D	6769/2	24/03/2015	230 * XXII
AJH9904	55862901D	5185/1	04/04/2015	167
BYN4590	55862851D	5185/1	30/03/2015	167
HRJ1457	55862877D	5185/1	20/03/2015	167
IAS4687	55862847D	6599/2	21/03/2015	230 * V
IAW2412	55862831D	5010/0	21/03/2015	162 * I
IAW2412	55862833D	6610/2	21/03/2015	230 * VII
IAW2412	55862834D	5118/0	21/03/2015	164 c/c 162 * I
LZL1538	55862774D	5207/0	15/03/2015	169
MBM0311	55862810D	6599/2	22/03/2015	230 * V
MHO9871	55862887D	5185/1	07/04/2015	167
MJW3019	55862878D	5010/0	26/03/2015	162 * I
MJW3019	55862879D	6599/2	26/03/2015	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

1 / 1



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 516/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABY1433	55862801D	5185/1	03/03/2015	167
DDF0373	55862797D	7366/2	16/02/2015	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 378 515/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
HRW0284	55862603D	6637/2	08/01/2015	R\$ 127,69	230 * IX
MCE6222	55862765D	5010/0	04/01/2015	R\$ 574,61	162 * I
MCE6222	55862766D	7030/1	04/01/2015	R\$ 191,53	244 * I
MCE6222	55862767D	5118/0	04/01/2015	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 513/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ALL5628	55862807D	5207/0	13/03/2015	169
BYM0613	55862710D	5010/0	15/03/2015	162 * I
BYM0613	55862711D	5061/0	15/03/2015	163 c/c 162 * I
DDF0373	55862803D	6599/2	06/03/2015	230 * V
DDF0373	55862804D	6408/0	06/03/2015	221

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 514/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEF3188	55862589D	5525/0	29/10/2014	181 * XV
ATT2570	55862769D	6912/0	02/03/2015	232
MBJ5219	55862798D	6599/2	22/02/2015	230 * V
MEO2868	55862582D	6769/2	29/10/2014	230 * XXII
MHP7016	55862863D	7366/2	16/03/2015	252 * VI
MKC2331	55862859D	5614/1	26/02/2015	182 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 510/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEO8310	55862694D	5010/0	04/02/2015	162 * I
MAA2530	55862730D	7234/0	31/01/2015	250 * I * a
MIT3431	55862858D	5185/1	05/02/2015	167
MLB3773	55862827D	5541/1	15/02/2015	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 378 509/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MLR3679	55862684D	5274/1	15/12/2014	R\$ 1.915,38	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 378 507/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
HCU1477	55862622D	7366/2	11/12/2014	R\$ 85,12	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 506/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BIO5902	55862695D	6530/0	29/01/2015	228
LYU6778	55862704D	5185/1	07/02/2015	167
LZI3152	55862857D	5185/1	05/02/2015	167
NQE5004	55862703D	5185/1	07/02/2015	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 378 505/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AWO2628	55862697D	5720/0	18/11/2014	R\$ 127,69	186 * I
CEM6849	55862623D	5185/1	11/12/2014	R\$ 127,69	167
IGU6330	55862676D	5185/1	17/11/2014	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 504/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADM6188	55862692D	5185/1	29/01/2015	167
AKK6908	55862687D	5185/1	14/01/2015	167
AKY5591	55862635D	5185/1	02/02/2015	167
AXA4542	55862794D	5185/1	19/01/2015	167
BEN2022	55862690D	5193/0	23/01/2015	168
DDP4037	55862602D	5185/1	02/01/2015	167
INC0586	55862838D	5010/0	31/01/2015	162 * I
INC0586	55862841D	5118/0	31/01/2015	164 c/c 162 * I
LXR6337	55862725D	5185/1	11/01/2015	167
LYC3977	55862791D	5185/1	17/01/2015	167
LZN0874	55862776D	5185/1	27/12/2014	167
MAE4108	55862792D	7366/2	17/01/2015	252 * VI
MGN5103	55862734D	6912/0	31/01/2015	232
MKC2331	55862723D	5185/1	16/12/2014	167
MKY1284	55862685D	5185/1	14/01/2015	167
MLC4639	55862782D	5452/2	30/12/2014	181 * VIII
MLP7578	55862727D	7340/0	16/01/2015	252 * IV

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 503/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
NWB0497	55862780D	5185/1	30/12/2014	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 378 502/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MKJ7627	55862640D	5550/0	07/11/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVENBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 501/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DCV0953	55862627D	5010/0	19/12/2014	162 * I
MBM0747	55862728D	6599/2	16/01/2015	230 * V
MBM0747	55862729D	6653/2	16/01/2015	230 * XI
MIR3818	55862795D	5185/1	19/01/2015	167
MLZ4273	55862781D	5185/1	30/12/2014	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 378 500/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAU6951	55862583D	5037/1	29/10/2014	R\$ 574,61	162 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 499/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ALS7448	55862756D	5185/1	14/12/2014	167
ANC3146	55862634D	5185/1	13/01/2015	167
BAP0050	55862789D	6122/0	05/01/2015	214 * I
BES0911	55862668D	6637/2	29/11/2014	230 * IX
MCF5104	55862702D	7340/0	15/12/2014	252 * IV
MDB9935	55862720D	5452/1	23/12/2014	181 * VIII
MDE5362	55862654D	5568/0	27/12/2014	181 * XIX
MGB2115	55862620D	5185/1	11/12/2014	167
OMU9251	55862779D	5525/0	27/12/2014	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 378 498/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AMA9766	55862572D	5185/1	17/11/2014	R\$ 127,69	167
BZN6080	55862650D	5550/0	15/11/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 497/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AKY5591	55862788D	6122/0	04/01/2015	214 * I
ALV9694	55862777D	5185/1	27/12/2014	167
MBM0747	55862760D	5185/1	26/12/2014	167
MDT9993	55862763D	5185/1	26/12/2014	167
MGM6459	55862759D	5185/1	26/12/2014	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 496/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAX2174	55862659D	6912/0	22/11/2014	232
AQB4714	55862599D	7366/2	20/12/2014	252 * VI
BGV1727	55862680D	6599/2	02/12/2014	230 * V
BGV1727	55862681D	5010/0	02/12/2014	162 * I
CGI4866	55862674D	5185/1	01/12/2014	167
IGA1919	55862628D	5258/3	21/12/2014	174
IGA1919	55862629D	5274/1	21/12/2014	175
IGA1919	55862630D	5207/0	21/12/2014	169
IGA1919	55862631D	5185/1	21/12/2014	167
IGA1919	55862632D	6769/1	21/12/2014	230 * XXII
IGA1919	55862719D	6637/2	21/12/2014	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 378 495/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFK0459	55851534D	6912/0	14/10/2014	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 494/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ANQ1283	55862660D	5010/0	26/11/2014	162 * I
ANQ1283	55862663D	6599/2	26/11/2014	230 * V
AUJ0312	55862682D	5185/1	05/12/2014	167
BGC6591	55862757D	5185/1	14/12/2014	167
BIH6237	55862657D	6637/2	20/11/2014	230 * IX
LXK2180	55862717D	5185/1	14/12/2014	167
MCW1437	55862647D	5010/0	12/11/2014	162 * I
MCW1437	55862648D	6610/2	12/11/2014	230 * VII
MCW1437	55862649D	7030/1	12/11/2014	244 * I
MFI8151	55862699D	5010/0	18/11/2014	162 * I
MFI8151	55862700D	6912/0	18/11/2014	232
MIQ5770	55862597D	7366/2	16/12/2014	252 * VI
MKQ2860	55862679D	5185/1	30/11/2014	167
MKZ6164	55862675D	5185/1	14/12/2014	167
MLB3773	55862596D	5541/1	13/12/2014	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

1 / 1



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 491/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZI6491	55862696D	7030/2	18/11/2014	244 * I
MAV6506	55862512D	5169/1	09/11/2014	165
MAV6506	55862513D	6912/0	09/11/2014	232
MDA1531	55862594D	6726/1	14/11/2014	230 * XVIII
MDA1531	55862595D	6769/1	14/11/2014	230 * XXII
MDA1531	55862656D	6637/2	14/11/2014	230 * IX
MHQ1451	55862551D	6599/2	22/10/2014	230 * V
MHQ1451	55862552D	5045/0	22/10/2014	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 490/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CCL2938	55862563D	6408/0	18/10/2014	221
JYD5208	55862511D	5274/1	09/11/2014	175
LYT2286	55851535D	6599/2	20/10/2014	230 * V
LYT2286	55851536D	5010/0	20/10/2014	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 378 489/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDZ0065	55851592D	5010/0	26/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
MDZ0065	55851594D	6645/0	26/08/2014	R\$ 127,69	230 * X
MEX8643	55851531D	5010/0	28/08/2014	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 488/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAX2174	55862544D	5193/0	19/10/2014	168
AAX2174	55862545D	6637/1	19/10/2014	230 * IX
AAX2174	55862546D	6912/0	19/10/2014	232
AAX2174	55862547D	7340/0	19/10/2014	252 * IV
ACC6727	55862590D	5525/0	01/11/2014	181 * XV
ARB3983	55851573D	6530/0	25/10/2014	228
CRO8425	55862548D	5525/0	19/10/2014	181 * XV
CRO8425	55862549D	6599/2	19/10/2014	230 * V
FOX0745	55862539D	7340/0	13/10/2014	252 * IV
MKV2321	55862617D	5010/0	26/10/2014	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 378 487/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DQD4843	55851533D	5738/0	14/09/2014	R\$ 191,53	186 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 486/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADF0679	55862502D	5010/0	16/10/2014	162 * I
ADF0679	55862503D	6912/0	16/10/2014	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 485/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CYY4583	55862564D	5185/1	21/10/2014	167
KDV5185	55862581D	5525/0	17/10/2014	181 * XV
MER3207	55862540D	5010/0	19/10/2014	162 * I
MER3207	55862541D	6599/2	19/10/2014	230 * V
MER3207	55862542D	6637/1	19/10/2014	230 * IX
MJH7715	55862560D	5720/0	26/09/2014	186 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 484/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYN2542	55862558D	5207/0	19/09/2014	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 483/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGL2560	55862579D	5185/1	15/09/2014	167
MF18151	55862538D	5541/5	13/09/2014	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 481/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CDL4537	55862561D	5185/1	26/09/2014	167
LZX5460	55862576D	5185/1	15/09/2014	167
MFZ4972	55851596D	5185/1	30/08/2014	167
MHC8165	55862559D	5720/0	26/09/2014	186 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 480/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADW2528	55862526D	5207/0	07/09/2014	169
ADW2528	55862528D	5274/1	07/09/2014	175
AKD6048	55862578D	5185/1	15/09/2014	167
BNG6647	55851562D	5045/0	24/08/2014	162 * V
BNG6647	55851595D	5010/0	29/08/2014	162 * I
CRD3895	55862577D	5185/1	15/09/2014	167
LYL6610	55862469D	6637/2	15/08/2014	230 * IX
MCZ0268	55862518D	5207/0	22/08/2014	169
MKO4313	55862524D	5541/1	07/09/2014	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 378 479/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDP0202	55851410D	6670/0	19/05/2014	R\$ 127,69	230 * XIII
MDP0202	55851436D	6661/0	19/05/2014	R\$ 127,69	230 * XII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 478/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DHP4170	55862556D	5185/1	07/09/2014	167
JGQ3450	55862473D	6637/2	27/08/2014	230 * IX
JUT4039	55851566D	5185/1	12/09/2014	167
JUT4039	55851567D	7366/2	12/09/2014	252 * VI
JUT4039	55851568D	5207/0	12/09/2014	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 378 477/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AKJ9349	55851508D	5010/0	21/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
AKJ9349	55851510D	5835/0	21/06/2014	R\$ 127,69	195
AKJ9349	55851511D	6556/1	21/06/2014	R\$ 191,53	230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 476/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BQB7673	55862484D	5010/0	10/08/2014	162 * I
BQB7673	55862485D	6637/2	10/08/2014	230 * IX
BQB7673	55862486D	6912/0	10/08/2014	232
BRJ8437	55862492D	5185/1	14/08/2014	167
INY7478	55862519D	5428/1	30/08/2014	181 * V
LYN2542	55862464D	6726/1	15/08/2014	230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVOBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 475/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEB8173	55862517D	5185/1	22/08/2014	167
AHQ3912	55862458D	6599/2	30/07/2014	230 * V
AHQ3912	55862459D	6912/0	30/07/2014	232
AHQ3912	55862461D	6580/0	30/07/2014	230 * IV
ATZ7279	55851473D	7366/2	11/07/2014	252 * VI
LWX3918	55851551D	6912/0	24/07/2014	232
LWX3918	55851552D	5185/1	24/07/2014	167
LWX3918	55851553D	5045/0	24/07/2014	162 * V
LWX3918	55851554D	6556/5	24/07/2014	230 * I
LXH6210	55851555D	5010/0	01/08/2014	162 * I
MAV6506	55862471D	6637/1	15/08/2014	230 * IX
MLC7477	55862495D	5185/1	22/08/2014	167
MYJ4403	55851529D	6556/4	28/08/2014	230 * I
MYJ4403	55851530D	6637/2	28/08/2014	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 474/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAD1764	55851526D	5010/0	12/08/2014	162 * I
AAD1764	55851527D	6599/2	12/08/2014	230 * V
ABA5489	55862463D	5010/0	15/08/2014	162 * I
BNN0764	55862465D	6912/0	15/08/2014	232
BNN0764	55862466D	6599/2	15/08/2014	230 * V
BNN0764	55862467D	6580/0	15/08/2014	230 * IV
CJD9268	55862488D	5185/1	14/08/2014	167
CJD9268	55862489D	6912/0	14/08/2014	232
CJD9268	55862490D	5835/0	14/08/2014	195
IHP8176	55862500D	5169/1	10/08/2014	165
IHP8176	55862501D	6858/0	10/08/2014	231 * VII
INO4374	55862483D	6556/5	10/08/2014	230 * I
LXB2183	55862472D	6637/2	15/08/2014	230 * IX
LXH6210	55851556D	6912/0	01/08/2014	232
LZA2763	55862457D	5010/0	18/07/2014	162 * I
MBM0747	55851560D	6637/2	13/08/2014	230 * IX
MBM0747	55851561D	6912/0	13/08/2014	232
MLW8112	55851547D	6912/0	18/07/2014	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 473/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CLE4481	55862487D	6556/5	10/08/2014	230 * I
EFW1009	55862462D	5010/0	11/08/2014	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 472/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
APJ6007	55851471D	5720/0	08/07/2014	186 * I
LYN2542	55851519D	6599/2	16/07/2014	230 * V
LZA2763	55851550D	6912/0	18/07/2014	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 471/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGI5479	55862499D	5193/0	01/08/2014	168
AGR7357	55851469D	5185/1	03/07/2014	167
LZH7159	55851581D	6599/2	09/07/2014	230 * V
LZI6491	55862496D	7030/2	01/08/2014	244 * I
MBB8014	55851582D	5045/0	09/07/2014	162 * V
MEA3195	55862498D	5193/0	01/08/2014	168

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 378 470/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BVU9847	55840020D	6599/2	13/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
BVU9847	55840118D	5185/1	13/12/2013	R\$ 127,69	167
CYQ4277	55851442D	5185/1	03/05/2014	R\$ 127,69	167
MIU2703	55851491D	5185/1	12/06/2014	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 469/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DUW8724	55851583D	6599/2	12/07/2014	230 * V
DUW8724	55851584D	5010/0	12/07/2014	162 * I
IZC6777	55851589D	5185/1	12/07/2014	167
JGD7232	55851474D	5185/1	11/07/2014	167
LJU4325	55851450D	5169/1	17/06/2014	165
MBA8728	55851514D	5185/1	10/07/2014	167
MCB7982	55851466D	5738/0	29/06/2014	186 * II
MCH1870	55851542D	6670/0	01/07/2014	230 * XIII
MER3207	55851559D	5010/0	19/07/2014	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 468/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAN8496	55851506D	5010/0	18/06/2014	162 * I
AAN8496	55851507D	6599/2	18/06/2014	230 * V
BNN8882	55851496D	5010/0	21/06/2014	162 * I
BNN8882	55851557D	5185/1	21/06/2014	167
IAR1086	55851588D	5185/1	12/07/2014	167
MIO0897	55851520D	5010/0	16/07/2014	162 * I
MIO0897	55851521D	5207/0	16/07/2014	169
MIO0897	55851522D	5215/2	16/07/2014	170
MIO0897	55851523D	5274/1	16/07/2014	175
MIO0897	55851524D	5835/0	16/07/2014	195
MIO0897	55851525D	6912/0	16/07/2014	232
MLT6554	55851587D	7366/2	12/07/2014	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 378 467/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DRP7191	55851394D	5541/5	07/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 466/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJH6069	55851492D	5185/1	12/06/2014	167
CXU0330	55851479D	5207/0	03/06/2014	169
ICI0277	55851463D	7366/2	15/06/2014	252 * VI
ICI0277	55851464D	5185/1	15/06/2014	167
ICI0277	55851465D	5207/0	15/06/2014	169
MBB8014	55851502D	5185/1	15/06/2014	167
MIT9526	55851490D	7366/2	12/06/2014	252 * VI
MJJ6216	55851456D	5380/0	22/06/2014	181 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 465/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
FSV2030	55851453D	6912/0	22/06/2014	232
HQM0025	55851540D	6599/2	19/06/2014	230 * V
HQM0025	55851541D	5010/0	19/06/2014	162 * I
IBK2341	55851485D	5452/2	09/06/2014	181 * VIII
LXL8165	55851505D	5185/1	15/06/2014	167
LXM5468	55851477D	6599/2	31/05/2014	230 * V
LXM5468	55851478D	5010/0	31/05/2014	162 * I
MDZ1668	55851538D	5274/1	30/05/2014	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 378 446/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AST3177	55851360D	5452/2	22/02/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
AST3177	55851361D	5460/0	22/02/2014	R\$ 85,12	181 * IX
MCJ6233	55851248D	5525/0	14/02/2014	R\$ 85,12	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 378 464/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MJA7387	55851418D	5185/1	16/04/2014	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 463/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEU3405	55851293D	5185/1	18/05/2014	167
AEU3405	55851294D	5274/1	18/05/2014	175
AEU3405	55851295D	5274/1	18/05/2014	175
AEU3405	55851444D	6858/0	18/05/2014	231 * VII
AEU3405	55851445D	5010/0	18/05/2014	162 * I
AEU3405	55851446D	6599/2	18/05/2014	230 * V
ARZ7089	55851517D	7366/2	03/06/2014	252 * VI
CFE6168	55851487D	5185/1	09/06/2014	167
DAB3625	55851401D	5010/0	07/05/2014	162 * I
DAB3625	55851402D	6912/0	07/05/2014	232
DAB3625	55851403D	6599/2	07/05/2014	230 * V
LXK2160	55851501D	5185/1	15/06/2014	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 462/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAB3193	55851447D	5185/1	23/05/2014	167
CIS0327	55851503D	5185/1	15/06/2014	167
IDG4885	55851493D	5193/0	15/06/2014	168
LZC3887	55851488D	5720/0	09/06/2014	186 * I
MFD6697	55851411D	5010/0	23/05/2014	162 * I
MFD6697	55851412D	5835/0	23/05/2014	195
MFD6697	55851413D	7064/0	23/05/2014	244 * IV
MFD6697	55851414D	6556/1	23/05/2014	230 * I
MFD6697	55851415D	5274/1	23/05/2014	175
MFD6697	55851416D	5720/0	23/05/2014	186 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 378 461/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AVI5237	55839978D	5185/1	17/09/2013	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 460/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDZ1668	55851537D	5185/1	30/05/2014	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 455/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAX8472	55851424D	5185/1	25/04/2014	167
CIC0273	55851292D	5452/1	18/05/2014	181 * VIII
EGL3886	55851423D	5185/1	25/04/2014	167
LXC7067	55851497D	5010/0	24/05/2014	162 * I
MBB8014	55851370D	5185/1	25/04/2014	167
MCS2970	55851422D	5738/0	25/04/2014	186 * II
MLT5142	55851425D	5185/1	25/04/2014	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 459/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
APJ6094	55851393D	5185/1	07/04/2014	167
DCV0953	55851256D	5010/0	18/05/2014	162 * I
DCV0953	55851458D	5061/0	18/05/2014	163 c/c 162 * I
DCV0953	55851459D	5207/0	18/05/2014	169
DCV0953	55851460D	5835/0	18/05/2014	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 378 458/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
HTW6627	55839673D	6912/0	12/09/2013	R\$ 53,20	232
HTW6627	55839674D	6599/2	12/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
HTW6627	55839918D	5010/0	12/09/2013	R\$ 574,61	162 * I
HTW6627	55839977D	5169/1	12/09/2013	R\$ 1.915,38	165
MCK2916	55840098D	6912/0	24/11/2013	R\$ 53,20	232
MEM3226	55598370C	5185/1	23/12/2012	R\$ 127,69	167
MEM3226	55598396C	6637/2	23/12/2012	R\$ 127,69	230 * IX
MHY6921	55839776D	5738/0	07/04/2013	R\$ 191,53	186 * II
MJR0816	55839767D	5452/2	05/05/2013	R\$ 127,69	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 457/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABD3551	55851461D	5010/0	24/05/2014	162 * I
ABD3551	55851462D	6599/2	24/05/2014	230 * V
AIX6584	55851408D	5207/0	16/05/2014	169
AIX6584	55851409D	5410/0	16/05/2014	181 * IV
ARW6220	55851419D	5185/1	16/04/2014	167
BRI2505	55851443D	5525/0	08/05/2014	181 * XV
LXH6210	55851406D	5010/0	10/05/2014	162 * I
LXH6210	55851407D	6556/5	10/05/2014	230 * I
MCA8867	55851435D	7030/1	10/05/2014	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 378 456/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AMB2628	55839912D	5185/1	19/08/2013	R\$ 127,69	167
AVO7275	55839819D	5207/0	21/07/2013	R\$ 53,20	169
EFR2418	55840114D	5185/1	07/12/2013	R\$ 127,69	167
HGR1909	55598464C	6181/0	29/12/2012	R\$ 127,69	215 * II
IAV4612	55839847D	5185/1	24/06/2013	R\$ 127,69	167
IBV7678	55839789D	6556/5	23/07/2013	R\$ 191,53	230 * I
IBV7678	55839790D	6599/2	23/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
IBV7678	55839791D	5185/1	23/07/2013	R\$ 127,69	167
LXP1280	55839807D	5525/0	25/06/2013	R\$ 85,12	181 * XV
LXP1280	55839808D	5452/1	25/06/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MBI6267	55840055D	5380/0	30/10/2013	R\$ 85,12	181 * I
MGT1483	55839744D	7366/2	09/05/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MJI4908	55840138D	5185/1	11/12/2013	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 378 450/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADM3485	55839713D	5185/1	09/02/2013	R\$ 127,69	167
ADM6188	55839731D	5207/0	31/03/2013	R\$ 53,20	169
ADM6188	55839871D	7366/2	19/07/2013	R\$ 85,12	252 * VI
AED3274	55839928D	5185/1	12/08/2013	R\$ 127,69	167
AGL9775	55840007D	6912/0	27/09/2013	R\$ 53,20	232
AIC2718	55839921D	5835/0	06/10/2013	R\$ 127,69	195
AIC2718	55839962D	5010/0	13/10/2013	R\$ 574,61	162 * I
AIC2718	55840086D	5010/0	05/11/2013	R\$ 574,61	162 * I
AIC2718	55840088D	5835/0	05/11/2013	R\$ 127,69	195
AJL6136	55839709D	5207/0	09/02/2013	R\$ 53,20	169
AMA3380	55598403C	5452/2	25/10/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
AMA3380	55839860D	7234/0	31/05/2013	R\$ 85,12	250 * I * a
AMA3380	55839861D	5827/0	31/05/2013	R\$ 127,69	194
AML8726	55839732D	5185/1	02/04/2013	R\$ 127,69	167
AQX5484	55839785D	5193/0	23/05/2013	R\$ 191,53	168
CDB4502	55840001D	5185/1	21/09/2013	R\$ 127,69	167
CET3189	55839803D	5169/1	13/06/2013	R\$ 1.915,38	165
CWG1323	55598439C	5207/0	03/04/2013	R\$ 53,20	169
CZL6046	55598498C	6122/0	04/04/2013	R\$ 191,53	214 * I
CZL6046	55598499C	5185/1	04/04/2013	R\$ 127,69	167
DJF7518	55839669D	5185/1	19/08/2013	R\$ 127,69	167
IAR1086	55839858D	5274/1	31/05/2013	R\$ 191,53	175
IAR1086	55839859D	5207/0	31/05/2013	R\$ 53,20	169
IAR4817	55839997D	5185/1	09/10/2013	R\$ 127,69	167
IHP8176	55840082D	5525/0	27/10/2013	R\$ 85,12	181 * XV
IME6294	55839954D	6858/0	07/08/2013	R\$ 85,12	231 * VII

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
JPC4310	55839915D	5207/0	01/09/2013	R\$ 53,20	169
LWT0333	55839985D	5185/1	30/09/2013	R\$ 127,69	167
LWT0333	55840132D	5185/1	10/12/2013	R\$ 127,69	167
LWW9963	55840069D	5207/0	27/12/2013	R\$ 53,20	169
LWY9457	55839769D	5185/1	06/05/2013	R\$ 127,69	167
LWY9457	55840041D	5452/1	02/12/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
LXB2183	55839853D	5207/0	28/05/2013	R\$ 53,20	169
LXD9364	55598492C	5380/0	14/03/2013	R\$ 85,12	181 * I
LXE5055	55839984D	5185/1	30/09/2013	R\$ 127,69	167
LXQ9604	55598513C	5185/1	10/02/2013	R\$ 127,69	167
LXZ7141	55839783D	5231/1	05/05/2013	R\$ 85,12	172
LZD0905	55839721D	5525/0	09/03/2013	R\$ 85,12	181 * XV
LZK0734	55839812D	5720/0	04/07/2013	R\$ 127,69	186 * I
MAO2387	55840139D	5185/1	11/12/2013	R\$ 127,69	167
MBE7272	55839991D	6912/0	04/10/2013	R\$ 53,20	232
MCP5271	55851197D	7340/0	04/01/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MCT3503	55839774D	5185/1	09/05/2013	R\$ 127,69	167
MFN3039	55598493C	5207/0	24/03/2013	R\$ 53,20	169
MFN3432	55839663D	5193/0	27/07/2013	R\$ 191,53	168
MGI3855	55840131D	5185/1	07/12/2013	R\$ 127,69	167
MGW2604	55839981D	6599/2	20/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
MJZ2910	55839726D	5207/0	21/03/2013	R\$ 53,20	169
NAK8001	55840042D	5207/0	08/12/2013	R\$ 53,20	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 378 454/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABM8333	55851389D	5720/0	02/04/2014	R\$ 127,69	186 * I
ABM8333	55851390D	5185/1	02/04/2014	R\$ 127,69	167
AGL4190	55839891D	5185/1	19/08/2013	R\$ 127,69	167
AHH7311	55598430C	5185/1	14/12/2012	R\$ 127,69	167
AXO5579	55839948D	5452/1	19/11/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
CLV1222	55840015D	5185/1	24/11/2013	R\$ 127,69	167
HGR1909	55598465C	6599/2	29/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
HRX8277	55840058D	5010/0	23/11/2013	R\$ 574,61	162 * I
HRX8277	55840060D	6726/1	23/11/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
IDP0472	55839909D	5185/1	28/07/2013	R\$ 127,69	167
IIE8961	55839849D	5452/2	24/06/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
LXA7358	55839733D	5452/2	15/04/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
LXM5468	55839865D	5185/1	18/06/2013	R\$ 127,69	167
LYN2542	55840106D	5207/0	24/11/2013	R\$ 53,20	169
LYN2542	55840107D	5274/1	24/11/2013	R\$ 191,53	175
LYZ6542	55839664D	5010/0	27/07/2013	R\$ 574,61	162 * I
LYZ6542	55839665D	6599/2	27/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
LYZ6542	55839667D	7030/1	27/07/2013	R\$ 191,53	244 * I
LYZ6542	55839668D	6726/1	27/07/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
LZO9495	55598357C	5185/1	02/10/2012	R\$ 127,69	167
LZR6679	55839682D	6599/2	01/03/2013	R\$ 191,53	230 * V
LZR6679	55839683D	5010/0	01/03/2013	R\$ 574,61	162 * I
MAF2106	55840110D	5185/1	04/12/2013	R\$ 127,69	167
MBL8347	55839795D	5010/0	04/08/2013	R\$ 574,61	162 * I
MBL8347	55839797D	5720/0	04/08/2013	R\$ 127,69	186 * I
MCD5949	55840129D	5185/1	07/12/2013	R\$ 127,69	167

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCH4917	55840008D	5452/2	03/10/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MCO7765	55840099D	5207/0	30/11/2013	R\$ 53,20	169
MFN4555	55839943D	6599/2	13/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFN4555	55839944D	6912/0	13/11/2013	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 449/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEB8173	55851372D	5185/1	25/04/2014	167
CIS0327	55851437D	5185/1	26/04/2014	167
LXB2183	55851373D	5185/1	25/04/2014	167
LYO6697	55851396D	5614/4	07/04/2014	182 * V
MCZ0268	55851398D	7366/2	03/04/2014	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 378 448/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABY6368	55839904D	5185/1	12/07/2013	R\$ 127,69	167
ACJ5982	55839749D	5207/0	18/05/2013	R\$ 53,20	169
ACJ5982	55839750D	5274/1	18/05/2013	R\$ 191,53	175
ADM3045	55839965D	6670/0	13/10/2013	R\$ 127,69	230 * XIII
ADM6188	55839730D	5720/0	31/03/2013	R\$ 127,69	186 * I
AHD7331	55839799D	5045/0	04/08/2013	R\$ 191,53	162 * V
AHD7331	55839800D	5142/0	04/08/2013	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
AHM7641	55839678D	5185/1	22/01/2013	R\$ 127,69	167
AIC2718	55839963D	5118/0	13/10/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
AIC2718	55839964D	6408/0	13/10/2013	R\$ 85,12	221
AIC2718	55840087D	5061/0	05/11/2013	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
AJE6801	55839971D	6912/0	22/10/2013	R\$ 53,20	232
AJK7985	55839987D	5185/1	30/09/2013	R\$ 127,69	167
APP4951	55840062D	5185/1	17/12/2013	R\$ 127,69	167
AQC3829	55840133D	5525/0	10/12/2013	R\$ 85,12	181 * XV
ASJ3412	55840117D	5185/1	07/12/2013	R\$ 127,69	167
BOY5086	55839982D	5185/1	21/09/2013	R\$ 127,69	167
BTD0087	55839902D	5010/0	12/07/2013	R\$ 574,61	162 * I
BTD0087	55839903D	6599/2	12/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
CAH0665	55839934D	6599/2	06/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
CET3189	55839802D	5010/0	13/06/2013	R\$ 574,61	162 * I
CET3189	55839926D	5452/1	28/07/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
DHV7353	55840056D	5169/1	27/10/2013	R\$ 1.915,38	165
EQM7645	55598441C	5525/0	21/06/2013	R\$ 85,12	181 * XV
FEG7400	55840066D	5185/1	20/12/2013	R\$ 127,69	167
HQI5440	55598489C	5380/0	08/03/2013	R\$ 85,12	181 * I

1 / 3

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
HRM7474	55598518C	5541/5	20/04/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
IAR1086	55839857D	5720/0	31/05/2013	R\$ 127,69	186 * I
IGX3284	55839685D	5185/1	08/03/2013	R\$ 127,69	167
IGX3284	55839755D	5185/1	26/03/2013	R\$ 127,69	167
IME6294	55839953D	6912/0	07/08/2013	R\$ 53,20	232
IQI8054	55839998D	5185/1	09/10/2013	R\$ 127,69	167
ITT2010	55840094D	6912/0	12/11/2013	R\$ 53,20	232
ITT2010	55840095D	5193/0	12/11/2013	R\$ 191,53	168
LXH6210	55851337D	5010/0	09/02/2014	R\$ 574,61	162 * I
LXH6210	55851338D	5061/0	09/02/2014	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
LXH6210	55851339D	6556/5	09/02/2014	R\$ 191,53	230 * I
LXK0280	55839780D	6610/2	22/04/2013	R\$ 127,69	230 * VII
LXK0280	55851238D	6599/2	18/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
LXZ7141	55839784D	5185/2	05/05/2013	R\$ 127,69	167
LXZ7141	55839850D	5185/1	24/06/2013	R\$ 127,69	167
LYK3651	55839801D	5207/0	11/05/2013	R\$ 53,20	169
LZB3899	55598515C	5525/0	20/02/2013	R\$ 85,12	181 * XV
MBE7272	55839990D	7030/1	04/10/2013	R\$ 191,53	244 * I
MBP9241	55839945D	5185/1	19/11/2013	R\$ 127,69	167
MCL5627	55840067D	5380/0	22/12/2013	R\$ 85,12	181 * I
MDF1476	55839868D	5185/1	09/07/2013	R\$ 127,69	167
MDT7462	55840100D	5207/0	30/11/2013	R\$ 53,20	169
MEO2868	55839662D	5010/0	27/07/2013	R\$ 574,61	162 * I
MGG8181	55839735D	5185/1	06/05/2013	R\$ 127,69	167
MGT3483	55840070D	5525/0	03/01/2014	R\$ 85,12	181 * XV
MGX5241	55839823D	5207/0	15/09/2013	R\$ 53,20	169
MGZ2589	55598402C	5185/1	24/10/2012	R\$ 127,69	167
MIA5671	55839907D	5185/1	22/07/2013	R\$ 127,69	167
MIA5671	55839908D	7323/1	22/07/2013	R\$ 85,12	252 * II
MIF0772	55839690D	5185/1	21/03/2013	R\$ 127,69	167
MIK9207	55598520C	7366/2	23/04/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MIP0100	55839983D	5185/1	21/09/2013	R\$ 127,69	167
MIT0339	55840101D	5525/0	19/11/2013	R\$ 85,12	181 * XV
MJQ7534	55839758D	7366/2	02/04/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MJZ2910	55839727D	5274/1	21/03/2013	R\$ 191,53	175
MLC2217	55839885D	5720/0	06/07/2013	R\$ 127,69	186 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 445/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGZ1726	55851395D	5720/0	07/04/2014	186 * I
FEG7400	55851392D	5185/1	04/04/2014	167
IGO7207	55851287D	7366/2	20/03/2014	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 378 444/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
APS8917	55851201D	5185/1	10/01/2014	R\$ 127,69	167
HXF6381	55851250D	5525/0	14/02/2014	R\$ 85,12	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 453/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAG4654	55851427D	6599/2	01/05/2014	230 * V
AAG4654	55851428D	6912/0	01/05/2014	232
LOJ0757	55851434D	5185/1	07/05/2014	167
MAD8534	55851364D	6599/2	16/04/2014	230 * V
MAD8534	55851365D	5010/0	16/04/2014	162 * I
MAD8534	55851366D	6912/0	16/04/2014	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 451/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AES6678	55851367D	6599/2	19/04/2014	230 * V
AES6678	55851368D	5010/0	19/04/2014	162 * I
IDG4885	55851429D	5193/0	04/05/2014	168
JRO9494	55851439D	5185/1	28/04/2014	167
LXK2180	55851441D	5185/1	03/05/2014	167
MCP1804	55851399D	6599/2	02/05/2014	230 * V
MCP1804	55851400D	6610/2	02/05/2014	230 * VII
MFR5062	55851440D	6599/2	29/04/2014	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 447/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
HRX8277	55851288D	6912/0	26/03/2014	232
HRX8277	55851289D	6769/2	26/03/2014	230 * XXII
HRX8277	55851290D	6580/0	26/03/2014	230 * IV
LZI6762	55851387D	6556/1	29/03/2014	230 * I
LZI6762	55851388D	6556/5	29/03/2014	230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 443/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AQQ7636	55851386D	5185/1	26/03/2014	167
DQO0089	55851323D	5452/2	26/02/2014	181 * VIII
EFV5583	55851355D	5185/1	22/02/2014	167
JYP4088	55851346D	5380/0	18/02/2014	181 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 378 452/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BIH6237	55851327D	5185/1	04/03/2014	R\$ 127,69	167
BOY5086	55840140D	5525/0	11/12/2013	R\$ 85,12	181 * XV
DRQ4203	55839995D	7366/2	06/10/2013	R\$ 85,12	252 * VI
DTA2376	55839988D	5185/1	03/10/2013	R\$ 127,69	167
DTA2376	55840005D	7366/2	24/09/2013	R\$ 85,12	252 * VI
DTA2376	55840006D	6912/0	24/09/2013	R\$ 53,20	232
HRX8277	55840059D	6912/0	23/11/2013	R\$ 53,20	232
IDX4376	55840011D	5185/1	27/10/2013	R\$ 127,69	167
IMT0288	55851284D	7030/2	21/02/2014	R\$ 191,53	244 * I
IOY4106	55840126D	5185/1	04/12/2013	R\$ 127,69	167
ITE5948	55840012D	5525/0	27/10/2013	R\$ 85,12	181 * XV
JYL4074	55839698D	5185/1	05/07/2013	R\$ 127,69	167
LYO7606	55840040D	5010/0	02/12/2013	R\$ 574,61	162 * I
LYW7981	55840046D	5045/0	28/12/2013	R\$ 191,53	162 * V
LYW7981	55840047D	6599/2	27/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MBL8347	55839796D	5118/0	04/08/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MCD5949	55839711D	5720/0	09/02/2013	R\$ 127,69	186 * I
MCM9670	55598375C	6599/2	03/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
MHO9514	55839959D	7072/1	22/09/2013	R\$ 191,53	244 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 378 442/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXH6210	55840049D	5010/0	05/01/2014	R\$ 574,61	162 * I
LXH6210	55840050D	6912/0	07/01/2014	R\$ 53,20	232
LXH6210	55840149D	5010/0	07/01/2014	R\$ 574,61	162 * I
LXH6210	55840150D	6556/5	07/01/2014	R\$ 191,53	230 * I
MEK9756	55851249D	5207/0	14/02/2014	R\$ 53,20	169
MMD7004	55851205D	5410/0	25/01/2014	R\$ 85,12	181 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 441/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AIC2718	55851381D	5010/0	21/03/2014	162 * I
AIC2718	55851382D	6912/0	21/03/2014	232
FEG7400	55851384D	7366/2	21/03/2014	252 * VI
JEN7007	55851324D	5274/1	02/03/2014	175
JEN7007	55851325D	5835/0	02/03/2014	195
MFV1294	55851377D	5185/1	06/03/2014	167
MHO9514	55851252D	5207/0	16/02/2014	169
MHO9514	55851253D	5525/0	16/02/2014	181 * XV
MJB1384	55851320D	5720/0	21/02/2014	186 * I
MJS7529	55851385D	5185/1	26/03/2014	167
MKJ7627	55851305D	5452/2	06/03/2014	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 378 440/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DIZ1716	55851247D	6530/0	03/02/2014	R\$ 127,69	228
DVJ0545	55851211D	5185/1	28/01/2014	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 439/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ASU3615	55851347D	5185/1	18/02/2014	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 378 438/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IZC6777	55840146D	5185/1	26/12/2013	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 437/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEX9213	55851286D	5541/1	22/02/2014	181 * XVII
AWA5604	55851319D	5185/1	20/02/2014	167
BLS4168	55851251D	5185/1	14/02/2014	167
LXP3569	55851318D	5207/0	17/02/2014	169
LYN2542	55851340D	5274/1	09/02/2014	175
LYN2542	55851341D	5452/2	09/02/2014	181 * VIII
LYN2542	55851342D	5835/0	09/02/2014	195
MCZ0268	55851350D	5193/0	22/02/2014	168
MFW1444	55851358D	5207/0	20/02/2014	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 378 436/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AEX9213	55840123D	5185/1	13/12/2013	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVENBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 435/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CVC6420	55851203D	6530/0	11/01/2014	228
CVC6420	55851204D	5207/0	17/01/2014	169
ICF8300	55851240D	5207/0	24/01/2014	169
ITG6006	55851196D	5185/1	03/01/2014	167
MBM0747	55851356D	5185/1	06/03/2014	167
MDG2247	55840125D	5738/0	19/02/2014	186 * II
MEU3143	55851213D	7366/2	28/01/2014	252 * VI
MHC1620	55851378D	5185/1	06/03/2014	167
MJW3019	55851254D	5452/2	07/03/2014	181 * VIII
MJX9483	55851351D	5185/1	22/02/2014	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 378 434/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZU8598	55840022D	6769/2	14/12/2013	R\$ 85,12	230 * XXII
LZU8598	55840119D	6912/0	14/12/2013	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 433/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFL4408	55851345D	5185/1	14/02/2014	167
HQI5440	55840124D	5185/1	19/02/2014	167
IFX8839	55840075D	5169/1	08/02/2014	165
IFX8839	55851317D	5010/0	08/02/2014	162 * I
LYN2542	55851239D	5185/1	18/01/2014	167
LZZ7903	55840074D	5207/0	18/01/2014	169
MBF6763	55851357D	5541/1	20/02/2014	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 378 432/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBM6104	55840038D	5010/0	29/11/2013	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 431/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFJ0327	55851301D	5185/1	10/02/2014	167
DWN3173	55851198D	5185/1	04/01/2014	167
MEA3195	55851302D	5185/1	10/02/2014	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 430/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BIO5902	55851245D	5010/0	27/01/2014	162 * I
FHC3070	55851298D	5207/0	18/01/2014	169
IMC1495	55851279D	6599/2	23/01/2014	230 * V
IMC1495	55851280D	5010/0	23/01/2014	162 * I
IMC1495	55851281D	5118/0	23/01/2014	164 c/c 162 * I
LYF3917	55851244D	5010/0	27/01/2014	162 * I
MJZ2910	55851246D	6599/2	27/01/2014	230 * V
MLB9994	55851299D	5207/0	19/01/2014	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

MULTAS DE TRANSITO

Publicação Nº 2216684



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 378 830/2019**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AVW8101	P0168000X4	6068/1	04/08/2019	R\$ 195,23	209
QIC8392	P02DI000Q1	5185/1	09/07/2019	R\$ 195,23	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 1 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 378 601/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ERJ9009	55876497D	5541/5	10/05/2016	R\$ 127,69	181*XVII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 1 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 829/2019**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AHI6172	P0168000YR	5010/0	24/09/2019	162 * I
AKQ3369	P0168000ZF	7340/0	30/09/2019	252 * IV
AYI8368	P0168000Y5	5193/0	08/09/2019	168
AZA1524	P0168000ZD	5452/1	29/09/2019	181 * VIII
BDG5878	P0168000ZJ	5452/2	30/09/2019	181 * VIII
DAW9736	P0168000ZH	5525/0	30/09/2019	181 * XV
DGD9211	P0168000YK	5045/0	20/09/2019	162 * V
FMR9625	P0168000Z0	5185/1	27/09/2019	167
HAA5634	P0168000Z6	5185/1	27/09/2019	167
JMF3991	P0168000ZC	5452/1	29/09/2019	181 * VIII
LBG3170	P0168000YE	5185/2	18/09/2019	167
MCD5949	P0168000YP	5185/1	22/09/2019	167
MEW2327	P0168000YW	5185/1	27/09/2019	167
NOC9582	P0168000XT	5622/1	26/08/2019	182 * VI
QHS6989	P0168000ZT	5398/0	04/10/2019	181 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 1 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

1 / 1



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 558/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
APV3241	55862990D	5010/0	26/11/2015	162 * I
APV3241	55862991D	5118/0	26/11/2015	164 c/c 162 * I
APV3241	55862992D	6599/2	26/11/2015	230 * V
ARZ7089	55876319D	5185/1	03/11/2015	167
MEX7820	55876333D	5010/0	24/11/2015	162 * I
MGD0313	55862989D	5525/0	25/11/2015	181 * XV
MGI7359	55876292D	5193/0	07/11/2015	168
MMH5352	55876316D	5185/1	03/11/2015	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 378 557/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDE2628	55862996D	5118/0	25/04/2015	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 619/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFA8991	55876589D	5010/0	20/09/2016	162 * I
AFA8991	55876590D	6912/0	20/09/2016	232
AQJ7256	55876174D	5185/1	24/09/2016	167
AQJ7256	55876623D	5207/0	24/09/2016	169
AUQ7132	55876651D	7366/2	11/10/2016	252 * VI
LJC6381	55876649D	5193/0	11/10/2016	168
MBY8672	55876642D	6564/0	27/09/2016	230 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 1 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 828/2019**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJA2705	P02DI000QG	5185/1	20/08/2019	167
MHW0966	P0168000Z9	6599/2	28/09/2019	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 1 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 378 827/2019**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AGY6719	P02DI000PV	5010/0	03/07/2019	R\$ 880,40	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 1 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 826/2019**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DSP7334	P0168000YN	5185/1	22/09/2019	167
KAS3392	P0168000XS	5207/0	26/08/2019	169
MBB4122	P0168000YJ	6564/0	20/09/2019	230 * II
MF5177	P0168000YA	5185/1	17/09/2019	167
MHQ3593	P0168000Y2	6599/2	04/09/2019	230 * V
MHQ3593	P0168000Y3	5118/0	04/09/2019	164 c/c 162 * I
MHQ3593	P0168000Y4	5010/0	04/09/2019	162 * I
MHX5974	P0168000XM	6530/0	17/08/2019	228

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 1 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 824/2019**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AHQ4719	P0168000Y0	6530/0	03/09/2019	228

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 1 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 378 823/2019**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ARI3005	P02DI000PB	5185/1	27/06/2019	R\$ 195,23	167
MLC7477	54478135N	5002/0	21/06/2019	R\$ 195,23	257 § 8º

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 1 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 822/2019**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ANF3427	P0168000XX	5550/0	26/08/2019	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 1 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 378 756/2018**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCK9936	P01680009G	6530/0	07/01/2018	R\$ 195,23	228
MCK9936	P01680009H	7340/0	07/01/2018	R\$ 130,16	252 * IV
MCK9936	P0168000GZ	6530/0	16/06/2018	R\$ 195,23	228
MKF7126	P0168000GC	7366/2	31/05/2018	R\$ 130,16	252*VI
MKF7126	P0168000IC	6726/1	07/07/2018	R\$ 195,23	230 * XVIII
MKF7126	P0168000ID	7579/0	07/07/2018	R\$ 2.934,68	165 A

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 1 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 703/2018**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFA5600	P0168000A6	6530/0	20/01/2018	228
AMC0393	P01680009J	5185/1	11/01/2018	167
HQJ7904	P0168000A1	6530/0	19/01/2018	228
HQJ7904	P0168000A2	7340/0	19/01/2018	252 * IV
MAH8757	P01680009L	5185/1	11/01/2018	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 1 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 563/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAE1515	55876398D	5185/1	11/01/2016	167
JGE9383	55876392D	5185/1	07/01/2016	167
LYC9671	55876338D	5010/0	11/01/2016	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 563/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAE1515	55876398D	5185/1	11/01/2016	167
JGE9383	55876392D	5185/1	07/01/2016	167
LYC9671	55876338D	5010/0	11/01/2016	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 562/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAF9256	55876337D	5185/1	26/12/2015	167
DHF6648	55876382D	5525/0	14/12/2015	181 * XV
IBP6551	55876352D	5185/1	24/12/2015	167
MDQ9080	55862993D	5010/0	03/12/2015	162 * I
MDQ9080	55862994D	6637/2	03/12/2015	230 * IX
MDQ9080	55862995D	5118/0	03/12/2015	164 c/c 162 * I
MFO1031	55876383D	6050/2	14/12/2015	208
MMB3671	55876387D	5541/1	18/12/2015	181 * XVII
NCI6778	55876355D	5525/0	28/12/2015	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 561/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DAM3251	55876346D	5614/4	07/12/2015	182 * V
LXV5565	55876381D	6637/2	14/12/2015	230 * IX
MDD7751	55876348D	7340/0	11/12/2015	252 * IV
QHF9781	55876296D	5452/2	24/11/2015	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 560/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IDL7138	55862607D	5185/1	30/11/2015	167
LYU6778	55862611D	6599/2	04/12/2015	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 378 559/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AGW4602	55876273D	5185/2	12/09/2015	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 558/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
APV3241	55862990D	5010/0	26/11/2015	162 * I
APV3241	55862991D	5118/0	26/11/2015	164 c/c 162 * I
APV3241	55862992D	6599/2	26/11/2015	230 * V
ARZ7089	55876319D	5185/1	03/11/2015	167
MEX7820	55876333D	5010/0	24/11/2015	162 * I
MGD0313	55862989D	5525/0	25/11/2015	181 * XV
MGI7359	55876292D	5193/0	07/11/2015	168
MMH5352	55876316D	5185/1	03/11/2015	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 556/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ALE5434	55876144D	5185/1	16/11/2015	167
MAX3852	55876288D	6912/0	23/10/2015	232
MAX3852	55876289D	6599/2	23/10/2015	230 * V
MBT7078	55876257D	5010/0	23/10/2015	162 * I
MBT7078	55876258D	5118/0	23/10/2015	164 c/c 162 * I
MBT7078	55876259D	7030/1	23/10/2015	244 * I
QHA0062	55862984D	5207/0	23/10/2015	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 378 555/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AKO6329	55876301D	5185/1	03/09/2015	R\$ 127,69	167
ARZ7089	55876237D	5380/0	28/08/2015	R\$ 85,13	181 * I
BVM7717	55876136D	5185/1	29/08/2015	R\$ 127,69	167
KQQ2644	55876138D	5185/1	29/08/2015	R\$ 127,69	167
LXD5866	55876168D	5185/1	17/09/2015	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 554/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJQ6312	55876275D	5010/0	06/11/2015	162 * I
AJQ6312	55876276D	5118/0	06/11/2015	164 c/c 162 * I
AJQ6312	55876278D	6599/2	06/11/2015	230 * V
AJQ6312	55876279D	5835/0	06/11/2015	195
AJQ6312	55876280D	5207/0	06/11/2015	169
MAT8879	55876290D	6637/2	03/11/2015	230 * IX
MAT8879	55876291D	5185/1	03/11/2015	167
MEK7458	55862985D	5207/0	09/11/2015	169
MEP9236	55876320D	5525/0	04/11/2015	181 * XV
MEW6629	55876254D	6599/2	16/10/2015	230 * V
MEW6629	55876255D	5010/0	16/10/2015	162 * I
MEW6629	55876256D	7030/1	16/10/2015	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 378 685/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
HRH5298	P01680001P	6530/0	30/04/2017	R\$ 195,23	228
LZQ9010	P01680003P	6530/0	26/08/2017	R\$ 195,23	228
MIF3209	54608148F	5614/4	06/08/2017	R\$ 195,23	182 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 1 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 378 550/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADE9702	55876184D	5185/1	29/08/2015	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 679/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXK0280	54608152F	6530/0	24/09/2017	228

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 1 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 664/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ARX4510	P01680002O	6599/2	17/06/2017	230 * V
IMN4798	P01680002U	5010/0	30/06/2017	162 * I
LWW9963	54608146F	6530/0	04/06/2017	228
MMK0478	54608140F	5410/0	05/07/2017	181 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 1 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 643/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AIO8632	54608131F	5720/0	05/03/2017	186 * I
AIO8632	54608132F	5207/0	05/03/2017	169
AIO8632	54608133F	5185/1	05/03/2017	167
AMJ2619	P01680000E	6610/2	09/03/2017	230 * VII
JPC4310	55876634D	5207/0	12/03/2017	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 1 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 642/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAB4329	54608093F	5010/0	22/02/2017	162 * I
MAB4329	54608094F	5118/0	22/02/2017	164 c/c 162 * I
MAB4329	54608095F	6050/2	22/02/2017	208
NNA6589	54608307F	5185/1	17/02/2017	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 1 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 640/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AOK2546	55876617D	5010/0	28/01/2017	162 * I
BRI2505	P016800001	5185/1	20/02/2017	167
MIF0625	54608400F	5525/0	03/02/2017	181 * XV
MMC7323	54608397F	5720/0	15/01/2017	186 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 1 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 639/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AMC0393	54608088F	5010/0	25/01/2017	162 * I
AMC0393	54608089F	5118/0	25/01/2017	164 c/c 162 * I
LZI6491	54608129F	5207/0	23/01/2017	169
LZI6491	54608130F	7340/0	23/01/2017	252 * IV
LZP2438	54608399F	6912/0	03/02/2017	232
MKR2750	54608393F	5193/0	31/12/2016	168
MLB5638	54608087F	5452/2	25/01/2017	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 1 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 638/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ALC8579	54608084F	6530/0	23/12/2016	228
INZ1112	55876616D	5185/1	12/01/2017	167
OKF1624	54608387F	7340/0	24/12/2016	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 1 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 637/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
HRI5422	54608124F	5193/0	03/01/2017	168
MGX5241	54608464F	5185/1	04/01/2017	167
QHT1663	54608305F	5185/1	12/01/2017	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 1 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 378 636/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABY1433	55876668D	5185/1	25/10/2016	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 1 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 635/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AXL5753	55876599D	5185/1	27/12/2016	167
MKV2321	55876610D	5460/0	27/12/2016	181 * IX
MKV2321	55876612D	6408/0	27/12/2016	221
NTZ2925	55876613D	5525/0	27/12/2016	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 1 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 634/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DGW8082	54608386F	5550/0	20/12/2016	181 * XVIII
LBA6900	55876607D	6599/2	19/12/2016	230 * V
LBA6900	55876608D	5010/0	19/12/2016	162 * I
LBA6900	55876609D	5169/1	19/12/2016	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 1 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 633/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CDK5390	54608463F	6599/2	13/11/2016	230 * V
MLH7543	55876675D	6530/0	12/11/2016	228

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 1 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 632/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CES5644	55876677D	6599/2	19/11/2016	230 * V
CES5644	55876678D	6670/0	19/11/2016	230 * XIII
CTB9488	54608382F	7366/2	08/12/2016	252 * VI
ECM9556	55876658D	5193/0	02/12/2016	168
MFR4993	54608422F	6912/0	02/12/2016	232
MFR4993	54608423F	6599/2	02/12/2016	230 * V
MJZ8499	54608447F	5207/0	03/12/2016	169
MJZ8499	54608448F	5380/0	03/12/2016	181 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 1 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 378 631/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIC3141	55876624D	5185/1	26/09/2016	R\$ 127,69	167
NCH8276	55876663D	5185/1	17/10/2016	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 1 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 630/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAO9516	54608443F	5185/1	10/11/2016	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 1 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 378 629/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
APX0624	55876159D	5193/0	22/09/2016	R\$ 191,54	168
AWF4569	55876158D	5452/2	21/09/2016	R\$ 127,69	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 1 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 628/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BNV4634	55876676D	6599/2	12/11/2016	230 * V
EJJ0666	55876666D	7366/2	23/10/2016	252 * VI
LXU6868	55876596D	5185/1	11/11/2016	167
MJY2513	55876670D	5185/1	29/10/2016	167
NHD1141	55876671D	5428/4	29/10/2016	181 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 1 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 627/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CLN7372	55876667D	7366/2	23/10/2016	252 * VI
MEZ2130	55876662D	5843/3	17/10/2016	196
MII1089	55876604D	5045/0	20/10/2016	162 * V
MIR0328	55876669D	5452/1	29/10/2016	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 1 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 643/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AIO8632	54608131F	5720/0	05/03/2017	186 * I
AIO8632	54608132F	5207/0	05/03/2017	169
AIO8632	54608133F	5185/1	05/03/2017	167
AMJ2619	P01680000E	6610/2	09/03/2017	230 * VII
JPC4310	55876634D	5207/0	12/03/2017	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 1 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 378 625/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DCK2750	55840065D	5738/0	19/12/2013	R\$ 191,53	186 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 1 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 624/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AUN7921	54608462F	7366/2	04/11/2016	252 * VI
CCL7870	55876646D	6637/2	11/10/2016	230 * IX
DZY7363	55876673D	5010/0	06/11/2016	162 * I
DZY7363	55876674D	5169/1	06/11/2016	165
HAB8746	55876648D	7366/2	11/10/2016	252 * VI
LWX1023	54608444F	5207/0	10/11/2016	169
MEP4911	55876650D	5185/1	11/10/2016	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 1 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 378 623/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CCL4803	55862562D	5207/0	12/10/2014	R\$ 53,20	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 1 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 622/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFD6275	55876180D	5185/1	29/10/2016	167
AGH5150	55876653D	5010/0	15/10/2016	162 * I
AGH5150	55876654D	5118/0	15/10/2016	164 c/c 162 * I
AGH5150	55876656D	5290/0	15/10/2016	176 * II
ALS7448	55876580D	5185/1	28/09/2016	167
CBN1172	55876178D	5185/1	29/10/2016	167
MEO0556	55876595D	6912/0	26/10/2016	232
MXV0972	55876657D	6599/2	28/10/2016	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 1 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 621/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGH5150	55876655D	5207/0	15/10/2016	169
MLS8711	55876579D	5207/0	28/09/2016	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 1 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 378 620/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABY1433	55876568D	5185/1	15/08/2016	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 1 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 618/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IGO3449	55876084D	7366/2	15/05/2015	252 * VI
MGI2629	55851498D	5525/0	30/05/2014	181 * XV
MHU5051	55863054D	6599/2	23/05/2015	230 * V
MHU5051	55863055D	6912/0	23/05/2015	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 1 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 378 617/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AGD0464	55876564D	5525/0	30/07/2016	R\$ 85,13	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 1 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 616/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABL2468	55876578D	5185/1	28/09/2016	167
ARO8431	55876572D	5185/1	08/09/2016	167
BAK2412	55876155D	5398/0	11/09/2016	181 * II
BEC0904	55876603D	5541/1	02/10/2016	181*XVII c/ Lei13146
DNC2088	55876179D	5010/0	01/10/2016	162 * I
MJS0953	55876592D	6661/0	28/09/2016	230 * XII
NNA6589	55876177D	5045/0	28/09/2016	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 1 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 615/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ARU5200	55876156D	5738/0	21/09/2016	186 * II
ARU5200	55876157D	5207/0	21/09/2016	169
CMN7967	55876173D	7366/2	24/09/2016	252 * VI
DFR1181	55876641D	6912/0	23/09/2016	232
INN3423	55876500D	6599/2	04/09/2016	230 * V
INN3423	55876621D	5045/0	04/09/2016	162 * V
MDT9993	55876591D	5185/1	24/09/2016	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 1 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 378 614/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AJI0621	55876302D	6599/2	10/09/2015	R\$ 191,54	230 * V
ALP0254	55876551D	5380/0	07/05/2016	R\$ 85,13	181 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 1 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 613/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AED5109	55876585D	6122/0	08/09/2016	214 * I
BIH6237	55876584D	5398/0	26/08/2016	181 * II
DDP5470	55876567D	5525/0	15/08/2016	181 * XV
DGI7429	55876569D	5720/0	19/08/2016	186 * I
DGI7429	55876570D	5207/0	19/08/2016	169
FAV0206	55876586D	5320/0	09/09/2016	176 * V
FAV0206	55876587D	5428/4	09/09/2016	181 * V
MMC0501	55876582D	5525/0	09/08/2016	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 1 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 612/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEZ2130	55876533D	5410/0	01/08/2016	181 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 1 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 643/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AIO8632	54608131F	5720/0	05/03/2017	186 * I
AIO8632	54608132F	5207/0	05/03/2017	169
AIO8632	54608133F	5185/1	05/03/2017	167
AMJ2619	P01680000E	6610/2	09/03/2017	230 * VII
JPC4310	55876634D	5207/0	12/03/2017	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 1 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 610/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ATI3986	55876154D	7366/2	16/08/2016	252 * VI
GKU3191	55876378D	5428/4	18/08/2016	181 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 1 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 609/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MET4302	55876565D	5207/0	11/08/2016	169
MGQ2635	55876561D	5835/0	02/07/2016	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 1 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 608/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BIH6237	55876581D	5185/1	16/07/2016	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 1 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 378 492/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MJE4772	55862557D	6637/1	11/09/2014	R\$ 127,69	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 1 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 607/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGQ2635	55876419D	5185/1	02/07/2016	167
MGQ2635	55876420D	7234/0	02/07/2016	250 * I * a

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 1 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 378 606/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AQX2769	55876441D	5185/1	15/01/2016	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 1 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 378 605/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CHA9078	55876372D	5169/1	07/05/2016	R\$ 1.915,38	165
CHA9078	55876373D	5207/0	07/05/2016	R\$ 53,20	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 1 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 604/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABJ1768	55876562D	6912/0	14/07/2016	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 1 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 603/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCM9604	55876374D	7048/1	15/06/2016	244 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 1 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 378 602/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBW7076	55876511D	5908/0	01/05/2016	R\$ 957,69	202 * I
MBW7076	55876512D	5347/0	01/05/2016	R\$ 85,13	178
MBW7076	55876513D	6726/1	01/05/2016	R\$ 127,69	230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 1 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 600/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ALE9095	55876518D	5010/0	21/06/2016	162 * I
MEP4911	55876557D	5185/1	31/05/2016	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 1 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 599/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHZ0316	55876153D	5541/1	27/05/2016	181*XVII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 1 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 598/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CCG6717	55876498D	5274/1	04/06/2016	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 378 597/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
QHP6678	55876440D	5010/0	24/03/2016	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 596/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AKA3546	55876151D	5207/0	11/05/2016	169
MCW0962	55876514D	6599/2	24/05/2016	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 595/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AML1221	55876552D	6610/2	12/05/2016	230 * VII
MCQ3409	55876550D	6599/2	03/05/2016	230 * V
MCS5942	55876515D	5452/2	28/05/2016	181 * VIII
MHQ8662	55876370D	6181/0	02/05/2016	215 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 595/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AML1221	55876552D	6610/2	12/05/2016	230 * VII
MCQ3409	55876550D	6599/2	03/05/2016	230 * V
MCS5942	55876515D	5452/2	28/05/2016	181 * VIII
MHQ8662	55876370D	6181/0	02/05/2016	215 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 378 594/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LTR0115	55876528D	5452/1	04/04/2016	R\$ 127,69	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 378 594/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LTR0115	55876528D	5452/1	04/04/2016	R\$ 127,69	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 593/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
APT9110	55876495D	5720/0	18/04/2016	186 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 378 592/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AIR9153	55876224D	5185/1	28/08/2015	R\$ 127,69	167
MCA0964	55876252D	5045/0	05/10/2015	R\$ 191,54	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 591/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCK9936	55876546D	6530/0	21/04/2016	228

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 590/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CCX2724	55876542D	5452/2	05/04/2016	181 * VIII
IVL5615	55876531D	5720/0	08/04/2016	186 * I
JGE9383	55876418D	7366/2	05/05/2016	252 * VI
MAG7476	55876510D	5452/2	30/04/2016	181 * VIII
MAT8879	55876417D	5231/1	30/04/2016	172

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 378 589/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BIH6237	55876458D	5185/2	23/02/2016	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 588/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ASY1600	55876413D	5010/0	27/04/2016	162 * I
ASY1600	55876414D	6599/2	27/04/2016	230 * V
ASY1600	55876415D	6637/2	27/04/2016	230 * IX
ASY1600	55876416D	5118/0	27/04/2016	164 c/c 162 * I
MBG3077	55876412D	5720/0	27/04/2016	186 * I
MCK9936	55876494D	5185/1	07/04/2016	167
MEM0859	55876369D	5720/0	08/04/2016	186 * I
MHO1933	55876541D	5380/0	01/04/2016	181 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 378 587/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DNG4667	55876088D	5118/0	25/05/2015	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 586/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABJ1768	55876547D	5185/1	21/04/2016	167
ABJ1768	55876548D	5207/0	21/04/2016	169
ICS4109	55876492D	6637/2	23/03/2016	230 * IX
KCZ3046	55876549D	5401/0	21/04/2016	181 * III
MEX7820	55876529D	7366/2	04/04/2016	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 585/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BIH6237	55876411D	5231/1	09/04/2016	172
MAC9952	55862614D	5193/0	16/03/2016	168

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 378 584/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDS6465	55876429D	6076/0	29/01/2016	R\$ 191,54	210

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 583/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IPW3893	55876368D	5525/0	05/03/2016	181 * XV
LZZ7903	55876521D	5010/0	31/03/2016	162 * I
LZZ7903	55876523D	5118/0	31/03/2016	164 c/c 162 * I
LZZ7903	55876524D	6637/1	31/03/2016	230 * IX
LZZ7903	55876525D	6912/0	31/03/2016	232
LZZ7903	55876526D	5274/1	31/03/2016	175
LZZ7903	55876527D	5835/0	31/03/2016	195
MBW7076	55876406D	5010/0	11/03/2016	162 * I
MDB9935	55876493D	7366/2	07/04/2016	252 * VI
MET5564	55876488D	5185/1	02/03/2016	167
MLD6933	55876530D	5720/0	08/04/2016	186 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 582/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
KDO9058	55876459D	5185/1	23/02/2016	167
MBS0176	55876502D	5010/0	29/03/2016	162 * I
MBS0176	55876503D	5118/0	29/03/2016	164 c/c 162 * I
MBS0176	55876504D	6599/2	29/03/2016	230 * V
MBS0176	55876505D	7030/1	29/03/2016	244 * I
MBS0176	55876506D	6637/2	29/03/2016	230 * IX
MET5564	55876482D	5185/1	23/02/2016	167
MGO0281	55876367D	5525/0	05/03/2016	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 581/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AXZ4440	55876408D	6181/0	19/03/2016	215 * II
MAT8879	55876405D	6637/2	11/03/2016	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 378 580/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MLQ3005	55876464D	5720/0	18/01/2016	R\$ 127,69	186 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 579/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
FBX4429	55876437D	5525/0	16/03/2016	181 * XV
MCD5949	55876403D	7366/2	27/02/2016	252 * VI
MDJ6849	55876481D	5185/1	23/02/2016	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 378 578/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AVD6673	55876356D	5185/1	28/12/2015	R\$ 127,69	167
MKX7112	55876425D	7366/2	25/01/2016	R\$ 85,13	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 577/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABU0952	55876404D	5010/0	02/03/2016	162 * I
EFW4338	55876487D	6122/0	02/03/2016	214 * I
MCM9336	55876477D	6637/2	22/02/2016	230 * IX
MCM9336	55876478D	6556/1	22/02/2016	230 * I
MCM9336	55876479D	6912/0	22/02/2016	232
MDI4255	55876473D	5010/0	17/02/2016	162 * I
MDI4255	55876474D	5118/0	17/02/2016	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 378 576/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IBR3090	55876424D	5380/0	17/01/2016	R\$ 85,13	181 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 575/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ETJ0817	55876149D	7340/0	03/02/2016	252 * IV
MAR0647	55876133D	5762/0	24/07/2015	188
MKX7112	54114490N	5002/0	08/03/2016	257 § 8º

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 378 574/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IBR3090	55876393D	5185/1	07/01/2016	R\$ 127,69	167
IKW1461	55876364D	6912/0	14/01/2016	R\$ 53,20	232
IKW1461	55876365D	5010/0	14/01/2016	R\$ 574,61	162 * I
IKW1461	55876366D	6599/2	14/01/2016	R\$ 191,54	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 573/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AIB7145	55876430D	5720/0	02/02/2016	186 * I
AIB7145	55876431D	6912/0	02/02/2016	232
MDW1367	55876146D	6912/0	21/01/2016	232
MEK7458	55876486D	5525/0	28/02/2016	181 * XV
MIF1055	55876426D	7366/2	29/01/2016	252 * VI
MMC8925	55876401D	5835/0	21/01/2016	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 572/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AUJ3093	55876447D	6530/0	07/02/2016	228
DKS2419	55876394D	5185/1	11/01/2016	167
LYC9396	55876147D	6599/2	21/01/2016	230 * V
MLQ2686	55876457D	5185/1	19/02/2016	167
MMC8925	55876145D	6912/0	21/01/2016	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 378 571/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AMB5086	55876353D	5720/0	25/12/2015	R\$ 127,69	186 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVENBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 570/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAA2974	55876435D	5185/1	14/02/2016	167
BIH6237	55876455D	6530/0	13/02/2016	228
MGB5313	55876451D	5185/1	11/02/2016	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 570/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAA2974	55876435D	5185/1	14/02/2016	167
BIH6237	55876455D	6530/0	13/02/2016	228
MGB5313	55876451D	5185/1	11/02/2016	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 378 569/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAF2375	55862608D	5720/0	04/12/2015	R\$ 127,69	186 * I
MAF2375	55862609D	5045/0	04/12/2015	R\$ 191,54	162 * V
MAF2375	55862612D	5096/0	04/12/2015	R\$ 191,54	163 c/c 162 * V
MLI3531	55862606D	5720/0	26/11/2015	R\$ 127,69	186 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 568/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AMU1444	55876433D	5614/4	10/02/2016	182 * V
BIO5902	55876150D	6912/0	06/02/2016	232
ICJ5003	55876432D	5550/0	10/02/2016	181 * XVIII
IFT7282	55876422D	6599/2	13/01/2016	230 * V
IFT7282	55876423D	5010/0	13/01/2016	162 * I
MEA5088	55876397D	5185/1	11/01/2016	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 567/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFD6275	55876472D	6912/0	28/01/2016	232
FRP8000	55876391D	5185/1	07/01/2016	167
MIP3300	55876396D	5185/1	11/01/2016	167
QBU8100	55876421D	5525/0	01/01/2016	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 566/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AWN4849	55876384D	5720/0	18/12/2015	186 * I
BIH6237	55876336D	6530/0	26/12/2015	228
DZY7363	55876468D	5010/0	23/01/2016	162 * I
DZY7363	55876469D	5118/0	23/01/2016	164 c/c 162 * I
DZY7363	55876470D	5835/0	23/01/2016	195
DZY7363	55876471D	5169/1	23/01/2016	165
GQZ6622	55876463D	5452/2	18/01/2016	181 * VIII
IOZ2482	55876462D	7366/2	18/01/2016	252 * VI
LZX3553	55876360D	6530/0	31/12/2015	228
MCF7447	55876388D	5185/1	23/12/2015	167
MDJ6849	55876350D	5614/4	20/12/2015	182 * V
MDJ6849	55876351D	5185/1	24/12/2015	167
MDY8305	55876148D	5207/0	21/01/2016	169
MLC7477	55876399D	5185/1	15/01/2016	167
MLU9680	55876357D	7030/1	28/12/2015	244 * I
MLY7623	55876461D	5185/1	16/01/2016	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

1 / 1



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 378 565/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DNC2088	55876298D	6408/0	25/11/2015	R\$ 85,13	221
LZY4518	55862987D	6599/2	13/11/2015	R\$ 191,54	230 * V
MMM4741	55862988D	6181/0	13/11/2015	R\$ 127,69	215 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 378 564/2016**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGJ1024	55876349D	5185/1	20/12/2015	167
AQX2769	55876441D	5185/1	15/01/2016	167
CCG3485	55876442D	5010/0	15/01/2016	162 * I
CCG3485	55876444D	6599/2	15/01/2016	230 * V
CCG3485	55876445D	5118/0	15/01/2016	164 c/c 162 * I
CCG3485	55876446D	6637/2	15/01/2016	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMA SOLA/SC, 4 DE NOVEMBRO DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

Papanduva

PREFEITURA

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE 002/2019 - A.S.V.P.

Publicação Nº 2216405

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 002/2019.

Objeto: Prestação de serviços de contratação de Instituição hospitalar para realização de consultas de média e alta complexidade, realização de consultas médicas especializadas eletivas excedentes ao ofertado pelo gestor estadual do Sistema único de Saúde-SUS, o que ocorre através das respectivas centrais de regularização, destinado população de Papanduva. Contratada: ASSOCIAÇÃO DE CARIDADE SÃO VICENTE DE PAULO. Valor total: R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais). Base legal: lei 8666/93. Papanduva, 12/08/2019. Luiz Henrique Saliba – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 056/2019 - PRÓTESES DENTÁRIAS

Publicação Nº 2216798

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 056/2019

Objeto: A presente licitação tem por objetivo o REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E FRACIONADA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S)/PROFISSIONAL(IS) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS, INCLUINDO O PLANEJAMENTO PROTÉTICO, MOLDAGEM, MODELAGEM, CONFECÇÃO EM LABORATÓRIO, ADAPTAÇÃO À CAVIDADE BUCAL E REVISÕES PERIÓDICAS, NOS TERMOS DO PROJETO BRASIL SORRIDENTE . Entrega dos envelopes: 20 de Novembro de 2019 às 09:00 h; Início da Sessão Pública: 09:15h – Base legal: Lei n.º 10.520/ 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1783 de 31 de Maio de 2007 e demais legislações vigentes e pertinentes à matéria; O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.papanduva.sc.gov.br e na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e da 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166. Papanduva, 05 de Novembro de 2019. – HENRIQUE SALIBA – PREFEITO MUNICIPAL.

Passo de Torres

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO -PREGÃO PRESENCIAL Nº 065/2019

Publicação Nº 2217499

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

AVISO DE LICITAÇÃO -PREGÃO PRESENCIAL Nº 065/2019

Objeto: O presente procedimento licitatório tem por finalidade o REGISTRO DE PREÇOS DE GENÊROS ALIMENTÍCIOS PARA SEREM UTILIZADOS NA MERENDA ESCOLAR DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTALEINFANTIL DE PASSO DE TORRES/SC, E PARA AS DEMAIS SECRETARIAS MUNICIPAIS, CONFORME DEMANDA, OBEDECIDAS AS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, BEM COMO AS DEMAIS CONDIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Regime Legal: Lei nº 10.520/2002; Lei nº 8.666/1993 e suas alterações; Lei Complementar nº 123/2006; demais legislações aplicáveis à espécie, bem como pelas disposições fixadas no Edital e seus anexos.

Entrega e Abertura dos Envelopes: os envelopes deverão ser entregues até às 14:45 horas do dia 20/11/2019, com início do credenciamento e abertura da licitação marcada para as 15h00min, do mesmo dia.

O Edital e maiores informações deverão ser obtidos no Setor de Licitações, sito à AV. BEIRA RIO, Nº 20, CENTRO, PASSO DE TORRES – SC, no horário das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira.

JONAS GOMES DE SOUZA

Prefeito Municipal

Paulo Lopes

PREFEITURA

RESOLUÇÃO Nº05/2019

Publicação Nº 2216706

RESOLUÇÃO Nº05/2019

Ivoli Tenfen, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Federal nº 8142/90 e Lei Municipal nº1726/2017 de 27 de setembro de 2017,

Resolve:

Art. 1º - Fica aprovada por unanimidade e sem ressalvas o Relatório Anual de Gestão referente ao ano de 2017 da Secretaria Municipal de Saúde de Paulo Lopes/SC.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3 - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paulo Lopes/SC, 30 de outubro de 2019.

IVOLI TENFEN

Presidente do conselho Municipal de Saúde de Paulo Lopes

RESOLUÇÃO Nº06/2019

Publicação Nº 2216707

RESOLUÇÃO Nº06/2019

Ivoli Tenfen, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Federal nº 8142/90 e Lei Municipal nº1726/2017 de 27 de setembro de 2017, e considerando

. o Plano Municipal de Saúde contém as ações, os recursos financeiros e outros elementos que contribuem para o alcance dos objetivos e metas anuais para cada ação definida, seus indicadores utilizados no monitoramento e na avaliação de sua execução;

. a Lei nº8.142 de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

. a Portaria nº2.135 de 25 de setembro de 2013, que estabelece diretrizes para o processo de planejamento no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Resolve:

Art. 1º - Fica aprovada por unanimidade e sem ressalvas o Plano Municipal de Saúde de Paulo Lopes referente ao exercício de 2018 a 2021 .

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3 - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paulo Lopes/SC, 30 de outubro de 2019.

IVOLI TENFEN

Presidente do conselho Municipal de Saúde de Paulo Lopes

RESOLUÇÃO Nº07/2019

Publicação Nº 2216708

CONSELHO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAULO LOPES

RESOLUÇÃO Nº007/2019

Autorização para a compra de seis TABLET ANDROID SAMSUNG GALAXY utilizando os recursos financeiros da Proposta de Aquisição de Equipamento/ Material Permanente nº da Proposta: 08289.417000/1130-01 do Ministério da Saúde.

O Conselho Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições que confere a Lei Municipal nº 1726/2017 de 27 de setembro de 2017, que institui e Regulamenta do Conselho Municipal de Saúde e o seu Regimento Interno, obedecida a Lei nº 8. 142/90, e Resolução nº453 de 10 de maio de 2012 do Conselho Nacional de Saúde. Em reunião ordinária do dia 03 de maio de 2019.

Resolve,

Artigo 1º - Fica aprovada por unanimidade a compra de seis TABLET Android Samsung utilizando os recursos da Proposta nº08289717000/1130-01.

Artigo 2º - A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Paulo Lopes-SC em, 30 de outubro de 2019.

IVOLI TEFEN

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Penha

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 306º

Publicação Nº 2217509

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 06/11/2019 as 13:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 07/11/2019, das 12:00 às 17:30 hrs, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 02/2019.

Cargo: MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL
COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME
306º. 401 FERNANDA ASSIS

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 05 de novembro de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:



1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2019.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____ nº. _____, Bairro: _____
Cidade de _____/SC, telefone: _____/_____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular. Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), __, de ____, de ____.

Assinatura

ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), __, de ____, de 2019.

Assinatura

CONVOCAÇÃO MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 307º

Publicação Nº 2217512

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 06/11/2019 as 13:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 07/11/2019, das 12:00 às 17:30 hrs, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 02/2019.

Cargo: MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

307º. 183 PALOMA DIVINA BARBOSA MOHAMAD ABDOUNI

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 05 de novembro de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

ANEXO I

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2019.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____, Bairro: _____

Cidade de _____/SC, telefone: _____/ _____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE



ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), __, de _____, de ____.

Assinatura

ANEXO III
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não soufui demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), __, de _____, de 2019.

Assinatura

CONVOCAÇÃO MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 308º

Publicação Nº 2217514

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 06/11/2019 as 13:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 07/11/2019, das 12:00 às 17:30 hrs, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 02/2019.

Cargo: MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

308º. 316 PAMELA SUELI ALEXANDRINA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;

- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 05 de novembro de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

**ANEXO I
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2019.

Assinatura

**ANEXO II
DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO**

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____, Bairro:

_____ Cidade de _____/SC, telefone: _____/_____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), ____, de _____, de ____.

Assinatura

ANEXO III

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2019.

Assinatura

CONVOCAÇÃO MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 309º

Publicação Nº 2217517

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 06/11/2019 as 13:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 07/11/2019, das 12:00 às 17:30 hrs, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 02/2019.

Cargo: MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

309º. 114 ANA TEREZA FERREIRA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 05 de novembro de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

ANEXO I**DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO



3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2019.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____ nº. _____, Bairro: _____
Cidade de _____/SC, telefone: _____/_____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), __, de __, de __.

Assinatura

**ANEXO III
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não soufui demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), __, de __, de 2019.

Assinatura

CONVOCAÇÃO MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 310º

Publicação Nº 2217519

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 06/11/2019 as 13:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 07/11/2019, das 12:00 às 17:30 hrs, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 02/2019.

Cargo: MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

310º. 264 ANA JULIA MARQUETE BONFANTI

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários,

impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 05 de novembro de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

ANEXO I
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2019.

Assinatura

ANEXO II
DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____, Bairro: _____
Cidade de _____/SC, telefone: _____/ _____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), ____, de _____, de _____.

Assinatura

**ANEXO III
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2019.

Assinatura

CONVOCAÇÃO MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 311º

Publicação Nº 2217522

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 06/11/2019 as 13:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 07/11/2019, das 12:00 às 17:30 hrs, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 02/2019.

Cargo: MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

311º. 233 PRISCILE GROSS TAQUES

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 05 de novembro de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

**ANEXO I
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2019.

Assinatura

**ANEXO II
DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO**

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____, Bairro: _____
Cidade de _____/SC, telefone: _____/_____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

- () Efetivo Cargo: _____
- () Contratado (ACT) Cargo: _____
- () Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____
- () Efetivo em função gratificada Cargo: _____
- () Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), ____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2019.

Assinatura

CONVOCAÇÃO MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 312º

Publicação Nº 2217525

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 06/11/2019 as 13:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 07/11/2019, das 12:00 às 17:30 hrs, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 02/2019.

Cargo: MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

312º. 363 LARISSA DA SILVEIRA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 05 de novembro de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

**ANEXO I
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO



3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2019.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____ nº. _____, Bairro: _____
Cidade de _____/SC, telefone: _____/_____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), __, de __, de __.

Assinatura

**ANEXO III
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não soufui demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), __, de __, de 2019.

Assinatura

CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE CIÊNCIAS (HABILITADO) 5º

Publicação Nº 2217527

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 06/11/2019 as 13:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 07/11/2019, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: PROFESSOR DE CIÊNCIAS (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

05º. 729680 JULIANE APARECIDA XAVIER BARBOSA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários,

impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 05 de novembro de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

ANEXO I
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2019.

Assinatura

ANEXO II
DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____ nº. _____, Bairro: _____
Cidade de _____/SC, telefone: _____/ _____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), __, de _____, de _____.

Assinatura

**ANEXO III
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), __, de _____, de 2019.

Assinatura

CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (HABILITADO) 5º

Publicação Nº 2217528

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 06/11/2019 as 13:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 07/11/2019, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

05º. 748250 ROSANA GAMBA DE AGUIAR

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 05 de novembro de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

**ANEXO I
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2019.

Assinatura

**ANEXO II
DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO**

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____, Bairro: _____
Cidade de _____/SC, telefone: _____/_____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

- () Efetivo Cargo: _____
() Contratado (ACT) Cargo: _____
() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____
() Efetivo em função gratificada Cargo: _____
() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), ____, de _____, de ____.

Assinatura

ANEXO III
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2019.

Assinatura

CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (HABILITADO) 6º

Publicação Nº 2217530

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 06/11/2019 as 13:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 07/11/2019, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

06º. 741612 PAULA ROBERTA DE AGUIAR

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 05 de novembro de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

ANEXO I**DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO



3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2019.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____ nº. _____, Bairro: _____
Cidade de _____/SC, telefone: _____/_____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), ____, de _____, de ____.

Assinatura

ANEXO III
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2019.

Assinatura

Peritiba**PREFEITURA****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 45/2019, 6º ADITIVO A ATA 03/2019 - FMS**

Publicação Nº 2216809

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 45/2019

SEXTO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2018

O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PERITIBA, Empresa de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 11.391.279/0001-06, com sede à Rua Frei Bonifácio esquina com a Rua Senador Nereu Ramos, nº 187, Bairro Centro – Peritiba/SC, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato representada por sua titular a Senhora GRACIELI DENISE WUADEN, Secretária de Saúde e Bem Estar Social, inscrita no CPF nº 092.660.699-90, de acordo Lei Federal nº 8.666/93 e com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 07/2018, RESOLVE, registrar o preço da empresa SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede à Av. Gentil Reinaldo Cordioli, nº 391, Bairro Jardim Eldorado, Palhoça, Estado de Santa Catarina, CEP 88.133-500, inscrita no CNPJ nº 05.531.725/0001-20, neste ato representada pelo seu Representante Legal o Senhor DEVANIR TAVARES DE MEDEIROS FILHO, portador da Carteira de Identidade nº 5512791 e CPF nº 076.029.269-86, de acordo com a classificação por ela alcançada, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

1.1. Suprimir da ata de registro de preços original o item nº 118, a pedido da empresa, pela inexistência de estoque e impossibilidade da entrega, conforme a tabela abaixo:

Item	Quant. Saldo	Und.	Especificação dos Produtos	Marca	R\$ Unt.	R\$ Total
118	250	FR	11404 - Fosfato Sódico de Prednisona Solução Oral 3mg/ml c/60ml	HIPOLABOR	3,045	761,25
Total						761,25

1.2. Sendo que o valor suprimido ficou em R\$ 761,25 (Setecentos e sessenta e um reais e vinte e cinco centavos).

2 . DAS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES

2.1. As demais cláusulas e condições dispostas na ata de registro de preços 03/2019 permanecem inalteradas.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em 3 (três) vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Município de Peritiba, 01 de novembro de 2019.

GRACIELI DENISE WUADEN

Secretária de Saúde e Bem Estar Social

Contratante

SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Contratada

REGINA INÊS BRAND LAZZARIN
Testemunha

DÂNDARA LUÍSA BAZZEI
Testemunha

LIZIANE TROMBETTA

Fiscal do contrato

AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO 123/2019, PREGÃO PRESENCIAL 56/2019

Publicação Nº 2217484

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e nas condições do edital.

Processo de Licitação nº 123/2019 – Pregão Presencial nº 56/2019.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria e assessoria técnica em Brasília, conforme relação de itens constantes no Anexo I do edital.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 08h15 do dia 19/11/2019.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 08h30 do dia 19/11/2019.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Município de Peritiba.

Informações complementares:

O edital na íntegra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br> e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122 ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

Peritiba SC., 05 de novembro de 2019
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

DECRETO 142/2019

Publicação Nº 2217475

DECRETO N.º 142/2019

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – CMDPD

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Peritiba, inciso VIII, Art. 101, e de conformidade com a Lei n.º 2114/2017 de 05 de Julho de 2017.

RESOLVE:

Art. 1.º DESIGNAR, para integrar o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD, do Município de Peritiba, as pessoas abaixo mencionadas, com os respectivos Órgãos e Entidades que representam:

SOCIEDADE CIVIL

Representantes de Pais e Familiares:

MARISA KOLLER ENGEL - TITULAR

SILVÉRIO CHRIST - SUPLENTE

IRINEU EINSFELD – TITULAR

LICETE MENEGAT – SUPLENTE

Representantes das Pessoas com Deficiência:

ARMI MULLER – TITULAR

CÉLIO RAUBER – SUPLENTE

EMERSON MENEGAT – TITULAR

CARLOS ELIAS NEISE - SUPLENTE

Representantes de Prestadores de Serviços e Entidades Conveniadas:

BRUNA SECCO DA SILVA – TITULAR

KATRINE BIAZIM BERVIAN – SUPLENTE

GOVERNAMENTAL

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo

ROSA RAUBER – TITULAR

CLECI REITEL – SUPLENTE

INELVE RAZERA – TITULAR

DULCI RAUBER BACCA – SUPLENTE

Secretaria Municipal de Saúde e Bem-Estar Social

KARIN ESTELA MULLER GNOATTO – TITULAR

GRACIELI DENISE WUADEN – SUPLENTE

Secretaria Municipal de Administração e Finanças

DANDARA LUIZA BAZZEI – TITULAR

ADELAIDE MARIZETE GERHARDT – SUPLENTE

Cras Recanto Familiar

NADIA PIASSA – TITULAR

IZABEL BOURSCHIEDT - SUPLENTE

Art. 2.º A função do membro do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD não será remunerada, e seu exercício será considerado de relevante interesse público, com mandato até 18/10/2021.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA – SC., em 18 de outubro de 2019

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 18/outubro/2019	
--	--

Francieli Schoenell

Responsável pela publicação

DECRETO 144/2019

Publicação Nº 2217479

DECRETO N.º 144/2019

ESTABELECE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso X, art. 111, da Lei Orgânica do município de Peritiba de 16 de Dezembro de 2009;

DECRETA:

Art. 1.º Ficam estabelecidos os seguintes horários de funcionamento das repartições públicas do Município de Peritiba, Estado de Santa Catarina:

I - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

1. De segunda a sexta-feira

a) matutino: 07h30 às 11h30

b) vespertino: 13h30 às 17h30

II - SECRETARIA DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

1. De segunda a sexta-feira

a) matutino: 07h00 às 11h30

b) vespertino: 13h30 às 18h00

III - SECRETARIA DE SERVIÇOS MUNICIPAIS

1. De segunda a sexta-feira

a) matutino: 07h00 às 11h30

b) vespertino: 13h30 às 18h00

IV - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

1. De segunda a sexta-feira

a) matutino: 07h30 às 11h30

b) vespertino: 13h15 às 17h15

DEPARTAMENTO DE CULTURA

1. De segunda a sexta-feira

a) matutino: 07h45 às 11h30

b) vespertino: 13h30 às 17h45

V - SECRETARIA DE SAUDE E BEM ESTAR SOCIAL

1. De segunda a sexta-feira

a) matutino: 07h00 às 11h30

b) vespertino: 13h00 às 17h00

CENTRO DE REFERENCIA DA ASSISTENCIA SOCIAL

1. De segunda a sexta-feira

a) matutino: 07h30 às 11h30

b) vespertino: 13h30 às 17h30

CONSELHO TUTELAR

1. De segunda a sexta-feira

a) matutino: 07h30 às 11h30

b) vespertino: 13h30 às 17h30

PROJETO AQUARELA

1. De segunda a sexta-feira

a) matutino: 07h30 às 11h30

b) vespertino: 13h15 às 17h15

Parágrafo Único: Os horários estabelecidos no presente artigo correspondem aos dias úteis, não havendo expediente nos dias considerados feriados e domingos.

Art. 2.º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA - SC, em 31 de Outubro de 2019

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado

Em., 31/Outubro/2019.

Celestino Borges Vieira

Responsável pela publicação

PORTARIA 553/2019

Publicação Nº 2217466

PORTARIA Nº 553/2019

CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora REGINA INES BRAND LAZZARIN, ocupante do cargo efetivo de TECNICO EM COMPRAS, Grupo 2, Nível 6, Classe "B", Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 04 de Novembro de 2019 no período matutino, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 04 de Novembro de 2019.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos
Da Prefeitura Municipal de Peritiba em
04/Novembro/2019.

Celestino Borges Vieira

Responsável pela publicação

PORTARIA 554/2019

Publicação Nº 2217467

PORTARIA Nº 554/2019
CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora LAIS EDUARDA STALLBAUM PETTER FINGER, ocupante do cargo efetivo de SERVENTE DE SERVIÇOS INTER-NOS, Grupo 1, Nível 1, Classe "B", Afastamento Para Tratamento de Saúde, nos dias 05 e 06 de Novembro de 2019, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMpra-se e Publique-se

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 05 de Novembro de 2019.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 05/Novembro/2019.	
--	--

Celestino Borges Vieira
Responsável pela publicação

Pinhalzinho

PREFEITURA

AVISO DE EQUIPE TÉCNICA CONCORRÊNCIA 002-2019 - PUBLICIDADE - EQUIPE TÉCNICA

Publicação Nº 2216882

MUNICIPIO DE PINHALZINHO - SC
EQUIPE TÉCNICA
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2019

Objeto: A contratação dos serviços objeto desta concorrência tem como objetivo o atendimento ao princípio da publicidade e ao direito à informação, por meio de ações que visam difundir ideias e princípios, posicionar instituições e programas, disseminar iniciativas e políticas públicas, informando e orientando a população Pinhalense. Retifica-se o edital da concorrência pública nº 002/2019.

INDICAÇÃO DE EQUIPE TÉCNICA:

- 1º - FABIOLA HILLESSHEIM;
- 2º - CARLA GUILLANTE;
- 3º - ISABEL CRISTINA MULLER;
- 4º - SAMUEL FERNANDO ECKERT;
- 5º - FABIANO RAMBO;
- 6º - GILBERTO BORTESE;

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município pinhalzinho.atende.net ou no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, situada à Av. São Paulo, nº 1615, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e 13:30 às 17:00.

Informações através do e-mail: compras.01@pinhalzinho.sc.gov.br ou compras.02@pinhalzinho.sc.gov.br.

Pinhalzinho, SC, 05 de novembro de 2019.

Valquiria Astrigi

Pregoeira Municipal

Pinheiro Preto**PREFEITURA****39.2019 EDITAL DE CONVOCAÇÃO -JOSIELI RECALCATTI BOGONI**

Publicação Nº 2216818

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 39/2019
PROCESSO SELETIVO Nº 001/2019

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e em atendimento ao disposto no Edital Processo Seletivo n. 001/2019, CONVOCA, para exercer suas atividades em caráter temporário na Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, obedecida a ordem final de classificação, a candidata aprovada, abaixo relacionada:

IDENTIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CARGO (Regime Administrativo Especial)
088.674.769-47	Josieli Recalcatti Bogoni	Enfermeiro

A candidata acima relacionada deverá no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados do primeiro dia útil seguinte à ciência desta convocação, providenciar o exame de Saúde Admissional, expedido por médico indicado pelo município e os seguintes documentos:

- Formulário de Dados Cadastrais; (anexo Modelo);
- Formulário de Declaração de Dependência; (anexo Modelo);
- Formulário de Declaração de Bens; (anexo Modelo);
- Formulário de Declaração de Não Acumulação de Cargos, Empregos e/ou Funções pública; (anexo Modelo);
- Carteira de Identidade;
- Título de Eleitor, com confirmação da última votação, assim como, declaração emitida pelo T.R.E. que comprove o pleno gozo dos direitos civis e políticos;
- Certificado escolar (prova de que o candidato satisfaz o nível de escolaridade exigido no edital do concurso);
- Documento com o nº do PIS/PASEP, ou extrato de inexistência de registro obtido, junto ao Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal);
- CPF - Cartão do Cadastro de Pessoa Física;
- Carteira nacional do S.U.S;
- Certidão de Casamento;
- Certidão de Nascimento do(s) filho(s);
- Laudo médico (obtido mediante perícia médica);
- Carteira de Trabalho (CTPS);
- Comprovante de conta corrente bancária;
- Comprovante de residência (conta de luz ou água ou telefone não superior a 90 dias);
- 01 (uma) foto no tamanho 3X4 colorida atual;

A entrega da documentação dar-se a no Setor de Recursos Humanos, sito na Av. Arthur Costa e Silva ,111, Município de Pinheiro Preto –SC, no horário das 07:30hs as 11:30hs e das 13:00hs as 17:00hs.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 05 de novembro de 2019.
PEDRO RABUSKE
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO 088/2019

Publicação Nº 2216514

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 088/2019
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 21/11/2019 Licitação Modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 088/2019, AQUISIÇÃO DE CAIXAS DE BOMBONS PARA SEREM DISTRIBUÍDOS PELA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E PELA SECRETARIA DE SAÚDE E BEM-ESTAR SOCIAL NAS UNIDADES ESCOLARES, PARA IDOSO, PARA AS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS E INTEGRANTES DAS OFICINAS DO CRAS EM ALUSÃO AS FESTIVIDADES DE NATAL.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTAS DE PREÇOS: 21/11/2019, até às 08:15hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preços nesta mesma data, às 08:30 hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49)

3562-2000, ou pelo site www.pinheiropreto.sc.gov.br .

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 05 DE NOVEMBRO DE 2019.
PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO 089/2019

Publicação Nº 2216646

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 089/2019
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 22/11/2019, Licitação Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 089/2019, que visa A AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PARA A CENTRAL DE MATERIAL DE ESTERILIZAÇÃO (CME) DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTAS DE PREÇOS: 22/11/2019, até às 08:15hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preços nesta mesma data, às 08:30hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562-2000, ou pelo site www.pinheiropreto.sc.gov.br .

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 05 DE NOVEMBRO DE 2019.
PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 258/2019.

Publicação Nº 2216844

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 258/2019.

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SANTA CATARINA, autorizado através do Processo Seletivo n. 001/2019 o qual fixou normas para admissão de pessoal em caráter temporário, sob regime administrativo especial, no âmbito da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social do Município de Pinheiro Preto.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PINHEIRO PRETO
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69
Endereço: Av. Marechal Arthur Costa e Silva, 111
Representado por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADO: Gian carlos delziovio
CPF n.º 066.689.189-30
Endereço: Av. Marechal Castelo Branco – Pinheiro Preto - SC

PRELIMINARMENTE

1.1. O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.827.148/0001-69, representado neste ato pelo Prefeito PEDRO RABUSKE, adiante denominado Contratante, e de outro lado Gian carlos delziovio, denominado contratado, têm justo e acertado a prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem.

O presente contrato reger-se-á pela Lei 8.666/93 e pelo art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, e pelo disposto, que regulamentam a contratação de servidores em caráter temporário, e pelo edital nº 001/2019.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste Contrato, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NO ÂMBITO DA SECRETARIA Saúde e Bem estar social função de “motorista”, em caráter temporário e sob regime administrativo especial, de acordo com as especificações constantes do Edital de Seleção n. 001/2019, e na LEI COMPLEMENTAR Nº 194, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013, que passam a fazer parte integrantes deste instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 – O CONTRATADO obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço mensal de R\$ 2.150,94 (Dois mil cento e cinquenta reais e noventa e quatro centavos).

2.2 - O pagamento será efetuado mensalmente, até o 5º dia útil subsequente ao mês da prestação de serviço, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital.

Parágrafo único. O contratante anotará a CTPs na forma legal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, PRAZO, LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E TIPO DE SERVIÇO

3.1. Para fins de execução, os serviços pelo contratado serão prestados no âmbito da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social.

3.2. O contrato vigorará da data de 01 de novembro de 2019, até nomeação de aprovado em concurso público, não podendo ultrapassar 12 (doze) meses.

O contratado executará as seguintes funções:

- Dirigir veículos oficiais, transportar pessoas e materiais; - Zelar pelo abastecimento, conservação e limpeza do veículo sob sua responsabilidade; - Comunicar ao chefe imediato a ocorrência de irregularidade ou avarias com a sua viatura; - Proceder ao controle contínuo de consumo de combustível, lubrificantes e manutenção em geral; - Proceder ao mapeamento de viagens, identificando usuários, seu destino, quilometragem, horário de saída e chegada; - Tratar os passageiros com respeito e urbanidade; - Manter atualizada sua Carteira Nacional de Habilitação e a documentação do veículo; - Atender as necessidades de deslocamento a serviço, segundo determinação dos usuários, registrando as ocorrências; - Implementar práticas de direção defensiva; - Respeitar a legislação de trânsito; - Relatar as anormalidades verificadas no seu turno de trabalho; - Controlar os materiais usados, evitando perdas e desperdício; - Manter a organização da local de trabalho, especialmente na garagem; - Executar outras atividades compatíveis com o cargo e similares as atribuições.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1. DAS PENALIDADES

4.1.1 - Decorridos 03 (três) dias de atraso no início da prestação dos serviços, poderá o CONTRATANTE rescindi-lo, sujeitando-se o CONTRATADO ao pagamento da multa de 10 %, independentemente da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades ao CONTRATADO, no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Multa de 10 % sobre o preço total proposto para o contrato, além da rescisão unilateral e aplicação da demais sanções previstas na Lei n. 8.666/93.

4.1.3.1 - Advertência;

4.1.3.2 - Suspensão do direito de contratar junto ao Município.

4.1.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos da punição;

4.1.4 - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria do Município.

4.2 - DA RESCISÃO DO CONTRATO

4.2.1 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que ao Contratado caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

4.2.2 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual;

4.2.3 - Comprovada inaptidão para o trabalho;

4.2.4 - Qualquer causa disciplinar prevista no Estatuto do Servidor e na CLT;

4.2.5 - Interesse público;

4.2.6 - Nomeação de aprovado em concurso público.

PARÁGRAFO ÚNICO. A aplicação de uma das penalidades, constantes dos sub-itens desta cláusula, não elide a aplicação das demais, podendo ser aplicadas concomitantemente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1- O presente contrato vigorará de 01 de novembro de 2019, até nomeação de aprovado em concurso público, não podendo ultrapassar 12 (doze) meses.

5.2 - A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime o infrator de cumprir a obrigação.

5.3 - Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, para dirimir eventuais litígios oriundo do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 04 de novembro de 2019.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

Gian Carlos Delzivo

TESTEMUNHAS:

1) 2)

Nome: Nome:

CPF: CPF

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 260/2019.

Publicação Nº 2216845

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 260/2019.

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SANTA CATARINA, autorizado através do Processo Seletivo n. 001/2019 o qual fixou normas para admissão de pessoal em caráter temporário, sob regime administrativo especial, no âmbito da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município de Pinheiro Preto.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Av. Marechal Arthur Costa e Silva, 111

Representado por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA: Camila Crestani Zucco

CPF n.º 105.406.329-02

Endereço: Rua Dosolina Binotto Menegazzo– Videira - SC

PRELIMINARMENTE

1.1. O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.827.148/0001-69, representado neste ato pelo Prefeito PEDRO RABUSKE, adiante denominado Contratante, e de outro lado Camila Crestani Zucco, denominada contratada, têm justo e acertado a prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem.

O presente contrato reger-se-á pela Lei 8.666/93 e pelo art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, e pelo disposto, que regulamentam a contratação de servidores em caráter temporário, e pelo edital nº 001/2019.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste Contrato, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NO ÂMBITO DA SECRETARIA Educação, Cultura e esportes função de "Professor Educação Física para Escolinhas CME", em caráter temporário e sob regime administrativo especial, de acordo com as especificações constantes do Edital de Seleção n. 001/2019, e na LEI COMPLEMENTAR Nº 194, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013, que passam a fazer parte integrantes deste instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 – A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço mensal de R\$ 3.279,64 (Três mil duzentos e setenta e nove reais e sessenta e quatro centavos).

2.2 - O pagamento será efetuado mensalmente, até o 5º dia útil subsequente ao mês da prestação de serviço, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital.

Parágrafo único. O contratante anotarà a CTPs na forma legal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, PRAZO, LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E TIPO DE SERVIÇO

3.1. Para fins de execução, os serviços pela contratada serão prestados no âmbito da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

3.2. O contrato vigorará da data de 04 de novembro de 2019, até nomeação de aprovado em concurso público, não podendo ultrapassar 12 (doze) meses.

A contratada executará as seguintes funções:

- Treinar diariamente equipes de futsal, handebol e voleibol masculino e feminino, futebol de campo; participar com as equipes municipais nos jogos regional e estadual inclusive finais de semana, e nos jogos da OLESC, JESC 15 e 17 anos, joguinhos Abertos de Santa Catarina e Jogos Abertos de Santa Catarina; trabalhar a iniciação esportiva das categorias de base. Auxiliar nas competições esportivas.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1. DAS PENALIDADES

4.1.1 - Decorridos 03 (três) dias de atraso no início da prestação dos serviços, poderá o CONTRATANTE rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento da multa de 10 %, independentemente da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades a CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Multa de 10 % sobre o preço total proposto para o contrato, além da rescisão unilateral e aplicação da demais sanções previstas na Lei n. 8.666/93.

4.1.3.1 - Advertência;

4.1.3.2 - Suspensão do direito de contratar junto ao Município.

4.1.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos da punição;

4.1.4 - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria do Município.

4.2 - DA RESCISÃO DO CONTRATO

4.2.1 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que a Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

4.2.2 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual;

4.2.3 - Comprovada inaptidão para o trabalho;

4.2.4 - Qualquer causa disciplinar prevista no Estatuto do Servidor e na CLT;

4.2.5 - Interesse público;

4.2.6 - Nomeação de aprovado em concurso público.

PARÁGRAFO ÚNICO. A aplicação de uma das penalidades, constantes dos sub-itens desta cláusula, não elide a aplicação das demais, podendo ser aplicadas concomitantemente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1- O presente contrato vigorará de 04 de novembro de 2019, até nomeação de aprovado em concurso público, não podendo ultrapassar 12 (doze) meses.

5.2 - A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime o infrator de cumprir a obrigação.

5.3 - Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, para dirimir eventuais litígios oriundo do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 04 de novembro de 2019.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

Camila Crestani Zucco

TESTEMUNHAS:

1) 2)

Nome: Nome:

CPF: CPF

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 40/2019 CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2019

Publicação Nº 2216823

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO 40/2019
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2019**

Pedro Rabuske, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e, em atendimento ao disposto no Edital n. 01/2019, CONVOCA a seguinte candidata aprovada no Concurso Público para apresentação de exames de saúde para análise de aptidão física:

CPF	NOME DO CANDIDATO	CARGO (Regime estatutário)
089.749.069-02	debora gasasini	Engenheiro Civil

O candidato acima relacionado deverá no prazo máximo de 10 dias, contados do primeiro dia útil seguinte à ciência desta convocação, providenciar os seguintes exames de saúde:

- Sangue: Hemograma, Glicemia e Sorologia de Lues;
- Parcial de Urina;
- Raio-X do Tórax P.A e perfil;
- Raio X de coluna P.A e perfil – cervical e lombar
- ECG – eletrocardiograma com laudo.

1. Os EXAMES MÉDICOS deverão ser apresentados para Certificação, aos médicos Credenciados pelo Município, através de agendamento junto a Secretaria de Administração, pelos telefones 3562-2022 ou 3562-2000.

2. Além dos referidos exames, a candidata deverá apresentar exames complementares caso haja solicitação do Médico Credenciado pelo Município de Pinheiro Preto – SC, bem como os seguintes documentos:

- formulário de Dados Cadastrais; (anexo Modelo);
- formulário de Declaração de Dependência; (anexo Modelo);
- formulário de Declaração de Bens; (anexo Modelo);
- formulário de Declaração de Não Acumulação de Cargos, Empregos e/ou Funções pública; (anexo Modelo);
- Carteira de Identidade;
- Título de Eleitor, com confirmação da última votação, assim como, declaração emitida pelo T.R.E. que comprove o pleno gozo dos direitos civis e políticos;
- Certificado de Reservista;
- Certificado escolar (prova de que o candidato satisfaz o nível de escolaridade exigido no edital do concurso);
- Documento com o nº do PIS/PASEP, ou extrato de inexistência de registro obtido, junto ao Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal);
- CPF - Cartão do Cadastro de Pessoa Física;
- Carteira nacional do S.U.S;
- Certidão de Casamento;
- Certidão de Nascimento do(s) filho(s);
- Laudo médico (obtido mediante perícia médica);
- Carteira de Trabalho (CTPS);
- Comprovante de conta corrente bancária;
- Comprovante de residência (conta de luz ou água ou telefone não superior a 90 dias);
- 01 (uma) foto no tamanho 3X4 colorida atual;

Analizados os exames e sendo a candidata considerada apta, a mesma será, então, nomeada para o cargo, através de Portaria expedida pelo Chefe do Poder Executivo.

OBS: A presente convocação para apresentação de exames de saúde não gera direito à nomeação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 05 de novembro de 2019.

Pedro Rabuske
PREFEITO MUNICIPAL

LEI 2101

Publicação Nº 2217703

LEI Nº 2.101, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO PARA O EXERCÍCIO DE 2020.

Pedro Rabuske, Prefeito do Município de Pinheiro Preto – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faz Saber a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Pinheiro Preto SC, para exercício de 2020 estima a Receita e Fixa a Despesa em R\$ 24.401.625,00 (Vinte e quatro milhões, quatrocentos e um mil e seiscentos e vinte e cinco reais).

DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA

Art. 2º - O Orçamento da Prefeitura para o exercício de 2020 estima a Receita em R\$ 19.943.225,00 (Dezenove milhões e duzentos e noventa e nove mil reais) e a Despesas Orçamentária em R\$14.431.547,50 (Quatorze milhões, quatrocentos e trinta e um mil, quinhentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos), e Despesa Financeira de R\$ 5.511.677,50 (Cinco milhões, quinhentos e onze mil, seiscentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos).

§1º - A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminados quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	19.910.225,00
1.1- Receita Tributária	1.515.550,00
1.2- Receitas de Contribuições	220.000,00
1.3- Receita Patrimonial	190.875,00
1.4- Receita Agropecuária	5.775,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	33.215,00
17-Transferências Correntes	17.691.260,00
1.9- Outras Receitas Correntes	253.550,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	33.000,00
2.1- Operações de Crédito	2.000,00
2.2- Alienação de Bens	3.000,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	28.000,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
TOTAL	19.943.225,00

§2º - A despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a seguinte classificação:

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	13.448.522,50
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	7.400.822,50
3.2- Juros e Encargos da Dívida	250.000,00
3.3- Outras Despesas Correntes	5.797.700,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	972.025,00
4.4- Investimentos	817.025,00
4.5- Inversões Financeiras	5.000,00
4.6- Amortização da Dívida	150.000,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	11.000,00
9.9- Reserva de Contingência	11.000,00
– TRANSF. FINANCEIRAS AS FUNDOS MUNICIPAIS	5.511.677,50
- Fundo Municipal da Saúde	4.355.677,50
- Fundo Municipal de Assistência Social	220.000,00
- Câmara Municipal de Vereadores	936.000,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	19.943.225,00

Art. 3º - O Orçamento dos Fundos Municipais, Instituto de Previdência e Poder Legislativo para o exercício de 2020 estima a receita e fixa a despesa conforme quadros abaixo descritos:

I – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	1.126.100,00
1.1- Receita Tributária	0,00
1.2- Receitas de Contribuições	0,00
1.3- Receita Patrimonial	31.100,00
1.4- Receita Agropecuária	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	0,00
17-Transferências Correntes	1.095.000,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00

1.9- Outras Receitas Correntes	0,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	4.300,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	300,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	4.000,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	4.355.677,50
- Transferências financeiras da Prefeitura	4.355.677,50
TOTAL	5.486.077,50

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	5.244.577,50
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	3.018.000,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	2.226.577,50
4 - DESPESAS DE CAPITAL	241.500,00
4.4- Investimentos	241.500,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	5.486.077,50

II – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	178.000,00
1.1- Receita Tributária	0,00
1.2- Receitas de Contribuições	0,00
1.3- Receita Patrimonial	7.000,00
1.4- Receita Agropecuária	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	0,00
17-Transferências Correntes	170.000,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
1.9- Outras Receitas Correntes	1.000,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	2.000,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	2.000,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	220.000,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	220.000,00
TOTAL	440.000,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	345.000,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	152.000,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	193.000,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	55.000,00
4.4- Investimentos	55.000,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	440.000,00

III – FUNDO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E HOSPITALAR

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	635.000,00
1.1- Receita Tributária	0,00

1.2- Receitas de Contribuições	415.000,00
1.3- Receita Patrimonial	130.000,00
1.4- Receita Agropecuária	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	90.000,00
17-Transferências Correntes	0,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
1.9- Outras Receitas Correntes	0,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	0,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	0,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
7.0 RECEITA CORRENTE INTRA-ORÇAMENTÁRIA	325.000,00
7.2- Contribuições Sociais	325.000,00
TOTAL	960.000,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	945.000,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	5.000,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	940.000,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00
4.4- Investimentos	10.000,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000,00
9.9- Reserva de Contingência	5.000,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	960.000,00

IV – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNIC.

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	1.005.000,00
1.1- Receita Tributária	0,00
1.2- Receitas de Contribuições	390.000,00
1.3- Receita Patrimonial	615.000,00
1.4- Receita Agropecuária	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	0,00
17-Transferências Correntes	0,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
1.9- Outras Receitas Correntes	0,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	0,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	0,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
7.0 RECEITA CORRENTE INTRA-ORÇAMENTÁRIA	1.183.000,00
7.2- Contribuições Sociais	966.000,00
7.9- Demais Receitas Correntes	217.000,00
TOTAL	2.188.000,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	1.965.000,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	1.925.000,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	40.000,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	6.000,00
4.4- Investimentos	6.000,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	217.000,00

9.9- Reserva de Contingência	217.000,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	2.188.000,00

V – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	936.000,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	936.000,00
TOTAL	936.000,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3- DESPESAS CORRENTES	739.000,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	582.000,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	157.000,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	197.000,00
4.4- Investimentos	197.000,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	936.000,00

Art. 4º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de intempéries da natureza e reforço de dotações Orçamentárias.

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUN. PINHEIRO PRETO

I – Passivo Contingente	0,00
II – Intempéries	11.000,00
III – Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos	0,00
IV – Obtenção de Resultado Primário	0,00
V – Reforço de dotações Orçamentárias	0,00
TOTAL	11.000,00

UNIDADE GESTORA: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

I – Passivo Contingente	0,00
II – Intempéries	0,00
III – Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos	0,00
IV – Obtenção de Resultado Primário	0,00
V – Reforço de dotações Orçamentárias	217.000,00
TOTAL	217.000,00

UNIDADE GESTORA: FUNDO DE ASSIST. MÉDICA E HOSPITALAR

I – Passivo Contingente	0,00
II – Intempéries	0,00
III – Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos	0,00
IV – Obtenção de Resultado Primário	0,00
V – Reforço de dotações Orçamentárias	5.000,00
TOTAL	5.000,00

§1º - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando-se o limite para cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

§2º- Para efeito desta lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçadas ou orçadas a menor.

Art. 5º - O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 30% da Despesa estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

- I – o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.
- II – a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.
- III – superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo Único – Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício, e o excesso de arrecadação das receitas de capital.

Art. 6º - As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de crédito e outras receitas de realização extraordinária só

serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa, ou por força de convênio.

Art. 7º – Durante o exercício de 2020 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 8º – Comprovando o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeios de competência de outros entes da Federação.

Art. 9º – Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta, mediante o envio de cópia autêntica à Câmara Municipal, logo após a celebração de tais atos.

Art. 10 – A presente Lei vigorará durante o exercício de 2020, a partir de 1º de janeiro.

Gabinete do Prefeito Municipal, 05 de NOVEMBRO de 2019.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

LEI 2102

Publicação Nº 2217707

LEI Nº 2.102, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder suplementação nas dotações do Município de Pinheiro Preto no valor de R\$ 170.000,00 (Cento e setenta mil reais) no orçamento corrente, com a seguinte programação:

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária:2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS

Função:26 - Transporte

Subfunção:782 - Transporte Rodoviário

Programa:23 - Estradas Vicinais

Ação:2.42 - MANUTENÇÃO SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

Despesa 116

3.1.90.00.00 Aplicações Diretas R\$ 62.000,00

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária:2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS

Função:26 - Transporte

Subfunção:782 - Transporte Rodoviário

Programa:23 - Estradas Vicinais

Ação:2.42 - MANUTENÇÃO SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

Despesa 117

3.1.91.00.00 Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Unidade Orçamentária:2012 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Função:15 - Urbanismo

Subfunção:452 - Serviços Urbanos

Programa:29 - Desenvolvimento Urbano

Ação:2.69 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Despesa 143

3.1.90.00.00 Aplicações Diretas R\$ 38.000,00

Unidade Orçamentária:2012 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Função:15 - Urbanismo

Subfunção:452 - Serviços Urbanos

Programa:29 - Desenvolvimento Urbano

Ação:2.69 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Despesa 144

3.1.91.00.00 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º desta Lei, decorre da anulação da seguinte dotação do Município de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 170.000,00 (Cento e setenta mil reais):

Unidade Orçamentária:2001 - GABINETE DO PREFEITO
Função:4 - Administração
Subfunção:122 - Administração Geral
Programa:2 - Gestão Administrativa Superior
Ação:2.21 - MANUTENÇÃO ATIVIDADE DO GABINETE DO PREFEITO
Despesa 1
3.1.90.00.00 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Unidade Orçamentária:2003 - SECRET. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
Função:10 - Saúde
Subfunção:301 - Atenção Básica
Programa:10 - Alimentação Escolar
Ação:2.31 - PROGRAMA SUPLEMENTAR DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
Despesa 35
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas R\$ 44.000,00

Unidade Orçamentária:2005 - SECRET. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Função:10 - Saúde
Subfunção:605 - Abastecimento
Programa:11 - Água Potável
Ação:1.6 - AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUAS
Despesa 75
4.4.93.00.00 Aplicação Direta R\$ 5.000,00

Unidade Orçamentária:2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS
Função:15 - Urbanismo
Subfunção:451 - Infra-Estrutura Urbana
Programa:14 - Urbanização De Vias
Ação:1.3 - OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA
Despesa 86
4.4.90.00.00 Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Unidade Orçamentária: 2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS
Função:16 - Habitação
Subfunção:482 - Habitação Urbana
Programa:17 - Sistema Habitacional
Ação:1.11 - APOIO AO SISTEMA HABITACIONAL
Despesa 93
4.4.90.00.00 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Unidade Orçamentária:2008 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO
Função:28 - Encargos Especiais
Subfunção:846 - Outros Encargos Especiais
Programa:25 - Outros Encargos Especiais
Ação:2.44 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA E ENCARGOS MUNICIPAIS
Despesa 130
3.2.90.00.00 Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 05 DE NOVEMBRO DE 2019.
PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA 539/2019

Publicação Nº 2216810

PORTARIA Nº 539, DE 04 de novembro DE 2019.

Contrata Camila Crestani Zucco PARA OCUPAR a função temporária DE Professor de educação física para escolinhas cme.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando, o atestado médico que declarou Camila Crestani Zucco apta para exercer a função de Professor de Educação Física para escolinha CME;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, a partir de 04 de novembro de 2019, Camila Crestani Zucco, brasileira, portadora CPF nº 105.406.329-02, residente e

domiciliada na Rua Dosalina Binotto Menegazzo, Sesi, no município de Videira -SC, para ocupar a função de Professor de Educação Física para Escolinhas CME, carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, e filiada ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de novembro de 2019.

Centro Administrativo Municipal, 04 de novembro de 2019.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

PORTARIA N. 542, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2216432

PORTARIA N. 542, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

ALTERA MEMBRO DE QUE TRATA PORTARIA Nº 523, DE 25 DE OUTUBRO DE 2019, NA QUAL DESIGNA MEMBROS TITULARES E SUPLENTE PARA COMPORER O CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – CAE, DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que a servidora Marisa Neis pediu a exclusão do Conselho de Alimentação Escolar – CAE,

RESOLVE:

Art. 1º Nomeia em substituição a servidora Marisa Neis, a servidora Barbara Venturin Zucco, inscrita no CPF sob nº 082.905.229-16.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

PEDRO RABUSKE

PREFEITO MUNICIPAL

Piratuba

PREFEITURA

ADENDO 01 AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 069/2019

Publicação Nº 2217387

MUNICÍPIO DE PIRATUBA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO

ADENDO 01 AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 069/2019

Objeto: O Município de Piratuba, SC, através do Supervisor de Compras, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é aquisição de equipamento agrícola Colhedora de Forragens, novas, sofreu alterações no anexo "E" do Edital e alterando a data de recebimento e abertura dos envelopes das propostas e habilitação para o dia 19 de novembro de 2019, permanecendo os mesmos horários.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.piratuba.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua Governador Jorge Lacerda, 272, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3553-0288.

Piratuba, SC, 05 de novembro de 2019.

Carlos Alberto Maltauro
Supervisor de Compras

EXTRATO DE CLASS CC Nº 005/2019

Publicação Nº 2217480

MUNICÍPIO DE PIRATUBA - SC
CONCORRÊNCIA Nº 005/2019

Objeto: contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a pavimentação asfáltica, compreendendo dos seguintes lotes do Projeto de Engenharia: Lote II (estaca 290 á 385) início nas proximidades da Comunidade de Linha São Paulo até as proximidades da Comunidade de Zonalta, extensão 1.900,00 metros; Lote III (estaca 385 á 656), início nas proximidades da Comunidade de Zonalta até as proximidades do Pinheiro (Trevo do Acesso Sul), extensão 5.420,00 metros; Lote IV (estaca 656 á 781) inicio nas proximidades do Pinheiro (Trevo do Acesso Sul) até as proximidades do acesso a Comunidade de Lajeado Mariano, extensão 2.500,00 metros

EXTRATO DO RESULTADO DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1.º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase classificatória da licitação em epígrafe, na seguinte conformidade: a licitante TRIANGULO ENGENHARIA EIRELI, sagrou-se vencedora da licitação em epígrafe com o valor global de R\$ 6.105.963,62 (seis milhões cento e cinco mil, novecentos e sessenta e três reais e sessenta e dois centavos); a licitante SETEP CONSTRUÇÕES S.A, ficou na segunda colocação com o valor global de R\$ 6.492.779,11 (seis milhões quatrocentos e noventa e dois mil, setecentos e setenta e nove reais e onze centavos), a licitante TERRAMAX CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA, ficou na terceira colocação com o valor global de R\$ 6.510.429,80(seis milhões quinhentos e dez mil, quatrocentos e vinte e nove reais e oitenta centavos) e a licitante VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA, ficou na quarta colocação com o valor global de R\$ 6.537.778,14(seis milhões quinhentos e trinta e sete mil, setecentos e setenta e oito reais e quatorze centavos). Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas ao respectivo processo licitatório a qualquer das proponentes que se sinta prejudicada, para interposição de recurso.

Piratuba, SC, 05 de Novembro de 2019.

KARLA RIFFEL DA SILVA
Presidente da C.P.L.

Pomerode

PREFEITURA

6º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 049 / 2018 - PRAZO

Publicação Nº 2216436

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

6º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 049 / 2018 PRAZO

Processo Administrativo n.º 078 / 2018. Dispensa de Licitação n.º 008 / 2018. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratado: DIFATTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL TIPO 1 [PROINFÂNCIA / FNDE], INSTALADO NA RUA 15 DE NOVEMBRO, N.º 10.285, BAIRRO TESTO CENTRAL, POMERODE/SC, COM ÁREA TOTAL DE 1.510,23 METROS QUADRADOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO PROCESSO LICITATÓRIO, COM RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE / MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO PAC2 10025/2014. PRORROGA-SE PELO PRAZO: 92 dias até 08/02/2020. Justificativa: Em conformidade com a CLÁUSULA SEXTA do Contrato Administrativo n.º 049 / 2018 e Lei Federal n.º 8.666/93, PRORROGA-SE o prazo de execução do presente contrato por mais 92 (noventa e dois) dias, iniciando-se em 09/11/2019 e cessando em 08/02/2020, devido à solicitação da empresa para que se estenda até o dia 08/02/2020 para o término da mesma. Ass.: Ércio Kriek, Prefeito Municipal de Pomerode - Contratante / Fabio Barni, Representante Legal, Di Fatto Indústria e Comércio Ltda - Contratada

Pomerode / SC, 28 de Outubro de 2019.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 006 / 2019 - EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Publicação Nº 2217591

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 115 / 2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 006 / 2019

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

CREDENCIAMENTO COM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL – OSC'S, PARA PRESTAR SERVIÇOS DE RECOLHIMENTO DE CÃES E GATOS ERRANTES NA CIDADE DE POMERODE, VÍTIMAS DE MAUS TRATOS.

OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL – OSC'S, PARA PRESTAR SERVIÇOS DE RECOLHIMENTO DE CÃES E GATOS ERRANTES NA CIDADE DE POMERODE, VÍTIMAS DE MAUS TRATOS, EM ESTRUTURA FÍSICA ADEQUADA, OFERECENDO CONDIÇÕES DE ABRIGO, ALIMENTAÇÃO, ATENDIMENTO CLÍNICO, MEDICAMENTOS, VACINAS, HIGIENE, SALUBRIDADE, SEGURANÇA E BEM ESTAR ANIMAL ATÉ O MOMENTO DE SUA ADOÇÃO.

INSCRIÇÕES / ETAPAS: 1) Publicação do Edital de Chamamento Público – às 07h30min do dia 06/11/2019; 2) Envio das propostas – até às 17h00min. do dia 06/12/2019; 3) Etapa competitiva de avaliação das propostas pela Comissão de Monitoramento e Avaliação às 08h00min. do dia 09/12/2019; 4) Divulgação do resultado preliminar – dia 11/12/2019; 5) Interposição de recursos contra o resultado preliminar – até às 17h00min. do dia 18/12/2019; 6) Análise dos recursos pela Comissão de Monitoramento e Avaliação – até o dia 10/01/2020; e, 7) Homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção, com divulgação das decisões recursais proferidas (se houver) – até o dia 17/01/2020.

O EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO rege-se por toda a legislação aplicável à espécie, especialmente pelas normas da Lei Federal n.º 13.019/2014, além das demais disposições legais aplicáveis, bem como as constantes do Edital que as Organizações da Sociedade Civil - OSC's participantes declaram conhecer e a elas se sujeitarem incondicional e irrestritamente.

INFORMAÇÕES: O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Contratos do Município de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode / SC – CEP 89.107-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07h30min. às 11h30min. e das 13h00min. às 17h00min., Fone: (47) 3387-7229, e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br, ou site: www.pomerode.sc.gov.br – Portal do Cidadão.

Pomerode / SC, 05 de Novembro de 2019.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 069 / 2019

Publicação Nº 2217174

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE GOVERNO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 069 / 2019

Processo Administrativo n.º 099 / 2019. Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia n.º 008 / 2019. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratada: ZANELI SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA REFORMA E ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO DO GINÁSIO DE ESPORTES RALF KNAESEL, RELACIONADO AO PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA N.º 2019008002, FIRMADO COM O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, POR INTERMÉDIO DA FUNDAÇÃO CATARINENSE DE ESPORTE – FESPORTE, OBJETIVANDO APOIO PARA A REALIZAÇÃO DOS JOGOS ABERTOS DE SANTA CATARINA – JASC, CONFORME PROPOSTA Nº 0000021602. Prazo: até 16/11/2019. Valor Total Contratado: R\$55.000,00 (CINQUENTA E CINCO MIL REAIS). Ass.: Ércio Kriek, Prefeito Municipal de Pomerode - Contratante / Odimar Zanela dos Santos, Zaneli Serviços Elétricos Ltda - Contratada. Pomerode / SC, 17 de Outubro de 2019.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 070 / 2019

Publicação Nº 2217199

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE GOVERNO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 070 / 2019

Processo Administrativo n.º 101 / 2019. Pregão Presencial n.º 060 / 2019. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratada: AMAN MANTA ASFÁLTICA LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE IMPERMEABILIZAÇÃO COM MANTA ASFÁLTICA ALUMINIZADA DO TELHADO DO GINÁSIO DE ESPORTES RALF KNAESEL, RELACIONADO AO PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA N.º 2019008002, FIRMADO COM O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, POR INTERMÉDIO DA FUNDAÇÃO CATARINENSE DE ESPORTE – FESPORTE, OBJETIVANDO APOIO PARA A REALIZAÇÃO DOS JOGOS ABERTOS DE SANTA CATARINA – JASC, CONFORME PROPOSTA Nº 0000021602. Prazo: até 16/11/2019. Valor Total Contratado: 72.850,00 (setenta e dois mil, oitocentos e cinquenta reais). Ass.: Ércio Kriek, Prefeito Municipal de Pomerode - Contratante / Amanda Shroeder, Aman Manta Asfáltica Ltda - Contratada. Pomerode / SC, 17 de Outubro de 2019.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO POR CREDENCIAMENTO N.º 014 / 2019 - ATA N.º 02 - ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Publicação Nº 2216340

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 087 / 2019

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO POR CREDENCIAMENTO N.º 014 / 2019

ATA N.º 02

ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Às nove horas (09h00min.) do quinto dia do mês de Novembro do ano de dois mil e dezenove (05/11/2019), na sala de licitações do MUNICÍPIO DE POMERODE, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pela Portaria n.º 24.712 / 2019 e suas alterações, para análise dos documentos apresentados no Processo da Inexigibilidade de Licitação por Credenciamento n.º 014 / 2019,

notadamente em relação às pendências constantes na Ata 01 de Análise dos Documentos de Habilitação exarada em 21/10/2019.

Aberta a sessão, foram analisados os documentos de Habilitação pendentes apresentados pela Cooperativa:

Cód. Participante n.º 483036

COOPERATIVA DE CRÉDITO MAXI ALFA DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS – SICOOB MAXICRÉDITO

Em análise aos documentos habilitatórios apresentados, verificou-se o preenchimento das pendências encontradas e o atendimento a todas as exigências editalícias, razão pela qual, a Comissão Permanente de Licitações DECLARA HABILITADA a licitante no presente Credenciamento, nos seguintes itens:

Item	Quantidade	Descrição	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	3.800	Documento recebido no guichê de caixa.	R\$2,90	R\$11.020,00
02	25.000	Documento recebido na rede lotérica, Banco Postal e assemelhados.	R\$2,00	R\$50.000,00
03	5.000	Documento recebido por correspondentes bancários.	R\$1,62	R\$8.100,00
04	10.000	Documento recebido pela internet.	R\$1,37	R\$13.700,00
05	10.215	Documento recebido pelo autoatendimento.	R\$1,50	R\$15.322,50

Nada mais havendo a tratar após ser lida e aprovada será assinada e encerrada a presente ata.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

RODRIGO FABIANO DOEGE

Presidente da Comissão de Licitações

DONAIRE BAADE

Secretária

GEROLD ROLAND WETZSTEIN

Membro

PORTARIA 25.783

Publicação Nº 2216387

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE

CNPJ: 83.102.251/0001-04

Telefone: (47) 3387-7200

Rua 15 de Novembro, 525 – Centro

89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 25.783

PRORROGA AFASTAMENTO DA SERVIDORA ROSEMER BELZ CLAUDINO, EM FACE DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA JUNTO AO FAP – FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO.

A Secretária de Desenvolvimento Social e Habitação, RENATA DOS SANTOS KLEE, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

Art. 1º De acordo com o artigo 16, da Lei Complementar nº 122 de 20 de dezembro de 2005, PRORROGAR AFASTAMENTO, por motivos da concessão de Auxílio-Doença pelo Fundo de Aposentadoria e Pensão – FAP, da servidora ROSEMER BELZ CLAUDINO, ocupante do cargo de Assistente Social, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação, no período de 24 de outubro de 2019 até 11 de dezembro de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 24 de outubro de 2019.

RENATA DOS SANTOS KLEE

Desenvolvimento Social e Habitação

PORTARIA 25.803

Publicação Nº 2216391

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 25.803

AFASTA A SERVIDORA CATIA LUANA HERMANN, EM FACE DA CONCESSÃO DA LICENÇA-MATERNIDADE.

A Secretária de Saúde, LIGIA HOEPFNER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 184, da Lei Complementar nº 269, de 05 de dezembro de 2014, AFASTAR, por motivos da concessão da Licença-Maternidade a servidora CATIA LUANA HERMANN, ocupante do cargo de Telefonista, com regime de trabalho de 30 (trinta) horas semanais, na Secretaria de Saúde, no período de 29 de outubro de 2019 até 25 de fevereiro de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 04 de novembro de 2019.

LIGIA HOEPFNER
Secretaria de Saúde

PORTARIA 25.815

Publicação Nº 2216995

	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina</p>
--	---

PORTARIA Nº 25.815

NOMEIA POR CONCURSO PÚBLICO (EDITAL 015/2018) KATIUCIA LETIELE DUARTE VIEIRA PARA O CARGO DE ENFERMEIRA.

A Secretária de Saúde, LIGIA HOEPFNER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o Artigo nº 17, Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, NOMEAR KATIUCIA LETIELE DUARTE VIEIRA, para o cargo de ENFERMEIRA, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, na Secretaria de Saúde, a partir de 05 de novembro de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 05 de novembro de 2019.

LIGIA HOEPFNER
Secretaria de Saúde

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 009 / 2019 - RESULTADO DA LICITAÇÃO

Publicação Nº 2217164

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 105 / 2019

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 009 / 2019

O Presidente da Comissão Permanente de Licitações, nomeado pela Portaria n.º 24.712/2019, torna público o Resultado de Licitação na modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia, do tipo Menor Preço / Preço Global, sob regime de Empreitada por Preço Unitário, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL RUTH KOCH, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO. Foram analisadas as propostas apresentadas pelas empresas habilitadas no certame: - POLI CONSTRUÇÕES EIRELI – Valor total da proposta apresentada: R\$273.900,65; - J.J.R. CONSTRUÇÕES E EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA EIRELI – Valor total da proposta apresentada: R\$270.416,81; e – BLUMENAU ENGENHARIA EIRELI - Valor total da proposta apresentada: R\$269.350,25. Proposta declarada vencedora por atender as exigências editalícias: BLUMENAU ENGENHARIA EIRELI, com proposta no valor total Global de R\$269.350,25 (duzentos e sessenta e nove mil, trezentos e cinquenta reais e vinte e cinco centavos).

Pomerode / SC, 05 de Novembro de 2019.

RODRIGO FABIANO DOEGE

Presidente da Comissão de Licitações

Ponte Alta do Norte

PREFEITURA

EXTRATO PP 39/2019

Publicação Nº 2216725

PROCESSO LICITATÓRIO 50/2019

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO NORTE-SC, através da sua Pregoeira e sua Equipe de Apoio nomeados pela Portaria Nº 106/2019 de 05 de Julho de 2019, regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei Federal 8.666/93 em conformidade com a Lei Municipal Nº 633/2005, conforme decreto 860/2006, suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna público a realização de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, no dia 20/11/2019 às 10:00 horas, nas dependências da Prefeitura Municipal de Ponte Alta do Norte, situada a Rua João da Silva Calomeno, Nº 243, se dará início ao credenciamento e à abertura dos envelopes. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, consoante às condições estatuídas neste Edital e seus anexos.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE ENFEITES DE NATAL, DESTINADOS A ORNAMENTAÇÃO NATALINA DO MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS NO ANEXO I DESTE EDITAL.

Local obtenção do instrumento convocatório: Comissão Permanente de Licitação, sito a Rua João da Silva Calomeno, 243, das 07h30min às 12h30mm.

Ponte Alta do Norte - SC, 05/11/2019.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA

Prefeito Municipal

Porto Belo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PRG 031/2019 - FMS

Publicação Nº 2216409

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Exclusiva para ME/EPP- aplicação da margem de preferência para empresas locais ou Regionais e municípios limítrofes com o município de Porto Belo, conforme Decreto nº 1982, de 20 de novembro de 2018.

Modalidade de licitação: Pregão Presencial - Registro de Preço – nº 031/2019 - FMS

Tipo de licitação: Menor Preço Por Item;

Objeto: REGISTRO DE PREÇO – Aquisição de materiais de expediente para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I deste edital.

Recebimento das Propostas: Até 09h30min do dia 20/11/2019, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 10h00min do dia 20/11/2019, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações e no Setor de Licitações da PMPB, Rua José Guerreiro Filho, nº 265, Centro, Porto Belo/SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 – ramal 248 ou pelo e-mail administracao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 05 de Novembro de 2019.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2253 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2216693

DECRETO Nº 2.253, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

"Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências, conforme autorizado pela Lei Municipal nº 2.828/2019".

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de R\$ 501.018,40 (Quinhentos e um mil, dezoito reais e quarenta centavos) nas dotações abaixo descritas no Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 03 – Secretaria Municipal de Administração

Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria Municipal de Administração

Funcional programática: 0004.0122.0004

Atividade: 2008 - Manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Administração Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 01000000 - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 125.174,60

Modalidade de Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 03000000 – Superávit Financeiro: Recursos Ordinários

Valor: R\$ 16.825,40

Órgão: 04 – Secretaria Municipal da Fazenda

Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria Municipal da Fazenda

Funcional programática: 0004.0123.0004

Atividade: 2011 - Manutenção das atividades da Secretaria Municipal da Fazenda Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 01000000 - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 167.000,00

Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos

Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos

Funcional programática: 0015.0452.0005

Atividade: 2014 - Manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 01000000 - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 33.918,40
Órgão: 15 – Fundo Municipal de Educação
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Educação
Funcional programática: 0012.0361.0011
Atividade: 2038 - Manutenção das atividades do Ensino Fundamental
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 01010100 – Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educação
Valor: R\$ 153.100,00
Fonte de Recurso: 02180000 - Transferências do FUNDEB - 60%
Valor: R\$ 5.000,00

Art. 2º Os créditos abertos no artigo anterior serão cobertos com os recursos provenientes das anulações parciais das dotações orçamentárias abaixo descritas na importância de R\$ 501.018,40 (Quinhentos e um mil, dezoito reais e quarenta centavos):

Órgão: 02 – Gabinete do Prefeito
Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria do Gabinete
Funcional programática: 0004.0122.0004
Atividade: 2002 - Manutenção das atividades do Gabinete do Prefeito
Modalidade de Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 01000000 - Recursos Ordinários
Valor: R\$ 30.000,00
Unidade Orçamentária: 02 – Gabinete do Vice Prefeito
Funcional programática: 0004.0122.0004
Atividade: 2003 - Manutenção das atividades do Gabinete do Vice Prefeito
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 01000000 - Recursos Ordinários
Valor: R\$ 20.000,00
Unidade Orçamentária: 05 – Departamento de Imprensa
Funcional programática: 0004.0122.0004
Atividade: 2007 - Manutenção das atividades de Imprensa
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 01000000 - Recursos Ordinários
Valor: R\$ 8.000,00
Modalidade de Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 01000000 - Recursos Ordinários
Valor: R\$ 1.000,00

Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos
Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos
Funcional programática: 0015.0451.0005
Projeto: 1009 - Obras de Infraestrutura Viária
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 01000000 - Recursos Ordinários
Valor: R\$ 10.000,00

Órgão: 08 – Secretaria de Agricultura e Pecuária
Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria de Agricultura e Pecuária
Funcional programática: 0020.0606.0006
Atividade: 2018 - Manutenção das atividades da Secretaria de Agricultura e Pecuária
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 01000000 - Recursos Ordinários
Valor: R\$ 190.000,00
Modalidade de Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 01000000 - Recursos Ordinários
Valor: R\$ 6.000,00

Órgão: 10 – Fundo Municipal de Saneamento Ambiental
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saneamento Ambiental
Funcional programática: 0017.0512.0010
Atividade: 2022 - Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saneamento Ambiental
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 01000000 - Recursos Ordinários
Valor: R\$ 5.000,00

Órgão: 11 – Fundo Municipal de Segurança Pública
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Segurança Pública
Funcional programática: 0006.0182.0007
Atividade: 2024 - Manutenção do Sistema de Monitoramento Urbano
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 01000000 - Recursos Ordinários
Valor: R\$ 20.000,00
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 01000000 - Recursos Ordinários
Valor: R\$ 5.000,00
Funcional programática: 0014.0422.0007
Atividade: 2030 - Manutenção das Atividades da Junta de Serviço Militar
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 01000000 - Recursos Ordinários
Valor: R\$ 5.000,00

Órgão: 13 – Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos
Funcional programática: 0014.0422.0008
Atividade: 2032 - Manutenção das Atividades de Proteção ao Consumidor - Procon
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 01000000 - Recursos Ordinários
Valor: R\$ 6.000,00
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 01000000 - Recursos Ordinários
Valor: R\$ 2.000,00

Órgão: 14 – Fundo Municipal de Defesa Civil
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Defesa Civil
Funcional programática: 0006.0182.0007
Projeto: 1016 - Obras de Defesa Civil - Reconstrução e Recuperação
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 01000000 - Recursos Ordinários
Valor: R\$ 10.000,00

Órgão: 15 – Fundo Municipal de Educação
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Educação
Funcional programática: 0012.0361.0011
Projeto: 1021 - Construção e reforma de Unidades Escolares de Ensino Fundamental
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 01010100 - Receitas e Transferências de Impostos - Educação
Valor: R\$ 3.100,00
Atividade: 2.037 – Manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Educação
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 1010100 – Receitas e Transferências de Impostos - Educação
Valor: R\$ 150.000,00
Funcional programática: 0012.0367.0012
Atividade: 2047 - Manutenção das Atividades da Educação Especial
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 02190000 - Transferência do Fundeb - 40%
Valor: R\$ 5.000,00

Órgão: 19 – Fundação Municipal de Esportes
Unidade Orçamentária: 01 – Fundação Municipal de Esportes
Funcional programática: 0027.0812.0022
Projeto: 1032 - Obras de Defesa Civil - Reconstrução e Recuperação
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 01000000 - Recursos Ordinários
Valor: R\$ 8.093,00
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 03000000 - SF: Recursos Ordinários
Valor: R\$ 16.825,40

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 04 de novembro de 2019.
EMERSON LUCIANO STEIN
PREFEITO

ERRATA CONCORRÊNCIA Nº 003/2019 - PMPB

Publicação Nº 2216522

ERRATA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2019 – PMPB

O município de Porto Belo, inscrito no CNPJ sob nº 82.575.812/0001-20, com sede à Av. Governador Celso Ramos, nº 2.500, bairro Centro, cidade de Porto Belo/SC, vem por meio deste RETIFICAR a Licitação no que segue:

Objeto: Contratação de empresa para execução de obras de pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, ciclofaixa, calçadas e sinalização viária da Avenida Colombo Machado Salles (trecho 1), localizada no Bairro Perequê, Município de Porto Belo/SC, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I deste Edital.

Onde se lê:

11.1.1.4 - Cronograma de execução da obra obedecendo ao prazo máximo de 06 (seis) meses.

Leia se:

11.1.1.4 - Cronograma de execução da obra obedecendo ao prazo máximo de 10 (dez) meses.

Ficam mantidas as demais informações do Edital de licitação CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2019 - PMPB.

Fica mantida a data de abertura do certame para o dia 07 de Novembro de 2019 as 10h00min, com a realização do protocolo dos envelopes até dia 07 de Novembro de 2019 as 09h30min.

Maiores informações através do telefone (47) 3369-4111, ramal 248 ou email administracao@portobelo.sc.gov.br das 09h00min às 15h00min de segunda à sexta-feira.

Porto Belo, 05 de Novembro de 2019.

Rodrigo Truffa da Costa

Presidente da Comissão

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO - EXERCÍCIO 2019

Publicação Nº 2217147

EXTRATO DE CONTRATO - EXERCÍCIO 2019

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 014/2016

BASE LEGAL: LEI Nº 8666/93 e alterações

OJBETO: prorrogar o prazo da vigência da prestação de serviço de conexão à Internet via fibra óptica e aumentar a banda dedicada para 30/30 Mbps para recepção (download) e envio (upload) de dados, demais especificações e quantitativos constantes no Contrato e Segundo Aditivo / 2018.

CONTRATADA: UNETVALE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS LTDA – EPP.

SÓCIOS: MARCELO LETTI e JUCILENE DA SILVA SERPA

PRAZO: 12 (Doze) meses, ou seja, tendo seu início em 15 de outubro de 2019 e seu término em 14 de outubro de 2020.

VALOR: R\$ 7.188,00 (Sete mil cento e oitenta e oito reais)

Porto Belo, 14 de outubro de 2019.

Altino Torquato dos Santos Junior

Presidente

Porto União

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 168/2019

Publicação Nº 2216755

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 233/2019.

Extrato de Edital de Pregão Presencial 168/2019.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por item, do tipo presencial para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE ROCHAS. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 20 de novembro de 2019 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 13h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail licitateportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 05 de novembro de 2019.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 169/2019 - REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 2216759

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 234/2019 – Registro de Preços.

Extrato de Edital de Pregão Presencial 169/2019.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por lote, do tipo presencial para a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA ATENDER ABASTECIMENTO DE ÁGUA. O recebimento dos envelopes se dará até às 09h00min do dia 21 de novembro de 2019 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 09h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail licitateportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 05 de novembro de 2019.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 170/2019 - REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 2216760

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 235/2019 – Registro de Preços.

Extrato de Edital de Pregão Presencial 170/2019.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por item, do tipo presencial para a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA ACESSIBILIDADE. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 21 de novembro de 2019 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 13h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail licitateportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 05 de novembro de 2019.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 171/2019

Publicação Nº 2216762

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 236/2019.

Extrato de Edital de Pregão Presencial 171/2019.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por item, do tipo presencial para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM GRAVAÇÃO E EDIÇÃO DE ÁUDIO NO FORMATO DENOMINDO "SPOT". O recebimento dos envelopes se dará até às 09h00min do dia 22 de novembro de 2019 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 09h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail licitoportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 05 de novembro de 2019.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

PORTARIA AVERBAÇÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO 016/2019 - IMPRESS

Publicação Nº 2216491

PORTARIA Nº 016/2019/IMPRESS, de 05 de novembro de 2019.

Deferir a Averbação de Tempo de Contribuição junto ao INSS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

- Considerando a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, protocolo sob o nº 20722007.1.00089/00-4, NIT 1078432972-6, datada de 08/11/2000, de DIVANSIR JOSÉ BERTON, função Desenhista no quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º DEFERIR A AVERBAÇÃO, do período correspondente a 5.128 (cinco mil cento e vinte e oito) dias, correspondendo a 14 (quatorze) anos, 00 (zero) meses e 18 (dezoito) dias, a título de Tempo de Contribuição junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, conforme abaixo discriminado:

Período Empregador Tempo de Contribuição/Aproveitamento

- 01/11/1977 a 30/11/1978 – Irmãos Dalmaz Ltda 01a 01m 00d
- 12/02/1979 a 09/07/1980 – Bordin SA Indústria e Comércio 01a 04m 28d
- 28/08/1980 a 10/04/1981 – Mad Ruthenberg SA 00a 07m 13d
- 04/01/1982 a 24/02/1983 – Helmuth Thiel 01a 01m 21d
- 27/03/1985 a 01/05/1985 – Indústria de Madeiras Moecke Ltda 00a 01m 05d
- 02/05/1985 a 19/01/1995 – Prefeitura Municipal Porto União 09a 08m 11d

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 05 de novembro de 2019.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF

Secretário Municipal de Administração e Esporte

MARGARETH FLISSAK

Presidente do IMPRESS

PORTARIA Nº 1.366/2019 - RH

Publicação Nº 2216226

PORTARIA Nº 1.366, de 24 de outubro de 2019.

Nomear através de Concurso Público 001/2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, através do Concurso Público Municipal nº 001/2018, BRUNA SUELI DOS SANTOS, aprovada em 47º lugar, para o cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, pertencente ao Grupo Ocupacional de Apoio (GA), do Anexo II, com vencimentos na Classe "01" Referência "A", Anexo I, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 24 de outubro de 2019.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Pouso Redondo

PREFEITURA

DECRETO Nº 136/2019 DE 04/11/2019 HOMOLOGA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER - CMDM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2216253

DECRETO Nº 136/2019 de 04/11/2019

Homologa o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM, e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Orgânica do Município, e conforme Lei nº 2.752/2019 de 03 de setembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM, conforme previsto no Art. 12 da Lei 2.752/2019 de 03/09/2019, na forma constante do anexo único do presente Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 04 de novembro de 2019

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – CMDM POUSO REDONDO/SC

CAPÍTULO I DA INSTITUIÇÃO, FINALIDADE E COMPETÊNCIA.

Art. 1º - O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM de Pouso Redondo/SC, instituído pela Lei Municipal nº 2.752/2019, de 03 de julho de 2019, é órgão colegiado, de caráter permanente, deliberativo e consultivo, de composição paritária entre governo e sociedade civil, vinculado à Secretaria de Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação.

§ 1º - O CMDM de Pouso Redondo tem como finalidade formular diretrizes e políticas públicas que visem a assegurar os direitos da mulher, considerando a igualdade e equidade de gênero, bem como fomentar a inclusão da população feminina nas atividades políticas, econômicas, sociais e culturais do Município.

§ 2º - Como órgão deliberativo, o CMDM de Pouso Redondo se reunirá em sessões plenárias a fim de formular e decidir diretrizes para as políticas públicas que promovam a defesa dos direitos das mulheres e relações de gênero mais igualitárias, nas matérias de sua competência e em programas e ações governamentais e não governamentais.

§ 3º - Como órgão consultivo, o CMDM de Pouso Redondo emitirá pareceres e responderá a consultas sobre políticas públicas e todas as questões que envolvam as mulheres e a temática de gênero.

Art. 2º - Compete ao CMDM de Pouso Redondo:

- I - contribuir para a definição de políticas públicas e diretrizes no âmbito municipal destinadas à proteção dos direitos da mulher;
- II - promover e recomendar a adoção de medidas para prevenir a violência contra a mulher;
- III - organizar e coordenar a Conferência Municipal de Políticas Públicas para a Mulher;
- IV - acompanhar em todas as instâncias do Poder Público a tramitação de procedimentos relacionados a atos violadores dos direitos da mulher;
- V - propor a elaboração de atos legislativos ou administrativos de interesse da política municipal dos direitos da mulher ou com vistas à eliminação de conteúdos discriminatórios constantes da legislação em vigor;
- VI - promover intercâmbio e firmar convênios com órgãos públicos ou privados, com objetivo de implementar políticas e programas em prol dos direitos da mulher;
- VII - receber petições, representações, denúncias ou quaisquer informações sobre condutas violadoras dos direitos da mulher e encaminhá-las aos órgãos competentes;
- VIII - manter interlocução permanente com a sociedade, com os movimentos sociais, movimentos de mulheres e movimentos feministas;
- IX - acompanhar o desenvolvimento das atividades dos grupos autônomos ligados à mulher;
- X - apresentar ao Poder Executivo plano anual de ações em defesa dos direitos da mulher; e
- XI - elaborar e alterar o seu regimento interno, que será submetido à aprovação por ato do Chefe do Poder Executivo.

CAPÍTULO II DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º - O CMDM de Pouso Redondo será composto de 18 (dezoito) mulheres integrantes titulares e igual número de suplentes:

I - 9 (representantes) representantes governamentais, sendo:

- a) 1 (uma) representante do Fundo Municipal de Saúde;
- c) 1 (uma) representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
- d) 1 (uma) representante da Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação;
- e) 1 (uma) representante da Secretaria de Administração e Fazenda;
- f) 2 (duas) representantes de livre escolha, entre as demais Unidades Administrativas que integram a estrutura do Poder Executivo Municipal;
- g) 2 (duas) representantes do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF);
- h) 1 (uma) representante da Secretaria de Desenvolvimento Rural;

§ 1º - As representantes governamentais são de livre escolha e designação do Chefe do Poder Executivo, podendo ser substituídas a qualquer tempo, ad nutum, mediante nova designação.

II - 9 (representantes) representantes não governamentais, sendo:

- a) 1 (uma) representante do Clube de Mães;
- c) 1 (uma) representante da Associação Empresarial;
- d) 1 (uma) representante do Clube de Convivência do Idoso;
- e) 1 (uma) representante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE;
- f) 1 (uma) representante da OASE;
- g) 1 (uma) representante do Rotary Club;
- h) 1 (uma) representante da Pastoral de Saúde de Pouso Redondo;
- i) 1 (uma) representante da Câmara de Dirigentes Lojistas;
- j) 1 (uma) representante do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Pouso Redondo;

§ 2º - As representantes das entidades não governamentais serão eleitas em fórum próprio, convocado pela Presidente do CMDM de Pouso Redondo/SC por meio de edital publicado, e designadas pelo Chefe do Poder Executivo para cumprir mandato de 2 (dois) anos, permitida 1(uma) recondução, em conformidade com as disposições contidas neste Regimento.

§ 3º - A designação das Conselheiras de que trata o inciso II do caput deste artigo deverá ocorrer dentre mulheres de comprovada atuação na defesa dos direitos das mulheres que, uma vez indicadas pelas entidades, associações ou movimentos, serão inscritas e eleitas na forma da convocação editalícia.

§ 4º - A Presidente submeterá ao Chefe do Poder Executivo os nomes das Conselheiras do CMDM de Pouso Redondo, para designação e publicação.

§ 5º - O próximo mandato deste conselho a nomeação das representantes das entidades não governamentais serão eleitas através de fórum próprio a realizar-se-á no ano de 2021.

Art. 4º - As Conselheiras e suas suplentes exercerão mandato de 2 (dois) anos, facultada a recondução por mais 2 (dois) anos.

Art. 5º - Nas ausências e nos impedimentos justificados das Conselheiras, assumirão as suas suplentes.

Art. 6º - Perderá a representação ou mandato a Conselheira que faltar a 2 (duas) reuniões consecutivas ou a 3 (três) alternadas, salvo mediante justificativa formulada por escrito e aprovada pelo Plenário do CMDM.

§ 1º - Na perda de representação das Conselheiras de que trata o inciso I do caput do art. 3º, a substituição será feita na forma do disposto no § 1º do art. 3º deste Regimento, no prazo de até 30 (trinta) dias.

§ 2º - Na perda de representação das Conselheiras de que trata o inciso II do caput do art. 3º deste Regimento, assumirão as suplentes ou quem for indicada pelas entidades, associações ou movimentos que compõem o CMDM de Pouso Redondo, no prazo de até 30 (trinta) dias.

Art. 7º - A Conselheira que se ausentar ou faltar às reuniões deverá comunicar o fato à sua suplente e à Presidente do CMDM de Pouso Redondo.

Art. 8º - As Conselheiras do CMDM perderão o mandato antes do prazo de 2 (dois) anos, nos seguintes casos:

- I - renúncia;
- II - ausência injustificada a mais de 2 (duas) reuniões ordinárias consecutivas ou 3 (três) alternadas;
- III - falecimento;
- IV - por requerimento da entidade, associação ou movimento que representa;
- V - por requerimento do órgão de governo que representa;
- VI - prática de ato contrário ao que determina este Regimento e incompatível com as funções de Conselheira e com os objetivos do CMDM de Pouso Redondo.

Parágrafo Único: O ato que trata o inciso VI do caput deste artigo deve ser avaliado pela Diretoria, garantidos o contraditório e a ampla defesa, e decidido em reunião plenária, por maioria simples, sendo a decisão irrecorrível.

CAPÍTULO III DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 9º - O CMDM, com sede e foro na cidade de Pouso Redondo/SC, funcionará em prédio e instalações fornecidos pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação.

Art. 10 - O CMDM de Pouso Redondo terá a seguinte estrutura organizacional:

- I - Plenário;
- II - Diretoria;
- III - Comissões Temáticas; e
- IV - Secretaria Executiva.

CAPÍTULO IV DO PLENÁRIO

Art. 11 - O Plenário é o órgão máximo deliberativo do CMDM de Pouso Redondo e é soberano em suas decisões.

Parágrafo Único. O Plenário realizará bimestralmente reunião ordinária, que pode ser itinerante, ou extraordinária, a qualquer tempo, mediante convocação de sua Presidente ou de 1/3 (um terço) de suas representantes, observado, em ambos os casos, o prazo mínimo de 7 (sete) dias para a realização da reunião.

Art. 12 - As pautas das reuniões ordinárias e extraordinárias serão preparadas pela Secretaria Executiva do CMDM e aprovadas pela Presidente, delas constando necessariamente:

- I - abertura de sessão, levantamento do quorum e leitura da pauta;
- II - discussão e votação da ata da reunião plenária anterior, do expediente e das comunicações;
- III - matérias para deliberação;
- IV - informes ; e
- V - encerramento.

Parágrafo Único. As matérias a serem incluídas nas pautas deverão ser encaminhadas à Secretaria Executiva do CMDM até 15(quinze) dias antes da reunião plenária.

Art. 13 - Cabe ao Plenário:

- I - propor, discutir e deliberar sobre os assuntos de sua competência;
- II - aprovar a criação e dissolução das Comissões Temáticas e suas competências, composição, procedimentos e prazo de duração;
- III - controlar as ações de atendimento às mulheres desenvolvidas por organizações governamentais e não governamentais, orientando, quando necessário o reordenamento de programas, projetos e serviços, por meio de normas de cumprimento compulsório;
- IV - eleger a Diretoria do CMDM de Pouso Redondo; e
- V - apreciar e propor todos os assuntos e matérias de competência do CMDM previstos na Lei nº 2.752, de 03 de julho de 2019.

§ 1º - As matérias relacionadas ao Regimento Interno devem ser aprovadas por pelo menos 1/3 (um terço) das Conselheiras do CMDM de Pouso Redondo.

§ 2º - O Plenário poderá apreciar matéria não constante da pauta ou da ordem do dia, mediante justificativa e requerimento de regime de urgência.

Art. 14 - Nas ausências ou impedimentos da Presidente do CMDM, o Plenário será presidido pela Vice-Presidente, 1ª Secretária ou 2ª Secretária, nesta ordem.

Art. 15 - As reuniões plenárias são públicas e devem ser divulgadas.

§ 1º - Poderão ser convidadas a participar das reuniões plenárias, sem direito a voto, pessoas da comunidade, representantes de órgãos e entidades públicas e privadas, técnicos e representantes de outros conselhos.

Art. 16 - O Plenário poderá criar Comissões Temáticas para analisar, propor, estudar, discutir e apresentar propostas de seu interesse.

§ 1º - O Plenário poderá criar, para esclarecimento de determinada matéria, Grupo de Trabalho dentro das Comissões Temáticas existentes.

§ 2º - A composição, o cronograma e a data de encerramento das atividades dos Grupos de Trabalho serão estabelecidos pela Comissão Temática no ato de sua criação.

§ 3º - O prazo para conclusão das atividades dos Grupos de Trabalho poderá ser prorrogado a critério das Comissões Temáticas, mediante justificativa de suas coordenadoras.

§ 4º - A Coordenadora mencionada no § 3º deste artigo será escolhida em sessão pública da Comissão Temática dentre as componentes

do Grupo de Trabalho.

§ 5º - A Coordenadora do Grupo de Trabalho designará, na primeira reunião, uma relatora, que será responsável pelo relatório final, a ser assinado pelas demais integrantes e encaminhado à respectiva Comissão Temática.

§ 6º - As Comissões Temáticas poderão ser extintas quando a decisão for aprovada em Plenário por 1/3 (um terço) das Conselheiras.

Art. 17 - O CMDM de Pouso Redondo emitirá suas manifestações por meio de:

I - resolução: quando se tratar de deliberação de sua competência e de instituição ou extinção de Comissões Temáticas e Grupos de Trabalho;

II - moção: quando se tratar de manifestação, dirigida ao Poder Público, à sociedade, a autoridades e a pessoas físicas, em caráter de alerta, aplauso, pesar, desagravo ou repúdio; ou

III - nota pública: quando se tratar de comunicação dirigida à sociedade.

§ 1º - As resoluções, moções e notas públicas serão datadas e numeradas em ordem sucessiva.

§ 2º - As propostas de resolução deverão ser analisadas e aprovadas pelas Comissões Temáticas, observada a legislação em vigor, para posterior deliberação do CMDM de Pouso Redondo.

§ 3º - A Presidente poderá adiar, em caráter excepcional, a publicação de qualquer matéria aprovada, desde que constatados equívocos, infrações as normas jurídicas ou impropriedades em sua redação, devendo ser a matéria obrigatoriamente incluída na sessão subsequente, acompanhada de proposta de emendas justificadas para nova análise e votação.

CAPÍTULO V DA DIRETORIA

Art. 18 - A Diretoria do CMDM, eleita pela maioria simples dos votos do Plenário, com quórum mínimo de 2/3 (dois terços), para mandato de 2 (dois) anos, é composta pelos seguintes cargos:

I - Presidente;

II - Vice-Presidente;

III - 1º Secretária; e

IV - 2º Secretária.

Parágrafo Único. As Conselheiras eleitas para a Diretoria do CMDM poderão ser reeleitas para novo mandato de 2 (dois) anos.

Art. 19 - Compete à Diretoria do CMDM:

I - reunir-se pelo menos 1 (uma) vez a cada 2 (dois) meses;

II - deliberar sobre a ordem e relevância dos assuntos a serem submetidos à apreciação do CMDM de Pouso Redondo;

III - apresentar quando houver ao CMDM as despesas, as contas e os balancetes a serem submetidos à aprovação;

IV - indicar, com a aprovação do CMDM, a Secretária Executiva;

V - encaminhar à Secretaria Executiva as resoluções do CMDM a serem operacionalizadas;

VI - executar o planejamento, a programação e a coordenação das atividades do CMDM;

VII - tomar decisão, em caráter de urgência, ad referendum do Plenário; e

VIII - promover articulações necessárias para o cumprimento de suas atribuições.

Art. 20 - Compete à Presidente do CMDM:

I - representar o CMDM, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele;

II - dirigir e controlar todas as atividades do CMDM de Pouso Redondo;

III - convocar e presidir as reuniões do Plenário, cabendo-lhe o voto de qualidade;

IV - submeter à apreciação do Conselho todas as questões relevantes a este dirigida oficialmente, por meio de inclusão na pauta da reunião do Plenário seguinte ao seu protocolo;

V - dirigir e coordenar os trabalhos da Diretoria e da Secretaria Executiva;

VI - assinar as deliberações do CMDM, as atas aprovadas em Plenário, e atos relativos ao seu cumprimento;

VII - submeter à apreciação do Plenário o calendário de atividades e o relatório anual do CMDM de Pouso Redondo;

VIII - presidir a Conferência Municipal de política para as mulheres;

IX - convocar o fórum eletivo das entidades não governamentais e solicitar a nomeação das representantes governamentais;

X - zelar pelo cumprimento das disposições deste Regimento; e

XI - solucionar os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação deste Regimento, ouvindo o colegiado.

Art. 21 - Compete a Vice-Presidente do CMDM:

I - substituir a Presidente em suas ausências ou impedimentos;

II - auxiliar a Presidente no cumprimento de suas atribuições; e

III - exercer as atribuições que lhe forem conferidas pelo Plenário.

Parágrafo Único. A Vice-Presidente completará o mandato da Presidente em caso de vacância.

Art. 22 - Compete a 1ª Secretária:

- I - secretariar as reuniões do CMDM;
- II - redigir as atas das sessões e proceder a sua leitura;
- III - substituir a Vice-Presidente nos impedimentos e a Presidente na falta de ambas ou em caso de vacância, até que o CMDM eleja novas titulares;
- IV - encaminhar à Secretaria Executiva as medidas aprovadas pelo Plenário;
- V - examinar os processos a serem apreciados pelo Plenário, dando cumprimento aos despachos proferidos;
- VI - prestar, em Plenário, as informações que lhes forem solicitadas pela Presidenta e pelas Conselheiras; e
- VII - orientar os trabalhos da Secretaria Executiva.

Art. 23 - Compete a 2ª Secretária:

- I - auxiliar a 1ª Secretária no cumprimento de suas atribuições;
- II - substituir a 1ª Secretária em seus impedimentos ou em suas ausências;
- III - substituir a 1ª Secretária nos casos em que esta venha a substituir a Vice-Presidente ou a Presidente; e
- IV - complementar o mandato da 1ª Secretária em caso de vacância.

CAPÍTULO VI DAS COMISSÕES TEMÁTICAS

Art. 24 - As Comissões Temáticas de caráter temporário ou permanente, destinadas a promover estudos sobre temáticas de seu interesse e de sua competência, podem convidar a participar de suas reuniões pessoas com notório conhecimento nas referidas temáticas.

Parágrafo Único. As convidadas de que trata o caput deste artigo podem participar das reuniões plenárias, com direito a voz, em casos especiais ou por deliberação do Plenário.

Art. 25 - As Comissões Temáticas voltadas ao atendimento de programas e a execução de tarefas aprovadas pelo CMDM devem ter sua duração dentro do mandato da diretoria.

§ 1º - Cada Comissão Temática será composta de, no mínimo, 4 (quatro) conselheiras, sendo obrigatoriamente 2 (duas) representantes governamentais e 2 (duas) da sociedade civil.

§ 2º - As Comissões Temáticas apresentarão ao CMDM, por intermédio de uma coordenação, seu plano de trabalho e suas atividades, aca-
tando as decisões do Conselho.

§ 3º - O resultado dos trabalhos das Comissões Temáticas deverá assumir a forma de relatório, parecer, projeto ou outras formas.

§ 4º - Os trabalhos das Comissões Temáticas serão apreciados pelo CMDM com o auxílio das componentes das respectivas Comissões, quando se fizer necessário.

§ 5º - Sempre que se tratar de trabalho longo, cuja leitura se torne impraticável em reunião do CMDM, a coordenação da Comissão Temática remeterá a cada Conselheira uma cópia da referida peça, juntamente com a ordem do dia da sessão em que o assunto foi ou será apreciado.

§ 6º - Qualquer Conselheira poderá participar, com direito a voz, das reuniões das Comissões Temáticas, ainda que delas não seja integrante.

Art. 26 - Caberá às Conselheiras do CMDM a coordenação das Comissões Temáticas.

Art. 27 - Compete às Comissões Temáticas:

- I - elaborar e encaminhar ao Plenário, por meio da Secretaria Executiva do CMDM, propostas de normas, observadas a legislação em vigor;
- II - manifestar-se sobre consulta que lhes for encaminhada;
- III - relatar e submeter à aprovação do Plenário assuntos a elas pertinentes;
- IV - examinar os recursos administrativos interpostos no CMDM, apresentando relatório ao Plenário;
- V - convidar especialistas ou solicitar à Secretaria Executiva do CMDM que o faça para assessoramento em temáticas de sua competência, informando com antecedência o convite à Diretoria; e
- VI - propor a realização de reuniões conjuntas com as outras Comissões Temáticas do CMDM.

Art. 28 - As reuniões das Comissões Temáticas são públicas e devem ser realizadas com pelo menos metade de suas integrantes.

§ 1º - As reuniões das Comissões Temáticas serão convocadas pela coordenação, por decisão própria ou a pedido de 1/3 (um terço) de suas integrantes, com, no mínimo, 7(sete) dias de antecedência.

§ 2º - A pauta e a documentação das reuniões deverão ser encaminhadas a todas as conselheiras no prazo mínimo de 4 (quatro) dias antes da sua realização.

§ 3º - As atas das reuniões das Comissões Temáticas, aprovadas pelas suas integrantes e assinadas pela coordenação, serão redigidas de forma a retratar as discussões relevantes e todas as decisões tomadas.

Art. 29 - As decisões das Comissões Temáticas serão tomadas por consenso ou pela votação da maioria das conselheiras presentes, incluindo a coordenação, a quem cabe o voto de qualidade.

Art. 30 - As matérias tratadas nas Comissões Temáticas poderão ser relatadas por sua coordenação ou por uma conselheira por ela designada.

Art. 31 - Cada Comissão Temática poderá estabelecer regras específicas para seu funcionamento, desde que aprovadas pela maioria de suas integrantes e obedecido o disposto neste Regimento.

CAPÍTULO VII DA SECRETARIA EXECUTIVA

Art. 32 - A Secretaria Executiva, instância de apoio técnico-administrativo, será exercida, por servidora pública da Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação, com nível superior e conhecimento da temática dos direitos da mulher.

Art. 33 - Compete à Secretaria Executiva:

- I - organizar e secretariar as reuniões da Diretoria e do Plenário;
- II - auxiliar a Diretoria sempre que solicitada;
- III - receber e organizar, em forma de relatórios, os assuntos e questões a serem submetidos ao CMDM, encaminhando-os posteriormente à Diretoria;
- IV - informar à Diretoria as providências a serem tomadas com relação à melhoria da infraestrutura do CMDM;
- V - convocar as reuniões do CMDM, da Diretoria e das Comissões Temáticas;
- VI - preparar e divulgar editais e demais atos concernentes à atividade do CMDM;
- VII - expedir certidões, atestados e declarações, conforme orientação da Diretoria;
- VIII - organizar documentos, arquivos e demais materiais relativos ao funcionamento do CMDM;
- IX - auxiliar a Diretoria na elaboração de relatórios e pareceres exigidos pelos órgãos oficiais, com relação ao acompanhamento de projetos ou cursos realizados pelo CMDM;
- X - prestar os esclarecimentos solicitados pelas Conselheiras;
- XI - encaminhar documentos e prestar informações relacionadas ao CMDM;
- XII - instruir os expedientes provenientes dos conselhos Estaduais e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM);
- XIII - dar encaminhamento e divulgar as decisões do Plenário do CMDM;
- XIV - elaborar, em conjunto com a Diretoria, a pauta das reuniões Plenárias; e
- XV - submeter todo e qualquer expediente à apreciação da Presidente ou, na sua ausência, da Vice-Presidente, 1ª Secretária ou da 2ª Secretária.

CAPÍTULO VIII DAS CONSELHEIRAS

Art. 34 - Compete às Conselheiras:

- I - comparecer às reuniões plenárias e assinar a lista de presença;
- II - debater as matérias em discussão;
- III - requerer informações, providências e esclarecimentos à Presidenta e às Comissões Temáticas;
- IV - apresentar relatórios e pareceres nos prazos fixados;
- V - participar das comissões temáticas e Grupos de Trabalho, com direito à voz e voto;
- VI - propor matérias para deliberação do Plenário;
- VII - propor questão de ordem nas sessões plenárias;
- VIII - observar em suas manifestações as regras básicas de convivência;
- IX - representar o CMDM em eventos públicos, relatando, posteriormente ao Plenário, por escrito ou verbalmente, os detalhes desta representação; e
- X - participar de eventos de capacitação e aperfeiçoamento nas áreas de gênero, violência, geração de emprego e renda, entre outras, relacionadas à temática da mulher.

CAPÍTULO IX DO FÓRUM ELETIVO

Art. 35 - As entidades não governamentais serão eleitas bienalmente, em fórum próprio, convocado pela Presidente do CMDM por edital publicado em Diário Oficial 30 (trinta) dias antes da data da eleição.

Art. 36 - Para condução do processo de habilitação das entidades não governamentais e construção do edital, será composta uma comissão eleitoral, que deverá ser paritária entre a sociedade civil e governo, com a participação da Presidente, a quem cabe o voto de qualidade.

Parágrafo Único. As atividades da comissão eleitoral serão desenvolvidas com o apoio da Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação.

Art. 37 - O processo seletivo para o preenchimento das 9 (nove) vagas de que trata o inciso II do art. 3º deste Regimento será regido por edital.

Art. 38 - O processo seletivo de que trata o art. 37 deste Regimento será composto de 2 (duas) etapas, uma de habilitação das entidades para a formação do fórum eletivo, outra de seleção por voto das representantes indicadas pelas instituições.

Parágrafo Único. As entidades de que trata o art. 38 deste Regimento, para formação do fórum eletivo, para serem consideradas habilitadas, devem atuar no âmbito municipal das políticas públicas de proteção dos direitos da mulher, considerada a igualdade e equidade de gênero.

Art. 39 - Formado o fórum eletivo, a comissão eleitoral apenas apoiará o desenvolvimento de suas atividades.

Art. 40 - Finalizada a fase de habilitação das entidades, o fórum eletivo torna-se a instância máxima responsável pela eleição das representantes da sociedade civil que integrarão o CMDM.

Art. 41 - Após a eleição, a comissão eleitoral deverá encaminhar ao CMDM a relação das entidades não governamentais eleitas e suas respectivas representantes, juntamente com a ata aprovada pelas integrantes do fórum eletivo.

Art. 42 - O CMDM deverá encaminhar ao Chefe do Poder Executivo nominata das entidades não governamentais eleitas e suas respectivas representantes, para nomeação e subsequente posse, juntamente com as representantes das instâncias governamentais indicadas, na forma da lei.

Parágrafo Único. A posse das Conselheiras governamentais e não governamentais será efetivada pelo Poder Executivo Municipal ou pela titular da Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação.

CAPÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 43 - A Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação prestará todo o apoio técnico, administrativo, financeiro e de infraestrutura necessários para o pleno funcionamento do CMDM, observados os limites orçamentários municipais.

Art. 44 - As despesas com hospedagem, alimentação e transporte de conselheiras titulares e suplentes do CMDM serão custeadas pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação, conforme condições, valores e normas estabelecidos na legislação em vigor.

Art. 45 - O CMDM de Pouso Redondo interagirá com outros conselhos, visando a uniformizar e definir áreas de competência comum ou específica, para formulação de políticas ou normatização de ações e de atendimento às mulheres.

Art. 46 - O CMDM poderá editar normas complementares necessárias à aplicação deste Regimento.

Art. 47 - A expressão "Conselho Municipal dos Direitos da Mulher" e a sigla CMDM equivalem-se, para os efeitos de referência e comunicação de natureza interna e externa.

Parágrafo Único. Fica vedado o uso do nome, da sigla e da logomarca do CMDM, sem a devida autorização do Conselho, em materiais publicitários, impressos ou eletrônicos, blog, sites, mídias sociais ou quaisquer outros meios de comunicação, sob pena de se aplicar a legislação que regula a matéria.

Art. 48 - Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento serão solucionados pela Presidência, ouvido o Colegiado.

Art. 49 - Este Regimento entrará em vigor na data de sua publicação.

Josiane Fernanda da Silva
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher

Regimento Aprovado em Reunião Ordinária do dia 25/10/2019.

DECRETO Nº 137/2019 DE 04/11/2019 DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DE REPRESENTANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2216277

DECRETO Nº 137/2019 de 04/11/2019

Dispõe sobre a alteração de representante do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município c/c a Lei nº 2.752/2019 de 03/07/2019:

CONSIDERANDO a necessidade de alteração da representante titular da Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação.

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a seguinte servidora para substituir a representante titular da Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher:

I – Representantes do Poder Público:

c) Representantes da Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação:

Verônica Rodrigues da Silva – Titular

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 04 de novembro de 2019.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 138/2019 DE 04/11/2019 DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2216300

DECRETO Nº 138/2019 de 04/11/2019

Dispõe sobre a alteração de membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito Municipal de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município c/c Lei nº 2.743/2019 e suas alterações.

CONSIDERANDO a necessidade de alteração de alguns representantes governamentais, tendo em vista que não fazem mais parte do quadro de servidores do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeadas as seguintes servidoras para substituir os representantes da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e representante suplente da Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA:

I – REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS:

Representantes:	Órgão/Entidade
Jakqueline Aparecida Poleza - Titular Elizabeth Aparecida Oliveira Ribeiro – Suplente	Representantes da Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Cristina Jane Zvang – Suplente	Representantes da Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pouso Redondo/SC, 04 de novembro de 2019.

OSCAR GUTZ Prefeito Municipal

DECRETO Nº 139/2019 DE 04/11/2019 DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DE MEMBRO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2216322

DECRETO Nº 139/2019 de 04/11/2019

Dispõe sobre a alteração de membro do Conselho Municipal de Turismo, e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO a necessidade de alteração de membro do Conselho Municipal de Turismo, tendo em vista que o representante titular da Secretaria de Educação e Cultura não faz mais parte do quadro de funcionários do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a seguinte servidora para substituir o representante titular da Secretaria de Educação e Cultura no Conselho

Municipal de Turismo - COMTUR:

I – Representantes da Secretaria de Educação e Cultura:

Elizabeth Aparecida Oliveira Ribeiro - Titular

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 04 de novembro de 2019.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 140/2019 DE 04/11/2019 REVOGA PROCESSO DE LICITAÇÃO DE Nº 116/2019, NA MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2216985

DECRETO Nº 140/2019 de 04/11/2019

Revoga processo de licitação de nº 116/2019, na modalidade dispensa de licitação nº 10/2019, e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO que houve alteração no número de cargos que serão preenchidos através de teste seletivo para o exercício de 2020, com o consequente aumento no valor final da contratação de instituição especializada;

CONSIDERANDO que em razão do aumento de número de cargos houve troca da empresa que possui o orçamento de menor preço;

CONSIDERANDO a necessidade de abertura de novo processo de licitação, sobre o mesmo teste seletivo, com os dados atualizados.

DECRETA:

Art. 1º - Fica revogado, de ofício, o processo de licitação nº 116/2019, na modalidade dispensa de licitação nº 10/2019, conforme os motivos acima expostos.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 04 de novembro de 2019.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO 125 2019

Publicação Nº 2217227

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

PROCESSO N.º 125/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 11/2019

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público o processo de Dispensa/ compras e serviços nº 116/2019 em conformidade com o Art. 24 da lei 8.666/93.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICO-ESPECIALIZADOS DE ORGANIZAÇÃO E PROMOÇÃO DE TESTE SELETIVO PARA PROVIMENTO DE VAGAS PARA DIVERSOS CARGOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, DENTRE OUTRAS SECRETARIAS, PARA O EXERCÍCIO DE 2020.

Contratada: SCHEILA APARECIDA WEISS ME

CNPJ: 26.068.753/0001-22

Valor: R\$ 14.900,00 (quatorze mil e novecentos reais).

Pouso Redondo em 05 de novembro de 2019

Oscar Gutz

Prefeito Municipal

Praia Grande

PREFEITURA

CONTRATO 74/2019 - PREFEITURA

Publicação Nº 2216647

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE/SC

COMPRA DIRETA N.º 364/2019

CONTRATO Nº 74/2019

CONTRATADA: EDSON ANTONIO NERY DE CASTRO

DO OBJETO: A REQUERIMENTO DE REGISTRO DE EXTRAÇÃO DE CASCALHO EM PRAIA GRANDE DE 5 ÁREAS NA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAL (DNPM).A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PERTINENTE À ASSESSORIA TÉCNICA NA ÁREA AMBIENTAL, EM ESPECIAL ATRAVÉS DA ANÁLISE E EMISSÃO DE PARECERES TÉCNICOS DE REQUERIMENTOS, PROJETOS E PROCESSOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE IMPACTO LOCAL, COM VISTAS À CONCESSÃO OU NÃO DE LICENÇAS AMBIENTAIS POR PARTE DO MUNICÍPIO, EMITINDO PARECERES TÉCNICOS RECOMENDANDO OU NÃO O LICENCIAMENTO, ALÉM DE ESTABELECEER AS CONDIÇÕES E/OU RESTRIÇÕES AO FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES LICENCIÁVEIS, ATENDENDO A DEMANDA DE ANÁLISE DE PROCESSOS E PEDIDOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE IMPACTO LOCAL, ENCAMINHADOS AO MUNICÍPIO E, TAMBÉM, À ANÁLISE DA DEMANDA DO PRÓPRIO MUNICÍPIO.

DO VALOR: 5.825,00

DA VIGENCIA: 01/11//2019 ATÉ 31/12/2019

PRAIA GRANDE – SC, 01 DE Novembro DE 2019.

HENRIQUE MATOS MACIEL

PREFEITO MUNICIPAL.

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 33/2019 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 68/2019

Publicação Nº 2216420

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO NR. 33/2019
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 68/2019

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	TEDESCO E SANDER COMÉRCIO VAREJISTA DE TINTAS LTDA
OBJETO:	O objeto da presente dispensa de licitação, consiste na contratação de empresa especializada para fornecimento de material e mão de obra para pintura da parte interna do prédio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Deporto, localizado na Rua Alberto Ernesto Lang, Centro do Município de Presidente Castello Branco/SC.
VALOR:	O valor a ser pago à contratada pelo fornecimento de material e mão de obra é a importância de R\$ 14.374,00 (quatorze mil, trezentos e setenta e quatro reais), sendo o pagamento efetuado em até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal.
FUNDAMENTO:	Art. 24, inciso I da Lei nº 8.666/93.
HOMOLOGAÇÃO:	04/11/2019
VIGÊNCIA:	31/12/2019

EXTRATO DE EDITAL PROCESSO SELETIVO Nº 004/2019, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2217335

EXTRATO DE EDITAL PROCESSO SELETIVO Nº 004/2019, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

O Prefeito Municipal de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, Sr. Ademir Domingos Miotto, no uso de suas atribuições TORNA PÚBLICO que encontram-se abertas as inscrições no período de 06/11/2019 à 21/11/2019 para a realização de PROCESSO SELETIVO destinado a formação de Cadastro de Reserva no para atender a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Deporto, se assim necessitar, para os cargos de Professor – ACT- Habilitado, Professor – ACT- Não Habilitado, Professor (a) de artes – 20 horas, Professor (a) de inglês – 20 horas. Inscrições exclusivamente via internet, através do sitio eletrônico www.asinstituto.com.br.

Presidente Castello Branco - SC, 06 de novembro de 2019.

ADEMIR DOMINGOS MIOTTO

Prefeito Municipal

Presidente Getúlio

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 116/2019

Publicação Nº 2216448

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 116/2019
DA CREDENCIAMENTO Nº 01/2019

OBJETO:
CONTRATO DE CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDREIRO PARA A MANUTENÇÃO DOS PRÉDIOS E OBRAS PÚBLICOS

I - IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES CONTRATANTES

CREDENCIANTE: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Otto Muller, 10, Centro, CEP: 89.150-000, Presidente Getúlio/SC, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 83.102.434/0001-20, neste ato representado pelos secretários Edson José Staloch - Superintendente do SAATE, Leonardo Pavanello - Secretário de educação, Fernando José Soares - Secretário de Desenvolvimento Econômico e Planejamento e Iara Possamai – Secretária de Saúde.

CREDENCIADA: SIDNEI JÚNIOR PADARATZ, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 29.890.650/0001-31, com sede na Estrada Geral, S/N, bairro Índio Esquerdo, distrito Mirador, na cidade de Presidente Getúlio/SC, Estado de Santa Catarina.

II - DO PROCEDIMENTO

Cláusula 1a. As partes acima identificadas têm, entre si, justas e acertadas o presente Contrato Administrativo de credenciamento para a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDREIRO PARA A MANUTENÇÃO DOS PRÉDIOS E OBRAS PÚBLICOS, após a homologação do credenciamento, fundamentado na Lei Federal nº. 8.666/93 21 de junho de 1993 e suas alterações, nos termos da legislação vigente aplicável à matéria, assim como, pelas condições do Edital de Chamamento e seus anexos e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

III - DO OBJETO

Cláusula 2a. O presente contrato tem por objeto a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDREIRO PARA A MANUTENÇÃO DOS PRÉDIOS E OBRAS PÚBLICOS, conforme rotina adotada pela Unidade Gestora anteriormente especificada, observados os prazos e procedimentos descrito neste instrumento.

Parágrafo Único. As solicitações dos serviços serão feitas através das Ordens de Compras, emitidas pelo Departamento de Compras do Município, com carimbo identificador da responsável e respectiva assinatura.

EMPRESA: SIDNEI JÚNIOR PADARATZ

VIGÊNCIA: 12 meses

VALOR: R\$ 24,00 A HORA

Presidente Getúlio, 29 de outubro de 2019.

Nelson Virtuoso - Prefeito

LEI Nº. 3.296/2019

Publicação Nº 2217008

LEI Nº. 3.296/2019

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADERIR AO PROGRAMA BADESC CIDADES E TOMAR EMPRÉSTIMO JUNTO AO BADESC – AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa Badesco Cidades.

Art. 2º - A adesão ao Programa Badesco Cidades propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de sistema viário, instalação de uma estação de tratamento de água – ETA e a construção de um reservatório de água.

Art. 3º - Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionado no artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa Badesco Cidades, até o montante de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais).

Parágrafo único - Em garantia ao empréstimo estabelecido neste Artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito.

Art. 4º - Para dar continuidade ao Programa Badesco Cidades, o Poder Executivo consignará nos projetos de leis orçamentárias dos anos subseq-entes, as dotações necessárias à formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos do empréstimo tomado.

Art. 5º - Por conta do financiamento estabelecido no Artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 5,5% (cinco vírgula cinco por cento) ao ano, acrescido da taxa SELIC (variação acumulada das taxas médias apuradas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, divulgada pelo Banco Central do Brasil), ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º - Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei, deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 7º - Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos ao contrato de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 8º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC., EM 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

JOSÉ CARLOS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Em Exercício

PORTARIA 749 DE 2019

Publicação Nº 2217013

PORTARIA Nº 749/2019

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

JOSE CARLOS DOS SANTOS, Prefeito Municipal em Exercício de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 103, da Lei Complementar Municipal nº 2.287/2008, de 28 de fevereiro de 2008, e ainda de acordo com o artigo 60 da Lei Federal 8.213/91 que dispõem sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e considerando o disposto no artigo 75, parágrafo 4º do Decreto-Lei nº 3.048, de 06 de maio de 1999, resolve,

CONCEDER:

A servidora ROSELI SCHLICKMANN, Professora, Nível 2, Classe F, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, 15 dias de Licença para Tratamento de Saúde, considerando os Atestados Médicos em anexo, com efeitos retroativos aos dias 07 de outubro de 2019 a 21 de outubro de 2019.

Presidente Getúlio - SC em, 30 de outubro de 2019.

JOSE CARLOS DOS SANTOS

Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA

PRES. GETÚLIO, 30 DE OUTUBRO DE 2019.

ATO OFICIAL NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018.

PORTARIA 750 DE 2019

Publicação Nº 2217056

PORTARIA Nº 750/2019

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE

JOSE CARLOS DOS SANTOS, Prefeito Municipal em Exercício de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 93 e 95, da Lei Complementar 2.287/2008 de 28 de fevereiro de 2008, com alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 2.328/2012 de 07 de fevereiro de 2012, resolve,

CONCEDER:

A servidora ZULMA ROHLING, Técnico em Saúde Bucal, do Quadro de Pessoal de Provimento Contratual por Prazo Indeterminado - limitado à vigência do convênio firmado com o Governo Federal – do ESF, Programa Estratégia de Saúde da Família da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio (SC), 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade, conforme atestado médico em anexo, com efeitos a partir do dia 22 de outubro de 2019.

Presidente Getúlio - SC em, 30 de outubro de 2019.

JOSE CARLOS DOS SANTOS

Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRADA E PUBLICADA N/ DATA
PRES. GETÚLIO, 30 DE OUTUBRO DE 2019.
PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018.

PORTARIA 751 DE 2019

Publicação Nº 2217307

PORTARIA Nº 751/2019

TORNAR SEM EFEITO/REVOGAR PORTARIA QUE NOMEIA SERVIDOR MUNICIPAL

JOSE CARLOS DOS SANTOS, Prefeito Municipal em exercício de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, considerando que o candidato aprovado em concurso público, nomeado para cargo de provimento efetivo, não tomou posse no prazo legal, de conformidade com o artigo 37, §1º e §4º da Lei Complementar nº 2287/2008, de 28 de fevereiro de 2008, resolve:

TORNAR SEM EFEITO/REVOGAR:

A Portaria nº 658 de 13 de setembro de 2019, de nomeação do candidato NOEME ALMEIDA FARIAS, aprovado no Concurso Público nº 01/2018, para o cargo de Agente de Serviços Gerais, Nível 16, Classe A, do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo do Município de Presidente Getúlio/SC.

Presidente Getúlio - SC em, 30 de outubro de 2019.

jose carlos dos santos

Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA
PRES. GETÚLIO, 30 DE OUTUBRO DE 2019.
PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018.

PORTARIA 758 DE 2019

Publicação Nº 2217062

PORTARIA Nº 758/2019

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

JOSE CARLOS DOS SANTOS, Prefeito Municipal em Exercício de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 103, da Lei Complementar Municipal nº 2.287/2008, de 28 de fevereiro de 2008, e ainda de acordo com o artigo 60 da Lei Federal 8.213/91 que dispõem sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e considerando o disposto no artigo 75, parágrafo 4º do Decreto-Lei nº 3.048, de 06 de maio de 1999, resolve,

CONCEDER:

Ao servidor EDSON LUIS DOS SANTOS CABRAL, Operador de Veículos, Nível 27, Classe C, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, 15 dias de Licença para Tratamento de Saúde, considerando os Atestados Médicos em anexo, a partir de 01 de novembro de 2019 a 15 de novembro de 2019.

Presidente Getúlio - SC em, 01 de novembro de 2019.

JOSE CARLOS DOS SANTOS

Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA
PRES. GETÚLIO, 01 DE NOVEMBRO DE 2019.
ATO OFICIAL NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018.

PORTARIA 761/2019

Publicação Nº 2217065

PORTARIA Nº 761/2019

ADMITE EM CARÁTER TEMPORÁRIO

JOSE CARLOS DOS SANTOS, Prefeito Municipal em Exercício de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 98, inciso IX da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 1º e 2º, inciso I, da Lei Complementar Municipal nº 2338/2013, e tendo em vista o resultado da chamada pública nº 01/2019, resolve,

ADMITIR:

A partir do dia 05 de novembro de 2019, KAUANA CAROLINE THEISS, para o cargo de Professor de Educação Infantil, com função do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo – em Caráter Contratual - da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, subordinada à Secretaria de Educação Cultura e Desporto – SECULDE, com designação para Ceim Adelina Clara Hess de Souza, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, vinculada a substituição da Janete Poffo, que está em Licença Premio, com prazo final de 03 de dezembro de 2019.

Presidente Getúlio - SC em, 04 de novembro de 2019.

JOSE CARLOS DOS SANTOS

Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRADA N/DATA

PRESIDENTE GETÚLIO/SC, 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

ATO OFICIAL NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018

PORTARIA 762 DE 2019

Publicação Nº 2217066

PORTARIA Nº 762/2019

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

JOSE CARLOS DOS SANTOS, Prefeito Municipal em Exercício de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso V, do artigo 80 da Lei Orgânica Municipal,, resolve,

CONCEDER:

A Servidora JANETE POFFO, Professora, Nível 02, Classe D, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, 30 dias para o gozo de Licença Prêmio, referente ao período aquisitivo de 01 de fevereiro de 2010 a 31 de janeiro de 2015, no período de 04 de novembro a 03 de dezembro de 2019.

Presidente Getúlio/SC em, 04 de novembro de 2019

JOSE CARLOS DOS SANTOS

Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA

PRES. GETÚLIO. 04 DE NOVEMBRO DE 2019

PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 124/2019

Publicação Nº 2217280

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO

AVISO DE ALTERAÇÃO DA DATA DE ABERTURA E RETIFICAÇÃO DO EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL P/ REGISTRO DE PREÇOS Nº. 64/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 124/2019

Objeto da Licitação: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BRINDE NATALINO DESTINADOS AOS SERVIDORES MUNICIPAIS. Protocolo dos envelopes/Autenticação da documentação/Credenciamento dos participantes até o dia 20/11/2019 às 09h00min. Sessão de abertura, lances e julgamento às 09h15min da mesma data, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC. Informações: Departamento de Compras e Licitações, sito Praça Otto Muller, nº 10, nesta cidade e retirada do Edital no site: <https://presidentegetulio.atende.net>

José Carlos dos Santos - Prefeito em Exercício de Presidente Getúlio

Princesa

PREFEITURA

COMUNICADO ATA DE ANÁLISE DE RECURSOS PL 125.2019 TP 10.2019 - CENTRO DE CONVIVÊNCIA DOS IDOSOS

Publicação Nº 2217646

Processo Licitatório 125/2019 – PM
Tomada de Preços 10/2019 PM
COMUNICADO

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Princesa, nomeada pelo Decreto 64/2019, comunica aos interessados do processo em epígrafe, que analisou o recurso protocolado tempestivamente. Não houve contrarrazões no prazo recursal. A Ata completa, bem como as empresas habilitadas e inabilitadas e os respectivos fundamentos encontram-se no site do Município, no link: <https://www.princesa.sc.gov.br/licitacoes/index/detalhes/codMapaItem/30365/codLicitacao/150910>. Assim sendo, INTIMA-SE as licitantes para sessão pública para abertura dos envelopes de propostas das habilitadas, a ser realizada dia 07 de novembro, às 13h30, na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro – Princesa/SC. Maiores informações podem ser obtidas no endereço citado, pelo telefone (49) 3641.0059 ou pelo e-mail compras@princesa.sc.gov.br. Princesa, 06 de novembro de 2019.

DECRETO N. 345 DE 05 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2216659

DECRETO Nº. 345 DE 05 OUTUBRO DE 2019.

“DISPÕE SOBRE A BAIXA DE DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL, ATRAVÉS DE CANCELAMENTO de CRÉDITO TRIBUTÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, em conformidade ao art. 43, da Lei Complementar nº 018 de 17 de dezembro de 2013 e o disposto no inciso V do art.156 C/C 174, do Código Tributário Nacional.

DECRETA:

Art. 1º. A Secretaria Municipal da Fazenda, através do Departamento de Tributos e Fiscalização e a Contabilidade a baixar valores lançados em Dívida Ativa, conforme os fundamentos jurídicos apresentados em cada lançamento.

Contribuinte: Eduardo Marcos Paidá	CNPJ/CPF: 048.436.729-39	
Certidões: 418 a 423	Data inscr.: 31/12/2012	
Valor Original: R\$ 1.220,16	Valor Atualizado: R\$ 3.893,70	
Fundamentos: Prescrição	CTN. Art. 149, inc.IV e c/c art. 43, inc. IV do CTM	

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa,
Estado de Santa Catarina, 31 de outubro de 2019.
EDILSON MIGUEL VOLKWEIS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 344, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2216826

DECRETO Nº 344, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

NOMEIA SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL COMISSIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX, X e XI do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinado com o inciso III do Art. 68 da Lei Complementar 024, de 30 de dezembro de 2014; e, tendo presentes razões de interesse público, conveniência e oportunidade;

DECRETA

Art. 1º. Fica NOMEADO o Senhor Jeferson Wagner, brasileiro, residente e domiciliado no Município de Princesa/SC, portador do CPF sob nº. 089.312.529-60 e RG sob nº. 5.384.885, para ocupar o Cargo em Comissão de Diretor da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, percebendo os vencimentos previstos em Lei, a partir de 05 de novembro de 2019.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 05 de novembro de 2019.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, SC, em,

05 de novembro de 2019.
EDÍLSON MIGUEL VOLKWEIS
Prefeito Municipal
ESTE DECRETO FOI REGISTRADO E
PUBLICADO NA FORMA DA LEI
PRINCESA/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2019
LIZIANE FÁTIMA PELLEZ

DECRETO Nº. 343, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2216411

DECRETO Nº. 343, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.
EXONERA SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e XI do Artigo 69, da Lei Orgânica Municipal e demais legislações vigentes:

DECRETA:

Art. 1º. Fica EXONERADA, por pedido de demissão sem justa causa, Senhora Edeli Dittrich Bolgenhagen, brasileira, residente e domiciliada no Município de Princesa/SC, portadora do CPF nº 047.630.079-71, ocupante da função de Diretor Geral de Educação, a partir de 01 de novembro de 2019.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão à conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de 01 de novembro de 2019.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),
em 05 de novembro de 2019.
EDILSON MIGUEL VOLKWEIS
Prefeito Municipal

ESTE DECRETO FOI REGISTRADO E
PUBLICADO NA FORMA DA LEI
PRINCESA/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2019
LIZIANE FÁTIMA PELLEZ

EXTRATO CONTRATO 43.2019 - URBANIZA

Publicação Nº 2216280

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 05 ADT 43/2018 - Contrato Nº: 43/2018

Contratante...: MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

Contratada...: URBANIZA BRASIL LTDA

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 10/11/2019 Término: 09/12/2019

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 4/2018 Recursos : Dotação:

Objeto : Quinto Termo Aditivo referente a Contratação de Pessoa Jurídica para PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES, drenagem pluvial e sinalização viária, em trechos na Avenida XV de Novembro, Rua Sete de Setembro, Rua Paraná, Rua das Hortênsias e Rua das Camélias, no Município de Princesa/SC.

Princesa, 5 de Novembro de 2019

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 146.2019-PM - PREGÃO PRESENCIAL 67.2019 - GRADES, TELA E COBERTURA CRECHE

Publicação Nº 2216612

MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC
Processo Licitatório 146/2019-PM
Pregão Presencial 67/2019-PM

O Município de PRINCESA/SC torna público que realizará licitação, na modalidade Pregão Presencial, com entrega imediata, do tipo Menor Preço global cujo objeto é REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura aquisição de telas de proteção para janelas, portão/grade de proteção interna para a porta, prateleiras e cobertura para acesso ao educandário, a serem instalados no Centro Municipal de Educação Infantil

Pequenos Anjos do Município de Princesa/SC. A realização da sessão pública ocorrerá na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro – Princesa/SC no dia 20 de novembro de 2019 às 08h00min. Cópia do edital e maiores informações podem ser obtidas no endereço citado, pelo telefone (49) 3641.0059, pelo e-mail compras@princesa.sc.gov.br ou no endereço eletrônico www.princesa.sc.gov.br. Princesa/SC, 05 de novembro de 2019. Edilson Miguel Volkweis – Prefeito Municipal.

Quilombo

PREFEITURA

DECRETO Nº 282/2019 - DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2216268

DECRETO Nº. 282/2019 – DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO NA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO MOBILIÁRIA E IMOBILIÁRIA, INSTITUÍDA ATRAVÉS DO DECRETO Nº 015 DE 03 DE JANEIRO DE 2006.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IX, do Art.65 da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o previsto nos Artigos 1º e 4º do decreto nº 015 de 03 de janeiro de 2006.

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a Composição da Comissão Permanente de Avaliação Mobiliária e Imobiliária, prevista no parágrafo único do Art. 4º, do decreto nº. 015, de 03 de Janeiro de 2006, passando a ser constituída pelos seguintes membros:

- I – TAIRONE PADILHA DOS SANTOS – PRESIDENTE;
- II – BRUNA PINHEIRO CHAISE – SECRETÁRIA-GERAL;
- III – JOELSON DE QUADROS MOREIRA – MEMBRO;
- IV – ALCIONE MARIA BEVILACQUA – MEMBRO;
- V – ELENÍ SEGALLA – MEMBRO.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o decreto nº. 122/2019 de 20 de maio de 2019.

Gabinete do Executivo Municipal, em 05 de novembro de 2019.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicado

Em ___/11/2019.

Lei Municipal nº 1087/1993

Tairone Padilha dos Santos

Funcionário Designado

DECRETO Nº 283/2019 - DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2217169

DECRETO Nº 283/2019 - DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO NO DECRETO DE NOMEAÇÃO DA BIOQUÍMICA E FARMACÊUTICA SABRINA ZILIO, PARA O CARGO QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IV, do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Inciso II do Artigo 9º da Lei Municipal nº.032 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Artigo 3º da Lei Complementar nº.031 – Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais de 05 de dezembro de 2001 e da Lei Complementar nº.077, de 21 de dezembro de 2009.

DECRETA:

Art. 1º Fica acrescentado o Parágrafo único ao Artigo 2º, do Decreto nº 185/2019, de 01 de agosto de 2019, com a seguinte redação:

Art. 2º (...)

Parágrafo único. A designação estabelecida pelo caput deste artigo, terá efeito até que o Município de Quilombo efetue a contratação de profissional para o cargo em questão, através do correspondente Concurso Público.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, 05 de novembro de 2019.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Em ___/11/2019

Lei Municipal 1087/1993

Tairone Padilha dos Santos
Funcionário Designado

DECRETO Nº 281/2019 - DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2217649

DECRETO Nº 281/2019 - DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SANDRO SERAFINI PARA O CARGO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IV, do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Inciso II do Artigo 9º da Lei Municipal nº.032 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Artigo 3º da Lei Complementar nº.031 – Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais de 05 de dezembro de 2001. DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, a partir de 04 de novembro de 2019, Sandro Serafini, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Diretor de Departamento, com lotação na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 01 de novembro de 2019.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicado

Em __/11/2019.

Lei Municipal nº 1087/1993

Eleni Segalla

Funcionária Designada

DECRETO Nº 284/2019 - DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2217701

DECRETO Nº 284/2019 - DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SAMANTA PEREIRA ABREU CAMPOS PARA O CARGO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IV, do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Inciso II do Artigo 9º da Lei Municipal nº.032 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Artigo 3º da Lei Complementar nº.031 – Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais de 05 de dezembro de 2001. DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, a partir de 06 de novembro de 2019, Samanta Pereira Abreu Campos, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Chefe de Setor, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 05 de novembro de 2019.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicado

Em __/11/2019.

Lei Municipal nº 1087/1993

Eleni Segalla

Funcionária Designada

EXTRATO 127/2019

Publicação Nº 2216588

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE QUILOMBO	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	127/2019
Contratante.:	MUNICÍPIO DE QUILOMBO
Contratada.:	SUL MÁQUINAS TERRAPLENAGEM EIRELI
Objeto :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PATROAMENTO COM MÁQUINA MOTONIVELADORA E COMPACTAÇÃO COM ROLO COMPACTADOR, CONFORME NECESSIDADE DO MUNICÍPIO, VISANDO ATENDER TODA A MALHA VIÁRIA MUNICIPAL EXISTENTE (CIDADE E INTERIOR).
Valor :	R\$ 155.000,00 (Cento e cinquenta e cinco mil reais).
Vigência :	Início: 30/09/2019 a 30/12/2019.
Licitação :	PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2019.
Recursos :	2.059 3.3.90.00 1000
QUILOMBO, 30 de Setembro de 2019.	
SILVANO DE PARIZ	
Prefeito Municipal	
Extrato Contratual	

EXTRATO 128/2019

Publicação Nº 2216590

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE QUILOMBO	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	128/2019
Contratante.:	MUNICÍPIO DE QUILOMBO
Contratada.:	MAQTER TERRAPLENAGEM EIRELI EPP
Objeto :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO, COM CASCALHAMENTO, COM OU SEM REABERTURA DAS MESMAS, E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CASCALHAMENTO, CONFORME DEMANDA DO MUNICÍPIO, EM ATENDIMENTO AO PROGRAMA PORTEIRA ADENTRO, IMPLANTADO ATRAVÉS DA LEI MUNICIPAL 2.666/2017 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017, VISANDO ATENDER TODA A MALHA VIÁRIA MUNICIPAL EXISTENTE (CIDADE E INTERIOR).
Valor :	R\$ 118.842,00 (Cento e dezoito mil e oitocentos e quarenta e dois reais)
Vigência :	Início: 30/09/2019 a 30/03/2020.
Licitação :	PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2019.
Recursos :	2.059 3.3.90.00 1000
QUILOMBO, 30 de Setembro de 2019.	
SILVANO DE PARIZ	
Prefeito Municipal	
Extrato Contratual	

EXTRATO 129/2019

Publicação Nº 2216591

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE QUILOMBO	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO SUPERIOR Nº. 119/2019.
Contratante.:	MUNICÍPIO DE QUILOMBO
Contratada.:	JALMEC PRESTADORA DE SERVIÇOS INDUSTRIAIS LTDA
Objeto :	PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO SUPERIOR Nº. 119/2019.
Vigência :	De 12/10/2019 à 10/11/2019.

Licitação :	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 77/2019.
QUILOMBO, 07 de Outubro de 2019.	
SILVANO DE PARIZ Prefeito Municipal	

EXTRATO 130/2019

Publicação Nº 2216597

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE QUILOMBO	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	DÉCIMO NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO SUPERIOR Nº. 89/2014.
Contratante.:	MUNICIPIO DE QUILOMBO
Contratada.:	CONSTRUTORA CONAV LTDA ME
Objeto :	DÉCIMO NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO SUPERIOR Nº. 89/2014.
Vigência :	Até 07/11/2019.
Licitação :	TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 87/2014
QUILOMBO, 08 de Outubro de 2019.	
SILVANO DE PARIZ Prefeito Municipal	
Extrato Contratual	

EXTRATO 131/2019

Publicação Nº 2216598

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE QUILOMBO	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	131/2019
Contratante.:	MUNICÍPIO DE QUILOMBO
Contratada.:	CHARLES KRAMER ME
Objeto :	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE UMA PLATAFORMA ELEVATÓRIA VERTICAL DE ACESSIBILIDADE, NOVA, EXCLUSIVA PARA CADEIRANTES E PESSOAS COM MOBILIDADE REDUZIDA.
Valor :	R\$ 22.500,00 (Vinte e dois mil e quinhentos reais).
Vigência :	Início : 09/10/2019 Término : 31/12/2019.
Licitação :	PREGÃO PRESENCIAL Nº 87/2019
Dotação :	1.014 3.3.90.00 1001 e 3001
QUILOMBO, 09 de Outubro de 2019.	
SILVANO DE PARIZ Prefeito Municipal	

EXTRATO 132/2019

Publicação Nº 2216599

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE QUILOMBO	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	128/2019
Contratante.:	MUNICÍPIO DE QUILOMBO
Contratada.:	MAQTER TERRAPLENAGEM EIRELI EPP

Objeto :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO, COM CASCALHAMENTO, COM OU SEM REABERTURA DAS MESMAS, E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CASCALHAMENTO, CONFORME DEMANDA DO MUNICÍPIO, EM ATENDIMENTO AO PROGRAMA PORTEIRA ADENTRO, IMPLANTADO ATRAVÉS DA LEI MUNICIPAL 2.666/2017 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017, VISANDO ATENDER TODA A MALHA VIÁRIA MUNICIPAL EXISTENTE (CIDADE E INTERIOR).
Valor :	R\$ 118.842,00 (Cento e dezoito mil e oitocentos e quarenta e dois reais)
Vigência :	Início: 30/09/2019 a 30/03/2020.
Licitação :	PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2019.
Recursos :	2.059 3.3.90.00 1000
QUILOMBO, 30 de Setembro de 2019.	
SILVANO DE PARIZ	
Prefeito Municipal	
Extrato Contratual	

EXTRATO 133/2019

Publicação Nº 2216624

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE QUILOMBO	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO SUPERIOR Nº. 112/2019.
Contratante.:	MUNICÍPIO DE QUILOMBO
Contratada.:	ENGEDIX SOLUÇÕES DE ENGENHARIA EIRELI
Objeto :	PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO SUPERIOR Nº. 112/2019.
Valor acrescido:	R\$ 2.390,68 (Dois mil, trezentos e noventa reais e sessenta e oito centavos).
Vigência :	Início: 16/10/2019 Término: 26/12/2019.
Licitação :	TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 55/2019.
Dotação :	1.057 4.4.90.00 1000
QUILOMBO, 16 de Outubro de 2019.	
SILVANO DE PARIZ	
Prefeito Municipal	
Extrato Contratual	

EXTRATO 134/2019

Publicação Nº 2216627

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE QUILOMBO	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO SUPERIOR Nº. 112/2019.
Contratante.:	MUNICÍPIO DE QUILOMBO
Contratada.:	ENGEDIX SOLUÇÕES DE ENGENHARIA EIRELI
Objeto :	SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO SUPERIOR Nº. 112/2019.
Valor suprimido:	R\$ 780,17 (Setecentos e oitenta reais e dezessete centavos).
Vigência :	Início: 16/10/2019 Término: 26/12/2019.
Licitação :	TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 55/2019.
QUILOMBO, 16 de Outubro de 2019.	
SILVANO DE PARIZ	
Prefeito Municipal	
Extrato Contratual	

EXTRATO 135/2019

Publicação Nº 2216629

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE QUILOMBO	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	DÉCIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO SUPERIOR Nº. 150/2015.
Contratante.:	MUNICÍPIO DE QUILOMBO
Contratada.:	CONSTRUTORA BANDERA LTDA EPP
Objeto :	DÉCIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO SUPERIOR Nº. 150/2015.
Vigência :	De 21/10/2019 até 31/12/2019
Licitação :	TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 120/2015
QUILOMBO, 17 de Outubro de 2019.	
SILVANO DE PARIZ	
Prefeito Municipal	
Extrato Contratual	

EXTRATO 136/2019

Publicação Nº 2216633

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE QUILOMBO	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato nº.:	136/2019
Contratante.:	MUNICÍPIO DE QUILOMBO
Contratada.:	SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SC - SEBRAE
Objeto :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA PARA ELABORAÇÃO DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICA VISANDO A IMPLANTAÇÃO DE UM HOTEL NO MUNICÍPIO DE QUILOMBO/SC.
Valor :	R\$ 10.000,00 (Dez mil reais).
Vigência :	Início : 18/10/2019 Término : 31/12/2019.
Licitação :	Dispensa de Licitação p/Compras e Serviços Nº 90/2019.
Recursos :	2053 3.3.90.00 1000
QUILOMBO, 18 de Outubro de 2019.	
SILVANO DE PARIZ	
Prefeito Municipal	
Extrato Contratual	

EXTRATO 137/2019

Publicação Nº 2216637

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE QUILOMBO	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	137/2019.
Contratante.:	MUNICÍPIO DE QUILOMBO
Contratada.:	WINCK ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI ME
Objeto :	AQUISIÇÃO DE EMPREITADA INTEGRAL PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE ACESSIBILIDADE NO PRÉDIO ONDE FICA LOCALIZADA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, QUILOMBO/SC.
Valor :	R\$ 22.750,99 (Cento e oitenta mil e duzentos e noventa e cinco reais e trinta e oito centavos).
Vigência :	Início: 21/10/2019 Término: 31/12/2019.
Licitação :	DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 92/2019.

Dotação :	1.014 4.4.90.00 1001 e 3001
Quilombo, 21 de Outubro de 2019.	
SILVANO DE PARIZ	
Prefeito Municipal	
Extrato Contratual	

EXTRATO 138/2019

Publicação Nº 2216640

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE QUILOMBO	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO SUPERIOR Nº. 112/2019.
Contratante.:	MUNICÍPIO DE QUILOMBO
Contratada.:	ENGEDIX SOLUÇÕES DE ENGENHARIA EIRELI
Objeto :	TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO SUPERIOR Nº. 112/2019.
Valor acrescido:	R\$ 1.830,08 (Um mil, oitocentos e trinta reais e oito centavos).
Vigência :	Início: 22/10/2019 Término: 26/12/2019.
Licitação :	TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 55/2019.
Dotação :	1.057 4.4.90.00 1000
QUILOMBO, 22 de Outubro de 2019.	
SILVANO DE PARIZ	
Prefeito Municipal	
Extrato Contratual	

EXTRATO 139/2019

Publicação Nº 2216643

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE QUILOMBO	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO SUPERIOR Nº. 112/2019.
Contratante.:	MUNICÍPIO DE QUILOMBO
Contratada.:	ENGEDIX SOLUÇÕES DE ENGENHARIA EIRELI
Objeto :	QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO SUPERIOR Nº. 112/2019.
Valor suprimido:	R\$ 5.123,02 (Cinco mil, cento e vinte e três reais e dois centavos)
Vigência :	Início: 22/10/2019 Término: 26/12/2019.
Licitação :	TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 55/2019.
QUILOMBO, 22 de Outubro de 2019.	
SILVANO DE PARIZ	
Prefeito Municipal	
Extrato Contratual	

EXTRATO 140/2019

Publicação Nº 2216644

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE QUILOMBO	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO SUPERIOR Nº. 51/2019.
Contratante.:	MUNICÍPIO DE QUILOMBO
Contratada.:	CONSTRUÇÕES ANTUNES EIRELI ME
Objeto :	QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO SUPERIOR Nº. 51/2019.
Vigência :	Início: 26/10/2019 Término: 24/11/2019.
Licitação :	TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 28/2019.

QUILOMBO, 25 de Outubro de 2019.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Extrato Contratual

EXTRATO 141/2019

Publicação Nº 2216645

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE QUILOMBO	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO SUPERIOR Nº. 92/2019.
Contratante.:	MUNICÍPIO DE QUILOMBO
Contratada.:	CONCISA PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA
Objeto :	SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO SUPERIOR Nº. 92/2019.
Vigência :	Início: 29/10/2019 Término: 27/11/2019.
Licitação :	TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 52/2019.
QUILOMBO, 25 de Outubro de 2019.	

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Extrato Contratual

EXTRATO 53/2019 FMS

Publicação Nº 2216575

Estado de Santa Catarina	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO SUPERIOR Nº 5/2019
Contratante.:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO
Contratada.:	IVANOR ANTONIO BEE 73277533972
Objeto :	PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO SUPERIOR Nº 5/2019
Valor :	R\$ 9.300,00 (Nove mil e trezentos reais)
Vigência :	Início : 09/10/2019 Término : 31/12/2019.
Licitação :	PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2019
Dotação :	2073 3.3.90.00 1002

QUILOMBO, 09 de Outubro de 2019.

NEDIO LUIZ CONCI

Secretário Municipal de Saúde

Extrato Contratual

EXTRATO 54/2019 FMS

Publicação Nº 2216576

Estado de Santa Catarina	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS - QUILOMBO	
EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO	
Contrato nº	CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 54/2019.
Participantes:	MUNICÍPIO DE QUILOMBO ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A NOAL DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA.
Objeto :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS COM FINALIDADES DIAGNÓSTICAS POR ULTRASSONOGRAFIA, RESSONÂNCIA E TOMOGRAFIA, PARA ATENDER AOS PACIENTES USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, DO MUNICÍPIO DE QUILOMBO-SC.

Valor estimado :	R\$ 100.175,60 (Cem mil, cento e setenta e cinco reais e sessenta centavos)
Vigência :	24/10/2019 a 24/10/2020.
Dotação :	2.081 3.3.90.00 1067
Quilombo, 24 de Outubro de 2019.	
NÉDIO LUIZ CONCI	
Secretário Municipal da Saúde	
Extrato de Contrato	

EXTRATO 55/2019 FMS

Publicação Nº 2216578

Estado de Santa Catarina	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO	
EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO	
Contrato nº	CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 55/2019.
Participantes:	MUNICÍPIO DE QUILOMBO ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E SCOTTI & BASSO LTDA.
Objeto :	prestação de serviços PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DIAGNÓSTICOS POR TOMOGRAFIA, RADIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO ORTODÔNTICA NA ESPECIALIDADE DE ODONTOLOGIA.
Valor estimado:	R\$ 46.050,00 (Quarenta e seis mil e cinquenta reais).
Vigência :	04/11/2019 a 04/11/2020.
Dotação :	2073 3.3.90.00 0.1.02
Quilombo, 04 de Novembro de 2019.	
NÉDIO LUIZ CONCI	
Secretário Municipal da Saúde	
Extrato de Contrato	

PORTARIA Nº. 1277/2019 - DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2217651

PORTARIA Nº. 1277/2019 - DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIA DE FATIMA ANDRADE RAMOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à Servidora Pública Municipal, Maria De Fatima De Andrade Ramos (1820), ocupante do cargo de Técnica de Enfermagem, por determinação médica e conforme atestado, por 03 (três) dias, de 30 de outubro a 01 de novembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 01 de novembro de 2019.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ____/____/____

Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla

Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 1278/2019 - DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2217652

PORTARIA Nº. 1278/2019 - DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIA INÊS BODANESE ROSSETTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, à Servidora Pública Municipal, Maria Inês Bodanese Rossetto (20263), ocupante do cargo de Assessor de Secretaria Municipal, por determinação médica e conforme atestado, nos dias 31 de outubro e 01 de novembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 01 de novembro de 2019.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla

Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 1279/2019 - DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2217653

PORTARIA Nº. 1279/2019 - DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ZANETE MARIA BUGANÇA PARAVISE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, à Servidora Pública Municipal, Zanete Maria Bugança Paravise, (2046) ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, por determinação médica e conforme atestado, nos dias 31 de outubro e 01 de novembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 01 de novembro de 2019.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla

Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 1280/2019 - DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2217655

PORTARIA Nº. 1280/2019 - DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ROSEMARI PIOVEZAN COMACHIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública Municipal, Rosimari Piovezan Comachio, (19844,1330), ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, no dia 04 de novembro de 2019, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 6046, de 01 de novembro de 2019.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o saldo do banco de horas da referida servidora será de 3h25min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 01 de novembro de 2019.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ____/____/____

Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla

Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 1281/2019 - DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2217657

PORTARIA Nº. 1281/2019 - DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA REALIZAR CONSULTA MÉDICA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DILVETE MARIA ZANATTO VARIANI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, Dilvete Maria Zanatto Variani (547/632), ocupante do cargo de Professora do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), no dia 06 de novembro de 2019, no período vespertino, para realizar consulta médica, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 6047, de 01 de novembro de 2019.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, a servidora deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 11 de novembro de 2019, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que a Servidora tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 04 de novembro de 2019.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ____/____/____

Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla
Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 1282/2019 - DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2217658

PORTARIA Nº. 1282/2019 - DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL RILDO JOSÉ BEBER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso XIII, do Artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto no Art. 60, Capítulo III da Lei Complementar nº.32 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de 05 de dezembro de 2001, e conforme Requerimento sob protocolo nº 6051, de 01 de novembro de 2019,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER FÉRIAS ao servidor público municipal Rildo José Beber (117), nos dias 06 de novembro de 2019, no período matutino, 07 de novembro de 2019, no período integral, e no dia 08 de novembro de 2019, no período vespertino, em compensação aos dias que foram suprimidos devido a Portaria Nº006/2018 - de 03 de janeiro de 2018, restando a partir da execução desta, o saldo de 05(cinco) dias e 04(quatro) horas de férias a serem gozados posteriormente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 04 de novembro de 2019.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla
Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 1283/2019 - DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2217659

PORTARIA Nº. 1283/2019 - DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DECIO MICREIVI CHAVES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, ao Servidor Público Municipal, Décio Micreivi Chaves (20075), ocupante do cargo de Professor de Educação Infantil, no dia 04 de novembro de 2019, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 6052, de 04 de novembro de 2019.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o saldo do banco de horas do referido servidor será de 07h45min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 04 de novembro de 2019.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla
Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 1284/2019 - DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2217660

PORTARIA Nº. 1284/2019 - DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA REALIZAR CONSULTA MÉDICA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ROSEMARI VALESAN VAROTTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, Rosemari Valesan Varotto (20242), ocupante do cargo de Professor de Ensino Fundamental, no dia 05 de novembro de 2019, para realizar consulta médica, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 6053, de 04 de novembro de 2019.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, a servidora deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 08 de novembro de 2019, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que a Servidora tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 04 de novembro de 2019.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla

Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 1285/2019 - DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2217661

PORTARIA Nº. 1285/2019 - DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL RENATA TLUCZ PICCININ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública Municipal, Renata Tlucz Piccinin (20310), ocupante do cargo de Chefe de Programas, no dia 01 de novembro de 2019, no período vespertino, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 6055, de 04 de novembro de 2019.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo, o período não trabalhado será descontado na folha de pagamento da referida servidora, na competência 11/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 04 de novembro de 2019.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla
Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 1286/2019 - DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2217662

PORTARIA Nº. 1286/2019 - DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DAHIANE NOVELLO BOFF E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, à Servidora Pública Municipal, Dahiane Novello Boff (1898), ocupante do cargo de Enfermeira, por determinação médica e conforme atestados, por 03 (três) dias, de 04 à 06 de novembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 04 de novembro de 2019.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ____/____/____

Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla
Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 1287/2019 – DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2217698

PORTARIA Nº. 1287/2019 – DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA ACOMPANHAR MEMBRO DA FAMÍLIA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL KATIA REGINA LORENZI DAL PONT RODRIGUES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo, e de conformidade com o Inciso I do Art. 69 da Lei Complementar n.º32 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de 05 de dezembro de 2001 e considerando Parecer Social nº131/2019 da Assistência Social, protocolado sob o nº 6059, de 04 de novembro de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, Katia Regina Lorenzi Dal Pont Rodrigues (1334/20209), ocupante do cargo de Professor de Educação Infantil, no dia 04 de novembro de 2019, no período vespertino, para acompanhar membro da família em consulta médica, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 6059, de 04 de novembro de 2019.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, a servidora deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 07 de novembro de 2019, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que a Servidora tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 05 de novembro de 2019.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ____/____/_____
Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla
Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 1288/2019 - DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2217699

PORTARIA Nº. 1288/2019 - DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA ACOMPANHAR MEMBRO DA FAMÍLIA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL JULIANA RODRIGUES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo, e de conformidade com o Inciso I do Art. 69 da Lei Complementar n.º032 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de 05 de dezembro de 2001, e considerando o Parecer Social n.º 132/2019, da Assistência Social, protocolado sob o nº 6060, de 04 de novembro de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, Juliana Rodrigues (19974), ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, no dia 04 de novembro de 2019, para acompanhar membro da família em consulta médica, conforme Atestado Médico, datado de 04 de novembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 05 de novembro de 2019.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ____/____/_____
Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla
Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 1289/2019 - DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2217700

PORTARIA Nº. 1289/2019 - DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL JAIR GONÇALVES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, à Servidora Pública Municipal, Jair Gonçalves (1837), ocupante do cargo de Agente de Apoio Operacional, por determinação médica e conforme atestados, por 02 (dois) dias, em 05 e 06 de novembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 04 de novembro de 2019.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ____/____/_____
Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla
Funcionária Designada

Rancho Queimado

PREFEITURA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2019 – REGISTRO DE PREÇOS - TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM – EDITAL DE LICITAÇÃO EXCLUSIVO PARA ME/EPP/MEI

Publicação Nº 2217485

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2019 – REGISTRO DE PREÇOS - TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM – EDITAL DE LICITAÇÃO EXCLUSIVO PARA ME/EPP/MEI - O Fundo Municipal de Saúde de Rancho Queimado, torna público que até às 09:00 horas do dia 26 de novembro de 2019, estará recebendo propostas para a contratação de empresa especializada para eventual aquisição de materiais de higiene, limpeza, descartáveis e gêneros alimentícios, conforme descritos no Anexo I do Edital. O edital na sua íntegra, contendo todas as especificações encontra-se à disposição dos interessados no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas ou no site <http://www.rq.sc.gov.br/licitacoes>. Rancho Queimado/SC, em 05 de novembro 2019 – Maria Aparecida Da Silva Melo Abreu – Secretária Municipal de Saúde.

PORTARIA 318-2019 CONCEDE GRAT FORM PROFISSIONAL JORDÃO F SILVEIRA

Publicação Nº 2217187

PORTARIANº 318/2019
CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A PREFEITA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 60 da Lei Orgânica do Município de Rancho Queimado, promulgada em 31 de Março de 1990, e de acordo com a Lei Complementar nº 01/2016, anexo XI, RESOLVE:

Art. 1º – Fica concedida, nos termos dos Artigos 248, 249 e 250 da Lei Complementar nº 01/2016, Gratificação de Formação Profissional ao servidor estável JORDÃO FRANCISCO DA SILVEIRA, Operador de Máquina II, matrícula 98, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Estradas e Serviços Urbanos.

Art. 2º - O requerimento e a documentação que comprova a habilitação deverão ser acondicionados na pasta funcional do servidor.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do mês de novembro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Rancho Queimado, em 04 de novembro de 2019.

CLECI APARECIDA VERONEZI

Prefeita Municipal

PORTARIA 319-2019 CONCEDE GRAT FORM PROFISSIONAL FIDENCIO J VOGES

Publicação Nº 2217189

PORTARIANº 319/2019
CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A PREFEITA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 60 da Lei Orgânica do Município de Rancho Queimado, promulgada em 31 de Março de 1990, e de acordo com a Lei Complementar nº 01/2016, anexo XI, RESOLVE:

Art. 1º – Fica concedida, nos termos dos Artigos 248, 249 e 250 da Lei Complementar nº 01/2016, Gratificação de Formação Profissional ao servidor estável FIDENCIO JOSÉ VOGES, Operador de Máquina I, matrícula 77, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente.

Art. 2º - O requerimento e a documentação que comprova a habilitação deverão ser acondicionados na pasta funcional do servidor.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do mês de novembro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Rancho Queimado, em 04 de novembro de 2019.

CLECI APARECIDA VERONEZI

Prefeita Municipal

PORTARIA 320-2019 CONCEDE GRAT FORM PROFISSIONAL ALICIO K BOURDOT

Publicação Nº 2217192

PORTARIANº 320/2019
CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A PREFEITA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 60 da Lei Orgânica do Município de Rancho Queimado, promulgada em 31 de Março de 1990, e de acordo com a Lei Complementar nº 01/2016, anexo XI, RESOLVE:

Art. 1º – Fica concedida, nos termos dos Artigos 248, 249 e 250 da Lei Complementar nº 01/2016, Gratificação de Formação Profissional ao servidor estável ALICIO KILIANO BOURDOT, Agente Operacional II, matrícula 74, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Estradas e Serviços Urbanos.

Art. 2º - O requerimento e a documentação que comprova a habilitação deverão ser acondicionados na pasta funcional do servidor.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do mês de novembro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Rancho Queimado, em 04 de novembro de 2019.
CLECI APARECIDA VERONEZI
Prefeita Municipal

PORTARIA 321-2019 CONCEDE GRAT FORM PROFISSIONAL JAIME EGER

Publicação Nº 2217195

PORTARIANº 321/2019
CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A PREFEITA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 60 da Lei Orgânica do Município de Rancho Queimado, promulgada em 31 de Março de 1990, e de acordo com a Lei Complementar nº 01/2016, anexo XI, RESOLVE:

Art. 1º – Fica concedida, nos termos dos Artigos 248, 249 e 250 da Lei Complementar nº 01/2016, Gratificação de Formação Profissional ao servidor estável JAIME EGER, Operador de Máquina II, matrícula 47, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Estradas e Serviços Urbanos.

Art. 2º - O requerimento e a documentação que comprova a habilitação deverão ser acondicionados na pasta funcional do servidor.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do mês de novembro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Rancho Queimado, em 04 de novembro de 2019.
CLECI APARECIDA VERONEZI
Prefeita Municipal

PORTARIA 322-2019 CONCEDE GRAT FORM PROFISSIONAL JEFERSON SCHAFER

Publicação Nº 2217197

PORTARIANº 322/2019
CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A PREFEITA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 60 da Lei Orgânica do Município de Rancho Queimado, promulgada em 31 de Março de 1990, e de acordo com a Lei Complementar nº 01/2016, anexo XI, RESOLVE:

Art. 1º – Fica concedida, nos termos dos Artigos 248, 249 e 250 da Lei Complementar nº 01/2016, Gratificação de Formação Profissional ao servidor estável JEFERSON SCHAFER, Operador de Máquina II, matrícula 165, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Estradas e Serviços Urbanos.

Art. 2º - O requerimento e a documentação que comprova a habilitação deverão ser acondicionados na pasta funcional do servidor.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do mês de novembro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Rancho Queimado, em 04 de novembro de 2019.
CLECI APARECIDA VERONEZI
Prefeita Municipal

PORTARIA 323-2019 CONCEDE GRAT FORM PROFISSIONAL MAICO L JASPER

Publicação Nº 2217198

PORTARIANº 323/2019
CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A PREFEITA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 60 da Lei Orgânica do Município de Rancho Queimado, promulgada em 31 de Março de 1990, e de acordo com a Lei Complementar nº 01/2016, anexo XI, RESOLVE:

Art. 1º – Fica concedida, nos termos dos Artigos 248, 249 e 250 da Lei Complementar nº 01/2016, Gratificação de Formação Profissional ao servidor estável MAICO LUIS JASPER, Motorista II, matrícula 137, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Estradas e Serviços Urbanos.

Art. 2º - O requerimento e a documentação que comprova a habilitação deverão ser acondicionados na pasta funcional do servidor.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do mês de novembro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Rancho Queimado, em 04 de novembro de 2019.
CLECI APARECIDA VERONEZI
Prefeita Municipal

PORTARIA 324-2019 CONCEDE GRAT FORM PROFISSIONAL CLAUDIO G VENTURA

Publicação Nº 2217201

PORTARIANº 324/2019
CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A PREFEITA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 60 da Lei Orgânica do Município de Rancho Queimado, promulgada em 31 de Março de 1990, e de acordo com a Lei Complementar nº 01/2016, anexo XI, RESOLVE:

Art. 1º – Fica concedida, nos termos dos Artigos 248, 249 e 250 da Lei Complementar nº 01/2016, Gratificação de Formação Profissional ao servidor estável CLAUDIO GILBERTO VENTURA, Operador de Máquina II, matrícula 6, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Estradas e Serviços Urbanos.

Art. 2º - O requerimento e a documentação que comprova a habilitação deverão ser acondicionados na pasta funcional do servidor.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do mês de novembro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Rancho Queimado, em 04 de novembro de 2019.
CLECI APARECIDA VERONEZI
Prefeita Municipal

PORTARIA 325-2019 CONCEDE GRAT FORM PROFISSIONAL ODIVAN ABREU

Publicação Nº 2217202

PORTARIANº 325/2019
CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A PREFEITA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 60 da Lei Orgânica do Município de Rancho Queimado, promulgada em 31 de Março de 1990, e de acordo com a Lei Complementar nº 01/2016, anexo XI, RESOLVE:

Art. 1º – Fica concedida, nos termos dos Artigos 248, 249 e 250 da Lei Complementar nº 01/2016, Gratificação de Formação Profissional ao servidor estável ODIVAN ABEU, Motorista II, matrícula 153, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Estradas e Serviços Urbanos.

Art. 2º - O requerimento e a documentação que comprova a habilitação deverão ser acondicionados na pasta funcional do servidor.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do mês de novembro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Rancho Queimado, em 04 de novembro de 2019.
CLECI APARECIDA VERONEZI
Prefeita Municipal

PORTARIA 326-2019 CONCEDE GRAT FORM PROFISSIONAL CLAUDIO KRAUS

Publicação Nº 2217207

PORTARIA Nº 326/2019
CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A PREFEITA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 60 da Lei Orgânica do Município de Rancho Queimado, promulgada em 31 de Março de 1990, e de acordo com a Lei Complementar nº 01/2016, anexo XI, RESOLVE:

Art. 1º – Fica concedida, nos termos dos Artigos 248, 249 e 250 da Lei Complementar nº 01/2016, Gratificação de Formação Profissional ao servidor estável CLAUDIO KRAUS, Motorista I, matrícula 135, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - O requerimento e a documentação que comprova a habilitação deverão ser acondicionados na pasta funcional do servidor.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do mês de novembro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Rancho Queimado, em 04 de novembro de 2019.
CLECI APARECIDA VERONEZI
Prefeita Municipal

PORTARIA 327-2019 CONCEDE FERIAS MICHELE JASPER

Publicação Nº 2217208

PORTARIA Nº 327/2019
CONCEDE FÉRIAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO, usando da competência que lhe confere o artigo 60 da Lei Orgânica do Município de Rancho Queimado, RESOLVE CONCEDER 15 (quinze) dias de FÉRIAS de 05 a 19 de novembro de 2019 a MICHELE JASPER, referente ao período aquisitivo de 2018/2019.

Rancho Queimado, em 05 de novembro de 2019.
CLECI APARECIDA VERONEZI
Prefeita Municipal

Rio do Campo

PREFEITURA

383 PORTARIA Nº 383 DISPOE SOBRE LICENÇA MATERINIDADE DA SERVIDORA ALVINA MUNIZ

Publicação Nº 2216698

Portaria nº. 383, de 05 de outubro de 2019.

"Dispõe sobre Licença Maternidade da Servidora ALVINA MUNIZ"

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido Licença Maternidade a servidora ALVINA MUNIZ, matrícula 34360, de acordo com atestado médico emitido pelo Dr. Kleber Andrey Costa, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, com início no dia 05 de novembro de 2019 e término no dia 03 de maio de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 05 de novembro de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 05 de novembro de 2019.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Lenoir Menegazzi
Chefe de Gabinete
Resp pela Sec de Adm e Finanças

RESOLUÇÃO CMAS/RC Nº 11/2019

Publicação Nº 2216434

RESOLUÇÃO CMAS/RC Nº 11/2019

Dispõe sobre a aprovação do demonstrativo de gestão do SUAS (Demonstrativo de Serviços/Programas, Demonstrativo de Gestão do PBF e Demonstrativo de Gestão SUAS) referente ao ano de 2018.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS do município de Rio do Campo/SC, em Reunião Plenária Ordinária, realizada no dia trinta de outubro de 2019, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 1.909, de 10 de setembro de 2013, e

Considerando a Constituição Federal de 1988, a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS/2011, a Política Nacional de Assistência Social/2004, a Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS/2012, a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB/RH/SUAS/2006 e a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais – Resolução CNAS 109/2009,

Resolve:

Art. 1º: Aprovar por unanimidade o Demonstrativo Físico Financeiro de gestão do SUAS (Demonstrativo de Serviços/Programas, Demonstrativo de Gestão do PBF e Demonstrativo de Gestão SUAS), para cofinanciamento do Governo Federal do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, referente ao ano de 2018;

Art. 2º: Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Campo, 30 de outubro de 2019.

Vilaine Aparecida Varela dos Santos
Presidente do CMAS

TERMO ADITIVO Nº 01/2019 AO CONTRATO Nº 38/2019 P3 ENGENHARIA

Publicação Nº 2216703

Contrato Nº : 38/2019

Aditivo Nº : 01/2019

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO

Contratada : P3 ENGENHARIA ELETRICA LTDA

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 1/2019

Objeto : PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS PROJETOS REFERENTES AO SISTEMA FOTOVOLTAICO POR MAIS 30 (TRINTA) DIAS, CONTADOS A PARTIR DO DIA 02/11/2019.

Vigência : Início: 01/11/2019 Término: 31/12/2019

Assinatura : 31/10/2019

Rio do Oeste

PREFEITURA

LEI_2275_DENOMINA_RUA_NARCISO_PACHER

Publicação Nº 2216412

LEI Nº 2.275, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Denomina via pública do perímetro urbano do Município de Rio do Oeste.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou:

Art. 1º Denominar-se-á “RUA NARCISO PACHER”, a via pública existente, localizada no Bairro Morro do Café, com extensão de aprox. 673,00 metros e largura de 12,00 metros, que parte da Rodovia SC 350, seguindo em direção sul até a divisa de terras do Loteamento Nova Esperança e Wilson Antonio Pacher.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Oeste - SC, 05 de novembro de 2019.

HUMBERTO PESSATTI

Prefeito de Rio do Oeste

Esta Lei foi registrada no Diário Oficial dos Municípios em 05/11/2019.

FLÁVIO MALIKOSKI

Secretário de Administração e Fazenda

PORTARIA 8370

Publicação Nº 2217167

PORTARIA Nº 8370 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

“Concede Função Gratificada ao Servidor”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 36 da Lei nº 1720/2007.
RESOLVE

Art. 1º CONCEDER Função Executiva de Confiança (FEC-6) de 50% ao Servidor NATAL NOLLI, matrícula 4532-02, ocupante do Cargo Efetivo de Operário, na Secretaria de Serviços Urbanos, para efetuar a manutenção preventiva/corretiva dos equipamentos da Defesa Civil do município.

Art. 2º Revoga Portaria 7790 de 13 de fevereiro de 2017.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Rio do Oeste, 05 de novembro de 2019.

HUMBERTO PESSATTI

Prefeito Municipal

FLAVIO MALIKOSKI

Secretário de Administração e Fazenda

PROCESSO 097/2019 - LEILOEIROS (RETIFICA O TEXTO DO EXTRATO PUBLICADO EM 31/10/2019)

Publicação Nº 2216634

ESTADO DE SANTA CATARINA – PREFEITURA DE RIO DO OESTE – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 097/2019 – INEXIGIBILIDADE Nº 013/2019 – CREDENCIAMENTO 003/2019. OBJETO: Credenciamento visando a Contratação de de Leiloeiros Oficiais.

Altera o descritivo do presente resumo publicado em 31 de outubro de 2019, na forma abaixo:

Onde se lia-se: As inscrições para o Credenciamento terão início a partir das 16:00 horas do dia 15/11/2019;

Passa-se a ler: As inscrições para o Credenciamento terão início a partir das 15:00 horas do dia 18 de novembro de 2019.

Rio do Oeste, 05 de novembro de 2019.
HUMBERTO PESSATTI
Prefeito

PROCESSO 100/2019 - CESTA BÁSICA

Publicação Nº 2217341

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 100/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 059/2019.

TIPO DE JULGAMENTO: Menor Preço por item. OBJETO: Registro de Preços para a Aquisição de KIT Cesta Básica e Leite para atender as Famílias Carentes do Município. Recebimento dos envelopes: até as 09:00 horas do dia 20/11/2019. Credenciamento: após o Recebimento dos envelopes. Abertura dos envelopes de Proposta de Preços para inserção no sistema: Após o credenciamento. A íntegra do Edital está no site: <https://riodooste.atende.net>, no link "consulta de licitações". Mais informações através do telefone (47) 3543 – 0261.

Rio do Oeste, 05 de novembro de 2019

HUMBERTO PESSATTI

Prefeito

Rio do Sul

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 015/2019/FMAS

Publicação Nº 2216881

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2019

Pregão Presencial Nº 7/2019

Validade: 12 Meses

Aos vinte e três dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL por meio do(a) FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, situado na VERDE VALE Nº. cliente_numero77, CANTA GALO, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 12.984.303/0001-75, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 7/2019, RESOLVE registrar os valores oferecidos para REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE CESTAS BÁSICAS, A FIM DE ATENDER ÀS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL/SC., pelo período de até 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes
CPF/CNPJ

NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA, neste ato representado por MARCOS ANTONIO BANDEIRA

14.320.137/0001-38

CATARINENSE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, neste ato representado por JONATHAN DE LIMA PINTO

26.556.616/0001-37

LICIFRANN COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, neste ato representado por WILLIAN ROBERTO DE SOUZA

18.522.712/0001-36

ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, neste ato representado por JOSÉ JACINTO MARTINS FILHO

14.990.312/0001-02

COMERCIAL STORINNY LTDA ME, neste ato representado por VALTER PLACIDO DOS SANTOS JUNIOR

73.977.480/0001-19

ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA. ME, neste ato representado por ROBSON NATANAEL CHIQUEIO

21.593.746/0001-26

CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME, neste ato representado por CLEITON DE SOUZA

18.531.205/0001-69

PARANA FOODS COMERCIO EIRELI EPP, neste ato representado por MARLON EISING

24.170.620/0001-37

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1. CONTRATAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE CESTAS BÁSICAS, A FIM DE ATENDER ÀS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL/SC., em um prazo que se estende até 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE RIO DO SUL, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 31556108 - ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA. ME

Item

Descrição
Unidade
Marca
Qtde. Item
Valor Unitário
Valor Total

1

Cestas básicas, contendo: uma unidade de 05 kg. de açúcar refinado, uma unidade de 05 kg de arroz parabolizado tipo 1. Uma unidade de óleo de soja refinado 900 ml, 02 pacote de café a vácuo 500 gramas. com selo de pureza da ABIC, duas unidades de 01 kg. farinha de trigo especial 1ª linha, uma unidade de 01 kg. sal refinado iodado, uma unidade 01 kg. fubá fino, uma unidade 01 kg. feijão preto, duas unidades de 01 kg. massa com ovos tipo parafuso e 01 unidade de leite em pó integral 400 gramas lata ou pacote, 01 unidade de extrato de tomate lata 340 gramas, 01 unidade de achocolatado em pó 400 gramas, 01 unidade biscoito sortido doce pacote 400 gramas, 01 unidade de margarina com sal 500 gramas, 01 unidade doce de frutas sabores: banana ou uva de 400 gramas .

U

ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA . ME

1.620,00000

R\$96,8000

R\$156.816,0000

2

Cestas básicas, contendo: uma unidade de 05 kg. de açúcar refinado, uma unidade de 05 kg de arroz parabolizado tipo 1. Uma unidade de óleo de soja refinado 900 ml, 02 pacote de café a vácuo 500 gramas. com selo de pureza da ABIC, duas unidades de 01 kg. farinha de trigo especial 1ª linha, uma unidade de 01 kg. sal refinado iodado, uma unidade 01 kg. fubá fino, uma unidade 01 kg. feijão preto, duas unidades de 01 kg. massa com ovos tipo parafuso e 01 unidade de leite em pó integral 400 gramas lata ou pacote, 01 unidade de extrato de tomate lata 340 gramas, 01 unidade de achocolatado em pó 400 gramas, 01 unidade biscoito sortido doce pacote 400 gramas, 01 unidade de margarina com sal 500 gramas, 01 unidade doce de frutas sabores: banana ou uva de 400 gramas .

U

ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA . ME

180,00000

R\$96,8000

R\$17.424,0000

Total do Fornecedor:

R\$174.240,0000

Total Geral dos Itens:

R\$174.240,0000

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de até 12 meses é de R\$174.240,00 (cento e setenta e quatro mil e duzentos e quarenta)

Rio do Sul (SC), 23 de Setembro de 2019

ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA. ME

ROBSON NATANAEL CHIQUIO

CONTRATADA

DANIELLA CRISTINA ZANELLA RADKE

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSIST. E DESENV. SOCIAL

CPF: 004.185.619-82

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE NOTIFICAÇÕES PRELIMINARES Nº 23/2019

Publicação Nº 2216471

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/SC
FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E POSTURAS

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE NOTIFICAÇÕES PRELIMINARES Nº 023/2019

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS, NOS TERMOS DO ARTIGO 709, DO PLANO DIRETOR – LEI COMPLEMENTAR Nº 163, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2006, DO LANÇAMENTO EM SEU DESFAVOR DAS RESPECTIVAS NOTIFICAÇÕES PRELIMINARES, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR).

FICAM OS CONTRIBUINTES CIENTIFICADOS QUE DISPÕEM DO PRAZO PREVISTO NO ART. 700, DO PLANO DIRETOR – LEI COMPLEMENTAR Nº 163, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2006 (TRINTA DIAS), PARA REGULARIZAR A SITUAÇÃO RESULTANTE DAS NOTIFICAÇÕES PRELIMINARES.

NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR Nº	DATA	PROTOCOLO Nº	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
8585	23/09/19	147717/2014	MAICON BENNERT	041.308.669-07

Rio do Sul, 05 de novembro de 2019.

Alexandre Matos Pereira Secretário Municipal de Administração e Fazenda	José Luiz do Nascimento Diretor do Departamento de Fiscalização
--	--

PORTARIA N. 1594/DGP DE 23 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2217458

PORTARIA N. 1594/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir de 17/10/2019 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 037/2019, designada pela Portaria n. 1328/DGP de 28 de agosto de 2019 (publicada em 02/09/2019), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 037/2019.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no artigo 7º, da Lei Complementar n. 315, de 14 de dezembro de 2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão por meio do Ofício n. 001/PAD 38/2019, de 10 de outubro de 2019, em razão da necessidade de atos para coleta de provas.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de outubro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Lso

PORTARIA Nº 1613/DGP

Publicação Nº 2217219

PORTARIA Nº 1613/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o artigo 37, inciso II da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido, a partir de 18/10/2019, a servidora NATHANIELE CRISTINE DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de MONITOR ESCOLAR, nos termos do artigo 39, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de Outubro de 2019.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Prh

PORTARIA Nº 1614/DGP

Publicação Nº 2217226

PORTARIA Nº 1614/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o artigo 37, inciso II da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido, a partir de 05/10/2019, a servidora CINTIA SCHNEIDER, ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR

DE SERVIÇOS GERAIS I, nos termos do artigo 39, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de Outubro de 2019.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Prh

PORTARIA Nº 1629/DGP

Publicação Nº 2217144

PORTARIA N. 1629/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a partir de 01/10/2019 a opção pela remuneração do cargo comissionado de CRISTIANE APARECIDA LEANDRO DE SOUZA, designada para atuar como Diretor do Departamento de Atenção à Saúde Mental através da Portaria 0027/2018/DGP de 26/01/2018, passando a optar pela remuneração do cargo de provimento efetivo e percentual de 20% (vinte por cento) incidente sobre o valor da remuneração do cargo em comissão, com fundamento no artigo 56 da Lei Complementar n.º 309 de 01/12/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 29 de outubro de 2019.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Prh

PORTARIA Nº 1656/DGP

Publicação Nº 2217100

PORTARIA Nº 1656/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o artigo 37, inciso II da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido, a partir de 30/10/2019, a servidora MARIA DE LOURDES DE CASTRO TEIXEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de PSICÓLOGO, nos termos do artigo 39, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de Novembro de 2019.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Prh

PORTARIA Nº 1657/DGP

Publicação Nº 2217107

PORTARIA Nº 1657/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o artigo 37, inciso II da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido, a partir de 29/10/2019, o servidor JOSÉ RUBENS RAITEZ, ocupante do cargo de provimento efetivo de MÉDICO PEDIATRA(20h), nos termos do artigo 39, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de Novembro de 2019.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Prh

PORTARIA Nº 1658/DGP

Publicação Nº 2217094

PORTARIA Nº 1658/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o artigo 37, inciso II da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido, a partir de 17/10/2019, o servidor PAULO ROBERTO GARCIA DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II, nos termos do artigo 39, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de novembro de 2019.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Prh

PORTARIA Nº 1659/DGP

Publicação Nº 2217124

PORTARIA Nº 1659/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o artigo 37, inciso II da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido, a partir de 28/10/2019, o servidor DAVID DANIEL SANTOS LOURENÇO, ocupante do cargo de provimento efetivo de MONITOR ESCOLAR, nos termos do artigo 39, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de Novembro de 2019.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Prh

PORTARIA Nº 1660/DGP

Publicação Nº 2217111

PORTARIA Nº 1660/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o artigo 37, inciso II da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido, a partir de 22/10/2019, a servidora MÁRCIA SUZANA DE MORAIS DA CONCEIÇÃO, ocupante do cargo de provimento efetivo de MONITOR ESCOLAR, nos termos do artigo 39, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de Novembro de 2019.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Prh

PORTARIA Nº. 1598/DGP

Publicação Nº 2216245

PORTARIA N. 1598/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora SIMONE CÁCERES ALBINO, ocupante do cargo de provimento efetivo Pedagogo (40h), para atuar como Diretora de Unidade Educacional de "Grande porte" da Rede Pública Municipal – Centro Educacional Sebastião Back, a partir de 25/09/2019, em substituição a Guilherme Hugo Payerl, durante seu impedimento legal. Pelo exercício da função, faz jus, além da remuneração de seu cargo efetivo, a uma gratificação mensal no percentual de 60% do seu vencimento base, em cumprimento ao artigo 4º da Lei Complementar n. 194/2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 24 de outubro de 2019.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Sadj

PORTARIA Nº. 1599/DGP

Publicação Nº 2216327

PORTARIA N. 1599/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora SANDRA MARA SCHONS XAVIER VENTURI, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor (40h), para atuar como Diretora de Unidade Educacional de "Grande porte" da Rede Pública Municipal – Centro Educacional Aníbal de Barba, a partir de 08/10/2019, em substituição a Goretti Schlickmann Lehmkuhl, durante seu impedimento legal. Pelo exercício da função, faz jus, além da remuneração de seu cargo efetivo, a uma gratificação mensal no percentual de 60% do seu vencimento base, em cumprimento ao artigo 4º da Lei Complementar n. 194/2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 24 de outubro de 2019.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Sadj

PORTARIA Nº. 1600/DGP

Publicação Nº 2216408

PORTARIA N.1600/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a partir de 14/10/2019, o servidor VALDENIR BORGES RIBEIRO, do cargo em comissão de Diretor do Departamento Previdenciário e NOMEAR, a partir de 15/10/2019, para o cargo em comissão de Diretor Executivo Previdenciário, no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Rio do Sul – Rio do Sul PREV, com opção pela remuneração do cargo a ser ocupado e com base nos Artigos 11 e 13, da Lei Complementar n. 401, de 22 de agosto de 2018, Artigo 56, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015 e artigo 6º da Lei Complementar n. 434, de 09 de outubro de 2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de outubro de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Sadj

PORTARIA Nº. 1601/DGP

Publicação Nº 2216521

PORTARIA N.1601/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o Artigo 1º da Portaria n. 1412/DGP de 12/09/2019, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º – REMOVER, os servidores abaixo, pertencente ao Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, por meio do Concurso Interno de Remoção - Ano Letivo 2019 e em conformidade com o disposto no Artigo 20-B, da Lei Complementar nº 075 de 20/11/2001 e suas alterações posteriores.

Servidor	Disciplina	Carga Horária	Unidade Origem	Unidade Destino	A partir de:
Rozenilda Aparecida Boeira Zanis	Educação Infantil	40 horas	CEI Navegantes	CEI Dr. Romão Trauczynski	02/09/2019
Janaina Feder	Anos Iniciais	40 horas	Secretaria Municipal de Educação	EM Ella Kurth	02/09/2019

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 09 de setembro de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Sadj

PORTARIA Nº. 1623/DGP

Publicação Nº 2216572

PORTARIA Nº. 1623/DGP

JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio Do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria n. 1448/DGP de 18/09/2019, a qual nomeia LAURA BRUNA MOSER, para exercer o cargo de provimento efetivo de MONITOR ESCOLAR, 40 horas semanais, em virtude da desistência do mesmo, nos termos do artigo 14, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Do Sul, 29 de Outubro de 2019.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
En

PORTARIA Nº. 1625/DGP

Publicação Nº 2216750

PORTARIA Nº. 1625/DGP

JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio Do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria n. 1445/DGP de 18/09/2019, a qual nomeia Daniela Lima, para exercer o cargo de provimento efetivo de Monitor Escolar, 40 horas semanais, em virtude da desistência do mesmo, nos termos do artigo 14, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Do Sul, 29 de Outubro de 2019.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
En

PORTARIA Nº. 1632/DGP

Publicação Nº 2216775

PORTARIA Nº. 1632/DGP

JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio Do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria n. 1550/DGP de 10/10/2019, a qual nomeia ALINE ROSA, para exercer o cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, 40 horas Semanais, em virtude da desistência do mesmo, nos termos do artigo 14, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Do Sul, 30 de Outubro de 2019.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
En

PORTARIA Nº. 1633/DGP

Publicação Nº 2216813

PORTARIA Nº. 1633/DGP

JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio Do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do artigo 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, THALITA TRINDADE E SILVA, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, 40 horas semanais, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 002/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Do Sul, 30 de Outubro de 2019.
JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
En

PORTARIA Nº. 1634/DGP

Publicação Nº 2216815

PORTARIA Nº. 1634/DGP

JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio Do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria n. 1350/DGP de 04/09/2019, a qual nomeia DANIEL ALEANDRO STEDILE, para exercer o cargo de provimento efetivo de Motorista de Caminhão, 40 horas semanais, em virtude da perda do prazo legal, nos termos do artigo 14, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Do Sul, 30 de Outubro de 2019.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
En

PORTARIA Nº. 1635/DGP

Publicação Nº 2216860

PORTARIA Nº. 1635/DGP

JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio Do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, nos termos do artigo 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, KAULI JOAO DOS SANTOS, para exercer o cargo de provimento efetivo de Motorista de Caminhão, 40 horas semanais, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 002/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Do Sul, 30 de Outubro de 2019.
JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
En

PORTARIA Nº. 1636/DGP

Publicação Nº 2216872

PORTARIA Nº. 1636/DGP

JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio Do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do artigo 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, NILCE DO ROCIO RIBEIRO, para exercer o cargo de

provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, 40 horas semanais, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 002/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Do Sul, 30 de Outubro de 2019.
JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
En

PORTARIA Nº. 1637/DGP

Publicação Nº 2216947

PORTARIA Nº. 1637/DGP

JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio Do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do artigo 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, RASHILA ABIGAIL DO MONTE CASCARDI, para exercer o cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, 40 horas semanais, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 002/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Do Sul, 30 de Outubro de 2019.
JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
En

RESUMO DO ADITIVO Nº 089/2019

Publicação Nº 2216589

1º TERMO ADITIVO Nº 089/2019 – DO CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE BENS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NR. 169/2019, REFERENTE AQUISIÇÃO DE CONTÊINER ADAPTADO PARA SERVIR DE REFEITÓRIO, A SER INSTALADO NO PRÉDIO CENTRAL, QUE CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA DANTI COMÉRCIO DE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS EIRELI-EPP.

Aos vinte e quatro (24) dias do mês de outubro (10) do ano de dois mil e dezenove (2019), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. José Eduardo Rothbarth Thomé, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa Danti Comércio De Produtos Industrializados Eireli- EPP, estabelecida na Rua Jota Carlos, 130, na cidade de São Paulo/SP, CEP 02226-130, inscrita no CNPJ/MF sob n. 27.590.979/0001-51, ora denominada CONTRATADA, representada pelo seu Representante Legal, Sr. Edmilson Ramos Dias, resolvem nos termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital de Pregão Presencial nº 109/2019, o contrato original de aquisição de bens e prestação de serviços nº 169/2019, datado de 04 de julho de 2019, de acordo com memorando exarado pela Secretaria de Infraestrutura, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se da alínea “b”, Inciso II, do Artigo 65, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores. Justificada através do Memorando nº 368/2019/SEINFRA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA SUPRESSÃO

Fica suprimido ao valor contratual assumido constante da Cláusula Quarta do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, o valor de R\$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais), conforme Memorando nº 368/2019/SEINFRA

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal
Contratante

Danti Comércio De Produtos Industrializados Eireli- EPP Sr. Edmilson Ramos Dias
Contratada

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:
CPF:

RESUMO DO CONTRATO Nº 256/2019

Publicação Nº 2216727

RESUMO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS Nº 256/2019

Pregão Presencial n.º 169/2019

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: José G. B. S. da Silva

Objeto: Aquisição de colete balístico, a fim de atender as necessidades da Guarda Municipal de Rio do Sul/SC.

Valor: R\$ 61.880,00 (sessenta e um mil oitocentos e oitenta reais).

Item	Qtd	Unidade	Descrição Produto	Valor Unit.	Valor Total
01	14	Unidade	Colete multi ameaça nível II, à prova de estocadas por objetos e instrumentos pontiagudos e de perfurações por projéteis de armas de fogo, modelo ostensivo, masculino, tamanho M.	R\$ 3.099,00	R\$ 43.386,00
02	01	Unidade	Colete multi ameaça nível II, à prova de estocadas por objetos e instrumentos pontiagudos e de perfurações por projéteis de armas de fogo, modelo ostensivo, masculino, tamanho GG.	R\$ 4.199,00	R\$ 4.199,00
03	01	Unidade	Colete multi ameaça nível II, à prova de estocadas por objetos e instrumentos pontiagudos e de perfurações por projéteis de armas de fogo, modelo ostensivo, masculino, tamanho XGG.	R\$ 4.699,00	R\$ 4.699,00

04	04	Unidade	Colete multi ameaça nível II, à prova de estocadas por objetos e instrumentos pontiagudos e de perfurações por projéteis de armas de fogo, modelo ostensivo, feminino, tamanho P.	R\$ 2.399,00	R\$ 9.596,00
----	----	---------	---	--------------	--------------

Vigência: Até 31 de dezembro de 2019.

Recurso: 80.01.2005.4490.5224 e demais dotações decorrentes do orçamento vigente.

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 26 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 24 de outubro de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

TERMO DE CONVOCAÇÃO KAULI JOAO DOS SANTOS

Publicação Nº 2216862

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) KAULI JOAO DOS SANTOS, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo de MOTORISTA DE CAMINHÃO, 40 horas semanais, conquistado por meio do Concurso Público nº 002/2015, homologado por meio do Decreto nº 6963 de 09/04/2018 e suas retificações posteriores.

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) por meio da Portaria n. 1635/DGP de 30/10/2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, em 06/11/2019. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Gestão de pessoas para agendar o Exame Admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com toda a documentação entregue e aprovada pelo Departamento de Gestão de Pessoas.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, CUSTEADOS PELO CANDIDATO:

Nome do Cargo	Exames necessários
Todos os cargos	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. RX DE BACIA; 6. ECG (acima 40 anos) – com laudo; 7. CREATININA (acima 40 anos); 8. LAUDO DO PSIQUIATRA; 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO.

Rio do Sul, 05 de Novembro de 2019.

Departamento de Gestão de Pessoas
Divisão de Desenvolvimento profissional

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO NILCE DO ROCIO RIBEIRO

Publicação Nº 2216875

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) NILCE DO ROCIO RIBEIRO, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, 40 horas semanais, conquistado por meio do Concurso Público nº 002/2017, homologado por meio do Decreto nº 5148 de 15/02/2016 e suas retificações posteriores.

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) por meio da Portaria n. 1636/DGP de 30/10/2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, em 06/11/2019. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Gestão de Pessoas para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional e será fornecido autorização para abertura de conta (caso não possua conta no Banco Bradesco).
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Gestão de pessoas para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com toda a documentação entregue e aprovada pelo Departamento de Gestão de Pessoas.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, CUSTEADOS PELO CANDIDATO:

Nome do Cargo	Exames necessários
Todos os cargos	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. RX DE BACIA; 6. ECG (acima 40 anos) – com laudo; 7. CREATININA (acima 40 anos); 8. LAUDO DO PSIQUIATRA; 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO.

Rio do Sul, 05 de Novembro de 2019.

Departamento de Gestão de Pessoas
Divisão de Desenvolvimento profissional

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO RASHILA ABIGAIL DO MONTE CASCARDI

Publicação Nº 2216951

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) RASHILA ABIGAIL DO MONTE CASCARDI, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, 40 horas semanais, conquistado por meio do Concurso Público nº 002/2017, homologado por meio do Decreto nº 5148 de 15/02/2016 e suas retificações posteriores.

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) por meio da Portaria n. 1637/DGP de 30/10/2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, em 06/11/2019. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Gestão de Pessoas para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional e será fornecido autorização para abertura de conta (caso não possua conta no Banco Bradesco).
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Gestão de pessoas para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com toda a documentação entregue e aprovada pelo Departamento de Gestão de Pessoas.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, CUSTEADOS PELO CANDIDATO:

Nome do Cargo	Exames necessários
Todos os cargos	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. RX DE BACIA; 6. ECG (acima 40 anos) – com laudo; 7. CREATININA (acima 40 anos); 8. LAUDO DO PSIQUIATRA; 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO.

Rio do Sul, 05 de Novembro de 2019.

Departamento de Gestão de Pessoas
Divisão de Desenvolvimento profissional

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO THALITA TRINDADE E SILVA

Publicação Nº 2216814

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) THALITA TRINDADE E SILVA, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, 40 horas semanais, conquistado por meio do Concurso Público nº 002/2015, homologado por meio do Decreto nº 6963 de 09/04/2018 e suas retificações posteriores.

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) por meio da Portaria n. 1633/DGP de 30/10/2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, em 06/11/2019. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Gestão de pessoas para agendar o Exame Admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com toda a documentação entregue e aprovada pelo Departamento de Gestão de Pessoas.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, CUSTEADOS PELO CANDIDATO:

Nome do Cargo	Exames necessários
Todos os cargos	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. RX DE BACIA; 6. ECG (acima 40 anos) – com laudo; 7. CREATININA (acima 40 anos); 8. LAUDO DO PSIQUIATRA; 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO.

Rio do Sul, 05 de Novembro de 2019.

Departamento de Gestão de Pessoas
Divisão de Desenvolvimento profissional

Confirmação Recebimento (Assinatura):

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº 1.062/2019 - TERMO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO**

Publicação Nº 2217305



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
Praça 25 de Julho, 01, 02º andar, Centro, Rio do Sul/SC
CEP 89.160-164 - Caixa Postal 209 - Telefone: (47) 3531-6300
www.camarariodosul.sc.gov.br

**RESOLUÇÃO Nº 1062, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2019**

Termo de Revogação do Processo Licitatório
nº 21/2019, representado pela Concorrência
nº 03/2019

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, no uso de sua atribuição prevista no inciso 9, art. 40 do Regimento Interno - Resolução 597/10

CONSIDERANDO a Licitação nº 21/2019 e Concorrência nº 03/2019, com o seguinte objeto: "Complemento da Estrutura Prémoldada com Elementos de Concreto Armado, como Vigas, Escadas, Pisos e Paredes; fechamento com alvenaria de vedação; instalações embutidas na alvenaria, compreendendo a rede elétrica, rede lógica e telefonia, rede hidráulica, rede sanitária, rede pluvial, sistema hidráulico preventivo, instalações de gás, e tubulação frigorígena; revestimento de alvenaria com chapisco e reboco e regularização das lajes existentes, com área total de 2.850,67m² (dois mil, oitocentos e cinquenta vírgula sessenta e sete metros quadrados), de conformidade com o Acordo de Cooperação nº 01/2018.

CONSIDERANDO que a Comissão de Licitação constatou vícios formais insanáveis no Edital nº 21/2019 após a sua publicação,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar o Processo Licitatório nº 21/2019, representado pela Concorrência nº 03/2019, em virtude do interesse público, conforme preleciona o artigo 49, caput, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 2º Fica aberto o prazo para recurso de 5 (cinco) dias úteis, conforme artigo 109, I, alínea "c" da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 5 de novembro de 2019.

MARCOS NORBERTO Assinado de forma digital por
MARCOS NORBERTO
ZANIS:00340358939
Dados: 2019.11.05 16:11:46 -03'00'
ZANIS:00340358939

MARCOS NORBERTO ZANIS
Presidente da Mesa
[assinado digitalmente]

Resolução nº 1062/2019 – Folhas 1 de 1

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 6º, parágrafo único, e art. 20, §2º, da Lei Orgânica de Municipal de Rio do Sul, com a Resolução nº 1052/2019, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Para verificar a autenticidade e integridade do documento, consulte o site <https://verificador.iti.gov.br/verifier-2.4/>

Rio dos Cedros

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2019 FS MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO TIPO COMPARAÇÃO: POR ITEM JULGAMENTO: MENOR PREÇO EDITAL DE RETIFICAÇÃO

Publicação Nº 2217564

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2019 FS
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO COMPARAÇÃO: Por Item
JULGAMENTO: Menor Preço

EDITAL DE RETIFICAÇÃO

O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DOS CEDROS, em conformidade com a legislação e normas pertinentes, torna público, para o conhecimento dos interessados, o presente EDITAL DE RETIFICAÇÃO a fim de Alterar erro de digitação do presente edital:
Onde se lê:

4.1.3 – Esta licitação destina-se cota reservada para a participação exclusiva de Microempreendedores Individuais – MEI, Microempresas (ME) e as Empresas de Pequeno Porte (EPP), em virtude que a soma dos itens ultrapassa o valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). Desta forma ficam destinado no presente edital itens para as empresas enquadradas nos termos acima. Conforme previsão do art. 47, 48 I da Lei Complementar nº 123/2006 com redação dada pela Lei Complementar nº 147/2014. Sendo que para ampla disputa, entre todos os participantes fica definido os itens 01 ao 176 e para a cotas reservadas os itens 177 ao 213, que será apenas para participação exclusiva de Microempreendedores Individuais – MEI, Microempresas (ME) e as Empresas de Pequeno Porte (EPP).
Leia-se:

4.1.3 – Esta licitação destina-se cota reservada para a participação exclusiva de Microempreendedores Individuais – MEI, Microempresas (ME) e as Empresas de Pequeno Porte (EPP), em virtude que a soma dos itens ultrapassa o valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). Desta forma ficam destinado no presente edital itens para as empresas enquadradas nos termos acima. Conforme previsão do art. 47, 48 I da Lei Complementar nº 123/2006 com redação dada pela Lei Complementar nº 147/2014.

Informamos que a data de abertura está mantida, sendo conforme abaixo:

Início do recebimento das propostas: a partir das 08h:00min do dia 24/10/2019

Fim do Recebimento das propostas: as 08h:45min do dia 12/11/2019

Conforme Horário de Brasília (DF) Via: endereço eletrônico <http://comprasbr.com.br>

Rio dos Cedros, 31 de Outubro de 2019.

MIRIA ELIETE SCHMID FLORIANI
Secretaria da Saúde

Rio Fortuna

PREFEITURA

EXTRATO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2019

Publicação Nº 2216351

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

EXTRATO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2019

OBJETO: Acréscimo de valor ao Contrato Administrativo Original, celebrado em 02 de janeiro de 2019, sob nº 001/2019, acrescendo o valor de R\$ 9.208,00 (nove mil duzentos e oito reais), de acordo com a Lei Municipal sob nº 1.671/2019, de 30 de outubro de 2019.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ABRIGO PARA CRIANÇA E ADOLESCENTE – CIACA

VALOR: O valor global deste contrato passa a ser de R\$ 68.208,00 (sessenta e oito mil duzentos e oito reais).

DATA DO ADITIVO: 30/10/2019

VIGÊNCIA: inalterada

Rio Fortuna/SC, 30 de outubro de 2019.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

EXTRATO DO 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2019 - FMS

Publicação Nº 2216354

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO FORTUNA

EXTRATO DO 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2019

OBJETO: Reajustamento do equilíbrio econômico financeiro do Contrato Original, celebrado em 02 de janeiro de 2019, sob nº 001/2019.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO FORTUNA

CONTRATADO: POSTO TUANE LTDA

VALOR: O valor do litro de Óleo Diesel S10 fica acrescido em R\$ 0,26 (vinte e seis centavos), passando de R\$ 3,54 (três reais e cinquenta e quatro centavos), para R\$ 3,80 (três reais e oitenta centavos).

DATA DO ADITIVO: 09/10/2019

VIGÊNCIA: de 09/10/2019 até 31/12/2019

Rio Fortuna/SC, 09 de outubro de 2019.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

EXTRATO DO 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2019 - FMS

Publicação Nº 2216357

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO FORTUNA

EXTRATO DO 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2019

OBJETO: Reajustamento do equilíbrio econômico financeiro do Contrato Original, celebrado em 02 de janeiro de 2019, sob nº 002/2019.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO FORTUNA

CONTRATADO: POSTO RICKEN LTDA

VALOR: O valor do litro de Óleo Diesel Comum fica acrescido em R\$ 0,23 (vinte e três centavos), passando de R\$ 3,48 (três reais e quarenta e oito centavos), para R\$ 3,71 (três reais e setenta e um centavos).

DATA DO ADITIVO: 15/10/2019

VIGÊNCIA: de 15/10/2019 até 31/12/2019

Rio Fortuna/SC, 15 de outubro de 2019.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

EXTRATO DO 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 005/2019

Publicação Nº 2216350

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

EXTRATO DO 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 005/2019

OBJETO: Reajustamento do equilíbrio econômico financeiro do Contrato Original, celebrado em 02 de janeiro de 2019, sob nº 005/2019.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

CONTRATADO: POSTO RICKEN LTDA

VALOR: O valor do litro de Óleo Diesel Comum fica acrescido em R\$ 0,23 (vinte e três centavos), passando de R\$ 3,48 (três reais e quarenta e oito centavos), para R\$ 3,71 (três reais e setenta e um centavos)

DATA DO ADITIVO: 15/10/2019

VIGÊNCIA: de 15/10/2019 até 31/12/2019

Rio Fortuna/SC, 15 de outubro de 2019.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

EXTRATO DO 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 006/2019

Publicação Nº 2216343

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

EXTRATO DO 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 006/2019

OBJETO: Reajustamento do equilíbrio econômico financeiro do Contrato Original, celebrado em 02 de janeiro de 2019, sob nº 006/2019.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

CONTRATADO: OENNING E CIA LTDA

VALOR: O valor do litro de Óleo Diesel S10 fica acrescido em R\$ 0,26 (vinte e seis centavos), passando de R\$ 3,54 (três reais e cinquenta e quatro centavos), para R\$ 3,80 (três reais e oitenta centavos).

DATA DO ADITIVO: 09/10/2019

VIGÊNCIA: de 09/10/2019 até 31/12/2019

Rio Fortuna/SC, 09 de outubro de 2019.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO 013/2019 - PREGÃO PRESENCIAL 010/2019 FMS

Publicação Nº 2216339

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO FORTUNA

EXTRATO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 013/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2019

OBJETO: Fornecimento de medicamentos relacionados no "Guia da Farmácia", de publicação oficial da ABCFARMA (Associação Brasileira de Comércio Farmacêutico), com vistas ao atendimento emergencial de pacientes do Município de Rio Fortuna.

VENCEDOR: HEIDEMANN DOS SANTOS & CIA LTDA

VALOR GLOBAL HOMOLOGADO/ADJUDICADO:

R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais)

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 30/10/2019

DATA DA ADJUDICAÇÃO: 30/10/2019

Rio Fortuna/SC, 30 de outubro de 2019.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 059/2019

OBJETO: Fornecimento de medicamentos relacionados no "Guia da Farmácia", de publicação oficial da ABCFARMA (Associação Brasileira de Comércio Farmacêutico), com vistas ao atendimento emergencial de pacientes do Município de Rio Fortuna.

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Rio Fortuna

CONTRATADO: HEIDEMANN DOS SANTOS & CIA LTDA

VALOR: R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais)

DATA DO CONTRATO: 30/10/2019

VIGÊNCIA: de 30/10/2019 até 31/12/2019.

Rio Fortuna/SC, 30 de outubro de 2019.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO 061/2019 - TOMADA DE PREÇO 001/2019

Publicação Nº 2216240

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

EXTRATO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 061/2019
TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2019

OBJETO: Contratação de empresa especializada em execução de obras de engenharia com vistas ao reforço estrutural da ponte Donato Wiemes, na comunidade de Rio dos Bugres, na divisa entre os municípios de Rio Fortuna e Santa Rosa de Lima, com o fornecimento de mão de obra e materiais necessários.

VENCEDOR: BASE PRÉ-FABRICADOS LTDA. ME

VALOR GLOBAL HOMOLOGADO/ADJUDICADO:

R\$ 38.861,40 (trinta e oito mil, oitocentos e sessenta e um reais e quarenta centavos)

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 16/10/2019

DATA DA ADJUDICAÇÃO: 16/10/2019

Rio Fortuna/SC, 16 de outubro de 2019.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 151/2019

OBJETO: Contratação de empresa especializada em execução de obras de engenharia com vistas ao reforço estrutural da ponte Donato Wiemes, na comunidade de Rio dos Bugres, na divisa entre os municípios de Rio Fortuna e Santa Rosa de Lima, com o fornecimento de mão de obra e materiais necessários.

CONTRATANTE: Município de Rio Fortuna

CONTRATADO: BASE PRÉ-FABRICADOS LTDA. ME

VALOR: R\$ 38.861,40 (trinta e oito mil, oitocentos e sessenta e um reais e quarenta centavos)

DATA DO CONTRATO: 16/10/2019

VIGÊNCIA: 06 meses.

Rio Fortuna/SC, 16 de outubro de 2019.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO 068/2019 - PREGÃO PRESENCIAL 033/2019

Publicação Nº 2216213

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

EXTRATO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 068/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2019

OBJETO: Aquisição de tubos de concreto para canalização das águas pluviais que desembocam na rua Teodoro Rodolfo Heidemann até o rio Fortuna, no município de Rio Fortuna/SC.

VENCEDOR: MONTEIRO INDUSTRIA E COMÉRCIO DE CIMENTO LTDA EPP

VALOR GLOBAL HOMOLOGADO/ADJUDICADO:

R\$ 86.250,00 (oitenta e seis mil, duzentos e cinquenta reais)

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 07/10/2019

DATA DA ADJUDICAÇÃO: 07/10/2019

Rio Fortuna/SC, 07 de outubro de 2019.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 150/2019

OBJETO: Aquisição de tubos de concreto para canalização das águas pluviais que desembocam na rua Teodoro Rodolfo Heidemann até o rio Fortuna, no município de Rio Fortuna/SC.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

CONTRATADO: MONTEIRO INDUSTRIA E COMÉRCIO DE CIMENTO LTDA EPP

VALOR: R\$ 86.250,00 (oitenta e seis mil, duzentos e cinquenta reais)

DATA DO CONTRATO: 07/10/2019

VIGÊNCIA: de 07/10/2019 até 31/12/2019.

Rio Fortuna/SC, 07 de outubro de 2019.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO 071/2019 - PREGÃO PRESENCIAL 034/2019

Publicação Nº 2216337

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

EXTRATO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 071/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2019

OBJETO: Aquisição de material e contratação de mão de obra para pintura interna e externa do prédio e muros do Centro de Educação Infantil Analíria Willemann de Freitas, no município de Rio Fortuna/SC.

VENCEDORES: WAGNER MATEIRIAS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP; e LORACI MEDEIROS 14229929854

VALOR GLOBAL HOMOLOGADO/ADJUDICADO:

R\$ 32.905,45 (trinta e dois mil, novecentos e cinco reais e quarenta e cinco centavos).

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 31/10/2019

DATA DA ADJUDICAÇÃO: 31/10/2019

Rio Fortuna/SC, 31 de outubro de 2019.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 155/2019

OBJETO: Aquisição de material e contratação de mão de obra para pintura interna e externa do prédio e muros do Centro de Educação Infantil Analíria Willemann de Freitas, no município de Rio Fortuna/SC.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

CONTRATADO: WAGNER MATEIRIAS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP

VALOR: R\$ 9.869,70 (nove mil oitocentos e sessenta e nove reais e setenta centavos)

DATA DO CONTRATO: 31/10/2019

VIGÊNCIA: de 31/10/2019 até 28/02/2020.

Rio Fortuna/SC, 31 de outubro de 2019.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 156/2019

OBJETO: Aquisição de material e contratação de mão de obra para pintura interna e externa do prédio e muros do Centro de Educação Infantil Analíria Willemann de Freitas, no município de Rio Fortuna/SC.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

CONTRATADO: LORACI MEDEIROS 14229929854

VALOR: R\$ 23.035,75 (vinte e três mil e trinta e cinco reais e setenta e cinco centavos)

DATA DO CONTRATO: 31/10/2019

VIGÊNCIA: de 31/10/2019 até 28/02/2020.

Rio Fortuna/SC, 31 de outubro de 2019.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO 072/2019 - DISPENSA DE LICITAÇÃO 036/2019

Publicação Nº 2216296

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

EXTRATO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 072/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 036/2019

OBJETO: Contratação de prestação de serviços, com fornecimento de materiais, para a execução de obras de infraestrutura urbana com pavimentação asfáltica na Avenida Sete de Setembro, nas ruas Augusto Ricken, Bernardo Hemkemeier e conclusão das obras na rua Bernardo Heidemann (colocação de meio-fio, calçadas, pintura e sinalização), no município de Rio Fortuna/SC. CONTRATADO: BCL EMPREENDIMENTOS LTDA.

VALOR GLOBAL HOMOLOGADO/ADJUDICADO:

R\$ 2.444.343,07 (dois milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil, trezentos e quarenta e três reais e sete centavos)

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 16/10/2019

DATA DA ADJUDICAÇÃO: 16/10/2019

Rio Fortuna/SC, 16 de outubro de 2019.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 152/2019

OBJETO: Contratação de prestação de serviços, com fornecimento de materiais, para a execução de obras de infraestrutura urbana com pavimentação asfáltica na Avenida Sete de Setembro, nas ruas Augusto Ricken, Bernardo Hemkemeier e conclusão das obras na rua Bernardo Heidemann (colocação de meio-fio, calçadas, pintura e sinalização), no município de Rio Fortuna/SC.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

CONTRATADO: BCL EMPREENDIMENTOS LTDA.

VALOR: R\$ 2.444.343,07 (dois milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil, trezentos e quarenta e três reais e sete centavos)

DATA DO CONTRATO: 16/10/2019

VIGÊNCIA: 24 meses

Rio Fortuna/SC, 16 de outubro de 2019.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO 074/2019 - DISPENSA DE LICITAÇÃO 037/2019

Publicação Nº 2216303

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

EXTRATO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 074/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 037/2019

OBJETO: Contratação de Pessoa Jurídica para a realização de Processo Seletivo objetivando a seleção, para cadastro de reserva, de profissionais para admissão em caráter temporário, para a administração municipal.

CONTRATADO: FUNDAÇÃO EDUCACIONAL BARRIGA VERDE – FEBAVE

VALOR GLOBAL HOMOLOGADO/ADJUDICADO:

R\$ 14.130,00 (catorze mil e cento e trinta reais)

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 22/10/2019

DATA DA ADJUDICAÇÃO: 22/10/2019

Rio Fortuna/SC, 22 de outubro de 2019.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 153/2019

OBJETO: Contratação de Pessoa Jurídica para a realização de Processo Seletivo objetivando a seleção, para cadastro de reserva, de profissionais para admissão em caráter temporário, para a administração municipal.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

CONTRATADO: FUNDAÇÃO EDUCACIONAL BARRIGA VERDE – FEBAVE

VALOR: R\$ 14.130,00 (catorze mil e cento e trinta reais)

DATA DO CONTRATO: 22/10/2019

VIGÊNCIA: de 22/10/2019 até 31/10/2020

Rio Fortuna/SC, 22 de outubro de 2019.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO 075/2019 - DISPENSA DE LICITAÇÃO 038/2019

Publicação Nº 2216311

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

EXTRATO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 075/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 038/2019

OBJETO: Aquisição de 01 (um) armário para arquivos em MDF TX, medindo 3404cm de largura e 3017cm de altura.

CONTRATADO: ANILDO BOEING & CIA LTDA ME

VALOR GLOBAL HOMOLOGADO/ADJUDICADO:

R\$ 6.120,00 (seis mil e cento e vinte reais)

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 24/10/2019

DATA DA ADJUDICAÇÃO: 24/10/2019

Rio Fortuna/SC, 24 de outubro de 2019.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 154/2019

OBJETO: Aquisição de 01 (um) armário para arquivos em MDF TX, medindo 3404cm de largura e 3017cm de altura.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

CONTRATADO: ANILDO BOEING & CIA LTDA ME

VALOR: R\$ 6.120,00 (seis mil e cento e vinte reais)

DATA DO CONTRATO: 27/09/2019

VIGÊNCIA: 03 meses

Rio Fortuna/SC, 27 de setembro de 2019.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

Rio Negrinho

PREFEITURA

ATA FINAL DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 077/2019

Publicação Nº 2216414

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2019 – ABERTURA DA PROPOSTA DE PREÇO - Tomada de Preços para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE AEROLEVANTAMENTO, CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO, FORNECIMENTO DE SISTEMAS, TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO, com recursos do Programa de Modernização Tributária – PMAT, através do Contrato 1081-349000001-00 / 1081-349000001-00 e contrapartida do Município. Aos cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, às nove horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, sita na Avenida Richard Schweitzer de Albuquerque, 200, Centro, nesta Cidade e Comarca, reuniram-se os membros da CEL Srs. Cintia Ester Anacleto, Glaucio Liebl, Giorgio Murara Alves, Katilaine Aparecida Hack e Fabiano Olsen, para a abertura da proposta de preço da licitante Geomais Geotecnologia Ltda. A proposta foi apresentada dentro dos valores estabelecidos no edital, com o seguinte valor total:

GEOMAIS GEOTECNOLOGIA LTDA, no valor global de R\$ 2.230.250,00 (dois milhões, duzentos e trinta mil, duzentos e cinq-enta reais).

Isto posto, a CEL efetuou o cálculo de pontuação da seguinte forma:

PROPOSTA DE PREÇOS:

$2.230.250,00 \times 20 = 1 \times 20 = 20$ pontos

2.230.250,00

PROPOSTA TÉCNICA:

Pontuação obtida nas sessões dos dias 15 e 23 de outubro de 2019 = 20 pontos

PONTUAÇÃO FINAL:

$(\text{pontuação técnica } 20 \times 60\%) + (\text{pontuação preço } 20 \times 40\%) = 12 + 8 = 20$ pontos

Todos os requisitos do edital e seus anexos foram cumpridos pela licitante Geomais Geotecnologia Ltda com pontuação final de 20 pontos, sendo declarada a mesma vencedora do certame. Fica concedido o prazo legal de recurso, a contar da publicação da presente ata no DOM até as 13h30min do dia 13/11/2019. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, segue assinada por todos os presentes. Rio Negrinho, 5 de novembro de 2019.

NOME	FUNÇÃO	ASSINATURA
Cintia Ester Anacleto	Presidente CEL	
Glaucio Liebl	Secretário CEL	
Giorgio Murara Alves	Membro CEL	
Katilaine Aparecida Hack	Membro CEL	
Fabiano Olsen	Membro CEL	

Rodeio

PREFEITURA

DECRETO EXECUTIVO MUNICIPAL N.º 5099

Publicação Nº 2217487

DECRETO EXECUTIVO MUNICIPAL N.º 5099 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

PAULO ROBERTO WEISS, Prefeito Municipal de Rodeio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal n.º 2.096 de 28 de Novembro de 2018;

DECRETA

Art. 1º - Fica suplementado, no valor de R\$ 8.759,17 (OITO MIL E SETECENTOS E CINQUENTA E NOVE REAIS E DEZESSETE CENTAVOS) a seguinte Dotação Orçamentária no Orçamento de 2019:

06.000 – Secretaria de Agricultura
06.001 – Departamento de Agricultura
0020.0606.0080.2014 – Manutenção das Atividades de Agricultura
33710000000000 – Transferências a consórcios públicos
10000 – Recursos Ordinários R\$ 8.759,17

Art. 2º - Para atender ao disposto no artigo anterior, o crédito suplementar corre por conta da anulação da dotação orçamentária seguinte:

06.000 – Secretaria de Agricultura
06.001 – Departamento de Agricultura
0020.0606.0080.2014 – Manutenção das Atividades de Agricultura
31710000000000 – Transferências a consórcios públicos mediante contrato de rateio
10000 – Recursos Ordinários R\$ 8.759,17

Art. 3º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

Prefeitura Municipal de Rodeio, 31 de outubro de 2019.
PAULO ROBERTO WEISS
Prefeito de Rodeio de 2019

O Decreto Executivo Municipal Nº 5099/19, foi publicado na forma regulamentar no Quadro Mural da Prefeitura Municipal de Rodeio e registrado em 31 de outubro de 2019.

DÉBORA KUNTZ AGUILERA - Consultora Técnica – CC4
Secretaria Executiva

DECRETO EXECUTIVO MUNICIPAL Nº 5087

Publicação Nº 2216884

DECRETO EXECUTIVO MUNICIPAL Nº 5087 DE 23 DE OUTUBRO DE 2019
AUTORIZA O PAGAMENTO DE CONTA EMPENHADA ATRAVÉS DA QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO ROBERTO WEISS, Prefeito de Rodeio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;
Considerando o que preceitua o artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, no tocante a observância da estrita ordem cronológica para o pagamento das despesas públicas;
Considerando que no mesmo artigo e Lei acima citada, diz, que esta ordem cronológica poderá ser quebrada se presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;
Considerando que se não for quebrada a ordem cronológica de pagamento não há como se efetuar o pagamento do Empenho Nº 89-10/2019, que deverá ser pago até o dia 24/10/2019.
DECRETA:

Art.1º - Autoriza a Contabilidade e a Tesouraria desta Prefeitura, a quebrar a ordem cronológica para efetuar o pagamento até o dia 24 de outubro de 2019, do empenho nº 89-10/2019, no valor de R\$ 640,21 (seiscentos e quarenta reais e vinte e um centavos) ao Consórcio Intermunicipal de Atenção Psicossocial – CIAPS.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

Prefeitura Municipal de Rodeio, 23 de outubro de 2019.

PAULO ROBERTO WEISS

Prefeito de Rodeio/SC

O Decreto Executivo Municipal nº 5087/19, foi publicado na forma regulamentar no Quadro Mural da Prefeitura Municipal de Rodeio e registrado em 23 de outubro de 2019.

DÉBORA KUNTZ AGUILERA – Consultora Técnica – CC4

Secretaria Executiva

DECRETO EXECUTIVO MUNICIPAL Nº 5088

Publicação Nº 2217011

DECRETO EXECUTIVO MUNICIPAL Nº 5088 DE 23 DE OUTUBRO DE 2019

AUTORIZA O PAGAMENTO DE CONTA EMPENHADA ATRAVÉS DA QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO ROBERTO WEISS, Prefeito de Rodeio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o que preceitua o artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, no tocante a observância da estrita ordem cronológica para o pagamento das despesas públicas;

Considerando que no mesmo artigo e Lei acima citada, diz, que esta ordem cronológica poderá ser quebrada se presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

Considerando que o contrato tem como objeto disciplinar o rateio dos recursos necessários à manutenção da gestão associada dos serviços públicos de saúde mental;

Considerando que se não for quebrada a ordem cronológica de pagamento não há como se efetuar o pagamento do Empenho Nº 88-10/2019 no valor de R\$ 5.231,45 (cinco mil duzentos e quarenta e um reais e quarenta e cinco centavos), que deverá ser pago até o dia 24/10/2019.

DECRETA:

Art.1º - Autoriza a Contabilidade e a Tesouraria desta Prefeitura, a quebrar a ordem cronológica para efetuar o pagamento até o dia 24 de outubro de 2019, do Nº 88-10/2019 no valor de R\$ 5.231,45 (cinco mil duzentos e trinta e um reais e quarenta e cinco centavos) ao Consórcio Intermunicipal de Atenção Psicossocial – CIAPS.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

Prefeitura Municipal de Rodeio, 23 de outubro de 2019.

PAULO ROBERTO WEISS

Prefeito de Rodeio/SC

O Decreto Executivo Municipal nº 5088/19, foi publicado na forma regulamentar no Quadro Mural da Prefeitura Municipal de Rodeio e registrado em 23 de outubro de 2019.

DÉBORA KUNTZ AGUILERA – Consultora Técnica – CC4

Secretaria Executiva

DECRETO EXECUTIVO MUNICIPAL Nº 5089

Publicação Nº 2217019

DECRETO EXECUTIVO MUNICIPAL Nº 5089 DE 23 DE OUTUBRO DE 2019

AUTORIZA O PAGAMENTO DE CONTA EMPENHADA ATRAVÉS DA QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO ROBERTO WEISS, Prefeito de Rodeio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o que preceitua o artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, no tocante a observância da estrita ordem cronológica para o pagamento das despesas públicas;

Considerando que no mesmo artigo e Lei acima citada, diz, que esta ordem cronológica poderá ser quebrada se presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

Considerando que o Contrato tem como objetivo disciplinar o rateio dos recursos necessários à manutenção da gestão associada dos serviços públicos de saúde mental (serviço de atenção psicossocial) do Consórcio, no exercício fiscal de 2019;

Considerando que se não for quebrada a ordem cronológica de pagamento não há como se efetuar o pagamento do Empenho Nº 87-10/2019, que deverá ser pago até o dia 24/10/2019.

DECRETA:

Art.1º - Autoriza a Contabilidade e a Tesouraria desta Prefeitura, a quebrar a ordem cronológica para efetuar o pagamento até o dia 24 de outubro de 2019, do Empenho nº 87-10/2019, no valor de R\$ 4.814,13 (quatro mil oitocentos e catorze reais e treze centavos) ao Consórcio Intermunicipal de Atenção Psicossocial – CIAPS.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

Prefeitura Municipal de Rodeio, 23 de outubro de 2019.

PAULO ROBERTO WEISS

Prefeito de Rodeio/SC

O Decreto Executivo Municipal nº 5089/19, foi publicado na forma regulamentar no Quadro Mural da Prefeitura Municipal de Rodeio e registrado em 23 de outubro de 2019.

DÉBORA KUNTZ AGUILERA – Consultora Técnica – CC4

Secretaria Executiva

DECRETO EXECUTIVO MUNICIPAL Nº 5090

Publicação Nº 2217026

DECRETO EXECUTIVO MUNICIPAL Nº 5090 DE 23 DE OUTUBRO DE 2019.

AUTORIZA O PAGAMENTO DE CONTA EMPENHADA ATRAVÉS DA QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO ROBERTO WEISS, Prefeito de Rodeio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o que preceitua o artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, no tocante a observância da estrita ordem cronológica para o pagamento das despesas públicas;

Considerando que no mesmo artigo e Lei acima citada, diz, que esta ordem cronológica poderá ser quebrada se presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

Considerando que o Município de Rodeio, mantém contrato de Aluguel de uma sala no Bairro Diamantina, Nº 2872, para instalação de uma Unidade Avançada do Programa de Estratégia de Saúde da Família – ESF, conforme Contrato Nº 26/2013;.

Considerando que se não for quebrada a ordem cronológica de pagamento não há como se efetuar o pagamento do Empenho Nº 1595/2019 no valor de R\$ 830,00, que deverá ser pago até o dia 24/10/2019.

DECRETA:

Art.1º - Autoriza a Contabilidade e a Tesouraria desta Prefeitura, a quebrar a ordem cronológica para efetuar o pagamento até o dia 24 de outubro de 2019, do Empenho 1595/2019, no valor de R\$ 830,00 (oitocentos e trinta reais) à Empresa Confecções e Comércio Diamantina LTDA – ME; situada à Rua Barão do Rio Branco, Nº 1052, Bairro Centro – Rodeio – SC, escrita no CNPJ 02.726.534/00001 -25.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

Prefeitura Municipal de Rodeio, 23 de outubro de 2019.

PAULO ROBERTO WEISS

Prefeito de Rodeio/SC

O Decreto Executivo Municipal nº 5090/19, foi publicado na forma regulamentar no Quadro Mural da Prefeitura Municipal de Rodeio e registrado em 23 de outubro de 2019.

DÉBORA KUNTZ AGUILERA – Consultora Técnica – CC4

Secretaria Executiva

DECRETO EXECUTIVO MUNICIPAL Nº 5091

Publicação Nº 2217036

DECRETO EXECUTIVO MUNICIPAL Nº 5091 DE 23 DE OUTUBRO DE 2019.

AUTORIZA O PAGAMENTO DE CONTA EMPENHADA ATRAVÉS DA QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO ROBERTO WEISS, Prefeito de Rodeio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o que preceitua o artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, no tocante a observância da estrita ordem cronológica para o pagamento das despesas públicas;

Considerando que no mesmo artigo e Lei acima citada, diz, que esta ordem cronológica poderá ser quebrada se presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

Considerando que o Município de Rodeio, mantém contrato de Aluguel de uma sala no Bairro Diamantina, Nº 2872, para instalação de uma

Unidade Avançada do Programa de Estratégia de Saúde da Família – ESF, conforme Contrato Nº 26/2013; Considerando que se não for quebrada a ordem cronológica de pagamento não há como se efetuar o pagamento do Empenho Nº 1732/2019 no valor de R\$ 830,00, que deverá ser pago até o dia 24/10/2019.

DECRETA:

Art.1º - Autoriza a Contabilidade e a Tesouraria desta Prefeitura, a quebrar a ordem cronológica para efetuar o pagamento até o dia 24 de outubro de 2019, do Empenho 1732/2019, no valor de R\$ 830,00 (oitocentos e trinta reais) à Empresa Confecções e Comércio Diamantina LTDA – ME; situada à Rua Barão do Rio Branco, Nº 1052, Bairro Centro – Rodeio – SC, escrita no CNPJ 02.726.534/00001 -25.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

Prefeitura Municipal de Rodeio, 23 de outubro de 2019.

PAULO ROBERTO WEISS

Prefeito de Rodeio/SC

O Decreto Executivo Municipal nº 5091/19, foi publicado na forma regulamentar no Quadro Mural da Prefeitura Municipal de Rodeio e registrado em 23 de outubro de 2019.

DÉBORA KUNTZ AGUILERA – Consultora Técnica – CC4

Secretaria Executiva

DECRETO EXECUTIVO MUNICIPAL Nº 5092

Publicação Nº 2217040

DECRETO EXECUTIVO MUNICIPAL Nº 5092 DE 23 DE OUTUBRO DE 2019

AUTORIZA O PAGAMENTO DE CONTA EMPENHADA ATRAVÉS DA QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO ROBERTO WEISS, Prefeito de Rodeio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o que preceitua o artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, no tocante a observância da estrita ordem cronológica para o pagamento das despesas públicas;

Considerando que no mesmo artigo e Lei acima citada, diz, que esta ordem cronológica poderá ser quebrada se presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

Considerando que o Município de Rodeio mantém Termo de Colaboração 01/2017 e Segundo Termo Aditivo, parcela 06/12, sito a Br 470,2080, km 90,5 – Ascurra.

Considerando que se não for quebrada a ordem cronológica de pagamento não há como se efetuar o pagamento do Empenho Nº 713-7/2019 que deverá ser pago até o dia 24/10/2019.

DECRETA:

Art.1º - Autoriza a Contabilidade e a Tesouraria desta Prefeitura, a quebrar a ordem cronológica para efetuar o pagamento até o dia 24 de outubro de 2019, do Empenho Nº 713-7/2019, no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) a Associação de Serviços Sociais Voluntários de Ascurra, Apiúna e Rodeio, situada a BR- 470,2080, km 90,5 – Ascurra.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

Prefeitura Municipal de Rodeio, 23 de outubro de 2019.

PAULO ROBERTO WEISS

Prefeito de Rodeio/SC

O Decreto Executivo Municipal Nº 5092/19, foi publicado na forma regulamentar no Quadro Mural da Prefeitura Municipal de Rodeio e registrado em 23 de outubro de 2019.

DÉBORA KUNTZ AGUILERA – Consultora Técnica – CC4

Secretaria Executiva

DECRETO EXECUTIVO MUNICIPAL Nº 5093

Publicação Nº 2217428

DECRETO EXECUTIVO MUNICIPAL Nº 5093 DE 23 DE OUTUBRO DE 2019

AUTORIZA O PAGAMENTO DE CONTA EMPENHADA ATRAVÉS DA QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO ROBERTO WEISS, Prefeito de Rodeio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o que preceitua o artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, no tocante a observância da estrita

ordem cronológica para o pagamento das despesas públicas;

Considerando que no mesmo artigo e Lei acima citada, diz, que esta ordem cronológica poderá ser quebrada se presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

Considerando a disposição final de resíduos sólidos totalizando 139,93 toneladas referente o mês de setembro de 2019;

Considerando que se não for quebrada a ordem cronológica de pagamento não há como se efetuar o pagamento da Nota Fiscal Nº 790 de 03 de outubro de 2019, Empenho 6388/2019, que deverá ser pago até o dia 25/10/2019.

DECRETA:

Art.1º - Autoriza a Contabilidade e a Tesouraria desta Prefeitura, a quebrar a ordem cronológica para efetuar o pagamento até o dia 25 de outubro de 2019, do Empenho Nº 6388/2019, no valor de R\$ 14.692,65 (catorze mil seiscentos e noventa e dois reais e sessenta e cinco centavos) ao Consorcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

Prefeitura Municipal de Rodeio, 23 de outubro de 2019.

PAULO ROBERTO WEISS

Prefeito de Rodeio/SC

O Decreto Executivo Municipal nº 5093/19, foi publicado na forma regulamentar no Quadro Mural da Prefeitura Municipal de Rodeio e registrado em 23 de outubro de 2019.

DÉBORA KUNTZ AGUILERA – Consultora Técnica – CC4

Secretaria Executiva

DECRETO EXECUTIVO MUNICIPAL Nº 5095

Publicação Nº 2217436

DECRETO EXECUTIVO MUNICIPAL Nº 5095 DE 29 DE OUTUBRO DE 2019

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL POR TER LHE SIDO CONCEDIDA APOSENTADORIA ATRAVÉS DO INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL.

PAULO ROBERTO WEISS, Prefeito de Rodeio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Considerando que o Servidor ARSÊNIO RAUL MACOPPI foi aposentado por Tempo de Contribuição, pelo Instituto Nacional de Seguro Social – INSS;

Considerando o Ofício Nº 204/2019 do Instituto Nacional de Seguro Social - INSS;

Considerando que, estando o servidor aposentado pelo Regime Geral da Previdência Social - RGPS, a Lei impõe que o mesmo seja exonerado,

Considerando o Parecer Jurídico Nº 30/2017 da Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Rodeio,

DECRETA:

Art. 1º - Exonera, a partir do dia 01 de novembro de 2019, o servidor público municipal ARSÊNIO RAUL MACOPPI, do cargo de Técnico em Vigilância Sanitária, por ter-lhe sido concedida à aposentadoria por Tempo de Contribuição (42), pelo Instituto Nacional de Seguro Social – INSS.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, surtindo com seus efeitos a partir do dia 01 de novembro de 2019.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

Prefeitura Municipal de Rodeio, 29 de outubro de 2019.

PAULO ROBERTO WEISS

Prefeito de Rodeio - SC

O Decreto Executivo Municipal Nº 5095/19, foi publicado no quadro mural da Prefeitura Municipal de Rodeio e registrado em 29 de outubro de 2019.

DÉBORA KUNTZ AGUILERA – Consultora Técnica – CC4

Secretaria Executiva

DECRETO EXECUTIVO MUNICIPAL Nº 5096

Publicação Nº 2217441

DECRETO EXECUTIVO MUNICIPAL Nº 5096 DE 29 DE OUTUBRO DE 2019

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL POR TER LHE SIDO CONCEDIDA APOSENTADORIA ATRAVÉS DO INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL.

DENILSON LUIZ FRUET, Secretário de Educação e Cultura, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Nº 4121 de 26 de outubro de 2016 e o artigo 74, VI e artigo 75 da Lei Orgânica;

Considerando que a Servidora JÂNIA TASSI SARDAGNA foi aposentada por Tempo de Contribuição, pelo Instituto Nacional de Seguro Social – INSS;

Considerando que, estando o servidor aposentado pelo Regime Geral da Previdência Social - RGPS, a Lei impõe que o mesmo seja exonerado,

Considerando o Parecer Jurídico Nº 30/2017 e Parecer Jurídico Nº 05/2019 da Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Rodeio,

DECRETA:

Art. 1º - Exonera, a partir do dia 01 de novembro de 2019, a servidora pública municipal JÂNIA TASSI SARDAGNA, do cargo de Professora e do cargo de Professora de Artes, por ter-lhe sido concedida à aposentadoria por Tempo de Contribuição (42), pelo Instituto Nacional de Seguro Social – INSS.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, surtindo com seus efeitos a partir do dia 01 de novembro de 2019.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

Prefeitura Municipal de Rodeio, 29 de outubro de 2019.

DENILSON LUIZ FRUET

Secretário Municipal de Educação e Cultura

O Decreto Executivo Municipal Nº 5096/19, foi publicado no quadro mural da Prefeitura Municipal de Rodeio e registrado em 29 de outubro de 2019.

DÉBORA KUNTZ AGUILERA – Consultora Técnica – CC4
Secretaria Executiva

DECRETO EXECUTIVO MUNICIPAL Nº 5097

Publicação Nº 2217454

DECRETO EXECUTIVO MUNICIPAL Nº 5097 DE 29 DE OUTUBRO DE 2019

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL POR TER LHE SIDO CONCEDIDA APOSENTADORIA ATRAVÉS DO INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL.

PAULO ROBERTO WEISS, Prefeito de Rodeio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Considerando que a servidora RITA ROSA NORILLER CRISTOFOLINI foi aposentada por idade, pelo Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, com vigência a partir de 05 de janeiro de 2018;

Considerando que, estando o servidor aposentado pelo Regime Geral da Previdência Social - RGPS, a Lei impõe que o mesmo seja exonerado,

Considerando o Parecer Jurídico Nº 30/2017 da Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Rodeio,

DECRETA:

Art. 1º - Exonera, a partir do dia 01 de novembro de 2019, a servidora pública municipal RITA ROSA NORILLER CRISTOFOLINI, do cargo de Agente Comunitária de Saúde, por ter-lhe sido concedida à aposentadoria por idade, pelo Instituto Nacional de Seguro Social – INSS.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, surtindo com seus efeitos a partir do dia 01 de novembro de 2019.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

Prefeitura Municipal de Rodeio, 29 de outubro de 2019.

PAULO ROBERTO WEISS
Prefeito de Rodeio - SC

O Decreto Executivo Municipal Nº 5097/19, foi publicado no quadro mural da Prefeitura Municipal de Rodeio e registrado em 29 de outubro de 2019.

DÉBORA KUNTZ AGUILERA – Consultora Técnica – CC4
Secretaria Executiva

DECRETO EXECUTIVO MUNICIPAL Nº 5098

Publicação Nº 2217483

DECRETO EXECUTIVO MUNICIPAL Nº 5098 DE 29 DE OUTUBRO DE 2019
AUTORIZA O PAGAMENTO DE CONTA EMPENHADA ATRAVÉS DA QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO ROBERTO WEISS, Prefeito de Rodeio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;
Considerando o que preceitua o artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, no tocante a observância da estrita ordem cronológica para o pagamento das despesas públicas;
Considerando que no mesmo artigo e Lei acima citada, diz, que esta ordem cronológica poderá ser quebrada se presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;
Considerando o Processo de Licitação Nº 34/2017 referente à Prestação de Serviço de Empresa Especializada na Administração, Gerenciamento e Fornecimento de Vale Alimentação, na forma de Cartão Eletrônico para os Servidores do Município de Rodeio.
Considerando que se trata de pagamento de verba de caráter alimentar para servidores;
Considerando que se não for quebrada a ordem cronológica de pagamento não há como se efetuar o pagamento da Nota Fiscal Nº 191956 de 10 de outubro de 2019, Empenho Nº 1777/2019 no valor de R\$ 13.384,08 (treze mil trezentos e oitenta e quatro reais),

DECRETA:

Art.1º - Autoriza a Contabilidade e a Tesouraria desta Prefeitura, a quebrar a ordem cronológica para efetuar o pagamento até o dia 01 de novembro de 2019, da Nota Fiscal Nº 191956 de 10 de outubro de 2019, Empenho Nº 1777/2019, no valor de R\$ 13.384,08 (treze mil trezentos e oitenta e quatro reais e oito centavos) a PERSONAL NET. TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO LTDA.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

Prefeitura Municipal de Rodeio, 29 de outubro de 2019.
PAULO ROBERTO WEISS
Prefeito de Rodeio/SC

O Decreto Executivo Municipal nº 5098/19, foi publicado na forma regulamentar no Quadro Mural da Prefeitura Municipal de Rodeio e registrado em 29 de outubro de 2019.

DÉBORA KUNTZ AGUILERA – Consultora Técnica – CC4
Secretaria Executiva

DECRETO EXECUTIVO MUNICIPAL Nº 5100

Publicação Nº 2217495

DECRETO EXECUTIVO MUNICIPAL Nº 5100 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.
AUTORIZA O PAGAMENTO DE CONTA EMPENHADA ATRAVÉS DA QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO ROBERTO WEISS, Prefeito de Rodeio Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;
Considerando o que preceitua o artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, no tocante a observância da estrita ordem cronológica para o pagamento das despesas públicas;
Considerando que no mesmo artigo e Lei acima citada, diz, que esta ordem cronológica poderá ser quebrada se presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;
Considerando que se não for quebrada a ordem cronológica de pagamento não há como se efetuar o pagamento do Empenho Nº 6354/2019, que deverá ser pago até o dia 01/11/19.

DECRETA:

Art.1º - Autoriza a Contabilidade e a Tesouraria desta Prefeitura, a quebrar a ordem cronológica para efetuar o pagamento até o dia 01 de novembro de 2019, do Empenho nº 6354/2019, no valor de R\$ 33.841,27 (trinta e três mil oitocentos e quarenta e um reais e vinte e sete centavos) a Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

Prefeitura Municipal de Rodeio, 31 de outubro de 2019.
PAULO ROBERTO WEISS
Prefeito de Rodeio/SC

O Decreto Executivo Municipal nº 5100/19, foi publicado na forma regulamentar no Quadro Mural da Prefeitura Municipal de Rodeio e registrado em 31 de outubro de 2019.

DÉBORA KUNTZ AGUILERA – Consultora Técnica – CC4
Secretaria Executiva

DECRETO EXECUTIVO MUNICIPAL Nº 5101

Publicação Nº 2217500

DECRETO EXECUTIVO MUNICIPAL Nº 5101 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019
AUTORIZA O PAGAMENTO DE CONTA EMPENHADA ATRAVÉS DA QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO ROBERTO WEISS, Prefeito de Rodeio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;
Considerando o que preceitua o artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, no tocante a observância da estrita ordem cronológica para o pagamento das despesas públicas;
Considerando que no mesmo artigo e Lei acima citada, diz, que esta ordem cronológica poderá ser quebrada se presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;
Considerando o Processo de Licitação Nº 34/2017 referente à Prestação de Serviço de Empresa Especializada na Administração, Gerenciamento e Fornecimento de Vale Alimentação, na forma de Cartão Eletrônico para os Servidores do Município de Rodeio.
Considerando que se trata de pagamento de verba de caráter alimentar para servidores;
Considerando que se não for quebrada a ordem cronológica de pagamento não há como se efetuar o pagamento da Nota Fiscal Nº 191956 de 10 de outubro de 2019, Empenho Nº 6523/2019 no valor de R\$ 2.982,96 (dois mil novecentos e oitenta e dois reais e noventa e seis centavos), Empenho 6521/2019, no valor de R\$ 1.479,54 (hum mil quatrocentos e setenta e nove reais e cinquenta e quatro centavos), Empenho 6520/2019 no valor de R\$ 637,50 (seiscentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos, Empenho 6519/2019 no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais), Empenho 6518/2019 no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais), Empenho 6524/2019 no valor de R\$ 5.706,82 (cinco mil setecentos e seis reais e oitenta e dois centavos) e Empenho 6522/2019 no valor de R\$ 24.917,05 (vinte e quatro mil novecentos e dezessete reais e cinco centavos), totalizando R\$ 36.923,87 (trinta e seis mil novecentos e vinte e três reais e oitenta e sete centavos),

DECRETA:

Art.1º - Autoriza a Contabilidade e a Tesouraria desta Prefeitura, a quebrar a ordem cronológica para efetuar o pagamento até o dia 01 de novembro de 2019, da Nota Fiscal Nº 191956 de 10 de outubro de 2019, , Empenho Nº 6523/2019 no valor de R\$ 2.982,96 (dois mil novecentos e oitenta e dois reais e noventa e seis centavos), Empenho 6521/2019, no valor de R\$ 1.479,54 (hum mil quatrocentos e setenta e nove reais e cinquenta e quatro centavos), Empenho 6520/2019 no valor de R\$ 637,50 (seiscentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos, Empenho 6519/2019 no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais), Empenho 6518/2019 no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais), Empenho 6524/2019 no valor de R\$ 5.706,82 (cinco mil setecentos e seis reais e oitenta e dois centavos) e Empenho 6522/2019 no valor de R\$ 24.917,05 (vinte e quatro mil novecentos e dezessete reais e cinco centavos), totalizando R\$ 36.923,87 (trinta e seis mil novecentos e vinte e três reais e oitenta e sete centavos), a PERSONAL NET. TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO LTDA.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

Prefeitura Municipal de Rodeio, 31 de outubro de 2019.
PAULO ROBERTO WEISS
Prefeito de Rodeio/SC

O Decreto Executivo Municipal nº 5101/19, foi publicado na forma regulamentar no Quadro Mural da Prefeitura Municipal de Rodeio e registrado em 31 de outubro de 2019.

DÉBORA KUNTZ AGUILERA – Consultora Técnica – CC4
Secretaria Executiva

DECRETO EXECUTIVO MUNICIPAL Nº 5102

Publicação Nº 2217502

DECRETO EXECUTIVO MUNICIPAL Nº 5102 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019
AUTORIZA O PAGAMENTO DE CONTA EMPENHADA ATRAVÉS DA QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO ROBERTO WEISS, Prefeito de Rodeio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;
Considerando o que preceitua o artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, no tocante a observância da estrita ordem cronológica para o pagamento das despesas públicas;
Considerando que no mesmo artigo e Lei acima citada, diz, que esta ordem cronológica poderá ser quebrada se presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;
Considerando que o Município de Rodeio mantém Contrato Nº 70/2017, Pregão 08/2017 com a IPM - Informática Ltda, situada na Av.

Trompowski, 354 – 7º andar, Centro, Florianópolis – SC, referente prestação de serviço de provimento de Sistemas Cloud Computing; Considerando que se não for quebrada a ordem cronológica de pagamento não há como se efetuar o pagamento da Nota Fiscal Nº 18742 de 01/10/2019, no valor de R\$ 2.940,11, que deverá ser pago até o dia 01/11/2019.

DECRETA:

Art.1º - Autoriza a Contabilidade e a Tesouraria desta Prefeitura, a quebrar a ordem cronológica para efetuar o pagamento até o dia 01 de novembro de 2019, no valor de R\$2.940,11 (dois mil novecentos e quarenta reais e onze centavos) a Empresa IPM Sistemas Ltda.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

Prefeitura Municipal de Rodeio 31 de outubro de 2019.

PAULO ROBERTO WEISS

Prefeito de Rodeio/SC

O Decreto Executivo Municipal Nº 5102/19, foi publicado na forma regulamentar no Quadro Mural da Prefeitura Municipal de Rodeio e registrado em 31 de outubro de 2019.

DÉBORA KUNTZ AGUILERA – Consultora Técnica – CC4
Secretaria Executiva

DECRETO EXECUTIVO MUNICIPAL Nº 5103

Publicação Nº 2217505

DECRETO EXECUTIVO MUNICIPAL Nº 5103 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

AUTORIZA O PAGAMENTO DE CONTA EMPENHADA ATRAVÉS DA QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO ROBERTO WEISS, Prefeito de Rodeio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o que preceitua o artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, no tocante a observância da estrita ordem cronológica para o pagamento das despesas públicas;

Considerando que no mesmo artigo e Lei acima citada, diz, que esta ordem cronológica poderá ser quebrada se presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

Considerando que o Município mantém locação de um imóvel não residencial situado na Rua Expedicionário Joaquim Depiné, 20 – sala 03, Bairro Gávea, neste Município, conforme autorização dada pela lei Municipal Nº 2011 de 16 de janeiro de 2017;

Considerando que se não for quebrada a ordem cronológica de pagamento não há como se efetuar o pagamento do Empenho Nº 6300/2019, no valor de R\$ 1.209,00, que deverá ser pago até o dia 01/11/2019.

DECRETA:

Art.1º - Autoriza a Contabilidade e a Tesouraria desta Prefeitura, a quebrar a ordem cronológica para efetuar o pagamento até o dia 01 de novembro de 2019, do Empenho Nº 6300/2019, no valor de R\$ 1.209,00 (hum mil duzentos e nove reais) a Advance Imobiliária Ltda Me.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

Prefeitura Municipal de Rodeio, 31 de outubro de 2019.

PAULO ROBERTO WEISS

Prefeito de Rodeio/SC

O Decreto Executivo Municipal Nº 5103/19, foi publicado na forma regulamentar no Quadro Mural da Prefeitura Municipal de Rodeio e registrado em 31 de outubro de 2019.

DÉBORA KUNTZ AGUILERA – Consultora Técnica – CC4
Secretaria Executiva

DECRETO EXECUTIVO MUNICIPAL Nº 5104

Publicação Nº 2217510

DECRETO EXECUTIVO MUNICIPAL Nº 5104 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

AUTORIZA O PAGAMENTO DE CONTA EMPENHADA ATRAVÉS DA QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO ROBERTO WEISS, Prefeito de Rodeio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o que preceitua o artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, no tocante a observância da estrita ordem cronológica para o pagamento das despesas públicas;

Considerando que no mesmo artigo e Lei acima citada, diz, que esta ordem cronológica poderá ser quebrada se presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

Considerando que o Município de Rodeio mantém Contrato de Servidão de Passagem 001/2017, de um imóvel na Rodovia SC 110, Bairro Rodeio Doze, matriculado no registro de Imóveis de Indaial sob o Nº R 3-13.314 fls. Amparados no artigo 24, inciso X, da lei 8666/93 e autorizadas pela lei Municipal Nº 2017 de 17 de abril de 2017;

Considerando que se não for quebrada a ordem cronológica de pagamento não há como se efetuar o pagamento do Empenho Nº 6299/2019, que deverá ser pago até o dia 01/11/19.

DECRETA:

Art.1º - Autoriza a Contabilidade e a Tesouraria desta Prefeitura, a quebrar a ordem cronológica para efetuar o pagamento até o dia 01 de novembro de 2019 do Empenho Nº 6299/2019, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) ao Sr. Cecílio Girardi.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

Prefeitura Municipal de Rodeio, 31 de outubro de 2019.

PAULO ROBERTO WEISS

Prefeito de Rodeio/SC

O Decreto Executivo Municipal nº 5104/19, foi publicado na forma regulamentar no Quadro Mural da Prefeitura Municipal de Rodeio e registrado em 31 de outubro de 2019.

DÉBORA KUNTZ AGUILERA – Consultora Técnica – CC4

Secretaria Executiva

DECRETO EXECUTIVO MUNICIPAL Nº 5105

Publicação Nº 2217516

DECRETO EXECUTIVO MUNICIPAL Nº 5105 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

AUTORIZA O PAGAMENTO DE CONTA EMPENHADA ATRAVÉS DA QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO ROBERTO WEISS, Prefeito de Rodeio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o que preceitua o artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, no tocante a observância da estrita ordem cronológica para o pagamento das despesas públicas;

Considerando que no mesmo artigo e Lei acima citada, diz, que esta ordem cronológica poderá ser quebrada se presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

Considerando que o Município de Rodeio realizou a contratação da SERVMED – CLÍNICA DE MEDICINA DO TRABALHO LTDA, situada na Rua 7 de setembro, 1760 - Centro, Blumenau – SC;

Considerando que se não for quebrada a ordem cronológica de pagamento não há como se efetuar o pagamento da Nota Fiscal Nº 253979 de 04/10/2019 e do Empenho Nº 6406/2019, que deverá ser pago até o dia 04/11/2019.

DECRETA:

Art.1º - Autoriza a Contabilidade e a Tesouraria desta Prefeitura, a quebrar a ordem cronológica para efetuar o pagamento até o dia 04 de novembro de 2019, do Empenho Nº 6406/2019, no valor de R\$ 2.790,83 (dois mil setecentos e noventa reais e oitenta e três centavos) a Empresa – SERVMED – CLÍNICA DE MEDICINA DO TRABALHO LTDA.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

Prefeitura Municipal de Rodeio, 31 de outubro de 2019.

PAULO ROBERTO WEISS

Prefeito de Rodeio/SC

O Decreto Executivo Municipal Nº 5105/19, foi publicado na forma regulamentar no Quadro Mural da Prefeitura Municipal de Rodeio e registrado em 31 de outubro de 2019.

DÉBORA KUNTZ AGUILERA – Consultora Técnica – CC4

Secretaria Executiva

EXTRATO DE CONTRATO 58/2019

Publicação Nº 2216498

Estado de Santa Catarina - Município de Rodeio - Extrato de contrato Nº 58/2019 ref. Pregão Presencial Nº 29/2019. Contratante: Município de Rodeio. Contratada: Portabilis Tecnologia Ltda. Objeto: contratação de empresa especializada para prestação de serviço e implantação de solução de gestão escolar, incluindo: implantação do software público i-educar, implantação de ferramentas administrativas integradas, portais de professor e serviços à comunidade escolar. Valor: R\$ de 38.480,00 (trinta e oito mil quatrocentos e oitenta reais). Vigência: 04/11/2019 a 04/11/2020. Rodeio 04 de novembro de 2019. Paulo Roberto Weiss - Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 2125

Publicação Nº 2217533

LEI ORDINÁRIA Nº 2125 DE 25 DE SETEMBRO DE 2019.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE RODEIO A INDENIZAR A PROVÍNCIA FRANCISCANA DA IMACULADA CONCEIÇÃO DO BRASIL.

O Povo do Município de Rodeio - SC, por seus representantes aprovou, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

Art.1º- Fica o Município de Rodeio autorizado a indenizar a Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil, com sede à Rua Borges Lagoa nº 1209, Vila Clementino, CEP 04038-033, São Paulo-SP, em virtude do desgaste, e inutilização, do mobiliário e equipamentos que integravam o imóvel locado pelo Município, desde 2002, situado à Rua Barão do Rio Branco nº 1069, Centro – Rodeio-SC, onde funcionava a Escola Básica Municipal Santo Antônio.

Art.2º- A indenização autorizada pelo artigo 1º desta lei é no valor de R\$33.841,27(trinta e três mil e oitocentos e quarenta e um reais e vinte e sete centavos), conforme laudo apresentado pela Orbi Empreendimentos Imobiliários Ltda., confirmado por Comissão Especial formada por 3(três) servidores efetivos do Município, os quais ficam fazendo parte da presente lei.

Art.3º- As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

04.000 - Secretaria de Educação

04.001 - Secretaria de Educação

0012.0361.0040.2008 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental

33900000000000 - Aplicações diretas

10100 - Receitas de Impostos – Educação

Art.4º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Rodeio, 25 de setembro de 2019.

PAULO ROBERTO WEISS

Prefeito de Rodeio/SC

A Lei Ordinária Nº 2125/19 foi publicada no quadro mural da Prefeitura Municipal de Rodeio e registrada em 25 de setembro de 2019.

DÉBORA KUNTZ AGUILERA – Consultora Técnica – CC4

Secretaria Executiva

JUSTIFICATIVA

Justificativa ao Projeto de Lei Ordinária nº 025 de 05 de setembro de 2019.

Senhor Presidente, Senhores e Senhoras Vereadoras, Digníssimos representantes do povo de Rodeio.

Como é de conhecimento dos Nobres Edis, a Escola Básica Municipal Santo Antônio funcionava em prédio locado pelo Município de Rodeio, desde o ano de 2002, sendo que na época foi deixado todo o mobiliário e equipamentos, conforme laudo de Vistoria, em anexo, os quais foram utilizados pelo Município neste período de 17 anos, tornando-se inservíveis, e muitos que inclusive não existem mais porque foram substituídos, ou seja, foram inutilizados.

Neste ano de 2019 foi inaugurada a sede própria da Escola Básica Municipal Santo Antônio, motivo pelo qual foi rescindido o contrato de locação com a Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil, e, em virtude da rescisão, a Província Franciscana, através de seus representantes legais, apresentou levantamento do mobiliário e equipamentos a serem repostos ou indenizados pelo Município, o qual segue em anexo, cujo valor total é de R\$ R\$33.841,27(trinta e três mil e oitocentos e quarenta e um reais e vinte e sete centavos).

Após a apresentação do levantamento e requerimento feito pela Província Franciscana, a Secretaria Municipal de Educação formou uma Comissão Especial para fazer seu próprio levantamento, e orçamento dos valores, do mobiliário e equipamentos a serem indenizados por sua inutilização, após quase duas décadas de uso pelo Município, sendo que o valor apontado pela Comissão foi de R\$44.969.29(quarenta e quatro mil reais e novecentos e sessenta e nove reais e vinte e nove centavos), ou seja, o valor pedido pela Província Franciscana é bastante inferior ao valor levantado pela Comissão.

Desta forma, considerando que é obrigação do locatário, neste caso o Município de Rodeio, restituir o prédio e o mobiliário nas mesmas condições em que os recebeu, e considerando que a Província está apresentando o pedido com base em apenas 50% do valor real do mobiliário, entendemos como justo o pedido, e muito mais vantajoso para a Administração Municipal, do que se tivesse que repor todo o mobiliário e equipamentos, motivos pelos quais, através do Projeto de Lei 025/2019, solicitando autorização para indenizar o Locador, ou seja, a Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil, no valor de R\$33.841,27(trinta e três mil e oitocentos e quarenta e um reais e vinte e sete centavos).

Rodeio, 05 de setembro de 2019.
PAULO ROBERTO WEISS
Prefeito de Rodeio/SC

LEI ORDINÁRIA Nº 2126

Publicação Nº 2217538

LEI ORDINÁRIA Nº 2126 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADERIR AO PROGRAMA BADESC CIDADES E TOMAR EMPRÉSTIMO JUNTO AO BADESC – AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Povo do Município de Rodeio - SC, por seus representantes aprovou, e eu em seu nome sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa Badesc Cidades.

Art. 2º - A adesão ao Programa Badesc Cidades propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de pavimentação asfáltica, padronização de calçadas, e inclusão de ciclovias em vias do Município de Rodeio SC.

Art. 3º - Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa Badesc Cidades, até o montante de R\$ 2.000.000,00 (Dois Milhões de Reais).

§1º Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste Artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito.

§2º O Poder Executivo poderá, também, caso seja necessário, vincular como contragarantia à garantia da União, a operação de crédito de que trata este artigo, em caráter irrevogável e irretratável, a modo "pro-solvendo", às receitas a que se referem os artigos 158 e 159, inciso I, alínea "b", complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no artigo 156, nos termos do §4º, do artigo 167, todos da Constituição Federal, bem como outras garantias admitidas em direito.

Art. 4º - Para dar continuidade ao Programa Badesc Cidades, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subseqüentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º - Por conta dos financiamentos estabelecidos no Artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 5,5% (cinco vírgula cinco por cento) ao ano, acrescido da taxa SELIC (variação acumulada das taxas médias apuradas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, divulgada pelo Banco Central do Brasil), ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 7º Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 8º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Rodeio, 05 de novembro de 2019.
PAULO ROBERTO WEISS
Prefeito de Rodeio/SC

A Lei Ordinária Nº 2126/19 foi publicada no quadro mural da Prefeitura Municipal de Rodeio e registrada em 05 de novembro de 2019.

DÉBORA KUNTZ AGUILERA – Consultora Técnica – CC4
Secretaria Executiva

JUSTIFICATIVA

Justificativa ao Projeto de Lei Ordinária nº 026 de 03 de outubro de 2019.

Senhor Presidente, Senhores Vereadores e Senhoras Vereadoras, Digníssimos representantes do povo de Rodeio.

Encaminhamos o presente Projeto de Lei solicitando autorização desta egrégia Casa de Leis, para que o Município de Rodeio possa aderir ao Programa Badesc cidades e tomar empréstimo junto ao BADESC, cuja sistemática de financiamento é a que se passa a expor.

Por força da Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 32, § 1º, inc. I, da Lei Complementar nº 101/200) é condição da contratação de operação de crédito a existência de prévia e expressa autorização legislativa, o que se faz por meio do projeto de lei municipal anexo.

Ademais, faz-se necessário por força do supracitado ordenamento jurídico a inclusão no orçamento ou em créditos adicionais dos recursos provenientes da operação.

Com a adesão ao Programa Badesc Cidade, e a tomada de empréstimo, o Poder Executivo poderá realizar investimentos na infra-estrutura da cidade, e neste caso específico para pavimentação asfáltica de ruas, tendo como principal objetivo a pavimentação da Rua Barão do Rio Branco, além da continuidade do projeto de padronização de calçadas e implantação de ciclovias.

Também, cumpre esclarecer que o Município pagará encargos máximos de 5,5% (cinco vírgula cinco por cento) ao ano, acrescido da taxa SELIC (variação acumulada das taxas médias apuradas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, divulgada pelo Banco Central do Brasil), o que, convenhamos, é muito bom para o Município.

Com a autorização desta Egrégia Casa de Leis, através dos Nobres Edis, poderemos continuar avançando na melhoria da infraestrutura do Município de Rodeio, e consequentemente na qualidade de vida de nossa gente, além de incrementarmos ainda mais o turismo em nossa cidade.

Diante de todo o exposto, e com o respeito que se deve ao Poder Legislativo, vem o Chefe do Executivo, apresentar o projeto de Lei nº 026/2019 em apenso, tendo a certeza de vossa atenção e compreensão, rogando por sua aprovação.

Rodeio, 03 de outubro de 2019.

PAULO ROBERTO WEISS

Prefeito de Rodeio

LEI ORDINÁRIA Nº 2127

Publicação Nº 2217541

LEI ORDINÁRIA Nº 2127 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

REVOGA A LEI Nº 1728/2009, INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, O PLANO ESTRATÉGICO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL E O GRUPO INTERSETORIAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL - GIEA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Povo do Município de Rodeio - SC, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

Capítulo I

DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 1º Entende-se por educação ambiental o processo pedagógico permanente de construção e transformação do ser humano, realizado com ações participativas interdisciplinares, estratégicas, integradas e representativas de todas as esferas sociais, visando uma relação harmônica e sustentável entre a sociedade e o meio ambiente.

Art. 2º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação municipal, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

Parágrafo único. A educação ambiental é objeto constante de atuação direta da prática pedagógica, das relações familiares, comunitárias e dos movimentos sociais na formação da cidadania.

Art. 3º Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental, incumbindo:

I - ao Poder Público, nos termos dos arts. 164 e 182 da Constituição Estadual de Santa Catarina, arts. 205 e 225 da Constituição Federal definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;

II - às instituições educativas, promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem;

III - aos órgãos integrantes do Poder Público Municipal, promover ações de educação ambiental integradas aos programas de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;

IV - aos meios de comunicação de massa, colaborar de maneira ativa e permanente na disseminação de informações e práticas educativas sobre meio ambiente e incorporar a dimensão ambiental em sua programação;

V - às empresas, entidades de classe, associações civis, instituições públicas e privadas, promover programas destinados à formação individual e profissional dos trabalhadores, visando à melhoria e ao controle efetivo sobre o ambiente de trabalho, bem como sobre as repercussões do processo produtivo no meio ambiente;

VI - ao Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA e ao Conselho Municipal de Educação assessorar os órgãos de meio ambiente e de educação na elaboração e avaliação de programas e projetos de educação ambiental, bem como propor linhas prioritárias de ação;

VII - à sociedade como um todo, manter atenção permanente à formação de valores, atitudes e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva voltada para a prevenção, a identificação e a solução de problemas ambientais.

VIII - às organizações não-governamentais, às organizações da sociedade civil de interesse público, às redes sociais e aos movimentos sociais estimular e apoiar programas e projetos de educação ambiental.

Art. 4º São princípios básicos da educação ambiental:

I - o enfoque humanista, holístico, histórico, político, inclusivo, dialógico, crítico, cooperativo, emancipatório, democrático e participativo;

II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;

III - o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;

IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;

V - a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;

VI - a permanente avaliação crítica do processo educativo;

VII - a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;

VIII - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural e histórico.

IX - o desenvolvimento de ações estratégicas permanentes envolvendo os membros da coletividade na solução de problemas ambientais.

X - o estímulo à cooperação entre os diversos atores sociais.

Art. 5º São objetivos fundamentais da educação ambiental:

I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, históricos, culturais e éticos;

- II - a democratização das informações socioambientais;
- III - o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;
- IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;
- V - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social do Município, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;
- VI - o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

Capítulo II

DA POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 6º É instituída a Política Municipal de Educação Ambiental.

Art. 7º A Política Municipal de Educação Ambiental engloba o conjunto de iniciativas voltadas para a formação de cidadãos e comunidades capazes de tornar compreensíveis a problemática ambiental e de promover uma atuação responsável para a solução dos problemas ambientais.

Art. 8º É instituído o Plano Estratégico de Educação Ambiental Municipal, instrumento de gestão ambiental que consubstanciará as ações e diretrizes previstas na Política Municipal de Educação Ambiental e nas Diretrizes Nacionais para a Educação.

Parágrafo único. O Plano Estratégico de Educação Ambiental Municipal incentivará o Cadastro dos projetos de educação ambiental desenvolvidos no município no Portal de Educação Ambiental de Santa Catarina (<http://educacaoambiental.sds.sc.gov.br/>), recomendado para as ações desenvolvidas pelo Poder Público, iniciativa privada e sociedade em geral, no qual serão registrados os profissionais, instituições governamentais e entidades da sociedade civil que atuam na área ambiental, assim como as experiências, os projetos e os programas relacionados à educação ambiental no âmbito do Município, com o intuito de integrar, fortalecer e inspirar as ações de educação ambiental.

Art. 9º A Política Municipal de Educação Ambiental envolve, em sua esfera de ação instituições públicas e privadas, Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental de Santa Catarina (CIEA-SC), os Grupos de Trabalho de Educação Ambiental (GTEA) de suas respectivas bacias hidrográficas, os Grupos Intersetoriais de Educação Ambiental (GIEA), bem como outras organizações governamentais e não-governamentais com atuação em educação ambiental formal e não-formal.

Art. 10º - As atividades vinculadas à Política Municipal de Educação Ambiental devem ser desenvolvidas nas seguintes linhas de atuação, necessariamente inter-relacionadas:

- I - educação ambiental no ensino formal e não-formal;
- II - monitoramento, avaliações e supervisão das ações;
- III - instrumentos metodológicos, visando a interdisciplinaridade em todos os níveis e modalidades de ensino;
- IV - mobilização social e gestão da informação ambiental;
- V - incorporação da dimensão ambiental na formação, especialização e atualização dos educadores de todos os níveis e modalidades de ensino e dos profissionais que atuam com meio ambiente;
- VI - a busca de alternativas curriculares e metodológicas de formação na área ambiental;
- VII - o apoio a iniciativas e experiências locais e regionais, incluindo a produção de material educativo;
- VIII - a montagem de uma rede de banco de dados e imagens integrada ao Portal de Educação Ambiental de SC, para divulgação de projetos ambientais para todos os níveis de ensino e entidades públicas e privadas.
- IX - a articulação com os Planos Político Pedagógicos – PPPs, fundamentado nos princípios da educação ambiental.

Seção I

Da Educação Ambiental no Ensino Formal

Art. 11 - Entende-se por educação ambiental formal aquela desenvolvida no ensino escolar da rede pública e privada das instituições de ensino situadas no município, contemplada nos currículos e atividades extracurriculares nas áreas de sua competência, realizada no (a):

- I - educação básica:
 - a) educação infantil;
 - b) ensino fundamental, e
 - c) ensino médio;
- II - educação profissional;
- III - educação superior;
- IV - educação para pessoas com deficiência;
- V - educação de jovens e adultos.

§1º. A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal.

§2º. Nos cursos de pós-graduação, extensão e nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da educação ambiental, quando se fizer necessário, é facultada a criação de disciplina específica.

§3º. Nos cursos de formação e especialização técnico-profissional em todos os níveis, deve ser incorporado conteúdo que trate da ética ambiental das atividades profissionais a serem desenvolvidas.

Art. 12 - A dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas de forma transdisciplinar.

Art. 13 - Os educadores, entendidos como todos os profissionais em atividade na rede pública e privada de ensino, devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Municipal de Educação Ambiental.

Art. 14 - A Secretaria Municipal de Educação em articulação com a Secretaria do Meio Ambiente, deverá:

- I - promover cursos de atualização e aperfeiçoamento para o corpo docente e administrativo;
- II - promover e incentivar programas comunitários de educação ambiental; e
- III - promover, sistematicamente, a informação ambiental educativa, através de todos os meios de comunicação, objetivando a formação

de uma consciência pública sobre a preservação e qualidade ambiental.

Art.15 - Nos projetos político-pedagógicos e nos planos de desenvolvimento escolar serão contemplados interdisciplinarmente os temas ambientais na conformidade das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, as diretrizes de educação municipal e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) - Agenda 2030 da ONU.

Seção II

Da Educação Ambiental Não-Formal

Art. 16 - Entende-se por educação ambiental não-formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da comunidade, organização, mobilização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente.

§1º. Para o pleno desenvolvimento da educação ambiental não-formal, o Poder Público Municipal incentivará, inclusive mediante atuação consorciada:

I - a difusão, por intermédio dos meios de comunicação de massa, como rádio, TV, jornais, redes sociais, em espaços nobres, de programas e campanhas educativas, e de informações acerca de temas relacionados ao meio ambiente;

II - a ampla participação das instituições de ensino e das organizações não-governamentais na formulação e execução de programas e atividades vinculadas à educação ambiental não-formal;

III - a participação de empresas públicas e privadas no desenvolvimento de programas e projetos de educação ambiental em parceria com as instituições de ensino e as organizações não-governamentais;

IV - a sensibilização da sociedade para a importância das unidades de conservação;

V - a sensibilização ambiental das populações residentes no entorno das unidades de conservação;

VI - a sensibilização ambiental das comunidades rurais;

VII - o ecoturismo;

VIII - a inserção da educação ambiental nas:

a) atividades de conservação da biodiversidade, de zoneamento ambiental, de licenciamento, de gerenciamento de resíduos, de gestão de recursos hídricos, de ordenamento de recursos pesqueiros, de manejo sustentável de recursos ambientais e de melhoria de qualidade ambiental; e

b) políticas econômicas, sociais e culturais, de ciência e tecnologia, de comunicação, de transporte, de saneamento e de saúde nos projetos financiados com recursos públicos e privados e nos ditames da Agenda 21 e da Agenda 2030 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU;

IX - a implantação de Centros de Educação Ambiental através da destinação e uso de áreas urbanas e rurais para o desenvolvimento prioritário de atividades de educação ambiental;

X - a participação e o controle social na gestão dos recursos ambientais na elaboração e execução de políticas públicas.

§2º. O desenvolvimento de programas de educação ambiental poderá ocorrer de forma consorciada (Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI) e o comparecimento e a frequência de infratores às referidas atividades, como penalização pela prática de ilícitos ambientais, se dará mediante o recolhimento de preço público na forma estipulada em regramento próprio, conforme previsto na Política Municipal de Meio Ambiente.

Art. 17 - A publicação de panfletos comerciais impressos deverá:

I - Inserir na capa de todo panfleto comercial distribuído no formato impresso, na proporção de 35% deste espaço, informativo de educação ambiental, como forma de promover a educação ambiental não-formal.

II - O conteúdo do informativo dará ênfase a temáticas da campanha de educação ambiental local e/ou regional, dicas ambientais, relatos de projetos, alertas sobre a legislação ambiental, entre outros.

III - A elaboração destes informativos poderá ser feita de forma consorciada (CIMVI) ou definida pelo GIEA municipal.

IV - Compete ao GIEA articular a disponibilização da arte do informativo de educação ambiental no site da Prefeitura, com antecipação de 30 dias da publicação do referido mês.

V - Compete aos comerciantes que distribuem panfletos impressos, acessar a arte do informativo no site da prefeitura.

VI - A frequência da publicação do informativo de educação ambiental será mensal, contudo, em caso de distribuição de panfletos semanais ou quinzenais, estes repetirão o informativo de educação ambiental daquele mês.

§1º O município terá o prazo de um ano a contar a partir da publicação desta lei, para adequação ao seu cumprimento, e após este período, no caso do descumprimento do previsto neste artigo, o responsável pelo estabelecimento comercial pagará multa de até 10 UMAs (dez Unidades Monetárias Ambientais), cujo recurso deverá ser aplicado exclusivamente para educação ambiental.

§2º O recurso proveniente da multa prevista neste artigo será depositado no Fundo Municipal do Meio Ambiente.

§3º O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA definirá sobre a aplicação dos recursos, com sugestões do GIEA.

Seção III

Da Formação de Recursos Humanos e Realização de Pesquisas em Educação Ambiental

Art. 18 - A formação de recursos humanos consistirá:

I - na preparação de profissionais orientados para as atividades de gestão e de educação ambiental;

II - na incorporação da dimensão ambiental na formação, especialização e atualização de profissionais em todas as áreas;

III - na formação, especialização e atualização de profissionais cujas atividades tenham implicações, direta ou indiretamente, na qualidade do meio ambiente natural e do trabalho;

IV - na preparação e formação para as questões ambientais de agentes sociais e comunitários, oriundos de diversos segmentos e movimentos sociais, para atuar em programas, projetos e atividades a serem desenvolvidos em instituições de ensino, comunidades e unidades de conservação da natureza.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal do Meio Ambiente, e a Secretaria Municipal de Educação, inclusive de modo consorciado (CIMVI), por meio de convênio com as instituições de ensino superior públicas e privadas, centros de pesquisa e organizações não-governamentais, promoverão a formação, em nível local, dos educadores.

Art. 19 - Os estudos, pesquisas e experimentações na área de educação ambiental priorizarão:

- I - o desenvolvimento de instrumentos e metodologias visando à incorporação da dimensão ambiental, de forma transdisciplinar, nos diferentes níveis e modalidades de ensino;
- II - o desenvolvimento de instrumentos e metodologias visando à participação das populações interessadas em pesquisas relacionadas à problemática ambiental;
- III - a busca de alternativas curriculares e metodologias de formação na área ambiental;
- IV - a difusão de conhecimentos, tecnologias e informações sobre a questão ambiental;
- V - as iniciativas e experiências locais e regionais, incluindo a produção de material educativo;
- VI - a montagem de uma rede de banco de dados em projetos integrada ao Portal de Educação Ambiental de SC, para apoio às ações previstas neste artigo.

Parágrafo único. As instituições de ensino superior públicas e privadas deverão ser estimuladas à produção de pesquisas, ao desenvolvimento de tecnologias e à capacitação dos trabalhadores e da comunidade, visando a melhoria das condições do ambiente e da saúde no trabalho e da qualidade de vida das populações residentes no entorno de unidades industriais, assim como o desenvolvimento de programas especiais de formação adicional de educadores.

Capítulo III

DA EXECUÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 20 - Fica constituído, no âmbito do Município, o Grupo Intersetorial de Educação Ambiental - GIEA, formado por no mínimo um representante dos órgãos de Meio Ambiente, Educação, Cultura, Saúde, Turismo, além de instituições de ensino superior, clubes e agremiações estudantis, bem como de representantes de organizações não-governamentais e da iniciativa privada, quando houver, com as seguintes atribuições:

- I - definição de diretrizes para implementação da Política Municipal de Educação Ambiental;
- II - elaboração do Programa Municipal de Educação Ambiental – ProMEA com revisão anual;
- III - articulação e supervisão de programas e projetos públicos e privados na área de educação ambiental;
- IV - dimensionamento de recursos necessários aos programas e projetos na área de educação ambiental.

§1º Ato do Chefe do Executivo publicará:

- I - portaria com os nomes dos integrantes do GIEA, com atuação de dois anos, podendo ser reconduzidos por igual período;
- II - decreto de aprovação do Regimento Interno, a ser elaborado pelo GIEA.

§2º A participação no GIEA não configura vínculo empregatício junto ao poder público, sendo, portanto, um trabalho voluntário.

Art. 21 - São atribuições da Secretaria do Meio Ambiente e da Secretaria Municipal de Educação, no âmbito de suas competências, na execução da Política Municipal de Educação Ambiental:

- I - avaliar e intermediar, se for o caso, programas e projetos da área de educação ambiental;
 - II - observar as deliberações do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA e do Conselho Municipal de Educação;
 - III - apoiar o processo de implementação e avaliação da Política Municipal de Educação Ambiental em todos os níveis, delegando competências quando necessário;
 - IV - sistematizar e divulgar as diretrizes municipais definidas, garantindo o processo participativo;
 - V - estimular e promover parcerias entre instituições públicas e privadas, com ou sem fins lucrativos, objetivando o desenvolvimento de práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre questões ambientais;
 - VI - promover o levantamento de programas e projetos desenvolvidos na área de educação ambiental e o intercâmbio de informações;
 - VII - indicar critérios e metodologias qualitativas e quantitativas para a avaliação de programas e projetos de educação ambiental;
 - VIII - estimular o desenvolvimento de instrumentos e metodologias visando o acompanhamento e avaliação de projetos de educação ambiental;
 - IX - levantar, sistematizar e divulgar as fontes de financiamento disponíveis em âmbito internacional, nacional e estadual para a realização de programas e projetos de educação ambiental;
 - X - definir critérios considerando, inclusive, indicadores de sustentabilidade, para o apoio institucional e alocação de recursos a projetos da área não-formal; e
 - XI - assegurar que sejam contemplados como objetivos do acompanhamento e avaliação das iniciativas em educação ambiental:
 - a) a orientação e consolidação de projetos e programas;
 - b) o incentivo e multiplicação dos projetos e programas bem-sucedidos; e
 - c) a compatibilização com os objetivos da Política Nacional e Estadual de Educação Ambiental e do Programa Nacional (PRONEA) e Estadual de Educação Ambiental (ProEEA/SC).
- Art. 22 - As instituições de ensino priorizarão, em suas atividades pedagógicas práticas e teóricas:
- I - a adoção do meio ambiente local, incorporando a participação da comunidade na identificação dos problemas e busca de soluções;
 - II - a realização de ações de monitoramento e participação em campanhas de defesa do meio ambiente.

Seção I

Da Alocação de Recursos

Art. 23 - Os recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente devem ser destinados, mediante aprovação do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA, ao apoio de programas e projetos de educação ambiental.

Art. 24 - A seleção dos programas e projetos relativos à Política Municipal de Educação Ambiental a serem financiados com recursos públicos e privados será feita de acordo com os seguintes critérios:

- I - conformidade com os princípios, objetivos e diretrizes desta Lei;
- II - articulação interinstitucional;
- III - economicidade, medida pela relação entre a magnitude dos recursos e o retorno social propiciado pelo plano, programa ou projeto proposto; e
- IV - equanimidade entre os diferentes bairros e regiões do Município, incluindo a área urbana e rural.

Parágrafo único - A aprovação dos programas e projetos mencionados no caput deste artigo será feita pelo Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA.

Art. 25 - Caberá ao Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA, bem como à Secretaria Municipal de Educação, a iniciativa de incluir nos seus respectivos programas de trabalho, constantes do Plano Plurianual e do Orçamento Anual, ações de educação ambiental no âmbito municipal.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 26 - Os instrumentos necessários à execução da Política Municipal de Educação Ambiental de que trata esta Lei deverão ser regulamentados por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 27 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Rodeio, 05 de novembro de 2019.

PAULO ROBERTO WEISS

Prefeito de Rodeio/SC

A Lei Ordinária Nº 2127/19 foi publicada no quadro mural da Prefeitura Municipal de Rodeio e registrada em 05 de novembro de 2019.

DÉBORA KUNTZ AGUILERA – Consultora Técnica – CC4
Secretaria Executiva

JUSTIFICATIVA

Justificativa ao Projeto de Lei Ordinária nº 027 de 15 de outubro de 2019.

Excelentíssimo Vereador Presidente, Senhores Vereadores e Senhoras Vereadoras, íncritos legisladores municipais de Rodeio.

Através do presente estamos encaminhando Projeto de Lei que:

“REVOGA A LEI Nº 1728/2009, INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, O PLANO ESTRATÉGICO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL E O GRUPO INTERSETORIAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL - GIEA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O referido Projeto de Lei, tem sua razão de ser no que disciplina o art. 225 da Constituição da República, dispositivo que passo a transcrever:

“Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

[...]

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;”

Neste mister, houve a edição da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental a qual fixou diretrizes gerais de atuação a serem implantadas e observadas pelos demais entes federados e a Lei Estadual Catarinense nº 13.558, de 17 de novembro de 2005 que implanta a política estadual de educação ambiental em Santa Catarina.

Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

O que vemos é o desejo de reforçar a harmonia da questão ambiental com as práticas sociais de uma forma integrada e respeitando as particularidades de cada povo, abordagem que deve considerar os enfoques humanista, histórico, crítico, político, democrático e participativo.

Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental, incumbindo ao Poder Público, nos termos dos artigos 205 e 225 da Constituição Federal, definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental. Está inserido, nessa visão educacional, o estímulo à educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente.

A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

Toda lei ao ser criada busca alguns princípios com os quais deverão se identificar, isso ocorre para que as ações oriundas dessa lei tenham uma certa identidade e, principalmente, credibilidade. Os princípios da educação ambiental são internacionalmente aceitos, são eles:

- a) o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;
- b) a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
- c) o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;
- d) a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;

- e) a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;
- f) a permanente avaliação crítica do processo educativo;
- g) a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- h) o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

Como se percebe os princípios tem em comum o respeito às individualidades da comunidade, a inter, multi e transdisciplinaridade, ou seja, unir diversas disciplinas para potencializar a diversidade e criatividade, explorar as fronteiras entre as múltiplas esferas do conhecimento, demonstrando a interdependência entre elas.

A educação ambiental deve estar pautada em objetivos que se encontram dispostos no artigo 5º da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, considerados como fundamentais tentam promover de forma harmoniosa as necessidades da comunidade com os aspectos legislativos que revestem a proteção do meio ambiente.

- a) o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;
- b) a garantia de democratização das informações ambientais;
- c) o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;
- d) o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;
- e) o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;
- f) o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;
- g) o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

Mesmo que os conceitos previstos pareçam subjetivos são alcançados à medida que se fortaleça a discussão e a sua divulgação através de projetos pedagógicos e atividades comunitárias de proteção ambiental.

Assim, fundamentados nestes parâmetros, foram realizadas reuniões com representantes dos setores de meio ambiente e de educação do município, para discutir, ampliar e adequar o texto deste projeto de Lei, que representa em sua íntegra o resultado de uma construção coletiva e democrática, com vistas a efetivar a e dar visibilidade permanente aos projetos e ações de educação ambiental municipal.

Portanto ilustres e nobres Vereadores e Vereadoras, aí estão, de modo claro e sucinto, os superiores motivos que impõem o presente Projeto de Lei, que certamente encontrará a melhor ressonância na sábia compreensão de Vossas Excelências, que serão fielmente aquilatados e representados em todo o seu dimensionamento, dos quais solicito o imprescindível apoio e colaboração no que respeita a sua pronta aprovação.

Na certeza de que essa Colenda Câmara dará ao presente a costumeira atenção e aprovação, renovamos nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Rodeio, 15 de outubro de 2019.
PAULO ROBERTO WEISS
Prefeito de Rodeio/SC

LEI ORDINÁRIA Nº 2128

Publicação Nº 2217544

LEI ORDINÁRIA Nº 2128 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

O Povo do Município de Rodeio - SC, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no Orçamento Geral do corrente exercício, no valor de R\$ 212.992,66 (DUZENTOS E DOZE MIL E NOVECENTOS E NOVENTA E DOIS Reais E SESENTA E SEIS Centavos) a seguinte dotação orçamentária no orçamento de 2019:

08.000 – Fundo Municipal de Assistência Social
08.001 – Fundo Municipal de Assistência Social

0008.0244.0110.2050 – Gestão do SUAS
31900000000000 – Aplicações Diretas
10000 – Recursos Ordinários R\$ 32.992,66

08.000 – Fundo Municipal de Assistência Social
08.001 – Fundo Municipal de Assistência Social
0008.0244.0110.2052 – Proteção Básica
31900000000000 – Aplicações Diretas
10000 – Recursos Ordinários R\$ 25.000,00

05.000 – Diretoria de Cultura, Esportes e Turismo
05.001 – Departamento de Desporto e Lazer
0027.0812.0050.2011 – Manter e Apoiar o Desporto e Lazer
31900000000000 – Aplicações Diretas
10000 – Recursos Ordinários R\$ 25.000,00

04.000 – Secretaria de Educação
04.001 – Secretaria de Educação
0012.0361.0040.2024 – Manutenção do Transporte Escolar
33900000000000 – Aplicações Diretas
10100 – Receitas de Impostos - Educação R\$ 70.000,00

04.000 – Secretaria de Educação
04.001 – Secretaria de Educação
0012.0361.0040.2008 – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
33900000000000 – Aplicações Diretas
10100 – Receitas de Impostos - Educação R\$ 60.000,00

Art. 2º - Para atender ao disposto no artigo anterior, o crédito suplementar corre por conta da anulação da dotação orçamentária seguinte:

03.000 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
03.001 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
0027.0813.0130.1006 – Construção e Revitalização de Praças e Academias
44900000000000 – Aplicações Diretas
10000 – Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

03.000 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
03.003 – SEGURANÇA PÚBLICA
0006.0181.0032.2031 – Manutenção das Atividades da Polícia Militar
44900000000000 – Aplicações Diretas
10000 – Recursos Ordinários R\$ 1.000,00

03.000 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
03.003 – SEGURANÇA PÚBLICA
0006.0182.0032.2033 – Manutenção das Atividades da Segurança Pública
44300000000000 – Transferências a Estados e Distrito Federal
10000 – Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

04.000 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
04.001 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
0012.0364.0040.2010 – Manutenção das Atividades do Ensino Superior
33900000000000 – Aplicações Diretas
10000 – Recursos Ordinários R\$ 2.159,00

05.000 – DIRETORIA DE CULTURA, ESPORTES E TURISMO
05.001 – DEPARTAMENTO DE DESPORTO E LAZER
0027.0812.0050.1005 – Construir, Ampliar e Urbanizar Espaços de Esporte
44900000000000 – Aplicações Diretas
10000 – Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

05.000 – DIRETORIA DE CULTURA, ESPORTES E TURISMO
05.003 – DEPARTAMENTO DE COMÉRCIO, SERVIÇOS E TURISMO
0023.0695.0070.1003 – Implantação e Revitalização de Pontos Turísticos
44900000000000 – Aplicações Diretas
10000 – Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

06.000 – SECRETARIA DE AGRICULTURA
06.001 – DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
0020.0606.0080.1009 – Modernização da Patrulha Agrícola

44900000000000 – Aplicações Diretas
10000 – Recursos Ordinários R\$ 2.833,66

08.000 – Fundo Municipal de Assistência Social
08.001 – Fundo Municipal de Assistência Social
0008.0241.0110.2019 – Proteção Especial - Média Complexidade
44900000000000 – Aplicações Diretas
10000 – Recursos Ordinários R\$ 1.000,00

08.000 – Fundo Municipal de Assistência Social
08.001 – Fundo Municipal de Assistência Social
0008.0244.0110.2053 – Proteção Especial - Alta Complexidade
44900000000000 – Aplicações Diretas
10000 – Recursos Ordinários R\$ 1.000,00

08.000 – Fundo Municipal de Assistência Social
08.001 – Fundo Municipal de Assistência Social
0008.0241.0110.2019 – Proteção Especial - Média Complexidade
33900000000000 – Aplicações Diretas
10000 – Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

08.000 – Fundo Municipal de Assistência Social
08.001 – Fundo Municipal de Assistência Social
0008.0244.0110.2053 – Proteção Especial - Alta Complexidade
33900000000000 – Aplicações Diretas
10000 – Recursos Ordinários R\$ 50.000,00

04.000 – Secretaria de Educação
04.001 – Secretaria de Educação
0012.0361.0040.1004 – Aquisição de Veículos
44900000000000 – Aplicações Diretas
10100 – Receitas de Impostos - Educação R\$ 5.000,00
04.000 – Secretaria de Educação
04.001 – Secretaria de Educação
0012.0361.0040.2007 – Manutenção das Atividades da Semed
31900000000000 – Aplicações Diretas
10100 – Receitas de Impostos - Educação R\$ 100.000,00

04.000 – Secretaria de Educação
04.001 – Secretaria de Educação
0012.0365.0040.2006 – Manutenção do Ensino Infantil
31900000000000 – Aplicações Diretas
10100 – Receitas de Impostos - Educação R\$ 25.000,00

Art. 3º - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Rodeio, 05 de novembro de 2019.
PAULO ROBERTO WEISS
Prefeito de Rodeio/SC

A Lei Ordinária Nº 2128/19 foi publicada no quadro mural da Prefeitura Municipal de Rodeio e registrada em 05 de novembro de 2019.

DÉBORA KUNTZ AGUILERA – Consultora Técnica – CC4
Secretaria Executiva

JUSTIFICATIVA

Justificativa ao Projeto de Lei Ordinária nº 028 de 21 de outubro de 2019.

Excelentíssimo Vereador Presidente, Senhores Vereadores e Senhoras Vereadoras, íncritos legisladores municipais de Rodeio.

Como é de praxe, ao final do exercício, as Administrações, em todos os níveis, necessitam adequar o orçamento, tendo em vista que ocorrem receitas e despesas não previstas, assim como receitas e despesas previstas no orçamento acabam não se concretizando, motivos pelos quais o Poder Executivo necessita abrir crédito adicional suplementar no Orçamento Geral do corrente exercício em algumas áreas, com a anulação de outras dotações orçamentárias.

Diante do exposto, e considerando que estamos próximos do encerramento do exercício de 2019, solicitamos que o Projeto de Lei 28-2019 seja apreciado por este distinto Plenário, e tramite em REGIME DE URGÊNCIA, nos termos do Art. 235, do Regimento Interno, e com apenas uma discussão e votação, nos termos do art. 248, I do mesmo diploma legal.

Rodeio, 21 de outubro de 2019.

Atenciosamente,

PAULO ROBERTO WEISS
Prefeito de Rodeio/SC

Romelândia

PREFEITURA

EXTRATO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2019

Publicação Nº 2217115

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2176/2019
EXTRATO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2019

O MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA (SC) realizará licitação na modalidade Pregão para REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REALIZAÇÃO DE PARECER TÉCNICO DE AVALIAÇÃO MERCADOLÓGICA DE IMÓVEIS LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA - SC. Tudo em conformidade com a Lei nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações posteriores. Informações e editais completos poderão ser obtidos no Departamento de Compras, Licitações e Contratos, em horário de expediente. Fone para contato (049) 3624-1002, email: compras@romelandia.sc.gov.br, www.romelandia.sc.gov.br. Os documentos e propostas deverão ser entregues até as 14:00 horas do dia 19/11/19. Romelândia (SC), 05/11/2019. VALDIR BUGS - PREFEITO MUNICIPAL.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROVENIENTE DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2019

Publicação Nº 2216794

PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROVENIENTE DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2019, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA E A EMPRESA NILO SUL IND. E COM. LTDA.

MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na Rua do 12 de Outubro nº 242, inscrito no CNPJ/MF nº 82.821.182/0001-26 neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. VALDIR BUGS, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade nº 899.689 e do CPF/MF nº 304.788.399-87, residente e domiciliado na Rua Anita Garibaldi, Centro, na Cidade de Romelândia – SC CEP 89908-000, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, por outro lado a empresa NILO SUL IND. E COM. LTDA, inscrita no CNPJ nº 03.422.646/0001-55, estabelecida Rua João Buzatto, Centro, Guarujá do Sul / SC, doravante denominada CONTRATADA, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços proveniente do Pregão nº 4/2019 e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES

Em face da negociação empreendida entre as partes, em face da comprovação do aumento do preços pela contratada, o presente termo aditivo altera a Cláusula Primeira da Ata de Registro de Preço para reajustar o valor do objeto conforme abaixo:

ITEM	UNID	DESCRIÇÃO	Preço Unitário Atual R\$	Preço Unitário Reajustado R\$
14	Unidade	GÁS DE COZINHA GLP (GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO) – RECARGA DE 13 KG	57,00	60,72

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

Ratificam-se, neste ato, todas as demais cláusulas e condições da referida Ata, permanecendo as mesmas inalteradas.

E, por estarem justas e acordadas, as partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Romelândia, 01 de Outubro de 2019.

VALDIR BUGS
Prefeito Municipal

NILO SUL IND. E COM. LTDA
CONTRATADO

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA 009/2019**

Publicação Nº 2216332

PORTARIA 009/2019 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Regimento Interno e a Lei Orgânica Municipal, promulgada em 05 de Abril de 1990:

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Função de Confiança, ao Servidor, ADILSON JOSÉ BRUGNARA, ocupante do Cargo efetivo de Advogado, com atribuições de chefia e coordenação da Ouvidoria da Câmara, conforme prevê a Resolução 002/2019 de 28 de outubro de 2019.

Art. 2º - A gratificação será no importe de 50% de acordo com o que preconiza o artigo 53 da Lei Complementar 005/2009 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).

Art. 3º - A Gratificação de Função de Confiança - se dará por período indeterminado.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

Sala de sessões da Câmara Municipal de Vereadores, em 04 de novembro de 2019.

VEREADOR IVO PIASSON

Presidente da Câmara

RESOLUÇÃO 002/2019

Publicação Nº 2216329

RESOLUÇÃO Nº 002/2019

Regulamenta, no âmbito da Câmara Municipal de Romelândia/SC, a aplicação da Lei Federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017, define a organização e o funcionamento da Ouvidoria Legislativa, e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Romelândia, no uso das atribuições que lhe conferem o Regimento Interno e a Lei Orgânica Municipal, faz saber que o Plenário aprovou e fica promulgada a seguinte,

RESOLUÇÃO LEGISLATIVA**Capítulo I****DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º Esta Resolução regulamenta os procedimentos para a participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos no âmbito da Câmara Municipal de Vereadores de Romelândia/SC, de que trata a Lei Federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017, a organização e o funcionamento do serviço de Ouvidoria Legislativa.

Art. 2º Para os fins desta Resolução, além do disposto no art. 2.º da Lei Federal nº 13.460, de 2017, considera-se:

I - canal de atendimento: local de atendimento presencial, site oficial, mídias sociais oficiais, telefones, carta ou qualquer outro meio que permita ao usuário fazer solicitações e obter informações e serviços públicos;

II - solicitação: pedido para adoção de providências por parte da Câmara Municipal de Vereadores de Romelândia/SC sobre assuntos relacionados à sua área de competência;

III - reclamação: manifestação de descontentamento ou protesto sobre serviço prestado; ação ou omissão da administração, de agente político ou de servidor da Casa Legislativa;

IV - denúncia: ato que indica a prática de irregularidade ou de ilícito cuja solução dependa da atuação da Câmara Municipal;

V - elogio: demonstração de apreço, reconhecimento ou satisfação sobre o serviço público oferecido ou o atendimento recebido;

VI - sugestão: apresentação de ideia ou formulação de proposta de aprimoramento de políticas e serviços públicos prestados pelo Poder Legislativo;

VII - certificação de identidade: procedimento de conferência de identidade do manifestante por meio de documento de identificação válido, respeitado o disposto na legislação sobre sigilo e proteção de dados e informações pessoais.

Art. 3º Câmara Municipal de Vereadores de Romelândia/SC disponibilizará ao usuário interessado a possibilidade de encaminhar sua manifestação por diferentes canais de atendimento, priorizando os meios eletrônicos.

§ 1º. Os canais de atendimento deverão utilizar processos padronizados e uniformes, com vistas a possibilitar a mensuração de sua eficácia, eficiência e efetividade, permitindo a produção de indicadores que reflitam, prioritariamente, o comportamento da demanda e as necessidades do usuário.

§ 2º No atendimento aos usuários dos serviços públicos, o Poder Legislativo Municipal observará as seguintes práticas:

I - gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania;

II - padronização de procedimentos referentes à utilização de formulários, guias e outros documentos congêneres; e

III - vedação de recusa de recebimento de requerimentos pelos serviços de protocolo, exceto quando o órgão ou a entidade for manifestamente incompetente.

§ 4º Na hipótese referida no inciso III do caput do § 2º, os serviços de protocolo deverão prover as informações e as orientações necessárias para que o interessado possa dar andamento ao requerimento.

§ 5º Após a protocolização de requerimento, caso o agente público verifique que o órgão ou a entidade que o recebera é incompetente para o exame ou a decisão da matéria, deverá providenciar a remessa imediata do requerimento ao órgão ou à entidade do Poder Executivo Municipal competente para conhecer do assunto.

§ 6º Quando a remessa referida no § 4º deste artigo não for possível, o interessado deverá ser comunicado imediatamente do fato para adoção das providências necessárias.

§ 7º As exigências necessárias para o requerimento serão feitas desde logo e de uma só vez ao interessado, justificando-se exigência posterior apenas em caso de dúvida superveniente.

§ 7º Não será exigida prova de fato já comprovado pela apresentação de documento ou informação válida.

§ 8º Para complementar informações ou solicitar esclarecimentos, a comunicação entre o órgão ou a entidade do Poder Legislativo Municipal e o interessado poderá ser feita por qualquer meio, preferencialmente eletrônico.

§ 9º Exceto se existir dúvida fundada quanto à autenticidade ou previsão legal, fica dispensado o reconhecimento de firma e a autenticação de cópia dos documentos expedidos no País e destinados a fazer prova junto a órgãos e entidades do Poder Legislativo Municipal.

§ 10º A apresentação de documentos por usuários dos serviços públicos poderá ser feita por meio de cópia autenticada, dispensada nova conferência com o documento original.

§ 11º A autenticação de cópia de documentos poderá ser feita, por meio de cotejo da cópia com o documento original, pelo servidor público a quem o documento deva ser apresentado.

§ 12º Constatada, a qualquer tempo, a falsificação de firma ou de cópia de documento público ou particular, o órgão ou a entidade do Poder Legislativo Municipal considerará não satisfeita a exigência documental respectiva e, no prazo de até cinco dias, dará conhecimento do fato à autoridade competente para adoção das providências administrativas, civis e penais cabíveis.

Capítulo II

DA CARTA DE SERVIÇOS AO USUÁRIO

Art. 4º A Carta de Serviços ao Usuário apresentará os serviços oferecidos pelo Poder Legislativo, nos termos do art. 7.º da Lei Federal nº 13.460, de 2017, e será elaborada em linguagem simples, clara, objetiva, concisa e em formato acessível.

Art. 5º A Carta de Serviços ao Usuário deverá conter, no mínimo:

I - os serviços efetivamente disponibilizados ao usuário;

II - os requisitos e documentos que deverão ser apresentados para acessar o serviço pretendido, quando necessários;

III - o prazo máximo para a prestação do serviço;

IV - os locais e formas para o usuário apresentar eventual manifestação sobre a prestação do serviço;

V - os procedimentos para receber e responder as manifestações do usuário;

VI - os mecanismos de consulta que poderão ser utilizados pelo usuário para acompanhar o andamento do serviço solicitado e para sua eventual manifestação;

VII - o endereço, horário de funcionamento e expediente, e os canais de atendimento disponibilizados pela Câmara Municipal de Vereadores de Romelândia/SC;

VIII - as informações quanto à realização das sessões legislativas e audiências públicas, indicando:

- a) os tipos e fases das sessões;
- b) os períodos e horários em que se realizam;
- c) as formas de participação popular; e
- d) os meios disponíveis para acompanhamento.

IX - o papel institucional do Vereador, suas atribuições e como contatá-los;

X - informações sobre contato de todos os setores e departamentos da Câmara.

Art. 6º A Carta de Serviços ao Usuário ficará disponível no site oficial da Câmara Municipal de Vereadores de Romelândia/SC, para consulta e impressão.

Art. 7º Independente da revisão anual, a atualização das informações constantes da Carta de Serviços ao Usuário deverá ser solicitada pelo setor responsável pela prestação de cada serviço, sempre que houver necessidade de alterar qualquer informação ali contida.

Capítulo III DA OUVIDORIA LEGISLATIVA

SEÇÃO I DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 8º A Ouvidoria Legislativa será exercida pelo Ouvidor Legislativo com a finalidade de cumprir as atribuições definidas pelo art. 13 da Lei Federal nº 13.460, de 2017, e nesta Resolução.

Art. 9º O Ouvidor Legislativo será um servidor público efetivo, designado através de portaria pelo Presidente da Câmara Municipal de Vereadores.

§ 1º O servidor designado para atuar como Ouvidor Legislativo da Câmara Municipal de Vereadores, perceberá uma função gratificada equivalente ao contido no art. 53 – do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais do Município de Romelândia, a qual não incorpora aos vencimentos do servidor sob qualquer hipótese.

Art. 10º O Ouvidor Legislativo, no exercício de suas funções, deverá guardar sigilo referente a informações levadas a seu conhecimento nos casos em que a lei e o usuário expressamente o requerer.

Art. 11º A Ouvidoria Legislativa deverá dialogar diretamente com os demais setores e servidores da Câmara Municipal de Vereadores de Romelândia/SC, e receberá destes o apoio necessário para o atendimento de todas as manifestações, dentro do prazo estabelecido no art. 18 desta Resolução.

Art. 12º São objetivos da Ouvidoria Legislativa:

I - facilitar e incentivar o acesso do usuário aos instrumentos de participação na gestão e na defesa de seus direitos;

II - promover a interlocução efetiva e atuar diretamente na defesa dos direitos do usuário quanto aos serviços públicos prestados pelo Poder Legislativo;

III - acompanhar as atualizações da Carta de Serviços ao Usuário;

IV - auxiliar, no que couber, o Conselho de Usuários;

V - definir, em conjunto com a Mesa Diretora da Câmara, metodologia padrão para aferir o nível de satisfação do usuário;

VI - processar as informações obtidas por meio das manifestações recebidas e das pesquisas de satisfação realizadas com a finalidade de avaliar os serviços públicos prestados, em especial sobre o cumprimento dos compromissos e dos padrões de qualidade de atendimento da Carta de Serviços ao Usuário;

VII - organizar, analisar e divulgar dados e informações sobre as atividades de ouvidoria e procedimentos operacionais, a fim de subsidiar recomendações e propostas de medidas que visem ao aprimoramento da prestação de serviços públicos, bem como para corrigir eventuais falhas;

VIII - propor e monitorar a adoção de medidas para a correção e a prevenção de falhas e omissões na prestação de serviços públicos ofertados pelo Poder Legislativo.

IX - A Carta de Serviços ao Usuário, a forma de acesso, as orientações de uso e as informações sobre os serviços prestados ao Cidadão, deverão ser objeto de permanente divulgação e mantidos visíveis e acessíveis ao público nos portais institucionais e de prestação de serviços na internet.

SEÇÃO II DA MANIFESTAÇÃO DO USUÁRIO

Art. 13º Em nenhuma hipótese, será recusado o recebimento de manifestações, sob pena de responsabilidade do agente público e aplicação de sanções previstas no Estatuto do Servidor Público Lei Municipal Complementar nº 005/2009.

Art. 14º A manifestação do usuário será dirigida à Ouvidoria Legislativa e conterá a identificação do requerente.

§ 1º A identificação de que trata o caput deste artigo não conterá exigências que inviabilizem a manifestação.

§ 2º São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos que levaram o usuário a apresentar a manifestação.

§ 3º As manifestações que não contiverem a identificação do usuário serão desconsideradas e arquivadas.

§ 4º A Ouvidoria Legislativa poderá receber e coletar informações do usuário, com a finalidade de avaliar a prestação dos serviços públicos, bem como auxiliar na detecção e correção de irregularidades, com o respectivo encaminhamento aos setores competentes, sempre que cabível.

§ 5º A manifestação que constituir comunicação de irregularidade será enviada ao Presidente do Legislativo para que este determine sua apuração, se entender adequado, observada a existência de indícios mínimos de relevância, autoria e materialidade.

§ 6º Poderá ainda ser exigida certificação da identidade do usuário quando necessário o acesso à informação pessoal.

Art. 15º Recebida a manifestação, a Ouvidoria Legislativa procederá à análise prévia e, se necessário, a encaminhará aos setores responsáveis para que prestem as informações ou adotem providências cabíveis.

Parágrafo único. Os setores responsáveis deverão devolver a manifestação à Ouvidoria com a resposta pertinente no prazo de vinte dias, contados da data de recebimento do pedido no setor, prorrogável uma vez por igual período mediante justificativa expressa.

Art. 16º Sempre que as informações apresentadas pelo usuário forem insuficientes para a análise da manifestação, a Ouvidoria Legislativa solicitará ao usuário a complementação de informações, que deverá ser atendida no prazo de trinta dias, contado da data do recebimento do pedido pelo usuário.

§ 1º A solicitação de complementação de informações suspenderá o prazo previsto no art. 18 desta Resolução, que será retomado a partir da data de resposta do usuário.

§ 2º A falta de complementação da informação pelo usuário-requerente no prazo estabelecido no caput deste artigo acarretará o arquivamento da manifestação, sem a produção de resposta conclusiva.

Art. 17º Após recebimento, autuação, análise e classificação da manifestação, a Ouvidoria Legislativa procederá ao seguinte encaminhamento:

I - elogio: será encaminhado ao agente público que prestou o atendimento ou ao responsável pela prestação do serviço público e à sua chefia imediata, se houver;

II - reclamação: será encaminhada à autoridade responsável pela prestação do atendimento ou do serviço público legislativo;

III - sugestão: será encaminhada à autoridade responsável pela prestação do atendimento ou do serviço público legislativo, à qual caberá manifestar-se acerca da possibilidade de adoção da providência sugerida;

IV - solicitação: será encaminhada ao setor ou departamento correspondente à realização da prestação do serviço, quando a solicitação não puder ser resolvida pela própria Ouvidoria Legislativa;

V - denúncia: sendo hipótese de conter elementos mínimos descritivos de irregularidade ou indícios, será encaminhada à Presidência.

Parágrafo único. A resposta conclusiva da denúncia conterá informação sobre o seu encaminhamento e sobre os procedimentos a serem adotados, ou sobre o seu arquivamento, na hipótese de a denúncia não ser conhecida.

Art. 18º A manifestação do usuário deverá ser respondida preferentemente por meio eletrônico, no prazo de trinta dias, contados da data do recebimento da manifestação, prorrogável por igual período mediante justificativa expressa.

Art. 19º É vedada a cobrança de qualquer valor referente aos procedimentos de ouvidoria, ressalvados os custos para a reprodução de documentos, mídias digitais, postagem e correlatos.

Parágrafo único. A cobrança de que trata o caput deste artigo será dispensada quando o usuário comprovar carência financeira, por meio de documentos oficiais ou declaração própria, apresentados até a retirada ou envio do material.

Art. 20º A Ouvidoria Legislativa e os setores envolvidos na manifestação assegurarão a proteção da identidade e dos elementos que permitam a identificação do usuário de serviços públicos ou do autor da manifestação, nos termos do disposto no art. 31 da Lei Federal nº

12.527, de 18 de novembro de 2011.

Parágrafo único. A inobservância ao disposto no caput sujeitará o agente público às penalidades legais pelo seu uso indevido.

Capítulo IV

DA SOLICITAÇÃO DE SIMPLIFICAÇÃO

Art. 21º Os usuários dos serviços públicos poderão apresentar Solicitação de Simplificação, por meio de formulário próprio denominado Simplifique; ao Poder Legislativo Municipal, quando a prestação de serviço público não observar o disposto nesta resolução.

§ 1º A Solicitação de Simplificação deverá ser apresentada, preferencialmente, por meio eletrônico, em canal único oferecido pela Ouvidoria da Câmara.

§ 2º Sempre que recebida por meio físico, os órgãos e as entidades deverão digitalizar a Solicitação de Simplificação e promover a sua inserção no canal a que se refere o § 1º deste artigo.

Art. 22º Do formulário Simplifique! deverá constar:

I - a identificação do solicitante;

II - a especificação do serviço objeto da simplificação;

III - o nome do órgão ou da entidade perante o qual o serviço foi solicitado;

IV - a descrição dos atos ou fatos; e

V - facultativamente, a proposta de melhoria.

Capítulo V

DO CONSELHO DE USUÁRIOS

Art. 23º Sem prejuízo de outras formas previstas na legislação, a participação dos usuários no acompanhamento da prestação e na avaliação dos serviços públicos será feita por meio de conselhos de usuários.

Parágrafo único. O conselho de usuários é órgão consultivos dotados das seguintes atribuições:

I - acompanhar a prestação dos serviços;

II - participar na avaliação dos serviços;

III - propor melhorias na prestação dos serviços;

IV - contribuir na definição de diretrizes para o adequado atendimento ao usuário; e

V - acompanhar e avaliar a atuação do ouvidor legislativo.

Art. 24º A composição dos conselhos deve observar os critérios de representatividade e pluralidade das partes interessadas, com vistas ao equilíbrio em sua representação.

Parágrafo único. A escolha dos representantes será feita por ato discricionário do Presidente da Câmara de Vereadores, e nomeados por portaria.

Art. 25º A participação do usuário no conselho será considerada serviço relevante e sem remuneração.

Capítulo VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 26º A Mesa Diretoria editará normas regulamentadoras complementares por meio de ato próprio, se necessário.

Art. 27º As despesas decorrentes da execução desta Resolução correrão por conta das dotações orçamentárias próprias da Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 28º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Romelândia - SC, 28 de outubro de 2019.

IVO PIASSON ALOIR HENSEL

PRESIDENTE VICE - PRESIDENTE

DANILO DA FONSECA EDERSON BORSATTO

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO

Salto Veloso

PREFEITURA

PORTARIA Nº 322/2019

Publicação Nº 2213187

PORTARIA Nº 322 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

DESIGNA SERVIDORA RESPONSÁVEL POR ADIANTAMENTO/SUPRIMENTO PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei nº. 965/99 de 19 de agosto de 2009 e Alterações, e Instrução Normativa nº 14/2012, de 13 de junho de 2012; RESOLVE:

Art. 1º Fica designada a servidora DAIANE MAFFIOLETTI KLEIN, inscrita na Matrícula nº 1199, ocupante do cargo efetivo de Telefonista, como servidora responsável pela realização de despesas sob o regime de adiantamento do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º É aplicável o regime de adiantamento para pagamento das seguintes espécies de despesa:

- Material de consumo;
- Serviços de terceiros;
- Transportes em geral;
- Diárias e ajudas de custo;
- Judicial;
- Extraordinária e urgente, cuja realização não permita delongas;
- A ser efetuada em lugar distante da sede da administração municipal, ou em outro município;
- Miúda e de pronto pagamento;
- Com diligência administrativa;
- Em situações excepcionais e para atender despesas de pequeno vulto;

§ 1º Não serão permitidas despesas maiores do que as quantias já adiantadas.

§ 2º Considera-se despesa miúda e de pronto pagamento as que se realizarem com:

- I – selos postais, telegramas, material e serviços de limpeza e higiene, lavagem de roupas, café e lanche, pequenos carros, transportes urbanos, pequenos consertos e aquisição avulsa de livros, jornais e outras publicações;
- II – Encadernações avulsas e artigos de escritório, de desenho, impressos e papelaria, em quantidade restrita, para uso ou consumo próximo ou imediato;
- III – Outra qualquer, de pequeno vulto e de necessidade imediata, desde que devidamente justificada.

Art. 3º O valor de cada adiantamento/suprimento não poderá ultrapassar a 10% (dez por cento) do teto exigido para a modalidade licitatório de convite, como estabelece o artigo 23 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

Art. 4º Os recursos orçamentários para o empenho, objeto do presente, serão utilizados do orçamento municipal vigente, ou seja:

03 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
03.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.1001 SAÚDE COM QUALIDADE
2.028 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE

Art. 5º A prestação de contas far-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento, sob pena de correção, multa e juros de mora.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos imediatos.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 169/2019 de 17 de abril de 2019.

Salto Veloso (SC), 06 de novembro de 2019.

ANA ROSA ZANELA
Prefeita Municipal

IVAINER MENEGHEL
Secretário de Saúde e Assistência Social

DAIANE MAFFIOLETTI KLEIN
Responsável pelo Adiantamento

PORTARIA Nº 323/2019

Publicação Nº 2213189

PORTARIA Nº. 323 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019.
CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA PARA SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso - SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Nº 016/2010 de 23/12/2010 e Alterações,

RESOLVE:

Art.1º Conceder a Função Gratificada – FG-4, para a servidora DAIANE MAFFIOLETTI KLEIN, para ser responsável pela realização de despesas sob o regime de adiantamento do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 06 de novembro de 2019.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATOS Nº 149 AO 172/2019

Publicação Nº 2217462

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL**

Folha: 1/13

CNPJ: 80.989.965/0001-98
RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400
C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Setembro/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L**CNPJ:** 06.555.143/0001-46**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 32/2019**Número do Processo:** 32/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 149/2019**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: FORNECIMENTO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E EQUIPAMENTOS PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, DURANTE O EXERCÍCIO 2019.**Data da Assinatura:** 02/09/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 02/09/2019 a 31/12/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 82.916,58**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA EPP**CNPJ:** 04.989.294/0001-87**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 32/2019**Número do Processo:** 32/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 150/2019**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: FORNECIMENTO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E EQUIPAMENTOS PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, DURANTE O EXERCÍCIO 2019.**Data da Assinatura:** 02/09/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 02/09/2019 a 31/12/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 47.921,80**Forma de Pagamento:** À Vista

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

Folha: 2/13

CNPJ: 80.989.965/0001-98
RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400
C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Setembro/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** ODONTOSUL LTDA**CNPJ:** 04.971.211/0001-22**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 32/2019**Número do Processo:** 32/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 151/2019**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: FORNECIMENTO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E EQUIPAMENTOS PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, DURANTE O EXERCÍCIO 2019.**Data da Assinatura:** 02/09/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 02/09/2019 a 31/12/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 32.687,34**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** CENTRAL DE CERCAS EIRELLI ME**CNPJ:** 25.356.626/0001-66**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 63/2019**Número do Processo:** 63/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 152/2019**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA FECHAMENTO DE ALAMBRADO COM INSTALAÇÃO DE ESTRUTURA METÁLICA E TELAS EM QUADRAS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS.**Data da Assinatura:** 02/09/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 02/09/2019 a 31/12/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 217.279,76**Forma de Pagamento:** À Vista

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

Folha: 3/13

CNPJ: 80.989.965/0001-98
RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400
C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Setembro/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** FABIANO ROSSO TROMBIM ME.**CNPJ:** 11.197.580/0001-75**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 61/2019**Número do Processo:** 61/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 153/2019**Fundamento Legal:**

Objeto: REF.: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS LEVES, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS, APLICAÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS E SERVIÇOS DE MECÂNICA NECESSÁRIOS AO PERFEITO FUNCIONAMENTO DOS MESMOS E FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS E MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DOS CAMINHÕES.

Data da Assinatura: 02/09/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 02/09/2019 a 31/12/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 179.678,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** PAULA CRISTINA ALVES FERREIRA**CNPJ:** 29.956.120/0001-49**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 61/2019**Número do Processo:** 61/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 154/2019**Fundamento Legal:**

Objeto: REF.: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS LEVES, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS, APLICAÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS E SERVIÇOS DE MECÂNICA NECESSÁRIOS AO PERFEITO FUNCIONAMENTO DOS MESMOS E FORNECIMENTO DE PEÇAS NOVAS E MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DOS CAMINHÕES.

Data da Assinatura: 02/09/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 02/09/2019 a 31/12/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 231.478,00**Forma de Pagamento:** À Vista

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

Folha: 4/13

CNPJ: 80.989.965/0001-98
RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400
C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Setembro/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** F.R.A. EIRELI**CNPJ:** 08.777.946/0001-70**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 60/2019**Número do Processo:** 60/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 155/2019**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: FORNECIMENTO DE TUBOS DE CONCRETO, MEIO-FIO E TAMPAS PARA BOCA DE LOBO, PARA MANUTENÇÃO DO SETOR DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, DURANTE O EXERCÍCIO 2019.**Data da Assinatura:** 02/09/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 02/09/2019 a 31/12/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 140.040,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** JOSIMAR FERRAZ CASPRIK ME**CNPJ:** 13.442.044/0001-13**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 26/2018**Número do Processo:** 26/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 156/2019**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO POSTO DE SAÚDE DA VILA MARIA, ÁREA TOTAL DE 183,55M².**Data da Assinatura:** 06/09/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 06/09/2019 a 01/10/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

Folha: 5/13

CNPJ: 80.989.965/0001-98
RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400
C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Setembro/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** MARIA DOS SANTOS DE MATOS 92770754904**CNPJ:** 30.464.877/0001-02**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 157/2019**Fundamento Legal:**

Objeto: REF.: SERVIÇO DE COSTUREIRA PARA REALIZAÇÃO DA OFICINA DE COSTURA (TRATA-SE DE UMA ATIVIDADE DE DESENVOLVIMENTO DE OPORTUNIDADE PARA FAMÍLIAS BENEFICIÁRIA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, NA ÁREA DE FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA).

Data da Assinatura: 10/09/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 10/09/2019 a 31/12/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 5.265,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** LIGA ATLÉTICA VALE DO MAMPITUBA**CNPJ:** 11.333.186/0001-17**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 69/2019**Número do Processo:** 69/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 160/2019**Fundamento Legal:**

Objeto: REF.: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM NO CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTEBOL DE CAMPO, FUTEBOL SETE, FUTEBOL DE AREIA E VÔLEI, EDIÇÃO 2019.

Data da Assinatura: 20/09/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 20/09/2019 a 31/12/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 61.207,00**Forma de Pagamento:** À Vista

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

Folha: 6/13

CNPJ: 80.989.965/0001-98
RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400
C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Setembro/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** ROMANO COMERCIO ATACADISTA DE DERIVADOS DE PETROLE**CNPJ:** 11.496.657/0001-08**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 70/2019**Número do Processo:** 70/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 161/2019**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: FORNECIMENTO DE LUBRIFICANTES (GRAXA PARA ROLAMENTO) PARA USO NOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA MUNICIPAL, DURANTE O EXERCÍCIO 2019.**Data da Assinatura:** 20/09/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 20/09/2019 a 31/12/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 4.477,50**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** VIEIRA E MELLO SOLUCOES GRAFICAS LTDA. - ME**CNPJ:** 23.945.719/0001-09**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 66/2019**Número do Processo:** 66/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 158/2019**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (S) PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS TIPOGRÁFICOS PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS.**Data da Assinatura:** 20/09/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 20/09/2019 a 31/12/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 87.144,57**Forma de Pagamento:** À Vista

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

Folha: 7/13

CNPJ: 80.989.965/0001-98
RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400
C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Setembro/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** CONCRETAR CONCRETO USINADO LTDA**CNPJ:** 01.273.320/0001-88**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 68/2019**Número do Processo:** 68/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 159/2019**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO FUTURO E PARCELADO, TRANSPORTE E BOMBEAMENTO DE CONCRETO USINADO, PARA USO DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO.**Data da Assinatura:** 20/09/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 20/09/2019 a 31/12/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 179.500,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** RIOMAR EVENTUS REALIZAÇÕES ARTÍSTICAS LTDA**CNPJ:** 29.905.767/0001-41**Modalidade:** Inexigibilidade de Licitação**Número da Licitação:** 78/2019**Número do Processo:** 78/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 162/2019**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SHOW MUSICAL DO GÊNERO POP E ROCK, COM A BANDA THE FEVERS, DE RENOME NACIONAL, COM DURAÇÃO DE 1H30MIN DE SHOW, NO DIA 17/11/2019, A QUAL INTEGRARÁ A PROGRAMAÇÃO OFICIAL DO EVENTO DA "8ª POLVILHANA - FESTA DO POLVILHO E DA BANANA DE SANTA ROSA DO SUL", A SER REALIZADO NO PERÍODO DE 09/11/2019 A 17/11/2019 NO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL-SC.**Data da Assinatura:** 23/09/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 23/09/2019 a 30/11/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 27.239,26**Forma de Pagamento:** À Vista

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

Folha: 8/13

CNPJ: 80.989.965/0001-98
RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400
C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Setembro/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** ACLIVE ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA**CNPJ:** 09.035.354/0001-46**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 58/2019**Número do Processo:** 58/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 163/2019**Fundamento Legal:**

Objeto: REF.: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE FUNDAÇÃO DO TIPO PROFUNDA COMPOSTA POR ESTACAS E BLOCOS EM CONCRETO ARMADO PARA A COBERTURA METÁLICA QUE IRÁ SER CONSTRUÍDA NO PARQUE MUNICIPAL DE EVENTOS.

Data da Assinatura: 25/09/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 25/09/2019 a 25/10/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** ROMANO COMERCIO ATACADISTA DE DERIVADOS DE PETROLE**CNPJ:** 11.496.657/0001-08**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 92/2018**Número do Processo:** 92/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 163A/2019**Fundamento Legal:**

Objeto: REF.: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, (GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL S500 E S10), PARA USO NOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA MUNICIPAL E NOS VEÍCULOS DO SAMAE, DURANTE O EXERCÍCIO 2019.

Data da Assinatura: 25/09/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 25/09/2019 a 31/12/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 20.220,00**Forma de Pagamento:** À Vista

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

Folha: 9/13

CNPJ: 80.989.965/0001-98
RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400
C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Setembro/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** FABSUL PAVIMENTACOES EIRELI**CNPJ:** 05.528.870/0001-51**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 35/2019**Número do Processo:** 35/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 164/2019**Fundamento Legal:**

Objeto: REF.: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTA SEXTAVADA, DRENAGEM, OBRAS DE ARTE CORRENTES E URBANIZAÇÃO DA RUA AMANDIO PEDRO TRISTÃO, NO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL/SC, COM EXTENSÃO DE 373,75MT, TUDO EM CONFORMIDADE COM OS PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO E CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO.

Data da Assinatura: 27/09/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 27/09/2019 a 26/12/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** M.K.R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI**CNPJ:** 31.499.939/0001-76**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 31/2019**Número do Processo:** 31/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 171/2019**Fundamento Legal:**

Objeto: REF.: FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSUMO HOSPITALAR, EQUIPAMENTOS E MEDICAMENTOS A SEREM ADQUIRIDOS PARCELADAMENTE NO EXERCÍCIO DE 2019.

Data da Assinatura: 30/09/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 30/09/2019 a 31/12/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 5.100,00**Forma de Pagamento:** À Vista

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

Folha: 10/13

CNPJ: 80.989.965/0001-98
RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400
C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Setembro/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** BETHA SISTEMAS LTDA**CNPJ:** 00.456.865/0001-67**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 79/2019**Número do Processo:** 79/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 165/2019**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: LICENCIAMENTO, EM CARÁTER EMERGENCIAL, DA LICENÇA DE USO DE SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA, ADIANTE ESPECIFICADOS, BEM COMO SUPORTE TÉCNICO NECESSÁRIO A OPERACIONALIZAÇÃO DESTES SISTEMAS.**Data da Assinatura:** 30/09/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 01/10/2019 a 31/12/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 18.540,73**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA.**CNPJ:** 00.802.002/0001-02**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 31/2019**Número do Processo:** 31/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 166/2019**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSUMO HOSPITALAR, EQUIPAMENTOS E MEDICAMENTOS A SEREM ADQUIRIDOS PARCELADAMENTE NO EXERCÍCIO DE 2019.**Data da Assinatura:** 30/09/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 30/09/2019 a 31/12/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 21.765,61**Forma de Pagamento:** À Vista

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

Folha: 11/13

CNPJ: 80.989.965/0001-98
RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400
C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Setembro/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L**CNPJ:** 06.555.143/0001-46**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 31/2019**Número do Processo:** 31/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 167/2019**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSUMO HOSPITALAR, EQUIPAMENTOS E MEDICAMENTOS A SEREM ADQUIRIDOS PARCELADAMENTE NO EXERCÍCIO DE 2019.**Data da Assinatura:** 30/09/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 30/09/2019 a 31/12/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 192.056,45**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** ISAMED MATERIAS MEDICO HOSPITALARES LTDA ME**CNPJ:** 05.948.061/0001-07**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 31/2019**Número do Processo:** 31/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 168/2019**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSUMO HOSPITALAR, EQUIPAMENTOS E MEDICAMENTOS A SEREM ADQUIRIDOS PARCELADAMENTE NO EXERCÍCIO DE 2019.**Data da Assinatura:** 30/09/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 30/09/2019 a 31/12/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 41.507,18**Forma de Pagamento:** À Vista

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

Folha: 12/13

CNPJ: 80.989.965/0001-98
RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400
C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Setembro/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA**CNPJ:** 83.157.032/0001-22**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 31/2019**Número do Processo:** 31/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 169/2019**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSUMO HOSPITALAR, EQUIPAMENTOS E MEDICAMENTOS A SEREM ADQUIRIDOS PARCELADAMENTE NO EXERCÍCIO DE 2019.**Data da Assinatura:** 30/09/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 30/09/2019 a 31/12/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 41.232,44**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** L A DALLA PORTA JUNIOR - EPP**CNPJ:** 11.145.401/0001-56**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 31/2019**Número do Processo:** 31/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 170/2019**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSUMO HOSPITALAR, EQUIPAMENTOS E MEDICAMENTOS A SEREM ADQUIRIDOS PARCELADAMENTE NO EXERCÍCIO DE 2019.**Data da Assinatura:** 30/09/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 30/09/2019 a 31/12/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 4.995,80**Forma de Pagamento:** À Vista

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

Folha: 13/13

CNPJ: 80.989.965/0001-98
RUA FERMINO PEDRO RAUPP, 400
C.E.P.: 88965-000 - Santa Rosa do Sul - SC**Mês/Ano da Assinatura:**
Setembro/2019.**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** VMLX ELETRONICOS EIRELI - ME**CNPJ:** 03.800.477/0001-40**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 31/2019**Número do Processo:** 31/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 172/2019**Fundamento Legal:****Objeto:** REF.: FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSUMO HOSPITALAR, EQUIPAMENTOS E MEDICAMENTOS A SEREM ADQUIRIDOS PARCELADAMENTE NO EXERCÍCIO DE 2019.**Data da Assinatura:** 30/09/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 30/09/2019 a 31/12/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2.145,00**Forma de Pagamento:** À Vista**CÂMARA MUNICIPAL****DECRETO PL Nº 0261/2019**

Publicação Nº 2216803

Decreto PL nº 0261, de 05 de novembro de 2019

Homologa concessão do Ponto de Táxi nº 14 e dá outras providências.

O Vereador Adilio Pereira da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Santa Rosa do Sul, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do município que o Plenário da Câmara aprovou, e ele promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica homologada a concessão do Ponto de Táxi nº 14, localizado na Rua Manoel Serafim de Quadros, ao lado do Supermercado Cooperja, Centro, Santa Rosa do Sul/SC, conforme consta do processo nº 3289/2019.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Santa Rosa do Sul, 05 de novembro de 2019.

Adilio Pereira da Silva
Presidente

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado nesta Secretaria e no diário oficial do município de Santa Catarina <http://www.diariomunicipal.sc.gov.br> na data supra.

Tiago da Rosa Bitencourt

1º Secretário



Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL N 251/2019

Publicação Nº 2216323

DECRETO Nº 251/2019

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, por conta dos recursos do superávit financeiro do exercício de 2018, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1402, de 03 de Dezembro de 2018 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 1402/2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1402, de 03 de dezembro de 2018, no valor de até R\$ 28.224,81 (vinte e oito mil duzentos e vinte e quatro reais oitenta e um centavos).

09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103010025.2.025000 Manutenção das atividades da unidade básica de saúde				
	0302	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	28.224,81

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 28.224,81 (vinte e oito mil duzentos e vinte e quatro reais oitenta e um centavos) de que trata o artigo 1º deste Decreto, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar os recursos do superávit financeiro, por fonte de recurso, verificado no balanço patrimonial do Exercício de 2018.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,
em 30 de Outubro de 2019.

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

PL 132-2019 DL 33-2019

Publicação Nº 2216903

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 132/2019

EDITAL DE DISPENSA Nº 33/2019

Aquisição de: A PRESENTE DISPENSA DE LICITAÇÃO VISA AQUISIÇÃO DE TELA SOLDADA EM ARAME GALVANIZADO, PARA USO NO CEMITÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL, PARA ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, Exmo. Senhor Derli Furtado, torna público a Dispensa de Licitação nº 33/2019

Justificativa do Objeto: O presente processo licitatório tem como objeto a Aquisição de TELA GALVANIZADA. Tendo em vista que se faz necessário cercar o cemitério que agora é de posse do Município, tendo em vista que se aproxima o dia de Finados e se faz necessário, deixar um ambiente mais bonito e aconchegante optou-se pela compra destas telas, que são as que mais se adequam ao ambiente que será recuperado. A aquisição dos materiais solicitados se justifica mediante a necessidade e obrigação do Município em proteger as áreas públicas, como praças, jardins, áreas de recreação infantil e áreas afins, no intuito de resguardar o patrimônio público de possíveis ações que danifiquem o patrimônio público, neste caso o Cemitério Municipal. A aquisição se faz necessária para suprir as demandas dos Cemitério Municipal que é de propriedade do Município, tendo em vista que se aproxima o dia de finados, haja visto a precariedade do material que lá está, para cercar toda a área bem como às restaurações das cercas já existentes que se encontram em péssimo estado de conservação deixando um aspecto pouco atraente as pessoas que vem visitar seus ente queridos. Nas divisas existem locais sem cerca e outros conforme mencionado, necessitando de reparos, devido também estar suscetível à presença de animais de propriedades vizinhas.

Fundamentação legal: O presente processo encontra fundamentação legal no artigo 24, II, da Lei 8.66/93.

Justificativa da Dispensa: O presente Processo Licitatório na modalidade de Dispensa de Licitação, justifica-se pelo baixo valor que é de R\$ 3.000,00 (três mil reais), o que se enquadra no artigo 24, II, da Lei 8666/93.

Justificativa da escolha do fornecedor: EDERSON RICARDO JACOBY ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 09.912.954.0001-45 com sede a AV. Tancredo Neves, nº 159, Centro na cidade de Sta. Terezinha do Progresso – SC, é uma empresa idônea, especializada no ramo de agropecuária e produtos desta linha, já tendo fornecido ao Município em outras ocasiões, sendo também a empresa que forneceu o menor preço na pesquisa de mercado realizada através de 03 (três) orçamentos e também por estar localizada nesta cidade, sendo que incrementa facilita a logística da entrega parcelada, bem como da substituição do produto se por acaso constatar que está em desacordo com o exigido pela Contratante.

Justificativa do valor: O preço total da aquisição de R\$3.000,00 (três mil reais) por 150 (cento e cinq-enta metros) é compatível com o preço praticado no mercado.

Da Forma de Fornecimento: Os produtos deverão ser fornecidos da seguinte forma:

1. A Contratada deverá efetuar a entrega do produto de forma parcelada em locais e quantidades conforme requisitado pelo Contratante, em até 10 (dez) dias após o recebimento da requisição.

Condições de Pagamento: A Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Progresso/SC, efetuará o pagamento de acordo com o Termo de Contrato, parte integrante deste Processo de Licitação.

Dotação orçamentária: A dotação orçamentária para adimplir a obrigação é a seguinte:

Desp.: 79

Compl. Elemento: 3.3.90.30.24.00.00.00

Vigência: A vigência do Termo de Contrato será da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2019.

Do Acompanhamento: Em observância ao que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, nomeia-se como fiscal de execução do Contrato deste Processo de Licitação o Senhor Irineu José Secchi, Secretário de Infra- Estrutura que recebe neste ato, mediante recibo, cópia integral desta Justificativa de Dispensa e da Ata de Adjudicação e Homologação, para o efetivo exercício de sua atribuição, na qual deverá acompanhar e registrar todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

Deliberação:

Com fundamento no que fora apresentado no presente processo de dispensa de licitação, decido pela contratação por dispensa de licitação, nos termos do artigo 24, II, da Lei 8.666/93, ficando o Setor de Licitações com a incumbência de promover os atos necessários à sua efetivação, zelando pela plena consolidação das formalidades legais.

Santa Terezinha do Progresso/SC, 29 de outubro de 2019

Derli Furtado

Prefeito Municipal

ARP PL 120-2019 PP 77-2019

Publicação Nº 2216363

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

Página: 1/7
Processo Nº.: 120/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 77/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 58/2019

No dia 5 do mês de Novembro do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.612.847/0001-90, com sede administrativa localizada na Avenida Tancredo Neves, 337, bairro Centro, CEP nº. 89983-000, nesta cidade de Santa Terezinha do Progresso/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). DERLI FURTADO, inscrito no CPF sob o nº. 219.982.219-20, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 77/2019, Processo Licitatório nº. 120/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) A PRESENTE LICITAÇÃO VISA O REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE BEBEDOUROS DE ÁGUA COM CAPACIDADES DIVERSAS, PARA ATENDIMENTO DE TODAS AS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
623	GESUL COMERCIAL LTDA - ME	
562	JP EQUIPAMENTOS LTDA - ME	1, 2
634	MB CATARINENSE LTDA - ME	
885	SUPERAR EIRELI - EPP	3

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº.: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
GESUL COMERCIAL LTDA - ME	14.711.959/0001-40	ANDRE LUIZ LANSING SCHORRENBE	029.962.159-66
JP EQUIPAMENTOS LTDA - ME	13.772.057/0001-50	JACKSON NEIMAR PEDRASSANI	041.562.419-39
MB CATARINENSE LTDA - ME	16.961.181/0001-52	FELIPE MATHEUS HELFER	087.339.579-40
SUPERAR EIRELI - EPP	13.482.516/0001-61	TIAGO BERGAMASCHI	080.736.089-95

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

A PRESENTE LICITAÇÃO VISA O REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE BEBEDOUROS DE ÁGUA COM CAPACIDADES DIVERSAS, PARA ATENDIMENTO DE TODAS AS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor Preço por Item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 562 - JP EQUIPAMENTOS LTDA - ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	BEBEDOURO 25 LITROS: Gabinete em aço inox 430; reservatório fabricado em polietileno, capacidade para 25 litros de água gelada; isolamento EPS, com filtro; Serpentina interna, em aço inox 304; Aparador/cuba, em aço inox 430, aparador rotomo; torneiras tipo/modelo: Jato. Compressor: Gás utilizado: R134A (ecológico); temperatura: controle através do termostato com regulagem; Garantia 12 meses da emissão da nota Fiscal; 220 V	Und	KTN	5,000	1.508,0000	7.540,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

Página: 2/7
 Processo Nº.: 120/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 77/2019

Fornecedor: 562 - JP EQUIPAMENTOS LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	BEBEDOURO 50 LITROS: Gabinete em aço inox 430; reservatório fabricado em polietileno, capacidade para 25 litros de água gelada; isolamento EPS, com filtro; Serpentina interna, em aço inox 304; Aparador/cuba, em aço inox 430, aparador rotomo; torneiras tipo/modelo: Jato. Compressor: Gás utilizado: R134A (ecológico); temperatura: controle através do termostato com regulação; Garantia 12 meses da emissão da nota Fiscal; 220 V.	Und	AQUAMAX	5,000	1.827,0000	9.135,00

Fornecedor: 885 - SUPERAR EIRELI - EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	Purificador de água refrigerado, duas torneiras, gelada e natural, reservatório de 2 (dois) litros. Com sistema de refrigeração por compressor, com filtro; retém partículas presentes na água, elimina odores e sabores; serpentina externa (fácil higienização); bandeja removível; bóia de controle de nível de água; 220v. Garantia de 12 meses da emissão da Nota Fiscal.	Und	LIBELLA	4,000	655,0000	2.620,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

Página: 3/7
Processo Nº.: 120/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 77/2019

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.
- 3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.
- 3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- 5.1. Compete ao Órgão Gestor:
- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

Página: 4/7

Processo Nº.: 120/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 77/2019

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

Página: 5/7
Processo Nº.: 120/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 77/2019

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

Página: 6/7
Processo Nº.: 120/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 77/2019

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

Página: 7/7
Processo Nº.: 120/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 77/2019

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Terezinha do Progresso para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Santa Terezinha do Progresso, 5 de Novembro de 2019.

DERLI FURTADO
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

GESUL COMERCIAL LTDA - ME CNPJ: 14.711.959/0001-40 _____

JP EQUIPAMENTOS LTDA - ME CNPJ: 13.772.057/0001-50 _____

MB CATARINENSE LTDA - ME CNPJ: 16.961.181/0001-52 _____

SUPERAR EIRELI - EPP CNPJ: 13.482.516/0001-61 _____

ATA DA SESSÃO PÚBLICA PL 120-2019 PP 77-2019

Publicação Nº 2216366

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 77/2019 - PR
CNPJ: 01.612.847/0001-90 Avenida Tancredo Neves, 337 C.E.P.: 89983-000 - Santa Terezinha do Progresso - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 120/2019 Data do Processo: 10/10/2019
Folha: 1/2	

OBJETO DA LICITAÇÃO:

A PRESENTE LICITAÇÃO VISA O REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE BEBEDOUROS DE ÁGUA COM CAPACIDADES DIVERSAS, PARA ATENDIMENTO DE TODAS AS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr.

Ao(s) 5 de Novembro de 2019, às 08:23 horas, na sede da(o) MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 01/2019, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 120/2019, Licitação nº 77/2019 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Na sequência foi aberto o envelope contendo a documentação de habilitação das empresas vencedoras, após análise de todos os documentos solicitados, constatou-se que a empresa GESUL COMERCIAL EIRELI, apresentou o documento do FGTS, de outra empresa, sendo então desclassificada, no processo, pois deixou de apresentar um documento exigido na habilitação. Sendo assim, o item que o mesmo foi vencedor será transferido para o segundo colocado. O Fornecedor GESUL COMERCIAL LTDA - ME é ex-vencedor do Item 2 do Processo 120/2019, o novo vencedor é: JP EQUIPAMENTOS LTDA - ME, pelo motivo: A empresa deixou de apresentar a Negativa do FGTS.

Participante: 562 - JP EQUIPAMENTOS LTDA - ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	BEBEDOURO 25 LITROS: Gabinete em aço inox 430; reservatório fabricado em polietileno, capacidade para 25 litros de água gelada; isolamento EPS, com filtro; Serpentina interna, em aço inox 304; Aparador/cuba, em aço inox 430, aparador rotomo; torneiras tipo/modelo: Jato. Compressor: Gás utilizado: R134A (ecológico); temperatura: controle através do termostato com regulagem; Garantia 12 meses da emissão da nota Fiscal; 220 V	Und	5,00	KTN	0,0000	1.508,00	7.540,00
2	BEBEDOURO 50 LITROS: Gabinete em aço inox 430; reservatório fabricado em polietileno, capacidade para 25 litros de água gelada; isolamento EPS, com filtro; Serpentina interna, em aço inox 304; Aparador/cuba, em aço inox 430, aparador rotomo; torneiras tipo/modelo: Jato. Compressor: Gás utilizado: R134A (ecológico); temperatura: controle através do termostato com regulagem; Garantia 12 meses da emissão da nota Fiscal; 220 V.	Und	5,00	AQUAMAX	0,0000	1.827,00	9.135,00

Total do Participante -----> 16.675,00

Participante: 885 - SUPERAR EIRELI - EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
3	Purificador de água refrigerado, duas torneiras, gelada e natural, reservatório de 2 (dois) litros. Com sistema de refrigeração por compressor, com filtro; retém partículas presentes na água, elimina odores e sabores; serpentina externa (fácil higienização); bandeja removível; bóia de controle de nível de água; 220v. Garantia de 12 meses da emissão da Nota Fiscal.	Und	4,00	LIBELLA	0,0000	655,00	2.620,00

Total do Participante -----> 2.620,00

Total Geral -----> 19.295,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO**

CNPJ: 01.612.847/0001-90
Avenida Tancredo Neves, 337
C.E.P.: 89983-000 - Santa Terezinha do Progresso - SC

**PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 77/2019 - PR**

Processo Administrativo: 120/2019
Processo de Licitação: 10/10/2019
Data do Processo:

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Santa Terezinha do Progresso, 5 de Novembro de 2019

COMISSÃO:

ELENICE ELECIR PORSCH	- - Pregoeiro(a)
ERONI ALLEBRANDT	- - SECRETÁRIO
MARGARETE ROSA ALVES	- - MEMBRO
MARCIANE ELENI PINNO	- - MEMBRO
SELMAR MAGRO	- - MEMBRO
NOELI TEREZINHA VANIN	- - MEMBRO
SOLANGE BRAGA	- - MEMBRO

TERMO DE HOM E ADJ PL 132-2019 DL 33-2019

Publicação Nº 2216934

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 33/2019 - DL
CNPJ: 01.612.847/0001-90 Avenida Tancredo Neves, 337 C.E.P.: 89983-000 - Santa Terezinha do Progresso - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 132/2019 Data do Processo: 29/10/2019
Folha: 1/1	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, DERLI FURTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 132/2019
b) Licitação Nr.: 33/2019-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 29/10/2019
e) Data da Adjudicação: 30/10/2019 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação A PRESENTE DISPENSA DE LICITAÇÃO VISA AQUISIÇÃO DE TELA SOLDADA EM ARAME GALVANIZADO, PARA USO NO CEMITÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL, PARA ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	(em Reais R\$)		
	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 000321 - EDERSON RICARDO JACOBY - ME	1	0,0000	3.000,00
	1		3.000,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.031.3.3.90.00.00.00.00 (64) Saldo: 3.042,19

Santa Terezinha do Progresso, 30 de Outubro de 2019.

DERLI FURTADO
PREFEITO MUNICIPAL

Santiago do Sul

PREFEITURA

AVISO PREGÃO 62-2019 PREGÃO TRANSPORTE COM ÔNIBUS

Publicação Nº 2217074

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N. 62/2019
REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo Nº 84/2019

Pregão Presencial Nº. 62/2019

EXCLUSIVA PARA ME's E EPP's

1 - DA LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, com sede à Rua Angelo Toazza, 600, centro, SANTIAGO DO SUL, SC - CEP 89854-000, através de seu PREGOEIRO, designado pelo Decreto Nº. 024/2017 de 02 de janeiro de 2017, comunica aos interessados que está realizando o Processo Licitatório nº. 84/2019, na modalidade Pregão Presencial nº. 62/2019, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, de conformidade com a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei 8.666 de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, com vencimento previsto para a entrega dos envelopes nº.01, contendo os documentos para proposta e envelope nº.02 para habilitação, para o dia 21/11/2019 às 08:00 horas, iniciando-se a sessão pública no dia 21/11/2019 às 08:00 horas, no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua Angelo Toazza, nesta cidade de SANTIAGO DO SUL-SC.

2 - DO OBJETO

A presente licitação tem por objeto Registro de Preços para futura e eventual prestação de Serviços de transporte de passageiros para atendimento as secretaria municipais e Fundo Municipal de Saúde., de acordo com as especificações e quantidades constantes no Anexo I – Lista de Itens, do presente Edital.

2.1. As empresas não enquadradas como ME's ou EPP's, poderão ofertar propostas para os itens deste edital, sendo que as propostas serão consideradas apenas no caso de inexistir o numero mínimo de três licitantes na condição de ME's ou EPP's.

3. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DO CREDENCIAMENTO

3.1. Os envelopes contendo as propostas e os documentos exigidos para habilitação deverão ser apresentados ao pregoeiro no dia, hora e local da sessão pública designados no preâmbulo deste Edital, em envelopes distintos e fechados.

3.2. O credenciamento dos licitantes deverá ser feito através de apresentação de procuração ou carta de credenciamento dos representantes conforme modelo (Anexo II), cópia autenticada do contrato social ou documento constitutivo do licitante, Declaração de requisitos de habilitação (Anexo III) e apresentação de documento de identificação do representante (original e com foto). Os referidos documentos deverão ser entregues ao Pregoeiro sendo que os dois primeiros serão arquivados no processo e o documento de identificação será devolvido ao licitante.

3.3 A autenticação da cópia do contrato social ou documento constitutivo do licitante, de que trata o item anterior, poderá ser feita por Servidor Público da PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO SUL, mediante apresentação do original ou cópia autenticada por cartório.

3.4. Toda empresa que apresentar proposta deverá apresentar cópia autenticada do contrato social ou documento constitutivo do licitante e Declaração de requisitos de habilitação (Anexo III) sob pena de inabilitação sendo que a ausência dos demais documentos estabelecidos no item 3.2, para o credenciamento, não inabilitará o licitante, mas o impedirá de ofertar lances verbais, lavrando-se, em ata, o impedimento.

3.5. Cada representante poderá representar um único licitante.

3.6. As Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, enquadradas de acordo com a Lei Complementar Federal nº.123/2006, que tiverem interesse de gozar dos direitos constantes nos artigos 42 a 49 da referida Lei, deverão apresentar, fora dos envelopes nº.01 e 02, Certidão Comercial ou Registro Civil de Pessoa Jurídica emitido pela Junta Comercial de sua comarca.

4 - DA PROPOSTA (ENVELOPE Nº01)

4.1. A proposta deverá ser apresentada por item em papel timbrado da Empresa, datilografada, manuscrita ou por impressão em sistema eletrônico de processamento de dados, podendo ainda ser utilizado o formulário pré-impresso anexo I do presente edital, datada, carimbada e assinada, sem emendas, rasuras ou estrelinhas, em envelope opaco e fechado, de forma a não permitir sua violação, constando na parte externa as seguintes indicações:

ENVELOPE Nº.01

DA: (EMPRESA)

AO: MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 84/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 62/2019
ABERTURA: às 08:00 horas do dia 21/11/2019.
ENVELOPE "PROPOSTA"

- 4.2. A proposta deverá ser feita por item, indicando valores unitários e totais conforme discriminado na Lista de Itens (ANEXO I) deste Edital.
- 4.3. O prazo de validade da proposta deverá ser no mínimo de 60 dias, contados do dia da entrega do envelope contendo a mesma.
- 4.4. Em caso de omissão do prazo de validade na proposta, será implicitamente considerado o prazo acima.
- 4.5. O preço deverá ser cotado em moeda nacional.
- 4.6. O preço ofertado será líquido, já inclusos todos os impostos fretes, e demais encargos, devendo ser discriminado numericamente e preferencialmente por extenso.
- 4.7. Havendo discordância entre preços unitários e totais, resultantes de cada item, prevalecerão os primeiros.
- 4.8. Deverá ser indicada a marca, quando houver e outros elementos necessários a perfeita identificação do Objeto licitado.

5 - DA HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº2)

- 5.1. A empresa licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

CERTIDÃO NEGATIVA DE FGTS
CERTIDÃO NEGATIVA FEDERAL
CERTIDÃO NEGATIVA ESTADUAL
CERTIDÃO NEGATIVA MUNICIPAL
DECLARAÇÃO-INCISO V, ART.27 LEI 8666/93 E 9854/99
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS
CARTÃO CNPJ

APRESENTAR REGISTRO VALIDO JUNTO AO DETER E ANTT

- 5.2. Os documentos para habilitação deverão ser apresentados em 01 (uma) via, em envelope fechado, constando na parte frontal, as seguintes indicações:

ENVELOPE Nº.02
DA: (EMPRESA)
AO: MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 84/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 62/2019.
ABERTURA: às 08:00 horas do dia 21/11/2019
ENVELOPE "HABILITAÇÃO"

- 5.3. Toda a Documentação exigida para Habilitação deverá ser apresentada no Original, em fotocópia autenticada por cartório competente ou servidor da administração, ou publicação em Órgão da Imprensa Oficial, exceto os documentos extraídos através da internet, que poderão ser consultados e verificados através dos "sites" dos quais foram expedidos.

- 5.4. Os documentos sem validade expressa, considerar-se-á como sendo 180 (cento e oitenta) dias da data de sua emissão.

6 - DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 6.1. Declarada a abertura da Seção pelo Pregoeiro e concluída a fase de credenciamento dos licitantes, os licitantes apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação deste Edital (ANEXO III), a referida declaração deverá ser apresentada fora dos envelopes nº 01 e 02, em seguida proceder-se-á o encaminhamento dos envelopes de propostas e documentação às mãos dos licitantes presentes, para que constatem a inviolabilidade dos mesmos.

- 6.2. O critério de julgamento deste pregão será o de MENOR PREÇO POR ITEM. O pregoeiro analisará a aceitabilidade das propostas.

- 6.2.1. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências deste Edital e que forem superiores aos valores máximos admitidos por item.

- 6.3. Serão classificada a proposta de menor preço e aquelas que apresentarem preços superiores em até 10% (dez por cento) em relação à de menor preço.

- 6.4. Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no item anterior, o pregoeiro classificará as melhores propostas subseq-entes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas. No caso de empate no preço, serão admitidas todas as propostas empatadas,

independentemente do número de licitantes.

6.5. No curso da sessão pública o Pregoeiro convidará individualmente as licitantes classificadas, de forma seq-encial e por item, a apresentar lances verbais, a partir da proposta classificada de maior preço e assim sucessivamente, até a proclamação do vencedor.

6.6. Na ocorrência de empate dentre os classificados para participarem dos lances verbais, participará da etapa de lances as duas propostas empatadas e em ordem seq-encial para esses lances, será definida por meio de sorteio.

6.7. A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra ao licitante na ordem decrescente dos preços, sendo vedada a oferta de lances com vista ao empate, bem como a substituição da marca do produto que consta na proposta, ou o uso de mais de duas casas após a vírgula.

6.8. O pregoeiro poderá:

I - definir parâmetros ou percentagens sobre os quais os lances verbais devem ser reduzidos, podendo alterar os parâmetros durante a sessão;

II - estabelecer o tempo para oferecimento dos lances verbais;

III - permitir a comunicação dos representantes dos licitantes com terceiros não presentes à sessão através de aparelhos de telefone celular e outros.

6.9. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará na exclusão do licitante das etapas futuras de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante excluído, para efeito de ordenação das propostas.

6.9.1. A Exclusão do licitante dentro do estabelecido no subitem anterior o impedirá para novos lances verbais, mas não o excluirá do certame, podendo inclusive em caso de inabilitação do licitante vencedor, vir a ser consultado pelo pregoeiro para negociação, desde que o segundo menor preço seja o seu e assim sucessivamente.

6.10. Não poderá haver desistência dos lances ofertados.

6.11. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, hipótese em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

6.12. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pelo pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

6.13. Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas válidas selecionadas e as não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado. O Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores máximos deste edital, fazendo dele parte integrante para todos os fins e efeitos, decidindo, motivadamente, a respeito.

6.14. Sendo considerada aceitável a proposta do licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação. Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto.

6.15. Em caso do licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro o inabilitará e examinará as ofertas subseq-entes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor. Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante vencedor, com vistas a obter preço melhor.

6.16. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade aos licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte do licitante. A intenção de recorrer e motivos apresentados pelo recorrente, deverá ser registrada na ata da Sessão Pública. A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

6.17. Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima. A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro e por todos os licitantes presentes. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, os licitantes presentes.

7. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

7.1. Tendo o licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso. Os demais licitantes, já intimados na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contra-razões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

7.2. A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

7.3. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro ao licitante vencedor e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

7.4. O recurso não terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.5. O(s) recurso(s) será(ão) encaminhados ao Prefeito Municipal, devidamente informado, para apreciação e decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento do recurso.

8. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

8.1. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

9 - DA ENTREGA E/OU CONTRATO

9.1. No prazo de até 05 (cinco) dias a contar do recebimento da convocação para assinatura do contrato, o licitante deverá contratar com o Município de SANTIAGO DO SUL o objeto licitado.

9.2. Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato será convocado o licitante subsequente na ordem de classificação para fazê-lo nas condições por ele proposta, ocasião em que será realizada nova sessão pública, retomando-se a fase de habilitação, sem prejuízo de que o pregoeiro negocie, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.

9.3. A prestação de serviços/entrega do objeto de que trata esta licitação deverá ser iniciada 01 ano, condicionado-se à assinatura de contrato cfe. estabelecido no presente edital e após a data de recebimento da Autorização de Fornecimento/Nota de Compra., considerando ainda: Que a prestação de serviços será efetuada, mediante solicitação por parte do Município, atendendo as necessidades de consumo, com término previsto para o dia 60 dias, sendo que os valores contratados/empenhados referente às quantidades porventura remanescentes na data prevista para o término do fornecimento, ou mesmo antes desta data no caso de não haver mais previsão de utilização dos serviços, serão anuladas, não cabendo ao licitante vencedor qualquer indenização ou compromisso do Município de adquirir os serviços ainda não efetuados.

10 - DO PAGAMENTO

10.1. O MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL compromete-se a efetuar o pagamento no prazo 07 dias após a entrega do objeto licitado/ serviços prestados, pelo proponente.

10.2 O Pagamento será efetuado através de ordem bancária e/ou depósito na conta do fornecedor, condicionado à apresentação de documento fiscal e produtos definitivamente aceitos e recebidos pelo Município, através de seu responsável.

10.3 Não haverá reajuste, nem atualização dos valores.

11 - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

11.1. O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e Contrato, por parte do licitante vencedor, assegurará ao Município o direito de rescindir o compromisso, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.2. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações:

11.2.1. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

- a) atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;
- b) entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste edital;
- c) subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, associação do licitante vencedor com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;
- d) desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;
- e) cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;
- f) decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- g) dissolução da empresa;

h) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

j) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

l) ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

11.2.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

11.2.3. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

11.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

12 - PENALIDADES

12.1. A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

12.1.1. Advertência;

12.1.2. Multa de 10% sobre o valor do Contrato;

12.1.3. Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

12.1.4. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição.

12.1.5. Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

12.2. Se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública.

13 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. A licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

13.2. A apresentação da proposta implica para o licitante a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste Edital, sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

13.3. Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação regedora, em especial a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada, Lei 10.520, de 17 de julho de 2002.

13.4. Faz parte integrante deste Edital:

13.4.1. ANEXO I – Lista de Itens com os preços máximos admitidos por item/Modelo da proposta.

13.4.2. ANEXO II – Minuta de Carta de Credenciamento;

13.4.3. ANEXO III – Minuta de Declaração Requisitos de Habilitação;

13.5. Recomenda-se aos licitantes que estejam no local indicado do preâmbulo deste Edital, com antecedência de quinze (15) minutos do horário previsto.

13.6. É fundamental a presença do licitante ou de seu representante, para o exercício dos direitos de ofertar lances e manifestar intenção de recorrer.

13.7. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL, situada à Rua Angelo Toazza, de segundas à sextas-feiras, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo telefone Nº (49) 3345-3000 ou pelo site www.santiagodosul.sc.gov.br.

SANTIAGO DO SUL, 4 de Novembro de 2019.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

PREFEITO MUNICIPAL

PARECER JURÍDICO

O presente edital, preenche os requisitos da Legislação Vigente, em especial a Lei 8.666/93 e 10.520/2002 e suas alterações. Publique-se conforme determinações legais.

Este é o entendimento Salvo Melhor Juízo.

Santiago do Sul ____/____/____.

ANEXO I

LISTA DE ITENS COM PREÇO MÁXIMO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 62/2019.

Nome da Empresa:
CNPJ:
Endereço:

Apresentamos nossa proposta para atendimento ao objeto do presente edital referente à Registro de Preços para futura e eventual prestação de Serviços de transporte de passageiros para atendimento as secretaria municipais e Fundo Municipal de Saúde., modalidade de licitação Pregão Presencial Nº. 62/2019, acatando todas as estipulações consignadas, conforme abaixo:

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual prestação de Serviços de transporte de passageiros para atendimento as secretaria municipais e Fundo Municipal de Saúde.

Os valores deverão ser cotados por preços unitários

Item	Quantidade	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	3.000,00	km		Transporte de passageiros com veículo ônibus/ micro-ônibus com capacidade mínima para 28 passageiros, com poltronas estofadas.	4,90	14700,00
2	3.000,00	km		Transporte de passageiros com veículos ônibus leito com capacidade mínima de 42 lugares, com cabine, som ambiente, poltronas reclináveis com as dimensões mínimas largura 2,0 x comprimento 2,0 x altura 1,0m.	6,70	20100,00
Total						34.800,00

Valor total da proposta (por extenso): R\$ _____ (_____).

Obs: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

Declaramos que os itens ofertados atendem a todas as especificações descritas no edital.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: 60 dias.

PRAZO DE ENTREGA: 01 ano.

Local e Data

NOME E ASSINATURA

REPRESENTANTE LEGAL E CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO II

CARTA DE CREDENCIAMENTO

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO SUL

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 62/2019

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual prestação de Serviços de transporte de passageiros para atendimento as secretaria municipais e Fundo Municipal de Saúde.

ABERTURA: 21/11/2019 - 08:00 h.

A _____ (nome do licitante), por seu representante legal, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na _____, na cidade de _____, Telefone _____, E-mail _____ credencia como seu representante o Sr. _____ (nome e qualificação), CPF Nº _____ e CI Nº _____ para em seu nome participar do certame em epígrafe, conferindo-lhe poderes especialmente para formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao pregão, na sessão pública de julgamento, nos termos do artigo 4º da Lei 10.520/2002.
Dados bancários: Banco, Agência e Conta corrente. (para cadastro) _____, em ____ de _____ 2019.

NOME E ASSINATURA

REPRESENTANTE LEGAL DO CREDENCIANTE E CARIMBO DA EMPRESA
ANEXO III

DECLARAÇÃO requisitos de Habilitação

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO SUL

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 62/2019

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual prestação de Serviços de transporte de passageiros para atendimento as secretaria municipais e Fundo Municipal de Saúde.

A _____ (nome do licitante), por seu representante legal, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede à _____, na cidade de _____, nos termos do artigo 4º, VII, da Lei 10.520/2002, declara para os devidos fins de direito que cumpre plenamente os requisitos da habilitação estabelecidos nas cláusulas do Edital em epígrafe.

_____, em ____ de _____ 2019.

NOME E ASSINATURA

REPRESENTANTE LEGAL E CARIMBO DA EMPRESA

LEI MUNICIPAL Nº965/2019 – DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2217367

Dispõe sobre abertura de crédito adicional especial no Orçamento Município, Entidade Fundo Municipal de Saúde e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial no orçamento do Município, Entidade Fundo Municipal de Saúde, Lei Municipal nº. 923/2018 de 28 de novembro de 2018, no valor de R\$ 33.000,00 (Trinta e três mil reais), conforme discriminação a seguir:

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde

Órgão: 05.00 – Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social

Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde - FMS

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 0014 – Saúde com Qualidade

Ação: 2.076 – Atendimento de Média e Alta Complexidade

Atividade: 2.076 – Atendimento de Média e Alta Complexidade

Natureza da Despesa: 3.3.93.00-DR 0.1.38 – Aplicação direta decorrente de

Operações entre Órgãos R\$ 33.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional especial de que trata o artigo anterior serão provenientes de parte dos recursos do excesso de arrecadação verificado na Rubrica da Receita N.4.1.7.1.8.03.2.1.03.01.00 – FMS-Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial, fonte de recursos 0.1.38 – Transferências do Sistema Único de Saúde–SUS/União, relativos à transferência efetuada pelo SUS/União/Emenda Coletiva/Parcela Única 2019 (Grupo: Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar – Ação: Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde – Ação Detalhada: Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial), disponíveis na conta bancária nº.33.586-X Ag.1393-5 Bco.do Brasil S/A.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 05 de novembro de 2019.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo

Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

LEI MUNICIPAL Nº966/2019 – DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2217370

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento Município, Entidade Fundo Municipal de Saúde e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no orçamento do Município, Entidade Fundo Municipal de Saúde, Lei Municipal nº 923/2018 de 28 de novembro de 2018, no valor de R\$ 12.000,00 (Doze mil reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 05.00 – Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social

Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde - FMS

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 014 – Saúde com Qualidade

Ação: 2.028 – Manut.Atividades Unidade Sanitária

Atividade: 2.028 – Manut.Atividades Unidade Sanitária

Natureza da Despesa: 3.3.90.00-DR 0.1.02-Aplicações Diretas.(12)...R\$ 12.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes de anulação de dotações do Orçamento Municipal vigente, conforme discriminação a seguir:

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social

Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde - FMS

Função: 10 – Saúde

Sub-Função: 301 – Atenção Básica

Programa: 0014 – Saúde com Qualidade

Ação: 2.032 – Manut.Atividades de Saúde Bucal

Atividade: 2.032 – Manut.Atividades de Saúde Bucal

Natureza de Despesa: 3.3.90.00-D.R. 0.1.02 - Aplicações Diretas.(28)...R\$ 12.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 05 de novembro de 2019.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo

Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

LEI MUNICIPAL Nº967/2019 – DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2217372

Dispõe sobre abertura de créditos adicionais suplementares no Orçamento do Município e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares no orçamento do Município, Lei Municipal nº.923/2018 de 28 de novembro de 2018, no valor de R\$ 12.000,00 (Doze mil reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 04.00 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Unidade Orçamentária: 04.01 – Secretaria Munic.de Educação, Cultura e Esportes
Função: 27 – Desporto e Lazer
Subfunção: 812 – Desporto Comunitário
Programa: 011 – Esporte É Saúde
Ação: 2.025 – Promoção e Incentivo ao Esporte Amador
Atividade: 2.025 – Promoção e Incentivo ao Esporte Amador
Natureza da Despesa: 3.3.90.00 – D.R.O.1.00 - Aplicações Diretas.(94)... R\$ 8.000,00

Órgão: 04.00 – Sec. Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Unidade Orç.: 04.01 – Sec.Municipal de Educação, cultura e Esportes
Função: 12 – Educação
Subfunção: 361 – Ensino Fundamental
Programa: 007 – Toda Criança na Escola
Ação: 2.013 – Manut.Atividades da Educação, Cultura e Esportes
Atividade: 2.013 – Manut.Atividades da Educação, Cultura e Esportes
Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R.O.1.01 - Aplicações Diretas.(38) R\$ 4.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo anterior, serão provenientes da anulação de dotação do orçamento municipal vigente, conforme discriminação a seguir:

Órgão: 04.00 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Unidade Orçamentária: 04.01 – Secretaria Munic.de Educação, Cultura e Esportes
Função: 12 – Educação
Subfunção: 365 – Educação Infantil
Programa: 007 – Toda Criança na Escola
Ação: 2.010 – Manutenção Atividades Ensino Infantil
Atividade: 2.010 – Manutenção Atividades Ensino Infantil
Natureza da Despesa: 3.1.90.00 - D.R.O.1.01 - Aplicações Diretas (72)... R\$ 4.000,00

Órgão: 04.00 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Unidade Orçamentária: 04.01 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Função: 12 – Educação
Sub-Função: 362 – Ensino Médio
Programa: 0008 – Apoio ao Ensino Médio
Ação: 2.019 - Apoio aos Alunos do Ensino Médio
Atividade: 2.019 - Apoio aos Alunos do Ensino Médio
Natureza de Despesa: 3.3.90.00 - D.R.O.1.00 - Aplicações Diretas.(64) R\$ 8.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 05 de novembro de 2019.
JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

Santo Amaro da Imperatriz

PREFEITURA

AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Publicação Nº 2217373

Audiência Pública

Plano Diretor Participativo de Santo Amaro da Imperatriz/SC

Gostaríamos de convidar toda população para participar da Audiência Pública do processo de elaboração do Plano Diretor, que será realizada terça-feira, dia 26 de novembro de 2019 às 20:00h, na Câmara Municipal, Centro, Rua Frei Fidêncio Feldmann, nº 384.

O objetivo da Audiência é apresentar a versão consolidada do PDP-SAI e a entrega do Projeto de Lei do Plano Diretor participativo à Câmara Municipal.

Lembramos que é de grande importância participação de todos nesse processo que irá definir o futuro do desenvolvimento do nosso município.

<http://www.santoamaro.sc.gov.br/planodiretor>

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 41/2019

Publicação Nº 2217145

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

PORTARIA N. 41/2019

CONCEDE O EXERCÍCIO DE FÉRIAS A SERVIDORA MÁRCIA ROZENEI DUARTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Presidente da Câmara Municipal de Santo amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais,

RESOLVE:

Art. 1º: Conceder férias no período do dia 05/11/2019 a 19/11/2019 relativas ao período aquisitivo 2017-2018, para a servidora MÁRCIA ROZENEI DUARTE.

Art. 2º: Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Santo Amaro da Imperatriz, 04 de novembro de 2019.

José Valério Schurhaus

Presidente da Câmara

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 206/2019

Publicação Nº 2217263

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 206/2019

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS PARA SECRETARIAS DIVERSAS.

Forma do Pregão: ELETRÔNICO

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Recebimento das propostas: até às 08h30min do dia 20/11/2019

Início da sessão: dia 20/11/2019, às 09h00min no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF.

Informações complementares: O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br e saobentodosul.atende.net. Quaisquer informações poderão ser obtidas no Departamento de Suprimentos e Patrimônio – Divisão de Compras – do município de São Bento do Sul, situado à Rua Jorge Lacerda, 75, Centro, das 08h00 às 12h00min e das 13h00min às 16h00min ou através do telefone (47) 3631-6044.

São Bento do Sul, 31 de outubro de 2019.

LUIZ CLAUDIO GAYER SCHUVES

Secretário de Planejamento e Urbanismo e

Secretário Interino de Obras e Serviços Urbanos

VILSON ALTIVO TORRES FENNER

Diretor Presidente da EMHAB

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

MIGUEL BAPTISTA

Procurador

NILVA MARLI LARSEN HOLZ

Chefe de Gabinete

ADELINO DENK

Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo

MARGARETH BAYERL KEISER

Secretária de Administração

FABIA ALESSANDRA MENGARDA BELARMINO

Secretária de Assistência Social

ALISSON ANTONIO HASTREITER

Secretário de Agricultura e Meio Ambiente

ROSEMARI IVANE STRACK CANDIDO

Secretária de Educação

DANIELE CELESKI WOJAKIEVICZ

Pregoeira Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 204/2019

Publicação Nº 2217267

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 204/2019

MENOR PREÇO POR ITEM

O Município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, através dos Secretários abaixo especificados, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e suas alterações, art. 48, I da Lei Complementar 123/2006, com redação dada pela LC nº 147/2014, que receberá até às 13h30min horas do dia 21/11/2019, na sede da municipalidade, na Rua Jorge Lacerda nº 75, propostas para:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE BATERIAS DE DIVERSAS AMPERAGENS, COM AQUISIÇÃO DE CASCOS E A BASE DE TROCA, PARA USO NOS VEÍCULOS, CAMINHÕES E MÁQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, CORPO DE BOMBEIROS, EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, PELO PERÍODO DE 12 MESES, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DESTES TERMOS DE REFERÊNCIA.

Os interessados poderão retirar o Edital completo, no site da Prefeitura: saobentodosul.atende.net e obter maiores informações na Secretaria de Administração – Departamento de Compras, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 12h00 e das 13h00 às 16h00.

São Bento do Sul, 31 de outubro de 2019.

ALISSON ANTONIO HASTREITER
Secretário de Agricultura e Meio Ambiente

LUIZ CLAUDIO GAYER SCHUVES
Secretário de Planejamento e Urbanismo e
Secretário Interino de Obras e Serviços Urbanos

ROSEMARI IVANE STRACK CANDIDO
Secretária de Educação

MARGARETH BAYERL KEISER
Secretária de Administração

FABIA ALESSANDRA MENGARDA BELARMINO
Secretária de Assistência Social

ROSILANE ZELIA DOS SANTOS
Secretária de Finanças

ADELINO DENK
Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo

NILVA MARLI LARSEN HOLZ
Chefe de Gabinete

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

VILSON ALTIVO TORRES FENNER
Diretor Presidente da Empresa Municipal de Habitação

EDEMILSON B. DE ASSIS
Pregoeiro Municipal

DECRETO Nº 1540/2019

Publicação Nº 2217004

DECRETO Nº 1540, DE 5 DE NOVEMBRO 2019.
ALTERA O DECRETO Nº 1536/2019 QUE DESIGNA COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, e considerando ainda o teor do Memorando Interno, oriundo do Departamento de Suprimento e Patrimônio da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul,

DECRETA:

Art. 1º. O art. 1º do Decreto nº 1536, de 31 de outubro de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Ficam designados os servidores Rodrigo Matos da Silva, Miriam Regina Schwetler Filipp, Dauri Batista, Jocemari Telma Teixeira, Tia-go Martinhuk, Larissa Juliane Jablonski e Sergio Ricardo Pereira, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de abertura e análise da documentação de habilitação e acompanhamento dos trabalhos referentes ao Edital de Concorrência Pública nº 189/2019, a realizar-se às 09:00 horas, do dia 21 de novembro de 2019, na sala de reuniões da sede da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul”.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 31 de outubro de 2019.
São Bento do Sul, 5 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

EXTRATO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 209/2019

Publicação Nº 2217271

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 209/2019

OBJETO: Aquisição de Ferramenta de Corte - RSX 200 107 - 5935849 - WEBER, para uso nas Ocorrências de Resgate Veicular pelas Guarnições de Serviço do Corpo de Bombeiros Militar de São Bento do Sul.
CONTRATADO: S.O.S. Sul Resgate – Comércio e Serviços de Segurança e Sinalização Ltda.
VALOR TOTAL: R\$ 37.367,59.
São Bento do Sul, 04 de novembro de 2019.
Nilva Marli Larsen Holz – Chefe de Gabinete

JUSTIFICATIVA - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 209/2019

Publicação Nº 2217274

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I – Objeto: Aquisição de Ferramenta de Corte - RSX 200 107 - 5935849 - WEBER, para uso nas Ocorrências de Resgate Veicular pelas Guarnições de Serviço do Corpo de Bombeiros Militar de São Bento do Sul.

II – Contratado: S.O.S Sul Resgate – Comércio e Serviços de Segurança e Sinalização Ltda

III - Caracterização da Situação que justifica a Inexigibilidade de Licitação: a inexigibilidade de licitação para a referida compra se funda no Caput do Artigo 25 da Lei 8.666/93, e se justifica pela inviabilidade de competição e exclusividade da empresa na comercialização da Ferramenta de Corte do fabricante WEBER-HYDRAULIK Rescue Equipment, nas seguintes regiões do Brasil: Acre, Alagoas, Amazonas, Amapá, Bahia, Brasília-DF, Ceará, Goiás, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, São Paulo, Sergipe, Tocantins, Santa Catarina, Rio Grande do Sul.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa contratada S.O.S Sul Resgate – Comércio e Serviços de Segurança e Sinalização Ltda detém a exclusividade na comercialização dos equipamentos de fabricação da WEBER-HYDRAULIK GMBH, conforme declaração anexa ao processo.

V - Justificativa do Preço: o preço contratado de R\$ 37.367,59 é o praticado no mercado, para o referido tipo de equipamento Ferramenta Hidráulica para Corte – RSX 200 107 - 5935849.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 5 dias para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

NILVA MARLI LARSEN HOLZ
Chefe de Gabinete

PORTARIAS Nº 8715/2019 A 8726/2019

Publicação Nº 2217088

PORTARIA Nº 8715, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2019.

Nomeia Servidor Público Municipal

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01 resolve,

NOMEAR:

A partir de 4 de novembro de 2019, ANA CANDIDA SCHIER MARTINS LOPES, em caráter efetivo, habilitada no Concurso Público de nº 05/2019, homologado em 25 de outubro de 2019, para exercer o cargo de Fonoaudiólogo, Grupo Ocupacional 5, Nível I, Classe A, em regime de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde.

São Bento do Sul, 5 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8716, DE 5 DE NOVENBRO DE 2019.

Nomeia Servidor Público Municipal

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01 resolve,

NOMEAR:

A partir de 4 de novembro de 2019, SILVIA MARIA MEDEIROS REGO, em caráter efetivo, habilitada no Concurso Público de nº 05/2019, homologado em 25 de outubro de 2019, para exercer o cargo de Médico Cardiologista, Grupo Ocupacional 8, Nível I, Classe A, em regime de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde.

São Bento do Sul, 5 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8717, DE 5 DE NOVENBRO DE 2019.

Nomeia Servidor Público Municipal

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01 resolve,

NOMEAR:

A partir de 4 de novembro de 2019, JACQUELINE GONTIJO PARISE, em caráter efetivo, habilitada no Concurso Público de nº 05/2019, homologado em 25 de outubro de 2019, para exercer o cargo de Médico Clínico Geral, Grupo Ocupacional 8, Nível I, Classe A, em regime de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde.

São Bento do Sul, 5 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8718, DE 5 DE NOVENBRO DE 2019.

Nomeia Servidor Público Municipal

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01 resolve,

NOMEAR:

A partir de 4 de novembro de 2019, RODRIGO CORREA DOS ANJOS, em caráter efetivo, habilitado no Concurso Público de nº 05/2019, homologado em 25 de outubro de 2019, para exercer o cargo de Contador, Grupo Ocupacional 5, Nível I, Classe A, em regime de 40 horas semanais, no Gabinete do Prefeito.

São Bento do Sul, 5 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8719, DE 5 DE NOVENBRO DE 2019.

Concede Abono de Permanência

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a partir de 30 de setembro de 2019, Abono de Permanência à servidora ROSANE BAUMGARTNER KAMINSKI, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, na Secretaria Municipal de Administração, conforme consta no Processo nº 17523/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 5 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8720, DE 5 DE NOVENBRO DE 2019.
Concede Abono de Permanência

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a partir de 16 de agosto de 2019, Abono de Permanência à servidora SANDRA APARECIDA LUBAWSKY LUTKE, ocupante do cargo de Auxiliar de Consultório Dentário, na Secretaria Municipal de Saúde, conforme consta no Processo nº 14600/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 5 de novembro de 2019.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8721, DE 5 DE NOVENBRO DE 2019.
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com art. 98, da Lei Municipal nº 228, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor ADEMIR JOÃO MULLER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista II, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, licença prêmio relativa ao triênio 2015/2018, conforme Processo nº 19881/2019.

Art. 2º A licença a que se refere o artigo anterior dar-se-á no período de 04/11/2019 a 03/12/2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 5 de novembro de 2019.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8722, DE 5 DE NOVENBRO DE 2019.

Exonera Chefe de Setor

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a partir de 1º de novembro de 2019, JONEI ANTONIO SCHRITKI, do cargo de Chefe de Setor de Sinalização Viária, na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

São Bento do Sul, 5 de novembro de 2019.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8724, DE 5 DE NOVENBRO DE 2019.

Cede Servidor Público

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, uso de suas atribuições legais,

Considerando a Lei nº 1688 de 24 de outubro de 2006,

Considerando o Convênio nº 131/2013 que trata da cedência de servidores públicos municipais ao Poder Judiciário,

RESOLVE:

CEDER, a partir de 11 de novembro de 2019, o servidor público CLÁUDIO CESAR DA SILVA SANTOS, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, para prestar serviços junto ao Fórum da Comarca de São Bento do Sul – SC, pelo período de 180 dias, prazo este que poderá ser prorrogado.

São Bento do Sul, 5 de novembro de 2019.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8725, DE 5 DE NOVENBRO DE 2019.

Cede Servidor Público

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, uso de suas atribuições legais,

Considerando a Lei nº 1688 de 24 de outubro de 2006,

Considerando o Convênio nº 131/2013 que trata da cedência de servidores públicos municipais ao Poder Judiciário,

RESOLVE:

CEDER, a partir de 11 de novembro de 2019, a servidora pública ADELAIDE MARIA CRISPI DE MORAIS, ocupante do cargo de Economista, para prestar serviços junto ao Fórum da Comarca de São Bento do Sul – SC, pelo período de 180 dias, prazo este que poderá ser prorrogado.

São Bento do Sul, 5 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8726, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2019.

Cede Servidor Público

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, uso de suas atribuições legais,

Considerando a Lei nº 1688 de 24 de outubro de 2006,

Considerando o Convênio nº 131/2013 que trata da cedência de servidores públicos municipais ao Poder Judiciário,

RESOLVE:

CEDER, a partir de 11 de novembro de 2019, a servidora pública ELISANGELA HUEBL, ocupante do cargo de Auxiliar de Escritório, para prestar serviços junto ao Fórum da Comarca de São Bento do Sul – SC, pelo período de 180 dias, prazo este que poderá ser prorrogado.

São Bento do Sul, 5 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 46 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2216561

PORTARIA Nº 046, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

“Nomeia Assessor Parlamentar.”

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear a Senhora Ketlin Nogueira Nunes dos Santos ao cargo de Assessor Parlamentar do Vereador Peter Alexandre Kneubuehler, Símbolo CC-5, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo do Município de São Bento do Sul, de conformidade com a Resolução nº 023, de 27 de março de 2012.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do dia 05 de novembro de 2019.

São Bento do Sul, 04 de novembro de 2019.

PETER ALEXANDRE KNEUBUEHLER

Presidente

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL**AVISO DE LICITAÇÃO Nº 76/2019**

Publicação Nº 2216499

Pregão Presencial nº 76/2019
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL
Processo Administrativo Nº 76/2019
MENOR PREÇO POR ITEM

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 19 de novembro de 2019, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: A aquisição de Hidróxido de cálcio em suspensão Teor de Ca(OH)_2 : min. 30%, para fins de correção da alcalinidade da água bruta e de pH da água filtrada do tratamento de água para abastecimento público consumo humano.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao

São Bento do Sul, 05 de novembro de 2019.
FRIDOLINO VAN DEN BOOM
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 187, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2217109

PORTARIA/SAMAE/SBS nº 187 de 1º de novembro de 2019.

"NOMEIA FISCAL DE CONTRATO"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº. 010, de 1º de janeiro de 2017, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº. 702 de 03/12/1996; CONSIDERANDO O DISPOSTO NO ART. 67 da Lei nº 8.666/93, de 21/06/93, e com as posteriores alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR o servidor Vinícius Luiz Sartori, matrícula 489, Engenheiro Sanitarista e Ambiental, CREA-SC 112379-2, lotado nesta Autarquia, para proceder a fiscalização do contrato nº 148/2019, firmado com a Empresa BRUVETEC Engenharia e Construções Ltda., estabelecida na Rua Prefeito Herberto Tureck, nº 95, Bairro Jardim Hanstchel, na cidade de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 05.401.426/0001-70, tendo por objeto a Execução de uma base em concreto armado para receber um reservatório metálico para água tratada com capacidade de 422 m³ na Estrada Banhados III, no Município de São Bento do Sul, conforme detalhamento dos serviços atinentes ao objeto do presente Contrato, ficando vinculado às exigências constantes no Anexo I do Edital da Licitação nº 67/2019, Processo Administrativo nº 67/2019.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir de 4 de novembro de 2019.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM
Diretor Presidente

São Bernardino

PREFEITURA

DECRETO Nº 196/2019

Publicação Nº 2216472

DECRETO Nº 196/2019 DE 31/10/2019

	DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO PLANO PLURIANUAL – PPA 2018/2021, INCLUI NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO/2018 E NO ORÇAMENTO 2019 DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	O Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o inciso I do § 1º, do Art. 43 da Lei 4.320/64 e inciso III da letra “C”, do Art. 5º da Lei nº 1.258/2018 de 04/12/2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica realizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 18.750,00 (dezoito mil setecentos e cinquenta reais) no Plano Plurianual – PPA 2018/2021, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.205/2017 de 06/09/2017 e em suas alterações posteriores, conforme fica a seguir demonstrado:

PROGRAMA ==> Assistência ao Produtor Rural

AÇÃO =====> Manutenção da Agricultura

VALOR =====> R\$ 18.750,00 (dezoito mil setecentos e cinquenta reais)

Art. 2º - Para Abertura do Crédito Adicional Suplementar, no Plano Plurianual – PPA 2018/2021, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.205/2017 de 06/09/2017 e em suas alterações posteriores, no valor de R\$ 18.750,00 (dezoito mil setecentos e cinquenta reais), serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação previsto para o exercício financeiro de 2019 do Município de São Bernardino - SC.

Art. 3º - Fica realizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 18.750,00 (dezoito mil setecentos e cinquenta reais), na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2018, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.250/2018 de 30/10/2018 e em suas alterações posteriores, conforme fica a seguir demonstrado:

PROGRAMA ==> Assistência ao Produtor Rural

AÇÃO =====> Manutenção da Agricultura

VALOR =====> R\$ 18.750,00 (dezoito mil setecentos e cinquenta reais)

Art. 4º - Para abertura do Crédito Adicional Suplementar, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2018, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.250/2018 de 30/10/2018 e em suas alterações posteriores, no valor de R\$ 18.750,00 (dezoito mil setecentos e cinquenta reais), serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação previsto para o exercício financeiro de 2019 do Município de São Bernardino - SC.

Art. 5º - Fica realizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 18.750,00 (dezoito mil setecentos e cinquenta reais), no Orçamento Financeiro de 2019, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.258/2018 de 04/12/2018, conforme fica a seguir demonstrado:

ÓRGÃO: 07.00 – Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 07.01 – Departamento da Agricultura e Meio Ambiente

20.000.0000.0.000.000 – Agricultura

20.606.0000.0.000.000 – Extensão Rural

20.606.0020.0.000.000 – Assistência ao Produtor Rural

20.606.0020.2.037.000 – Manutenção da Agricultura

3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Direta - F 1039 - Transf. Rec. União – Fundo Especial R\$ 18.750,00

Art. 6º - Para Abertura do Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Financeiro de 2019, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.258/2018 de 04/12/2018, na ordem de R\$ 18.750,00 (dezoito mil setecentos e cinquenta reais), serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação previsto para o exercício financeiro de 2019 do Município de São Bernardino - SC.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 31 de Outubro de 2019.
--	--

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Sec. Adm. e Fazenda

DECRETO Nº 197/2019

Publicação Nº 2216474

DECRETO Nº 197/2019 DE 01/11/2019

	DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO FINANCEIRO DE 2019 DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	O Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial a letra "b" Art. 5º da Lei nº 1.258/2018 de 04/12/2018;

DECRETA:

Art. 1º - Fica remanejado o valor de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), do Orçamento Financeiro de 2019 do Município de São Bernardino-SC, conforme fica a seguir demonstrado:

DE:

ÓRGÃO: 08.00 – Secretaria da Infraestrutura
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 08.02 – Departamento de Obras e serviços Urbanos
15.000.0000.0.000.000 – Urbanismo
15.451.0000.0.000.000 – Infraestrutura Urbana
15.451.0019.0.000.000 – Vias Urbanas
15.451.0019.1.003.000 – Pavimentação de Ruas
4.0.00.00.00.00.00 – Despesas de Capital
4.4.00.00.00.00.00 – Investimentos
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – F. 3000 – Superávit Rec. Próprios – Ordinário R\$ 5.500,00

PARA:

ÓRGÃO: 08.00 – Secretaria da Infraestrutura
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 08.02 – Departamento de Obras e serviços Urbanos
15.000.0000.0.000.000 – Urbanismo
15.451.0000.0.000.000 – Infraestrutura Urbana
15.451.0019.0.000.000 – Vias Urbanas
15.451.0019.1.003.000 – Pavimentação de Ruas
3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes
3.3.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – F. 3000 – Superávit Rec. Próprios – Ordinário R\$ 5.500,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 01 de Novembro de 2019.
--	---

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Sec. da Adm. e Fazenda

DECRETO Nº 198/2019

Publicação Nº 2216732

DECRETO Nº 198/2019 DE 01/11/2019

	DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO PLANO PLURIANUAL – PPA 2018/2021, INCLUI NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO/2018 E NO ORÇAMENTO 2019 DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	O Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o inciso I do § 1º, do Art. 43 da Lei 4.320/64 e inciso III da letra "C", do Art. 5º da Lei nº 1.258/2018 de 04/12/2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica realizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) no Plano Plurianual – PPA 2018/2021, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.205/2017 de 06/09/2017 e em suas alterações posteriores, conforme fica a seguir demonstrado:

PROGRAMA ==> Administração e Planejamento
 AÇÃO =====> Manutenção da Administração Geral
 VALOR =====> R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

PROGRAMA ==> Estradas Vicinais
 AÇÃO =====> Manutenção da Infraestrutura
 VALOR =====> R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)

PROGRAMA ==> Assistência a Criança e ao Adolescente
 AÇÃO =====> Apoio a Construção de Unidades Habitacionais - Rural
 VALOR =====> R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

Art. 2º - Para Abertura do Crédito Adicional Suplementar, no Plano Plurianual – PPA 2018/2021, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.205/2017 de 06/09/2017 e em suas alterações posteriores, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), serão utilizados recursos proveniente do superávit financeiro de 2018 do Município de São Bernardino - SC.

Art. 3º - Fica realizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2018, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.250/2018 de 30/10/2018 e em suas alterações posteriores, conforme fica a seguir demonstrado:

PROGRAMA ==> Administração e Planejamento
 AÇÃO =====> Manutenção da Administração Geral
 VALOR =====> R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

PROGRAMA ==> Estradas Vicinais
 AÇÃO =====> Manutenção da Infraestrutura
 VALOR =====> R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)

PROGRAMA ==> Assistência a Criança e ao Adolescente
 AÇÃO =====> Apoio a Construção de Unidades Habitacionais - Rural
 VALOR =====> R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

Art. 4º - Para abertura do Crédito Adicional Suplementar, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2018, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.250/2018 de 30/10/2018 e em suas alterações posteriores, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), serão utilizados recursos proveniente do superávit financeiro de 2018 do Município de São Bernardino - SC.

Art. 5º - Fica realizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), no Orçamento Financeiro de 2019, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.258/2018 de 04/12/2018, conforme fica a seguir demonstrado:

ÓRGÃO: 03.00 – Secretaria da Administração e Fazenda
 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 03.01 – Departamento de Administração
 04.000.0000.0.000.000 – Administração
 04.122.0000.0.000.000 – Administração Geral
 04.122.0003.0.000.000 – Administração e Planejamento
 04.122.0003.2.003.000 – Manutenção da Administração Geral
 3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes
 3.3.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Direta - F 3000 Rec. Prop. Sup. Exerc. Anterior R\$ 5.000,00

ÓRGÃO: 08.00 – Secretaria da Infraestrutura
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 08.01 – Departamento de Estradas e Rodagens
26.000.0000.0.000.000 – Transporte
26.782.0000.0.000.000 – Transporte Rodoviário
26.782.0017.0.000.000 – Estradas Vicinais
26.782.0017.2.036.000 – Manutenção da Infraestrutura
3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes
3.3.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Direta - F 3000 Rec. Prop. Sup. Exerc. Anterior R\$ 20.000,00

ÓRGÃO: 06.00 – Secretaria do Desenvolvimento Social
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 06.03 – FHIS – Fundo de Habitação de interesse Social
06.000.0000.0.000.000 – Segurança Pública
06.481.0000.0.000.000 – Habitação Rural
06.481.0013.0.000.000 – Assistência a Criança e ao Adolescente
06.481.0013.1.005.000 – Apoio a Construção de Unidades Habitacionais - Rural
3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes
3.3.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Direta - F 3000 Rec. Prop. Sup. Exerc. Anterior R\$ 5.000,00

Art. 6º - Para Abertura do Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Financeiro de 2019, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.258/2018 de 04/12/2018, na ordem de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), serão utilizados recursos proveniente do superávit financeiro de 2018 do Município de São Bernardino - SC.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 01 de Novembro de 2019.
--	--

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Sec. Adm. e Fazenda

São Carlos

PREFEITURA

CONCURSO PÚBLICO 001/2019 HOMOLOGAÇÃO DEFINITIVA DAS INSCRIÇÕES

Publicação Nº 2216320

ATO 003 – HOMOLOGAÇÃO DEFINITIVA DAS INSCRIÇÕES

O MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Excelentíssimo Senhor Rudi Miguel Sander, TORNA PÚBLICO o presente Edital para divulgar o que segue:

1. HOMOLOGAÇÃO DEFINITIVA DAS INSCRIÇÕES

1.1. Não houve recursos interpostos contra a não homologação da inscrição, assim, em nada se altera o relatório nominal de candidatos com inscrições deferidas, anteriormente divulgado, ficando este ratificado, tornando-se o Relatório de Inscrições Homologadas, constante no Anexo I deste Edital.

2. LOCAL DE PROVA

2.1 A PROVA OBJETIVA será aplicada no dia 09/11/2019 (sábado), às 9h (Horário de Brasília), na Unopar, - Rua do Comércio, n.º 300 – Centro, no Município de São Carlos, conforme programação abaixo:

EVENTO	HORÁRIO
Abertura dos portões	08h30min
Fechamento dos portões Após às 08h30min não será permitido o ingresso de qualquer candidato ao local da prova.	08h45min
Início da prova	09h00min

2.2. Para fins de identificação, todos os candidatos ficam convocados a comparecerem na data e local da prova, com antecedência de no mínimo, 30 (trinta) minutos do horário de fechamento dos portões.

2.3. O candidato deve apresentar-se portando:

- a) documento de identidade original que bem o identifique e esteja em bom estado de conservação;
- b) caneta esferográfica de tinta azul ou preta de ponta grossa; e
- c) comprovante de inscrição e pagamento (boleto bancário devidamente quitado). Esse item poderá ser dispensado desde que esteja comprovada a efetiva homologação da inscrição do candidato no relatório de candidatos inscritos.

2.2.1. Serão aceitos como documentos de identidade: Carteiras e/ou Cédulas de Identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores e pela Polícia Militar; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos Públicos ou Conselhos de Classe que, por Lei Federal, são válidos como documento de identidade, como, por exemplo, as Carteiras do CRA, CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Passaporte; Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia, na forma da Lei nº 9.503/97). NÃO SERÁ ACEITA CÓPIA DO DOCUMENTO DE IDENTIDADE, MESMO QUE AUTENTICADA. Caso o candidato tenha documento de Identidade aberto, avariado ou com foto desatualizada, deverá portar outro documento (dentro os acima citados).

3. GABARITO PROVISÓRIO

3.1. O GABARITO PROVISÓRIO da Prova Objetiva, que será realizada em 09/11/2019, será divulgado no dia 11/11/2019, a partir das 14h (Horário de Brasília), no site www.wedoservicos.com.br.

3.2. Os candidatos interessados em interpor recursos contra o Gabarito Provisório poderão fazê-lo no período de 12/11/2019 às 08h00min à 14/11/2019 às 08h00min. Os recursos deverão ser interpostos por meio do site www.wedoservicos.com.br, na área do candidato, seguindo as orientações do site. Durante o período de recursos haverá vista da Prova Padrão no site www.wedoservicos.com.br, na página referente ao certame. Este é o único momento para vista de Prova Padrão.

3.3. A PROVA OBJETIVA estará disponível aos candidatos a partir de 12/11/2019, às 07h00min, na área do candidato acessando pelo site www.wedoservicos.com.br de forma individual a cada participante, com o seu login e senha.

São Carlos, 04 de novembro de 2019.

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito Municipal

ANEXO I
RELATÓRIO DEFINITIVO DE INSCRITOS

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE				
#	INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	DEFERIMENTO
1	27	CAROLINE MARSCHALL FEIL	23/01/2002	Deferido
2	2	CRISTINE ENDRES	12/01/1991	Deferido
3	19	EUNICE MARINA DE OLIVEIRA	14/06/1975	Deferido
4	15	JEFFERSON PEDROSO DA SILVA	15/12/1988	Deferido
5	22	MARAIKE ULSENHEIMER MASSING	21/01/2001	Deferido
6	20	NADIA ELISE ULSENHEIMER	30/06/1981	Deferido
7	13	NAHNACHARA MIOTTO HIRSCH	24/09/1984	Deferido

São Carlos, 04 de novembro de 2019.

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito Municipal

DECRETO 128/19

Publicação Nº 2216525

DECRETO Nº. 128/2019 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

AUTORIZA ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDI MIGUEL SANDER, Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 53º, Inciso VI da Lei Orgânica Municipal, combinado com Artigo 5º, § 1º Inciso I da Lei Municipal n.º 1837/2018 de 03 de Dezembro de 2018;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar por provável excesso de arrecadação no orçamento da Entidade n.º 03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS, no valor de R\$- 57.000,00 (Cinquenta e sete mil reais) nas seguintes dotações:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		10
Unidade	Fundo Municipal de Saúde - FMS		1
Função	Saúde		10
Sub-função	Atenção Básica		301
Programa	SAÚDE - HUMANIZADA, AGIL E RESOLUTA		15
PROJETO	AMPLIAÇÃO E REFORMA DA UNIDADES DE SAÚDE - FMS		1.033
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
(54)	Aplicação Direta - 4.4.90	1038 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União.	57.000,00
Valor Total R\$:			57.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender a suplementação de que trata o Artigo 1º, são os provenientes do provável excesso de arrecadação para o Exercício Financeiro de 2019, na destinação de Recursos DR nº 1038 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União no valor de R\$- 57.000,00 (Cinquenta e sete mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

São Carlos SC, em 05 de Novembro de 2019.

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se.

DECRETO 129/2019

Publicação Nº 2217663

DECRETO N.º 129/2019 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR SUPERÁVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDI MIGUEL SANDER, Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 53º, Inciso VI da Lei Orgânica Municipal, combinado com Artigo 5º, § 1º Inciso II da Lei Municipal n.º 1837/2018 de 03 de Dezembro de 2018;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento da Entidade n.º 01 - MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS - SC, no valor de 43.590,69 (Quarenta e três mil, quinhentos e noventa reais e sessenta e nove centavos), na seguinte dotação orçamentária:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	4
Unidade	Departamento de Trânsito	3
Função	Segurança Pública	6
Sub-função	Policimento	181
Programa	SEGURANÇA PÚBLICA TRANQUILIDADE E PROTEÇÃO.	14
ATIVIDADE	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SEGURANÇA PÚBLICA	2.026
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(214)	Aplicação Direta - 3.3.90	3012 - Convênio de Trânsito - Prefeitura – SUPERÁVIT.
Valor Total R\$:		43.590,69

Art. 2º. Os recursos para atender a Suplementação de que trata o Artigo 1º, são os provenientes do Superávit Financeiro apurado no Balanço Geral do exercício de 2018, Conforme decreto 007/2019, na Destinação de Recursos -3012- Convênio de Trânsito - Prefeitura – SUPERÁVIT, no valor total de 43.590,69 (Quarenta e três mil, quinhentos e noventa reais e sessenta e nove centavos).

3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

São Carlos SC, em 06 de Novembro de 2019.

RUDI MIGUEL SANDER

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LEI MUNICIPAL Nº 1863/2019

Publicação Nº 2216359

LEI MUNICIPAL Nº 1863/2019 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER, ATRAVÉS DE CONCESSÃO DE USO, POR PRAZO DETERMINADO OU ALIENAR, NO TODO OU EM PARTES, OS IMÓVEIS MATRICULADOS SOB OS NÚMEROS 8.998 E 10.907, DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE SÃO CARLOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDI MIGUEL SANDER, Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a alienar ou conceder através de concessão de uso por prazo determinado, no todo ou em partes, os imóveis abaixo discriminados:

I – Imóvel matriculado no Cartório de Registro de Imóveis de São Carlos sob o n.º 10.907, com a seguinte descrição: PARTE DO LOTE RURAL Nº 55, com área de 23.240m² (vinte e três duzentos e quarenta metros quadrados), situado neste Primeiro Distrito do Município e Comarca de São Carlos, Estado de Santa Catarina, confrontado: ao NORTE, com a Rodovia SC-283; ao SUL, com o Rio Uruguai; ao LESTE, com parte do lote rural nº 64, de propriedade de Josef Fischer; ao OESTE, com parte do mesmo lote rural nº 55 de propriedade do Município de São Carlos. Imóvel cadastrado no INCRA sob o nº 815268011126-3 (Anexo I), bem como todas as benfeitorias edificadas sobre respectivo lote.

II – Imóvel matriculado no Cartório de Registro de Imóveis de São Carlos sob o nº. 8.998, com a seguinte descrição: PARTE DO LOTE RURAL Nº64, com área de 45.475,97m² (quarenta e cinco mil quatrocentos e setenta e cinco metros e noventa e sete centímetros quadrados), situado neste Primeiro Distrito do Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, confrontado; ao NORTE, com a SC-283, com 249,20m e parte do mesmo lote rural nº64, do Município de São Carlos, com 29,930m; ao SUL, com o Rio Uruguai; ao LESTE, com parte do lote rural nº65, de Rui Vitorio Celso, com 125,190m; ao OESTE, com lote rural nº55, com 312,0m. Imóvel cadastrado no INCRA sob o nº8152680114602 (anexo II), bem como todas as benfeitorias edificadas sobre respectivo lote.

§ 1º - A alienação de que trata o caput do presente artigo será precedida de processo licitatório efetivado com observância as normas contidos na Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993.

§ 2º - A concessão de uso, será formalizada através de Termo de Concessão de Direito Real de Uso, precedido de processo licitatório, de acordo com as normas previstas na Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993.

§ 3º - Nas concessões ou alienações promovidas com base na presente Lei haverá, obrigatoriamente, cláusula de reversão do bem imóvel ao patrimônio público.

§ 4º - (VETADO).

§ 5º - Os contratos de concessão uso ou de direito real de uso dos imóveis, deverão ser registrados no Cartório do Registro de Imóveis de São Carlos.

Art. 2º - De acordo com as peculiaridades de cada imóvel e observada a conveniência e oportunidade para a Administração, fica autorizada a divisão dos imóveis descritos nos incisos I e II do artigo anterior, em tantas glebas quantas forem adequadas às demandas.

Parágrafo único. O desmembramento de que trata o presente artigo será promovido pelo Poder Público Municipal, observando as regras de Parcelamento do solo, o Plano Diretor Municipal e a Lei dos Registros Públicos.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Carlos, em 05 de novembro de 2019.

RUDI MIGUEL SANDER

Prefeito do Município de São Carlos/SC.

ANEXO I

ANEXO II

São Domingos

PREFEITURA

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 139/2019 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS – SC

Publicação Nº 2216508

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 139/2019 - MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS – SC

O Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 139/2019.

OBJETO: CONCESSÃO DE USO, A TÍTULO PRECÁRIO, DE BENS PÚBLICOS MÓVEIS E IMÓVEIS, ÀS COOPERATIVAS SEDIADAS NO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS – SC, TENDO COMO OBJETIVO A IMPLANTAÇÃO DA UNIDADE DE APOIO PARA RECEBIMENTO, MANIPULAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DOS ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PRODUZIDOS PELOS AGRICULTORES ATENDIDOS POR ESSAS COOPERATIVAS

MOTIVO: onde se lê 21 de novembro de 2019, leia-se: 22 de novembro de 2019

Entrega dos envelopes: 22 de novembro de 2019 até as 08:30 horas. O edital na íntegra encontra-se no site do município (www.saodomingos.sc.gov.br). Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 e e-mail: licitacao@saodomingos.sc.gov.br São Domingos, SC, 05 de novembro de 2019.

Elieze Comachio – Prefeita Municipal.

DECRETO Nº 872, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2216333

DECRETO Nº 872, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DE REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA E JORNADA DE TRABALHO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada, Lei Complementar 0042, de 04/04/2012 atualizada e Lei Complementar Municipal nº 0043, de 26/07/2012;

Considerando que a jornada de trabalho dos servidores municipais é prevista no art. 7º, inciso XII, da Constituição Federal;

Considerando a necessidade de nomeação de servidor efetivo para o Setor de Exatonia deste Município;

Considerando o requerimento protocolado pela servidora Tania Aparecida Busato Sales de Lima, solicitando o retorno ao trabalho em período integral;

Considerando que não haverá prejuízos aos serviços prestados pela Administração Pública Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica REVOGADO o Decreto n. 843, de 27 de setembro de 2019, que dispõe sobre a redução de carga horária e remuneração da servidora Tania Aparecida Busato Sales de Lima.

Art. 2º Nos termos do art. 17, da Lei Complementar Municipal n. 045/2012, a partir de 1º de novembro do corrente ano, a servidora passará a exercer suas funções respeitando o limite de oito horas diárias e quarenta horas semanais.

Art. 3º O pagamento da remuneração à servidora deverá ser equivalente ao estabelecido pelo Decreto nº 770, de 04 de junho de 2019.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 31 de outubro de 2019.

Elieze Comachio
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 877 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2217461

DECRETO Nº 877, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Nomeia servidora aprovada em concurso público para serviço público municipal.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04 de abril de 2012; e Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06 de novembro de 2012, atualizada e;

- Considerando a solicitação da Secretária Municipal de Saúde Juliana Dutra;
- Considerando o Edital do Concurso Público nº 001/2016, de 29 de fevereiro de 2016;
- Considerando o Decreto nº 2275, de 05 de maio de 2016, que homologa o resultado final do Concurso Público edital nº 001/2016;
- Considerando que o município disponibiliza a população um grande número de medicamentos;
- Considerando a constante reposição de estoque da farmácia central, bem como as transferências do almoxarifado central para todas as farmácias das UBS do município;
- Considerando o expressivo número de receitas médicas que geram a dispensação de medicamentos;
- Considerando a ocorrência das reuniões mensais do grupo de diabéticos e bimestrais dos grupos de saúde mental e hipertensos, em que ocorre dispensação de medicamentos e é obrigatória a presença de um farmacêutico;
- Considerando a entrega dos medicamentos ajuizados;
- Considerando a obrigatoriedade de um farmacêutico para responder como responsável técnico da Farmácia Básica Municipal;
- Considerando abertura de uma nova Unidade Básica de Saúde no Bairro Ari Bortoli, que também possui farmácia, para melhor atender a população;
- Considerando o afastamento da funções a pedido do servidor público municipal Gustavo Bortoli Valgoi, ocupante do cargo de Farmacêutico;
- Considerando que o primeiro candidato classificado para o cargo de Farmacêutico, nomeado pelo Decreto nº 846, de 02 de outubro de 2019, não tomou posse no prazo estabelecido em Lei;
- Considerando o princípio da legalidade dos atos da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada para o Serviço Público Municipal a Senhora Pamela Piceti Grosbelli, para exercer o cargo de Farmacêutico, deste Município de São Domingos (SC), enquadrado no Anexo I - Quadro Geral de Cargos Efetivos, Código 51.12 da Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/12, atualizada a partir desta data.

§ 1º A servidora integrará o Quadro Próprio dos Servidores Públicos Municipais, enquadrado no Quadro Geral de Cargos Efetivos, Código 51.12- Grupo 5 - TECIE, da Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/12, atualizada, com 40 (quarenta) horas semanais, nos termos do Anexo I, Quadro de Vagas da Lei Municipal nº 0042, de 04/04/2012, atualizada.

§ 2º Este cargo será regido pelo Regime Jurídico Estatutário, enquadrado nas Leis Complementares Municipais nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; e nº 0045, de 06/11/2012, atualizada e nº 0042, de 04/04/2012, atualizada no que couber e demais legislações pertinentes à matéria.

Art. 2º O local de trabalho indicado no início do exercício e durante o estágio probatório não gera direito a estabilidade de permanecer no mesmo, podendo o critério da Administração ser remanejado em qualquer época.

Art. 3º As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações constantes no Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 05 de novembro de 2019.

Elieze Comachio
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

LEI Nº 1864 DE 1º DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2216335

LEI Nº 1864 DE 1º DE NOVEMBRO DE 2019

RATIFICA A SEGUNDA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º. Fica ratificado na íntegra a Segunda Alteração e Consolidação do Protocolo de Intenções do Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, em anexo, nos termos da Lei Federal n. 11.107/05 e Decreto Federal n. 6.017/07.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Domingos - SC, 1º de novembro de 2019.

ELIEZE COMACHIO

Prefeita Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO FMS N. 034/2019

Publicação Nº 2216479

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC
PROCESSO LICITATÓRIO FMS N. 034/2019
TOMADA DE PREÇOS FMS N. 006/2019

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 21 de novembro de 2019, estará recebendo as propostas dos interessados para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM NATUROPATIA (SERVIÇOS DE REIKI, ACUPUNTURA, AURICULOTERAPIA E TERAPIA DE FLORAIS), PARA ATUAR NO CENTRO DE SAÚDE DO BAIRRO ARI BORTOLI, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS – SC. TUDO conforme especificado em seu Edital, anexos, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos pelo fone (049) 34430281 e e-mail: licitacao@saodomingos.sc.gov.br. São Domingos, SC, 04 de novembro de 2019.

Elieze Comachio – Prefeita Municipal.

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 142/2019

Publicação Nº 2216455

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC
PROCESSO LICITATÓRIO PREFE n. 142/2019
CONCORRÊNCIA PÚBLICA PREFE n. 005/2019

O Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 06 de Dezembro de 2019, a Comissão Permanente de Licitações estará recebendo as propostas dos interessados visando a CONCESSÃO para EXPLORAÇÃO DAS UNIDADES COMERCIAIS (SALAS 01, 02, 03, 05 E 06) EDIFICADAS NO TERMINAL RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS ALCIDES BIGOLIN. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos serão fornecidos pelo fone (049) 34430281 e e-mail: licitacao@saodomingos.sc.gov.br. São Domingos, SC, 04 de novembro de 2019.

Elieze Comachio – Prefeita Municipal.

São Francisco do Sul

PREFEITURA

ATA SRP 155-2019

Publicação Nº 2216710

PREGÃO PRESENCIAL Nº 155/2019 - SRP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 meses.

Aos 01 de outubro de 2019, na Sala de Licitações, o Município de São Francisco do Sul, por seu representante nomeado, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações, decreto municipal 1.140/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no EDITAL DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 155-2019 – PREGÃO PRESENCIAL - SRP, Ata de Registro de Preços, homologada pelo Prefeito Municipal, Sr. Renato Gama Lobo, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, à Avenida Nogueira, nº 262, bairro Rocío Grande, portador do CPF sob nº 420.019.199-72, RESOLVE registrar os preços para a aquisição dos bens conforme consta no Anexo I, que passa a fazer parte desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame acima numerado.

Presente somente a empresa:

3045854	SAVANA COMERCIO DE VEÍCULOS LTDA
---------	----------------------------------

CLÁUSULA I – DO OBJETO

Sistema de Registro de Preços o objeto da presente licitação é o Registro de Preços para aquisição de 04 (quatro) caminhões (caçamba) para serem utilizadas pela Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I, conforme descrições e especificações constantes no Edital de Licitação Nº 155/2019 - SRP.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contado a partir de sua assinatura. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de São Francisco do Sul não será obrigado a adquirir o bem, referido na Cláusula I, exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA III – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 – Poderá utilizar-se das Atas de Registro de Preços decorrentes deste certame a entidade relacionada neste Edital, respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei 8.666/93 e alterações.

3.2 – O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

3045854 - SAVANA COMERCIO DE VEÍCULOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, doravante denominada CONTRATADA, inscrita no CNPJ 24.706.364/0003-11, sediada na Rodovia BR 101, s/n - bairro Nova Brasília, município de Joinville - SC – CEP 89213-125 - SC, neste ato representada pelos Srs. Ríquel Chieppe, brasileiro, casado, comerciante, portador do CPF 896.200.207-82 e Uarlem de Nazaré Oliveira, brasileiro, casado, comerciante, ambos com domicílio na Rodovia Governador Mario Covas, km 294 – bairro Vila Independência, Cariacica, estado do Espírito Santo, CEP 29148-640

Item	Qde	Unidade	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	4	Unidade	CAMINHÃO COM CARROÇERIA	359.000,00	1.436.000,00
TOTAL POR FORNECEDOR:				1.436.000,00	
TOTAL:				1.436.000,00	

3.3 – Em cada fornecimento dos bens, decorrentes desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do EDITAL DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 155/2019 – PREGÃO PRESENCIAL - SRP, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA IV – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

4.1 – As entregas deverão ocorrer 60 (sessenta) dias, após a emissão da Ordem de Compra emitidos pela Secretaria do Municipal de Obras e Serviços Públicos.

4.2 – Os bens deverão ser entregues no local a ser informado Secretaria do Municipal de Obras e Serviços Públicos, o qual não poderá exceder os limites territoriais do Município de São Francisco do Sul (SC), de segunda a sexta-feira, das 07:30 às 13:30.

5.1. O prazo para pagamento será de no máximo 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela CONTRATADA.

5.2. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA, condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

5.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

5.4. Antes do pagamento, a Contratante verificará condições de habilitação e qualificação da Contratada, especialmente quanto à regularidade fiscal, que poderá ser feita em sites oficiais, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

5.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira: 0.0001643

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

6.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

6.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.5. Somente será possível a realização de aditivo contratual, nos termos do art. 65, §1º da Lei n. 8.666/93, dentro do prazo de vigência do contrato de fornecimento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1 Os bens serão recebidos:

a. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

b. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta e sua consequente aceitação, que se dará no prazo fixado no Termo de Referência.

7.2. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

8. CLÁUSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO

8.1 A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. São obrigações da CONTRATANTE:

a) Receber provisoriamente os bens, disponibilizando local, data e horário;

b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

c) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de servidor especialmente designado;

d) Efetuar o pagamento no prazo previsto.

9.2. São obrigações da CONTRATADA:

a) Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes dos bens, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990). Este dever implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, o produto com avarias ou defeitos;

c) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.

d) Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

f) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

g) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

h) A empresa vencedora deverá responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos a que vier causar ao Município ou terceiros, na pessoa de prepostos ou estranhos.

i)- Os bens deverão serem entregues a Secretaria Municipal de obras públicos e serviços públicos com taxas de emplacamento, licenciamento e seguro obrigatório – DPVAT pagos, com o certificado de registro e licenciamento do veículo (CRV/CRLV), estar devidamente emplacado, e com o pagamento de quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir no preço da proposta (preço CIF) pela empresa vencedora.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I. advertência;

II. multa equivalente a 0,5% (meio por cento) por dia de atraso do evento não cumprido, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato;

III. suspensão temporária de participação da CONTRATADA em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

10.2. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 10.1 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

10.3. As multas e outras sanções previstas neste Instrumento poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da CONTRATADA, devidamente comprovadas perante a CONTRATANTE.

10.4. As multas serão recolhidas, via depósito, à conta da CONTRATANTE. Se a CONTRATADA não fizer prova, dentro do prazo de cinco dias úteis, de que recolheu o valor da multa, dos seus créditos será retido o valor da mesma, corrigido, aplicando-se, para este fim, os índices aprovados para atualização dos débitos fiscais.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

11.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4 O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

a) caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

b) interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS.

13.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

15.1. É eleito o Foro da Comarca de São Francisco do Sul para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

São Francisco do Sul, 01 de outubro de 2019.

RENATO GAMA LOBO
PREFEITO MUNICIPAL

CRISTIANE FERNANDES
PREGOEIRA

SERGIO MURILO DE CARVALHO OLIVEIRA
SECRETARIO MUNICIPAL DE OBRAS

SAVANA COMERCIO DE VEÍCULOS LTDA
FORNECEDOR

ATA SRP 156-2019

Publicação Nº 2216713

PREGÃO PRESENCIAL Nº 156/2019 - SRP
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 meses.

Aos 10 de outubro de 2019, a Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul sediada na Praça Dr. Getúlio Vargas, nº01, doravante denominada apenas CONTRATANTE, nomeada por seu representante nomeado, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações, e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no EDITAL DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 156/2019 – PREGÃO PRESENCIAL - SRP,

Ata de Registro de Preços, homologada pelo Prefeito Municipal, Sr. Renato Gama Lobo, brasileiro, casado, portador do RG nº 2/R 816.334, inscrito no CPF nº 420.019.199-72, e a empresa, BONA GENTE COMERCIAL LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ. Sob nº 01.150.822/0001-11, estabelecida na rua Anita Garibaldi, nº 2097, sala 01, bairro Anita Garibaldi, CEP 89203-301 Joinville – SC, neste ato representada por Leandro de Andrade, brasileiro, solteiro, empresário inscrito no CPF. sob nº 053.731.179-35 residente e domiciliado no endereço citado acima.

RESOLVE registrar os preços para a Registro de Preços para aquisição de utensílios domésticos, pelo sistema de registro de preços, para atender ao 2 pelotão de Bombeiros Militar localizado na cidade de Sao Francisco do Sul, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame acima numerado.

Presentes as empresas e seus representantes:

Código Fornecedor	Nome Razão	Nome Razão Representante
618349	BONA GENTE COMERCIAL LTDA.	LEANDRO DE ANDRADE
3125742	TEMPERCLIMA REFRIGERAÇÃO EIRELI	MARCIO DA SILVA

CLÁUSULA I – DO OBJETO

Sistema de Registro de Preços O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para Registro de Preços para aquisição de utensílios domésticos e bens, pelo sistema de registro de preços, para atender ao 2 pelotão de Bombeiros Militar localizado na cidade de Sao Francisco do Sul, conforme descrições e especificações constantes no Edital de Licitação Nº 156/2019 - SRP.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contado a partir de sua assinatura. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina não será obrigado a adquirir o material referido na Cláusula I, exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA III – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 – Poderá utilizar-se das Atas de Registro de Preços decorrentes deste certame a entidade relacionada neste Edital, respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei 8.666/93 e alterações.

3.2 – O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

618349 - BONA GENTE COMERCIAL LTDA.					
Item	qde	Unidade	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	6	JOGO	Jogo de panela aço inox (5 peças)	349,60	2.097,60
2	4	Unidade	Frigideira antiaderente 28cm - material alumínio com revestimento interno antiaderente starflon com cabo antitérmico. Altura 9cm, diâmetro 28cm, comprimento 46cm.	59,90	239,60
3	4	JOGO	Jogo de frigideira antiaderente (2 peças) - material alumínio revestimento interno antiaderente starflon, cabo antitérmico. Medidas 1 frigideira 16cm e frigideira 20cm.	49,45	197,80
4	4	Unidade	Panela de Pressão 4,5lt - material alumínio polido ou aço inoxidável, com tampa vedada com argola de borraça, válvula e pino de segurança, sem falhas no acabamento.	46,25	185,00

5	4	Unidade	Panela de Pressão 7lt - material alumínio polido ou aço inoxidável ou antiaderente, com tampa vedada com argola de borracha, válvula e pino de segurança, sem falhas no acabamento.	146,26	585,04
6	30	Unidade	Prato fundo em vidro temperado, cor/acabamento incolor, formato redondo.	8,35	250,50
7	30	Unidade	Prato raso em vidro temperado, cor incolor, formato redondo.	10,40	312,00
9	4	Unidade	Faca de carne lâmina aço inox 10 polegadas, cabo em polipropileno ou outro material resistente.	74,00	296,00
10	4	Unidade	Faca de carne lâmina em aço inox, 8 polegadas, com cabo em polipropileno ou outro material resistente.	58,00	232,00
11	3	Unidade	Faca de desossar lâmina aço inox 5 polegadas, com cabo em polipropileno ou outro material resistente.	13,75	41,25
12	3	Unidade	Chaleira em aço inox com cabo em polipropileno ou outro material resistente.	8,80	26,40
13	6	Unidade	Colher de silicone tipo espátula para frigideira	18,70	112,20
15	6	Unidade	Colher de arroz tamanho grande em aço inox.	14,70	88,20
16	4	Unidade	Concha em aço inox. (sopa)	14,70	58,80
17	4	Unidade	Escumadeira em aço inox.	14,70	58,80
18	4	Unidade	Pegador de massa em aço inox 28cm de comprimento.	14,70	58,80
19	4	Unidade	Abridor de lata e garrafa em aço inox.	3,40	13,60
22	30	Unidade	Caneca de vidro transparente mínimo 250ml de capacidade.	4,90	147,00
24	4	Unidade	Assadeira de vidro refratário 2.2lt. formato retangular, incolor. Recomendações de uso para preparar, assar e servir.	32,00	128,00
25	4	Unidade	Assadeira de vidro refratário 2.5lt. formato retangular, incolor. Recomendações de uso para preparar, assar e servir.	34,50	138,00
27	4	Unidade	Bandeja plástica baixa, cor branca, medidas 48cm x 32cm.	26,60	106,40

28	4	Unidade	Porta talheres em plástico com divisórias internas que indiquem a colocação dos talheres.	13,75	55,00
31	4	Unidade	Saleiro plástico 1 litro com tampa encaixável, adequado para ser fixado na parede.	5,10	20,40
32	4	Unidade	Pote plástico redondo com tampa capacidade 1 litro, para alimentos.	5,10	20,40
33	4	Unidade	Pote plástico redondo com tampa capacidade 2 litro, para alimentos.	5,10	20,40
34	4	Unidade	Bacia plástica, formato redondo, capacidade 5 litros.	7,80	31,20
35	4	Unidade	Bacia plástica formato redondo capacidade de 6,7 litros.	7,80	31,20
36	4	Unidade	Bacia plástica formato redondo capacidade de 30 litros.	28,00	112,00
37	10	Unidade	Balde plástico redondo com alça, capacidade para 15 litros	7,40	74,00
38	10	Unidade	CESTO DE LIXO DE PLÁSTICO, CAPACIDADE DE 30 LITROS.	19,60	196,00
39	10	Unidade	CESTO DE LIXO MULTUSO DE PLÁSTICO, CAPACIDADE DE 5,5 LITROS.	14,70	147,00
40	6	Unidade	Escorredor de louça material plástico, com local para copos, pratos e talheres.	12,30	73,80
41	4	Unidade	Suporte para Filtro 103 de Café.	8,80	35,20
42	10	Unidade	Pá coletora de lixo material plástico, para uso doméstico.	3,15	31,50
43	6	Unidade	Garrafa térmica com bomba 1,8 litros, em aço inox, ampola de vidro. Medidas aproximadas (A x L x C): 42 x 15 x 16	74,90	449,40
44	4	Unidade	Chaleira em aço inox 1,9 litros com cabo antitérmico.	44,40	177,60
49	20	CARTELA	Prendedor de roupa de plástico, pacote contendo 12 unidades.	3,80	76,00
50	10	Unidade	VASSOURA DE PÊLO COM CABO	19,65	196,50
51	4	Unidade	Chaleira elétrica 2 litros, potência mínima 1850 watts, voltagem mínima 220 volts.	134,50	538,00
52	4	Unidade	Fritadeira elétrica, 2,3 litros, potência mínima 1250 watts, voltagem 220volts, produto com garantia do fabricante de 12 meses.	329,90	1.319,60

53	4	Unidade	Fritadeira elétrica 3,2 litros, potência mínima 1250 watts, voltagem 220 volts, produto com garantia do fabricante de 12 meses.	394,00	1.576,00
54	4	Unidade	Multiprocessador com liquidificador e espremador de frutas, potência mínima de 800 watts, voltagem 220 volts, produto com garantia do fabricante de 12 meses.	233,00	932,00
57	1	Unidade	Fogão cooktop 5 bocas, devendo conter no mínimo uma das bocas de 3000w, outras com no mínimo 1750w, acendimento superautomático, tampo em vidro temperado, cor preta, voltagem bivolt, medias para encaixe no móvel, largura 68,50cm x 46cm. Garantia pelo fornecedor de 12 meses.	524,50	524,50
58	1	Unidade	Forno elétrico de embutir 44 litros, ideal para assar, dourar, tostar, gratinar e aquecer diversos alimentos. Potência mínima 1750w, voltagem 200v, controle de temperatura de 50°C a 320°C, timer com programação de até 120 minutos, luz interna, autolimpante, dimensões para encaixe no móvel: Largura 66,5 x Altura 42cm x Comprimento 52,8cm. pés antiderrapantes, garantia de 12 meses pelo fabricante	879,00	879,00
TOTAL POR FORNECEDOR:				12.889,69	

3.3 – Em cada fornecimento dos bens, decorrentes desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do EDITAL DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 156/2019 – PREGÃO PRESENCIAL - SRP, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA IV – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

4.1 – As entregas deverão ocorrer, no prazo de até 05 (cinco) conforme solicitação do Corpo de Bombeiros Militar de São Francisco do Sul, pelo período de 12 (doze) meses, após a emissão da Ordem de Compra emitidos pela Secretaria Municipal de Governo.

4.2 – Os materiais deverão ser entregues nos locais informados pelo Corpo de Bombeiros Militar de São Francisco do Sul, o qual não poderá exceder os limites territoriais do Município de São Francisco do Sul (SC), de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 14:00HS.

CLÁUSULA V – DO PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento será de no máximo 28 (vinte e oito) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela CONTRATADA.

5.2. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA, condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA e do regular cumprimento das obrigações

assumidas.

5.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

5.4. Antes do pagamento, a Contratante verificará condições de habilitação e qualificação da Contratada, especialmente quanto à regularidade fiscal, que poderá ser feita em sites oficiais, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

5.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira: 0.0001643

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

6.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

6.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem necessária, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.4. As supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.5. Somente será possível a realização de aditivo contratual, nos termos do art. 65, §1º da Lei n. 8.666/93, dentro do prazo de vigência do contrato de fornecimento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1 Os produtos serão recebidos:

a. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

b. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta e sua consequente aceitação, que se dará no prazo fixado no Termo de Referência.

7.2. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos produtos em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

8. CLAÚSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO

8.1 A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. São obrigações da CONTRATANTE:

a) Receber provisoriamente os produtos, disponibilizando local, data e horário;

b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

c) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de servidor especialmente designado;

d) Efetuar o pagamento no prazo previsto.

9.2. São obrigações da CONTRATADA:

a) Efetuar a entrega dos produtos em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

- b) Fornecer certificado de garantia para troca/substituição com prazo mínimo estipulado no Termo de Referência (Anexo I) do edital de Pregão Presencial nº 125/2019, ao qual deu origem a este contrato.
- c) Os produtos devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- d) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990). Este dever implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, o produto com avarias ou defeitos;
- e) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.
- f) Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- g) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- h) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- i) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I. advertência;

II. multa equivalente a 0,5% (meio por cento) por dia de atraso do evento não cumprido, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato;

III. suspensão temporária de participação da CONTRATADA em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

10.2. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 10.1 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

10.3. As multas e outras sanções previstas neste Instrumento poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da CONTRATADA, devidamente comprovadas perante a CONTRATANTE.

10.4. As multas serão recolhidas, via depósito, à conta da CONTRATANTE. Se a CONTRATADA não fizer prova, dentro do prazo de cinco dias úteis, de que recolheu o valor da multa, dos seus créditos será retido o valor da mesma, corrigido, aplicando-se, para este fim, os índices aprovados para atualização dos débitos fiscais.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

11.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4 O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES**12.1. É vedado à CONTRATADA:**

- a) caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- b) interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS.

13.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

15.1. É eleito o Foro da Comarca de São Francisco do Sul para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata, foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Sao Francisco do Sul, 10 de outubro de 2019

RENATO GAMA LOBO PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE		BONA GENTE COMERCIAL LTDA - EPP CONTRATADA
TESTEMUNHAS:		
CPF:		
CPF:		

ATA SRP 156-2019

Publicação Nº 2216712

PREGÃO PRESENCIAL Nº 156/2019 - SRP
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 meses.

Aos 10 de outubro de 2019, a Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul sediada na Praça Dr. Getúlio Vargas, nº01, doravante denominada apenas CONTRATANTE, nomeada por seu representante nomeado, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações, e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no EDITAL DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 156/2019 – PREGÃO PRESENCIAL - SRP,

Ata de Registro de Preços, homologada pelo Prefeito Municipal, Sr. Renato Gama Lobo, brasileiro, casado, portador do RG n.º 2/R 816.334, inscrito no CPF n.º 420.019.199-72, e a empresa, BONA GENTE COMERCIAL LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ. Sob nº 01.150.822/0001-11, estabelecida na rua Anita Garibaldi, nº 2097, sala 01, bairro Anita Garibaldi, CEP 89203-301 Joinville – SC, neste ato representada por Leandro de Andrade, brasileiro, solteiro, empresário inscrito no CPF. sob nº 053.731.179-35 residente e domiciliado no endereço citado acima.

RESOLVE registrar os preços para a Registro de Preços para aquisição de utensílios domésticos, pelo sistema de registro de preços, para

atender ao 2 pelotão de Bombeiros Militar localizado na cidade de Sao Francisco do Sul, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame acima numerado.

Presentes as empresas e seus representantes:

Código Fornecedor	Nome Razão	Nome Razão Representante
618349	BONA GENTE COMERCIAL LTDA.	LEANDRO DE ANDRADE
3125742	TEMPERCLIMA REFRIGERAÇÃO EIRELI	MARCIO DA SILVA

CLÁUSULA I – DO OBJETO

Sistema de Registro de Preços O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para Registro de Preços para aquisição de utensílios domésticos e bens, pelo sistema de registro de preços, para atender ao 2 pelotão de Bombeiros Militar localizado na cidade de Sao Francisco do Sul, conforme descrições e especificações constantes no Edital de Licitação Nº 156/2019 - SRP.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contado a partir de sua assinatura. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina não será obrigado a adquirir o material referido na Cláusula I, exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA III – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 – Poderá utilizar-se das Atas de Registro de Preços decorrentes deste certame a entidade relacionada neste Edital, respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei 8.666/93 e alterações.

3.2 – O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

618349 - BONA GENTE COMERCIAL LTDA.					
Item	qde	Unidade	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	6	JOGO	Jogo de panela aço inox (5 peças)	349,60	2.097,60
2	4	Unidade	Frigideira antiaderente 28cm - material alumínio com revestimento interno antiaderente starflon com cabo antitérmico. Altura 9cm, diâmetro 28cm, comprimento 46cm.	59,90	239,60
3	4	JOGO	Jogo de frigideira antiaderente (2 peças) - material alumínio revestimento interno antiaderente starflon, cabo antitérmico. Medidas 1 frigideira 16cm e frigideira 20cm.	49,45	197,80
4	4	Unidade	Panela de Pressão 4,5lt - material alumínio polido ou aço inoxidável, com tampa vedada com argola de borracha, válvula e pino de segurança, sem falhas no acabamento.	46,25	185,00
5	4	Unidade	Panela de Pressão 7lt - material alumínio polido ou aço inoxidável ou antiaderente, com tampa vedada com argola de borracha, válvula e pino de segurança, sem falhas no acabamento.	146,26	585,04

6	30	Unidade	Prato fundo em vidro temperado, cor/acabamento incolor, formato redondo.	8,35	250,50
7	30	Unidade	Prato raso em vidro temperado, cor incolor, formato redondo.	10,40	312,00
9	4	Unidade	Faca de carne lâmina aço inox 10 polegadas, cabo em polipropileno ou outro material resistente.	74,00	296,00
10	4	Unidade	Faca de carne lâmina em aço inox, 8 polegadas, com cabo em polipropileno ou outro material resistente.	58,00	232,00
11	3	Unidade	Faca de desossar lâmina aço inox 5 polegadas, com cabo em polipropileno ou outro material resistente.	13,75	41,25
12	3	Unidade	Chaleira em aço inox com cabo em polipropileno ou outro material resistente.	8,80	26,40
13	6	Unidade	Colher de silicone tipo espátula para frigideira	18,70	112,20
15	6	Unidade	Colher de arroz tamanho grande em aço inox.	14,70	88,20
16	4	Unidade	Concha em aço inox. (sopa)	14,70	58,80
17	4	Unidade	Escumadeira em aço inox.	14,70	58,80
18	4	Unidade	Pegador de massa em aço inox 28cm de comprimento.	14,70	58,80
19	4	Unidade	Abridor de lata e garrafa em aço inox.	3,40	13,60
22	30	Unidade	Caneca de vidro transparente mínimo 250ml de capacidade.	4,90	147,00
24	4	Unidade	Assadeira de vidro refratário 2.2lt. formato retangular, incolor. Recomendações de uso para preparar, assar e servir.	32,00	128,00
25	4	Unidade	Assadeira de vidro refratário 2.5lt. formato retangular, incolor. Recomendações de uso para preparar, assar e servir.	34,50	138,00
27	4	Unidade	Bandeja plástica baixa, cor branca, medidas 48cm x 32cm.	26,60	106,40
28	4	Unidade	Porta talheres em plástico com divisórias internas que indiquem a colocação dos talheres.	13,75	55,00
31	4	Unidade	Saleiro plástico 1 litro com tampa encaixável, adequado para ser fixado na parede.	5,10	20,40

32	4	Unidade	Pote plástico redondo com tampa capacidade 1 litro, para alimentos.	5,10	20,40
33	4	Unidade	Pote plástico redondo com tampa capacidade 2 litro, para alimentos.	5,10	20,40
34	4	Unidade	Bacia plástica, formato redondo, capacidade 5 litros.	7,80	31,20
35	4	Unidade	Bacia plástica formato redondo capacidade de 6,7 litros.	7,80	31,20
36	4	Unidade	Bacia plástica formato redondo capacidade de 30 litros.	28,00	112,00
37	10	Unidade	Balde plástico redondo com alça, capacidade para 15 litros	7,40	74,00
38	10	Unidade	CESTO DE LIXO DE PLÁSTICO, CAPACIDADE DE 30 LITROS.	19,60	196,00
39	10	Unidade	CESTO DE LIXO MULTIUSO DE PLÁSTICO, CAPACIDADE DE 5,5 LITROS.	14,70	147,00
40	6	Unidade	Escorredor de louça material plástico, com local para copos, pratos e talheres.	12,30	73,80
41	4	Unidade	Suporte para Filtro 103 de Café.	8,80	35,20
42	10	Unidade	Pá coletora de lixo material plástico, para uso doméstico.	3,15	31,50
43	6	Unidade	Garrafa térmica com bomba 1,8 litros, em aço inox, ampola de vidro. Medidas aproximadas (A x L x C): 42 x 15 x 16	74,90	449,40
44	4	Unidade	Chaleira em aço inox 1,9 litros com cabo antitérmico.	44,40	177,60
49	20	CARTELA	Prendedor de roupa de plástico, pacote contendo 12 unidades.	3,80	76,00
50	10	Unidade	VASSOURA DE PÊLO COM CABO	19,65	196,50
51	4	Unidade	Chaleira elétrica 2 litros, potência mínima 1850 watts, voltagem mínima 220 volts.	134,50	538,00
52	4	Unidade	Fritadeira elétrica, 2,3 litros, potência mínima 1250 watts, voltagem 220volts, produto com garantia do fabricante de 12 meses.	329,90	1.319,60
53	4	Unidade	Fritadeira elétrica 3,2 litros, potência mínima 1250 watts, voltagem 220 volts, produto com garantia do fabricante de 12 meses.	394,00	1.576,00

54	4	Unidade	Multiprocessador com liquidificador e espremedor de frutas, potência mínima de 800 watts, voltagem 220 volts, produto com garantia do fabricante de 12 meses.	233,00	932,00
57	1	Unidade	Fogão cooktop 5 bocas, devendo conter no mínimo uma das bocas de 3000w, outras com no mínimo 1750w, acendimento superautomático, tampo em vidro temperado, cor preta, voltagem bivolt, medias para encaixe no móvel, largura 68,50cm x 46cm. Garantia pelo fornecedor de 12 meses.	524,50	524,50
58	1	Unidade	Forno elétrico de embutir 44 litros, ideal para assar, dourar, tostar, gratinar e aquecer diversos alimentos. Potência mínima 1750w, voltagem 200v, controle de temperatura de 50°C a 320°C, timer com programação de até 120 minutos, luz interna, autolimpante, dimensões para encaixe no móvel: Largura 66,5 x Altura 42cm x Comprimento 52,8cm. pés antiderrapantes, garantia de 12 meses pelo fabricante	879,00	879,00
TOTAL POR FORNECEDOR:				12.889,69	

3.3 – Em cada fornecimento dos bens, decorrentes desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do EDITAL DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 156/2019 – PREGÃO PRESENCIAL - SRP, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA IV – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

4.1 – As entregas deverão ocorrer, no prazo de até 05 (cinco) conforme solicitação do Corpo de Bombeiros Militar de São Francisco do Sul, pelo período de 12 (doze) meses, após a emissão da Ordem de Compra emitidos pela Secretaria Municipal de Governo.

4.2 – Os materiais deverão ser entregues nos locais informados pelo Corpo de Bombeiros Militar de São Francisco do Sul, o qual não poderá exceder os limites territoriais do Município de São Francisco do Sul (SC), de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 14:00HS.

CLÁUSULA V – DO PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento será de no máximo 28 (vinte e oito) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela CONTRATADA.

5.2. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA, condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

5.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

5.4. Antes do pagamento, a Contratante verificará condições de habilitação e qualificação da Contratada, especialmente quanto à regularidade fiscal, que poderá ser feita em sites oficiais, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

5.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira: 0.0001643

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

6.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

6.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem necessária, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.4. As supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.5. Somente será possível a realização de aditivo contratual, nos termos do art. 65, §1º da Lei n. 8.666/93, dentro do prazo de vigência do contrato de fornecimento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1 Os produtos serão recebidos:

a. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

b. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta e sua consequente aceitação, que se dará no prazo fixado no Termo de Referência.

7.2. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos produtos em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

8. CLÁUSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO

8.1 A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. São obrigações da CONTRATANTE:

a) Receber provisoriamente os produtos, disponibilizando local, data e horário;

b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

c) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de servidor especialmente designado;

d) Efetuar o pagamento no prazo previsto.

9.2. São obrigações da CONTRATADA:

a) Efetuar a entrega dos produtos em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

b) Fornecer certificado de garantia para troca/substituição com prazo mínimo estipulado no Termo de Referência (Anexo I) do edital de Pregão Presencial nº 125/2019, ao qual deu origem a este contrato.

c) Os produtos devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

d) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990). Este dever implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, o produto com avarias ou defeitos;

e) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.

f) Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

g) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

h) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

i) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I. advertência;

II. multa equivalente a 0,5% (meio por cento) por dia de atraso do evento não cumprido, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato;

III. suspensão temporária de participação da CONTRATADA em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

10.2. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 10.1 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

10.3. As multas e outras sanções previstas neste Instrumento poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da CONTRATADA, devidamente comprovadas perante a CONTRATANTE.

10.4. As multas serão recolhidas, via depósito, à conta da CONTRATANTE. Se a CONTRATADA não fizer prova, dentro do prazo de cinco dias úteis, de que recolheu o valor da multa, dos seus créditos será retido o valor da mesma, corrigido, aplicando-se, para este fim, os índices aprovados para atualização dos débitos fiscais.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

11.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4 O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

a) caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

b) interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS.

13.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

15.1. É eleito o Foro da Comarca de São Francisco do Sul para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata, foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Sao Francisco do Sul, 10 de outubro de 2019

RENATO GAMA LOBO PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE TESTEMUNHAS: CPF: CPF:		BONA GENTE COMERCIAL LTDA - EPP CONTRATADA

ATA SRP 170-2019

Publicação Nº 2216730

PREGÃO PRESENCIAL Nº 170/2019- SRP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 meses.

Aos 23 de outubro de 2019, na Sala de Licitações, o Município de São Francisco do Sul, por seu representante nomeado, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações, decreto municipal 1.140/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no EDITAL DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 170-2019 – PREGÃO PRESENCIAL - SRP, Ata de Registro de Preços, homologada pelo Prefeito Municipal, Sr. Renato Gama Lobo, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, à Avenida Nogueira, nº 262, bairro Rocío Grande, portador do CPF sob nº 420.019.199-72, RESOLVE registrar os preços para a aquisição dos bens conforme consta no Anexo I, que passa a fazer parte desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame acima numerado.

Presentes as empresas e seus representantes:

Pregão 170/2019		
Minuta 17852/2019		
Código Fornecedor	Nome Razão	
3139158	LOT METAIS EIRELI - ME	

CLÁUSULA I – DO OBJETO

Sistema de Registro de Preços para aquisição de hidrantes e componentes para serem instalados em vários logradouros da cidade, conforme descrições e especificações constantes no Edital de Licitação Nº 170/2019 - SRP.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contado a partir de sua assinatura. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a adquirir o material referido na Cláusula I, exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA III – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 – Poderá utilizar-se das Atas de Registro de Preços decorrentes deste certame a entidade relacionada neste Edital, respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei 8.666/93 e alterações.

3.2 – O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

3139158 – LOT METAIS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, doravante denominada CONTRATADA, inscrita no CNPJ 16.801.162/0001-69, sediada na Rua Palmiro Carrero - bairro Jardim Nova Olinda, município de Araras - SP – CEP 13602-155-125 - SC, neste ato representada pelo Sr. Tiago do Amaral Pinto, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador do CPF 334.679.758-95, residente e domiciliado na Rua Paulo Roberto Rosolén, nº 37, Bosque Versalhes, CEP 13609-380

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	25	UNIDADES	HIDRANTE DE COLUNA COMPLETO, EM FERRO FUNDIDO, DN 100MM, COM REGISTRO, CUNHA DE BORRACHA, CURVA DESSIMÉTRICA, EXTREMIDADE E TAMPAS (INCLUI KIT FIXAÇÃO).	2.650,00	66.250,00
TOTAL POR FORNECEDOR:				66.250,00	

3.3 – Em cada fornecimento dos bens, decorrentes desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do EDITAL DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 170/2019 – PREGÃO PRESENCIAL - SRP, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA IV – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

4.1 – As entregas deverão ocorrer conforme solicitação do Município, pelo período de 12 (doze) meses, após a emissão da Ordem de Compra emitida pela Secretaria do Municipal de Obras e Serviços Públicos

4.2 – Os materiais deverão ser entregues na Sede da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 14:00HS.

5.1. O prazo para pagamento será de no máximo 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela CONTRATADA.

5.2. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA, condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

5.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

5.4. Antes do pagamento, a Contratante verificará condições de habilitação e qualificação da Contratada, especialmente quanto à regularidade fiscal, que poderá ser feita em sites oficiais, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

5.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira: 0.0001643

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

6.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

6.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem necessária, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.4. As supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.5. Somente será possível a realização de aditivo contratual, nos termos do art. 65, §1º da Lei n. 8.666/93, dentro do prazo de vigência do contrato de fornecimento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1 Os materiais serão recebidos:

a. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

b. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta e sua consequente aceitação, que se dará no prazo fixado no Termo de Referência.

7.2. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos produtos em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

8. CLÁUSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO

8.1 A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. São obrigações da CONTRATANTE:

a) Receber provisoriamente os produtos, disponibilizando local, data e horário;

b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

c) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de servidor especialmente designado;

d) Efetuar o pagamento no prazo previsto.

9.2. São obrigações da CONTRATADA:

a) Efetuar a entrega dos produtos em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990). Este dever implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, o produto com avarias ou defeitos;

c) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.

d) Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

f) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze

anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

g) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I. advertência;

II. multa equivalente a 0,5% (meio por cento) por dia de atraso do evento não cumprido, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato;

III. suspensão temporária de participação da CONTRATADA em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

10.2. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 10.1 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

10.3. As multas e outras sanções previstas neste Instrumento poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da CONTRATADA, devidamente comprovadas perante a CONTRATANTE.

10.4. As multas serão recolhidas, via depósito, à conta da CONTRATANTE. Se a CONTRATADA não fizer prova, dentro do prazo de cinco dias úteis, de que recolheu o valor da multa, dos seus créditos será retido o valor da mesma, corrigido, aplicando-se, para este fim, os índices aprovados para atualização dos débitos fiscais.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

11.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4 O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

a) caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

b) interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS.

13.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

15.1. É eleito o Foro da Comarca de São Francisco do Sul para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata de Registro de Preços foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

São Francisco do Sul, 24 de outubro de 2019.

RENATO GAMA LOBO
PREFEITO MUNICIPAL

LOT METAIS EIRELI – ME
FORNECEDOR

ERRATA CP 172-2019

Publicação Nº 2216731

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 172/2019

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PÚBLICA

OBJETO: Contratação de empresa para transporte de serviço hidroviário de passageiros no âmbito do município de São Francisco do Sul.

ERRATA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, leva ao conhecimento dos interessados que, em conformidade com a Lei nº 10.520/2002, a Lei Complementar nº 123/2006, Decreto nº 3.555/2000 e Decreto Municipal nº 381/2005, que regulamentam a licitação na modalidade Concorrência Pública, bem como, a Lei 8.666/93, e suas modificações, o edital em epígrafe, sofreu alterações.

Portanto,

Onde –se lê:

Alínea j) Monocasco com estanqueidade e estrutura resistente para navegabilidade com material em: aço, madeira, fibra ou com revestimento de compatível característica estrutural, regulamentada pela NORMAM 02 e licenciadas pela Marinha do Brasil;

Leia-se

Alínea j) Embarcação com capacidade para atender a quantidade mínima de com estanqueidade e estrutura resistente para navegabilidade com material em: aço, madeira, fibra ou com revestimento de compatível característica estrutural, regulamentada pela NORMAM 02 e licenciadas pela Marinha do Brasil;

Os demais itens permanecem inalterados.

São Francisco do Sul, 04 de novembro de 2019.

Maria José Costa
Secretário Municipal de Administração

LEI Nº 2.261/2019

Publicação Nº 2216452

LEI Nº 2.261, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2019.

DENOMINA VIA PÚBLICA LOCALIZADA NO BAIRRO ROCIO GRANDE AINDA NÃO NOMINADA POR LEI.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominado “Rua Murillo Fernandes Corrêa”, uma transversal a direita da Rua José Justino da Silva (Lei nº766/1981), no Bairro Rocio Grande, distante 457,00m da Rua Walter Rhinow (Lei nº766/1981), contendo 150,00m de extensão por 10,00 de largura.

Parágrafo único. A denominação que versa o caput será para fins exclusivos de endereçamento postal.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 5 de novembro de 2019.

RENATO GAMA LOBO
Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Governo.
Visto. Publique-se.

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

LEI Nº 2.262/2019

Publicação Nº 2216458

LEI Nº 2.262, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2019.

DENOMINA "RUA AUGUSTO AFONSO DOS SANTOS", O LOGRADOURO PÚBLICO AINDA NÃO NOMINADO POR LEI, NO CENTRO DE SÃO FRANCISCO DO SUL.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de RUA AUGUSTO AFONSO DOS SANTOS, O logradouro público AINDA NÃO NOMINADO POR LEI, que se inicia no cruzamento da Rua Dr. Felipe Schmidt e Rua Alm. Guilhem, seguindo até a Rua Barão do Rio Branco, com extensão de 378,00m.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul – SC, 5 de novembro de 2019.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Governo. Visto. Publique-se.	Publicada em ____/____/____. Edição DOM nº ____.
---	--

PORTARIA Nº 16.058/2019

Publicação Nº 2216690

PORTARIA nº 16.058, de 6 de novembro de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei nº 2.109, de 04 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR BEATRIS DIRCELHA DOS SANTOS, brasileira, residente e domiciliada neste Município, inscrita no CPF sob o nº 683.874.829-00, para exercer o cargo de Diretora Presidente, da Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul - IPRESF, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 6 de novembro de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 6 de novembro de 2019.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Governo

Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em ____/____/____. Edição DOM nº ____.

PORTARIA Nº 16.059/2019

Publicação Nº 2216691

PORTARIA nº 16.059, de 6 de novembro de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei nº 2.109, de 04 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR HELENA PURES ROLDÃO, brasileira, residente e domiciliada neste Município, inscrita no CPF sob nº 073.346.169-79, para exercer o cargo em comissão de Diretora de Licenciamento Ambiental, nível CC01, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 6 de novembro de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 6 de novembro de 2019.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Governo

Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em ____/____/____. Edição DOM nº ____.

PORTARIA Nº 16.060/2019

Publicação Nº 2216694

PORTARIA nº 16.060, de 6 de novembro de 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS, no uso da atribuição que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e no Decreto nº 3.012, de 17 de dezembro de 2018, e de acordo com o disposto no inciso I, do artigo 17, da Lei Complementar nº 3, de 25 de fevereiro de 2013, no §4º, do artigo 4º, do Decreto nº 1.440, de 7 de novembro de 2011, e considerando a justificativa apresentada na CI nº 609, de 16 de outubro de 2019, da Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º - EFETUAR REMOÇÃO, ex officio, da servidora JOICE CARINE DA ROSA DE SÁ PEREIRA, matrícula nº 79540851, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora de Educação Infantil, para o CMEI Frei Martinho, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 16 de outubro de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 16 de outubro de 2019.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 6 de novembro de 2019.

MARIA JOSÉ COSTA
Secretária Municipal

Secretário Municipal de Governo
Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 16.061/2019

Publicação Nº 2216696

PORTARIA nº 16.061, de 6 de novembro de 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS, no uso da atribuição que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e no Decreto nº 3.012, de 17 de dezembro de 2018, e de acordo com o disposto no inciso I, do artigo 17, da Lei Complementar nº 3, de 25 de fevereiro de 2013, no §4º, do artigo 4º, do Decreto nº 1.440, de 7 de novembro de 2011, e considerando a justificativa apresentada na CI nº 678, de 25 de outubro de 2019, da Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º - EFETUAR LOTAÇÃO, ex officio, da servidora NAYALA DA COSTA CIDRAL SILVA, matrícula nº 7873808-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora de Educação Infantil, no CMEI Mickey Mouse, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 25 de outubro de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 25 de outubro de 2019.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 6 de novembro de 2019.

MARIA JOSÉ COSTA
Secretária Municipal

Secretário Municipal de Governo
Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PP 067-2019 FMS - ERRATA

Publicação Nº 2216692

FUNDO MUN. DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 067/2019
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: Locação de 11(onze) veículos sem motoristas para serem utilizados pela Secretaria Municipal de Saúde pelo período de 12(doze) meses, de conformidade com as especificações constantes do Anexo I.

ERRATA

O FUNDO MUN. DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, de conformidade com a Lei nº 8.666 de 21.06.93 e suas alterações, torna público para conhecimento dos interessados, o edital em epígrafe, sofreu alteração.

Fica alterada a data de abertura da realização do certame para o dia 20/11/2019 às 09:00h,

Os demais itens permanecem inalterados

São Francisco do Sul, 05 de novembro de 2019.

Nádia Moreira Raposo

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

São João Batista

PREFEITURA

4ª ERRATA AO PROCESSO LICITATÓRIO 023/FMS/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/FMS/2019

Publicação Nº 2216249

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO BATISTA

4ª ERRATA AO PROCESSO LICITATÓRIO 023/FMS/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/FMS/2019

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de São João Batista (SC), inscrito sob o CNPJ 08.361.788/0001-73, com sede à Rua Gilson Geraldo Sartori, 411, Centro, São João Batista, de conformidade com Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, por intermédio de Augusto Correia Junior, Pregoeiro Municipal, torna pública a 4ª ERRATA ao PROCESSO LICITATÓRIO 023/FMS/2019 - PREGÃO PRESENCIAL nº 023/FMS/2019, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS, EQUIPAMENTOS NOVOS DE PRIMEIRO USO, INCLUINDO A INSTALAÇÃO, SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS, COMPONENTES E MATERIAIS UTILIZADOS NA OPERAÇÃO E LIMPEZA, TREINAMENTO DOS USUÁRIOS, DISPONIBILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS DE SOFTWARE PARA GESTÃO OPERACIONAL DO CONTRATO E CONTROLE ELETRÔNICO DA PRODUÇÃO DAS PÁGINAS, DESTINADO A ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Houve alteração no item 3 – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS do Termo de Referência do edital. Todas as demais informações permanecem inalteradas. O novo Termo de Referência encontra-se disponível no site www.sjbatista.sc.gov.br. São João Batista, 05 de novembro de 2019. Augusto Correia Junior - Pregoeiro Municipal

DECISÃO DO PREGOEIRO – PREGÃO PRESENCIAL 016/FMS/2019

Publicação Nº 2216326

DECISÃO

Acato a manifestação da Comissão de Análise Técnica pelo CANCELAMENTO dos itens 05, 17 e 76 do Processo Licitatório 016/FMS/2019 – Pregão Presencial 016/FMS/219. Conforme justificativa em anexo.

Dê-se ciência às empresas da presente decisão.

São João Batista, 04 de novembro de 2019.

Augusto Correia Junior
Pregoeiro Municipal

DECRETO FUNCIONAL 279/2019

Publicação Nº 2217583

DECRETO FUNCIONAL 279/2019

Exonera

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração decreta:

Art. 1º Fica exonerada JESSICA DE SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de TELE RECEPCIONISTA, a contar de 31 de outubro de 2019.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da exoneração.

São João Batista, 31 de outubro de 2019.

Daniel Netto Cândido	
Prefeito Municipal	

DECRETO FUNCIONAL 280/2019

Publicação Nº 2217584

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89

C.G.C 82.925.652/0001 – 00

Fone/Fax (48) 3265 0195
rh@sjbatista.sc.gov.br

DECRETO FUNCIONAL Nº 280/2019

Nomeia aprovados em concurso público que menciona e dá outras providências.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e considerando o resultado do Concurso Público Municipal 01/2017, homologado em 17 de janeiro de 2018, Decreta:

Art. 1º - Fica nomeada a seguinte pessoa aprovada e habilitada para o seguinte cargo:

Cargo: ZELADOR VIGILANTE

Classificação	Candidato:
004	FRANCISCO ANERI MARTINS DE MOURA

Art. 2º - Fica convocado o nomeado a tomar posse, no prazo máximo de 30 dias, que se finalizam em 06/12/2019, na sede da Prefeitura Municipal de São João Batista, no horário das 13:30 às 17:30 horas.

Art. 3º - Os aprovados deverão apresentar ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, para a posse, originais e cópias dos seguintes documentos:

- Certificado de Graduação e Registro Profissional ou protocolo de inscrição no respectivo Conselho de Classe, quando for o caso;
- Comprovante do Nível de Escolaridade;
- Documento Oficial de identificação com foto;
- Comprovante de Situação Cadastral do CPF;
- Comprovante de residência Atualizado;
- Certidão de nascimento se solteiro, Certidão de casamento se casado;
- Cópia da CTPS
- Titulo de Eleito e comprovante de voto da ultima eleição;
- Comprovante de Serviço Militar (para homens);
- Certidão de Nascimento ou RG e nº do CPF dos filhos menores de 21 anos;
- Uma foto 3x4 recente;
- Conta Salário ou conta corrente na Caixa Econômica Federal;
- Atestado de Saúde Admissional, fornecido pela junta médica oficial do Município (agendar junto ao RH da Prefeitura)
- Declaração de Acúmulos de cargos;
- Declaração de Bens;
- Declaração de não ter sofrido penalidades da função pública;
- Atestado de Antecedentes Criminais.

Art. 4º - Este Decreto Funcional entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SÃO JOÃO BATISTA, 06 de novembro de 2019.
Daniel Netto Cândido
Prefeito Municipal

DECRETO FUNCIONAL 281/2019

Publicação Nº 2217580

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
C.G.C 82.925.652/0001 – 00
Fone/Fax (48) 3265 0195
rh@sjbatista.sc.gov.br

DECRETO FUNCIONAL Nº 281/2019

Nomeia aprovados em concurso público que menciona e dá outras providências.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e considerando o resultado do Concurso Público Municipal 04/2017, homologado em 17 de janeiro de 2018, Decreta:

Art. 1º - Fica nomeada a seguinte pessoa aprovada e habilitada para o seguinte cargo:

Cargo: AGENTE OPERACIONAL - SISAM

Classificação	Candidato:
007	MARCOS ANTONIO DA COSTA

Art. 2º - Fica convocado o nomeado a tomar posse, no prazo máximo de 30 dias, que se finalizam em 06/12/2019, na sede da Prefeitura Municipal de São João Batista, no horário das 13:30 às 17:30 horas.

Art. 3º - Os aprovados deverão apresentar ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, para a posse, originais e cópias dos seguintes documentos:

- a) Certificado de Graduação e Registro Profissional ou protocolo de inscrição no respectivo Conselho de Classe, quando for o caso;
- b) Comprovante do Nível de Escolaridade;
- c) Documento Oficial de identificação com foto;
- d) Comprovante de Situação Cadastral do CPF;
- e) Comprovante de residência Atualizado;
- f) Certidão de nascimento se solteiro, Certidão de casamento se casado;
- g) Cópia da CTPS
- h) Título de Eleito e comprovante de voto da última eleição;
- i) Comprovante de Serviço Militar (para homens);
- j) Certidão de Nascimento ou RG e nº do CPF dos filhos menores de 21 anos;
- k) Uma foto 3x4 recente;
- l) Conta Salário ou conta corrente na Caixa Econômica Federal;
- m) Atestado de Saúde Admissional, fornecido pela junta médica oficial do Município (agendar junto ao RH da Prefeitura)
- n) Declaração de Acúmulos de cargos;
- o) Declaração de Bens;
- p) Declaração de não ter sofrido penalidades da função pública;
- q) Atestado de Antecedentes Criminais.

Art. 4º - Este Decreto Funcional entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SÃO JOÃO BATISTA, 06 de novembro de 2019.

Daniel Netto Cândido
Prefeito Municipal

DECRETO FUNCIONAL 282/2019

Publicação Nº 2217577

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
C.G.C 82.925.652/0001 – 00
Fone/Fax (48) 3265 0195
rh@sjbatista.sc.gov.br

DECRETO FUNCIONAL Nº 282/2019

Nomeia aprovados em concurso público que menciona e dá outras providências.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e considerando o resultado do Concurso Público Municipal 03/2017, homologado em 06 de março de 2018, Decreta:

Art. 1º - Fica nomeada a seguinte pessoa aprovada e habilitada para o seguinte cargo:

Cargo: Agente de Saúde – PSF/ BAIRRO CENTRO

Classificação	Candidato:
006	CARLA OTAVIA DUTRA DA SILVA

Art. 2º - Fica convocado o nomeado a tomar posse, no prazo máximo de 30 dias, que se finalizam em 06/12/2019, na sede da Prefeitura Municipal de São João Batista, no horário das 13:30 às 17:30 horas.

Art. 3º - O aprovado deverá apresentar ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, para a posse, originais e cópias dos seguintes documentos:

- a) Certificado de Graduação e Registro Profissional ou protocolo de inscrição no respectivo Conselho de Classe, quando for o caso;
- b) Comprovante do Nível de Escolaridade;
- c) Documento Oficial de identificação com foto;
- d) Comprovante de Situação Cadastral do CPF;
- e) Comprovante de residência Atualizado;

- f) Certidão de nascimento se solteiro, Certidão de casamento se casado;
- g) Cópia da CTPS
- h) Título de Eleitor e comprovante de voto da última eleição;
- i) Comprovante de Serviço Militar (para homens);
- j) Certidão de Nascimento ou RG e nº do CPF dos filhos menores de 21 anos;
- k) Uma foto 3x4 recente;
- l) Conta Salário ou conta corrente na Caixa Econômica Federal;
- m) Atestado de Saúde Admissional, fornecido pela junta médica oficial do Município (agendar junto ao RH da Prefeitura)
- n) Declaração de Acúmulos de cargos;
- o) Declaração de Bens;
- p) Declaração de não ter sofrido penalidades da função pública;
- q) Atestado de Antecedentes Criminais.

Art. 4º - Este Decreto Funcional entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SÃO JOÃO BATISTA, 06 de novembro de 2019.

Daniel Netto Cândido
Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA EDUCAÇÃO

Publicação Nº 2217077

São João Batista, 05 de novembro de 2019.

JUSTIFICATIVA PARA CRONOLOGIA DE PAGAMENTO

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º e nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber:

CNPJ: 73.977.480/0001-19
COMERCIAL STORINNY LTDA

NOTA FISCAL	VALOR
13023	R\$ 79,47
12937	R\$ 62,46
12821	R\$ 62,46
12728	R\$ 824,55
12588	R\$ 831,19
12587	R\$ 1.106,74
12589	R\$ 88,48
12500	R\$ 1.480,56
12502	R\$ 926,88
12501	R\$ 34,56

OBJETO: SOLICITAMOS AO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS QUE EFETUE PAGAMENTO DO DAS NOTAS FISCAIS ACIMA NO VALOR TOTAL DE R\$ 5.497,35 DA EMPRESA COMERCIAL STORINNY LTDA, REFERENTE A MERENDA ESCOLAR.

JUSTIFICATIVA: Justifica-se a quebra de ordem cronológica do pagamento acima, sendo que o mesmo solicita a regularização da nota acima citada para dar continuidade aos trabalhos que vinham prestando a Secretaria Municipal de Educação, favor providenciar o quanto antes o pagamento para que não ocorram problemas futuros.

Desde já agradecemos sua compreensão,

Edésio Pedrinho Tomasi
Secretário Municipal de Educação

PARECER DA COMISSÃO DE ANÁLISE TÉCNICA – PREGÃO PRESENCIAL 016/FMS/2019

Publicação Nº 2216324

ESTADO DE SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de São João Batista
Secretaria Municipal da Saúde
Rua Gilson Geraldo Sartori nº411 centro
Fone (48) 3380-7500

Parecer Técnico.

Ilustríssimo senhor Pregoeiro, a Comissão de Análise Técnica da Secretaria Municipal de Saúde vem através deste manifestar sua decisão pelo CANCELAMENTO dos itens 05, 17 e 76 do Processo Licitatório 016/FMS/2019 – Pregão Presencial 016/FMS/219. O processo em epígrafe teve a abertura das propostas no dia 26 de agosto de 2019 e até o momento ainda estamos realizando a análise das amostras, tendo em vista que o processo pode demorar muitos dias para seu término e devido à falta de materiais médico-hospitalares nas unidades de saúde do município justifica-se tal decisão.

São João Batista, 24 de outubro 2019
Comissão Técnica de Avaliação.

Karin Cristine Geller Leopoldo
Secretária Municipal de Saúde

Sandra Dandolini
Diretora de Saúde

Léia Martini
Chefe de Almoxarifado

Deleane Regina Cardoso
Enfermeira

DECRETO 3778/2019

Publicação Nº 2217587

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369
C.G.C: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC
E-mail: contabilidade@sjbatista.sc.gov.br

DECRETO Nº 3778/19

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 003847/18 de 12 de Dezembro de 2018.

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica suplementado no valor de R\$ 7.994,16 a(s) seguinte(s) modalidade(s):

09 - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL

09.01 - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.244.0005.2.055 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria

3.1.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas

Valor - 7.994,16

Art. 2º - Para atendimento da(s) Suplementação(ões) que trata(m) o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) modalidade(s):

09 - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL

09.01 - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.244.0005.2.055 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria

3.1.91.00.00.00.00.00.0000 - Oper.Intra-Orçamentárias

Valor - 7.994,16

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

São João Batista, 31 de Outubro de 2019**DANIEL NETTO CÂNDIDO****Prefeito Municipal**

Registrado e Publicado em 31/10/2019

Assessoria de Comunicação

São João do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 151/2019

Publicação Nº 2217045

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 151/2019

PARTES: Município de São João do Oeste e D&G Consultoria Comercio e Serviços Eireli

ORIGEM: Pregão Presencial nº 94/2019

OBJETO: "Registro de preços para eventual e futura aquisição de ferramentas, tintas e demais materiais a serem utilizadas pelas diversas secretarias do município de São João do Oeste"

VALOR: R\$ 6.687,00

PRAZO: 06.11.2019 até 06.11.2020

São João do Oeste – 05 de novembro de 2019

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 151/2019

PARTES: Município de São João do Oeste e GI Metais Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial nº 94/2019

OBJETO: "Registro de preços para eventual e futura aquisição de ferramentas, tintas e demais materiais a serem utilizadas pelas diversas secretarias do município de São João do Oeste"

VALOR: R\$ 27.230,00

PRAZO: 06.11.2019 até 06.11.2020

São João do Oeste – 05 de novembro de 2019

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 151/2019

PARTES: Município de São João do Oeste e Mauro Hammes Marcenaria

ORIGEM: Pregão Presencial nº 94/2019

OBJETO: "Registro de preços para eventual e futura aquisição de ferramentas, tintas e demais materiais a serem utilizadas pelas diversas secretarias do município de São João do Oeste"

VALOR: R\$ 100.193,00

PRAZO: 06.11.2019 até 06.11.2020

São João do Oeste – 05 de novembro de 2019

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 151/2019

PARTES: Município de São João do Oeste e NCR Equipamentos Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial nº 94/2019

OBJETO: "Registro de preços para eventual e futura aquisição de ferramentas, tintas e demais materiais a serem utilizadas pelas diversas secretarias do município de São João do Oeste"

VALOR: R\$ 6.302,88

PRAZO: 06.11.2019 até 06.11.2020

São João do Oeste – 05 de novembro de 2019

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 151/2019

PARTES: Município de São João do Oeste e Vilson Thome ME

ORIGEM: Pregão Presencial nº 94/2019

OBJETO: "Registro de preços para eventual e futura aquisição de ferramentas, tintas e demais materiais a serem utilizadas pelas diversas secretarias do município de São João do Oeste"

VALOR: R\$ 258,00

PRAZO: 06.11.2019 até 06.11.2020

São João do Oeste – 05 de novembro de 2019

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

São João do Sul

PREFEITURA

CONT. Nº 78_2019_PREF-ERRATA

Publicação Nº 2216210

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

ERRATA EXTRATO DE CONTRATO Nº 78/2019

Na página nº 1446 da Edição nº 2970 do dia 04/11/2019

DO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS

ONDE SE LÊ:

VALOR: R\$ 237.569,25 – Total.

LEIA-SE:

VALOR: R\$ 145.841,25 – Total

São João do Sul/SC, 05 de novembro de 2019.

Moacir Francisco Teixeira

Prefeitura Municipal

PROCESSO 52-2019

Publicação Nº 2217050

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL – AVISO DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 52/2019 – PRE-GÃO PRESENCIAL Nº 52/2019

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – Objeto: Ref.: O presente pregão presencial p/ registro de preços tem por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para futura(s) e eventual(is) prestação de serviços de manutenção dos veículos do transporte escolar, com fornecimento de peças, componentes e acessórios novos com as mesmas especificações técnicas e padrões de qualidade daqueles produzidos pelos fabricantes (originais ou genuínos), conforme Termo de Referência (Anexo I), e demais condições constantes no edital e demais anexos. Base Legal: Lei Federal nº 10.520, de 17 julho de 2002, Decreto Municipal nº 151, de 12 de novembro de 2013, Lei Complementar Federal nº 123 de 14 de dezembro de 2016, Lei Federal nº 8.078, de 11 de novembro de 1990 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993. Os envelopes deverão ser entregues até as 09h00min do dia 20 de novembro de 2019, com início do credenciamento e abertura marcada para as 09h00min do dia 21 de novembro de 2019. Edital e maiores informações na Prefeitura Municipal de São João do Sul, sito à Av. Nereu Ramos, nº 50, Centro de São João do Sul/SC. No Horário das 08h00 as 12h00 e das 13h30min as 17h30min de segunda a sexta feira, no e-mail: licitacoes@saojoaodosul.sc.gov.br ou pelo tel. (48) 3539-0113 – São João do Sul-SC, 05 de novembro de 2019 – Moacir Francisco Teixeira

Prefeito Municipal.

PROCESSO 53-2019

Publicação Nº 2217423

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL – AVISO DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2019 – PRE-GÃO PRESENCIAL Nº 53/2019 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – Objeto: O presente pregão presencial p/ registro de preços tem por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para futura(s) e eventual(is) prestação de serviços de manutenção dos veículos tipo caminhão desta municipalidade, com fornecimento de peças, componentes e acessórios novos com as mesmas especificações técnicas e padrões de qualidade daqueles produzidos pelos fabricantes (originais ou genuínos), conforme Termo de Referência (Anexo I), e demais condições constantes no edital e anexos. Base Legal: Lei Federal nº 10.520, de 17 julho de 2002, Decreto Municipal nº 151, de 12 de novembro de 2013, Lei Complementar Federal nº 123 de 14 de dezembro de 2016, Lei Federal nº 8.078, de 11 de novembro de 1990 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993. Os envelopes deverão ser entregues até as 09h00min do dia 20 de novembro de 2019, com início do credenciamento e abertura marcada para as 10h45min do dia 21 de novembro de 2019. Edital e maiores informações na Prefeitura Municipal de São João do Sul, sito à Av. Nereu Ramos, nº 50, Centro de São João do Sul/SC. No Horário das 08h00 as 12h00 e das 13h30min as 17h30min de segunda a sexta, ou pelo e-mail: licitacoes@saojoaodosul.sc.gov.br ou pelo tel. (48) 3539-0113 – São João do Sul-SC, 05 de novembro de 2019 – Moacir Francisco Teixeira – Prefeito Municipal.

São José**PREFEITURA****ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO FASE PROPOSTA - TOMADA DE PREÇOS Nº 037/2019**

Publicação Nº 2217364

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO FASE PROPOSTA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7928/2019
PROCESSO DE COMPRAS Nº 478/2019
TOMADA DE PREÇOS Nº 037/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE BENFEITORIAS NO CEI MARIA FERREIRA EM SÃO JOSÉ/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA.

A Comissão Permanente de Licitações (CPL) reuniu-se para análise e julgamento das propostas de preços apresentadas pelas empresas abaixo, habilitadas no processo em epígrafe.

EMPRESAS HABILITADAS

- VM CONSTRUÇÕES LTDA;
- LUIZA LEÃO ALVES CONSTRUÇÕES;
- BF CONSTRUÇÕES EIRELI – EPP;
- KS CONSTRUÇÕES EIRELI;
- HF CONSTRUTORA LTDA;
- ED CONSTRUÇÃO LTDA;
- ALBUQUERQUE CONSTRUÇÕES LTDA – EPP.

ANÁLISE DA COMISSÃO

Em análise a Comissão Permanente de Licitações constatou que as empresas atenderam plenamente as exigências contidas no edital e nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, decidindo assim:

CLASSIFICAR AS PROPOSTAS DAS EMPRESAS

- VM CONSTRUÇÕES LTDA;
- LUIZA LEÃO ALVES CONSTRUÇÕES;
- BF CONSTRUÇÕES EIRELI – EPP;
- KS CONSTRUÇÕES EIRELI;
- HF CONSTRUTORA LTDA;
- ED CONSTRUÇÃO LTDA;
- ALBUQUERQUE CONSTRUÇÕES LTDA – EPP.

Assim sendo, após análise das propostas apresentadas, ficam de tal modo classificadas pelo critério de MENOR PREÇO GLOBAL as empresas:

1ª Classificada: VM CONSTRUÇÕES LTDA: R\$ 115.427,82 (cento e quinze mil, quatrocentos e vinte e sete reais e oitenta e dois centavos).

2ª Classificada: LUIZA LEÃO ALVES CONSTRUÇÕES: R\$ 143.951,59 (cento e quarenta e três mil, novecentos e cinquenta e um reais e cinquenta e nove centavos).

3ª Classificada: ED CONSTRUÇÃO LTDA: R\$ 150.843,77 (cento e cinquenta mil, oitocentos e quarenta e três reais e setenta e sete centavos).

4ª Classificada: HF CONSTRUTORA LTDA: R\$ 155.171,78 (cento e cinquenta e cinco mil, cento e setenta e um reais e setenta e oito centavos).

5ª Classificada: ALBUQUERQUE CONSTRUÇÕES LTDA – EPP: R\$ 155.480,91 (cento e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta reais e noventa e um centavos).

6ª Classificada: KS CONSTRUÇÕES EIRELI: R\$ 155.662,21 (cento e cinquenta e cinco mil, seiscentos e sessenta e dois reais e vinte e um centavos).

7ª Classificada: BF CONSTRUÇÕES EIRELI – EPP: R\$ 163.890,21 (cento e sessenta e três mil, oitocentos e noventa reais e vinte e um centavos).

O resultado deste julgamento será publicado no Diário Oficial do Município (DOM/SC), contando-se a partir dessa data, prazo para eventual

recurso. Não havendo recurso o processo será encaminhado à autoridade superior para fins de Homologação, Anulação ou Revogação.

São José, 05 de novembro de 2019.

Junior Palharini Garcia	Paulo Dutra
Presidente da CPL	Membro da CPL
Iriberto Antônio M. Júnior	Humberto Alcino da Silva
Membro da CPL	Membro da CPL

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº302/2019

Publicação Nº 2217284

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 302/2019 – PE 076/2019 – Processo 299/2019 – Proc. Adm. 3148/2019 – Fornecedor: RACINE COMERCIAL LTDA EPP. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E PERMANENTES DIVERSOS, COMPREENDENDO ELETROELETRÔNICOS, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS DE ENFERMAGEM, PASTA EXECUTIVA, LÂMPADA FLUORESCENTE, TRENA, LANTERNA, EQUIPAMENTOS AUDIOVISUAL, EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA, CARRO PLATAFORMA, CAIXA PARA TRANSPORTE DE ANIMAIS, PARA ATENDER A DIRETORIA GERAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE (VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA, ANÁLISE DE PROJETOS E BEM-ESTAR ANIMAL), VINCULADAS À SECRETARIA DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ/SC. Valor da ATA: R\$ 2.413,54(dois mil, quatrocentos e treze reais e cinquenta e quatro centavos). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, improrrogáveis, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 16 de outubro de 2019.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº303/2019

Publicação Nº 2217287

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 303/2019 – PE 076/2019 – Processo 299/2019 – Proc. Adm. 3148/2019 – Fornecedor: WEIKAN TECNOLOGIA EIRELI. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E PERMANENTES DIVERSOS, COMPREENDENDO ELETROELETRÔNICOS, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS DE ENFERMAGEM, PASTA EXECUTIVA, LÂMPADA FLUORESCENTE, TRENA, LANTERNA, EQUIPAMENTOS AUDIOVISUAL, EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA, CARRO PLATAFORMA, CAIXA PARA TRANSPORTE DE ANIMAIS, PARA ATENDER A DIRETORIA GERAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE (VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA, ANÁLISE DE PROJETOS E BEM-ESTAR ANIMAL), VINCULADAS À SECRETARIA DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ/SC. Valor da ATA: R\$ 21.552,20 (vinte e um mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e vinte centavos). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, improrrogáveis, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 16 de outubro de 2019.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº304/2019

Publicação Nº 2217290

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 304/2019 – PE 076/2019 – Processo 299/2019 – Proc. Adm. 3148/2019 – Fornecedor: SCHEYLLA DE MENDONÇA ME. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E PERMANENTES DIVERSOS, COMPREENDENDO ELETROELETRÔNICOS, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS DE ENFERMAGEM, PASTA EXECUTIVA, LÂMPADA FLUORESCENTE, TRENA, LANTERNA, EQUIPAMENTOS AUDIOVISUAL, EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA, CARRO PLATAFORMA, CAIXA PARA TRANSPORTE DE ANIMAIS, PARA ATENDER A DIRETORIA GERAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE (VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA, ANÁLISE DE PROJETOS E BEM-ESTAR ANIMAL), VINCULADAS À SECRETARIA DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ/SC. Valor da ATA: R\$ 4.480,00 (quatro mil e quatrocentos e oitenta reais). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, improrrogáveis, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 16 de outubro de 2019.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº305/2019

Publicação Nº 2217291

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 305/2019 – PE 076/2019 – Processo 299/2019 – Proc. Adm. 3148/2019 – Fornecedor: SCHEYLLA DE MENDONÇA ME. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E PERMANENTES DIVERSOS,

COMPREENDENDO ELETROELETRÔNICOS, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS DE ENFERMAGEM, PASTA EXECUTIVA, LÂMPADA FLUORESCENTE, TRENA, LANTERNA, EQUIPAMENTOS AUDIOVISUAL, EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA, CARRO PLATAFORMA, CAIXA PARA TRANSPORTE DE ANIMAIS, PARA ATENDER A DIRETORIA GERAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE (VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA, ANÁLISE DE PROJETOS E BEM-ESTAR ANIMAL), VINCULADAS À SECRETARIA DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ/SC. Valor da ATA: R\$ 2.550,00 (dois mil e quinhentos e cinquenta reais). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, improrrogáveis, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 16 de outubro de 2019.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº306/2019

Publicação Nº 2217293

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 306/2019 – PE 076/2019 – Processo 299/2019 – Proc. Adm. 3148/2019 – Fornecedor: SCHEYLLA DE MENDONÇA ME. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E PERMANENTES DIVERSOS, COMPREENDENDO ELETROELETRÔNICOS, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS DE ENFERMAGEM, PASTA EXECUTIVA, LÂMPADA FLUORESCENTE, TRENA, LANTERNA, EQUIPAMENTOS AUDIOVISUAL, EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA, CARRO PLATAFORMA, CAIXA PARA TRANSPORTE DE ANIMAIS, PARA ATENDER A DIRETORIA GERAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE (VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA, ANÁLISE DE PROJETOS E BEM-ESTAR ANIMAL), VINCULADAS À SECRETARIA DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ/SC. Valor da ATA: R\$ 12.470,91 (doze mil, quatrocentos e setenta reais e noventa e um centavos). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, improrrogáveis, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 16 de outubro de 2019.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº307/2019

Publicação Nº 2217296

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 307/2019 – PE 076/2019 – Processo 299/2019 – Proc. Adm. 3148/2019 – Fornecedor: SCHEYLLA DE MENDONÇA ME. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E PERMANENTES DIVERSOS, COMPREENDENDO ELETROELETRÔNICOS, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS DE ENFERMAGEM, PASTA EXECUTIVA, LÂMPADA FLUORESCENTE, TRENA, LANTERNA, EQUIPAMENTOS AUDIOVISUAL, EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA, CARRO PLATAFORMA, CAIXA PARA TRANSPORTE DE ANIMAIS, PARA ATENDER A DIRETORIA GERAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE (VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA, ANÁLISE DE PROJETOS E BEM-ESTAR ANIMAL), VINCULADAS À SECRETARIA DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ/SC. Valor da ATA: R\$ 1.172,50 (um mil, cento e setenta e dois reais e cinquenta centavos). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, improrrogáveis, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 16 de outubro de 2019.

COMUNICADO - CONCORRENCIA Nº 003/2019.

Publicação Nº 2217404

COMUNICADO

REFERÊNCIA: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3814/2019 - PROCESSO DE COMPRAS Nº 215/2018 - CONCORRENCIA Nº 003/2019.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA IMPLANTAÇÃO DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO SUBTERRÂNEA, EM MÉDIA E BAIXA TENSÃO, PARA CONCESSIONÁRIA OU PERMISSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA, INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA COM LUMINÁRIAS COM TECNOLOGIA LED E SISTEMA DE TELEMONITORAMENTO, PARA O CENTRO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC.

A Secretaria de Administração, por intermédio da Comissão Permanente de Licitações (CPL) leva ao conhecimento dos licitantes e demais interessados que, fica SUSPensa SINE DIE a abertura dos envelopes de proposta referente ao certame em epígrafe, em virtude do recurso administrativo apresentado pelo CONSÓRCIO QUANTUM-ENGIE. A peça recursal está disponível no sítio wbc.pmsj.sc.gov.br, no link editais. Ficam desde já intimadas as empresas citadas no recurso a apresentarem suas contra-razões no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da publicação deste.

Maiores informações, na Comissão Permanente de Licitações sito à Avenida Acioni Souza Filho, nº 403, 3º andar, Praia Comprida, São José/SC, das 13 às 19 horas.

São José, 05 de novembro de 2019.
Júnior Palharini Garcia
Presidente da CPL

CONTRATO CT Nº 146/2019

Publicação Nº 2217146

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 146/2019 – PR 083/2019 – Processo 324 /2019 – Proc. Adm. 4831/2019 - Contratado: B & M SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA - EPP Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA TERCERIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE JARDINEIROS, ROÇADORES COM E SEM EQUIPAMENTOS, PARA REALIZAÇÃO DE LIMPEZA, REVITALIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS PRAÇAS, ÁREAS PÚBLICAS, JARDIM BOTÂNICO E PARQUE AMBIENTAL DOS SABIÁS/ HORTO FLORESTAL NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor do Contrato: R\$ 1.329.999,60 (um milhão, trezentos e vinte e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e sessenta centavos). Prazo: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, sem possibilidade de prorrogação. Data da Assinatura do Contrato: 29 de outubro de 2019.

CONTRATO CT Nº 152/2019

Publicação Nº 2217069

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 152/2019 – IN 025/2019 – Processo 392/2019 – Proc. Adm. 5395/2019 - Contratado: SERVIÇOS ONLINE LTDA. Objeto: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NO GERENCIAMENTO, DIVULGAÇÃO ON-LINE DAS PORTARIAS E INSTRUÇÕES NORMATIVAS, ANTIGOS, DESTE MUNICÍPIO NA REDE DE COMPUTADORES – INTERNET, UTILIZANDO TECNOLOGIA DE HARDWARE E SOFTWARE EM UM SISTEMA QUE PROPICIA LEGALIDADE, PUBLICIDADE, ECONOMIA E PRATICIDADE NO ACESSO E PESQUISA AOS ATOS OFICIAIS PELOS ADMINISTRADORES PÚBLICOS E PELA POPULAÇÃO, PARA O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Prazo: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato. Valor: R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais). Data da Assinatura do Contrato: 11 de outubro de 2019.

DECRETO Nº 12473/2019

Publicação Nº 2216902

DECRETO Nº 12473/2019
TORNA SEM EFEITO O DECRETO 12443/2019.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal, CONSIDERANDO a desistência em tomar posse no cargo no qual foi nomeado por meio do Decreto 12443/2019;

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o Decreto 12443/2019, que nomeou o Sr. ALEXEI MAGIER KACHAVA para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico Psiquiatra, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de novembro de 2019.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de novembro de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 12474/2019

Publicação Nº 2216904

DECRETO Nº 12474/2019
NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, Considerando que o candidato foi aprovado em concurso público referente ao Edital N.º 003/2015;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeado o Sr. MARIO AFONSO FILHO E MALUF para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico Psiquiatra, com a carga horária de 20 horas semanais, lotado na Secretaria da Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de novembro de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 12475/2019

Publicação Nº 2216906

DECRETO Nº 12475/2019

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, Considerando que o candidato foi aprovado em concurso público referente ao Edital N.º 003/2015;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeado o Sr. MAYCON DIEGO MELO para ocupar o cargo de provimento efetivo de Enfermeiro da Família, com a carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria da Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de novembro de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 12476/2019

Publicação Nº 2216907

DECRETO Nº 12476/2019

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 001/2019;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. THAIS CRISTINA DA COSTA GARCIA para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnica em Enfermagem, com a carga horária de 30 horas semanais, lotada na Secretaria da Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de novembro de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 12477/2019

Publicação Nº 2216910

DECRETO Nº 12477/2019

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 001/2019;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. FERNANDA KREMER SILVA para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnica em Enfermagem, com a carga horária de 30 horas semanais, lotada na Secretaria da Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de novembro de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 12478/2019

Publicação Nº 2216911

DECRETO Nº 12478/2019

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 001/2019;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. JECILLEY DE OLIVEIRA SUMARIVA para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnica em Enfermagem, com a carga horária de 30 horas semanais, lotada na Secretaria da Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de novembro de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 12479/2019

Publicação Nº 2216912

DECRETO Nº 12479/2019

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, Considerando que o candidato foi aprovado em concurso público referente ao Edital N.º 001/2019;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeado o Sr. RODRIGO LUIS BRASIL para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, com a carga horária de 30 horas semanais, lotado na Secretaria da Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de novembro de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 12480/2019

Publicação Nº 2216916

DECRETO Nº 12480/2019

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 003/2015;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. VIVIANE DA SILVEIRA para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnica em Enfermagem da Família, com a carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria da Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de novembro de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 12481/2019

Publicação Nº 2216919

DECRETO Nº 12481/2019

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 003/2015;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. FERNANDA KREMER SILVA para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnica em Enfermagem da Família, com a carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria da Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de novembro de 2019.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 12482/2019

Publicação Nº 2216922

DECRETO Nº 12482/2019

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 003/2015;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. BRUNA DE SOUZA para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnica em Enfermagem da Família, com a carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria da Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de novembro de 2019.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 12483/2019

Publicação Nº 2216925

DECRETO Nº 12483/2019

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 003/2015;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. ALICE SCHMITT para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnica em Enfermagem da Família, com a carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria da Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de novembro de 2019.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 12484/2019

Publicação Nº 2216927

DECRETO Nº 12484/2019

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 003/2015;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. ALINE RIBEIRO SILVA para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnica em Enfermagem da Família, com a carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria da Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de novembro de 2019.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 12485/2019

Publicação Nº 2216929

DECRETO Nº 12485/2019

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 003/2015;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. JANETE RONCONI DE MELO para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnica em Enfermagem da Família, com a carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria da Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de novembro de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 12486/2019

Publicação Nº 2216930

DECRETO Nº 12486/2019

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, Considerando que o candidato foi aprovado em concurso público referente ao Edital N.º 001/2019;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeado o Sr. RODRIGO VASCONI SÁEZ BROWN para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico da Família, com a carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria da Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de novembro de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 12487/2019

Publicação Nº 2216931

DECRETO Nº 12487/2019

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 001/2019;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. INDIANARA MEINCHEIM para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médica da Família, com a carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria da Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de novembro de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 12488/2019

Publicação Nº 2216932

DECRETO Nº 12488/2019

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, Considerando que o candidato foi aprovado em concurso público referente ao Edital N.º 001/2019;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeado o Sr. CARLOS HENRIQUE MARTINEZ VAZ para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico da Família, com a carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria da Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de novembro de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 12489/2019

Publicação Nº 2216935

DECRETO Nº 12489/2019**NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.**

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 003/2015;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. LAIS LOHN DIAS para ocupar o cargo de provimento efetivo de Enfermeira da Família, com a carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria da Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de novembro de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 12490/2019

Publicação Nº 2216936

DECRETO Nº 12490/2019**NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.**

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 003/2015;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. ELAINE DUARTE RODRIGUES para ocupar o cargo de provimento efetivo de Enfermeira da Família, com a carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria da Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de novembro de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 12491/2019

Publicação Nº 2216937

DECRETO Nº 12491/2019**NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.**

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 003/2015;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. KELI PATRICIA VICENTE para ocupar o cargo de provimento efetivo de Enfermeira da Família, com a carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria da Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de novembro de 2019.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 12492/2019

Publicação Nº 2216939

DECRETO Nº 12492/2019

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 001/2019;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. VANESSA BESEN COSTA CARIONI para ocupar o cargo de provimento efetivo de Cirurgião Dentista da Família, com a carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria da Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de novembro de 2019.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 12493/2019

Publicação Nº 2216941

DECRETO Nº 12493/2019

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, Considerando que o candidato foi aprovado em concurso público referente ao Edital N.º 001/2019;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeado o Sr. FILIPE COLOMBO VITALI para ocupar o cargo de provimento efetivo de Cirurgião Dentista da Família, com a carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria da Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de novembro de 2019.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 12494/2019

Publicação Nº 2216942

DECRETO Nº 12494/2019

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, Considerando que o candidato foi aprovado em concurso público referente ao Edital N.º 001/2019;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeado o Sr. LUCAS DORIDIO LOCKS COELHO para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico Ginecologista, com a carga horária de 20 horas semanais, lotado na Secretaria da Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de novembro de 2019.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 12495/2019

Publicação Nº 2216943

DECRETO Nº 12495/2019

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 003/2015;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. GRASIELA GASPARY OLIVEIRA para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médica Pediatra, com a carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria da Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de novembro de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 12496/2019

Publicação Nº 2216944

DECRETO Nº 12496/2019

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 003/2015;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. MARILDA MARCIA MANGRICH DE ASSUNÇÃO para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitária de Saúde, com a carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria da Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de novembro de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 12497/2019

Publicação Nº 2216945

DECRETO Nº 12497/2019

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, Considerando que o candidato foi aprovado em concurso público referente ao Edital N.º 003/2015;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeado o Sr. EDUARDO BERSCH ZIMMERMANN para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, com a carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria da Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de novembro de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 12498/2019

Publicação Nº 2216946

DECRETO Nº 12498/2019

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 003/2015;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. VANESSA REGINA DA SILVA para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitária de Saúde, com a carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria da Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de novembro de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 12499/2019

Publicação Nº 2216950

DECRETO Nº 12499/2019**NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.**

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 003/2015;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. GECIONI LOCH NECKEL para ocupar o cargo de provimento efetivo de Farmacêutica, com a carga horária de 30 horas semanais, lotada na Secretaria da Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de novembro de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 12500/2019

Publicação Nº 2216952

DECRETO Nº 12500/2019**NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.**

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, Considerando que o candidato foi aprovado em concurso público referente ao Edital N.º 003/2015;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. CAROLINE SIMAS para ocupar o cargo de provimento efetivo de Farmacêutica, com a carga horária de 30 horas semanais, lotada na Secretaria da Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de novembro de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 12506/2019

Publicação Nº 2217592

DECRETO Nº 12506/2019**EXONERA SERVIDOR.**

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado, a pedido, o servidor RODRIGO DE ANDRADE do cargo de Secretário de Planejamento e Assuntos Estratégicos - SM, com lotação na Secretaria de Planejamento e Assuntos Estratégicos.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal em São José (SC), 05 de novembro de 2019.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 027/2019 CONCURSO PÚBLICO 003/2015

Publicação Nº 2216963

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 027/2019
CONCURSO PÚBLICO 003/2015

A Secretária de Administração do Município de São José/SC, no uso de suas atribuições legais, vem pelo presente tornar pública a CONVOCAÇÃO do (s) candidato (s) aprovado (s) no CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 003/2015, abaixo relacionado (s), para comparecerem no prazo de até 20 (vinte) dias, contados a partir da publicação da nomeação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (D.O.M./SC), à Secretaria de Administração – Diretoria de Recursos Humanos – 3º andar – situado na Av. Acioni de Souza Filho (Av. Beira Mar) s/n – Praia Comprida – São José/SC, no horário das 13 horas às 19 horas, munidos da documentação solicitada através do e-mail fornecido pelo candidato no ato da inscrição do Concurso, para dar início ao processo pré-admissional:

NOME	CARGO	CLASSIFICAÇÃO
GECONI LOCH NECKEL	Farmacêutico	15º
CAROLINE SIMAS	Farmacêutico	16º
MARILDA MARCIA MANGRICH DE ASSUNCAO	Agente Comunitário de Saúde (ACS) Serraria	1º
EDUARDO BERSCH ZIMMERMANN	Agente Comunitário de Saúde (ACS) Serraria	2º
VANESSA REGINA DA SILVA	Agente Comunitário de Saúde (ACS) Serraria	3º
GRASIELA GASPARY OLIVEIRA	Médico Pediatra	21º
MAYKON DIEGO MELO	Enfermeiro da Família	47º
LAIS LOHN DIAS	Enfermeiro da Família	48º
ELAINE DUARTE RODRIGUES	Enfermeiro da Família	49º
KELI PATRICIA VICENTE	Enfermeiro da Família	50º
VIVIANE DA SILVEIRA	Técnico em Enfermagem da Família	85º
FERNANDA KREMER SILVA	Técnico em Enfermagem da Família	86º
BRUNA DE SOUZA	Técnico em Enfermagem da Família	87º
ALICE SCHMITT	Técnico em Enfermagem da Família	88º
ALINE RIBEIRO SILVA	Técnico em Enfermagem da Família	89º
JANETE RONCONI DE MELO	Técnico em Enfermagem da Família	90º

São José, 01 de novembro de 2019.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 028/2019 CONCURSO PÚBLICO 001/2019

Publicação Nº 2216967

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 028/2019
CONCURSO PÚBLICO 001/2019

A Secretária de Administração do Município de São José/SC, no uso de suas atribuições legais, vem pelo presente tornar pública a CONVOCAÇÃO do (s) candidato (s) aprovado (s) no CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2019, abaixo relacionado (s), para comparecerem no prazo de até 15 (quinze) dias, contados a partir da publicação da nomeação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (D.O.M./SC), à Secretaria de Administração – Diretoria de Recursos Humanos – 3º andar – situado na Av. Acioni de Souza Filho (Av. Beira Mar) s/n – Praia Comprida – São José/SC, no horário das 13 horas às 19 horas, munidos da documentação solicitada através do e-mail fornecido pelo candidato no ato da inscrição do Concurso, para dar início ao processo pré-admissional:

NOME	CARGO	CLASSIFICAÇÃO
THAIS CRISTINA DA COSTA GARCIA	Técnico em Enfermagem	1º
FERNANDA KREMER SILVA	Técnico em Enfermagem	2º
JECILLEY DE OLIVEIRA SUMARIVA	Técnico em Enfermagem	3º
RODRIGO LUIS BRASIL	Técnico em Enfermagem	4º
RODRIGO VASCONI SÁEZ BROWN	Médico da Família	5º
INDIANARA MEINCHEIM	Médico da Família	6º
CARLOS HENRIQUE MARTINEZ VAZ	Médico da Família	7º
LUCAS DORIDIO LOCKS COELHO	Médico Ginecologista	1º

VANESSA BESEN COSTA CARIONI	Cirurgião Dentista da Família	1º
FILIPPE COLOMBO VITALI	Cirurgião Dentista da Família	2º

São José, 01 de novembro de 2019.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 029/2019 CONCURSO PÚBLICO 003/2015

Publicação Nº 2216968

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 029/2019
CONCURSO PÚBLICO 003/2015

A Secretária de Administração do Município de São José/SC, no uso de suas atribuições legais, vem pelo presente tornar pública a CONVOCAÇÃO do (s) candidato (s) aprovado (s) no CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 003/2015, abaixo relacionado (s), para comparecerem no prazo de até 20 (vinte) dias, contados a partir da publicação da nomeação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (D.O.M./SC), à Secretaria de Administração – Diretoria de Recursos Humanos – 3º andar – situado na Av. Acioni de Souza Filho (Av. Beira Mar) s/n – Praia Comprida – São José/SC, no horário das 13 horas às 19 horas, munidos da documentação solicitada através do e-mail fornecido pelo candidato no ato da inscrição do Concurso, para dar início ao processo pré-admissional:

NOME	CARGO	CLASSIFICAÇÃO
MARIO AFONSO FILHO E MALUF	Médico Psiquiatra	27º

São José, 04 de novembro de 2019.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

EDITAL Nº 010/2019.

Publicação Nº 2217460

EDITAL Nº 010/2019.

DISPÕE SOBRE A MATRÍCULA PARA OS/AS ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

A Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições, RESOLVE deliberar as seguintes normas:

1 - A Secretaria Municipal de Educação de São José fará a divulgação do processo de matrícula para o ano letivo de 2020, com a participação de cada Instituição de Educação, que deverá utilizar todos os meios de comunicação disponíveis e locais de fácil acesso, para que essa divulgação seja ampla.

1.1 - É de responsabilidade da Direção da Unidade Escolar, constituir um grupo de trabalho, composta por, no mínimo, um representante das famílias, um representante dos docentes, um representante da Associação de Pais e Professores e um representante do Conselho Escolar, quando houver para planejar, divulgar e efetuar a matrícula e registrar todo o processo em ata.

2 - Da Matrícula (estudantes novos)

2.1 - A Secretaria Municipal de Educação, em atendimento à legislação vigente, sobre o Ensino Fundamental, estabelece normas para efetuar matrículas para o ano letivo de 2020, conforme o quadro abaixo:

Ensino Fundamental
1º Ano
2º Ano
3º Ano
4º Ano
5º Ano
6º Ano
7º Ano
8º Ano
9º Ano

2.2 – A matrícula de novos estudantes obedecerá aos seguintes requisitos:

I – Apresentação de comprovante/declaração de residência e/ou de vínculo empregatício no bairro e proximidades da Unidade Escolar pretendida, de acordo com a Resolução 008/01 de 19 de Setembro de 2001, do Conselho Municipal de Educação de São José.

II – Apresentação dos documentos necessários de acordo com as normas da Unidade Escolar. (Certidão de Nascimento, atestado de transferência, histórico escolar e extrato bancário atualizado quando for beneficiado do Bolsa Família).

III – Para o 1º Ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, a matrícula será oportunizada para as crianças que têm 06 anos completos ou a completar em até 31 de Março de 2020 (resoluções nº 1 de 14/01/2010 e nº 6 de 20/10/2010 – MEC/CNE e decisão do Supremo Tribunal Federal de 1/08/2018) e aquelas com idade superior, sem experiência escolar.

IV – Para os/as estudantes matriculados/as nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental em escolas da Rede Municipal que oferecem Educação Integral, Escola Básica Municipal Altino Corsino da Silva Flores, Centro Educacional Municipal São Luiz deverão frequentar o turno integral, exceto nas unidades que houver demanda reprimida.

V – Para os/as estudantes com deficiência, observar atentamente a regulamentação no item 2.2 deste edital, garantindo a vaga dos mesmos em todos os níveis e modalidades de ensino, conforme preconiza a Lei Ordinária Municipal nº 3472/1999 de 27/12/1999.

2.3– As inscrições para matrículas novas, nas Unidades Escolares do Ensino Fundamental, serão realizadas no período de 13/11/2019 a 22/11/2019, mediante a existência de vagas, de acordo com as normas constantes nesse edital.

2.4 – Havendo mais candidatos que o número de vagas existentes, será realizado sorteio no dia 26/11/2019 nas respectivas Unidades Escolares, em horário estabelecido e divulgado pelas mesmas.

2.5 – Serão sorteados, na mesma data do item 2.4, os demais candidatos, que ficarão aguardando possível vaga (lista de espera), mediante segunda chamada.

2.6 – A matrícula para os/as estudantes novos será efetuada no período de 27, 28 e 29/11/2019, nas respectivas Unidades Escolares.

2.7 – O não comparecimento no período de matrícula implicará na perda da vaga, sendo chamados/as os/as candidatos/as da lista de espera.

3– Da Organização das Turmas

3.1 –A Unidade Escolar procederá a organização de turmas, observando:

- 25 estudantes para as turmas de 1º e 2º ano do Ensino Fundamental;
- 30 estudantes para o 3º, 4º e 5º ano do Ensino Fundamental;
- 35 estudantes para as turmas do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental;
- 40 estudantes para o Ensino Médio.

3.2 - Direção da Unidade Escolar deverá enviar à Secretaria Municipal da Educação, até o dia 05/12/2019, o número de estudantes matriculados/as por ano, determinando o número de turmas em seus respectivos turnos, conforme quadro anexo.

3.3 - O desdobramento de turmas poderá ocorrer, com autorização da Secretaria Municipal de Educação, até o término do 1º bimestre do ano letivo, quando:

3.3.1 - O número de estudantes exceder a 10 (dez) do estabelecido na organização de turmas.

3.3.2 - A Unidade Escolar dispuser de área física, salas de aula de dimensões regulares, não implicando na adaptação de outras dependências.

3.3.3 - Somente haverá desdobramento através do preenchimento do documento padrão (anexo) e com autorização da Direção de Ensino desta Secretaria.

3.4 - A direção da Unidade Escolar deverá esclarecer aos/as estudantes, pais e responsáveis, no ato de matrícula, que o/a estudante está sujeito/a a reenturmação (matutino/vespertino), no caso, se ocorrer redução do número de estudantes, por turma.

3.5 - A direção da Unidade Escolar deverá informar aos/as estudantes, pais e responsáveis, no ato de matrícula, que a escola oferecerá aulas da disciplina de Ensino Religioso no contraturno, sendo optativa a escolha.

3.5.1 - No ato da matrícula os pais ou responsáveis devem obrigatoriamente preencher documento padrão (anexo) optando pela frequência do/da estudante na disciplina de Ensino Religioso no contraturno.

3.5.2 - A contratação dos professores para a disciplina de Ensino Religioso, de que trata o item 3.5, será realizada conforme demanda.

4 - Das Disposições Finais

4.1 - Por determinação da Senhora Prefeita Municipal e baseado na Legislação pertinente, fica proibida a cobrança de qualquer taxa referente à efetivação de matrícula e solicitação de material nas Unidades Escolares pertencentes à Rede Municipal de Ensino de São José.

4.2 - Somente será permitida a saída de criança/estudante da Unidade Educacional, acompanhada por menor de idade, mediante autorização por escrito dos pais ou responsável legal, sendo esta validada pela Direção e por representante do Conselho Escolar da Unidade Educacional.

4.3 – Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Secretaria Municipal da Educação.

São José, 04 de novembro de 2019.

Lílian Sandin Boeing
Secretária Municipal de Educação

Unidade Escolar _____

Quadro síntese de matrícula

Entrega: até 05/12/2019.

Pode ser por e-mail

ANO	TURNO	NÚMERO DE ESTU- DANTES	NÚMERO DE TURMAS	NÚMERO DE ESTU- DANTES NA LISTADE ESPERA	NÚMERO DE VAGAS DISPONÍVEIS
1º Ano	Matutino				
	Vespertino				
2º Ano	Matutino				
	Vespertino				
3º Ano	Matutino				
	Vespertino				
4º Ano	Matutino				
	Vespertino				
5º Ano	Matutino				
	Vespertino				
6º Ano	Matutino				
	Vespertino				
7º Ano	Matutino				
	Vespertino				
8º Ano	Matutino				
	Vespertino				
9º Ano	Matutino				
	Vespertino				
TAS	Matutino				
	Vespertino				
TOTAL					

Desdobramento de turma

Unidade Escolar:
Justificativa do desdobramento de turmas:
Parecer Assessoria Pedagógica da SME:
Assinatura da Direção de Ensino: Data:

Declaração de frequência na disciplina de Ensino Religioso

Eu, _____,
CPF _____ nº _____ / _____ Pai/Mãe/Responsável do/da _____ estu-
dante _____, Matriculado/a nessa Unidade de Ensino no ano _____ perío-
do _____, estou ciente da oferta da disciplina de Ensino Religioso na Rede Municipal de Ensino de São José no contraturno
e opto pela:

Frequência do/a estudante na disciplina de Ensino Religioso.

Não frequência do/a estudante na disciplina de Ensino Religioso.

São José, _____ de _____ de 2019.

Assinatura: _____.

Declaração de frequência na disciplina de Ensino Religioso

Eu, _____,
CPF _____ nº _____ / _____ Pai/Mãe/Responsável do/da _____

estudante _____, Matriculado/a nessa Unidade de Ensino no ano _____ período _____, estou ciente da oferta da disciplina de Ensino Religioso na Rede Municipal de Ensino de São José no contraturno e opto pela:

Frequência do/a estudante na disciplina de Ensino Religioso.

Não frequência do/a estudante na disciplina de Ensino Religioso.

São José, _____ de _____ de 2019.

Assinatura: _____.

EDITAL Nº 011 / 2019

Publicação Nº 2217463

EDITAL Nº 011 / 2019

DISPÕE SOBRE A MATRÍCULA PARA ALUNOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO ENSINO FUNDAMENTAL – PRIMEIRO E SEGUNDO SEGMENTO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

A Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições, RESOLVE deliberar as seguintes normas:

1- DO PROCESSO DE MATRÍCULA

1.1 - A Secretaria Municipal de Educação de São José fará divulgação do processo de matrícula para o primeiro semestre do ano letivo de 2020 na Educação de Jovens e Adultos, com a participação de cada Unidade Escolar, que deverá utilizar todos os meios de comunicação disponíveis para que se torne um amplo processo de divulgação.

1.2 - É de responsabilidade da Direção, constituir um grupo de trabalho para planejar, divulgar e efetuar a matrícula.

2 - DA MATRÍCULA PARA NOVOS ALUNOS

3.1 - Referente aos alunos novos, a inscrição para matrículas novas será realizada no período de 13/11/2019 a 22/11/2019, mediante existência de vagas e de acordo com as normas constantes neste Edital.

3.2 - A matrícula dos alunos contemplados será efetuada no período 27, 28 a 29/11/2019, conforme relação publicada no mural da escola.

I - Nessa relação deverão constar, no mínimo, 15(quinze) candidatos que efetuarão sua matrícula, se houver vaga.

3.3 - A matrícula de alunos novos obedecerá aos seguintes requisitos:

I - Dar-se-ão somente em nível de complementação das vagas restantes da rematrícula.

II - As vagas serão prioritariamente ao atendimento das pessoas com maior idade.

III - O atendimento às pessoas com idade inferior a 18 anos, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, dar-se-á apenas quando houver sobra de vagas, priorizando os alunos comprovadamente trabalhadores.

IV - Apresentar os documentos exigidos de acordo com as normas da unidade Escolar e Censo Escolar. (RG, Certidão de nascimento, CPF e comprovante de residência).

V - Tomar ciência e assinar o Termo de Compromisso a respeito das normas do Regimento Escolar e Projeto Político Pedagógico da referida Unidade Escolar.

VI - A matrícula para o Ensino Fundamental – EJA, no que se refere à idade mínima de ingresso correspondente a 15 anos, completos até a data da matrícula, conforme Resolução CNE/CEB nº 03, de 15 de junho de 2010.

VII - A matrícula será efetuada na(o) série/ano indicada pelo resultado do processo de avaliação semestral/anual, utilizado pela Unidade Escolar de origem do estudante.

4 - DA ORGANIZAÇÃO DAS TURMAS

4.1 - A Unidade Escolar procederá à organização de turmas observando:

- Mínimo de 15 alunos e máximo de 35 alunos por turma no Ensino Fundamental – Alfabetização e Anos Finais.

4.2 - A Direção da Unidade de Ensino deverá enviar a Secretaria Municipal de Educação, até o dia 05/12/2019 a relação dos alunos matriculados por turma.

4.3 - A Direção da Unidade Escolar deverá esclarecer aos alunos, pais e responsáveis, no ato de matrícula, que o aluno está sujeito a agrupamento, no caso de ocorrer redução do número de alunos por turma e reagrupamento para outra instituição de ensino em caso de fechamento do Polo.

4.4 – A Educação de Jovens e Adultos modalidade presencial é ofertada nos seguintes Polos:

- 1- Colégio Municipal Maria Luiza de Melo - Kobrasol
- 2- Escola Básica Municipal Altino Corsino da Silva Flores - Procasa
- 3- CEM Maria Iracema de Andrade - Barreiros
- 4- CEM Araucária – Serraria
- 5- CEM Antônio Francisco Machado – Forquilha
- 6- Escola Básica Municipal Albertina Krummel Maciel – Fazenda do Max
- 7- CEM Ceniros Martins – Loteamento Ceniros Martins
- 8- CEM Renascer – Bairro Renascer

4.5 - Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Secretaria Municipal da Educação.

São José, 04 de novembro de 2019.

LILIAN SANDIN BOEING
Secretária Municipal de Educação

EDITAL Nº 012 / 2019

Publicação Nº 2217465

EDITAL Nº 012 / 2019
DISPÕE SOBRE A MATRÍCULA PARA OS ALUNOS DAS ESCOLAS PROFISSIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ.

A Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições RESOLVE deliberar as seguintes normas:

1 – Do processo de matrícula

1.1 – A Secretaria Municipal de Educação de São José torna público o processo de matrícula para o ano de 2020, a fim de preencher as vagas existentes nos cursos profissionalizantes oferecidos nas Escolas Profissionais, com a participação de cada Unidade Escolar, que deverá utilizar todos os meios de comunicação disponíveis para que se torne um amplo processo de divulgação.

1.2 – É de responsabilidade da Direção constituir um grupo de trabalho na Escola para planejar, divulgar e efetuar a matrícula.

1.3 - O aluno que fizer troca de curso será considerado nova matrícula, sendo esta realizada no período de matrícula para novos alunos.

1.4 – O aluno que desejar matricular-se num segundo curso poderá fazê-lo após o período de matrícula, desde que seja ofertado o curso e haja vaga.

2 – Da matrícula para novos alunos

2.1 – A matrícula para alunos novos, será realizada no período de 13/11/2019 a 22/11/2019, de acordo com as normas constantes neste Edital.

2.2 – A matrícula de alunos novos obedecerá aos seguintes requisitos:

I – A matrícula para novos alunos será feita por ordem de chegada;

II – As vagas serão destinadas aos candidatos que morarem em São José, apresentando comprovante de residência do município;

III – A matrícula para os cursos oferecidos, no que se refere à idade mínima, o ingresso se dá a partir de 14 anos completos ou a completarem até o início do ano letivo de 2020 (em acordo com a Lei 8069 de 13 de julho de 1990 que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente);

IV – Apresentar os documentos exigidos de acordo com as normas da Unidade Escolar Carteira de Identidade (com cópia), CPF (com cópia), comprovante de residência no município de São José;

V – Tomar ciência e assinar o Termo de Compromisso a respeito das normas do Regimento Escolar e da Associação de Professores e Alunos – APA, da referida Unidade Escolar;

VI – Será garantido o direito à matrícula das pessoas com deficiência, que apresentem capacidade física e mental, adequando-os aos cursos oferecidos;

VII – Os candidatos com deficiência deverão apresentar fotocópia do diagnóstico médico na efetivação da matrícula.

3 – Da organização das turmas

3.1 – As Escolas Profissionais procederão à organização de turmas, fixando o número mínimo de 10 (dez) alunos por turma (observando as condições dos espaços físicos, e curso, de cada escola).

3.2 – Por motivo de restrições na estrutura físicas de determinadas instituições, poderá haver redução no número de alunos por turma.

3.3 – A Direção da Unidade de Ensino deverá enviar, obrigatoriamente, a Secretaria Municipal da Educação, até o dia 05/12/2019 a relação dos alunos matriculados por turma, onde conste a data de nascimento, o número do telefone e, também a lista de espera dos respectivos cursos.

3.4 – Por determinação da Senhora Prefeita Municipal e com base na Legislação pertinente, fica proibido a cobrança de qualquer taxa referente à efetivação de matrículas nas Escolas Profissionais pertencentes à Rede Municipal de São José.

4 - Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Secretaria Municipal da Educação.

São José, 04 de novembro de 2019

Lilian Sandin Boeing
Secretária Municipal de Educação

EDITAL Nº 09 /2019.

Publicação Nº 2217459

EDITAL Nº 09 /2019.

DISPÕE SOBRE AS NOVAS MATRÍCULAS PARA AS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL, PARA O ANO DE 2020, DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO JOSÉ.

A Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições, RESOLVE deliberar as seguintes normas, com critérios da situação socioeconômica das famílias, considerando a demanda do município em função das vagas oferecidas:

1. A Secretaria Municipal de Educação de São José fará a divulgação do processo de matrícula para o ano letivo de 2020, com a participação de cada Centro de Educação Infantil e respectivas comunidades, que deverão utilizar todos os meios de comunicação disponíveis para que essa divulgação seja ampla.

1.1 É de responsabilidade da Direção do Centro de Educação Infantil constituir um grupo de trabalho para planejar, divulgar e acompanhar a matrícula e registrar todo processo em ata. No caso dos Centros de Educação Infantil, deverá ser composto por no mínimo, 01 (um) representante de cada segmento: do grupo gestor, das famílias, dos docentes e do Conselho Escolar;

2. Da obrigatoriedade (Pré-escola – GV e GVI)

2.1 Sobre a obrigatoriedade das famílias matriculem as crianças na Educação Infantil, para as crianças com idade da Pré-escola a matrícula deve ser imediata nos Centros de Educação Infantil, ou seja, a qualquer tempo, em função do que estabelece a Lei federal nº12.796/2013.

2.2 Os documentos necessários para a matrícula das crianças da obrigatoriedade nos Centros de Educação Infantil são:

I- certidão de nascimento (original e cópia);

II- comprovante de residência no município de São José (original e cópia);

III- declaração de atualização vacinal fornecida pela Unidade Básica de Saúde;

IV- declaração da unidade anterior que a criança estava frequentando (no caso de matrícula imediata);

V- declaração emitida pelo Setor Bolsa Família na Coordenação do Bolsa família, localizado no CREAS – Barreiros (Rodovia BR 101, KM 202 nº 3697 – Serraria – São José, se for beneficiário do Programa.

2.3 Nos Centros de Educação Infantil Municipais, para as crianças que completarem 4 anos de idade até o dia 31 de março de 2020, e 5 anos nos meses de abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2020 será realizada a matrícula com início de atendimento de acordo com o Calendário Escolar do ano letivo de 2020 (crianças pertencente ao Grupo V em 2020).

2.4 Nos Centros de Educação Infantil, as crianças matriculadas no grupo V e VI frequentarão a Unidade em período de 6h, sendo das 7h às 13h ou das 13h às 19h. Estando essa medida baseada na Lei Federal nº 12.796/2013, art. 31.

2.5 Nos Centros de Educação Infantil, as crianças matriculadas nos grupos V e VI deverão ter frequência mínima de 60%, conforme Lei Federal nº12.796/2013. No caso de 05 faltas consecutivas ou 07 faltas alternadas no intervalo de 30 dias, sem justificativa, deverá ser informado, concomitantemente, o Setor PENSEducação da Secretaria Municipal de Educação e o Serviço Apoia On-Line pela direção do Centro de Educação Infantil.

2.6 No caso de desistência da vaga deverá o responsável legal assinar Termo de Desistência, informando, devido a obrigatoriedade, em qual Unidade Educacional está sendo efetuada a nova matrícula da criança. O termo de desistência deverá ser elaborado por cada Instituição.

3. Da Solicitação de vaga para os grupos da creche (GI, GII, GIII e GIV)

3.1 As inscrições para solicitação de novas vagas serão realizadas no período de 12/11/2019 a 22/11/2019, de acordo com os critérios constantes neste Edital.

3.2 Constituem-se documentos necessários para a solicitação de vaga:

I – Original e cópia da certidão de nascimento;

II - Original e cópia do comprovante de trabalho com a renda dos responsáveis;

III - Original e cópia do comprovante de residência atualizado, comprovando que reside há mais de 01 ano no município de São José, (salvo em casos de crianças que pertencerem a grupos de assentamentos localizados no município de São José);

IV - Declaração emitida pelo Setor Bolsa Família na Coordenação do Bolsa família, localizado no CREAS – Barreiros (Rodovia BR 101, KM 202 nº 3697 – Serraria –São José).

3.3 A solicitação de vaga obedecerá aos seguintes requisitos:

I – Crianças que residam no município há pelo menos há 01 ano (comprovar através de documento a residência com data igual ou superior há 01 ano – fatura de água, energia elétrica, contrato de aluguel ou ainda declaração do agente de saúde ou da assistente social PMSJ).

II – Famílias que recebam até três salários mínimos (Observar o valor líquido do comprovante de trabalho. Não será considerado: hora extra, abono salarial, férias ou outra vantagem temporária).

3.4 No ato da solicitação de vaga, o responsável pela criança deverá receber da Unidade comprovante da mesma, devendo constar: número da ordem sequencial da solicitação por grupo para o ano de 2020, nome da unidade, nome da criança, data, hora, carimbo e assinatura do responsável pela solicitação e demais informações que a Unidade considerar importante.

4. Das Vagas

4.1 Em função das rematrículas realizadas por meio do Edital nº 005/2019 segue anexo o quadro de vagas dos respectivos Centros de Educação Infantil da Rede de Ensino de São José (Anexo nº01);

5. Da oferta de novas vagas

5.1 Nos Centros de Educação Infantil terá direito imediato a vaga, criança em situação de vulnerabilidade social, de saúde e psicológico, em situação de acolhimento institucional (abrigo), com encaminhamento pelo Ministério Público ou pelo Juiz da Vara da Infância e da Juventude da Comarca de São José.

5.2 Nos Centros de Educação Infantil as vagas de 12h serão destinadas, preferencialmente, para as mães, pais ou responsáveis que comprovarem que os dois estão trabalhando. No caso de haver um único responsável pela criança, esse também deve apresentar a comprovação através de uma das seguintes documentações: carteira de trabalho, contra-cheque atualizado ou declaração com no mínimo 02 testemunhas identificadas com CPF e telefone de contato. Ficando ciente que prestar declaração falsa é crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o declarante as suas penas, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

5.3 Havendo sorteio terão prioridade de vaga às famílias que recebam o Bolsa Família como único benefício social, desde que a mãe, o pai ou responsáveis, comprovem que os dois estão trabalhando. No caso de haver um único responsável pela criança, esse também deve apresentar a comprovação de trabalho. Devendo ainda ser apresentada a Declaração emitida pelo Setor Bolsa Família na Coordenação do Bolsa Família, situado no CREAS - Barreiros. Se for declaração de trabalho, o declarante fica ciente que prestar declaração falsa é crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o declarante as suas penas, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

6. Do Sorteio

6.1 Havendo mais inscritos que o número de vagas existentes para os Grupos I, II, III e IV, será realizado sorteio no dia 26/11/2019 às 19h nos respectivos Centros de Educação Infantil.

6.2 Primeiro serão sorteadas as vagas para as prioridades conforme item 5.3, sendo reservadas 20% das vagas disponíveis por grupo de atendimento. As vagas poderão ser arredondadas para mais ou menos em função do resultado obtido (Ex: resultado = 4,5 arredonda-se para 5 vagas. Resultado= 4,4 arredonda-se para 4 vagas).

6.3 Após, o sorteio das prioridades, será realizado novo sorteio por grupo de atendimento, com as crianças que estejam dentro dos requisitos do item 3.3, sendo concedida nova participação para as crianças que não conseguiram vaga no sorteio das prioridades.

6.4 É obrigatória a presença do responsável ou representante (maior de 18 anos), no dia do sorteio. No caso do não comparecimento de algum responsável, a criança perderá o direito a vaga, se for sorteada.

7. Da Lista de Espera

7.1 Independente do número de inscrições, todas as crianças serão sorteadas de modo a formar a lista de espera – 2020, por grupo de atendimento, no dia do sorteio das vagas.

7.2 Para colocar o nome da criança na Lista de Espera, a partir de fevereiro de 2020, o critério exigido será o mesmo do item 3.3. O responsável deverá comparecer a unidade educacional pretendida para informar o nome completo da criança, data de nascimento, nome do responsável, endereço e telefone de contato. Deverá ainda, apresentar a certidão de nascimento da criança, comprovante de residência e comprovante de renda para que sejam conferidos os dados informados (não deverá ser anexada original ou cópia de qualquer documentação para Lista de Espera).

7.3 A qualquer tempo, a direção dos Centros de Educação Infantil deverá inserir novas solicitações de vaga que seguirão a ordem dos últimos sorteados, podendo ser acompanhada, a Lista de Espera, no Portal da Transparência no site da Prefeitura, no endereço eletrônico: www.saojose.sc.gov.br.

8. Das Novas Matrículas

8.1 A matrícula para as crianças novas será efetuada no período de 27, 28 e 29/11/2019, nos Centros de Educação Infantil.

8.2 No ato da matrícula deverá ser entregue a declaração de atualização vacinal fornecida pela Unidade Básica de Saúde (apresentar novamente nos meses de fevereiro/2020 e julho /2020);

8.3 Os pais ou responsáveis pela criança matriculada deverão apresentar, até o início do ano letivo de 2020, o número de CPF da criança.

8.4 O não comparecimento no período da matrícula sem qualquer justificativa implicará na perda da vaga, sendo chamada a próxima criança sorteada que está na lista de espera.

8.5 As crianças com deficiência que tiverem diagnóstico médico deverão apresentá-lo no ato da efetivação da matrícula, bem como informar, quando possuir a matrícula no Atendimento Educacional Especializado (AEE).

9. Da Organização dos Grupos

9.1. O Centro de Educação Infantil procederão à constituição de grupos, respeitando os critérios de idade abaixo, tendo como referência a data corte 31 de março de 2020:

Creche				Pré escola	
GI* Nº de criança: 12	G II Nº de criança: 15	GIII Nº de criança: 17	G IV Nº de criança: 23	GV Nº de criança: 25	GVI Nº de criança: 25
*Mínimo 4 meses para solicitar a vaga	03/19	03/18	03/17	03/16	03/15
	02/19	02/18	02/17	02/16	02/15
	01/19	01/18	01/17	01/16	01/15
	12/18	12/17	12/16	12/15	12/14
	11/18	11/17	11/16	11/15	11/14
	10/18	10/17	10/16	10/15	10/14
	09/18	09/17	09/16	09/15	09/14
	08/18	08/17	08/16	08/15	08/14
	07/18	07/17	07/16	07/15	07/14
	06/18	06/17	06/16	06/15	06/14
	05/18	05/17	05/16	05/15	05/14
	04/18	04/17	04/16	04/15	04/14

9.2 Por motivo de restrições na estrutura física de determinados Centros de Educação Infantil poderá haver redução no número de crianças por grupo.

9.3 Assegurada a qualidade do atendimento, o número de crianças por grupo, poderá sofrer alteração considerando a infrequência das crianças matriculadas. A avaliação será feita pela SME. Também poderá sofrer alterações em função das solicitações provenientes do Ministério Público.

9.4 Não será permitida a matrícula de uma mesma criança em duas Unidades, mesmo sendo em contra turno. No caso de acontecer duas matrículas a família deverá optar por uma das vagas em um único Centro de Educação Infantil, devendo ser assinada declaração no ato da matrícula assumindo estar ciente da sua responsabilidade (Modelo anexo nº 02).

10. Da disponibilização de vagas

10.1 Havendo vaga e não existindo lista de espera do grupo, DEVERÃO ser agrupadas crianças de diferentes idades, respeitando o número máximo de crianças por grupo, visando o preenchimento de todas as vagas. Podendo unir no máximo dois grupos, sendo estes subsequentes.

10.2 Após todo o processo, não havendo lista de espera, serão disponibilizadas as vagas para as demais crianças que não atenderem os requisitos desse Edital, item 3.3.

11. Da Frequência e do Funcionamento

11.1 O horário de atendimento nos Centros de Educação Infantil acontecerá das 7h às 19h.

11.2 Nos Centros de Educação Infantil, onde o atendimento das crianças acontece em 12h é facultativo às famílias e/ou responsáveis o atendimento em 6h.

11.3 Para as vagas de 12h, as crianças frequentarão nos dois períodos, matutino e vespertino. Faltas em meio período só serão justificadas

mediante apresentação de declaração, atestado ou justificativa a ser avaliada pela direção das Unidades. No caso de 15 faltas sem justificativa, acarretará na perda da vaga de período integral.

11.4 No início do ano letivo, a direção do Centro de Educação Infantil disponibilizará em mural e/ou local de fácil visualização para as famílias ou responsável legal o calendário anual contendo toda a programação a ser desenvolvida. Havendo qualquer alteração, as famílias deverão ser comunicadas com 48h de antecedência, salvo em situações emergenciais e extraordinárias, como por exemplo: falta de água, luto e catástrofes.

11.5 Somente será permitida a saída de criança do Centro de Educação Infantil, acompanhada por menor de idade, mediante autorização por escrito dos pais ou do responsável legal, sendo esta validada pela Direção e por representante do Conselho Escolar.

11.6 Após tentativa de contato da direção das Unidades com a família pelo não comparecimento da criança matriculada (GI,II,III e IV), sem justificativa dos pais ou responsável legal por 15 (quinze) dias letivos consecutivos sem justificativa, implicará na disponibilidade da vaga para próxima criança da lista de espera.

12. Das Impugnações

12.1 Este Edital poderá ser impugnado nos primeiros 05 (cinco) dias úteis, a partir da data da sua publicação. Devendo o interessado solicitar abertura de processo na Prefeitura Municipal de São José, através do Atendimento ao Cidadão.

13. Da Disposições Finais

13.1 Por determinação da Senhora Prefeita Municipal e baseado na Legislação pertinente fica proibida a cobrança de qualquer taxa referente à efetivação de matrícula nos Centros de Educação Infantil pertencentes à Rede Municipal de Ensino de São José.

13.2 A direção do Centro de Educação Infantil deverá enviar a Secretaria Municipal de Educação até 13/12/2019 quadro com quantidade total das matrículas por grupo, como também a quantidade da lista de espera 2020 por grupo. Até 10/02/2020 deverão ser enviadas as mesmas informações com as alterações que se fizerem necessárias no formato do documento publicado no Portal da Transparência no Site da Prefeitura e Diário Oficial (Modelo anexo nº 03). Sendo de responsabilidade da direção dos Centros de Educação Infantil enviar bimestralmente em 2020 a atualização dos dados conforme estabelece a Lei Municipal nº 5.379/2014.

13.3 Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Secretaria Municipal da Educação.

São José, 04 de novembro de 2019.

LILIAN SANDIN BOEING
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ANEXO Nº01 - QUADRO DE VAGAS
CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL
MATUTINO

CEI (Bairro)	GI	GII	GII/III	GIII	GIII/IV	GIV	GIV/V	GV	GV /VI	GVI	Total:
Ana Sperandio Batistti (Kobrasol)	0	0	0	1	0	9	0	17	0	1	28
Antônio de Quadros (Serraria)	12	0	0	23	4	0	0	1	11	0	51
APAM (Areias)	0	0	0	0	0	0	0	4	0	5	9
Bom Jesus de Iguape (Praia Comprida)	0	0	0	12	0	6	0	9	0	10	37
Eloí Nietche (Serraria)	0	0	0	17	0	17	0	16	0	16	66
Érica Schimdt de Souza (Cristo Rei)	0	0	0	21	0	6	0	0	7	4	38

Flor de Nápolis (Flor de Nápolis)	0	0	0	7	0	15	0	0	13	2	37
Jardim Pinheiros (Picadas do Sul)	0	0	0	0	0	1	5	0	16	0	22
José Nitro (Serraria)	0	0	0	17	13	0	0	0	0	0	30
Julia Francisca dos Santos (Forquilha-nhas)	0	0	0	2	0	15	0	0	0	8	25
Lício Mauro da Silveira (N.Sª do Rosário)	12	17	0	13	0	4	0	0	6	0	52
Los Angeles (Forquilha-nhas)	0	0	0	0	0	23	0	24	0	3	50
Manoel Cunha (Potecas)	0	0	0	16	0	9	0	14	0	11	50
Mª de Lourdes Bott Philippi (Centro Histórico)	0	0	0	0	11	0	0	14	0	11	36
Maria Ferreira (Serraria)	0	0	0	0	0	1	0	0	0	7	8
Maria Minervina Soares Cunha (Ipiranga)	0	0	0	10	15	10	0	0	0	7	42
Nossa Senhora Aparecida (Serraria)	0	0	0	0	0	0	0	12	15	15	42
Nossa Senhora das Graças (Bela Vista)	12	5	0	4	0	10	0	0	2	0	33
Nossa Senhora de Fátima (Forquilha-nhas)	0	0	0	1	0	2	0	22	0	8	33
Ondina Schmidt Gerlach (Sertão do Imaruí)	0	0	0	0	0	0	0	9	15	0	24
Prof.º Antônio Joaquim de Souza (Forquilha-nhas)	6	0	0	0	0	0	0	0	51	0	57
Prof.ª Araci Oliva da Silva (Kobrasol)	0	0	0	0	0	12	0	26	0	22	60

Prof. ^a Maria Arlinda Cúrcio (Serraria)	12	3	0	0	0	14	0	8	0	11	48
Prof. ^a Regina Terezinha Oliveira Bastos (Areias)	2	3	0	12	0	4	0	20	0	2	43
Prof. ^a Zenir Kretzer Borges (Colônia Santana)	0	0	5	0	0	0	11	2	0	0	18
Rosângela Regina de Oliveira Caldas (Solemar)	0	0	0	15	0	0	0	5	0	0	20
Santa Inês (Areias)	0	0	0	2	0	23	0	10	0	25	60
Santo Antônio (Fazenda Santo Antônio)	0	0	0	0	0	1	0	12	0	11	24
São Francisco (Forquilha-nhas)	0	0	0	7	0	10	0	11	0	12	40
São José (Floresta)	0	0	0	3	0	25	0	4	4	0	36
São Judas Tadeu (Ipiranga)	0	0	0	17	0	8	0	12	12	13	62
São Luiz (São Luiz)	0	0	0	0	11	0	9	0	6	0	26
Terezinha Maria Claudino dos Santos (Potecas)	0	14	0	4	0	8	0	8	21	25	80
Vera Lúcia Medeiros (Forquilha-nhas)	12	15	0	5	0	9	0	0	0	0	41
Vida Nova (Ipiranga)	0	0	0	19	0	3	0	9	0	3	34
Vila Formosa (Vila Formosa)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10	10

VESPERTINO

CEI (Bairro)	GI	GII	GII/III	GIII	GIII/IV	GIV	GIV / V	GV	V/VI	GVI	Total
Ana Sperandio Batistti (Kobrasol)	0	0	0	0	0	1	0	3	0	3	7
Antônio de Quadros (Serraria)	0	4	0	0	19	0	0	0	0	0	23
APAM (Areias)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1

Bom Jesus de Iguape (Praia Comprida)	0	0	0	12	0	4	0	5	0	4	25
Eloí Nietche (Serraria)	0	0	0	34	0	20	0	0	0	0	54
Érica Schimdt de Souza (Cristo Rei)	0	0	0	19	0	6	0	4	13	0	42
Flor de Nápolis (Flor de Nápolis)	0	0	0	7	0	0	5	0	0	1	13
Jardim Pinheiros (Picadas do Sul)	0	0	0	5	0	0	5	0	0	3	13
José Nitro (Serraria)	0	0	0	0	0	0	0	0	35	0	35
Julia Francisca dos Santos (Forquilha-nhas)	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	3
Lício Mauro da Silveira (N.Sª do Rosário)	12	2	0	10	0	4	10	0	8	0	46
Los Angeles (Forquilha-nhas)	0	0	0	0	0	0	0	6	8	0	14
Manoel Cunha (Potecas)	0	0	0	17	0	7	0	7	0	0	31
Mª de Lourdes Bott Philippi (Centro Histórico)	0	0	0	0	8	0	0	0	0	0	8
Maria Ferreira (Serraria)	0	0	0	0	0	1	0	2	0	0	3
Maria Minervina (Ipiranga)	0	0	0	10	15	6	0	0	0	0	31
Nossa Senhora Aparecida (Serraria)	0	0	0	0	0	0	0	0	7	0	7
Nossa Senhora das Graças (Bela Vista)	12	4	0	0	0	0	0	0	0	0	16
Nossa Senhora de Fátima (Forquilha-nhas)	0	0	0	0	0	0	0	2	0	1	3
Ondina Schmidt Gerlach (Sertão do Imaruí)	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	5

Prof.º Antônio Joaquim de Souza (Forquilha)	6	0	0	0	0	0	0	0	39	0	45
Prof.ª Araci Oliva da Silva (Kobrasol)	0	0	0	4	0	0	0	29	0	15	48
Prof.ª Maria Arlinda Cúrcio (Serraria)	12	2	0	17	0	13	0	0	0	0	44
Prof.ª Regina Bastos (Areias)	2	3	0	1	0	3	0	4	0	4	17
Prof.ª Zenir Kretzer Borges (Colônia Santana)	0	0	5	0	0	0	12	0	0	0	17
Rosângela Regina de Oliveira Caldas (Solemar)	0	0	0	15	0	0	0	0	0	4	19
Santa Inês (Areias)	0	0	0	2	0	0	0	19	0	6	27
Santo Antônio (Fazenda Santo Antônio)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
São Francisco (Forquilha)	0	0	0	7	0	2	0	1	0	6	16
São José (Floresta)	0	1	0	2	0	0	0	0	6	0	9
São Judas Tadeu (Ipiranga)	0	0	0	17	0	4	0	0	0	0	21
São Luiz (São Luiz)	0	0	0	0	11	0	10	0	0	0	21
Terezinha Maria Claudino dos Santos (Potecas)	12	2	0	2	0	8	0	6	0	11	41
Vera Lúcia Medeiros (Forquilha)	12	15	0	0	0	2	0	0	0	0	29
Vida Nova (Ipiranga)	0	0	0	20	0	12	0	1	0	0	33
Vila Formosa (Vila Formosa)	0	0	0	0	0	20	0	0	0	0	20

INTEGRAL

CEI (Bairro)	GI	GII	II/III	GIII	GIII/IV	GIV	GIV / V	Total
Ana Sperandio Batistti (Kobrasol)	10	0	0	0	0	0	0	10

Antônio de Quadros (Serraria)	0	0	0	0	0	0	0	0
APAM (Areias)	0	0	0	0	0	23	0	23
Bom Jesus de Iguape (Praia Comprida)	0	0	0	4	0	2	0	6
Eloí Nietche (Serraria)	0	0	0	0	0	0	0	0
Érica Schmidt de Souza (Cristo Rei)	0	15	0	0	0	0	0	15
Flor de Nápolis (Flor de Nápolis)	0	0	0	10	0	0	0	10
Jardim Pinheiros (Picadas do Sul)	0	15	0	19	0	24	0	58
José Nitro (Serraria)	0	0	0	0	0	0	0	0
Julia Francisca dos Santos (Forquilhaes)	12	1	0	17	0	0	0	30
Lício Mauro da Silveira (N.Sª do Rosário)	0	0	0	0	0	0	0	0
Los Angeles (Forquilhaes)	0	0	0	0	0	0	0	0
Manoel Cunha (Potecas)	0	0	0	0	0	0	0	0
Mª de Lourdes Bott Philippi (Centro Histórico)	0	0	0	12	0	9	0	21
Maria Ferreira (Serraria)	0	0	0	17	0	2	0	19
Maria Minervina (Ipiranga)	0	0	0	0	0	0	0	0
Nossa Senhora Aparecida (Serraria)	0	0	0	0	0	20	0	20
Nossa Senhora das Graças (Bela Vista)	0	0	0	0	0	0	0	0
Nossa Senhora de Fátima (Forquilhaes)	12	13	0	3	0	13	0	41
Ondina Schmidt Gerlach (Sertão do Imaruí)	30	0	0	0	0	0	0	30
Prof.º Antônio Joaquim de Souza (Forquilhaes)	0	0	0	0	0	0	0	0
Prof.ª Araci Oliva da Silva (Kobrasol)	12	3	0	0	0	0	0	15
Prof.ª Maria Arlinda Cúrcio (Serraria)	0	0	0	0	0	0	0	0
Prof.ª Regina Bastos (Areias)	10	0	0	0	0	0	0	10
Prof.ª Zenir Kretzer Borges (Colônia Santana)	0	0	10	0	0	0	0	10

Rosângela Regina de Oliveira Caldas (Solemar)	0	0	0	0	0	0	0	0
Santa Inês (Areias)	0	0	0	15	0	3	0	18
Santo Antônio (Fazenda Santo Antônio)	0	0	0	49	0	4	0	53
São Francisco (Forquilha)	0	0	0	10	0	3	0	13
São José (Floresta)	12	10	0	4	0	7	0	33
São Judas Tadeu (Ipiranga)	0	0	0	0	0	0	0	0
São Luiz (São Luiz)	0	0	0	0	0	0	0	0
Terezinha Maria Claudino dos Santos (Potecas)	0	0	0	0	0	0	0	0
Vera Lúcia Medeiros (Forquilha)	0	0	0	0	0	0	0	0
Vida Nova (Ipiranga)	0	0	0	0	0	0	0	0
Vila Formosa (Vila Formosa)	0	0	0	17	0	1	0	18

ANEXO Nº 02
DECLARAÇÃO ÚNICA VAGA

DECLARAÇÃO

Eu, _____, responsável legal pela criança _____ declaro para os devidos fins que não foi efetuada matrícula em outro Centro de Educação Infantil, pertencente a esta rede municipal de ensino de São José.

São José, _____ de _____ de 2019.

Assinatura
CPF:

ANEXO Nº 03
MODELO PADRÃO DOCUMENTO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

QUADRO DE MATRÍCULAS 2020

CEI:

Sala	Grupo	Capacidade por sala	Vaga Integral	Vaga Matutino	Vaga Vespertino	Total
TOTAL						

Total Creche:

Total Pré-escola:

QUADRO DE VAGAS

Grupo	Vagas/Período

QUADRO LISTA DE ESPERA

Grupo	TOTAL

PORTARIA CI/PMSJ Nº001/2019

Publicação Nº 2217072

PORTARIA CI/PMSJ nº 001, de 30 de outubro de 2019.

DESIGNA FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO, DECORRENTE DE LICITAÇÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993.

O Secretário de Controle Interno e Transparência, no uso da atribuição que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 2.132, de 04 de abril de 1990 e tendo em vista o disposto no art. nº 65, da Lei Ordinária nº 2.248, de 20 de março de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º – Designar o Servidor Gustavo Duarte do Valle Pereira, matrícula 23120 para efetuar a fiscalização do Contrato nº 152/2019 decorrente da Inexigibilidade nº 025/2019, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993, devendo desempenhar as seguintes funções:

- I. Acompanhar toda a execução contratual;
- II. Manter cópias legíveis do Contrato, Edital de Licitação, seus anexos e da proposta vencedora;
- III. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais;
- IV. Esclarecer dúvidas da contratada quanto à execução;
- V. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
- VI. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- VII. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da contratada que embarace a atividade fiscalizatória;
- VIII. Determinar a regularização de faltas, defeitos ou incoerências;
- IX. Adotar medidas para que a fiscalização garanta a qualidade do produto final e/ou o pagamento apenas dos serviços efetivamente executados
- X. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato;
- XI. Atestar as notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços;
- XII. Prestar informações a respeito da execução do objeto e de eventuais glosas nos pagamentos devidos à contratada;
- XIII. Solicitar à autoridade superior as providências que extrapolem a sua competência;
- XIV. Documentar e motivar todas as alterações e prorrogações contratuais;
- XV. Conhecer os limites e as regras para alterações contratuais previstos nas normas licitatórias

Art. 2º – Na ausência do servidor designado no artigo anterior ficará automaticamente designada a Servidora Emily da Silva, matrícula 428361-9, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 3º – Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gustavo Duarte do Valle Pereira

Secretário de Controle Interno e Transparência

PORTARIA FMADS/PMSJ Nº 08/2019

Publicação Nº 2217143

PORTARIA FMADS/PMSJ nº 08, de 29 de outubro de 2019.

DESIGNA FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO, DECORRENTE DE LICITAÇÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993.

A SUPERINTENDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 2.132, de 04 de abril de 1990 e tendo em vista o disposto no art. nº 65, da Lei Ordinária nº 2.248, de 20 de março de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º – Designar o Servidor Valdenir Pauli, matrícula 31796-0 para efetuar a fiscalização do Contrato nº 146/2019 decorrente do Pregão Presencial nº 083/2019, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993, devendo desempenhar as seguintes funções:

- I. Acompanhar toda a execução contratual;
- II. Manter cópias legíveis do Contrato, Edital de Licitação, seus anexos e da proposta vencedora;
- III. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais;
- IV. Esclarecer dúvidas da contratada quanto à execução;
- V. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
- VI. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- VII. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da contratada que embarace a atividade fiscalizatória;
- VIII. Determinar a regularização de faltas, defeitos ou incoerências;
- IX. Adotar medidas para que a fiscalização garanta a qualidade do produto final e/ou o pagamento apenas dos serviços efetivamente executados
- X. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato;
- XI. Atestar as notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços;
- XII. Prestar informações a respeito da execução do objeto e de eventuais glosas nos pagamentos devidos à contratada;
- XIII. Solicitar à autoridade superior as providências que extrapolem a sua competência;
- XIV. Documentar e motivar todas as alterações e prorrogações contratuais;
- XV. Conhecer os limites e as regras para alterações contratuais previstos nas normas licitatórias

Art. 2º – Na ausência do servidor designado no artigo anterior ficará automaticamente designado o Servidor Reinaldo Donizete Pereira, matrícula 15490-1, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 3º – Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fernanda Vieira Diniz Farias

Superintendente da Fundação Municipal do Meio Ambiente
e Desenvolvimento Sustentável

PORTARIA Nº74/2019/SSDST

Publicação Nº 2216344

PORTARIA Nº: 074 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

A SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO, por sua Titular, no uso das atribuições legais conferidas pelo Decreto nº 27.179/2008 que dispõe sobre o serviço de Táxi Convencional no Município de São José e dá outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º. A extensão do Ponto de Táxi nº 14, regulamentada através da Portaria nº 020/2018 desta Secretaria, compreende também o sub-solo do Supermercado Bistek da Av. Osvaldo José do Amaral, s/n - Bela Vista.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Andrea Irany Pacheco Rodrigues

Secretária de Segurança, Defesa Social e Trânsito

PORTARIA Nº75/2019/SSDST

Publicação Nº 2216342

PORTARIA Nº 073/2019, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

A SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO, por sua Titular, no uso das atribuições legais conferidas pela Constituição Federal, Lei nº 2.132/90 (Lei Orgânica do Município de São José), Lei nº 4.352/2005 (Lei de Transporte Escolar) e, demais legislações pertinentes,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear Comissão Sindicante para apurar responsabilidade em razão de descumprimento das regras estabelecidas pela Lei nº 4.352/2005 (Lei de Transporte Escolar), por M. B. V., registro A-076;

Art. 2º. Respeitando ao que determina a legislação vigente nomeiam-se como membros da Comissão Processante os seguintes servidores: 1. Estanil Ouro Imburgue Weber, matrícula. 33123-6; 2. Elisiani Cristina de Souza de Freitas Noronha, matrícula 33382-8; 3. Isabel Cristina Salm Ardigo, matrícula 32577-5, sendo presidida pela primeira e secretariada pela última.

Art. 3º. A sindicância Investigativa terá o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação desta no DOM, podendo ser prorrogado por igual período, justificadamente.

Art.4º. A Portaria está sendo republicada por equívoco na data de publicação.

Art.5º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Andrea Irany Pacheco Rodrigues
Secretária de Segurança, Defesa Social e Trânsito

PORTARIA SMS/PMSJ Nº058/2019

Publicação Nº 2217302

PORTARIA SMS/PMSJ nº 058, de 17 de outubro de 2019.

DESIGNA FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, DECORRENTE DE LICITAÇÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993.

A Secretária Municipal de Saúde, no uso da atribuição que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 2.132, de 04 de abril de 1990 e tendo em vista o disposto no art. nº 65, da Lei Ordinária nº 2.248, de 20 de março de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º – Designar a Servidora Cláudia Regina Ferreira Leite, matrícula 430222-2, para efetuar a fiscalização das Atas de Registro de Preços 302, 303, 304, 305, 306 e 307/2019 decorrentes do Pregão Eletrônico nº 076/2019, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993, devendo desempenhar as seguintes funções:

- I. Acompanhar toda a execução contratual;
- II. Manter cópias legíveis do Contrato, Edital de Licitação, seus anexos e da proposta vencedora;
- III. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais;
- IV. Esclarecer dúvidas da contratada quanto à execução;
- V. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
- VI. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- VII. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da contratada que embarace a atividade fiscalizatória;
- VIII. Determinar a regularização de faltas, defeitos ou incoerências;
- IX. Adotar medidas para que a fiscalização garanta a qualidade do produto final e/ou o pagamento apenas dos serviços efetivamente executados
- X. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato;
- XI. Atestar as notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços;
- XII. Prestar informações a respeito da execução do objeto e de eventuais glosas nos pagamentos devidos à contratada;
- XIII. Solicitar à autoridade superior as providências que extrapolem a sua competência;
- XIV. Documentar e motivar todas as alterações e prorrogações contratuais;
- XV. Conhecer os limites e as regras para alterações contratuais previstos nas normas licitatórias

Art. 2º – Na ausência da servidora designada no artigo anterior ficará automaticamente designada a Servidora Magda Mariano de Quadros Mohr, matrícula 22923, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 3º – Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sinara Regina Landt Simioni
Secretária Municipal de Saúde

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 114/2015-01

Publicação Nº 2217594

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 114/2015-01 – Proc. Adm. 9599/2019 – Contratado: LEILOEIRO OFICIAL, SR. ALEX WILLIAN HOPPE. DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: Considerando a sentença exarada nos autos do mandado de segurança acima transcrito, retoma-se o objeto do contrato nº 114/2015, considerando-o suspenso da data de paralisação até a data da publicação do presente termo aditivo. O prazo de doze meses previstos na cláusula quarta inicia-se com a publicação do presente termo aditivo, admitindo-se prorrogação nos moldes do art.57 da lei nº 8.666/1993. Data da assinatura: 24 de outubro de 2019.

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL 16/2018

Publicação Nº 2216879

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL AO CONTRATO Nº 16/2018 – TP 008/2017 – Processo Administrativo: 016/2018 – Contratado: PAM CONSTRUÇÕES. Objeto: A rescisão contratual em questão encontra amparo no disposto no art. 79, inciso I, e art. 77 e 78, inciso I, da lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como Cláusula 12.2 do Contrato originário, cujo objeto consistia no "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA UBS FORQUILHINHAS, EM SÃO JOSÉ/SC, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS. A rescisão contratual foi feita por ato unilateral da administração segundo o dispositivo retromencionado. O motivo da rescisão contratual deve-se ao fato da contratada descumprir com as suas obrigações contratuais, em especial, a CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA do contrato original nº 016/2018, de 06 de fevereiro de 2018. Também se justifica pela manifestação expressa da empresa PAM de não ser mais capaz de dar andamento no contrato para finalizar o restante do serviço por conta de sua situação financeira. Fica rescindido o contrato a partir da data de assinatura deste termo de rescisão contratual, passando a ter eficácia após publicação. E, assim sendo, assina o presente instrumento, em 02(duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos. Data da assinatura: 30 de outubro de 2019.

.

.

.

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 246/2019

Publicação Nº 2217550

PORTARIA Nº 246/2019

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Nomear a senhora Kátia Firmo para exercer o cargo em comissão de Diretor Geral DAS-1.

Câmara Municipal de São José, SC, 04 de novembro de 2019.

MICHEL DA SILVA SCHLEMPER
PRESIDENTE

Registrada em ____/____/____

Publicada em ____/____/____

PORTARIA Nº 247/2019

Publicação Nº 2217551

PORTARIA Nº 247/2019

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Conceder ao servidor Gilmar Correa, matrícula 17, ocupante do cargo de Auxiliar de Atividades Administrativas, o gozo de 32 (trinta e dois) dias de licença-prêmio, no período de 5 de novembro de 2019 a 06 de dezembro de 2019, correspondendo à 2ª parcela do 4º quinquênio (2005-2010).

Câmara Municipal de São José, SC, 04 de novembro de 2019.

MICHEL DA SILVA SCHLEMPER

PRESIDENTE

Registrada em ____/____/____

Publicada em ____/____/____

PORTARIA Nº 248/2019

Publicação Nº 2217552

PORTARIA Nº 248/2019

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Conceder 16 (dezesesseis) dias de férias ao servidor Guilherme Clasen Gagliotti, matrícula 1331, a partir de 07 de novembro de 2019, considerando o saldo residual das férias interrompidas pela Portaria nº 141/2018.

Câmara Municipal de São José, SC, 05 de novembro de 2019.

MICHEL DA SILVA SCHLEMPER

PRESIDENTE

Registrada em ____/____/____

Publicada em ____/____/____

PORTARIA Nº 249/2019

Publicação Nº 2217553

PORTARIA Nº 249/2019

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Atribuir à servidora Adriana Maciel Pereira, matrícula 1192, ocupante do cargo de Auxiliar de Atividades Administrativas, a Função de Confiança de Coordenador – FC2, responsável pela Coordenação de Recursos Humanos da Câmara Municipal de São José.

Câmara Municipal de São José, SC, 05 de novembro de 2019.

MICHEL DA SILVA SCHLEMPER

PRESIDENTE

Registrada em ____/____/____

Publicada em ____/____/____

PORTARIA Nº245/2019

Publicação Nº 2217548

PORTARIA Nº 245/2019

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Exonerar a funcionária Kátia Firmo, matrícula 1413, do cargo em comissão de Diretor de Administração DAS-1.

Câmara Municipal de São José, SC, 04 de novembro de 2019.

MICHEL DA SILVA SCHLEMPER
PRESIDENTE

Registrada em ____/____/____

Publicada em ____/____/____

RESOLUÇÃO Nº. 557, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2217490

RESOLUÇÃO Nº. 557, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À VEREADORA MÉRI TEREZINHA DE MELO HANG.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ APROVOU E EU PROMULGO A SEGUINTE RESOLUÇÃO:

Art. 1º Fica concedida licença para tratamento de saúde à Vereadora MÉRI TEREZINHA DE MELO HANG, conforme requerimento da Vereadora, bem como, atestado médico (docs. anexos), por 30 (trinta) dias, contados a partir de 30 de outubro de 2019, com base nos artigos 37, I, §§ 1º e 2º da Lei Orgânica do Município de São José, c/c artigo 87, I, §§ 1º e 2º do Regimento Interno da Câmara Municipal de São José.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de São José, 05 de novembro de 2019.

MICHEL DA SILVA SCHLEMPER
Presidente

São José do Cedro

PREFEITURA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 037/2019

Publicação Nº 2217166

EDITAL Nº 037/2019

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O Município de São José do Cedro faz saber aos contribuintes abaixo relacionados, que os mesmos ficam NOTIFICADOS, nos Editais n.º 12/2019, 15/2019, 16/2019, 18/2019, 19/2019, 23/2019, 24/2019, 28/2019 publicados em 12 de setembro 2019 e Editais nº29/2019, 31/2019, 35/2019 e 36/2019, publicados em 10 de outubro de 2019, referentes à execução de contribuição de melhoria (passeios e/ou asfalto), em ruas da cidade, conforme Artigo 308, I a IV e Parágrafo Único, da Lei Complementar nº 009/2005, cujos valores são expressos em Reais.

NOME	Nº DO CADASTRO	Rateio em reais (R\$)
Arnaldo de Pinho Antunes	3388	10.677,50
Sirlei Bruch	4450	2.916,64
Jolmar Zanchett	547	995,70
Marina Fatima dos Santos	4475	2.916,64
Reginaldo Bernardi	4293	6.392,31
Reginaldo Bernardi	4294	2.916,64
Avelino Sartori	4476	2.916,64
Zanchi Ind. Com. Madeiras LTDA	1876	5.342,34
Fernando Guzzela e Outros	1654	1.382,85
Ronaldo Manica	4413	4.272,98
Sabino Grohmann	1512	1.059,74
João Meneghini	562	3.148,69
Universinda Duarte	602	440,09
Irria Biondo Gasperin	162	899,17
Jair Rosa	340	916,41
Fernando Emilio Tiesca	3453	960,97
Zanchi Ind. Com. Madeiras LTDA	1876	5.342,34
Leonor José Volkweis	366	839,63
Neuri Balen	1877	1.502,68

Os proprietários acima notificados pelo presente edital terão o prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste Edital para a impugnação de qualquer dos elementos nele constantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

A impugnação deverá ser dirigida ao órgão Fazendário, através de petição escrita. O processo administrativo de instrução e julgamento obedecerá ao disposto nos Artigos 302 a 304 e demais dispositivos aplicáveis da Lei Complementar nº 009, de 27 de setembro de 2005.

Após a obra executada será emitida a notificação de lançamento em que o proprietário ou responsável, deverá no prazo máximo 20 (vinte) dias, comparecer na Secretaria Municipal da Fazenda, Departamento de Tributação, junto a Prefeitura Municipal, localizada à Rua Jorge Lacerda, 1049, centro, nesta cidade, para fazer opção de pagamento e emissão do carnê.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 05 de novembro de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito de São José do Cedro/SC.

EDITAL Nº 037/2019

Publicação Nº 2216309

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 037/2019

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme determina o § 1º, do Artigo 13, da Lei Municipal nº 2.020, de 28 de abril de 1993, Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais, e o Artigo 35, da Lei nº 1.062, de 26 de dezembro de 1986, Estatuto do Magistério, CONVOCA para que, no prazo de 30 (trinta) dias, o candidato aprovado no Concurso Público de São José do Cedro, Edital nº 002/2017, de 21 de setembro de 2017, homologados os resultados dos aprovados através do Decreto nº 6.158, de 31 de janeiro de 2018, compareça à sede do Município de São José do Cedro, sito à Rua Jorge Lacerda, nº 1049, no horário de expediente da Prefeitura a fim de assumir o cargo a seguir discriminado:

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

JOCELIA AOZANI
CACIANE MARCELA MADALOZZO AREND

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 04 DE NOVEMBRO DE 2019.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

EDITAL Nº 038/2019

Publicação Nº 2216313

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 038/2019

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme determina o § 1º, do Artigo 13, da Lei Municipal nº 2.020, de 28 de abril de 1993, Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais, e o Artigo 35, da Lei nº 1.062, de 26 de dezembro de 1986, Estatuto do Magistério, CONVOCA para que, no prazo de 30 (trinta) dias, o candidato aprovado no Concurso Público de São José do Cedro, Edital nº 002/2017, de 21 de setembro de 2017, homologados os resultados dos aprovados através do Decreto nº 6.158, de 31 de janeiro de 2018, compareça à sede do Município de São José do Cedro, sito a Rua Jorge Lacerda, nº 1049, no horário de expediente da Prefeitura a fim de assumir o cargo a seguir discriminado:

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

TATIANE COLLETT MARKUS

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 05 DE NOVEMBRO DE 2019.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

PORTARIA Nº 621/2019

Publicação Nº 2216255

PORTARIA Nº 621/2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº. 1.062, de 26 de dezembro de 1986, Lei Complementar nº. 005, de 29 de agosto de 2003, Inciso I, do Art. 2º da Lei Complementar nº 053, de 24 de maio de 2016, e item 11.6 do Edital de Processo Seletivo nº 001/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir em caráter temporário Cintiane Cristina Trentin Muller, para exercer o cargo de Professor Habilitado, Nível 02, regido pelo Regime Jurídico Único Estatutário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na área I da Educação Infantil, para ter exercício junto ao Centro Municipal de Educação Girassol – CEMEG, neste município, no período de 01 de novembro a 06 de dezembro de 2019, em substituição a professora titular da vaga, Elaine Mergen, que se encontra em gozo de licença prêmio - assiduidade.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2019.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 04 de novembro de 2019.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

CÉLIA OSMARI TOIGO,
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 622/2019

Publicação Nº 2216256

PORTARIA Nº 622/2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº. 1.062, de 26 de dezembro de 1986, Lei Complementar nº. 005, de 29 de agosto de 2003, Inciso I, do Art. 2º da Lei Complementar nº 053, de 24 de maio de 2016, e item 11.6 do Edital de Processo Seletivo nº 001/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir em caráter temporário Gabriela Postai, para exercer o cargo de Professor Habilitado, Nível 02, regido pelo Regime Jurídico Único Estatutário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na área I da Educação Infantil, para ter exercício junto ao Centro Municipal de Educação Girassol – CEMEG, neste município, no período de 01 de novembro a 06 de dezembro de 2019, em substituição a professora titular da vaga, Elaine Mergen, que se encontra em gozo de licença prêmio - assiduidade.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2019.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 04 de novembro de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

CÉLIA OSMARI TOIGO,
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 623/2019

Publicação Nº 2216258

PORTARIA Nº 623/2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº. 1.062, de 26 de dezembro de 1986, Lei Complementar nº. 005, de 29 de agosto de 2003, Inciso I, do Art. 2º da Lei Complementar nº 053, de 24 de maio de 2016, e item 11.6 do Edital de Processo Seletivo nº 001/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir em caráter temporário Estefani Araceli Zanini, para exercer o cargo de Professor Habilitado, Nível 02, regido pelo Regime Jurídico Único Estatutário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na área II do Ensino Fundamental, para ter exercício junto ao Centro Municipal de Educação Girassol – CEMEG, neste município, no período de 01 a 13 de novembro de 2019, em substituição a professora titular da vaga, Selma Bohnenberger Belitz, que se encontra em licença para tratamento de saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2019.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 04 de novembro de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

CÉLIA OSMARI TOIGO,
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 624/2019

Publicação Nº 2216259

PORTARIA Nº 624/2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº. 1.062, de 26 de dezembro de 1986, Lei Complementar nº. 005, de 29 de agosto de 2003, Inciso I, do Art. 2º da Lei Complementar nº 053, de 24 de maio de 2016, e item 11.6 do Edital de Processo Seletivo nº 001/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir em caráter temporário Paula Teresinha Bozzetto, para exercer o cargo de Professor Habilitado, Nível 02, regido pelo Regime Jurídico Único Estatutário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na área II do Ensino Fundamental, para ter exercício junto ao Centro Municipal de Educação Girassol – CEMEG, neste município, no período de 01 a 13 de novembro de 2019, em substituição a professora titular da vaga, Selma Bohnenberger Belitz, que se encontra em licença para tratamento de saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2019.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 04 de novembro de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

CÉLIA OSMARI TOIGO,
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 625/2019

Publicação Nº 2216262

PORTARIA Nº 625/2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, Inciso I, do Art. 2º da Lei Complementar nº 053, de 24 de maio de 2016, e Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 005/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir em caráter temporário Viviane Mocelin, para exercer o cargo de Agente Comunitário de Saúde – ESF 04, Micro Área 03, regido pelo Regime Jurídico Único Estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, junto à Secretaria Municipal de Saúde, neste Município, no período de 01 de novembro a de 2019 a 31 de março de 2020, em substituição ao titular da vaga, Alexandre Vogt, que se encontra exercendo cargo comissionado.

Art.2º. Em caso de retorno do titular da vaga o contrato temporário será automaticamente rescindido.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2019.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 04 de novembro de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 626/2019

Publicação Nº 2216263

PORTARIA Nº 626/2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, Inciso I, do Art. 2º da Lei Complementar nº 053, de 24 de maio de 2016, e Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 006/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir em caráter temporário Kelly Aquino Dametto Lodi, para exercer o cargo de Dentista ESF, regido pelo Regime Jurídico Único Estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, junto à Secretaria Municipal de Saúde, neste Município, no período de 01 de novembro de 2019 a 16 de fevereiro de 2020, em substituição a titular da vaga, Ana Paula Piccoli, que se encontra em licença para tratamento de saúde.

Art. 2º. Em caso de retorno do titular da vaga o contrato temporário será automaticamente rescindido.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2019.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 04 de novembro de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

3º TERMO ADITIVO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 156/2018, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 108/2018

Publicação Nº 2214930

3º TERMO ADITIVO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 156/2018, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 108/2018

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 11.359.214/0001-75, com sede à Rua Rui Barbosa, nº 291, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelos senhores: Prefeito Municipal, Sr. Rafael Caleffi, brasileiro, casado, portador do RG nº 2.996.096, inscrito no CPF sob o nº 026.437.969-18; e Secretária Municipal de Saúde, Sra. Adriane Gorete de Jesus, brasileira, portadora do RG nº 586.990-2 e inscrita no CPF nº 092.375.029-99, residentes e domiciliados em São Lourenço do Oeste - SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa PANSERA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Monte Castelo, n. 081, Sala, Bairro Santa Catarina, no Município de São Lourenço do Oeste - SC, CEP: 89.990-000, inscrita no CNPJ sob o nº 10.693.709/0001-73, neste ato representada por sua representante legal, Sra. Delise Claudete Perotto, brasileira, separada judicialmente, empresária, inscrita no CPF sob o nº 548.368.249-15 e portadora da Cédula de Identidade sob nº 1.498.559 SESP/SC, residente e domiciliada no Município de Vitorino - PR, doravante denominada CONTRATADA, de comum acordo e nos termos da Lei 8.666/93, resolvem;

CONSIDERANDO a solicitação de Termo Aditivo ao Processo Licitatório nº 156/2018, Modalidade Pregão Presencial nº 108/2018, expedida pela Secretaria Municipal de Saúde, para que se faça o acréscimo de aproximadamente 1,28% (um vírgula vinte e oito por cento) ao valor total contratado para o fornecedor, referente ao Processo supracitado, pois se faz necessário em razão de que as quantidades inicialmente contratadas não foram suficientes para suprir as demandas e para que se possa dar continuidade aos serviços para manutenção dos imóveis da Secretaria de Saúde.

CONSIDERANDO que o valor total do aditivo é R\$ 988,03 (novecentos e oitenta e oito reais e três centavos), o que perfaz aproximadamente 1,28% (um vírgula vinte e oito por cento) do valor total contratado.

Considerando que a Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 em seu artigo 65, § 1º prevê um acréscimo de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, e que este Termo Aditivo respeita esta condição;

Fica aditado ao objeto do Processo Licitatório nº 156/2018, Modalidade Pregão Presencial nº 108/2018, que trata da AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, A SEREM UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO DE PONTES, NO PROGRAMA "MORAR MELHOR", E OUTRAS OBRAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC., os seguintes itens:

Contratada: PANSERA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP;

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
114	PREGO TELHEIRO GALVANIZADO, CORPO ARDOX, ARRUELA METALICA, BORRACHA FLEXIVEL E ACABAMENTO GALVANIZADO TAMANHO 18x30	SANTA LUCIA	15	R\$ 15,6638	R\$ 234,96
142	TORNEIRA PLASTICA DE JARDIM 3/4	DURIN	10	R\$ 3,4291	R\$ 34,29
147	VASO SANITÁRIO C/ CAIXA ACOPLADA	DECA	01	R\$ 370,3393	R\$ 370,34
120	SILICONE ACETICO BRANCO 380G	EFIXA	10	R\$ 16,9244	R\$ 169,24
121	SILICONE ACETICO CINZA 380G	EFIXA	10	R\$ 17,92	R\$ 179,20
TOTAL					R\$ 988,03

O valor do presente Termo Aditivo é de R\$ 988,03 (novecentos e oitenta e oito reais e três centavos).

São Lourenço do Oeste - SC, 31 de outubro de 2019.

ADRIANE GORETE DE JESUS Secretária Municipal de Saúde	RAFAEL CALEFFI Prefeito Municipal	DELISE CLAUDETE PEROTTO Pansera Materiais de Construção Ltda Epp
---	--------------------------------------	---

4º TERMO ADITIVO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 156/2018, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 108/2018

Publicação Nº 2214932

4º TERMO ADITIVO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 156/2018, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 108/2018

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede à Rua Duque de Caxias, nº 789, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelos senhores: Prefeito Municipal, Sr. Rafael Caleffi, brasileiro, casado, portador do RG nº 2.996.096, inscrito no CPF sob o nº 026.437.969-18; e Secretário Municipal de Educação, Sr. Alex Cleidir Tardetti, brasileiro, portador do RG nº 3.921.451 e inscrito no CPF nº 033.541.349-84, residentes e domiciliados em São Lourenço do Oeste - SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa PANSERA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Monte Castelo, n. 081, Sala, Bairro Santa Catarina, no Município de São Lourenço do Oeste - SC, CEP: 89.990-000, inscrita no CNPJ sob o nº 10.693.709/0001-73, neste ato representada por sua representante legal, Sra. Delise Claudete Perotto, brasileira, separada judicialmente, empresária, inscrita no CPF sob o nº 548.368.249-15 e portadora da Cédula de Identidade sob nº 1.498.559 SESP/SC, residente e domiciliada no Município de Vitorino - PR, doravante denominada CONTRATADA, de comum acordo e nos termos da Lei 8.666/93, resolvem;

CONSIDERANDO a solicitação de Termo Aditivo ao Processo Licitatório nº 156/2018, Modalidade Pregão Presencial nº 108/2018, expedida pela Secretaria Municipal de Educação, para que se faça o acréscimo de aproximadamente 2,47% (dois vírgula quarenta e sete por cento) ao valor total contratado para o fornecedor, referente ao Processo supracitado, pois se faz necessário em razão de que as quantidades inicialmente contratadas não foram suficientes para suprir as demandas e para que se possa dar continuidade aos trabalhos e serviços relativos à manutenção das Escolas Básicas Municipais.

CONSIDERANDO que o valor total do aditivo é R\$ 1.904,74 (um mil, trinta e dois reais e cinco centavos), o que perfaz aproximadamente 2,47% (dois vírgula quarenta e sete por cento) do valor total contratado.

Considerando que a Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 em seu artigo 65, § 1º prevê um acréscimo de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, e que este Termo Aditivo respeita esta condição;

Fica aditado ao objeto do Processo Licitatório nº 156/2018, Modalidade Pregão Presencial nº 108/2018, que trata da AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, A SEREM UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO DE PONTES, NO PROGRAMA "MORAR MELHOR", E OUTRAS OBRAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC., os seguintes itens:

Contratada: PANSERA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP;

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
16	ASSENTO SANITARIO BEGE	DURIN	09	R\$ 29,3917	R\$ 264,53
17	ASSENTO SANITARIO BRANCO	DURIN	10	R\$ 29,392	R\$ 293,92
19	BARRA ROSCADA ZB 3/8" 1M	WOLKER	05	R\$ 11,7533	R\$ 58,77
32	CAIXA DE DESCARGA EXTERNA PLÁSTICA	CIPLA	10	R\$ 30,3717	R\$ 303,71
34	CAIXA DE GORDURA RETANGULAR	CIPLA	01	R\$ 176,352	R\$ 176,35
53	DISPENSER DE PAREDE PARA PAPEL TOALHA. Compatível com papel toalha de todos os tamanhos.	EDECAN	05	R\$ 40,1691	R\$ 200,85
54	DISPENSER RESERVATORIO DE PAREDE PARA SABONETE LIQUIDO	EDECAN	05	R\$ 34,2907	R\$ 171,45
107	PREGO COM CABEÇA, CORPO LISO, CABEÇA CONICA E AXADREZADA E PONTA TIPO DIAMANTE. TAMANHO 15 X 21	SANTA LUCIA	10	R\$ 12,2373	R\$ 122,37
108	PREGO COM CABEÇA, CORPO LISO, CABEÇA CONICA E AXADREZADA E PONTA TIPO DIAMANTE. TAMANHO 17 x 27	SANTA LUCIA	10	R\$ 11,3562	R\$ 113,56
114	PREGO TELHEIRO GALVANIZADO, CORPO ARDOX, ARRUELA METALICA, BORRACHA FLEXIVEL E ACABAMENTO GALVANIZADO TAMANHO 18x30	SANTA LUCIA	10	R\$ 15,6638	R\$ 156,64
115	PREGO TAMANHO 12 X 12	SANTA LUCIA	03	R\$ 14,1953	R\$ 42,59
TOTAL					R\$ 1.904,74

O valor do presente Termo Aditivo é de R\$ 1.904,74 (um mil, novecentos e quatro reais e setenta e quatro centavos).

São Lourenço do Oeste - SC, 31 de outubro de 2019.

ALEX CLEIDIR TARDETTI Secretário Municipal de Educação	RAFAEL CALEFFI Prefeito Municipal	DELISE CLAUDETE PEROTTO Pansera Materiais de Construção Ltda Epp
---	--------------------------------------	---

5º TERMO ADITIVO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 156/2018, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 108/2018

Publicação Nº 2214934

5º TERMO ADITIVO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 156/2018, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 108/2018

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede à Rua Duque de Caxias, nº 789, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelos senhores: Prefeito Municipal, Sr. Rafael Caleffi, brasileiro, casado, portador do RG nº 2.996.096, inscrito no CPF sob o nº 026.437.969-18; e Secretária Municipal de Assistência Social, Sra. Marlice Perazolli, brasileira, casada, portadora do RG nº 1.783.415 e inscrita no CPF nº 618.518.849-04, residentes e domiciliados em São Lourenço do Oeste - SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa PANSERA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Monte Castelo, n. 081, Sala, Bairro Santa Catarina, no Município de São Lourenço do Oeste - SC, CEP: 89.990-000, inscrita no CNPJ sob o nº 10.693.709/0001-73, neste ato representada por sua representante legal, Sra. Delise Claudete Perotto, brasileira, separada judicialmente, empresária, inscrita no CPF sob nº 548.368.249-15 e portadora da Cédula de Identidade sob nº 1.498.559 SESP/SC, residente e domiciliada no Município de Vitorino - PR, doravante denominada CONTRATADA, de comum acordo e nos termos da Lei 8.666/93, resolvem;

CONSIDERANDO a solicitação de Termo Aditivo ao Processo Licitatório nº 156/2018, Modalidade Pregão Presencial nº 108/2018, expedida pela Secretaria Municipal de Assistência Social, para que se faça o acréscimo de aproximadamente 0,90% (zero vírgula noventa por cento) ao valor total contratado para o fornecedor, referente ao Processo supracitado, pois se faz necessário em razão de que as quantidades inicialmente contratadas não foram suficientes para suprir as demandas da Secretaria de Assistência Social.

CONSIDERANDO que o valor total do aditivo é R\$ 693,05 (seiscentos e noventa e três reais e cinco centavos), o que perfaz aproximadamente 0,90% (zero vírgula noventa por cento) do valor total contratado.

Considerando que a Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 em seu artigo 65, § 1º prevê um acréscimo de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, e que este Termo Aditivo respeita esta condição;

Fica aditado ao objeto do Processo Licitatório nº 156/2018, Modalidade Pregão Presencial nº 108/2018, que trata da AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, A SEREM UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO DE PONTES, NO PROGRAMA "MORAR MELHOR", E OUTRAS OBRAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC., os seguintes itens:

Contratada: PANSERA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP;

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
82	PAPELEIRA CROMADA SEM TAMPA	DURIN	07	R\$ 14,696	R\$ 102,87
109	PREGO COM CABEÇA, CORPO LISO, CABEÇA CONICA E AXADREZADA E PONTA TIPO DIAMANTE. TAMANHO 18x30	DURIN	01	R\$ 10,7689	R\$ 10,77
141	TORNEIRA PLASTICA DE JARDIM 1/2	DURIN	03	R\$ 3,4291	R\$ 10,29
31	CAIXA DE AGUA DE POLIETILENO COM 310 LITROS	FORTELEV	01	R\$ 151,8587	R\$ 151,86
55	Chuveiro Elétrico 6800w. 220v. 4 Temperaturas. Cor Branco	ZAGONEL	01	R\$ 97,9734	R\$ 97,97
78	MECANISMO SAIDA UNIVERSAL PARA CAIXA ACOPLADA	CENSI	01	R\$ 67,5036	R\$ 67,50
17	ASSENTO SANITARIO BRANCO	DURIN	03	R\$ 29,392	R\$ 88,18
54	DISPENSER RESERVATORIO DE PAREDE PARA SABONETE LIQUIDO	EDECAN	03	R\$ 34,2907	R\$ 102,87
32	CAIXA DE DESCARGA EXTERNA PLÁSTICA	CIPLA	02	R\$ 30,3717	R\$ 60,74
TOTAL					R\$ 693,05

O valor do presente Termo Aditivo é de R\$ 693,05 (seiscentos e noventa e três reais e cinco centavos).

São Lourenço do Oeste - SC, 31 de outubro de 2019.

MARLICE PERAZOLLI Secretária Municipal de Assistência Social	RAFAEL CALEFFI Prefeito Municipal	DELISE CLAUDETE PEROTTO Pansera Materiais de Construção Ltda Epp
---	--------------------------------------	---

6º TERMO ADITIVO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 156/2018, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 108/2018

Publicação Nº 2216502

6º TERMO ADITIVO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 156/2018, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 108/2018

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede à Rua Duque de Caxias, nº 789, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelos senhores: Prefeito Municipal, Sr. Rafael Caleffi, brasileiro, casado, portador do RG nº 2.996.096, inscrito no CPF sob o nº 026.437.969-18; e Secretário Municipal de Educação, Sr. Alex Cleidir Tardetti, brasileiro, portador do RG nº 3.921.451 e inscrito no CPF nº 033.541.349-84, residentes e domiciliados em São Lourenço do Oeste - SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa PANSERA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Monte Castelo, n. 081, Sala, Bairro Santa Catarina, no Município de São Lourenço do Oeste - SC, CEP: 89.990-000, inscrita no CNPJ sob o nº 10.693.709/0001-73, neste ato representada por sua representante legal, Sra. Delise Claudete Perotto, brasileira, separada judicialmente, empresária, inscrita no CPF sob nº 548.368.249-15 e portadora da Cédula de Identidade sob nº 1.498.559 SESP/SC, residente e domiciliada no Município de Vitorino - PR, doravante denominada CONTRATADA, de comum acordo e nos termos da Lei 8.666/93, resolvem;

CONSIDERANDO a solicitação de Termo Aditivo ao Processo Licitatório nº 156/2018, Modalidade Pregão Presencial nº 108/2018, expedida pela Secretaria Municipal de Educação, para que se faça o acréscimo de aproximadamente 3,05% (três vírgula zero cinco por cento) ao valor total contratado para o fornecedor, referente ao Processo supracitado, pois se faz necessário em razão de que as quantidades inicialmente contratadas não foram suficientes para suprir as demandas e para que se possa dar continuidade aos trabalhos e serviços relativos à manutenção das Escolas Básicas Municipais.

CONSIDERANDO que o valor total do aditivo é R\$ 2.352,77 (dois mil, trezentos e cinquenta e dois reais e setenta e sete centavos), o que perfaz aproximadamente 3,05% (três vírgula zero cinco por cento) do valor total contratado.

Considerando que a Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 em seu artigo 65, § 1º prevê um acréscimo de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, e que este Termo Aditivo respeita esta condição;

Fica aditado ao objeto do Processo Licitatório nº 156/2018, Modalidade Pregão Presencial nº 108/2018, que trata da AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, A SEREM UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO DE PONTES, NO PROGRAMA "MORAR MELHOR", E OUTRAS OBRAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC., os seguintes itens:

Contratada: PANSERA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP;

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
16	ASSENTO SANITARIO BEGE	DURIN	06	R\$ 29,3917	R\$ 176,35
17	ASSENTO SANITARIO BRANCO	DURIN	02	R\$ 29,392	R\$ 58,78
32	CAIXA DE DESCARGA EXTERNA PLÁSTICA	CIPLA	04	R\$ 30,3717	R\$ 121,49
53	DISPENSER DE PAREDE PARA PAPEL TOALHA. Compatível com papel toalha de todos os tamanhos.	EDECAN	05	R\$ 40,1691	R\$ 200,85
54	DISPENSER RESERVATORIO DE PAREDE PARA SABONETE LIQUIDO	EDECAN	02	R\$ 34,2907	R\$ 68,58
140	TORNEIRA LAVATÓRIO BRANCA	DURIN	01	R\$ 15,1859	R\$ 15,19
133	TINTA ACRILICA SEMI BRILHO BASE INTENSA 3,6L	RENNER	12	R\$ 94,5778	1.134,93
137	TINTA ESMALTE BASE MEDIA 1L	RENNER	12	R\$ 35,84	R\$ 430,08
120	SILICONE ACETICO BRANCO 380G	EFIXA	02	R\$ 16,9244	R\$ 33,85
83	PAPELEIRA PARA BANHEIRO	DURIN	05	R\$ 22,5339	R\$ 112,67
TOTAL					R\$ 2.352,77

O valor do presente Termo Aditivo é de R\$ 2.352,77 (dois mil, trezentos e cinquenta e dois reais e setenta e sete centavos).

São Lourenço do Oeste - SC, 31 de outubro de 2019.

ALEX CLEIDIR TARDETTI Secretário Municipal de Educação	RAFAEL CALEFFI Prefeito Municipal	DELISE CLAUDETE PEROTTO Panseira Materiais de Construção Ltda Epp
---	--------------------------------------	--

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 041/2019 - CC Nº 002/2019 - FMS

Publicação Nº 2217477

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, ATRAVÉS DO SR. GESTOR, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 06/12/2019, às 08h15min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 041/2019. MODALIDADE CONCORRÊNCIA P/ OBRAS E SERV. ENG. Nº 002/2019, OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE ENTORNO, PAVIMENTAÇÃO E PAISAGISMO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO-UPA 24H-PORTE I, DO BAIRRO SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, COM ÁREA TOTAL DE INTERVENÇÃO DE 5.128,37M², CONFORME PROJETOS ANEXOS. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 05 de Novembro de 2019.

RAFAEL CALEFFI
PREFEITO MUNICIPAL
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 157/2019 - SRP - PR Nº 111/2019

Publicação Nº 2217472

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 19/11/2019, às 14h15min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 157/2019. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 111/2019. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE MATERIAL ELÉTRICO, DESTINADOS À REALIZAÇÃO DO EVENTO DO NATAL SHOW 2019 ORGANIZADO PELO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC.. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 05 de Novembro de 2019.

RAFAEL CALEFFI
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 6.479, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2216719

DECRETO Nº 6.479, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Abre crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2019, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.421, de 05 de outubro de 2018, e de acordo com o artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, proveniente do excesso de arrecadação, no orçamento vigente, no valor de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) na seguinte dotação orçamentária:

06.00	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF			
06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF			
06.181.4503.2.008 3.3.30.00.00.00.00.0.1.0000	24	Transf. Estados	R\$ 15.000,00	

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.421, de 05 outubro de 2018 e o artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 05 de novembro de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 6.481, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2217648

DECRETO Nº 6.481, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre a homologação do resultado do Chamamento Público nº 01/2019, da Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, de acordo com o Edital de Chamamento Público nº 01/2019, de 14 de outubro de 2019;

CONSIDERANDO a conclusão de todas as fases do Chamamento Público de nº 01/2019, da Secretaria Municipal de Educação;

CONSIDERANDO o encerramento dos prazos para recursos em fase administrativa;

CONSIDERANDO a formalidade e a regularidade de todos os atos que constituem o Chamamento Público nº 01/2019, da Secretaria Municipal de Educação;

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o resultado do Chamamento Público aberto pelo Edital nº 01/2019, de 14 de outubro de 2019, tratando-se de concurso de lotação, remoção, remoção por permuta, mudança de área, alteração definitiva e temporária de carga horária dos profissionais do quadro de carreira do Magistério Público Municipal, conforme classificação constante do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 06 de novembro de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

(Decreto nº 6.481, de 06 de novembro de 2019)

RESULTADO FINAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2019, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - PROCESSOS DEFERIDOS

PROCESSO DE REMOÇÃO (DISCIPLINA) - EDUCAÇÃO FÍSICA

Classificação	Nome do Professor	Habilitação
1º	Bruna Botin Morozini	Educação Física / Especialização

PROCESSO DE REMOÇÃO (DISCIPLINA) - INFORMÁTICA

Classificação	Nome do Professor	Habilitação
1º	Adriana Bett Terebinto Granzotto	Sist. de Informação / Especialização

PROCESSO DE REMOÇÃO (DISCIPLINA) - HISTÓRIA

Classificação	Nome do Professor	Habilitação
1º	Claudiomiro da Silva	História / Mestrado

PROCESSO DE REMOÇÃO (DISCIPLINA) - PORTUGUÊS

Classificação	Nome do Professor	Habilitação
1º	Michele Luzzatto	Português /Espanhol /Especialização

PROCESSO DE REMOÇÃO (DISCIPLINA) - ESPANHOL

Classificação	Nome do Professor	Habilitação
1º	Michele Luzzatto	Português /Espanhol /Especialização

PROCESSO DE REMOÇÃO (DISCIPLINA) - INGLÊS

Classificação	Nome do Professor	Habilitação
1º	Sandra Mari Nicoletti Pederssetti	Letras /Inglês /Especialização

PROCESSO DE REMOÇÃO (DISCIPLINA) - ARTES

Classificação	Nome do Professor	Habilitação
1º	Emanoelle Favretto	Artes / Especialização

PROCESSO DE REMOÇÃO (DISCIPLINA) - MATEMÁTICA

Classificação	Nome do Professor	Habilitação
1º	Luciane Aparecida Záttera Molon	Matemática/Ciências/Especialização

PROCESSO DE REMOÇÃO - ATP - ASSISTENTE TÉCNICO PEDAGÓGICO

Classificação	Nome do Professor	Habilitação
1º	Elizangela Orben dos Santos	Pedagogia / Especialização
2º	Ivone Goretti Bonfim da Luz	Pedagogia / Especialização
3º	Ligia Aparecida de Carvalho	Pedagogia / Especialização

PROCESSO DE REMOÇÃO - ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Classificação	Nome do Professor	Habilitação
1º	Marileia das Graças Benedet Boito	Pedagogia / Especialização
2º	Leomar Terezinha de Oliveira Silva	Pedagogia / Especialização
3º	Genilse Foppa Roman	Pedagogia / Especialização
4º	Genilse da Silva Costa	Pedagogia / Especialização
5º	Patricia Soligo Wesolovski	Pedagogia / Especialização
6º	Mônica Lago	Pedagogia

PROCESSO DE REMOÇÃO - EDUCAÇÃO INFANTIL

Classificação	Nome do Professor	Habilitação
1º	Yhana Cassandra Bringheti Henrique	Pedagogia / Especialização
2º	Dulsara Aparecida Pontel	Pedagogia / Especialização
3º	Guerta Salete Beck	Pedagogia / Especialização
4º	Marilei Cristiane dos Santos Boaretto	Pedagogia / Especialização
5º	Andreia Viviane Lechewetz	Pedagogia / Especialização
6º	Kelin Katia Kolling	Pedagogia / Especialização

PROCESSO DE MUDANÇA DE ÁREA (DISCIPLINA)
ESPANHOL PARA PORTUGUÊS E PORTUGUÊS PARA ESPANHOL

Classificação	Nome do Professor	Habilitação
1º	Michele Luzzatto	Português /Espanhol /Especialização

PROCESSO DE MUDANÇA DE ÁREA (DISCIPLINA)
MATEMÁTICA PARA CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO INFANTIL PARA CIÊNCIAS

Classificação	Nome do Professor	Habilitação
1º	Luciane Aparecida Záttera Molon	Matemática/Ciências/Especialização
2º	Marilei Cristiane dos Santos Boaretto	Pedagogia/Ciências/Especialização

PROCESSO DE MUDANÇA DE ÁREA (DISCIPLINA)
EDUCAÇÃO INFANTIL PARA ANOS INICIAIS

Classificação	Nome do Professor	Habilitação
1º	Yhana Cassandra Bringhent Henrique	Pedagogia / Especialização

PROCESSO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DEFINITIVA (DISCIPLINA) ESPANHOL

Classificação	Nome do Professor	Habilitação
1º	Michele Luzzatto	Português /Espanhol /Especialização
2º	Pâmela Bonkevitch	Português /Espanhol /Especialização

**PROCESSO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA (DISCIPLINA)
ESPANHOL**

Classificação	Nome do Professor	Habilitação
1º	Pâmela Bonkevitch	Português /Espanhol /Especialização

**PROCESSO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DEFINITIVA (DISCIPLINA)
PORTUGUÊS**

Classificação	Nome do Professor	Habilitação
1º	Michele Luzzatto	Português /Espanhol /Especialização
2º	Tiago Carneiro de Almeida	Português /Inglês /Especialização

**PROCESSO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA (DISCIPLINA)
PORTUGUÊS**

Classificação	Nome do Professor	Habilitação
1º	Tiago Carneiro de Almeida	Português /Inglês /Especialização

PROCESSO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DEFINITIVA E TEMPORÁRIA (DISCIPLINA) - ARTES

Classificação	Nome do Professor	Habilitação
1º	Ana Paula da Silva Mecabô	Artes Visuais

PROCESSO DE ALTERAÇÃO DE CARGA DEFINITIVA E TEMPORÁRIA (DISCIPLINA) - CIÊNCIAS

Classificação	Nome do Professor	Habilitação
1º	Roseli Coelho dos Santos	Ciências / Mestrado

PROCESSO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DEFINITIVA E TEMPORÁRIA (DISCIPLINA) - INFORMÁTICA

Classificação	Nome do Professor	Habilitação
1º	Marcelo Ivan Flores	Sist. de Informação / Especialização

**PROCESSO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DEFINITIVA (DISCIPLINA)
EDUCAÇÃO FÍSICA**

Classificação	Nome do Professor	Habilitação
1º	Marcio Possamai Della	Educação Física / Especialização

**PROCESSO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA (DISCIPLINA)
EDUCAÇÃO FÍSICA**

Classificação	Nome do Professor	Habilitação
1º	Mariana Gomes	Educação Física / Especialização
2º	Marcio Possamai Della	Educação Física / Especialização

PROCESSO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DEFINITIVA E TEMPORÁRIA (DISCIPLINA) - MATEMÁTICA

Classificação	Nome do Professor	Habilitação
1º	Luciane Aparecida Zattera Molon	Matemática/Ciências/Especialização

PROCESSO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DEFINITIVA E TEMPORÁRIA ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Classificação	Nome do Professor	Habilitação
1º	Solange Natalina Boesing Crestani	Pedagogia / Mestrado
2º	Celair Terezinha Pegoraro Mattuella	Pedagogia / Especialização
3º	Keli Cristina Dolenkei	Pedagogia / Especialização
4º	Franciele Aparecida Saqueti Lecca	Pedagogia / Especialização
5º	Terezinha Ivete Costa Madruga	Pedagogia / Especialização

PROCESSO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DEFINITIVA E TEMPORÁRIA EDUCAÇÃO INFANTIL

Classificação	Nome do Professor	Habilitação
1º	Ivanete Ferreira	Pedagogia / Especialização
2º	Luana Muraro	Pedagogia / Especialização
3º	Raquel Rovares	Pedagogia / Especialização
4º	Rozimeri Aparecida Bernardelli	Pedagogia / Especialização
5º	Ivete Bertotto	Pedagogia / Especialização
6º	Francieli Gonçalves do Nascimento	Pedagogia / Especialização
7º	Zelenir Catia de Menezes	Pedagogia / Especialização

PROCESSO DE LOTAÇÃO (DISCIPLINA) - HISTÓRIA

Classificação	Nome do Professor	Habilitação
1º	Claudio Miro da Silva	História / Mestrado

São Lourenço do Oeste - SC, 06 de novembro de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

EDITAL DE TERMO DE FOMENTO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2019

Publicação Nº 2217650

EDITAL DE TERMO DE FOMENTO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2019

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na Rua Duque de Caxias, nº 789, Centro, em São Lourenço do Oeste/SC, representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. Rafael Caleffi, CPF nº 026.437.969-18, residente e domiciliado em São Lourenço do Oeste/SC, torna público o presente Chamamento Público destinado a selecionar organização da sociedade civil sem fins lucrativos para firmar parceria por meio de Termo de Fomento, consoante às condições estatuídas neste Edital e pela Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente Chamamento Público se destina a selecionar organização da sociedade civil sem fins lucrativos para firmar parceria, em regime de mútua cooperação, que envolva transferência de recursos financeiros no valor de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), por meio de Termo de Fomento, cujo objetivo é a seleção de 01 (uma) proposta com valor máximo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para a consecução de Atividade de Fomento a confecção de trajes aos Grupos de Corais do Município de São Lourenço do Oeste - SC.

1.1.1 – O Município de São Lourenço do Oeste apoiará o desenvolvimento das atividades com equipe técnica de acompanhamento das ações.

1.2 – As entidades interessadas deverão habilitar-se mediante a apresentação da documentação exigida no presente edital de Chamamento Público e apresentação do Plano de Trabalho, na forma do Anexo III, quantificando os recursos financeiros pretendidos, dentro dos limites fixados no presente edital.

1.3 – Fica vedada a participação em rede/grupo de Organizações da Sociedade Civil (OSC's).

1.4 – Não será exigida contrapartida da OSC selecionada.

CLAUSULA SEGUNDA- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1 – Os recursos financeiros destinados a este Chamamento Público são da ordem de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), por meio de Termo de Fomento, cujo objetivo é a seleção de 01 (uma) proposta com valor máximo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para a consecução de Atividade de Fomento a confecção de trajes aos Grupos de Corais do Município de São Lourenço do Oeste - SC. Os recursos obedecem à disponibilidade do orçamento previsto e aprovado na forma da Lei para o exercício de 2019:

Órgão	06 Secretaria de Administração e Fazenda
Unidade	01 Secretaria de Administração e Fazenda
Funcional	04.122.4503.2.006 Manutenção das Atividades Da Secretaria de Administração e Fazenda e Planejamento
Modalidade de Aplicação	33.50.00.00.00.00.00 Transferências à instituições privadas sem fins lucrativos
Recurso	1000
Dotação	16

2.2– As despesas decorrentes da realização da parceria do objeto deste Chamamento Público serão realizadas tendo em conta:

2.2.1–a responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo gerenciamento administrativo do(s) bem(s), inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, manutenção, de investimento e de pessoal;

2.2.2– a responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública na inadimplência da organização da sociedade civil, em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de sua execução;

2.2.3– o pagamento da remuneração de profissionais contratados pela organização da sociedade civil para operacionalização do(s) bem(s) recebidos não gera vínculo trabalhista com o poder público.

2.2.4–a vedação de utilizar o(s) bem(s), provenientes da parceria objeto deste Chamamento Público para finalidade alheia ao seu objeto;

CLAUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1– Para participar deste Edital, as organizações da sociedade civil deverão ser regidas por normas de organização interna que prevejam, expressamente:

3.1.1– objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social;

3.1.2–que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei 13.019/2014 e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta;

3.1.3–escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade;

3.2 – As organizações da sociedade civil sem fins lucrativos devem possuir:

3.2.1 – no mínimo um ano de existência, com cadastro ativo, comprovado por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;

3.2.2 – experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante;

3.2.3 – capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades previstas e o cumprimento das metas estabelecidas, a serem analisadas pela comissão de seleção.

3.3 – Apenas poderão participar organizações da sociedade civil sem fins lucrativos sediadas ou com representação atuante e reconhecida no Município de São Lourenço do Oeste há no mínimo um ano, e que comprovem atuação nas atividades objeto deste edital.

CLAUSULA QUARTA – DOS PRAZOS E DA FORMA DE CREDENCIAMENTO

4.1 – O credenciamento será gratuito e ficará disponível no período de 30 (trinta) dias após a publicação deste Chamamento Público, devendo ser realizada diretamente via protocolo oficial junto a Secretaria Municipal de Relações Institucionais, localizada no Paço Municipal, sito a Rua Duque de Caxias n. 789, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, na forma do Anexo II.

4.2 – Cada proponente poderá apresentar somente uma proposta para a seleção. Na hipótese de haver mais de um credenciamento por proponente, todos os projetos apresentados por esse proponente serão inabilitados.

4.3 – Caso seja detectada o credenciamento do mesmo projeto por proponentes diferentes, todos serão inabilitados.

4.4 – O credenciamento do proponente implicará a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Chamamento Público, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

4.5 – Poderão participar deste Chamamento Público os proponentes que enviarem todos os seguintes documentos:

4.5.1 – plano de trabalho, conforme modelo (Anexo III) , Anexo VII além do anexo VIII e Cartão CNPJ e apresentação de 01(um) orçamento detalhado do traje que pretende se confeccionar;

4.5.2 – termo de credenciamento, conforme modelo (Anexo II);

4.5.3 – cópia autenticada do estatuto da instituição e, caso tenha sido atualizado, cópia da atualização;

4.5.4 – cópia autenticada da ata de eleição ou do termo de posse do dirigente em exercício;

4.5.5 – cópias autenticadas de identidade e CPF do dirigente ou representante legal da entidade;

4.5.6 – relação nominal dos dirigentes com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas;

4.5.7 – comprovante de que possui no mínimo 01 (um) ano de existência, com cadastro ativo, conforme certidão emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, disponível em: receita.fazenda.gov.br;

4.5.8 – comprovação de, no mínimo, um ano de realização de atividades semelhantes ao objeto, por meio de apresentação de relatório de atividades na área de atuação, o qual pode ser comprovado com atestados, depoimentos, cópias de cartazes, folders, fotografias ou material audiovisual, DVDs, CDs, folhetos, matérias de jornal, sítios da internet, entre outras formas de registro das ações desenvolvidas;

4.5.9 – declaração da não ocorrência de vedações (Anexo IV);

4.5.10 – comprovante de endereço da entidade e do seu representante legal;

4.6 – Não serão aceitas complementações, modificações ou substituições de dados e de anexos ao credenciamento depois de finalizado.

4.7 – Não serão aceitos credenciamentos que não se apresentem de acordo com os prazos e exigências do presente Edital.

4.8 – O envio da documentação incompleta implica a automática inabilitação do credenciamento.

4.9 – O ônus ocasionado com a participação neste Chamamento Público, incluídas as despesas com cópias, serviços postais e emissão de documentos, é de exclusiva responsabilidade do proponente.

4.10– O material apresentado para fins de credenciamento em nenhuma hipótese será restituído ao proponente, independentemente do resultado da seleção.

CLAUSULA QUINTA – DOS ENVELOPES

5.1– O credenciamento será efetuado mediante o envio dos seguintes envelopes, que deverão estar lacrados e identificados:

5.2 – ENVELOPE DE PLANO DE TRABALHO: deverá conter o item 4.5.1 e ser identificado conforme a etiqueta a seguir:

ENVELOPE DE PLANO DE TRABALHO

Edital de Termo de Fomento Chamamento Público nº 007/2019

Nome do Proponente:

CNPJ:

5.3 – ENVELOPE DE DOCUMENTAÇÃO: deverá conter o disposto nos itens 4.5.2 ao 4.5.10 e ser identificado conforme a etiqueta a seguir:

ENVELOPE DE DOCUMENTAÇÃO

Edital de Termo de Fomento Chamamento Público nº 007/2019

Nome do proponente:

CNPJ:

5.4 – Os documentos descritos no item 4.5 deverão ser apresentados em única via, redigidos com clareza, todas as folhas rubricadas e serem assinados pelo representante legal da OSC proponente;

5.5 – Os envelopes, serão protocolados junto a Secretaria Municipal de Relações Institucionais, localizada no Paço Municipal, sito a Rua Duque de Caxias n. 789, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, até às 17h30min do dia 06 de dezembro de 2019.

- 5.6 – Não serão consideradas as propostas enviadas por fac-símile (FAX) ou e-mail;
- 5.7 – Os envelopes poderão ser enviados por correspondência postal no endereço acima, com Aviso de Recebimento, e serão considerados desde que recebidos pelo Município dentro do prazo estipulado no item 5.5.
- 5.8 – Após o prazo limite para apresentação das propostas, nenhuma outra será recebida, assim como não serão aceitos adendos ou esclarecimentos que não forem explícitos e formalmente solicitados pela administração pública federal.
- 5.9 – Os proponentes são responsáveis pela veracidade das informações prestadas, arcando com as consequências de eventuais erros no preenchimento, declarações falsas ou não comprovadas e no envio de documentos, isentando o Município de São Lourenço do Oeste de qualquer responsabilidade civil ou penal.
- 5.10 – Serão desclassificados os proponentes que não enviarem os dois envelopes e atenderem os requisitos conforme disposto neste edital.

CLAUSULA SEXTA – DO PLANO DE TRABALHO

- 6.1 – Deverá constar no Plano de Trabalho entregue pelo proponente:
- 6.1.1 – descrição do objeto de modo a permitir a identificação precisa do que se pretende realizar ou obter;
- 6.1.2 – descrição dos objetivos do projeto identificando as ações que devem ser cumpridas para obtenção do objeto;
- 6.1.3 – informações relativas à capacidade técnica e operacional da instituição proponente para a execução do objeto;
- 6.1.4 – informações curriculares sobre a equipe que trabalhará na execução do objeto;
- 6.1.5 – cronograma de execução de metas, Plano de aplicação dos recursos;
- 6.1.6 – o prazo para execução das atividades é o final do exercício do ano de 2020.
- 6.1.7 – solicitações de alterações no Plano de Trabalho deverão ser encaminhadas via ofício protocolado no Município, correios ou meio similar.
- 6.1.8 – não serão consideradas solicitações referentes a incremento financeiro ou à alteração do objeto do Plano de Trabalho.
- 6.1.9 – cabe ao gestor da parceria a apreciação e o deferimento das solicitações recebidas.

CLAUSULA SETIMA – DA COMISSÃO DE SELEÇÃO

- 7.1 - A Comissão de Seleção é o órgão colegiado destinado a processar e julgar o presente Chamamento Público, tendo sido constituída por decreto publicado em meio oficial, na forma do artigo 2º, inc. X, da Lei 13.019/2014.
- 7.2- Será impedida de participar da comissão de seleção pessoa que, nos últimos cinco anos, tenha mantido relação jurídica com, ao menos, uma das entidades participantes do Chamamento Público.
- 7.3 - A declaração de impedimento de membro da Comissão de Seleção não obsta a continuidade do processo de seleção. Configurado o impedimento previsto no item anterior, deverá ser designado membro substituto que possua qualificação equivalente à do substituído, sem necessidade de divulgação de novo Edital.
- 7.4 - Para subsidiar seus trabalhos, a Comissão de Seleção poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado.
- 7.5 - A Comissão de Seleção poderá realizar, a qualquer tempo, diligências para verificar a autenticidade das informações e documentos apresentados pelas entidades concorrentes ou para esclarecer dúvidas e omissões. Em qualquer situação, devem ser observados os princípios da isonomia, da impessoalidade e da transparência.

CLAUSULA OITAVA – DO INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA E DO JULGAMENTO

- 8.1 – Este Chamamento Público prevê a realização de sessão pública para rubrica dos envelopes e divulgação dos resultados desta seleção.
- 8.2 – A abertura da sessão pública, que acontecerá no setor de licitações da Prefeitura de São Lourenço do Oeste, dar-se-á no dia 09/12/2019, às 8:30 h.
- 8.3 – Os envelopes do Plano de Trabalho e da Documentação serão rubricados pela Comissão de Seleção, que em seguida avaliará as propostas apresentadas.
- 8.4 – A avaliação individualizada e a pontuação serão feitas com base nos critérios de julgamento da tabela abaixo, com a seguinte metodologia de pontuação: Pontuação Máxima por Item:

1. COMPROVAÇÃO DE APRESENTAÇÕES TÍPICAS NA COMUNIDADE (apresentar copia foto/ jornal/ internet/declarações etc)anexo	PONTOS	
(A) QUATRO OU MAIS	10	
(B) PELO MENOS TRÊS	5	
(C) PELO MENOS DOIS	3	
2. TEMPO DE CADASTRO CNPJ	PONTOS	
(A)03 ANOS 01 DIA A 04 ANOS OU MAIS	10	
(B) 02 ANOS E 01 DIA A 03 ANOS	5	
(C) 01 A 02 ANOS	3	
3. APRESENTAÇÕES NACIONAIS(considera nacional apresentação em qualquer estado das federação)	PONTOS	

(A) TRES OU MAIS	10	
(B) PELO MENOS DOIS	5	
(C) PELO MENOS UM	3	
PONTUAÇÃO MÁXIMA:	30 PONTOS	

8.5 – A falsidade de informações nas propostas, sobretudo com relação ao critério de julgamento, deverá acarretar a eliminação da proposta, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanção administrativa contra a instituição proponente e comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime.

8.6 – O proponente deverá descrever minuciosamente as experiências relativas ao critério de julgamento, informando as atividades ou projetos desenvolvidos, sua duração, financiadores, local ou abrangência, beneficiários, resultados alcançados, dentre outras informações que julgar relevantes.

8.7 – Serão eliminadas aquelas propostas:

8.7.1 – que recebam nota “zero” no critério de julgamento;

8.7.2 – que estejam em desacordo com o Edital;

8.8 – As propostas não eliminadas serão classificadas, em ordem decrescente, de acordo com a pontuação total obtida com base na Tabela acima, avaliadas pelos membros da Comissão de Seleção, em relação a cada um dos critérios de julgamento.

8.9 – No caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida no critério de julgamento “1”. Persistindo a situação de igualdade, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida, sucessivamente, nos critérios de julgamento “2” e “3”. Caso essas regras não solucionem o empate, será considerada vencedora a entidade com mais tempo de constituição e, em último caso, a questão será decidida por sorteio.

8.10 – Da sessão será lavrada ata circunstanciada, assinada pelos membros da Comissão de Seleção e pelos presentes.

8.11 – A sessão poderá ser suspensa para julgamento das propostas e para verificação da documentação, tendo reinício em até 5 (cinco) dias úteis após a suspensão, em horário a ser definido pela Comissão de Seleção.

CLAUSULA NONA – DA VERIFICAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO RESULTADO

9.1 – Selecionadas as organizações da sociedade civil, cujas propostas tenham sido atribuídas as maiores notas, suas documentações serão verificadas por meio de comissão designada para este fim, com decisão embasada em parecer.

9.2 – Será inabilitada a entidade que deixar de apresentar qualquer um dos documentos previstos neste Chamamento Público ou apresentá-los fora do prazo de validade consentido.

9.3 – Concluído os trabalhos, o resultado da seleção das propostas e da habilitação ou inabilitação dos proponentes selecionados será divulgado no site do Município de São Lourenço do Oeste - SC, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

9.4 – Constará na publicação o nome dos projetos selecionados, nome das respectivas organizações da sociedade civil, município dos proponentes, notas finais obtidas nas avaliações e habilitação ou inabilitação.

9.5 – Da referida sessão, será lavrada ata circunstanciada, assinada pelos membros da Comissão de Seleção e pelos presentes.

9.6 – Ocorrendo o julgamento e a verificação de documentos concomitantemente, poderá ser lavrada uma única ata circunstanciada.

CLAUSULA DECIMA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1 – A contar do primeiro dia útil subsequente à divulgação oficial dos resultados do julgamento das propostas e da habilitação ou inabilitação dos proponentes, será concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que qualquer entidade participante interponha recurso administrativo.

10.2 – Somente serão acolhidos recursos administrativos referentes à inabilitação documental;

10.3 – Caso não haja inabilitados, com a concordância expressa dos proponentes, poderá haver a desistência do prazo de recurso previsto neste item, com a continuidade imediata do procedimento.

10.4 – Os recursos deverão ser protocolados no Município de São Lourenço do Oeste, ou encaminhados, via Correios observado o prazo previsto no item 10.1.

10.5 – O recurso será dirigido à Comissão de Seleção que se manifestará em até 5 (cinco) dias úteis. Caso não haja provimento do recurso a manifestação deverá ser submetida para apreciação da autoridade superior.

10.6 – O recurso que não trouxer expressa a devida justificativa será indeferido.

10.7 – Os recursos que tenham por finalidade encaminhar documentação complementar, não entregue no prazo previsto para credenciamento, serão automaticamente indeferidos.

10.8 – Os casos omissos serão resolvidos, com fundamento na legislação pertinente vigente, em primeira instância pela Comissão de Seleção.

10.9 – O não-conhecimento de recurso não impede a administração pública de rever de ofício o ato ilegal, desde que não ocorrida preclusão administrativa.

10.10 – Na hipótese de inabilitação de proponente previamente selecionado, aquele imediatamente mais bem classificado poderá ser convidado a aceitar a celebração da parceria nos termos da proposta por ele apresentada.

10.11 – Caso o proponente convidado nos termos do item 10.8 aceite celebrar a parceria, proceder-se-á a verificação de sua documentação.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA – DA HOMOLOGAÇÃO

11.1 – Transcorrido o prazo de interposição dos recursos, ou em caso de desistência, este Chamamento Público será homologado pela Prefeitura Municipal e será divulgado no site do Município de São Lourenço do Oeste, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, para a qual não caberá recurso.

11.2 – A homologação não gera, para a organização da sociedade civil selecionada, direito à celebração da parceria, nem ao valor total nela prevista, sendo que o mesmo está condicionado à disponibilidade orçamentária e financeira.

11.3 – É de total responsabilidade dos proponentes acompanhar a atualização das informações.

CLAUSULA DECIMA SEGUNDA – DA CELEBRAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO

12.1 – Para celebração do Termo de Fomento é imprescindível a observância aos arts. 33 a 38 da Lei n. 13.019/2014, bem como dos seguintes itens:

12.1.1 – Designação do gestor da parceria, servidor que se responsabilizará pelo gerenciamento administrativo, incluindo prazos, pagamentos e prorrogações, e pela fiscalização da execução do objeto da parceria.

12.1.2 – Designação da Comissão de Monitoramento e Avaliação, que realizará acompanhamento técnico e financeiro dos Planos de Trabalho.

12.1.3 – Parecer jurídico;

12.1.4 – Cumprimento de todas as etapas deste Chamamento Público;

12.1.5 – Inexistência de pendências documentais ou ajustes referentes à proposta de parceria.

12.1.6 – Caso o parecer técnico ou o parecer jurídico concluam pela possibilidade de celebração da parceria com ressalvas, deverão ser sanados os aspectos ressalvados ou, mediante ato formal, justificar a preservação desses aspectos ou a sua exclusão.

12.1.7 – O proponente selecionado celebrará, com o Município de São Lourenço do Oeste, Termo de Fomento que disporá sobre as obrigações e os prazos para conclusão dos trabalhos objeto deste edital.

12.1.8 – O proponente selecionado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de convocação, para proceder à assinatura do Termo.

12.1.9 – A assinatura do Termo está condicionada à regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições e de dívida ativa do proponente.

12.1.10 – A convocação será feita mediante notificação da proponente.

12.1.11 – Transcorrido o prazo previsto no item 12.1.8 sem que o Termo tenha sido firmado, o Município poderá convocar o próximo proponente, obedecida a ordem de classificação.

12.1.12 – O Termo de Fomento deverá ser executado em estrita observância às cláusulas avençadas e às normas pertinentes, inclusive à Lei n. 13.019/2014, sendo vedado:

12.1.13 – alterar o objeto do Termo de Fomento;

12.1.14 – utilizar, ainda que em caráter de emergência, quando for o caso, os bens para finalidade diversa da estabelecida no instrumento.

CLAUSULA DECIMA TERCEIRA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

13.1 – O repasse dos recursos está condicionado à regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições e de dívida ativa do proponente selecionado.

13.1.1 – o proponente selecionado que apresentar pendências quanto aos quesitos mencionados no item 13.1 terá o prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data de recebimento de notificação, para sua regularização.

13.1.2 – a não resolução das pendências, em conformidade com o item 13.1.1, acarretará na perda de direito à cessão dos bens, quando for o caso.

13.2 - O recurso financeiro será liberado em uma única parcela.

CLAUSULA DECIMA QUARTA- DAS OBRIGAÇÕES

14.1 – O proponente se responsabilizará por qualquer direito autoral que por ventura incidir sobre sua proposta, e se responsabilizará por eventuais reivindicações sobre usos não autorizados.

14.2 – Em todo material de divulgação caso produzido, gerados pela parceria, deverão constar:

14.2.1 – a expressão: “Projeto com o apoio do Município de São Lourenço do Oeste”.

14.2.2 – as logomarcas que serão disponibilizadas pelo Município.

14.3 – O proponente deverá assegurar-se de que o espaço em que será desenvolvida a atividade do Plano de Trabalho possui condições de segurança e salubridade adequadas à realização das ações de acordo com a legislação estadual/municipal.

14.4 – Para as entidades que possuem local fixo e pré-determinado para o desenvolvimento de suas atividades, adotar procedimentos e medidas de segurança para as pessoas que frequentam o espaço, conforme a legislação local, com respectivo fornecimento de alvarás autorizativos ou equivalentes.

14.5 – Para as entidades que não possui local pré-determinado para o desenvolvimento de suas atividades ou cujas atividades sejam realizadas em locais aleatórios itinerantes ou afins, adotar procedimentos para a obtenção das autorizações públicas exigidas para o desenvolvimento de atividades de acesso ao público, conforme a legislação local.

CLAUSULA DECIMA QUINTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

15.1 – As contas deverão ser prestadas conforme disposto no Termo de Fomento e em consonância com a Lei Federal n. 13.019/2014 e regras da IN TC 14/12, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

15.2 – A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao Gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados obtidos, até o período de que trata a prestação de contas.

15.3 – É facultado ao gestor da parceria promover diligências destinadas a esclarecer ou confirmar as informações prestadas pelos profissionais ou, ainda solicitar documentos complementares aos mencionados neste Chamamento Público.

15.4 – A organização da sociedade civil deverá prestar contas da boa e regular utilização dos recursos financeiros no prazo de até 30 (trinta) dias do fim de cada exercício até o final de sua vigência.

15.5 – A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no Plano de Trabalho, além do relatório de execução do objeto.

15.6 – O relatório de execução do objeto deverá incluir datas e locais das atividades, incluindo o registro dos resultados em fotos e/ou vídeos, quantidade de público, listas de presença, locais de apresentação, material de divulgação (em que constem os créditos exigidos), clipagens e outros documentos comprobatórios das atividades realizadas e da execução do objeto pactuado.

15.7 – O não-cumprimento de metas e resultados estabelecidos no Plano de Trabalho, resultando na não-execução do objeto pactuado, implicará na obrigatoriedade de apresentação de relatório de execução financeira, com a descrição das receitas e despesas efetivamente

realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, conforme descrito no Termo de Fomento.

15.8 – A prestação de contas deverá ser protocolada no Município dentro do prazo estipulado no item 15.4.

15.9 – Caberá ao Gestor da Parceria emitir parecer técnico de análise de prestação de contas da parceria.

15.10 – A prestação de contas deverá ser publicada no endereço eletrônico oficial das entidades selecionadas e do Município ou outros meios que possam dar publicidade aos atos.

CLAUSULA DECIMA SEXTA – DAS SANÇÕES

16.1 – Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho aprovado e com as normas da Lei n. 13.019/2014 e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

16.1.2 – Advertência;

16.1.3 – Suspensão temporária da participação em Chamamento Público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

16.1.4 – Declaração de inidoneidade para participar de Chamamento Público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes.

16.1.5 – As sanções estabelecidas nos subitens 16.1.2 e 16.1.3 são de competência exclusiva do Prefeito Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo no prazo de 10 (dez) dias. A reabilitação poderá ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

16.1.6 – Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

16.1.7 – A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração de infração.

16.1.8 – A aplicação de qualquer penalidade realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa.

16.1.9 – A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.1.10 – As sanções previstas nesta cláusula não excluem as dispostas na Lei n. 8.429, de 02 de junho de 1992.

CLAUSULA DECIMA SETIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 – O presente Chamamento Público poderá ser revogado, no todo ou em parte, seja por motivo de interesse público ou exigência legal, sem que isso implique direitos a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

17.2 – A documentação que contenha vício de qualquer natureza ou inobservância de qualquer vedação deste Chamamento Público acarretará na desclassificação da entidade, podendo ocorrer em qualquer momento do certame.

17.3 – Os casos omissos serão encaminhados à apreciação e apurados pelas Comissões competentes, cabendo ao Prefeito Municipal a decisão terminativa.

17.4 – A entidade selecionada autoriza o Município a divulgar, sem autorização prévia e sem ônus de qualquer natureza, o seu nome, suas imagens e informações acerca das atividades relacionadas ao projeto selecionado, para divulgação das ações e políticas daqueles entes da administração e para fins educacionais e culturais.

17.5 – Até a assinatura do Termo de Fomento, poderá a Comissão de Seleção desclassificar as propostas das entidades participantes, em despacho motivado, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções, se tiver ciência de fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da seleção que represente infração aos termos do Chamamento Público, respeitado o contraditório.

17.6 – Cabe ao Município, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, após a assinatura do Termo de Fomento, designar oficialmente a Comissão de Monitoramento e Avaliação, nos termos do inciso XI, art. 2º, da Lei n. 13.019/2014.

17.7 – Esclarecimentos acerca do conteúdo desta chamada pública poderão ser obtidos exclusivamente através do Departamento de Compras e Licitações do município.

17.8 – Integram este Chamamento Público, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I – Cronograma;

Anexo II – Credenciamento;

Anexo III – Plano de Trabalho;

Anexo IV – Declaração de Não Ocorrência de Vedações;

Anexo V – Declaração de Ciência

Anexo VI – Minuta do Termo de Fomento

Anexo VII – Declaração de comprovação de apresentações

17.9 – O Foro competente para dirimir qualquer dúvida ou litígio oriundo do presente Chamamento Público ou da parceria dele decorrente será o da Comarca de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina.

São Lourenço do Oeste (SC), 05 de novembro de 2019.

Rafael Caleffi

Prefeito Municipal

ANEXO I

CRONOGRAMA

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO	06/11/2019
PERÍODO DE CREDENCIAMENTO	06/11/2019 a 06/12/2019(30 dias)
ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	09/12/2019

DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DO JULGAMENTO E ORDENAÇÃO DOS PLANOS DE TRABALHO E DA HABILITAÇÃO E INABILITAÇÃO DOS PROPONENTES	09/12/2019
PERÍODO DE PROTOCOLO DE RECURSOS REFERENTES À INABILITAÇÃO	10/12/2019 a 16/12/2019* (5 dias)
PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS DO JULGAMENTO DOS RECURSOS	16/12/2019*
PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS FINAIS	17/12/2019*

* Datas previstas. Podem ser superiores ou inferiores.

ANEXO II

TERMO DE CREDENCIAMENTO

Ao Município de São Lourenço do Oeste
Comissão de Seleção
Edital de Termo de Fomento Chamamento Público nº 0007/ 2019

Pelo presente, o Sr. (a), representante legal da, CPF, residente na, vem solicitar credenciamento para receber recursos públicos que serão destinados ao objeto do Termo de Fomento. Igualmente, informo que a proposta apresentada cumpre as disposições legais e esta de acordo com o Edital de Termo de Fomento Chamamento Público nº 0007/2019, estando ciente e de acordo com todas as condições estipuladas em suas cláusulas.

Local, data.

Nome do Representante
CPF

ANEXO III

PLANO DE TRABALHO

1 – DADOS CADASTRAIS

Nome da Entidade Proponente:	CNPJ:
Endereço:	
E-mail:	Telefone:
Nome do Representante:	CPF:
Endereço:	Município: UF: CEP:
E-mail:	Telefone:

2 – PROPOSTA DE TRABALHO

Nome do projeto/atividade: indicar o nome do projeto a ser executado;

Início/fim e prazo de execução: indicar o prazo para execução total das atividades e cumprimento das metas;

Público alvo: indicar o público que será beneficiado pela parceria;

Objeto/finalidade da parceria: descrever o produto final da parceria;

Objetivos/Resultados esperados: descrever o que vai ser realizado identificando as ações que devem ser cumpridas para a obtenção de seu objeto.

Descrição da Realidade: descrever com clareza e sucintamente o diagnóstico da realidade que será objeto das atividades da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades e metas a serem atingidas.

Relatório de Atividades: informações que comprovem a capacidade técnica e operacional da instituição proponente para a execução do objeto – dados relativos aos últimos 12 meses;

Capacidade técnica: descrever a capacidade técnica para desenvolvimento do objeto e profissionais envolvidos na sua consecução.

Nome do Projeto/Atividade:
Data de início da execução:
Data de fim da execução:
Prazo de execução:
Público alvo:

Objeto/finalidade:

Objetivos/Resultados esperados:

Descrição da realidade:

Relatório de Atividades:

Capacidade técnica

3 – RECURSOS FINANCEIROS

Valor do Repasse Proposto

4 – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE METAS

O cronograma de execução de metas permite visualizar a descrição pormenorizada de metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas e de atividades a serem executadas, devendo estar claro, preciso e detalhado o que se pretende realizar e/ou obter, bem como quais serão os meios utilizados para tanto.

Meta: indicar como meta os elementos que compõem o objeto;

Descrição: relacionar os elementos característicos da meta, etapa ou fase;

Etapa/fase: indicar cada uma das ações em que se pode dividir a execução de uma meta;

Forma de execução: meios para atingir as metas estabelecidas;

Parâmetros de aferição: refere-se à qualificação e quantificação física do produto de cada meta, etapa ou fase;

Unidade: indicar a unidade de medida que melhor caracterize o produto de cada meta, etapa ou fase; Quantidade: indicar a quantidade prevista para cada unidade de medida;

Duração (início/término): refere-se ao prazo previsto para início e término da implementação de cada meta, etapa ou fase.

EXECUÇÃO DE METAS

DESCRIÇÃO	ETAPA/FASE	FORMA DE EXECUÇÃO	PARÂMETROS DE AFERIÇÃO		DURAÇÃO	
			UNIDADE	QUANT.	INÍCIO	TÉRMINO

5 – PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

* O plano de aplicação refere-se à utilização dos recursos financeiros em diversas espécies de gastos

Descrição: relacionar os elementos característicos de cada meta, se constitui material, serviço ou obra);

Quantidade: indicar a quantidade prevista para cada descrição;

Despesas correntes: custeio de manutenção das atividades, como despesas com pessoal, bens de consumo, serviços, manutenção, ou seja, não compõem expansão das suas atividades; Marcar com um "X";

Despesas de capital: relacionadas a aquisição de máquinas, equipamentos, imóveis, realização e obras. Para a formação de bem capital e expansão das atividades; Marcar com um "X";

Valor unitário: registrar o valor unitário de cada descrição;

Valor total: registrar o valor total de cada descrição;

Total geral: registrar o somatório dos valores atribuídos.

DESPESAS

DESCRIÇÃO	MATERIAL/SERVIÇO/OBRA	QTDE.	UNIDADE DE MEDIDA	DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

TABELA RESUMO

VALOR GLOBAL	DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL

Recurso: Valor global da parceria;

Despesas correntes: valor total gasto com despesas correntes;

Despesas de capital: valor total gasto com despesas de capital;

6 – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FINANCEIRA

DESPESA:	CORRENTE
ANO:	2019/2020

MÊS	REPASSE
JANEIRO	
FEVEREIRO	
MARÇO	
ABRIL	
MAIO	
JUNHO	
JULHO	
AGOSTO	
SETEMBRO	
OUTUBRO	
NOVEMBRO	
DEZEMBRO	
TOTAL	

DESPESA:	CAPITAL
ANO:	2019/2020
MÊS	REPASSE
JANEIRO	
FEVEREIRO	
MARÇO	
ABRIL	
MAIO	
JUNHO	
JULHO	
AGOSTO	
SETEMBRO	
OUTUBRO	
NOVEMBRO	
DEZEMBRO	
TOTAL	

Para maior clareza, firmo a presente.
Local, data.

Nome do representante
CPF

6. MANIFESTAÇÃO DO CONCEDENTE

Deferido

Indeferido

São Lourenço do Oeste - SC,.... de de 2019.
RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE NÃO OCORRÊNCIA DAS VEDAÇÕES

Ao Município de São Lourenço do Oeste
Comissão de Seleção
Edital de Termo de Fomento Chamamento Público nº 0007/2019

Na qualidade de representante legal da (Nome da Organização da Sociedade Civil), declaro para os devidos fins de comprovação junto à concedente, para os efeitos e sob as penas da lei, que esta proposta:

É apresentada por organização da sociedade civil com constituição jurídica e sem fins lucrativos.

Não possui qualquer débito ou situação de inadimplência com a Administração Pública municipal ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas no orçamento municipal, para aplicação na forma prevista no Termo de Fomento.

Declaro ainda que a entidade proponente não se enquadra em nenhuma das vedações abaixo:

Fundações e institutos criados ou mantidos por empresas ou grupos de empresas;

Entidades integrantes do "Sistema S" (SESC, SENAC, SESI, SENAI, SEST, SENAT, SEBRAE, SENAR e outras);

Instituições que estejam em mora, inadimplentes com órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, em conformidade com a Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, Estadual e Municipal;

Entidade que tenha sido punida com uma das sanções previstas no art. 39, V, da Lei 13.019/2014, pelo período que durar a penalidade:
Entidades privadas que possuam dentre seus dirigentes membros do Poder Executivo, Legislativo, Judiciário, do Ministério Público ou do Tribunal de Contas da União, ou respectivo cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º grau; ou servidores públicos vinculados a órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, ou respectivo cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º grau;
Órgãos ou instituições públicas federais, distritais, estaduais e municipais;
Entidade que tenha entre seus dirigentes pessoa:
Cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;
Julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou
Considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992.
Para maior clareza, firmo a presente.

Local, data.
Nome do representante/CPF

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA

Ao Município de São Lourenço do Oeste
Comissão de Seleção
Edital de Termo de Fomento Chamamento Público nº 007/2019

Na qualidade de representante legal da (Nome da Organização da Sociedade Civil), declaro para os devidos fins que estou ciente das exigências contidas no Edital de Termo de Fomento Chamamento Público nº 007/2019, da legislação de regência, bem como da necessária obtenção de alvarás e licenças exigidas pelos órgãos municipais e pelo Corpo de Bombeiros, e demais legislações pertinentes, quando houver necessidade.

Para maior clareza, firmo a presente.

Local, data.

Nome do representante/ CPF

ANEXO VI

MINUTA TERMO DE FOMENTO Nº 00.../2019

TERMO DE FOMENTO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na Rua Duque de Caxias, nº 789, centro, em São Lourenço do Oeste/SC, representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. Rafael Caleffi, CPF sob o nº 026.437.969-18, residente e domiciliado em São Lourenço do Oeste/SC, doravante denominado partícipe e a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, inscrita no CNPJ sob o n. __, com sede em __, representada por __, CPF __ __, doravante denominado partícipe, em observância às disposições da Lei Federal n. 13.019, de 31 de julho de 2014 e das Leis Orçamentárias vigentes, resolvem celebrar o presente TERMO DE FOMENTO, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – Este Termo de Fomento, decorrente do Edital de Chamamento Público nº 007/2019, tem por objeto a celebração, em regime de mútua cooperação, cujo objetivo é a seleção de 01 (uma) proposta com valor máximo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), por meio de Termo de Fomento, cujo objetivo é a seleção de 01 (uma) proposta com valor máximo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para a consecução de Atividade de Fomento a confecção de trajes aos Grupos de Corais do Município de São Lourenço do Oeste - SC.

1.2 – O objeto deste Termo de Fomento não consiste, envolve ou inclui, direta ou indiretamente, delegação das funções de regulação, fiscalização, de exercício do poder de polícia ou outras atividades exclusivas do Estado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

2.1 – São obrigações da administração pública:

2.1.1 – Designar Gestor que será o responsável pela gestão da parceria, com poderes de controle e de fiscalização;

2.1.2 – Registrar os atos de celebração, acompanhamento e fiscalização da execução e a prestação de contas do presente Termo de Fomento;

2.1.3 – Orientar a organização da sociedade civil quanto à correta apresentação da prestação de contas, tendo como premissas a simplificação e a racionalização dos procedimentos;

2.1.4 – Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, independentemente de apresentação de prestação de contas devida pela organização da sociedade civil, o qual, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

a) descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

- b) análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
 - c) máquinas e equipamentos cedidos pela administração pública, quando for o caso;
 - d) relatórios apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos neste Termo de Fomento;
 - e) análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomarem em decorrência dessas auditorias.
- 2.1.5 – Liberar os recursos em obediência ao cronograma de desembolso;
- 2.1.6 – Viabilizar o acompanhamento pela Internet do processo de cessão dos equipamentos da parceria celebrada;
- 2.1.7 – Manter, em seu sítio oficial na Internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento;
- 2.1.8 – Divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos equipamentos/máquinas envolvidos na parceria.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

3.1 – São obrigações da organização da sociedade civil:

- 3.1.1 – informar ao Município de São Lourenço do Oeste todas e quaisquer alterações estatutárias, incluindo a de composição de sua Diretoria, por ocasião de sua eventual ocorrência;
- 3.1.2 – divulgar, na internet ou em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as parcerias celebradas com a administração pública, contendo, no mínimo, as seguintes informações:
- a) data de assinatura e identificação do instrumento de parceria e do órgão da administração pública responsável;
 - b) nome da organização da sociedade civil e seu número de inscrição no CNPJ;
 - c) descrição do objeto da parceria;
 - d) valor total da parceria e valores liberados, quando for o caso;
 - e) situação da prestação de contas da parceria, que deverá informar a data prevista para sua apresentação e/ou a data em que foi apresentada, o prazo para sua análise e o resultado conclusivo;
 - f) quando vinculados à execução do objeto e pagos com recursos da parceria, o valor total da remuneração da equipe de trabalho, as funções que seus integrantes desempenham e a remuneração prevista para o respectivo exercício;
- 3.1.3 – responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- 3.1.4 – responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do Termo de Fomento, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto ou restrição à sua execução;
- 3.1.5 – prestar contas da boa e regular utilização dos recursos ou dos bens no prazo de até 30 (trinta) dias do fim de cada exercício até o final de sua vigência;
- 3.1.6 – manter, durante o prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da prestação de contas, em seu arquivo, os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO

- 4.1 – O Gestor deste Termo de Fomento é o agente público responsável pela gestão da parceria celebrada, designado por ato publicado em meio oficial de comunicação, com poderes de controle e fiscalização.
- 4.2 – Na hipótese de o Gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo Gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do Gestor.
- 4.3 – São obrigações do Gestor:
- 4.3.1 – acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
 - 4.3.2 – informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
 - 4.3.3 – emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação emitido pela administração pública e homologado pela Comissão de Monitoramento e Avaliação designada;
 - 4.3.4 – disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação;
 - 4.3.5 – comunicar ao administrador público as situações de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil.
 - 4.3.6 – Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das atividades e metas pactuadas;
 - 4.3.7 – retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceria, qualquer que tenha sido a modalidade ou o título que lhes concedeu o direito de uso de tais bens, quando for o caso;
 - 4.3.8 – assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no Plano de Trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

- 5.1 – Este Termo de Fomento terá vigência até 31 de dezembro de 2020, conforme Plano de Trabalho, contados a partir da publicação do respectivo extrato no Diário Oficial dos Municípios, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo, por solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à administração pública em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término inicialmente previsto.
- 5.2 – A prorrogação de ofício da vigência deste Termo de Fomento deve ser feita pela administração pública quando ela der causa a atraso na liberação dos recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR TOTAL E DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

6.1 – Os recursos financeiros para execução do objeto deste Termo de Fomento estão fixados em R\$000,00 (.....) (conforme plano de trabalho da OSC), relativos ao presente exercício, à conta da dotação alocada no orçamento com a seguinte dotação orçamentaria:

Órgão	06 Secretaria de Administração e Fazenda
Unidade	01 Secretaria de Administração e Fazenda
Funcional	04.122.4503.2.006 Manutenção das Atividades Da Secretaria de Administração e Fazenda e Planejamento
Modalidade de Aplicação	33.50.00.00.00.00.00 Transferências à instituições privadas sem fins lucrativos
Recurso	1000
Dotação	16

6.2 - Os recursos financeiros serão transferidos em 01(uma) parcela, sendo em até 30 dias após a edição de lei autorizativa para realização do repasse.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

7.1 – O presente Termo de Fomento deve ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada um pelas consequências da inexecução total ou parcial.

7.2 – A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao Gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

7.2.1 – datas e locais das atividades, incluindo o registro dos resultados em fotos e/ou vídeos, quantidade de público, listas de presença, locais de apresentação, material de divulgação (em que constem os créditos exigidos), clipagens e outros documentos comprobatórios das atividades realizadas e da execução do objeto pactuado.

7.3 – O não cumprimento de metas e resultados estabelecidos no Plano de Trabalho, resultando na não execução do objeto pactuado, implicará na obrigatoriedade de apresentação de relatório de utilização, sua vinculação com a execução do objeto e, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

- a) material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos e outros suportes;
- b) relatório de execução de serviços do equipamento ora cedido.

7.4 – A administração pública deverá considerar ainda, em sua análise, os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

7.4.1 – relatório de visita técnica in loco eventualmente realizada durante a execução da parceria;

7.4.2 – relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.

7.5 – Para fins de avaliação quanto a eficácia e efetividade das ações em execução ou que já foram realizadas, o parecer do Gestor acerca da prestação de contas da parceria celebrada deverá, obrigatoriamente, mencionar:

- a) os resultados já alcançados e seus benefícios;
- b) os impactos econômicos ou sociais;
- c) o grau de satisfação do público alvo;
- d) a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

7.6 – A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 30 (trinta) dias a partir do término do exercício, ou, se a duração da parceria exceder um ano, no final de cada exercício, para fins de monitoramento do cumprimento das metas do objeto.

7.6.1– O prazo referido no item 7.6 poderá ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, desde que devidamente justificado e aprovado pelo Gestor.

7.6.2 – O disposto no item 7.6.1 não impede que a administração pública promova a instauração de tomada de contas especial antes do término da parceria, ante evidências de irregularidades na execução do objeto.

7.7 – A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública se dará no prazo máximo de 150 (cento e cinquenta) dias, contados da data do seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período, devendo concluir, alternativamente, pela:

- 7.7.1 – aprovação da prestação de contas;
- 7.7.2 – aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração da tomada de contas especial.

7.8 – As prestações de contas serão avaliadas:

7.8.1 – regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no Plano de Trabalho;

7.8.2 – regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

7.8.3 – irregulares, quando comprovada quaisquer das seguintes circunstâncias:

- 7.8.4 – omissão no dever de prestar contas;
- 7.8.5– descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no Plano de Trabalho;
- 7.8.6 – dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
- 7.8.7 – desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

7.9 – Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade.

7.9.1 – O prazo referido no item 7.9 é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, desde que dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação dos resultados.

7.9.2 – Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis,

quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

7.10 – Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESTITUIÇÃO DOS BENS

8.1 – Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os bens cedidos ou produzidos, quando for o caso, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

9.1 – O presente Termo de Fomento poderá ser rescindido a qualquer tempo e por qualquer dos partícipes, os quais somente responderão pelas obrigações e auferirão as vantagens do tempo em participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade da intenção rescisória.

9.2 – Ocorrendo a rescisão, não caberá aos partícipes qualquer direito à reclamação de indenização pecuniária, obrigando-os, entretanto, a apresentarem os relatórios das atividades desenvolvidas e a prestação de contas, até a data do encerramento do Termo de Fomento, bem como a restituição dos valores recebidos, se houver.

9.3 – A inexecução total ou parcial deste Termo de Fomento por qualquer dos partícipes ensejará sua denúncia e rescisão pela parte prejudicada, com as consequências previstas em Lei e neste instrumento.

9.4 – É atribuída à administração a prerrogativa para assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar a descontinuidade.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES

10.1 – Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho e com as normas da Lei Federal n. 13.019, de 31 de julho de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil as seguintes sanções:

10.1.1 – advertência;

10.1.2 – suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

10.1.3 – declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

11.1 – Deverá ser garantido o livre acesso dos servidores do Município de São Lourenço do Oeste, do controle interno e externo correspondentes aos processos, aos documentos e às informações referentes ao presente Termo de Fomento, bem como aos locais de execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1 – Os partícipes elegem o Foro da Comarca de São Lourenço do Oeste - SC como competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Termo de Fomento ou de sua participação, que não possam ser solucionados administrativamente, bem como para solucionar os litígios que possivelmente decorrerem deste instrumento.

12.2 – Tanto quanto possível, as partes se esforçarão para resolver amistosamente todos os casos omissos a este Termo de Fomento.

São Lourenço do Oeste (SC), ____/____/____.

Município de São Lourenço do Oeste OSC

Rafael Caleffi

Prefeito Municipal

Testemunhas:

1. _____ 2. _____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

Visto e aprovado pela Procuradoria Geral do Município, em ____/____/2019.

ELISABETH REDIVO

OAB/SC 21.317

Procuradora Geral do Município

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE COMPROVAÇÃO DE APRESENTAÇÕES

(apresentar copia foto/ jornal/internet/declarações etc)

Na qualidade de representante legal da (Nome da Organização da Sociedade Civil), declaro para os devidos fins que possuímos
COMPROVAÇÃO DE APRESENTAÇÕES (apresentar copia foto/ jornal/internet/declarações etc), conforme exigências contidas no Edital de Termo de Fomento Chamamento Público nº 007/2019, conforme comprovantes em anexo.

Para maior clareza, firmo a presente.
Local, data.

Nome do representante/CPF

ANEXO VIII

APRESENTAÇÕES NACIONAIS (considera nacional apresentação em qualquer estado das federação)

Na qualidade de representante legal da (Nome da Organização da Sociedade Civil), declaro para os devidos fins que possuímos
APRESENTAÇÕES NACIONAIS (considera nacional apresentação em qualquer estado das federação), conforme exigências contidas no Edital de Termo de Fomento Chamamento Público nº 007/2019, conforme comprovantes em anexo.

Para maior clareza, firmo a presente.
Local, data.

Nome do representante/CPF

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 007, DE 01 DE ABRIL DE 2019 - ICSL.

Publicação Nº 2216196

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 007, DE 01 DE ABRIL DE 2019 - ICSL.

Cedente: Instituto Cultural de São Lourenço, CNPJ nº 08.806.043/0001-70.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 007, de 01 de abril de 2019, do bem Violoncelo, com registro no patrimônio do Município sob o nº 1394, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo originário.

Data da assinatura: 04/11/2019.

Signatário: Rennã Higor Fedrigo - Presidente do Instituto Cultural São Lourenço - pelo Cedente.

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 024/2019, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2217136

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 024/2019, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Origem: Lei Municipal nº 2.219, de 22 de maio de 2015, Decreto nº 5.677, de 31 maio de 2017, e Decreto nº 6.477, de 1º de novembro de 2019.

Permitente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Permissionária: ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA VETERANOS DE SÃO LOURENÇO DO OESTE; CNPJ nº 80.635.485/0001-29.

Objeto: Permissão de Uso Onerosa do Centro de Eventos de São Lourenço do Oeste, em virtude da realização da XXV Festa do Chopp, a ser promovida na data de 07 de dezembro de 2019, pela Permissionária.

Valor: R\$ 7.548,26 (sete mil quinhentos e quarenta e oito reais e vinte e seis centavos), correspondendo a 63,79 (sessenta e três vírgula setenta e nove) UFRMs - Unidades Fiscais de Referência Municipal, conforme estabelecido no Decreto nº 6.477, de 1º de novembro de 2019.

Pagamento: Em parcela única, por meio de DAM - Documento de Arrecadação Municipal, com vencimento até o dia 04 de dezembro de 2019.

Data de Assinatura: 05/11/2019.

Vigência: de 05 a 09 de dezembro de 2019.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pelo permitente e Adirlei Carlos Santian - pela permissionária.

PORTARIA Nº 1.284, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2216252

PORTARIA Nº 1.284, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos VII e IX, do artigo 55 da Lei Orgânica do Município, com base no Art. 8º da Lei 1.742 de 09/04/2008;
CONSIDERANDO, o Memorando nº 367/2019 do sistema 1Doc;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a partir de 11 de novembro de 2019, a servidora pública municipal CARLA MARIOTT, matrícula nº 3501/02, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, do cargo de Professor Habilitado – ACT.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 05 de novembro de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC em:
_____/_____/2019.

PORTARIA Nº 1.285, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2216419

PORTARIA Nº 1.285, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº 09, de 18 de outubro de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores públicos municipais a seguir relacionados, para comporem a Comissão Coordenadora e Avaliadora do Processo Seletivo Público de Provas e de Títulos, aberto pelo Edital nº 09, de 18 de outubro de 2019, sob a presidência do primeiro:

I - Adriana Maria Ávila, ocupante do cargo de Assistente Técnico Pedagógico e atuando como Coordenadora do Programa de Educação de Tempo Integral, matrícula nº 1334/04;

II - Rocheler Carla Dalazen dos Santos, ocupante do cargo de Diretor Geral de Educação, matrícula nº 1759/09;

III - Edina Adriana Bastezini, ocupante do cargo de Diretor de Escola (EBM Santa Catarina), matrícula nº 1393/01;

IV - Emannelle Favretto, ocupante do cargo de Diretor de Escola (EBM São Francisco), matrícula nº 266/02;

V - Carla Rodrigues de Andrade, ocupante do cargo de Analista Administrativo, matrícula nº 1892/03.

Parágrafo único. O Processo Seletivo de que trata o caput é destinado à admissão e formação de cadastro de reserva de Estagiários cursando Ensino Superior ou Pós-Graduação, na modalidade de estágio não obrigatório, bem como pessoal em caráter temporário para atuação como Instrutor de Violino, Yoga, Robótica Educacional, Esportes e Educação Emocional, no ano letivo de 2020, nas Oficinas Pedagógicas do Programa de Educação de Tempo Integral, da Rede Municipal de Ensino.

Art. 2º Compete a Comissão Coordenadora e Avaliadora do Processo Seletivo nº 09/2019:

I - receber e divulgar as inscrições realizadas pelos candidatos;

II - avaliar o desempenho dos candidatos inscritos na Prova de Habilidades Práticas;

III - aferir os títulos dos candidatos aprovados na Prova Prática;

IV - providenciar a classificação;

V - emitir julgamentos;

VI - resolver os casos omissos sobre o mesmo;

VII - realizar demais atos de que se fizerem necessários em cumprimento em Edital nº 09/2019.

Art. 3º A Comissão Coordenadora e Avaliadora somente poderá atuar com a maioria absoluta de seus membros.

Art. 4º As decisões da Comissão Coordenadora e Avaliadora serão tomadas por maioria simples de votos, cabendo a Presidente o voto de desempate.

Art. 5º Por se tratar de serviço relevante ao Município, os membros da Comissão não receberão qualquer tipo de remuneração pelos serviços realizados na coordenação, acompanhamento e avaliação do Processo Seletivo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 05 de novembro de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.286, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2217158

PORTARIA Nº 1.286, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Altera a Portaria nº 1.263, de 31 de outubro de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o artigo 1º da Portaria nº 1.263, de 31 de outubro de 2019, que passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art.1 Conceder férias, a servidora pública municipal ALVINA DA CONCEIÇÃO DE CAMARGO, ocupante do cargo de Técnico Em Enfermagem, matrícula nº 3000/57, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 12 a 26 de novembro de 2019, referente ao período aquisitivo 2017/2018, e no período de 27 de novembro a 11 de dezembro de 2019, referente ao período aquisitivo 2018/2019”.

Art. 2º As demais disposições da Portaria nº 1.263, de 31 de outubro de 2019, permanecem inalteradas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 05 de novembro de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2019.

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 22/2019.

Publicação Nº 2201551

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 22/2019.

TERMO DE COLABORAÇÃO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE E ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA COMUNIDADE DE SANTOS DUMONT.

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na Rua Duque de Caxias, nº 789, centro, em São Lourenço do Oeste/SC, representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. Rafael Caleffi, CPF sob o nº 026.437.969-18, residente e domiciliado em São Lourenço do Oeste/SC, doravante denominado partícipe e com Associação dos Moradores da comunidade de Santos Dumont, CNPJ nº 02.759.008/0001-61, com sede na Linha Santos Dumont, interior no município de São Lourenço do Oeste - SC representado pelo Sr. Edilio Benetti, inscrita no CPF 451.189.739-53 doravante denominado partícipe, em observância às disposições da Lei Federal n. 13.019, de 31 de julho de 2014 e das Leis Orçamentárias vigentes, resolvem celebrar o presente TERMO DE COLABORAÇÃO, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – Este Termo de Colaboração, decorrente de Edital de Inexigibilidade de Chamamento Público nº 22/2019, tem por objeto a celebração, em regime de mútua cooperação, de parceria destinada à consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em plano de trabalho do Associação dos Moradores da comunidade de Santos Dumont, parte integrante do presente Termo de Colaboração, cuja finalidade específica consiste na CONSTRUÇÃO DE BANHEIROS NA SEDE DA ASSOCIAÇÃO.

1.2 – O objeto deste Termo de Colaboração não consiste, envolve ou inclui, direta ou indiretamente, delegação das funções de regulação, fiscalização, de exercício do poder de polícia ou outras atividades exclusivas do Estado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

2.1 – São obrigações da administração pública:

- a) Designar Gestor que será o responsável pela gestão da parceria, com poderes de controle e de fiscalização;
- b) Registrar os atos de celebração, alienação, liberação de recursos, acompanhamento e fiscalização da execução e a prestação de contas do presente Termo de Colaboração;
- c) Orientar a organização da sociedade civil quanto à correta apresentação da prestação de contas, tendo como premissas a simplificação e a racionalização dos procedimentos;
- d) Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, independentemente de apresentação de prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;

2.2 – O relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

- a) descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
- b) análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
- c) valores efetivamente transferidos pela administração pública;
- d) análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos neste Termo de Colaboração;
- e) análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomarem em decorrência dessas auditorias.

2.3 – Liberar os recursos em obediência ao cronograma de desembolso;

2.4 – Viabilizar o acompanhamento pela Internet do processo de liberação de recursos da parceria celebrada;

2.5 – Manter, em seu sítio oficial na Internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento;

2.6 – Divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO

DA SOCIEDADE CIVIL

3.1 – São obrigações da organização da sociedade civil:

- a) Informar ao Município de São Lourenço do Oeste todas e quaisquer alterações estatutárias, incluindo a de composição de sua Diretoria, por ocasião de sua eventual ocorrência;
- b) Divulgar, na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as parcerias celebradas com a administração pública, contendo, no mínimo, as seguintes informações:
 - b.1) data de assinatura e identificação do instrumento de parceria e do órgão da administração pública responsável;
 - b.2) nome da organização da sociedade civil e seu número de inscrição no CNPJ;
 - b.3) descrição do objeto da parceria;
 - b.4) valor total da parceria e valores liberados, quando for o caso;
 - b.5) situação da prestação de contas da parceria, que deverá informar a data prevista para sua apresentação e/ou a data em que foi apresentada, o prazo para sua análise e o resultado conclusivo;
 - b.6) quando vinculados à execução do objeto e pagos com recursos da parceria, o valor total da remuneração da equipe de trabalho, as funções que seus integrantes desempenham e a remuneração prevista para o respectivo exercício;
- c) Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- d) Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do Termo de Colaboração, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto ou restrição à sua execução;
- e) Prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria ou da conclusão do objeto proposto, o que ocorrer primeiro.
- f) Manter, durante o prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da prestação de contas, em seu arquivo, os documentos originais que compõem a prestação de contas.

3.2 – Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das atividades e metas pactuadas:

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO

4.1 – O Gestor deste Termo de Colaboração é o agente público responsável pela gestão da parceria celebrada, designado por ato publicado em meio oficial de divulgação do município, veiculado eletronicamente no endereço www.diariomunicipal.sc.gov.br, com poderes de controle e fiscalização.

4.2 – Na hipótese de o Gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo Gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do Gestor.

4.3 – São obrigações do Gestor:

- a) acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
 - b) informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
 - c) emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação emitido pela administração pública e homologado pela Comissão de Monitoramento e Avaliação designada;
 - d) disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação;
 - e) comunicar ao administrador público as situações de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil.
- 4.4 – Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das atividades e metas pactuadas, cabendo ao Gestor:

- a) retornar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceria, quando for o caso, qualquer que tenha sido a modalidade ou o título que lhes concedeu o direito de uso de tais bens;
- b) assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no Plano de Trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

5.1 – Este Termo de Colaboração terá vigência até dia 30 de março de 2020, conforme Plano de Trabalho, contados a partir da publicação do respectivo extrato no Diário Oficial dos Municípios, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo, por solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à administração pública em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término inicialmente previsto.

5.2 – A prorrogação de ofício da vigência deste Termo de Colaboração deve ser feita pela administração pública quando ela der causa a atraso na liberação dos recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – Os recursos financeiros para a execução do objeto deste Termo de Colaboração estão programados em dotação orçamentária própria, prevista no Orçamento Geral do Município de São Lourenço do Oeste para o exercício de 2019:

Órgão	06 Secretaria de Administração e Fazenda
Unidade	01 Secretaria de Administração e Fazenda
Funcional	04.122.4503.2.006 Manutenção das Atividades Da Secretaria de Administração e Fazenda e Planejamento
Modalidade de Aplicação	33.50.00.00.00.00.00 Transferências à instituições privadas sem fins lucrativos

Recurso	1000
Dotação	16

CLÁUSULA SÉTIMA - DO VALOR TOTAL E DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

7.1 – Os recursos financeiros para execução do objeto deste Termo de Colaboração estão fixados em R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), relativos ao presente exercício, à conta da dotação alocada no orçamento referido na Cláusula Sexta.

7.2 - Os recursos financeiros serão transferidos em 02(duas) parcelas sendo depositada em conta específica no Banco SICOOB Agencia 3076 Conta Corrente 27.876-9 após a publicação do Termo, seguindo o seguinte cronograma:

1ª Parcela: até 15 de novembro de 2019, Valor R\$ 10.000,00;

2ª Parcela: até 15 de dezembro de 2019, Valor R\$ 15.000,00;

CLÁUSULA OITAVA – DA LIBERAÇÃO E DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

8.1 – As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas em estrita conformidade com o respectivo cronograma de desembolso.

8.2 – Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica.

8.3 – Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

8.4 – Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e a obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

8.5 – Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

8.6 – Demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, poderá ser admitida a realização de pagamentos em espécie, desde que sejam devidamente identificados os fornecedores e prestadores de serviços que receberão.

8.6.1 – Quem receber os pagamentos em espécie deverá emitir recibo com a data em que a transação foi efetuada, e obrigatoriamente deve conter no recibo a assinatura de quem está pagando e recebendo, devidamente identificados.

8.6.2 – Os saldos dos recursos repassados, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto, lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos verificar-se em prazos menores que um mês.

CLÁUSULA NONA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

9.1 – O presente Termo de Colaboração deve ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada um pelas consequências da inexecução total ou parcial.

9.2 – A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao Gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

9.3 – datas e locais das atividades, incluindo o registro dos resultados em fotos e/ou vídeos, quantidade de público, listas de presença, locais de apresentação, material de divulgação (em que constem os créditos exigidos), clipagens e outros documentos comprobatórios das atividades realizadas e da execução do objeto pactuado.

9.4 – O não-cumprimento de metas e resultados estabelecidos no Plano de Trabalho, resultando na não-execução do objeto pactuado, implicará na obrigatoriedade de apresentação de relatório de execução financeira, com a descrição das receitas e despesas efetivamente realizadas, sua vinculação com a execução do objeto e, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

9.4.1 – extrato da conta bancária específica;

9.4.2 – notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, discriminação dos serviços e dados da organização da sociedade civil;

9.4.3 – comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

9.4.4 – material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos e outros suportes;

9.4.5 – relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso.

9.5 – Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

9.6 – A administração pública deverá considerar ainda, em sua análise, os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

9.6.1 – relatório de visita técnica in loco eventualmente realizada durante a execução da parceria;

9.6.2 – relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Colaboração.

9.7 – Para fins de avaliação quanto à eficácia e efetividade das ações em execução ou que já foram realizadas, o parecer do Gestor acerca da prestação de contas da parceria celebrada deverá, obrigatoriamente, mencionar:

9.7.1 – os resultados já alcançados e seus benefícios;

9.7.2 – os impactos econômicos ou sociais;

9.7.3 – o grau de satisfação do público alvo;

9.7.4 – a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

9.8 – A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 90 (noventa) dias a partir da data de liberação de cada parcela do recurso e ao final do término da vigência da parceria, ou, se a duração da parceria exceder um ano, no final de cada exercício, para fins de monitoramento do cumprimento das metas do objeto.

9.8.1 – O prazo referido no item 9.7 poderá ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, desde que devidamente justificado e aprovado pelo Gestor.

9.8.2 – O disposto no item 9.7.1 não impede que a administração pública promova a instauração de tomada de contas especial antes do término da parceria, ante evidências de irregularidades na execução do objeto.

9.9 – A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública se dará no prazo máximo de 150 (cento e cinquenta) dias, contados da data do seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual

período, devendo concluir, alternativamente, pela:

9.9.1 – aprovação da prestação de contas;

9.9.2 – aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração da tomada de contas especial.

9.10 – As prestações de contas serão avaliadas como:

9.10.1 – regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no Plano de Trabalho;

9.10.2 – regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

9.10.3 – irregulares, quando comprovada quaisquer das seguintes circunstâncias:

9.10.4 – omissão no dever de prestar contas;

9.10.5 – descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no Plano de Trabalho;

9.10.6 – dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

9.10.7 – desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

9.11 – Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade.

9.12 – O prazo referido no item 9.11 é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, desde que dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação dos resultados.

9.13 – Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

9.14 – Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

10.1 – Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES

11.1 – Para os fins deste Termo de Colaboração, quando for o caso, consideram-se remanescentes os bens de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

11.2 – Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado, observado o disposto no Termo e na legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1 – O presente Termo de Colaboração poderá ser rescindido a qualquer tempo e por qualquer dos partícipes, os quais somente responderão pelas obrigações e auferirão as vantagens do tempo em participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade da intenção rescisória.

12.2 – Ocorrendo a rescisão, não caberá aos partícipes qualquer direito à reclamação de indenização pecuniária, obrigando-os, entretanto, a apresentarem os relatórios das atividades desenvolvidas e a prestação de contas, até a data do encerramento do Termo de Colaboração, bem como a restituição dos valores recebidos, se houver.

12.3 – A inexecução total ou parcial deste Termo de Colaboração por qualquer dos partícipes ensejará sua denúncia e rescisão pela parte prejudicada, com as consequências previstas em Lei e neste instrumento.

12.4 – É atribuída à administração a prerrogativa para assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar a descontinuidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES

13.1 – Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho e com as normas da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil as seguintes sanções:

13.1.1 – advertência;

13.1.2 – suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

13.1.3 – declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem 13.1.2.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

14.1 – Deverá ser garantido o livre acesso dos servidores do Município de São Lourenço do Oeste - SC, do controle interno e externo correspondentes aos processos, aos documentos e às informações referentes ao presente Termo de Colaboração, bem como aos locais de execução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1 – Os partícipes elegem o Foro da Comarca de São Lourenço do Oeste - SC como competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Termo de Colaboração ou de sua participação, que não possam ser solucionados administrativamente, bem como para solucionar os litígios que possivelmente decorrerem deste instrumento.

15.2 – Tanto quanto possível, as partes se esforçarão para resolver amistosamente todos os casos omissos a este Termo de Colaboração.

São Lourenço do Oeste - SC, 05 de novembro de 2019.

Testemunhas:

1. _____

Nome:

CPF:

2. _____

Nome:

CPF:

Visto e aprovado pela Procuradoria Geral do Município, em 05/11/2019.

ELISABETH REDIVO

OAB/SC 21.317

Procuradora Geral do Município

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

EDITAL 12/2019 FMS - TOMADA DE PREÇOS - EMPREITADA GLOBAL

Publicação Nº 2216735

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2019 FMS
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS – EMPREITADA GLOBAL

VILMAR SCHMAEDECKE, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Licitação do tipo TOMADA DE PREÇOS, menor preço GLOBAL, com fundamento na Lei 8.666/93, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, EMPREITADA GLOBAL, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, PARA EXECUÇÃO DE ACADEMIA PÚBLICA DE SAÚDE, COM ÁREA DE 207,53m², c e estará recebendo envelopes da documentação e proposta até às 08:00 horas do dia 21/11/2019. Maiores informações, bem como cópia do edital na integra encontram-se disponíveis no site do município, bem como poderão ser obtidas com o setor de Licitações, e setor de compras, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei n. 10.520/02 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores. São Miguel da Boa Vista (SC), 05 de novembro de 2019.

VILMAR SCHMAEDECKE – Prefeito Municipal.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 22/2018 - SOCIAL

Publicação Nº 2216257

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST.SOC.SAO M. DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 1º ADT 22/2018 - Contrato Nº: 22/2018
Contratante...: FUNDO MUN. DE ASSIST.SOC.SAO M. DO OESTE
Contratada...: ELOIDE APARECIDA ODY
Valor : 23.952,00 (vinte e três mil e novecentos e cinquenta e dois reais)
Vigência : Início: 01/11/2019 Término: 31/10/2020
Licitação : Processo Licitatório nº 33/2018 Inexigibilidade de Licitação Nº.: 10/2018
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACOlhIMENTO INSTITUCIONAL PARA O SR. G. S., CONFORME DETERMINAÇÃO JUDICIAL AUTOS Nº 0900092-73.2018.24.0067, NO LAR ACONCHEGO NO MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE - SC, PARA O PERIODO DE 12 MESES

São Miguel do Oeste, 05 de novembro de 2019

CONTRATO 203/2019 - PREFEITURA

Publicação Nº 2216349

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 203/2019
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
Contratada...: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA KOLLN LTDA
Valor : R\$ 31.014,52 (trinta e um mil catorze reais e cinquenta e dois centavos)
Vigência : Início: 05/11/2019 Término: 04/02/2020
Licitação : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 229/2019 TOMADA DE PREÇO Nº 25/2019
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA AMPLIAÇÃO DA COBERTURA DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL TEONÍSIO WAGNER, LOCALIZADA NA RUA SEVERINO VERONESE, BAIRRO JARDIM PEPERI, MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, DE ACORDO COM MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTOS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PROJETOS PARTES INTEGRANTES DESTES PROCESSOS LICITATÓRIOS.

São Miguel do Oeste, 05 de novembro de 2019

DECRETO 9.198 DISPÕE SOBRE O REAJUSTE DAS TAXAS REFERENTE AO CONTRATO N. 002/2011 FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO E A EMPRESA ROSEMAR CORTI ME

Publicação Nº 2216990

DECRETO Nº 9.198/2019
DISPÕE SOBRE O REAJUSTE DAS TAXAS REFERENTE AO CONTRATO DE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO N. 002/2011 FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E A EMPRESA ROSEMAR CORTI – ME.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando a competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 5 de abril de 1990, e,

CONSIDERANDO o Contrato de Concessão de Serviço Público n. 002/2011, firmado entre o Município de São Miguel do Oeste e a empresa Rosemar Corti – ME, inscrita no CNPJ n. 07.732.664/0001-94;

CONSIDERANDO que o Contrato de Concessão de Serviço Público n. 002/2011 tem como objeto prestação de serviços de remoção, recolha, guarda e depósito de veículos localizados e/ou apreendidos na circunscrição deste município, de interesse policial ou em virtude de constatação de infringência às normas de trânsito, na conformidade do Edital de Concorrência n. 002/2010, Processo Licitatório n. 0149/2010;

CONSIDERANDO a cláusula sexta do contrato a qual prevê que o reajuste das tarifas será fixado anualmente por Decreto, considerando o

IGP/DI acumulado nos últimos 12 (doze) meses;

CONSIDERANDO que desde a assinatura do Contrato não houve reajuste, o que contraria o disposto no Contrato de Concessão de Serviço Público n. 002/2011;

CONSIDERANDO que, conforme apuração da Fundação Getúlio Vargas, os índices de reajuste acumulado nos últimos doze meses foram: 5,01% no ano de 2011, 8,11% no ano de 2012, 5,52% no ano de 2013, 3,78% no ano de 2014, 10,67% no ano de 2015, 7,15% no ano de 2016, -0,42% no ano de 2017 e 7,10% no ano de 2018;

DECRETA:

Art. 1º Ficam reajustados os valores das taxas constantes na cláusula quinta do Contrato de Concessão de Serviço Público n. 002/2019, referente Processo Licitatório n. 0149/2010, Concorrência Pública n. 002/2010, considerando os índices apurados entre os anos de 2012 e 2018, conforme abaixo discriminadas:

I - Serviços de Rebocamento/Guincho de Veículos:

a) R\$ 62,35 (Sessenta e dois reais e trinta e cinco centavos) aos veículos descritos no art. 96, II, a: 2, 3, 4, 5, 6 e 7; b: 1, 2, 3, 4 e 5, do CTB, no perímetro urbano de São Miguel do Oeste, e com distância de até 40Km;

b) R\$ 31,42 (Trinta e um reais e quarenta e dois centavos) aos veículos descritos no art. 96, II, a: 8, 9, 11 e 12; b: 6, 7 e 8; c: 1, 2 e 3 do CTB, no perímetro urbano de São Miguel do Oeste, e com distância de até 40Km.

II - Serviço de Guarda e Depósito (estadia) de Veículos:

a) R\$ 4,73 (Quatro reais e setenta e três centavos), por dia, para ciclomotor, motoneta, motocicleta e quadriciclo;

b) R\$ 14,18 (Catorze reais e dezoito centavos), por dia, para automóvel e caminhonete;

c) R\$ 7,97 (Sete reais e noventa e sete centavos), por dia, para Caminhão, microônibus e ônibus;

d) R\$ 3,93 (Três reais e noventa e três centavos), por dia, para Reboque e semi-reboque (Bi-trem e carreta);

e) R\$ 0,32 (Trinta e dois centavos de real), por dia, para veículos movidos a tração humana ou animal.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 04 de novembro de 2019.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Barbara Casales Giongo Rodrigues

Procuradora Geral

Este Decreto foi publicado no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess

Técnico Administrativo

PORT.1421 - PRORROGA PROCESSO SELETIVO 003.2018

Publicação Nº 2217416

PORTARIA GPT/DDP 1421/2019

PRORROGA O PROCESSO SELETIVO, NOS TERMOS DO ITEM 1.1.6 DO EDITAL 3/2018, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere do Inciso VIII do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e com base na Lei Federal nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002 e alterações, e, CONSIDERANDO que a previsão de homologação do novo Processo Seletivo n. 9/2019 ocorrerá no mês de dezembro de 2019;

CONSIDERANDO a necessidade de substituição de profissionais da educação em licença até o final do ano letivo de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogado o Processo Seletivo n. 3/2018 até 15/12/2019, com efeitos retroativos à 18/09/2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em, 04 de novembro de 2019.
WILSON TREVISAN
Prefeito Municipal

PORTARIA 0208 PRORROGA PRAZO COMISSÃO 0279/2017

Publicação Nº 2216877

PORTARIA Nº 0208/2019

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO INSTAURADA PELA PORTARIA Nº 0279/2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso I, do art. 1º, do Decreto nº 8.803/2017, alterado pelo Decreto nº 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Administração e Finanças as atribuições do inciso VIII, do art. 72 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 5 de abril de 1990, e,

CONSIDERANDO o memorando interno nº 004/2019, da Comissão nomeada por meio da Portaria nº 0279 de 16 de outubro de 2017, protocolado sob nº 9544/2019, o qual solicita a prorrogação de prazo para conclusão dos trabalhos.

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogado por mais 30 dias, a contar do dia 05 de novembro de 2019, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Especial instaurada para investigar as condutas da empresa PALOMA CONSTRUTORA EIRELI, na execução dos Contratos nº 119/2014 e nº 33/2016, composta pelas servidoras Celi Maziero, Danielle Fernanda Pretto Kelm e Suinara Maria Lucca Folmer.

Art. 2º A comissão de que trata o artigo 1º fará jus a gratificação contida no Artigo 88 da Lei Complementar nº 009/2012, combinada com o anexo IV da Lei Complementar nº 025/2013, regulamentadas pelo Decreto n. 8.178/2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se na forma da lei.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em, 04 de novembro de 2019.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Barbara Casales Giongo Rodrigues
Procuradora Geral

Esta Portaria foi publicada no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess
Técnico Administrativo

PORTARIA SGPT/DDP Nº 1422/2019

Publicação Nº 2217431

PORTARIA SGPT/DDP Nº 1422/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar da portaria 1217/2019 de 05 de setembro de 2019, concedendo mais 60 dias nos termos do parágrafo único do artigo 145 da LCM 009/2012.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 04 de novembro de 2019.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORTARIA SGPT/DDP Nº 1423/2019

Publicação Nº 2217434

PORTARIA SGPT/DDP Nº 1423/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER o gozo de 30(trinta) dias, da 1ª licença prêmio a CLARICE POSSAMAI VIVAN, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, concedido o direito conforme Portaria nº 1494/2018 de 26 de novembro de 2018, referente ao período de 20 de novembro de 2013 a 19 de novembro de 2018, a serem gozados de 04 de novembro de 2019 a 03 de dezembro de 2019.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 04 de novembro de 2019.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORTARIA SGPT/DDP Nº 1424/2019

Publicação Nº 2217435

PORTARIA SGPT/DDP Nº 1424/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º BRUNA DA FONSECA, ocupante do cargo de Médico, junto a Secretaria Municipal de Saúde, 40 horas semanais, a partir de 09 de novembro de 2019.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 04 de novembro de 2019.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PROC 243/2019 - PREFEITURA

Publicação Nº 2216756

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 243/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 36/2019

O Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir do Secretário Municipal de Administração e Finanças, leva ao conhecimento dos interessados que realizou licitação na Modalidade de Dispensa de Licitação tendo como objeto: Contratação de empresa para elaboração de projeto civil de uma ponte de aproximadamente 10,00m de comprimento por 12,00m de largura a ser executada sobre o lajeado do Guamerim para a Rua Aparício Nunes na Divisa dos Bairros Sagrado Coração de Jesus e Bairro Salete no Município de São Miguel do Oeste/SC. Contratado: MARTINI ENGENHARIA LTDA. Valor Total de R\$ 11.300,00. Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade ou sito a Rua Marcilio Dias, 1199, fone (0xx49)36312006.

São Miguel do Oeste – SC, 05 de novembro de 2019.

ALENCAR BARBIERI

Secretário de Administração e Finanças

PROC 244/2019 - PREFEITURA

Publicação Nº 2217205

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 244/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 37/2019

O Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir do Secretário Municipal de Administração e Finanças, leva ao conhecimento dos interessados que realizou licitação na Modalidade de Dispensa de Licitação tendo como objeto: Contratação de instituição especializada em prestação de serviços de Assessoria Pedagógica, para a Equipe Pedagógica das Unidades do Ensino Infantil da Rede Municipal de Ensino, para o período de 12 meses. Contratado: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA - FUNOESC. Valor Total de R\$ 15.200,00. Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade ou sito a Rua Marcilio Dias, 1199, fone (0xx49)36312006.

São Miguel do Oeste – SC, 05 de novembro de 2019.

ALENCAR BARBIERI

Secretário de Administração e Finanças

PROC 29/2019 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

Publicação Nº 2216526

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 29/2019
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 03/2019

O Fundo Municipal de Assistência Social do Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir da sua Gestora, Leva ao conhecimento dos interessados que realizou licitação na Modalidade de Dispensa de Licitação por Inexigibilidade tendo como objeto: Contratação de empresa para serviço de acolhimento institucional para o Sr. João Maria Pires, através de Determinação Judicial Autos nº 5001892-42.2019.8.24-0067, no Lar Aconchego no Município de Iporã do Oeste/SC, para o período de 12 meses. Contratado: ELOIDE APARECIDA ODY. Valor Mensal de R\$ 1.508,00. Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade ou sito a Rua Marcilio Dias, 1199, fone (0xx49)36312006.

São Miguel do Oeste – SC, 05 de novembro de 2019.

MARTA REGINA SOTILLI

Secretaria Municipal de Ação Social

RESCISÃO CONTRATO 51/2017 - SAÚDE

Publicação Nº 2216914

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
TERMO DE RESCISÃO CONTRATO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2017
CONTRATO Nº 51/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE LIMPEZA DIÁRIA DESTINADAS PARA AS 10 (DEZ) UBS'S DO PROGRAMA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA E SUAS EXTENSÕES E CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL E FARMÁCIA DE REFERÊNCIA/CENTRAL DE

MEDICAMENTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, PARA O PERÍODO DE 12 MESES, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL E TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

CONTRATADO: THIAGO WALTER VERA - ME

RESCISÃO: A partir 04/11/2019

ASSINA pela CONTRATANTE: LEONIR CARON

São Miguel do Oeste, SC., 04 de novembro de 2019.

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL 27/2019 - TRANSPORTE DE PASSAGEIROS

Publicação Nº 2217225

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2019

A Câmara Municipal de São Miguel do Oeste, a partir de seu Presidente, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial pelo Sistema de Registro de Preços, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS EM VIAGENS INTERMUNICIPAIS E INTERESTADUAIS, DE FORMA EVENTUAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO MIGUEL DO OESTE, conforme as especificações contidas no Termo de Referência (Anexo I) do Edital 27/2019.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09 horas do dia 19 de novembro de 2019.

ABERTURA: às 09h10min do mesmo dia.

Mais informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações da Câmara, sito à Rua Pedro Julian, nº 858, Bairro Agostini, fone (0xx49) 3621-1400 e o edital na íntegra no site: www.saomigueladooeste.sc.leg.br

São Miguel do Oeste/SC, 05 de novembro de 2019.

EVERALDO DI BERTI

Presidente da Câmara de Vereadores

PORTARIA 156/2019

Publicação Nº 2216849

PORTARIA 156/2019

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DA COMPETÊNCIA QUE LHE CONFERE O INCISO XIX, DO ART. 46, DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, DE 05 DE ABRIL DE 1990, INCISOS XIX E XXXV, DO ART. 24, DA RESOLUÇÃO Nº 004 (REGIMENTO INTERNO), DE 1º DE DEZEMBRO DE 1992 E LEI COMPLEMENTAR 019/2013 E ALTERAÇÕES:

RESOLVE:

Art. 1º Em decorrência de aprovação no Concurso Público nº 001/2019, conforme Edital Homologatório de 18/09/2019 do referido certame, NOMEAR E DAR POSSE à Senhora ELIANE ALICE KUHN, brasileira, solteira, residente e domiciliada neste Município de São Miguel do Oeste/SC, portadora do CPF nº 095.909.679-57 e RG nº 5.704.722, para exercer o Cargo de Contadora do Legislativo, pertencente ao Quadro de Servidores Efetivos da Câmara de Vereadores de São Miguel do Oeste – SC, nível A, Grupo III (GNS), Subgrupo III (Gestão de Recursos Humanos e Contabilidade), do anexo X da LC nº 019/2013, alterado pela LC nº 025/2015, com carga horária de 20 horas semanais.

Art. 2º As atribuições e competências da Titular ora nomeada e empossada, referida no artigo anterior, são as estabelecidas na Lei Complementar nº 019/2013, alterada pela Lei Complementar nº 025/2015 e demais alterações.

Art. 3º A remuneração mensal será em conformidade com o estabelecido na legislação vigente pertinente ao cargo de Contador do Legislativo.

Art. 4º Conceda-se ciência ao interessado, procedendo-se as devidas anotações na folha funcional.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidente da Câmara Municipal,

Em 04 de novembro de 2019.

Vereador Everaldo Di Berti

Presidente da Câmara

Vereador Carlos Grassi
1º Secretário da Mesa Diretora

Certifico que a presente Portaria,
foi publicada na forma da lei, nesta data.

José Cirilo Chittó
Secretário Executivo

PORTARIA 157/2019

Publicação Nº 2216850

PORTARIA 157/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS ANUAIS A SERVIDOR DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Resolução nº 004/92 e alterações, e a Lei Orgânica Municipal, promulgada em 05 de abril de 1990, e demais legislações;

RESOLVE CONCEDER FÉRIAS ANUAIS:

Art. 1º Fica concedido férias anuais ao Servidor da Câmara Municipal, Senhor VINÍCIUS ANTÔNIO PELISSARI, brasileiro, ocupante do cargo de Diretor Jurídico, a partir de 04 de novembro de 2019 a 13 de novembro de 2019, referente ao período aquisitivo de 04 de janeiro de 2017 a 03 de janeiro de 2018.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação da presente Portaria, correrão à conta nas rubricas específicas do Orçamento da Câmara Municipal.

Art. 3º Registre-se, publique-se e comunique-se.

Gabinete do Presidente do Câmara de São Miguel do Oeste, SC,
Em 04 de novembro de 2019.
Vereador Everaldo Di Berti
Presidente da Câmara

Certifico que a presente Portaria,
foi publicada na forma da lei, nesta data.

José Cirilo Chittó
Secretário Executivo

PORTARIA 158/2019

Publicação Nº 2216851

PORTARIA 158/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS ANUAIS A SERVIDOR DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Resolução nº 004/92 e alterações, e a Lei Orgânica Municipal, promulgada em 05 de abril de 1990, e demais legislações;

RESOLVE CONCEDER FÉRIAS ANUAIS:

Art. 1º Fica concedido férias anuais ao Servidor da Câmara Municipal, Senhor FERNANDO JOSÉ DE QUADROS, brasileiro, ocupante do cargo de Telefonista do Legislativo, a partir de 11 de novembro de 2019 a 10 de dezembro de 2019, referente ao período aquisitivo de 05 de dezembro de 2017 a 04 de dezembro de 2018.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação da presente Portaria, correrão à conta nas rubricas específicas do Orçamento da Câmara Municipal.

Art. 3º Registre-se, publique-se e comunique-se.

Gabinete do Presidente do Câmara de São Miguel do Oeste, SC,
Em 04 de novembro de 2019.
Vereador Everaldo Di Berti
Presidente da Câmara

Certifico que a presente Portaria,
foi publicada na forma da lei, nesta data.

José Cirilo Chittó
Secretário Executivo

PORTARIA 159/2019

Publicação Nº 2216852

PORTARIA 159/2019

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DA COMPETÊNCIA QUE LHE CONFERE O ART. 46 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL C/C O ART. 24 DA RESOLUÇÃO Nº 004/92 - REGIMENTO INTERNO:

CONSIDERANDO a regulamentação do horário de funcionamento da Câmara de Vereadores do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação e regulamentação do horário de expediente dos servidores do Poder Legislativo do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina;

RESOLVE:

Art. 1º O horário de expediente da servidora ELIANE ALICE KUHN, pertencente ao quadro do Poder Legislativo de São Miguel do Oeste, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, observará a seguinte regulamentação:

SERVIDOR	CARGO	DIAS	HORÁRIOS	
Eliane Alice Kuhn	Contador do Legislativo	Segunda-Feira à Sexta-Feira	Entrada	Saída
			7:45	11:45

Art. 2º Eventual prorrogação de jornada será inclusa no banco de horas dos servidores para compensação posterior, desde que atendido o interesse público e a conveniência administrativa, mediante autorização por escrito.

Art. 3º. Em caso da prorrogação referida no artigo 2º, a compensação do banco de horas, deverá obrigatoriamente ocorrer até no mês subsequente, sob pena de responsabilização do servidor, o qual deverá controlar seu banco de horas.

Art. 4º Fica vedado ao servidor faltar ao trabalho sem previa comunicação e autorização, para posterior compensação das faltas do banco de horas.

Art. 5º As horas folgas serão concedidas mediante solicitação previa e escrita pelo servidor, e após autorização expressa com a devida comunicação ao Departamento de Recursos Humanos, para registros e controle, afim de evitar prejuízos ao desenvolvimento dos trabalhos.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara de São Miguel do Oeste, SC,
Em 04 de novembro de 2019.
Vereador Everaldo Di Berti
Presidente da Câmara

Certifico que a presente Portaria,
foi publicada na forma da lei, nesta data.

José Cirilo Chittó
Secretário Executivo

Saudades

PREFEITURA

EXTRATO DE ADITIVO Nº 005/2019 CONTRATO Nº 028/2016

Publicação Nº 2216865

EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 028/2016

CONTRATO Nº 28/2016

DATA: 25/04/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE SAUDADES E

T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA

ALTERAÇÃO: Das quantidades, adita-se a quantidade estimada em mais 130m³, para atender a demanda até o dia 31 de dezembro de 2019. O valor do metro cúbico é de R\$ 86,51 (oitenta e seis reais e cinquenta e um centavos) perfazendo um total de R\$ 11.246,30 (onze mil duzentos e quarenta e seis reais e trinta centavos).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Inciso II do Artigo 65 da Lei de Licitações

DATA DA ALTERAÇÃO: 28/10/2019.

DANIEL KOTHE

PREFEITO MUNICIPAL

Schroeder

PREFEITURA

DECISÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 005/2019

Publicação Nº 2217656

GABINETE DO PREFEITO

Processo Administrativo nº 005/2019

Objeto: Decisão em Processo Administrativo iniciado por meio da Portaria nº 7.972/2019, de 25 de julho de 2019, instaurado para apurar fatos referentes ao Ofício de nº 124/2019-SECEL.

DECISÃO

Considerando o teor do Relatório Final (fls. 144/147) pela Comissão de Processo Administrativo instaurado pela Portaria nº 7.972/2019, de 25 de julho de 2019 e demais documentos que instruíram o devido processo, DECIDO, utilizando-me como razões de decidir aquelas apresentadas no relatório, e no Parecer Jurídico nº 109/2019 – PROJUR, e com fundamento no art. 127, inciso II, da Lei nº 8.112/1990, DETERMINO a aplicação da penalidade de SUSPENSÃO NÃO REMUNERADA, por um período de 15 (quinze) dias, a servidora M. L. N., por violação ao disposto no art. 117, inciso I e XV, da Lei nº 8.112/1990.

Publique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 4 de novembro de 2019.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.911/2019, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2217664

DECRETO Nº 4.911/2019, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, em exercício no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o nível salarial do cargo efetivo dos funcionários abaixo relacionados, conforme disposto no art. 15 do Plano de Carreira e Remuneração do Pessoal da Administração do Município de Schroeder – LC nº. 004/98, de 19/05/1998:

Nome	Nível Anterior	Nível Atual
Camila Sartori Martins	132	133
Izabel Santos de Campos	16	17
Josceane Maria Zanella Ramalho	44	45
Marilene Busch	28	29

Art. 2º Fica alterado o nível salarial do cargo efetivo dos funcionários abaixo relacionados, conforme disposto no art. 25 do Plano de Carreira e Remuneração do Pessoal do Magistério do Município de Schroeder – LC nº. 096/2010, de 14/12/2010:

Nome	Nível Anterior	Nível Atual
Caroline Rafaela Cabral Fossile	C-3-III	C-4-III
Dayanne do Prado	A-3	A-4
Enekely Zimmermann	B-2	B-3
Geni Cancino	C-4-IV	C-5-IV
Joscemara Pasqualli Guesser	C-5-III	C-6-III
Leilane Freiburger Espindola	C-1	C-2

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 04 de novembro de 2019.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY Assessor Jurídico

DECRETO Nº 4.913/2019, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2217665

DECRETO Nº 4.913/2019, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, em exercício no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o nível salarial do cargo efetivo dos funcionários abaixo relacionados, conforme disposto no art. 15 do Plano de Carreira e Remuneração do Pessoal da Administração do Município de Schroeder – LC nº. 004/98, de 19/05/1998:

Nome Nível Anterior Nível Atual

Natalia Vila Machado 50 51

Oziel da Silva 11 12

Rita Ferreira de Oliveira 11 12

Art. 2º Fica alterado o nível salarial do cargo efetivo dos funcionários abaixo relacionados, conforme disposto no art. 25 do Plano de Carreira e Remuneração do Pessoal do Magistério do Município de Schroeder – LC nº. 096/2010, de 14/12/2010:

Nome Nível Anterior Nível Atual

Divie Roberta Welter Carvalho C-6-IV C-7-IV

Margid Stein C-5-III C-6-III

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 05 de novembro de 2019.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY Assessor Jurídico

EDITAL 001/2019 – COMDES/SMAS - CONVOCAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E REPRESENTANTES DE PAIS OU RESPONSÁVEIS POR PESSOA COM DEFICIÊNCIA PARA ESCOLHA DE CONSELHEIROS MUNICIPAIS AS VAGAS EM VACÂNCIA.

Publicação Nº 2217160

Edital 001/2019 – COMDES/SMAS - Convocação da pessoa com deficiência e representantes de pais ou responsáveis por pessoa com deficiência para Escolha de Conselheiros Municipais as vagas em vacância.

A Secretaria de Assistência Social e o Conselho Municipal dos direitos da Pessoa com Deficiência do Município de Schroeder - COMDES, no uso de suas atribuições, convocam a pessoa com deficiência e pais ou responsáveis por pessoa com deficiência do município de Schroeder para a assembleia de escolha de seus representantes no Conselho Municipal dos direitos da Pessoa com Deficiência do Município de Schroeder - COMDES, para mandato de dois anos, nos seguintes termos:

1. A assembleia de escolha será realizada no dia 21/11 de novembro do corrente ano às 13h30min, sob a coordenação da Secretaria de Assistência Social, na sala de reunião do CREAS, situado na Rua Guilherme Piske, 151, Centro Norte – Schroeder/SC.
2. A escolha se dará conforme o artigo 9º da Lei Municipal nº 2.248, de 18 de novembro de 2016, e o artigo 8º da Lei Municipal 2.240/2014 para vagas em vacância a seguir:
 - a) um representante de pessoa com deficiência (Suplente);
 - b) dois representantes dos pais ou responsáveis por pessoa com deficiência (Suplentes).
3. Poderão participar com direito a voto e ser votado pessoa com deficiência e pais ou responsáveis por pessoa com deficiência que se credenciarem até às 15h do dia 21/11/2019, no mesmo local da assembleia, apresentando os seguintes documentos:
 - a) Cópia da identidade (idade mínima de 16 anos até o ato do credenciamento);
 - b) Comprovante de residência (talão de água, luz, telefone) em seu nome ou no nome dos responsáveis legais;

Parágrafo único: Na ausência de qualquer um dos segmentos acima citados, a plenária poderá substituir por representante de outro segmento a seu critério.

4. O processo de escolha se dará de acordo com o Regimento Interno a ser aprovado na própria Assembleia pelos participantes presentes credenciados.

Schroeder, 05 de novembro de 2019.

Ercílio Silvio Ramos	Daiane Regina Azevedo Wolf
Presidente do COMDES	Diretora da Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 74/2019-PMS

Publicação Nº 2216667

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 74/2019-PMS

Dispensa nº.46/2019-PMS - Processo nº. 166/2019-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: EXODO CONFECÇÕES EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº. 22.240.670/0001-18, estabelecida na Av. Deputado Federal Ernesto de Marco – D nº136 Letra D Loteamento Colina do Sol, Efapi, na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.809-629

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato Aquisição de jogo de uniforme para os policiais da DPMu de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNI-TÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	JOGO DE UNIFORMES PARA OS POLICIAIS DA DPMU DE SCHROEDER, CONTENDO 12 CAMISETAS GOLA REDONDA E 02 JAQUETAS DUPLA FACE, COM IDENTIFICAÇÃO DA POLÍCIA	1	Unidade	1.040,00	1.040,00
TOTAL R\$					1.040,00

Valor do contrato: R\$ 1.040,00 (um mil e quarenta reais)

Data da Assinatura: 05/11/2019 – Vigência: 31/12/2019

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

PORTARIA NO 8.076/2019, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2217671

PORTARIA No 8.076/2019, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2019

AUTORIZA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE CONCLUSÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2019.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE :

Art. 1º Autorizar a prorrogação em até 30 (trinta) dias, contados a partir do dia 1º de novembro de 2019, para o prazo de conclusão dos trabalhos da Comissão, concernentes ao Processo Administrativo nº 006/2019, instaurado através da Portaria nº 7.978/2019, de 30 de julho de 2019, de acordo com a justificativa apresentada no Ofício nº 006/2019-PAD Nº 006/2019, de 1º de novembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008, com efeitos retroativos a 11 de junho de 2019.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 5 de novembro de 2019.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 8.072/2019, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2217666

PORTARIA Nº 8.072/2019, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2019
NOMEIA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE :

Art. 1º DESIGNAR, nos termos da Sindicância nº 002/2019, de 4 de novembro de 2019, as servidoras Senhoras Mônica Cicino de Moura, Oclânia de Souza Todão e Josceane Maria Zanella Ramalho, para sob a presidência da primeira, sendo secretariada pela segunda, comporem a Comissão de Sindicância retro mencionado, destinada a apurar os fatos narrados através do Memorando nº 013/2019-CG/SCH, de 7 de outubro de 2019, da Controladoria Municipal, referente ao servidor P.L.N. da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, à vista do que tem ciência esta autoridade, devendo a Comissão, ora composta, iniciar seus trabalhos no prazo de até 8 (oito) dias, a contar a partir do dia subsequente da publicação da portaria no DOM/SC e concluí-los no prazo de até 60 (sessenta) dias após seu início, com possibilidade de aplicação das sanções previstas no artigo 145 da Lei Federal nº. 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 4 de novembro de 2019.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

NELSON JOÃO ZOZ
Secretário de Obras e Serviços Urbanos

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 8.074/2019, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2217668

PORTARIA Nº 8.074/2019, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2019.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR, o afastamento por Auxílio Doença em 31/10/2019 da servidora Sra. Silvana Pereira Pacheco, que desempenha a função de Auxiliar de Serviços Gerais I.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008, com efeitos retroativos a partir de 31 de outubro de 2019.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE

Schroeder, 5 de novembro de 2019.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EBERTON VARGAS TRENTIN
Secretário de Educação e Cultura

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 8.075/2019, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2217669

PORTARIA Nº 8.075/2019, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2019.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR, o afastamento por Auxílio Doença a partir de 31/10/2019 do servidor Sr. Moisés Junior Formagini, que desempenha a função de Servente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008, com efeitos retroativos a partir de 31 de outubro de 2019.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE

Schroeder, 5 de novembro de 2019.

OSVALDO JURCK
Prefeito MunicipalEBERTON VARGAS TRENTIN
Secretário de Educação e Cultura

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico**PORTARIA Nº. 8.073/2019, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2217667

PORTARIA Nº. 8.073/2019, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora Sra. Elisangela Emidio da Silva Vons, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais I.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 05 de novembro de 2019.

OSVALDO JURCK
Prefeito MunicipalEBERTON VARGAS TRENTIN
Secretário de Educação e Cultura

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 19/2019-FMS

Publicação Nº 2216388

Página: 1/4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2019

Número do Registro de Preços: 17/2019 Data do Registro: 05/11/2019 Válido até: 05/11/2020

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de kits de estimulação precoce e materiais educativos para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Caixa tátil em madeira MDF (Tam. Mínimo: 25x25x12; Deve conter duas aberturas protegidas com material emborrachado, com no mínimo 8 pares de peças cobertos com materiais de diferentes texturas e de diferentes tamanhos). (Caixa para estimulação sensorial tátil, visual e cognitiva).	UN	REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA ME (7082)	CARLU	0	66,9000	1
2	Jogo de encaixe de forma geométricas (Base de madeira, medindo 53x21x12 e 12 peças em MDF de tamanho e espessura variados e coloridas, sugestão das formas: triângulo, quadrado, retângulo e círculo). (Jogo para estimular a coordenação motora fina, atenção, percepção de cores, formas, tamanhos (pequeno/médio/grande) e espessura (grosso/fino)).	UN	REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA ME (7082)	CARLU	0	56,9000	1
3	Jogo de categorização e motricidade fina (Confeccionado em madeira MDF, Tam. Mínimo: 41x10 cm, contendo 5 caixas que devem ser móveis e 20 barras coloridas). *Os copos são móveis para evitar que a criança memorize a sequência, em vez de reconhecer as cores. (Jogo para desenvolver habilidades e compreensão de cores, habilidades motoras finas, competências organizacionais e atenção visual).	UN	REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA ME (7082)	CARLU	0	140,0000	1
4	Torre de formas geométricas (Contém uma base em madeira e 13 peças em MDF, com tamanhos e cores diferentes). (Torre para estimular a criatividade, coordenação motora, percepção de formas, cores e noção de ordem)	UN	REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA ME (7082)	CARLU	0	56,9000	1
8	Jogo de Memória Tátil Textura (Material madeira, inclusive a caixa, medidas mín. da caixa: 227x127x 40 mm, incluso peças com texturas diversas) (Jogo para estimular a percepção e interpretação por meio da exploração sensorial, coordenação motora fina e manuseio de forma uni e bimanual)	UN	REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA ME (7082)	CARLU	0	43,9000	1
9	Palmeir de contraste (Material tecido de algodão, medidas mín. 15x60cm, deve apresentar os dois lados com desenhos em preto e branco, sendo cada lado com 4 padrões distintos, com cordões nas extremidades para fixação) (Palmeir para estimulação visual)	UN	REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA ME (7082)	CARLU	0	160,0000	1
10	Bola cravo (anti-estresse) (tamanho mín. 5cm, cores variadas)	UN	REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA ME (7082)	LIVE UP	0	3,5000	1
11	Kit mini cones (chapéu) (mínimo 12 cones, tamanho mín. 20cm, cores diversas)	UN	REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA ME (7082)	LIVE UP	0	70,8000	1
12	Par de bolas tonificadoras (2kg, cores diversas)	UN	REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA ME (7082)	LIVE UP	0	110,0000	1

Página: 2/4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2019

Número do Registro de Preços: 17/2019		Data do Registro: 05/11/2019		Válido até: 05/11/2020			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de kits de estimulação precoce e materiais educativos para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	Fantochê de mão mosquito da dengue em espuma 1/2 malha; tamanho mín. 35cm.	UN	REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA ME (7082)	JODANE	0	80,0000	1
14	Boneca bebezinho para ações educativas, deve ter corpo macio, roupa, tamanho mín. 40cm.	UN	REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA ME (7082)	BAMBOLA	0	55,8000	1
15	Pirâmide dos Alimentos de espuma para atividades educativas, devendo conter: Pirâmide com 27 alimentos em espuma de aproximadamente 1 cm de espessura da espuma (Alimentos: guboseimas (ex: chocolate, bala, batata frita), leite, queijo, legume, ovo, feijão, peixe, frango, verduras (ex: brócolis, cenouras), frutas (ex: morango, banana, maçã), pão integral, macarrão, milho verde, arroz, biscoito; painel em formato de pirâmide em feltro tamanho aproximado 1 metro X 1 metro; bolsa para transporte.	UN	REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA ME (7082)	V. SAUDE	0	880,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2019

Número do Registro de Preços: 17/2019		Data do Registro: 05/11/2019		Válido até: 05/11/2020			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de kits de estimulação precoce e materiais educativos para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
17	Kit Prato Educativo Saudável, deve conter: 1 prato educativo em plástico com ilustrações das proporções de alimentos saudáveis, 1 copo de plástico de 250 ml, 1 jogo americano em plástico com informações sobre nutrição, 1 sacola para transporte.	UN	REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA ME (7082)	V. SAÚDE	0	89,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2019

Número do Registro de Preços: 17/2019		Data do Registro: 05/11/2019		Válido até: 05/11/2020			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de kits de estimulação precoce e materiais educativos para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2019
PROCESSO Nº 51/2019
(7082) - REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA ME

Schroeder, 5 de Novembro de 2019.

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 10/2019 - TP	
	Processo Administrativo:	126/2019
	Processo de Licitação:	25/09/2019
	Data do Processo:	
		Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Número da ATA: 139/2019 (Sequência: 2)

OBJETO DA LICITAÇÃO:

a contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) mais serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Alphons Maria Schmalz Est OPP- Est 2+13,00m, Bairro Sossego, no Município de Schroeder/SC compreendendo uma extensão de 53,00m e área total de 530,00m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos, com recu

A comissão reuniu-se para abertura das propostas, conforme determinado anteriormente em ata. Foram abertos os envelopes de proposta comercial das empresas PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA. Será paralisada a sessão, devido a dúvidas com relação às propostas, as mesmas serão encaminhadas para o Setor Jurídico e Setor de Engenharia para análise detalhada. Posteriormente será encaminhada ata com os resultados aferidos pelos setores. Encerra-se a sessão e pede-se para ser enviada cópia da ata e quadro comparativo à empresa participante.

Schroeder, 5 de Novembro de 2019

COMISSÃO:

- Daniela Samuleski
- - Presidente da Comissão de Licitação
- Ivandra de Souza
- - Membro
- Ilmar José Pereira Borges Filho
- - Membro
- Guilherme Sandmann Da Silva Vianna
- - Membro
- Marlene Neumann
- - Secretária
- Valderi Rocha de Camargo
- - Membro Suplente
- Germana Heller Bauemle
- - Membro Suplente

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 11/2019 - TP	
	Processo Administrativo: 127/2019	
	Processo de Licitação: 25/09/2019	
	Data do Processo: 1/1	

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Número da ATA: 140/2019 (Sequência: 2)

OBJETO DA LICITAÇÃO:

contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) mais serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Jorge Lacerda - trecho 03 - trecho - 1 Est. OPP a 2+13,00m trecho - 2 Est. OPP a 2+15,00m, no Município de Schroeder/SC compreendendo uma extensão de 108,00m e área total de 1.080,00m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantita

A comissão reuniu-se para abertura das propostas, conforme determinado anteriormente em ata. Foram abertos os envelopes de proposta comercial das empresas PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA. e CONPLA - CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA. Será paralisada a sessão, devido a dúvidas com relação às propostas, as mesmas serão encaminhadas para o Setor Jurídico e Setor de Engenharia para análise detalhada. Posteriormente será encaminhada ata com os resultados aferidos pelos setores. Encontra-se a sessão e pede-se para ser enviada cópia da ata e quadro comparativo às empresas participantes.

Schroeder, 5 de Novembro de 2019

COMISSÃO:

- | | | |
|------------------------------------|---------|---------------------------------------|
| Daniela Samulescki | - | - Presidente da Comissão de Licitação |
| Ivandra de Souza | - | - Membro |
| Ilmar José Pereira Borges Filho | - | - Membro |
| Guilherme Sandmann Da Silva Vianna | - | - Membro |
| Marlene Neumann | - | - Secretária |
| Valderi Rocha de Camargo | - | - Membro Suplente |
| Germana Heller Bauemle | - | - Membro Suplente |

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 12/2019 - TP	
	Processo Administrativo:	128/2019
	Processo de Licitação:	25/09/2019
	Data do Processo:	Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Número da ATA: 141/2019 (Sequência: 2)

OBJETO DA LICITAÇÃO:

contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) mais serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Saudades EST OPP- Est 02+15m + est 02+11, Bairro Sossego, no Município de Schroeder/SC compreendendo uma extensão de 106,00m e área total de 901,00m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos, com recursos

A comissão reuniu-se para abertura das propostas, conforme determinado anteriormente em ata. Foram abertos os envelopes de proposta comercial das empresas PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA. Será paralisada a sessão, devido a dúvidas com relação às propostas, as mesmas serão encaminhadas para o Setor Jurídico e Setor de Engenharia para análise detalhada. Posteriormente será encaminhada ata com os resultados aferidos pelos setores. Encerra-se a sessão e pede-se para ser enviada cópia da ata e quadro comparativo à empresa participante.

Schroeder, 5 de Novembro de 2019

COMISSÃO:

- | | | |
|------------------------------------|---------|---------------------------------------|
| Daniela Samulescki | - | - Presidente da Comissão de Licitação |
| Ivandra de Souza | - | - Membro |
| Ilmar José Pereira Borges Filho | - | - Membro |
| Guilherme Sandmann Da Silva Vianna | - | - Membro |
| Marlene Neumann | - | - Secretária |
| Valderi Rocha de Camargo | - | - Membro Suplente |
| Germana Heller Bauemle | - | - Membro Suplente |

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO	
	Nr.: 13/2019 - TP	
	Processo Administrativo:	129/2019
	Processo de Licitação:	26/09/2019
		Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Número da ATA: 142/2019 (Sequência: 2)

OBJETO DA LICITAÇÃO:

contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) mais serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Carlos Egger EST OPP- Est 19+2,00m, Bairro Sossego, no Município de Schroeder/SC compreendendo uma extensão de 382,00m e área total de 4.123,75m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos, com recursos pr

A comissão reuniu-se para abertura das propostas, conforme determinado anteriormente em ata. Foram abertos os envelopes de proposta comercial das empresas PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA e CONPLA - CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA. Será paralisada a sessão, devido a dúvidas com relação às propostas, as mesmas serão encaminhadas para o Setor Jurídico e Setor de Engenharia para análise detalhada. Posteriormente será encaminhada ata com os resultados aferidos pelos setores. Encontra-se a sessão e pede-se para ser enviada cópia da ata e quadro comparativo às empresas participantes.

Schroeder, 5 de Novembro de 2019

COMISSÃO:

- Daniela Samulescki
- Ivandra de Souza
- Ilmar José Pereira Borges Filho
- Guilherme Sandmann Da Silva Vianna
- Marlene Neumann
- Valderi Rocha de Camargo
- Germana Heller Bauemle
- - Presidente da Comissão de Licitação
- - Membro
- - Membro
- - Membro
- - Secretária
- - Membro Suplente
- - Membro Suplente

DISPENSA 46/2019-PMS

Publicação Nº 2216593

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 46/2019 - DL**

Processo Nr.: 166/2019
Data: 05/11/2019

Folha: 1/2

Fornecedor: EXODO CONFECCOES EIRELI**Código:** 14284**Endereço:** ,136 - LETRA D L**Cidade:** Chapecó - SC**CNPJ:** 22.240.670/0001-18**Inscrição Estadual:****Objeto da Compra:** Aquisição de jogo de uniforme para os policiais da DPMu de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	JOGO DE UNIFORMES PARA OS POLICIAIS DA DPMU DE SCHROEDER, CONTENDO 12 CAMISETAS GOLA REDONDA E 02 JAQUETAS DUPLA FACE, COM IDENTIFICAÇÃO DA POLÍCIA	UN	1.040,00	1.040,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

A compra se faz necessária vez que a Polícia Civil não tem licitação para tal fim, nem recursos financeiros disponíveis.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 5 de Novembro de 2019

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 46/2019 - DL

Processo Nr.: 166/2019
Data: 05/11/2019

Folha: 2/2

09/10/2019

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 9 de Outubro de 2019

Valor da Despesa:

1.040,00 (um mil e quarenta reais)

Pagamento.....:

15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO LEGISLATIVO N. 001/2019**

Publicação Nº 2216212

DECRETO LEGISLATIVO N. 001/19

Claudimir Lindner, presidente da Câmara Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara aprovou e ela promulga o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

Artigo 1º – Fica aprovado o parecer relativo às contas do exercício de janeiro a dezembro de 2017, da administração do prefeito Osvaldo Jurck.

Artigo 2º - Este decreto legislativo entra em vigor na data da sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 04 de novembro de 2019.

CÂMARA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Claudimir Lindner - Presidente

Registrado e publicado nesta data.

Miriã de F. S. Gonçalves - Diretora Geral

Seara

PREFEITURA

DECRETO Nº 1764

Publicação Nº 2217471

DECRETO nº 1764, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Institui o Programa Busca Ativa Escolar no Município de Seara, Estado de Santa Catarina que tem como objetivo atender as Estratégias do Plano Municipal de Educação e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 108, inciso X, da Lei Orgânica do Município, e,

CONSIDERANDO que a Constituição Federal preleciona em seu art. 6º que a educação é um direito social;

CONSIDERANDO que compete aos estados e aos municípios proporcionar meios de acesso à educação, esta que é direito de todos e dever do Estado, da Sociedade e da Família;

CONSIDERANDO as estratégias previstas na Lei Federal nº 13.005, de 26 de junho de 2014, que institui o Plano Nacional de Educação, em especial as estratégias constantes nos subitens 1.15, 2.5 e 3.9, estas que asseveram que o Município deve promover a busca ativa de crianças e adolescentes em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância;

CONSIDERANDO os termos do Ofício Circular TC/GAP nº 008, de 27 de maio de 2019 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, que orienta o Chefe do Poder Executivo Municipal sobre as estratégias dos Planos Estadual e Municipais de Educação relacionadas às busca ativa de crianças e adolescentes;

CONSIDERANDO a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB;

CONSIDERANDO ainda o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente, instituída pela Lei nº 8.069/90.

DECRETA

Art. 1º Fica instituído o Programa Busca Ativa Escolar no Município de Seara, Estado de Santa Catarina, com intuito de atender as estratégias dos subitens 1.15, 2.3 e 3.7 da Lei Municipal nº 1.819, de 24 de junho de 2015 que aprova o Plano Municipal de Educação - PME e dá outras providências.

Parágrafo único. O Programa instituído pelo caput do presente artigo tem como objetivo identificar crianças e adolescentes fora da escola e acionar diferentes das áreas do poder público e sociedade, para garantir que essas crianças consigam se matricular e frequentar as aulas.

Art. 2º Serão considerados público alvo deste Programa crianças e adolescentes com as seguintes características:

I – adolescente em conflito com a lei;

II – criança ou adolescente com deficiência(s);

III – criança ou adolescente com doença(s) que impeça(m) ou dificulte(m) a frequência à escola;

IV – criança ou adolescente em abrigo;

V – criança ou adolescente em situação de rua;

VI – criança ou adolescente vítima de abuso/violência sexual;

VII – evasão porque sente a escola desinteressante;

VIII – falta de documentação da criança ou adolescente;

IX – falta de infraestrutura escolar;

X – falta de transporte escolar;

XI – gravidez na adolescência;

XII – preconceito ou discriminação racial;

XIII – trabalho infantil;

XIV - uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas;

XV – violência familiar;

XVI - violência na escola.

Art. 3º Fica instituído o Comitê Municipal de Busca Ativa Escolar, o qual irá organizar, mobilizar, coordenar e garantir a instituição de política pública adequada, visando à implementação da estratégia, à identificação dos atores que poderão ser envolvidos e às orientações de funcionamento das ferramentas e tecnologias existentes ou criadas para auxiliar os municípios com a função principal de garantir que cada criança e adolescente esteja matriculada e frequentando a escola, em cumprimento as estratégias previstas nos subitens previsto no art. 1º deste Decreto.

Parágrafo único. Para concretizar a organização do comitê instituído pelo caput deste artigo, o gestor político deve convocar, em até 90 (noventa) dias a contar da publicação deste Decreto, reunião intersetorial, com a presença dos secretários municipais das diversas pastas ligadas direta ou indiretamente ao campo da infância e adolescência. O secretário(a) municipal de educação colaborará na organização e gerenciamento desse primeiro encontro de mobilização.

Art. 4º Para constituir os membros do referido Comitê, serão nomeados por ato do Poder Público Municipal, dois representantes, um titular e outro suplente, por instituição, indicados pelos seguintes segmentos:

I – representantes da Secretaria Municipal de Educação;

II – representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Comunitário;

III – representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA;

IV – representantes do Conselho Municipal de Educação;

V – representantes do Conselho Tutelar;

VI – representantes da Secretaria Municipal de Saúde;

VII – representantes da Agentes Comunitários de Saúde em exercício da função no município.

VIII – representantes do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.

§ 1º A busca ativa escolar depende da mobilização da rede de profissionais do setor público que já atua em campo (assistentes sociais, médicos comunitários, conselheiros tutelares, agentes comunitários de saúde e outros) para identificar as crianças e os adolescentes fora da escola.

§ 2º Chamados de agentes comunitários, esses profissionais serão os responsáveis pela primeira etapa do processo, a identificação e mapeamento de toda criança e ou adolescente que estiver fora da escola. O processo de identificação, mapeamento, encaminhamento a matrícula escolar e acompanhamento da criança e ou adolescente, terá o seguinte procedimento:

I – a identificação da criança ou o adolescente que está fora da escola e o motivo pelo qual isso acontece, é o ponto de partida de todas as etapas seguintes, que devem culminar com a matrícula ou (re)matrícula e acompanhamento do aluno por um ano, para garantir que sua situação educacional esteja consolidada;

II – quando a identificação de uma criança e ou adolescente pelo agente comunitário chega até o Comitê Gestor do Programa Busca Ativa Escolar, esta será encaminhada ao devido programa de assistência e ou orientação educacional, que o transforma em um caso/registro e dá início às providências para trazer a criança ou o adolescente de volta à escola e fazer com que permaneça estudando;

III – uma vez identificados e abertos os registros de crianças e adolescentes fora da escola, será possível mapear os motivos da exclusão/ evasão escolar e, então, implementar políticas públicas coordenadas de forma intersetorial para evitar que os casos se repitam.

§ 3º O Comitê Gestor do Programa Busca Ativa Escolar, elaborará ou poderá fazer uso de instrumentos e ferramentas já existentes, que possibilitem a identificação, registro, mapeamento do número de crianças e adolescentes que estão fora da escola no território municipal, bem como o motivo da evasão ou de não ter sido matriculada em uma escola. A partir dessas informações será fortalecida a política municipal para que a toda criança e adolescente seja garantido o direito de aprender.

§ 4º O Comitê Gestor do programa busca ativa escolar e o Poder Público Municipal, assegurarão capacitação e treinamento adequado aos Agentes Comunitários de Saúde, quanto à abordagem das famílias e aplicação correta do uso de questionário e outras ferramentas tecnológicas adequadas à implementação no município do Programa Busca Ativa Escolar.

§ 5º As decisões do Comitê quanto em reunião serão tomadas pela maioria dos votos, tendo presente a maioria absoluta de seus membros e, quando ocorrer empate, caberá ao presidente o voto de minerva.

§ 6º As decisões e convocações, quando necessárias, serão publicados por Resoluções e Editais respectivamente.

Art. 5º Todas as ações e providências decorrente do Programa Busca Ativa Escolar se pautarão em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA instituído pela Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Art. 6º Poderão ser convidados para elaboração do Plano de Trabalho, sua execução e fiscalização, Instituições, Órgãos e Organizações da Sociedade Civil, Ministério Público, Poder Judiciário, Poder Legislativo e Conselho Tutelar.

Art. 7º O trabalho realizado pelo Comitê Municipal de Busca Ativa Escolar instituído pelo art. 3º deste Decreto é considerado de interesse público relevante e não será remunerada.

§ 1º O Poder Público Municipal, através da Secretaria Municipal de Educação, poderá prover ressarcimento das despesas de transporte, alimentação e estadia e outros aos seus membros, quando a serviço do Comitê.

§ 2º Os servidores públicos municipais, membros do Comitê, quando convidados para reuniões em períodos de expediente funcional, poderão participar, considerando esse tempo como estando em serviço.

Art. 8º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara/SC, 05 de novembro de 2019.

EDEMILSON CANALE

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 05 de novembro de 2019

Dirlei Giombelli Wildner

Secretária de Administração

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 81/2019

Publicação Nº 2216746

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 81/2019

Convoca aprovado em concurso público para nomeação, posse e exercício, nos termos do Edital do Concurso Público nº. 001/2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos dos incisos X e XIII do artigo 108 da Lei Orgânica Municipal, inciso I do art. 9º e art. 11 da lei complementar nº. 18/2003, combinadas com as disposições do capítulo IX – do Provimento de Vagas do Edital de Concurso Público nº. 001/2018,

CONVOCA:

Art. 1º Fica convocado para admissão imediata, considerando-se para tal o período de 30 (trinta) dias, respeitada a ordem de classificação, o candidato aprovado no Concurso Público nº. 001/2018, para a vaga a seguir:

CARGO – OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS – 40 HORAS

Nº INSC	CANDIDATO	POSIÇÃO
1267044	Thaison Victor Vani	6º

Art. 2º O convocado por este Edital, deverá comparecer, preferencialmente até o dia 20 de novembro de 2019, no Departamento de Recursos Humanos, sito a Av. Anita Garibaldi, 371, nesta Cidade, para dar ciência no Termo de Convocação e receber a relação de documentos necessários para a sua nomeação ao cargo, no horário das 8:00 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:30 horas, bem como para agendar a consulta e exames admissionais.

Art. 3º O não comparecimento do candidato no prazo previsto no art. 1º, será entendido como renúncia tácita.

Art. 4º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 05 de novembro de 2019.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 05 de novembro de 2019.

Dirlei Giombelli Wildner

Secretária de Administração

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 82/2019

Publicação Nº 2216753

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 82/2019

Convoca aprovado para admissão imediata, em caráter temporário, nos termos do Edital de Processo Seletivo nº. 18/2019.

O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos dos incisos X e XIII do artigo 108 da Lei Orgânica Municipal, inciso I do art. 9º e art. 11 da lei complementar nº. 18/2003, combinadas com as disposições do item 10 – Do Preenchimento Das Vagas, do Edital nº 18/2019,

CONVOCA:

Art. 1º Fica convocado para admissão imediata, em caráter temporário, considerando-se para tal o período de 3 (três) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a requerimento do interessado, respeitada a ordem de classificação, o candidato a seguir, aprovado no Processo Seletivo Público nº. 18/2019, para a vaga de trabalho a seguir mencionada:

I - Cargo: PEDREIRO

Número de vagas: 01 vaga

Candidato: 1º lugar – Antônio Machado de Lima

Período de contrato: A partir de 02/12/2019 enquanto vigorar afastamento do pedreiro titular.

Art. 2º O convocado por este Edital, deverá comparecer até o dia 08 de novembro de 2019, no Departamento de Recursos Humanos, na Avenida Anita Garibaldi, nº 371, Seara/SC, nesta Cidade, para dar ciência no Termo de Convocação e receber a relação de documentos necessários para a sua nomeação ao cargo, no horário das 08h00min às 11h30min horas e das 13h00min às 17h30min horas.

Art. 3º O não comparecimento do candidato para apresentação da documentação especificada no Termo de Convocação previsto no artigo anterior, dentro do prazo estabelecido, será entendido como renúncia tácita.

Parágrafo único. O candidato convocado, impossibilitado de comparecer no prazo previsto no artigo 2º do presente Edital e início de atividades previsto no mesmo artigo, poderá requerer diretamente à Secretária Municipal da Administração a prorrogação do prazo até a data de início de suas atividades, podendo ser deferido ou indeferido o requerimento mediante interesse público.

Art. 4º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 05 de novembro de 2019.

EDEMILSON CANALE

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 05 de novembro de 2019.

Dirlei Giombelli Wildner

Secretária da Administração

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 036/2019 - FMS

Publicação Nº 2217447

Fundo Municipal de Saúde de Seara

Processo Licitatório nº 036/2019 – FMS

Edital de Pregão Presencial nº 019/2019-FMS

O Município de Seara, SC, através da Secretaria Municipal da Saúde/Fundo Municipal da Saúde, Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº 10.520/02 e lei nº 8.666/93, estará recebendo até às 08h30min do dia 20/11/2019, "envelope de credenciamento, da proposta e da documentação" referentes à prestação de serviços de equoterapia. A íntegra do Edital de Pregão Presencial poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site www.seara.sc.gov.br e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC, 05 de novembro de 2019.

Flávio Joel Zolet

Secretário Municipal de Saúde

Sombrio

PREFEITURA

DECRETO Nº. 217/2019

Publicação Nº 2216631

DECRETO Nº 217 DE 25 DE OUTUBRO DE 2019.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC, senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da lei nº. 2393, de 11 de dezembro 2018, (Lei Orçamentária).

DECRETA:

Art. 1º.Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

05.01 GERENCIA DE EDUCAÇÃO

2.036 – Apoio ao Ensino Superior

3.3.50.18.00.00.00.0080(102) – Aplicações Diretas R\$ 12.000,00

05.02 – GERENCIA DE CULTURA

2.058 – Manutenção do Esporte Amador e Estudantil

3.3.90.00.00.00.00.0080(134) – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá à conta do excesso de arrecadação verificado no presente exercício da fonte 80.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio – SC. 25 de outubro de 2019.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças e Administração

DECRETO Nº. 218/2019

Publicação Nº 2216636

DECRETO Nº 218 DE 25 DE OUTUBRO DE 2019.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC, senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da lei nº. 2393, de 11 de dezembro 2018, (Lei Orçamentária).

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 32.300,00 (trinta e dois mil e trezentos reais), na seguinte dotação orçamentária:

04.04 – DIRETORIA DE ESTRADAS E RODAGENS

1.027 – Aquisição de Máquinas e Veículos, e Equip. Rodoviários

4.4.90.00.00.00.00.0091 (312) Aplicações Diretas R\$ 32.300,00

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá à conta dos recursos de alienação de bens, Fonte 91.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio – SC. 25 de outubro de 2019.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças e Administração

Sul Brasil

PREFEITURA

DECRETO Nº 0287 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2216859

DECRETO Nº 0287 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

“CONCEDE DIAS DE FOLGA, PELO BANCO DE HORAS AO SERVIDOR, NA FORMA DO ART. 58, PARAGRAFO ÚNICO DA LEI 384/2001, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CONSIDERANDO, que o Servidor constitui o direito de banco de horas;
CONSIDERANDO, que o art. 58, parágrafo único da Lei 384/2001, permite a transformação dos dias das horas excedentes em dias de folga;
CONSIDERANDO, que a transformação das horas em crédito permite dias de folga. Pois, considerando que mês de trabalho corresponde a 200 horas semanais, assiste razão em conceder aos Servidores folga nos dias conforme segue abaixo:
.Geri Marcos Signor 64 horas total de 08 dias.

ÉDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei Orgânica Municipal, em especial Lei 384/2001, art. 58, parágrafo único.

DECRETA

Art. 1º Fica concedido dias de folga ao servidor Geri Marcos Signor em razão das horas excedentes prestadas;

Art. 2º Fica determinado que a folga comece em 06 de novembro de 2019 até 18 novembro de 2019.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, vinculada a publicação no DOM Lei 1.027/2015, revogando-se as disposições em contrária.

Gabinete do Prefeito, 05 de novembro de 2019.

ÉDER IVAN MARMITT
Prefeito de Sul Brasil

Registrado e publicado em data supra:

VALDECIR TOSETTO
Diretor do Departamento

DECRETO Nº 086 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2216848

DECRETO Nº. 0286 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019
INSTITUI O TURNO ÚNICO DE TRABALHO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal.

Considerando que a adoção do turno único de trabalho para os servidores administrativos do Município de Sul Brasil contribuirá para a redução do custeio da máquina pública.

Considerando ainda, que outras esferas da Administração, e em outros Poderes do Estado já tem em seu funcionamento fixado em tal regime.

DECRETA:

Art. 1º. O funcionamento dos serviços públicos municipais, de caráter administrativo, a partir de 23 de dezembro de 2019 até 03 de janeiro de 2020 será de 30 (trinta) horas semanais.

Parágrafo Único: Salvo o Conselho Tutelar que trabalhara em horário normal.

Art. 2º. As 30(trinta) horas semanais a que se refere o artigo anterior serão cumpridas em turno único das 7:00 as 13:00 horas, durante cinco dias da semana, de segunda a sexta-feira

Parágrafo único – No interesse administrativo, eventualmente, poderão ser designados servidores para a execução de serviços internos de

apoio técnico e administrativo, em regime diverso do indicado neste artigo.

Art. 3º. Não se aplica-se o disposto nos artigos antecedentes aos serviços do Departamento de Saúde e de atividades que por sua natureza demandem atendimento continuado ou mediante escalas de turnos sucessivos e regimes de plantão.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
05 de novembro de 2019.
EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO
Diretor de Administração

Tangará

PREFEITURA

LEI Nº 2.474, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019. "INSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS, ESTABELECE DIRETRIZES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Publicação Nº 2217240

LEI Nº 2.474, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

"INSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS, ESTABELECE DIRETRIZES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS DE TANGARÁ

Art. 1º Fica instituído o Conselho Municipal de Políticas Culturais de Tangará, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Juventude, Esporte e Lazer, tendo suas atribuições, estrutura e funcionamento definidos nesta Lei.

Art. 2º O Conselho Municipal de Políticas Culturais, órgão colegiado, de caráter normativo, consultivo, deliberativo e orientador objetiva institucionalizar a relação entre a Administração Municipal e os setores da sociedade civil ligados à cultura, promovendo a participação destes na elaboração, na execução e na fiscalização das Políticas Culturais de Tangará.

Art. 3º O Conselho Municipal de Políticas Culturais de Tangará terá sede em local a ser definido pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Juventude, Esporte e Lazer, que possibilitará todas as condições administrativas, pessoal e equipamentos, para o pleno funcionamento do Conselho.

Art. 4º O Conselho manifestar-se-á através de deliberações, decisões, recomendações, moções, resoluções, pareceres ou outros expedientes, e, seus atos serão publicados pelos meios legais.

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 5º Compete ao Conselho Municipal de Políticas Culturais de Tangará:

I. Representar a sociedade civil/público junto ao Poder Público Municipal, nos assuntos culturais;

II. Elaborar, junto à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Juventude, Esporte e Lazer, diretrizes e normas referentes às políticas culturais para o Município;

III. Apresentar, discutir e dar parecer sobre projetos que tratam do desenvolvimento da cultura, da produção, do acesso, da difusão e da descentralização cultural do Município;

IV. Propor programas, ações e instrumentos objetivando estimular a democratização e a descentralização das atividades de produção e difusão artístico-cultural, visando garantir a cidadania cultural através do direito de acesso aos bens culturais, de produção e circulação culturais;

V. Garantir a continuidade de programas e projetos de interesse do Município;

VI. Emitir parecer sobre questões referentes à:

- a) Prioridades programáticas e orçamentárias;
- b) Propostas de obtenção de recursos;
- c) Estabelecimento de convênios com instituições e entidades culturais.

VII. Colaborar para o estudo e o aperfeiçoamento da legislação sobre as políticas culturais, em âmbito municipal, estadual e federal;

VIII. Colaborar na elaboração do Plano Plurianual Anual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e do Orçamento Anual (LOA), relativos à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Juventude, Esporte e Lazer;

IX. Avaliar a execução das diretrizes e metas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Juventude, Esporte e Lazer, bem como as suas relações com a sociedade civil;

X. Participar da elaboração do Plano Municipal de Cultura, fiscalizando e orientando a sua execução;

- XI. Estimular e participar para o compartilhamento e pactuação necessários à efetivação do Plano Municipal de Cultura;
- XII. Incentivar o aperfeiçoamento e a valorização dos profissionais e demais sujeitos sociais ligados ao processo do fazer e do viver culturais;
- XIII. Auxiliar diretamente na realização da Conferência Municipal de Cultura ou outra modalidade de evento que tenha por objetivo convocar a sociedade para fins de revisão das políticas culturais do Município;
- XIV. Fomentar e auxiliar a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Juventude, Esporte e Lazer na efetivação e implementação de políticas culturais em consonância com a Lei Orgânica do Município, Plano Municipal de Cultura (a partir de sua criação) Plano Estadual de Cultura e Plano Nacional de Cultura;
- XV. Elaborar e aprovar seu Regimento Interno;
- XVI. Promover e incentivar estudos, eventos, campanhas, atividades permanentes e pesquisas na área da cultura;
- XVII. Propor políticas de geração, captação e alocação de recursos para o setor cultural;
- XVIII. Auxiliar a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Juventude, Esporte e Lazer na escolha de entidades que visam obter recursos por intermédio de auxílios e subvenções;
- XIX. Auxiliar a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Juventude, Esporte e Lazer na proposição e construção de instrumentos que assegurem um permanente processo de monitoramento das atividades desenvolvidas por entidades que recebem subvenção ou auxílio Municipal;
- XX. Convocar representantes do Poder Executivo e dos demais conselhos municipais, quando se tratar de pauta nas esferas de suas respectivas competências, a fim de instruir a elaboração de suas deliberações, decisões, recomendações, moções, resoluções, pareceres ou outros expedientes.
- XXI. Participar na elaboração, quando houver, do processo seletivo para aquisição de bônus cultural junto a Lei Municipal de Incentivos Fiscais para a cultura;
- XXII. Apoiar, orientar e assegurar junto ao setor competente do município o incremento de atividades culturais nas diversas modalidades e categorias no município;
- XXIII. Exercer demais atividades de interesse da arte e da cultura; e
- XXIV. Executar outras atribuições que lhe forem conferidas.

Parágrafo Único. O Conselho Municipal de Políticas Culturais poderá atuar também supletivamente, observada sua área de competência, objetivando a edição de normas que não colidam com as diretrizes do Conselho Estadual de Cultura, do Conselho Federal de Cultura através de convênios específicos de cooperação firmados com órgãos municipais, estaduais, federais e internacionais.

CAPÍTULO III

DA COMPOSIÇÃO E DO FUNCIONAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS

Art.6º O Conselho Municipal de Políticas Culturais de Tangará, terá a seguinte composição, sendo 01 (um) titular e 01 (um) suplente:

I - Representantes do Poder Público Municipal, composto por 02 (dois) membros Titulares e seus respectivos suplentes, conforme representação abaixo:

- a) 01 (um) representante do Poder Executivo;
- b) 01 (um) representante dos Professores;

II - Representantes da Sociedade Civil, composto por 04 (quatro) membros Titulares e seus respectivos suplentes, conforme representação abaixo:

- a) 01 (um) representante do Sindicato Rural de Tangará;
- b) 01 (um) representante das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais
- c) 01 (um) representante da Comissão dos Idosos;
- d) 01 (um) representante dos Estudantes da Educação Básica Pública, indicado pela Entidade de Estudantes Secundaristas.

§ 1º Os representantes do Poder Público e das instituições serão indicados pelos respectivos órgãos e entidades e exercerão mandato de 02 (dois) anos, admitindo-se a recondução por período igual e sucessivo.

§ 2º Na hipótese de ausência do conselheiro titular em 03 (três) reuniões consecutivas ou 05 (cinco) alternadas, num período de 12 (doze) meses, sem prévia justificativa escrita, à presidência do CMPC, o suplente completará o mandato do titular, na forma do Regimento Interno;

§ 3º Em caso de exoneração, licença, remanejamento do órgão ou em caso de desligamento da entidade que representa, o membro titular será automaticamente substituído pelo suplente e, na impossibilidade deste, pelos mesmos motivos, indicar-se-ão outros membros.

Art. 7º Os representantes, titulares e suplentes, da sociedade civil nas áreas artístico-culturais e educacionais de Tangará serão eleitos pelos seus respectivos pares;

Parágrafo Único. São elegíveis a membros do Conselho Municipal de Políticas Culturais de Tangará, os candidatos da sociedade civil nas áreas artístico-culturais e educacionais que atendam aos seguintes requisitos:

- a) Ser maior de 16 (dezesesseis) anos no ato da inscrição;
- b) Ser reconhecido pela comunidade local como participante, organizador, produtor ou incentivador da cultura;
- c) Ter atuação em atividades culturais.

Art. 8º A função a ser exercida no Conselho é considerada serviço relevante e de utilidade pública.

CAPÍTULO IV

DA ESTRUTURA DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS

Art. 9º O Conselho Municipal de Políticas Culturais terá a seguinte estrutura:

I. Presidência

II. Vice - Presidência;

III. Secretaria;

Art. 10 A Presidência de Honra do Conselho Municipal de Políticas Culturais será exercida pelo Secretário Municipal de Educação, Cultura, Juventude, Esporte e Lazer, ou quem lhe fizer a vez, podendo opinar, sugerir e votar;

Art. 11 O Presidente do Conselho será eleito dentre os seus pares;

§1º Os demais cargos eletivos serão preenchidos, dentre os conselheiros efetivos, através de escrutínio aberto, em reunião convocada para tal fim.

§2º O Regimento Interno definirá as atribuições de cada item da estrutura acima;

§3º O Regimento Interno definirá o processo eleitoral da Estrutura do Conselho.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 12 O Conselho Municipal de Políticas Culturais fará realizar, uma vez por ano, plenária pública;

Art. 13 A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Juventude, Esporte e Lazer, deverá viabilizar a estrutura física e suporte administrativo necessários ao funcionamento do Conselho Municipal de Políticas Culturais;

Art. 14 Nenhum conselheiro receberá pela sua participação qualquer tipo de pagamento ou remuneração, salvo ajuda de custo para representação em assuntos relevantes relacionados a cultura quando solicitado pelo município;

Art. 15 O Regimento Interno do Conselho Municipal de Políticas Culturais determinará a periodicidade das reuniões, ordinárias e extraordinárias e suas formas de convocação;

Art. 16 Após a aprovação e publicação desta Lei, será realizada a composição do Conselho, a partir das indicações e eleição de seus membros, conforme arts. 6º e 7º desta Lei.

Art. 17 O Conselho Municipal de Políticas Culturais, no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados da aprovação desta Lei, elaborará o seu Regimento Interno, elegendo a sua primeira Diretoria.

Art.18 As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão por conta dos recursos financeiros consignados em dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Juventude, Esporte e Lazer, previstas no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual.

Art. 19 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 509, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019. "DECLARA DISPENSA DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Publicação Nº 2217233

PORTARIA Nº. 509, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.
"DECLARA DISPENSA DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, inciso, VII, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 24, inciso XVII, da Lei n. 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1.º Declara dispensável a licitação para revisão programada no veículo RENAULT LOGAN EXPRESSION 1.0, ANO 2018/2019 de placa QJH-5919, pertencente à Secretaria de Saúde, Assistência Social e Habitação do Município de Tangará/SC, no valor de R\$ 558,00 (quinhentos e cinquenta e oito reais), da empresa DE MARCO RENAULT, CNPJ nº 84.584.556/0006-77, conforme determina o inciso XVII, do art. 24 da Lei 8.666/93.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 01 DE NOVEMBRO DE 2019.
NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 517, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2.019. CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SERVIDOR QUE MENCIONA POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2217236

PORTARIA Nº. 517, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2.019.
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SERVIDOR QUE MENCIONA POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo artigo 74, incisos VII - IX da Lei Orgânica do Município;

Considerando o Edital 007/2019, que abriu inscrições e fixou normas para o Processo Seletivo de ingresso em cargo público de provimento temporário para a Prefeitura Municipal de Tangará.

Considerando a necessidade de profissionais para atuar na Secretaria Municipal de Saúde, assistência Social e Habitação.

RESOLVE:

Art.1.º Contratar por necessidade temporária de excepcional interesse público a servidora VANESSA APARECIDA RODRIGUES, para a função do cargo de ZELADOR DE SERVIÇOS INTERNOS – NÍVEL 03 – CLASSE A, com carga horária de 40h semanais, conforme Lei Complementar 092/2017, a partir de 05/11/2019.

Art.2.º Esta Portaria entra em vigor data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ-SC, 05 DE NOVEMBRO DE 2.019.
NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 520, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2.019. CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA A SERVIDOR QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2217237

PORTARIA Nº. 520, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2.019.
CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA A SERVIDOR QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no artigo 74, inciso VII, da Lei Orgânica, e tendo em vista o disposto no Artigo. 103, § 1º da Lei Complementar n. 057, de 02 de Janeiro de 2012.

CONSIDERANDO que a Lei Complementar n. 057, de 02 de Janeiro de 2012, assegurou ao servidor o direito à Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, a servidora ALINE PATRÍCIA DA SILVA, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS DA EDUCAÇÃO – NÍVEL 03 – CLASSE C pelo período de (15) quinze dias, a partir de 30/10/2019 a 13/11/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, EM 05 DE NOVEMBRO DE 2.019.
NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

Tigrinhos

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR 039

Publicação Nº 2216605

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 039/2016, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO E O FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que o Poder Legislativo aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A Política Municipal de Saneamento Básico de Tigrinhos, com fundamento na Lei Federal nº. 11.445/07, tem como objetivo, respeitadas as competências da União e do Estado, melhorar a qualidade da sanidade pública e manter o meio ambiente equilibrado buscando o desenvolvimento sustentável e fornecendo diretrizes ao poder público e à coletividade para a defesa, conservação e recuperação da qualidade e salubridade ambiental, cabendo a todos o direito de exigir a adoção de medidas nesse sentido.

Parágrafo único. Para os efeitos desta lei considera-se saneamento básico o conjunto de serviços, infraestrutura e instalações operacionais de:

I - abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

II - esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

III - limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas, inclusive a triagem para fins de reuso, reciclagem ou compostagem, e os serviços de varrição, capina e poda de árvores em vias e logradouros públicos e outros eventuais serviços pertinentes à limpeza pública;

IV - drenagem e manejo de águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas.

Art. 2º Os recursos hídricos não integram os serviços de saneamento básico.

Parágrafo único. A utilização de recursos hídricos na prestação de serviços públicos de saneamento básico, inclusive para a disposição ou diluição de esgotos e outros resíduos líquidos, é sujeita a outorga de direito de uso, nos termos da Lei Federal nº. 9.433, de 08 de janeiro de 1997, de seus regulamentos e da legislação estadual.

Art. 3º Não constitui serviço público de saneamento a ação executada por meio de projetos e atividades individuais e específicas, desde que o usuário não dependa da intervenção direta do poder público para operar os serviços, bem como as atividades e obras de saneamento básico de responsabilidade privada, previstas em lei ou normas regulamentadoras incluindo o manejo de resíduos de responsabilidade do gerador.

Art. 4º O lixo originário de atividades comerciais, industriais, de serviços e afins cuja responsabilidade pelo manejo não seja atribuição do gerador, será considerado resíduo sólido urbano.

Art. 5º Para o estabelecimento da Política Municipal de Saneamento Básico serão observados os seguintes princípios fundamentais:

V - universalização do acesso;

VI - integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;

VII - abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente;

VIII - disponibilidade, em todas as áreas urbanas, de serviços de drenagem e de manejo das águas pluviais adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado;

IX - adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais;

X - articulação com políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante;

XI - eficiência econômica e sustentabilidade;

XII - utilização de tecnologias apropriadas, considerando os orçamentos plurianuais, a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas;

XIII - transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados;

XIV - controle social;

XV - segurança, qualidade e regularidade;

XVI - integração das infra-estruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

CAPÍTULO II

DO INTERESSE LOCAL

Art. 6º Para o cumprimento do disposto no Art. 30 da Constituição Federal no que concerne ao saneamento básico consideram-se como de interesse local:

XVII - o incentivo à adoção de posturas, e práticas sociais e econômicas ambientalmente sustentáveis;
XVIII - a adequação das atividades e ações econômicas, sociais, urbanas e rurais e do Poder Público, às imposições do equilíbrio ambiental;
XIX - a busca permanente de soluções negociadas entre o Poder Público, a iniciativa privada e sociedade civil para a prevenção e mitigação dos impactos ambientais;
XX - a adoção no processo de planejamento, de normas relativas ao desenvolvimento urbano e econômico que priorizem a proteção ambiental, a utilização adequada do espaço territorial e dos recursos naturais e que possibilitem novas oportunidades de geração de emprego e renda;
XXI - a ação na defesa e conservação ambiental no âmbito regional e dos demais municípios vizinhos, mediante convênios e consórcios;
XXII - a defesa e conservação das áreas de mananciais, das reservas florestais e demais áreas de interesse ambiental.
XXIII - o licenciamento e fiscalização ambiental com o controle das atividades efetiva ou potencialmente degradadoras e poluidoras;
XXIV - a melhoria constante da qualidade do ar, da água, do solo, da paisagem e dos níveis de ruído e vibrações, mantendo-os dentro dos padrões técnicos estabelecidos pelas legislações de controle de poluição ambiental federal, estadual e municipal no que couber;
XXV - o acondicionamento, a coleta, o transporte, o tratamento e a disposição final dos resíduos sólidos;
XXVI - a captação, o tratamento e a distribuição de água para consumo, assim como o monitoramento de sua qualidade;
XXVII - a coleta, a disposição e o tratamento de esgotos;
XXVIII - o tratamento e/ou reaproveitamento de efluentes gerados por quaisquer atividades;
XXIX - a drenagem e a destinação final das águas;
XXX - o cumprimento e criação de normas que regulem a manipulação, armazenagem e transporte de produtos, substâncias, materiais e resíduos perigosos ou tóxicos;

XXXI - a conservação e recuperação dos rios, córregos, matas ciliares e áreas florestadas;
XXXII - a garantia de crescentes níveis de salubridade ambiental, através do provimento de infra-estrutura sanitária e de condições de salubridade das edificações, ruas e logradouros públicos;
XXXIII - monitoramento de águas subterrâneas visando à manutenção dos recursos hídricos para as atuais e futuras gerações, exigindo o cumprimento da legislação.

Art. 7º No acondicionamento, coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos deverão ser observados, além de outros previstos, os seguintes procedimentos:

XXXIV - acondicionamento separado do lixo orgânico doméstico dos resíduos passíveis de reciclagem e a coleta seletiva destes;
XXXV - acondicionamento, coleta e destinação própria dos resíduos hospitalares e dos serviços de saúde;
XXXVI - os resíduos industriais, da construção civil, agrícolas, entulhos, poda de árvores e rejeitos nocivos à saúde e ao meio ambiente, como: pilhas, baterias, acumuladores elétricos, lâmpadas fluorescentes e pneus, não poderão ser depositados no aterro sanitário.
XXXVII - utilização do processo de compostagem dos resíduos orgânicos, sempre que possível e viável;
XXXVIII - manter o aterro sanitário dentro das normas do órgão ambiental responsável.

§ 1º A separação e o acondicionamento dos resíduos de que trata o inciso I é de responsabilidade do gerador, sendo a coleta, transporte e destino final de responsabilidade do Município quando a produção semanal do gerador não ultrapassar 600 litros.

§ 2º O acondicionamento, coleta, transporte e disposição final dos resíduos de que trata os incisos II e III é de responsabilidade do gerador.

§ 3º Os resíduos da construção civil, da poda de árvores e manutenção de jardins, até 1m³ (um metro cúbico), produzido a cada 30 (trinta) dias por unidade geradora, e os objetos volumosos poderão ser encaminhados às estações de depósitos (ecopontos) indicados pela Prefeitura ou recolhido por esta nos locais geradores conforme definição da Administração.

§ 4º Os resíduos da construção civil e de poda de árvores e manutenção de jardins poderão ser coletados pela Prefeitura, quando não ultrapassarem a 30 (trinta) quilos e dimensões de até 40 (quarenta) centímetros e acondicionado separadamente dos demais resíduos.

§ 5º Constitui infração grave a não separação dos resíduos recicláveis nas áreas ou nas atividades determinadas pelo Poder Público Municipal.

§ 6º A deposição de qualquer espécie de resíduo gerado em outro município no Município de Tigrinhos necessita de prévia autorização deste.

CAPÍTULO III

DOS ÓRGÃOS EXECUTORES DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Art. 8º A Política Municipal de Saneamento Básico de Tigrinhos será executada pela SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE juntamente com o CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO e distribuída de forma transdisciplinar por todas as secretarias e órgãos da Administração Municipal, respeitadas as suas competências.

CAPÍTULO IV

DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO

Art. 9º Os serviços básicos de saneamento de que trata o parágrafo único do art. 1º desta Lei poderão ser executados das seguintes formas:

XXXIX - de forma direta pela Prefeitura ou por órgãos de sua administração indireta;

XL - por empresa contratada para a prestação dos serviços através de processo licitatório;

XLI - por empresa concessionária escolhida em processo licitatório de concessão, nos termos da Lei Federal nº. 8.987/95;

XLII - por gestão associada com órgãos da administração direta e indireta de entes públicos federados por convênio de cooperação ou em consórcio público, através de contrato de programa, nos termos do art. 241 da Constituição Federal e da Lei Federal nº. 11.107/05.

§ 1º A prestação de serviços públicos de saneamento básico por entidade que não integre a administração municipal depende de celebração de contrato, sendo vedado a sua disciplina mediante convênios, termos de parceria ou outros instrumentos de natureza precária.

§ 2º Excetuam do disposto no artigo anterior os serviços autorizados para usuários organizados em cooperativas, associações ou condomínios desde que se limite a:

a) determinado condomínio;

b) localidade de pequeno porte, predominantemente ocupada por população de baixa renda, onde outras formas de prestação apresentem custos de operação e manutenção incompatíveis com a capacidade de pagamento dos usuários.

§ 1º Da autorização prevista no parágrafo anterior deverá constar a obrigação de transferir ao titular os bens vinculados aos serviços por meio de termo específicos, com os respectivos cadastros técnicos.

Art. 10. São condições de validade dos contratos que tenham por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico:

- I - a existência prévia de estudo comprovando a viabilidade técnica e econômico-financeira da prestação universal e integral dos serviços;
- II - a existência de normas de regulação que prevejam os meios para o cumprimento das diretrizes desta Lei, incluindo a designação da entidade ou órgão de regulação e de fiscalização;
- III - a realização prévia de audiência e de consulta públicas sobre o edital e minuta do contrato no caso de concessão.

Art. 11. Nos casos de serviços prestados mediante contratos de concessão ou de programa, as normas previstas no inciso II do artigo anterior deverão prever:

- I - a autorização para a contratação dos serviços, indicando os respectivos prazos e a área a ser atendida;
- II - inclusão, no contrato, das metas progressivas e graduais de expansão dos serviços, de qualidade, de eficiência e de uso racional da água, da energia e de outros recursos, em conformidade com os serviços a serem prestados;
- III - as prioridades de ação, compatíveis com as metas estabelecidas;
- IV - as condições de sustentabilidade e equilíbrio econômico-financeiro da prestação de serviços, em regime de eficiência, incluindo:
 - a) o sistema de cobrança e a composição de taxas e tarifas;
 - b) a sistemática de reajustes e de revisões de taxas e tarifas;
 - c) a política de subsídios;
- V - mecanismos de controle social nas atividades de planejamento, regulação e fiscalização dos serviços;
- VI - as hipóteses de intervenção e de retomada dos serviços.

§ 1º Os contratos não poderão conter cláusulas que prejudiquem as atividades de regulação e de fiscalização ou de acesso às informações sobre serviços contratados.

§ 2º Na prestação regionalizada, o disposto neste artigo e no anterior poderá se referir ao conjunto de municípios por ela abrangidos.

Art. 12. Nos serviços públicos de saneamento básico em que mais de um prestador execute atividade interdependente com outra, a relação entre elas deverá ser regulada por contrato e haverá órgão único encarregado das funções de regulação e de fiscalização.

Parágrafo único. Na regulação deverá ser definido, pelos menos:

- I - as normas técnicas relativas à qualidade e regularidade dos serviços aos usuários e entre os diferentes prestadores envolvidos;
- II - as normas econômicas e financeiras relativas às tarifas, aos subsídios e aos pagamentos por serviços prestados aos usuários e entre os diferentes prestadores dos serviços;
- III - a garantia de pagamento de serviços prestados entre os diferentes prestadores dos serviços;
- IV - os mecanismos de pagamento de diferenças relativas a inadimplemento dos usuários, perdas comerciais e físicas e outros créditos devidos, quando for o caso;
- V - o sistema contábil específico para os prestadores que atuem em mais de um Município.

Art. 13. O contrato a ser celebrado entre os prestadores de serviços a que se refere o Art. anterior deverá conter cláusulas que estabeleçam pelo menos:

- I - as atividades ou insumos contratados;
- II - as condições recíprocas de fornecimento e de acesso à atividades ou insumos;
- III - o prazo de vigência, compatível com as necessidades de amortização de investimentos, e as hipóteses de sua prorrogação;
- IV - os procedimentos para a implantação, ampliação, melhoria e gestão operacional das atividades;
- V - os direitos e deveres sub-rogados ou os que autorizam a sub-rogação;
- VI - as hipóteses de extinção, inadmitida a alteração e a rescisão administrativas unilaterais;
- VII - as penalidades a que estão sujeitas as partes em caso de inadimplemento;
- VIII - a designação do órgão ou entidade responsável pela regulação e fiscalização das atividades ou insumos contratados.

CAPÍTULO V

DA PARTICIPAÇÃO REGIONALIZADA EM SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO

Art. 14. O Município poderá participar de prestação regionalizada de serviços de saneamento básico que é caracterizada por:

- I - um único prestador dos serviços para vários Municípios, contíguos ou não;
- II - uniformidade de fiscalização e regulação dos serviços, inclusive sua remuneração;

III - compatibilidade de planejamento.

§ 1º Na prestação de serviços de que trata este Art., as atividades de regulação e fiscalização poderão ser exercidas:

- a) por órgão ou entidade de ente da Federação a que o titular tenha delegado o exercício dessas competências por meio de convênio de cooperação técnica entre entes da Federação, obedecido o disposto no art. 241 da Constituição Federal;
- b) por consórcio público de direito público integrado pelos titulares dos serviços.

§ 2º No exercício das atividades de planejamento dos serviços a que se refere o caput deste Art., o titular poderá receber cooperação técnica do Estado e basear-se em estudos fornecidos pelos prestadores.

Art. 15. A prestação regionalizada de serviços públicos de saneamento básico poderá ser realizada por:

- IX - órgão, autarquia, fundação de direito público, consórcio público, empresa pública ou sociedade de economia mista estadual ou municipal;
- X - empresa a que se tenha concedido os serviços.

§ 1º O serviço regionalizado de saneamento básico poderá obedecer o plano de saneamento básico elaborado para o conjunto dos municípios.

§ 3º Os prestadores deverão manter sistema contábil que permita registrar e demonstrar, separadamente, os custos e as receitas de cada serviço para cada um dos municípios atendidos.

CAPÍTULO VI

DA REGULAÇÃO E CONTROLE

Art. 16. O exercício da função de regular não poderá ser exercido por quem presta o serviço e atenderá aos seguintes princípios:

- I - independência decisória, incluindo autonomia administrativa, orçamentária e financeira do órgão regulador;
- II - transparência, tecnicidade, celeridade e objetividade das decisões.

Art. 17. São objetivos da regulação:

I - estabelecer padrões e normas para a adequada prestação dos serviços e para a satisfação dos usuários;
II - garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas;

III - prevenir e reprimir o abuso do poder econômico, ressalvada a competência dos órgãos integrantes do sistema nacional de defesa da concorrência;

IV - definir tarifas que assegurem o equilíbrio econômico e financeiros dos contratos como a modicidade tarifária, mediante mecanismos que induzem a eficiência e eficácia dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade;

V - definir as penalidades.

Art. 18. O órgão ou entidade reguladora editará normas relativas às dimensões técnica, econômica e social de prestação dos serviços, que abrangerão, pelo menos, os seguintes aspectos:

I - padrões e indicadores de qualidade da prestação dos serviços;

II - requisitos operacionais e de manutenção dos sistemas;

III - as metas progressivas de expansão e de qualidade dos serviços e os respectivos prazos;

IV - regime, estrutura e níveis tarifários, bem como os procedimentos e prazos de sua fixação, reajuste e revisão;

V - medição, faturamento e cobrança de serviços;

VI - monitoramento dos custos;

VII - avaliação da eficiência e eficácia dos serviços prestados;

VIII - plano de contas e mecanismos de informação, auditoria e certificação;

IX - subsídios tarifários e não tarifários;

X - padrões de atendimento ao público e mecanismo de participação e informação;

XI - medidas de contingências e de emergências, inclusive racionamento.

§ 1º As normas previstas neste artigo deverão fixar prazo para os prestadores de serviços comunicarem aos usuários as providências adotadas em face de queixas ou de reclamações relativas aos serviços.

§ 4º O órgão ou entidade fiscalizadora deverá receber e se manifestar conclusivamente sobre as reclamações que, a juízo do interessado, não tenham sido suficientemente atendidas pelos prestadores dos serviços.

Art. 19. Em caso de gestão associada ou prestação regionalizada dos serviços, poderão ser adotados os mesmos critérios econômicos, sociais e técnicos da regulação em toda a área de abrangência da associação ou prestação.

Art. 20. Os prestadores de serviços de saneamento básico deverão fornecer ao órgão ou entidade reguladora todos os dados e informações necessárias para o desempenho de suas atividades, na forma das normas legais, regulamentares e contratuais.

§ 1º Inclui-se entre os dados e informações a que se refere o caput deste artigo aquelas produzidas por empresas ou profissionais contratados para executar serviços ou fornecer materiais e equipamentos específicos.

§ 5º Compreendem-se nas atividades de regulação a interpretação e a fixação de critérios para a fiel execução dos contratos, dos serviços e para a correta administração de subsídios.

Art. 21. Deve ser dada publicidade aos relatórios, estudos e decisões e instrumentos equivalentes que se refiram à regulação ou a fiscalização dos serviços, bem como aos direitos e deveres dos usuários e prestadores, a eles podendo ter acesso qualquer do povo, independentemente da existência de interesse direto.

§ 1º Excluem-se do disposto no caput deste artigo os documentos considerados sigilosos em razão de interesse público relevante, mediante prévia e motivada decisão.

§ 6º A publicidade a que se refere o caput deste artigo deverá se efetivar, preferencialmente, por meio de site na internet.

Art. 22. É assegurado aos usuários dos serviços públicos de saneamento básico:

I - amplo acesso a informações sobre os serviços prestados;

II - prévio conhecimento dos seus direitos e deveres e das penalidades a que podem estar sujeitos;

III - acesso a manual de prestação do serviço e de atendimento ao usuário, elaborado pelo prestador e aprovado pelo órgão ou entidade reguladora;

IV - acesso a relatório periódico sobre a qualidade da prestação dos serviços.

CAPÍTULO VII

DOS ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS

Art. 23. Os serviços de saneamento básico de que trata esta Lei terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, sempre que possível, mediante remuneração pela cobrança dos serviços:

I - de abastecimento de água e esgoto sanitário: por tarifas e outros preços públicos, que poderão ser estabelecidos para cada um dos serviços ou conjuntamente;

II - de limpeza urbana e manejo de resíduos urbanos: por taxas ou tarifas e outros preços públicos, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades;

III - de manejo de águas pluviais urbanas: na forma de taxa, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades.

§ 1º Na instituição das tarifas, preços públicos e taxas para aos serviços de básico serão observadas as seguintes diretrizes:

a) ampliação do acesso dos cidadãos e localidades de baixa renda aos serviços;

b) geração dos recursos necessários para realização dos investimentos, objetivando o cumprimento das metas e objetivos do serviço;

c) inibição do consumo supérfluo e do desperdício de recursos;

d) recuperação dos custos incorridos na prestação do serviço, em regime de eficiência;

e) remuneração adequada do capital investido pelos prestadores dos serviços;

f) estímulo ao uso de tecnologias modernas e eficientes, compatíveis com os níveis exigidos de qualidade, continuidade e segurança na prestação dos serviços;

g) incentivo à eficiência dos prestadores dos serviços.

§ 2º O Município poderá adotar subsídios tarifários e não tarifários para os usuários e localidades que não tenham capacidade de pagamento ou escala econômica suficiente para cobrir o custo integral dos serviços.

Art. 24. Observado o disposto no artigo anterior, a estrutura de remuneração e cobrança dos serviços públicos de saneamento básico poderá levar em consideração os seguintes fatores:

- V - categorias de usuários, distribuídos por faixas ou quantidades crescentes de utilização ou de consumo;
- VI - padrões de uso ou de qualidade requeridos;
- VII - quantidade mínimo de consumo ou de utilização do serviço, visando à garantia de objetivos sociais, como a preservação da saúde pública, o adequado atendimento dos usuários de menor renda e a proteção do meio ambiente;
- VIII - custo mínimo necessário para disponibilidade do serviço em quantidade e qualidade adequadas;
- IX - ciclos significativos de aumento de demanda dos serviços, em períodos distintos;
- X - capacidade de pagamento dos consumidores.

Art. 25. Os subsídios necessários ao atendimento de usuários e localidades de baixa renda poderão ser:

- I - diretos: quando destinados a usuários determinados;
- II - indiretos: quando destinados ao prestador dos serviços;
- III - tarifários: quando integrarem a estrutura tarifária;
- IV - fiscais: quando decorrerem da alocação de recursos orçamentários, inclusive por meio de subvenções;
- V - internos a cada titular ou localidades: nas hipóteses de gestão associada e de prestação regional.

Art. 26. As taxas ou tarifas decorrentes da prestação de serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos devem levar em conta a adequada destinação dos resíduos coletados e poderão considerar em conjunto ou separadamente:

- I - o nível de renda da população da área atendida;
- II - as características dos lotes urbanos, as áreas edificadas e a sua utilização;
- III - o peso ou volume médio coletado por habitante ou por domicílio;
- IV - consumo de água do domicílio.

V - A cobrança pela prestação do serviço público de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas deve levar em conta, em cada lote, os percentuais de impermeabilização e a existência de dispositivos de amortecimento ou de retenção de água de chuva, podendo considerar também;

- VI - o nível de renda da população da área atendida;
- XI - as características dos lotes urbanos, áreas edificadas e sua utilização.

Art. 27. O reajuste de tarifas de serviços públicos de saneamento básico será realizado observando-se o intervalo mínimo de 12 (doze) meses, de acordo com as normas legais, regulamentares e contratuais.

Art. 28. As revisões tarifárias compreenderão a reavaliação das condições da prestação dos serviços e das tarifas praticadas e poderão ser:

- I - periódicas, objetivando a distribuição dos ganhos de produtividade com os usuários e a reavaliação das condições de mercado;
- II - extraordinárias, quando se verificar a ocorrência de fatos não previstos no contrato, fora do controle do prestador dos serviços, que alterem o seu equilíbrio econômico-financeiro.

§ 1º As revisões tarifárias terão suas pautas definidas pela pelo órgão ou entidade reguladora, ouvidos os usuários e os prestadores dos serviços.

§ 7º Poderão ser estabelecidos mecanismos tarifários de indução à eficiência, inclusive fatores de produtividade, assim como de antecipação de metas de expansão e qualidade dos serviços.

§ 8º O órgão ou entidade reguladora poderá autorizar o prestador dos serviços a repassar aos usuários custos e encargos tributários não previstos originalmente e por ele não administrados, nos termos da Lei Federal nº. 8.987/95.

Art. 29. As tarifas devem ser fixadas de forma clara e objetiva, devendo os reajustes e as revisões tornados públicos com antecedência mínima de 30 (trinta) dias com relação à sua aplicação.

Parágrafo único. A fatura a ser entregue ao usuário final deverá ter seu modelo aprovado pelo órgão ou entidade reguladora, que definirá os itens e custos a serem explicitados.

Art. 30. Os serviços poderão ser interrompidos pelo prestador das seguintes hipóteses:

- I - situações de emergência que atinjam a segurança de pessoas e bens;
- II - necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhorias de qualquer natureza no sistema;
- III - negativa do usuário em permitir a instalação de dispositivo de leitura de água consumida, após ter isso previamente notificado a respeito;
- IV - manipulação indevida de qualquer tubulação, medidor ou outra instalação do prestador, por parte do usuário;
- V - inadimplimento do usuário do serviço de abastecimento de água, do pagamento das tarifas, após ter sido formalmente notificado.

§ 1º As interrupções programadas serão previamente comunicadas ao regulador e aos usuários.

§ 9º A suspensão dos serviços prevista nos incisos III e V será precedida de prévio aviso ao usuário, não inferior a 30 (trinta) dias da data prevista para a suspensão.

§ 10º A interrupção ou a restrição do fornecimento de água por inadimplência a estabelecimentos de saúde, a instituições educacionais e de internação de pessoas e a usuário residencial de baixa renda beneficiário de tarifa social deverá obedecer a prazos e critérios que preservem condições mínimas de manutenção da saúde das pessoas atingidas.

Art. 31. Desde que previsto nas normas de regulação, grandes usuários poderão negociar suas tarifas com o prestador dos serviços, mediante contrato específico, ouvido previamente o regulador.

Art. 32. Os valores investidos em bens reversíveis pelos prestadores constituirão créditos perante o titular, a serem recuperados mediante a exploração dos serviços, nos termos das normas regulamentares e contratuais.

§ 1º Não gerará crédito perante o titular os investimentos feitos sem ônus para o prestador, tais como os decorrentes de exigência legal aplicável à implantação de empreendimentos imobiliários e os provenientes de subvenções ou transferências fiscais voluntárias.

§ 11º Os investimentos realizados, os valores amortizados, a depreciação e os respectivos saldos serão anualmente auditados e certificados pelo órgão ou ente regulador.

§ 12º Os créditos decorrentes de investimentos devidamente certificados poderão constituir garantia de empréstimos aos delegatários, destinados exclusivamente a investimentos nos sistemas de saneamento objeto do respectivo contrato.

CAPÍTULO VIII

DOS ASPECTOS TÉCNICOS

Art. 33. O serviço prestado atenderá a requisitos mínimos de qualidade, incluindo a regularidade, a continuidade e às condições operacionais e de manutenção dos sistemas.

Art. 34. Toda edificação permanente urbana será conectada às redes públicas de abastecimento de água sendo sujeita ao pagamento das

tarifas e de outros preços públicos decorrentes da conexão e do uso desses serviços, ressalvadas as disposições em contrário da entidade de regulação e do meio ambiente.

§ 1º. No que diz respeito ao esgotamento sanitário, o Município de Tigrinhos, admitirá soluções individuais de esgotamento sanitário, observadas as normas reguladoras, devido a inviabilidade técnica e financeira atual de implantação de rede de tratamento coletiva de esgoto. (NR)

§ 2º. 2A instalação hidráulica predial legada à rede de abastecimento de água não poderá ser também alimentada por outras fontes.

CAPÍTULO IX

DO FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO - FMSB

Art. 35. Fica criado o Fundo Municipal de Saneamento Básico - FMSB, vinculado à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Parágrafo único. Os recursos do FMSB serão aplicados exclusivamente em saneamento básico no Município, após consulta ao Conselho Municipal de Saneamento.

Art. 36. Os recursos do FMS serão provenientes de:

I - repasses de valores do Orçamento Geral do Município;

II - percentuais da arrecadação relativa a tarifas e taxas decorrente da prestação dos serviços de captação, tratamento e distribuição de água, de coleta e tratamento de esgotos, resíduos sólidos e serviços de drenagem urbana ou imposição de multas;

III - valores de financiamentos de instituições financeiras e organismos públicos ou privados, nacionais ou estrangeiros;

IV - valores recebidos a fundo perdido;

V - quaisquer outros recursos destinados ao Fundo.

Parágrafo único. O resultado dos recolhimentos financeiros será depositado em conta bancária exclusiva e poderão ser aplicados no mercado financeiro ou de capitais de maior rentabilidade, sendo que tanto o capital como os rendimentos somente poderão ser usados para as finalidades específicas descritas nesta Lei.

Art. 37. O Orçamento e a Contabilidade do FMSB obedecerão às normas estabelecidas pela Lei nº 4.320/64, bem como as instruções normativas do Tribunal de Contas do Estado e as estabelecidas no Orçamento Geral do Município e de acordo com o princípio da unidade e universalidade.

§ 1º Os procedimentos contábeis do Fundo serão executados pela Contabilidade Geral do Município.

§ 13º A administração executiva do FMSB será de exclusiva responsabilidade do Executivo Municipal.

CAPÍTULO X

DO CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO

Art. 38. Fica mantido o Conselho Municipal de Saneamento como órgão deliberativo e consultivo da administração municipal, conforme dispõe esta Lei.

Art. 39. São atribuições do Conselho Municipal de Saneamento:

I - elaborar seu regimento interno;

II - dar encaminhamento às deliberações da Conferência Nacional de Saneamento Básico;

III - articular discussões para a implementação do Plano Saneamento Básico;

IV - opinar sobre questões de caráter estratégico para o desenvolvimento da cidade quando couber;

V - emitir pareceres sobre propostas de alteração da Lei do Plano Municipal de Saneamento Básico e dos Regulamentos;

VI - acompanhar a execução do desenvolvimento de planos e projetos de interesse do desenvolvimento do Município;

VII - emitir pareceres sobre projetos de lei de interesse da política do saneamento municipal, antes do seu encaminhamento a Câmara;

VIII - acompanhar a implementação do Plano Municipal de Saneamento Básico previsto nesta lei;

IX - apreciar sobre casos não previstos na Lei do Plano Municipal de Saneamento Básico e na legislação municipal correlata.

Art. 40. O Conselho será composto de 10 (dez) membros efetivos, além de seus respectivos suplentes, com mandato de 02 (dois) anos, admitida a recondução, sendo o Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente membro nato, e os demais, nomeados por decreto do Prefeito, da seguinte forma:

I - cinco representantes do governo municipal, sendo indicados:

a) um pelo Conselho Municipal da Saúde;

b) um pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente;

c) um pela Secretaria Municipal de Infraestrutura;

d) um pelas empresas prestadoras de serviços de saneamento ao Município.

X - um membro indicado por Organizações não-Governamentais;

XI - dois membros indicados por entidades de representação profissional;

XII - dois membros indicados pelas associações de moradores.

§ 1º Os membros devem exercer seus mandatos de forma gratuita, vedada a percepção de qualquer vantagem de natureza pecuniária.

§ 14º O suporte técnico e administrativo necessário ao funcionamento do Conselho será prestado pela SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

§ 15º As reuniões do Conselho são públicas, facultado aos munícipes solicitar, por escrito e com justificativa, que se inclua assunto de seu interesse na pauta da primeira reunião subsequente.

§ 16º O Conselho será presidido pelo titular da SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, órgão responsável pela implementação do Plano de Saneamento Básico, a as deliberações deverão ser aprovadas por voto da maioria, cabendo ao presidente o voto de desempate.

Art. 41. São atribuições do Presidente do Conselho:

I - convocar e presidir as reuniões do Conselho;

II - solicitar pareceres técnicos sobre temas de relevante na área de saneamento e nos processos submetidos ao Conselho;

III - firmar as atas das reuniões e homologar as resoluções e decisões.

CAPÍTULO XI

DA PARTICIPAÇÃO POPULAR

Art. 42. A Participação Popular tem por objetivo valorizar e garantir a participação e o envolvimento da comunidade, de forma organizada, na gestão pública e nas atividades políticas administrativas.

Art. 43. A garantia da participação dos cidadãos é responsabilidade do governo municipal e tem por objetivos:

- I - a socialização do homem e a promoção do seu desenvolvimento integral como indivíduo e membro da coletividade;
- II - o pleno atendimento das aspirações coletivas no que se refere aos objetivos e procedimentos da gestão pública, influenciando nas decisões e no seu controle;
- III - a permanente valorização e aperfeiçoamento do poder público como instrumento a serviço da coletividade.

CAPÍTULO XII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 44. Faz parte integrante desta Lei, como anexo, o Plano Municipal de Saneamento Básico de Tigrinhos contendo o Plano de Trabalho e o Processo Participativo, Diagnóstico, Programas, Projetos e Ações. (NR)

Art. 45. A Prefeitura Municipal e seus órgãos da administração indireta competem promover a capacitação sistemática dos funcionários para garantir a aplicação e a eficácia desta Lei e demais normas pertinentes.

Art. 46. Este plano e sua implementação ficam sujeitos a contínuo acompanhamento, revisão e adaptação às circunstâncias emergentes e será revisto em prazo não superior 04 (quatro) anos.

Art. 47. Ao Poder Executivo Municipal compete dar ampla divulgação do PMSB e das demais normas municipais referentes ao saneamento básico.

Art. 48. Os regulamentos dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas serão propostos pelo ente ou órgão regulador.

Art. 49. Enquanto não forem editados os regulamentos específicos ficam em uso as atuais normas e procedimentos relativos aos serviços de água e esgotos sanitários, bem como as tarifas e preços públicos em vigor, que poderão ser reajustadas anualmente pelos índices de correção setoriais.

Art. 50. Esta Lei entrará em vigor da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário em especial a Lei Complementar Municipal Nº 026/2012 de 09 de Abril de 2012.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 28 DE NOVEMBRO DE 2016.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Tijucas

PREFEITURA

DECRETO Nº 1465-2019

Publicação Nº 2216223

DECRETO Nº 1465, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre a Suplementação de Dotação Orçamentária da Prefeitura Municipal de Tijucas.

ELÓI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 82 inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, em atendimento a recomendação contábil e de conformidade com a art. 17 da Lei 2736/2018.

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas em R\$ 245.000,00 (Duzentos e Quarenta e Cinco Mil Reais) as dotações orçamentárias que seguem:

23 - SECRETARIA DE CULTURA, JUVENTUDE E TURISMO

01 - Departamento de Cultura

133920038.2065 - Promoção, Comemoração e Apoio a Entidades

3.1.90.00 (152) - Aplicação Direta R\$ 120.000,00

3.3.90.00 (155) - Aplicação Direta R\$ 40.000,00

02 - Departamento de Assuntos da Juventude

41220093.2066 - Manutenção do Departamento de Assuntos da juventude

3.3.90.00 (158) - Aplicação Direta R\$ 50.000,00

03 - Departamento de Direitos Humanos

41220094.2067 - Manutenção do Departamento de direitos Humanos

3.3.90.00 (161) - Aplicação Direta R\$ 35.000,00

Art. 2º As Suplementações referidas no artigo anterior correrá por conta das anulações das dotações conforme seguem:

23 - SECRETARIA DE CULTURA, JUVENTUDE E TURISMO

01 - Departamento de Cultura

133920038.2065 - Promoção, Comemoração e Apoio a Entidades

3.3.50.00 (154) - Aplicação Direta R\$ 100.000,00

4.4.90.00 (156) - Aplicação Direta R\$ 60.000,00

02 - Departamento de Assuntos da Juventude

41220093.2066 - Manutenção do Departamento de Assuntos da juventude

4.4.90.00 (160) - Aplicação Direta R\$ 50.000,00

03 - Departamento de Direitos Humanos

41220094.2067 - Manutenção do Departamento de direitos Humanos

4.4.90.00 (162) - Aplicação Direta R\$ 35.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tijucas (SC), 05 de Novembro de 2019.

ELÓI MARIANO ROCHA

Prefeito do Município de Tijucas

DECRETO Nº 1466-2019

Publicação Nº 2216229

DECRETO Nº 1466, 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Autoriza abertura de processo seletivo simplificado para contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público e de urgência na forma da lei e dá outras providências.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito do Município de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 82, na forma da alínea "e", do inciso I, do parágrafo único do art. 31-A, ambos da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o disposto no art. 2º da Lei Municipal nº 2.325, de 15 de dezembro de 2010, e demais disposições legais, e ainda,

Considerando o pedido formulado pela Secretaria de Ação Social e Direitos Humanos, objetivando garantir a contratação emergencial e excepcional de preenchimento dos cargos vacantes, diante da rotatividade dos profissionais desta área, em função da necessidade do interesse público voltado para o atendimento à população carente;

Considerando a necessidade de formar um cadastro de reserva para garantir o funcionamento da equipe da Casa Lar, da Equipe do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e da Equipe do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) objetivando, respectivamente, o Serviço de Acolhimento provisório (Casa Lar), o serviços de executar, coordenar e fortalecer a articulação dos serviços socioassistenciais com as demais políticas públicas, ofertando o serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos, o serviço de proteção social a adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade (CREAS), e o serviço de Assistência Social, com a intenção de fortalecer a convivência com a família e com a comunidade, onde são ofertados o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, bem como, orientações sobre os benefícios assistenciais e inscrições no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CRAS);

Considerando as informações prestadas pela Diretoria de Recursos Humanos, que no caso da Secretaria de Ação Social e Direitos Humanos, os candidatos aprovados no ultimo processo seletivo simplificado foram todos contratados, alguns renunciaram a vaga e outros pediram demissão, e que verificado no cadastro de reserva do ultimo concurso público e dos processos seletivos simplificados anteriores não existem candidatos aprovados a serem chamados, e ainda, não havendo tempo hábil para a realização de concurso público, se que comprometa o atendimento a comunidade, o retardamento nas contratações, quando da necessidade, inviabilizaria os programas anteriormente citados.

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a imediata abertura de processo seletivo simplificado (cadastro de reserva) para contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público e de urgência da Secretaria de Ação Social e Direitos Humanos, na forma da Lei Municipal nº 2.325, de 15 de dezembro de 2010, mediante a contratação dos profissionais abaixo identificados:

I – 01 (uma) vaga para o cargo de Assistente Social para Equipe da Casa Lar, carga horária de 30 (trinta) horas semanais;

II – 02 (duas) vagas para o cargo de Assistente Social para Equipe do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), carga horária de 30 (trinta) horas semanais;

III – 01 (uma) vaga para o cargo de Assistente Social para Equipe do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), carga horária de 30 (trinta) horas semanais;

IV – 01 (uma) vaga para o cargo de Pedagogo para Equipe da Casa Lar, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais;

V – 01 (uma) vaga para o cargo de Psicólogo para Equipe da Casa Lar, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais;

VI – 02 (duas) vagas para o cargo de Psicólogo para Equipe do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), carga horária de 40 (quarenta) horas semanais;

VII – 01 (uma) vaga para o cargo de Psicólogo para Equipe do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º A responsabilidade e a coordenação do processo seletivo simplificado caberão a Secretaria de Ação Social e Direitos Humanos, sob a orientação da Secretaria de Administração, através da Diretoria de Recursos Humanos, da Procuradoria-Geral e do Controle Interno.

§ 1º Como forma de conter gastos públicos, a Secretaria envolvida no processo seletivo simplificado, se necessário, deverá solicitar a colaboração técnica, pessoal e material dos demais órgãos e unidades da estrutura básica da Administração Pública do Município de Tijucas, enumeradas no art. 10 da Lei Complementar nº 2, de 16 de novembro de 2010.

§ 2º Objetivando a lisura do processo seletivo simplificado, visando à manutenção dos princípios constitucionais voltados para a administração pública, em especial da impessoalidade, moralidade e transparência, deverão ser convidados para participar de todos os atos do processo, membros das entidades representativas dos servidores públicos municipais, ou seja, Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Públicos do Município de Tijucas.

Art. 3º As contratações autorizadas, quando necessárias serão feitas por tempo determinado, nos termos da lei anteriormente mencionada, observando o prazo máximo de 1 (um) ano de vigência, sendo admitida prorrogação, mediante justificativa fundamentada, caso não seja homologado o concurso público no período.

Parágrafo único. Dentro da validade do processo seletivo e mediante justificativa da autoridade competente, poderá ser reconduzida a lista de aprovados, respeitada a ordem de classificação.

Art. 4º Aplica-se ao pessoal contratado nos termos deste decreto, o regime estatutário (jurídico-administrativo), respeitados os termos do contrato, as disposições referentes à gratificação natalina, ao pagamento de hora extra e adicional noturno, as férias, insalubridade ou periculosidade nos termos de lei ou conforme apurado em regular perícia, aos direitos de ausência do serviço, aos direitos de petição e deveres, proibições, responsabilidades e penalidades, excluindo-se todas e quaisquer vantagens pessoais e impessoais concedidas exclusivamente aos servidores efetivos ocupantes de cargos tomados como paradigma.

Art. 5º O candidato aprovado, obedecido à ordem classificatória e dentro da validade do processo seletivo simplificado, deverá ser obrigatoriamente chamado, se por ventura, houver necessidade de nova contratação para ocupar vaga do mesmo cargo em que foi aprovado, mesmo sendo para outra divisão dentro da Secretaria de Saúde ou até mesmo para outra Secretaria, desde que a habilitação e as funções sejam compatíveis.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tijucas (SC), 05 de novembro de 2019.

ELOI MARIANO ROCHA

Prefeito do Município de Tijucas

EXTRATO JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO APÓS PRAZO DE RECURSO E CONTRARRAZÕES PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/SAMAE/2019 TP Nº 004/SAMAE/2019

Publicação Nº 2216220

JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO

APÓS PRAZO DE RECURSO E CONTRARRAZÕES

A Comissão Permanente de Licitação torna público que fora concluído o julgamento da documentação do Processo Licitatório nº 044/SAMAE/2019 e Tomada de Preço nº 004/SAMAE/19, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE OBRAS CIVIS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO DA BASE E CONSTRUÇÃO DA CASA QUÍMICA E COMANDO, REFERENTE À AMPLIAÇÃO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA, DO SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC. As empresas RUHMO ENGENHARIA LTDA e INFRAED ENGENHARIA EIRELI atenderam com os requisitos mínimos de acervo e qualificação técnica e demais documentos exigidos no edital em questão, restando habilitadas. Fica designando à abertura das propostas das empresas habilitadas RUHMO ENGENHARIA LTDA e INFRAED ENGENHARIA EIRELI para o dia 07/11/2019, 10h00. Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

Jilson José de Oliveira – PRESIDENTE DO SAMAE

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE VALOR DO CONTRATO 002/SAMAE/2019 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/SAMAE/2019 DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/SAMAE/2019

Publicação Nº 2217705

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE VALOR DO CONTRATO Nº 002/SAMAE/19 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/SAMAE/19 – PREGÃO PRESENCIAL

Nº 001/SAMAE/19

CONTRATANTE: SAMAE- SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO.

CONTRATADA: GABRIEL LEMOS FREITAS – ME.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, PEÇAS E MATERIAIS DE BOMBAS E MOTOBOMBAS, DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA (SAA) E SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO (SES), DO SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS /SC.

VALOR ADITIVADO: Com o acréscimo quantitativo dos serviços no Contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº 002/SAMAE/2019, firmado em 07 de fevereiro de 2019, o valor do contrato que era de R\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil), passa a ter o acréscimo de R\$ 33.750,00 (trinta e três mil, setecentos e cinquenta reais) decorrente do percentual aditivado de 25% (vinte e cinco por cento), passando para o valor global de R\$ 168.750,00 (Cento e sessenta e oito mil, setecentos e cinquenta reais), conforme justificativa, Ofício nº 187/SAMAE/2019 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/SAMAE/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/SAMAE/2019.

TIJUCAS/SC, 04 DE NOEMBRO DE 2019

PORTARIA 1590/2019

Publicação Nº 2216200

PORTARIA Nº 1590, 01 DE JULHO DE 2019.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 002/2018 de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 049/Edital 002/2018.

RESOLVE:

Art 1º CONTRATAR o(a) Sr(a), VANDA REGINA PEREIRA, Odontólogo da Equipe de Saúde Bucal (ESF), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para prestar serviços na Unidade Básica de Saúde Nilton Olinger da Secretária Municipal de Saúde (FMS), no período de 01/07/2019 a 30/06/2020

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA

Prefeito Municipal

PORTARIA 1591/2019

Publicação Nº 2216203

PORTARIA Nº 1591, 01 DE JULHO DE 2019.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 002/2018 de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 050/Edital 002/2018.

RESOLVE:

Art 1º CONTRATAR o(a) Sr(a), KARLA DAIANA MACHADO, Enfermeiro da Estratégia Saúde da Família (ESF), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para prestar serviços na Unidade Básica de Saúde Orlando Barreto da Secretária Municipal de Saúde (FMS), no período de 01/07/2019 a 30/06/2020

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 1592/2019

Publicação Nº 2216204

PORTARIA Nº 1592, 01 DE JULHO DE 2019.

VILSON JOSE PORCINCULA, Secretário Municipal de Saúde de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o § 1º, do art. 14-A e inciso I do art. 93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas c/c Decreto Municipal nº 81, de 18 de Outubro de 2005, e demais disposições legais,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER o(a) Sr(a). JANINE ISABEL SILVA BRANCO, Enfermeiro da Estratégia Saúde da Família (ESF), matrícula nº11469, por desempenhar a função de Responsabilidade na Unidade Básica de Saúde José Manoel Reis (FMS), gratificação de 20% (vinte por cento), de acordo com o inciso II do art. 3º da Lei Ordinária nº2607/2015, conforme Ofício nº288/2019 apredentado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura,
Revogadas as disposições em contrario.

VILSON JOSE PORCINCULA
Secretário de Saúde

PORTARIA 1593/2019

Publicação Nº 2216205

PORTARIA Nº 1593, 01 DE JULHO DE 2019

BIANCA BIBIANI MACHADO, Secretária Municipal de Ação Social de Tijucas Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do art. 14-A e Inciso I do art. 93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas, c/c Decreto Municipal nº 81 de Outubro de 2005, e demais disposições legais,

RESOLVE:

Art 1º CONCEDER, licença sem vencimentos, ao(a) servidor(a) Sr(a). VANIA FONTANELA, Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº7745, lotado na Secretaria Municipal de Ação Social (FMAS), no período de 01/07/2019 a 29/06/2021, conforme Ofício nº 124/2019 (SMAS) apresentado.

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura,
revogadas as disposições em contrario.

BIANCA BIBIANI MACHADO
Secretaria de Ação Social

PORTARIA 1594/2019

Publicação Nº 2216206

PORTARIA Nº 1594, 01 DE JULHO DE 2019

VILSON JOSE PORCINCULA, Secretário Municipal de Saúde de Tijucas Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o § 1º, do art. 14-A e inciso VIII do art.82, e inciso I, do art 93. Todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas e demais disposições legais,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a pedido do(a) Sr(a). ROBSON SENS, Técnico em Enfermagem da Estratégia Saúde da Família (ESF), matrícula nº 10284, lotada na Secretaria Municipal de Saúde (FMS), conforme requerimento apresentado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

VILSON JOSE PORCINCULA
Secretário de Saúde

PORTARIA 1595/2019

Publicação Nº 2216207

PORTARIA Nº 1595, 01 DE JULHO DE 2019

VILSON JOSE PORCINCULA, Secretário Municipal de Saúde de Tijucas Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o § 1º, do art. 14-A e inciso VIII do art.82, e inciso I, do art 93. Todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas e demais disposições legais,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a pedido do(a) Sr(a). KARINA ANGELICA MOTTA BECKER, Enfermeiro da Estratégia Saúde da Família (ESF), matrícula nº 11335, lotada na Secretaria Municipal de Saúde (FMS), conforme requerimento apresentado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

VILSON JOSE PORCINCULA
Secretário de Saúde

PORTARIA 1596/2019

Publicação Nº 2216209

PORTARIA Nº 1596, 01 DE JULHO DE 2019

VILSON JOSE PORCINCULA, Secretário Municipal de Saúde de Tijucas Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o § 1º, do art. 14-A e inciso VIII do art.82, e inciso I, do art 93. Todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas e demais disposições legais,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a pedido do(a) Sr(a). JONAS GOULART JOAQUIM, Enfermeiro, matrícula nº 11370, lotada na Secretaria Municipal de Saúde (FMS), conforme requerimento apresentado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

VILSON JOSE PORCINCULA
Secretário de Saúde

PORTARIA 1597/2019

Publicação Nº 2216215

PORTARIA Nº 1597, 01 DE JULHO DE 2019.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 002/2018 de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 050/Edital 002/2018.

RESOLVE:

Art 1º CONTRATAR o(a) Sr(a), KARLA DAIANA MACHADO, Técnico em Enfermagem da Estratégia Saúde da Família (ESF), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para prestar serviços na Unidade Básica de Saúde Orlando Barreto da Secretária Municipal de Saúde (FMS), no período de 01/07/2019 a 30/06/2020

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 1598/2019

Publicação Nº 2216216

PORTARIA Nº 1598, 02 DE JULHO DE 2019.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 020/2019 de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 022/Edital 001/2019,

RESOLVE:

Art 1º PRORROGAR o contrato de trabalho do(a) Sr(a). MARITÂNIA DA SILVA, Merendeira, matrícula nº 11448, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para prestar serviços no C.E.I Profª Maria Helena Machado (SED), em substituição a servidora Eliete Vieira da Costa em licença tratamento de saúde, no período de 02/07/2019 a 01/08/2019.

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 1599/2019

Publicação Nº 2216217

PORTARIA Nº 1599, 02 DE JULHO DE 2019.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 001/2019 de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 036/Edital 001/2019.

RESOLVE:

Art 1º CONTRATAR o(a) Sr(a), ANDRESSA LARA DE OLIVEIRA, Professor Nível I, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para prestar serviços no CRAS da Secretária Municipal de Ação Social(FMAS), no período de 02/07/2019 a 01/07/2020.

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 1600/2019

Publicação Nº 2216219

PORTARIA Nº 1600, 02 DE JULHO DE 2019.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 002/2017 de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 001/Edital 002/2017,

RESOLVE:

Art 1º PRORROGAR o contrato de trabalho do(a) Sr(a). MARCIA ELIANE MURARO MORAES, Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 10809, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para prestar serviços no Centro de Especialidade Odontológica (CEO) da Secretária Municipal de Saúde (FMS), no período de 02/07/2019 a 02/07/2020, conforme Ofício SMS nº 297/2019.

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 1601/2019

Publicação Nº 2216221

PORTARIA Nº 1601, 02 DE JULHO DE 2019.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 002/2017 de Convocação a Admissão de Pessoal

em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 001/Edital 002/2017,

RESOLVE:

Art 1º PRORROGAR o contrato de trabalho do(a) Sr(a). ADRIANA DALAGO PEREIRA, Auxiliar de Consultório Odontológico da Equipe da Saúde Bucal (ESF), matrícula nº 10810, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para prestar serviços na Unidade Básica de Saúde Reinoldo João Rosa da Secretária Municipal de Saúde (FMS), no período de 02/07/2019 a 02/07/2020, conforme Ofício SMS nº 299/2019.

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 1602/2019

Publicação Nº 2216222

PORTARIA Nº 1602, 02 DE JULHO DE 2019.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 002/2018 de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 002/Edital 002/2018,

RESOLVE:

Art 1º PRORROGAR o contrato de trabalho do(a) Sr(a). PEDRO LEOPOLDO ENGEL, Médico Clínico Geral Plantonista, matrícula nº 10805, com carga horária de 24 (vinte e quatro) horas semanais, para prestar serviços no Pronto Atendimento (24 horas) da Secretária Municipal de Saúde (FMS), no período de 02/07/2019 a 02/07/2020, conforme Ofício SMS nº 302/2019.

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 1603/2019

Publicação Nº 2216225

PORTARIA Nº 1603, 02 DE JULHO DE 2019.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 001/2019 de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 037/Edital 001/2019.

RESOLVE:

Art 1º CONTRATAR o(a) Sr(a), THAIS BRUNA GUEDES DE FREITAS Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para prestar serviços no E.E.F. Osmário Giacomossi (SED), em substituição a servidora Simone Bechtold Harbs, em licença tratamento de saúde, no período de 02/07/2019 a 26/08/2019

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 1604/2019

Publicação Nº 2216230

PORTARIA Nº 1604, 03 DE JULHO DE 2019.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 001/2017 de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 017/Edital 001/2017,

RESOLVE:

Art 1º PRORROGAR o contrato de trabalho do(a) Sr(a). CLAUDOMIR MORESCO, Motorista III, matrícula nº 10186, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para prestar serviços na Secretária Municipal de Saúde (FMS), no período de 03/07/2019 a 03/07/2020,

conforme Ofício SMS nº 300/2019.

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 1605/2019

Publicação Nº 2216232

PORTARIA Nº 1605, 03 DE JULHO DE 2019

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 82 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º EXONERAR, o(a) Senhor (a). JOÃO SERGIO VASCO NETO, Chefe de Divisão de Assistência Social, matrícula nº 10114, lotado na Secretária Municipal de Ação Social (FMAS).

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições contaria.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 1606/2019

Publicação Nº 2216234

PORTARIA Nº 1606, 03 DE JULHO DE 2019

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município e demais disposições legais,

RESOL VE:

Art. 1º NOMEAR, CAIO RICARDO MACHADO, CPF nº 101.536.439-00, para ocupar o cargo Comissionado de Chefe de Divisão de Assistência Social, na Secretária Municipal de Ação Social (SMAS), com vencimento previsto em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 1607/2019

Publicação Nº 2216236

PORTARIA Nº 1607, 04 DE JULHO DE 2019

NEIDE MARIA REIS, Secretária Municipal de Educação de Tijucas, Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o § 1º, do art. 14-A e inciso I do art. 93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas c/c Decreto Municipal nº 81, de 18 de Outubro de 2005, de 15 de Novembro de 2010, e demais disposições legais,

RESOLVE:

Atr. 1º PRORROGAR a Licença Maternidade da servidora Sra. MONIQUE DA VEIGA COELHO, Professor Nível II (Pré Escola), matrícula nº 7418, lotada na Secretaria Municipal de Educação (SED) no período de 04/07/2019 a 02/09/2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrario.

NEIDE MARIA REIS
Secretária de Educação

PORTARIA 1608/2019

Publicação Nº 2216237

PORTARIA Nº 1608, 05 DE JULHO DE 2019.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 020/2019 de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 020/Edital 001/2019,

RESOLVE:

Art 1º PRORROGAR o contrato de trabalho do(a) Sr(a). ELISA SAMA GON;ALVES DE OLIVEIRA MELLO, Professor Nível II (Matemática), matrícula nº 11436, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para prestar serviços na E.E.F. Santa Terezinha (SED), em substituição ao servidor Francisco Henrique Faria Laus em licença tratamento de saúde, no período de 05/07/2019 a 05/08/2019.

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 1609/2019

Publicação Nº 2216238

PORTARIA Nº 1609, 05 DE JULHO DE 2019.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 002/2019 de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 002/Edital 002/2019.

RESOLVE:

Art 1º CONTRATAR o(a) Sr(a), MARION BALDISSERA GOMES DE OLIVEIRA, Médico Clínico Geral da Estratégia Saúde da Família (ESF), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para prestar serviços na Unidade Básica de Saúde Dona Calina da Secretária Municipal de Saúde (FMS), no período de 05/07/2019 a 04/07/2020

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 1610/2019

Publicação Nº 2216239

PORTARIA Nº 1613, 08 DE JULHO DE 2019.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 001/2019 de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 041/Edital 001/2019.

RESOLVE:

Art 1º CONTRATAR o(a) Sr(a), FERNANDO FRANCO, Professor Nível II (Geografia), com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para prestar serviços no E.E.F. Dep. Walter Vicente Gomes (SED), em substituição ao servidor Andrei Aderbal da Rosa, em Processo Administrativo Disciplinar nº 1159/2019, no período de 08/07/2019 a 05/09/2019

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 1611/2019

Publicação Nº 2216241

PORTARIA Nº 1611, 08 DE JULHO DE 2019.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 002/2017 de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 003/Edital 002/2017,

RESOLVE:

Art 1º PRORROGAR o contrato de trabalho do(a) Sr(a). RAQUEL PEDROSO GOBI, Técnico em Enfermagem, matrícula nº 10804, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para prestar serviços na Unidade Básica de Saúde Reinoldo João Rosa da Secretária Municipal de Saúde (FMS), no período de 08/07/2019 a 08/07/2020, conforme Ofício SMS nº 303/2019.

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 1612/2019

Publicação Nº 2216242

PORTARIA Nº 1612, 08 DE JULHO DE 2019.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 001/2019 de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 039/Edital 001/2019.

RESOLVE:

Art 1º CONTRATAR o(a) Sr(a), EDEN LEANDRO WINGERT, Motorista III , com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para prestar serviços no Órgão Central da Secretaria Municipal de Educação (SED), em razão de não haver motorista remanescente do concurso público, no período de 08/07/2019 a 18/12/2019

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 1613/2019

Publicação Nº 2216244

PORTARIA Nº 1613, 09 DE JULHO DE 2019

VILSON JOSE PORCINCULA, Secretário Municipal de Saúde de Tijucas Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o § 1º, do art. 14-A e inciso VIII do art.82, e inciso I, do art 93. Todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas e demais disposições legais,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a pedido do(a) Sr(a). MAEVE COELHO MOREIRA, Enfermeiro da Estratégia Saúde da Família (ESF), matrícula nº 7638, lotada na Secretaria Municipal de Saúde (FMS), conforme requerimento apresentado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

VILSON JOSE PORCINCULA
Secretário de Saúde

PORTARIA 1614/2019

Publicação Nº 2216246

PORTARIA Nº 1614, 09 DE JULHO DE 2019.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 001/2018 de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 062/Edital 001/2018.

RESOLVE:

Art 1º CONTRATAR o(a) Sr(a), SCHIRLEI DA SILVA, Professor Nível I (Pré Escola) , com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para prestar serviços no C.E.I Profº Manoel dos Anjos (SED), em razão do C.E.I Profº Manoel dos Anjos apresentar um elevado numero de alunos com dificuldade de aprendizagem, houve a necessidade de contratação de uma professora de apoio pedagógico, no período de 09/07/2019 a 18/12/2019

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 1615/2019

Publicação Nº 2216247

PORTARIA Nº 1615, 10 DE JULHO DE 2019.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 002/2017 de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 001/Edital 002/2017.

RESOLVE:

Art 1º CONTRATAR o(a) Sr(a), MARIA MARTA CANDIDO DA SILVA, Auxiliar de Serviços Gerais do centro Especializado Odontológico (CEO), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para prestar serviços no Centro Municipal de Promoção a Saúde (CEMPS) da Secretária Municipal de Saúde (FMS), no período de 10/07/2019 a 09/07/2020

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 1616/2019

Publicação Nº 2216248

PORTARIA Nº 1616, 10 DE MAIO DE 2019

VILSON JOSE PORCINCULA, Secretário Municipal de Saúde de Tijucas Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o § 1º do art. 14-A e inciso I do art. 93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas, c/c Decreto Municipal nº 81 de Outubro de 2005, e demais disposições legais,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a, Licença Maternidade a servidora Sra, TAIANE FERREIRA, Auxiliar de Consultório Odontológico da Equipe Saúde Bucal (ESF), matrícula nº 7343, lotada na Secretaria Municipal de Saúde (FMS), no período de 09/07/2019 a 05/11/2019.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeito a partir de 09/07/2019, revogada as disposições em contrário.

VILSON JOSE PORCINCULA
Secretário de Saúde

PORTARIA 1617/2019

Publicação Nº 2216250

PORTARIA Nº 1617, 11 DE JULHO DE 2019.

VILSON JOSE PORCINCULA, Secretário Municipal de Saúde de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o § 1º, do art. 14-A e inciso I do art. 93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas c/c Decreto Municipal nº 81, de 18 de Outubro de 2005, e demais disposições legais,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER o(a) Sr(a). ANDREZZA MARTINHA NICOLAU MORAES, Enfermeiro da Estratégia Saúde da Família (ESF), matrícula nº11469, por desempenhar a função de Responsabilidade na Unidade Básica de Saúde Rodolfo Francisco da Veiga (FMS), gratificação de 20% (vinte por cento), de acordo com o inciso II do art. 3º da Lei Ordinária nº2607/2015, conforme Ofício nº 296/2019 apresentado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura,
Revogadas as disposições em contrário.

VILSON JOSE PORCINCULA
Secretário de Saúde

PORTARIA 1618/2019

Publicação Nº 2216251

PORTARIA Nº 1618, 11 DE JULHO DE 2019

VILSON JOSE PORCINCULA, Secretário Municipal de Saúde de Tijucas Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o § 1º, do art. 14-A e inciso VIII do art.82, e inciso I, do art 93. Todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas e demais disposições legais,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a pedido do(a) Sr(a). RENATO RIBEIRO DE ABREU, Médico Clínico Geral da Estratégia Saúde da Família (ESF), matrícula

nº 10622, lotada na Secretaria Municipal de Saúde (FMS), conforme requerimento apresentado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

VILSON JOSE PORCINCULA
Secretário de Saúde

PORTARIA 1619/2019

Publicação Nº 2216261

PORTARIA Nº 1619, DE 11 DE JULHO DE 2019.

VILSON JOSE PORCINCULA, Secretário Municipal de Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o §1º, do art.14-A e inciso I do art. 93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas c/c Decreto municipal n 81, de 18 de outubro de 2005, e na forma do Decreto municipal nº 81, de 18 de Outubro de 2005, e na forma do Decreto Municipal nº 774, de 25 de fevereiro de 2013, e tendo em vista o disposto nos artigos 143, 148 e 149 da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR André Luiz Roselindo, Técnico de Enfermagem, matrícula nº 7757, Janaina de Bittencourt, Auxiliar Odontológico da Equipe Saúde Bucal, matrícula nº 7646 e Leticia Lamas Pinheiro, Técnico em Enfermagem, matrícula nº 7698, todos do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Saúde para, sob a presidência do primeiro constituírem Comissão de Processo Administrativo Disciplinar destinada a apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, os fatos que trata o processo nº 1619/2019, bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos,

Art 2º Constituir Comissão de Sindicância Investigativa com fito de apurar Autoria/Condutor responsável pelo cometimento de infração de trânsito, sendo estas recebidas no Setor de Transporte e Logística da Secretária Municipal de Saúde de Tijucas. Fazendo parte dos investigados os Motoristas do quadro funcional desta Secretária..

Art 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

VILSON JOSÉ PORCINCULA
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA 1620/2019

Publicação Nº 2216265

PORTARIA Nº 1620, 12 DE JULHO DE 2019.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 002/2015 de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 009/Edital 002/2015,

RESOLVE:

Art 1º PRORROGAR o contrato de trabalho do(a) Sr(a). REGIANE SILVA ALBINO, Agente Comunitário de Saúde (ESF), matrícula nº 9495, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para prestar serviços na Secretária Municipal de Saúde (FMS), no período de 12/07/2019 a 12/07/2020, conforme Ofício SMS nº 304/2019.

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 1621/2019

Publicação Nº 2216266

PORTARIA Nº 1621, 12 DE JULHO DE 2019.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 020/2019 de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 024/Edital 001/2019,

RESOLVE:

Art 1º PRORROGAR o contrato de trabalho do(a) Sr(a). GIOVANI BRASILIO, Professor Nível II (Educação Artística), matrícula nº 11455, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para prestar serviços na E.E.F. Profª Ondina Maria Dias (SED), em substituição ao servidor Nilson Luiz da Silva em licença tratamento de saúde, no período de 12/07/2019 a 09/10/2019.

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 1622/2019

Publicação Nº 2216269

PORTARIA Nº 1622, 15 DE JULHO DE 2019

NEIDE MARIA REIS, Secretária Municipal de Educação de Tijucas Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o § 1º, do art. 14-A e inciso I do art. 93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas, c/c Decreto Municipal nº 81 de Outubro de 2005, e demais disposições legais.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Licença Prêmio ao(a) servidor (a) Sr(a). MIRTES APARECIDA VANELLI REBELO, Professor Nível III (Anos Iniciais), matrícula nº189, lotado(a), na Secretaria de Educação(SED), por 03 (três) meses, com início em 15/07/2019 e término em 13/10/2019, referente ao período aquisitivo de 01/03/2005 a 28/02/2010, conforme requerimento apresentado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

NEIDE MARIA REIS
Secretária de Educação

PORTARIA 1623/2019

Publicação Nº 2216272

PORTARIA Nº 1623, 15 DE JULHO DE 2019.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 002/2018 de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 052/Edital 002/2018.

RESOLVE:

Art 1º CONTRATAR o(a) Sr(a), MARIA APARECIDA DA SILVA OCHIUTO, Técnico em Enfermagem da Estratégia Saúde da Família (ESF), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para prestar serviços na Unidade Básica de Saúde Orlando Barreto da Secretária Municipal de Saúde (FMS), no período de 15/07/2019 a 14/07/2020

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 1624/2019

Publicação Nº 2216274

PORTARIA Nº 1624, 16 DE JULHO DE 2019

NEIDE MARIA REIS, Secretária Municipal de Educação de Tijucas Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o § 1º, do art. 14-A e inciso I do art. 93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas, c/c Decreto Municipal nº 81 de Outubro de 2005, e demais disposições legais.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Licença Prêmio ao(a) servidor (a) Sr(a). LUISA DE OLIVEIRA NONATO, Professor Nível II (Língua Inglesa), matrícula nº7381, lotado(a), na Secretaria de Educação(SED), por 03 (três) meses, com início em 16/07/2019 e término em 14/10/2019, referente ao período aquisitivo de 01/08/2011 a 31/07/2016, conforme requerimento apresentado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

NEIDE MARIA REIS
Secretária de Educação

PORTARIA 1625/2019

Publicação Nº 2216292

PORTARIA nº 1625, 17 de JULHO de 2019.

ADALTO GOMES, Secretário Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos, no uso das atribuições que lhe o § 1º, do art. 14-A e inciso I do art. 93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas c/c Decreto Municipal nº 81, de 18 de outubro de 2005, e de acordo com o disposto no art. 67, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais disposições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o(a) servidor(a) PAULA CRISTINA NASCIMENTO MARTINS, matrícula nº 10816 cargo de Engenheiro Civil, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos e CPF nº 363.691.458-82, para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução do(s) Contrato(s) nº 146/PMT/2019, celebrado(s) entre a MUNICÍPIO DE TIJUCAS e a empresa INFRASUL – INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ nº 03.094.645/0001-29, que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL, TERRAPLANAGEM E SINALIZAÇÃO DA RUA GERALDO REBELO – TRECHO II, COM 336,82 METROS, NO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC;

Art. 2º Designar o(a) servidor(a) MARCOS DAVID, matrícula nº 10817 e CPF nº 007.414.909-19, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia quando houver.

ADALTO GOMES

Secretário Municipal de Obras,
Transportes e Serviços Públicos**PORTARIA 1626/2019**

Publicação Nº 2216298

PORTARIA Nº 1626, 17 DE JULHO DE 2019.

NEIDE MARIA REIS, Secretária Municipal de Educação de Tijucas de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o §1º, do art. 14-A e inciso I do art. 93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas c/c Decreto Municipal nº 81, de 18 de Outubro de 2005, e demais disposições e legais,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR a carga horária de trabalho do(a) Sr(a). GIOVANI BRASILIO, Professor Nível II (Educação Artística), matrícula nº 11455, alterar de 20 (vinte) horas semanais para 40(quarenta) horas semanais, para prestar serviços na E.E.F.Profª Ondina Maria Dias (SED), em substituição ao servidor Nilson Luiz da Silva em licença tratamento de saúde, no período de 12/07/2019 a 09/10/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeito a partir de 12/07/2019, revogadas as disposições em contrário.

NEIDE MARIA REIS

Secretária de Educação

PORTARIA 1627/2019

Publicação Nº 2216316

PORTARIA Nº 1627, 17 DE JULHO DE 2019.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 020/2019 de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 023/Edital 001/2019,

RESOLVE:

Art 1º PRORROGAR o contrato de trabalho do(a) Sr(a). CAMILA CRISTINA DE ASSUNÇÃO ROSA, Professor Nível I (Língua Inglesa), matrícula nº 11453, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para prestar serviços na E.E.F. Santa Terezinha (SED), em substituição a servidora Luisa de Oliveira Nonato em licença prêmio, no período de 16/07/2019 a 14/10/2019.

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA

Prefeito Municipal

PORTARIA 1628/2019

Publicação Nº 2216318

PORTARIA Nº 1628, 17 DE JULHO DE 2019.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 001/2017 de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 078/Edital 001/2017,

RESOLVE:

Art 1º PRORROGAR o contrato de trabalho do(a) Sr(a). ALAUDIO AMORIM DE SOUZA JUNIOR, Professor Nível I (Anos Iniciais), matrícula nº 11416, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para prestar serviços na E.E.F. Mercedes Julia Adão (SED), em substituição a servidora Mirtes Aparecida Vanelli Rebelo em licença prêmio, no período de 16/07/2019 a 14/10/2019.

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 1629/2019

Publicação Nº 2216319

PORTARIA Nº 1629, 17 DE JULHO DE 2019

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VII do Art. 82 da Lei Orgânica do Município de acordo com a Lei Complementar nº 03/2010, art. 16, e demais disposições legais, conforme processo administrativo nº 2002/2019,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a partir do mês de Julho/2019, ao(a) Sr(a). LUCIMAR DE FATIMA DIAS DO PRADO CARVALHO, Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 29, Lotado na Fundação Municipal de Esportes (FME), Promoção em Razão de Titulação, com acréscimo pecuniário de 08% (oito por cento) sobre o seu salário base.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrario.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 1630/2019

Publicação Nº 2216600

PORTARIA Nº 1630, 17 DE JULHO DE 2019.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VIII e X do art. 82, na forma da alínea "a", do inciso II, do art. 31-A, todos da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a extinção do Departamento da Indústria e Comércio, que fazia parte da estrutura da antiga Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo, consequentemente a extinção do cargo de Chefe do referido Departamento, conforme previsto no parágrafo único, do art. 4º da Lei Complementar nº 59, de 17 de julho de 2019;

CONSIDERANDO o estabelecido no prejulgado nº 700 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, a exoneração de outro cargo de provimento em comissão e a imediata nomeação em outro cargo, também provido em confiança, não ocorre à ruptura do vínculo entre o município e o funcionário, uma vez que o que ocorre é mudança de cargo, mantendo-se o vínculo estabelecido entre a administração pública e o funcionário. Portanto, a mudança é no cargo, permanecendo o vínculo empregatício do funcionário para com a municipalidade, não desaparece a relação jurídica institucional estabelecida entre as partes, não restando por isso, em tese, saldo da remuneração do servidor exonerado e imediatamente nomeado para cargo de provimento em comissão. Quanto ao pagamento da gratificação natalina é realizada no mês de dezembro, tomando-se por base a remuneração do mês, na proporção de 1/12 avos, correspondente à remuneração do servidor, relativamente ao último cargo ocupado, e, para os efeitos de gozo de férias, a contagem do período aquisitivo não interrompe, uma vez que se mantém o vínculo com o ente público,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o funcionário WILLIAM CLEMES, matrícula nº 10143, ocupante do cargo de Chefe de Departamento da Indústria e Comércio, lotado na antiga Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo, em função de sua imediata nomeação para ocupação de outro cargo (Diretor de Desenvolvimento Econômico), também de provimento de confiança.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 1631/2019

Publicação Nº 2216604

PORTARIA Nº 1631, 17 DE JULHO DE 2019.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VIII e X do art. 82, na forma da alínea "a", do inciso II, do art. 31-A, todos da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a extinção do cargo de Assessor Administrativo, conforme previsto no parágrafo único, do art. 3º da Lei Complementar nº 59, de 17 de julho de 2019;

CONSIDERANDO o estabelecido no prejulgado nº 700 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, a exoneração de outro cargo de provimento em comissão e a imediata nomeação em outro cargo, também provido em confiança, não ocorre à ruptura do vínculo entre o Município e o funcionário, uma vez que o que ocorre é mudança de cargo, mantendo-se o vínculo estabelecido entre a administração pública e o funcionário. Portanto, a mudança é no cargo, permanecendo o vínculo empregatício do funcionário para com a municipalidade, não desaparece a relação jurídica institucional estabelecida entre as partes, não restando por isso, em tese, saldo da remuneração do servidor exonerado e imediatamente nomeado para cargo de provimento em comissão. Quanto ao pagamento da gratificação natalina é realizada no mês de dezembro, tomando-se por base a remuneração do mês, na proporção de 1/12 avos, correspondente à remuneração do servidor, relativamente ao último cargo ocupado, e, para os efeitos de gozo de férias, a contagem do período aquisitivo não interrompe, uma vez que se mantém o vínculo com o ente público,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o funcionário LUIZ CLEBERSON DE MORAES, matrícula nº 10910, ocupante do cargo de Assessor Administrativo, com vinculação direta à Secretaria Municipal de Administração, em função de sua imediata nomeação para ocupação de outro cargo (Assessor Jurídico), também de provimento de confiança.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 1632/2019

Publicação Nº 2216606

PORTARIA Nº 1632, 17 DE JULHO DE 2019.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VIII e X do art. 82, na forma da alínea "a", do inciso II, do art. 31-A, todos da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a extinção do cargo de Assessor de Planejamento e Controle, conforme previsto no parágrafo único, do art. 3º da Lei Complementar nº 59, de 17 de julho de 2019;

CONSIDERANDO o estabelecido no prejulgado nº 700 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, a exoneração de outro cargo de provimento em comissão e a imediata nomeação em outro cargo, também provido em confiança, não ocorre à ruptura do vínculo entre o Município e o funcionário, uma vez que o que ocorre é mudança de cargo, mantendo-se o vínculo estabelecido entre a administração pública e o funcionário. Portanto, a mudança é no cargo, permanecendo o vínculo empregatício do funcionário para com a municipalidade, não desaparece a relação jurídica institucional estabelecida entre as partes, não restando por isso, em tese, saldo da remuneração do servidor exonerado e imediatamente nomeado para cargo de provimento em comissão. Quanto ao pagamento da gratificação natalina é realizada no mês de dezembro, tomando-se por base a remuneração do mês, na proporção de 1/12 avos, correspondente à remuneração do servidor, relativamente ao último cargo ocupado, e, para os efeitos de gozo de férias, a contagem do período aquisitivo não interrompe, uma vez que se mantém o vínculo com o ente público,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o funcionário RODRIGO OLIVEIRA CATTANI, matrícula nº 11334, ocupante do cargo de Assessor de Planejamento e Controle, com vinculação direta ao Chefe do Poder Executivo Municipal, em função de sua imediata nomeação para ocupação de outro cargo (Assessor Jurídico), também de provimento de confiança.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 1633/2019

Publicação Nº 2216607

PORTARIA Nº 1633, 17 DE JULHO DE 2019.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VIII e X do art. 82, na forma da alínea "a", do inciso II, do art. 31-A, todos da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a transferência do Departamento de Turismo, que fazia parte da estrutura da antiga Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo, para a atual Secretaria de Cultura, Juventude e Turismo, conforme previsto no art. 7º da Lei Complementar nº 59, de 17 de julho de 2019, que alterou o art. 71 da Lei Complementar nº 2, de 16 de novembro de 2010;

CONSIDERANDO o estabelecido no prejulgado nº 700 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, a exoneração de outro cargo de provimento em comissão e a imediata nomeação em outro cargo, também provido em confiança, não ocorre à ruptura do vínculo entre o município e o funcionário, uma vez que o que ocorre é mudança de cargo, mantendo-se o vínculo estabelecido entre a administração pública e o funcionário. Portanto, a mudança é no cargo, permanecendo o vínculo empregatício do funcionário para com a municipalidade, não desaparece a relação jurídica institucional estabelecida entre as partes, não restando por isso, em tese, saldo da remuneração do servidor exonerado e imediatamente nomeado para cargo de provimento em comissão. Quanto ao pagamento da gratificação natalina é realizada no mês de dezembro, tomando-se por base a remuneração do mês, na proporção de 1/12 avos, correspondente à remuneração do servidor, relativamente ao último cargo ocupado, e, para os efeitos de gozo de férias, a contagem do período aquisitivo não interrompe, uma vez que se mantém o vínculo com o ente público,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a funcionária CHYSLAYNE RODRIGUES GOMES REGIS, matrícula nº 10.812, ocupante do cargo de Chefe de Departamento Turismo, lotada na antiga Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo, em função de sua imediata nomeação para ocupação de outro cargo (Chefe de Departamento de Análises, Estudos e Fomentos), também de provimento de confiança.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 1634/2019

Publicação Nº 2216321

PORTARIA Nº 1634, 17 DE JULHO DE 2019

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII do art. 82 da Lei Orgânica do Município e demais disposições legais,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR o(a) Sr(a). RENATA MOREIRA, Técnico em Enfermagem, matrícula nº 10760, lotada na Secretaria Municipal Saúde (FMS), com esteio na cláusula quinta, conforme inciso VIII do contrato de trabalho para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 1635/2019

Publicação Nº 2216373

PORTARIA Nº 1635, 18 DE JULHO DE 2019

VILSON JOSE PORCINCULA, Secretário Municipal de Saúde de Tijucas Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o § 1º, do art. 14-A e inciso VIII do art. 82, e inciso I, do art. 93. Todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas e demais disposições legais,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a pedido do(a) Sr(a). ROGERIO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Técnico em Enfermagem da Estratégia Saúde da Família

(ESF), matrícula nº 10881, lotada na Secretaria Municipal de Saúde (FMS), conforme requerimento apresentado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

VILSON JOSE PORCINCULA
Secretário de Saúde

PORTARIA 1636/2019

Publicação Nº 2216375

PORTARIA Nº 1636, 18 DE JULHO DE 2019.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 002/2018 de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 001/Edital 002/2018.

RESOLVE:

Art 1º CONTRATAR o(a) Sr(a), CECILIA COLEMBERGUE DA CUNHA, Assistente Social, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para prestar serviços no Presídio (FMS), lotada na Secretária Municipal de Saúde, no período de 18/07/2019 a 17/07/2020.

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 1637/2019

Publicação Nº 2216609

PORTARIA Nº 1637, 18 DE JULHO DE 2019.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VIII e X do art. 82, na forma da alínea "a", do inciso II, do art. 31-A, todos da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a criação da Diretoria de Desenvolvimento Econômico previsto no art. 48-J, da subseção XIX, da Seção III, do Capítulo III, da Lei Complementar nº 2, de 16 de novembro de 2010, acrescida pelo art. 4º da Lei Complementar nº 59, de 17 de julho de 2019, que faz parte da estrutura da nova Secretaria de Desenvolvimento Econômico, conforme previsto no inciso I do art. 69 da Lei Complementar nº 2, alterado pelo art. 6º da Lei Complementar nº 59, de 17 de julho de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o senhor WILLIAM CLEMES, inscrito no CPF/MF sob nº 049.992.519-06, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Diretor de Desenvolvimento Econômico, lotado na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, com vencimento previsto em Lei.

Art. 2º O funcionário nomeado desempenhará as atribuições do cargo previsto no art. 48-L, da subseção XIX, da Seção III, do Capítulo III, da Lei Complementar nº 2, de 16 de novembro de 2010, acrescida pelo art. 4º da Lei Complementar nº 59, de 17 de julho de 2019, a seguir descritas:

I – Dirigir e elaborar o plano de desenvolvimento econômico;

II – Desenvolver projetos para geração de empregos e renda;

III – Providenciar e elaborar ações para a regularização das empresas informais;

IV – Dirigir e fiscalizar as rotinas administrativas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, que inclui manutenção, limpeza, pedidos de compras, controle da frequência e produtividade dos serviços dos servidores;

V – Outras atividades inerentes ao cargo, definidos pelo titular da Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 1638/2019

Publicação Nº 2216611

PORTARIA Nº 1638, 18 DE JULHO DE 2019.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VIII e X do art. 82, na forma da alínea "a", do inciso II, do art. 31-A, todos da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO as alterações previstas nos artigos 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 59, de 17 de julho de 2019, o primeiro que alterou § 3º do artigo 10, o segundo que alterou o caput e os incisos de I a VI, e inclui o inciso VII, no artigo 29, da subseção II, da seção III, do Capítulo III, e o terceiro que alterou o número de vagas para o cargo de Assessor Jurídico, todos da Lei Complementar nº 2, de 16 de novembro de 2010,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o senhor LUIZ CLEBERSON DE MORAES, inscrito no CPF/MF sob nº 020.309.729-75, inscrito na OAB/SC sob nº 34.738, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Assessor Jurídico, sob a coordenação da Procuradoria-Geral do Município de Tijucas, com vencimento previsto em Lei.

Art. 2º O funcionário nomeado desempenhará as atribuições do cargo previsto no art. 29, da subseção II, da seção III, do Capítulo III, da Lei Complementar nº 2, de 16 de novembro de 2010, com alterações e inclusões previstas no art. 2º da Lei Complementar nº 59, de 17 de julho de 2019, a seguir descritas:

I – Instruir, orientar e prestar informações aos órgãos e entidades da Administração Direta sobre questões de naturezas administrativas, fiscais, civis, comerciais, trabalhistas, penais, tributárias, ou outras, aplicando a legislação, forma e terminologia adequadas ao assunto em questão, para utilizá-los em autuação, defesa e demais questões que envolvam o Município;

II – Elaborar documentos jurídicos, pareceres, pronunciamentos, minutas de contratos, convênios acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos e entidades da Administração Direta;

IV – Proceder às cobranças, pelas vias judiciais ou extrajudiciais, da dívida ativa do Município, podendo para tanto promover a execução e/ou protesto da dívida ativa, participar na execução de decisões judiciais bem como a sua defesa, quando executado;

V – Acompanhar, examinar e aprovar previamente as minutas de editais de licitação, bem como, as dos respectivos contratos, elaborando os pareceres necessários para o bom e fiel andamento e desenvolvimento dos processos licitatórios, das dispensas e inexigibilidades de licitações;

VI – Representar nos processos de qualquer natureza em que for parte ou terceiro interessado o Município de Tijucas, comparecendo as audiências, promovendo o ajuizamento, o oferecimento de respostas e o acompanhamento, até a decisão final, interpor a oposição de embargos de declaração e embargos infringentes, a interposição de recursos ordinários, extraordinários, especiais e agravos aos Tribunais Superiores e a elaboração de contra razões e respostas aos recursos pela parte contrária, a fim de pleitear uma decisão favorável;

VII – assessorar em outras atividades correlatas e outras que lhe venham ser conferidas no âmbito de sua competência.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 1639/2019

Publicação Nº 2216381

PORTARIA Nº 1639, 18 DE JULHO DE 2019.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VIII e X do art. 82, na forma da alínea "a", do inciso II, do art. 31-A, todos da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO as alterações previstas nos artigos 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 59, de 17 de julho de 2019, o primeiro que alterou § 3º do artigo 10, o segundo que alterou o caput e os incisos de I a VI, e inclui o inciso VII, no artigo 29, da subseção II, da seção III, do Capítulo III, e o terceiro que alterou o número de vagas para o cargo de Assessor Jurídico, todos da Lei Complementar nº 2, de 16 de novembro de 2010,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o senhor RODRIGO OLIVEIRA CATTANI, inscrito no CPF/MF sob nº 077.657.029-39, inscrito na OAB/SC sob nº 44.210, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Assessor Jurídico, sob a coordenação da Procuradoria-Geral do Município de Tijucas, com vencimento previsto em Lei.

Art. 2º O funcionário nomeado desempenhará as atribuições do cargo previsto no art. 29, da subseção II, da seção III, do Capítulo III, da Lei Complementar nº 2, de 16 de novembro de 2010, com alterações e inclusões previstas no art. 2º da Lei Complementar nº 59, de 17

de julho de 2019, a seguir descritas:

I – Instruir, orientar e prestar informações aos órgãos e entidades da Administração Direta sobre questões de naturezas administrativas, fiscais, civis, comerciais, trabalhistas, penais, tributárias, ou outras, aplicando a legislação, forma e terminologia adequadas ao assunto em questão, para utilizá-los em autuação, defesa e demais questões que envolvam o Município;

II – Elaborar documentos jurídicos, pareceres, pronunciamentos, minutas de contratos, convênios acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos e entidades da Administração Direta;

IV – Proceder às cobranças, pelas vias judiciais ou extrajudiciais, da dívida ativa do Município, podendo para tanto promover a execução e/ou protesto da dívida ativa, participar na execução de decisões judiciais bem como a sua defesa, quando executado;

V – Acompanhar, examinar e aprovar previamente as minutas de editais de licitação, bem como, as dos respectivos contratos, elaborando os pareceres necessários para o bom e fiel andamento e desenvolvimento dos processos licitatórios, das dispensas e inexigibilidades de licitações;

VI – Representar nos processos de qualquer natureza em que for parte ou terceiro interessado o Município de Tijucas, comparecendo as audiências, promovendo o ajuizamento, o oferecimento de respostas e o acompanhamento, até a decisão final, interpor a oposição de embargos de declaração e embargos infringentes, a interposição de recursos ordinários, extraordinários, especiais e agravos aos Tribunais Superiores e a elaboração de contra razões e respostas aos recursos pela parte contrária, a fim de pleitear uma decisão favorável;

VII – assessorar em outras atividades correlatas e outras que lhe venham ser conferidas no âmbito de sua competência.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA

Prefeito Municipal

PORTARIA 1640/2019

Publicação Nº 2216614

PORTARIA Nº 1640, 18 DE JULHO DE 2019.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VIII e X do art. 82, na forma da alínea "a", do inciso II, do art. 31-A, todos da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a criação do Departamento de Análises, Estudos e Fomentos, previsto na alínea "a", do inciso I, do art. 69, da subseção VI, da Seção III, do Capítulo III, da Lei Complementar nº 2, de 16 de novembro de 2010, incluído pelo art. 6º da Lei Complementar nº 59, de 17 de julho de 2019, que passa a fazer parte da estrutura da nova Secretaria de Desenvolvimento Econômico,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a senhora CHYSLAYNE RODRIGUES GOMES REGIS, inscrita no CPF/MF sob nº 093.341.159-63, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Chefe de Departamento de Análises, Estudos e Fomentos, lotada na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, com vencimento previsto em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA

Prefeito Municipal

PORTARIA 1641/2019

Publicação Nº 2216382

PORTARIA Nº 1641, 18 DE JULHO DE 2019

NEIDE MARIA REIS, Secretária Municipal de Educação de Tijucas Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o § 1º do art. 14-A e inciso I do art. 93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas, c/c Decreto Municipal nº 81 de Outubro de 2005, e demais disposições legais,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a, Licença Maternidade a servidora Sra, MILENA GONÇALVES, Auxiliar de Sala, matrícula nº 10849, lotada na Secretaria Municipal de Educação (SED), no período de 17/07/2019 a 14/11/2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeito a partir de 17/07/2019, revogada as disposições em contrário.

NEIDE MARIA REIS

Secretária de Educação

PORTARIA 1642/2019

Publicação Nº 2216385

PORTARIA Nº 1642, 19 DE JULHO DE 2019.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 002/2015 de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 028/Edital 002/2015,

RESOLVE:

Art 1º PRORROGAR o contrato de trabalho do(a) Sr(a). ANTONIO MARIA THOMAZ DE LIMA, Vigia, matrícula nº 10185, com carga horária de 40 (vinte) horas semanais, para prestar serviços no C.E.I. Profª Zilda M ária Peixer Adão (SED), em razão de não haver vigia a ser chamado do processo seletivo, no período de 19/07/2019 a 18/12/2019.

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 1643/2019

Publicação Nº 2216389

PORTARIA Nº 1643, 19 DE JULHO DE 2019.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 001/2019 de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 042/Edital 001/2019.

RESOLVE:

Art 1º CONTRATAR o(a) Sr(a), MARLETE NOVAIS, Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para prestar serviços na Secretária Municipal de Ação Social e Direitos Humanos (FMAS), no período de 19/07/2019 a 18/07/2020.

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 1644/2019

Publicação Nº 2216392

PORTARIA Nº 1644, 19 DE JULHO DE 2019

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VII do Art. 82 da Lei Orgânica do Município de acordo com a Lei Complementar nº 03/2010, art. 16, e demais disposições legais, conforme processo administrativo nº 2306/2019,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a partir do mês de Julho/2019, ao(a) Sr(a). ROSIMERE MARINS DOS SANTOS, Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 7208, Lotado na Secretária Municipal de Educação (SDE), Promoção em Razão de Titulação, com acréscimo pecuniário de 08% (oito por cento) sobre o seu salário base.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrario.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 1645/2019

Publicação Nº 2216393

PORTARIA Nº 1645, 19 DE JULHO DE 2019

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VII do Art. 82 da Lei Orgânica do Município de acordo com a Lei Complementar nº 03/2010, art. 16, e demais disposições legais, conforme processo administrativo nº 2738/2019,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a partir do mês de Julho/2019, ao(a) Sr(a). MARILDE FERREREIA, Cuidador Social, matrícula nº 7681, Lotado na Secretária Municipal de Ação Social (FMAS), Promoção em Razão de Titulação, com acréscimo pecuniário de 08% (oito por cento) sobre o seu salário base.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrario.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 1646/2019

Publicação Nº 2216396

PORTARIA Nº 1646, 19 DE JULHO DE 2019

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VII do Art. 82 da Lei Orgânica do Município de acordo com a Lei Complementar nº 03/2010, art. 16, e demais disposições legais, conforme processo administrativo nº 2739/2019,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a partir do mês de Julho/2019, ao(a) Sr(a). SANDRA TEREZINHA DA NATIVIDADE, Cuidador Social, matrícula nº 7481, Lotado na Secretária Municipal de Ação Social (FMAS), Promoção em Razão de Titulação, com acréscimo pecuniário de 08% (oito por cento) sobre o seu salário base.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrario.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 1647/2019

Publicação Nº 2216399

PORTARIA Nº 1647, 19 DE JULHO DE 2019

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VII do Art. 82 da Lei Orgânica do Município de acordo com a Lei Complementar nº 03/2010, art. 16, e demais disposições legais, conforme processo administrativo nº 2739/2019,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a partir do mês de Julho/2019, ao(a) Sr(a). MARIA DO ESPIRITO SANTO SILVA, Cuidador Social, matrícula nº 7610, Lotado na Secretária Municipal de Ação Social (FMAS), Promoção em Razão de Titulação, com acréscimo pecuniário de 08% (oito por cento) sobre o seu salário base.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrario.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 1648/2019

Publicação Nº 2216402

PORTARIA Nº 1648, 19 DE JULHO DE 2019

PAULA REGINA DA SILVA, Secretária Municipal de Cultura, Juventude e Direitos Humanos de Tijucas, Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o § 1º, do art. 14-A e inciso I do art. 93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas c/c Decreto Municipal nº 81, de 18 de Outubro de 2005, de 15 de Novembro de 2010, e demais disposições legais,

RESOLVE:

Atr. 1º PRORROGAR a Licença Maternidade da servidora Sra. GEISIANE NUNES SANTOS, Chefe de Departamento de Direitos Humanos, matrícula nº 9643, lotada na Secretaria Municipal de Cultura, Juventude e Direitos Humanos (SCJDH) no período de 06/07/2019 a 04/09/2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeito a partir de 06/07/2019, revogadas as disposições em contrario.

PAULA REGINA DA SILVA
Secretária de Cultura, Juventude e Direitos Humanos

PORTARIA 1649/2019

Publicação Nº 2216403

PORTARIA Nº 1649, 19 DE JULHO DE 2019

VILSON JOSE PORCINCULA, Secretário Municipal de Saúde de Tijucas, Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o § 1º, do art. 14-A e inciso I do art. 93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas c/c Decreto Municipal nº 81, de 18 de Outubro de 2005, de 15 de Novembro de 2010, e demais disposições legais,

RESOLVE:

Atr. 1º PRORROGAR a Licença Maternidade da servidora Sra. GRAZIELA FAGUNDES, Agente Comunitário de Saúde (ESF), matrícula nº 8574, lotada na Secretaria Municipal de Saúde (FMS) no período de 11/07/2019 a 09/09/2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeito a partir de 11/07/2019, revogadas as disposições em contrário.

VILSON JOSE PORCINCULA
Secretário de Saúde

PORTARIA 1650/2019

Publicação Nº 2216404

PORTARIA Nº 1650, 19 DE JULHO DE 2019

NEIDE MARIA REIS, Secretária Municipal de Educação de Tijucas, Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o § 1º, do art. 14-A e inciso I do art. 93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas c/c Decreto Municipal nº 81, de 18 de Outubro de 2005, de 15 de Novembro de 2010, e demais disposições legais,

RESOLVE:

Atr. 1º PRORROGAR a Licença Maternidade da servidora Sra. SONIA REGINA LUZIA DOS PASSOS, Professor Nível I (Creche), matrícula nº 11142, lotada na Secretaria Municipal de Educação (SED) no período de 11/07/2019 a 09/09/2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeito a partir de 11/07/2019, revogadas as disposições em contrário.

NEIDE MARIA REIS
Secretária de Educação

PORTARIA 1651/2019

Publicação Nº 2216527

PORTARIA Nº 1651, 19 DE JULHO DE 2019

NEIDE MARIA REIS, Secretária Municipal de Educação de Tijucas, Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o § 1º, do art. 14-A e inciso I do art. 93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas c/c Decreto Municipal nº 81, de 18 de Outubro de 2005, de 15 de Novembro de 2010, e demais disposições legais,

RESOLVE:

Atr. 1º PRORROGAR a Licença Maternidade da servidora Sra. PATRICIA DOS SANTOS, Professor Nível I (Pré Escola), matrícula nº 11269, lotada na Secretaria Municipal de Educação (SED) no período de 19/07/2019 a 17/09/2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

NEIDE MARIA REIS
Secretária de Educação

PORTARIA 1652/2019

Publicação Nº 2216529

PORTARIA Nº 1652, 22 DE JULHO DE 2019

NEIDE MARIA REIS, Secretária Municipal de Educação de Tijucas, Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o § 1º, do art. 14-A e inciso I do art. 93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas c/c Decreto Municipal nº 81, de 18 de Outubro de 2005, de 15 de Novembro de 2010, e demais disposições legais,

RESOLVE:

Atr. 1º PRORROGAR a Licença Maternidade da servidora Sra. SAMARA DE SOUZA SILVEIRA, Auxiliar de Sala, matrícula nº 11191, lotada na Secretaria Municipal de Educação (SED) no período de 20/07/2019 a 18/09/2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeito a partir de 20/07/2019, revogadas as disposições em contrário.

NEIDE MARIA REIS
Secretária de Educação

PORTARIA 1653/2019

Publicação Nº 2216530

PORTARIA Nº 1653, 22 DE JULHO DE 2019.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 002/2018 de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 052/Edital 002/2018.

RESOLVE:

Art 1º CONTRATAR o(a) Sr(a), DANIELE CARLA PERES DE MELO, Enfermeiro da Estratégia Saúde da Família (ESF), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para prestar serviços na Unidade Básica de Saúde Nilton Olinger da Secretária Municipal de Saúde (FMS), no período de 22/07/2019 a 21/07/2020

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 1654/2019

Publicação Nº 2216532

PORTARIA Nº 1654, 22 DE JULHO DE 2019.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 003/2018 de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 001/Edital 003/2018,

RESOLVE:

Art 1º PRORROGAR o contrato de trabalho do(a) Sr(a). FABIO COELHO, Arquiteto, matrícula nº 10818, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para prestar serviços na Secretária Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos (SOP), no período de 22/07/2019 a 22/07/2020, conforme Ofício SOTSP nº 149/2019.

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 1655/2019

Publicação Nº 2216533

PORTARIA Nº 1655, 22 DE JULHO DE 2019.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 003/2018 de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 001/Edital 003/2018,

RESOLVE:

Art 1º PRORROGAR o contrato de trabalho do(a) Sr(a). PAULA CRISTINA NASCIMENTO MARTINS, Engenheiro Civil, matrícula nº 10816, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para prestar serviços na Secretária Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos (SOP), no período de 22/07/2019 a 22/07/2020, conforme Ofício SOTSP nº 148/2019.

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 1656/2019

Publicação Nº 2216535

PORTARIA Nº 1656, 22 DE JULHO DE 2019.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 003/2018 de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 001/Edital 003/2018,

RESOLVE:

Art 1º PRORROGAR o contrato de trabalho do(a) Sr(a). MARCOS DAVID, Técnico em Edificações, matrícula nº 10817, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para prestar serviços na Secretária Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos (SOP), no período de 22/07/2019 a 22/07/2020, conforme Ofício SOTSP nº 147/2019.

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 1657/2019

Publicação Nº 2216537

PORTARIA Nº 1657, 23 DE JULHO DE 2019.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 001/2019 de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 044/Edital 001/2019.

RESOLVE:

Art 1º CONTRATAR o(a) Sr(a), CLAUDIANI ALBERTON, Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para prestar serviços na Creche do Loteamento Feller (SED), em razão da inauguração de um novo Centro de Educação Infantil que atenderá 180 crianças, em 01/08/2019 e não haver auxiliar de serviços Gerais remanescente do concurso público, no período de 23/07/2019 a 18/12/2019

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 1658/2019

Publicação Nº 2216539

PORTARIA Nº 1658, 23 DE JULHO DE 2019.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 002/2015 de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 031/Edital 002/2015,

RESOLVE:

Art 1º PRORROGAR o contrato de trabalho do(a) Sr(a). VIVIANE BARTO DOS SANTOS DE OLIVEIRA, Agente Comunitário de Saúde (ESF), matrícula nº 10194, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para prestar serviços na Secretária Municipal de Saúde (FMS), no período de 23/07/2019 a 23/07/2020, conforme Ofício SMS nº 305/2019.

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 1659/2019

Publicação Nº 2216541

PORTARIA Nº 1659, 23 DE JULHO DE 2019.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 002/2017 de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 001/Edital 002/2017,

RESOLVE:

Art 1º PRORROGAR o contrato de trabalho do(a) Sr(a). SAMANTHA CARVALHO BAIXO, Nutricionista do Núcleo de Apoio a Saúde da Família (ESF), matrícula nº 10825, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para prestar serviços na Secretária Municipal de Saúde (FMS), no período de 23/07/2019 a 23/07/2020, conforme Ofício SMS nº 298/2019.

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 1660/2019

Publicação Nº 2216542

PORTARIA Nº 1661, 23 DE JULHO DE 2019.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 002/2018 de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 012/Edital 002/2018.

RESOLVE:

Art 1º CONTRATAR o(a) Sr(a), RENATO ABREU RIBEIRO, Médico Clínico Geral, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para prestar serviços no Presídio, lotado na Secretária Municipal de Saúde (FMS), no período de 15/07/2019 a 14/07/2020

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeito a partir de 15/07/2019, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 1661/2019

Publicação Nº 2216543

PORTARIA Nº 1661, 23 DE JULHO DE 2019.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 002/2018 de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 012/Edital 002/2018.

RESOLVE:

Art 1º CONTRATAR o(a) Sr(a), RENATO ABREU RIBEIRO, Médico Clínico Geral, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para prestar serviços no Presídio, lotado na Secretária Municipal de Saúde (FMS), no período de 15/07/2019 a 14/07/2020

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeito a partir de 15/07/2019, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 1662/2019

Publicação Nº 2216544

PORTARIA Nº 1662, 23 DE JULHO DE 2019.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 001/2019 de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 044/Edital 001/2019.

RESOLVE:

Art 1º CONTRATAR o(a) Sr(a), KARLA MICHELLE PEREIRA DE JESUS, Auxiliar de Serviços Gerais , com carga horária de 40 (quarenta)

horas semanais 0, para prestar serviços na Creche do Loteamento Feller (SED), em razão da inauguração de um novo Centro de Educação Infantil que atenderá 180 crianças, em 01/08/2019 e não haver auxiliar de serviços Gerais remanescente do concurso público, no período de 23/07/2019 a 18/12/2019

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 1663/2019

Publicação Nº 2216545

PORTARIA Nº 1663, 24 DE JULHO DE 2019.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 002/2015 de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 010/Edital 002/2015,

RESOLVE:

Art 1º PRORROGAR o contrato de trabalho do(a) Sr(a). MARINES DOS SANTOS LEMOS, Vigia, matrícula nº 9503, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para prestar serviços na Secretária Municipal de Saúde (FMS), no período de 24/07/2019 a 24/07/2020, conforme Ofício SMS nº 301/2019.

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 1664/2019

Publicação Nº 2216546

PORTARIA Nº 1664, 24 DE JULHO DE 2019.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 001/2019 de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 029/Edital 001/2019,

RESOLVE:

Art 1º PRORROGAR o contrato de trabalho do(a) Sr(a). THAIS GONÇALVES GUARESCHI, Professor Nível II (Anos Iniciais), matrícula nº 11481, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para prestar serviços na E.E.F. João Caetano (SED), Projeto Gestão da Alfabetização do Instituto Ayrton Senna, como professora de apoio pedagógico, no período de 24/07/2019 a 18/12/2019.

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 1665/2019

Publicação Nº 2216547

PORTARIA Nº 1665, 24 DE JULHO DE 2019

VILSON JOSE PORCINCULA, Secretário Municipal de Saúde do Município de Tijucas, Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o § 1º, do art. 14-A e inciso I do art. 93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas c/c Decreto Municipal nº 81, de 18 de Outubro de 2005, e demais disposições legais.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, licença tratamento de saúde, ao(a) servidor(a) Sr(a). ALEXANDRE NEVES, Motorista III, matrícula nº 7246, lotado na Secretaria de Saúde, no período de 01/07/2019 a 23/08/2019, conforme resultado de perícia médica do instituto de previdência social dos servidores públicos do município de Tijucas apresentada (PREVISERT).

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeito a partir de 01/07/2019, revogada as disposições em contrário.

VILSON JOSE PORCINCULA
Secretário de Saúde

PORTARIA 1666/2019

Publicação Nº 2216548

PORTARIA Nº 1666, 24 DE JULHO DE 2019

NEIDE MARIA REIS Secretária Municipal de Educação do Município de Tijucas, Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o § 1º, do art. 14-A e inciso I do art. 93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas, e o Decreto nº 081, de 18 de Outubro de 2005, e demais disposições legais.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, Licença para Tratamento de Saúde, ao(a) servidor(a) Sr(a). SANDRA REGINA SARTOTI MARTINS, Professor Nível I (Creche), matrícula nº 7448, lotado na Secretaria de Educação, no período de 09/07/2019 a 07/08/2019, conforme resultado de perícia médica do instituto de previdência social dos servidores públicos do município de Tijucas apresentada (PREVISERT).

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeito a partir de 09/07/2019, revogada as disposições em contrário.

NEIDE MARIA REIS
Secretária de Educação

PORTARIA 1667/2019

Publicação Nº 2216549

Portaria nº 1667, de 26 de julho de 2019.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VIII e X do art. 82, na forma da alínea "a", do inciso II, do art. 31-A, todos da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o disposto nos artigos 89 e 90 da Lei Municipal nº 90, de 30 de novembro de 1957, e demais disposições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o senhor Rosenildo de Amorim, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Administração de Tijucas, matrícula nº 9828, nomeado pela Portaria nº 711/2017, para responder interinamente pelas atividades da Secretaria Municipal de Ação Social e Direitos Humanos, em substituição a titular Bianca Bibiane Machado, matrícula nº 14770, no período de 29 de julho de 2019 a 11 de agosto de 2019, em função de afastamento para tratamento e saúde.

Art. 2º Pela acumulação dos cargos descritos no artigo anterior, não decorrerá ao nomeado direito de acréscimo aos seus vencimentos, continuando o mesmo a receber como Secretário Municipal de Administração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA 1668/2019

Publicação Nº 2216551

PORTARIA Nº 1668, 26 DE JULHO DE 2019

PAULA REGINA DA SILVA, Secretária Municipal de Cultura, Juventude e Direitos Humanos do Município de Tijucas, Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o § 1º, do art. 14-A e inciso I do art. 93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas c/c Decreto Municipal nº 81, de 18 de Outubro de 2005, e demais disposições legais.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, licença tratamento de saúde, ao(a) servidor(a) Sr(a). CLEUSA ROSELINDO DE LIMA, Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 8570, lotado na Secretaria de Cultura, Juventude e Direitos Humanos, no período de 29/06/2019 a 26/10/2019, conforme resultado de perícia médica do instituto de previdência social dos servidores públicos do município de Tijucas apresentada (PREVISERT).

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeito a partir de 29/06/2019, revogada as disposições em contrário.

PAULA REGINA DA SILVA
Secretária de Cultura, Juventude
e Direitos Humanos

PORTARIA 1669/2019

Publicação Nº 2216553

PORTARIA Nº 1669, 26 DE JULHO DE 2019

VILSON JOSE PORCINCULA, Secretário Municipal de Saúde do Município de Tijucas, Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o § 1º, do art. 14-A e inciso I do art. 93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas c/c Decreto Municipal nº 81, de 18 de Outubro de 2005, e demais disposições legais.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, licença tratamento de saúde, ao(a) servidor(a) Sr(a). JULITA SILVEIRA SOUZA, Auxiliar de Enfermagem (suplementar), matrícula nº1537, lotado na Secretaria de Saúde, no período de 04/07/2019 a 01/10/2019, conforme resultado de perícia médica do instituto de previdência social dos servidores públicos do município de Tijucas apresentada (PREVISERT).

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeito a partir de 04/07/2019, revogada as disposições em contrário.

VILSON JOSE PORCINCULA
Secretário de Saúde

PORTARIA 1670/2019

Publicação Nº 2216554

PORTARIA Nº 1670, 26 DE JULHO DE 2019

NEIDE MARIA REIS Secretária Municipal de Educação do Município de Tijucas, Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o § 1º, do art. 14-A e inciso I do art. 93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas, e o Decreto nº 081, de 18 de Outubro de 2005, e demais disposições legais.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, Licença para Tratamento de Saúde, ao(a) servidor(a) Sr(a). ROSANA CAMARGO, Merendeira, matrícula nº 7214, lotado na Secretaria de Educação, no período de 12/07/2019 a 16/07/2019, conforme resultado de perícia médica do instituto de previdência social dos servidores públicos do município de Tijucas apresentada (PREVISERT).

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeito a partir de 12/07/2019, revogada as disposições em contrário.

NEIDE MARIA REIS
Secretária de Educação

PORTARIA 1671/2019

Publicação Nº 2216555

PORTARIA Nº 1671, 26 DE JULHO DE 2019

PAULA REGINA DA SILVA, Secretária Municipal de Cultura, Juventude e Direitos Humanos do Município de Tijucas, Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o § 1º, do art. 14-A e inciso I do art. 93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas c/c Decreto Municipal nº 81, de 18 de Outubro de 2005, e demais disposições legais.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, licença tratamento de saúde, ao(a) servidor(a) Sr(a). NERI LOPES, Vigia, matrícula nº 7884, lotado na Secretaria de Cultura, Juventude e Direitos Humanos, no período de 15/07/2019 a 12/09/2019, conforme resultado de perícia médica do instituto de previdência social dos servidores públicos do município de Tijucas apresentada (PREVISERT).

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeito a partir de 15/07/2019, revogada as disposições em contrário.

PAULA REGINA DA SILVA
Secretária de Cultura, Juventude
e Direitos Humanos

PORTARIA 1672/2019

Publicação Nº 2216556

PORTARIA Nº 1672, 26 DE JULHO DE 2019

VILSON JOSE PORCINCULA, Secretário Municipal de Saúde do Município de Tijucas, Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o § 1º, do art. 14-A e inciso I do art. 93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas c/c Decreto Municipal nº 81, de 18 de Outubro de 2005, e demais disposições legais.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, licença tratamento de saúde, ao(a) servidor(a) Sr(a). ELENA MARIA COSTA LEONARDO, Técnico em Enfermagem, matrícula nº7915, lotado na Secretaria de Saúde, no período de 01/07/2019 a 03/09/2019, conforme resultado de perícia médica do instituto de previdência social dos servidores públicos do município de Tijucas apresentada (PREVISERT).

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeito a partir de 01/07/2019, revogada as disposições em contrário.

VILSON JOSE PORCINCULA
Secretário de Saúde

PORTARIA 1673/2019

Publicação Nº 2216557

PORTARIA Nº 1673, 26 DE JULHO DE 2019

NEIDE MARIA REIS Secretária Municipal de Educação do Município de Tijucas, Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o § 1º, do art. 14-A e inciso I do art. 93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas, e o Decreto nº 081, de 18 de Outubro de 2005, e demais disposições legais.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, Licença para Tratamento de Saúde, ao(a) servidor(a) Sr(a). ROSINEIA ROSA, Merendeira, matrícula nº 7920, lotado na Secretaria de Educação, no período de 06/07/2019 a 03/09/2019, conforme resultado de perícia médica do instituto de previdência social dos servidores públicos do município de Tijucas apresentada (PREVISERT).

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeito a partir de 06/07/2019, revogada as disposições em contrário.

NEIDE MARIA REIS
Secretária de Educação

PORTARIA 1674/2019

Publicação Nº 2216559

PORTARIA Nº 1674, 26 DE JULHO DE 2019

NEIDE MARIA REIS Secretária Municipal de Educação do Município de Tijucas, Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o § 1º, do art. 14-A e inciso I do art. 93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas, e o Decreto nº 081, de 18 de Outubro de 2005, e demais disposições legais.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, Licença para Tratamento de Saúde, ao(a) servidor(a) Sr(a). NILSON LUIZ DA SILVA, Professor Nível III (Educação Artística), matrícula nº 307, lotado na Secretaria de Educação, no período de 12/07/2019 a 09/10/2019, conforme resultado de perícia médica do instituto de previdência social dos servidores públicos do município de Tijucas apresentada (PREVISERT).

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeito a partir de 12/07/2019, revogada as disposições em contrário.

NEIDE MARIA REIS
Secretária de Educação

PORTARIA 1675/2019

Publicação Nº 2216560

PORTARIA Nº 1675, 26 DE JULHO DE 2019

ROSENILDO DE AMORIM, Secretário Municipal de Administração e Finanças do Município de Tijucas, Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o § 1º, do art. 14-A e inciso I do art. 93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas c/c Decreto Municipal nº 81, de 18 de Outubro de 2005, e demais disposições legais.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, licença tratamento de saúde, ao(a) servidor(a) Sr(a). NEUSA MARIA DA SILVA, Auxiliar Administrativo I E II (Suplementar), matrícula nº 2067, lotado na Secretaria de Administração (SAD), no período de 16/07/2019 a 13/09/2019, conforme resultado de perícia médica do instituto de previdência social dos servidores públicos do município de Tijucas apresentada (PREVISERT).

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeito a partir de 16/07/2019, revogada as disposições em contrário.

ROSENILDO DE AMORIM
Secretário de Administração
e Finanças

PORTARIA 1676/2019

Publicação Nº 2216562

PORTARIA Nº 1676, 26 DE JULHO DE 2019

NEIDE MARIA REIS Secretária Municipal de Educação do Município de Tijucas, Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o § 1º, do art. 14-A e inciso I do art. 93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas, e o Decreto nº 081, de 18 de Outubro de 2005, e demais disposições legais.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, Licença para Tratamento de Saúde, ao(a) servidor(a) Sr(a). RUTH FAIAL MACHADO, Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 242, lotado na Secretaria de Educação, no período de 21/07/2019 a 18/10/2019, conforme resultado de perícia médica do instituto de previdência social dos servidores públicos do município de Tijucas apresentada (PREVISERT).

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeito a partir de 21/07/2019, revogada as disposições em contrário.

NEIDE MARIA REIS
Secretária de Educação

PORTARIA 1677/2019

Publicação Nº 2216564

PORTARIA Nº 1677, 26 DE JULHO DE 2019

NEIDE MARIA REIS Secretária Municipal de Educação do Município de Tijucas, Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o § 1º, do art. 14-A e inciso I do art. 93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas, e o Decreto nº 081, de 18 de Outubro de 2005, e demais disposições legais.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, Licença para Tratamento de Saúde, ao(a) servidor(a) Sr(a). ANDREA APARECIDA SPRICIGO DOS SANTOS, Professor Nível II (Creche), matrícula nº 7959, lotado na Secretaria de Educação, no período de 23/07/2019 a 05/10/2019, conforme resultado de perícia médica do instituto de previdência social dos servidores públicos do município de Tijucas apresentada (PREVISERT).

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeito a partir de 23/07/2019, revogada as disposições em contrário.

NEIDE MARIA REIS
Secretária de Educação

PORTARIA 1678/2019

Publicação Nº 2216566

PORTARIA Nº 1678, 26 DE JULHO DE 2019

NEIDE MARIA REIS Secretária Municipal de Educação do Município de Tijucas, Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o § 1º, do art. 14-A e inciso I do art. 93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas, e o Decreto nº 081, de 18 de Outubro de 2005, e demais disposições legais.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, Licença para Tratamento de Saúde, ao(a) servidor(a) Sr(a). OSMARINA ORSI, Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 1661, lotado na Secretaria de Educação, no período de 24/06/2019 a 21/10/2019, conforme resultado de perícia médica do instituto de previdência social dos servidores públicos do município de Tijucas apresentada (PREVISERT).

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeito a partir de 24/06/2019, revogada as disposições em contrário.

NEIDE MARIA REIS
Secretária de Educação

PORTARIA 1679/2019

Publicação Nº 2216567

PORTARIA Nº 1679, 26 DE JULHO DE 2019

NEIDE MARIA REIS, Secretária Municipal de Educação do Município de Tijucas, Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII do art.82 da Lei Orgânica do Município, e o Decreto nº 081/2005, e demais disposições legais.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, licença tratamento de saúde, ao(a) servidor(a) Sr(a). SIMONE BECHTOLD HARBS, Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 11023, lotado na Secretaria de Educação (SED), no período de 25/06/2019 a 31/08/2019, conforme benefício nº 628.529.722-7 do INSS apresentado.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeito a partir de 25/06/2019, revogadas as disposições em contrário.

NEIDE MARIA REIS
Secretária de Educação

PORTARIA 1680/2019

Publicação Nº 2216569

PORTARIA Nº 1680, 26 DE JULHO DE 2019

NEIDE MARIA REIS, Secretária Municipal de Educação do Município de Tijucas, Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII do art.82 da Lei Orgânica do Município, e o Decreto nº 081/2005, e demais disposições legais.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, licença tratamento de saúde, ao(a) servidor(a) Sr(a). HALINI PEIXER PEREIRA PERECIN, Professor Nível II (Educação Física), matrícula nº 11007, lotado na Secretaria de Educação (SED), no período de 15/07/2019 a 05/11/2019, conforme benefício nº 628.762.686-4 do INSS apresentado.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeito a partir de 15/07/2019, revogadas as disposições em contrário.

NEIDE MARIA REIS
Secretária de Educação

PORTARIA 1681/2019

Publicação Nº 2216570

PORTARIA Nº 1681, 30 DE JULHO DE 2019

NEIDE MARIA REIS, Secretária Municipal de Educação de Tijucas, Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o § 1º, do art. 14-A e inciso I do art. 93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas c/c Decreto Municipal nº 81, de 18 de Outubro de 2005, de 15 de Novembro de 2010, e demais disposições legais,

RESOLVE:

Atr. 1º PRORROGAR a Licença Maternidade da servidora Sra. MIRELLA APARECIDA BENEDITO, Professor Nível II (Educação Física), matrícula nº 10399 e matrícula nº 10509, lotada na Secretaria Municipal de Educação (SED) no período de 27/07/2019 a 25/09/2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeito a partir de 27/07/2019, revogadas as disposições em contrário.

NEIDE MARIA REIS
Secretária de Educação

PORTARIA 1682/2019

Publicação Nº 2216571

PORTARIA Nº 1682, 30 DE JULHO DE 2019

NEIDE MARIA REIS, Secretária Municipal de Educação de Tijucas, Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o § 1º, do art. 14-A e inciso I do art. 93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas c/c Decreto Municipal nº 81, de 18 de Outubro de 2005, de 15 de Novembro de 2010, e demais disposições legais,

RESOLVE:

Atr. 1º PRORROGAR a Licença Maternidade da servidora Sra. PARECIDA REZINI, Professor Nível II (Creche), matrícula nº 7383, lotada na Secretaria Municipal de Educação (SED) no período de 30/07/2019 a 28/09/2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

NEIDE MARIA REIS
Secretária de Educação

PORTARIA 1683/2019

Publicação Nº 2216573

PORTARIA Nº 1683, 30 DE JULHO DE 2019

NEIDE MARIA REIS, Secretária Municipal de Educação de Tijucas, Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o § 1º, do art. 14-A e inciso I do art. 93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas c/c Decreto Municipal nº 81, de 18 de Outubro de 2005, de 15 de Novembro de 2010, e demais disposições legais,

RESOLVE:

Atr. 1º PRORROGAR a Licença Maternidade da servidora Sra. VIVIANI FERREIRA, Professor Nível I (Pré Escola), matrícula nº 10422, lotada na Secretaria Municipal de Educação (SED) no período de 30/07/2019 a 28/09/2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

NEIDE MARIA REIS
Secretária de Educação

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/FMDR/2019 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/FMDR/2019

Publicação Nº 2216501

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

O Município de Tijucas SC, inscrito sob o CNPJ n. 82.577.636/0001-65, com sede na Rua Cel. Büchelle, 01, centro, Tijucas SC, de conformidade com a Lei n. 8.666/93, alterada pela Lei n. 8.883/94, por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitação - CPL comunica que dispensou o Processo Licitatório conforme:

Processo Licitatório nº 020/FMDR/2019

Dispensa de Licitação nº 005/FMDR/2019

Objeto: Aquisição de Implementos Agrícolas (Arado Papa Terra, Grade Hidráulica), para o Fundo Municipal de Agricultura Pesca e Meio Ambiente de Tijucas, do Município de Tijucas/SC.

Contratado: ARÁLIA MÁUINAS AGRÍCOLAS LTDA

Valor: R\$. 16.500,00 (Dezesseis mil e quinhentos reais).

Amparo Legal: Art. 24, II e Art. 23, I, "a" e II, "a" da Lei 8.666/93, Lei n. 8.666/93 e suas alterações posteriores c/c Parecer Jurídico Favorável n. 386/2019/PGM.

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 181/PMT/2019 - PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 104/PMT/2019

Publicação Nº 2216487

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 181/PMT/2019

PREGÃO PRESENCIAL

REGISTRO DE PREÇO Nº 104/PMT/2019

Objeto: Locação de decoração de Natal, a serem utilizados no Natal de 2019, espalhado na cidade para apreciação da população a serem

realizados através do Casarão Gallotti onde se encontra a Secretaria Municipal de Cultura, Juventude e Direitos Humanos, do município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor Preço Por Lote;

Data de Abertura: 20 de novembro de 2019, as 08h00.

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

ELOI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 182/PMT/2019 - PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 105/PMT/2019

Publicação Nº 2216583

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 182/PMT/2019

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 105/PMT/2019

Objeto: Aquisição de Materiais de Construção, para a Secretaria de Cultura, Juventude e Direitos Humanos, do município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor Preço Por item

Data de Abertura: 20 de novembro de 2019, as 09h00;

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 183/PMT/2019 - PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 106/PMT/2019

Publicação Nº 2216587

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 183/PMT/2019

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 106/PMT/2019

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de Coffe Break Tipos I, II e III para eventos do Gabinete do Prefeito, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Cultura, Juventude e Direitos Humanos, Secretaria Municipal de Ação Social e Fundação Municipal de Esportes, do município de Tijucas - SC.

Tipo: Menor Preço Por Lote

Data de Abertura: 20 de novembro de 2019, as 11h00;

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

Timbé do Sul

PREFEITURA

DECRETO 187/2019 DEMITE SERVIDOR TEMPORÁRIO

Publicação Nº 2217681

DECRETO Nº. 187, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

DEMITE SERVIDOR TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação vigente;

DECRETA:

Art. 1º - Fica demitido à pedido, Eduardo Minatto Tonetto, matrícula nº 3697, ocupante do cargo de Agente Administrativo, Quadro de Pessoal Temporário do Município de Timbé do Sul.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 05 de novembro de 2019.

Roberto Biava

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Marlon Arcaro Panatta

Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DO CONTRATO Nº 90/2019

Publicação Nº 2216370

Estado de Santa Catarina
Município de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 90/2019

Contratante: Município de Timbé do Sul

Contratado: JR Construções e Terraplenagem Ltda

Objeto: Execução das obras de pavimentação asfáltica de 03 (três) vias urbanas do município de Timbé do Sul/SC, sendo: Rua Guerino Pesseti, Rua Guilherme Mondardo e Rua José Panatta.

Valor: R\$ 725.312,31 (setecentos e vinte e cinco mil, trezentos e doze reais e trinta e um centavos)

Vigência: 05 (cinco) meses a partir de 30 de outubro de 2019

RESULTADO FINAL DA LICITAÇÃO Nº 30/2019 TP

Publicação Nº 2216406

Estado de Santa Catarina
Município de Timbé do Sul

RESULTADO DO JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇO

LICITAÇÃO Nº 30/2019 – TOMADA DE PREÇOS

Objeto: Execução das obras de pavimentação (regularização e execução da base com brita graduada), drenagem e meio-fio de 04 (quatro) ruas do Bairro São Luiz, no município de Timbé do Sul/SC, sendo: Rua Pedro Savi, Rua Arnaldo Rovaris, Rua Luiz Pezente e Rua Álvaro Valentin Pessetti.

A Comissão de Licitação do município de Timbé do Sul/SC torna público o resultado do julgamento de habilitação e propostas de preços, da Licitação 30/2019 – Tomada de Preços, que resultou na HABILITAÇÃO e CLASSIFICAÇÃO da única empresa participante: em 1º lugar a proposta da empresa JR CONSTRUÇÕES E TERRAPLENAGEM LTDA, com o valor global de R\$ 872.452,44 (oitocentos e setenta e dois mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e quarenta e quatro centavos).

Timbé do Sul/SC, 05 de novembro de 2019.

Lucia Felicidade

Presidente da Comissão de Licitação

Timbó

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO ASSINATURA ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 11 2019 FMS

Publicação Nº 2217356

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2019 - FMS

A Central de Licitações convoca, através do presente, os representantes legais das empresas, ODONTO BLU COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA LTDA, CNPJ n.º 79.291.878/0001-83 e MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIRELI, CNPJ n.º 10.944.321/0001-06 a comparecerem para assinatura das respectivas atas de registro de preço, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;

DATA: até 13/11/2019.

HORÁRIO: das 08hs 12hs e das 14hs às 17hs.

Necessário trazer carimbo comercial da empresa para validação da assinatura.

Timbó, 05 de novembro de 2019.

PRISCILA MACEDO

Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 12 2019 FMS

Publicação Nº 2217375

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2019 - FMS

A Central de Licitações convoca, através do presente, os representantes legais das empresas, ANJOS DA VIDA SAUDE - SERVIÇOS MOVEIS DE ATENDIMENTOS A URGENCIAS LTDA, CNPJ n.º 13.281.756/0001-06 e SALVA MED EMERGENCIAS MEDICAS, CNPJ n.º 04.094.517/0001-48 a comparecerem para assinatura das respectivas atas de registro de preço, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;

DATA: até 13/11/2019.

HORÁRIO: das 08hs 12hs e das 14hs às 17hs.

Necessário trazer carimbo comercial da empresa para validação da assinatura.

Timbó, 05 de novembro de 2019.

RAFAELA DOS SANTOS GUEDES

Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 19 2019 SAMAE

Publicação Nº 2217376

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/2019 - SAMAE

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, RADIAL ENGENHARIA E CONSTRUCOES EIRELI, CNPJ n.º 85.150.985/0001-94 a comparecer para assinatura da respectiva ata de registro de preço, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;

DATA: até 13/11/2019.

HORÁRIO: das 08hs 12hs e das 14hs às 17hs.

Necessário trazer carimbo comercial da empresa para validação da assinatura.

Timbó, 05 de novembro de 2019.

PRISCILA MACEDO

Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 40.2019 PMT

Publicação Nº 2217377

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 40/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2019 PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa GUIA VEÍCULOS LTDA, CNPJ nº. 82.461.310/0001-78, a comparecer para assinatura do respectivo termo aditivo ao contrato oriundo do citado processo licitatório, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;
DATA: até 11/3/2019.
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 05 de novembro de 2019.
PRISCILA MACEDO
Central de Licitações

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 27 2019 FMDE - AQUISIÇÃO DE COLCHONETES

Publicação Nº 2217385

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2019 - FMDE

ÓRGÃO GESTOR: Fundo Municipal de Educação.
OBJETO: Aquisição de colchonetes para os Núcleos de Educação Infantil – NEIS, pertencentes à rede de ensino municipal.
EMPRESA FORNECEDORA: VITTALEX INDÚSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS E COLCHOES LTDA – EPP.
TOTAL ESTIMADO: R\$ 57.900,00 (cinquenta e sete mil novecentos reais).
VALIDADE DA ATA: 04/11/2020

Timbó, 05/11/2019
ALFROH POSTAI
Secretário Municipal de Educação

EXTRATO CONTRATO Nº 168.2019 FUMTRAN - SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES

Publicação Nº 2217389

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 168/2019
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Trânsito.
CONTRATADA: SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP
OBJETO: Contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para a total execução e fornecimento de materiais para execução dos passeios em piso intertravado dos imóveis municipais em conformidade com memorial descritivo, projetos, orçamento e cronograma físico financeiro. Conforme Tomada de Preço nº 05/2019 FUMTRAN.
VALOR: R\$ 250.323,36 (duzentos e cinquenta mil, trezentos e vinte e três reais e trinta e seis centavos)
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 meses.
DATA DA ASSINATURA: 24/10/2019.

MOACYR CRISTOFOLINI JUNIOR
Secretário de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços

EXTRATO OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 2016.004 - PMT

Publicação Nº 2217390

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2016/004
CONTRATANTE: Município de Timbó, através da Secretaria da Fazenda e Administração.
CONTRATADO: Postmix Soluções Gráficas.
OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência até 31/12/2020.

DATA DA ASSINATURA: 29/10/2019.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretaria da Fazenda e Administração

TIMBOPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TIMBÓ

PORTARIA TIMBOPREV Nº 62, DE 28 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2216397

PORTARIA TIMBOPREV Nº 62, DE 28 DE OUTUBRO DE 2019

Autoriza a Contagem Recíproca do Tempo de Contribuição à Servidora Pública Municipal Claracy Maria Ferrari Butzke.

A DIRETORA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, alterado pela Lei Complementar nº 473, de 22 de dezembro de 2015,

RESOLVE:

Art.1º AUTORIZAR CLARACY MARIA FERRARI BUTZKE, ocupante do cargo de Secretária de Escola, Referência Salarial GA-55, matrícula nº 20273-07, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a Contagem Recíproca do Tempo de Contribuição para fins de Aposentadoria, junto ao Regime Próprio de Previdência Social, com base nos arts. 40, § 9º e 201, § 9º, da Constituição Federal, e artigo 50 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, do tempo de contribuição ao RGPS, certificado pelo INSS através da Certidão nº 20021070.1.00013/09-2, expedida em 13/06/2018, computando-se 1.214 (mil, duzentos e catorze) dias, ou seja, 03 (três) anos, 03 (três) meses e 29 (vinte e nove) dias, bem como o tempo de contribuição ao RPPS, certificado pelo IPREV, através da certidão nº 1125/2009, expedida em 30/09/2009, computando-se 3.186 (três mil, cento e oitenta e seis) dias, ou seja, 08 (oito) anos, 08 (oito) meses e 26 (vinte e seis) dias, conforme processo TIMBOPREV 61/2018.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 28 de outubro de 2019; 150º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

CARMELINDE BRANDT
Diretora Administrativa-Financeira do TIMBOPREV

Timbó Grande

PREFEITURA

TOMADA DE PREÇO 1/2019

Publicação Nº 2217134

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ GRANDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2019
MODALIDADE Tomada de Preço N 1/2019

O município de Timbó Grande torna publico a todos os interessados que estará realizando processo licitatório na modalidade Tomada de preço, com objetivo de contratar pessoa jurídica com capacidade para construir muro e fornecer o material. Acesso público terá início às 9h00 horas, do dia 21 de novembro de 2019, junto ao Departamento de Compras e Licitações. Maior informação será disponibilizada junto ao Departamento de Compras, pelo e-mail licitacoes@timbogrande.sc.gov.br, ou pelo telefone (049) 3252-1214 ou 1437, no horário das 14h00 até as 16h00.

Timbó Grande, 5 de novembro de 2019.
Ari José Galeski
Prefeito Municipal

Três Barras

PREFEITURA

PREGÃO Nº. 80/2019.

Publicação Nº 2216678



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCEDIMENTO LICITATORIO Nº. 94/2019.
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 80/2019.

Interessado: * SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE;
* SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E TURISMO;
* SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE;
* SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS;
* ADMINISTRAÇÃO DISTRITAL SÃO CRISTOVÃO.

Aos 30 dias do mês de outubro do ano de 2019, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 - Centro - Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa **LOS BORGES TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA**, CNPJ nº **12.400.257/0001-10**, com sede e foro na Cidade de Balneário Barra do Sul - SC, cito a RUA ATANÁSIO DE OLIVEIRA, nº 183, Bairro CENTRO; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários:

Item	Descrição	Unidade	Qtde. Item	Valor Unitário
1	SERVIÇOS COM MAQUINA MOTONIVELADORA, ANO DE FABRICAÇÃO 2000 OU ACIMA.	HORAS	1.000,00	R\$199,80
2	SERVIÇOS COM CAMINHÃO CAÇAMBA BASCULANTE, COM NO MÁXIMO 10 ANOS DE USO (ANO DE FABRICAÇÃO 2009 OU ACIMA).	DIAS	800,00	R\$935,50

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 80/2019 – Procedimento Administrativo nº. 94/2019 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irrevogáveis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 30 de outubro de 2019.

NILTON AVANIR HURMUS
Pregoeiro

LOS BORGES TRANSPORTES E
TERRAPLENAGEM LTDA
CONTRATADA

Testemunhas:

1 _____
LUCIANE TOMCZYK

2 _____
EDITH DE SOUZA

Av. Santa Catarina, 616 - Centro
89490-000 / 47 3623 0121
prefeitura@tresbarras.sc.gov.br
:: www.tresbarras.sc.gov.br ::

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 110/2019

Publicação Nº 2217083

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

"AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL".

Procedimento Licitatório nº. 110/2019 - Edital nº. 92/2019.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna público para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002 e da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, receberá até as 14 h e 00 min. do dia 21 de novembro de 2019, Propostas para "REGISTRO DE PREÇO KIT GULOSEIMAS (salgadinhos, pipoca doce, bebida láctea, tubetes e bala de goma) em conformidade com o edital, destinados a distribuição as crianças do município nas comemorações natalinas.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 14 h e 00 min. do dia 21 de novembro de 2019.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro – Fone/Fax: 47 3623-0121 – Três Barras - SC ou no site: <http://tresbarras.sc.gov.br> ícone "LICITAÇÕES ABERTAS".

Três Barras - SC, 05 de novembro de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI – PREFEITO MUNICIPAL.

NILTON AVANIR HURMUS – PREGOEIRO.

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 112/2019

Publicação Nº 2217090

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

"AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL".

Procedimento Licitatório nº. 112/2019 - Edital nº. 94/2019.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna público para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002 e da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, receberá até as 14 h e 00 min. do dia 25 de novembro de 2019, Propostas para "REGISTRO DE PREÇO para aquisição de GARRAFAS E COPOS DE ÁGUA MINERAL".

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 14 h e 00 min. do dia 25 de novembro de 2019.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro – Fone/Fax: 47 3623-0121 – Três Barras - SC ou no site: <http://tresbarras.sc.gov.br> ícone "LICITAÇÕES ABERTAS".

Três Barras - SC, 05 de novembro de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI – PREFEITO MUNICIPAL.

NILTON AVANIR HURMUS – PREGOEIRO.

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 109/2019

Publicação Nº 2216973

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

"AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL".

Procedimento Licitatório nº. 109/2019 - Edital nº. 91/2019.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna público para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002 e da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, receberá até as 09 h e 00 min. do dia 21 de novembro de 2019, Propostas para "REGISTRO DE PREÇO DE BRINQUEDOS INFANTIS DIVERSOS, destinados a doação as crianças do município nas comemorações natalinas.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 21 de novembro de 2019.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro – Fone/Fax: 47 3623-0121 – Três Barras - SC ou no site: <http://tresbarras.sc.gov.br> ícone "LICITAÇÕES ABERTAS".

Três Barras - SC, 05 de novembro de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI – PREFEITO MUNICIPAL.

NILTON AVANIR HURMUS – PREGOEIRO.

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 111/2019

Publicação Nº 2216976

"AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL".

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

Procedimento Licitatório nº. 111/2019 - Edital Pregão nº. 93/2019.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC torna público para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e Decreto Municipal nº. 3.016/2006, e, da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, receberá até as 09 h e 00 min. do dia 25 de novembro de 2019, Propostas para "REGISTRO DE PREÇOS DE CM/ COLUNA DE ESPAÇO EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO REGIONAL" para publicação de atos oficiais e propaganda institucional da Prefeitura e dos Fundos Municipais.

Sistema de entrega: mediante solicitação do contratante, independentemente de quantidade mínima a ser solicitada.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 25 de novembro de 2019.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616, Centro – Fone / Fax: 47 3623-0121 – Três Barras – SC.

Três Barras - SC, 05 de novembro de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI – PREFEITO MUNICIPAL

NILTON AVANIR HURMUS – PREGOEIRO

Treviso

PREFEITURA

DECRETO Nº 595/2019, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2216677

DECRETO Nº 595/2019, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

ENCERRA CONTRATO DE TRABALHO Á PEDIDO POR TEMPO DETERMINADO DA EMPREGADA TAMIRES NEVES DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais e conforme dispõe o Art. 45, Incisos II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, a Lei Municipal nº 804/17 de 09 de Janeiro de 2017 e o Decreto nº 397/19 de 08 de Agosto de 2019,

DECRETA:

Art. 1º. Fica encerrado na data 01 de Novembro de 2019, o contrato de trabalho por tempo determinado e, de consequência exonerada a empregada TAMIRES NEVES DA SILVA das funções do emprego de MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os efeitos a partir de 01 de Novembro de 2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DELYRIO EGIDIO UBIALLI - TREVISO/SC

Em, 01 de Novembro de 2019.

JAIMIR COMIN

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 05 de Novembro de 2019.

GETULIO HOFFMANN MIRANDA

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 596/2019, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2216679

DECRETO Nº 596/2019, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

ENCERRA CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO DO EMPREGADO MÁRIO CESAR PEGORARA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais e conforme dispõe o Art. 45, Incisos II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, a Lei Municipal nº 804/17 de 09 de Janeiro de 2017 e o Decreto nº 515/19 de 02 de Setembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º. Fica encerrado na data 01 de Novembro de 2019, o contrato de trabalho por tempo determinado e, de consequência exonerado o empregado MÁRIO CESAR PEGORARA das funções do emprego de VIGILANTE, em virtude do término de contrato por tempo determinado.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os efeitos a partir de 01 de Novembro de 2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DELYRIO EGIDIO UBIALLI - TREVISO/SC

Em, 01 de Novembro de 2019.

JAIMIR COMIN

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 05 de Novembro de 2019.

GETULIO HOFFMANN MIRANDA

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 597/2019, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2216681

DECRETO Nº 597/2019, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

ENCERRA CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO DO EMPREGADO ALCIONE LEVATI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais e conforme dispõe o Art. 45, Incisos II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, a Lei Municipal nº 804/17 de 09 de Janeiro de 2017 e o Decreto nº 516/19 de 02 de Setembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º. Fica encerrado na data 01 de Novembro de 2019, o contrato de trabalho por tempo determinado e, de consequência exonerado o empregado ALCIONE LEVATI das funções do emprego de VIGILANTE, em virtude do término de contrato por tempo determinado.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os efeitos a partir de 01 de Novembro de 2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DELYRIO EGIDIO UBIALLI - TREVISO/SC

Em, 01 de Novembro de 2019.

JAIMIR COMIN

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 05 de Novembro de 2019.

GETULIO HOFFMANN MIRANDA

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 598/2019, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2216683

DECRETO Nº 598/2019, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

RENOVA CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DA EMPREGADA DANIELA APARECIDA PRESTES UGIONI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais e conforme dispõe a Lei Orgânica Municipal, a Lei Municipal nº 691/13, de 04 de Dezembro de 2013, e o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica renovado a partir de 01 de Novembro de 2019, até 02 de Janeiro de 2020, o contrato por tempo determinado da empregada DANIELA APARECIDA PRESTES UGIONI, para exercício das funções do emprego de TELEFONISTA - FUNTREV, vinculada a Fundação Municipal do Meio Ambiente de Treviso – FUNTREV.

Parágrafo Único. A renovação do contrato de trabalho por tempo determinado se faz necessária, pois o Município não dispõe de empregados concursados para o emprego em referência.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os efeitos a partir de 01 de Novembro de 2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DELYRIO EGIDIO UBIALLI - TREVISO/SC

Em, 01 de Novembro de 2019.

JAIMIR COMIN

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 05 de Novembro de 2019.

GETULIO HOFFMANN MIRANDA

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 599/2019, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2216685

DECRETO Nº 599/2019, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

RENOVA CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DA EMPREGADA MARIA ROSIANI CARVALHO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais e conforme dispõe a Lei Orgânica Municipal, a Lei Municipal nº 400/05, de 10 de Agosto de 2005, e o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica renovado a partir de 01 de Novembro de 2019, até 02 de Janeiro de 2020, o contrato por tempo determinado da empregada MARIA ROSIANI CARVALHO, para exercício das funções do emprego de TÉCNICO DE ENFERMAGEM - PSF, vinculada ao Programa Saúde da Família - PSF, dentro da Estrutura Administrativa do Município.

Parágrafo Único. A renovação do contrato de trabalho por tempo determinado se faz necessária, pois o Município não dispõe de empregados concursados para o emprego em referência.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os efeitos a partir de 01 de Novembro de 2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DELYRIO EGIDIO UBIALLI - TREVISÓ/SC

Em, 01 de Novembro de 2019.

JAIMIR COMIN

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 05 de Novembro de 2019.

GETULIO HOFFMANN MIRANDA

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 600/2019, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2216688

DECRETO Nº 600/2019, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

ENCERRA CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO DA EMPREGADA CLEUNICE TRAMONTIN NAVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais e conforme dispõe o Art. 45, Incisos II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, a Lei Municipal nº 427/06 de 13 de Junho de 2006 e o Decreto nº 387/19 de 01 de Agosto de 2019,

DECRETA:

Art. 1º. Fica encerrado na data 04 de Novembro de 2019, o contrato de trabalho por tempo determinado e, de consequência exonerada a empregada CLEUNICE TRAMONTIN NAVA das funções do emprego de ESCRITURÁRIO, em virtude do término de contrato por tempo determinado.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os efeitos a partir de 01 de Novembro de 2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DELYRIO EGIDIO UBIALLI - TREVISÓ/SC

Em, 01 de Novembro de 2019.

JAIMIR COMIN

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 05 de Novembro de 2019.

GETULIO HOFFMANN MIRANDA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 364/2019, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2216673

PORTARIA Nº 364/2019, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

DESIGNA O SERVIDOR SEBASTIÃO DANIEL STANGHERLIN COMO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 36/2019, FIRMADA ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISÓ E A EMPRESA PRODIESEL COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS LTDA.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Inciso II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, o Art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto nº 643/18, de 27 de setembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor Sebastião Daniel Stangherlin, Secretário Adjunto lotado na Secretaria de Viação, Obras e serviços, matrícula 2840, para desempenhar a função de Fiscal da Ata de Registro de Preço nº 36/2019, celebrada entre a Prefeitura Municipal de Treviso e a Empresa Prodieisel Comércio de Auto Peças Ltda., cujo objeto é registro de preço para prestação de serviços mecânicos (preventivo e corretivo) Hora/Homem trabalhada, necessários ao completo e perfeito funcionamento dos ônibus pertencentes à Secretaria de Educação de Treviso.

Art. 2º Em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8.666/93, o Fiscal de Contrato será responsável por: acompanhar e fiscalizar o referido contrato; anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e; dar ciência a seus superiores, em tempo hábil, sobre as ocorrências que poderão surgir durante a vigência do contrato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.
Paço Municipal Delyrio Egídio Ubiali, em Treviso/SC, 04 de novembro de 2019.
Jaimir Comin
Prefeito Municipal
Registrada e publicada em 05 de novembro de 2019.

PORTARIA Nº 365/2019, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2216674

PORTARIA Nº 365/2019, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019
DESIGNA O SERVIDOR LINDOMAR BONOMI COMO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 37/2019, FIRMADA ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISO E A EMPRESA LIBRELATO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BRITAS LTDA.
JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Inciso II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, o Art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto nº 643/18, de 27 de setembro de 2018,
RESOLVE:
Art. 1º Designar o servidor Lindomar Bonomi, Assessor Estratégico lotado na Secretaria de Viação, Obras e serviços, matrícula 2951, para desempenhar a função de Fiscal da Ata de Registro de Preço nº 37/2019, celebrada entre a Prefeitura Municipal de Treviso e a Empresa Librelato Indústria e Comércio de Britas Ltda., cujo objeto é registro de preço para futuras aquisições de até 15.000 m³ de base de seixo parcialmente britada de até 2", para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços nos próximos 12 meses.
Art. 2º Em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8.666/93, o Fiscal de Contrato será responsável por: acompanhar e fiscalizar o referido contrato; anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e; dar ciência a seus superiores, em tempo hábil, sobre as ocorrências que poderão surgir durante a vigência do contrato.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.
Paço Municipal Delyrio Egídio Ubiali, em Treviso/SC, 04 de novembro de 2019.
Jaimir Comin
Prefeito Municipal
Registrada e publicada em 05 de novembro de 2019.

PORTARIA Nº 366/2019, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2216675

PORTARIA Nº 366/2019, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019
DESIGNA A SERVIDORA MARILENE TORAZZI COMO FISCAL DO CONTRATO Nº 50/2019, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISO E A FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL- FAEPESUL.
JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Inciso II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, o Art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto nº 643/18, de 27 de setembro de 2018,
RESOLVE:
Art. 1º Designar a servidora Marilene Torazzi, Secretária de Planejamento, lotada na Secretaria de Planejamento, matrícula 2642, para desempenhar a função de Fiscal do Contrato nº 50/2019, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Treviso e a Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e Extensão da Unisul- FAEPESUL, cujo objeto é a realização de Processo Seletivo no município de Treviso.
Art. 2º Em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8.666/93, o Fiscal de Contrato será responsável por: acompanhar e fiscalizar o referido contrato; anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e; dar ciência a seus superiores, em tempo hábil, sobre as ocorrências que poderão surgir durante a vigência do contrato.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.
Paço Municipal Delyrio Egídio Ubiali, em Treviso/SC, 04 de novembro de 2019.
Jaimir Comin
Prefeito Municipal
Registrada e publicada em 05 de novembro de 2019.

PORTARIA Nº 362/2019, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2216668

PORTARIA Nº 362/2019, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES A SERVIDORA MARILDA CANAPINI
JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 49 da Lei Complementar nº 608/12, de 14 de março de 2012, Inciso V,
RESOLVE:
Art. 1º. Concede licença para tratar de Interesses Particulares – A EMPREGADA MARILDA CANAPINI, a partir de 01 de novembro de 2019.
Art. 2º - Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Treviso/SC, 01 de novembro de 2019.
JAIMIR COMIN
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 05 de novembro de 2019.

GETULIO HOFFMANN MIRANDA
Secretário de Administração e Finanças.

PORTARIA Nº 363/2019, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2216672

PORTARIA Nº 363/2019, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.
ALTERA SETOR DE TRABALHO DO SERVIDOR ANDRÉ LUIZ BADA

JAIMIR COMIN, Prefeito Municipal de Treviso, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 45., Inciso II, XXII e XXIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar, por tempo indeterminado, a partir desta data, setor de trabalho do servidor ANDRÉ LUIZ BADA, deixando de exercer suas funções de AGENTE ADMINISTRATIVO na SECRETARIA DE PLANEJAMENTO para exercê-la na SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Treviso, SC, 01 de novembro de 2019.
JAIMIR COMIN
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 05 de novembro de 2019.

GETULIO HOFFMANN MIRANDA
Secretário de Administração e Finanças.

TERMO DE FOMENTO N.º 002/2019/PMT

Publicação Nº 2217672

TERMO DE FOMENTO N.º 002/2019/PMT
Origem: Processo de Dispensa de Chamamento Público n.º 002/2019

O MUNICÍPIO DE TREVISO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 01.614.019/0001-90, Av. Prof. José Abatti, 258, Treviso - SC, 88862-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. JAIMIR COMIN, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE e a PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TREVISO - PROAST, pessoa jurídica de direito privado, entidade sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública pela Lei Municipal n.º 033/97, de 14 de maio de 1997, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.834.678/0001-32, com sede na Rua Cônego Luiggi Gilli, s.n.º, Bairro Centro, CEP 88.862-000, Treviso/SC, neste ato representada por sua diretora-executiva, Sra. REGIANE BURATO COMIN, resolvem celebrar o presente TERMO DE FOMENTO, após a realização de processo de dispensa de Chamamento Público, consoante previsão contida no artigo 30, inciso VI da Lei nº 13.019/2014, em conformidade com os demais dispositivos da referida legislação, Decreto Federal nº 8.726/2016, Decreto Municipal nº 324/2017 de 15 de maio de 2017, conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1 - O presente Termo de Fomento tem por objeto o incremento das atividades institucionais da PROAST, com a finalidade de desenvolver serviços de assistência social previstos no estatuto social da entidade, de acordo com as legislações vigentes, destinado às famílias e indivíduos que são público alvo da assistência social, conforme Plano de Trabalho apresentado, que devidamente aprovado pela administração pública municipal, constitui parte integrante do presente Termo, como se nele estivesse transcrito.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

2 - São compromissos da CONTRATADA, desenvolver serviços assistência social, conforme previsão contida na Cláusula Primeira, atendendo o número de pessoas e desempenhando as ações conforme especificado no Plano de Trabalho, parte integrante do presente termo;
2.1 - Dispor de recursos humanos necessários, assegurando a valorização do ser humano de forma a inseri-lo na sociedade da qual faz parte, procurando desenvolver suas habilidades e talentos, por meio de ações de prevenção, promoção, inserção e proteção, ao público contemplado no Plano de Trabalho;
2.2 - Executar serviços socioassistenciais que favoreçam o atendimento da população em situação de vulnerabilidade e de risco social;
2.3 – Realizar de forma continuada, permanente e planejada, serviços e execução de programas ou projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos ao público alvo e família, nos termos da Lei nº 12.345, de 06 de julho de 2011, que complementa a

Lei nº 8.742, de 1993, respeitando-se as deliberações do CNAS;

2.4- Permitir o livre acesso dos servidores da CONTRATANTE, facilitando a obtenção de informações junto à CONTRATADA;

2.5- Assumir as responsabilidades por eventuais danos materiais ou morais causados ao Município e a terceiros, em decorrência de sua ação ou omissão no desenvolvimento do Serviço, sem nenhuma responsabilidade do CONTRATANTE;

2.6 - Não transferir ou subcontratar, ceder ou sub empreitar, total ou parcialmente, a qualquer título, os direitos e obrigações decorrentes da adjudicação do fornecimento, ressalvada, se necessária e plenamente justificável a intervenção de fornecedores ou serviços técnicos especiais, desde que devidamente autorizados pelo CONTRATANTE, sob pena de rescisão deste Termo;

2.7 - Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE, bem como pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, por escrito, garantindo-se o livre acesso dos mesmos nas dependências da instituição;

2.8 - Manter registros dos serviços prestados, bem como registros contábeis, atualizados e em boa ordem a disposição dos servidores da CONTRATANTE;

2.9- Guardar, zelar, responsabilizar-se pela conservação e manutenção do patrimônio público municipal (bens móveis, equipamentos), cedidos para execução do Serviço e recebidos pela CONTRATADA;

2.10- Prestar contas, ao conselho municipal de Assistência Social, semestralmente, e perante a administração Municipal, mensalmente, até o primeiro dia útil do mês posterior ao repasse dos recursos recebidos e aplicados no mês imediatamente anterior;

2.11- Obedecer, para fins de prestações de contas, as normativas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

2.12- Utilizar a verba a ser repassada pela CONTRATANTE exclusivamente para cobertura de despesas relativas ao objeto deste Termo de Fomento, sendo:

a) despesas diretamente vinculadas à realização das atribuições e obrigações pela CONTRATADA na realização do presente termo;

b) remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da organização da sociedade civil, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas;

c) diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;

d) custos indiretos necessários à execução do objeto, seja qual for a proporção em relação ao valor total da parceria;

e) aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais.

2.13- Restituir o Município, por ocasião da apresentação do relatório e da prestação de contas anual consolidada, os valores repassados para consecução da parceria, quando os mesmos não forem utilizados;

2.14- Responder pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da CONTRATADA e ao adimplemento deste termo, não caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;

2.15- Emitir relatório anual das ações à Administração Municipal e ao Conselho Municipal de Assistência Social.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3- São compromissos do Município:

3.1- Transferir os recursos à CONTRATADA, conforme a necessidade da PROAST, até o 25º (vigésimo quinto) dia do mês, mediante solicitação à Secretaria de Administração e Finanças.

3.2- Designar o gestor que será o responsável pela gestão da parceria, com poderes de controle e fiscalização, incluindo:

3.3- Apreciar a prestação de contas apresentada pela CONTRATADA;

3.4- Fiscalizar a execução do Termo de Fomento, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

3.5- Comunicar formalmente à CONTRATADA qualquer irregularidade encontrada na execução do presente Termo;

3.6- Dar publicidade ao presente Termo de Fomento através da publicação no Diário Oficial do Município;

3.7- Bloquear, suspender ou cancelar o pagamento das transferências financeiras à CONTRATADA quando houver descumprimento das exigências contidas no presente Termo, tais como:

a) Atrasos e irregularidades na prestação de contas.

b) Aplicação indevida dos recursos financeiros, transferidos pelo MUNICÍPIO, não prevista no Plano de Trabalho.

c) Não cumprimento do Plano de Trabalho.

d) Falta de clareza, lisura ou boa fé na aplicação dos recursos públicos.

3.8- Para fins de interpretação do item 3.7 entende-se por:

a) Bloqueio: A determinação para que a transferência financeira não seja paga enquanto determinada situação não for regularizada, ficando, todavia acumulada para pagamento posterior, até que se cesse a irregularidade.

b) Suspensão: A determinação para que a transferência financeira não seja paga enquanto determinada situação não for regularizada, perdendo, a CONTRATADA, o direito à percepção da transferência financeira relativa ao período de suspensão.

c) Cancelamento: A determinação para que a transferência financeira não seja repassada a partir da constatação de determinada situação irregular.

3.8- Ceder gratuitamente espaço físico para a consecução das atividades elencadas no item 2 deste termo de fomento, incluindo o fornecimento de água, energia e outras despesas mais que se fizerem necessárias para a execução do plano de trabalho.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

4 - O CONTRATANTE repassará à CONTRATADA, o montante de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), cujo repasse poderá ser fracionado mensalmente a critério das partes;

4.1- A CONTRATADA movimentará os recursos em conta bancária específica, de sua titularidade mantida junto à entidade financeira.

CLÁUSULA QUINTA – DA GESTÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

5.1- O acompanhamento e fiscalização do cumprimento do objeto e condições do presente instrumento serão exercidos pelo CONTRATANTE a quem também incumbirá à análise dos relatórios de atividades dos serviços desenvolvidos e dos demais documentos apresentados pela CONTRATADA;

5.2 - O responsável pela gestão do Termoo poderá, de acordo com a necessidade e para fins de análise do relatório, solicitar informações

adicionais, examinar documentos e praticar demais atos pertinentes ao exato cumprimento das finalidades do presente termo.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

6 - O prazo de vigência do presente Termo de Fomento será de 2 (dois) meses.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7- O presente instrumento pode ser rescindido, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, além da estipulação de prazo mínimo de antecedência para a publicidade dessa intenção, que não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8 - A ENTIDADE deverá apresentar a prestação de contas de cada exercício financeiro, conforme previsto na cláusula segunda, item 2.9, observado o disposto no do Decreto Municipal nº 324/2017 de 15 de maio de 2017;

8.1 - A Prestação de contas dos recursos recebidos deverá ser apresentada com os seguintes documentos:

8.1.a - Relatório de Execução do Objeto, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

8.1.b - Relatório de Execução Financeira, assinado pelo seu representante legal, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas;

8.1.c - Demonstrativo de Execução de Receita e Despesa, devidamente acompanhado dos comprovantes das despesas realizadas e assinado pelo dirigente e responsável financeiro da entidade;

8.1.d - Comprovante, quando houver, devolução de saldo remanescente em até 30 (trinta) dias após o término da vigência deste Termo.

CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIZAÇÃO E DAS SANÇÕES

9 - O presente Termo deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

9.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o projeto, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções do art. 73 da Lei Federal nº 13.019/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10 - As despesas decorrentes do presente termo correrão por conta da dotação orçamentária nº 3.3.50.00.00.00.00.00 0001 – Sec. de Administração, Departamento de Administração e Finanças – Manutenção dos Serviços de Administrativos – Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos, relativa ao exercício de 2019 e específica para tal finalidade, conforme Lei Municipal nº

RESUMO: Termo de Fomento com a PROAST.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

11 - As ações de monitoramento e avaliação serão realizadas pela comissão de monitoramento e avaliação designada por ato publicado em meio oficial, e terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular desta parceria, nos moldes do art. 58 da Lei Federal nº 13.019/14 e Decreto Municipal nº 324/2017 de 15 de maio de 2017.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PRERROGATIVAS ATRIBUÍDAS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

12 - A administração pública municipal poderá assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto desta parceria, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade.

12.1 - A CONTRATADA garantirá o livre acesso dos agentes da administração pública municipal, do Controle Interno do Município e do Tribunal de Contas, aos documentos e às informações relacionadas a este termo de colaboração, bem como aos locais de execução do respectivo objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

13 - Tanto quanto possível os partícipes se esforçarão para resolver amistosamente as questões que surgirem no presente termo e, no caso de eventuais omissões, deverão observar as disposições contidas na Lei Federal Nº 13.019/14, Decreto Federal nº 8.726/2016 e Decreto Municipal nº 324/2017 de 15 de maio de 2017.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO DE ELEIÇÃO

14 - Os partícipes elegem o Foro da comarca de Criciúma - SC, com renúncia de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo.

E, por estarem assim de comum acordo, assinam as partes o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produzam os devidos efeitos legais.

Treviso/SC, 05 de novembro de 2019.

MUNICÍPIO DE TREVISO JAIMIR COMIN Prefeito Municipal	PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TREVISO - PROAST REGIANE BURATO COMIN Diretora Executiva
--	---

Testemunhas:

1ª _____ 2ª _____

Treze de Maio

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 03/2019 - REFERENTE HABILITAÇÃO

Publicação Nº 2217131

MUNICÍPIO DE TREZE DE MAIO
ESTADO DE SANTA CATARINA

Comunico a quem possa interessar sobre o resultado do Pregão Presencial 03/2019 – Todas as empresas participantes do certame foram habilitadas, inclusive a proponente OSMAR ORLANDI JUNIOR que apresentou certidão negativa Federal vencida e por ser microempresa lhe foi concedido prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação de nova certidão sob pena de decaimento ao direito de contratação cfe. Lei 123/2006.

Treze de Maio, 05 de novembro de 2019.

Volnei Fregnani - Presidente da comissão de licitação

Treze Tílias

PREFEITURA

AVISO DE LICITACAO PP 85/2019

Publicação Nº 2217654

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 85/2019 – PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços especializados de arbitragem para os campeonatos municipais de Treze Tílias, conforme descrição e quantitativos constantes do anexo I do presente edital.

O recebimento dos envelopes contendo a "proposta" e "documentação" será até as 07h30 min do dia 20/11/2019, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH

Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO Nº 58/2019

Publicação Nº 2216228

CONTRATO nº 58/2019

O MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. MAURO DRESCH, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, com sede na Praça Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias - SC, inscrito no CNPJ nº 82.777.251/0001-41, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 14.292.313/0001-75, estabelecida na Rua Atílio Pagnocelli nº 210, Bairro Centro, no Município de Herval D' Oeste, doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO DE CONTRATO, mediante cláusulas e condições que aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, tudo de acordo com o capítulo III da Lei 8.666/93 e alterações, e o Processo de Licitação nº 76/2018, instaurado pelo edital PP nº 76/2019, homologado no dia 05/11/2019, o qual é parte integrante do presente instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DA FORMA DE EXECUÇÃO

1. 1. DO OBJETO

Contratação de pessoa jurídica especializada para reprodução gráfica, compreendendo os serviços de impressão, recorte, edição, desenvolvimento de layout final do "Calendário 2020". Conforme descritivo constante no anexo I do presente edital.

A execução do objeto licitado será imediatamente após assinatura do contrato nos seguintes termos:

1.2.1. Os itens, objeto desta licitação, deverão ser executados em conformidade com as disposições constantes no Anexo I (Especificações) do presente Edital.

1.2.2. Os itens, objeto desta licitação deverão ser entregues, de forma parcelada, na Prefeitura Municipal de Treze Tílias, oportunidade em que serão conferidos quanto à quantidade e qualidade A entrega deverá ser feita IMPRETERIVELMENTE em 10 dias corridos após a emissão da Autorização de Fornecimento.

1.2.3. O licitante contratado assumirá toda responsabilidade técnica e ética pelo serviço que prestar, respondendo civil e criminalmente pelos atos que praticar, sem prejuízos das medidas e sanções administrativas por eventuais danos/prejuízos suportados pelo Município decorrente da prestação de forma negligente, imprudente ou imperita dos serviços ora contratados.

1.2.4. Todos os custos e despesas com fretes relacionados ao fornecimento correrão por conta da CONTRADADA e devem estar inclusas nos preços propostos dos produtos.

1.2.5. Todas as especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste edital e seus anexos deverão ser cumpridas na íntegra.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DO PAGAMENTO

2.1. O O(s) pagamento(s) devido(s) à (os) vencedor(es) serão efetuados até 15 dias após a entrega dos produtos e efetiva apresentação da nota fiscal.

2.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para a PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, Praça Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias - SC, CNPJ nº 82.777.251/0001-41 quando solicitadas pela Secretaria de Educação e devem ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda o número do processo licitatório.

2.3. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos itens, objeto deste edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

2.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o MUNICÍPIO do ressarcimento de qualquer prejuízo para a proponente vencedora.

2.5. Os preços não serão reajustados.

2.6. Os valores somente serão revisados quando houver alteração, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela contratada.

2.7. O presente contrato tem vigência até 31/12/2019.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

3.1. Os recursos financeiros serão provenientes da própria contratante.

3.2. Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação, serão empregadas as seguintes dotações orçamentárias: Administração: 03.01.2003.33.90.00.00.00.00.0105.

3.3. O valor total ajustado para aquisição do objeto é R\$ 37.250,00 (trinta e sete mil, quinhentos e vinte reais)

CLÁUSULA QUARTA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

4.1. Tomar todas as providências necessárias à execução do presente edital;

4.2. Fiscalizar a execução do contrato oriundo do presente processo;

4.3. Efetuar o pagamento à proponente vencedora, de acordo com o previsto neste edital;

4.4. Emitir, através do setor competente, a Autorização de Fornecimento para o início da execução do objeto.

4.5. Ter reservado o direito de não mais utilizar os serviços da proponente vencedora caso a mesma não cumpra o estabelecido no presente contrato, aplicando ao infrator as penalidades previstas na Lei nº 8.666/93;

4.6. Intervir na prestação dos serviços ou interromper a sua execução nos casos e condições previstos na Lei nº 8.666/93;

4.7. Efetuar os pagamentos devidos à contratada pelos serviços executados de acordo com as disposições do presente contrato;

4.8. Denunciar as infrações cometidas pela contratada e aplicar-lhe as penalidades cabíveis nos termos da Lei nº 8.666/93;

4.9. Modificar ou rescindir unilateralmente o contrato nos casos previstos na Lei nº 8.666/93;

4.10. Permitir a subcontratação de partes dos serviços desde que seja solicitada pela contratada e que haja conveniência para a contratante.

4.11. Responsabilizar-se pela tomada de providências em relação às sugestões e orientações emitidas pelos consultores da contratada.

4.12. Responsabilizar-se pelos atos praticados pela gestão de forma isolada e/ou de caráter omissivo que contrariem as orientações dadas pelos consultores da contratada

CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

5.1. Executar o objeto de acordo com o estipulado no subitem 1.2 – da forma de execução;

5.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

5.3. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;

5.4. Submeter-se à fiscalização do CONTRATANTE, durante toda a vigência do contrato;

5.5. Suspende, eventual ou definitivamente, os serviços contratados conforme permissivos legais elencados na Lei 8.666/93.

5.6. Tratar como confidenciais todas as informações e dados técnicos, administrativos e financeiros contidos nos documentos da contratante, guardando sigilo perante terceiros;

5.7. Emitir a nota fiscal da prestação dos serviços;

5.8. Eximir-se da responsabilidade pelos atos omissos e aqueles praticados pelo gestor em dissonância com as orientações passadas pelos consultores em cumprimento ao objeto deste contrato;

CLÁUSULA SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

As penalidades contratuais aplicáveis às partes, conforme os casos são:

6.1. Advertência verbal ou escrita. A advertência verbal ou escrita será aplicada independentemente de outras sanções cabíveis, quando houver descumprimento de condições contratuais ou condições técnicas estabelecidas e, quando forem consideradas faltas leves;

6.2. Multas;

6.2.1. 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso na execução dos serviços solicitados;

a) A multa referida neste inciso poderá ser descontada de imediato sobre o pagamento das parcelas devidas.

6.2.2. 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas do contrato nos casos considerados faltas leves;

a) A multa deste inciso será descontada por ocasião do último pagamento;

6.2.3. 2,0% (dois por cento) sobre valor contratual restante, na hipótese de rescisão do contrato nos casos previstos em lei, por culpa da CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir as perdas e danos que der causa;

6.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

6.2.5. Suspensão do direito de licitar e contratar de acordo com o Capítulo IV, da Lei nº 8.666, de 21/06/93 e alterações posteriores.

6.2.6. Suspensão temporária de participar em licitações e impedimentos de contratar com o CONTRATANTE por prazo não superior a dois anos;

6.2.7. Na ocorrência de caso fortuito ou de força maior a contratante será isentada de responsabilidade, não incorrendo a aplicação das multas previstas na Cláusula Sexta.

6.3. De qualquer sanção imposta a CONTRATADA poderá oferecer recurso à CONTRATANTE, devidamente fundamentado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato;

CLÁUSULA SÉTIMA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

Os serviços serão acompanhados e fiscalizados pela Secretaria de Administração de Treze Tílias.

CLÁUSULA OITAVA – DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

8.1. O presente contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

- 8.1.1. Por ato unilateral, por escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
- 8.1.2. Amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio com antecedência mínima de trinta (30) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
- 8.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.
- 8.2. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.
- 8.3. A rescisão do contrato, com base no item anterior, sujeita à CONTRATADA a aplicação das penalidades relacionadas na cláusula sexta deste contrato.
- 8.4. Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas do presente contrato.

E, por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 4 (quatro) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo.

Treze Tílias (SC), 05 de novembro de 2019.

MAURO DRESCH
Prefeito

CONTRATADA
POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA ME

Testemunhas:

1 - _____

2 - _____

Trombudo Central

PREFEITURA

DECRETO 120/19

Publicação Nº 2216596

DECRETO 120/19 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

RETIFICA O DECRETO 116/18 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2018 E DECRETO 023/19 DE 26 DE MARÇO DE 2019, QUE NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS).

GEOVANA GESSNER, Prefeita do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO o art. 34 da Lei Complementar 1828 de 10 de abril de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Retifica o Decreto 116/18 e Decreto 023/19, que nomeia os membros representantes das Entidades Governamentais e Não Governamentais, para compor o CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Trombudo Central, com os referidos membros titulares e suplentes, a cumprirem mandato no biênio 2018 - 2020, conforme nominata abaixo descrita:

I – GOVERNAMENTAIS:

Representantes da Secretaria da Assistência Social e Habitação:

Titular: Eduardo Lemos Scanagata

Suplente: Ana Lucia Germano

Representantes da Secretaria Municipal da Educação e do Esporte:

Titular: Sônia da Veiga Corrêa

Suplente: Rosalina Brandl

Representantes da Secretaria Municipal da Saúde:

Titular: Neire Kelli Portugal Monteiro

Suplente: Vera Lucia Ramos

I - NÃO GOVERNAMENTAIS:

Representantes da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE):

Titular: Marcia Lourenço Paterno

Suplente: Ana Paula Matteussi

Representantes dos usuários da Assistência Social:

Titular: Juliana Isidio da Cunha

Suplente: Elza Cândido

Representantes dos Trabalhadores do SUAS:

Titular: Juliana Andiará Maciel

Suplente: Lara Camila da Silva

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 01 de novembro de 2019.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária da Assistência Social e Habitação Interina

EDITAL 013/19 - RETIFICAÇÃO

Publicação Nº 2217486

RETIFICA O EDITAL DE MATRÍCULA Nº 013/2019

RETIFICA O EDITAL 013/2019 QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA MATRÍCULA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO PARA O ANO LETIVO 2020.

CÁTIA REGINA MARANGONI GEREMIAS, Secretária Municipal de Educação e Esporte de Trombudo Central, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público, que RETIFICA o Edital nº 013/2019, nos seguintes termos a seguir:

4.2 A Educação Infantil

(...)

Do CEI Cinderela para o CEI Arthur Kroenke, deverá ter 04(quatro) anos completos ou completar até a data de 31/03/2020.

O ensino Fundamental será oferecido nas Unidades de Ensino Fundamental:

CEB Alberto Balduino Barchfeld- 1º 3º e 5º ano no período vespertino e 2º e 4º matutino
CEB Arthur Bruno Jandt - 1º, 2º e 3º matutino e 4º e 5º no vespertino
CEB Eginolf Bell – 3º, 4º e 5º matutino e 1º, 2º vespertino
CEB Erica Hasse – 1º ao 3º ano vespertino 4º e 5º ao 9º ano matutino

Nas Unidades de Educação Infantil:

CEI Gente Miúda- integral
CEI Cinderela- integral
CEI Arthur Kroenke- integral exceto Pré II – crianças de 5 anos
CEI Pinguinho de Gente- integral exceto Pré II – crianças de 5 anos
CEI Charlotte Ilse Schindler - parcial 4 horas
CEI Menino Jesus - parcial 6 horas
CEI Johanne Schutte - parcial 6 horas
OBS – Crianças que frequentam o pré II é no período de 4horas

10. DA OFERTA DE VAGAS**10.4 (...)**

Anos iniciais do Ensino Fundamental

INSTITUIÇÃO	COMUNIDADES
CEB Alberto Balduino Barchfeld	Ribeirão Café Sabugueiro Palhocinha Vila Nova Bairro Satão Parte do Bairro Estação Parte do bairro Liberdade Tifa Prada
CEB Eginolf Bell	Parte do bairro Liberdade Km 05 Km10 Ribeirão Kindell Loteamento Lorenal Pouso da Caixa Tifa Basch Vila Teodoro Parte da cidade Alta
CEB Arthur Bruno Jandt	Centro Bairro Jalisco Bairro Almeida Bairro Estação Parte da Cidade Alta Botafogo Tifa Prada Parte da Vila Nova

CEB Erica Hasse	Bracatinga I Bracatinga II Fruteira BR 470
-----------------	---

Anos finais do Ensino Fundamental

CEB Erica Hasse	Bracatinga I Bracatinga II Fruteira BR 470
-----------------	---

Trombudo Central, 04 de novembro de 2019.
CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS
Secretária da Educação e do Esporte
Portaria 059/17 de 23 de janeiro de 2017

PORTARIA 322/19

Publicação Nº 2216243

PORTARIA 322/19 DE 28 DE OUTUBRO DE 2019.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas com base na Lei Complementar 816 de 31 de Outubro de 1990.

CONSIDERANDO, o atestado médico apresentado junto ao Departamento de Recursos Humanos do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora pública municipal Sra. EVA BALDASSARI, Matrícula 2674, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, licença para tratamento de saúde pelo prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 2º - O afastamento de que trata o Artigo Primeiro, a partir do 16º (décimo sexto) dia será custeado pelo Regime Geral da Previdência.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de 27 de outubro de 2019, revogadas demais disposições em contrário.

Trombudo Central, 28 de outubro de 2019.
GEOVANA GESSNER
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

ALÉSIO JUNG
Secretário da Saúde

PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2019

Publicação Nº 2217249

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2019
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Trombudo Central, por intermédio da Prefeita Sr.^a Geovana Gessner, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, decreto regulamentar nº 3.555/2000 com aplicação subsidiária da Lei 8.666/1993 e do decreto regulamentar nº 7.892/2013, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2019 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, tipo de licitação MENOR PREÇO, FORMA DE JULGAMENTO POR ITEM, objeto SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO PARA USO DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL/SC, NAS MODALIDADES CONFORME ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL. A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 9h, do dia 19 de Novembro de 2019, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração - Protocolo, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central – SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 8h às 17h30min, ou ainda pelo endereço eletrônico: www.trombudocentral.sc.gov.br. Maiores informações pelo telefone (47) 3544 0271 – Pregoeiro.

Trombudo Central, 06 de Novembro de 2019.
Geovana Gessner
Prefeita Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2019

Publicação Nº 2217265

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2019
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Trombudo Central, por intermédio da Prefeita Sr.^a Geovana Gessner, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, decreto regulamentar nº 3.555/2000 com aplicação subsidiária da Lei 8.666/1993 e do decreto regulamentar nº 7.892/2013, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2019 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, tipo de licitação MENOR PREÇO, FORMA DE JULGAMENTO POR ITEM, objeto SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DECORAÇÃO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA OS EVENTOS REALIZADOS PELAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL/SC, CONFORME ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL. A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 10h45min, do dia 19 de Novembro de 2019, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração - Protocolo, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central – SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 8h às 17h30min, ou ainda pelo endereço eletrônico: www.trombudocentral.sc.gov.br . Maiores informações pelo telefone (47) 3544 0271 – Pregoeiro.

Trombudo Central, 06 de Novembro de 2019.

Geovana Gessner
Prefeita Municipal

Tunápolis

PREFEITURA

CONVÊNIO 10/2019 - SORAST

Publicação Nº 2216523

CONVÊNIO Nº 10 /2019

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, E O CLUBE CULTURAL, RECREATIVO E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- SORAST PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

O Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito interno, com sede à Rua João Castilho, 111, inscrito na CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Renato Paulata, portador da Carteira de Identidade nº 1.857.045, inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, doravante denominado simplesmente de CONCEDENTE; e, o Clube Cultural, Recreativo e de Assistência Social – SORAST, com sede na Rua Santa Cruz 97 Centro, neste Município, inscrita no CNPJ sob nº 84.376.433/0001-36, representado neste ato pelo seu presidente Arnildo Afonso Epping, portador da Carteira de Identidade nº 994.970, inscrito no CPF sob nº 477.244.809-82, denominada doravante de CONVENIENTE, resolvem celebrar o presente convênio mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Convênio tem por objetivo o atendimento das despesas de investimentos na sede social da conveniente, de acordo com os documentos apresentados e do plano de aplicação, conforme previsto na Lei Municipal nº 1400 /2019 de 11 de Julho de 2019.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REPASSE FINANCEIRO

A CONCEDENTE repassará à CONVENIENTE, a importância de até R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) em conformidade com as disponibilidades orçamentárias e financeiras do município e em conformidade com a Lei Municipal nº 1400/2019 de 11 de Julho de 2019.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

I. Os recursos orçamentários para atendimento do presente Convênio serão provenientes do orçamento do Município, a saber:

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

04.10– CULTURA E TURISMO

2.020 – Auxílios Financeiros para Entidades Culturais, Assistenciais e Esportivas

3.3.50.00.00.00.00.0104 – Transf.à Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

II. Os recursos financeiros destinados ao atendimento do convênio serão oriundos das transferências efetuadas pelo Município, Estado, União quer de origem direta ou por transferências constitucionais e legais.

CLÁUSULA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO

Cabe a concedente à fiscalização oportuna dos valores repassados, os quais somente poderão ser aplicados nos investimentos propostos no Plano de Aplicação do Clube Cultural, Recreativo e de Assistência Social – SORAST.

CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES

A ocorrência de irregularidades que impliquem no descumprimento de quais quer cláusulas deste instrumento poderá acarretar a sua rescisão imediata, incluindo a suspensão de repasses futuros dos respectivos recursos financeiros conveniados.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Convênio será até 01 de março de 2020.

Parágrafo único. Mediante acordo entre as partes, o presente convênio poderá ter suas cláusulas e prazo alterado através de Termo Aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

O referido convênio não terá seus valores reajustados no período.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

I. A CONVENIENTE deverá manter conta corrente específica em entidade bancária oficial para receber os recursos oriundos do presente convênio.

II. A CONVENIENTE terá o prazo de 120(cento e vinte) dias, a contar do recebimento dos recursos para comprovação da boa e regular aplicação dos mesmos, sendo que, a prestação de contas deverá ocorrer até 29/02/2020.

III. O sistema de repasse e prestação de contas obedecerá aos princípios legais constantes da Lei Federal nº 4.320/64 e suas alterações posteriores, bem como, da Instrução Normativa do TC nº 14/2012 e demais vigentes.

IV. A prestação de contas dos recursos recebidos deverá ser apresentada em duas vias, instruídos com os seguintes documentos:

a. Ofício encaminhado a Prestação de Contas;

b. Balancete conforme Modelo Padrão;

c. Extrato Bancário de conta específica e conciliação bancária do saldo se houver;

d. Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas (nota fiscal, cupom fiscal, folhas de pagamento, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas, duplicatas, etc.), bem legíveis, sem rasuras e/ou entrelinhas;

e. Declaração de lançamento contábil ratificando o ingresso dos valores na Receita Orçamentária da Entidade.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

Poderá haver rescisão do presente convênio em decorrência da aplicação das penalidades, ou ainda, unilateralmente, quando as partes assim desejarem, com notificação prévia, por escrito, com antecedência de 30 (trinta dias).

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente convênio, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de pleno acordo firmamos presente instrumento impresso em três vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC, em 01 de Novembro de 2019.

RENATO PAULATA

ARNILDO AFONSO EPPING

Prefeito Municipal

Pres. do Clube Cult., Recr. e de Assis Social - SORAST .

Alcides Luis Hofer

Assessor Jurídico

OAB/SC 33.683

Cleverson Inácio Kerkhoff Sheila Inês Bieger

Controle Interno

Compras e Licitações

CPF:918.368.409-34

CPF: 020.226.259.60

PORTARIA Nº 5195/2019

Publicação Nº 2217310

PORTARIA Nº. 5.195/2019

Em 05 de Novembro de 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base Na Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº. 013/2006 de 17 de Maio de 2006 e suas alterações posteriores.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder LICENÇA MATERNIDADE de 180 (cento e oitenta dias), conforme atestado médico, compreendendo o período de 05 de Novembro de 2019 até 02 de Maio de 2020, a servidor (a) público (a) municipal DEISI FLACH no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO conforme portaria de nomeação nº 4.296/2017, lotado(a) na Secretaria Municipal da Saúde e Bem Estar Social, desta municipalidade.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tunápolis

Em 05 de Novembro de 2019.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

DONATO LAUSCHNER

Secretário Municipal da Administração, Finanças e Planejamento

Esta portaria foi publicada na

Presente data.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico de Controladoria Interna

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 303/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 1882019 REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 2216211

Secretaria de Administração/Departamento de Compras

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 303/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 187/2019

REGISTRO DE PREÇOS

Data Emissão:04/11/2019

Forma de Julgamento: Menor Preço Unitário por LOTE

O Município de Tunápolis – S.C., ESTADO DE SANTA CATARINA, através de sua PREGOEIRA e Equipe de Apoio, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Unitário por LOTE, para REGISTRO DE PREÇOS sob regime de entrega parcelada conforme dispõe o Decreto Municipal nº 1.247, de 28 de outubro de 2009, Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar 123/2006, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, vigente e pertinente a matéria. Os envelopes de nº 01 contendo as “propostas de preços” e de nº 02, contendo a “documentação de habilitação” serão recebidos pela Pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, estabelecido na Rua João Castilho nº111 – Tunápolis - SC, CEP 89.898-000, até às 15h do dia 19 de Novembro de 2019 iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, através do REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÃO CALHAS, RUFOS E COMPONENTES EM CHAPA GALVANIZADA COM A DEVIDA INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO EM IMÓVEIS PÚBLICOS DESTA MUNICIPALIDADE, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

Entrega dos envelopes da habilitação e Proposta até 15h do dia 19 de Novembro de 2019.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx49) 3632-1122.

RENATO PAULATA
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 252/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 157/2017 CONTRATO Nº 09/2018 SEGUNDO TERMO ADITIVO – QUANTIDADE PELO PRESENTE INSTRUMENTO DE CONTRATO EM REGIME DE EXECUÇÃO PARCELADA, O MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, COM SEDE A R

Publicação Nº 2217600

Processo licitatório Nº 252/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 157/2017
CONTRATO nº 09/2018

SEGUNDO TERMO ADITIVO – QUANTIDADE

Pelo presente instrumento de contrato em regime de execução parcelada, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Rua João Castilho, 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, neste Município, doravante denominado de CONTRATANTE, do outro lado a SICOOB CREDITAPIRANGA-COOPERATIVA DE CRÉDITOS DE LIVRA ADMISSÃO DE ASSOCIADOS ITAPIRANGA, estabelecida na Rua do Comércio, 248, Centro na cidade e Município de Itapiranga, inscrita no CNPJ sob n. 78.483.310/00001-00, representada neste ato pelo Diretor Administrativo Sr. Norberto Lengert, brasileiro, portador do CPF n. 990.942.239-53 residente e domiciliado na cidade e Município de Itapiranga, e doravante denominado CONTRATADA, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO DE QUANTIDADES em conformidade com o que preceitua a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

Fazem parte do presente Termo Aditivo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o Processo Licitatório nº 252/2018 e Pregão Presencial nº 157/2018, e Contrato nº 09/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO ACRESCIMO DE QUANTIDADE:

2.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto formalizar a quantidade referente CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA AUTORIZADA A FUNCIONAR PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL, PARA PROCEDER A ARRECAÇÃO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS, FORA DO DOMICILIO BANCÁRIO DO MUNICIPIO DE TUNÁPOLIS, conforme a seguir:

Item	Quant	Unid.	Preço UNIT	Preço TOTAL	Especificação
1	500	UND	1,50	750,00	RECEBIMENTO DE BOLETOS DE TRIBUTOS MUNICIPAIS (ISS, ALVARÁ, IPTU, ÁGUA, TAXAS DIVERSAS)

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas do contrato, por este aditado, permanecem em pleno vigor.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo de Aditivo. E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Aditivo ao Termo aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 05 de Novembro de 2019.

Renato Paulata
Prefeito Municipal

SICOOB CREDITAPIRANGA
CONTRATADA

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259-60

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 33/2019**

Publicação Nº 2217491

PORTARIA Nº 33/2019

Em 30 de outubro de 2019

AUTORIZA A PARTICIPAÇÃO DE REPRESENTANTES EM CONGRESSO QUE ESPECIFÍCA.

GILBERTO LUNKES, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno Cameral, RESOLVE:

Art. 1º Ficam autorizados os Vereadores, Leonardo Antonio Vogt, Aloísio José Lehmen, Flávio Albano Wendling, Gustavo Lawisch, Loivo Francisco Zoz, Marlei Giehl Bieger e Gilberto Lunkes, bem como a Servidora Luciane Skrsypcsak Kist, para participar do Congresso Estadual de Vereadores 2019, promovido pela UVESC (União dos Vereadores de Santa Catarina) a realizar-se nos dias 20, 21 e 22 de novembro do corrente ano na cidade de Florianópolis – SC.

Art. 2º Para a participação no Seminário referido no art. 1º, fica autorizado o pagamento de 3,5 (três e meia) diárias a cada participante, com amparo na Resolução nº 03/2019 de 13 de agosto de 2019.

Art. 3º As despesas com transporte, inscrições e diárias, correrão a conta de dotação orçamentária específica.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis, SC.

Em 30 de outubro de 2019

GILBERTO LUNKES

Presidente

União do Oeste

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 4.227 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2216380

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 4.227, de 05 de novembro 2019.
Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, AIRES SILVESTRIN, ocupante do cargo de Chefe de Departamento, 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal Agricultura, a serem gozadas no período de 11/11/2019 à 10/12/2019, relativas ao período aquisitivo de 02/07/2018 à 01/07/2019.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 05 de novembro 2019.
CELSO MATIELLO
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

RETIFICAÇÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 43/2019

Publicação Nº 2216367

RETIFICAÇÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

O Município de União do Oeste - SC torna público a todos os interessados, que RETIFICA o Contrato Administrativo abaixo citado.

Contrato Administrativo nº: 43/2019

Edital: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2019

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SHOW EM COMEMORAÇÃO AO NATAL FAMÍLIA 2019 A SER REALIZADO NO DIA 07 DE DEZEMBRO. CONFORME AUTORIZADO NA LEI Nº 1.138/2019.

CONSIDERANDO erro material na descrição.

Onde Lê-se:

3.1- A contratada assume o comparecimento da ALEX DIAS E BANDA no dia 07 de Janeiro de 2018 no município de União do Oeste SC, em Show em Comemoração ao Natal Família.

Leia-se:

3.1- A contratada assume o comparecimento da ALEX DIAS E BANDA no dia 07 de dezembro de 2019 no município de União do Oeste SC, em Show em Comemoração ao Natal Família.

As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

União do Oeste 05 de novembro de 2019.
Celso Matiello
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**CONTRATO 008/2019**

Publicação Nº 2217213

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 008/2019

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vereadores de União do Oeste

CONTRATADO: ANDRÉ ZUCCO

CNPJ: 31.775.269/0001-73

OBJETO: Serviços de elaboração de orçamento, memorial descritivo e cronograma físico financeiro, como também a fiscalização da reforma do telhado da sede legislativa.

VALOR: R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais)

RECURSOS: 3.3.90.39.99 Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica

VIGÊNCIA: 23/10/2019 à 23/02/2020.

Oriberto Luiz Giachini

Presidente da Câmara

ERRATA CONTRATO 007/2019

Publicação Nº 2217200

ERRATA AO EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 007/2019

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vereadores de União do Oeste

CONTRATADO: FABIO DONZELLI 04091384951

CNPJ: 11.805.054/0001-40

OBJETO: Aquisição de climatizadores de ar de 24.000 e 9.000 btus com instalação para o plenário, sala de reuniões e sala do presidente.

VALOR: R\$ 7.260,00 (Sete mil, duzentos e sessenta reais)

BASE LEGAL: Dispensa de Licitação, 005/2019, Art. 24, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93.

Onde se lê:

RECURSOS: 4.4.90.52.34.00.00 Maquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos

Leia-se:

RECURSOS: 4.4.90.52.34.00.00 Maquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos e 3.3.90.39.99 Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica

VIGÊNCIA: 23/10/2019 à 09/12/2019.

Oriberto Luiz Giachini

Presidente da Câmara

ERRATA DISPENSA 005/2019

Publicação Nº 2217204

ERRATA AO EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO 005/2019

CONTRATO Nº 007/2019

CONTRATADO: FABIO DONZELLI 04091384951

CNPJ: 11.805.054/0001-40

OBJETO: Aquisição de climatizadores de ar de 24.000 e 9.000 btus com instalação para o plenário, sala de reuniões e sala do presidente.

VALOR: R\$ 7.260,00 (Sete mil, duzentos e sessenta reais)

BASE LEGAL: Dispensa de Licitação, 005/2019, Art. 24, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93.

Onde se lê:

RECURSOS: 4.4.90.52.34.00.00 Maquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos

Leia-se:

RECURSOS: 4.4.90.52.34.00.00 Maquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos e 3.3.90.39.99 Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica

VIGÊNCIA: 23/10/2019 à 09/12/2019.

DATA DA RATIFICAÇÃO: 23 de outubro de 2019.

Oriberto Luiz Giachini

Presidente da Câmara

Urubici

PREFEITURA

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 039/2017

Publicação Nº 2217292

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 052/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2017

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 039/2017.

Objeto: Outorga de permissão de uso para exploração comercial de serviços de lanchonete e bar em área delimitada junto ao Ginásio Poliesportivo Noé da Costa Ribeiro, na cidade de Urubici SC, mediante contrato administrativo, conforme anexo I do edital, que passa a fazer parte integrante deste Edital. Contratado: Julio Cezar de Oliveira (MEI). CNPJ: 28.151.615/0001-38. Fica suprimido o valor de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais) do contrato referente ao período que o ginásio esteve efetivamente fechado para reformas. Data Assinatura: 25/10/2019. Cumpridas as formalidades, publique-se. Antônio Zilli. Prefeito Municipal.

Urussanga

PREFEITURA

AVISO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 14/2019/PMU

Publicação Nº 2216400

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE URUSSANGA

AVISO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 14/2019/PMU

Objeto: Contratação de empresa para execução de Implantação/Revitalização da Praça Arlindo Piucco, localizada no Bairro da Damas, com o fornecimento de materiais e mão de obra, conforme especificações constante do projeto básico. Recebimento dos envelopes: até 14h00 dia 26/11/2019 na sede da Prefeitura Municipal, sito à Praça da Bandeira, 12 – Departamento de Licitações. Abertura dos envelopes: às 14:30h do dia 26/11/2019. O edital estará à disposição dos interessados das 08h às 11h30 e das 13h às 17h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou poderá ser acessado no site oficial desta municipalidade www.urussanga.sc.gov.br, na página principal, ícone LICITAÇÕES, ano "2019" situação "ABERTA". Outros esclarecimentos poderão ser solicitados no e-mail urussangalicitacao@urussanga.sc.gov.br ou através do telefone (48) 3465-1188. Luis Gustavo Cancellier. Prefeito Municipal

AVISO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 15/2019/PMU

Publicação Nº 2216427

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE URUSSANGA

AVISO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 15/2019/PMU

Objeto: Contratação de empresa para Implantação de uma Área de Lazer no Loteamento Carol no Município de Urussanga/SC, com o fornecimento de materiais e mão de obra, conforme especificações constante do projeto básico. Recebimento dos envelopes: até 15h30 dia 26/11/2019 na sede da Prefeitura Municipal, sito à Praça da Bandeira, 12 – Departamento de Licitações. Abertura dos envelopes: às 16:00h do dia 26/11/2019. O edital estará à disposição dos interessados das 08h às 11h30 e das 13h às 17h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou poderá ser acessado no site oficial desta municipalidade www.urussanga.sc.gov.br, na página principal, ícone LICITAÇÕES, ano "2019" situação "ABERTA". Outros esclarecimentos poderão ser solicitados no e-mail urussangalicitacao@urussanga.sc.gov.br ou através do telefone (48) 3465-1188. Luis Gustavo Cancellier. Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 86/2019

Publicação Nº 2216900

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, o Município de Urussanga/SC, informa que se encontram registrado os preços, decorrente do Processo de Licitação nº 22/2019 Pregão Presencial 19/2019 - Ata de Registro de Preços nº 86/2019, visando registrar preço para serviços de manutenção e conservação de logradouros públicos, com fornecimento de equipamentos e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema de Custos Referenciais de Obras – SICRO no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, para o município de Urussanga/SC.

Esta ata foi publicada na íntegra no DOM SC Nº 2803 de 17/04/2019, Pág. 1746, 1747, 1748, 1749, 1750, 1751 e pelo site www.urussanga.sc.gov.br

Vigência: 16/04/2020
3ª Publicação

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 87/2019, 88/2019, 89/2019

Publicação Nº 2216948

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, o Município de Urussanga/SC, informa que se

encontram registrado os preços, decorrente do Processo de Licitação nº 26/2019 Pregão Presencial 22/2019 - Ata de Registro de Preços nº 87/2019, 88/2019, 89/2019, visando registrar preço para aquisição parcelada de colchonetes, conjunto de carteira e cadeira infantil, refeitório infantil, novos e de boa qualidade, para o município de Urussanga/SC.

Esta ata foi publicada na íntegra no DOM SC Nº 2808 de 24/04/2019, Pág. 1096, 1097, 1098, 1099 e pelo site www.urussanga.sc.gov.br

Vigência: 22/04/2020
3ª Publicação

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 90/2019

Publicação Nº 2216957

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, o Município de Urussanga/SC, informa que se encontram registrado os preços, decorrente do Processo de Licitação nº 27/2019 Pregão Presencial 23/2019 - Ata de Registro de Preços nº 90/2019, visando registrar preço para aquisição concreto asfáltico betuminoso usinado a quente, com 5cm de espessura, incluindo o transporte, aplicação, imprimação da base e pintura de ligação, de boa qualidade e procedência, para o município de Urussanga/SC.

Esta ata foi publicada na íntegra no DOM SC Nº 2809 de 25/04/2019, Pág. 1278, 1279, 1280, 1281 e pelo site www.urussanga.sc.gov.br

Vigência: 23/04/2020
3ª Publicação

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 91/2019,92/2019,93/2019,94/2019

Publicação Nº 2216961

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, o Município de Urussanga/SC, informa que se encontram registrado os preços, decorrente do Processo de Licitação nº 21/2019 Pregão Presencial 18/2019 - Ata de Registro de Preços nº 91/2019, 92/2019, 93/2019, 94/2019, visando registrar preço para prestação de serviços técnicos especializados em manutenção preventiva e corretiva, através de serviços mecânicos, elétricos, lanternagem/pintura e capotaria, nos veículos alocados na Secretaria Municipal de Infraestrutura e de Agricultura, com o fornecimento de peças e acessórios originais de fábrica para uso do município de Urussanga/SC.

Esta ata foi publicada na íntegra no DOM SC Nº 2815 de 03/05/2019, Pág. 1424, 1425, 1426, 1427, 1428 e pelo site www.urussanga.sc.gov.br

Vigência: 02/05/2020
3ª Publicação

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 95/2019, 96/2019

Publicação Nº 2216972

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, o Município de Urussanga/SC, informa que se encontram registrado os preços, decorrente do Processo de Licitação nº 28/2019 Pregão Presencial 24/2019 - Ata de Registro de Preços nº 95/2019 e 96/2019, visando registrar preço para serviços especializados de manutenção automotiva com fornecimento de peças para os equipamentos e veículos que compõe a frota da Secretaria de Infraestrutura e Agricultura, para o município de Urussanga/SC.

Esta ata foi publicada na íntegra no DOM SC Nº 2817 de 06/05/2019, Pág. 1012, 1013, 1014, 1015, 1016, 1017, 1018 e pelo site www.urussanga.sc.gov.br

Vigência: 03/05/2020
3ª Publicação

Vargem Bonita

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº 127/2019

Publicação Nº 2217349

LEI COMPLEMENTAR Nº 127/2019, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

“ALTERA O VALOR DA HORA MÁQUINA CONSTANTE NO ANEXO ÚNICO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 122/2018, QUE ESTABELECE NORMAS PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS OU UTILIZAÇÃO ONEROSA DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS A PARTICULARES”.

MELÂNIA APARECIDA ROMAM MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita – Santa Catarina faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterada o valor da hora máquina prevista no Anexo Único da Lei Complementar nº 122/2018, o qual engloba o custo operacional do maquinário, passando a vigorar com os valores constantes na tabela do Anexo Único da presente Lei.

Art. 2º. A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Vargem Bonita/SC, 05 de Novembro de 2019.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

Registrado e publicado a presente Lei Complementar no Site Oficial dos Municípios – DOM em 06/11/2019, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

ANEXO ÚNICO

(Lei Complementar nº 127/2019)

MÁQUINA	PREÇO/HORA OU KM R\$	DESCONTO 25%
Escavadeira Hidráulica	148,25	111,19
Mini Carregadeira	56,45	42,34
Motoniveladora	141,10	105,83
Pá-Carregadeira	98,76	74,07
Retroescavadeira	91,70	68,78
Rolo Compactador	91,70	68,78
Transporte Caminhão Truck	3,00 (km)	2,25 (km)
Trator acima de 150 CV	73,49	55,12
Trator de 100 CV a 150 CV	63,49	47,62
Trator de 80 CV a 100 CV	56,45	42,34
Trator de Esteiras	141,10	105,83

LEI COMPLEMENTAR Nº 128/2019

Publicação Nº 2217353

LEI COMPLEMENTAR Nº 128/2019, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

“INSTITUI O PROGRAMA HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL PARA O LOTEAMENTO BOM JESUS E DEFINE NORMAS PARA SUA ADOÇÃO.”

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município, torna público que o Poder Legislativo aprovou e o Executivo sanciona a seguinte lei:

Artigo 1º - A presente lei complementar cria o Programa Habitacional de Interesse Social para o Loteamento Bom Jesus, vinculado ao Fundo Rotativo Municipal de Habitação, e fixa os critérios para sua adoção.

Artigo 2º- Para atender às famílias de baixa renda, residentes no Município, ficam instituídos os seguintes Programas Habitacionais, de acordo com a Lei nº 462 de 08 de Abril de 2002:

I – Programa da Casa Própria, que consiste no financiamento do lote e da casa pronta;

II – Programa de Lotes Urbanizados, que consiste no financiamento de lotes urbanizados pelo Município a beneficiários que desejarem construir por conta própria.

Artigo 3º - Para participar de qualquer um dos programas instituídos pela presente Lei, os interessados deverão atender aos seguintes requisitos:

- a) Renda Mensal familiar não superior a 03 (três) salários mínimos para o Programa da Casa Própria;
- b) Renda Mensal familiar não superior a 04 (quatro) salários mínimos para o Programa de Lotes Urbanizados.
- c) Residir no Município há no mínimo 05 (cinco) anos, de forma ininterrupta, comprovados mediante a apresentação de talões de consumo de água ou energia elétrica, ou contrato de trabalho com empresa estabelecida no Município, ou alvará de localização como profissional autônomo ou outro meio idôneo;
- d) Não possuir outro imóvel em nome do beneficiado (a), companheiro (a) ou cônjuge;
- e) O beneficiário (a), companheiro (a) ou cônjuge não ter sido contemplado em Programas Habitacionais instituídos pelo Município de Vargem Bonita anteriormente;
- f) Nunca ter sido proprietário de outro imóvel;
- g) Não estar em débito com a Administração Pública Municipal, com comprovação mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Municipais.

§ 1º O Executivo Municipal fixará prazo, através de Edital, para as inscrições dos interessados, não inferior a 30 (trinta) dias e com ampla divulgação pelos meios de comunicação.

§ 2º O preço da Casa Própria e do Lote Urbanizado terá como parâmetro laudo de avaliação expedido por comissão composta de três membros designados pela Prefeitura Municipal e levará em conta o interesse social, definido no Plano de Ressarcimento de Custos.

Artigo 4º - Adquirida a unidade habitacional ou lote urbanizado o beneficiário deverá tomar posse imediata.

§ 1º Caso o beneficiário seja contemplado pelo programa de lote urbanizado, estabelece-se em 12 (doze) meses o prazo para o adquirente iniciar as obras de construção.

§ 2º O não cumprimento do disposto no presente artigo, ensejará a rescisão do Contrato, com reversão do imóvel ao Patrimônio do Município, mediante a devolução das parcelas recebidas.

§ 3º As construções deverão seguir os padrões mínimos estabelecidos pelo Poder Executivo, fixadas em regulamento próprio, que estabelecerá padrões de área mínima, tipo do material a ser utilizado na edificação e projeto arquitetônico.

Artigo 5º - O beneficiário não poderá transferir para terceiros, seja a qualquer título, o lote ou a unidade habitacional, adquiridos por meio do Programa Habitacional de Interesse Social instituído nessa Lei, antes da obtenção do título de concessão ou escritura pública.

§ 1º Uma vez constatada a infração ao caput deste artigo, o ato será declarado nulo de pleno direito, ficando o beneficiário na obrigação de quitar antecipadamente, o lote ou a unidade habitacional adquirido.

§ 2º A competente Escritura Pública somente será fornecida por ocasião do pagamento total do Lote ou da Unidade Habitacional.

Artigo 6º- O Município cobrará dos Beneficiários, em prestações mensais, pelo sistema de custo público, os valores despendidos na implantação de cada Plano Habitacional, cuja quantia arrecadada será revertida ao Fundo Municipal da Habitação.

Artigo 7º- O valor a ser cobrado, o prazo e data de pagamento, deverão constar do Plano de Ressarcimento de Custos e regulamento próprio, os quais obedecerão aos seguintes critérios:

I - Para aderir ao programa de lotes urbanizados, o beneficiário deverá efetuar o pagamento dos valores estabelecidos conforme artigo 5º da presente lei no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) meses;

II - Para aderir ao programa de casa própria, o beneficiário deverá efetuar o pagamento dos valores estabelecidos conforme artigo 5º da presente lei no prazo máximo de 240 (duzentos e quarenta) meses.

Parágrafo Único. A inadimplência das prestações implicará a cobrança de juros e atualização monetária, na forma definida na lei federal, devendo o débito ser inscrito na Dívida Ativa do Município.

Artigo 8º - Competirá ao Município, através dos Órgãos competentes, a realização de Levantamento, triagem e seleção dos beneficiários com a concessão, bem como a definição de seus respectivos núcleos familiares.

Artigo 9º- Para efeito de julgamento das inscrições serão levados em conta os critérios abaixo, que serão pontuados conforme regulamento instituído por Decreto, pelo(a) Chefe do Poder Executivo:

- a) Famílias que moram em área de risco ou insalubre ou que tenham sido desabrigadas, comprovado mediante Decreto Municipal;
- b) Famílias chefiadas por mulheres, sem cônjuge ou companheiro;
- c) Famílias com maior número de dependentes;
- d) Famílias chefiadas por aposentados;
- e) Famílias que pagam aluguel;
- f) Famílias com idosos;
- g) Famílias que acessam algum recurso federal através de programas sociais;
- h) Famílias com portadores de deficiência ou doenças graves enquadradas na Lei Federal nº 7.713/98, devidamente comprovadas.

Artigo 10º- A listagem de classificados será elaborada por comissão designada pelo (a) Prefeito (a) Municipal, com divulgação nos meios de comunicação.

§ 1º Após elaborada e divulgada a lista de classificados, esta poderá ser modificada, se for comprovada eventual fraude para alcançar melhor pontuação na classificação para receber o benefício.

§ 2º Elaborada a listagem dos qualificados, proceder-se-á o sorteio dos lotes em ato público, previamente anunciado.

Artigo 11º- Compete ao Poder Executivo, a definição da quantidade de lotes e unidades habitacionais que irão participar dos programas instituídos por esta Lei.

Artigo 12º- A presente Lei será regulamentada pelo Poder Executivo, por Decreto, no prazo de 30 (trinta) dias.

Artigo 13º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Vargem Bonita, 05 de Novembro de 2019.
MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI
Prefeita Municipal

Registrado e publicado a presente Lei Complementar no Site Oficial dos Municípios – DOM em 06/11/2019, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 17.053/19

Publicação Nº 2216488

DECRETO Nº 17.053/19, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.

Nomeia Agente Administrativo II

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ELAINE KLEIN, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2018, homologado em 29 de junho de 2018, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo II, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 30 de outubro de 2019.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de outubro de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 17.057/19

Publicação Nº 2215901

DECRETO Nº 17.057/19, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2019.

Homologa o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado de Títulos – Edital nº 009/19.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e atendendo ao disposto no Edital do Processo Seletivo Simplificado de Títulos;

DECRETA

Art. 1º Fica homologado o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado de Títulos – Edital nº 009/19, conforme Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 4 de novembro de 2019.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 4 dias do mês de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

ANEXO ÚNICO
DECRETO Nº 17.057/19
RESULTADO FINAL – EDITAL nº 009/2019

	Cargo: Professor - Área de Atuação - Ensino Fundamental Séries Finais - Matemática										
Insc.	Nome	Data Nas- cim.	Graduação	Especializ.	Especializ. andamento	Mestrado/ Doutorado	Mestrado/ Doutorado andamento	Cursos/ Congres- sos	Tempo de Serviço	Nota Final	Classific.
002	SILVANA QUAGLIO- TO	29/5/1981	1	1				1,5	1,75	5,25	1
001	SCHEILA DO NASCI- MENTO	4/4/1983	1					1,5	1,5	4	2

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 64/2019 - PMV

Publicação Nº 2216878

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 64/2019 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 64/2019 - PMV

HOMOLOGAÇÃO: 04/11/2019

CONTRATADA: J & L AGENCIAMENTO LTDA

OBJETO: PERMISSÃO DE USO ONEROSA, PARA EXPLORAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO MUNICIPAL, DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 2.256/2009, CONFORME PROJETO BÁSICO.

FUNDAMENTO: Art. 25, CAPUT, da Lei 8.666/93.

Videira – SC, 04 de novembro de 2019.

DORIVAL CARLOS BORGIA	
Prefeito Municipal	

PREGÃO PRESENCIAL Nº 133/2019 - PMV

Publicação Nº 2216699

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 133/2019 – PMV

REGISTRO DE PREÇOS

LICITAÇÃO EXCLUSIVA MEI, ME E EPP

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 133/2019 - PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAIS PARA SEREM UTILIZADOS NOS EQUIPAMENTOS DE SOLDA (CARGAS DE GASES) DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS E DEPARTAMENTO DE OBRAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES: até às 09:00:00h do dia 20/11/2019, no Setor de Protocolo, localizado no Paço Municipal, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Bairro Alvorada, Videira/SC. Abertura da sessão e credenciamento no mesmo dia às 09:15:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 05 de Novembro de 2019.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 134/2019 - PMV

Publicação Nº 2217419

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 134/2019 – PMV

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MEI, ME E EPP

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 134/2019 - PMV. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE LETREIRO LUMINOSO, LOGOTIPO E TOTEM EM ACM, PARA SER INSTALADO NO QUARTEL DA POLÍCIA MILITAR DE VIDEIRA. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES: até as 14:00:00h do dia 20/11/2019, no Setor de Protocolo, localizado no Paço Municipal, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Bairro Alvorada, Videira/SC. Abertura da sessão e credenciamento no mesmo dia às 14:15:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 05 de novembro de 2019.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**RELATÓRIO DAS AUTORIZAÇÕES DE COMPRAS 10/19**

Publicação Nº 2216747

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA
 Relação das Autorizações de Compra e Liquidações

AUTORIZAÇÕES DE COMPRAS EMITIDAS										LIQUIDAÇÃO		
Seq. Autor.	Data AF	Processo	C. Direta	C. Custo	Adjud.	Padron.	Seq. Contrato	Despesa	Valor AF	Nome do Fornecedor	Entrega	Nº e Data do Empenho Subempenho
59/2019	05/09/2019		27/2019	1/2019				5/2019	95,00	EDITORA FOLHA DE VIDEIRA LTDA - ME		172 - 05/09/2019
61/2019	17/09/2019		28/2019	1/2019				5/2019	279,90	BENOIT ELETRODOMESTICOS LTDA		174 - 17/09/2019
64/2019	24/10/2019		29/2019	1/2019				5/2019	445,48	FUNDO DE MATERIAIS, P E IMPRESSOS OFICIAIS		189 - 24/10/2019
65/2019	24/10/2019		30/2019	1/2019				5/2019	300,00	N C COMUNICAÇÕES SA		190 - 24/10/2019
66/2019	29/10/2019		31/2019	1/2019				5/2019	296,99	FUNDO DE MATERIAIS, P E IMPRESSOS OFICIAIS		192 - 29/10/2019
67/2019	29/10/2019		32/2019	1/2019				5/2019	300,00	N C COMUNICAÇÕES SA		191 - 29/10/2019

INPREVID**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 010/2019**

Publicação Nº 2212343

INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - INPREVID

Processo Licitatório Nº 020/2019 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010/2019

Contratante: INPREVID

Contratado: IGAM SC CURSOS E CONSULTORIA LTDA.

Objeto: Realização de 1 (uma) inscrição para participação em palestras (a ocorrer nos dias 13 e 14/11/2019 na cidade de Videira/SC).

Valor Total da Despesa: R\$ 590,00 (quinhentos e noventa reais).

Data de Homologação: 01/11/2019.

Fundamento: Art. 25, II c/c art. 13, VI da Lei 8.666/93.

Videira/SC, 01 de novembro de 2019.

VILSO VANZ

Presidente do INPREVID

VISAN - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 08/2019 - VISAN**

Publicação Nº 2217110

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - VISAN

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 08/2019 - VISAN

O Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Videira – VISAN, comunica a homologação dos seguintes atos:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 08/2019

PROCESSO Nº 88/2019

HOMOLOGAÇÃO: 05/11/2019.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA, PARA PUBLICAÇÃO DOS EXTRATOS DOS EDITAIS ORIUNDOS DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - VISAN.

VALOR DA DESPESA: R\$ 12.424,00 (doze mil quatrocentos e vinte e quatro reais)

FUNDAMENTO: Art. 25, inciso I, da Lei 8.666/93.

Videira – SC, 29 de agosto de 2019.

SANDRO ANTÔNIO CAREGNATO

Diretor Geral – VISAN

Vitor Meireles

PREFEITURA

PORTARIA Nº 263/2019

Publicação Nº 2216617

PORTARIANº. 263/2019

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº. 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: CESAR SUAVE

Cargo: MÉDICO VETERINÁRIO

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Agricultura, Silvicultura, Pecuária e Meio Ambiente, 10 (dez) dias de férias, pelo período de 05/11/2019 a 14/11/2019, referentes ao período aquisitivo de 01/12/2017 a 30/11/2018.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 05 de novembro de 2019, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº. 055/11.

PORTARIA Nº 264/2019

Publicação Nº 2216812

PORTARIANº. 264/2019

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº. 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: BELMIRO FRAZÃO

Cargo: OPERADOR DE MÁQUINA

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Obras, 7 (sete) dias de férias, pelo período de 06/11/2019 a 12/11/2019, referentes ao período aquisitivo de 01/12/2017 a 30/11/2018.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 06 de novembro de 2019, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº. 055/11.

Witmarsum

PREFEITURA

DECRETO 157

Publicação Nº 2216328

DECRETO Nº 157/2019

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar por Anulação de Dotação.

CESAR PANINI, Prefeito do Município de Witmarsum, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 86 da Lei Orgânica, redação dada pela Emenda nº 28, de 19 de junho de 2000.

FAZ SABER

Art. 1 - Abertura de Crédito Adicional Suplementar ao orçamento vigente de 2019, no valor de R\$ 98,66 (noventa e oito reais e sessenta e seis centavos), consignado(s) a(s) seguinte(s) unidade(s):

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
11	Fundo Municipal de Saude-fms
11.001	Fundo Municipal de Saude-fms
11.001.0010.0301.0004.2019	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
33393000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe
Valor Suplementado:	98,66
Valor Total:	98,66

Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no Art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo valor do Crédito Adicional, na(s) seguinte(s) unidade(s):

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
11	Fundo Municipal de Saude-fms
11.001	Fundo Municipal de Saude-fms
11.001.0010.0301.0004.2019	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
33390000000000000000	Aplicações diretas
01020000	Receitas de Impostos - Saúde
Valor Anulado:	98,66
Valor Total:	98,66

Art. 3 - Este(a) DECRETO entra em vigor nesta data, devendo ser publicado no Diário Oficial do Município – DOM, como condição indispensável à sua plena eficácia.

Witmarsum - Santa Catarina, 29 de outubro de 2019

CESAR PANINI
Ordenador da Despesa

Xanxerê

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0108/2019

Publicação Nº 2216733

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0193/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 0108/19

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, juntamente com o Fundo Municipal de Saúde, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0108/2019, do Tipo Menor Preço Global, tendo como objeto a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de TI ao ambiente do Centro de Processamento de Dados da Prefeitura de Xanxerê, contemplando: virtualização, segurança da informação, infraestrutura de TI, gestão do backup do ambiente virtual, ambiente de rede LAN e WLAN, servidores virtualizados, sistemas operacionais de servidores Windows e Linux, NAS, Active Directory, WSUS, DNS, DHCP, File Server, firewall, proxy, gerenciamento do antivírus corporativo bem como o serviço de suporte técnico relativo à microinformática, suporte aos usuários, manutenção preventiva e corretiva (sem cobertura de peças), pacote Office, Windows, e-mail, incluindo dois profissionais técnicos residentes por 40h semanais nas dependências da Prefeitura Municipal de Xanxerê e na Secretaria Municipal de Saúde (incluídas as visitas em todas as unidades de Saúde), conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos. O recebimento das propostas será até às 08:45h, do dia 19/11/2019, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 09:00h do mesmo dia. Retirada do Edital no site www.xanxere.sc.gov.br.

Xanxerê-SC, 05 de novembro de 2019. Enioivan Marques - Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO Nº 390/2019

Publicação Nº 2217640

DECRETO Nº 390/2019

DECLARA INSERVIBILIDADE DE BENS MÓVEIS E EQUIPAMENTOS EM DESUSO QUE ESPECIFICA, AUTORIZA SUA ALIENAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENIOIVAN MARQUES, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, em Exercício, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados inservíveis para o serviço público municipal os bens móveis e equipamentos em desuso constantes dos Anexos I e II, que acompanham e integram o presente Decreto.

Art. 2º Os bens móveis e equipamentos em desuso de que trata o artigo 1º, deverão ser alienados de forma individual ou em lotes, por meio de leilão público regrado pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações.

Parágrafo único. A Avaliação dos bens, para fins de fixação de lance mínimo, será feita por uma Comissão de Servidores nomeada por ato específico e/ou pelo leiloeiro ou empresa que for contratada para realizar o leilão.

Art. 3º Os recursos que serão obtidos com a alienação dos bens móveis de que trata o presente decreto, poderão ser destinados ao pagamento de contribuições devidas à Previdência Social, conforme prevê o art. 44 da Lei Complementar 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xanxerê/SC, 04 de novembro de 2019.

ENIOIVAN MARQUES

Prefeito Municipal em Exercício

ANEXO I

Item	Bens inservíveis
01	MÓVEIS DIVERSOS, MESAS, CADEIRAS, ESCRIVANINHAS, ARMÁRIOS, BANCADAS, BALCÕES PARA PIA, PIAS DE INOX, CARTEIRAS ESCOLARES, SOFÁS, PERSIANAS, PORTAS, BERÇOS, COLCHÕES, ENTRE OUTROS
Item	Bens Inservíveis
02	SUCATA DE INFORMÁTICA E ELETRO-ELETRÔNICOS, TAIS COMO: MONITORES, ESTABILIZADORES, "NO-BREAK", "SWIT`S", IMPRESSORAS, CPU`S, MOUSE, TECLADOS,MODENS,MIMEÓGRAFOS, RETROPROJETORES, MAQUINAS DE ESCREVER, COPIADORAS, CALCULADORAS, RÁDIOS, APARELHOS DE DVD, APARELHOS DE SOM, APARLHOS DE AR CONDICIONADO ENTRE OUTROS.

ANEXO II

Item	Placa	Bens Inservíveis
01	DTX 6421	AUTOMÓVEL VOLKSWAGEN GOL 1.0, ANO 2007 MODELO 2008, PLACAS DTX 6421, RENAVAL 932850987, COMBUSTÍVEL ÁLC/GAS, COR BRANCA, CHASSI 9BWCA05W98T071964
02	MEC 1322	AUTOMÓVEL VOLKSWAGEN GOL 1.0, ANO E MODELO 2004, PLACAS MEC 1322, RENAVAL 824251385, COMBUSTÍVEL GAS, COR BRANCA, CHASSI 9BWCA05X44T110303
03	MBB 1574	AUTOMÓVEL FIAT UNO MILLE SMART 04 PORTAS, ANO E MODELO 2001, PLACAS MBB 1574, RENAVAL 760305277, COMBUSTÍVEL GAS, COR BRANCA, CHASSI 9BD15828814260785
04	MHX 8116	AUTOMÓVEL GM CLASSIC LS 1.0, 04 PORTAS, ANO 2010 MODELO 2011, PLACAS MHX 8116, RENAVAL 218593090, COMBUSTÍVEL ÁLC/GAS, COR BRANCA, CHASSI 9BGSU19F0BB135928
05	AKY 8948	AUTOMÓVEL FIAT PALIO EX 1.8, 04 PORTAS, ANO E MODELO 2003, PLACAS AKY 8948, RENAVAL 806467894, COMBUSTÍVEL GAS, COR VERMELHA, CHASSI 9BD17140932296576
06	MIO 3884	AUTOMÓVEL FIAT UNO MILLE ECONOMY, 04 PORTAS, ANO 2011 MODELO 2012, PLACAS MIO 3884, RENAVAL 331718294, COMBUSTÍVEL ÁLC/GAS, COR BRANCA, CHASSI 9BD15822AC6596506
07	MGK 8285	AUTOMÓVEL GM CLASSIC LIFE 1.0, 04 PORTAS, ANO 2009 MODELO 2010, PLACAS MGK 8285, RENAVAL 153465026, COMBUSTÍVEL ÁLC/GAS, COR BRANCA, CHASSI 9BGS1910AB128131
08	MBX 0277	CAMINHÃO PRANCHA M. BENZ 2216, ANO E MODELO 1986, PLACAS MBX 0277, RENAVAL 556079957, COMBUSTÍVEL DIESEL, COR BRANCA, CHASSI 9BM345433GB716261
09	MIO 3734	AUTOMÓVEL FIAT UNO MILLE ECONOMY, 04 PORTA, ANO 2011 MODELO 2012, PLACAS MIO 3734, RENAVAL 3317144876, COMBUSTÍVEL ÁLC/GAS, COR BRANCA, CHASSI 9BD15822AC6598305
10	MFE 4672	AUTOMÓVEL FIAT UNO MILLE FIRE, 04 PORTAS, ANO 2005 MODELO 2006, PLACAS MFE 4672, RENAVAL 850941237, COMBUSTÍVEL GASOLINA, COR BRANCA, CHASSI 9BD158225646777389
11	MCS 2728	MOTONETA HONDA BIZ C100 ES, ANO E MODELO 2003, PLACAS MCS 2728, RENAVAL 812648641, COMBUSTÍVEL GASOLINA, COR VERDE, CHASSI 9C2HA07103R072174
12	QHY 6086	UTILITÁRIO GM TRAILBLAZER LTZ V6, 04 PORTAS, ANO 2015 MODELO 2016, PLACAS QHY 6086, RENAVAL 1094084830, COMBUSTÍVEL GASOLINA, COR BRANCA, CHASSI 9BG156MB0GC404059
13		CARROÇÃO EM MADEIRA 2 EIXOS – CARRETA ABERTA
14	MIO 3774	AUTOMÓVEL FIAT STRADA FIRE FLEX, 02 PORTAS, ANO 2011 MODELO 2012, PLACAS MIO 3774, RENAVAL 331715120, COMBUSTÍVEL ÁLC/GAS, COR BRANCA, CHASSI 9BD27803MC7407552
15	MFD 1312	AUTOMÓVEL FIAT PALIO WEEKEND ELX FLEX, 04 PORTAS, ANO E MODELO 2005, PLACAS MFD 1312, RENAVAL 850691982, COMBUSTÍVEL ÁLC/GAS, COR BRANCA, CHASSI 9BD17301B54136248
16	MDS 2671	ÔNIBUS MARCOPOLO VOLARE A6 ESCOLAR, ANO/MODELO 2004, PLACA MDS 2671, RENAVAL 821723634, CHASSI 93PB-22C2M4C012000, COMBUSTÍVEL DIESEL, COR BRANCA
17	MGR 2895	AUTOMÓVEL FIAT DOBLO ELX 1.8, ANO/MODELO 2009, PLACA MGR 2895, RENAVAL 155023225, CHASSI 9BD11930591062109, COMBUSTÍVEL ALCOOL/GASOLINA, COR BRANCA

DECRETO Nº 391/2019

Publicação Nº 2217641

DECRETO Nº 391/2019

NOMEIA COMISSÕES DE AVALIAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENIOIVAN MARQUES, Prefeito Municipal de Xanxerê, SC, em Exercício, no uso de suas atribuições legais conferidas pelos incisos III e VIII, do Artigo 69 da Lei Orgânica Municipal e da Lei Federal nº 8.666/93, e

Considerando o disposto no Decreto Municipal nº 390/2019, de 04 de novembro de 2019, que declarou inservibilidade de bens móveis e equipamentos em desuso e alienou de forma individual ou em lotes, por meio de leilão público;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros abaixo relacionados para compor as Comissões de Avaliação de Bens Inservíveis, sendo:

I – Comissão de avaliação de móveis diversos e eletrodomésticos:

- a) Cristhian Mateus Canan;
- b) Salete Brizola de Jesus;
- c) Valmor Moreschi.

II – Comissão de avaliação de sucatas de informática e eletrônicos:

- a) Cristhian Mateus Canan;
- b) Simone de Ramos;
- c) Anderson Orso.

III – Comissão de avaliação de veículos leves:

- a) Cristhian Mateus Canan;
- b) Udo Westerich;
- c) Winicius Pertile.

IV – Comissão de avaliação de máquinas pesadas:

- a) Cristhian Mateus Canan;
- b) Osmar Pereira Camargo;
- c) Rivaél Sander Freschi.

Art. 2º Estas comissões têm como finalidade desenvolver todos os trabalhos necessários para proceder à avaliação dos Bens, declarados inservíveis pelo Decreto Municipal nº 390/2019, de 04.11.2019, e emitir relatório que será anexado ao Processo Licitatório.

Art. 3º Os trabalhos desenvolvidos pelas comissões não serão remunerados, não gerando nenhuma vantagem salarial ou de qualquer natureza aos nomeados, pois serão prestados em forma de colaboração.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xanxerê/SC, 05 de novembro de 2019.

ENIOIVAN MARQUES

Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO Nº 392/2019

Publicação Nº 2217642

DECRETO Nº 392/2019

ALTERA ARTIGO 1º DO DOCRETO Nº 277/2019, QUE TRATA DA NOMEAÇÃO DE MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA – CMIC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENIOIVAN MARQUES, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, em exercício, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o disposto no artigo 66 da Lei Complementar Nº AM 3936/2017, de 12 de julho de 2017 (Sistema Municipal de Cultura);

Considerando a nomeação de novos membros para compor o Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC, através do decreto nº 387/2019, de 29 de outubro de 2019;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º do decreto nº 277/2019, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Ficam nomeados os membros para compor a Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC, sendo:

I – Representantes do Poder Público

AGUINETES BARFKNECHT Titular

DIEGO GONÇALVES Suplente

ELISIANE SILVEIRA MENEGOLLA Titular

SALETE BRIZOLA Suplente

II – Representantes da Sociedade Civil

RODRIGO MOMBAQUE Titular

JANINE LAUSCHNER BELTRAME Suplente

FERNANDA BORTOLON Titular

CLEDIR ORLANDI NAIME Suplente

Art. 2º Permanecem em vigor os demais dispositivos do decreto nº 277/2019, de 20 de maio de 2019.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xanxerê/SC, 05 de novembro de 2019.

ENIOIVAN MARQUES

Prefeito Municipal em Exercício

ERRATA DO EXTRATO DO 5º ADITIVO AO CONTRATO Nº 0001/2016

Publicação Nº 2217677

ERRATA DO EXTRATO DO 5º ADITIVO AO CONTRATO Nº 0001/2016

O Município de Xanxerê-SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício, Sr. Enioivan Marques, retifica publicação realizada no dia 05/11/2019, no Diário Oficial dos Municípios (DOM), Edição nº 2971, página nº 2027, Retificando o texto, onde se lê:

Extrato 4º Termo Aditivo ao Contrato nº 0001/2016, lê-se: Extrato 5º Termo Aditivo ao Contrato nº 0001/2016. Xanxerê-SC, 06 de novembro de 2019. Enioivan Marques – Prefeito Municipal em exercício.

PORTARIA Nº 624/2019

Publicação Nº 2216966

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº 624/2019
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS.

ENIOIVAN MARQUES

Prefeito Municipal de Xanxerê – SC em exercício

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77, e Decreto nº AJG nº 186/2016.

RESOLVE

CONCEDE férias aos Servidores Públicos Municipais nos seguintes termos:

A Sr.^a ARLETE TEREZINHA HERTTAL pelo período de 04.11.2019 a 23.11.2019, totalizando 20 (vinte) dias, referente ao período de: 02.02.2017 a 01.02.2018;

A Sr.^a PATRICIA DE JESUS pelo período de 04.11.2019 a 03.12.2019, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 07.07.2017 a 06.07.2018.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 05 de Novembro de 2019.

ENIOIVAN MARQUES

Prefeito Municipal de Xanxerê SC- em exercício

Xavantina

PREFEITURA

ATA 096/2019 DIEGO RIBEIRO

Publicação Nº 2217123

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 096/2019 PMXV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 076/2019 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 058/2019 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ENOIR FAZOLO e a empresa DIEGO RIBEIRO, inscrita no CNPJ nº 24.906.905/0001-93, nesta Ata representada pelo seu Proprietário, Sr. DIEGO RIBEIRO, portador do CPF nº 008.651.019-30, nos termos das Leis nº 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 058/2019 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A Ata tem por objeto o Registro de Preços para possível aquisição de materiais e contratação de empresa para prestação de serviços para instalação e manutenção da Iluminação Natalina 2019 do Município de Xavantina-SC, conforme especificações abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total	
1	2.800,00	M	Mangueira luminosa de LED, em PVC, flexível extrudado, transparente, com diâmetro de 13mm, mangueira com 2 fios, iluminação 360° - 25 led por metro. Consumo aproximado de 3 watts por metro, voltagem 220V, uso externo. O quantitativo de cada cor a ser adquirida ficará a critério desta Municipalidade. Cores a serem disponibilizadas para aquisição - branca, verde, vermelho, azul e amarelo.	AZY	4,22	11.816,00	
2	50,00	UN	Cabo de força para ligação de mangueira luminosa de Led, com 2 vias de ligação (para mangueira de 2 fios, com diâmetro de 13mm), em PVC, alimentação 220V, com dimensão aproximada de 64cm	AZY	8,42	421,00	
3	140,00	UN	Cascata de LED, branco frio, 400 leds fixos, altura quedas de 25cm à 40cm aproximadamente, comprimento 10 m, isolamento dos fios na cor cristal, uso externo (beiral) incluso cabo de força, sem função pisca pisca. 220V, (Foto ilustrativa no Termo de Referência). Será instalado no Beiral da Casa do Idoso.	AZY	61,36	8.590,40	
5	21,00	UN	Conjunto de 8 Tubos Snowfall de LED, com 24 LED por peça, branco frio, estático, uso externo, voltagem 220V.	AZY	49,48	1.039,08	
6	10,00	PCT	Abraçadeira flexível em nylon, na cor branca ou preta, 2,5x100mm. Embalagem com 100 unidades.	BRASFORT	2,38	23,80	
7	10,00	PCT	Abraçadeira flexível em nylon, na cor branca ou preta, 3,6x150mm. Embalagem com 100 unidades.	BRASFORT	6,05	60,50	
8	5,00	PCT	Abraçadeira flexível em nylon, na cor branca ou preta, 3,5x200mm. Embalagem com 100 unidades.	G20	8,55	42,75	
9	2,00	PCT	Abraçadeira flexível em nylon, na cor branca ou preta, 4,8x283mm. Embalagem com 100 unidades.	G20	17,32	34,64	
10	2,00	PCT	Abraçadeira flexível em nylon, na cor branca ou preta, 4,8x400mm. Embalagem com 100 unidades.	BRASFORT	26,80	53,60	

11	25,00	RL	Fita isolante, adesiva, PVC, largura 19mm, comprimento 20 metros, na cor preta.	AMANCO	5,47	136,75	
12	50,00	RL	Fita isolante, adesiva, PVC, largura 19mm, comprimento 10 metros, na cor branca.	AMANCO	3,14	157,00	
13	5,00	RL	Arame galvanizado nº 18 (1,24mm). Embalagem contendo 1 kg.	BELGO	11,56	57,80	
14	100,00	M	Cabo de aço revestido PVC ou nylon, transparente, bitola 1/8" (3,2mm).	CIMAF	2,65	265,00	
15	300,00	UN	Parafuso gancho zincado para bucha 6mm.	JOMARCA	0,34	102,00	
16	200,00	UN	Bucha plástica 6mm.	IV PLAST	0,07	14,00	
TOTAL							22.814,32

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 058/2019 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica designado o fiscal desta Ata de Registro de Preços o servidor Silvana Rabaiolli Canesso.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 05 de novembro de 2019.

MUNICÍPIO DE XAVANTINA

ENOIR FAZOLO – Prefeito

EMPRESA DETENTORA DA ATA - DIEGO RIBEIRO

DIEGO RIBEIRO - Representante

SILVÂNIA RABAIOLLI CANESSO - Fiscal da Ata

ATA 097/2019 BMH MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA

Publicação Nº 2217128

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 097/2019 PMXV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 076/2019 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 058/2019 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ENOIR FAZOLO e a empresa BMH MATERIAIS HIDRÁULICAS LTDA, inscrita no CNPJ nº 22.850.731/0001-69, nesta Ata representada pelo seu Sócio Administrador, Sr. ALISSON MORAIS DOS SANTOS, portador do CPF nº 037.118.590-46, nos termos das Leis nº 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 058/2019 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A Ata tem por objeto o Registro de Preços para possível aquisição de materiais e contratação de empresa para prestação de serviços para

instalação e manutenção da Iluminação Natalina 2019 do Município de Xavantina-SC, conforme especificações abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
4	674,00	UN	Cordão luminoso de LED, branco frio, estático, isolamento dos fios na cor verde. Comprimento 10m, sem função pisca pisca, cordão c/ plugue macho fêmea de interligação no final, cabo força, voltagem 220V.	brilliant	14,69	9.901,06

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 058/2019 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica designado o fiscal desta Ata de Registro de Preços o servidor Silvana Rabaiolli Canesso.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 05 de novembro de 2019.

MUNICÍPIO DE XAVANTIVA
ENOIR FAZOLO – Prefeito

EMPRESA DETENTORA DA ATA - BMH MATERIAIS HIDRAÚLICAS LTDA
ALISSON MORAIS DOS SANTOS - Representante

SILVÂNIA RABAIOLLI CANESSO - Fiscal da Ata

ATA 098/2019 AL BAR E SERVIÇOS ME

Publicação Nº 2217129

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 098/2019 PMXV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 076/2019 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 058/2019 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ENOIR FAZOLO e a empresa AL BAR E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº , nesta Ata representada pela sua Sócia Administradora, Sr. SILVANA S. P. BATTISTI, portador do CPF nº 027.036.479-05, nos termos das Leis nº 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 058/2019 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A Ata tem por objeto o Registro de Preços para possível aquisição de materiais e contratação de empresa para prestação de serviços para instalação e manutenção da Iluminação Natalina 2019 do Município de Xavantina-SC, conforme especificações abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
17	250,00	HORA	Prestação de serviço de mão de obra para instalação e manutenção da Iluminação Natalina 2019, compreendendo os serviços de consertos das estruturas natalinas existentes, instalação de materiais existentes e novos, manutenção durante todo período em que as luzes permanecerão ligadas. A Contratada deverá apresentar ART ou RRT referente a execução dos serviços de instalação/manutenção.	AL BAR	47,20	11.800,00

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 058/2019 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica designado o fiscal desta Ata de Registro de Preços o servidor Silvana Rabaiolli Canesso.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 05 de novembro de 2019.

MUNICÍPIO DE XAVANTINA

ENOIR FAZOLO – Prefeito

EMPRESA DETENTORA DA ATA - AL BAR E SERVIÇOS LTDA

SILVANA S. P. BATTISTI - Representante

SILVÂNIA RABAIOLLI CANESSO - Fiscal da Ata

DECRETO 382/2019

Publicação Nº 2217468

DECRETO Nº 382, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e, conforme permissivo contido no Art. 4º, IV, "b" da Lei Municipal n. 1.669 de 23 de Novembro de 2018;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade Orçamentária: 10.01 – Departamento de Saúde	
Projeto Atividade: 2.022 – Auxiliar as Entidades de Saúde - MAC	
Elem. Despesa: 3.3.93.00.00.00.00.00.03.0002 – (CR 55) 9.000,00	

Art. 2º Para atender a(s) suplementação(ões) do artigo primeiro, serão utilizados recursos provenientes da subtração do superávit financeiro oriundo do exercício anterior na(s) fonte(s) de recursos de Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde – 03.0002.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina/SC, 06 de Novembro de 2019.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 383/2019

Publicação Nº 2217469

DECRETO Nº 383, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e, conforme permissivo contido no Art. 4º, IV, "b" da Lei Municipal n. 1.669 de 23 de Novembro de 2018;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.522,74 (dois mil quinhentos e vinte e dois reais e setenta e quatro centavos), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 04 – SECRETARIA MUN. DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Unidade Orçamentária: 04.01 – Departamento de Ensino Fundamental e Infantil
Projeto Atividade: 2.006 – Transporte Escolar - Fundamental
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0058– (CR 129) 2.522,74

Art. 2º Para atender a(s) suplementação(ões) do artigo primeiro, serão utilizados recursos provenientes da subtração do superávit financeiro oriundo do exercício anterior na(s) fonte(s) de recursos do Salário Educação – 03.0058

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina/SC, 06 de Novembro de 2019.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

,

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

Zortéa

PREFEITURA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 005/2019 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0095/2019 - INEXIGIBILIDADE PARA CELEBRAÇÃO DE PARCERIA COM A APAE PARA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS A REFERIDA ORGANIZAÇÃO, CONFORME PLANO DE TRABALHO ANO 2019.

Publicação Nº 2216697

Processo Licitatório Nº 0095/2019
Inexigibilidade de Licitação Nº 005/2019

RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA

O Prefeito de Zortéa-SC, Sr. Alcides Mantovani, tendo em vista a justificativa apresentada pela Secretária Municipal de Educação, bem como o parecer emitido pela Assessoria Jurídica do Município, sobre Inexigibilidade de chamamento público de Organização da Sociedade Civil - Termo de Fomento, fundamentados nos Artigos 31 e 32 da Lei Federal n. 13.019/14, com o valor total de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) para celebração de parceria com a APAE para transferência de recursos financeiros a referida organização, conforme Plano de trabalho ano 2019. Resolve, RATIFICAR a justificativa apresentada, e ordenar sua publicação na imprensa oficial, como condição para eficácia dos atos, em cumprimento ao disposto no art. 26 da citada Lei n. 8.666/93.

Zortéa-SC, 05 de Novembro de 2019.
ALCIDES MANTOVANI
PREFEITO MUNICIPAL

Associações

AMPLASC

EDITAL DE SELEÇÃO AMPLA 003/2019

Publicação Nº 2217582

PROCESSO DE COMPRAS/CONTRATAÇÃO Nº 005/2019

EDITAL DE SELEÇÃO AMPLA Nº 003/2019

Tipo: Menor Preço Por Item

O Presidente da Associação dos Municípios do Planalto Sul de Santa Catarina – AMPLASC, torna público que será realizado no dia 21 de novembro de 2019, às 14:00 horas, na sede da Associação, na cidade de Campos Novos-SC, procedimento de SELEÇÃO AMPLA, conforme as especificações e condições estabelecidas neste edital e no Termo de Referência, e segundo as regras disposta neste instrumento e no Regulamento de Compras e Contratações da Associação dos Municípios do Planalto Sul de Santa Catarina - AMPLASC, instituída através da Resolução nº 001/2018, de 07 de junho de 2018.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

- Recebimento das propostas: até o dia 21/11/2019, às 14:00;
- Abertura da sessão de julgamento: 14:00 horas.
- Local: AMPLASC, Rua São João Batista, nº 347, Centro, Campos Novos – SC.

1. DO OBJETO

O presente processo tem por objetivo a aquisição de equipamentos de informática para a Associação dos Municípios do Planalto Sul de Santa Catarina, obedecendo integralmente as especificações e condições estabelecidas neste edital e no Termo de Referência.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 2.1 - Poderão participar do procedimento de seleção ampla as pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto em disputa, observadas as condições constantes do edital.
- 2.2 - Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do proponente.
- 2.3 - É vedada a participação das pessoas físicas ou jurídicas relacionadas no artigo 15 da Resolução nº 001/2018.

3. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

- 3.1 - Qualquer interessado poderá solicitar esclarecimentos referentes a este procedimento de seleção ampla, diretamente na sede da AMPLASC ou por telefone.
- 3.2 - Os pedidos de esclarecimentos e/ou impugnações deverão ser protocolados na sede da AMPLASC, com antecedência mínima de até 3 (três) dias antes da data limite para o recebimento das propostas.
- 3.3 - Caberá ao Presidente da Comissão Permanente de Seleção Ampla da AMPLASC ou a agente designado pela AMPLASC prestar os esclarecimentos que entender adequados, após as diligências de estilo. Acaso ocorrer alteração das cláusulas deste edital, no interesse da AMPLASC ou em face de procedência de impugnação, hipótese em que poderá ser designada nova data para recebimento das propostas e para sessão de julgamento, precedida de nova divulgação resumida do edital.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 4.1 - A proposta deverá ser apresentada até a data e horários fixados no início deste edital, em envelope fechado, diretamente à Comissão Permanente de Seleção Ampla da AMPLASC.
- 4.2 - A proposta deverá ser redigida em língua portuguesa, sem rasuras, ser datada e assinada pelo representante legal da proponente ou pelo procurador, preferencialmente em papel timbrado, em única via e com suas folhas numeradas, conforme modelo estabelecido no Edital.
- 4.3 - A proposta de preços deverá ser apresentada datilografada ou impressa por computador, sem rasura, entrelinhas ou ressalva, e conter:
 - a) Razão social, endereço, telefone, e-mail e CNPJ da proponente;
 - b) Descrição do(s) objetos contendo o preço unitário e total grafados em algarismos, e o preço global grafado em algarismos e por extenso;
 - c) Prazo de validade da proposta (não inferior a 60 dias).
 - d) Local e data;
 - e) Assinatura e identificação do responsável pela proposta;
- 3.4 – O preço global proposto, que deve computar todos os custos necessários para a realização do objeto deste processo, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, quaisquer outras taxas, custas ou emolumentos que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da Seleção Ampla.
- 3.5 – O valor global da proposta não poderá ultrapassar o valor da previsão oficial.
- 3.6 – O prazo de validade da Proposta de Preços não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua abertura, sendo este o prazo considerado em caso de omissão.
- 3.7 - As propostas porventura sem data serão consideradas emitidas para o dia do vencimento deste Edital de Seleção Ampla.
- 3.8 – O preenchimento incorreto ou parcial dos dados necessários à análise da proposta ensejará a desclassificação da proposta sempre que for impossível o saneamento.
- 3.9 – O julgamento das propostas será feito pelo MENOR PREÇO POR ITEM.
- 3.10 - Não serão tomadas em consideração quaisquer vantagens não previstas neste Edital de Seleção Ampla, nem as propostas que contiverem apenas o oferecimento de uma redução sobre a proposta mais barata.
- 3.11 - O envelope de proposta de preços deverá conter em sua parte externa os dizeres:

À Associação dos Municípios do Planalto Sul de Santa Catarina - AMPLASC

Processo de Compras/Contratação nº 005/2019

Seleção Ampla nº 003/2019

Razão Social da Proponente:

CNPJ:

Envelope 01 -PROPOSTA DE PREÇOS 5. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

5.1 - A proponente deverá entregar, inicialmente e em separado dos envelopes, documento com a indicação do representante credenciado, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da empresa proponente.

5.2 - O credenciamento (modelo anexo) far-se-á por meio de:

a) Instrumento de procuração e documento de identificação do representante com foto, acompanhado de cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social; ou,

b) Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, deverá apresentar a cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e documento de identificação com foto.

4.3 - Somente poderão se manifestar no transcorrer das reuniões, os representantes das proponentes devidamente credenciados.

6. DA CONCORRÊNCIA

6.1 - No horário e data definidos no preâmbulo do edital, o Presidente da Comissão Permanente de Seleção Ampla fará a abertura da concorrência de preços, procedendo aos seguintes atos, em sequência:

I - Credenciamento dos representantes para se manifestar no certame e ofertar lances;

II - Abertura e análise de aceitabilidade das propostas de preços;

III – Encerrada a etapa de análise de aceitabilidade das propostas, serão ordenadas as propostas conforme o respectivo preço final ofertado, na ordem crescente dos valores, abrindo-se aos 3 (três) melhores classificados para lances verbais sucessivos, iniciando-se pelo que possua maior valor, até encerramento dos lances, declarando-se as propostas vencedoras por item.

IV – Abertura do envelope de documentos de habilitação da empresa que após lances ofertou o menor preço, e que, estando a documentação em conformidade com o edital, adjudicar-se-á ao vencedor o objeto do certame, devolvendo-se os envelopes de documentos lacrados aos demais participantes, após o prazo final de homologação do Processo de Seleção Ampla.

V - Caso a documentação não esteja em conformidade com o edital, será o proponente desclassificado, passando-se à abertura dos documentos do segundo classificado, e assim sucessivamente até a correta apresentação.

5.2 - O Presidente da Comissão ao proceder a abertura das propostas, fará a análise quanto à compatibilidade do objeto ofertado em relação ao especificado no edital, decidindo sobre a conformidade das propostas, classificando-as ou desclassificando-as.

5.3 - Caso o ofertante vencedor apresente qualquer pendência quanto à regularidade fiscal, poderá o presidente da Comissão de Seleção Ampla conceder o prazo adicional de até 2 (dois) dias úteis para regularização, sob pena de desqualificação.

5.4 - Declarado o vencedor, qualquer proponente poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 2 (dois) dias para apresentação das razões do recurso, ficando o proponente vencedor desde logo intimado para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

5.5 - O eventual acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

6.5 - A falta de manifestação motivada dos proponentes importará a decadência do direito de recurso.

7. DOS DOCUMENTOS A SEREM ENTREGUES PELA EMPRESA

7.1 - Para confirmação de aptidão, a proponente melhor classificada na seleção da proposta deverá apresentar os seguintes documentos:

a) - Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

b) - Certidão Negativa de Tributos Estaduais ou Certidão Positiva com efeito Negativo, expedida pela Fazenda Estadual da sede da proponente ou outra equivalente na forma da Lei;

c) - Certidão Negativa de Tributos Municipais ou Certidão Positiva com efeito Negativo, expedida pela Fazenda Municipal da sede da proponente;

d) - Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF/FGTS;

e) - Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva com efeito Negativo (CNDT);

f) - Declaração, assinada por quem de direito, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou menores de dezesesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, em cumprindo ao disposto no Inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal (Modelo anexo);

6.2 - O documento que, em seu corpo, não constar a validade somente será considerado válido, para efeito deste Processo de Seleção Ampla, quando expedidos até 90 (noventa) dias antes da data de abertura dos envelopes da Habilitação ressalvada a hipótese do proponente comprovar que o documento tem prazo superior ao convencionado, mediante juntada de norma legal pertinente.

6.3 - As proponentes que não apresentarem em forma legal e em perfeitas condições a documentação exigida neste item, serão consideradas inabilitadas, sem direito a qualquer reclamação ou indenização.

6.4 - A ausência de alguma informação em documento exigido poderá ser suprida pela própria Comissão de Permanente de Seleção Ampla, se os dados existirem em outro documento.

6.5 - Os documentos apresentados pela Internet ficarão sujeitos a confirmação de sua autenticidade, mediante diligência.

6.6 - Os documentos que forem apresentados em original não serão devolvidos, e passarão a fazer parte integrante deste Processo de Seleção Ampla.

6.7 - Os documentos exigidos deverão ser acondicionados e apresentados em envelope devidamente fechado e inviolado, identificando a empresa proponente, contendo em sua parte frontal os seguintes dizeres:

À Associação dos Municípios do Planalto Sul de Santa Catarina - AMPLASC

Processo de Compras/Contratação nº 005/2019

Seleção Ampla nº 003/2019

Razão Social da Proponente:

CNPJ:

Envelope 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO 8. DA HOMOLOGAÇÃO

Encerrado a seleção das propostas com menor preço, comprovado a aptidão jurídica/fiscal/técnica e declarada a empresa vencedora, os autos devidamente instruídos serão encaminhados ao Presidente da AMPLASC para fins de homologação.

9. DA CONTRATAÇÃO, DA ENTREGA DO OBJETO E DO PAGAMENTO

9.1 - Homologado o processo de Seleção Ampla pelo Presidente da AMPLASC, será emitido à empresa vencedora, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contrato e/ou ordem de compra, conforme o caso, devendo a empresa providenciar sua imediata assinatura, sob pena de decair do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.2 - Farão parte do contrato ou da ordem de compra os elementos apresentados pela proponente vencedora, que tenham servido de base para o julgamento deste Edital de Seleção Ampla, bem como as condições estabelecidas neste Edital de Seleção Ampla e seus anexos, independentemente de transcrição.

9.3 - A AMPLASC poderá, a qualquer momento, por ato do seu responsável, sob sua avaliação de conveniência, cancelar a seleção antes de assinado o contrato ou emitida a ordem de compra, sem que disso decorram quaisquer direitos aos interessados.

9.4 - O prazo poderá ser prorrogado, quando solicitado pela proponente durante o seu transcurso e desde que seja apresentado motivo devidamente justificado.

9.5 - Somente poderá celebrar contrato ou instrumento equivalente com a AMPLASC, a adjudicatária que comprove até a data da contratação, estar regular perante a Previdência Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, mediante, respectivamente, a apresentação, em original ou cópia autenticada, da Certidão Negativa de Débito - CND do INSS e do Certificado de Regularidade - CRF do FGTS, em vigor, dispensada a apresentação caso ainda vigentes aquelas apresentadas na abertura do certame.

9.6 - Caso a proponente vencedora não apresentar situação regular de habilitação, poderá ser convocado outra proponente, observada a ordem de classificação das propostas, sem prejuízo das sanções cabíveis.

10. PRAZO DE EXECUÇÃO E PRORROGAÇÃO

10.1 - O prazo de entrega do objeto será de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da data de expedição da "Ordem de Compra".

10.2 - PRORROGAÇÃO: Qualquer prorrogação de prazo deverá ser solicitada, por escrito e com exposição de motivos, até 05 (cinco) dias úteis antes do prazo previsto para sua conclusão, ao Secretário Executivo da AMPLASC, que a encaminhará, após emitir parecer, ao Presidente da entidade, que poderá ou não conceder a prorrogação pretendida.

11. FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1 - A AMPLASC pagará à Contratada, pelos objetos contratados, os preços integrantes da proposta aprovada após fase de lances. Fica expressamente estabelecido que os preços incluam todos os custos diretos e indiretos para a entrega do objeto do contrato, de acordo com as condições previstas nas especificações e nas formas contidas no Edital.

11.2 - O pagamento será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis após a entrega do objeto e apresentação da Nota Fiscal.

11.2.1 - O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Campos Novos-SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil subsequente.

11.3 - A AMPLASC reserva-se o direito de recusar o pagamento se no ato do recebimento o objeto contratado não estiver de acordo com a especificação apresentada e aceita no Termo de Referência.

12. DAS PENALIDADES

12.1 - O proponente que descumprir obrigação, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo, apresentar documentação falsa, cometer fraude de qualquer espécie, deixar de executar parcial ou totalmente o objeto, ou o executar de forma diversa da constante no termo de referência, estará sujeito às seguintes sanções e/ou penalidades:

I - Impedimento de contratar com a AMPLASC, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

II - Multa de:

a) 2% (dois por cento) da proposta apresentada em caso de não regularização da documentação, no prazo previsto no edital e anexos;

b) 5% (cinco por cento) do valor da proposta pela recusa injustificada de assinar o instrumento contratual, no prazo estabelecido, quando for o caso;

c) 10% (dez por cento) do valor do contrato, pelo não cumprimento de qualquer das cláusulas, condições, obrigações ou prazos constantes do mesmo, por infração aos preceitos legais ou cometimento de fraudes, por qualquer meio, no presente processo administrativo, ou, ainda, pela rescisão, sem justo motivo.

12.2 - Poderão ser aplicadas ainda as demais penalidades previstas em Lei, pelo descumprimento de cláusulas contratuais ou prejuízos causados à AMPLASC, direta ou indiretamente.

13. DA FISCALIZAÇÃO

13.1 - A fiscalização das condições da proposta e documentos será exercida no interesse da AMPLASC e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades e, na sua ocorrência, não implica solidariedade da AMPLASC ou de seus funcionários e prepostos.

13.2 - A AMPLASC fará a fiscalização com a finalidade de verificar o atendimento de todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos, podendo recusar o objeto, cabendo à CONTRATADA a entregar do objeto correto, às suas expensas.

14. DA IMPUGNAÇÃO E DO RECURSO

14.1 O prazo para impugnação ao edital é de até 03 (três) dias antes da data fixada para recebimento das propostas. Sendo intempestiva, a comunicação do suposto vício não suspenderá o curso do processo.

14.2 - Acolhida a petição contra o ato convocatório, poderá ser designada nova data para a realização do certame, se necessário.

14.3 - Dos atos praticados pela Comissão Permanente de Seleção Ampla decorrente do presente Edital de Seleção Ampla cabem:

14.3.1 - Recursos no prazo de 03 (três) dias a contar da lavratura da Ata, nos casos de:

- a) habilitação ou inabilitação da empresa proponente;
- b) julgamento das propostas;
- c) anulação ou revogação do Edital de Seleção Ampla;
- d) aplicação das penas suspensão temporária ou multa;
- e) rescisão do contrato.

14.4 - Os recursos previstos nas alíneas "a" e "b" do subitem 14.3.1. terão efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presente razões de interesse público, atribuir aos demais eficácia suspensiva.

13.6 - Interposto o recurso será comunicado as demais proponentes, que poderão impugná-lo no prazo de 03 (três) dias.

13.7 - Os recursos deverão ser propostos por escrito, protocolados junto à AMPLASC, em horário de expediente, das 13:00 às 19:00, e dirigidos ao Presidente da AMPLASC, por intermédio da Comissão Permanente de Seleção Ampla, o qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 03 (três) dias.

13.8 - É vedada à empresa proponente a utilização de recurso ou de impugnações como expediente protelatório ou que vise a tumultuar o procedimento deste Edital de Seleção Ampla. Identificado tal comportamento, poderá a Comissão Permanente de Seleção Ampla arquivar sumariamente os expedientes ou, se for o caso, propor a aplicação ao autor às sanções cabíveis.

13.9 - O recurso interposto fora do prazo legal, não será levado em consideração.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 - O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da seleção ampla.

15.2 - As empresas deverão acompanhar as modificações e os esclarecimentos sobre o Edital, disponibilizados na forma de aditamentos, esclarecimentos e comunicados no site www.diariomunicipal.sc.gov.br e www.amplasc.com.br.

15.2.1 - Informações relativas a este Processo de Seleção Ampla serão prestadas no local e endereço da AMPLASC. A íntegra do Edital encontra-se a disposição no site da AMPLASC, em www.amplasc.org.br.

15.3 - É facultado à Comissão Permanente de Seleção Ampla da AMPLASC promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

15.4 - As normas disciplinadoras da seleção ampla serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os participantes, desde que não comprometam os interesses da AMPLASC, a finalidade e a segurança da contratação, e em observância às regras da Resolução AMPLASC 001/2018.

15.5 - A AMPLASC poderá cancelar ou suspender o presente Processo de Contratação em qualquer momento anterior à assinatura do Contrato caso sobrevier contingenciamento de recursos, situação financeira desfavorável ou reavaliação da conveniência, não estando obrigada a indenizar as eventuais despesas que porventura os participantes vierem a suportar para fins da demonstração regulada neste edital, cuja inscrição implica em irretratável aceite das condições ora estabelecidas.

15.6 - A apresentação da proposta vincula o proponente aos termos do presente Edital e seus anexos, bem como, de forma subsidiária, às regras da Lei nº 8.078, de 11/09/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

15.6.1 - As disposições deste edital e seus anexos, bem como da proposta vencedora, serão integradas ao instrumento contratual que será firmado para regular a prestação dos serviços.

15.7 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento de seleção ampla, fica eleito o foro da Comarca de Campos Novos - SC.

15.8 - Fazem parte deste Edital:

- Termo de Referência;
- Estimativa de preços;
- Modelo de Declaração de não-emprego de menores;
- Modelo de Credenciamento;
- Modelo de Proposta de Preços;
- Minuta contratual.

15.9 - As situações omissas serão sanadas pela Comissão Permanente de Seleção Ampla da AMPLASC, aplicadas as disposições da Resolução AMPLASC 001/2018, Código Civil e Código de Defesa do Consumidor.

Campos Novos, SC, 05 de novembro de 2019.

Alcides Mantovani

Presidente da AMPLASC

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

O presente processo de Seleção Ampla tem por objeto aquisição de equipamentos de informática, que atendam totalmente as especificações e condições mínimas estabelecidas neste edital e no Termo de Referência com as seguintes especificações mínimas:

2. DA ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA

Item	Descrição
1	<p> Notebook 2 em 1 de 14" Cor preta ou cinza Processador Intel® Core™ i7-8565U (1.8 GHz até 4.6 GHz, cache de 8MB, quad-core) 8ª geração ou superior. Windows 10 Pro 64 bits - em Português (Brasil) Placa de vídeo dedicada com 2GB, GDDR5 Memória de 8GB (1x8GB), DDR4, 2666MHz Unidade de estado sólido SATA M.2 de no mínimo 256GB Tela Full HD de 14" LED (1920x1080), touchscreen Teclado retroiluminado em Português (padrão ABNT2) Leitor de impressão digital Placa de rede WiFi 802.11ac + Bluetooth Bateria mínima de 40 Wh Adaptador CA de 65 W Certificação de eficiência no consumo de energia - Selo ENERGY STAR® Dimensões e peso Altura máxima: 20 mm Largura máxima 330 mm Profundidade: 240 mm Peso máximo: 1,8 kg 1 Slot Cartão SD 3 Portas USB 1 USB 3.1 Type-C 1 HDMI Slot para trava em formato de cunha Tomada de áudio universal Placa de rede RJ45 ou Adaptador USB Gigabit Ethernet Garantia mínima de 12 meses </p>
2	<p> Servidor de Dados Formato Rack (1U ou 2U) com trilhos corredeiros Processador Quad-Core Intel Xeon E-2124 ou superior Clock do Processador 3.3 GHz ou superior Cache de Processador (L3) 8MB Gerenciamento Padrão Memória 16GB (1x16GB) Single Rank x8 DDR4-2600 Unbuffered Máxima Suportada 64GB (4 x 16GB UDIMM @2600MHz) Disco Padrão 2x 2TB SATA 7.2K Baia para discos LFF Hot Plug Armazenamento Máximo: 24TB (2 x 12 TB) Controladora de disco Níveis de RAID Suportados 0, 1, 10, 5. Placa de rede 1Gb 2-port Porta USB: Frontais: 2x USB Traseira: 2x USB Interna: 1x USB Slot PCI-E: 2 slots PCIe 3.0 Fonte 290W Garantia mínima de 12 meses </p>

PROCESSO DE COMPRA 005/2019

EDITAL DE SELEÇÃO AMPLA Nº 003/2019

ESTIMATIVA DE PREÇOS

Item	Descrição	Quant	Valor Un. Máximo (R\$)	Valor Total (R\$)
1	<p>Notebook 2 em 1 de 14"</p> <p>Cor preta ou cinza</p> <p>Processador Intel® Core™ i7-8565U (1.8 GHz até 4.6 GHz, cache de 8MB, quad-core) 8ª geração ou superior.</p> <p>Windows 10 Pro 64 bits - em Português (Brasil)</p> <p>Placa de vídeo dedicada com 2GB, GDDR5</p> <p>Memória de 8GB (1x8GB), DDR4, 2666MHz</p> <p>Unidade de estado sólido SATA M.2 de no mínimo 256GB</p> <p>Tela Full HD de 14" LED (1920x1080), touchscreen</p> <p>Teclado retroiluminado em Português (padrão ABNT2)</p> <p>Leitor de impressão digital</p> <p>Placa de rede WiFi 802.11ac + Bluetooth</p> <p>Bateria mínima de 40 Wh</p> <p>Adaptador CA de 65 W</p> <p>Certificação de eficiência no consumo de energia - Selo ENERGY STAR®</p> <p>Dimensões e peso</p> <p>Altura máxima: 20 mm</p> <p>Largura máxima 330 mm</p> <p>Profundidade: 240 mm</p> <p>Peso máximo: 1,8 kg</p> <p>1 Slot Cartão SD</p> <p>3 Portas USB</p> <p>1 USB 3.1 Type-C</p> <p>1 HDMI</p> <p>Slot para trava em formato de cunha</p> <p>Tomada de áudio universal</p> <p>Placa de rede RJ45 ou Adaptador USB Gigabit Ethernet</p> <p>Garantia mínima de 12 meses</p>	02	6.000,00	12.000,00
2	<p>Servidor de Dados</p> <p>Formato Rack (1U ou 2U) com trilhos corredeiros</p> <p>Processador Quad-Core Intel Xeon E-2124 ou superior</p> <p>Clock do Processador 3.3 GHz ou superior</p> <p>Cache de Processador (L3) 8MB</p> <p>Gerenciamento Padrão</p> <p>Memória 16GB (1x16GB) Single Rank x8 DDR4-2600 Unbuffered</p> <p>Máxima Suportada 64GB (4 x 16GB UDIMM @2600MHz)</p> <p>Disco Padrão 2x 2TB SATA 7.2K</p> <p>Baia para discos LFF Hot Plug</p> <p>Armazenamento Máximo: 24TB (2 x 12 TB)</p> <p>Controladora de disco Níveis de RAID Suportados 0, 1, 10, 5.</p> <p>Placa de rede 1Gb 2-port</p> <p>Porta USB:</p> <p>Frontais: 2x USB</p> <p>Traseira: 2x USB</p> <p>Interna: 1x USB</p> <p>Slot PCI-E: 2 slots PCIe 3.0</p> <p>Fonte 290W</p> <p>Garantia mínima de 12 meses</p>	01	8.550,00	8.550,00

DECLARAÇÃO DE NÃO-EMPREGO DE MENORES

Processo de Compra 005/2019
 Edital de Seleção Ampla nº 003/2019

(empresa) _____, inscrita no CNPJ nº. _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº. _____ e do CPF nº. _____, DECLARA, para fins do disposto no Edital acima epigrafado, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

(Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.)

(Local e data)

Representante Legal

MODELO DE CREDENCIAMENTO

Processo de Compra 005/2019

Edital de Seleção Ampla nº 003/2019

A Empresa _____, inscrita sob o CNPJ nº _____ através da presente, credencia o(a) Sr.(a) _____ - , portador(a) da Cédula de Identidade nº e CPF sob nº _____ a participar do Edital de Seleção Ampla instaurada pela AMPLASC, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa, bem como formular propostas/ lances verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, em ____ de _____ de 2019.

Nome, carimbo e assinatura do credenciante
(Proprietário, Sócio ou Representante Legal da Empresa)

Obs.: Se o credenciado não for sócio da empresa, a assinatura acima deverá ser reconhecida em cartório competente.

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Processo de Compra 005/2019

Edital de Seleção Ampla nº 003/2019

À
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PLANALTO SUL DE SANTA CATARINA – AMPLASC

PROPONENTE:

Razão social:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

e-mail:

Item	Descrição do objeto	Marca e modelo	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total (R\$)
01	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX		XXX	XXX	XXXXX
02	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX		XXXX	XXX	XXXX

(Valor total por extenso _____)

O prazo de validade de nossa proposta é de ____ (_____) dias corridos, a contar da data de abertura das propostas do Processo de Seleção Ampla. (Mínimo de 90 dias)

Local e Data

Assinatura

Nome do Responsável ou Representante Legal

Cargo/Função:

CPF:

MINUTA DE CONTRATO Nº XXXX/2019

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PLANALTO SUL DE SANTA CATARINA – AMPLASC E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXX, OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA.

CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PLANALTO SUL DE SANTA CATARINA – AMPLASC, pessoa jurídica de direito privado com sede à Avenida São João Batista, 347, Centro do Município de Campos Novos/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 02.061.040/0001-79, neste ato, representada por seu presidente ALCIDES MANTOVANI, doravante denominada CONTRATANTE.

CONTRATADA: XXXXXXXXXXXXXXXX estabelecida na XXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº XXXXXXXXXXXXXXXX, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo seu XXXXXXXXXXXX, Sr. XXXXXXXXXXXX, representante legal, portador da Cédula de Identidade RG nº XXXXXXXXXXXXXXXX e inscrito no CPF sob o nº XXXXXXXXXXXXXXXX.

ADJUDICAÇÃO: O presente contrato decorre do Processo de Seleção Ampla nº 003/2019, de xx/xx/xxxx, homologado em xx/xx/xxxx, que passa a integrar este contrato independentemente de transcrição, juntamente com a proposta da CONTRATADA.

Cláusula Primeira

Do Objeto

1.1. Constitui objeto do presente contrato, a aquisição de equipamentos de informática, obedecendo integralmente às especificações mínimas e condições estabelecidas neste edital, no Termo de Referência e nos termos da minuta contratual, que ficam fazendo parte integrante e inseparável deste Edital como se aqui estivessem transcritos.

Cláusula Segunda

Das Obrigações e Responsabilidades da CONTRATADA

2.1. Em havendo cisão, incorporação ou fusão da empresa contratada, a aceitação de qualquer uma destas operações, como pressuposto para a continuidade do contrato, ficará condicionada à análise, por esta administração contratante, do procedimento realizado e da documentação da nova empresa, considerando todas as normas aqui estabelecidas como parâmetros de aceitação, tendo em vista a eliminação dos riscos de insucesso na execução do objeto contratado.

2.1.1. Para averiguação do disposto no item 2.1 a empresa resultante de qualquer das operações comerciais ali descritas fica obrigada a apresentar, imediatamente, a documentação comprobatória de sua situação.

2.2. A Contratada será responsável pela entrega dos materiais na sede da contratante.

2.3. A Contratada entregará o objeto durante o horário de funcionamento da AMPLASC.

2.4. Enviará o responsável pela entrega dos materiais devidamente identificado.

2.5. Deverá responder por todos os encargos sociais, salários, uniformes, impostos e demais encargos inerentes ao fornecimento dos equipamentos.

2.6. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.

2.7. Assumir inteira responsabilidade pela entrega do objeto, devendo garantir a qualidade dos materiais.

2.8. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados às dependências e equipamentos do CONTRATANTE, quando evidenciada a culpa, por ação, omissão, deficiência e negligência de seus técnicos e empregados.

2.9. Responder por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas os seus empregados quando no desempenho dos serviços hora contratados.

2.10. O prazo mínimo de garantia não poderá ser inferior a 12 (doze) meses.

2.11. A CONTRATADA deverá ser responsável pelo transporte dos materiais.

2.12. Realizar cuidadosa limpeza no local dos trabalhos ao final da entrega.

2.13. A CONTRATADA deverá manter as mesmas condições habilitatórias, em especial, no que se refere ao recolhimento de impostos federais, estaduais e municipais, durante toda a execução do objeto, as quais são de natureza sine qua non para a emissão de pagamentos e aditivos de qualquer natureza.

2.14. Entregar o material de acordo com as especificações e demais condições estipuladas no Edital e no Anexo I – Termo de Referência.

2.15. Comunicar à AMPLASC, no prazo máximo de 02 (dois) dias que antecedam o prazo de vencimento da entrega, os motivos que impossibilitem o seu cumprimento.

2.16. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais, comerciais e previdenciários resultantes do fornecimento.

2.17. Qualquer irregularidade que comprometa ou inviabilize o fornecimento do bem/produto deverá ser informada imediatamente à AMPLASC.

Cláusula Terceira

Das Obrigações e responsabilidades do CONTRATANTE

3.1. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações decorrentes da execução do presente contrato, de acordo com as normas nele estabelecidas.

3.2. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente através de funcionários por ela credenciados.

3.3. Exercer a fiscalização do objeto contratado, notificando imediatamente quaisquer problemas ou irregularidades encontradas.

3.4. Atestar e efetuar à CONTRATADA os devidos pagamentos nas condições estabelecidas neste contrato.

Cláusula Quarta

Do Conhecimento das Especificações e do Local dos Serviços

4.1. Ao assinar este contrato, a CONTRATADA declara que tomou pleno conhecimento da natureza e condições locais onde serão executados os serviços. Não será considerada pela CONTRATANTE qualquer reclamação ou reivindicação por parte da CONTRATADA fundamentada na falta de conhecimento dessas condições.

4.2. Desta forma, a assinatura deste contrato é considerada como reconhecimento tácito de que a CONTRATADA realizou investigações suficientes para o reconhecimento das condições de execução do objeto contratado.

Cláusula Quinta

Do Preço

5.1. O preço correspondente ao objeto contratado é o constante da proposta da CONTRATADA, aceita no processo de Seleção Ampla acima referida, ou seja, R\$ xxx (xxx) reais.

5.1.1. O preço proposto é considerado completo, incluindo todos os custos necessários para a entrega do objeto deste contrato, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal e quaisquer outras taxas, custas ou emolumentos que incidam ou venham a incidir.

5.2. É vedada à CONTRATADA pleitear qualquer adicional de preço por faltas ou omissões que por ventura venham a ser constatadas em sua proposta.

Cláusula Sexta

Da Forma e Condições de Pagamento

- 6.1. A AMPLASC pagará à Contratada, pelo objeto contratado os preços integrantes da proposta aprovada.
- 6.2. O pagamento será efetuado em até 05 (cinco) dias úteis após a entrega dos itens e apresentação da Nota Fiscal, após devidamente atestada a compatibilidade do objeto.
- 6.2.1. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Campos Novos-SC, ou, caso não seja dia útil, postergando-se para o primeiro dia útil subsequente.
- 6.3. A AMPLASC reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato do atesto, o objeto licitado não estiver de acordo com a especificação apresentada e aceita no Anexo I – Termo de Referência.
- 6.4. No caso de eventual atraso imotivado de pagamento, o valor devido poderá ser atualizado utilizando-se índices econômicos oficiais de acordo com as normas legais e de mercado, tais como INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor, da Fundação Instituto brasileiro de Geografia e Estatística IBGE, e na falta deste, será aplicado o IGPM (Índice Geral de Preços de Mercado), da Fundação Getúlio Vargas, ou ainda, de conformidade com o índice específico eleito pelo Governo Federal que regula a variação de valor dos serviços, no período.

Cláusula Sétima

Do Reajuste de Preços

- 7.1. Os preços propostos são fixos e irrevogáveis, consoante dispõe o parágrafo 1º do artigo 2º, da Lei Nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

Cláusula Oitava

Do Prazo de Entrega

- 8.1. O prazo de entrega do objeto será de até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da data de expedição da "Ordem de Compra".
- 8.2. PRORROGAÇÃO: Qualquer prorrogação de prazo deverá ser solicitada, por escrito e com exposição de motivos, até 05 (cinco) dias úteis antes do prazo previsto para sua conclusão, ao Diretor Executivo da AMPLASC, que poderá ou não conceder a prorrogação pretendida.

Cláusula Nona

Da Execução

- 9.1. Este contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Cláusula Décima

Da Fiscalização

- 10.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistirão na verificação da conformidade da entrega do objeto, de forma a atender os fins previstos no Edital de Seleção Ampla nº 003/2019 e seus anexos.
- 10.2. A fiscalização será exercida no interesse da AMPLASC e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade da AMPLASC ou de seus funcionários e prepostos.
- 10.3. O(s) agente(s) da AMPLASC designado(s) fará o acompanhamento do objeto a ser entregue pela CONTRATADA com a finalidade de verificar o atendimento de todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos, podendo recusar o objeto caso esteja desconforme, cabendo à CONTRATADA substituir o objeto, às suas expensas.
- 10.4. Quaisquer exigências da fiscalização do contrato inerentes ao seu objeto deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA.
- 10.5. A aceitação por parte da Fiscalização não isenta a CONTRATADA de sua responsabilidade sobre a qualidade e comportamento dos serviços e produtos aplicados.

Cláusula Décima Primeira

Do Período de Garantia e Assistência Técnica

- 11.1. Os objetos deverão ter garantia de no mínimo de 12 (doze) meses, contados da data do recebimento, contemplando-se, além da manutenção preventiva e corretiva, a substituição de peças.
- 11.2. Na vigência do período da garantia, a assistência técnica deverá ser prestada sem quaisquer ônus para a contratante.
- 11.3. Todas as despesas de mão-de-obra, peças, componentes, transportes, hospedagens ou quaisquer outras visando à assistência técnica decorrentes da garantia de fábrica, na vigência da garantia, serão de inteira responsabilidade da Contratada.

Cláusula Décima Segunda

Da Alteração do Contrato

- 12.1. Este contrato poderá ser alterado, desde que haja interesse da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas, sempre através de Termo Aditivo.

Cláusula Décima Terceira

Das penalidades e Sanções

- 13.1. No caso da CONTRATADA descumprir obrigação, não manter a proposta, comportar-se de modo inidôneo, apresentar documentação falsa, cometer fraude de qualquer espécie, deixar de executar parcial ou totalmente o objeto, ou o executar com defeitos, estará sujeito às seguintes sanções e/ou penalidades:

I - Impedimento de contratar com a AMPLASC, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

II - Multa de:

- a) 2% (dois por cento) da proposta apresentada em caso de não regularização da documentação, no prazo previsto no edital e anexos;
- b) 5% (cinco por cento) do valor da proposta pela recusa injustificada de assinar o instrumento contratual, no prazo estabelecido;
- c) 10% (dez por cento) do valor do contrato, pelo não cumprimento de qualquer das cláusulas, condições, obrigações ou prazos constantes do mesmo, por infração aos preceitos legais ou cometimento de fraudes, por qualquer meio, no presente processo de seleção de proposta, ou, ainda, pela rescisão, sem justo motivo.
- 12.2. Poderão ser aplicadas ainda as demais penalidades previstas em Lei, pelo descumprimento de cláusulas contratuais ou prejuízos causados à CONTRATANTE, direta ou indiretamente.

- 12.3. As penalidades estabelecidas nos incisos I e II poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente.
- 12.4. Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos.
- 12.5. A aplicação das penalidades estabelecidas neste contrato é de competência exclusiva da Diretoria Executiva da CONTRATANTE.
- 12.6. Não serão aplicadas as multas decorrentes de "casos fortuitos" ou "força maior", devidamente comprovados.
- 12.7. Da aplicação das multas, a CONTRATADA terá o direito ao prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a partir da notificação, para recolhimento dos valores junto à tesouraria da CONTRATANTE.
- 12.8. Nenhum pagamento será feito à CONTRATADA, que tenha sido multada, antes de paga ou relevada a multa.

Cláusula Décima Quarta

Da Vigência

14.1. O prazo de vigência do presente contrato é de 60 (sessenta) dias corridos contados a partir da data de expedição da "Ordem de Compra", podendo ser prorrogado por interesse da AMPLASC, mediante instrumentalização de termos aditivos.

Cláusula Décima Quinta

Da Rescisão

15.1. O presente contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, sem qualquer ônus para a contratante, nas seguintes condições:

- a) Por comum acordo entre as partes;
- b) Por iniciativa da CONTRATANTE, mediante comunicação escrita;
- c) Por descumprimento de Cláusula(s).

14.2. A rescisão poderá ser unilateral, amigável (resilição) ou judicial, nos termos da legislação civil.

14.3. Em caso de rescisão do presente contrato por parte da CONTRATANTE não caberá à CONTRATADA direito de qualquer indenização.

14.4. A rescisão deste contrato pela CONTRATADA a sujeitará à multa rescisória na ordem de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, independentemente de outras multas aplicadas à CONTRATADA por infrações anteriores.

14.5. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada do Presidente da CONTRATANTE.

Cláusula Décima Sexta

Da Força Maior ou Caso Fortuito

16.1. Constitui motivo de força maior ou caso fortuito, para justificativa de atraso ou falta cometida por qualquer uma ou ambas as partes contratantes, aos termos do presente contrato, os fatos fora de seu controle, nos termos do art. 393 do Código Civil Brasileiro, desde que essas afetem, diretamente, o objeto contratado.

Cláusula Décima Sétima

Das Obrigações Legais e Fiscais

17.1. Todos e quaisquer impostos, taxas e contribuições fiscais e parafiscais, inclusive os de natureza previdenciária, social e trabalhista, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza, decorrentes da celebração deste contrato, ou da execução, correrão exclusivamente por conta da contratada.

Cláusula Décima Oitava

Da entrega

18.1. O objeto será entregue na sede da AMPLASC e será verificado as características técnicas para a consequente aceitação do objeto.

Cláusula Décima Nona

Partes Integrantes

19.1. Fazem parte integrante e inseparável do presente Contrato, como aqui integral e expressamente estivessem reproduzidos, a Proposta da CONTRATADA, documentos de habilitação e todos os elementos apresentados que tenham servido de base para julgamento do Processo de Seleção Ampla nº 003/2019, bem como as condições estabelecidas neste instrumento e seus anexos, se houver, independentemente de transcrição.

19.1.1. Ficam, também, fazendo parte deste Contrato, as Normas vigentes, Instruções, Ordens de Serviço e mediante Termo de Aditamento, quaisquer modificações que venham a ser necessárias durante a sua vigência.

Cláusula Vigésima

Do Foro

20.1. As dúvidas e/ou divergências contratuais, desde que não previstas expressamente no respectivo contrato e que não extrapolem os limites da Lei, poderão ser solucionados amigavelmente.

20.2. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Campos Novos-SC, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

20.3. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos-SC, XX de XXXXXXXXX de 2019.

AMPLASC	(Empresa)
Alcides Mantovani – Presidente	(Representante)
Contratante	Contratada

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

AMREC**AVISO TP 341, 345 E 346 CIM-AMREC - RETIFICAÇÃO**

Publicação Nº 2217005

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMREC

AVISO DE RETIFICAÇÃO

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMREC - CIM-AMREC, leva ao conhecimento dos interessados, que foram feitas as seguintes retificações:

1) NO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 341/CIM-AMREC/2019

No preâmbulo do Edital: onde se lê: ... até as 13h45min do dia 18 (segunda-feira) de novembro de 2019, (horário de Brasília)... Leia-se: ... até as 13h45min do dia 25 (segunda-feira) de novembro de 2019, (horário de Brasília).

2) NO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 345/CIM-AMREC/2019

No preâmbulo do Edital: onde se lê: ... até as 13h45min do dia 19 (terça-feira) de novembro de 2019, (horário de Brasília)... Leia-se: ... até as 13h45min do dia 26 (terça-feira) de novembro de 2019, (horário de Brasília).

3) NO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 346/CIM-AMREC/2019

No preâmbulo do Edital: onde se lê: ... até as 13h45min do dia 20 (quarta-feira) de novembro de 2019, (horário de Brasília)... Leia-se: ... até as 13h45min do dia 27 (quarta-feira) de novembro de 2019, (horário de Brasília).

Feita as alterações acima, ficam todos interessados notificados para os fins legais e de direito, na forma da Lei.

CRICIÚMA-SC, 05 de novembro de 2019.

VANDERLEI ALEXANDRE - DIRETOR EXECUTIVO DO CONSÓRCIO CIM-AMREC

AMURC**6ª ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA**

Publicação Nº 2216506

**ESTATUTO SOCIAL DA
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DOCONTESTADO – AMURC****6ª ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA**

Aos vinte e dois dias do mês de julho do ano de dois mil e dezenove, na sede da AMURC, sito a Rua Cornélio de Haro Varela, 1835, Bairro Água Santa, Curitiba, SC conforme ata nº 003/2019 registrada sob nº, folhas ..., livro, em .. de de 2019, reuniram-se em Assembleia Geral Extraordinária especialmente convocada conforme ato 2085495 inscrito no Diário Oficial dos Municípios Catarinenses (DOM) do dia 11/07/2019, edição nº 2873, os representantes legais da Associação dos Municípios da Região do Contestado (AMURC): Senhora **Alessandra Aparecida Garcia**, Prefeita de Santa Cecília e Presidente da AMURC; **Roberto Molin de Almeida**, Prefeito de Ponte Alta do Norte e Vice Presidente da AMURC; **José Antonio Guidi**, Prefeito de Curitiba; **Sisi Blind**, Prefeita de São Cristóvão do Sul, e **Jair da Silva Ribeiro**, Prefeito de Frei Rogério. Conforme Edital de convocação, trata-se de Assembleia Extraordinária, convocada com o objetivo de analisar propostas de **alteração estatutária**, convocados nos termos dos **Art. 8º, I do Estatuto Social vigente**. Após constatado o quórum foi declarada aberta a sessão e passou-se à análise da reforma do Estatuto Social. A **AMURC** tem seus atos constitutivos Registrados sob nº 1845, às Folhas 292, no Livro A/04 (quatro) em 18/12/2009, com sua Primeira Alteração Estatutária Registrada sob nº 1858, às Folhas 308, no Livro A/04(quatro) em 05/02/2010, com sua Segunda Alteração Estatutária Registrada sob nº 2227, às Folhas 159, no Livro A/05(cinco) em 14/06/2012, com sua Terceira Alteração Estatutária Registrada sob nº 02527, às Folhas 459, no Livro A/005(cinco) em 03/12/2014 com sua Quarta Alteração Estatutária Registrada sob nº 2633 às Folhas 565, no Livro A/005(cinco) em 18/04/2016 e com sua Quinta Alteração Estatutária Registrada sob nº 002902, às Folhas 295, no Livro A-006 (seis) em 20/06/2018, todos no Cartório do Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Curitiba/SC. A Presidente da AMURC explanou sobre a necessidade da SEXTA Alteração Estatutária, visto que, na Quinta Alteração Estatutária não constou o tempo de Mandato de cada Diretoria Eleita. As alterações sugeridas, **foram aprovadas por unanimidade e constam no TÍTULO V – DA ORGANIZAÇÃO DA AMURC, CAPÍTULO I – DA ASSEMBLEIA GERAL . A vista das modificações ora ajustadas, consolida-se o ESTATUTO SOCIAL, com a seguinte redação:**

TÍTULO I – DA CONSTITUIÇÃO E OBJETIVOS**CAPÍTULO I – DA CONSTITUIÇÃO**

Art. 1º - A Associação dos Municípios da Região do Contestado, também denominada pela sigla AMURC, com sede na Rua Cornélio de Haro Varela, 1835, Bairro Água Santa, cidade de Curitiba – SC, é pessoa jurídica de direito privado, de natureza civil, sem fins econômicos, com prazo de duração indeterminada, visando o desenvolvimento e a integração administrativa, econômica e social dos Municípios que a compõem, regendo-se pelo presente Estatuto Social, pelo Código Civil Brasileiro e pelas disposições legais vigentes.

Art. 2º - Integram a AMURC os seguintes Municípios: CURITIBANOS, FREI ROGÉRIO, PONTE ALTA DO NORTE, SANTA CECÍLIA e SÃO CRISTÓVÃO DO SUL.

§ 1º - Poderão associar-se à AMURC todos os Municípios a serem criados por desmembramento dos seus associados e também aqueles que, comungando dos mesmos interesses, assim o pretenderem.

§ 2º - É requisito à admissibilidade, a aprovação em Assembleia Geral da AMURC.

Art. 3º - O Foro da AMURC será a Comarca de Curitiba, Santa Catarina.

Art. 4º - A AMURC atua em regime de íntima cooperação com as entidades congêneres e afins, bem como Órgãos Estaduais, Federais, Entidades Privadas e Mistas, Federação Catarinense dos Municípios – FECAM e Confederação Nacional dos Municípios – CNM.

CAPITULO II – DOS OBJETIVOS

Art. 5º - Respeitada a autonomia associativa municipalista e a defesa dos interesses gerais dos municípios e com fundamento no Artigo 114,§ 3º da Constituição de Santa Catarina, a AMURC tem por finalidade fortalecer a gestão administrativa e a capacidade operacional dos municípios visando o desenvolvimento econômico e social por intermédio da organização e assessoria política e técnica, com ênfase especial no que segue:

- I. Promover serviços de assessoria e organização no âmbito da modernização administrativa e gestão técnica dos serviços públicos municipais, com ênfase especial às demandas técnico-administrativas, assuntos de ordem tributária, comunicação, inovação tecnológica, treinamentos e aperfeiçoamento dos servidores;
- II. Promover, propor, coordenar e executar medidas à concretização do desenvolvimento regional integrado e sustentável e apoiar os interesses políticos das administrações municipais e que importem na melhoria da imagem e da representação dos entes associados, especialmente na defesa de políticas de integração, infraestrutura regional, desenvolvimento econômico e gestão eficiente;
- III. Promover, reivindicar, assessorar, elaborar e executar iniciativas para elevar as condições do bem estar econômico/social e cultural da população nos municípios associados, assegurando condições técnicas e operacionais, visando o desenvolvimento dos municípios associados;
- IV. Organizar equipes técnicas e colegiados de trabalho, visando a resolução de temas técnicos e políticos de interesse da AMURC, especialmente nas áreas de educação, cultura, turismo, saúde pública, assistência social, habitação e urbanismo, serviços, obras públicas, saneamento básico, transportes, comunicação, agropecuária, comércio, indústria e meio ambiente;
- V. Organizar e apoiar os meios necessários à realização de eventos, tais como seminários e congressos técnicos, cursos e treinamentos aos funcionários da AMURC e dos municípios associados;
- VI. Assegurar a realização de atividades de gestão tributária, especialmente no controle da legislação, organização de ferramentas de controle da gestão fiscal, inteligência fiscal e monitoramento das atividades relacionadas ao movimento econômico e incremento da receita própria;
- VII. Promover sempre que possível, ressalvadas as especificidades municipais, a uniformização das legislações municipais de interesse comum da Região da AMURC, e Cooperar com as Câmaras de Vereadores dos Municípios associados, na adoção de medidas legislativas que concorram para a melhoria administrativa e legal dos municípios;
- VIII. Promover parcerias e cooperação técnico-financeira com órgãos federais, estaduais e municipais e organizações congêneres e afins visando à realização dos objetivos da entidade, realizar convênios, acordos, contratos e parcerias de interesse da entidade e dos Municípios associados;
- IX. Organizar e manter campanhas publicitárias de orientação fiscal, educação ambiental, educação tributária, memória histórico-cultural e demais temas de interesse público e dos entes associados;

- X. Atuar, em conjunto com outras entidades representativas dos municípios, na adoção de medidas que concorram para a melhoria das administrações municipais;
- XI. Representar os Municípios junto aos demais entes e órgãos governamentais.

TITULO II – DO PATRIMÔNIO DA ENTIDADE

Art. 6º - Constituem Patrimônio da AMURC:

I – Bens móveis e imóveis;

II- Títulos diversos;

III- Recursos financeiros.

Art. 7º - Nenhum bem pertencente à AMURC poderá ser alienado sem a expressa autorização da Assembleia Geral, pelo voto da maioria absoluta.

Art. 8º - Em caso de dissolução da AMURC, e somente neste caso, o Patrimônio reverterá em benefício dos Municípios Associados, sendo rateados proporcionalmente ao montante dos recursos repassados pelos associados durante o tempo de filiação.

Parágrafo único – Eventuais bens móveis doados pelos associados reverterão ao doador.

TITULO III – DOS DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS

Art. 9º - Constituem direitos dos Associados:

I – Participar das Assembleias Gerais e discutir assuntos submetidos à apreciação dos associados;

II – Votar e ser votado;

III – Propor medidas que visem atender aos objetivos e interesses dos Municípios e ao aprimoramento da Associação;

Art. 10 - Constituem deveres:

I – Cumprir e fazer cumprir o Estatuto;

II – Acatar as determinações dos órgãos da AMURC;

III – Cumprir as obrigações e compromissos contraídos com a AMURC;

IV – Cooperar para a ordem, prestígio e desenvolvimento da AMURC e Municípios associados;

V – Comparecer às reuniões e Assembleias Gerais;

VI – Responder subsidiariamente pelas obrigações sociais da AMURC.

Art. 11 – A AMURC suspenderá seus serviços ao Município em atraso com contribuições por mais de 03 (três) meses.

Parágrafo único – O Município com mais de 06 (seis) meses em atraso com suas obrigações financeiras, por deliberação da Assembleia Geral, poderá ser desligado da AMURC.

Art. 12 - O associado poderá pedir o seu desligamento da AMURC a qualquer tempo, e, no caso de justa causa, será excluído mediante decisão da Assembleia Geral Extraordinária especialmente convocada para esse fim, assegurado o direito de ampla defesa.

TITULO IV – RECEITAS E DESPESAS DA ENTIDADE

Art. 13º - Os recursos financeiros da AMURC são provenientes:

I – Das contribuições financeiras mensais de cada Município, aprovadas em Assembleia Geral para o exercício seguinte;

II – Dos recursos consignados no Orçamento da União e do Estado;

III – Do Produto de Operações de Crédito ou Aplicações Financeiras;

IV – De recursos oriundos de Convênios com outras entidades;

V – De recursos de prestações de serviços técnicos a terceiros;

VI – De recursos eventuais que lhe forem atribuídos.

PARAGRAFO ÚNICO – As despesas serão realizadas de acordo com Plano de trabalho e proposta orçamentária aprovada pelo Conselho Deliberativo e referendada pela Assembleia.

TITULO V - DA ORGANIZAÇÃO DA AMURC

Art. 14º - A AMURC tem a seguinte estrutura organizacional:

I – Assembleia Geral;

II – Conselho Deliberativo;

III – Conselho Executivo;

IV – Conselho Fiscal.

CAPITULO I – DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 15º - A Assembleia Geral, instância máxima nas decisões da AMURC, é constituída pelos chefes dos Poderes Executivos dos Municípios Associados, sendo soberanas nas resoluções não contrárias a este Estatuto.

§ 1º. As decisões somente serão aprovadas, pelo voto de metade mais um de seus associados, com exceção das ocasiões em que é exigido quórum qualificado.

§ 2º. Para eleições de Diretoria, Alteração Estatutária, aprovação dos Orçamentos Anuais, dispensa ou contratação de Secretário Executivo, sanções à associados e alteração na forma de cálculo das contribuições, será exigido o voto de favorável de 2/3 ou mais de seus associados.

§ 3º. Os municípios terão individualmente direito a um voto na Assembleia Geral.

§ 4º. Somente terão direito a voto os prefeitos dos municípios associados.

Art. 16º - A Assembleia de Prefeitos será presidida pelo seu Presidente ou na sua falta pelo Vice-Presidente, eleitos em votação dentre seus membros, com mandato de 12 (doze) meses, facultada a reeleição por uma única vez.

§ 1º - A eleição do Presidente e Vice-Presidente da AMURC se dará por chapa, cuja inscrição constará os nomes dos candidatos a Presidente e Vice-Presidente e poderá ser apresentada até o início da assembleia geral convocada especialmente para esse fim.

§ 2º - A eleição poderá ser secreta ou por aclamação, desde que tenha a aprovação da maioria absoluta de seus membros.

§ 3º - A eleição e posse do Presidente e Vice-Presidente da Assembleia serão sempre realizadas no mês de fevereiro de cada ano.

Art. 17º - A Assembleia Geral da AMURC, reunir-se-á ordinariamente a cada semestre, e extraordinariamente sempre que convocada especificamente a esse fim, com antecedência mínima de 07 (sete) dias;

Parágrafo 1º - A Assembleia Geral Extraordinária será convocada:

I – Pelo Presidente do Conselho Executivo sempre que haja matéria importante para ser deliberada;

II – Pelo Conselho Deliberativo;

III - Pelo Conselho Fiscal; e

III – Mediante pedido escrito e fundamentado de no mínimo 1/3 (um terço) dos Associados.

PARAGRAFO 2º - No início de cada reunião da Assembleia, deverá ser lida, discutida e aprovada a ata da reunião anterior, sendo obrigatória a lista de presença.

Art. 18º - Compete a Assembleia Geral:

I – Alterar ou reformar o Estatuto Social da AMURC, nos termos da lei civil;

II – Aprovar o Regimento Interno, bem como suas alterações;

III – Eleger os membros do Conselho Deliberativo, Conselho Executivo e Conselho Fiscal;

IV – Destituir, nos termos da lei civil, os membros dos Conselhos;

V – Estabelecer as diretrizes e ações pertinentes à execução dos objetivos da AMURC, homologar planos de trabalho, relatórios de atividades, orçamento anual;

VI - deliberar sobre os assuntos que ensejaram sua convocação;

VII – Apreciar, anualmente, as contas da AMURC, em face do parecer do Conselho Fiscal;

VIII – Deliberar sobre os casos omissos no presente Estatuto e demais assuntos de interesse da AMURC.

Art. 19º - A Assembleia Geral ocorrerá na sua sede ou em qualquer dos Municípios Associados, cabendo ao Presidente do Conselho Executivo o comando dos seus trabalhos.

§ 1º. No impedimento do Presidente, e do Vice-Presidente do Conselho Executivo, a Assembleia Geral será dirigida pelo Presidente ou representante do Conselho Deliberativo.

§ 2º. Os representantes do Poderes Legislativos dos municípios associados poderão ser convidados a participar das assembleias, com poder opinativo, mas sem direito a voto.

Art. 20º - O Quórum exigido para a realização da Assembleia Geral deverá ser superior a 50% (cinquenta por cento) dos Municípios associados.

Art. 21º - As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria simples de votos dos Municípios Associados, ressalvadas as disposições da Lei Civil e do presente Estatuto.

Art. 22º - A participação na Assembleia Geral será franqueada a pessoas convidadas, sem direito a voto.

Art. 23º - A dissolução da AMURC deverá ser deliberada e aprovada em Assembleia Geral Extraordinária especialmente convocada para este fim, na qual se exigirá a presença de 2/3 (dois terços) dos associados.

DO CONSELHO DELIBERATIVO

Art. 24º - O Conselho Deliberativo da AMURC será constituído pelos prefeitos dos municípios associados que não fazem parte do Conselho Executivo.

Art. 25º - O Conselho Deliberativo escolherá dentre os seus membros o Presidente com mandato coincidindo com os presidentes dos Conselhos Executivos e Fiscal;

Art. 26º - O Conselho Deliberativo poderá ser convocado:

I – Por seu Presidente ou por 2/3 (dois terços) dos membros deste Conselho;

II – Pelo Presidente do Conselho Executivo ou por 2/3 (dois terços) dos membros deste Conselho;

III – Pelo Conselho Deliberativo ou por 2/3 (dois terços) dos membros deste Conselho;

IV - Pelo Conselho Fiscal ou por 2/3 (dois terços) dos membros deste Conselho;

V – Mediante pedido escrito e fundamentado de no mínimo 1/3 (um terço) dos Associados.

Art. 27º - Compete ao Conselho Deliberativo:

I – Deliberar sobre o Regimento Interno, o quadro de pessoal e o plano de trabalho;

II – Aquisição de bens imóveis, planos e projetos da AMURC;

III – Deliberar sobre convênios, termos de acordos e ajustes com entidades;

IV – Demais assuntos de interesse da Associação.

CAPITULO III – CONSELHO EXECUTIVO

Art. 28º - O Conselho Executivo será composto pelos seguintes membros:

I – Presidente;

II - Vice-Presidente;

III – Secretário Executivo,

Art. 29º - O mandato do Conselho Executivo será de um ano para Presidente e vice, podendo ser reeleitos por igual período, e os demais cargos do Conselho conforme previsto no Regimento Interno;

Art. 30º - Compete ao Conselho Executivo:

§ 1º – Como órgão colegiado:

I – Elaborar o Regimento Interno, quadro de pessoal, planos de cargos e salários, plano de trabalho e submeter à apreciação do Conselho Deliberativo;

II – Fazer cumprir os Assuntos relativos aos objetivos da AMURC;

§ 2º – Compete ao Presidente do Conselho Executivo:

I – Convocar e Presidir a Assembleia Geral da AMURC;

II – Representar judicial, extrajudicialmente e administrativamente a AMURC;

III - Firmar convênios, acordos ou contratos com entidades públicas e privadas;

IV – Supervisionar os serviços da AMURC, assegurando a eficiência dos mesmos;

V – Encaminhar e executar proposições da Assembleia Geral da AMURC;

VI – Constituir grupos de trabalho fixando seus objetivos específicos e duração;

VII – Convidar técnicos de órgãos estaduais, federais e entidades privadas e profissionais liberais para participarem dos grupos previstos no item anterior;

VIII – Contratar e demitir empregados, após aprovação da Assembleia Geral;

IX – Supervisionar a administração do patrimônio da AMURC;

X – Receber e encaminhar as proposições dos Municípios membros;

XI – Contratar serviços de assessoria;

XII – Prestar contas anualmente à Assembleia Geral, através do balanço e relatório de sua gestão administrativa e financeira;

XIII – Representar os municípios associados;

XIV - Responsabilizar-se pelas demais demandas inerentes à função diretiva.

CAPITULO IV – DO CONSELHO FISCAL

Art. 31º - O Conselho Fiscal é composto por 05 (cinco) integrantes, e será composto, preferencialmente por profissionais da área contábil, sendo um de cada município associado, indicados pelos respectivos chefes do Poder Executivo.

Art. 32º - O mandato dos membros do Conselho Fiscal terá idêntica duração ao dos demais conselhos.

Art. 33º - Compete ao Conselho Fiscal:

I – Eleger o seu Presidente;

II – Acompanhar os balanços periódicos e assessorar a Secretaria Executiva em matéria financeira;

III – Examinar o balanço financeiro anual e emitir parecer que será submetido à aprovação da Assembleia Geral;

IV – Zelar por regras de transparência financeira e contábil, promovendo o amplo acesso aos relatórios e informações financeiras da AMURC.

TITULO VI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DA ENTIDADE

Art. 34º - Os cargos do Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e o Presidente e Vice Presidente do Conselho Executivo não serão remunerados;

Art. 35º - O exercício financeiro/fiscal coincidirá com o ano civil.

Art. 36º - Cada Município reconhecerá em Lei especial sua condição de membro da AMURC, obrigando-se ao cumprimento fiel do presente Estatuto.

Art. 37º - É vedado à AMURC envolver-se em assuntos que não estejam de acordo com os seus objetivos, especialmente os de ordem político-partidários e ou religiosos.

Art. 38º - Qualquer município associado poderá desfilhar-se da AMURC mediante decisão registrada, sendo que a decisão do afastamento não exime o município de recolher as importâncias devidas até a data da respectiva desfiliação.

Parágrafo Único – A solicitação de afastamento deverá ser feita com antecedência mínima de 120 dias (cento e vinte). Durante esse prazo o solicitante deverá manter cumpridas as obrigações associativas.

Art. 39º - Os casos omissos do presente Estatuto serão resolvidos pela Diretoria Executiva, *ad referendum* da Assembleia Geral, com fundamento da Lei Civil vigente.

Art. 40º - A presente alteração do Estatuto Social entrará em vigor a partir da data de sua aprovação pela Assembleia Geral.

Curitiba, 14 de maio de 2018.

Alessandra Aparecida Garcia
Presidente

848.094.859-00

Roberto Molin de Almeida

Vice Presidente

769.697.709-15

José Antônio Guidi

Conselho Deliberativo

352.219.259-15

Sisi Blind

Conselho Deliberativo

CPF – 538.607.219-68

Jair da Silva Ribeiro

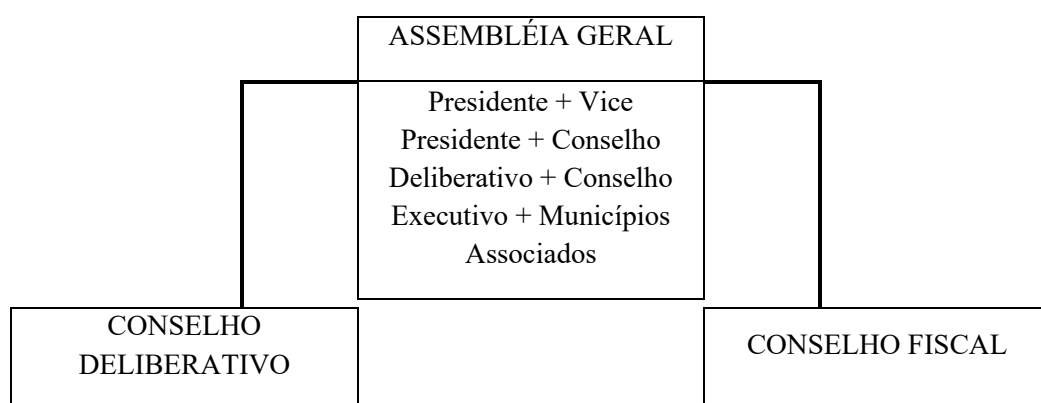
Conselho Deliberativo

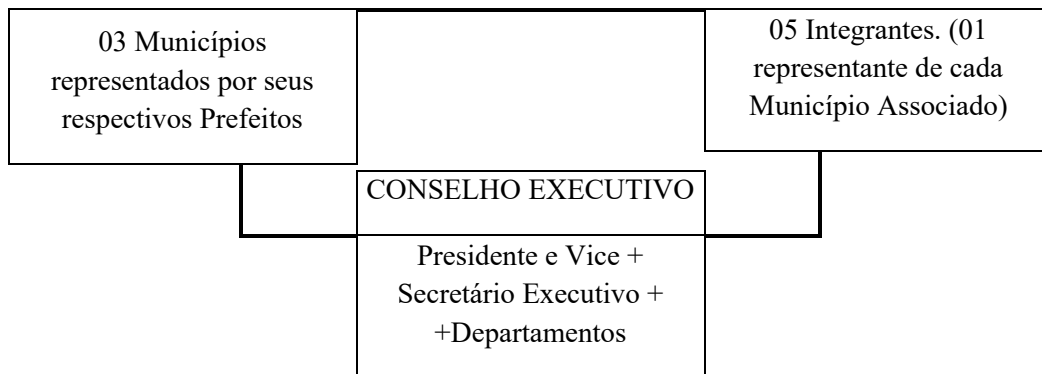
CPF - 528.389.789-34

Valdir Angelo Tagliari

Secretário Executivo/Tesoureiro

090.335.640-68

ORGANOGRAMA FUNCIONAL DA AMURC



Nº	Deliberativo	Nº	Executivo	Nº	Fiscal
1	Prefeito 1	1	Prefeito 4	1	Indicado
2	Prefeito 2	2	Prefeito 5	2	Indicado
3	Prefeito 3		Técnic o	3	Indicado
		3	Executivo	4	Indicado
			Técnic o		Indicad o
		4	Secretario	5	
			Técnic o		
		5	Tesoureiro		

EDITAL 05-2019

Publicação Nº 2216558

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO 005/2019
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA AMURC**

Alessandra Aparecida Garcia, Presidente da Amurc, em conformidade com os termos legais do Estatuto Social, CONVOCA todos os prefeitos dos municípios associados para, a realização de ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA AMURC, a realizar-se no dia 12 de novembro de 2019, a partir das 8:30, na sala de reuniões da Amurc, cita a Rua Cornélio de Haro Varela, 1835, Água Santa, Curitiba-SC, com a seguinte ordem do dia:

1. Assembleia FECAM;
2. EGEM;
3. Compras e Contratações;
4. Capacitação Conselheiros Tutelares;
5. Demonstrativo Financeiro;
6. Aniversário AMURC 10 Anos;
7. Aris/ Aresc;
8. Assuntos diversos.

Curitiba, SC, 05 de Novembro de 2019.

Alessandra Aparecida Garcia
Presidente da Amurc

FECAM

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Publicação Nº 2216797

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

KNEWIN – INTELIGÊNCIA EM RECUPERAÇÃO DE INFORMAÇÃO S.A, sediada na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Rua Cônego Bernardo, 101, Edifício Meridian Office, Sala 506, Trindade, CEP 88.036-570, CNPJ 13.106.352/0001-78, representada na forma de seu Estatuto Social, adiante denominada simplesmente como a "CONTRATADA"; e

Federação Catarinense de Municípios, sediada na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Rua General Liberato Bittencourt, 1885, sala 1310 do Centro Executivo Imperatriz, CEP 88075-010, inscrita sob o CNPJ 75.303.982/0001-90, adiante denominada simplesmente como a "CONTRATANTE".

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Contrato consiste no licenciamento pela CONTRATANTE de plataforma digital de monitoramento de conteúdo de propriedade da CONTRATADA nos termos comerciais devidamente especificados no ANEXO I.

2. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. As informações disponibilizadas na plataforma digital da CONTRATADA serão armazenadas em nuvem, motivo pelo qual fica ciente desde já a CONTRATANTE que a CONTRATADA não tem qualquer responsabilidade no caso de acessos por terceiros não autorizados a quaisquer informações da mesma que gerem vazamento, alteração ou perda de dados.

2.1.1. O servidor pode ficar fora do ar e as informações deixarão de ser enviadas, caso em que a CONTRATADA não poderá ser responsabilizada por qualquer prejuízo sofrido pela CONTRATANTE desde que a inacessibilidade ocorra por prazo razoável.

2.1.2. A CONTRATADA não se responsabiliza pelos prejuízos sofridos pela CONTRATANTE quando esta não conseguir acessar seu próprio sistema, por falhas de Internet ou equipamentos.

2.1.3. A CONTRATADA não se responsabiliza por informações capturadas que eventualmente possam trazer qualquer prejuízo ou problema para a CONTRATANTE.

2.1.4. A CONTRATADA não está responsável por capturar informações de sites que contenham proteção. Caso seja do interesse da CONTRATANTE capturar informações de sites protegidos, deverá a mesma obter, por sua conta, os devidos acessos.

2.1.5. A CONTRATANTE fica ciente de que a CONTRATADA tem acesso às suas informações decorrentes da prestação de serviço, autorizando desde já que a mesma acesse tais dados quando necessário, incluindo, mas não se limitando, para a realização de alteração na plataforma, suporte técnico ou mapeamento de dados.

2.2. As partes poderão realizar reuniões periódicas, por telefone, com a equipe da CONTRATANTE

para levantamento dos assuntos em evidência.

3. DO PRAZO E DA RESCISÃO

3.1. O período de vigência do presente instrumento será de 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura.

3.2. A CONTRATANTE poderá rescindir este instrumento, independentemente de denúncia prévia, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, sem que assista à CONTRATADA qualquer direito à reclamação ou indenização, caso ocorra:

a) O descumprimento de qualquer cláusula ou condição deste contrato pela CONTRATADA, que devidamente notificada pela CONTRATANTE, não for sanada no prazo de 07 (sete) dias corridos;

b) Conhecimento de fatos ou circunstâncias que desabonem a idoneidade comercial da CONTRATADA ou comprometam a sua capacidade econômica, financeira ou técnica; e

c) Insolvência, recuperação judicial, extrajudicial ou declaração de falência da CONTRATADA.

3.3. A CONTRATADA poderá rescindir este instrumento, independentemente de denúncia prévia, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, sem que assista à CONTRATANTE qualquer direito à reclamação ou indenização, caso ocorra:

a) Atrasos frequentes e/ou superior a 15 (quinze) dias no pagamento mensal e/ou do reembolso de despesas extras previamente autorizadas pela CONTRATANTE;

b) Conhecimento de fatos ou circunstâncias que desabonem a idoneidade comercial da CONTRATANTE ou comprometam a sua capacidade econômica, financeira ou técnica; e

c) Insolvência, recuperação judicial, extrajudicial ou declaração de falência da CONTRATANTE.

3.4. O presente contrato poderá também ser rescindido imotivadamente por quaisquer das Partes, mediante comunicação simples, por escrito (e-mail cadastrado pela CONTRATANTE), de uma a outra Parte, com 48 (horas) de antecedência, sem que isso gere direito a qualquer tipo de indenização.

4 DA RENOVAÇÃO

4.1 O presente instrumento será renovado automaticamente após o prazo de 12 meses, podendo ser rescindido imotivadamente nos mesmos termos da Cláusula 3.4.

5 DA REMUNERAÇÃO E PAGAMENTO

5.1 Pelos serviços prestados, a CONTRATADA fará jus ao valor mensal e respectiva data de vencimento, conforme ANEXO I, no mês vigente ao mês trabalhado mediante o envio da Nota Fiscal/Fatura.

5.2 O não cumprimento do prazo previsto na cláusula 5.1. acima, sujeitará a CONTRATANTE ao pagamento de multa equivalente a 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, corrigido monetariamente pelo IGP-M apurado pela FGV, bem como juros de mora de 1% (um por cento) ao mês.

5.3 O valor contratado, descrito no ANEXO I, será atualizado anualmente de acordo com a variação acumulada do IGP-M/FGV nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao do reajuste, desde que positiva.

6 DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

6.1 A CONTRATADA providenciará profissionais adequados para a realização dos serviços ora contratados, se responsabilizando pela sua adequação, locação, métodos e presteza, quer perante a CONTRATANTE, quer perante terceiros.

6.2 A CONTRATADA se responsabiliza pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, securitárias e fundiárias dos seus profissionais, especialmente, salários, impostos e contribuições, comprometendo-se, inclusive, a cumprir convenção coletiva de trabalho a que estiver vinculada, isentando a CONTRATANTE de qualquer vínculo ou responsabilidade de qualquer natureza.

7 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 Definir um único ponto focal, área ou pessoa, onde serão centralizados os contatos com a CONTRATADA para acompanhamento das atividades, conforme informações constantes do ANEXO I.

7.2 Efetuar os pagamentos pactuados, valores, formas e datas, na cláusula terceira do presente instrumento.

7.3 A CONTRATANTE se responsabiliza pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, securitárias e fundiárias dos seus profissionais, isentando a CONTRATADA de qualquer vínculo ou responsabilidade de qualquer natureza.

8 DA CONFIDENCIALIDADE

8.1 As partes concordam em não divulgar, sob as penas da lei, a qualquer momento, durante ou após o prazo deste instrumento, qualquer informação confidencial, oral ou escrita, de propriedade da outra parte às quais tenha acesso. Tais disposições não se aplicam à informação que: (1) as partes comprovadamente tinham conhecimento antes de sua divulgação pela outra parte; (2) seja ou se torne de domínio público, sem que

haja violação de qualquer disposição relativa a sigilo por parte de qualquer das partes;

(3) seja recebida de terceiros que detenham o direito de divulgar tal informação, sem violação ao presente Contrato; (4) seja comprovadamente obtida ou desenvolvida de maneira independente, e (5) seja divulgada em razão de decisão judicial, sobre a qual não caiba recurso com efeito suspensivo.

8.2 Entender-se-á por "informações confidenciais" todo e qualquer documento e/ou informação de natureza sigilosa, divulgado (de forma verbal, escrita, digital ou por qualquer outro meio direto ou indireto) por sócios, diretores, empregados de qualquer das partes ou qualquer uma das pessoas físicas e/ou jurídicas a ela vinculadas, aos sócios, empregados, administradores, diretores, gerentes, profissionais, subcontratados e prepostos da outra parte, ou qualquer uma das pessoas físicas e/ou jurídicas a ela vinculadas, antes, durante ou após a presente data, inclusive, mas não se limitando àquelas referentes aos clientes, fornecedores, preços, estratégias comerciais, planos, relatórios, processos, inventos, marcas, patentes, modelos de invenção, know how e outros direitos de propriedade industrial, produtos, planos e projetos relacionados, direta ou indiretamente, à parte, suas atividades ou a qualquer uma das pessoas físicas e/ou jurídicas a ela vinculada.

8.3 Considerando o fato de a CONTRATANTE ser mantida essencialmente por recursos públicos, advindos dos municípios catarinenses, subsiste a obrigação de dar transparência no que concerne à despesas financeiras do presente contrato, motivo pelo qual as partes executam a proposta comercial e o presente termo contratual da confidencialidade de que trata o item 8 (oito) e seus subitens, autorizando a publicação destes.

8.4 A parte que descumprir, por si e/ou seus empregados e prepostos a obrigação de sigilo ora pactuada, ficará obrigada a indenizar a parte prejudicada pelas perdas e danos porventura sofridos.

8.5 As partes se obrigam a cientificar expressamente todos os seus empregados, prepostos e terceiros porventura por ela contratados sobre o caráter sigiloso das informações, tomando todas as medidas necessárias para que tais informações sejam divulgadas tão somente àqueles que necessitem ter acesso a elas, para os propósitos deste Contrato, comprometendo-se a fazer com que estes empregados ou terceiros contratados firmem Termos de Sigilo com restrições idênticas àquelas aqui previstas.

8.6 Não obstante o acima disposto, ainda que encerrado o presente instrumento, as obrigações de confidencialidade dispostas na presente Cláusula 8 e permanecerão válidas pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados do término do vínculo contratual originado pela assinatura do presente Contrato entre as Partes.

9 USO DE IMAGEM

9.1 A CONTRATANTE autoriza de forma gratuita neste ato a CONTRATADA a utilizar de todos os elementos de identidade visual daquela, para a divulgação dos serviços prestados por esta. Por sua vez a CONTRATADA compromete-se neste ato a utilizar-se dos referidos elementos conforme a legislação vigente e bem como

respeitando e reservando os segredos técnicos da CONTRATANTE, nos termos da Cláusula 8 acima.

9.2 A autorização supra tem prazo de 1 (um) ano, podendo ser renovado automaticamente por igual período caso não haja manifestação contrária com 30 (trinta) dias de antecedência.

9.3 A CONTRATANTE poderá resilir unilateralmente a autorização do uso de imagem no caso de uso indevido dos elementos de identidade visual desta, desde que notifique a CONTRATADA, por escrito, com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias e estes não tomem as medidas necessárias para sanar o uso indevido apontado pela CONTRATANTE.

10 DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

10.1 O programa de computador utilizado no serviço prestado à CONTRATANTE, tal como opção selecionada no ANEXO I é propriedade exclusiva da CONTRATADA, composto por programas fontes, códigos executáveis, documentação de código, nisto incluindo a propriedade intelectual e industrial sobre o mesmo, nos termos da legislação aplicável, em especial, mas não se restringindo, a Lei 9.609/98, Artigo 4º "caput", e qualquer outra que venha a substituí-la e não contrarie o lá preceituado, podendo a CONTRATADA, com exclusividade, usar, dispor, gozar e usufruir, junto a quem de direito, independentemente de qualquer tipo de autorização de terceiros.

10.2 Em razão do acesso decorrente deste contrato, a CONTRATANTE não poderá utilizar, reproduzir, permitir que o mesmo seja reproduzido, ou comercializar em conjunto ou isoladamente todos e quaisquer componentes do programa de propriedade da CONTRATADA, exceto conteúdo noticioso (notícias e vídeos), que estarão desimpedidos e autorizados pela CONTRATADA para utilização, reprodução e comercialização da CONTRATANTE.

10.3 Caso a CONTRATANTE descumpra o previsto nas disposições da Cláusula 9, ficará a mesma sujeita à legislação civil e criminal acerca da utilização indevida de programas de computadores, na forma da Lei 9.609/98, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos causados à CONTRATADA em decorrência do uso indevido do software.

11 FORO

11.1 As partes elegem o Foro da Comarca de Florianópolis/SC para que sejam dirimidas eventuais questões decorrentes do presente instrumento.

Florianópolis, 26 de Agosto de 2019

KNEWIN INTELIGÊNCIA EM RECUPERAÇÃO DE INFORMAÇÃO S.A.

CONTRATADA

Federação Catarinense de Municípios

CONTRATANTE

DADOS CADASTRAIS DO CONTRATANTE

Nome empresarial	Federação Catarinense de Municípios
Nome comercial	FECAM
CNPJ	75.303.982/0001-90
Inscrição estadual	Dispensada
Inscrição municipal	isenta
Endereço	Rua General Liberato Bittencourt nº 1885, sala 1310 do Centro Executivo Imperatriz - CEP: 88075-010 - Florianópolis - Santa Catarina
Responsável por assinar o contrato	Rui Braun
E-mail do responsável pelo contrato	diretor@fecam.org.br
Telefone de contato do responsável pelo contrato	(48) 3221-8800

SERVIÇOS CONTRATADOS

Produto	Plano	Valor para pagamento mensal
Knewin News + Multimidia	<ul style="list-style-type: none">- Plataforma de monitoramento de notícias impressas e online em mais de 1 milhão de mídias, disponíveis no mailing de captura da Knewin (http://fontes.knewin.com).Incluso a geração de newsletter, relatórios, criação de alertas e 3 (três) usuários;- Monitoramento de notícias de Rádio e TV. Programação nacional e regional inclusas, de acordo com mailing monitorado pela Knewin.	R\$ 1.200,00

DADOS DO FINANCEIRO

Nome do responsável pelo financeiro	Kelly Ribeiro
Telefone do responsável pelo financeiro	(48) 3221 - 8800
E-mail para recebimento de notas fiscais	contabilidade@fecam.org.br
Data para pagamento mensal	14º dia de cada mês

Qualquer modificação nos dados deste Anexo deverá ser comunicada à KNEWIN com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos com relação à data em que a modificação entrar em vigor.

TERMO CONTRATUAL N. 001/2019

Publicação Nº 2216764

PROCESSO DE CONTRATAÇÃO FECAM n. 014/2019

TERMO CONTRATUAL n. 001/2019

Contrato de honorários advocatícios que a FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS celebra com MENEZES NIEBUHR ADVOGADOS ASSOCIADOS, para a atuação especializada em reclamatória trabalhista.

Pelo presente instrumento particular, e na melhor forma de direito, as partes, a saber:

CONTRATANTE: FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS - FECAM, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, CNPJ n. 75.303.982/0001-90, sediada na Rua General Liberato Bittencourt, n. 1885, sala n. 1310, bairro Canto, Florianópolis, SC, neste ato seu Diretor Executivo, o Sr. RUI CARLOS BRAUN, CPF n. 621.152.199-53; e

CONTRATADA: MENEZES NIEBUHR ADVOGADOS ASSOCIADOS, sociedade inscrita na OAB/SC sob o nº 1046/2005, CNPJ n. 07.857.617/0001-77, sediada na Rodovia José Carlos Daux (SC 401), n. 4.756, Office Park, Bloco 2, Ático, Florianópolis, SC, CEP 88032-005, neste ato representada pela sócia, a Sra. JANINE GERENT MATTOS LEHMKUHL, OAB/SC n. 23.337;

Têm entre si justo e acordado o presente CONTRATO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, que será regido pelas cláusulas e condições a seguir dispostas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente contrato consiste na prestação de serviços advocatícios em defesa dos interesses da CONTRATADA no âmbito do Processo Trabalhista n. 0000013-96.2019.5.12.0026, a partir da citação da reclamada até a sentença de 1º grau, especialmente no que concerne a:

1.1.1 Definição de estratégias processuais;

1.1.2 Seleção de documentos;

1.1.3 Reuniões;

1.1.4 Elaboração de peças;

1.1.5 Acompanhamento presencial em audiências e perícias;

1.1.6 Participação em reuniões e tratativas de composição de litígio, conforme estratégia a ser validada; e

1.1.7 Controle mensal de contingência e passivo trabalhista.

CLÁUSULA SEGUNDA - REMUNERAÇÃO

2.1 A CONTRATANTE pagará o valor único e certo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), de forma parcelada, à razão de:

2.1.1 Dois mil reais (R\$ 2.000,00) referentes à análise de documentos, estudos e atuação na audiência de conciliação, que serão pagos ao final dessa fase mediante apresentação da respectiva nota fiscal de serviços corretamente preenchida.

2.1.2 Oito mil reais (R\$ 8.000,00) referentes à atuação da CONTRATADA na elaboração de estratégia de defesa, elaboração da peça de defesa, elaboração da estratégia processual probatória, eleição de testemunhas, realização de audiência de instrução e representação de alegações finais, que serão pagos no momento da apresentação da defesa, mediante a apresentação pela CONTRATADA da respectiva nota fiscal de serviços corretamente preenchida.

2.2 Os pagamentos serão realizados por meio de transferência bancária, da conta corrente da CONTRATANTE para a conta corrente da CONTRATADA, cujos dados bancários deverão constar no corpo da respectiva nota fiscal.

2.2.1 Alternativamente, a CONTRATADA poderá apresentar boleto bancário de cobrança juntamente com a respectiva nota fiscal, sendo certo que o pagamento do boleto é ato de quitação da obrigação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DESPESAS

3.1 Todos os custos com serviços acessórios ou de terceiros, não compreendidos na efetiva prestação de serviços advocatícios, tais como reprodução e digitalização de documentos, honorários periciais, serviço postal e demais custos relacionados à perfeita execução do presente contrato, serão arcados pela CONTRATANTE, seja por pagamento direto aos terceiros ou mediante reembolso.

CLÁUSULA QUARTA - VIGÊNCIA E RESCISÃO

4.1 Este contrato tem vigência até o adimplemento das obrigações ajustadas e pode ser rescindido a qualquer tempo, por qualquer das partes, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias, por escrito e com comprovante de entrega.

4.1.1 Na hipótese de haver rescisão antecipada, a CONTRATANTE fica obrigada a pagar somente valor relativo a serviço já demandado, após à entrega deste pela CONTRATADA.

CLÁUSULA QUINTA – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS

5.1 A CONTRATADA declara, sob pena de rescisão por justa causa da presente contratação e sem prejuízo da aplicação de sanções adicionais admitidas pelo ordenamento jurídico pátrio, que não se enquadra nos motivos impeditivos de contratação expressos no REGULAMENTO DE CONTRATAÇÕES da FECAM (Anexo Único da Resolução FECAM 011/2016), especialmente no que se refere a:

Art. 16. Não poderão participar das contratações para aquisição de bens ou serviços pela FECAM:

I - as pessoas físicas que detenham vínculo trabalhista com a FECAM, bem como os membros do Conselho Deliberativo, Executivo Fiscal da FECAM;

II - as pessoas físicas com relação de parentesco em relação àquelas expressas no inciso anterior, até o terceiro grau, em linha reta ou colateral, consanguíneo ou por afinidade, bem como cônjuge ou companheiro;

III - as pessoas jurídicas cujos poderes de administração sejam exercidos por quaisquer das pessoas físicas expressas nos incisos anteriores.

IV - as pessoas físicas ou jurídicas impedidas de contratar com a FECAM decorrente de penalidade aplicada previamente.

CLÁUSULA SEXTA – PUBLICAÇÃO

6.1 Considerando o fato de a CONTRATANTE ser mantida essencialmente por recursos públicos, advindos dos municípios catarinenses, subsiste a obrigação de dar transparência a todos os termos da presente contratação, motivo pelo qual as partes autorizam a publicação integral do presente instrumento, bem como dos demais documentos que compõe os autos do respectivo processo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1 A responsabilidade da CONTRATADA e/ou de seus profissionais por qualquer dano à CONTRATANTE e às partes a ela relacionadas que possa aos primeiros ser atribuído em razão da execução ou inexecução do objeto deste contrato terá o valor de eventual indenização limitado ao valor total de honorários recebidos pela CONTRATADA até a data do evento danoso.

7.2 É obrigação da CONTRATANTE, sempre que solicitado, entregar, fornecer ou disponibilizar à CONTRATADA todos os documentos necessários, provas, informações e subsídios, em tempo hábil, para que esta possa cumprir o objeto do presente contrato. Qualquer omissão ou negligência por parte da CONTRATANTE será de sua inteira responsabilidade, caso advenha algum prejuízo a seus interesses.

7.3 Quando a CONTRATADA ou a natureza da causa demandarem outras providências que exijam dos advogados a prestação de serviços não compreendidos no objeto deste contrato e que não estejam englobados por outro contrato específico celebrado entre as Partes, caberá à CONTRATANTE remunerá-la em adição ao aqui pactuado, aplicando-se, para definição dos valores devidos, aqueles estipulados pela Tabela de Honorários da OAB/SC.

7.4 Todos os valores aqui estipulados serão reajustados anualmente, com base na variação do valor da URH determinada pela OAB/SC.

7.5 As partes elegem o foro da Comarca de Florianópolis, SC, para dirimir eventuais dúvidas e litígios oriundos do presente contrato. Em razão das partes terem discutido, lido e tomado ciência de todo o conteúdo desse instrumento, entendendo e compreendendo o alcance de todas as suas cláusulas e termos, com as quais concordam sem ressalvas, estas declaram-se justas e contratadas, firmando o presente contrato na presença em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Florianópolis, SC, 11 fevereiro de 2019.

RUI CARLOS BRAUN
Diretor Executivo da FECAM

JANINE G. M. LEHMKUHL
Menezes Niebuhr Advogados Associados

Testemunhas:

1) _____
Nome: _____
CPF: _____

2) _____
Nome: _____
CPF: _____

TERMO CONTRATUAL N. 005/2019

Publicação Nº 2216765

PROCESSO DE CONTRATAÇÃO FECAM n. 075/2019

TERMO CONTRATUAL n. 005/2019

Contrato de serviços de capacitação dos integrantes do Colegiado de Consórcios Públicos ligados à FECAM, para a implementação dos procedimentos e etapas necessários à constituição de uma Comunidade de Prática, celebrado com a empresa RC2 Consultoria e Treinamento Ltda.

Pelo presente instrumento particular, e na melhor forma de direito, as partes, a saber:

CONTRATANTE: Federação Catarinense de Municípios - FECAM, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, CNPJ 75.303.982/0001-90, sediada na Rua General Liberato Bittencourt, n. 1885, sala n. 1310, bairro Canto, Florianópolis, SC, neste ato representada pelo seu Diretor Executivo, o Sr. RUI BRAUN, CPF 621.152.199-53; e

CONTRATADA: RC2 Consultoria e Treinamento Ltda., CNPJ 07.899.373/0001-95, sediada na Rua Padre Manoel da Nóbrega, 1981, Curitiba, PR, neste ato representada pela sua Diretora Administrativa, a Sra. Lucila Mara Dambiski de Carvalho, CPF 553.178.479-15;

Considerando a solicitação de apoio institucional e de co-financiamento a projeto visando a criação de uma Comunidade de Prática, essencialmente destinada a capacitar agentes para imprimir maior eficiência e qualidade nos serviços de competência dos Consórcios Públicos de Santa Catarina, subscrita pelo Presidente do Colegiado de Consórcios Públicos e destinada ao Diretor Executivo da FECAM;

Têm entre si justo e acordado o presente CONTRATO DE SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO, regido pelas cláusulas e condições a seguir dispostas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente contrato os serviços de capacitação dos integrantes do Colegiado de Consórcios Públicos ligados à FECAM, para a implementação dos procedimentos e etapas necessários à constituição de uma Comunidade de Prática.

1.1.1 Objetivos específicos:

1.1.1.1 Desenvolver entre os participantes, o nivelamento conceitual sobre os temas Gestão da Informação e Gestão do Conhecimento por meio de Workshop;

1.1.1.2 Assessoramento no desenvolvimento de uma Comunidade de Prática Presencial e/ou Virtual.

CLÁUSULA SEGUNDA – PÚBLICO ALVO DOS SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO OBJETO DO PRESENTE CONTRATO

2.1 Integrantes, colaboradores e convidados da FECAM, até um limite de 35 (trinta e cinco) participantes.

CLÁUSULA TERCEIRA - PRINCIPAIS ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS SOB RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

3.1 Primeira etapa: Treinamento - Nivelamento conceitual.

3.1.1 Metodologia: workshop presencial com duração de 8 horas.

3.1.1.1 Conteúdo: Gestão da Informação; Gestão do Conhecimento; Práticas de Gestão do Conhecimento; Conceito e fundamentação de Comunidades de Prática; Cases de Comunidades de Prática; Aspectos de implementação de Comunidades de Prática; Cuidados na implementação de Comunidades de Prática; Referencial bibliográfico para aprofundamentos.

3.2 Segunda etapa: orientações e acompanhamento das fases de estruturação e desenvolvimento do projeto da Comunidade de Prática.

3.2.1 Metodologia: reuniões semanais com duração de uma hora, pelo período de 30 (trinta) dias, com os integrantes do Colegiado de Consórcios Públicos indicados para o desenvolvimento do projeto, a distância, via Skype ou ferramenta de vídeo conferência similar;

3.2.2 Fases e atividades específicas:

3.2.2.1 Estabelecimento do ambiente: Avaliação da disponibilidade de estrutura tecnológica; Apresentação da forma de utilização de uma plataforma para a estruturação da Comunidade;; Apresentação das ferramentas e recursos tecnológicos que a Comunidade deve fazer uso para gerar interação entre os membros;

3.2.2.2 Estruturação inicial da Comunidade: Apresentação dos elementos do ambiente virtual para a Comunidade; Apresentação da melhor forma de suporte tecnológico e hospedagem; Apresentação do conjunto de membros ativos e periféricos a comunidade e seu nível de participação.

3.2.2.3 Estabelecimento das interações de compartilhamento de conhecimento: Apresentação de proposta de ferramentas de interação e compartilhamento de conhecimento, integrando mensagens eletrônicas; Apresentação das definições de informações para compor o perfil dos membros; Apresentação de recursos facilitadores de interação, como por exemplo, reuniões virtuais, fóruns de discussão e chats.

3.2.2.4 Elementos estruturantes da Comunidade: Orientação da definição dos especialistas e líderes da comunidade; Orientação da definição da agenda de trabalho virtual/presencial; Orientação da rotina do grupo e interações virtual/presencial; Apresentação das formas de engajamento dos membros por meio de eventos virtuais (webinar) e presencias (workshops bimestrais).

3.2.2.5 Dimensões da Comunidade: Apresentação das formas de engajamento de membros externos, especialistas para auxiliar em temas de relevância para o grupo; Apresentação das formas de engajamento de todo o grupo, na comunidade, sendo por meio de divisão de tarefas, ferramentas de elaboração de conteúdos colaborativamente (Wiki); Apresentação das formas de elaboração, sistematização e organização do conhecimento da comunidade: glossário, banco de insights, registro dos encontros virtuais/presenciais, repositório pessoal e do grupo.

3.2.3 Acompanhamento da Comunidade: A CONTRATADA fará acompanhamento virtual mensal, através de seu pessoal, das atividades da Comunidade, envolvendo a dedicação de 10 (dez) horas mensais de acompanhamento por um período de 8 (oito) meses, contado a partir do início do projeto.

CLÁUSULA QUARTA - RECURSOS HUMANOS DA CONTRATADA QUE PRESTARÃO SERVIÇOS NO ÂMBITO DO PROJETO

4.1 Pesquisadores/consultores da CONTRATADA:

4.1.1 Pesquisador e consultor Prof. Hélio Gomes de Carvalho, Dr. Eng., Professor e pesquisador especialista em Inovação e Gestão do Conhecimento. Currículo Lattes completo disponível em:

<http://lattes.cnpq.br/4184013516110438>;

4.1.2 Pesquisadora e consultora Profa. Helena Nunes Silva, Dra. Eng. É bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Santa Catarina (1978), mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná (1996) e doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (2004). Currículo Lattes completo disponível em:

https://www.cnpq.br/cvlattesweb/pkg_impvcv.trata

4.1.3 Outros pesquisadores convidados (especialistas nos temas de atuação (Comunidades de Prática, Gestão Pública, Business Intelligence e Repositórios, respectivamente), considerando as necessidades específicas ao longo do projeto.

CLÁUSULA QUINTA – PESSOAL A SER INDICADO PELA CONTRATANTE PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

5.1 A CONTRATADA indicará pessoas para o desenvolvimento do projeto, preferencialmente integrantes do Colegiado de Consórcios Públicos, as quais a representarão, realizarão atividades e tomarão decisões necessárias à implantação.

5.1.1 As pessoas citadas no item 5.1 serão nominadas na primeira reunião de trabalho do grupo.

CLÁUSULA SEXTA – RECURSOS DE INFRAESTRUTURA

6.1 A CONTRATANTE se compromete a ceder a estrutura física da sua sede, bem como seus recursos tecnológicos, a medida do possível, para os encontros necessários dos integrantes do grupo, desde que realizada reserva de espaço e equipamentos com antecedência razoável.

6.1.1 Também poderão ser utilizadas outras estruturas físicas e equipamentos não pertencentes à CONTRATANTE, conforme o grupo de participantes definir como mais adequado, a exemplo da estrutura física e equipamentos de propriedade dos Consórcios Públicos.

6.2 Demais recursos tecnológicos necessários para a implantação e manutenção da Comunidade de Prática, como por exemplo, a plataforma de hospedagem, caso não puderem ser supridas pelos recursos e estruturas próprios da FECAM ou dos Consórcios Públicos participantes, serão objeto de análise e discussão preliminar caso implicarem em aumento de despesa financeira.

CLÁUSULA SÉTIMA – PREÇO DOS SERVIÇOS, FORMA DE PAGAMENTO E DEMAIS CONDIÇÕES

7.1 Conforme a proposta comercial da CONTRATADA, o preço total dos serviços objeto do presente contrato é R\$ 18.843,00 (dezoito mil, oitocentos e quarenta e três reais), a ser pago em até 8 (oito) parcelas mensais, de acordo com as atividades desenvolvidas, assim especificadas:

7.1.1 A primeira parcela, no valor de R\$ 5.693,00 (cinco mil seiscentos e noventa e três reais), será paga trinta dias após a realização do encontro presencial do grupo de participantes.

7.1.2 A segunda parcela, no valor de R\$ 1.680,00 (um mil seiscentos e oitenta reais), será paga trinta dias após o pagamento da primeira

parcela especificada no item 7.1.1, desde que cumprido o cronograma de atividades do período.

7.1.3 A terceira parcela, no valor de R\$ 1.680,00 (um mil seiscentos e oitenta), será paga trinta dias após o pagamento da segunda parcela especificada no item 7.1.2, desde que cumprido o cronograma de atividades do período.

7.1.4 A quarta parcela, no valor de R\$ 1.680,00 (um mil seiscentos e oitenta reais), será paga trinta dias após o pagamento da terceira parcela especificada no item 7.1.3, desde que cumprido o cronograma de atividades do período.

7.1.5 A quinta parcela, no valor de R\$ 1.680,00 (um mil seiscentos e oitenta reais) será paga trinta dias após o pagamento da quarta parcela especificada no item 7.1.4, desde que cumprido o cronograma de atividades do período.

7.1.6 A sexta parcela, no valor de R\$ R\$ 1.680,00 (um mil seiscentos e oitenta reais), será paga trinta dias após o pagamento da quinta parcela especificada no item 7.1.5, desde que cumprido o cronograma de atividades do período.

7.1.7 A sétima parcela, no valor de R\$ 2.240,00 (dois mil duzentos e quarenta reais), será paga trinta dias após o pagamento da sexta parcela especificada no item 7.1.6, desde que cumprido o cronograma de atividades do período.

7.1.8 A oitava parcela, no valor de R\$ 2.240,00 (dois mil duzentos e quarenta reais), será paga trinta dias após o pagamento da sétima parcela especificada no item 7.1.7, desde que cumprido o cronograma de atividades do período.

7.2 Considerando que o investimento financeiro total no projeto advirá em parte da CONTRATANTE (R\$ 8.000,00), e parte do rateio entre os Consórcio Públicos participantes (R\$ 10.843,00), conforme prévia pactuação estabelecida entre estes e aquela, fica a CONTRATADA preven- ta de eventual suspensão do pagamento das parcelas subsequentes à terceira parcela especificada no item 7.1.3, caso sobrevier situação financeira desfavorável à CONTRATANTE, sendo admitido de pleno direito a suspensão proporcional de serviços por parte da CONTRATADA.

7.3 No preço estão inclusos todos os custos necessários à prestação dos serviços, assim compreendidos todas as espécies de tributos e despesas de transporte, hospedagem e alimentação do pessoal que prestará os serviços.

7.4 Os pagamentos das parcelas ficam condicionados à apresentação da respectiva Nota Fiscal de serviços, corretamente preenchida, emi- tida pela CONTRATADA.

7.5 Os pagamentos devidos à CONTRATADA serão efetivados mediante operação bancária na qual a CONTRATANTE transferirá o valor das parcelas para a conta corrente n. 198-2 da agência 813 do Banco 104 (Caixa Econômica Federal), de titularidade da CONTRATADA, nos prazos e condições informados nos itens 7.1.1 ao 7.1.8. e 7.2 ao 7.4.

CLÁUSULA OITAVA - VIGÊNCIA E RESCISÃO

8.1 Esta relação contratual terá vigência pelo período de 12 (doze) meses, a partir da data em que as partes firmarem o presente Termo Contratual, sendo admitida a dilação do prazo mediante pactuação entre as partes por instrumento próprio.

8.2 Qualquer das partes poderá rescindir o presente contrato, desde que a decisão seja expressamente comunicada a outra parte com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, subsistindo a obrigação das partes honrarem eventuais avenças não quitadas.

8.1.1 Na hipótese de haver rescisão antecipada, a CONTRATANTE fica obrigada a pagar somente valor relativo a serviço já executado, após à entrega deste pela CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS

9.1 A CONTRATADA declara, sob pena de rescisão por justa causa da presente contratação e sem prejuízo da aplicação de sanções adicionais admitidas pelo ordenamento jurídico pátrio, que não se enquadra nos motivos impeditivos de contratação expressos no REGULAMENTO DE CONTRATAÇÕES da FECAM (Anexo Único da Resolução FECAM 011/2016), especialmente no que se refere a:

Art. 16. Não poderão participar das contratações para aquisição de bens ou serviços pela FECAM:

I - as pessoas físicas que detenham vínculo trabalhista com a FECAM, bem como os membros do Conselho Deliberativo, Executivo Fiscal da FECAM;

II - as pessoas físicas com relação de parentesco em relação àquelas expressas no inciso anterior, até o terceiro grau, em linha reta ou colateral, consanguíneo ou por afinidade, bem como cônjuge ou companheiro;

III - as pessoas jurídicas cujos poderes de administração sejam exercidos por quaisquer das pessoas físicas expressas nos incisos anteriores.

IV - as pessoas físicas ou jurídicas impedidas de contratar com a FECAM decorrente de penalidade aplicada previamente.

CLÁUSULA DÉCIMA – PUBLICAÇÃO

10.1 Considerando o fato de a CONTRATANTE ser mantida essencialmente por recursos públicos, advindos dos municípios catarinenses, subsiste a obrigação de dar transparência a todos os termos da presente contratação, motivo pelo qual as partes autorizam a publicação integral do presente instrumento, bem como dos demais documentos que compõe os autos do respectivo processo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO

11.1 As partes elegem o foro da Comarca de Florianópolis, SC, para dirimir eventuais dúvidas e litígios oriundos do presente contrato.

Em razão das partes terem discutido, lido e tomado ciência de todo o conteúdo desse instrumento, entendendo e compreendendo o alcance de todas as suas cláusulas e termos, com as quais concordam sem ressalvas, estas declaram-se justas e contratadas, firmando o presente contrato na presença em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Florianópolis, SC, 20 de agosto de 2019.

RUI CARLOS BRAUN
Diretor Executivo da FECAM

LUCILA MARA DAMBISKI DE CARVALHO
Diretora Administrativa da RC2

Testemunhas:

1) _____
Nome:
CPF:

2) _____
Nome:
CPF:

TERMO CONTRATUAL N. 09/2019

Publicação Nº 2216766

FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS
PROCESSO DE CONTRATAÇÃO n. 100/2019
TERMO CONTRATUAL n. 09/2019

Contrato de prestação de serviços especializados de registro fotográfico, que a FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS celebra com a empresa MAFALDA FOTOGRAFIAS LTDA.

Pelo presente instrumento particular, e na melhor forma de direito, as partes, a saber:

CONTRATANTE: FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS – FECAM, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede na cidade de Florianópolis, SC, na Rua General Liberato Bittencourt, n. 1.885, sala 1.310, Bairro Canto, CEP 88.070-800, CNPJ 75.303.982/0001-90, representada neste ato pelo seu Diretor Executivo, o Sr. Rui Braun, CPF 621.152.199-53;

CONTRATADA: MAFALDA FOTOGRAFIAS LTDA, CNPJ 33.803.173/0001-05, situada na Avenida Engenheiro Max de Souza, n. 1545, Apto 01, Bairro Coqueiros, Florianópolis, SC, representada neste ato pelo seu Sócio-Administrador, o Sr. Antônio Carlos de Oliveira Mafalda, CPF 151.300.610-04;

Têm entre si justo e acordado, o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FOTOGRAFIA, que será regido pelas cláusulas e condições a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 O presente Termo Contratual normatiza a contratação de serviços especializados de fotografia, assim especificados:

1.1 A empresa CONTRATADA, por meio de profissional ou profissionais especializados, fará a cobertura fotográfica, em período integral, do evento Congresso de Prefeitos, a realizar-se nos dias 24 a 26 de setembro de 2019, no Centro de Eventos Arena Petry, em São José, SC.

1.1.1 Fará a cobertura fotográfica referente à participação do Presidente da FECAM no evento, incluindo qualquer atividade ou ação de representação deste durante o período de realização do evento, ficando certo entre as partes que o local de prestação dos serviços ora contratados não se restringe ao local de realização do Congresso de Prefeitos 2019, podendo variar conforme a agenda a ser cumprida pelo Presidente no período.

1.1.2 Disponibilizará à CONTRATADA o material fotográfico produzido de forma concomitante à realização do evento, de modo que a CONTRATADA maximizar o aproveitamento do material através da sua campanha de comunicação e propaganda.

1.2 O registro fotográfico completo deverá ser composto por fotografias de alta resolução e qualidade técnica/artística.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

2.1 A CONTRATADA assume total responsabilidade em relação às despesas decorrentes da execução dos serviços objeto do presente contrato, tais como: seguro acidentes e tributos.

2.2 Responderá por quaisquer danos eventualmente causados pelo seu pessoal, direta ou indiretamente a bens de propriedade da CONTRATANTE ou de terceiros, quando por culpa, dolo ou imperícia.

2.3 A CONTRATADA arcará com as despesas decorrentes de quaisquer infrações praticada pelo seu pessoal em desfavor da CONTRATADA, desde que relacionadas à prestação dos serviços ora pactuados.

2.4 Zelará pela perfeita execução dos serviços, sanando as falhas eventuais imediatamente após à constatação da ocorrência.

2.5 Comunicará, por escrito, eventual atraso ou paralisação dos serviços, apresentando razões justificadoras, que serão objeto de apreciação pela CONTRATANTE.

2.6 Responsabiliza-se por qualquer tipo de transporte necessário para a execução dos serviços.

2.7 Cumprirá, impreterivelmente, todos os prazos e observará as datas, horários e local relativos ao CONGRESSO DE PREFEITOS 2019, para a perfeita concatenação entre a execução do objeto do presente contrato e aquele evento.

2.8 Cumprirá todas as orientações da CONTRATANTE e as obrigações contratuais, para o fiel desempenho das atividades pactuadas.

2.9 Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos solicitados, de forma clara, concisa e lógica, atendendo prontamente à eventuais reclamações formuladas.

CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3.1 A CONTRATANTE Prestará todas as informações e os esclarecimentos necessários para a execução dos serviços pactuados solicitados pela CONTRATADA;

3.2 Permitirá o livre acesso do pessoal da CONTRATADA ao local de realização do Congresso de Prefeitos, bem como às dependências do seu imóvel sede para execução dos serviços referentes ao objeto do contrato, caso necessário.

3.3 Supervisionará e fiscalizará a execução dos serviços objeto desta contratação, sob o aspecto qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA, podendo sustar, recusar, mandar refazer ou desfazer quaisquer serviços que não estejam de acordo.

3.4 Assegurar-se da boa prestação e do bom desempenho dos serviços.

3.5 Comunicará à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços.

3.6 Efetuará o pagamento à CONTRATADA de acordo com o preço, prazo e demais condições previstas no presente instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.1 O prazo de vigência do presente contrato inicia na data de 11 de setembro de 2019 e se exaure na data de 4 de outubro de 2019.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO, PRAZO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, o valor total de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) pela execução dos serviços prestados na vigência contratual, em parcela única, logo após a entrega do registro fotográfico completo em meio digital, devendo as fotos serem em alta resolução e qualidade técnica, comprovadas por meio de aceite de pessoal especializado do quadro de empregados da CONTRATANTE, acompanhado da respectiva nota fiscal de serviços corretamente preenchida.

5.1.1 Havendo erro no preenchimento da nota fiscal de cobrança ou circunstância que impeça a liquidação dos valores, a nota fiscal será devolvida e o pagamento ficará suspenso até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, sem implicar em ônus financeiro extra, de qualquer espécie, para a CONTRATANTE.

5.2 No valor pactuado estão inclusas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos, encargos sociais, previdenciários, fiscais, taxa de administração, materiais de consumo, seguro e outros necessários ao cumprimento

integral do objeto contratado.

5.3 No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto, fica pactuado a incidência de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, mais juros de 1% (um por cento) ao mês calculados "pro rata die" a favor da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA – RESCISÃO

6.1 São motivos para a rescisão do presente Contrato:

6.1.1 O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

6.1.2 O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

6.1.3 A paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;

6.1.4 O falecimento dos administradores da CONTRATADA;

6.1.5 Atraso não justificado do pagamento por parte da CONTRATANTE.

6.1.6 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.

6.2 Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

6.3 A rescisão deste Contrato poderá ser amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo; ou judicial, nos termos da legislação.

6.4 O termo de rescisão amigável deverá indicar, conforme o caso:

6.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

6.4.2 Indenizações e multas, quando cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA – ALTERAÇÕES

7.1 Eventuais alterações contratuais que se fizerem necessárias, deverão ser lavradas em termo próprio, na forma de termo aditivo ao presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA – CASOS OMISSOS

8.1 Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos em comum acordo entre as partes.

CLÁUSULA NONA – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS

9.1 A CONTRATADA declara, sob pena de rescisão por justa causa da presente contratação e sem prejuízo da aplicação de sanções adicionais admitidas pelo ordenamento jurídico pátrio, que não se enquadra nos motivos impeditivos de contratação expressos no REGULAMENTO DE CONTRATAÇÕES da FECAM (Anexo Único da Resolução FECAM 011/2016), especialmente no que se refere a:

Art. 16. Não poderão participar das contratações para aquisição de bens ou serviços pela FECAM:

I - as pessoas físicas que detenham vínculo trabalhista com a FECAM, bem como os membros do Conselho Deliberativo, Executivo Fiscal da FECAM;

II - as pessoas físicas com relação de parentesco em relação àquelas expressas no inciso anterior, até o terceiro grau, em linha reta ou colateral, consanguíneo ou por afinidade, bem como cônjuge ou companheiro;

III - as pessoas jurídicas cujos poderes de administração sejam exercidos por quaisquer das pessoas físicas expressas nos incisos anteriores.

IV - as pessoas físicas ou jurídicas impedidas de contratar com a FECAM decorrente de penalidade aplicada previamente.

CLÁUSULA DÉCIMA – PUBLICAÇÃO

10.1 Considerando a natureza jurídica da CONTRATANTE e os seus fins existenciais dispostos no seu estatuto, fica pactuado entre as partes a publicação irrestrita de todos os termos e demais documentos referentes à presente contratação.

10.1.1 Os custos e providências para a publicação são de responsabilidade da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO ELEITO

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Florianópolis, SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões do presente instrumento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 Declaram as partes que este Contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.

12.2 Fica pactuado entre as partes que a relação contratual ora regulamentada não gera qualquer espécie de vínculo empregatício ou trabalhista entre elas.

E, por estarem assim justas e acordadas, depois de lido e achadas conforme, firmam o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, rubricadas as folhas precedentes, obrigando-se por si e seus sucessores, para que surtam todos os efeitos em Direito previstos, na presença das testemunhas abaixo assinadas e qualificadas.

Florianópolis, SC, 04 de setembro de 2019.

RUI CARLOS BRAUN
Diretor Executivo da FECAM

ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA MAFALDA
Sócio-Administrador da CONTRATADA

Testemunhas:

1) assinatura _____ 2) assinatura _____

Nome: _____ Nome: _____

CPF: _____ CPF: _____

TERMO CONTRATUAL N. 10/2019

Publicação Nº 2216769

FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS
PROCESSO DE CONTRATAÇÃO n. 101/2019
TERMO CONTRATUAL n. 10/2019

Contrato de prestação de serviços especializados de registro fotográfico, que a FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS celebra com o fotógrafo JAMES JOÃO TAVARES.

Pelo presente instrumento particular, e na melhor forma de direito, as partes, a saber:

CONTRATANTE: FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS – FECAM, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede na cidade de Florianópolis, SC, na Rua General Liberato Bittencourt, n. 1.885, sala 1.310, Bairro Canto, CEP 88.070-800, CNPJ 75.303.982/0001-90, representada neste ato pelo seu Diretor Executivo, o Sr. Rui Braun, CPF 621.152.199-53;

CONTRATADO: JAMES JOÃO TAVARES, fotógrafo, CPF 432.780.519-04, com endereço na Rua Salgueiro, n. 32, bairro Monte Verde, Florianópolis, SC, CEP 88032-360;

Têm entre si justo e acordado, o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FOTOGRAFIA, que será regido pelas cláusulas e condições a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 O presente Termo Contratual normatiza a contratação de serviços especializados de fotografia, assim especificados:

1.1 O CONTRATADO fará a cobertura fotográfica, em período integral, do evento Congresso de Prefeitos, promovido pela CONTRATANTE, a realizar-se nos dias 24 a 26 de setembro de 2019, no Centro de Eventos Arena Petry, em São José, SC.

1.2 O CONTRATADO disponibilizará à CONTRATANTE o material fotográfico produzido de forma concomitante à realização do evento, de modo que a CONTRATANTE possa maximizar o aproveitamento do material através da sua campanha de comunicação e propaganda digital.

1.3 O registro fotográfico completo deverá ser composto por fotografias de alta resolução e qualidade técnica/artística.

1.4 Todo o material necessário para a execução dos serviços será providenciado pelo CONTRATADO.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

2.1 O CONTRATADO assume total responsabilidade em relação às despesas decorrentes da execução dos serviços objeto do presente contrato, tais como: seguro acidentes e tributos.

2.2 Responderá por quaisquer danos eventualmente causados pelo seu pessoal, direta ou indiretamente a bens de propriedade da CONTRATANTE ou de terceiros, quando por culpa, dolo ou imperícia.

2.3 Zelar pela perfeita execução dos serviços, sanando as falhas eventuais imediatamente após à constatação da ocorrência.

2.4 Comunicará, por escrito, eventual atraso ou paralisação dos serviços, apresentando razões justificadoras, que serão objeto de apreciação pela CONTRATANTE.

2.5 Responsabilizar-se-á por qualquer tipo de transporte necessário para a execução dos serviços.

2.6 Cumprirá, impreterivelmente, todos os prazos e observará as datas, horários e local relativos ao CONGRESSO DE PREFEITOS 2019, para a perfeita concatenação entre a execução do objeto do presente contrato e aquele evento.

2.7 Cumprirá todas as orientações da CONTRATANTE e as obrigações contratuais, para o fiel desempenho das atividades pactuadas.

2.8 Sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos solicitados, de forma clara, concisa e lógica, atendendo prontamente à eventuais reclamações formuladas.

CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3.1 A CONTRATANTE Prestará todas as informações e os esclarecimentos necessários para a execução dos serviços pactuados solicitados pelo CONTRATANTE;

3.2 Permitirá o livre do CONTRATADO ao local de realização do Congresso de Prefeitos, bem como às dependências do seu imóvel sede para execução dos serviços referentes ao objeto do contrato, caso necessário.

3.3 Supervisionará e fiscalizará a execução dos serviços objeto desta contratação, sob o aspecto qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte do CONTRATADO, podendo sustar, recusar, mandar refazer ou desfazer quaisquer serviços que não estejam de acordo.

3.4 Assegurar-se-á da boa prestação e do bom desempenho dos serviços.

3.5 Comunicará ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços.

3.6 Efetuará o pagamento ao CONTRATADO de acordo com o preço, prazo e demais condições previstas no presente instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.1 O prazo de vigência do presente contrato inicia na data de 23 de setembro de 2019 e se exaure na data de 30 de outubro de 2019.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO, PRAZO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, o valor total de R\$ 1.450,00 (mil quatrocentos e cinquenta reais) pela execução dos serviços prestados na vigência contratual, em parcela única, através operação bancária de transferência para a Conta Corrente n. 256.500-5, agência 1453-2 do Banco do Brasil, após a entrega do registro fotográfico completo em meio digital, devendo as fotos serem em alta resolução e qualidade técnica, comprovadas por meio de aceite de pessoal especializado do quadro de empregados da CONTRATANTE, acompanhado da respectiva nota fiscal de serviços corretamente preenchida.

5.1.1 Havendo erro no preenchimento da nota fiscal de cobrança ou circunstância que impeça a liquidação dos valores, a nota fiscal será devolvida e o pagamento ficará suspenso até que o CONTRATADO providencie as medidas saneadoras, sem implicar em ônus financeiro extra, de qualquer espécie, para a CONTRATANTE.

5.2 No valor pactuado estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos, encargos sociais, previdenciários, fiscais, taxa de administração, materiais de consumo, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.

5.3 No caso de eventual atraso de pagamento, desde que o CONTRATADO não tenha concorrido para tanto, fica pactuado a incidência de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, mais juros de 1% (um por cento) ao mês calculados “pro rata die” a favor do CONTRATADO.

5.4 O CONTRATADO declara-se ciente também da retenção tributária que caberá à CONTRATANTE realizar, referente ao INSS e IRRF sobre o valor especificado no item 5.1 do presente instrumento contratual.

CLÁUSULA SEXTA – RESCISÃO

6.1 São motivos para a rescisão do presente Contrato:

6.1.1 O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

6.1.2 O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

6.1.3 A paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;

6.1.4 O não comparecimento do CONTRATADO no local de prestação dos serviços;

6.1.5 Atraso não justificado do pagamento por parte da CONTRATANTE.

6.1.6 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior regulamentemente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.

6.2 Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

6.3 A rescisão deste Contrato poderá ser amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo; ou judicial, nos termos da legislação.

6.4 O termo de rescisão amigável deverá indicar, conforme o caso:

6.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

6.4.2 Indenizações e multas, quando cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA – ALTERAÇÕES

7.1 Eventuais alterações contratuais que se fizerem necessárias, deverão ser lavradas em termo próprio, na forma de termo aditivo ao presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA – CASOS OMISSOS

8.1 Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos em comum acordo entre as partes.

CLÁUSULA NONA – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS

9.1 O CONTRATADO declara, sob pena de rescisão por justa causa da presente contratação e sem prejuízo da aplicação de sanções adicionais admitidas pelo ordenamento jurídico pátrio, que não se enquadra nos motivos impeditivos de contratação expressos no REGULAMENTO DE CONTRATAÇÕES da FECAM (Anexo Único da Resolução FECAM 011/2016), especialmente no que se refere a:

Art. 16. Não poderão participar das contratações para aquisição de bens ou serviços pela FECAM:

I - as pessoas físicas que detenham vínculo trabalhista com a FECAM, bem como os membros do Conselho Deliberativo, Executivo Fiscal da FECAM;

II - as pessoas físicas com relação de parentesco em relação àquelas expressas no inciso anterior, até o terceiro grau, em linha reta ou colateral, consanguíneo ou por afinidade, bem como cônjuge ou companheiro;

III - as pessoas jurídicas cujos poderes de administração sejam exercidos por quaisquer das pessoas físicas expressas nos incisos anteriores.

IV - as pessoas físicas ou jurídicas impedidas de contratar com a FECAM decorrente de penalidade aplicada previamente.

CLÁUSULA DÉCIMA – PUBLICAÇÃO

10.1 Considerando a natureza jurídica da CONTRATANTE e os seus fins existenciais dispostos no seu estatuto, fica pactuado entre as partes a publicação irrestrita de todos os termos e demais documentos referentes à presente contratação.

10.1.1 Os custos e providências para a publicação são de responsabilidade da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO ELEITO

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Florianópolis, SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões do presente instrumento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 Declaram as partes que este Contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.

12.2 Fica pactuado entre as partes que a relação contratual ora regulamentada não gera qualquer espécie de vínculo empregatício ou trabalhista entre elas.

E, por estarem assim justas e acordadas, depois de lido e achadas conforme, firmam o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, rubricadas as folhas precedentes, obrigando-se por si e seus sucessores, para que surtam todos os efeitos em Direito previstos, na presença das testemunhas abaixo assinadas e qualificadas.

Florianópolis, SC, 04 de setembro de 2019.

RUI CARLOS BRAUN

Diretor Executivo da FECAM

JAMES JOÃO TAVARES

Fotógrafo CONTRATADO

Testemunhas:

1) assinatura _____

Nome:

CPF:

2) assinatura _____

Nome:

CPF:

TERMO CONTRATUAL N. 11/2019

Publicação Nº 2216772

FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS

PROCESSO DE CONTRATAÇÃO n. 128/2019

TERMO CONTRATUAL n. 11/2019

Contrato de prestação de serviços de palestrante para o Congresso de Prefeitos 2019, que a FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS celebra com a empresa VIRTÚ ANÁLISE E ESTRATÉGIA LTDA.

Pelo presente instrumento particular, e na melhor forma de direito, as partes, a saber:

CONTRATANTE: FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS - FECAM, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede na cidade de Florianópolis, SC, na Rua General Liberato Bittencourt, n. 1885, Bairro Canto, CEP 88.070-800, telefone (48) 3221-8800, CNPJ 75.303.982/0001-90, representada neste ato pelo seu Diretor Executivo, o Sr. Rui Carlos Braun, CPF 621.152.199-53;

CONTRATADA: VIRTÚ ANÁLISE E ESTRATÉGIA LTDA, Sociedade Simples Limitada, CNPJ 00.794.068/0002-70, com Inscrição Estadual (SP) - isento, e inscrição Municipal (São Paulo - Capital) - 4.028.846-3, sediada na Rua Fidêncio Ramos, n. 223 - primeiro andar, Bairro Vila Olímpia, São Paulo, SP, telefone (11) 5185-0170, representada neste ato pelo seu proprietário, o Sr. Alberto Carlos Melo de Almeida, CPF 892.742.377-15;

Têm entre si, justo e acordado o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PALESTRANTE, que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O presente instrumento objetiva normatizar a contratação de serviços personalíssimos de palestrante, para proferir palestra no dia 25 de setembro de 2019, no período da manhã, no local Centro de Eventos Arena Petry, em São José, SC, no âmbito da realização do evento Congresso de Prefeitos 2019 da FECAM, sobre o tema titulado "Cenário político-econômico: incertezas, perspectivas e as eleições 2020".



1.1.1 O palestrante que proferirá a palestra será, necessariamente, o Professor Doutor Alberto Carlos Melo de Almeida, com currículo acessível em:

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4782611A7>

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

2.1 O valor total a ser pago pela CONTRATANTE à CONTRATADA, a título de remuneração pelos serviços prestados, será de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), em parcela única, após a prestação dos serviços e apresentação da respectiva nota fiscal corretamente preenchida.

2.2 A CONTRATANTE também será responsável pelo reembolso, caso não as tenha providenciado diretamente, das seguintes despesas geradas exclusivamente pela pessoa do palestrante:

2.2.1 Passagem aérea em classe econômica São Paulo, SP – Florianópolis, SC (ida) e Florianópolis, SC – São Paulo, SP (retorno);

2.2.2 Taxi ou Uber utilizados exclusivamente para a execução do objeto do presente contrato, mediante comprovação;

2.2.2.1 As despesas de transporte não serão devidas pela CONTRATANTE quando forem substituídas por transporte especial providenciado diretamente por esta.

2.2.3 Despesa de hospedagem, quando não for providenciada pela CONTRATANTE.

2.2.3 Alimentação.

2.3 O valor a ser pago pelos serviços inclui todos e quaisquer tributos incidentes e taxas de agenciamento.

2.4 O pagamento do valor referente ao preço dos serviços será realizado por meio de depósito bancário, em conta corrente com os seguintes dados:

2.4.1 Titular: VIRTÚ ANÁLISE E ESTRATÉGIA LTDA

2.4.2 Banco: ITAÚ/UNIBANCO S.A.

2.4.3 Agência: 0445

2.4.4 Conta Corrente: 78.211-3

CLÁUSULA TERCEIRA - EXECUÇÃO DO SERVIÇO

3.1 A CONTRATADA se compromete a prestar serviços de intelecto pessoal por intermédio do Professor Doutor Alberto Carlos Melo de Almeida, que proferirá palestra para o público presente acerca do tema "Cenário político-econômico: incertezas, perspectivas e as eleições 2020", no período da manhã do dia 25 de setembro de 2019, no Centro de Eventos Arena Petry, em São José, SC, durante a realização do evento promovido pela CONTRATANTE intitulado Congresso de Prefeitos 2019.

3.2 Caso o comparecimento do palestrante não se confirme, devido a qualquer motivo impeditivo não causado pela CONTRATANTE, fica esta desobrigada ao pagamento pelos serviços, sem prejuízo ao direito de reparação por eventuais danos, quando causados por culpa da CONTRATADA.

3.3 A CONTRATANTE se compromete a disponibilizar microfone, telão, projetor de imagens e microcomputador com Power Point, entrada de vídeo, conexão com a internet, e sonorização do local.

CLÁUSULA QUARTA – USO DE IMAGEM DO PALESTRANTE E DO CONTEÚDO DA PALESTRA

4.1 Fica autorizada a CONTRATANTE, sem ônus adicional, utilizar imagem e mencionar o nome do palestrante e o conteúdo da palestra na divulgação do evento, seja por meios próprios ou por meio de terceiros, em qualquer modalidade de meio de comunicação.

4.2 A CONTRATADA autoriza o registro fotográfico para arquivo e divulgação, bem como a divulgação do conteúdo e da apresentação multimídia, restando vedada qualquer comercialização de tais materiais sem autorização específica da CONTRATADA e do palestrante.

CLÁUSULA QUINTA – PENALIDADES CONTRATUAIS

5.1 A parte que não cumprir parcial ou totalmente as obrigações ora pactuadas, deverá ressarcir as perdas e danos decorrentes sofridos pela outra, mais multa de 20% sobre o valor total do contrato.

CLÁUSULA SEXTA - VIGÊNCIA

6.1 Este contrato tem vigência até o adimplemento das obrigações pactuadas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS

7.1 A CONTRATADA declara, sob pena de rescisão por justa causa da presente contratação e sem prejuízo da aplicação de sanções adicionais admitidas pelo ordenamento jurídico pátrio, que não se enquadra nos motivos impeditivos de contratação expressos no REGULAMENTO DE CONTRATAÇÕES da FECAM (Anexo Único da Resolução FECAM 011/2016), especialmente no que se refere a:

Art. 16. Não poderão participar das contratações para aquisição de bens ou serviços pela FECAM:

I - as pessoas físicas que detenham vínculo trabalhista com a FECAM, bem como os membros do Conselho Deliberativo, Executivo Fiscal da FECAM;

II - as pessoas físicas com relação de parentesco em relação àquelas expressas no inciso anterior, até o terceiro grau, em linha reta ou colateral, consanguíneo ou por afinidade, bem como cônjuge ou companheiro;

III - as pessoas jurídicas cujos poderes de administração sejam exercidos por quaisquer das pessoas físicas expressas nos incisos anteriores.

IV - as pessoas físicas ou jurídicas impedidas de contratar com a FECAM decorrente de penalidade aplicada previamente.

CLÁUSULA OITAVA – PUBLICAÇÃO

8.1 Considerando o fato de a CONTRATANTE ser mantida essencialmente por recursos públicos, advindos dos municípios catarinenses, subsiste a obrigação de dar transparência a todos os termos da presente contratação, motivo pelo qual as partes autorizam a publicação integral do presente instrumento, bem como dos demais documentos que compõem os autos do respectivo processo.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 Eventuais casos omissos e divergências acerca deste contrato serão resolvidos de comum acordo entre as partes.

9.2 A CONTRATADA assume responsabilidade exclusiva no tocante à remuneração do palestrante.

9.3 As partes elegem o foro da comarca de Florianópolis, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir possíveis questões jurídicas, decorrentes deste contrato.

9.4 E por estarem de acordo, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nominadas e firmadas.

Florianópolis, SC, 17 de setembro de 2019.

RUI BRAUN ALBERTO

Diretor Executivo da FECAM

CARLOS MELO DE ALMEIDA

Proprietário da empresa CONTRATADA e Palestrante

TESTEMUNHAS:

1) Assinatura _____
Nome: _____
CPF: _____

2) Assinatura _____
Nome: _____
CPF: _____

TERMO CONTRATUAL N. 12/2019

Publicação Nº 2216778

FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS
PROCESSO DE CONTRATAÇÃO n. 127/2019
TERMO CONTRATUAL n. 12/2019

Contrato de prestação de serviços especializados de gravação de vídeos e áudios, com edição, que a FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS celebra com a empresa DV3 COMUNICAÇÕES LTDA.

Pelo presente instrumento particular, e na melhor forma de direito, as partes, a saber:

CONTRATANTE: FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS – FECAM, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede na cidade de Florianópolis, SC, na Rua General Liberato Bittencourt, n. 1.885, sala 1.310, Bairro Canto, CEP 88.070-800, CNPJ 75.303.982/0001-90, representada neste ato pelo seu Diretor Executivo, o Sr. Rui Braun, CPF 621.152.199-53;

CONTRATADA: DV3 COMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ 08.948.346/0001-28, situada na Servidão Jorge Alexandre Sodré, n. 115, Bairro Itacorubi, Florianópolis, SC, representada neste ato pelo seu Sócio-Administrador, o Sr. Emerson de Almeida, CPF 487.141.941-04;

Têm entre si justo e acordado, o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE GRAVAÇÃO DE VÍDEOS E ÁUDIOS, COM EDIÇÃO, que será regido pelas cláusulas e condições a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 O presente Termo Contratual normatiza a contratação de serviços especializados de gravação de vídeos e áudios, com edição, relativos ao evento Congresso de Prefeitos 2019, promovido pela CONTRATANTE, assim especificados:

1.1 A CONTRATADA, por meio de profissional ou profissionais especializados, equipados com todo o equipamento próprio necessário, inclusive drone 4K, fará a captação de imagens e áudios em FullHD e produzirá audiovisuais editados referentes ao evento Congresso de Prefeitos, que será realizado nos dias 24 a 26 de setembro de 2019, no Centro de Eventos Arena Petry, em São José, SC.

1.1.1 Os serviços serão realizados em tempo integral (duas diárias) durante os dois primeiros dias do evento (dias 24 e 25 de setembro de 2019), sendo admitida a possibilidade, dependendo da conveniência aferida pela CONTRATANTE, ajustar com a CONTRATADA a contratação de serviços adicionais, de modo a atender eventuais demandas extras, referentes ao terceiro dia do evento (26 de setembro de 2019).

1.1.2 A CONTRATADA declara-se ciente de que os audiovisuais por ela produzidos serão utilizados, inclusive, nas mídias sociais da CONTRATANTE, na forma de boletins publicados simultaneamente à realização do evento, sendo necessário, portanto, agilidade na produção e entrega do material, sob pena de prejuízo considerável à CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

2.1 A CONTRATADA assume total responsabilidade em relação às despesas decorrentes da execução dos serviços objeto do presente contrato, tais como: tributos e logística de equipamentos e de pessoal.

2.2 Responderá por quaisquer danos eventualmente causados pelo seu pessoal, direta ou indiretamente a bens de propriedade da CONTRATANTE ou de terceiros, quando por culpa, dolo ou imperícia.

2.3 A CONTRATADA arcará com as despesas decorrentes de quaisquer infrações praticada pelo seu pessoal em desfavor da CONTRATADA, desde que relacionadas à prestação dos serviços ora pactuados.

2.4 Zelar pela perfeita execução dos serviços, sanando as falhas eventuais imediatamente após à constatação da ocorrência.

2.5 Comunicará, por escrito, eventual atraso ou paralisação dos serviços, apresentando razões justificadoras, que serão objeto de apreciação pela CONTRATANTE.

2.6 Responsabiliza-se por qualquer tipo de transporte necessário para a execução dos serviços.

2.7 Cumprirá, impreterivelmente, todos os prazos e observará as datas, horários e local relativos ao CONGRESSO DE PREFEITOS 2019, para a perfeita concatenação entre a execução do objeto do presente contrato e aquele evento.

2.8 Cumprirá todas as orientações da CONTRATANTE e as obrigações contratuais, para o fiel desempenho das atividades pactuadas.

2.9 Sujeitar-se-á à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos solicitados, de forma clara, concisa e lógica, atendendo prontamente à eventuais reclamações formuladas.

CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3.1 A CONTRATANTE Prestará todas as informações e os esclarecimentos necessários para a execução dos serviços pactuados solicitados pela CONTRATADA;

3.2 Permitirá o livre acesso do pessoal da CONTRATADA ao local de realização do Congresso de Prefeitos, bem como às dependências do seu imóvel sede para execução dos serviços referentes ao objeto do contrato, caso necessário.

3.3 Supervisionará e fiscalizará a execução dos serviços objeto desta contratação, sob o aspecto qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA, podendo sustar, recusar, mandar refazer ou desfazer quaisquer serviços que não estejam de acordo.

3.4 Assegurar-se da boa prestação e do bom desempenho dos serviços.

3.5 Comunicará à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços.

3.6 Efetuará o pagamento à CONTRATADA de acordo com o preço, prazo e demais condições previstas no presente instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.1 O prazo de vigência do presente contrato inicia na data de 20 de setembro de 2019 e se exaure na data de 4 de outubro de 2019.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO, PRAZO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, o valor total de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) pela execução integral dos serviços ora contratados, em parcela única, até o dia 30 de setembro de 2019, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal corretamente preenchida, referente aos serviços efetivamente prestados.

5.1.1 Havendo erro no preenchimento da nota fiscal de cobrança ou circunstância que impeça a liquidação dos valores, a nota fiscal será devolvida e o pagamento ficará suspenso até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, sem implicar em ônus financeiro extra de qualquer espécie em favor da CONTRATANTE.

5.2 No valor pactuado estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos, encargos sociais, previdenciários, fiscais, taxa de administração, materiais de consumo, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.

5.3 No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto, fica pactuado a incidência de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, mais juros de 1% (um por cento) ao mês calculados "pro rata die" a favor da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA – RESCISÃO

6.1 São motivos para a rescisão do presente Contrato:

6.1.1 O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

6.1.2 O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

6.1.3 A paralisação dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;

6.1.4 Atraso não justificado do pagamento por parte da CONTRATANTE.

6.1.5 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior regulamente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.

6.2 Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

6.3 É admitida a rescisão do presente contrato, por meio de termo próprio ou notificação.

6.4 O termo de rescisão deverá indicar, conforme o caso:

6.4.1 Balanço dos serviços já executados ou parcialmente executados;

6.4.2 Indenizações e multas, quando cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA – ALTERAÇÕES

7.1 Eventuais alterações contratuais que se fizerem necessárias, deverão ser lavradas em termo próprio, na forma de termo aditivo ao presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA – CASOS OMISSOS

8.1 Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos em comum acordo entre as partes.

CLÁUSULA NONA – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS

9.1 A CONTRATADA declara, sob pena de rescisão por justa causa da presente contratação e sem prejuízo da aplicação de sanções adicionais admitidas pelo ordenamento jurídico pátrio, que não se enquadra nos motivos impeditivos de contratação expressos no REGULAMENTO DE CONTRATAÇÕES da FECAM (Anexo Único da Resolução FECAM 011/2016), especialmente no que se refere a:

Art. 16. Não poderão participar das contratações para aquisição de bens ou serviços pela FECAM:

I - as pessoas físicas que detenham vínculo trabalhista com a FECAM, bem como os membros do Conselho Deliberativo, Executivo Fiscal da FECAM;

II - as pessoas físicas com relação de parentesco em relação àquelas expressas no inciso anterior, até o terceiro grau, em linha reta ou colateral, consanguíneo ou por afinidade, bem como cônjuge ou companheiro;

III - as pessoas jurídicas cujos poderes de administração sejam exercidos por quaisquer das pessoas físicas expressas nos incisos anteriores.

IV - as pessoas físicas ou jurídicas impedidas de contratar com a FECAM decorrente de penalidade aplicada previamente.

CLÁUSULA DÉCIMA – PUBLICAÇÃO

10.1 Considerando a natureza jurídica da CONTRATANTE e os seus fins existenciais dispostos no seu estatuto, fica pactuado entre as partes a publicação irrestrita de todos os termos e demais documentos referentes à presente contratação.

10.1.1 Os custos e providências para a publicação são de responsabilidade da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO ELEITO

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Florianópolis, SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões do presente instrumento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PENALIDADE E DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 A parte que der causa a motivo que impeça a execução dos serviços, fica obrigada a pagar valor correspondente a 20% (vinte por cento) do valor do presente contrato a outra parte, a título de multa.

12.1.1 A multa não será devida caso o motivo impeditivo originar-se de fatores impossíveis de serem contornados pelas partes, como por exemplo, o perecimento da infraestrutura do local de realização do evento.

12.2 Declaram as partes que este Contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.

12.3 Fica pactuado entre as partes que a relação contratual ora regulamentada não gera qualquer espécie de vínculo empregatício ou trabalhista entre elas.

E, por estarem assim justas e acordadas, depois de lido e achadas conforme, firmam o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, rubricadas as folhas precedentes, obrigando-se por si e seus sucessores, para que surtam todos os efeitos em Direito previstos, na presença das testemunhas abaixo assinadas e qualificadas.

Florianópolis, SC, 16 de setembro de 2019.

RUI CARLOS BRAUN

Diretor Executivo da FECAM

EMERSON DE ALMEIDA

Sócio-Administrador da empresa CONTRATADA

Testemunhas:

1) assinatura _____

Nome:

CPF:

2) assinatura _____

Nome:

CPF:

TERMO CONTRATUAL N. 13/2019

Publicação Nº 2216782

FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS
PROCESSO DE CONTRATAÇÃO n. 124/2019
TERMO CONTRATUAL n. 13/2019

Contrato de ação publicitária, que a FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS celebra com a ASSOCIAÇÃO DOS JORNAIS DO INTERIOR DE SANTA CATARINA.

Pelo presente instrumento particular, e na melhor forma de direito, as partes, a saber:

CONTRATANTE: FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS – FECAM, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede na cidade de Florianópolis, SC, na Rua General Liberato Bittencourt, n. 1.885, sala 1.310, Bairro Canto, CEP 88.070-800, CNPJ 75.303.982/0001-90, representada neste ato pelo seu Diretor Executivo, o Sr. Rui Braun, CPF 621.152.199-53;

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DOS JORNAIS DO INTERIOR DE SANTA CATARINA – ADJORI/SC, com sede na cidade de Florianópolis, SC, na Rua Adolfo Melo, n. 38, sala 901, Bairro Centro, CEP 88015-090, CNPJ 79.694.220/0001-12, neste ato representada pelo seu presidente, o Sr. José Roberto Deschamps, CPF 632.407.779-91;

Têm entre si justo e acordado, o presente CONTRATO DE AÇÃO PUBLICITÁRIA, que será regido pelas cláusulas e condições a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 O presente contrato visa a prestação de serviços em comunicação, pela CONTRATADA, de um anúncio em formato rodapé, em 30 (trinta) Jornais do Interior do Estado de Santa Catarina que publicam a Rede Catarinense de Notícias (RCN), na edição da semana de 18 a 24 de Setembro de 2019, com as seguintes especificações:

1.1.1 Formato – Rodapé; Espaço – 12,75 cm (3 colunas) X 7 cm.

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO, PRAZO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1 A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, o valor total de R\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais) pela execução integral dos serviços ora contratados, em parcela única, no dia 15 de outubro de 2019.

2.1.1 O pagamento fica condicionado à apresentação da respectiva nota fiscal corretamente preenchida, do boleto bancário correspondente e relatório detalhado, em formato PDF, referente à publicação realizada em pelo menos 30 jornais que compõem a Rede Catarinense de Notícias – RCN.

2.1.1.1 Havendo erro no preenchimento da nota fiscal de cobrança ou circunstância que impeça a liquidação dos valores, a nota fiscal será devolvida e o pagamento ficará suspenso até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, sem implicar em ônus financeiro extra, de qualquer espécie, em desfavor da CONTRATANTE.

2.2 No valor pactuado estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos todos os tributos incidentes.

2.3 No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto, fica pactuado a incidência de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, mais juros de 1% (um por cento) ao mês calculados “pro rata die” a favor da CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA - VIGÊNCIA

3.1 O presente contrato vigora entre 16 de Setembro/2019 à 27 de Setembro de 2019.

CLÁUSULA QUARTA – ALTERAÇÕES

4.1 Eventuais alterações contratuais que se fizerem necessárias, deverão ser lavradas em termo próprio, na forma de termo aditivo ao presente contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS

5.1 A CONTRATADA declara, sob pena de rescisão por justa causa da presente contratação e sem prejuízo da aplicação de sanções adicionais admitidas pelo ordenamento jurídico pátrio, que não se enquadra nos motivos impeditivos de contratação expressos no REGULAMENTO DE CONTRATAÇÕES da FECAM (Anexo Único da Resolução FECAM 011/2016), especialmente no que se refere a:

Art. 16. Não poderão participar das contratações para aquisição de bens ou serviços pela FECAM:

I - as pessoas físicas que detenham vínculo trabalhista com a FECAM, bem como os membros do Conselho Deliberativo, Executivo Fiscal da FECAM;

II - as pessoas físicas com relação de parentesco em relação àquelas expressas no inciso anterior, até o terceiro grau, em linha reta ou colateral, consanguíneo ou por afinidade, bem como cônjuge ou companheiro;

III - as pessoas jurídicas cujos poderes de administração sejam exercidos por quaisquer das pessoas físicas expressas nos incisos anteriores.

IV - as pessoas físicas ou jurídicas impedidas de contratar com a FECAM decorrente de penalidade aplicada previamente.

CLÁUSULA SEXTA – PUBLICAÇÃO

6.1 Considerando o fato de a CONTRATANTE ser mantida essencialmente por recursos públicos, advindos dos municípios catarinenses, subsiste a obrigação de dar transparência a todos os termos da presente contratação, motivo pelo qual as partes autorizam a publicação integral do presente instrumento, bem como dos demais documentos que compõem os autos do respectivo processo.

CLÁUSULA SÉTIMA - FORO ELEITO

7.1 Fica eleito o foro da Comarca de Florianópolis, SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões do presente instrumento contratual.

CLÁUSULA OITAVA - DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 Declaram as partes que este Contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.

8.2 Fica pactuado entre as partes que a relação contratual ora regulamentada não gera qualquer espécie de vínculo empregatício ou trabalhista entre elas.

E, por estarem assim justas e acordadas, depois de lido e achadas conforme, firmam o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, rubricadas as folhas precedentes, obrigando-se por si e seus sucessores, para que surtam todos os efeitos em Direito previstos, na presença das testemunhas abaixo assinadas e qualificadas.

Florianópolis, SC, 04 de setembro de 2019.

RUI CARLOS BRAUN

Diretor Executivo da FECAM

JOSÉ ROBERTO DESCHAMPS

Presidente da Adjori/SC

Testemunhas:

1) assinatura _____ 2) assinatura _____
Nome: _____ Nome: _____
CPF: _____ CPF: _____

TERMO CONTRATUAL N. 14/2019

Publicação Nº 2216785

FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS

PROCESSO DE CONTRATO n. 133/2019

TERMO CONTRATUAL n. 14/2019

Contrato de prestação de serviços de apresentação musical, que a FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS celebra com o músico LUIZ HENRIQUE MEIRA.

Pelo presente instrumento particular, e na melhor forma de direito, as partes, a saber:

CONTRATANTE: FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS - FECAM, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede na cidade de Florianópolis, SC, na Rua General Liberato Bittencourt, n. 1885, Bairro Canto, CEP 88.070-800, telefone (48) 3221-8800, CNPJ 75.303.982/0001-90, representada neste ato pelo seu Diretor Executivo, o Sr. Rui Carlos Braun, CPF 621.152.199-53;

CONTRATADO: LUIZ HENRIQUE MEIRA, músico, CPF 514.127.649-04, residente na Rodovia João Paulo, n. 1.543, apto 105b, Bairro João Paulo, Florianópolis, SC;

Têm entre si, justo e acordado o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APRESENTAÇÃO MUSICAL, que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O presente instrumento objetiva normatizar a contratação de serviços de apresentação musical, com repertório próprio do artista, pelo tempo aproximado de 4 (quatro) horas, no dia 25 de setembro de 2019, a partir das 19:00 horas, no local Centro de Eventos Arena Petry, em São José, SC, por ocasião da realização do Congresso de Prefeitos 2019 da FECAM.

1.1.1 O CONTRATADO utilizará equipamento auxiliar próprio para a sua apresentação, podendo fazer uso da estrutura de som disponível no local, caso possível do ponto de vista técnico.

1.1.2 O CONTRATADO em comum acordo com a CONTRATANTE deverá definir programação artística e repertório com base nos objetivos buscados com a apresentação, quais sejam, de harmonização do evento e valorização temática do Sistema FECAM e de seus valores constitutivos, como a Cooperação, a União, a Diversidade, o Amor por Santa Catarina e pelo Brasil, o respeito aos povos e a potencialização e valorização das culturas local e regional.

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

2.1 O valor total a ser pago pela CONTRATANTE ao CONTRATADO, a título de remuneração pelos serviços prestados, será de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), em parcela única, após à prestação dos serviços e apresentação da respectiva nota fiscal (MEI) corretamente preenchida.

2.3 O valor a ser pago pelos serviços inclui todos e quaisquer tributos incidentes, inclusive eventuais taxas devidas ao órgão regulador da atividade de músico, sendo de total responsabilidade do CONTRATADO o respectivo recolhimento.

2.4 O pagamento do valor referente ao preço dos serviços será realizado por meio de depósito bancário, em conta corrente com os seguintes dados:

2.4.1 Titular: O próprio CONTRATADO

2.4.2 Banco: ITAÚ/UNIBANCO S.A.

2.4.3 Agência: 1575

2.4.4 Conta Corrente: 02185-0

CLÁUSULA TERCEIRA - EXECUÇÃO DO SERVIÇO

3.1 O CONTRATADO se compromete a prestar serviços de apresentação musical, com repertório próprio, pelo tempo aproximado de 4 (quatro) horas, no dia 25 de setembro de 2019, a partir das 19:00 horas, no local Centro de Eventos Arena Petry, em São José, SC, por ocasião da realização do Congresso de Prefeitos 2019 da FECAM.

3.2 Caso a apresentação do CONTRATADO não se efetive, devido a qualquer motivo impeditivo não causado pela CONTRATANTE, fica esta desobrigada ao pagamento pelos serviços.

3.3 O CONTRATANTE se compromete a comparecer no local indicado no item 3.1 com antecedência razoável para início dos trabalhos a partir das 19:00 horas, munido de todo o equipamento auxiliar necessário.

CLÁUSULA QUARTA – USO DE IMAGEM DO CONTRATADO E DO CONTEÚDO DA APRESENTAÇÃO MUSICAL

4.1 Fica a CONTRATANTE autorizada, sem ônus adicional, utilizar imagem e mencionar o nome do CONTRATADO e o conteúdo da apresentação na divulgação do evento, seja por meios próprios ou por meio de terceiros, em qualquer modalidade de meio de comunicação, em período anterior, durante e após à realização do Congresso de Prefeitos 2019.

CLÁUSULA QUINTA – PENALIDADES CONTRATUAIS

5.1 A parte que não cumprir parcial ou totalmente as obrigações ora pactuadas, deverá ressarcir as perdas e danos decorrentes sofridos pela outra, mais multa de 20% sobre o valor total do contrato.

CLÁUSULA SEXTA - VIGÊNCIA

6.1 Este contrato tem vigência até o adimplemento das obrigações pactuadas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS

7.1 A CONTRATADA declara, sob pena de rescisão por justa causa da presente contratação e sem prejuízo da aplicação de sanções adicionais

admitidas pelo ordenamento jurídico pátrio, que não se enquadra nos motivos impeditivos de contratação expressos no REGULAMENTO DE CONTRATAÇÕES da FECAM (Anexo Único da Resolução FECAM 011/2016), especialmente no que se refere a:

Art. 16. Não poderão participar das contratações para aquisição de bens ou serviços pela FECAM:

I - as pessoas físicas que detenham vínculo trabalhista com a FECAM, bem como os membros do Conselho Deliberativo, Executivo Fiscal da FECAM;

II - as pessoas físicas com relação de parentesco em relação àquelas expressas no inciso anterior, até o terceiro grau, em linha reta ou colateral, consanguíneo ou por afinidade, bem como cônjuge ou companheiro;

III - as pessoas jurídicas cujos poderes de administração sejam exercidos por quaisquer das pessoas físicas expressas nos incisos anteriores.

IV - as pessoas físicas ou jurídicas impedidas de contratar com a FECAM decorrente de penalidade aplicada previamente.

CLÁUSULA OITAVA – PUBLICAÇÃO

8.1 Considerando o fato de a CONTRATANTE ser mantida essencialmente por recursos públicos, advindos dos municípios catarinenses, subsiste a obrigação de dar transparência a todos os termos da presente contratação, motivo pelo qual as partes autorizam a publicação integral do presente instrumento, bem como dos demais documentos que compõem os autos do respectivo processo.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

9.3 As partes elegem o foro da comarca de Florianópolis, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir possíveis questões jurídicas, decorrentes deste contrato.

9.4 E por estarem de acordo, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nominadas e firmadas.

Florianópolis, SC, 23 de setembro de 2019.

RUI BRAUN LUIZ

Diretor Executivo da FECAM

HENRIQUE MEIRA

Artista CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1) Assinatura _____

Nome:

CPF:

2) Assinatura _____

Nome:

CPF:

TERMO CONTRATUAL N. 15/2019

Publicação Nº 2216787

FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS

PROCESSO DE CONTRATAÇÃO n. 080/2019

TERMO CONTRATUAL n. 15/2019

Contrato de prestação de serviços de assessoria contábil, que a FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS celebra com a empresa POOL CONTABILIDADE SOCIEDADE SIMPLES - ME

Pelo presente instrumento particular, e na melhor forma de direito, as partes, a saber:

CONTRATANTE: FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede na cidade de Florianópolis, SC, na Rua General Liberato Bittencourt, n. 1.885, sala 1310, Bairro Canto, CEP 88.070-800, CNPJ 75.303.982/0001-90, representada neste ato por seu Diretor Executivo, o Sr. Rui Braun, CPF 621.152.199-53;

CONTRATADA: POOL CONTABILIDADE SOCIEDADE SIMPLES, com sede na cidade de Florianópolis, SC, na Rua Artista Bittencourt, n. 176, sala 202, Bairro Centro, CNPJ 10.460.774/0001-59, CRCSC 007102/O-7, representada neste ato pelo seu Sócio-Administrador, o Sr. Paulo Sérgio Faria Locks, CPF 712.102.619-87;

Têm entre si, justo e acordado o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE ASSESSORIA CONTÁBIL, que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente instrumento consiste na regulamentação da relação contratual ora estabelecida entre CONTRATANTE e CONTRATADA, visando a prestação de serviços contábeis em grau de excelência, especificados de forma exemplificativa nos itens 1.1.1 ao 1.1.21 a seguir:

1.1.1 Registro mensal de obrigações relativas a férias e 13º salário dos empregados, bem como revisão dos cálculos;

1.1.2 Assessoria na gestão da conta de depreciação acumulada individualizada por bem, e adequação aos laudos de avaliação, com base na vida útil dos bens e valor residual;

1.1.3 Assessoria na gestão de perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa, impairment, passivos contingentes e provisões, com elaboração de notas explicativas sobre eventuais perdas possíveis;

1.1.4 Classificação e escrituração da contabilidade conforme as normas e princípios contábeis, especialmente os previstos na ITG 2002 e demais Normas Brasileiras de Contabilidade vigentes;

1.1.5 Apuração e entrega de balancetes em PDF e Excel, mediante documentação completa entregue pela CONTRATANTE, mensal até o 10º dia do mês subsequente;

1.1.6 Elaboração do balanço, demonstração do resultado, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração das mutações do patrimônio e notas explicativas completas, englobando as principais contas, assim como as práticas e estimativas contábeis;

1.1.7 Emissão de Livros Diário e Razão mensalmente em PDF e Excel;

1.1.8 Envio das obrigações acessórias federal, estaduais e municipais;

1.1.9 Orientação e aplicação dos dispositivos legais vigentes nas esferas federal, estadual e municipal no que concerne à área fiscal;

1.1.10 Escrituração e emissão dos registros fiscais, elaboração das guias de informação e dos tributos devidos;

1.1.11 Atendimento das demais exigências previstas em atos normativos, e de fiscalização tributária;

1.1.12 Admissão/demissão de funcionários com registro em carteira;

- 1.1.13 Controle de férias;
- 1.1.14 Emissão Folha de Pagamento mensal e Guias dos Encargos Sociais;
- 1.1.15 RAIS anual, GFIP, CAGED, SEFIP, E-Social;
- 1.1.16 Recepção e emissão de Documentação mensal;
- 1.1.17 Envio de boletos de honorários mensal;
- 1.1.18 Orientação e cobrança sobre documentação a ser encaminhada;
- 1.1.19 Controle validade de Alvarás;
- 1.1.20 Inserção de todos os dados, relacionados à CONTRATADA, exigidos pelas normas de regência, no sistema E-sfinge ou outro sistema que venha-o substituir;
- 1.1.21 Atendimento aos Auditores Independentes.

CLÁUSULA SEGUNDA - CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1 Os serviços serão executados nas dependências da CONTRATADA e, para que a execução ocorra de forma satisfatória, a CONTRATANTE se compromete a fornecer toda a documentação necessária, exemplificada nos itens 2.1.1 ao 2.1.4, sem prejuízo às demais documentações que porventura venham a se fazer necessárias, devendo estas quais serem solicitadas de forma expressa pela CONTRATADA:

- 2.1.1 Boletim de caixa e documentos nele constantes;
- 2.1.2 Extratos de todas as contas bancárias, inclusive aplicações e documentos relativos aos lançamentos, tais como: depósitos, cópias de cheques, borderôs de cobranças, descontos, contratos de créditos, avisos de créditos/débitos, etc;
- 2.1.3 Notas Fiscais de Entrada, Saída, serviços tomados ou prestados, bem como, comunicação de eventual cancelamento das mesmas;
- 2.1.4 Controle de frequência dos empregados e eventual comunicação para a concessão de férias, admissão ou rescisão contratual, bem como alterações salariais espontâneas.

2.2. A documentação deverá ser enviada pela CONTRATANTE de forma completa e em boa ordem nos prazos especificados nos itens 2.2.1 ao 2.2.4:

- 2.2.1 Em até 5(cinco) dias após o encerramento do mês, os documentos relacionados nos itens 2.1.1 e 2.1.2;
- 2.2.2 Semanalmente, os documentos mencionados no item 2.1.3, sendo que os relativos à última semana do mês, no 1º (primeiro) dia útil do mês seguinte;
- 2.2.3 Até o dia 25 do mês de referência quando se tratar dos documentos do item 2.1.4, para elaboração da folha de pagamento;
- 2.2.4 No mínimo 48 (quarenta e oito) horas antes a comunicação para dação de aviso de férias e aviso prévio de rescisão contratual de empregados acompanhada do Registro de Empregados.

2.3 A CONTRATADA compromete-se a cumprir todos os prazos estabelecidos na legislação de regência no que concerne aos serviços contratados, bem como no prazo correspondente a cada procedimento elencado nos itens 2.3.1 ao 2.3.2.

2.3.1 A entrega das guias de recolhimentos de tributos à CONTRATANTE se fará com antecedência mínima de no mínimo 02 (dois) dias do vencimento da obrigação;

2.3.2 A entrega da Folha de Pagamento, recibos de pagamento salarial, de férias e demais obrigações trabalhistas far-se-á até 72 (setenta e duas) horas após o recebimento dos documentos mencionados no item 2.1.4.

2.3.2 A entrega do Balanço Anual se fará até 30 (trinta) dias após a entrega de todos os dados necessários à sua elaboração, principalmente os inventários Anuais de Estoques, por escrito, cuja execução é de responsabilidade da CONTRATANTE.

2.4 O envio e o recebimento dos documentos poderão se dar através de meio eletrônico ou físico, devendo, quem receber, emitir protocolo ou confirmação de recebimento a quem entregou.

2.4.1 As respectivas sedes das partes ficam eleitas como local de recebimento dos documentos, salvo comum acordo entre as partes dispuiser sobre local diverso.

CLÁUSULA TERCEIRA - DEVERES DA CONTRATADA

3.1 A CONTRATADA desempenhará os serviços enumerados na Cláusula Primeira do presente termo com todo o zelo, diligência e honestidade, com observância à legislação vigente, resguardando os interesses da CONTRATANTE, sem prejuízo da dignidade e independência profissional reguladas pelo respectivo Conselho de Classe.

3.2 Responsabilizar-se-á a CONTRATADA por todos os prepostos que atuarem nos serviços ora contratados, indenizando à CONTRATANTE, em caso de culpa ou dolo.

3.3 A CONTRATADA, desde já, responsabiliza-se por eventuais multas fiscais, juros e correção monetária de qualquer natureza, decorrentes de imperfeição na execução ou atraso nos serviços ora contratados, excetuando-se os que ocorrerem por motivo de força maior ou caso fortuito, assim definidos em Lei, depois de esgotados os procedimentos de defesa administrativa, sempre observado o disposto no item 3.6.

3.4 Obriga-se a CONTRATADA a fornecer à CONTRATANTE, quando solicitada, todas as informações relativas ao andamento dos serviços ora contratados nos prazos já estabelecidos anteriormente.

3.5 Responsabilizar-se-á a CONTRATADA por todos os documentos a ela entregues pela CONTRATANTE, enquanto permanecerem sob sua guarda para a consecução dos serviços pactuados, respondendo pelo mau uso, perda, extravio ou inutilização, salvo comprovado caso fortuito ou força maior.

3.6 A CONTRATA não assume nenhuma responsabilidade pelas consequências de informações, declarações ou documentação inidôneas ou incompletas que lhe forem apresentadas, bem como por omissões próprias da CONTRATANTE ou decorrente do desrespeito à orientação prestada.

CLÁUSULA QUARTA - DEVERES DA CONTRATANTE

4.1 A CONTRATANTE deverá fornecer à CONTRATADA todos os dados, documentos e informações que se façam necessário ao bom desempenho dos serviços ora contratados.

4.2 A CONTRATANTE declara-se ciente que a CONTRATADA, em observância às normativas legais, informará ao Conselho Federal de Contabilidade e ao Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), por meio de declaração, informações sobre as atividades da FECAM, bem como, sobre suas movimentações contábeis e financeiras.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO, FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 Em contraprestação aos serviços de assessoria contábil prestados pela CONTRATADA, a CONTRATANTE pagará o valor mensal de R\$ 3.000,00 (três mil reais), mediante apresentação da respectiva nota fiscal de serviços e boleto bancário pela CONTRATADA, até o quinto dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços.

5.2 Além do valor mensal discriminado no itens 5.1 supra, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA valor adicional anual, sempre no mês de dezembro, equivalente ao valor de uma parcela mensal paga no mês anterior, a título de taxa de encerramento de exercício financeiro.

5.3 Os valores pagos em contraprestação aos serviços prestados serão ajustados a cada período de 12 (doze) meses, pelo INPC.

5.4 Eventual atraso de pagamento, por culpa exclusiva da CONTRATANTE, gerará a obrigação de pagamento de multa de 2% (dois por cento) e juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês pro rata die, sobre o valor total devido.

CLÁUSULA SEXTA - VIGÊNCIA E RESCISÃO

6.1 O presente contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses a partir da data em que as partes o firmarem, renovando-se automaticamente por iguais e sucessivos períodos ante o silêncio das partes, contudo, não poderá ultrapassar o tempo total de 60 (sessenta meses), segundo regra constante do Manual de Contratações da CONTRATANTE (Anexo Único da Resolução FECAM n. 011/2016).

6.1.1 A responsabilidade técnica pelos serviços contábeis ora contratados passam a ser da CONTRATADA a partir do dia 01 de outubro de 2019.

6.2 As partes poderão resilir o presente contrato, sem ônus adicionais, por meio de distrato, ou por meio de denúncia comunicada à outra parte com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

6.3 Se houver a necessidade de transferência de serviços à outra empresa contábil, a CONTRATANTE deverá informar à CONTRATADA por escrito, o nome, endereço, responsável técnico e número do CRCSC.

6.4 A falta de pagamento, por período superior a 30 (trinta) dias, de qualquer parcela de honorários, facultará à CONTRATADA suspender imediatamente a execução dos serviços ora pactuados.

6.5 Operada a rescisão a CONTRATANTE terá o prazo de 30 (trinta) dias para efetuar a retirada de toda a documentação junto à CONTRATADA, sob pena, de ultrapassado este prazo, obrigar-se pelo pagamento de taxa de permanência mensal, esta equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado da última mensalidade, quando da vigência do contrato.

6.5.1 Não havendo a retirada dos documentos e não havendo o pagamento da taxa de permanência na forma como estabelecido no item 6.5, ficará a CONTRATADA, independentemente de notificação da CONTRATANTE, isenta de qualquer responsabilidade em relação à guarda dos documentos.

CLÁUSULA SEXTA – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS

6.1 A CONTRATADA declara, sob pena de rescisão por justa causa da presente contratação e sem prejuízo da aplicação de sanções adicionais admitidas pelo ordenamento jurídico pátrio, que não se enquadra nos motivos impeditivos de contratação expressos no REGULAMENTO DE CONTRATAÇÕES da FECAM (Anexo Único da Resolução FECAM 011/2016), especialmente no que se refere a:

Art. 16. Não poderão participar das contratações para aquisição de bens ou serviços pela FECAM:

I - as pessoas físicas que detenham vínculo trabalhista com a FECAM, bem como os membros do Conselho Deliberativo, Executivo Fiscal da FECAM;

II - as pessoas físicas com relação de parentesco em relação àquelas expressas no inciso anterior, até o terceiro grau, em linha reta ou colateral, consanguíneo ou por afinidade, bem como cônjuge ou companheiro;

III - as pessoas jurídicas cujos poderes de administração sejam exercidos por quaisquer das pessoas físicas expressas nos incisos anteriores.

IV - as pessoas físicas ou jurídicas impedidas de contratar com a FECAM decorrente de penalidade aplicada previamente.

CLÁUSULA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

7.1 Considerando o fato de a CONTRATANTE ser mantida essencialmente por recursos públicos, advindos dos municípios catarinenses, subsiste a obrigação de dar transparência a todos os termos da presente contratação, motivo pelo qual as partes autorizam a publicação integral do presente instrumento, bem como dos demais documentos que compõem os autos do respectivo processo.

CLÁUSULA OITAVA – FORO

8.2 Fica eleito o fórum da Comarca da Capital Florianópolis, SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas da interpretação e execução do presente contrato.

Em razão das partes terem discutido, lido e tomado ciência de todo o conteúdo desse instrumento, entendendo e compreendendo o alcance de todas as suas cláusulas e termos, com as quais concordam sem ressalvas, estas declaram-se justas e contratadas, firmando o presente contrato na presença em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Florianópolis, SC, 14 outubro de 2019.

RUI CARLOS BRAUN
Diretor Executivo da FECAM

PAULO SÉRGIO FARIA LOCKS
Sócio-Administrador da CONTRATADA

Testemunhas:

1)assinatura _____	2)assinatura _____
Nome: _____	Nome: _____
CPF: _____	CPF: _____

GRANFPOLIS

RESOLUÇÃO Nº 07/2019

Publicação Nº 2216431

RESOLUÇÃO Nº 007/2019

O Presidente da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

1 - Fica instituído o Programa "Responsabilidade Social da GRANFPOLIS" com o objetivo de melhorar o posicionamento da Associação perante à sociedade, seus colaboradores e associados.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios, revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis, 01 de novembro de 2019.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal de Nova Trento

PRESIDENTE

RESOLUÇÃO Nº 08/2019

Publicação Nº 2217221

Resolução Nº 08/2019

O Presidente da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis no uso de suas atribuições estatutárias e,

Considerando que o PDVI implantado através da Resolução nº 05/2017, visando enxugar as despesas de pessoal da Associação não atingiram plenamente seus objetivos;

Considerando que existe saldo no valor de R\$ 517.452,05 (quinhentos e dezessete mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e cinco centavos) amparado pela deliberação unânime ocorrida na Assembleia Geral Ordinária realizada em 17/07/2017 em Florianópolis;

Considerando que o Conselho Executivo, em reunião realizada no dia 22/04/2019, no Município de Biguaçu, aprovou a abertura do PDVI até o dia 31/12/2019,

RESOLVE:

Art. 1º Reabrir o Plano de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI, instituído pela Resolução 05/2017, para os empregados da GRANFPOLIS, limitado ao montante de R\$ 517.452,05 (quinhentos e dezessete mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e cinco centavos).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis(SC) em 05 de novembro de 2019.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal de Nova Trento

PRESIDENTE

AMEOSC

RESOLUÇÃO 006/2019

Publicação Nº 2216476

RESOLUÇÃO Nº 006/2019

Dispõe sobre a emissão de certificação de eventos organizados e desenvolvidos pela Associação dos Município do Extremo Oeste de Santa Catarina – AMEOSC e dá outras providências.

WILSON TREVISAN, Prefeito Municipal de São Miguel do Oeste, SC e Presidente da Ameosc, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social da entidade,

RESOLVE:

Art. 1º A presente Resolução tem por objetivo normatizar a certificação de eventos organizados e desenvolvidos pela Associação de Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC.

Art. 2º Os certificados serão expedidos em eventos como: cursos, seminários, conferências, simpósios e grupos de estudos e afins, organizados e desenvolvidos pela AMEOSC ou em parceria com outras entidades.

Parágrafo Único. Para expedição de certificação, os eventos previstos no caput deste artigo deverão ter carga horária mínima de 4 horas. Em sendo menor, será emitida declaração de participação.

Art. 3º Os setores da AMEOSC interessados em promover eventos com direito a certificação deverão providenciar projetos contendo os aspectos básicos do curso, os quais serão apreciados pelo Presidente da AMEOSC.

Parágrafo Único. São aspectos básicos do curso: nome do evento, data de início e fim, carga horária, palestrante (s), programação, público-alvo, objetivos, investimento e número de vagas;

Art. 4º – Após a aprovação do projeto para os eventos previstos nesta Resolução, o coordenador do curso deverá encaminhar ao setor responsável pela certificação os dados e informações necessárias para o cadastro do projeto de formação junto ao Sistema de Inscrição de Eventos – SIE.

Parágrafo único: Após a efetivação do cadastro do projeto de formação junto ao Sistema de Inscrição de Eventos – SIE ficará liberado o processo de inscrição do evento.

Art. 5º Para ministrar eventos referidos nesta Resolução será exigida formação mínima em nível de graduação.

Parágrafo Único. Será fornecido ao ministrante do evento certificação de palestrante.

Art. 6º Para expedição de certificação é necessário que seja encaminhado ao setor competente a lista de presença dos participantes do evento.

§ 1º O certificado será expedido ao participante que obtiver frequência igual ou superior a 75%.

§ 2º A certificação será realizada uma única vez, no Sistema de Inscrição de Eventos – SIE, em até cinco dias úteis após a realização do evento, sendo de responsabilidade de cada participante o acesso e a impressão do documento.

§ 3º Para consulta de autenticidade da certificação basta acessar o Sistema de Inscrição de Eventos - SIE e informar o número de certificado do participante e o sistema confirma a veracidade dos dados.

§ 4º Aos participantes que não cumpriram frequência mínima exigida será emitido declaração de participação, no Sistema de Inscrição de Eventos – SIE, em até cinco dias úteis após a realização do evento, sendo de responsabilidade de cada participante o acesso e a impressão do documento.

Art. 7º Os certificados serão registrados em banco de dados do Sistema de Inscrição de Eventos - SIE.

§ 1º Os certificados emitidos pelo Sistema de Inscrição de Eventos - SIE iniciará a partir no nº 01 e seguirá em ordem crescente de acordo com esta Resolução.

Art. 8º Constarão nos certificados emitidos as seguintes informações:

I. Frente do certificado: nome do participante, CPF, título do evento, local, data, carga horária e assinatura do responsável legal;

II. Verso do certificado: base legal; título da formação; conteúdos programáticos carga horária; nome do ministrante; % de frequência, registro e endereço eletrônico para consulta de autenticidade.

Art. 9º Constarão nas declarações emitidas as seguintes informações:

I. O nome do participante, CPF, título do evento, local, data, carga horária cumprida pelo participante e assinatura do responsável legal;

Art. 10. Os certificados e as declarações deverão ser assinados pelo Presidente da AMEOSC e representante de entidade parceira quando for o caso atendidas as normas a que se refere esta Resolução.

Art. 11. A AMEOSC encaminhará anualmente ao órgão competente da Secretaria de Estado de Educação, relatório das atividades, conforme normatização estabelecida pela Portaria nº 008 de 25 de junho de 2002.

Parágrafo Único. O Secretário Executivo da AMEOSC será responsável por encaminhar, até o dia 31 de janeiro de cada ano, à Coordenadoria Regional da Educação, relatório anual dos eventos realizados, de acordo com as disposições constantes na Portaria nº 008 de 25 de junho de 2002.

Art. 12. Os casos omissos a esta Resolução serão resolvidos pela Secretaria Executiva juntamente com a coordenação do evento.

Art. 13º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 14º- Revogam-se as disposições em contrário.

São Miguel do Oeste – SC, 18 de outubro de 2019.

WILSON TREVISAN

Presidente da AMEOSC

Consórcios

CIMVI

EDITAL DE PUBLICIDADE 2019 - AUA

Publicação Nº 2216997

EDITAL DE PUBLICIDADE DE AUA Nº 144/2019

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 877/2019 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE INDAIAL o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL, com prazo de validade de quarenta e oito meses, formulado pelo empreendedor James Roberto Nicholletti Me (James Martelinho de Ouro), pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 09.386.413/0001-20, para a atividade de 71.00.00 – Serviços de reparação e manutenção de máquinas, equipamentos ou veículos, com pintura, exceto manutenção de eletrodomésticos, que será exercida no imóvel de Rua Travessa Silva, nº35, bairro Nações, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 30 de outubro de 2019.

Paulo Roberto Ledra
Município de Indaial
Decreto nº 907/2017

EDITAL DE PUBLICIDADE 2019 - CCA

Publicação Nº 2216996

EDITAL DE PUBLICIDADE DE CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL Nº 424/2019

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 1006/2019 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE TIMBÓ o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, com prazo de validade até dia 18/10/2022, formulado pelo empreendedor Sandra Helena Longo Schutze, pessoa física inscrito no CPF/CNPJ sob nº 552.058.109-63, para a atividade de 71.11.01 – Condomínio de casas ou edifícios residenciais, que será exercida no imóvel de rua Bom Retiro, nº80, bairro das Nações, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Timbó, 31 de outubro de 2019.

Ricardo Longo Orsi
Município de Timbó
Decreto nº 4817/2018

EDITAL DE PUBLICIDADE DE CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL Nº 423/2019

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 999/2019 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE INDAIAL o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, com prazo de validade até dia 30/06/2020, formulado pelo empreendedor ZELIA PRZIBIOVICZ GOLLNICK (CONDOMÍNIO RESIDENCIAL ZELIA), pessoa física inscrito no CPF/CNPJ sob nº 404.782.209-44, para a atividade de 71.11.01 – Condomínio de casas ou edifícios residenciais, que será exercida no imóvel de rua Lisboa, nº 338, bairro Tapajós, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 29 de outubro de 2019.

Paulo Roberto Ledra
Município de Indaial
Decreto nº 907/2017

EDITAL DE PUBLICIDADE DE CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL Nº 425/2019

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 750/2019 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE APIÚNA o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, com prazo de validade até dia 24/08/2022, formulado pelo empreendedor Verginia Aparecida Vieira (Sabor do Sítio), pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 18.443.510/0001-07, para a atividade de 26.50.02 – Industrialização de produtos de origem vegetal, que será exercida no imóvel de Estrada Geral Subida, nº2003, bairro Subida, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento

Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Apiúna, 04 de novembro de 2019.

Gilmar Formagi

Município de Apiúna

Portaria nº 0331/2019

EDITAL DE PUBLICIDADE 2019 - DANC

Publicação Nº 2216992

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 650/2019

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 940/2019 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE APIÚNA o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade de doze meses, formulado pelo empreendedor FBR CONFECÇÕES LTDA (FBR TÊXTIL), pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 09.544.299/0001-10, para a atividade de Confeções de peças do vestuário, que será exercida no imóvel de Rodovia BR 470, Km96, nº 3617, bairro São Luis, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, 1070 - Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Apiúna, 04 de novembro de 2019.

Gilmar Formagi

Município de Apiúna

Portaria nº 0331/2019

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 649/2019

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 1025/2019 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade de doze meses, formulado pelo empreendedor MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 83.102.483/0001-62, para a atividade de Construção de centro de comercialização de produtos associados ao turismo, (Casa do Imigrante), que será exercida no imóvel de Rua 11 de Novembro, nº 559, bairro Centro, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, 1070 - Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Massaranduba, 04 de novembro de 2019.

Lilian Fernanda Sfindrych Gonçalves

Município de Massaranduba

Portaria nº 0686/2019

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 647/2019

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 546/2019 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE INDAIAL o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade de doze meses, formulado pelo empreendedor INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES BENAIA LTDA, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 01.291.220/0001-84, para a atividade de Fecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas, que será exercida no imóvel de Rua Uberaba, nº 1916, bairro Mulde, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, 1070 - Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 31 de outubro de 2019.

Paulo Roberto Ledra

Município de Indaial

Decreto nº 907/2017

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 646/2019

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 1011/2019 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE INDAIAL o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade de doze meses, formulado pelo empreendedor TRUPPE CONFECÇÕES E COMÉRCIO EIRELI (TRUPPE), pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 00.554.167/0001-02, para a atividade de Fabricação de materiais para medicina e odontologia, que será exercida no imóvel de Rua Buenos Aires, nº 96, bairro Tapajós, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, 1070 - Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 31 de outubro de 2019.

Paulo Roberto Ledra
Município de Indaial
Decreto nº 907/2017

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 645/2019**PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 1010/2019 CIMVI**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE INDAIAL o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade de doze meses, formulado pelo empreendedor D'JOTA CONFECÇÕES EIRELI, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 09.154.019/0001-67, para a atividade de Fabricação de materiais para medicina e odontologia, que será exercida no imóvel de Rua Buenos Aires, nº 96, bairro Tapajós, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, 1070 - Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 31 de outubro de 2019.

Paulo Roberto Ledra
Município de Indaial
Decreto nº 907/2017

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 644/2019**PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 978/2019 CIMVI**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE INDAIAL o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade de doze meses, formulado pelo empreendedor LELE FACÇÃO E CONFECÇÃO LTDA, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 07.214.697/0001-42, para a atividade de Confecções de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida, que será exercida no imóvel de Rua 11 de Julho, nº 115, bairro Carijós, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, 1070 - Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 31 de outubro de 2019.

Paulo Roberto Ledra
Município de Indaial
Decreto nº 907/2017

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 643/2019**PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 886/2019 CIMVI**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade de doze meses, formulado pelo empreendedor DELCI REUTER BUZZI, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 16.826.147/0001-75, para a atividade de Confecções de peças do vestuário, sem estamparia/tinturaria, que será exercida no imóvel de Rua Santa Catarina, s/nº, bairro Centro, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, 1070 - Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Doutor Pedrinho, 31 de outubro de 2019.

José Marcos Claudino dos Santos
Município de Doutor Pedrinho
Portaria nº 050/2019

EDITAL DE PUBLICIDADE 2019 - LAO

Publicação Nº 2216994

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LAO Nº 154/2019**PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 277/2019 CIMVI**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS o pedido de concessão LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO com prazo de validade de quarenta e oito meses, formulado pelo empreendedor GALRIO GALVANOSTEGIA TECNICA LTDA ME, pessoa Jurídica, inscrito no CNPJ nº 01.726.167/0001-05, para a atividade de 11.80.02 – Serviços Galvanotécnicos, que será exercida no imóvel Rodovia RDC 110, bairro Santo Antônio, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Rio dos Cedros, 25 de outubro de 2019.

Lidia Mara Floriani
Município de Rio dos Cedros
Portaria nº 46/2019

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LAO Nº 05/2017**PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 76/2017 CIMVI**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE POMERODE o pedido de concessão LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO com prazo de validade de quarenta e oito meses, formulado pelo empreendedor OBJETO BRASIL LTDA, pessoa Jurídica, inscrito no CNPJ nº 28.443.890/0001-25, para a atividade de 24.80.00 – Serviço industriais de tinturaria, de estampa (exceto por sublimação ou digital, desde que sem lavagem), de lavanderia ou de outros processos de acabamentos, que será exercida no imóvel Rua XV de Novembro, nº 8506, bairro Testo Central, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Pomerode, 23 de novembro de 2017.

Jaime Eduardo Jensen
Município de Pomerode
Portaria nº 22.240/2017

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LAO Nº 55/2019**PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 529/2018 CIMVI**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ o pedido de concessão LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO com prazo de validade de quarenta e oito meses, formulado pelo empreendedor ORBLOCK ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA, pessoa Jurídica, inscrito no CNPJ nº 01.667.747/0001-60, para a atividade de 10.50.10 – Fabricação de peças, ornatos e estruturas de cimento e gesso, que será exercida no imóvel Estrada Geral, nº 521, bairro Águas Negras, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Botuverá, 15 de fevereiro de 2019.

Marcio Francisco Colombi
Município de Botuverá
Portaria nº 137/2017

CINCATARINA

AC19CIN0043 - REVOLUCION SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA – ME

Publicação Nº 2217494

TERMO ADITIVO AC19CIN0043**SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

CONTRATANTE:	CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA – CINCATARINA
CONTRATADO:	REVOLUCION SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA – ME
OBJETO:	Fornecimento de licença de uso de SOFTWARE DE CONTROLE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO, para utilização do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CINCATARINA, dos fornecedores, dos órgãos e ou entidades dos entes da federação consorciados e ou cooperados.
PROCESSO:	PAL Nº 0027/2018 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 0025/2018.
CONTRATO/ ADITIVOS:	CT18CIM0009 / AC18CIM0051 / AC19CIM0033 / AC19CIM0034 / AC19CIM0036 / AC19CIM0037 / AC19CIM0039
DATA:	24.09.2018
VIGÊNCIA:	01.10.2018 a 31.12.2019

Art. 1º - Em conformidade com o item 9.6 e 9.7 do Termo de Referência do edital, devido à inclusão dos Municípios de Lindóia Do Sul e São Domingos ao Programa de Licitações Compartilhadas do CINCATARINA e utilização do sistema de Controle Processo Administrativo Licitatório, altera-se o percentual de utilização de 20,1757% para 20,6582%.

Art. 2º - Em conformidade com o a alínea “e” da cláusula quinta e tendo em vista a escala de contratação de 20,6582% fica concedido o desconto progressivo de 5%, conforme lista abaixo:

ORDEM	CÓDIGO	MUNICÍPIO	PERCENTUAL DE UTILIZAÇÃO	VALOR MENSAL R\$	VALOR MENSAL COM DESCONTO PROGRESSIVO R\$
1	1	Abdon Batista	0,2240%	315,28	299,52
2	2	Abelardo Luz	0,3963%	557,80	529,91
5	5	Água Doce	0,2584%	363,78	345,59

8	8	Águas Mornas	0,2240%	315,28	299,52
10	10	Alto Bela Vista	0,2240%	315,28	299,52
13	13	Anita Garibaldi	0,2584%	363,78	345,59
14	14	Anitápolis	0,2240%	315,28	299,52
15	15	Antônio Carlos	0,2584%	363,78	345,59
21	21	Arroio Trinta	0,2240%	315,28	299,52
42	42	Bom Jesus	0,2240%	315,28	299,52
49	49	Brunópolis	0,2240%	315,28	299,52
51	51	Caçador	0,7064%	994,34	944,62
53	53	Calmon	0,2240%	315,28	299,52
58	58	Campos Novos	0,4997%	703,31	668,15
62	62	Capinzal	0,4307%	606,31	575,99
64	64	Catanduvas	0,2929%	412,29	391,67
66	66	Celso Ramos	0,2240%	315,28	299,52
80	80	Curitibanos	0,5341%	751,82	714,23
87	87	Erval Velho	0,2240%	315,28	299,52
88	88	Faxinal dos Guedes	0,2929%	412,29	391,67
93	93	Fraiburgo	0,4997%	703,31	668,15
94	94	Frei Rogério	0,2240%	315,28	299,52
107	107	Herval d'Oeste	0,3963%	557,80	529,91
108	108	Ibiam	0,2240%	315,28	299,52
109	109	Ibicaré	0,2240%	315,28	299,52
117	117	Iomerê	0,2240%	315,28	299,52
120	120	Ipuaçu	0,2584%	363,78	345,59
121	121	Ipumirim	0,2584%	363,78	345,59
123	123	Irani	0,2929%	412,29	391,67
125	125	Irineópolis	0,2929%	412,29	391,67
126	126	Itá	0,2584%	363,78	345,59
131	131	Itapoá	0,4307%	606,31	575,99
133	133	Jaborá	0,2240%	315,28	299,52
138	138	Joaçaba	0,4652%	654,81	622,07
142	142	Lacerdópolis	0,2240%	315,28	299,52
145	145	Lajeado Grande	0,2240%	315,28	299,52
148	148	Lebon Régis	0,2929%	412,29	391,67
150	150	Lindóia do Sul	0,2240%	315,28	299,52
153	153	Luzerna	0,2240%	315,28	299,52
154	154	Macieira	0,2240%	315,28	299,52
162	162	Matos Costa	0,2240%	315,28	299,52
167	167	Monte Carlo	0,2584%	363,78	345,59
174	174	Nova Trento	0,3274%	460,79	437,75
179	179	Ouro	0,2240%	315,28	299,52
180	180	Ouro Verde	0,2240%	315,28	299,52
190	190	Passos Maia	0,2240%	315,28	299,52
191	191	Paulo Lopes	0,2240%	315,28	299,52
198	198	Pinheiro Preto	0,2240%	315,28	299,52
199	199	Piratuba	0,2584%	363,78	345,59
203	203	Ponte Alta do Norte	0,2240%	315,28	299,52
204	204	Ponte Serrada	0,2929%	412,29	391,67
209	209	Presidente Castello Branco	0,2240%	315,28	299,52
214	214	Rancho Queimado	0,2240%	315,28	299,52
215	215	Rio das Antas	0,2584%	363,78	345,59
221	221	Rio Negrinho	0,5341%	751,82	714,23
228	228	Salto Veloso	0,2240%	315,28	299,52
230	230	Santa Cecília	0,3274%	460,79	437,75
234	234	Santa Terezinha	0,2240%	315,28	299,52
240	240	São Bonifácio	0,2240%	315,28	299,52
243	243	São Domingos	0,2584%	363,78	345,59
267	267	Tangará	0,2584%	363,78	345,59
272	272	Timbó Grande	0,2240%	315,28	299,52
276	276	Treze Tílias	0,2584%	363,78	345,59
282	282	Urubici	0,2929%	412,29	391,67
285	285	Vargeão	0,2240%	315,28	299,52
286	286	Vargem	0,2240%	315,28	299,52

289	289	Videira	0,6375%	897,33	852,47
292	292	Xanxerê	0,5686%	800,32	760,31
293	293	Xavantina	0,2240%	315,28	299,52
294	294	Xaxim	0,4652%	654,81	622,07
295	295	Zortéa	0,2240%	315,28	299,52
TOTAL:			20,6582%	29.078,44	27.624,51

Art. 3º - Fica alterado o valor do item 2 da tabela da cláusula primeira conforme abaixo a partir do mês de outubro de 2019 e considerando o desconto progressivo.

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR CONTRATADO R\$	VALOR ALTERADO R\$	VALOR COM DESCONTO PROGRESSIVO R\$
2	Serv. Mensal	Licença de Uso do Software	28.399,37	29.078,44	27.624,51

Art. 4º - Fica aditado ao contrato o valor de R\$ 1.935,33 (um mil e novecentos e trinta e cinco reais e trinta e três centavos), correspondente à diferença entre o valor contratado anteriormente e o valor alterado aplicado aos meses de outubro de 2019 a dezembro de 2019, considerando o desconto progressivo.

Art. 5º - Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições contratuais.

Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

Florianópolis (SC), 04 de outubro de 2019.

Revolucion Serviços de Informática Ltda – ME Roberto Pires Helt CONTRATADA	CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA – CINCATARINA Elói Rönna Diretor Executivo CONTRATANTE
TESTEMUNHAS:	
Nome: CPF nº	Nome: CPF nº

AC19CIN0044 - REVOLUCION SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA – ME

Publicação Nº 2217496

TERMO ADITIVO AC19CIN0044

OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATANTE:	CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA – CINCATARINA
CONTRATADO:	REVOLUCION SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA – ME
OBJETO:	Fornecimento de licença de uso de SOFTWARE DE CONTROLE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO, para utilização do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CINCATARINA, dos fornecedores, dos órgãos e ou entidades dos entes da federação consorciados e ou cooperados.
PROCESSO:	PAL Nº 0027/2018 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 0025/2018.
CONTRATO/ ADITIVOS:	CT18CIM0009 / AC18CIM0051 / AC19CIM0033 / AC19CIM0034 / AC19CIM0036 / AC19CIM0037 / AC19CIM0039 / AC-19CIN0043
DATA:	24.09.2018
VIGÊNCIA:	01.10.2018 a 31.12.2019

Art. 1º - Em conformidade com o item 9.6 e 9.7 do Termo de Referência do edital, devido à inclusão do Município de Coronel Martins ao Programa de Licitações Compartilhadas do CINCATARINA e utilização do sistema de Controle Processo Administrativo Licitatório, altera-se o percentual de utilização de 20,6582% para 20,8822%.

Art. 2º - Em conformidade com o a alínea "e" da cláusula quinta e tendo em vista a escala de contratação de 20,8822% fica concedido o desconto progressivo de 5%, conforme lista abaixo:

ORDEM	CÓDIGO	MUNICÍPIO	PERCENTUAL DE UTILIZAÇÃO	VALOR MENSAL R\$	VALOR MENSAL COM DESCONTO PROGRESSIVO R\$
1	1	Abdon Batista	0,2240%	315,28	299,52
2	2	Abelardo Luz	0,3963%	557,80	529,91
5	5	Água Doce	0,2584%	363,78	345,59
8	8	Águas Mornas	0,2240%	315,28	299,52

10	10	Alto Bela Vista	0,2240%	315,28	299,52
13	13	Anita Garibaldi	0,2584%	363,78	345,59
14	14	Anitápolis	0,2240%	315,28	299,52
15	15	Antônio Carlos	0,2584%	363,78	345,59
21	21	Arroio Trinta	0,2240%	315,28	299,52
42	42	Bom Jesus	0,2240%	315,28	299,52
49	49	Brunópolis	0,2240%	315,28	299,52
51	51	Caçador	0,7064%	994,34	944,62
53	53	Calmon	0,2240%	315,28	299,52
58	58	Campos Novos	0,4997%	703,31	668,15
62	62	Capinzal	0,4307%	606,31	575,99
64	64	Catanduvas	0,2929%	412,29	391,67
66	66	Celso Ramos	0,2240%	315,28	299,52
74	74	Coronel Martins	0,2240%	315,28	299,52
80	80	Curitibanos	0,5341%	751,82	714,23
87	87	Erval Velho	0,2240%	315,28	299,52
88	88	Faxinal dos Guedes	0,2929%	412,29	391,67
93	93	Fraiburgo	0,4997%	703,31	668,15
94	94	Frei Rogério	0,2240%	315,28	299,52
107	107	Herval d'Oeste	0,3963%	557,80	529,91
108	108	Ibiam	0,2240%	315,28	299,52
109	109	Ibicaré	0,2240%	315,28	299,52
117	117	Iomerê	0,2240%	315,28	299,52
120	120	Ipuaçu	0,2584%	363,78	345,59
121	121	Ipumirim	0,2584%	363,78	345,59
123	123	Irani	0,2929%	412,29	391,67
125	125	Irineópolis	0,2929%	412,29	391,67
126	126	Itá	0,2584%	363,78	345,59
131	131	Itapoá	0,4307%	606,31	575,99
133	133	Jaborá	0,2240%	315,28	299,52
138	138	Joaçaba	0,4652%	654,81	622,07
142	142	Lacerdópolis	0,2240%	315,28	299,52
145	145	Lajeado Grande	0,2240%	315,28	299,52
148	148	Lebon Régis	0,2929%	412,29	391,67
150	150	Lindóia do Sul	0,2240%	315,28	299,52
153	153	Luzerna	0,2240%	315,28	299,52
154	154	Macieira	0,2240%	315,28	299,52
162	162	Matos Costa	0,2240%	315,28	299,52
167	167	Monte Carlo	0,2584%	363,78	345,59
174	174	Nova Trento	0,3274%	460,79	437,75
179	179	Ouro	0,2240%	315,28	299,52
180	180	Ouro Verde	0,2240%	315,28	299,52
190	190	Passos Maia	0,2240%	315,28	299,52
191	191	Paulo Lopes	0,2240%	315,28	299,52
198	198	Pinheiro Preto	0,2240%	315,28	299,52
199	199	Piratuba	0,2584%	363,78	345,59
203	203	Ponte Alta do Norte	0,2240%	315,28	299,52
204	204	Ponte Serrada	0,2929%	412,29	391,67
209	209	Presidente Castello Branco	0,2240%	315,28	299,52
214	214	Rancho Queimado	0,2240%	315,28	299,52
215	215	Rio das Antas	0,2584%	363,78	345,59
221	221	Rio Negrinho	0,5341%	751,82	714,23
228	228	Salto Veloso	0,2240%	315,28	299,52
230	230	Santa Cecília	0,3274%	460,79	437,75
234	234	Santa Terezinha	0,2240%	315,28	299,52
240	240	São Bonifácio	0,2240%	315,28	299,52
243	243	São Domingos	0,2584%	363,78	345,59
267	267	Tangará	0,2584%	363,78	345,59
272	272	Timbó Grande	0,2240%	315,28	299,52
276	276	Treze Tílias	0,2584%	363,78	345,59
282	282	Urubici	0,2929%	412,29	391,67
285	285	Vargeão	0,2240%	315,28	299,52
286	286	Vargem	0,2240%	315,28	299,52

289	289	Videira	0,6375%	897,33	852,47
292	292	Xanxerê	0,5686%	800,32	760,31
293	293	Xavantina	0,2240%	315,28	299,52
294	294	Xaxim	0,4652%	654,81	622,07
295	295	Zortéa	0,2240%	315,28	299,52
TOTAL:			20,8822%	29.393,71	27.924,03

Art. 3º - Fica alterado o valor do item 2 da tabela da cláusula primeira conforme abaixo a partir do mês de novembro de 2019 e considerando o desconto progressivo.

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR CONTRATADO R\$	VALOR ALTERADO R\$	VALOR COM DESCONTO PROGRESSIVO R\$
2	Serv. Mensal	Licença de Uso do Software	29.078,44	29.393,71	27.924,03

Art. 4º - Fica aditado ao contrato o valor de R\$ 599,04 (quinhentos e noventa e nove reais e quatro centavos), correspondente à diferença entre o valor contratado anteriormente e o valor alterado aplicado aos meses de novembro de 2019 a dezembro de 2019, considerando o desconto progressivo.

Art. 5º - Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições contratuais.

Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

Florianópolis (SC), 01 de novembro de 2019.

Revolucion Serviços de Informática Ltda – ME Roberto Pires Helt CONTRATADA	CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA – CINCATARINA Elói Rönna Diretor Executivo CONTRATANTE
TESTEMUNHAS:	
Nome: CPF nº	Nome: CPF nº

AVISO DE PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA Nº 0059/2019 - UNIFORMES PARA O SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA (SAMU)

Publicação Nº 2217171

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO COMPARTILHADA

PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA Nº 0059/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0073/2019

REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Uniformes para o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), para uso dos órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados ou referendados ao Consórcio Interfederativo Santa Catarina- CINCATARINA, na condição de Órgão participante desta licitação de acordo com os quantitativos estimados no Anexo V, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços. VIGÊNCIA: O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 02 de janeiro de 2020 à 31 de dezembro de 2020. JULGAMENTO: Menor Preço POR ITEM. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 horas do dia 06/11/2019 até às 09:00 horas do dia 21/11/2019. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:01 às 09:30 horas do dia 21/11/2019. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:31 horas do dia 21/11/2019. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF). LOCAL: www.portaldecompraspublicas.com.br. Acesso Identificado. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Sede do CINCATARINA, localizado na Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, 13º andar, Sala 1305, Centro Executivo Imperatriz, Bairro Canto, CEP: 88.070-800, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina. Fone (48) 3380-1620.Site: www.cincatarina.sc.gov.br.

Florianópolis (SC), 5 de novembro de 2019.

Elói Rönna – Diretor Executivo do CINCATARINA

EXTRATO DE TERMOS ADITIVOS DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS - PAL 0011_2019

Publicação Nº 2217488

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT19CIN0390

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: AUTO MECÂNICA GERAL LTDA

ATA: AT19CIN12451

PAL: 0011/2019 - CINCATARINA
EDITAL: 0009/2019 - CINCATARINA
REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 31/12/2019.
DATA DO ADITIVO: 21/10/2019
Florianópolis (SC), terça-feira, 5 de novembro de 2019
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT19CIN0391
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA
FORNECEDOR: AUTO MECÂNICA GERAL LTDA
ATA: AT19CIN22553

PAL: 0011/2019 - CINCATARINA
EDITAL: 0009/2019 - CINCATARINA
REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 31/12/2019.
DATA DO ADITIVO: 21/10/2019
Florianópolis (SC), terça-feira, 5 de novembro de 2019
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT19CIN0392
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA
FORNECEDOR: DE MARCO LTDA
ATA: AT19CIN22554

PAL: 0011/2019 - CINCATARINA
EDITAL: 0009/2019 - CINCATARINA
REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 31/12/2019.
DATA DO ADITIVO: 21/10/2019
Florianópolis (SC), terça-feira, 5 de novembro de 2019
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT19CIN0393
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA
FORNECEDOR: PEUGEOT CITROEN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA
ATA: AT19CIN22555

PAL: 0011/2019 - CINCATARINA
EDITAL: 0009/2019 - CINCATARINA
REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 31/12/2019.
DATA DO ADITIVO: 21/10/2019
Florianópolis (SC), terça-feira, 5 de novembro de 2019
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT19CIN0394
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
FORNECEDOR: DE MARCO LTDA
ATA: AT19CIN20588

PAL: 0011/2019 - CINCATARINA
EDITAL: 0009/2019 - CINCATARINA
REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 31/12/2019.
DATA DO ADITIVO: 21/10/2019
Florianópolis (SC), terça-feira, 5 de novembro de 2019
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT19CIN0395

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

FORNECEDOR: DE MARCO LTDA

ATA: AT19CIN07541

PAL: 0011/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0009/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 31/12/2019.

DATA DO ADITIVO: 21/10/2019

Florianópolis (SC), terça-feira, 5 de novembro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT19CIN0396

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS

FORNECEDOR: AUTO MECÂNICA GERAL LTDA

ATA: AT19CIN07550

PAL: 0011/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0009/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 31/12/2019.

DATA DO ADITIVO: 21/10/2019

Florianópolis (SC), terça-feira, 5 de novembro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT19CIN0397

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAÇADOR

FORNECEDOR: DE MARCO LTDA

ATA: AT19CIN07537

PAL: 0011/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0009/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 31/12/2019.

DATA DO ADITIVO: 21/10/2019

Florianópolis (SC), terça-feira, 5 de novembro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT19CIN0398

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

FORNECEDOR: DE MARCO LTDA

ATA: AT19CIN22328

PAL: 0011/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0009/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 31/12/2019.

DATA DO ADITIVO: 21/10/2019

Florianópolis (SC), terça-feira, 5 de novembro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT19CIN0399

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

FORNECEDOR: AUTO MECÂNICA GERAL LTDA

ATA: AT19CIN07546

PAL: 0011/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0009/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 31/12/2019.

DATA DO ADITIVO: 21/10/2019

Florianópolis (SC), terça-feira, 5 de novembro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT19CIN0400

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS

FORNECEDOR: DE MARCO LTDA

ATA: AT19CIN20916

PAL: 0011/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0009/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 31/12/2019.

DATA DO ADITIVO: 21/10/2019

Florianópolis (SC), terça-feira, 5 de novembro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT19CIN0401

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

FORNECEDOR: DE MARCO LTDA

ATA: AT19CIN13836

PAL: 0011/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0009/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 31/12/2019.

DATA DO ADITIVO: 21/10/2019

Florianópolis (SC), terça-feira, 5 de novembro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT19CIN0402

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA

FORNECEDOR: DE MARCO LTDA

ATA: AT19CIN21828

PAL: 0011/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0009/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 31/12/2019.

DATA DO ADITIVO: 21/10/2019

Florianópolis (SC), terça-feira, 5 de novembro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT19CIN0403

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

FORNECEDOR: DE MARCO LTDA

ATA: AT19CIN07538

PAL: 0011/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0009/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 31/12/2019.

DATA DO ADITIVO: 21/10/2019

Florianópolis (SC), terça-feira, 5 de novembro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT19CIN0404

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS
FORNECEDOR: PEUGEOT CITROEN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA
ATA: AT19CIN07542
PAL: 0011/2019 - CINCATARINA
EDITAL: 0009/2019 - CINCATARINA
REGISTRO DE PREÇO:
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 31/12/2019.
DATA DO ADITIVO: 21/10/2019
Florianópolis (SC), terça-feira, 5 de novembro de 2019
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT19CIN0405
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS
FORNECEDOR: AUTO MECÂNICA GERAL LTDA
ATA: AT19CIN07547
PAL: 0011/2019 - CINCATARINA
EDITAL: 0009/2019 - CINCATARINA
REGISTRO DE PREÇO:
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 31/12/2019.
DATA DO ADITIVO: 21/10/2019
Florianópolis (SC), terça-feira, 5 de novembro de 2019
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT19CIN0406
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL
FORNECEDOR: PEUGEOT CITROEN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA
ATA: AT19CIN17795
PAL: 0011/2019 - CINCATARINA
EDITAL: 0009/2019 - CINCATARINA
REGISTRO DE PREÇO:
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 31/12/2019.
DATA DO ADITIVO: 21/10/2019
Florianópolis (SC), terça-feira, 5 de novembro de 2019
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT19CIN0407
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA
FORNECEDOR: AUTO MECÂNICA GERAL LTDA
ATA: AT19CIN07551
PAL: 0011/2019 - CINCATARINA
EDITAL: 0009/2019 - CINCATARINA
REGISTRO DE PREÇO:
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 31/12/2019.
DATA DO ADITIVO: 21/10/2019
Florianópolis (SC), terça-feira, 5 de novembro de 2019
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT19CIN0408
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA
FORNECEDOR: DE MARCO LTDA
ATA: AT19CIN09796
PAL: 0011/2019 - CINCATARINA
EDITAL: 0009/2019 - CINCATARINA
REGISTRO DE PREÇO:
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 31/12/2019.
DATA DO ADITIVO: 21/10/2019
Florianópolis (SC), terça-feira, 5 de novembro de 2019

ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT19CIN0409
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS
FORNECEDOR: DE MARCO LTDA
ATA: AT19CIN07539
PAL: 0011/2019 - CINCATARINA
EDITAL: 0009/2019 - CINCATARINA
REGISTRO DE PREÇO:
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 31/12/2019.
DATA DO ADITIVO: 21/10/2019
Florianópolis (SC), terça-feira, 5 de novembro de 2019
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT19CIN0410
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS
FORNECEDOR: PEUGEOT CITROEN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA
ATA: AT19CIN07543
PAL: 0011/2019 - CINCATARINA
EDITAL: 0009/2019 - CINCATARINA
REGISTRO DE PREÇO:
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 31/12/2019.
DATA DO ADITIVO: 21/10/2019
Florianópolis (SC), terça-feira, 5 de novembro de 2019
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT19CIN0411
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS
FORNECEDOR: AUTO MECÂNICA GERAL LTDA
ATA: AT19CIN07548
PAL: 0011/2019 - CINCATARINA
EDITAL: 0009/2019 - CINCATARINA
REGISTRO DE PREÇO:
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 31/12/2019.
DATA DO ADITIVO: 21/10/2019
Florianópolis (SC), terça-feira, 5 de novembro de 2019
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT19CIN0412
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
FORNECEDOR: DE MARCO LTDA
ATA: AT19CIN22552
PAL: 0011/2019 - CINCATARINA
EDITAL: 0009/2019 - CINCATARINA
REGISTRO DE PREÇO:
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 31/12/2019.
DATA DO ADITIVO: 21/10/2019
Florianópolis (SC), terça-feira, 5 de novembro de 2019
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT19CIN0413
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TANGARÁ
FORNECEDOR: AUTO MECÂNICA GERAL LTDA
ATA: AT19CIN07549

PAL: 0011/2019 - CINCATARINA
EDITAL: 0009/2019 - CINCATARINA
REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 31/12/2019.
DATA DO ADITIVO: 21/10/2019
Florianópolis (SC), terça-feira, 5 de novembro de 2019
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT19CIN0414
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM
FORNECEDOR: AUTO MECÂNICA GERAL LTDA
ATA: AT19CIN07928

PAL: 0011/2019 - CINCATARINA
EDITAL: 0009/2019 - CINCATARINA
REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 31/12/2019.
DATA DO ADITIVO: 21/10/2019
Florianópolis (SC), terça-feira, 5 de novembro de 2019
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT19CIN0415
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
FORNECEDOR: AUTO MECÂNICA GERAL LTDA
ATA: AT19CIN09451

PAL: 0011/2019 - CINCATARINA
EDITAL: 0009/2019 - CINCATARINA
REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 31/12/2019.
DATA DO ADITIVO: 21/10/2019
Florianópolis (SC), terça-feira, 5 de novembro de 2019
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT19CIN0416
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE XANXERÊ
FORNECEDOR: DE MARCO LTDA
ATA: AT19CIN07540

PAL: 0011/2019 - CINCATARINA
EDITAL: 0009/2019 - CINCATARINA
REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 31/12/2019.
DATA DO ADITIVO: 21/10/2019
Florianópolis (SC), terça-feira, 5 de novembro de 2019
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT19CIN0417
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITAPOÁ - SC
FORNECEDOR: PEUGEOT CITROEN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA
ATA: AT19CIN07545

PAL: 0011/2019 - CINCATARINA
EDITAL: 0009/2019 - CINCATARINA
REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 31/12/2019.
DATA DO ADITIVO: 21/10/2019
Florianópolis (SC), terça-feira, 5 de novembro de 2019
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO TA.AT19CIN0418

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FORNECEDOR: PEUGEOT CITROEN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA

ATA: AT19CIN07544

PAL: 0011/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0009/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO:

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência da presente Ata conforme Cláusula Décima Segunda para até o dia 31/12/2019.

DATA DO ADITIVO: 21/10/2019

Florianópolis (SC), terça-feira, 5 de novembro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CIS/AMVI

ANÁLISE COMISSÃO PERMANENTE - UNISON

Publicação Nº 2217235

CHAMADA PÚBLICA - PROCESSO DE CREDENCIAMENTO Nº 04/2018

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2018

OBJETO: Credenciamento de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços médicos (consultas e procedimentos diagnósticos) para atendimento da demanda da rede básica municipal de saúde dos 15 (quinze) municípios consorciados ao CISAMVI.

VALOR ESTIMADO: R\$ R\$ 232.320,00 (duzentos e trinta e dois mil e trezentos e vinte reais).

FORNECEDOR: UNISON CLINICA DE ULTRA-SONOGRAFIA S/S LTDA - ME., pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº 97.466.387/0001-08.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 25, caput, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.3.9.0.00.00.00.00 – Aplicações Diretas.

I – DOS FATOS

Diante da necessidade de atendimento da demanda de consultas e procedimentos com finalidade diagnóstica de média e alta complexidade dos usuários da rede pública dos municípios consorciados, devidamente justificada e pormenorizada no Termo de Referência constante dos autos, às fls. 4-48; restando comprovada a disponibilidade orçamentária para pagamento das obrigações decorrentes à fl. 49, culminando na autorização de instauração do processo à fl. 69 e, por fim, restando autorizadas as minutas do Instrumento convocatório e anexos às fls. 71-74; foi publicado Edital de Chamamento Público nº 04/2018.

Recebida a documentação apresentada pela interessada no credenciamento, supramencionada, com fornecedor, visando a prestação de serviços médicos constantes do Edital mencionado, a Comissão de Licitações do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, designada por intermédio da Resolução nº. 217/2018, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina em 18/06/2018, passou a análise quanto a possibilidade de contratação através de inexigibilidade de licitação do prestador de serviço retro identificado.

II – DA FUNDAMENTAÇÃO

A contratação de serviços através de credenciamento trata-se de uma situação oposta à prevista no inciso I do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93, uma vez que nesta condição apenas uma empresa dispõe do serviço pretendido pela Administração, enquanto no credenciamento a Administração pretende contratar todos aqueles que se habilitarem a prestar os referidos serviços pelo mesmo valor e nas mesmas condições.

Neste sentido, citado procedimento se enquadra no que preceitua o caput do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, que rege que as contratações desta natureza não exigem a realização de procedimento licitatório, uma vez que não há competição entre os participantes, conforme se verifica: "Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição[...]"

A respeito da inexigibilidade de licitação em decorrência de credenciamento, Joel de Menezes Niebuhr foi bastante preciso (grifo nosso): [...] a hipótese de credenciamento não foi prevista na Lei n.º 8.666/93. Não há qualquer dispositivo que aborde o assunto, regendo suas premissas. Impende reafirmar, por oportuno, que a inexigibilidade não depende de autorização legal, tanto que ocorre em todas as situações de inviabilidade de competição, o que remonta à questão fática. Destarte, a ausência de dispositivos normativos em torno das hipóteses de credenciamento não obsta lhes reconhecer a existência, bem como a inviabilidade de competição, o que acarreta a inexigibilidade. (NIE-BUHR, Joel de Menezes. Dispensa e inexigibilidade de licitação pública. 4. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2015, p.195).

O entendimento do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina converge nesse sentido, senão vejamos:

PREJULGADO 680

A regra geral expressa no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, compele à realização de prévia licitação para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, objetivando assegurar a igualdade de condições a todos os concorrentes. Em conformidade com o art. 197 da Constituição Federal, combinado com a Lei Federal nº 8080, de 19.09.90, a execução das ações e serviços de saúde deve ser feita diariamente ou através de pessoas físicas e jurídicas de direito privado, ressalvando-se que o art. 199 da Carta Magna estabelece que as instituições privadas poderão participar, no que se refere à constituição do Sistema Único de Saúde, de forma complementar.

Quando se tratar da execução das ações e serviços de saúde, compreendendo a prestação dos serviços médico-assistenciais, médico-hospitalares e laboratoriais, entre outros, nada impede que o poder público utilize o sistema de credenciamento, que se vincula ao manifesto interesse da administração em colocar à disposição da comunidade toda a rede de serviços de profissionais da área da saúde, bem como de pessoas jurídicas que prestam serviços assistenciais, hospitalares ou laboratoriais, mediante condições, incluindo o preço a ser pago,

previamente definidas e amplamente difundidas, as quais os interessados poderão aderir livremente a qualquer tempo. Caracterizado o interesse de observar todos os profissionais e pessoas jurídicas que satisfaçam os requisitos e que expressamente acatem as condições do poder público, configurar-se-á a inviabilidade de competição contemplada no caput do art. 25 da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, com as alterações subsequentes, estando plenamente atendidos os princípios previstos pelo art. 3º da Lei de Licitações. Grifo nosso (Processo: CON-TC0733103/95 – Parecer nº 169/99 – Origem: Prefeitura Municipal de Criciúma – Relator: Auditora Thereza Aparecida Costa Marques – Data da Sessão: 31/05/1999).

PREJULGADO 2055

1. Serviços médicos ambulatoriais, pequenos procedimentos cirúrgicos, expedição de carteiras de saúde, verificação de exames e demais procedimentos constantes da Tabela do SUS podem ser compreendidos como serviços complementares de saúde a serem oferecidos à população, dentro das normas prescritas pela Lei (federal) n. 8.080/90 e pela Portaria n. 3.277/06, do Ministério da Saúde.

2. A contratação de serviços complementares de saúde pode ocorrer para:

2.1. atividades-meio, desde que não inseridas por lei no Sistema Único de Saúde.

2.2. atividades finalísticas em razão do volume, quando a demanda ultrapassar a capacidade instalada da rede pública, tanto própria quanto à vinculada a outro nível de governo.

a) neste caso, a dimensão do serviço público deve ser reavaliada periodicamente, tendo em conta variáveis como a evolução populacional, evolução da demanda, evolução científica etc., de forma que o volume físico e/ou financeiro dessas contratações não descaracterize o caráter subsidiário em relação às atividades estatais.

2.3. atividades finalísticas, em razão da urgência.

a) neste caso, a Administração deve, quando for o caso, promover as medidas necessárias para restabelecer o sistema público potencial existente antes da situação de urgência que implicou a diminuição de sua capacidade potencial;

b) a contratação junto à iniciativa privada ocorrerá somente durante o período necessário para que sejam adotadas as medidas para o restabelecimento do serviço público.

3. A contratação de serviços complementares de saúde deve atender ainda aos seguintes requisitos:

3.1. Preferência às entidades filantrópicas e às sem fins lucrativos;

3.2. Celebração de convênio ou contrato conforme as normas de direito administrativo, prevalecendo o interesse público sobre o particular;

3.3. Integração dos serviços privados às diretrizes organizativas do SUS;

3.4. Prevalência dos princípios da universalidade, equidade, integralidade, etc.

4. Deve o poder público utilizar o sistema de credenciamento a todos os interessados, que se vincula ao manifesto interesse da administração em colocar à disposição da comunidade uma rede de profissionais da área da saúde, incluindo o preço a ser pago, previamente definidas e amplamente difundidas, às quais os interessados possam aderir. (Processo: COM-09/00592710 - Parecer nº 694/09 – Origem: Prefeitura Municipal de Videira – Relator: Auditor Júlio Garcia – Data da Sessão: 05/07/2010).

Diante do exposto, esta Comissão de Licitações, vislumbrando o enquadramento de aludida contratação direta, bem como a necessidade da referida contratação, devidamente justificada no Termo de Referência integrante do presente feito, resolveu instruir o processo com os elementos abaixo transcritos, atendendo à determinação da Lei de Licitações.

III – RAZÃO DA ESCOLHA DA CONTRATADA

A contratação supracitada deve-se ao fato da contratada ter atendido aos requisitos estabelecidos no Chamamento Público nº 04/2018.

IV – DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO – HABILITAÇÃO

A interessada no credenciamento, supramencionada como fornecedor, demonstrou estar devidamente habilitada, apresentando a seguinte documentação:

1. 8ª Alteração/Contrato Social;

2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;

3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal/Tributos Federais/Dívida Ativa da União;

4. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

5. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;

6. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

8. Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

9. Alvará Sanitário Municipal em processo de renovação conforme protocolo encaminhado;

10. Alvará de Localização e Funcionamento;

11. Certificado de Regularidade do Estabelecimento junto ao Conselho Regional de Classe;

12. Registro no CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde; atualizar para atendimento SUS

13. Comprovação da inscrição do Responsável Técnico junto ao Conselho Regional de Classe;

14. Ficha de Requerimento de Credenciamento;

15. Declaração de capacidade instalada e disponibilidade para SUS;

16. Listagem de profissionais, atualizada, emitida no site do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES;

Após a análise cabível, a Comissão de Licitações deste Consórcio Público entende justificada a inexigibilidade de licitação para esta contratação.

V – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

A vigência da contratação será pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser renovado nos termos da legislação.

VI – JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Os valores unitários a serem pagos para os serviços objeto desta inexigibilidade, quais sejam os valores constante da Tabela SIGTAP/ SUS (com acréscimo de complemento em determinados procedimentos, conforme indicado no Termo de Referência) estão devidamente

justificados nos autos do Chamamento Público/Processo de Credenciamento nº 04/2018.

Blumenau/SC, 14 de outubro de 2019.

Marcos da Rocha

Presidente

Mônica Márcia Campos de Menezes Silva

Membro

Aglahê Danielle Mendes Brandt

Membro

CONTRATO 063_2019 - UNISON

Publicação Nº 2217243

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 063/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DA SAÚDE QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI E UNISON CLINICA DE ULTRA-SONOGRAFIA S/S LTDA - ME.

As partes, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, nº 466, bairro Velha, em Blumenau/SC, inscrito no CNPJ sob no 03.269.695/0001-08, neste ato representado pelo seu Diretor Executivo Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF sob o nº 007.944.929-83, doravante denominado CISAMVI e, de outro lado, UNISON CLINICA DE ULTRA-SONOGRAFIA S/S LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Cuiabá, 212 - Centro, Blumenau - SC, 89015-010, inscrita no CNPJ nº. 97.466.387/0001-08, neste ato representado por Jaime Celso Gonçalves, inscrito no CPF nº. 495.245.269-72 e portador da Carteira de Identidade nº 4/R-1.209.553, doravante denominado CREDENCIADO, tem entre si justo acordado o presente Contrato de Prestação de Serviços, nos termos do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 04/2018, na melhor forma de direito e de acordo com a Lei nº 8.666/93 e alterações, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie, mediante as condições constantes das seguintes cláusulas, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

0.1 – O CREDENCIADO prestará aos usuários da rede municipal de saúde dos Municípios consorciados ao CISAMVI, serviços de SAÚDE PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA ou cirurgica, Ambulatorial, DE MÉDIA ou ALTA COMPLEXIDADE, conforme descrito na Declaração de Capacidade de Instalação e Disponibilidade ao SUS, do edital de Credenciamento nº 04/2018, destacado no quadro a seguir:

Código do Procedimento	Nome do Procedimento	Qtd mensal proposta	Valor do Procedimento
02.05.02.003	ULTRASSONOGRRAFIA DE ABDOMEN SUPERIOR	30	R\$ 50,00
02.05.02.004	ULTRASSONOGRRAFIA DE ABDOMEN TOTAL	40	R\$ 50,00
02.05.02.005	ULTRASSONOGRRAFIA DE APARELHO URINÁRIO	40	R\$ 44,00
02.05.02.006	ULTRASSONOGRRAFIA DE ARTICULACAO	40	R\$ 50,00
02.05.02.007	ULTRASSONOGRRAFIA DE BOLSA ESCROTAL	20	R\$ 50,00
90.01.01.001	ULTRASSONOGRRAFIA DE PAREDE ABDOMINAL	20	R\$ 50,00
02.05.02.011	ULTRASSONOGRRAFIA DE PROSTATA (VIA TRANSRETAL)	10	R\$ 50,00
02.05.02.010	ULTRASSONOGRRAFIA DE PROSTATA POR VIA ABDOMINAL	20	R\$ 50,00
02.05.02.012	ULTRASSONOGRRAFIA DE TIREOIDE	30	R\$ 50,00
02.05.02.009	ULTRASSONOGRRAFIA MAMARIA BILATERAL	20	R\$ 50,00
02.05.02.014	ULTRASSONOGRRAFIA OBSTETRICA	30	R\$ 44,00
02.05.02.015	ULTRASSONOGRRAFIA OBSTETRICA C/ DOPPLER COLORIDO E PULSADO	10	R\$ 80,00
90.01.01.002	ULTRASSONOGRRAFIA OBSTETRICA MORFOLOGICA	10	R\$ 110,00
02.05.02.016	ULTRASSONOGRRAFIA PELVICA (GINECOLOGICA)	20	R\$ 44,00
02.05.02.018	ULTRASSONOGRRAFIA TRANSVAGINAL	40	R\$ 50,00

0.2 - Os procedimentos solicitados serão prestados na(s) seguinte(s) instalação(ões): Rua Cuiabá, 212 - Centro, Blumenau - SC, 89015-010.

0.3 - Este contrato possui um teto financeiro de R\$ 232.320,00 (duzentos e trinta e dois mil e trezentos e vinte reais).

0.4 CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DO CREDENCIAMENTO E DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

2.1 – Este contrato terá sua vigência a contar da data de publicação do mesmo, pelo período de 12 (doze) meses, e poderá ter a sua duração

prorrogada por iguais e sucessivos períodos, por ato do CISAMVI, pelo prazo máximo de 60 (sessenta) meses, nos termos do artigo 57 §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E QUANTITATIVO

3.1 - Os serviços de saúde prestados pelo CREDENCIADO serão remunerados por cada procedimento realizado.

3.2 - O preço ajustado entre as partes são os constantes no "Termo de Referência - Anexo I" do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 04/2018, estando inclusos taxas de administração, taxas de sala, custos diretos e indiretos, mão-de-obra, impostos, tarifas, encargos e outros dispêndios necessários para a realização dos serviços.

3.3 A demanda de consumo dependerá única e exclusivamente da procura dos municípios pelas especialidades oferecidas, e a forma de distribuição escolhida pelos municípios.

3.4 Por se tratar de uma quantidade estimativa não está a Administração obrigada a adquirir toda ou qualquer quantidade indicada no presente credenciamento

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1 - O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a entrega da documentação necessária (item 4.2), mediante apuração e comprovação dos serviços que foram prestados, acompanhados da respectiva Nota Fiscal, solicitada após auditoria dos procedimentos faturados.

4.2 - A comprovação da realização dos serviços será feita mediante:

4.2.1 - Faturamento da requisição, por parte do credenciado, executada em sistema "on-line", disponibilizado pelo CISAMVI, por meio do código de barras impresso na requisição (substitui o preenchimento de informações da produção BPA, SAI/SUS e BPA-I).

4.2.2 - Apresentação da Requisição emitida pelo município, a qual autoriza o seu atendimento, devidamente assinada pelo paciente ou responsável devidamente identificado, e já faturada no sistema indicado pelo CISAMVI, juntamente com a prescrição médica dos procedimentos (encaminhada pelo município, junto com a autorização).

4.2.2.1 - As requisições de autorização, deverão ser encaminhadas ao CISAMVI, após o período de produção (1º a 30 ou 31 de cada mês), agrupado por município, em ordem alfabética, sempre com a requisição do CISAMVI fixada na frente de todos os documentos adicionais.

4.3 - Após receber a aprovação do faturamento realizado no sistema "on-line" (item 4.2.1), o Credenciado poderá encaminhar a nota fiscal para cobrança.

4.4 - Havendo divergência ou erros entre serviços contratados e os serviços prestados, fica assegurado ao CISAMVI a realização de auditoria para aferição correta dos serviços executados, devendo o credenciado emitir nota fiscal conforme o valor aferido.

4.5 - Em caso de atraso na entrega das informações pelo credenciado, o pagamento feito pelo CISAMVI será retardado proporcionalmente.

4.6 - O CISAMVI fará a retenção de tributos na fonte quando a lei assim o determinar.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CISAMVI

5.1 - Compete ao CISAMVI:

- a) Efetuar o pagamento ao CREDENCIADO em função dos serviços prestados de acordo com os valores constantes no "Termo de Referência" - Anexo -I do Edital;
- b) Efetuar conferência técnica e administrativa das faturas e relações de serviços apresentados;
- c) Fiscalizar o cumprimento das disposições deste Contrato e a prestação dos serviços, bem como esclarecer eventuais dúvidas;
- d) Fornecer requisições para execução dos serviços.
- e) Fornecer os formulários padrões para a prescrição de remédios, referencia, contra-referência e procedimentos, necessários para continuidade do atendimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

6.1 - Compete ao Credenciado:

- a) Executar os serviços nas condições estipuladas, observando-se os parâmetros de boa técnica e resolutividade, bem como as normas legais aplicáveis;
- b) Prestar os serviços apenas mediante apresentação da "requisição", autorizada pelo órgão municipal responsável pelos encaminhamentos;
- c) Prestar atendimento adequado aos usuários e fornecer as informações ao CISAMVI sobre os serviços prestados de maneira correta e nos prazos estabelecidos neste Edital;
- d) Faturar a requisição em sistema "on-line", disponibilizado pelo CISAMVI, por meio do código de barras impresso no documento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a execução do serviço prestado.
- e) Apresentar laudo técnico juntamente com os resultados do exame, quando necessário;
- f) Após aprovação do faturamento, apresentar documento fiscal dos serviços prestados no mês anterior;
- g) Manter todas as condições de habilitação exigidas para o credenciamento durante todo o período em que se mantiver credenciado;
- h) Responsabilizar-se integralmente pela qualidade, responsabilidade técnica e plena execução dos serviços contratados;
- i) Prestar prontamente todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CISAMVI, e atender e/ou responder as reclamações relativas aos serviços prestados;
- j) Executar diretamente os serviços contratados, sem transferência de responsabilidade;
- k) Prestar prontamente todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CISAMVI, e atender e/ou responder as reclamações relativas aos serviços prestados;
- l) Assumir o pagamento de todos os tributos, taxas, contribuições previdenciárias e trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre os serviços realizados e/ou necessárias ao cumprimento do objeto do credenciamento;
- m) Comunicar ao CISAMVI, por escrito e com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, os motivos de ordem técnica que impossibilitem a execução dos serviços ou quando verificar condições inadequadas ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação dos serviços;
- n) O Credenciado deverá afixar aviso, em local visível, sobre sua condição de entidade integrante do SUS e da gratuidade dos serviços prestados pela mesma em razão do vínculo junto ao SUS/CISAMVI;
- o) Utilizar formulário padrão, quando disponibilizado pelo CISAMVI, para a prescrição de remédios, referencia, contra-referência e procedimentos, necessários para continuidade do atendimento (a fim de que este paciente seja facilmente identificado na rede municipal de saúde).

CLÁUSULA SÉTIMA - DO DESCREDENCIAMENTO

7.1 - Constituem motivo para o credenciamento:

- a) Deixar de atender a requisição para prestação do serviço e/ou a atualização dos documentos de habilitação e de regularidade fiscal;
- b) Apuração de fatos supervenientes que importem no comprometimento da capacidade jurídica, técnica e/ou fiscal do Credenciado;
- c) Conduta profissional que fira o padrão ético ou operacional exigido para a prestação dos serviços;
- d) As hipóteses previstas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

7.2 - O Credenciado poderá descredenciar-se voluntariamente, mediante requerimento por escrito com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, e desde que não prejudique os atendimentos já agendados, ou que venham a ser agendados antes de decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias. Decorrido o prazo mencionado, será lavrado o termo de descredenciamento e/ou rescisão contratual, quando cessará as obrigações para ambas as partes.

7.3 - O descredenciamento não exime a aplicação das sanções previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, se for o caso.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

7.1 Quando o Credenciado não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais serão aplicadas as seguintes penalidades, cumulativas ou não, conforme o caso:

7.1.1 Advertência.

7.1.2 Multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor contratual quando:

- a) Os serviços estiverem em desacordo com as especificações contidas no contrato ou em descumprimento com uma das cláusulas;
- b) Se houver rescisão por culpa ou requerimento da Contratada sem causa justificada ou amparo legal;
- c) Pela descontinuidade dos serviços, a ser cobrada por dia parado, até o limite de 10 (dez) dias;

8.2 Sem prejuízo da multa estabelecida pela Contratante, a Contratada responderá pelas perdas e danos causados, os quais serão mensurados caso a caso.

7.3 Caso a Contratada não venha a recolher a multa devida dentro do prazo determinado, a mesma será descontada do valor das parcelas de pagamento vincendas, garantindo a esta o pleno direito de defesa;

7.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante o CISAMVI, que ocorrerá sempre que o faltoso ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

7.5 Impedimento de participar de licitações e contratar com o CISAMVI, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

7.6 Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no cadastro de fornecedores do CISAMVI e, no que couber às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

9.1 - Em caso de atraso na entrega das faturas pelo CREDENCIADO, o pagamento feito pelo CISAMVI será retardado proporcionalmente.

9.2 - É vedado ao CREDENCIADO cobrar ou receber qualquer outra importância a título de honorários pelos serviços prestados, além da prevista na Cláusula Terceira deste contrato, seja do CISAMVI, do usuário, paciente ou terceiro.

9.3 - O CISAMVI reserva-se ao direito de, após a conferência técnica e administrativa efetuada por profissionais habilitados e solicitação de perícias e informações adicionais, glosar despesas e procedimentos das faturas apresentadas.

9.4 - A remuneração recebida pelo CREDENCIADO não gerará nenhum vínculo de natureza trabalhista ou previdenciária de seus profissionais com o CISAMVI.

9.5 - O credenciamento de que trata o Processo de Inexigibilidade nº. 04/2018 será de caráter precário e "intuito personae", podendo ser revogado a qualquer momento, a juízo de conveniência e oportunidade do CISAMVI.

9.6 - Aplica-se a este contrato, as condições e preceitos contidos no Processo de Inexigibilidade nº 04/2018 e na Ficha de Credenciamento firmada pelo CREDENCIADO, independentemente de transcrição.

9.7 - Os casos omissos serão discutidos e analisados pelo CISAMVI, sob os aspectos da legislação pertinente, visando sempre o melhor atendimento aos usuários.

9.8 - As despesas decorrentes das contratações realizadas a partir deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária própria consignada no Orçamento Programa Anual do CISAMVI (3390 – Manutenção das Atividades de Procedimento Médico Hospitalar).

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Blumenau/SC para conhecer e dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da execução ou interpretação deste instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem inteiramente de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e para o mesmo efeito, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes.

Blumenau, 01 de novembro de 2019.

Cleones Hostins

Diretor Executivo – CISAMVI

Jaime Celso Gonçalves

Unison Clínica De Ultra-Sonografia S/S Ltda - Me

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - UNISON

Publicação Nº 2217239

CHAMADA PÚBLICA – PROCESSO DE CREDENCIAMENTO Nº 04/2018
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2018

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua Alberto Stein, nº 466, bairro Velha, na cidade de Blumenau/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 03.269.695/0001-08, torna público que contratará mediante Inexigibilidade de Licitação, fundamentada no caput do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, a empresa UNISON CLINICA DE ULTRA-SONOGRAFIA S/S LTDA - ME, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº 97.466.387/0001-08, para prestação de serviços médicos (consultas e procedimentos diagnósticos) para atendimento da demanda da rede básica municipal de saúde dos 15 (quinze) municípios consorciados ao CISAMVI, pelo valor global de R\$ 232.320,00 (duzentos e trinta e dois mil e trezentos e vinte reais). Ratificado por Cleones Hostins – Diretor Executivo CISAMVI.
Blumenau/SC, 14 de outubro de 2019.
Cleones Hostins
Diretor Executivo - CISAMVI

TERMO DE RATIFICAÇÃO - UNISON

Publicação Nº 2217242

TERMO DE RATIFICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2018

OBJETO: Credenciamento de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços médicos para atendimento da demanda da rede básica municipal de saúde dos 14 (quatorze) municípios consorciados ao CISAMVI.
Afigurando-me que a contratação é legal, com base no parecer jurídico de fls. 71-74, do Processo de Credenciamento nº 04/2018, devidamente justificado, reconheço e RATIFICO a Inexigibilidade de Licitação nº 04/2018, fundamentada no caput do artigo 25, da Lei nº 8.666/93 e alterações, e os atos do procedimento em favor da UNISON CLINICA DE ULTRA-SONOGRAFIA S/S LTDA - ME., pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº 97.466.387/0001-08, para prestação dos serviços médicos de procedimentos médicos constantes do Termo de Referência anexo à Chamada Pública nº 04/2018 para os quais solicitou se credenciar.
Ordeno que se proceda a formalização do Contrato Administrativo correspondente e realização da respectiva Nota de Empenho, bem como seja perfectibilizada a publicação do referido instrumento contratual, para sua eficácia.

Sigam-se os ulteriores termos.

Blumenau/SC, 14 de outubro de 2019.
Cleones Hostins
Diretor Executivo - CISAMVI

CISAM

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL CISAM MO Nº 10/2019

Publicação Nº 2217306

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2019

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM-MEIO OESTE, com sede no Município de Capinzal/SC, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço global, no dia 19/11/2019, com credenciamento das 13:30 às 13:45 horas e abertura da sessão às 14:00 horas, no escritório do CISAM-MO, situado na Rua Lourenço Coas Neto, 140, Bairro Universitário, Capinzal/SC, objetivando a aquisição de CADEIRAS/POLTRONAS PARA O CISAM-MO, conforme descrição no Anexo I - Relação de Quantitativos e Especificações - do Edital, de acordo com as normas da Lei Federal nº 10.520/02, subsidiária à Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como da Lei Complementar nº 123/2006.

O referido edital estará à disposição dos interessados no endereço acima mencionado, em horário de expediente, bem como no site do CISAM-MO www.cisam.sc.gov.br.

Outros esclarecimentos, pelo telefone (49) 3555-6972 ou contabilidade@cisam.sc.gov.br.

Capinzal/SC, 05 de novembro de 2019.
LEOMAR EGGERS
Presidente da Comissão de Licitação

PORTARIA CISAM MEIO OESTE Nº 018/2019

Publicação Nº 2216330

PORTARIA CISAM Meio Oeste Nº 018/2019, de 04 de novembro de 2019.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, Superintendente do CISAM Meio Oeste, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do art.30 do Estatuto do CISAM Meio Oeste,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, a partir do dia 04 de novembro de 2019, ao Sr. LEOMAR EGGERS, Contador, Nível Inicial 137, admitido em 04/11/2015, Progressão por Merecimento, em conformidade com os arts. 4º e 5º do Anexo 3 do Estatuto do CISAM Meio Oeste, passando o mesmo a ser enquadrado e perceber a remuneração referente no Nível 143 do Anexo 2 do Estatuto do CISAM Meio Oeste.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Elisabet Maria Zanela Sartori
Superintendente do CISAM Meio Oeste

CVC

ATA Nº 193 P A MUNHOZ - UNIÃO DO OESTE

Publicação Nº 2217626

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO "PAL" Nº 007/2019 - CVC PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2019 - CVC
REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2019 - CVC ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0193/2019

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove, presentes de um lado, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na AVENIDA SANTA CATARINA, 346 sala 2 - CENTRO, NO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS-SC neste ato representado por seu PRESIDENTE, Sr. CARLOS ALBERTO TOZZO, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR, e o seguinte município:

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida SÃO LUIZ, S/N Bairro CENTRO - União do Oeste - SC CEP: 89.845-000 inscrito no CNPJ sob nº 85.199.578/0001-71, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CELSO MATIELLO.

Doravante denominado ORGÃOS PARTICIPANTES, RESOLVEM Registrar os Preços da empresa P A MUNHOZ EIRELI pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Avenida BRASIL 2435 S/N REGIÃO DO LAGO CEP 85.812-500 - Cascavel/PR CEP: 85.812-500, inscrita no CNPJ sob o nº 10.494.712/0001-68, neste ato representada SÓCIO ADMINISTRADOR, Sr. PATRICIA APARECIDA MUNHOZ,, doravante denominado FORNECEDOR, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Resolução nº 01, de 19 de março de 2015, nº 02, de 24 de março de 2015, Resolução nº 03, de 27 de março de 2015, e suas alterações, Lei nº10.520, de 17 de julho de 2002, e pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de LU-BRIFICANTES E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC: MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

2.1 – Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a tabela da cláusula décima quinta.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

2.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

2.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

2.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

2.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

2.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 - Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

3.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente ATA, será feito pelo Órgão Participante em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal.

4.1.1 – O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento dos itens, objeto desta ATA, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e atualização do fornecimento junto ao Sistema de Gestão de Compras do Consórcio CVC com a(s) cópia da Nota Fiscal e arquivo(s) XML anexado(s), ambos emitidos para o mesmo nome/CNPJ constantes no empenho da referida Autorização de Fornecimento.

3.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório que está vinculado esta ATA.

3.3 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

3.4 – Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas.

b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;

c) prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência.

d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;

e) enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante;

f) lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no sistema informatizado de controle de execução das atas de registro de preços, "online", disponibilizado pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC.

g) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 – Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação às contratações do Órgão Participante as seguintes sanções:

a) advertência;

b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

7.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

7.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e

c) convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação inicial, visando igual oportunidade de negociação.

7.1.3 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I. Consultar, na devida ordem de classificação, os demais participantes sobre a possibilidade de:

d) manter o valor oferecido pelo primeiro classificado;

e) manter o valor de sua proposta classificada;

f) realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com percentual menor do que o requerido pelo primeiro classificado, obtendo, desta forma, valor inferior ao solicitado pelo primeiro classificado;

II. Não havendo êxito na negociação com os demais classificados, e a critério do órgão gerenciador, poderá realizar o reequilíbrio econômico-financeiro com o primeiro classificado, aplicando o índice comprovado através de documentação.

III. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e dos comprovantes apresentados; e

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

7.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) tiver presentes razões de interesse público;
- e) for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Velho Coronel - CVC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso III ou IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) for impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.
- g) não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

8.2 – O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

8.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- a) por razão de interesse público; ou
- b) a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 – As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2019 e seguintes.

9.2 – O Órgão Participante quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

11.1 – A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo Licitatório nº 5/2019 - CVC, Pregão Eletrônico nº 5/2019 - CVC, REGISTRO DE PREÇOS nº 5/2019 - CVC, realizado pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, Órgão Gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA

11.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 25/10/2019 à 30/09/2020.

12.2 – O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a um ano, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3 – A vigência para a execução dos contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços observará ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao (Órgão Gerenciador (Consortio CVC) ou para os Órgãos Participantes (Municípios Consorciados), a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da sua estimativa de consumo.

12.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital e o preço registrado, o Órgão Participante (Município Consorciado) poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo Órgão Participante.

12.3 – A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

12.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC (Órgão Gerenciador) e os Municípios Consorciados (Órgãos Participantes), nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

12.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem.

13.5.1– Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão. 13.5.2– Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

12.4.3 – As contratações adicionais a que se refere este artigo, não poderão exceder por órgão, a cem por cento dos quantitativos dos itens conforme estimativa de consumo (Anexo VI do Edital)

12.4.4 – Os quantitativos decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item (Anexo VI do Edital) registrado na ata de registro de preços para os órgãos participantes, independente do número de órgãos que aderirem.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – TABELA DO OBJETO E DO PREÇO

14.1 – Tabela relacionando o objeto e o preço:

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
49	50	UNID	AGENTE REDUTOR LIQUIDO DE NOX AUTOMOTIVO, COMPOSIÇÃO 67,5% DE ÁGUA DESMINERALIZADA / 32,5% UREIA, GALÃO DE 20 LTS	RODOARLA	71,50

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

15.1 – Estimativa de consumo de cada item conforme a tabela 14º (decima quarta)

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1 – É competente o foro da Comarca de Coronel Freitas - SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Coronel Freitas (SC), 25/10/2019

CARLOS A. TOZZO

PRESIDENTE

Órgão Gerenciador

CELSO MATIELLO

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

Órgão Participante

P A MUNHOZ EIRELI

Fornecedor

Testemunha

Testemunha

CIS/AMERIOS**RESOLUÇÃO Nº 006/2019/ CIS-AMERIOS DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPÉCIE SUPLEMENTAR**

Publicação Nº 2216429

RESOLUÇÃO Nº 006/2019/ CIS-AMERIOS

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPÉCIE SUPLEMENTAR, POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECEITAS ORDINÁRIAS NO ORÇAMENTO ANUAL VIGENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DO ENTRE RIOS – CIS AMERIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Entre Rios – CIS AMERIOS no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no inciso I do art. 5º da Resolução Nº 007/2018/CIS-AMERIOS de 09/11/2018.

RESOLVE,

Art. 1º - Abrir Crédito Adicional, espécie Suplementar no valor de R\$ 695.353,48 (Seiscentos e noventa e cinco mil trezentos e cinquenta e três reais e quarenta e oito centavos) na seguinte Atividade do Orçamento vigente do CIS AMERIOS:

Atividade: 01.01.10.302.0002.2.002	Serviços Médicos/Hospitalares/Laboratoriais e Especialidades dos Mun. Consorciados
Modalidade de Aplicação: 33900000 (04)	Outras Despesas Correntes
Fonte de Recursos	0.1.000
Valor	R\$ 695.353,48

Art. 2º - Utilizar para cobertura do Crédito Adicional espécie Suplementar constante no artigo anterior, a seguinte fonte de recurso:

Fonte Financiadora	VALORES
1.3.2.1.00.1.1.00.00.00- Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	
1.7.3.8.02.1.1.00.00.00- Transferências de Municípios a Consórcios Públicos	
Arrecadação até 31/10/2019	R\$ 3.746.127,91
Arrecadação média mensal	R\$ 374.612,79
Previsão de Arrecadação Anual	R\$ 4.495.353,48
Previsão da Receita Anual	R\$ 3.800.000,00
Provável Excesso de Arrecadação apurado	R\$ 695.353,48

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Maravilha – SC, em 30 de outubro de 2019.

DANIEL KOTHE

Presidente do CIS-AMERIOS

Prefeito de Saudades/SC